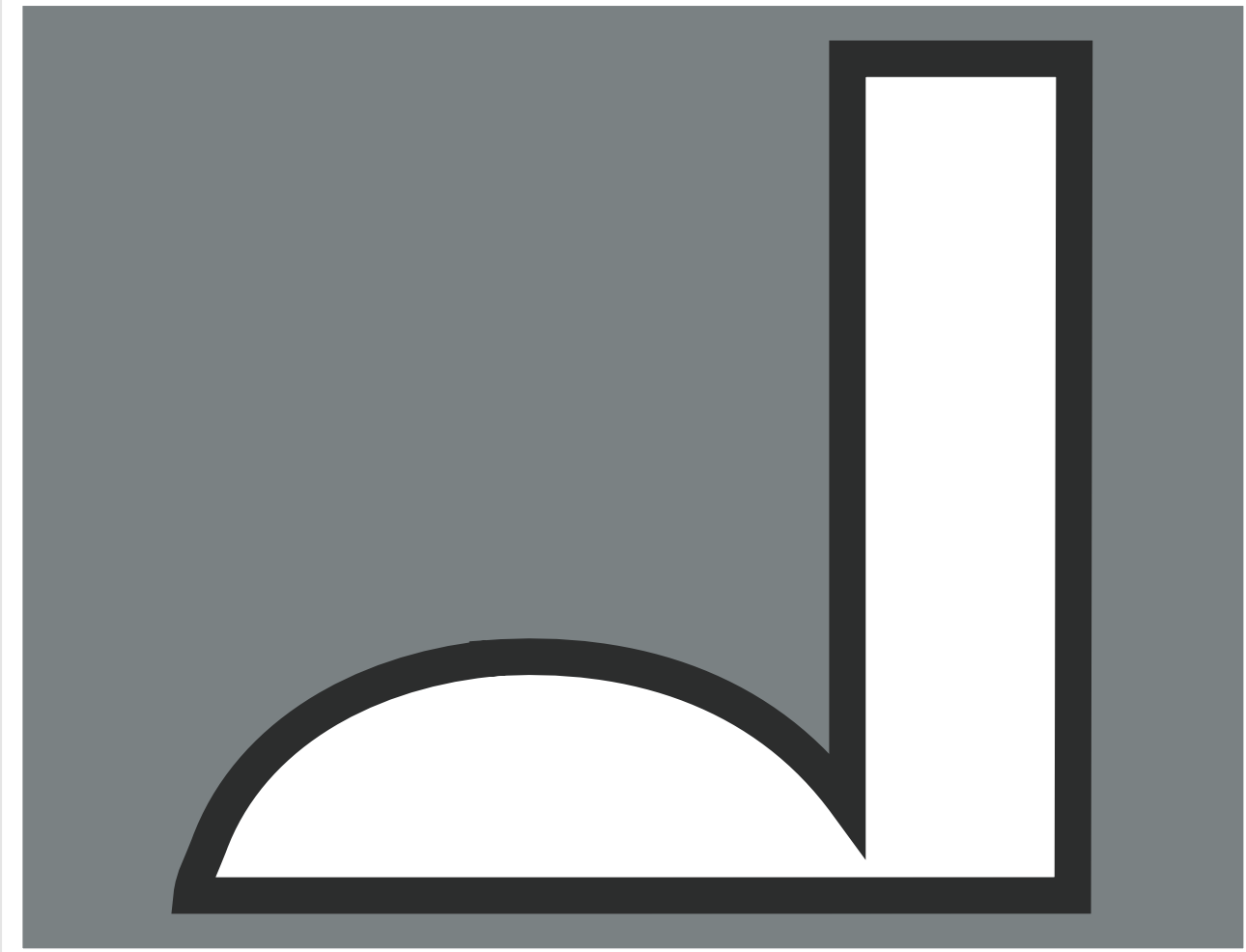
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

(*) Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31 de outubro de 2011)

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

ANO LXIV – SUP. AO Nº 184 – QUARTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 16/11/2011, para inclusão das informações da capa e retificação do item 1.2.2 do sumário.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	**Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14**
Líder **Humberto Costa - PT** Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 3** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** **Líder em exercício do PP - 5** **Ana Amélia** (14) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** **Líder do PMN - 1** **Sérgio Petecão** **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (6) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... **Líder do PSDB - 9** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (7) Paulo Bauer (9) Flexa Ribeiro (8) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) **PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 **Líder** **Marinor Brito - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	**PR - 7** **Líder** **Magno Malta - PR** (11) Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – **Resenha Mensal** (período de 1º a 31 de outubro de 2011) 5

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2011..... 149

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2011..... 164

Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de setembro de 2011..... 188

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de outubro de 2011 219

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011 242

Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de outubro de 2011 254

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da 4ª Reunião, realizada em 14 de julho de 2011..... 282

Ata da 5ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2011..... 300

1.2.2.2 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

Ata da 11ª Reunião, realizada em 15 de agosto de 2011..... 323

Ata da 12ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2011..... 357

Ata da 13ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2011..... 381

Ata da 14ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2011 410

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de outubro de 2011 460

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2011 480

Ata da 53ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de outubro de 2011 505

1.2.3.1 – Subcomissão Temporária para Análise do Projeto de Resolução nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa

Ata da 10ª Reunião, realizada em 5 e 6 de julho de 2011..... 531

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de setembro de 2011..... 544

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2011..... 562

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2011..... 584

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2011..... 599

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2011..... 619

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2011 634

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2011 647

1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2011..... ‘ 670

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2011..... 705

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2011..... 712

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2011..... 739

Ata da 66ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de setembro de 2011..... 768

1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

1.2.6.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

Ata da 5ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2011..... 791

Ata da 6ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2011..... 807

Ata da 7ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2011..... 813

Ata da 8ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2011..... 841
Ata da 9ª Reunião, realizada em 23 de agosto de 2011..... 849
Ata da 10ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2011..... 855
Ata da 11ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2011 859
Ata da 12ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2011 864
Ata da 13ª Reunião, realizada em 22 de setembro de 2011 877
Ata da 14ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2011 890
1.2.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 43ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de setembro de 2011..... 893
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2011..... 924
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2011 947
Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de outubro de 2011 956
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2011 991
1.2.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de setembro de 2011..... 1001
1.2.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2011 1026

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Outubro/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/10/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	12
Especial	1
Não Deliberativa	7
Total de sessões realizadas	**22**

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/10/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º, do RISF)	Total
PLC	6	7	0	2	2	0	**17**
PLS	1	5	1	22	10	1	**40**
SCD	1	0	0	0	0	0	**1**
ECD	1	0	0	0	0	0	**1**
PDS	4	49	0	0	0	0	**53**
PRS	5	0	0	0	0	0	**5**
Total	18	61	1	24	12	1	**117**

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 31/10/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	1	1	**2**
PLV	-	1	**1**

Quadro de Requerimentos*
01 a 31/10/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	2
Congratulações, pesar e assemelhados	16
Desapensamento de matérias	3
Extinção de urgência	1
Informações	33
Inversão da Ordem do Dia	2
Missão (em representação do Senado Federal)	26
Prorrogação de prazo de indicações	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	2
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	1
Tramitação conjunta	14
Urgência para matéria	8
Total Geral	**110**

*No período de 01 a 31/10/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 31/10/2011

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	11	13
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	6	-	6
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	1
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	0	53	53
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	5	-	5
Total	2	12	65	**79**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 31/10/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	88	2	86
Art. 40 (2)	0	-	0
Art. 43, I (3)	3	-	3
Art. 43, II (4)	18	-	18
Soma	**109**	**2**	**107**
Requerimento para retirada	3	-	3
Total Geral	**112**	**2**	**110**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 31/10/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**26**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/10/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	7
Deliberativa Ordinária	99
Especial	18
Extraordinária	1
Não Deliberativa	71
Para Premiações E Condecorações	1
Total de sessões realizadas	**197**
Reunião	3
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	**6**
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/10/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º, do RISF)	Total
PEC	1	-	3	1	3	-	0	**8**
PLC	40	62	3	3	0	7	0	**115**
PLS	7	96	5	25	18	27	1	**179**
SCD	4	0	0	0	0	0	0	**4**
ECD	1	0	0	0	0	0	0	**1**
PDS	58	256	0	1	0	0	0	**315**
PRS	16	0	1	0	1	0	0	**18**
MSF	82	-	-	0	0	0	0	**82**
OFS	21	-	-	1	0	0	0	**22**
Total	230	414	12	31	22	34	1	**744**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 31/10/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	6	0	1	0	1	**8**
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	21	3	0	**26**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 31/10/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	76
Auditoria	7
Congratulações, pesar e assemelhados	329
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	13
Desapensamento de matérias	14
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Extinção de urgência	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	14
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	265
Inversão da Ordem do Dia	2
Levantamento de Sessão	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	4
Missão (em representação do Senado Federal)	89
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	76
Reexame de matéria por Comissão	4
Retirada de matéria	39
Tramitação conjunta	63
Urgência para matéria	31
Voto de aplauso ou semelhante	16
Voto de censura	3
Total Geral	**1.123**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/10/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	STF	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	12	-	72	15	-	1	1	1	102
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	103	-	-	-	-	-	-	103
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	4	-	-	-	-	-	4
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	-	-	-	-	-	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	5	302	-	7	-	-	-	314
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	16	-	-	-	-	-	-	16
Total	12	125	378	15	7	1	1	1	**540**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 31/10/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	428	11	417
Art. 40 (2)	17	1	16
Art. 43, I (3)	45	-	45
Art. 43, II (4)	71	1	70
Soma	**561**	**13**(5)	**550**
Requerimento para retirada	11(5,6)	-	-
Total Geral	**572**	**13**	**550**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**
5. **O Requerimento nº 208/2011-M retirou os Requerimentos nºs 179/2011-M e 205/2011-M.**
6. **O Requerimento nº 464/2011-M retirou os Requerimentos nºs 386/2011-M e 455/2011-M**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *
02/02 a 31/10/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	89

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/10/2011

Matéria: Medida Provisória. Total: 2

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 537/2011	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica.	Presidente da República	05/10/2011

2. À promulgação. Total: 1

Aprovada na íntegra. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 538/2011	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "g" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.	Presidente da República	05/10/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 25/2011	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.	Câmara dos Deputados	05/10/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 17

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 4

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 92/2010	Dispõe sobre a identificação, rotulagem e padrões de qualidade da água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais destinadas ao consumo humano.	Ricardo Izar	10/10/2011
PLC 14/2011	Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.	Pepe Vargas	20/10/2011
PLC 70/2009	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória.	Luiz Bittencourt	27/10/2011
PLC 147/2009	Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat).	Antonio Carlos Mendes Thame	27/10/2011

2. Ao arquivo. Total: 4

Prejudicada. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 16/2010	Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)	Presidente da República	19/10/2011
PLC 180/2009	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção aos animais silvestres apreendidos.	Felipe Bornier	27/10/2011

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 127/2010	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal - SMP a fornecer atendimento a usuários que estejam na condição de visitantes.	Mário Heringer	06/10/2011
PLC 54/2011	Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Chico Lopes	20/10/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 17

3. À sanção. Total: 9

Aprovada pelo Plenário. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 77/2011 Complementar	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.	Presidente da República	05/10/2011
PLC 78/2011	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM; e dá outras providências.	Presidente da República	18/10/2011
PLC 62/2007	Denomina Rodovia Luiz Alves Rolim Sobrinho e Rodovia Sendor Tarso Dutra os trechos urbanos da BR-287 que passam pela cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.	Cezar Schirmer	20/10/2011
PLC 41/2010	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	Reginaldo Lopes	25/10/2011
PLC 1/2010 Complementar	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Sarney Filho	26/10/2011
PLC 88/2011	Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.	Presidente da República	26/10/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 292/2009	Denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais.	Aelton Freitas	14/10/2011
PLC 78/2010	Denomina Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, no Estado de Minas Gerais.	Aelton Freitas	14/10/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 17

3. À sanção. Total: 9

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 104/2010	Denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.	Roberto Santiago	14/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

1. À Câmara dos Deputados. Total: 6

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 448/2011	Dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Wellington Dias	19/10/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 670/2007	Acrescenta § 3º ao art. 61 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para dispor que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos ficam obrigados ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) integrado ao equipamento medidor do fornecimento de combustível automotivo da bomba abastecedora.	Expedito Júnior	06/10/2011
PLS 123/2009	Acrescenta Art. 5º-A à Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que, no caso de transferência do aluno para outra instituição de ensino superior privada, serão devidas as parcelas vencidas até o dia em que o aluno solicitar transferência.	Expedito Júnior	07/10/2011
PLS 526/2009	Dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários.	Marisa Serrano	13/10/2011
PLS 72/2011	Altera o art. 18 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.	Rodrigo Rollemberg	20/10/2011
PLS 64/2010	Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.	Marcelo Crivella	26/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

2. Ao arquivo. Total: 34

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 98/2010	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	05/10/2011

Prejudicada. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 166/2007	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. (Critérios de distribuição de royalties).	João Vicente Claudino	19/10/2011
PLS 629/2007	Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para alterar a distribuição de receitas de compensações financeiras e para direcioná-las às aplicações que especifica.	Magno Malta	19/10/2011
PLS 630/2007	Altera dispositivos das Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para estabelecer que os royalties serão aplicados, prioritariamente, em segurança pública.	Magno Malta	19/10/2011
PLS 8/2008	Altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 - Lei do Petróleo, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos royalties à conservação da floresta amazônica.	Cristovam Buarque	19/10/2011
PLS 29/2008	Altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura.	Antonio Carlos Valadares	19/10/2011
PLS 104/2008	Altera o inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e o parágrafo 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, para prever distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental para o custeio da Previdência Social.	Aloizio Mercadante	19/10/2011
PLS 116/2008	Acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.	Cristovam Buarque	19/10/2011
PLS 189/2008	Altera o art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a destinar recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde.	Expedito Júnior	19/10/2011
PLS 201/2008	Disciplina os dispêndios financiados com recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.	Augusto Botelho	19/10/2011
PLS 224/2008	Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências", para introduzir mudanças nas regras de distribuição dos royalties provenientes da exploração de petróleo e de gás natural na região conhecida como Pré-sal no mar territorial brasileiro.	João Pedro	19/10/2011
PLS 268/2008	Cria o Fundo Nacional do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para determinar nova distribuição dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo e gás natural entre os entes federativos.	Tasso Jereissati	19/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

2. Ao arquivo. Total: 34

Prejudicada. Total: 22

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 279/2008	Altera a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, que "Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências".	Ideli Salvatti	19/10/2011
PLS 335/2008	Altera os arts. 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União a título de royalties e participação especial pela exploração de petróleo serão destinados ao FUNDEB.	Francisco Dornelles	19/10/2011
PLS 362/2008	Altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à previdência social e ao FUNDEB.	Paulo Paim	19/10/2011
PLS 458/2008	Altera o inciso II do artigo 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, dando nova distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental.	Serys Slhessarenko	19/10/2011
PLS 256/2009	Altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo e gás natural na camada pré-sal, sejam destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).	Lobão Filho	19/10/2011
PLS 574/2011	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre os royalties e a receita da comercialização relativos ao regime de partilha de produção.	Francisco Dornelles	19/10/2011
PLS 597/2011	Altera a incidência de Imposto de Exportação sobre petróleo e seus derivados e gás natural, de que trata o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, bem como determina que a União preste apoio financeiro aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal em montante equivalente ao que for arrecadado de tais exportações.	Lindbergh Farias	19/10/2011
PLS 598/2011	Incluir §§ 1º-A e 5º no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para alterar os valores definidos no art. 22 do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, para verificação da faixa de isenção e das faixas de alíquotas de 10%, 20%, 30% e 40%, relativas ao cálculo e ao pagamento de participações especiais, bem como alterar a destinação da receita federal adicional para o Fundo Especial, a ser distribuída entre todos os Estados e Municípios.	Francisco Dornelles	19/10/2011
PLS 613/2011	Dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, e sobre os royalties devidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para os Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração direta da União, e dá outras providências.	Lindbergh Farias	19/10/2011
PLS 624/2011	Dispõe sobre os royalties devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Marcelo Crivella	19/10/2011
PLS 625/2011	Dispõe sobre royalties devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção e sobre receita da União de comercialização dos mesmos bens, instituídos pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e sobre participação especial devida sob o regime de concessão, instituído pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.	Francisco Dornelles	19/10/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 40

2. Ao arquivo. Total: 34

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 10

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 85/2008	Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para estabelecer periodicidade anual na aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e prazo máximo de um ano para adoção de providências pactuadas em termo de compromisso.	Marconi Perillo	06/10/2011
PLS 15/2009	Altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	Raimundo Colombo	06/10/2011
PLS 86/2010	Assegura aos brasileiros residentes no exterior, a filiação como contribuinte facultativo do INSS.	Geraldo Mesquita Júnior	06/10/2011
PLS 262/2010	Torna obrigatório o uso de equipamentos de proteção auditiva nos ambientes de trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a cinquenta decibéis.	Marcelo Crivella	06/10/2011
PLS 325/2008	Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.	Sérgio Zambiasi	13/10/2011
PLS 356/2008	Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.	Osmar Dias	13/10/2011
PLS 158/2011	Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.	Eunício Oliveira	14/10/2011
PLS 195/2009	Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.	Raimundo Colombo	20/10/2011
PLS 2/2008	Institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País.	Cristovam Buarque	27/10/2011
PLS 62/2008	Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º - A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.	Fernando Collor	27/10/2011

Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 318/2006	Estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá oputras providências	Magno Malta	18/10/2011

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 520/2003	Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro.	Câmara dos Deputados	19/10/2011

Matéria: Emenda(s) da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 372/2008	Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº 372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	19/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 184/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes, celebrado em Brasília, em 15 de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	06/10/2011
PDS 178/2011	Aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/10/2011
PDS 185/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Turismo, celebrado em Luanda, em 17 de abril de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/10/2011
PDS 186/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 547/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO TACAIMBÓ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tacaimbó, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 608/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE MARCONI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 651/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO COLUMBIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 664/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO CULTURAL RÁDIO REAL - FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratininga, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 691/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ANAJATUBENSE - ANAJÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anajatuba, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 699/2010	Aprova o ato que outorga permissão à GOIÁS CENTRO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 4/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO LIMPO DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Limpo de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 5/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 13/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-CIDADANIA - ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DIFUSÃO CULTURAL DE CIDADE OCIDENTAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Ocidental, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 63/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CACHOEIRA DOURADENSE DE COMUNICAÇÃO, PROMOÇÃO SOCIAL, ARTÍSTICA, CULTURAL, EDUCATIVA E ESPORTIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 67/2011	Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 100/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INTEGRAÇÃO DE CARMO DO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 101/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 117/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 130/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA BENEFICENTE GRANDE COBILÂNDIA VILA VELHA - ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 131/2011	Aprova o ato que renova a conces-são outorgada à GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito do Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 134/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO CANTÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantá, Estado de Roraima.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 135/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE DO RIO POTY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Crateús, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 165/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO XANXERÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 170/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à BRASÍLIA SUPER RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	03/10/2011
PDS 237/2008	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA par executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 468/2009	Aprova o ato que outorga permissão à ASTRAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 372/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MANTIQUEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 475/2010	Aprova o ato que outorga permissão à SAMPAIO & MARTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cavalcante, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 701/2010	Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 15/2011	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO XAVANTE DE IPANEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 26/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE CORUMBAÍBA - GOIÁS (ADACCG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 28/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 31/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA STAR SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 33/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 36/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PENÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 37/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 39/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ANTENA UM RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 40/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paulista de Avaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 41/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVO RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 88/2011	Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Regeneração, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 95/2011	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA UBERABA - FUREU para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 132/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR DE PALHANO - ACCPP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhano, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 133/2011	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RAÍZES DE MILHÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 142/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ para excutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Piauí, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 143/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PLANALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 144/2011	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO ECOLÓGICA DE CAJUEIRO DA PRAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajueiro da Praia, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 147/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE PENEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 148/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIBEIRÃO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 153/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCATIVA PIO XII DE RADIODIFUSÃO para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 155/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE POPULAR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 163/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011
PDS 164/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 53

1. À promulgação. Total: 53

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 49

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 171/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	10/10/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 5

1. À promulgação. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 47/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à Caixa Econômica Federal (CEF), para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo".	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 48/2011	Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 49/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US$ 107.332.500,00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banco para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas).	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 50/2011	Autoriza a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 100.000.000,00 (cem milhões de euros), com o Kreditanstalt fur Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
PRS 22/2008	Altera a redação do art. 154 e revoga o art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, para determinar que as sessões especiais e comemorativas se realizarão somente em dias de sessão não deliberativa.	Antonio Carlos Júnior	19/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pela Mesa. Total: 38

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1021/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os convênios e contratos de repasses de recursos firmados entre o Ministério e outras entidades públicas ou privadas, bem como sobre a nomeação de assessores naquela Pasta.	Alvaro Dias	05/10/2011
RQS 1022/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o sistema de segurança interno daquele Ministério.	Alvaro Dias	05/10/2011
RQS 1027/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	05/10/2011
RQS 1028/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1039/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado das Comunicações sobre a ampliação da Rede de Banda Larga no Brasil, principalmente na região amazônica.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1041/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça, sobre a presença do Estado brasileiro na região fronteiriça da Amazônia para coibir a prática de tráfico de drogas dentre outros ilícitos penais.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1042/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro dos Transportes que sejam prestadas informações referentes ao transporte fluvial na região Amazônica.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1047/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa relativas a vôos do avião particular de prefixo PR-AJT.	Aloysio Nunes Ferreira	05/10/2011
RQS 1056/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República relativas a vôos do avião particular de prefixo PR-AJT.	Aloysio Nunes Ferreira	05/10/2011
RQS 1070/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda acerca das Empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1071/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia acerca das Empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1072/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior acerca das Empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção de bens de informática.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1075/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o investimento da Petrobras na construção de navios petroleiros.	Alvaro Dias	05/10/2011
RQS 1102/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia acerca de investimentos no setor de petróleo e gás no Brasil.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pela Mesa. Total: 38

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1107/2011	Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação acerca da contratação de novos docentes para atendimento dos pleitos das universidades e institutos federais.	Paulo Bauer	05/10/2011
RQS 1154/2011	Tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 68, 2 e 5, de 2011.	Humberto Costa	05/10/2011
RQS 834/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro da Saúde acerca de investimentos para aquisição de mamógrafos para o combate e diagnóstico preventivo do câncer de mama.	Vanessa Grazziotin	05/10/2011
RQS 1202/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 108 e 296, de 2009.	Flexa Ribeiro	20/10/2011
RQS 1211/2011	Desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1212/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 1 e 283, de 2011.	Aécio Neves	20/10/2011
RQS 1214/2011	Desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008, e com os Projetos de Lei do Senado nºs 344, de 2008; e 479, de 2008.	Ana Rita	20/10/2011
RQS 1220/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 481 e 484, de 2011.	Eduardo Braga	20/10/2011
RQS 1256/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011.	Romero Jucá	20/10/2011
RQS 1264/2011	Tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 457, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2011.	Mário Couto	20/10/2011
RQS 1017/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Justiça acerca de um novo "mensalão" do Partido da República, conforme reportagem da revista Veja.	Mário Couto	25/10/2011
RQS 1103/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra do Meio Ambiente acerca do programa Bolsa Verde.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1104/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, no que se refere à exploração dos recursos naturais da fauna e flora brasileiras.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1105/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Justiça acerca da implementação de políticas públicas no combate e controle do tráfico internacional de pessoas.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1106/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobras, acerca dos investimentos destinados ao setor de energia elétrica previstos até 2014.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1112/2011	Requer, com fundamento no art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, in fine, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre os efeitos da mudança no sistema de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI introduzida com a edição do Decreto 3.070/99.	Demóstenes Torres	25/10/2011
RQS 1137/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado dos Transportes, informações acerca da previsão de abertura do processo de licitação, bem como a expectativa do Governo Federal em torno do início e conclusão das obras da ponte do Abunã, sobre o rio Madeira, que divide os estados do Acre e Rondônia.	Sérgio Petecão	25/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pela Mesa. Total: 38

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1139/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I "a" e 216, do Regimento Interno do Senado Federal informações, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre a política de pessoal adotada para os funcionários das empresas privadas que foram adquiridas nos últimos oito anos pela PETROBRAS.	Alvaro Dias	25/10/2011
RQS 1146/2011	Requer, nos termos do que prescreve o art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a ampliação da rede banda larga em todas as regiões do País, principalmente, no norte do País.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1147/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito das operações de renegociação de dívida envolvendo os Bancos do Brasil e do Nordeste e os produtores rurais da Região Nordeste.	Vital do Rêgo	25/10/2011
RQS 1153/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, informações sobre o medicamento Victoza.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 1161/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes ao Plano Nacional de Banda Larga.	Marta Suplicy	25/10/2011
RQS 886/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro de Estado da Saúde acerca de providências para o combate à incidência da transmissão do vírus HIV, principalmente no Amazonas, onde houve aumento significativo entre o público feminino e jovem.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011
RQS 944/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra da Secretaria de Direito Humanos da Presidência da República acerca de providências para coibir condutas delituosas como a exploração e prostituição infantil de indígenas nas comunidades do município de Autazes, estado do Amazonas, e de realização de campanhas de combate à prostituição infantil, principalmente nos municípios interioranos.	Vanessa Grazziotin	25/10/2011

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1182/2011	Requer autorização para participar do seminário intitulado "O avanço do consumo de drogas na Argentina", a ser realizado em 6 de outubro de 2011, na Câmara dos Deputados da República Argentina, na cidade de Buenos Aires, para o qual foi convidado na condição de palestrante; e seja autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 5 a 7 de outubro de 2011.	Magno Malta	04/10/2011
RQS 1185/2011	Requer, nos termos dos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o Senador Walter Pinheiro participar de visita a parques eólicos na Espanha e em Portugal, no período de 08 a 16 de outubro de 2011. Requer, ainda, que seja acompanhado de um Consultor Legislativo do Senado federal.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	04/10/2011
RQS 1204/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada licença autorizada dos trabalhos da Casa sua ausência, nos dias 26 de setembro, 03 e 04 de outubro de 2011, para participar, em várias cidades do País, dos Seminários Regionais para "Discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012/2015".	Vital do Rêgo	04/10/2011
RQS 1217/2011	Urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	04/10/2011
RQS 966/2011	Requerem, nos termos regimentais, seja o primeiro momento do Período do Expediente do dia 4 de outubro destinado a comemorar os 23 anos da transformação do Território Federal de Roraima em Estado de Roraima, ocorrida no dia 5 de outubro de 1988.	Angela Portela	04/10/2011
RQS 1225/2011	Tramitação em conjunto dos Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2011, Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, e Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011.	Francisco Dornelles	05/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1228/2011	Urgência para o PRS nº 47 de 2011, advindo da Mensagem do Senado nº 127 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1229/2011	Urgência para PRS nº 48 de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 129 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1230/2011	Urgência para o PRS nº 49 de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 130 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1231/2011	Urgência para o PRS nº 50 de 2011, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 131 de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	05/10/2011
RQS 1233/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 14 de outubro de 2011, a fim de participar, como observador parlamentar, dos trabalhos da 66ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos.	Antonio Carlos Valadares	05/10/2011
RQS 1142/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2007 e 182, de 2009.	Walter Pinheiro	06/10/2011
RQS 1172/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2011.	Lúcia Vânia	06/10/2011
RQS 1178/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 255, de 2010; e 44, de 2009.	Gim Argello	06/10/2011
RQS 1183/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2010.	Lúcia Vânia	06/10/2011
RQS 1184/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2011, e do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010.	Cyro Miranda	06/10/2011
RQS 1240/2011	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam justificadas suas ausências nos trabalhos da Casa nos dias 29 e 30 de setembro, e 4, 5 e 17 de outubro de 2011, em face de participação nos Seminários Regionais para discussão das Propostas do Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período 2012-2015, do qual é relator.	Walter Pinheiro	11/10/2011
RQS 1246/2011	Requer, nos termos do art.13, combinado com o art.40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro de 2011, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo, oportunidade em que estará participando de audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas.	Paulo Davim	11/10/2011
RQS 1248/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo - SP, oportunidade em que estará participando de audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.	Marinor Brito	11/10/2011
RQS 1234/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2011, com o Projeto de Lei Câmara nº 16, de 2010, e com os Projetos de Lei do Senado nº 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009;e 138, 448, 574 e 598, de 2011.	Marcelo Crivella	18/10/2011
RQS 1235/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 613, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (ou Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011).	Lindbergh Farias	18/10/2011
RQS 1236/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 597, de 2011 com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (ou Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011).	Lindbergh Farias	18/10/2011
RQS 1252/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 17 de outubro de 2011, com ônus para a Casa, para desempenho de missão de representação em São Paulo - SP.	Vanessa Grazziotin	18/10/2011
RQS 1254/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar nos dias 16 e 17 de outubro de 2011, a fim de participar de audiência pública no Estado de São Paulo destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil no período de 2003 a 2011.	Lídice da Mata	18/10/2011
RQS 1260/2011	Inversão da Ordem do Dia da sessão deliberativa do dia 18/10/2011, de modo que o item 27 da pauta, correspondente ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 78, de 2011, seja apreciado em primeiro lugar como item 1.	Romero Jucá	18/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1261/2011	Extinção de urgência para o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2008 - Complementar.	Romero Jucá	18/10/2011
RQS 1262/2011	Reexame pela Comissão de Assuntos Econômicos do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 467, de 2008 Complementar, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.	Romero Jucá	18/10/2011
RQS 1263/2011	Solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, que ¿Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para distinção de recursos do Fundo Social para a educação¿, para que passe a tramitar de forma autônoma em relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.	Antonio Carlos Valadares	18/10/2011
RQS 1242/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 112, de 2007, e 95, de 2011.	Ana Amélia	20/10/2011
RQS 1283/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, com o fim de participar, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, de diligência junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.	Blairo Maggi	20/10/2011
RQS 1284/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, com o fim de participar, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, de diligência junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.	Aloysio Nunes Ferreira	20/10/2011
RQS 1285/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, com o fim de participar de diligência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto/SP.	Jorge Viana	20/10/2011
RQS 1287/2011	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 27 de outubro de 2011, com o fim de participar, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito - Supostas Irregularidades no ECAD - CPIECAD, de Audiência Pública na cidade de Salvador - BA.	Lídice da Mata	20/10/2011
RQS 1288/2011	Urgência para votação do Projeto de Lei da Câmara n° 62, de 2007.	Ana Amélia	20/10/2011
RQS 1253/2011	Requer, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar, no dia 02 de novembro de 2011, a fim de participar de Reunião do Parlamento do Estado da Renânia-Palatinado, na cidade de Mainz - Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 27 de outubro a 06 de novembro de 2011.	Valdir Raupp	25/10/2011
RQS 1286/2011	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art.40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, representando a Comissão de Serviços de Infraestrutura, acompanhada de dois assessores e com ônus para o Senado Federal, participar da 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria - ENAI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria - CNI, em São Paulo, capital, no dia 27 de outubro de 2011.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	25/10/2011
RQS 1307/2011	Inversão da pauta do PLC 41/2010.	Humberto Costa	25/10/2011
RQS 1313/2011	Urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2011.	Romero Jucá	25/10/2011
RQS 1314/2011	Urgência para apreciação do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar.	Alvaro Dias	25/10/2011
RQS 1175/2011	Requer autorização para participação dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Eduardo Amorim, em missão oficial na Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, entre os dias 30 de outubro a 6 de novembro de 2011, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas.	Comissão de Assuntos Sociais	26/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Aprovada pelo Plenário. Total: 52

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1293/2011	Requer, nos termos do art. 13 e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 17 de outubro de 2011, quando participará, como membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de diligência junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), em Ribeirão Preto (SP).	Rodrigo Rollemberg	26/10/2011
RQS 1294/2011	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, nos dias 24 e 25 de outubro de 2011, no VII Foro Parlamentar Ibero-Americano, a realizar-se em Assunção, Paraguai, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no citado período.	Ana Amélia	26/10/2011
RQS 1300/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa no exterior, participação, no período de 31 de outubro a 02 de novembro de 2011, por ocasião de Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul e da visita do Grupo de Trabalho da Delegação para as Relações com os Países do MERCOSUL e do Parlamento Europeu, em Montevidéu, no Uruguai. Comunica ainda, nos termos do art. 39, que estará ausente do país no período de 30 de outubro a 02 de novembro, a fim de participar do evento.	Inácio Arruda	26/10/2011
RQS 1301/2011	Requer, nos termos art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa no período de 29 de outubro a 02 de novembro de 2011, com o fim de participar, na qualidade de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de encontro com a Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Mercosul e da Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	Roberto Requião	26/10/2011
RQS 1302/2011	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação da requerente, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2011, na Reunião da Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, e reuniões conjuntas, a realizarem-se em Montevidéu, Uruguai. Para efeito do disposto no art. 39, a requerente comunica que estará ausente do País no período de 30 de outubro a 2 de novembro de 2011.	Ana Amélia	26/10/2011
RQS 1316/2011	Autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 30 do corrente a 6 de novembro próximo.	Wellington Dias	26/10/2011
RQS 1317/2011	Prorrogação do prazo para que a Mesa do Senado Federal possa até o dia 1º de dezembro próximo, receber o encaminhamento de indicações à 11ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Berttha Lutz.	Vanessa Grazziotin	26/10/2011
RQS 1099/2011	Comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes juntamente com a do Dia Nacional da Consciência Negra.	Anibal Diniz	27/10/2011
RQS 1298/2011	Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência "Investing in Brazilian Healthcare Summit" e de visita ao Centro de Emergência (911), na cidade de New York, NY - USA, no período de 14 a 18 de novembro de 2011.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	27/10/2011
RQS 1319/2011	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, representar a Comissão de Serviços de Infraestrutura na 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria - ENAI, a realizar-se na capital do Estado de São Paulo, no dia 27 de outubro de 2011.	Cyro Miranda	27/10/2011
RQS 1320/2011	Em aditamento ao Requerimento nº 1.298, de 2011, solicitando alteração das datas de partida e retorno da conferência ¿Investing in Brazilian Healthcare Summit¿ e da visita ao Centro de Emergência na cidade de Nova Iorque.	Walter Pinheiro	27/10/2011
RQS 1325/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, para participar como presidente da 16ª reunião da CPI do Ecad, na cidade de Salvador-BA, no dia 27 de outubro de 2011.	Randolfe Rodrigues	27/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1241/2011	Retirada do Requerimento nº 1.143, de 2011.	Vital do Rêgo	10/10/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1224/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí pelos 120 anos de sua criação.	João Vicente Claudino	04/10/2011
RQS 1244/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelo transcurso, no dia 15 de outubro de 2011, dos 159 anos do município de Parintins, Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	10/10/2011
RQS 1245/2011	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do comandante JOÃO ARISTON PESSOA DE ARAÚJO, fundador da Táxi Aéreo Fortaleza, ocorrido no dia 10 de outubro de 2011.	Inácio Arruda	10/10/2011
RQS 1249/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do humorista JOSÉ THOMAZ DA CUNHA VASCONCELLOS, ocorrido no dia 11 de outubro de 2011, aos 85 anos.	Eduardo Suplicy	11/10/2011
RQS 1255/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do crítico de cinema e fundador da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, Leon Cakoff, ocorrido no dia 14 de outubro de 2011, aos 63 anos.	Eduardo Suplicy	17/10/2011
RQS 1258/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações à Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein (SBIBAE) pela passagem dos 40 anos do Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), comemorados no dia 15 de outubro de 2011.	Eduardo Suplicy	17/10/2011
RQS 1289/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do diretor do Sindicato dos Rodoviários do Amazonas, Antônio Cavalcante de Araújo.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1290/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à amazonense Bianca Maia Mendonça pela conquista da medalha de ouro nos jogos Pan Americanos de Guadalajara.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1291/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao dia do médico, comemorado no dia 18 de outubro.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1292/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso aos 25 anos da descoberta de Urucu, bem como seja encaminhado o referido voto ao senhor José Sérgio Gabrielli de Azevedo, presidente da Petrobras.	Vanessa Grazziotin	20/10/2011
RQS 1295/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e aplausos, a cidade de Manaus, que comemora 342 anos no dia 24 de Outubro de 2011, bem como seja encaminhado o referido voto ao senhor AMAZONINO ARMANDO MENDES, Prefeito de Manaus.	Vanessa Grazziotin	21/10/2011
RQS 1297/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso em comemoração aos 40 anos da coluna do jornalista Paulo Santana no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, a serem comemorados dia 17 de novembro de 2011.	Paulo Paim	24/10/2011
RQS 1321/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito Hélio Humberto Lima, do município de Atílio Vivácqua - ES, ocorrido no dia 24 de setembro de 2011.	Magno Malta	26/10/2011
RQS 1322/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao atleta Péricles da Silva, que recebeu medalha de ouro nos jogos Pan-Americanos de Guadalajara, no México, no dia 25 de outubro de 2011.	Flexa Ribeiro	27/10/2011
RQS 1323/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ANTÔNIO ALVES DE ALMEIDA, ocorrido no dia 27 de outubro de 2011, o qual durante 45 anos presidiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC.	Paulo Paim	27/10/2011

Matéria: Requerimento. Total: 110

Encaminhada pela Presidência. Total: 16

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1324/2011	Requer, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de pesar à Senhora Daisy Lúcidi, viúva do jornalista gaúcho Luiz Pinêda Mendes, pelo falecimento deste em 27 de outubro de 2011.	Ana Amélia	27/10/2011

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1143/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda, informações a respeito da revisão pelo Banco Central dos procedimentos contábeis dos bancos comerciais para fins de demonstração, aferição e fiscalização por parte dos municípios acerca dos eventos tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), especialmente após a edição da Lei Complementar nº 116/2003.	Vital do Rêgo	10/10/2011

Rejeitada pela Mesa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1019/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República acerca de um novo "mensalão" do Partido da República, conforme reportagem da revista Veja.	Mário Couto	25/10/2011
RQS 1020/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Secretaria-Geral da Presidência da República acerca de um novo "mensalão" do Partido da República, conforme denúncias da revista Veja.	Mário Couto	25/10/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 112

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
461-M	Ciro Nogueira	13	04 a 08.10	Atividade Parlamentar
462-M	Ciro Nogueira	13	16 a 19.10	Atividade Parlamentar
463-M	Ciro Nogueira	43, II	09 a 15.10	Licença Particular
464-M	Armando Monteiro	-	-	Retirada dos Requerimentos nºs 386/2011 –M e 455/2011-M
465-M	Anibal Diniz	13	06.10	Atividade Parlamentar
466-M	Eduardo Amorim	13	06.10	Atividade Parlamentar
467-M	Blairo Maggi	43, II	24 a 27.10	Licença Particular
468-M	Anibal Diniz	13	12 a 16.10	Atividade Parlamentar
469-M	Lobão Filho	43, II	13.10	Atividade Parlamentar
470-M	José Agripino	13	20 a 28.10	Atividade Parlamentar
471-M	Eduardo Braga	43, II	06, 11 e 13.10	Licença Particular
472-M	Eduardo Braga	13	14 a 21.10	Atividade Parlamentar
473-M	Lobão Filho	43, II	06.10	Licença Particular
474-M	Lobão Filho	43, II	11.10	Licença Particular
475-M	Paulo Bauer	13	06.10	Atividade Parlamentar
476-M	Valdir Raupp	13	06.10	Atividade Parlamentar
477-M	Armando Monteiro	13	06.10	Atividade Parlamentar
478-M	Luiz Henrique da Silveira	13	06.10	Atividade Parlamentar
479-M	João Ribeiro	13	06.10	Atividade Parlamentar
480-M	Benedito de Lira	13	11 e 13.10	Atividade Parlamentar
481-M	Romero Jucá	43, II	11 e 13.10	Licença Particular
482-M	Marcelo Crivella	43, II	11 e 13.10	Licença Particular (aditado pelo RQS nº 500, de 2011-M)
483-M	João Durval	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
484-M	Garibaldi Alves	13	10 a 13.10	Atividade Parlamentar
485-M	Benedito de Lira	13	10.10	Atividade Parlamentar
486-M	Lídice da Mata	13	10.10	Atividade Parlamentar
487-M	Gim Argello	43, II	10.10	Licença Particular
488-M	Ana Rita	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
489-M	Humberto Costa	13	10.10	Atividade Parlamentar
490-M	João Vicente Claudino	13	10.10	Atividade Parlamentar
491-M	Jayme Campos	13	11.10	Atividade Parlamentar
492-M	Jayme Campos	13	10.10	Atividade Parlamentar
493-M	Mário Couto	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
494-M	Kátia Abreu	13	10.10	Atividade Parlamentar
495-M	Paulo Davim	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
496-M	Sérgio Souza	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
497-M	Angela Portela	13	11.10	Atividade Parlamentar
498-M	Angela Portela	13	10.10	Atividade Parlamentar
499-M	Paulo Bauer	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
500-M	Marcelo Crivella	43, II	10 e 11.10	Licença Particular (aditamento ao RQS nº 482, de 2011-M)
501-M	Randolfe Rodrigues	13	10.10	Atividade Parlamentar - Retirado pelo Requerimento nº 515/2011-M
502-M	Zeze Perrela	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
503-M	Cícero Lucena	13	19 e 20.10	Atividade Parlamentar
504-M	Lídice da Mata	13	11.10	Atividade Parlamentar
505-M	Jarbas Vasconcelos	13	13 a 21.10	Atividade Parlamentar
506-M	Maria do Carmo Alves	13	11.10	Atividade Parlamentar
507-M	Clovis Fecury	13	10 e 11.10	Atividade Parlamentar
508-M	Marinor Brito	13	06.10	Atividade Parlamentar
509-M	Marinor Brito	13	10.10	Atividade Parlamentar
510-M	Marinor Brito	13	11.10	Atividade Parlamentar
511-M	Waldemir Moka	13	10.10	Atividade Parlamentar
512-M	Fernando Collor	13	10.10	Atividade Parlamentar
513-M	Fernando Collor	13	11.10	Atividade Parlamentar
514-M	Casildo Maldaner	43, I	30.09 a 15.10	Licença Saúde
515-M	Randolfe Rodrigues	-	-	Retirada do Requerimento nº 501/2011–M
516-M	Humberto Costa	13	11.10	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
517-M	Eduardo Amorim	13	18.10	Atividade Parlamentar
518-M	Fernando Collor	13	19.10	Atividade Parlamentar
519-M	Eduardo Amorim	13	20.10	Atividade Parlamentar
520-M	Paulo Bauer	13	20.10	Atividade Parlamentar
521-M	Alfredo Nascimento	13	20.10	Atividade Parlamentar
522-M	Sérgio Petecão	13	20.10	Atividade Parlamentar
523-M	Kátia Abreu	13	20.10	Atividade Parlamentar
524-M	Armando Monteiro	13	20.10	Atividade Parlamentar
525-M	Zeze Perrella	13	20.10	Atividade Parlamentar
526-M	Ricardo Ferraço	13	20.10	Atividade Parlamentar
527-M	Cícero Lucena	13	20.10	Atividade Parlamentar
528-M	Humberto Costa	13	20.10	Atividade Parlamentar
529-M	Renan Calheiros	43, II	20.10	Licença particular
530-M	Marinor Brito	13	19 e 20.10	Atividade Parlamentar
531-M	Pedro Simon	13	25.10	Atividade Parlamentar
532-M	Cícero Lucena	-	-	Retirada do Requerimento nº 503/2011–M
533-M	João Vicente Claudino	13	25 a 27.10	Atividade Parlamentar
534-M	Clovis Fecury	13	25 a 27.10	Atividade Parlamentar
535-M	Garibaldi Alves	13	25 a 27.10	Atividade Parlamentar
536-M	Cristovam Buarque	13	31.10; 1º, 03 e 04.11	Atividade Parlamentar
537-M	Aécio Neves	13	25.10	Atividade Parlamentar
538-M	Francisco Dornelles	13	26 e 27.10	Atividade Parlamentar
539-M	Marinor Brito	13	26 e 27.10	Atividade Parlamentar
540-M	Eduardo Amorim	43, I	10.10	Licença Saúde
541-M	Kátia Abreu	13	30.10 a 04.11	Atividade Parlamentar
542-M	Lobão Filho	43, II	01.11	Atividade Parlamentar
543-M	Lobão Filho	43, II	03.11	Atividade Parlamentar
544-M	Ricardo Ferraço	13	27.10	Atividade Parlamentar
545-M	Ricardo Ferraço	43, II	01 e 03.11	Licença particular
546-M	Rodrigo Rollemberg	13	27.10	Atividade Parlamentar
547-M	Vital do Rêgo	43, II	27.10	Licença particular
548-M	Paulo Davim	13	25.10	Atividade Parlamentar
549-M	Clésio Andrade	13	20.10	Atividade Parlamentar
550-M	Lobão Filho	43, II	27.10	Licença particular
551-M	Fernando Collor	13	26.10	Atividade Parlamentar
552-M	Benedito de Lira	13	27.10	Atividade Parlamentar
553-M	Garibaldi Alves	13	01 a 03.11	Atividade Parlamentar
554-M	Waldemir Moka	13	31.10 a 03.11	Atividade Parlamentar
555-M	Sérgio Petecão	13	01 a 03.11	Atividade Parlamentar
556-M	Eduardo Braga	43, II	01 e 03.11	Licença Particular
557-M	Humberto Costa	13	27.10	Atividade Parlamentar
558-M	Eduardo Suplicy	13	31.10	Atividade Parlamentar
559-M	João Durval	13	31.10	Atividade Parlamentar
560-M	João Durval	13	01 e 03.11	Atividade Parlamentar
561-M	Renan Calheiros	13	27.10	Atividade Parlamentar
562-M	Marcelo Crivella	43, II	31.10 e 01.11	Licença Particular
563-M	Zeze Perrella	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
564-M	Mário Couto	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
565-M	Eduardo Amorim	13	31.10	Atividade Parlamentar
566-M	Eduardo Amorim	13	01.11	Atividade Parlamentar
567-M	João Vicente Claudino	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
568-M	Maria do Carmo Alves	13	31.10	Atividade Parlamentar
569-M	Jayme Campos	13	31.10	Atividade Parlamentar
570-M	Ana Rita	13	31.10	Atividade Parlamentar
571-M	Lúcia Vânia	13	31.10	Atividade Parlamentar
572-M	Eduardo Braga	43, I	26.10	Licença Saúde

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 31/10/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	01
Conjunta Solene	-
Total	**01**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovado)	06
Lidas	**Quantidade**
Vetos totais	02
Vetos parciais	01

Resenha Consolidada
02/02 a 31/10/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	09
Conjunta Solene	06
Total	**15**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
PLN (aprovado)	15
Retificações (aprovadas)	02
Total	**18**

Sessões Realizadas
01 a 31/10/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	26/10/2011, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 11, 16, 21, 22 e 25, de 2011.

Matérias Apreciadas
01 a 31/10/2011

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
54/2011-CN (n° 223/2011, na origem)	PL n° 11/2011-CN Leitura: 28/06/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
61/2011-CN (n° 238/2011, na origem)	PL n° 16/2011-CN Leitura: 07/07/2011	Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
68/2011-CN (n° 278/2011, na origem)	PL n° 20/2011-CN Leitura: 1º/08/2011	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 593.754.077,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
76/2011-CN (n° 329/2011, na origem)	PL n° 21/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
77/2011-CN (n° 330/2011, na origem)	PL n° 22/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
80/2011-CN (n° 333/2011, na origem)	PL n° 25/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 20.843.096,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	26/10/2011, às 12 horas	Aprovado. À sanção.
97/2011-CN (nº 408/2011, na origem)	PLS nº 17/2002 (nº 7.191/2002, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 27/2011	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-438.	26/10/2011, às 12 horas	Lido Total - 01 Veto Total
101/2011-CN (nº 431/2011, na origem)	PLC nº 7/2011 (PL nº 5.358/2009, na Casa de origem) Veto Total nº 28/2011	Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009.	26/10/2011, às 12 horas	Lido Total - 01 Veto Total
102/2011-CN (nº 437/2011, na origem)	PLV nº 23/2011 (oriundo da MP nº 534/2011) Veto Parcial nº 29/2011	Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital **tablet PC** produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.	26/10/2011, às 12 horas	Lido Total - 01 Veto Parcial

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 31/10/2011

Nº	Assunto
41/2011 (public. no DOU de 05/10/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 542, de 12 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências".
42/2011 (public. no DOU de 19/10/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 543, de 24 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2011, que "Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 31/10/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
560/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 547, de 2011, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010".
553/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 26 (vinte e seis) de outubro do corrente, quarta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs: 11, 16, 21, 22 e 25, de 2011.
551/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 9 de novembro do corrente, quarta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e Força Aérea Brasileira-FAB.
550/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República as Mensagens nºs 104 a 131, de 2011-CN (nºs 443 a 470, de 2011, na origem), encaminhando os Projetos de Lei nº 30 a 57, de 2011-CN, todos relativos a operações de crédito. Os projetos de lei publicadas em avulsos e no DSF de 18/10/2011 vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
548/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do TRT, 14ª Região, o Ofício nº 500, de 2011, na origem, encaminhando o relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2011. O expediente lido será juntado ao processado do Ofício nº 42, de 2011-CN, e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
547/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 11 de outubro de 2011, a Medida Provisória nº 547, de 2011, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 14/10/2011.
546/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 49, de 2011-CN (GPR nº 36.035/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada no DSF de 18/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
545/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Conselho da Justiça Federal o Ofício nº 48, de 2011-CN (PR nº 2011014674, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada no DSF de 11/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
544/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 102, de 2011-CN (nº 437/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 534, de 2011), que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital **tablet PC** produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
543/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 101, de 2011-CN (nº 431/2011, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011 (PL nº 5.358, de 2009, nessa Casa), que "Altera dispositivos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
542/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.479-Seses-TCU-Plenário, de 2011, na origem, do Senhor Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2.694/2011-TCU-Plenário, informando que não foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona. A matéria, publicada no DSF de 14/10/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
541/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 546, de 2011, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências".
540/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 545, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante -AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante- FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências".
539/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 544, de 2011, que "Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências".
538/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica o cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para dia 20/10/2011, quinta-feira, às doze horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 11, 16, 20, 21, 22 e 25, de 2011.
532/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 20 (vinte) de outubro do corrente, quinta-feira, às 12 (doze) horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação das seguintes matérias: Projetos de lei do Congresso Nacional nºs: 11, 16, 20, 21, 22 e 25, de 2011.
531/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal a Mensagem nº 100, de 2011-CN (nº 63, de 2011, na origem), encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
530/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 99, de 2011-CN (nº 418, de 2011, na origem), encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
529/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Superior Tribunal de Justiça o Ofício nº 47, de 2011-CN (nº 940, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
528/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Superior Tribunal Militar o Ofício nº 46, de 2011-CN (nº 236, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
527/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal Superior Eleitoral o Ofício nº 45, de 2011-CN (nº 4.282, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
526/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Procuradoria Geral da República o Ofício nº 44, de 2011-CN (nº 1.218, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
525/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Conselho Nacional de Justiça o Ofício nº 43, de 2011-CN (nº 661, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
524/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Tribunal Superior do Trabalho o Ofício nº 42, de 2011-CN (nº 323, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
523/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado em suplemento ao DSF de 08/10/2011, o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao segundo quadrimestre de 2011 (Ato do Presidente nº 188, de 2011-SF). A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
522/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Câmara dos Deputados o Ofício nº 40, de 2011-CN (nº 3.192, de 2011, nessa Casa), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011. A matéria está publicada em suplemento ao DSF de 08/10/2011 e vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
521/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada em 3 de outubro do corrente ano, a Mensagem nº 98, de 2011-CN (nº 420, de 2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e publicada no DSF de 04/10/2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
520/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 97, de 2011-CN (nº 408/2011, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2002 (PL nº 7.191, de 2002, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-438". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
519/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 22, de 2011-CN (nº 342/MF/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao segundo trimestre de 2011. A matéria, publicada no DSF de 04/10/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
518/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 29 de setembro de 2011, a Medida Provisória nº 546, de 2011, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/10/2011.
517/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 29 de setembro de 2011, a Medida Provisória nº 545, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante -AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante-FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/10/2011.
516/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 29 de setembro de 2011, a Medida Provisória nº 544, de 2011, que "Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 03/10/2011.
515/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, com referência ao Ofício 1.512/11/SGM-P, de 15 de setembro de 2011, dessa Casa, comunica que, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.501, de 07/10/2011, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "g" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências", cujas disposições foram adotadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República como Medida Provisória nº 538, de 1º de julho de 2011.
513/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que o Senado Federal aprovou, na sessão de 5 de outubro do corrente ano, a Medida Provisória nº 537, de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R$ 500.000.000,00, para os fins que especifica", nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2011.
512/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão n° 25, de 2011 (Medida Provisória n° 536, de 2011), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 5 de outubro do corrente ano, que "Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral".

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	02
Extraordinárias (REX)	01
Audiências Públicas (RAP)	01
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	07
Total	**11**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	01	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	03	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**04**	**-**

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**28**	**6**				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		**4**				
• Substitutivo		2				
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**1**					
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						
Avisos CN (AVN)	**1**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	1					
Mensagens CN (MCN)	**3**					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	3					
Ofícios CN (OFN)	**10**					
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	10					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)	**1**					
Emendas	**382**	**186**				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)						
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	**426**	**192**				

Resenha Consolidada
29/03 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	21
Extraordinárias (REX)	09
Audiências Públicas (RAP)	04
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Seminários Regionais (SREG)	11
Total	**48**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	10	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	02	01
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	21	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
Grupo de Trabalho – GT Copa de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016	-	-
TOTAL	**34**	**01**

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**57**	**13**			**2**	
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original		10				
• Substitutivo		2				
- LDO/Alteração		1				
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**6**					**1**
• Texto Original						3
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	**65**	**32**				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011		1				
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3	2				
- Parecer Prévio do Governo Federal	3	1				
- Outras Matérias	56	28				
Mensagens CN (MCN e MSG)	**52**	**12**				
- Prestação de Contas	7	1				
- Relatório de Avaliação do PPA	6	3				
- Outras Matérias	39	8				
Ofícios CN (OFN)	**123**	**42**				
- Prestação de Contas	29	10				
- Outras Matérias	94	32				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**33**	**16**	**6**			
Emendas	**4150**	**3.325**	**12**			
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**2**	**2**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)	**1**	**1**				
TOTAL	**4495**	**3.443**	**18**		**2**	**5**

Resultados das Reuniões
01 a 31/10/2011

Reunião realizada em 5 de outubro de 2011 (Extraordinária)

9ª Reunião Extraordinária
convocada para 5/10/2011, às 15 horas
(Iniciada às 15h15min e suspensa às 15h18min)
(Reiniciada às 15h25min e encerrada às 15h50min)

Pautas nºs 21 – Alterada, 22 e 23/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e pelo 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*.

O Presidente informou que não havia *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, e sugeriu a suspensão da reunião por 5 minutos, e obteve a concordância do Plenário.

Às 15 horas e 25 minutos, o Presidente reabriu os trabalhos e informou que o quórum havia sido atingido nas duas Casas do Congresso Nacional.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da reunião da Bancada do Estado do Rio Grande do Norte, realizada em 8 de fevereiro de 2011, informando que a Deputada Sandra Rosado (PSB/RN) foi eleita para o cargo de Coordenadora daquela Bancada.

2) Ofício Nº 247/2011 – BSB, de 15 de setembro, do Deputado Marçal Filho (PMDB/MS), solicitando a retirada de Pauta do Requerimento nº 28/2011-CMO, de sua autoria.

3) OF. 2VIPR/COR. Nº 61/2011, de 20 de setembro, do Segundo Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo da Fonte, solicitando informações sobre execução orçamentária, referente aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, para instrução do Processo Administrativo nº 134.025/2011.

4) Of. nº 323/2011 – CFT, de 28 de setembro, do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Cláudio Puty, manifestando o interesse daquela Comissão em colaborar com a emissão do Parecer da CMO sobre o Projeto de Lei nº 28/2011-CN, Proposta Orçamentária para o exercício de 2012, quanto à parte referente às receitas da União. Nesse sentido, requer a remessa das informações necessárias e fixação de cronograma para a elaboração do Parecer de subsídio ao Relator da Receita.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão DEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 513/2011, de 28 de setembro, do Gabinete do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 28 de setembro.

- Expediente encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão INDEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 280/2011-GP/CD/DF, de 14 de setembro, do Gabinete do Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT), justificando ausência no dia 14 de setembro.

- **Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) Of. Nº 654, de 13 de setembro de 2011, do Deputado Aguinaldo Ribeiro, Líder do PP, indicando o Deputado Arthur Lira (PP/AL), em substituição ao Deputado Roberto Britto (PP/BA).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.127, de 14 de setembro de 2011, do Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, encaminhando o Ofício nº 967/2011/5ª CCR/MPF, de 31 de agosto de 2011, expedido pelo Subprocurador-Geral da República, Eugênio José Guilherme de Aragão, Coordenador da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através do qual encaminha um CD contendo documentos que foram objeto de discussão na audiência pública realizada pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no dia 28 de março de 2011, na qual foi apresentado e discutido novo modelo de orçamento de obras públicas.

2) Mensagem nº 128, de 2011 (nº 385/2011, na origem), entregue cópia à CMO em 20/09/2011, da Presidente da República ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 4º Bimestre de 2011, da Secretaria de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional.

3) Ofício nº 232/MP, de 21 de setembro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, encaminhando proposta de ajuste no Projeto de Lei nº 20/2011-CN, conforme exposto na Nota Técnica nº 54/DESOC/SOF/MP, de 21 de setembro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

4) OFÍCIO CSJT.GP.SG.ASPO nº 87/2011, de 26 de setembro, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, em atendimento à solicitação contida no Ofício Pres. nº 252/2011-CMO, de 24/8/2011, encaminha informações relativas às ações da Justiça do Trabalho, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012, passíveis de emendamento pelos parlamentares.

- Expedientes encaminhados ao Deputado Weliton Prado, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI:

1) Ofício nº 259/Presi/Funasa, de 20 de setembro de 2011, do Presidente da Fundação Nacional de Saúde, Gilson de Carvalho Queiroz Filho.

2) Ofício nº 2.988/2011/DG, de 26 de setembro de 2011, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – Dnit, Jorge Ernesto Pinto Fraxe.

- Expedientes encaminhados à CMO, referentes aos Seminários Regionais "DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2012 E DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2012/2015":

1) Ofício nº 385/GP, de 22 de setembro de 2011, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, comunicando que em virtude de compromissos institucionais não participará dos Seminários Regionais que serão realizados por esta Comissão.

2) Ofício nº 7.133/2011/SEPAR, de 22 de setembro, da Secretária Particular do Governador do Estado da Bahia, Regina Affonso de Carvalho, informando que em virtude da impossibilidade de comparecimento do Governador Jaques Wagner, o mesmo será representado pelo Senhor Zezéu Ribeiro, Secretário do Planejamento, no Seminário Regional desta Comissão, que será realizado no dia 27 de setembro de 2011.

3) Ofício nº 1.848/GM/MT, de 23 de setembro de 2011, da Chefe de Gabinete do Ministro de Estado dos Transportes, Nélida Ester Zacarias Madela, informando que o Ministro de Estado, Paulo Sérgio Passos, em virtude de compromissos anteriormente assumidos, não poderá participar dos Seminários Regionais, realizados por esta Comissão.

4) Ofício nº 2.665/Gab-C. Civil/PR, de 23 de setembro de 2011, da Assessora Especial do Gabinete da Casa Civil da Presidência da República, Dayane Hirt, informando que a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, em virtude de compromissos de governo anteriormente agendados, não poderá participar dos Seminários Regionais, realizados por esta Comissão.

5) Aviso nº 1.605 – GP/TCU, de 26 de setembro de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, na Presidência, Ministro Valmir Campelo, informando a indicação do Servidor Antônio França da Costa, Secretário de Controle Externo no Estado da Bahia, para representar o TCU no Seminário Regional da CMO, que será realizado no dia 27 de setembro, na cidade de Salvador – BA.

6) OFÍCIO.TST.GP.ASPAR Nº 060/2011, de 26 de setembro, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, informando que não poderá participar dos Seminários Regionais, realizados por esta Comissão, em virtude de compromissos anteriormente firmados.

7) Aviso nº 1.609 – GP/TCU, de 28 de setembro de 2011, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, informando que em prosseguimento à indicação dos servidores para representarem o TCU nos Seminários Regionais da CMO, à exceção da cidade de Uberlândia-MG, que não foi possível indicar representante, irão participar em Curitiba-PR, a Sra. Dirce Teresinha dos Santos, Diretora na Secretaria de Controle Externo do Estado do Paraná, em Campo Grande-MS, o Sr. Edmur Baida, Secretário de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul, e em Goiânia-GO, o Sr. Paulo Henrique Nogueira, Secretário de Controle Externo no Estado de Goiás.

8) Fax, de 3 de outubro de 2011, da Superintendência de Relações Públicas da Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado de Goiás, através da Sra. Maria Emília Miotto Godoy, informando que o Governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, não comparecerá ao Seminário Regional, que será realizado por esta Comissão em Goiânia-GO, e indica como seu representante o Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecci.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 10ª, 13ª.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 14 de setembro:

1) Aviso n° 1.381/2011 (Acórdão nº 2.439/2011): Obras de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste/BR-265/MG, trecho – Divisa RJ/MG – Divisa MG/SP.

2) Aviso n° 1.385/2011 (Acórdão nº 2.421/2011): Obras de restauração na BR-364/RO.

3) Aviso n° 1.389/2011 (Acórdão nº 2.447/2011): Obras de "ampliação do sistema de subtransmissão de energia elétrica em Manaus/AM.

4) Aviso n° 1.392/2011 (Acórdão nº 2.444/2011): Obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Goiânia/GO.

5) Aviso n° 1.394/2011 (Acórdão nº 2.448/2011): Obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus/AM.

6) Aviso n° 1.401/2011 (Acórdão nº 2.450/2011): Obras de implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA.

Aviso Seses de 14 de setembro, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:

1) Aviso n° 1.393/2011 (Acórdão nº 2.433/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul no trecho Anápolis-GO/Uruaçu-GO.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 21 de setembro:

1) Aviso n° 1.402/2011 (Acórdão nº 2.539/2011): Obras da Avenida Marginal Leste – Controle de Enchentes do Rio Poty – no Município de Teresina - PI.

2) Aviso n° 1.404/2011 (Acórdão nº 2.524/2011): Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia (REPLAN), em Paulínia – SP.

3) Aviso n° 1.422/2011 (Acórdão nº 2.519/2011): Obras de ampliação e melhoramentos do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN.

4) Aviso n° 1.423/2011 (Acórdão nº 2.544/2011): Obras de implantação do Sistema Adutor de Camevô, em Caruaru – PE.

5) Aviso n° 1.426/2011 (Acórdão nº 2.537/2011): Obras de construção da BR-487/PR, entre a localidade de Porto Camargo e o Município de Cruzeiro do Oeste, no Estado do Paraná.

6) Aviso n° 1.427/2011 (Acórdão nº 2.538/2011): Obras de construção dos edifícios da Escola de Belas artes, do Instituto de Matemática e do Bloco "J" do Centro de Ciências da Saúde, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

7) Aviso n° 1.433/2011 (Acórdão nº 2.509/2011): Obras de Revitalização e Modernização do TPS-2 do Aeroporto Internacional do Galeão – RJ.

8) Aviso n° 1.434/2011 (Acórdão nº 2.528/2011): Obras de Urbanização de Projetos de Assentamentos em Belém – PA e Santarém – PA.

9) Aviso n° 1.436/2011 (Acórdão nº 2.540/2011): Obras de adequação e duplicação da travessia urbana da BR – 153/TO, no trecho de Colinas do Tocantins.

10) Aviso n° 1.438/2011 (Acórdão nº 2.543/2011): Obras de duplicação, restauração e melhoramentos da Rodovia BR-280 no Estado de Santa Catarina.
11) Aviso n° 1.439/2011 (Acórdão nº 2.548/2011): Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia na Rodovia BR-153/TO/PA, ligando as cidades de Xambioá/TO e São Geraldo do Araguaia/PA.

Avisos Seses de 28 de setembro:
1) Aviso n° 1.450/2011 (Acórdão nº 2.617/2011): Obras e serviços de engenharia para implantação das pistas de taxis de saídas rápidas para a pista de pouso e decolagem 09R/27L e serviços complementares no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro.
2) Aviso n° 1.453/2011 (Acórdão nº 2.634/2011): Obras de construção e pavimentação da BR-317/AM, trecho compreendido entre Boca do Acre/AM e a divisa AM/AC (km 416,0 ao km 516,0).
3) Aviso n° 1.456/2011 (Acórdão nº 2.635/2011): Obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador/BA.
4) Aviso n° 1.457/2011 (Acórdão nº 2.628/2011): Obras do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.
5) Aviso n° 1.458/2011 (Acórdão nº 2.632/2011): Obras de construção da BR-364/AC, no trecho entre os municípios de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.
6) Aviso n° 1.466/2011 (Acórdão nº 2.630/2011): Obras de implantação do perímetro de irrigação Araras Norte – 2ª etapa, no Estado do Ceará.
7) Aviso n° 1.467/2011 (Acórdão nº 2.631/2011): Obras de Implantação da Adutora Gavião-Pecém, no Estado do Ceará.

ORDEM DO DIA

O Presidente ao abrir a Ordem do Dia, avisou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação dos itens 1 e 3, da Pauta nº 21/2011 – Alterada, item 3 da Pauta nº 22/2011 e apreciação de um requerimento de inclusão de pauta.

Pauta nº 21/2011 - Alterada

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 16/2011-CN**, que "Altera a Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010".
Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
Foi apresentada 1 emenda.
Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, e pela rejeição da emenda nº 1.
Resultado: **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques. Foram apresentados 3 destaques.

Apreciação dos destaques:

– De autoria **do Deputado Rogério Marinho: Destaques 1**
Destaque 1 (supressivo), supressão total do Artigo 1º ao Substitutivo.
Voto do relator: pela aprovação.
Resultado: **aprovado** por unanimidade.

– De autoria **do Deputado Rogério Marinho: Destaques 2**
Destaque 2 (supressivo), supressão total do artigo 2º ao Substitutivo.
Voto do relator: pela aprovação.
Resultado: **aprovados** por unanimidade.

– De autoria da **Senadora Lúcia Vânia: Destaque 3**
Destaque 3, à Emenda 00001, da mesma autora.
Resultado: **prejudicado** pela ausência da autora.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 11/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 135.786.558,00 (cento e trinta e cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Wellington Roberto.
Foram apresentadas 27 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 3, 7, 10, 17 a 22, e 24 e pela rejeição das demais.
Resultado: Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 22/2011

3 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 22/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado João Dado.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto.
Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Wellington Roberto como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2011-CN**.
Autor: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 25/2011-CN**, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 20.843.096,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e três mil, noventa e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Ademir Camilo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes das Pautas nºs 21 – Alterada, 22 e 23/2011, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011;

. Ata da 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011;

. Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011; e

. Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28/9/2011.

Pauta nº 21/2011 - Alterada

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

9 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

10 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

11 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

12 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

13 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

14 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO*".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE)*.

Autor: Deputado Marçal Filho.

15 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

16 – Requerimento n° 28/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e das demais entidades e órgãos envolvidos ou beneficiados pelo Plano".

Autor: Deputado Marçal Filho.

17 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

18 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

20 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 22/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

Pauta nº 23/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Roberto Britto.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária, para o dia **18 de outubro, terça-feira**, **às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 5 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 18 de outubro de 2011 (Audiência Pública)

4ª Reunião de Audiência Pública Convocada para 19/10/2011, às 9 horas (Iniciada às 9h23min e encerrada às 14h29)

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Weliton Prado (PT/MG), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.

Tema: A reunião foi convocada por solicitação do Coordenador do COI/CMO, Deputado Weliton Prado, em cumprimento ao estabelecido no art. 98, §1º da Lei nº 12.309, de 9/8/2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, com a finalidade de subsidiar o Relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Comissão sobre o Aviso nº 12/2011-CN e contou com a participação de representantes dos seguintes órgãos:

Comparecimento:

. Dnit/MT Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral - Ofício n° 3.085/20111DG - Diretoria Geral, de 20.10.2011- Esclarecimentos acerca das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 - PLOAJ2012, objeto de informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

. TCU sobre Dnit/MT Liliane Galvão Colares, Secretária de Fiscalização de Obras - Secob-2 - Relação de Obras Rodoviárias com IGP/IGR Luiz Ricardo Filgueiras, Diretor da Secob-2

. Valec/MT Antônio Felipe Sanches Costa, Diretor Presidente Interino - Ofício nº 1324/2011 - Presi, de 17.10.2011 Luís Carlos Oliveira Machado, Diretor de Engenharia - Apresentação sobre a Ferrovia Norte Sul (FNS) e Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)

. TCU sobre Valec/MT Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras - Secob-4 - Apresentação sobre a Ferrovia Norte Sul (FNS) e Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)

. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi Leodegar da Cunha Tiscoski, Secretário Nacional Hélio Freitas, Gerente de Projetos da Secretaria - Apresentação sobre Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO

. TCU sobre Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MiCi Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras - Secob-3 - Apresentação sobre Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO

. Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/MiCi Ricardo Caiado de Alvarenga, Analista de Infraestrutura da Secretaria - Apresentação sobre a Linha 3, Lote 3 do Metrô do Rio de Janeiro - Trecho Barreto/Alcântara - Convênio nº 001/2008

. Governo do Estado do Rio de Janeiro José Antônio Portela Filho, Subsecretário de Infraestrutura

. TCU sobre Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/MiCi Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras - Secob-4 - Apresentação sobre o Metrô do Rio de Janeiro - Linha 3 - Apresentação sobre as Obras do Complexo Viário Baquirivu - Guarulhos/SP

. Funasa/MS Gilson de Carvalho Queiróz Filho, Presidente

. TCU sobre Funasa/MS Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras - Secob-3 - Apresentação sobre as Obras de Drenagem Urbana em Plácido de Castro/AC e Obras de Abastecimento de Água em Alto Paraguai/MT

ENCERRAMENTO

O Presidente em exercício agradeceu o comparecimento dos convidados e dos parlamentares e encerrou a reunião às 14h29.

Brasília, 18 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 18 de outubro de 2011 (Ordinária)

20ª Reunião Ordinária convocada para 18/10/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h58min e suspensa às 15h36min)

Pautas nºs 24 e 25/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo 3º Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto (PP/BA), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.*

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:
. 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/9/2011;
. 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 14/9/2011;
. 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/9/2011;
. 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28/9/2011; e
. 9ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 5/10/2011.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada leitura dos expedientes.** O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 247/2011/ASPAR/MDS, de 30 de setembro, do Coordenador da Assessoria Parlamentar e Federativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Duncan Frank Semple, em resposta ao Ofício nº 264/2011-CMO, agradecendo o oferecimento de espaço em reuniões de audiência pública a serem realizadas por esta Comissão, durante o mês de setembro, referentes ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012 e ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015.
2) Ofício nº 535/2011/MP, de 10 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando a substituição do Volume VI (Orçamento de Investimento) componente do Projeto de Lei nº 28/2011-CN, em conformidade com o exposto na Nota Técnica nº 338/2011/CGORI/DEST-MP, de 5 de outubro de 2011, elaborada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, daquele Ministério.
3) Ofício nº 383/SG – DOR/2011, de 11 de outubro, do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Fernando Marcondes, encaminhando Pareceres daquele Conselho e a Certidão de Julgamento da 136ª Sessão Ordinária, referentes às solicitações de créditos adicionais da Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho, das quais resultaram projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.
4) Ofício nº 542/MP, de 17 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 28/2011-CN, conforme exposto na Nota Técnica nº 71/DECON/SOF/MP, de 6 de outubro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.
5) Ofício nº 543/MP, de 17 de outubro de 2011, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 28/2011-CN, conforme exposto na Nota Técnica nº 58, de 7 de outubro de 2011, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, daquele Ministério, que trata do assunto.

- Expedientes encaminhados à CMO, referentes aos Seminários Regionais "DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 2012 E DO PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2012/2015":
1) Ofício nº 106/2011/SRP, de 4 de outubro, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, comunicando que em virtude de compromissos assumidos anteriormente, não poderá comparecer aos Seminários Regionais que serão realizados por esta Comissão.
2) Ofício nº 1.485/11 – GM - ASPAR, de 6 de outubro, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Leônidas Cristino, informando que devido a incompatibilidade de agenda, inclusive uma missão internacional, está impossibilitado de comparecer aos Seminários Regionais que serão realizados por esta Comissão.
3) Aviso nº 1.620 – GP/TCU, de 7 de outubro de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, informando a indicação do Servidor Cláudio Augusto Prates Thomas, Secretário de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul, para representar o TCU no Seminário Regional da CMO, que será realizado no dia 17 de outubro, na cidade de Porto Alegre – RS.
4) Aviso nº 1.621 – GP/TCU, de 7 de outubro de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, informando a indicação do Servidor João Manoel da Silva Dionísio, Secretário de Controle Externo no Estado do Espírito Santo, para representar o TCU no Seminário Regional da CMO, que será realizado no dia 17 de outubro, na cidade de Vitória - ES.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 121 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 9ª, 11ª, 12ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 24ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Ceará, Espírito Santo, Piauí, Sergipe.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 5 de outubro:
1) Aviso n° 1.480/2011 (Acórdão nº 2.694/2011): Obras de construção do Centro de Convenções de João Pessoa/PB.
2) Aviso n° 1.486/2011 (Acórdão nº 2.669/2011): Solicitação de informações da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, referente ao Relatório nº 2/2010 do Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI.
3) Aviso n° 1.491/2011 (Acórdão nº 2.672/2011): Obras civis do Sistema Adutor Santa Cruz do Apodi/Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.
4) Aviso n° 1.494/2011 (Acórdão nº 2.687/2011): Obras de construção do terminal fluvial em Careiro da Várzea/AM.
5) Aviso n° 1.495/2011 (Acórdão nº 2.689/2011): Obras de construção do Metrô de Salvador-BA.
6) Aviso n° 1.496/2011 (Acórdão nº 2.692/2011): Obras de construção da Ferrovia Norte-Sul-FNS, Extensão Sul, subtrecho compreendido entre Ouro Verde de Goiás/GO e São Simão/GO.
7) Aviso n° 1.509/2011 (Acórdão nº 2.691/2011): Obras de "Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo – SC".

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 28 de setembro:
1) Aviso n° 1.448/2011 (Acórdão nº 2.604/2011): Solicitação de informações da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO, sobre obras com indícios de irregularidades, consubstanciada nos Relatórios nº 2 e 3/2009 do Comitê de Avaliação de Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI.

ORDEM DO DIA

O Presidente em exercício ao abrir a Ordem do Dia, avisou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, ficou acordada, apenas, a apreciação dos itens 8 e 9, da Pauta nº 24/2011.

Pauta nº 24/2011

8 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no *§ 2° do Art.146, da Resolução n°1, de 2006, alterada pela de n° 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente em exercício declarou **inadmitidas** as emendas indicadas pelo relator no seu voto. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

9 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente em exercício suspendeu a reunião.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia **19 de outubro, quarta-feira**, **às 9h30min**, no plenário 14 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 18 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 19 de outubro de 2011 (Ordinária)

Continuação da 20ª Reunião Ordinária convocada para 19/10/2011, às 9h30min (Reiniciada às 9h49min e encerrada às 10h30min)

Pautas nºs 24 e 25/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

AVISO

O Presidente informou que o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) sugeriu à CMO a realização de reunião formal com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, para tratar sobre os efeitos das decisões daquele Tribunal sobre a continuidade ou interrupção de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – Dnit, e oportunamente a Secretaria da CMO agendará a referida reunião.

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO PARA INVERSÃO DE PAUTA

- Requerimento para inversão de pauta, com o objetivo de apreciar como primeiro item da Ordem do Dia o **Relatório da Receita,** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28/2011-CN,** (PLOA para 2012). (item 1, da Pauta nº 25/2011).

Autor: Senador Acir Gurgacz.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 25/2011

1- Apreciação do **Relatório da Receita** apresentado ao **Projeto de Lei nº 28 de 2011-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012". (PLOA para 2012).

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz.

Foram apresentadas 4 emendas de Renúncia de Receita.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes da aprovação das 29 (vinte e nove) emendas de Relator, e rejeição das 4 (quatro) emendas apresentadas à Renúncia de Receita.

Resultado: O Relator apresentou resumo do Relatório da Receita e a Errata. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN,* o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas parlamentares e de Relator, que foi **aprovada por unanimidade**. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório da Receita com a Errata foram **aprovados** por unanimidade.

Pauta nº 24/2011

Conforme decidido em Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, foi acordada, apenas, a apreciação dos itens 8 e 9, da Pauta nº 24/2011, cuja votação ocorreu no dia 18 de outubro de 2011.

8 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 20/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 593.754.077,00 (quinhentos e noventa e três milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2011".

Relator: Deputado Geraldo Simões.

Foram apresentadas 136 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, com emenda de relator e com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 6 a 9, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 24 a 26, 28, 31 a 34, 41, 47, 50, 54 a 60, 82, 83, 90, 96, 97, 99 a 101, 104, 128, e 131 a 136, e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado por unanimidade**, na 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2011.

9 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 21/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R$ 10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, e pela rejeição das emendas apresentadas.

Resultado: **aprovado por unanimidade**, na 20ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de outubro de 2011.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes da Pauta nº 24/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Senador Eduardo Braga.

Foram apresentadas 14 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Gonzaga Patriota.

Foram apresentadas 42 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Roberto Britto.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Marçal Filho.

Foram apresentadas 23 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

10 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

11 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

12 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

13 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

15 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional".

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

16 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

17 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

18 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

19 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da INFRAERO".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da INFRAERO, Senhor GUSTAVO DO VALE).

Autor: Deputado Marçal Filho.

20 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário"".

Autora: Deputada Luciana Santos.

21 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste-FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da SUDECO e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

22 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contido na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

23 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

24 – Requerimento n° 33/2011-CMO, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

26 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a apreciação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias da CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, comunicou que haverá no dia **26 de outubro, quarta-feira, às 14 horas**, na sala de reunião da Presidência da Comissão, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, para tratar sobre os Relatórios Preliminares dos Projetos de Leis nº 28/2011-CN e nº 29/2011-CN, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015.

Brasília, 19 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 25 de outubro de 2011 (Ordinária)

21ª Reunião Ordinária convocada para 25/10/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h58min e suspensa às 15 horas)

Pauta nº 26/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

O Presidente informou que havia *quorum* regimental para deliberação nas duas Casas do Congresso Nacional, entretanto, estava ocorrendo reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, na tentativa de gerar

um acordo para votação de algumas matérias constantes da Pauta nº 26/2011, bem como, negociações para votação dos **Relatórios Preliminares com Emendas** que serão apresentados aos **Projetos de Leis nº 28/2011-CN** e **nº 29/2011-CN**, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015, nos dias 26 e 27 de outubro. Em seguida, anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia **26 de outubro, quarta-feira**, **às 14 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 25 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 26 de outubro de 2011 (Ordinária)

Continuação da 21ª Reunião Ordinária convocada para 26/10/2011, às 14 horas (Reiniciada às 14h54min e encerrada às 14h57min)

Pauta nº 26/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 26/2011, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/10/2011; e
. Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19/10/2011.

Pauta nº 26/2011

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 5/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Senador Eduardo Braga.
Foram apresentadas 14 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 14.

2 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Gonzaga Patriota.
Foram apresentadas 42 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 2, 17 a 26, 32 a 36, e 38 e pela rejeição das demais.

3 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 8/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00 (noventa milhões, novecentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."
Relator: Deputado Roberto Britto.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto.

4 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R$ 2.334.427,00 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".
Relator: Deputado Marçal Filho.
Foram apresentadas 23 emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 06 e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 14/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil e cento e cinquenta e seis reais), em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais), para os fins que especifica".
Relator: Senador Acir Gurgacz.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: favorável nos termos do Projeto.

6 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 15/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 5 emendas apresentadas.

7 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 19/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Wellington Roberto.

Foram apresentadas 69 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 1 a 67 e pela rejeição das demais.

8 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 23/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 1.124.446.832,00 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), em favor de empresas estatais, para os fins que especifica."

Relator: Deputado Rubens Bueno.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

9 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 24/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Senador Jayme Campos.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto.

10 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 26/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 71.758.918,00 (setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Relator: Deputado Andre Vargas.

Foram apresentadas 8 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 6 e pela rejeição das demais.

11 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 27/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foram apresentadas 4 emendas.

Voto: favorável nos termos do Projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 4.

12 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 - Requerimento nº 16/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

14 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

15 – Requerimento n° 23/2011-CMO, que "Solicita seja convidado o Presidente da Petrobrás, Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, para prestar esclarecimentos sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A- PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

16 – Requerimento n° 24/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho, junto ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária - CFIS da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, para acompanhamento, avaliação e fiscalização da execução, física, orçamentária e financeira de ações relativas à Ferrovia Transnordestina".

Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

17 – Requerimento n° 25/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual crise econômica internacional e os reflexos na economia nacional e nos orçamentos, com a presença, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda Guido Mantega".

Autor: Senador Vital do Rêgo.

18 – Requerimento n° 26/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a implantação do Sistema de Pouso por Instrumento - Categoria 3, com a presença do Ministro de Estado da Defesa, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente da Infraero".(Ministro da Defesa, Senhor CELSO AMORIM; Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora MIRIAM APARECIDA BELCHIOR e o Presidente da Infraero, Senhor GUSTAVO DO VALE).

Autor: Deputado Marçal Filho.

19 – Requerimento n° 27/2011-CMO, que "Requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Comissão de Legislação Participativa para discutir o tema "Agenda do movimento de mulheres para o próximo ciclo orçamentário".

Autora: Deputada Luciana Santos.

20 – Requerimento n° 29/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco – ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste- FCO -, e ao projeto de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a presença do Ministro de Estado da Integração Nacional, do Superintendente da Sudeco e do Presidente do Banco do Brasil S.A."

Autor: Deputado Marçal Filho.

21 – Requerimento n° 30/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo contida na matéria "Governo paga por projeto fantasma para a Copa", com a presença do Ministro de Estado do Esporte e do Presidente da Autoridade Pública Olímpica".

Autor: Deputado Marçal Filho.

22 – Requerimento n° 31/2011-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome".

Autor: Deputado Marçal Filho.

23 – Requerimento n° 33/2011-CMO, que "Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os aportes financeiros referentes à construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife – PE, decorrentes de contrato firmado entre a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras e a Petróleos de Venezuela S/A – PDVSA".

Autor: Deputado Claudio Cajado.

24 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 35/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2009".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

25 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 12/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010".

Relator: Deputado Heuler Cruvinel.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta nº 26/2011, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias: dia 26 de outubro, às 14h30min; e dia 27 de outubro, às 10, 14 e 16 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, convocou a realização de reunião extraordinária, para o dia **1º de novembro, terça-feira, às 10 horas,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados, para apreciação da Pauta nº 26/2011, dos Relatórios Preliminares com Emendas que serão apresentados aos Projetos de Leis nº 28/2011-CN e nº 29/2011-CN, respectivamente, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2012/2015 e Relatórios entregues referentes às demais matérias em tramitação na CMO.

Brasília, 26 de outubro de 2011.

MYRNA LOPES PEREIRA
Secretária de Comissão

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha Mensal
01 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Reuniões	02
Total	**02**

Matérias	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	07
Total	**07**

Resenha Consolidada
30/08 a 31/10/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	06
Total	**07**

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	12
Total	**12**

Resultados das Reuniões
01 a 31/10/2011

Reunião realizada em 05 de outubro de 2011

6ª Reunião, às 14 horas

Deliberação de Matérias

REQUERIMENTO N° 6, DE 2011- CMMC
Requer aditamento ao Requerimento n° 5, de 2011- CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado

PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO
Autoria: Deputado Márcio Macedo (Relator)
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO N° 7, DE 2011 – CMMC
Requeiro autorização para representar a Comissão Mista de Mudanças Climáticas no seminário Which Green race to Durban, na condição de membro dessa CMMC, a convite do Bloco Parlamentar dos Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novembro, no Parlamento Europeu, na cidade de Bruxelas, na Bélgica. Por se constituir uma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO N° 8, DE 2011- CMMC
Nos termos regimentais requeiro que a Audiência aprovada por meio do Requerimento n° 103, de 2011 - CMA, para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, seja realizada conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CMMC
Nos termos regimentais, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

Reunião realizada em 26 de outubro de 2011

7ª Reunião, às 14 horas

Primeira Parte: Audiência Pública com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a presença dos seguintes convidados: Contra-Almirante Marcos José de Carvalho, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, Representantes da Marinha do Brasil; Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Edson Rodrigues, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT-APA, Representantes do Ministério do Meio Ambiente; e Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Segunda Parte: Deliberação de Requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CMMC
Nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro "A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial", a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global.
Autoria: Deputado Valdir Colatto e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CMMC
Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante da SBPC e um representante da ABC, para contribuir nos esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30, de 2011, "Código Florestal".

Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza e Deputados Márcio Macêdo e Leonardo Monteiro.

Resultado: Aprovado

C - SECRETARIA DE COMISSÕES
C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 31/10/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	4	2	1	7
CAS	-	6	1	7
CCJ	3	2	-	5
CE	2	2	3	7
CMA	1	1	5	7
CDH	-	10	2	12
CRE	3	3	1	7
CI	-	4	1	5
CDR	-	2	-	2
CRA	-	2	4	6
CCT	-	3	4	7
CMMC	-	2	-	2
TOTAL GERAL	13	39	22	74

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	-	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	-	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empr. e do Empreendedor Ind. – CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	-	-	-
Permanente de Promoção, Acomp. e Defesa da Saúde – CASSAÚDE (CAS)	-	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	-	-	-
Temporária Pol. Soc. Depend. Quím.Álcool, “Crack” e outras Drogas–CASDEP(CAS)	2	1	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	1	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	-	-	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	-	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM (CMA)	-	-	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	-	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO (CMA)	-	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp. Rio+20 e Reg. Intern. Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	1	-	-
Permanente Modern. e Reaparelhamento. Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	3	1	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	-	-	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	1	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	2	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	10	2	-

Proposições Apreciadas
01 a 31/10/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	-	2	16	7	-	-	1	-	5	-
CAS	-	-	-	4	2	16	4	-	-	-	-	-	-
CCJ	2	1	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	2	5	3	-	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	2	1	2	1	-	-	-	-	-	-
CDH	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4	4
CI	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	2	-
CDR	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	1	-	-	1	40	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	2	1	1	7	10	42	28	40	3	1	-	11	4

Proposições Apreciadas
01 a 31/10/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	43
CAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	30
CCJ	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	14
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	14
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	19
CDH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	18
CRE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	15
CI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	9
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	4
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	13
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	50
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	7
SUBTOTAL	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	81	-	-	236

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT)– Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem "SF"
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EM. PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição "SF"
PAR. COM. – Parecer de Comissão
REQ. COM. - Requerimento (e Aditamento) de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUES.ORD. OUTR. – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	29	12	14	55
CAS	-	38	4	42
CCJ	30	20	4	54
CE	24	30	5	59
CMA	13	7	26	46
CDH	-	74	8	82
CRE	27	22	3	52
CI	2	35	12	49
CDR	4	21	3	28
CRA	-	27	17	44
CCT	-	33	16	49
CMMC	-	7	-	7
TOTAL GERAL	129	326	112	567

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	6	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	4	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empr.e do Empreendedor Ind.–CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	8	6	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE	6	7	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	16	15	-
Temporária Pol.Soc.Depend. Quím.Álcool, “Crack” e outras Drogas–CASDEP CAS)	19	15	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	1	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	10	1	1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	3	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM (CMA)	12	6	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	3	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO (CMA)	6	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	6	9	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	1	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp.Rio +20 e Reg.Intern.Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	15	2	-
Permanente Modern.e Reaparelhamento das Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	1	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	18	3	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	6	18	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	4	5	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	154	112	1

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	11	41	42	-	-	3	-	25	-
CAS	-	2	-	12	10	58	27	-	1	-	-	3	-
CCJ	16	3	1	7	26	24	7	-	1	5	-	9	2
CE	-	-	-	34	10	23	20	-	-	2	-	1	-
CMA	-	-	-	11	4	7	6	-	1	-	1	-	-
CDH	-	-	-	1	9	3	23	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	1	5	1	16	-	42	-	-	46	27
CI	-	-	-	3	3	-	12	-	-	-	-	15	-
CDR	-	-	-	-	3	4	14	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	2	5	14	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	1	2	1	4	213	-	-	-	-	1
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	16	5	1	71	85	167	185	213	45	10	1	99	30

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-	-	201
CAS	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	52	-	-	167
CCJ	26	-	-	-	12	-	-	-	-	2	95	-	-	236
CE	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	65	-	-	157
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	99	-	-	131
CDH	1	1	-	5	-	-	-	2	-	-	140	-	-	185
CRE	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	2	186
CI	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-	-	101
CDR	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	53
CRA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	-	92
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-	282
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	12
SUBTOTAL	40	12	1	5	12	-	-	2	-	2	799	-	2	1803

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes

01 a 31/10/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 106 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2011, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PDS apresentado.

ITEM Nº 02
AVISO (SF) Nº 49 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Comunica a constatação de irregularidades em operação de crédito realizada pelo Município de Montenegro - RS.
Autoria: Ministro de Estado da Fazenda
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49 de 2011, com remessa do referido Aviso e desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal ao Ministério da Fazenda; ao Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Montenegro (RS) e aos respectivos Poderes Legislativos; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; ao Tribunal de Contas da União; ao Ministério Público Federal; e ao Ministério Público Estadual.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49 de 2011, com remessa dos referidos Aviso e Parecer, mediante ofício da Presidência do Senado Federal ao Ministério da Fazenda, ao Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Montenegro (RS) e aos respectivos Poderes Legislativos; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; ao Tribunal de Contas da União; ao Ministério Público Federal; e ao Ministério Público Estadual.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso XVII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades escolares, em instituições de ensino superior, e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de

empregados.
Autoria: Deputado José Pimentel
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432 DE 2008 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Concluindo, preliminarmente, pela reautuação do PLS nº 432 de 2008 - Complementar, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, pela reautuação do PLS nº 432 de 2008 - Complementar, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 73 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão, e do Governador do Estado de Goiás, Exmo. Sr. Marconi Perillo, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 45 de 2011- CAE e que a referida audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 127 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Caixa Econômica Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinados ao Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 129 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 175,00 0,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Rodoviário do Espírito Santo III - PRES III.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 130 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até U$ 107,33 2.500.00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento do Setor Água - Interáguas.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 131 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 100.000.000,00 (cem milhões de euros), entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA e o KFW, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 75 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 45/2011- CAE, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.
Iniciativa: Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24 DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria *ad hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 DE 2008
TERMINATIVO

Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º - A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50 -A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.
Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatoria *ad hoc*: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.
Relatoria do Vencido: Senador Blairo Maggi
Relatório Vencedor: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59 DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam.
Autoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAS-CAE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2 DE 2008
TERMINATIVO

Institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318 DE 2006
TERMINATIVO

Estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências.
Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129 DE 2008
TERMINATIVO

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583 DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para autorizar a aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso de estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358 DE 2007
TERMINATIVO

Cria a Área de Livre Comércio no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria *ad hoc*: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185 DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 570 DE 2009
TERMINATIVO

Destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens - Projovem.
Autoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 67 DE 2011-CAE

Requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda, entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20 de 2010-CAE.
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 68 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência

pública para debater o tema "A crise financeira internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira", com a presença do Sr. Paulo Nogueira Batista Jr., Economista, Professor e Diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI).
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 69 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "O modelo macroeconômico brasileiro e a crise mundial, dando ênfase na política monetária e seus custos fiscais", com a presença do Sr. Amir Khair, Consultor.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 70 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Desindexação de contratos públicos, inclusive a desindexação de títulos públicos cuja remuneração está referenciada na taxa de juros Selic", com a presença do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, Professor da Fundação Getúlio Vargas - SP.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 71 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater investimentos públicos da União e o primeiro balanço do PAC 2, com a presença da Exma. Sra. Miriam Belchior - Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 72 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "Royalties do petróleo e finanças públicas das três esferas de Governo", com a presença do Sr. Mauro Osorio, Doutor em economia e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 74 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o limite anual de faturamento das médias empresas brasileiras para o enquadramento no sistema de tributação de Lucro Presumido, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto - Secretário da Receita Federal do Brasil; Senhor Antonio Oliveira Santos - Presidente da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Senhor Robson Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Senhor José Paulo Dornelles Cairoli - Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil - CACB; Senhor Joã o Gerald o Piquet Carneiro - Diretor-Presidente do Instituto Helio Beltrão; e Senhor Everardo Maciel - Ex-Secretário da Receita Federal.
Iniciativa: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635 DE 2007 – COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para eliminar a possibilidade de cobrança de multa na quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 70 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer que o Presidente do Banco Central do Brasil comparecerá anualmente à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para expor sobre a conjuntura no sistema financeiro nacional.
Autoria: Senador Jefferson Praia
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334 DE 2010 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a representação sindical dos Microempreendedores Individuais e dá outras providências.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Estabelece a dilação no pagamento de prestações de mutuários da Caixa Econômica Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302 DE 2010
TERMINATIVO

Efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências.
Autoria: Senador Alfredo Cotait
Relatoria *ad hoc*: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384 DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas jurídicas que adquirirem livros

técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada.
Autoria: Senador Romeu Tuma
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *ad hoc*: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 76 DE 2011-CAE

Requer, em aditamento a os Requerimentos nºs 68, 69, 70 e 71, de 2011-CAE, sejam convidados, para compor a Audiência Pública de cada um dos requerimentos, respectivamente, o Economista Luis Gonzaga Beluzzo - Fundação Escola de Sociologia de São Paulo; o Economista Raul Velloso - Diretor da ARD Consultores Associados; o Professor Afonso Celso Pastore - Fundação Getúlio Vargas; e o Economista Gil Castelo Branco - Contas Abertas.
Iniciativa: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 45 e 73, de 2011-CAE e nº 56, de 2011-CI, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e nº 75, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, com a finalidade de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo.

PARTICIPANTES

- Simão Jatene - Governador do Estado do Pará;
- Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais;
- Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão,;
- Paulo Camillo Vargas Penna - Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);
- Murilo Ferreira - Diretor Presidente da Vale; e
- Anderson Costa Cabido - Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib).

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ao empregado deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário para acompanhar filho em virtude de enfermidade.
Autoria: Deputada Sandra Rosado
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180 DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta alínea "n" ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatório o seguro de danos pessoais a empregado de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 621 DE 2007
TERMINATIVO

Cria a Área de Livre Comércio no município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141 DE 2008
TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, nas cédulas brasileiras, de elemento que possibilite a sua identificação por pessoa com deficiência visual.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8 DE 2007
TERMINATIVO

Concede isenção da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às instituições de ensino e pesquisa privadas.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191 DE 2006
TERMINATIVO

Concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições.
Autoria: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1, 3 e 4-CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 2-CCJ, rejeitando, ainda, a Emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1, 3 e 4-CCJ-CAE, rejeita a Emenda nº2-CCJ, rejeitando, ainda, a Emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 77 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 336 de 2008, que objetiva reformular o sistema de execução dos créditos lançados como dívida ativa das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias e fundações de direito público, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; Sr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos; Sr. Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal; Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social; e Sr. Allan Titonelli Nunes, Presidente do

Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55/2011-CAE, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, com a finalidade de discutir o "Pacto Nacional da Indústria Química".

PARTICIPANTES

- Antonio Silvan Oliveira - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Químicos;
- José Osvaldo Beserra Carioca - Professor da Universidade Federal do Ceará – UFC; e
- João Furtado - Professor do Departamento de Engenharia da Produção da Escola Politécnica da USP; e Fernan do Figueiredo - Presi dente-Executivo da Associação Brasil eira da Indú stria Química – Abiquim.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 43
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 16
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 07
Projeto de Resolução do Senado (não terminativo): 01
Mensagem (SF): 05
Aviso (SF): 01
Requerimento – CAE: 11

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
AVISO (SF) Nº 8, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o funda mentam, pro ferido no s a utos do proces so TC 00 0.239/2008-1, sobre pe dido de reexa me interposto pelo Secretá rio Municipal de Saúde de Campo G rande -MS, em razã o do Acó rdão nº 9 08, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC -007.823/2007-8).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pelo conhecimento do Aviso nº 8, de 2010 e posterior arquivamento.
Resultado: Aprovado Parecer pelo conhecimento do Aviso nº8, de 2010, e posterior arquivamento.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Silvio Torres
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável ao Projeto com o acolhimento da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CRA-CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003
TERMINATIVO

Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade - PROIN.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 461, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005
TERMINATIVO

Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº(s) 67, de 2007 e 132, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 253, de 2005. Fica prejudicado o Projeto. Rejeitados os Projetos de Lei do Senado nº 67, de 2007 e nº 132, de 2010.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2007

Regulamenta o Sistema de Inclusão Previdenciária criado pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, cria a Contribuição Social Especial para a Inclusão Previdenciária, altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, implementa medidas voltadas para o aumento da cobertura do Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.
Autoria: Senador Inácio Arruda

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2010

Regulamenta o § 12 do Art. 201 da Constituição Federal, dispondo sobre o sistema especial de inclusão previdenciária.
Autoria: Senador Pedro Simon

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatoria *ad hoc*: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 163, de 2010, em Turno Único. Fica

prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador junto ao FGTS para o pagamento de prestações ou amortização de saldo devedor de financiamento concedido aos estudantes de ensino superior, nas condições em que especifica.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional.
Autoria: Senador João Vicente Claudino
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 18 da Lei n° 8. 213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retornar ao trabalho.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.
Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo, que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 2 - CAS (Substitutivo) ao PLC 98, de 2009, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de realização de audiência pública para instruir o PLS 238/04, aprovada por meio do requerimento nº 10/10-CAS.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CAS

"Requeiro em aditamento ao Requerimento nº 42/2011-CAS, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que aprovou a realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, que ´Dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso´, a inclusão dos seguintes convidados: Jorge Roberto, Presidente da

Associação de Cuidadores de Idoso de Minas Gerais; Ingrid Mazetto, Presidente do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (OLHE)."
Autoria: Senadora Marta Suplicy
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CAS

"Requeiro, nos termos dos artigos 90, incisos II e V e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS nº 15, de 2007, que "Acrescenta artigo 168-A à CLT, para dispor sobre medidas preventivas da saúde no exercício da atividade de modelo ou manequim e dá outras providências", e o PLS nº 691, de 2007, que " Dispõe sobre a exibição pública de modelo cujo índice de massa corporal inferior a dezoito", com a participação dos seguintes convidados: 1. Ministro da Saúde ou seu representante; 2. Ministro do Trabalho e Emprego ou seu representante; 3. Representante do Ministério Público do Trabalho; 4. Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria; e 5 Representante do Grupo de Estudo e Assistência em Transtornos Alimentares - GEATA."
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento n° 32, de 2011–CAS, de autoria do Senador Humberto Costa, destinada a debater a situação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias no Brasil.

PARTICIPANTES

- Eliana Mendonça - Secretária Executiva da Mesa Nacional de Negociação do SUS, Representante do Ministério da Saúde;
- Fernando Candido - Coordenador Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social- CNTSS;
- Maria do Carmo De Miranda - Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias/PE; e
- Valtenir Pereira – Deputado Representante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento n° 40, de 2011– CAS, de autoria do Senador Paulo Davim, destinada a debater "O Problema do Paciente Crítico no Brasil".

PARTICIPANTES

- Ana Paula Silva Cavalcante - Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar – CGHOSP/SAS/Ministério da Saúde;
- Oswaldo José Barbosa Silva - Procurador Regional da República da 1ª Região/Brasília;
- Mauro Luiz De Britto Ribeiro - Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM;
- Cid Carvalhaes - Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM;
- Fernando Suparregue Dias - Representante da Associação Médica Brasileira – AMB;
- Ederlon Rezende Alves De Carvalho - Presidente da Associação de Medicina Intensivista Brasileira – AMIB.

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2003
TERMINATIVO

Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade - PROIN.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: O Substitutivo ofere cido ao Projeto de Lei do Se nado n º 461 , de 2003, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005
TERMINATIVO

Regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim
Resultado: O Substitutivo ofere cido ao Projeto de Lei do Se nado n º 253 , de 2005, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 03
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a redação do § 2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aprova a Consolidação das Lei s do Trabalh o, de modo a regula r o adi cional de in salubridade e peri culosidade co nforme o constatado por perito.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria *ad hoc*: Senador João Vicente Claudino
Resultado: O Substitutivo ofere cido ao Projeto de Lei do Se nado n º 163 , de 2010, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 04
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.
Autoria: Deputado Nelson Pellegrino
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: O Sub stitutivo oferecido ao Proj eto d e Lei da Câmara nº 98, de 2 009, é da do como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Se rvidor Pú blico (Pasep) e da Contribuição para o Fin anciamento d a Se guridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de p rotetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua ven da no mercado interno.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas n^{os} 1 e 2, de Redação, que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 de Redação.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 303, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose.
Autoria: Deputada Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria *ad hoc*: Senador João Durval
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 45, de 2011–CAS, 44, de 2011-CE e 112, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater o tema: "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

PARTICIPANTES

- Jaqueline Wendland - Psicóloga clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Slapêtroére, Paris (França). Tema: Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental da mãe e do bebê.
- Bernard Martino - Cineasta e autor do documentário "Loczi, uma casa onde crescer", La Rochelle (França). Tema: Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade.
- Monique Bydlowski - Médica Psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, Hospital Tarnier, Paris (França). Tema: A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança.
- Osmar Terra – Deputado do Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados. Tema: Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 42 de 2011–CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy e do Senador Waldemir Moka, e nº 50 de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, DE 2011, que "dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso", de autoria do Senador Waldemir Moka.

PARTICIPANTES

- Tânia Mara Garib - Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul;
- Karla Giacomin - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI;
- Rosimeire Rodrigues - Coordenadora-Geral do CNDI, Representante do Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Senhor Ramaís de Castro Silveira;
- Ana Paula da Silva - Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Luíza Fernandes Machado - Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Idoso do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS;
- Jorge Roberto Afonso de Souza - Presidente da Associação dos Cuidadores de Idoso de Minas Gerais – ACI-MG; e
- Marília Berzins - Diretora do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento – OLHE, Representante da Presidente do OLHE, Senhora Ingrid Mazeto.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador - FUNDEP, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE-CRA-CCJ-CAS a 4-CE-CRA-CCJ-CAS; com as Subemendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS à Emenda nº 2-CE-CRA-CCJ-CAS; com a Subemenda nº 1-CCJ-CAS à Emenda nº 4-CE-CRA-CCJ-CAS; e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada à CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, para considerar como operacionais as despesas de capacitação de empregados, para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.
Autoria: Senador Roberto Requião
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatoria *ad hoc*: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011
TERMINATIVO

Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.
Autoria: Deputado Roberto Magalhães
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLC 12, de 2011, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a redação do art. 12 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.
Autoria: Deputado Arnaldo Jardim
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 1 - CAS (Substitutivo) ao PLS 482, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para assegurar o acesso das mulheres a ações de controle do câncer de mama.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade.
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o inciso IX, do art. 10, da Lei nº 6.965, de 09 de dezembro de 1981, e dá outras providências.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao PLS 193, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo); e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008.
Resultado: Aprovada a Emenda nº 2-CAS (Substitutivo) ao PLS 615, de 2007, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto de Lei nº 615, de 2007 e rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2008.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril 1995, que "proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de

trabalho", para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para criar benefício variável do Programa Bolsa Família vinculado à gestante e à nutriz.
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 12
-PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de empregados e empregadores domésticos.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 30
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 04
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 16
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Requerimento - CAS: 03
Aviso (SF): 01

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 461, de 2003.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 253, de 2005.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 163, de 2010.
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC Nº 98, de 2009.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CASDEP

"Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, finalizada em dezembro de 2010, que destinou-se a analisar *in loco* os efeitos das políticas sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil, com a presença do relator, o ex-deputado federal, Dr. Germano Bonow."
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2011–CASDEP, de autoria da Senadora Ana Amélia, destinada a discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que analisou *in loco* os efeitos das políticas sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil.

PARTICIPANTE

- Germano Bonow - Ex-Deputado Federal, Relator, em 2010, na Comissão Externa para Analisar Política Antidrogas, da Câmara dos Deputados.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Deliberativa: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CASDEP: 01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício de Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 54, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Liderança Partidária
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovada a indicação.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 55, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor JOSÉ BARROSO FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Liderança Partidária
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovada a indicação.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº 372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável às Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas n° 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.
Autoria: Senador José Sarney e outros

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.
Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos e outros
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável à PEC nº 40, de 2011, pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007, e contrário às Emendas nº 2 e n° 3.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à PEC n° 40, de 2011 e pela prejudicialidade da PEC n° 29, de 2007, e contrário às Emendas n° 2 e 3.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 92, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para as Emendas n° 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 372, de 2008."
Autoria: Senador Lobão Filho.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 93, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda n° 3 à PEC nº 40, de 2011."
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 38, de 2011-CCJ, de iniciativa de Senador Ricardo Ferraço, e nº 88, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que "altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias", de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros.

PARTICIPANTES

- Ari Pargendler – Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- João Otávio de Noronha – Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- Sidnei Beneti – Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- Caio Leonardo Bessa Rodrigues - Presidente da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma do Código de Processo Civil da OAB/Distrito Federal, representante do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante Júnior;
- Alexandre Camanho de Assis - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; e
- Joaquim de Arruda Falcão Neto - Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a publicação anual dos demonstrativos da arrecadação e da destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1-CCJ, de redação.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 94, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com as presenças do Doutor Nelson Jobim, Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Doutora Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, e do Doutor Paulo Schimidt, Juiz do Trabalho e Vice-Presidente da ANAMATRA, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, de minha autoria."
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Resultado: Aprovado.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2011
TERMINATIVO

Dá nova redação ao § 2º do art. 109 da Lei n° 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para adequar o referido dispositivo à Constituição de 5 de outubro de 1988.
Autoria: Senador Jorge Viana
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria *ad hoc*: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda n° 1-CCJ.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju - FUNCAJU.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados
Autoria do Projeto: Senador Luiz Pontes
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS n° 163, de 2000.
Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS n° 163, de 2000.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 478, DE 2011
TERMINATIVO

Revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que institui o voto impresso para as eleições de 2014.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 95, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado n° 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle."
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 14
Proposta de Emenda à Constituição: 02
Substitutivo da Câmara dos Deputados: 01
Emendas da Câmara dos Deputados: 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Ofício "S": 02
Requerimento – CCJ: 04

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA – CCJSSP (CCJ)

Presidente: Senador Pedro Taques
Vice-Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relator: Senador Eduardo Braga

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.
Resultado: Foram eleitos o Senador Pedro Taques (Presidente) e o Senador Aloysio Nunes Ferreira (Vice-Presidente). Foi designado Relator, o Senador Eduardo Braga.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Paulo Bauer e Cristovam Buarque, destinada a debater "os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2010" e "os rumos da escola pública de ensino médio".

PARTICIPANTES

- Fernando Haddad - Ministro de Estado da Educação; e
- Maria Nilene Badeca da Costa - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010
TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.
Autoria do Substitutivo: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Autoria do PLC 043/10: Deputado Ayrton Xerez
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.
Resultado: Matéria adotada pela Comissão.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a realização de exames antidoping nas provas físicas dos concursos públicos.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado o parecer, com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (discjockey) e Produtor DJ (disc-jockey).
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2011
TERMINATIVO

Designa o açaí fruta nacional.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Aprovado o Substitutivo.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras.
Autoria: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2009
TERMINATIVO

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Prejudicado.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2011
TERMINATIVO

Denomina "Aeroporto de Congonhas - Senador Romeu Tuma" o Aeroporto de Congonhas/São Paulo, localizado na capital do Estado de São Paulo.
Autoria: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011–CE

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE solicite à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal – SEPOP uma pesquisa qualitativa sobre o tema da cultura. A pesquisa deve abordar os seguintes aspectos: Necessidade de aumento dos recursos destinados à cultura; Limitação de empenho e movimentação financeira das dotações constantes da lei orçamentária anual destinadas à cultura; Priorização de recursos às manifestações culturais tradicionais da nossa cultura, como afro-brasileiras, indígenas, ciganas, etc; Realização de atividades culturais em espaços públicos, como escolas e praças públicas, como forma de proteger e promover a identidade e a diversidade cultural; e Importância da cultura como fator de desenvolvimento sócio-econômico dos países.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, com vistas a prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa relativas ao respectivo Ministérios."
Autoria: Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Alvaro Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011 – CE

"Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, do art. 58 , da Constituição Federal, c/c os inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o ex- Ministro dos Esportes, Sr. AGNELO QUEIROZ, e o Sr. JOÃO DIAS FERREIRA, para, em audiências públicas distintas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestarem os devidos esclarecimentos sob as graves denúncias publicadas na Revista VEJA, em sua edição nº 2.239, envolvendo o pagamento de recursos ilícitos para o beneficiamento de empresas contratadas pelo programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes."
Autoria: Senador Alvaro Dias
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011 – CE

"Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o policital militar João Dias Ferreira para, em audiência nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar esclarecimentos sobre as denúncias que faz a edição 2239 da revista Veja, sobre o suposto desvio de recursos públicos do Programa Segundo Tempo, onde o senhor ministro é acusado de "montar esquema de corrupção e de receber propina nas dependências do Ministério do Esporte."
Autoria: Senadores Ana Amélia
Resultado: Prejudicado.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 44, de 2011-CE, nº 45, de 2011-CAS e nº 112, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir o tema "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

PARTICIPANTES

- Deputado Osmar Terra - Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados;
  Tema: Um novo marco legal para o desenvolvimento infantil.
- Bernard Martino - Cineasta e autor do documentário "Loczi, uma casa onde crescer", La Rochelle (França);
  Tema: Considerar o bebê como uma pessoa: um desafio estratégico para a sociedade.
- Jaqueline Wendland - Psicóloga clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Slapêtroére, Paris (França);
  Tema: Influência da experiência da gravidez sobre a saúde física e mental damãe e do bebê.
- Monique Bydlowski - Médica Psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, Hospital Tarnier, Paris (França).
  Tema: A mulher grávida, os riscos psicopatológicos e as implicações para a saúde da criança.

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Alvaro Dias, e Requerimentos nº 106, de 2011-CMA e 107, 2011-CMA, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Vanessa Grazziotin e Lídice Da Mata, para tratar do tema "esclarecimentos sobre denúncias publicadas na imprensa nacional".

PARTICIPANTE

- Orlando Silva - Ministro de Estado do Esporte.

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2011-CE, de autoria do Senador Cyro Miranda e Alvaro Dias, e Aditamento aos Requerimentos nºs 53, de 2011-CE e 102, de 2011-CDH, de autoria do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema "Educação Especial".

PARTICIPANTES

- Charles Roberto de Lima Júnior - Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Regiane Presot - Professora Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Antônio Montanini - Pai de aluno Especial;
- Maria do Socorro Nery da Silva Cruz - Tia e Mãe de Aluno Especial; e
- "Coral A corde" - Centro de Ensino Especial nº 01 de Taguatinga – Sidnéia da Costa Velloso - Coordenadora

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Extingue débitos das fundações educacionais de origem estadual e municipal, originários da retenção do imposto de renda retido na fonte.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti
Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2011
TERMINATIVO

Designa o açaí fruta nacional.
Autoria do Substitutivo: Senador Walter Pinheiro
Autoria do Projeto: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Matéria adotada pela Comissão

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagens educativas sobre os males e os riscos do tabaco e do álcool em cadernos e livros escolares.
Autoria: Deputado Rubens Otoni
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Escolas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para estender sua aplicação aos diplomados em cursos de tecnologia nas respectivas áreas.
Autoria: Deputado Vicentinho
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011–CE

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores FÁBIO HANSEN, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Esporte Educacional e atual Diretor do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte e CHARLES ROCHA, ex-chefe de gabinete da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte para, em audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre matéria publicada pela revista Veja mostrando que o policial João Dias Ferreira, que acusa o ministro do Esporte, Orlando Silva, de comandar um esquema de corrupção, teria obtido auxílio para "engan ar" os órgãos de fiscalização do próprio Ministério."
Autoria: Senador Alvaro Dias
Resultado: Rejeitado

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 589, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - para dispor sobre o atendimento na educação especial.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011–CE

"Com base no que disciplina o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Reunião para homenagear, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), os jovens alunos brasileiros ganhadores da medalha de ouro nas "Olimpíadas do Ensino Técnico – 2011" (patrocinado pela WorldSkills Competition), realizada entre os dias 5 a 8 de outubro do corrente, em Londres. Além dos jovens vencedores, sugiro que figurem, entre as autoridades convidadas, os titulares das seguintes entidades: Confederação Nacional da Indústria (CNI / SENAI); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC / SESC)."
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Álvaro Dias e Paulo Bauer, com a finalidade de esclarecer as revelações feitas no livro "Jogo Sugo – O Mundo Secreto da FIFA".

PARTICIPANTES

- Andrew Jennings - Jornalista da British Broadcasting Corporation – BBC Londres – e autor do livro.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 02
Conjunta – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 16
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 05
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento – CE: 06

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC nº 43, de 2010
Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 2, de 2011

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009

Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat).
Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Resultado: Adotado o substitutivo em turno suplementar (art. 284 do RISF).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual.
Autoria: Deputado Silvinho Peccioli
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relator *ad hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a assistência devida aos passageiros em caso de atraso de voo.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela prejudicialidade do projeto
Resultado: Aprovado o Parecer, pela prejudicialidade do PLS nº 264, de 2011.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do projeto
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 2011
TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Autoria: Deputado Chico Lopes
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do projeto
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2011
TERMINATIVO

Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.
Autoria: Deputado Pepe Vargas
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CAE
Resultado: Aprovado o Projeto com a emenda nº 1-CAE/CMA.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Reditario Cassol
Relatório: Pela aprovação do projeto
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 99, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para a discussão das ações governamentais em razão da realização da Copa do Mundo, com a participação dos seguintes convidados:- Ricardo Teixeira – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; - Guilherme Ramalho – Responsável pela Câmara de Infraestrutura para a Copa do Mundo, coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; - Raquel Rolnik – relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada; - Athayde Ribeiro Costa – Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).
Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO DA Nº 100, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada diligência pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) junto ao Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 101, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, tendo como convidado o Presidente do Banco do Brasil S.A, Senhor Aldemir Bendine, para debater sobre a noticiada transferência de pelo menos um terço da Diretoria e cerca de 2 mil funcionários daquela Instituição Financeira de Brasília para São Paulo, objeto da matéria intitulada "GOVERNO ESVAZIA BANCO DO BRASIL EM BRASÍLIA" veicula da pelo Jornal Correio Braziliense, em 29 de setembro de 2011 (matéria de Capa e página 18).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados:- Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé;- Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café;- Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC);- Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);- Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;- Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel);- Maurício Voivodic, Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora);- Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;- Deputado Domingos Savio, 1º Vice -presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;- Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e - Deputado Cezar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 103, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública para discutir as propostas que o Brasil levará para a COP-17, que acontecerá no final deste ano, em Durban, África do Sul, tendo como convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA); do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 61, de 2011-CRA, de autoria do Senador Clésio Andrade e aos Requerimentos nºs 102, 64 e 55, de 2011- CMA/CRA/ CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, e Eduardo Braga, com a finalidade de debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais.

PARTICIPANTES

- Francisco Miranda de Figueiredo Filho - Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – CNC e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – COCATREL;
- Carlos Augusto Rodrigues de Melo - Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé;
- Eduardo Damião - Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- Breno Pereira Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- João Carlos Petribu De Carli - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Manoel Bertone - Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Diego Andrade - Deputado, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Domingos Sávio - Deputado, 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Cesar Colnago – Deputado, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e
- Eduardo Trevisan Gonçalves - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé; Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café; Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Maurício Voivodic, Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora); Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado Cesar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.

Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 104, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados:

- Prof. Irving Forster Brown, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia;
- Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Profa. Heloísa Miranda, Depto. de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB);
- Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP);
- Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP.

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 105, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Querência/ MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana
Resultado: Aprovado.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 89, de 2011-CMA e nº 46, de 2011-CRE, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, com os seguintes convidados:

PARTICIPANTES

- Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Ministro, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF);
- Rosane Bertott, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP);
- Iara Pietricovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; e
- Graciela Rodriguez, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI).

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 106, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais, requeiro que o senhor Ministro do Esporte Orlando Silva seja convidado para comparecer nesta Comissão, em audiência pública, devendo ser convidados também os parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a fim de se manifestar acerca das denúncias envolvendo o Ministério do Esporte, publicadas na imprensa nacional.
Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 107, DE 2011-CMA

Nos termos regimentais, requeremos que a audiência pública objeto do Requerimento nº 106/2011-CMA, concernente à oitiva do senhor Ministro do Esporte Orlando Silva, seja realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 106 e 107, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata, e do Requerimento nº 62, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Álvaro Dias, com o objetivo de debater as denúncias publicadas na imprensa nacional envolvendo o Ministério do Esporte.

PARTICIPANTE

- Orlando Silva de Jesus Júnior - Ministro do Esporte.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 108, DE 2011-CMA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compões a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 68, de 2011-CRA, nº 108, de 2011-CMA e nº 62, de 2011-CCT de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal - Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011.

PARTICIPANTES

- José Luís Schafer – Deputado, Presidente da UNALE;
- César Halum – Deputado Federal, Ex-Presidente da UNALE
- Elson Santiago – Deputado, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Manoel Morães – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eduardo Farias – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC –

AL/AC;
- Walter Prado – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eider Pena – Deputado, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – AL/AP;
- Hermínio Resende – Deputado, Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE – AL/CE;
- Hélio Soares – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – AL/MA;
- Antonio Carlos Arantes – Deputado, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG;
- Ribamar Araújo – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – AL/RO;
- Gabriel Guerreiro – Deputado, Vice-Presidente do Parlamento Amazônico;
- Erci de Moraes – Deputado, Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima – RR – AL/RR;
- Conceição Vieira – Deputada, Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – AL/SE;
- Eva Gouveia – Deputada, Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB - AL/PB; e
- Rômulo Gouveia - Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 104, de 2011-CMA; nº 56, de 2011-CCT e nº 66, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema incêndios florestais.

PARTICIPANTES

- Irving Foster Brown, Professor da Universidade Federal do Acre e Centro de Pesquisa Woods Hole/EUA;
- Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Vânia Pivello, Professora do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP); e
- Leopoldo Coutinho, Professor do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP).

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 110, DE 2011-CMA

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de conhecer e debater as providências e encaminhamentos relativos ao 6º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em março de 2012, em Marselha – França. Sugiro que sejam convidados os seguintes especialistas: Dr. Benedito Braga – Coordenador do 6º Fórum Mundial da Água; Representante da Agência Nacional da Água – ANA; Representante do Ministério das Relações Exteriores.
Autoria: Senador Paulo Davim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 111, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2010, que "Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000." e apensado, dos quais sou Relator nesta CMA, com a participação dos seguintes

convidados: Rômulo José Fernandes Barreto Mello, Presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio);Mario José Gisi, Subprocurador-geral da República, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (4ª CCR);Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);Nilzo de Faria, Prefeito do Município de São Roque de Minas; André Luis Braga Picardi, Articulador Voluntário do Programa de Revitalização do rio São Francisco e ex-Secretário de Meio Ambiente do Município de São Roque de Minas; Reinaldo Sebastião de Almeida, Presidente da Associação e Instituição Representativa dos Canastreiros (AIRCA); e Jorge de Oliveira Penha, Presidente da Associação dos Extratores e Comerciadores de Quartzitos do Médio Rio Grande.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado com aditamento do Sen. Jorge Viana para inclusão do Deputado Odair Cunha como convidado para a audiência pública

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para participarem, como representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de audiência com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus/AM, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Deliberativa: 1
Conjunta – Audiência Pública: 04
Conjunta – Audiência Pública e Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 19
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Requerimento - CMA: 13

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLC Nº 147, de 2009.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

71ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 132, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a criminalização dos movimentos Sociais."

PARTICIPANTES

- Guilherme Boulos – Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST;
- Bruno Renato Nascimento Teixeira – Coordenador Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, em representação a Ministra Maria do Rosário Nunes - de Estado Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Jeter Luiz Gomes - Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social – Presidência da República;

- Rumiko Tanaka – Se cretária para A ssuntos da Criança e do Adolesce nte -, em representação a o Senhor Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT;
- Moacyr Roberto Te sch A ruersvald – S ecretário G eral da Nova Central Sindi cal dos T rabalhadores – NCST – em representação ao Presidente José Calixto Ramos;
- José Ma ria d e Almeida – Membro da Executiva Na cional da Ce ntral – em re presentação ao se nhor Atnágoras Lopes – Coordenador da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas;
- Ubiraci Dantas De Oliveira – Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;
- Érika Kokay – Deputada Federal - PT/DF;
- Lucas Brito de Lima – Representando Clara Saraiva da Assembléia Nacional dos Estudantes Livres – ANEL; e
- Erivã Garcia Velasco – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

72ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Estende pa ra 31 de julh o de 20 20 o pra zo de is enção do Im posto sobre Produtos In dustrializados na aquisição de automóveis p ara utiliz ação no transport e autônom o de passa geiros, bem com o por pe ssoas portadoras de deficiência.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 01-CDH.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o art. 1.211-D ao Código de Processo Civil, para con ceder prioridade processual na tramitação do processo referente à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.66 4, d e 29 de abril de 200 8, que disp õe sobre a efetiva ção de a ções de sa úde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âm bito d o Sistema Úni co de Sa úde - S US, pa ra assegurar o atendim ento às mulh eres porta doras de deficiência.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação da matéria com uma Emenda de Redação que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, com a Emenda nº 01-CDH (de redação).

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducati vo - SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 113, DE 2011-CDH

"Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, para tratar dos efeitos e conseqüências do Programa de Demissão Voluntária (PDV) dos Funcionários do Banco do Brasil, bem como dos dispositivos do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2007. Para análise e discussão do tema, a Comissão convidará os Representantes dos ex-funcionários do Banco do Brasil, optantes do PDV, abaixo relacionados: Anilda Maria Landivar Pique Barreira (Ex-funcionária do BB); José Onildo de Menezes Cruz (Médico Psiquiatra, aposentado como médico do B B. Hoje atua no tratamento da saúde dos demitidos pelo PDV); Rita Lima (Dirigente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo – Da área da saúde);Zilda Vieira de Souza Pfeilsticker (Doutora da UNB, com tese sobre o PDV no BB); e Antonio Carlos Victório (Ex-dirigente da Executiva Nacional dos Banc. Do BB, no período do PDV)".

Autoria: Senadora Marinor Brito e Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 133, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos a importância se instituir o mês de março como o "MÊS DA POESIA".

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 134, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes**".**
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 135, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a questão da hora extra no Brasil - a regulamentação do uso do ponto eletrônico. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Comissão".
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 136, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a cultura Hip Hop como ferramenta de inclusão social".

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 137, DE 2011-CDH

"Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a regulamentação dos artigos 30 e 31 da lei 9.656/98 - (A manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho)".
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 138, DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debater a criação da Comissão Nacional da Verdade."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 139, DE 2011-CDH

"Nos termos do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO moção de apoio ao pastor irania no Yousef Nadarkhani."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 140, DE 2011-CDH

"Requeiro a realização de audiência pública a fim de debater o do "Programa Ciência Sem Fronteira", do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de garantir a participação dos negros nas bolsas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no exterior."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 141, DE 2011-CDH

"Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, sobre a greve dos IFECE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), com a participação do Secretário de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Duvanier Paiva Ferreira e do Secretário de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco, de representantes do CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, do PROIFES – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior e do SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

73ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 135, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a questão da hora extra no Brasil e a regulamentação do uso do ponto eletrônico."

PARTICIPANTES

- Vera Lucia Albuquerque – Secretária de Inspeção do Trabalho -, em representação ao Ministro Carlos Roberto Lupi – Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Pablo Rolin – Analista da Área de Relações Trabalhistas –, em representação ao Senhor Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Vandrei Barreto de Cerqueira – Auditor Fiscal do Trabalho, em representação a Rosângela Silva Rassy - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT;

- Luiz Alberto de Vargas – Desembargador do Rio Grande do Sul, em representação ao Senhor Renato Henry Sant' Anna - P residente d a Asso ciação Nacional do s Magistrados da Justi ça d o Tra balho-ANAMATRA;
- Manoel Messias Melo – Secretário de Relações de Trabalho -, que representa o Senhor Artur Henrique da Silva Santos - Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- Ledja Austrilino Silva – Diretora da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST –, e o Presidente José Calixto Ramos;
- Francisco Calasans Lacerda - Presidente do SINTHORESP;
- Pedro Parizi – Diretor de Relações Governamentais do Mac Donald; e
- Marco Clemente - Presidente em Exercício do Sindicato dos Radialistas do DF.

74ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendim ento ao Re querimento nº 125, de 20 11–CDH, de autoria do s Senado res Paulo Paim e Cristovam Buarque, "para instruir o PLS 191, de 2009, que estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação."

PARTICIPANTES

- Marta Klumb Oliveira Rabelo – Coordenadora do Programa Saúde na Escola do MEC;
- Rosilene Corrêa Lima - Coordenadora da Secretaria de Imprensa do SINPRO;
- Antonio d e Lisboa Amâ ncio Vale – Profe ssor, rep resentante da Co nfederação Na cional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;
- Rita de Cássia Pereira - Viúva do Professor Carlos Ramos Mota;
- Garcia – Coronel Chefe do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF;
- Najla Velo so – Pós Dout ora em Fo rmação de Prof essores, Dou tora em Soci ologia da Ed ucação e Coordenadora do Projeto de Fortalecimento de Políticas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe junto a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO;
- Rodrigo Pereira de Paula - Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROEP;
- Paula Fernanda Melo Rocha – Orientadora Educacional, mestre em educação;
- Castro Barreira de Carval ho – Professor de Edu cação Física e Técni co na á rea de Di reitos Humanos da Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos da Secretaria de Educação; e
- Marcelo Correia Mota - Pai do Professor Carlos Ramos Mota.

75ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendime nto ao Requ erimento nº 138, de 2 011–CDH, de a utoria d o Se nador Paulo Paim, "a fim de debater a criação da Comissão Nacional da Verdade."

PARTICIPANTES

- Iara Xavier Pereira - Representante do Comitê pela Verdade Memória e Justiça do DF;
- Aton Fon Filho - Representante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos;
- Susana Keniger Lisboa - Repr esentante da Comi ssão de F amiliares de Mortos e Desaparecidos Políticos;
- Luiza Erundina – Deputado Federal - PSB/SP;
- Marcus Viniciu s Furta do Coelh o – Secretário -Geral da O rdem dos Ad vogados do Brasil, e m representação ao Senhor Ophir Cavalcante - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Gilda Carvalho - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;
- João Vicente Goulart - Filho do Ex-Presidente João Goulart; e
- Geraldo Martins Dias – Padre, Assessor Político da CNBB.

76ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 112, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, e nº 44, de 2011-CE, de autoria do Senador Paulo Bauer, para discutir o tema "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

PARTICIPANTES

- Jaqueline Wendland - Psicóloga clínica e Psicoterapeuta no Serviço de Psiquiatria da Criança e do Adolescente, do Grupo Hospitalar Pitié-Slapêtroére, Paris (França);
- Bernard Martino - Cineasta e autor do documentário "Loczi, uma casa onde crescer", La Rochelle (França);
- Monique Bydlowski - Médica Psiquiátrica do Laboratório de Pesquisa da Maternidade Cochin-Port Royal, hospital Tarnier, Paris (França); e
- Osmar Terra – Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara dos Deputados;

77ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 102, de 2011–CDH, de autoria do Senador Cyro Miranda, e nº 40, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Álvaro Dias, aditado pelo requerimento nº 53, de 2011-CE, de autoria do Senador Cyro Miranda, para tratar do tema "Educação Especial."

PARTICIPANTES

- Charles Roberto de Lima Júnior - Presidente da Subcomissão de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- Regiane Presot - Professora e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF;
- Antônio Montanini - Pai de Aluno Especial;
- Maria do Socorro Nery da Silva Cruz – Tia e Mãe de Aluno Especial; e
- "Coral Acorde" - Centro de Ensino Especial nº 01 de Taguatinga – Sidnéia da Costa Veloso – Coordenadora.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 142, DE 2011-CDH

"Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de diligência para verificar a situação das Comunidades Quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul, em especial do Quilombo de Morro Alto."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 143, DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos a situação dos quilombos no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 144, DE 2011-CDH

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos as questões trabalhistas e sindicais no Brasil. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão."
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

78ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 117, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater o bicentenário de Bagé-RS."

PARTICIPANTES

- Carlos Eduardo Dudu Colombo - Prefeito de Bagé – RS;
- Dom Gílio Felício - Bispo da Arquidiocese de Bagé – RS;
- Ronaldo Teixeira da Silva – Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul em Brasília;
- Thamires Sonaglio – Miss de Bagé 2012; e
- Larry Manoel Medeiros de Almeida – Vice-Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios.

79ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 82, de 2011–CDH, de autoria do Senador Sérgio Petecão, "com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam, intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda a natureza no Brasil".

PARTICIPANTES

- Marcos Roberto Muffarreg – Diretor do Departamento de Administração da FUNASA, em representação ao Senhor Gilson de Carvalho Queiroz Filho - Presidente da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA;
- Aldo Moura - Presidente da Associação DDT- A Luta Pela Vida;
- Giovanini Evelim Coelho – Coordenador Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em representação ao Senhor Jarbas Barbosa - Chefe da Secretaria de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde; e
- Sérgio Ronaldo da Silva - Secretário de Imprensa da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 145-CDH, DE 2011

"Requeiro a realização de audiência pública para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012."
Autoria: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado.

80ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 144, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "a fim de debatermos as questões trabalhistas e sindicais no Brasil".

PARTICIPANTES

- Germano Silveira de Siqueira - Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA;
- Moacyr Roberto Tesch Auersvald - Secretário Geral da NCST;
- Jacy Afonso de Melo - Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT
- Wagner Gomes - Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB;
- José Maria - Representação da Coordenação do CSP – Conlutas;
- Assis Melo – Deputado Federal;
- Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT;
- Arthur Bueno de Camargo - Representação do Fórum Sindical do Trabalhador – FST;
- Ruth Coelho Monteiro - Secretária Nacional de Direitos Humanos e Cidadania da Força Sindical;
- Luiz Antônio Festino - Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;
- Miguel Corrêa – Deputado Federal;
- Celinho do SINTTROCEL - Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais;
- Omar José Gomes - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTTT;
- Adélio Justino Lucas - Procurador do Trabalho; e
- Pedro José de Oliveira Lopes - Vice-Presidente da seção II - Transporte de cargas da CNT.

81ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 134, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "a fim de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes".

PARTICIPANTES

- Carmen Solange Maciel Franco - Técnica Administrativa da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde;
- Margarete Daldegan – Gerente de Hematologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em representação ao Senhor Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal;
- Ana Palmira – Representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes;
- Elvis Silva Magalhães – Coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme – ABRADFAL;
- Luiza Bairros – Ministra, Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial;
- Domicio Arruda Câmara Sobrinho - Secretário de Estado de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte;
- Margarida Tojal – Assistente Social – em representação ao Secretário de Estado de Saúde de Alagoas;
- Isaura Cristina Soares de Miranda – Médica – atuante na área técnica, Hemorrede, no Estado de São Paulo – em representação ao Senhor Secretário de Estado da Saúde de São Paulo; e
- Marcelo dos Santos Monteiro - Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – CETRAB.

82ª REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 121, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater "a reforma do Código Florestal na visão dos Direitos Humanos".

PARTICIPANTES

- Dom Leonardo Ulrich Steiner – Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil;
- Raul Silva Telles do Valle – Advogado – Coordenador Adjunto do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental;

- Mário Mantovani - Diretor da SOS Mata Atlântica – em representação ao Senhor José Carlos Carvalho – Engenheiro Florestal – Ex-Ministro do Meio Ambiente e Ex-Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais;
- José Batista De Oliveira - Dirigente do Movimento dos Sem Terra;
- Cleber Cezar Buzato - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário
- Rosane de Mattos – Membro da Comissão Nacional Permanente da APIB – Articulação dos Povos Indígenas;
- Cleber Cezar Buzato - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário;
- Jorge Viana – Senador Relator na CMA, do Novo Código Florestal.

TOTAL DE REUNIÕES: 12
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 09
Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 18
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento - CDH: 14

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas a cerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 1: "O papel das forças armadas: missão constitucional e atividades operacionais; função social: serviço militar obrigatório ou voluntário".

PARTICIPANTES

- Luiz Eduardo Rocha Paiva – General, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil;
- Joanisval Brito Gonçalves – Consultor do Senado Federal; e
- João Quartim de Moraes – Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 117, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 185, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Turismo, celebrado em Luanda, em 17 de abril de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relator *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 186, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, celebrado em Nova Delhi, em 4 de maio de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
OFICIO "S" Nº 57, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Solicita que sejam justificadas as faltas dos Senadores, Ciro Nogueira, Eunicio Oliveira, Jarbas Vasconcelos e Paulo Bauer, que farão parte da delegação brasileira à 125ª Assembléia da União Interparlamentar que será realizada em Berna - Suiça, no período de 14 a 21 de outubro de 2011.
Autoria: GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 619, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 223 combinado com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de censura a ser registrado nos anais do Senado Federal com vistas a repudiar o assassinato do jornalista venezuelano WILFRED OJEDA.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado voto de solidariedade ao povo e à classe dos jornalistas venezuelanos.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011–CRE

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, com a finalidade de debater os diagnósticos às estratégias para o atendimento da necessidade, premente, de se modernizar as Forças Armadas, bem como o orçamento e planejamento para os investimentos no âmbito do Exército, Marinha e Aeronáutica. Para tanto, sugerimos sejam convidados para a primeira das audiências, as seguintes autoridades:

1. Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
2. Comandante do Exército Brasileiro;
3. Comandante da Marinha do Brasil;
4. Comandante da Força Aérea Brasileira;
5. Secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa.

Autoria: Senador Luiz Henrique e Blairo Maggi
Resultado: Aprovado.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas a cerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 2: "Estratégia Nacional de Defesa – Reaparelhamento das Forças Armadas e Indústria Bélica: Aquisição de Armas e Transferência de Tecnologia"

PARTICIPANTES

- Cláudio Moreira – Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE);
- Gunther Rudzit – Professor Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP);
- Aderico Mattioli – General Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa;
- Darc Antonio da Luz Costa – Professor Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (FEDERASUR) e Ex-Vice-Presidente do BNDES.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 46, de 2011-CRE e nº 89, de 2011-CMA, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar.

PARTICIPANTES

- Luís Antonio Balduino Carneiro – Ministro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério ds Relações Exteriores (MRE)
- Carlos Márcio Bicalho Cozendey – Ministro, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF);
- Rosane Bertott – Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP);
- Iara Pietricovsky – Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; e
- Graciela Rodriguez – Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI).

50ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 120, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junta à República do Suriname.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 1175, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer autorização para participação dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Eduardo Amorim, em missão oficial na Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, entre os dias 30 de outubro a 6 de novembro de 2011, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, "crack" e outras drogas.
Autoria: Comissão de Assuntos Sociais (SF)
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 1253, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar, no dia 02 de novembro de 2011, a fim de participar de Reunião do Parlamento do Estado da Renânia-Palatinado, na cidade de Mainz - Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 27 de outubro a 06 de novembro de 2011.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CRE

Nos termos do artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, sobre a veracidade ou não da matéria "Brasil não paga a OEA por causa de Belo Monte", publicada no jornal o Estado de São Paulo, no dia 20/10/2011.
Segundo a notícia, o Brasil estaria se negando a cumprir compromisso financeiro de sua contribuição regular à Organização dos Estados |Americanos (OEA), como represália pelo fato de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos levantar suspeitas de que a hidrelétrica de Belo Monte poderia vir a ferir direitos da população indígena local.
A CRE não pode ficar omissa diante desta matéria, se ela for verdadeira, a diplomacia brasileira estaria usando instrumento de pressão incompatível com as normas e com nossa tradição; caso falsa, está transmitindo péssima imagem do Brasil no mundo, especialmente na família latino-americana, com o agravante de tomar esta posição por causa de assunto relacionado aos Direitos Humanos.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 42, de 2011-CRE, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcelos, com o objetivo de debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil, juntamente com representantes dos Ministérios da Justiça e de Relações Exteriores.

PARTICIPANTES

- Emanuel Pinheiro – Deputado Estadual – Mato Grosso;
- Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; e
- Heitor Reyes – Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência.

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, com a finalidade de realizar ciclos de audiências públicas a cerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.
3º ciclo – Defesa Nacional – Painel 3: "Vigilância de Fronteiras – Organização, Distribuição Espacial na Amazônia e no Sul do País".

PARTICIPANTES

- Eduardo Dias da Costa Villas Boas – General do Exército e Comandante Militar da Amazônia;
- Clemente de Lima Baena Soares – Ministro Chefe do Departamento da América do Sul II – Ministério das Relações Exteriores;
- Ricardo Vélez Rodrigues – Professor Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal de Juiz de Fora; e
- Marcelo Rafael Rech – Editor do site Inforel – Informação em Relações Internacionais e Defesa.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 118, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 119, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 1298, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência "Inve sting in Bra zilian He althcare Summit" e de visita ao Ce ntro d e Emergência (911), na cidade de New York, NY - USA, no período de 14 a 18 de novembro de 2011.
Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF)
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011 – CRE

Requeiro, nos termos do Art. 49 da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações ao senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada pela revista Carta Capital, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o titulo Paranóia verde -oliva, com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro.
Requeiro, ainda, que se confirmada a existência do Manual, S.Exª. informe se, sob sua gestão no Ministério da Defesa manterá em vigor as orientações dele constantes.
Por fim, solicito informar se as outras duas Armas – Marinha e Aeronáutica - possuem Manuais de gênero.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 02
Ordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 15
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 03
Mensagem (SF): 04
Requerimento SF: 04
Ofício "S": 01
Requerimento – CRE: 03

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Re querimento nº 02, de 201 1-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarq ue, destinada a realizar ci clo de Audiên cias Públi cas com o o bjetivo de acom panhar e contribuir pa ra o planejamento e a realização da Confe rência das Naçõ es Uni das sob re De senvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: "Desigualdade: como reduzir".

PARTICIPANTES

- Pedro Herculano G. Ferreira. – Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA);
- Perci Coelho de So uza - Professor Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social da Universidade de Brasília (Locuss-UnB); e
- Esther Bemerguy de Albu querque – S ecretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e So cial da Presidência da República.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, destinada a debater o 'Plano Estratégico de Fronteiras'.

PARTICIPANTES

- Luiz Alberto Santos Sallaberry – Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Agência Brasileira de Inteligência;
- Clemente Baena Soares – Ministro, Diretor do Departamento da América do Sul-II do Ministério das Relações Exteriores; e
- Alberto Kleiman – Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão.

PARTICIPANTES

- Marcio Berbigier – Coordenador Geral de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Carlos Lisboa Travassos – Coordenador Geral da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio (Funai); e
- João Luiz Pereira Pinto – Ministro, Diretor do Departamento de América do Sul – I do Ministério das Relações Exteriores.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011

Discussão e apreciação do Relatório sobre as reuniões referentes ao Tema IV – Questão Indígena e Fundiária, do Ciclo de Audiências Públicas da CREPAFF, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011 – CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011 – CREPAFF

Requer, no s termos regi mentais, qu e a Subcomi ssão d a Amazôni a e da Faixa de Fronteira se fa ça representar na Reuni ão Anual da Organi zação do Tr atado d e Co operação Amazôni ca – OT CA, a se r realizada no mês de novembro próximo vindouro, na cidade de Manaus – AM.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Audiência Pública: 02
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CREPAFF: 01

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matéria.

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 56, de 2011-CI e nº 45 e 73, de 2011–CAE, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e 75, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral. com a finali dade de di scutir a eficá cia d a sistemática da cobra nça da Comp ensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo.

PARTICIPANTES

- Simão Jatene - Governador do Estado do Pará;
- Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais ;
- Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão;
- Paulo Camillo Vargas Penna - Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM);
- Murilo Ferreira - Diretor Presidente da Vale; e
- Anderson Costa Cabido - Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB).

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.
Autoria: Senador João Durval
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2. 158 - 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa.
Autoria: Senadora Marta Suplicy
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU, Valmir Campelo, o Secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery Machado Filho, e o delegado da Polícia Federal, Felipe Eduardo Hideo Hayashi, para, em audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Época, em sua edição de 10 de outubro do corrente, que trata de denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar – em Araucária, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador Alvaro Dias e Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir os estudos técnicos e econômicos do Governo Federal sobre as concessões dos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas) e Brasília (DF), com a presença das seguintes autoridades:
- Wagner Bittencourt, Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil; e
- Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011–CI

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para, representando esta Comissão, participar, acompanhada de dois assessores, com ônus para o Senado Federal, da 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria – ENAI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a realizar-se na capital do Estado de São Paulo, no dia 27 de outubro de 2011.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Resultado: Aprovado

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 139, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 140, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor RODRIGO ZERBONE LOUREIRO, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg.
Autoria: Presidente da República
Relatoria *ad hoc*: Senador Walter Pinheiro
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação.

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.
Autoria: Deputado Ciro Pedrosa
Relatoria *ad hoc*: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 - CI.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria *ad hoc*: Senador Reditário Cassol
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três emendas apresentadas.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 - CI.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária - Deliberativa: 04
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 09
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Mensagem (SF): 02
Requerimento - CI: 03

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto, com as Emendas 1 e 2-CDR.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Wilson Santiago
Relatoria *ad hoc*: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer, pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO 26, DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de discutir o "panorama dos acidentes aéreos ocorridos no Brasil envolvendo aviões e helicópteros e as ações mitigadoras dos órgãos ligados a aviação", para tanto relacionamos os seguintes convidados: Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC; Marcelo Pacheco Guaranis – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Brigadeiro-do-Ar Carlos Alberto da Conceição – Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO 27, DE 2011-CDR

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Debates, para discutir Alternativas para o desenvolvimento auto-sustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, bem como O desenvolvimento social e condições de vida no Entorno: o desafio da segurança, educação, saúde, assistência social e moradia, com a presença dos seguintes convidados: Marcelo Dourado – Diretor Superintendente da Sudeco; Jacques Pena – Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; Oton Nascimento – Secretário de Planejamento do Estado de Goiás; Júlio Miragaia – Diretor de Gestão e Informações da Codeplan; Pedro Alves de Oliveira – Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás; Renato Andrade – Secretário de Entorno do Distrito Federal; Antonio Rocha – Presidente da Federação das Indústrias de Brasília-Fibra; Francisco Caputo – Presidente da OAB do Distrito Federal; Ronaldo Teixeira da Silva – Secretário do Pronasci - Ministério da Justiça; Márcio Florentino – Coordenador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública- UnB; Ana Fonseca – Secretária Extraordinária de Superação da Pobreza Extrema - Ministério do Desenvolvimento Social; Arlete Sampaio – Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de do DF; Maurício Muniz - Coordenador do PAC do Ministério do Planejamento; Adelmir Santana – Presidente da Federação do Comércio de Brasília; Rafael Barbosa – Secretário de Saúde do Distrito Federal; Sandro Avelar – Secretário de Segurança Pública do DF; João Furtado – Secretário de Segurança Pública de Goiás; Prefeitos das cidades do Entorno e Região; Representantes da Universidade de Brasília-UnB; Representantes da Universidade Federal de Goiás-UFG.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, para realização de debates com o objetivo de examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil, tais como logística, inclusão digital e guerra fiscal.
3º Painel – A Guerra Fiscal e o Desenvolvimento Regional

PARTICIPANTE

- René de Oliveira Sousa Júnior, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS/COTEPE, representando os Senhores Nelson Henrique Barbosa Filho – Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e Arno Augustin – Secretário Nacional do Tesouro;
- Pepe Vargas – Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa;
- Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;
- Flávio Castelo Branco, Gerente Executivo de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando o Senhor Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e
- Ricardo Nunes de Miranda – Consultor Legislativo do Senado Federal.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CDR: 02

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA – CDRAM (CDR)

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin
Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 14 e 18, de 2011-CDRAM, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para discutir o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia.

PARTICIPANTES

- Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União.
- Luciano Ricardo de Azevedo Roda, Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial da Secretaria do Patrimônio da União;
- Paulo Cezar Garcia Brandão, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Subchefe de Preparo e Emprego do Ministério da Defesa; e
- Carla Barroso Carneiro, Chefe da Divisão da América Meridional IV do Ministério das Relações Exteriores.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 – CDRCOOL (CDR)

Presidente: Senadora Lídice da Mata
Vice-Presidente: Senador Ataídes Oliveira

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, destinada a debater a transparência dos gastos públicos na Copa de 2014, na Olimpíada e na Paraolimpíada de 2016.

PARTICIPANTES

- Marcelo Chaves Aragão, Auditor de Controle Externo – TCU, representando o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), VALMIR CAMPELO; e
- Valdir Agapito Teixeira, representando o Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), JORGE HAGE SOBRINHO.

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 03/2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, destinada a debater "Políticas de Qualificação Empresarial e Profissional para a Copa de 2014, Olimpíada e Paraolimpíada de 2016".

PARTICIPANTES

- Ana Paula da Silva – Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ricardo Martini Moesch – Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico - Ministério do Turismo; e
- Antônio Henrique B. De Paula – Gerente de Projeto Estratégico do SENAC/DN/CNC.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 61, de 2011-CRA, de autoria do Senador Clésio Andrade e Requerimentos nºs 102, 64 e 55, de 2011- CMA/CRA/ CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, e Eduardo Braga, com a finalidade de debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais.

PARTICIPANTES

- Francisco Miranda de Figueiredo Filho - Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – CNC e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – COCATREL;
- Carlos Augusto Rodrigues de Melo - Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé;
- Eduardo Damião - Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;
- Breno Pereira Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- João Carlos Petribu de Carli - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Manoel Bertone - Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Diego Andrade - Deputado Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Domingos Sávio - Deputado 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Cesar Colnago - Deputado Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e
- Eduardo Trevisan Gonçalves - Secretário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé; Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café; Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado Cesar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CRA

Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão das autoridades abaixo relacionadas, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais:

- Deputado Diego Andrade – Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Deputado Domingos Sávio – 1º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Deputado Odair Cunha – 2º Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e
- Deputado Cesar Colnago – Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.

Autoria: Senador Clésio Andrade.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CRA

Em aditamento ao Requerimento nº 61/2011-CRA, requer, nos termos regimentais, a inclusão do Senhor

Maurício de Almeida Voivodic – Secretário Executivo do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA, para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais.
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos do art. 90. inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados:
- Prof. Irving Forster Brown, Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia;
- Dr. Bráulio Ferreira de Souza Dias, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Profª. Heloísa Miranda, Deptº de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB);
- Profª. Vânia Pivello, Deptº de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP);
- Prof. Leopoldo Coutinho, Deptº de Ecologia da USP.

Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, diligência externa pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiências de agricultura sustentável e recomposição de áreas de preservação permanentes (APPs) e reservas legais nos municípios de Querência/MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal)
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CRA

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compões a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.
Autoria: Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello.
Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 68, de 2011-CRA, nº 108, de 2011-CMA e nº 62, de 2011-CCT de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Gim Argello, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal - Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compõem a UNALE:

PARTICIPANTES

- José Luís Schafer – Deputado Presidente da UNALE;
- César Halum – Deputado Federal e ex-Presidente da UNALE
- Elson Santiago – Deputado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Manoel Morães – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eduardo Farias – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Walter Prado – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eider Pena – Deputado Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – AL/AP;
- Hermínio Resende – Deputado Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE – AL/CE;
- Hélio Soares – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – AL/MA;
- Antonio Carlos Arantes – Deputado Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG;
- Ribamar Araújo – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – AL/RO;
- Gabriel Guerreiro – Deputado Vice-Presidente do Parlamento Amazônico;
- Erci de Moraes – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima – RR – AL/RR;
- Conceição Vieira – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – AL/SE;
- Eva Gouveia – Deputada representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB-AL/PB; e
- Rômulo Gouveia – Vice-Governador do Estado da Paraíba - PB.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).
Autoria: Senadores Luiz Henrique e Ana Amélia.
Resultado: Aprovado.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Não houve deliberação de matéria.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 104, de 2011-CMA; nº 56, de 2011-CCT e nº 66, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o tema incêndios florestais

PARTICIPANTES

- Prof. Irving Foster Brown, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia - INCT SERVAMB;

- Dr. Brá ulio F erreira de So uza Dias, Secretá rio d e Biodiversida de e Flore stas do Mini stério do Meio Ambiente – SBF/MMA;
- Profª. Vânia Pivello, Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo - USP;
- Prof. Leopoldo Coutinho, Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo - USP.

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cum primento ao Re querimento nº 40, de 2011-CRA, de a utoria da Se nadora An a Amélia, co m a finalidade in struir a discu ssão do Proje to de Lei do Senad o nº 252, de 2011, que cria o Prog rama de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências.

PARTICIPANTES

- Alexandre Camacho – S uperintendente Adjunto d e Refino e Processam ento de Gá s Natural da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- Fábio Marcondes – Diretor de Ab astecimento e Regulamentação do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - SINDICOM;
- Gerson Carn eiro Leão – Presidente d a Comissã o Nacional d e Cana-de-Açucar da Confederação Nacional de Agricultura – CNA; e
- Odacir Klein – Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de ju nho de 2 009, par a eq uiparar a atividade p esqueira à ativida de agropecuária, e para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial.
Autoria do PLS: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: No s termos do art. 284 do Regim ento Interno do Senado Fe deral, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 632, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Estende os b enefícios fiscais d a Lei nº 11.529, d e 22 de outubro de 2 007, a os setores e xportadores que especifica.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria *ad hoc*: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 e 2.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CRA.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Waldemir Moka.
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CI.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável com a Emenda nº 1-CI/CRA.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Antonio Russo
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutiva).
Resultado: Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 1-CRA.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de máquinas e equipamentos de uso agrícola, tratores agrícolas e veículos de transporte de carga, quando adquiridos por agricultores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria: Senador Clésio Andrade
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, e do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o Senhor LUIZ SÉRGIO NOBREGA DE OLIVEIRA, Ministro da Pesca e Aqüicultura, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz e Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011–CRA

Requer, nos termos do art. 90, V, c /c art. 93, II, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária-CRA, Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MENDES RIBEIRO FILHO, com a finalidade de debater a Política do Governo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Autoria: Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Antonio Russo, Zeze Perrella e Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01
Conjunta – Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 02
Conjunta – Deliberativa e Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 13
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04
Requerimento – CRA: 09

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 423, de 2009.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga

Vice-Presidente: Senador Gim Argello

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 53, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, destinada a "instruir o PLC 30/2011–Código Florestal e debater o tema: Instrumentos Econômicos e Serviços Ambientais – Modelos, Tecnologias e Soluções".

PARTICIPANTES

- Maria Christina M. Gueorguiev - Advogada do Escritório Pinheiro Neto Advogados;
- Gerd Sparovek - Professor da USP e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ; e
- Celso Vainer Manzatto - Chefe da EMBRAPA Meio Ambiente.

44ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CCT

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o impacto da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooxupé; Gilson Ximenes, Presidente do Conselho Nacional do Café; Nathan Herszkowicz, Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC); Breno Pereira de Mesquita, Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Manoel Bertone, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (Cocatel); Deputado Diego Andrade, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Domingos Savio, 1º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; Deputado Odair Cunha, 2º Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura; e Deputado Cezar Colnago, Secretário Executivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2011 – CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga, Requerimento nº 102, de 2011 – CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e Requerimento nº 64, de 2011 – CRA, de autoria do Senador Clésio Andrade, destinada a "debater o impacto da Reforma do Código Florestal - Lei 4.771, de 1965- para os produtores de café localizados no sul do Estado de Minas Gerais."

PARTICIPANTES

- Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Diretor Conselheiro do Conselho Nacional do Café – CNC e Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – COCATREL;
- Carlos Augusto Rodrigues de Melo, Vice-Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé;
- Eduardo Damião, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC;

- Breno Pereira Mesquita – Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- João Ca rlos Petribu De Carli - Assessor T écnico da Comi ssão Nacional do Meio Ambiente d a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Manoel Be rtone, Secretá rio de Prod ução e Agroe nergia do Mi nistério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Diego Andrade – Deputado, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura;
- Domingos Sávio – De putado, 1º Vi ce-Presidente da Frente Parlame ntar Mista e m Defesa da Cafeicultura;
- Cesar Colnago - Deputado, Secretári o Execut ivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa d a Cafeicultura; e
- Eduardo Tre visan Gon çalves - Secret ário-Executivo Adjunto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CCT

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública para debater o tema incêndios florestais, entre as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciê ncia, Tecnol ogia, Inovação, Comuni cação e Informáti ca (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a participação dos seguintes convidados:
- Prof. Irving Forster B rown, Pe squisa do In stituto Na cional de Ciê ncia e Tecnolo gia dos Se rviços Ambientais da Amazônia;
- Dr. B ráulio Fe rreira de Sou za Dias, Secretári o de Bio diversidade e Flo restas do Mini stério d o M eio Ambiente;
- Profa. Heloísa Miranda, Depto. de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB);
- Profa. Vânia Pivello, Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP);
- Prof. Leopoldo Coutinho, Depto. de Ecologia da USP.

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CCT

Requeremos, nos te rmos regimentais, diligên cia ext erna pelas Comissões d e Meio Ambi ente, Defe sa do Consumidor e Fiscalizaçã o e Controle (CMA), Ciên cia, Tecnol ogia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para conhecer experiên cias de agricultura suste ntável e recomposição de áreas de preser vação permanentes (APPs) e reserv as legai s nos municípios de Querência/ MT (Fazenda Tancuro) e município de Paragominas/PA, com o obj etivo de instruir a ap reciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Jorge Viana.
Resultado: Aprovado.

45ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a consignação de canais de televisão para a União no Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011–CCT

Em aditame nto ao s Req uerimentos 1 7 e 29/2 011, des ta Comissão, requei ro n os te rmos regimentais estabelecidos a partir dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, todos do RISF, a realização de Audiência Públi ca

pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para debates em torno do tema "CIÊNCIA NA EDUCA ÇÃO DE BASE: RECURSO HUMANO PARA O FUTURO DO PAÍS", c omo parte d as Comemo rações do "DIA MUNDIAL DA CIÊNCIA" e uma ini ciativa co njunta entre o Se nado Federal e a UNESCO, conforme Memorando de Entendimentos no 001/2009, assinado em 29 de setembro de 2009. A Audiência Pública será realizada em complemento à 1ª JO RNADA PELA INOVAÇÃO, já em curso pe rante esta Comissão, e e m havendo deli beração favo rável, indi co que sejam convidadas as seguintes pessoas, sem prejuí zo de outra s que p ossam enriquecer o d ebate: VICENT E DEFO URNY – Embaixador da UNESCO no Bra sil; MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Presi dente do Consel ho Nacional de Secretários de Educaç ão – CONSED; MIGUEL NICOLELIS – Cientista e Diretor Científico do Instituto Internacional de NeuroCiências de Natal Edmond e Lily Safra – IINN-ELS.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a con cessão outorgad a à RBS TV CRICIÚMA LT DA. para expl orar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 160, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga autoriz ação à ASSOCI AÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO ROLADOR - ACOMAR para executar serviço d e radiodifusão comunitária na cida de de Ro lador, Estado do Rio Gra nde do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PALMINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pal minópolis, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO ALPESTRENSE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *ad hoc*: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, DE 2011

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DIAMANTINENSE DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - F UNDAEPE para ex ecutar serviço de radiodi fusão sonora em fr equência modul ada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *ad hoc*: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 150, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO BROOKLIN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 149, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇ ÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 336, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permi ssão à RÁDIO LI BERTAÇÃO FM LTDA. para explora r se rviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a con cessão outo rgada à RÁDIO REPÓRTER L TDA. para expl orar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga permiss ão ao SISTEM A NOROES TE DE COMUNICAÇÃO LTDA.EPP para explorar serviço de radi odifusão sonora em frequência mod ulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CAMPINA DO MONTE ALEGRE - SP para execu tar serviço de radiodifusão comunitária na cidad e de Campina do Monte Aleg re, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que re nova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA LUCÉLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COM UNITÁRIA DE ONDA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que re nova a permissão outorgada ao SISTEMA FM DE RÁDIO LTDA. para explora r serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *ad hoc*: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 442, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga à UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES E COMUNIDADES DE CAUCAIA - UMECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Reditario Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011–CCT

Requeiro, nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (novo Código Florestal), tenha apreciação conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Autoria: Senador Luiz Henrique
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011–CCT

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para a realização de debates em torno do tema "POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS (PNDAE) – NOVAS LICITAÇÕES DE POSIÇÕES ORBITAIS – PROGRAMA DO SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO BRASILEIRO – ATENDIMENTO ÀS REGIÕES NORTE E NORDESTE", e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas e representantes, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: MARCO ANTONIO RAUPP – Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); RONALDO MOTA – Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); EM BAIXADOR RONALDO SARDENBERG – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
Autoria: Senadores Eduardo Braga e Gim Argello
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO DEPUTADO HUMBERTO REIS DA SILVEIRA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011–CCT

Requeremos, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participarmos da Conferência "INVESTING IN BRAZILIAN HEALTHCARE SUMMIT" e da visita ao Centro de Emergência (911) na cidade de New York, NY – USA, respectivamente, entre os dias 14 e 16 de novembro de 2011; e, da visita também ao Centro de Emergência (911) do Estado da Flórida – USA, entre 17 e 18 de novembro de 2011.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro e Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

46ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

1ª PARTE

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CCT

Requerem, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com a finalidade de debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal, com a presença dos Presidentes ou representantes das Assembléias Legislativas Estaduais, às quais compõe a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.
Autoria: Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 62, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz; nº 108, de 2011–CMA, de autoria dos Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz; e nº 68, de 2011–CRA, de autoria dos Senadores Gim Argello, Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz., com o objetivo de "debater o projeto de Lei da Câmara nº 30, 2011, que trata da reforma do Código Florestal."

PARTICIPANTES

- José Luís Schafer – Deputado e Presidente da UNALE;
- César Halum – Deputado Federal e ex-Presidente da UNALE
- Elson Santiago – Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Manoel Morães – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eduardo Farias – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Walter Prado – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Acre – AC – AL/AC;
- Eider Pena – Deputado Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – AP – AL/AP;
- Hermínio Resende – Deputado Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – CE – AL/CE;
- Hélio Soares – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA – AL/MA;
- Antonio Carlos Arantes – Deputado Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – MG – AL/MG;
- Ribamar Araújo – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO – AL/RO;
- Gabriel Guerreiro – Deputado Vice-Presidente do Parlamento Amazônico;
- Erci de Moraes – Deputado representante da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima – RR – AL/RR;
- Conceição Vieira – Deputada representante da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe – SE – AL/SE;
- Eva Gouveia – Deputada Representante da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba - PB - AL/PB; e
- Rômulo Gouveia – Vice-Governador do Estado da Paraíba - PB

47ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Não houve deliberação de matéria.

48ª REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 104 de 2011–CMA, de autoria do Senador Jorge Viana; nº 56 de 2011–CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga; e nº 66 de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater o tema: "Incêndios Florestais"

PARTICIPANTES

- Irving Foster Brown – Professor, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Serviços Ambientais da Amazônia;
- Bráulio Ferreira de Souza Dias - Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
- Leopoldo Coutinho – Professor do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP).
- Vânia Pivello – Professora do Depto. de Ecologia da Universidade de São Paulo (USP)

49ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para garantir a facilitação de atendimento do consumidor por órgãos públicos de proteção e fiscalização através da internet.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado o parecer favorável, com as emendas de nº 01 a 07-CCT

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à CV - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 50, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS PARA EVENTOS BENEFICENTES DE SANTA FÉ DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 51, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 167, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO UNIVERSAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 154, DE 2011

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCI AÇÃO MANANCIAL FM DE RADIODIF USÃO COMUNITÁRIA para exe cutar serviço de ra diodifusão co munitária na ci dade de Ub atuba, Estado d e São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga auto rização à SO CIEDADE BENE FICENTE A MIGOS DA PEDREIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catarina, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o at o que renov a a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO MONTA NHESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sono ra em f requência mod ulada na ci dade de Viçosa, E stado de Min as Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria *ad hoc*: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 287, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE GURJÃO - ACCECG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurjão, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 314, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à FUNDAÇ ÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL SÃO JOSÉ p ara executar serviço d e radiodifusão comunitária na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇ ÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO SEBASTIÃO

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 637, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE BOA VISTA - PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 895, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FERREIROS - ACCCFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 900, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SÃO FRANCISCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jatobá, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 162, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE FLORIANÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria *ad hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Americana, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE FERNANDÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *ad hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 166, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à GRANDE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LUTAMOS PELA NOSSA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Reditario Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 464, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE POTÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poté, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GIRUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o Projeto

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01
Conjunta – Deliberativa e Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 50
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 40
Requerimento - CCT: 08

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: Senador Sérgio Souza
Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis
Relator: Márcio Macêdo

6ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO N° 6, DE 2011-CMMC

Requer aditamento ao Requerimento n° 5, de 201 1- CMMC, para acrescentar como convidado para a audiência pública objeto do referido requerimento o consultor do meio ambiente Fabio Feldmann.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 7, DE 2011–CMMC

Requeiro aut orização p ara rep resentar a Comi ssão Mista de Mudan ças Cl imáticas no semin ário Which Green ra ce to Durban, n a con dição de memb ro dessa CMMC, a convite do Bloco P arlamentar d os Ambientalistas no Parlamento Europeu (EFA in the European Parliament). O evento será realizado no dia 9 de novemb ro, no Parla mento Euro peu, na cida de de Brux elas, na Bél gica. Por se con stituir u ma representação oficial do Congresso Nacional, peço que o ônus seja para o Senado Federal.
Autoria: Deputado Alfredo Sirkis
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO N° 8, DE 2011-CMMC

Nos termo s regimentai s requeiro q ue a Audiên cia a provada por meio do Req uerimento n° 103, de 2011-CMA, para di scutir as pro postas que o Brasil levará para a COP-17, seja re alizada conju ntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011–CMMC

Nos te rmos regimentais, requeiro seja re alizada, no âm bito d esta Comissão, audi ência públi ca com a finalidade de conhecer e d ebater o P rograma Antárt ico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao m onitoramento e a companhamento da s muda nças climáticas no cont inente antártico e seus

impactos no território brasileiro. Para tanto, sugiro sejam convidados representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

7ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2011

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011 – CMMC, de autoria do Senador Sérgio Souza, com a finalidade de conhecer e debater o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, especialmente no que se refere ao monitoramento e a companhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro.

PARTICIPANTES

- Contra-Almirante Marcos José De Carvalho Ferreira, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, e Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Renato Leite, Representantes da Marinha do Brasil;
- Jaqueline Leal Madruga, Analista Ambiental da Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros e Edson Rodrigues, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Antártico de Pesquisas Ambientais – INCT-APA, Representantes do Ministério do Meio Ambiente; e
- Jefferson Cardia Simões, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CMMC

Nos termos do artigo 58, § 2º, V, da Constituição Federal e o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam convidados os senhores Luiz Carlos Baldicero Molion da Universidade Federal de Alagoas, Evaristo Eduardo de Miranda, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Judson Ferreira Valentim, Chefe Geral da Embrapa Acre e Geraldo Luís Lino, Geólogo e autor do livro "A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial", a fim de oferecerem esclarecimentos e/ou subsídios a esta Comissão sobre as alterações, impactos e implicações relativas às mudanças climáticas e aquecimento global.
Autoria: Deputado Valdir Colatto e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública com a presença do senhor André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira na reunião preparatória para COP-17, realizada no início do mês, no Panamá, com o objetivo de informar os parlamentares desta Comissão Mista sobre o resultado da referida reunião e das propostas que serão apresentadas pelo Brasil na COP-17, com data a ser definida.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CMMC

Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimento do Deputado Valdir Colatto, com o objetivo de incluir na lista de convidados um representante da SBPC e um representante da ABC, para contribuir nos esclarecimentos a esta Comissão sobre as alterações, impacto e implicações que estão sendo objeto da propositura do Projeto de Lei da Câmara no Senado Federal – PLC nº 30, de 2011, "Código Florestal".
Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza e Deputados Márcio Macêdo e Leonardo Monteiro.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública e Deliberativa: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 07
Requerimento-CMMC: 07

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 74

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 10

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 236

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI - 02/02 a 31/10/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									CONCLUSÕES ENCAMINHADAS EM 17.05.11
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	6	14	14							
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	2									

COMISSÕES TEMPORÁRIAS EXTERNAS											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
SEGURANÇA PÚBLICA RQS 455/2011	4	6	5							

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	17	120	120	74						
ECAD RQS 547/2011	16	147	143	58						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011										AGUARDANDO INSTALAÇÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Casildo Maldaner, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado, Demóstenes Torres e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 44ª e 45ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 78 de 2011, de 14 de setembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-032.126/2010-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 57 de 2010. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria da Presidenta da República, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias, nºs 4, 5, 7, 8, 9 e 10, de autoria do Senador Armando Monteiro, e nº 6, de autoria do Senador Gim Argello. Em 20/9/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 21/9/2011, foi apresentada a Emenda nº 11, de autoria do Senador Zezé Perrella. Em 23/9/2011, foram apresentadas as Emendas nº 12, de autoria do Senador Luiz Henrique, e nº 13, de autoria da Senadora Ana Amélia. Em 26/9/2011, foram apresentadas as Emendas nºs 14 e 15, de autoria da Senadora Ana Amélia. Anunciada a Matéria, o Relator do Projeto, Senador José Pimentel, apresenta relatório reformulado, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 3, 16 e 17, que apresenta, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7, nos termos da Emenda nº 18, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Lobão Filho, Armando Monteiro, Roberto Requião e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 3, 16 e 17, renumeradas como Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE, acolhendo parcialmente a Emenda nº 7 nos termos da Emenda nº 18, renumerada como Emenda nº 4-CAE, rejeitando as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15. Aprova, ainda, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 526 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários", tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Em 30/08/2011, foi concedida Vista ao Senador Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Romero Jucá Relator *Ad Hoc* da Matéria. Iniciada a discussão, é apresentado Voto em Separado pelo Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CE-CAE por sete votos favoráveis, seis votos contrários e nenhuma abstenção. Vencido o relator, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Cyro Miranda relator do vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remu-

neração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que "altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 325 de 2008 e nº 356 de 2008. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 325 de 2008 e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 356 de 2008. O Presidente da Comissão designa o Senador Eduardo Suplicy Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Romero Jucá. Colocado em votação, a Comissão rejeita o PLS nº 325 de 2008 e o PLS nº 356 de 2008 por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Lindbergh Farias e Lobão Filho. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro e 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam", tendo como Relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 9/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 16/8/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 2 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Em 01/07/2009, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Em 20/9/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral. –** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 44ª e 45ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no **Diário do Senado Federal.**

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento:

Aviso nº 78, de 2011, de 14 de setembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte, nos autos do Processo nº TC – 032126/2010-7, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 57, de 2010.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

A Comissão recebeu ofício do Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que convida todos os membros da CAE para participarem de seminário destinado a debater a "Especulação e Crise Financeira, Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública". O seminário ocorrerá no dia 6 de outubro, às 9 horas, na Câmara dos Deputados.

Informo, ainda, que a Comissão recebeu o ofício PGR/GAB nº 1.134, de 14 de setembro de 2011, no qual o Procurador-Geral da República encaminha o Ofício nº 1.079/2011/4º Of. Cível/BR/AM, que trata de irregularidades detectadas pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Amazonas, no âmbito do Inquérito Civil Público PR/M nº 113000001793/2009-17, sobre a execução do projeto monotrilho de Manaus, obra de responsabilidade do Governo do Estado do Amazonas.

O ofício foi encaminhado à CAE em virtude da possibilidade de o Governo do Amazonas pleitear a contratação de operação de crédito externo, o que exigiria autorização do Senado Federal.

Esclareço que, até o momento, a Comissão não recebeu qualquer pedido ou consulta que envolva o financiamento da referida obra.

O referido expediente será encaminhado por meio de ofício circular para conhecimento dos membros da Comissão.

Isso dito, vamos iniciar, e eu pediria aos Senadores e às Senadoras objetividade nas relatorias porque nós daqui a pouco receberemos o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, logo em seguida, eu presido a Comissão de Educação. Então, se a Comissão aceitar, eu gostaria de pedir inversão de pauta para o Item 5.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu concordaria desde que fosse o segundo ponto, porque o primeiro item é o Simples Nacional, que nós já fizemos a discussão na semana passada e está em processo muito adiantado.

Portanto, eu teria acordo desde que fosse o segundo item.

Pondero ao Senador Requião que encerrássemos essa questão, até porque o melhor Simples Nacional do Brasil é do Paraná, para a gente andar rápido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas é não terminativo esse aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se o Senador Requião concordar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Seguramente, dentro do seu apelo, o Simples será mais simples do que o projeto eu vou relatar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu espero. *(Risos.)*

Portanto, começamos, por uma questão de princípio, pelo Item 1 da pauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77 DE 2011-Complementar

– Não terminativo –

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador José Pimentel.

O Relatório é favorável ao Projeto com a Emenda nº 3, 16, 17 e 18, que apresenta, e pela rejeição das Emendas de nº 1 de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; nº 2, de autoria do Senador Alvaro Dias; nºs 4, 5, 7, 8, 9 e 10, de autoria do Senador Armando Monteiro; nº 6, de autoria do Senador Gim Argello, nº 11, de autoria do Senador Zeze Perrella; nº 12, do Senador Luiz Henrique; e nºs 13, 14 e 15, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Em 20/09/2011, foi concedida vista coletiva.

Em 21/09/2011, foi apresentada a Emenda nº 11, de autoria do Senador Zeze Perrela.

Em 23/09/2011, foram apresentadas as Emendas de nº 12, de autoria do Senador Luiz Henrique, e de nº 13, da Senadora Ana Amélia.

Em 26/09/2011, foram apresentadas as Emendas de nºs 14 e 15, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel, para proferir seu novo relatório, que esperamos bastante objetivo, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero começar registrando que, após a reunião da última terça-feira da semana passada, fizemos uma série de diálogos com os nossos Pares desta Casa. Uma das dúvidas que havia era sobre o subteto de enquadramento dos Estados, no que diz respeito ao recolhimento do ICMS pela tabela do Simples.

Nesse item, em 2006, quando aprovamos, por unanimidade, na Câmara e no Senado, essa matéria, o Congresso Nacional criou o subteto para os Estados que têm até 1% do Produto Interno Bruto nacional. O seu subteto, para fins de recolhimento do ICMS, com esse sistema, era de 50% do teto nacional, ou seja, R$1,2 milhão. Isso está no art. 19 da Lei Complementar nº 123. Nesse projeto de lei, de iniciativa do Executivo, que foi aprovado pela Câmara também sem nenhuma alteração, mantém o subteto em R$1,2 milhão – não há nem atualização nesse subteto. Portanto, os 11 Estados da Federação, que têm até 1% da riqueza nacional, o seu enquadramento para recolhimento do ICMS continua sendo R$1,2 milhão, e isso fica até 2014. Para os Estados que têm mais de 1% e até 5% do Produto Interno Bruto, lá, em 2006, fixamos esse valor em R$1,8 milhão. Aqui, estamos mantendo a mesma regra; não estamos atualizando. Esta era uma dúvida que permeava os nossos Pares na última terça-feira e, depois desses esclarecimentos, não foi sequer apresentado voto em separado porque esta era a grande preocupação.

Na verdade, a atualização do teto e das faixas em 50% alcança basicamente a União, que faz isso como forma de fortalecer a economia nacional, de enfrentar a crise que se iniciou em 2008. E é na micro e pequena empresas que ela tem encontrado a sua grande forma de sustentação e de superação de parte das dificuldades e também de geração de emprego e renda.

Portanto, nesse Projeto de Lei Complementar nº 77, com origem na Câmara , basicamente quem absorve toda a isenção tributária nesta atualização é a União, porque, no que diz respeito ao ICMS, utilizamos esse expediente.

Volto a registrar, foram apresentadas várias emendas, emendas muito importantes, só que tratam de mérito. Por exemplo, há uma emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira que permite ao empreendedor individual, aquele que, hoje, tem receita bruta anual de ate R$36 mil, estamos elevando para R$60 mil, para que ele possa ter o que chamo de estagiário, ou seja, o menor aprendiz, de suma importância, mas estou rejeitando para que o projeto vá à sanção e assumindo um compromisso com os Pares desta Casa, conversando com o Presidente do Senado, para que construamos uma emenda global substitutiva ao PLS nº 467, de 2008, que trata dessa matéria e está na Ordem do Dia do Senado Federal, para que todas essas emendas que foram aqui apresentadas, possam ser discutidas e, ali, construir um grande consenso. Há matérias sendo encaminhadas pelo próprio Executivo federal que queremos acolher. Há matérias que vêm das entidades representativas dos Municípios que nós também temos a intenção de acolher. Há matérias para ampliação do setor de serviços, que é um dos itens que diz respeito à grande parte das emendas que queremos levar para lá. E há uma matéria polêmica, que é a da substituição tributária. Sabemos que isso vai dar muito mais trabalho e está na Ordem do Dia sendo discutida.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2011, complementar, com as emendas de redação a seguir – e vou lê-las já – e pela rejeição das Emendas da CAE de nºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, que foi a última a ser apresentada ontem. Como essa matéria pode ser apresentada até o final da discussão, farei um apelo aos nossos pares para que não apresentem mais emendas porque queremos enfrentar esses temas justos que estão sendo apresentados no paralelo.

Estamos propondo quatro emendas de redação. A primeira emenda de redação já havíamos discutido na sessão passada. O que acontece? Onde deveria haver “Comitê Gestor do Simples Nacional”, o projeto de lei veio “Comitê para Gestão da Rede Nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios”, ou seja, SIM. Lá está “Comitê Gestor do Simples nacional” e na frente a sigla CG SIM. Houve uma troca de siglas. Ao invés de ser “Comitê Gestor do Simples nacional” veio a outra que trata da rede SIM. Portanto, nós estamos fazendo essa adequação no que diz respeito à sigla do Comitê Gestor do Simples Nacional.

A segunda emenda diz respeito ao inciso I, § 9º, art. 29, da Lei Complementar nº 123, com a redação dada por esse PLC. Lá houve uma confusão. Lá está escrito “em dois ou mais anos/calendário”. Nós estamos propondo que se leia “em dois ou mais períodos de apuração”. Porque o ano/calendário é válido apenas para o Imposto de Renda. Como aqui se trata também do ISS, do ICMS e de seis impostos federais, estamos fazendo essa adequação de redação. Portanto, onde lá está escrito “em dois ou mais anos/calendários” va-

mos alterar a redação para "em dois ou mais períodos de apuração".

A terceira emenda diz respeito ao art. 34, da Lei Complementar nº 123, com a redação dada pelo art. 1º, do PLC nº 77. Onde se lê "existentes na legislação do Imposto de Renda" leia-se "estabelecidas em ato do Comitê Gestor do Simples Nacional", novamente. Porque aqui são tratadas matérias que envolvem questões além do Imposto de Renda. Foi um equívoco. A própria Receita Federal pede. Quando eles estavam atualizando, pegaram o banco de dados do Imposto de Renda sem pegar a amplitude do Simples Nacional.

A quarta emenda, Sr. Presidente, é um pouco mais complexa. No PLC nº 77, art. 2º, lá apresentado, foi introduzido o §14 ao art. 18. Acontece que esse §14 não tem nada a ver com o que estamos discutindo. A intenção era retirar da base de cálculo a substituição tributária e também a antecipação de receitas. É a redação já existente no Projeto de Lei Complementar nº 123, sem alteração. A redação que foi dada fica totalmente sem nexo e tinha como objetivo também tirar da base de cálculo a exportação que já está no PLC nº 123. Tínhamos dois caminhos. Um caminho é fazer essa adequação de redação porque veio um artigo que tinha muito mais a ver com Imposto de Renda ou deixar para veto.

O Senador Armando Monteiro, do nosso Pernambuco, foi quem levantou esse tema, e a Receita Federal tem acordo. E, aí, o que nós estamos propondo? Lá no § 14 do art. 18 do PLC 77, onde se lê "relativo aos valores das receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior", leia-se "em decorrência do exposto no inciso IV do art. 4º, desse artigo, correspondente aos tributos já recolhidos, e com relação ao disposto no inciso V do mesmo parágrafo". O que nós estamos dizendo? Quando tem a substituição tributária que já está redigida, sai da base de cálculo; quando tem a exportação, sai da base de cálculo. Portanto, esse § 14, é uma peça estranha que está no corpo do projeto. E a saída que foi construída, ouvindo o Executivo, ouvindo os nossos Pares, é de que a gente fizesse essa adequação. É a matéria mais polêmica que a gente teria nessas emendas de redação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª não fez nenhuma referência à Emenda nº 7, que foi rejeitada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nós estamos modificando a Emenda nº 7. Estamos acolhendo a Emenda nº 7 como emenda de redação. Por isso, estou dando essa redação.

Essa última emenda de redação tem como origem a Emenda nº 7, mas com esse conteúdo, que é para sanar esse conflito entre um artigo que foi incluído sem qualquer sentido e a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes. Depois, Senador Cyro Miranda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o nobre relator rejeita a Emenda nº 1, que apresentei, inspirado pelo Deputado Mendes Thame, que está presente e que permite a contratação pelo MEI de menor na condição de aprendiz. S. Exª o Senador Pimentel tem simpatia pela emenda e se propõe a analisá-la no contexto de outro projeto que trata do mesmo tema.

Mas a minha intervenção, neste momento, Sr. Presidente, é para pedir explicação ao relator, porque o Senador Pimentel afirmou que o único ônus, digamos – em termos de perda de receita –, da implantação desse novo teto recairia sobre a União. No entanto, eu acabo de receber um telefonema da Senadora Lídice da Mata, que foi procurada pelo Secretário da Fazenda da Bahia, em nome do Governador, muito preocupado com a repercussão desse aumento do teto em 50% sobre as finanças da Bahia. Da mesma forma, o Senador Cyro Miranda acaba de ser acionado pelo Secretário da Fazenda do seu Estado, Goiás. Ontem à noite, o Secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, também me procurou com essa mesma preocupação.

Ora, nós sabemos que o projeto, com todo o mérito que tem em termos de facilitar a vida das pequenas empresas, tem repercussões fiscais sobre os Estados. E esta Casa representa os Estados. Nós estamos aqui também para cuidar dos interesses federativos.

Por isso é que eu pediria um esclarecimento ao relator sobre a repercussão exata desse tema nas finanças dos Estados, porque S. Exª diz: "praticamente só sobre a União". Mas esse "praticamente" é que é o problema. Eu gostaria de saber exatamente sobre o meu Estado, São Paulo, sobre o Estado da Bahia. E eu faço aqui a pergunta em nome da Senadora Lídice da Mata, que está, neste momento, participando de uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia. E também creio que o Senador Cyro Miranda me permite que eu faça a pergunta em nome do seu Estado, também, o Estado de Goiás. Nós queremos saber o que significa esse "praticamente" em relação aos Estados que nós representamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, a redução de receitas dos Estados está na partilha do Imposto de Renda e no IPI. Como nós estamos atualizando o teto da União em 50%, em todas as faixas, o recolhimento do Imposto de Renda e do IPI nessas empresas tem uma diminuição. E como o Imposto de Renda e o IPI são partilhados com o pacto federativo, aqui, é verdade, tem diminuição de receitas do Imposto de Renda e do IPI. Esses dois são fato.

Para evitar que tivesse impacto também no ICMS, o instrumento encontrado foi não atualizar o subteto fixado lá em 2006, que envolve 23 Estados, aqueles que têm até 5% do Produto Interno Bruto. E nós temos quatro Estados que estão acima de 5% do Produto Interno Bruto, que são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Esses quatro Estados hoje têm valor, ou seja, eles têm participação acima de 5% do Produto Interno Bruto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então esses Estados perderiam receita?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Esses Estados poderão ter uma perda de receita – poderão ter. No entanto, como você tem um sistema de formalização e tem um sistema de diminuição da fraude, porque atuam os Entes do pacto federativo... Todos os cálculos de 2007 para cá têm sido de aumento de receitas, com um dado: esses Estados praticam a chamada substituição tributária. No caso concreto do Estado de São Paulo, em 2010, 52% das micro e pequenas empresas já foram na substituição tributária. Ou seja, hoje, das empresas do Estado de São Paulo que estão enquadradas no Simples Nacional, 48% recolhem pela tabela do Simples e 52% são alcançadas pela substituição tributária e são objeto de um grande debate no Estado de São Paulo.

Portanto, o Estado de São Paulo já teria a devolver, porque ele implantou o sistema de substituição tributária...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que é perfeitamente legal...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Que é legal, claro, claro, mas que neutralizou os efeitos do Simples para as micro e pequenas empresas daquele Estado.

Eu estive com o Sr. Secretário do Estado de São Paulo mostrando esses dados todos. Eles têm uma postura de unidade nacional e, sempre que se discute o Simples, eles levantam um conjunto de preocupações, e a gente precisa refletir.

Portanto, nobre Senador Aloysio Nunes, era isso que eu teria esclarecer a V. Exª e fico à disposição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria então dizer a V. Exª – se V. Exª me permite, Sr. Presidente, novamente, apenas para colocar a minha posição – que eu não me sinto, Senador Pimentel, em condições de votar a favor de um projeto que diminua a receita tributária do Estado que eu represento. Não me sinto, em sã consciência, antes de um exame mais aprofundado, por parte dos órgãos da Fazenda do meu Estado, de votar a favor. Essa é uma das minhas atribuições, mas, enfim, é a minha posição. Eu quero dizer a V. Exª, com toda a lealdade, que é uma matéria que mereceria um exame mais acurado, para que se calibrasse exatamente o que significa essa perda de receita para o Estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Aloysio.

Senador Cyro e Senador Lobão, nosso Vice-Presidente.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Exmº Senador Pimentel, existem também os outros Estados; eles perdem, mesmo aqueles que estão entre 1 e 2 a 5, porque as faixas são mudadas – certo? – e, ao mudar essas faixas, é evidente que eles vão ter uma perda de arrecadação, bem menor, mas têm, porque essas faixas, internamente, são mudadas. Mas eu acho que esses Estados perdem menos, é uma contribuição do Estado.

O que eu coloco para o senhor aqui e o senhor sabe que eu não pretendo, não quis colocar emenda, vou votar de acordo com o seu relatório, mas, para que não haja prejuízo do Simples, se não for feito no paralelo, tirar do contribuinte substituto, eles entram então no regime normal. E já, em vários Estados onde acontece o regime de substituto tributário, o Simples passa a não existir.

Então, queria saber de V. Exª se esse acordo está feito porque, senão, nós estamos dando com uma mão e tirando com a outra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Volto a registrar: nós estamos construindo o projeto paralelo e essa questão da substituição tributária é a matéria mais polêmica. Portanto, vamos ter que conversar muito, construir consensos para aprovar. O nosso Senador, V. Exª, Senador Cyro Miranda, juntamente com nosso Senador de Pernambuco, o Senador Armando Monteiro, são duas pessoas que estudam muito esse tema,

sem prejuízo dos demais e sabem da dificuldade que nós vamos ter nessa matéria com os secretários de Fazenda. Essa matéria tão simples, em que nós não estamos atualizando os subtetos, estamos jogando na União a grande isenção pela atualização das faixas. Porque, é verdade, nós estamos atualizando as faixas intermediárias, mas o subteto, para fins de enquadramento do ICMS, não se atualiza, continua 1,2 milhão e 1,8 milhão. Portanto, estamos fazendo isso. Evidente que numa matéria dessa magnitude sempre vamos ter algumas resistências.

Quer ver um exemplo? Quando nós aprovamos o Simples lá em 2006 nós tínhamos 1,337 milhão de micro e pequenas empresas formais no Brasil. Nós chegamos hoje a 5,4 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil fruto desse grande projeto de lei em que ganha o pacto federativo e a sociedade.

Em 2010, o faturamento de bens e serviços no Brasil somou R$7,4 trilhões e as empresas do Simples faturaram R$410 bilhões, ou seja, elas faturaram menos de 10% da receita bruta de bens e serviços do País. Este setor hoje é responsável por 59% de todos os empregos do Brasil com carteira assinada. Então, nossos secretários fazendários estão de olho em um setor da economia que tem menos de 10% do faturamento bruto nacional e que é responsável por 59% de todos os empregos do Brasil. E esse sistema, arrecadação para os entes do pacto federativo é custo zero, porque é um imposto autodeclarado, em que o contribuinte vai lá no guichê, paga e é feita a distribuição imediata. Portanto, simplifica a máquina e permite ao Fisco estadual se dedicar ao lucro real e ao lucro presumido. Eu não consigo compreender essa resistência dos secretários de Fazenda numa matéria dessa magnitude, em que representa menos de 10% do faturamento do Brasil e que permite a eles arrecadar custo zero.

Eu faria um apelo ao nosso Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é estudioso, preocupado, que nós pudéssemos votar essa matéria aqui para que ela pudesse andar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não tenho objeção a isso, evidentemente.

Apenas o meu desejo e o que me leva a questionar, Senador Pimentel, em nome da responsabilidade que tenho, é saber exatamente se há um cálculo do impacto no curto prazo na receita do Estado que eu represento. Mas nós teremos tempo de ver isso até a matéria chegar ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Pimentel, Senador Aloysio Nunes, o Confaz já se reuniu no final do semestre passado e já estudou profundamente esse tema. Eles chegaram à conclusão de que as perdas para os Estados serão de R$1,120 bilhão; para os Municípios, em torno de R$300 milhões.

Conforme o Senador Pimentel disse, esse assunto é extremamente complexo. Acho até que devemos, sim, incentivar as empresas – mesmo diminuindo a carga tributária delas, sempre fui defensor disso –, mas esse assunto é apensado a dois outros, conforme o próprio Senador Pimentel nota, de extrema relevância, esses, sim, arrebentam com os Estados, principalmente com os Estados do Norte e do Nordeste.

O primeiro é a substituição tributária. Imaginem um Estado, vamos dar um exemplo prático, em vez de fiscalizar três ou quatro distribuidoras de bebidas, fiscalizar 100 mil bares. Isso é impossível. Então, o término da figura da substituição tributária é um crime para as secretarias de fazendas estaduais. O segundo, esse sim ataca diretamente os Estados do Norte e do Nordeste, que são mais consumidores do que produtores, refere-se à questão do término de diferença de alíquota.

Então, esse projeto que envolvia três matérias foi dividido para que hoje estivéssemos votando apenas 50% no reajuste da tabela, mas ele precisa ser olhado como um todo.

Os secretários estaduais de fazenda chegaram à conclusão que, para reajustar a tabela de julho de 2007 até hoje, seria justo 25%. Propuseram isso ao Governo, mas o Governo mandou um projeto de lei de 50% da tabela, gerando essa diminuição na arrecadação de R$1,12 bilhão e de R$300 milhões. Isso é uma conclusão de todos os secretários de fazendo do Brasil. O Governo, no entanto, vem com informações diferentes vindas do Sebrae, mas quem entende de tributação e arrecadação estadual são as secretarias de fazenda estaduais ou é o Sebrae?

De acordo com a série de reuniões que tive com técnicos da fazenda do Maranhão, este reajuste de tabela é aceitável. Os outros dois itens, que iremos discutir ainda, são inteiramente inaceitáveis para a secretaria de fazenda do Estado do Maranhão. Eu, que vivo em um Estado que vive no limite entre receita e despesa, com sérias dificuldades de investimentos, um Estado em que qualquer abalo nas finanças do Maranhão tem um impacto profundo em toda a sociedade maranhense, em todos os maranhenses, tenho que olhar com muita responsabilidade para isso. Apesar de ser um grande sacrifício para o Estado do Maranhão votar essa tabela com 50%, ainda assim estão dispostos a aceitar esse sacrifício com o objetivo, com a visão de médio e longo prazo de que isso irá fomentar ainda mais a economia e, portanto, voltar a arrecadação, em termos nominais, ao que temos hoje.

Então, Senador Pimentel, sou de acordo com o seu relatório, mas quero ser parceiro na expectativa de podermos discutir com maior profundidade os dois outros itens: substituição tributária e diferença de alíquota.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro; depois, o Senador Requião; e, então, vamos colocar em votação o projeto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, companheiros, acho que há algo, no Brasil, sobre o qual há um consenso amplo: a necessidade de apoiar as micros e pequenas empresas no Brasil.

O Brasil é um país que tem uma energia empreendedora fantástica e é necessário oferecer, pelo menos no ambiente da tributação, a esse empreendedor, que já enfrenta um ambiente hostil, pela burocracia, pelo crédito travado, porque o crédito no Brasil é inacessível ao pequeno empreendedor, algo que seja adequado. Todas as experiências indicam que essas políticas foram exitosas, ou seja, houve expansão significativa dos negócios na área do pequeno empreendedor, ou seja, uma multiplicação de empresas, o que significa dizer que essas políticas têm sido bem sucedidas.

Há experiências em alguns Estados, e destacaria a experiência corajosa que o então Governador Requião pode oferecer quando proporcionou realmente às pequenas e micros empresas um regime de tributação altamente estimulador dos pequenos negócios. Ele pode dar um testemunho de que isso não resultou em nenhum prejuízo do ponto de vista da arrecadação, muito pelo contrário. Houve significativa expansão e formalização dos negócios, o que compensou extraordinariamente esse efeito.

Esclareço ao eminente Senador Lobão que essa proposta de exclusão da substituição tributária para o setor ressalva aqueles sete setores, portanto, bebida não está contemplada, está absolutamente fora desse universo.

Quero, ao final, dizer que os Estados tiveram largo tempo para poder examinar o impacto dessa questão, que não é, me parece, um impacto relevante, estou seguro disso.

Penso que a União promove esforço significativo ao fazer essa atualização de 50%, que corresponde praticamente ao efeito inflacionário do período. Nós temos seis anos, sete anos, não é Senador Pimentel, seis anos e meio que essas faixas tinham sido fixadas. Então, temos aí praticamente uma correção que significa reconhecer o efeito inflacionário do período.

Então, creio que os Senadores têm a compreensão do extraordinário alcance dessa medida. Acho que temos de votar esse projeto e podemos, sim, discutir essas questões que remanescem aí, sem prejuízo do núcleo fundamental do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O último Senador inscrito para debate dessa matéria é o Senador Requião, que conhece muito bem esse assunto, até pelo seu projeto pioneiro no Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Presidente, o Simples Nacional surge a partir da experiência paranaense. E todos os argumentos contrários que vejo levantados aqui eu os escutei quando instalei o Simples no Paraná. É a visão burocrática, fazendária dos Estados.

É evidente que todo benefício da microempresa vai significar a capitalização delas. E o microempresário não vai entesourar isso, ele não vai guardar debaixo do colchão, entra na economia, no círculo virtuoso e acaba sendo captado, do ponto de vista tributário, pelo comércio formal.

Eu eliminei, no Paraná, se não me engano, se a memória não me falha, de 240 mil empresas, de uma vez só, 190 mil. E os técnicos me diziam: "Vai quebrar o Estado"; o pessoal do Confaz reclamava. É uma falta absoluta de conhecimento do funcionamento da economia. A arrecadação do Paraná aumentou extraordinariamente.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Pediria aos presentes para não se manifestarem, senão fica ruim para a condução dos trabalhos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Os pequenos empresários capitalizados gastam no mercado formal. E o período de vida, de sobrevivência das empresas criadas foi também fantástico. O resultado foi que nós batemos recordes de geração de emprego, de criação de empresas e de permanência de empresas abertas no mercado.

Acho que o projeto é excelente. A iniciativa do Governo Federal é extremamente responsável e os efeitos serão extraordinariamente positivos.

E toda a crítica que eu escuto agora eu já a escutei: "O Governador Requião vai quebrar o Estado do Paraná". O resultado foi exatamente o contrário: aumento da arrecadação, aumento do número de empresas, aumento do número de emprego e dinamização da economia.

Eu passava em pequenas cidades do interior do Estado e, de repente, via as lojas limpas, pintadas, iluminadas, as prateleiras cheias, o comércio funcionando, pela ausência da fiscalização e a possibilidade do lucro e da capitalização.

Acho o projeto fantástico! E, sob o meu ponto de vista, Senador Pimentel, muito tímido ainda. A meu ver, deveríamos avançar bem mais nesse sentido e o resultado seria magnífico.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me uma breve...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo, o horário já está adiantado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo. Acho importante a preocupação do Senador Aloysio Nunes ponderou, mas, diante das observações do Senador Roberto Requião, que, como Governador de Estado, aqui testemunhou uma experiência muito significativa, eu acho que nós podemos confiar nos efeitos positivos, em termos líquidos, da proposição tal como relatada pelo Senador José Pimentel.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora para discutir a matéria, coloco em votação o Relatório do Senador José Pimentel.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3, 16, 17, renumeradas como Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAE, acolhendo a Emenda nº 7, nos termos da Emenda nº 18, renumerada como Emenda nº 4-CAE, rejeitando as Emendas de nºs 1, 2, 4, 5,6, 8,9, 10, 11,12, 13, 14 e 15.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT –CE) – Sr. Presidente, estou apresentando um requerimento de urgência, para que o projeto possa ir a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Pimentel requer urgência, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2011-Complementar, que altera os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006 e dá outras providências.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O PLC nº 77 segue, em caráter de urgência, ao Plenário do Senado Federal.

Registro também as presenças do Deputado Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul; do Deputado Laercio Oliveira, do PR de Sergipe; e do Deputado Federal Mendes Thame, de São Paulo.

Também tenho de fazer uma média com o meu Estado, registrando a presença do Dr. Antônio Freire, Presidente da Faems, do Oshiro e de toda a sua equipe, que estiveram aqui acompanhando os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos, agora, ao Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 DE 2008
– Terminativo –

Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, vem à análise desta Comissão, como destacou V. Exª, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2008, de autoria do Senador Fernando Collor, que tem como objetivo destinar, para o Fundo do Exército...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, seria interessante que os microempresários, pelo menos, mantivessem um "microssilêncio" na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Deveria ser um "macrossilêncio", não é? Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Tem como objetivo destinar para o Fundo do Exército valores provenientes de compensações financeiras pagas pela exploração de recursos minerais, de petróleo e gás natural, e de recursos hídricos utilizados na geração de energia elétrica. Para tanto, altera o art. 17 da Lei nº 9.468, de 1998, e acrescenta artigos às Leis nº 7.990, de 1989, e nº 9.478, de 1997.

O projeto foi despachado inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Foi aprovado o parecer do Relator, Senador Romeu Tuma, favorável ao projeto, sem emendas.

O projeto é constituído de cinco artigos.

O primeiro dá nova redação ao art. 17 da Lei nº 9.468, de 1998, de modo a aumentar de 6,75% para 7% a alíquota da compensação financeira paga pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica. É também acrescentado um novo beneficiário desta compensação, a saber: o Fundo do Exército.

O segundo artigo acrescenta à Lei nº 9.990, de 28 de dezembro de 1989, um novo artigo 6º, *a*, que aumenta em 0,5% a compensação cobrada sobre a exploração de recursos minerais e destina esse valor também ao Fundo do Exército.

O art. 3º propõe procedimento semelhante para exploração de petróleo e gás natural.

Um novo artigo 50, *a*, proposto à Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, eleva em 0,5% a alíquota de *royalty* e destina o valor resultante ao Fundo do Exército; um novo artigo 50, *b*, altera a repartição da participação especial de modo a destinar 13% ao Fundo do Exército.

O art. 5º, na realidade, é o 4º artigo. Altera o art. 2º do Decreto-Lei 1.310, de 1974, que trata do Fundo do Exército, para incluir as compensações acima referidas como receitas do fundo.

O art. 6º contém a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Como esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação de sua aderência aos aspectos: constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

O PLS nº 62, de 2008, está em harmonia com o art. 22, incisos IV e XII, da Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre águas, energia, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia. Também está em consonância com o art. 48, inciso I, da Constituição Federal, que determina que o Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, pode dispor sobre o sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

Por fim, não há vício de iniciativa. Assim, cabe aos parlamentares iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Portanto, a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Há, também, aderência da proposição aos aspectos de juridicidade e regimentalidade.

No mérito, o autor do projeto...

Quero dar a palavra ao Senador Romero Jucá que deve ter alguma coisa a acrescentar. (*Pausa.*) Se S. Exª utilizasse o microfone, eu entenderia com mais clareza a sua interpelação. (*Pausa.*)

No mérito, o autor do projeto defende o reforço da dotação de recursos para o Exército Brasileiro, para que este possa, entre outras atribuições, levar a cabo o plano de segurança integrada destinado a identificar as instalações consideradas vitais para a segurança do País. Dentre estas, incluem-se as usinas hidrelétricas, as minas e os postos de petróleo e gás natural.

Diante da notória insuficiência dos recursos orçamentários alocados ao Exército para cumprir suas diversas missões e tendo em vista que a Marinha já recebe recursos dos *royalties* do petróleo e do gás, podemos concordar com o Senador Fernando Collor de que é justo o Exército também receber o aporte das compensações financeiras.

Contudo, para evitar eventuais discrepâncias de interpretação, recomendamos tornar mais claras as alterações propostas.

Por esta razão, sugerimos que o art. 2º, que trata do aumento da alíquota da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, explicite que a alíquota máxima será de 3,6%.

Além disso, propomos acrescentar um art. 4º para alterar a redação dos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira fixada inicialmente pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Dessa forma, os comandos da Lei nº 8.001, de 1990, ficarão harmonizados com as alterações propostas às Leis nº 7.990, de 1989, e nº 9.648, de 1998.

Por fim, recomendamos uma nova redação para o art. 3º. O *caput* deve levar em conta as alterações introduzidas na Lei nº 9.478, de 1997, pelas Leis nº 10.848, de março de 2004, 11.921, de 13 de abril de 2009, e 12.114, de 9 de dezembro de 2009.

Sugerimos também que sejam alterados os arts. 47 e 49 da própria Lei nº 9.478, em vez de serem acrescentados dois novos artigos.

Sou, em decorrência do exposto, favorável ao parecer pela aprovação do PLS nº 62, de 2008, com as emendas.

As emendas estão explicitadas no anexo.

Tratando-se, Presidente, de matéria complexa, conversando agora, há pouco, com o Senador Lindbergh, nós acordamos que seria interessante, para a análise mais precisa e aproximada das emendas, que fosse concedida vista coletiva, que será objeto do pedido do Senador Lindbergh a partir de agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Como V. Exª já anunciou, eu queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amara. Bloco/PT – MS) – O Senador Requião é um diplomata.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É o primeiro pedido de vista anunciado previamente no Senado da República.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço, Senador Requião.

Nada contra o fundo para o Exército. O problema aqui é que estamos novamente... Há uma discussão sobre participação especial, e estamos tirando recursos de Estados, no caso, de Estados produtores – os recursos caem de 40% para 30%.

Tenho falado muito, nesta Casa, sobre a centralização crescente da arrecadação nas mãos da União. Esse tem sido um discurso em que tenho batido. Tem sido crescente depois da Constituição.

Os números de 2008, Senador Delcídio, falam que, depois das transferências constitucionais, a União fica com 54% de todas as receitas; Estados, com 27%; Municípios, com 19%.

Quero trazer aqui outro dado. Nos últimos quatro anos, de 2007 a 2010, a arrecadação da União cresceu, em termos reais, 25,9%, enquanto as transferências da União para Estados e Municípios cresceram apenas 15,3%. A arrecadação federal, em 2010, cresceu 8,9%; a transferência para Estados e Municípios, 2,1%.

Então, aqui, novamente, estamos retirando recursos do Estado para uma atribuição que é da União. Sou a favor desse fundo, mas temos de achar a receita nos recursos, na arrecadação da União.

Por isso, vou pedir vistas para estudar o projeto, para apresentar depois um voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só quero advertir o Senador Lindbergh de que concordei com o pedido de vistas, mas, na próxima reunião, em que discutirmos essa emenda que favorece o Exército nacional, eu estarei aqui uniformizado, como oficial R2 do Exército Brasileiro. Desarmado. Armado de boas intenções sempre.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um diplomata esse Senador Requião, sempre.

Portanto, Item nº 5 com vistas coletivas.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, hoje temos aqui uma sessão extraordinária com a presença do Presidente do Banco Central, que vai fazer uma análise sobre assunto da maior importância para o País e para esta Comissão. De modo que estou propondo que façamos uma inversão de pauta, que venhamos ouvir imediatamente o Presidente do Banco Central e que depois, então, examinemos os outros assuntos da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, eu queria sugerir aos Senadores e às Senadoras o seguinte: em função até das audiências públicas aqui realizadas, relativas ao pré-sal, a esse acordo que estamos procurando, a que estamos buscando intensamente chegar, para que o veto não seja votado no dia 5 de outubro, e, ao mesmo tempo, com as audiências públicas que vêm sendo realizadas aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, tudo isso deliberado pelo Plenário da CAE, no que se refere à crise internacional, ficamos muito prejudicados, principalmente na análise da pauta de projetos.

Então, queria propor, com base na sugestão do Senador Dornelles, suspendermos esta pauta. A próxima semana será somente para discussão de projetos, não haverá audiência pública na terça-feira, e teremos uma pauta mais carregada na próxima semana. Assim, suspenderíamos essa pauta, que ficaria sobrestada, e iniciaríamos, de imediato, com a audiência pública do Presidente do Banco Central, especialmente em um momento como este que estamos vivendo, em que a opinião do Presidente do Banco Central é abalizada, um momento muito importante para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, se todos estiverem de acordo, encerro essa pauta administrativa e já inicio...

Como? (*Pausa*.) O Presidente do Banco Central está atrasado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, peço preferência para o item 7.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu preferia, Sr. Presidente, que voltasse ao item 2, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Cyro já havia solicitado inicialmente, Senador Inácio. Então, vamos para o item 2.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tem precedência, não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Até o Sr. Lobo chegar.

O Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2009 – é terminativo. Agora, estou vendo dificuldade de quórum. Há 14? (*Pausa.*) A Assessoria não me fala se tem ou não. Sim; temos 14.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 2009
– Terminativo –

Dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao

Transporte Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

– A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE;

– Em 30/8/2011, foi concedida Vista ao Senador Cyro Miranda

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, estou apresentando voto em separado, porque já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator na 39ª Reunião, realizada em 30 de agosto, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Foi apresentado voto em separado de autoria do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda, para proferir a leitura de seu voto em separado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, argumenta o nobre Senador Benedito de Lira, em seu relatório, a incompatibilidade do projeto com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposição está criando, indiretamente, uma despesa de caráter continuado ao incluir, no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, o transporte intermunicipal. Tal despesa, no seu entender, não pode ser financiada a partir da principal fonte orçamentária.

Acontece que, Sr. Presidente, em contraposição a esse argumento pela rejeição do projeto, vale observar preliminarmente que o Senador Paulo Paim, em relatório apresentado ano passado, que não chegou a ser votado por esta Comissão, já antecipara a possibilidade de que tais dúvidas pudessem ser levantadas, mas que elas seriam infundadas.

O fato é que é preciso ter em conta que o PNATE já existe e, por conseguinte, o projeto em tela não cria nenhuma despesa em caráter continuado. Além disso, o projeto da Senadora Marisa Serrano não faz nenhuma vinculação das despesas com transportes intermunicipais de estudantes universitários com a quota federal de salário educação. Os recursos serão dotados anualmente pelo Congresso Nacional quando da decisão orçamentária.

Na verdade, Sr. Presidente, estamos inibindo muitos estudantes das zonas rurais de irem a outras cidades fazer curso universitário.

Quanto ao mérito, a proposta é positiva. O PLS tem por objetivo facilitar o acesso à universidade por parte de estudantes que moram em municípios desprovidos de instituições de ensino superior. É sabido que muitos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) não dispõem de recursos para pagar o transporte escolar.

Além disso, o Brasil precisa aumentar o nível de escolarização dos jovens brasileiros.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2009, com as duas emendas aprovadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

E como o Senador Benedito de Lira não está presente, eu nomeio Relator *ad hoc* o Senador Romero Jucá.

A matéria está em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que nós continuamos com a posição contrária ao projeto.

O Programa Nacional de Transporte Escolar já é um programa que procura se estender a todo o País para garantir às crianças e aos jovens o acesso à escola. Se colocarmos mais... Tem mérito querer incluir o ensino universitário, mas na verdade é, com os mesmos recursos, criar uma despesa a mais continuada que efetivamente vai terminar prejudicando os serviços que precisam ser ampliados no programa para o ensino infantil e fundamental.

Então, nós vamos manter o parecer contrário à proposta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu deixei bem claro que os recursos serão dotados anualmente pelo Congresso Nacional quando da decisão orçamentária. Ele não vai tirar nenhum recurso do transporte escolar. Muito pelo contrário. Vai preservar, até porque o transporte escolar hoje tem sido beneficiado pela doação de ônibus a vários municípios nessa área. Então, a justificativa de que estaria perdendo não é concreta. Nós vamos ter a decisão orçamentária.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o Senador Cyro

Miranda coloca que é o orçamento que vai definir, mas o orçamento será retirado dos recursos da educação, que já é um recurso tabelado pela Constituição. Então, na verdade, os recursos já são definidos no Plano Nacional de Transporte Escolar. O que vai acontecer na verdade é que nós não estamos aqui aumentando a receita, não estamos criando uma fonte de financiamento nova, nós estamos aumentando uma despesa. E a despesa será coberta com recursos que já existem, não haverá recursos extras, excedentes para isso.

Portanto, mantemos a posição contrária ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator *ad hoc* vota "não" ao projeto, ou seja, quem vota com o Relator Romero Jucá vota "não". Quem vota com o Senador Cyro Miranda vota "sim".

Se vota "não" ao Romero, vota "sim" ao Cyro.

Quem estiver de acordo com o Senador Romero Jucá vota "não".

Quem estiver de acordo com o Senador Cyro Miranda vota "sim".

É que para explicar o óbvio é um negócio difícil, como dizia o nosso velho Nelson Rodrigues.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim é com o Senador Cyro. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Que relatório? V. Exª vota "não" ou vota "sim"?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Contra que relatório, Senador Inácio? (*Pausa.*)

Então, vota com o Senador Romero Jucá: "não".

Até o Senador Romero Jucá está atrapalhado.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com autorização do meu Líder Romero Jucá, eu vou votar sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Reditário Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

O voto do Senador Cyro Miranda é conhecido.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, quero reformar meu voto para votar com o Senador Cyro Miranda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O meu voto também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou suspender esta reunião porque daqui a pouco vão mudar os votos todos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Presidente, eu voto a favor do projeto, portanto, tenho que votar "sim" – fui orientada pelo Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, a Senadora Vanessa Grazziotin altera seu voto inicial de "não" para "sim", e o Senador Lindbergh Farias de "não" para "sim" também.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que era "sim", mas foi confundido com o "não". É "não" ao relatório do Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda vota "sim".

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Está difícil, hein? Agora nós vamos nos enrolar no "sim" e no "não" aqui.

Sete votos "sim"...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Computaram o meu voto, Presidente? Eu não fui chamado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O voto do Romero está aí também? (*Pausa.*)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Computaram, Senador Romero.

Portanto, sete votos "sim", seis votos "não".

Vencido o Relator, designo o Senador Cyro Miranda relator do vencido, nos termos dos arts. 128 e 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Consulto o Plenário para saber se os Senadores que votaram "não" ao projeto votam "sim" ao projeto com as emendas de nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, conforme voto em separado apresentado. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, vamos acompanhar o voto de Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, V. Exª votou duas vezes. Estou perguntando para quem votou "não".

Então, se todos os Senadores que votaram "não" estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.*(Pausa.)*

Portanto, aquilo que eu esperava aconteceu: virou o voto de todo mundo.

Parabenizo o Senador Cyro Miranda.

A Comissão aprova o projeto com as Emendas de nºs 1 e 2, da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Presidente não chegou ainda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço para retirar o item 7 da pauta se possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o item 7, por solicitação...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Em concordância com o nosso Líder Romero Jucá, que apresentou um voto em separado; é importante que façamos uma consulta também com o nosso relator do voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Votou contra e, agora, quer fazer uma média!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, preciso fazer aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O item 7 é retirado da pauta por solicitação do Senador Inácio Arruda.

O item 9, por solicitação do Senador Casildo Maldaner, estamos retirando de pauta.

O Senador Casildo Maldaner foi hospitalizado, mas já está em casa e passa bem. E aqui, em nome de toda a Comissão de Assuntos Econômicos, nós desejamos a ele uma recuperação rápida, não só pelo brilhante Senador que ele é, como ilustre representante de Santa Catarina. Nós queremos vê-lo aqui sempre determinado, trabalhando bastante e com muita saúde.

Entramos agora no item 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325 DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.

Autoria: Senador **Sérgio Zambiasi**.

TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356 DE 2008
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda da pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.

Autoria: Senador Osmar Dias.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: pela rejeição dos PLSs nºs 325, de 2008, e 356, de 2008.

Observações: As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2008, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2008.

Lembro que os projetos são terminativos e exigem quórum qualificado.

Como o Senador Humberto Costa não se encontra aqui, nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Lindbergh Farias, para relatar o Item 3 da pauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, estou preparando minha intervenção para a audiência com o Presidente do Banco Central, Sr. Tombini...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nomeio como Relator *ad hoc* o

Senador Suplicy, porque o Senador Lindbergh está atarefado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estou preparando a audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está preparando a audiência pública com o Presidente do Banco Central. O Senador Suplicy já fez a lição de casa, já está com tudo pronto. O Senador Lindbergh ainda não preparou os questionários.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, os Projetos de Lei do Senado (PLSs) nºs 325 e 356, de 2008, apresentados, respectivamente, pelos Senadores Sérgio Zambiasi e Osmar Dias, de ementas idênticas, pretendem isentar do Imposto de Renda (IR) a remuneração de servidor público licenciado para tratamento das doenças listadas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e no § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Para realizar esse intento, no art. 1º, eles alteram o art. 48 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 2002.

O art. 2º e o parágrafo único do art. 3º do PLS nº 325, de 2008, prevêem as medidas para adequar o projeto às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. O *caput* do art. 3º é a cláusula de vigência.

A justificação aos projetos argumenta que a isenção de Imposto de Renda hoje concedida sobre proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por pessoas físicas acometidas das moléstias listadas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, não é extensiva à remuneração do servidor público ativo licenciado para tratamento dessas mesmas doenças. Já os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes do auxílio-doença pago pela previdência oficial dos entes federados e pelas entidades de previdência privada são isentos do IR, por força do art. 48 da Lei nº 8.541, de 1992. Segundo os autores, os projetos viriam a corrigir a anomalia, que hoje trata diferentemente casos análogos, em afronta aos princípios da isonomia e da capacidade contributiva.

A tramitação conjunta dos projetos é decorrente da aprovação do Requerimento nº 4, de 2009.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) concluiu pela aprovação do PLS nº 325, de 2008, e pelo arquivamento do PLS nº 356, de 2008, por força da precedência preconizada pelo art. 260, II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Como previsto pelo art. 99, IV, combinado com o art. 91, *caput* e inciso I, ambos do RISF, os projetos de lei de autoria de senador que tratam de tributos devem ser analisados por esta Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo.

A competência do Congresso Nacional para legislar sobre direito tributário está fundamentada pelos arts. 24, I, e 48, I, da Constituição Federal (CF), sendo a iniciativa parlamentar amparada pelo seu art. 61. Adicionalmente, ao tratar exclusivamente de isenção de tributo, os projetos atendem à exigência do art. 150, § 6º, da CF.

No mérito, embora respeitáveis os argumentos adotados pela CAS para opinar pela aprovação da matéria, entendemos que, contrariamente ao que apregoam, os projetos pecam pela falta de isonomia. Evidentemente, trata-se de situações bastante díspares, que não permitem a invocação do princípio, porque o valor do auxílio-doença pago pela previdência oficial corresponde a 91% do salário benefício, obtido pela média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, devendo, ainda, respeitar o teto salarial da Previdência Social, atualmente no valor de R$3.038,99, o que não ocorre com a remuneração do servidor, que é percebida integralmente.

Além disso, com relação aos requisitos de responsabilidade fiscal da Lei Complementar (LCP) nº 101, de 4 de maio de 2000, embora o PLS nº 325, de 2008, determine ao Poder Executivo que implemente medidas necessárias para atendimento das exigências previstas, entendemos que a proposição apenas transferiu responsabilidades, deixando de cumprir a obrigação imposta pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por último, vale lembrar as conseqüências negativas da renúncia fiscal no âmbito do imposto de renda em relação às transferências constitucionais aos demais entes federativos. Como se sabe, por determinação do art. 159, inciso I, da Constituição Federal, 48% da receita obtida com o IR devem ser entregues pela União aos demais entes federativos, via Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, bem como via fundos constitucionais de desenvolvimento regional das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Diante do exposto, o voto expresso pelo Senador Humberto Costa é pela rejeição do PLS nº 325, de 2008, e do PLS nº 356, de 2008.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação os projetos.

A votação é nominal.

Assessoria, há quórum? *(Pausa.)*

Vou contar. *(Pausa.)*

Vou colocar em votação.

Votação nominal.

Em votação os projetos. Quem vota com o relator vota "não" aos PLSs nºs 325 e 356.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto "não", tendo em vista a dificuldade de se acompanhar o mecanismo de licença provisória. É uma situação complicada que vai gerar uma série de descaminhos, de problemas, de burocracia para se comprovar se está ou se não está, se é verdadeira ou se não é verdadeira essa licença. Portanto, não é esse o caminho. É diferente de quando uma pessoa tem uma doença grave e se aposenta.

Encaminhamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação.

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Voto conhecido já, como Relator *ad hoc* .

Senador Lindbergh Farias, o atarefado Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu também sou a favor do relatório, Sr. Presidente.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Fiquei agora na dúvida quando V. Exª vota...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não. Agora é não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora é não.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator. Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa*.) Não.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Treze votos "não".

A Comissão rejeita o PLS nº 325, de 2008, e o PLS nº 356, de 2008.

Conforme combinado, nós estamos agora suspendendo a nossa pauta administrativa, com o "de acordo" de todos os Senadores e Senadoras. Portanto, estou suspendendo esta pauta administrativa, concluindo-a para, em seguida, abrir a 47ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Marta Suplicy, Wellington Dias, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e João Vicente Claudino.

Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e Marinor Brito. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de "discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32 de 2007, e também para debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 56 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles. A Audiência Pública é realizada com a presença do Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, e, ainda, do Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral. –** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Audiência pública com a presença, como expositor, do Exmº Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 332, de 2007, e também para debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 56/2011, da CAE, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles.

Peço ao Senador Cyro Miranda e ao Senador Lindbergh Farias que conduzam o convidado ao plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Comunico que se encontra presente ainda o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica (Dipec) do Banco Central.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o Presidente Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Portanto, essas regras já são bastante conhecidas de todos. São as regras do Regimento Interno não só para a exposição do Ministro Alexandre Tombini como também para os questionamentos, para as interpelações que aqui surgirão e os debates.

Com a palavra o Exmº Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer sua exposição por 30 minutos.

Ministro Tombini, se V. Exª entender que precisa estender um pouco mais o tempo, é claro que a vinda de V. Exª, num momento como esse, é de extrema relevância não só para a Comissão de Assuntos Econômicos como para o Congresso Nacional e para o País.

Com a palavra o Exmº Sr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmº Sr. Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmº Sr. Edison Lobão Filho, Vice-Presidente da Comissão; Exmºs Senadores e Senadoras, senhoras e senhores, é mais uma vez uma honra estar presente aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, para fazer a prestação de contas sobre a política monetária, política econômica adotada pelo Banco Central, em particular nesse momento de grande turbulência na economia internacional.

Eu queria dizer, antes de iniciar minha apresentação, que o Brasil, nos últimos anos, vem alcançando um novo papel no cenário econômico-financeiro internacional, e uma consequência desse processo é o fato de o Brasil, hoje, o Ministério da Fazenda e o Banco Central participarem de fóruns econômicos e financeiros, dos quais há alguns anos não participávamos.

Tenho tido oportunidade, durante esse período à frente do Banco Central, de estar com meus colegas dos principais bancos centrais, tanto na Basileia, no Banco de Compensações Internacionais, quanto nas reuniões do G20, do Fundo Monetário. Isso tem sido uma constante. Tenho feito um grande número de viagens oficiais, representando o País, o Banco Centro nesses fóruns, o que nos dá uma posição privilegiada para entender a evolução desse cenário que já se configurava extremamente complexo desde há algum

tempo, desde a crise de 2008, certamente desde o início da minha gestão, em janeiro de 2011, à frente do Banco Central.

Nos depoimentos no Senado, já em março, na minha primeira vinda ao Senado, tenho reiterado, enfatizado muito a complexidade do cenário internacional, que exigia do Governo brasileiro, das autoridades e, sobretudo, do Banco Central um esforço redobrado, um esforço analítico redobrado para não só atuar nesse ambiente, mas para entender e fazer uma leitura o mais preciso possível dos rumos da economia internacional, que tem repercussões sobre a nossa economia, sobre a evolução da nossa macroeconomia e, certamente, sobre as políticas que adotamos no Banco Central.

Dito isso, vou passar a esta apresentação, dividida em duas partes. A primeira é o cenário internacional, enfocando as economias maduras, que acho que é onde está o problema hoje, falando um pouco das consequências da crise de 2008. O que estamos vivendo hoje nada mais é do que reflexos daquela crise de 2007/2008, das respostas que foram adotadas naquele período e suas consequências sobre a macroeconomia. Vou falar um pouco do esgotamento das políticas macroeconômicas lá fora e dos riscos soberano e financeiro, que é o que estamos presenciando hoje no cenário global.

A segunda parte é a economia brasileira. Vamos repassar os nossos sólidos fundamentos econômicos financeiros. Vou falar do processo de moderação da atividade da economia brasileira, que já estava em curso, e encerrar com os avanços econômicos e sociais antes de concluir a minha fala.

Em relação ao cenário internacional, acho que é justo dizer que ele tornou-se mais complexo no período recente, nos meses recentes, nas semanas, algo que já havíamos alertado e acompanhávamos com muito cuidado.

Em 2007/2008, vimos a crise originando, já em 2006/2007, o grande aumento da alavancagem financeira, a crise do mercado de hipotecas de baixa renda nos Estados Unidos repercutindo sobre os mercados. Em meados de 2007 – por isso, acho que essa crise tem quatro anos –, vimos aquele problema que se dizia circunscrito ao mercado de hipotecas norte-americano se expandir também para o mercado de recursos interbancários, ou seja, aquele mercado em que os bancos emprestam reservas bancárias entre si. Aquele mercado já vinha sofrendo, a partir de meados de 2007, uma forte deterioração. Com isso, outros mercados da Europa e, finalmente, os emergentes, um pouco mais tarde, sofreram as consequências daquela crise.

Houve uma reação sem precedentes, coordenada pelo G20, de atuar para debelar, primeiro, para colocar um piso na deterioração financeira que havia, restabelecer a confiança dos mercados, naquele momento, e evitar uma depressão. Uma recessão econômica poderia virar uma depressão econômica. Creio que se pode dizer que foi uma resposta que gerou resultados. Houve uma maior tranquilidade nos mercados financeiros a partir já do segundo trimestre de 2009. Houve também uma recuperação das economias. Eu não vou falar aqui de emergentes. Nós entramos por último e saímos primeiro, mas houve também alguma recuperação econômica nas economias maduras, mas essa recuperação não se mostrou sustentável. O restabelecimento e o crescimento em bases fortes e duradouras não vieram, e todo aquele custo das políticas macroeconômicas, das políticas financeiras gerou algumas consequências, como, por exemplo – a principal delas –, um forte peso sobre as finanças públicas das principais economias do globo, além do fato de que várias dessas economias usaram uma quantidade bastante grande de estímulos e não tiveram oportunidade de reverter esses estímulos. De maneira que hoje estamos numa situação onde essas economias têm menos munição para tratar da presente crise.

Então, o principal legado da crise de 2008 foi o aumento significativo da relação dívida/PIB em várias economias. Os emergentes tiveram esse aumento também, mas conseguiram com o crescimento, com disciplina fiscal e com as políticas que foram adotadas reverter todo aquele processo. O mesmo não se pode dizer das economias maduras, das principais economias.

O baixo crescimento nos leva a uma média de crescimento após a crise de 2008. Quer dizer, os Estados Unidos vinham crescendo, entre 2000 e 2007, na faixa de 2,6% ao ano. Na média, em 2008 e 2010 é registrada uma contração. Zona do Euro, da mesma forma, vinha com crescimento positivo, de 2,2% no período de 2000 a 2007, e houve uma retração. Os emergentes, apesar da média ter caído pouco, continuam com o crescimento importante nesses dois períodos, no pré e pós crise de 2008.

Em relação ao desemprego, e essa é uma força que tem puxado a recuperação para baixo, tivemos um aumento significativo do desemprego nos Estados Unidos e também na zona do euro com a crise de 2008. E que nós vimos foi uma baixa capacidade de recuperar esse importante mercado, que vai bater em confiança, vai bater em capacidade de consumo. Enfim, está na raiz do baixo crescimento observado nessas importantes áreas econômicas, nos dias de hoje.

Em relação à dívida pública, algumas economias foram mais afetadas, tiveram um significativo aumento. Aí temos a Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha,

que registraram um crescimento muito forte das suas dívidas. Já estou aí utilizando, na barra vermelha, a projeção na relação dívida/PIB feita pelo Fundo Monetário Internacional. Para o ano de 2011, nós vemos aí um crescimento significativo do que era o tamanho da dívida do setor público em relação ao tamanho da economia antes da crise e como ficou hoje, já passados alguns anos daquele evento.

Também outras economias com maior porte na zona do euro também tiveram que passar pelo mesmo processo de elevação das suas dívidas, com relação dívida/PIB hoje bastante mais elevadas do que era o caso antes do choque de 2008.

O mesmo ocorre com as economias avançadas, não necessariamente na área do foco agora da crise soberana. Os Estados Unidos tiveram um aumento de quase 40 pontos de percentagem na sua relação dívida/PIB. O Japão um aumento significativo de quase 50 pontos de percentagem na sua dívida também. A questão do Japão, como nós já tivemos a oportunidade de debater aqui em outras ocasiões, agravada pelo recente desastre natural, enfim, seguido de *tsunami* e a crise nuclear.

Para olhar um pouco essa questão do endividamento em perspectiva, o que nós vemos é que não só o endividamento cresceu. Em 2011 chegamos naqueles níveis aí da primeira coluna, como nós vimos nos gráficos anteriores. Mas também as projeções de redução do crescimento, e aí eu estou tomando por base o monitor fiscal, o acompanhamento mensal que o Fundo Monetário faz das perspectivas de evolução da política fiscal e do grau de investimento de diversas economias. Como isso está previsto agora para encerrar o ano de 2016.

O que nós vemos é uma baixa redução no grau de endividamento em relação ao tamanho dessas economias, nos próximos cinco anos. Nós conhecemos bem crises soberanas, crises de dívida. Elas tomam muito tempo para se resolverem. E um dos aspectos principais que ajudam na resolução do peso de uma dívida é o crescimento econômico, que é o denominador dessa razão dívida/PIB.

Então, se nós temos uma situação fiscal de estresse com baixo crescimento, a capacidade de dissolver o peso da dívida é baixa, toma tempo, em consequência.

O baixo crescimento das economias levou também os bancos centrais dessas áreas econômicas a adotarem políticas monetárias extremamente expansionistas, com redução de taxas de juros na política convencional a níveis nunca antes observados e ampliação dos balanços dos Bancos Centrais via aquisição direta de ativos, seja títulos Governo, seja ativos, por exemplo, do setor imobiliário, como foi e continua sendo o caso nos Estados Unidos.

Então, o que vemos é uma utilização sem precedentes de políticas macroeconômicas, também a monetária convencional e a não convencional, mas infelizmente, o crescimento sustentável num ritmo mais forte não foi restabelecido. Ao contrário, hoje estamos com uma perspectiva de crescimento muito frágil para essas economias.

Aqui é só uma ilustração da evolução da política monetária na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Nós vemos, são níveis de juros bastante baixos em relação ao que tem sido a história desse processo de condução da política monetária nessas importantes áreas.

E, como mencionei, a ampliação dos balanços dos bancos. Aí há o balanço do Federal Reserve, o banco central norte-americano, e do Banco Central Europeu. O que vemos, de 2006 e 2007 para frente, é que o balanço do Banco Central Europeu praticamente duplicou e o do banco central americano triplicou nesse período. Ou seja, essa é a política não convencional de injeção de liquidez nos mercados, para procurar restabelecer consumo, retomar, digamos, uma dinâmica mais favorável no mercado de trabalho, o que, infelizmente, até o momento, não foi, todavia, verificado.

Nós temos essas limitações. Quer dizer, na política fiscal, espaço reduzido para ampliar os gastos fiscais. Muitas economias, nesse processo de restabelecer a confiança, porque o que temos – vamos ver nos próximos *slides* – é que os mercados e os agentes econômicos vêm questionando a capacidade de os governos se financiarem, e, nesse ambiente, para se restabelecer a confiança, é preciso mostrar capacidade de pagamento. Então, o espaço de utilização de política fiscal expansionista está bastante reduzido na área do euro, nos Estados Unidos e no Japão.

Em relação à política monetária, também o esgotamento dos instrumentos convencionais, taxas de juros nominais próximas a zero, como víamos, taxas de juros reais, basicamente, em um grande número de economias. Não só na área do euro e nos Estados Unidos, mas em um grande número de economias, as taxas reais de política estão no território negativo, ou seja, com taxas de juros reais negativas.

E os instrumentos não convencionais de política, como vimos, a aquisição direta de ativos soberanos ou de outros ativos, também têm resultados ambíguos quanto à capacidade, por exemplo, de restabelecer crescimento econômico em bases mais sólidas e duradouras.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Tombini, poderia informar, especialmente,

que tipo de ativos o Federal Reserve e o Banco Central Europeu adquirem: se se referem a essas operações de mercado aberto convencionais ou se são outros tipos de ativo? Se puder esclarecer isso, agradeço.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Como mencionei, no caso da Reserva Federal, a compra de ativos – inclusive, por exemplo, ativos cujos empréstimos subjacentes são empréstimos hipotecários... Então, os MBS, *mortgage-backed securities*, fazem parte do cardápio de compra. Na Europa, também, a compra de soberanos. Há obviamente essas operações de liquidez normais, mas há uma aquisição estendida de ativos de vários prazos, nesse processo de injeção de liquidez. Também há programas nesse sentido.

Bem, nós temos um círculo vicioso nas economias maduras, que é a elevada relação dívida/PIB elevando o risco soberano, na percepção dos agentes econômicos, que, em última instância, são quem adquire os papéis desses governos – esse risco soberano gerando perda de valor dos títulos soberanos e introduzindo, então, um novo componente, que é o risco financeiro. Ou seja, esses títulos, em grande parte, estão nas carteiras dos bancos – esses títulos soberanos –, e essas carteiras, aos olhos do mercado, perdem valor em função da elevada relação dívida/PIB da situação de estresse das finanças públicas deste Governo, virando, então, um risco financeiro esse contágio potencial que, de certa forma, já vem ocorrendo em relação ao sistema financeiro dessas economias.

Por último, a baixa perspectiva de crescimento econômico que essa situação de pouca capacidade de responder aos desafios junto com a falta de confiança tanto em relação ao soberano quanto às instituições leva e consolida uma perspectiva de menor crescimento econômico. Isso, por sua vez, também leva ao *feedback* na questão do risco, na elevada relação dívida/PIB, como mencionei – e já vimos esse caso no Brasil, todos nós –, quer dizer, uma das melhores estratégias para reduzir o peso da dívida é crescer.

Então, as perspectivas são afetadas pela própria situação corrente, o que gera uma situação de grande preocupação, ou seja, combinando risco soberano, risco financeiro e baixo crescimento econômico.

O aumento da relação dívida/PIB afetou a percepção do risco dos títulos dessas economias pelos mercados, e as economias mais endividadas e que mais sofreram impactos pela primeira rodada da crise em 2008/2009 – Grécia, Irlanda e Portugal – vem sendo afetadas. Mas a falta de uma solução é algo que conhecemos bem no Brasil. E para atacar uma crise de confiança precisamos ter primeiro uma resposta rápida, porque quanto mais tempo leva uma solução maior é o custo, ou seja, o contágio se espalha e o custo de resolução acaba por elevar-se.

Vimos também, durante o verão no Hemisfério Norte, esse período de junho a agosto, que essa percepção do mercado não ficou circunscrita a Grécia, Irlanda e Portugal, países que hoje já contam com programas de ajustes, mas a economias de maior porte como a Espanha e a Itália, como já mencionei. No limite, também a França e a própria Alemanha têm sofrido um impacto nesse processo que ainda não tem uma resolução definitiva do risco soberano na região do euro.

O que vimos aqui neste gráfico em relação ao risco soberano em relação aos três países mais afetados é que é importante sempre olhar para a escala. E estamos falando de uma escala que vai de mil a quatro mil e quinhentos pontos, e vimos um repique forte no verão do Hemisfério Norte no risco soberano, ou seja, na probabilidade que os mercados atribuem à falta de capacidade de pagamento das dívidas.

Quem está puxando é a Grécia, como todos sabem. Chegou a quatro mil pontos no CDS, que é a medida do risco soberano. E Portugal e Irlanda também sofrendo nesse processo recentemente.

Mas as duas economias maiores também foram afetadas de forma significativa nos últimos dois meses. Temos um aumento da percepção de risco soberano da Itália e da Espanha. Sempre lembrando que o nosso risco soberano é bastante mais baixo que o dessas duas economias. Aqui a escala é diferente do *slide* anterior, mas vemos aí uma significativa deterioração da capacidade de pagamento dessas economias.

Também França e Alemanha, em outra escala, vemos a dinâmica, vemos o *spread*, esse risco soberano maior do que foi na crise de 2008. Lembrando sempre que todas as economias que mencionamos até agora tinham uma situação fiscal bastante melhor, como vimos nas relações dívidas/PIB anteriores à crise 2008, tinham mais capacidade fiscal, mais capacidade monetária. E é natural até que hoje o impacto seja maior nessa percepção.

O aumento do risco soberano impactou a percepção do risco nos bancos, que têm seus balanços de risco soberano. Como consequência, observamos um aumento no custo de captação, principalmente no mercado interbancário, o mercado em que os bancos emprestam entre si reservas bancárias disponíveis, e uma perda de valor nas ações dessas empresas, dessas instituições no mercado de bolsas de valores.

É aquela relação entre capital de banco e liquidez, sendo capital uma percepção da qualidade dos ativos. Se há uma percepção de que esses ativos são mais arriscados, consequentemente o mesmo nível de capital será menos suficiente para enfrentar perdas,

caso elas ocorram no futuro. Então, essa percepção de descapitalização por conta de uma redução na qualidade dos ativos que essas instituições carregam acaba por impactar a capacidade que a instituição tem de se financiar nos mercados. Assim, vemos o capital da instituição afetando as condições de liquidez, ou seja, a capacidade de tomar recursos do público, de tomar recursos de outros bancos, o que acaba levando essas instituições a tomarem recursos da autoridade monetária, como tem sido o caso na Europa.

Só para ilustrar aqui, o risco dos bancos também reage naquela dinâmica que vimos em relação ao soberano, tem essa correlação muito forte, e aí não sei listar nomes de bancos, mas pegamos bancos selecionados de Itália, França e Espanha, e vemos também uma elevação do risco dos bancos, representado pelo CDS, que é um instrumento bastante utilizado para medir risco de capacidade de pagamento.

Também nos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, em outra escala, vemos, no verão do Hemisfério Norte, julho e agosto principalmente, um crescimento forte desses riscos também nos bancos de países menos afetados pela corrente crise soberana, Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, neste gráfico.

O custo de captação dos bancos, como mencionei, a questão da insuficiência de capital na percepção do mercado, ou seja, o capital sendo afetado pela qualidade dos ativos, transmitindo para o lado da liquidez, ou seja, da capacidade que têm essas instituições de financiar ou não o mercado. Vemos aqui, na linha azul, a realidade do que vem ocorrendo nos Estados Unidos, ou seja, o diferencial entre as taxas que os bancos cobram uns dos outros em relação à taxa *overnight*, aquela taxa de política, a taxa da autoridade monetária.

A mesma coisa em relação à Zona do Euro, o *spread* é a diferença entre o *Euribor,* que seria uma taxa interbancária, em relação à *Eonia*, que é uma taxa de *overnight* utilizada nas operações do Banco Central europeu com os bancos. Demos uma puxada muito forte durante o verão no Hemisfério Norte nessa medida de custo de captação dessas instituições.

Como mencionei, também o valor das ações das instituições financeiras na Europa recua ao longo desse processo, recua para níveis bastante mais baixos ou mesmo de outra intensidade em relação às ações do setor financeiro nos Estados Unidos.

Bom, o que temos é um risco soberano e financeiro afetando a confiança dos empresários de produzir e investir naquelas áreas, dos consumidores em consumir, com a queda das ações e de outros ativos também contribuindo para minar a confiança dos agentes econômicos pelo chamado efeito riqueza, uma sensação de que houve perdas nesse processo, e havendo perdas de riqueza, a capacidade de consumo fica impactada, afetada. A expectativa de crescimento da economia global se deteriora rapidamente, processo que estamos vendo desde o início do ano, mas que se acelerou, a deterioração das perspectivas de crescimento durante os últimos dois meses.

Já alguns no mercado falam em contração na União Europeia no quarto trimestre de 2011, contração do produto e, nos Estados Unidos, no primeiro trimestre de 2012, caso não seja possível reverter, digamos, o desestímulo fiscal que está encomendado correntemente.

Esse é um indicador de atividade, que eles chamam de *softdata*, dados de expectativa, não são dados reais, mas são dados muito importantes que dão uma ideia das perspectivas para economia, o *Purchasing Managers Index,* quer dizer, um indicador dos gerentes de compra, que dá a sensação de como está a atividade industrial principalmente.

Aqui, para os Estados Unidos, temos, na linha azul, não industrial e, na linha vermelha, o industrial, ou seja, a produção industrial vem sofrendo as perspectivas, vem se deteriorando ao longo de 2011 para esse indicador.

Também aqui, para países selecionados e a Zona do Euro, o que nós vemos é um mergulho dessas expectativas da produção industrial, captadas pelos gerentes de compra das empresas. Nós vemos uma virada nesse processo e certa sincronização nas perspectivas de crescimento da indústria nesses países selecionados e na zona do euro, como um todo. Já vemos a Zona do Euro, assim como a França, passando por debaixo do nível de 50, que é uma percepção negativa. Hoje, inclusive, saiu o último dado, mostrando aquela última perninha da linha azul para a zona do euro, agravando um pouco mais essa percepção negativa quanto à evolução futura da produção industrial.

Neste gráfico, mostramos aí um conjunto mais amplo de economias. Colocamos no mesmo gráfico Japão até a China, já com PMI muito próximo do nível de 50, está certo? O que nós vemos é uma sincronização. Se olharmos a sincronização que houve em 2008, início de 2009, nós vemos esse movimento em "v", está certo? Uma queda muito forte no PMI, no nível de atividade esperado para a indústria, por um lado, e, depois, uma recuperação forte em função de todo aquele conjunto sem precedentes de reação, mas nós estamos vendo hoje uma virada também com um grau de sincronização preocupante dessas principais economias em relação à expectativa, ou seja, a produção industrial no Brasil – depois veremos – tem sido impactada já desde meados do ano passado, mas o Brasil

não está isolado nesse processo. Está havendo, sim, uma revisão para baixo das expectativas da produção industrial em várias áreas econômicas, incluindo aí a China, que é uma novidade.

Fazendo um resumo do PMI do mundo, vemos, então, essa situação hoje de a percepção encostando aí na linha do 50, percepção já se tornando negativa em relação às perspectivas para a atividade econômica, sempre lembrando do setor industrial das principais economias mundiais.

Em relação à confiança, nós vimos o indicador da Filadélfia, que tem mostrado uma percepção bastante negativa na questão dos Estados Unidos, o mercado de trabalho enfraquecido, o mercado imobiliário que não se recupera das mínimas da crise. Então, temos uma situação de confiança do empresariado diante de uma evolução prospectiva fraca para a demanda também no terreno negativo.

Confiança do consumidor também caindo. Ainda está num território positivo, mas tem caído nos meses recentes do verão do Hemisfério Norte.

Em relação às bolsas mundiais, nós temos uma perda de recursos, nos últimos quatro meses, da ordem de US$10 trilhões. Esses dados têm que ser atualizados dia a dia. Esse é de 20 de setembro. Não tive tempo de atualizar com os dados de hoje, mas, enfim, dá uma ideia do nível de perdas nas bolsas globais. Esse é um dado da Bloomberg. Nesses quatro meses, cerca de US$10 trilhões, certamente, afetam via aquele efeito riqueza, ou seja, percepção de menor riqueza na mão dos consumidores potenciais, das empresas de investirem, de consumirem.

Aqui, olhando um pouco mais, no detalhe, a revisão do crescimento, o que nós vimos foi uma revisão drástica das perspectivas de crescimento para a economia norte-americana e uma queda...

(Interrupção do som.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Bom, agora voltou.

Então, aí demonstra uma revisão significativa, dado esse que nós já tínhamos. Então, na última reunião do Comitê de Política Monetária, em 31 de agosto, nós já tínhamos esse mergulho nas projeções de crescimento da economia norte-americana, o carro chefe da economia mundial, que revisou, entre o início de agosto e setembro, um crescimento de quase um ponto de percentagem para 2011 e também uma redução significativa das perspectivas de crescimento para 2012. Não é por outra razão que o Federal Reserve, o banco central norte-americano, decidiu, em 09 de agosto, adiar em pelo menos um ano o início da normalização da política monetária; e os mercados esperavam que seria a partir do 2º semestre de 2012. Foi dito, com todas as letras, que o início da normalização seria, no mínimo, em meados de 2013. Por trás disso está essa revisão nas condições econômicas prospectivas para a economia americana, que foi dramaticamente revisada ao longo do mês de agosto.

Aqui só um quadro geral das revisões que houve nesse período. Nós vemos aí as duas últimas colunas, com a diferença entre o que o FMI previa na reunião de março, perdão, de junho, e o que eles prevêem a partir dessa reunião de setembro de 2011. Então, há uma revisão grande para baixo, infelizmente, das perspectivas de crescimento dessas economias selecionadas, incluindo aí as principais economias do Globo.

Bom, o cenário internacional – vou voltar ao final – é de perspectivas de crescimento baixas; de políticas macroeconômicas na medida dos limites que nós já levantamos; mas vão continuar sendo acomodatícias. O máximo que for possível, dentro desse ambiente de queda da confiança. Então, temos aí um período de baixo crescimento da economia global pela frente. Um período de várias tentativas.

Eu creio que a comunidade internacional tem que seguir mobilizada para estancar essa perda de confiança e para restabelecer as bases de um crescimento mais forte no futuro, que dê uma perspectiva melhor para todos nós, principalmente as economias afetadas, que de certa forma nos afetariam ali.

Em relação ao Brasil diante de um cenário internacional complexo já no início de 2011, e da velocidade e intensidade de ingresso de recursos estrangeiros, muito em razão das políticas não convencionais adotadas na Europa e nos Estados Unidos de injeção direta de liquidez nos mercados de vários desses recursos, nós tivemos oportunidade de discutir aqui com V. Exª sobre como esses recursos vinham trazendo desafios para a economia brasileira.

Para o Banco Central, tinha a questão da inflação, porque esses fluxos se traduziam em liquidez interna e os créditos cresciam mais velozmente do que seria adequado. Enfim, havia uma convergência no preço dos ativos aqui no Brasil, incluindo a taxa de câmbio, numa velocidade maior do que o recomendado do ponto de vista da prudência macroeconômica.

E também várias vezes foi dito aqui, já na minha sabatina, enfim, mas desde janeiro, que o aproveitamento dessa liquidez internacional que estava – e está ainda – em níveis extraordinariamente elevados, gerava desafios para o futuro. Quanto a esses recursos, uma parte deles, acho que há boas razões para o Brasil ser uma área de atração de investimentos estrangeiros, pois tem várias perspectivas: o nosso crescimento; toda infraestrutura que precisa ser expandida no País; os vá-

rios eventos que vamos ter no Brasil. São importantes e vão continuar sim. Porém, dependendo da velocidade e da intensidade, geram questões, porque no momento em que esses recursos revertessem, seja pelo início da normalização das políticas nos Estados Unidos e na Europa, seja por um agravamento das condições financeiras internacionais como estamos vivendo hoje, precisaríamos tomar cuidado para desacelerar esses ingressos, mudar a composição e diminuir a capacidade de alavancagem na economia brasileira, para que quando esse momento chegasse, nós não fôssemos afetados por risco financeiro, risco de reversão, risco para a economia real. Então, procuramos adotar medidas para reduzir esse potencial risco. Nesse sentido, veremos, aqui, que tivemos algum êxito importante.

O Banco Central e o Governo adotaram uma série de medidas para proteger o sistema financeiro nacional e a economia brasileira. Ambos estão bem preparados para enfrentar essa deterioração recente do cenário internacional. Acho que isso é claro. Vou procurar demonstrar aqui, para aqueles que não estão convencidos, de que esse é o caso.

Primeiro a linha de defesa. Nós sempre falamos e alertamos que o câmbio flutuante flutua para os dois lados, por mais que achemos que a direção é uma só, seja por razões externas, seja pela solidez da nossa economia. Mas o fato que nós vimos recentemente foi uma reversão do movimento internacional de valorização do dólar para valorização recente, onde todas as moedas perdem em relação à moeda americana em função de um processo de agravamento da crise internacional, do risco soberano, do risco fiscal, do risco financeiro, baixo crescimento.

Paradoxalmente, esse processo de desalavancagem, de redução do risco... os recursos vão para os Estados Unidos, não diria nem... no mercado fala-se muito em *de-risking*, em redução do risco, mas na realidade é um movimento que ocorre de ida para os títulos do tesouro americano, para umas outras poucas economias e nós estamos vendo esse processo em curso.

Então, o câmbio flutuante vai reagir a isso e a primeira linha de defesa na economia, a primeira linha de ajuste a essa nova realidade... Há muita volatilidade no momento, já disse isso recentemente, e reitero, precisamos ver onde esse movimento internacional do dólar se estabiliza e não só contra o real, mas contra as diversas moedas, pois estavam ganhando e agora estão perdendo em relação ao dólar. E há questões não resolvidas. A maior delas é um encaminhamento definitivo para a crise soberana na Europa. Enquanto isso não se estabilizar, o câmbio vai sentir uma maior volatilidade. E nós já dissemos, respaldados pelo Governo, que o Banco Central estará pronto para fazer com que os mercados funcionem de forma adequada. Se identificarmos uma falta de liquidez que leve ao não funcionamento do mercado de câmbio, creio que temos capacidade e tomaremos as medidas para que esses mercados funcionem, como fizemos na semana passada numa ação no mercado futuro de dólar.

Uma medida que foi tomada no início do ano, no dia 6 de janeiro, foi reduzir a capacidade de os bancos fazerem apostas contra o dólar em favor do real no mercado de câmbio a vista, no mercado de *spot*. Então, reduzimos a capacidade a US$3 bilhões por instituição. Essa medida foi apertada, em julho, para US$1 bilhão ou o tamanho do patrimônio de nível 1 das instituições, quer dizer, colocamos essa limitação. E o que vimos foi que a posição que estava em dezembro do ano passado, US$17 bilhões vendidos em dólar, ou seja, apostando contra o dólar, com a valorização do real, diminuiu.

É sempre difícil ver o contra factual, ou seja, o que teria ocorrido se essa medida não tivesse sido imposta naquela posição que, em dezembro de 2010, estava na faixa de 17 ou 18 bilhões. Essa posição poderia nos pegar agora, nessa virada de mercado, na faixa dos 30, dos 40. O estresse que tivemos na semana passada poderia ter se multiplicado por várias vezes. É difícil fazer esse exercício, mas é útil nos lembrar que a política tinha esse condão, esse objetivo de reduzir a capacidade de se alavancar nesse mercado específico, porque, como eu disse lá atrás, é um mercado que gira, em média, US$2 bilhões por dia. Uma posição de 17 bilhões subindo para 30, se tiver que desfazer uma posição dessas em dois ou três dias, vira um buraco que ninguém consegue sair, o que certamente se refletiria no preço.

Essa foi a medida tomada e estão aí os resultados. Chegamos ao auge da crise não com uma posição de 17 ou 30, mas com uma posição de seis ou quatro bilhões vendidos, uma posição mais manejável do ponto de vista das condições desse mercado em si.

A outra questão que já discutimos aqui algumas vezes diz respeito à ampliação do colchão de liquidez em reais, caso haja problemas adversos, como tivemos em 2008. Essa é uma ferramenta que mostrou utilidade. O depósito compulsório, defendemos isso em Basileia III, a utilidade deste como instrumento macroprudencial tanto na crise quanto quando a economia está acelerada. Fizemos a recomposição desses compulsórios nesses dois saltos, março de 2010, depois já em 2011, e já temos 186 milhões a mais do que tínhamos em liquidez depositados no Banco Central. Essa liquidez é do sistema financeiro, reservas obrigatórias dos bancos no Banco Central, mas é uma linha de defesa de

prover liquidez em reais caso tivéssemos, no futuro, uma situação como a que tivemos em 2008.

As medidas também de moderação de crescimento do crédito – o que nós falávamos e o que estava acontecendo – que de certa forma aconteceram. Nós tínhamos uma liquidez interna, uma velocidade de concessão de crédito. Com a economia desacelerando, fazia sentido moderar também o crescimento do crédito. Uma parte desse crescimento do crédito estava apoiada nessa ampla liquidez internacional, traduzida – aqui em nosso mercado – em reais: nossa acumulação de reservas, o impacto disso no mercado de reais, nossa capacidade de retirar esses reais no mercado, mas sempre fica dinheiro em cima da mesa, e esses recursos que estavam disponíveis acelerando a velocidade da expansão do crédito. Nós precisávamos então moderar isso e as políticas... Foram tomadas algumas medidas macroprudenciais na virada do ano, algumas outras já em 2011 e elas produziram uma desaceleração no crescimento. Essa taxa semestral de crescimento do crédito, nós vimos aí esse movimento de moderação – o que é positivo. Positivo do ponto de vista macroeconômico e positivo do ponto de vista prudencial.

A inadimplência é um assunto bastante comentado. Ela cresce no ciclo da perda da política monetária. Mas quando nós vemos a inadimplência nos níveis de hoje (o que cresceu: a inadimplência), ela é baixa comparada com outros ciclos monetários que tivemos no passado recente. Então, está em níveis manejáveis, faz parte do processo, o próprio processo de aperto das condições financeiras e monetárias na economia brasileira levaria à elevação da inadimplência, mas em níveis manejáveis, o que nossa história recente demonstra neste gráfico.

Crédito-PIB.

Continua crescendo. É uma tendência que vai... Vai continuar... Cresce um pouco menos acelerado do que crescia lá no período 2005-2008. Crescimento médio, saldo nominal, na faixa de 25. O crescimento médio, saldo nominal – entre 2009-2011 –, cai para 17.4. Hoje nós vamos divulgar nossa nota lá da evolução do mercado de crédito. E já vemos um crescimento do crédito mais em linha com a atual posição da economia brasileira no ciclo econômico, ou seja, crescendo um pouco menos, talvez não aqueles 15% do que se falava, mas um pouco mais e vai ser divulgado hoje à tarde no Banco Central.

O Sistema Financeiro está bem capitalizado, com nível adequado de provisões, baixo nível de alavancagem. Temos aí o índice de Basileia em 8%, na linha vermelha; o Índice de Capital Mínimo Regulatório, no Brasil, de 11% e temos a realidade do mercado com o colchão na faixa de 16.4% de capital, ou seja, de recursos apartados para fazerem frente a eventuais perdas não esperadas.

Reservas internacionais, também nesse período, que muito discutimos nesta Comissão de Assuntos Econômicos. O Brasil continua adotando a política de acumulação de reservas. Nesse período pré-crise 2008 e o momento atual, nós temos uma elevação do nosso colchão de liquidez, em moeda estrangeira, da ordem de US$150 bilhões. Muito importante ter esse tipo de lastro neste momento, o que nos permite transitar em um cenário internacional deteriorado, de maiores riscos financeiros e soberanos, de uma forma mais tranquila, o que seria o caso se não tivéssemos adotado esse tipo de política em um passado recente.

Em relação aos fluxos de pagamento, as medidas que foram adotadas pelo Governo, pelo Banco Central: medidas daquelas de desincentivar as captações de curto prazo, desincentivar os fluxos financeiros. Nós vemos aqui uma recomposição dos fluxos. A parte vermelha da barra são os fluxos comerciais. Ou seja, nós temos hoje o sistema de câmbio flutuante funcionando, o real fica mais fraco, mais recursos de exportadores vêm... Então, nós vemos aí uma predominância, no terceiro semestre de 2011, dos fluxos comerciais, dos fluxos da balança comercial, da conta corrente, dominando os fluxos financeiros, quando você olha para o balanço de pagamento como um todo. Então, esse é um aspecto.

Em relação só ao fluxo de capital, o que nós vemos é uma recomposição às medidas... Nós ainda continuamos recebendo fluxos importantes, mas houve uma recomposição do fluxo. Grosso modo era 60-40: sessenta de títulos de renda fixa, ações e empréstimos de curto prazo, em 2010, e quarenta de investimento direto. Agora é o oposto: são sessenta de investimento direto (até setembro de 2011), quarenta por cento (para arredondar) desses fluxos, o que, teoricamente e em princípio, faz com que esses fluxos sejam mais permanentes, que diante de um agravamento do cenário internacional, a reversão dos fluxos seja a menor do que seria, caso tivéssemos a composição anterior. Essa composição nova foi induzida por políticas adotadas neste ano.

Ingresso de Capitais de mais longo prazo.

Nós vemos aí, já olhando par ao ingresso de capitais – curto *versus* longo –, nós vemos o encolhimento, no período de abril a setembro, dos recursos de curto prazo e um aumento dos recursos de longo prazo.

Curto e longo aqui a diferença é de 720 dias – a política foi desenhada dessa forma. Então, houve um desincentivo para as captações abaixo de dois anos, consequentemente nós temos uma composição que,

mesmo nas captações diretas de bancos e empresas, dá uma maior participação nas captações em dois anos, o que torna a natureza desses fluxos menos suscetíveis à reversão de humor no cenário internacional.

Dívida Externa Líquida.

Esse é um processo que, desde final de 2006, início de 2007, o Governo brasileiro, o setor público, o País tem sido credor em divisa estrangeira, o que gera uma nova dinâmica de capacidade de reação a choques internacionais. O primeiro resultado de uma desvalorização de nossa moeda é melhorar a situação do setor público, dar uma ligeira melhora em função dessa posição de credor em moeda estrangeira do setor público brasileiro, o que tem contribuído para reduzir as vulnerabilidades, por um lado, e também para gerar uma nova dinâmica, mais clássica de resposta, a desafios do que tínhamos no passado, quando a situação fiscal se deteriorava com a depreciação da moeda.

Indicador de Endividamento Externo.

Também, só fazendo uma comparação, é um dos indicadores mais amplos. Nós vemos Dívidas de Curto Prazo sobre Reservas que eram 120% das reservas em dezembro de 2003. No primeiro momento em que houvesse um choque internacional, teria uma pressão tremenda sobre as reservas internacionais, pela dimensão da dívida de curto prazo, que é a primeira a reagir, a primeira a não ser rolada. E hoje nós temos (este é o dado de agosto de 2011) 21,5% a Dívida de Curto Prazo – do País – em relação às reservas.

Os Serviços da Dívida sobre Exportações.

As Exportações de Bens e Serviços comiam 63% das exportações, dos valores de exportação, e hoje estão abaixo de 20% dos valores de exportação. Então, dá uma ideia da menor vulnerabilidade que há nesse período de dezembro de 2003 a agosto de 2011.

A Dívida Total sobre o PIB também caiu de 40% para 13% a dívida externa total sobre o produto, sobre o tamanho da economia brasileira. Ou seja, estamos com uma economia bastante menos vulnerável do que tínhamos há oito anos.

Agora, em relação à Evolução da Economia Brasileira.

Nós temos um quadro de moderação no crescimento – já vinha sendo induzido. A utilização da Capacidade Instalada Nacional continua em patamar elevado, acima de média histórica, mas já apresenta na margem, nos meses recentes, uma redução do uso da capacidade. Se nós virmos o nível hoje, de 83.6, e compararmos com o da pré-crise 2008 veremos que estávamos na faixa de 86% de utilização da capacidade, ou seja, a situação de utilização da capacidade do setor industrial hoje é mais folgada do que era antes daquela crise de 2008.

Confiança do Empresário.

Tem-se mostrado um ritmo de moderação. Está elevada, mas já começa a ficar abaixo da média história, média de janeiro de 2007 aos dias de hoje. Então em parte explicado pela própria moderação da demanda interna, mas certamente já, nesses meses recentes, impactada por um contexto internacional, para dizer o mínimo, mais complexo.

Confiança do consumidor, também em patamar elevado, acima da média histórica, mas já mostra na margem maior moderação, maior retração. Estamos ainda nos níveis, daria para dizer que melhores do que estávamos antes da crise de 2088, estão elevados, mas já mostrando moderação na margem.

Recentemente saiu esse dado da FGV, hoje saiu dado da FGV, este último dado é um dado de hoje já mostrando aquela queda ali no mês de setembro, confiança acima da média histórica, acima dos níveis pré-crise, mas já mostrando essa dinâmica.

Criação do emprego formal. Esse é um dos pontos muito fortes da economia brasileira, a taxa de desemprego está no recorde de baixa, mostra um mercado de trabalho ainda bem apertado, mas a criação de vagas, o que vemos, na evolução recente, é uma redução em níveis ainda superiores à pré-crise, mas criando menos do que era criado há alguns meses. Temos essa dinâmica aí na margem.

Olhando para uma medida mais ampla da economia, nós temos aí o IBC-Br, que seria uma espécie de *proxy*, de simulação do Produto Interno Bruto numa frequência mensal, o Banco Central calcula, tem tido uma aderência boa com a economia, com o PIB, nós vemos aí, desde o pico do final do ano passado, nós vemos uma redução, uma moderação no nível de crescimento desse indicador no acumulado de 12 meses como está retratado aí neste *slide*.

Olhando para o PIB, o crescimento do PIB em si, aí é uma frequência trimestral, quando olhamos trimestre deste ano contra trimestre do ano passado, nós vemos também essa dinâmica de recuo das taxas de crescimento no período.

Em relação ao PIB, em si, o acumulado em 12 meses, nós fechamos o ano passado com 7,5%, crescendo acima do nosso produto em potencial, ou seja, a economia realmente a uma velocidade grande, nos quatro trimestres encerrados em março, a economia cresceu 6,2%, um crescimento robusto, nos quatro trimestres encerrados em junho deste ano, a economia cresceu 4,7%.

Essa barra amarela é a previsão do mercado, do Focus, para o fechamento do ano, em torno aí de 3,5% de crescimento.

Inflação.

O nosso objetivo no Banco Central já retratado aqui, explicitado, é trazer a inflação, fazer a inflação convergir para o centro da meta em dezembro de 2012, é esse o nosso objetivo, estamos perseguindo.

Nós vimos aí um crescimento forte dos preços ao consumidor no primeiro semestre deste ano, em parte influenciado pela forte elevação do preço das *commodities* internacionais desde o segundo semestre de 2010, que se prolongou até março deste ano. Tivemos também preços administrados, atípicos, no início do ano, fatores climáticos, que, junto com a economia que crescia numa velocidade acima do produto em potencial, tivemos um crescimento da inflação, nos primeiros meses de 2011 e nos últimos meses de 2010, diga-se de passagem, de uma inflação mensal, bastante elevado.

O Comitê de Política Monetária, de janeiro até julho deste ano, apertou a sua política, aumentou a sua taxa de política em 175 pontos, visando moderar o crescimento da demanda, conter a propagação dos aumentos daqueles preços expressivos das *commodities* para outros segmentos. E o efeito dessa elevação, ainda que tenha sido em parte revertida, ainda não foi plenamente absorvida pela economia.

Nós falamos aqui também na nossa última reunião que no segundo semestre, terceiro e quarto – já entramos quase no quarto trimestre – seriam mais sentidos esses efeitos sobre a economia brasileira.

Já há sinais claros de moderação da demanda e um recuo da inflação corrente, a inflação mensal girando em níveis compatíveis com a meta de inflação do Governo. Aí só lembrando aquela puxada que houve no final do ano passado, até março de 2011, no segundo semestre, o preço das *commodities* alimentícias e as *commodities* em geral.

Esse forte aumento certamente nos impactou num momento em que a economia estava numa velocidade acelerada.

Os preços dos combustíveis também, pouco mais tarde, em função do desenvolvimento no norte da África e no Oriente Médio, replicaram e isso teve um pacto na inflação não só do Brasil, mas também das economias maduras onde o peso da energia tem um peso relevante. Nós vimos à inflação subir no mundo inteiro, na Europa, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Trabalham hoje com um nível de inflação bem acima das suas metas de preço, de estabilidade, muito em função dessa puxada que houve no preço das *commodities*, principalmente no preço dos combustíveis naquelas regiões.

Os índices mensais de inflação já estão em patamar compatível com o centro da meta, como já foi dito, em contraposição as elevadas variações mensais observadas nos primeiros meses de 2011.

A inflação em 12 meses, por conta dessa base mais elevada de outubro do ano passado para abril deste ano, ainda carrega aqueles índices bastante elevados de inflação mensal, fazendo com que a inflação de 12 meses esteja atingindo o seu pico agora, nesse terceiro trimestre, agosto e setembro, e passe a retroceder na escala de 12 meses, a partir do quarto trimestre de 2011, nós veremos isso acontecendo logo-logo no Brasil.

Dentro desse quadro da moderação da atividade que já está encaminhado, foi encomendado, já vinha refletindo nos números que vimos nos *slides* anteriores, some-se a isso a substancial deterioração do ambiente econômico internacional que impôs um víeis desinflacionário.

Não é deflacionário ainda, mas é desinflacionário.

No sentido de que nove entre dez banqueiros centrais que foram perguntados sobre a evolução, por exemplo, das commodities, a idéia que elas ficam em níveis elevados ainda, mas com um víeis de redução.

Certamente, não se prognostica nada parecido com o que ocorreu no segundo semestre do ano passado, até março desse ano, na elevação forte das commodities e impactando na inflação.

As sazonalidades que vivemos hoje, entressafra do preço da carne, cana-de-açúcar etc.

Outros preços na área dos alimentos elas têm menor capacidade de propagação hoje, com uma economia que não cresce a 7,5%, mas cresce numa velocidade de 3,5% a 4%, uma velocidade bem mais reduzida e sem o peso de um crescimento continuado do preço das commodities.

Com a deterioração do ambiente internacional, redução nas perspectivas de crescimento, uma projeção de commodities estabilizadas com víeis de baixa, sempre reconhecendo que há algumas commodities que sofrem mais impacto pelo lado da oferta e não da demanda, mas esse é o quadro.

Ações de política econômica foram tomadas no início do ano até julho, cujos efeitos ainda não foram plenamente sentidos.

Há defasagem em política monetária e aquele aperto de 175 ainda está exercendo efeito sobre a economia.

Diante disso e também da revisão do cenário fiscal, houve um aperto na condição que se esperava para o segundo semestre desse ano em função do anúncio dos R$ 10 bilhões adicionais esperados, primários, para a meta de 2011, nos decidimos lá no Comitê de Política Monetária, em 31 de agosto de 2011, reduzir a taxa de juros de política monetária para 12%

ao ano. Uma redução de 50 pontos de percentagem, isso compatível com o nosso objetivo de fazer a inflação convergir diante desse quadro que se afigura, de fazer a inflação convergir para o centro da meta de 4,5% em 2012.

Olhando a trajetória de inflação mensal nós vimos àquela inflação elevadíssima de outubro de 2010 a abril desse ano. Uma média de quase 0,80% de inflação mensal.

Uma inflação ocorrida aqui, estou pegando os últimos dados de setembro, pegando o parcial do IPCA, que foi o IPCA 15, pegando a inflação depois que conseguimos sair dessa parede de inflação de outubro a abril, nós temos uma média, nesses cinco meses, de 0,34% de inflação mensal.

Uma inflação acumulada em cinco meses de 1,69% nesse período, o que daria uma inflação anualizada, nesses cinco meses, na faixa de 4% e 11%. Uma inflação anualizada, ou seja, em 12 meses desse período pós-choque inflacionário, definindo o choque inflacionário de outubro a abril deste ano.

Portanto, é justo dizer que a inflação mensal tem rodado num nível, ainda que haja as sazonalidades e a inflação aumento um pouco o nível mensal, mas nível compatível com a meta.

Aí está a evolução da inflação desde 1999, desde, basicamente, a implantação do regime de metas de inflação.

A inflação e as suas metas ao longo desse tempo, algumas delas foram ajustadas frente à realidade inflacionária que se viveu em diversos períodos lá atrás, mas que nós vemos uma inflação que agora está naquele pico, no terceiro trimestre, acima do topo da banda, e ela converge agora, nós próximos sete ou oito meses, de outubro até abril ou maio do ano que vem, converge uns dois pontos para baixo essa nossa projeção.

Essa projeção no mercado também, a convergência, está ali refletida, um pouco menor, mas ela já está indo em direção, nas previsões que ainda vão ser divulgadas essa semana, o relatório de inflação, o trabalho no sentido de fazer a inflação convergir para o centro da meta.

Rapidamente resultados da política econômica, resultados para a sociedade, o Brasil vem adotando esse regime de política econômica, do controle da inflação pelo regime de metas, responsabilidade fiscal, uma relação de dívida/PIB consistentemente em declínio, melhorando a capacidade do governo de financiar, melhorando o quadro de risco e o câmbio flutuante fechando esse regime de política econômica que vem sendo testado em ambientes distintos e alguns bastante desafiadores, tem apresentado resultados importantes para o país, manter a estabilidade econômica e a estabilidade financeira.

Essa estabilidade financeira também é assegurada por uma moderna regulação do sistema financeiro internacional, inclusive paradigma nas comparações internacionais, qualidade da nossa regulação e a intensidade da nossa supervisão vem sendo avaliada como um elemento de força da economia brasileira, do regime econômico geral.

Esse arcabouço tem sido bem sucedido e talvez a melhor forma de auferir isso seja o aumento contínuo da renda per capita no país, ao mesmo tempo há uma redução da desigualdade na economia brasileira.

Nós vimos à renda per capita elevando-se num período, nos últimos 10 anos, com exceção daquele período crítico da crise de 2009, por um lado ou por outro, uma redução contínua da desigualdade.

O índice de Gini mostrando que continuamos avançando na redução das desigualdades no país.

O que é importante é o crescimento com redução da desigualdade.

É um critério importante para avaliar o arcabouço de políticas que vão sendo adotadas nos últimos 10 ou 15 anos no país.

Fechando, então, nós temos uma economia global que está observando uma forte deterioração e quero dizer que o quadro que estamos vivendo hoje é exatamente o quadro que o Banco Central do Brasil, em 31 de agosto desse ano, na reunião do Comitê de Política Monetária, tinha como revisão dos desenvolvimentos na economia mundial.

Então, a nossa avaliação está em linha com o que estamos observando hoje, nós não estamos sendo surpreendidos pelo o que ocorreu nas últimas semanas, nós já tínhamos a revisão de crescimento forte na economia americana, nós já tínhamos a redução das perspectivas de crescimento na economia européia, nós já tínhamos presente às inter-relações entre risco soberano, risco financeiro e baixo crescimento, isso tudo estava na conta.

Então, a nossa perspectiva para o crescimento da economia global é baixo para os próximos anos, as políticas monetárias e financeiras devem permanecer extremamente frouxas, de apoio, na tentativa de restabelecer o crescimento da economia global, das principais áreas econômicas, esse era o quadro que nós tínhamos.

Naturalmente, quanto mais tempo se toma para resolver os atuais problemas nas economias maduras, principalmente na Europa, mas também nos Estados Unidos, maior será o custo e maior a probabilidade de que no processo de arrumação dessas economias ocorram acidentes de percurso, eventos de crédito.

Nós não temos bola de cristal para prever a quebra de um país, a quebra de uma instituição financeira. O que nós temos sim é a capacidade de avaliação. E, na nossa avaliação, lá em 31 de agosto de 2011, na decisão do Comitê de Política Monetária, nós vimos uma economia com uma revisão substancial das perspectivas de crescimento, nós vimos uma economia com riscos grandes, nós vimos uma economia que adiava, digamos, a normalização das condições de política monetária e de política financeira, como foi, por exemplo – já mencionei aqui –, a decisão, em 9 de agosto, pelo Banco Central americano de postergar pelo menos por um ano em relação ao que o mercado esperava o início do aumento de juros, normalizando as condições monetárias. Só para reiterar para V. Exª que era exatamente isso que estamos vendo agora que nós vimos lá, estava mais ou menos se delineando uma situação como a que vimos nas últimas semanas.

Os riscos demandam ações rápidas para as economias maduras, para estabilizar esses mercados e restabelecer alguma capacidade de crescimento nos próximos anos. Baixo crescimento por um período prolongado tende a aumentar as pressões, desde as inflacionárias, do quadro internacional sobre todas as economias, inclusive sobre nós. E vemos, infelizmente, o esgotamento dos instrumentos de política monetária fiscal, que já estão em níveis amplamente acomodatícios, como estamos vendo.

O crescimento da economia brasileira já está se moderando, induzido pelo crescimento forte do ano passado, que deveria recuar, pelas políticas que foram adotadas nesse período e, mais recentemente, pelo agravamento do cenário internacional.

Moderando o nosso crescimento, nós temos capacidade de continuar crescendo, trazendo essa inflação para o centro da meta como objetivo.

E é basicamente isso que eu gostaria de dizer nesta parte introdutória.

Desculpem-me pelo tempo tomado.

Estou, obviamente, à disposição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Tombini, só um esclarecimento por gentileza. É que eu não vi o dado.

Quando o senhor falou em dívida pública bruta vezes o PIB, o senhor deu exemplo de vários países e a projeção. E a do Brasil o senhor não apresentou. Qual é a nossa?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A do Brasil está na faixa de 64, 65, a dívida bruta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bruta?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – É, com projeção de redução. A dívida líquida está na faixa de 39%.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E a projeção que faz o FMI para 2016?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu posso resgatar isso até o final...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Só para esclarecer então, Presidente, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Senador, sobre a dívida bruta, para este ano o fechamento esperado é de 56% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Francisco Dornelles, autor do Requerimento de nº 65, de 2011-CAE.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Senador Lobão, a taxa de juros Selic foi reduzida no dia 31 de agosto. O Banco Central do Brasil acordou e começou a acordar para uma realidade nacional óbvia, que é o peso da taxa Selic sobre as contas do Tesouro.

Ninguém discute a lógica da teoria de juros e seus efeitos teóricos sobre a demanda agregada que determina a inflação. O que se discute é a eficácia ou ineficácia da Selic oficial em um país em que as taxas de juros de mercado oficiais variam de 2% a 200%.

Sr. Presidente, eu acabo de ler dois parágrafos escritos pelo Ministro Ernane Galvêas e publicados na "Síntese de Conjuntura", da Confederação Nacional de Comércio. E, ao fazer minhas as palavras do Ministro Ernane Galvêas, eu quero cumprimentar o Banco Central do Brasil pela decisão forte e independente tomada em agosto, ao reduzir a taxa Selic.

Segundo ponto, Sr. Presidente.

Ainda baseado na exposição de V. Exª, em que se refere à deterioração da economia global, quais são os elementos em que V. Exª se baseia para prever que o nosso déficit em conta corrente pode ser coberto pela entrada de investimento direto do estrangeiro? Como V. Exª vê a taxa de crescimento do PIB em 3,1%, como anunciado por V. Exª, se será possível manter o nível de emprego e o índice de inadimplência? A terceira pergunta: a interferência do Banco Central no mercado de câmbio tem dado a entender que existe uma banda de flutuação para o dólar, com o piso de 1,60 e teto de 1,90. O Senhor confirma a leitura do mercado? E, se confirma, qual é a preocupação básica, atualmente, do Banco Central com a desvalorização do Real? Para terminar, Sr. Presidente, o balancete de junho de

2011 do Banco Central informa, registra um saldo final de 95 bilhões a título de créditos a receber, decorrente do resultado da equalização cambial. Essa equalização prevê apuração semestral e, no caso do déficit, como é o caso, o Tesouro deve cobrir imediatamente a transferência de títulos para o Banco Central. Por que até agora não foi coberto esse prejuízo cambial?

Essas são as questões que gostaria de colocar a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Eu gostaria, até pelo número de inscritos, que fizéssemos as perguntas em blocos de quatro. Aí o Presidente Tombini responderia e daríamos um sequenciamento mais ágil para esta audiência pública.

Portanto, vou passar a palavra agora para o Senador Eduardo Suplicy. Depois, Senador Lindbergh Farias e Senador Cyro Miranda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Senador Lobão Filho, vice-presidente, Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, diretor de Política Econômica do Banco Central, prezado Presidente Alexandre Tombini, do Banco Central. Tal como o Senador Francisco Dornelles, eu fui um dos que, logo que foi anunciada a redução da taxa de juros em 0,5%, na segunda semana de setembro, foi à tribuna do Senado para elogiar a decisão do Banco Central. Inclusive, tive o cuidado de examinar os diversos comentários e, em meio a alguns que estranhavam, por outro lado professores de Economia, como Paulo Nogueira Batista Júnior, Antônio Delfim Netto, Amir Khair, Yoshiaki Nakano, Luiz Carlos Bresser Pereira, entre outros, fizeram análises que, inclusive, registrei da tribuna do Senado, onde avaliei que o Banco Central mostrou a efetiva independência, discernimento, com o propósito de acertar e muito com vistas ao que se faz necessário.

V. Exª, ao aqui mostrar os resultados de uma renda per capita que hoje atinge algo como R$ 19.600,00, aproximando-se de 12 mil dólares, aproximadamente, em números redondos – não fiz a conta –, com a taxa de hoje. Mas, sobretudo, acho muito positivo que esteja sempre o Presidente do Banco Central, quando vem ao Senado Federal, ao Congresso, expor a evolução do objetivo de equidade na distribuição da renda. Então, V. Exª aponta que estamos com o coeficiente de Gini, que envolve todos os rendimentos, da ordem de 0,509, o mais baixo alcançado, isso para 2009, mas o mais baixo alcançado nas últimas décadas, sobretudo com uma evolução muito importante, porque desde 1997, pela observação, na verdade, desde o final dos anos 1990 e, em especial, depois de atingirmos 0,60, em 1993, gradualmente vem diminuindo o Coeficiente de Gini, e isso é muito positivo, mas, ainda assim, pelas indicações que observo nos relatórios do PNUD e do Banco Mundial, estamos por volta do 10º País mais desigual do mundo, então, ainda temos de avançar mais e mais nessa direção.

Eu gostaria de formular algumas perguntas.

O *Valor Econômico* tem informado que o Governo prepara uma proposta de desindexação da economia para ajudar no combate à inflação; que um grupo de economistas e técnicos dentro do Governo estaria preparando algo nessa direção. Eu agradeço se puder nos dar a informação sobre em que consistirá esse esforço adicional para a estabilização dos preços da economia, visando à gradual desindexação de alguns preços administrados na economia brasileira? E qual o avanço que está ocorrendo nessa direção?

Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma pergunta até como professor de economia que sou e que observa que, quando iniciado o processo de metas de inflação, o que nós observávamos nas autoridades monetárias era, sobretudo, o comportamento da oferta de moeda. As autoridades monetárias costumavam sempre mostrar as quantas andava o crescimento da oferta de moeda e de diversos tipos. E, nessa última década, em especial com o advento da política de metas de inflação, nos relatórios do Banco Central está sempre reportado mais como está evoluindo a taxa Selic, ainda que também haja informações sobre as operações de mercado aberto, o grau de liquidez da economia, em especial, conforme mostrou o grau de crédito da economia em relação ao produto doméstico bruto, mas eu perguntaria até sob o ponto de vista de V. Exª como economista: diminuiu a ênfase em se observar como evoluem os fluxos monetários, os diversos tipos de oferta monetária? É isso ainda uma preocupação dos economistas e técnicos do Banco Central? E, se for, poderia nos informar, até com um curioso em examinar esse assunto?

Mas quero, sobretudo, cumprimentá-lo e a toda a equipe do Banco Central pela forma como tem conduzido a nossa economia.

Quero registrar que ainda ontem, em seminário que presenciei na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde estava presente inclusive o Secretário Executivo da Ministra do Planejamento, que ali fez uma exposição, mas com uma avaliação de economistas do mais largo espectro que inclua Delfim Netto, Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano e muitos outros. Então, ali houve uma avaliação em geral muito positiva da consistência da atuação do Banco Central.

Finalmente gostaria de encaminhar as suas mãos um artigo recente que escrevi sobre as formas de

transferência de renda que existem nas economias modernas e a questão da competitividade de nossa economia em relação a outras para seu exame.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo.

Eu queria ver aqueles que discordaram da posição do Banco Central em baixar a taxa de juros agora com essa mudança, com esse agravamento da crise internacional. Em que situação o senhor estaria aqui neste debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos?

Quero parabenizar pela firmeza das posições e quero perguntar sobre sua viagem ao fórum do Fundo Monetário Internacional, ao encontro com os presidentes de Banco Central na Basiléia. Hoje todos os jornais trazem uma avaliação da Presidenta Dilma com o Ministro Mantega de preocupação com o agravamento dessa crise.

Então, queria primeiro que o senhor trouxesse essas informações: o que houve nesses encontros, que percepções o senhor teve sobre o agravamento dessa crise?

Segunda pergunta: na última reunião do Copom, na ata do Copom, o item 18 admite que "a atual deterioração do cenário internacional cause um impacto sobre a economia brasileira equivalente a um quarto do impacto observado durante a crise internacional de 2008 e 2009 – um quarto!

Se nós trabalharmos do terceiro trimestre de 2008 ao terceiro trimestre de 2009, a desaceleração foi de 8,35, mas eu li uma entrevista do senhor no jornal *Valor Econômico* que fala de uma retração num ano fechado de 2008 a 2009 de 5%, ou seja, de uma retração agora nessa crise, se fosse de um quarto, de 1,25%. Pois bem, eu vejo a previsão de alguns para o crescimento econômico deste ano de 3,5%. Se nós tiramos 3,5%, vamos para 2,25%. Num cenário de contenção fiscal, é claro que entendo que este é um cenário de crescimento muito baixo, nós temos que ter políticas monetárias contracíclicas, mas eu queria perguntar ao senhor se é esse cenário de crescimento com o qual o Banco Central trabalha para o próximo trimestre, quais as estimativas atualizadas do Banco Central para o PIB do terceiro trimestre, do quarto trimestre e qual a projeção para o PIB de 2012?

A terceira pergunta: essa ata do Copom foi do dia 31, houve um agravamento da crise de lá até aqui. Pode haver uma modificação nesse cálculo do impacto; em vez de 25%, haver uma contaminação maior? Quais os eventos internacionais que podem fazer esse cenário piorar? O CDS, o preço do seguro da dívida soberana, estava mais de 90%, apostando no *default* da Grécia. Quebra de um banco europeu, desaceleração maior da China, enfim, quais eventos internacionais podem piorar esse quadro aqui no Brasil com relação ao crescimento econômico?

Sr. Presidente, eu acho que o Banco Central está agindo certo. Tem alguns que chegaram a falar sobre o aumento do IPCA-15 em 0,53% como se fosse por causa da queda da taxa de juros. Aqui a gente sabe que o impacto da política monetária demora seis a nove meses.

Eu queria, inclusive, trazer aqui o jornal *Valor Econômico* um trecho sobre essa crise econômica a posição do Stanley Fischer, que hoje é presidente do Banco Central de Israel, ele que era um dos mais ortodoxos dirigentes do FMI, que baixou a taxa de juros do Banco Central de Israel. Ele alega que não está preocupado com a inflação, que no ano que vem pode haver deflação e não inflação,

Eu acho, sinceramente que o mercado começa a entender a nova estratégia do Banco Central. O mercado começa a entender esse novo arranjo macroeconômico que a Presidenta Dilma, que o Presidente do Banco Central e que o Ministro da Fazenda estão construindo.

Trago outra. Eduardo Campos, do jornal *Valor Econômico*... Parece que estou fazendo propaganda de jornal, citar várias matérias. Mas o Eduardo Campos traz também aqui os índices. Contrato de Depósito Interfinanceiro que caiu, foi a 10,24%. E fala na taxa de juro real de 4,5%, porque, calculando *swap* de 360 dias (10,52), o IPCA, que subiu de 5,48 para 5,76. Eu acho que o mercado começa a entender essa política, começa a entender esse novo arranjo macroeconômico do Governo Federal.

Agora, em relação à questão fiscal, eu acho que é uma desconfiança excessiva do mercado. Você sabe que estão trabalhando para 2012 como se o Governo não fosse cumprir a meta cheia do superávit. Estão trabalhando como se fosse 2,7% do PIB.

Eu quero dizer – e o Ministro Senador Dornelles aqui trouxe os números de uma síntese de conjuntura do Ministro Ernane **Galvêas** – que no ano passado nós pagamos de juros da dívida 195 bi e o Ministro Ernane **Galvêas** calcula 225 bi neste ano de 2011. Então, 225 bi de pagamento de juros mais o superávit, que era de 81,8 do Governo Federal e foi para 91. Podia dar de *royalties* para a gente, não é, Ministro? Mas, de fato, o que eu sinto é que essa política de baixar a taxa de juros vai ter um impacto fiscal tremendo, vai ter um impacto fiscal grande. Então eu, sinceramente,

acho que nós vamos para o superávit primário cheio e ainda podemos ter... É claro que não vou perguntar ao Presidente Tombini que ele acha que pode ter de alívio fiscal no próximo ano, porque esse número é impossível de o Presidente Tombini aqui citar. Mas, vamos ter um alívio fiscal considerável no próximo ano. Eu via muitos discursos antigamente: "É preciso ter déficit nominal zero para baixar taxa de juros". O discurso é uma mão dupla. Eu estou convencido, se a gente continua nesse caminho de baixar a taxa de juros nós vamos ter déficit nominal zero num futuro próximo e vamos poder aumentar os nossos investimentos.

Eu não quero me alongar, mas quero citar coluna de George Vidor de ontem. Ele fala de um livro que está sendo lançado pelos economistas Fábio Giambiagi e Claudio Porto, que fala sobre como estará a economia em 2022. Eles projetam um quadro... É claro que é uma previsão, com todas as dificuldades. Eles projetam um quadro em que uma taxa de juros reais terá recuado pela metade, caindo para 3%, a inflação deve girar em torno de 3%, proporção de pobres diminuirá para 5% da população e a dívida líquida do setor público não passará de 10% do Produto Interno Bruto, diante dos atuais 40% do PIB. Isso por que, no lugar de um déficit de 3%, o setor público se transformaria em superavitário, beneficiando-se da redução de despesas com juros e da manutenção de um saldo primário nas demais contas. É esse o caminho.

Eu acho, sinceramente, que o mercado tem que reavaliar essa expectativa em cima da questão fiscal. A Presidente tem sido muito firme. O ano difícil foi este, Senador Suplicy, o ano difícil foi este. Pagar mais de 200 bilhões de juros e ainda fazer um superávit de 91 bilhões, a parte do Governo Federal.

Eu não quero me alongar, mas, para ir conduzindo sobre a alta do dólar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esse alongamento, hein, Senador?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu vou acabar, mas essas perguntas são importantes. Sobre a alta do dólar. Qual estimativa do Banco Central para o coeficiente de repasse – o chamado *pass-**through*** – do câmbio para a inflação do IPCA? Sabia que lá em 2002, de 10% foram transferidos 2%? Hoje a LCA Consultores, eu li no jornal *Valor Econômico* também, falava 0,4%.

Então, eu queria saber a avaliação do Banco Central. Para cada 10% de depreciação do real, quantos pontos percentuais aumenta o IPCA e em quanto tempo?

Queria fazer a pergunta também direta, não vou me alongar sobre IOF derivativos. O projeto está aqui no Congresso. Vamos manter? Vamos votar? Vamos votar e não aplicar? O que vamos fazer em relação ao IOF sobre derivativos?

Queria fazer a última pergunta. Se a queda no preço das *commodities* internacionais mais do que compensará o impacto da alta do dólar sobre a inflação.

E a última agora, Ministro, que é sobre as tarefas, Presidente Tombini, as tarefas do Brasil, as tarefas nossas no Parlamento aqui em relação a essa caminhada das taxas de juros, por onde temos que ir, desindexação, debate de poupança, há uma pauta extensa da qual temos que começar a tratar.

Muito obrigado. Desculpem-me pelo excesso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

A conclusão de tudo o que o Senador Lindbergh disse, pelo menos na minha visão, é que o Brasil está condenado a crescer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Tombini, Diretor do Banco Central, companheiros, estou fazendo, Presidente, um exercício de otimismo, porque estou supondo que, depois da pergunta do nosso Lindbergh, ainda haverá espaço para o senhor me responder, mas quero fazer esse exercício.

Em primeiro lugar, quero me congratular com o Banco Central, porque não há dúvida nenhuma de que o Banco Central tem afirmado, nesse último período sob a gestão de V. Exª, uma posição de maior independência, sobretudo em relação aos mercados. O Banco Central reagia de forma sempre muito próxima daquilo que correspondia ao sentimento dos mercados e, aí, mais ainda do mercado financeiro. Acho que o Banco Central tem conseguido afirmar uma posição que, a rigor, corresponde a uma certa estatização do Banco Central, o que é, a meu ver, muito importante, sobretudo compreendendo o papel da autoridade monetária num país que tem as dificuldades e a complexidade do Brasil. Então, congratulo-me com V. Sª e deixo este registro.

O Senador Lindbergh aborda muito bem essa preocupação com o custo fiscal da dívida pública no Brasil. Quando o Brasil se coloca numa posição relativa mais confortável, tendo em vista o seu estoque da dívida pública, seja o conceito de dívida bruta, pouco mais de 60% sobre o PIB... E há países agora, da Eurolândia, com 100, 120... Mas nós temos sempre que lembrar que a diferença é que, no Brasil, a dívida é rolada e servida com taxas de juros proporcionalmente muito mais elevadas. O Brasil despende quase 6% do PIB com o serviço da sua dívida pública. Isso, meu

caro Senador Delcídio, corresponde mais ou menos ao que custava o serviço da dívida pública da Grécia num período muito próximo dessa agudização da crise na Grécia. Então, há um problema realmente, que é a questão desse imenso custo fiscal decorrente da taxa de juros que, em última instância, determina o custo da rolagem do serviço da dívida pública no Brasil.

Eu sei que o esforço desse rearranjo macroeconômico vai na direção de reduzir a taxa selic, mas eu queria introduzir logo uma outra questão que me parece importante, que é a possibilidade de substituir a selic como indexador da dívida pública. Eu sei que há estudos, e V. Exª em algum momento já fez referência a isso, sobre a possibilidade de se criar um novo indexador, uma taxa *prime* brasileira, uma espécie de *libor* brasileira, de modo que ela pudesse concorrer para reduzir o custo do serviço da dívida pública e oferecer também uma melhor referência ao mercado do que a selic, que está muito vinculada a essa percepção mais sensível, de curto prazo, do CDI etc. Então, é essa a questão. Considerando que 80% da dívida pública brasileira vão vencer dentro do período do governo atual, não seria um bom momento para que pudéssemos realmente avançar no sentido de substituir o indexador que, de alguma forma, termina penalizando o País e aumentando o custo fiscal?

Em segundo lugar, gostaria de saber, diante dessa deterioração do quadro internacional, qual é a visão do Presidente Tombini sobre o papel do FMI e do Banco Central Europeu para evitar, em última instância, que essa crise da Grécia termine representando o que problema do Lehman Brothers representou na crise de 2008.

Eram essas as questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra ao Presidente Tombini.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, faltam muitos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, faltam muitos, mas, presentes aqui, poucos. Então, o próximo seria o Senador Cristovam, a Senadora Marta Suplicy. Os demais estão inscritos... E a Senadora Ana Amélia, que estava aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas, se temos só dois Senadores aqui, por que não fazemos os dois e juntamos todas as respostas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores estiverem de acordo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Porque a minha é muito curta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Senador Cristovam e, depois, a Senadora Marta Suplicy.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Tombini, mais uma vez, é uma satisfação tê-lo aqui.

A primeira pergunta é a seguinte: o que nós podemos fazer para enfrentar – não sei se alguém já fez essa pergunta; eu estava na Comissão de Educação – o risco da inflação? Creio que o fato de, desde abril, estarmos acima do limite de 6,5%, é suficientemente assustador.

Hoje, Senador Delcídio, talvez o que mais me assuste da inflação é que ela não está assustando. Eu já andei tentando levar para a tribuna esta maquininha de remarcação de preços, para lembrar que a gente precisa se assustar quando a vê. Só que, hoje, nem precisa mais disso. No computador, muda-se o preço de tudo pelos códigos de barra.

Então, o que o senhor espera do Congresso agora, na votação do Orçamento, quando teremos uma subcomissão para cuidar do impacto do Orçamento na economia? O que o senhor espera de responsabilidade dos Congressistas em relação à inflação?

Estamos gastando dinheiro. Agora mesmo, recebi uma mensagem de alguém batendo duro em todos, salvo no Senador Suplicy, porque é o único que usa carro pessoal. E vamos ter agora 81 carros – oitenta, não é, Senador, menos o do senhor, não é? – de luxo, com a ideia de que se vão reduzir gastos por serem de aluguel.

Então, o que a gente pode fazer para ajudar na sua luta, já que V. Exª é o xerife da inflação?

A segunda é uma preocupação adicional minha. É que, durante os últimos meses, a inflação dos pobres estava mais baixa do que a inflação média. Mas, agora, pelo que a gente está vendo, chegou junto e está subindo. Está mais de 7%; a de alimentos está em 9%. Como é que a gente faz para evitar que a inflação termine pesando mais sobre os pobres do que sobre os consumidores de classe média e alta, como nós?

São as duas coisas: o que a gente pode fazer para ajudar e o que o Banco Central está pensando – ou não adianta o que pensar, porque pode ser fenômeno sazonal – para que a inflação que pesa sobre a população pobre seja menor do que a inflação que pesa sobre todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por uma questão de justiça, o Senador José Pimentel também não usa carro oficial, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marta Suplicy.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E Heloísa Helena não usava.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central, Tombini, e dizer que compartilho dos discursos que aqui ouvi de congratulações pela condução do Banco Central e por essa política que, realmente, foi ao encontro do que todos nós desejávamos há bastante tempo.

As minhas perguntas são as seguintes: com a disparada recente do dólar, alguns jornais declararam uma perda de mais de R$2 bilhões de empresas com dívidas cambiais. Então, há risco, de fato, para bancos ou empresas brasileiras com maior exposição cambial? E como o Banco Central lidará com essa forte volatilidade cambial, que estamos, agora, podendo observar? E há alguma banda cambial a ser defendida? Qual é a posição do Banco sobre esse assunto?

Outra: com a crise da dívida grega e o aumento dos temores com a Itália e com a Espanha, alguns bancos europeus viram a classificação da sua posição ser rebaixada. Então, há algum risco de essa crise, que acho que nem se pode dizer que vai existir, porque já está existindo, essa crise bancária na Europa, devido à exposição desses bancos a títulos públicos nos países mais problemáticos; se for constatada por V. Exª essa crise, qual será a consequência para nós? O que estamos fazendo para nos proteger?

A outra pergunta é: o fato de os Estados Unidos terem desistido do terceiro Quantitative Easing, trocando uma política monetária muito agressiva por um plano de ajuste fiscal com um corte de US$4 trilhões, é uma boa notícia para o mundo e, principalmente, para nós? Quais são, na avaliação do Banco Central, as chances de sucesso, em termos de reativação da economia norte-americana, desse plano, que é baseado no aumento de imposto sobre os mais ricos e na redução de subsídios agrícolas – certamente, essa parte terá algum impacto para nós –, do apoio financeiro às agências hipotecárias e do gasto militar?

A última pergunta é relacionada um pouco ao que já foi feito aqui em termos de inflação. Alguns analistas estrangeiros têm sugerido que, na zona do euro, vai haver mais inflação e que deveria ser tomada uma posição um pouco mais leniente em relação à inflação, com menos austeridade fiscal, como remédio para fugir da recessão. Hoje, alguns artigos interessantes dizem que a nossa Presidenta, que, agora, está indo para Bruxelas, talvez, possa fazer um discurso nessa direção, que foi exatamente como o Brasil se posicionou. Mas o que se teme é que, na Europa, possa haver uma situação parecida com a do Japão, com o perigo da deflação, o que poderia aprofundar bastante a crise.

Minha pergunta é: veremos, neste ano e nos próximos anos, mais inflação mundial, mesmo num quadro de desaquecimento econômico? No Brasil, as expectativas para este ano estão indicando um PIB de 3,5% e uma inflação de 6,5%. É inevitável que tenhamos de aceitar um pouquinho mais de inflação no Brasil, a fim de evitarmos importar recessão? É o que todo o mundo tenta evitar. Assim, haveria uma preservação maior dos empregos e da renda dos brasileiros. Ou essa dualidade não está colocada para nós, e podemos fazer as duas coisas, manter os empregos e controlar a inflação?

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Agora, passo a palavra ao Presidente Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srªs e Srs. Senadores, pelas perguntas.

Começo a responder ao conjunto de perguntas do Senador Francisco Dornelles.

Primeiro, quero agradecer-lhes o apoio, que não é de hoje, ao que o Banco Central vem fazendo em relação à sua política monetária e também à política de contenção dos riscos e de estabilidade financeira. Quero agradecer-lhes as generosas palavras nesse sentido.

Já tivemos oportunidade de discutir, em outras ocasiões na CAE, sobre a eficácia da Selic. Obviamente, independentemente do movimento que fizemos recentemente, a visão do Banco Central é a de que esse é um instrumento primordial, o instrumento primeiro, para ajustar as condições da economia e para fazer a inflação andar em linha com os objetivos estabelecidos pelo Governo e pelo Conselho Monetário Nacional. Reconheço que parte da dívida é indexada a essa taxa e que parte relativamente importante do crédito não sofre influência direta dessa taxa, mas, olhando por outro enfoque, há, sim, dois terços do mercado de crédito que são impactados pela Selic, e há também uma proporção em torno de dois terços da dívida que é indexada à inflação ou é dívida nominal, juro nominal, juro fixo.

Então, acredito que essa taxa continua sendo, sim, o principal instrumento. Obviamente, há essas particularidades no caso brasileiro que retiram eficiência da política. Vamos endereçar essa questão a outras perguntas – não sei se à sua pergunta –, para analisar a desindexação e o que pode ser feito no futuro ou ao longo do tempo para ajudar nesse processo de reduzir essa característica que torna a política menos

eficiente. Concordo. Não digo que será sem eficácia, mas menos eficiente.

Em relação à conta corrente, hoje nós temos – eu estava com esse dado aqui na minha frente – um déficit em conta corrente da ordem de US$47 bilhões, US$50 bilhões acumulados até julho e um investimento direto acumulado da ordem de US$72 bilhões – investimento direto estrangeiro da ordem de US$72 bilhões. Ou seja, há uma cobertura.

As projeções do Banco Central em relação ao déficit em conta corrente para o ano é da faixa de US$53 bilhões e o investimento estrangeiro, desacelerando, não nesse volume de US$72 bilhões, mas indo para algo em torno de US$60 bilhões. Então, nessa perspectiva temporal do ano, nós ainda visualizamos uma folga na capacidade de o País cobrir o seu déficit em conta corrente.

Uma pergunta relacionada ainda à parte econômica, economia interna, o senhor menciona essa desaceleração na economia, como fica emprego e inadimplência. Nós vimos a inadimplência subindo, alguns indicadores antecedentes até mostrando moderação para frente, o atraso entre 15 e 90 dias, que não é bem a inadimplência, a inadimplência é acima de 90 dias, nós vimos uma reversão nisso. O que mostrei aqui no gráfico é que a inadimplência subiu em linha com o ciclo, em linha com a desaceleração da economia, mas, comparada com outros ciclos de aperto lá atrás, está em níveis bastante manejáveis. Acho que o sistema tem demonstrado um nível de provisionamento que é para fazer frente à perda esperada, a inadimplência, que vem sendo adequada ao longo do tempo.

Então, nós vimos aí o restabelecimento das provisões do sistema bancário, que estão bem em linha com essa perspectiva de aumento, no curto prazo, da inadimplência, por outro lado, também bem capitalizado, como observamos. Não é nada fora do extraordinário. A economia brasileira vem se desacelerando, vem moderando, mas não há uma parada projetada daí para frente.

Da mesma forma o emprego. Nós vimos o emprego, o mercado de trabalho bastante dinâmico, apertado na margem, perdendo um pouco de dinamismo na criação de emprego, mas ainda o nível de desemprego nas suas mínimas... enfim, isso tem uma inércia; nós não antevemos, no mercado de trabalho, como V. Exª se referia, questões potenciais de perda.

Em relação ao regime de câmbio – foi uma pergunta também da Senadora Marta Suplicy –, o nosso regime de câmbio flutuante é um regime que tem servido bem ao País. Eu já disse aqui, em março, em junho, que o câmbio continuava flutuando, apreciando naquele momento, mas que nós não tínhamos ilusão com a parte dessa apreciação que dizia respeito a fatores extraordinários, fatores conjunturais de uma política amplamente expansionista nos países de economia madura, e que nós continuaríamos a nossa política de acumulação de reserva por um lado e, por outro lado, também adotando as medidas macroprudenciais para reduzir a velocidade desses fluxos, porque na reversão podia nos surpreender, enfim. Então nós fizemos isso. Da mesma forma agora, o que nós dissemos na semana passada, nós atuamos e estamos prontos a fazê-lo de novo, é fazer com que os mercados funcionem – os mercados de câmbio, e aí há vários segmentos – de maneira adequada. Ou seja, se identificarmos falta de liquidez como, por exemplo, o desaparecimento das linhas de financiamento ao comércio exterior no Brasil, nós temos instrumentos para, por um tempo, prover liquidez para esse mercado.

Se acontecer o que aconteceu na semana passada, quando faltou liquidez no mercado de derivativos, ou seja, muita gente querendo sair e poucos querendo ingressar no mercado, por questões internacionais conjunturais, assim como ocorreram em vários países do mundo, nós entramos naquele mercado específico para dar liquidez para fazê-lo funcionar. Então, nós não temos banda de câmbio. Seria uma loucura mexer com o nosso regime que funciona bem, que tem servido bem ao País neste momento, e colocar uma banda de câmbio que tanto custo já trouxe para o País no passado.

Em relação à questão do resultado do Banco Central...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A desvalorização. O que nós estamos olhando é a velocidade, a desfuncionalidade de algum mercado, que por razões que transcendem o ambiente internacional, por condições domésticas, há uma pressão sem fundamento, uma pressão que tem a ver com uma peculiaridade no mercado. Faltou liquidez, não existe provedor de recurso. Então, nós estaremos preparados para entrar naquele mercado e estabelecer o nível de funcionalidade.

Vou voltar à questão da inflação e taxa de câmbio. Acho que alguns perguntaram sobre repasse cambial. V. Exª me fez uma pergunta específica e eu retorno a esse assunto logo em seguida.

Com relação ao resultado do Banco Central das operações onde há necessidade de cobertura, apuração em caso de balanço é semestral; no caso de insuficiência, ou seja, resultado negativo por necessidade de cobertura, a cobertura se dá só no final do ano-calendário – são dez dias após o final do ano.

As transferências são no semestre. Se houver resultado positivo, a transferência se dá no semestre,

no mês subsequente ao resultado; no caso de insuficiência, o Tesouro cobre ao final do ano. Aí ele vai ver o resultado dos dois semestres juntos. Então, essa seria a questão.

Então, eu volto mais tarde à questão do repasse.

Queria agradecer, acho que já cobrimos as suas perguntas, Senador.

Então, indo para as perguntas do Senador Suplicy, quero agradecer também ao apoio, que não é de hoje, desde a sabatina a nossa administração no Banco Central. Também aos colegas lá no seminário em que fizeram referência ao trabalho do Banco Central. Tive oportunidade de ler o artigo do Prof. Delfim Netto hoje. Acompanho essa literatura sempre com muita atenção.

Em relação ao atual grupo de trabalho, acho que temos que ter uma agenda. Foram mencionadas aqui pelo Senador Armando Monteiro alguns casos. A questão de uma indexação ainda da dívida doméstica a taxa de juros Selic, as LFTs que têm cerca de 30% do mercado de dívidas, acho que já um esforço declarado do Ministério da Fazenda e do Tesouro. Converso também com o Ministro Guido, temos conversado sobre esse assunto para aproveitar o período a frente para ter essa indexação à Selic reduzida, como aludiu o Senador Francisco Dornelles, ela acaba retirando potência da política monetária, porque uma das formas de a política monetária atuar quando sobe os juros é reduzir o valor dos títulos em carteira nos bancos, nos fundos, reduzir a capacidade, ter um efeito riqueza negativo; quando baixam os juros, sobe o valor desses títulos. Um título indexado à taxa Selic não muda de valor. Então, esse canal de transmissão da política monetária não existe.

Diminuindo dentro das condições de mercado, porque esses títulos não estão aí por falta de vontade de ter uma melhor disposição, tem condições de mercado, as condições de mercado permitindo, acho que é uma ideia boa que já está sendo de certa forma perseguida e vamos continuar.

Em relação a esse grupo há outras questões, o próprio Senador Armando deu uma pista sobre a questão de uma dependência exagerada sobre o DI, que é a taxa de juros nas operações interfinanceiras entre bancos, guarda uma relação com a Selic onde uma grande quantidade de instrumentos que são transacionados no sistema financeiro são indexados a taxa do CDI, a taxa do DI, talvez uma outra taxa, como também foi mencionado aqui, a taxa libor brasileira, que já está divulgada – nós vamos passar a divulgar, já divulgamos a primeira – dói na faixa de 17%. Uma taxa de cliente preferencial no mercado, comparado com outras economias, essa taxa pode ajudar no referencial.

Uma outra questão, também, é a nossa divulgação dos calendários das reuniões do Copom com antecedência, como fizemos agora para as reuniões do ano que vem, já com seis meses à frente, o que ajuda a criar liquidez em torno daqueles – aí indo para um lado mais técnico – vértices onde há reuniões do Copom. Então, permita também alongar um pouco os prazos. Enfim, há uma série de... Eu não estou acompanhando os detalhes, mas há pessoas pensando nessas questões de mais longo prazo, como nós podemos fazer para avançar nessa questão.

A questão de metas de inflação e os agregados monetários. Temos o nosso requerimento legal de fornecer trimestralmente a programação monetária, coisa que fazemos, discutimos internamente na Diretoria do Banco Central a programação monetária trimestral, ou seja, cada trimestre mais o ano. Discutimos isso, levamos ao Conselho Monetário Nacional, discutimos no Conselho Monetário Nacional e submetemos ao Congresso Nacional. Por isso estamos tirando a ênfase também nessas apresentações aqui, porque já há regularmente essa previsão legal de fornecer a programação monetária para o Congresso Nacional, para o Senado Federal.

Agora, em relação ao que os países têm feito em relação a agregados monetários, acho que oferta de moeda depende da demanda por moeda para ter alguma aderência e como que a oferta de moeda vai afetar a demanda e, consequentemente, a economia e a inflação.

Nós vemos que a demanda por moeda é muito volátil, depende de uma série de circunstâncias que geram muita volatilidade da demanda e, consequentemente, o agregado monetário é uma ferramenta muito menos precisa do que os juros para ver como ela afetará a economia.

Então, eu diria que, na realidade, acho que já falei isso aqui em algum momento, que não foram os bancos centrais que abandonaram os agregados monetários, os agregados monetários abandonaram os bancos centrais, no sentido de perder essa precisão com as inovações financeiras. Enfim, nós continuamos cumprindo a nossa determinação legal, não trazemos esses dados aqui, nessa discussão.

Queria agradecer o artigo sobre as transferências. Vou ler com cuidado e depois lhe falo.

Bem, passando então para as questões do Senador Lindbergh Farias. Primeiro agradeço o apoio, que não é de hoje, à condução dos trabalhos no Banco Central. Já mencionei aqui na minha apresentação que o agravamento que nós vimos nas últimas semanas está em linha com o que nós víamos lá atrás, em 31 de agosto de 2011. Naturalmente, nós não temos uma

bola de cristal, temos uma capacidade de avaliação, temos, felizmente, um acesso a fóruns e discussão que não tínhamos no passado. Hoje, há discussões na Basileia, no FMI, no G-20, já com os principais banqueiros centrais, temos uma discussão no Comitê Econômico Consultivo, são os 12 principais banqueiros centrais, o Brasil está lá sentado, discutindo. Então, nós, obviamente, estamos bem posicionados para entendermos a dinâmica e vermos quais as dificuldades que estão sendo enfrentadas lá fora, dificuldade em política econômica para fazer frente aos desafios.

Então, isso, junto com algumas importantes modificações que houve durante agosto, por exemplo, o FED definir o adiamento por um ano da normalização. A revisão dramática que houve no crescimento, mostrei ali, isso foi em agosto. As perspectivas de crescimento pelos analistas de mercado para Estados Unidos e Europa. Enfim, isso tudo está na conta. A gente não tem bola de cristal é para prever um acidente de percurso, um evento diferente na linha do que foi lá atrás, em 2008.

Então, ocorrendo algo dessa natureza, a probabilidade sobe na medida em que as questões não são resolvidas. Apesar de que há medidas para conter esse tipo de... Vou voltar essa questão com as perguntas da Senadora Marta Suplicy, mas nós estávamos onde estamos hoje. Ou seja, a situação é séria. A economia mundial vai crescer muito menos do que se previa. As condições financeiras e monetárias vão continuar muito mais, por mais tempo acomodatícias e a probabilidade de um acidente de percurso eleva-se pela não resolução. Mas isso, certamente, estaria fora desse quadro que eu descrevi hoje e descrevemos lá atrás, em 31 de dezembro.

Em relação a como estilizar o que estávamos vendo ali, em 31 de dezembro, foi essa ideia de ¼ de impacto, mas era baseado na revisão das perspectivas de crescimento para as economias que houve lá. Nós saímos, nas principais economias, de um crescimento positivo para uma contração, uma virada de cinco pontos, e hoje estávamos fazendo uma revisão de um ponto, 1,25 até 1,50 nas perspectivas de crescimento no período à frente para esse país.

Então, estilizando o choque dessa forma... Não que o impacto no Brasil será exatamente naquele nível, mas obviamente vai entrar na nossa conta, e as nossas projeções de inflação para o ano que vem refletem isso, refletiram isso naquele momento, e nos indicaram a viabilidade de fazer um ajuste em linha com o nosso objetivo de inflação em 2012.

Só para responder a sua questão: se ocorrer um evento de crédito, aí seria um pouco diferente, teríamos que reavaliar os impactos.

Na pergunta sobre a questão fiscal, concordo com V. Exª sobre o ceticismo: acho que é infundado. Foi lá atrás nos 50 bilhões, continua sendo por um tempo. Acho que agora já há uma realização maior de que a meta fiscal 2011 está dada, e há sempre a discussão em relação ao ano vindouro.

Bom, em relação à alta do dólar e repasse – voltando àquela questão a que fiz referência –, trabalhamos com... Essas questões técnicas, elas sempre... Nós temos os modelos da economia, nós temos uma experiência nesse assunto já de doze anos, e o que vimos foi que o repasse das variações do câmbio para a inflação diminui ao longo do tempo. Com mais experiência com o câmbio flutuante, menor é esse repasse proporcional, porque o câmbio flutua para os dois lados e, então, é preciso esperar para ver onde se estabiliza, em torno de qual patamar, para só aí os agentes ajustarem seus preços – aí é o câmbio flutuante.

Quando é um câmbio previsto – desvalorizações de 6% ao ano –, o repasse é de 100% – já se sabe, há previsibilidade. Pela própria falta de previsibilidade do sistema de câmbio flutuante, o repasse é menor, o câmbio varia mais do que varia a inflação e, ao longo do tempo, cada vez menos. Então, hoje, nós diríamos que um repasse de curto prazo na faixa de 3%, de mais longo prazo, na faixa de 8. Se a gente ficar ali pelos 5% num período de doze meses, está de bom tamanho. Quer dizer, primeiro tem de estabilizar, ver onde ficou, fazer a conta e... Então, estamos falando de um repasse de algo em torno de 5% num período de doze meses depois de uma mudança de patamar para baixo ou para cima. É claro que isso é no mundo da modelagem, no mundo técnico. Se houver um *overshooting* da moeda...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – 10% de valorização cambial e 0,5% de inflação.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – É, exato. Mas, obviamente, a desvalorização sempre vem acompanhada de outras coisas, por exemplo, como foi referenciado aqui por V. Exª, com queda de preços de *commodities* – pode ser o que esteja por trás de uma apreciação do dólar ou uma depreciação das moedas em relação ao dólar. Então, tem de ver essa conta.

Só para lembrar o que aconteceu entre 2008 e 2009. A inflação em 2008 acabou em 5,90%; em 2009, acabou em 4,30%, ou seja, 160 pontos de redução na inflação. O câmbio saiu de 1,50 e foi a 2,40 – houve um *overshooting* no câmbio, uma valorização pesada. Jogou-se toda uma quantidade de estímulos fiscais, créditos, bancos públicos, para evitar o colapso do crédito no mercado doméstico. Abaixamos 500 pontos na taxa de juros e, mesmo assim, o resultado da inflação foi de 5,9 para 4,3. Quer dizer, não dá para modelar o

mundo baseado naquele ano, mas aquele ano foi um ano em que a desvalorização veio acompanhada de um colapso no preço das *commodities*, de uma redução brutal no nível de crescimento da economia global, inclusive da nossa. Então, tem que ver o pacote como um todo, não dá para sair com uma relação mecânica, porque, dependendo das circunstâncias, o resultado pode ser muito diferente do que os modelos, que não controlam todas as variáveis, sugerem.

IOF dos derivativos. Acho que tem sido bastante importante. Quer dizer, dentro do quadro, das medidas que foram tomadas pelo Banco Central, pelo Governo, para reduzir a vulnerabilidade do sistema financeiro da nossa economia neste momento, foi uma medida importante. Conteve-se a escalada de montagem de posições contra o dólar no mercado brasileiro, chegamos, neste momento de crise, de agravamento das condições financeiras internacionais, com uma posição muito menor. Claro que ela diminuiu depois, com a crise, mas já vinha... Pelo menos não aumentou. Poderia ter havido um aumento das posições nos últimos meses se a medida não tivesse sido tomada, chegando a uma posição muito mais alavancada neste momento, o que geraria uma pressão muito mais forte do que a que foi gerada recentemente e do que a que pode ser gerada daqui para frente. Então, é uma medida importante.

Temos orgulho do nosso mercado de derivativos. O mercado futuro do Brasil é bem desenvolvido, é reconhecido internacionalmente como um mercado importante. Mas o mercado está sempre preocupado com o seu bom funcionamento e, no nível individual, com a proteção do investidor, com as regras de transparência. Mas esses mercados, de tempos em tempos, podem ter repercussões sobre a macroeconomia. Nem o regulador do mercado, que olha pelo funcionamento do mercado, nem o próprio mercado, em si, vão introduzir considerações macroeconômicas, para tomar medidas, por exemplo, de menor alavancagem, eventualmente, quando assim for decidido.

Então, creio que essa medida é importante. É uma medida que dá capacidade para o Conselho Monetário Nacional, eventualmente, mudar os parâmetros do mercado, para refletir riscos macroeconômicos e riscos de estabilidade financeira para o sistema.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas, com a mudança no quadro, isso não perde um pouco o sentido? E, em relação a um tema de que o senhor já falou, faço uma pergunta bem concreta: a queda das *commodities*, até agora, já compensa o impacto da alta do câmbio no IPCA?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não vi os últimos números das *commodities*. Está por ali. Mas é preciso ver esse negócio, porque, realmente, uma hora, isso faz a diferença. Eu não lhe saberia dizer, mas está por ali. Estão seguindo em direções contrárias no sentido de se compensar. Com a mudança de cenário, mudam-se, eventualmente, parâmetros lá na frente. Acho que a pergunta de V. Exª foi relativa ao mérito da medida na mudança de quadro. Acho que a medida tem mérito e dá capacidade ao Conselho Monetário Nacional, por iniciativa do Banco Central, para, eventualmente, ajustar os parâmetros do mercado futuro às condições macroeconômicas, com a ideia de se reduzirem os riscos.

Acho que essas foram as questões levantadas pelo Senador Lindbergh Farias. Muito obrigado, de novo.

Ao Senador Armando Monteiro, agradeço as palavras de apoio ao Banco Central. O Senador tocou em dois pontos importantes: a redução da indexação da dívida pública à Selic e a menor dependência no futuro do mercado a indexar todos os ativos ao CDI. Acho que são medidas importantes. Certamente, nós, do Governo, temos olhado algumas dessas medidas, em conjunto com a indústria, a indústria de fundos, a indústria financeira, para vermos como podemos evoluir nessa questão.

Em relação à deterioração internacional, ressalto o papel do Fundo e do Banco Central Europeu. Acho que o Fundo tem um papel privilegiado do ponto de vista do monitoramento macroeconômico, com uma tecnologia bem conhecida na implantação de programas. Acho que eles têm de ter agora a mesma atitude que tiveram conosco lá atrás, e o Fundo está aí para isso. Não deve haver estigma das economias europeias, no sentido de recorrerem, sempre que necessário, a esse pilar, a essa instituição do arranjo internacional, que está bem posicionada para conduzir e monitorar programas.

O Banco Central Europeu tem feito um trabalho muito importante, o de dar liquidez, com suas ferramentas, a esses ativos nesse período. Mas a solução definitiva passa pelos Tesouros europeus, encaminhando essa questão do risco soberano.

Houve uma reunião importante em 20 e 21 de julho passado, em que a cúpula europeia decidiu ampliar o escopo do Fundo de Estabilização Europeu. Isso precisa ser votado e aprovado pelos Parlamentos. São 17 países da zona do euro que precisam definir isso. Parece que, nesta semana, o Parlamento Europeu vai decidir sobre essa medida. É muito importante que esse Fundo amplie sua capacidade de atuação, sua capacidade de adquirir dívida no mercado secundário, para complementar o trabalho que o Banco Central Europeu vem fazendo. Se os recursos são suficientes, enfim, isso os europeus melhor dirão e terão que reagir aos desafios que se colocam nessa crise de dívida soberana por que passa a Europa no momento.

Bem, acho que são essas as questões do Senador Armando Monteiro. Passo então aos questionamentos do Senador Cristovam Buarque. Mas queria agradecer o apoio, que não é de hoje, ao trabalho do Banco Central. A questão da inflação é uma preocupação que sempre esteve conosco e ainda está; o nosso objetivo é trazer essa inflação para a meta em 2012.

Senador, depois vou deixar com V. Exª a apresentação que fiz hoje aqui. Entre outras coisas, eu mostrei o seguinte: depois de um momento de elevada inflação que nós tivemos entre outubro do ano passado e abril deste ano, quando a inflação mensal média chegou à casa dos quase 80 pontos por mês, ou 77, ela tem reduzido nos últimos cinco meses. Nós tivemos uma inflação de 0,47 em maio; tivemos uma inflação de 0,15 em junho; de 0,16 em julho; de 0,37 em agosto, e a parcial, o IPCA-15, de 0,53 agora em setembro. Não sabemos qual vai ser o fechamento do mês, mas, se fosse esse fechamento de 0,53, nesses cinco meses, a inflação média mensal seria na faixa de 0,34%.

Essa inflação de cinco meses, quando a gente a anualiza, dá uma inflação de 4,11% ou 4,10%. Ou seja, ali em torno da meta, abaixo da meta de inflação. Então, o padrão de inflação já mudou.

Nós não conseguimos, com política monetária, desfazer a sazonalidade. Tivemos agora uma sazonalidade, uma entressafra de carne, a cana também pressionou, enfim. Mas isso é diferente dos choques pontuais lá atrás, com uma economia girando a 7,5. A economia girando agora na faixa de 3,5 ou 4, a capacidade de propagação é menor.

Há ainda efeitos remanescentes importantes das políticas que foram adotadas. Nós aumentamos 175 pontos da taxa Selic entre janeiro e julho. Reduzimos agora 50 e ainda dá um líquido de 125. Isso ainda está atuando na economia. Some-se a isso a crise internacional, que reduziu severamente as perspectivas de crescimento da economia mundial. Então, temos canais de comunicação de um mundo crescendo menos, o que nos diz que as *commodities* podem permanecer elevadas, algumas delas dependem de fatores climáticos e pode haver picos de *commodities.* Mas as *commodities* permanecem estáveis, não crescem como cresceram do segundo semestre de 2010 até março deste ano, quando cresceram 60% – o preço das *commodities.* Agora elas estão recuando e, ainda que nós não contemos com o recuo das *commodities*, que elas fiquem estáveis com viés de baixa; como a meta não é de preço, é de inflação, é difícil... se houver desvalorização, como estava falando, respondendo a pergunta do Senador Lindbergh, as coisas se compensam. Então, essa pressão nós não teremos.

Nós temos uma economia que cresce menos do que crescia em 2010, temos efeitos da política que foi adotada entre janeiro e julho, que ainda vão repercutir sobre a economia, e temos um quadro de *commodities* mais benigno para a inflação e um quadro da economia mundial menos inflacionário – até o Copom entende que é desinflacionário – no período relevante, daqui até o final de 2012. Então, nós estamos trabalhando, e a inflação tem apresentado sinais de muito maior controle. Nós comunicamos também que o pico da inflação acumulada em 12 meses é agora, em setembro, neste terceiro trimestre. E a partir do quarto trimestre, nós vamos ter uma redução da inflação até abril, maio, já; inclusive o mercado espera isso. Nós esperamos dois pontos e o mercado espera um ponto e meio, um ponto e sessenta, de redução na inflação. Então, nós vamos ver a inflação, esta que está em 7,20, em 7,30, caindo entre outubro e abril, maio, de forma significativa. E a inflação mensal, como ele fez essa conta, nos últimos cinco meses, já está rodando em níveis anualizados compatíveis com a meta de inflação.

Estamos de olho na inflação, sim. A inflação vai recuar nos 12 meses a partir de outubro. A inflação mensal já mostra sinais de compatibilidade com a meta; afora choques e sazonalidades, estamos em uma boa trajetória para o controle da inflação. Naturalmente, o Banco Central tem suas reuniões, de seis em seis semanas, também, para atuar nessa área no futuro, mas o quadro agora é mais favorável do que há alguns meses para a inflação prospectiva.

Inflação dos pobres. De fato, a inflação de alimentos tem sido reconhecida. Não só no Brasil, mas no mundo inteiro, a inflação de alimentos tem tomado a renda. Em alguns países, inclusive, pesa muito mais, como na Índia, China, o preço dos alimentos, e em outros países em desenvolvimento. No nosso, pesa também de forma significativa.

A inflação das camadas de renda menos favorecidas está na faixa acumulada de 7 ou 7,3. Em linha, V. Exª mencionou que ela alcançou, recentemente... Enquanto a inflação do IPCA, em julho, foi de 0,16% positivo, a inflação do IPC-C1, que é de até três salários mínimos, foi de menos 0,25, ou seja, houve uma deflação. Em agosto, a inflação do IPCA foi de 0,37, a inflação desse IPC-C1 foi de 0,33. Então, na margem, ela vem sendo ainda menor do que a inflação mais ampla, a inflação oficial, que é a inflação do IPCA. Mas certamente é algo que... Estamos de olho na inflação, enfim. Acho que o Brasil tem uma preocupação grande com a inflação, e nós vemos isso estampado nos jornais, em todo momento em que a inflação sobe um pouco mais.

Passo às questões da Senadora Marta Suplicy, iniciando com um agradecimento sobre o apoio às políticas do Banco Central. Também não é de hoje. Enfim, em momentos mais difíceis, houve esse depoimento, aqui nesta Comissão, de apoio à política adotada pelo Banco Central.

Em relação às perdas eventuais. Sempre, desde o primeiro dia da administração – acho que já não era diferente no passado –, o Banco Central alerta para o fato do câmbio flutuante. Ele flutua, portanto, para os dois lados, e pode, em determinados momentos de maior estresse, ter flutuações mais abruptas.

Está havendo um movimento internacional – não vou discorrer sobre isso, já falamos, discutimos bastante – de fortalecimento do dólar mais recentemente. No Brasil, houve um ajuste forte, na semana passada, na semana anterior, e nós, o Banco Central já anunciou, inclusive, entrou no mercado de derivativos, ajudou também no processo de normalização das condições, e nós vamos atuar sempre que percebermos que o mercado precisa para atuar, para operar de forma adequada, ou seja, com níveis de liquidez razoáveis. Então, estamos nesse processo.

Não é questão de banda, já mencionei isso. Seria um erro, na minha opinião, mudar um regime de câmbio que tem funcionado bem – claro que, operando nesse regime, primeiro, evitando movimentos bruscos de apreciação da moeda, para os dois lados, que causem problemas para o funcionamento e, eventualmente, para as instituições que ali operam e para o lado real, que é mais importante nesse caso.

Câmbio flutuante. Muitos ganharam, muitos perderam nesse processo, quero crer que muito menos do que em outros episódios, pelos alertas e pela experiência recente, por exemplo, de 2008, quando houve grandes perdas, sob, digamos, a estratégia que estava aí na cabeça de muitos, de que a direção era uma só, de o real cada vez ficar mais forte. Então, houve aí apostas alavancadas de que, se o cenário mudasse repentinamente, haveria perdas grandes, e isso aconteceu. Não estamos vendo nada disso, a não ser o fato de que, no câmbio flutuante, quem comprometeu a sua renda com o dólar, além do que seria prudente, pode ter alguma perda. Enfim, empresas... Mas nós estamos atuando de um ponto de vista mais amplo para fazer com que os mercados funcionem de forma adequada.

Em relação a um eventual, que chamei aqui de evento de crédito, um banco, lá fora, enfim... Não está no nosso radar hoje, não temos bola de cristal para antecipar uma coisa desse tipo. Obviamente, as políticas que estão sendo adotadas são para conter isso. O próprio Banco Central europeu, as autoridades europeias têm trabalhado nessa modificação do fundo de estabilidade para dar mais poderes a esse fundo e atuar de forma a assegurar a estabilidade financeira, mas, de novo, quanto mais tempo esse processo toma, maior a probabilidade que alguma coisa ocorra.

Em relação ao sistema, nós temos uma presença no Brasil de bancos estrangeiros, que são sujeitos à nossa regulação, que é uma regulação forte, à nossa supervisão, que é uma supervisão intensa, e a forma como nós fizemos, acho que é uma forma inteligente que adotamos no Banco Central do Brasil, outros países também a adotam, não são muitos, mas nós obrigamos a constituição de subsidiárias integrais no País, S*tand Alone Subsidiary.* Quer dizer, não são braços do Banco, são bancos constituídos sob a nossa legislação, a nossa regulação, que estão sujeitos a requerimentos de capital no Brasil, estão sujeitos a requerimentos de liquidez no Brasil. Tivemos uma discussão intensa em Basileia 3 porque havia aquela ideia do passaporte europeu, ou seja, entrou num país pode expandir em filiais, mas a liquidez ficaria concentrada na matriz, o capital na matriz. Nós sempre nos opusemos a esse modelo porque achamos que nos deveríamos acordar os parâmetros internacionalmente, mas que os parâmetros deveriam ser aplicados sob nossa jurisdição, porque, afinal de contas, a nossa prestação de contas é aqui com o Congresso Nacional, enfim, não existe um prestador de última instância, um regulador de última instância que pudesse vir aqui explicar porque que os bancos A, B, C quebraram. Teremos de ser nós perante o nosso Congresso e as nossas instituições.

Então, o fato de serem subsidiárias integrais localizadas no País da um conforto de menor, digamos, contágio ao que ocorre nas matrizes, ao que ocorre em outras jurisdições.

Bom, não sei se o *quantitative easing* 3 está descartado. Acho que houve aí uma decisão recente de não ampliar o balanço, mas de mudar a composição dele, alongar o prazo do balanço do banco central norte-americano, vamos ver quais serão os impactos. V. Exª menciona o pacote fiscal, há a preocupação de ele não ser, no curto prazo, muito contracionista, que leve, como vimos aqui, para uma recessão no primeiro trimestre de 2012. Então, movimentos estão sendo feitos lá para tentar dar um caráter menos contracionista no curto prazo. Nos médios e longos prazos há o problema da dívida. Acho que todos esses países estão querendo passar uma estrutura, uma perspectiva de médios e longos prazos de sustentabilidade e redução do peso das dívidas de suas economias. Agora, no curto prazo tem o problema de incentivar. É aquele ciclo vicioso que eu mencionei aqui: dívida elevada em relação ao PIB, aumentando o risco soberano e, consequentemente, o risco financeiro, reduzindo a perspectiva de

crescimento e batendo de novo na relação dívida/PIB. Então, no curto prazo tem de ter algum espaço ali para estimular mais as economias maduras.

Bom, no futuro, vamos ver se isso vai desembocar a maior inflação mundial pelas políticas adotadas ou se, digamos, o peso da economia, a economia puxando para baixo, será mais inflacionária no futuro. Obviamente que a quantidade de liquidez está sendo injetada é sem precedente, e vai continuar sendo assim nos próximos meses, trimestres, possivelmente anos. Então, temos que ver, não saberia concluir.

Creio que esgotamos essa rodada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não serei repetitiva, por que serei breve, mas não poderia, Presidente Delcídio, estando no início da reunião, deixar de falar nesse momento que eu considero muito importante para o Brasil, afinal de contas tudo indica que as bases da política da macroeconomia brasileira estão sendo modificadas, e considero que para um lado extremamente positivo.

Fiz questão de falar, Presidente Tombini, primeiro para cumprimentar o Banco Central. Sei do compromisso que o Banco Central tem com a estabilidade econômica do Brasil, que é uma das premissas para que a gente possa continuar evoluindo, desenvolvendo.

Eu prestei muita atenção na explanação de V. Sª, Presidente Tombini, entretanto, acho que faltou uma lâmina. Quando aborda o cenário internacional, os senhores colocam lâminas que falam da dívida pública – exatamente isso que o senhor concluiu na sua última intervenção –, dívida pública bruta, ou seja, a questão dos países como Japão, Reino Unido, França, Alemanha, mas, na parte do cenário nacional, não há uma lâmina idêntica a essa. Eu acho que seria interessante para que nós pudéssemos ver qual a relação dívida-PIB do Brasil e quantos são os gastos relativos aos juros.

Assim, eu peguei alguns dados que mostram, por exemplo: Portugal tem uma dívida, segundo o Banco Central, agora em 2011, equivalente a 106% do seu PIB; Japão, 233% do PIB; Estados Unidos, 100% do PIB. A dívida bruta do Brasil deve estar em quanto? Em torno de 56% do PIB.

Agora, os Estados Unidos gastam com juros, Presidente Delcídio, 1,46 do seu PIB; o Japão, 1,43; Portugal, 3,04; o Brasil gasta 5,1, só menos do que a Grécia, que gasta 5,4 aproximadamente, 5,5. Ou seja, é esse cenário que nós estamos modificando, que o Banco Central iniciou a mudança.

Então, eu quero cumprimentar todos as senhoras e os senhores e, ao lado disso, óbvio, que aqui na outra lâmina coloca o Brasil muito parecido com o quadro de cima e não com o quadro dos Brics. É por isso que, enquanto a Índia cresce 7,8%, China, 9%, nós estamos com 3,8%, mas esse cenário, em breve, vamos ver mudar, e mudar dentro de um sistema e de um clima de segurança e estabilidade econômica.

Li, no dia de ontem, publicado nos jornais, um artigo do economista Amir Khair. Eu quero fazer de todo o seu artigo minhas palavras, porque considero um artigo muito bom e que consegue resumir tudo aquilo que nós pensamos, ou seja, ele fala que o governo caminha a passos decisivos para romper as amarras da política financista dentro de um clima de segurança e estabilidade.

Então, cumprimento o Sr. Presidente Tombini, cumprimento o senhor, a direção do Banco Central, pela lucidez das decisões corretas, corajosas, que vêm sendo adotadas nos últimos tempos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Tombini.

Mais alguma observação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Só agradecer a oportunidade mais uma vez e dizer que o Banco Central e o Presidente do Banco Central estão sempre à disposição do Senado, enfim da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA 48ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DA 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Blairo Maggi, Vice– Presidente da Comissão de Infraestrutura e do Senador Delcídio do Amaral**,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se conjuntamente a Comissão de

Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Aloysio Nunes Ferreira, Angela Portela, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Inácio Arruda, João Ribeiro, Lobão Filho, Mozarildo Cavalcanti, Reditário Cassol, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro e Wellington Dias.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente submete à apreciação do Plenário a participação do Sr. Helder Queiroz Pinto, representando o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que á aprovada. O Presidente convida os Senhores palestrantes a tomarem assento à mesa: Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); o Sr. Helder Queiroz Pinto, representando, então, o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); o Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape); o Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); e o Sr. Edmundo Alfredo da Silva, representando o Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget). O Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 50 de 2011-CI e nº 61, de 2011-CAE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, para debater o "Plano Decenal de Energia 2011-2020". O Presidente comunica a presença do Deputado Zeca Viana (PT/PR), Mário Daher, Gerente Executivo da Operador. Nacional do Sistema Elétrico – NOS e Darico Pedro Live, Diretor de Planejamento e Programação da Operação, da Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS. A seguir, o Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral, Valter Pinheiro, Lobão Filho, Pedro Simon e Cristovam Buarque. O Presidente com a aquiescência do plenário, concede a palavra ao Senhor Darico Pedro Livi, Diretor de Planejamento e Programação da Operação da Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, onde justifica a ausência do Senhor Hermes Chipp, Diretor Geral da Operador Nacional do Sistema Elétrico. Os convidados respondem às perguntas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Delcídio do Amaral. –** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Blairo Maggi. –** Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Declaro aberta a 43ª reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 48ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Cumprindo as normas regimentais, submeto à deliberação dos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura o nome do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), representado aqui pelo Sr. Helder Queiroz Pinto, para participar desta audiência pública, já que seu nome não constava no Requerimento nº 50, de 2011, da Comissão de Infraestrutura.

Os nobres colegas Senadores que concordam com essa inclusão permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à pauta da nossa reunião, conforme previamente divulgada.

Convido, então, para compor a Mesa os nossos convidados para esta audiência pública, que se destina a discutir o Plano Decenal de Energia Elétrica 2011/2020.

Convido, então, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); o Sr. Helder Queiroz Pinto, representando, então, o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); o Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape); o Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); e o Sr. Edmundo Alfredo da Silva, representando o Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget).

Informo aos palestrantes que vão expor aqui seus comentários e suas ideias que cada um tem dez minutos para fazer sua apresentação, uma vez que temos seis pessoas que vão se apresentar aqui e ainda os Senadores que farão as suas perguntas. Assim, para

não ficarmos até muito tarde, vamos conceder dez minutos para cada um.

Convido, para iniciar a nossa audiência pública, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Com a palavra, por favor, por dez minutos.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Cumprimento o Senador Presidente da Comissão, cumprimento todos os participantes deste evento; em nome do Ministério de Minas e Energia, registro a satisfação pelo convite de vir participar do Plano Decenal de Expansão 2011/2020, instrumento muito importante das atividades de planejamento do Ministério de Minas e Energia, com alguns estudos que a EPE desenvolve para a expansão do nosso setor energético.

Eu trouxe aqui uma apresentação com algumas transparências, mas eu vou usar apenas algumas delas, tendo em conta o tempo que foi destinado, e vou focar no item que diz respeito mais ao Ministério de Minas e Energia, que é a questão da formulação das políticas que são orientadoras para o trabalho do Plano Decenal. Essas políticas orientadoras são relacionadas com a questão da hidreletricidade, as hidrelétricas da Amazônia, a questão da nuclear, a questão das fontes renováveis, em suma, quais são os caminhos que o País vai utilizar para ampliar a oferta de energia e atender às demandas previstas nos próximos dez anos.

Então, vou me focar nesse item e os demais, certamente, vão detalhar mais alguns aspectos do Plano Decenal.

Pode passar à seguinte.

Pode passar.

Mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Walter, nós vamos providenciar as cópias e também é possível, se o senhor desejar, mandar depois eletronicamente, para que cada um tenha sua cópia.

Em cinco minutos vai estar na sua mão, Senador.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Essa primeira lâmina faz uma comparação entre a matriz de energia, com todos os energéticos, todas as fontes primárias, do Brasil e o mundo, onde gostaríamos de destacar alguns aspectos relevantes, em particular a forte presença de fontes renováveis e a presença, relativamente reduzida no Brasil, dos chamados combustíveis fósseis, que são os emissores de gás de efeito estufa.

Quando olhamos o mundo em 2010, a gente vê que o mundo usa, fundamentalmente, os combustíveis fósseis para atender às suas energias: o petróleo, 32%; carvão, 28% e gás natural, 21%. Ou seja, 81% da energia do mundo vêm dos combustíveis fósseis.

Quando olhamos a parte brasileira, esse índice de combustíveis fósseis se situa na faixa de 53%. O Brasil usa bastante petróleo, como toda sociedade, pois o petróleo é um combustível muito importante, usamos pouco carvão mineral, assim como o gás natural, e temos uma predominância das nossas fontes chamadas renováveis. Aparecem ali a hidreletricidade e outras e aparece uma fonte ali, no final, dos derivados energéticos da cana-de-açúcar, que é o álcool e a biomassa, que é queimada, produzindo calor e energia elétrica em cogeração, que o mundo praticamente não usa, é uma fonte quase que exclusivamente brasileira.

Então, quando olhamos as parcelas de energias renováveis, o Brasil apresenta um índice de 45%, enquanto o mundo usa apenas 13%. Então, a matriz energética brasileira se caracteriza por uma matriz com grande predominância de fontes renováveis, competitivas, com baixa emissão de gases de efeito estufa, tecnologia nacional, em que o Brasil tem um grande potencial – estou me referindo basicamente à hidreletricidade, à questão da biomassa do bagaço de cana e à eólica. E temos também uma utilização relativamente baixa, mais de 50%, mas baixa quando se compara com o mundo, do uso de combustíveis fósseis.

Bom, como vamos atender aos mercados futuros nos próximos dez anos? O Brasil tem um grande desafio no setor energético, que é expandir a sua oferta de energia com taxas de 5% ao ano, aproximadamente. Isso significa, mais ou menos, dobrar o nosso sistema energético em doze anos. Portanto, nesse horizonte de até 2020, nós vamos ter que ampliar em torno de 70% a nossa oferta de energia.

Pode passar a seguinte.

Nessa transparência aqui, nós mostramos ao setor energético como um todo – depois eu vou mostrar o setor elétrico em particular –, como deve se comportar essa matriz energética ao longo dos próximos dez anos. E aqui estão refletidas as políticas energéticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia para os diferentes segmentos. As prioridades ficam claramente estabelecidas nisso aí e a implantação desse programa se faz através dos leilões.

Nós observamos que, nesse horizonte de 2010 até 2020, nós continuamos tendo uma participação elevada das fontes renováveis. Aparece o Brasil ali, em 2010, com 45%, evoluindo para 48%, portanto com uma pequena elevação, muito pequena, de tendência de aumento das fontes renováveis. Enquanto o mundo tem apenas 13%, nós estamos nos aproximando de 50%.

Em combustíveis fósseis, o Brasil continua na linha de ter uma redução. Veja que o número passa de 53% para 51%, enquanto o mundo utiliza 81%. E essa evolução, em termos de participação, mostra as polí-

ticas energéticas. Nós vemos, no primeiro item ali, de petróleo e derivados, uma redução significativa, nesses dez anos, da participação do petróleo. Quer dizer, de 37,8%, passamos para 30,4% nesse Plano Decenal. Isso porque o Brasil está adotando uma série de políticas em que se tenta afastar ou reduzir a importância do petróleo, que é um combustível muito nobre, como o programa do etanol, a redução do uso do petróleo e derivados para gerar energia elétrica e outras medidas que levam o Brasil a reduzir a sua dependência.

Os derivados da cana. É um programa que é um sucesso no Brasil, que continua crescendo, evoluindo de 17% para 21%. Portanto, a política energética é no sentido de continuar utilizando os derivados da cana, o etanol e o bagaço, para produção de energia, até porque a oferta desse bagaço aparece em função de sinais econômicos do etanol e do açúcar que não é só do mercado nacional, mas também do mercado internacional.

Uma redução da hidreletricidade. A hidreletricidade abre espaço para outras fontes de energia elétrica, como a eólica, como a biomassa, e a diversificação da matriz energética, que vamos ver logo em seguida. Então, há uma pequena redução da hidreletricidade. Quanto ao gás natural, dada a oferta de gás que existe no Brasil, há uma pequena elevação. O Brasil ainda usa muito pouco gás natural na nossa matriz energética.

O carvão vegetal reduz, o carvão mineral também tem uma pequena evolução, em função do crescimento da geração de energia elétrica do carvão mineral. No caso da geração térmica, o carvão mineral dobra no Plano Decenal. Depois, vou particularizar esse item. Outras renováveis aparecem ali, com 44% ou 45%, onde estão a eólica e a nuclear, que mantém sua participação com a usina de Angra III.

Pode passar para a seguinte, por favor.

Agora, vamos particularizar a questão da energia elétrica.

No caso da energia elétrica, o Brasil apresenta uma condição mais favorável do que a média mundial. Vemos ali que o mundo utiliza apenas 18% de energias renováveis para produzir energia elétrica, enquanto que o Brasil tem um índice de 86%. E o mundo usa 68% de combustíveis fósseis para produzir energia elétrica, onde se destaca o carvão, enquanto que o Brasil utiliza apenas 10% de combustíveis fósseis. Portanto, a nossa matriz de energia elétrica, que está contida na matriz anterior de energia, apresenta uma situação mais favorável no que diz respeito à utilização de fontes renováveis com baixa emissão de gases de efeito estufa e à questão do uso de combustíveis fósseis, com predominância da hidrelétrica, um papel importante de derivados de cana, petróleo, reduzindo o petróleo para energia elétrica, que usamos muito pouco, pouco gás natural e muito pouco carvão em relação ao montante total.

A transparência seguinte mostra como vai evoluir essa matriz.

Pode passar para a próxima transparência.

Não, desculpe-me, aqui está mostrando um índice que é muito importante, que é considerado, que é a questão da economicidade das usinas, das fontes energéticas para produzir energia elétrica. A hidreletricidade, a eólica e a biomassa são aquelas que apresentam os menores custos da energia produzida, seguidos do carvão mineral, nuclear, e assim por diante.

A seguinte apresenta aqui os índices de emissão de gases de efeito estufa, de CO_2 e equivalente, por fonte, por unidade de energia produzida, quilowatt/hora, onde vemos que a nuclear é a mais vantajosa, a hidreletricidade, a biomassa e a eólica, que são o programa brasileiro, fundamentalmente, e os combustíveis fósseis, com índice de emissões mais acentuadas.

Mais uma transparência, por favor.

Eu gostaria de apresentar esta e mais outra, se me der mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O senhor fique à vontade, porque aqui, depois que marca o tempo, a campainha toca automaticamente. *(Risos.)*

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não sou eu que estou apertando.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Está bem. Eu destacaria aqui como essa matriz de energia elétrica vai evoluir nesses dez anos.

Isso aqui reflete as políticas energéticas estabelecidas para a expansão do nosso sistema elétrico. A gente observa que a hidreletricidade tem uma redução, passa de 80% para 73%, mostrando essa política de diversificação. Quer dizer, o Brasil não quer só construir hidrelétrica, mas quer abrir espaço para outras fontes, em particular as fontes de biomassa, eólica e algumas fontes térmicas. O gás natural tem uma pequena redução, mantendo-se em valores próximos. A biomassa aparece ali evoluindo de 5% para 10% de participação. Isso reflete, digamos, a prioridade que se está dando ao nosso programa de derivados energéticos da cana-de-açúcar, em particular a utilização do bagaço, de que agora vamos utilizar as palhas e folhas, permitindo que... E com o avanço tecnológico, estamos tendo um aumento de produtividade e a biomassa está tendo destaque. A nuclear, com a usina de Angra III, em construção, mantém a sua participação.

Redução importante do petróleo com o programa de interligação dos sistemas isolados da região Norte.

O Brasil praticamente vai reduzir significativamente o uso de derivados de petróleo para energia elétrica. Aparece o gás natural, o carvão, que tem uma pequena elevação, de 1,3% para 2,3%, e, finalmente, a eólica, que apresenta uma elevação de dez vezes, de 0,4% para 4,3% de participação. A fonte eólica se tornou uma fonte autossustentável. É a segunda fonte em competitividade. O mercado tem respondido satisfatoriamente aos leilões, o Brasil tem um grande potencial e pode tirar uma grande vantagem disso aí.

Também se reproduz aqui a vantagem brasileira de fontes renováveis, uma pequena elevação das fontes renováveis nesses dez anos, no Brasil, e também uma pequena redução do uso dos combustíveis fósseis para a energia elétrica.

Eu apresentarei a última transparência agora.

Por favor, pode fazer...

Essa aqui ficou meio fora do formato.

Isso aqui é o programa de expansão dos próximos dez anos. São 70 mil megawatts que o Brasil vai instalar. Desses 70 mil megawatts dos próximos dez anos... Vejam que são 70 mil em cima de 112 mil que temos atualmente. Desses 70 mil, 50% estão baseados em hidreletricidade, com destaque para as grandes usinas da região Norte, Jirau e Santo Antônio já em construção, Belo Monte em início de construção e, depois, as usinas do Tapajós, que é a última fronteira da hidreletricidade no Brasil. A eólica e a biomassa, apresentando cerca de 30%, as duas somadas, o que dá 81%.

Então, a expansão do sistema elétrico brasileiro nos próximos dez anos está baseado nas três fontes – hidrelétrica, eólica e biomassa –, 81%, fontes competitivas, que o Brasil tem em abundância, com baixa emissão de gases de efeito estufa e de tecnologia nacional.

Os 19% adicionais são complementados com o programa de carvão, o de petróleo pouca coisa, de leilões que foram realizados em 2008, a nuclear de Angra III, que tem um papel complementar. Mas a prioridade da política energética é em busca das fontes competitivas renováveis, a que me referi, que são baseadas na hidreletricidade, na eólica e na biomassa.

Bom, eu poderia fazer aqui uns comentários sobre a questão do uso da geração térmica. O programa decenal tem uma expansão de geração térmica significativo, particularmente nos primeiros cinco anos. Para se dar uma ideia, o carvão mineral praticamente dobra a sua participação, de usinas já decididas. Uma usina, a de Candiota III, que entrou em operação neste ano de 2011, que é o primeiro ano do Plano, e as usinas de carvão importado, no Ceará, que complementam aí um valor significativo. Tem também o programa térmico a derivados de petróleo, que foi resultado de leilões anteriores, de 2008, por uma circunstância conjuntural da época.

Num horizonte que o planejador pode atuar onde as políticas energéticas são implementadas, os cinco últimos anos do Plano Decenal, não estão previstas gerações térmicas a derivados de petróleo nem a carvão mineral. Há uma exceção para o gás natural por uma particularidade, em que não vou me deter aqui por uma questão de tempo, o que resulta de nós adotarmos a legislação brasileira de mudanças climáticas. Quer dizer, o Brasil tem uma lei, aprovada nesta Casa, que sinaliza claramente as prioridades no que diz respeito ao setor energético, em particular o setor elétrico, quanto às emissões de gás de efeito estufa e sinaliza que a prioridade tem que ser estabelecida em cima da hidrelétrica, da eólica e da biomassa e das fontes renováveis.

Então, seguindo essa legislação, o Ministério de Minas e Energia tem priorizado essas fontes renováveis e não tem, nesse horizonte de cinco anos, a previsão de instalação de usinas térmicas a carvão mineral e gás de efeito estufa. É importante destacar que, em função dessa legislação, o Brasil assumiu metas voluntárias e compromissos internacionais em fóruns como Copenhague, onde, dentro desses compromissos, além do desmatamento na Amazônia, que será firmemente combatido, o setor energético vai contribuir com metas estabelecidas no Plano Decenal de tal maneira que o Brasil seja um agente importante na participação desse esforço internacional de combate às mudanças climáticas.

Peço desculpas porque passei do meu tempo, mas achei que seria necessário trazer essas reflexões sobre política energética do Ministério e a sua internalização no Plano Decenal.

Obrigado pelo tempo adicional e pela atenção que me foram dados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Altino. É uma pena que tenhamos tão pouco tempo, porque o tema é muito importante, mas, depois, os Senadores, os colegas, com certeza, farão alguns questionamentos, e o senhor poderá, na resposta, ocupar o seu tempo.

Eu quero aqui registrar a presença do Sr. Mario Daher, Gerente Executivo do Operador Nacional do Sistema Elétrico; do Sr. Darico Pedro Livi, Diretor de Planejamento do ONS; e também a presença do Deputado Estadual de Mato Grosso, nosso amigo e companheiro Zeca Viana, que está fazendo uma visita à nossa Comissão. Seja bem-vindo aqui, Zeca!

Quero, de imediato, passar a palavra ao Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da EPE. O senhor também

tem, inicialmente, dez minutos e, se precisar de um pouco mais, não há problema, pois o tema é importante.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador. Realmente, é um grande desafio. O Plano é muito extenso, e a apresentação do Plano dura 40 minutos. É claro que não tenho esse tempo. Então, eu vou aqui apresentar alguns aspectos e, eventualmente, nas perguntas, esclarecemos os detalhes do Plano.

Próxima, por favor.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar. Não vai dar tempo.

Pode passar. Porque, infelizmente, com o tempo que tem, vamos ter que...

Pode passar.

Próxima.

Começamos aqui dando uma visão. Estamos trabalhando só com a taxa do crescimento do Brasil de 5% ao ano. No que diz respeito à hidrelétrica, a expansão já contratada é o amarelo, significa 24 mil megawatts. Estão incluídos aí Belo Monte, as usinas do Madeira, Estreito, Teles Pires e outras. Em azul, são aquelas que ainda vamos contratar nos leilões que vão ocorrer, significam 8.570 megawatts.

Próxima.

Essas são as usinas hidrelétricas que vamos botar em leilão.

Próxima.

Próxima.

No que diz respeito à expansão das fontes alternativas, nós já contratamos 9.600 megawatts – é o amarelo –, que vão entrar até 2014, e o azul é o que será contratado nos leilões que ainda vão ocorrer a partir deste ano ainda e do ano que vem, que significam 9.200 megawatts.

Próxima.

No que diz respeito à termelétrica fóssil, o que já foi contratado são mais ou menos 11 mil megawatts. Está incluído aí o último leilão, que contratou duas térmicas a gás: uma, no Rio de Janeiro, e outra, no Maranhão. Não estão previstas novas térmicas, a não ser que as usinas hidrelétricas que estão planejadas não obtenham a licença prévia. Então, nesse caso, seriam complementadas com térmicas.

Próxima.

Então, nós vamos sair de um sistema de 109 mil megawatts de capacidade para 171 mil megawatts. Em 10 anos, são 61 mil megawatts. Ainda continuaremos um sistema predominantemente hidrelétrico, mas com aumento da participação das outras fontes.

Próxima.

Então, nós vemos que as renováveis, que hoje representam 83% da capacidade instalada do sistema elétrico, em 2020 continuarão sendo 83%, mas com uma redução da hídrica de 75% para 67% e com um aumento das fontes ditas alternativas, que dobram a participação, passando de 8% para 16%.

Próxima.

Esses 61 mil megawatts são um grande desafio, mas estamos muito tranquilos, porque 75% da capacidade de que o Brasil precisa para os próximos 10 anos já foram contratadas. Isso é uma situação ímpar. Nunca antes tivemos uma situação de ter 46 mil megawatts contratados.

Próxima.

Eu vou pular a transmissão.

Próxima, por favor.

Eu vou ter que pular. Sinto muito, mas realmente não vai haver tempo.

Próxima.

Eu queria falar um pouquinho de petróleo e gás. O Brasil vai ter uma transformação muito grande. Nós hoje produzimos 2,3 milhões de barris por dia. Nós vamos triplicar essa produção. Aí é a produção Petrobras mais as outras empresas.

Próxima.

Aqui é interessante: o Brasil vai se tornar um grande exportador de petróleo. Nós deveremos estar exportando algo de 3 milhões de barris/dia em 10 anos, o que é uma situação excepcional.

Próxima.

Na área de gás, também tem uma alteração importante. Nós saímos de 109 milhões de metros cúbicos/dia para 193 milhões de metros cúbicos. Aí estão incluídos o gasbol – estamos supondo que vai ser renovado o contrato com a Bolívia – e duas estações de GNL. Ainda não está incluído ainda o GNL da Bahia.

Próxima.

A curva preta é de oferta; as outras são a demanda; e a pontilhada é a demanda com despacho esperado das termelétricas. Então, nós vemos que, considerando o despacho esperado das termelétricas, existe uma sobra de gás. Se nós formos considerar que o gás tem que ser reservado para as térmicas funcionarem 100% do tempo, essa sobreoferta diminui.

Próxima.

Próxima.

Em termos de refinaria, está planejada uma refinaria premium no Maranhão, que estava prevista para 2015/2017. Houve um primeiro deslocamento para 2016/2019. Há uma no Ceará; a RPCC, no Rio Grande do Norte; a Rnest, em Pernambuco, e o Comperj.

Próxima.

Elas vão permitir aumentar a capacidade de tratamento. O que é isso? Vamos poder produzir combustíveis de melhor qualidade, menor nível de enxofre, menor nível de emissões. Então, aumenta o tratamento e aumenta também a conversão, que é o aumento da produção de médios e leves.

Próxima.

Então, a partir de 2014, o Brasil deixa de ser um importador líquido de derivados e passa a ser um exportador líquido de derivados de petróleo.

Próxima.

Aqui é o diesel especificamente.

Próxima.

Etanol. Devemos dobrar a nossa frota. Nós temos hoje quase 30 milhões de veículos e vamos para 50. Minha nova projeção já deve dar 53 milhões de veículos. Hoje mais de 90% da venda de carros novos são de carros flex. Então, a participação de carros flex na frota de veículos deve sair de 49% para 78%. E o consumidor de grande parte dos veículos flex prefere usar etanol e não gasolina.

Próxima.

Dado a isso, devemos aumentar a produção de etanol de 28 para 73 bilhões de litros em 10 anos, a maior parte voltada para o mercado interno.

Próxima.

Aumenta também a produção de bagaço, é claro. Aumentando a produção de cana, aumenta o potencial de cogeração.

Próxima.

Então, aqui, consolidação dos resultados, nós estamos falando de investimentos da ordem de R$1 trilhão no setor energético nos próximos 10 anos, sendo que o grosso, é claro, no setor de petróleo e gás – R$686 bilhões –, mas R$ 236 bilhões no setor de energia elétrica é algo que também não é desprezível.

Próxima.

Em termos de mudança da matriz energética, diminui um pouco a participação dos derivados de petróleo, caindo de 38% para 31%, aumenta o gás natural de 10% para 14%, aumenta também a cana-de-açúcar e cai um pouquinho a hidreletricidade no total.

Próxima.

É isso. Fiquei dentro do meu tempo, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Dr. Maurício. O senhor ficou com tempo a ver ainda. Foi um tal de passa, passa, passa. Como diz o Senador Walter, foi na velocidade da luz.

Quero agradecer ao Dr. Maurício, conceder a palavra ao Sr. Helder Queiroz Pinto, que é Diretor da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) e dar as boas-vindas ao nosso Presidente Delcídio do Amaral, que depois fará também a sua intervenção.

Então, com a palavra o Sr. Helder.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO – Obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, queria pedir desculpas em nome do Dr. Haroldo Lima, Presidente da ANP, que teve um impedimento e não pôde estar aqui presente. Como todos sabem do seu apreço pelo Congresso Nacional, ele pede que eu formalmente me desculpe em nome dele.

Eu vim substituí-lo na qualidade de debatedor, conforme o convite que foi formulado. Em particular, é a primeira vez que eu volto à Comissão depois da minha sabatina, que também foi presidida pelo Senador Blairo Maggi, em maio passado.

Gostaria de sublinhar, dentro do tempo que é curto, três aspectos centrais como comentários ao Plano Decenal.

Em primeiro lugar, sublinhar um pouco o conjunto de dificuldades que envolvem o exercício dessa natureza.

Recentemente, o Diretor da Agência Internacional de Energia, que é responsável pelas projeções de longo prazo da oferta e demanda mundial de energia, se expressou da seguinte forma: a gente está vivendo um momento tão forte de transição no padrão de produção e consumo de energia que gera um conjunto de incertezas sem precedentes.

Então, hoje não se trata mais simplesmente de calcular as taxas de crescimento, mas também de se dar conta de um conjunto de transformações que estão em curso e que envolvem um processo muito forte, inclusive de inovações tecnológicas na indústria de energia, tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda. Isso envolve, por exemplo, equipamentos que consomem energia mais flexíveis. Tanto o Dr. Maurício quanto o Dr. Altino mencionaram o papel dos veículos flex, que são equipamentos flexíveis, mas o setor industrial também é demandante cada vez mais de uma maior flexibilidade em termos do uso de energia. E isso, evidentemente, cria uma série de incertezas em relação às fontes que serão predominantes no futuro.

Além disso, as próprias redes de transmissão e distribuição de energia também estão passando hoje por um processo de transição muito forte, envolvendo aquilo que hoje é denominado de *smart grids*, que revelam que, apesar de a gente saber que a taxa de penetração é de difícil conhecimento, muito provavelmente nos próximos 20 anos as redes de energia elétrica serão muito diferentes daquelas que nós temos hoje.

Nesse sentido, esse esforço de desenvolvimento de estudos dessa natureza é fundamental, mas é revestido de uma enorme dificuldade no que tange a

essa necessidade de se vislumbrarem mudanças estruturais tanto no padrão de produção quanto no padrão de consumo.

O segundo comentário diz respeito um pouco ao norte que me parece claro no Plano Decenal e que está associado ao binômio segurança no abastecimento energético e diversificação das nossas fontes de energia.

Essa é uma mensagem que parece clara. Não estou aqui para advogar – longe disso – nem a favor do Maurício nem do Altino, mas parece claro que esses dois aspectos são subjacentes ao Plano Decenal e envolvem uma dificuldade central, que é o fato demonstrado aqui de que a segurança do abastecimento e a diversificação estão sendo priorizados num contexto de forte crescimento da demanda. É aquilo que os economistas chamam de elasticidade renda da demanda de energia, que será muito acentuada nos próximos anos. Para cada ponto do PIB, a gente vai ter o mesmo ponto mais alguma coisa em termos de crescimento da demanda de energia.

O que nos favorece? O que nos favorece em termos de país é a extraordinária dotação de recursos energéticos que o País tem hoje. A grande questão que envolve isso é tentar articular um conjunto de políticas que consiga, de certa maneira, atender a esses dois objetivos principais – diversificação e segurança do abastecimento – com os menores custos, tanto econômicos quanto ambientais, possíveis.

E, por fim, como representante da ANP, queria falar um pouquinho da indústria do petróleo, gás e biocombustíveis.

Apesar de os estudos demonstrarem a redução da participação relativa do petróleo, e principalmente de seus derivados, na matriz energética nacional, queria deixar claro que em termos absolutos haverá um crescimento muito acentuado, tanto que o País vai se qualificar daqui para a frente, como já foi dito, como um exportador líquido de petróleo e derivados, o que nos coloca numa outra posição em termos de poder desempenhar um papel de protagonista no cenário energético internacional.

Recentemente o representante também responsável por estudos de longo prazo do departamento de energia norte-americano – chama-se Richard Newell –, que esteve no Brasil um ano atrás... Os estudos de projeção de longo prazo do departamento de energia norte-americano atribuem a três países uma participação fundamental para o incremento da oferta mundial de petróleo. São estes países: Rússia, Cazaquistão e Brasil. Foi a primeira vez que o Brasil apareceu nesse conjunto de estudos desenvolvidos por organismos internacionais. E depois o estudo mais recente da Agência Internacional de Energia também coloca o Brasil nessa posição de destaque.

Então, espera-se efetivamente o incremento da nossa produção nacional. E, de fato, a gente vai passar a ter um papel no qual o ajuste das políticas energéticas também será necessário. Até agora as políticas foram desenhadas para que a gente atingisse a auto-suficiência, mas daqui para a frente a gente tem que se preparar em termos da necessidade de ajustes, tanto do ponto de vista da política energética, mas também do ponto de vista da política macroeconômica, em função do incremento das exportações que virão – todos esperamos – ao longo da próxima década. Então, o Brasil vai ter essa contribuição muito importante em termos da oferta mundial de petróleo.

Além disso, está sendo preconizado também um aumento da participação do gás natural, que, daqueles combustíveis fósseis, é o que, em termos de emissão de poluentes, em especial de CO2, seria o menos poluente. Então, o Brasil, depois de um esforço muito grande, durante muitos anos, de objetivos que muitas vezes não foram logrados...desde 1986, por exemplo, a então existente Comissão Nacional de Energia, o País tinha uma participação de 1% a 2% de gás natural e tentava desenhar políticas para que se alçassem os 10%. E repetidas vezes, em 1986, depois, no início da década de 90, se tentava essa meta de 10% de participação do gás natural.

Pois bem, hoje a gente alcançou essa participação e tem uma perspectiva de dispor de algo entre 14% e 15% – vocês podem me corrigir – no horizonte de 2020, o que efetivamente torna o gás natural, a partir de agora, algo que pode ser transformado em fator de competitividade para o País, em particular para a indústria nacional.

Esses eram os principais comentários em torno do plano, na qualidade de debatedor, para o que fui chamado. Caso haja interesse, a gente pode detalhar um pouquinho mais na hora das perguntas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço, então, a participação do Dr. Helder e concedo a palavra ao Sr. Edmundo Alfredo Silva, consultor da Associação Brasileira dos Geradores de Termelétricas.

O SR. EDMUNDO ALFREDO SILVA – Obrigado, Senador, pela oportunidade de a Abraget estar aqui nestas duas Comissões. É uma grande honra. E queria me desculpar pela ausência do Dr. Xisto, que, por motivo de saúde e tratamento momentâneo, não pôde comparecer.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

Se me permitem, terei que fazer alguns comentários um pouco divergentes das palestras do Dr. Tolmasquim e do Dr. Altino Ventura.

Esses pontos de divergência são justamente para trazer esse *feedback* necessário ao planejamento, que é dinâmico ao longo do tempo. Ele precisa ter esse *feedback* e eu espero que a Abraget esteja conseguindo trazê-lo aqui através dessa palestra.

Nós vamos abordar: o planejamento da expansão sem termelétricas, os equívocos do planejamento da expansão, os aspectos ambientais que foram tão comentados aqui, os aspectos das fontes de energia necessárias para a expansão desse sistema e as minhas considerações finais.

Próximo, por favor.

O PDE de 2011/2020 não considerou usinas térmicas, conforme esses *slides* tirados do próprio PDE e que o Dr. Tolmasquim, inclusive, apresentou. Só que aqui vem uma preocupação muito grande da Abraget, porque essa proporção de térmicas que nós temos pode ser insuficiente para atender à demanda em caso de fenômenos climáticos no futuro como la niña e el niño. Então, necessariamente, as térmicas vão ter que estar presentes para firmar as hidrelétricas, principalmente as fio d'água na Amazônia, que teremos pela frente. Com isso, teremos necessidade da participação de termelétricas nos zilhões menos três a menos cinco, como tem acontecido. E no próprio PDE é reconhecido que, no texto próprio, há necessidade de projetos termelétricos movidos a gás natural e a carvão mineral.

Próximo, por favor.

A importância das fontes na expansão.

Nós sabemos que os grandes potenciais hidrelétricos encontram-se atualmente na região Norte, com crescentes dificuldades para os novos licenciamentos ambientais e transmissão com custos muito elevados. A expansão como foco central nessa base de energia hidrelétrica pode acarretar insegurança para o sistema elétrico. Temos real impossibilidade de construção de usinas hidrelétricas nos reservatórios de corregularização e temos escassez de novos projetos após 2020, esgotando-se em 2030. Portanto, nesse contexto de mudanças climáticas, as vazões dos rios e as safras podem ser comprometidas, bem como a regularidade dos ventos. Isso vai afetar, sem dúvida, a geração hidrelétrica, a biomassa e a eólica. É por isso que a Abraget defende a diversificação das fontes. Todas as fontes são primordiais estarem no planejamento, para, com isso, nós termos a confiabilidade e a segurança necessária do sistema elétrico.

Próxima, por favor.

Nós temos um grande desafio pela frente. Temos que contratar 68 gigawatts de energia, significando 3,2 megawatts médios ao ano para atender ao crescimento médio de demanda até 2020. Isso é um grande desafio e praticamente dobra o nosso potencial instalado até hoje. A expansão máxima e segura para o sistema é com o cenário misto, com todas as fontes, não tenham dúvida. Portanto, antes de diversificar essas fontes de energia na geração elétrica, estaremos trazendo a desejada segurança do sistema, com o menor custo unitário no investimento e na geração, o menor custo de transmissão e a menor probabilidade de riscos de déficit.

Nesse cenário, as termelétricas possuem um importante conjunto de atributos. Elas têm sinergia com as hidrelétricas, um tempo de construção mais curto, sua localização é privilegiada, porque é próxima à carga, e a sua "despachabilidade". Esse é um conceito muito importante, fundamental para o sistema hidrotérmico. O que vem a ser a "despachabilidade"? É o atributo mais importante das termelétricas, porque, quando a ONS necessita dispor dessas usinas, elas são as que podem ser despachadas, são comandadas pela ONS. Em exemplo como nós tivemos no ano passado, de restrições no uso do sistema de Itaipu, as termelétricas entraram e fizeram com que a operação do sistema fosse a contento; no susto de 2008, as termelétricas que operaram na base – chegamos a operar, inclusive, com as térmicas a óleo, porque nós tivemos um atraso na hidrologia, que não se configurou, e os reservatórios se esvaziaram. Para não acontecer um outro racionamento, as térmicas foram despachadas todas na base. E esses mesmos racionamentos não poderiam ser feitos pelas fontes renováveis, pois as mesmas não são despacháveis.

Próximo, por favor.

Equívocos no planejamento da expansão. Os equívocos de um planejamento com a predominância de fontes sem "despachabilidade" vêm trazer à ONS uma série de dificuldades operativas. Senhores, eu operei durante trinta anos no sistema elétrico participando de Furnas. Para quem está do lado da operação, na hora em que você tem a escassez das hidrelétricas, não tem a água, é assustador se você não tem as termelétricas. Eu vivi o apagão de 2001. Quando ocorrem fenômenos naturais adversos, quando há problemas de falha em manutenção de equipamentos, quando há atraso de obras de transmissão ou qualquer outro evento inesperado que implique a necessidade de restabelecer a segurança do sistema elétrico, a ONS precisa dessas termelétricas presentes.

Elas têm que ser reconhecidas por essa aplicabilidade, pois podem produzir energia e podem ser despachadas quando demandadas.

Próximo, por favor.

Vamos comparar aqui critérios de risco no planejamento da expansão do sistema, que são diferentes

dos critérios de risco da operação real do sistema. O critério de risco de planejamento é considerado um risco de 5% no sistema ou diminui muito pouco esse risco ao considerar o custo marginal de operação igual ao custo marginal de expansão, isso trazendo um pouco menor o risco, de 5%. Já a ONS, ao operar o sistema, não quer correr riscos. Na operação real, o risco de déficit é zero. Por isso nós temos tantas térmicas operando em carga no serviço de sistema.

Possibilidade de as UTEs atuais serem mais despachadas. A proliferação dessas fontes não despacháveis aumenta a necessidade de geração fora da ordem de métrica, que são os encargos no serviço de sistema, porque a ONS não consegue controlar essas fontes não despacháveis.

Próximo, por favor.

Sinais econômicos introduzidos pela transmissão. Vejam bem, nós temos a tarifa de uso do sistema de transmissão que deveria mostrar o sinal adequado para o sistema, onde colocar a geração propícia. Hoje em dia, essa tarifa de uso do sistema de transmissão está completamente deturpada e não está representando o benefício que traria para as fontes, porque nós temos no Nordeste, por exemplo, fontes próximas ao centro de carga com tarifas mais altas que fontes longe do centro de carga. Isso inclusive é motivo de a Abraget estar na Justiça, com relação a esse problema, contra o órgão regulador.

Próximo, por favor.

A metodologia atual modal que deveria representar realmente a tarifa de uso do sistema de transmissão adequada e, com isso, os empreendimentos teriam a maior representatividade para os leilões, não acontece porque hoje em dia nós temos mais de 70% de selo considerando essa transmissão. Então, com isso, não se consegue ter o sinal adequado para as termelétricas e também não se consegue justificar o reforço das conexões de acordo com essa metodologia atual. A Abraget já tem vários estudos prontos e vai apresentar ao Governo essa possibilidade de troca de metodologia, porque a atual não está servindo.

Próximo, por favor.

Aspectos ambientais. Aqui nós temos, do lado esquerdo, o planejamento antigo do reservatório de Belo Monte. E aqui nós temos o atual, o que ficou definido. Então a título de não desmatar, de desmatar pouco, hoje nós temos pequenos reservatórios somente e isso faz com que aumente a necessidade de termelétricas no sistema. O outro fator importante é a perda gradual de regularização dos reservatórios. Neste gráfico aqui nós temos, no eixo vertical, a energia armazenada no sistema dividida pela carga. Então, à medida que a carga vai aumentando, como os reservatórios não têm mais como armazenar essa energia, nós vamos perdendo a regularização do sistema. Essa paulatina perda de capacidade de regularização vem fazer com que o sistema precise de complementação térmica. Principalmente nos períodos úmidos, se eu não tiver essas térmicas, a ONS vai dar problemas críticos.

Próximo, por favor.

Emissões. As queimadas são responsáveis por três quartos das emissões brasileiras de gases do efeito estufa. Não é o setor elétrico o responsável por essas emissões. Então, não é o setor elétrico quem tem que dar a maior contribuição para o corte de emissões. O setor elétrico só contribui com 1,5%. Então, nós temos que tomar muito cuidado para que não aconteça a inibição de projetos importantíssimos para a segurança energética do sistema. Isso pode acontecer e tem que acontecer quando tiverem os fundamentos da transmissão técnica convincentes. Nós não somos contra o controle dessas emissões, desde que feito com bases técnicas e em premissas adequadas.

Próximo, por favor.

A Lei nº 12.187 e o Decreto nº 7.390 instituem a política nacional de mudanças climáticas, ratificaram o compromisso nacional voluntário e estabelecem as ações de modificação de gás feitas para reduzir a 36,1%.

Devido à escassez de tempo, nós fizemos vários exercícios e comprovamos o que nós vamos afirmar: não há restrições à expansão térmica porque o compromisso nacional é bastante confortável, havendo alternativas que podem reduzir as emissões de gás do efeito estufa em montantes superiores ao valor compromissado. Por exemplo, no final desta exposição – depois, vou deixar isso disponível para vocês –, nós fizemos um exercício com quatro termelétricas ao ano de 500 megawatts entrando no sistema: termelétricas a gás, a carvão nacional e carvão importado. E o que acontece de aumento nas emissões é 0,16%, quer dizer, algo insignificante para as usinas a carvão, meus senhores. Quer dizer, não são as emissões das termelétricas que vão restringir o planejamento do sistema.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos a operação das termelétricas, como elas têm sido necessárias no sistema. Em 2008, um atraso entrando em operação do período chuvoso e das afluências fez com que as térmicas fossem para a base, como vocês podem ver aqui nessa série azul. Em 2009, nós tivemos a crise mundial, uma queda acentuada da carga no sistema, então, as termelétricas quase não tiveram necessidade de serem operadas. Em 2010, esse aqui é um cenário que praticamente vai acontecer de agora em diante: nós tivemos a retomada da carga do sistema com a retomada da produção industrial e com a retomada do consumo comercial. Com isso, as térmicas vão se elevando até

o período chuvoso, antes de entrar o período chuvoso. Em 2011, as térmicas não têm operado. Tem sido um ano extremamente favorável para as afluências, que são extraordinárias. As hidrelétricas estão gerando à toda e continua entrando água nos reservatórios, o que é maravilhoso. Nunca tivemos um ano tão favorável.

Próximo, por favor.

Considerações quanto às fontes de energia. Nós temos a reserva de gás antes e depois do pré-sal. Vamos ter uma megaoferta de gás. Temos carvão em abundância e temos urânio. Somente esses insumos vão ser capazes de oferta complementar necessária para a expansão do parque gerador brasileiro.

O gás natural é uma das principais oportunidades a longo prazo para trazer confiabilidade no suprimento de energia no Brasil. Nós vamos sair de uma oferta de 100 milhões de metros cúbicos por dia para 200 milhões de metros cúbicos por dia.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos a megaoferta de gás com a nossa província do pré-sal indo do Espírito Santo até Santa Catarina. O crescimento do consumo do gás natural será atingido com a utilização desses mercados pelas usinas termelétricas. Não tem jeito. As termelétricas vão ter que ancorar esse gás. Ou o gás será monetizado na nossa matriz ou vai ser exportado para o desenvolvimento econômico de outros países.

Além disso, nós temos descobertas de gás agora na bacia sedimentar do rio São Francisco significando um quarto da produção, transferindo o gasbol. E essa transformação vai trazer uma modificação muito grande na estrutura econômica do Estado de Minas Gerais. Essas descobertas ficam a 280 km de Belo Horizonte e nós já temos a termelétrica de Igarapé sendo transformada para gás natural.

Próximo, por favor.

Oferta de gás também na bacia sedimentar do rio Parnaíba, onde a MPX vai desenvolver 4 mil megawatts de geração termelétrica. E essa descoberta significa metade do que é transportado hoje em dia pelo gasbol, o gasoduto Brasil-Bolívia.

Próximo, por favor.

Não poderíamos deixar de falar do período crítico em que nós precisamos do gás e não tínhamos a produção que temos hoje. Os terminais de GNL colocados pela Petrobras, os dois terminais, um em Pecém, com 7 milhões de metros cúbicos por dia, e outro na baía de Guanabara, com 14 milhões de metros cúbicos, vieram trazer tranquilidade para a geração das termelétricas. Além disso, estamos entrando com mais dois terminais de 24 milhões de metros cúbicos por dia, um na Bahia e outro ainda a ser definido.

Oferta de gás, ausência de térmicas e planejamento.

Nós temos uma abundância futura muito grande de gás natural. Termelétricas planejadas para 2015? Zero. Solução: não monetizar o gás na nossa matriz ou planejar termelétricas a gás natural?

Próximo, por favor.

Urânio.

Nós temos 309 mil toneladas de urânio em reservas, somos a sexta reserva mundial. Com isso, essas reservas equivalem a 238 anos de operações do gasbol a 25 milhões de metros cúbicos por dia. Quer dizer, temos urânio, temos disponibilidade de combustível, as usinas são altamente competitivas e nós temos quatro termelétricas a urânio sendo planejadas no programa de obras do Governo.

Próximo, por favor.

Carvão mineral. É o combustível fóssil mais disponível no mundo. Ele tem restrições quanto à sua utilização em razão do seu impacto socioambiental, em razão de suas emissões de CO2. Projetos de medicação e investimentos em tecnologia, as *clean coal technologies*, e absorção biológica de CO2 estão sendo desenvolvidas para atenuar esse quadro. As novas termelétricas a carvão hoje em dia são uma comparação entre um fusquinha e um Audi A5. São outras térmicas e existe um conceito na cabeça das pessoas de que aquelas usinas, algumas usinas antigas a carvão que nós temos ainda em operação, mas as novas térmicas a carvão são extremamente competitivas e com um impacto ambiental bem menor.

Próximo, por favor.

As maiores jazidas de carvão situam-se no Estado Rio Grande do Sul: 90% e de Santa Catarina, 10%. As reservas brasileiras ocupam o décimo lugar no *ranking* mundial.

Segundo a Associação Brasileira de Carvão Mineral, nós temos reservas conhecidas que podem gerar até 17 mil megawatts. As jazidas de Candiota, no Rio Grande do Sul, possuem 38% de carvão mineral. E ainda temos uma grande necessidade de inventariar e prospectar o carvão pelo Brasil.

Próximo.

O PDE de 2020 deveria contemplar 2,4 gigawatts correspondentes a usinas termelétricas a carvão já licenciadas e que esses projetos fossem chamados a participar dos próximos leilões A-5. Senhores, do próximo leilão A-5, as termelétricas a carvão não vão poder participar. As novas unidades termelétricas a carvão a serem implementadas no sistema elétrico brasileiro já adotam tecnologia de ponta com volume de emissões muito menores do que as anteriores, como eu já havia dito.

Próximo, por favor.

Perspectivas das termelétricas nas regiões do Brasil.

No Norte: nós temos geração térmica a gás, então é lógico que nós precisamos ter uma estrutura de gasodutos para poder levar isso às termelétricas e carvão importado. Nordeste: geração térmica a gás natural, a GNL, a carvão importado, a nuclear e a óleo combustível. No Sudeste e Centro-Oeste: geração térmica a gás natural, a GNL, a carvão importado, a nuclear, a óleo combustível e biomassa. No Sul: geração térmica a carvão nacional, a óleo combustível e a biomassa.

Próximo, por favor.

Bom, aqui vem uma crítica muito forte ao planejamento que precisa ser vista. Expansão da geração do sistema está acontecendo na região Norte e Nordeste. Nosso maior mercado está na região Sudeste e Centro-Oeste. A região Sul é dependente de intercâmbios elevados na transmissão, altamente dependente da transmissão hoje em dia. E há o aumento de geração termelétrica no Sudeste para segurar o controle da tensão quando você tem algum impedimento nessa transmissão. Qualquer impedimento ao sistema de transmissão que traz a energia de Itaipu implica necessidade de geração no sistema Sudeste e elevar a geração no sistema Sul a carvão.

Outra preocupação grande, grande, muito grande é a proliferação de geração eólica no sistema. Não somos contra a geração eólica – pelo amor de Deus! –, somos contra essa proliferação exagerada, sem controle. Essa geração eólica não contribui para o nível de curto circuito tampouco para a ONS. O que significa isso? Quando nós tivermos distúrbio no sistema, elas não vão contribuir para amortecer as oscilações eletromecânicas e as oscilações de tensão. Então nós vamos para um grande distúrbio no sistema elétrico no futuro.

A ausência de maior geração nos mercados Sudeste/Centro-Oeste nos torna vulneráveis, pois, nesse sistema elétrico, pode haver tendência a um problema de estabilidade dinâmica. Isso precisa ser amplamente visto e estudado e implica sérias consequências de restabelecimento, mesmo quando ocorrem distúrbios na rede de transmissão. No último distúrbio, o Estado de São Paulo ficou simplesmente quatro horas à mercê de um restabelecimento.

E outro problema: o que acontece? Essas cargas, as cargas do sistema, hoje em dia, são abatidas da geração. A geração eólica e a geração de biomassa de pequenas usinas hidrelétricas operam na base. Então, o que acontece? Quando você tem um distúrbio, elas não voltam, não têm como voltar rapidamente e a carga está lá. Fica muito maior para voltar. Isso vai trazer um sério problema no restabelecimento do sistema e um grande complicador para a ONS.

Próximo, por favor.

Minhas considerações finais para não cansá-los mais. O mundo não abandonará os combustíveis fósseis nas próximas quatro décadas, não tenho dúvida. É impossível construir atualmente usinas hidrelétricas com grandes reservatórios. Nós temos dogmas aqui no Brasil. O Brasil dependerá cada vez mais das termelétricas com isso. Em situações hidrológicas diversas...Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe, Presidente. O Brasil dependerá cada vez mais da termelétrica?

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E no leilão agora tiraram o carvão? É isso aí.

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Infelizmente é isso aí. Em situações hidrológicas diversas, a expansão... Vocês veem, nos leilões, cada vez mais são proibidas as térmicas a carvão entrarem. Nós tivemos dois leilões, em dois anos seguidos, em que as termelétricas não puderam participar. O Governo impediu as termelétricas de participarem por questões de...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/ PMDB – MA) – Simon, não esqueça que esse quadro e esse discurso é do representante da Associação de Geradores de Termelétrica. Então, isso não é a verdade absoluta. Calma. O Governo já tem o outro lado. Ele está discordando do lado do Governo.

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Isso.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/ PMDB – MA) – Então, cabe ao nobre Senado pesar quem está com a razão. Não encare aquilo ali como a verdade absoluta. (*Risos*.)

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Bom, eu me permiti fazer esse meu discurso e discordar.

Em estações hidrológicas diversas, com a expansão na geração a fio d'água temos que tomar cuidado. A geração a fio d'água pode não ser suficiente e adequada para assegurar o atendimento ao mercado e o estoque de segurança do sistema. Portanto, é fundamental a expansão desse sistema com térmicas para garantir que, nessa operação do sistema interligado, você possa operar com um risco de déficit muito menor do que 5%, praticamente zero, como a ONS opera.

Para se garantir a segurança do suprimento do sistema energético, o equilíbrio entre oferta e demanda a custo e preços competitivos é requerido o uso combinado de fontes renováveis e não renováveis de energia. Agora, isso tem de ser feito com critério; não deixar que haja essa proliferação de eólica, como está acontecendo hoje em dia.

Próximo, por favor.

A participação do setor elétrico continuará sendo minoritária no total de emissões, contribuindo apenas com 1,5%. Portanto, não são as termelétricas que propiciarão o não cumprimento de qualquer meta da política nacional de mudanças climáticas. Quer dizer, a Abraget não concorda com o ponto de vista de não planejar termelétricas por problemas de política de mudança climática.

Somente as reservas de gás natural, carvão e urânio serão capazes de produzir os insumos necessários para expansão do sistema interligado nacional. A expansão do gás será obtida com a expansão, com geração por termelétrica, que será a âncora desse gás ou, senão, não teremos esse gás do pré-sal saindo lá de baixo. Ficará tudo lá embaixo.

Finalmente, é importante enfatizar que as únicas fontes que não impactam o meio ambiente são as fontes alternativas, é lógico. Entretanto, elas não são capazes de preencher o crescimento da demanda, em que são necessários 3.200 megawatts, em média, em bases econômicas. Só um gerador de base poderá fazê-lo. Entretanto, isso provoca impactos ambientais. Todas as fontes provocam impactos ambientais, até as hidrelétricas, até as eólicas provocam impacto ambiental. É um grande erro impedir a expansão de geração devido a impactos causados por essas fontes.

Estações hidrológicas diversas, estações de geração a fio d'água podem não ser suficiente para assegurar o atendimento ao mercado ou o estoque de segurança. Portanto, precisamos dessa complementaridade das térmicas.

Em resumo, as termelétricas são acionadas quando ocorrem fenômenos naturais adversos, quando há problemas de falha ou manutenção de equipamentos, ou qualquer outro evento inesperado. Essa é a única geração passível de ser despachada quando demandadas por NS.

Para compor essa matriz elétrica nacional, não se deve abrir mão de qualquer fonte disponível, pois todas elas são necessárias. As termelétricas têm que aparecer no planejamento, porque os investidores, na hora em que vêm nos procurar, perguntam: cadê as termelétricas?

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço a participação do Sr. Edmundo.

Concedo a palavra ao Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape).

O SR. MÁRIO LUIZ MENEL DA CUNHA – Inicialmente, gostaria de agradecer o convite que foi formulado pelo Senador Delcídio do Amaral, em nome do qual cumprimento os ilustres Senadores presentes.

Inicialmente, gostaria de apresentar o grupo que eu represento, que são os investidores em autoprodução de energia elétrica. É um grupo pequeno, são apenas 11 associados, mas participam na geração de 20% da capacidade instalada no País. São pequenos em número, mas grandes em receita.

São essas empresas que têm autoprodução. É um grupo que considera a autoprodução um fator de competitividade industrial. Quer dizer, acreditamos que a autroprodução exige investimentos pesados, etc., fora do *core business* da empresa, mas representa também uma vantagem competitiva e, portanto, um fator de competitividade industrial.

Mas nosso assunto hoje aqui, na verdade, é o Plano Decenal de Expansão de Energia.

O Plano Decenal representa o resgate do planejamento do setor elétrico. Então, só por isso ele tem que ser elogiado. É um balizamento e, se não fosse esse documento, nós teríamos enorme dificuldade de gerir esse setor complexo, como é o setor energético brasileiro, particularmente o setor elétrico.

É um documento que, se olhado, temos de elogiar a metodologia, o esforço que é colocado para servir como balizamento do setor elétrico. E temos de olhar os pontos fortes desse documento, qual seja, a recuperação do planejamento, que é a excelência metodológica, e também temos de olhar os pontos de atenção.

O Edmundo fez um diagnóstico bastante contundente. Discordo, em muitas coisas, das soluções, mas o diagnóstico está correto, porque são coisas que estão ocorrendo no setor elétrico

Os pontos de atenção a que me referi dizem respeito, por exemplo, a uma maior integração com o meio ambiente. Recentemente, tivemos uma audiência com a Ministra Izabella. Ela reclamava que o setor elétrico colocava o planejamento sem consultar o meio ambiente e, portanto, gerava as dificuldades que estamos vendo. Ou seja, nós partimos de uma matriz de intenção – que foi colocada aqui, tanto pelo Altino como pelo Maurício Tolmasquim – que tende a ser realizada via leilões.

O Maurício projetou que teremos 5 gigawatts no leilão A-5; mas quando chegamos lá, não há licenciamento para as hidrelétricas previstas, todos foram atrasados ou em grande parte. Com isso, é feita uma complementação com as fontes que têm uma velocidade de maior para entrar em operação. Portanto, muda-se essa matriz de intenções.

Talvez essa integração com o meio ambiente realmente seja um ponto que possa ser melhorado, trabalhado e discutido, não só sob o aspecto do licenciamento, mas também relativo à capacidade de armazenamento a que o Edmundo fez referência aqui.

Lembro-me que, há muito tempo, trouxe esse problema para o Senador Delcídio. Chegamos aqui em uma audiência, na Comissão de Minas e Energia, para trazer o assunto à consideração, mas não prosperou. Até a Comissão de Infraestrutura ia fazer um debate mais abrangente quanto ser isso ou não o que a sociedade realmente quer, quer dizer, reservatórios pequenos e não maiores. Por que não discutir aqui, neste ambiente, se é essa a matriz elétrica de que precisamos e que queremos?

Naquele tempo, lembro-me, Senador, que um dos depoentes na Comissão foi o Jerson Kelman, então Diretor da Agência Reguladora, que fez a proposição de um licenciamento mais simplificado, quando fosse um projeto estruturante, e a consequência disso foi a sua autuação, sua intimação e sua notificação pelo Ministério Público do Estado do Pará. Acho que até hoje ele se incomoda por ter mencionado essa proposta de simplificação, mas de integração setor elétrico e meio ambiente.

Outra integração que considero necessária é quanto à operação do sistema. Vejo aqui o Mário Daher representando o Hermes Chipp. Recentemente, ouvimos uma declaração da ONS pedindo, por exemplo, uma térmica no Rio Grande do Sul, por razões elétricas e energéticas. Novamente, o diagnóstico é a falta de uma matriz de referência, em que tivéssemos que buscar que os leilões fossem instrumentos para realizar a matriz de referência. É aquilo que o Maurício Tolmasquim diz ser o ideal de todo o planejador: ter uma matriz e ir atrás. Mas ele acredita mais na competição e, portanto, deixa aberto. Então, a nossa matriz efetiva é pós-leilão e não antecipa o leilão. Daí, realizamos um leilão que faz competir fontes diferentes, como eólica competindo com PCH, com hidrelétrica, e há um índice que calcula qual a melhor do ponto de vista econômico.

Aí, temos a terceira integração, que acho que dificulta o planejamento da expansão da transmissão, porque não se sabe exatamente onde localizar a sua geração, onde será localizada sua geração.

O sinal locacional que se tem no índice ICB é um pleito antigo da Abiape, um pleito que, como o Edmundo colocou aqui, está indo à Justiça, inclusive, no meu modo de ver, não dá o sinal locacional adequado. Então, se eu tenho na matriz, vindo do Ministério de Minas e Energia, que eu preciso de 500 megawatts de térmica, e se essa térmica, em uma livre concorrência, é localizada na região Norte, não vou resolver o problema do Mário Daher, na região Sul, porque eu precisaria de uma térmica localizada naquela região. Quer dizer, a matriz, como um todo, sob o ponto de vista de fechamento enérgico, ela está *ok*, sob o ponto de vista de sinal locacional, ela, talvez, deixe a desejar, e isso pode ter outras implicações.

Então, essa integração com a transmissão também acho que seja um ponto a discutir, que seria de atenção importante no PDE.

O terceiro ponto: integração com outros energéticos. Vimos aqui uma oferta. Tanto o Dr. Maurício Tolmasquim quanto o Edmundo mostraram uma oferta, uma superoferta de gás. Só que eu não tenho nenhum sinal de preço desse gás. Eu tentei muito, via autoprodutores, fazer um programa de cogeração a gás na área de São Paulo, onde há a principal carga. Cogeração tem eficiência energética, implica eficiência energética, é uma geração distribuída, diminui necessidade de transmissão, mas os projetos estão engavetados, porque não há um sinal de disponibilidade desse gás, apesar de vermos na matriz que existe o gás e não há, sobretudo, sinal de preço.

Então, com isso, a indústria deixa de ter um programa significativo de geração distribuída, com todas as vantagens inerentes, por falta dessa sinalização de preço do gás. Então, uma maior integração, apesar de termos uma visão clara de que haverá uma superoferta, não temos nenhuma sinalização de preço, nem de disponibilidade nos locais da indústria. Portanto, podem consultar todas as indústrias, ninguém quer investir em gás, porque tem um grau de incerteza muito grande, apesar das visíveis vantagens para o sistema elétrico e para a própria indústria brasileira se tivéssemos um sinal adequado de preço para o gás.

Nas minhas conclusões, o documento é imprescindível, ele tem de existir e as minhas sugestões aqui são no sentido de ele ter uma maior efetividade. Quer dizer, se eu pego um documento que seria um balizamento para a indústria e ele tende a não se realizar ou tende a ter um desvio de realização muito grande, quando vou implantá-lo há um desvio muito grande na sua implantação, ele traz uma insegurança para quem utiliza o excelente documento de planejamento, não só do setor elétrico, mas de planejamento para toda a indústria.

Com o documento de balizamento, eu gostaria, apesar de todo o dinamismo e dos mecanismos que EPE tem para ajustar, para fazer os ajustes no planejamento, eu diria que eu preferia trabalhar com uma matriz elétrica predeterminada e que os leilões fossem por fonte e com sinal locacional mais adequado e os leilões fossem direcionados para o cumprimento da matriz de referência.

Nós temos também mecanismos de estabelecimento de *cap prices* e tal que podem, se é um *cap price* que represente os anseios da sociedade, ele pode ser perseguido e a competição terá de ser feita ao redor desse preço que nós mesmos determinamos.

Por fim, quero elogiar que é um documento realmente imprescindível e devemos persegui-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Sr. Mário Luiz.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

O SR. LUIZ FERNANDO VIANNA – Bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, de agradecer o gentil convite do Senador Delcídio do Amaral. Saudar o Senador Blairo Maggi, os colegas da Mesa, debatedores, Senadores, demais presentes.

É uma satisfação muito grande estar aqui debatendo o Plano Decenal, que é algo que a Apine faz, está no sangue, é algo que fazemos o ano inteiro, uma das nossas atividades principais, considerando a importância desse tema para o setor elétrico.

Próximo. Este é o temário do que iremos falar hoje.

Inicialmente, falaremos um pouco da Apine, para situar. Hoje, somos 51 associados. A Apine é uma associação que possui todas as fontes de geração. Possui fonte hidro de todos os portes; fontes térmicas de todos os tipos; fora a nuclear. Temos a biomassa, a carvão, gás e as fontes alternativas também estão presentes em nossa matriz. Também temos empresas de todos os portes: pequenas usinas. Temos de todos os portes até de grandes, como, por exemplo, as futuras usinas do Santo Antonio, do rio Madeira, Santo Antonio, a Usina Jirau, são sócios nossos.

Hoje participamos com cerca de 42% da matriz. Possuímos, em nosso portfólio, 43 mil megawatts, fora a nossa experiência mundial de 302 mil megawatts.

Falarei um pouco sobre planejamento. O Menel falou aqui sobre o plano setorial, que veio com a nova lei do setor elétrico. Ela foi muito importante, porque trouxe de volta o planejamento para o setor, que estava esquecido, tinha sido abandonado. O planejamento veio de uma forma determinativa para as linhas de transmissão e de uma forma indicativa para a geração, o que achamos que é o correto.

Já temos 5 planos efetuados, alguma experiência acumulada e entendemos que o PDE deve ser um guia para que os investidores possam estabelecer suas estratégias de prospecção, avaliação e investimento em novos projetos. Achamos que é importante que haja uma coerência entre o que está planejado, embora o planejamento indicativo – estou falando aqui somente da geração -, é importante que haja uma coerência entre o que está sendo planejado e o que está sendo executado.

Entendemos também que o Plano Decenal deve induzir os leilões dos novos empreendimentos de geração – que é o que ocorre hoje –, e essa integração entre a geração e a transmissão é fundamental. O custo do empreendimento, quando se fala em geração de empreendimento tal tem um custo X, tem-se que somar a geração desse empreendimento com a sua transmissão, para que se possa comparar na mesma base. E o *timing* também não se pode ter entradas dissociadas. Entra-se na geração, no entanto, não há a linha pronta ou, ao contrário, há a linha e não há a geração. Essa associação é muito importante.

Se formos olhar a projeção de carga do sistema interligado, chegaremos à conclusão de que são necessários 3 mil megawatts, em média, para os próximos 10 anos.

Como já foi falado aqui, entendemos que a nossa matriz deve contemplar todas as fontes disponíveis no País. Estamos falando em quase 7 mil megawatts/ano, cerca de 3 mil médios, e precisamos de todas as fontes para fazer frente a esse crescimento de nossa carga.

Falamos um pouco de aderência. Nota-se, como foi falado aqui, a existência de novos projetos termelétricos no cronograma de expansão, no horizonte de 2020. Embora ela não esteja no presente, tivemos um leilão A-3, em que houve a contratação de 1029 megawatts de termelétricas a gás. A previsão no PDE era zero, mas foram contratadas 1029.

Quanto às eólicas, houve um crescimento um pouco acima do planejado. Estavam planejados 900 e foram contratados – estamos falando em 2014 – 1067. O bagaço de cana ficou abaixo: 372 estavam planejados e foram contratados 180; hidro, estavam 890 e foram contratados 450, que é a expansão da Usina Jirau, que já está em construção. Foi só a parte de expansão.

Se a gente for olhar o planejamento, com todas as fontes no horizonte dos próximos dez anos – grifamos o ano 2014 –, e como já foi citado, embora o crescimento previsto para as fontes fósseis fosse zero, houve a contratação de térmicas. Agora, por exemplo, há uma previsão de contratação de PCHs e essa contratação não ocorreu.

Para 2016, um leilão que vai ser executado no final deste ano, cinco anos antes, e não há nenhuma previsão de crescimento da geração termelétrica, mas o leilão prevê que termelétricas a gás natural – carvão não – poderão participar.

Próximo.

Isso aqui é uma cópia do Plano Decenal. Nota-se a ausência das fontes térmicas.

É importante falar um pouco de mudanças climáticas. Não tem como falar de Plano Decenal sem falar de mudanças climáticas, que vai ser o tom da nossa apresentação daqui para frente. Então, vamos olhar as emissões totais no mundo. As térmicas são responsáveis por 65% no mundo; na Comunidade Europeia, 79%; Estados Unidos, 89%; e no BRIC, Brasil, 16,5%;

Rússia, 87%; Índia, 67%; e China, 74%. Mostra ser uma posição privilegiada a do nosso País.

Próximo.

Já foi mostrado este *slide*, é importante. No Brasil, em termos de energia, 45% são provenientes de renováveis, e o mundo somente 13%.

Próximo.

Em termos de matriz elétrica, muito melhor. O Brasil possui 87,8%, provenientes de renováveis, e o mundo somente 18,7%;

Próximo.

A participação das diferentes fontes, pegando o Plano 2030, citando que o Plano 2030 foi elaborado antes do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. A gente nota que a participação das fontes renováveis, mesmo sem a Lei de Mudanças Climáticas, ou seja, que há, sim, térmicas a carvão e térmicas a gás, lá em 2030 cairíamos de 86,2% para 83,1%, lembrando que no mundo, em 2010, temos 18%.

Próximo.

Qual é a nossa visão? Por que o PDE 2020 não contempla usina termelétrica? Vamos ver a cronologia das tratativas das mudanças climáticas aqui do País. Em 1999, foi constituída a Comissão Interministerial sobre Mudanças Climáticas. Em dezembro de 2008, foi feito o Plano Nacional de Mudança do Clima. Em dezembro de 2009, a Política Nacional de Mudança do Clima, a Lei nº12.187, foi sancionada logo após a COP 15, estabelece a redução – isso é muito importante – entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas para 2020 para todos os setores.

Em 2010, foram criados os chamados NAMAs, que são ações voluntárias dos países para redução de emissões.

Próximo.

Em 2010, o Decreto nº 7.390 regulamentou a lei, determinando que o Plano Nacional seja integrado por uso da terra. Então, qual é a subdivisão daqueles 36%? Uso da terra, 24%; agropecuária, 4,9% a 6,1%; siderurgia, 0,3% a 0,4%; energia, 6,1% a 7,7%.

E faltam alguns planos que ainda estão sem meta, não foram elaborados: transporte público e urbano, modais e transportes interestaduais – uma parte do transporte já está na parte de energia –; indústria de transformação de bens de consumo duráveis, indústria química, papel e celulose, mineração, construção civil e saúde. Abaixo temos o desdobramento para o setor elétrico, meta voluntária, mas, quando transformada em lei, obrigatória dentro do País: 6,1% a 7,7% é o desdobramento dela.

Próximo.

Essa figura é muito importante. Ela mostra que há, sim, possibilidade de inclusão de térmicas. Se pegarmos mudança da terra só com atingimento da meta de mudança da terra ou uma parte da meta de mudança de uso da terra, já se atinge 1,2 gigatonelada de CO^2 equivalente, que é a meta do País para 2020. Então, só com a mudança do uso da terra. Mesmo que você tivesse zero em energia, zero em agropecuária, resíduo zero, o que vai ser regulamentado ainda, zero de redução, só com a meta do uso da terra você já atinge 1,2 gigatonelada de CO^2, que é a meta estabelecida em lei para 2020.

Conclusões: entendemos que o PDE não deve ser um trilho, mas um guia, uma trilha para os investidores. É importante que os investidores saibam com antecedência se determinado projeto vai entrar daqui a dois, três anos, porque ele tem de desenvolver aquele projeto. Ele enxerga lá no PDE um determinado projeto, térmico ou hidro, ele tem de saber que aquele projeto está, para poder desenvolvê-lo. E há um tempo de maturação.

Entendemos que fica muito difícil para o empreendedor se a térmicas ficarem com o plano B. Não conseguindo licenciar hidro, vou chamar as térmicas. Mas eu tenho que ter desenvolvido esse projeto e o tempo de maturação, de desenvolvimento de um projeto desses é de dois, três anos.

A energia proveniente das termelétricas é necessária e importante para o País, para a segurança energética e para a confiabilidade. Já foi falado aqui que não se constrói mais usina hidrelétrica com reservatório, o que é lastimável, mas é o que está acontecendo. E hoje as usinas térmicas têm sido despachadas para segurança energética do sistema. Graças às térmicas, hoje, nós temos uma situação energética tranquila no País, afastado qualquer risco de racionamento.

Como já falei, nós precisamos de toda forma de energia disponível, respeitadas as suas especificidades. Nós temos energia que tem uma vocação para ponta, outra para a base, para emergência. Então, essas especificidades têm de ser respeitadas. Nós entendemos que a dose do sacrifício imposta para o País, que, como a gente mostrou, tem uma matriz energética limpa, parece ter sido excessiva, 3,6% a 38,9% das emissões, lembrando que isso traz ônus social, traz um custo, o custo Brasil aumenta com isso.

O Decreto nº 7.390, de 2010, que regulamentou a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, que foi promulgado no calor da COP 15, em 29/12/10, e estabeleceu reduções de até quase 8%, carece de maior avaliação política e técnica, especialmente do setor elétrico. O setor elétrico, que é responsável por 1,5% das emissões de gás de efeito estufa, ficou com 20% do total da meta do País.

Vejam bem: 1,5% do total de emissões. Esse setor, que não emite, ficou com 20% ao seu encargo de todas as reduções.

O setor elétrico possui e vai continuar possuindo, em 2020, mesmo sem a Política Nacional de Mudanças Climáticas, uma das matrizes mais limpas do mundo. Entendemos que foi exagerado o sacrifício imposto ao País na questão das mudanças climáticas e que há sempre tempo de rever o que já foi feito.

Próximo.

Esses são os nossos associados.

Agradecemos o tempo de todos. Obrigado.

O **SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço, então, a participação do Dr. Luiz Fernando Vianna, que representa aqui a Apine.

Passo a palavra, então, ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, autor do requerimento, e, portanto, deveria ter falado no início da nossa apresentação. Mas o senhor pode falar agora duas vezes: pelo início e pelo final também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pelo adiantado da hora e pedindo desculpas, Presidente Blairo Maggi, até porque havia outra comissão funcionando... É um enxame de comissões aqui e ficamos divididos e não conseguimos fazer nada direito. É terça, quarta, quinta, sexta e entrando em horários de comissões que, até por Regimento, funcionam. Então, é difícil.

Mas eu queria fazer algumas considerações. Primeiro, cumprimentar todos os convidados presentes. Eu não acompanhei a exposição do Altino, peguei a exposição do Tolmasquim pela metade, mas vi um pouco do material. Desde já, peço desculpas se, ao falar, venha a cometer algum engano, algum equívoco, até porque não tive a oportunidade de assistir à exposição e vocês, profissionais competentes que têm feito um trabalho exemplar pelo nosso País e na área energética.

Cumprimento os demais presidentes de associações aqui presentes, os Senadores e Senadoras, os especialistas do setor de energia, pois estou vendo muitas pessoas com quem tive a honra de trabalhar. Não vou citar cada um nem vou falar a idade também, porque aí a turma vai descobrir que eu sou erado.

Mas quero registrar, primeiro, que fui o relator, no Senado, desse novo modelo do setor elétrico. O Tolmasquim acompanhou de perto, o Altino também. Foi uma luta essa discussão. Foram semanas conversando com associações e com o setor como um todo. Foi uma luta a implantação desse novo modelo. Os três pilares, segurança energética, universalidade e modicidade tarifária, trouxeram ao País, hoje, um cenário inegavelmente diferente, resgatando, como foi dito aqui pelo Menel, pelo Luiz Fernando também, o papel do planejamento.

Muita gente acreditava que o setor iria se acertar, o mercado acertaria o setor. E não é bem isso. Tanto é que acho um dos pontos falhos do antigo modelo foi levar o Brasil ao racionamento, em 2001. E muitos que estão nesta mesa, muitos que estão assistindo a esta audiência sabem o que foi aquele racionamento de 2001: 21% de racionamento! O estrago que um racionamento desses traz para o crescimento do País é um negócio absurdo.

Então, muito tem acontecido na área de petróleo, de gás natural, de hidroeletricidade, de termeletricidade, energias alternativas.

O próprio Proinfa, em meu ponto de vista, um programa extremamente relevante. As pequenas centrais hidrelétricas trazem o conceito de geração descentralizada. Portanto, as PCHs aliviam as transmissões e são empreendimentos que entram em operação muito rapidamente, têm menos dificuldades que projetos maiores.

O Brasil, hoje, é um país privilegiado porque há uma preocupação grande no sentido de garantir energia renovável. Hidreletricidade dispensa comentários. Nós temos quadros qualificados, tecnologia. A Hidreletricidade tem um papel absolutamente fundamental para garantir a segurança energética do nosso País.

Falei rapidamente sobre as PCHs. Está entrando energia eólica e com valor competitivo de energia. A energia solar já vem em outra escala e, consequentemente, essa tecnologia ou mesmo a implementação de projetos voltados para a energia solar vai ter ainda uma caminhada pela frente, como também as próprias eólicas, que estão chegando fortemente. Os fornecedores estão se instalando no Brasil. Antes tínhamos um só fornecedor, lá em São Paulo. Agora, estamos expandindo nosso parque industrial na área de geração eólica. É um movimento importante que acontece concomitantemente em outros países, especialmente na Europa.

Bagaço de cana: temos alguma dificuldade na expansão. Há novos investimentos. O que se percebe é que as usinas de etanol vão ampliar suas instalações. Existem poucos projetos, pelo que tenho acompanhado. No que se refere a Greenfield, acho que existe pouca coisa, talvez ABP e mais uma ou outra empresa – pelo menos que eu tenha conhecimento. Mas também geração de biomassa, uma geração limpa, aumenta a eficiência da usina de produção de etanol e açúcar. Portanto, é um grande avanço.

Eu queria também – estamos falando em energia renovável – falar um pouco de energia termelétrica. Eu acho que o Brasil não vai descartar geração termelétrica. Em meu ponto de vista, temos uma matriz. O que se persegue nos leilões, acho que é uma questão de mérito, se o leilão tem de ser segmentado por fonte ou não, ou vale preço. Esse é um debate que foi colocado, inclusive, pelo Mário Menel.

Mas a realidade é a seguinte: nós não podemos prescindir de geração termelétrica. Não há como. Eu me lembro de como implementamos um programa vigoroso de gás natural na Petrobras e foi um questionamento violento. Isso não era bem aceito, não era bem visto. E hoje eu vejo aí nos leilões, inclusive no último, um papel preponderante da geração a gás natural na matriz energética brasileira.

Eu não tenho dúvida nenhuma. Eu vi aqui alguns conceitos. Até em função do Bolívia/Brasil, o programa de energia vinha atender à segurança energética e ao racionamento, mas também servia como âncora porque – Tolmasquim e Altino sabem muito bem – o Bolívia/Brasil era *take or pay.* Resumidamente: você consome e paga ou você vai pagar do mesmo jeito. Era essa a modelagem, que também não é uma invencionice. Isso acontece em outros lugares, pelo mundo também.

Mas nós estamos vendo as térmicas a gás. Acho que nós temos aí uma fatia importante – eu estava falando até com o Senador Blairo Maggi – a participação das usinas a óleo ainda na matriz energética brasileira, principalmente em função daquele programa que foi implantado, implementado à época também do racionamento de 2011. E aí nós temos mais duas modalidades. Uma modalidade que é a nuclear, que, no meu ponto de vista... Agora veio Fukushima, voltou a questão da energia nuclear, se nós precisamos fazer geração nuclear ou não, se nós vamos expandir, na nossa matriz energética, a geração das nossas usinas nucleares. Até uma comissão aqui do Congresso foi junto com técnicos, nós fomos visitar Angra 1, Angra 2 e o canteiro de Angra 3. Eu acho o seguinte: primeiro, deixar muito bem claro que são duas coisas separadas, o que aconteceu em Fukushima e a nossa realidade. É diferente a nossa realidade. Fukushima é uma das usinas mais antigas do Japão. Agora, recentemente, conversando com especialistas da área nuclear, eles me disseram que, sistematicamente, técnicos de vários países do mundo fazem inspeções periódicas em centrais nucleares. Fukushima foi sempre indicada como um problema por essas comissões, ou seja, era já uma advertência que existia muito antes desse fato absolutamente inusitado que ocorreu.

Nós fomos à usina de Angra. Angra tem uma série de alternativas, inclusive ao que se refere a serviços auxiliares, que foi uma das falhas de Fukushima. Até em função do que ocorreu em Fukushima, algumas alterações já estão sendo implementadas, inclusive nos grupos de emergência, mais especificamente na Usina de Angra 2, que nós tivemos lá. Você lá tem também alimentação do núcleo do reator por gravidade, quer dizer, já é outra concepção de usina nuclear. E importante: os novos reatores que estão vindo aí nem água pressurizada eles precisam. O resfriamento do núcleo dos reatores é com convecção natural, os reatores mais modernos que estão sendo instalados ou que vão ser instalados nos próximos anos.

E muita gente se assustou, a Alemanha – eu vou dizer para você, Altino. A Alemanha disse: "Ah, nós vamos parar com tudo, vamos parar com o programa, que nós vamos..." Eu quero ver a Alemanha, em 2020, o que ela vai fazer. O discurso agora é uma beleza, até porque tem eleição na Alemanha. Eu quero ver, em 2020, como é que vai ser. Eles vão efetivamente fazer essa substituição com a magnitude que a Alemanha vai ter que efetivamente substituir até 2020. Eu só quero ver. Mas vamos ter que esperar, porque estamos em 2011, faltam nove anos ainda. Mas eu quero ver o que a Alemanha vai fazer.

Então, eu acho que, dentro desse conceito, nossas usinas são a fio d'água. Não porque a gente queira fazer a fio d'água, mas porque as restrições ambientais são cada vez maiores. Eu fui barrageiro. Tucuruí nós inundamos um reservatório de quase três mil quilômetros quadrados. Onde está Belo Monte é um reservatório de dois mil quilômetros quadrados, mais ou menos, na época, quando nós começamos a olhar o projeto lá. Hoje, é quase a calha do rio Xingu. Mas porque tem restrições. Aí a gente tem que entender isso. Portanto, à medida que nós temos usina fio d'água, tem que ter complementação de alguém, porque não tem reservatório de acumulação.

Portanto, a geração termelétrica é importante também, é fundamental. Apesar da sazonalidade, geração hídrica, geração eólica, mapa de vento intenso de um lado, quando a hidraulicidade é menor. Tudo isso se complementa. Acho isso sadio, e são poucos os países que têm essa característica.

E, por último, que eu não queria deixar de registrar também: tem uma dimensão menor com relação às outras, talvez não tenha hoje um nível de geração equiparável a outras gerações de energia, especialmente hidráulicas e que são efetivamente o que predomina na nossa matriz, que é o carvão mineral. Nós temos que olhar o carvão. Nós temos várias usinas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul. Mesmo a última usina que entrou em operação, que foi Candiota – eu me lembro que Candiota nós desenvolvemos quando a Dilma era Secretária de Infraestutura do governo de Alceu Collares, no Rio Grande do Sul, quando nós começamos a estudar a nova modelagem que foi implementada e levou à operação de Candiota.

Eu acho que é irreversível, do meu ponto de vista, e vejo com preocupação – não está aí no Leilão A-5. Essa é uma indústria importante para os Estados do Sul do Brasil. O carvão brasileiro é uma riqueza também. E aí alguém pode dizer: ah, mas o carvão, sei lá, de Santa Catarina é rico em cinzas, é rico em enxofre,

tem poder calorífico baixo, ou questionar o carvão do Rio Grande do Sul. Mas é uma riqueza. O mundo inteiro opera com carvão.

Agora, nós não podemos também deixar de considerar, assim como os nossos projetos de eletricidade foram sendo ajustados, não trazer tecnologia para geração a carvão mineral. Já existe. Eu visitei usinas na Europa que estão em capitais européias. E graças a essas *clean coal*, essas tecnologias que foram aqui citadas pelo Edmundo, há uma geração absolutamente limpa. E a vantagem da geração termelétrica é que ela responde agilmente, quer dizer, quando o sistema precisa. E ao mesmo tempo, em momentos onde a hidraulicidade é reduzida, a complementação térmica é absolutamente fundamental para otimizar o sistema.

Então, eu acho que nós partimos para uma matriz energética absolutamente renovável, uma referência no mundo, mas nós não podemos desconsiderar a geração termelétrica e, agregando a geração termelétrica, a tecnologia que naturalmente elas já agregam, e tecnologia hoje absolutamente testada no mundo inteiro.

Por último, concluindo, a questão desse encontro, a COP 15, que foi citada aqui. O Brasil não pode ser a palmatória do mundo. A gente fala em Protocolo de Kyoto: beleza. Existem países que deitam falação de sustentabilidade em meio ambiente e não assinaram o Protocolo de Kyoto. Mas aí começa a acontecer o seguinte: alguns Estados desses mesmos países, dessas federações começam a assinar e a cumprir o Protocolo de Kyoto. E acho que, dentro do desenho da matriz energética e pela característica da matriz energética brasileira predominantemente de energia renovável, nós não podemos sacrificar riquezas que o Brasil efetivamente tem. Então, eu entendo que nós devemos flexibilizar, olhar isso com mais atenção, porque isso é um fator preponderante, e nós temos tecnologia para fazer frente a essas questões.

Então, acho que a minha mensagem é muito mais um registro, Presidente Blairo Maggi, é mais no sentido de ver que o modelo funciona, ver que o Brasil tem um planejamento, ele tem um trilho, como se disse aqui, ou uma trilha para os investidores. A questão de se fazer leilão, se é por fonte ou não, esse é um assunto que a gente pode discutir mais amplamente. Mas acho que não podemos prescindir das alternativas de geração térmica, que, do meu ponto de vista, vão predominar: gás natural, energia nuclear e mesmo o carvão mineral, agregando tecnologia.

Acho que nós não podemos – eu não vou usar uma expressão lá do Pantanal –, nós não podemos querer ser mais realistas do que o rei, porque a realidade aí pelo mundo é diferente, e nós temos que dosar ou calibrar muito bem a nossa matriz energética em função das nossas necessidades, das nossas riquezas, e o compromisso com as emissões, que não tenho dúvida nenhuma o Brasil vai ter competência e tem condições de bem administrar.

Era isso que eu queria falar, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço, Senador Delcídio do Amaral

Vou passar já a palavra aos Senadores, pela ordem de chegada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não.

O SR. DARICO PEDRO LIVI –...está numa reunião internacional, hoje, dos grandes rios, seriam os grandes ONS internacionais, razão pela qual ele não pôde comparecer.

Mas, como foi citado aí em vários momentos o operador, se me permitir, se me conceder no máximo cinco minutos, eu gostaria de fazer algumas considerações na visão do operador, não sei se é possível. Nunca compareci...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Consulto os colegas Senadores. Se permitirem, daremos continuidade.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu acho isso extremamente importante, a ONS é membro importante dentro desse sistema todo aí. É bom a gente ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Então, vamos em frente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria só registrar, Presidente. O Hermes Chipp não pôde vir exatamente por causa desse compromisso que reúne todos os operadores de sistema no mundo, eles estão reunidos esta semana, por isso que o Hermes Chipp não veio aqui. Ele teria o máximo prazer de participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Eu só gostaria que o senhor se identificasse, para ficar registrado para a Casa.

O SR. DARICO PEDRO LIVI – Sou Darico Pedro Livi, diretor de planejamento de operação da ONS.

Eu queria dar alguma visão do operador.

Obviamente que a atribuição do operador é de responsabilidade, porque ele tem sua atuação num horizonte menor, que é quinquenal, eu diria de três a cinco anos. Então, o que predomina muito mais é a identificação de problemas muitas vezes muito mais de caráter conjuntural do que propriamente estrutural. Mas há aqueles que, no dia a dia, com a convivência, mesmo sendo conjunturais, acabam se transformando, necessitando de uma solução estrutural, dado o caráter estratégico, que é o rebatimento que pode haver num

horizonte maior, razão pela qual a gente tem feito um trabalho muito integrado com a EPE, de uma forma muito mais constante agora, inclusive já tem ações em andamento, com base em sugestões do operador de problemas já identificados agora.

O Tolmasquim não falou, até pelo tempo, mas quero dizer que a situação do País nos dá certa tranquilidade no plano decenal. Quando a gente vê essa forma dos leilões, seja transmissão, seja geração, embora todos os desafios e dificuldades, questões ambientais – e a EPE tem que olhar, como todos –, com a política, enfim, de questões de meio ambiente, a gente vê que estamos numa situação que favorece inclusive as discussões para aperfeiçoamentos, que é o fato de, no horizonte desses dez anos e, confirmados também pelos estudos da ONS, no horizonte de cinco anos, os níveis de risco, hoje, de atendimento ao País estão praticamente zero. Algumas regiões, zero; outras regiões, meio, um por cento. É claro que esse é um estudo probabilístico, mas com base e premissas estipuladas pelo Conselho de Política Energética, Resolução nº 1, de 2004, estabelece o nível de risco de 5%.

Agora, obviamente que nos preocupa, como já foi citado, o grande desafio que o operador vai ter pela frente, o fato de essas grandes linhas de transmissão, com reservatórios pequenos, acho que você falou aí na redução da capacidade de armazenamento. Eu mesmo tive, vamos dizer assim, o privilégio de viver num sistema onde a capacidade de armazenamento era de mais de um ano, ou seja, podia ser um ano sem chuva que era relativamente tranquilo: com a térmica e com a carga existente, os riscos, vamos dizer assim, eram bem menores.

A própria EPE reconhece isso no trabalho – ainda ontem à noite eu estava dando uma revisada –, quando ela mostra lá esses riscos baixos, ela faz uma consideração que se deve muito ao fato de ter esses quinze por cento, ou um pouquinho mais, de geração térmica. Então, ela reconhece isso e acho que é o momento oportuno, dada essa condição que a gente está vivendo, não é a crise, não é num período de racionamento, isso nos torna um pouco mais, vamos dizer assim, receptivos, a gente evoluir nessas discussões.

Agora, é claro que, quando a operadora olha num horizonte menor e convive com a questão não só probabilística e mais – porque, num horizonte maior, você pode ter chuva, menos chuva, um ano ou outro, preocupa-nos um pouco... E a gente até encaminhou sugestões para a EPE, já tem resultados principalmente em termos de transmissão, onde os Estados da Região Sul, quando a gente analisa comparada com outros Estados, o Sul tem uma característica nitidamente de importador, um pouco diferente dos demais Estados. Obviamente que, conjunturalmente, um ano de chuva ou mais ou menos chuva, qualquer região pode se tornar importadora ou exportadora. Mas o Sul é mais acentuado isso. Normalmente, mesmo com seu balanço médio, ele precisa de intercâmbio de outra região, razão pela qual tem que ter muito reforço em transmissão ou, claro, de forma mais ideal, um equilíbrio entre geração e transmissão. A gente teve, em 2006, 2008, alguns exemplos que, se fossem hoje, vamos dizer, com a carga mais alta e com a mesma geração atual, seria bastante crítico se houvesse contingências, claro.

Eu sou um cara muito otimista e não sou pelo lado do pessimismo: "Ah, se acontecesse isso, se caísse torre, se caísse linha." Mas é um fato que pode acontecer. Em 35 anos de setor elétrico, nunca vi cair uma comporta, como caiu há dois dias em Salto Osório. Felizmente, nesse sentido, é bom a usina a fio d'água. Mas tivemos que parar Salto Osório, tivemos que parar usina a montante, a jusante, enfim, dois, três mil de interrupção. Pelo fato de ser uma fio d'água, se conseguiu em menos tempo depressionar reservatório e sanar o problema, que deve estar sendo equacionado nos próximos dois dias.

Mas e se fosse numa usina a montante? Bom, estou dando exemplo quase de caos. Não vamos preparar e planejar o sistema, até porque o custo seria muito alto, de prever catástrofe. No mínimo, um equilíbrio melhor entre geração e transmissão, claro. Já há uma solução com base nisso, já evoluiu, já está com uma proposição, uma solução mais robusta de transmissão para o sul. Isso ajuda bastante, é uma solução. Obviamente, uma solução ideal seria equilíbrio geração/transmissão, que cairia bem tanto para o sul quanto par ao Brasil todo, pelo fato de ser térmica. Não estou entrando aqui se é térmica a carvão ou a gás, mas realmente isso só reforça que é uma oportunidade boa de a gente evoluir nessa questão.

Então, era essa a contribuição que eu queria dar. Estou à disposição para, eventualmente, alguma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Então, agradeço ao Dr. Darico, que falou pela ONS.

Passo a palavra, então, ao Senador Walter Pinheiro, que foi o primeiro a chegar a nossa reunião. Depois, ao Senador Edinho, ao Senador Pedro Simon e também ao Senador Cristovam Buarque, se assim desejar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou falar até de forma muito rápida. Acho que o companheiro Delcídio, com sua exposição, já nos deu uma boa contribuição, que fixa já pelo menos um caminho. Mas eu queria tocar só em alguns aspectos. Essa cosia até que nos anima. Às vezes, pelas notícias, tem horas que a gente morre por falta de energia e tem horas que a gente

tem a sensação de que vai ser eletrocutado. Há uns balanços que vão para um extremo e para o outro.

O que estou falando de positivo é o aspecto dessa nossa possibilidade efetiva de uma ousadia no Plano Decenal, essa fixação dos 4,6%, Tolmasquim. Eu acho que é fundamental para a gente entender e até associar isso ao que seria o crescimento do PIB.

Aí vem minha preocupação, porque estamos falando também de um crescimento de PIB de aproximadamente 4,5 na sua média. O próprio segmento, e tanto vale o Ministério como diversos operadores e interessados, todos têm dito que a necessidade para acompanharmos esse crescimento da economia aponta para, pelo menos, uns 3% a mais do que estamos apontando, do ponto de vista do crescimento a cada ano. Se é vero isso, significaria dizer que temos que apostar num crescimento de 7% e não de 4,6% ou um pouquinho mais de 7%, para atender a essa demanda do crescimento, muito fruto da estruturação, ainda que debilitada, das nossas matrizes de crescimento econômico no País.

Então, nós vamos encontrar isso, por exemplo, nesse embate que foi apontado aqui, ou a combinação de diversos fatores para auxiliar essa chamada onda de crescimento no País.

Vou dar um exemplo bem claro. Vou pegar o exemplo do meu Estado, a Bahia. Quando se fez o planejamento do crescimento econômico da Bahia, é óbvio que uma região central do Estado foi, de maneira imediata, até retirada do eixo central desse planejamento pela característica anterior que se apontava. Estou falando do semiárido baiano, que é responsável por 70% do solo baiano. Só que, hoje, descobre-se que esse solo, até então considerado semiárido, meu caro Cristovam, é o sertão produtivo. Todos os grandes projetos na área mineral, projetos, inclusive, com estrutura de modal, bem acentuada, esses projetos vão caminhar para a direção desse semiárido.

Em todos esses projetos, a matriz energética é a mola mestra, ponto decisivo para a gente promover esse crescimento.

Claro que, guardadas as devidas proporções, isso vai acontecer, não sei, no Rio Grande do Sul, com essa proeza da produção do carvão mineral, o que vai acontecer no Maranhão, enfim.

Então, há uma preocupação que a gente levanta nessa questão do nosso plano decenal, é enxergar um pouquinho essa movimentação. É animador, por isso fiz questão de dizer aqui, afinal são 190 bilhões que estamos apostando para o crescimento.

Combinado com isso, temos outro fator preocupante. O que acontecerá a partir de 2015 com o processo de renovação ou não das concessões?

Então, estamos tratando de algo que era importante a gente enxergar, por exemplo, e aí,com que roupa eu vou? Quem vai ser o operador desse 2015 a 2020, nesse crescimento que está acentuado?

Aí chego aqui e digo que vamos ter na prática, a gente dobra a nossa capacidade de energia eólica, por exemplo. Dobra, não, aumenta em sete vezes, perdão, em energia eólica. E aí fico me perguntando: o que eu faço com a Chesf, por exemplo? O que vai acontecer efetivamente?

Então, esse é um tema que também tem que estar nesse contexto. Estou falando da Chesf nos seus dois aspectos: tanto no aspecto da geração quanto no aspecto da distribuição. O que está em jogo neste momento, na discussão de 2015, envolvendo a Chesf, é algo que a gente pode tranquilamente traduzir para algo em torno de 80% a 86% da operação da Chesf em uma região. Então, se esse é um fator preponderante, ou seja, quem opera, aí o que diz aqui e me reporta sobejamente bem o representante do operador nacional, o que vou fazer com isso? Como vou tratar essa questão? Pura e simplesmente o seguinte: aplica-se a lei e um abraço, e nós vamos a partir de agora abrir um novo processo? Só para substituição? Nós devíamos ter um olhar a partir do que está colocado no plano decenal que precisaríamos abrir novas licitações ainda contando com a existência da Chesf em condições normais, sem um megawatt a mais. Mesmo assim, ainda precisamos crescer, pelas contas do plano decenal, 4,6%.

Então, as novas licitações deveriam, de certa maneira, estar focalizadas ou sintonizadas nesses 4,6%. Como eu faço a ampliação na minha oferta de energia associado a esse crescimento? Então, estou partindo do princípio de que vamos ter uma postura de pelo menos dizer: o que existe até 2015, que está no processo de renovação, em tese essas questões estão mantidas. Se com os atuais operadores ou se com novos operadores, pouco importa. Mas essa é uma situação.

Eu sou defensor, inclusive, de que devemos renovar. Essa é a minha opinião. Inclusive entrei com Emenda Constitucional buscando essa medida, até para ir ao encontro dessa posição de responsabilidade que foi aqui levantada, está pautada no nosso plano decenal.

Por último, quero tocar nessa relação que acho foi o Maurício que apontou: o que nos separa do mundo na condição de ser um país com energia limpa? Se a gente pegar a hidráulica, a eólica, a biomassa, ou seja, as fontes renováveis, estamos falando de algo extremamente animador, por conta da nossa ampliação. Ainda que a gente tenha uma queda, uma queda de 10%, coisa assim, nas hidrelétricas. Mas a gente enfrenta com as hidrelétricas um problema – e acho que

o Delcídio toca também nisso de forma mais enfática –, que é essa definição nossa entre o que é a própria questão das nossas hidrelétricas em operação hoje e as novas a fio d'água. É uma linguagem que não precisa mais repetir e tampouco falar de missa para vigários, mas o grande armazenador de energia chama-se lago. Portanto, sabemos que os lagos também são grandes provocadores da distorção entre o que chamamos de energia limpa quando hidro, ou o que se provoca do ponto de vista da natureza, não como sujeira, mas como alteração efetiva do habitat, da estrutura ambiental, ou seja, o próprio Delcídio chegou a falar, o tamanho e a dimensão de um lago na região Norte do País ou nosso Sobradinho, com o nosso "Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado" que foram embora, mais vidas, mais uma série de coisas. O próprio fator de regulação para enfrentar esses períodos de escassez ou coisa do gênero altera o curso natural da vida, todo rio corre para o mar. E a gente assiste a isso no São Francisco, um processo a partir inclusive de outros fatores que não só os fatores apresentados pelos lagos nessa região, é bom a gente lembrar isso, assoreamento e uma série de outras coisas, mata ciliar, todo o nível de prejuízo, mas a gente tem essa preocupação com essa área. Por isso acredito que a combinação ideal é a gente ter a oportunidade de expandir as diversas frentes para a gente atender a essa demanda de crescimento.

Eu continuo insistindo que debate sobre a questão da eólica é vital. Inserir nesse debate a questão da energia solar, mesmo com um debate de escala, é um negócio que a gente tem que enfrentar. Se ficássemos presos a escala, não estaríamos hoje com os sucessos de diversos leilões de eólica. Eólica tinha uma situação de escala em termos de preço muito pior que a energia solar quando iniciamos. Portanto, acho que é necessário romper essa barreira.

Acho fundamental que a gente aprofunde essa questão e vá ao encontro com o que está acontecendo com a nossa política de gás natural. Os dados apontam de 58 milhões para 150 milhões de metros cúbicos. Então, há esse potencial. E aí acho que é fundamental que a gente faça, meu caro Blairo, frente à frente, esse debate com a questão da utilização de termas, ampliação, a combinação de diversos fatores, enfrentemos o debate da questão nuclear. Não tenhamos nenhum medo de enfrentar isso.

Eu só continuo com a posição, que é uma posição muito crítica, a essa alternativa nossa pela nuclear, principalmente por alguns fatores que a gente ouviu agora há pouco serem tão bem colocados pelo Delcídio, mas que não temos a menor condição. Se Fukushima foi avisada, tratada como sendo um problema, e nada foi feito para enfrentamento das questões, imagine na nossa velha e conhecida Bahia ou Brasil, onde a gente tem problemas sérios do ponto de vista de ausência de políticas de defesa civil. Os senhores podem me dizer que nós conhecemos todos os riscos de uma energia nuclear. Legal! Nós conhecemos todos os riscos da operação, da manutenção e até do descarte da necessidade dessa troca para a energia nuclear. Agora, uma coisa com certeza eu posso afirmar: nós não conhecemos, em hipótese alguma, a nossa capacidade para lidar com problemas gerados a partir desses problemas da energia nuclear quando eles se apresentarem. Nós não conhecemos. Não acumulamos culturalmente nessa direção. Então, a prudência determina que a gente percorra outros caminhos, a gente pode ir para outras fontes alternativas. Promover o investimento e atender a essa demanda de energia sem que a gente se prepare para uma expectativa do que vai acontecer, se eu vou ter ou não condição de enfrentar os riscos que uma energia nuclear possa me causar. Portanto, essa é uma incerteza. Isso vai na linha da segurança que os senhores levantaram. Isso caminha na direção da diversificação que os próprios senhores levantaram. Então, é fundamental que, para a gente ter essa segurança e encontrar essa diversificação, a gente olhe exatamente outras formas de geração de energia para este momento que não a nuclear, e aí complete esse ciclo para que a gente possa cumprir pelo menos os 4,6%, os 190 bilhões até 2020. Insistindo aqui, em minha opinião, com a renovação de todas aquelas concessões que vencem em 2015.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra ao Senador Edinho Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, nobres convidados, eu não conhecia o Dr. Mário Menel, mas quero dizer-lhe que nós concordamos **ipsis litteris** com a sua tese da matriz energética de referência. É um tema que tenho defendido já há muito tempo, inclusive com o Ministro.

Em meu entendimento, temos que ter sim uma matriz energética diversificada e devem ser preestabelecidos os percentuais de participação e cada setor, com flexibilidade é claro. Mas devemos sim fazer um planejamento de longo prazo e dizer: eólica tem que participar com 10%, hidrelétrica tem que participar com 70%, tanto com tanto, tanto com tanto, e buscar aquilo como meta.

Nesse sentido sempre defendi leilões específicos. Eu acho que o leilão genérico, geral, onde todos os setores concorrem e o único critério é preço, para mim é um grande equívoco.

Então, você tem que ter leilões específicos para eólica, leilões específicos para energia que seja solar,

para citar um exemplo absurdo, leilões específicos para hidrelétrica, para PCH, leilões específicos correndo atrás da meta preestabelecida de participação de cada setor, que tem que ser muito discutido.

E aí já faço um outro adendo nessa colocação: só acho que isso é possível graças à equipe que hoje se encontra no comando desse processo todo. Percebe-se, e atentei muito a algo que o Tolmasquim falou, que hoje o critério de planejamento de governo é algo que nunca existiu, tanto é, afirmação dele, que de forma inédita na história brasileira nós temos dentro de um plano decenal 75% da meta de energia de dez anos já contratada, 46 mil megawatts já contratados. Isso é inacreditável. Não há como não parabenizar essa equipe que aí está, que propicia uma realidade como essa; 75% da nossa meta de dez anos já contratada é simplesmente inacreditável num País que nunca levou a sério o planejamento de médio e longo prazo.

Bom, vejo isso muito como consequência também da integração que houve recentemente entre EPE, OMS, Ministério de Minas e Energia, a própria Aneel, uma integração conversando entre os que operam o sistema, que estão planejando o sistema e os que estão vendo a política macro do sistema. Então, essa visão de futuro, percebendo a nossa realidade, é que hoje redunda em uma série de atitudes e medidas que vão dar 46 mil megawatts em dez anos já contratados.

Então, é preciso fazer esse registro, dar os parabéns a vocês, porque mostra que podemos não ser os melhores, mas estamos no caminho certo.

Eu, Presidente, não tenho como deixar de fazer o registro de que acho que essa atual política brasileira visando aos impactos ambientais e negando os grandes reservatórios para mim também é um grande equívoco. No momento em que a gente deixa de usufruir do grande potencial hidráulico que temos em nosso País, fazemos usinas hidrelétricas a fio d'água, deixando de produzir grandes quantidades de energia por conta do impacto ambiental, a gente deixa de ver também que estamos deixando de utilizar um potencial que nunca mais vai ser utilizado e estamos botando grupos geradores, emissores de muito mais poluição do que grande reservatório d'água.

Dr. Edmundo, sou inteiramente favorável, conforme o Presidente Delcídio falou, à geração termelétrica, mas como reserva. Se pudermos priorizar outros setores, que têm um custo de energia de seis a dez vezes menor e com impacto ambiental muito menor, cabe a nós, como responsabilidade, usarmos esses outros recursos, seja hidráulico, seja eólico, seja solar, seja de biomassa. Eu acho, sim, que os termoelétricos têm de existir como segurança do sistema, porque são rápidos de serem instalados, porque são eficientes e porque, agora, temos a matéria-prima em abundância, gás em abundância.

Então, dentro desse conceito todo, cada vez fica mais absurdo olharmos as dificuldades que o sistema de meio ambiente impõe ao sistema elétrico. Eu vejo a luta do Ministro das Minas e Energia, todo dia, com o grupo de instituições que compõem a preservação do meio ambiente no Brasil. Eu acredito que a solução seria termos, para analisar os projetos de energia elétrica, que é estratégica para o País, equipes dentro do sistema elétrico fazendo essas análises e não instituições fora que são burocráticas e que demandam anos, sendo, às vezes, mais tempo para analisar um projeto que para construir e instalar esse projeto no País. E o Brasil não pode esperar. Crescemos a 4%, 6% ao ano e precisamos de 4%, 6% de energia a mais por ano. É um assunto que, infelizmente, não podemos brincar com ele.

Vejo, claramente, que estamos em boas mãos de planejamento, em boas mãos de fiscalização, em boas mãos de política macro em relação ao sistema e, apesar de todas as intempéries, temos avançado e podemos comemorar – isto me saltou aos olhos, eu não sabia disto – que, num plano de dez anos, temos 75% contratados.

São essas as colocações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu vejo que a mesa é composta por uma gurizada, todos muito jovens. No tempo do pai de vocês, nós já brigávamos, no Rio Grande do Sul, com a questão do carvão.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se o carvão do Rio Grande do Sul estivesse em São Paulo, há muito tempo, ele estaria praticamente esgotado, porque não se discutiria essa matéria. Mas ele está no Rio Grande do Sul, na metade sul do Rio Grande do Sul e, então, há essa posição que, perdoem-me a sinceridade, hoje, é ridícula. Quando vemos a China montando uma termelétrica por semana – por semana –, quando vemos o mundo inteiro reconhecendo isso, é incompreensível o que está acontecendo. Por exemplo, houve uma decisão agora, na última reunião: no Maranhão, vão receber o carvão da Venezuela. O carvão da Venezuela pode entrar, mas o do Rio Grande do Sul não pode e o de Santa Catarina também não pode.

Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, tínhamos um problema gravíssimo quanto aos curtumes da lavagem do couro para fabricação de calçados. As empresas largavam todo aquele lixo nos rios. Eram quilômetros de distâncias. Não podíamos caminhar

por causa do cheiro. Eu assumi o Governo do Estado e dei um prazo de um ano: "Ou vocês equacionam o problema ou fecham". Eles não deram bola e, um ano depois, eu fechei os curtumes. Está provado. Hoje, é uma maravilha. A tecnologia existe e a poluição é zero. O problema é que eles estavam acostumados a determinado custo de produção. Se tivessem que fazer o combate à poluição, seria mais 15%; e, para eles, mais 15% seria ridículo; estão acostumados a jogar no rio: "A vida inteira nós jogamos no rio, por que vou gastar mais 15%?"

A poluição dos curtumes é zero porque eles sabem que, hoje, para construir um curtume, tem que ser aplicado mais 15%. E os 15% agora estão no custo da produção; quando vão fazer o projeto já se incluem os 15%. O carvão vai por aí.

Quando nós fomos lançar o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul foi um escândalo porque havia uma fábrica da Borregar que provocava um cheiro horrível que atingia Porto Alegre. Hoje, o pólo petroquímico está a 20 quilômetros de Porto Alegre. Gastamos um bilhão, o Rio Grande do Sul, para disputar o pólo e fazer a infraestrutura; e na época em que foi lançado, o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul era o mais moderno do mundo. Poluição zero. Fazem questão. Ali, ao lado do pólo, há uma folhagem enorme, abelhas estão ali e produzem um mel que é a propaganda do mundo do pólo petroquímico, porque, nas análises feitas, é o mel mais puro que existe. Ao lado do pólo. Então, hoje, discutir o problema do carvão, se é poluente, se não é poluente... O problema é de tecnologia que pode e tem condições de ser feita. Isso é evidente.

Outra coisa, a gente já sabe que essa usina de Belo Monte é a última grande hidroelétrica que vamos ter. Daqui para frente, vamos ter várias hidroelétricas, mas nenhuma como Itaipu, com essa grandeza. Não podemos resolver o problema do Brasil só com hidroelétrica. Então temos que buscar as várias fontes alternativas. E, dentro dessas, o carvão é uma realidade. O mais interessante é que está ali. A continuidade de Candiota terá custo ínfimo porque já está toda feita, será apenas uma ampliação. O custo será de 40% de uma empresa nova, uma termelétrica nova. Mas está lá, tem dinheiro para fazer; não é dinheiro do BNDES, eles já têm o dinheiro e querem fazer. Se até o fim do ano não disserem não, ele, que está cansado de esperar, vai aplicar o dinheiro em outro lugar.

A parte social, aquela metade do Rio Grande do Sul é pior que o Nordeste em termos de desenvolvimento; ela parou no tempo, parou no tempo. Aquela é uma região a que se deve dar a chance de se desenvolver, de crescer, de produzir, porque atrás da termelétrica vem uma série enorme de indústrias que vão se desenvolver. Aquela é uma região de miséria total.

Sinceramente, com todo o respeito ao Conselho, eu achei uma decisão grosseira, uma decisão que não tem lógica: "Deixe o carvão para mais tarde, não entra neste leilão". Não tem explicação, não tem explicação. Temos que olhar a Alemanha, a França, os Estados Unidos. Por que nos Estados Unidos pode, e ninguém discute? Ninguém discute. De repente, o Brasil, em questões de meio ambiente não tem lógica. Ninguém mais do que eu, ao longo da minha vida, eu sempre fui defensor do meio ambiente, sempre tive o maior carinho, sempre estive do lado, agora, ultimamente, não estou mais tanto do lado das entidades defensoras do meio ambiente. Até quando vi algumas aí com dinheiro americano tomando posições diferentes daquelas que eles tomam lá fora. Mas sou a favor dessas ONGs defensoras do meio ambiente. Elas são defensoras desta tese de que nós temos que olhar com profundidade uma questão assim, mas há momentos em que, com todo o respeito, não consigo entender. O senhor foi de uma clareza total. Agora, diz o meu querido amigo: "Espero que o teu pai não pense como tu."

Tem que esperar. Eu acho também que temos que aproveitar o carvão, mas o carvão tem que ficar na espera. Na espera. Está há 50 anos na espera e ele quer mais 50. Não tem lógica. Nós, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, consideramos uma bofetada a decisão tomada; nós consideramos uma bofetada a decisão do Conselho com relação ao carvão. Não tem explicação. Ali, na mesma decisão, o Maranhão, com a maior alegria, recebe o carvão que vem da Venezuela. Esse pode? Trazer o carvão da Venezuela, esse pode; pagar o frete da Venezuela até aqui, pode. Agora, ali, na boca da mina, sem gastar um centavo, é a coisa mais barata que tem, sai dali e aplica ali do lado, esse não pode. É muito engraçado isso.

Mas digo, com toda a sinceridade, que não ouvi o seu pronunciamento e não posso falar. Lamento muito. Mas nós estávamos na Comissão de Constituição e Justiça. Aqui nós só trabalhamos terça, quarta e quinta; amanhã já vai todo mundo embora. Então nós temos que estar aqui, o Delcídio já chegou atrasado porque estava em uma comissão e já saiu, foi para outra, porque amanhã não tem mais ninguém aqui. Se o senhor quiser vir conversar amanhã podemos conversar o dia inteiro que não tem problema. Mas também não tem Senador. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço, Senador Pedro Simon.

Na quinta de manhã, ainda é deste jeito. Há uma correria aqui. Agricultura, Meio Ambiente, Infraestrutura, Relações Exteriores... Eu tenho que me desdobrar em cinco pela manhã para dar conta de tudo. Mas o senhor tem toda a razão. Depois acontecem essas coisas, como na semana passada, quando apareceu

na televisão dois Deputados aprovando um monte de projetos. Infelizmente, há 300 comissões funcionando ao mesmo tempo. Espero que pelo menos o carvão de Candiota sirva para fazer churrasco, Senador Pedro Simon? Serve para fazer churrasco ou não? O carvão de Candiota?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Então, vamos fazer churrasco.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, vou ser bem rápido, até porque estou vendo que são quase 14 horas.

Ontem, foi o dia em que a embaixada da Alemanha comemorou o aniversario da unificação, que foi no dia 3 de outubro. E, lá, eu perguntei sobre o aspecto energético da Alemanha. Lamento que o Senador Delcídio não esteja aqui. Disseram que eles pensam, por um lado, reduzir o consumo, coisa em que a gente nunca pensa, mudar o fator técnico PIB energia, energia PIB. Segundo, que pensam fontes alternativas de energia, inclusive projetos que parecem megalomaníacos, como produzir energia solar fora e trazer energia elétrica. Terceiro, pensam em comprar energia usando gás e outras matérias de outros países com grandes redes de transmissão. Eu digo para falar que discutimos aqui matriz energética, alguém falou em calibrar bem dentro da matriz. Mas por que não discutir também calibragem da matriz energética em relação ao produto? Por que não discutimos dois aspectos: como produzir o mesmo com menos energia e até como consumir menos energia.

E até como consumir menos produtos. Eu gostaria que apagassem a luz por uns instantes. Todas.

Se nós estivéssemos entrado aqui já com esta luz, seria capaz de estarmos enxergando bem. Pode acender. Mas, se em vez dessas tão fortes, houvesse algumas mais leves dava para funcionar bem aqui. Seria capaz até de o Dr. Tino Ventura, não o filho, o pai, que foi o maior oftalmologista de Pernambuco nos anos 60, e um dos maiores do Brasil, dizer que seria melhor para nós sem esta iluminação tão forte nos olhos da gente. Mas não é só isso. Se abríssemos estes janelões, e vejam que tiraram metade das janelas, eu garanto que a gente não precisaria de ar condicionado, a não ser alguns poucos dias em Brasília – não na minha Recife, na Recife do Altino, mas Brasília certamente não precisaria – aqui e no resto deste edifício, se a gente tivesse pensado em adaptar a arquitetura dele à realidade energética.

Então a minha primeira pergunta é se não é possível tentarmos calibrar, casando matriz energética do ponto de vista da sua engenharia com a matriz socioeconômica do ponto de vista da necessidade de energia. Este País demonstrou que isso é possível quando ocorreu o apagão, e nós reduzimos o consumo de energia sem mexer na matriz produtiva. Então esta é a primeira pergunta: se nós trabalhássemos a matriz de consumo não seria possível reduzir a demanda por energia? Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é sobre energia nuclear. Minha pergunta é bem simples: o que aconteceria no Brasil se, durante os próximos 20 ou 30 anos, não construíssemos nenhuma outra central energética. Não falo em fechar as que estão em funcionamento. O que aconteceria de dramático no Brasil, se nós suspendêssemos a construção de novas, investindo mais ainda em pesquisa sobre energia nuclear, tanto do ponto de vista da engenharia civil, quanto do ponto de vista do que fazer com os resíduos. Mas investir em pesquisa sem construir novas. Essas são as duas perguntas que faço aqui, deixando clara a minha satisfação de ver aqui dois codiscípulos na Mesa, um meu codiscípulo na Escola de Engenharia de Pernambuco; e outro codiscípulo nos estudos sobre meio ambiente e energia, graças ao professor Ignacy Sachs, na França.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Senador Cristovam.

Só para descontrair, Senador, se em determinado ambiente de alguma empresa estiver meio escuro – aqui não, o Ministério do Trabalho não vem –, mas ele multa a empresa por baixa luminosidade na sala porque faz mal para as pessoas. É um problema sério.

Foi solicitado aqui à presidência que o Maurício falasse primeiro porque ele tem compromisso e precisa viajar. Então, com a aquiescência dos demais, passo a palavra ao Dr. Maurício e, na sequência, volto a palavra ao Dr. Altino.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador, eu realmente tenho que pegar um vôo e agradeço esta possibilidade. Acho que foram levantados aspectos muito importantes nesta Mesa pelos Senadores e eu gostaria de responder a algumas das questões não sei se a todas, mas pelo menos abordar algumas das questões.

Eu queria primeiro dizer o seguinte: o Brasil é um País espetacular do ponto de vista energético. Quando a gente sai para falar aí fora dá um orgulho danado. Por quê? Nós temos a matriz energética mais renovável do mundo; 45% da nossa matriz é renovável; no mundo, apenas14%. Se formos falar de energia elétrica, este orgulho aumenta porque 90% da geração de energia elétrica no Brasil vem de fontes renováveis; no mundo, apenas 18%. A principal fonte de energia elétrica no mundo é o carvão, com 41%; no Brasil, o carvão representa menos de 2%. Isso faz – e é verdade – com que em termos de emissão de ga-

ses efeito estufa do setor elétrico, o Brasil emita..100 vezes menos DO que a China e os Estados Unidos, que são os maiores emissores. É claro que, ao olhar isso, a gente pode falar: bom, então existe um espaço enorme para o Brasil emitir mais; já que a gente emite menos, a gente tem um crédito, e o Brasil pode emitir mais. Ou a gente pode falar: já que a gente emite pouco, o desafio é saber se a gente pode crescer dessa maneira. É claro que podemos olhar isso de duas maneiras, mas, mal ou bem, o Brasil tem lugar de destaque no mundo. E o Brasil vai aumentar este destaque no mundo porque ele vai ser grande produtor de petróleo, grande exportador de petróleo. A gente vai ficar numa situação meio paradoxal: o Brasil vai ser o primeiro grande exportador de petróleo que tem matriz renovável. Isso aparentemente é contraditório. Não é. A gente, no que diz respeito aos automóveis, a gente tem o etanol; portanto, a gente vai aumentar a produção de petróleo, mas não necessariamente vai aumentar o consumo de gasolina proporcionalmente; e, no setor elétrico, a gente tem uma série de fontes.

O Brasil tem uma situação que é a ideal de qualquer planejador: ele tem abundância de escolha. Você vai à China; ela cresce e tem que instalar um Brasil de capacidade nova de geração por ano, e eles só têm o carvão para colocar; então eles não têm outra opção, não têm escolha. O Brasil tem escolhas a fazer, e essa é uma situação bastante confortável.

Eu queria tranquilizar e dizer que o Brasil não pode nem irá abdicar de construir termelétricas. É necessário ter termelétricas na matriz. A gente não pode funcionar apenas com a matriz de fonte que depende apenas da natureza porque a natureza, em algum momento, falha. Em algum ano não se terá tanta chuva, em algum ano o vento não vai soprar da maneira como se esperava; a safra da cana pode não se dar... Então, a gente precisa ter uma combinação entre fontes renováveis e algumas termelétricas. Então, a termelétrica tem um papel. Apesar de que a gente tem uma situação das renováveis, sabe, Senador Cristovam, muito interessante. Os ventos sopram mais forte no Brasil quando a hidrologia está pior; e a safra da cana ocorre no período de maio a novembro, quando a hidrologia está pior. Então, temos fontes renováveis que se complementam entre si, o que é muito interessante. Mas, mesmo assim, pode falhar, e é claro que a gente precisa ter termelétrica. Se a gente tiver uma quantidade de termelétrica na matriz a gente vai ter que manter esta combinação entre termelétricas e fontes renováveis. Isso é necessário. Então, as termelétricas não estão excluídas da nossa matriz.

Agora, o plano tem que indicar as prioridades. E o que acontece? O Brasil só utilizou um terço de seu potencial hidroelétrico; dois terços não foram utilizados. É claro que a gente não vai poder utilizar tudo porque 60% desses dois terços estão localizados na Amazônia, que é um bioma, uma região riquíssima, que tem biodiversidade riquíssima e que teremos de preservar. Então, uma parte desse potencial a gente vai poder aproveitar, outra parte a gente não vai poder utilizar. Mas ainda tem uma parte que dá para usar. Então, a gente ainda tem espaço para crescer ali em Tapajós e outros locais que podem crescer.

Então, a gente coloca no plano aquelas usinas que, se a gente não colocar, não serão nem consideradas pelo meio ambiente com possibilidade de obtenção de licença, porque, pelo novo modelo, a gente só pode colocar no leilão usinas que tenham licença ambiental. Quando se construiu o novo modelo a gente colocou isto: vamos acabar com o faz de conta. No Brasil se davam concessões para uma porção de usinas, o empreendedor pagava um ágio enorme, nunca saía a licença ambiental, você achava que o planejador ficava tranquilo porque achava que estava no papel aquilo que tinha concedido, mas nunca saía do papel. Então, é melhor fazer o seguinte: só licita se tiver licença ambiental; é melhor não licitar do que licitar e não sair. Aí o que a gente faz? A gente põe no plano – tem uma projeção da demanda – as usinas, sabendo que para algumas das usinas que a gente colocou pode, eventualmente, não sair a licença ambiental. Quando não sair, qual é a primeira opção? É a questão das térmicas para cobrir essa possibilidade.

É claro que a gente tem uma discussão: que térmicas são essas? Há várias possibilidades: pode ser uma térmica a gás, pode ser uma térmica a carvão, pode ser uma térmica a óleo, etc.

No Brasil, o gás era um problema, porque algum tempo atrás havia escassez de gás. Graças ao pré-sal a gente descobriu o gás. Então, agora o gás está disponível. A gente tem uma situação que em termos de emissões, uma térmica a gás emite metade de uma térmica a carvão. Apesar de já haver tecnologias para poder reduzir o enxofre, os particulados de uma térmica a carvão, ainda não existe tecnologia para reduzir a emissão de CO_2. Isso ainda não foi solucionado. Há uma possibilidade de pôr em cavernas, mas isso ainda não está aprovado. Essa é uma coisa que não tem solução.

Ao mesmo tempo, foi votada no Congresso uma lei que põe um limite para as emissões no Brasil e há um decreto que põe um limite por emissões por setor. Hoje, de certa forma, nós, os planejadores, estamos limitados pelo que está colocado numa lei e num decreto. Para a gente poder mudar, teria de mudar essa lei e esse decreto para, eventualmente, podermos alterar e dizer: vamos mudar e não vamos considerar as emissões como um limitador.

Eu queria também chamar a atenção para o que foi dito pelo Senador Pedro Simon, com relação à térmica, que há uma térmica a carvão entrando. Duas térmicas foram leiloadas antes da lei, uma no Maranhão e outra... não lembro em que Estado. Elas são anteriores à lei que limita as emissões. Depois da lei, não houve nenhum leilão que contratasse térmicas a carvão, senão seria meio estranho a gente contratar em um Estado e não contratar em outro. Isso não teria muito sentido.

Então, a gente tem uma situação que é... em termos de abastecimento do sul, agora vamos construir uma linha de transmissão que vai aumentar muito o intercâmbio com o sul do Brasil. Além disso, há um sistema que permite ampla competição e sair muitas fontes competitivas. A situação é a seguinte: do ponto de vista regional, há toda uma justificativa para se explorar térmicas a carvão no sul do Brasil, porque cria emprego na região, vai criar desenvolvimento da região, como qualquer fonte acaba criando. Se você puser energia eólica na Bahia, vai criar lá desenvolvimento lá; se puser uma térmica a gás no Rio, vai criar desenvolvimento lá; se puser uma hidrelétrica em certa região vai criar desenvolvimento lá. É claro que há uma justificativa regional que é totalmente razoável. Do ponto de vista energético, não existe necessidade, no momento, para aquela fonte. Por quê? Porque, do ponto de vista nacional, temos até 2014 um excedente de mais de cinco mil megawatts de média, o que significa que atende a quase dois anos de crescimento do País. Do ponto de vista regional, a gente tem certo equilíbrio com o intercâmbio e, do ponto de vista ambiental, temos uma limitação imposta pela lei.

Então, a situação é esta: uma fonte que do ponto de vista regional tem uma justificativa, mas do ponto de vista energético não se mostra necessária e do ponto de vista ambiental ela não se mostra conveniente. Aí é que fica a questão que a gente tem...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu queria ver o senhor defender essa tese se o carvão estivesse lá em São Paulo. Duvido que o senhor dissesse isso.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Talvez não tivesse a lei. É verdade. Talvez...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O máximo que o senhor faria seria ficar em silêncio, sem dizer nada.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Eu sei.

Senador, talvez se tivesse em São Paulo, talvez não tivesse tal lei. É verdade. Talvez não houvesse a lei nem o decreto. O senhor tem toda razão.

Nós hoje temos que atender... Foi uma decisão do Congresso. Equivocada ou certa, foi uma decisão que saiu...

Estou dizendo isto, que temos essa limitação. Agora, mudando, é claro que, sem dúvida alguma, o carvão é uma fonte que poderá entrar como uma das alternativas possíveis.

Espero...

Não sei se ficaram algumas questões relativas.... ficaram sim.

Meu caro Senador Cristovam, eu concordo. Acho que, sem dúvida alguma, a melhor fonte, a que tem menor impacto é aquela que a gente não produz. Se a gente puder produzir o mesmo nível de bem-estar com o menos consumo de energia, você tem uma redução do impacto e aumento do bem-estar. Agora tem que se perseguir seja mudança do padrão de consumo, sejam melhorias tecnológicas, melhorias de eficiência.

Porém a gente tem de saber que o nível consumo *per capita* no Brasil ainda é muito baixo; em média é 2.300 quilowatts/hora por habitante. Nos Estados Unidos o consumo *per capita* é de 14.000 quilowatts/hora por habitante. É claro que a gente não pode ter os Estados Unidos como paradigma porque é uma sociedade que desperdiça, etc. O consumo *per capita* do Brasil é menor, por exemplo, que o do Chile e o da Argentina.

No Plano Decenal estamos projetando que em dez anos o consumo *per capita* do Brasil se igualará ao consumo *per capita* do Chile, o consumo de hoje e não o consumo *per capita* do Chile daqui a dez anos. Então, a gente tem, ao mesmo tempo – eu concordo –, um desafio enorme de melhorar a eficiência, principalmente nas classes médias. As classes médias no Brasil consomem de modo muito parecido com o da classe média americana; são muito perdulárias. Não é como o modelo europeu, que é um modelo...

Agora no Brasil a gente tem dois brasis: uma classe média que consome de maneira perdulária e, por outro lado, uma gama enorme da população que consome muito pouco e que agora está aumentando a renda e, é claro, quer ter acesso ao consumo.

Então, acho que a gente tem um desafio: reduzir o consumo dessa classe média – não reduzir de maneira mandatória, mas talvez com campanhas, etc –, que tem um consumo perdulário, mas sem esquecer que a gente tem de aumentar a oferta de energia para atender a toda a inserção da classe...

O SR. WALTELR PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Há dois aspectos aí, não só o déficit para essa outra parcela da sociedade – há a questão de o que significa para o Brasil a gente universalizar –, e outra qual é a diferença para essas nações, como a Alemanha e os Estados Unidos, e o que significa para nós, por exemplo, a utilização de energia para a gente desenvolver, inclusive, para as camadas de baixa renda. Esse balanço tem de ser feito levando em consideração isso. Onde é que dá para apertar? E onde é que, efetivamente,

a gente tem que aumentar a oferta? Se a gente fizer só a tábula rasa no sentido de fazer economia, vamos perpetuar a desigualdade no Brasil, do ponto de vista do acesso e de oportunidade.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Acho, Senador... Eu concordo.

Por isso que eu falo que as duas coisas são necessárias. Eu acho que é possível, sim – concordo –, aumentar a eficiência energética, melhorar, mas isso não deve ser usado como argumento para a gente não expandir oferta de energia, porque se a gente não expandir, vai faltar energia. Então, são as duas coisas que têm de ser feitas *pari passu*. A gente tem de melhorar a eficiência do equipamento, tentar educar para evitar os desperdícios que existem, mas sem se iludir que isso será suficiente para o Brasil crescer. Quer dizer, nós precisaríamos aumentar a oferta de energia e ter a discussão, que já temos aqui, para saber qual é a melhor maneira de atender a isso.

Não sei se ficou...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E a energia nuclear? O que aconteceria se não...

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – A questão da energia nuclear é outra questão importante. O Brasil tem a sexta reserva de urânio do mundo. É um dos poucos países que tem urânio e que domina a tecnologia de enriquecimento. Há três países que têm urânio e que dominam a técnica de enriquecimento: o Brasil, os Estados Unidos e a Rússia.

A curto prazo, nos próximos dez anos, nos próximos vinte anos, eu não diria que do ponto de vista energético a energia nuclear é uma necessidade, porque há outras fontes, mas ela pode ser uma necessidade no futuro. Por quê? Porque a hidrelétrica vai se esgotar, outros recursos vão se esgotar. Então ela pode ser necessária. Então não me parece razoável a gente fechar a porta a essa tecnologia, porque ela pode ser necessária para o País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas eu fiz questão de dizer que tem de investir mais nas pesquisas. A pergunta foi muito clara: o que aconteceria se nós não construíssemos nenhuma outra nos próximos dez, quinze, vinte, trinta anos?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – O que eu estou querendo dizer, Senador, é o seguinte: do ponto de vista energético, o Brasil tem muitas opções no momento; no futuro, pode ser necessária.

Então, a questão é a seguinte: para acompanhar essa tecnologia, é claro que a gente pode investir só em P&D, mas o setor, para ter certo dinamismo, às vezes precisa ter alguma planta em construção, em movimentação para poder ter um grupo de técnicos funcionando em torno dele.

Por isso nós tínhamos colocado no plano quatro plantas até 2030, justamente para ajudar o Brasil a manter essa competência tecnológica. É claro que essas quatro plantas, de mil megawatts cada uma, do ponto de vista energético, tem um significado muito pequeno. Hoje é muito pouca energia nuclear. Ela continuará, mesmo se essas quatro plantas vierem a ser construídas, muito pouca. Mas elas permitiriam ao Brasil manter o domínio da tecnologia. Essa é uma decisão que está na mão do Ministério e sobre a implementação dessas quatro plantas, ou não e acho que essa é uma questão que vai ser vista.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Dr. Maurício Tolmasquim.

Nosso Presidente, Delcídio do Amaral, precisa sair. Tem um almoço, assim como quase todos nós, ele só quer se despedir rapidamente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria cumprimentar todos. Junto com o Senador Walter Pinheiro, tenho um almoço de bancada. Então, vamos ter de nos retirar.

(Manifestação fora do microfone.)

Quero agradecer esta oportunidade.

Já que o Tolmasquim falou em linha de transmissão, isso obviamente é muito importante na otimização, na interligação de regiões, para aproveitar as sazonalidades diferenciadas, mas linhas de transmissão terão problemas também e têm problemas também.

Recentemente estive conversando em São Paulo sobre a Usina de Jirau, que vai entrar...acho até que vão antecipar a motorização. A sorte é que vão testar as máquinas através do famoso pré-Madeira, porque as linhas não ficaram prontas. Não é fácil. Eu fiz linha de transmissão na época em que tudo podia. Nós fizemos Tucuruí-Vila do Conde; Tucuruí-Marabá; Marabá-Imperatriz; Imperatriz-Presidente Dutra e vai por aí afora.

Hoje essa questão ambiental cria uma série de dificuldades na implementação de linhas de transmissão .

Quanto ao mérito, eu concordo absolutamente, mas podemos preparar o couro porque vamos ter problemas com linhas de transmissão também. Isso já está se mostrando, está muito nítido a partir de agora e até pegando alguns projetos, vemos as dificuldades que foram enfrentadas.

Quero agradecer-lhe, Presidente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

É isso mesmo, Senador, é o governo apanhando do governo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – O engraçado é que todos nós sentamos e reclamamos e não fizemos nada para mudar, porque se alguém pode mudar é esta Casa.

De fato, o País vem passando, na infraestrtutura, por problemas ambientais. Não que não se queira fazer aqui, há toda uma complicação. O mais importante e eu pergunto aos senhores são da área de energia se há algum projeto que deixou de sair em face das questões ambientais. Depois de anos e anos, acaba saindo.

Então, essa questão ambiental ajuda a atrapalhar muito, porque impedir ela não tem impedido. A gente tem que adequar, mas é uma coisa que esta Casa tem que discutir.

Quero passar a palavra ao Dr. Altino, para que ela faça as considerações finais.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Dado o adiantado da hora, vou tentar ser bem rápido. Vou pontuar alguns aspectos colocados aqui por outros palestrantes e pelos ilustres Senadores.

Eu diria o seguinte, primeiro, o Ministério de Minas e Energia não poderia ser o promotor de todas as fontes de energia do País.

Um dos itens a que fiz referência é a política de diversificação das fontes energéticas, quer dizer, o País deve utilizar todas as suas fontes. É um país continental, tem fontes específicas de algumas regiões. Então esse é um aspecto muito relevante de que nós queremos fazer a diversificação da nossa matriz energética.

Em relação à participação de térmica, veja, a configuração do Plano Decenal, que vai de 2011 até 2020, que vem desde uma configuração de 2010, chega em 2011 com 180 mil megawatts em números redondos. Desses 180 mil megawatts, 55 mil são de usinas térmicas – derivados de petróleo, carvão, biomassa, nuclear. Então, o nosso sistema já tem uma participação térmica atual e no Plano terá essa participação térmica que terá um papel muito relevante para contornar as dificuldades que foram apontadas aqui.

Então, esse é um ponto em que o Ministério de Minas e Energia tem uma política clara, onde o espaço da geração térmica está assegurado na configuração atual e na expansão ao longo dos próximos dez anos.

Essa é a primeira mensagem que eu gostaria de deixar aqui.

Segunda, o carvão mineral é a fonte mais importante para produção de energia elétrica no mundo.

O SR. LOBÃO FLHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – Pronto. Agora, o pessoal ficou feliz, pela primeira vez.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Quarenta e um por cento da energia elétrica que o mundo usa vem do carvão mineral, por várias razões: é abundante; os preços são mais ou menos estáveis; é transportável a longa distância de forma econômica; a questão ambiental de emissão de enxofre está controlada; a questão do CO_2 ainda não está controlada, porque há emissão do CO_2. Fazendo uma complementação, Senador Pedro Simon, a China, se considerarmos as usinas de 600 megawatts de carvão mineral, está instalando duas centrais nucleares por semana. Nos últimos quatro anos, terminados em 2009 – é outro dado estatístico que temos –, a China instalou 1.300 megawatts por semana durante quatro anos, de forma sustentável.

Da energia elétrica que o gigante chinês usa, 80% vêm do carvão mineral. Então, o Ministério de Minas e Energia não pode deixar de considerar essa fonte, a qual aparece no Plano Decenal.

Veja bem, está mais que dobrando a capacidade instalada em centrais de carvão mineral no Plano. A expansão que está ocorrendo no Plano se compõe de quatro usinas de carvão mineral. Uma é Candiota III, que entrou em operação agora, em 2011, de carvão nacional; e as outras três são usinas de carvão importado, na região Nordeste, que são as usinas Porto do Itaqui, Porto do Pecém I e Porto do Pecém II.

Isso tudo foram decisões, como foi falado pelo Presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, antes da nossa legislação, a lei de mudanças climáticas, de dezembro de 2009. E o decreto de regulamentação não proibiu a inclusão de usinas térmicas a carvão, mas sinalizou para onde a expansão do sistema brasileiro deveria ocorrer: claramente em termos de hidrelétrica, fontes renováveis, eólica, biomassa e ampliação do uso do biocombustível.

Paralelamente a essa lei que conduziu a essa mudança... Porque a partir de dezembro de 2009, com a mudança do Ministério de Minas e Energia, acatando uma orientação que veio do Congresso Nacional, nós não colocamos as usinas a derivados de petróleo e carvão mineral nas licitações, nesse momento. Paralelamente a isso está havendo iniciativas do Congresso Nacional.

Nós temos aqui um projeto de lei da Câmara dos Deputados, que foi lido agora, na sessão de agosto de 2011, que altera a Lei nº 10.848 proibindo a inclusão de usinas térmicas a carvão mineral no território brasileiro, seja nacional, seja importado. Então, o debate está ocorrendo dentro desta Casa. O autor é o Deputado Washington Reis.

Então, veja, estamos recebendo os sinais do Congresso de orientações que o Poder Executivo deve seguir. Nós não somos contra o carvão mineral, tanto que o nosso Plano Nacional 2030 tinha uma previsão de expansão do carvão mineral. Então, acho que o Congresso Nacional teria que dar sinais mais convincentes, para que o poder concedente, o Ministério de Minas e Energia, pudesse desenvolver a implantação

de uma fonte importante como é o carvão mineral. Mas, no contexto atual, estamos seguindo uma legislação, como falou muito bem o Presidente da EPE.

Bom, outros pontos foram colocados aqui muito importantes. Um é se a economia brasileira crescer mais. Nós achamos que esses 5% são uma taxa de crescimento que representa o potencial estrutural do Brasil, que está, nos anos recentes, crescendo um pouco menos pela influência da crise internacional. Se crescer mais do que 5% e mantivermos esse plano, não vai ter energia.

Então, como o planejamento é um trabalho dinâmico, todo ano nós refazemos o plano e temos possibilidade de captar esse crescimento e antecipar as obras de tal maneira que não falte energia no Brasil. É um processo dinâmico em que o planejamento responde com muita eficiência. Se nós tivermos crescimento de 7% e não 5%, nós vamos captar e planejar obras para atender a esse mercado. Esse é um ponto de referência.

Eu queria falar sobre um aspecto muito interessante que se relaciona com a colocação do meu ilustre colega da escola de engenharia. Eu agradeço as palavras que ele proferiu de referência ao meu pai, inclusive; um elogio ao grande oftalmologista pernambucano. E me lembrou a escola de engenharia, que dá saudade para todos nós. Ele falou dessa questão da nuclear e da eficiência energética.

Veja, o Brasil tem uma das legislações mais rigorosas do meio ambiente que existe no mundo. Essa legislação está levando algo que realmente dá para refletir sobre se devemos exagerar dessa forma. O Brasil tem o terceiro ou quarto maior potencial hidrelétrico do mundo: 260 mil megawatts. Esse recurso energético é de um valor imenso. Onde existe recurso hidrelétrico, os países aproveitaram praticamente todo.

Desses 260 mil megawatts que o Brasil tem, no planejamento atual, dentro das restrições da nossa legislação – não estou criticando a legislação, não; é uma opção que a sociedade adotou –, nós só consideramos 180 mil megawatts e 80 mil estão localizados em terras indígenas, reservas florestais, parques nacionais e, em alguns casos, não se pode nem estudar qual é esse recurso. Desses 180 mil, já existem avaliações com indicações de que se conseguirmos instalar 150 mil, é muito. Será um esforço para conseguir esses 150 mil.

Então, o que está acontecendo é que o potencial hidrelétrico brasileiro, dependendo dessa restrição ambiental e da evolução do crescimento do PIB e do mercado de energia elétrica brasileiro, esgota-se entre 2020 e 2030. Se nós tivéssemos de dizer qual é esse horizonte, eu diria que dentro de mais uns 15 anos não teremos novas hidrelétricas para serem construídas.

Nesse momento, a hidrelétrica é que atualmente representa a base de fornecimento de energia para o País. Precisa ter uma fonte que seja a base. Eu mostrei que 50% da ampliação do programa nos próximos dez anos é em cima da hidreletricidade. Quando se esgotar, teremos de identificar outra fonte ou mais de outra fonte.

Essas fontes, com a tecnologia de hoje no Brasil, serão o gás natural, dependendo do montante que seja identificado no pré-sal; carvão mineral e nuclear. E o País deverá ter a sabedoria de escolher entre essas três fontes. Então, a posição do Ministério de Minas e Energia não é de construir novas usinas além de Angra III.

O plano que prevê quatro usinas está sinalizando para fazermos os estudos de localização, de qual a tecnologia, de como integrar essas usinas no nosso sistema. E uma atividade é o que a gente está chamando de estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental, para permitir uma decisão, no futuro, dependendo de como esse contexto vá se situar.

Para responder objetivamente à pergunta do Senador Cristovam Buarque, eu diria o seguinte: o Brasil pode adiar o programa nuclear, não sei se 30 anos; mas como temos riquezas de fontes primárias de energia para atender às nossas necessidades, acho que poderíamos fazer um adiamento e partir para utilizar outras fontes, inclusive as fontes complementares, como biomassa, eólica, etc.

Não devemos fechar a porta a essa opção. O nosso País é grande, continua crescendo, precisa de energia e a nuclear é uma fonte que poderá ter um papel no futuro. Acho que o prosseguimento do programa passa por uma discussão ampla sobre essa opção e vê como o mundo vai fazer, porque é muito fácil a Alemanha tomar uma decisão de desligar todas as nucleares, como já fez há alguns anos, por uma razão eleitoral, porque o Partido Verde é muito forte, e decidir desligar em 2020, com o processo eleitoral agora e comprando energia nuclear da França.

No próprio Japão, que teve o problema, a sociedade japonesa está – digamos – rejeitando a solução nuclear, pois 30% da energia que o Japão utiliza vêm de energia nuclear e aquele país não tem outra opção. Não tem hidrelétrica, derivado de petróleo, eólica. Então, de repente tirar 30%... O primeiro-ministro japonês já disse que não poderiam abrir mão da energia nuclear. Então, acho que nós não devemos fechar a porta.

Concordo integralmente com a posição do Senador de que devemos investir em pesquisa, desenvol-

vimento tecnológico; acompanhar a questão da segurança. Na nova geração de nucleares a segurança é muito maior. Estou fazendo referência ao AP1000. Quer dizer, então, o seguinte: não devemos fechar a porta. O que não quer dizer que iremos construir nucleares. Isso tudo vai passar por um debate muito amplo.

A questão da eficiência energética é fundamental. O Senador tocou num ponto extremamente importante, que é a questão da relação entre a economia, o PIB e a energia. Vejam, o Brasil, como tinha uma energia de baixo custo, muitas opções, desenvolveu um parque industrial de fontes eletrointensivas que consome uma quantidade enorme de energia, como alumínio, por exemplo, inclusive com subsídio. Isso não acontece mais. A relação entre o crescimento do mercado de energia e o PIB, que antes era uma elasticidade de 1,2, 1,5 etc, hoje está mais ou menos próximo de 1. O Brasil hoje está fazendo um uso mais nobre da energia. O nosso consumo *per capita*, como foi dito pelo Tolmasquim – não vou repetir os dados dele –, é muito baixo. Estamos planejando para 2020 um valor semelhante ao que o Chile tem hoje, metade do que a Espanha tem hoje e por aí vai.

Agora, adotar medidas de eficiência energética é fundamental. Quando veio o racionamento, a sociedade brasileira percebeu o quanto de desperdício nós tínhamos. Conseguimos reduzir 20% o consumo de energia sem dar um impacto proporcional à economia dessa redução de 20%. Quando acabou o racionamento, desses 20%, a sociedade brasileira só retornou 5% – 15% eram desperdício e mudanças de hábitos culturais. As pessoas que trocaram as suas lâmpadas por outras mais eficientes não voltaram a usar lâmpadas incandescentes. Para algumas pessoas que tinham *freezer* em sua cozinha – tive depoimentos deste tipo –, o *freezer* virou um armário na cozinha, porque é um grande consumidor de energia e o Brasil não precisa estocar alimentos, congelando-os à temperatura muito baixa, nessa linha de usar iluminação natural, na questão da refrigeração.

O Brasil tem vários programas na linha da eficiência energética. Vários. Alguns com resultados já concretos. Poderíamos fazer mais? Poderíamos fazer muito mais e deveríamos fazer muito mais, mas estamos com o programa de substituir integralmente as lâmpadas incandescentes, a nossa lei de eficiência energética está completando dez anos e nós já elevamos os índices de eficiência de vários equipamentos. Hoje, a sociedade brasileira, quando vai comprar um refrigerador, quando vai comprar um ar-condicionador, olha o selo Procel e procura o equipamento que tenha menos consumo de energia para o mesmo serviço prestado. Então, é uma série de medidas que estamos adotando de incorporar eficiência energética. A nossa meta de redução do consumo de energia elétrica, no ano de 2030, no nosso planejamento de longo prazo, é de 10%, ou seja, daquilo que os brasileiros iriam consumir de energia, vamos tirar 10% através de programas de eficiência energética, metade dos quais já são adotados pela sociedade normalmente, se não fizermos nada, e, para a outra metade, é preciso uma ação do Estado. Por exemplo, na região Nordeste, é preciso fazer com que sejam retirados os chuveiros elétricos, que é um equipamento que consome muita energia, um equipamento meio perdulário. Então, temos feito muita coisa.

Agora, eu não posso deixar de fazer um depoimento aqui: tínhamos de fazer muito mais. Então, a colocação do Senador Cristovam Buarque é importante, porque, na eficiência energética, a sociedade não tem tanta demanda. As empresas querem é vender mais energia, porque é a atividade-fim dela. Então, existe todo um contexto cultural que é difícil, mas, apesar disso, temos feito alguma coisa e temos conseguido alguns resultados bem significativos.

Eu gostaria, só para encerrar, de repetir um pouco as colocações do Presidente da EPE, Tolmasquim: o Brasil tem uma situação privilegiada, pois temos abundância de fontes primárias. Dos países de grande porte, é o único que tem condições de se manter autossuficiente e, inclusive, de ser um exportador de energia a longo prazo, com fontes nacionais, tecnologia nacional e uma grande parcela de fontes renováveis que têm baixas emissões de gases de efeito estufa. Temos de ter a sabedoria de como combinar esses fontes de tal maneira que se tenha o melhor para a sociedade brasileira, ou seja, ter a energia que os brasileiros precisam, com a confiabilidade, com custos baixos e com maior efeito multiplicador na economia, com a criação de empregos novos e desenvolvimento tecnológico. Nós temos uma situação energética tranquila e podemos ficar todos tranquilos. Temos rumos através das políticas energéticas que estão estabelecidas.

Então, seriam essas as palavras com que eu gostaria de complementar a minha intervenção, tentando abordar alguns dos temas que foram levantados nesta reunião.

Considero que a reunião foi muito rica. Acho que foram reflexões importantes que o Ministério de Minas e Energia vai considerar na sua atividade de planejamento e de formulação das políticas energéticas para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço o Sr. Altino.

Consulto os Srs. Senadores se ficou alguma coisa sem resposta porque também os nossos convidados já estão aqui se movimentando para ir embora.

Antes de finalizar a reunião, só quero fazer uma observação, não é uma pergunta. Como o nosso sistema energético está tão interligado com outros sistemas que, muitas vezes, não aparecem como é a questão do bagaço da cana. Vamos a 10% da geração de energia a partir do bagaço da cana. Às vezes a gente vê na imprensa e às vezes a gente vê o governo retroceder um pouquinho na questão do álcool, a gente vê os usineiros preocupados com questões econômicas. Então, para vocês perceberem que se o setor agrícola, do álcool, do etanol e do açúcar, for mal, a gente vai ter um problema sério na questão da energia e exatamente um problema onde todo mundo diz que é mais seguro, que é na questão da termelétrica. Seguro em termos, porque a gente tem muitas variáveis na economia.

Eu gostaria de deixar aqui para o Ministério e para os demais também uma sugestão que vai na direção das termelétricas. Aqui na região do Centro-Oeste, temos muitas PCHs sendo implantadas, e com exceção do rio Juruena, do Teles Pires, lá em cima, todos eles têm um decréscimo muito grande na geração de energia na época da seca, mas também nós temos uma quantidade de terras muito grande e que são terras marginais. Temos discutido muito aqui, na questão do Código Florestal, de como ocupar essas terras para a geração de alguma coisa, já que para produção de alimentos e para própria pecuária elas têm grandes deficiências, mas não têm deficiência e é muito propícia à produção, por exemplo, de uma matéria-prima para a energia que é o eucalipto.

Então, talvez, o Ministério pudesse pensar, com tempo, obviamente, em nós substituirmos, ou melhor, na falta da energia elétrica, no período de seca, nós pudermos entrar com termoelétricas também a partir de eucaliptos. Nós teríamos um ganho ambiental de ocupação dessas áreas, teríamos uma diminuição de consumos de outros tipos de combustível mais caro, e nós poderíamos pensar em fazer uma complementação, na falta de energia, na seca, com a entrada de biomassa que se pode plantar ao longo do tempo e que acho que é bastante eficiente.

Claro que depende de fazer conta, ajeitar um programa, pensar num tipo de Proinfa, mas acho que vale a pena pensar em termos uma complementaridade nessa questão da energia hídrica com a energia de biomassa nas regiões em que se tem muito espaço para produzir e com terras relativamente baratas.

Quero agradecer a presença de todos, aqui em nome da nossa Presidente Lúcia Vânia, que não pôde estar presente hoje, e dizer que a reunião foi muito produtiva e esperamos os senhores em outras oportunidades.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia quatro de outubro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, e, em seguida, do Senador Lindbergh Farias, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Paulo Bauer, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado, Valdir Raupp, Roberto Requião e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 46ª, 47ª e 48ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 106 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2011, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a

discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Item 2– Aviso nº 49 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica a constatação de irregularidades em operação de crédito realizada pelo Município de Montenegro – RS", tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece relatório pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49 de 2011, com remessa do referido Aviso e desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal ao Ministério da Fazenda; ao Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Montenegro (RS) e aos respectivos Poderes Legislativos; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; ao Tribunal de Contas da União; ao Ministério Público Federal; e ao Ministério Público Estadual. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49 de 2011, com remessa dos referidos Aviso e Parecer, mediante ofício da Presidência do Senado Federal ao Ministério da Fazenda, ao Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Montenegro (RS) e aos respectivos Poderes Legislativos; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; ao Tribunal de Contas da União; ao Ministério Público Federal; e ao Ministério Público Estadual. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 355 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Flexa Ribeiro. O Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 4– Projeto de Lei da Câmara nº 106 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado José Carlos Machado, que "altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer a seus usuários certidão anual de quitação de débitos", que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 55 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (normas para comercialização de produtos e serviços do consumidor)"; 75 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (proíbe a cobrança indevida de encargos diversos na cobrança extrajudicial ao consumidor inadimplente)"; e 99 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Walter Pinheiro, que "acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências (diminui para um ano o limite de retroação de débitos, junto a empresas fornecedores)"; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 42 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor"; e 54 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "cria limites para os serviços de proteção ao crédito inscrever em seus bancos de dados informações relativas aos consumidores e dá outras providências"; tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta, ao PLC nº 55 de 2009 e à Emenda nº 1, de autoria do Senador João Vicente Claudino, apresentada ao PLC nº 55 de 2009, pela prejudicialidade dos PLCs nºs 75 e 99 de 2009 e dos PLSs nºs 42 de 2007 e 54 de 2009, e pela rejeição do PLC nº 106 de 2007. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assume a Presidência o Senador Lindbergh Farias. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Armando Monteiro e Cyro Miranda. O Presidente Eventual da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 208 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "acrescenta inciso XVII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades escolares, em instituições de ensino superior, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do

Projeto. Item 6– Projeto de Lei da Câmara nº 41 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado José Pimentel, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2008 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2008 – Complementar, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2008 – Complementar, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. Em 27/9/2011 foi concedida Vista Coletiva da Matéria. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Lindbergh Farias. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro e 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam", tendo como Relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. O Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designa o Senador Cyro Miranda *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, a apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 2 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Em 01/07/2009, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 302 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que "efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Após a leitura do relatório, a apreciação da Matéria é adiada. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes", tendo como Relator o Senador Hum-

berto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 583 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "acrescenta § 3º ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para autorizar a aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso de estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio", tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. Após a leitura do relatório, a apreciação da Matéria é adiada. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 358 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "cria a Área de Livre Comércio no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6-CDR. Após a leitura do relatório, a apreciação da Matéria é adiada. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 185 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás", tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. O Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência designa o Senador Paulo Bauer Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, a apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprecia, ainda, o seguinte item extrapauta: Requerimento nº 73 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmo. Sr. Edison Lobão, e do Governador do Estado de Goiás, Exmo. Sr. Marconi Perillo, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 45 de 2011– CAE e que a referida audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 73 de 2011-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 74 de 2011. O Requerimento n° 67 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer a inclusão do nome do Sr. Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda, entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20 de 2010-CAE. O Requerimento n° 68 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública para debater o tema "A crise financeira internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira", com a presença do Sr. Paulo Nogueira Batista Jr., Economista, Professor e Diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Requerimento n° 69 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "O modelo macroeconômico brasileiro e a crise mundial, dando ênfase na política monetária e seus custos fiscais", com a presença do Sr. Amir Khair, Consultor. O Requerimento n° 70 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Desindexação de contratos públicos, inclusive a desindexação de títulos públicos cuja remuneração está referenciada na taxa de juros Selic", com a presença do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, Professor da Fundação Getúlio Vargas – SP. O Requerimento n° 71 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública com a finalidade de debater investimentos públicos da União e o primeiro balanço do PAC 2, com a presença da Exma. Sra. Miriam Belchior – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Requerimento n° 72 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública para debater o tema "Royalties do petróleo e finanças públicas das três esferas de Governo", com a presença Sr. Mauro Osorio, Doutor em economia e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Requerimento n° 74 de 2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer realização de audiência pública para debater o limite anual de faturamento das médias empresas brasileiras para o enquadramento no sistema de tributação de Lucro Presumido, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto – Secretário da Receita Federal do Brasil; Senhor Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC; e Senhor Robson Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –

Senador **Lobão Filho,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sob as bênçãos de Deus, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo que o Poder Executivo remeteu a esta Comissão três mensagens de empréstimos: uma, para o Espírito Santo (Mensagem nº 129, de 2011); uma, para Minas: (Mensagem nº 131, de 2011); e para a União (Mensagem nº 130, de 2011).

Não puderam ser incluídas nesta pauta em virtude de terem chegado a esta Comissão ontem, mas vou lê-las, porque isso será votado na quarta-feira.

Primeira mensagem:

MENSAGEM Nº 129, DE 2011

Autoria: Presidência da República.

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Rodoviário do Espírito Santo.

Segunda mensagem:

MENSAGEM Nº 130, DE 2011

Autoria: Presidência da República.

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$107.332.500,00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas.

Terceira e última mensagem:

MENSAGEM Nº 131, DE 2011

Autoria: Presidência da República.

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até €100.000.000,00 (cem milhões de euros), entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e o KFW, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Despoluição da Bacia do rio Paraopeba.

Tendo sido lidas as três mensagens, daremos início à pauta, perguntando aos Senadores presentes se há algo em contrário na inversão de pauta, colocando-se o item nº 6 como primeiro item da pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem discorde, passamos ao item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41 DE 2009

– Não terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados.

Autoria: Deputado José Pimentel.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

O relatório é contrário ao projeto.

Passo a palavra, agora, ao Senador Armando Monteiro para proferir seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 41, oriundo do Projeto de Lei (PL) nº 421, de 2003, de autoria do Deputado José Pimentel.

Composto por dois artigos, o PLC nº 41, de 2009, em seu art. 1º, acrescenta art. 60-A à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que o devedor em recuperação judicial arrende parte de seus ativos ou os confira em comodato a uma cooperativa de empregados vinculada ao próprio devedor e criada justamente para receber tais ativos, nos termos do plano de recuperação previamente aprovado pelos credores.

Tal arrendamento ou comodato de ativos, que tem por destinatária a cooperativa de empregados, não implicará sucessão trabalhista e tributária, ou seja, estará livre das obrigações do devedor derivadas da legislação do trabalho ou de natureza tributária.

O art. 1º do PLC nº 41, de 2009, sugere, ainda, parágrafo único ao novo art. 60-A da Lei nº 11.101, de 2005, para permitir que a cooperativa de empregados possa, após sua regular constituição, admitir novos associados.

O art. 2º encerra cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter o projeto.

Passamos, agora, à análise.

Análise.

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque observa o princípio da proporcionalidade em matéria econômica. De fato,

a transferência de ativos à cooperativa de empregados, a título de arrendamento ou comodato, sem que esta assuma nenhum passivo trabalhista ou tributário, contribui para a correta e louvável recuperação dos ativos, comprometidos que estão pelo passivo vinculado, o que contribui sobremaneira para a efetivação da função social da propriedade e da empresa (CF, art. 170, inciso III). Ademais, a cooperativa de empregados contribuirá para a manutenção das atividades na empresa em recuperação, o que fomenta a busca do pleno emprego (CF, art. 170, inciso VIII).

A análise deste projeto pela Comissão de Assuntos Econômicos está em consonância com o art. 99 do Regimento Interno desta Casa (incisos I e IV), segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre tributos, assuntos que compõem o objeto do projeto em análise.

A boa técnica legislativa foi observada: não há inclusão de matéria diversa ao objeto da Lei nº 11.101, de 2005, e as expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

Quanto à juridicidade, entretanto, há vício no projeto, porque não inova o ordenamento jurídico.

A solução apresentada pelo projeto – assunção, a título de arrendamento ou comodato, de ativos do empregador pela cooperativa de empregados, sem que haja sucessão trabalhista ou tributária – não necessita ser incluída no ordenamento jurídico, porque já está prevista nos arts. 50 e 60 da legislação vigente (Lei nº 11.101, de 2005).

O art. 60 permite que a transferência de ativos ao adquirente seja realizada sem assunção do passivo trabalhista e tributário, desde que o ativo vendido represente uma filial ou uma unidade produtiva isolada.

E o art. 50, apesar de expressamente não mencionar a cessão de ativos a uma cooperativa de empregados, permite que formas diversas das previstas nesse artigo possam ser utilizadas como meio de recuperação judicial, e então está implicitamente admitida pelo ordenamento jurídico em vigor a sucessão de ativos a uma cooperativa de empregados.

E, a despeito de ser meritório, o projeto não deve ser aprovado por falta de juridicidade, porque se enquadra num caso típico de prejudicialidade diante do ordenamento jurídico em vigor, especialmente com relação aos meios de recuperação judicial previstos na conhecida Lei de Falências. Assim, formalmente e perante as normas regimentais, deve-se concluir, estritamente, pela rejeição do projeto.

Por todo o exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, é contrário ao projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta. Da mesma forma, como iniciamos com o Item 6, que passássemos agora ao Item 7, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Nós vamos passar agora ao Item 2, que precede, tendo em conta a presença do Senador José Agripino; logo a seguir, passo ao Item 7.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, quero pedir a V. Exª, se for possível, até porque o Relator não se encontra presente, para retirar de pauta o Item 8 (PLS nº 62 de 2008), que tem como autor o Senador Fernando Collor e Relator o Senador Roberto Requião.

Esse projeto diz respeito a transferir parte do Cfem sobre os minerais para um fundo: o Fundo do Exército.

Nós estamos discutindo aqui na CAE... Inclusive vou pedir a V. Exª depois para aprovar um requerimento nosso, porque, à semelhança da audiência que aqui estava aprovada, aprovamos outra idêntica na CI em conjunto com a CAE. Essa audiência será realizada na quinta-feira próxima, às 9 horas; E vamos pedir apensamento desse projeto já que trata do mesmo assunto de outros que estão tramitando sobre uma reestruturação do Cfem sobre os minerais para que nós possamos apensá-lo.

Então eu pediria que fosse retirado de pauta o Item 8.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa, infelizmente encontro dificuldades em atender seu pedido, pois o Senador Fernando Collor me ligou ontem pedindo que fosse colocado em pauta e votado o projeto dele hoje. Sendo ele o autor

e não estando presente, e o Relator, Senador Roberto Requião, também não estando presente, regimentalmente tenho dificuldades de atender o pedido de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para retirá-lo de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então V. Exª vai mantê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Terei que mantê-lo e designar Relator *ad hoc* para ler o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu vou fazer um encaminhamento de um requerimento de apensamento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – De qualquer maneira, ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se houver quórum, vou pedir vista para dar tempo de...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Já foi concedida vista na última reunião pedida pelo Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Lobão, eu tenho, inclusive, um voto em separado. Vocês sabem que esse projeto que cria o Fundo do Exército mexe, inclusive, na participação especial dos *royalties*. Nós já estamos no meio desse grande debate envolvendo o Senado e a Câmara. E reduz de 40% para 30% a participação dos Estados. Se tivermos que votar... O ideal era retirar da pauta, porque nós estamos numa grande discussão envolvendo Governo Federal e tudo. Mas se não for possível...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Só o autor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Se não for possível, nós apresentaremos voto em separado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Lindbergh, nosso *sheik* da Opep brasileira, está muito preocupado, e com razão, porque nós não queremos avançar sobre o que é do Rio de Janeiro; nós queremos distribuir o que é dos brasileiros. Mas V. Exª vê que esse projeto do Senador Collor vai de encontro a algo que nós estamos discutindo já de forma bastante intensa sobre os *royalties* do petróleo e vamos iniciar a discussão da questão do Cfem dos minerais.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Acho extremamente meritória a sua intervenção e a sua preocupação. A questão é só regimental. Mas V. Exª declinou que vai fazer um requerimento e eu vou colocá-lo em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu fui distinguido com a relatoria do Item 3 (PLS nº 355), mas, como tenho que acudir o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, se V. Exª pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Eu perguntaria ao Senador José Agripino, que tem a precedência do Item 2.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não. O Senador José Agripino tem precedência em tudo, precedência geral. Ele é um precedente nato.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Antes de conceder a palavra ao Senador José Agripino, gostaria de propor a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 46ª, 47ª e 48ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passamos ao Item 2.

ITEM 2

AVISO Nº 49 DE 2011

– Não Terminativo –

Comunica a constatação de irregularidades em operação de crédito realizada pelo Município de Montenegro (RS).

Autoria: Ministro de Estado da Fazenda.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49 de 2011, com remessa do referido Aviso e desse relatório, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda; ao Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal de Montenegro (RS) e aos respectivos Poderes Legislativos; ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; ao Tribunal de Contas da União;

ao Ministério Público Federal; e ao Ministério Público Estadual.

Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria, antes de dar ciência à Comissão do meu parecer, de dizer que, por uma questão de correção, fiz o meu parecer chegar ao conhecimento da Senadora Ana Amélia para que ela pudesse funcionar como interlocutora junto ao Município de Montenegro. Tudo isso para que ele não fosse surpreendido com os dados desse Aviso. S. Exª manteve os devidos contatos e me liberou para apresentar o parecer, o que agora faço. Então, foi dada a oportunidade ao Município de Montenegro, que resolveu adotar providências outras no sentido de preservar os seus direitos. É um direito da Prefeitura de Montenegro. Contudo, a Senadora Ana Amélia diligenciou no sentido de dar conhecimento à Prefeitura de Montenegro da providência que o Aviso aqui mencionado enseja em matéria de apreciação pelo Senado Federal de uma atitude dura em relação ao Município de Montenegro.

Na verdade, trata-se de apreciar os termos do Aviso nº 49, de 2011, em que o Ministro de Estado da Fazenda comunica ao Senado irregularidades na contratação de operação de crédito pelo Município de Montenegro com o Estado do Rio Grande do Sul.

Nos termos desse comunicado do Ministro de Estado da Fazenda, o Município de Montenegro (RS), o Estado do Rio Grande do Sul e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 13/05/1997, celebraram o Convênio de Aquisição, Compensação e Parcelamento de Créditos e Débitos.

A PGFN, por meio dos pareceres PGFN/CAF/Nº 1999/2010, PGFN/CAF/Nº 2121/2010, PGFN/CAF/Nº 2164/1010, entendeu que, ao celebrarem o Segundo Termo Aditivo em 15/06/2004, o Município de Montenegro (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul realizaram operação vedada pelo art. 35 da LRF, na medida em que houve postergação de dívida contraída anteriormente, de maneira que o contrato deve ser considerado nulo e cancelado, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 da LRF.

No meu parecer faço uma análise e concluo com o voto, que submeto a esta Comissão.

Em face do exposto, e em conformidade com os arts. 90, inciso X, e 133, incisos III e V, d, do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos o nosso Parecer pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49, de 2011, com remessa do referido Aviso e deste parecer, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, aos seguintes órgãos: Ministério da Fazenda, Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Montenegro (RS), respectivos Poderes Legislativos; Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas da União, Ministério Publico Federal e Ministério Público Estadual.

Este, o parecer e o voto, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador José Agripino.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem deseje discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador José Agripino.

As Srªs e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 49, com remessa do referido Aviso e deste parecer, mediante ofício da Presidência do Senado Federal, aos seguintes órgãos: Ministério da Fazenda, Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Montenegro (RS), respectivos Poderes Legislativos; Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas da União, Ministério Publico Federal e Ministério Público Estadual.

Em resumo, trata-se de aviso em que o Ministro do Estado da Fazenda comunica irregularidades na contratação de operação de crédito pelo Município de Montenegro com o Estado do Rio Grande do Sul.

Passamos agora ao Item 3 da pauta.

ITEM 3

– Não terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355 DE 2011

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei, cuja epígrafe acaba de ser lida por V. Exª, tem por objetivo dar mais transparência à gestão dos fundos da Reserva Global de Reversão.

Não foram apresentadas emendas ao projeto e, conforme salienta a autora do projeto, a ilustre Senadora Lúcia Vânia, a Reserva Global de Reversão (RGR), encargo cobrado dos consumidores de energia

elétrica, deveria ter sido extinto em 31 de dezembro de 2010. No entanto, o Governo Federal, mediante medida provisória aprovada nesta Casa, conseguiu prorrogá-lo até 2035, alegando que o setor elétrico não pode prescindir desses recursos.

Já que o encargo foi mantido – contra o voto, aliás, do PSDB e do Democratas –, é imprescindível que, ao menos, se garanta a alocação eficaz de montante significativo, hoje da ordem de R$ 16 bilhões.

Desde a criação do fundo, a gestão está a cargo da Eletrobrás. Ocorre, contudo, que a empresa acumula também a função de decidir os beneficiários dos recursos. A Eletrobrás tem concentrado as aplicações em empresas por ela controladas, em detrimento de outras. Portanto, o objetivo precípuo do projeto é o de evitar, doravante, esse conflito de interesses.

Para tanto, a proposição retira da Eletrobrás a função de gestora dos recursos da RGR e passa essa atribuição a outra entidade, a ser determinada pelo Poder Executivo. Exige-se dessa entidade que não seja controladora de concessionária de serviços públicos de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica. No mais, ela continuará desempenhando o mesmo papel que a Eletrobrás tem cumprido até os dias de hoje.

Parece-nos extremamente oportuna tal iniciativa. A neutralidade na gestão é o mínimo que se exige de encargo tão oneroso para o consumidor brasileiro.

Em decorrência do exposto, somos pela aprovação do projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto. Antes, porém, quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pela iniciativa. Acho que é projeto extremamente correto, justíssimo.

Nós aprovamos há pouco tempo uma medida provisória que prorrogou até 2035 os recursos relativos à Reserva Global de Reversão. O que a Senadora quer é tirar a gestão desses recursos – o projeto é muito bem relatado pelo Senador Aloysio Nunes – da Eletrobrás, colocando numa entidade que, de acordo com o projeto, deverá ser definida pelo próprio Executivo e com critérios transparentes, determinando uma parte, que também deverá ser decidida futuramente, para ser aplicada na eletrificação rural.

Considero o projeto extremamente meritório, mas, pela sua importância, estamos nos deparando com o mesmo hoje, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão filho. Bloco/PMDB – MT) – Concedida vista. Vista coletiva ao Senador Cyro Miranda e também, subscrevendo, ao Senador Flexa Ribeiro.

Passamos, agora, ao Item 7, de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin, esperando que o Senador Aloysio Nunes não se vingue, pedindo vista também. (*Risos*.)

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2008 – Complementar

– Não terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Conclui, preliminarmente, pela reautuação do PLS nº 432, de 2008-Complementar, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS.

Com a palavra a Relatora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Como V. Exª bem falou, Sr. Presidente, já passou pela CAS e a proposta modifica a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, de modo a permitir o saque dos recursos acumulados na conta individual do Fundo de Participação PIS-PASEP quando o titular ou qualquer de seus dependentes for portador de doença grave, a ser definida em regulamento.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

Análise.

O PIS-PASEP é um fundo contábil de natureza financeira criado em 1975, pela Lei Complementar nº 26, de 1975, e é constituído com os recursos do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. Desde 1989, deixou de contar com os recursos provenientes da arrecadação de contribuições, já que o art. 239 da Constituição Federal de 1988 deu-lhes outra destinação: o custeio do Programa do Seguro-

-Desemprego, do abono salarial e de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Assim, o fundo de participação representa hoje um estoque de recursos sem fluxo de novos aportes, a não ser os ingressos oriundos das aplicações financeiras efetuadas.

Ademais, constitui um patrimônio que pertence apenas aos trabalhadores cadastrados no PIS-PASEP até outubro de 1988.

Em outras palavras, as contas de participação no PIS-PASEP representam patrimônios individuais que geram créditos sob a forma de rendimentos, enquanto não há o saque das quotas.

Os rendimentos anuais correspondem a juros de 3% ao ano mais o Resultado Líquido Adicional (RLA), de acordo com o saldo das quotas existentes na conta de participação PIS/PASEP do trabalhador. Tais rendimentos podem ser sacados anualmente, no período estabelecido, de acordo com o calendário de pagamentos divulgado.

Com relação ao saque de quotas, este é possível apenas em caso de morte do trabalhador; aposentadoria comum e por invalidez; transferência para a reserva remunerada ou reforma, no caso de militares; AIDS; neoplasia maligna; benefício assistencial a idoso ou deficiente; e idade igual ou superior a 70 anos.

Entre 2009 e 2010, foram registrados 14 milhões de rendimentos. Já os saques de quotas somaram apenas 540 mil, com a seguinte distribuição: aposentadoria: 382,4 mil; morte: 87,7 mil; invalidez e reforma: 12,3 mil; neoplasia maligna: 13,3 mil; idade igual ou maior que 70 anos: 8,5 mil; transferência para a reserva: 46 mil; AIDS: 2,8 mil; outros: 13 mil.

Do exposto, conclui-se que os rendimentos anuais distribuídos aos trabalhadores são sobremaneira pequenos quando se contempla a magnitude das aplicações e do patrimônio do fundo de participação vis-à-vis as elevadas taxas de juros presentes na economia brasileira. Além disso, as hipóteses de saque são limitadas, não contemplando, de fato, a doença grave em geral, mas apenas a neoplasia maligna e a AIDS, o que não se justifica.

Diante do exposto, conclui-se que a inclusão da doença grave dentre as hipóteses que dão direito ao saque dos recursos acumulados na conta individual é favorável aos trabalhadores e não trará qualquer ônus importante ao Fundo PIS-PASEP, razão pela qual deve ser apoiada.

Cabe, ressaltar, entretanto, que a partir do § 2º do art. 239 da Constituição Federal, foi conferido à Lei Complementar nº 26, de 1975, *status* de lei ordinária. Assim sendo, a partir da disposição constitucional, as modificações dessa lei têm que ser empreendidas mediante legislação ordinária.

Esse aspecto é importante, pois a tramitação de leis ordinárias confere particularidades importantes ao Poder Legislativo, tal como poder terminativo às comissões de cada Casa. Nesse sentido, observamos inadequação quanto à forma de autuação da proposição, registrada como projeto de lei do senado complementar.

O voto, portanto, como V. Exª relatou, é no sentido de requerer ao Presidente do Senado Federal, preliminarmente, na forma do art. 133, V "d" do Regimento Interno do Senador Federal, a reautuação do PLS nº 432, de 2008 – Complementar, a fim de que seja alterado de Projeto de Lei Complementar para Projeto de Lei Ordinário.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – A matéria está em discussão.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, lendo aqui a justificação do projeto de lei formulada pelo Senador Sérgio Zambiasi, vejo uma contradição.

Diz a justificação, à página 122 do nosso avulso:

> A Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, não menciona doenças entre as hipóteses de saque das contas do PIS/PASEP. Todavia, a Constituição Federal é clara ao afirmar, no § 2º do art. 239, a necessidade de que os critérios de saque sejam previstos em lei específica.

É o que diz o autor do projeto.

Logo em seguida, o autor esclarece qual o objetivo da sua proposição. É que as hipóteses de doença que dariam ensejo ao saque, dado o cenário epidemiológico em constante mudança, deveriam ser previstas por regulamento, não por lei.

Ora, é uma contradição. Se a Constituição diz que as hipóteses de saque têm que ser previstas por lei, como pode o projeto que estamos examinando atribuir ao regulamento essa definição.

Então, acho que essa contradição precisaria ser melhor elucidada, coisa que não tenho condição de fazer neste momento, Senadora. E sem que isto seja visto, de modo algum, como represália a V. Exª, que não merece nenhuma represália por ter exercido seu direito de pedir vista de um projeto que relatei anteriormente, vou pedir vista para que a gente possa examinar com maior cuidado, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – E eis que o legítimo direito da vingança foi exercido. *(Risos.)*

Concedidas vistas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Jamais eu me vingaria da Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma Senadora exemplar e uma colega...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Alguém gostaria de pedir vista coletiva?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva. Vou mediar aqui o pedido de vista.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não. Está correto, está correto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não há nada, nenhuma... Apenas percebo que há uma contradição. E mais, se me permitir, Sr. Presidente: existem hipóteses, já, hoje, na legislação, existe possibilidade de saque prevista na legislação e em outros regulamentos que seria importante a gente conferir para ver se esse projeto ainda é atual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Eu passaria agora a um item terminativo, apenas para leitura, já que não há quórum. Trata-se do Item 14, da Senadora Lídice da Mata, que está presente e pediu uma inversão de pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta § 3º ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para autorizar a aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso de estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige o quórum qualificado. Portanto, passo a palavra à Relatora para leitura do Projeto.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Relatório.

Em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 583, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Composto de dois artigos, o projeto acrescenta parágrafo ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para tratar da utilização das receitas oficiais e das doações realizadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas esferas municipal, estadual e federal.

O art. 1º do PLS acrescenta § 3º ao citado artigo do ECA, com a renumeração dos parágrafos seguintes. O dispositivo inserido estabelece que parte dos recursos dos fundos deve ser destinada à *aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso dos estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio*.

O art. 2º dispõe que a lei em que se transformar o projeto deve entrar em vigor na data da sua publicação.

O projeto foi distribuído à análise da Comissão de Educação Cultura e Esporte (CE), onde obteve parecer favorável com uma emenda de adequação terminológica, e desta CAE, para decisão em caráter terminativo.

Análise.

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a CAE está legitimada a opinar sobre assuntos de natureza econômica, entre os quais se incluem fundos públicos como os fundos vinculados à proteção da infância.

Em esfera federal, o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) foi instituído pelo art. 6º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e conta com um aporte múltiplo de financiamento. No entanto, a destinação dos recursos angariados é deveras restrita e vinculada. A esse respeito, conforme o disposto no § 1º-A do art. 260 do ECA:

Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar, bem como as regras e princípios relativos à garantia do direito à convivência familiar previstos nesta lei.

Na sequência, o § 2º do citado dispositivo constrange os Conselhos, nas três esferas administrativas, a estabelecer critérios de utilização de tais recursos, por intermédio de planos de aplicação das receitas do

Fundo, aplicando ainda percentual para a guarda de órfãos ou abandonados, segundo ditame do art. 227, § 3º, VI, da Carta Magna. Ademais, pelo § 5º do art. 260 do ECA, o FNDCA

[...] não desobriga os Entes Federados à previsão, no orçamento dos respectivos órgãos encarregados da execução das políticas públicas de assistência social, educação e saúde, dos recursos necessários à implementação das ações, serviços e programas de atendimento a crianças, adolescentes e famílias, em respeito ao princípio da prioridade absoluta estabelecido pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo **caput** e parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Assim, a nosso ver, a destinação de recursos dos fundos à aquisição de materiais e equipamentos de informática para estudantes, ainda que de escolas públicas, encontra duplo óbice. Em primeiro lugar, o § 1º-A do art. 260 do ECA estabelece a prioridade das verbas para a promoção da convivência familiar, sem que nenhum aspecto educacional, muito menos escolar, tenha ali sido levantado. Em segundo lugar, no § 5º do art. 260 da mesma norma impõe-se aos entes federados o dever de resguardar, em seus orçamentos, os recursos necessários às políticas públicas na área da educação.

Parece-nos cristalina a incompatibilidade entre a proposição e as determinações legais que orientam os fundos em questão. A propósito, em que pese o fato de o autor arguir, em sua justificação à iniciativa, que o princípio da prioridade previsto no art. 227 da Constituição Federal alcança a educação, a aquisição de material de informática não pode, nem de longe, ser equiparada à *garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola*, consoante previsão do art. 227, § 3º, III. A educação, nos termos do citado art. 227 da CF, não pode ser tomada ou substituída por material acessório no processo de escolarização de crianças e adolescentes.

A medida sugerida pelo projeto afigura-se como uma possível ingerência em recursos que se prestam fundamentalmente à assistência social, área que já é objeto de consideráveis restrições orçamentárias. O ECA institui a proteção integral à criança e ao adolescente em termos de direitos humanos, que podem também incluir a educação, mas não com precedência sobre outros direitos. A regulamentação dos fundos, pensados para valorização social e humana das crianças e adolescentes, não veda a destinação desses recursos à educação, mas há de se entender que este campo tem fontes próprias e mais substanciais, que podem ser acionadas para a aquisição de materiais e equipamentos de informática para as escolas.

Com efeito, os recursos consignados aos fundos devem ser destinados às ações de amparo à criança e ao adolescente, especialmente mediante repasse a entidades que prestam atendimento na área. Relembre-se que a educação é uma das poucas áreas sociais com recursos vinculados, nos termos do art. 212 da Constituição Federal (CF). Esse dispositivo da CF obriga a União a aplicar, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados e Municípios nunca menos de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Além disso, a educação básica conta ainda com as verbas da contribuição social do salário-educação.

Adicionalmente, do ponto de vista da gestão, em si, a mudança proposta interfere na autonomia dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente situados nas esferas dos entes federados. São estes que, a partir de prioridades localmente definidas, e pautados pelas mais prementes necessidades sociais detectadas em relação às crianças e adolescentes em sua jurisdição, detêm a decisão final sobre uso dos recursos dos fundos.

Cumpre lembrar, por fim, que o Ministério da Educação (MEC) dispõe de programa voltado às necessidades de inclusão digital dos alunos da educação básica. Trata-se do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), que dota escolas públicas com equipamento e acesso à rede mundial de computadores. Estima-se que, até 2010, o programa já tenha atendido 57 mil escolas. É de se esperar que, uma vez consolidado, o PBLE melhore as condições de inclusão digital das crianças e adolescentes matriculados em nossas escolas públicas.

Pelas razões expostas, é forçoso apontar o potencial lesivo da medida aos fundos de proteção da infância, o que mitiga os benefícios educacionais na proposição. Assim, a despeito da boa intenção e da especialidade da douta CE, permitimo-nos abrir divergência com o parecer ali aprovado.

Sr. Presidente, peço licença também aos Srs. Pares, aos dignos Pares desta Comissão para apelar no sentido de não aprovação deste projeto.

O Fundo de Defesa da Criança e do Adolescente foi constituído para programas, volto a dizer, específicos de socorro às políticas de proteção à criança e ao adolescente.

Hoje, o Ministério da Educação e mais o Ministério da Ciência e Tecnologia já dispõem de programas específicos de fortalecimento à inclusão digital

da criança dentro da escola, permitindo que o fundo destinado à proteção da criança e do adolescente, o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, possa se destinar especificamente àquilo que a lei já ali decidiu em sua atribuição.

Portanto, eu peço ao nosso Plenário que vote pela rejeição.

Infelizmente, não vamos poder votar imediatamente, mas faço apelo para que aqui nós possamos, na hora da decisão, decidir pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Falta apenas um Senador para que possamos ter quorum, razão por que eu adio a discussão e a votação desse projeto, passando para o Item 1 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu fui alertado pelo Senador Flexa Ribeiro de que a conclusão do parecer da Senadora Grazziotin se detém numa preliminar, pedindo a reautuação do projeto de lei que ela relatou, e não a sua aprovação como levava a crer toda a argumentação anterior.

Eu me distraí por alguns minutos, exatamente no momento em que ela lia a conclusão, para poder conferir a justificação do projeto.

De modo que, sendo essa a conclusão da nobre Senadora, eu desisto do pedido de vista para que o projeto seja reautuado, e depois discutiremos o mérito quando ele voltar para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então o Senador Flexa também tem que retirar o pedido de vista, bem como o Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na hora. Eu acompanho o meu Líder, Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, eu colocaria a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin, encerro a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela reautuação do PLS nº 432, de 2008, a fim de que o projeto seja alterado de complementar para ordinário.

Então, passando novamente ao item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 106 DE 2011

– Não terminativa –

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2011, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório é favorável. Nós recebemos o encaminhamento do Banco Central sobre a Programação Monetária do terceiro trimestre de 2011. Nessa Programação Monetária, o Banco Central aponta o esforço feito no sentido de conter a inflação, de trazer para o centro da meta a inflação, faz análise e demonstra todos os procedimentos necessários. Não vou ler o relatório, porque já foi distribuído, e o parecer é favorável.

Portanto, somos a favor da aprovação da Programação Monetária para o terceiro trimestre, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu voto favoravelmente, com reservas, porque os esforços a que se refere o Ilustre Relator ainda não mostraram seus resultados concretos. Pelo contrário, existe uma profunda inquietação do povo brasileiro em relação ao descontrole da inflação.

Desse modo, voto favoravelmente com essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, com a devida reticência do Senador Aloysio Nunes.

Passo, a seguir, ao Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 2007
– Não terminativo –

Acrescenta inciso XVII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de matrícula e mensalidades escolares, em instituições de ensino superior, e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sem maiores delongas, esse PLS nº 208, de 2007, pelo mérito, apresenta-se prejudicado, conforme dispõe o art. 334, II, do Regimento Interno.

Então, o voto é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares.

As Srªs e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, é pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Antes de dar prosseguimento à pauta, eu gostaria de ler os requerimentos apresentados.

REQUERIMENTO N° 67, DE 2011-CAE

Nos termos regimentais, requer a inclusão do nome do Sr. Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda., entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20, de 2010-CAE.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

REQUERIMENTO N° 68, DE 2011-CAE

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública para debater o tema "A crise financeira internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira", com a presença do Sr. Paulo Nogueira Batista Jr., Economista, Professor e Diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

REQUERIMENTO N° 69, DE 2011-CAE

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "O modelo macroeconômico brasileiro e a crise mundial, dando ênfase na política monetária e seus custos fiscais", com a presença do Sr. Amir Khair, Consultor.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

REQUERIMENTO N° 70, DE 2011-CAE

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Desindexação de contratos públicos, inclusive a desindexação de títulos públicos cuja remuneração está referenciada na taxa de juros Selic", com a presença do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, Professor da Fundação Getúlio Vargas (SP).

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

REQUERIMENTO N° 71, DE 2011-CAE

Requeremos, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado federal, seja realizada audiência pública com a finalidade de debater investimentos públicos da União e o primeiro balanço do PAC 2, com a presença da Exmª Srª Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

REQUERIMENTO N° 72, DE 2011-CAE

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para debater o tema "Royalties do petróleo e finanças pú-

blicas das três esferas de Governo", com a presença Sr. Mauro Osorio, Doutor em economia e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Finalmente, requerimento do Senador Flexa Ribeiro, para ser lido e votado hoje.

REQUERIMENTO Nº 73 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes do Ministro de Estado de Minas e Energia, Exmº Sr. Edison Lobão, e do Governador do Estado de Goiás, Exmº Sr. Marconi Perillo, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 45, de 2011-CAE, e que a referida audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro.

Coloco em votação. Pergunto se o Senador Flexa Ribeiro gostaria de fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lobão Filho, esse requerimento é apenas para aditar ao requerimento já aprovado na Comissão o nome do Exmº Sr. Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, para participar, junto com o Governador de Goiás, Marconi Perillo, da audiência pública na próxima quinta-feira, às 9 horas, que será também conjunta. Já aprovamos aqui na CAE e aprovamos, na quinta-feira, na CI, a realização da audiência em conjunto das duas Comissões.

Então, como será na quinta-feira, às 9 horas, pediria a V. Exª que lêssemos não só ler o requerimento, mas também aprová-lo, para que na próxima quinta-feira, então, façamos a primeira audiência pública para relatar o projeto de alteração do Cfem, sobre os minerais.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com as devidas explicações...

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – S. Exª diz que, na quinta-feira, com a presença já do Governador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele não estará aqui. O Governador Marconi estará fora do País na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – É apenas um convite. Se ele não puder estar presente...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, depois a gente verifica a data.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Eu perguntaria ao Senador Flexa Ribeiro se ele poderia assumir a Presidência, deixando esse telefone celular um pouco de lado, para que eu possa relatar o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou com o Governador Jatene na linha, tratando de um assunto do interesse do Pará. Ele está mandando um abraço ao Senador Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Um abraço ao Governador.

Convido, então, o Senador Lindbergh Farias a assumir a Presidência.

Antes, porém, em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem discorde, está aprovado este requerimento.

Passo esta Presidência ao Senador Lindbergh. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos votar agora tudo que a gente tem de votar. (*Risos*.)

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106 DE 2007

– Não terminativo –

Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer a seus usuários certidão anual de quitação de débitos.

Autoria: Deputado José Carlos Machado.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55 DE 2009

– Não terminativo –

Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (normas para comercialização de produtos e serviços do consumidor).

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75 DE 2009

– Não terminativo –

Altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (Proíbe a cobrança indevida de encargos diversos na cobrança extrajudicial ao consumidor inadimplente).

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99 DE 2009

– Não terminativo –

Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências. (Diminui para um ano o limite de retroação de débitos, junto a empresas fornecedores).

Autoria: Deputado Walter Pinheiro.

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42 DE 2007

– Não terminativo –

Altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54 DE 2009

– Não terminativo –

Cria limites para os serviços de proteção ao crédito inscrever em seus bancos de dados informações relativas aos consumidores e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

Com a palavra o Relator, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Diz a ementa:

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre os PLC nº 106, de 2007 (PL nº 6.562, de 2006, na Câmara dos Deputados), do Deputado José Carlos Machado, que altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer a seus usuários certidão anual de quitação de débitos; PLC nº 55, de 2009 (PL nº 5.940, de 2001, na Câmara dos Deputados), do Deputado Celso Russomanno, que altera o art. 52 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor; PLC nº 75, de 2009 (PL nº 5.765, de 2005, na Câmara dos Deputados), do Deputado Celso Russomanno, que altera o art. 42 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências; PLC nº 99, de 2009 (PL nº 2.040, de 2003, na Câmara dos Deputados), do Deputado Walter Pinheiro, que acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências; PLS n° 42, de 2007, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor; e PLS nº 54, de 2009, do Senador Raimundo Colombo, que cria limites para os serviços de proteção ao crédito inscrever em seus bancos de dados informações relativas aos consumidores e dá outras providências.

Relatório.

Tramitam em conjunto nesta Comissão, de acordo com o Requerimento nº 1.175, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, os Requerimentos nºs 605 e 1.516, ambos de 2009, de nossa autoria, e o Requerimento nº 1.355, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, o Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2007, e mais cinco projetos de lei da Câmara e do Senado, todos versando sobre direito do consumidor.

O Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2007, tem por objetivo acrescentar, entre os direitos dos usuários de serviços públicos, o direito de receber da prestadora, no mês de janeiro, gratuitamente, e desde que esteja adimplente, certidão anual de quitação de débitos.

O Projeto de Lei da Câmara n° 55, de 2009, de autoria do Deputado Celso Russomanno, tem por fim reformular o art. 52 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), que dispõe sobre a outorga de crédito e a concessão de financiamento ao consumidor.

O art. 1º informa o objeto da lei. O art. 2° propõe nova redação ao art. 52 do CDC. O inciso I do art. 52 passa a prever que o consumidor será informado sobre o preço à vista do produto ou serviço. No inciso II, está previsto que o consumidor será informado sobre a taxa efetiva mensal de juros, em lugar da taxa efetiva anual. O projeto acrescenta, ainda, o § 4º ao art. 52, para prever que se considera preço à vista o preço obtido após os descontos concedidos pelo fornecedor. O Senador João Vicente Claudino apresentou a Emenda nº 1, com o objetivo de incluir inciso VI ao art. 52 do CDC, para obrigar o fornecedor a informar sobre o custo efetivo total da concessão de crédito, abrangendo tarifas, taxas, comissões, seguros, despesas cartoriais, impostos e demais custos incidentes sobre a operação de crédito.

O Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2009, de autoria do Deputado Celso Russomanno, tem por fim reformular o art. 42 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro

de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), que dispõe sobre a cobrança de débitos ao consumidor.

O Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, tem por fim acrescentar dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), no artigo que dispõe sobre os serviços públicos, e à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), na parte que trata da prescrição.

Composto de quatro artigos, o projeto foi apresentado, em 23 de setembro de 2003, pelo então Deputado Walter Pinheiro, nosso querido Senador. Na Casa de origem, era identificado como Projeto de Lei (PL) nº 2.040, havendo sido remetido ao Senado Federal, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em 3 de junho de 2009.

Percebe-se que as alterações legislativas alvitradas pelo projeto em análise coadunam-se com o teor da sua justificação. Pondera o eminente proponente que a alteração legislativa pretendida visa apenas a reduzir o prazo de guarda dos comprovantes de pagamentos efetuados às fornecedoras e prestadoras de serviços.

O Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2007, inclui, entre as cláusulas contratuais nulas, aquelas que estabeleçam penalizações ou indenizações desproporcionais por descumprimento de obrigação por parte do consumidor; autorizem a prorrogação automática de contratos de longa duração sem o consentimento do consumidor; autorizem, exclusivamente ao fornecedor, a considerar cumprido o contrato ou a sua interpretação; e permitam a cessão do contrato, com as garantias dadas pelo consumidor, sem o consentimento deste.

Em sua justificação ao PLS nº 42, de 2007, o Senador Antonio Carlos Valadares pondera, em relação às novas cláusulas abusivas propostas, que, *além de se coadunarem com o espírito finalístico do CDC da proteção ao hipossuficiente consumidor, também ora explicitam uma regra que poderia advir de uma interpretação sistemática – daí sujeita ao alvedrio do intérprete e aplicador – ora, ao contrário, trata-se de uma expressa inovação. Arremata esclarecendo que as hipóteses previstas no projeto existem em outros ordenamentos jurídicos, tais como o chamado "Guia do Consumidor Europeu" e que, após uma análise comparativa com o nosso CDC, foram detectadas ausentes, exatamente, as aludidas hipóteses que, perfeitamente, adaptam-se ao caso brasileiro.*

O Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2009, prevê que os serviços de proteção ao crédito ficam impedidos de inscrever em quaisquer de seus bancos de dados informações sobre consumidores que estejam contestando as dívidas judicialmente. O descumprimento implicará multa de cinco a vinte mil reais. Além disso, o projeto prevê que a prestação de informações incorretas dará ensejo à indenização correspondente ao dobro do débito que estiver sendo agravado ao consumidor.

Os projetos foram distribuídos a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Análise.

Os projetos cuidam de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor das proposições em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade das medidas. Não há vícios de juridicidade.

Acerca da técnica legislativa, à exceção do PLC nº 99, de 2009, como será explanado abaixo, os projetos observam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado nas proposições e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei n° 106, de 2007, dos Projetos de Lei da Câmara nº 55, 75 e 99, todos de 2009, e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2007, e nº 54, de 2009.

Quanto ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 106, de 2007, que altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer a seus usuários certidão anual de quitação de débitos, cabe informar que a obrigação já está prevista de forma semelhante na Lei n° 12.007, de 29 de julho de 2009, que dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados, estruturada em seis artigos.

Como se vê, a matéria objeto do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2007, já está suficientemente disciplinada na Lei n° 12.007, de 2009.

Somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2009. por garantir mais direitos ao consumidor e representar aperfeiçoamento da legislação consumerista, conforme relatório anteriormente apresentado pelo Senador Gilberto Goellner na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cujos termos reiteramos a seguir.

O projeto reforça o dever de informação e de transparência que deve reger as relações contratuais no âmbito do direito do consumidor. O objetivo é reduzir a assimetria de informações entre a parte que tem a informação – o fornecedor – e aquela que não tem – o consumidor.

A obrigatoriedade de informação sobre a taxa efetiva anual de juros é substituída pela obrigatoriedade de informação sobre a taxa efetiva mensal de juros. A informação sobre a taxa mensal facilita a compreensão pelo consumidor do preço que ele está pagando pela disponibilidade do dinheiro, sem que ele tenha que proceder ao cálculo, muitas vezes complexo, da taxa de juros mensal por meio da taxa de juros anual.

Inserimos no projeto, ainda, um dispositivo prevendo que o não cumprimento do dever pré-contratual de prestação das informações sobre a concessão do crédito implica a perda do direito à cobrança dos juros remuneratórios.

Não é pertinente a alegação de que os direitos previstos no art. 52 do Código de Defesa do Consumidor e no projeto estão contidos na Resolução nº 2.878, tornando desnecessária a inclusão no Código de Defesa do Consumidor de regras sobre a proteção dos consumidores de crédito bancário.

Somos favoráveis à Emenda nº 1, do Senador João Vicente Claudino, por entendermos que o consumidor deve ser informado sobre o custo efetivo total das operações de crédito que contrata, haja vista que essa informação permite ao consumidor conhecer todos os custos incidentes sobre a operação, entre eles tarifas, taxas, comissões, seguros, despesas cartoriais, impostos e demais custos incidentes. Fizemos algumas alterações de redação na emenda apresentada, conforme substitutivo ao final apresentado.

Também somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 75, de 2009, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Jefferson Praia na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sugerimos a inclusão de um limite para os juros moratórios.

Concordamos com a Súmula 379, de 2009, do Superior Tribunal de Justiça, que limita – expressamente nos contratos bancários, mas cujo teor se mostra compatível com os demais contratos –, o porcentual dos juros moratórios. A Súmula tem o seguinte texto: "Nos contratos bancários não regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês".

O projeto não prevê, ainda, a incidência de juros remuneratórios sobre o valor atrasado. Os juros remuneratórios se destinam a remunerar o capital e são devidos durante o período de inadimplência. Concordamos mais uma vez com o Superior Tribunal de Justiça, que editou a Súmula 296, em 2004, cujo teor é o seguinte: "os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". Deixamos de estabelecer um limite para os juros remuneratórios. As instituições financeiras não estão sujeitas à limitação dos juros remuneratórios, haja vista que o problema do controle do preço do dinheiro é enorme, embora seja admitida a revisão das taxas de juros em situações excepcionais, nas quais o abuso, capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada, fique cabalmente demonstrado. As demais pessoas ficam sujeitas aos limites de juros previstos no art. 591 do Código Civil, o qual revogou implicitamente o art. 1º da Lei de Usura.

Este projeto, este substitutivo que fiz é muito longo em função de ele concatenar diversos projetos da Câmara dos Deputados e diversos projetos do Senado. Então, passo sumariamente ao voto. Ele não é terminativo. Não sei se na comissão de Justiça ou Defesa do Consumidor.

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2009, e da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo a seguir, o qual incorpora as contribuições das demais proposições apensadas; pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nº 75, de 2009, e nº 99, de 2009, e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2007, e nº 54, de 2009, por força do art. 260, II, *a* e *b*, do RISF; e pela rejeição do PLC nº 106, de 2007.

A seguir, o texto do substitutivo.

Sendo assim, esse é o meu voto, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Solicitada vista pelo Senador Armando Monteiro.

Alguém mais quer pedir vista?(*Pausa*.)

Concedido vista coletiva a pedido do Senador Cyro Miranda.

Devolvo a presidência ao Senador Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Pergunto aos Senadores presentes, como não temos mais quórum para deliberar e votar projetos terminativos, se V. Exªs gostariam que promovêssemos apenas a leitura dos projetos terminativos a fim de dar celeridade à próxima reunião desta Comissão.

Há alguma objeção? (*Pausa*.)

Então, passemos à leitura do item 8. A relatoria é do Senador Fernando Collor; porém, passo a relatoria *ad hoc* ao Senador Cyro Miranda. Apenas para leitura. (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda, perdão. O relatório do Senador Collor já foi lido e concedido vista ao Senador Lindbergh Farias.

Passo, então, ao item nº 16, cuja relatoria *ad hoc* passo ao Senador Cyro Miranda.(*Pausa*.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem não seria o item de nº 12?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, pela ordem, é o Senador Armando Monteiro, que é o legitimo Relator do projeto.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302 DE 2010
– Terminativo –

Efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Cotait.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2010, de autoria do ex-Senador Alfredo Cotait, cujo objetivo é reajustar tabela do Imposto de Renda. Em pormenor, atualiza os valores monetários de referência utilizados para determinar faixas de incidência das alíquotas e parcelas dedutíveis do Imposto de Renda da Pessoa Física.

A matéria se apresenta em quatro artigos.

O art. 1º propõe novos valores para a tabela progressiva mensal do art. 1º, V, da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, de forma a definir a incidência do IRPF do ano-calendário de 2011, e prevê método permanente de ajuste a partir de 2012. O art. 2º altera o inciso XV, do art. 6º, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estabelecer novo teto mensal da isenção adicional do IRPF para rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão percebidos por contribuintes com 65 anos ou mais de idade, em 2011, com fórmula para futuros reajustes a partir de 2012. O art. 3º altera os arts. 4º, 8º e 10, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Na mesma esteira dos artigos anteriores do projeto, o intuito é rever os limites monetários das deduções da base de cálculo do IRPF e do desconto simplificado que as substitui com balizas para revisões a partir do ano-calendário de 2012, quando for o caso.

O art. 4º estabelece a vigência da futura lei.

Ao justificar sua iniciativa, o autor invoca a defasagem da tabela e a necessidade de uma política permanente de revisão dos valores dela constantes.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre Direito Tributário, sistema tributário e imposto de renda, conforme o disposto nos arts. 24, I, 48 e 153, da Constituição Federal.

A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O projeto atende à juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido, normatização por meio de edição de lei, é adequado.

Quanto ao mérito, a argumentação utilizada na justificação do projeto parte da premissa de que a demora na revisão de valores de referência para a cobrança do Imposto de Renda de pessoa física só faz aumentar indiretamente o imposto a pagar, gerando um fardo injustificável ao contribuinte.

O texto original sugere novos valores de referência para a base de cálculo, corrigindo em 10% a tabela então vigente, e diminuindo de forma considerável o impacto do Imposto de Renda de pessoa física sobre as finanças das famílias brasileiras.

A Emenda nº 01, oferecida pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares, vai além propondo novas faixas de alíquotas para o Imposto de Renda de pessoa jurídica a partir da premissa de que se deve majorar a tributação direta, mormente àquela incidente sobre o capital, e reduzir a tributação indireta que incide sobre o consumo, atingindo as camadas menos favorecidas da população, tornando o nosso sistema fiscal regressivo e, por conseguinte, injusto.

Todavia, aproximadamente três meses após a apresentação do PLS em tela, o Poder Executivo publicou a Medida Provisória nº 528, de 25 de março, aprovada nesta Casa Legislativa, que atende a todas as atualizações propostas pelo ex-Senador Alfredo Cotait, exceto as de caráter indexador – revisões a partir de 2012, vinculadas a índice oficial de medição de variação de preço.

A Medida Provisória nº 528, de 2011, é resultado de longa negociação do Governo com a sociedade civil organizada, especialmente com as centrais sindicais, em debates que também envolveu a já aprovada política de

aumento do salário mínimo. Tanto no caso do Imposto de Renda como do salário mínimo, os termos normativos se baseiam em valores e padrões de reajustes com validade até os anos 2014 e 2015, respectivamente.

Quanto à inovação sugerida pela Emenda nº 01, é de se dizer que, embora parta de uma premissa inatacável, que é a necessidade de prestigiar um sistema mais progressivo, incorre no equívoco de propor alterações no Imposto de Renda de pessoa jurídica no âmbito de um projeto destinado exclusivamente a atualizar a tabela do Imposto de Renda de pessoas físicas. O mais técnico seria oferecer proposição autônoma modificando a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro, que altera a legislação do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido e dá outras providências, e que estabelece, em seu art. 3º, que alíquota do Imposto de Renda de pessoas é de 15%.

Assim, com a aprovação do PLV nº 11, de 2011, derivado da Medida Provisória nº 528, que trata da mesma matéria, e em face das consequências negativas da indexação sobre a economia, sobretudo a realimentação do processo inflacionário e da referida inadequação da Emenda nº 01 quanto à técnica legislativa, proponho o arquivamento do presente projeto.

Pelas razões apresentadas, votamos pela rejeição do PLS nº 302 e da Emenda nº 1 apresentada.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Eu adio a discussão e a votação desse projeto na ausência de quórum qualificado para tal.

Passarei à relatoria dos próximos.

Preliminarmente, passarei ao item 9 ao Senador Cyro Miranda, a pedido do Senador Ciro Nogueira, para que possa também fazer a leitura *ad hoc* do item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59 DE 2010

– terminativo –

Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), a Lei nº 7.827, de 27 de setembro e 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 59, de 2010, do Senador Renan Calheiros, que altera as leis que tratam do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNO) e do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para incluir o microempreendedor individual como beneficiário desses programas e fundos.

O projeto estabelece que a lei passe a viger na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da proposição cita a Lei Complementar nº 123, de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e define o Microempreendedor Individual (MEI) como sendo o empreendedor individual que tenha auferido receita bruta no ano-calendário anterior de até R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e que seja optante pelo regime tributário Simples Nacional.

Dessa forma, exemplifica que poderão ser enquadrados como MEI profissionais das mais diversas áreas, tais como açougueiros, alfaiates, costureiras, barbeiros, mecânicos, borracheiros, carpinteiros, doceiros, eletricistas, jardineiros, jornaleiros, lavadores de carros, manicures, padeiros, pescadores, relojoeiros, sapateiros e verdureiros, entre outros.

Também explica que com o advento das Leis Complementares nº 123, de 2006, e nº 128, de 2008, abriu-se a possibilidade de esses profissionais desenvolverem suas atividades de maneira formal.

Dessa forma, podem obter benefícios como a cobertura previdenciária para o empreendedor e sua família, com contribuição mensal reduzida de 11% do salário mínimo. Os microempreendedores individuais podem registrar até um empregado com menor contribuição, de cerca de 3% para a Previdência Social e de 8% para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do salário mínimo.

A legislação prevê apenas uma única declaração anual sobre o faturamento e isenção total para os impostos federais. Além disso, o microempreendedor individual fará um pagamento simbólico de R$ 5,00 de Imposto Sobre Serviços (ISS) para o Município e de R$ 1,00 de ICMS para o Estado da Federação.

O PLS nº 59, de 2010, foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta CAE a decisão terminativa acerca da matéria.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o PLS foi relatado pela Senadora Rosalba Ciarlini e aprovado com a Emenda nº 1– CAS, de Redação, da relatora.

Nesta CAE o PLS nº 59, de 2010, já foi objeto de parecer favorável do então Senador Adelmir Santana, mas não foi objeto de apreciação em tempo hábil pela Comissão e voltou a tramitar nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

Análise.

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida. Nesse sentido, a matéria de que trata o presente projeto de lei está circunscrita ao temário desta Comissão.

Quanto à constitucionalidade, o Projeto atende aos requisitos formais. Conforme o art. 22, inciso VII, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferências de valores. Ao mesmo tempo, o art. 48, inciso XIII, da Lei Maior, incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. A proposição não fere a reserva de iniciativa de que trata o § 1º do art. 61 da Carta Magna.

Da mesma forma, não identificamos óbices quanto à juridicidade e à técnica legislativa da proposição, exceto no que tange à redação da ementa e à falta do símbolo de nova redação (NR) de leis, conforme estabelece a Lei Complementar nº 95, de 1998. Todavia, esse equívoco de formatação do texto foi corrigido com a Emenda nº 1– CAS, de redação.

Consideramos que há benefícios na aprovação da matéria, que não envolve assuntos de finanças públicas, não fere a responsabilidade fiscal e aumenta a abrangência do crédito ao incluir o microempreendedor individual como beneficiário de programas e fundos constitucionais na concessão do crédito.

Voto.

Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS nº 59, de 2010, com a Emenda nº 1– CAS, de redação.

Esse é o relatório, como Relator *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Na ausência de quórum qualificado, adio a discussão e a votação desse projeto, passando em seguida ao Item nº 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2007
– Terminativo –

Cria a Área de Livre Comércio no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6-CDR.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, passo ao relatório.

Vem à analise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 358, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de Área de Livre Comércio no Município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

A iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi visa a instituir uma área de livre comércio nos moldes das criadas em Tabatinga, no Amazonas; em Guajará-Mirim, em Rondônia; e em Macapá – Santana, no Amapá.

Pelo seu art. 1º, a proposição cria a Área de Livre Comércio de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de promover o desenvolvimento da região fronteira oeste e Mesorregião Metade Sul do Estado.

Nos moldes de outras áreas de livre comércio existentes no território nacional, a entrada de mercadorias estrangeiras no território da Área de Livre Comércio se faria com a suspensão do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que seria convertida em isenção quando as mercadorias fossem destinadas ao consumo e à venda interna na Área de Livre Comércio e ao beneficiamento em seu território de produtos de origem local, além de outras situações específicas.

O art. 6º prevê que a saída de mercadorias estrangeiras da área de livre comércio para o restante do território nacional seria considerada, para efeitos fiscais e administrativos, como importação normal.

Em sua justificação, o autor vincula a proposta de criação da área de livre comércio à necessidade de projetos geradores de desenvolvimento para a região, que sofre com a descapitalização da agricultura e da pecuária, sendo sua economia, principalmente no

comércio, prejudicada pela concorrência que exercem os *free shops* da cidade uruguaia de Rivera, capital do Departamento do mesmo nome, numa situação de continuidade e contiguidade urbana.

Ainda segundo o autor, tendo em conta a localização peculiar de Santana do Livramento e Rivera, que formam uma só área urbana, reconhecidas por lei municipal como cidades-gêmeas, o esvaziamento econômico vigente no lado brasileiro poderia ser atenuado mediante a criação de uma área de livre comércio.

Inicialmente, a proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Posteriormente, com a aprovação do Requerimento nº 1.459, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, o projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e, em seguida, à CAE, para apreciação terminativa.

A matéria foi examinada pela CDR, que a aprovou em 27 de março de 2008, com seis emendas oferecidas pelo Relator, o Senador Gim Argello.

Não foram oferecidas emendas à proposição nesta Comissão.

Análise.

O PLS nº 358, de 2007, se coaduna com os parâmetros constitucionais aplicáveis no tocante à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria, arts. 24, inciso I; 48, caput e inciso I; 153, I e IV, da Constituição Federal. Foi observada a exigência de lei específica para a instituição de incentivo fiscal, conforme disposto no art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

Quanto à iniciativa da proposição, também está amparada pelo art. 61, *caput*, da Constituição Federal. Alguns dispositivos da proposição prevêem atribuições a serem exercidas por entidades ou órgãos do Poder Executivo. No entanto, as responsabilidades previstas nos referidos dispositivos já são exercidas pelos referidos órgãos e entidades, razão pela qual não se pode afirmar estar o projeto usurpando competência do Presidente da República.

A proposição atende as normas regimentais desta Casa e, relativamente à técnica legislativa, foram, em geral, respeitadas as disposições para a elaboração e alteração de normas dispostas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Nesse ponto, destacamos que as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da CDR visaram sanar os problemas de técnica legislativa da proposição.

Quanto à adequação orçamentária e financeira, a proposição é omissa no acatamento ao previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, ou da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, as Emendas nº 5 e 6 da CDR objetivaram sanar essa falha.

Finalmente, quanto às relações do Brasil com os demais países membros do Mercosul, devemos levar em consideração que as Decisões nº 8, de 1994, e nº 69, de 2000, do Conselho do Mercado Comum, relativas às zonas francas, zonas de processamento de exportação e áreas aduaneiras especiais, ainda não foram submetidas ao referendo do Congresso Nacional e não têm, portanto, força de lei, segundo a doutrina e a jurisprudência dominante. Dentro da sistemática adotada pela união aduaneira, cada país se obriga a incorporar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos do Mercosul da forma como dispuser o seu ordenamento jurídico.

Assim sendo, do ponto de vista estritamente legal, não estaria o Congresso Nacional impedido de criar novas zonas de livre comércio no Brasil. Portanto, nada obstaria a aprovação da iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi.

No entanto, no que respeita ao mérito, considero prudente preservar as áreas de livre comércio como um instrumento para contornar os problemas vigentes nas fronteiras da Amazônia brasileira. Nesse sentido cabe transcrever as razões apontadas, em 1989, pelo então Ministro do Interior para a criação da mais antiga Área de Livre Comércio, localizada em Tabatinga, uma cidade brasileira situada no extremo oeste do Estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru e que apresenta uma conurbação com a cidade de Letícia, na Colômbia.

Quanto à área de livre comércio, objeto da presente exposição de motivos, melhorará a qualidade de vida, mediante a geração de empregos e acesso a produtos, para as populações integrantes do Plano Modelo Tabatinga-Apapóris, como também daquelas outras vilas e cidades da região do Alto Solimões, polarizadas pela estrutura aeroportuária de Tabatinga, fazendo-se assim justiça àqueles brasileiros que, centenariamente, vêm marcando presença numa das mais remotas regiões do País, cuja população, quer da área do Plano, quer daquelas polarizadas por Tabatinga, atinge hoje cerca de 150.000 habitantes. (Exposição de Motivos nº 079, de 1989, que ‘ encaminhou ao Presidente da República a proposta da Medida Provisória nº 112, de 27 de novembro de 1989).

Constata-se, assim, que as áreas de livre comércio são um instrumento de assistência à economia de regiões longínquas, desprovidas de acesso aos centros hegemônicos do País e sem perspectivas para a transformação da estrutura econômica e social de sua área de influência. As áreas de livre comércio criadas no País até o presente são, pois, instrumentos para compensar as mais diversas restrições próprias às regiões de fronteira na Amazônia.

Por outro lado, cabe ressaltar que os municípios da Amazônia que abrigam áreas de livre comércio não dispõem, nem de longe, as mesmas condições presentes no município gaúcho de Santana do Livramento, localizado no principal eixo de integração dos países membros do MERCOSUL.

Neste sentido, o Município de Santana do Livramento, conforme dados do IBGE, apresentou, no ano de 2008, um Produto Interno Bruno (PIB) superior a R$ 888 milhões, ficando entre os cinquenta maiores do Estado do Rio Grande do Sul, que possui 496 municípios. Para termos um parâmetro de comparação, no Estado do Amazonas, que tem sessenta e dois municípios, apenas os de Careiro da Várzea e Manaus têm PIB superior ao de Santana do Livramento.

Portanto, o PIB do Município de Santana do Livramento é relativamente alto, tanto se tomando como referência o Estado do Rio Grande do Sul como os demais municípios espalhados pelas demais Regiões do País.

Em síntese, ainda que compreenda as bases da iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, considero prudente reservar as áreas de livre comércio como instrumento de promoção do desenvolvimento regional para compensar as restrições presentes nas regiões afastadas da Amazônia, sem outras perspectivas do que as de centro comercial regional.

Voto.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2007.

Era este o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Comunico que a discussão e a votação deste projeto, em função da ausência do quórum qualificado, ficam adiadas.

Passamos ao item 16

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto.

Passo, agora, a relatoria **ad hoc** ao Senador Paulo Bauer.

V. Exª tem a palavra para fazer o relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado pela deferência, Sr. Presidente, Senador Lobão Filho. Naturalmente que o Senador Cyro Miranda deveria ocupar esta função de Relator *ad hoc*, uma vez que ele é de Goiás e conhece bem a realidade daquele Estado e representa muito bem a sua gente no Senado. Mas já que V. Exª me deferiu esta oportunidade e esta honra, faço o papel de Relator *ad hoc*, lendo o relatório produzido pelo Senador Jayme Campos.

O relatório é o seguinte:

Relatório.

Vem ao exame desta comissão o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2010, de autoria do ilustre Senador Gim Argello, que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.

Análise.

Do ponto de vista do mérito, importa salientar a relevância das Zonas de Processamento de Exportação como instrumentos eficazes na promoção do desenvolvimento econômico, razão pela qual diversos projetos, como este ora sob análise, têm merecido singular atenção desta Casa, na busca de reduzir os desequilíbrios regionais.

A Lei nº 11.508, de 2007, que rege a criação de ZPE, estabelece que tal se deve fazer por decreto, "que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios...". Estabelece também requisitos quanto à localização e seu acesso a portos e aeroportos internacionais.

Caberá, portanto, ao CZPE a análise final específica da proposta da criação pretendida em Cristalina, uma vez manifesta pelo Município ou pelo Estado.

Acreditamos na conveniência, oportunidade, adequação e, consequentemente, no êxito da proposta, considerando o potencial e a infraestrutura da cidade. Conforme bem acentua o autor da proposição aqui examinada, os impactos favoráveis do crescimento econômico de Cristalina beneficiariam não só o próprio Município, mas também os vizinhos, principalmente os do entorno do Distrito Federal.

A nosso ver, portanto, trata-se de sugestão ou indicação, na expectativa de sua oportuna acolhida pelo Poder Executivo e da indispensável edição do competente decreto, conforme determina a lei.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 185, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAE
(PLS nº 185, de 2010)

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2010, a seguinte redação

"Art. 1º .....

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e pela legislação pertinente."

Sala da Comissão, – Assinam o Presidente e o Relator

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Paulo Bauer.

Comunico que não haverá discussão nem votação por exigência de quórum qualificado para a deliberação deste projeto.

Portanto, passo ao requerimento da Senadora Ana Amélia.

Leitura do requerimento.

REQUERIMENTO N° 74, DE 2011-CAE

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater o limite anual de faturamento das médias empresas brasileiras para o enquadramento no sistema de tributação de Lucro Presumido, com a presença dos seguintes convidados:

– Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil;

– Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); e

– Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Senadora Ana Amélia, V. Exª gostaria de fazer a sustentação oral do ser requerimento?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas quero reforçar a importância desse tema e dessa discussão à luz do debate, neste Senado, da Lei Geral do Simples, que esta Comissão já apreciou, e de renovar o interesse por esse projeto, porque em matérias complementares poderemos trabalhar em cima desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora.

O requerimento lido na reunião de hoje desta Comissão será deliberado na próxima semana.

Não tendo mais nenhum assunto na pauta, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezoito minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Clésio Andrade, João Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Zezé Perrella, Marta Suplicy, Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Romero Jucá, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Aécio Neves e Armando Monteiro, e, ainda, da Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Eduardo Braga, Roberto Requião, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 49ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem do Senado Federal nº 127 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Caixa Econômica Federal e a o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinados ao Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo", tendo como Relator o Sena-

dor Benedito de Lira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem do Senado Federal nº 129 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Rodoviário do Espírito Santo III – PRES III", tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Ana Rita. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3– Mensagem do Senado Federal nº 130 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até U$ 107,332.500.00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas", tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Cyro Miranda Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 4– Mensagem do Senado Federal nº 131 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 100.000.000,00 (cem milhões de euros), entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e o KFW, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação pela Comissão de Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprecia, ainda, o seguinte item extrapauta: Requerimento nº 75 de 2011, de iniciativa dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 45/2011– CAE, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 75 de 2011-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Caros Senadores Benedito de Lira e Ricardo Ferraço, estamos começando outubro e já chegamos na 50ª Reunião. Tendo uma reunião por semana, tirando a Semana Santa e a Semana da Pátria, chegamos ao início de outubro como se tivéssemos feito reunião o ano inteiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vida longa à Comissão e a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vida longa para nós!

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 49ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos começar pelo item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 127 DE 2011
– Não Terminativa -

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Caixa Econômica Federal e a o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinados ao Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os recursos pretendidos serão destinados ao Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, a cargo da Gerência Nacional de Produtos de Financiamento da Superintendência Nacional de Saneamento e Infraestrutura da Caixa Econômica Federal.

O pleito submete-se a Resolução nº 48, de 2007, que "dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno".

De imediato, cumpre enfatizar que essa Resolução não tratou dos empréstimos ou financiamentos de interesse das empresas controladas pela União. A propósito, relativamente às suas instituições financeiras, no caso a Caixa Econômica Federal, sempre foram elas dispensadas da observância dos preceitos e demais normas que disciplinam essa competência privativa do Senado Federal.

Nesse contexto, ao Senado Federal cabe, tão somente, autorizar a concessão de garantia da União à referida operação de crédito ou denegá-la.

Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), anexados ao processo, são favoráveis à concessão de garantias da União a essa operação de crédito externo.

Depreende-se do parecer que inexistem riscos de que a Caixa Economia Federal não cumpra as obrigações financeiras a serem garantidas pela União, ou mesmo que não a ressarça. Isso porque, de acordo com o Parecer nº 904, de 2010/Copar/Geafe, da mesma SNT:

a) a CEF apresenta indicadores operacionais (índices Basiléia e de imobilização) dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e obteve resultados positivos em todos os exercícios analisados, de 2004-2009, com rentabilidade média sobre o patrimônio líquido de 24,89%;

b) o montante pretendido com a operação representa apenas 0,12% da disponibilidade média e a taxa de captação do empréstimo de 4,20% está abaixo do Retorno sobre o Investimento da Instituição Financeira, que apresenta uma média de 9,7% para o período analisado, de 2004 a 2009.

Ainda de acordo com informações contidas no referido parecer, o da STN, inexistem débitos em nome da Caixa Econômica Federal junto à União e entidades da administração pública federal. Não há também registro de compromissos honrados pelo Tesouro Nacional em nome da Caixa Econômica em operações garantidas nos últimos anos, nem tampouco registro de pendências no âmbito do Siafi relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Quanto ao oferecimento de garantias da parte da Caixa Econômica, por se tratar de empresa pública, cujo capital pertence integralmente à União, não cabe vinculação de contragarantias, nos termos do inciso I do §1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2011, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

Ressalte-se, por fim, que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 3,20% ao ano, estimativa de custo considerada favorável e aceitável por aquela secretaria.

Em suma, são observadas pela União e pela Caixa as exigências definidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal e os limites e as condições previstas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, em seus arts. 9º e 10, que tratam da concessão de garantia da União.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou-se através do Parecer nº 1.553, de 16 de agosto de 2011. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública. Portanto, nenhuma irregularidade contratual foi constatada.

Ademais, o empréstimo foi objeto de homologação pela Comissão de Financiamentos Externos, demonstrando que ele atende à política de captação de recursos externos do País.

As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e pela Lei Complementar nº 101, de 2000, são atendidas, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

O voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, opinamos favoravelmente à concessão da autorização pleiteada, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, DE 2011

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à Caixa Econômica Federal (CEF), para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo".

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pela Caixa Econômica Federal (CEF), no valor total equivalente a até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao "Programa de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I − credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

ll – valor do empréstimo: até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

III – modalidade: Margem Fixa, sendo facultada a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa ou vice-versa, e da moeda de referência do empréstimo;

IV – Amortização do saldo devedor: cada *tranche* de desembolso será amortizada em parcelas sucessivas e, sempre que possível, iguais, pagas no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, iniciando-se a primeira na 9ª data de pagamento de juros da respectiva *tranche* e a última na 38ª, observada a data limite de amortização de 15 de abril de 2034, sendo que cada uma das parcelas corresponderá a 3,33% do montante desembolsado da respectiva *tranche*, exceto a última parcela que corresponderá ao restante do saldo devedor;

V – Juros aplicáveis: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de uma margem (*spread*) a ser determinada pelo Bird na data de assinatura do contrato;

VI – Juros de mora: 0,50% a.a. acrescidos, a partir do 31º dia do atraso, os juros devidos e ainda não pagos, incidindo sobre o principal até a data do efetivo pagamento desse montante;

VII – Comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

§ 1º É facultado ao mutuário, com consentimento por escrito do fiador, solicitar ao Bird a conversão da taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa, e de sua moeda de referência para o montante já desembolsado e para o montante a desembolsar.

§ 2º Para o exercício das opções referidas no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo Bird na sua realização.

Art. 3º A autorização prevista no *caput* fica condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira. Parabenizo-o pelo parecer, pelo relatório, sobre um tema tão importante, questão de resíduos sólidos, para o qual temos que olhar com absoluta atenção. É um problema gravíssimo.

E temos hoje uma política voltada para o manejo de resíduos sólidos, portanto, essa operação do Bird vem num momento especial.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente. Estamos precisando disso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Precisamos e urgentemente, meu caro Senador Benedito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador e nenhuma Senadora para discutir, em votação o relatório do Senador Benedito de Lira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, queria solicitar a V. Exª e aos Senadores aqui presentes, inclusive à Senadora Lídice da Mata, se poderia haver uma inversão de pauta para o item 4, porque estamos votando aqui uma importante matéria da reforma política, Comissão da qual fui Presidente, e eu precisaria estar presente na Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todas as Senadoras e Senadores concordam, não há dúvida alguma, é muito sensato.

Estou esperando o Senador Suplicy pedir urgência para essa matéria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pelo empenho, no sentido de que tenhamos sempre quórum na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu estou com a mesma dificuldade do Senador Dornelles, porque temos que ir para lá daqui a instantes para votar importante matéria da reforma política, mas atendi ao seu apelo e requeiro urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência, proposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria, que segue direto para o Plenário do Senado Federal, esperando que votemos esse item nº 1 hoje ainda, Senador Benedito de Lira.

Agora, por solicitação do Senador Dornelles... Quero até registrar aqui o esforço dos Senadores, porque são várias comissões. Hoje, a Senadora Lídice estava relatando projetos, o Senador Cyro Miranda, o Senador Dornelles, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Benedito de Lira, o Senador Clésio; todos estão divididos em várias comissões, mas entenderam a urgência desta reunião extraordinária, porque são operações de empréstimo muito importantes para o País e para vários Estados brasileiros.

Passo agora ao item 4:

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 131 DE 2011
– Não Terminativa -

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 100.000.000,00 (cem milhões de euros), entre a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa e o KFW, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, que apresenta, de acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal.

Encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o Sr. Antônio Ivan de Freitas, gestor do projeto e representante da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Estou recebendo também aqui um ofício do Subsecretário do Tesouro de Minas Gerais, Eduardo Antô-

nio Codo Santos, informando e também formalizando a presença do Dr. Antônio Ivan Vieira de Freitas.

Com a palavra o Relator, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mediante a Mensagem nº 131, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de cem milhões de euros, junto ao KfW.

De acordo com os pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, não há óbices jurídicos e econômico-financeiros à operação.

O parecer da Procuradoria da Fazenda/COF conclui que as minutas são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações de mesma natureza.

Todos os pareceres do Ministério da Fazenda e de órgãos a ele subordinados são favoráveis.

Sr. Presidente, em face do exposto, o voto é pela concessão da autorização pretendida, na forma do projeto de resolução que já está apenso ao parecer que foi distribuído aos Senadores presentes.

É esse o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Não só voto pela aprovação como também peço regime de urgência urgentíssima para essa matéria, que é da maior relevância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Em votação, primeiro, o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Cyro Miranda.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Portanto, já apreciado o item nº 4, voltamos ao item nº 2.

Agradeço ao Senador Dornelles, uma vez que ele é o coordenador da reforma política e veio aqui muito agilmente, muito rapidamente para defender o item 4.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Uma palavra sua, Presidente, é ordem para mim. O senhor mandou me convocar, eu apareci logo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 129 DE 2011
– Não Terminativa –

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Rodoviário do Espírito Santo III – PRES III.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, PRS, que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o Sr. Rafael Boudens, representante, em Brasília, do Estado do Espírito Santo.

Eu só gostaria de fazer um registro. Que o ex-Senador Casagrande, Governador Casagrande, hoje, tem insistido muito, tem nos telefonado, tem trabalhado com sua bancada para viabilizar rapidamente esse empréstimo. Nós iríamos votar ontem. Mas esse projeto só foi lido na segunda-feira à noite pela Mesa do Senado. Então, nós não tivemos condição de apreciá-la ontem. Por isso nós estamos também, junto com os demais projetos, fazendo esta reunião extraordinária.

O Senador Ferraço perguntou: por que a Senadora Lídice e por que não um Senador do Espírito Santo?

Por uma razão muito simples, porque a praxe aqui da nomenclatura da CAE, a burocracia da Comissão de Assuntos Econômicos é sempre relatar um Senador ou Senadora de outro Estado que não o Estado que vai receber o empréstimo. Então, não há nada contra o Senador Ferraço ou os Senadores do Espírito Santo. É que a praxe aqui da nomenclatura é essa.

Estou fazendo essa justificativa, porque o Senador Ferraço me questionou aqui fortemente.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Certamente, mesmo não sendo do Espírito Santo, o respeito que todos nós temos por esse Estado, especialmente pelo meu companheiro de partido e grande figura pública, o Governador Casagrande, faz com que eu me sinta no dever de não só relatar rapidamente, como também de solicitar urgência para que esse projeto possa ir à votação em plenário, onde será defendido ardorosamente pelo nosso Senador do Espírito Santo, Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pelos nossos Senadores, a Senadora Ana Rita e o Senador Ferraço.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pelos nossos Senadores. A Senadora Ana Rita acabou de chegar. Eu não tinha visto. Ela estava na outra comissão comigo.

Então, Sr. Presidente, vou direto à análise do projeto, já que V. Exª anunciou toda a introdução, determinando a origem do projeto e o seu objetivo.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas constituem as normas que disciplinam os limites e condições para contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive com cessão de garantia no âmbito dos três níveis de Governo.

De acordo com o Parecer nº 970, de 8 de agosto de 2001, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da STN, o Estado do Espírito Santo atende os limites e condições definidos pelas referidas resoluções, inexistindo óbices à contratação de operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam respectivamente do montante anual passível de contratação, do comprometimento máximo da receita corrente líquida, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado do Espírito Santo terá nível de endividamento equivalente a 0,18 vezes a sua receita corrente líquida. Portanto, abaixo do limite duas vezes fixado pela Resolução nº 40, de 2001. Note-se aqui que o Estado tem comprometido tão somente 9,16% do seu limite, mostrando a saúde financeira do Estado.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da receita corrente líquida, é decrescente até 2015, último ano da projeção realizada, quando atingirá valor desprezível próximo de 0;26%. Já o comprometimento anual da RCL do Estado com o serviço de sua dívida será de 4,56% em 2011, sendo decrescente no período apurado até 2036. Nesse período, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 1,91%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal. Ou seja, mesmo com a operação em exame, o Estado utilizará apenas 16,6% de sua margem disponível para esse limite.

De acordo com a análise da capacidade de pagamento efetuada pela STN e consignada na Nota nº 678, de 5 de agosto de 2011, da Coordenação Geral das Relações em Análises Financeiras dos Estados e Municípios da STN, o Estado do Espírito Santo foi classificado na categoria b, suficiente para o recebimento da garantia da União.

O Estado do Espírito Santo possui, portanto, capacidade de pagamento para fazer frente à totalidade dos encargos de sua dívida, já incluída a operação pretendida. Ademais, a STN nos informa que o Estado se encontra adimplente com as metas e compromissos assumidos nos programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União.

Com vistas à concessão da garantia da União que está submetida ao que determina o art. 40 da LRF e aos limites e condições previstos na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, em seus arts. 9º e 10, examinam-se os aspectos orçamentários, a situação de adimplência do Estado, em relação à União, e as contragarantias oferecidas.

Assim, verifica-se que a Lei Estadual nº 9.624, de 18 de janeiro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado, para o exercício financeiro de 2011, contempla dotações para o programa objeto da operação.

Há declaração do governo do Estado informando que estão previstas e contempladas na referida lei

estadual dotações relativas ao ingresso de recursos relativos à operação, à contrapartida do Estado e aos serviços de empréstimos no primeiro ano, passíveis de serem suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Está também atendida a exigência de autorização legislativa para a operação. Lei Estadual nº 8.996, de 24 de setembro de 2008, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BID, no valor de até US$175 milhões dos Estados Unidos da América. A lei autoriza também o Poder Executivo a vincular, como contragarantias, a garantia da União às parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157, 159, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidos.

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Espírito Santo, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes, caso a União venha a honrar compromissos, na função de garantidora da operação.

Segundo o estudo, a margem disponível apurada é sempre positiva, compreendendo os anos de 2009 a 2019. Vale enfatizar a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução 48, de 2007, que possibilita que a comprovação de adimplência do ente garantido, tanto financeira como da prestação de conta de recursos recebidos da União, poderá ser atestado por ocasião da assinatura do contrato.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Espírito Santo, nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, assim como não há pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União, para o primeiro quadrimestre de 2011, existe margem para a concessão de pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Procuradoria-Geral da Fazenda, por sua vez, atestou o cumprimento de formalidades prévias à contratação, verificando que foram estipuladas condições contratuais usuais das operações de crédito celebradas com o BID e, que, ademais, foi observado o que reza o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda a disposição contratual de natureza política atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Espírito Santo apresenta capacidade financeira e de pagamento suficientes para contratar a operação, estando, portanto, em condições de realizar esse empréstimo.

Voto, portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Espírito Santo para contratar operação de crédito externo nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL

Autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano, no valor de até US$175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Art. 1º O Estado do Espírito Santo é autorizado a contratar operação de crédito, com garantia da União, com o Banco Interamericano do Desenvolvimento no valor de até US$175,000,000.00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo Único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar programa rodoviário do Espírito Santo (Pres III).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

Devedor: Estado do Espírito Santo; Credor: BID; Garantidor: República Federativa do Brasil; Valor: até US$175 milhões dos Estados Unidos da América; modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário do capital ordinário do BID, com taxa de juros baseada na Libor.

Prazo de desembolso: cinco anos, contados a partir da vigência do contrato de empréstimo. Amortização: parcelas semestrais sucessivas e, sempre que possíveis, iguais, pagas no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, vencendo a primeira após transcorridos cinco anos e a última, antes de transcorridos 25 anos, ambos contados da data de assinatura do contrato.

Juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual para cada trimestre, determinada pelo BID, e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar dos Estados Unidos da América. Mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID, que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por

operações para mitigar as flutuações da Libor, mais uma margem **spread**, para empréstimos no capital ordinário.

Comissões de crédito: a serem estabelecidas periodicamente pelo BID e calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato, sendo que, em hipótese alguma, excederá ao percentual de 0,75% ao ano.

Despesa com inspeção e supervisão geral: o valor devido em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como os desembolsos previstos poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato do empréstimo;

§ 2º É facultado ao mutuário, com consentimento por escrito do fiador, exercer a opção de conversão da taxa de juros aplicável ao montante total ou parcial do empréstimo de flutuante, baseada na Libor, para fixa, e vice-versa, em montantes mínimos e prazos definidos no contrato de empréstimo;

§ 3º Para o exercício das opções referidas no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Espírito Santo, na contratação de operação de crédito externo referida nesta resolução.

§ 1º O exercício de autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Espírito Santo celebre contrato com a União para concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas, de que tratam os art. 151, 157, 159, todos da CF, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Espírito Santo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, e o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, é com muita alegria que assistimos ao parecer da eminente Senadora Lídice da Mata, uma mulher de muita experiência, porque, na prática, essa operação de crédito possibilitará ao Espírito Santo, já na sua terceira edição de uma parceria com o Banco Interamericano, dar continuidade ao programa de recuperação, reabilitação, duplicação e abertura de novas rodovias.

Por esse programa, estaremos pavimentando, aproximadamente, 16 quilômetros, duplicando outros 11 quilômetros e reabilitando outros 220 quilômetros de estradas e rodovias estaduais em nosso território.

O nosso Estado, Espírito Santo, passou quase 15 anos sem ter possibilidade de habilitar as agências multilaterais de crédito, por conta de uma profunda crise administrativa, política, por conta da desorganização fiscal, financeira e econômica do nosso Estado; uma crise que foi não apenas conjuntural, mas uma crise estrutural, que desorganizou por completo as finanças públicas do Espírito Santo.

Quando nós retomamos, quando nós, por uma decisão da população capixaba, começamos um processo de reconstrução do nosso Estado, de refundação do nosso Estado, inclusive de padrões éticos na postura política e administrativa – isso se deu em 2003, com a eleição do ex-Governador Paulo Hartung, e eu, à época, exercia a função de Secretário de Estado da Agricultura –, fizemos um trabalho muito duro para sanear o Espírito Santo. Em 2003, nós investimos no Espírito Santo, aproximadamente, R$50 milhões de recursos próprios em todas as áreas. Em 2010, já no nosso último ano de governo – eu já estava na condição de Vice-Governador –, nós investimos, aproximadamente, R$1,3 bilhão.

Foi por conta, portanto, desse saneamento e desse esforço coletivo que nós alcançamos essa condição. E esse foi um esforço coletivo, porque, à época, nós contávamos aqui com o apoio do então Senador Renato Casagrande. E o Renato Casagrande, como nosso Senador à época, e hoje como nosso Governador, dá continuidade a esse esforço extraordinário, levando e conduzindo, e não apenas levando e conduzindo, mas liderando, politicamente, administrativamente, o nosso Estado.

Portanto, esses recursos, essa operação de crédito está, como V. Exª tão bem fundamentou, nos limites da nossa capacidade de financiamento, por conta de termos um compromisso muito, muito sério com o superávit, de termos compromissos com a Lei de Responsabilidade Fiscal. E foi isso que criou as bases e as condições para que o nosso Estado pudesse se habilitar a uma operação de crédito em que estaremos contratando US$175 milhões, mas estaremos oferecendo outros US$75 milhões de contrapartida, de modo que serão aplicados no nosso Programa Rodoviário US$250 milhões, aproximadamente, R$800 milhões na recuperação de nossas rodovias, o que vai se traduzir não apenas na melhoria da condição de vida, mas em mais segurança e em mais conforto, porque rodovia é vetor de desenvolvimento econômico.

De modo que me congratulo e peço apoio aos meus colegas, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos não apenas apoiar e aprovarmos o competente relatório feito pela eminente Senadora Lídice da Mata, mas também aprovar o regime de urgência, a fim de possamos, ainda hoje, em sessão de plenário, essa é a tese que vou defender, é a defesa que vou fazer em plenário mais tarde, com o posicionamento e a autorização do Senado, contratar essa operação de crédito que é estratégica para o Espírito Santo, em nome de quem peço apoio. Em nome dos capixabas eu agradeço o apoio que pudermos merecer dos nobres Senadores aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª a forma célere, porque, de ontem para cá, com o aval da Secretaria do Tesouro Nacional, é que nós conseguimos marcar essa audiência extraordinária, para que pudéssemos apreciar não apenas essa operação de crédito, mas outras duas operações de créditos de absoluto interesse do País.

Muito obrigado.

Era o que tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Só queria registrar aqui e a Senadora Ana Rita também, ela vai falar, queria registrar a presença do Deputado Federal Neri Geller, do PP, do nosso Estado irmão Mato Grosso. Está aqui, junto com o Senador Blairo Maggi. Quero cumprimentar o Deputado Nelson Marquezelli, do PTB de São Paulo, aqui também presente. Velho amigo. E cumprimentar também, mas já por conta, para não deixar passar em branco, o Dr. Humberto Cardoso Gonçalves, Superintendente Adjunto de Implementação de Programas e Projetos da Agência Nacional de Águas. É o item 3. Quero, então, cumprimentá-lo junto com a sua equipe que estão nos acompanhando aqui, desde o início dos trabalhos.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de me expressar nesta Comissão, embora não faça parte dela, não sou membro dela, saí da Comissão de Direitos Humanos para estar aqui, neste momento, justamente para poder compartilhar com o Senador Ricardo Ferraço a alegria de aprovar, nesta Comissão, essa operação de crédito que o Estado do Espírito Santo está solicitando, no valor de US$175 milhões, para atender uma necessidade urgente e necessária, que é a melhoria das condições de transporte de cargas e também de pessoas no Estado do Espírito Santo.

Conforme vocês têm acompanhado, o Estado do Espírito Santo, embora tenha tido uma melhoria grande em algumas rodovias, ainda carece, em alguns trechos, em algumas estradas, de melhorias substancias para que possamos melhorar as condições de tráfego e as condições de transporte das pessoas.

Então, conforme já foi relatado aqui pelo Senador Ricardo Ferraço, esses recursos serão destinados não só para a pavimentação, a duplicação, a reabilitação, mas também para melhorar as condições de segurança que contribuem para a melhoria do trabalho da própria Polícia Rodoviária Federal.

Isso é fundamental, pois vai fortalecer também a parte institucional da Polícia Rodoviária Federal, melhorando o Plano Diretor de Informática, o apoio à Gerência de Meio Ambiente, o apoio institucional ao Departamento de Estradas de Rodagem. Enfim, é com muita satisfação que estamos aqui participando deste momento, agradecendo a Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo a nossa relatora, a Senadora Lídice da Mata, pelo seu brilhante relatório. A população capixaba, com certeza, está muito feliz pela possibilidade de o nosso Estado conseguir esses recursos através do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a participação do nosso governo, do Governo Federal.

Estamos aqui, juntamente com o Senador Ricardo Ferraço, acreditando que este projeto passará hoje à tarde, se Deus quiser, com o seu apoio, com a sua participação, com a participação do nosso Senador, para que seja aprovado em regime de urgência.

Então, eu gostaria de fazer esta manifestação, solidarizando-me com o Senador Ricardo Ferraço, agradecendo ao Governo Federal, agradecendo à Comissão de Assuntos Econômicos. Com certeza, Senador, acho que podemos falar em nome da nossa bancada capixaba de Deputados, que também tem se empenhado para que o Espírito Santo possa melho-

rar cada vez mais, não só nas políticas sociais, mas também nas políticas de infraestrutura de que tanto carece o nosso Estado do Espírito Santo.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade de poder me expressar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Se nenhum Senador ou Senadora tem interesse em discutir a matéria, até pelos motivos mais que bem explicados pela Senadora Lídice e por dois Senadores do Espírito Santo, Senadora Ana Rita e Senador Ferraço, coloco em votação o relatório da Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório da Senadora Lídice da Mata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

Em votação agora a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Ferraço.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de urgência, apresentado pelo Senador Ferraço, para a matéria, deveremos votar, hoje ainda, em plenário, esse empréstimo tão importante para o nosso querido Estado do Espírito Santo.

Parabenizo a bancada e o Governador Casagrande pelo trabalho que vem realizando no Estado do Espírito Santo, o ex-Governador Paulo Hartung, de quem V. Exª foi Vice-Governador, o que não poderia deixar de ser registrado.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 130, DE 2011

– Não Terminativa –

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até U$107,332.500.00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

O Senador Jorge Viana está numa audiência pública sobre o Código Florestal, então, indico o Senador Cyro Miranda como relator **ad hoc** deste projeto.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, o competente Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, eficiente e dinâmico Presidente desta nossa Comissão.

O relatório trata do pleito de US$ 107,332,500.00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América). É um pleito do Governo Federal para que seja autorizada operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos da operação destinam-se ao Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interáguas.

O programa em questão foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Recomendação nº 1.118, de 13 de julho de 2009.

A Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes à referida operação de crédito, manifestando-se favoravelmente.

Segundo o Banco Central do Brasil e a Procuradoria da Fazenda Nacional, ele está dentro de todos os aspectos de legalidade.

Sr. Presidente, a análise é rápida.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o "programa visa a dar suporte à implementação de políticas e planos nacionais no setor água. A execução do Programa caberá ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e da Agência Nacional de Águas (ANA), ao Ministério da Integração (MI), por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e da Secretaria Nacional de Defesa Civil e ao Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental".

O programa prevê o envolvimento dos setores públicos relacionados à água, buscando, principalmente, uma melhor articulação e coordenação de ações, com o intuito de aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Presidente da República encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida.

O Senado Federal resolve que a República Federativa do Brasil está autorizada a contratar operação

de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de até US$ 107,332,500.00 (cento e sete milhões, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América).

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pela objetividade e pela colaboração com esta Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentando.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Dada a importância deste projeto, nós solicitamos a urgência para o mesmo, para que possa ser votado juntamente com todos os outros que foram debatidos e deliberados nesta reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o requerimento de urgência proposto pela Senadora Lídice da Mata.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a urgência para a matéria.

Ela segue ao Plenário do Senado Federal para votação hoje na sessão das 14 horas.

Queria agradecer muito a presença das Srªs e dos Srs. Senadores nesta reunião extraordinária. Os Estados e a União precisam muito desses empréstimos e não poderíamos jogar essas votações para a próxima semana, porque será uma semana atípica. É por isso que nós estamos realizando esta reunião extraordinária, até porque todos os Senadores e Senadoras sabem das dificuldades que hoje nós temos em função de comissões que trabalham em horários que tradicionalmente são reservados às comissões permanentes do Senado. Então, nós atravessamos o sinal por essa razão. Senão, o Governador Casagrande e o Senador Ferraço não iam me deixar entrar em Vitória, no Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Isso não é verdade. Em todo caso, V. Exª já está sendo reconhecido como um dos mais competentes presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A aprovação desse empréstimo, e o fiz com muita satisfação, é para amolecer o coração do Senador Ferraço quando nós formos discutir os *royalties* do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Essa é difícil!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª devia ter me avisado isso antes. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E olha, Senadora Lídice, não estou fazendo nenhum trocadilho aqui: é o Ricardo Coração de Leão.

Eu só queria registrar e avisar aos Senadores e Senadoras que, amanhã, haverá uma reunião das duas comissões, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infraestrutura, às 9 horas, na sala de reunião nº 13, da Ala Alexandre Costa, anexo II.

Pauta: audiência pública conjunta com a finalidade de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cefem), em face da crescente judicialização do processo. Agora está na moda, Senador Ferraço, tudo é judicializado. Tudo vai para o Judiciário decidir.

A audiência pública se dará em atendimento aos Requerimentos de nº45 e 73/2011, da CAE, e de nº 56/2011, da Comissão de Infraestrutura, todos de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro.

Os convidados: Ministro Edison Lobão; o Governador do Pará, Simão Jatene; Governador de Minas Gerais, Anastasia; Sr. Marco Antonio Valadares Moreira, do DNPM; Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Ibram; Dr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale; Dr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib); Governador de Goiás, Marconi Perillo; e Governador André Puccinelli, do meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Requerimento apresentado pelo Senador Moka, incluindo o Governador Puccinelli:

"Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 45/2011, seja convidado o Exmº Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, para participar de audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos."

Isso é importante porque, no Mato Grosso do Sul, há uma jazida mineral muito importante no Complexo Urucum, na minha cidade, Corumbá. Essa é

a razão do requerimento apresentado pelo Senador Waldemir Moka.

Se todos os Senadores e todas as Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de autoria do Senador Moka.

Por último, mas não menos importante: citei os nomes, mas, lamentavelmente, a Drª Martha Lyra Nascimento, Chefe da Assessoria Parlamentar, encaminhou à Mesa a seguinte mensagem:

"Faço menção aos Requerimentos nº 45 e nº 73 [de que acabei de falar, da CAE e da Comissão de Infraestrutura], os quais requerem que seja convidado o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para participar da audiência pública destinada a discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), que será realizada no próximo dia 6 de outubro, às 9 horas, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Por determinação do Sr. Ministro, transmito seu agradecimento pela gentileza do convite e sua intenção de sempre estar presente nos grandes debates dessas Comissões, entretanto, tendo em vista que o tema ainda está sendo analisado pelas áreas técnicas desta Pasta, S. Exª lamenta a não participação do Ministério de Minas e Energia neste primeiro debate, bem como do Departamento Nacional de Produção Mineral, também convidado para o evento, esperando poder contribuir com os trabalhos dessas Comissões em outra oportunidade."

Portanto, vamos ficar, nesta audiência pública, sem dois atores fundamentais: o Ministro de Minas e Energia e o Diretor Presidente do DNPM.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o Ibram está convidado para a audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está convidado. O Ibram está sendo convidado na pessoa do Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, que é Diretor Presidente do Ibram.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os Senadores e Senadoras e também aos Deputados Federais que estiveram conosco, com o Deputado Nelson Marquezelli.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia onze de outubro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Blairo Maggi, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Reditario Cassol, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alvaro Dias e Gim Argello, e, ainda, do Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Casildo Maldaner, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado, Eduardo Braga, tendo falta justificada para tratar de interesses particulares, Roberto Requião, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 50ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 42 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 355 de 2011, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Em 04/10/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator da

Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 3– Projeto de Lei da Câmara nº 106 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado José Carlos Machado, que "altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as empresas prestadoras de serviços públicos a fornecer a seus usuários certidão anual de quitação de débitos", que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 55 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (normas para comercialização de produtos e serviços do consumidor)"; 75 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (proíbe a cobrança indevida de encargos diversos na cobrança extrajudicial ao consumidor inadimplente)"; e 99 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Walter Pinheiro, que "acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências (diminui para um ano o limite de retroação de débitos, junto a empresas fornecedores)"; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 42 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor"; e 54 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "cria limites para os serviços de proteção ao crédito inscrever em seus bancos de dados informações relativas aos consumidores e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta, ao PLC nº 55 de 2009 e à Emenda nº 1, de autoria do Senador João Vicente Claudino, apresentada ao PLC nº 55 de 2009, pela prejudicialidade dos PLCs nºs 75 e 99 de 2009 e dos PLSs nºs 42 de 2007 e 54 de 2009, e pela rejeição do PLC nº 106 de 2007. As Matérias ainda serão apreciadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Em 4/10/2011 foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios", tendo como Relator o Senador Clésio Andrade, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Blairo Maggi Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Blairo Maggi, Relator *Ad Hoc* da Matéria. É solicitada vista pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Cyro Miranda. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5– Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que "altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 635 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para eliminar a possibilidade de cobrança de multa na quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro. É solicitada vista pelos Senadores Eduardo Suplicy e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 24 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão designa o Senador João Ribeiro Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2008, terminativo, de au-

toria do Senador Fernando Collor, que "altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com Parecer favorável ao Projeto. Em 27/9/2011 foi concedida Vista Coletiva. Em 4/10/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Lindbergh Farias, pela rejeição do Projeto. Anunciada a Matéria, o Senador Blairo Maggi subscreve o Voto em Separado apresentado pelo Senador Lindbergh Farias. O Presidente da Comissão designa o Senador Eunício Oliveira Relator *Ad Hoc* da Matéria. Usam da palavra os Senadores Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Eunício Oliveira, Relator *Ad Hoc* da Matéria, Vanessa Grazziotin e Alvaro Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 por nove votos contrários, seis favoráveis e nenhuma abstenção. Vencido o relator, o Presidente da Comissão designa o Senador Blairo Maggi Relator do Vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. O Voto em Separado pela rejeição do Projeto passa a constituir o Parecer da Comissão. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro e 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam", tendo como Relator o Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. Em 4/10/2011, o Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Lobão Filho, designou o Senador Cyro Miranda Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAS-CAE por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 2 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não-profissional no País", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. Em 01/07/2009, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Flexa Ribeiro Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 302 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que "efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano-calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. O Presidente da Comissão designa o Senador Blairo Maggi Relator *Ad Hoc* da Matéria. Anunciada a Matéria, é solicitada vista pelo Senador Cyro Miranda. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Cyro Miranda, nos termos regimentais. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Eduardo Suplicy Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 14–

Projeto de Lei do Senado nº 583 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "acrescenta § 3º ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para autorizar a aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso de estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio", tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. O Presidente da Comissão designa a Senadora Ana Amélia Relatora *Ad Hoc* da Matéria. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 358 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "cria a Área de Livre Comércio no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6-CDR. O Presidente da Comissão designa o Senador Inácio Arruda Relator *Ad Hoc* da Matéria. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 185 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás", tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. Em 4/10/2011, o Vice-Presidente em exercício, Senador Lobão Filho, designou o Senador Paulo Bauer Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Jayme Campos. O Presidente da Comissão designa o Senador Cyro Miranda Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Paulo Bauer. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAE por doze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 17– Projeto de Lei do Senado nº 570 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens – Projovem", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 1-CAE por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 18– Projeto de Lei do Senado nº 180 de 2011, terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que "acrescenta alínea "n" ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatório o seguro de danos pessoais a empregado de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador Eduardo Suplicy. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. Item 19– Requerimento nº 67 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda, entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20 de 2010-CAE". Em 4/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 67 de 2011-CAE. Item 20– Requerimento nº 68 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "A crise financeira internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira", com a presença do Sr. Paulo Nogueira Batista Jr., Economista, Professor e Diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI)". Em 4/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 68 de 2011-CAE. Item 21– Requerimento nº 69 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema 'O modelo macroeconômico brasileiro e a crise mundial, dando ênfase na política monetária e seus custos fiscais', com a presença do Sr. Amir Khair, Consultor". Em 4/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 69 de 2011-CAE. Item 22– Requeri-

mento nº 70 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Desindexação de contratos públicos, inclusive a desindexação de títulos públicos cuja remuneração está referenciada na taxa de juros Selic", com a presença do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, Professor da Fundação Getúlio Vargas – SP". Em 4/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 70 de 2011-CAE. Item 23– Requerimento nº 71 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater investimentos públicos da União e o primeiro balanço do PAC 2, com a presença da Exma. Sra. Miriam Belchior – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão". Em 4/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 71 de 2011-CAE. Item 24– Requerimento nº 72 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "Royalties do petróleo e finanças públicas das três esferas de Governo", com a presença do Sr. Mauro Osorio, Doutor em economia e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro". Em 4/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 72 de 2011-CAE. Item 25– Requerimento nº 74 de 2011, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o limite anual de faturamento das médias empresas brasileiras para o enquadramento no sistema de tributação de Lucro Presumido, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Carlos Alberto Freitas Barreto – Secretário da Receita Federal do Brasil; Senhor Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC; Senhor Robson Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Senhor José Paulo Dornelles Cairoli – Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil – CACB; Senhor João Geraldo Piquet Carneiro – Diretor-Presidente do Instituto Helio Beltrão; e Senhor Everardo Maciel – Ex-Secretário da Receita Federal". Em 4/10/2011, foi lido o Requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 74 de 2011-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 76 de 2011. O Requerimento n° 76 de 2011, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 68, 69, 70 e 71-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, sejam convidados, para compor a Audiência Pública de cada um dos requerimentos, respectivamente, o Economista Luis Gonzaga Beluzzo – Fundação Escola de Sociologia de São Paulo; o Economista Raul Velloso – Diretor da ARD Consultores Associados; Professor Afonso Celso Pastore – Fundação Getúlio Vargas; e o Economista Gil Castelo Branco – Contas Abertas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 51ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas 49ª e 50ª.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no **Diário do Senado Federal.**

Eu gostaria de registrar que o item 1... O Senador Romero Jucá solicita a retirada do item 1, o Projeto de Resolução do Senado nº 42, de 2011, não terminativo. E o item 3, o projeto... São vários projetos de lei da Câmara que tramitam em conjunto: Projeto de Lei da Câmara nº 106 e Projeto de Lei da Câmara nº 55. O primeiro é do Deputado José Carlos Machado; o segundo, do Deputado Celso Russomanno. Depois, o Projeto de Lei da Câmara nº 75, também do Deputado Celso Russomanno; o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de autoria do hoje Senador Walter Pinheiro.

Senador Eunício, muito bem-vindo.

O Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2007, também não terminativo, de autoria do Senador Valadares, e o Projeto de Lei do Senado nº 54, de autoria do Senador Raimundo Colombo. O Relator, Senador Lobão Filho, pediu a retirada de pauta.

Portanto, os Itens 1 e 3, retirados de pauta por solicitação dos relatores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Item 3, é importante registrar, trata do Código de Defesa do Consumidor. É um item muito importante para o Congresso Nacional e, evidentemente, para toda a população brasileira.

Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

Um requerimento não apenas de minha autoria, mas também de autoria do Senador Lindbergh, foi aprovado nesta Comissão, em 7 de abril, para convidarmos o Presidente do BNDES, o Professor Luciano Coutinho, para que nós pudéssemos discutir, debater toda participação do BNDES com relação às medidas anticíclicas para aquecimento da economia.

Eu queria indagar de V. Exª se ainda temos a expectativa de trazer o Presidente do BNDES à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É importante a pergunta de V. Exª, Senador Ferraço, e a ideia é trazê-lo ainda neste ano. Só que, para V. Exª ter uma ideia, esta é a 51ª reunião da CAE – 51ª –, ou seja, é como se nós tivéssemos nos reunido uma vez por semana em todas as semanas do ano. Em pleno mês de outubro, no dia 11 de outubro, batemos a marca da 51ª reunião. E por que isso? Não só em função das reuniões administrativas em que votamos projetos, mas de muitas audiências públicas, porque, para a Comissão de Assuntos Econômicos, vieram a grande discussão do pré-sal – até muitos requerimentos apresentados por V. Exª também –, a discussão do PRS 72 e projetos correlatos, e a discussão da crise, também, na Europa e nos Estados Unidos.

Então, nós tivemos, ao longo deste ano, não só audiências de caráter administrativo, em que nós discutimos projetos e votamos, como também várias audiências públicas. Então, há um represamento de requerimentos solicitando audiências públicas, mas era absolutamente impossível atender todos os requerimentos.

Agora, exatamente pela importância que o BNDES tem e especialmente pelo mérito de se convidar o Presidente Luciano Coutinho para vir aqui fazer uma exposição sobre o BNDES, sobre sua carteira de projetos, não tenho dúvida alguma de que essa é uma das prioridades a serem agendadas ainda neste ano de 2011, mas ainda não conseguimos fazer isso, porque fomos pressionados por uma série de audiências que eram mais urgentes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a deferência de V. Exª, na condição de nosso Presidente, e reitero a importância de fazermos este debate aqui, por tudo de estratégico que representa o BNDES para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, sempre atento Senador Ferraço.

Passemos ao Item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355 DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para estabelecer diretrizes ao Poder Executivo quanto à administração das quotas anuais de reversão.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

– a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa;

– em 4/10/2011, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo relator na 49ª reunião, realizada em 4 de outubro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Excelência, muito obrigado.

A apresentação do relatório já foi feita. Creio que todos conhecem o teor do projeto. Trata-se de subtrair a gestão dessa reserva da Eletrobras, ficando à discrição do Governo Federal colocá-la sob a égide de algum outro órgão, uma vez que a Eletrobras é também responsável pela aplicação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Serviço de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Passamos agora para o Item nº 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9 DE 2010
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senador Clésio Andrade.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Como o Senador Clésio Andrade não se encontra presente, eu indico o Senador Blairo Maggi como relator **ad hoc** do Item nº 4.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – ...mostra a unidade de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Principalmente hoje nos 34 anos do meu Mato Grosso do Sul.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o meu Mato Grosso do Sul, mas não é pela nossa proximidade, mas porque fui o primeiro a chegar à Comissão, e o Senador Delcídio, então, está...

Bom, vamos ao relatório do Senador Clésio Andrade.

Submete-se ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 9, de 2010, de autoria do Senador Renan Calheiros, que dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.

O PLS é composto de nove artigos.

O art. 1º autoriza Estados e Municípios a firmar convênio com a União visando à qualificação profissional de estudantes de ensino superior, beneficiários do Fies que não estejam no mercado de trabalho.

O art. 2º esclarece que a qualificação profissional compreenderá atividades estritamente relacionadas aos objetivos dos cursos superiores, em períodos de vinte ou quarenta horas semanais, a critério da Administração.

Nos termos do art. 3º, a participação nos programas de qualificação profissional será de até doze meses, podendo ser prorrogada por igual período.

O art. 4º determina que o Fies, na forma do regulamento, abaterá mensalmente um por cento do saldo devedor consolidado dos participantes no programa de qualificação, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento.

O art. 5º atribui aos participantes do programa de qualificação o direito de receber uma bolsa qualificação, em valor equivalente a um salário mínimo, na hipótese de jornada de 20 horas semanais, e de dois salários mínimos, caso sua jornada seja de 40 horas semanais.

Nos termos do art. 6º, a União poderá efetuar transferências financeiras aos Estados e Municípios destinadas ao pagamento da bolsa qualificação. Os Estados e Municípios poderão aumentar as respectivas bolsas qualificação caso façam a complementação com recursos próprios.

O art. 7º limita em 20% do total de servidores do ente federado o número de participantes do programa de qualificação.

O art. 8º contém a cláusula de vigência.

A justificação da proposta parte do princípio de que o Fies teria se transformado em um impasse para os profissionais formados. Após a conclusão do curso superior, muitos não conseguem pagar as mensalidades do empréstimo contraído. O nível de inadimplência dos beneficiados do Fies chegou a 22%. O autor da proposta cita a Lei nº 12.202, de 2010 – que permitiu o abatimento do saldo devedor do Fies aos profissionais do magistério público e a médicos dos programas de saúde da família – para propor alívio similar aos estudantes dos demais cursos superiores que não estejam inseridos no mercado de trabalho.

O projeto foi encaminhado para esta Comissão de Assuntos Econômicos e para a Comissão de Cultura, Educação e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer medida que lhe seja submetida.

O Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, propõe, em linhas gerais, a criação de programas de qualificação profissional, que seriam lançados por Estados e Municípios, mediante a realização de convênios com a União. Esses programas teriam a duração de um ou dois anos e estariam voltados para a qualificação profissional de estudantes do ensino superior beneficiários do Fies, que não estejam no mercado de trabalho.

Os participantes do programa fariam jus a uma bolsa qualificação – isto já foi lido lá atrás.

Refiro-me à aprovação pelo Senado Federal do PLC nº 184, de 2009, que permitiu a professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica e

a médicos integrantes de equipe de saúde da família... Isso também já lido lá atrás, Sr. Presidente, quando faz a justificativa de que ele está se baseando em um projeto de lei que beneficiou os médicos e outros profissionais para descontar os seus débitos nos salários.

Então, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010.

Esse é o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu estou aqui dividindo uma perplexidade com o Senador Cyro Miranda. É que o projeto nos parece meritório quanto às medidas que propõe. Quanto ao mérito, não temos nenhuma ressalva. No entanto, eu e o Senador Cyro Miranda temos uma objeção em relação à constitucionalidade da proposição que estamos examinando.

Eu pergunto a V. Exª: uma vez que esse projeto de lei não foi distribuído para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nós devemos manifestar, nesse momento, a nossa objeção, ou seguir adiante?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª deve, – aqui a Drª Adriana está me orientando – para se analisar a questão da constitucionalidade do projeto, apresentar um requerimento em plenário, solicitando que esse projeto passe pela CCJ, do Presidente Eunício.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se não for considerado uma entorse grave ao Regimento, eu vou manifestar minha objeção contra a constitucionalidade, nessa ocasião, e votar com restrição, consignando nossa decisão, porque a inconstitucionalidade, no nosso entender, é flagrante.

Em primeiro lugar, ele é destituído de qualquer conteúdo normativo. É um projeto autorizativo. Autoriza a União. Mas a União não pediu autorização, e nós não temos que nos antecipar a essa autorização.

Em segundo lugar...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença. Ele vincula...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está muito baixo o som.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele vincula ao salário mínimo, o que também não é permitido; a bolsa ao salário mínimo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso. Mas a União não pediu autorização.

Em segundo lugar, ela não carece de autorização legislativa para firmar convênio. São convênios de natureza administrativa. São firmados, diariamente, centenas e centenas de convênios entre União, estados e municípios, sem que haja necessidade de autorização legislativa.

Na minha opinião, o projeto é injurídico, porque não tem conteúdo normativo; é um projeto meramente autorizativo. E, em segundo lugar, é um projeto inconstitucional, porque a União não carece de autorização legislativa. E, se carecesse, a iniciativa seria do Presidente da República.

Por essa razão, eu vou votar com a ressalva da constitucionalidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu queria pedir vistas ao projeto.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vista coletiva ao projeto, para o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Vanessa, o Senador Cyro Miranda, o Senador Pimentel, o Senador Aloysio e o Senador Flexa. Vista coletiva ao projeto.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. É o Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – De fato, o projeto aqui não passou pela Comissão de Constituição e Justiça, não faz qualquer referência à constitucionalidade, e acho que o Senador Aloysio tem toda razão. Precisa haver essa opinião.

Agora, eu gostaria de pedir ajuda à nossa Assessoria. Eu li outro dia uma notícia de que estaria sendo proibido esse tipo de projeto onde se autoriza o Governo, porque, na realidade, o Governo não precisa dessa autorização. Ou você faz um projeto, ou deixa que ele o faça. Eu não me recordo se foi em relação à Casa, ao Senado Federal, ou se em relação ao próprio Estado do Mato Grosso, que também tinha muito dessas questões e, em determinados momentos, coloca o Executivo numa situação difícil, porque o Legislativo autoriza, mas ele não tem verba, não tem programa, não tem uma série de coisas, e fica a população achando que o Governo, o Executivo é que não quer fazer as coisas, quando, na realidade, não pode, não tem condições de levar adiante aquele projeto. E muitas vezes se trata de projetos que são inconstitucionais. Mas, para o parlamentar, ele já fez a parte dele, já fez a propaganda política dele, e ele deixa o problema para o Executivo resolver.

Então, eu queria deixar essa contribuição nesse projeto e aproveitar, Presidente, – eu não fiz menção a isso antes – para cumprimentar o seu Estado do Mato Grosso do Sul pelo Dia da Independência. E nós, mato-

-grossenses, que éramos um único Estado, não temos nenhuma objeção contra o Mato Grosso do Sul. São nossos irmãos, nossos filhos. Acho que a separação foi boa para os dois estados. O Mato Grosso ficou na época em desvantagem; todos achavam que ele iria à falência, mas, bem pelo contrário, ele ressurgiu e tem uma economia forte, pujante e está absolutamente tranquilo neste momento. Então, não há qualquer rusga. Eu gostaria de cumprimentar o Mato Grosso do Sul pelo seu Dia da Independência.

Quando eu brinquei com o senhor hoje que nós também tínhamos feriados, foi só uma brincadeira. Nós não temos feriados, e respeitamos o Mato Grosso do Sul.

Parabéns.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E a vantagem adicional, Senador Blairo, é que isso permitiu que tivéssemos, no Senado, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo e Senador Aloysio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para... Senador Aloysio? O Senador Delcídio viria como Senador se fosse um estado só também.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Podemos dizer, Senador que o senhor é um Senador independente, então?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De certa maneira.

Eu só queria registrar, Senador Flexa, que V. Exª prestou bem atenção nas palavras do Senador Blairo. A divisão do Estado deu certo lá. Então, V. Exª tem um bom exemplo em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso.

Ontem, eu tive a oportunidade também de saudar os meus patrícios sul-mato-grossenses na tribuna do Senado Federal e, mais do que nunca, dizer que estamos em festa. São 34 anos de muito trabalho. O Mato Grosso do Sul é de uma população hospitaleira, trabalhadora, competente e, acima de tudo, cidadã.

Eu quero agradecer ao meu caro Senador Blairo Maggi pelas palavras. É a palavra de um representante dos nossos irmãos mato-grossenses.

Bom, uma vez dito isso, vista coletiva ao Item nº 4.

Partimos agora para o Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51 DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Deputado Sandes Júnior.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o relator, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2011, que tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem ou quando solicitadas.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega que, com a proposta, ajusta-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Constituição Federal (CF), que, em seu artigo 8º, I, desvincula as entidades sindicais do Estado.

Em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada e aprovada pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de Substitutivo.

Nesta Casa, além do exame desta Comissão, a matéria será ainda submetida, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta decisão terminativa.

À proposição, até o momento, não foram apresentadas emendas.

Análise

Nos termos do art. 99, incisos I e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre outros assuntos correlatos.

A matéria que se pretende regular por lei visa a transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades, ou sempre que solicitadas pela instituição financeira.

Quanto ao seu mérito, não há reparos a fazer. O artigo 8º, inciso I da Constituição Federal estabelece que a lei não poderá exigir autorização do Estado

para a fundação dos sindicatos, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, garantindo, dessa maneira, a autonomia dos sindicatos junto aos órgãos do Estado.

É de se enfatizar ainda que o Supremo Tribunal Federal, ao tratar do registro sindical, reconheceu e classificou o ato do Ministério do Trabalho como ato meramente administrativo vinculado, isto é, uma vez cumpridas as formalidades previstas em lei pelo sindicato, o registro é concedido.

Percebe-se, pela natureza da decisão do Supremo Tribunal Federal, não ter a autoridade administrativa incumbida da prática do ato administrativo qualquer outra função, como, por exemplo, a que prevê o art. 588 da CLT.

Com efeito, a liberdade sindical preconizada pelo direito internacional e pelas democracias modernas é aquela que completa, de forma unitária e indissolúvel o direito de organização e a autonomia da organização.

Assim, como qualquer outra associação que detém uma conta bancária em instituição financeira compete tão somente ao sindicato apresentar-lhe seus documentos constitutivos, bem como qualquer alteração estatutária ou administrativa ocorrida nessa entidade ou quando solicitadas.

O projeto vem, portanto, em boa hora, uma vez que conforma nosso código trabalhista aos ditames da Constituição Federal, razão pela qual deve ser acolhido.

Pelo exposto, optamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011.

É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço vistas, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pedido de vistas do Senador Aloysio Nunes Ferreira ao Item 5. Portanto, nós pautaremos esse item na próxima reunião, muito provavelmente. É isso.

Eu gostaria de reiterar que os Senadores compareçam aqui, à sala da Comissão de Assuntos Econômicos, porque, daqui a pouco, vamos entrar naqueles projetos terminativos, e está faltando uma alma.

Quero pedir para a alma do Senador Lindbergh Farias, para a alma do Senador Dornelles, para a alma do Senador Wellington, para a alma do Senador Raupp, porque temos mais dois itens, e depois as votações serão terminativas.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635 DE 2007 – Complementar

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para eliminar a possibilidade de cobrança de multa na quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Com a palavra o relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto cuida de matéria de competência legislativa da União. Não há norma constitucional que impeça a sua aprovação.

Da mesma forma, a matéria foi distribuída a esta Comissão, seguindo o que manda o Regimento Interno. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição; não há nenhum contrabando legislativo, como costuma acontecer nas medidas provisórias dos projetos de lei de conversão que vêm da Câmara.

E, no mérito, nós entendemos que a iniciativa vem ao encontro das mais justas preocupações com os direitos do consumidor, particularmente com o consumidor dos serviços financeiros.

Concordamos ainda com o argumento do autor da proposição de que essencialmente as operações de arrendamento mercantil acabam por constituir-se, para todos os efeitos práticos, em modalidade de financiamento, embora, do ponto de vista formal, caracterizem-se como operações de aluguel.

Na justificação, o Senador Paulo Paim menciona o fato de que a resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.401, de setembro de 2006, não dispõe sobre a quitação antecipada de operações de arrendamento mercantil por parte dos próprios arrendatários, mas apenas mediante recebimento de recursos transferidos por outra instituição da espécie.

Conforme apontado, isso deu ocasião para o surgimento de cláusulas contratuais que implicam ônus adicional aos arrendatários na hipótese de quitação antecipada, por meio da cobrança de tarifa direta e linearmente relacionada com o prazo remanescente e com a parcela não amortizada.

A exigência desse encargo adicional pode ser considerada abusiva porque uma cláusula contratual que permite a cobrança de "tarifa de quitação anteci-

pada" colide com os arts. 4º, incisos I e II; 39, inciso V; 51, *caput*, inciso IV, e § 1º, incisos I, II e III; e 52, § 2º; todos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), conforme, aliás, decisão do Juiz de Direito Giovanni Conti, da 15ª Vara Cível de Porto Alegre, nos autos a que se refere o autor.

Daí a proposta de conferir ao Conselho Monetário Nacional, no bojo do art. 4º da Lei nº 4.595, de 1964, competência específica para regular as operações de arrendamento mercantil, particularmente "coibindo a cobrança de multa na hipótese de quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil financeiro".

No entanto, importa ressaltar que o atual escopo de competências do CMN já contempla a possibilidade de regulamentação desse tipo de operação, e, com efeito, depois da apresentação da proposição ora em análise, editou-se a Resolução do CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007, que veda a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e estabelece critérios para o cálculo do valor presente para amortização ou liquidação desses contratos.

Adicionalmente, cabe reconhecer que, a despeito da competência legal, o Conselho Monetário Nacional não demonstrou a presteza necessária para impedir os abusos permitidos pela referida Resolução de sua própria lavra.

Ao contrário, a vedação da cobrança da tarifa aqui discutida só se deu a partir de demanda formulada por Grupo de Trabalho sobre tarifas bancárias composto pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, juntamente com o próprio Banco Central, Ministério da Justiça e Ministério Público Federal.

A referida Resolução nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007, do Conselho Monetário Nacional, institui regra para o cálculo do valor presente dos pagamentos antecipados. No caso de contratos com prazo a decorrer de até 12 meses, deve-se utilizar a taxa de juros pactuada no contrato. Já no caso de contratos com prazo a decorrer superior a 12 meses, utiliza-se, em regra, a taxa equivalente à soma do *spread* na data da contratação original com a taxa Selic apurada na data do pedido de amortização ou de liquidação antecipada.

Somos contra o uso desse segundo critério, por considerá-lo abusivo. A abusividade se configura, pois tal cláusula é notoriamente desfavorável ao arrendatário, que é a parte mais fraca dessa relação contratual e ao qual é imposto um ônus extra e incerto, na medida em que depende do comportamento da taxa Selic.

Destarte, quebra-se o necessário equilíbrio entre as partes, situação típica dos contratos de adesão. Entendemos que deva ser utilizada somente a taxa de juros pactuada no contrato para o cálculo do valor presente na quitação antecipada.

Diante do exposto, no intuito de preservar o espírito da proposta do Senador Paulo Paim, que é de inegável mérito, recomendamos sua aprovação, com a emenda que propomos.

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2007 – Complementar, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 2007 – Complementar, a seguinte redação:

> Art. 4º.....
> .....
> XXXIII – regular as operações de arrendamento mercantil, fixando limites e prazos, impedindo a cobrança de multa ou tarifa na hipótese de quitação antecipada dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, e assegurando que o valor presente dos pagamentos seja calculado com a utilização da taxa de juros pactuada no contrato.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Este é o parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria está em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O projeto do Senador Paulo Paim tem muitos méritos, conforme o Senador Aloysio Nunes Ferreira ponderou, mas recebo uma solicitação do Governo de que seria importante que a Fazenda tivesse ainda um prazo, que eu vou limitar a uma semana, porque o projeto é de 2007. Então, até por atenção ao próprio Relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, e ao autor, o Senador Paulo Paim, eu vou dar um limite do meu pedido de vista. Se não houver a avaliação com as sugestões do Governo até a semana que vem, não há problema mais, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu vou pedir também vista coletiva, até para verificar o tema, porque, se, de 2007 até hoje, a Fazenda está estudando o assunto, então, eu também quero pedir vista, para garantir que esse projeto, dentro de uma semana, esteja aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vista coletiva, Senador Suplicy, Senador Cyro Miranda. Na terça-feira, nós pautamos esta matéria. Até porque ela está se tornando uma matéria longeva aqui no Congresso Nacional.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu queria só fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu faria um apelo ao Senador Suplicy: a matéria não é terminativa, Senador Suplicy. (*Pausa*.)

A matéria é terminativa em que comissão?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela vai ao Plenário. Portanto, aqui seria o lugar para eventual colaboração e sugestão de aperfeiçoamento, mas só com o prazo último.

Eu vou atender o seu pedido, Senador Flexa Ribeiro, limitando a uma semana, no máximo, com a devida observação aos órgãos do Governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Parece-me, Senador Suplicy, pelo parecer do Senador Aloysio – que, de forma competente, relatou o projeto do Senador Paulo Paim –, que ele não traz nenhum prejuízo à União. Ele protege o consumidor quando quita antecipadamente um contrato de arrendamento mercantil. Em vez de ser multado, ele deveria receber um bônus do sistema financeiro por ter retornado o recurso tomado emprestado antes do tempo. Eu acho que aqui só há proteção ao consumidor, Senador Suplicy, e nenhum prejuízo à Fazenda Nacional.

Mas vamos aguardar a próxima semana. V. Exª vai avaliar com bastante cuidado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A minha propensão é semelhante à sua, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Suplicy também está convencido disso, Senador Flexa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas peço vista por uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vista coletiva ao Item 6, relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Volto a solicitar que os Senadores, as almas presentes no Senado Federal, no Congresso, venham à sala da Comissão de Assuntos Econômicos, porque, depois do Item 7, nós teremos vários itens aqui que serão votados em caráter terminativo.

Eu quero só dizer a V. Exªs que vamos manter, em cárcere privado, os Senadores que vierem aqui até a votação dos itens em caráter não terminativo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desde que V. Exª não peça auxílio à Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24 DE 2006
– Não Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Armando Monteiro.
Relatório: contrário ao projeto.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Como o relator não se encontra presente, eu indico como relator **ad hoc** o Senador João Ribeiro, do nosso querido Estado do Tocantins.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, é o Item 7?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 7.

V. Exª pode ler à vontade, Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Presidente, parece que o voto aqui é bastante grande, mas vamos lá.

Temos que esperar dar quórum, não é, Sr. Presidente?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) Deu quórum, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu peço à Secretaria-Geral para trancar as portas do recinto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Comece pelos terminativos. Vamos aos terminativos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, já que chegaram as almas, vamos inverter a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah, mas o Senador Renan não é membro.

Precisamos de mais um Senador para votar as matérias terminativas.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, passo a ler o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006, que altera a Medida

Provisória nº 2.197/43, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a cobertura securitária em financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, SFH. O relator –é o Senador Armando Monteiro – portanto, faço isso como relator substituto.

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, ementado em epígrafe.

O objetivo do projeto é permitir que os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, SFH, possam contratar com qualquer seguradora, sem interveniência da instituição concedente de crédito o seguro obrigatório destinado a cobrir morte e invalidez permanente.

A vigência da lei ocorrerá a partir da data de sua publicação.

Na justificação, o Senador Paulo Paim argumentou que a falta de opção faz com que o mutuário seja obrigado a contratar o seguro com a empresa seguradora ligada à Caixa Econômica Federal, arcando com custos que chegam a superar 60% da mensalidade.

A Medida Provisória nº 2.197-43/01 passou a permitir que os agentes financeiros e não os mutuários pudessem contratar o seguro fora do SFH. A proposição pretende estender essa condição aos mutuários, de forma que eles também tenham liberdade de escolha, o que permitiria a redução substancial dos prêmios cobrados.

Nesta Comissão, a relatoria do PLS foi inicialmente distribuída ao Senador Osmar Dias, que apresentou minuta de parecer, concluindo pela aprovação do projeto, em 18 de abril de 2006, com três emendas. Posteriormente, o Senador solicitou reexame da matéria e apresentou nova minuta de relatório, concluindo pela aprovação do projeto na forma da emenda substitutiva. A emenda substitutiva preservou o objetivo do projeto, mas acrescentou dispositivo, especificando, com maior detalhamento, que tipo de cobertura deveria ser adquirida. Os mutuários informariam ao agente financeiro sua situação de inadimplência junto à instituição seguradora.

Em 7 de janeiro de 2011, o projeto foi arquivado, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal. Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 167, de 2 de março de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, a matéria voltou a tramitar; inicialmente, nesta Comissão e, posteriormente, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

ANÁLISE

Concordamos com o autor da matéria quanto à necessidade de permitir que os mutuários do SFH contratem livremente o seguro habitacional. A obrigatoriedade de contratar o seguro junto à mesma instituição que financia a aquisição do imóvel constitui-se, em verdade, em uma prática de venda casada. Isso tolhe a concorrência, fazendo com que o mutuário seja muitas vezes obrigado a contratar um seguro mais caro. Um resultado clássico da literatura econômica é que, quanto mais competitivo for o mercado, menor a probabilidade de lucros excessivos e maior o nível de bem-estar social.

Adicionalmente, a vinculação do financiamento imobiliário à aquisição do seguro prejudica a transparência da transação e, consequentemente, faz com que aumente a probabilidade de o consumidor tomar uma decisão incorreta. Um banco pode confundir os mutuários alegando oferecer taxas de juros menores, mas cobrando prêmios mais elevados para os seguros, de tal forma que o custo total do empréstimo seja igual, ou mesmo superior, ao cobrado por outros bancos.

Apesar de estarmos totalmente de acordo com a essência do conteúdo do projeto, houve importantes alterações no marco regulatório do setor que recomendam a não aprovação da matéria.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.811, de 19 de novembro de 2009 – portanto, após a apresentação deste PLS, e talvez inspirada por ele –, atende satisfatoriamente o objetivo do projeto. Resumidamente, a Resolução obriga o agente financeiro a oferecer duas apólices de seguro ao mutuário. Caso ele não concorde com nenhuma delas, poderá buscar um terceiro orçamento. O agente financeiro será obrigado a aceitar o seguro contratado pelo mutuário, desde que esteja de acordo com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), ou, alternativamente, oferecer ao mutuário outro seguro com os mesmos custos.

No caso em tela, não vemos necessidade de elaborar lei para dispor sobre assunto já regulamentado por norma infralegal. A Resolução do CMN ainda é recente, de forma que é provável que venha a ser alterada no médio prazo com o objetivo de se tornar mais efetiva. É um processo natural, em que uma norma é editada, os agentes econômicos se adaptam a ela, e, se for necessário, a norma é alterada para corrigir eventuais problemas. Essas alterações são bem mais fáceis de serem efetuadas quando feitas em resoluções do que em leis. Aprovar uma lei agora, disciplinando o mesmo assunto, irá, portanto, enrijecer desnecessariamente uma norma.

Sumarizando, concordamos plenamente com o mérito da proposta, mas como o assunto já está disciplinado por Resolução do CMN, entendemos ser desnecessário aprovar lei sobre o mesmo tema.

VOTO

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado Federal nº 24, de 2006.

Sala das Comissões. Relator: Senador Paulo Paim.

É o voto, Sr. Presidente, como relator substituto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Procurei não correr muito, para nós adquirirmos o quórum necessário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tenho absoluta convicção disso. E, mais uma vez, Senador João Ribeiro, agradecemos V. Exª pela apresentação do relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Em votação o relatório do Senador João Ribeiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Entramos agora no Item 8. Todos os próximos itens são terminativos.

Eu peço aos Senadores e Senadoras que permaneçam na Comissão de Assuntos Econômicos, para que a gente limpe a pauta, o que vai ser um verdadeiro milagre, principalmente numa terça-feira complicada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, tratando-se de milagre, eu gostaria de pedir preferência para o PLS nº 62, que é o Item 8.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu pediria que V. Exª desse preferência aos relatores presentes. Depois, passaríamos aos *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que alguns já foram lidos; então, nós vamos acelerar mais.

E nós vamos iniciar, Senador – vai ser rápido –, até por solicitação do Senador Inácio Arruda, pelo Item 8, o PLS nº 62, de 2008, caráter terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 DE 2008

– Terminativo –

Altera o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, acrescenta o art. 6º – A à Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a prover recursos de compensações financeiras para o Fundo do Exército, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Relatoria ad hoc: Senador Eunício Oliveira.

Relatório: pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta.

Relatoria do vencido: Senador Blairo Maggi.

Relatório vencedor: pela rejeição do projeto.

Observações:

– a matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto;

– em 27/9/2011, foi concedida vista coletiva;

– em 4/10/2011, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Lindbergh Farias, pela rejeição do projeto.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu estava olhando esse Item 8. Há um voto em separado aqui do Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Um voto em separado, que tem que ser subscrito por um Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu farei a subscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

O Senador Blairo subscreve o voto em separado do Senador Lindbergh Farias.

O relatório já foi lido pelo relator, que é o Senador Roberto Requião, na 46ª reunião, realizada em 27 de setembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

O Senador Roberto Requião não se encontra presente. E é importante registrar que foi apresentado um voto separado, de autoria do Senador Lindbergh Farias, subscrito pelo Senador Blairo e pelo Senador Flexa também, pela rejeição do projeto.

O Senador Blairo e o Senador Flexa têm alguma coisa a acrescentar? Porque é um voto em separado?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não, Sr. Presidente.

Eu subscrevo esse voto em separado, porque essa matéria dos **royalties** nós estamos numa verdadeira guerra aqui, no Senado, para definir o que vai acontecer com os **royalties** daqui para frente.

E eu estava lendo o projeto aqui apresentado, que veio da CRE, pelo Presidente Collor. Ele está destinando recursos que nós estamos discutindo no

momento para onde vai. E, no voto em separado do Senador Lindbergh, S. Exª chama a atenção de que R$1,2 bilhão será retirado dos Estados. Aqui não está especificado se tira dos Estados não produtores ou produtores. Mas, em via de dúvidas, eu vou ficar com esse voto em separado, porque a discussão dos **royalties** acontecerá na próxima semana, aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito pertinente, Senador Blairo.

O Senador Flexa também, que subscreve o voto em separado do Senador Lindbergh Farias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, na linha do que o Senador Blairo já usou do seu raciocínio agora há pouco, eu vou pedir ao Senador Lindbergh, que não se encontra presente, para que possa subscrever o seu voto em separado, porque nós estamos discutindo amplamente os *royalties* de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Amplamente os *royalties*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aqui também o projeto do Senador Collor amplia a Cfem sobre os minerais, amplia o *royalty* sobre geração hídrica. Ou seja, ele busca ampliar as alíquotas, tanto dos *royalties* de petróleo quanto da Cfem, para criar um fundo para o Exército.

Então, quanto ao mérito de ter um recurso para que o Exército possa ter as suas atividades com recursos garantidos, eu não vou discutir o mérito, porque a Marinha... O assessor parlamentar do Comando do Exército esteve comigo, e a Marinha tem do petróleo, a Aeronáutica também. Então, o que se está buscando aqui é um caminho de ter para o Exército. Mas o problema é que estamos discutindo tanto *royalty* do petróleo quanto a questão da Cfem dos minerais. Acho que isso aí deveria ser embutido nesse contexto maior. É por isso que vou subscrever aqui o voto em separado pela rejeição do projeto do Senador Lindbergh e vamos incluir essa proposta do Senador Fernando Collor na discussão mais aberta, tanto do *royalty* do petróleo, quanto da Cfem dos minerais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito, Senador Flexa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como o Senador Requião não se encontra presente, indico como Senador *ad hoc*... Como o Senador Requião é do PMDB, indico o Senador Eunício, até para atender aqui a liturgia da Casa, como Relator *ad hoc*, em substituição do Senador Roberto Requião.

Com a palavra...

Eu depois passo a palavra ao Senador Eunício.

Com a palavra o Senador Inácio, e depois o Senador Eunício, se quiser fazer algum comentário sobre o relatório do Senador Requião...

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a nossa Presidenta Dilma Rousseff apresentou, há poucos dias, o que nós poderíamos chamar de reforço para o Plano Nacional de Defesa, que inclui fronteiras terrestres e marítimas.

Evidentemente que essa discussão sobre esse projeto tem ligação direta. Aqui se mexe basicamente com os recursos da União. Não se trata de recursos destinados a estados, territórios, etc. Mesmo porque, se fosse, a preocupação seria quase exclusiva – digamos, na tese que se discute hoje – do Rio de Janeiro, e não é. Nós estamos mexendo com recursos da União, da distribuição que ela já realiza para vários Ministérios, e, evidentemente, nós estamos aqui buscando – e o relatório do Senador Requião é nesse sentido – contribuir com as Forças Armadas dentro do projeto que a própria Presidente ofereceu.

Então, seria muito significativo se aprovássemos esse projeto. Não tem que ver com a distribuição que queremos fazer amanhã ou depois com estados, municípios, etc. Vamos causar um prejuízo para as Forças Armadas brasileiras numa hora de absoluta necessidade. Nós é que precisamos reaparelhar e adequar as Forças Armadas.

O sentido nosso é esse. Acho que o Requião tem razão no seu parecer, é muito atencioso com as matérias a que ele oferece o relatório.

Por isso que nós gostaríamos de defender a aprovação da proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eunício, se quiser fazer alguma observação sobre o relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, apenas para concordar com o que coloca o Senador Inácio Arruda e, como relator *ad hoc* designado por V. Exª, concordar plenamente com o relatório do Senador Roberto Requião. O voto já foi lido, mas, apenas para confirmar o voto em decorrência de tudo que foi exposto e já foi lido pelo Senador Requião, somos de parecer favorável à aprovação do PLS 62, de 2008, com as emendas que ele acostou ao projeto e acatou.

Então, essa é a nossa posição, da manutenção do voto do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eunício.

Obrigado por assumir a relatoria *ad hoc* do projeto do Senador Collor, o Item 8.

Depois, a Senadora Vanessa. Depois, eu queria só que o Senador Blairo, se pudesse, lesse o voto em separado rapidamente, para a gente proceder à votação, porque nós estamos com quórum, Senador Alvaro Dias. Só trancando as portas aqui da Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É preciso ler o voto separado, Sr. Presidente?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está distribuído o voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Digamos que por uma questão de estilo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. V. Exª é sempre muito atencioso com os membros desta Comissão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Olhe o quórum e olhe a hora, Sr. Presidente: 11h30min.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Além de todo o estilo.

Mas, Presidente, na realidade já estamos aqui discutindo um pouco o conteúdo do voto em separado e parece que, em determinado momento, esse voto em separado aponta que haveria uma redução dos recursos repassados para Estados e Municípios. Haveria uma redução. É o que aponta o voto em separado. Entretanto, lendo o relatório do Senador Requião – e o projeto, inclusive – , o que dá para perceber, salvo engano e a não ser que eu esteja fazendo uma leitura equivocada, é que, na realidade, há um aumento de alíquotas em relação à cobrança da exploração mineral de gás e petróleo. Há um aumento de alíquotas.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – De fertilizantes também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – De fertilizantes também. Esse aumento é que iria direto para o Fundo do Exército.

Então, Sr. Presidente, nesse sentido, quero dizer que o projeto é bom. A gente fala tanto em fundo de educação que se esquece da segurança. Acho que é um aumento pequeno e que justifica o fim, justifica o fim plenamente.

Assim, quero manifestar o meu voto a favor do relatório do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador, vou colocar em votação. Deixe só o Senador Blairo ler o voto em separado, Senador Flexa, porque estamos com problema...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos votar! Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estamos com um problema: vamos correr risco de não ter quórum outra vez.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É só para dizer à Senadora Vanessa que não estamos discutindo o mérito do projeto. O problema é que essa matéria está sendo amplamente debatida. Vai haver redução nos estados? Não haverá, mas haverá aumento da alíquota para criar esse novo fundo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Blairo agora com a palavra. Temos quórum. Vamos colocar em votação porque nós temos quórum.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos dar dinheiro ao Exército para proteger nossas fronteiras.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Vou proceder à leitura do relatório, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos dar dinheiro ao Exército para proteger nossas fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Leitura do Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Encontra-se em análise na Comissão...Vou pular esta parte dos "entretanto".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Se V. Exª puder abreviar, Senador Blairo, agradeceria muito.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Vou abreviar, sim. Vou ler o que me chamou a atenção nesse voto em separado do Senador Lindbergh. S. Exª faz considerações de que teremos aumento de alíquotas sobre produtos e também a redução dos recursos repassados aos Estados. Diz assim o relatório:

A Secretaria de Orçamento Federal, com base na proposta orçamentária de 2012 (PLOA 2012), atualmente em análise na Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, calcula que a aprovação do PLS nº 62/2008 – é o que estamos discutindo –, na forma proposta, implicaria um aumento de arrecadação da ordem de R$1,2 bilhão, com repercussões sobre as tarifas de energia elétrica e sobre os preços de combustíveis e das *commodities* metálicas. Em outras palavras, haverá um impacto direto sobre a inflação, em face do peso que os preços administrados têm sobre os índices gerais de preços.

Também haveria uma redução da ordem – e é sobre isso que eu gostaria de chamar a atenção – de R$1,5 bilhão nos recursos recebidos pelos entes federados como resultado da repartição das compensações financeiras, pela utilização dos recursos hídricos, exploração de recursos minerais, dos *royalties* e da participação especial do petróleo e gás natural. A maior parte dessa redução, R$1,18 bilhão, caberia aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Portanto, do ponto de vista da execução orçamentária, a criação de mais vínculos de receitas contribui para a rigidez e para a ineficiência dos orçamentos, na medida em que reduz a necessária e salutar margem de discricionariedade dos recursos pela elaboração e gestão das políticas públicas.

Ademais, deve-se levar em conta que a aprovação do PLS nº 162, de 2008, não garante a execução das ações a cargo do Exército brasileiro, pois elas se sujeitarão aos limites da execução e empenho e distribuição às unidades orçamentárias.

Então, o voto do Senador Lindbergh, subscrito por mim e pelo Senador Flexa, é pela rejeição do projeto, uma vez que retira recursos que deveriam ir aos estados e municípios. Ele está dizendo aqui: "A maior parte da redução, de R$1,18 bilhão, caberia aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios."

Eu lamento que o Senador Lindbergh não esteja aqui para defender os estudos que apontaram isso, mas é o que está escrito, e eu não concordo com a retirada de nenhum centavo dos estados e dos municípios para deixar para o Exército ou para quem quer que seja. Acho que o Exército deve receber recursos, mas não retirar recursos dos estados e dos municípios, que já vivem à míngua.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Senador Alvaro, dá para ser bem breve?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, serei breve, embora o assunto exigisse uma longa peroração.

Na verdade, nós temos uma posição – o nosso partido tem e o Democratas da mesma forma – de não aceitar, em momento algum, nenhum aumento de carga tributária. Não há justificativa que nos convença a votar favoravelmente a projetos que aumentem a carga tributária. Não se trata de retirar de estado ou município, mas de retirar do bolso do cidadão brasileiro, do contribuinte brasileiro.

O Governo arrecada demais, aplica muito mal, tem fonte de recursos suficientes para atender ao Exército, que merece esse atendimento, mas nós não podemos esticar de novo o braço longo, com a mão grande, no bolso do contribuinte brasileiro.

Por isso, o nosso voto é contra, Sr. Presidente, atendendo ao seu apelo para sermos breves.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro, pela brevidade.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e as emendas.

A votação é nominal.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer uma só votação.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3.

Quem vota com o relator *ad hoc*, Senador Eunício, vota "sim" ao projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3.

Volto a repetir: quem vota com o Senador Eunício vota "sim".

Vou começar a votação.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto pela rejeição, conforme o voto do parecer Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, voto "não".

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Pelo substitutivo, Sr. Presidente, de acordo com a opinião do meu Líder, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vota "não".

Senador Flexa, quem vota com o relatório do Senador Eunício vota "sim". Portanto, V. Exª já disse como vota e, então, V. Exª vai votar "não".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Olhe, Sr. Presidente, eu não quis alongar mais o debate, mas tenho dúvidas numa série de questões – já expus aqui – em relação ao voto em separado. Acho que não retira recursos de estados, mesmo porque quem fica com a maior parcela de participação especial são os produtores, e não o Brasil inteiro.

Eu voto com o Relator Eunício. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Voto conhecido: "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

O Senador Eunício já é voto conhecido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – "Sim", Sr. Presidente. Com o Exército Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Exército Brasileiro.

Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto com o Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É conhecido. V. Exª já declarou o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Quero registrar a presença do Deputado ACM Neto aqui conosco.

São 9 NÃO e 6 SIM.

Portanto, vencido o relator, designo o Senador Blairo Maggi relator do vencido, nos termos do art.128 do Regimento Interno do Senado Federal.

Consulto o plenário se os Senadores que votaram "não" ao projeto e às emendas concordam com o voto em separado apresentado pelo Senador Blairo Maggi. Evidentemente, sim.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sim, concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Comissão rejeita o projeto.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59 DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro e 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento, e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam.

Autoria: Senador Renan Calheiros, aqui presente.

Relatoria ad hoc: Senador Cyro Miranda;

Relatório: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1–CAS.

Observações:

– a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1–CAS;

– em 4/10/2011, o Vice-Presidente em exercício, Senador Lobão Filho, designou o Senador Cyro Miranda Relator *ad hoc* da matéria, em substituição ao Senador Ciro Nogueira.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator *ad hoc* na 49ª reunião realizada em 4 de outubro.

Pergunto ao relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, Sr. Presidente. É só para relembrar que esse projeto é meritório, do Senador Renan Calheiros, que inclui no microempreendedor individual algumas outras categorias, como açougueiros, alfaiates, costureiras, barbeiros. Da última vez, inclusive, foi até elogiado esse projeto do Senador.

Então, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais Senadores e Senadoras para discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

Votação nominal.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer uma só votação. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, o projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

Quem vota com o relator, Senador Cyro Miranda, vota "sim" ao projeto e à Emenda nº 1 da CAS.

Senador Suplicy, Item 9.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR –MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB –CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB –CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator e com o autor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda. Voto conhecido.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator, "sim".

Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim". "Sim", Senador Agripino Maia.

Então, 15 votos SIM. O resultado foi de 15 a zero.

O Senador Renan deu de goleada aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª e à Comissão a aprovação dessa matéria, que é muito importante para o Brasil, para o crescimento da economia, para a formalização das nossas empresas.

E quero cumprimentar o Senador Cyro Miranda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado. Parabéns, Senador Renan Calheiros.

Portanto, a Comissão aprova o projeto, com a Emenda nº 1 da CAS.

Item 10.

Peço aos Senadores que permaneçam, porque é muito importante fecharmos esta pauta. Para nós, é muito importante isso, até em função do dia e da dificuldade.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2 DE 2008

– Terminativo –

Institui o Fundo Copa Amador para o apoio ao futebol não profissional no País.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: pela rejeição do Projeto.

Observações:

– a matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto;

– em 1/7/2009, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srªs Senadoras, em que pese o apreço que tenho pelo Senador Cristovam Buarque e a paixão que tenho pelo esporte, o nosso parecer é contrário a essa proposta, até porque, quando esta Casa deliberou sobre as alterações à Lei Pelé – e tive também a satisfação de ser o relator –, incluiu o desporto amador nos benefícios dos recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Os clubes sociais formadores de atletas olímpicos passaram a ter também o direito a receber benefícios da Lei Piva, com recursos oriundos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Nós temos que fazer algumas correções, destacando que esses benefícios propostos pelo projeto destinam-se exclusivamente ao futebol não profissional, deixando de fora as outras formas de desporto não profissional. É uma forma, a meu ver, inadequada de fomentar a prática desportiva, em face da posição dominante que o futebol já detém como esporte de massas. E, nas alterações propostas à Lei Pelé, demos o tratamento isonômico, com benefícios tanto ao desporto de modo geral, ao esporte olímpico, quanto ao futebol.

Vale ressaltar que não se usa mais o termo "amador", e sim "desporto de rendimento praticado de modo não profissional", que pode ser beneficiário de incentivos materiais e patrocínio, conforme o inciso II do parágrafo único da Lei Pelé, no art. 3º.

Portanto, Sr. Presidente, o que pretende o Senador Cristovam Buarque já está atendido na legislação, no art. 3º da Lei 9.615, a denominada Lei Pelé, a partir das alterações que foram aprovadas pelo Senado Federal.

E é bom aduzir também que, neste momento, o Governo brasileiro está dispensando bilhões de reais para a preparação da Copa do Mundo de futebol. A previsão inicial era de que R$24 bilhões seriam repassados para a organização da Copa, sendo que R$17 bilhões seriam dos cofres públicos do Governo da União. No entanto, esses valores foram sendo reajustados, e hoje, nós sabemos, ultrapassamos R$120 bilhões em recursos públicos destinados à organização da Copa do Mundo, e não sabemos a quanto chegaremos até o final dos trabalhos que visam à organização da Copa.

Portanto, Sr. Presidente, faço apenas uma consideração à parte, mas a razão central da rejeição a esse projeto, em que pese a boa intenção do Senador Cristovam Buarque, é exatamente o fato de que o futebol também já está contemplado com os benefícios da lei, com benefícios para o estímulo da prática do esporte, especialmente esse esporte de massa que é o futebol.

Portanto, nosso voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, um Senador muito dedicado a essas questões também.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Votação nominal.

Em votação o projeto.

Quem vota com o relator vota "não" ao projeto.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não."

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Não."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não."

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa*.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, voto conhecido.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator; portanto, "não".

A comissão rejeita o projeto, por 13 votos a zero.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318 DE 2006

– Terminativo –

Estabelece compromisso de solicitação de recursos orçamentários como parte integrante do processo legislativo de emendas parlamentares ao Orçamento da União e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: pela rejeição do projeto.

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer contrário ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Eu vou indicar como relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio; Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 318, de ementa em epígrafe, foi apresentado pelo Senador Magno Malta em novembro de 2006. Naquela ocasião, estabeleceu-se que a proposição tramitaria pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última decidir terminativamente sobre a matéria.

Análise

Cabe à CAE, conforme o disposto no art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal, estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame. O art. 99, inciso IV, estabelece, ainda, que a CAE deve opinar sobre proposições pertinentes sobre orçamento.

O controle de constitucionalidade da norma proposta já foi objeto de análise da CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, peço desculpas por interrompê-lo, mas estamos correndo o risco de perder o quórum de novo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou ao voto, Sr. Presidente.

(...)que entendeu que o PLS nº 318, de 2006, ao versar sobre o processo orçamentário no âmbito do Poder Legislativo, mais especificamente sobre o procedimento de apresentação de emendas parlamentares à proposta orçamentária proveniente do Poder Executivo, exibe vício formal, que o torna inconstitucional.

Voto

Em face do exposto, voto pela rejeição do PLS 318, de 2006.

Esse é o parecer do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa, pela objetividade permanente de V. Exª.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Em votação o projeto.

Quem vota com o relator, Senador Flexa Ribeiro, vota "não".

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não."

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Não."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não."

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro, voto já conhecido.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o relator, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Por 13 votos NÃO, a Comissão rejeita o projeto.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302 DE 2010

– Terminativo –

Efetua alterações nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para fixar a tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas para o ano calendário de 2011 e seguintes e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Cotait.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: pela rejeição do projeto e da Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator na 49º reunião, realizada em 4 de outubro.

Como o Senador Armando Monteiro não se encontra, eu indico o Senador Blairo Maggi relator *ad hoc*, e pergunto a S. Exª se tem alguma consideração a fazer, antes de colocarmos em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, vou pedir vista deste projeto porque tenho dúvidas e gostaria de apresentar voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, Senador Blairo Maggi, se V. Exª puder abreviar, porque está sendo feito aqui pelo Senador Cyro...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu já concedo vista; nem vou ler o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O.k. Portanto, já foi lido corretamente. Então, vista para o Senador Cyro Miranda.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129 DE 2008

– Terminativo –

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: pela rejeição do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como o Senador Humberto Costa não se encontra presente, eu indico o Senador Suplicy como relator *ad hoc* do projeto, pedindo a habitual objetividade de V. Exª na apresentação do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro, V. Exª eu sei que tem um compromisso, mas todos os relatórios já foram lidos, 14, 15 e 16. Então, se V. Exª...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Objetivamente, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O projeto do Senador Renato Casagrande tem por objetivo reinstituir a cobrança de Imposto de Renda sobre o rendimento de títulos públicos para não residentes. Ele apresenta dois artigos, além do terceiro, que prevê vigência a partir da data da publicação da lei. O art. 1º altera o art. 1º da Lei nº 11.312, de 2006, que reduziu a zero as alíquotas de Imposto de Renda excedentes sobre os rendimentos de títulos públicos

pertencentes a não residentes. Na redação proposta, há oito parágrafos, sendo que os sete primeiros têm por objetivo estabelecer que residentes e não residentes estejam submetidos à mesma carga tributária no que diz respeito aos rendimentos dos títulos públicos. O oitavo parágrafo estende a aplicação das novas regras a quotas de fundos de investimentos exclusivos para não residentes que possuem, no mínimo, 50% de títulos públicos.

Resumidamente, a tributação sobre os rendimentos de títulos públicos pertencentes a estrangeiros não deve ter fim arrecadatório, mas, sim, contribuir para atingir outros objetivos da política macroeconômica, como controle do fluxo de capitais e da flutuação cambial. Para tanto, o mais adequado é utilizar impostos regulatórios como IOF. A imposição de alíquotas de Imposto de Renda gera distorções entre os títulos emitidos nos mercados doméstico e externo, dificultando o financiamento da dívida interna, com impacto negativo sobre a taxa de juros. Além disso, como a conjuntura internacional muda com muita frequência, não é recomendável definir em leis as alíquotas incidentes sobre ganhos de não residentes.

Diante do exposto, o Senador Humberto Costa vota pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos acelerar, porque já foram lidos, apreciando o Item 13, relatado pelo Senador Suplicy, o Item 14, que também já foi lido – como a Senadora Lídice não se encontra, eu indico a Senadora Ana Amélia como relatora *ad hoc* -, e também o Item 15 – é o Senador Eduardo Braga, e eu indico como relator *ad hoc* o Senador Inácio Arruda. Assim, votamos esses três projetos em bloco.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, aproveito e já dou como lido o Item 17, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas o item 17 é pela aprovação. Esses três são pela rejeição.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Está bem, mas está como lido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, se nenhum relator *ad hoc* quer fazer comentários sobre o Item 14 e o Item 15, vou colocar em votação em bloco, portanto, o Item 13, o Item 14 e o Item 15. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir nenhum dos três, em votação os três projetos dos Itens 13, 14 e 15. *(Pausa.)*

A Comissão concorda com a votação em bloco?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Todos concordam.

Portanto, mais uma vez, quem vota com o relator ou relatora vota "não" ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator. "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – "Não", com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT— MS) – "Não".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Treze NÃO.

Portanto, a Comissão rejeita os projetos dos Itens 13, 14 e 15 da pauta.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185 DE 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cristalina, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatório: pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

– a matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto;

– em 4/10/2011, o Vice-Presidente em exercício, Senador Lobão Filho, designou o Senador Paulo Bauer Relator *ad hoc* da matéria, em substituição ao Senador Jayme Campos;

E eu indico o Senador Cyro Miranda como relator **ad hoc**.

O relatório é pela aprovação do projeto. Ele já foi lido pelo relator na 49ª Reunião, realizada em 4 de outubro.

Pergunto ao relator, Senador Cyro Miranda, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor coloque em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não havendo mais...

O SR. INACIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sendo os dois favoráveis, os Itens 16 e 17, o meu é pela aprovação, o 17.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, também por uma questão de simplicidade nos procedimentos, e o simples é sempre certo, também incluo o Projeto de Lei nº 570, de 2009:

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 570 DE 2009
– Terminativo –

Destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens – ProJovem.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

O relator, Senador Inácio Arruda, apresenta aqui o parecer favorável, com a Emenda de nº 1. A mesma coisa o Item 16, favorável, com a Emenda de nº 1.

Se todos concordarem votar em bloco esses dois projetos... (*Pausa*.)

Todos de acordo? E todos concordam em fazer uma votação só incluindo as emendas? Todos de acordo?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quais são os itens, Sr. Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Itens 16 e 17.

O Senador Gim Argello não pode votar no Item 16, porque é o autor.

Portanto, quem vota com os relatores vota "sim" ao projeto e às Emendas de nº 1.

Em votação. Votação nominal.

Senador Suplicy, Itens 16 e 17.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, de acordo com o relator, nos dois casos, e a favor do ProJovem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto "sim" para os dois projetos, Itens 16 e 17.

Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com meus líderes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voto conhecido.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim Argello só pode votar o Item 17.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o relator e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator e com o autor.

Portanto, 12 votos para o Item 16, porque o autor conta para quórum, e 13 votos para o Item 17.

A Comissão aprova os Itens 16 e 17, junto com as Emendas de nº 1, da CAE.

Item 18, último item terminativo, Senador Cyro Miranda.

ITEM 18
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180 DE 2011
– Terminativo –

Acrescenta alínea "n" ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para tornar obrigatório o seguro de danos pessoais a empregado de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Autoria: Senador José Pimentel.

Relatoria: Senador Alvaro Dias.

Relatório: pela rejeição do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ser sucinto, a menos que queiram maiores esclarecimentos, porque optamos pela rejeição ao projeto, já que, se tivéssemos que adotar essa providência em relação a trabalhadores do Sistema Financeiro, certamente teríamos que fazer o mesmo em relação a trabalhadores de outros setores, uma vez que também arcam com os mesmos riscos em matéria de segurança.

Portanto, Sr. Presidente, essa regra do seguro deve ser facultativa, somente se justificando a obrigatoriedade em casos excepcionais, e não é este o caso excepcional.

Por isso, nosso voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pela objetividade, pela firmeza.

A matéria está em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de pedir vista para um melhor exame da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vistas para o Senador Eduardo Suplicy.

Entramos agora só nos requerimentos.

Agradecemos a paciência do Senador Cyro Miranda.

ITEM 19
REQUERIMENTO Nº 67 DE 2011

Requer, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Jader Brandes Neves, Sócio Gerente da Empresa Stella Maris Operações Portuárias Ltda., entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 20 de 2010-CAE.

Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro.

Observações: em 4/10/2011, foi lido o requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) **–** Sr. Presidente, é só para completar a lista de convidados que já foi aprovada anteriormente e pedir a V. Exª para

marcar a audiência para subsidiar o Relator do PLS nº 406, que trata de retornar a cobrança do adicional de indenização do trabalhador portuário avulso, a ITP, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Em votação o requerimento.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado o Requerimento nº 67, de 2011, da CAE.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Solicito inversão de pauta, já que o relator dos requerimentos que se seguem não está presente, que é o Senador Lindbergh. O meu é o último. Se V. Exª inverter a ordem, ficarei muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores e Senadoras concordarem permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Vamos fazer a inversão de pauta.

ITEM 25
REQUERIMENTO Nº 74 DE 2011

> **Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o limite anual de faturamento das médias empresas brasileiras para o enquadramento no sistema de tributação de lucro presumido, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil; Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC; e Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI.**
>
> **Iniciativa**: Senadora Ana Amélia.
>
> **Observações**: em 4/10/2011, foi lido o requerimento pelo Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência.

Com a palavra a autora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Presidente Delcídio do Amaral dispensa as referências à importância deste tema, porque a atual legislação do lucro presumido é de 2002 e vigora desde 1º de janeiro de 2003, estabelecendo o limite anual do faturamento de R$48 milhões.

Desde 2003, a inflação medida pelo IGPM foi de 67,49% e a variação da taxa Selic, no mesmo período, de 110,66%. O limite de faturamento para o enquadramento no lucro presumido nunca foi reajustado. Mais do que isso é repetir sobre a importância deste tema.

Além das personalidades citadas por V. Exª no meu requerimento, eu gostaria de adicionar também o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, José Paulo Dornelles Cairoli...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª está sugerindo incluir?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Incluir no requerimento, exato.

E também, por sugestão do Instituto Hélio Beltrão, o seu Presidente, Geraldo Piquet Carneiro, e o ex-Secretário da Receita Federal Everardo Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, incluir o Dr. Geraldo Piquet Carneiro e o ex-Secretário da Receita Dr. Everardo Maciel.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado o Requerimento nº 74, de 2011, da CAE, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Só para registrar, Senadora, nós apreciamos aqui uma matéria que também foi aprovada, que vem ao encontro dessa preocupação de V. Exª. É o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2010, do Senador Alfredo Cotait, de São Paulo.

A ementa: "Amplia o limite de receita bruta total para o ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda, alterando os arts. 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27/11/1998."

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tenho mais duas matérias sobre o mesmo tema, Senador Delcídio. É o Projeto de Lei nº 142, de 2009, do Senador Raimundo Colombo, e o Projeto de Lei nº 144, de 2009, do mesmo autor. No caso da CAE, o relator é o Senador Jorge Viana e o Senador Randolfe Rodrigues, de matérias correlatas a esse tema da audiência pública que talvez seja útil também para a elaboração dos relatórios feitos pelos respectivos Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado pela habitual competência, Senadora Ana Amélia.

Nós temos agora os Itens 20, 21, 22, 23 e 24, que já foram lidos pelos atos aprovados aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, e, se todos os Senadores e Senadoras concordarem, votá-los em bloco, todos eles de autoria do Senador Lindbergh Farias. A

presença do Senador que apresenta o requerimento é só na leitura; pelos atos da CAE, não é necessária a presença do relator.

Portanto, colocarei em votação os Requerimentos de nºs 68, de 2011; 69, de 2011; 70, de 2011 e 71, de 2011, além do 72, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

ITEM 20
REQUERIMENTO Nº 68 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "A crise financeira internacional e suas repercussões sobre a economia brasileira", com a presença do Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, Economista, Professor e Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

ITEM 21
REQUERIMENTO Nº 69 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "O modelo macroeconômico brasileiro e a crise mundial, dando ênfase na política monetária e seus custos fiscais", com a presença do Sr. Amir Khair, Consultor.

ITEM 22
REQUERIMENTO Nº 70 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Desindexação de contratos públicos, inclusive a desindexação de títulos públicos cuja remuneração está referenciada na taxa de juros Selic", com a presença do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, Professor da Fundação Getúlio Vargas – SP.

ITEM 23
REQUERIMENTO Nº 71 DE 2011

Requer, nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater investimentos públicos da União e o primeiro balanço do PAC 2, com a presença da Exmª Srª Miriam Belchior – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ITEM 24
REQUERIMENTO Nº 72 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema "Royalties do petróleo e finanças públicas das três esferas de Governo", com a presença do Sr. Mauro Osorio, Doutor em economia e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Há um adendo meu, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu apresentei uma proposta de acréscimo de alguns nomes de pessoas a serem convidadas além daqueles que o Senador Lindbergh propôs, para termos um pouco de contraditório. Não pretendo uma audiência com muita gente, mas sim termos algum debate sobre os temas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio, eu vou ler dentro do que os atos determinam, e aí, na semana que vem, aprovaremos. Mas já vou ler agora, depois de aprovar ou não os requerimentos, dependendo do posicionamento dos Senadores.

Portanto, estão em votação, em bloco, os Itens 20, 21, 22, 23 e 24.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos de nºs 68, 69, 70, 71 e 72, de autoria do Senador Lindbergh Farias.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo. V. Exª conduziu esta reunião da CAE e conseguiu uma proeza: limpar a pauta com 11 projetos terminativos, com votação nominal, numa semana atípica, em que teremos um feriado amanhã. V. Exª conseguiu aqui o quórum para que pudéssemos limpar a pauta da CAE. São a com-

petência e a determinação de V. Exª que fazem com que esta Comissão, uma das mais importantes do Senado Federal, possa dar andamento aos projetos que aqui se encontram. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pelas palavras. A vitória é dos Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos, que, mesmo numa semana atípica, deram o quórum necessário para votar matérias tão importantes para o País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Reforço e endosso integralmente, em gênero, número e grau, o que disse o Senador Flexa Ribeiro a respeito do comando que tem V. Exª na Presidência desta Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pelas palavras.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero também cumprimentá-lo pela eficiência com que V. Exª conduziu hoje nossa reunião. Cumprimos um número muito grande de projetos que foram examinados e de requerimentos.

Quero também assinalar a relevância dos convites, especialmente dos Itens 20 e 21. O Item 20 também foi incluído, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi incluído.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por indicação do Senador Lindbergh Farias, serão convidados para aqui exporem os Professores Paulo Nogueira Batista Júnior e Amir Khair, ambos com grande qualidade como economistas. Isso é muito positivo para nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Lerei, dentro dos atos, o requerimento apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, requerimento em aditamento aos requerimentos que acabamos de aprovar, como o Senador Aloysio Nunes Ferreira disse, de nºs 68, 69, 70 e 71, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos.

REQUERIMENTO

Requeiro, em aditamento aos Requerimentos 68, 69, 70 e 71, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que sejam convidados para compor a audiência de cada um dos requerimentos, respectivamente:

– o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo;

– o economista Raul Velloso, diretor da ARD Consultores Associados;

– o Prof. Affonso Celso Pastore, da Fundação Getúlio Vargas;

– o economista Gil Castello Branco, das Contas Abertas.

Ou seja, o entendimento é cada um desses convidados participarem de cada um desses requerimentos, nessa sequência apresentada.

Na reunião de terça-feira, nós votaremos – e há tempo para isso – o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Portanto, não havendo mais nenhuma matéria a apreciar...

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, observo que aprovamos também, felizmente, também por iniciativa do Senador Lindbergh Farias, a vinda do professor, meu colega e ex-ministro Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, assim como a Ministra Miriam Belchior, além do Sr. Mauro Osório. Certamente teremos uma contribuição muito significativa da parte desses acadêmicos.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Quero agradecer todos os Senadores, Senadoras, porque hoje apreciamos todos os itens da pauta, os 25 itens da pauta, como disse o Senador Flexa, numa semana atípica. E essa vitória deve-se aos Senadores e Senadoras que aqui estiveram, debatendo todos esses temas. Graças a Deus, conseguimos concluir mais uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com um trabalho bastante produtivo, não só para o Senado, mas para o Brasil.

Eu dou por encerrada a presente sessão, e, na próxima sexta-feira, no mesmo horário, no mesmo local, estaremos aqui.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia quatorze de julho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Humberto Costa,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde**,** com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Eduardo Amorim e da Senadora Ana Rita. A Presidência registra a presença do Deputado Distrital Wasny de Roure. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para discutir as deficiências do Sistema Único de Saúde – SUS e apontar soluções estruturais no intuito de promover melhorias em todas as etapas do atendimento médico, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASSAUDE, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim e desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Editor-Chefe da Revista Saúde em Debate do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES; Valcler Rangel Fernandes, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, representante do senhor Paulo Gadelha, Presidente da FIOCRUZ; Marco Aurélio Antas Torronteguy, Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP e Especialista em Direito Sanitário; Luiz Carlos Pelizari Romero, Consultor Legislativo do Senado Federal. Justifica ausência Nelson Rodrigues dos Santos, Diretor-Executivo do CEBES e Geraldo Lucchese, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CASSAUDE.** *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, dedicada a comemorar os 10 anos da lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. A data da audiência pública e os convidados serão definidos oportunamente pelos integrantes desta Subcomissão.* **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado: Aprovado.** Às dez horas e vinte e nove minutos assume a Presidência o Senador Eduardo Amorim. Usa da palavra a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Humberto Costa, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Humberto Costa,** Presidente da CASSAUDE.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião de 2011.

As Srªs Senadoras os Srs. Senadores que aprovam a Ata queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir as deficiências do Sistema Único de Saúde (SUS) e apontar soluções estruturais, no intuito de promover melhorias em todas as etapas do atendimento médico, em atenção ao Requerimento nº 1/2011 – CASSAUDE, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim e desta Presidência.

Convido à Mesa nossos ilustres expositores:

– Sr. Paulo Duarte de Carvalho Amarante, editor da revista *Saúde em Debate*, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes);

– Sr. Valcler Rangel Fernandes, Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), representando o Sr. Paulo Gadelha, Presidente da Fiocruz;

– Sr. Marco Aurélio Antas Torronteguy, doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Direito Sanitário; e

– Dr. Luiz Carlos Pelizari Romero, nosso companheiro, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Justificaram suas ausências o Dr. Nélson Rodrigues dos Santos, Diretor-Executivo do Cebes, e o Dr. Geraldo Lucchese, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

– os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos;

– a palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição;

– os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Então, vamos iniciar. Eu queria comunicar aos Senadores e Senadoras aqui presentes, bem como aos expositores, que, por conta do acidente havido ontem na cidade de Recife, que, como todos sabem, é minha cidade, precisarei sair um pouco mais cedo daqui, para poder viajar e, de alguma forma, solidarizar-me com os parentes das vítimas. Mas, nesse caso, deverá assumir a Presidência o Senador Eduardo Amorim, que é nosso Vice-Presidente, ou a Senadora Ana Rita.

Então, concedo a palavra ao Sr. Paulo Duarte Carvalho Amarante, para fazer sua exposição, por 10 minutos. Pode ser?

O SR. PAULO DUARTE CARVALHO AMARANTE – Podem ser 10 minutos.

Bom dia! Primeiro, quero agradecer o convite à Comissão do Senado e cumprimentá-la pela iniciativa de ouvir a sociedade nesse aspecto tão importante, de extrema importância na conjuntura atual, que são os caminhos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Aqui, estou como editor da revista *Saúde em Debate*, da qual sou editor há muitos anos e na qual entrei há muitos anos, convidado pelo Professor Sérgio Arouca. Sou também professor da Fundação Oswaldo Cruz e Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), que vai realizar o próximo Congresso no ano que vem, em Fortaleza. Já vou aproveitar para convidar as Srªs Senadoras e os Srªs Senadores e os demais presentes aqui a dele participarem.

Na semana passada, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) participou do Simpósio Nacional de Política de Saúde. O Cebes é uma entidade que está comemorando 35 anos. Fizemos um selo. O Cebes tem uma história – não sei se todos os senhores o sabem – muito importante e muito específica na questão do SUS: o Cebes foi autor da proposta do SUS, originalmente. O SUS nasceu por um documento apresentado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, lido por Sérgio Arouca no I Simpósio de Política de Saúde da Câmara, em outubro de 1979, ocasião em que eu estava presente. Esse era um grande sonho. Houve uma grande batalha para que conseguíssemos, depois, na 8ª Conferência, tornar o SUS uma das defesas e uma das bandeiras da sociedade brasileira. Depois, veio a Constituinte de 1988, a aprovação da Lei e a regularização pela Lei nº 8.080. Então, há uma longa discussão sobre o SUS, uma avaliação do SUS, apesar de uma grande e inequívoca defesa do SUS como política nacional de saúde.

O Cebes é uma entidade atenta às limitações do Sistema e sempre se tem posicionado em relação às deficiências do SUS. Em 2008, quando o SUS completou 20 anos, elaboramos o documento "20 Anos do SUS – Celebrar o conquistado, repudiar o inaceitável". Eu trouxe aqui vários exemplares desse documento e vou distribuí-los aos senhores e às senhoras que tiverem interesse. Posso também dizer que todos os documentos do Cebes estão disponíveis em sua página na Internet, www.cebes.org.br, em que há vários outros documentos, várias análises. É uma página que se propõe permanentemente a analisar o SUS.

Nesse simpósio da semana passada, elaboramos seis teses, por provocação de vários autores, entre os quais o Professor Nelson Rodrigues dos Santos, Sônia Fleury e outros autores. Essas teses ficaram disponíveis na Internet para um debate prévio ao simpósio; depois, fizemos o debate na Fiocruz. O simpósio se realizou na Fiocruz de Brasília.

Com as várias propostas, fizemos o relatório. Cheguei a elaborar o texto "As Deficiências do SUS e as Propostas Estruturais no Intuito de Promover a Melhoria no Âmbito da Saúde Coletiva", ou seja, não me referi apenas ao atendimento médico, como a convocação está se referindo, dizendo da melhoria do atendimento médico. Eu queria retornar à ideia da saúde pública e da saúde coletiva. Eu trouxe um documento escrito, mas vou pedir que não o leiam. Como o tempo é pequeno, temos de ter mais de objetividade.

Dessas várias propostas de análises do SUS, de consideração dos aspectos positivos, há, hoje, algumas questões centrais, que vemos em vários documentos – eu, como editor da revista e como participante de outros fóruns políticos, vejo isso –, para a reorientação do SUS. A primeira delas é a questão do controle social, que defendemos. Iniciamos, no Brasil, a prática do controle social nas políticas públicas a partir da saúde – esse era um dos princípios do SUS – e, hoje, é com certa preocupação que vemos o controle social absolutamente engessado, sem poder deliberativo. Os

Conselhos – os modelos de Conselhos e de Conferências – ficaram absolutamente enfraquecidos, não têm poder de decisão, de avaliação real. Do lado das políticas, seria necessário que fosse revisto esse modelo de participação, avançando no sentido efetivo do controle, do planejamento, da definição de metas, da avaliação de metas, da liberação de gastos etc.

Por outro lado, o modelo propiciou também certa acomodação, um engessamento das lideranças. Tornaram-se lideranças, e muitas delas estão em seus cargos de representações desde o início do processo. Não sabemos mais se elas têm base, se dão retorno à base. Então, deveria haver uma redefinição da participação do controle social, e seria importante também que os mandatos e a forma de escolha e de prestação de contas aos seus representados fossem muito mais claros.

Outro aspecto do SUS nessas grandes linhas é a questão da privatização do SUS, seja a privatização da gestão com as OSs, com as Oscips, com as cooperativas. Cada vez mais, os serviços públicos – inclusive, ontem, houve notícias de São Paulo – estaduais estão passando para a gestão privada. Essa terceirização da gestão implica também a terceirização da mão de obra, uma enorme precariedade, que faz com que os servidores públicos percam a dimensão da sua função pública, da sua função de servir ao público, e fiquem nas mãos de empresários de maneira muito perversa, pois não têm estabilidade, não têm condições de fazer críticas, de se organizar, de discutir, de reivindicar por melhorias. Então, há certa orientação no sentido de enfrentar essa precariedade do trabalho, a precariedade da gestão.

Alguns falam, e o próprio Sérgio Arouca falava, de uma carreira de estado da saúde. É inadmissível que, por exemplo, um prefeito assuma o seu mandato e desmantele todo o Programa de Saúde da Família (PSF), para substituir por seus correligionários, por seus eleitores etc. E assim acontece também no campo – sou psiquiatra – da saúde mental: não se consegue manter um serviço como o Centro de Atenção Psicossocial. Esses serviços são criticados, mas não por deficiência de fundamentos ideológicos e de princípios, mas, sim, pela falta de condições e de recursos: os salários são baixos, os funcionários são terceirizados, sem estabilidade, sem formação, sem plano de carreira etc.

Os planos de saúde são outro aspecto dessa privatização. Cada vez mais, vemos que os planos de saúde representam subsídios públicos, isenções, e há o próprio financiamento público para os planos de saúde para servidores públicos. Isso faz com que os sindicatos de trabalhadores públicos, as associações e os sindicatos em geral não defendam mais o SUS, mas, sim, os planos. Os planos estão precarizando o atendimento. Não tenho dúvida alguma, como usuário, inclusive, de que os planos de saúde prestam uma assistência pior do que – entre aspas – o "famigerado" Inamps, que era conhecido por seu atendimento precário, por suas filas, etc. O comprador, o usuário do plano de saúde, o consumidor do plano não consegue acesso, não tem controle social. As agências de controle – no caso, a ANS – não representam os interesses dos usuários, são predominantemente representadas. Eu trouxe aqui, inclusive, uma convocação da Subcomissão da Câmara que discute o marco regulatório para a saúde suplementar, e não há um representante do Estado, do Governo, não há um representante do usuário; são todos representantes dos prestadores de serviços, dos proprietários de agências, etc.

Então, essa é uma das questões fundamentais. Está havendo deslocamento da assistência dos planos para a assistência suplementar, e, na verdade, a assistência suplementar tem sido o SUS.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DUARTE CARVALHO AMARANTE – Acabaram os meus 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – O senhor ainda tem tempo.

O SR. PAULO DUARTE CARVALHO AMARANTE – O SUS é que está suplementando, complementando, porque, quando os tratamentos são caros, de alta complexidade, é ao SUS que se recorre.

Para encerrar, vou falar de dois aspectos que estamos vendo com muita preocupação. Um deles é a medicalização da vida. Não estamos entrando na questão da regulação da propaganda, do excesso, da falta de limite da medicina, dos instrumentos, dos recursos médicos. Estamos vendo, cada vez mais, a sociedade ser medicalizada e mercantilizada. Um dos aspectos centrais que deveríamos discutir é como começar a regulação desses atendimentos, do limite da propaganda.

Sabemos que, hoje, há trabalhos muito sérios. Tive a oportunidade de conhecer os trabalhos da Profª Marcia Angell, que foi editora de uma revista norte-americana e que relata como os laboratórios financiam pesquisas nas universidades públicas, fazem contratos com as universidades públicas, de tal maneira que os resultados só podem ser divulgados se a indústria permitir, o que é um extremo absurdo. Se os resultados forem desfavoráveis ao medicamento, a universidade não pode divulgá-los, porque a indústria financia congressos, revistas e uma série de outros aspectos da formação médica, que fica totalmente contaminada pe-

los princípios da medicalização, da farmacologização. E, nesse sentido, não tem havido ações de controle.

Não custa dizer que todos esses gastos são repassados para o preço do medicamento, cujo maior consumidor ainda é o Estado.

Muito obrigado. O meu tempo se encerrou. Agradeço aos Senadores e às Senadoras a possibilidade de estar aqui presente e de participar deste debate pelo Cebes.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Muito obrigado, Dr. Paulo Amarante, pela sua exposição.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Valcler Rangel Fernandes para fazer sua exposição, também pelo tempo de 10 minutos.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Obrigado, Senador Humberto.

Primeiro, eu queria registrar que estou substituindo o Presidente Paulo Gadelha, em função de compromisso assumido por ele no exterior. Ele, que não está no Brasil, lamentou a ausência, e trago aqui a sua mensagem de apreço e de respeito a esta Casa, em especial aos Senadores presentes.

Para nós, da Fiocruz, é de fundamental importância esta discussão.

Vou usar rapidamente, objetivamente, uma apresentação em *powerpoint*, na verdade mais com o objetivo de deixar aqui registrados alguns dos nossos pensamentos acerca dessa questão, e, depois, vou tecer breves comentários.

Primeiro, quero deixar claro que essa discussão que apresentamos tem a ver com a questão das soluções estruturais que se pretendem trabalhar no âmbito desta Comissão, e acreditamos que as soluções estruturais passam por um pensamento de longo prazo . A Fiocruz está, junto com o Ipea, realizando todo um trabalho de prospecção da saúde voltado para uma visualização da saúde que estamos chamando de 2012/2030. Então, essa questão atravessa, do nosso ponto de vista, um pensamento de longo prazo. Essa é a primeira questão.

Quero dizer claramente que a saúde está vinculada a um processo de desenvolvimento econômico. Aqui, estamos citando o nosso grande pensador Celso Furtado, que nos coloca um desafio, o de considerar o desenvolvimento econômico como processo de mudança social vinculado às necessidades humanas, entre as quais a saúde está inserida.

A outra questão importante é o fortalecimento do Estado nessa perspectiva de desenvolvimento, ou seja, se estamos falando de saúde, de desenvolvimento, não há como pensar a saúde de outra forma que não seja fortalecendo o Estado, fortalecendo as instituições e a democracia. E acreditamos que o SUS está no cerne desse fortalecimento. Quando o Paulo falava aqui do controle social, das conferências – inclusive, realizaremos a conferência neste final do ano –, dos conselhos de saúde, estamos trabalhando com o fortalecimento do processo democrático e com o fortalecimento do Estado.

As alternativas colocadas de gestão, muitas vezes, podem ser bem-vindas, mas não podem, de forma alguma, substituir o papel fundamental do Estado, o papel das estruturas públicas estatais, mesmo que estejamos pensando no Estado, sempre pensando esse Estado como Estado Nação, o que, obviamente, é um grande desafio que está colocado para nós o tempo inteiro.

Nessa linha de pensarmos a saúde vinculada ao desenvolvimento, sabemos que, hoje, a saúde participa com 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB), que ela tem 12% do trabalho qualificado do País, ou seja, a saúde é uma grande empregadora, na verdade, é uma grande impulsionadora do desenvolvimento. Então, quando estamos falando de saúde, não estamos falando de gastos, mas estamos falando de investimento: investimento no social, investimento no econômico. Além disso, a saúde tem forte liderança na produção científica nacional: 25% a 30% do esforço nacional de pesquisa está na saúde.

Quando falamos disso, estamos falando de uma estrutura de saúde que está identificada pelo pluralismo institucional. Estamos falando de estruturas organizacionais que, hoje, efetivamente, já podem ser avaliadas, e elas, muitas vezes, não correspondem à expectativa da sociedade quanto à instituição pública brasileira. Ou seja, trata-se hoje de discutir estrutura de Estado, discutir desenvolvimento e discutir instituições mais modernas, capazes de responder às necessidades que existem na saúde.

Nessa linha, a Fiocruz tem se colocado como uma instituição estratégica de Estado, pensando a reforma sanitária, pensando um complexo produtivo da saúde que dê resposta às questões de qualidade de vida, às questões do desenvolvimento socioeconômico sustentável do País, associado a uma agenda do mundo, uma agenda global ambientalmente sustentável.

Então, não podemos esquecer os avanços do SUS.

Aqui, relembro que o Senador Humberto foi meu chefe no Ministério da Saúde e, por isso, sinto-me relativamente à vontade aqui, na Mesa. Aquele período em que estive no Ministério foi de muita felicidade para mim, do ponto de vista de trabalho.

Houve alguns avanços, nesse período todo, no SUS, e vou citar algumas questões relevantes: a queda

da mortalidade por doenças crônicas de 2% ao ano no período de 1996 a 2007; ações ligadas ao tabagismo; a queda de 81% na mortalidade por tétano – quando fiz a faculdade de Medicina, ainda havia tétano, mas, hoje, os estudantes não sabem o que é isso, como não sabem o que é difteria, coqueluche; ninguém sabe mais que doenças são essas –; a redução de 95% dos óbitos por diarreia no período de 1980 a 2005; a interrupção por transmissão vetorial da doença de Chagas em 2006. Além disso, em 1981, 17% da população, respondendo aos inquéritos, diziam que tinham ido ao dentista; em 2008, 40% da população disseram que foram ao dentista no último período.

No entanto, estamos passando por mudanças radicais do ponto de vista do perfil epidemiológico, ou seja, de aumento de doenças crônicas. Há uma estabilidade na incidência de mortalidade infantil. Apesar do declínio do índice, estamos chegando a um patamar cada vez mais difícil de trabalhar para se reduzir a mortalidade infantil. Ocorre aumento da população idosa, e eu diria que esse é um grande desafio, ou seja, é preciso fazer uma revisão do modelo assistencial para responder a isso.

Nesse sentido, há elementos-chaves para essa modelagem assistencial, ou seja, ter cuidados multidisciplinares durante todo o ciclo de doença, fazer um cuidado integrado e contínuo, trabalhar a organização de redes horizontais e verticais de atenção à saúde.

O Ministério, hoje, aponta para a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (Rue); a Rede Cegonha; a Rede de Atenção Psicossocial; as Redes de Atenção à Doença Crônica; a Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo do Útero e de Mama. Todas elas são estratégias verticais, mas, ao mesmo tempo, elas têm de ser embasadas num território que, eu diria, abrange a grande estratégia necessária hoje para a organização do cuidado que precisamos implementar: a introdução crescente de mecanismos de avaliação de desempenho.

Vou, rapidamente, fazer um resumo: fui secretário municipal por duas vezes, fui subsecretário de Estado, estive no Ministério da Saúde, trabalhei na Agência de Saúde Suplementar por curto período de tempo, quer dizer, tenho uma passagem razoável no Sistema de Saúde. Inclusive, fui dirigente de hospital também no Sistema de Saúde. E o grande problema que identifico hoje no Sistema de Saúde chama-se recursos humanos. Enquanto não resolvermos a questão de remuneração, de avaliação de desempenho, de premiação para os profissionais e equipes que conseguem obter resultados, não obteremos maiores vitórias em relação ao Sistema de Saúde. E eu diria que essa não é uma tarefa do SUS somente. É uma tarefa do Estado brasileiro, que precisa responder a essa questão. Como, na área de educação, é tarefa do Estado responder à questão dos professores, é preciso responder à questão dos assistentes sociais, dos médicos, dos enfermeiros, dos farmacêuticos, de todos os profissionais que trabalham na saúde brasileira.

Meu tempo já se está esgotando, mas eu gostaria de também deixar registrado que há uma redução das doenças infecciosas, mas que ainda permanece um desafio para nós: interrompemos a transmissão vetorial de Chagas, mas existe a estimativa de que há 3,5 milhões de portadores de Chagas no Brasil, que ainda não contam com um sistema bem adequado de atenção. Se o paciente de Chagas chega hoje ao posto de saúde, o médico não sabe o que fazer com ele. Muita gente acha que o portador de doença de Chagas é um paciente cardíaco; Chagas é uma doença complexa.

Há outro exemplo: dengue. Dengue é uma grande derrota do sistema público brasileiro, não só de saúde: é uma derrota da coleta do lixo, é uma derrota do setor de obras, é uma derrota do setor ambiental, é uma derrota para o sistema de saúde. É preciso haver uma ação multiprofissional e intersetorial para conseguir controlar a dengue. Ou seja, apesar de haver essa redução fantástica – e se pode ver que ela foi bastante importante nos anos do SUS –, a doença infecciosa ainda é um desafio.

A mesma coisa ocorre em relação às taxas de natalidade e de mortalidade.

Quero falar da importância do crescimento da população nos Municípios de 100 mil a 500 mil habitantes e também nos Municípios de pequeno porte. Esse eu diria que é um desafio para a Federação brasileira. Como trabalhar um sistema de saúde que pegue Municípios que têm menos de mil habitantes e Municípios que têm mais de dez milhões de habitantes? Esse é outro grande desafio que está colocado para nós, que é o desafio da Federação.

O crescimento populacional em regiões, por exemplo, como o Centro-Oeste, pelo vetor de desenvolvimento econômico, coloca também desafios para nós importantes. Acho que é outro dado importante.

A discussão sobre os arranjos federativos está colocada agora pelo Decreto nº 7.085, que foi emitido pela Presidenta Dilma, ou seja, os contratos de ação pública que estão ali são um grande desafio para a gestão pública promover a contratualização entre o gestor municipal, o gestor estadual e o gestor federal e também com os prestadores de serviços públicos e privados – eu diria que esse também é outro grande desafio importante.

E eu diria que há desdobramentos necessários para o acompanhamento dessa organização da aten-

ção – falamos de redes, falamos de contratos de ação pública –, e o Ministério, de alguma forma, já está tentando fazer isto: mapear detalhadamente a oferta e o uso dos serviços de saúde; fazer o exame das condições de acesso. Hoje, ampliamos enormemente o acesso aos sistemas de saúde pela atenção básica, mas ainda há estrangulamentos na área hospitalar, na área de urgência e emergência. Como é que a gente combina isso? Como é que a gente faz uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), sem fazer com que a UPA siga um caminho equivocado, de substituição do sistema de saúde, de substituição da atenção primária? Esse é um grande dispositivo, mas com o qual a gente tem de tomar cuidado, para que ele esteja integrado à rede, para que não seja uma armadilha para nós.

É importante deixar claro o seguinte: 8,4% do Produto Interno Bruto foram gastos com saúde no Brasil, pegando os setores público e privado, e o setor público está investindo proporcionalmente cada vez menos, apesar de, nominalmente, crescer. Esta é uma questão para nós aqui, na discussão da Emenda nº 29: não podemos cair na armadilha de a Emenda nº 29 trazer mais problemas para nós, dependendo do percentual que a gente vá definir nela. É preciso que ele seja de 10% das receitas totais, ou seja, temos de ter cuidado com a aprovação da Emenda nº 29, no sentido de ela nos promover um financiamento sustentável.

Aqui, está a missão da Fiocruz, e isso fica aqui como registro. Aqui, estamos reafirmando nosso compromisso com o compartilhamento de conhecimentos, com a promoção da saúde, com a qualidade de vida da população brasileira, com a redução fundamentalmente da desigualdade. Talvez, este seja o maior desafio existente no SUS: promover a equidade no território brasileiro. E eu diria que estamos tentando contribuir com isso de algum modo.

A última publicação da revista **The Lancet**, que trago aqui, é uma publicação que, eu diria, pode ser uma grande contribuição para o Senado, porque traz um mapeamento dos grandes problemas existentes na saúde, feito pelos melhores especialistas não só da Fiocruz, mas da USP, da URGS, de várias universidades. A partir daí, olhando para o cabedal de pesquisas e de estudos que temos, vemos que há muito instrumental para apontarmos soluções, muitas das quais conhecidas por todos nós, mas, muitas vezes, com caminhos não tão integrados.

Terminando, quero lhes agradecer a possibilidade de mostrarmos essas questões para os Senadores, para todos os que aqui estão presentes. Ficamos à disposição para o debate.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Muito obrigado, Dr. Valcler, representante da Fiocruz.

Concedo a palavra ao Dr. Marco Aurélio Antas Torronteguy, para fazer sua exposição, pelo período de 10 minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO ANTAS TORRONTEGUY – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Humberto Costa, os Senadores aqui presentes, os colegas de Mesa, as senhoras e os senhores.

Em atenção ao convite desta Casa para discutir o tema das deficiências do SUS e as soluções estruturais no que concerne ao atendimento médico, apresento, a seguir, a título pessoal, minhas considerações sobre o tema do ponto de vista acadêmico da minha especialidade, que é o Direito Sanitário.

Em primeiro lugar, não pode haver direito sem garantias. E o que são essas garantias, de que muito se fala, das quais os juristas muito falam? A garantia é, de maneira geral, um instrumento de uso prático que vai diminuir a distância entre a normatividade de um direito e a sua efetividade. Então, existem muitos tipos de garantias: garantias judiciais, garantias institucionais, garantias políticas etc. Nesse contexto, considera-se que o Sistema Único de Saúde é uma autêntica garantia ao direito à saúde, uma vez que é um instrumento institucional para diminuir a distância entre o que está na norma, que diz que as pessoas têm direito à saúde, e o que está na realidade. Então, esse é um primeiro aspecto para o qual chamo a atenção.

Além disso, é sempre importante recordar que a Constituição, quando reconheceu a saúde como direito de todos, permitiu que se afirmasse que o direito à saúde é um direito público subjetivo, ou seja, não apenas uma pretensão geral da sociedade, mas uma pretensão individual também. Isso já foi amplamente reconhecido pelos nossos Tribunais e promoveu o que se chama hoje o fenômeno da judicialização da saúde, que muito ocorre com a judicialização do atendimento médico em todas as suas etapas, inclusive no que se refere à assistência farmacêutica. Sobre o tema da judicialização da saúde, existem muitos estudos hoje, e, inclusive, faço referência aos estudos de Silvia Badim Marques.

Acontece que, em inúmeros processos judiciais decorrentes desse fenômeno da judicialização, é muito recorrente o argumento do Estado de que os recursos são insuficientes. E, aqui, como acadêmico, faço uma pergunta – talvez, eu seja muito mais um perguntador do que alguém que vá dar respostas: como é que o Estado pode justificar-se, dizendo que faltam recursos para a saúde, se não houve regulamentação da norma constitucional que determina percentuais míni-

mos orçamentários para que sejam destinados a esse fim? Esse é um problema lógico. Sobre isso, temos de recordar que, muitas vezes, é a ausência de lei que vai significar a violação de um direito, o que pode parecer contraditório, mas é bastante interessante fazer essa reflexão.

Então, sob o ponto de vista jurídico, uma grave deficiência do Sistema Único de Saúde é a ausência de regulamentação da Emenda nº 29. Isso todos aqui sabem, o Poder Legislativo está atento a isso, e existe um projeto na pauta dos trabalhos do plenário da Câmara dos Deputados atualmente. A solução para esse problema, que é um problema normativo, que apontei aqui, é a aprovação de uma lei regulamentadora, mas não pode ser qualquer lei regulamentadora. Aqui, chamo a atenção para dois aspectos. Tudo isso está num texto do qual deixo cópia aqui com a Subcomissão, e estou fazendo uma apresentação resumida desse texto.

Então, quais são os dois problemas dessa regulamentação, que não pode ser qualquer regulamentação? Em primeiro lugar, deve-se atender a um postulado muito importante, que é o princípio da proibição do retrocesso social. O que é o princípio da proibição do retrocesso social? Uma vez que determinada ordem jurídica alcance determinado nível de proteção social, aquele *standard* alcançado passa a ser vinculante para a própria ordem jurídica. Isso está de acordo com a nossa Constituição Federal, que determina objetivos muito claros para a República Federativa do Brasil, que estão no art. 3º da Constituição, de diminuição das desigualdades, de enfrentamento da miséria, de enfrentamento das discrepâncias sociais, das discriminações, das distinções de todo o gênero.

Então, esses objetivos da República são claros ao dizer que temos uma meta de desenvolvimento social, ou seja, de dar sempre passos adiante, nunca passos atrás. Além disso, considero que os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil são muito claros no sentido da proibição do retrocesso social.

Peço permissão para fazer referência aqui a duas normas: o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas e o Protocolo de São Salvador, que, no âmbito americano, inclui, no sistema americano de proteção dos direitos humanos, a proteção dos direitos sociais. Ambos os pactos não impuseram aos Estados signatários, inclusive o Brasil, um imediato e amplo reconhecimento do direito à saúde, de maneira nenhuma. Eles impuseram o dever de, progressivamente, os Estados efetivarem o direito à saúde.

Acontece que, uma vez que a ordem jurídica interna, como, por exemplo, a ordem brasileira, define um nível de proteção à saúde, fica proibido o retrocesso. Então, sob o ponto de vista da soberania do Estado, o Constituinte brasileiro de 1988 definiu o que julgou pertinente reconhecer como direito à saúde. O legislador brasileiro, soberanamente, desde então, com as Leis nºs 8.080 e 8.142 e com todas as alterações legislativas posteriores, igualmente, soberanamente, definiu o *standard* de proteção do direito à saúde. Mas, por força do art. 2º do Pacto de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais da ONU e do art. 1º do Protocolo de São Salvador, uma vez que essas escolhas legislativas soberanas tenham sido feitas, não se podem dar passos para trás.

Então, esse é o conteúdo. Aqui, de maneira bastante legalista, inclusive, apresento o princípio da proibição do retrocesso, não apenas como uma discussão de doutrina, mas algo que me parece bastante evidente, dadas as nossas regras jurídicas.

Então, a lógica é a de que existe essa proibição do retrocesso. Mas, além disso, existe um segundo aspecto importante para a superação estrutural das deficiências normativas do SUS. Além da proibição do retrocesso, existe a proibição da proteção insuficiente. Então, um direito social deve ser protegido, mas deve ser protegido suficientemente. E o que significa a proibição da proteção insuficiente no que concerne ao direito à saúde, tendo em vista o nosso ordenamento jurídico constitucional? Significa alcançar a universalidade e a integralidade do atendimento, que são temas bastante polemizados com as últimas alterações legislativas, inclusive com a lei que está para entrar em vigor, que está aí em **vacatio legis** agora.

Nesse contexto, os avanços do SUS são louváveis, como foram já aqui apresentados, e suas deficiências precisam ser enfrentadas, o que também já foi falado nessa Mesa.

No que concerne ao atendimento médico precisamente, o que venho dizer aqui, para procurar contribuir para esse debate, é que as soluções estruturais para superar esses problemas de atendimento médico e de toda a assistência à saúde passam pelo diálogo absolutamente necessário entre os legisladores, que são aqueles que procuram uma solução normativa para o problema do SUS; os profissionais que enfrentam diariamente essas dificuldades; os usuários, cuja saúde está em jogo; e os acadêmicos, que refletem sobre esses assuntos e que, de alguma forma, procuram contribuir também.

Então, como acadêmico, apresento, nestes instantes que me restam, alguns dados quantitativos sobre o que tem sido a produção legislativa em saúde nas últimas Legislaturas. Apresento isso aqui, com dados que são de acesso público no sítio eletrônico do Observatório da Saúde no Legislativo, um projeto do

Programa de Direito Sanitário da Fundação Oswaldo Cruz, em Brasília.

O Observatório da Saúde no Legislativo contém as proposições da 53ª Legislatura e, parcialmente, desta atual, a 54ª Legislatura – portanto, são dados apresentados desde 2007. O Observatório captou como projetos da área da saúde, de acordo com uma metodologia própria, discriminada em categorias, 1.368 proposições legislativas. Numa busca feita a partir dessas 1.368 proposições legislativas com o descritor "atendimento médico", de maneira geral, "atendimento e/ou médico", foram encontradas 146 proposições legislativas. Isso significa que, em torno de 10% das proposições legislativas do Senado e da Câmara, desde 2007, dizem respeito, de alguma maneira, a esse tema do atendimento médico. Esse número de 146 proposições pode ser relativizado, dependendo da maneira como se faça essa busca no Observatório, mas uma análise da ementa dessas 146 proposições legislativas indica dados muito interessantes com relação ao conteúdo dessas soluções normativas que o Legislativo está procurando dar a esse problema enfrentado pelo SUS.

Então, são muitos temas que podem ser referidos: a saúde da criança e do adolescente, que é um tema muito recorrente, com vários subtemas; a saúde da mulher; a saúde do idoso; a regulamentação profissional, no que concerne a profissões específicas, a novas profissões da saúde, ao piso salarial de várias categorias de profissionais da saúde; a regulamentação de cooperativas de saúde, do serviço sanitário, de prescrição por meio mecânico, de programas de residência médica; e muitos outros temas.

Há muitas proposições legislativas também sobre medicamentos, sobre acesso à propaganda de medicamentos, sobre vigilância sanitária, sobre assistência religiosa, sobre participação de capital estrangeiro na assistência à saúde, sobre promoção de doação de órgãos e tecidos e, por fim, sobre direitos específicos para doenças específicas. E, com essa última reflexão, vou concluir a minha apresentação.

O que chama a atenção, nesse último ponto, é que, em muitas proposições legislativas, o que verificamos são direitos específicos criados para pessoas com enfermidades ou situações de saúde específicas. Que direitos específicos são esses? Isenções tributárias, auxílio-doença, gratuidade de medicamentos, acesso gratuito a outros itens que não medicamentos, como sapatos, palmilhas, enfim, é uma ampla gama de direitos específicos.

Só para termos uma ideia, na 53ª Legislatura, das 1.268 proposições legislativas sobre saúde, 316 criavam algum tipo de isenção tributária. Então, esse é um dado importante. E quais são as doenças ou situações específicas privilegiadas? São dezenas: leishmaniose, diabetes, hipertensão, lupus, epilepsia, neoplasia maligna, Aids, doenças de baixa resistência imunológica, câncer de próstata em especial, pessoas portadoras de deficiência ou com locomoção reduzida, pessoas vítimas de violência sexual, vítimas ou familiares de vítimas de acidentes aeronáuticos, crianças vítimas de violência, dependentes químicos, pacientes mentais etc.

Esse é um ponto que deve ser objeto da nossa reflexão, porque, por um lado, representa o que na literatura dos direitos humanos se costuma chamar de especialização dos direitos. E, aqui, vou me encaminhando para a minha conclusão.

Os direitos humanos foram positivados nas ordens constitucionais, internacionalizaram-se depois da Segunda Guerra Mundial, generalizaram-se para abarcar a superação de desigualdades de gênero, de desigualdades econômicas. Nos últimos anos, os direitos humanos e fundamentais têm se especializado, ocupando muito mais do ser humano em concreto, não mais daquele *homo sapiens* iluminista em abstrato.

Então, a especificação dos direitos humanos é muito importante por que permite proteger situações que antes eram desprotegidas. Mas temos de refletir se isso não cria soluções assimétricas, que podem vir a ser consideradas soluções injustas. Então, esse é um aspecto que deve ser refletido na superação desses problemas normativos do SUS.

Com essas palavras, então, considero que o tema do atendimento médico, no contexto do Direito Sanitário e da assistência à saúde, de maneira geral, é um tema que precisa ser enfrentado com maior profundidade, nesse diálogo a que me referi entre os legisladores, os sanitaristas, os usuários etc.

Assim, concluo minha apresentação, reiterando meus cumprimentos ao Senador Humberto Costa e aos demais Senadores aqui presentes.

Termino, dizendo que o Sistema Único de Saúde é uma conquista cidadã de todos nós brasileiros, que implica um compromisso dos três Poderes do Estado e também de toda a sociedade, para que, finalmente, esse direito fundamental à saúde seja cumprido na sua extensão total, não parcialmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Aqui, agradeço ao Dr. Marco Aurélio Antas Torronteguy pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Luiz Carlos Pelizari Romero, para fazer sua exposição, por 10 minutos.

Antes do início da fala do Dr. Luiz, eu gostaria de registrar a presença do Deputado Distrital Wasny de Roure.

O SR. LUIZ CARLOS PELIZARI ROMERO – Senador Humberto Costa, Presidente desta Comissão; prezados colegas, Dr. Paulo Amarante, Dr. Valcler, Dr. Marco Aurélio; Srªs e Srs. Senadores, agradeço-lhes, em nome da Consultoria Legislativa, a oportunidade de participar deste debate.

Inicialmente, eu gostaria de retomar um tópico que já foi apresentado pelas pessoas que me antecederam, para melhor caracterizar a abordagem que pretendo dar à minha fala.

O Sistema Único de Saúde é considerado um dos mais importantes sistemas públicos de proteção social e, na qualidade de política do Estado, um dos mais significativos avanços no processo civilizatório e na realização de direitos sociais no País e no exterior. A imprensa, no entanto, costuma dar destaque à má qualidade da assistência médica hospitalar prestada no âmbito do Sistema e, em especial, nos seus serviços de emergência. Filas de pacientes, longos tempos de espera para a realização de consultas, exames e procedimentos, carência de profissionais e insuficiência de infraestrutura material dos serviços estão nas manchetes dos jornais e televisões todos os dias.

Ainda que as pesquisas de opinião comprovem a existência e a percepção, pela população, desses problemas de acesso e a insuficiência e a má qualidade do atendimento recebido em centros de saúde, em hospitais e em serviços de emergência, elas mostram também que, quando a pessoa é atendida, ela avalia bem o serviço.

Várias pesquisas de opinião têm sido feitas há muito tempo, desde pelo menos o início deste século, e, na pesquisa mais recente, que foi publicada em fevereiro deste ano, 80% dos usuários do Programa de Saúde da Família, 70% dos pacientes que receberam assistência farmacêutica e metade dos que procuraram assistência médica no SUS avaliaram o atendimento recebido como bom ou muito bom. De qualquer forma, em média, um de cada quatro usuários da rede pública avalia o atendimento recebido como ruim ou muito ruim. Mas o SUS não é um plano de saúde, e sua atuação não se limita à prestação de assistência médica.

Ao lado dessas insuficiências, tem acumulado vitórias importantes, várias das quais já foram relatadas aqui, Entre elas, só para citar algumas mais conhecidas, verifica-se uma redução considerável do número de óbitos e de internações por doenças infecciosas, em especial, as redutíveis por imunização, as diarreias infantis e as infecções respiratórias infantis. Erradicamos a poliomielite e controlamos o sarampo e a rubéola. E programas como o Programa de Imunização, de Controle do Tabagismo e de Aids são reconhecidos, internacionalmente, como exitosos e recomendados como modelos a serem seguidos.

A nossa estrutura de Vigilância Epidemiológica, montada para a preparação e resposta a emergências sanitárias, mostrou-se eficiente para proteger o País nos dois últimos episódios de risco sanitário internacional: as pandemias de Sars e de gripe suína. E nosso Sistema de Vigilância Sanitária garante aos brasileiros um nível de segurança que os habitantes de poucos países possuem no que diz respeito a consumo de medicamentos, de serviços e produtos de saúde, de alimentos, de sangue.

Parece-nos, assim, que as deficiências da assistência médica e hospitalar não podem ser tomadas como padrão e paradigma da inoperância de um sistema que vem mostrando elevada efetividade na gestão dos problemas de saúde coletivos.

Dessa forma, não podem essas insuficiências ser tomadas como generalizadas e, menos ainda, como insuperáveis.

Não sou especialista em matéria de organização de assistência médica, mas gostaria de contribuir para este debate com a análise de duas questões estreitamente relacionadas a esse tema, por conta do viés que têm de serem matérias afetas à atuação desta Casa legislativa.

A primeira delas consiste na deficiência do Sistema Único de Saúde, observada até agora, em organizar e operar de forma satisfatória redes regionalizadas e hierarquizadas de serviço. Esse problema compromete a qualidade da assistência médica prestada no âmbito do sistema, e sua superação é uma das soluções estruturais buscadas, na medida em que o oferecimento de uma atenção integral resolutiva não é possível sem organização e funcionamento de redes territorializadas e hierarquizadas de serviços de assistência médica.

A Lei nº 8.142, de 1990, autorizou o Ministério da Saúde a estabelecer, mediante portaria do Ministro de Estado, a organização e o funcionamento do SUS. Isso tem sido feito por meio das Normas Operacionais Básicas, das Normas Operacionais de Assistência à Saúde, do Pacto pela Saúde, de 2006, e, finalmente, por meio do Decreto nº 7.508, de junho passado. Essas normativas foram desenhando um pacto federativo em saúde, para organizar, financiar e operar nosso sistema público de saúde.

Desde sua instituição, a organização do SUS se fez fortemente marcada pelo papel regulador do Ministério da Saúde, segundo uma tradição setorial de centralismo, que mantinha Estados e Municípios dependentes do Poder Central no que diz respeito à formulação de políticas de saúde, à normatização, ao

financiamento e, inclusive, à manutenção de serviços e execução de ações. Por isso, fizemos o SUS.

Apesar disso, apesar desse caráter indutor do Ministério da Saúde, ainda que pese o caráter centralizador e tutorial, as NOAS, as NOBs e o Pacto conseguiram estimular a descentralização de ações e a organização de redes de serviço por Estados e por Municípios. Mas essa configuração normativa continuava fortemente disciplinada pelo Ministério da Saúde à luz do financiamento setorial e continuava a se mostrar cada vez mais insatisfatória para os gestores estaduais e municipais, depois de mais de vinte anos de uma experiência de organização e operação de redes estaduais e municipais que está se mostrando razoavelmente exitosa.

A reivindicação de mais autonomia por parte dos gestores estaduais e municipais, o reconhecimento generalizado de que o SUS tinha alcançado um nível de maturidade organizativa e a retração da participação da União no financiamento do Sistema permitiram avançar, no âmbito desse pacto federativo que se vinha construindo, para a formalização de contratos entre os entes federativos, para operar as redes de serviço. Essa nova forma de relacionamento entre os entes federados, na área de saúde, está baseada no reconhecimento de duas premissas: primeiro, a de que os entes federados são interconectados e interdependentes na operacionalização das redes de serviço; e, segundo, a de que existe uma grande variedade de condições de saúde e de infraestrutura nos diferentes entes federados.

Além disso, quando começou a crescer o número de pacientes que, sentindo-se frustrados em seu direito à saúde, recorreram ao Judiciário, conformou-se e consolidou-se uma jurisprudência segundo a qual a garantia do direito à saúde constitui uma obrigação solidária dos três entes federados. Essa divisão de responsabilidades passa, assim, a ser feita de forma pactuada entre os gestores das três esferas de governo, de acordo com a capacidade da rede de serviço localizada no território do ente federado, e o que é pactuado passa a ter caráter de contrato.

O fato de o processo de redistribuição de responsabilidade de cada gestor passar a ser desenhado sob novos critérios não exclui, no entanto, a necessidade de instrumentos jurídicos que deem garantia de cumprimento a esses contratos, prevendo sanções para os gestores públicos responsáveis pelo seu descumprimento injustificado.

Dessa forma, se as normativas até agora elaboradas no âmbito do Poder Executivo têm avançado, sobremaneira, no estabelecimento de regras e mecanismos de cooperação entre União, Estados ou Municípios essenciais para a construção e operação das redes territorializadas e hierarquizadas do serviço de saúde, isso não possui, no entanto, poder coercitivo, nem estabelece mecanismos de controle mútuo.

Nos últimos anos, a atuação insuficiente e omissão de gestores e o descumprimento de acordos firmados entre eles foram associados a episódios que afetaram a vida e a saúde de várias comunidades e tornaram evidente a insuficiência dos instrumentos legais disponíveis, no âmbito e fora do Sistema, para apurar responsabilidades e sancionar os gestores envolvidos.

A iniciativa de proposição desses instrumentos legais não tem partido do Poder Executivo, mas do Congresso Nacional e desta Casa, em especial, onde tramitam dois projetos objetivando instituí-los, com base em um princípio de responsabilidade sanitária.

Eles são elementos essenciais para a construção e operação das redes de serviço, por sua vez, a única forma de materializar o princípio de integralidade, atenção e saúde e de dar uma solução estrutural à melhoria da qualidade da assistência médica prestada no âmbito do Sistema. Essa, ao que tudo indica, deverá ser uma contribuição do Senado Federal para o encaminhamento da matéria.

O segundo aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção e que tem a ver com a atuação do Congresso no sentido de dar uma solução estrutural para a questão da assistência médica consiste num fenômeno que, a partir da última Legislatura, tem chamado a atenção dos estudiosos de Direito Sanitário: o crescimento do número de proposições e de leis aprovadas com o propósito de obrigar o SUS a elaborar políticas para o atendimento de determinadas doenças ou agravos, a fornecer determinados medicamentos ou outros insumos terapêuticos e a disponibilizar determinados procedimentos e tratamentos, não obstante o andamento constitucional definir o atendimento integral como diretriz de organização do Sistema e a legislação infraconstitucional prever também a integralidade e igualdade da assistência à saúde.

A produção dessas leis específicas existe desde 1990. No entanto, identifica-se uma tendência, que se confirma a partir da última Legislatura: a proposição e aprovação de leis com essas características. Os autores que estão estudando esse fato alertam para o risco de esse fenômeno produzir um ordenamento jurídico muito fragmentado, já que segmentos populacionais e, principalmente, grupos e associações de pacientes mais organizados e com mais recursos têm tido sucesso em obter a apresentação, por parlamentares, de leis específicas que contemplem seus interesses em detrimento do de outros setores menos organizados.

Para Lucchese, um dos autores que tem estudado esse fenômeno, isso caracteriza uma tendência ao agravamento da desigualdade da atenção à saúde dos brasileiros ou, em outras palavras, uma afronta ao princípio da equidade. Essa tendência afeta a assistência médica prestada no âmbito do SUS, ao priorizar a atenção a determinados grupos e ao incorporar acriticamente novas tecnologias de saúde, e não contribui para a melhoria do atendimento médico, que viria exatamente da proposição de soluções estruturais e não casuísticas.

Era essa a contribuição que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço a apresentação ao Dr. Luiz Carlos Romero.

Também faço uma referência elogiosa às quatro apresentações que foram feitas aqui, em que se abordaram importantes problemas relacionados à questão da atenção à saúde, as dificuldades e deficiências nessa área. Creio que são contribuições importantes, para que, no Senado Federal, possamos debater proposições e projetos e também apresentar sugestões ao próprio Ministério da Saúde, que é o gestor federal do Sistema Único de Saúde. Sem dúvida, essas contribuições serão uma base importante para isso.

Neste momento, vou precisar me retirar da reunião, por causa do voo, e convido o Senador Eduardo Amorim para presidir o restante da reunião.

Já recebemos dos expositores cópias de suas respectivas apresentações.

Na condição de Presidente, quero agradecer a todos a participação e reafirmar que, certamente, precisaremos novamente da contribuição dos senhores, já que, no segundo semestre, especialmente o tema do financiamento será o tema principal não somente para a CASSAUDE, mas também para a CAS. E queremos, no próximo semestre, abrir esse debate e, mais do que isso, queremos assumir, de forma corajosa, a discussão sobre a necessidade de mais recursos para a saúde no Brasil.

Antes de passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Eduardo Amorim, quero submeter à votação um requerimento de nossa autoria, cujo objetivo é a realização de audiência pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, dedicada a comemorar os 10 anos da Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e que redireciona o modelo assistencial em saúde mental. A data da audiência pública e os convidados serão definidos oportunamente pelos integrantes desta Comissão.

Coloco em votação o requerimento.

Não sei se alguém deseja fazer o encaminhamento da votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Mais uma vez, bom dia a todos! É com muita honra que recebemos aqui os senhores para discutir um tema tão palpitante e extremamente necessário.

Sou médico e tive o privilégio de fazer duas residências médicas, mas também o privilégio, Dr. Marco Aurélio, de, em seguida, ter me graduado como bacharel em Direito. É muito interessante ver a saúde sob os vários prismas, sob os vários olhares, para que possamos, com certeza, ajudar a construir aquele SUS com que os senhores tanto sonharam no final da década de 70 e durante a década de 80.

Como um dos autores do requerimento, tenho alguns questionamentos a fazer, mas vou passar a palavra à Senadora Ana Rita. Depois, nas considerações finais, faremos nossos comentários e nossas indagações.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, quero parabenizar todos os nossos palestrantes e dizer que foi muito bom poder ouvi-los. É sempre bom ouvir estudiosos da área que nos trazem sempre informações novas. No dia a dia, não conseguimos acompanhar tudo. As demandas são muitas, os temas são muito variados, e essas audiências públicas nos possibilitam obter informações mais atualizadas, fruto de estudos e de experiências acumuladas pelos senhores.

Então, quero saudar todos os senhores, os doutores que aqui estão, e dizer da nossa satisfação em poder recebê-los aqui.

Inicialmente, gostaria de fazer uma pergunta. Não sei se é bem uma pergunta, mas eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores. Eu já tive a experiência de ser conselheira de vários Conselhos. Fui conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município onde moro, em Vila Velha, no Estado do Espírito Santo.

O SR. PAULO DUARTE DE CARVALHO AMARANTE *(Fora do microfone.)* – Sou de lá.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O senhor também é de lá, doutor? Que bom!

Fui Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do meu Estado. Já fui também Conselheira do Conselho Estadual de Pessoas com Deficiência e, sempre que posso, participo das conferências. Na verdade, nas conferências, particularmente, uma das grandes questões colocadas, é justamente o papel dos Conselhos.

O senhor nos traz aqui uma reflexão com a qual temos comunhão. Na verdade, os Conselhos cumprem um papel importante no controle social, mas também nos esbarramos com algumas deficiências, com algumas dificuldades em relação aos Conselhos. E isso não se dá por falta de vontade dos conselheiros. São dificuldades que vão além das possibilidades, muitas vezes, dos nossos Conselhos. Quero aprofundar com vocês, aqui, hoje, como poderemos superar essa deficiência, porque isso ocorre nos Conselhos de modo geral. A reflexão trazida pelo senhor é referente aos Conselhos de Saúde, mas, de modo geral, os problemas são os mesmos em todos os Conselhos, sejam eles municipais ou estaduais ou mesmo o Conselho Nacional. A experiência que conheço ocorre muito mais em nível municipal e estadual.

O senhor traz uma reflexão, dizendo que os Conselhos, muitas vezes, sentem-se engessados, sem poder de interferência. Então, é necessário rever esse modelo de participação, porque, em alguns casos, há certa acomodação por parte dos conselheiros, por parte da sociedade civil e também do Poder Público. Em alguns casos, a deficiência que percebo ocorre muito mais por parte do Poder Público do que por parte da sociedade civil, que, às vezes, também se encontra meio engessada por que não consegue interferir nisso de forma qualificada, por falta de informações, por falta de conhecimento.

Então, realmente, é necessário rever essas formas de escolha desses conselheiros, para que sejam conselheiros realmente comprometidos, que tenham interesse, de fato, em contribuir.

Também há a questão da prestação de contas de quem está nos Conselhos aos setores que estão representando. Esse vaivém, essa troca de informações, muitas vezes ou na maioria das vezes, é deficiente, é precária.

Então, são várias questões que são postas.

Eu faria uma pergunta ao senhor e aos demais membros da Mesa: diante desse quadro, que não é comum somente à área de saúde, mas que perpassa todas as outras áreas, que sugestão vocês poderiam dar? De que forma poderíamos superar essa deficiência? Haveria algo com que nós, como legisladores, poderíamos contribuir com a experiência, com o acúmulo de vocês?

Enfim, essa seria a reflexão que eu gostaria de aprofundar um pouco mais aqui, hoje. Depois, poderei fazer outras intervenções, mas, neste primeiro momento, fico com essa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra ao Dr. Paulo, para responder.

O SR. PAULO DUARTE DE CARVALHO AMARANTE – Obrigado.

Eu sabia que a senhora era do Espírito Santo, mas não de Vila Velha. Na verdade, para não se dizer que estou mentindo, sou de Colatina. Nasci em Colatina, mas estudei, morei a minha vida inteira e fiz minha formação de médico em Vila Velha, onde meus pais viveram até poucos anos atrás, na Praia da Costa.

Sou muito prussiano. Quando o Senador Humberto falou que eram dez minutos, soltei o meu papel aqui e resolvi dar ênfase a alguns aspectos.

De fato, na nossa análise, como falei, fizemos um documento, celebrando o conquistado e repudiando o inaceitável. Vimos atualizando uma série de reconhecimentos da importância do SUS, inclusive desse deslocamento que falei no título e que o Romero reforçou: a questão não é de atendimento médico, a questão é de saúde pública, de saúde coletiva e de outra concepção de saúde que o SUS trouxe, que é saúde como qualidade de vida, saúde como direito, saúde como bem-estar, o que não implica só assistência médica; algumas vezes, pode haver até certa oposição.

Há essa questão central dos planos de saúde, dos modelos dos planos que vão tomando, cada vez mais, o terreno da saúde pública. Trata-se exatamente de criar uma concepção, uma ideologia no imaginário social de que saúde é assistência. Não é a vacinação, não são os cuidados da vida, não é uma série de direitos, inclusive, de participação, mas, sim, o direito que, cada vez mais, os planos vão diminuindo, que é o acesso à assistência.

Nesse sentido, a participação é fundamental. Propusemos o controle social, que quase foi revogado no Governo Collor – houve uma luta em defesa do SUS. É necessário regulamentar essa participação. A grande contribuição legislativa que pode ser dada é a de levantar essa discussão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DUARTE DE CARVALHO AMARANTE – Agora, posso passar um minutinho, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Está autorizado.

O SR. PAULO DUARTE DE CARVALHO AMARANTE – Sou soldado, sou prussiano.

Então, é preciso que haja a regulamentação dessa participação. Primeiro, é preciso definir mandatos, definir formas de prestação das atividades, de como se portam as pessoas, que, às vezes, não são representantes mais de nada. Isso é um pouco desse sistema. Ele não é regulamentado. Servem aqueles representantes, digamos, não representativos.

Por outro lado, há a questão do caráter desses Conselhos. Vi uma conferência do Professor Rudá Ricci, dizendo que não é controle social se ele não tem efetivamente poder deliberativo. Então, na verdade, chamamos de controle social o que seria um acompanhamento social, sem poder deliberativo. Em algumas questões, se o gestor não tem como responder às demandas, às pressões, a determinados vetos do controle, então, isso não é controle. Estamos chamando equivocadamente de controle social aquilo que não o é. Nesse sentido, penso que eu tenha respondido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Dr. Paulo, além disso, só para complementar a pergunta, o questionamento da Senadora Ana Rita, o senhor não acha que falta clareza quanto à missão de cada ente federado? Não falo para os Conselhos, para os profissionais que lidam com o SUS, mas falo para a comunidade, para o cidadão, para aquele que está em casa, para aquele que está no sítio, para aquele que tem menos conhecimento, para aquele que, talvez, não tenha tido oportunidade de ter mais conhecimento. O senhor não acha que falta clareza a respeito daquele que tem a missão verdadeiramente de cumprir cada tipo de serviço? O senhor não acha que isso cria um jogo de empurra-empurra entre os entes federados?

Às vezes, nem mesmo o Judiciário sabe a quem se reportar em algumas questões, em alguns questionamentos, não é, Dr. Marco Aurélio? Isso leva a uma acomodação e a uma omissão, muitas vezes, por parte de alguns gestores. Quando falta energia elétrica, quando falta água, quando falta algum tipo de serviço, sabemos de quem devemos cobrar. Mas, quando se trata de questão de saúde referente ao SUS, é dito que essa é obrigação do Município, é obrigação do Estado, é obrigação da União. O senhor não acha que esse tipo de controle social... Efetivamente, o cidadão sabe que tem o direito, mas quem tem de lhe dar garantia de obter aquele direito, qual ente federado? O senhor não acha que falta isso? Não seria interessante tornar muito mais clara a missão de cada ente federado?

O SR. PAULO DUARTE DE CARVALHO AMARANTE – Concordo plenamente com o Senador. Acredito que, quando propusemos o SUS, o poder municipal era o grande organizador do sistema. Ele era único. Antigamente, o sistema era chamado de Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (Suds). O poder municipal seria o responsável, porque está mais próximo do cidadão.

Hoje, nos aspectos que, inclusive, o Romero levantou, reconhecemos a impossibilidade de definição clara dos papéis dos entes participantes do SUS no sistema de rede, com o Poder Público central, federal, ainda muito normatizador, mas, ao mesmo tempo, com baixa capacidade de regulação. Acho que é um dos aspectos fundamentais o que o Senador levantou. Vou deixar também que os outros expositores também opinem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – O senhor não acha, Dr. Valcler, que falta isso? Fui Secretário de Saúde. Às vezes, a gente fica pensando em qual é a missão, porque tudo acaba sobrando lá para a ponta. Como a União está muito longe – e o Estado, às vezes, também fica longe do Município –, fica sobrando muita tarefa, muita missão para o Município, que, na verdade, percentualmente, é o que mais contribui em termos de recursos e que, talvez, seja o que menos recebe dessa fatia. Em termos de recursos, hoje, está definida qual a missão do Governo, da União. O senhor bem alertou aqui que não podemos abrir mão dos 10%; dos Estados, 12%; dos Municípios, 15%. Às vezes, muitos deles gastam muito mais. Vejo isso como um fator complicador. Eu queria ouvir a opinião do senhor.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Acho que a colocação é perfeita, Senador Eduardo. Os dois elementos, o levantado pela Senadora Ana Rita e esse elemento de discussão acerca do papel dos entes federados, são dois elementos sociais que, inclusive, se combinam.

Contei minha história muito rapidamente. Já fui Presidente de conselho municipal e acompanhei o conselho estadual demais. No Ministério, na gestão do Senador Humberto Costa, posso dizer que eu era frequentador assíduo do Conselho Nacional de Saúde. Inclusive, aprovamos lá – coordenei o processo – o primeiro Plano Nacional de Saúde, que foi feito nessa gestão do Senador Humberto. Agora, já vamos para a terceira versão do Plano. Também discuti o PPA no Conselho.

Por que estou citando esse exemplo? Porque acho que existem questões ligadas ao controle social que são essenciais, que não dependem tanto de legislação, mas de uma orientação mais precisa e adequada de quais são os papéis essenciais. Ou seja, podemos discutir tudo no Conselho, mas não podemos deixar de discutir um plano municipal de saúde, um plano estadual de saúde, um plano nacional de saúde. Não podemos deixar de discutir o orçamento e o acompanhamento da execução orçamentária nesses conselhos, de tal modo que aquilo que é chamado de *accountability*, a prestação de contas que os governos têm de fazer nos conselhos, ocorra de maneira muito adequada.

E por que digo que combinam essas discussões? Vamos pegar as conferências. Falo do Conselho e das conferências. Vou fazer uma crítica ao modo como te-

mos operado as conferências. Vale a pena fazermos uma reflexão. Vamos partir para a 14ª Conferência, e cada uma delas tem um tema. Sempre fico muito preocupado, porque acho que a gente deveria usar um tempo da conferência para fazer um balanço dos quatro últimos anos. Isso seria essencial para uma conferência de saúde, tanto a nacional, como as estaduais e municipais. Tudo bem! Vamos discutir o acesso? Certo. É essa a discussão nossa da 14ª Conferência. O que fizemos nos últimos quatro anos em relação a isso? Tem de fazer parte da pauta de cada conferência o que foi aplicado de recursos para a ampliação do acesso nos últimos quatro anos e o que apontaremos para os próximos quatro anos. Isso acaba não se dando desse modo, acaba se dando de maneira dispersa nos debates.

Para terminar – quero ser bem curto nisso –, com relação aos Conselhos, e a Fundação Oswaldo Cruz tem um papel importante nisso, eu diria que deveria haver um *mix*. Melhor dizendo, hoje, existe a profissionalização do conselheiro, o que, muitas vezes, é negativo. Ou seja, os conselheiros são permanentes, eles viram conselheiros para o resto da vida, e é preciso tomar cuidado com isso. Por outro lado, precisamos tratar da capacitação dos conselheiros, para que eles exerçam, de fato, esse papel. Então, eu diria que este é um elemento essencial: o uso das instituições acadêmicas para a qualificação do papel desses conselheiros. E há cursos para isso, inclusive cursos a distância. Eu diria que esse é um papel essencial. Não sei se há necessidade ou se temos de resolver isso por intermédio de legislação. Isso está previsto, inclusive, na legislação, mas acho que esse é um termo essencial que está muito ligado a essa questão do papel de cada ente federado.

Senador, como fui do Estado, acho que, hoje, há uma grande lacuna, que é o papel do Estado, do ente federado, nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Eu também acho. E ele gasta como quer gastar.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Ele gasta como quer gastar. Há disparidades enormes. Se se pega a Amazônia, verifica-se que todos os Estados da Amazônia, por exemplo, aplicam mais do que o previsto na legislação. No entanto, a maior parte dos outros Estados aplica menos; ou seja, no País, hoje, há situações muito desiguais em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Mas ele gasta como quer gastar, investe onde quer investir. Então, o ideal era que não fosse preciso positivar tudo. Quando se positiva até onde se deve jogar o palito do picolé, mostra-se a fragilidade ética e moral de uma sociedade. Mas, infelizmente, para alguns gestores, tem de se positivar.

Recentemente, passei pela seguinte situação, Senadora Ana Rita: eu retornava dos festejos juninos no meu Estado, Estado de Sergipe, houve um acidente na estrada com alguns adolescentes, com alguns jovens, segundos antes de eu passar por ali, e, de pronto, fui socorrê-los. Com angústia, como médico, como profissional, fui socorrê-los. Um adolescente estava sem cinto de segurança e foi jogado para fora do veículo. Nós o procuramos no matagal e o encontramos. Eu o imobilizei. Ele estava comatoso. Passaram três ambulâncias do Município, mas nenhuma tinha oxigênio. Desculpem-me a expressão, mas o prefeito, no dia seguinte, disse que não tinha obrigação de prestar socorro, porque o acidente tinha acontecido numa rodovia estadual. Isso aconteceu no meu Estado, mas, com certeza, acontece em muitos cantos deste País. Então, para os maus gestores, tem de se positivar, sim, e, na falta do compromisso, acho que se tem de punir. Não podemos ser paternalistas com os omissos, principalmente quando se trata de saúde e de SUS. Isso não!

Quando eu era Secretário de Saúde, eu dizia sempre que não devia faltar equipamento, que não devia faltar medicamento. Se isso faltar, pode ser devido à burocracia. Mas isso não deve faltar. Mas faltar o gesto de um servidor, um atendimento, isso, realmente, é da índole, do caráter de cada um.

Concordo com o senhor quando disse que uma das maiores questões e um dos maiores entraves do SUS não é somente a questão do financiamento; é a questão dos recursos humanos. Esta Casa – não podemos perder tempo, Senadora Ana Rita –, no próximo semestre, tem de enfrentar, e enfrentar mesmo, três questões para o SUS. Dr. Paulo, corrija-me se eu estiver errado. São elas a questão dos recursos, a questão do subfinanciamento – não podemos abrir mão disso, de forma alguma –, a questão dos recursos humanos. Devemos premiar ou promover quem, realmente, cumpre o seu papel e a sua missão e punir quem não os cumpre. Tem de haver esse critério, sem nenhum paternalismo. E é preciso melhorar, com toda a certeza, a questão do controle social. Como o senhor disse, muitos ali se aposentam, ficam ali e têm aquilo realmente como uma missão. E não há uma renovação de todas essas lideranças. Então, é isso que aprendemos.

Não sei se a Senadora Ana Rita ainda tem alguma pergunta a fazer. Eu tenho uma pergunta a fazer ao Dr. Marco Aurélio.

A lição que aprendi com o senhor foi a de que estamos indo para o específico, para o Direito específico, mas nem cuidamos do principal, do amplo, do

maior, que é garantir mais recursos, que é observar a questão dos recursos humanos e do controle social. Enfim, essa foi uma das lições que tiro da sua fala e desse novo olhar realmente do SUS.

A minha tese monográfica para o curso de Direito foi "O Estado Democrático de Direito e o Combate à Dor Social". O combate ao sofrimento social, embora esteja esculpido e garantido no nosso texto constitucional, ainda clama por efetividade em muitos cantos do nosso País, praticamente em todo o nosso País.

O SR. MARCO AURÉLIO ANTAS TORRONTEGUY – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Realmente, existe um fenômeno de especificação normativa, e existem ainda muitos desafios no que diz respeito às regras mais gerais, como esses temas prioritários que V. Exª mencionou, o dos recursos humanos e o do controle social. É importante deixar claro que não são dois movimentos antagônicos e que não se trata de tudo ou nada. Ou seja, as duas coisas devem acontecer: precisamos de regras gerais, mas também precisamos proteger situações específicas. Se determinada pessoa tem uma moléstia que afeta um em vários milhões de seres humanos, ela vai precisar ter, de acordo, inclusive, com o que diz o princípio da equidade, algum tipo de proteção que, muitas vezes, tem que ser específico. E, talvez, o tratamento dela custe muito caro, e, provavelmente, o Estado tenha de lhe dar esse tratamento, porque, embora seja um tratamento caríssimo, é uma situação de saúde que deve ser enfrentada.

Então, o que eu diria, concordando com o senhor, é que deve ser buscado um equilíbrio entre as regras específicas e as regras gerais.

Quero também dizer algumas palavras sobre o questionamento da Senadora Ana Rita. No que diz respeito à atuação dos conselhos, há regras que podem ajudar muito o controle social, como, por exemplo, uma norma que, talvez, passe despercebida: o Conselho de Saúde precisa existir para que haja o repasse do recurso da União. Essa é uma regra extremamente inteligente. Se não existisse essa regra, será que haveria tantos Conselhos Municipais de Saúde? Ou seria uma lei, como se diz, que não pegaria?

Então, existem os Conselhos de Saúde; o que discutimos é a sua efetivação. Existe uma regra por trás que torna a coisa bastante pontual, o repasse, a vinculação ao repasse.

Faço um questionamento aqui que, talvez, possa ser uma ideia. Existem muitas normas sobre promoção da saúde, para que as pessoas sejam educadas, estimuladas a doar órgãos, a vacinar seus filhos, mas não vemos ou vemos muito poucas políticas de promoção de participação em Conselhos de Saúde. Poderia haver esse esforço de uma política pública para estimular as pessoas a participarem desses Conselhos. Inclusive, o tema dos Conselhos de Saúde está intimamente relacionado a esse assunto da especificação normativa, porque o que verificamos nos Conselhos, sobretudo nos Conselhos Municipais e nos Conselhos estaduais, é que aqueles grupos de pacientes de determinadas enfermidades ou de determinadas situações específicas procuram assumir postos nos Conselhos. Isso faz parte, digamos, da estratégia de *advocacy* desses grupos, plenamente de acordo com a lei, de acordo com a ética; não há problema algum nisso. Isso faz parte do jogo democrático. Mas o que acontece é que esses grupos específicos conseguem a inserção junto a parlamentares, lutam por assentos nos Conselhos de Saúde, e esse é um elemento dessa especificação normativa. Então, talvez, seja realmente importante repensar a maneira de participação nesses Conselhos, a maneira de eleição desses conselheiros.

Continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaria de fazer, pelo menos, mais duas intervenções. Primeiro, retomando essa questão dos Conselhos, avalio que isso depende muito do compromisso dos nossos gestores, sejam eles estaduais ou municipais. Se os gestores têm compromisso, os Conselhos funcionam melhor, com estrutura, com pessoal, e o debate ocorre com mais qualidade. Se o gestor não tem o menor compromisso com as políticas públicas, principalmente, na área social, os Conselhos não funcionam. E não é só para a Saúde que há essa exigência. Para a saúde, para a educação, para a assistência, existe esta exigência: o repasse dos recursos só se efetiva se os Conselhos e os Fundos estiverem funcionando.

Mas, além disso, deve haver, de fato, um comprometimento por parte dos gestores, no sentido de fazer o debate, de ouvir o usuário. Enfim, tudo depende muito desse compromisso. E a população, de certa forma, tem o papel de cobrar muito desses gestores. Vivencio isso na pele. Conhecendo um pouco as cidades, principalmente, do Estado onde moro, percebemos claramente que, onde existem prefeitos comprometidos, a realidade é uma; onde os prefeitos não são tão comprometidos, a realidade é outra. Então, tudo depende muito dos gestores e, nesse caso, dos prefeitos também e dos seus respectivos colaboradores, que são os secretários.

Recebi a informação de que o Ministério da Saúde, há um mês, lançou um programa bastante importante que incentiva os médicos, em áreas de extrema pobreza, a contribuírem com um plano nacional que a

nossa Presidenta lançou recentemente, que é o Brasil sem Miséria. Esse plano, na verdade, tem como objetivo atender a toda a população muito pobre do nosso País, e sabemos onde está a população muito pobre, principalmente nas cidades mais distantes, nos recantos do nosso País. Como a saúde pode contribuir para combater, de fato, essa miséria?

Quero apenas fazer o registro dessa iniciativa bastante importante do Ministério da Saúde, na qual os médicos podem pagar o financiamento estudantil com trabalho em regiões de vulnerabilidade. Critérios para definição dessas áreas foram divulgados recentemente, e tenho aqui alguns deles. O próprio Ministério diz que irá incentivar médicos formados, por meio do financiamento estudantil, a ocuparem regiões de extrema pobreza e, com isso, conquistarem benefícios para quitar, sem nenhum desembolso, o valor devido em menos de dez anos, que é o financiamento estudantil.

A Portaria nº 1.377, publicada no dia 14 de junho, divulgou critérios para definir tanto as especialidades médicas prioritárias para a rede pública, quanto os Municípios com maior dificuldade, para fixar esses profissionais no Programa Saúde da Família. Nos critérios apontados, os Municípios deverão ser priorizados de acordo com o PIB *per capita*. Deverão ser priorizados os Municípios em que a população não tem cobertura de plano de saúde, em que a população é residente em área rural, em que a população se encontra em extrema pobreza e é beneficiária do Programa Bolsa Família. Também entra o percentual de horas trabalhadas por médicos da atenção básica por mil habitantes, o percentual de leitos por mil habitantes e o indicador de rotatividade.

Então, essa é uma iniciativa do Ministério da Saúde extremamente necessária, para possibilitar que profissionais da área da saúde possam se instalar nessas regiões distantes do País, nas quais, como sabemos, as pessoas, muitas vezes, morrem por falta de atendimento. Aliado a isso, eu gostaria também de fazer outra reflexão.

Ontem, por exemplo, recebi, por parte da imprensa, um questionamento de um usuário do Município de Serra, no meu Estado. Ele faz um comparativo da saúde pública com a saúde privada. Por que na saúde privada não se espera tanto para receber o atendimento e, na saúde pública, tem de se esperar muito? Qual foi a minha resposta? Primeiro, não se deve comparar saúde pública com saúde privada. É um equívoco fazer-se essa comparação, porque a saúde privada é elitista, atende apenas um determinado segmento da sociedade; a saúde pública atender a todos, a todas as pessoas em todas as especialidades, o que foi muito bem explicitado pelos senhores aqui hoje. Então, compará-las, na minha opinião, é um equívoco muito grande.

Segundo, a saúde privada não está tão boa assim, e citei um exemplo: a minha ginecologista é uma excelente profissional – na verdade, faço questão de me tratar com ela; faz mais de trinta anos que me cuido com ela –, mas é preciso marcar uma consulta com ela com três meses, quatro meses de antecedência. Então, também na saúde privada, espera-se muito tempo para ser atendido. E aí se faz a opção. Faço essa opção por que quero ser atendida por aquela profissional, e aí tenho de esperar três meses, quatro meses para ser atendida. Na saúde pública, é diferente: espera-se por que a demanda é muito grande. A saúde pública é para atender a todos, tem de ser universal, tem de atender a todas as pessoas.

Há outra questão que acho bastante interessante debatermos. Muitos profissionais que se formam nas universidades públicas, depois de formados, vão montar seus consultórios particulares, e alguns se dedicam à saúde pública, mas priorizam o atendimento particular. Na saúde pública, são 20 horas semanais, e, muitas vezes, não são cumpridas as 20 horas, já ouvimos várias denúncias com relação a isso, e a prioridade é a saúde pública.Qual é a alegação de alguns – não digo todos – profissionais? É a de que o serviço público não paga suficientemente. Ele precisa ter um apoio da saúde privada. Não concordo com essa posição, até porque, na Saúde da Família, os profissionais são muito bem pagos, se os compararmos com os demais profissionais da rede pública de saúde. No entanto, temos dificuldade de encontrar profissionais também da Saúde da Família em Municípios do interior, em Municípios mais distantes.

Estou falando isso, mas essa não é uma regra geral. É claro que são constatações. Alguns profissionais, não todos, alegam isso. Mas temos dificuldades. Por isso, o Ministério também se propôs, possivelmente, a fazer esse programa no sentido de incentivar os nossos profissionais de saúde a se localizarem nessas regiões mais distantes.

Eu gostaria de ouvir dos senhores algo a respeito disso. Acho que é um equívoco muito grande a nossa população comparar a saúde pública com a saúde privada. Para mim, são duas coisas diferentes, não há como compará-las. O nível de atendimento da saúde pública é muito amplo; o da saúde privada é mais restrito. A saúde privada não tem a exigência de atender a todas as questões, como, por exemplo, o combate a algumas doenças que já foram erradicadas do País. Quem fez esse combate? A saúde pública. Não foi a saúde privada.

Então, quero ouvir a opinião dos senhores em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra ao Dr. Paulo. Depois, eu a passarei aos demais membros da Mesa. Assim, encerraremos esta audiência.

O SR. PAULO DUARTE DE CARVALHO AMARANTE – Rapidamente, queremos comentar vários aspectos. O primeiro diz respeito a este documento que eu trouxe, por escrito, do Cebes e que vou deixar disponível para a Comissão, em que fazemos referência à constatação de uma grande insatisfação, no momento, de usuários de planos de saúde, de usuários de outros serviços privados de saúde, dos médicos profissionais que não recebem bem e, por isso, estão muito insatisfeitos.

Então, essa não é a grande verdade; existe uma mídia muito favorável. Como foi dito aqui, a mídia não reconhece vários aspectos. As pessoas falam que não são usuárias do SUS, porque não entendem o SUS, como a Anvisa, em vários aspectos, inclusive em tratamentos de alta complexidade de que elas precisam. Por exemplo, o tratamento do câncer, a oncologia faz parte dos serviços do SUS, mas elas não reconhecem isso como sendo do SUS. Esse é um aspecto.

Há outra questão: de fato – é uma tese que discutimos neste encontro –, hoje, há um falso consenso em torno do SUS, com toda a crítica que se faz. É como se todos os importantes atores sociais fossem favoráveis ao SUS, porque todos querem, de alguma forma, dele tirar partido, como o setor filantrópico, o setor de hospitais, os planos de saúde.

Então, a questão do financiamento tem de ser discutida, com a aprovação e regulamentação da PEC, porque, se houver o mesmo estilo de financiamento, com isenção fiscal de empresas e tudo mais, reproduziremos o mesmo modelo.

Com relação à formação, Senadora, quero comentar que vi essa Portaria, essa ideia da interiorização nas áreas de pobreza. Acho isso muito importante, mas uma das coisas que não enfrentamos ainda, no âmbito da saúde, é o seu lado interdisciplinar com educação. De fato, a senhora mesma observou, as universidades, não só as públicas, o que gera certa perplexidade, mas também as privadas, formam o profissional para o modelo – entre aspas – "liberal", tradicional de consultório. Vi um diretor de residência médica de São Paulo, cujas bolsas são todas fornecidas pelo SUS, dizer que ele não forma profissionais para o SUS, que a questão dele não é o SUS, que ele os forma para serem bons médicos. E o que ele fala como bom médico? É o profissional privado da empresa etc.

Então, temos de enfrentar a questão da formação. Há experiências muito esparsas, em poucos locais do Brasil, mas muito importantes, como o da Rede Uniida, que integra universidade e ensino docente assistencial. Mas são trabalhos muito experimentais, são experiências muito esparsas ainda. É necessário uma forma de enfrentamento da formação do profissional. Esse é um problema do Saúde da Família. Quando se contrata um profissional para o Saúde da Família, ele não é um profissional, digamos, "generalista", formado para essa prática do trabalho da comunidade. Sou médico, mas o médico não sabe sair do consultório, não sabe sair do hospital, não sabe falar com a comunidade.

Então, é necessário outra forma, outro enfoque de saúde pública já na formação. Saúde pública, saúde coletiva, higiene, na minha época, era um horror para os estudantes. Então, precisamos mostrar que existe mercado para a saúde coletiva, existe mercado para a Saúde da Família. Hoje, experiências de formação de saúde pública estão começando. Gostaria que os Srs. Senadores atentassem para essa experiência. Não sei se conhecem as Faculdades de Saúde Pública, mas é outro profissional que está sendo criado.

Então, temos de encontrar formas de já começar a formação. Os vários programas de interiorização da medicina não deram certo por que o médico vai com um modelo clínico e prático de saúde voltado para a questão de saúde e assistência médica. Assistência médica se faz no consultório, com exames etc.

Já vou encerrar, senhores. Houve uma importante experiência de interiorização da saúde mental, que é a minha área de conhecimento, na Amazônia, no Nordeste, que foi o Programa de Interiorização da Saúde Mental (Pisam), no Espírito Santo, inclusive, e os médicos generalistas que foram para essa experiência acabaram virando altamente medicalizadores, prescritores. Nos centros de saúde, paravam os remédios vermífugos, os complexos vitamínicos, os antiinflamatórios para serem medicados por Diazepam etc.

Então, enfrentar a questão da formação dos profissionais de saúde como um todo, não só dos médicos, é um dos grandes dilemas que temos pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Passo a palavra ao Dr. Valcler e, em seguida, passarei para os demais membros da Mesa, para tecerem suas considerações finais.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Para ser bem objetivo, resgatando a outra discussão, quero ressaltar que, quanto a essa questão do compromisso com o gestor, a Senadora está sendo perfeita no momento em que faz essa citação. E não posso deixar de registrar o exemplo do Ministro Padilha, que tem

estado em todas as reuniões do Conselho Nacional de Saúde. Anteontem, estive numa reunião, discutindo o orçamento do Ministério, e o pessoal falou: nós e o Ministro ficamos no Conselho o dia inteiro, discutindo o orçamento do Ministério da Saúde. Então, realmente, é uma relação diretamente proporcional, e o Ministro Padilha está dando o tom desse tipo de questão.

Outro ponto é o Programa Brasil Sem Miséria. Estamos falando de 16 milhões de pessoas, estamos falando de um país de grandes proporções; são 16 milhões de pessoas que estão nessa faixa. E nós, na Fiocruz, inclusive, estamos nos inserindo nesse Programa, estamos montando uma rede de apoio ao Programa Brasil Sem Miséria, no sentido de levarmos as ações da Fiocruz, resgatando simbolicamente o que originou a Fiocruz, que foram as grandes expedições de Carlos Chagas. Carlos Chagas entrou no interior deste País e descobriu que o Brasil não era só litoral. E disse isso para o Brasil e para o mundo. Estamos querendo fazer isso de maneira moderna, é óbvio, não repetindo as expedições, mas nos associando a esses Municípios, sabendo que é preciso criar estruturas adequadas a essa atenção à saúde nesses lugares.

Acreditamos que a ciência e tecnologia têm um papel importante nisso. Quer dizer, fazer ciência e tecnologia de maneira interiorizada faz parte desse processo. E a estratégia que estamos trabalhando é exatamente a de um olhar diferenciado sobre as doenças que chamamos de negligenciadas. Alguns chamam de doenças perpetuadoras da pobreza, mas essa é uma discussão ainda da época sobre o que causava o subdesenvolvimento, se era a doença que causava o subdesenvolvimento ou se era o subdesenvolvimento que causava a doença. Esse é um debate da década de 40, da década de 50. Ou seja, é importante cuidarmos dessas doenças negligenciadas, produzindo educação para a saúde, mas também fazendo saneamento, fazendo controle de vetores, fazendo ações de assistência à saúde.

Por fim, quero fazer esse comentário com relação à fixação de médicos. Nessa semana, estive presente no Congresso do Conasems, Congresso das Secretarias Municipais de Saúde, em Brasília. Na abertura, havia 3,7 mil pessoas. Ele se transformou no maior congresso de saúde pública que reúne os gestores, eu diria, talvez do mundo. O pessoal fala da América Latina, mas, com um número desses, acredito que não deva existir outra reunião no mundo. E esse debate esteve muito presente. Estive numa mesa, inclusive, discutindo a questão da Amazônia. Se formos pegar o Brasil Sem Miséria, em que esses 16 milhões de pessoas estão muito concentradas no Norte e no Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Sessenta por cento estão no Nordeste.

O SR. VALCLER RANGEL FERNANDES – Exatamente. É essa a situação que existe hoje no Brasil. E estávamos discutindo essa questão lá: que profissional é esse que precisamos formar? Não é esse profissional de que o Paulo estava falando, que é o bom médico de consultório.

Há pouco tempo, estive num evento em que estava falando o Professor Naomar, que foi reitor da UFBA e que é um estudioso dessa questão. E ele abordou esse tema com muita propriedade, ao dizer que a universidade não forma como universidade, ela forma um médico, forma um enfermeiro. Nós nos encontramos nas festas, durante a faculdade. Depois, no Serviço de Saúde do SUS, principalmente, precisamos conversar, ou seja, esse trabalho precisa ser multiprofissional. Precisamos mudar esse paradigma; esse paradigma não é adequado aos enfrentamentos que temos na saúde, no que se refere aos grandes desafios que estão colocados para nós, agora.

Há o desenvolvimento brasileiro, e estamos falando de Municípios e de Estados que, hoje, estão passando por determinados processos, como o de ter de enfrentar a construção de uma hidrelétrica, a instalação de uma siderúrgica, a instalação de uma indústria de petróleo, e estamos estou vendo, nessa área minha de saúde e de meio ambiente, isso direto.

É preciso enfrentar esse tipo de problema, o problema do envelhecimento, o problema das crianças. Ou seja, é preciso enfrentar isso de maneira multiprofissional, e, para isso, tem de se mudar a formação. Precisamos integrar essa informação. Há alguns exemplos de currículos que estão tentando fazer isso. A minha própria universidade – fui formado na Universidade Federal Fluminense – tenta fazer esse processo há algum tempo, mas isso ainda não é a tônica da formação. E, quando estou falando do médico, falo do médico como um recurso crítico, mas falo de todos os profissionais de saúde. E isso é preciso mudar para todos os profissionais de saúde; não vamos formar outro profissional, se não mudar essa situação.

Esses são os meus comentários. Eu diria que temos um grande enfrentamento em relação a essa questão do público/privado. A ANS, há pouco tempo, soltou uma resolução sobre o tempo que vai ter agora que se cumprir para se fazer uma consulta, para se fazer um exame. E não sei até que ponto isso vai ser viável, mas essa é uma tentativa.

Por fim, realmente, quero agradecer-lhes muito, já nos comentários finais, a possibilidade de estar aqui. Eu gostaria de convidar todos os parlamentares a estarem presentes na visita que vai acontecer no dia 12 de agosto, numa sexta-feira, uma visita principalmente às instalações de Bio-Manguinhos, a nossa fábrica de produção de vacinas, na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Estamos espalhados no País, temos uma unidade em Brasília, temos uma unidade no Amazonas, em Rondônia, em Pernambuco, no Ceará, na África, em Minas Gerais, na Bahia, em Curitiba, em Mato Grosso do Sul. Vamos instalar uma unidade no Piauí. Ou seja, estamos espalhados, mas no Rio se concentra o nosso maior número de unidades. E, no dia 2, haverá uma visita de parlamentares à Fiocruz, e quero deixar esse convite aberto a todos. E, no dia 9, haverá uma audiência pública da Fiocruz na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Então, estamos aí abertos, agradecendo muito essa possibilidade, e esperamos poder trazer outras pessoas aqui para contribuir com o trabalho da Comissão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Agradeço a todos os senhores a presença.

Indago ao Dr. Marco Aurélio se deseja fazer os comentários finais.

O SR MARCO AURÉLIO ANTAS TORRONTEGUY – Quero apenas agradecer o convite para estar presente aqui e me colocar sempre à disposição para discutir esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Indago ao Dr. Romero se deseja acrescentar algo. (*Pausa.*) Ele é da Casa, e o consultamos frequentemente. É um patrimônio que temos. Agradeço-lhe muito as suas palavras.

Não sei se a Senadora Ana Rita quer fazer alguns comentários. (*Pausa.*)

Ainda há muito a avançar; é uma progressão. Quero que o senhor nos ajude nessa missão, não é, Senadora Ana Rita? Estamos aqui como missionários, como condutores. Realmente, sonhamos com um SUS muito melhor, muito mais efetivo, muito mais justo, e isso é possível, sim, com certeza.

No segundo semestre, haverá muitos desafios. Espero que os senhores retornem a esta Casa e possam nos ajudar nesse enfrentamento que devemos fazer. Não podemos, com certeza, pecar por omissão.

Então, agradeço a presença a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO DA CCJ, SALA SENADOR JOSAPHAT MARINHO DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos, do dia onze de agosto de dois mil e onze na Sala Senador Josaphat Marinho, Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Humberto Costa,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde**,** com a presença do Senador Eduardo Amorim e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença de: Augusto Cesar de Farias Costa, Gerente de Saúde Mental do Sistema Único de Saúde – SUS; Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Professor Doutor Eduardo Mourão Vasconcelos, Relator Adjunto da IV Conferência Nacional da Saúde Mental-Intersetorial e Relator-Geral da III Conferência Nacional de Saúde Mental; Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Delegação de Sindicatos dos Psicólogos dos Estados. A Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** em comemoração aos 10 anos da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "*dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*", atendendo ao Requerimento nº 7, de 2011-CASSAUDE, com a presença dos seguintes oradores: Sílvia Maria Soares Ferreira, Representante do Movimento RENILA – Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial; Iracema Polidoro, Representante do Movimento da Luta Antimanicomial – MLA; Paulo Delgado, Autor do Projeto de Lei da Reforma Psiquiátrica *(Lei 10.216/2001)*; Domingos Sávio, Médico e Primeiro-Secretário do Instituto Franco Basaglia; Roberto Tykanori Kinoshita, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde – MS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e nove minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro e Silva, Secretário-Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente, Senador Humberto Costa, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Humberto Costa,** Presidente da CASSAUDE

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Boa tarde a todos e a todas. Nós gostaríamos de iniciar esta reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), que é uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, agradecendo a presença de todos e de todas e dizendo que, havendo número regimental, declaro aberta esta 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª Reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública destinada à comemoração dos dez anos da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, em atenção ao Requerimento nº 7, de 2011 (Cassaude), de iniciativa desta Presidência.

Gostaria de convidar para compor a Mesa os nossos ilustres oradores e oradoras, iniciando pela Srª Sílvia Maria Soares Ferreira, representante do Movimento Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila) *(Palmas.);* a Srª Iracema Polidoro, representante do Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) *(Palmas.)*; o ex-Deputado Paulo Delgado, autor da Lei de Reforma Psiquiátrica, a Lei nº 10.216, de 2001 *(Palmas.)*. Vamos aguardá-lo.

Queria convidar também para compor a Mesa na condição de orador o Dr. Domingos Sávio, médico, Primeiro-Secretário do Instituto Franco Basaglia *(Palmas.)*, e também o Dr. Roberto Tykanori Kinoshita, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde *(Pausa.)*.

De acordo com o art.94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, havendo Senadores presentes, nós vamos abrir uma fase de interpelação para as Senadoras e os Senadores... *(Palmas.)*

Como eu estava dizendo, os convidados farão suas exposições e, em seguida, nós abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras presentes e inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição. Os interpelantes vão dispor de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Em verdade, esta é uma reunião solene, uma reunião de comemoração desse importante marco da política de saúde no Brasil, especialmente da política de saúde mental. A nossa expectativa era a de termos realizado esta reunião no plenário do Senado – eu tive oportunidade de apresentar requerimento nesse sentido já no mês de março, depois de uma conversa com o Paulo Delgado –, no entanto, não conseguimos, até agora, disponibilidade do plenário para a realização desse evento.

Então, para que não perdêssemos a oportunidade de fazer este registro histórico importante, resolvemos realizar no ambiente da Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), aproveitando a realização de um evento nacional da política de saúde mental.

Inicialmente, cedo a palavra à Srª Sílvia Maria Soares Ferreira, da Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial, para a sua exposição, por dez minutos.

Quando estiver faltando um minuto, tocará uma campainha, mas pode continuar.

A SRª SÍLVIA MARIA SOARES FERREIRA – Boa tarde a todos.

Nesta homenagem aos dez anos da Lei da Reforma Psiquiátrica, gostaria de iniciar falando das conquistas que essa lei representa e significou em nossa trajetória.

Consideramos que a primeira conquista foi a própria lei. Foram doze anos tramitando no Congresso, entre negociações. Com a força do movimento social, acredito, poderemos considerar que a própria lei foi a primeira conquista. No intervalo das discussões acerca da aprovação dessa legislação, o movimento não deixou de implantar os serviços, de experimentar, na prática, aquilo que vinha reivindicando. Penso que foram essas experiências que, ao longo desse tempo de tamanho enfrentamento e de discussão, que viabilizaram, de fato, a aprovação dessa lei.

A lei, então, vem assegurar direitos à pessoa portadora de sofrimento mental, como também remodelar, redirecionar o modelo de assistência. A lei aponta ainda para o cenário para o qual, privilegiadamente, se dá o tratamento: os serviços abertos e comunitários.

A lei não foi aprovada como foi proposta inicialmente, mas percebemos que isso nos trouxe uma garantia maior para a luta que vínhamos empreendendo. De todos os serviços e políticas que vínhamos construindo, a lei veio transformá-las em algo que melhor assegurasse essas conquistas. Diante do apontamento para o novo cenário, o da liberdade do portador de

sofrimento mental, a sua inclusão na sociedade, no marco de todos os direitos...

Fiquei pensando inclusive na minha história, pois sou portadora da rede de saúde mental. Tive duas crises, dois períodos de sofrimento tão intenso, tão difícil. Na primeira, em 1993, no Maranhão, eu tentei esconder a dor que passava com medo de ir para o hospital psiquiátrico. Na segunda, em 2005, em Belo Horizonte, onde já se tinha implantado vários serviços, lembro-me que eu estava muito invadida, tinha discutido e entrado em uma briga com uma pessoa no ônibus e passei a ficar dentro de casa, para evitar situações como essa, de tão invadida que eu me sentia. Quando li o livro que comprei em um evento da faculdade de psicologia, de uma militante muito valorosa para o movimento social, Ana Marta Lobosque, chamado *Experiências da Loucura*, à minha maneira eu pensei: com certeza, nesse serviço eu confio e estou precisando de ajuda. Então, para alguém que não estava saindo pelo fato de que se alguém que me perguntasse as horas eu achava que aquilo tivesse alguma ligação com uma ação persecutória, foi uma esperança muito grande atravessar as avenidas do meu bairro, um lugar onde eu conhecia, um serviço que eu sabia que estava perto de mim e chegar lá, pedir ajuda e encontrar a porta aberta. Portanto, deixou de ser o lugar do castigo, da ameaça: "Você está doida! Você vai para o hospício", para ser o lugar do direito à saúde. "Eu estou precisando de ajuda e posso pedir essa ajuda."

Com os princípios da liberdade e da cidadania, eu trouxe alguns depoimentos de alguns pacientes que ainda têm se internado em hospitais psiquiátricos. A reforma também adentrou aos hospitais, no entanto, ainda se faz, dentro da lógica manicomial, internação. Tudo bem, não são internações muito prolongadas, mas, ainda assim, achei muito interesse pegar um documento que escrevi sobre um acompanhamento da associação de usuários da qual participo no Pnash 2007. Nesse evento, lendo os depoimentos dos pacientes, fui vendo o quanto que o sentido de liberdade ressoava na fala desses usuários internados nesses hospitais.

Queria ler para vocês um pouco desses depoimentos.

Uma paciente internada há vinte espera alta na próxima sexta-feira, pretende voltar para a família, cuidar da casa e dos filhos.

Um paciente internado há 18 dias queixa-se em relação ao encarceramento, pois não tem acesso à área externa, que muitos têm. Considera que já era para ter tido alta por desintoxicação de cocaína, seu maior anseio nesta internação é ir para o pátio externo. Não se importaria de ficar mais uns dez dias internado caso fosse liberado de ir para o pátio externo e podendo segurar a matrícula do curso de radiologia por mais uns dias. Considera uma falta de respeito trancar uma pessoa como ele, consciente, com todas as suas funções normais em um espaço pequeno onde se encontra.

Um paciente internado há mais de 40 anos diz: "A família do Cecílio vem me visitar, porém eu não pertenço à família do Cecílio. Eu não gosto de ficar aqui. Aqui é roça. Aqui eu faço só tratamento. Eu tenho vontade de sair daqui para trabalhar.

Um paciente há um mês internada: "Me trouxeram para cá para tomar remédio. Quero estudar para fazer um curso de aeromoça. Gostaria de estar em casa para tomar o remédio. Eu estou doida para ter a minha vida." Então é dessa loucura...

Por essas falas, queria dizer que há ainda muitos desafios. Todos eles visam a transformar a política pública efetiva em todo o País porque a própria lei da reforma prevê que se pode dispor de hospital psiquiátrico caso os serviços abertos sejam insuficientes. Então é preciso avançar para que os serviços abertos não sejam alternativos aos hospitais, porque a lei dá essa brecha. A saúde mental se faz dentro de uma política intersetorial, o louco não precisa só da assistência à saúde mental, precisa garantir vários direitos, daí a importância da intersetorialidade, a responsabilidade não só de todas essas política, mas também da sociedade.

Conversando com uma amiga que passou grande parte da vida dela, hoje ela tem 65 anos, em internações psiquiátricas e que hoje está no serviço aberto, ela diz, que quando se internava, tinha receio de perder vários direitos, como o direito de ser mãe, o direito de trabalhar. Então era um trauma muito grande em cada internação. Hoje, no serviço aberto, ela o associa à liberdade, embora ela tivesse a liberdade quando retornava, à dignidade. Portanto tem outro conceito a loucura: uma condição humana da qual não se desassocia a pessoa como uma pessoa de direitos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bem, gostaria de registrar algumas presenças, alguns ex-coordenadores da Política de Saúde Mental do Ministério, Dr. Pedro Gabriel Delgado, Dr. Alfredo Schechtman; Drª Ana Maria Pitta. Presentes também a Coordenadora de Saúde Mental de Pernambuco, Drª Marcela Lucena; a Drª Verônica da Silva, representante da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde; o Sr. Aldo Benvindo, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que esteve aqui e não pôde permanecer, pois teve que participar de um debate sobre comunidades terapêuticas na Presidência da República; e o Sr. Lúcio Costa, representante do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba.

Quero conceder a palavra à Srª Iracema Polidoro, por dez minutos.

A SRª IRACEMA POLIDORO – Boa tarde.

Este é um momento histórico e muito feliz. Eu participei dessa trajetória desde a década de 70, quando a gente começou a discutir. Sou familiar, minha tia esteve internada na Colônia Juliano Moreira, meu marido em outros hospitais psiquiátricos, então eu pode acompanhar toda a luta da reforma psiquiátrica brasileira. O ir e vir com o Dr. Pedro Gabriel, com o Dr. Domingos, com o Paulo Delgado, doze anos a gente vindo aqui para o Senado, eu e o Fernando vindo do Rio de Janeiro, éramos várias pessoas, Geraldo Peixoto.

Chegávamos aqui e tiravam da pauta, o senhor lembra, doutor? A gente, crente: vai ser hoje. Fazíamos **lobby**, chegávamos aqui de manhã, às cinco horas da manha, descíamos na rodoviária e vinha aquele grupo, aquele batalhão, de gabinete em gabinete, uns recebiam, outros não. A gente agradecia, ia para o plenário olhar a cara dos deputados: vamos ver aquele que vai ser contra. E foi muito interessante, porque a gente acompanhou essa luta. Eu acho que é um desafio que a gente está tendo, não é como nós queremos, mas muita coisa avançou.

Então, a lei levou doze anos tramitando dentro deste Senado, tirando algumas coisas, colocando outras, mas a gente foi vencedor, como familiar, na luta por essas pessoas que sofrem. Ainda continuam sofrendo, não está como nós queremos, ainda continua a haver hospícios, não respeitando a lei, as internações. Então, isso aí é uma batalha. Dez anos é pouco para um hospício que durou duzentos anos.

Então, eu acho que a gente ainda tem o quê? Cinco por cento da nossa lei nessa loucura que nós tivemos. Nós conseguimos a lei do passe livre, o direito de usuário de ir e vir para os Caps, as residências terapêuticas. Quando você fala no paciente que viveu quarenta anos, no Rio, temos pacientes que viveram quarenta anos internados e hoje moram em residências terapêuticas. Tem usuário que diz: "Hoje eu sou o dono da minha chave, não tem o dono da chave" (porque no hospício tinha um dono da chave). "Hoje eu fecho a minha porta".

Então, eu, como familiar, como militante do movimento, da luta antimanicomial, fico assim muito gratificada. Aqueles doze anos em que vínhamos aqui para Brasília, de ônibus, sofrendo, valeram a pena, porque nessa luta, estamos vendo frutos. E esse fruto é como? Você conseguir estar aqui, eu como familiar, ela como usuária, sentar numa mesa com um Senador... Isso aí, para a gente, foi um avanço muito grande, um avanço do controle social. Porque se não fosse o controle social nós não estaríamos sentados aqui nesta mesa, não é isso?

Portanto, eu acho que nós temos que continuar lutando. A luta não pode parar. A lei foi aprovada, mas temos que estar catucando com vara curta, porque se a gente parar de catucar, a coisa para. Temos que continuar, sim, na nossa luta, na nossa militância. É o que queremos.

Agora tem as comunidades terapêuticas. É um problema? É um problema. Mas temos que começar a pensar que estratégia a gente tem que usar. Como controle social, como familiar, como usuário, como trabalhadores da saúde que demos início a tudo isso, a gente poder ser solidário e ter uma articulação para ver o que nós podemos fazer. Nós não queremos mais ver pessoas enclausuradas, pessoas que chegam e pedem: "Pelo amor de Deus, ligue para a minha família, que eu não a vejo há muito tempo". Se isso continuar assim, será um novo hospício modificado. É isso que nós não queremos. Estamos aqui, eu fico feliz, agradecendo Paulo Delgado, que levou assim... Foi um sofrimento para a gente. Além da cooperativa social a gente não conseguiu avançar. É uma coisa de que a gente também precisa, as cooperativas sociais.

Então, temos muita coisa... São desafios, mas a gente teve muito avanço. Eu acho que nós tivemos 70% de avanço; 30% são desafios e a gente vai conseguir se a gente for unido, porque eu acho que a união faz a força. Uma andorinha só não faz verão, agora, várias delas fazem barulho, e esse barulho às vezes incomoda. Eu acho que temos que estar assim... Este plenário aqui, as pessoas estão aí lutando. Viemos cada um do seu Estado para comemorar uma coisa que foi muito, muito importante durante esses duzentos anos. Foram dez anos, são dez anos de felicidade e eu espero ver mais coisas melhores daqui para frente.

Eu tenho muito que agradecer a todos vocês que estão aqui. Esta luta nossa, do familiar, do usuário, é um movimento árduo. Não é fácil, porque não é em qualquer lugar que a gente consegue penetrar e falar, porque muitas vezes não dão atenção. Acham que você está falando porque é familiar, está falando demais.

Participei também do Pnash. Muitos hospícios, clínicas foram fiscalizados; alguns o Ministério ainda conseguiu fechar. Para a gente, isso são avanços. São avanços que dão vida tranquila a essas pessoas que viveram anos e anos internadas.

Eu estou aqui no lugar da Dirce, que seria... Eu não preparei nada para falar. Como ela foi entregar o relatório para o Gilberto Carvalho, então a gente tem que se articular assim: vai uma para lá e outra para cá, para podermos tentar ver se a gente fecha o cír-

culo. Mas não é assim? As articulações não são essas? (*Palmas*.)

Mas como na minha veia corre o movimento, a militância, eu acho assim, eu não preciso falar, eu falo aquilo que eu sinto. Eu acho que é isso que a gente está sentindo, uma felicidade maravilhosa. Eu acho que cada uma de nós, hoje, está com a veia fervendo de felicidade. Não vou me alongar, eu acho que todos nós merecemos aqueles parabéns e aquele viva a reforma psiquiátrica brasileira! (*Palmas*.)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Queremos agradecer aqui as palavras da Srª Iracema Polidoro e gostaria agora de conceder a palavra ao ex-Deputado Paulo Delgado para também fazer sua exposição, por dez minutos.

O SR. PAULO DELGADO – Boa tarde a todos.

Senhoras e senhores, é um prazer muito grande voltar ao Congresso Nacional, aqui a esta sala onde nós tivemos, há quase doze anos, o maior debate da reforma psiquiátrica brasileira no Congresso Nacional, numa reunião memorável presidida pelo Senador Bisol, do Rio Grande do Sul, quando nós pudemos ver, naquela época, usuários dos serviços psiquiátricos se encontrarem com seus psiquiatras.

Aquele debate ficou descontrolado. Os Senadores não imaginavam que os usuários tivessem vida mental, que os usuários tivessem capacidade de articulação, tivessem inteligência não só afetiva, que é muito forte entre todas as pessoas que trabalham nesse setor e vivem essas angústias, mas principalmente uma forte capacidade política de entender qual era o centro da questão. O Senado soube, com muita sabedoria, ajustar a lei às condições possíveis daquela época, e hoje nós temos aí a 10.216.

Não posso deixar de homenagear o Domingos, que está aqui, o Dr. Domingos Sávio, que, no início dos anos 90, através de uma portaria do Ministério da Saúde, quando era coordenador de saúde mental, possibilitou a criação do Caps. Eu até brinco que o Domingos é o pai do Caps. E, a partir dali, não foi possível mais nenhum retrocesso na lei.

Também o Pedro Gabriel, que com muita sensibilidade, com muita capacidade de articulação, soube convencer o governo brasileiro da época, o Ministro José Serra, a convencer o Presidente da República Fernando Henrique a sancionar a lei. Então o Pedro é a mãe da lei. Eu sou o irmão da lei.

Aqui também o meu querido Humberto Costa, Ministro da Saúde, que é o primeiro grande tio da lei. Como Ministro da Saúde, o Humberto, no governo do Presidente Lula, foi quem regulamentou a lei. A lei vai dando saltos de dois em dois anos, de quatro em quatro anos, de seis em seis anos, de doze em doze anos.

Veja, a Ana Pitta, esse coração baiano forte que ajudou muito na defesa da lei, com muito entusiasmo no Brasil todo e o Alfredo com essa tranquilidade e grande capacidade de convencimento que tem que foi mantendo a história e a viabilidade dessa lei.

E o meu querido Tykanori, que é o atual Coordenador e que me apresentou pela primeira vez.... Se o Pedro me apresentou aos desafios da saúde mental em Juiz de Fora nos anos 80, quando virei constituinte e trouxe para a Constituinte a luta pelos direitos iguais, com a discussão da ideia de que todos eram iguais perante a lei independente de raça, de sexo, de região geográfica, de condições sociais inclusive os doentes mentais – e isso provocou uma discussão muito forte aqui no Congresso. Depois, veio a lei que deu origem à 10.216 –, foi o Tykanori que me apresentou às cooperativas sociais.

Foi através do Tykanori, vindo da Itália, em uma conversa na Itália, em Triestre, com o Basaglia, que não sei se ainda estava vivo nos anos 80, mas certamente o nosso querido Rotelli, que apresentei a lei, agora aprovada, Iracema. Temos dificuldade de regulamentação dessa lei até hoje, mas ela é um instrumento importante que o Governo brasileiro pode usar, o Presidente da República e o Governo brasileiro podem usar na economia solidária. Um elemento fundamental da reforma psiquiátrica é dar condições aos usuários dos serviços fazerem, através do trabalho, a sua reintegração à vida social, ao mundo do trabalho e ao mundo da produtividade.

Um dos problemas principais que enfrentamos no debate dessa lei é exatamente a discussão sobre a improdutividade. As pessoas não aceitam, a sociedade de uma maneira geral não aceita, a ideia de que pessoas, de que nós estamos submetidos a ritmos diferentes e os ritmos aos quais nós estamos submetidos dependem de situações que, às vezes, nem todos conhecem e nem todos têm condição de compreender.

A Lei da Reforma Psiquiátrica começou a crescer no Congresso brasileiro quando nós conseguimos, através desse movimento, da presença aqui no Congresso de usuários, familiares e da opinião pública sensível, humanista e que predomina no Brasil, começamos a mostrar que haviam serviços de desadaptação social e que esses serviços de desadaptação social, chamados manicômios, na verdade, trabalhavam com dois preconceitos fortes que eram preconceitos da periculosidade e da incapacidade civil permanente, da improdutividade e da incapacidade civil; ou seja, a doença mental estava associada a condutas de fracasso e nós conseguimos um debate forte na Câmara por oito anos e no Senado

por quatro anos. Fomos conseguindo, com audiências públicas, discussões, debates, inúmeros pareceres, conquistar a sociedade brasileira para essa questão.

Hoje, podemos dizer que naquela audiência no Senado quando os pacientes psiquiátricos expressaram a sua opinião sobre a lei e depois com o surgimento de inúmeras leis regionais e estaduais, podemos dizer que – e eu aprendi isso na discussão dessa lei – às vezes o limite de uma pessoa é o seu vocabulário, são os limites impostos pela possibilidade ou não do uso da palavra em liberdade. E ao formular, em liberdade, os seus conceitos, as suas palavras, as pessoas se humanizam e humanizam os desumanizadores, porque ninguém espera de uma pessoa que esteja sofrendo, como sofre um doente mental, especialmente na fase aguda da sua doença, no surto, que essa pessoa seja um ser humano integral em sofrimento, mas um ser humano integral e que tem que ser acolhido como ser humano e mais ainda do que aqueles que não sofrem com ele naquele momento.

Os serviços têm que ser abertos e os princípios da reforma nasceram dos mesmos princípios do SUS: serviços abertos descentralizados, cada vez mais perto das pessoas e equânimes, serviços justos, em que aqueles que precisam mais têm que ser atendidos imediatamente. Tem que haver serviços que possam acolher o paciente em crise e que você tenha que ter também controle social...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PAULO DELGADO – Como esse, uma campainha como essa, um controle social, ou seja, assembleias permanentes para que você perceba, como a Iracema e a Sílvia disseram, que, através do controle social, você tem condições de renovar sucessivamente e periodicamente uma lei.

As conferências nacionais e as conferências regionais de saúde mental ajudaram muito o Brasil a aperfeiçoar a sua lei. Eu estou vindo agora da Itália, de Milão, onde houve uma conferência mundial sobre sofrimento urbano e fui falar exatamente sobre as leis brasileiras, cooperativas sociais e lei da saúde mental, e os italianos reconhecem isso. O Tykanori e o Domingos que conhecem mais do que eu os serviços de lá sabem muito bem que os italianos reconhecem que a mobilização da sociedade civil brasileira é inédita na reforma psiquiátrica no mundo inteiro.

A divisão de saúde mental da OMS sabe que, se nós desmobilizarmos a sociedade brasileira, pode haver um retorno à situação anterior, porque a tradição de tutela e a tradição de encarceramento fazem parte da lei sanitária e da visão médica brasileira. A ideia de UTI, a ideia de leito, a ideia de internar, a ideia de colocar em hospital tem que ser desmontada do sistema de saúde brasileiro. Essa visão hospitalocêntrica atinge mais fortemente os doentes mentais, mas na verdade ela atinge todas as pessoas que procuram o hospital.

Se uma mulher grávida imaginasse que fosse ficar em uma maternidade mais do que o tempo necessário para ter um neném não havia criança no Brasil, entupia, ela bloqueava e não paria, porque a maternidade, para ela acolher com tranquilidade e liberdade uma mãe com o amor que a maternidade transmite a todos que observam a gravidez de uma mulher, só pode ser recebida em serviços abertos, democráticos e acolhedores. Então, se é possível acolher uma criança ao nascer, é mais certo ainda acolher bem uma pessoa a sofrer.

A ideia da reforma psiquiátrica é uma ideia necessária para humanizar todos os serviços. Por isso, encerro, meu querido líder do PT no Senado Federal, Ministro e Senador Humberto Costa.

O combate ao craque e os serviços de hoje na luta pelo acolhimento e pela atenção às pessoas que são vítimas da droga e do uso de droga não podem ser um pretexto para restaurar o manicômio, internando pessoas e não tratando a liberdade. (*Palmas*.) Esse é hoje o grande desafio que temos no Brasil. O melhor remédio é a liberdade.

Muito obrigado. (*Palmas*.).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço as palavras do ex-Deputado Paulo Delgado.

De imediato, concedo a palavra ao Dr. Domingos Sávio para sua exposição, por dez minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Boa tarde a todos. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Senador e Ministro Humberto Costa, ao Roberto de Tykanori, por ter convidado para participar das atividades do Ministério, ontem e hoje pela manhã, e fazer uma saudação especial à minha equipe, da coordenação de saúde mental, alguns estão presente outros não: Alfredo Schechtman, Eliane Seidl, Cristina Costa e Rosane Correa.

Estou lembrando de uma coisa anterior ainda, Paulo. Antes da sessão do Bisol, esta Casa colheu, há vinte anos, a histórica audiência pública convocada pelo Senador Almir Gabriel, em que a gente estava num raro momento de consenso. É incrível, tínhamos saído da I Conferência Nacional de Saúde Mental, tínhamos saído da declaração de Caracas, tínhamos instrumento diretivo da Organização Panamericana da Saúde, a Declaração de Caracas, e tínhamos um consenso inacreditável entre as entidades, os profissionais da saúde. Nós, todos, eu não sei se o Paulo lembra, exceto o representante da Federação Brasileira de Hospitais, todos os outros membros da Mesa, na parte da manhã

e da tarde, defenderam o Projeto Paulo Delgado aqui na Comissão, com a presença emocionante do Senador Ulysses Vianna Filho, já quebrado pela idade, veio quase carregado para essa Comissão. Foi um momento emocionante, todos os membros, Senadores, em pé, aplaudindo o Ulysses Vianna Filho, psiquiatra importante, um efemérides da psiquiatria. Foi um momento muito importante e inesquecível. Tivemos oportunidade, naquela ocasião, exatamente, de trazer à discussão a política de saúde mental que estávamos propondo.

Lembro-me da exposição, quando poucos Senadores estavam presentes, mas o plenário estava cheio, e mostramos exatamente a gravidade da assistência psiquiátrica naquela ocasião. Aquilo mobilizou de fato as pessoas, inclusive a imprensa, que estava presente, porque alguns fatos revelados ali, eu não sei por que, não eram dados de conhecimento público, os gastos com internação psiquiátrica, o número de internações; a internação psiquiátrica era o segundo procedimento mais frequente no sistema público de saúde, coisa dessa natureza.

A nossa palavra de ordem era substituir, esse modelo não nos serve, podemos fazer melhor. A política do Ministério naquele momento era substituir o modelo anacrônico por um modelo mais ético e que respeitasse o direito das pessoas. Foi um momento de raro consenso.

Lembro-me que o representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dr. Marcos Ferraz, trouxe com ele um abaixo-assinado de 400 psiquiatras brasileiros em favor da reforma. Um momento histórico, foi muito importante. Estávamos de fato vivendo um raro momento de consenso, porque o quadro era tão grave que o consenso se fez em torno da mudança.

Tivemos também decepções aqui nesta Comissão, a Miriam está rindo, mas na hora não riu, não, porque quando houve a votação nesta Comissão do relatório do Senador Lúcio Alcântara foi uma derrota fragorosa, venceu o substitutivo do Senador Lucídio Portela. Saímos daqui, Miriam, Marta, Elisabete, Ricardo, saímos daqui sem rumo, sem saber o que fazer. Uma coisa lamentável! Uma derrota muito chata, dolorida, tal. Logo depois, este mesmo Senado aprovou o substitutivo do Sebastião Rocha.

A minha interpretação, e eu comentei com o Deputado Paulo Delgado, na época, é que foi aprovado porque a lei já estava em vigor, a lei entrou em vigor em 1991, com as portarias do Ministério. Não entraram em vigor os artigos do art. 2º da lei, dos direitos, essa coisa, que tem que ser revogado por lei do artigo do Decreto 34.

Quando viemos a esta Comissão em 1991, há vinte anos, eram 15 os Caps no Brasil. Quando a lei foi votada novamente no Senado, o Sebastião Salgado, eram mais de 200 Caps no Brasil, ou seja, parte da lei já estava implantada. E não podemos deixar de lembrar do momento mais glorioso e inesquecível, a promulgação da lei, em 6 de abril de 2001, coincidindo com a conclamação da Organização Mundial da Saúde com a chamada "Cuidar sim, excluir não". Eu acho que foi o momento culminante, diria, da fase romântica do movimento da reforma. Foi uma bela cerimônia e saímos todos muito satisfeitos, porque aquilo que estávamos fazendo agora estava convalidado por uma lei.

Passados esses dez anos, duas conferências exitosas depois, uma ampla rede comunitária implantada, eu não tenho dúvida em dizer que nós hoje somos vitoriosos – esta reunião é de celebração, nós já tivemos hoje pela manhã a entrega do relatório da quarta conferência. Esta celebração hoje dos dez anos da lei é justa, na medida em que uma vasta rede de serviços comunitários está implantada no País. Nós hoje podemos dizer que somos hegemônicos, do ponto de vista da lei, e somos hegemônicos, do ponto de vista da pratica clínica. Não estou dizendo que não temos dificuldade, mas somos hegemônicos.

Hoje nenhum segmento sai às claras defendendo a volta do hospital psiquiátrico, às claras. Saem em subterfúgio, às claras ninguém fala contra a lei; falaram até o ano passado, retrasado, se não me engano, quando aqui no Senado o Pedro Gabriel tirou o assunto de pauta praticamente, com uma defesa brilhante do processo de reforma.

Eu acho que nós estamos vivendo um momento, já foi falado isso, mas vou repetir, estamos vivendo problemas de crescimento, não é isso?, problemas do crescimento. Se somos hegemônicos, temos que fazer o que prometemos há vinte anos, fazer melhor. Então o nosso primeiro problema é sempre fazer melhor. A gente tem que lembrar, nós, profissionais da saúde, de que os problemas são a razão da clínica. Toda hora temos de lembrar disto: a razão da clínica são problemas, problemas das pessoas. Então a gente tem que estar mais afiado o tempo todo, porque se estamos fazendo um tipo de cuidar novo, provavelmente surgirão novos desafios e novas dificuldades. Como não posso deixar de mencionar, já foi mencionado pelo Deputado Paulo Delgado, foi mencionado hoje pela manhã e foi motivo de reunião exclusiva do colegiado de coordenadores e assessores do Ministério da Saúde, a questão de uso de substâncias e sobre a questão do *crack*.

Eu acho que é importante, de fato, a gente conclamar o Senador e Ministro Humberto Costa para participar ativamente dessa situação, porque é um momento delicado. Delicado no sentido de que vicissitudes – e o Pedro hoje lembrou disso – são naturais na gestão

pública democrática, mas essa questão da droga e das comunidades terapêuticas tem que ser olhada com o devido cuidado, como colocado pelo Deputado Paulo Delgado. Que não seja também, para nós, uma situação de desatino. Nós não podemos fazer uma coisa reativa, desatinada em relação a esse problema.

É um problema, aliás, problema não, é um problemaço, mas é um problema que temos que responder primeiro com serenidade, segundo, reconhecendo nossas desvantagens nessa questão. Não oferecemos a resposta eficaz ainda massivamente à população brasileira. Quer dizer, se não estivermos bem no ataque, eles vão chegar com muita facilidade às nossas defesas. Estou utilizando expressões do futebol, porque eu estou acostumado, sou aposentado, então assisto a todos os jogos e uso... (*Risos.)* É, eu tenho que usar essa coisa. É isto mesmo: se nós não estamos na frente nessa questão, vamos ser atacados na defesa, eles vão chegar juntos. Então precisamos de fato, sem desatino...

Se não estamos na frente nessa questão, vamos ser atacados na defesa, e eles vão chegar junto. Então, precisamos, de fato, sem desatino, sem perplexidade, fazer diagnósticos corretos, diagnósticos de situação corretos, fazer ações adequadas e disseminar uma prática adequada aos nossos princípios, às nossas premissas.

Temos de celebrar muito este momento e de lembrar que, apesar da celebração, há desafios novos. Nessa questão, já foram outros os desafios. Mas esse é um desafio importante, que, acho, a coordenação colocou na agenda exclusiva, dada a gravidade do problema. Ou seja, deu-se o devido valor a essa questão.

Então, quero me despedir, falando, primeiro, dos vinte anos. Vinte anos atrás, eu estava aqui, num governo conservador. Eu me lembro de que, quando a gente saiu do debate – fui o último orador –, o Pedro e o Paulo brincaram comigo, dizendo: "Olha, Domingos, a gente não sabia que o Lula tinha vencido as eleições". Entendeu? Eles acharam que houve exagero na hora em que coloquei claramente a posição do Ministério da Saúde, que não parecia posição do Ministério Collor. Eu falei: "Não! Fui convidado por conta de uma proposta de trabalho. Então, vim apresentar aqui a proposta de trabalho". Não havia outro jeito. Eu não vou falar de uma coisa de que não sei. Entendeu? A encomenda foi trazer a proposta de trabalho.

Naquele momento, eu saí daqui suando, assustado, porque eu não sabia o que aconteceria no dia seguinte. Foi a primeira exposição pública da política de saúde mental naquela época, e, hoje, saio daqui leve. É uma celebração exitosa e merecida dos nossos dez anos da lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu queria aqui também registrar a presença do Diretor do Instituto de Psicologia da UnB, Ileno Izídio da Costa; de coordenadores municipais e estaduais de saúde mental; de usuários; de familiares; de trabalhadores e de demais militantes da reforma.

Agradeço aqui as palavras ao Dr. Domingos Sávio.

Passo a palavra, por 10 minutos, ao Dr. Roberto Tykanori, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Boa tarde a todos e a todas!

Primeiro, quero parabenizar o Senador Humberto Costa e lhe agradecer o empenho que teve durante esse ano para realizar esta sessão solene. Foram diversas iniciativas e movimentos, e estava difícil de sair, mas ele conseguiu. Acho que é um batalhador nesse sentido.

Esses dez anos, na verdade, remetem aos vinte anos ou mais de disputa nesse campo. Eu estava conversando com o Domingos e me lembrando da Portaria nº 224, que foi feita em 1991 – eu não me lembro, mas diz o coordenador que essa Portaria foi desse ano. Eu me lembro de que a gente fez essa Portaria. Foi impressionante, porque essa Portaria, de um lado, deu uma direção no processo de construção dos Caps, de legalização da existência dos Caps – existiam quatro, cinco ou seis Caps, ou seja, havia certa bizarrice, porque eram muito poucos –, e, ao mesmo tempo, estabeleceu uma estratégia bem simples, colocando enormes exigências para qualificar os hospitais. Por quê? A gente sabia duas coisas. Uma delas era que, colocando exigências referentes a, por exemplo, equipe, quantidade de equipe, pessoas, padrões, número de leitos, essas coisas, necessariamente, muita gente ia começar a trabalhar nesses hospitais. Em locais em que não havia gente, começou a haver gente, e isso também serviu para reduzir, vamos chamar assim, o interesse e para sempre gerar essa tensão entre quem trabalhava com essas instituições, no sentido de gerar somente seus próprios lucros. E o aumento das equipes levava para dentro dos hospitais um conjunto de pressões, de contradições, porque, à medida que os trabalhadores novos foram entrando ali, os hospitais foram se tensionando. Aí a pessoa saía do hospital e entrava no movimento. Esse é um processo maquiavélico do Domingos. (*Risos*.) Mas é uma Portaria que está em vigor até hoje e que foi muito importante nesse sentido.

Essa tese de que a reforma começou a existir na prática, ao mesmo tempo em que o projeto do Paulo estava em debate, criou um círculo virtuoso. Como eu

dizia, essa correria "vai votar, não vai votar, vai votar, não vai votar" gerou contínua movimentação no Congresso, e, ao mesmo tempo, foi se constituindo um conjunto de práticas, de serviços. O movimento conduziu-se para aprovar as leis regionais, primeiro, onde era mais possível; acho que a primeira foi no Rio Grande do Sul, depois em Minas e, depois, em Pernambuco. Então, esse conjunto de leis estaduais foi crescendo, e foram crescendo os movimentos institucionais e políticos, ao mesmo tempo, do outro lado, construindo-se, nas bases, os serviços.

Não fosse a questão institucional, acho que a principal característica desse tempo histórico foi realmente a de levar a sério a efetiva relação de abertura institucional com os usuários e os familiares. Provavelmente, diferentemente de muitos movimentos sociais, onde se compõem profissionais e usuários, de fato, o processo democrático de composição, nesses anos todos, foi um princípio fundamental. Creio que uma grande virtude desses anos todos foi a possibilidade de todo mundo ter aprendido com o debate democrático que se realizava aqui, nesta Casa, e, ao mesmo tempo, com as relações democráticas que se foram constituindo nos serviços, no cotidiano dos serviços.

O profissional já não diz mais o que o paciente deve fazer ou o que a família é obrigada a fazer, mas entra num processo de relação de consensualização, de encontrar caminhos comuns, de produzir projetos compartilhados. Da mesma forma, no Congresso, foi se amalgamando um conjunto de forças, um conjunto de representantes da sociedade brasileira, que viabilizou a Lei nº 10.216, que não é um retrato fiel do projeto original, mas é o retrato fiel do processo histórico, da construção histórica democrática que foi conduzida, durante quase vinte anos, pelo Paulo. Acho que isso é muito importante.

Então, realmente, creio que ninguém pode ter dúvidas quanto a celebrar. São dez anos da lei, outros tantos anos que antecederam a aprovação da lei, e, nesses anos, são quatro conferências nacionais. Hoje, centenas de milhares de pessoas, talvez milhões, estão envolvidas nessa história. Quando há conferências nacionais com dois mil ou três mil delegados, isso tem uma densidade na sociedade brasileira observada em poucos setores.

De fato, este é um momento de celebração muito importante. Por outro lado, acho, sim, como disse o Domingos – e falei sobre isso hoje cedo –, que este é o início de uma nova jornada. É uma marca da mudança da sociedade nos últimos tempos. É necessário que a gente consiga se atualizar, contextualizar e ser capaz de avançar nesse cenário turbulento. É preciso não perdermos o norte, sabermos andar, sabermos avançar, apesar dar turbulências que se apresentam.

Nesse sentido, creio que devemos ter a mesma força que produziu a Lei nº 10.216, a mesma energia que viabilizou a expansão enorme de uma rede de serviços, que, hoje, são substitutivos – hoje, continuamos enfrentando os resíduos hospitalares, os resíduos manicomiais –, para continuarmos enfrentando todos os processos que, hoje, na sociedade brasileira, são lançados nesse cenário turbulento. A questão da própria liberdade vai ficando turbulenta; a questão da droga não é simples.

Eu estava em São Bernardo outro dia, e se discutia a questão de adolescentes. Este é um debate: o que fazer com os adolescentes? Era uma república onde estavam os usuários de drogas. Eles disseram: "Como conseguimos manter o tratamento em liberdade? Acho que é melhor deixá-los sair. Ou não os deixamos sair?". Na conversa, eu me questionei: até onde podemos considerar livre um sujeito que está preso à droga, em estado de fissura? Devemos deixá-lo preso à sua fissura ou deixá-lo livre para continuar o seu consumo? Nessa conversa, infelizmente, levantaram a questão: "Um garoto saiu daqui e não voltou. Ele tinha 14 anos e morreu! Em alguns dias, ele estava morto!".

Então, a questão não é simples. No debate, também surgiu o seguinte questionamento: "Não temos parâmetros. Qual é o indicador de sucesso no cuidado de um adolescente nessa condição? Deixar de usar a droga? Não deixar de usar a droga? Abstinência? Não abstinência?".

Eu estava refletindo sobre o parâmetro que deveríamos ter nessas condições. Ali havia jovens de 14 anos, de 15 anos. Eu disse que deveríamos ter um parâmetro de mais longo prazo, um parâmetro de sucesso mais consistente. No mínimo, a gente tem de se esforçar, para que esses garotos que têm 13 anos ou 14 anos atinjam os 21 anos vivos, antes de tudo! Devemos ter o dever e a responsabilidade de garantir que eles, vivos, atinjam a maioridade e que, vivos, tenham o máximo de sua potência expressada, ou seja, tenham a possibilidade de expressar, ao máximo, a sua potência. Essa é uma forma de se conceber a liberdade. Liberdade não é apenas livre arbítrio, mas é a possibilidade de exercer o máximo das suas potências. Para isso, nós, como governantes, Estado e sociedade, precisamos garantir direitos.

Ao mesmo tempo em que a lei da reforma foi gestada, no mesmo período, também foi gestado o ECA. Mas, se, de um lado, hoje, estamos celebrando os dez anos vitoriosos da reforma, a questão do ECA, por outro lado, ficou malparada. Esse é outro elemento que confunde o cenário. Hoje, as pessoas começam

a pensar que o ECA não é bom, porque dá liberdade demais; que o ECA cria facilidades para que as pessoas se tornem bandidas, e assim por diante, como se fossem os direitos que gerassem a marginalidade. Acho que é exatamente o contrário: é preciso haver, a partir da lei e da garantia dos direitos, as condições para que se expressem todas as potencialidades da juventude, dos adolescentes e também dos adultos, de todos os brasileiros.

Recentemente, visitei uma instituição, quando estava com o Paulo em Milão, e presenciei uma das situações mais bizarras. Fazia muito tempo que eu não entrava em uma prisão. Fui visitar uma prisão, porque...

O SR. PAULO DELGADO – Sem ter cometido crime.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Mas fui até lá num carro de polícia. Um carro de polícia foi me buscar no hotel.

Você ouviu o discurso da moça. A gente estava num seminário, e a diretora da prisão contou a experiência dela. Ao ouvi-la, pensei: "Não acredito. É mentira. Eu quero ver".

Naquela prisão, há 1,3 mil, 1,4 mil presos, dependendo do tempo. É muito grande. É gigantesca. Para não me alongar muito, quero dizer que é uma prisão em que o conceito de pena foi entendido da seguinte forma: o apenado não pode sair do limite do muro da circunscrição. Essa é a pena. O sujeito não pode sair do limite dos muros. Por outro lado, como ele está sob tutela e custódia do Estado, dentro da prisão, garantem-se 100% dos direitos constitucionais.

Essas palavras, que parecem meio ingênuas, fazem com que haja 1,3 mil presos em uma prisão onde não há arma, onde não há um cassetete. As portas estão todas abertas. As pessoas circulam, trabalham, estudam, recebem visita, fazem negócios, fazem isso, fazem aquilo. Há um conjunto de detalhes, mas, no final, é um ambiente absolutamente tranquilo, em que não há violência. Os policiais se dizem não vigilantes, mas educadores. A função do policial lá é a educação. É uma prisão em que a taxa de recidiva é de 16%. Dezesseis por cento de recidiva em uma prisão é uma coisa que nunca vi!

O princípio básico é este: garantem-se todos os direitos. Por exemplo, trabalha-se lá dentro. Então, há algumas áreas grandes que foram cedidas a empresas. A empresa monta sua planta de negócios, faz a seleção e contrata pessoas. Perguntei à diretora: "Quem pode trabalhar?". Ela respondeu: "Trabalhar é direito constitucionalmente garantido. Então, a empresa vem, põe o cartaz, faz a seleção, e quem passar passou". "Mas aí o preso tem benefícios na pena?" "Não se barganha direito com pena." O cara trabalha por que tem o direito de trabalhar. Então, direito é direito. Isso não interfere na pena. Se a pena dele é de vinte anos, ele vai cumprir vinte anos, mas ele tem o direito de trabalhar.

Perguntei ainda: "E o salário? É abaixo do salário do mercado, é negociado?". "Não! Salário é sindicalizado." E, na Europa o salário sindical é alto; são valores altos. Perguntei: "Como se faz isso?". "A gente tem de garantir que as pessoas tenham seus direitos, porque isso educa, isso muda comportamentos."

Foi a única prisão italiana que seguiu a reforma legal, institucional, feita nos últimos dez anos. É impressionante.

Perguntei à diretora: "Você conheceu Basaglia?". Ela respondeu: "Não, nunca vi Basaglia, mas me chamam de Basaglia de saias".

Para encerrar, quero dizer que isso reforça, no fundo, a nossa história: se a nossa tese de vinte anos atrás vem sendo construída com toda a insistência, no sentido de que o direito das pessoas é um direito – a gente afirmava isso –, a gente pode dizer hoje, com mais clareza, que o direito transforma as pessoas. E o direito transforma não só as condições materiais, as condições físicas, mas também as condutas das pessoas.

Foi estranho entrar numa prisão como aquela. Eu imaginava que seria pior que um hospital psiquiátrico, mas, na verdade, era uma instituição, que, embora fosse fechada... Desculpem-me, mas existem cooperativas de trabalho em que uns produzem plantas ornamentais e vão às feiras de Milão para vendê-las. Também não é considerado que ele esteja em liberdade provisória. Não! Ele está preso, mas tem liberdade de sair, vender os produtos dele e voltar. Ele faz isso junto com os policiais, que são semissócios das próprias cooperativas. Há cooperativas que produzem toda a alimentação da prisão. Toda a alimentação da prisão vem de cooperativas. Eles fazem serviços de *catering*, de *buffet*. E o preso, quando não quer comer no restaurante, pode encomendar uma *pizza*. Há *delivery* na cela.

Foi uma experiência impactante, que me fez reforçar a ideia de que caminhamos na construção da lei, na construção do direito, e de que, de fato, a afirmação desses direitos e a sua concretização material podem transformar condutas.

Nesse sentido, temos a nossa lei, que todos nós devemos celebrar.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu queria agradecer ao Dr. Roberto Tykanori.

Registro a presença da Federação Nacional dos Psicólogos, da delegação de Sindicatos dos Psicólogos dos Estados, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Vou quebrar o protocolo, abrir uma exceção, porque houve um pedido, que considero justo, de leitura da carta do Colegiado Nacional de Saúde Mental em defesa da cidadania dos usuários de álcool e outras drogas.

Eu queria convidar o Dr. Augusto César de Farias Costa, psiquiatra, coordenador de saúde mental do SUS do Distrito Federal, para que ele fizesse a estrita leitura da carta, para que pudéssemos concluir os trabalhos.

O SR. AUGUSTO CÉSAR DE FARIAS COSTA – Vou ler a carta do Colegiado Nacional de Saúde Mental em defesa da cidadania dos usuários de álcool e outras drogas:

"Brasília, 10 de agosto de 2011

Os coordenadores estaduais e municipais de saúde mental presentes à 13ª reunião do Colegiado Nacional de Saúde Mental, realizada nos dias 9 e 10 de agosto de 2001, decidem: considerando a complexidade do tema álcool e drogas, seu caráter multifacetado e, sobretudo, as conseqüências sociais e individuais, os prejuízos para a saúde, mas também para o convívio, o tensionamento dos laços sociais e familiares provocados pelo uso abusivo, pela dependência e pela inserção nas redes de produção, consumo e comércio, em especial, das drogas ilícitas; considerando a lacuna e a ausência histórica do Estado brasileiro na resposta às demandas colocadas pelos usuários de crack, álcool e outras drogas e, por outro lado, reconhecendo as comunidades terapêuticas como respostas sociais vinculadas, em sua grande maioria, às redes de assistência social que se constituíram sob o vazio assistencial, respondendo, ao mesmo tempo e num único espaço, a necessidades distintas, a saber, o cuidado em saúde e o suporte social; considerando que o Estado é laico e que a fé religiosa é uma escolha pessoal, não se pode admitir como instrumento e recurso de tratamento ou suporte social a adesão a qualquer credo como um critério; considerando a saúde e a assistência social como campos ou intervenções necessárias e importantes na implantação de uma política efetivamente intersetorial, que requer a participação de outros atores, tais como cultura, justiça, educação, trabalho, habitação, etc., e que esse conjunto deve comprometer-se com respeito aos direitos de cidadania dos usuários; considerando as deliberações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental que reafirmam uma posição consolidada entre os gestores, trabalhadores e usuários do SUS, de não inclusão das comunidades terapêuticas como dispositivos de saúde, na medida em que essas operam com princípios contrários aos que orientam os serviços criados pela reforma psiquiátrica; considerando, por fim, a necessidade de ampliação de investimentos no Sistema Único de Saúde para efetivação de uma rede substitutiva de atenção integral aos usuários de álcool e drogas, que permita a implantação dos diferentes dispositivos em condições adequadas e coerentes com os princípios da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, reafirmamos nosso compromisso com os usuários de álcool e outras drogas e reforçamos a importância e a necessidade de ampliação dos recursos destinados aos serviços substitutivos, permitindo, assim, a implantação nos diferentes Municípios de dispositivos de cuidado.

Além disso, reafirmamos a redução de danos como princípio de orientação de cuidado em toda a rede assistencial – Caps, Caps-AD, equipes de saúde mental na atenção básica, consultórios de rua, leito em hospital geral, casas de acolhimento transitório, centros de convivência, etc. –, possibilitando a criação de uma cultura terapêutica mais tolerante e solidária com os usuários de álcool e outras drogas.

Concluindo, reafirmamos que as comunidades terapêuticas não são nem devem se transformar em serviços de saúde, não devendo, portanto, ser incluídas no Sistema Único de Saúde, e sugerimos que as mesmas possam ser incluídas na rede de assistência social como dispositivo de proteção social.

Brasília, 10 de agosto de 2011.

Colegiado dos Coordenadores." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu queria registrar aqui também a presença do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul, do Sindicato dos Psicólogos de Mato Grosso do Sul e de vários outros Conselhos e Sindicatos aqui presentes.

Antes de concluir, mas também já me submetendo a essa ditadura do controle do tempo – nem vou falar por 10 minutos –, eu queria apenas, primeiro, dizer da minha alegria, da minha satisfação, na condição de Senador da República e de uma pessoa historicamente vinculada à luta pela saúde, pela implantação do SUS e pela reforma da atenção à saúde mental, de receber aqui este evento e de realizar esta comemoração, com a participação de segmentos tão importantes da política de atenção à saúde mental no nosso País, para comemorar, sem dúvida, um marco histórico na política de saúde pública no nosso País, que são os dez anos da Lei Paulo Delgado.

Naturalmente, aqui, já foi dito que, no momento em que a lei foi definitivamente aprovada, ela tão somente tomou um corpo legal, porque, na prática, já tínhamos avançado bastante na implantação da reforma da atenção à saúde mental no Brasil. Porém, dificilmente, sem aquele projeto inicial do Deputado Paulo Delgado, poderíamos ter chegado aonde chegamos nessas mudanças de fato, antes que a lei viesse a se

transformar realmente num marco legal. Aquele projeto foi uma grande referência política, foi uma bandeira, para que muitos de nós, em cada uma das nossas áreas de atuação, déssemos uma contribuição, para que chegássemos a essa realidade de hoje. E foi uma luta bastante articulada. Conseguiram articular usuários, profissionais de saúde, gestores, movimentos sociais, parlamentares.

Eu, por exemplo, tive a alegria de ter sido autor da lei estadual de Pernambuco, que permanece vigorando e que, hoje, determina os parâmetros da atenção à saúde. Naturalmente, a lei maior é a lei federal, mas essa lei formulada no tempo em que eu era deputado estadual continua a ser referência.

Também houve algumas experiências extremamente marcantes, porque foram exemplo da viabilidade de alternativas. Quem não se lembra do importante papel da Prefeitura de Santos? À época, a Prefeita era Telma de Souza, e o Secretário de Saúde, o nosso querido David Capistrano Filho. Houve uma grande intervenção no Hospital Anchieta. E, em decorrência de tudo que foi vivido naquele momento, tivemos a condição de inferir, a partir daquela importante experiência, as ações de gestão. Aqui, já foi muito bem referenciado e homenageado o Dr. Domingos Sávio, que foi o autor das primeiras portarias que começaram a transformar em fato concreto as mudanças que estavam sendo preconizadas e, sem dúvida, os movimentos sociais. Isso, sem dúvida alguma, foi obtido, acima de tudo, pela perseverança, pela tenacidade, pela insistência, pela busca da construção de consensos e até mesmo pela diversidade, trazendo visões que iam desde um posicionamento muito mais ideológico, passando por outros posicionamentos mais combinados com a preocupação com a política de saúde. A partir disso, pudemos ter uma síntese bastante importante.

Ressalto aqui também como militante minha experiência como Secretário Municipal de Saúde em Recife, em que tivemos oportunidade de ampliar fortemente essa rede alternativa. Implantamos o que veio depois a se transformar no programa nacional De Volta para Casa. Tive também a alegria e a oportunidade de ter sido o Ministro que estava à frente do Ministério naquele momento, contando com a coordenação do nosso Pedro Gabriel. Eu diria que esse foi um momento muito importante, porque, sob essa coordenação de Pedro, conseguimos ampliar fortemente os serviços alternativos, os Caps, os lares abrigados. Implantamos o programa De Volta para Casa.

Acho que esta foi a principal de todas as vitórias que obtivemos: pela primeira vez, trouxemos o debate e a política de atenção às pessoas dependentes de álcool e de outras drogas para o âmbito da saúde. Esse debate se restringia ao Ministério da Justiça, a políticas de repressão, e conseguimos trazê-lo para dentro do Ministério. A partir daí, a área da saúde passou a desenvolver um papel importante, a implementação e a oficialização da política de redução de danos, que não foi algo que aconteceu sem muito debate e disputa dentro do próprio Governo Lula. Sem dúvida, esse foi um marco extremamente importante da sua gestão.

Hoje, temos um modelo hegemônico na sociedade. Aqui, foi dito muito corretamente que são poucos os que se aventuram hoje a fazer uma defesa aberta daquele modelo que se encontra em processo de superação, bem como o reconhecimento internacional à forma e ao conteúdo da reforma que vem acontecendo no Brasil. A Organização Mundial de Saúde e outras muitas instituições fazem explicitamente esse reconhecimento. No entanto, isso não nos dá o direito de, como diz o Hino Nacional, "deitar em berço esplêndido". Ao contrário, esse processo de construção de hegemonia é permanente.

Vejo hoje um momento importante, difícil, como foram outros que já vivemos, por uma série de problemas de ordem estrutural e pela maneira, digamos, subjacente com que o velho debate volta à tona. Temos problemas estruturais a enfrentar: a carência de profissionais, a carência de recursos, a necessidade da descentralização e da interiorização desse modelo. Precisamos aprofundar esse processo e enfrentar, de maneira bastante vigorosa, a solução desses problemas estruturais.

Precisamos, dentro desse mesmo pioneirismo que o Brasil tem do ponto de vista da implementação de um modelo público de atenção, também contribuir fortemente para o desenvolvimento de pesquisas cientificas que possam não somente respaldar novas condutas, mas também permitir o enfrentamento ao senso comum do que existe hoje na sociedade. Por exemplo, o debate sobre a questão do *crack* não é muito bem fundamentado em discussões cientificas. Criou-se no Brasil um verdadeiro terror em relação a questões que precisam ser mais bem avaliadas. É nessa postura de pânico, de terror que as velhas posições conservadoras encontram o leito para se apresentarem. *(Palmas.)*

Portanto, é essa nossa carência de respostas que permite que isso hoje volte. Tenho uma posição...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – O feitiço se volta contra o feiticeiro.

Tenho a posição de que podemos ser muito amplos quanto aos meios, aos instrumentos que podemos usar para oferecer conforto a quem sofre por um transtorno psíquico, por uma dependência. Concordo

que qualquer coisa que venha a ser política pública nessa área precisa ter um componente de saúde, uma inserção dentro dessa rede. Acredito que é possível se pensar em certas combinações que não são necessariamente tão excludentes. No entanto, não podemos, de forma alguma, permitir que essa que acho que foi a grande conquista no Governo Lula venha a se perder. A política sobre álcool, *crack* e outras drogas não pode ser feita sem a presença marcante, o direcionamento e a condução por parte da área da saúde.

Como Parlamentar e como Presidente e integrante da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quero colocar-me à inteira disposição de todos vocês, para que o Parlamento possa ser também uma caixa de ressonância dessas preocupações e possa ser capaz de fazer com que o Governo, que é absolutamente sensível aos direitos humanos, ao respeito à dignidade e à cidadania, não se deixe levar pelo pânico, pelo terrorismo e por ações que respeitamos, mas que não podem se instalar como pensamento único. A grande vitória da reforma foi exatamente o respeito à diversidade, à diferença. Não podemos admitir que agora se queira encontrar uma panaceia para resolver problemas que sabemos que não são tão simples de serem resolvidos e enfrentados.

Eu queria agradecer a todos vocês. Um abraço a todos! Parabéns!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião encerrou às 16 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Boa tarde a todos e a todas. Nós gostaríamos de iniciar esta reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), que é uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, agradecendo a presença de todos e de todas e dizendo que, havendo número regimental, declaro aberta esta 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª Reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública destinada à comemoração dos dez anos da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, em atenção ao Requerimento nº 7, de 2011 (Cassaude), de iniciativa desta Presidência.

Gostaria de convidar para compor a Mesa os nossos ilustres oradores e oradoras, iniciando pela Srª Sílvia Maria Soares Ferreira, representante do Movimento Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila) *(Palmas.);* a Srª Iracema Polidoro, representante do Movimento da Luta Antimanicomial (MLA) *(Palmas.)*; o ex-Deputado Paulo Delgado, autor da Lei de Reforma Psiquiátrica, a Lei nº 10.216, de 2001 *(Palmas.)*. Vamos aguardá-lo.

Queria convidar também para compor a Mesa na condição de orador o Dr. Domingos Sávio, médico, Primeiro-Secretário do Instituto Franco Basaglia *(Palmas.)*, e também o Dr. Roberto Tykanori Kinoshita, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde *(Pausa.)*.

De acordo com o art.94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, havendo Senadores presentes, nós vamos abrir uma fase de interpelação para as Senadoras e os Senadores... *(Palmas.)*

Como eu estava dizendo, os convidados farão suas exposições e, em seguida, nós abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras presentes e inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição. Os interpelantes vão dispor de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Em verdade, esta é uma reunião solene, uma reunião de comemoração desse importante marco da política de saúde no Brasil, especialmente da política de saúde mental. A nossa expectativa era a de termos realizado esta reunião no plenário do Senado – eu tive oportunidade de apresentar requerimento nesse sentido já no mês de março, depois de uma conversa com o Paulo Delgado –, no entanto, não conseguimos, até agora, disponibilidade do plenário para a realização desse evento.

Então, para que não perdêssemos a oportunidade de fazer este registro histórico importante, resolvemos realizar no ambiente da Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude), aproveitando a realização de um evento nacional da política de saúde mental.

Inicialmente, cedo a palavra à Srª Sílvia Maria Soares Ferreira, da Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial, para a sua exposição, por dez minutos.

Quando estiver faltando um minuto, tocará uma campainha, mas pode continuar.

A SRª SÍLVIA MARIA SOARES FERREIRA – Boa tarde a todos.

Nesta homenagem aos dez anos da Lei da Reforma Psiquiátrica, gostaria de iniciar falando das conquistas que essa lei representa e significou em nossa trajetória.

Consideramos que a primeira conquista foi a própria lei. Foram doze anos tramitando no Congresso, entre negociações. Com a força do movimento social, acredito, poderemos considerar que a própria lei foi a primeira conquista. No intervalo das discussões acerca da aprovação dessa legislação, o movimento não deixou de implantar os serviços, de experimentar, na prática, aquilo que vinha reivindicando. Penso que foram essas experiências que, ao longo desse tempo de tamanho enfrentamento e de discussão, que viabilizaram, de fato, a aprovação dessa lei.

A lei, então, vem assegurar direitos à pessoa portadora de sofrimento mental, como também remodelar, redirecionar o modelo de assistência. A lei aponta ainda para o cenário para o qual, privilegiadamente, se dá o tratamento: os serviços abertos e comunitários.

A lei não foi aprovada como foi proposta inicialmente, mas percebemos que isso nos trouxe uma garantia maior para a luta que vínhamos empreendendo. De todos os serviços e políticas que vínhamos construindo, a lei veio transformá-las em algo que melhor assegurasse essas conquistas. Diante do apontamento para o novo cenário, o da liberdade do portador de sofrimento mental, a sua inclusão na sociedade, no marco de todos os direitos...

Fiquei pensando inclusive na minha história, pois sou portadora da rede de saúde mental. Tive duas crises, dois períodos de sofrimento tão intenso, tão difícil. Na primeira, em 1993, no Maranhão, eu tentei esconder a dor que passava com medo de ir para o hospital psiquiátrico. Na segunda, em 2005, em Belo Horizonte, onde já se tinha implantado vários serviços, lembro-me que eu estava muito invadida, tinha discutido e entrado em uma briga com uma pessoa no ônibus e passei a ficar dentro de casa, para evitar situações como essa, de tão invadida que eu me sentia. Quando li o livro que comprei em um evento da faculdade de psicologia, de uma militante muito valorosa para o movimento social, Ana Marta Lobosque, chamado *Experiências da Loucura*, à minha maneira eu pensei: com certeza, nesse serviço eu confio e estou precisando de ajuda. Então, para alguém que não estava saindo pelo fato de que se alguém que me perguntasse as horas eu achava que aquilo tivesse alguma ligação com uma ação persecutória, foi uma esperança muito grande atravessar as avenidas do meu bairro, um lugar onde eu conhecia, um serviço que eu sabia que estava perto de mim e chegar lá, pedir ajuda e encontrar a porta aberta. Portanto, deixou de ser o lugar do castigo, da ameaça: "Você está doida! Você vai para o hospício", para ser o lugar do direito à saúde. "Eu estou precisando de ajuda e posso pedir essa ajuda."

Com os princípios da liberdade e da cidadania, eu trouxe alguns depoimentos de alguns pacientes que ainda têm se internado em hospitais psiquiátricos. A reforma também adentrou aos hospitais, no entanto, ainda se faz, dentro da lógica manicomial, internação. Tudo bem, não são internações muito prolongadas, mas, ainda assim, achei muito interesse pegar um documento que escrevi sobre um acompanhamento da associação de usuários da qual participo no Pnash 2007. Nesse evento, lendo os depoimentos dos pacientes, fui vendo o quanto que o sentido de liberdade ressoava na fala desses usuários internados nesses hospitais.

Queria ler para vocês um pouco desses depoimentos.

Uma paciente internada há vinte espera alta na próxima sexta-feira, pretende voltar para a família, cuidar da casa e dos filhos.

Um paciente internado há 18 dias queixa-se em relação ao encarceramento, pois não tem acesso à área externa, que muitos têm. Considera que já era para ter tido alta por desintoxicação de cocaína, seu maior anseio nesta internação é ir para o pátio externo. Não se importaria de ficar mais uns dez dias internado caso fosse liberado de ir para o pátio externo e podendo segurar a matrícula do curso de radiologia por mais uns dias. Considera uma falta de respeito trancar uma pessoa como ele, consciente, com todas as suas funções normais em um espaço pequeno onde se encontra.

Um paciente internado há mais de 40 anos diz: "A família do Cecílio vem me visitar, porém eu não pertenço à família do Cecílio. Eu não gosto de ficar aqui. Aqui é roça. Aqui eu faço só tratamento. Eu tenho vontade de sair daqui para trabalhar.

Um paciente há um mês internada: "Me trouxeram para cá para tomar remédio. Quero estudar para fazer um curso de aeromoça. Gostaria de estar em casa para tomar o remédio. Eu estou doida para ter a minha vida." Então é dessa loucura...

Por essas falas, queria dizer que há ainda muitos desafios. Todos eles visam a transformar a política pública efetiva em todo o País porque a própria lei da reforma prevê que se pode dispor de hospital psiquiátrico caso os serviços abertos sejam insuficientes. Então é preciso avançar para que os serviços abertos não sejam alternativos aos hospitais, porque a lei dá essa brecha. A saúde mental se faz dentro de uma política intersetorial, o louco não precisa só da assistência à saúde mental, precisa garantir vários direitos, daí a im-

portância da intersetorialidade, a responsabilidade não só de todas essas política, mas também da sociedade.

Conversando com uma amiga que passou grande parte da vida dela, hoje ela tem 65 anos, em internações psiquiátricas e que hoje está no serviço aberto, ela diz, que quando se internava, tinha receio de perder vários direitos, como o direito de ser mãe, o direito de trabalhar. Então era um trauma muito grande em cada internação. Hoje, no serviço aberto, ela o associa à liberdade, embora ela tivesse a liberdade quando retornava, à dignidade. Portanto tem outro conceito a loucura: uma condição humana da qual não se desassocia a pessoa como uma pessoa de direitos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bem, gostaria de registrar algumas presenças, alguns ex-coordenadores da Política de Saúde Mental do Ministério, Dr. Pedro Gabriel Delgado, Dr. Alfredo Schechtman; Drª Ana Maria Pitta. Presentes também a Coordenadora de Saúde Mental de Pernambuco, Drª Marcela Lucena; a Drª Verônica da Silva, representante da Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde; o Sr. Aldo Benvindo, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que esteve aqui e não pôde permanecer, pois teve que participar de um debate sobre comunidades terapêuticas na Presidência da República; e o Sr. Lúcio Costa, representante do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba.

Quero conceder a palavra à Srª Iracema Polidoro, por dez minutos.

A SRª IRACEMA POLIDORO – Boa tarde.

Este é um momento histórico e muito feliz. Eu participei dessa trajetória desde a década de 70, quando a gente começou a discutir. Sou familiar, minha tia esteve internada na Colônia Juliano Moreira, meu marido em outros hospitais psiquiátricos, então eu pode acompanhar toda a luta da reforma psiquiátrica brasileira. O ir e vir com o Dr. Pedro Gabriel, com o Dr. Domingos, com o Paulo Delgado, doze anos a gente vindo aqui para o Senado, eu e o Fernando vindo do Rio de Janeiro, éramos várias pessoas, Geraldo Peixoto.

Chegávamos aqui e tiravam da pauta, o senhor lembra, doutor? A gente, crente: vai ser hoje. Fazíamos *lobby*, chegávamos aqui de manhã, às cinco horas da manha, descíamos na rodoviária e vinha aquele grupo, aquele batalhão, de gabinete em gabinete, uns recebiam, outros não. A gente agradecia, ia para o plenário olhar a cara dos deputados: vamos ver aquele que vai ser contra. E foi muito interessante, porque a gente acompanhou essa luta. Eu acho que é um desafio que a gente está tendo, não é como nós queremos, mas muita coisa avançou.

Então, a lei levou doze anos tramitando dentro deste Senado, tirando algumas coisas, colocando outras, mas a gente foi vencedor, como familiar, na luta por essas pessoas que sofrem. Ainda continuam sofrendo, não está como nós queremos, ainda continua a haver hospícios, não respeitando a lei, as internações. Então, isso aí é uma batalha. Dez anos é pouco para um hospício que durou duzentos anos.

Então, eu acho que a gente ainda tem o quê? Cinco por cento da nossa lei nessa loucura que nós tivemos. Nós conseguimos a lei do passe livre, o direito de usuário de ir e vir para os Caps, as residências terapêuticas. Quando você fala no paciente que viveu quarenta anos, no Rio, temos pacientes que viveram quarenta anos internados e hoje moram em residências terapêuticas. Tem usuário que diz: "Hoje eu sou o dono da minha chave, não tem o dono da chave" (porque no hospício tinha um dono da chave). "Hoje eu fecho a minha porta".

Então, eu, como familiar, como militante do movimento, da luta antimanicomial, fico assim muito gratificada. Aqueles doze anos em que vínhamos aqui para Brasília, de ônibus, sofrendo, valeram a pena, porque nessa luta, estamos vendo frutos. E esse fruto é como? Você conseguir estar aqui, eu como familiar, ela como usuária, sentar numa mesa com um Senador... Isso aí, para a gente, foi um avanço muito grande, um avanço do controle social. Porque se não fosse o controle social nós não estaríamos sentados aqui nesta mesa, não é isso?

Portanto, eu acho que nós temos que continuar lutando. A luta não pode parar. A lei foi aprovada, mas temos que estar catucando com vara curta, porque se a gente parar de catucar, a coisa para. Temos que continuar, sim, na nossa luta, na nossa militância. É o que queremos.

Agora tem as comunidades terapêuticas. É um problema? É um problema. Mas temos que começar a pensar que estratégia a gente tem que usar. Como controle social, como familiar, como usuário, como trabalhadores da saúde que demos início a tudo isso, a gente poder ser solidário e ter uma articulação para ver o que nós podemos fazer. Nós não queremos mais ver pessoas enclausuradas, pessoas que chegam e pedem: "Pelo amor de Deus, ligue para a minha família, que eu não a vejo há muito tempo". Se isso continuar assim, será um novo hospício modificado. É isso que nós não queremos. Estamos aqui, eu fico feliz, agradecendo Paulo Delgado, que levou assim... Foi um sofrimento para a gente. Além da cooperativa social a gente não conseguiu avançar. É uma coisa de que a gente também precisa, as cooperativas sociais.

Então, temos muita coisa... São desafios, mas a gente teve muito avanço. Eu acho que nós tivemos 70% de avanço; 30% são desafios e a gente vai conseguir se a gente for unido, porque eu acho que a união faz a força. Uma andorinha só não faz verão, agora, várias delas fazem barulho, e esse barulho às vezes incomoda. Eu acho que temos que estar assim... Este plenário aqui, as pessoas estão aí lutando. Viemos cada um do seu Estado para comemorar uma coisa que foi muito, muito importante durante esses duzentos anos. Foram dez anos, são dez anos de felicidade e eu espero ver mais coisas melhores daqui para frente.

Eu tenho muito que agradecer a todos vocês que estão aqui. Esta luta nossa, do familiar, do usuário, é um movimento árduo. Não é fácil, porque não é em qualquer lugar que a gente consegue penetrar e falar, porque muitas vezes não dão atenção. Acham que você está falando porque é familiar, está falando demais.

Participei também do Pnash. Muitos hospícios, clínicas foram fiscalizados; alguns o Ministério ainda conseguiu fechar. Para a gente, isso são avanços. São avanços que dão vida tranquila a essas pessoas que viveram anos e anos internadas.

Eu estou aqui no lugar da Dirce, que seria... Eu não preparei nada para falar. Como ela foi entregar o relatório para o Gilberto Carvalho, então a gente tem que se articular assim: vai uma para lá e outra para cá, para podermos tentar ver se a gente fecha o círculo. Mas não é assim? As articulações não são essas? (*Palmas*.)

Mas como na minha veia corre o movimento, a militância, eu acho assim, eu não preciso falar, eu falo aquilo que eu sinto. Eu acho que é isso que a gente está sentindo, uma felicidade maravilhosa. Eu acho que cada uma de nós, hoje, está com a veia fervendo de felicidade. Não vou me alongar, eu acho que todos nós merecemos aqueles parabéns e aquele viva a reforma psiquiátrica brasileira! (*Palmas*.)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Queremos agradecer aqui as palavras da Srª Iracema Polidoro e gostaria agora de conceder a palavra ao ex-Deputado Paulo Delgado para também fazer sua exposição, por dez minutos.

O SR. PAULO DELGADO – Boa tarde a todos.

Senhoras e senhores, é um prazer muito grande voltar ao Congresso Nacional, aqui a esta sala onde nós tivemos, há quase doze anos, o maior debate da reforma psiquiátrica brasileira no Congresso Nacional, numa reunião memorável presidida pelo Senador Bisol, do Rio Grande do Sul, quando nós pudemos ver, naquela época, usuários dos serviços psiquiátricos se encontrarem com seus psiquiatras.

Aquele debate ficou descontrolado. Os Senadores não imaginavam que os usuários tivessem vida mental, que os usuários tivessem capacidade de articulação, tivessem inteligência não só afetiva, que é muito forte entre todas as pessoas que trabalham nesse setor e vivem essas angústias, mas principalmente uma forte capacidade política de entender qual era o centro da questão. O Senado soube, com muita sabedoria, ajustar a lei às condições possíveis daquela época, e hoje nós temos aí a 10.216.

Não posso deixar de homenagear o Domingos, que está aqui, o Dr. Domingos Sávio, que, no início dos anos 90, através de uma portaria do Ministério da Saúde, quando era coordenador de saúde mental, possibilitou a criação do Caps. Eu até brinco que o Domingos é o pai do Caps. E, a partir dali, não foi possível mais nenhum retrocesso na lei.

Também o Pedro Gabriel, que com muita sensibilidade, com muita capacidade de articulação, soube convencer o governo brasileiro da época, o Ministro José Serra, a convencer o Presidente da República Fernando Henrique a sancionar a lei. Então o Pedro é a mãe da lei. Eu sou o irmão da lei.

Aqui também o meu querido Humberto Costa, Ministro da Saúde, que é o primeiro grande tio da lei. Como Ministro da Saúde, o Humberto, no governo do Presidente Lula, foi quem regulamentou a lei. A lei vai dando saltos de dois em dois anos, de quatro em quatro anos, de seis em seis anos, de doze em doze anos.

Veja, a Ana Pitta, esse coração baiano forte que ajudou muito na defesa da lei, com muito entusiasmo no Brasil todo e o Alfredo com essa tranquilidade e grande capacidade de convencimento que tem que foi mantendo a história e a viabilidade dessa lei.

E o meu querido Tykanori, que é o atual Coordenador e que me apresentou pela primeira vez.... Se o Pedro me apresentou aos desafios da saúde mental em Juiz de Fora nos anos 80, quando virei constituinte e trouxe para a Constituinte a luta pelos direitos iguais, com a discussão da ideia de que todos eram iguais perante a lei independente de raça, de sexo, de região geográfica, de condições sociais inclusive os doentes mentais – e isso provocou uma discussão muito forte aqui no Congresso. Depois, veio a lei que deu origem à 10.216 –, foi o Tykanori que me apresentou às cooperativas sociais.

Foi através do Tykanori, vindo da Itália, em uma conversa na Itália, em Triestre, com o Basaglia, que não sei se ainda estava vivo nos anos 80, mas certamente o nosso querido Rotelli, que apresentei a lei, agora aprovada, Iracema. Temos dificuldade de regulamentação dessa lei até hoje, mas ela é um instrumento importante que o Governo brasileiro pode

usar, o Presidente da República e o Governo brasileiro podem usar na economia solidária. Um elemento fundamental da reforma psiquiátrica é dar condições aos usuários dos serviços fazerem, através do trabalho, a sua reintegração à vida social, ao mundo do trabalho e ao mundo da produtividade.

Um dos problemas principais que enfrentamos no debate dessa lei é exatamente a discussão sobre a improdutividade. As pessoas não aceitam, a sociedade de uma maneira geral não aceita, a ideia de que pessoas, de que nós estamos submetidos a ritmos diferentes e os ritmos aos quais nós estamos submetidos dependem de situações que, às vezes, nem todos conhecem e nem todos têm condição de compreender.

A Lei da Reforma Psiquiátrica começou a crescer no Congresso brasileiro quando nós conseguimos, através desse movimento, da presença aqui no Congresso de usuários, familiares e da opinião pública sensível, humanista e que predomina no Brasil, começamos a mostrar que haviam serviços de desadaptação social e que esses serviços de desadaptação social, chamados manicômios, na verdade, trabalhavam com dois preconceitos fortes que eram preconceitos da periculosidade e da incapacidade civil permanente, da improdutividade e da incapacidade civil; ou seja, a doença mental estava associada a condutas de fracasso e nós conseguimos um debate forte na Câmara por oito anos e no Senado por quatro anos. Fomos conseguindo, com audiências públicas, discussões, debates, inúmeros pareceres, conquistar a sociedade brasileira para essa questão.

Hoje, podemos dizer que naquela audiência no Senado quando os pacientes psiquiátricos expressaram a sua opinião sobre a lei e depois com o surgimento de inúmeras leis regionais e estaduais, podemos dizer que – e eu aprendi isso na discussão dessa lei – às vezes o limite de uma pessoa é o seu vocabulário, são os limites impostos pela possibilidade ou não do uso da palavra em liberdade. E ao formular, em liberdade, os seus conceitos, as suas palavras, as pessoas se humanizam e humanizam os desumanizadores, porque ninguém espera de uma pessoa que esteja sofrendo, como sofre um doente mental, especialmente na fase aguda da sua doença, no surto, que essa pessoa seja um ser humano integral em sofrimento, mas um ser humano integral e que tem que ser acolhido como ser humano e mais ainda do que aqueles que não sofrem com ele naquele momento.

Os serviços têm que ser abertos e os princípios da reforma nasceram dos mesmos princípios do SUS: serviços abertos descentralizados, cada vez mais perto das pessoas e equânimes, serviços justos, em que aqueles que precisam mais têm que ser atendidos imediatamente. Tem que haver serviços que possam acolher o paciente em crise e que você tenha que ter também controle social...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PAULO DELGADO – Como esse, uma campainha como essa, um controle social, ou seja, assembleias permanentes para que você perceba, como a Iracema e a Sílvia disseram, que, através do controle social, você tem condições de renovar sucessivamente e periodicamente uma lei.

As conferências nacionais e as conferências regionais de saúde mental ajudaram muito o Brasil a aperfeiçoar a sua lei. Eu estou vindo agora da Itália, de Milão, onde houve uma conferência mundial sobre sofrimento urbano e fui falar exatamente sobre as leis brasileiras, cooperativas sociais e lei da saúde mental, e os italianos reconhecem isso. O Tykanori e o Domingos que conhecem mais do que eu os serviços de lá sabem muito bem que os italianos reconhecem que a mobilização da sociedade civil brasileira é inédita na reforma psiquiátrica no mundo inteiro.

A divisão de saúde mental da OMS sabe que, se nós desmobilizarmos a sociedade brasileira, pode haver um retorno à situação anterior, porque a tradição de tutela e a tradição de encarceramento fazem parte da lei sanitária e da visão médica brasileira. A ideia de UTI, a ideia de leito, a ideia de internar, a ideia de colocar em hospital tem que ser desmontada do sistema de saúde brasileiro. Essa visão hospitalocêntrica atinge mais fortemente os doentes mentais, mas na verdade ela atinge todas as pessoas que procuram o hospital.

Se uma mulher grávida imaginasse que fosse ficar em uma maternidade mais do que o tempo necessário para ter um neném não havia criança no Brasil, entupia, ela bloqueava e não paria, porque a maternidade, para ela acolher com tranquilidade e liberdade uma mãe com o amor que a maternidade transmite a todos que observam a gravidez de uma mulher, só pode ser recebida em serviços abertos, democráticos e acolhedores. Então, se é possível acolher uma criança ao nascer, é mais certo ainda acolher bem uma pessoa a sofrer.

A ideia da reforma psiquiátrica é uma ideia necessária para humanizar todos os serviços. Por isso, encerro, meu querido líder do PT no Senado Federal, Ministro e Senador Humberto Costa.

O combate ao craque e os serviços de hoje na luta pelo acolhimento e pela atenção às pessoas que são vítimas da droga e do uso de droga não podem ser um pretexto para restaurar o manicômio, internando pessoas e não tratando a liberdade. (*Palmas*.) Esse é hoje o grande desafio que temos no Brasil. O melhor remédio é a liberdade.

Muito obrigado. (*Palmas*.).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço as palavras do ex-Deputado Paulo Delgado.

De imediato, concedo a palavra ao Dr. Domingos Sávio para sua exposição, por dez minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Boa tarde a todos. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Senador e Ministro Humberto Costa, ao Roberto de Tykanori, por ter convidado para participar das atividades do Ministério, ontem e hoje pela manhã, e fazer uma saudação especial à minha equipe, da coordenação de saúde mental, alguns estão presente outros não: Alfredo Schechtman, Eliane Seidl, Cristina Costa e Rosane Correa.

Estou lembrando de uma coisa anterior ainda, Paulo. Antes da sessão do Bisol, esta Casa colheu, há vinte anos, a histórica audiência pública convocada pelo Senador Almir Gabriel, em que a gente estava num raro momento de consenso. É incrível, tínhamos saído da I Conferência Nacional de Saúde Mental, tínhamos saído da declaração de Caracas, tínhamos instrumento diretivo da Organização Panamericana da Saúde, a Declaração de Caracas, e tínhamos um consenso inacreditável entre as entidades, os profissionais da saúde. Nós, todos, eu não sei se o Paulo lembra, exceto o representante da Federação Brasileira de Hospitais, todos os outros membros da Mesa, na parte da manhã e da tarde, defenderam o Projeto Paulo Delgado aqui na Comissão, com a presença emocionante do Senador Ulysses Vianna Filho, já quebrado pela idade, veio quase carregado para essa Comissão. Foi um momento emocionante, todos os membros, Senadores, em pé, aplaudindo o Ulysses Vianna Filho, psiquiatra importante, um efemérides da psiquiatria. Foi um momento muito importante e inesquecível. Tivemos oportunidade, naquela ocasião, exatamente, de trazer à discussão a política de saúde mental que estávamos propondo.

Lembro-me da exposição, quando poucos Senadores estavam presentes, mas o plenário estava cheio, e mostramos exatamente a gravidade da assistência psiquiátrica naquela ocasião. Aquilo mobilizou de fato as pessoas, inclusive a imprensa, que estava presente, porque alguns fatos revelados ali, eu não sei por que, não eram dados de conhecimento público, os gastos com internação psiquiátrica, o número de internações; a internação psiquiátrica era o segundo procedimento mais frequente no sistema público de saúde, coisa dessa natureza.

A nossa palavra de ordem era substituir, esse modelo não nos serve, podemos fazer melhor. A política do Ministério naquele momento era substituir o modelo anacrônico por um modelo mais ético e que respeitasse o direito das pessoas. Foi um momento de raro consenso.

Lembro-me que o representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dr. Marcos Ferraz, trouxe com ele um abaixo-assinado de 400 psiquiatras brasileiros em favor da reforma. Um momento histórico, foi muito importante. Estávamos de fato vivendo um raro momento de consenso, porque o quadro era tão grave que o consenso se fez em torno da mudança.

Tivemos também decepções aqui nesta Comissão, a Miriam está rindo, mas na hora não riu, não, porque quando houve a votação nesta Comissão do relatório do Senador Lúcio Alcântara foi uma derrota fragorosa, venceu o substitutivo do Senador Lucídio Portela. Saímos daqui, Miriam, Marta, Elisabete, Ricardo, saímos daqui sem rumo, sem saber o que fazer. Uma coisa lamentável! Uma derrota muito chata, dolorida, tal. Logo depois, este mesmo Senado aprovou o substitutivo do Sebastião Rocha.

A minha interpretação, e eu comentei com o Deputado Paulo Delgado, na época, é que foi aprovado porque a lei já estava em vigor, a lei entrou em vigor em 1991, com as portarias do Ministério. Não entraram em vigor os artigos do art. 2º da lei, dos direitos, essa coisa, que tem que ser revogado por lei do artigo do Decreto 34.

Quando viemos a esta Comissão em 1991, há vinte anos, eram 15 os Caps no Brasil. Quando a lei foi votada novamente no Senado, o Sebastião Salgado, eram mais de 200 Caps no Brasil, ou seja, parte da lei já estava implantada. E não podemos deixar de lembrar do momento mais glorioso e inesquecível, a promulgação da lei, em 6 de abril de 2001, coincidindo com a conclamação da Organização Mundial da Saúde com a chamada "Cuidar sim, excluir não". Eu acho que foi o momento culminante, diria, da fase romântica do movimento da reforma. Foi uma bela cerimônia e saímos todos muito satisfeitos, porque aquilo que estávamos fazendo agora estava convalidado por uma lei.

Passados esses dez anos, duas conferências exitosas depois, uma ampla rede comunitária implantada, eu não tenho dúvida em dizer que nós hoje somos vitoriosos – esta reunião é de celebração, nós já tivemos hoje pela manhã a entrega do relatório da quarta conferência. Esta celebração hoje dos dez anos da lei é justa, na medida em que uma vasta rede de serviços comunitários está implantada no País. Nós hoje podemos dizer que somos hegemônicos, do ponto de vista da lei, e somos hegemônicos, do ponto de vista da pratica clínica. Não estou dizendo que não temos dificuldade, mas somos hegemônicos.

Hoje nenhum segmento sai às claras defendendo a volta do hospital psiquiátrico, às claras. Saem em

subterfúgio, às claras ninguém fala contra a lei; falaram até o ano passado, retrasado, se não me engano, quando aqui no Senado o Pedro Gabriel tirou o assunto de pauta praticamente, com uma defesa brilhante do processo de reforma.

Eu acho que nós estamos vivendo um momento, já foi falado isso, mas vou repetir, estamos vivendo problemas de crescimento, não é isso?, problemas do crescimento. Se somos hegemônicos, temos que fazer o que prometemos há vinte anos, fazer melhor. Então o nosso primeiro problema é sempre fazer melhor. A gente tem que lembrar, nós, profissionais da saúde, de que os problemas são a razão da clínica. Toda hora temos de lembrar disto: a razão da clínica são problemas, problemas das pessoas. Então a gente tem que estar mais afiado o tempo todo, porque se estamos fazendo um tipo de cuidar novo, provavelmente surgirão novos desafios e novas dificuldades. Como não posso deixar de mencionar, já foi mencionado pelo Deputado Paulo Delgado, foi mencionado hoje pela manhã e foi motivo de reunião exclusiva do colegiado de coordenadores e assessores do Ministério da Saúde, a questão de uso de substâncias e sobre a questão do *crack*.

Eu acho que é importante, de fato, a gente conclamar o Senador e Ministro Humberto Costa para participar ativamente dessa situação, porque é um momento delicado. Delicado no sentido de que vicissitudes – e o Pedro hoje lembrou disso – são naturais na gestão pública democrática, mas essa questão da droga e das comunidades terapêuticas tem que ser olhada com o devido cuidado, como colocado pelo Deputado Paulo Delgado. Que não seja também, para nós, uma situação de desatino. Nós não podemos fazer uma coisa reativa, desatinada em relação a esse problema.

É um problema, aliás, problema não, é um problemaço, mas é um problema que temos que responder primeiro com serenidade, segundo, reconhecendo nossas desvantagens nessa questão. Não oferecemos a resposta eficaz ainda massivamente à população brasileira. Quer dizer, se não estivermos bem no ataque, eles vão chegar com muita facilidade às nossas defesas. Estou utilizando expressões do futebol, porque eu estou acostumado, sou aposentado, então assisto a todos os jogos e uso... (*Risos.)* É, eu tenho que usar essa coisa. É isto mesmo: se nós não estamos na frente nessa questão, vamos ser atacados na defesa, eles vão chegar juntos. Então precisamos de fato, sem desatino...

Se não estamos na frente nessa questão, vamos ser atacados na defesa, e eles vão chegar junto. Então, precisamos, de fato, sem desatino, sem perplexidade, fazer diagnósticos corretos, diagnósticos de situação corretos, fazer ações adequadas e disseminar uma prática adequada aos nossos princípios, às nossas premissas.

Temos de celebrar muito este momento e de lembrar que, apesar da celebração, há desafios novos. Nessa questão, já foram outros os desafios. Mas esse é um desafio importante, que, acho, a coordenação colocou na agenda exclusiva, dada a gravidade do problema. Ou seja, deu-se o devido valor a essa questão.

Então, quero me despedir, falando, primeiro, dos vinte anos. Vinte anos atrás, eu estava aqui, num governo conservador. Eu me lembro de que, quando a gente saiu do debate – fui o último orador –, o Pedro e o Paulo brincaram comigo, dizendo: "Olha, Domingos, a gente não sabia que o Lula tinha vencido as eleições". Entendeu? Eles acharam que houve exagero na hora em que coloquei claramente a posição do Ministério da Saúde, que não parecia posição do Ministério Collor. Eu falei: "Não! Fui convidado por conta de uma proposta de trabalho. Então, vim apresentar aqui a proposta de trabalho". Não havia outro jeito. Eu não vou falar de uma coisa de que não sei. Entendeu? A encomenda foi trazer a proposta de trabalho.

Naquele momento, eu saí daqui suando, assustado, porque eu não sabia o que aconteceria no dia seguinte. Foi a primeira exposição pública da política de saúde mental naquela época, e, hoje, saio daqui leve. É uma celebração exitosa e merecida dos nossos dez anos da lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu queria aqui também registrar a presença do Diretor do Instituto de Psicologia da UnB, Ileno Izídio da Costa; de coordenadores municipais e estaduais de saúde mental; de usuários; de familiares; de trabalhadores e de demais militantes da reforma.

Agradeço aqui as palavras ao Dr. Domingos Sávio.

Passo a palavra, por 10 minutos, ao Dr. Roberto Tykanori, Coordenador de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Boa tarde a todos e a todas!

Primeiro, quero parabenizar o Senador Humberto Costa e lhe agradecer o empenho que teve durante esse ano para realizar esta sessão solene. Foram diversas iniciativas e movimentos, e estava difícil de sair, mas ele conseguiu. Acho que é um batalhador nesse sentido.

Esses dez anos, na verdade, remetem aos vinte anos ou mais de disputa nesse campo. Eu estava conversando com o Domingos e me lembrando da Portaria nº 224, que foi feita em 1991 – eu não me lembro, mas diz o coordenador que essa Portaria foi desse ano. Eu me lembro de que a gente fez essa Portaria.

Foi impressionante, porque essa Portaria, de um lado, deu uma direção no processo de construção dos Caps, de legalização da existência dos Caps – existiam quatro, cinco ou seis Caps, ou seja, havia certa bizarrice, porque eram muito poucos –, e, ao mesmo tempo, estabeleceu uma estratégia bem simples, colocando enormes exigências para qualificar os hospitais. Por quê? A gente sabia duas coisas. Uma delas era que, colocando exigências referentes a, por exemplo, equipe, quantidade de equipe, pessoas, padrões, número de leitos, essas coisas, necessariamente, muita gente ia começar a trabalhar nesses hospitais. Em locais em que não havia gente, começou a haver gente, e isso também serviu para reduzir, vamos chamar assim, o interesse e para sempre gerar essa tensão entre quem trabalhava com essas instituições, no sentido de gerar somente seus próprios lucros. E o aumento das equipes levava para dentro dos hospitais um conjunto de pressões, de contradições, porque, à medida que os trabalhadores novos foram entrando ali, os hospitais foram se tensionando. Aí a pessoa saía do hospital e entrava no movimento. Esse é um processo maquiavélico do Domingos. (*Risos*.) Mas é uma Portaria que está em vigor até hoje e que foi muito importante nesse sentido.

Essa tese de que a reforma começou a existir na prática, ao mesmo tempo em que o projeto do Paulo estava em debate, criou um círculo virtuoso. Como eu dizia, essa correria "vai votar, não vai votar, vai votar, não vai votar" gerou contínua movimentação no Congresso, e, ao mesmo tempo, foi se constituindo um conjunto de práticas, de serviços. O movimento conduziu-se para aprovar as leis regionais, primeiro, onde era mais possível; acho que a primeira foi no Rio Grande do Sul, depois em Minas e, depois, em Pernambuco. Então, esse conjunto de leis estaduais foi crescendo, e foram crescendo os movimentos institucionais e políticos, ao mesmo tempo, do outro lado, construindo-se, nas bases, os serviços.

Não fosse a questão institucional, acho que a principal característica desse tempo histórico foi realmente a de levar a sério a efetiva relação de abertura institucional com os usuários e os familiares. Provavelmente, diferentemente de muitos movimentos sociais, onde se compõem profissionais e usuários, de fato, o processo democrático de composição, nesses anos todos, foi um princípio fundamental. Creio que uma grande virtude desses anos todos foi a possibilidade de todo mundo ter aprendido com o debate democrático que se realizava aqui, nesta Casa, e, ao mesmo tempo, com as relações democráticas que se foram constituindo nos serviços, no cotidiano dos serviços.

O profissional já não diz mais o que o paciente deve fazer ou o que a família é obrigada a fazer, mas entra num processo de relação de consensualização, de encontrar caminhos comuns, de produzir projetos compartilhados. Da mesma forma, no Congresso, foi se amalgamando um conjunto de forças, um conjunto de representantes da sociedade brasileira, que viabilizou a Lei nº 10.216, que não é um retrato fiel do projeto original, mas é o retrato fiel do processo histórico, da construção histórica democrática que foi conduzida, durante quase vinte anos, pelo Paulo. Acho que isso é muito importante.

Então, realmente, creio que ninguém pode ter dúvidas quanto a celebrar. São dez anos da lei, outros tantos anos que antecederam a aprovação da lei, e, nesses anos, são quatro conferências nacionais. Hoje, centenas de milhares de pessoas, talvez milhões, estão envolvidas nessa história. Quando há conferências nacionais com dois mil ou três mil delegados, isso tem uma densidade na sociedade brasileira observada em poucos setores.

De fato, este é um momento de celebração muito importante. Por outro lado, acho, sim, como disse o Domingos – e falei sobre isso hoje cedo –, que este é o início de uma nova jornada. É uma marca da mudança da sociedade nos últimos tempos. É necessário que a gente consiga se atualizar, contextualizar e ser capaz de avançar nesse cenário turbulento. É preciso não perdermos o norte, sabermos andar, sabermos avançar, apesar dar turbulências que se apresentam.

Nesse sentido, creio que devemos ter a mesma força que produziu a Lei nº 10.216, a mesma energia que viabilizou a expansão enorme de uma rede de serviços, que, hoje, são substitutivos – hoje, continuamos enfrentando os resíduos hospitalares, os resíduos manicomiais –, para continuarmos enfrentando todos os processos que, hoje, na sociedade brasileira, são lançados nesse cenário turbulento. A questão da própria liberdade vai ficando turbulenta; a questão da droga não é simples.

Eu estava em São Bernardo outro dia, e se discutia a questão de adolescentes. Este é um debate: o que fazer com os adolescentes? Era uma república onde estavam os usuários de drogas. Eles disseram: "Como conseguimos manter o tratamento em liberdade? Acho que é melhor deixá-los sair. Ou não os deixamos sair?". Na conversa, eu me questionei: até onde podemos considerar livre um sujeito que está preso à droga, em estado de fissura? Devemos deixá-lo preso à sua fissura ou deixá-lo livre para continuar o seu consumo? Nessa conversa, infelizmente, levantaram a questão: "Um garoto saiu daqui e não voltou. Ele tinha 14 anos e morreu! Em alguns dias, ele estava morto!".

Então, a questão não é simples. No debate, também surgiu o seguinte questionamento: "Não temos parâmetros. Qual é o indicador de sucesso no cuidado de um adolescente nessa condição? Deixar de usar a droga? Não deixar de usar a droga? Abstinência? Não abstinência?".

Eu estava refletindo sobre o parâmetro que deveríamos ter nessas condições. Ali havia jovens de 14 anos, de 15 anos. Eu disse que deveríamos ter um parâmetro de mais longo prazo, um parâmetro de sucesso mais consistente. No mínimo, a gente tem de se esforçar, para que esses garotos que têm 13 anos ou 14 anos atinjam os 21 anos vivos, antes de tudo! Devemos ter o dever e a responsabilidade de garantir que eles, vivos, atinjam a maioridade e que, vivos, tenham o máximo de sua potência expressada, ou seja, tenham a possibilidade de expressar, ao máximo, a sua potência. Essa é uma forma de se conceber a liberdade. Liberdade não é apenas livre arbítrio, mas é a possibilidade de exercer o máximo das suas potências. Para isso, nós, como governantes, Estado e sociedade, precisamos garantir direitos.

Ao mesmo tempo em que a lei da reforma foi gestada, no mesmo período, também foi gestado o ECA. Mas, se, de um lado, hoje, estamos celebrando os dez anos vitoriosos da reforma, a questão do ECA, por outro lado, ficou malparada. Esse é outro elemento que confunde o cenário. Hoje, as pessoas começam a pensar que o ECA não é bom, porque dá liberdade demais; que o ECA cria facilidades para que as pessoas se tornem bandidas, e assim por diante, como se fossem os direitos que gerassem a marginalidade. Acho que é exatamente o contrário: é preciso haver, a partir da lei e da garantia dos direitos, as condições para que se expressem todas as potencialidades da juventude, dos adolescentes e também dos adultos, de todos os brasileiros.

Recentemente, visitei uma instituição, quando estava com o Paulo em Milão, e presenciei uma das situações mais bizarras. Fazia muito tempo que eu não entrava em uma prisão. Fui visitar uma prisão, porque...

O SR. PAULO DELGADO – Sem ter cometido crime.

O SR. ROBERTO TYKANORI KINOSHITA – Mas fui até lá num carro de polícia. Um carro de polícia foi me buscar no hotel.

Você ouviu o discurso da moça. A gente estava num seminário, e a diretora da prisão contou a experiência dela. Ao ouvi-la, pensei: "Não acredito. É mentira. Eu quero ver".

Naquela prisão, há 1,3 mil, 1,4 mil presos, dependendo do tempo. É muito grande. É gigantesca. Para não me alongar muito, quero dizer que é uma prisão em que o conceito de pena foi entendido da seguinte forma: o apenado não pode sair do limite do muro da circunscrição. Essa é a pena. O sujeito não pode sair do limite dos muros. Por outro lado, como ele está sob tutela e custódia do Estado, dentro da prisão, garantem-se 100% dos direitos constitucionais.

Essas palavras, que parecem meio ingênuas, fazem com que haja 1,3 mil presos em uma prisão onde não há arma, onde não há um cassetete. As portas estão todas abertas. As pessoas circulam, trabalham, estudam, recebem visita, fazem negócios, fazem isso, fazem aquilo. Há um conjunto de detalhes, mas, no final, é um ambiente absolutamente tranquilo, em que não há violência. Os policiais se dizem não vigilantes, mas educadores. A função do policial lá é a educação. É uma prisão em que a taxa de recidiva é de 16%. Dezesseis por cento de recidiva em uma prisão é uma coisa que nunca vi!

O princípio básico é este: garantem-se todos os direitos. Por exemplo, trabalha-se lá dentro. Então, há algumas áreas grandes que foram cedidas a empresas. A empresa monta sua planta de negócios, faz a seleção e contrata pessoas. Perguntei à diretora: "Quem pode trabalhar?". Ela respondeu: "Trabalhar é direito constitucionalmente garantido. Então, a empresa vem, põe o cartaz, faz a seleção, e quem passar passou". "Mas aí o preso tem benefícios na pena?" "Não se barganha direito com pena." O cara trabalha por que tem o direito de trabalhar. Então, direito é direito. Isso não interfere na pena. Se a pena dele é de vinte anos, ele vai cumprir vinte anos, mas ele tem o direito de trabalhar.

Perguntei ainda: "E o salário? É abaixo do salário do mercado, é negociado?". "Não! Salário é sindicalizado." E, na Europa o salário sindical é alto; são valores altos. Perguntei: "Como se faz isso?". "A gente tem de garantir que as pessoas tenham seus direitos, porque isso educa, isso muda comportamentos."

Foi a única prisão italiana que seguiu a reforma legal, institucional, feita nos últimos dez anos. É impressionante.

Perguntei à diretora: "Você conheceu Basaglia?". Ela respondeu: "Não, nunca vi Basaglia, mas me chamam de Basaglia de saias".

Para encerrar, quero dizer que isso reforça, no fundo, a nossa história: se a nossa tese de vinte anos atrás vem sendo construída com toda a insistência, no sentido de que o direito das pessoas é um direito – a gente afirmava isso –, a gente pode dizer hoje, com mais clareza, que o direito transforma as pessoas. E o direito transforma não só as condições materiais, as condições físicas, mas também as condutas das pessoas.

Foi estranho entrar numa prisão como aquela. Eu imaginava que seria pior que um hospital psiquiátrico, mas, na verdade, era uma instituição, que, embora fosse fechada... Desculpem-me, mas existem cooperativas de trabalho em que uns produzem plantas ornamentais e vão às feiras de Milão para vendê-las. Também não é considerado que ele esteja em liberdade provisória. Não! Ele está preso, mas tem liberdade de sair, vender os produtos dele e voltar. Ele faz isso junto com os policiais, que são semissócios das próprias cooperativas. Há cooperativas que produzem toda a alimentação da prisão. Toda a alimentação da prisão vem de cooperativas. Eles fazem serviços de *catering*, de *buffet*. E o preso, quando não quer comer no restaurante, pode encomendar uma *pizza*. Há *delivery* na cela.

Foi uma experiência impactante, que me fez reforçar a ideia de que caminhamos na construção da lei, na construção do direito, e de que, de fato, a afirmação desses direitos e a sua concretização material podem transformar condutas.

Nesse sentido, temos a nossa lei, que todos nós devemos celebrar.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu queria agradecer ao Dr. Roberto Tykanori.

Registro a presença da Federação Nacional dos Psicólogos, da delegação de Sindicatos dos Psicólogos dos Estados, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Vou quebrar o protocolo, abrir uma exceção, porque houve um pedido, que considero justo, de leitura da carta do Colegiado Nacional de Saúde Mental em defesa da cidadania dos usuários de álcool e outras drogas.

Eu queria convidar o Dr. Augusto César de Farias Costa, psiquiatra, coordenador de saúde mental do SUS do Distrito Federal, para que ele fizesse a estrita leitura da carta, para que pudéssemos concluir os trabalhos.

O SR. AUGUSTO CÉSAR DE FARIAS COSTA – Vou ler a carta do Colegiado Nacional de Saúde Mental em defesa da cidadania dos usuários de álcool e outras drogas:

"Brasília, 10 de agosto de 2011

Os coordenadores estaduais e municipais de saúde mental presentes à 13ª reunião do Colegiado Nacional de Saúde Mental, realizada nos dias 9 e 10 de agosto de 2001, decidem: considerando a complexidade do tema álcool e drogas, seu caráter multifacetado e, sobretudo, as conseqüências sociais e individuais, os prejuízos para a saúde, mas também para o convívio, o tensionamento dos laços sociais e familiares provocados pelo uso abusivo, pela dependência e pela inserção nas redes de produção, consumo e comércio, em especial, das drogas ilícitas; considerando a lacuna e a ausência histórica do Estado brasileiro na resposta às demandas colocadas pelos usuários de crack, álcool e outras drogas e, por outro lado, reconhecendo as comunidades terapêuticas como respostas sociais vinculadas, em sua grande maioria, às redes de assistência social que se constituíram sob o vazio assistencial, respondendo, ao mesmo tempo e num único espaço, a necessidades distintas, a saber, o cuidado em saúde e o suporte social; considerando que o Estado é laico e que a fé religiosa é uma escolha pessoal, não se pode admitir como instrumento e recurso de tratamento ou suporte social a adesão a qualquer credo como um critério; considerando a saúde e a assistência social como campos ou intervenções necessárias e importantes na implantação de uma política efetivamente intersetorial, que requer a participação de outros atores, tais como cultura, justiça, educação, trabalho, habitação, etc., e que esse conjunto deve comprometer-se com respeito aos direitos de cidadania dos usuários; considerando as deliberações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental que reafirmam uma posição consolidada entre os gestores, trabalhadores e usuários do SUS, de não inclusão das comunidades terapêuticas como dispositivos de saúde, na medida em que essas operam com princípios contrários aos que orientam os serviços criados pela reforma psiquiátrica; considerando, por fim, a necessidade de ampliação de investimentos no Sistema Único de Saúde para efetivação de uma rede substitutiva de atenção integral aos usuários de álcool e drogas, que permita a implantação dos diferentes dispositivos em condições adequadas e coerentes com os princípios da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, reafirmamos nosso compromisso com os usuários de álcool e outras drogas e reforçamos a importância e a necessidade de ampliação dos recursos destinados aos serviços substitutivos, permitindo, assim, a implantação nos diferentes Municípios de dispositivos de cuidado.

Além disso, reafirmamos a redução de danos como princípio de orientação de cuidado em toda a rede assistencial – Caps, Caps-AD, equipes de saúde mental na atenção básica, consultórios de rua, leito em hospital geral, casas de acolhimento transitório, centros de convivência, etc. –, possibilitando a criação de uma cultura terapêutica mais tolerante e solidária com os usuários de álcool e outras drogas.

Concluindo, reafirmamos que as comunidades terapêuticas não são nem devem se transformar em serviços de saúde, não devendo, portanto, ser incluídas no Sistema Único de Saúde, e sugerimos que as mesmas possam ser incluídas na rede de assistência social como dispositivo de proteção social.

Brasília, 10 de agosto de 2011.

Colegiado dos Coordenadores." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu queria registrar aqui também a presença do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul, do Sindicato dos Psicólogos de Mato Grosso do Sul e de vários outros Conselhos e Sindicatos aqui presentes.

Antes de concluir, mas também já me submetendo a essa ditadura do controle do tempo – nem vou falar por 10 minutos –, eu queria apenas, primeiro, dizer da minha alegria, da minha satisfação, na condição de Senador da República e de uma pessoa historicamente vinculada à luta pela saúde, pela implantação do SUS e pela reforma da atenção à saúde mental, de receber aqui este evento e de realizar esta comemoração, com a participação de segmentos tão importantes da política de atenção à saúde mental no nosso País, para comemorar, sem dúvida, um marco histórico na política de saúde pública no nosso País, que são os dez anos da Lei Paulo Delgado.

Naturalmente, aqui, já foi dito que, no momento em que a lei foi definitivamente aprovada, ela tão somente tomou um corpo legal, porque, na prática, já tínhamos avançado bastante na implantação da reforma da atenção à saúde mental no Brasil. Porém, dificilmente, sem aquele projeto inicial do Deputado Paulo Delgado, poderíamos ter chegado aonde chegamos nessas mudanças de fato, antes que a lei viesse a se transformar realmente num marco legal. Aquele projeto foi uma grande referência política, foi uma bandeira, para que muitos de nós, em cada uma das nossas áreas de atuação, déssemos uma contribuição, para que chegássemos a essa realidade de hoje. E foi uma luta bastante articulada. Conseguiram articular usuários, profissionais de saúde, gestores, movimentos sociais, parlamentares.

Eu, por exemplo, tive a alegria de ter sido autor da lei estadual de Pernambuco, que permanece vigorando e que, hoje, determina os parâmetros da atenção à saúde. Naturalmente, a lei maior é a lei federal, mas essa lei formulada no tempo em que eu era deputado estadual continua a ser referência.

Também houve algumas experiências extremamente marcantes, porque foram exemplo da viabilidade de alternativas. Quem não se lembra do importante papel da Prefeitura de Santos? À época, a Prefeita era Telma de Souza, e o Secretário de Saúde, o nosso querido David Capistrano Filho. Houve uma grande intervenção no Hospital Anchieta. E, em decorrência de tudo que foi vivido naquele momento, tivemos a condição de inferir, a partir daquela importante experiência, as ações de gestão. Aqui, já foi muito bem referenciado e homenageado o Dr. Domingos Sávio, que foi o autor das primeiras portarias que começaram a transformar em fato concreto as mudanças que estavam sendo preconizadas e, sem dúvida, os movimentos sociais. Isso, sem dúvida alguma, foi obtido, acima de tudo, pela perseverança, pela tenacidade, pela insistência, pela busca da construção de consensos e até mesmo pela diversidade, trazendo visões que iam desde um posicionamento muito mais ideológico, passando por outros posicionamentos mais combinados com a preocupação com a política de saúde. A partir disso, pudemos ter uma síntese bastante importante.

Ressalto aqui também como militante minha experiência como Secretário Municipal de Saúde em Recife, em que tivemos oportunidade de ampliar fortemente essa rede alternativa. Implantamos o que veio depois a se transformar no programa nacional De Volta para Casa. Tive também a alegria e a oportunidade de ter sido o Ministro que estava à frente do Ministério naquele momento, contando com a coordenação do nosso Pedro Gabriel. Eu diria que esse foi um momento muito importante, porque, sob essa coordenação de Pedro, conseguimos ampliar fortemente os serviços alternativos, os Caps, os lares abrigados. Implantamos o programa De Volta para Casa.

Acho que esta foi a principal de todas as vitórias que obtivemos: pela primeira vez, trouxemos o debate e a política de atenção às pessoas dependentes de álcool e de outras drogas para o âmbito da saúde. Esse debate se restringia ao Ministério da Justiça, a políticas de repressão, e conseguimos trazê-lo para dentro do Ministério. A partir daí, a área da saúde passou a desenvolver um papel importante, a implementação e a oficialização da política de redução de danos, que não foi algo que aconteceu sem muito debate e disputa dentro do próprio Governo Lula. Sem dúvida, esse foi um marco extremamente importante da sua gestão.

Hoje, temos um modelo hegemônico na sociedade. Aqui, foi dito muito corretamente que são poucos os que se aventuram hoje a fazer uma defesa aberta daquele modelo que se encontra em processo de superação, bem como o reconhecimento internacional à forma e ao conteúdo da reforma que vem acontecendo no Brasil. A Organização Mundial de Saúde e outras muitas instituições fazem explicitamente esse reconhecimento. No entanto, isso não nos dá o direito de, como diz o Hino Nacional, "deitar em berço esplêndido". Ao contrário, esse processo de construção de hegemonia é permanente.

Vejo hoje um momento importante, difícil, como foram outros que já vivemos, por uma série de problemas de ordem estrutural e pela maneira, digamos, subjacente com que o velho debate volta à tona. Te-

mos problemas estruturais a enfrentar: a carência de profissionais, a carência de recursos, a necessidade da descentralização e da interiorização desse modelo. Precisamos aprofundar esse processo e enfrentar, de maneira bastante vigorosa, a solução desses problemas estruturais.

Precisamos, dentro desse mesmo pioneirismo que o Brasil tem do ponto de vista da implementação de um modelo público de atenção, também contribuir fortemente para o desenvolvimento de pesquisas cientificas que possam não somente respaldar novas condutas, mas também permitir o enfrentamento ao senso comum do que existe hoje na sociedade. Por exemplo, o debate sobre a questão do *crack* não é muito bem fundamentado em discussões cientificas. Criou-se no Brasil um verdadeiro terror em relação a questões que precisam ser mais bem avaliadas. É nessa postura de pânico, de terror que as velhas posições conservadoras encontram o leito para se apresentarem. *(Palmas.)*

Portanto, é essa nossa carência de respostas que permite que isso hoje volte. Tenho uma posição...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – O feitiço se volta contra o feiticeiro.

Tenho a posição de que podemos ser muito amplos quanto aos meios, aos instrumentos que podemos usar para oferecer conforto a quem sofre por um transtorno psíquico, por uma dependência. Concordo que qualquer coisa que venha a ser política pública nessa área precisa ter um componente de saúde, uma inserção dentro dessa rede. Acredito que é possível se pensar em certas combinações que não são necessariamente tão excludentes. No entanto, não podemos, de forma alguma, permitir que essa que acho que foi a grande conquista no Governo Lula venha a se perder. A política sobre álcool, *crack* e outras drogas não pode ser feita sem a presença marcante, o direcionamento e a condução por parte da área da saúde.

Como Parlamentar e como Presidente e integrante da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quero colocar-me à inteira disposição de todos vocês, para que o Parlamento possa ser também uma caixa de ressonância dessas preocupações e possa ser capaz de fazer com que o Governo, que é absolutamente sensível aos direitos humanos, ao respeito à dignidade e à cidadania, não se deixe levar pelo pânico, pelo terrorismo e por ações que respeitamos, mas que não podem se instalar como pensamento único. A grande vitória da reforma foi exatamente o respeito à diversidade, à diferença. Não podemos admitir que agora se queira encontrar uma panaceia para resolver problemas que sabemos que não são tão simples de serem resolvidos e enfrentados.

Eu queria agradecer a todos vocês. Um abraço a todos! Parabéns!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião encerrou às 16 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS.

Às nove horas e cinco minutos, do dia quinze de agosto de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, com a presença da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP, e do Senador Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Senador Ataídes Oliveira. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema "Regulamentação do Aviso Prévio Proporcional", em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Representante do Juiz do Trabalho e Presidente da ANAMATRA, Senhor Renato Henry Sant´Anna; Paulo Vinícius Silva, Secretário Nacional de Políticas para Juventude Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Representante do Presidente da CTB, Senhor Wagner Gomes; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, Representante do Presidente da NCST, Senhor José Calixto Ramos; Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC

e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Roberto de Figueiredo Caldas, Secretário da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Representante do Presidente da OAB, Senhor Ophir Cavalcante Junior; José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF, Representante do Presidente da CNF, Senhor Fabio Colletti Barbosa; Patrícia Coimbra Duque, Consultora Adjunta da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Representante do Presidente da CNC, Antonio José Domingues de Oliveira Santos; Sylvia Lorena Teixeira De Sousa, Gerente de Consultoria da Diretoria Jurídica da Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Representante do Presidente da CNI, Senhor Robson Braga de Andrade; Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Justificaram ausência os seguintes oradores convidados: Otavio Brito Lopes, Procurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Antonio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Artur Henrique, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Usa da palavra o Senador Ataídes Oliveira. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião de 2011.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar do tema Regulamentação do Aviso Prévio Proporcional, em atendimento ao Requerimento nº 9, de 2011, de iniciativa desta Presidência e amparado no próprio Texto Constitucional. A Constituição de 88 garantiu o aviso prévio proporcional só que, infelizmente, até hoje, o Congresso não deliberou sobre o tema.

Antes de entrarmos no tema específico, enquanto os convidados estão chegando, eu quero aqui fazer uma fala rápida em solidariedade aos juízes, em solidariedade aos familiares da Juíza Patrícia Acioli.

Na manhã do dia 12 de agosto, sexta-feira passada, o Brasil todo foi surpreendido, em parte, porque aquela era uma morte anunciada. Nós havíamos realizado aqui no Senado, na Comissão de Direitos Humanos, uns três meses anteriormente, uma audiência pública sobre as ameaças de morte aos juízes. Estiveram conosco aqui juízes de todos os Estados, inclusive do Rio de Janeiro, quando disseram o que estava acontecendo.

Depois da audiência pública, fizemos as informações devidas às autoridades competentes e tivemos mais um assassinato. Infelizmente, na manhã do dia 12 de agosto, sexta-feira, a Juíza Patrícia Acioli foi assassinada, juíza da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, em Piratinga, Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. O caso começou a ser investigado pela divisão de homicídios do Rio de Janeiro. Enfim, Patrícia Acioli, de 47 anos, mãe de três filhos, conhecida por atuar com rigor contra o crime organizado na região metropolitana do Rio, em São Gonçalo; ela estava sem segurança e, conforme informações de familiares da juíza, ela havia recebido pelo menos quatro ameaças de morte em uma lista apreendida com integrantes de um grupo de extermínio que atua em São Gonçalo. O nome da juíza estava presente junto com mais onze nomes marcados para morrer.

Lembro aqui que, no início do ano, foi realizada uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 57, de 2011, de minha autoria e do Senador Anibal Diniz, aprovado em 19 de abril, com o objetivo de debater as ameaças que vinham sofrendo juízes federais, bem como seus familiares, por parte de criminosos. E foram convidados para esta audiência o Presidente da Associação de Juízes Federais, Sr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy; o Presidente da Associação Nacional de Procuradores da República, Sr. Antonio Carlos Alpino Bigonha; o Juiz Federal do Estado do Acre, Pedro Francisco da Silva; o Juiz Federal do Estado de Mato

Grosso do Sul, Sr. Odilon de Oliveira; o Juiz Federal do Estado de Mato Grosso, Raphael Cazelli de Almeida Carvalho; a Juíza Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, Lisa Taubemblatt; a Juíza Federal do Estado do Rio de Janeiro, Ana Paula Vieira de Carvalho; e a Srª Raquel Domingues do Amaral, Juíza Federal do Estado do Mato Grosso.

No início do ano, quando ocorreu essa reunião, o objetivo foi debater a violência e as ameaças de morte contra os magistrados em todo o Brasil. Foram inúmeras as denúncias que aqui chegaram relatando aquilo a que chamo hoje de crime anunciado. Relembro que no dia 27 de abril deste ano houve uma greve, uma paralisação nacional de 24 horas dos juízes, com o objetivo de mobilizar e sensibilizar a sociedade civil bem como as autoridades públicas como o Congresso Nacional, a Presidência e o Supremo Tribunal Federal para que sejam concedidas melhores condições de segurança para a categoria, além da revisão da questão salarial, entre outras. Também foi me relatada, naquele dia, a questão da prerrogativa única e exclusiva da Justiça Federal para análise, julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos.

Após relembrar os pontos, quero dizer que tramita na Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 276, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que foi construído a partir dessa audiência pública que realizamos na Comissão de Direitos Humanos. O Projeto Pedro Taques altera o Código Penal para prever o crime de formação de quadrilha ou bando, com o fim de cometer crimes contra o agente público. Esse projeto altera o art. 288, do Decreto nº 2848, de 1940, que é do Código Penal. Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, e tem como Relator o Senador Demóstenes Torres. O objetivo desse projeto é triplicar a conduta de formação de quadrilha ou bando, com o fim de cometer crime contra agente público em razão da sua atuação e reivindicações policiais, processuais, penais ou administrativas, com penas mais rigorosas.

Recentemente, conforme dados divulgados pela Ajufe, dos 300 juízes de varas criminais do País, 40 estão sob ameaça do crime organizado. A vida desses homens públicos e dessas mulheres passa a ser monitorada por criminosos, tanto eles como seus familiares passam a sofrer ameaças de forma permanente. Tenho certeza de que a iniciativa do nobre Senador Pedro Taques, que foi fruto de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, há de ser apreciada com brevidade aqui, no Senado da República, visando à aprovação do mesmo.

Fica aqui a nossa solidariedade à família da Juíza Patrícia Acioli, como também a todos os juízes. Quero dizer que já recebemos a solicitação de que se faça outra audiência pública com o mesmo objetivo, e é o que faremos.

Vamos, em seguida, depois de informar que faremos outra audiência pública com o objetivo de debater a violência, o assassinato, os crimes contra os juízes, quando também faremos mais uma homenagem pós-morte à história de vida dessa lutadora, que foi a Juíza Patrícia Acioli, assassinada esse fim de semana.

Vamos fazer a montagem da nossa Mesa.

Vou passar, então, a convidar os nossos painelistas. Vou fazer a leitura de todos e os que estiverem presentes, por favor, no momento em que forem citados, venham para a mesa. Como são inúmeros convidados, vamos fazer duas Mesas: Sr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra, representante do Juiz do Trabalho e Presidente da Anamatra, Sr. Renato Henry Sant'Ana; Sr. Paulo Vinícius da Silva, Secretário Nacional de Políticas para a Juventude Trabalhadora da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, representando aqui o Presidente da CTB, Sr. Wagner Gomes; o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando, aqui, o Sr. Calixto Ramos. Peço que aqueles que forem citados se dirijam à mesa. E o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito, Contec, e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores, UGT.

Nós temos mais três convidados que também estão presentes e faremos a segunda Mesa. Ok? Vamos fazer de três em três painelistas; depois nós vamos para a segunda Mesa. Nós teremos mais duas Mesas de três ainda.

Vou fazer uma pequena introdução, permitam, aqui, os nossos convidados, o Lourenço, o Paulo e o Moacyr, que está voltando às atividades com todo pique. O Moacyr esteve adoentado, não há problema nenhum em dizer isso, o importante é que se recuperou e está aqui com todo fôlego aqui, este é o segundo evento que ele participa comigo depois da sua recuperação.

Mas vou tentar resumir aqui a questão do aviso prévio, primeiro, dizendo que o aviso prévio proporcional consta na Carta Magna – eu ajudei a escrever esse artigo, quando fui Constituinte. E, de lá para cá, tentamos regulamentar essa questão, encontramos uma série de dificuldades, mesmo quando era Deputado, há um projeto de minha autoria como Senador, o projeto, para se ter uma ideia, está há dois anos na Casa, é jogado de uma comissão para outra, e nem o relator foi indicado. Se me perguntarem: mas quem é o relator do seu projeto, já que está há dois anos aqui?

O *lobby* é tão bem costurado, e, aí, como sempre digo, entre o céu e a terra é uma grande distância, entre o dia e a noite também é uma grande distância, não se sabe por que o projeto vai para o plenário, vem para a comissão, jogam para outra comissão e nem o relator é indicado. Isso porque tenho tentado. Forças ocultas. Digo: mas quem sabe indica o relator. Vamos indicar. Só que não iam indicar. Lamento isso porque é algo que está no texto e não dá para entender que um projeto como esse tão importante, e o Congresso não delibere, contra ou a favor, ninguém é... Sempre digo nas comissões que presido, coordeno ou participo que ninguém é obrigado a votar o que não quer, mas não dá é para não votar. O pior dos mundos, digo, é não decidir. Vamos decidir, contra ou a favor. E, quando o Congresso não decide, alguns Congressistas reclamam do Supremo. Não reclamo do Supremo, não questiono o Supremo, porque, se o Congresso não cumpre a sua parte, o Supremo tem mais é que decidir.

Aposentadoria especial. Apresentei projeto há anos, o Congresso não decide, e o Supremo, praticamente, decidiu.

Sobre o adicional de remuneração de insalubridade, se era sobre o salário mínimo, sobre a remuneração, entendo que era sobre a remuneração. E, assim, também o Supremo decidiu, e o Supremo não decidiu.

O direito de greve. O meu projeto está há 20 anos no Congresso, até hoje, não foi aprovado, o Supremo, praticamente, decidiu.que vai aplicar o mesmo princípio da área privada para a área pública.

E, aí temos outras questões já levantadas, a própria fidelidade partidária, o Congresso não decide, o Supremo decidiu. Então, se o Congresso vai se omitindo de decidir os temas, não questione depois, se o Supremo resolve assumir o papel até mesmo de fixar a norma por omissão dos Parlamentares.

As próprias medidas provisórias, se as observarmos, nós veremos que, de cada 100, no mínimo 50 daquelas 100, mas sem medo de errar, têm projeto tramitando no Congresso. O Congresso não decide, o Executivo vem, encaminha como medida provisória e capitaliza, e corretamente também, não sou nem contra. Agora, recentemente, foi a questão das pessoas com deficiência, foi a questão da aposentadoria da dona de casa. Enfim, nós podíamos citar aqui, um dia, a própria história vai contar, o próprio ProUni, quando começou esse debate e como terminou, e o Executivo decidiu e tem mais é que decidir mesmo, porque o Congresso tem que assumir a sua posição.

Nessa questão do aviso prévio proporcional, o que está acontecendo? O Supremo também chamou para si, já que não vota, o Supremo chama para si e está decidindo.

Então, vou fazer um pequeno histórico aqui, não dos projetos apresentados, mas do Supremo. Só lembrando que, no dia 22 de junho de 2011, o Supremo Tribunal Federal divulgou matéria:

Supremo Tribunal admite fixar aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. O Plenário do Supremo Tribunal Federal suspendeu, dia 22 de junho, o julgamento de quatro mandados de injunção cujos autores reclamam direito assegurado pelo art. 7º, XXI, da Constituição Federal, de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo de trinta dias, nos termos da lei. Os mandados foram impetrados diante da omissão do Congresso Nacional que, após a promulgação da Carta Magna 88, ainda não se posicionou.

O julgamento foi suspenso depois que o Relator, Ministro Gilmar Mendes, pronunciou-se pela procedência das ações. Por sugestão do próprio Relator, entretanto, o Plenário decidiu pela suspensão do julgamento para que se possa examinar a explicitação do direito pleiteado, nos casos concretos em exame. Dentre o manancial a ser pesquisado, há experiências de outros países, recomendações, por exemplo, da OIT e, também, projetos aqui no Congresso.

Durante os debates em torno dos processos – os Mandados de Injunção 943, 1010, 1034 e 1090 –, os ministros observaram que a Suprema Corte deveria manter o avanço em relação a decisões anteriores de omissão legislativa, em que apenas advertiu o Congresso Nacional sobre a necessidade de regulamentar o respectivo dispositivo invocado, e adotar uma regra para o caso concreto, até mesmo para estimular [o que nós estamos fazendo hoje] o Poder Legislativo a votar leis como essa.

Foram citados dois precedentes em que o Supremo Tribunal, com base em parâmetros já existentes, estabeleceu regras para vigerem enquanto não houver regulamentação legislativa.

Quero mais uma vez agradecer ao Ministro Ricardo Lewandowski por ter citado durante o julgamento um projeto apresentado por mim que, na verdade, é fruto de uma construção coletiva, principalmente da Anamatra, que me subsidiou para apresentação deste projeto aqui no Senado. Falo do PLS nº 102, de 2009, que trata do aviso prévio proporcional e que tramita na Casa há mais de dois anos.

Entendo que o prazo de 30 dias para cumprimento do aviso prévio, conforme previsto na nossa Constituição, é o prazo mínimo.

Só para informar a todos, o que diz esse projeto que foi construído em parceria com a Anamatra? Diz o seguinte, bem rápido aqui: 30 dias corridos, se o contrato for de menos de um ano; 60 dias corridos, se o contrato for de mais de um ano e menos de cinco. Em

resumo, a cada cinco anos mais um aviso prévio, que poderia chegar a um total de 180 dias, para contratos com mais de 15 anos. Estou resumindo. Lembrar que há países, como o México, em que a cada um ano são 20 dias de aviso prévio e a primeira demissão é de três meses. O aviso proporcional é um mecanismo importante, que vai inibir as demissões, porque o empregador vai pensar duas vezes. É bom lembrar para todos que o Brasil, embora nesses últimos 10 anos, tenha gerado em torno de 16 milhões de novos empregos, mas fica entre os países do mundo que tem a mais alta rotatividade. Então, não dá para entender estar de uma forma positiva gerando empregos, mas a rotatividade também é acelerada nas mais variadas áreas. Subentende-se, para mim, que se demite o salário mais alto, admite o salário menor e aí vai fazendo o chamado arrocho salarial. Estou apenas comentando. Vocês é que vão decidir.

Quero lembrar que outros países já regulamentaram o aviso prévio. Há aqui, no caso, a Argentina: Lei de Contrato de Trabalho, Lei nº 20.744, texto ordenado pelo Decreto nº 390, de 1976, ainda em 21 de maio de 1976. Em 1976 a Argentina já tinha decidido a questão do aviso prévio proporcional. Aqui fala para o empregado um ano e um mês e aí vão as explicações, que não são muito diferentes do que estou propondo.

O Paraguai também, o Paraguai já decidiu, em 1993, o Código de Trabalho já assegura o aviso prévio. Se quiserem, posso até ler aqui, tenho como fica cada um deles. Período obrigatório de um ano, 30 dias de aviso prévio, mais de um ano até cinco anos... Só para ver o do Paraguai rapidamente aqui, para não ler todos. Isso. Concluído o período probatório de um ano de serviço, 30 dias de aviso prévio; mais de um ano e até cinco anos, 45 dias de aviso prévio; mais do que cinco anos e menos de 10 anos, 60 dias; mais de 10 anos, 90 dias. Esse é o caso do Paraguai. Venezuela. Vamos resumir aqui, depois de um ano, um mês; depois de seis meses de trabalho contínuo com mais uma quinzena de antecedência e, depois de um ano de trabalho contínuo, um mês de antecedência e, após cinco anos de trabalho contínuo, dois meses, no caso, após cinco anos, dois meses; após 10 anos, três meses, por aí vai.

Enfim, tenho aqui alguns exemplos, não vou fazer toda a leitura deste documento, dizendo que este é o debate. Nós queremos buscar caminhos para que se cumpra a Constituição e se tenha uma norma definitiva que ampare o trabalhador e, mais do que amparar, que iniba as demissões e o aviso prévio proporcional é um instrumento que, na minha avaliação, ajudará nesse sentido.

Quanto ao período do aviso prévio, isso quem vai decidir é o Congresso e os senhores, como debatedores aqui, com certeza vão contribuir para que a gente avance nesse sentido.

Eu começarei aqui com a primeira Mesa, passando a palavra pela ordem de inscrição. Pela ordem está o Paulo Vinícius, você é o primeiro. Paulo Vinícius da Silva, Secretário Nacional de Políticas para a Juventude Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, representante do Presidente da CTB, Sr. Wagner Gomes.

O SR. PAULO VINÍCIUS DA SILVA – Inicialmente, bom-dia a todos e a todas. Queria agradecer, em nome do Presidente Wagner Gomes, o convite feito à Central e Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil para debater aqui, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Eu queria registrar a importância de um mandato, como o mandato do Senador Paim, que esteve comigo recentemente no processo da aprovação da emenda que inseriu a juventude como parte da Constituição brasileira. Então, na luta dos trabalhadores, na luta da juventude, na luta do povo brasileiro tem sido muito importante pela firmeza nas posições e pela qualidade que aporta ao debate, pela capacidade de ouvir a sociedade. Quer dizer, de fato isso faz muita diferença no Congresso Nacional que, como todos nós sabemos, é uma Casa que tem uma representação diversa da sociedade brasileira, que não é exatamente o retrato da sociedade brasileira, haja vista que o poder econômico determina muito do processo eleitoral brasileiro e que o que traz consequências quanto ao debate, por exemplo, dos direitos dos trabalhadores. Quer dizer, nós sabemos, não apenas da representatividade dos setores patronais no Congresso, mas também acreditamos que há certa miopia desses setores na medida em que não conseguem compreender o papel da valorização do trabalho dentro do projeto nacional de desenvolvimento.

Nós acreditamos que o Brasil vive um momento novo, um momento que nós estamos construindo desde 2002, que é um momento, sobretudo, marcado pela conjunção do crescimento econômico e da democracia, da ampla democracia, uma característica que não se vê tanto na história do nosso País. No entanto, nós também sabemos que o desenvolvimento econômico não se faz sem a valorização dos trabalhadores. Isso daí de esperar o bolo crescer para depois repartir acabou sendo um mau conselho. Quer dizer, os trabalhadores não podem acreditar mais nisso. Lamentavelmente, o que nós temos observado é que o Projeto Nacional de Desenvolvimento esbarra nessa questão da valorização do trabalho, haja vista, inclusive, o que recentemente se passou na Câmara dos

Deputados com a rejeição, ainda não definitiva, mas com a rejeição da Convenção 158 da OIT, que era exatamente a que tratava da questão da demissão imotivada. Nós acreditamos que também no mundo da economia existe um debate muito profundo sobre qual é a alternativa para confrontar essa situação de crise que nós vivemos e qual é o papel do mercado interno e qual o papel dos trabalhadores no enfrentamento da crise. E isso, sobretudo, relaciona-se com a questão da garantia do emprego.

Na prática, nós sabemos que todo aquele receituário que foi propalado a partir da queda do Muro de Berlim e com o advento da terrível noite do neoliberalismo sobre a humanidade, ele tem se mostrado um fracasso absoluto, porque o mercado não tem a possibilidade de alocar os recursos de maneira racional, como a crise nos tem demonstrado; um fracasso absoluto porque esse mesmo mercado que reivindicou absoluta liberdade para os capitais, sem qualquer tipo de regulação, incluindo as regulações do trabalho, acabou gerando uma instabilidade sistêmica, que acaba redundando nessa crise de proporções avassaladoras por que o Planeta passa; e, ao mesmo tempo, porque as saídas mais auspiciosas, mais frutíferas que se tem visto no enfrentamento dessas dificuldades, têm sido exatamente aquelas que vão na contramão do receituário, entendido como o receituário ideal para debelar as crises.

Ou seja, por um lado, na Europa, sobretudo, na Grécia, em Portugal, na Espanha se defende uma agenda antitrabalhadores, uma agenda de restrição de direitos, de aumento do tempo para se ter acesso à aposentadoria, defende-se o congelamento de salário, defende-se o corte de direitos socais, defende-se mais veneno e, o pior, é que não se apuram as responsabilidades sobre quem gerou a crise. E, de outro, vimos os efeitos que tiveram no Brasil as políticas anticíclicas adotadas pelo então Presidente Lula, no curso da crise e que nos rendem frutos até o hoje. Quer dizer o Brasil não foi nessa cantilena, quando confrontado com a possibilidade da crise; o Brasil fortaleceu os bancos públicos, apoiou o crédito, permitiu que o mercado interno se fortalecesse, manteve o debate com os trabalhadores, manteve o reconhecimento das centrais sindicais, fez das centrais sindicais um interlocutor reconhecido dos trabalhadores. E isso foi o que, de fato, trouxe o resultado que a gente teve nesse período.

Agora, coloca-se esse debate de novo. Então, notemos agora – e explico esse preâmbulo tão largo que faço – que, com o prolongamento da crise, porque, ao contrário do rigor fiscal que o Brasil apresenta, que o nosso Copom apresenta, com taxas de juros tão altas, com um superávit primário absurdo, com essa política de câmbio flutuante, todo esse bom-mocismo que o Brasil apresenta, num cenário em que o Brasil deve muito menos, na relação dívida pública/PIB, muito menos que os Estados Unidos, muito menos do que a Europa, é incomparável a situação da nossa economia em relação ao endividamento. Quero dizer que nós poderíamos, a rigor, ter uma política mais flexível, e esse bom-mocismo que temos adotado, na verdade, abre o flanco para proposições que vêm no sentido de tentar transpor aqui para o Brasil uma agenda que é uma agenda regressiva, uma agenda que, na verdade, não nos ajudará no enfrentamento da crise, uma agenda que é claramente contra os interesses nacionais, porque o Brasil não precisa de mais demissões, também a Europa não precisa de mais demissões, também os Estados Unidos não precisam de mais demissões, também a Espanha não precisa de mais demissões, Portugal não precisa de mais demissões, que têm sido o efeito imediato das políticas de austeridade contra a crise, criando, na verdade, aprofundando essa hipertrofia do capital financeiro sobre a sociedade e a economia passa a ser as finanças contra as pessoas, contra o emprego das pessoas. E nós temos, absurdamente, a rejeição da proposição da Convenção nº 158, que garantiria exatamente maior estabilidade no emprego e que atinge, em especial, a juventude. Quer dizer, exige-se dos jovens que tenham experiência prévia para ingressar no mercado de trabalho e, *a posteriori*, todos os trabalhadores da iniciativa privada ficam com a faca no pescoço, com medo da demissão.

É por isso que nós temos a rotatividade tão brutal no mercado de trabalho e por isso também que nós temos uma massa salarial representando tão pouco diante da riqueza da sociedade e um geral de salários tão baixo. O salário médio brasileiro é um salário muito baixo quando se vai compará-lo, por exemplo, com os de outros setores. Por exemplo, com os do capital financeiro, que, em 2010, segundo dados da *Le Monde Diplomatique*, reservou ao Orçamento da União, de 2010, R$635 bilhões, 44,93% do PIB, apenas para despesas dessa dívida pública, enquanto os trabalhadores percebem o salário mais baixo, enquanto não têm a garantia de estabilidade no emprego, o que tem relação com a nossa história, com o papel, inclusive, do Golpe de 64, como ele se colocou, e o Congresso Nacional, infelizmente, perde a oportunidade de ratificar uma convenção que garantiria, por exemplo, maior estabilidade, garantia do emprego dos brasileiros, o que, acredito, é fundamental para o enfrentamento da crise.

Então, quando nós debatemos a questão do aviso prévio proporcional, nós debatemos nesse contexto, porque, no caso do aviso prévio proporcional, nós estamos falando sobretudo dos trabalhadores que já

estão empregados, inclusive, há bastante tempo. Quero dizer, nós não estamos falando nem imediatamente da juventude, ainda que interesse à juventude que o mercado de trabalho lhe assegure estabilidade no emprego, haja vista que ela é a principal vítima das demissões imotivadas, inclusive com práticas antissindicais. Ou seja, não se pode ter filiação sindical, não se pode organizar e qualquer coisa que se faça, a aparência, às vezes a cor da pele. Não existe necessidade de qualquer justificativa para demissão imotivada.

O aviso proporcional se insere nesse quadro e, lamentavelmente, o setor patronal entende que é interessante manter a ausência da regulamentação do artigo da Constituição que trata da proporcionalidade quando é exatamente o inverso.

Os dados apresentados pelo Senador Paulo Paim, no início da nossa Mesa, dão conta de que países que têm um PIB muito menor, que têm uma participação da indústria, um desenvolvimento tecnológico muito inferior ao brasileiro, que têm, inclusive, democracias com menos consolidação – como é o caso do Paraguai, que somente recentemente pôde verificar alternância do poder, com a eleição do Presidente Lugo – e, no entanto, esses países, a despeito disso, têm mais direitos no que se refere ao aviso prévio proporcional do que o Brasil.

Nós achamos que é importante a posição de alguns juristas que têm defendido essa questão da proporcionalidade, de não alargar isso demais. Há uma proposição, por exemplo, de que você tenha, a partir de cada ano, dez dias de aviso prévio que se somariam a isso.

Mas nós acreditamos que o fundamental é que tenhamos uma legislação regulamentando o artigo da Constituição que em esteja colocado que não vá no clima que observamos na outra Casa, na Comissão do Trabalho, que, ao invés de ser a Comissão do Trabalho, acaba sendo a "comissão antitrabalhadores" e que coloca uma agenda que é regressiva – a agenda do código do trabalho, que visa a acabar com a CLT, a agenda, por exemplo, da terceirização sem qualquer limite e, agora, mais recentemente, a rejeição da Convenção nº 158, da OIT.

Então, nós achamos que é muito importante que o Senado, em debate com as centrais sindicais e com a sociedade brasileira, consiga conscientizar a sociedade de que o que nós não precisamos é de mais demissões, que qualquer medida que vá no sentido de facilitar, de flexibilizar as demissões e de tirar direitos dos trabalhadores enfraquece o mercado interno, enfraquece a economia real, enfraquece o que pode nos tirar da crise. O Brasil não precisa de menos trabalho, o Brasil precisa de mais trabalho, de mais mercado interno, de mais indústria nacional. Então, como se pode não ser favorável a que se crie um obstáculo, que, ainda que tímido, na verdade, é de reconhecimento do tempo do serviço prestado à empresa, quando se está falando do trabalhador que há 25 anos trabalha em uma empresa, vamos falar aqui da situação dos bancários. Imagine a situação de um trabalhador bancário do setor privado, do sofrimento desses trabalhadores do sistema financeiro, a pressão brutal sobre esses trabalhadores. Esse trabalhador tem uma rotina destruidora para sua saúde psicológica e, quando ele chega à época de maior fragilidade da sua vida, é a época em que ele está mais sujeito à demissão, com o agravante – que, aliás, não deveria ser um agravante – do prolongamento da expectativa de vida na sociedade brasileira.

Então, nós estamos tratando, quando tratamos da questão do aviso prévio proporcional e de assegurar a proporcionalidade ao período superior a um ano, cinco anos, dez anos, vinte anos, na verdade, estamos defendendo o direito de as pessoas não serem jogadas fora, estamos defendendo o direito de as pessoas terem condições de terem o sentido de que são produtivas inclusive a partir dos 40, dos 50 anos, sem ter como único parâmetro para a condição do seu emprego o interesse exclusivo do patrão e as facilidades que a legislação oferece para que esse trabalhador seja demitido sem qualquer razão e, inclusive, com críticas dos setores patronais ao suposto custo da força de trabalho no Brasil que não se verificam no que refere à rotatividade.

Então, nós acreditamos que, nessa quadra em que vivemos, está ficando cada vez mais claro que as políticas que asseguram emprego, que as políticas que permitem mais direitos aos trabalhadores são muito mais produtivas no enfrentamento às situações de crise econômica do que as políticas que apenas visam a retirar exatamente aquele dinheiro que movimenta a economia real, aquele dinheiro que está na ponta, aquele dinheiro que chega ao comércio, à agricultura, que ajuda a economia brasileira a girar, porque ninguém sabe para onde vão os 44,93% que foram destinados ao pagamento do título da dívida pública. Fora as 20 mil famílias que têm interesse direto nessa questão, para onde vai isso? Para onde vai? Vai para o Brasil? Vai para o interesse dos brasileiros ou isso aí é uma verdadeira bomba de sucção que existe hoje no mundo, que retira dos trabalhadores direitos, sonhos, dignidade, salário e acaba alimentando uma bolha especulativa que vai contra os interesses da nossa própria Nação?

Então a posição da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil é que é fundamental que o Congresso Nacional amplie o diálogo com as centrais sindicais que, da sua parte, devem assegurar a

sua unidade em torno da pauta dos trabalhadores assumida na Segunda Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que aconteceu no Pacaembu, reunindo 25 mil trabalhadores, que dá um programa claro de resistência e que necessita da unidade das centrais para a gente poder impedir essa nostalgia do pior período da história do nosso País, excetuando-se os períodos discricionários de ditaduras.

Se anteriormente nós vivíamos ditaduras que tinham um inimigo claro, porque tínhamos um General Presidente que era facilmente identificável, que era possível identificar também através dos esbirros, das torturas, hoje vivemos a ditadura do capital financeiro, porque não há interesse na nacionalidade, na defesa nacional, nos direitos sociais, nos direitos da juventude, no direito a estudar que se coloque acima da suposta capacidade do mercado, que tem se mostrado um fracasso absoluto. E não há questionamento disso. Quando você vê a agenda legislativa, percebe que ela mantém aquela mesma cantilena dos anos 90.

É preciso que o nosso Governo, o Governo que nós elegemos, da Presidente Dilma, se apóie no povo, se apóie na sociedade, procure a sociedade. Não tenho dúvida de que as centrais sindicais, na medida em que se afirmem os compromissos assumidos diante dos trabalhadores na Conclat, não hesitarão em colocar gente na rua, em apoiar tudo o que vier no sentido de mais direitos, de um programa que resgate o que nós queremos.

A nossa agenda não pode ser a agenda da inflação, a agenda da crise, a agenda da corrupção. A nossa agenda tem que ser a agenda do desenvolvimento, da ampliação dos direitos, da superação plena do neoliberalismo. E isso passa pela aprovação de uma legislação que regulamente o artigo da Constituição que trata da questão do aviso prévio proporcional e que não entre por esse buraco que foi essa decisão infeliz da rejeição da Convenção nº 158 da OIT. E os trabalhadores não ficarão omissos diante disso.

Não nos peçam, por mais apoio que nós tenhamos dado, e daremos em qualquer situação de crise, não nos peçam que nós apoiemos qualquer medida de retrocesso aos direitos dos trabalhadores. As centrais sindicais estão aí para lutar pelos direitos dos trabalhadores e é isso que elas farão independentemente de Governo.

Agora, é claro, se as forças do povo, as forças produtivas, o empresariado empreendedor do nosso País, os trabalhadores e as suas centrais, se eles identificarem corretamente o remédio para a saída do Brasil, que é o remédio do desenvolvimento e do mercado interno, eu não tenho dúvida de que ficará claro para a sociedade brasileira que nós não precisamos tanto de banqueiros fazendo o que estão fazendo. Nós precisamos mais é de trabalhadores empreendedores criando trabalho, emprego e justiça no nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Paulo Vinícius Silva, que falou aqui pela CTB, deixando firme pela sua fala, com muita clareza e com muita firmeza, o ponto de vista das centrais e não somente da CTB em defesa da democracia, da Presidenta Dilma, defendendo uma pauta positiva para os trabalhadores e, na mesma linha, pelo que eu entendi, mesmo para os empreendedores. O que o Paulo nos diz aqui com todos os argumentos é que nós temos mais é que diminuir juro de banco e investir no setor produtivo, preservando os direitos dos trabalhadores. Parabéns ao Paulo pelo seu ponto de vista muito claro.

O Brasil todo está assistindo a esta nossa audiência pública e sabe da importância desse debate.

Passamos a palavra, de imediato, ao Moacyr Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representante aqui do Presidente da mesma, Sr. José Calixto Ramos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim; o companheiro Paulo, da CTB; o companheiro Lourenço, da UGT; os demais Parlamentares aqui presentes, os dirigentes sindicais.

Senador Paulo Paim, nós temos um grande respeito por V. Exª, pelo seu trabalho, pela sua tradição. Sem demagogia, V. Exª tem sido um herói dentro desta Casa. Suas questões na defesa do trabalhador, das questões sociais, a exemplo da questão da defesa do deficiente, da questão do idoso, das desigualdades sociais, são assuntos muito importantes que, de forma geral, muitas vezes são colocados no esquecimento até porque, nas questões do povo dominante, a classe econômica dominante não faz questão nenhuma de olhar ao seu lado, olhar atrás, olhar um pouquinho para frente. Só fica olhando, na verdade, para o seu umbigo, para o seu clã, vendo como vão conseguir mais vitórias e engrandecer sua conta bancária, engrandecer seu patrimônio.

Nós os trabalhadores temos na sua pessoa uma alavanca, assim poderíamos dizer, para que as coisas aqui dentro do Congresso Nacional andem.

Na questão propriamente dita do aviso prévio, em todas as mudanças, todas as novidades que são colocadas inclusive na Constituição de 1988, V. Exª foi uma das pessoas que mais trabalharam para deixar mais social a nossa Constituição cidadã. Entre elas, podemos citar as férias de trinta dias, que foram uma conquista, com mais dez dias das férias indenizadas, que se chamam hoje de um terço constitucional. Na

oportunidade, falava-se a todos os ventos que isso iria trazer desemprego: "Onde se viu tal coisa"? Diziam que 22 dias, que 20 dias já eram demais e que isso iria trazer diversos contextos na questão social.

Quando se conseguiram aqueles cinco dias de licença-paternidade, também disseram: "Onde seu viu? O que vão fazer com os cinco dias? O cara vai ficar cinco dias no boteco, tomando cachaça para comemorar. Onde se viu isso? Vai trazer desemprego, vai trazer objeções". Com o passar do tempo, foram verificando as coisas, foram amadurecendo e hoje em dia isso nem se fala mais, porque viram que essas questões tinham um fundo social interessante.

Quando levaram para 120 dias o afastamento da mulher na maternidade, colocaram 1,5 mil objeções, dizendo que isso iria afastar a mulher do trabalho, perguntavam onde se viu uma coisa dessas, diziam que já era difícil, coisa e tal. Hoje em dia a gente vê completamente diferente, inclusive, há projetos para aumentar esse período. Hoje se olha com a maior naturalidade essas questões que, no passado, criaram tanto problema.

Lamentavelmente o Congresso Nacional tem deixado muito a desejar na questão social. Digo lamentavelmente porque agora, semana passada, inclusive, a Câmara perdeu uma oportunidade ímpar, conforme o companheiro Paulo falou, da garantia do emprego. Nós não estamos pedindo estabilidade. Nós estamos pedindo uma garantia para que o empregado não seja dispensado simplesmente como um bagaço de laranja, como alguma coisa que se utiliza ao máximo e quando, depois de certo tempo, veem que não tem mais utilidade, na visão empresarial, jogam fora como um descarte qualquer.

Nós temos falado que todo empreendimento, toda empresa que é colocada no mercado existem dois contratos sociais. Existe aquele contrato social necessário, que vai ser depositado dentro da junta comercial, com estabelecimento legal. Existe outro contrato social que é com a sociedade. Para que serve aquela empresa, por que ela está vindo e quais os benefícios que ela vai trazer à sociedade. Se é uma grande empresa que vem, e vem para prejudicar os demais, numa questão de leonina, numa questão de desemprego, numa questão de diversas coisas, essa empresa que tem esse contrato social maléfico à sociedade não interessa. Isso nós temos apresentado, inclusive diversos setores aqui do Brasil, que está vindo diversas empresas, inclusive a questão dos bancos – que o nosso companheiro Lourenço, possivelmente, vai tocar nessa questão –, que alguns anos anteriores algumas categorias olhavam para os bancários e admiravam por que eles tinham poder de fogo enorme em suas reivindicações.

Eu lembro ainda, no tempo de moleque, que o maior sonho que a gente tinha era ir para uma fila do Bradesco, para pegar um talãozinho de cheque, ou na Caixa Econômica, e alguma coisa. Hoje em dia você abre uma conta e não sabe mais quem é o gerente, quem é o caixa. Você perdeu toda e qualquer afinidade com aquela instituição bancária. Colocaram as máquinas para atender o povo. E cada máquina que foi colocando, os bancários foram perdendo o emprego. E qual é o contrato social com a sociedade desse tipo de instituição? E essa questão agora do aviso-prévio começa mais ou menos nessa linha.

Senador Paim, me dá até um medo dessas questões virem para o Congresso, efetivamente, para serem discutidas. Porque a questão social dentro do Congresso Nacional, os trabalhadores estão tão deficitários, tão deficitários, porque quando vão começar a andar as propostas na Comissão do Trabalho, e foi bem muito colocado, mas por dentro da Câmara, que foi 17 a 8. Quer dizer, nós estamos com dois terços a menos de pessoas comprometidas com o social dentro da Comissão do Trabalho. E aquilo ali nos arrepia, porque qualquer ação que venha da Câmara passa para a Comissão do Trabalho. E nós já temos um placar pré-definido que para os trabalhadores ali vai haver uma derrota.

Então, eu não sei até... É terrível esse tipo de expectativa. Mas talvez o Poder Judiciário, o Supremo, tenha uma visibilidade mais social.

O Ministro Luiz Fux apresentou a sua proposta e ainda fez algumas exclamações. Relatou que, na Alemanha, na Dinamarca e na Suíça, o aviso prévio pode chegar a três meses e seis meses, dependendo da duração do contrato, da idade do trabalhador. Na Itália pode chegar a quatro meses. O Ministro Marco Aurélio sugeriu que, além dos 30 dias, poderiam ser acrescentados 10 dias por ano. Num período de 30 anos chegaria, razoavelmente, em torno de 300 dias. Cezar Peluso defendeu que a indenização fosse um salário mínimo a cada cinco anos, além do direito de 30 dias.

Nós temos, conforme já colocado aqui, no mundo, principalmente na Europa, diversos Estados, diversos países em que o aviso prévio já é naturalmente trabalhado com valores maiores. A França para os empregados com menos de seis meses exclui o direito. Mas entre seis meses e dois anos a duração é de um mês. Para os empregados com mais de dois anos será de dois meses – e isso quando o trabalhador é dispensado. Porém, quando o trabalhador pede demissão, sugere-se que ele possivelmente esteja procurando ou procurou ou localizou alguma coisa com melhor

condição de trabalho, uma questão mais social. E aí o tempo de trabalho é dividido pela metade.

Na Bélgica, o período de aviso prévio é de três meses para empregado até cinco anos, para trabalhador até 15 meses, para trabalhadores com mais de 20 anos. O exemplo do aviso prévio em Portugal, Itália, Alemanha, Espanha, Suíça, Bélgica, Argentina, Paraguai, Reino Unido, Polônia, Hungria, Nigéria, Malásia, são exemplos que todos esses países já têm uma visão social maior na questão do desemprego. Porque entendemos que cada oportunidade que a pessoa é dispensada desestrutura completamente a vida familiar e a vida daquele trabalhador.

E hoje, cada dia no mundo do trabalho, a dificuldade está sendo cada vez maior. Quem de nós não conhece um amigo que estava "com estabilidade no emprego", já com 15, 20 anos e, de repente, perde aquele emprego. E para retornar ao emprego é a coisa mais difícil. É diferente quando ele sai do emprego para partir para outra jornada, outra coisa, já com o emprego garantido.

O Chico Anísio tinha um quadro, em anos anteriores, que alguns devem se lembrar, que a pessoa depois dos 45 ia pedir emprego e não conseguia mais nada. E hoje não chega nem aos 45. Bem mais cedo, as pessoas ficam com dificuldades.

A rotatividade, a necessidade das empresas, hoje com a quantidade de pessoas que procuram emprego no dia a dia, é comum tirar um trabalhador que já está com alguns anos de experiência, com salário mais elevado, e dispensar aquele e contratar outro, com valores bem menores.

E nós defendemos, mais uma vez, que a empresa não tem só que ver a questão do seu lucro. Ela tem a sua responsabilidade social. E esse aviso-prévio, que estamos trabalhando e estamos discutindo para que seja estendido um pouco mais, não é para ele ficar. Porque quem perde o emprego sabe a dificuldade que tem. Mas que é para pelo menos amenizar um período maior, além do seu patrimônio que ele conseguiu durante esse período, que é o patrimônio da intelectualidade. Isso quem tiver essa facilidade, porque, caso contrário, ele vai cair, mais uma vez, na fila do desemprego e no desespero.

Lembrando, mais uma vez, que todos nós aqui temos um conhecido, um amigo, um colega, um parente que já passou por essa oportunidade "desgraçosa", que é perder o emprego com 20 anos, com 15 anos de trabalho e cair na rua da amargura.

Portanto, nós defendemos, Senador Paim, que o aviso prévio seja estendido. Pode ser graduado, pode ser de 60 dias, pode ser dentro do processo, inclusive do seu projeto de 30, 60, 90 dias, mas que seja elastecido. E nos dá um medo que essa questão venha para o Congresso Nacional, porque, de repente, se vir para cá, Senador, com raras exceções – como V. Exª e outros que têm uma visão social –, não sei se o trabalhador teria sucesso aqui dentro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Moacyr Tesch pela sua exposição, que mostra as suas preocupações com o direito dos trabalhadores e vai na linha do que nós falávamos na abertura. Que, infelizmente, o Supremo está sendo bem mais progressista, eu diria...

Eu queria não usar a palavra, infelizmente, e dizer que ambos são progressistas, tanto o Congresso quanto o Supremo. E, ao mesmo tempo, Moacyr destaca que a rotatividade... Só para reafirmar essa questão, o Ministro Lupi, do Trabalho, esteve aqui nesta Comissão na semana passada, e eu perguntei a ele sobre a rotatividade. E ele me disse que é real. Nós estamos gerando empregos, chegando a 16 milhões de emprego no Governo Lula-Dilma, mas a rotatividade é algo ainda muito e muito preocupante. É um alto índice de rotatividade. Parabéns, Moacyr.

Eu queria cumprimentar, pois já está conosco o Senador Ataídes Oliveira, Senador presente sempre em todas as Comissões e com posição muito clara em defesa das questões sociais. Parabéns! É uma alegria tê-lo conosco mais uma vez.

Nós passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito – Contec – e Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT. Depois de Lourenço, vamos para a segunda Mesa, então, com nossos outros convidados.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom-dia, eminente Senador Paulo Paim, companheiros de debates nesta manhã aqui na Mesa, de Moacyr a Oswald, da Nova Central Sindical, e Paulo Vinícius Silva, que é da CTB, Secretário Nacional de Políticas para a Juventude Trabalhadora, mas também é bancário; eminente Senador Ataídes, demais autoridades presentes, participantes também deste debate e também quem nos assiste neste momento e também quem nos ouve.

Inicialmente, Senador, nós gostaríamos também, em nome da Confederação que presidimos – da UGT – e também do Fórum Sindical dos Trabalhadores, de prestar nossa solidariedade aos familiares da juíza Patrícia Acioli, da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, atingida covardemente e assassinada na semana passada. Acho que a solidariedade é o mínimo que a sociedade brasileira deve prestar neste momento, mas de uma forma firme, presente e que nos encaminhe para

combater esse tipo de prática, a fim de que o Judiciário tenha liberdade e garantia de os seus integrantes julgarem e decidirem com segurança de que não vão perder a vida ali na esquina.

Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, em nome das entidades por que falo nesta manhã, quero agradecer ao convite para participar deste debate, relativamente ao Aviso Prévio Proporcional.

Eu, no dizer de um orador baiano, até tinha trazido um improviso escrito aqui para ler, evidentemente. Entretanto, diante das falas do Paulo e também das do Moacyr, praticamente alguns pontos já foram tocados e eu, para não ser repetitivo e não ser cansativo, falarei mais no sentido de tecer algumas considerações a respeito dessa matéria que é muito importante: Aviso Prévio Proporcional.

Aviso, na verdade, é aviso prévio – especialmente o aviso prévio. O aviso é uma comunicação de uma pessoa a outra pessoa, física ou jurídica, que pode ser uma comunicação boa ou também uma comunicação não boa – não agradável. No caso do trabalhador, quando ele recebe essa comunicação – o aviso prévio – é realmente uma comunicação extremamente desagradável, pois simplesmente está-se rompendo um vínculo e esse rompimento de vínculo faz com que esse trabalhador, essa trabalhadora passe a não despender mais dos recursos que recebia mensalmente, ou semanalmente, e simplesmente vá engrossar a fila dos desempregados.

Em nosso país, se bem atentarmos, de 1943 para cá, a partir da Consolidação das Leis do Trabalho, são decorridos 68 anos e pouca coisa, na verdade, mudou a respeito da questão relativa ao aviso prévio. Se nós formos analisar o art. 467 da CLT, está bem claro que, para quem recebe semanalmente ou período inferior, o aviso prévio é de oito dias; para quem recebe sua remuneração de forma mensal, semanal, 30 dias.

Bom, eu me lembro que nos anos de 1977, quando eu me dediquei a escrever uma dissertação de mestrado, aqui na Universidade de Brasília – UnB, um curso decorrente de convênio entre este Senado e a Universidade de Brasília, sobre Direito e Estado. Então, escolhi o tema aviso prévio para escrever a dissertação de mestrado. Fui, inclusive, encorajado por meu orientador, à época Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Mozart Victor Russomano, e ele me dizia o seguinte: "O senhor deveria escrever sobre aviso prévio, porque aviso prévio, na verdade, pouca gente escreve. O senhor pode ter dificuldade de encontrar biografia no Brasil, porque há apenas dois autores que eu conheço, um deles é o jurista e advogado, muito importante, Hirosê Pimpão e outro sou eu próprio, que escrevi um livro sobre aviso prévio e que está editado também em espanhol". Então, me inclinei realmente para escrever a dissertação sobre aviso prévio – e assim o fiz. E ficou completamente comprovada aquela assertiva do saudoso Ministro Russomano: "Você encontra muita doutrina, você encontra fundamento muito importante sobre aviso prévio fora do País, onde a legislação é mais avançada." Eu me lembro que, em 1977, o aviso prévio em Portugal... Podem até achar que o exemplo não seja bom, porque Portugal está passando por umas agruras, justamente por isso que Paulo se referiu que é onde o ajuste fiscal é brutal, é terrível! E com todos esses problemas aí... Mas em Portugal, em 1977, o aviso prévio já era de 60 dias. Setenta e sete para cá são 34 anos... E nós aqui continuamos, desde 1943, com aviso prévio de 30 dias – que é o máximo que nós temos.

Nós tivemos outra notícia importante, um fato político-social importante, que foi a Carta da República, a Carta Política de 1988. Lá no seu art. 7º, que declara: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social...". É um artigo com 34 incisos e o seu inciso XXI diz: "Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei."

Bom, nossa Carta de 1988 já está aí com 23 anos e nós temos iniciativas importantes aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, no Senado da República, que tem inclusive um projeto, de 2009, do Senador Paim, que justamente procura regulamentar, alargar um pouco mais esses 30 dias de aviso prévio previsto na CLT. E nós temos, de certa forma, de avançar um pouco mais nessa questão social, nessa questão trabalhista.

Temos notícia importante de que o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marcos Maia, elenca em um dos pontos importantes, para debater e votar neste segundo semestre, essa questão relativa ao Aviso Prévio Proporcional. Mas se nós temos essas agruras para palmilhar e se andar aqui dentro do Congresso Nacional, onde praticamente a gente perde todas as causas. A gente tem experiências muito negativas, muito ruins aqui dentro do Congresso Nacional, especialmente essa última pela qual passamos agora... São experiências diversas. E a última foi essa da semana passada, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, onde mais uma vez perdemos o bonde da história com essa Convenção da OIT nº 158, que o Brasil participou de sua votação e aprovação na OIT. Muitos dos presentes aqui comparecem usualmente na Organização Internacional do Trabalho. E lá, normalmente, de forma tripartite, se aprovam as convenções internacionais. Somente quando essas convenções internacionais retornam a seu país de origem, aos Estados-Membros e, no caso do

Brasil, que vêm aqui para o Congresso Nacional, nós temos de passar por essas agruras e sofrer a derrota que sofremos, na semana passada, em que nós perdemos, na Comissão do Trabalho, o pedido de ratificação da Convenção nº 158, por 17 votos a 8. Então, são as dificuldades que nós temos. Mas, entretanto, se nós temos três poderes. Se o Poder Executivo tem que cumprir a lei e administrar o País. Se aqui nesta Casa, o Poder Legislativo, tem de elaborar as leis – a parte normativa cabe a esta Casa –, nós temos, por outro lado, o Poder Judiciário. Esse, sim, é obrigado a decidir. Ele decide, mesmo na ausência de lei, com base nos Princípios Gerais de Direito, etc. – mas ele decide! E é assim que está fazendo, de certa forma, muito bem e elogiável, cumprindo o seu papel, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar diversos mandados de injunção, se encaminhando realmente para alargar um pouco mais essa marca dos 30 dias de aviso prévio que está consignada na CLT.

Ali, pelo que ouvimos e lemos na imprensa, existem propostas diversas de ministros e que certamente, quando esse processo retornar das vistas – um dos ministros está com vistas do processo –, haverá uma decisão. Não tenho dúvida de que será uma decisão importante. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal, não tenha dúvida nenhuma, vinculará as decisões dos demais juízes do País e estabelecerá um lastro muito importante de encaminhamento para até mesmo as negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores.

A gente espera, com muita fé, com muita esperança, com muito otimismo mesmo, que o Supremo Tribunal Federal decida, ainda neste semestre deste ano de 2011, essa matéria relativa ao Aviso Prévio Proporcional. Dentro do Congresso Nacional... Não é crítica, não é crítica ao Senado, não é crítica à Câmara dos Deputados, mas apenas uma constatação de que a marcha, o encaminhamento dos processos de apreciação, aqui dentro destas Casas, têm um mecanismo diferenciado e, muitas vezes, não segue aquela marcha que a sociedade espera que aqui realmente seja adotada: de mais celeridade. Ou, pelo menos, alguma celeridade, porque esperamos 68 anos para ter alguma alteração no art. 487 da CLT, é um prazo longo. Quer dizer, mais de meio século. É tempo demais, é tempo demasiado. E nós não podemos aqui fazer aquela apologia do filósofo que dizia que ao longo do tempo estaremos todos mortos. Nós temos de estar vivos e participar daquilo que produz o Brasil e o que produz de bom a sociedade. Assim é que esperamos que a decisão do Supremo Tribunal Federal ocorra o mais depressa possível.

Bem, se dentro do Congresso Nacional a legislação não avança; se dentro do Judiciário, agora que essa matéria está sendo submetida ao Supremo Tribunal Federal, nós temos, entre as relações de capital e trabalho, entre empregados e empregadores, nós temos alguns exemplos, em algumas categorias profissionais, como a dos bancários, de que a convenção coletiva vigente já prevê uma forma mais ampliada um pouco e um pouco mais elevada do que aquela que está na CLT. Ali na convenção coletiva, celebrada entre a Federação dos Bancos e essa Confederação, nós já temos, por exemplo, que: "Para o trabalhador com mais de cinco anos e até dez anos de emprego na mesma empresa, ele perceba um e meio valor de aviso prévio." Uma vez e meia seria 45 dias de aviso prévio. Para quem tem mais de 10 anos, até 20 anos, dois valores de aviso prévio e, para quem tem mais de 20 anos, três valores de aviso prévio. Bom, três valores de aviso prévio seriam 90 dias. A pessoa teria de ter mais de 20 anos. Quer dizer que é um tempo longo para você ter apenas 90 dias.

Primeiro, eu acho que nós temos de louvar e pedir para que o Supremo Tribunal Federal decida essa matéria, porque, decidindo, não tenha dúvida nenhuma, não vai impedir, não vai dificultar, não vai criar qualquer tipo der óbice, para que o Senado, eminente Senador Paulo Paim, continue apreciando esse projeto de sua autoria.

A gente faz voto de muita fé e esperança de que o seu projeto, que aqui está tramitando desde 2009, e até hoje não tem um relator, que esse projeto tenha também um encaminhamento adequado. Que as luzes sejam dirigidas para as mentes privilegiadas do Senado, no sentido de que esse projeto de V. Exª seja distribuído a uma comissão, e ali seja também distribuído a um Senador ou Senadora; e que realmente apresentem o voto. Que esse projeto começa a andar e que, realmente, haja essa forma de caminhar *pari passu* (Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional), no sentido de que a gente realmente faça justiça aos trabalhadores deste país; a gente passe a ter um aviso prévio mais justo, um aviso prévio capaz de fazer com que, quem perdeu o emprego, quem foi despedido, tenha condições de procurar outro emprego com condição de dignidade.

De maneira que são esses os votos que a tente faz. E repito aqui, Senador Paim, agradecendo o convite para participar deste debate, informando, mais uma vez, que aqui falei em nome da Contec (Confederação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Crédito) que eu presido; também a pedido do companheiro Ricardo Patah, da UGT (União Geral dos Trabalhadores); e também em nome do Fórum Sindical dos Trabalha-

dores, FST, que congrega 16 confederações e quatro centrais sindicais.

De forma que eu falei pouco, mas falei em nome de muita gente. Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Lourenço Ferreira do Prado, que falou em nome da Contec, da UGT e do FST. Ele demonstrou aqui, como o Moacir fez, e também o Paulo, que além de inúmeros países adotarem o aviso prévio, sejam os da Europa ou da América Central, ou aqui da nossa América do Sul, categorias específicas também, como os bancários que já têm acordado o Aviso Prévio Proporcional. E fortaleceu que o Supremo decida com rapidez e não trará, com certeza, nenhum prejuízo para que o projeto ande nesta Casa de forma mais rápida.

Aproveito para lembrar a todos para convidá-los para que sentem na primeira fila, porque vou chamar outros quatro convidados aqui. E o Senador Ataídes falará no momento que achar mais adequado.

Agradeço a todos. E vamos continuar o debate.

O Sr. Germano Silveira da Siqueira, Diretor Legislativo da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) já está aqui. O representante do Juiz do Trabalho e Presidente da Anamatra, Sr. Renato Hélio Santana. Convidamos Roberto Figueiredo Caldas para que venha à Mesa, Secretário da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representando o Presidente da OAB, Sr. Ophir Cavalcanti Júnior. (*Pausa*.)

Chamo também o Sr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); o representante do Presidente da CNF, o Sr. Fábio Colletti Barbosa.

Pergunto se Patrícia Coimbra Duque, Consultora Adjunta da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); representante da CNC, Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos.

Então, a Patrícia também é nossa convidada aqui. Não sei se a Sílvia e o Cristiano estão aí? (*Pausa*.)

Então, ficaremos para a outra mesa. Vamos encerrar com vocês dois na outra mesa.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Ataídes Oliveira. É uma satisfação ouvir V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom-dia a todos.

Eu gostaria de ouvir os nossos convidados, que acabaram de se sentar a esta mesa, mas, infelizmente, V. Exª sabe que temos tantas atividades nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei disso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ...e temos de sair correndo sempre.

Mas tive oportunidade, no gabinete, de ouvir o Sr. Moacir e também o Sr. Paulo Vinícius.

Meu Presidente Paim, V. Exª sabe que sou seu fã de carteirinha, desde quando cheguei aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª é meu amigo, por isso diz isso em público.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – E eu sempre disse que onde o meu Presidente Paim bota o pé eu boto a cabeça. Mais ou menos assim.

Mas nós vivemos num regime democrático de direito e, pela primeira vez, eu vou discordar do meu grande amigo e admirador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é bonito, isso é bonito!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sabemos que, nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sempre digo que o pior de tudo é não ter posição. V. Exª sempre tem posição.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Há nesta Casa um PLS, de sua autoria, o PLS nº 112/2009, que pede a regulamentação do aviso prévio proporcional. Ok!

Sr. Presidente, sempre digo que fui e sou um privilegiado. Deus realmente me deu a oportunidade de me mostrar as várias fases da moeda, vários lados da moeda. E, entre eles, eu pude conhecer o lado do empregado – fui empregado durante 21 anos em minha vida – e estou há 28 anos como empresário. Então, eu conheço, graças a Deus, os dois lados.

Quero fazer aqui um breve relato. Se, por acaso, eu tiver entendido errado, do meu gabinete, o senhor me corrija, Sr. Moacir, por favor. É que o senhor coloca que, realmente, o senhor também é a favor da regulamentação do aviso prévio, não é isso? E que os empresários estão muito mais preocupados em aumentar a sua conta bancária.

É, eu acho que o empresário, diante dessa carga tributária que hoje corrói, estrangula os empresários brasileiros... Eu não concordo que os empresários estão preocupados tão somente em aumentar a sua conta bancária. Evidentemente que ele está visando rentabilidade. É o negócio dele. Mas sabemos que o empresário no Brasil e no mundo é a força motriz. É ele que paga impostos e dá emprego. Eu o chamo até de vaquinha leiteira. Mais: humildemente falando, va-

quinhas leiteiras. É dali que tiramos o leite; é dali que o empregado consegue o sustento da sua família. Então, discordo de V. Sª quando diz que os nossos empresários estão mais preocupados em aumentar as suas contas bancárias.

O Sr. Paulo Vinícius também fez aqui um ligeiro comentário que diz que o empregado sofre uma pressão enorme quando está muito próximo de se aposentar. Olha, eu não consigo ver isso.

O senhor me permite, não leve a mal o meu entendimento, mas eu não vejo que os empresários pressionam o empregado no momento em que ele está próximo da sua aposentadoria. Não vejo.

Presidente Paim, eu vejo o seguinte: tudo que é em demasia passa a ser...

(Inaudível. Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Emocional, ok! Emocional. Perdão! Tudo em demasia é prejudicial, nós sabemos disso. Eu não me esqueço da época em que se regulamentou a Lei do Inquilinato. Não me esqueço que tiveram problemas gravíssimos os inquilinos e também os locadores, porque deram tantos direitos aos inquilinos que acabou trazendo problema para o sistema.

V. Exª sabe que, quando eu disse que sou seu fã de carteirinha, é porque V. Exª tem aqui, nesta Casa, sempre estado do lado dos menos favorecidos deste País. E é exatamente assim que eu também penso.

Agora, acho que um assunto dessa natureza tem de ser tratado com muito carinho, com muito entendimento. E fazendo isto que V. Exª está fazendo, e sempre fez: com muita discussão, porque a coisa é séria, é grave. O feitiço pode virar contra o feiticeiro. Isso aqui pode trazer prejuízos aos nossos trabalhadores. Pode, sim, salvo melhor juízo.

Eu vejo e faço as minhas colocações da seguinte forma, Presidente: numa empresa, quando o empregado – não gosto de usar muito este termo, empregado, gosto de usar colaborador –, quando o colaborador resolve não trabalhar mais na empresa – porque, graças a Deus, nós temos o livre arbítrio, tanto o empregado como o empregador, de permanecer ou não na empresa –, quando ele resolve não ficar mais, não estar mais, não prestar mais serviço àquela empresa, ele quer sair de imediato daquela empresa, ele não quer mais prestar o seu serviço àquela empresa. Por que, então, o empregado, esse colaborador, vai ter de pagar três meses de aviso prévio? Por que ele vai ter de pagar? Essa é a minha pergunta. Quando o empregador resolve não mais se interessar pelo trabalho daquele trabalhador, vai permanecer com esse trabalhador durante 30 dias dentro da empresa? Empresa nenhuma permanece, meu Presidente. Empresa nenhuma neste País, salvo algumas raras exceções, salvo algumas exceções. Então, o que faz? Deixa ele, então, ir cumprir o aviso em casa e paga a ele o aviso prévio. Porque se ele ficar na empresa é prejudicial para a empresa; é um funcionário sem compromisso com a empresa etc. E vice-versa. Aí vale para os dois lados.

Em relação ao empregador, quando ele então vai pagar três meses de avisos para o cidadão ficar em casa, ele já tem uma carga tributária monstruosa. Nós sabemos que a carga tributária, previdenciária e fiscal deste País é a maior do mundo. Os nossos empresários são verdadeiros heróis. Eu falo isso e repito: são heróis mesmo. Têm rentabilidade, ganham – têm de ganhar, evidentemente, mas são heróis. Não estou aqui falando a favor do empresário, só estou fazendo colocações. Porque sou um defensor do trabalhador. O senhor sabe disso muito bem.

Então, é interessante que se coloca o seguinte: que o empregado, ou o colaborador, precisa desses três meses para que ele possa então ter condições de arrumar um novo trabalho. Ok! Concordo até aí. E o salário desemprego? Qual é a função do salário desemprego que ele recebe no nosso País? Qual é a função desse salário desemprego? É exatamente essa a função. É dar a ele esses trinta dias pelo empregador e, depois, mais o salário desemprego para que ele possa realmente voltar ao mercado de trabalho.

Então, eu não vejo riscos, meu Presidente.

Essa proporcionalidade desse aviso prévio pode trazer desemprego neste País, isso pode causar desemprego neste País. Fala-se que aconteceram no País 150 milhões de empregos, mas não se fala dos 200 milhões – perdoe-me, são números que estou colocando – que foram desempregados. Não se coloca. Coloca-se emprego; mas desemprego, não. Temos um desemprego imenso neste País por falta de capacitação, que cobramos sempre. E estou cobrando do Sistema S que ele capacite, que ele vá na busca desses jovens para capacitá-los, para treiná-los e botá-los no mercado de trabalho, porque hoje é um problema grave no nosso País. Temos um desemprego alto no nosso País. E esse aviso prévio poderá ser um agravante ao nosso desemprego.

Por outro lado, Sr. Presidente, vejo o seguinte: nós não podemos engessar as empresas. Nós não podemos engessar as empresas: "doravante, as empresas têm de dar, proporcionalmente, três meses de aviso prévio". Nós não podemos fazer isso com as nossas empresas! O entendimento é o caminho. Deixem as empresas se entenderem com os funcionários! Eles se entendem. Se o funcionário for bom – isto acontece comigo –, se o funcionário for bom e quiser ir para

outra empresa para ganhar mais e eu não der conta de sustentá-lo na minha empresa, vou até ele e falo: "Olha, fique mais alguns meses aqui com a gente". E vice-versa. Acontece demais esse tipo de entendimento. Agora, a partir do momento em que se torna lei, engessa a empresa, obriga a empresa, e o quadro é outro. Isso me preocupa bastante.

Reflexos. Ok. Vamos pagar três meses de aviso prévio. E os reflexos? Há um reflexo imenso sobre esses três meses: férias proporcionais, décimo terceiro proporcional etc., que são os direitos do trabalhador e nós temos o dever de pagar. Então, esses reflexos são agravantes para o aumento do desemprego no País. Preocupa-me bastante também.

Esse aviso prévio de 30 dias – é interessante, Presidente Paim –, ao longo dos anos, como empregado e como empregador, eu nunca ouvi uma reclamação a respeito. Vim ouvir agora, aqui. V. Exª me perdoa, mas foi a primeira vez que ouvi a reclamação sobre a dilação desse aviso prévio. E vejo que os países que hoje têm aviso prévio acima de 30 dias, como é o caso de Portugal, França Argentina, Hungria, Suíça, Paraguai, Polônia, Reino Unido, República Tcheca, Benin, Suécia, Luxemburgo, Alemanha, ou seja, se formos pegar a nível mundial, acho que não se pode contar muita vantagem, não. Esse é o meu entendimento, vocês me perdoem, salvo melhor juízo.

Uma coisa que me preocupa também demais, meu Presidente, é o seguinte: nós não podemos deixar que este Parlamento permita, na nossa falta de agilidade, que o Supremo Tribunal Federal legisle sobre essa causa. Essa é uma causa nossa. Essa é uma preocupação imensa e eu estou tendo, neste momento, a oportunidade de dizer isto: não deixar o Tribunal... Porque, de acordo com a Constituição, eles têm, sim, a prerrogativa. Uma vez que este Parlamento não decida, eles podem decidir. E acho que aí pode ser muito mais grave, porque aqui agora, neste momento – olhem que coisa linda –, eu vejo os nossos convidados, cada um, fazendo suas colocações e debatendo. Lá, não. Lá são onze Ministros, com os papéis na mão, as letras são frias. Ali, a decisão é muito mais perigosa do que aqui. Aqui, nós estamos ouvindo.

Pois bem, Presidente, essas são as minhas colocações. Quero dizer que continuo a favor do aviso prévio de 30 dias e continuo dizendo que o entendimento entre colaborador e empregador é a melhor solução, salvo melhor juízo dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Senador Ataídes Oliveira, que colocou o seu ponto de vista. Este é o objetivo da audiência pública, ouvir aqueles que pensam diferentes, senão não tinha razão de fazer audiência pública para que todos que viessem aqui dissessem a mesma coisa.

Nós teremos depois um momento de debate e os convidados falarão também, vão expor o seu ponto de vista. Eu, embora esteja presidindo, poderei, no momento adequado, também expressar a minha visão. Só para ajudar o debate. Falarei mais no final, porque teremos mais quatro convidados. Vamos ter mais uma mesa de dois. Só para dizer que o aviso prévio proporcional está previsto na Constituição, e eu fui Constituinte. Houve um grande debate lá em 1987/88. Aqui estiveram empresários, estiveram trabalhadores, esteve a sociedade organizada. Foi na minha Comissão, ou Subcomissão, na época, que era a da Ordem Social, que nós fizemos esse debate. E foi unânime, por isso que ele está aqui, que tinha de ter um aviso prévio proporcional.

Então, é um debate que não começou agora. Talvez, o senhor só o tenha visto agora por morosidade da Casa. Entendo isso. Mas esse debate vem há muito tempo acontecendo. Se ele está escrito aqui na Carta Magna, de Ulysses Guimarães, de Mário Covas, de Fernando Henrique, de Luís Inácio... Está aqui, está consagrado aqui que temos de ter o aviso prévio proporcional. Não pode ficar que foi de brincadeirinha que botamos na Constituição. Foi pra valer.

Bom, se vão ser 30 dias mais um dia; se vão ser 30 dias mais 10, como propôs um dos Ministros do Supremo: a cada ano, mais 10 dias... Bom! A Casa é que vai decidir, a Casa é que vai debater. O que concordo com V. Exª é que não se pode é não decidir. Ficar como letra morta na Constituição. Faz de conta que foi colocado ali só para inglês ver. Isso é que não pode. E, se a Casa não decidir, o Supremo vai decidir. Já decidiu inúmeros temas. Eu prefiro que a Casa decida.

Eu tive a ousadia de apresentar o projeto. Mas também não sou daqueles que diz – e tenho certeza de que nem a Anamatra – que somos donos da verdade. Bom, não é exatamente como estou propondo, mas então me digam como é que é. Agora, que tem que resolver, tem que resolver. Nós vamos ter que decidir.

Eu recebi... E eu disse que não ia falar, não é? Se continuar assim... E não ia falar!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Não, mas, Sr. Presidente, eu vou me ausentar e gostaria de ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a última fala que vou fazer. Recebi aqui uma delegação do México, recentemente, e eles me falaram que lá, além de terem consagrado já o aviso prévio proporcional, ainda eles asseguraram que é de 20 dias por ano trabalhado o adendo que eles estão colocando. Enfim, foi uma boa conversa que eu tive com eles.

E aqui foram listadas dezenas e dezenas de países que, da sua forma, já regulamentaram.

Vamos ouvir todos os nossos convidados, empresários, trabalhadores e, se for preciso, vamos fazer outras audiências públicas, porque essa é a intenção e, quem sabe, o Congresso decida e consiga definitivamente definir qual será esse aviso prévio. A forma é uma construção coletiva, que faremos democraticamente. E foi importante o seu ponto de vista aqui, que vai ilustrar o debate. V. Exª mesmo levantou um tema que é muito polêmico.

Só para os senhores saberem, principalmente os representantes dos trabalhadores, eu nunca vi um empresário bater tanto no Sistema S quanto o Senador Ataídes. Nunca vi na minha história. Nunca vi bater tão duro no Sistema S. E V. Exª, inclusive, apresentou um projeto que quer cortar pela metade o percentual que os empresários pagam para o Sistema S.

Estou falando isso para dar um depoimento para as pessoas entenderem que V. Exª tem posições muito claras e não é aquele está aqui só para defender um lado ou o outro. Então, eu quero que, no debate, entendam que V. Exª é um Senador empresário, mas que tem posições claras, dentro da sua visão, de um universo global da relação capital/trabalho.

Por isso que, de forma muito respeitosa, eu o ouvi aqui, como o ouvi também no debate do Sistema S. E nunca vi, repito isto, um debate tão firme. E vamos fazer audiências públicas nesse sentido, para construir um melhor... Eu que sou oriundo do Sistema S. Minha vida começou com o Senai. Ali foi uma revolução, como sempre digo, a partir do momento em que tirei o meu curso no Senai, lá em Caxias do Sul.

Então, é um debate que nós vamos fazer de forma muito, eu diria, respeitosa, equilibrada e muito fraternal, aqui, entre nós, de todos esses sistemas, seja o aviso prévio proporcional – e, repito, não sou dono da verdade –, seja o Sistema S, seja a participação nos lucros, por exemplo. Esse é outro debate que levantei, porque tem o princípio constitucional e nós estamos debatendo lá na Comissão de Assuntos Econômicos e vamos, provavelmente, construir um acordo.

Vamos aos nossos debatedores, é importante que possamos ouvi-los...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Exª fez um ligeiro comentário aí – como sempre, tão bem – sobre o Sistema S. Permita-me, então, muito rapidamente...

Também sou um defensor do Sistema S, o nosso Presidente Paim sabe muito bem disso, e já disse várias vezes na tribuna. Sou contra é a forma como se administra esses R$15 bilhões que vão ser recebidos em 2011. Sou contra os R$12,4 bilhões que foram recebidos em 2010. Sou contra um patrimônio imenso que hoje, só de aluguel, o SESI recebe quase R$270 milhões. Sou contra só o Sesi ter recebido R$678 milhões de serviço prestado a nossos trabalhadores. A isso sou contra. Como é que, com essa avalanche de dinheiro, uma dona de casa que vai lá, para aumentar a receita da sua família, fazer um curso de depilação para ajudar na receita da família e tem de pagar três parcelas de R$100,00! Isso é que é um absurdo e me deixa indignado, sabe, Presidente Paim?

Não sou contra o Sistema S, não tenho preconceito contra o Sistema S. Eu disse, em maio, quando V. Exª fez aqui aquela comemoração aos 102 anos do trabalho técnico, que era a favor e achava, naquela época, que o Sistema S tinha de fazer mais. Hoje, eu não acho; hoje, tenho absoluta certeza, porque tenho os números do Sistema S na minha cabeça e na minha mão.

Então, ele não tem de fazer mais, ele é obrigado a fazer mais para o nosso povo brasileiro. As nossas cidades pequenas, na verdade, nem sabem o que é Sesc, Senai e companhia limitada.

Então, bato forte e, enquanto estiver nesta Casa, Senador, pode ter certeza de que vou bater, Presidente. Vou bater muito forte, sim. Estou com a corrente na mão e vou puxar. Quero o balanço do Sistema S. Na hora em que tiver o balanço do Sistema S, aí eles vão ter que esclarecer para o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o Senador Ataídes. Eu falei para vocês que ele bate firme nessa questão do Sistema S. E tanto ele como eu. Até dei uma explicação para o Senador Monteiro, no plenário: ninguém é contra o Sistema S, mas tem-se que fazer uma grande reflexão sobre melhorias no Sistema S, e ele é que veio com números e dados e apresentou um projeto que diminui pela metade o que arrecada hoje – é mais ou menos isso, não é? – o Sistema S.

É só para esclarecer as pessoas que estão aqui.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu acho que vale a pena chamá-los, então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos chamá-los para uma audiência pública.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vamos chamá-los para ver. Se eles exercerem as verdadeiras atribuições, que são capacitar essas crianças para botar no mercado de trabalho; apoiar as empresas; dar lazer à nossa população, de uma forma clara, transparente, honesta. Aí, sim. Mas não é isso que estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Viu? Pegou pesado de novo. Vamos parar por aqui e vamos aos nossos convidados.

Passo a palavra, de imediato, pela nossa ordem de inscrição, ao Germano Silveira da Siqueira, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Quero dizer que esse projeto eu apresentei, com muito orgulho, quando a Anamatra me procurou para conversar se eu estava disposto a apresentar. Quero dizer que o apresentei com uma enorme satisfação. Agradeço muito à Anamatra a construção técnica, que, depois, claro, teve ajustes dos Consultores do Senado. Mas me sinto muito orgulhoso de ter sido procurado pela Anamatra para apresentar esse projeto aqui, no Senado da República.

Com a palavra o Sr. Germano.

O SR. GERMANO SILVEIRA DA SIQUEIRA – Bom-dia a todos!

A honra é nossa de estar aqui, Senador Paulo Paim. Agradecemos o convite. E quero lhe dizer o seguinte: temos uma notícia nova em matéria de projetos. Nós acabamos de aprovar na diretoria da Anamatra outro projeto – vamos lhe procurar novamente e também os demais Senadores da Casa –, que é um projeto que extingue o regime de precatórios.

Nós entendemos que, com a modernização do Estado brasileiro – se bem que há quem questione que modernização é essa –, não cabe mais esse regime de pagamento da dívida pública, especialmente com o trabalhador. Então, é hora de se repensar esse modelo de pagamento, esse modelo do art. 100 da Constituição.

Então, temos um projeto, um novo projeto, e vamos procurar o Senador Paim, porque esse sistema de precatório – hoje é o tataraneto que vai receber o crédito da Fazenda Pública – não pode mais subsistir.

Então, é uma notícia que lhe trazemos, já que temos essa parceria, e talvez esta semana mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já estou esperando para apresentar o projeto. (*Risos*.)

O SR. GERMANO SILVEIRA DA SIQUEIRA – Já vamos trazer, então.

Essa questão do Aviso Prévio Proporcional – de fato, trouxemos o projeto, já faz um tempo, foi em 2009 –, ela, naturalmente, está contextualizada no regime, na ideologia da Constituição de 88. O Aviso Prévio Proporcional não pode ser visto se não for, primeiro, encartado no art. 7º da Constituição, que trata da questão da despedida arbitrária.

A Constituição – o Senador Paim lembra, foi Constituinte, não é isso, Senador? –, logo no art. 7º há um pensamento, uma vocação da constituição que é inibir de alguma forma a despedida arbitrária. Então, não se pode pensar em aviso prévio sem primeiro lançar os olhos sobre esse artigo da Constituição. Nós temos, hoje uma vocação constitucional que pensa primeiro em estabilizar o contrato de trabalho. A ideia é essa. Intérprete constitucional não pensa assim, os tribunais não pensaram assim.

Se antes da Constituição de 88, no plano de contrato de trabalho se demitiu o trabalhador a qualquer custo, a qualquer preço, quando veio a Constituição de 88 imaginou-se que não seria mais assim. Para demitir empregado vai-se ter algum tipo de cautela. Os tribunais não pensaram assim. Mesmo porque no final dos anos 80, especialmente nos anos 90, foram terríveis. Implantou-se uma cultura neoliberal que, especialmente no plano do TST, foi muito ruim. No TST havia uma cultura que denominava o campo da política e, naturalmente, se enfronha nas decisões judiciais também. A cultura neoliberal... Se formos avaliar historicamente, é fato. E aquele recado que o Constituinte deu, de prevenir a despedida arbitrária ele foi para o espaço. Quando veio o fenômeno transnacional da Convenção 158, que teve aquele evento vergonhoso de ter sido introduzido no ordenamento e "desintroduzido", usando aqui um neologismo, do modo como aconteceu, então a coisa tomou foro de maior gravidade. E, agora, por último, aqui no Parlamento, recentemente, acabou-se dando um recado final de que a convenção não será mesmo internalizada. No entanto, há um projeto de um Parlamentar de Pernambuco, cujo nome me foge no momento, que replica as normas do Convenção 58, lembrei, agora, Deputado Maurício Rands. E o projeto está na Câmara Federal.

Enfim, essa é a breve nota inicial.

A própria matéria do aviso prévio ela tem que ser vista nessa ambiência. O contrato de trabalho não deve, constitucionalmente, ser visto como algo descartável porque não é assim. O contrato de trabalho é uma figura vista como algo a ser protegido, ideologicamente protegido.

O Lourenço Prado já deu algumas notícias do aviso prévio e eu havia anotado para fazer referências a ele também. Só que o Lourenço não teve a memória de se referir às primeiras notas. Ele se referiu apenas às dos anos 50. Mas há uma primeira nota do aviso prévio. A legislação brasileira chegou a prever aviso prévio com três dias, é a redação originária da CLT. Dizia: "receberá aviso prévio de três dias, empregado que receber salário por diária". Eram as primeiras notas do aviso prévio. E oito dias para aquele que receber por semana ou tempo inferior. O aviso prévio de 30 dias, a primeira nota a respeito disso, foi na Lei nº 1530, de 1951, que mencionou o aviso prévio de oito dias no primeiro momento e o do 30 para quem per-

cebe por quinzena ou mês, ou quem tinha mais de 12 meses de trabalho.

Esta é a primeira referência que faço.

Veio a Constituição de 88 e disse que não havia mais proporcionalidade, a menor é de 30 dias no mínimo e a lei dirá qual é a proporcionalidade maior. Alguém mencionou aqui que convenção coletiva – acontece no meio dos bancários – está regrando as proporções, a maior. Eu, na magistratura que faço, não tenho restrições nesse campo. Acho que norma coletiva pode mesmo disciplinar a matéria. Mas o pensamento conservador na magistratura, e quando falo em pensamento conservador não estou fazendo crítica; o pensamento conservador está na igreja, está na magistratura, está dentro de casa, está em qualquer lugar. Portanto, na é uma crítica ao Judiciário.

O pensamento conservador na magistratura diria que, quando a Constituição diz "nos termos da lei" é a lei em sentido estrito. E há uma tendência de recusar a eficácia à norma contratual, mesmo no plano do contrato coletivo, dizer que a lei só poderia ser mesmo a lei em sentido formal. Daí a importância de o Parlamento se debruçar sobre a matéria. E, rapidamente, aqui eu quero fazer uma pequena nota. Eu acho mesmo – e aí eu concordo com o Senador que esteve aqui, o Senador Ataídes – que é uma inversão democrática esperar do Supremo a solução desta matéria. É papel do Parlamento.

E aí que quero instaurar aqui uma divergência com a primeira Mesa que esteve aqui em que quase à unanimidade disse: "Vamos esperar do Supremo a solução disso". Não é papel do Supremo. O Supremo deve agir diante da omissão do Congresso. Mas esperar que o Congresso se omita sempre para chamar a atuação do Supremo? Isso é uma inversão democrática! Completamente. Achar que o Supremo é uma instituição mais progressista do que o Congresso? Ora, isso, primeiro, é responsabilidade do brasileiro, que constituiu uma Casa eventualmente, que constituiu uma Casa Legislativa de perfil conservador. E achar que o Supremo é a solução para todos os males da humanidade é também outro equívoco também.

Cabe ao povo brasileiro tomar as rédeas do perfil mais ou menos ideologicamente mais concertado das Casas Legislativas. Sei que isso é uma discussão que aqui não daria para ser feita em dez ou quinze minutos, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, apenas para ajudar no debate, ajudar quem está ouvindo?

Ninguém discorda da sua posição, inclusive a Mesa anterior. A Mesa anterior está dizendo: "Que bom que o Supremo provocou". Porque, se o Supremo não provocar, esta Casa não vota. Eles falaram do mundo real.

O SR. GERMANO SILVEIRA DA SIQUEIRA – Esta é a segunda parte do que eu queria dizer. Enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas da Mesa anterior – só para deixar bem claro, eu quero até defender a Mesa porque eu estava presidindo – ninguém entende isso. E não é o primeiro caso; nós tivemos dezenas de caso em que o Supremo avançou além do Congresso. Eu sou Parlamentar há 25 anos. Então, eu quero reforçar, no fundo, o seu ponto de vista. É ruim para nós. Eu digo com alegria que ainda bem que o Supremo provocou e que quer decidir sobre o aviso prévio; ainda bem que o Supremo vai decidir sobre a lei de greve, projeto que eu apresentei há 20 anos, e o Congresso não decide. Então, há uma concordância, eu diria, da Mesa anterior com V. Exª. E se a Casa não decidir sobre o aviso prévio, o Supremo mandou um recado: "Vocês não decidem; eu vou decidir". E tomara que decida pelo meu projeto.

O SR. GERMANO SILVEIRA DA SIQUEIRA – E aí vamos para a segunda parte do que eu diria. Na medida em que se torna ordinário o Supremo sempre vindo a decidir sobre as matérias, isso é muito ruim para a democracia. Isso é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Estão cobrando da Casa.

O SR. GERMANO SILVEIRA DA SIQUEIRA – É. E aí é muito ruim ordinariamente o Supremo fazer o papel que era para ser absolutamente extraordinário.

Mas estamos concentrados agora nas propostas que estão em curso aqui, que é essa que a Ana Marta teve a honra de trazer ao Senador Paulo Paim. E tenho que tratar dos elementos que instruem a proposta, que eu anotei. E logo no art. 1º da Constituição, nós temos os fundamentos do projeto, que é o valor social do trabalho, a dignidade da pessoa humana. E eu acho que casa muito com o fundamento do projeto o princípio da isonomia, que está no art. 5º.

No art. 5º, fala-se que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Mas aí alguém diria: "trabalhador é trabalhador, é todo mundo igual, estava na empresa, pronto, acabou". Mas não é assim. Aí é aquela visão aristotélica da igualdade que, principalmente os que operam no Direito conhecem bem, que os iguais são iguais na medida dessa igualdade e, na medida da desigualdade, devem ser tratados desigualmente.

Quem está na empresa e está lá há dez anos não pode receber o mesmo aviso prévio de quem está lá há menos de um ano ou há um ano. Este é o sentido. Então, só se equipara para esse princípio da

equidade o trabalhador se aquele que está lá há dez ou quinze anos receber um aviso prévio diferenciado. E esse modo de agir faz atuar, inclusive, outro princípio constitucional, o da justiça social, que está no art. 3º da Constituição Federal. Então, na visão da Anamatra, aquele regramento faz atuar vários princípios constitucionais, princípios de primeira ordem, que estão no art. 1º, no art. 3º e no art. 5º.

Nós temos conhecimento de que aqui na Câmara também tramitam alguns projetos: um de 1989, do Senador Carlos Chiarelli; e outro, de 2007, do Deputado Léo Vivas. Mas são projetos que estão pontuando da seguinte forma: para cada ano, mais um dia de aviso prévio. Vence outro ano, mais um dia. De modo que, se alguém passar vinte anos na empresa, terá trinta dias mais vinte. Não chega sequer a dobrar.

Outro questionamento que trazemos é o seguinte... Daqui a pouco vou a ele.

Nesse nosso projeto, em honrosa parceria com o Senador, ele parece mais equilibrado: para um ano, trinta dias corridos; para cinco anos, sessenta dias corridos; até dez anos, noventa dias; mais de dez anos, até quinze anos, cento e vinte dias; e daí por diante, cento e oitenta dias. Pelo menos é o que foi estabelecido no projeto.

O nobre Senador que aqui esteve disse: "olha, o empregado vai acabar pagando aviso prévio se pedir para sair". Esta é uma visão antiga, muito antiga, da comutação do aviso prévio como se a empresa tivesse direito a aviso prévio. Não tem mais.

No Código do Trabalho da França, isso já é previsto. Quando o trabalhador concede aviso prévio, ele tem que pagar o aviso prévio proporcional e alargado. Quando o empregado concede o aviso prévio, ele paga, no máximo, os trinta dias.

Mas não é preciso ir ao direito comparado. O art. 7º é claro ao dizer que é direito do empregado, urbano ou rural, – é mais ou menos este o *caput* – o Aviso Prévio Proporcional. Constitucionalmente, é direito do empregado; não é mais direito do empregador o aviso prévio, desde 1988. Isso é um direito do empregado, não do empregador. O empregador não tem direito a haver para si o pagamento de aviso prévio. Talvez seja caso até de remodelar um pouco o projeto, porque isso não está previsto expressamente, mas uma interpretação jurisdicional já resolveria isso perfeitamente.

Outra questão que nos preocupa, tendo em vista eventuais emendas ou esse projeto como está posto na Câmara, é considerar, até matematicamente, essas proporcionalidades. Para esse fim, já que a Constituição diz o que é, no art. 7º, "para fins de Aviso Prévio Proporcional", o que seria esse múltiplo da proporção? Não seriam, obrigatoriamente, os múltiplos de trinta? Fazer múltiplos de um dia seria uma regra de equidade? Quem tem um ano, trinta dias, mas quem tem trinta anos, um dia por ano?

Bem, eu quero chamar atenção só para o seguinte... Aqui se foi muito ao Direito do estrangeiro, com se diz lá no Nordeste. Não há necessidade, mais uma vez, de se ir tão longe. Nós temos, no nosso Direito, uma regra: a regra do 478. Essa norma praticamente não é mais utilizada. Aliás, não o é, porque, quando as montadoras de veículos se instalaram no Brasil, adotou-se o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que aboliu esse sistema de pagamento indenizatório. Antes dele, quando o empregado era dispensado, utilizava-se essa regra, que diz o seguinte: "A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo". Ou seja, aqui há um critério que serve perfeitamente de paradigma para fins de aviso prévio: um mês de remuneração por ano de serviço. Poderia ser um mês. É um paradigma posto.

Bom, há menções que já foram feitas aqui, variadas, da Argentina, do Paraguai, sobre como se faz... Por falta de exemplo não vai ser. E a proporcionalidade é constitucionalmente obrigatória, como o Senador já disse aqui. Ele foi Constituinte e disse como foi. Dizer que deve ser obrigatoriamente de trinta dias, isso, constitucionalmente, é inexistente.

A alegação de que isso vai causar desemprego é uma prática terrificante. É como dizer que, se aumentar a licença-maternidade, o feto morre. Essa é uma prática neoconservadora, antiga. Sempre que se ampliam direitos sociais há o argumento de que aumenta o custo da empresa e que a coisa não vai andar.

Enfim, os primeiros dez minutos já foram; outras questões que eu ia levantar aqui já foram levantadas, mas o fato é que tanto as vedações de dispensa arbitrária quanto o aviso prévio visam a desestimular também a despedida arbitrária e, principalmente, exercitar a prática da isonomia no campo do contrato de trabalho.

Agradeço a atenção. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Anamatra, de magistrados que elaboraram esse projeto que eu apresentei em 2009.

Na abertura, eu dizia que entre o céu e a terra há uma distância. Esse projeto anda para cá, anda para lá, puxa para uma comissão, manda para o plenário, e não se indica nem o relator. Se perguntarem para mim quem é o relator desse projeto, que entrou aqui em 2009... Tem uma força oculta que não deixa indicar o relator. Vai acabar sendo o Fux, e aí você vai ver

que, no fundo, tem esse problema. Mas eu acho que, a partir dessa audiência pública, nós já marcamos aí com algumas lideranças, nós vamos fazer uma visita ao Presidente da CCJ e pedir para ele que indique um relator. É claro que a liberdade de indicar é dele, mas tem que indicar o relator. Não dá para continuar assim. Senão, daqui a pouco passam mais vinte anos e nós não teremos nem o relator indicado. Já se passaram vinte e dois anos da nossa Constituinte.

Mas parabéns pela fala muito tranquila, inclusive fortalecendo o Legislativo, dizendo que não dá para deixar que o Supremo decida. V. Exª foi muito firme nesse sentido e pode saber que há concordância de nossa parte. Mas eu acho bom quando o Supremo dá uma cutucada aqui no nosso Legislativo dizendo: "olha, se você não decidir, eu decido". Enfim, a vida é assim. É por isso que temos três Poderes na área do jogo.

Passando a palavra agora, vou respeitar a sequência e quero dizer que todos poderão falar no encerramento. Todos terão direito à palavra novamente. Agora, pela sequência que está aqui, que vou seguir, porque me excedi no início, vai falar o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, Secretário da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da nossa Ordem, da OAB, representando aqui o Presidente da OAB, Sr. Ophir Cavalcante Júnior.

O SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS – Bom-dia, senhoras e senhores; muito bom-dia, Presidente Senador Paulo Paim, de quem tenho a honra de atender o convite, por indicação do nosso presidente nacional, também advogado trabalhista, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior, que nos indicou para trazer aqui a visão da OAB a respeito da questão.

Desde o julgamento iniciado pelo Supremo Tribunal Federal temos debatido, temos nos debruçado, mais uma vez, sobre um tema que estava como que em latência há quase 23 anos após a promulgação da nossa Constituição e há mais de 25 dos trabalhos iniciados pelo nosso Constituinte Paulo Paim, entre outros respeitáveis Senadores e Deputados que trabalharam ali naquela oportunidade.

Vemos que, neste momento, é importante fazer um registro de que o projeto de lei inspirado pela Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas, bastante meritório... A Anamatra é uma entidade com a qual temos travado grandes parcerias ao longo do tempo, seja na Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB, que já ocupei, seja na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Quer dizer, estamos sempre juntos em projetos bastante meritórios como este.

Este, aliás, Senador, pode parecer a um público em geral que seja apenas mais um ônus para as empresas. Evidentemente, haverá um ônus, sim, mas um ônus decorrente da sua função social. Já há muito a empresa tem essa função social de manter o trabalhador no emprego, de dar segurança no emprego.

A nossa visão que queremos externar é uma visão a partir dos diplomas jurídicos internacionais e a partir da nossa Constituição, uma interpretação constitucional. E me parece que é o momento certo de estabelecermos este debate. Certamente este debate, Senador Paim, chegará, sim, ao Supremo Tribunal Federal, que poderá nele se inspirar para decidir afinal.

Muito já se disse, e o próprio Senador quando iniciou esta audiência pública já se referiu ao problema da omissão legislativa. De fato, a Constituição é absolutamente clara ao estabelecer que o aviso prévio é proporcional ao tempo de serviço. Já estabelece um quesito importante. E diz também que terá no mínimo 30 dias. Esses 30 dias deverão ser tomados também como inspiração. Houve ali uma proporção de 30 dias para o primeiro ano, pelo menos. É o mínimo.

Nós tivemos aqui, na manifestação do Dr. Germano de Siqueira, o apontamento correto de que a nossa própria legislação, a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 478, previa um mês de salário para cada ano de serviço como indenização à despedida imotivada. É outro dispositivo inspirador.

Queremos trabalhar também com o Direito internacional e, depois, com o Direito comparado – Direito internacional é aquele diploma oriundo da ONU, oriundo do sistema OEA, do Sistema Interamericano de Direitos Humanos – e, finalmente, aí sim, chegaremos a estabelecer algum cotejo com legislações de outros países, com inspiração no art. 8º da nossa CLT, que assim prevê: na omissão da legislação, na omissão do legislador, é possível buscar-se, além dos princípios gerais do direito, além da integração analógica, também o Direito estrangeiro ou o Direito comparado.

Nessa maneira, vou me demorar um pouco ao identificar algumas questões que já foram tratadas. Não vou ser repetitivo. Então, vou diretamente considerar alguns princípios do Direito do Trabalho. Em primeiro lugar, o princípio da continuidade da relação de trabalho para todos os contratos por prazo indeterminado. Esse é um princípio agasalhado pelo nosso Direito Nacional e pelo Direito Internacional do Trabalho. Também o princípio da proteção do emprego, haja vista a hipossuficiência do trabalhador. Nessa relação desigual, evidentemente que o Estado e a legislação devem entrar para proteger o emprego e o trabalhador.

Portanto, se custo há para o empregador, com um aumento de um direito social qualquer, isso é natural, é obvio, aliás. Todo direito social, ao ser efetivado,

deve ter algum custo para alguém, algum custo para o Estado, algum custo para o empregador.

Aqui, aliás, este projeto, que de pronto já dizemos que o apoiamos, Senador, e sobre o qual queremos trazer algumas reflexões, e talvez possamos puxar algumas linhas evolutivas. Mas este projeto desonera o Estado, inclusive. Por quê? Porque o seguro-desemprego será menos acionado em alguns momentos. E aqui já faço uma sugestão: que o aviso prévio, em seu transcurso, quando o trabalhador obtenha uma recolocação, tenha a faculdade de denunciar o contrato em sair do emprego em uma semana ou duas semanas. Isso desoneraria, evidentemente, o empregador antigo de continuar ou de pagar aqueles valores e, ao mesmo tempo, atenderia ao objetivo da norma, que é a garantia do emprego ainda que em outro posto.

Então fica essa sugestão, nobre Senador.

E vamos para frente na nossa observação: a garantia do emprego, um bem fundamental, um direito humano está previsto desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Da mesma forma, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais do Sistema da ONU, promulgado pelo Brasil em 1992, também dispõe quanto a condições justas e favoráveis para o transcorrer do trabalho.

Em seguida, lembramos a Convenção nº 158, que, já se disse aqui, vem sofrendo reveses. Daí a razão maior de essa forma de aumento da garantia do emprego, que é o aviso prévio majorado, ser decidida seja no Supremo Tribunal Federal na sua atividade colmatadora de omissões legislativas, seja preferencialmente pelo Congresso Nacional, a Casa democrática onde os debates se dão desta maneira que estão ocorrendo aqui.

A Recomendação nº 119 da OIT versa também sobre a terminação do contrato de trabalho e das formas favoráveis da segurança.

No sistema interamericano, nós temos o conhecido como Protocolo de San Salvador, ou Protocolo Adicional da Convenção Americana de Direitos Humanos sobre Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Os arts. 6º e 7º dizem do objetivo de todos os países-membros da OEA de consagrar o pleno emprego como um objetivo maior.

Há a necessidade e o dever de assegurar de modo eficaz o direito ao trabalho. Dessa maneira, nós temos como reforço ou até como uma inspiração dos nossos Constituintes ao elaborar o feliz inciso XXI do art. 7º da Constituição, e ali se diz, ali se anuncia: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais", daí por que não nos preocupemos com uma proporção entre esse aviso prévio para o trabalhador e o aviso prévio a ser dado para empresa; são, evidentemente, potências diferentes e nessa diferença devem ser tratados.

Não falarei aqui sobre os sistemas de vários países que o adotam. Já foi amplamente manifestado. Creio que o sistema de Luxemburgo é o que mais se aproxima ao projeto e por aí nós temos boas inspirações.

Refletiria apenas quanto a duas questões que me parecem que, às vezes, misturam-se. Uma é a consagração, na nossa Constituição, do aviso prévio proporcional. Outra é o que vemos em legislação estrangeira de aviso prévio diferenciado conforme o tempo. Diferenciado por quê? Porque não podemos chamar de proporcional ao tempo. Alguns apenas acrescentam alguns dias e alguns meses, e algumas legislações sequer preveem uma diferenciação após os 10 anos, como é o caso da legislação de Luxemburgo. O projeto é melhor que a legislação de Luxemburgo, que é uma das melhores legislações do mundo.

Pois bem, creio que o nosso Constituinte foi sábio ao ali estabelecer proporcionalidade, mais sábio até que o sistema interamericano, que prevê a razoabilidade, que é outro método de interpretação constitucional consagrado pelo Pacto de San Salvador.

A proporcionalidade é melhor porque evita os saltos muito grandes, por exemplo, de cinco em cinco anos, ou esses saltos, se assim for deliberado, que eles tenham uma proporcionalidade igual a cada cinco anos.

Mas queremos refletir aqui que talvez um prazo por ano seja o mais razoável. Foi dito que a CLT é uma inspiração, mas também, verificando e nos assentando na realidade do mundo, nós queremos sugerir uma reflexão a respeito de algo que já foi lembrado pelo Ministro Marco Aurélio durante o julgamento.

Aliás, um parêntesis, Senador: o julgamento apenas começou sem se concluir nenhum voto. Daí a necessidade de, de fato, debruçarmo-nos sobre essa questão, ficarmos muito atentos, porque, embora vários ministros hajam manifestado posições iniciais, evidentemente que elas podem ser modificadas. Nem mesmo o voto do Ministro Gilmar Mendes, Relator, foi concluído, e nenhum outro voto ficou registrado na ata de julgamento.

Pois bem, queremos crer que é razoável pensarmos em 10 dias a cada ano de serviço após o primeiro. Por que após o primeiro? Porque neste já há um estabelecimento de um mínimo, 30 dias. Creio que é natural que pensemos a partir do primeiro.

Então, vejamos, apenas para exemplificar, como ficaria ao longo do tempo. No quinto ano, nós teríamos 70 dias de aviso-prévio, ou seja, dois meses e 10 dias. Com 10 anos, seriam quatro meses. Com 15 anos, seriam cinco meses e 20 dias. Com 20 anos de trabalho,

seriam sete meses e 10 dias. E vamos lá a 30 anos, para exemplificar também, seriam 10 meses e 20 dias.

E por que é importante essa proporcionalidade, assumida pela nossa Constituição? Porque é evidente que, com o passar do tempo, os salários vão aumentando, até por incorporação de adicionais, a experiência vai aumentando, mas a energia vai diminuindo, a energia, inclusive, para procurar um novo emprego, neste mundo em que se abate a depressão no local de trabalho.

E aqui, Senador Paim, eu queria lembrar não apenas da violência do assassinato, como a homenagem a que nos associamos, associo-me também às agruras que muitos magistrados sofrem no ambiente de trabalho, como é o caso recente de um suicídio de uma magistrada do trabalho em seu local de trabalho, a Drª Lúcia Teixeira da Costa, uma admirável juíza por todos os advogados referida como exemplo de magistrada.

De fato, nós temos que repensar também nosso sistema de excesso de processos – e artificiais, Senador – porque cremos que nós não temos que inventar a roda, nós temos que observar, aí sim, outros países onde o processo se resolve muito mais rapidamente que em nosso país. Temos que pensar no sistema, e não em metas sobre-humanas que os juízes não conseguem humanamente resolver.

Pois bem, então, nesse sentido, e para encerrar, cremos que a proporcionalidade gera a máxima efetividade da Constituição, que, em boa hora, o Supremo Tribunal Federal, que vinha dando sinais – e é importante dizer que não é a primeira vez que o Supremo decide um mandado de injunção a respeito da matéria aviso prévio – vinha apelando para aquele sistema que se chama mesmo apelo ao legislador para que o faça, sob pena de o Judiciário ter que colmatar a omissão, como o fez.

Nós, então, Senador, encerramos, lembrando que a nossa Constituição, além de valorizar o trabalho, valoriza os princípios da justiça social, a existência digna para todos, e é fundamental mais este passo para a consolidação do nosso Estado democrático de direito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Roberto Caldas, que falou aqui em nome da OAB, defendendo o projeto, sustentando inclusive a tese do Ministro Marco Aurélio, que levantou o princípio de 10 dias por ano trabalhado, o que, na verdade, acaba sendo muito mais avançado que o projeto original. Se você botar 10 dias por ano trabalhado, 30 anos...

O SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS – No final, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No final, sim.

O SR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS – No meio, menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. E, no final, mais.

Mas o Dr. Germano disse que queria fazer uma rápida consideração sobre uma fala sua. Por favor.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – É um minuto ou menos. É só para registrar, já que o Dr. Roberto mencionou a colega lá de Recife que cometeu um ato extremo, tirar a própria vida, que esse não é um fato isolado. Infelizmente, em 10 dias, ocorreram dois atos dessa mesma natureza. Um colega, no Rio, e outra colega, no Recife, nesse curto intervalo, cometeram suicídio.

A Anamatra tem chamado a atenção para as condições de trabalho. Uns ponderam que não são fatos ligados diretamente às condições de trabalho, mas não é uma questão fechada para nós. Nós entendemos que sim. É lógico que depressão é o elemento humano na sua generalidade, mas temos, enquanto entidade, há mais de três anos, tratado dessa questão. Fizemos uma pesquisa com a Universidade Federal de Minas Gerais. E o resultado foi o pior possível. O juiz do trabalho tem obesidade – talvez não seja o melhor exemplo – maior que a população em geral, depressão maior que a população em geral, doenças respiratórias em grau pior que a população em geral e outras, que são tantas. Não tenho um catálogo agora para lembrar. É uma situação muito delicada. Até Hepatite B os juízes não têm um grau de vacinação no padrão da população em geral. Eu estou falando aqui do juiz do trabalho. Estamos adotando providências em relação a isso, mas também há as providências dos próprios juízes.

Era um registro que não poderia deixar de fazer. Infelizmente, ocorreram esses dois episódios agora, no intervalo de dez dias. Então, estamos levando isso ao CNJ e ao CSJT para que possamos tomar providências conjuntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Germano. Feitos os esclarecimentos, na verdade, uma denúncia pela pressão e pela forma como que se desenvolve a carga de trabalho.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – A carga de trabalho é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

Então, de imediato, passo a palavra ao Sr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Fi-

nanceiras – CNIF, representando o Presidente da CNIF, Sr. Fábio Colletti Barbosa.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Falamos de obesidade, Sr. Presidente. Talvez eu pudesse pleitear acesso direto à carreira fora do concurso. Qualifico-me também. (*Risos*.)

Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite. A CNIF agradece muitíssimo o convite. Cumprimento V. Exª, os colegas da Mesa e os demais presentes nesta audiência pública.

Aproveito, de início, Sr. Presidente, para me associar, e a CNIF se associa à sua manifestação inicial de repúdio à violência contra magistrados, algo que nos sensibiliza e nos preocupa profundamente.

Aproveito também, logo de início, Sr. Presidente, para mencionar que as mesas anteriores fizeram referência a uma possível omissão ou mesmo resistência do patronato à regulamentação do aviso prévio proporcional. Falou-se até em forças ocultas. Não é o caso da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, que apóia fortemente a rápida regulamentação desse dispositivo pelo Congresso Nacional.

Dito isso, passo a uma rápida apresentação, na qual pularei várias partes, porque já foram feitas referências anteriores, que trata, sobretudo, do julgamento no Supremo Tribunal Federal. Eu creio que está muito evidente agora. Essa discussão revolve em torno do julgamento do Supremo de dois meses atrás, um rápido histórico desse julgamento, seguido de menções que os Ministros fizeram no julgamento e, sobretudo, as dúvidas que uma eventual regra provisória do Supremo levanta em relação a esse julgamento. Em seguida, um voo de horizonte sobre as referências às quais recorrerá o Supremo para a sua decisão, o caso concreto do setor financeiro, qual o impacto da ampliação do aviso prévio sobre o nosso setor, para chegar, ao final, às conclusões e anunciar a nossa posição em relação à matéria.

Sobre o histórico, Presidente, não vou repetir. Falamos de mandado de injunção, ou seja, do remédio que a Constituição oferece para eventual falta de normas, regulamentos, direitos e liberdades constitucionais. Esse é o foco da nossa questão.

O senhor mencionou, na abertura, a questão da mudança de atitude do Supremo Tribunal Federal. Até 2007, o Supremo se limitava a dar ciência ao Congresso da mora do Legislativo e, a partir de então, adotou uma postura muito mais proativa, que é de regulamentar essa mora. Isso começou com a decisão do Ministro Marco Aurélio sobre o adicional de insalubridade. Houve um caso muito marcante, que foi o caso do direito de greve. Desde então, foram 30 mandados de injunção julgados pelo Supremo.

No dia 22 de junho de 2011, quando se discutiam os mandados de injunção dos trabalhadores da empresa Vale, que foram demitidos sem aviso prévio, examinou-se essa questão do Aviso Prévio Proporcional, mas o julgamento foi suspenso. Como bem lembrou o Dr. Roberto Caldas, foi suspenso sem votos, com manifestação dos juízes. Isso tudo foi dito. Por isso, passo muito rapidamente.

Quero apenas ressaltar que a decisão do Supremo se aplicará, em princípio, ao caso concreto, se aplicará, em princípio, àqueles quatro mandados de injunção que foram julgados no dia 22 de junho.

Porém, na ocasião, o Ministro Gilmar Mendes, Relator do caso, declarou que – e aqui eu abro aspas – "qualquer solução para os casos concretos hoje debatidos acabará se projetando para além deles". É isso que aconteceu em mandados de injunção anteriores, como, por exemplo, os Mandados nºs 670, 708, 712 e 721. Essa é a nossa expectativa.

Passando um pouco para as alternativas, também foram mencionadas aqui. O Ministro Luiz Fux fez essa referência ao art. 8º da CLT, que remete ao Direito comparado, e mencionou o caso da Alemanha, Dinamarca e Suíça. Eu apenas lembro que ele, ao falar da Alemanha, foi muito enfático na questão dos acordos coletivos. Retomaremos isso também no final.

O Presidente do Supremo, Ministro Cezar Peluso, essa ideia do salário mínimo para cada cinco anos. O Ministro Marco Aurélio sugeriu os 10 dias de aviso prévio para cada ano trabalhado. O Ministro Ricardo Lewandowski fez referência ao projeto de V. Exª, o PLS nº 112, de 2009. E o Relator, ao suspender o julgamento, afirmou – também chamo a atenção dos senhores para isso – que a legitimidade para regulamentar o assunto é do Congresso Nacional. Eu já adianto que essa também é a nossa posição.

Eventual regra provisória do Supremo levanta várias dúvidas. Eu não aqui procurarei exaurir essas dúvidas. Numa lista não exaustiva, eu menciono, por exemplo, a começar, a própria competência do Supremo para estabelecer uma regra nova ao julgar mandado de injunção. A nossa Confederação não questiona essa competência. Contudo, cada vez que acontece a edição de uma regra provisória nova, levantam-se vozes que questionam essa competência. É uma dúvida que paira no ar.

A questão do duplo grau de jurisdição. Se, por exemplo, a nova regra provisória ferir gravemente o setor produtivo, a quem recorrer, dado que é uma decisão do Supremo? Em que medida isso fere o princípio do duplo grau de jurisdição?

A questão do pacote, ou seja, em que medida o Fundo de Garantia, a multa sobre o Fundo de Garantia

e o próprio seguro-desemprego já não conferem alguma proporcionalidade ao aviso prévio? Alguns juristas têm levantado essa questão em conversas conosco, algo que será debatido caso o Supremo venha a editar regra provisória.

Outra dúvida é, por exemplo, a questão da prescrição vintenária do Fundo de Garantia e da contribuição previdenciária. Ela poderia ser alongada no caso de uma regra nova? Não está claro.

E também o que aconteceria com os contratos firmados da Constituição para cá, desde 1988, e com as rescisões contratuais?

A retroatividade da regra também é algo que também não está suficientemente clara para os que acompanham esse julgamento.

A redução da jornada serviria para o Aviso Prévio Proporcional, caso, por exemplo, o Congresso venha a aprovar a jornada de 40 horas? Seria possível não se indenizar o Aviso Prévio Proporcional? É outra questão que também foi debatida nesta Mesa e está no ar.

A questão do direito comparado, os vários critérios de vários países que examinamos aqui e examinaremos em seguida são compatíveis com o ordenamento jurídico brasileiro? Em que medida, dada a complexidade desse ordenamento e institutos que existem no Brasil e que não são encontráveis em outros países?

O desconto de salário do empregado correspondente ao Aviso Prévio Proporcional também não está claro.

Toda a questão do passivo trabalhista e a questão de rescisões de contrato de trabalho ocorridas entre a edição da regra provisória e eventual aprovação de legislação pelo Congresso Nacional. Também levanta várias dúvidas. Eu repito, não é uma relação ao exaustivo, é uma indicação de que a regra provisória do Supremo levantará várias questões, o que, mais uma vez, eu já adianto a nossa posição, nos leva a ser favoráveis para regulamentação pelo Congresso Nacional.

Sobre as referências, o Ministro Relator, Gilmar Mendes, mencionou que recorrerá à OIT, ao Direito comparado e a projetos no Congresso. Ora, na OIT, nós vemos que não há dispositivo que trate da proporcionalidade do aviso prévio. O dispositivo que trata de aviso prévio, que é a Convenção da OIT nº 158, na sua Seção D, art. 11, fala em aviso prévio razoável ou, em seu lugar, uma indenização, mas a palavra proporcionalidade não aparece. E aí cabem parênteses: as boas práticas internacionais que a OIT sugere são sempre cumpridas pelo Brasil ou são, em grande medida, cumpridas pelo Brasil. O Aviso Prévio Proporcional mínimo, no caso, 30 dias, o Fundo de Garantia, a multa rescisória sobre Fundo de Garantia e seguro-desemprego preenchem esse requisito de boas práticas internacionais discutido pela OIT. Também na OIT, os documentos que prepararam a 82ª reunião, em 95, não trataram da proporcionalidade do aviso prévio. Foram documentos que tangenciaram a questão e, sobretudo, o mais importante deles, que foi justamente o daquela reunião, deixou a questão para a discricionariedade dos Estados-membros, relevou a importância da negociação coletiva e apontou a antiguidade como critério adequado para a duração do aviso prévio. Mas, em nenhum momento, ofereceram uma fórmula de aviso prévio como a que se discute agora no Supremo Tribunal Federal.

Lembrando rapidamente, o Brasil denunciou a Convenção OIT nº 158, foi mencionado aqui várias vezes. Essa questão encontra-se no Supremo Tribunal Federal, é a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.725, e a proposta de re-ratificação da convenção foi rejeitada em duas Comissões da Câmara dos Deputados. Foi mencionado aqui também.

A questão do Direito comparado, Sr. Presidente, é uma questão que tomaria um mês de discussão nesta Comissão. Podemos debater país a país ou grupos de países por grupos de países. Vou passar muito rapidamente porque se mencionou aqui para chamar a atenção para a diversidade de ordenamentos jurídicos na América Latina e no mundo de uma maneira geral e para a necessidade de se observar primeiro peculiaridades do ordenamento jurídico brasileiro ao se confrontar esse ordenamento com os de outros países. E, segundo, peculiaridades da economia e da sociedade brasileira ao se confrontar esses ordenamentos estrangeiros com o brasileiro. Não se pode, simplesmente, importar ordenamento e implantar no Brasil. Se não houvesse no Brasil Fundo de Garantia, se não houvesse no Brasil multa rescisória sobre Fundo de Garantia, se não houvesse no Brasil seguro-desemprego, poderíamos adotar o modelo alemão, por exemplo. Haveria, contudo, uma segunda implicação: qual seria o encargo adicional sobre a folha de pagamentos que traria, por exemplo, o modelo alemão? Menciono o Professor Pastore, que levanta esse número de quase 103% da folha de pagamentos, como encargos trabalhistas, muito superior à média mundial, mas há vários estudos que tratam disso. Acredito que todos que examinam essa questão de boa-fé conhecem esses estudos e os dados são muito verificáveis. De maneira que, ao se tratar de Direito comparado, o que se verifica é a compatibilidade deles com o ordenamento brasileiro e sua implicação em matérias de custos trabalhistas.

Dito isso, há vários países que foram mencionados, não vou repeti-los, vou apenas lembrar que na sua maioria são instrumentos, primeiro, de natureza

de proteção de emprego e, segundo, concentrados em países que aderiram à Convenção OIT nº 158, o que, repito, sabemos todos não é o caso do Brasil. Os exemplos são vários, são vários na América Latina, não vou me estender, e são vários também na Europa. Temos aqui o caso de Portugal, que é mais protetiva; na França, o aviso prévio é proporcional. Em que medida proporcional ou diferenciado, como bem levantou o Dr. Roberto Caldas, podemos discutir. Temos o caso também da Itália e da Alemanha, não vou me deter.

Esta apresentação ficará disponível para a Comissão, Sr. Presidente, para quem tiver interesse, com essas informações. Apenas para ressaltar essa grande diversidade de institutos no mundo. Há países que não adotam aviso prévio, há países que adotam 30 dias, há países que adotam alguns poucos dias – Honduras adota seis dias. Há países que adotam em função da especialização do trabalhador; há países que adotam em função da idade do trabalhador; há países que adotam um misto disso tudo e há países que ressaltam a importância da convenção coletiva, ou seja, como trazer o estudo para o Brasil. Não é exercício trivial, dadas as peculiaridades brasileiras.

No Congresso Nacional, temos 35 projetos tramitando neste momento: um no Senado Federal e 34 na Câmara, que dividimos em três grupos. O primeiro grupo é o dos projetos de tramitação mais avançada. Esse grupo é liderado por projetos de autoria desta Casa, do ex-Senador Carlos Chiarelli, de 1989, que é o PL nº 3941, que está no plenário da Câmara dos Deputados, com 31 projetos apensados. Ele prevê três dias de indenização para cada ano trabalhado, até o limite de 60 dias, aos quais se somam os 30 dias de aviso prévio mínimo, para um teto máximo de 90 dias. Há o segundo grupo, que são os projetos de lei complementar – há dois projetos nesse grupo; e o terceiro grupo é o projeto de V. Exª no Senado e, como V. Exª bem mencionou, ainda em estágio inicial de tramitação, aguardando designação de relator. E digo desde já, Presidente, que vemos com grande simpatia o seu projeto e apoiaremos o seu projeto, se aparecer a ocasião.

Eu ofereço, Presidente, à reflexão desta Comissão, o caso concreto do setor financeiro. V. Exª mencionou, no começo da nossa apresentação, a grande rotatividade na economia brasileira, que é uma economia que tem gerado empregos, porém de prazos muito curtos. E os dados do Caged corroboram isso. Até 40% das rupturas de vínculos de trabalho acontecem nos primeiros seis meses de emprego, cerca de dois terços antes do primeiro e pouco menos de 80% antes do segundo ano. É uma rotatividade muito acelerada.

A maior parte das demissões é sem justa causa e a maior parte das demissões sem justa causa acontece nos dois primeiros anos do vínculo contratual. Os desligamentos são, em sua grande maioria, quase 80%, de trabalhadores urbanos empregados por pessoa jurídica, pela CLT, por prazo indeterminado. A iniciativa da rescisão é, em sua maioria, de iniciativa do empregador, de cerca de 52%, em 2009, e fica um pouco nessa faixa em anos anteriores. E a rescisão é bastante cara. Estima-se que para este ano custaria algo como R$8 bilhões. Essa estimativa é, na verdade, muito suave, porque, em 2007, esse valor chegou a R$16 bilhões, custo para o patronato.

No caso do setor financeiro, e para isso quero chamar a atenção, a rotatividade é de 10,2% da força de trabalho; perde apenas para a rotatividade do setor público, que é de 8,9% do trabalho. Ou seja, é o setor em que o vínculo contratual é muito mais longo, é bem mais longo do que a média da economia.

No ano passado, de cerca de 11 milhões de trabalhadores demitidos sem justa causa, pouco mais de 69 mil, ou seja, menos de 1%, foram demitidos pelo setor financeiro.

Vou apenas lembrar que a média salarial é maior do que a média da economia, o que nos leva à conclusão geral do quadro do setor, que é esta: primeiro, que a rotatividade do setor é muito mais lenta do que a média da economia; segundo, a ruptura de contratos de trabalho de prazo superior a um ano é muito maior no setor do que na média da economia; e, terceiro, a média salarial no setor é maior do que a média da economia.

Dito isso, Presidente, passo às nossas conclusões.

A primeira conclusão é, evidentemente, que a decisão do Supremo reacende toda a discussão em torno do custo da folha de pagamentos, da desoneração da folha e da questão trabalhista de uma maneira geral. Por um lado, concordo com que vários disseram nesta Mesa, que a decisão do Supremo deverá estimular o Congresso Nacional a regulamentar o aviso prévio; por outro lado, o projeto em fase mais adiantada, que é o projeto do ex-Senador Carlos Chiarelli, como mencionei, que tem 31 projetos apensados, apenas um deles, se votado e aprovado, conduziria o projeto à sanção. Qualquer outro resultado reconduziria o projeto ao Senado Federal por uma tramitação, que imaginamos ser longa. Em consequência disso, acreditamos que, se a regra provisória que vier a ser instada pelo Supremo for bem aceita, a tendência é que ela permaneça. É o que aconteceu em outros casos, por exemplo, o mandato de injunção que tratou do adicional de insalubridade, é o que pode acontecer neste caso.

A nossa posição, Presidente, em relação a este assunto é a de que as informações, instrumentos,

convenções e recomendações da OIT pouco servem para balizar a decisão do Supremo, como eu mencionei, elas tangenciam a questão, e o direito comparado oferece um espectro tão amplo de casos, que alimenta, enriquece, estimula a decisão, mas não se aplica imediatamente, diretamente, de maneira simplista e não resolve de maneira automática a questão.

Estamos convencidos de que é o Congresso Nacional a instância melhor aparelhada para tomar essa decisão.

Eventual edição da regra provisória, na nossa visão, compromete o princípio da separação dos Poderes e compromete o princípio da convivência independente e harmoniosa dos Poderes da República.

Por fim, Presidente, uma reflexão: a que serve o aviso prévio? Eu ouvi com certa surpresa, na Mesa anterior, que o aviso prévio tem um caráter indenizatório. Nós não vemos assim. O aviso prévio tem por finalidade a comunicação da rescisão contratual. O lado indenizatório está no Fundo de Garantia, no saldo do Fundo de Garantia, está na multa rescisória sobre o Fundo de Garantia, está no seguro-desemprego. Em que medida se presta o aviso prévio à indenização? É algo que nós questionamos com bastante frequência.

E ressaltar, mais uma vez, a nossa posição sempre favorável aos acordos coletivos. O Senador mencionou há pouco a importância do acordo entre a empresa e o empregado, e nós achamos que esta é a melhor via.

Por fim, Presidente, a nossa posição é esta: nós vemos – repito – com enorme simpatia o projeto de V. Exª; apoiaremos o projeto se vier a ser votado, contudo o projeto do ex-Senador Carlos Chiarelli pode ser votado nesta quarta-feira, se não houver obstrução. A nossa posição é pela rápida aprovação do projeto do ex-Senador Carlos Chiarelli, do PL nº 3941, que regulamentaria a questão pelo Congresso Nacional e fortaleceria a divisão de Poderes.

Num segundo momento, se for o caso, o Congresso poderia alterar esse projeto, mas, no curto prazo, acreditamos que esta é a melhor saída, desde que seja aprovado o parecer da Cdeic, do Relator, o falecido Deputado Júlio Redecker.

Muito obrigado, Presidente. É essa a nossa apresentação. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Quero cumprimentar aqui o Dr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, CNIF, e que representa aqui o seu Presidente. Com muita clareza, disse que não é contra o projeto. Pelo contrário, torce para que seja aprovado o mais rápido possível e se lembra do meu amigo, ex-Senador Chiarelli. Já está na Câmara e, se for aprovado, sem alteração, ele vai à sanção. Se alterar, vem para o Senado.

Eu acho que a sua exposição é clara dentro do seu ponto de vista, que não é contra, e isso vem somar àqueles que têm a visão de que tem que haver a regulamentação e que o Supremo, eu concordo com a teoria de V. Exª, ao tomar essa decisão, instigou o Congresso a resolver: se vocês não resolverem, vou acabar resolvendo.

Então, eu quero cumprimentar V. Exª pela posição muito clara e muito nítida, a favor de uma solução.

Nós passamos, de imediato, a palavra à Patrícia Coimbra Duque, Consultora Adjunta da Presidência da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC, representante do Presidente da CNC, Sr. Antonio José Domingos de Oliveira Santos.

A SRª PATRÍCIA COIMBRA DUQUE – Bom-dia a todos. Quero agradecer ao Senador Paulo Paim por nos convidar aqui para este debate tão eficaz e tão bom que vem sendo feito.

Eu queria dizer que compartilho com algumas das opiniões do nosso colega do CNIF. Realmente a gente acha que deve ser feito um estudo bem minucioso e deve ser, aqui no Congresso Nacional, levado a cabo a aprovação ou não da proteção ao trabalhador.

Eu gostaria de dizer que a legislação brasileira, preocupada com o trabalhador, criou, ao longo das décadas, um elevado sistema de proteção em relação à demissão imotivada. Ele criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, e dá rescisão indenizatória de 40%.

Essa rescisão foi pouco falada aqui, mas leva em consideração o tempo de serviço. Então, nos outros países como a Argentina, Paraguai, que foram mencionados aqui, não têm o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Nós já temos uma proteção e deve ser levada em consideração.

Para tanto, eu acho que o princípio da razoabilidade deve ser também considerado na aprovação do projeto de lei.

Agora, eu queria deixar claro aqui que nós ainda não fizemos um estudo minucioso a respeito desse projeto de lei. Então, nós não temos ainda um posicionamento claro quanto à aprovação, quanto ao nosso apoio ao projeto de lei do Senador Paulo Paim, mas nós estaremos estudando e gostaríamos de retornar com uma posição mais apurada a respeito do assunto.

A fundamentação trazida pelo nosso colega realmente vem sendo a nossa fundamentação, que já existe muita coisa; já existe o Fundo de Garantia; a OIT ainda não tem uma norma específica sobre o assunto, ela fala sobre o princípio da razoabilidade. Mas o que nós gostaríamos de ponderar aqui é quanto aos

microempresários. Como será esse projeto de lei aplicado aos microempresários? Porque a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, dentre as suas representações, tem 90% de microempresas, micro e pequenos empresários. Eles detêm, em suas empresas, um ou dois empregados apenas. Como esse aviso prévio vai atingi-los? Haverá uma norma específica a respeito deles como tem na área tributária? Vamos considerá-los especiais? Vai ter uma especificação, no caso do aviso prévio, para os micro e pequenos empresários?

Porque, veja bem, se você tem um trabalhador na sua empresa, como é que você vai fazer para dispensá-lo? E – o Dr. Germano falou muito claramente que não há uma proporcionalidade entre o aviso prévio do empregado e o aviso prévio do empregador – quando este pedir a rescisão do seu contrato, notificar o empregador, como esse microempresário vai garantir o direito da continuidade de sua empresa quando ele pode sair em uma semana, dez dias, quinze dias?

Então, nós achamos que deve haver uma especificação no projeto de lei quanto ao aviso prévio, relativo para os micro e pequenos empresários. Deve haver uma proporcionalidade entre o empregador e o empregado. Isto está bem claro no art. 487 da CLT e vem sendo tradição na nossa legislação, da proporcionalidade entre o aviso prévio do empregador e do aviso prévio do empregado, principalmente para micro e pequenas empresas.

Nós representamos 90% das micro e pequenas empresas no âmbito do comércio. Então, nós entendemos que devemos defender o direito de um Aviso Prévio Proporcional. Deve haver uma reciprocidade, uma bilateralidade na hora do aviso prévio, especialmente para micro e pequenas empresas.

No mais, eu gostaria de agradecer a presença da CNC aqui nesta audiência pública e agradecer a todos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Drª Patrícia Coimbra Duque, Consultora Adjunta da CNC, que mostrou as suas preocupações com a micro e a pequena empresa, para que haja um carinho especial, permita-me que eu diga isso, com a micro e a pequena empresa.

Neste momento, nós vamos convidar os nossos painelistas para que retornem ao plenário, para que os nossos últimos dois convidados, a Drª Sylvia Lorena Teixeira de Souza, Gerente de Consultoria da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria, CNI, representante do Presidente, Sr. Robson Braga de Almeida e também Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

Quero só comunicar que todos terão direito a uma rodada agora, no encerramento de nossos trabalhos, depois dos dois últimos painelistas, e eu, de imediato, Sylvia, já passo a palavra para você.

A Drª Sylvia Lorena Teixeira terá o tempo que os outros tiveram: dez minutos com mais cinco e mais cinco, se necessário.

A SRª SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA – *(Fora do microfone. Inaudível.)* pela iniciativa do debate dessa matéria tão significativa não só para o setor produtivo, para os trabalhadores, mas também para o País. O estudo do aviso prévio tem extrema relevância no âmbito das relações do trabalho, desde a sua essência, desde a sua finalidade, até os seus desdobramentos, não só pela ótica do direito do trabalhador, da simetria das partes na rescisão contratual, mas, sobretudo, sobre os seus impactos não só para a empresa, mas para a sociedade brasileira.

Como já foi dito diversas vezes – e repito –, a regra mínima relativa ao aviso prévio está prevista no inciso XXI do art. 7º da Constituição, que prevê que é de 30 dias e que será proporcional ao tempo de serviço nos termos da lei. É certo que esse dispositivo constitucional precisa ser regulamentado, e precisa ser regulamentado pelo Congresso Nacional. A omissão do legislador em regulamentar esse dispositivo está levando o Supremo Tribunal Federal, no exame dos mandados de injunção cujo julgamento iniciou no dia 26 de junho passado, a balizar a questão.

A princípio, essa decisão proferida nesses mandados de injunção deveria ter seus efeitos confinados às partes litigantes, ou seja, sem que adquira efeitos transcendentes. Em outras palavras, somente os quatro empregados autores daqueles mandados de injunção teriam direito ao reconhecimento do prazo do aviso prévio proporcional fixado pelo Supremo Tribunal. Mas, do que se viu no início das discussões, no início do julgamento, e também com base nos precedentes, é possível que o Supremo Tribunal Federal alargue o âmbito dessa decisão, inclusive para evitar uma avalanche de demandas com o mesmo objeto. Mas ainda que não tenha essa transcendência, que não tenha esse efeito *erga omnes*, possivelmente essa decisão do Supremo Tribunal Federal vai fomentar ações individuais pleiteando isso. E essa situação é preocupante. Por quê? Porque as empresas ficarão diante de um enorme passivo trabalhista com graves obstáculos à competitividade das empresas e da economia, com prejuízos para toda a sociedade, inclusive para os trabalhadores. Isso é um risco para a segurança das relações jurídicas. O princípio da estabilização das relações jurídicas deve nortear não só as decisões do Judiciário, mas também pautar o Legislativo na elaboração de sua legislação.

Assim, é importante que o Congresso Nacional legisle e é importante que ele o faça com urgência, para que cumpra a sua função constitucional e não permita que o Judiciário faça de forma precária, sem o debate, que, por exemplo, estamos tendo aqui.

E ao se regulamentar o aviso prévio, é claro que há de ser considerada a experiência dos outros países. É válido, mas, sobretudo, é necessário, é fundamental considerar a nossa realidade. Não se podem considerar as experiências de outros países de forma isolada. Não se pode considerar que, por exemplo, na Itália, são três meses; na Alemanha, são 180 dias, sem que se analisem as peculiaridades de cada um desses países, ou seja, sem que se analise o arcabouço que envolve esse tema e, principalmente, como ele é tratado e como ele se insere no conjunto normativo e na realidade do Brasil.

No Brasil, o aviso prévio é um instituto bilateral, que tem uma tríplice dimensão: avisar o empregado ou avisar o empregador do rompimento do contrato de trabalho; avisar, com antecedência, para que nenhuma das partes seja pega de surpresa e possa se preparar para o rompimento desse contrato; e também proporcionar ao trabalhador o direito a ter um tempo suficiente para conseguir um novo emprego ou ser indenizado por um período, se ele não estiver trabalhando no aviso prévio. Ou seja, trata-se o aviso prévio de um mecanismo de proteção contra a despedida imotivada.

Há que se considerar que, no Brasil, há outros tipos de mecanismo de proteção. Por exemplo, a própria Constituição Federal, no seu art. 7º, I, protege a relação de emprego e veda a despedida arbitrária, garantindo ao empregado dispensado indenização compensatória. Hoje, como sabido, essa indenização é de 40% sobre o total dos depósitos do FGTS. Outro mecanismo de proteção é o próprio Fundo de Garantia, ou seja, o depósito que o empregador faz correspondente a 8% sobre a remuneração do empregado mensalmente. Outro mecanismo de proteção é o próprio seguro-desemprego, que protege o empregado no caso do desemprego voluntário.

Portanto, protegendo a relação de emprego da dispensa imotivada, o Brasil tem, pelo menos, os seguintes instrumentos, além do aviso prévio proporcional: indenização dos 40% sobre o FGTS; o FGTS e o seguro-desemprego. Outros mecanismos existem, inclusive de forma indireta, quando a gente fala, por exemplo, em estabilidades provisórias, e também existem outros mecanismos de proteção contemplados nos instrumentos coletivos, como já foi dito anteriormente.

E por falar em instrumento coletivo, é importante que, ao legislar, o Congresso Nacional privilegie esse instrumento, garantindo a sua eficácia, de modo que esse instituto, ou seja, de modo que o aviso prévio proporcional possa ser objeto de negociação coletivo, espaço em que melhor poderá ser observado o interesse do empregado e as peculiaridades de cada empresa-setor – como disse a minha amiga Patrícia –, por exemplo, as micro e pequenas empresas. Assim, quando se buscarem as experiências de outros países, deve-se conhecer todo o arcabouço de proteção ao empregado, bem como as realidades e peculiaridades de cada país, ou seja, a economia interna, a carga tributária, os encargos sociais.

É importante, sim, que se proteja o mercado interno. O art. 219 da Constituição dispõe expressamente que o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico. Então, é importante compor a disposição do inciso XXI do art. 7º, que trata do aviso prévio proporcional, com o art. 219 da Constituição, que protege o mercado interno e dispõe que ele constitui patrimônio do País.

É importante também destacar que alguns países da Europa não tratam do Aviso Prévio Proporcional somente considerando o tempo de serviço. Eles têm outros fatores, eles conjugam vários fatores – o tempo de serviço, a idade do trabalhador –, e alguns, por exemplo, como a Alemanha, em que o aviso prévio chega a 180 dias, consideram também categorias de empregados. Os altos empregados possuem um aviso prévio maior. Então, é importante analisar a realidade de cada país e não só aplicá-lo, porque o direito comparado assim o mostra. Eventual mudança drástica no prazo do Aviso Prévio Proporcional prejudicaria significativamente o nosso País. Nesse momento, o Brasil se destaca por ter um custo de mão de obra não competitivo no cotejo internacional da produtividade do trabalho. E mais, é importante se ter em mente o momento que estamos vivendo na economia mundial, que é um momento delicado.

Necessário também se ter em mente que não se pode simplesmente aumentar o prazo mínimo do Aviso Prévio Proporcional sem considerar os seus impactos, em especial de ordem econômica, para aqueles que geram empregos formais em prejuízo da sociedade como um todo.

Portanto o que a CNI propõe é que a solução legislativa adequada deve buscar conjugar os diversos interesses e peculiaridades, de modo a garantir o direito dos trabalhadores, a simetria das partes quando da rescisão contratual e o ambiente de negócios favorável e competitivo no País.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que também fortalece a ideia de que tem que haver

regulamentação com o devido olhar cuidadoso – falo inclusive das micro e pequenas também... A entidade que ela aqui representa entende que é uma responsabilidade do Congresso que se construa – permita-me dizer – no campo da razoabilidade uma redação de entendimento.

Passamos a palavra, agora, como último painelista, ao Dr. Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da CNA, Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Bom-dia a todos.

Eu gostaria, Presidente, de cumprimentá-lo e de estender os nossos cumprimentos a todos os presentes.

Realmente para o nosso setor é um tema relevante, de muita importância, que merece a atenção de todos os trabalhadores e empregadores do País.

Primeiramente eu gostaria de fazer uma ressalva, Presidente, quanto à colocação inicial feita aqui, nesta manhã, quanto à questão da rotatividade, quando isso possa ser interpretado como um mecanismo de arrocho salarial.

Respeito a opinião divergente, mas não concordamos com ela, especialmente porque o nosso setor tem peculiaridades que levam a números de certa forma significativos e que não expressam, em hipótese alguma, questões relacionadas com o arrocho salarial.

Posso explicar. Acho que é uma questão complexa, mas tenho exemplos como a questão de safra, contratos de curta duração, que, inclusive, foram aprovados no Congresso Nacional, a questão dos ciclos produtivos, movimentos migratórios de trabalhadores que se deslocam para fazer uma colheita em determinada região. E esses números de sazonalidade, de culturas regionais são considerados pelo Ministério do Trabalho para a aferição de quantitativo de rotatividade.

Então eu acho que esse tipo de atividade de curta duração tem que ser levada em consideração, inclusive por aqueles que pensam que a rotatividade por si só possa ser enquadrada como questões de arrocho, quando, na verdade, existem especificidades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ministro do Trabalho, quando esteve aqui, deu esse destaque do setor de vocês inclusive, mas que há uma grande rotatividade há. Não vou falar aqui de cada setor especificamente, porque eu nem poderia. Mas ele admite que há uma alta rotatividade, fala dessa questão que você falou, mas ninguém em sã consciência vai admitir que no conjunto da obra a rotatividade não é instrumento de redução. Para mim é. É, sim, de redução salarial, mas respeito o seu ponto de vista e não me referi especificamente a esse ou àquele setor. O Ministro do Trabalho, quando esteve aqui, destacou o setor de vocês.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Exatamente. Mas, como não foi feita a ressalva, eu me senti na obrigação de fazê-la, porque conhecemos o setor e são atividades diferenciadas que não necessariamente estão relacionadas com mecanismos de arrocho.

Voltando para o tema, uma das coisas com que nós também concordamos é a importância do Senado e da Câmara no exercício da sua atividade precípua, que é essa consolidação da norma aplicável ao País. E também concordamos que essa decisão tenha que sair da Casa. De um jeito ou de outro, acho importante o exercício desse papel nesta Casa.

Nesse caminho, nós trabalhamos com o seguinte pensamento: não resta dúvida para a CNA de que a questão da proporcionalidade está assegurada na Constituição Federal. Mas há outra consideração a ser feita: ela não afasta a razoabilidade. Eu acho que uma coisa pode se somar à outra para a aferição principalmente do quantitativo. Em nenhuma das falas aqui, eu presenciei alguém dizer que é contrário à fixação dessa regulamentação. Estamos discutindo o quê? Qual é a melhor forma para o País. Como podemos fazer isso assegurando direitos para os trabalhadores, mas sem penalizar ou sem onerar excessivamente os empregadores? Essa harmonia é o que todos estamos buscando aqui, nesta data.

Para isso, Sr. Presidente – eu tenho que deixar isso de uma forma mais clara –, qual é a finalidade dos projetos legislativos que estão tramitando aqui, nesta Casa? A gente está falando de quê? De segurança pecuniária, de estabilidade ou do aviso prévio efetivamente, no seu sentido estrito?

O aviso prévio, na nossa visão, é aquela parcela que garanta ao trabalhador empregabilidade, como um dos painelistas colocou há pouco. Se é na empresa atual ou em outra, acho que isso necessariamente não importa no primeiro momento. O que é importa é que ele estará empregado, ele estará trabalhando. Então esse período temporal é que tem que ser aferido.

Eu acho que as considerações dos outros painelistas já deixaram bem claro que temos outros instrumentos de seguridade. Temos políticas públicas eficazes para trabalhar essa estabilidade, principalmente financeira, por parte do trabalhador. Para isso a Drª Silvia já exemplificou aqui a figura do seguro-desemprego.

Agora, o que me preocupa, por exemplo, é que essa questão seja tratada como a transferência do ônus que hoje, de certa forma, é compartilhado pelo Estado, porque se hoje, bem ou mal, existem os 30 dias, acima disso tem a questão do seguro-desemprego. Agora, transferir isso, porque para mim, no primeiro momento, pode ser interpretado sim como a transferência desse

custo para a iniciativa privada, com isso nós não concordamos quando o prazo é excessivamente longo.

Então, com respeito à proposta apresentada inclusive por V. Exª, o prazo de 180 dias, na nossa visão, é um pouco longo, porque quando você trabalha, por exemplo, no campo, em que se lida com vida, às vezes 180 dias superam inclusive um ciclo de safra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para quem está ouvindo e assistindo à TV Senado, nós estamos falando de anos. Cento e oitenta dias, o camarada tem que trabalhar mais de quinze anos na mesma empresa, o que não acontece na safra. Na safra são seis meses e está na rua ou dois meses.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Concordo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A realidade é essa. Por isso não tem... Só para ajudar a sua reflexão, para quem está nos assistindo, até porque é claro que não tem arrocho salarial. Por quê? Trabalha três, quatro meses, está na rua, vai procurar o seu time. Em resumo é isso. Desculpe a expressão. É porque não tem. Como é que vocês vão fazer? Terminou a safra da uva ou da maçã ou do trigo ou da soja, aí o trabalhador vai procurar outra área. É só para deixar claro.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Mas temos outras atividades no campo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a ampla maioria é essa.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – A pecuária, por exemplo, é uma atividade linear que você, bem ou mal, não para nem no final de semana. Você tem que ter um nicho de trabalho, uma equipe suficiente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se compararmos com a realidade do País, e eu conheço um pouco a pecuária do Rio Grande do Sul, o número de empregados é muito limitado, muito pequeno. Você há de convir.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Sim, mas não são afastados do aviso prévio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não são afastados e é legítimo.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – As exceções têm que ser trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se o camarada fica lá trabalhando... Com todo o respeito, tenho amigos que são fazendeiros. O camarada fica lá vinte anos trabalhando para um fazendeiro. Não pode ter um aviso prévio de três meses? Eu acho que pode, acho que é justo. Tenho certeza de que os meus amigos que são fazendeiros, o cara cuidando da terra dele, cuidando do gado dele durante vinte anos, ele dá três meses. O meu amigo dá.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Concordo. Ele pode até dar, mas seria interessante que o trabalhador também desse para ele, porque muitas vezes, quando se trata de vida, você vai deixar... Por exemplo, a própria pecuária, dada aqui como exemplo por V. Exª, se a gente trabalhar questões de dispensa do aviso ou diminuição dessa reciprocidade que hoje existe no ordenamento jurídico nacional, você pode colocar essa atividade em cheque, você pode trazer um prejuízo, porque às vezes está falando de agricultura familiar, um segmento pequeno que, por questões até orçamentárias, financeiras, contrata um trabalhador ou dois. Ele tem dez vaquinhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas aqui foi falado de forma muito competente pelos painelistas que o antecederam, e nós concordamos, que tem que ter um olhar cuidadoso, carinhoso com a micro e pequena empresa.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Exatamente. E é isso que nós esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ninguém está dizendo isso. E quando nós falamos de vida, os trabalhadores são vidas. Quem tem mais vidas do que assalariados. Quando olho vidas, eu que presido a Comissão de Direitos Humanos, estou olhando esse universo de assalariados e até de desempregados. Não é só aquele que detém o capital. Então, quando se fala de vidas, é uma forma muito ampla e nós temos que ter o máximo cuidado aqui. Mas eu não quero tirar o seu tempo.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não, com certeza.

E nós queríamos também que esse ordenamento, no conjunto, como se observa, no conjunto normativo, seja observado, para que não façamos afirmativas confusas, de certa forma, ao exemplificar os países. Como, por exemplo, na Dinamarca, são X meses; em Portugal, Y, porque boa parte deles hoje está com a economia comprometida. Exemplo disso são Portugal e Grécia, que estão em quadros complicadíssimos de revisão, inclusive, desses princípios.

Outra coisa que tem que ser observada, como até no próprio direito, é que não se pinça o que há de melhor num conjunto normativo isoladamente. Ah, isso aqui é o melhor, pego para mim; isso é melhor para mim. Acho que a Teoria do Conglobamento trata muito bem disso.

Então, tem-se que escolher um instrumento que julgue um sistema mais adequado e adotá-lo por completo. Então, quando se fala que quer quatro, seis meses, vamos avaliar, nos países que adotam esses quatro ou seis meses, o que temos de carga tributária, o que há de custo da folha salarial, porque, como foi

dito aqui pelo nosso colega da CNF, o Brasil tem uma das cargas mais altas do mundo.

Então, tem-se que observar esse conjunto para verificar se a proposta é sustentável.

Então, quero deixar claro que não somos contra a regulamentação, mas temos que ter cuidado e olhar com bastante cautela esse conjunto normativo, para que o prazo excessivamente trabalhado como exemplo não se desfigure e cause um custo excessivo para a empresa. Porque, quando se olha o custo da produção, o custo dos impostos e o custo da folha de pagamento, nesse país dado como exemplo, todos verão que é uma carga tributária muito menor do que a praticada no Brasil hoje.

É esse apelo que gostaríamos de trazer a V. Exª, para que a gente chegue na questão da razoabilidade sem afastar a proporcionalidade. Acho que podemos adotar um procedimento conjunto.

Quando falei aqui de segurança financeira, nós temos que observar, também, que, em números, há um percentual – eu gostaria até que o Ministro estivesse aqui para apresentar esses números – considerável de demissão sem justa causa, em que o aviso prévio é indenizado. Então, até essa intenção, se se estiver pensando em passar, entre aspas, transferir para a iniciativa privada o custo da seguridade social materializada pelo seguro-desemprego, isso será inócuo, porque, se falarmos para essa parcela da sociedade que o aviso é indenizável, ainda assim o Estado terá de custear sua parcela. Então, estaríamos tratando do quê? De uma parcela indenizatória.

Então, temos que separar essa questão, porque, quando falamos de indenização nesse primeiro momento, afastamos a natureza essencial do aviso prévio, pois já perdemos a primeira idéia de empregabilidade.

Então, talvez devêssemos conversar, abrir um pouco mais o diálogo, para avaliar os instrumentos de empregabilidade, de manutenção no emprego, porque, se forem convertidos hoje, na pior das hipóteses, os 180 dias ou, na proposta do Ministro Marco Aurélio, os 300 dias, em que estamos colocando o teto máximo, isso é dez vezes mais do que hoje se paga – eu estou falando da questão indenizatória.

Então, talvez seja uma questão para se amadurecer um pouco mais, aprofundar um pouco mais nossa conversa, porque, além de onerar excessivamente o empregador, nesse primeiro momento, não podemos avaliar hoje a crise financeira, o momento em que estamos passando, o cenário internacional, variação cambial que, principalmente no nosso setor da agricultura, hoje, traz reflexos significativos.

Está, ok, Sr. Presidente?

Seriam essas as nossas considerações, reforçando as considerações da Drª Sylvia e da Drª Patrícia.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Cristiano Zaranza, que falou aqui pela CNA, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Passo, agora, para a nossa rodada final. Vamos começar da Mesa para o Plenário.

Quero fazer duas considerações rápidas, Dr. Cristiano. Alguns dados, de forma confusa, não me caíram bem. Acho que eles apresentaram alguns dados de outros países, ampliando o debate, veremos que, se na Alemanha é assim, veremos qual a realidade do trabalhador da Alemanha e vamos ver também qual é o salário do trabalhador da Alemanha. Porque, às vezes, falamos só da questão da carga tributária, ou seja, dos custos sobre a folha, mas não do salário. Qual é o salário do trabalhador da Alemanha? Qual é o salário do trabalhador da Itália? Qual é o salário do trabalhador da Suécia? Muitas vezes a carga é menor, mas o salário é muito maior.

Se eles chegassem ao Brasil e me dissessem o seguinte: nós vamos pagar para o brasileiro o salário de um trabalhador da Alemanha, eu não teria dúvida nenhuma em dizer: limpem a carga tributária e vamos pagar o salário do trabalhador da Alemanha.

Então, é um debate – o Sr. Cristiano falou bem – que merece muito tempo e muita coisa tem que ser vista, só pinçar não resolve.

Quero dizer que estou muito feliz por vocês estarem todos aqui, representantes tanto dos empregados quanto dos empregadores, para fazer um bom debate. Acredito muito que é desse debate que iremos construir aquilo que é possível para o conjunto da sociedade.

De imediato, para suas considerações finais, passo a palavra à Drª Sylvia Lorena, depois, para o Dr. Cristina e, depois, deixaremos a Mesa, o nosso convidado, para que faça também as suas considerações.

Cinco minutos, se necessário.

A SRª SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA – Apenas desejo reforçar a necessidade de o Congresso Nacional regulamentar a questão do aviso prévio proporcional neste momento, que é o momento oportuno para se buscar conjugar e compor os diversos interesses, e buscar uma solução adequada para o nosso País que proteja o trabalhador, que garanta um ambiente de trabalho favorável e, também, que fortaleça a negociação coletiva.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Quero agradecer à Drª Sylvia, que

aqui representou a CNT. Aceite aqui as nossas palmas, Drª Sylvia, meus parabéns. *(Palmas.)*

Dr. Cristiano, com alegria, ouviremos as suas considerações finais.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Presidente, mais uma vez, queremos deixar aqui a nossa manifestação de apoio à iniciativa. Estamos abertos ao diálogo. Gostaríamos de ter condições de apresentar os números do setor, um estudo mais aprofundado, para que essas considerações globais sejam analisadas em um conjunto um pouco mais amplo e em toda a sua intensidade, porque, com essa variação isolada – acho que até o tempo dificulta um pouco essa questão –, poderíamos estar prestando um serviço ao País regulamentando definitivamente essa questão que a Constituição nos premeu.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Cristiano. Agradecemos a sua presença aqui, representando a CNA, apontando, como as falas de todos... Se for necessário, faremos mais audiências públicas, para que possamos aprofundar o debate.

Passo a palavra, neste momento, à Drª Patrícia Coimbra Duque, que aqui falou pela CNC.

A SRª PATRÍCIA COIMBRA DUQUE – Queria agradecer, mais uma vez, o convite.

Acho que esse debate que está havendo no Congresso, no Senado, principalmente, é muito bom, porque podemos colocar as nossas ideias.

Cada setor tem sua especificidade, como no comércio, na indústria, na agricultura, levantada agora pelo nosso colega Cristiano. Então, acho que temos que ter outras audiências.

Deixo consignado aqui o nosso entendimento de que esta é a Casa competente para que daqui saia uma lei regulamentando o Aviso Prévio Proporcional, mas gostaria que levassem em consideração, sempre, o princípio da razoabilidade, porque isso é muito importante para a vida nacional, tanto para o empregador quanto para o empregado.

Foi dito, na primeira fala do painel, que a sociedade está envolvida. E é verdade, mas a sociedade também é composta pelo empregador. Então, temos de ter essa razoabilidade e isso sempre deve ser levado em consideração na hora de fazer a lei.

Então, gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Drª Patrícia. Saiba que eu gosto deste termo: razoabilidade. Se construirmos um princípio de entendimento olhando para todos os envolvidos, estaremos agindo dentro do princípio da razoabilidade.

Então, parabéns. Fiquei muito feliz com a sua fala.

Por que estou dizendo tudo isso e agradecendo um por um? Porque houve tempo – estou neste Congresso há 25 anos – que o setor do trabalhador vinha, mas o empregador, não. Daí, ficava um debate desequilibrado e quem está do outro lado assistindo à TV dizia: Mas ele só botou o lado dos trabalhadores.

Então os senhores vindo aqui, primeiro, cria um equilíbrio e a opinião pública vai fazendo o seu julgamento e nos ajudando, inclusive, a agir aqui na Casa.

Quero cumprimentar todos que estão aqui. Os trabalhadores nunca negaram um convite. O setor financeiro, o setor da área rural – permita que eu diga isso? –, o setor das micro e pequenas, a nossa CNI, de onde conheço diversos aqui, inclusive o presidente, estão aqui presentes para fazer este debate. Isso é salutar e todos ganham, o Brasil ganha. Por isso, meus cumprimentos mais uma vez.

Passo a palavra, agora, ao Sr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, que é Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostei muito de ter participado desta rica audiência pública. Acho que examinamos a questão por vários ângulos. Examinamos a questão para comparação com casos internacionais e ordenamentos jurídicos de outros países, suas implicações jurídicas e econômicas voltadas para os dispositivos que estudamos aqui, a questão da OIT. Acho que foi uma abordagem bastante abrangente.

Deixo esta audiência pública, Presidente, entre intrigado e aliviado. Intrigado com certa fluidez de conceitos envolvendo o propósito, a finalidade do aviso prévio que, a nosso ver, é uma comunicação, é um prazo de comunicação de rescisão contratual, e as questões indenizatórias todas que estão associadas a essa rescisão contratual.

Eu vi certa confusão conceitual que me intriga e servirá para a minha reflexão junto com as várias referências e ideias de que eu tomei nota nesta audiência pública. E saio aliviado por perceber que houve consenso quanto à necessidade de uma rápida regulamentação pelo Congresso Nacional. Acho que não há dúvida de que esse é o caminho e isso nos alegra bastante. Muito obrigado mais uma vez pelo convite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. José Ricardo, que falou aqui pela CNF. Pela sua fala, eu percebo aquilo que acabei dizendo aqui antes: é preciso que façamos mais audiências públicas, se necessário, para que não

fique nenhuma confusão no ar – um termo que ele usou e você também e agora ele referendou aqui. E eu me submeto porque eu não sou dono da verdade, sempre tenho esse cuidado. Que a gente faça outras audiências públicas, buscando o que for melhor para o País, tenham certeza disso.

E podem ter certeza de que todos nós, quando apresentamos um projeto, não o fazemos e dizemos: olha, é isso aqui e acabou e ponto e vírgula. Seria uma incoerência. O projeto é apresentado para o debate, para a discussão e a construção do que pode ser melhor para o País. Podem ter certeza disso.

Então, passo a palavra, neste momento, ao Sr. Roberto de Figueiredo Caldas.

Ele teve de sair. O Lourenço também teve de sair.

Então, passo a palavra ao Moacir Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando o Presidente Calixto.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sr. Presidente, gostaria primeiramente de parabenizá-lo, mais uma vez, e também todos os palestrantes. Acho que é com diversidade das ideias que nós construímos este País. Imaginem se todo o mundo gostasse do branco, o que seria do preto, e assim por diante. Então, acho que temos de chegar a um meio termo.

Vale lembrar que o maior patrimônio que os empresários têm não é aquele patrimônio da construção do dinheiro guardado. O maior patrimônio que o empresário tem é o trabalhador, e sem essa força de trabalho o capital não tem bons resultados. É com a força do trabalho que o capital aumenta, que o capital se solidifica, que o capital tem melhor solidez.

O Senador Ataídes Oliveira nos questionou – lamentavelmente ele não se encontra –, mas o curioso é que ele fez exatamente o discurso que fiz: que, no início dessa questão, quando fosse vislumbrada a possibilidade de alterar o período do aviso prévio, haveria discussões e algumas questões de que traria excesso, desemprego, isso e aquilo outro, dificultando a implementação.

Fiquei feliz após escutar todas as confederações patronais aqui. Na discussão patronal, não há esse perigo, esse medo, mas, sim, uma discussão sobre a razoabilidade.

Eu gostaria também de lembrar, e foi colocado aqui na mesa, que o aviso prévio não dá para discutir na questão da Europa e em algumas questões lá fora. Quero lembrar que não foi aviso prévio que desequilibrou a fragilidade da economia da Europa. Foi por ene motivos, menos por avisos prévios.

E para nós, trabalhadores, finalizando, eu quero dizer que, lamentavelmente, nós temos que discutir a questão da demissão, a questão do aviso prévio. Para nós, os trabalhadores, o melhor seria mesmo a garantia de emprego. Ninguém gosta, de forma nenhuma, de receber um cartãozinho vermelho no final do expediente, na chapeira, ou de outra forma, dizendo: olha, a partir de amanhã você está de aviso prévio. O melhor mesmo é garantirmos a condição de trabalho de cada um. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem. Companheiro Moacyr, da Nova Central Sindical, sempre presente em todos os debates, meus cumprimentos.

Quero também aproveitar, Moacyr, para agradecer ao Lourenço, que representou aqui a Contec e a AGT. Ele teve de sair, mas sempre está conosco; agradecer também ao Dr. Roberto de Figueiredo Caldas, que representou a OAB no debate e também teve que se retirar.

Passo a palavra ao Paulo Vinícius Santos da Silva, Secretário Nacional de Políticas para a Juventude Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, representado o Presidente Wagner Lopes.

O SR. PAULO VINÍCIUS DA SILVA – Inicialmente, entendemos como absolutamente naturais as divergências entre as associações patronais e as que representam os trabalhadores. Não era pretensão nossa ter, numa audiência como esta, um acordo com as visões, até porque achamos que há interesses que colidem neste debate em alguma medida.

Mas nos chama a atenção que, quando se argúi a questão do custo, da carga tributária, a gente nunca estabelece uma ligação entre essa carga tributária e o custo da banca.

Eu apresentei um dado do *Le Monde Diplomatique*, como foi mencionado no debate: se 44,96% do Orçamento da União foram direcionados para essas despesas, o que é de fato carga tributária na relação entre o capital e o trabalho, em especial o trabalho de fato produtivo, e o que é que significa essa expropriação do Brasil como Nação para alimentar as bolhas especulativas que estão na origem de tentativa de regressão trabalhista e de destruição do estado de bem-estar social que acontece agora na Europa?

Então, coloca-se o Governo como problema e a carga tributária, que assegura os direitos, como o grande problema, Mas, na verdade, a gente percebe que existe um ralo imenso. Eu fico impressionado que o setor produtivo nacional, prejudicado pelo problema do câmbio flutuante, como no caso dos agricultores, não consiga perceber isso. Então, acho que isso é um grave limite para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento no nosso País, com valorização do trabalho, porque, objetivamente, sem assegurar

maiores direitos aos trabalhadores, com a situação de baixíssimos salários que nós vivemos, com altíssima rotatividade. A mim me parece, excetuando uma ou outra exposição, que ficou claro o problema da altíssima rotatividade e a relação entre o aviso prévio proporcional e como isso desestimula a rotatividade do trabalho.

Então, eu penso que essas questões estão no centro do debate. Nós temos posições diversas, mas eu penso que o Senador poderia aventar essa possibilidade de contar quanto é, para além da carga tributária e do que é trabalhador e do que é capital, o custo da banca, como isso impacta na empregabilidade, como isso impacta no desenvolvimento produtivo nacional, para que este debate, que é um debate silente, possa vir à tona nesta discussão.

Eu queria, por fim dizer que, curiosamente, a globalização só não vale quando se trata dos direitos. Quando a globalização se refere à perda de direitos dos trabalhadores, ela é aplicada indiscriminadamente, não tem nenhum problema com isso. Agora, quando se refere a outro direito, aí ela não vale. Mas, do mesmo jeito que os trabalhadores da Grécia, de Portugal e da Espanha saem às ruas para defender os seus direitos ameaçados diante da crise, também os trabalhadores brasileiros saberão pressionar o Congresso Nacional na defesa de leis que os favoreçam e favoreçam o próprio Brasil, na medida em que o interesse do Brasil é, sobretudo, o interesse do povo, do povo que trabalha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Paulo Vinicius, que falou em nome da CTB, deixando claro o seu ponto de vista e respondendo a algumas análises que aqui foram feitas.

Passamos, então, de imediato, ao Dr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, representando aqui o presidente da entidade, o Sr. Renato Henry Sant'Anna, e que, desde o momento em que falou aqui – até fiz uma pequena consideração – foi firme em dizer que o Congresso é que tem decidir, que não fique só esperando pelo Supremo.

Está com a palavra, Dr. Germano.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Apenas para pontuar algumas poucas questões.

A primeira delas – talvez eu vá me referir a casos concretos do que foi falado aqui – ocorreu-me há dez dias, na 5ª Vara de Fortaleza: um trabalhador que pedia, era o pleito dele, por meio de ação, um complemento, que a empresa pagasse um complemento para tempo de aposentadoria. Havia uma norma coletiva – e há muitas hoje em dia – com a qual lidei ao tempo em que eu advogava, participei muito de negociações coletivas, que era o seguinte: o trabalhador, em véspera de aposentadoria, a empresa deveria custear – acho que os senhores todos lidam com isso – o tempo faltante – se faltam oito meses ou cinco. Há dois modos de se enfrentar isso em norma coletiva hoje em dia: ou a empresa fica obstada da dispensa, não deve demitir esse trabalhador, ou pagar o custo previdenciário. No caso concreto, o trabalhador pedia, por meio daquela ação, que a empresa complementasse o tempo de aposentadoria e a empresa se negava a pagar. Enfim, haverá uma possibilidade de acordo, mas ainda não se identificava ao certo se o tempo era aquele mesmo ou era mais do que aquilo. Ficaram de fazer uma catalogação do tempo exato.

Estou falando disso por quê? Porque o trabalhador que passa muito tempo – e era o caso concreto – na empresa, vinte anos, vinte e poucos anos, muito provavelmente ele terá agregado outro tempo de outra empresa no tempo de serviço dele e o aviso prévio de 180 dias pouco menos que isso contribui até para finalidade previdenciária. É outra virtude do projeto: o tempo de aviso que conta para essa finalidade também.

Então, veio a mim essa memória e eu não podia de registrá-la nesta audiência.

Falou-se aqui, também, na questão da alta rotatividade. Ela é – e trago isso também na minha memória da militância dos tempos de advocacia – uma técnica, sim, de supressão de direito. Hoje em dia, pouco praticada até, enquanto técnica. Porque o Judiciário enfrentou devidamente. Mas a técnica de demitir e recontratar daqui a pouco no mesmo cargo e com salário reduzido, isso ocorreu muito e muitíssimo. É uma técnica de rebaixamento de função, é uma técnica de rebaixamento de salário. Isso ocorreu muito, muito. Estou aqui dando um depoimento como advogado que fui e na magistratura. Hoje, não existe tanto, não se vê tanto isso no Judiciário. Mas foi, muito presentemente, uma técnica de supressão de direitos.

E para registrar outro ponto que foi falado aqui, quanto à questão da pequena empresa, e a reciprocidade nesse limite do aviso prévio alargado. Não se quer, pura e simplesmente, que o empregado chegue lá para o empregador, uma microempresa, e diga: olha, estou indo embora, tchau. Não. É lógico que há um limite do mínimo do aviso prévio. A lei hoje prevê os trinta dias, pode se preservar. Mas o que se diz é que o aviso prévio não é fonte remuneratória para o empregador também. Não se pode chegar lá e o empregador cobrar 180 dias de aviso prévio de forma indenizada do empregado. Acho que todos aqui têm claro, mesmo em se tratando de microempresário, qual é o distanciamento, do ponto de vista econômico, que há entre um empresário, mesmo um microempresário, e um empregado, que vive de salário mínimo. Então, esses limites são naturalmente ponderáveis.

Então, são esses três registros que eu gostaria de fazer e, finalmente, agradecer o convite que me foi formulado, Senador. Quero dizer que sempre que formos convidados estaremos aqui.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Germano Silveira de Siqueira, que aqui falou pela Anamatra. A Anamatra nos ajudou muito a formular, para não dizer que fez a maior parte – quero assumir um pouco esse projeto –, esse projeto que suscitou esse belo debate e que provocou, inclusive, o Supremo, a partir do momento em que ele começou a tramitar aqui na Casa, e, a partir dele, as entidades também, naturalmente inspiradas no que está no texto da Constituição, entraram com uma ação lá no Supremo.

Eu só queria, neste momento, agradecer muito a todos que participaram do debate. Se necessário outro debate, nós faremos, e não só sobre esse tema. Os convidados sabem que dedico minha vida e meu mandato ao mundo do trabalho; e, quando digo mundo do trabalho, isso vai desde a política de direitos humanos às leis da área pública, da área privada, todos os direitos, de idosos, da Previdência. Sei que os senhores conhecem o tem. E é debatendo, discutindo, que a gente vai construindo juntos – quero mais uma vez reafirmar – o que é melhor para o País.

Neste instante, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, vou colocar em votação um requerimento. E quero convidar a todos os presentes, se puderem estar presentes – vamos marcar a data com tempo.

O requerimento é o seguinte:

Requeiro, com fundamento no art. 93 do nosso Regimento Interno, a realização de audiência púbica para debater a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas.

Os convidados serão indicados, posteriormente, pelos Senadores perante a Secretaria da Comissão. Mas eu quero, de público, convidar a todos, porque é um projeto que está tramitando aqui na Casa, também de minha autoria – não estou dizendo que tem que votar nem hoje nem amanhã, estou conversando com o relator –, e convido o próprio relator para estar presente nesse dia, para que a gente aprofunde também essa questão da participação dos trabalhadores nos lucros. Digo que este assunto de monta desde a época de Napoleão, do pouco que eu li, e até hoje não é uma questão clara. Eu dizia, outro dia, em um debate em uma comissão, que inúmeros empresários pediram: regulamente isso de uma vez, para que não se fique eternamente sem ter uma situação clara. É natural que os trabalhadores estejam fazendo mobilização para terem direito à participação. E se tivermos uma regulamentação precisa... Porque hoje, o que existe, no meu entendimento, é uma lei muito solta, que diz apenas o seguinte: os trabalhadores têm direito, mediante acordo ou convenção coletiva, a participar dos lucros. Eu acho que dá para avançar mais, numa redação mais precisa.

Então, aqueles que concordam – vocês todos estão concordando, estou comprometendo vocês (*Risos.*) – com a audiência pública, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o nosso requerimento para fazer uma audiência pública sobre esse tema que está em debate aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados.

Enfim, agradeço muito mesmo tanto os representantes dos empregadores como dos trabalhadores por estarem aqui nesta manhã – já são 12 horas e 41 minutos –, discutindo a questão do aviso prévio. Que a gente caminhe junto aí, para que, no final, tenhamos uma redação que fique no campo – gostei da palavra – da razoabilidade.

Obrigado por terem vindo aqui. Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA 12ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, COM A 58ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO DA CDH, SALA Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia vinte e nove de agosto de dois mil e onze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a presença da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP, e do Senador Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais membros. Registram pre-

sença os Senadores Ataídes Oliveira, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella. A Presidência declara aberta a presente Reunião, informando que esta se destina à realização de **Audiência Pública** para debater com o setor empresarial a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento, em atendimento aos Requerimentos nº 1, de 2011–CASEMP; nº 7, de 2011-CASEMP; e nº 101, de 2011-CDH, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Cristiano Zaranza, Chefe de Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; Laércio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Cassius Marcellus Zomignani, Diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – DESIN/FIESP. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, numa audiência conjunta com a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta é uma audiência pública conjunta, nos termos do Requerimento nº 101, de 2011-CDH, aprovado em 01/08/2011, e do Requerimento nº 01, de 2011-Casemp, ambos de autoria deste Senador e de outros, para debater a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento.

Informamos que já realizamos uma audiência pública com este mesmo formato, ouvindo as centrais sindicais e as confederações dos trabalhadores. Foi de minha autoria aquele requerimento, como também este, que tem o objetivo de ouvir o setor empreendedor, os empresários, enfim, aqueles que atuam na área da contratação dos trabalhadores.

A pergunta que fica – e é o que prezo também – é a seguinte: ouviram os dois lados? Esse é o objetivo desta audiência pública, transmitida, ao vivo, pela TV Senado para todo o Brasil. Ouvimos os trabalhadores e, hoje, ouviremos os empresários. Se houver um entendimento entre o setor empregador, os representantes daqueles que empregam, e os que são empregados, poderemos, em certo momento, fazer uma audiência em que as duas partes estejam presentes.

Este é um tema que, no meu entendimento, é, de fato, emblemático e merece uma discussão profunda: a redução da jornada. Falo com tranquilidade, até porque sou um dos autores das PECs que circulam na Casa nesse sentido. Mas sempre, na minha visão, busca-se a conciliação, o entendimento, o que for melhor para todos, para o empregado, para o empregador e para o País. O objetivo é o de ouvir todos e o de buscar um entendimento.

É bom lembrar que a redução do encargo sobre a folha de pagamento está na Ordem do Dia. Basta pegar os jornais de hoje para verificar que, embora tenha havido uma redução em relação à contribuição para a Previdência de 20% sobre a folha para 1,5% sobre faturamento, não há mesmo sobre esse tema entendimento, pelo que percebi hoje e nesse fim de semana, nem por parte dos empresários, nem por parte dos trabalhadores. Por isso, esta audiência ocorre num bom momento. Faremos a discussão sobre a redução de jornada, como também a discussão sobre a redução de encargos sobre a folha de pagamentos.

Eu chamaria para compor a Mesa os que já estão aqui presentes: o Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Sr. Emerson Casali Almeida; e o Sr. Cassius Marcellus Zomignani, Diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). (*Pausa.*)

Já me informam que o Dr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), está presente aqui. Incluíram o Senai aqui para sensibilizar este Senador, que é fã do Senai. E explico sempre o porquê: eu me formei no Senai, minha vida mudou depois que fiz o curso do Senai, até eu chegar ao Parlamento, já há 25 anos. São 25 anos de Parlamento; no Senai, trabalhei muitos anos atrás. Já estou com 61 anos.

Está aqui presente também o Sr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras

(CNF); e o Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o Sr. Laércio Oliveira, que é Deputado Federal.

Quero dizer ao Deputado Laércio que o Senador Ataídes Oliveira, que é empresário da construção civil, também faria parte da Mesa, mas S. Exª ainda não chegou aqui.

Antes de iniciar os trabalhos, eu queria fazer um rápido registro.

O Senado realiza, hoje, pela manhã, às 11 horas, uma sessão especial destinada a comemorar o aniversário de fundação do jornal *O Dia*. O requerimento de realização dessa sessão foi apresentado pelo Senador Marcelo Crivella. Faço, aqui, essa citação, porque não poderei lá estar. Portanto, rendo daqui minhas homenagens ao jornal **O Dia.**

De acordo com o Senador Crivella, o jornal **O Dia**, periódico popular carioca, foi fundado em 1951 por Chagas Freitas, que, posteriormente, em 1954, elegeu-se Deputado Federal e Governador do Rio de Janeiro, em 1970. Em 1983, o jornal **O Dia** foi comprado pelo jornalista e empresário Ary Carvalho. Atualmente, a propriedade é da Empresa Jornalística Econômico S.A. (Enjesa), que publica o *Brasil Econômico*. A Editora O Dia engloba ainda o jornal *Meia Hora*, o esportivo *Marca Campeão!*, o portal O Dia Online, a TV O Dia, além de uma agência de notícias e do Instituto Ary Carvalho.

Então, meus cumprimentos aos diretores, a todos os funcionários e aos leitores do jornal *O Dia*. Essa sessão de homenagem, que será realizada hoje, pela manhã, é de iniciativa do nobre Senador Marcelo Crivella, do PRB do Rio de Janeiro.

Registro também que, seguidamente, o jornal *O Dia* me entrevista, para que eu fale sobre a previdência, que é uma luta histórica minha, para que fale sobre o fator previdenciário dos aposentados. O jornal *O Dia* tem ouvido todos. Agradeço pelo espaço que eles dão, para que a voz dos aposentados tenha também repercussão na mídia.

Não vou fazer nenhuma introdução maior sobre o tema, que os senhores conhecem como ninguém. Quero só dizer que a minha posição segue sempre a linha do entendimento, do debate, para que, no Congresso, façamos leis que sejam construídas no campo da razoabilidade e que deem preferência ao consenso entre aqueles que empregam e os que são empregados.

Como ouvimos, de forma muito tranquila, os representantes dos trabalhadores, hoje, ouviremos os representantes dos empregadores. Vou seguir a lista, a ordem que foi colocada pela assessoria desta Comissão, convidando, para que use da palavra, neste momento, por dez minutos, com mais cinco minutos, se necessário, o Sr. Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da CNI.

Está com a palavra o Dr. Emerson.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Cumprimento os membros da Mesa.

Sr. Presidente, agradeço o convite à CNI para vir tratar aqui de um tema, como disse o senhor, de muita relevância para o País. É uma discussão que temos de fazer de forma permanente, porque a redução da jornada diz respeito a questões ligadas a custo do trabalho, à qualidade de vida do trabalhador, a oportunidades de geração de emprego ou a dificuldades de geração de emprego. Enfim, é um tema de ampla repercussão.

Vou fazer uma rápida apresentação, Sr. Presidente, um pouco mais de cinco minutos, focando a questão da redução da jornada e como enxergarmos os impactos que ela pode trazer.

(Próximo, por favor.)

Presidente, nosso foco inicial em qualquer discussão é que repercussão isso poderia trazer para os trabalhadores, para os empregos e para os investimentos, não é? E hoje nós fazemos duas discussões, que são muito importantes. Diferentemente de um momento em que só vivíamos com o mercado interno, hoje nós temos duas situações. Uma situação onde você tem setores que estão competindo dentro do mercado interno e setores que trabalham no mercado global.

Fazendo essa consideração, no mercado interno, o que percebemos é o seguinte: se você simplesmente reduz a jornada sem redução de salário, você está falando em um aumento de custo unitário, ou seja, você não está produzindo, digamos, nenhum tijolo a mais, você não está construindo nada a mais, simplesmente você está mantendo o custo e reduzindo a produção. Então, você tem um aumento de custo unitário, o que, logicamente, implica um mercado fechado e aumento de preços. Maior preço, menor consumo; menor consumo, menor produção; menor produção, menos oportunidade de emprego. Isso seria uma lógica econômica, no nosso ponto de vista. Essa é uma preocupação que nós temos.

Quando falamos do mercado global, aí nós temos um problema ainda maior. Ou seja, diferentemente de um mercado em que você tem o preço dado em cima de uma margem acima do custo, para o mercado global, você tem o preço já estabelecido por esse mercado. Então, se o seu custo está abaixo do preço estabelecido pelo mercado, você está dentro do mercado; se o seu custo está acima, você sai do mercado, e aí você

tem perda de empregos ou o que chamaríamos hoje de exportação de empregos.

Temos visto muito fortemente no setor de manufatura. Mesmo com todo o crescimento que o País teve nos últimos oito anos, setores como os de calçados e confecções, que são muito intensivos em mão de obra, apresentaram um crescimento muito pequeno do emprego nesses últimos oito anos. A lógica é que nós não somos competitivos nisso. E logicamente o custo do trabalho é um dos fatores que compõem o custo global. Há a questão tributária, há as dificuldades sistêmicas relacionadas ao custo Brasil.

(Próximo, por favor.)

Falando em redução de jornada, existe uma coisa clara: há aumento de pelo menos 10% do custo. Se aquela lógica for correta, ou seja, se, de dez, eu preciso contratar mais um, tenho 10% de aumento. Às vezes, você só tem três trabalhadores e vai precisar contratar mais um, então, talvez o seu aumento de custo seja ainda maior. Nesse caso, esse aumento direto se reflete na empresa que está fazendo o produto final, ou seja, 10% do custo do trabalho dela vai ser aumentado. E vai ser aumentado não somente o custo do salário, mas todos os custos derivados acessórios que vêm junto são aumentados. Esse aumento também ocorre em cadeia, ou seja, quando eu compro um eletrodoméstico, o aço que foi usado para produzir tem o fator trabalho na composição do seu custo.

Então, essa redução de jornada uniforme, sem ser por negociação coletiva, afeta o preço do aço. Mas ela também afeta o preço do minério. Ela afeta o preço dos sistemas de informação que são desenvolvidos. No fundo, você tem um efeito em cadeia que se reflete no custo do produto.

Também dentro de uma lógica macroeconômica, ou microeconômica, você tem um prejuízo real à sustentabilidade empresarial decorrente do aumento direto dos custos de 10% do trabalho no produto e na cadeia também. E, do outro lado, você tem um aumento de custo ao consumidor. Toda vez que se fala de aumento de custo ao consumidor, dos nossos 200 milhões de consumidores, você tem um processo de prejuízo à própria inclusão social. É lógico que um produto a um custo mais acessível, seja ele uma telefonia celular, seja ele uma geladeira, ou o que for, se ele está a um custo mais acessível, mais pessoas podem comprar, e isso está relacionado a um processo de inclusão social, o que o Brasil teve muito forte nesses últimos anos.

(Próximo, por favor.)

Pela nossa avaliação, além de a gente não ter uma geração direta de emprego, como se preconiza muito em algumas propostas, a gente percebe que 40% dos nossos contratos já são com menos de 40 horas semanais. Outro problema: as nossas micros e pequenas empresas, que respondem a algo em torno de 50% dos empregos formais, também não têm uma relação tão direta desse dez para um, ou seja, se você tem três funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa eu só... Meu papel é só presidir hoje. Mas esse dado que você coloca, só para destacar, nem eu tinha: 40% dos contratos são de 40 horas ou menos?

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para destacar. Achei interessante isso. Nem eu sabia.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – – Nesse segundo item, Presidente, o que a gente coloca é que dificilmente uma empresa, que não um setor de produção, tem três costureiras. Se você tiver uma redução de jornada de 44 para 40, ela vai contratar uma quarta costureira. Então, no caso das micros e pequenas empresas, você tem menos ainda esse efeito direto. A gente acredita que particularmente nesses setores das microempresas, você acaba tendo um processo de indução à informalidade.

Sobre essa perda de competitividade, dissemos que ela implica perda de emprego. E o aumento do custo de trabalho sempre vai acelerar, dependendo da forma como ele venha.

O aumento do custo de trabalho associado ao aumento de produtividade com mais qualificação não estimula, digamos, a automação. Mas o aumento de custo de trabalho sem um ganho direto de produtividade vai cada vez mais competir com o capital e, às vezes, diante de um conjunto de fatores, fica mais interessante investir na automação. Ou seja, isso sempre está associado a um processo de indução de se acelerar ou não a automação.

Bom, a gente acha que a desvantagem dessa redução do topo da jornada legal de trabalho de 44 para 40 não reconhece algumas particularidades e necessidades de empresas e setores – ou seja, logicamente, estamos falando de algo geral, de algo nacional e coletivo – e tem pouca aderência justamente nas micros e pequenas empresas, que certamente vão ser as que mais vão sofrer com esse tipo de mudança.

(Próximo, por favor.)

A questão da hora extra é outra discussão importante. Temos uma visão de que ela viabiliza situações de gestão da empresa. E aqui, Presidente, não estamos negando que possam ocorrer até distorções no uso de hora extra, mas o fato é que a gente parte da premissa de que a maioria trabalha de forma correta. Então, a hora extra supre a ausência ocasional de funcionários; podem ocorrer picos de trabalho de

curta duração. Você não contrata meio funcionário, então, particularmente nas pequenas empresas, isso faz diferença. Uma proposta com aumento do custo da hora extra atinge, então, todas as empresas, particularmente as micros e as pequenas. Essa hora extra mais cara não necessariamente também implica mais trabalhadores contratados.

Aqui uma situação com a qual o senhor deve se deparar. A gente, muitas vezes, vê a discussão de muitos trabalhadores que querem fazer mais horas extras. Um exemplo: a gente estava vivendo a situação das obras do PAC, e o que percebemos muito fortemente é que a intenção daqueles trabalhadores que estão indo para outro local é trabalhar doze, catorze horas por dia para justamente acumular um conjunto de recursos maior, até para poder voltar. Se isso é bom ou é ruim para o trabalhador, é lógico que existe uma discussão em torno disso, com os próprios sindicatos, sobre a política pública em torno disso. Mas o que eu gostaria de destacar é que a hora extra tem um lado em que, às vezes, o trabalhador é forçado a fazer e tem outro lado, que às vezes, o trabalhador quer fazer.

Bom, por fim, as experiências internacionais nessa discussão.

Na nossa visão, avaliamos alguns estudos, e todos indicam que não se comprova a geração de emprego por redução da jornada legal de trabalho. E a tendência é a gente ver como na Europa, por exemplo, com as quarenta e oito horas, e, em alguns países, menos, o que acontece é que se busca um processo de negociação em que se tenha flexibilidade maior, chegando a 35 horas, a 40 horas, dependendo da situação. E a gente percebe isso de uma forma muito clara no caso da Alemanha. Lá, em função das possibilidades e necessidades, os acordos coletivos acabam variando as jornadas de segmentos muito importantes.

Na nossa visão, o que gera emprego é o crescimento econômico, investimento, estímulo ao empreendedorismo. Empregar não pode ser uma atividade de alto risco, porque se começa a desestimular o emprego. Regras mais flexíveis e seguras para quem contrata – aqui falo de uma visão empresarial, mas não de negar nada da proteção do trabalhador. É simplesmente dar mais segurança jurídica ao próprio processo de contratação.

Redução dos custos de encargos sobre a folha: é uma discussão que é feita, ou seja, o País vai se deparar com "n" custos que afetam o trabalho. Então, a gente está falando de salários, de encargos sobre a folha, de um conjunto muito grande de obrigações acessórias. Todas, de uma forma muito direta, oneram o trabalho – por exemplo, um processo de licença, mas todos os casos merecem ser bem avaliados.

Mas o que percebemos é que a burocracia, a insegurança jurídica, tudo isso tem um impacto. Então, hoje, a gente começa essa discussão dos encargos, como o senhor propõe. Hoje, essa discussão de encargos se concentra muito, em um primeiro momento, na previdência. Realmente, não é uma discussão para ser feita de forma açodada, mas é uma discussão muito importante.

Qualificação profissional e empregabilidade: acho que é uma estratégia em que o País vai ter sempre que investir muito. E aqui eu encerro, Sr. Presidente, a minha apresentação, que focou mais a questão do impacto da redução de jornada na visão da Confederação Nacional da Indústria. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Emerson Casali Almeida, que falou pela CNI. Pelo que entendi, defende que a questão da redução de jornada deve ser fruto muito mais da livre negociação entre empregado e empregador, entre os sindicatos respectivos da categoria econômica e profissional e levanta os seus argumentos.

Passamos de imediato ao Dr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Senai – o nosso Senai.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Senador Paim, de fato, é uma satisfação estar aqui. Estou aqui representando o nosso Rafael Lucchesi, que, por problemas familiares, não pôde estar presente aqui hoje.

Peço desculpas também porque estou vindo de uma gripe muito grande e estou um pouco afônico, mas vamos procurar cumprir. Já vi que a rigidez do horário é muito significante aqui na Casa.

Cumprimento os demais companheiros presentes aqui na Mesa.

Cumpre-me aqui falar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Permita-me, Dr. Gustavo, já chegou o Sr. Cristiano? Então, eu queria convidá-lo a compor a Mesa o Dr. Cristiano Zaranza, chefe da assessoria jurídica da CNA.

A palavra segue com o senhor.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Cumpre-me, então, falar um pouco sobre Sesi/Senai e sua atuação. Aqui, na apresentação, há um certo diagnóstico da nossa situação atual, mas eu vou me concentrar – vou passar até com certa rapidez – no cenário futuro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.Bloco/PT – RS) – Se precisar de alguma tolerância, a Mesa terá, como teve na outra audiência.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Ok.

(Próximo, por favor.)

Aqui é a agenda: pretendemos falar um pouco do Sistema S, do Sistema Indústria, alguns números que atestam os resultados do Sesi e do Senai, a percepção que a sociedade tem das instituições, a forma de aten-

dimento, a capilaridade, a imagem das organizações. Vou falar um pouquinho, no final, sobre o cenário do futuro. Nisso, sim, nós devemos demandar um pouco mais de tempo e atenção porque o cenário, felizmente, para o País, nunca foi tão favorável, no que diz respeito à possibilidade de um crescimento contínuo e sustentado. Isso exigirá das instituições que trabalham com educação um tipo de esforço redobrado em relação ao passado recente.

(Próximo, por favor.)

Bom, o Sistema "S" todos conhecem, sabem que é composto por uma série de entidades ligadas à agricultura, ao comércio, ao cooperativismo, transportes, indústrias, portos, reforma agrária, apoio à pequena e micro empresa, aeronáutica e tem como finalidade desenvolver ações na área de educação, saúde, lazer, promoção social direcionados ao bem-estar e à melhoria do padrão de vida do trabalhador. Vamos falar um pouco de uma parte do Sistema "S", aquele ligado à indústria. O Sesi e o Senai, que estão ligados ao sistema indústria, integram, portanto, o Sistema "S" e desenvolvem uma série de atividades de excelência que vamos procurar mostrar aqui.

(Próximo, por favor.)

Ali está missão do Sesi, que é promover a qualidade de vida dos trabalhadores e seus dependentes com foco em educação, saúde, lazer e da gestão responsável da empresa industrial. Então o Sesi tem um foco muito grande nos trabalhadores na indústria e também nas questões ligadas à responsabilidade social das empresas.

Bom, ao Senai a missão define o seguinte: promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria. Então, nesses setenta anos de idade – quase setenta anos de idade – o SENAI tem um enorme reconhecimento na área de educação profissional, formou mais de cinquenta brasileiros nesse período, tem mudado o seu foco, tem ampliado o seu foco de atuação para uma vertente cada vez mais tecnológica, porque essa é a demanda majoritária da indústria, e tem também iniciado um tipo de produto e serviço pelo qual não é ainda muito conhecido. Trata-se de ofertar serviços de natureza técnica e tecnológica para o parque industrial brasileiro. Há cerca de vinte anos isso vem se intensificando no Senai. E agora – e a gente vai falar um pouco isso no final – nós estamos nos voltando exatamente para a questão da inovação, porque esse tema tem ganhado uma enorme relevância para a competitividade do País.

(Próximo, por favor.)

Bom, estão ai alguns números: em 2007, o SESI registrou 1.720.000 matrículas na suas unidades, atendendo 18 milhões de trabalhadores da indústria e seus dependentes no campo da saúde e da educação responsável.

O Senai apresenta 2.362.000 matrículas em suas 797 unidades, atuando desde os cursos básicos, da aprendizagem básica, de cursos mais básicos, que ainda são demandadas pelo setor industrial principalmente na construção civil, na área de calçados, mas avançando também, como eu falei, para ampliar cada vez mais o seu portfólio de ofertas de cursos técnicos, de cursos de graduação de nível superior principalmente os cursos superiores de tecnologia, já que essa é uma tendência irreversível na indústria, ou seja, cada vez mais a indústria vai exigir um perfil mais tecnológico dos seus empregados.

Bom, temos hoje a maior rede laboratorial certificada no País. São cerca de 200 laboratórios. Esses laboratórios são acreditados em diversas redes: no Inmetro, no Ministério da Agricultura, alguns também em fase de credenciamento, mas isso mostra o esforço que o Senai tem feito para termos aqui no Brasil condições de termos uma cultura metrológica sólida. A base da qualidade industrial é a metrologia. Então, hoje o Senai é o principal ofertante de serviços metrológicos acreditados, seja na parte de ensaios, seja na parte de calibração, e isso representa uma coisa muito relevante e importante para a qualidade industrial brasileira.

Bom, como se destinam os recursos arrecadados para Sesi e Senai? Noventa e dois por cento do orçamento de todo sistema Sesi/Senai – departamentos regionais e departamentos nacionais – foram alocados nas atividades fins das entidades – 92% ligados a atividades fim.

Em 2014 – e ai nós vamos falar um pouco da gratuidade. Todos se recordam de que, em 2008, tivemos acordos e negociações com o Governo Federal e, isso foi para o nosso Regimento. Temos, desde então, cumprido à risca tudo aquilo que foi acertado. Então, o Sesi tinha uma meta de dedicar 29% dos recursos à educação, e essa meta já estão em 58%. Por quê? Porque há um entendimento claro da CNI da importância da questão do papel da educação para o Brasil hoje, e isso tem carreado cada vez mais ações do Sesi. Esse é um movimento que ainda se intensificará mais para a área educacional. E, dessas ações, já ligadas à gratuidade, foram atingidos 12,9% contra uma meta de 7%.

E o Senai, que tinha uma meta de 53% da receita compulsória líquida, a receita líquida de contribuição,

atingiu, no ano passado 60% dessa receita cobrindo custos da gratuidade.

(Próximo, por favor.)

Em relação à transparência, o Sesi e o Senai atendem à LDO. Disponibilizamos todas as nossas informações de forma atualizadas nos *sites* que estão ali: www.sesi.org.br e www.senai.br. Os indicadores dos recursos e os dados do desempenho financeiro da organização estão sempre lá disponíveis. E nós somos auditados sistemática e tempestivamente pela CGU, pelo TCU, e prestamos conta anualmente obedecendo rigorosamente modelo de relatório de gestão estabelecido pelo TCU e pela CGU.

Como é que o egresso do Senai nos enxerga? Setenta e dois por cento dos alunos fariam outro curso no Senai. Então, esse talvez seja um indicador muito interessante; 8,6 é a média de satisfação do aluno com os cursos; 74% dos egressos dos cursos técnicos do Senai ingressam no mercado de trabalho. Isso mostra o nível de proximidade que o Senai tem com o mundo do trabalho. Não poderia ser diferente já que temos aí uma longa tradição e somos geridos e administrados pela indústria.

Como é que a empresa nos vê? Noventa por cento das empresas preferem contratar egressos dos cursos do Senai, e 8,5 é a média de satisfação das empresas com egressos do Senai.

(Próximo, por favor.)

Impacto da educação profissional do SENAI nos salários. Isso foi trabalho feito com a PUC em que se tentou avaliar isso. Então, a gente vê um egresso de um curso de qualificação do Senai. Ele tem um impacto de 19% no seu salário decorrente do fato de ter passado pelo Senai.

(Próximo, por favor.)

Aí há uma comparação com as outras redes, ali com um curso técnico. É 19. Falei errado – eu não estou enxergando direito – é 15 para qualificação e 19 para curso técnico.

Bom, o Senai e o Sesi atuam de forma muito flexível. Quer dizer, as demandas industriais estão espacialmente avançando novas fronteiras industriais, e nem toda região comporta uma unidade fixa. Então, a gente usa muito unidades móveis. Aí tem um barco no Amazonas, que é um barco-escola, utilizamos parcerias com prefeituras, ONGs, procurando sempre levar unidades móveis, escolas móveis, carretas, muito treinamento em *company*, muito treinamento em projetos novos, em projetos que se implantam em determinada região remota do País. A gente vai junto com a empresa e monta lá o canteiro para que seja formado o pessoal localmente para a implantação daquele projeto.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui já foi tratado, pode passar. Bom, imagem e reconhecimento: 75% é o índice de satisfação das empresas com o serviço do Sesi, dividido em micro, pequena e grande; 83% da sociedade se mostra satisfeita com a qualidade do serviço do Sesi; 43.8% da sociedade recomendariam a outras pessoas as empresas com nota 10. É o reconhecimento da imagem do Sesi, é o 1º lugar do premido *Top of Mind* de proteção em 2010 na categoria "entidades prestadoras de serviço de segurança e saúde no trabalho." O Sesi tem um trabalho exemplar de segurança, principalmente ligado à parte da construção civil em canteiros de obras.

(Próximo, por favor.)

Da mesma forma, para o Senai 95% das empresas conhecem o Senai conforme pesquisa de margem; 78% da sociedade também conhecem o Senai; 86% das empresas se declaram satisfeitas com o serviço do Senai; e 87% recomendariam o serviço do Senai a outras empresas.

Em termos internacionais, o Senai representa o Brasil no *WorldSkills,* que é uma olimpíada internacional de qualificação profissional e que tem competidores de vários países. Nas últimas olimpíadas, o Brasil ficou respectivamente em terceiro e segundo lugar – no Japão e no Canadá. E agora, em outubro, temos uma olimpíada em Londres, em que estaremos também competindo também junto com o Senac, representando o Brasil, e isso traz um enorme benefício de imagem para o país.

(Próximo, por favor.)

A OIT, que é a Organização Internacional do Trabalho, reconhece o Senai como modelo em educação profissional na América Latina. O Senai tem 50 parcerias internacionais com centros de excelência e desenvolve 27 projetos internacionais. Então, num primeiro momento, o Senai recebia muita cooperação – recebida, vinda, trazendo tecnologia para o Senai. Hoje a gente já presta um trabalho muito relevante para a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), que é também ajudar os países, principalmente os países africanos e na América Latina. Então, temos 27 projetos internacionais em países da África, em países da América Latina em que a gente leva tecnologia brasileira em auxílio e apoio ao desenvolvimento desses países.

(Próximo, por favor.)

Ali têm alguns: Paraguai, Timor Leste, Cabo Verde, Guatemala, Moçambique, Peru, Jamaica...

Acho que vou precisar, Sr. Presidente, do tempo que me ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode continuar, com uma tolerância de mais cinco minutos.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Demanda por capacitação profissional. Então, hoje, a realidade atual, nós estamos círculo virtuoso de crescimento e a indústria se recente de encontrar trabalhadores qualificados, não só porque o volume de emprego é maior, mas também porque o perfil desse emprego é mais qualificado.

(Próximo, por favor.)

E isso tem impactos. Os principais impactos disso são na produtividade e na qualidade do produto. Então, isso é uma coisa muito importante para a empresa e é a base do cenário que a gente tem hoje, e a gente vai falar do futuro.

A situação no Brasil hoje, se a gente olhar os dados do Fórum Econômico Mundial, é exatamente essa. O Brasil não está bem posicionado no que diz respeito à educação, no que diz respeito à inovação, mesmo se compararmos apenas com os BRICS. Então, dentro deste cenário, a instituição está se preparando para um verdadeiro salto, um salto necessário para futuro da indústria brasileira.

(Próximo, por favor.)

O primeiro diz respeito à educação, e aí a gente está firmemente, de forma voluntária, aderindo de maneira intensa às ações ligadas ao Pronatec. Entendemos que o Pronatec, de fato, nos ajuda a ampliar fortemente a nossa base de matrículas. O desafio é alcançar quatro milhões de matrículas em 2014. A gente está saindo de um patamar de dois milhões de matrículas, em 2010, para quatro milhões. No que o Senai levou setenta anos para chegar, a dois milhões de matrículas, nós estamos querendo dobrar em quatro. Isso é possível a partir de fontes externas de financiamento, porque é impossível dar um salto desses apenas com os recursos orçamentários que temos. Isso vai implicar expandir a rede física, intensificar as estratégias flexíveis de atendimento.

(Próximo, por favor.)

Estamos desenvolvendo agora, Sr. Presidente, 10 cursos técnicos a distância focados em áreas da indústria.

Eu quero dar destaque para isso, porque é comum a gente ter hoje oferta de educação a distância em áreas da administração, voltadas para um público graduado, cujo aluno geralmente está fazendo uma pós-gradação e tem uma capacidade maior de se gerir. Os cursos são mais ligados à parte teórica. O desafio de um curso técnico de manutenção, de um curso técnico de automação, de um curso técnico para operar uma plataforma de petróleo é que as pessoas precisam aprender a fazer. Então, tem toda uma parte prática. Como tratar isso na educação a distância? Por isso, o mercado não tem tantos *players* privados nessa área. É muito caro desenvolver simuladores, desenvolver kits didáticos que possam estar nos diversos polos para atender isso. Mas atuar em educação a distância permitirá fazer chegar às áreas mais distantes do país a oferta dos cursos do Senai. Um forte investimento em educação à distância tanto em cursos técnicos como em curso de qualificação, isso começará a ser disponibilizado a partir do próximo ano.

(Anterior, por favor.)

E uma coisa importantíssima: a intensificação da articulação da educação básica com a educação profissional. Estamos trabalhando muito próximo com o Sesi, acho que como nunca antes. Sesi e Senai são instituições irmãs, mas em alguns momentos caminhavam com focos diferentes. Agora, não. Agora nós estamos trabalhando juntos a percepção da importância de que nós tenhamos efetivamente uma articulação do ensino básico com o ensino profissionalizante, criando um perfil de competências muito específico que permita a este egresso, de fato, responder à altura aos desafios da indústria do século XXI. Então, onde estivermos ampliando a rede física do Senai, vamos também ampliar a rede física do Sesi, com programas Ebep, que é educação básica articulada com educação profissional, construindo uma grande escola de ensino médio articulada com cursos técnicos do Senai.

Além disso, quando estivermos trabalhando em Treinamento In-Company, vamos dar educação profissional, mas baseada em reforço de matemática, reforço de português, porque esse tipo de demanda é muito importante hoje para o trabalhador brasileiro, e também expandir a oferta de educação profissional de nível superior, os cursos superiores de tecnologia. Todos falam do apagão dos cursos de engenharia. Então, a melhor forma de ter pessoal qualificado no país hoje é ampliando também a oferta dos cursos superiores de tecnologia. Cursos focados para demandas específicas da indústria, isso amplia a base da oferta, reduz a pressão sobre a indústria e vai criar efetivamente um espaço muito interessante para o trabalhador especializado no país.

A parte de certificação profissional é muito usada hoje na área de informática. Cada vez mais a indústria precisa o reconhecimento de que o conhecimento hoje é perene. Não dá para ter um diploma que valha para o resto da vida. É preciso periodicamente validar as competências do mundo do trabalho.

Por fim, Sr. Presidente, eu vou pedir mais um pouco de sua ajuda.

(Próximo, por favor.)

O Senai está buscando uma atuação significativa na questão da inovação. O Brasil é um país grande, de 200 milhões habitantes. Não podemos abdicar da

atividade industrial. Não podemos ficar só exportando *commodities*. Não é que nós vamos parar de exportar *commodities*, mas é preciso ter capacidade de ampliar a nossa pauta de exportação com produtos manufaturados. O Brasil tem tudo para ser um grande polo manufatureiro do mundo, junto com a China. Então, o que é que falta? Há condicionantes macroeconômicos, que certamente serão equacionados, mas, quando isso acontecer, o que vai faltar? Está lá no Fórum Econômico Mundial: falta a capacidade da indústria brasileira de inovar. É enganoso pensar que tecnologia vai ser comprada para isso. Não! Nós vamos ter que desenvolver a nossa capacidade de melhorar os nossos produtos, porque vamos competir com outros países por um mercado global. O Brasil hoje se recente de um tipo de instituição que faça o elo entre quem gera o conhecimento, que é a academia, e o setor produtivo.

O Senai está procurando desenvolver um projeto que visa exatamente adensar esse tipo de instituição aqui no Brasil. Trata-se então de quê? Da implantação de cerca de 20 centros de tecnologia de alta *performance*. Esses centros tecnológicos funcionarão, cada um deles, com o domínio de uma tecnologia transversal e relevante para o mundo industrial. Então, um CT, centro tecnológico, vai ter domínio na área de automação; outro vai ter domínio na área de fotônica; outro vai ter domínio em tratamento de superfície; outro vai ter domínio em biotecnologia e aí vai compondo um universo de 50 assentos, que, trabalhando em rede e de forma articulada, certamente poderão ter uma ação muito relevante na solução de gargalos tecnológicos de todos os setores industriais brasileiros, e trabalhando também de forma muito articulada com quem gera o conhecimento, que é a academia, mas trazendo do setor produtivo suas necessidades e seus projetos para que sejam desenvolvidos dentro dessa rede. Esse é o modelo da sociedade Fraunhofer, na Alemanha, com muito êxito e com muito resultado para o país.

Estamos empenhados nisso. A ampliação da rede física vai ser feita sem afetar em nada a atuação na educação profissional, muito pelo contrário, nós passamos de dois milhões para quatro milhões. Então, esse é o cenário que estamos vivendo hoje. Instituições como o Sesi e o Senai são, na nossa percepção, fundamentais para que o País encontre o caminho de uma sociedade desenvolvida e sustentável. Elas têm condição de fazer diferença na educação e elas têm condição de fazer a diferença na inovação.

Portanto, e concluímos, Sr. Presidente, essas instituições, nós acreditamos que elas devam ser preservadas, elas precisam ser fortalecidas. É essa a mensagem que nós deixamos aqui, finalizando a apresentação.

Obrigado pela paciência, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Sr. Gustavo Leal Sales Filho, Diretor do SENAI, nunca neguei o meu carinho pelo SENAI e pelo ensino técnico. Realizamos esse ano uma sessão de homenagem, aqui, no Senado, dos 102 anos de ensino técnico e vamos realizar uma sessão do Congresso, agora em setembro, Câmara e Senado, dos 102 anos.

Sou daqueles que sempre diz que o meu sonho é ver uma escola técnica em cada cidade deste País. Quem sabe um dia nós chegamos lá! Hoje temos a distância, estamos ampliando. O Presidente Lula mais que dobrou no seu período. A Presidenta Dilma mais que dobrará, no meu entendimento também. É bom ver que o Senai já fala em ir de dois milhões para quatro milhões.

Dou esse depoimento com muita tranquilidade, até porque eu vendia frutas na feira livre em Porto Alegre. A minha sorte é que eu fiz um teste no Senai Nilo Peçanha de Caxias do Sul e passei. Eu, com 12 anos, ganhava na época um salário. Nunca me esqueço, era a Vinícola Riograndense. Pagava-me um salário e eu estudava no Senai. Fiz o meu curso técnico e gradualmente a vida mudou. Pertenço até hoje ao Grupo Tramontina. Sou funcionário da Tramontina. Se eu estivesse na empresa, ganharia em torno de 10 salários, mais ou menos a base do meu salário quando sai, depois de assumir a Presidência da CIPA. Depois fui para o Sindicato de Canoas e virei deputado federal. Faz 25 anos.

Se voltasse para a fábrica seria um problema, porque não estou preparado tecnicamente para a função que eu fazia. Não sei se vocês conhecem. Quem é da indústria talvez conheça, sou do tempo do modelista. Eu fazia aquela peça de madeira, de araldite, de alumínio, de ferro, tipo o motor de um automóvel, um desenho quase do tamanho desta sala. Colocava o desenho na parede e eu ia construindo. Depois de pronto, com todas aquelas tubulações, que tinha macho e fêmea, era uma obra de arte, eu diria até. Eu ganhava um bom salário. Hoje, acho que as máquinas fazem tudo. Trabalho artesanal já não tem o mesmo valor. Hoje é formação técnica.

Vou parar de elogiar o Senai, senão as pessoas vão falar que o Paim já está querendo se candidatar e iria ser, no mínimo, algum diretor do Senai ou representante do Senai aqui no Congresso. Não precisa disso. Digo sempre, aqui dentro, para todos, e já disse para um amigo meu que teve uma posição muito dura em relação a esse tema e eu o aconselhei: é diferente discutir o Sistema S para ser aperfeiçoado de entrar numa linha só de crítica ao Sistema S, o que acho que é um equívoco. Não soma, não ajuda e prejudica

ainda. Sou daqueles que entende, já tenho dialogado com alguns Senadores, que devemos sempre pensar como avançar mais. Vejo com alegria o Senai dizendo que vai de dois milhões para quatro milhões. Há um carinho, eu diria, muito grande pelo Sistema aqui dentro do próprio Congresso.

Quando apresentei um projeto chamado Fundep, Fundo de Investimento no Ensino Técnico Profissionalizante, fizemos um bom debate com o Sistema S e chegamos à conclusão de que o Fundep, da forma como ficou na última redação – é uma PEC –, não traz nenhum prejuízo para o Sistema S e vem se somar, como um fundo, que vai fortalecer todas as iniciativas daqueles que atuam no setor. Não traz nenhum prejuízo às fontes de recursos do Sistema S. A PEC avançou e está pronta para ser votada em plenário. É muito mais um entendimento agora com o Governo e o Ministério do Trabalho, porque trabalha com as verbas do FAT. Quanto menos o FAT for usado para o seguro desemprego – seria bom que não precisasse usar nada, porque não teríamos desempregados –, teríamos mais verbas para usar no sistema profissional para que o nosso povo esteja capacitado tecnicamente para atender às demandas da sociedade.

Passo a palavra, agora, ao Cristiano Zaranza, que já esteve conosco em outra oportunidade e que é chefe de assessoria jurídica da Confederação de Agricultura e Pecuária, a CNA.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Primeiramente, bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar meus colegas de Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem agradecemos novamente o convite para fala desse tema que entendemos ser muito importante para o País, principalmente para o setor da agricultura e pecuária no Brasil.

Como já dito aqui, temos uma previsão constitucional que, na nossa visão setorial, é bastante razoável. É o art. 7º, que estabelece o patamar de 44h semanais. Onde está o desdobramento dessa questão no nosso entendimento? Exatamente no art. 58, da CLT, porque se busca uma regulamentação de modo a alcançar uma linha de equilíbrio entre o interesse do empresariado e dos trabalhadores. Esse é o nosso ponto que desejamos destacar aqui nessa breve apresentação.

No nosso entendimento, jornada legal não possui relação direta com o nível de emprego. Para isso, trazemos aqui alguns índices que, acho, podem ilustrar melhor esse nosso posicionamento. No período de 2003 a 2008, por exemplo, quando não se alterou significativamente a jornada legal, houve um aumento, em média, de 1,3 milhão de empregos. Nesse período não houve alteração desse quantitativo de horas trabalhadas.

Qual é o nosso posicionamento para fins dessa audiência pública? É deixar claro o que é jornada contratual e jornada legal.

Quando a gente estabelece alguns quadros comparativos, é muito bom, Sr. Presidente, assim como na audiência anterior, que estejamos falando do mesmo referencial. No nosso entendimento, o patamar legal de 44h não atrapalha, não impede, por exemplo, que, contratualmente, os sindicatos exerçam o seu papel finalístico, a negociação coletiva. Somos adeptos da corrente que o sindicato patronal e o sindicato laboral são sólidos, têm conhecimentos técnicos suficientes para estabelecer esse canal de comunicação e chegar a bom termo.

Nos países, por exemplo, citados na nossa última audiência a título ilustrativo como referência para questão de aviso prévio, se formos observar a questão da Comunidade Europeia, por exemplo, temos jornadas legais superiores a nossa jornada constitucional, não impedindo, todavia, a adoção de jornadas inferiores à jornada legal, contratualmente falando.

Nesse sentido, gostaríamos de apresentar alguns outros dados para ilustrar a nossa colocação, destacando, por exemplo, que, nos últimos anos, de 1989 a 2004, na redução de 48h para 44h, não houve nenhuma alteração, na nossa visão, positiva, que nos motivaria a reduzir ainda mais, de 44h para 40h semanais a nossa jornada.

Como fonte de referência da nossa colocação, gostaríamos de comentar uma tabela divulgada pelo IBGE que aponta a média horária trabalhada e não a média legal. Embora tenhamos hoje no Brasil o patamar constitucional de 44 horas, observamos que, de 1992 a 2008, temos uma redução significativa na média de hora trabalhada.

Por que entendemos importante esse dado? Porque, pela média, estamos, inclusive, próximo dessa proposta, de 40 horas semanais. Agora, temos também dados de quem trabalha mais de 44 horas, e mais de 48 horas semanais. Nesses dois também, Sr. Presidente, notamos uma redução, na média horária trabalhada. Por que isso é importante? Porque a evolução da economia, o aspecto social de inclusão social – como a indústria bem colocou –, tudo milita em favor da melhoria desses índices, sem a necessidade da intervenção do Estado em definição de lei.

Por que defendemos essa ideia? Porque quando você fixa, você engessa essa questão por via legislativa e, futuramente, se houver uma inversão de ordem econômica, uma questão internacional como um momento de crise, tem que acionar novamente o Poder Legislativo para restabelecer uma ordem econômica, uma situação de desequilíbrio no mercado. Quando

você tem, por exemplo, a flutuação do mercado, a liberdade de negociação entre sindicatos ou a liberdade contratual, esse tipo de intervenção do Estado não é necessário, porque o mercado por si só tem chegado a números razoáveis. Isso é o que aponta, por exemplo, esses dados públicos que atestam que, naturalmente, sem intervenção do Estado, o número de horas trabalhadas tem caído gradativamente. É nisso que nós acreditamos.

(Próximo, por favor.)

Aqui, mais alguns outros dados, desta vez tendo o PENAD como fonte, que vão ilustrar de uma forma um pouco mais profunda o que o meu colega Emerson Casali mostrou na sua apresentação. Um percentual significativo, hoje, Presidente, já trabalha menos de 40 horas semanais, e é nisso que nós acreditamos. Acho que temos condições de melhorar, significativamente, esses números, sem a necessidade, repito, de uma nova disposição legal. Acho que o patamar, hoje, estabelecido é razoável, e eu acho que o dinamismo do mercado está chegando a um nível muito próximo da proposta que ora se discute.

(Próximo, por favor.)

Ainda nesse sentido, agora dividindo por setores, gostaria de dar atenção para o setor agropecuário, por exemplo, em que a jornada superior a 40 horas semanais está em número relativamente pequeno, maior do que a média, mas ainda assim com apontamentos de redução nos últimos anos.

(Próximo, por favor.)

Aqui, temos uma evolução da jornada de trabalho que tem como fonte, Sr. Presidente, a OIT e que demonstra toda aquela nossa conversa, e o que sempre pedimos, para que seja considerado o patamar internacional. Quando a gente fala de determinado benefício de forma isolada, e aqui eu venho mais uma vez repetir, a gente tem que considerar, principalmente, o modelo econômico adotado naquele país.

(Próximo, por favor.)

Aqui, reconhecido pela própria OIT, gostaríamos ainda de destacar o que eu falei há poucos minutos: o percentual de diferença do Brasil com o cenário mundial, o Brasil não está fora desse contexto. Reconhecido internacionalmente, de 1995 a 1996, nesse estudo que foi preparado, o Brasil está na última referência, 41,4%. Então, está muito perto da proposta e, repito, sem a intervenção de nenhuma medida legislativa, respeitando o patamar constitucional. Acho que isso é o mais salutar. Tem se mantido uma questão de equilíbrio no cenário internacional.

Quando a gente fala de equilíbrio, por que a gente repete isso? Porque hoje, nesse mundo globalizado, e eu acho que tanto a indústria enxerga como o comércio também, isso reflete diretamente nos postos de trabalho. Se nós adotarmos uma medida que em determinado ponto traga algum desequilíbrio, alguma insegurança, isso, necessariamente, vai se refletir no número de postos de trabalho no Brasil, e é o que gostaríamos de evitar, principalmente no nosso setor, que tem tido um papel importante nos momentos de crise. Nós gostaríamos de cada dia mais estar exercendo esse nosso papel e a cada dia mais com preços competitivos internacionalmente, garantindo alimento, condição de saúde, de alimentação a preço justo na mesa do trabalhador.

(Próximo, por favor.)

Aqui, eu trago uma notícia, Presidente, para mostrar em que ponto essa discussão, hoje, está no mundo.

Em 2008, por exemplo, e foi uma importante notícia veiculada no *site* O Globo, que está disponível hoje e, inclusive, quem tiver curiosidade pode acessar para melhor entender a nossa argumentação: "Os países da União Europeia aprovaram hoje (isso, em 2008), por maioria qualificada, a ampliação dos limites de jornada de trabalho para 65 horas semanais se o funcionário entrar em acordo com o empregador."

O que é isso? Lá, há jornada legal? Há também. Há limitação, como, por exemplo, foi falado aqui: na Alemanha, 48 horas semanais. Agora, o que há no outro lado da moeda?

Assim como a indústria entende importante a questão da hora extra, a agricultura também. Agora, aqui tem um *plus*, por exemplo, em que nós poderíamos começar a pensar, que em situações excepcionais, principalmente onde houver esse acordo entre patrões e empregados, que possamos elastecer essa situação também, porque quando a gente apresenta o índice legal ou o índice contratual isoladamente, a gente não está considerando o que compõe esse conjunto normativo no cenário internacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, só para esclarecimento. Vou te dar o tempo necessário, pode ter certeza.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você está falando em 65 horas semanais entrando as horas extras?

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Sim. É um cenário de acordo, incluindo, incluindo. É uma notícia que foi aprovada, mas o que estou mostrando com isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um limite, no caso.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Um limite, um limitador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seria de 44 ou 48 e poderia chegar a 65.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – A 65.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com hora extra.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Com hora extra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senão, alguém já vai dizer, depois, que nós defendemos aqui...

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei como funciona: "Pô, Paim, o cara quer passar para 65 horas por semana e tu não disseste nada?"

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, ele está dizendo que isso seria...

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Um referencial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... a carga máxima, mediante acordo,...

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Mediante acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...inclusive com hora extra.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Exatamente. Nem estamos, aqui, defendendo a proposta, Presidente, de 65 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sessenta e cinco horas semanais.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Não é isso. Só estamos mostrando que, num conjunto normativo, temos outras variáveis a serem consideradas além de, meramente, um limitador. Serão 44, serão 48 ou somente 40.

Então, tem exceções para os dois lados. Aqui, nós estamos mostrando, nos *slides* anteriores principalmente, que em países, por exemplo, com jornada legal de 48, na prática, se pratica menos, como, por exemplo, na França, em que a jornada legal é menor, mas na prática é maior, por quê? Porque existe uma exceção à regra que permite a majoração e aqui é um exemplo que estamos dando nesse sentido, porque se, porventura, viermos a adotar algum modelo com jornada menor, que se pense também nas exceções, como a indústria bem colocou.

A hora extra não pode ser descartada, porque é um instrumento importante para a economia hoje.

Então, quando falamos em redução de jornada, no nosso entendimento, é importantíssimo fomentar a discussão coletiva. Nós entendemos que esse é o melhor instrumento de algo entre as partes, a composição tripartite, como ocorre, hoje, em vários fóruns, várias representações, e que há um amadurecimento, hoje, principalmente das representações laborais, representantes sindicalistas de muita competência, muito conhecimento técnico, que podem, com muita segurança, defender os interesses dos trabalhadores, assim como os representantes dos empregadores hoje.

Hoje, quando nós verificamos esse tipo de proposta de redução, como o colega da indústria já colocou, o Dr. Emerson, nós temos duas situações muito claras: num primeiro momento, fica nítido, para mim, que essa redução gera custo. Agora, de quanto estamos falando desse custo?

É como ele colocou: pode se partir de uma premissa de um patamar inicial de 10%. Agora, se a gente estiver falando do pequeno proprietário, que é o que muito nos preocupa – o pequeno empresário –, se ele tiver um funcionário, o aumento dele é de 100% no custo da sua folha. Ele vai dobrar ou, então, o que vai acontecer? Ele vai ter de adotar uma dessas duas posições: ou ele vai, assim como aconteceu na redução de 48 para 44, readaptar a sua produção, diminuindo a sua produção, ou ele vai pensar em alguma forma de automação e mecanização, principalmente no nosso setor.

Hoje, nós temos frentes de trabalho em que, dependendo da forma como você for diminuir essa questão, nós estamos falando, em regra, de dois dias a menos de trabalho. Então, não podemos descartar que, hoje, a mecanização e a automação são uma condição, uma alternativa, dependendo do custo de tecnologia, ou então, assimilar a diminuição de produção. E querendo ou não, seja por uma alternativa ou pela outra, estaremos falando de aumento de preços, perda de competitividade, como a indústria também colocou, e diminuição dos postos de trabalho, que é o que nós não gostaríamos que acontecesse.

No setor agropecuário, dados do Caged indicam que, em 2006, a jornada de trabalho era de 43,8 horas e que a média salarial mensal era de R$434,00.

O que eu queria mostrar, falando especificamente do setor? Porque, por outro lado, em 2011, num curto espaço de tempo, para o mesmo referencial de 43,8 em média, houve um aumento salarial para 699,98.

O que quero dizer aqui? A negociação coletiva, o importante papel dos sindicatos, a melhoria econômica, o cenário internacional, exportações, tudo isso permitiu um aumento salarial – é claro, a adoção de políticas públicas sustentáveis por parte do Governo também. E nós gostaríamos que, nesse sentido, essa questão, essa discussão das horas extras também fosse trabalhada, de modo a não prejudicar a sustentabilidade da empresa no cenário nacional e no cenário internacional.

Então, finalizando, Presidente, a nossa visão, para a criação de emprego, defende fatores diversos: investimento na produção; aumento de consumo; crescimento sustentado; expansão da atividade econômica

com o fortalecimento de mercado; redução da carga tributária e dos juros, que já foi um pedido nosso na última audiência; estímulo de exportações; investimentos; desoneração da folha de pagamento, que muito tem a ver com essa pauta de hoje; educação de qualidade com capacitação de mão de obra, que é onde entra o nosso Sistema S, tão querido, com um papel importante na sociedade; desburocratização das contratações; e flexibilização das normas trabalhistas.

Por que deixei a flexibilização por último? Porque aquela notícia que eu citei, há pouco, é uma forma de flexibilização, entendendo o quê? Necessidade de mercado e situações excepcionais, como, por exemplo, a hora extra.

Então, essas seriam as nossas considerações, Presidente.

Agradecemos, mais uma vez, a oportunidade. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Cristiano já tinha participado de um debate sobre aviso prévio para profissional e, lá, chegamos ao entendimento que tem de haver a regulamentação. Ou o Congresso decide, ou o Supremo decide. Para nós todos, que estávamos lá, o entendimento foi de que é melhor que o Congresso decida, e esperamos que isso aconteça.

Eu queria dizer, Cristiano, que numa coisa eu acho que nós combinamos na íntegra, ali na tua exposição: a taxa de juros. Temos batido, dia e noite, nesse tema e me parece, pelas falas que tenho ouvido do Ministro Mantega e também da Presidenta Dilma, que nós caminhamos para a redução da taxa de juros, que acho que é fundamental.

Passamos a palavra, depois do Cristiano, ao Sr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, que é Vice-Presidente Executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exª, bem como os meus colegas de mesa, os presentes nesta audiência pública, e agradeço mais uma vez, Presidente, o gentil convite para participar de mais esta audiência pública.

V. Exª tem-se notabilizado, entre outras coisas, pela realização de audiências equilibradas sobre temas de importância social muito grande, notadamente trabalhistas e previdenciários.

Hoje, V. Exª foi particularmente feliz ao juntar dois temas que têm sido tratados separadamente, apesar de serem obliquamente ligados: o tema da redução da jornada e o da desoneração da folha.

Na minha apresentação, Presidente, eu tratarei dos dois temas separadamente, apenas no final vou uni-los, dando um quadro geral do histórico desses dois temas, um voo muito rasante sobre o estado das questões no Senado e na Câmara dos Deputados, algumas peculiaridades do setor financeiro e, no final, conclusões, e enunciarei a posição da Confederação Nacional das Instituições Financeiras sobre esses dois temas.

Começando pela jornada de trabalho, é um tema quase centenário.

A questão da jornada começou a ser discutida já em 1919, pela recém criada Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, e, na ocasião, a OIT prescrevia oito horas diárias e 48 horas semanais para a indústria. Em 1930, isso foi estendido também ao setor de serviços e em 35, Presidente, a OIT aprovou a Convenção 47, que prescrevia a jornada de 40 horas, que é o que discutimos hoje, aqui. Contudo, apenas quatro países ratificaram essa Convenção.

No Brasil, a questão foi introduzida na Constituição de 34, regulamentada em 43 pela CLT e reduzida a jornada, em 88, de 48 para 44 horas, que é o que temos hoje e é objeto da nossa discussão.

No Brasil, Presidente, a jornada de 8 horas diárias, de 44 horas, pode ser acrescentada hora extra adicional, paga a 50% adicionais, quando prestados em dias úteis, e 100% em domingos e feriados.

Essa jornada pode ser reduzida a jornadas inferiores como, por exemplo, a jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos, sem revezamento, e cinco modalidades especiais que são o acordo de prorrogação de jornada, o regime de compensação de jornada, a prorrogação em virtude de força maior, a prorrogação para a reposição de paralisações empresariais e a prorrogação em virtude de serviços inadiáveis.

Também existe no Brasil o dispositivo constitucional que prevê o banco de horas. O art. 7º, inciso III, da Constituição, acredito dá muita flexibilidade ao manuseio dessa jornada.

Segundo a OIT, Presidente, e nós mencionamos alguns dados aqui anteriormente nesta mesa, no Brasil, a média de horas trabalhadas por trabalhadores de carteira assinada já é inferior a 44 horas, de 43,9 horas. Uma curiosidade: a categoria que tem a jornada mais longa é justamente a dos empregadores com 47,1 horas.

No Brasil, também a Pnad indica que havia, em 2002, sete milhões de empregados formais, que trabalhavam 40 horas, e, em 2008, esse número aumentou para 11 milhões. Um crescimento de 57%, puxado, sobretudo, pelo setor de serviços.

No Congresso Nacional há duas grandes propostas em tramitação. Há uma proposta, na Câmara dos

Deputados, de autoria de V. Exª, então Deputado, a PEC nº 231, e uma proposta no Senado Federal, também de autoria de V. Exª, que é a PEC nº 75, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para lembrar, está em seu texto, porque senão dá uma briga de paternidade. O seu texto está corretíssimo: Inácio Arruda e Paulo Paim, ou seja, nós dois a apresentamos. O senhor apenas leu o meu nome. Então, faço o destaque de que é uma co-autoria: Inácio Arruda e Paulo Paim e Paulo Paim e Inácio Arruda.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Uma PEC de 1995, que tramita hoje no Congresso Nacional.

Por favor.

Agora, Presidente, detendo-me um pouco mais, eu gostaria de lembrar algo que se comenta e que se lembra muito pouco, ou seja: convenção de trabalho tem força de lei. Quando se fala em flexibilização de jornada e de acordos coletivos falamos, na verdade, de um instrumento com força legal.

A Constituição reconhece as convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, inciso XXVI), e a Constituição obriga a participação dos sindicatos na associação e nas convenções coletivas (art. 8º, inciso VI).

Também a CLT, no art. 711, define a convenção coletiva de trabalho como acordo de caráter normativo.

A nosso ver, a convenção é a maneira que empregados e empregadores conjugam os vários elementos que estão em jogo na definição da jornada de trabalho. Não se fala apenas em custo da hora extra trabalhada, mas as questões todas, envolvendo produtividade, investimento, custo final do produto, são discutidas, colocadas na mesa e equacionadas justamente no momento da negociação da convenção coletiva.

A jornada de trabalho tem sido reduzida gradualmente por força de convenções coletivas, já foi dito aqui e eu não vou me aprofundar.

Presidente, como conclusão, e aqui vou me deter um pouco mais, eu gostaria de lembrar que, no setor financeiro, a jornada de trabalho já é igual ou inferior a 36 horas.

Com frequência sou perguntado por que, então, a confederação, por que, então, as várias associações que representam instituições financeiras se envolvem nessa discussão se a discussão não as afeta diretamente? Afeta indireta e profundamente, Presidente, porque acreditamos que não existe economia forte sem setor financeiro forte; não existe setor financeiro sólido sem economia sólida.

A discussão, a nosso ver, e contrariamente do que se ouve com frequência da parte dos sindicatos, ela não vem sendo conduzida pelas organizações patronais em termos de ameaça de desemprego caso ocorra redução na jornada de trabalho. Essa não é a perspectiva correta. O que nós devemos fazer, acredito, é dar um ou dois passos para trás e examinar a questão com um pouco mais de perspectiva e tirá-la dessa perspectiva simplista do confronto entre duas fórmulas matemáticas muito simples, muito fáceis. Uma, a fórmula matemática, é a fórmula simples, porém, correta. É inegável que a redução da jornada de trabalho com a manutenção do valor dos salários e aumento no valor das horas extras resultará no aumento do custo da hora trabalhada. Não como, matematicamente, se negar essa evidência, que é contraposta a uma outra fórmula matemática, também simples, porém errada, de que a redução da jornada de trabalho corresponderá o aumento proporcional imediato, direto do emprego formal. Ou seja, se nós reduzirmos, hoje, a jornada de 44 para 40 horas, é uma redução de 9,1%, nós aumentaríamos o emprego em 10%. Essa visão matemática simplista que não é correta. Não há como demonstrá-la matematicamente, e pior, Presidente, frequentemente isso é apresentado com erros grosseiros. Se uma emprega contrata 100 horas semanais e vê a sua carga horária reduzida para 80 horas, portanto, uma redução de 20%, para repor as 100 horas, ou seja, acrescentar as 20 horas perdidas, não terá que dar um aumento de 20% em horas trabalhadas, mas, sim, de 20 sobre 80, ou seja, 25%. Isso tem se dito, com frequência, que a redução de horas implica aumento de postos de emprego formal de 20%. Não. Na verdade, é uma curva exponencial. Ela aumenta quanto maior a redução que se dá.

(Próximo, por favor.)

Esses cálculos, foi muito dito pela CNI e pela CNA, negligenciam os vários outros fatores da equação da produção; o aumento do preço do produto final; a possibilidade de automação pela empresa; a possibilidade de uso intensivo dos empregados já existentes, por meio de treinamento mais efetivo e a possibilidade até de desinvestimento e reinvestimento em países ou em regiões onde o custo da hora trabalhada seja inferior.

Há outras maneiras mais eficazes de se gerar emprego que não a mera redução da jornada de trabalho.

A redução da jornada, claramente, ela não é um fator de crescimento no trabalho. Há vários fatores – uma equação muito complexa. Agora, o que se pode ver, a partir de dados recentes, é que esse não é o fator mais importante. Por exemplo, em 1986, antes, portanto, da Constituição, a taxa de desemprego era de 3,5%, depois da redução da jornada, em 1988, ela passou para 7,5%, em 1999. O que causou isso? Vários fatores. O que deixou de causar não foi a redução da jornada, que criou empregos.

Entre 2003 e 2007, a economia brasileira expandiu-se muito. O desemprego caiu de 11,7% para 8,3%, e não houve redução de jornada de trabalho.

O Professor José Pastore tem um trabalho muito interessante, com 20 pesquisas, que indica que, após a redução da jornada de trabalho, o que aconteceu foi: uso intensivo dos empregados, substituição de trabalhadores por máquinas, diminuição da produção para se ajustar aos trabalhadores que restaram e repasse do aumento de custo para o preço final dos produtos.

O aumento do custo da folha é um elemento de pressão sobre a inflação. E, lembro, mais uma vez – o que disse muito apropriadamente a CNI –, que 70% dos empregos no Brasil são gerados pelas micros, pequenas e médias empresas; 60% apenas em micros e pequenas empresas. Estes é que são os empregadores no Brasil. Não há, em caso de redução – disse-o muito bem a CNI –, contratação de meio trabalhador, de um terço de costureira.

Por fim, Presidente, a nossa posição é esta: nós apoiamos, no Congresso Nacional, os projetos voltados para o fortalecimento das negociações coletivas, que sejam transparentes e que determinem os limites da redução da jornada de trabalho de forma equilibrada a beneficiar empregados e empregadores, sem vulnerabilizar empregadores, mantendo a competitividade e a produtividade que molde a assegurar a geração de novas vagas de emprego formal.

Nós não apoiamos projetos que elevem o percentual, elevem o custo da hora extra trabalhada.

Rapidamente, agora passando para a questão da desoneração, Presidente, o programa lançado recentemente pelo Governo, Brasil Maior, aumentou a tributação sobre o faturamento, com alíquotas de 2,5% sobre a indústria de tecnologia de informação, 1,5% sobre a indústria de confecções, calçados e imóveis, e as estimativas são de uma perda de R$200 milhões para a Previdência neste ano, 2011 – por favor –, lembrando que cada redução de um ponto percentual na folha de pagamento implica impacto estimado de R$4 bilhões no déficit da Previdência. Essa questão é absolutamente central. E o encargo patronal, relativo à contribuição de empresas, foi – no ano passado – de pouco mais de R$69 bilhões. Várias propostas que tratam disso, desde 98 discute-se isso... E está no Congresso Nacional proposta de 2008, que é a PEC 233, do Executivo, que prevê a redução dos encargos, que hoje são 20%, gradualmente, até atingirem 14%.

Há também propostas sobre contribuição previdenciária patronal (não vou me deter), conhecemos todos aqui o projeto de lei do Senador Ataídes de Oliveira. Apenas destaco que o Senador argumenta, em seu projeto, sobre o excessivo peso da carga tributária brasileira.

Poderíamos passar aqui uma semana, Presidente, discutindo apenas a questão da distorção do Sistema Tributário Brasileiro. São muitas e eu menciono quatro apenas como ilustração: uma carga de apenas 35% do PIB não é compatível com um país em desenvolvimento; a existência de mais de 65 tributos é inadministrável, sobretudo para pequenas e médias empresas; as alíquotas elevadas não são proporcionais às bases tributárias reduzidas, e a questão da regressividade dos impostos. A superposição de impostos não afeta, no Brasil, quem pode contribuir mais.

Há várias maneiras de se modernizar esse sistema. Está em discussão no Congresso há muito tempo, não vou me deter também, porque seria uma longa discussão. A título de ilustração – mais uma vez: a redução dos números de tributos tem de ser examinada; a unificação da legislação do ICMS; a desoneração dos investimentos; o recolhimento do ICMS no Estado de destino como forma de estimular as exportações; a eliminação da acumulação entre PIS e Cofins; a extinção da CID Combustíveis e do Salário Educação (?...), e a constitucionalização do ISS, de maneira a ter uma regra uniforme para todos os Municípios da União.

São vários os problemas, mas há um ponto que eu quero levantar, Sr. Presidente, que já apareceu na discussão da exoneração da folha e que é o das percepções equivocadas que permeiam reformas tributárias e que permeiam inovações tributárias. No caso do sistema financeiro – eu não vou me deter também me deter, mas é um exemplo bastante eloquente – existe a percepção de que o sistema financeiro extrai lucros exagerados dos demais setores da economia por imposição das taxas excessivas que são propiciadas por excessiva concentração bancária. É uma percepção que não se baseia nos fatos, mas o corolário dessa percepção é de que se deve tributar, adicionalmente, o setor financeiro. Não se baseia nos fatos – e não é objeto da audiência – e, portanto, vou passar muito rapidamente. Primeiro, em matéria de lucratividade, não se compara lucro nominal líquido de um grande banco com o lucro de uma pequena confecção ou o lucro de uma padaria. Não faz o menor sentido esse tipo de comparação. O que se compara é o lucro relativo, ou seja, é a lucratividade das diferentes empresas. Lucratividade é o lucro líquido pelo patrimônio líquido. Se for feita essa comparação, chegamos a resultados muito interessantes que negam fundamento à percepção da lucratividade excessiva do setor financeiro. São vários exemplos que eu não vou me deter. Um deles, que eu recomendo vivamente a leitura, é o levantamento anual do jornal *Valor Econômico*. O *Valor Econômico* toma,

todos os anos, os balanços publicados de várias empresas de todos os setores e compara a lucratividade dessas empresas. O setor financeiro fica entre o 12º, 13º, 5º, 9º, 5º ou 10º setor nessa posição nesse *ranking* anual do *Valor.* Jamais foi o primeiro... O lucro, a rentabilidade dos cinco maiores bancos brasileiros está alinhada com o dos cinco maiores bancos de vários países como os da Espanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido, para citar apenas alguns exemplos.

Há um estudo do Ibmec, que eu recomendo também vivamente o Estudo, que compara 48 bancos brasileiros com 50 empresas industriais, de comércio, agrícolas e de serviços. E nessa comparação conclui que a rentabilidade de ativos dos bancos foi de 1,8%, na média, contra 5,9% das empresas dos demais setores. Há um estudo também muito interessante, da *Austing Rating*, que compara 672 empresas, de 28 setores, entre elas 148 bancos. O setor financeiro ficou na 14ª colocação em termos de rentabilidade. São vários estudos, de várias fontes, feitos com base em dados verificáveis, que são balanços publicados e auditados, e nenhum deles apontam o setor como "O Setor" mais lucrativo da economia brasileira. O lucro nominal, dos 10 maiores bancos brasileiros, somado, corresponde à metade do lucro somado da Vale e da Petrobras. São grandes empresas, são empresas com milhares de agências no Brasil, são empresas que contratam dezenas de milhares de empregados. Portanto, são empresas de lucros elevados: são grandes empresas. Outra percepção infundada é o da concentração bancária – não vou me deter –, mas há vários indicadores. Por exemplo, o indicador HHI que é utilizado pelo Departamento de Justiça americano. Esse indicador, aplicado ao Brasil, demonstra que não há no Brasil excessiva concentração bancária. A concentração bancária brasileira é inferior à americana. Há vários estudos sobre isso e eu recomendo, vivamente, esse estudo que está na transparência e publicado no *site* do Banco Central – porém há vários outros.

O fato é, Presidente, que essas percepções equivocadas – e eu cito o exemplo do setor financeiro – levam à discriminação tributária. A discriminação tributária é uma ameaça para todo o setor privado. Tributar um dado setor, não em função do seu resultado, não em função de seu patrimônio, mas o simples fato de ser "O Setor", de uma percepção equivocada, pode se espalhar para outros setores.

Hoje, propõe-se o aumento ICSL no setor financeiro; amanhã propor-se-á um aumento de ICSL sobre qualquer setor que venha a ter um empenho favorável, por exemplo, em função da conjuntura internacional. A Constituição vincula a capacidade econômica ao patrimônio, rendimento e atividade econômica; não a setor. Não fala de setor... Ela sujeita o contribuinte apenas a impostos pessoais, ou seja, os que incidem sobre bens, receitas e operações. E a isonomia tributária busca a igualdade da lei e a igualdade perante a lei: aquele princípio aristotélico de dar tratamento desigual àqueles que são juridicamente desiguais.

Há exceções ao princípio da isonomia. A Constituição menciona, por exemplo, questões regionais: isenções a taxistas, isenções para deficientes. Mas não há isenções ou... não há discriminações para setores específicos.

Para nós, Presidente – e eu retomo para discutir a questão da desoneração da folha –, o critério adequado para a tributação é o resultado, é o lucro o melhor critério para a tributação.

Dito isso, Sr. Presidente, há hoje, sobre a discussão da folha de pagamentos, três sugestões que estão sendo analisadas. Primeira sugestão é a de se cobrar uma contribuição sobre faturamento de empresas; a segunda, retornar com a CPMF, e a terceira e a de não se cobrar contribuição de espécie alguma e apostar que o próprio crescimento econômico gerará tributos tais – e em uma quantidade tal – que compensariam o déficit da Previdência.

Para evitar a questão do déficit da Previdência, há hoje várias fontes de contribuição. A Constituição de 88 diversificou várias fontes. E essa desoneração – e essa é minha conclusão, Presidente – não acontece no vácuo. O pano de fundo da discussão da desoneração da folha é a crise financeira. A crise financeira veio para ficar conosco vários anos. Na semana passada, uma discussão em Jackson Holel, no Wyoming, o Presidente do FED, Banco Central Americano, mencionou a questão fiscal americana. Esperava-se uma nova facilitação, uma nova emissão de dólares que estimulasse a economia americana. Não foi essa a natureza... O discurso do Presidente do FED foi a necessidade de ajuste fiscal americano.

A correção de um déficit fiscal americano daquela magnitude tomará vários anos. O Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, mencionou, em entrevista na semana passada, que aguarda uma crise internacional de duração de cinco anos. Ela veio por um bom período. Esse é nosso pano de fundo.

Senador Dornelles levantou um ponto muito importante que é: "A desoneração fiscal faz com que o benefício fique no País." Lembrou que a redução do IPI, em 2009, na verdade, aumentou a produção interna, mas aumentou também as importações, ou seja, gerou empregos no exterior. A desoneração da folha é um elemento importante, é um instrumento importante para compensar a valorização do real, porém a trans-

ferência da base de incidência do lucro para o faturamento não caminha para essa direção de aumentar a competitividade da economia brasileira no momento de real valorizado – e real valorizado que veio para ficar.

Por fim, Presidente, nossa posição (em mais 30 segundos) é a de que a questão central é a compensação da perda de arrecadação. Como fazê-lo, nossa Confederação acredita que deve ser feito, primeiro, pela cobertura, pelo Tesouro Nacional, das perdas estimadas da receita previdenciária. Essa cobertura pode ser providenciada pelo corte, por parte do Governo, de outras despesas em valor igual à transferência feita para a Previdência. A proposta, que está sempre presente, da retirada da aposentadoria rural das contas previdenciárias e o tratamento como, na verdade é, um benefício social, da manutenção do fator previdenciário e da introdução da previdência complementar para servidores públicos, ou seja, uma série de medidas de longo prazo que levam ao equilíbrio fiscal e permitem a desoneração da folha de pagamentos sem grande impacto sobre a Previdência Social.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu não vou entrar no debate da Previdência porque daí saímos da folha, da redução de jornada e também da Previdência.

Mas tenho que dizer uma coisinha, que até falei, na sexta-feira – acho –, da tribuna. O empregador – para quem está assistindo acho que todas as informações aqui são importantes – paga 20% sobre o total da folha. O trabalhador paga de 8 a 11% sobre o teto de 3.650, mais ou menos. Eu sempre digo o seguinte – depois até vi a frase em um jornal: não tem Papai Noel. De onde vai sair, calculem, sobre o total da folha. Quem ganha de um salário mínimo até R$30, 40 mil, o empregador paga 20%; e o trabalhador, digamos, em média, 9 ou 10%, 10% até 3.600. Então, o empregador paga três vezes mais – eu poderia dizer sem medo de errar – que o trabalhador. Se retirar esses 20%, daí sim nós vamos quebrar a Previdência. Nós vamos quebrar a Previdência!

Então, como não tem Papai Noel, e o Tesouro diz que, se der 1% de aumento para o trabalhador, para o aposentado, não pode dar porque não tem recurso, de onde ele vai tirar o correspondente a isso que estou aqui listando rapidamente, que são os 20% sobre o total da folha, para sustentar todas as aposentadorias? Eu estou só dizendo que é um debate, claro – e você levantou uma série de possibilidades –, que vamos ter que fazer. Não sou contra desonerar a folha, desde que me digam de onde vai sair o dinheiro para pagar a aposentadoria de todos nós. E é claro que defendo uma previdência universal, igual para todos. Ninguém tenha dúvida quanto ao meu ponto de vista. Ela devia ser universal, igual para todos.

Quando vejo – aí os trabalhadores dizem – como essa desoneração da folha está sendo feita, dá impressão de quem está, mais uma vez, respondendo à crise são os aposentados e os pensionistas, porque retiram da caixa da Previdência um montante que não se sabe de onde vai buscar para suprir.

Pelo que vi ultimamente – permitam-me que eu faça esse comentário rápido sobre a Previdência, até porque falei na tribuna do Senado na sexta –, setores dos empregadores acham que esse 1,5% é muito – foi o que eu ouvi – e poderia trazer problemas para eles, inclusive. Se 1,5 é muito, pelo que ouvi, o ideal seria zero. Se for zero, sair de 20 para 0%, vamos entrar, aí sim, num colapso na Previdência sem resposta, porque não tem de onde retirar um dinheiro que não tem uma fonte permanente que garanta. Mas é um debate que faremos no momento adequado. Vamos, naturalmente, convidar empresários e trabalhadores para debaterem a Previdência que queremos.

Agora, passo a palavra ao Laercio José de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que também é Deputado Federal. Por favor, Laercio.

O SR. LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Quero iniciar dando bom-dia a todas as mulheres aqui presentes e cumprimentar os homens de igual modo. Quero cumprimentar os colegas e amigos que formam esta Mesa de debate. Quero cumprimentar, por fim, o Presidente Paulo Paim pela sua iniciativa de reunir, nesta manhã, para discutir tema tão importante e, como o Ricardo falou, cumprimentá-lo porque os temas acabam se inter-relacionando. Os dois temas estão muito interligados. Isso é uma iniciativa que gostaria de lhe abraçar, Senador, neste momento, e também renovar a minha admiração, o meu carinho, o meu respeito pelo brilhante trabalho, pela história política que você constrói durante todos esses anos aqui, no Senado Federal, no Parlamento do Brasil.

Bom, quem vai ficando para o final quase sempre tem que mudar todas as anotações, porque os colegas vão falando, vão falando, e vamos riscando – esta não precisa mais, esta não precisa mais –, enfim, para não ser repetitivo aqui. Então, sobrou para mim e para Cássio esse papel de dar uma enxugada nesta pauta. Mas isso é importante, porque demonstra que estamos afinados com o tema, que nos preparamos para esse fim.

Queria começar, Presidente, falando exatamente da desoneração da folha de pagamento e dizer que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo apoia a desoneração da folha de pagamento,

mas sem a transferência para o faturamento das empresas. Por quê? Porque o salário, Sr. Presidente, é a base de cálculo das contribuições previdenciárias. Já o faturamento é a base de cálculo para tributar a renda, a produção e as vendas. Portanto, existe uma distorção aí entre esses critérios. Por isso, a CNC apoia, mas desde que não parta para o faturamento das empresas.

Como todos aqui sabem, a nossa carga tributária está entre 34% ou algo mais. O que o Brasil precisa, de fato, é encarar esse desafio, é fazer uma reforma tributária, porque precisamos, urgentemente, desburocratizar as obrigações fiscais dos contribuintes. Precisamos, urgentemente, consolidar a legislação fiscal. Hoje são mais de 240 mil normas, como muitos dos senhores aqui sabem, e não é fácil conviver com um cenário como esse.

Portanto, entendemos assim: é importante que a desoneração aconteça nos investimentos que geram emprego e renda. Se desonerarmos esses investimentos, estaremos contribuindo para essa desoneração da folha de pagamento. Precisamos incentivar a competitividade dos produtos nacionais diante da guerra com os produtos internacionais, estrangeiros, com que vivemos, neste momento, no País.

É importante também, na opinião da Confederação, que ampliemos os limites, incentivemos a ampliação dos limites do Simples e do Microempreendedor Individual, como aconteceu recentemente. O Governo ampliou. Foi uma iniciativa que louvamos bastante porque está dentro do mesmo bojo da desoneração da folha de pagamento.

Nós somos radicalmente contra a nova CPMF. Existe um ensaio aí para que volte, seja com o mesmo nome ou com outro, mas isso não vai ajudar em nada. Já que existe uma intenção de se desonerar a folha, esse novo tributo não acrescenta em nada, não enriquece em nada, não ajuda em nada o desenvolvimento do País.

Mas também existem outros critérios que defendemos, como, por exemplo, extinguir o salário educação. É muito importante isso, porque o salário educação já tem uma vinculação constitucional. Então, não vemos problema algum em extinguir esse item da composição dos encargos trabalhistas.

Extinguir também a contribuição do PIS, porque, desde 1988, não forma mais patrimônio dos trabalhadores para financiar o seguro desemprego. Esse item pode ser facilmente suprido ou custeado pela Cofins.

Existe outro item, Sr. Presidente, com que os empregadores convivem já há alguns anos, que é reconhecido, uma unanimidade, uma injustiça tremenda que acontece com os empregadores do País de todos os segmentos, que é a famigerada multa de 10% do FGTS. Essa aplicação já cumpriu o seu papel há muitos anos. Então, precisamos centrar forças para que isso seja eliminado urgentemente. Já cumprimos o nosso papel. A conta foi passada para os empregadores, os quais cumpriram, pagaram, e ainda continua em vigor.

Com referência à redução da jornada de trabalho, muita coisa já foi dita pelos colegas aqui: que gera desemprego, que aumenta a informalidade, que faz com que as empresas brasileiras percam competitividade no cenário global, que existe uma tendência muito forte de que se isso acontecer podem se substituir homens por máquinas, enfim, uma série de fatores.

Mas, a análise do tema no mundo como um todo, demonstra que quanto mais há intervenção do governo, menor costuma ser a salário médio dos trabalhadores. Isso é histórico, Sr. Presidente. O Brasil já é um dos países com menos flexibilidade da CLT, além, como todos nós sabemos, de encargos absurdos que a gente acaba absorvendo.

A nossa Constituição reduziu, em 1988, a carga tributária de 48 horas para 44 horas. Em 1986, o nosso índice de desemprego era de 3,5%. Em 1999, esse índice de desemprego já era de 7,5%. Portanto, a redução da jornada de trabalho é inversamente proporcional à geração de desemprego.

Outra consideração que poderíamos fazer seria – e aí é muito importante esse tema – de que o melhor de tudo isso é um ambiente de trabalho competitivo. Se o propósito da redução da jornada de trabalho é atacar o desemprego, a forma mais eficiente é exatamente através da desoneração da folha de pagamento.

Portanto, Sr. Presidente, concluindo a minha participação, acho que cabe aqui um desafio para todos nós, cabe, a partir dessa discussão que estamos travando, com essas informações que estamos tendo a oportunidade de conhecer, é visível que não há nenhuma fronteira, não estamos colocando nenhuma fronteira. Estamos caminhando e pensando o Brasil como um todo, levando-se em conta as particularidades inerentes à atividade patronal e à atividade laboral. Elas são importantes porque elas se inter-relacionam e são importantes para que a gente alcance o nosso propósito.

Mas acho que o que a gente poderia extrair aqui e eu queria me valer exatamente da sua credibilidade, da sua dinâmica de atuação do parlamento do nosso País, acho que já está na hora, Presidente, de a gente empreender a cruzada nacional por uma nova CLT. Acho que se a gente começar a pensar, e dentro dessa nova cruzada em favor de uma nova CLT está incluída aí, Sr. Presidente, a questão da jornada de trabalho, a gente pode resolver essa questão; a desoneração da folha de pagamento é outra ação que também a gente pode empreender a partir daí; o aviso proporcional,

essa guerra que se trava entre poderes – uma nova CLT resolve esse problema; um problema seriíssimo que chega para uma discussão que tem causado muito mal-estar entre todos, entre empregadores e empregados e todos os envolvidos no processo que é o registro eletrônico de ponto – uma nova CLT poderia resolver isso.

Portanto, Presidente, fica claro, pela fotografia tubal, que nós precisamos urgentemente, para dar dinâmica às relações do trabalho, para que a gente consiga fortalecer as relações de trabalho, exatamente de uma nova CLT. Precisamos definitivamente empreender uma cruzada, e ninguém melhor do que o senhor, pela sua experiência, por tudo que o senhor tem produzido neste País em favor de todos.

E aqui preciso dar um testemunho, Presidente, de que V. Exª tem sido justo nas considerações e nos projetos que tem apresentado. O senhor não se furtou, na sua história, ao diálogo, ao entendimento, porque o seu pensamento é o pensamento de todos nós que aqui estamos, é o pensamento de um Brasil melhor, é de um país crescente, de um país produtivo, um país que promova o bem-estar social, um país que promova crescimento para todos os seus filhos que vivem nesta terra.

Portanto, aceite os meus parabéns, os meus cumprimentos.

E gostaria também, finalizando – o senhor fala muito da CNI – que o senhor falasse do Senac também, Presidente. O Senac tem 573 unidades operativas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu falo muito do Senai, não é? É que eu tive uma experiência no Senai, para mim, marcante. Por isso que eu falo tanto. Mas, reconheço o Sistema S no seu conjunto.

O SR. LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Muito bom, Presidente! É uma brincadeira.

Muito obrigado. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Laércio José de Oliveira, pelas considerações, inclusive ponderando sobre o nosso trabalho. Eu te digo, Laércio, com a maior tranquilidade, que quando apresento um projeto – os senhores que são empresários, muitos participam de mesas de negociações – claro que apresento até aquilo que entendo que seria o mais forte para a negociação. É nessa linha.

Quando apresentei o estatuto do motorista, para os senhores terem uma ideia, os empresários do Brasil ficaram... "Mas, Paim..." Sentaram comigo. Lembro-me de que tive uma negociação em São Paulo. Todo o PIB do setor do transporte terrestre estava lá. Depois que fiz a minha fala, terminei e um dos líderes do movimento do setor empresarial disse: "Está vendo aqueles caminhões lá embaixo, estavam cheios de pedra para jogar em você; agora vou mandar encher de flores, porque eu vi que..." Então, é para o debate. Tenho claro isso. Mesmo as 40 horas são fruto de um debate. Bom, se vão ser 41 horas, 42 horas, se vão ficar nas 40 ou nas 44 horas, se prevalecer o entendimento de não ser um caso ou o outro, que vai ser no campo do debate, do caminhar permanente, como aqui foi colocado, que quase a metade, eu diria, aqui, arredondando, já está em torno de 40 horas, pelo processo da discussão, da negociação. Quero dizer que não sou daqueles que se acham donos da verdade, estou sempre aberto ao diálogo, ao entendimento de construir o melhor para todos, e aí a fala que o Laércio fez.

Por isso, Laércio, agradeço as suas considerações em relação ao meu trabalho.

Passo de imediato agora, que foi agendado que ele seria o último a fazer uso da palavra, ao Dr. Cassius Marcellus Zomignani, Diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias de São Paulo, Fiesp.

O SR. CASSIUS MARCELLUS ZOMIGNANI – Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim e, na pessoa dele, estender os cumprimentos aos demais expositores e participantes dessa audiência pública.

Por falar por último, acredito que farei um resumo de tudo aquilo que já foi apresentado aos senhores, até porque a posição da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo é convergente à dos demais expositores e confederações aqui representadas no sentido de que a redução da jornada não gerará empregos, aumentará custos do trabalho e, se imposta por lei, tratará os desiguais da mesma forma.

Em nossa opinião, para que medidas de redução de jornada tivessem o efeito desejado de reduzir o desemprego seria necessário que as horas trabalhadas estivessem positivamente correlacionadas com a taxa de desemprego, e não é essa a nossa percepção, até porque já ficou aqui pontuado, pela análise e dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que não há uma relação direta entre redução de jornada e geração de emprego.

No mercado de trabalho, há diversos tipos de emprego e de trabalhadores, que também se diferenciam pela extensão da sua jornada de trabalho. Há grandes contingentes de trabalhadores com jornadas inferiores à jornada máxima legalmente permitida, os quais não serão afetados ou beneficiados por eventual redução imposta pela PEC 231. A heterogeneidade dos regimes de trabalho é fator limitador do suposto impacto em relação ao nível de emprego.

A economia não é estática e o comportamento do mercado de trabalho não pode ser resumido a uma equação matemática que estimou geração de mais de dois milhões de novos empregos, apenas pela aprovação da PEC nº 231, como divulgou o Dieese em nota técnica de 2007. Não é possível entender o mercado de trabalho e o nível de emprego como resultado de uma mera equação matemática.

Experiência internacional e teoria econômica demonstram que geração de empregos depende de vários fatores, dentre os quais crescimento sustentado, investimentos na produção, empreendedorismo, capacidade instalada, educação de boa qualidade, qualificação profissional, redução de encargos sobre folha de pagamento e regras flexíveis para contratação. Geração de empregos também guarda relação com perspectivas futuras da economia e do mercado consumidor.

Faço minhas as palavras do Prof. José Pastore: leis isoladamente não criam empregos. Se fosse possível criar empregos e eliminar a pobreza por lei, não haveria desemprego e pobreza em país algum do mundo.

Em termos de custos, estudos indicam que a redução da jornada, além de não gerar novos empregos, como se propaga, também reduzirá a produtividade e comprometerá a competitividade da indústria e dos demais setores da economia. Como o Emerson Casali já destacou e os demais participantes da Mesa também o fizeram, uma redução de jornada para 40 horas, sem redução de salários, implicará aumento imediato de 10% na folha de pagamentos, sem considerar os encargos incidentes sobre a mesma. O aumento de custo será amplificado em cada etapa da cadeia produtiva, pressionando o preço final dos produtos. Redução de jornada não é indutor de investimentos, podendo representar obstáculo à expansão da produção e à competitividade internacional no momento em que as empresas precisam ser fortalecidas e crescer.

Falando do modelo brasileiro, não há comprovação de que a redução da carga semanal de trabalho de 48 para 44, em outubro de 88, tenha provocado aumento significativo no número de empregos. Podemos afirmar isso analisando dados da Rais. Logo após a promulgação da Constituição de 88, tivemos um pequeno incremento no nível de emprego e, na sequência, índices negativos, o que indica essa dificuldade de se relacionar redução de jornada com aumento no nível de emprego.

Ao longo dos anos, o Brasil reduziu a sua taxa de desemprego, mas isso se deu por meio do crescimento da economia, e não da redução da jornada. Pode-se afirmar que o emprego obedeceu às leis de mercado, tendo crescido ou decrescido de acordo com a evolução do PIB. Quanto maior a evolução do PIB menor o desemprego, e vice-versa.

A jornada de trabalho no Brasil está alinhada à maioria das nações, inclusive desenvolvidas. Nossa jornada média é inferior ao limite legal de 44 horas, ficando no patamar de 41 horas, segundo a OIT. Para fazer uma comparação com outros países, podemos citar África do Sul, com 44; México com 45; China com 45; Malásia com 47; Índia com 47, segundo dados da OIT, de 2008.

No Brasil, empresas com mais de 100 empregados praticam jornada média de 39,4 horas; empresas com menos de 100 empregados praticam jornada média de 42,6 horas, inferior, portanto, ao limite legal de 44. Empresas com até 10 empregados respondem por 16,5% dos postos de trabalho e por 23,4% das horas que excedem 40 semanais. Nesse importante grupo gerador de empregos, a redução da jornada legal irá causar efeito mais negativo.

Concluindo, Senador, em relação à jornada de trabalho, experiências de redução da jornada não mostraram resultados esperados. Podem reduzir oportunidades de trabalho ou aumentar renda daqueles que conseguem manter-se empregados. Substituição de horas de trabalho médio por empregos não é direta. Redução da jornada, em geral, impõe elevação no custo proporcionalmente superior. A extensão da jornada está relacionada às características das atividades e setores da economia, e de cada empresa também. Há setores mais intensivos em tecnologia e, por isso, podem trabalhar menos horas. Outros não podem. Os ajustes em cada caso ocorrem por meio da negociação coletiva.

A OIT não discute nem recomenda a redução da jornada como mecanismo de expansão de emprego. Para reduzir jornada, recomenda ajustes graduais por meio do diálogo social. A Federação das Indústrias de São Paulo defende a redução da jornada por meio da livre negociação entre as partes, de acordo com a realidade, características e potencial de cada setor e dentro das possibilidades reais de cada um. Redução de jornada pela via constitucional implicará, na nossa opinião, tratamento igual para realidades diferentes, motivo pelo qual a livre negociação é o caminho para tal redução, por meio de acordos equilibrados que estabeleçam objetivos comuns, compartilhem resultados e possam assegurar crescimento econômico e geração de empregos.

No que diz respeito à desoneração da folha de pagamento, rapidamente eu gostaria de colocar a posição da Federação das Indústrias de São Paulo. No Brasil, o nível dos encargos trabalhistas incidentes na folha de salário é muito elevado. Em comparação a vários outros países, na sua maioria desenvolvidos, o

Brasil possui o mais alto nível de encargos, cuja consequência é o encarecimento da sua mão de obra. Os encargos são um dos fatores prejudiciais à competitividade da indústria de transformação brasileira, processo que é agravado em setores mais intensivos de mão de obra e nos que empregam mão de obra altamente especializada, onde as despesas com salários são significativas.

Em função disso, a desoneração dos encargos trabalhistas da indústria de transformação no Brasil é uma medida importante para redução do custo de mão de obra. Deve contribuir para melhorar a posição competitiva do País no mercado nacional e internacional de bens manufaturados, bem como para a elevação do nível de emprego e da renda na economia. Outro efeito positivo é a redução de incentivos à informalidade, com consequente diminuição de custos de monitoramento e da incerteza jurídica para as empresas.

Em razão do exposto, a desoneração dos encargos trabalhistas pode contribuir de modo fundamental no necessário processo de retomada da competitividade da produção industrial nacional, considerando os efeitos sobre o custo da mão de obra e a capacidade de investimento do setor.

Agradeço a atenção de todos e agradeço pelo convite, Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós agradecemos ao Sr. Cassius Marcellus Zomignani, que é diretor do departamento sindical da Fiesp, pela sua exposição. Ele diz aqui – são dados que vão servir para reflexão – que as empresas – tomei nota e gostaria de confirmar – com mais de 100 empregados, em média, trabalham 39,5 horas. Achei um dado interessante. E defende a livre negociação, naturalmente. E lembra que as pequenas empresas seriam as mais prejudicadas, se for tomada uma medida brusca, digamos, sem que caminhe para essa área...

Agora, vamos aqui garantir a cada um dos nossos convidados – vou começar pelo último da lista e seguir a ordem – para que cada um use três minutos para suas considerações finais. E começo com você, Laércio. Desculpe-me, estou chamando-o de Laércio. Você pode me chamar de Paim. Para mim, não há problema nenhum. O Deputado Federal Laércio José de Oliveira, que é vice-presidente da CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

O SR. LAÉRCIO JOSÉ DE OLIVEIRA – Senador, eu gostaria de agradecer mais uma vez. Essa discussão que travamos aqui, nesta manhã, na verdade não foi uma discussão, mas uma exposição de motivos, cada um buscando sua linha de raciocínio, mas duas coisas precisamos extrair deste encontro nesta manhã aqui.

Primeiro, existe um consenso das federações, e aqui está a soma de forças da economia brasileira, por meio do emprego. As nossas opiniões são convergentes em busca de um propósito único. Isso é fundamental de ser apontado aqui. E mais ainda, fica claro, Senador, que existe uma boa vontade de todos que aqui estão de contribuir com projetos importantes para o Brasil, contribuir para que se amplie uma mesa de negociação, uma mesa de discussão desses temas fundamentais para o crescimento do nosso País. Fica claro, e este é o ponto principal com o qual estamos preocupados, a segurança, a estabilidade dos cargos, dos empregos disponíveis, uma estabilidade sadia, uma estabilidade que preze pela competitividade, uma estabilidade que preze pelo crescimento de postos de trabalho em nosso País, uma estabilidade que preze pela justiça social e uma estabilidade, acima de tudo, que preze pela saúde de todos, de empresas e de trabalhadores.

É isso. Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Obrigado, Laércio, Deputado Federal.

Passo, de imediato, a palavra ao Dr. José Ricardo da Costa Aguiar Alves, vice-presidente executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Muito obrigado, Senador Paim.

Fizemos, aqui, várias considerações hoje. Examinamos os aspectos objetivos ou materiais da questão. Gostaria, Senador, de fazer uma breve reflexão sobre o lado subjetivo da questão, que é o modo de pensar brasileiro.

A nossa maneira de pensar, talvez herança da nossa raiz africana, indígena ou mesmo portuguesa, nossos bisavós eram pessoas com escolaridade muito baixa, é permeada por um pouco apego à precisão e um elemento mítico muito forte, uma incorporação de mitos muito forte. Isso aparece em várias discussões e aparece nesta discussão da desoneração da folha e da redução da jornada de trabalho. Se alguém quiser poupar R$1 mil, em seis meses, se não tiver como aumentar suas receitas, como aumentar seu salário, terá que examinar suas despesas, cortar despesas supérfluas tais que, somadas, cheguem a R$1 mil, em seis meses. No Brasil, alguém dirá: não, você poupa R$100 por mês, durante seis meses, e terá R$1 mil. Mas dirão: você terá R$600 – aplicado a uma taxa, um pouco mais de R$600. E a resposta, no modo de pensar brasileiro, "você terá R$1 mil", se houver vontade política para isso. È um dos abracadabras de nosso tempo, a expressão "vontade política". Se você reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, você gerará alguns milhões de postos de trabalho. Essa conta não fecha. "Mas com vontade política, ela fechará".

E entra o segundo elemento, que é a imprecisão. Se essa conta não fechar, a culpa é deles. Quem são eles? Às vezes, são outros países, às vezes são as elites – sabe Deus quem são as elites em nosso País. Eles, no nosso caso, serão empresários, empregadores. Creio, Senador, que, para a discussão avançar, no interesse de todos nós, temos de evoluir para um modo de pensar lastreado na realidade e na precisão. Essa maneira de pensar brasileira, infelizmente, é um dos grandes obstáculos ao nosso desenvolvimento, e não há oposição entre nós, eles, essas figuras difusas, etéreas. O que há é o interesse de empregados e empregadores em uma economia competitiva, com crescimento sustentado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me, mas vou ter de fazer uma consideração rápida, mas, eu diria, em sua defesa. Veja bem, em sua defesa. V. Exª, na última reunião em que debatemos o aviso prévio, deu uma bela contribuição, como deu hoje também. Mas quando V. Exª abre seus últimos três minutos, permita-me, pois falo de forma muito carinhosa e respeitosa, e diz que principalmente – fui isto que eu entendi, nós estamos ao vivo para o Brasil todo, e sei que não foi sua intenção – devido a nossas origens indígena, africana e portuguesa... Não pegou bem. Então, queria até dar-lhe um minuto a mais, acho que não foi essa a sua intenção.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Não foi de maneira alguma. Eu não disse principalmente, eu disse possivelmente em função de nossa origem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, para mim, principalmente ou possivelmente é a mesma coisa. Quero dar-lhe mais um minuto, se V. Exª quiser. Vou pegar o termo: possivelmente, o culpado dessa falta de precisão, ou seja, de uma análise mais profunda dos grandes temas, é devido a nossas origens indígena, africana e portuguesa. Eu entendo que não foi isso que o senhor quis dizer. Talvez tenha sido a força de expressão.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – Nós somos formados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou saindo em sua defesa. Estou sendo muito sincero, senão eu faria outra análise, seguindo meu ponto de vista.

O SR. JOSÉ RICARDO DA COSTA AGUIAR ALVES – É um tema que me fascina, que me apaixona, falamos por horas sobre ele.

Eu digo que somos formados por culturas de origem mítica, por culturas lastreadas em mito. A cultura indígena, a cultura africana e a cultura portuguesa tradicional, por exemplo, são culturas em que o mito tem um papel muito forte. Nós importamos esse lado da incorporação do mito na nossa forma de pensar, ao contrário de um pensamento mais racional, mais cartesiano, mais objetivo. É possível que essa incorporação do mito venha das nossas culturas tradicionais onde era muito forte na origem. É possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada a ver aqui que italianos, alemães, polacos teriam outro ponto de vista e, por isso, seriam mais preparados para esse debate? Nada a ver, não é? Sei que não foi essa sua intenção. Muito bem, então não vamos entrar aqui nesse campo, pois entraria na linha do preconceito e não seria bom para ninguém.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Cassius Marcellus Zomignani, que é o diretor da Fiesp, que fez a sua exposição.

O SR. CASSIUS MARCELLUS ZOMIGNANI – Complementando aquilo que já manifestei, posso apenas fazer algumas breves considerações sobre experiências de outros países que reduziram jornada e não obtiveram aumento de emprego, como Japão, Suécia, Canadá, Alemanha, França. Também posso fazer uma referência com relação à competitividade do Brasil frente ao aumento no custo da mão-de-obra, com essa redução imposta por lei. Existe uma preocupação muito grande com isso em comparação com outros países no cenário internacional. E reforçar nossa orientação ou opinião de que o melhor caminho é a negociação coletiva.

Olhando o que aconteceu depois de 1988, vamos constatar efetivamente que o melhor caminho é o da negociação coletiva, de acordo com a realidade característica de cada setor. Os setores sabem como tratar o assunto com os representantes dos trabalhadores e, com isso, conceder ou não uma redução de jornada adequada a suas características.

Era isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr. Cassius, que falou pela Fiesp, meus cumprimentos.

Passo a palavra, de imediato, ao diretor de operações do Senai, Dr. Gustavo Leal Sales Filho, para suas considerações finais.

O SR. GUSTAVO LEAL SALES FILHO – Senador Paim, primeiro, quero agradecer pelo convite ao Senai para participar desta audiência. Nós nos sentimos muito honrados com isso. Quero só complementar o que já havia trazido à discussão.

Nesse esforço de ampliação do número de matrículas no Senai, de duplicação até 2014, temos nos debruçado na análise criteriosa das demandas de 500 mesorregiões do Brasil. A partir daí, constatamos

a necessidade de uma forte expansão da rede física, que se dará por unidades novas, por centros de formação profissional novos e pela ampliação de muitos dos existentes, além, como falei, de centros tecnológicos de alta performance. Tudo isso nos levou a buscar recursos no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde estamos finalizando um grande empréstimo para podermos realizar esses investimentos e, com isso, atingirmos a meta de duplicar o número de matrículas. Então, estamos confiantes na forma de financiamento dos integrantes do Sistema S e do SENAI, entendendo que é relevante e imprescindível para o Brasil, nos próximos anos, a manutenção desse esforço de ampliação de oferta de cursos técnicos, de cursos de qualificação e também de serviços ligados à inovação.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer o convite para estarmos presentes aqui.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Gustavo Leal Sales, Diretor de Operações do Senai.

Passamos a palavra para o Emerson Casali Almeida, Gerente Executivo de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da CNI.

O SR. EMERSON CASALI ALMEIDA – Presidente, inicialmente, parabenizo o senhor por esta iniciativa do diálogo. O senhor, às vezes, mesmo com visões diferentes da nossa, ouviu pacientemente. Espero que tudo isso, com certeza, ajude nesse processo de reflexão.

Eu queria apontar que a gente tem conversado muito com as centrais sindicais, iniciado um bom diálogo. A gente está começando a ver que a gente precisa pensar o que serão as relações de trabalho no Brasil daqui a vinte anos, daqui a dez anos, e que tem que discutir todas essas questões. Tudo isto é muito importante: jornadas, encargos; tudo isso está muito na mesa.

Então, existe uma discussão ampla que a gente quer fazer e existem discussões que são mais específicas da realidade. Essa questão da redução da jornada a gente acha que é mais um tema para discutir na realidade, valorizando o papel do sindicato na base, e menos uma solução que saia de uma decisão daqui e que todos tenham de seguir, dentro do que, hoje, já é um grande contrato nacional coletivo que a gente tem hoje na Constituição e na própria legislação. Então, no espaço que existe para os sindicatos atuarem, a redução de jornada é um tema bastante relevante.

A gente tem discutido que existem algumas premissas que a gente precisa alinhar. Ou seja, acho que a questão da proteção do trabalhador é um valor inquestionável; e aí temos uma preocupação: há 50% dos trabalhadores sem proteção nenhuma. A questão da competitividade empresarial é uma premissa que precisa estar na mesa; ou seja, a questão do custo do trabalho é algo importante: sem competitividade, sem rentabilidade, a empresa não cumpre suas obrigações e a questão da responsabilidade social fica dificultada. Outra premissa é que tudo que a gente puder fazer para ampliar o diálogo parece que é algo que a gente deseja. E, ainda, a segurança jurídica. Acho que é outro ponto, porque a gente percebe que essa mudança do mundo do trabalho e a dificuldade das nossas leis em acompanhá-la têm gerado muita insegurança jurídica, sendo interesse de todo mundo que haja segurança jurídica.

Por fim, Presidente, acho que o senhor colocou uma discussão importante, a da desoneração da folha. Essa questão, hoje, são escolhas. A gente prefere ter dois milhões de emprego e, de repente, cobrando 20% de encargos sobre a folha patronal ou a gente prefere poder apostar na possibilidade de ter quatro milhões de empregos naquele setor ou três milhões de empregos, com a redução desse custo e de outros custos que irão gerar competitividade para as nossas empresas e irão permitir maior formalização? Então, essa discussão é bastante importante. Às vezes, não. Precisamos manter 20%, porque a gente precisa financiar a Previdência. Sim, mas a gente está tendo uma perda efetiva de postos de trabalho ou deixando de ter mais postos de trabalho. Enfim, é uma discussão complexa. Como o senhor colocou, é uma equação que precisa fechar.

Eu gostaria de finalizar, agradecendo o convite à CNI, o convite a esse diálogo tão importante para o País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Emerson Casali Almeida falou pela CNI, deixando claro, no final, o seu ponto de vista em relação à desoneração da folha. Que a gente construa caminhos. O que não podemos é deixar a Previdência sem um lastro para sua manutenção. E, ao mesmo tempo, mostrou a sua preocupação com a política de empregos.

Ficou para o encerramento o Cristiano Zaranza, Chefe da Assessoria Jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA.

O SR. CRISTIANO ZARANZA – Mais uma vez, Presidente, registro que é uma satisfação grande estar aqui, especialmente porque senti que o recado principal é uníssono. Acho que todos os que falaram aqui se mostraram, de certa forma, favoráveis à desoneração da folha de pagamento, destacaram a importância da negociação coletiva na construção desse patamar, especialmente – falando-se de jornada de trabalho – de um patamar razoável, que seja satisfatório ao traba-

lhador, garantindo-lhe renda, estabilidade funcional, sustento digno à sua família. Acho que essa é a intenção de todos os trabalhadores brasileiros e, de certa forma, garantindo também a sustentabilidade do seu negócio, porque essa é a principal condição da empregabilidade hoje no País.

Presidente, também gostaria de estimular os interessados a estudar essa questão das quarenta horas, observando, principalmente, um fator que nos escapou por um instante, mas cuja mensagem eu gostaria de deixar: falo dos dias efetivamente trabalhados, porque isso, sim, também importante.

nesta Casa, na Câmara inúmeros projetos de lei falando sobre a ausência em determinados dias por N motivos, que não cabe aqui dizer se são justos ou não. Mas acho que é um dado interessante para que analisemos a jornada de trabalho, porque, se nós somarmos esses N motivos com os feriados nacionais, municipais, estaduais, nós teremos um número ainda muito mais interessante para conhecer e mostrar que, no Brasil, a jornada efetivamente praticada é sustentável e não é dissonante da realidade internacional.

Outro ponto importante é manifestar aqui, de forma expressa, a nossa preocupação com o pequeno empregador, porque, se aqui todo mundo claramente mostrou que o patamar de oneração desse empregador é a partir de 10%, para o empregador esse percentual é muito mais gravoso, e nós não podemos desconsiderar os percentuais de empregabilidade, já mostrados aqui, que o pequeno e micro empresários representam no País. Temos, sim, que dar uma atenção toda especial a esse pequeno empregador.

Dessa forma, Presidente, finalizo nossa participação, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de apresentar nossas razões aqui.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Cristiano é da Confederação da Agricultura e de Pecuária do Brasil, a CNA. Mais uma vez colabora com o debate, já tendo estado conosco também no debate do aviso prévio.

Queria agradecer a todos os painelistas. Falamos das 9 horas a, praticamente, às 11 horas e meia, para o Brasil, pela TV Senado, para que todos pudessem ouvir e assistir a visão do setor empresarial em relação a dois temas que, queiramos ou não, estão em debate na sociedade: a redução de jornada e a redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

Eu queria agradecer muito mesmo a todas as entidades que se fizeram presentes aqui, porque eu entendo que somente assim nós poderemos caminhar para aquilo que eu dizia ontem – inclusive em um debate há uma semana em uma comissão – sobre o campo da razoabilidade. Estávamos discutindo a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Estavam lá representantes dos empresários e dos trabalhadores, e também foi um debate de altíssimo nível, qualificado, tranquilo. Nesse debate em que, claro, a maioria dos empresários presentes defendeu o campo da livre negociação, foi um debate em que quem ganhou foi quem o assistiu.

No dia de hoje, se vocês não se fizessem presentes nesta audiência pública, haveria só a versão dos trabalhadores, que têm a sua versão. Mas os senhores, legitimamente, têm seu ponto de vista que apresentaram aqui, inclusive junto com o nosso Deputado Federal Laércio. Laércio, permita-me que eu diga isso.

Quero dizer para o meu amigo José Ricardo que fique tranquilo, porque eu apenas provoquei, porque, como eu receb, no momento em que você falou, poderia dar um mal-entendido. Não foi esse o seu objetivo. Eu só provoquei para que você falasse para garantir isso, porque eu me senti como aquele que fica do lado de lá da telinha ouvindo você dizer. Como eu sei que a sua intenção não foi discriminar ninguém, em hipótese nenhuma, porque conheço você e o teu ponto de vista, eu apenas o provoquei para que você explicasse, e você, naturalmente, fez a sua parte.

Então, eu agradeço a todos vocês. Vamos continuar dialogando. É a minha intenção, se houver entendimento, de fazermos outro debate, em outro momento, convidando os representantes dos empresários e dos trabalhadores para haver o contraditório aqui, no debate, porque, se não fazemos também o contraditório, para alguns que assistiram a uma audiência e não assistiram a outra, passaremos sempre uma versão. Então, é bom que se faça o contraditório. Nós não convidaríamos muitos – tipo três numa posição e três noutra. Vocês decidiriam quem seriam, e faremos um bom debate. Quem ganha é o Brasil. Eu sempre digo que ninguém inventou, no mundo, um sistema melhor que a democracia. E democracia é isto: permitir que aqueles que pensam diferente exponham o seu ponto de vista, e a população, na verdade, vai tomar a sua posição e fará, digamos, a sua apreciação sobre o que foi dito.

Só posso agradecer muito, muito a todos os senhores. É uma alegria enorme presidir esta reunião, pelo nível do debate. Parabéns a vocês! *(Palmas.)* As palmas são para os senhores.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA 13ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO DA CCJ, SALA SENADOR JOSAPHAT MARINHO, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos, do dia trinta de agosto de dois mil e onze, na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, com a presença da Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP, e do Senador Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença dos Defensores Federais, Senhores José Wilson Porto e Jairo Lourenço de Almeida. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 11ª e 12ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** para tratar do tema "Autonomia da Defensoria Pública Federal", em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Afonso Carlos Roberto do Prado, Subdefensor Público-Geral Federal; Marcelo Vieira de Campos, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça – MJ; Gabriel Faria Oliveira; Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; André Luis Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; Eunice Corrêa Barros, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União – SINDSERDP; Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público Federal. Justificaram ausência os seguintes convidados: Meire Monteiro Mota Coelho, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Pedro Gontijo, Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a integração sul-americana no contexto da crise mundial: a perspectiva empresarial. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 2 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011 – CASEMP.** *Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a inclusão do carvão nas matrizes energéticas e situação dos trabalhadores em decorrência do leilão A menos cinco. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Pedro Taques, Wilson Santiago, Ataídes Oliveira e as Senadoras Vanesssa Grazziotin e Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião desta Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata e a aprovação das Atas nºs 11 e 12 de reuniões de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública para tratar do tema "Autonomia da Defensoria Pública Federal", em atendimento ao Requerimento nº 08, de 2011, de iniciativa desta Presidência.

Convidamos para esta audiência pública os seguintes painelistas. Chamarei de acordo com a ordem que recebi e solicito que aqueles que estiverem presentes se dirijam, então, à Mesa: Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos. (*Palmas*.)

Seja bem-vindo, Gabriel!

Meire Monteiro Mota Coelho, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional de Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB. (*Palmas*.)

André Luis Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos. (*Palmas*.)

Afonso Carlos Roberto do Prado, Subdefensor Público-Geral Federal. (*Palmas*.)

Marcelo Vieira de Campos, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

Eunice Corrêa Barros, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União. (*Palmas*.)

Farei uma pequena introdução aqui para aqueles que estão assistindo à TV Senado. Hoje, a TV Senado, pode haver oito comissões funcionando, todas acabam sendo transmitidas ao vivo para o País, e o telespectador é que vai escolher qual é o canal, naturalmente, e o assunto que vai acompanhar.

Então, só para situar: esta audiência pública se inicia agora, e quero lembrar que hoje temos o maior orgulho nesta Comissão de debater um tema tão importante quanto esse, que tem tudo a ver com a Comissão de Direitos Humanos, a qual eu presido, e também com esta Subcomissão de Trabalho e Previdência. Com essa introdução, vamos hoje discutir a "Autonomia da Defensoria Pública Federal".

Permitam-me aqui levantar algumas questões, mas, naturalmente, nossos debatedores é que vão aprofundar o debate e falar muito mais do que estas rápidas palavras que vou aqui, neste momento, pronunciar.

Três quesitos são fundamentais quando se fala em autonomia da Defensoria Pública da União: independência administrativa, orçamentária e funcional.

Quero lembrá-los de que a Defensoria Pública da União é o órgão responsável por prestar assistência jurídica completa e gratuita, em âmbito nacional, ao cidadão que tenha renda mínima comprovada e que não lhe permita arcar com a despesa dos trabalhos prestados por um advogado particular – isto é um resuminho; vocês, naturalmente, vão falar muito mais.

O acesso à Justiça é um direito fundamental, assegurado no art. 5º da nossa Constituição. Tenho alegria porque fui constituinte e acompanhei o debate sobre a importância desse art. 5º. Os serviços oferecidos pelos Defensores Públicos Federais abarcam desde a informação até as dúvidas sobre direitos e garantias individuais.

Os Defensores Públicos da União atuam perante as Justiças Federal, Eleitoral, Trabalhista, Militar; têm papel fundamental também em meio aos tribunais superiores – STJ, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior Eleitoral... Enfim, se há outros, vocês falem. Não digam que faltou isso ou aquilo, porque vocês é que vão falar; eu só estou fazendo um resumo.

A Defensoria Pública Federal age para garantir, por exemplo, o acesso à medicação não disponibilizada em postos de saúde pela rede pública; pelo cumprimento do Estatuto do Idoso, dos direitos previdenciários – aposentados e pensionistas, estamos no nosso chão aqui, eu que falo tanto em direito dos aposentados –, entre tantos outros.

Um dos questionamentos que deve surgir na audiência de hoje é: será que o Brasil possui, hoje, número suficiente de defensores públicos federais? Já que aqui elenquei uma série de responsabilidades, eu diria, a partir da provocação.

Segundo dados da Associação Nacional dos Defensores Públicos, no Brasil, temos somente 475 Defensores Públicos Federais. Com certeza, é preciso intensificar as ações para acelerar o processo de autonomia funcional, administrativa, orçamentária da Defensoria Pública Federal.

Sejam bem-vindos! Desejo a todos uma boa audiência pública. Quero dizer a vocês que estou muito orgulhoso de presidir esta reunião não somente em nome da Subcomissão do Trabalho e Previdência, mas também em nome da Comissão de Direitos Humanos. Vocês, Defensores Públicos, com certeza, cumprem papel fundamental na defesa de todo o nosso povo, de toda a nossa gente.

Por isso, parabéns a vocês! Parabéns a todos que lutam pelos direitos humanos! Um abraço. Vamos iniciar a nossa reunião.

Passo, de imediato, a palavra ao nosso primeiro inscrito, Dr. Afonso.

Conforme entendimento aqui da Mesa, passo a palavra ao Dr. Carlos Roberto do Prado, Subdefensor-Geral Federal. Tem a palavra por dez minutos, com mais cinco; e com mais cinco, se necessário, chegando a vinte.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Exmº Senador Paulo Paim, antecipo os cumprimentos pela identificação natural que V. Exª tem com a causa dos mais frágeis, dos hipossuficientes. A sua história de vida se coaduna com aquilo que nós, Defensores Públicos, nos propomos a fazer no nosso mister defensoriano.

Cabe-me, neste momento, iniciar esta apresentação, trazendo algumas informações que, pretendo, neste momento, de caráter mais genérico. Na sequência, com a participação dos demais debatedores, teremos outros números bastante interessantes a serem apresentados, principalmente considerando o grande descompasso que há dentro do contexto de Defensoria Pública Federal para com seus pares mais diretos, os juízes federais, os procuradores da República, juízes trabalhistas, procuradores do trabalho. Refiro-me ao

grande descompasso que há, hoje, nos quantitativos em que hoje se apresentam.

Tivemos evoluções consideráveis, sem dúvida alguma, a partir do momento em que a Defensoria Pública da União começa a existir. Mas ainda é muito pouco, é extremamente acanhada. Sofremos, de perto, esse descompasso. Hoje, somos 487 Defensores Federais. Em verdade, estamos com 450 colegas atuando em todo o Brasil. Para se ter ideia desse nosso descompasso...

O Dr. Marcelo, do Ministério da Justiça, está se incorporando ao debate. Da maior importância a presença do Dr. Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Já foi convocado. Todos os que estão na Mesa foram convocados. Podem tomar assento e, no momento adequado, usarão a palavra.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Nós estamos nesses descompasso, e isso também se deve muito à questão básica da falta da nossa autonomia e à nossa juventude como instituição – aliás, nem juventude podemos dizer, estamos ainda bastante embrionários. Mas há hoje uma proposta muito direta desses engajados Defensores Públicos na construção direta dessa força necessária que precisamos para ser levada adiante a causa das pessoas carentes, das pessoas hipossuficientes.

Apresento alguns dados, Senador Paim, para iniciar essa discussão. Mesmo com essa deficiência que temos no número de Defensores, incorpora-se a isso também a situação do quadro de apoio. Não temos carreira própria. A Defensoria Pública não tem carreira própria de servidores públicos. Nós hoje dependemos – aqui vai um cumprimento direto a esses abnegados servidores públicos – de servidores que, requisitados pela Defensoria Pública da União, passam a somar a força de trabalho necessária para atender à grande demanda, que hoje se imagina por volta de 120 milhões de brasileiros que precisam dos nossos trabalhos. Hoje, nós temos cerca de 690 servidores públicos requisitados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Afonso, permita-me. Acho que aquelas duas faixas estão bem ilustrativas. Não é uma provocação a ninguém. São dados e números. Como lá elas não vão aparecer, eu proporia a vocês, se pudessem, colocar aqui uma de cada lado para que a TV possa filmá-las. Poderiam botar aqui uma de cada lado: uma desse lado e uma do outro lado.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Na hora em que o senhor iniciou a manifestação, eu falei: o que será que vai vir? Mas, vindo de V. Exª, não poderia ser outra situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, pelo contrário. Eu não tenho problema nenhum com faixa. Ao longo da minha vida, eu carreguei muita faixa e não acho justo que fiquem lá no fundo onde não vão aparecer. Quando filmarem a Mesa, vão filmar as faixas.

Uma salva de palmas para os quatro guerreiros que estão segurando as faixas. *(Palmas.)*

Ponham do lado da bandeira. Na hora em que quiserem fechar, fechem. Não são obrigados a ficar todo tempo com elas abertas.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – São nossos colegas servidores públicos e Defensores Públicos Federais que estão incorporados nessa grande luta para o crescimento da Defensoria Púbica da União.

Eu dizia, Senador Paim, que hoje a nossa força de trabalho, somada aos defensores, que são 450, tem hoje incorporados nesse trabalho 690 servidores públicos requisitados. E enfrentamos uma luta imensa. Hoje, quando encaminhamos uma requisição – nós temos uma lei que nos autoriza a requisitar, Dr. André –, o órgão do outro lado diz assim: "Olha, vocês têm o direito de requisitar, porque ainda não têm quadro próprio, mas nós não vamos ceder". E essa dificuldade acontece o tempo todo. Nós temos hoje cerca de mil requisições de servidores que estão paradas. Por que isso acontece? Acontece porque a Defensoria Pública ainda está muito devagar. E vários fatores serão discutidos aqui hoje.

Como é que nós vamos avançar sem ter também essa força de trabalho dos servidores públicos? São 690 que se somam a 311 servidores que vieram do concurso do PGPE, do Ministério do Planejamento. Na verdade, esses 311 simplesmente foram de uma troca de terceirizados que nós tínhamos contratado. Num acerto com o Ministério do Trabalho, nós fizemos esta troca de 339, 338 terceirizados por 311 PGPEs de um concurso do Ministério do Planejamento. Nós os temos hoje nos nossos quadros. Desses 311, hoje 294 estão na ativa. E temos as dificuldades normais, Senador, para fazer tramitar, dentro da burocracia própria do Governo Federal, os nossos pleitos. Para se ter uma noção, de 294 para 311, nós temos um descompasso de, onze mais seis, dezessete, que é uma força que precisávamos pudesse tramitar rapidamente. A falta de autonomia cria esse tipo de entrave.

Soma-se a isso nesse quantitativo que hoje nós temos cerca de mil servidores na Defensoria, o que é muito pouco. Nós temos incorporados hoje – deveria ser no contexto daquilo que se quer do estagiário, para prepará-lo para a vida profissional, mas acaba sendo útil para tudo aquilo que nós estamos fazendo

hoje – cerca de 1,7 mil estagiários. E estamos também atendendo aos preceitos governamentais e hoje nós temos 336 terceirizados.

Então, no quantitativo apresentado, no ano passado, nós tivemos 1,204 milhão de atendimentos. Nisso houve um incremento muito grande em relação a 2009, quando foram 808 mil atendimentos. E, para este ano, a projeção é que tenhamos 1,3 milhão de pessoas brasileiras carentes sendo atendidas pela Defensoria Pública.

Aproveito também para apresentar outros dados da preocupação... Mesmo ainda tendo todas as dificuldades administrativas, nós temos procurado levar adiante os nossos pleitos pelo Ministério da Justiça, ao qual nós estamos vinculados, e ao Ministério do Planejamento. E até este momento em que a Defensoria Pública passa por uma fase de transição, é interessante lembrar que os canais estão muito abertos dentro do Governo Federal, mas, junto com isso, temos que quebrar esses entraves.

É fato constatado que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tem tido uma preocupação muito direta e pessoal com a Defensoria Pública, mas, junto com o Ministro da Justiça, nós temos que incorporar também as outras forças de governo dentro dos entraves administrativos para que pelo menos agora avancemos em alguma situação. Cito um fato concreto, Senador, que temos hoje na Casa Civil... Porque dependemos da nomeação do Defensor Público, que depende de um ato da Presidente da República, e estão paradas lá, neste momento, quinze nomeações, e é da maior importância que sejam atendidas de imediato. São colegas que vivem situações de um dilema muito complicado, do atendimento ao público, da carga de trabalho. Colegas, por exemplo, de Manaus, onde se atende uma grande população – não só de Manaus, como de toda aquela região –, que estão lá, hoje, vivendo uma situação quase à beira do insustentável total por falta da nomeação desses Defensores Públicos – são cargos já vagos –que está tramitando na Presidência da República.

Nesse contexto também, dos Defensores Públicos, nós temos hoje um remanescente do último concurso de cerca de 180 colegas, novos Defensores Públicos, que querem vir para a carreira. Esses 180 Defensores aprovados têm feito uma verdadeira... Têm feito, aqui, dentro do Senado, da Câmara, procurando forças dentro do contexto legislativo, para que também haja, de imediato, a sensibilidade por parte dos tecnocratas do Governo, para que entendam a necessidade de aproveitamento desses colegas.

São 180 Defensores que, se incorporados imediatamente, nós teríamos grandes chances de atender a um grande pleito que o próprio Governo tem nos feito, da interiorização do trabalho da Defensoria Pública, da incorporação de outros projetos. Nós temos participado, seja na Secretaria de Articulação Social da Presidência da República, seja em outros mecanismos, como direitos humanos, no MDS, no próprio Ministério da Justiça, em vários projetos. Mas, junto com essa nossa boa vontade, é preciso também somar mais colegas, somar mais Defensores; é preciso somar os servidores públicos; é preciso que nós avancemos na criação da carreira própria; é preciso que avancemos em outros pleitos, que também cito aqui, agora, com relação aos servidores públicos.

Também já tramita, foi encaminhado a S. Exª o então Ministro de Estado da Justiça, no dia 23 de novembro do ano passado, o pedido para o aproveitamento, no mesmo concurso do PGPE, de mais 199 cargos. Isso depende de uma tramitação pelo próprio Ministério do Planejamento com a Casa Civil, com a Presidência da República. É uma decisão que agora passa a ser uma decisão não mais técnica, mas de política de governo, que também nos acrescentaria muito a vinda desses 199 servidores do PGPE.

Outro ponto também colocado: foi encaminhada também a S. Exª o Secretário Executivo do Ministério do Planejamento a proposta de autorização para nomeação de 50% das vagas oferecidas no edital do concurso 01/2010. Isso incorporaria aos nossos trabalhos mais 35 colegas de imediato. Isso é uma decisão do Ministério do Planejamento. É muito rápido. Isso é muito importante para a gente.

Cito ainda outra solicitação da maior importância, que é a autorização de abertura de concurso público. Sabemos, o Governo tem neste momento uma proposta muito clara de contenção de gastos, mas ou nós evoluímos para pelo menos nos aproximar dos nossos pares diretos, que são, dentro da Justiça Federal, os quantitativos de juízes federais, os quantitativos de servidores da Justiça Federal, seja com relação ao Ministério Público Federal na mesma indagação, seja com relação à Justiça do Trabalho – a que daqui a pouco farei um comentário especificamente.

E, aí, Senador, faço um apelo pessoal a V. Exª nessa percepção de que a Justiça do Trabalho está descrita lá na Constituição Federal que é área de atuação para a Defensoria Pública da União aos necessitados. É evidente que há abnegados advogados privados que fazem um belo trabalho nessa área, mas hoje essa área está desassistida, porque nós não conseguimos mesmo atuar na Justiça de Trabalho. Estamos num laboratório aqui, em Brasília, extremamente interessante: quatro abnegados Defensores estão fazendo um excelente e, de imediato, estamos notando o quanto isso repercute

na pacificação social e numa resposta às pessoas. Às vezes, com uma verbinha de R$500,00, R$1.000,00, o Defensor Público, dentro do seu contexto de servidor público, fará com que a integralidade desse dinheiro vá diretamente ao trabalhador.

Um detalhe interessante: não é só o trabalhador, às vezes é o micro, o pequeno empresário que acaba, numa situação, indo à falência e também precisa da Defensoria Pública. Essa é uma área em que temos que avançar.

Como vamos avançar com esse quantitativo de Defensores Públicos? Como vamos avançar com essa forma pela qual hoje estamos construindo a nossa força de trabalho, contando com os abnegados servidores requisitados – cito hoje 690 – e mais aproximadamente mil requisições pendentes nos outros órgãos públicos federais?

Aí, a gente sabe que os órgãos federais também têm as suas dificuldades e nós estamos ali tentando tirar a força de trabalho deles. Então, o certo é avançarmos, mesmo ainda nessa nossa grande luta pela autonomia, que os colegas de Mesa vão aprofundar muito mais. Mas temos que avançar dentro dessa proposta do concurso do PGPE, ampliando a possibilidade de termos mais requisitados.

Eu avanço um pouquinho mais nas indagações a respeito do trabalho que ora é feito, Senador Paim. Acho que quanto ao meu tempo, tomaria todo o cuidado do mundo para não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem cinco mais cinco.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Tenho cinco, mais cinco.

Eu apresento que, nessa vontade, há um detalhe interessante. A partir do primeiro concurso, de 2002, na evolução com os nossos colegas Defensores Públicos, hoje estamos formando aqui, efetivamente, uma... Passou-se, foi adiante aquela ideia de que os colegas que vêm para a Defensoria Pública estariam fazendo um trânsito para outras carreiras. Acontece, mas em menor quantidade.

Do primeiro concurso até o atual a evolução é muito grande. Hoje, nós temos uma identidade muito própria dos Defensores Públicos com a causa defensoriana. São colegas que têm identidade muito direta de identificação com o pobre, o carente, o hipossuficiente, a causa das minorias. Isso é uma grande evolução. Precisamos avançar muito nesse sentido.

A prova disso, Senador Paim, é uma pesquisa feita o ano passado – e temos esse cuidado –, que mostra que, dos procedimentos dos serviços adotados pela DPU no ano passado, 91% dos casos são considerados de atendimento de boa qualidade, na característica de 66% ótimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Afonso, sem querer atrapalhar, quero registrar que já está conosco a Senadora Lídice da Mata, que é Vice-Presidente da Comissão e está sempre presente. Podem saber que será uma guerreira ao lado de vocês.

Bem-vinda, Senadora. *(Palmas.)*

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Eu conheço a Senadora Lídice da Mata.

Com muitas das nossas causas, V. Exª sempre tem tido uma atenção muito especial. Aliás, não poderia ser diferente, até pelo seu histórico de vida, não é, Excelência? Muito obrigado pela presença e o prestígio.

Então, no atendimento... O que quero dizer, com esses números apresentados, é que os Defensores Públicos e essa nossa força de trabalho com os servidores, incorporada pelos requisitados e pelos PGPEs que se somaram, nós conseguimos hoje já dar esse bom atendimento à população brasileira. Aí, temos 91% de aprovação; e apenas 9% dos procedimentos e serviços adotados pela Defensoria não são considerados de qualidade, o que entra, normalmente, dentro dos quantitativos estatísticos que nos agradam bastante.

Eu apresento, Senador, só números exemplificativos bastante interessantes. Por exemplo, hoje, ao chegar ao Acre para conhecer a causa dos nossos acreanos atendidos pela Defensoria Pública, no ano passado tivemos um total de atendimentos de quase 10 mil atendimentos no Acre. Cito outro número, de Umuarama, no interior do Paraná, onde trabalhou o Dr. Gabriel, em que, no ano passado, esse quantitativo de atendimento chegou a 6.200, com apenas um Defensor, a que agora se soma mais um. São abnegados colegas espalhados por esse Brasil afora.

Eu trago, mais recente, do último concurso nosso, da Defensoria Pública da União, dois exemplos que poderíamos citar mais diretamente. O caso de Uberlândia, aqui no interior de Minas Gerais, em que temos dois Defensores Públicos que, nesse ano de 2011, já tiveram 1.271 atendimentos. Os colegas estão chegando com muita vontade; e isso no interior do Brasil.

Cito ainda o caso de Dourados, onde temos dois Defensores Públicos. Na verdade, só um está lotado, em função da falta desses quantitativos que citamos anteriormente. E aqui saúdo o nosso Dr. Bruno Rios, aguerrido em Dourados, que incorpora não só o atendimento à população geral. Lá temos a situação dos índios, que, em determinado momento, diante das particularidades, sobrou para a Defensoria Pública essa causa, pela identidade natural. Com todo respeito ao trabalho do Ministério Público Federal, da própria Polícia Federal, da própria Funai, mas o Defensor, por

sua característica própria, incorpora a luta dos mais necessitados. Isso é bem natural. *(Palmas.)*

Complemento nessa mesma linha, Senador Paim. Ontem, pela manhã, estive em São Paulo – e aqui, Dr. André Castro, foi um avanço muito importante: junto com a Defensoria do Estado de São Paulo, a nossa Defensoria Pública da União celebrou um convênio, um acordo concreto de trabalho com os moradores de rua de São Paulo. Esse trabalho vai além do trabalho do próprio Defensor. Ele está saindo. Ele não fica no gabinete. Ele vai atrás do serviço. Com os frades franciscanos, ontem, e com o Padre Júlio Lancellotti... É interessante que isso, imagino, só o Defensor é capaz de fazer, pela sua própria identidade. O Defensor conjugado com os nossos servidores públicos.

É interessante notar que, a partir de agora, a gente agrega também os assistentes sociais, os antropólogos, os sociólogos, que são uma força de trabalho que se soma ao trabalho do Defensor. Nesse caso específico de São Paulo, celebrado com o Sefras, calcula-se que, no inverno, cerca de 200 a 300 pessoas frequentam...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Prometo que encerro com esta observação: de 200 a 300 pessoas diariamente vão a esse local de atendimento feito pelos freis franciscanos. Agora, a Defensoria Pública da União, em conjunto com a Defensoria de São Paulo, passa a fazer o rastreamento dessas pessoas e observar seus direitos, analisar seus direitos. Isso, no inverno. No verão, são cerca de 400 a 500 pessoas que, diariamente, frequentam esse local. A observação do frei é muito interessante: dessa população, mais ou menos 40% ou 50% é flutuante, algumas permanecem um tempo mais; outras, menos.

Agora, e ainda fazia esta observação aos freis franciscanos, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado não estavam lá ontem fazendo caridade, Senadora Lídice. Somos servidores públicos. É obrigação nossa, sim! Estamos indo atrás das pessoas que precisam das políticas sociais do Governo, que precisam ver observados seus direitos na área jurídica. Estamos buscando essas atividades. Estamos indo atrás dessas pessoas que não conhecem seus direitos. Em contrapartida – e aqui fica o conclamo, sei da identidade própria de V. Exªs –, que, neste momento, na observação daqueles que nos ouvem, se somem à causa da Defensoria Pública da União, que, hoje, carente dessa autonomia, tem vários entraves.

Reconhecendo a boa vontade, a disposição que atualmente estamos tendo por parte dos organismos do Governo Federal, que tem nos incorporado em várias frentes de trabalho, mas precisamos ter mais Defensores Públicos Federais; precisamos ter nossa carreira própria; precisamos ter avanço imediato com nossos servidores do PGPE; precisamos, de imediato, Senador Paim, a nomeação desses quinze Defensores Públicos, que estão lá na Presidência da República, na Casa Civil.

Dessa forma, agradeço a paciência de V. Exª, da Senadora Lídice, dos demais presentes. Estamos à disposição para continuar essa bela luta que é a luta pelas pessoas necessitadas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Defensor Público Federal, pela sua exposição e pelo que foi aqui colocado.

Fica aqui o apelo da Comissão dos Direitos Humanos e desta Comissão de Trabalho e Previdência pela nomeação imediata, junto à Casa Civil, desses quinze. É só agora uma questão de um ato da Presidência. Ressalto a questão dos 180 aprovados, alguns números que peguei aqui, 199 no PGPE, mais 35, concurso público...

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns! Vamos torcer para que desta reunião a gente saia com saldo objetivo de encaminhamento, para que a gente fortaleça os nossos Defensores.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Permita, só um dado referencial: a gente conta, no plenário, com a presença do Exmº Dr. Haman Tabosa, que já foi indicado pela Exmª Presidenta Dilma Rousseff como nosso próximo Defensor-Geral. Neste momento, estou Defensor-Geral, mas a indicação, o meu cargo é de Subdefensor.

Senador Paim, Senadora Lídice, a agilidade na sabatina ao Dr. Haman também muito vai colaborar neste momento na agilização dos nossos trabalhos internos. Tudo isso que está sendo feito neste momento tem a batuta, tem o comando, tem a presença do Dr. Haman nesses trabalhos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Haman.

Se algum dos companheiros se encontrar ainda de pé, pode ocupar a primeira fila. Quem chegou primeiro senta, quem chegou atrasado espera.

Então, fiquem bem à vontade. Se quiserem sentar aqui...

Eu aproveito, o senhor falou de Uberlândia, há dois Defensores lá fazendo um belo trabalho.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Drª Mariana e Dr. Luciano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, eles estão convocados, porque, dia 30

deste mês, vou receber o título de Cidadão de Uberlândia, pelo trabalho que eu faço, na mesma área de vocês, aqui, no Parlamento. Então, estão convocados para me prestigiar em Uberlândia, na Câmara de Vereadores de Uberlândia.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Com certeza, os Defensores estarão presentes, Senador, porque a sua luta é a nossa luta também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E quero dizer também que a questão dos moradores de rua, entendo que é fundamental. Eu estive reunido, recentemente, com a Ministra Maria do Rosário no seu gabinete, com uma comissão em torno de 25, 30 líderes dos moradores de rua, e ali vi a angústia e o quanto eles precisam de vocês. Por isso, meus parabéns também por essa iniciativa, de que vocês estão tomando a frente, ou se somando a outros, que visa a buscar uma identidade, um caminho para que eles possam viver com dignidade.

Tenho dois projetos aqui na Casa, um que regulamenta a vida e a situação deles e outro que trata da reciclagem do papelão, mas com o mesmo objetivo de fortalecer aquele que fica ali catando os papéis para poder sobreviver.

Vamos em frente!

Vocês é que orientam: quem é o próximo a usar da palavra? Aqui vocês assessoram a Presidência. Vocês é que mandam. *(Pausa.)*

Passamos a palavra, neste momento, então, para a Drª Eunice Corrêa Barros, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União.

A SRª EUNICE CORRÊA BARROS – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, excelentíssimos senhores membros da Mesa, excelentíssimos senhores e senhoras parlamentares presentes e demais autoridades, ilustríssimos senhores e senhoras presentes, desde que tomamos conhecimento do honroso convite para participar desta audiência pública, nós que formamos a diretoria colegiada, nosso Vice-Presidente, Renato Botelho, o Secretário-Geral, João Pedreira, e o Diretor Administrativo, Consuélio, todos bravos companheiros, pioneiros na nossa luta, que dividem comigo a responsabilidade de conduzir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Drª Eunice, eu vou atrapalhar a senhora também, mas acho que é fundamental, numa audiência como esta, que a gente registre a chegada de Senador: a Senadora Vanessa, uma grande lutadora por todos nós.

Só não vou estar no Amazonas com V. Exª nesse fim de semana por causa dos aposentados.

Uma salva de palmas. *(Palmas.)*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Paim, V. Exª me permite, já que V. Exª interrompeu a Drª Eunice?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro. É que os Senadores e Senadoras falam a qualquer momento aqui, então eu já avoco para mim esse direito e já passo a palavra para ela.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É rápido. Infelizmente, não poderei ficar aqui, porque nós temos duas reuniões paralelas, concomitantes a esta. Uma delas com a chegada, em breve, do Ministro Pimentel, da Indústria e Comércio. Mas eu fiz questão de pelo menos ficar um pouco aqui, porque também tenho um projeto de emenda à Constituição que trata da Defensoria Pública, da autonomia da Defensoria Pública. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Participei, Senador Paim, na Câmara dos Deputados, de uma comissão especial que houve. Fizeram as senhoras e os senhores um belo ato no plenário sobre a comemoração da criação da Defensoria. E é isso. Aqui há um grupo de Senadores, sem dúvida nenhuma, que abraça essa causa, como o Senador Paim, que aqui está, que consegue se dividir em mil, mas tem sido, dentro desta Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos, o Senador que mais traz para cá os movimentos sociais.

E, engraçado, onde está V. Exª está a Senadora Lídice da Mata também, que tem sido uma pessoa fantástica nessas mobilizações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela também atua na Comissão de Direitos Humanos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, cumprimento V. Exª pela iniciativa, Senador Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Retorno a palavra à Drª Eunice Corrêa Barros. Seus 10 minutos vão iniciar agora.

A SRª EUNICE CORRÊA BARROS – Muito obrigada.

Senadora Lídice, Senadora Vanessa, meu muito obrigada.

Nós, como sindicato, vimos discutindo qual seria a nossa melhor contribuição. De início, fomos à busca da concepção mais adequada sobre o que consideramos uma Defensoria ideal. Duas assertivas, senhores, pareceram-nos um bom princípio para desenharmos as bases do que queremos para o órgão cuja missão institucional nos seduziu, quais sejam: primeiro, o Brasil é a única Nação que deu tratamento constitucional ao

direito de acesso dos insuficientes de recursos da justiça; segundo, a Defensoria Pública, com sua missão constitucional de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e igualdade entre as partes e o direito à efetivação de direitos e liberdades fundamentais, ou seja, o direito de ter direitos, desponta no cenário nacional e internacional como uma das mais relevantes instituições públicas essencialmente comprometidas com a democracia, a igualdade e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Eis aí duas verdades incontestes.

Mais ainda: a simples existência do nosso sindicato, envolvido numa luta sem fim para a criação do quadro de apoio, começando a discutir as relações de trabalho dentro do ambiente da instituição e agora totalmente envolvido nessa luta pela autonomia da Defensoria, demonstra que a democracia está no DNA dessa instituição. E é nesse contexto que afirmamos, sem qualquer dúvida, que todos os servidores atualmente prestando seus serviços para a Defensoria Pública Federal estão mobilizados para, unidos, reivindicarem que se conceda a propalada autonomia, pois temos visto que os colegas que trabalham nas Defensorias regionais, que já conquistaram esse direito, estão em outro patamar, conseguem se estruturar com mais agilidade, têm maior mobilidade para prestar assistência e não se influenciam pelas eventuais mudanças políticas decorrentes da salutar alternativa de poder, tão típica de uma democracia.

Esse patamar impede que haja interrupções no dia a dia das suas ações, o que pode significar interrupção da prestação jurisdicional a quem dela mais precisa, e esse risco é quase nulo nas regionais, o que não acontece no nível federal e no DF, simplesmente porque somente elas não foram contempladas com autonomia.

Surge, então, a famosa pergunta que não quer calar: por que se permitiu que a Defensoria Federal e a do DF, somente elas, não conquistassem sua autonomia? Sabemos que no processo de negociação da PEC 358, de 2005, Reforma do Judiciário, aprovada na Câmara, quando discutida no Senado, verificou-se que a Defensoria da União e do DF não tinham sido contempladas e, para não atrasar a promulgação do que já estava acordado, manteve-se o texto da Câmara, com o compromisso de, *a posteriori*, retornar à Câmara, acrescentando um artigo que concederia essa autonomia àquelas entidades.

Achamos que aí está o cerne da questão. Como entender esse acordo? É relativamente fácil se depreender que, tão logo fosse aprovada na Câmara a inclusão desses dois segmentos da Defensoria, seria promulgado o artigo, usando-se o raciocínio de que o chamado fatiamento da Reforma do Judiciário continuaria a acontecer e que o fato de a Defensoria ser indivisível, conforme matéria transitada e julgada pelo STF no ano 2000, faria essa promulgação. Ocorre que, depois daquela promulgação, nada mais se promulgou em termos de Reforma do Judiciário. Com isso, aquelas entidades se viram prejudicadas, pois parece que houve um esquecimento de que o acordo envolvia inclusive a promulgação do artigo que tratava das referidas autonomias.

O que entendemos é que devemos reivindicar uma isonomia entre as Defensorias.

Este termo, Senador Paulo Paim, o senhor sabe que é muito utilizado no meio sindical: isonomia.

Pois bem, temos que achar uma saída e, além da PEC proposta pela Senadora Vanessa Grazziotin – excelente proposta –, nós vemos como uma possibilidade o fato de fazer prevalecer o acordo, ou seja, que se vote a PEC nº 358, de 2005 e, tão logo se aprove o artigo sobre a inclusão das suas Defensorias restantes, que o mesmo seja imediatamente complementado aos artigos anteriormente promulgados.

O resultado desse estado de verdadeiro *vacatio legis* tem sido desastroso para todos, pois, pelo que temos visto, para cada tentativa de implementação de novas atividades, ou mesmo de cumprimento da lei complementar que estrutura a Defensoria, são necessários verdadeiros malabarismos pelos corredores do processo decisório, que inclui, inclusive, a odisseia de, a todo momento, convencer alguém que sequer conhece a missão da Defensoria sobre a importância do que se pede. Eis aí o que gera a falta de autonomia.

Tudo isso vivenciamos quando tentamos negociar nosso quadro de apoio, previsto na lei complementar que cria as Defensorias. Está descrito nos pactos republicanos, o próprio TCU já se manifestou no sentido de aplicar a lei, mas esbarramos na falta de autonomia da Defensoria Federal e continuamos lutando e tentando convencer a todos que um corpo não pode se sustentar só com a cabeça. Sem um quadro de apoio, a Defensoria não pode cumprir sua missão institucional.

Por último, mas não menos importante, é no mínimo descabido que os aprovados no concurso para Defensor sejam obrigados a fazer a mesma peregrinação que fazemos para o quadro de apoio para que sejam efetivados.

Isso também revela que a falta de autonomia interfere diretamente na prestação de serviços jurisdicionais aos mais necessitados de serviços, calculados atualmente em 130 milhões. E a Defensoria Federal conta somente com 487 Defensores em todo o território nacional e um apoio constituído de servidores requisitados, anistiados, alguns concursados recentes

do quadro chamado PGPE, terceirizados, estagiários e voluntários.

Excelentíssimos senhores e senhoras membros da Mesa, realmente, quem trabalha na Defensoria conhece que está numa instituição que só existe no regime democrático e, portanto, a igualdade e a construção de uma sociedade mais justa e solidária são valores que nos impulsionam a continuar lutando pela efetiva estruturação do nosso órgão. Temos a certeza de que, submetendo a V. Exªs as nossas aspirações, teremos grandes possibilidades de sucesso.

Obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta a Drª Eunice Corrêa Barros, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União.

E destaco, dizendo que concordo com V. Sª... Acho importantes algumas frases aqui, permita que eu as repita: "a Defensoria está no DNA da democracia". Por tudo que vocês representam, acho que é uma síntese da luta e da caminhada dos senhores e senhoras em defesa do nosso povo.

E, naturalmente, defender a autonomia da Defensoria, que é o objetivo desta audiência pública, a isonomia... A senhora tem razão, nós que viemos do movimento sindical – digo nós, eu e alguns, talvez, que estejam aqui – sempre usamos essa questão da isonomia, é uma das lutas minhas em relação ao trabalhador do Regime Geral da Previdência e o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Não há uma isonomia. O fator só se aplica aos mais pobres, por exemplo. Quem é peão de estância, peão de construção civil, metalúrgico, como eu sou, por exemplo, tem o tal do fator, que confisca pela metade o salário.

Agora, depois que eu estou aqui, no Legislativo, não. Aí meu teto vira R$27 mil e eu não tenho fator. E o trabalhador que está lá embaixo, o teto dele é R$3.650 e tem o tal do fator, que corta pela metade. É justo que aquele que me elege tenha seu salariozinho de R$2.000, se aposente e receba R$1.000 e eu, que estou aqui agora os representando, ganhe aposentadoria integral, se for o caso, sem fator previdenciário?

Por isso que eu quero comungar com vocês nessa questão da isonomia e da discriminação, que vocês estão, na verdade, sentindo. É uma discriminação. E quanto à questão dos aprovados, não há nenhuma dúvida. E vamos trabalhar por mais concursos.

Eu quero pedir ao plenário uma salva de palmas para sua fala. *(Palmas.)*

A SRª EUNICE CORRÊA BARROS – Obrigada a todos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu queria pedir pela ordem a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...porque sei que nós todos estamos felizes em receber aqui hoje tantos representantes importantes da Defensoria Pública.

Assim como a Senadora Vanessa Grazziotin, eu gostaria de expressar meu apoio irrestrito à luta da Defensoria Pública Federal e nos Estados e à sua autonomia.

Fui, quando líder da oposição no Estado da Bahia, a negociadora, justamente, da organização da Defensoria Pública no nosso Estado.

Tenho profunda ligação com a luta dos Defensores no meu Estado. Na quinta-feira passada, estivemos juntos num seminário, discutindo a questão da dependência química, das drogas e a formação, no Setad, de Defensores voltados para esse tipo de atendimento. Mas nós, como V. Exª sabe, temos uma ação muito intensa aqui, no Senado, e, a partir das 10 horas, nós vamos iniciar a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e a aprovação de projetos. Então, eu queria antecipar essa situação porque provavelmente sairemos, eu e a Senadora Vanessa, que somos membros daquela Comissão. Mas, antes, eu não poderia deixar de expressar meu total apoio à luta que vocês já expressaram aqui, à necessidade de buscar essa aprovação.

Quero ressaltar que, recentemente, o Supremo Tribunal se pronunciou a respeito dessa questão dos concursos públicos no Brasil no sentido de que os governos precisam atender ao número, contratando o número que foi estipulado como vagas para esses concursos. Essa é uma questão que também envolve os Estados. Muitos Estados têm hoje lutas para exatamente incorporar aqueles que fizeram concurso público. E aqui em outras áreas.

Na área da Polícia Rodoviária Federal, na Câmara dos Deputados, eu, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Vanessa Grazziotin também, incorporamos a luta deles para que fossem todos chamados.

Neste momento, gostaria de expressar, portanto, a nossa admiração pelo trabalho dos Defensores Públicos brasileiros e falar do nosso total apoio à luta pela sua autonomia.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senadora Lídice da Mata e Senadora Vanessa Grazziotin, podem ficar tranquilas que nós todos entendemos, eu sou testemunha da correria aqui em tantas comissões.

Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Obrigado, Senador Paim. *(Palmas.)*

Senador Paulo Paim, Senadora Lídice, Senadora Vanessa, demais membros da Mesa, por meio de quem eu faço os cumprimentos, eu queria, primeiramente, antes de até iniciar minhas palavras, pedir à Secretaria da Comissão que passasse um videozinho que foi elaborado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas agora eu vou ter que te cortar – desculpe essa liberdade –, porque chegou aqui o nosso querido Senador Pedro Taques, que é um estudioso dessa área, parceiro, companheiro. Vocês podem ter certeza que, antes mesmo de falar, se depender dele, vocês serão todos chamados no concurso aprovado, como aqueles que prestarão concurso. (*Palmas.*)

Ele usará a palavra no momento que entender mais adequado.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Bom dia, Senador.

Gostaria de ratificar pleito para a gente passar inicialmente um vídeo só, falando um pouco da atuação da Defensoria...

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Estamos com um probleminha. Alguma coisa não está em sintonia.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim, Bloco/PT – RS) – Pelo menos a fala não está combinando com aquilo que está passando no vídeo.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – São projetos que a gente desenvolve, Senador. Por exemplo, os quilombolas, hoje, têm uma participação muito ativa, muito presente.

AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Esses são projetos de atuação dos colegas Defensores na área de quilombolas. São muitos projetos que a Defensoria desenvolve. Dentre eles, está o dos quilombolas, numa identidade muito natural e incorporando órgãos do Governo Federal. Aí, nesse caso, a Seppir tem uma participação muito direta. Hoje, nós temos Defensores especialistas na causa quilombolas, que envolve questões de terra, questões previdenciárias e outros direitos que não estão sendo observados. São minorias que têm identidade muito própria com a Defensoria Pública – no caso aqui, especificamente, a Defensoria Pública da União, mas é um trabalho também em conjunto com as Defensorias Públicas estaduais. Este desdobramento é um desdobramento muito interessante, a questão da Defensoria Pública Federal no seu contexto de interação com as Defensorias dos Estados.

No caso específico... Este aí já é o trabalho itinerante que fazemos, Senador Paim, Senadora Vanessa, Senadora Lídice e Senador Pedro Taques. No caso específico do Amazonas, nós temos um trabalho feito lá com a Justiça Federal, em que se desce pelo rio com os barcos e se fica uma a duas semanas e se fazem verdadeiras revoluções na economia das pequenas cidades. Porque a concessão de 200, 300, 400 benefícios sociais numa pequena cidade é um grande resultado, um resultado econômico. Agora, imaginem o resultado social! Esse dinheiro incorporado à vida das pessoas! Aí entra o amparo assistencial, o Bolsa Família, são trabalhos de atendimentos itinerantes e também atendimentos públicos feitos pela Defensoria Pública da União. Vai-se até a população.

Isso é feito constantemente. Nós, neste momento, estamos numa ação organizada aqui, em Brasília, com nossos nobres colegas Defensores de Brasília para a realização do trabalho com o idoso. No Dia do Idoso, na semana do idoso, estaremos fazendo um trabalho com que V. Exª, Senador Paim, tem uma grande identidade. Vamos fazer um trabalho de palestra nas instituições que trabalham com os idosos. Aí continua na terra da Senadora Grazziotin. É o barco que leva os Defensores Públicos pelo interior do Amazonas. Mas precisa-se de mais Defensores para isso, precisa-se de mais servidores para isso. Precisamos de força de trabalho porque...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Esse eu acho que é um outro barco, em que houve um acerto, um acordo diretamente, num trabalho feito pelo nosso colega Dr. Tertuliano, e que tem a participação direta dos nossos aguerridos Defensores Públicos do Amazonas.

Nesse caso específico do Amazonas, tem lá também um projeto muito forte com a comunidade indígena, os indígenas que moram nos centros urbanos. A preocupação é não só com os indígenas que estão localizados nas suas aldeias.

Aí também há atendimento ao público. São os mutirões de conciliação. Aqui é muito interessante, seja dentro da própria Justiça, quando se tenta conciliar,

resolver a situação antes do julgamento, seja antes de ir para a própria Justiça.

Esse é outro desdobramento, nobres Senadores, bastante interessante, e nós, pela previsão da última emenda que aconteceu, estamos absorvendo isso muito bem, fazendo com que o Poder Judiciário não seja sobrecarregado. A própria Defensoria Pública passa a fazer esse trabalho de mediação anterior e o resultado é muito bom, ou mesmo dentro do próprio ambiente do julgamento. Temos casos muito interessantes com o Sistema Financeiro da Habitação, com a Caixa Econômica Federal, com resultados fantásticos em que se consegue dar realmente um grande encaminhamento.

O DPU na Comunidade. Por gentileza, Dr. Gabriel.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Como participante direto do DPU na Comunidade, esclareço que o DPU na Comunidade é um projeto onde a Defensoria Pública se dirige à comunidade. Pela manhã, fazemos uma exposição para a comunidade sobre direitos, buscando essa instrução prévia para evitar inclusive a judicialização de litígios, para esclarecer a população como um todo. E, no período da tarde, após essa orientação, começamos a fazer o atendimento à comunidade. Lavramos os atendimentos... Fizemos um atendimento inclusive no Figueirense Esporte Clube.

Agora, DPU nas Escolas também é um projeto que busca fazer instrução de direitos. Vamos até as escolas... Fizemos uma cartilha de divulgação de direitos para que, desde o início da formação, nossos futuros cidadãos possam ter a compreensão tanto do que é a Defensoria Pública como do que é o acesso à Justiça, o Direito em si, o Estado de Direito; que possam compreender essas dimensões e, a partir daí, ter uma participação social melhor, mais efetiva e um exercício da cidadania mais constante.

Isto aí é no Estado de Pernambuco, DPU na Escola, e agora nós passamos a algumas ações sociais, a Defensoria Pública da União, e os nossos colegas Defensores Públicos Federais fazem além da sua própria atividade funcional. Em razão dessa ligação direta com as necessidades sociais que vivemos constantemente, a Defensoria acaba tendo esse papel social também.

Vou pedir para que possamos brecar o vídeo para que eu possa fazer uma explanação. Acho que já foi suficiente, mais ou menos, para a gente ter uma breve visão do trabalho dos Defensores, muito embora aí, talvez, a gente não tenha nem 0,01% daquilo que nós...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como o vídeo ficou meio truncado, vou te dar os 10 minutos a partir deste momento.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Ah, está ótimo. Obrigado, Senador.

Renovo o meu agradecimento ao Senador Paim pela convocação desta audiência pública. Creio que, em tema de acesso à Justiça, a autonomia da Defensoria Pública da União seja um dos fatores bastante consideráveis a se tratar neste próximo Governo da Presidenta Dilma e nesta nova legislatura, uma vez que de fato se criou alguma tipo de desigualdade em relação à estrutura das funções essenciais da Justiça como um todo e, especificamente, da Defensoria Pública da União.

A Defensoria Pública, assim como o Ministério Público, é uma função essencial à Justiça – no caso específico, destinada a atender às pessoas pobres, hipossuficientes –, que se subdivide em dois grandes ramos, que seria a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública dos Estados.

A Defensoria Pública da União para atuar dentro da Justiça da União, e aí cito a federal, a trabalhista, a militar da União e a eleitoral. E, a estadual, com a matéria residual. Como acontece na Justiça, como acontece no Ministério Público, e na própria advocacia pública.

É verdade que nós experimentamos nesses últimos oito anos um avanço bastante considerável em relação às Defensorias. As Defensorias passaram a ser uma constância na vida social dos cidadãos mais hipossuficentes, o que se refletiu, de forma imediata, dentro do Poder Público, dentro das Casas Legislativas. O tema Defensoria Pública veio a debate, foi trabalhado, está sendo trabalhado, é bem aceito e, creio eu, continuará sendo assim, em razão da sua finalidade.

Esse contexto de evolução iniciou-se – gostaria de fazer um breve histórico –, acho, no I Pacto para o Judiciário, que se deu em 2004. No I Pacto foi firmado um acordo entre os chefes dos três Poderes e lá – dentre outros temas, como a implementação da reforma do Judiciário, do sistema recursal, dos procedimentos e algumas outras reformas – se dispôs sobre a Defensoria Pública e o acesso à Justiça.

No pacto do Judiciário constou:

> "Por força do pacto ora celebrado será constituída comissão para apresentar, em 90 dias, estratégia de superação desse quadro [se referindo à Defensoria Pública da União], contemplando, inclusive, metas claras para a progressiva ampliação da Defensoria Púbica da União. Posteriormente, serão realizados contatos necessários com os governos estaduais, a fim da celebração de parcerias que se fizerem necessárias".

Então no I Pacto Republicano se firmou um compromisso entre esses três chefes de Poderes de se

elaborar um estudo para a efetiva implementação da Defensoria Púbica da União.

Em abril de 2005, criou-se um grupo de trabalho interministerial, de que participaram Ministério da Justiça, com a Secretaria de Assuntos Legislativos, creio que a Secretaria da Reforma do Judiciário também participou, participaram a Casa Civil, Planejamento, DPU, Ministério Público Federal e outras instituições. No relatório desse grupo de trabalho interministerial chegou-se a algumas propostas. A proposta número um foi um encaminhamento para acolhimento interno, dentro do Poder Executivo, da estruturação da Defensoria Pública da União. Um segundo ponto, a convocação do grupo após a aprovação da segunda reforma do Judiciário, que seria a PEC nº 358, que seguiu para a Câmara e, até hoje, pende de solução. Um terceiro ponto seria o encaminhamento de uma proposta de emenda constitucional que viesse justamente a dar a iniciativa... Além da autonomia, a própria iniciativa de lei para que a Defensoria Pública pudesse propor a estruturação interna para melhor atender às necessidades sociais.

A proposta se organizou visando à criação de 4.660 cargos de carreira de apoio para a Defensoria Pública da União. Seriam 2.960 previstos para criação em 2006 e mais 1.280 para 2007. Também a criação de 1.280 cargos de Defensores Públicos. Hoje, nós temos 487 cargos, mas apenas 450 Defensores Públicos Federais em atividade.

Então, desse trabalho interministerial não tivemos a evolução de praticamente nada. O que aconteceu foi, em 2008, a criação de 200 cargos de Defensores Públicos Federais. Então, tínhamos 280 quando elaborado o estudo e, hoje, nós estamos com 480.

Um ponto relevante que eu gostaria de frisar é o de que esse estudo que foi realizado por esse grupo de trabalho interministerial – na realidade, dentro do próprio Governo –, ele estipulou como uma meta de atendimento para a Defensoria Pública de 1 milhão de atendimentos, quando tivéssemos uma estrutura de 4.600 servidores de carreira de apoio e 1.280 Defensores Públicos Federais. Hoje, nós estamos com 470 Defensores Federais assoberbados de trabalho, respondendo por esse 1 milhão de atendimentos, com a perspectiva de subir para 1,3 milhão.

Isso reflete na vida do Defensor, posso dizer, porque já tive 2800 processos comigo, ações de medicamentos para câncer, em que você tem que dar uma vazão imediata e não consegue. Isso é desesperador, porque você leva para sua casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São vidas, não é?

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – É vida!

Além disso, você tem a sua própria vida funcional, uma vez que você juntamente com essas iniciais de medicamentos que você tem que fazer, ou outras iniciais urgentes, de pensão, de leilão da Caixa Econômica, enfim, todas as demandas que podem aparecer, você está com 90 prazos abertos num e-Proc, com uma Internet deficitária, porque você não tem orçamento para colocar uma Internet de ponta.

Então, são problemas, na realidade, estruturais. Acredito que os colegas, os associados da Associação dos Defensores, que estão trabalhando com bastante afinco, Dr. Afonso, Dr. Raman, que vão agora capitanear a administração, tenham a compreensão do tamanho do trabalho que já estamos suportando, a ponto de efetivamente isso refletir na vida. E digo vida sob o aspecto, inclusive, da saúde. O nosso colega de Foz do Iguaçu está sozinho numa unidade de fronteira, com uma Internet móvel, modem, com 300 kbps. Você não consegue trabalhar dentro do e-Proc no sistema.

Em 2009, dentro dessa linha histórica, tivemos mais um pacto, que foi o II Pacto Republicano. Lá também se teve a promessa dos três Poderes de se estruturarem as Defensorias Públicas e aprovar a PEC nº 358.

Do II Pacto Republicano tivemos um avanço considerável com a alteração da Lei Complementar nº 80. Foi um avanço fenomenal sob o aspecto protetivo das pessoas. O que foi garantido para os cidadãos nessa lei complementar, eu imagino que quando efetivamente for implementado o seu conteúdo, com uma capacidade de trabalho que os Defensores possam responder, e aí eu digo não só da União, como dos Estados também que ainda pendem de uma estruturação efetiva, eu acredito que vamos fazer um trabalho muito bonito de inclusão social, de implementação de uma cidadania verdadeira, de uma democracia efetiva.

Então, com essa Lei Complementar nº 132, estruturamos a Defensoria, criamos as Ouvidorias Públicas. Isso permitiu que a Defensoria Pública tutelasse as pessoas de forma coletiva, grupos vulneráveis.

Não obstante, o que verificamos... E acho que é muito oportuna a realização desta audiência pública no Senado Federal, Senador Paim e Pedro Taques, uma vez que esta Casa tem representantes dos Estados, ao contrário da Câmara onde há representantes do povo. Com representantes dos Estados, esta Casa tem, me parece, o papel fundamental de manter esse equilíbrio federativo. Então, vemos que, nesse histórico que eu narrei, o que aconteceu foi que toda a estrutura, o arcabouço jurídico que se criou foi no sentido de fazer com que os Estados, com essa autonomia permitida na Reforma 45, tivessem que estruturar suas Defensorias. Responderam por isso, estão estruturando. O aumento... E a assistência jurídica no âmbito dessas

Defensorias Estaduais se ampliou consideravelmente, o que não ocorreu no âmbito da União. O fato de não ter ocorrido no âmbito da União, o ente que *a priori* teria uma capacidade econômica talvez bastante substancial, além dos Estados membros, não fez a sua cota de responsabilidade.

Esta é a visão que a Associação Nacional dos Defensores Públicos expressa, no sentido de que esta Casa também ajude a corrigir esse desequilíbrio federativo. Nós não podemos ter um assistido que tenha uma causa de família bem atendido e esse mesmo assistido, eventualmente, numa causa previdenciária, ou de saúde pública, ou de Sistema Financeiro de Habitação, ou relacionada à sua licença de pesca, de plantação, ou de problemas relacionados ao INCRA, não ter uma assistência razoável.

Então, alguns dados, só para demonstrar esse desequilíbrio, eu gostaria de expor.

Como o Dr. Afonso colocou, nós somos, hoje, 470 Defensores em exercício, 38 na Categoria Especial, que trabalham nos tribunais superiores – Supremo, STJ, TSE, TST, STM –, temos 75 Defensores de 1ª Categoria, que atuam perante turmas recursais e perante tribunais regionais federais, e 357 Defensores de 2ª Categoria, todos sem... Digamos que a nossa pirâmide de carreira é uma pirâmide com uma base bastante larga, voltado, efetivamente, o trabalho para a base.

Agora, no presente momento, corre na Câmara dos Deputados um projeto de criação de 560 cargos de Advogados da União, para uma carreira que já tem oito mil Advogados da União. A Defensoria Pública tem 470. Só o projeto de implementação a mais do que a AGU já tem é superior ao que a Defensoria Pública tem durante esses vinte anos.

Outros dados.

São 3.500 Juízes Trabalhistas, aproximadamente 2.000 Juízes Federais, 1.700 membros do Ministério Público da União e 8.000 Advogados da União.

No âmbito das Defensorias Estaduais – Dr. André, corrija-me –, eu creio que são 5.200, aproximadamente, Defensores Públicos Estaduais. Em contraposição à atuação da União, à efetivação da União em termos de Defensoria, há o número de 470. Os Estados estão respondendo com 5.200 e a Defensoria Pública da União tem apenas 470. Apenas o Estado de São Paulo possui 500 Defensores Públicos Estaduais, o que é um número ainda não satisfatório para o Estado. Mas apenas o Estado de São Paulo, um Estado da Federação, tem um número superior ao que a União apresenta para suas quatro Justiças da União: Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral.

Outro ponto, outro dado relevante, e aí é um dado desafiador: eu gostaria de registrar que o Estado do Paraná, no dia 19 de maio, criou a sua Defensoria Pública. E, lá, o Governador incluiu um Defensor Público, para o primeiro concurso, um Defensor Público em cada comarca. A nossa perspectiva é de que, no nosso atual Governo, que é um Governo em que a gente, certamente, vai trabalhar junto, com as mesmas propostas, a mesma linha social de atuação, é de que o Governo estruture a Defensoria Pública da União e tenha como meta a inclusão de um Defensor Público Federal, no mínimo, em cada subsecção. Onde nós tivermos um Juiz Federal, um Procurador da República e um Advogado Público, nós teremos que ter, parece-me, um Defensor Público. Não há a possibilidade de a gente pensar numa Justiça que seja igual para todos se não houver um Defensor Público onde houver um magistrado.

Nessa linha de debates, já terminando, é que a Associação Nacional dos Defensores Públicos, juntamente com esta Casa, com este Senado, vem buscar corrigir, de certa forma, toda a discussão relacionada à Defensoria Pública da União e sua autonomia, uma vez que nós tivemos... Hoje, temos dois projetos discutindo a autonomia da Defensoria da União: um é a PEC nº 487, que é uma PEC que está na Câmara dos Deputados, que tem certa complexidade por envolver diversos outros pontos relacionados à Defensoria, uma PEC bastante importante... Acho que, para se buscar uma igualdade efetiva no Poder Judiciário, essa PEC teria que ter sua aprovação na Câmara. E temos a PEC nº 358, que é a segunda parte da Reforma do Judiciário. Essa PEC tem pontos polêmicos também, porque envolve prerrogativa de foro no caso de ação civil pública, redução de número de Ministros de alguns tribunais, enfim.

E, para corrigir essa questão, nós propusemos, em conjunto com a Senadora Vanessa Grazziotin, uma nova PEC, no Senado Federal, a PEC nº 82, de 2011, que simplesmente, numa redação absolutamente enxuta, cria um § 3º no art. 134 da Constituição para estender aquilo que foi outorgado às Defensorias Estaduais, que é a autonomia administrativa, orçamentária e financeira, à Defensoria Pública da União e do DF. Isso representaria a possibilidade de o Defensor Público-Geral Federal, juntamente com sua equipe, propor um orçamento compatível com as necessidades dos assistidos, compatível com a necessidade de interiorização e de uma boa assistência e administrá-lo no sentido de melhor atender essas pessoas.

Último registro. Eu fiz a citação de problemas relacionados à estrutura por problemas de Internet, questão de ausência orçamentária, enfim. Hoje, nós temos colegas que se dirigem a prestar assistência

em presídio federal com automóvel próprio e pagando pedágio do próprio bolso.

Na semana passada, nós discutimos... Eu participei da audiência pública relacionada à questão da corrupção eleitoral em que a perspectiva de desvio de dinheiro estaria em torno de R$40 bilhões. E a Defensoria, com um orçamento de R$100 milhões, já consegue fazer um atendimento de um milhão de pessoas. Esse grupo de trabalho interministerial calculou um gasto de Defensoria Pública de R$500 milhões, para ter 1.300 Defensores Públicos e uma carreira de apoio de 5.000 servidores, isso presente em todas as subsecções.

Então, a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais agradece a audiência pública, reitera, manifesta uma total coincidência do trabalho do Senador Paim, que é um trabalho de causas sociais, do Senador Pedro Taques, oriundo do Estado em que eu atuei recentemente...

V. Exª deixou lá a marca do seu brilhantismo e agora está tendo a oportunidade, também, de ratificá-la aqui, no Senado Federal.

Nós gostaríamos de contar com esta Casa para a aprovação dessa PEC nº 82, que eu acho que é uma PEC que vai poder fazer a correção dos rumos da Defensoria Pública da União e traçar, no âmbito da Justiça da União, um aspecto diferenciado em termos de assistência jurídica.

Agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Gabriel Faria de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, que fez aqui uma bela explanação, falando da falta de estrutura, de funcionário, de orçamento, de concurso, Internet, de problemas de atuação. Enfim, acho que fez uma fala esclarecedora.

Permita-me dizer, antes de passar a palavra ao Senador Pedro Taques, porque é importante – acho que alguém disse isto aqui –, que, às vezes, converso dentro do Senado e dentro da Câmara explicando às pessoas o papel da Defensoria.

Calcule se a população toda soubesse – permitam-me a expressão – o magnífico papel que vocês podem cumprir em defesa do social, eu diria, de forma abrangente. Vocês precisariam de muito mais do que de quatro mil.

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero cumprimentar os Defensores Públicos que aqui se encontram, os servidores da Defensoria, e hipotecar o meu apoio a essa luta. Não vejo razão formal ou material para que a Constituição possa diferenciar na autonomia as Defensorias Públicas Estaduais e a do Distrito Federal e a da União. Não vejo razão para isso. Mas esse aspecto é de somenos importância quando comparado com outro aspecto que é mais relevante no Estado Democrático de Direito.

Eu fui Defensor Público durante três anos, fui Procurador do Estado de São Paulo e, por opção minha, eu fazia defensoria pública e, muitas vezes, também tinha esse vezo de pagar pedágio, comprar computador, porque a Defensoria Pública naquele momento estava muito mal aparelhada – eu não sei hoje, mas me parece que a situação não é muito diferente. Enquanto isso, os colegas operadores do Direito, membros do MP e Magistrados tinham uma situação funcional, material e humana das melhores.

Nós temos o vezo de entender que assistência judiciária não dá voto. Objetivamente é isso. Nós não temos apoio político para que tenhamos os direitos constitucionais concretizados. A Constituição é rica em direitos, estão todos ali estabelecidos, mas eu não vejo como possamos ter um Estado Democrático de Direito só com uma atuação mais firme do Ministério Público – e olha que eu fui, por quinze anos, Procurador da República; estou dizendo isso em função de conhecer a diferença entre as instituições.

Aquele prédio da Defensoria Pública no Estado de Mato Grosso, antes, foi o prédio da Procuradoria da República. Durante dez anos eu fui Procurador Chefe ali. Conheço aquela situação, que não é diferente da situação do Brasil todo. Não há como se ter uma democracia consolidada sem uma defesa que seja técnica, competente, e essa defesa técnica e competente deve ter condições de fazer frente ao Ministério Público. Isso é fato. Como vamos buscar direitos fundamentais do cidadão... E vimos aí referências a quilombolas, a trabalhadores rurais e a outras áreas em que a Defensoria Pública poderia caminhar, quem sabe, numa discussão mais alargada a respeito de direitos metaindividuais, com repercussão social obviamente – e já existe decisão no Supremo sobre isso. Não vejo como isso acontecer sem essa autonomia.

A estratégia desta PEC da Senadora Vanessa é a melhor. Em relação à PEC nº 358, há muitos debates que não passam hoje no Congresso Nacional. Por exemplo: lista tríplice para Procurador-Geral da República, a possibilidade de membros do MP terem participação político-partidária e outros temas, como redução de membros, redução do número de Ministros dos Tribunais Superiores, a que o Dr. Gabriel fez referência. Penso ser essa a melhor estratégia.

Quero expressar o meu apoio e o meu respeito à Defensoria Pública. Encerro, Senador Paulo Paim, que tem um trabalho muito forte a esse respeito. A

Defensoria Pública dá ao cidadão a igualdade de condições, a igualdade de armas. Você encontra, muitas vezes, assistidos desassistidos e, se o assistido está desassistido no componente técnico, no componente de uma defesa que não seja meramente formal, você está ofendendo o direito fundamental do cidadão a ter a igualdade perante o Estado. Isso ocorre no Brasil não em razão da incompetência dos Defensores Públicos, mas em razão do número de Defensores Públicos, que é risível quando comparado ao número de Procuradores da República, Procuradores do Trabalho ou mesmo Magistrados. Os Defensores Públicos trabalham acima do limite da responsabilidade, porque nós sabemos que a carga de trabalho excessiva diminui a qualidade do trabalho, e isso não é bom para o Defensor Público e não é bom para o cidadão, não é bom para a democracia. Conheço casos em que foi preciso adiar júris e adiar audiências em razão do número de Defensores, que não era o aconselhável.

Empresto o meu apoio a essa luta que entendo ser a luta do Estado Democrático de Direito e, sobretudo, pelo cumprimento da Constituição. A Constituição tem uma força normativa que é uma ordem, que é uma determinação. Ali existe uma ordem que precisa ser cumprida, e nós, aqui no Congresso Nacional, todos os dias violamos a Constituição ao não aprovarmos uma proposta de emenda constitucional como essa.

Parabéns pela luta e saibam que vocês têm um companheiro nesta luta. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só não falei porque as palmas estavam se estendendo: é o reconhecimento por seu trabalho e pela forma como nos orienta em função de seu conhecimento. Cumprimento V. Exª, Senador Pedro Taques, que com muita precisão quer dar todo apoio à Defensoria Pública Federal, e V. Exª a conhece, é do ramo e foi, pelo que entendi, Defensor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Durante três anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Três anos.

Então, não há nenhuma dúvida de que vocês estão bem amparados aqui, não só por este humilde Senador, peão metalúrgico, que está aqui se somando a esta luta, mas também pelo Senador Pedro Taques. Aliás, para minha alegria, num grande evento realizado recentemente em seu Estado, S. Exª falou por ele e por mim num debate sobre o Estatuto dos Motoristas, em que se tratou da carga horária...

E V. Exª aqui explorou com muita competência: a carga horária exagerada não dá uma boa produção, isso vale para todos nós.

Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Passamos a palavra agora ao André Luiz Machado de Castro, que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, a quem cumprimento e, em nome de V. Exª, a Casa, pela realização desta audiência pública de tão grande importância. Cumprimento o Senador destacado na defesa dos trabalhadores ativos e inativos e das causas sociais de modo geral.

Cumprimento o Senador Pedro Taques, que já havia ouvido em manifestação que fez na comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública no plenário do Senado, quando S. Exª contou um pouco de sua história como Defensor Público, na época Procurador da Assistência Judiciária, e soubemos que esteve lado a lado com grandes colegas nossos – inclusive, uma delas, é hoje a nossa Defensora-Geral, Daniela Sollberger, uma das nossas brilhantes Defensoras Públicas, com um currículo excelente de serviços prestados à população através da Defensoria Pública.

Quero cumprimentar, registrar e agradecer a presença aqui das Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Cumprimento também os colegas de Mesa – Eunice, Dr. Afonso, meu amigo Gabriel, e o nosso Secretário de Reforma do Judiciário, Dr. Marcelo. Quero cumprimentar também o Defensor Público-Geral do Distrito Federal, Dr. Jairo, e seu Subdefensor, Dr. Wilson, que estavam presentes aqui. Cumprimento o meu amigo e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Antônio Maffezoli. Cumprimento também todos os Defensores Públicos Federais, servidores da Defensoria Pública, as senhoras e os senhores presentes.

É uma grande satisfação estar aqui no plenário da CCJ para tratar de um tema de tão grande importância, como é a Defensoria Pública, especificamente a autonomia da Defensoria Pública da União e a questão da necessidade de ampliação do número de Defensores Públicos e de servidores públicos.

Quero cumprimentar também nosso futuro Defensor Público-Geral da União, Dr. Haman, aqui presente e aguardando o momento honroso da sabatina pelo Senado, como já foi dito. Ele tem muito a dizer, e estarei aqui com muita satisfação novamente para ouvi-lo.

Esta, aliás, é a segunda honrosa oportunidade que tenho de me sentar a esta Mesa e participar de uma audiência pública. Lembro que a outra, a primeira, foi há dois anos, como lembrou o Gabriel, em agosto ou setembro 2009, portanto, há dois anos exatamente, quando debatemos aqui o projeto de lei complementar de autoria do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que tratava da reforma da Lei Orgânica da Defensoria Pública, projeto que foi

aprovado na Câmara e no Senado e sancionado pelo Presidente da República, e que significou, sem dúvida, um dos grandes avanços que a Defensoria Pública teve nos últimos anos – mudou a cara da Defensoria Pública e a ajudou a se consolidar como uma instituição vocacionada para o papel de transformação social, colocando-a cada vez mais próxima e antenada com o público-alvo da Defensoria Pública.

Aliás, é importante registrar que, nos últimos anos – lá se vão treze anos que ingressei na Defensoria Pública –, nos últimos sete anos especialmente, a Defensoria Pública no Brasil vem dando um salto de qualidade muito grande.

É importante marcar esses avanços porque muitos passos ainda precisam ser dados, ainda que uma larga estrada já tenha sido trilhada.

E um marco importante nisso, como bem foi colocado aqui pelos colegas que me antecederam, sem sombra de dúvida, foi a reforma constitucional de 2004, através da Emenda Constitucional nº 45, que, entre outras coisas, consolidou a autonomia da Defensoria Pública. Porém, como já foi dito muito bem, consolidou a autonomia da Defensoria Pública dos Estados e não a autonomia da Defensoria Pública da União.

Isso aconteceu por uma série de razões que não é necessário aqui resgatar, mas o fato é que o texto que havia sido aprovado na Câmara, por uma opção política lamentável, só contemplava os Estados. Aprovado aqui no Senado, ele seguiu direto para a sanção, junto com vários outros dispositivos. E é importante destacar que, com a parte que foi aprovada pelo Senado, foi aprovada a autonomia da Defensoria Pública da União – Gabriel me corrija se eu estiver equivocado –, mas ele voltou para a Câmara, e lá ele continua. Então, no Senado, que tem esse histórico, está começando agora uma nova PEC que trata da autonomia da Defensoria Pública da União e também do Distrito Federal. O Senado já a tinha aprovado e terá agora, novamente, submetido à sua apreciação o mesmo tema, e nós esperamos e confiamos que venha novamente a ser aprovado.

Quanto à questão da Defensoria Pública, como muito bem foi colocado pela Eunice, não há a menor sombra de dúvida: se nós estamos discutindo a permanente tarefa de construção de um Estado de Direito democrático e social, não há como não tratar do acesso à Justiça, das garantias constitucionais e dos instrumentos para a efetiva defesa dos direitos da população mais carente. Ao falar sobre isso, nós estamos falando da Defensoria Pública.

Por que, há tantos anos – isso foi colocado pelo Senador Pedro Taques –, nós vivenciamos essa realidade em que, dentro da Justiça, o tratamento que se dá para outras instituições jurídicas é um e, para a Defensoria Pública, é outro, é diferenciado, e sempre com menor número de servidores, com menor número de Defensores Públicos, com menor orçamento, com as piores condições de trabalho. Sem sombra de dúvida, há alguma razão que explique por que, como regra geral, embora tenhamos tido avanços, vivenciemos ainda essa situação de desequilíbrio na balança da Justiça.

Se, por um lado, nós temos praticamente 100% das comarcas e sessões judiciárias no País com juízes e promotores, por que, de acordo com dados do Ministério da Justiça, apenas 42% das comarcas do País – e aqui me refiro especificamente aos Estados – têm Defensores Públicos? Portanto, mais da metade das comarcas do País ainda não têm Defensores Públicos. Você tem uma estrutura do Judiciário, você tem o Juiz, você tem o Promotor, mas você não tem o Defensor Público.

E quando falamos em mais da metade das comarcas, estamos nos referindo a comarcas do interior basicamente, onde está a população mais carente, onde estão os piores índices de desenvolvimento humano do País. E nós verificamos que, onde a Defensoria Pública se faz presente, há uma colaboração para elevar o índice de desenvolvimento humano, e isso acontece pelas diversas razões que aqui o Dr. Afonso já enunciou.

Por exemplo: o papel da Defensoria Pública nessa prioridade que é o plano do Governo de erradicação da pobreza. A Defensoria Pública, sem a menor sombra de dúvida, tem um papel essencial, fundamental, de colaborar nesse sentido. É claro que essa é uma ação que envolve uma série de atores públicos e sociais que têm de estar engajados nesse grande projeto – parabenizo, a propósito, o Governo por eleger como prioridade realmente tirar da miséria e da pobreza esse grande contingente de brasileiros que sofrem com esse flagelo.

E a Defensoria Pública tem um papel importante nisso, na busca ativa, identificando as pessoas que têm esse perfil e que não têm algo que é necessário para receber um benefício social: você precisa existir juridicamente, ter uma certidão de nascimento. Quantos e quantos brasileiros ainda não a têm?

A Defensoria Pública tem um papel importante nessa atuação, mas, para isso, é essencial que consigamos atingir essa meta, que não é uma meta muito ambiciosa, de que todas as comarcas e seções judiciárias tenham, pelo menos, um Defensor Público ou, claro, o número de Defensores Públicos necessários para atender a demanda. O mesmo Estado que, na comarca, na sessão judiciária, provê o Juiz e o Promotor, tem obrigação de também colocar um Defensor Público. E não apenas o Defensor Público: a presença

dos servidores da Defensoria Pública da União aqui demonstra que a Defensoria Pública é mais do que os Defensores Públicos. A Defensoria Pública, cada vez mais, são os Defensores Públicos e o seu quadro de apoio multidisciplinar, como o Dr. Afonso muito bem colocou.

Essa é uma tendência do Direito. As leis que são aprovadas no Congresso Nacional mostram, cada vez mais, que o Direito não é uma ciência hermética, que pode funcionar isoladamente de todas as outras formas de conhecimento. Muito pelo contrário: novos diplomas – dizem até que criam microssistemas – cada vez mais interligam o Direito com outras formas de conhecimento, como, por exemplo, as psicossociais, entre tantas outras de que precisamos nos valer para compreender melhor a situação, o drama, e encontrar soluções que, muitas das vezes, Senador Paulo Paim, não são necessariamente judiciárias. Muitas das vezes, a melhor forma para encontrar a solução de um problema para uma pessoa e, em especial, para um grupo de pessoas carentes, não vem através de uma ação judicial, mas através de outras ações de ordem administrativa, de mecanismos alternativos de solução de controvérsias, que não passam necessariamente por uma ação judicial. Mas, para isso, a Defensoria Pública, cada vez mais, precisa estar bem aparelhada para desenvolver essa tarefa.

Tenho aqui ao meu lado o Secretário de Reforma do Judiciário. E é importante destacar: ao longo desses anos, muitos desses avanços que a Defensoria Pública tem tido no País foram elaborados – também o nosso colega Eduardo Dias, da Secretaria de Reforma do Judiciário –, foram traçados e tiveram o total apoio da Secretaria de Reforma do Judiciário, em boa parte do próprio Secretário aqui presente, Dr. Marcelo Vieira. É muito importante frisar isso: temos aqui um grande aliado da Defensoria Pública, sabemos disso. E sabemos que poderemos contar com esse importante aliado dentro do Ministério da Justiça para esses passos que temos que dar no sentido do avanço de que a Defensoria Pública ainda precisa.

É importante destacar que o tema da Defensoria Pública está muito antenado com a realidade econômica e social que nós vivemos em nosso País e no nosso Continente. Gostaria de ressaltar que, recentemente, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, a OEA, aprovou, por unanimidade – recentemente mesmo, foi agora, no dia 7 de junho de 2011 –, a Resolução da OEA nº 2.565, de 2011 – aliás, aprovada com um apoio muito importante do Dr. Marcelo Vieira, grande parte dela foi elaborada em sua sala. Essa Resolução foi aprovada com apoio do Governo brasileiro, do Itamaraty e, claro, dos demais, numa orquestração que teve como protagonistas o Governo brasileiro e o Governo argentino. Essa Resolução nº 2.565 trata especificamente do acesso à Justiça por parte da população carente do nosso continente através da Defensoria Pública, e uma Defensoria Pública que seja forte, autônoma e com independência funcional.

E trago aqui, em primeira mão, uma notícia bastante importante. Há um documento que já tem produzido seus resultados políticos, ajudou, sem sombra de dúvida, na recente aprovação – uma notícia que não está amplamente divulgada, trago aqui realmente em primeira mão – da autonomia da Defensoria Pública do Paraguai, aprovada na semana passada após uma luta de mais de vinte anos – luta em que nos empenhamos para conseguir essa autonomia. Agora, finalmente, o Paraguai se torna mais um país em que a Defensoria Pública é dotada de autonomia. *(Palmas)*

Essa é uma luta de grande importância, na qual o Senado tem um papel decisivo, com já mostrou diversas vezes.

Assim, senhoras e senhores, concluindo, gostaria de cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin por apresentar essa emenda e dizer que a Associação Nacional dos Defensores Públicos empenha todo o seu apoio à aprovação da emenda, para que nós, num futuro próximo, possamos ter esse quadro, esse sonho, que não é um sonho ambicioso – muito ao contrário, é algo bastante factível –, de vermos, em todas as comarcas e seções judiciárias onde há um Juiz e um Promotor, também um Defensor Público, com uma Defensoria Pública aparelhada, equipada, com um adequado quadro de apoio.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. André Luís Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, tenho a mania de anotar algumas frases, mas não vou fazê-lo, porque o senhor fechou a sua exposição exatamente com aquilo que eu iria anotar. A sua última fala arredondou o assunto, e é disso que precisamos.

Senador Pedro Taques, não sou entendido da área e faço a mesma pergunta que eles fazem. O Brasil, infelizmente, ainda está entre os países de maior concentração de renda. Se a Defensoria Pública cumpre esse importante papel em relação à ascensão social do nosso povo, fica a pergunta: por que não lhe é dada estrutura? Por que não há mais defensores para fazer, eu diria, esse bom combate?

Desculpem-me a expressão "bom combate", mas eu a uso muito mesmo, porque é um bom combate, um bom debate, buscando a justiça.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o senhor fez a pergunta, e não me arredo de respondê-la. Falta vontade política. Nesta Casa, aprova-se tudo o que o Poder Executivo deseja. Exemplo disso foi a fixação de um salário mínimo menor do que aquele que os trabalhadores desejavam por meio de medida provisória, instrumento este que sempre continua a fazer do Congresso Nacional um apêndice, um satélite do Poder Executivo. Aprova-se trem-bala, com R$50 bilhões, com R$40 bilhões, não se sabe o quanto. Falta vontade política. É a mesma questão da PEC nº 438, que altera o art. 243 da Constituição, que determina a expropriação de terras utilizadas para trabalho escravo. Falta vontade política. Se um marciano descesse a terra neste instante e ouvisse este debate, ele pensaria que um produtor rural ou alguém não engajado na defesa da Constituição teria sido o Presidente da República nos últimos oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o Senador Pedro Taques, sempre muito firme em suas posições.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Marcelo Vieira de Campos, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

O SR. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Paulo Paim, que preside os trabalhos, já parabenizando-o pela iniciativa, por esse compromisso voltado aos nossos trabalhadores, aos nossos cidadãos mais carentes.

Cumprimento o Senador Pedro Taques, um jurista que muito abrilhanta os trabalhos do Senado Federal, imbuído de críticas sempre salutares e atuais, no sentido de melhorar o nosso País.

Cumprimento os amigos da Mesa.

Cumprimento a Srª Eunice, que, aqui, representa os servidores da Defensoria Pública da União, por meio da qual cumprimento todos os servidores aqui presentes; o nosso Defensor Público-Geral em exercício, Dr. Afonso; o Dr. Gabriel, nosso colega Presidente da Anadef; o Dr. André Luís Castro, que também é nosso amigo e que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos dos Estados; o nosso indicado à Defensoria Pública-Geral da União, o amigo Dr. Haman; e todos os defensores aqui presentes – há muitos amigos aqui.

Agradeço ao convite feito ao Ministério da Justiça, Senador.

Destaco o trabalho da Defensoria Pública e o trabalho ao qual o colega André aqui se referiu: o trabalho realizado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Reforma do Judiciário é o mínimo que o Estado pode fazer para melhorar e para aparelhar a Defensoria Pública no Brasil.

Hoje, a Defensoria Pública representa a porta de acesso não à Justiça, mas a todos os serviços que são constitucionalmente garantidos a toda a população brasileira, em especial às pessoas que não têm condição de contratar um advogado, alguém que possa minimamente dizer quais são os direitos. Não é que se vai dizer do direito a uma ação judicial. Mas essas pessoas podem acessar minimamente aqueles direitos que são constitucionalmente garantidos à população brasileira.

Advogado que sou, realizo esse trabalho no Ministério da Justiça. Aqui, faço um agradecimento, com um reconhecimento especial, ao amigo André, que já esteve na Secretaria de Reforma do Judiciário e iniciou esse trabalho de fortalecimento das Defensorias Públicas. Nós, simplesmente, damos sequência àquilo que vocês fizeram na gestão anterior à nossa.

Quero dizer que a Secretaria, no âmbito do Ministério da Justiça, pôde trabalhar de forma presencial. É com muita satisfação que viajamos Brasil afora e acompanhamos muitos atendimentos da Defensoria Pública. De fato, como foi dito pelo Senador Pedro Taques, é a instituição que realmente está interessada, é o Defensor Público abnegado que se dirige à população, que vai à comunidade que não conta com quase nenhum tipo de serviço público e que faz ali o atendimento, visando a servir à população mais carente. É um trabalho que, aos poucos, empreendemos no âmbito do Ministério da Justiça, da Secretaria, e que tem como pano de fundo o fortalecimento dessa importante instituição.

Destaco o que aqui foi dito, especialmente a fala do nosso Defensor Público-Geral em exercício, Dr. Afonso. Quero só trazer alguns dados que são de conhecimento de todos, mas que mostram um pouco que o Governo Federal, nesses anos, tem tido interesse em aparelhar e em fortalecer a Defensoria Pública da União, principalmente.

A criação da Defensoria Pública se deu no âmbito da Constituição de 1988. Em 1994, houve a aprovação da Lei Complementar nº 80. Em 1995, foram designados 42 advogados que eram da Justiça Militar, que atuavam como advogados na Justiça Militar. Em 2001, houve a criação de 70 cargos. Ou seja, de 1998 a 2001, foram criados apenas 70 cargos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me que eu registre a presença aqui do Senador Wilson Santiago, lutador, companheiro de todas as horas. Tomo a liberdade de pedir uma salva de palmas para o Senador, que, podem saber, será nosso parceiro. (*Palmas.*)

E estão me dizendo que ele era Defensor Público também. Então, está tudo em casa.

Por favor, Dr. Marcelo, continue.

O SR. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Wilson poderá usar da palavra, quando assim entender melhor.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, quero pedir licença ao orador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Descontarei, Dr. Marcelo, do seu tempo.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Peço licença ao Dr. Marcelo; aos demais integrantes da Mesa; a V. Exª, Senador Paim; e ao Senador Pedro Taques, que tem reconhecido a necessidade do fortalecimento da Defensoria Pública e que conhece de perto os serviços que presta a Defensoria Pública em todo o Brasil.

Senador Paim, inicialmente, quero parabenizar V. Exª pela iniciativa não só de trazer aqui os defensores públicos da União, mas também de reconhecer o trabalho da Defensoria Pública em geral para o bom serviço, para o bom atendimento daqueles que, na verdade, precisam do defensor público, daqueles que são menos favorecidos neste País. Não entendo a democracia plena, no que se refere à amplitude dos direitos, sem o fortalecimento da Defensoria Pública, porque é ela que busca e defende os interesses dos menos favorecidos, que o Estado tem o dever e a obrigação de socorrer, pelo menos no que diz respeito à preservação dos amplos direitos.

Sabemos que a Defensoria Pública está muito defasada no que se refere à infraestrutura e também à questão salarial, a qual é um absurdo. Não podemos permitir que, de um lado, haja o acusador, que, na maioria das vezes, dizem ser o defensor da sociedade, e que, de outro lado, haja o magistrado, que julga os feitos, sem que o defensor público esteja ao lado do cidadão, que é aquele que o Estado tem a obrigação de socorrer em todos os instantes, com a mínima estrutura para enfrentar esses dois outros Poderes poderosos. (*Palmas.*)

Por essa razão, ao longo do tempo, desde quando eu era Deputado Federal e Deputado Estadual, sempre levantei a bandeira da Defensoria Pública, não só por ser Defensor Público, mas também por ter atuado no Tribunal do Júri, na capital João Pessoa, por dez anos e por ter acompanhado de perto a real prestação do serviço que concretiza, que realiza a Defensoria Pública em todas as suas instâncias, na esfera estadual e também na esfera da União.

A defasagem é muito grande no que se refere à quantidade de defensores públicos para cobrir todo o País. Acredito que a Defensoria Pública Federal não tenha condições de atender 50% dos feitos das comarcas deste País. Da mesma forma, é a Defensoria Pública nos Estados.

Senador Pedro Taques, V. Exª atuou muito do outro lado, mas, na junção, no interesse da categoria, V. Exª está ao lado dos defensores públicos, por reconhecer, de fato, a necessidade dessa honrosa classe, que tanto presta serviços à sociedade brasileira.

Não me quero alongar muito. Peço desculpas, mais uma vez, ao companheiro.

Quero apenas dizer que, em todas as horas, em todos os instantes, estive ao lado da Defensoria Pública, da qual estou afastado há 17 anos, em decorrência do fato de ocupar cargos públicos. Mas a minha casa é a Defensoria Pública. Estou no cargo de Senador, bem como estive nos cargos de Deputado Estadual e de Deputado Federal, mas, na verdade, a minha missão de coração, da qual eu gosto, é ser Defensor Público, porque me sinto realizado ao defender aqueles que muito precisam, ao defender aqueles cujo direito é, na maioria das vezes, banido e desrespeitado, ao defender aqueles que, em muitos casos, são até injustiçados.

Agradeço a todos, dizendo: contem comigo! Juntos, se Deus quiser, vamos honrar essa classe e reestruturá-la, porque ela, além de fazer parte da democracia, contribui para o respeito ao cidadão, especificamente aos mais humildes deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Wilson Santiago, que é também Defensor Público e que mostrou, na sua fala, sua fidelidade às raízes, o que acho muito bonito. Sempre digo mais ou menos o que o senhor disse: vim do movimento sindical, e não há como eu esquecer minhas raízes. Quando aqui luto pelas principais bandeiras dos trabalhadores – sei que nem todos são obrigados a entender isso –, estou sendo fiel às minhas raízes. Não posso deixar de olhar a situação dos peões, dos trabalhadores, seja no campo, seja na cidade. Eu, que era um peão metalúrgico, trabalhava numa fundição. Por isso, achei que sua fala foi muito marcante, quando lembrou sua origem e sua história, a exemplo do Senador Pedro Taques, que também foi defensor. Parabéns a V. Exª!

Quero registrar a presença aqui do Dr. Jairo Lourenço de Almeida, Defensor Público-Geral do Distrito Federal, e também do Dr. José Wilson Porto, Subdefensor Público-Geral do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar o Senador Wilson Santiago pela presença aqui.

Eu falava a respeito do quadro – tentei sistematizar a informação sobre o que foi dito aqui – que encontramos quando iniciou o governo do ex-Presidente Lula.

Na Defensoria Pública da gestão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, havia 112 Defensores Públicos da União. Após a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, com a assinatura do 1º Pacto Republicano, realizado em 2006, pudemos dar um salto, com mais 169 cargos abertos no âmbito da Defensoria Pública da União. Ou seja, no primeiro movimento da gestão do Presidente Lula, foi possível criar uma quantidade maior de cargos do que nos oito anos do governo Fernando Henrique. Esse é um dado que é preciso mostrar. Nos dois anos seguintes, logo após a criação de 169 cargos na Defensoria Pública da União, foram criados, em 2008, mais 200 cargos de Defensor Público da União. Desse modo, em 2010, chegou-se ao total de 481 cargos de Defensor Público da União. Em oito anos, praticamente, foi quadruplicada a quantidade de Defensores Públicos da União, em comparação com o período de governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Isso é pouco. Para nós, esse é um quadro que ainda não reflete aquilo que desejamos para a Defensoria Pública da União, para que haja o atendimento de todas as pessoas que necessitam dos serviços feitos pela Defensoria Pública Federal. Foi falado aqui sobre a questão da saúde, sobre os quilombolas, sobre a questão previdenciária. Ou seja, há muitas outras áreas que, hoje, não são atendidas pela Defensoria Pública dos Estados, mas que devem ser atendidas pela Defensoria Pública da União. Então, é um quadro que não reflete a realidade dessa necessidade hoje, mas podemos dizer que é um quadro que reflete uma conquista dos oito anos de governo do Presidente Lula. É claro que, com o mandato novo da Presidenta Dilma, a ideia é a de que, após a nomeação do nosso Defensor Público-Geral, com a participação do Dr. Gabriel à frente da Anadef, eles possam, em conjunto – a Secretaria sempre esteve à disposição –, retomar esse diálogo com o Governo Federal, com o Ministro José Eduardo Cardozo, para que possamos dar um salto de qualidade no que tange ao quadro da Defensoria Pública da União.

Nesse sentido, quero dizer que a Defensoria Pública também avançou no tocante às unidades de atendimento à população. Hoje, são 40 unidades espalhadas pelo País, das quais 27 estão localizadas nas capitais, e 11, nos Municípios do interior. Em 2010, deu-se início à criação de novas 20 unidades da Defensoria Pública da União pelo interior do País, ou seja, há uma interiorização da Defensoria Pública da União.

O Gabriel mostrou um quadro de desigualdade, comparando a Defensoria Pública com outros atores do sistema de Justiça, principalmente fazendo uma comparação com a Advocacia Pública. Penso que o Governo nunca tratou desse tema com esse olhar de aperfeiçoar ou melhorar um determinado quadro ou um determinado segmento em detrimento de outro segmento que reputamos como o mais importante segmento no que tange ao atendimento à população. Em relação a isso, já faço um *link* com a fala do nosso amigo André, da Anadep, para tratar do desequilíbrio existente, como foi dito pelo Senador Wilson, nesses anos de redemocratização do Estado brasileiro, entre as Justiças Estaduais e Federal, que são equipadas; o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados, que também são equipados; e as Defensorias, que não são equipadas.

Na verdade, se analisarmos a formação do Estado brasileiro, o período ditatorial no Brasil, veremos claramente que há uma concentração de renda, como lembrou aqui o Senador Paulo Paim, pois, por muitos anos, deixamos de olhar os nossos necessitados, os nossos miseráveis. Então, se pensarmos no que foi feito em relação aos auxílios e bolsas distribuídos à população miserável no País, vemos o salto dado com o trabalho social que foi feito pelo Governo Federal nos últimos oito anos e que, agora, está sendo reafirmado pela Presidenta Dilma. Isso mostra um quadro do que o Estado brasileiro privilegiava até então: privilegiava aqueles que detinham maior poder econômico, aqueles cujas famílias eram elitizadas. E não olhávamos o que não fazíamos para a nossa população mais carente.

Então, o desequilíbrio mostrado aqui e a desigualdade refletem a própria formação do Estado brasileiro, que está sofrendo um revés agora, com a ampliação das políticas sociais do Governo Federal. Então, não é que o Governo Federal, nesses últimos anos, tenha praticado um descaso em relação às Defensorias Públicas. Na verdade, naturalmente, o Estado brasileiro acabou privilegiando setores mais abastados, em detrimento dos setores miseráveis, dos setores necessitados.

Na linha do que foi dito aqui também, destaco o trabalho do Ministério da Justiça e, em especial, o da Secretaria de Reforma do Judiciário, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que trata da reforma do Judiciário, e com os pactos que se seguiram à reforma constitucional. Citamos, aqui, a Lei Complementar nº 132, que reformulou o trabalho que é feito pela Defensoria Pública da União e que também estabeleceu diretrizes para as Defensorias Públicas dos Estados.

Citamos a legitimidade para as Defensorias Públicas intentarem uma ação civil pública. Contemplou, aqui, no âmbito da Defensoria da União, a instalação, a implementação de ouvidorias, inclusive no âmbito das Defensorias dos Estados. Priorizou a atuação extrajudicial, não, necessariamente como uma forma de se evitar a judicialização, que demanda um discurso dos setores oficiais do sistema de justiça de que quanto maior a demanda, mais precisamos de juízes e menos do Ministério Público.

Então, esse foco da Defensoria Pública na atuação extrajudicial privilegia, fortalece a Defensoria Pública e também põe de lado um discurso dos demais órgãos do sistema de Justiça, que é: quanto mais demanda, mais há necessidade de se ter mais servidores e até membros desses Poderes.

Citamos aqui, também, a aprovação da Lei nº 11965, que trata da participação de Defensores Públicos em atos extrajudiciais, principalmente envolvendo a questão das serventias extrajudiciais; a alteração também na Lei nº 7.210, que é a Lei de Execução Penal, por meio da Lei nº12.313, que faz com que a Defensoria Pública acompanhe a execução da pena e possa trabalhar isto em conjunto com o Ministério Público dos Estados, que é o acompanhamento da pena, aquilo que vai melhorar a situação dos encarcerados.

Cito também aqui, Senador, alguns números em relação ao trabalho da Secretaria no que tange ao fortalecimento, a essa parceria realizada com as Defensorias Públicas. De 2008 a 2010, foram R$21 milhões repassados às Defensorias Públicas, a título de convênios, a título de prestação de serviços à comunidade, prestação de serviços jurídicos voltados à assistência jurídica ao preso; no que tange à violência a mulher, um atendimento priorizado nessa linha da Defensoria Pública extrajudicial, uma atuação perante a comunidade. De forma que pudemos, nessa linha, realizar uma parceria com a Defensoria Pública da União para dar assistência jurídica integral ao preso e à presa e a seus familiares, na ordem de R$1 milhão.

Também interessados em que, através desse serviço, que é, por essência, executado pela Defensoria Pública, possamos, de alguma forma, aparelhar as Defensorias Públicas através desses convênios, através dessa parceria envolvendo as Defensorias Públicas.

Outro trabalho também da Secretaria, Senador, é a realização de diagnósticos, de modo a se dar um quadro da Defensoria Pública no Brasil. Em 2009, lançamos o III Diagnóstico da Advocacia Pública no Brasil, contemplando aqui a parte institucional da Defensoria da União. Então, o Defensor Público-Geral foi ouvido aqui nesse terceiro diagnóstico. Quanto ao quatro, já foi iniciada uma conversa com o André, há alguns dias, sobre a realização do IV Diagnóstico da Defensoria Pública, no ano que vem, contemplando não só a Defensoria Pública Geral, mas também todos os Defensores Públicos da União, de modo que possam, a partir do ano que vem, integrar esse estudo realizado pelo Ministério da Justiça.

Esses estudos demonstram um avanço no que tange não só ao número de defensores públicos atuando, como também o crescimento da atuação com relação ao número de atendimentos.

Cito aqui que, no ano de 2009, chegamos ao número de 7.177 cargos de Defensores Públicos. Praticamente metade das Defensorias Públicas está com 60% de preenchimento das vagas de Defensores Públicos.

No Brasil, há um Defensor Público para cada 32 mil cidadãos, considerando aquele cidadão que recebe três salários mínimos e que tem a idade mínima de 10 anos.

O salário médio inicial do Defensor Público teve um reajuste, comparado aos anos de 2005 a 2008, de 76,50%, passando de R$ 5.600,00 para R$ 9.886,00.

O Orçamento da Defensoria Pública. No período de 2006 a 2008, temos aqui o dado de que quadriplicou o Orçamento das Defensorias Públicas no Brasil. Em relação ao orçamento executado em 2008, na média, apenas 2,62% do orçamento foi destinado para investimentos. Ou seja, investimos na criação de cargos de Defensores Públicos, no pagamento de pessoal, e não foi possível, com esse aumento do orçamento, investir em equipamentos na gestão da Defensoria Pública no Brasil.

Temos aqui um número expressivo de atendimentos realizados com relação ao período. Saímos do primeiro diagnóstico, de 2003, com 4,523 milhões de atendimentos. Em 2005, passamos para 6,565 milhões atendimentos; 6,447 milhões, em 2006; 8 milhões, em 2007; e 9,656, em 2008. Então, verifica-se que, a cada cinco anos, o número de atendimentos realizados mais que dobrou, ofertado pela Defensoria Pública da União.

Nesse sentido, Senador, também contribuímos de modo a trazer esse extrato, esse espelho do funcionamento da Defensoria Pública no Brasil, ouvindo, nesse caso especial, a Defensoria Pública da União, no que tange ao trabalho da Defensoria-Geral.

Com relação ao trabalho feito já nesses primeiros meses do Ministro José Eduardo Cardozo, sinalizo aqui, Senador, que o Ministro já realizou várias conversas com o ex-Defensor Público-Geral. O Dr. Rômulo já esteve com o Ministro da Justiça, intentando, pensando no planejamento da Defensoria Pública para estes quatro anos. O Dr. Afonso, que aqui nos abrilhanta, também tem trabalhado, efetivamente, com essa reaproximação da Defensoria Pública da União com o Ministério

da Justiça. Então, o Ministro vem dialogando, de forma direta, com a Defensoria Pública da União.

Este ano, tivemos, com essa mudança de Ministro da Justiça, uma mudança não só da direção da Defensoria Pública da União, como também do Diretor da Presidência da Associação. De modo que o Ministro reiterou, em audiência realizada com o amigo Gabriel, que as portas do Ministério estão abertas ao diálogo, para planejar esse trabalho de fortalecimento da Defensoria Pública Federal.

O Ministro já sinalizou que pretende, assim como vem fazendo com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, com o Arquivo Nacional e a Senad, que foi herdada agora, ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Marcelo, permita-me, como fiz com os outros Senadores, registrar a presença do Senador Ataídes, sempre presente. Tinha certeza de que ele viria aqui. *(Palmas.)*

Pode continuar, Dr. Marcelo, por favor.

O SR. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS – Senador, reafirmar, reiterar a disposição do Ministério da Justiça de reiniciar, retomar esse diálogo com as Defensorias Públicas, com a Defensoria Pública da União.

Para o Ministro da Justiça, que já reiterou isso aos três candidatos que figuraram na lista tríplice para Defensor Público-Geral, com o próprio Gabriel e com o próprio Afonso, de que é uma das prioridades do Ministério da Justiça, na gestão do Ministro José Eduardo, fortalecer a Defensoria Pública.

Esse diálogo está aberto, esse diálogo foi iniciado. O Ministro reiterou isso por diversas vezes e tem trabalhado com a Defensoria Pública, no que tange ao planejamento estratégico do Ministério da Justiça como um todo; tem chamado a Defensoria Pública da União para participar das reuniões de secretariados, em que há uma discussão com relação aos caminhos, aos problemas enfrentados pelo Ministério da Justiça.

Assim como recebeu a Polícia Federal e seu sindicato, as categorias que envolvem a Polícia Rodoviária Federal, como também tem conversado com o Arquivo Nacional e a Secretaria Nacional Antidrogas – que foram herdadas este ano pelo Ministério da Justiça –, tem iniciado um diálogo no sentido de que são assuntos de extrema importância para que tenhamos um Estado forte, para que tenhamos um Estado atuante, para que tenhamos um Estado que, ao mesmo tempo, faça um combate qualificado nas fronteiras e também no que tange ao tráfico de drogas e ao seu consumo no Estado brasileiro, para que tenha esse olhar diferenciado para o atendimento à população mais carente no Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Foi muito observado pelo Ministério da Justiça, nesta nova gestão, que, através do nosso diálogo com o Conselho Nacional dos Defensores Públicos -Gerais, do qual a Defensoria Pública da União participa, com a Anadep, estivemos presentes a uma reunião com a Secretária do MDS, quanto ao programa de enfrentamento à miséria, de combate e erradicação da miséria no Brasil, de modo que conseguimos, nessa audiência, com a presença do André, sinalizar que seria de suma importância que a Defensoria Pública do Brasil, como um todo, estivesse nesse programa de erradicação da miséria no Brasil.

Foi sinalizado pela Secretária, na ocasião, de que a Defensoria seria uma parceira fundamental nesse trabalho social que está sendo feito pelo Governo Federal e também que a Defensoria Pública é uma das parceiras nesse programa de erradicação da miséria.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Só para não perder a oportunidade de falar, um aparte.

Eu quero colocar a Associação dos Defensores Federais ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele já concedeu o aparte, pelo que vi.

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – E eu, de forma mal-educada, já fui falando. Mas quero aproveitar e colocar a Anadef também à disposição para, juntos, empreendermos esse trabalho de combate à miséria, incluir a Anadef em todas essas questões relacionadas às políticas públicas da Secretaria de Reforma do Judiciário.

O SR. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS – A Anadef é uma parceira, ela já está inserida nesse diálogo. Nesse particular, em relação à erradicação da miséria, iniciamos, no ano passado, uma política, essa que o Senador acompanha aqui, pelo Senado, que é o atendimento à população em situação de rua, que é liderada pela Secretaria de Direitos Humanos. Coube-nos, à Secretaria de Reforma do Judiciário, trabalhar com o atendimento da população em situação de rua, no tange a essa parceria feita com as Defensorias Públicas. Fizemos já três seminários, um seminário nacional, dois em São Paulo e um, agora, no Rio de Janeiro. De modo que a Defensoria Pública tenha esse foco do atendimento da população em situação de rua.

Como foi bem colocado aqui, Gabriel, vocês sempre estiveram nessa parceira. Você, recém-chegado à Presidência da Anadef, de modo automático, comporá essa equipe que pensa na estratégia, nos serviços que serão oferecidos pela Defensoria Pública aos mais necessitados do País.

Para finalizar, com relação às propostas de emenda à Constituição encaminhadas ao Congresso Nacional, em especial a PEC nº 82/2011, que foi relatada

pelo Gabriel, informo que, como essa PEC vai trabalhar com a União e a autonomia da Defensoria Pública do Distrito Federal, informo – até com a presença do Defensor Público-Geral, Jairo – que a PEC nº 445, que tramita na Câmara, foi objeto de uma comissão especial. Então... É a 487, não é? Ou seja, foi instalada uma comissão especial, na Câmara, para... É a 445 mesmo? Tenho anotado como 445, que trata só do Distrito Federal.

Chamo essa situação porque não sei se há a opção, neste momento... Já foi instalada.

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO – Mas é possível, no relatório, tirar o Distrito Federal, não é?

O SR. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS – Estou trazendo essas informações para que pensemos, agora, no âmbito da PEC nº 82, se trabalharemos com essas duas situações, uma vez que a PEC nº 445 já está um pouco mais adiantada, porque já passou por esta Casa e agora demanda só uma aprovação da Câmara dos Deputados. Então, às vezes, até facilita a tramitação e a discussão da PEC nº 82.

Com essas palavras, quero agradecer, mais uma vez, pela possibilidade de nossa participação. Agradeço ao Senador e aos demais colegas aqui presentes nesta audiência pública.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. Marcelo Vieira de Campos, que falou aqui em nome do Ministério da Justiça.

Dr. Marcelo, saiba que há concordância plena entre nós. Nesses últimos 10 anos, 9 anos, fizemos muito mais do que os governos anteriores.

Eu uso sempre na minha caminhada, enfim, estou há 25 anos no Congresso, a seguinte expressão: fizemos muito, mas, com certeza, temos muito ainda por fazer.

Essa é uma marca que adotei ao longo da minha vida, em meu mandato. Sei que fiz um trabalho razoável, bom, mas que tenho muito por fazer ainda. Acho que isso serve para todos nós.

Estou complementando, porque concordo com sua análise. Foi importante apresentar esses números, esses dados sobre o que foi feito nesse período.

Parabéns a V. Exª, aceite as nossas palmas. *(Palmas.)*

Tenha certeza de que faremos muito mais, juntos.

Gostaria, neste momento, de passar a palavra – antes o consultamos, informalmente – ao Defensor Público Federal Dr. Haman Tabosa de Moraes Córdova.

V. Exª, que será titular da Pasta, tenho certeza, rapidamente, com a palavra.

O SR. HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA – Inicialmente, parabenizo V. Exª por ter convocado esta audiência pública, que é de extrema valia para rediscutirmos a instituição nesta Casa, que, inclusive, já aprovou a nossa autonomia, como bem colocou a Dr. André Castro.

Também agradeço por ter me franqueado a palavra, na minha condição de indicado pela Presidente Dilma Rousseff ao cargo de Defensor Público-Geral Federal.

Gostaria de fazer um cumprimento a todos da Mesa, iniciando pela servidora Eunice, que preside o nosso Sindicato Nacional dos Servidores, que tem capitaneado uma luta muito grande para que nós realmente possamos nos estruturar, não apenas na questão dos membros da carreira, mas na carreira de apoio, inclusive com a incorporação desses servidores à nossa futura carreira própria de apoio. Sem eles, não somos absolutamente nada.

Então, os meus cumprimentos pelo trabalho de vocês.

Dr. Afonso, nosso Subdefensor Público-Geral Federal e Defensor-Geral em exercício, que tem sido um grande parceiro da Defensoria, meu, em especial, nessa condição de transição. Eu ainda serei sabatinado aqui, no Senado Federal, então ainda não me sinto no cargo de Defensor-Geral, mas ele tem sido absolutamente leal a mim com relação a todas as tratativas, temos conversado. Então, gostaria de agradecê-lo pelo trabalho que tem desenvolvido comigo, mesmo antes de sentar na cadeira de Defensor-Geral.

Dr. Gabriel Faria, um colega, do mesmo concurso que o meu, cresceu comigo, junto, nessa luta pela Defensoria. Hoje, alçou ao cargo de Presidente da nossa Associação Nacional, que tive a honra de ocupar no biênio 2007/2009. Parabéns pelo seu trabalho já desenvolvido nesses poucos meses de presidência, o que realmente tem feito muita diferença no mundo dos fatos!

Dr. André Castro, Presidente da Anadep, um gigante na discussão de Defensoria Pública em nosso País. Eu o parabenizo pelo excelente trabalho. Tive oportunidade de falar sobre o trabalho diferenciado que V. Exª presta para a Defensoria Pública, em especial à frente das Associações Estaduais.

Dr. Marcelo Vieira, um grande amigo da Defensoria, também. Temos uma proximidade muito grande, um diálogo muito franco, desde a época em que fui Presidente da Associação. Agora, na condição de indicação, também foi uma pessoa muito leal com todos os candidatos da lista tríplice e também, na reta após a indicação, colocando a Secretaria à disposição da nossa instituição.

Gostaria de saudar todos os colegas Defensores Públicos Federais, os aprovados que estão aqui, aguardando o ingresso nessa carreira que tanto necessita do trabalho deles, dos servidores que estão prontos para ingressar nessa carreira própria da Defensoria Pública.

Saudar também os Senadores que passaram por aqui, o Senador Wilson Santiago, um defensor nosso, além de ser Defensor Público, era um gigante à frente da Defensoria na Câmara dos Deputados, e, agora, no Senado Federal; o Senador Pedro Taques, que também se agregou a essa bandeira da Defensoria Pública, um jurista acima de tudo, que nos ajudará muito; Senadora Lídice da Mata; a autora da nossa PEC nº 82, de 2011, a Senadora Vanessa Grazziotin; e o Senador Ataídes de Oliveira, que se à nossa Comissão.

Enfim, realmente, o cerne desta audiência pública seria a falta de estrutura e – por que não dizer? – a própria falta de autonomia da Defensoria Pública da União.

Então, realmente, com a Emenda nº 45, em 2004, perdemos um grande bonde da história da Defensoria – nós, Defensores Públicos Federais –, por razões diversas. Inclusive, lá atrás, em 1993, salvo engano, quando começou essa discussão sobre a reforma do Judiciário, foram dez anos até que ela fosse aprovada na Câmara dos Deputados, e nem existia a Defensoria Pública da União. Nossa instituição foi implantada, em caráter emergencial, em 1995. Nosso primeiro concurso público foi em 2011. Então, nesse momento, já tinha sido inclusive aprovada na Câmara dos Deputados a primeira parte, que seguiu para o Senado, e, em 2004, foi quando realmente foi promulgada a Emenda nº 45. Pelo fato conjuntural, acabamos perdendo esse bonde. São sete anos que se passaram desse bonde. De 2004 para 2011, são sete anos, e realmente foi muito bem colocado aqui: nesses sete anos, as Defensorias Estaduais deram um pulo muito grande de qualidade, não apenas no número de membros, mas no serviço prestado à população, que é o que mais interessa.

Daí por que nossa ânsia de resolver esse problema, porque só vemos condições de buscar nossa estrutura no dia em que pudermos definir um orçamento que nós mesmos vamos propor ao Congresso Nacional – obviamente, dentro das condições limitadas de recursos que qualquer nação tem, mas, com esse orçamento, nós mesmos, Defensores Públicos, vamos poder dizer onde melhor alocá-los. Assim, nada melhor do que um Defensor-Geral de uma instituição, o chefe de uma instituição para saber quanto ela precisa. E, se ele tem condições de propor ao Congresso Nacional o seu próprio orçamento, nada melhor do que essa situação.

E vemos que não temos essa autonomia e ainda falta um longo caminho, porque agora é que foi proposta uma PEC mais enxuta – aliás, uma PEC extremamente enxuta – para cuidar da questão da Defensoria Pública da União. É claro que ela também engloba a Defensoria do DF, conhecemos a realidade da Defensoria Pública do DF e sabemos que eles estão com um pleito muito justo de distritalização dessa Defensoria, o que já está bastante encaminhado. Dessa forma, torcemos pela aprovação dessa PEC da Defensoria do DF, e isso é muito simples de se resolver: dar para a União – e nem poderia ser diferente – a Defensoria Pública da União, estruturada e com autonomia, e a Defensoria Pública do DF fica restrita ao Distrito Federal e ponto final. Não vejo o menor conflito nessas duas posições.

Entretanto, sabemos que há um longo caminho pela frente. Aprovar em dois turnos aqui, aprovar em dois turnos na Câmara. Vão aí, talvez, com muito boa vontade, dois anos, não sei. É essa a nossa ânsia, porque hoje o que foi conseguido fazer aqui, acho que o grande mérito desta Comissão, desta audiência pública foi a radiografia da Defensoria Pública da União. Conseguimos traçar um quadro aqui com dados nossos da Administração Pública, com dados da associação trazidos e comparados com as carreiras da Advocacia Pública, do Ministério Público Federal. Assim, conseguimos traçar uma radiografia e vimos que muito precisa ser feito. Mas não podemos desconsiderar o que já foi feito, com bem colocou o secretário Marcelo. Se, num primeiro momento, de 1995 até 2001, havia 70, mais os 42 advogados de ofício que optaram pela carreira de Defensor Público, tínhamos 112. Depois foram criados 369. Realmente, foram três vezes mais do que foi feito lá atrás. O ideal seria que, em 1995, quando fomos implantados em caráter emergencial, já houvessem sido criados pelo menos 300 cargos de Defensor Público Federal, e o Governo Lula teria triplicado isso, e seríamos 1.200 hoje, e estaríamos numa situação bastante diferenciada. Triplicar um número muito pequeno é uma coisa relativamente fácil.

Então, acho que o grande desafio que temos pela frente agora, com a Presidente Dilma e com o Ministro José Eduardo Cardozo, é realmente termos chance de fazer a história da Defensoria Pública da União. É óbvio que da Defensoria brasileira como um todo, mas, pelo fato de a nossa Defensoria Pública da União ser ligada ao Governo Federal, temos condições de realmente mudar a história da Defensoria, estruturá-la, ainda que, ao longo de alguns anos, com um projeto de lei bem responsável no que diz respeito aos gastos públicos, mas de uma forma, desde já, estruturada.

Criamos um número bem pé no chão, mas qualificado, de Defensores, para que possamos, ao longo

dos anos, preenchê-los – acho que isso é totalmente factível –, ao mesmo tempo em que fazemos o mesmo pleito para a carreira de apoio.

Enfim, o que gostaria de dizer de antemão é que, uma vez ocorrendo tudo bem no Senado Federal, estou com toda a disposição para fazer uma gestão muito profícua para a Defensoria Pública da União, sempre em absoluta harmonia com a Defensoria Pública dos Estados. Essa sempre foi minha meta, desde a época da associação. O diálogo vai estar absolutamente aberto, e vamos buscar sempre o apoio do nosso Parlamento para a nossa causa, porque, realmente, sem os parlamentares aqui, nada disso vai ser possível.

Muito obrigado a todos pela atenção. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. Haman Córdova. Por sua fala, posso já adiantar que minha percepção é que vai ser tranquila a sua votação aqui, no Senado.

Não sei se o Senador Ataídes Oliveira gostaria de fazer alguma saudação neste momento. (*Pausa*.)

Então, vou passar para as considerações finais, que é praxe aqui na Casa para os nossos convidados, com a duração de três minutos a cinco minutos. Como comecei daqui para lá, agora vou começar de lá para cá.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Vieira de Campos, para suas considerações finais.

O SR. MARCELO VIEIRA DE CAMPOS – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, quero parabenizar o Senado Federal por esta iniciativa, e reafirmar o compromisso do Ministério da Justiça, em especial com a Secretaria de Reforma, para que possamos continuar com o diálogo, continuarmos a pensar políticas públicas voltadas à população mais necessitada. Eu acho que, com esse trabalho da Defensoria dos Estados e, no âmbito da União, da Defensoria Pública Federal, que mostra a vocação da Defensoria Pública no atendimento à população mais carente do Brasil, fica fácil de se debater qualquer proposta de emenda à Constituição que vá viabilizar essa autonomia, que vá viabilizar a criação de cargos no âmbito do Governo Federal.

No tocante à estruturação da Defensoria Pública, assim como vem acontecendo nos Estados – e não me deixa mentir aqui o amigo André –, a partir do momento em que a Defensoria Pública tem esse trabalho social, esse trabalho com a preocupação de se estabelecerem os direitos da população, com a preocupação de trabalharem voltados ao sistema carcerário, de trabalhar em política públicas que vão reduzir a violência no Brasil, que vão reduzir a participação, principalmente de adolescentes, com as drogas; a partir do momento em que se tem todo esse trabalho de uma instituição que tem essa vocação, não vai haver políticos ou administradores preocupados ou interessados em não fortalecer uma instituição como a Defensoria Pública da União.

Isso vem acontecendo. O próprio diagnóstico aqui e esse trabalho que fazemos com as Defensorias Públicas dos Estados tem mostrado isso, tem mostrado o interesse dos governadores. Podemos citar aqui várias Defensorias Públicas: do próprio Rio de Janeiro, da qual o André faz parte; a Defensoria Pública da Bahia, que tem esse trabalho muito próximo com os outros atores do sistema de Justiça e também da segurança pública, com os atores de serviços sociais, com o Pacto pela Vida; a Defensoria de Pernambuco também está iniciando esse trabalho muito próximo da comunidade e próximo com o Governo do Estado, de modo que, a partir desse trabalho, fique mais fácil a melhoria daquela instituição também.

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro, com a participação da Defensoria Pública da União, vem fazendo um trabalho realizado em parceria com o Governo Federal, que é um trabalho voltado ao atendimento nas comunidades pacificadas. Temos projetos nesse sentido no Rio de Janeiro – no Complexo do Alemão, na Cidade de Deus, no Boréu, em Manguinhos –, onde a Defensoria Pública da União se faz presente.

Eu acho que é um caminho natural esse trabalho sendo feito pela Defensoria Pública e, automaticamente, esse reconhecimento mais do que legítimo para a melhoria, para a estruturação, para a criação de novos cargos, para que possamos trabalhar em conjunto na melhoria do Brasil.

Então, em rápidas palavras, queria reiterar nosso agradecimento pela participação nesta comissão, nesta audiência pública, e ficar à disposição não só do Senado, mas de todos aqui presentes, para dialogarmos no que tange ao sistema de Justiça.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A presidência agradece ao Dr. Marcelo Vieira de Campos, que falou em nome do Ministério da Justiça.

Passamos a palavra agora ao Dr. André Luís Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

O SR. ANDRÉ LUÍS MACHADO DE CASTRO – Muito brevemente, gostaria de, mais uma vez, cumprimentar V. Exª por esta iniciativa, por presidir esta audiência pública, e cumprimentar, portanto, todo o Senado Federal por esta oportunidade de debatermos o tema da Defensoria Pública, mais especificamente da Defensoria Pública da União, da sua autonomia, da necessidade de estruturação e ampliação de cargos.

Acho que o tema ficou bastante claro e bem colocado aqui pelos colegas que estavam na Mesa, mas

também pelos pronunciamentos das Srªs e dos Srs. Senadores que abrilhantaram esta audiência.

Quero reiterar o apoio da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) a essa luta da Associação Nacional de Defensores Públicos Federais (Anadef) e do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União (Sindserdp), sindicato recém-criado – parabéns pela criação e pela organização de vocês; a Eunice é uma colega com quem estamos há muitos anos na luta aqui, no Congresso Nacional, e em outras frentes também –, e colocar a Associação Nacional dos Defensores Públicos totalmente à disposição das senhoras e dos senhores e ao lado dessa importante luta pelo fortalecimento da Defensoria Pública Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. André Luís Machado de Castro, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos!

Agradecendo ao Dr. André, passo a palavra, de imediato, ao Dr. Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef).

O SR. GABRIEL FARIA OLIVEIRA – Exmo Senador Paim, eu gostaria de reiterar o agradecimento inicial que fizemos em relação ao requerimento desta audiência pública e à oportunidade que este Senado Federal, mais uma vez, nos dá para debater a questão da Defensoria Pública, no caso, especificamente, da Defensoria Pública da União.

Gostaria imensamente de agradecer a participação do Dr. Marcelo Vieira, também do Dr. Eduardo, que, em nome do Ministério da Justiça, vieram e sempre estiveram presentes na discussão das Defensorias Públicas, também participando da construção da Defensoria Pública da União.

Eu gostaria de reiterar também para V. Exª o que já dissemos na reunião com o Ministro, de que a Anadef será uma constante parceira nessa construção. Nosso objetivo é trabalharmos juntos, efetivamente. Como representação, eu digo que nós, os Defensores Públicos Federais, temos uma preocupação bastante grande de conseguir aumentar os serviços públicos da Defensoria Pública da União, em parceria com as políticas do Ministério da Justiça. Precisamos fazer isso, porque recebemos diversas demandas do interior do Estado, postulando essa necessidade. E nós queremos, em conjunto, encontrar e construir essa musculatura.

Agradeço imensamente ao Dr. André pela participação.

V. Exª, como já disse numa declaração expressa ao nosso futuro Defensor Público-Geral, é um gigante em termos de Defensoria Pública. Você é um exemplo: um exemplo de luta associativa, um exemplo de luta em prol da Defensoria Pública. Saiba que a representação da Anadef seguirá os seus passos em muitos pontos, em razão desse brilhantismo já demonstrado.

Dr. Afonso, também um grande parceiro, amigo, posso afirmar assim. Também agradeço, digamos, a exposição de V. Exª em prol dos pleitos dos membros da nossa associação. Quero reiterar o fato de que vamos trabalhar em conjunto. A associação será uma parceira da Administração. Fará suas postulações, certamente, em prol dos associados, como fará o sindicato dos nossos servidores.

Eunice, já estamos sentados à Mesa em conjunto, e vamos, a partir de agora, trabalhar em conjunto. A sede da associação já está à disposição do sindicato para lá sentarmos constantemente, para construir a Defensoria Pública da União.

Mais uma vez, obrigado, e coloco a associação à disposição de todos que se encontram aqui na Mesa.

Por fim, deixo um convite para a posse da nova diretoria da associação, que vai ocorrer hoje à noite, às 19h30, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil. Seria um prazer contar com a presença de todos na posse. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Gabriel Faria Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef)!

Passamos a palavra agora à Drª Eunice Corrêa Barros, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União (Sindserdp).

A SRª EUNICE CORRÊA BARROS – Exmo Sr. Senador Paulo Paim, agradecemos, mais uma vez, nossa presença nesta honrosa audiência pública. Queremos agradecer também à Anadef, na presença do Dr. Gabriel; à Anadep, Dr. André; ao Dr. Afonso, nosso Subdefensor.

Dr. Marcelo, querermos dizer também que, junto com esses companheiros, seremos também mais uma força presente nessa caminhada pela autonomia da Defensoria, pela estruturação e pela construção da carreira da Defensoria.

E aí, Senador, gostaríamos de esclarecer que o quadro, a carreira dos servidores da Defensoria não é apenas um desejo dos servidores. Queremos apenas que se cumpra a lei, pois já tem o TCU, já está descrito no Pacto Republicano e também na Lei Orgânica. A Lei Complementar da Defensoria solicita a criação do cargo dos servidores. É isso que pedimos que se cumpra.

Mais uma vez, agradecemos a oportunidade de aqui estarmos presentes. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Eunice Corrêa Barros, Presidente

do Sindicato Nacional dos Servidores da Defensoria Pública da União (Sindserdp)!

Passamos a palavra ao que foi o primeiro a falar e que vai ser o que encerrará, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Subdefensor Público-Geral Federal.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Senador Paim, sinceros agradecimentos a V. Exª, nessa maneira de conduzir os debates e na maneira também como conseguimos produzir aqui frutos interessantes nessa causa da Defensoria Pública da União, conjugada com a Defensoria dos Estados.

O Senador Ataídes chega somando-se a esse trabalho. Muito obrigado pela presença.

Estava aqui tentando alinhavar umas palavras para aproveitar este momento, porque, afinal de contas, é um momento muito importante para a Defensoria Pública da União.

E qual a razão de sermos Defensores Públicos – no nosso caso, federais –, e qual a razão de sermos servidores da Defensoria Pública da União? A razão de tudo isso, Senador Paim, é uma grande parcela da população brasileira, essa parcela que está carente de justiça em sentido amplo, naquilo que se falou muito aqui, não só da judicialização, mas nesses direitos elementares em políticas de governo, Dr. Marcelo, com que nós podemos colaborar muito diretamente.

Claro que aqui o foco está centrado na importância da autonomia, e reconhecemos que este é um momento bastante importante. Mas precisamos avançar. Enquanto não chega a autonomia tão sonhada e tão buscada, temos que somar os esforços hoje diretamente, Dr. Marcelo, com o Ministério da Justiça. Estamos contando diretamente com o envolvimento do Ministro José Eduardo Cardozo, que tem demonstrado abertamente a sua vontade para com a Defensoria Pública da União.

E aqui também, para nós, é muito fácil terem conceito de que as políticas de governo hoje, capitaneadas pela Presidenta Dilma Rousseff, têm muito a ver com a Defensoria Pública. No comentário já desdobrado pela própria manifestação das Defensorias Estaduais, que o Dr. André trouxe, também nós estivemos, esses dias atrás, com a Ministra Tereza Campello, eu e a Drª Liana, e lá se teve com clareza de que temos uma proximidade muito grande para fazermos muito mais por essa parcela importante da população brasileira, porque se nós não cuidarmos dela, vai haver problemas não muito bons nessa sequência como um todo.

Estamos com envolvimento direto neste momento da administração da Defensoria Pública da União, em período de transição, com o comando do Dr. Haman, fazendo os implementos administrativos necessários, com todo reconhecimento às administrações anteriores. Mas, de imediato, Senador Paim – e aqui peço ao representante do Ministro da Justiça –, precisamos atender algumas demandas. Por gentileza, os quinze Defensores Públicos que estão lá na Casa Civil, só dependendo da nomeação, acho que com uma interferência política resolve-se isso com a maior facilidade. Precisamos também da criação dos cargos dos novos Defensores Públicos da União, aproveitando o remanescente... *(Palmas.)*

Aproveitando o remanescente do último concurso. É uma força defensoriana de que não podemos abrir mão. E se pudermos incorporar o quanto antes, isso vai ser muito importante.

Precisamos também do aproveitamento imediato – conforme já citei, e depois encaminho, Senador Paim – do concurso dos servidores públicos do PGPE. De imediato, desses quinze, no somatório, de 169, o que já está encaminhado no Ministério do Planejamento. E aí também, na conjugação, Dr. Marcelo, a abertura do novo concurso para servidores públicos, para que tenhamos uma força de trabalho mais qualificada. E já sentimos de perto que, com a chegada dos novos Defensores, somados aos importantes e aguerridos servidores requisitados, nós já começamos a dar um salto de qualidade na Defensoria Pública da União.

Precisamos do apoio desta Casa, Senador Paim, e hoje sentimos, através da sua batuta, somados os demais Senadores que aqui estiveram presentes, que teremos aqui, sim, uma caixa de ressonância aos nossos pleitos. Sou muito agradecido a esta oportunidade.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Subdefensor Público-Geral Federal, que já fez aqui um resumo das principais postulações da Defensoria Pública Federal, que peço à assessoria que tome nota. Ele já tem aqui por escrito, depois vai entregar, para que façamos aquilo que for possível, na linha do apoio político. Sei que o Ministério da Justiça adotará o procedimento adequado, mas nós também, fruto desta audiência, mandaremos o requerimento com essas postulações à Casa Civil.

O SR. AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica acertado isso.

E, se vocês me permitirem, antes de fazer uma fala muito rápida – eu me comprometo a não passar de três minutos, porque são três minutos para cada um e encerramento –, eu só quero, antes, extrapauta, colocar em votação o requerimento.

Quem concorda com o extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado, democraticamente.

ITEM 1

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011 – CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a integração sul-americana no contexto da crise mundial: a perspectiva empresarial. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento aprovado, vou passar a palavra... E o Dr. Afonso me assessora ainda. Se eu fosse encerrar a sessão, ele diria: "Olha, o Senador Ataídes quer falar". Esta aqui ó. A assessoria aqui é de primeiro time.

Senador Ataídes, com a palavra.

Aprovado o requerimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – A nossa autoridade maior é o último a falar, não é? Assim diz o cerimonial.

Presidente Paim, como sempre, eu ratifico minhas palavras quando me dirijo a esse belíssimo trabalho que V. Exª tem feito nesta Casa. Tenho dito que V. Exª para mim é um grande exemplo de político e de parlamentar que sempre se pautou pelas causas dos menos favorecidos deste País. Todo o povo brasileiro hoje sabe da belíssima atuação de V. Exª. Então, quero parabenizá-lo mais uma vez por uma audiência desta natureza, como tantas outras de que temos participado, sempre com a sua competência e com a sua sabedoria em buscar informações. E posso até dizer aqui aos nobres doutores que o nosso Senador Paim tem protocolizados aqui, nesta Casa, mais de 2 mil projetos, não é, Senador Paim? Mais de 2 mil projetos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como diria alguém: menos, menos, menos. Deve ser em torno de 1.200.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ontem, eu vi um programa humorístico em que se fez o comentário de que alguns Senadores e Deputados, com três anos de Casa, ainda não tinham apresentado um projeto. Eu falei: "Meu Deus, que barbaridade!". Aí, de repente, nós estamos diante do nosso Senador, que tem quase 2 mil projetos.

Cada audiência desta aqui, os senhores podem ter certeza que nosso Presidente Paim leva com muita seriedade, principalmente, repito, as causas dos menos favorecidos. E daqui saem frutos.

Pois bem, Presidente. É sabido pelo meu nobre companheiro e amigo que esta Casa exige muito de nós. Então, lamentavelmente, não pude chegar a tempo de ouvir a palavra de cada um de nossos convidados, de nossos doutores. Lamentavelmente. Mas percebo, meu Presidente... Quero parabenizar a todos aqui presentes, está certo? Percebo que nós aqui, no Parlamento, estamos um pouco distantes do povo brasileiro. Eu sinto isso. Até porque nossas atribuições aqui são tantas que não nos permitem estar mais próximos do nosso povo brasileiro. Mas nossos Defensores Públicos estão. Eles estão. *(Palmas.)*

É possível até que alguém chegue e bata à sua porta pedindo uma xícara de café emprestada, ou de açúcar. Ao Defensor Público. É possível que já tenha ocorrido até com alguns dos senhores. Então, quando eu vejo uma audiência desta natureza, isso me satisfaz muito. E V. Exª sabe por que estou nesta Casa.

Então, percebo que nós, parlamentares, temos o dever – temos o dever! – de dar, de buscar dar mais autonomia e mais autoridade aos nossos Defensores Públicos. E depende desta Casa aqui. Porque esses jovens – assim como o Dr. Afonso também é jovem, percebemos que são todos jovens – têm uma história longa pela frente, têm uma carteira de serviços a serem prestados à nossa sociedade enorme. Cabe a nós, sim, buscar dar a eles mais autonomia e mais poderes. Esta Casa tem autonomia para tal. Nós vamos buscar isso, vocês podem ter certeza, porque já temos o exemplo do Ministério Público. O Ministério Público, no passado, tinha uma representatividade; hoje, o Ministério Público tem outra. Depois que esta Casa deu mais autonomia ao Ministério Público, as coisas mudaram bastante neste País. E mudaram para melhor. Com a chegada da Defensoria Pública e dos senhores, doutores, eu também digo que melhorou muito, mas temos que melhorar ainda muito mais, Presidente Paim, porque vejo que nosso povo, principalmente os mais carentes, está perdendo a esperança. Está perdendo a esperança em nossos políticos, em nós, no Governo Federal. Está perdendo a razão do que é certo e do que é errado. O errado passou a ser regra, o certo virou exceção. Ou seja, a coisa não está boa. E a Defensoria Pública está aí, e nós temos que agradecer muito, principalmente nós, parlamentares, por vocês existirem, por vocês carregarem essa bandeira conosco.

Estamos vivendo uma fase muito difícil em nosso País, muito difícil. Estamos vivendo a fase da impunidade. A impunidade, eu sempre digo, hoje, é a mãe de uma tal corrupção, corrupção que leva, segundo estudos feitos por aí, algo em torno de R$60 bilhões do povo brasileiro. Isso é uma barbaridade. E o Defensor Público está aí

exatamente para isto: para ver essas distorções. Hoje, há o problema da transparência. Não há transparência. Evidentemente, muita coisa melhorou, não posso negar, mas existe muita coisa que tem de ser transparente, que tem de se tornar transparente neste País.

E um fato muito interessante – eu carrego essa bandeira, meu Senador Paim – é o problema do Sistema S. E isso tem muito a ver com a nossa Defensoria Pública. O Sistema S, que vai arrecadar R$15 bilhões este ano, tem a função realmente de olhar nossas crianças, de dar oportunidade, de capacitar essas crianças e colocar no mercado de trabalho, tirar essas crianças da droga, não é isso? Dar oportunidade a uma senhora, dona de casa, que quer aumentar a receita de sua família, de poder fazer um curso gratuitamente, o que hoje não faz porque tem que pagar uma fortuna. Então, eu tenho chamado muito a atenção para esse segmento do Sistema S. Depois, gostaria até de passar aos nobres colegas – também tive o privilégio de fazer Direito – cópia do acórdão do Tribunal de Contas da União que fala verdadeiramente sobre o Sistema S, que tem prestado um bom serviço ao nosso País, mas que pode prestar muito mais com essa avalanche de dinheiro que recebe. Tenho certeza de que V. Sªs, tendo essas informações, poderão cobrar mais do Sistema S, para que faça mais por nossa população. Eu vou passar aos senhores.

Então, hoje, o que eu poderia pedir aqui aos senhores é o seguinte: quanto à impunidade, nós temos que mudar o quadro da impunidade em nosso País, pois é uma porta aberta para a corrupção, em que se pode tudo, e não se condena ninguém, principalmente os ricos. Deve haver uns três, quatro ricos presos no País. Nossas cadeias estão cheias de pobres – a maioria, negros. Um político no País... Falo e quero repetir aqui, diante dos doutores, meu Senador: um político no Japão, quando comete um crime, dá um tiro na cabeça; nos Estados Unidos – já disse uma vez e quero repetir –, vai para a cadeia e paga pelo crime; aqui, no Brasil, pede as contas, é homenageado, pega a família e vai fazer um **tour** pela Europa. Isso não pode.

A Defensoria Pública tem de ter autonomia, meu Presidente Paim, para, quando tomar uma decisão, que essa decisão seja respeitada. Não uma decisão como aquela que foi tomada pela Polícia Federal, determinada por um magistrado e, depois, derrubada pelo nosso Governo Federal, mostrando indignação com a ação da Polícia e do Ministério Público. Torço para que a nossa Presidente Dilma faça um bom governo. Peço a Deus, a cada momento, que dê a ela sabedoria, mas que dê a ela sabedoria também para saber respeitar nossas autoridades, nossos Defensores Públicos, nosso Ministério Público, nossa Polícia Federal, nosso Poder Judiciário e nossos magistrados.

Então, peço a vocês, mais uma vez: busquem a transparência, deem transparência ao nosso povo brasileiro, porque vocês estão muito próximos. A impunidade é a mãe da corrupção. Nós temos que acabar com a impunidade neste País. E essa corrupção mata mais do que qualquer guerra em qualquer canto do mundo.

Quero agradecer a todos vocês por estarem aqui, mais uma vez, agradecer a este gigante Senador da República, Paim, meu amigo, e agradecer a Deus por, mesmo no final desta audiência, ter tido a oportunidade de estar aqui junto com vocês.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes Oliveira.

Eu ainda tenho que encaminhar, pelo protocolo, outro requerimento extrapauta, que visa debater a inclusão do carvão na matriz energética, na visão, naturalmente, do mundo do trabalho, que é um setor que, se continuar assim, teremos centenas ou milhares de demissões.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. Portanto, em votação o requerimento, baseado em nosso Regimento Interno, para debater a inclusão do carvão na matriz energética.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

É de minha autoria. Depois, será devidamente encaminhado.

É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 2

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011 – CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a inclusão do carvão nas matrizes energéticas e situação dos trabalhadores em decorrência do leilão A menos cinco. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Se vocês me permitirem, eu, nas minhas horas vagas, sou meio metido a escrever algumas poesias. Não se preocupem que não vou declamar poesia minha aqui, porque vocês não merecem. (*Risos.*)

Mas sou fã mesmo de poesias. E eu tomei a liberdade de fazer uma audiência pública, de fazer uma grande homenagem a um grande poeta, um poeta que chamo sem fronteira. Só vou dizer o nome dele no fi-

nal. E ele escreveu *Os Estatutos do Homem* quando estava exilado no Chile. Não vou dizer o nome, e você não pode dizer ainda. A maioria sabe, mas eu vou me dar o direito. Eu peguei alguns artigos do Thiago de Mello que eu queria ler aqui, em homenagem a vocês.

"Os Estatutos do Homem

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade...

O problema é que eu ainda me emociono depois de já ter lido mil vezes Thiago de Mello. Mas vamos de novo:

Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida e, de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.

Se isso não acontecer, lá estará o Defensor Público. (Palmas.)

(...)

Artigo IV

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único: O homem confiará no homem como um menino confia em outro menino.

Se isso não acontecer, lá estará um Defensor. (Palmas.).

Artigo VIII

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Artigo IX

Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor. Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.

(...)

Artigo XII

Decreta-se que nada será obrigado nem proibido, tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela. Parágrafo único: Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

(...)

Artigo Final [porque vou terminar, tenho que conseguir terminar]

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem.

Se não houver liberdade, um Defensor estará lá!]

Santiago do Chile, abril de 1964.

(Thiago de Mello)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA DA 14ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO DA CCJ, SALA SENADOR JOSAPHAT MARINHO, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos, do dia treze de setembro de dois mil e onze, na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner e Paulo Bauer. Registram presença a Senadora Ana Amélia e os Senadores Valdir Raupp, Roberto Requião e Romero Jucá. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença de: Deputados Federais do Estado do Rio Grande do Sul – Senhores Henrique Fontana, Paulo Pimenta, Ronaldo Zucke, Ronaldo Nogueira, Afonso Hamm, Sergio Moraes, Nelson Marchezan Junior e Assis Melo; Deputado Federal do Estado de Santa Catarina, Senhor Edinho Bez; Deputados Estaduais do Estado do Rio Grande do Sul – Senhores Pedro Pereira, Valdeci de Oliveira, Heitor Schur e Marcelo Moraes; Deputado Estadual do Estado de Santa Catarina, Senhor Manoel Mota; Vice-Prefeito Municipal de Candiota/RS, Senhor Paulo Brum; Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, Senhor Hélio Bunn; Prefeito Municipal de Butiá/RS, Senhor Paulo Machado; Vereadores da Câmara Municipal de Minas do Leão/RS – Senhores Todi Flores, Rogério Batista Almeida, Alceu Flores de

Moraes, Vilmar Oliveira e José Vainer; Vereadores da Câmara Municipal de Candiota/RS – Senhores José Antonio de Souza Vítor, João Couto, Giselma Pereira e Liliane Martins; Vereador da Câmara Municipal de Butiá/RS, Senhor Luis Ricardo Vieira; Vereador da Câmara Municipal de Arroio dos Ratos/RS, Senhor José Carlos Menezes; Vereador da Câmara Municipal de Treviso/SC, Senhor Alcení Luiz Pereira; Vereador da Câmara Municipal de Aceguá/RS, Senhor Edmundo Pichler; Vereadora da Câmara Municipal de Hulha Negra/RS, Senhora Iara Madeira Manzke; Senhor Jorge Gilberto Leite, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Caxias do Sul/RS; Senhor Moacir Meirelles, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Aposentados. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema "Inclusão do carvão nas matrizes energéticas e situação dos trabalhadores em decorrência do Leilão A-5 (A menos cinco)", em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2011–CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Oniro da Silva Camilo, Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul; Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; Sereno Chaise, Diretor-Presidente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, Representante do Presidente da Eletrobrás, Senhor José da Costa Carvalho Neto; Cesar W. de Faria, Diretor-Presidente da COPELMI Mineração LTDA; Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral – ABCM e Representante do Presidente do Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina – SIECESC, Senhor Ruy Hülse; Ricardo Lessa, Gerente de Desenvolvimento de Projetos, Representante do Diretor-Presidente da MPX Energia S.A., Senhor Eduardo Karrer; Luiz Henrique de Freitas Schnor, Diretor Técnico e de Meio Ambiente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE; Luiz Carlos Folador, Prefeito Municipal de Candiota/RS; Miguel Almeida, Prefeito Municipal de Minas do Leão/RS; Dedé Tintas, Vereador da Câmara Municipal de Butiá/RS; Genoir dos Santos, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão; Irani Medeiros, Assessora do Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Elifas Simas, Presidente da Companhia Riograndense de Mineração – CRM. Justificaram ausência os seguintes convidados: Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Carlos Fernando Niedersberg**,** Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM/RS; Jussara Cony**,** Secretária do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul – SEMA/RS; Manoel Arlindo Zaroni Torres**,** Diretor-Presidente da TRACTEBEL Energia. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011 – CASEMP***. Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a "Advocacia Pública como função essencial à justiça: análise da estrutura atual e projeção para o futuro nos três níveis da Federação." Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 2 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011 – CASEMP***. Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a questão da hora extra no Brasil – a regulamentação do uso do ponto eletrônico. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.* Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Paulo Bauer, Valdir Raupp, Roberto Requião e Romero Jucá. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião desta Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª reunião de 2011.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se a realização de audiência pública para tratar do tema inclusão do carvão nas matrizes energéticas e a situação dos trabalhadores em decorrência do leilão A-5, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011 deste Senador.

Vamos organizar os nossos trabalhos. Como são inúmeros convidados, eu havia pensado e quero dividir

com vocês a responsabilidade desta audiência pública da seguinte forma. Nós convidaríamos os prefeitos que estão presentes a se sentarem aqui na primeira fila. Presente aqui o prefeito Luiz Carlos Folador, Prefeito de Candiota, para quem peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Prefeito municipal de Butiá, Paulo Machado. *(Palmas.)*

Prefeito do Município de Lauro Müller, Hélio Luiz Bunn. *(Palmas.)*

Peço à assessoria que coloque as plaquinhas para identificação dos prefeitos para facilitar a identificação no momento em que forem usar da palavra.

Quero dizer aos companheiros Vereadores que estão aqui presentes que todos vão poder usar da palavra no momento adequado.

Peço uma salva de palmas para a descontração, para se fazer uma audiência positiva, para cima, e que dê tudo certo nos nossos encaminhamentos.

Convido para compor a Mesa o Oniro da Silva Camilo, Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul.

Quero agradecer já ao Ministro Edison Lobão, com quem conversei por telefone antes de marcar a audiência. Ele, de pronto, me disse: Paim, é um assunto de fato delicado, importante, estou acompanhando o que está acontecendo no Estado e, naturalmente, a repercussão do tema no Brasil. Pode marcar a audiência que vou mandar meu representante.

Então quero convidar o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Dr. Altino Ventura Filho, para que venha aqui e receba as nossas palmas, e que a gente saia daqui com um grande entendimento.

Perguntaram quem eu queria trazer para a mesa; eu queria que todos viessem para a mesa. Mas há uma figura por quem eu aprendi, ao longo da minha vida, a ter um carinho especial. Além de ele ser Diretor Presidente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, CGTE, representante do Presidente da Eletrobrás, José Carlos, meu amigo, meu colega de jornada, a quem eu disse que está convidado para o ciclo de debates da legalidade pela sua história, pela sua vida, em nome de todos aqueles que sempre lutaram contra as ditaduras, em nome da liberdade, da justiça, me permita que eu diga, no mínimo, em nome de João Goulart e Leonel Brizola, eu quero chamar para a mesa, Sereno Chaise, um grande líder do Estado do Rio Grande do Sul.

Farão uso da palavra também, vamos fazer um entendimento porque não há diferença entre quem está na mesa e quem não está; todos são importantes, todos vão fazer uso da palavra, inclusive pode vir à mesa no momento adequado, fala e retorna para o plenário.

Vamos convidar no momento adequado para fazer uso da palavra o Sr. Cesar de Faria, Diretor Presidente da Copelmi Mineração Ltda. peço palmas para ele. Ele vai ser chamado para a mesa no primeiro momento. *(Palmas.)*

Também vai fazer uso da palavra Fernando Luiz Zancan, Presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, ABCM, e representante do presidente do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão de Santa Catarina; Ricardo Lessa, gerente de desenvolvimento de projetos, representando o Diretor Presidente da MPX Energia S.A. Ricardo Lessa vai fazer uso da palavra também. Os três ficam sempre na mesa comigo; e, cada um, depois que eles falarem...

A representante do governador, como é que não chamei para a mesa? A Irani Medeiros, assessora do Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Beto Grill, grande parceiro nosso. Fizemos um grande evento na assembleia, eu era convidado como painelista, mandei um representante, enviei um vídeo em que falava um pouco sobre acidentes de trânsito, do pacto contra a violência e pela vida. Grande Beto Grill, amigo e parceiro de todas as horas. E, naturalmente, também o Governador Tarso Genro.

Então nós vamos manter, além dos quatro na mesa, uma quinta cadeira para quem quiser falar daqui da mesa. Ou pode falar do plenário.

A partir deste momento vamos começar nosso debate. Vou fazer uma pequena introdução.

Iniciamos esta reunião aqui, nesta importante Subcomissão de Defesa do Emprego e da Previdência, lembrando que hoje vamos debater a Inclusão do Carvão nas Matrizes Energéticas e a Situação dos Trabalhadores em Decorrência do Leilão A-5. O objetivo desta audiência, para aqueles que estão assistindo à TV Senado, que além de passar para todo o Brasil, vai reproduzir, é iniciar um diálogo para viabilizar a inclusão do carvão mineral no leilão A-5, que promove o comércio de fontes energéticas futuras produzidas no Brasil.

O termo A-5 indica que daqui a cinco anos, isto é, em 2016, novos empreendimentos produtores de energia elétrica deverão estar em funcionamento no País. Isso significa que o prazo máximo para início das operações com novas fontes alternativas de produção de energia é 1º de janeiro de 2016.

O Governo Federal fixou o prazo para cadastramento de empreendedores interessados em participar do leilão de vendas de energia.

Eu pediria que ao pessoal aqui das laterais e do fundo, não é por mim, mas para que a TV Senado possa passar corretamente o que cada um vai falar,

com transparência, seria importante o silêncio na sala, dentro do possível.

Explicando ainda o motivo desse evento. Segundo a Portaria 498 do Ministério de Minas e Energia, de 26 de agosto de 2011, no leilão que ocorrerá no dia 20 de dezembro, em que serão contemplados empreendimentos de geração a partir da fonte eólica e termoelétrica, biomassa ou gás natural, em ciclo combinado, aí vem a inclusão do carvão mineral na produção de energia elétrica no nosso entendimento é fundamental não só para o desenvolvimento das regiões ricas em reservas carboníferas como também para geração de emprego e acessibilidade maior às matrizes energéticas.

Outro ponto destacável é que o incentivo à produção carbonífera pode propiciar a redução do consumo de carvão de outros países, com consequente valorização e exploração da nossa matriz, ou seja, a matriz energética nacional. Segundo dados da Associação Brasileira de Carvão Mineral, o Rio Grande do Sul é o Estado que possui as maiores reservas de carvão do País – 89% das reservas brasileiras estão concentradas no Rio Grande do Sul. Caso o carvão mineral não esteja mesmo incluído no leilão A-5 para 2016, há previsão de perda de seis bilhões de reais de investimentos e extinção de mais de 10 mil postos de trabalho em minas de carvão, um prejuízo sensível que preocupa a todos nós, que tem que ser evitado e que afeta principalmente as regiões do Baixo Jacuí e da Campanha, do Rio Grande do Sul, bem como as cidades de outros Estados – Santa Catarina e Paraná.

Nesta audiência – concluo – vamos buscar caminhos que possam reverter a decisão de não incluir o carvão mineral no Leilão A-5 e traçar estratégias que inviabilizem os potenciais prejuízos causados às regiões produtoras do nosso carvão mineral.

Em homenagem – aqui vou concluir mesmo, porque, como dizem, político quando pega a palavra, inclusive o Presidente da Comissão, diz dez vezes que vai concluir e não conclui, mas agora vou concluir – aos trabalhadores nas indústrias de extração de carvão, quero dedicar-lhes, nesta introdução, uma pequena poesia de Mário Belolli e José Pimentel, que trata da vida de um mineiro.

Ela diz:

> Tu és na sucessão das horas lentas
> A imagem sempre viva de um herói,
> Que a história cada vez mais ilumina
> E a voragem do tempo não destrói
> Teu corpo suarento e empoeirado
> Esgueira sinuoso a galeria,
> A treva subterrânea indiferente
> Ganhando alegre o pão de cada dia.
> Soldado heroico do labor constante,
> Que o mundo bronze forças a cantar,
> Acende a luz do teu gasômetro
> E vem nós todos iluminar para que
> Esta audiência seja positiva e tenha
> Resultado que garanta a força do
> Carvão no estado e no País.

(Palmas.)

Já combinamos. Na mesa há um entendimento e o Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, será o primeiro a usar da palavra.

Na sequência, falarão os outros da Mesa e depois nós retornaremos. Conforme combinamos, falarão primeiro aqueles cujos nomes eu li, depois falarão os prefeitos e os vereadores.

Peço aqui que vocês deixem mais uma cadeira na mesa, porque cada um dos convidados virá à mesa, falará e retornará ao plenário.

Se os prefeitos assim entenderem, usaremos o mesmo critério.

Meu convidado especial, Altino, em nome do Ministro Edison Lobão.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Sr. Senador Paulo Paim, coordenador Presidente da Comissão, demais participantes da Mesa, autoridades aqui presentes, prefeitos vereadores, parlamentares, participantes da indústria do carvão aqui presentes, eu tenho tido oportunidade, em outras ocasiões, de vir a eventos de comissões aqui no Congresso Nacional, e essa reunião é aquela que está tendo maior audiência, demonstrando a importância do carvão mineral no sistema energético brasileiro, e fundamentalmente o carvão da Região Sul.

Em nome Ministério de Minas e Energia, em nome do Ministro Edison Lobão, eu queria agradecer o convite que foi formulado para virmos aqui expor algumas reflexões sobre a questão do carvão mineral, as políticas energéticas que o Ministério usa. Eu vou procurar fazer uma síntese, em dez minutos ou um pouquinho mais, situar a questão do planejamento da expansão do setor energético...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Serão dados a cada orador dez minutos, com mais cinco, mas com a tolerância devida, se necessário.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Muito bem.

Vou fazer aqui um conjunto de reflexões, mostrando a política energética e o espaço que existe para o carvão mineral no setor energético brasileiro.

Inicialmente eu gostaria de dizer que o Brasil é um país que cresce. Nossa população está crescendo 1%, o que significa um milhão e trezentos mil novos brasileiros por ano. Nossa economia está em expansão de forma sustentada. Ela tem um potencial estrutural de

crescer 5%. É evidente que isso é um pouco afetado pela situação internacional, mas esse é o potencial de crescimento da economia brasileira. Como consequência desse crescimento demográfico e econômico, nós temos um rebatimento no setor energético. Que rebatimento é esse? É um rebatimento que coloca o País diante de um desafio muito grande, que é o desafio de mais ou menos dobrar nosso sistema energético nos próximos doze anos.

Esse crescimento energético se processa com uma taxa próxima do crescimento da economia: 5%. Então, para dar uma ideia, em nosso plano decenal, amplamente divulgado, a energia elétrica passará de uma oferta – aqui a unidade não é tão importante – de 550 milhões de quilowatts/hora para 870 nos próximos dez anos. Se nós colocássemos mais dois anos, dobraríamos esse valor.

Então é um país que tem um setor energético em expansão. Felizmente o nosso País tem, praticamente, todas as fontes energéticas primárias para suprir essas necessidades. Ao contrário de grande parte de outros países, que têm de importar sua energia, o Brasil tem amplas possibilidades: hidroelétrica, biomassa, energia eólica, carvão mineral, gás natural e por aí vai.

O Brasil será não só autossuficiente – praticamente já o somos – como também exportador. Então quanto à política energética que o Ministério tem adotado para inclusão das diferentes fontes, porque podemos combinar essas fontes de diferentes maneiras, eu diria que o Brasil tem espaço para participarem todas as fontes dentro da política de diversificação energética de nossa matriz, quer dizer, respeitando a especificidade de cada região brasileira. De modo geral, estamos fazendo essa composição. Por exemplo, historicamente, no que diz respeito ao setor elétrico, todos nós sabemos que o Brasil sempre usou quase exclusivamente hidroelétrica. A hidroelétrica ainda é a fonte principal na expansão do sistema, mas ela reduz sua participação, porque nós estamos abrindo espaço para outras fontes em função de diversos fatores, que não cabe aqui detalhar.

Feita essa colocação inicial, eu diria que a política energética brasileira no que diz respeito à questão...

Dois parâmetros são importantes para consideração das fontes energéticas. O primeiro é a competitividade, quer dizer, o Brasil quer atender o que chamamos de modicidade tarifária, ou seja, procurar ter a energia ao menor custo possível diante das alternativas de que o Brasil dispõe. Então queremos ter uma energia de baixo custo. Por quê? Porque essa energia de baixo custo dá competitividade à economia brasileira na sua inserção internacional, permite que a classe média e a classe menos favorecida, inclusive com programas sociais, como o Luz para Todos, que tenham de usar mais energia, tenham condições de pagar a conta porque a energia no mundo todo é cara e no Brasil também é cara e por causa dos impostos ela fica mais cara.

Então, veja bem, quando se olha a renda de uma parte da população, vemos que essa energia, de fato, tem um custo, um preço, que inibe a utilização dela, inclusive em nossas residências, em função da renda do consumidor para pagar essa conta.

Então a modicidade tarifária é um aspecto extremamente importante.

O segundo aspecto é a questão da viabilidade ambiental dos empreendimentos. Quanto a essa viabilidade, lembro que o Brasil tem uma das leis mais rigorosas do mundo e nós podemos dividir a viabilidade em dois aspectos. Um aspecto é a viabilidade do local onde o empreendimento se instala. Nós temos visto grandes discussões sobre hidroeletricidade, inclusive sobre as usinas hidroelétricas na Região Norte do Brasil, onde há parques nacionais, reservas florestais, terras indígenas. Então há todo um efeito de cada empreendimento no local onde ele se encontra.

O outro aspecto ambiental é a questão das mudanças climáticas, a emissão de gases de efeito estufa. Há uma demanda internacional muito forte e há todo um esforço internacional, como ocorreu na reunião de Copenhague e em todas as outras – lembro o Protocolo de Kyoto –, em que há um compromisso solidário de todos os países no sentido de controlar – digamos assim – a emissão de gases de efeito estufa, que provoca as mudanças climáticas no planeta.

Esses dois aspectos – a questão ambiental e a questão da competitividade –, de alguma maneira, priorizam os empreendimentos do setor de energia elétrica. Vou me concentrar no setor de energia elétrica e não no setor de energia em geral, porque é aquele que interessa mais à questão do carvão mineral.

Com relação à competitividade, eu diria que, em se tratando da competitividade para produção de energia no Brasil, a fonte mais competitiva é a hidroelétrica – está aí o resultado dos leilões –, seguida da eólica. No Brasil, a energia eólica tem apresentado condições muito favoráveis de competitividade, e depois a biomassa, que vem da cana-de-açúcar. Essas três fontes são aquelas que apresentam o menor custo da energia produzida. As demais fontes apresentam custos acima desse valor, mas estão dentro de um espaço que poderia ser cogitado.

Estou fazendo referência ao carvão mineral e ao gás natural, que são combustíveis fósseis, e a nuclear, que tem uma série de vantagens e algumas especificidades particulares. Não falo em derivados de petróleo,

porque petróleo é um combustível muito nobre para gera energia elétrica. Então, em termos de competitividade, essa é a sequência dos empreendimentos.

No que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa, a mais favorável é a nuclear, seguida da eólica, de biomassa e hidroeletricidade, nessa sequência. Os combustíveis fósseis, como são conhecidos, têm um grau de emissão mais elevado do que essas primeiras fontes. Esses números são amplamente conhecidos, não vou entrar em detalhes.

No que diz respeito à política de consideração da competitividade, isso sempre foi adotado no País e continuamos adotando, procurando aquelas fontes que apresentam menor custo. No que diz respeito à questão ambiental de emissão de gás de efeito estufa, nós podemos dividir em dois períodos essas divisão. O primeiro período seria aquele até o final de 2009, quando saiu a Lei de Mudanças Climáticas, aprovada no Congresso Nacional, que orientou a questão da participação brasileira nesse esforço internacional de redução de gás de efeito estufa. Essa lei foi regulamentada por um decreto e o Brasil assumiu posições nos fóruns internacionais, compromissos voluntários– porque não fazíamos parte do Anexo I, dos países do Primeiro Mundo – de redução dos gases de efeito estufa. Então esses percentuais estão estabelecidos e, no que diz respeito ao setor de energia elétrica, essa consideração é em cima do nosso Plano Decenal, que é o plano que reflete as políticas energéticas de expansão do sistema nacional.

Por que é que divido nesses dois períodos? Porque até final de 2009, quando saiu a lei que orienta a política brasileira para a questão de emissão de gás de efeito estufa no Plano Decenal, só resumindo, esta lei e o decreto que a regulamentou direcionaram a expansão do sistema energético brasileiro para a eficiência energética, hidroeletricidade, fontes renováveis e biocombustíveis. Explicitamente estabeleceu uma política nessa direção. Uma lei aprovada no Congresso Nacional, regulamentada em decreto e que serve de referência para isso.

Até final de 2009, nós não tínhamos essa "restrição", entre aspas, e esses compromissos brasileiros no cenário internacional. Nessa ocasião, nós fizemos leilão onde entrou o carvão mineral, entraram derivados de petróleo. Então, no nosso programa decenal, que vai de 20 10 a 2010, para dar uma ideia do que foi feito antes desse horizonte – porque o que está entrando agora, neste primeiro quinquênio, é o que se decidiu em 2008, leilões daquela época, o Leilão A-5 –, o carvão mineral, que tinha uma participação de 1,6 (1.600 megawatts na nossa matriz), passou para 3.400, mais que dobrou em carvão mineral na nossa matriz. Quer dizer, a participação, que era 1,3%, passou para 1,8. Só que, desse carvão que está sendo expandido, das quatro usinas que estão entrando, apenas uma na região Sul, que é Candiota III. As demais, carvão importado, fora da região Sul, na região Nordeste, em particular no ceará, que é um carvão competitivo. Então, está contemplado o carvão nesse contexto antes da legislação.

Em função desse aspecto, eu teria aqui outras fontes que tiveram prioridade. A eólica foi uma que teve a maior prioridade, o gás natural. A hidro diminui, e assim por diante. É evidente que essa participação não contempla a Região Sul, apenas na Usina de Candiota III, que foi recentemente inaugurada nesse ano de 2011.

No que diz respeito a novas usina a carvão, novas usinas a derivados de petróleo, a gás natural – o gás natural tem um aspecto muito específico e, por razão de tempo, não vou me estender nisso, poderia depois falar – e a carvão mineral, a sinalização que o plano decenal está indicando é de que, em função dos compromissos de redução de gás de efeito estufa, a prioridade que está sendo estabelecida é a que está na Legislação, ou seja, está se contemplando a hidrelétrica, que representa 50% dos 70 mil megawatts que serão instalados nos próximos 10 anos, até 2020. A hidroeletricidade entra com 35 mil megawatts de usinas hidrelétricas; a biomassa e eólica entram com mais 30%, mais ou menos 15 % em cada uma. Portanto, as três fontes que são mais competitivas, e renováveis e baixas emissoras de gás e efeito estufa, no plano decenal, seguindo a legislação de mudanças climáticas que o Brasil tinha adotado, contempla 80%. Os 20% restantes se distribuem entre a nuclear de Angra-III, que tem uma política própria, um pouco de gás de petróleo, que já foi decidido anteriormente, em leilões passados, o gás natural e outras fontes que estão sendo utilizadas.

Isso é está explicitamente colocado no plano decenal. Procurei fazer um resumo e apresentar algumas justificativas.

Eu quero dizer, em nome do Ministério de Minas e Energia, o seguinte: o carvão mineral é uma fonte extremamente importante não só para a Região Sul, como para o Brasil, até porque o País precisa de usinas térmicas de base, usinas que operem em 24 horas por dia, durante longos períodos de tempo. Essa fonte é aquela que complementa o nosso sistema hidrelétrico da forma que ele está ocorrendo. Essas fontes de base estão fundamentalmente estabelecidas em cima da nuclear, do gás natural e do carvão mineral, porque são fontes que têm custo de operação baixo e

que, por isso, inserem-se adequadamente dentro da matriz energética brasileira.

O pleito dos que defendem o carvão mineral de inclusão de usinas no nosso programa de arsenal e participação, competindo dentro dos leilões, é um pleito muito legítimo.

Então, quero deixar registrada essa posição do Ministério de Minas e Energia. A maneira de contornamos é analisar a forma de cumprir a nossa legislação e os nossos compromissos internacionais de baixa emissão de gás de efeito estufa, de redução dessa contribuição brasileira do setor energético – se bem que a maior parte é na parte de desmatamento – e conciliar isso com a inclusão de um programa de carvão que atenda às reivindicações legítimas de emprego, desenvolvimento da Região Sul.

Tive o privilégio de morar cinco anos na Região Sul do Brasil. Fui diretor de Itaipu, uma grande hidrelétrica, mas acompanho o carvão há muitos anos, desde quando iniciei na Eletrobrás, na década de 70, no planejamento, e tenho uma percepção clara, e o Ministério de Minas e Energia também, da importância do carvão mineral.

Então queria deixar registrado esse aspecto e abrir a possibilidade de um diálogo para tentarmos conciliar a inclusão de usinas respeitando a nossa legislação, que foi aprovada nesta Casa, e compromisso internacionais que o Brasil tem sobre a emissão de gás de efeito estufa.

Então, seria essa introdução que queria fazer e fico à disposição, posteriormente, para algum esclarecimento adicional.

Muito obrigada pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Altino Ventura Filho, representando aqui o Ministério de Minas e Energia. Para mim, claro, o debate vai aprofundar, mas foi importante ouvir essa intenção de conciliar de forma tal que o setor, as cidades, os Estados e, principalmente, o Rio Grande do Sul não venha ter prejuízo devido a nossa matriz energética. Eu também sou daqueles que acredita que é possível a conciliação.

Passamos a palavra, de imediato, ao Dr. Sereno Chaise, Diretor Presidente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, Eletrobrás, CGTEE, representante do Presidente da Eletrobrás, o Sr. José da Costa Carvalho Neto.

O senhor tem dez minutos com cinco e mais cinco, se necessário.

O SR. SERENO CHAISE – Obrigado.

Queria inicialmente agradecer a generosidade do Senador Paulo Paim, que vem de uma longa parceria na luta pelas questões sociais, defesa dos pobres, dos humildes, dos trabalhadores. Há mais de trinta anos, vive nessa batalha, que é difícil muitas vezes, mas promissora em outros momentos.

Eu diria apenas que o Senador Paim é um patrimônio do Rio Grande na defesa do povo trabalhador, das conquistas sociais da nossa gente. Sempre tivemos nele um baluarte forte. Hoje acho que o Rio Grande perde esse patrimônio. Por que perde? Porque o Senador Paim está se transformando em um patrimônio não do Rio Grande, mas do Brasil, na defesa do povo trabalhador, daqueles que lutam e que, com o seu suor, ganham a vida. Aplaudo sua iniciativa dessa audiência pública, nessa hora importante, triste, perigosa, ameaçadora para a economia do Rio Grande, abrindo as portas do Senado para que os nossos Prefeitos, nossos Vereadores, os representantes e responsáveis pelos nossos sindicatos possam aqui, Senador, expressar os anseios do nosso Estado.

O Rio Grande vem, há quarenta anos, em uma espécie de processo de descapitalização: baixando, baixando, baixando. Alguns pejorativamente dizem "crescendo como cola de cavalo, para baixo". E, nós, estamos acostumados com a cola de cavalo. Agora o Governador Tasso Genro realiza um esforço para dar uma equilibrada na queda, mas, justamente nessa hora, surge a possibilidade de não se aproveitar mais uma riqueza que é básica para nós, que está no Rio Grande e em Santa Catarina, em 90% do Rio Grande, em 10% da região de Criciúma e muito pouco no Paraná: o carvão mineral.

O nosso carvão – e não vou me deter aqui em análises técnicas até porque não sou técnico, está aqui o nosso Diretor Técnico, o Engenheiro Luiz Francisco – tem que ser aproveitado na boca da mina. É um carvão de baixa caloria, com muita cinza, com muito enxofre, não paga transporte. Tem que ser ali e a maneira de aproveitá-lo, na beira da mina, na boca da mina, é transformá-lo em energia elétrica, energia de que o nosso País precisa.

Dr. Altino, fico feliz quando ouço a sua explanação. Aliás, o Ministro Lobão, deu esta orientação política no Ministério: o aproveitamento de todas as fontes de energia. Claro, sabemos que a água não custa, é mais barata, mas não temos convênio com São Pedro. De repente, se ocorre como em janeiro de 2009, o que vai acontecer? O País fica às escuras, a indústria para. Sou fã da eólica, mas em metade do tempo não há vento suficiente. Então, essa política de diversificar as fontes é corretíssima. *(Palmas.)*

Graças a Deus, esse nosso imenso País tem todas as riquezas: água, biomassa e ventos. O Rio Grande tem o seu atlas eólico feito pelo Governo Olívio Dutra.

Temos o carvão. Graças a Deus, esse País tem de tudo, tem tudo e precisa aproveitar tudo.

O nosso desenvolvimento vem sendo acelerado nesses últimos anos. Que bom que o País cresce, que o País se desenvolve, mas isso também nos mostra que, daqui a poucos anos, vamos ter necessidade de três, quatro vezes mais a energia que hoje geramos.

Não vou me deter nessas questões. Queria apenas analisar sob o ponto de vista dos nossos opositores, que argumentaram que o carvão polui, que é um patinho feito. Não! Pena não estar aqui a Secretária do Meio Ambiente, Jussara Cony, técnica nesse assunto. Ela explica com riqueza de detalhes essa questão ambiental.

Aliás, o nosso Presidente, a quem tenho a honra de representar aqui – ele ontem bateu o telefone no final da tarde –, o Dr. Carvalho da Costa, no começo de outubro, vai nos visitar em Candiota e vou mostrar *in loco* para ele o que é uma usina com equipamento, poluindo, na verdade, eu não estou aqui para tapar o sol com a peneira, e o que é uma usina moderna, com todos os equipamentos, com poluição zero. Aliás, a maior autoridade mundial hoje em matéria ambiental, o ex-Vice-Presidente Al Gore, diz no seu livro com todas as letras, é só ler ali. Diz ele: "Não há problema em parte alguma do mundo de se aproveitar o carvão mineral para gerar energia elétrica, desde que se adotem os equipamentos hoje existentes".

Na usina nova, temos todos os equipamentos.

Para se ter uma ideia, quando estávamos para inaugurar a usina nova, foi dito: "Agora vamos ter que comprar calcário." "Cal? Como? Nunca compramos cal! Não sou técnico, o que é isso?" "O desulfurizador [vamos dizer assim, que é o coração, o principal do controle ambiental] só funciona com cal." Reunimos todos os produtores do Rio Grande e eles, além da questão da qualidade, não tinham a possibilidade de nos fornecer. No máximo, a metade. Para terem uma ideia, hoje consumimos 200 toneladas por dia, faça sol, chuva, feriado, dia santo. São seis mil toneladas de calcário por mês. Essa é uma despesa que temos já no custo de produção. Para quê? Para atender à questão ambiental.

E agora, com a usina velha, e realmente naquela época não existiam esses equipamentos, não existia legislação, nem se falava em questão ambiental... Acabamos de assinar, no começo deste ano, com o IBAMA, um TAC que estamos cumprindo à risca e, em até pouco mais do final do ano que vem, vamos instalar desulfurizadores na metade maior e mais importante da usina velha para atender à questão ambiental. Na outra parte, a mais antiga, pequenas, máquinas italianas, em que possivelmente não é possível instalar a aparelhagem ambiental, simplesmente vamos desligar, conforme compromisso que assumimos com o IBAMA.

Isso quer dizer o seguinte: o Rio Grande precisa que o seu carvão, como Santa Catarina... Depois o Dr. Zancan, que é técnico também... Precisamos aproveitar essa nossa riqueza. O Sr. Ciro Gomes, quando ainda Ministro da Integração, Senador Paim, em entrevista que tenho recortada e guardada, afirmou que a região mais empobrecida, não do Rio Grande, mas do Brasil, hoje é a metade sul do Rio Grande. *(Palmas.)*

Imagine se tirarmos de lá ainda o carvão, o que vai ser, meu Deus?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É preciso ter um olhar especial.

O SR. SERENO CHAISE – Agradeço, Senador Paim, que, como eu disse, é um patrimônio do nosso Estado e passa a ser agora, no meu entendimento, um patrimônio do Brasil. O senhor dá essa mão extraordinária ao Rio Grande, à sua economia, aos mineiros, a toda a produção do carvão abrindo aqui as portas do Senado. Só temos para com o senhor uma palavra de profundo agradecimento.

Esperamos que em breve possamos comemorar leilão. Agora mesmo, precisamos abrir uma nova usina. Temos uma que não faz um ano que está funcionando. As empresas do Grupo Eletrobrás, a estatal nossa, do Rio Grande, a CEEE, todas têm geração, distribuição e transmissão. Nós só temos geração. Não podemos ficar trinta anos. Temos agora que enfrentar o caso de São Jerônimo, onde temos uma usina, e o doutor conhece melhor do que nós, funcionando ininterruptamente há 58 anos. Não dá mais! Ela é antieconômica. Ela polui a cidade. Temos 39 funcionários para produzir, no máximo, 4,5 megawatts. É antieconômica e polui. Nós estamos procurando agora ou encampar a Jacuí I, que é uma possibilidade, ou colocar, em São Jerônimo, uma das máquinas. *(Palmas.)*

Eu tenho pedido ao Diretor Cardeal, que é Presidente do nosso Conselho – aliás, os Prefeitos estiveram com ele no meu gabinete –, e até incomodado, para prosseguir esses estudos. Agora, transmiti para o Governo de Estado a proposta da Eletrobras. Aquela usina está parada desde 1992. Senador, são, portanto, 19 anos. Metade da obra está lá, metade do equipamento está lá, mas têm muitas histórias perigosas do passado: notícias de negociatas, disso ou daquilo. Então, a Eletrobras propõe o seguinte: o Estado assume a Jacuí I, saneia, limpa o passado, e passa para a Eletrobras. No mesmo dia em que assumir, limpar, passa para a Eletrobrás, e a Eletrobras*... (Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SERENO CHAISE – Sim, eu sei. Essa proposta, autorizada pelo Diretor de Engenharia da Eletrobrás, eu transmiti ao Governo do Estado, pelo Secretário de Infraestrutura, um rapaz excelente, trabalhador, Beto Albuquerque, uma figura especial na nossa política também. E o governo do Estado está estudando isso também. Quer dizer, o que não quer a Eletrobrás – nem pode – é entrar nas questões do passado: "Houve essa irregularidade, roubou aquilo, não sei o quê." Nessa discussão, a Eletrobras não vai entrar. Assumindo a coisa, limpando o passado, a Eletrobras assume e repõe a despesa que o Estado tiver. É uma solução para aquela região, é uma solução para o carvão da região central do nosso Estado. Sobretudo, é uma solução que temos de dar, porque não quero fechar, nós não queremos.

Nós tivemos uma audiência pública desse tipo em São Jerônimo e alguém disse: "Não, porque a CGTEE quer fechar." Não, nós não queremos; agora, como está, não pode continuar. Como está, nós temos de encontrar uma solução.

Muito obrigado e bom trabalho. Senador, mais uma vez, em nome da CGTEE, muito obrigado ao Senhor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Dr. Sereno, que mais uma vez, brilhante como sempre – um dos líderes das Diretas-Já. Você não disse aqui, mas você foi um dos líderes das Diretas-Já –, faz uma bela explanação, aponta caminhos – pelo menos, em parte, já há solução –, demonstrando que temos de investir nessa diversidade, e é palavra sua, e que vamos ter de multiplicar, tomara, até por dez a nossa fonte energética. E o carvão está aí, com toda a sua potência.

Eu queria, como disse no início, informar a todos que falarão os prefeitos, os vereadores, e os nossos deputados presentes, tanto os estaduais, quanto os federais. Todos terão direito à palavra. Eu só peço que, quando os deputados estaduais e federais, e Senadores chegarem, que encaminhem para a Mesa.

Eu registro já a presença, com satisfação, do Deputado Estadual de Santa Catarina que é Vice-Presidente do Fórum Parlamentar, o Deputado Manoel Mota. Seja bem-vindo, Manoel. *(Palmas.)*

Permita que eu diga, seja bem-vindo Manoel, com liberdade entre nós. Também o Deputado Federal que tem trabalhado muito na questão dos idosos comigo. o Edinho Bez. Peço uma salva de palmas ao Deputado Federal Edinho Bez, que está conosco também. *(Palmas.)*

E o Deputado Paulo Pimenta, que todos conhecem, e está conosco também. É um companheiro de longas jornadas. *(Palmas.)*

Vamos agora passar a palavra à Drª Irani Medeiros, que aqui representa o nosso Vice-Governador. Naturalmente, se representa o Vice, representa o Governador; o Governador Tarso Genro e o Vice-Governador Beto Grill.

A SRª IRANI MEDEIROS – Bom dia a todos e a todas! Eu faço uma saudação muito especial ao nosso Exmº Senador Paulo Paim, por ter nos recebido dessa forma tão calorosa nesta Casa e ter diligenciado para que a nossa voz seja, mais uma vez, ouvida em Brasília pelo nosso Governo Federal. Em saudá-lo, Senador, saúdo todas as autoridades presentes. Saúdo o Dr. Altino Ventura Filho, aqui representando o Ministério de Minas e Energia, que começou sua manifestação me deixando muito nervosa, mas concluiu me acalmando quando disse que temos que conciliar as coisas. *(Pausa.)*

Faço uma saudação especial ao Sr. Oniro Camilo, Presidente do Sindicato dos Mineiros, com sede no meu Município de Butiá, que aqui vem representar todos os trabalhadores. Saúdo meu querido amigo, Dr. Cesar Faria, Diretor Presidente da Copelmi Mineração Ltda, com sede no meu Município de Butiá. *(Palmas.)*

Ao saudá-lo, saúdo todos os investidores, todos os mineradores, todos os empregadores que fazem parte desta corrente produtiva.

Gostaria de saudar a minha querida professora Teresinha Melo, presente neste plenário. Gostaria que se levantasse. *(Palmas.)*

Ao saudá-la, saúdo os 150 gaúchos que, no sábado à noite, saíram de Butiá, de ônibus, e vieram a Brasília, chegando aqui na segunda feira pela manhã, mostrando a garra, a luta e a fé, Senador, de nosso povo gaúcho. *(Palmas.)*

O povo gaúcho, lutador incansável, voz e eco, hoje está aqui representando uma luta não só da metade sul, mas do Estado do Rio Grande do Sul.

[O Brasil é] Um país que luta (...) para ser cada vez mais independente. (...) Um país abençoado de riquezas (...) e capaz de transformar essas riquezas em bem-estar para seu povo. Um país que tem rumo e sabe da grandeza do seu destino.

Essas frases absolutamente verdadeiras e fiéis a nossa realidade não são minhas. Ouvi da nossa Presidenta Dilma Rousseff no pronunciamento do Dia da Independência, mas é com elas e acreditando nelas que estou aqui hoje. Disse a todos os gaúchos que saíram do sul, na noite de sábado, inclusive para minha filha, que essa luta não é em vão, que seremos ouvidos e atendidos por esse nosso Governo que quer, acima de tudo, soberania, autonomia, grandeza.

De plano, gostaria de agradecer ao Governo do Rio Grande do Sul, ao Governador Tasso Genro, ao

Vice-Governador, Beto Gril, e ao incansável Secretário de Infraestrutura e Logística, Beto Albuquerque, por terem, no Estado do Rio Grande do Sul, dado eco ao pleito da metade sul apresentando, em Brasília, a nossa luta com a sua verdadeira extensão, ou seja, a luta de todos os gaúchos e gaúchas.

Não temos dúvida acerca da sociedade do País em ter sua estabilidade energética. As usinas termoelétricas dependem das chuvas; as usinas eólicas, dos ventos; as termoelétricas a carvão dependem do nosso trabalho, que hoje estamos aqui oferecendo ao Brasil. *(Palmas.)*

Mas precisamos também da consciência dos senhores em nos permitir trabalhar, crescer e desenvolver de forma socialmente correta e ambientalmente sustentável. A realidade que buscamos mudar trata de uma política velada hoje instalada no País que culminará, caso permaneçamos inertes, no fim da utilização do carvão do sul do País. Atentem, Senhoras e Senhores, o carvão do sul do País, porque o carvão da Colômbia estará sendo queimado nas termoelétricas do Ceará e do Maranhão.

Não podemos aceitar a condição que nos impõe de dormir sobre as grandes jazidas de carvão e de sermos causadores da propagação da miséria no Sul do País. *(Palmas.)*

Isso porque alguns não acreditam na nossa capacidade de gerar energia com minimização dos danos ambientais, com uma emissão admissível de CO_2. São brasileiros que, de forma absurda, hoje aceitam a queima do carvão colombiano e repudiam a nossa riqueza. Não reconhecem no trânsito e no pré-sal a presença do CO_2, mas maximizam a sua importância diante do nosso carvão.

As emissões das termoelétricas devem ser resolvidas com tecnologia, normas e controle, nunca com o descarte da riqueza mineral. *(Palmas.)*

Nós, gaúchas e gaúchos, temos história de lutas e vitórias, com os vizinhos catarinenses proclamamos a República Juliana. Em 1961, no Rio Grande do Sul, brotou o movimento pela legalidade. Em 2003, iniciamos grande luta pelo nosso carvão mineral, que, exitosa, culminou pela participação das usinas termoelétricas no leilão A-5 de 2005.

Inegável paradoxo: nosso Estado, que possui 28,5 bilhões de toneladas de carvão mineral brasileiro, ou seja, 90% do minério nacional, com vários projetos licenciados, com investidores dispostos a realizá-los, hoje, importa 65% da energia que consome.

Agora aqui estamos novamente, Senador, porque, de forma absurda, fomos excluídos do leilão A-5. Não aceitamos! Esse leilão está previsto para 20 de dezembro. Além disso e ainda de forma mais gravosa, a ANEEL dita novas normas para as nossas usinas através da Audiência Pública nº 43, publicada no *Diário Oficial da União* de 11 de agosto de 2011, que coloca para revisão a Resolução Normativa nº 129/2004, propondo o estabelecimento de novos mecanismos que incentive a modernização das atuais termoelétricas a carvão e o uso racional da conta de desenvolvimento energético. Enfim, instala no País um conjunto de ações para excluir definitivamente a nossa riqueza do cenário nacional.

O mundo produz quase 50% de suas energias através das termoelétricas a carvão. O Brasil não produz 2%. No mundo, as políticas primam pelo aumento da produção de energia a carvão. O Brasil, na contramão, mas precisando aumentar em média 5% ao ano a produção da sua energia, quer o descarte das nossas termoelétricas, gerando mais miséria na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. Se está na contramão quanto à energia, com maior razão estará na contramão ao instalar no sul do Estado um estado de miséria, quando o próprio Governo tem como meta a erradicação da miséria no País. Estaríamos nós excluídos desse cenário? Competitividade mostraremos, quando tivermos oportunidade de participar do leilão.

Emissão de gás, efeito estufa. Entendemos, sim, que é necessário evoluirmos cada vez mais com tecnologia adequada, mas entendemos que não é esta energia que não representa 2% na matriz energética do País que vai cumprir todos os acordos internacionais que o País tem assinado. *(Palmas.)*

Não serão os nossos 2% de energia. Temos que nos preocupar com o desmatamento, temos que nos preocupar com o grande número de veículos nas nossas estradas. Temos muito e podemos trazer ao Governo Federal uma conta que mostra que ele cumprirá todos os seus compromissos nos permitindo participar desse leilão.

Creio que a situação está absolutamente retratada nas manifestações que me antecederam, nos esclarecimentos que ousei apresentar e, ainda, nos oradores que me sucederão. Todavia, se os senhores e as senhoras entenderem a gravidade dessa situação – pasmem –, ela é ainda pior.

Na semana que passou, estavam no Palácio Piratini, no Rio Grande do Sul, investidores alemães da empresa Wehrhahn, que buscam instalar uma empresa de concreto ecológico no Município de Butiá, investimento de R$ 36 milhões, setenta empregos diretos, mais de três mil empregos indiretos e uma escola de preparação de mão-de-obra. A matéria-prima para o concreto ecológico é a cinza decorrente da queima do carvão nas usinas termelétricas. (*Palmas.*)

A utilização das cinzas geradas pela combustão do carvão ou de outros resíduos industriais na obtenção do cimento ecológico é uma nova tendência no mundo. Comparado ao concreto convencional, o geopolímero reduz em 90% as emissões dos gases do efeito estufa. O material é mais durável e resistente. O custo da construção reduz significativamente, oportunizando a aquisição de casa própria, inclusive financiamentos colocados à disposição pelo próprio Governo Federal, que reconhece que não há cidadania para quem não tem onde morar.

Novamente, diz a nossa Presidenta, "o Brasil tem muito espaço para crescer e o povo brasileiro tem motivos de sobra para ter esperança em um futuro ainda melhor".

Senhores e senhoras, clamamos pela oportunidade de esperança para a metade sul do Estado do rio Grande do Sul. Essa esperança hoje se traduz pela alteração da Portaria 498, de 25 de agosto de 2011, do Ministério de Minas e Energia, para que seja incluído o carvão no leilão de 20 de dezembro de 2011, pois nossos projetos, que ensejam investimentos na monta de US$ 4 bilhões, estão devidamente licenciados e prontos a participarem do certame. Torna-se ainda fundamental a revisão dos projetos apontados pela Aneel, através da audiência pública nº 43, pois as medidas propostas devem ser conduzidas de forma a garantir um amplo debate com o setor, buscando de forma gradual as sua implantação, tendo como prioridade a manutenção da renda e dos empregos.

Para encerrar, me utilizo de uma frase de Carlos Drummond de Andrade, tantas vezes repetida pelo nosso saudoso Miguel Arraes: "Tenho apenas duas mãos, mas o sentimento do mundo."

Obrigado, mineiros; obrigado, mineradores; obrigado, representantes deste povo ordeiro, mas guerreiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Quero só cumprimentar a Srª Irani Medeiros. Acho que, com essa sua fala, eu me dou o direito de dizer que o Governador Tarso genro, que deve estar assistindo também pela TV Senado, e o Beto Grill, sentiram-se, com certeza, muito, muito bem representados. Parabéns a V. Exª pela fala. Essa nossa gente gaúcha fala que um sereno mexe com a gente. Fala que a Irani, com esse brilho da mulher gaúcha, dá uma mensagem que fez com que todos aqui aplaudissem com a força do momento.

Então, Tarso Genro e meu amigo Beto Grill, vocês foram muito bem representados aqui e serão muito mais ainda, pela fala do conjunto do plenário. Parabéns a você.

Vamos passar a palavra agora, para Oniro da Silva Camilo, Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul, um dos que ajudou a provocar esta audiência pública.

O SR. ONIRO DA SILVA CAMILO – Bom-dia, Senador; bom-dia, Presidente da Mesa; cumprimento também a Drª Irani, o Dr. Altino e o Dr. Sereno aqui, junto conosco. Mas, em especial, gostaria de cumprimentar aqui esses 150 ou mais guerreiros que saíram sábado lá de Butiá, saíram lá da Candiota, dos confins do Rio Grande, lá de Hulha Negra, para estar aqui hoje dizendo e mostrando ao Brasil, mostrando ao Governo Federal a necessidade que temos da manutenção daquilo que já temos hoje, dentro da matriz energética, como a ampliação disso.

Estamos cientes. É claro que sabemos que hoje muitas das nossas usinas estão defasadas. Sabemos disso, somos conscientes disso. Mas não é com a exclusão do carvão do Leilão A-5 que vamos resolver esse problema. Pelo contrário; nós trabalhadores entendemos que somos mais de 6,5 mil trabalhadores, somando Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Há uma tabela da Fundação Getúlio Vargas que diz que cada emprego gerado na mineração gera mais 8,32 na cadeia produtiva. Isso significa, Senador Presidente desta Comissão, mais de 50 mil desempregos ou empregos que vamos perder na Região Sul do País com a exclusão do carvão do Leilão A-5, com essa portaria da Aneel que foi editada no dia 11 de agosto. Então, por isso e por tudo isso é que nós trabalhadores enfrentamos 38 horas de viagem para chegar aqui, vamos enfrentar outras 38 para voltar e, se for necessário fazer isso mais uma, duas, três, quatro, quinhentas vezes, vamos fazer, podem ter certeza disso.

Dentro desse período em que vimos trabalhando, vimos buscando, desde 2005, a ampliação do carvão dentro da matriz energética, fomos surpreendidos por essa normativa que foi editada no Diário Oficial, o Aviso de Audiência Pública nº 43 também, que extingue, de certa forma, a Região Sul do Brasil – como a Drª Irani comentou – da matriz energética do País. Porque essa normativa da Audiência Pública nº 43, de 2011, atinge diretamente os trabalhadores de Charqueadas; Jorge Lacerda, em Santa Catarina; São Jerônimo, no Rio Grande do Sul; Presidente Médici; e também Figueira, lá no Paraná. Nós não podemos cruzar os braços e esperar que as coisas aconteçam de certa forma, como vem acontecendo. As regras são ditadas aqui em cima, e os trabalhadores, lá na ponta da cadeia produtiva, é que levam o tiro no ouvido, a bala no pé.

Nós pedimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um momento.

O Senador Requião, que está aqui comigo neste momento, veio dar todo o apoio. Ele tem de presidir duas comissões *(fora do microfone)*, e ele... Se quiser usar a palavra, meu Senador... O Senador Valdir Raupp também está aqui. Ambos, se quiserem usar a palavra... Vieram aqui dar apoio e estão dispostos a ajudar no que for possível.

Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Só quero me desculpar pelo impasse organizacional. Sou titular e tenho presença em quatro comissões neste mesmo momento. Em uma delas, sou o Presidente. Dessa maneira, o Senado da República tem grande dificuldade de funcionamento. Somos 81 Senadores; temos 11 comissões permanentes e 40 subcomissões funcionando simultaneamente. Por isso vocês percebem a presença rarefeita de Senadores neste momento. O Senador Aloizio Mercadante está fazendo uma palestra sobre as medidas que o Governo Federal está tomando em defesa da indústria nacional, a Comissão de Educação se reúne, a Comissão de Reforma Agrária está reunida. Não temos nenhuma condição de ter uma atenção plena aos assuntos que se debatem com essa diversidade sobreposta.

Estamos tentando resolver isso, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos tentando marcar uma audiência com o Ministro Edison Lobão e já posso anunciar para vocês que diversos Senadores se prontificaram se a audiência for marcada.

Sei que chegaram outros Deputados, o Deputado Afonso Hamm está aqui conosco, que é Vice-Presidente da Frente Parlamentar, e chegou também o Deputado Estadual Marcelo Morais. Quem mais? O Deputado Pedro Pereira... De São Lourenço do Sul... O Paulo Pimenta, já anunciamos, está aqui conosco, da CRM, e todos vão fazer uso da palavra.

O nosso querido Senador Valdeci Oliveira. Está escondido? Do Rio Grande do Sul, vai fazer uso da palavra, não escapa.

Também estão aqui... Todos os vereadores vão fazer uso da palavra. Não tenho pressa. Vamos ficar o tempo necessário para marcar a audiência com o nosso Ministro.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp para prestar a sua solidariedade e apoio aos gaúchos, gaúchas, paranaenses e companheiros de Santa Catarina.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Quero cumprimentar o Presidente, Senador Paulo Paim, sempre dedicado às causas do Rio Grande do Sul e do Brasil, cumprimentar os demais membros da Mesa, cumprimentar as Srªs e os Srs. Deputados, Prefeitos, Prefeitas, Vereadores e Vereadoras, e dizer que sou plenamente favorável a este movimento, até porque visitei recentemente Moçambique, dos nossos irmãos africanos que falam português, e a Vale do Rio Doce está lá com um empreendimento monumental para extrair carvão em Moçambique e trazer para o Brasil.

O grande empresário Eike Batista está comprando carvão na Colômbia para gerar energia elétrica aqui no Brasil. Ou seja, vai trazer carvão da Colômbia para gerar energia elétrica nas termoelétricas no Brasil.

Vejam só, como podemos ser contra um projeto como este que se está discutindo aqui, que é para usar o carvão nacional, o carvão do Brasil? Temos mesmo que usar o nosso carvão, o nosso gás para gerar energia elétrica. Se o Brasil tem potencial de extração de carvão, tem potencial de gás para gerar energia elétrica além do nosso potencial hídrico, sou contra a trazer carvão de fora do Brasil, trazer carvão da Nigéria, trazer carvão de Moçambique, trazer carvão da Colômbia para poluir aqui no Brasil. Vamos usar o nosso carvão, o carvão do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina.

Contem com o nosso apoio, com o apoio do PMDB. Sou o Presidente Nacional do PMDB. E ao encerrar, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero aproveitar para vender o meu peixe. O PMDB vai realizar um grande congresso, um fórum nacional na quinta-feira, dia 15, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Quem for do PMDB ou simpatizante do partido, faço o convite para que compareça ao grande fórum que acontecerá das 14 às 18h30 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Depois de amanhã. Dia 15 de setembro, às 14 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me fazer um pedido ao Senador Valdir Raupp antes que ele saia. Vou fazer um pedido. Nós vamos fazer, claro, em nome da Comissão, mas queremos que V. Exª, como Presidente Nacional do PMDB, até com o apelo que fez aos companheiros que puderem para que fiquem aqui até depois de amanhã, e quem sabe entre hoje e amanhã V. Exª consegue – eu também estou trabalhando nesse sentido – de a gente ter uma audiência lá com o Ministro Edison Lobão.

V. Exª nos ajuda nessa empreitada?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Vou colocar minha assessoria, meu gabinete e eu, pessoalmente, para falar com o Ministro do meu Partido, o Ministro Edison Lobão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Entre hoje e amanhã pode ser, não?

Está bem, meu amigo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Volto a palavra para o Oniro.

O SR. ONIRO DA SILVA CAMILO – Está certo. Agradeço as palavras que foram faladas em defesa do carvão pelas duas pessoas que nos antecederam.

Concluindo o que a gente pretendia falar aqui, a nossa região tem o solo mais rico do Estado, dos três Estados, e a nossa vocação na nossa região é mineira e corre o risco de se tornar uma região... O Prefeito Paulo Machado e o Prefeito Miguel podem ser prefeitos de cidades dormitórios se o carvão continuar fora do leilão A-5, se esse documento da Aneel que extingue a CDE, Conta de Desenvolvimento Energético, até 2015 for aprovada, e dessa forma essa região já tão carente de emprego deixará de ter 2.937 empregos diretos no setor extrativo do carvão no nosso Estado, dentro da nossa região. E usando a tabela, mais uma vez, Senador Paulo Paim, da Fundação Getúlio Vargas, 2.937 vezes 8,32, isso chega a chega a 24.436 desempregos dentro da região carbonífera do Baixo Jacuí.

Nós não podemos, mais uma vez, eu digo, nós não podemos, não temos como aceitar e ficar calado diante dessa situação. Temos aqui o Vereador Teixeirinha,nessa luta há décadas, temos o Vereador Dedé, que vem se somando junto com a gente nessa luta em defesa do emprego, em defesa dos trabalhadores, mas o mais importante de tudo foi a união que os trabalhadores do carvão, que os empresários do carvão, que as forças políticas, vereadores, deputados estaduais, federais e o Senador, representado aqui na sua pessoa, conseguimos em defesa do nosso carvão mineral dentro do nosso Estado do Rio Grande do Sul.

É por isto, Senador, que eu acredito, em nome dos trabalhadores aqui presentes, que a gente vai reverter essa realidade, porque a gente não está aqui hoje representando cada um de nós; nós estamos aqui representando três Estados que estão sendo massacrados por essa legislação que partiu do Ministério nessa portaria e também da Aneel, que vem extinguindo o setor mineral.

Era isto que eu tinha a dizer, dizendo aos companheiros que aqui estão: gente, a luta continua, e continuamos firmes aqui porque a gente ainda tem algumas coisas importantes para fazer hoje à tarde.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Pessoal, as coisas aqui funcionam mais rápido que o Presidente da Mesa.

Eu já vou anunciar para vocês que o Dr. Altino, enquanto falávamos aqui, já fez contato com o Ministério. Eu disse que ele podia anunciar, mas ele disse "não, anuncia o senhor". Então vou me dar o direito de anunciar.

Nós estamos todos convocados, e iremos juntos lá, e pode ter certeza, pessoal, de que os três Senadores do Rio Grande estão junto com vocês. Podem bater palmas que são os três. *(Palmas.)*

Não é só o Paim. O Senador Simon e a Senadora Ana Amélia estão juntos e pediram que eu anunciasse isso aqui.

A segunda, para mim, é a notícia mais importante. O Altino me diz aqui que falou com o Ministro Edison Lobão, gente finíssima, e me diz uma frase aqui... Ele me disse no ouvido, mas eu vou dizer para vocês agora. Ele disse: "O Ministério, no meu entendimento, não tem uma posição inflexível. Tudo vai de muito diálogo". Ele disse isto para mim aqui e eu estou dizendo para vocês. A responsabilidade é minha.

Eu não dei a notícia final ainda. Ele fica fazendo tempo e tal. Vocês estão todos convocados... Todos, eu digo, claro que nós vamos montar uma comissão e os Senadores vão acompanhar. Já está marcada uma audiência com o Senador, hoje Ministro, Edison Lobão para o dia 21, às 16 horas. Está confirmada. *(Palmas.)*

É na próxima quarta.

Eu acho que, marcando a audiência, já que ele vai receber... Ele diz que ele está indo em viagem ao exterior. O que está assegurado, e como a portaria não é inflexível, nós temos um período aí para... Eu acho que dá para convocar os Senadores, convocar Deputados... Imagina uma grande delegação lá, com as lideranças da região... Vamos ter que alugar o auditório Nereu Ramos e o Petrônio Portela. Daí ele é que vai ter que vir aqui.

Mas eu queria, conforme havíamos combinado a partir deste momento, passar a palavra para os outros painelistas. O primeiro a falar agora é o Dr. Cesar de Faria, Diretor-Presidente da Copelmi. Será da seguinte forma: o senhor vem à mesa...

Vamos providenciar aqui uma cadeira. Coloca uma cadeira aqui.

Cada um dos nossos convidados vai falar, expressa aqui o seu ponto de vista e retorna ao plenário.

Faço questão, também, de registrar, porque não havia registrado ainda, que está conosco aqui o Sérgio Moraes, nosso amigo, Deputado Federal, companheiro de todas as horas. E também está conosco o Marcelo Moraes. Já registrei. *(Palmas.)*

Você queria uma questão de ordem?

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB – RS) – Na verdade, eu só queria registrar que a bancada gaúcha, e falo em nome de todos, Senador Paim, está, com

certeza, de braços dados apoiando essa causa justa de toda a nossa região, do nosso Estado.

Além disso,quero cumprimentá-lo porque ontem, pela manhã, quando eu ainda estava descansando em minha casa, vi, pela TV Senado, que o senhor já estava ao vivo, trabalhando. Então, quero registrar que o meu Senador – digo isto com muito orgulho –, o meu Senador Paulo Paim é um homem que trabalha muito pelo Rio Grande, e, com certeza, essa causa aqui está em boas mãos tendo o senhor como líder para nos ajudar nessa questão do carvão.

Um abraço e obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço.

Passamos a palavra, neste momento, agradecendo ao Sérgio Moraes as considerações, ao primeiro convidado, que vai fazer o sistema de rodízio vindo do plenário, que é o Sr. Cesar de Faria, Diretor-Presidente da Copelmi Mineração Ltda.

O SR. CESAR WEINSCHENCK DE FARIA – Senador Paulo Paim, agradecemos a oportunidade desta audiência, para onde trazemos a ansiedade, como empresário do setor, Presidente da Copelmi, uma empresa que já trabalha há mais de cem anos nesse setor de carvão no Rio Grande do Sul. É realmente com grande ansiedade que estamos vivendo mais uma dificuldade no setor.

A Drª Irani Medeiros, representante do Governo do Estado, que realmente fez uma brilhante fala, inclusive com emoções pessoais, tanto quando se referiu à sua filha, também dedicada a esse movimento, como quando se referiu à sua história, vinculada, no Município de Butiá, à luta, no local do Município, pela sustentação do carvão.

O Sr. Oniro Camilo, Presidente do Sindicato dos Mineiros, com quem tantos entreveros já tivemos nas nossas negociações, mas sempre na forma do diálogo e na forma de entendimentos parte a parte. Temos tido sucesso e temos concluído harmonicamente os pleitos dos sindicatos dos trabalhadores, que está se empenhando, junto conosco, junto com toda a ala política, nessa luta em benefício do carvão, em favor do carvão, para sua reinclusão nos leilões A–5.

O Dr. Sereno Chaise, uma instituição gaúcha, mais ligado ao setor energético, historicamente já, fora suas atividades políticas, como foi aqui mencionado pelo Senador Paim, hoje preside a CGTEE, uma empresa representante do Governo Federal no Estado do Rio Grande do Sul, passando por seus problemas, como ele aqui já nos relatou, na usina de São Jerônimo e nas dificuldades da Máquina 3 de Candiota, e, brilhantemente, está conseguindo superar cada uma por sua vez.

Nesse sentido é que, tendo ouvido o que o nosso amigo de longa data, representando o Governo Federal, Dr. Altino, que, como disse a Irani, iniciou sua fala assustando os pretendentes a uma boa solução do caso do carvão, terminou com um pouco de alívio, ainda mais agora, conforme esse diálogo que houve com o Ministro já, ele se abrindo e dizendo que com diálogo as coisas podem se resolver. *(Palmas.)*

Segundo entendi do Senador Paim, não é questão fechada a retirada do carvão do leilão A–5. Então, nos deixou com uma esperança grande esse novo encontro marcado.

Com essas primeiras considerações, vou fazer minha contribuição para esta audiência pública mais ou menos repassando o que já foi dito aqui, mas atendendo à formalidade que a audiência requer.

A exclusão do carvão na matriz energética nacional na expansão dos leilões iniciou-se no final de 2010, quando foi aprovado o Plano Decenal 2010/2019. Foi quando, então, o setor percebeu, já pelo que estava estampado nesse Plano, a sua retirada da participação dos leilões a partir de 2015, porque as usinas que iriam entrar em operação até 2014 já haviam sido leiloadas, independentemente de ser nacional ou de carvão importado. A oferta de energia a partir do carvão tinha se limitado até 2014.

Com a divulgação desse Plano, é retirado do planejamento energético toda e qualquer térmica que tivesse emissão de CO_2, nem a gás, nem a carvão.

Esse Plano visava a atender, como foi dito, teve um cunho político muito grande no final dos anos 2009 e 2010... Uma vez, nós estávamos, no País, em disputa eleitoral para a Presidência da República. Tínhamos duas candidatas: uma extremamente ambientalista e a nossa atual Presidente, de outro lado, uma pessoa que já vinha com grande conhecimento na área de energia, especialmente na região Sul, de onde tinha sido Secretária de Governo duas vezes, bastante conhecedora das dificuldades do setor carbonífero e das vantagens do carvão na sua matriz energética, tanto que apoiou, em 2002, no primeiro governo do Presidente Lula, a inclusão do carvão na CDE, lei que foi criada para a sustentabilidade do setor carbonífero.

Então, a partir desse momento, desses compromissos internacionais, é que surgiram, então, essas restrições à participação do carvão na expansão da matriz energética.

O setor, então, começou a se mobilizar, claro – não podia ser diferente –, junto ao Governo do Estado, onde teve todo o apoio do Governador Tarso Genro, e do Vice-Governador, quando a Irani começou a se dedicar, junto conosco, a esse trabalho.

Em seguida, viemos ao Ministro com o apoio da Frente Parlamentar do Carvão, com a liderança do Presidente Delcídio, que é o Presidente da Frente Parlamentar do Carvão, e fizemos uma série de movimentos até o mês de junho, quando é publicada uma nova audiência pública para aprovação do Plano 2020, que está em audiência pública.

Esse Plano, novamente, repetiu a não inclusão do carvão na sua expansão a partir de 2015. Essa audiência pública continua em aberto, não está relatada, o setor e diversas instituições independentes se posicionaram contra essa inclusão... E aí tem, Altino, um ponto muito importante: independentemente de estar concluída a audiência pública de aprovação do Plano 2020, foi publicada a convocação do leilão do A-5 para dezembro, sem atentar para as contribuições apresentadas durante a audiência pública ainda aberta. Então, houve uma tempestividade da exclusão do carvão na matriz energética desse leilão de dezembro, porque não está encerrada a audiência pública do plano em avaliação.

O que o setor está entendendo? Temos hoje, como foi dito, 2.400 MW de energia pronta e aprovada, totalmente atualizados tanto o abastecedor, as minas de carvão como as usinas, totalmente licenciados por quem deve licenciar. Só existe uma autoridade capaz de licenciar, que é a Fepam. Não existe regulamento publicado e oficializado de fiscalização para emissão de CO_2. Apesar de existir o decreto, não existe autoridade ambiental capacitada e não existe regra de medição de emissões do CO_2. Então, é uma legislação de controle ambiental que está sendo aplicada por uma empresa de planejamento energético que não tem nada a se meter nesse negócio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Então, está conduzindo a formação da matriz energética uma empresa de planejamento que não faz parte do Executivo. É uma empresa independente, que faz planejamento; é formada de engenheiros e técnicos; e não tem vinculação política, tanto que os secretários de energia de todo o País têm solicitado maior abertura e participação dos secretários de energia do País inteiro na formação dos planos energéticos brasileiros, para que não sejam uma coisa feita a quatro paredes só no planejamento do nível técnico. *(Palmas.)*

É claro que, para poder chegar aqui habilitado para poder contribuir com o Senador Paim nesse movimento em que ele está querendo ouvir todos para chegar às suas conclusões, nós nos dirigimos ao Presidente da EPE, há quinze dias, para debater com ele, num diálogo franco e aberto, de que maneira poderíamos buscar uma solução conjunta para viabilizar a entrada do carvão na matriz energética. Ele se referiu a dez mil e um motivos para não entrar e eu disse: "Mas, meu caro Tolmasquim, não viemos aqui para saber como não entrar, mas, sim, como entrar". *(Palmas.)*

Estamos dispostos a investir, estamos investindo, estamos procurando gaseificação de carvão para minorar as emissões e tudo mais. Agora, queremos a cooperação do Governo conosco, porque, afinal de contas, nós que somos empresários do setor estamos explorando um recurso que é da União. Nós somos concessionados pela União, que é a proprietária do subsolo brasileiro, para explorar um bem da União, com determinadas regras e obrigações a cumprir, dentro das legislações vigentes. Então, eu sobrevivo e posso estar ativo na minha condição de empresário, atendendo às exigências da concessão que o Governo me meu, se eu tiver condições comerciais para seguir em frente com meu negócio e disposto a investir e a correr risco. Agora, eu não posso estar ausente da expansão e, ao mesmo tempo, fazer investimento para buscar a solução tecnológica. Então, já que é uma empresa de planejamento energético do Governo, vem conosco – nós, empresários – compartilhar os investimentos da busca da tecnologia que o mundo inteiro está procurando. *(Palmas.)*

Qual é a criança que fica isolada de um colégio e, ao crescer, dizem: "pode voltar agora, já sabe falar, já cresceu"? Meu amigo, se você me tira do mercado, porque eu não sou conveniente neste momento, se você me chamar depois, eu estou morto. Eu tenho de estar junto na evolução. *(Palmas.)*

Então, eu entendo a posição do Altino como planejador, mas tem de olhar o lado da verdade empresarial. Não: "Eu não quero você agora, quero você daqui a cinco anos, quando o mundo descobrir como vai controlar o CO_2". E sim: "Não, fique conosco, porque vamos descobrir juntos. Eu posso te usar menos um pouco, mas, se você estiver mais eficiente, eu vou te usar mais". Vamos juntos buscar a solução. Dizer "não" é muito fácil. Saber como vamos resolver o problema juntos é inteligência e habilidade do Governo e dos empresários dispostos a investir e a correr riscos, como estamos.

Eu acho importante comentar também o que já foi passado rapidamente aqui. Em diversos e diversos encontros discutindo o setor elétrico, tem havido uma discussão entre o operador, que é quem recebe o pepino dia a dia, hora a hora, para manter o Brasil ligado energeticamente, e o planejador, que fez o planejamento dentro do escritório. Há as dificuldades para manter o sistema elétrico operacional 24 horas por dia. Tudo bem. Temos de buscar a modicidade tarifária, mas não a qualquer risco. Muito bem. A hidráulica é barata? É

barata. A hidráulica a fio d'água é barata? É barata. Mas é muito mais arriscada que uma hidráulica que tinha, no passado, reservatórios acumuladores, que acumulavam quatro, seis anos de reservatórios. Hoje, são a fio d'água: choveu, tem energia; não choveu, não tem energia. Então, quanto mais hidráulicas fio d'água tiver, mais térmica tem de ter para apoiar. Não pode se considerar o apoio de uma eólica, porque não se sabe se vai estar ventando ou não naquele momento. Cada vez mais que o sistema elétrico está fazendo elétricas a fio d'água, mais térmicas, proporcionalmente, têm de ter. Antigamente, tinham reservatórios hidráulicos que acumulavam água; hoje, não tem mais reservatório acumulando água. Eram plurianuais; hoje, são plurimensais. A necessidade da térmica é cada vez maior.

Tudo bem: têm térmicas a gás e térmicas a carvão. Nunca é dito que o carvão emite mais que o gás: sim, na hora da queima, mas o gás emite muito mais na hora da produção, porque ele emite metano. Quando ele está sendo produzido, ele emite metano, que é quatro vezes mais poluente que o CO_2 obtido na queima. *(Palmas.)*

Isso não é contabilizado quando se fala sobre a questão da emissão das duas fontes térmicas que são necessárias na matriz.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Senador, então, em relação a essa questão do ONS, o Diretor-Geral da ONS, Dr. Hermes Chipp, tem sempre colocado a necessidade da expansão térmica a carvão no sul do País, porque, como já foi dito aqui, o Estado importa 65% da sua energia. Isso talvez pudesse ser resolvido por transmissão, mas a transmissão não dá o equilíbrio de que o sistema necessita. Podia substituir esses 65% por importação, mas, se não tem a geração no ponto, no extremo sul da ligação do sistema interligado, que é na ponta de Candiota ou na ponta da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, é quase que visualmente entendível: não tendo geração na parte sul, o sistema fica desequilibrado. Então, mais uma vez, uma discussão já existiu entre a ONS e a EPE sobre a efetiva necessidade – o Altino pode, depois, opinar sobre isto – de um equilíbrio mais estável, tendo geração na ponta sul do sistema. Para gerar na ponta sul do sistema, o que se tem é o carvão mineral. Eu não estou falando em leilão regional, não; é a geração regional pelo carvão, competindo num leilão nacional, mostrando que ele é competitivo nacionalmente e não regionalmente. A questão regional é do lado técnico de ter o suporte na ponta do sistema.

Mas, Senador Paim, infelizmente ou felizmente, o carvão tem tido fôlego e resistência para suportar diversas dificuldades. Agora, surgiu mais uma dificuldade, que já foi comentada pela Drª Irani, que é o movimento da Aneel de uma revisão da conta de desenvolvimento energético, que é uma conta que sustenta, em parte, o setor carbonífero, como já foi dito aqui. Pela idade das térmicas de que o Brasil dispõe, elas são, de certa maneira, como foi dito, as usinas de São Jerônimo, com bastante idade, cuja eficiência, então, deixa a desejar. A Aneel, então, instalou uma audiência pública novamente agora para discutir a aplicabilidade da CDE no setor carbonífero, em que penaliza os geradores que utilizam o carvão nacional e irá penalizar a indústria carbonífera. Seriamente, eu estou muito assustado, como empresário do setor, com as consequências dessa audiência pública que está em curso. Vai ter uma audiência ao vivo no dia 30 deste mês. Existe uma portaria pronta que é realmente definitiva para a sobrevida do carvão. Esse nosso movimento hoje aqui de luta pela questão A-5 é importante, como é importante também a vinda dessa mobilização toda também para mostrar a necessidade de uma atenção da Aneel na implementação com pouco exame e com pouca consequência do que é proposto nessa revisão que ela está pensando em aplicar a partir de janeiro de 2012. Então, isso também deve ser referido aqui, nesta audiência pública, porque não estamos pegos só por um lado; estamos pegos na expansão no futuro e com perigo de ser pegos de calça curta no dia de hoje, diante do que está sendo colocado pela Aneel. *(Palmas.)*

Eu queria agradecer esta oportunidade, Senador Paim. Felicidades nas suas conclusões, que eu sei que serão corretas e equilibradas, como o senhor sempre tem sido em suas decisões e atitudes. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sou eu que agradeço, Dr. Cesar Faria, Diretor da Copelmi, pela sua fala, com muita tranquilidade e muita precisão.

O Senador Paulo Bauer, como têm feito outros Senadores, está aqui dando um apoio e poderá, neste momento, dar a sua saudação. Depois, pediram já para também falar rapidamente os Deputados Paulo Pimenta e o Edinho Bez.

O Senador Paulo Bauer, por favor, para sua saudação.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Exª e os demais componentes da mesa, bem como saúdo a todos os participantes deste evento, desta reunião, que, sem dúvida, é de grande importância para o setor do carvão mineral no Brasil e também para o setor energético no Brasil.

De longa data, venho participando da discussão e do debate a respeito do aproveitamento do carvão mineral, uma vez que, ainda em Santa Catarina, como Vice-Governador do Estado, eu tive oportunidade de criar e presidir um grupo executivo de energia elétrica, que cuidava da política energética do Estado. Como todos sabem, Santa Catarina, nos últimos anos, foi um Estado beneficiado com grandes investimentos, tanto da iniciativa privada quanto de empresas estatais, na geração de energia elétrica a partir da utilização dos nossos recursos hídricos e também dos nossos recursos naturais, principalmente através da implantação de geradores de energia eólica. Mas, de longa data, Sr. Senador Paulo Paim, temos lutado, e lutado com a parceria, com o trabalho principalmente do Sindicato das Indústrias de Extração de Carvão, aqui representadas pelo Fernando Zancan, e com a participação de toda classe política, principalmente do sul de Santa Catarina, aqui representada pelo Deputado Edinho Bez, que é nosso Deputado Federal e Coordenador da Frente Parlamentar Catarinense, e de toda a sociedade catarinense, principalmente nossa Assembleia Legislativa, para viabilizar investimentos, financiamentos e, principalmente, condições para que a iniciativa privada possa investir na geração de energia, na construção de termoelétricas.

Infelizmente, ao longo do tempo, temos visto pouca vontade política no âmbito do Governo em priorizar essas questões. Discute-se muito, trata-se do assunto, mas devo dizer a todos os presentes, sem nenhuma ressalva e sem nenhum cuidado, que não importam qual o Governo e qual a ideologia estão no comando, a dificuldade sempre existe, porque se ouvem, muitas vezes, aquelas vozes que são as que defendem alguma coisa, embora não estejam defendendo o emprego, o crescimento econômico, o aproveitamento da riqueza nacional, a inteligência brasileira e não estejam defendendo nem valorizando o risco que empresários brasileiros estão dispostos a correr em benefício do País, fazendo investimentos importantes para um setor da economia que não pode parar, que é o setor de geração de energia.

Nós sabemos que existem questões ecológicas que precisam ser observadas, mas, mundo afora, nós sabemos que o carvão mineral tem sido utilizado em escala cada vez maior, até porque ele, efetivamente, é uma reserva energética valiosa que pode e deve ser aproveitada e que traz benefícios muito maiores que eventualmente esse ou aquele prejuízo de pequena expressão na área do meio ambiente. *(Palmas.)*

O que mais me assusta – eu tenho dito isto por reiteradas vezes – é que o Brasil tem essas manias de falar de coisas que agradam a outros países e se esquece de aproveitar aquilo que é seu próprio patrimônio. *(Palmas.)*

Se, no mundo, outros pensam e querem falar em preservação ambiental, primeiro, eles deveriam olhar para o seu próprio umbigo e ver o que eles já fizeram de danos ao mundo. *(Palmas.)*

Portanto, quero cumprimentar o nosso Presidente pela iniciativa desta reunião. Quero cumprimentar a todos os representantes do setor, principalmente os trabalhadores do setor que aqui se fazem presentes e dizer que esta não pode ser uma luta que se deva desenvolver politicamente, partidariamente apenas no âmbito do Governo; é preciso desenvolvê-la no âmbito dos Municípios interessados e dos Estados interessados. Vejo aqui Prefeitos presentes e saúdo a todos. É preciso principalmente chamar essas grandes instituições, a federação disso, a federação daquilo, mais aquele outro. Enfim, a própria mídia precisa ser informada melhor a respeito de que o benefício da utilização do carvão é muito maior do que eles podem imaginar e que os prejuízos são muito menores, principalmente na questão ambiental, do que se propaga por aí.

Vamos trabalhar muito. Temos disposição para isso. Temos a Frente Parlamentar do Carvão, presidida pelo Senador Delcídio Gomes do Amaral, e muitos Senadores e Deputados a integram. Com certeza, nós, catarinenses e gaúchos, que já tivemos a ousadia de dizer ao Brasil que, se o Brasil não nos ajudasse, não nos entendesse, não nos compreendesse, nós faríamos diferente, temos de dizer ao Brasil agora que o carvão é nosso e está à disposição do País. Muito obrigado. *(Palmas.)*

Devo pedir licença, porque muitos nem acreditam, mas, numa manhã como hoje, um Senador tem de participar de quatro reuniões simultaneamente. Para dispensar o Paulo Paim, para que ele fique aqui o tempo todo, nós temos de nos revezar. Um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra, de imediato, para o Paulo Pimenta, que me pediu, mas me permita só, Paulo, que, primeiro, eu diga a todos que os Senadores de Santa Catarina, Paulo Bauer, Casildo Maldaner e Luiz Henrique, mandaram avisar que todos estão apoiando esse movimento. *(Palmas.)*

Os Senadores do Paraná, Roberto Requião, Sérgio Souza e Alvaro Dias, também mandaram dizer que estão apoiando o movimento. *(Palmas.)*

Eu já havia dito a respeito dos do Rio Grande do Sul, Ana Amélia, Pedro Simon e um tal de Paulo Paim, que também está apoiando. *(Palmas.)*

Por favor, Deputado Federal Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Senador Paulo Paim, eu quero ser bastante breve e agradecer a gentileza de ter permitido que eu pudesse usar a palavra agora, em função desse problema das agendas. Eu, como Coordenador da Bancada gaúcha, também tenho uma série de agendas agora de manhã.

Quero saudar rapidamente aqui o Dr. Sereno, o Dr. Altino, Irani e, na pessoa deles, os que já ocuparam a Mesa; meu querido amigo Folador e, na pessoa dele, todos os prefeitos, vereadores, todo mundo que veio do Rio Grande, de Santa Catarina, junto, Folador, nosso Prefeito. Saúdo aqui o Edinho e, na pessoa dele, os demais Parlamentares, e o Afonso, da Frente Parlamentar.

Eu quero ser bastante breve, Senador Paim.

Eu tenho acompanhado também, nesse último período, inúmeras reuniões, praticamente todas as iniciativas, Dr. Altino, que têm acontecido em torno desse debate. Tive a oportunidade, assim como o Oniro também teve, o Afonso, de ter um rápido contato com a Presidente Dilma na abertura da Expointer, quando entregamos a ela um documento que ela assumiu conosco o compromisso de analisar, além de nos dar um retorno. Portanto, eu estou ainda no aguardo do compromisso assumido pela Presidente sobre esse assunto.

Agora, Senador Paim, a minha preocupação é que nós precisamos transformar esse apoio que nós temos, esse apoio político, esse compromisso, em alguma medida de natureza objetiva e concreta. O tempo começa a passar, e eu estou convencido, Senador Paim, de que, por trás desse debate, não há nada de técnico. A discussão técnica, na realidade, é um argumento para justificar os interesses econômicos que estão por trás dessa decisão. Os argumentos técnicos já apresentados são mais do que suficientes e poderiam justificar outra posição por parte do Ministério e da própria empresa de planejamento energético.

Para mim, a questão é bastante simples. O Brasil assinou esse Protocolo de Copenhague, comprometeu-se numa redução da emissão de CO_2 e precisa apresentar um plano para isso. Pegou todos os setores da economia e começou a discutir com um a um. Indústria automobilística: vai duplicar, nos próximos 20 anos, a emissão de CO_2; petróleo: em função do pré-sal vai aumentar; siderúrgica que queima carvão vegetal: vai aumentar. Então, nesses três nós não podemos mexer. Esses três vão aumentar. Como é que nós vamos fazer para diminuir, então? Ah, vamos diminuir o desmatamento – uma meta de diminuição do desmatamento –, vamos reduzir o avanço no Pantanal da pecuária, vamos controlar um pouco mais as queimadas do Centro-Oeste. Calcularam. Não é o suficiente para compensar o que nós vamos ter que aumentar para os carros, para a indústria siderúrgica e para a questão do pré-sal e do petróleo. Olharam – Tolmasquin, juntamente com a equipe dele: "Aqui, carvão. Meia dúzia de cidades lá do Rio Grande do Sul, mais uma cidade em Santa Catarina. Não há muita repercussão. Já os deixamos de fora de dois leilões A-5. É aqui que nós vamos cortar. Pronto. Tira fora". Foi isso que aconteceu, Senador. Foi isso que aconteceu. *(Palmas.)*

É uma decisão política. É uma decisão política. Para não brigar com a indústria automobilística, para não brigar com os Gerdaus da vida, com a siderurgia, para não brigar com a Petrobras, tinham que brigar com alguém. Escolheram brigar conosco. Então, essa decisão é uma decisão política. E nós precisamos traduzir essa nossa compreensão em alguma atitude que revele, de maneira transparente e aguda, o nosso posicionamento.

Nós teremos reunião junto com o Edinho. Amanhã, Edinho, nós teremos uma reunião da Bancada gaúcha, e quero convidar a Bancada de Santa Catarina para estar junto – amanhã, à tarde – com todo esse pessoal que está aí.

Eu acho que nós temos que tomar uma decisão: Bancada do Rio Grande do Sul, Bancada de Santa Catarina, juntamente com as representações do Senado.

Na semana passada, quando foi votar o Pronatec, chegou uma hora em que o pessoal do Nordeste disse assim: "Não. Se não nos derem 30% das vagas do Pronatec, nós não vamos votar o projeto". E aí parou a sessão. Deram os 30% para o Nordeste, senão eles não votavam. Na hora, a Bancada do Nordeste travou a sessão.

Então, eu acho que nós tínhamos que escolher talvez um ou dois temas que, de alguma forma, nós possamos influenciar... *(Palmas.)* ... de alguma forma, nós possamos influenciar na decisão. E aí temos que criar problema, porque, se não criarmos problemas, ninguém vai nos ouvir. Então, nós temos, Folador...

O SR. LUIZ CARLOS FOLADOR (PT – RS) – Quem sabe na votação do Orçamento do Ministério...

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Isso aí vai demorar muito, Folador. Tem que ser uma coisa para já. Nós temos que discutir amanhã – Bancada gaúcha, Bancada de Santa Catarina e Senado –, escolher, Senador, um ou dois temas, criar uma espécie de obstrução das Bancadas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e dizer o seguinte: "Enquanto nós não formos recebidos... *(Palmas.)*

E eu vou com muita boa vontade à reunião com o Ministro Lobão, mas vou dizer para o senhor o seguinte: as últimas reuniões que nós tivemos com ele foram um desastre.

Então, eu acho que, enquanto nós não obtivermos uma resposta definitiva por parte do Palácio do Planalto, uma agenda de peso, nós teremos que criar uma espécie de obstrução coletiva das Bancadas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na Câmara e no Senado e dizer o seguinte: "Olha, nós estamos em obstrução. Não vamos votar mais nada, vamos trancar a pauta e vamos dificultar tudo aqui enquanto não nos receberem para nos dar uma resposta sobre esse assunto". *(Palmas.)*

Eu vou ter que pedir licença, mas, amanhã, nós realizaremos uma reunião e teremos tempo para construir várias iniciativas até amanhã. O senhor também vai estar conosco, Senador da Bancada gaúcha. Eu acho que a gente pode amadurecer essa ideia e definir uma estratégia conjunta para o próximo período.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A que horas será a reunião?

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Amanhã, às 18 horas. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estarei lá.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Um abraço ao Senador e a todos os senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo Pimenta, que, de forma objetiva, apresentou uma proposta que as três bancadas deverão discutir amanhã, mas posso dizer, de antemão, que sou parceiro. *(Palmas.)*

Eu gosto desse tipo de proposta.

Deixem-me passar a palavra agora... Pediu o Edinho e, em seguida, pediu o Afonso.

O Deputado Federal Edinho Bez, com a palavra e, em seguida, o Deputado Federal Afonso Hamm.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Cumprimentando nosso Senador e amigo Paulo Paim e objetivando aqui ganharmos tempo para não sermos repetitivos, espero que todos se sintam cumprimentados e saudados, em especial os mineiros e aqueles que vieram aqui prestigiar esta audiência pública, numa demonstração de que nós estamos sabendo o que queremos. Isso é muito importante.

Primeiro, meu caro Senador, meus colegas aqui presentes e todos aqui prestigiando, nós sabemos muito bem o que nós pretendemos, e vai ser rápido daqui para frente.

Nós nos reunimos já muitas vezes e, no último dia 5 de agosto, em Florianópolis, meu Estado, nós recriamos o Fórum Parlamentar Sul Brasileiro, juntando Senadores e Deputados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, para discutir as questões de interesse comum dos três Estados e, obviamente, de interesse do País e incluímos, na pauta daquela reunião importante e histórica, a discussão também do carvão mineral e a participação nos leilões de energia nova A-5, assunto tantas vezes já repetido por nós aqui, que é o que nós mais queremos nesse primeiro momento, porque nós viremos contra as medicações depois.

Se tivéssemos tempo para falar do histórico e do argumento do Governo – nós somos da Base do Governo –, principalmente do Ministério de Minas e Energia sobre a diminuição da poluição, do CO_2, etc., nenhum nos convenceria, porque o mapa apresentado pelo Fernando Zancan e por outros técnicos, com dados convincentes – e nós não somos crianças para estar duvidando, até porque sabemos –, não convence. Como o Senador Paulo Bauer falou agora aqui, há uma mania que muitos brasileiros e os governos têm de querer agradar o exterior, apesar de eles terem um déficit ambiental muito maior. Deveriam ter vergonha de reivindicar isso para nós, porque nós temos um saldo positivo pela nossa extensão territorial, pelas matas, águas, enfim.

Então, o que nós precisamos, agora, para resumir a nossa conversa, é de uma ação mais contundente.

Eu quero parabenizar o Rio Grande do Sul, porque eu me preparei desde o dia 5 de agosto, e cumprimentar o Paulo Pimenta – nós estamos trabalhando a quatro mãos aqui, defendendo essa questão do carvão. Mas o que se comentou em Florianópolis, o que se comentou depois, meu amigo Paulo Paim – nós fomos Deputados juntos – era que somente Santa Catarina que estava realmente brigando para valer, e houve uma mudança de comportamento dos gaúchos a partir daquele momento. Quero cumprimentar aqui o Luiz Carlos Folador, nosso Prefeito, que é um guerreiro nessa causa *(Palmas.)*

Hoje, as coisas mudaram. Eu confesso que nós temos que brigar e lutar, mas eu não tenho a menor dúvida de que nós vamos resolver. *(Palmas.)*

Ontem de manhã, eu participei de uma reunião na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e depois almoçamos com o Governador Tarso Genro. Obviamente, eu não perdi a oportunidade de cobrar dele a questão do carvão. Nós não estamos duvidando, mas o Governador do Rio Grande do Sul precisa ser mais contundente. Eu disse isso ontem ao Beto Albuquerque. O Beto, obviamente, defendeu o Governador, mas o que eu disse é mais para mexer, para chamar a atenção. Só está dependendo de unir as forças ainda mais do que estamos unidos.

Mas esta é uma boa notícia, Paim, de que, no dia 21, às 16 horas, teremos novamente uma reunião com o Ministro de Minas e Energia. Eu tenho convicção de vai haver um avanço extraordinário em termos de solução, porque o problema é mínimo, é vontade política.

E aí eu quero comungar – nós já conversamos sobre isto e estamos juntos nessa guerra –, para encerrar a minha fala aqui e dar oportunidade para todos, com a ideia de que, se falta decisão política, a saída é nós, Senadores e Deputados, pararmos o Congresso, se necessário for.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Paulo Paim, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, pois não. Tranquilo.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Eu não quero cometer uma injustiça aqui com o Deputado Manoel Mota, Deputado Estadual. Ele é Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Carvão da Assembleia Legislativa. E temos aqui também o Deputado Valdeci, que é o Presidente Estadual da Frente Parlamentar do Carvão no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ambos vão usar a palavra depois.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – E o Deputado Comin, nosso amigo, Presidente da Frente, que não pôde comparecer, mas o Vice-Presidente, Deputado Manoel Mota, está aqui representando.

Queria apenas fazer esse registro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Parabéns pelas posições.

Olha, pessoal, eu sou daqueles também que são otimistas. Acho até bom que essa reunião com o Ministro tenha ficado para o dia 21. Para mim, isso até é bom para nós acertarmos, para estarmos lá com nossos nove Senadores. Não é assim. Cada um tem as suas agendas. Uns estão viajando, outros estão aí. Não adianta nós forçarmos a barra e querermos que o Ministro pegue um avião e venha para cá, porque não vai vir. Então, nós temos que ser pragmáticos.

Que bom que será no dia 21 e que bom que a gente vai lá para buscar uma solução. Pelo que percebi neste plenário e pelo que percebi que ocorrerá na reunião de amanhã, em que estarão as três bancadas, se nós botarmos lá uns 50 Deputados e os nove Senadores, eu acho que ajuda, não é? Eu acho que ajuda. Eu acho que ajuda. *(Palmas.)*

E nós vamos lá para buscar a solução. Sabemos que, como aquilo que foi colocado pelos Deputados que me antecederam, essa é uma proposta real, porque – eu não vou dizer o nome – há até projeto aí de Parlamentares – eu vou usar o termo parlamentar, não vou dizer nem que é Senador nem Deputado – do Norte, do Nordeste, proibindo o uso de carvão para efeito do uso de energia, em todas as hipóteses. Se eles se dão o direito de fazer isso, nós também vamos nos dar o direito de dizer: "Tudo bem, vocês querem trazer prejuízo para o Rio Grande? Não votamos nada também de interesse de vocês ou seja de quem for!" Nós nos damos esse direito, ora! (*Palmas.*)

Só para dizer que já está presente conosco o Deputado Nelson Marchezan Junior. Cadê o Deputado Federal Nelson Marcheza Junior? Está aqui? Está aqui e vai fazer uso da palavra também no momento adequado.

Agora, a palavra, como havíamos combinado, é do Deputado Federal Afonso Hamm.

Afonso Hamm, com a palavra.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Eu queria saudar primeiro... dizer que as consequências e a abertura do espaço que nós estamos tendo, inclusive aqui, no Senado, são decorrência de uma mobilização, uma mobilização que se iniciou em três momentos. A gente tem de fazer essa memória e valorizar, porque só através da mobilização é que a gente passa a ter a oportunidade de ser ouvido – e certamente seremos atendidos. Mas ela se deu pelo movimento e pela mobilização de todos! (*Palmas.*)

E esta audiência, Senador Paim, que o senhor propiciou, em primeiro lugar, puxando a liderança no Senado, naturalmente com o compartilhamento dos nossos Senadores do Rio Grande do Sul – da Ana Amélia, a quem dei um telefonema, pedindo-lhe que, se puder, se faça presente aqui – e, fundamentalmente, porque o senhor acredita na causa e está imbuído na causa.

Ao transcorrer... E nós não ouvimos ainda todas as lideranças. Nós não ouvimos ainda as entidades e as representações, mas, até o adiantado, até este momento, o que já encaminhamos já nos dá uma diretriz importante.

Eu queria também dar um testemunho importante: nós tivemos de nos virar da sala para a cozinha, para conseguir chegar à Presidenta Dilma. E aí quero fazer um relato, que é importante. Num primeiro momento, a gente sabe que é difícil falar com a autoridade maior do País, mas também soubemos e sabemos da responsabilidade dela, da consciência e, mais do que isso, do conhecimento profundo que ela tem do setor, da causa. E eu não ouvi a fala da Irani, mas aqui me foi dito que tu tocaste e calaste no coração das pessoas, porque não têm dignidade aqueles que não defendem os seus. E nós estamos defendendo o que é nosso, defendendo os empregos, a história, a geração de energia e garantindo o legado futuro, que passa pela garantia da energia e pelo uso do carvão! (*Palmas.*)

Quero dizer que, para entregar esse documento na mão da Presidenta foi difícil. E eu queria cumprimentar, Senador Paim, a liderança do Oniro Camilo, porque não conseguimos nem entrar. Alguns prefeitos, o Prefeito Miguel, o Prefeito Folador não conseguiram entrar lá, com as autoridades, naquele dia, em Esteio. Foi difícil, faz parte da segurança. Mas nós conseguimos – o nosso Presidente da CRM, eu também queria destacar todos os que estão mobilizados –, entregamos um documento, falamos com a assessoria da Presidenta, mas não ficamos satisfeitos.

Aí eu quero dizer que ela nos autorizou e que, inclusive, coloquei nos informativos – o Presidente Sereno; o Schnor, que está aqui; a CRM, que está aqui, o Carlos; o Cesar; todos os que estão presentes, mas, fundamentalmente, os mineiros. O nosso Presidente Oniro Camilo também estava inquieto, a exemplo do Teixeirinha se estivesse ali, se pudesse estar ali, se o Dedé pudesse estar ali nas tribunas, nós faríamos a mesma coisa: nós interrompemos a Presidenta ao final daquela sessão e lhe entregamos esse documento, que é o pedido de audiência com ela. Talvez, com o Ministério, com a mobilização, possa até não ser necessário nós chegarmos lá, mas sabemos que a decisão final da nossa Presidenta é determinante.

Eu disse a ela que nós não estávamos ali para constrangê-la, mas para defender o que nos cabe defender no momento lá: a questão do carvão e a dignidade, os empregos e as oportunidades.

E a Presidenta foi dura no primeiro momento, dizendo que seria difícil nos conceder uma audiência, até porque junto às bancadas já havia essa manifestação da dificuldade de uma audiência, bancada gaúcha, Deputado Paim e Deputado Edinho Bez.

Eu queria comentar a importância da mobilização dessas duas bancadas na força que estamos obtendo. E estou aqui falando como Frente Parlamentar do Carvão Mineral, cujo Presidente é um Senador, o Senador Delcídio.

Falava agora com Fernando Zancan. Ele não está aqui no Senado, não está em Brasília, por isso nós estamos aqui, representando-o.

Esse documento que nós protocolamos em Brasília, eu fiz questão, e nós fizemos, junto com Oniro a entrega, eu queria fazer um relato de que a Presidenta foi dura no primeiro momento, em questão de audiência. E ela viaja para o exterior.

Nós temos a questão de prazo que aqui foi levantada, porque as empresas teriam que se habilitar até o dia 20 de setembro. A nossa audiência vai ser no dia 21, mas como se fala e é possível criar um espaço de flexibilização, a gente entende esse trâmite. Mas, se possível, precisamos, antes desse período, de uma posição.

Depois ela disse que não queria e não estaria disponível para uma audiência. Nós lhe dissemos que seria importante que ela nos recebesse, mesmo que fosse depois da viagem. Sabem por quê? Porque nós queremos uma política para o setor, nós queremos uma política de médio e de longo prazo. *(Palmas.)*

Eu tive a oportunidade de dizer a ela que não ter política é desativar parte do que existe, é desempregar e desacomodar o pouco que nós temos e não dar oportunidade ao potencial futuro. Nesse sentido muitos aqui já tiveram oportunidade de se posicionar.

Eu queria dizer que ela nos autorizou naquele dia... Isso é importante, porque ela disse que após a viagem, até porque nós estávamos indo para um movimento a exemplo do de Candiota, a exemplo do de Criciúma, mas esse movimento lá em Minas do Leão trancou a BR por sete quilômetros, até para quem não estava lá. E eu cheguei, porque estava me deslocando nesse tempo, estávamos em audiência com ela, e já estava havendo o nosso evento. Eu tive que andar pela contramão por mais de quatro quilômetros naquele momento, para poder chegar ao ato, para compartilhar com os nossos Deputados Valdeci e Pedro Pereira, que estavam lá, e as demais autoridades.

Mas eu quero dizer o seguinte... E pedir a autorização dela como um Deputado que defende, mas ali falando como Frente Parlamentar em Defesa do Carvão, em nome da Frente. Nós estávamos ali, Deputado, e eu estava autorizado. Nós estávamos, portanto, habilitados. E ela nos disse: sim, pode dizer lá que eu vou recebê-los.

Senador Paim, é importante que fique registrado que existe esse compromisso, na presença inclusive do nosso presidente dos mineiros.

Eu queria frisar que a Presidenta disse que após a viagem ela nos receberá. Eu pedi autorização e disse isso no movimento onde havia milhares de pessoas, inclusive com a presença de outros parlamentares. Não vou, até pelo tempo aqui, enumerar todos. O Pimenta estava lá conosco também. Valdeci e Pedro Pereira foram os que eu visualizei.

Então queria dizer que nós estamos com a cópia desse pedido de audiência. Há esse encaminhamento, mas há uma sucessão de uma estratégia que está sendo desenhada aqui, através desta bela audiência.

Tenho certeza de que a reunião de amanhã com as bancadas, essas mobilizações, as proposições que estão sendo feitas aqui, elas nos levam na diretriz de viabilizar.

E ao Secretário Altino, eu queria comentar a importância de você estar aqui conosco para observar

a dimensão política, a dimensão econômica e quero falar da dimensão social, do quanto isso é importante. E muitos aqui vão relatar.

Uma saudação. Parabéns, Senador Paim, pela oportunidade. Esta audiência vai nos encaminhar a um processo de solução, que é a valorização, o respeito e a oportunidade para o carvão mineral do nosso Estado, Santa Catarina, e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Federal Afonso, já havia chegado à Mesa também essa questão do dia 20 de setembro.

Diante disso, nós não vamos desmarcar a do dia 21 de setembro, porque o Ministro... Nós não vamos desmarcar a do dia 21 de setembro. Eu fiz contato com a assessoria do Ministro, que já ia receber uma delegação de gaúchos e gaúchas amanhã, às quatro e meia. E o Ministro disse que não há problema algum se a gente ampliar para que Senadores e Deputados estejam lá, às 16 horas, amanhã.*(Palmas)* Vamos estar lá amanhã.

O seguro morreu de velho. Então, por segurança, nós também estaremos lá às 16 horas, porque o Ministro tem que viajar às cinco. Fica uma audiência muito rápida, mas vamos convocar os Senadores e os Deputados que puderem amanhã. É para se iniciar às 16h30. Nós estaremos lá às 16 horas, sem prejuízo da agenda do dia 21. Ok?

Falaram diversos Parlamentares. Nós vamos seguir a nossa lista de inscritos.

Nesse momento falará o Sr. Ricardo Lessa, Gerente de Desenvolvimento de Projetos, representando o Diretor Presidente da MPX Energia.

Está aí o Sr. Ricardo?

Está aqui também o Deputado Estadual Heitor Schultz e o Deputado Federal Nelson Marchezan. Uma salva de palmas para os dois, o Heitor e o Marchezan. *(Palmas.)*

Com a palavra, Ricardo Lessa.

Depois vou intercalar: fala um convidado e um Deputado.

O SR. RICARDO LESSA – Bom dia a todos os presentes.

Exmº Sr. Senador Paulo Paim, por intermédio de quem cumprimento os demais membros da Mesa e as demais pessoas no plenário.

Eu venho representar a MPX Energia, empresa do Grupo OEBX, genuinamente brasileiro, do empresário Eike Batista.

Vale só fazer um esclarecimento, Presidente.

Até 2009, quando ocorreram os leilões, a MPX estava em fase de licenciamento no Rio Grande do Sul. Então nós não teríamos como participar do Leilão A-5 com as térmicas do Rio Grande do Sul.

Hoje a MPX se dispõe a investir cerca de R$6 bilhões na metade sul, onde duas termelétricas a carvão nacional estão licenciadas pelo órgão federal Ibama, cumprindo todas as exigências que são bem restritas para a produção de energia. *(Palmas.)*

São duas termoelétricas que totalizam 1.327 megawatts de energia, criando assim um centro de carga na região metade sul, aumentando a confiabilidade do sistema energético na Região Sul, ou seja, atraindo novas indústrias. Como as indústrias procuram confiabilidade e sendo um pólo gerador, um centro de carga, com certeza isso pode acontecer.

No nosso empreendimento, antes mesmo de a energia ser negociada, nós já investíamos mais de 50 milhões em licenciamento e em outros programas na região. Então, a vontade do empresário Eike Batista, que é brasileiro, realmente briga pelas causas do Brasil, é investir no Brasil e na metade sul com esse valor de R$6 bilhões.

Eu queria destacar que essas duas termoelétricas que estão licenciadas são termoelétricas com tecnologia de última geração. O que se tem de melhor em tecnologia no mundo está sendo utilizado lá, está sendo utilizado no projeto. E o Ibama licenciou esses dois projetos.

Então temos esse investimento e uma geração de algo em torno de nove mil empregos durante a construção. Estamos falando de duas termoelétricas que podem gerar até nove mil empregos durante a sua construção. E, na fase de operação, podemos contar com três mil empregos diretos permanentes e nove mil empregos indiretos.

A tecnologia a ser utilizada – eu posso até citar algum detalhe da tecnologia – é de leito fluidizado, que o Presidente Sereno conhece bem, com a utilização de queima conjunta do calcário com o carvão, Sr. Presidente, pela qual nós conseguimos abater mais de 90% do enxofre que o nosso carvão contém.

O carvão nacional do Rio Grande do Sul tem uma característica. Como disse o Presidente, ele deve ser consumido na boa da mina. Então qualquer custo adicional de logística o torna menos competitivo. Essa é a característica do nosso carvão. Por isso o empresário Eike Batista procurou o Rio Grande do Sul e quer investir R$6 bilhões lá, gerando milhares de empregos numa cidade cujo Prefeito Folador é maior vibrador que já conheci, porque ele acorda e dorme respirando o carvão da cidade do Rio Grande do Sul.*(Palmas)*

Sr. Presidente, temos outros programas agregados a essas termoelétricas. São programas que criam um desenvolvimento sustentável na região, ou

seja, na proteção do bioma pampa, que é um bioma muito importante no nosso cenário. Com isso há um programa de utilização da biomassa, percentual muito pequeno na queima junto com o carvão, para fixar o homem na região. Nós estamos falando de mais de cinco mil empregos, porque essas pessoas poderão ser fornecedoras da biomassa para uma queima junto com o carvão.

São programas de um cunho social muito grande para que essa região tenha esse desenvolvimento e que não haja evasão por falta de investimento na região.

Estamos falando também numa quantidade muito grande de calcário que vai ser utilizado na queima junto com o carvão. Então estamos falando de recursos minerais da região, estamos falando de investimentos, de geração de empregos, de arrecadação muito grande.

Presidente, eu queria passar às suas mãos projetos que a MPX tem no Sul, onde são citados esses dois empreendimentos que estão prontos para ser feitos lá.

Quero passar também, Sr. Presidente, uma lembrança que eu gostaria de mostrar. É um carvão mostrando os trabalhadores e os empregos que serão gerados. *(Palmas.)*

Se o Rio Grande do Sul importa mais de 50%, ou 60%, como foi dito, da sua energia, por que a região metade sul não ser um pólo gerador e exportador de energia em vez de ser importador? *(Palmas.)*

Esses dois empreendimentos podem alavancar as indústrias gaúchas com os seus equipamentos e atrair novas indústrias, como já mencionei antes. A cadeia do carvão é muito grande, então é uma oportunidade ímpar que o Rio Grande do Sul tem, com empreendimentos licenciados para dar segurança energética à região, evitando os riscos de longas linhas de transmissão que são suscetíveis à interrupção.

Mais uma vez, eu queria deixar registrado que a MPX Energia, empresa do Grupo EBX, do empresário brasileiro Eike Batista, tem um carinho muito especial pelo Rio Grande do Sul. E ele quer investir na região, no Estado. Ele só não o fez antes porque estava no processo de licenciamento. Como foi dito, o carvão nacional, o carvão do Rio Grande do Sul tem que ser consumido na região para ser competitivo. Fora dali ele fica menos competitivo.

Queria agradecer esta oportunidade de dizer que o Grupo EBX, e a MPX, no seu segmento de energia, está pronto para empreender dentro do Rio Grande do Sul.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Ricardo Lessa, que, entre tantas considerações e argumentos – a gente trabalha um pouco com números –, deixa registrada, fortalecendo o carvão no Rio Grande do Sul, uma previsão de investimento de R$6 bilhões.

O SR. RICARDO LESSA – Seis bilhões de reais.

São dois empreendimentos, são 1.327 megawatts. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns. Vai ter que dar certo.

Vou passar a palavra para quem devia ter falado naquele momento – vou permitir o aparte de V. Exª – para o Dr. Fernando Luiz Zancan, a quem já peço que venha para a Mesa, que é Presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral – ABCM e aqui representa o Presidente do Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina, Sr. Ruy Hulse.

O aparte a V. Exª está dado.

O SR. CESAR WEINSCHENCK DE FARIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um realce importante na fala do Dr. Ricardo Lessa, que é essa melhoria da forma da queima idealizada e promovida pela MPX, que é a queima conjunta do carvão mineral com cavaco de madeira. Com isso você vai minimizar as emissões de efeito estufa.

Então é aquilo que eu estava dizendo: se você deixa de fora, você não participa da evolução gradual. Esse é o tipo de solução transitória para a solução definitiva.

Qual é a ideia da MPX? Ela está misturando na hora da queima um combustível emissor, que seria o carvão mineral, com um outro não emissor, que seria o cavaco de madeira, e, mais, alavancando a atividade econômica da região. Por quê? Ela está garantindo a compra, para quem plantar o eucalipto, como combustível para caldeira.

Então, ativa economicamente a região o plantio de árvores que são captadoras de emissão, são abatedoras de CO_2, mas a árvore foi plantada e se faz dupla redução de CO_2, tanto na hora da queima, como emissor, como na absorção e mitigação no meio ambiente.

É uma complementação de sua exposição.

O SR. RICARDO LESSA – E fixa o homem na região, não é, Dr. Cesar?

O SR. CESAR WEINSCHENCK DE FARIA – E fixa o pessoal na região. *(Palmas.)*

O SR. RICARDO LESSA – Isso que é importante. Não há evasão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Lessa.

Agradecemos e passamos a palavra, de imediato ao Dr. Fernando Zancan. Depois do Dr. Fernando, passarei a um Deputado, em seguida, aos Prefeitos e aos Vereadores.

O SR. FERNANDO LUIZ ZANCAN – Senador Paulo Paim, inicialmente, muito obrigado por esta oportunidade.

Quero passar-lhe o nosso texto. Não vou lê-lo, porque está um pouco extenso, mas ele retrata praticamente tudo que já foi dito nesta mesa, na excelente exposição da nossa querida Irani.

Farei uma série de comentários quanto ao que já foi dito.

Primeiro, obrigado pela presença. A ABCM representa toda a cadeia produtiva de carvão mineral no Brasil. São dezessete empresas, envolvendo todos os mineradores, todos os geradores e um transportador de carvão, em Santa Catarina.

Gostaria de registrar, uma vez que o Deputado Comin pediu que fizesse o registro – o Deputado Edinho já o fez –, e dizer que o nosso Presidente do Sindicato de Santa Catarina, Secretário Executivo, pediu escusas por não estar presente por motivos pessoais.

Basicamente, acho que estamos em uma encruzilhada. Outro dia escutei do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia dizer exatamente isto: "Estamos em um momento de indefinição".

Hoje, não podemos participar de um leilão de A-5, por motivos que o Secretário Altino colocou aqui claramente: basicamente a discriminação do gás de efeito estufa e, ao mesmo tempo, temos uma audiência pública da Aneel que, da forma como está sendo conduzida, poderá levar as usinas mais antigas à desestabilização, ou seja, ao fechamento.

Então, estamos em uma encruzilhada. Ou adotamos, ou o Governo diz: "Nós queremos o carvão nacional para gerar emprego e renda", ou, então, terá de achar uma outra solução, ou, para mim, vai ter que querer o carvão. *(Palmas.),* porque o carvão é um patrimônio de todos nós brasileiros. Pela Constituição, todos que estão nesta sala são donos de um pedacinho de carvão. Isso está na Constituição, gente. Esse patrimônio é nosso e temos de usá-lo, como já foi dito por outros Parlamentares.

É importante colocar que o que estamos discutindo aqui não é simplesmente o A-5, como disse o Deputado Afonso Hamm, é uma política para o carvão mineral nacional, uma política que vimos trabalhando há anos. Só para que os senhores tenham uma ideia, hoje temos, no Ministério da Ciência e da Tecnologia, um apoio financeiro, inclusive. Realizamos um seminário em Gramado – lá esteve o Deputado Afonso –, com 366 pessoas, pesquisadores, gente jovem trabalhando para a melhoria, para a eficiência, melhoria tecnológica do carvão nacional.

Isso é fruto do trabalho da Frente Parlamentar, da ABCM, dos nossos pesquisadores da URGS, do Rio Grande do Sul. Isso mostra que o Governo, de um lado, pelo MCT, tem apoiado o carvão nacional, de outro, temos questões técnicas que nos impedem participar de um leilão, de crescer. Sem dinheiro para fazer tecnologia, não se vai a lugar algum.

Então, precisamos ampliar o número de investidores. O Ricardo Lessa falou da MPX. Existem investidores empenhados em colocar mais R$ 7 bilhões. Em Santa Catarina, há um projeto de R$1,6 bilhão de 400 megawatts. Existe interesse, existe projeto licenciado. O mais difícil, Altino, é licenciar. Os projetos estão prontos, aptos a entrar em fase de implantação, em 2012, se tivermos participação no leilão em 2011. *(Palmas.)*

Então, estamos aqui dizendo que precisamos criar uma política para o carvão nacional.

O Altino foi claro ao dizer que o que se está discutindo sobre a matriz energética brasileira é quanto à competitividade. O carvão é competitivo, se não fosse, não teriam pedido para participar de uma competição.

Por outro lado, há a questão das mudanças climáticas. Aí, temos que dizer que o Brasil não pode ser mais realista que o rei. Foi isso que o Senador Paulo Bauer colocou.

Hoje, temos uma lei que passou na Câmara sem meta de emissão e, no Senado, foram colocadas metas de 36, 38%. Será que não fomos açodados, não fomos longe? Será que não amarramos o crescimento deste País, em função de mudanças climáticas? Enquanto outros países o fazem de uma forma diferente? Será que discutirmos licenciar dois mil e tantos megawatts de usinas prontas vai influenciar o Planeta, uma vez que há 216 mil megawatts de carvão sendo construídos hoje no mundo? E não é só a China, não, Altino. A Índia, a Europa, os Estados Unidos estão fazendo carvão. O carvão foi o combustível que mais cresceu no século XXI. Nós crescemos 61%. Só no ano passado, crescemos 10.8 no Planeta. E aqui no Brasil, não se pode tocar, não se pode falar em carvão.

Isso está esquisito, não e?

Então, está na hora de adotarmos uma política organizada e estruturada para o carvão nacional.

As emissões de 36, 38 que estão na lei e o Decreto-CA 390 foram feitas – sou testemunha disso – goela abaixo, em relação ao nosso Ministério de Minas e Energia. Veio uma definição e, pronto, tinha de ser cumprida. O Decreto não diz que não se pode fazer carvão, mas que se tem de reduzir e o Plano Decenal de Energia, que era para ser um plano indicativo – isso foi dito pelo Dr. Tolmasquim, em uma reunião que tivemos com a SNI -, passou a ser um plano determinativo, na medida em que estabelece fontes menos emissoras de gás de efeito estufa.

Quando o Cesar Faria mencionou o aspecto do metano, ninguém está lembrando que no pré-sal há CO_2, que no transporte do gás natural de metano, que é de 21 vezes mais agressivo que o CO_2, ninguém fala nisso. Só dizem que, na chaminé, o carvão emite mais que o gás. Isso é uma verdade. Mas se olha, no horizonte da discussão das matrizes energéticas brasileiras...O Altino falou em dois componentes, mas há um terceiro: a segurança energética, e um quarto – estamos na casa, na Comissão de Assuntos Sociais -, que são: emprego, renda, redução da miséria. *(Palmas.)*

Isso não está sendo lembrado quando da discussão da matriz energética brasileira. O Dr. Altino falou aqui das duas dimensões. É claro que a segurança energética está por trás, mas emprego, renda e miséria não estão sendo discutidos. Quando se fala em abastecer o Sul do Brasil com linhas de transmissão... Há problema no Sul, é fácil, toca uma linha Itaipu-Porto Alegre. Agora, quantos empregos essa linha gera? Dizem: "Muito bem, vamos fazer eólica". Tudo bem, ótimo. Nós não somos contra as eólicas. Elas têm o seu papel. Mas quando não há vento? Eu passo seguido, quando vou à Criciúma, por Osório, vejo os cata-ventos parados.

Então, cada um tem seu papel. Falam que a eólica é competitiva, o carvão também é, mas vamos ver a renúncia fiscal que existe hoje por conta de mudanças climáticas. Por isso, elas são competitivas. Por que o carvão não é tão competitivo? Ele é competitivo. Apesar de o BNDES taxar duplamente os financiamentos de usinas a carvão – eólicas, 0.9 e carvão, 1.9 –, apesar de os investimentos serem direcionados para o Nordeste – por isso saíram as térmicas a carvão no Nordeste, também; o Sul é preterido em termos de impostos, há assimetria tributária... Então, dentro desse contexto, o carvão é factível. No caso das reduções de 36 para 38, se aumentarmos o controle do desmatamento no cerrado de 40 para 60%, cabem os 2.400 de carvão. Trata-se de uma política e o Ministério tem de lutar por isso. Por que nós, do setor elétrico, que 1,5% das emissões temos de reduzir 20%? Por que nós temos que pagar essa conta? Por que o carvão tem de ser discriminado?

Então, essas coisas têm de ser discutidas. É preciso haver uma política de Governo relativa a esse assunto. Por isso, estamos pedindo a construção de uma política para o carvão nacional. O Governo tem de dar uma demonstração, sim.

Em 20 de setembro, o carvão participará do leilão de A-5 e iremos discutir, junto com a Aneel, a melhoria de eficiência fazendo usina nova. Não se admite derrubar usina velha sem que se faça uma nova. *(Palmas.)*

Basicamente, em termos do que eu queria apresentaria, já se falou muito aqui. O meu tempo está acabando, mas queria dizer que precisaremos de carvão. Um País que, como disse o Altino, daqui a 15, 20 anos, não terá mais potencial hidráulico. Vamos precisar do carvão, de térmicas operando na base. Nós não podemos parar neste momento e, depois, em 2020, quer voltar. Isso não existe. É o mesmo que dizer: não há guerra, não se precisa de exército. E, lá na frente, vamos precisar de novo! Como! Isso não existe.

Então, depois de Fukushima, o mundo vai continuar usando fósseis, cada vez mais. Ancorar uma expansão de térmicas a gás no Brasil aumentará o custo da energia neste País. Há o pré-sal, mas o seu custo não será barato. No momento em que houver uma grande mercado, o preço será alto e vão exportar, e iremos precisar do carvão nacional, sim.

Gostaria de colocar basicamente que nós, todos que estamos aqui, lutamos pela mesma causa, uma boa causa. Então, sou otimista, como diz o Deputado Edinho Bez, vamos resolver, mas precisamos do empenho de todos e já notei que há demonstração forte, política – que é onde está o problema -, e isso irá, de vez, criar essa política para o carvão nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Fernando Luiz Zancan, que é Presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral.

Agora, passamos a palavra, pela ordem de chegada, ao Deputado Estadual Pedro Pereira, do Rio Grande do Sul.

V. Exª poderá usar o microfone daí mesmo e terá cinco minutos, como os outros Parlamentares.

O SR. PEDRO PEREIRA (PSDB – RS) – Quero saudar a todos e agradecer ao Senador Paim pela audiência, saudar os componentes da Mesa, os Deputados Federais. Vejo aqui o Afonso Hamm, o meu parceiro Marchezan, o Pimenta, os Deputados Estaduais Marcelo Moraes, Heitor Schuch, que esteve aqui, o Valdeci Oliveira, meu companheiro, Presidente da Comissão, saudar Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, os mineiros, e dizer que estive lá em Candiota, em uma audiência grande, estive Minas do Leão.

Sou médico, há 34 anos vivo dentro de hospital e não aceito, em hipótese nenhuma, que venham dar a desculpa de que é causa da poluição. Com a tecnologia de hoje, do século XXI, não se aceita mais isso.

O mundo evoluiu muito; o Brasil evoluiu muito; o nosso Estado evoluiu muito, e foi colocado aqui que não há empecilho. Seria um retrocesso muito grande perdermos a energia gerada pelo carvão, teremos milhares de desempregados.

Conversava aqui com o Vice-Prefeito Paulo Brum, toda a região de Candiota, Bagé, Hulha, toda a região carbonífera, São Jerônimo, Minas do Leão, Charqueadas, Butiá, Arroio dos Ratos... Eu passo por ali todas as semanas, quando vou a Canguçu, pela 171 e trabalhei como medido em Candiota, então, não aceitamos essas desculpas até agora.

O nosso Governador tem que descer do muro. O Governador do Estado está em cima do muro. Assim como fez com o tabaco, hoje ele está fazendo com o carvão mineral. Ele tem que ter lado: o lado de sua gente. *(Palmas.)*

A Presidente Dilma conhece mais do que ninguém. Ela foi Secretária de Minas e Energia do Estado, foi Ministra de Minas e Energia, então, ela conheça e também tem de ter uma posição.

Foi dito aqui que a questão é política, não tem nada a ver com poluição. Isso é superado.

Então, estaremos que com a força da bancada gaúcha, dos Senadores gaúchos, catarinenses – a quem quero saudar também –, paranaenses e dos Deputados, somados todos nos aproximamos de cem Deputados Federais, e nove Senadores, mais os Deputados Estaduais, que ultrapassam 50, não temos dúvida de que é preciso pressionar.

Estamos acostumados e sabemos que neste País só se conseguem as coisas sob pressão. *(Palmas.)*

Quantas vezes foi necessário virmos aqui. Estaremos aqui, como estaremos em todos os locais: no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Paraná para pressionar. Se tiver que trancar a pauta, que se tranque a pauta; fazer manifestação. Hoje, de lá vieram três ônibus. Se precisarmos de 30, 40, 50, iremos trazer. Temos de mostrar a força do Rio Grande, de Santa Catarina e do Paraná, para sensibilizar o Ministro, a nossa Presidente da República.

Seria, além de um retrocesso – desculpem-me o termo -, uma grande burrice terminarmos com o carvão, já que 65% da energia consumida no Estado é importada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Deputado, gostaria de registrar a presença aqui o Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Tenho certeza de que, se depender dele, as coisas serão resolvidas. *(Palmas.)*

O Valdir Raupp já esteve aqui e deu todo o apoio do PMDB a essa questão.

Se V. Exª desejar fazer uma saudação, fique à vontade.

Deputado, eu vou garantir o tempo de V. Exª e deixarei que o Senador faça o seu registro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Quero apenas registrar a importância e dizer que estamos acompanhando essa questão. O Senador Paulo Paim já tinha feito referência, já tinha falado, inclusive em plenário, sobre a questão.Estamos acompanhando. Devo dizer que vamos levar as questões ao Governo. Sou um aliado na busca de caminhos para que possamos resolver. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande Romero Jucá, Líder do Governo.

Volto a palavra ao nosso Deputado.

O SR. PEDRO PEREIRA (PSDB – RS) – Queremos saudar o Líder do Governo, que diz que é nosso parceiro também.

Dizia que questão – está bem claro – é política. Foi dito aqui que o que mais dignifica o ser humano é o emprego, o trabalho. No final do mês, o cidadão, a cidadã poder receber o salário e pagar a farmácia, o supermercado, dar um presente para um filho que faz aniversário, não há maior dignidade do que isso.

Infelizmente, se acabarem com o carvão mineral, serão milhares de desempregados, milhares. Só na região da carbonífera, só os motoristas ultrapassam dois mil. Aí, será uma cadeia. Se acabarem com o carvão, a região de Candiota termina e também toda a região carbonífera. Quer dizer, a região ficará na miséria total. No Rio Grande do Sul, já tivemos a questão do eucalipto, depois, a do tabaco, agora, do carvão mineral. Parece que estão contra o nosso Estado, contra a pobre metade sul. Não aceitamos, Senador Paim, em hipótese nenhuma, essa desculpa de poluição.

Eu tive um debate na Assembleia, há poucos dias, com o pessoal da Fepam e outro senhor e quase nos tramamos no pau, como se diz lá no Rio Grande, porque eu dizia como médico, eles davam desculpa e eu rebatia. Então, o carvão mineral é o vilão, é o que causa câncer de pulmão, tudo. Quer dizer, nada mais faz mal, é só o carvão. É piada. Estão inventando isso para acabar com a dignidade do nosso povo. Então, fica aqui o nosso pedido. Vou ficar hoje e amanhã aqui. E repito: nós não vamos nos lixar, como se diz lá no sul. Se tiver de pelear, nós vamos pelear, como já fizemos na Revolução Farroupilha e em tantas outras. Não temos medo de ninguém, nem de tamanho nem de cara feia. Um grande abraço a todos e muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Pedro Pereira, Deputado Estadual da metade sul, Rio Grande do Sul. Quero registrar a presença conosco – e depois vai usar a palavra também – do Deputado Federal. Assis Melo. Na sequência – depois vou chamar um dos painelistas – vai falar o Deputado Estadual Manoel Mota, de Santa Catarina. Estamos dando cinco minutos para cada Parlamentar, para que nossos painelistas e prefeitos possam usar a palavra.

O SR. MANOEL MOTA (PMDB – SC) – Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim. Acompanho há muito tempo esse guerreiro que defende os aposentados, que defende os interesses do sul. E acompanhamos de ponta, porque faço parte, em Santa Catarina, dessa mesma luta pelos aposentados.

Quero cumprimentar o nobre Deputado Edson Bez de Oliveira, coordenador do fórum parlamentar que defende a região do sul inteira. Quero cumprimentar também o nosso empresário Fernando Zankan. Ele toma café, almoça e janta, vivendo a vida do carvão, para que se transforme em realidade a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida do povo, porque o emprego e renda buscam qualidade de vida melhor; Hélio Bunn, nosso Prefeito de Lauro Muller, representando aqui todos os prefeitos. Quero saudar todos os Deputados Federais; em nome do Paim, todos os Senadores. Quero saudar a Irani Medeiros, que falou do sentimento de todos aqui, o coração falou mais alto. Parabéns por tudo aquilo que disse. É uma representação legítima do Estado.

Quero poder dizer a vocês o seguinte: primeiro, fui Prefeito de Araranguá, vizinho do Rio Grande do Sul, tenho seis mandatos de Deputado Estadual, fui sete vezes líder da bancada. Moro numa região pertinho de Criciúma Rec, onde se dá a questão do carvão mineral. Cumprimento também o Fórum do Rio Grande do Sul em Defesa do Carvão. Em Santa Catarina, há um fórum cujo Presidente é o Valmir Comin e eu sou o vice-presidente. Moro numa região bem pertinho onde, há muitos anos, os vivíamos problemas difíceis com a poluição do carvão. Hoje, os empresários investiram em tecnologia na região e praticamente a poluição não existe. O que existe é um vazio. O carvão mineral fez com que se desenvolvesse não só a região de Criciúma, mas também toda a região. Com todo aquele potencial que temos no sul do Estado, hoje estamos aí nessa agonia, mendigando as decisões que haverão de ser tomadas em razão da importância do carvão mineral, da importância das usinas termelétricas, que, além de garantir a energia, podem trazer mais geração de empregos, diminuindo cada vez mais a poluição, porque eles usam até os rejeitos da perita, quer dizer, usam tudo.

Nasci no interior, Paulo Paim, filho de agricultor, fui caminhoneiro ao longo da minha vida. Aprendi a fazer política no Brasil. O Deputado Edinho participou muito comigo. Nós lutamos muito aqui pela 101 e nunca saía, há muitos anos, não é de agora. Fomos lutando, e não sai? Convidei o Deputado Edinho a me acompanhar. Eu fechei a ponte da Cabeçuda das seis da manhã às quatro da tarde. Estavam lá os aposentados conosco, a Federação dos Aposentados, Paim.

O Governo começou a recuar e a ver. Fechamos em Florianópolis, fechamos em Palhoça, fechamos em Criciúma, fechamos em Araranguá. E aí, fizemos um documento, em Tubarão. Tínhamos o apoio do Poder Judiciário, Ministério Público, de Associação de Prefeitos, de Vereadores, da Associação Comercial, CVL. Trouxemos para o Lula,e m Itajaí,uma carta marota, uma carta venenosa. E aí o Governador á época, Luiz Henrique, disse: "Não entrega, é muito pesada." Eu disse: eu não posso, estou trazendo em nome de cem líderes. Eu entreguei, o Lula parou o discurso, leu um pedaço da carta – era pesada – e disse: Não precisa fechar mais. Nós vamos levar a ordem se serviço no final do ano. E a ordem de serviço foi no final do ano. A palavra foi cumprida. Por quê? Porque houve aquela mobilização.

E aqui se trata de ajudar os empresários, os mineradores? Sim, mas também se trata de ajudar nossos trabalhadores, aqueles que fazem a história, que buscam o carvão lá no fundo e que trazem essa riqueza. Por isso algumas medidas vão ser tomadas aqui, no Congresso, no Senado. Mas se elas não acontecerem, o sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná –, nós vamos fazer aquilo que você pensou: fecha a BR–101 para ver o que acontece. Pois nós temos que tomar a medida radical, para garantir a sobrevivência dos nossos mineradores e dos nossos mineiros.

É com esse espírito que vim aqui hoje, representando a nossa comissão, que tem uma representação muito forte.Também faço parto do Governo de Santa Catarina, do governo aqui de Brasília, mas eu acho que tem uma coisa muito mais importante que são as questões da nossas região. Você sabe, falaram aqui sobre a questão do fumo e o que estamos sofrendo, que foi uma economia muito grande, que defendo também de ponta a cabeça. E não fumo. A questão do arroz, que estamos morrendo. Com o sul não acontece. Então, se as coisas não acontecem, nós temos que fazer acontecer. Se não passar aqui, vamos partir para o radicalismo, vamos buscar com certeza esse caminho. Obrigado, Paulo Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Estadual Manoel Mota, de Santa Catarina, falando da importância da mobilização e da pressão. É isso mesmo. Se a batida do tambor não for ouvida aqui em Brasília, as coisas não acontecem. Isso é verdadeiro.

Deputado Estadual Valdeci Oliveira, que é o Presidente da Frente Parlamentar do Carvão no Rio Grande do Sul. Depois do Valdeci, temos somente mais dois parlamentares. Pela sequência, é o Nelson Marchezan e o Assis Melo.

O SR. VALDECI OLIVEIRA (PT – RS) – Senador Paulo Paim, quero saudar V. Exª e, em nome de V. Exª, saudar todos os demais parlamentares, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, nossas lideranças aqui do carvão do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, empresários.

Queria também saudar, em meu nome e em nome do Deputado Marcelo Morais, o Deputado Pedro Pereira e o Deputado Heitor Schuch, que estão aqui e fazem parte da Frente Parlamentar em Defesa do carvão Mineral.

Acho que depois de todas as falas, não há necessidade de ampliar mais argumentos, porque todos nós, prefeitos, temos a consciência e a convicção e que a questão do carvão no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina é absolutamente uma questão política. Do ponto de vista econômico, ambiental, de sustentabilidade, geração de emprego e geração de renda é inquestionável, ninguém pode falar sobre isso.

Nós, quando tomamos a iniciativa, com outros companheiros, lá em Porto Alegre, de criar a Frente parlamentar, quero confessar aos senhores que, primeiro, eu tinha muita dúvida, porque de fato era algo diferente daquilo que fez parte da minha atividade política ao longo de muitos e muitos anos, em função de morar numa região do Estado que não está vinculada diretamente à questão do carvão. Mas, quando eu comecei a participar e a conhecer a realidade, tornei-me um grande militante pela causa do carvão, porque eu acho que ela, de fato, significa, no contexto da política e da economia do Rio Grande do Sul, proporcionalmente a mesma questão que é para o Brasil a questão do pré-sal. Nós temos uma mina extraordinária no subsolo gaúcho que, proporcionalmente para a economia do Rio Grande do Sul, é tanto ou quanto igual ao pré-sal, do ponto de vista da economia brasileira. E acho que isso nós não podemos perder. Não podemos, em hipótese alguma, permitir que essa potencialidade econômica e social geradora de novos empregos e empreendimentos numa região que é bastante pobre se perca. Para mim, esta é a grande luta.

Para minha surpresa, acho que a gente tem conseguido, Pedro Pereira, não só participar de todos os eventos a partir da liderança dos mineiros, dos nossos prefeitos das cidades, do nosso companheiro Luiz Carlos Folador, que é um entusiasta, principalmente porque, a cada dia que passa, nós estamos tendo adeptos, inclusive na Assembleia Legislativa.

Eu diria que, quando comecei a Frente Parlamentar, eu era quase um homem só. Logo em seguida, o Pedro Pereira e outros tantos foram se juntando e hoje nós já temos na Assembleia um conjunto de deputados, Afonso Hamm, de todos os partidos. E está bem claro nas várias falas aqui colocadas, já falei em outras oportunidades, que esta não é uma luta partidária. Esta é uma luta partidária de todos, porque está em jogo o interesse do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, está em jogo o interesse da economia.

Vemos o Rio Grande do Sul com uma enorme dificuldade orçamentária e se olharmos para um investimento de sete bilhões e milhares de empregos gerados, o que significa isso, por exemplo, no retorno do ICMS? Eu já fui Prefeito de Santa Maria por oito anos e eu ficaria extremamente antenado e defensor só nesse aspecto, fora todos os demais.

Paim, quero saudar V. Exª, meu Senador de sempre, em quem votei e me tenho orgulho de sempre ter defendido, mas principalmente pela sua posição aqui no Congresso Nacional, sempre um dos grandes defensores de causas impossíveis e que se tornaram realidade. Eu tenho certeza de que, pela sua liderança aqui no Senado, junto com tantos outros, pelo apoio incondicional de todos que aqui estão e de tantos outros que poderiam aqui estar, esta é uma causa em que vamos ser vitoriosos. Tenho certeza disso, estou convencido disso.

Agora, é bem verdade que é necessário, como V. Exª falou, que na audiência que temos marcada lá com o Ministro, no dia 21, e aqui vai ter amanhã, mas principalmente a do dia 21, que é especificamente com o Ministro, não dá para ir meia dúzia de gatos pingados. É necessário mostrar força política. As propostas que foram feitas aqui, seja pelo Pimenta, seja pelo Mota, seja pelo Pedro Pereira, seja pelos demais, elas têm que ser pensadas, todas elas muito bem filtradas. Até o dia 29, temo de ter um plano "b". Se sairmos do Ministério frustrados, nós temos que fazer um plano que faça com que Brasília ouça a batida dos tambores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Acho que esta é a nossa caminhada.

Quero concluir, dizendo que esse grupo de pessoas, de companheiros e companheiras que estão aqui são cidadãos e cidadãs que querem nada mais do que o direito ao emprego, à economia estabilizada e à dignidade. No meu ponto de vista, por mais que possa haver questões ambientais, temos que lutar politicamente para que o carvão não seja mais demonizado, porque ao longo da história ele foi demonizado. Nós precisamos mudar essa realidade e essa história e transformar o carvão em alternativa da economia, como qualquer outro setor. Com todos os avanços tecnológicos, não dá mais para dizer que o carvão é, de fato, aquilo que querem colocar sobre ele. Se pegarmos a questão das barragens e de outras coisas mais, olha, gente, eu tenho dúvida de quem pode poluir mais.

Estou aqui, em nome da Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com meus companheiros Deputados, não só para apoiar, mas também para ser um militante intransigente. Em qualquer ação, em qualquer movimento, em qualquer lugar, pode ter certeza de que lá nós estaremos porque aceitamos o desafio de acreditar nessa possibilidade.E quem acredita consegue, certamente, conquistar aquilo que quer. Um abraço a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Estadual Valdeci Oliveira, que preside a Frente em Defesa do Carvão lá do Rio Grande do Sul.

O Sérgio Morais já falou e teve de se retirar.

Deputado Nelson Marchezan Júnior. Em seguida, o Deputado Federal Assis Melo.

O SR. NELSON MARCHEZAN JÚNIOR (PSDB – RS) – Senador Paim, vou falar rapidamente. Falo daqui mesmo.

Saúdo o Senador Paim, demais autoridades, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, empresários, lideranças sindicais, cidadãos que vieram aqui para conversar, escutar, manifestar-se sobre seu direito, sobre seu presente, sobre seu futuro.

Vou tentar se bem breve e objetivo aqui. Em 1990, eu me lembro bem da campanha porque o pai foi candidato a governador, ele dizia que iria trazer uma montadora para o Estado do Rio Grande do Sul. Diziam que era impossível, que o Estado do Rio Grande do Sul jamais teria uma montadora porque não tinha energia para trazer uma montadora. E o Governo que ganhou, evidentemente, pensava assim e não trouxe. Quatro anos depois, não só veio uma, como vieram duas montadoras. Uma acabou indo embora, mas, enfim, vieram duas.

Nós estamos tratando aqui de energia, que é o maior limitador de desenvolvimento de qualquer país, é o maior custo que nós temos hoje na nossa indústria. É evidente que há toda uma estratégia – e não entro aqui no mérito se ela é maquiavélica, boa ou má – de órgãos internacionais impedindo não só o carvão, mas todos os tipos de desenvolvimento de investimentos em energia no Brasil.

O Código Florestal é um exemplo disso e é mais. É o exemplo da falta de segurança jurídica que o Estado quer deixar o cidadão, deixando a critério do Estado decidir quem pode plantar, o que pode plantar, como pode plantar, quando pode plantar, onde pode plantar. Por decreto.

A mesma coisa é essa falta de política na área do carvão. Há uma insegurança jurídica que corrobora, evidentemente, com interesses que não são dos brasileiros. Entre todos os países do mundo que têm o menor índice de investimento público, o Brasil está entre os cinco que menos investe, e 70% do investimento realizado é dos governos estaduais e municipais. Veja bem: de todo o investimento público, 70% é dos Estados e Municípios. Não cabe à União dizer para os investidores privados que querem colocar dinheiro lá no Estado do Rio Grande do Sul: não, nós não vamos cogitar isso.

Nós tivemos um exemplo aqui na Câmara, na semana passada. O Pronatec é um excelente programa do Governo Federal para o ensino técnico. A maioria dos relatores foi do PSDB, inclusive a favor. Não há limites de recursos no Pronatec, mas a bancada do Nordeste conseguiu botar que 30% dos recursos, quaisquer que sejam eles, com apoio inclusive alguns gaúcho, será para o Nordeste. Eles conseguiram viabilizar isso. E nós hoje, com uma Presidente gaúcha, com o Presidente da Câmara gaúcho, com o Governador do partido da Presidente, com o Presidente da Assembleia do partido da Presidente, estamos nesta situação com interesse de extrema importância do Rio Grande do Sul. Então eu acho realmente que temos que bater tambores porque tem muita gente surda.

O Governador Tarso Genro é pessoa extremamente influente aqui em Brasília, passou por quatro ministérios; seria importante que ele agora se preocupasse com o seu projeto de governo e não com projeto da Presidente da República porque ele não se manifestou sobre os *royalties*, não se manifestou sobre o carvão, não se manifestou sobre o arroz, não se manifestou sobre o tabaco. Então é muito importante porque ele tem influência, é pessoa poderosa; que ele então se manifeste de forma mais efetiva como Governador do nosso Estado porque esse é, acima de tudo, um interesse do nosso Estado e de uma região extremamente carente de investimentos, extremamente pobre, com desigualdades sociais bastante grandes e nós temos interesses privados lá que podem nos ajudar.

Então acho importante, Senador, vir o líder do governo, acho importante que o líder na Câmara esteja presente, vou sugerir ao Deputado Pimenta que o convide para amanhã na reunião das bancadas do Sul do Brasil no Senado para que eles possam ouvir isso e viabilizarmos. Até porque a gente sabe o poder que o Executivo tem. Trancar a pauta para bancadas nem tão grandes de três Estados é uma coisa muito difícil; trancar a pauta de fato para parlamentares da base do governo é bem mais difícil, e elogio a coragem dos senhores em tomar essa posição. Mas acho importante, antes de chegarmos nisso, ter aqui o líder do governo na Câmara para que escute isso, para que realmente tenha eco esta demanda, este grito de socorro de uma região, de um Estado do sul que está perdendo espa-

ço em todas as áreas e de uma região que tem uma grande oportunidade de conquistar espaços.

Era isso, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o deputado federal Nelson Marchesan Junior, expondo o seu ponto de vista sobre o tema e falando sobre a importância da pressão.

O Deputado Afonso, antes de eu passar para o Assis, pediu um minutinho de aparte.

O SR. AFONSO HAMM (PP – RS) – Só um aparte à fala do Deputado Marchesan. Primeiro, é importante o seu posicionamento. Somos parceiros nessa causa que não é sulista, é nacional porque os benefícios são grandes e naturalmente que tem o enfoque.

Não tenho autorização até porque não pertenço ao partido do Governador Tarso Genro, mas nós tivemos, pela Frente Parlamentar, eu tenho que ser justo, já tivemos três rodadas pela Frente Parlamentar e, na entrega do documento à Presidente Dilma, nós tivemos essa oportunidade em Esteio, e ele se posicionou e tem ajudado na liderança desse processo, naturalmente, com um ímpeto ainda maior. Imagino que a dedicação seja importante, mas quero colocar aqui de público que o Governador, a exemplo do vice-Governador, está ali trabalhando na consistência. Inclusive, esta demanda que você levantou com muita propriedade, há uma preocupação do setor empresarial na geração e nessa garantia de energia e há uma preocupação política inclusive do Governador. Era o que eu queria colocar, no sentido de uma contribuição porque o Governador tem sido parceiro e chamá-lo ainda mais para o processo é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feito o esclarecimento por parte do Afonso, que é o Vice-Presidente da Frente Parlamentar, passamos de imediato a palavra ao Deputado Federal Assis Melo.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – Senador Paim, Deputado Afonso, todos os Deputados, Prefeitos e demais autoridades, representante aqui do vice-Governador do Estado, quero dizer que estou aqui como Deputado Federal, mas também como trabalhador e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e região.

Senador Paim, quero dizer que não sou lá da região do carvão, mas tive oportunidade, nesta luta nossa do movimento sindical, de visitar a Espanha, especialmente o estado basco e tive oportunidade de visitar o porto do país basco. Quando lá cheguei, vi uma usina e ao lado dela uma montanha de carvão. Então pensei, se lá na Europa estão usando carvão por que que nós, que temos lá a matéria prima, não usamos? Qual é a dificuldade?

A nossa Presidente Dilma, numa oportunidade, disse que devemos ser donos do nosso próprio nariz. Nosso Estado, o Rio Grande do Sul, tem um potencial energético natural, está lá. Quando se mexe na natureza algum problema pode causar, é claro, mas por que não usá-lo? Temos uma região toda que pode se desenvolver ainda mais com a energia que tem, pode se desenvolver e ajudar o País a continuar se desenvolvendo e gerando emprego e distribuindo renda porque é isso que nós queremos, e a busca dessa situação. Quando coloca a posição do governo e acho que o Governo Tarso, se não foi para a imprensa, se não participou ainda de nenhuma mobilização diretamente, se não fechou nenhuma estrada, recebeu a bancada gaúcha por meio da Frente Parlamentar, junto com os empresários que estavam aqui. O governo se comprometeu com essa luta. Nós estávamos, na verdade, esperando que, já no leilão, essa situação do carvão iria entrar. Então, a nossa frustração é porque nós estivemos também visitando o ministro. E ali, pelo sentimento que tive, essa situação do carvão já estaria nos leilões. Infelizmente, não esteve, Senador.

Na verdade, eu queria me somar a essa luta e dizer que o ex-Prefeito e hoje Deputado lá no Estado, o Valdecir... A gente fala aqui do corporativismo da categoria metalúrgica, e o Valdecir foi um militante sindical também. Essa situação é importante também nesse sentido mais geral da situação da nossa possibilidade de defender aquilo que é nosso, de buscar a nossa... Porque, às vezes, aquilo que nos favorece nós deixamos de lado para comprar coisas que talvez até custam mais caro para o País. Então nós queremos aqui não só ser solidários a essa luta, mas sermos participantes ativos na defesa e no desenvolvimento da região carbonífera. Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Federal Assis Melo, deixando claro o comprometimento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com esta que é uma causa de todos nós.

Como foi dito aqui, esta causa não é deste ou daquele partido, mas de todos os partidos e dos governos dos três Estados; tenho certeza de que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul não têm nenhuma dúvida nesse sentido.

Vamos chamar agora um painelista e depois vamos para os Prefeitos. Aviso aos Vereadores que, como eu havia me comprometido, vamos permitir que os Vereadores também usem a palavra.

Passo a palavra agora ao Luiz Henrique de Freitas, Diretor Técnico de Meio Ambiente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, CGTEE.

Luiz Henrique de Freitas, você terá o mesmo tempo dos painelistas, 10 minutos. Os parlamentares usam cinco minutos.

O SR. LUIZ HENRIQUE DE FREITAS – Excelentíssimo Senador Paulo Paim, cumprimentando o senhor, quero cumprimentar os demais parlamentares e os outros componentes da Mesa, Vereadores, Prefeitos, sindicalistas, mineiros, e colocar uma questão que eu acho que já foi devidamente clareado.

Do ponto de vista técnico não temos limitações. Podemos utilizar e utilizar bem essa matéria prima hoje disponível, essa fonte de energia disponível. Um ponto extremamente importante que foi levantado – e eu acho que realmente deve se ter isso muito claro – é que se tenha e se busque... Eu tenho nesse setor 29 anos! Por incrível que pareça, estou há 29 anos no setor de energia, trabalhando exclusivamente com carvão. Em 29 anos a luta é muito grande para que se consiga firmar o carvão como fonte energética no País. A cada momento se têm sobressaltos; sobressaltos em legislação, sobressaltos em questões ambientais; porque realmente falta a definição da política de médio e longo prazos. Eu acho que é isso que se tem que trabalhar. Precisa ser trabalhado o que o País quer sobre essa fonte de energia numa política de médio e longo prazos para que se possa, a partir disso, se fazer desenvolvimento de indústria, desenvolvimento em capacitação de pessoal, agregar tecnologia. Sem isso, não há como se fazer qualquer planejamento nem buscar alternativa para a solução de problemas.

Então realmente o que está posto e já foi posto aqui pelo [Fernando Luiz] Zancan, citando uma palavra do Secretário Executivo de Energia, nós realmente estamos numa encruzilhada. É o momento de o País dizer o que quer com essa fonte. A energia nuclear, muitos anos atrás, também passou por isso e também ficou parada. E o País passou a discutir isso em decorrência da sua necessidade de energia e também definiu a utilização da energia nuclear. Passa-se a ter a necessidade de uma discussão responsável e séria sobre o assunto carvão.

A questão da passionalidade, eu acho que isso passa muito na situação do carvão, uma questão passional; às vezes, muitas questões de momentos. O País já teve, em pouco tempo, o seu *boom* da biomassa; o País está vivendo agora o momento da eólica. Se os projetos estão avançando, estão se tornando competitivos, eles se tornam competitivos na medida em que tu consegues visualizar no longo prazo o que tu podes e qual é o caminho que está sendo tomado. E isso tu levas à solução de problemas, à redução de custos; passa a ter aquilo que se busca. E é o objetivo de quem investe no setor. E não tenho dúvida com relação a isso, da competição, é a modicidade tarifária mesmo. Ninguém está querendo sair da discussão da modicidade tarifária. O que se quer é uma política clara para que se possam desenvolver projetos, estudos, pesquisas, e que se alcance essa condição.

Então, eu, por 29 anos trabalhando no carvão, respirando o carvão também, acredito muito que a gente tem e consegue vencer os desafios, e já se venceu isso, que vão ser postos na condição técnica. Mas precisa estar agregado a isso a disposição política de querer fazer. Isso para mim é fundamental. Não basta eu ter o interesse, se eu não tenho disposição política. Não só política de governo, mas também política de sociedade. O que a sociedade quer também passa por essa discussão.

Então, Senador, eu só queria fazer essas observações de tudo o que já foi dito aqui e que do ponto de vista técnico estamos a disposição para trabalhar e buscar as soluções.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Luiz Henrique de Freitas, Diretor Técnico e de Meio Ambiente da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, CGTEE.

Passamos a palavra nesse momento para o Genoir dos Santos, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão.

Depois, falará também o Deputado Ronaldo Zulke, que já está conosco e que, não tenho dúvida, está apoiando o movimento, como toda a bancada. Meus cumprimentos.

O Genoir com a palavra.

O SR. GENOIR DOS SANTOS – Saudar aqui o Senador Paim, demais autoridades aqui presentes que compõem a mesa, as autoridades políticas, nossas representações sindicais, lideranças sociais. Nós que estamos no meio do carvão há mais de 20 anos, já vivemos momentos muito difíceis no carvão e até sem aquela preocupação necessária com o meio ambiente. Naquele tempo, se fôssemos falar em banir o carvão, teríamos sérias preocupações. Hoje, conseguimos evoluir, hoje temos novas tecnologias para extração do minério; hoje, a preocupação com o meio ambiente não é só do minerador, não é só do trabalhador, mas é de toda a sociedade. Então, a mudança que houve nos últimos 20 ou 30 anos na questão da mineração foi um salto de qualidade muito grande que dá para ver com muita tranquilidade na preservação ambiental, na questão da saúde e da segurança dos trabalhadores. Então, quando nós evoluímos, quando estamos no melhor momento do setor carbonífero, vem uma situação de que nós não podemos participar de leilões de energia A-5 para geração de energia a carvão mineral. Isso nos deixa muito tristes porque se dá

justamente num governo popular, num governo nosso, quando o País está crescendo e vai haver necessidade de maior consumo de energia, as pessoas estão vivendo melhor. Quando as pessoas vivem melhor, se gasta mais energia, e nós temos a matéria prima para a geração da energia.

Então, não dá para nós admitirmos, de forma alguma, porque na verdade essa não é a primeira ação que estamos fazendo. No dia 8, tivemos um grande ato no Município de Candiota que reuniu centenas de pessoas para discutir esta situação da inclusão no leilão de energia A-5. No dia 12, houve uma atividade na Assembleia Legislativa de Santa Catarina a que estiveram presentes várias lideranças do Rio Grande do Sul, inclusive veio uma delegação com dois ônibus de representação da região. Também tivemos no dia 2 de setembro, no trevo de Minas do Leão, uma atividade que parou a rodovia por mais de uma hora e com mais centenas de pessoas lá solidárias com aquele momento, aquele objetivo, aquela reivindicação que tínhamos naquele momento.

O Deputado Paulo Pimenta foi muito verdadeiro quando disse que era uma perseguição para o setor carbonífero quando alguns técnicos do Ministério de Minas e Energia dizem que o carvão é o patinho feio, acham que o carvão não tem que ser fonte de energia. E, isso, no nosso entendimento, também é verdadeiro, Senador. Nós entendemos que está havendo uma discriminação conosco porque o carvão gera emprego, gera renda, gera energia para a população. Em muitos Municípios, ele gera desenvolvimento, e a economia principal passa a ser o carvão.

Então, por tudo isso, defendemos a necessidade de discutir. Não vamos ficar parados, algumas ações estão planejadas para serem feitas. Acreditamos que com a organização do pessoal, do Rio Grande do Sul, principalmente, vamos chegar ao nosso objetivo porque o pessoal do Rio Grande tem demonstrado uma solidariedade, uma preocupação com o emprego dos trabalhadores, uma preocupação com os Municípios. Muitas vezes a luta, quando organizada, pode ser transformada em lei. Só assim vamos conseguir mudar essa situação. É com essa organização que temos hoje... *(Palmas.)*

De forma alguma vamos aceitar a desativação de alguma usina térmica se nós, trabalhadores, formos perder o emprego. Isso está descartado. Vamos fazer qualquer tipo de atividade, porque não concordamos com esse tipo de encaminhamento. *(Palmas.)*

Pensamos que enquanto as usinas mais antigas estiverem cumprindo com a determinação do Ministério de Minas e Energia e da Aneel, para que elas possam se modernizar, vamos estar lá mantendo nossos empregos.

Outro caso seria reiniciar a construção da usina termoelétrica de Jacuí, que geraria emprego de imediato, e, futuramente, por ela ser uma usina com capacidade bem maior do que é hoje, nós vamos aumentar o número de emprego dos trabalhadores mineiros e melhorar a vida das pessoas que moram na região onde será implantada essa usina.

Nós sempre pensamos que o carvão, que gera energia, que gera emprego, que temos aí para mais 200... Nós temos carvão para ser minerado. Enquanto alguns Municípios do norte e do nordeste estão cortando a madeira nativa para fazer carvão vegetal para as pessoas sobreviverem, para as pessoas se manterem, nós temos lá o nosso minério, que, conforme as pesquisas, dará para mais de 200 anos. Com isso, manteremos as cidades com emprego, porque se for para nós todos do setor da Região Sul ficarmos desempregados... Ficar com 50 mil trabalhadores desempregados esperando bolsa família, esse não é nosso interesse, não é o nosso objetivo. Nós queremos que seja definida uma política de curto e de longo prazo, como disse o Deputado Afonso Hamm, para que o nosso carvão seja usado na matriz energética brasileira como uma das principais fontes de energia. *(Palmas.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi Genuíno dos Santos, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão. Parabéns a Genuíno dos Santos por sua fala firme, convicta, sobre a importância da mobilização.

Por fim, entre os que são convidados como painelistas, vamos passar a palavra – depois passaremos a palavra aos prefeitos – ao Sr. Elifas Simas, Presidente da Companhia Riograndense de Mineração.

Em seguida falarão os prefeitos.

O Deputado Federal Zulke também usará da palavra e também os Vereadores, sem esquecer o Vice.

O SR. RONALDO ZULKE (PT – RS) – Senador Paim, ao saúda-lo, saúdo todos os Senadores presentes nesta reunião. Cumprimento a sua iniciativa que dialoga com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em um momento muito importante de geração de emprego e renda para esses três Estados, e fundamentalmente para o Rio Grande do Sul nas nossas três regiões mais específicas, o baixo Jacuí, a região de Cachoeira do Sul e a nossa região de Bagé e Candiota, que tanto precisa de desenvolvimento, de geração de emprego e renda.

Quero saudar a todos e a todas e, saudando as mulheres, saúdo a Drª Irani, que aqui representa o nosso Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Beto Grill, que, desde o primeiro momento, esteve junto com o sistema térmico no sentido de apoiar as iniciativas desse sistema e da possibilidade da geração térmica a carvão. Diga-se de passagem, a bem da verdade, que tem que ser recomposta, o Governador Tarso Genro, no dia 28 de fevereiro, depois de termos uma conversa com ele, atendeu uma solicitação do sistema térmico brasileiro, em uma audiência pública, no Palácio Piratini e deu início às discussões com relação à participação no Leilão A-5 da geração térmica a carvão. Lá estava presente todo o sistema térmico no dia 28, estava presente o sindicato, estavam presentes as mineradoras, e o Governador Tarso, então, tirou duas comissões. Uma delas é uma comissão política, liderada pelo Deputado Afonso Hamm, que lá representava a Comissão Mista do Senado e da Câmara dos Deputados, de que ele vice-Presidente. O Deputado Afonso Hamm está integrado nessa luta nesse primeiro momento.

A outra comissão é formada pela Secretaria de Infraestrutura, liderada pelo Secretário Beto Albuquerque, de participava também a CRM e outros órgãos de Governo, que dialogam com a geração térmica e com a produção de carvão no Estado do Rio Grande do Sul.

É preciso dizer...

Quero fazer uma saudação muito especial aos mineradores que se deslocaram do Rio Grande para virem a esta audiência, deslocamento bastante longo e cansativo. Eles estão aqui na luta, depois de já termos feito duas ou três manifestações, uma lá em Candiota, liderada pelo Presidente do Sindicato dos Mineiros de Candiota, e outra liderada pelo nosso Sindicato de Minas do Leão.

Então quero saudá-los, saudar os prefeitos e vereadores aqui presentes e, em especial, o meu amigo, Presidente da CGTE, Dr. Sereno, que está nessa batalha há tempo. Tenho certeza absoluta de que vamos conseguir reverter essa portaria e fazer com que o Governo Federal entenda que no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, especialmente no Rio Grande do Sul, nós temos um combustível à disposição dos brasileiros, para que possamos gerar energia. Esse combustível – não tenho dúvida – mais hoje, mais amanhã, vai ser utilizado, e nós precisamos que seja mais hoje, porque nosso Estado não pode prescindir do investimento que a iniciativa privada está disposta a fazer no sentido da geração de emprego e renda na ordem de mais de 7 bilhões de reais. Um Estado que tem hoje necessidades básicas de infraestrutura, em especial, no que diz respeito à questão de energia. Nós somos importadores de energia; importamos mais de 65% da energia que consumimos. Só não temos mais problemas porque o nosso Estado está ligado ao Brasil pelo SIN – Sistema Integrado Nacional. Isso possibilita que sejamos abastecidos. Mais ainda, neste momento em que o Brasil, a Presidente Dilma assina um acordo com o Uruguai, no sentido de nós fazermos uma transferência de energia, uma interligação de energia entre o Brasil e o Uruguai, por cima da mina de Candiota vai passar um linhão com 500 megawatts, fazendo a interligação do sistema elétrico brasileiro com o sistema elétrico uruguaio. Obviamente, não podemos deixar de gerar essa energia lá no Rio Grande do Sul.

Essa energia térmica, com o aproveitamento do carvão, não só em Candiota e em Cachoeira do Sul, mas também especificamente ali em Minas do Leão, onde temos uma mina pronta para produzir carvão, com toda a infraestrutura, apenas esperando a possibilidade de começar a produção. Essa mina está fechada sem nenhum tipo de aproveitamento.

Nós temos a convicção de que com a força política dos mineiros, com a força política dos Deputados Federais e Estaduais dos três Estados e agora, Senador Paim, com o seu apoio, com o apoio dos Senadores do Rio Grande, do Paraná e de Santa Catarina, vamos chegar a bom termo e vamos conseguir convencer o Governo Federal de que, precisamos mais do que incluir a geração térmica a carvão nos Leilões A-5, nós precisamos de uma política de médio e longo prazo para o carvão no Brasil.

Nesses termos, agradeço a oportunidade de me manifestar em nome da CRM, em nome do Governador do Estado do Rio Grande do Sul e dizer que nós lá estamos, com a liderança do Governador Tarso, com a liderança do Governador Colombo, de Santa Catarina, com a convicção de que estaremos incluídos nos leilões A-5 e, mais do que isso, o Ministério de Minas e Energia e o Governo Federal terão uma política a médio e a longo prazo, como acabo de dizer, para geração térmica a carvão. O mundo gera energia através do carvão. O Brasil não pode ficar fora disso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Presidente da CRM, Elifas Simas.

Agora vou passar, de imediato, a palavra ao primeiro prefeito sem prejuízo da concessão da palava ao Ronaldo Zulke e também do Heitor; Zulke é Deputado Federal e Heitor Estadual.

Depois eu vou citar todos os vereadores presentes e vou dar a palavra àqueles que se inscreveram.

Com a palavra Luiz Carlos Folador, Prefeito de Candiota. Em seguida falarão Miguel Almeida, Prefeito

de Mina do Leão; Hélio Luiz Bunn, Prefeito de Lauro Muller; Paulo Machado, Prefeito de Butiá; Paulo Brum, Vice-Prefeito de Candiota.

O SR. LUIZ CARLOS FOLADOR (PT – RS) – Quero saudar o Senador Paulo Paim e, da mesma forma, sua assessoria, que muito bem nos acolhe aqui; os demais Senadores que estiveram conosco aqui e os outros que virão a partir deste momento; quero saudar todos os Deputados Federais, assim como os Deputados Estados, e também o Dr. Sereno Chaise, essa figura ímpar; é uma honra estar ao seu lado desse político de uma trajetória inigualável, de um trabalho sério e que defende o carvão mineral, amigo da Presidente da República; de demais assessores da Presidência da República; quero também saudar o Dr. Altino Ventura Filho e o saudando saudamos todos os funcionários do Ministério de Minas e Energia; saudando Irani, quero saudar também o Governador do Estado, Tarso Genro, o Vice-Governador, Beto Grill; e todos os funcionários do Governo do Estado.

Quero saudar especialmente, e falar em nome, Senador Paulo Paim, aqui no Senado Federal, a 3 mil quilômetros de distância de onde as pessoas vieram de ônibus, viajando de madrugada pelo Brasil afora. Falo em nome do nosso Vice-Prefeito, Paulo Brum, da sua esposa, Jussara; falo em nome dos mineiros, dos Vereadores, dos Prefeitos, do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina até neste momento, daqui a pouco será do Paraná e será do Brasil.

Quero dizer aqui que o carvão vai, sim, continuar sendo utilizado para gerar energia porque é uma questão estratégica para o nosso país. É como o Pré-Sal. Ninguém vai abandonar o Pré-Sal, a política "o petróleo é nosso", e o carvão é nosso, é do Brasil; não é do Rio Grande. (Palmas.)

Não falamos aqui em tom de ameaça porque participamos do regime democrático do nosso País. Somos eleitos Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores e até mesmo Presidente da República. Falamos, sim, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que estão sendo discriminados, sim, porque há uma política nacional estabelecida por um decreto, uma portaria que é feita em algum gabinete e não condiz com a realidade. Muitas vezes dizem que nossa região polui, o que não é verdade. Há cinco anos em Candiota, a Secretaria da Saúde do Estado faz um trabalho com os Municípios e não foi constato que alguma criança de zero a seis anos tenha problema respiratório por causa do carvão ou alguma pessoa acima de 60 anos, que é o que eles verificam. Não há nenhuma pessoa nessa condição. Em nosso Município não há criança fora da escola, não há criança embaixo das marquises, como vemos pelo país afora, não tem idoso nas ruas .Por quê? Porque lá no Município tem a CGTEE a CRM.

Eu quero dizer, Dr. Altino – o senhor está aqui para levar para o Ministro e para a Presidente da República, porque o senhor é o Secretário do Planejamento e sua Secretaria passa o planejamento enérgico do Brasil, porque a gente sabe... e o senhor vai nos ajudar, junto com o Tomasquin, com a Presidente, com o Ministro porque isso vai sair. Sabe por quê? Porque o gaucho se reúne. Há gaúchos no Brasil inteiro. Há Deputados, Senadores e até mesmo Governadores de outros Estados que são gaúchos, como no Acre, no Piauí e na medida em que for necessário. Não queremos, a gente não quer parar o Brasil. Quem de nós quer parar o Brasil? Ninguém. Quem seria maluco de querer parar o Brasil? Parar a pauta do Congresso Nacional? Mas se for necessário, vamos parar porque senão nós é que vamos acabar. É isso. Se a gente não defende nosso interesse... *(Palmas.)*

Vou neste momento, com permissão do Senador Paim, ficar de pé aqui no Senado. A gente fez um pequeno teste, pequeno. A Professora Giselma, que está aqui conosco, a nossa Vereadora Liliane...

Eu fiz um teste: digam às crianças do nosso Município que escrevam uma cartinha para a Presidente Dilma. A gente fez só em uma escola e pode fazer em todas elas.

A cartinha de uma criança diz assim: "Presidente Dilma Rousseff"... Uma criança que não pode vir a Brasília, porque, como trazer uma criança no ônibus?

"Presidente Dilma Rousseff, queria te dar um presente, mas não sei embrulhar. Só não te dou o meu coração porque não posso arrancar" *(Palmas.)*

"Eu queria que a senhora apoiasse o carvão".

É uma criança da Turma 40 do quarto ano.

"O carvão é uma riqueza do nosso Município. Por isso, devemos defendê-lo para que continue produzindo energia. Luíza Dutra" *(Palmas.)*

Há outra aqui. Cada um tem o seu jeito. Ela diz assim:

> "Por favor, apóie o nosso carvão, você, que é a melhor Presidente do Brasil".

Turma 400 e tal.

Há outra que... Desenham, Dr. Sereno.

> "Dilma, você é nota mil... Apóie o carvão"

A gente tem aqui, erro dizer que não são só as?só de uma escola, esse conjunto de documentos. Q crianças; são as pessoas de bem.

A nossa Secretária Jussara Cony, porque tem compromissos no Rio Grande, não pôde estar aqui, mas vou falar em nome dela porque ela esteve lá em

Candiota com 2.000 pessoas e falou para toda a imprensa do Rio Grande.

O que disse a Secretária do Meio Ambiente do Rio Grande, Jussara Cony?

> "O meio ambiente não pode mais ser encarado como um entrave. Ele precisa ser um parceiro do desenvolvimento. E será. Os movimentos sociais"... *(Palmas.)*

A Senadora Ana Amélia está chegando, e eu estou concluindo.

> "Os movimentos sociais"...

O Frei Sérgio Gorgen, diz o seguinte:

> "Quando o assunto são fontes de energia, o único entrave costuma ser a questão ambiental. No caso do carvão, não podemos perder a possibilidade de desenvolver uma região pobre em detrimento de uma visão distorcida".

Frei Sérgio Görgen faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Brasil inteiro, que representa o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores – e que também faz parte do Conselho do Rio Grande do Sul.

São tantas pessoas...

Senador Paulo Paim, agradecendo, quero dizer ao senhor que estou muito entusiasmado. Sabe por quê? Porque quando a gente iniciou lá em Candiota – não fui eu; foi o Wagner que teve a iniciativa junto com os mineiro – houve uma reunião com o Pablo Lima, o Axley, o Vereador José Vítor, o Vereador Couto e tantos outros que não vou poder nominar, iniciaram um trabalho e disseram: "Nós vamos fazer um movimento em Candiota".

E foi feito e lá havia 2.000 pessoas, vários Secretários e vários Deputados. Depois houve um movimento em Santa Catarina, e nós fomos de ônibus – eu fui junto –, dois ônibus, lá em Florianópolis e foi muito bom.

Depois houve outro movimento com mais de 2.000 pessoas – havia 3.000 pessoas – lá no Baixo Jacuí maior do que o de Candiota. Agora as pessoas vieram de ônibus para Brasília.

Vou encerrar dizendo o seguinte, Senador Paim: o Deputado de Santa Catarina que falou aqui em relação à BR-101, e a gente, que é consciente – somos pessoas de bem...

Existia um grupo... Eu sei os nomes, mas, por questão de ética, porque eu sou ético, não vou dizer nem que preso ou torturado. Seja onde for, jamais direi quem são. Mas queriam, no dia em que a Presidente da República foi lá, à Expointer, no Rio Grande, colocar cinco carretas de carvão na Ponte do Guaíba. No mesmo momento em que a Presidente iria lá! *(Palmas.)*

Agora, imagine, Senador, que a gente conseguiu convencer todos de que não deveria ser feito ali, na ponte do Guaíba, porque seria muita... A Presidente da República... A Expointer é uma tradição do nosso Estado... Nas manchetes sairia não a Presidente da República na Expointer, o maior evento do Rio Grande do Sul: sairia o bloqueio da Ponte do Guaíba, porque isso pararia Porto Alegre. Vocês imaginem, seria um dia inteiro parado.

Agora, se lá em Santa Catarina paralisaram não em tom de ameaça, mas de alerta, se necessário for, nós vamos parar a Ponte do Guaíba, vamos parar a Região da Campanha, vamos parar Santa Catarina e vamos, com a bancada, parar o Brasil, porque o carvão vai ter que ser organizado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Prefeito Folador, Luiz Carlos Folador, de Candiota.

Quero, neste momento, registrar a presença – e já o tinha feito antes – dos três Senadores do Rio Grande. A Senadora Ana Amélia eu já havia falado. Que ninguém tenha dúvida de que nós três, Simon, Ana Amélia e Paim... E fiz a leitura também dos três Senadores de Santa Catarina e do Paraná.

Para que não fique nenhuma dúvida, uma salva de palmas, agora, para a Senadora Ana Amélia, aqui presente. *(Palmas.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, caro Senador, colega e amigo Paulo Paim.

V. Exª tem toda a razão. Nós aqui, nas questões de interesse do nosso Estado, estamos unidos sempre, permanentemente.

Esse é um tema crucial não só para o Rio Grande e para Santa Catarina, que têm as maiores reservas de carvão mineral, mas para o País, na sua matriz energética, hoje concentrada nas hidrelétricas, que, com as questões ambientais, criam um problema grave, digamos, de limitação para o aumento da oferta de energia.

Se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ao longo dos séculos, fizeram investimentos muito grandes nessa área, criando empregos, gerando possibilidades de desenvolvimento e ampliando essa matriz energética para uma produção diversificada, nós não temos o direito, nem o Governo de não dar a atenção que merece o setor.

Eu queria cumprimentar o Prefeito de Candiota pela manifestação e exatamente pela iniciativa de não ter criado um problema político mais grave, até de segurança, naquela manifestação sobre a Ponte do Guaíba.

Penso que o que foi feito na 290, lá no entroncamento, meu querido Prefeito Miguel Almeida, de Minas do Leão... Nós temos condições, sim, politicamente, como está sendo feito.

Queria cumprimentar o meu caro colega Paulo Paim pela iniciativa desta audiência pública, que dá visibilidade a um problema de interesse nacional, como disse.

E queria também dizer que essa questão do emprego é fundamental, Senador Paulo Paim. A questão social tem de ser vista. As empresas estatais ou as empresas privadas que estão trabalhando nisso, os investimentos que o Brasil ao longo do tempo fez, os equipamentos comprados no exterior, e nós deixamos isso, agora, simplesmente fechando unidades importantes, como é o caso de São Jerônimo. Então, não é admissível que essa situação persista.

Queria cumprimentá-lo também, porque ficou para amanha, às 16 horas, a reunião que V. Exª marcou com o Ministro Edison Lobão, para tratar desse tema.

Também já foi mencionado aqui, eu imagino, que o nosso Coordenador da Bancada, Paulo Pimenta, tem sido extremamente ativo. Ele encaminhou, juntamente com o Governo do Estado, no dia 2, quando estava na Expointer a Presidenta Dilma Rousseff, um memorando, exatamente defendendo a permanência ou a inclusão do carvão mineral no leilão do A-5, que foi anunciado pelo Ministério de Minas e Energia.

Então, estamos parceiros nisso. Já me manifestei, da tribuna do Senado, várias vezes, a respeito desse problema, assim que voltei da visita que fiz a Minas do Leão, com as lideranças de Butiá e de São Jerônimo, com as lideranças de toda a região, porque esse é um impacto negativo para o Rio Grande, que já sofre vários outros problemas de ordem econômica e financeira.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia. Sou testemunha de que, por diversas vezes, falamos sobre esse tema no plenário, e, agora, aqui, a Senadora dá um depoimento contundente.

Quero também, Senadora, dizer – ninguém tenha dúvida – que, quando os interesses do Rio Grande estão em jogo, os três Senadores abandonam as questões...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São do mesmo partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... abandonam as questões partidárias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São do mesmo partido, o Partido do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles abandonam as questões partidárias e são os Senadores do Rio Grande.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Todo mundo é Grenal, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De vez em quando, Caxias também.

Mas queria passar a palavra, neste momento, para o Deputado Federal Ronaldo Zulke.

Vamos intercalando, e, em seguida, virá o Prefeito Miguel Almeida, Prefeito de Minas do Leão.

Deputado Federal Ronaldo Zulke.

O SR. RONALDO ZULKE (PT – RS) – Obrigado, Senador Paim, pela gentileza de conceder-me a palavra.

Peço desculpas. Só pude chegar agora, porque estava em outra audiência pública, com o Presidente da Petrobras. Coincidentemente fui eu que propus aquela reunião, então não tinha como sair.

Mas estou aqui, para me somar a essa luta. Acho que a sua iniciativa de realizar esta audiência pública vem no momento certo. É nos próximos dias que temos de tentar alterar a decisão do Governo.

Com a presença do Ministério aqui, ouvindo tudo que ouviu, tenho certeza de que o Dr. Altino vai contribuir para que esse equívoco seja corrigido. Falo "equívoco" porque compartilho da opinião daqueles que acham que não se pode penalizar um setor tão importante para o desenvolvimento do Sul do País, que participa apenas com 2% da matriz energética brasileira, como sendo ele o responsável pelos problemas ambientais que temos em nosso País.

É inaceitável essa tese. Que há problemas ambientais sabemos que há, mas sabemos que temos tecnologia já desenvolvida para enfrentá-los. Também sabemos que há. E, mesmo que não as tivéssemos de conjunto, há que apostar no desenvolvimento dessa tecnologia, para enfrentar a captura do CO_2. E isso só vai ser possível com a existência da indústria, das minas, da exploração do carvão e, paralelamente, com o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia.

Então, acho que é um equívoco e queria concluir, dizendo: triste de um povo, triste de um governo que não consegue alcançar o ponto de equilíbrio entre a necessária preservação ambiental e o desenvolvimento econômico e a geração de emprego.

Acho que esta é a nossa tarefa: procurarmos o ponto de equilíbrio entre, sim, a preservação ambiental, que precisamos ter para o futuro da nossa gente, para o futuro da humanidade, e a necessária equação do desenvolvimento econômico, da geração de emprego, da geração de renda para a nossa população.

E quem conhece o Rio Grande, quem conhece aquela região especialmente sabe que estamos falando de uma atividade que é estratégica para o desenvolvimento da região.

Só há uma outra maneira de abandonar o carvão: constituir-se ali alguma atividade que possa dar conta desse desenvolvimento, o que não acredito que possa existir, pelo menos em curto espaço de tempo.

Então, ela é fundamental para o desenvolvimento da região carbonífera, para o desenvolvimento do Rio Grande. Ela gera emprego, renda; desenvolve o nosso Estado, o nosso País. Precisa ser preservada, estimulada. E, evidentemente, precisa haver, para isso, uma política governamental que equacione, que ajude a encontrar esse ponto de equilíbrio. Acho que essa é a tarefa do Ministério de Minas e Energia, é a tarefa do Governo.

Nós estamos aqui, legitimamente, na defesa dessa ideia, que é a preservação dos empregos, da geração de renda, do desenvolvimento do Rio Grande e da nossa gente, do nosso povo.

Então, quero apenas associar-me a tudo que já foi dito. E o prazo é dia 20. Dia 20 é o prazo para as empresas. Agora, 20 de setembro. Portanto, este é o momento de incidirmos, para alterarmos a posição estabelecida pelo Governo, Senador Paim.

E, aí, nós que sabemos um pouquinho como essas coisas funcionam, independentemente de que governo for, se não for exercida a pressão política legítima de uma sociedade democrática, essa questão não vai ser alterada. *(Palmas.)*

Portanto, Dr. Sereno, queria concluir, fazendo uma referência a toda a sua história. Nós achamos que estamos aqui legitimamente exercendo a nossa cidadania, assim como os mineiros, a população, os prefeitos e vereadores daquela região. E tenho certeza de que a nossa Presidenta será sensível; ouvirá os reclamos do nosso povo e acompanhará o nosso desejo de permitir a presença do carvão no leilão A-5, de dezembro.

Mas, para isso, é preciso que seja alterada essa resolução, essa portaria, agora, antes do dia 20. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Federal Ronaldo Zulke.

Vamos passar a palavra agora ao Prefeito de Minas do Leão, Miguel Almeida. Em seguida, falará o Deputado Estadual Heitor Schultz e, na sequência, o Prefeito Hélio Luiz Bunn, Prefeito de Lauro Müller, Santa Catarina.

Prefeito Miguel, com a palavra.

O SR. MIGUEL ALMEIDA (PP – RS) – Muito bem, cumprimento o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Amélia, que ainda se encontra presente, os deputados federais e estaduais, as autoridades aqui presentes, empresariais e sindicais, enfim, todos aqueles que já foram citados.

Já foi dito aqui, principalmente, que a questão, hoje, é muito mais política do que qualquer outra coisa. E, particularmente, gratifica-me muito ver a Senadora Ana Amélia e o Deputado Federal Afonso Hamm, os quais apoiei nas últimas eleições, representando-nos muito bem.

É claro que existem deputados de outros partidos, todos eles imbuídos da mesma causa. O Rio Grande se une com seus três Senadores, Senador Paim.

Quero, antes de mais nada, também fazer uma saudação muito especial à comitiva do meu Município, que veio de ônibus – foram praticamente três dias para vir, e serão praticamente três dias para voltar –; à Câmara de Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas para a Câmara de Vereadores.

O SR. MIGUEL ALMEIDA (PP – RS) – A nossa Câmara de Vereadores está com a maioria aqui em Brasília: dá para fazer até uma sessão.

São pessoas representando os mais diversos anseios e preocupações da nossa comunidade, que embarcaram naquele ônibus e que estão aqui presentes.

Fica difícil falar, Senador, porque tantos oradores que passaram aqui antes falaram e explicaram tão bem a situação que vivemos neste momento. Mas quero dizer, complementando alguma coisa que foi dita, que a Drª Irani, que aqui se pronunciou bem no início desta audiência, falou muito mais em nome da região do que no do Governo do Estado, porque falou com emoção e com o sentimento da nossa região.

É claro que o Governo do Estado está aqui sendo representado por ela, mas, com certeza, faço minhas as palavras dela – até porque faço parte desse movimento que a senhora muito bem representou aqui também.

O Deputado Federal Paulo Pimenta resumiu toda essa questão. Acho que a questão técnica, já foi dito aqui também, é hoje uma questão política. Acima, de tudo, é uma questão política, Senador Paim.

E estamos aqui, hoje... Vou fazer uma comparação. Pode ser um pouco engraçada, mas é o sentimento que trago para esta audiência pública. Nós estamos como uma pessoa que está afogando-se, já voltando à tona quase pela última vez. E viemos aqui, hoje, para pedir socorro. Pedir Socorro para que nos salvem, antes que morramos. E aqui é o lugar para pedir socorro. Aqui estão os nossos representantes. Aqui estão as pessoas que elegemos para nos representar e para nos defender.

Por isso, Senador, tem o nosso apoio. Vamos continuar a luta onde for preciso. Quando vemos o Prefeito de Candiota, que é do Partido dos Trabalhadores, fazer esse discurso tão inflamado, o que podemos dizer é o seguinte: O senhor é o nosso líder, Prefeito Folador, até porque seu Município é o maior interessado economicamente, claro que é. Nós também temos interesse na nossa região, mas seja o senhor a nossa liderança,

porque conhece os caminhos melhor do que nós. Então, estamos aqui para dar apoio e, resumindo mais uma vez, para pedir socorro ao Congresso Nacional para o nosso Estado e para a nossa região carbonífera.

Muito obrigado. E que Deus ilumine vocês daqui para frente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Prefeito de Minas do Leão, Miguel Almeida, que fez aqui seu pronunciamento, fortalecendo essa caminhada, na certeza de que vamos chegar lá.

Vou passar, agora, a palavra ao Deputado Estadual Heitor Schultz. Está aqui o Heitor? *(Pausa.)*

O Heitor saiu. Então, de imediato, vamos ao Prefeito de Lauro Müller, Santa Catarina, Hélio Luiz Bunn.

O SR. HÉLIO LUIZ BUNN (PMDB – SC) – Boa-tarde a todos. É um prazer, uma satisfação estar aqui participando desta audiência pública, com um tema tão importante para a nossa região, que é a região carbonífera do sul do Estado de Santa Catarina. Existe lá a Associação dos Municípios da Região Carbonífera, que se compõe de 11 Municípios.

Foi falado bastante, debatido bastante, a gente ficou observando, mas vou falar bastante da nossa região carbonífera do Estado de Santa Catarina.

Sr. Altino, é bom contar com sua presença aqui. Quero dizer o seguinte: a região carbonífera no passado, economicamente, já foi a terceira região do Estado de Santa Catarina. Hoje a região carbonífera é a última economicamente. Tudo isso, pela crise do setor carbonífero.

O meu Município, Lauro Müller, no ano de 2008, teve um movimento econômico de R$171 milhões. Lá havia três empresas produzindo carvão. Uma empresa em 2009 fechou. Com ela sozinha, eram R$61 milhões. Então, hoje, dos R$171 milhões, estamos com menos R$61 milhões, pela crise que se vem gerando no setor carbonífero.

A região carbonífera já teve mais de 10 mil empregos. Hoje se já dois mil, é muito. O meu Município tem três minas de carvão – lá é no subsolo. E, se continuar como está indo, Dr. Sereno, vamos acabar fechando todas, e vai acabar o Município de Lauro Müller, porque a sua história vem do carvão. Os tropeiros, descendo a Serra do Rio do Rastro – no nosso caso, é no pé da serra –, para vender o charque e o queijo em Laguna, Tubarão, Florianópolis, descobriram o carvão.

O carvão iniciou em Santa Catarina pelo nosso Município. Então, hoje estamos vendo grupos privados querendo instalar uma termoelétrica na boca da mina, no Município vizinho de Treviso, e não estão podendo fazê-lo.

Mais de um bilhão de reais de investimento na nossa região, como falou aqui o Zancan. E isso vai afetar diretamente a economia de toda a região, principalmente do meu Município, Lauro Müller.

Quando eu era criança ou jovem, Senador, não havia fiscalização do meio ambiente: praticamente zero. Não havia tecnologia para explorar o carvão. Eu escutava donos de empresa e minerador dizerem assim: "Se neste mês, não tiramos a quota do carvão, o governo vai tirar a nossa concessão". E se tirava de picareta, sem condição de segurança mínima. Era exigido tirar.

Hoje, com toda a tecnologia e com segurança, não se vê mais um mineiro com doença do pulmão, o que no passado havia. Todos aqueles mineiros do passado, furadores, hoje já não estão mais no nosso meio. Agora, hoje, não. Aposenta-se com saúde explorando carvão. Mas não se vê o Governo incentivar. No passado não tinha segurança, e o Governo exigia que se explorasse para produzir energia de que o País precisava. Agora hoje não se exige por quê? Estão tirando o direito do nosso trabalhador da mina por outros fatores econômicos no Brasil.

Então, é até um desabafo que eu quero fazer aqui da região carbonífera, Senador, para que seja levado em consideração. Podem ter aqui ex-mineiros e pais de muitos mineiros que já perderam a vida tirando o carvão para desenvolvimento do nosso Brasil. Mas hoje o Governo não quer. Quer cortar isso. Nós não podemos aceitar, em hipótese alguma. Ninguém quer partir para o extremo, mas, se for necessário, nós vamos partir. Então vamos ao diálogo. Como falaram aqui, o Congresso é realmente quem representa o povo brasileiro.

Para terminar, na camisa do nosso Criciúma Esporte Clube, está escrito assim: Carvão Nacional. Carvão, energia nacional!

Por isso, queremos fazer esse apelo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Hélio Luiz Bunn, Prefeito de Lauro Muller, Santa Catarina, que mostrou aqui, inclusive, além da sua história, que o time de futebol da sua região mostra na camiseta a importância do carvão.

Nesse momento, passamos a palavra para o Sr. Paulo Machado, Prefeito de Butiá.

O SR. PAULO MACHADO – Paim, estou bem acomodado aqui. Não vou me deslocar para lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique à vontade.

O SR. PAULO MACHADO – Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar todas as autoridades, pessoal de Santa Catarina, alguns do Paraná. Quero aqui, em especial, cumprimentar nosso Presidente do Sindicato dos Mineiros e toda a comitiva, que veio da cidade de Candiota, de Minas de Leão e de Butiá e que viajaram quase 40 horas. *(Palmas.)*

Paim, o slogan do nosso Governador Tarso era "Rio Grande: do Brasil e do Mundo".

Houve uma manifestação aqui que parece que o Tarso não quer apoiar nosso carvão. Quer apoiar sim, com certeza, prova é que está aqui o Drª Irani, representando-o, e o nosso Sereno Chaise, que sabe o grande legado da história política do nosso Estado.

Butiá hoje tem 20,5 mil habitantes, Paim. Butiá hoje tem uma economia muito ligada também ao carvão, a prova é que dois diretores da Copelmi, Dr. Carlos Farias e Dr. Cesar Faria, estão hoje aqui representado a instituição nesse momento, nesse ato tão importante.

A Irani falou, recentemente, sobre a empresa alemã que quer estabelecer em Butiá. Quarenta milhões vão ser investidos nessa empresa. Já está tudo acordado, tudo bem organizado, bem alinhavado. Que ela venha se estabelecer em Butiá! Sabem qual é a matéria prima dela? Oitenta e cinco por cento das cinzas do carvão. Passivos, às vezes, que ficam com problemas, Dr. Altino. Então, isso vai absorver de três a quatro mil trabalhadores novos da comunidade de Butiá. Isso vai gerar de ICMS, só para a nossa cidade, de R$350 mil a R$400 mil, por mês. Olhem bem, uma renda *per capita* baixa.

Hoje, a nossa região carbonífera, como falou nosso Prefeito Hélio, recentemente, carece também disso. Tu conheces, Paim, palmo a palmo dessa região. Quantas vezes tu estiveste lá? Fico muito feliz em ver a manifestação de três Senadores, Deputados Federais, como o Paim, como o Deputado Afonso Hamm, que se manifestou, como o Valdeci, da Assembleia Legislativa de Santa Maria, Líder Sindical, se manifestou aqui. Eu vejo sim que as coisas estão se encaminhando.

Estou saindo daqui mais fortalecido do que quando cheguei. Cheguei com as pernas meio quebradas, Paim, mas saio daqui mais fortalecido, porque tu és, vou dizer assim, um negrão firme, forte e rígido. Tu mesmo falas. Tu vais nos defender forte, Paim. As lideranças todas vão nos defender forte.

Vejo aqui a Ana Amélia falar em economia, e ela conhece, ela domina muito bem essa matéria. Ela diz que nós não podemos perder os investimentos que a Copelmi fez em Butiá, que a CRM fez na Minas do Leão, que fez em Candiota. O Falador também vem aqui – Folador, não é falador; ele fala bastante, é falador, mas é Folador o sobrenome dele... Temos que defender sim.

Como prefeito Butiá, eu saio daqui muito fortalecido.

Quero também agradecer aos Vereadores. Aqui temos Vereadores da nossa cidade também, pessoas que estão conosco.

Não vou me estender. Aquele relógio não para de andar. São 13 horas e alguns já estão de barriga vazia aqui. Já pensou! Eles viajaram 40 horas. Como eles estão sacudiram do Butiá, de Candiota até aqui, estão precisando de uma alimentação.

Paim, muito obrigada. Que Deus te abençoe!

Eu falava com o Miguel aqui que vamos estar no dia 21. Vamos nos organizar.

Paim, um beijo no teu coração, um abraço, que Deus te abençoe e te ilumine! E tu vais nessa luta.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Paulo Machado, Prefeito de Butiá. Nós estaremos nessa audiência de amanhã à tarde e também do dia 21, buscando solução.

O Paulo Brum, Vice-Prefeito de Candiota, e depois vamos para os Vereadores.

Vou, na mesma linha do Paulo Machado, fazer um apelo para que todos sejam bem sucintos, diretos, para que o nosso povo possa almoçar. Temos que terminar até as 14 horas a nossa audiência.

Então, Paulo Brum, Vice-Prefeito de Candiota. *(Palmas.)*

O SR. PAULO BRUM (PSDB – RS) – Minha saudação ao nosso Senador Paulo Paim, aos demais Senadores que estiveram aqui conosco, nossos três Senadores, Deputados Estaduais, Federais, aos nossos Deputados dos nossos três Estados. A minha saudação a todos nossos candiotenses que viajaram todo esse número bastante alto de quilômetros para estarem aqui, apoiando o nosso carvão, a nossa riqueza. Minha saudação ao nosso Prefeito Folador, sabendo que, se o Prefeito falou, está falado, mas estou aqui também para defender a nossa riqueza.

Senador Paim, o senhor já esteve em Candiota nos defendendo numa greve, defendendo nosso trabalhador de Candiota. E agora estamos aqui, na sua presença, mais uma vez, pedindo o seu socorro. E o senhor está aqui, incansável. São 13 horas e 11 minutos. *(Pausa.)*

Então vemos que o nosso pessoal: do nosso Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná... Já tivemos, no Rio Grande do Sul, o movimento da Revolução Farroupilha, defendendo seus interesses. Nesses nossos três Estados, já tivemos também a ideia de criar o País do Pampa. Por quê? Porque a nossa Região do Sul não é enxergada, a nossa Região do Sul não é valorizada. Também estivemos com a ideia, o projeto de criar o Estado da Metade Sul. Não me lembro o nome que seria: Estado da Farroupilha ou Estado Piratini. A ideia não é tanto criar o Estado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Me permita Paulo Brum, de fazer um cortezinho, de-

pois eu desconto, mas é só para registrar, e eles vão ficar conosco, o Henrique Fontana, que é uma das lideranças no Congresso Nacional e que tem peso junto à Presidência, e também o Ronaldo Nogueira, que está aqui também, Deputado Federal. Ambos Deputados Federais, comprometidos, líderes que vieram apoiar o movimento. Convidei-os a se sentarem à nossa direita – a direita é só sentar, viu? *(Pausa.)*

Depois usarão a palavra.

Continua Paulo.

O SR. PAULO BRUM (PSDB – RS) – Então, voltando à palavra, se o carvão não for colocado para produzir energia, vemos o risco do desaparecimento da CRM, vemos o risco do desaparecimento da CGTEE e também o risco do nosso Candiota sucumbir.

Então, prezados Senhores, nossos Senadores, Deputados, independentemente de Partido, estamos aqui para que vocês nos olhem, nos enxerguem e olhem também pela riqueza natural que Deus nos deu. Nós sabemos que essa riqueza é dada por Deus e que devemos usá-la. Estamos usando com sabedoria e com tecnologia. Hoje essa riqueza não é desperdiçada, não é uma poluição, como todos demais falaram aqui.

Então, podemos agradecer por este espaço, esta oportunidade que o Senador Paim está dando para nossa comunidade de Candiota e para os demais Estados, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, que estão aqui. Quero agradecer, em nome da nossa comunidade, em nome de todos nossos candiotenses, em nome dos nossos mineiros, sindicatos que aqui estão presentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo Brum, Vice-Prefeito da Candiota.

Vamos, em seguida, passar para os Vereadores, mas, como sei que os Deputados têm que votar – muitos passam aqui falam e vão, porque vai iniciar a sessão às 14h –, de imediato, vou passar a palavra ao Deputado Ronaldo Nogueira, Deputado Federal, e ao Henrique Fontana também. Para mim, não importa a ordem. *(Pausa.)*

Com a palavra Ronaldo Nogueira, Deputado Federal. *(Palmas.)*

É importantíssimo teu apoio, Ronaldo.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (PTB – RS) – Cumprimento Senador Paim e, em nome do Senador, cumprimento os demais integrantes da Mesa e as lideranças do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina que estão trazendo esse pleito que diz respeito a uma consolidação do desenvolvimento econômico e, por consequência, do desenvolvimento social do Estado do Rio Grande do Sul e também de todo o Brasil.

No nosso entendimento, Senador Paim, a iniciativa protagonizada por V. Exª é de suma importância. Houve também a iniciativa da mobilização dos municípios que seriam afetados. Eles vieram de ônibus, isso nos dá uma demonstração de uma causa que precisa ser olhada com muitos bons olhos pelo Governo. *(Palmas.)*

O Brasil possui uma matriz energética que abrange toda a sua matriz e o carvão precisa ser contemplado. Não pode ficar fora do próximo leilão.

Então, queremos estar aqui para trazer o nosso apoio à iniciativa e dizer às comunidades presentes que nós, junto com os outros Deputados do Estado do Rio Grande do Sul, a Bancada gaúcha, com certeza, haveremos de estar juntos nesta luta para que o nosso carvão não fique fora desse leilão.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Ronaldo Nogueira, Deputado Federal, que aqui, de forma muito convicta e muito firme, deu todo apoio ao movimento.

Passamos a palavra, neste momento, ao Deputado Federal Henrique Fontana, que foi líder do Governo e que tem trânsito muito bom dentro do Governo. Isso é bom para todos nós.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, que honra, e muito, o mandato que recebeu do povo gaúcho; quero cumprimentar todos os componentes da Mesa e fazer uma saudação especial ao Dr. Sereno Chaise, que é o Presidente, hoje, da CGTEE, e uma grande liderança política do nosso País e do Estado do Rio Grande do Sul; quero cumprimentar todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vice-Prefeitas, Vereadores e Vereadoras e todas as lideranças do mundo do trabalho, do mundo empresarial deste importante setor da economia do nosso País e da economia do Estado do Rio Grande do Sul.

Começo por uma frase, Senador Paim: não consigo encontrar motivos para discriminar a fonte carvão como geradora de energia, como uma das geradoras de energia do nosso País. *(Palmas.)*

Ao contrário, o tempo tem nos ensinado, e temos demonstrado na prática, que esta fonte energética e a indústria do carvão têm conseguido qualificar tecnologicamente o processo de geração de energia a partir do carvão. A construção de Candiota III, que era um grande sonho do Estado do Rio Grande do Sul, foi viabilizada com uma atuação muito importante, em primeiro lugar, da ex-Secretária de Minas e Energia do Estado do Rio Grande do Sul, da depois Ministra de Minas e Energia

do País, da depois Chefe da Casa Civil do nosso País e da, hoje, Presidenta da República, a companheira Presidenta Dilma, que sempre trabalhou para que o carvão fosse incluído na matriz energética brasileira, pela inclusão, pela manutenção da expansão progressiva e equilibrada do carvão dentro da matriz.

Não estamos aqui, em audiência pública, e conversei com o Senador Paim, e todos nós temos maturidade para isso, ninguém está aqui para propor que o carvão substitua as fontes hidrelétricas, por exemplo, a fonte eólica e outras fontes que nós temos. Falamos que o carvão não deve ser discriminado porque o carvão tem um papel complementar na matriz energética brasileira e parte de uma riqueza que está no solo do nosso País, especialmente dos dois Estados mais ao sul do Brasil. *(Palmas.)*

É uma riqueza que temos, sim, interesse estratégico em explorar. Se mantivermos o carvão, como estamos trabalhando para manter, dentro do próximo leilão e com essa progressão equilibrada da participação do carvão na matriz energética brasileira, estaremos também proporcionando que a indústria do carvão continue investindo em tecnologia, que continue investindo no aperfeiçoamento dos processos de geração energética a partir do carvão para que, com isso, tenhamos uma geração ainda mais equilibrada ambientalmente do que é hoje, e já é muito equilibrada com todos os investimentos que foram feitos.

Eu falava de Candiota III, que é um exemplo do projeto do ponto de vista da garantia das emissões, mas existem outros temas que o País tem que enfrentar e que não podemos reproduzir. Entre nós, que defendemos a geração de energia a partir do carvão, não podemos aceitar uma discussão que antagonize o tema da sustentabilidade ambiental com a geração térmica de energia a partir do carvão. Não! O nosso desafio é mostrar, como estamos mostrando, que o carvão pode ter participação num pedaço da matriz energética com absoluto respeito ao grande desafio que o País tem, e qualquer país que se imagina com uma gestão moderna e com visão de futuro tem que ter: a busca de um desenvolvimento econômico sustentável.

Apóio integralmente. Estou ao lado do nosso Senador, de toda a nossa bancada, de todos os Prefeitos. Trataremos disso, como a gente sempre faz, com muito diálogo, com vencimento para conseguirmos comemorar a vitória desse movimento que estamos aqui empreendendo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Henrique Fontana, ex-Líder do Governo, que hoje é Relator de um projeto importantíssimo que é a reforma política. Se depender de nós, pode ter certeza de que estamos juntos.

Vamos, de imediato, passar a palavra aos Vereadores, mas, antes de passar a palavra, só vou ler o nome dos Vereadores que abriram mão da fala devido ao horário: Vereadora Liliane Martins, do Município de Candiota, Membro da Comissão Pró-Carvão, da Câmara de Vereadores. Uma salva de palmas para ela, que abriu mão devido ao horário. *(Palmas.)*

Vereadora Iara Madeira Manzke, Município de Hulha Negra, no Rio Grande do Sul, que representa a Comissão Pró-Carvão da Câmara de Vereadores. *(Palmas.)*

Vereador Edmundo Pichler, Município de Aceguá, RS, Coordenador do Fórum Regional de Desenvolvimento, Manejo das Águas e Combate aos Efeitos das Estiagens, que está aqui no ato em defesa do carvão como membro da Comissão. *(Palmas.)*

Agora, vamos aos Vereadores inscritos. Faço um apelo. Se todos puderem sintetizar em três minutos, nos ajudaria muito. Dedé Tintas, Vereador de Butiá. *(Palmas.)*

Tenho dez Vereadores inscritos. Se todos concordarem, vamos trabalhar com três minutos para cada um. *(Pausa.)*

O SR. DEDÉ TINTAS (PP – RS) – Bom dia, Senador Paulo Paim, comunidade presente, em especial, Senador, aos nossos trabalhadores que vieram de ônibus do Rio Grande do Sul, aos nossos Prefeitos, Deputados e Senadores que aqui estiveram, empresários e empreendedores que também aqui estiveram na data de hoje.

Senador Paim, se me permite chamar assim, temos que fazer um resumo da nossa audiência pública.

A Comissão Apóia Carvão, do Bairro Jacuí, de que faz parte Oniro Camilo, Irani Medeiros, Prefeito Miguel, Vereador Nego Véio, Vereador Teixeirinha, este Vereador, o pessoal de Candiota, Sindicato, pediu essa audiência na data de hoje. Tivemos várias reuniões, em Brasília, junto ao Ministério de Minas e Energia, tivemos no Estado do Rio Grande do Sul, tivemos no Estado de Santa Catarina, e até o momento uma das coisas que me preocupa, Senador, é que não vi nenhum ser contra o carvão, principalmente nessa audiência.

Nós dizíamos, no Estado do Rio Grande do Sul, que, quando fazíamos alguma audiência, falávamos para nós mesmos. Falávamos para nós mesmos. Tivemos que vir a Brasília para falar do que realmente nós dependíamos: a inclusão do carvão na matriz energética e nesse leilão de dezembro. O nosso prazo é 20 de setembro. Quando me manifestei para V. Sª em relação à audiência do dia 21... *(Pausa.)*

Agradeço a sua atenção.

Existem aqui empreendedores, empresários que querem investir, e não é pouco dinheiro. Nós temos tra-

balhadores que querem trabalhar, e não são poucos. Temos uma questão social muito grande envolvida. Também há o interesse do Estado e das Prefeituras em arrecadação de impostos.

Até hoje não vi nenhuma portaria que diga que as usinas termoelétricas não cumpriram com a questão ambiental. Ainda não vi. É simplesmente uma questão política em relação ao nosso carvão.

Pergunto, em face da oportunidade da sua presença, Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura, que é um dos que certamente reúne a questão técnica e discute a questão energética em nosso País, qual o nosso caminho? Se hoje temos aqui empresários, Deputados, Senadores, Prefeitos que querem o carvão na nossa matriz energética, que querem o carvão gerando empregos, gerando impostos, gerando o desenvolvimento do nosso País, qual o caminho? Pergunto a V. Sª e gostaria que aqui tivéssemos a resposta.

Lembro-me bem, Senador, que tivemos duas reuniões no Ministério de Minas e Energia, antes da Portaria nº 498/2011. Antes! A Portaria acabou acontecendo e o carvão não estava incluído. Temos hoje um prazo muito curto, que é até 20 de setembro. Então, temos que nos mexer. Por isso, para que isso aconteça, hoje estamos aqui pedindo o apoio dos Senadores, dos Deputados Estaduais e Federais, das nossas lideranças.

Gostaria de, imediato, passar...

(O Sr. Presidente fez soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele vai falar no encerramento. Uma salva de palmas ao Dedé Tintas pela sua fala. *(Palmas.)*

O SR. DEDÉ TINTAS (PP – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos para o Todi Flores, Vereador de Minas do Leão.

Quero lembrar a todos que o Secretário vai fazer o encerramento. Depois dos Vereadores, fala o Secretário.

Eu faço um apelo. Está aqui o Todi Flores.

O SR. TODI FLORES (PP – RS) – Eu vou usar a palavra daqui, Sr. Presidente. Estou bem acomodado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meu amigo Todi Flores, três minutos.

O SR. TODI FLORES (PP – RS) – Vou falar rápidas palavras, Senador Paim.

O apelo que a sociedade rio-grandense está fazendo é pela região carbonífera, que está sendo massacrada por políticos que não têm visto com bons olhos a nossa região, infelizmente, e vou falar do Prefeito de Santa Catarina.

Eu tenho 64 anos. Meu pai foi mineiro e eu também sou mineiro, filho de mineiro. O Teixeirinha me conhece muito bem, a Drª Irani mais ainda. Teixeirinha foi meu patrão, meu pai, posso dizer, porque criei meus filhos trabalhando com ele.

O povo brasileiro, ninguém quer mais nem menos do que emprego para criar sua família dignamente. Temos na região o que o povo sabe fazer: carvão. Infelizmente, não tem outra profissão.

Faço um apelo, Senador Paim, Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia, Deputados que defendem a região, para que olhem com bons olhos porque, senão, vamos bater à porta do nosso Senador para que nos socorra.

Obrigado por hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Todi Flores, Vereador de Minas do Leão que, entendendo o momento dos companheiros que viajaram, como foi dito aqui, mais de 40 horas, usou um minuto e meio.

José Carlos Menezes, Vereador de Arroio dos Ratos.

(Intervenções fora do microfone.)

Vamos ao Teixeirinha, a velha tradição do Rio Grande. Teixeirinha, de Arroio dos Ratos.

O SR. TEIXEIRINHA (PSB – RS) – Bem, peço licença para saudar o nosso Senador, saudar a Mesa, Dr. Sereno, meu Presidente do Sindicato, essa alavanca propulsora que nos dá toda a coragem O senhor está sendo metido em uma camisa de força, mas o senhor vai se sair bem dela. Queremos isso. Quero saudar a Drª Irani, meus companheiros mineiros e mineiras e as mulheres dos mineiros que estão aqui e que tem muita coragem. *(Palmas.)*

Ali está a professora, o filho de professora, o genro, a nora. Essa é gente de Candiota. Todos estão sendo saudados. E a você, Prefeito, que é lá de Candiota. Dirigi caminhão entregando carvão na usina Candiota I e a vi ser desmanchada. Que tristeza! Não deixem fazer isso com a de São Gerônimo, meu Presidente. Não faça isso! Aquele é um patrimônio nosso. Eu fui funcionário da usina de São Gerônimo. Tenho orgulho de dizer que fui foguista e, depois, maquinista, motorista. Onde precisavam de mim, lá eu estava. Mas eu quero só me apresentar.

Falar dos Senadores e Deputados é chover no molhado. Falar em ti, Tordilho, grande motorista, pessoa séria e educada, é chover no molhado para ti, mas, para essa gente que não te conhece, não. Eu digo para o Oniro, mas às vezes ele não gosta, que não se mede um homem pelos três metros de tamanho que tem, mas pelos seus atos, amigo, e tu vais morrer fazendo isso. *(Palmas.)*

Quero dizer o seguinte: sou filho de mineiro, Presidente da CRM. Conheci o Departamento Autônomo do Carvão Mineral. Vi, depois, a CRM ser transformada pelo Dr. Schinor, Dr. Cesar. Em quantas e quantas passagens dessa, Dr. Cesar, o senhor esteve comigo? Em uma reunião, o senhor fez sinal para mim dizendo que eu tinha que baixar a poeira e fiz isso. Foi diante de um Ministro chamado Murilo Badaró. Não gostei dele naquele dia. Tem que assumir cargo, Presidente, e tem que responder por ele. Não pode se acovardar.

Não estou inventando, Senador Paim. Não estou inventando.

Meu pai tem 98 anos, se aposentou no Cadem, na Copelmi.

Tem muita gente que não sabe, Dr. Cesar: se Charqueadas é o que é hoje, agradeça a fechar Arroio dos Ratos, porque lá criaram a Aços Finos Piratini, porque não tinha nenhum porto de carvão, a usina, porque não tínhamos energia, a Termochar. Agora falam em fechar, mas que coisa feia este Governo está fazendo conosco!

Prefeito, com a coragem que nós temos, não vai fechar usina nenhuma. Vão criar novas, se Deus quiser, porque nós não somos covardes, Dr. Cesar. Às vezes, vou lá tomar o tempo do Dr. Carlos, choramingar, mas sempre saio ganhando. Não saio nunca perdendo de lá, e assim vou fazer na direção da CRM, se Deus quiser! *(Palmas.)*

Para encerrar, Irani, a menina Irani, que prazer saber que de Butiá saiu a educação daquela professora que está ali, a Drª Irani! Saiu de Minas dos Ratos o cidadão chamado Nei Webster Araujo, que foi Vice-Presidente dessa empresa, que assumiu várias vezes o Ministério de Minas e Energia. O nosso Ministro Shigeaki Weki era andarilho, às vezes, e lá estava o Dr. Nei para nos receber.

Então, filho de mineiro com 90 anos, que se preocupou, Dr. Carlos, e me ligou: "Filho, será que vão fechar a nossa usina e as nossas minas?" Aposentado. Meu irmão está aposentado e formou dois filhos do suor do carvão: um é engenheiro e, hoje, diretor da Aracruz e a filha é engenheira e fiscal tributária da União. São filhos de mineiro. O que eu quero registrar com isso? Tenho bisneto com 13 anos e o meu pai, Dr. Cesar, tem tataraneto. Vieram de onde? Oriundos do carvão.

Gente, desejo a todos que sejamos felizes nessa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Teixeirinha.

O SR. TEIXEIRINHA (PSB – RS) – Um bom retorno. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. TEIXEIRINHA (PSB – RS) – Eu tenho 40 anos nisso, Dr. Cesar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Teixeirinha.

O SR. TEIXEIRINHA (PSB – RS) – Há 40 anos estou aí. Se Deus me der mais 20, 30, 40, Oniro, estarei junto com vocês. Eu não sou covarde. Sou bairrista e me orgulho de ser bairrista. Quando, o senhor lembra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Teixeirinha começou de novo.

O SR. TEIXEIRINHA (PSB – RS) – Vou repetir isso aqui para vocês saberem. Não vou falar do nosso partido aqui, Senador Paim, mas do carvão. Esse é o nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

O SR. TEIXEIRINHA (PSB – RS) – Eu não conheci a Alcoa, queimava carvão dos Estados Unidos e o senhor tinha dificuldade na sua empresa, em Charqueadas, porque não queriam gastar o carvão. O que fez o Ministro Aureliano Chaves? Autorizou a queima de carvão e disse que não precisaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concluindo, Teixeirinha, porque temos problema de horário.

O SR. TEIXEIRINHA (PSB – RS) – Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos de imediato a palavra ao Rogério Batista de Almeida, Vereador de Minas do Leão. Faço um apelo para ser sucinto.

O SR. ROGÉRIO BATISTA DE ALMEIDA (PDT – RS) **–** Vou ser breve, Senador.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e, neste primeiro momento, agradecê-lo por ter sido parceiro sempre de todos os gaúchos, e na nossa região carbonífera não está sendo diferente. Quero também cumprimentar todas as autoridades presentes aqui, Prefeitos, Vereadores, enfim, todos os que estão imbuídos nessa campanha.

Quero salientar que o discurso da Drª Irani, que disse tudo o que tinha que dizer, mandou todo o recado com uma sensibilidade muito importante, uma coisa incrível. Tenho certeza de que tocou a todos nós, gaúchos, principalmente aos mineiros e a mim, que sou filho de mineiro. Tenho certeza de que muitas pessoas naquele momento sentiram até vontade de chorar, porque o que está em jogo aqui é a vida daquela região, é a vida de cada um de nós, que moramos e vivemos sempre atrás do carvão.

Quero, mais uma vez, agradecer a todos os Deputados e Senadores que aqui se manifestaram em prol do carvão.

Há trinta dias, me manifestei na Câmara de Vereadores de Minas do Leão. No meu discurso, Senador Paulo Paim, coloquei que estava faltando força e peso político para a questão do carvão no Rio Grande do Sul. Hoje, aqui, isso se confirma. Agora, saio daqui muito mais alegre e com a esperança renovada de que Minas do Leão, Butiá, Ratos, Candiota, a partir de agora, vão ter essa força, esse peso político que estava faltando para a nossa região.

Muito obrigado e até a próxima. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rogério Batista de Almeida, Vereador de Minas do Leão, que ficou em dois minutos.

De imediato, Luis Ricardo Vieira, Vereador de Butiá.

O SR. LUIS RICARDO VIEIRA (PPS – RS) – Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é o nome de guerra dele? Cadoda.

O SR. LUIS RICARDO VIEIRA (PPS – RS) – Vereador Cadoda, de Butiá. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cadoda, tudo contigo.

O SR. LUIS RICARDO VIEIRA (PPS – RS) – Cumprimento Senador Paim, primeiramente agradecendo pela recepção que tivemos em Brasília. Não é a primeira vez que o Senador nos recebe. Sou Vereador de primeiro mandato.

Que bom, e todos os oradores falaram muito bem aqui nesta audiência, que a comunidade se fez presente na comitiva! Vim junto, de ônibus. É bom que a comunidade veja a dificuldade que um Vereador tem, pois às vezes é preciso de mais força política. O pessoal está nos assistindo em todo o País pela *TV Senado*. Às vezes, Irani, pedimos uma emenda de R$100 mil, aqui, em Brasília, e o pessoal nos critica por ganhar uma diária para brigar por recurso, Prefeito Paulo Machado, para melhoria de nossos bairros, de nossos Municípios, melhoria da saúde, da educação, da assistência social, enfim, de diversas áreas.

Estão aí os empresários da Copelmi, que praticamente hoje é a mãe de Butiá. O que seria de nós sem a Copelmi, Dr. Carlos, Dr. Cesar? Eu moro no bairro Charrua, ao lado da Copelmi. Gratifica-me e orgulha-me muito morar naquele bairro. Como disse o Teixeirinha, sou um Vereador bairrista. A Copelmi pode ficar lá mais 200, 300 anos.

É difícil vir a Brasília pedir uma emenda parlamentar. Hoje viemos numa comitiva de três ônibus – e agradeço à comissão, em nome do Oniro – para pedir que mantenham os empregos em Butiá e na região carbonífera. Vejam a dificuldade que temos. Será que daqui a alguns anos vamos ter que vir a Brasília pedir uma cesta básica? Vamos com a força política que temos dos Vereadores, dos Deputados.

Parabenizo a todos que vestiram essa camisa, Senadores e Deputados de todas as bancadas. Com essa força, conseguiremos fazer com que a Presidente tire a caneta do bolso e assine a inclusão do carvão na matriz energética do País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Luis Ricardo Vieira, Vereador de Butiá, Cadoda. Muito bem, ficou dentro do tempo.

Alceu Flores de Moraes, Alceu Magrão, como me disseram aqui.

O SR. ALCEU MAGRÃO (PMDB – RS) – Saudar o Senador Paulo Paim, saudar o nosso Presidente Onirio, Presidente do CGTEE, representante do Ministério de Minas e Energia, Drª Irani, Prefeitos aqui presentes, diretores de empresas, Vereadores, comunidade que se fez presente aqui.

Eu, como Vereador, fiz questão de acompanhar esta comitiva para poder sentir na pele o que é uma luta, uma luta que é árdua, mas que dá uma esperança maior, aqui, nesta tarde, para a nossa região carbonífera e todo o sistema de mineração do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Um colega me entregou uma amostra do carvão mineral, energia do Brasil. Respiro há 34 anos o carvão. Sou mineiro. Há 34 anos, sou da CRM, Companhia Riograndense de Mineração. Nosso presidente, Elifas Simas, o diretor técnico Dr. Eduardo Medeiros, nossos companheiros da Copelmi, Dr. Cesar Farias e Dr. Carlos Farias, se fazem presentes nesta reunião.

Estou com uma esperança enorme por tudo o que aconteceu aqui no dia de hoje, por todos os manifestos de políticos do Governo, que estão do nosso lado, pelo trabalho que o Senador Paim fez em realizar essa audiência pública, pelo trabalho que o Onirio vem fazendo, pelo manifesto do Dr. Sereno Chaise, e tenho respeito pela pessoa dele, e do representante do Ministério de Minas e, principalmente, pelo depoimento da Drª Irani, com o qual, sinceramente, quase chorei. Eu me senti emocionado. Desculpem, talvez... *(Palmas.)*

É duro, não é?, talvez porque eu tenha feito parte dessa história. Trabalhei na mina de mineração, no subsolo, no tempo em que era manual, desde 1977. Quase morria um funcionário por mês. Não existia segurança. Era precária. As tecnologias foram aumentando e isso foi melhorando a nossa qualidade de trabalho e de vida. Hoje a gente vê quase que fugindo das nossas mãos a possibilidade de manter a nossa Região Sul fornecendo energia para todo o Brasil.

Nem preciso falar dos índices de contratação de energia, de importação de energia, de 1,6%, que temos hoje na matriz. Não queremos fazer parte da matriz

energética só com 1,6%. Queremos um mínimo de 4% a 5%, que resolve o problema da nossa região e dos nossos três Estados. Os investidores estão aqui. Para que os investidores, para que alguém da Vale do Rio Doce está minerando na África, onde o carvão está a mil metros de profundidade? Por que o Sr. Eike Batista vai à Colômbia minerar, se temos no Rio Grande do Sul 90% do carvão do País? É isso que queremos.

Estou feliz da vida por saber que essas autoridades estão realmente ao nosso lado. Existem prefeitos guerreiros, como o de Candiota, o Folador. Esse rapaz é um herói! *(Palmas.)*

Quero cumprimentar as pessoas que nos acompanharam nessa caminhada. Quero cumprimentar a todos e dar os parabéns.

Parabéns, Senador Paim! Parabéns a todas as pessoas que participaram hoje aqui!

Meu muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Vereador Alceu Magrão, de Minas do Leão. *(Palmas.)*

Passamos de imediato ao Vilmar Oliveira, o Lobão, Vereador de Minas do Leão.

O SR. LOBÃO (PSDB – RS) – Cumprimentando o Senador Lobão, que não é aquele com quem vocês estão brabos, de Minas do Leão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas ele vai nos receber amanhã.

O SR. LOBÃO (PSDB – RS) – Cumprimento a Mesa. Cumprimentando a Drª Irani, cumprimento todas as mulheres que estiveram conosco nessa caminhada de Minas do Leão, e os homens também, porque senão vou apanhar. Já estamos indo para lá. Se for preciso, se não for resolvido aqui, pode contar que voltaremos novamente.

Era só isso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Lobão. Esse foi Vilmar de Oliveira, o Lobão, Vereador de Minas do Leão, que foi breve, objetivo, direto e recebeu as palmas mais fortes que vi nesta tarde. *(Risos.)*

José Vainer. É Nego Véio, mesmo? *(Pausa.)*

Então vamos lá. Depois não digam que eu discriminei, porque vai sobrar a lei contra mim. Vamos lá, meu comandante, Nego Véio.

O SR. NEGO VÉIO (PP – RS) – Eu quero ser rápido na minha fala e já agradecer todos os que nos acompanharam, os trabalhadores, as trabalhadoras, as donas de casa. Em nome do Senador Paim, cumprimento todas as autoridades da Mesa e os homens que nos acompanharam, os pais de famílias, e, em nome da Drª Irani, que tão bem representa as mulheres, cumprimento todas as mulheres presentes.

Saio com as esperanças renovadas, porque, vejo aqui empresários do porte de todos os que se fazem presentes defendendo o seu pão de cada dia, porque é uma cadeia produtiva. Eles precisam que essas pessoas fiquem, permaneçam com esses empregos e suas rendas. Vejo os Deputados e os meus dois Senadores, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Paim, trabalharem dessa forma pelo Rio Grande do Sul. No dito popular, se Deus quiser vai ser banida, a esperança é a última que morre. Aqui está nascendo a nova esperança e vamos estar juntos nesse leilão e vamos ter o carvão incluído na matriz energética, para o nosso Estado não perder e a nossa região carbonífera não ficar empobrecida e esquecida.

Temos fé em tudo o que aconteceu aqui hoje, pelos empresários, pelas representações políticas. Vi os Deputados dizendo que vão se unir para obstruções. Isso é esperança! Isso é realidade! Vamos conseguir e vamos chegar ao nosso objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

José Vainer, Nego Véio, Vereador de Minas do Leão.

O Vereador Luiz Couto está presente? *(Pausa.)*

Está registrado Luiz Couto.

Último, Giselma Pereira, Vereadora de Candiota.

A SRª GISELMA PEREIRA (PT – RS) – Senador, prometo que serei breve. Só gostaria de socializar com todos e aproveitar para cumprimentar todos.

Gostaria de dizer que, no Estado do Rio Grande do Sul, iniciamos a Semana Farroupilha, a Chama Crioula foi espalhada nos dias 10 e 11 para todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Quero registrar aqui, e vou fazer em menos de três minutos, a carta que nós entregamos, digo nós porque foi um grupo com o Oniro, o Prefeito, o Deputado Afonso Hamm, à Presidente Dilma.

Excelentíssima Senhora:

Dilma Roussef.

M.D. Presidente da República.

Foi no Rio Grande do Sul que há 175 anos nasceu o grito de liberdade que alicerçado na força e rebeldia farrapa, proclamou a República Riograndense e promoveu a maior epopéia deste país. A luta de um povo ousado e criativo, que colocou barcos em cima de carretas puxadas por bois e atravessou este Estado indo lutar contra as forças imperiais no vizinho Estado de Santa Catarina e lá junto com os irmãos catarinenses, proclamaram a República Juliana, unidos por ideais de desenvolvimento e riqueza.

Da mesma forma, em 1961, quando novamente se fez necessário, do Rio Grande brotou outro grito pela

liberdade – O Movimento pela Legalidade, assegurando ao Vice-Presidente eleito dessa nação a sustentação para tomar posse como Presidente da República após a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

Somos um povo que cultua a liberdade e seguindo nossa vocação histórica de lutas, outra vez no Rio Grande do Sul e Santa Catarina brota um novo grito de liberdade e em defesa da nossa maior riqueza – O CARVÃO MINERAL.

Não podemos abrir mão desta riqueza econômica, fonte de geração de emprego e renda para as nossas regiões e com isso promover maior igualdade social nestes pagos, participando assim do grande Projeto Nacional de Erradicação da Miséria do vosso governo do qual apoiamos integralmente.

Gerar energia elétrica a partir do carvão mineral não é somente importante do ponto de vista estratégico para o Brasil, é também a promoção do desenvolvimento econômico e social de uma das regiões mais esquecidas do nosso país, por isso consideramos tratar-se de assunto de Soberania Nacional.

Vou encerrar simbolicamente.

Somos conhecedores dos Tratados Internacionais e do compromisso do Brasil no que tange ao cuidado com o meio ambiente, mas queremos dividir ônus e bônus com as demais regiões do país, mas sempre resguardando a proporcionalidade do tamanho destas regiões e do grau de comprometimento assumido pelas mesmas neste imenso Brasil.

Estamos solicitando a inclusão da geração de energia elétrica a partir do carvão mineral, na Portaria nº 498, de 25 de agosto passado, do Ministério de Minas e Energia para a participação no Leilão A-5, previsto para dezembro deste ano.

> "Com responsabilidade social e ambiental, seguiremos nossa luta pela defesa do carvão mineral, fonte de riqueza das regiões do Sul do país".

Atenciosas saudações, – **Oniro da Silva Camilo,** Presidente Sindicato dos Mineiros. – **Luiz Carlos Folador,** Prefeito de Candiota, Candiota, Fronteira Oeste do RS, Região Carbonifera do Baixo Jacui RS e de Santa Catarina, 02 de setembro de 2011.

Viva a Semana Farroupilha! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Giselma Pereira, Vereadora de Candiota.

Quero registrar também que esteve conosco durante toda a audiência pública o Vereador Alcenir Luiz Pereira, do Município de Treviso, Santa Catarina.

Quem vai encerrar, nós combinamos aqui, é o Altino Ventura Filho, até porque tem de responder, no mínimo, a dois questionamentos.

Agora, pediu-me a palavra por um minuto o Sr. José Lopes Lucas, o Zecão. Você prometeu que seria um minuto, Zecão. E eu levei fé.

O SR. ZECÃO (PT – PR) – Bom dia, Senador, por pouco tempo, cumprimentando o senhor, cumprimento toda a Mesa e todos os mineiros, Prefeitos e Vereadores que estão aqui.

Só queria dizer uma coisa, pessoal, para vocês. Temos o nosso carvão. Temos o nosso trabalho. Não queremos nunca pegar o meu filho e trazer numa Prefeitura para receber um cartão de Bolsa Família. Nunca, nós não queremos isso. Uma coisa eu quero deixar claro aqui, para todo mundo, é o seguinte: virem, coloquem o mapa do Brasil em pé, porque toda construção tem de ter um bom alicerce para se manter, para não rachar e para não cair. Se colocar o Brasil em pé, temos um alicerce forte, em baixo, que é o Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

Se o Rio Grande do Sul parar, o Brasil para também. Vamos manter o Rio Grande do Sul em pé. Nosso Estado é um alicerce forte. Temos condições, sim, o Rio Grande do Sul, com qualquer problema que der, como está dando em Goiás com essa seca, de mantermos energia para esse Brasil velho. Nós temos um alicerce forte. Pedimos meu amigo, mantenha esse alicerce forte. Se ele se rachar, o Brasil desmorona também.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o José Lopes Lucas, que falou pouco, mas falou muito.

Agora o nosso Secretário do Planejamento do Ministério, Altino Ventura Filho.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Dado o adiantado da hora, vou ser bem rápido com a minha intervenção final. Vou usar uns 5 minutos, no máximo, para fazer algumas ponderações e responder algumas das questões que foram feitas por várias pessoas aqui.

Primeiro, queria dizer que a minha participação aqui, neste evento, foi muito importante. Consegui captar todas as questões que foram colocadas aqui, técnicas e políticas. Prestei muita atenção. Isso vai ser muito importante para o trabalho que, como Secretário do Planejamento, desenvolvo no ministério. Vou levar ao Ministro das Minas e Energia o que ouvi aqui, de forma sintética. Foi uma reunião muito rica em defesa do carvão mineral. Foram colocadas várias questões importantes.

Queria destacar alguns aspectos que coloquei na minha apresentação, também incorporando algumas manifestações que foram feitas aqui.

O Brasil, o nosso País cresce, e cresce muito. Precisa de muita energia. Precisamos instalar 7 mil

megawatts/ano nos próximos dez anos, o que significa 70 mil megawatts. Então, é um país que tem de mobilizar todas as fontes energéticas. A política do Ministério é de procurar dar uma diversidade a essas fontes respeitando os aspectos regionais. Esse é o primeiro item que eu gostaria de colocar.

O segundo é o seguinte. Formamos um sistema interligado, que é o maior sistema interligado do mundo. Estamos agora levando as nossas linhas de transmissão para a região norte isolada do País, Rondônia, Acre, Manaus e Amapá. Estamos fazendo um estudo que tem um simbolismo muito importante e que é para levar a energia ao Oiapoque no sistema interligado brasileiro. Quando tivermos isso, o Ministério de Minas e Energia pode publicar em todos os jornais do Brasil que do Oiapoque ao Chuí, de João Pessoa a Cruzeiro do Sul, todos os brasileiros no mesmo sistema interligado. Então, é um sistema continental. Todas as fontes energéticas entram nesse sistema para atender todos os brasileiros.

O potencial hidroelétrico, pela nossa Constituição, é um bem da União. Nós olhamos a biomassa da mesma forma. Olhamos o vento como sendo um recurso energético de todos os brasileiros, e o carvão mineral também.

Foi dito aqui que o carvão mineral é do Brasil. De fato, é do Brasil. Está localizado no Rio Grande do Sul. Pelo seu movimento, ele pode não só criar benefícios locais como atender à necessidade energética brasileira como fonte importante no médio e longo prazo.

Outro aspecto que foi dito aqui, e achei muito relevante, é que nós temos de ter um direcionamento de médio e longo prazo. Essa frase é muito importante. O leilão de 2011, o assunto não se encerra neste momento. Todos os anos temos leilão A-5, temos leilão A-3, porque precisamos instalar 7 mil megawatts/ano. Não estou dizendo que a reivindicação atual não seja levada, mas quero dizer que é importante que tenha uma continuidade do caminho a seguir do carvão mineral. Acho que esse ponto foi falado mais de uma vez e eu achei muito relevante.

Destaquei dos quatro itens que o engenheiro Zancan, meu amigo, companheiro do setor elétrico, colocou aqui: competitividade, viabilidade ambiental e a questão das mudanças climáticas, segurança energética e o emprego. À segurança energética e ao emprego eu não me referi porque não são impedimentos ao carvão, pelo contrário, o carvão contribuirá para a segurança energética e para o emprego, como as demais fontes também. Então, concentrei-me nos dois primeiros itens – competitividade e viabilidade ambiental –, que passas pelo aspecto legislativo, e vou fazer algumas referências aqui tentando responder quais são os entraves que poderão ser contornados para facilitar e permitir a expansão do carvão mineral na geração de energia elétrica brasileira.

Na política energética do Brasil, estamos, dentro do horizonte dos 10 anos, reduzindo a participação da hidroelétrica, que é a fonte mais adequada para o atendimento do mercado de energia elétrica brasileiro, de 80,6% para 73,4%, abrindo espaço para as demais fontes. O Ministério, nos anos recentes, fez um esforço muito grande definindo políticas, abrindo incentivos, inclusive algumas reduções fiscais, algumas coisas desse tipo, para as fontes que são competitivas e as fontes que, do ponto de vista ambiental, depois da legislação da lei de política de mudança climática, apresentam condições favoráveis de emissão de gases e efeito estufa. Estou me referindo à fonte biomassa do bagaço de cana, que, no horizonte de 10 anos, dobra a sua participação, passando 5,1% para 10%. Estou me referindo também à fonte eólica, que passa de 0,4% de participação para 4,3%, multiplica por 10 a sua participação, com regras de mercado.

Em relação ao carvão, o meu amigo Cesar Farias, também colocou um assunto interessante. No plano 2019, que era o horizonte de 2010/2019, e no plano anual 2011/2020, não aparece explicitamente o carvão no horizonte de planejamento depois de 2015. Por que isso aconteceu nesse momento? Em parte pela nossa legislação ambiental, por nossos compromissos relacionados com mudanças climáticas que foram definidos na Lei nº 12.187, do final de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.390, também do final de 2009. Esta legislação não proibiu o uso de combustíveis fósseis, mas sinalizou várias medidas, e o país adotou, que resultaram em compromissos voluntários do Brasil no cenário internacional relacionados ao uso da terra, à agropecuária, à energia e à siderurgia. No que diz respeito à energia, estão sinalizadas, explicitamente na legislação, as prioridades: eficiência energética, incremento do uso de biocombustíveis, expansão da hidroelétrica e incremento de fontes alternativas.

A legislação, na nossa democracia, no nosso sistema de governo, é estabelecida por esta Casa, pelo Congresso Nacional, com total independência. É a independência dos três Poderes. Isso não quer dizer que o Poder Executivo não contribua para isso, mas, dentro desta Casa, foi votada uma lei com sinalização nessa direção e vou mostrar a importância da legislação para a questão do carvão, que foi um dos pontos que eu coloquei.

Está tramitando nesta Casa, na Câmara dos Deputados, com uma sessão que foi feita em agosto de 2011, um projeto de lei que modifica o art. 1º, § 7º, da nossa Lei nº 10.844, que regulamenta a questão de

comercialização de energia. Esse projeto de lei altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para vedar a contratação de energia elétrica gerada em termoelétricas que utilizam o carvão como combustível. Então, vejam, existem discussões dentro do Congresso, através de formulação de leis, que o Poder Executivo, o Ministério de Minas e Energia, tem de adotar. Não estou excluindo a participação do Ministério na forma de contribuição, de sugestões, mas esta casa tem toda autonomia para criar legislação para isso.

A legislação que está estabelecida desde o final de 2009, regulamentada pelo decreto, é que levou, Cesar Farias, no Plano 2019 e no Plano 2020, não aparecer explicitamente a geração térmica carvão mineral, como também não tem a geração térmica a derivados de petróleo.

O SR. CESAR WEINSCHENCK FARIAS – Mas se eu for fazer um contrato no mercado livre, diretamente ao consumidor, não estou impedido.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – No mercado livre, não teria o impedimento, porque não passaria no leilão, mas a reivindicação que está sendo trazida aqui, pelo que estou entendendo, é participar de leilão.

O SR. CESAR WEINSCHENCK FARIAS – Mas é incoerência. Mostra a incoerência do Governo: no mercado livre, você pode vender, mas, no mercado cativo, não pode. *(Palmas.)*

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Não necessariamente.

O SR. CESAR WEINSCHENCK FARIAS – Não posso construir no mercado livre porque não consigo contratos de venda de energia por mais de 5 anos. Então, não consigo viabilizar a construção.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Mesmo no mercado livre, tem uma lei que prioriza as fontes energéticas por razões climáticas. Estão citadas quais são essas fontes. Inclusive as metas, os valores globais foram estabelecidos no Senado Federal.

Foi perguntado aqui quais são os caminhos. O caminho é o seguinte: é o carvão mineral se tornar competitivo. Já tivemos uma manifestação do Zancan de que o carvão é competitivo. De fato, o carvão é usado no mundo inteiro. A maior fonte para produzir energia elétrica é o carvão. Quarenta e um por cento da energia que o mundo usa vem do carvão mineral – muito concentrado na China, na Índia, na Austrália, nos Estados Unidos e assim por diante e um pouco na Europa também.

A segunda fonte é o gás natural com 22%. Portanto, a segunda fonte é quase metade. Então, o carvão é uma fonte abundante no mundo, é uma fonte econômica, é uma fonte que tem grandes quantidades de jazidas. Portanto, para os preços, tem uma certa estabilidade, o carvão pode ser transportado a longa distância e, tecnologicamente, é uma fonte que está razoavelmente bem organizada, tendo a questão da emissão de CO_2, que precisa ser tratada ainda. Algumas pesquisas internacionais estão sendo feitas, como o sequestro de carbono, que é uma esperança que libertaria o carvão das restrições de emissão de CO_2.

Então, de fato, o carvão é a grande fonte para a produção de energia elétrica. E o Brasil não deve ser uma exceção. Ouvimos aqui uma manifestação de que o carvão é competitivo. Então, essa primeira restrição, quando falo competitivo, é o seguinte: o Brasil está tendo oportunidades de construir usinas hidrelétricas. Já estamos com a Usina do Madeira, antecipada a operação para este ano de 2011; a Usina de Belo Monte, e virá a de São Luiz do Tapajós, na faixa de R$80 por megawatt/hora. Os outros leilões sinalizaram valores de R$100 por megawatt/hora da eólica, alguma coisa da biomassa.

Bom, o engenheiro Zancam colocou aqui um aspecto importante, o de que tem algumas isenções fiscais, etc. E isso, para fazer as devidas comparações, tem de se levar em conta. Mas, o carvão pode se tornar competitivo com essas fontes, porque interessa para os brasileiros a modicidade tarifária.

Na medida em que o carvão se tornar competitivo, nesse nível ou um pouco mais, pois com algum incentivo pode chegar a sermos competitivos, mesmo com um custo um pouco maior do que esses valores a que estou me referindo, veja bem, vai acontecer com o carvão o que está acontecendo com a eólica e o que vai acontecer com a biomassa e a eólica que estão, digamos, se desenvolvendo.

Nós estamos nos esforçando para viabilizar a fotovoltaica solar para os brasileiros e estamos muito esperançosos de que, nesse horizonte, também aconteça. Então, no aspecto de competitividade, acho que o carvão está bem situado, está com manifestações aqui, e depende da competência dos investidores que são altamente competentes para fazer a custo baixo. Agora, no que diz respeito à emissão de CO_2, nós temos uma legislação, nós temos compromissos internacionais. E, na minha referência, eu disse que era muito importante encontrar esse ponto de equilíbrio entre isso, está certo, porque o carvão é um emissor de CO_2.

Então, essas seriam as reflexões que eu queria colocar. O Ministério de Minas e Energia está com as portas abertas. Eu me referi a elas e vou levar ao Ministro de Minas e Energia o que presenciei nessa reunião. Estamos com as portas abertas para encontrar as soluções, receber as sugestões, porque o papel do Ministério de Minas e Energia é viabilizar as fontes energéticas para os brasileiros, Fontes energéticas que

sejam competitivas e ambientalmente viáveis. É isso que desejamos, como fizemos com a biomassa, fizemos com a eólica, estamos tentando fazer com a solar. Agora, para que isso ocorra, aqueles dois pontos a que me referi são muito importantes: a competitividade e a questão ambiental de mudanças climáticas e emissão de CO_2 devido à legislação brasileira sobre o assunto e os compromissos internacionais que o país assumiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia.

Eu falei antes sobre o Couto. O Luiz Couto ainda está aí? *(Pausa.)*

O João Couto está aí. O João Couto, eu o conheço há alguns séculos. Usa a palavra daí mesmo, João Couto. Você estava na minha lista, só que eu disse Luiz Couto e é João Couto, Professor João Couto.

O SR. JOÃO COUTO – A minha saudação ao Senador Paim, companheiro de muitas lutas, desde os primórdios da democracia, não é companheiro Paim? Quero saudar também todas as autoridades presentes, muito especialmente o Prefeito Folador, que puxou essa luta desde o início. Esse jovem dinâmico que enxerga longe, percebe por onde as coisas passam.

Quero fazer uma saudação também muito especial a esse povo que veio aqui, fazendo quarenta horas de viagem. O Senador Paim deve se lembrar dos primórdios que a gente fazia isso. É preciso muita força de vontade, muita garra, para que as pessoas possam fazer quarenta horas de lá para cá; quarenta horas daqui para lá, retornando, fazendo a luta, para que se resolvam lá problemas de desemprego. Assim como houve o Vereador Teixeirinha, Senador Paim, eu também sou filho de mineiro e fui mineiro. O Teixeirinha deve lembrar, assim como o Paulo, o Prefeito lá de Butiá, que eu saúdo, um jovem também extremamente democrático e dinâmico. Quando eu trabalhava no Butiá, lá tinha cinco mil empregos, cinco mil mineiros trabalhando. Na medida em que foram abandonando o carvão, aquela região toda se transformou – lembra Paulo? – numa desgraceira; era desgraça só.

E a região onde estamos hoje, lá na Campanha, aquela região, na metade Sul toda, mas ali especialmente, ao invés de crescer um pouquinho como o Nordeste, lá decresceu. Então, quando nós apanhamos o programa da Presidente Dilma, cujo carro-chefe é a eliminação da miséria extrema, nós verificamos que, para atingir esse objetivo importantíssimo e necessário, é necessário também que se apanhem as riquezas naturais das nossas regiões e façamos delas o instrumento de desenvolvimento para eliminar essa miséria.

E ali, na região carbonífera toda, desde o Sul até a central, até Santa Catarina, o que potencializa a eliminação da miséria é aproveitar o carvão para produzir energia, porque sem energia não tem o desenvolvimento; sem energina não tem emprego e sem energia não tem a eliminação da miséria extrema.

Então, essa luta, companheiro, começada lá pelo Sindicato dos Mineiros de Candiota, adotada por todo mundo, hoje tomou conta de toda a região carbonífera. E com essa audiência pública, realizada aqui, com essa representatividade toda presente, ela ganha uma força extraordinária. E, no meu entendimento, saímos daqui com essa luta vitoriosa; e, por isso, queremos cumprimentar o Senador Paim pela decisão de fazer essa audiência pública, em função justamente de mobilizar todo mundo, de sensibilizar todo mundo, para os problemas graves que temos de desenvolvimento, especialmente na metade Sul do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e também o risco que corremos de apagão. É necessário, cada vez mais, diversificar e é necessário utilizar a nossa riqueza para produzir energia e não o carvão de fora do Brasil, importado da Colômbia, seja de onde for.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o João Couto. Parabéns! *(Palmas)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, com a fala do João Couto, vamos para o encerramento. Mas temos de fazer os encaminhamentos, se não a gente fala e ninguém fica sabendo o que vai acontecer agora.

Então, peço um pouquinho de atenção da moçada. Os encaminhamentos são dois, até o momento que entendo fundamental. O coordenador da Bancada do Rio Grande do Sul reforça, que é o Pimenta, que eu convoque, então, aquilo que eu já havia anunciado antes, da importância de os Senhores articularem os Deputados Federais dos três Estados do Sul e os Senadores, já para amanhã, às 16 horas, no gabinete do Ministro. Para vocês, se puderem fazer contato com os Deputados e Senadores. Vou pedir para o coordenador de cada bancada. Já falei com o Paulo Pimenta e ele vai fazer contato com os Deputados e Senadores do Rio Grande. E que o coordenador da Bancada de Santa Catarina faça alguma coisa, o do Paraná também, para a gente ter esse encontro amanhã, às 16 horas, com o Ministro Edson Lobão. Sem prejuízo nenhum da outra audiência que faremos no dia 21. Lembrem que no dia 21 também teremos outra audiência.

Agora, como foi dito aqui, como já há essa questão... *(Pausa.)*

Pessoal, a outra questão é que, como vence – agora, foi-me alertado, pela Mesa – no dia 20 de setembro, essa reunião de amanhã é importantíssima. E o Ministro vai estar lá, pois já havia um pedido, se não me engano, do Deputado Alceu Moreira. É isso? *(Pausa.)*

Com uma delegação. Ele vai receber todos. Então, nós estaremos lá para dialogar e buscar uma solução para essa questão.

Eu quero ainda...

O SR. JOSÉ DE SOUZA VITOR (PMDB – RS) **–** Permita-me, Senador, uma sugestão, uma contraproposta rápida?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá.

O SR. JOSÉ DE SOUZA VITOR (PMDB – RS) **–** A Presidenta da República recebeu documento do Governador do Estado, Deputado Paulo Pimenta e Afonso Hamm, e ela conhece o assunto. O ex-Governador Olívio Dutra também entregou documento à Presidenta. Então, ela é sabedora, é sensível. A sugestão: que o Secretário – pois ele conversa com o Ministro que nem um assessor conversa com o Prefeito, e a gente conhece – fale com o Ministro hoje. O Ministro tem condições de conversar com a Presidenta da República, porque é assim que funciona, pois é um assunto de interesse nacional; e quem sabe, o Ministro possa conversar com a Presidenta da República hoje ou até amanhã de manhã; e amanhã à tarde, já nos anunciar o leilão no dia 20, o carvão mineral. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vamos para os encaminhamentos. Tudo isso o Secretário vai fazer, porque ele havia assumido o compromisso de que, terminada a reunião, ele vai levar para o Ministro. O que nós temos de fechar entre nós é que estaremos lá, amanhã, às 16 horas, acompanhando essa outra audiência também, pois já estava prevista. Naturalmente, o Ministro, dentro do possível, vai falar com a Presidenta. Nós queremos buscar essa solução.

O Vereador José de Souza Vitor quer entregar um documento à Mesa. Esse documento vai ser entregue, em seguida. Eu quero só alertar a todos que esta Casa ficou hoje lotada com esse movimento, com essa grande mobilização. Inclusive, na sala ao lado, na sala 9, estavam mais de setenta pessoas assistindo o debate. *(Palmas.)*

Isso mostra a mobilização dos gaúchos e gaúchas para esse momento. Se vocês me permitirem, ainda neste momento, quero só dizer que nós, meu amigo Sereno, estamos completando, nesta oportunidade, os setenta anos da legalidade, como foi aqui dito. Então, eu diria que, no espírito da campanha da legalidade, o diálogo pela inclusão do carvão mineral no leilão é fundamental. E aqui eu me dou o direito de falar algumas palavras de um poeta.

Diz ele: "Há homens que lutam um dia e são bons; há outros que lutam um ano e são melhores; há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida (...)"

Esses são os mineiros, esses são imprescindíveis! Vivam os mineiros! viva o carvão! Vamos chegar à vitória! *(Palmas.)*

Eu vou receber do Vereador José Souza Vitor, antes de encerrar, o documento. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ DE SOUZA VITOR (PMDB – RS) **–** Senador Paim, eu queria dizer para o Senhor que isso é um abaixo-assinado de quatro mil e duzentas pessoas do Município de Candiota. É o anseio de homens e mulheres. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Vereador José de Souza Vitor, que me entrega um documento com mais de quatro mil assinaturas, um abaixo-assinado, em prol da inclusão das usinas termoelétricas de carvão mineral.

Recebo com muita alegria. Vamos mandar registrar nos Anais da Casa.

Tenho ainda que aprovar dois requerimentos, e o faço de forma muito rápida.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011 – CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a questão da hora extra no Brasil – a regulamentação do uso do ponto eletrônico. Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Em votação.

Aqueles que concordam queiram ficar como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 1

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011 – CASEMP

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a "Advocacia Pública como função essencial à justiça: análise da estrutura atual e projeção para o futuro nos três níveis da Federação." Os convidados serão indicados posteriormente pelos Senadores perante a Secretaria desta Subcomissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Em votação.

Os que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quanto ao mérito, também em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Meus amigos, vamos para essa audiência amanhã e o outro dia 21.

A SRª IRANI MEDEIROS – Senador peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar.

A SRª IRANI MEDEIROS – Eu só gostaria como encaminhamento de solicitar que nós aprofundássemos acerca desse projeto que visa taxativamente excluir as termoelétricas a carvão. É do Deputado Washington Reis e hoje tramita na Câmara dos Deputados. Se necessário for, a Comissão se dispõe a acompanhá-lo em uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

Nós vamos entregar esse documento à bancada federal dos três Estados e vamos pedir que haja a rejeição imediata desse projeto que traz prejuízo para o setor. *(Palmas.)*

Está encerrada a audiência pública.

Em conjunto agora: Viva o carvão!

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e três minutos, do dia cinco de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Lobão Filho, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Vital do Rêgo, Renan Calheiros e Gim Argello. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008** Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº 372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Favorável às Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008. Em 28/09/2011, foi concedida vista aos Senadores José Pimentel e Francisco Dornelles, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas n° 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto. ITEM 2) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011** Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007**

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador Jarbas Vasconcelos e outros. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável à PEC nº 40, de 2011, pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007, e contrário às Emendas nº 2

e n° 3. Em 24/08/2011, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais. Em 30/08/2011, foram recebidas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que receberam Parecer contrário. Em 31/08/2011, foi recebido o Voto em Separado do Senador Inácio Arruda, com voto contrário às PEC nºs 40, de 2011 e 29, de 2007. Em 05/10/2011, foi aprovado Requerimento nº 93, de 2011-CCJ, de destaque para votação em separado da Emenda nº 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à PEC n° 40, de 2011 e pela prejudicialidade da PEC n° 29, de 2007, e contrário às Emendas n° 2 e 3. Votam vencidos os Senadores Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2009** Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. **Autoria:** Deputado Augusto Nardes. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatoria ad hoc:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Votação nominal. Em 28/09/2011, foi concedida vista ao Senador Vital do Rêgo, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2010** Acresce o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal para definir requisitos de investidura em cargo público efetivo ou comissionado. **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti e outros. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta. Em 28/09/2011, foi concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 92, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para as Emendas n° 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 372, de 2008." **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 93, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda n° 3 à PEC nº 40, de 2011." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: APRESENTAÇÃO DO PARECER VENCEDOR PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010** Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relator do Vencido:** Senador Pedro Taques. **Relatório do Vencido:** Contrário ao Projeto por inconstitucionalidade. Em 28/09/2011, na 48ª Reunião Ordinária, a Comissão aprovou o Parecer contrário ao Projeto, por inconstitucionalidade. A Presidência designou relator do Vencido o Senador Pedro Taques. **Resultado**: **O Senador Pedro Taques dá como lido o Parecer Vencedor, nos termos do art. 132, § 5º do Regimento Interno.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e dezenove minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens de nºs 1 a 4, tendo o Item nº 5 como extrapauta.

Primeiro item da pauta.

ITEM 1

– Não Terminativo –

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2008

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.030-C de 2009 do Senado Federal (PLS nº 372/2008, na Casa de origem), que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.

Autoria das emendas: Câmara dos Deputados.

Autoria do projeto: Senador Lobão Filho.

O Senador Lobão Filho se encontra aqui? *(Pausa.)*

Ele e a plateia toda lá atrás. *(Palmas.)*

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria *ad hoc:* Senador Pedro Taques.

Relatório: Favorável às Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008.

Observações: *Em 28/09/2011, foi concedida vista aos Senadores José Pimentel e Francisco Dornelles, nos termos regimentais.*

Os Senadores Francisco Dornelles e José Pimentel se encontram ausentes. Neste momento, não se encontrando nenhum dos dois, passaria a palavra ao Senador Pedro Taques. Como S. Exª diz que Relator *ad hoc* é apenas para uma sessão e foi pedida vista, consulto o Senador Demóstenes Torres se poderia ler...

O relatório já foi lido, mas apenas para saber se, na ausência deles, V. Exª mantém...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mantenho o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, que eu preciso...

Senador Pedro Taques...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, que eu preciso proclamar o resultado.

Antes,quero justificar...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Silêncio! Silêncio, por favor.

Quero só justificar, antes de dar a palavra ao Senador Lobão e proclamar o resultado, que o Senador Pedro Taques é um Senador sempre presente aqui, mas tinha ido à sala da Presidência pegar um documento. Como ficou acertado entre nós que Relator *ad hoc* é para aquela sessão, peço vênia a V. Exª, mas coloquei hoje o Senador Demóstenes Torres, que eu tinha absoluta certeza de que iria confirmar o relatório feito por V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, S. Exª não ia apenas confirmar, mas ia fazer bem melhor do que este Senador.

Estou muito confortável.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques já aprendeu o trejeito aqui.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável às Emendas nºs 1 e 2 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008.

A matéria vai agora ao plenário do Senado Federal.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Lobão Filho, autor do projeto.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, ao tempo em que peço regime de urgência no encaminhamento ao plenário, não posso deixar de registrar o agradecimento profundo aos meus colegas, ao Senador Flexa Ribeiro, que fez o relatório, ao Senador Pedro Taques, que, mesmo sem conhecer o profundo teor deste relatório, sensibilizou-se com a presença e com o sofrimento desses vinte mil funcionários que tanto sofreram por tanto tempo, bem como agora ao Senador Demóstenes Torres, que se uniu a essa jornada, num gesto de grandeza na aprovação desse projeto.

Então, meu agradecimento a todos e, principalmente, ao Presidente desta Comissão, que teve também a sensibilidade de poder dar celeridade e colocar na pauta esse projeto que terá um impacto social tão relevante na nossa sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, já lhe concedo a palavra, Senador Randolfe Rodrigues.

Antes, porém, gostaria de dizer, Senador Lobão, que Deus me deu algumas oportunidades na vida, e foram muitas. Uma delas foi, quando Ministro das Comunicações, poder assinar ali 184 atos de anistia a pessoas que foram injustiçadas. V. Exª está de parabéns porque Deus me deu hoje também a oportunidade de estar presidindo esta Comissão e colocar em pauta uma matéria que vai corrigir injustiças feitas no passado, para que a gente construa o presente e o futuro. Para registrar...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Só reiterando o pedido de urgência.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de conceder a palavra ao Senador Randolfe, V. Exª faz o requerimento de urgência para ir a plenário.

Eu coloco em votação o requerimento de regime de urgência do Senador Lobão Filho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para telegraficamente cumprimentar V. Exª, o Senador Lobão e todos pela atenção dada aos que merecem ser anistiados, com respeito a punições havidas naquela época, 1992.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou já conceder a palavra ao Senador Randolfe, mas antes...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço silêncio a vocês, porque vou colocar o requerimento do Senador Lobão em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de urgência ao plenário permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai em regime de urgência...

(Manifestação da plateia.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria vai em regime de urgência para o plenário do Senado Federal.

Pela ordem, a palavra ao Senador Randolfe e, em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro.

Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes de o senhor passar para o próximo item da pauta, queria que fosse lido e apreciado, logicamente que pode ser na próxima reunião, o requerimento de minha autoria, que solicita a realização de uma audiência pública, conjunta desta Comissão com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir sobre os critérios de cálculo, entrega, controle das liberações e de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

Este requerimento, Sr. Presidente, tem a seguinte fundamentação: a atual partilha do FPE foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal desde 2010. E tramitam nesta Casa três projetos de lei que versam sobre a nova partilha do FPE. Um desses projetos, inclusive, de minha autoria.

Considero importante ouvirmos, aqui na Casa, o Ministro Gilmar Mendes, que foi relator dessa matéria decidida pelo Supremo Tribunal Federal, além dos Srs. Arno Hugo Augustin Filho, que é Secretário do Tesouro Nacional, e do Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária.

Se for possível a apreciação hoje, Presidente, ainda na pauta, eu lhe agradeço; se não, gostaria de solicitar a leitura e a apreciação na próxima reunião da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues, como a pauta hoje está relativamente suave, vou colocar no final da reunião o requerimento em votação tendo em vista que ele já está aqui há alguns dias assinado por S. Exªs os Senadores Randolfe Rodrigues, Pedro Taques e Blairo Maggi. É esse o requerimento? (*Pausa.*)

Então, no final da reunião, colocarei em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro; depois, Senador Valdir Raupp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, eu quero parabenizar V. Exª, Senador Eunício, neste momento e ao Senador Lobão Filho como autor do PLS nº 372/2008, na origem, que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço, ou seja, sobre a concessão de anistia nas condições de seu projeto. Quero também parabenizar o Senador Pedro Taques, que foi relator *ad hoc*, uma vez que eu não estava aqui quando o projeto foi relatado.

Senador Lobão Filho, V. Exª, em boa hora, faz justiça a todos esse funcionários, essas pessoas, esses irmãos nossos que foram atingidos à época pelo projeto que os expulsou do serviço público. Agora V. Exª reabre esse prazo para que eles possam retomar a ação no sentido de serem readmitidos e darem continuidade a sua vida profissional.

Então, parabenizo V. Exª e a Comissão. Como disse o Senador Eunício, Deus lhe deu a oportunidade novamente de estar presidindo a reunião em que se faz este ato de justiça em que o Senado Federal aprova projeto do Senador Lobão Filho, que tive a honra – e agradeço –, à época, de ser indicado relator.

Parabenizo todos aqueles que vão poder agora ter o direito reconhecido de retorno ao serviço público.

(*Palmas*.)

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro, quero registrar que fiz o agradecimento a V. Exª aqui. V. Exª, que foi parceiro e sócio da ideia, porque foi importante nessa etapa que agora

culminou neste sucesso absoluto desses funcionários. Eu que agradeço, do fundo do coração, a V. Exª pelo importante relatório que proferiu.

Muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Pimentel.

Antes, porém, quero só justificar que o Senador Flexa Ribeiro era o relator da matéria, fez o relatório da matéria, mas ele tinha uma missão no seu Estado, o Pará, e no dia não pode estar presente, oportunidade em que o Senador Pedro Taques foi nomeado relator *ad hoc*.

Senador José Pimentel, tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero também parabenizar o Senador Lobão Filho pela iniciativa, registrar que no nosso governo Lula, quando foi aberto o processo de readmissão dos demitidos do governo Collor, nós tivemos 15.153 pedidos de anistia. Desses, foram atendidos 12.291 trabalhadores que foram injustamente demitidos no governo Collor e, por meio da comissão mista composta pelos trabalhadores anistiados e por representantes do Governo Federal, tiveram o seu pedido atendido. E dos 2.247 pedidos indeferidos pela comissão e que entraram com pedido de reexame, 615 pendentes estão sendo reexaminados.

Quando o governo do Presidente Itamar Franco encaminhou esse projeto, na época foram readmitidos mais de 50 mil dos 60 mil que haviam pedido reintegração lá entre 1993 e 1994, no governo Itamar Franco. Lamentavelmente, em março de 1995 foi baixado um decreto cancelando a readmissão dos 50 mil aprovados pelo governo Collor. Em seguida foi reaberto um processo de readmissão e, naquele período de oito anos, algo em torno de 5 mil foram readmitidos. Portanto, dos 60 mil que foram demitidos no governo Collor, nós tivemos algo em torno de 20,200 readmitidos, e ainda temos aproximadamente 40 mil pendentes de readmissão.

É bom lembrar que, em 2004, quando o Presidente Lula reabriu o prazo de readmissão, que foi objeto do Decreto nº 5.115, algo em torno de 15,153 pediram anistia. O que demonstram, nesse período, esses outros 40 mil que não pediram? Ou não tomaram conhecimento, ou já foram incorporados em outras atividades da nossa economia.

Portanto, nós estamos aqui tratando exatamente desses 40 mil que, por algum motivo, não pediram a sua reintegração nos oito anos do governo Lula.

Quero também registrar, que, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, §1º, inciso II, letra *c*, a competência dessa matéria, conforme reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, é do Poder Executivo.

O que nós estamos dizendo? Nós estamos aprovando uma matéria, por unanimidade nesta Casa, mas sabendo que se houver qualquer questionamento no Poder Judiciário, ela pode cair. O que traz insegurança jurídica para os 40 mil que têm o legítimo direito de pedir a sua reintegração.

Mas, como Parlamentar, não posso deixar de registrar que nós temos reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal declarando que essa competência é privativa do Poder Executivo, e é por isso que o nobre Senador Lobão Filho, quando encaminhou o projeto, encaminhou-o como autorizativo, para superar exatamente esse impedimento constitucional que está no art. 61, § 1º, inciso II, letra *c*.

A Câmara transformou-o em impositivo, mas a decisão do Supremo Tribunal Federal também determina que mesmo que o Executivo venha a sancionar a lei, esse vício de iniciativa não está superado. Por isso, não somos nós que vamos tomar essa decisão. O Parlamento aprovou, está correto, mas nós precisamos deixar claro que nós aprovamos uma legislação que traz insegurança jurídica, porque a competência, conforme reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, é do Poder Executivo.

Só queria fazer este registro, Sr. Presidente, deixando claro que o Poder Executivo tem interesse em resolver isso, tem acordo na base política do Congresso Nacional para reabrir prazo, mas a iniciativa, conforme reiteradas decisões, para não haver futuros questionamentos jurídicos, deveria ser do Poder Executivo.

Meu voto também é favorável, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E qual é a conclusão?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Qual é a conclusão, Sr. Líder? Eu queria saber qual é a conclusão desse...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A conclusão é que nós aprovamos a matéria aqui por unanimidade, autorizativa ao Governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não. O Líder do Governo votou a favor dizendo que a matéria é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Líder no Congresso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Líder do Governo no Congresso votou a favor dizendo que a matéria é inconstitucional. Eu queria saber qual é a conseqüência disso. As pessoas estão querendo saber. E eu não entendi, sinceramente, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos ordenar os trabalhos.

O Senador Aloysio questiona o Senador José Pimentel, que, votando a favor da matéria, fez uma ressalva em nome do Governo. É isso? (*Pausa.*)

Senador Pimentel.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu queria contribuir com o debate antes mesmo da intervenção do Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão Filho, com o devido respeito a V. Exª – e já vou lhe conceder a palavra –, mas só para o Senador Pimentel responder. Depois dou a palavra a V. Exª.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel, só para responder, se V. Exª quiser. O Senador Aloysio não entendeu. Só para valorizar o debate.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O que eu estou fazendo é só relembrar aos nossos Pares que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradas decisões declarando que a competência é privativa do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como a matéria foi aprovada, nós não temos mais que fazer a discussão sobre essa matéria.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas o Senador Lobão Filho pede a palavra.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o Senador Pimentel declara aqui, de forma muito clara, o ímpeto e a intenção pessoal dele em apoio ao projeto. Então, é muito bom isso ficar muito bem registrado aqui, do Senador Pimentel, de modo algum, Senador Aloysio, ele se colocou contrário à ideia e ao projeto. Ele tem a preocupação com a juridicidade do projeto, em relação à legalidade de mandarmos o Poder Executivo contratar funcionários. Não é o caso, Senador Pimentel. Casos como esse não foram julgados ainda no Supremo. Nós estamos concedendo, na realidade, uma anistia. Esses funcionários já foram contratados pelo governo e foram injusta e ilegalmente demitidos.

Portanto, o Plenário do Senado e esta Comissão não estão impondo ao governo uma nova despesa e uma contratação de novo pessoal para os seus quadros, para o quadro do Executivo. Portanto, não vejo nenhum óbice jurídico. A minha assessoria jurídica analisou profundamente o projeto e chegou à conclusão de que esse projeto é justo e legal.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria já foi votada. Eu só quero deixar claro, como Presidente desta Comissão, que não estamos cometendo nenhuma ilegalidade do ponto de vista constitucional. Nós acabamos de aprovar aqui, há poucos dias, a questão da anistia aos bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, contra inclusive alguns votos de alguns Senadores.

Essa matéria já é vencida, já está aprovada, vai a Plenário, tem regime de urgência e, aí, quem quiser questionar vai questionar fora do Congresso Nacional, não mais aqui no congresso.

(Palmas.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Inácio Arruda pede a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro para ressaltar a luta desenvolvida pelos servidores que foram demitidos, de forma injusta, e a ação correta do Senador Lobão de buscar reintegrar esses servidores através de um processo de anistia, agora vitorioso, na principal comissão de mérito, que é a Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Tenho certeza de que o Plenário do Senado irá acolher positivamente a matéria de V. Exª. Lembro que deveríamos talvez nos associar, no Plenário do Senado, a uma outra matéria, também de anistia, que se mantém naquele Plenário sem deliberação, que é a anistia aos trabalhadores dos Correios; não do período de Lula nem do período de Dilma, porque todos puderam fazer as suas greves, fazer as suas manifestações; e, mesmo no Governo de Fernando Henrique, uma boa parte desses servidores fez greve e não foram demitidos. Mas há um processo de anistia em relação aos servidores dos Correios, que precisam ser amparados.

Então, eu queria me associar à luta de V. Exª, à luta dos trabalhadores dos Correios, a um projeto de lei da atual Ministra e Deputada Maria do Rosário, que já foi aprovado na Câmara, foi aprovado nas nossas comissões, e resta a votação no Plenário.

Então, eu gostaria que a gente pudesse somar forças, os servidores que estão aqui com os trabalhadores dos Correios, e aprovarmos as duas matérias no Senado. Então, parabéns a V. Exª. Parabéns à luta, à longa luta travada pelos servidores. Sr. Presidente, muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta.

ITEM 2

– Não terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador José Sarney e outros.

TRAMITA EM CONJUNTO COM

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos e outros.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Favorável à PEC nº 40, de 2011, pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007, e contrário às Emendas nº 2 e n° 3.

Observações:

– Em 24/08/2011, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, nos termos regimentais;

– Em 30/08/2011, foram recebidas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que receberam Parecer contrário;

– Em 31/08/2011, foi recebido o Voto em Separado do Senador Inácio Arruda, com voto contrário às PEC nºs 40, de 2011, e 29, de 2007.

Antes de passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda para proferir o voto em separado, já que o apresentou.

Antes ainda, faço o registro com prazer da presença do nosso companheiro João Pedro, que abrilhantou o Senado durante tantos anos e permanece aqui como nosso companheiro e primeiro suplente de Senador.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda para a leitura do voto em separado.

Tem a palavra V. Exª, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa é sem dúvida a proposta de modificação constitucional...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Há um orador na tribuna. Peço a gentileza do silêncio para ouvirmos o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, das propostas em discussão da reforma política que quase todas as legislaturas pós 88 patrocinaram – nenhuma deixou de tratar desse assunto – essa talvez seja das mais significativas alterações que ela proporciona. Todas as demais com certeza vão encontrar imensas dificuldades pela cultura e pelas mudanças estruturais que acarretariam, a exemplo do financiamento público de campanha. Essa sim daria um passo avançado, progressista. E nós já admitimos, aprovando aqui no plenário da Comissão de Constituição e Justiça com o voto decisivo do próprio Presidente da Comissão, que deu voto de minerva em relação a essa matéria.

Quanto a essa discussão que estamos travando em relação às coligações, nós temos nos posicionado desde a primeira tentativa de reforma política pós 88, porque, em 88, a Constituição patrocinou a mais profunda reforma, que garantiu a ampla participação partidária. A Constituição garantiu o pluralismo mais amplo na vida política brasileira e admitiu exatamente as coligações como um dos grandes instrumentos do pluralismo político.

Via de regra, há uma espécie de acusação em relação às coligações, como se fora a coligação exatamente o meio pelo qual as eleições eram maculadas, o processo político era maculado. Daí ocorreria uma espécie de composição idônea entre os partidos políticos.

Ocorre, Sr. Presidente, que foi exatamente a coligação que permitiu a consolidação do processo democrático no Brasil. Esse modelo com coligação garantiu que pela primeira vez na nossa região do mundo, na América do Sul, na América Latina e em toda a América, um operário de fábrica chegasse à Presidência da República através de um partido do campo popular e da esquerda, numa coligação e num processo de coligação.

Foi assim que essas legendas cresceram, saindo de legendas minoritárias, quantitativamente minoritárias, de pensamento mais avançado, mais progressista, mas minoritária. Essas legendas cresceram nesse caminho, essas legendas cresceram com coligação, não

sem coligação. A coligação foi um instrumento político elevado, foi uma conquista e a coligação permitiu que partidos como o meu, ou como legendas menos, como o PSOL, PSTU possam se associar e garantir a eleição de um vereador da capital, de uma cidade importante, onde possam fazer política com mais visibilidade. Foram as coligações que permitiram que elegêssemos uma boa bancada de deputados federais; foram as coligações que permitiram que elegêssemos hoje uma bancada, porque a partir de hoje podemos dizer que temos uma bancada de senadores da República no Congresso brasileiro.

Então, desde o início desse processo de reformar políticas essa coisa estranha. Nós vamos consolidando o caminho democrático, nós vamos conquistando e avançando mais no Brasil, nós elegemos o Presidente Lula, reelegemos o Presidente Lula; a coligação elegeu, querendo ou não, com um discurso estranho, o Presidente Collor, elegeu e reelegeu o Presidente Fernando Henrique Cardoso; elegeu a sua base; depois elegeu Lula, reelegeu Lula; elegeu a Presidenta Dilma. Qual foi o processo político? Esse processo por acaso foi o processo que deu errado? Esse processo é que é ruim? É esse o processo que é pernicioso à vida política brasileira? É o que deu certo? É o que está consolidando o caminho democrático brasileiro? É esse caminho com coligação!

O passo mais avançado seria nós termos coligação e, além disso, financiamento público de campanha. Aí, sim, nós poderíamos dizer que agora vamos aprofundar ainda mais o processo democrático brasileiro.

Mas, não; desde a primeira hora vem a tentativa permanente de por fim a uma conquista democrática que é a coligação. E pior e mais grave: nós concluímos, aqui na nossa Comissão, que deveríamos manter a coligação para a eleição majoritária, para presidente da República, para governador de Estado, para as prefeituras, para o Senado da República e deveríamos liquidá-la para a eleição de deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

Nós concluímos aqui, portanto, que o mau, o pernicioso é o parlamento, o parlamento representativo, porque a representação popular é exatamente a Câmara, as assembléias e as casas legislativas dos vereadores.

Então, Sr. Presidente, o nosso voto em separado tem esse sentido, tem o sentido de mostrar que, ao lado da conquista democrática mais ampla, os instrumentos eleitorais, entre eles a coligação, permitiram que as nossas conquistas políticas pudessem avançar.

Normalmente se anuncia aqui: ora, mas vai unir alhos com bugalhos; vai ter coligação de "B" com "A", de "C" com "D", como se nós tivéssemos que buscar um puritanismo ideológico na disputa política eleitoral.

Ora, Sr. Presente, nós buscamos é o passo político, é a aglutinação das forças políticas que permita o País avançar, que permita aprofundar o progresso social, econômico da nossa Nação. É essa a aliança. E se conclui que a questão da coligação proporcional... A majoritária é benéfica; a coligação majoritária não cria problema ideológico.

O puritanismo não serve para eleger o Presidente da República; o puritanismo não serve para eleger o governador nem o Senador da República, que está mantido como coligação. Mas, o puritanismo é exigido para a eleição dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Sinceramente, Srs. Senadores, isso é um equívoco sem igual. E mais: o sentido do fim das coligações é o de impedir, é o de proibir a associação. Ora, eu me associo ao Bispo Crivella se eu quiser, se o Bispo Crivella quiser e o seu partido.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se o Bispo quer, o PCdoB não vai deixar de querer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto de V. Exª não contempla o Senador Crivella.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já contempla.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por favor, vamos ao voto, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, eu quero demonstrar que nós não podemos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Velhos tempos em que os comunistas comiam as criancinhas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, vamos ao voto em separado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não quero nem dizer quem é que está nesse caminho hoje, está certo?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Os comunistas não são ateus, gente?!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, vamos ao voto em separado de V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O senhor imagine que nós estamos trabalhando aqui para impedir, para proibir. E, olha, esse sentido não é avançado. Esse sentido é conservador. Esse sentido é reacionário. Esse sentido não ajuda o processo de consolidação político-partidária. Isso não dá cor ideológica a nenhum partido, porque, se você diz que pode no mais e nega o menos... Então, pode para presidente a coligação? Pode para governador? Pode para Senador da República? E impede para o Deputado Federal? E impede para o Deputado Estadual? Impede para as Casas Legislativas municipais? Eu considero isso um equívoco profundo, um equívoco grande de nossa parte. A coligação foi uma conquista avançada. Quero dizer que nós crescemos com ela, nós avançamos com ela – não só nós, mas a esquerda brasileira. E também os setores de centro e mesmo conservadores cresceram com essa política.

Não quero nem mostrar dados do que aconteceria com Roraima, com Rondônia do nosso Relator. Quem é que vai se eleger Deputado Federal em Rondônia? Vai ter que ser uma eleição de partido de bilionários para se eleger lá em Rondônia. Esse é voto dos ricos. Fim de coligação é para privilegiar os poderosos, privilegiar os ricos, os muitos ricos para se elegerem Deputado Federal, e tirar da cena política os setores populares, os setores menos aquinhoados, os setores que não têm butim para participar da eleição. Isso que é fim de coligação.

Por isso, a nossa posição, Sr. Presidente, mesmo que hoje... Hoje, o PCdoB pode ter uma chapa de Deputados a candidato federal. No meu Estado, nós conseguimos quociente eleitoral. Em muitos Estados, o nosso partido consegue quociente eleitoral; e vai conseguir. Nós sobrevivemos a todas as ditaduras, nós sobrevivemos a todas as legislações perversas. Como é que nós não vamos sobreviver? Nós vamos sobreviver, sim, mas nós vamos manter o nosso protesto aqui na Comissão de Constituição e Justiça. É inaceitável...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto em separado de V. Exª é para quê? Eu não ouvi ainda o voto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O voto em separado é para manter a coligação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Manter a coligação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Manter as coligações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Manter como está.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nós temos muita clareza do que é esse processo, e, no final, essa reforma política todinha, Senador Crivella, é só para acabar com as coligações. Esse é o grande objetivo dessa reforma política. E eu gostaria de manter as coligações. Fazer um esforço.

Os senhores sabem. Aqui todo mundo está muito consciente do que significa o passo que estamos dando. Quer dizer, manter as coligações majoritárias e acabar com as proporcionais, sinceramente... E dizer que isso é o puritanismo político e ideológico. E dizer que as pequenas legendas são legendas venais que se vendem, que se corrompem. Aí elas vão se corromper para a eleição proporcional e não vão para a majoritária? Para Senador, então, elas não se corrompem, elas não se vendem? Mas se vendem, se for para Deputado Federal?

Sinceramente, Sr. Presidente, eu não considero que isso seja correto, seja justo no processo de mudança política que nós queremos. Se queremos avançar, o caminho não é o caminho da restrição; não é o caminho conservador, não é o caminho anti-progressista que é o conteúdo dessa matéria.

É o nosso voto pela manutenção das coligações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Valdir Raupp, para as suas considerações finais.

Tendo em vista que a leitura já tinha sido feito, passo a palavra ao relator da matéria, para as considerações finais de S. Exª, lembrando aos Srs. Senadores que, após o debate, vou colocar em votação a matéria original, da relatoria do Senador Valdir Raupp; ela, se derrotada, abre a possibilidade de se colocar o voto em separado do Senador Inácio Arruda.

Tem a palavra V. Exª, Senador Valdir Raupp.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas o senhor dará a palavra aos inscritos, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em seguida, darei a palavra aos inscritos. Depois do relator, V. Exª é o primeiro orador inscrito, Senador Pedro Simon.

Senador Valdir Raupp tem a palavra, pedindo o silêncio do Plenário.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria, infelizmente, discordar do nobre Colega, Senador Inácio Arruda, ao dizer que isso aqui enfraquece os partidos. Pelo contrário. O fim das coligações proporcionais fortalece os partidos, acaba o comodismo de apenas um candidato a vereador, um candidato a deputado estadual ou federal encostar-se numa coligação para se eleger. Vai forçar os partidos a buscar nominatas e lançar nominatas fechadas para a proporcional. O PMDB – acho que nenhum outro partido, aliás é o

partido mais antigo do Brasil – lutou tanto pela democracia deste País, pela democratização do País, com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Pedro Simon e tantos outros, para dar abertura política, para que todos os partidos tivessem o direito de disputar as eleições.

Então, não é contra os partidos pequenos e sim para fortalecê-los que o PMDB e outros partidos que estão se somando ao meu relatório apóiam o fim das coligações proporcionais.

Mantenho, Sr. Presidente, o meu relatório, mantenho o voto pela aprovação da PEC nº 40 e pela prejudicialidade da PEC 29, de 2007, pelo não acolhimento das Emendas de nºs 2 e 3.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, V. Exª pede a inscrição? (*Pausa.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a inscrição também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, Senador Aécio e Senador Pedro Taques.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao primeiro orador inscrito, Senador Pedro Simon.

V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, o nobre líder do PCdoB me deu a tranquilidade que me faltava, quando diz que não tem problema que o PCdoB vai se manter. Eu fico feliz. O meu medo era o de que ele não se mantivesse, porque há uma unanimidade de que o Partido Socialista, que o PCdoB deve manter-se.

O projeto não se refere a eles. Ou seja, o projeto se refere a essa infinidade de legendas de aluguel que andam por aí, que não é o PSB nem o PCdoB. Agora, fico feliz quando o líder do PCdoB diz: "Pode ficar tranquilo que eu me salvo". Então, estou tranquilo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não se preocupe porque as que se vendem vão continuar se vendendo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Os outros, por isso que nós não queremos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio, a palavra está com o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, tudo o que o Senador Inácio falou está correto. Ele só se esquece de uma questão: foi por causa do PCdoB e foi por causa do Partido Socialista que, na Constituinte, foi mantido como está agora. A gente tentou fazer uma fórmula dramática no sentido de que só os partidos tradicionais – algo para se imaginar – só os partidos que já existissem desde tal data pudessem continuar. Não foi possível. E o que acontece é que hoje o Brasil é um escândalo em nível de organização política.

Eu já não falo na Europa nem nos Estados Unidos, ou na Alemanha nem na Itália; falo na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. São dois partidos; são três partidos ao longo da história. Os partidos têm consolidação, têm história.

Lembro-me do Dr. Tancredo Neves, quando ele chegou a falar em manter a sublegenda, e ele, o Dr. Tancredo, disse: "É que a sublegenda, no Brasil, a ditadura fez de má-fé. Ela fez para manter a Arena no governo, para manter maioria no governo, que ia se esfacelar, então, manteve a sublegenda. Mas lá no Uruguai a sublegenda é a forma mais pura de democracia", dizia Tancredo.

Por que, hoje, o que são os partidos políticos? Reúne-se um partido, faz-se uma convenção, escolhe João; um outro partido faz uma convenção e escolhe o Alberto, e não se sabe de que maneira eles foram escolhidos, e o povo tem de escolher entre os dois. Com a sublegenda não. Com a sublegenda cada partido, as minorias podem debater, podem discutir, podem escolher.

Mas da maneira como está, meu querido Líder do PSDB, não pode continuar. Nós não temos condições.

Um termo bonito na política do mundo inteiro, que é governabilidade, no Brasil é símbolo de desmoralização. A tal da governabilidade, que é um estilo que o Churchill, quando a Inglaterra estava destruída, fez um entendimento, no Brasil é símbolo de desmoralização. Por quê? Por essa heterogeneidade de partidos, por essa decomposição de parido político. Isso não pode continuar. Sinceramente, não pode continuar.

As teses levantadas pelo querido Líder podem ser debatidos. Eu acho que o voto distrital pode ser debatido. As formas de escolhas podem ser debatidas. Agora, a coligação por legenda é o suprassumo da ridicularização do processo eleitoral. Jamais vamos ter partido sério, jamais vamos ter partido de conteúdo se permanecer essa tese. Vejam o que está acontecendo hoje: todo mundo está reconhecendo hoje que a Presidenta é escrava do grupo que a apóia. Ela não tem autonomia, ela não pode fazer, porque onde ela quiser avançar um ponto, ela tem de agradar ao partido A, ao partido B, ao partido C, ao partido D, ao partido E, ao partido F.

A eleição majoritária, eu acho normal, com todo respeito, eu acho normal que os partidos se reúnam em torno de uma candidatura e defendam uma can-

didatura para presidente. Agora, eu acho normal que os partidos se reúnam e façam uma composição para apoiar essa candidatura. Mas cada partido com a sua personalidade. Cada partido com a sua gente. Cada partido como o seu voto. É claro que o PT está indo ao exagero. O PT quer o voto em lista, quer o voto na legenda porque ele está vivendo... Imagem se nós, na Constituinte, tivéssemos falado e defendido isso que o PT quer agora! Eles nos matavam, porque o PT nunca se consolidaria com um partido. Agora, não; agora, qualquer pesquisa que se faça dá PT com 40%, o MDB, em segundo lugar, com 10% e o PSDB com 9%. Aí já é um exagero.

Mas eu acho que, com toda a sinceridade, nós limitarmos... Se dependesse de mim, se nós pudéssemos encontrar uma forma de que partido como o PCdoB, partido como o Socialista tivessem condições de consolidar, eu teria o apoio completo. Mas nós não podemos ir adiante com 40 partidos. Nós não temos condições de irmos adiante da maneira que está. Agora, de repente, está aí o prefeito de São Paulo, com a maior competência, porque a legislação é essa: não pode sair; se sair do partido, perde o mandato. Mas pode criar parido novo. Então, de repente, sem mais nem menos o cidadão, sete dias antes de terminar o prazo, terminará depois de amanhã, apresenta um partido novo com 50 parlamentares.

Não pode continuar, Sr. Presidente.

Eu faço um apelo dramático: eu acho que a legislação e o voto do relator são absolutamente corretos.

Fim de legenda para Vereador, para Deputado Estadual, para Deputado Federal; fim de coligação. Eu acho que esse é o momento mais importante que nós vamos votar; o mais importante que nós vamos votar: consolidar a base, terminar com a desmoralização que, hoje, no Brasil, se chama governabilidade.

Meu voto é a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Início Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

Tem a palavra V. Exª, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nessa matéria há consenso em nosso partido; há entendimento absoluto.

Recentemente, pesquisa divulgada pelo jornal *O Globo* mostra que os partidos políticos estão em último lugar em matéria de respeitabilidade popular. Os partidos semeiam a descrença, que se generaliza a cada passo no País, desestimulando não apenas nós que já estamos na atividade pública, mas especialmente aqueles que, eventualmente, poderiam nela ingressar e se afastam. Muitas vezes, pessoas talentosas, de postura ética imbatível se recusam a participar da atividade política porque o quadro partidário brasileiro é uma promiscuidade e os partidos não possuem identidade programática: são siglas para registro de candidaturas, dirigidos quase sempre – não generalizando –, cartorialmente, impondo decisões de cima a baixo.

Nós temos que fazer aqui uma opção com clareza: nós queremos construir partidos políticos ou queremos sustentar a atual promiscuidade vigente no quadro partidário brasileiro? Há relações verdadeiramente espúrias ideologicamente, porque o cidadão acaba votando numa proposta de esquerda e elegendo, com seu voto, alguém de direita. Se queremos definir o quadro ideológico ainda, com esquerda, direita etc., ele acaba elegendo exatamente a contradição ao seu desejo, uma vez que a soma dos votos impede que ele possa ter a convicção de estar elegendo exatamente a proposta que escolheu.

Nós já vimos coligações estapafúrdias – aliás, elas se repetem, são reiteradas: do Município, da câmara de vereadores até a Câmara dos Deputados. Quantas vezes vimos a proposta liberal do PFL aliada à proposta comunista do PCdoB em campanhas eleitorais? E, exatamente porque os partidos não possuem identidade programática, vimos filiações incríveis: político notoriamente reacionário, da extrema direita, filiando-se ao partido do nosso Líder Inácio Arruda. Isso ocorreu e não faz muito tempo. Aliás, isto ocorre em todas as campanhas eleitorais: o oportunismo...

Nós temos, Sr. Presidente, que fazer esta opção: ou desejamos construir partidos políticos ou queremos manter esse quadro artificial, em que o interesse é meramente eleitoreiro e as propostas são ignoradas.

Não é novidade para ninguém que muitos dos que militamos em partidos políticos sequer conhecemos os programas partidários que os nossos partidos, as nossas siglas ostentam. Quantos filiados buscam uma sigla sem sequer conhecer o programa?

Portanto, Sr. Presidente, nós, que não temos muita esperança nessa reforma política, vemos essa proposta como uma daquelas que podem ainda ser aprovadas tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Eu repito o que já disse várias vezes: reforma neste País, de um presidencialismo forte como o nosso, só ocorre, em profundidade e verdadeiramente, quando há disposição política de quem preside o País. E não é este o caso: não há uma manifestação sequer do Poder Executivo em relação à reforma política em debate no Congresso Nacional. Em nenhum momento, a Presidente Dilma Rousseff disse ser sua prioridade. Em nenhum instante procurou articular para que o Congresso Nacional e a base aliada, os 14 partidos políticos que integram a base de apoio ao Governo,

pudessem mobilizar-se a favor de uma reforma política verdadeira.

O que estamos tentando, na verdade, é um simulacro de reforma política. Não teremos uma reforma, não vamos vender ilusão, não vamos gerar uma falsa expectativa, não vamos induzir a população a acreditar que vamos produzir um modelo político novo capaz de atender às expectativas nacionais, oxigenar a política do País, a atividade pública brasileira e despertar vocações políticas para o aprimoramento do processo democrático do País. Não é este o caminho que estamos trilhando. Ao contrário, estamos encenando a realização de uma reforma política que, verdadeiramente, não acontecerá.

Esta é uma expectativa pessoal. Lamento esposá-la, mas é aquilo que sinto, é aquilo que percebo. Certamente, essa reforma política será mais uma frustração, já que a anunciamos como reforma e ela não será uma reforma. Se obtivermos alguns pequenos avanços, poderemos até comemorar. E este será um dos pequenos avanços. Se proibirmos a coligação para as eleições proporcionais, teremos dado pelo menos um pequeno passo adiante. O que é crucial é verificar que o modelo político reiteradamente condenado pela opinião pública em qualquer pesquisa que se realiza e nos pleitos eleitorais é um modelo que persiste, que se mantém irredutível. Não conseguimos desbancá-lo, não o alteramos, é retrógrado, é superado, é vencido, está atrasado, esclerosado, e nós não conseguimos avançar.

Lamento profundamente porque é um grande desestímulo não apenas àqueles que já estão, repito, na atividade pública, mas àqueles que poderiam nela ingressar, valorizando-a e, sobretudo, tornando-a mais acreditada pela sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta matéria foi discutida aqui outro dia e nós a aprovamos. E é um direito regimental e bem usado, porque são conhecedores, pelos Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares, com o intuito de rediscutir a matéria. Todavia, como a matéria aqui é muito recente e nós já a aprovamos, eu só vou reiterar o meu voto a favor do que foi relatado pelo Senador Valdir Raupp.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito para discutir a matéria é o Senador Antonio Carlos Valadares.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias falou, fazendo uma retrospectiva das tentativas de reforma política que não obtiveram êxito, inclusive a atual. Estamos lutando, desde o momento em que o Presidente Sarney criou uma comissão que apresentou 11 sugestões de reformas, e chegamos também à conclusão de que o Senador Alvaro Dias tem toda razão. Mas vamos fazer de conta que as suas afirmações são pessimistas, vamos fazer de conta que o Congresso Nacional está embalado para fazer a reforma política.

Então, levando em consideração esse otimismo repentino meu, digo que a coligação não é um remédio eleitoral feito somente na Constituição de 1988. Outras Constituições admitiram, inclusive a de 46, que era uma Constituição extremamente democrática, após o período da ditadura de Getúlio Vargas. A coligação foi uma saída, com a utilização do voto proporcional, para manter acesas as chamas dos partidos socialistas, os partidos de esquerda, como o partido comunista, o partido socialista e tantos outros que conseguiram eleger deputados, senadores, alguns dos quais foram no governo de Dutra, cassados, a exemplo de Prestes que fora eleito em uma ampla coligação.

Sr. Presidente, eu acho que a coligação tem as suas vantagens e desvantagens como qualquer modelo eleitoral. A vantagem é esta: a de dar a todos os partidos a oportunidade de uma representação no Congresso Nacional.

O partido pode apresentar um candidato só em uma ampla coligação, e esse Candidato, que seja representativo das ideias pregadas no seu estatuto partidária, poderá ser eleito e desenvolver um grande trabalho. Esse candidato de um partido menor, de um partido que tem ideologia, que tem programa poderá ser eleito com a coligação. Resta saber se é bom para a democracia um candidato como este, que exerceu um papel preponderante no Congresso Nacional, não voltar porque a coligação deixou de existir.

Por outro lado, a coligação abre as portas para as distorções como a de um candidato que teve um milhão e meio de votos trazer, na sua "garupa", um que se elegeu com 200 votos. Isso já ocorreu em São Paulo com o nosso Enéas, de saudosa memória e agora recentemente com o grande Tiririca.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Diga-se de passagem, o Tiririca tem um mandato surpreendente na Câmara.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, veja: se há o lado positivo, também há o lado negativo da coligação.

Agora, para eu ser mais prático, eu vou direto ao assunto. Eu vejo que esta Comissão tem a propensão de derrubar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Exª me permite um aparte?

No caso do Deputado Tiririca, não houve problema de coligação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, para concluir, tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, Sr. Presidente, indo direto ao assunto, nós temos 28 ou 29 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e muitos deles estão atuando tanto na Câmara como no Senado. É um sonho pensarmos que vamos derrubar a coligação na Câmara dos Deputados. Se nós juntarmos os partidos menores, cujos candidatos foram eleitos com base em coligação, esses partidos menores vão derrubar essa pretensão do PMDB. Não pensem que os partidos menores vão aceitar esse propósito do PMDB lá na Câmara dos Deputados.

A saída, a meu ver, seria adotar a fórmula da federação dos partidos políticos. Por isso que eu tenho aí um destaque para voto em separado, já que o voto do Senador Inácio Arruda, eu já estou prevendo – e terá V. Exª o meu voto – que não será aceito aqui.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu voto com V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu vou votar com o voto em separado.

Então, veja, Sr. Presidente, a federação de partidos políticos seria uma saída política para o Brasil, porque a federação pode ter identidade programática, registro na Justiça Eleitoral, funcionamento parlamentar por três anos e fidelidade partidária. Aquele que se desligar da federação nesses três anos perderá o mandato.

Há partidos aí, Sr. Presidente, que eram grandes e estão se tornando pequenos, e alguns que eram pequenos estão se tornando grandes. O mundo é pequeno e gira como uma bola: hoje você é pequeno, amanhã você é grande.

Estou defendendo a federação de partidos políticos e também as coligações não com o receio de o PSB não alcançar cláusula de barreira que seja definida, porque nós fizemos seis governadores, temos centenas de vereadores, mais de 300 prefeitos. Então, não temos receio de enfrentar uma eleição sem coligação, mas, como o PSB sempre pregou... E o Senador Pedro Simon foi preciso quando disse que a coligação foi criada como uma fórmula engenhosa para manter os partidos considerados de esquerda, que tinham bandeiras ideológicas avançadas.

Então, o PSB não precisa mais disso, porque as eleições, as urnas têm demonstrado, mas nós não podemos abandonar, de forma nenhuma, aqueles partidos que podem subsistir, e essa subsistência só será efetivada através de um instrumento novo chamado federação, que a Câmara dos Deputados já está aceitando. O relatório de Henrique Fontana, do Partido dos Trabalhadores, na Comissão Especial, já contempla a federação como saída para o Brasil. Agora, o Senado está na contramão da vontade da Câmara, por isso coligação, desse jeito, não vai passar na Câmara dos Deputados.

Agora, já disse que não quero ofender nenhum partido político, mas há partido que era grande há oito anos atrás e que está se desmilinguindo, está perdendo poder, está perdendo deputados. E acho que seria uma injustiça deputados e senadores brilhantes perderem a eleição por conta da queda da coligação.

Afinal, Sr. Presidente, uma outra distorção: aceitar a coligação para o voto majoritário significa dar supremacia ao Poder Executivo, ou seja, quem vale neste País é Presidente da República, governador ou prefeito; deputado não vale nada. Mas quem representa o povo não é o deputado? O deputado federal, eleito pelo voto popular e também pelo voto proporcional?

Quer dizer que o Presidente da República pode ser eleito por uma coligação de vários partidos, alguns dos quais vão deixar de eleger deputados porque não vai haver coligação na proporcional. Isso é uma distorção, uma injustiça e, por que não dizer, uma indecência, uma submissão ao desejo do Executivo.

Aqui, no Brasil, o que vale mesmo é ser do Executivo. Por isso mesmo é que há muitos deputados querendo ser prefeito. Há muitos deputados aí abandonando a Câmara, para o ano, para ser prefeitinho, porque neste País quem vale mesmo é o Poder Executivo, que é quem manda, quem tem a caneta, quem tem o diário oficial, e isso atrai os nossos deputados, que estão abandonando o parlamento para se tornar prefeitinhos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Exª disse que o partido está se "desmilinguindo"?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim; há partidos que estão se desmilinguindo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos dar continuidade aos debates.

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu só queria dar os parabéns porque, na realidade – perdoe-me, Senador Aécio Neves –, todo dia eu falo isso, ou seja, que há uma subserviência ao Poder Executivo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É verdade. Fazemos coro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves com a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, voltamos a discutir mais uma vez um aspecto importante da reforma política e naquele viés que já se tornou comum nesta Comissão e nesta Casa, onde todos são especialistas na matéria, mas, lamentavelmente, em muitos momentos esse conhecimento profundo do tema tem uma relação muito direta com os partidos ou com os interesses dos partidos que cada um de nós aqui representamos.

Tenho enorme respeito pelo ilustre Senador, meu colega Inácio Arruda, meu colega de Câmara dos Deputados, que se lembrará de um episódio que aqui abordarei, um enorme respeito que tenho manifestado permanentemente pelo Senador Valadares, por suas posições, não considero de forma alguma indecência defenderem que defendem aqui. Mas quero dizer que enquanto nós discutimos a reforma política numa visão setorial, particular, prevalecendo sobre a visão geral, nós ficaremos no mesmo lugar.

Eu me lembro, Senador Inácio Arruda, e V. Exª se lembrará disso, quando discutimos e com a sua posição já vigorosa, combativa naquele tempo, a cláusula de barreira, único aspecto da reforma política que no século passado conseguimos aprovar, estávamos parlamentares lá, eu presida a Câmara dos Deputados, que depois, por uma interpretação do Supremo Tribunal Federal, de que aquela questão não havia sido aprovada pelo instrumento adequado, que seria uma emenda constitucional e sim por lei complementar, o Supremo terminou por inviabilizar aquela alteração que me parecia extremamente importante.

E naquele instante houve a mesma discussão que agora, através de outro instrumento, que é o do fim das coligações, a sobrevivência dos partidos, vamos chamar assim, de menor representação ou de menor número de parlamentares. Naquele instante, nós estabelecemos que aquela norma só teria validade, só iria vigorar nas duas eleições subsequentes, exatamente para que os partidos tivessem tempo de se adaptar a ela e obviamente buscar fortalecerem-se junto aos setores que representavam.

Repito que infelizmente aquela norma não vigorou, voltamos hoje à discussão de algo essencial para o avanço, a modernização e o retorno à representatividade do nosso quadro político ou nosso quadro partidário.

Não sei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se é bom ou se é ruim para o meu partido. Alguns parlamentares de alguns Estados, onde temos representação mais frágil, têm nos alertado de que ela não seria positiva para o fortalecimento da nossa bancada. Mas essa não é a questão central.

No momento em que nós permitimos que indivíduos aproveitem-se da coligação partidário, do instituto da coligação para buscar um mandato que não terá no Congresso Nacional, ou seja onde for, nas assembleias legislativas ou mesmo nas câmaras municipais qualquer relação com a intenção do eleitor que lhe ofertou esse mandato, nós estaremos apresentando uma distorção enorme na vontade do eleitor ou no quadro político/partidário brasileiro.

. O fim das coligações proporcionais, mesmo que com uma carência de uma ou duas eleições, vem na direção daquilo que nós precisamos constituir no Brasil, partidos políticos que representam segmentos de pensamento dentro da nossa sociedade e não apenas interesses meramente eleitorais.

Portanto, Sr. Presidente, eu não vou me alongar, V. Exª conhece a minha posição, na Comissão de Reforma Política já externei com muito mais profundidade, mas gostaria, aqui, de reiterar o meu apoio ao relatório do Senador Valdir Raupp que me parece, não obstante quem seja o beneficiado circunstancial e imediato do fim da coligação proporcional, ela fortalece o quadro partidário brasileiro porque dá a ele mais nitidez e nada impede que alguém possa buscar, através de uma nova filiação partidária, a oportunidade de aqui obter um mandato partidário. Não vejo que possa fazer bem ao Brasil de hoje, temos um quadro partidário com já quase 30 partidos políticos constituídos e a grande maioria deles sem que nós próprios, nós que somos detentores de mandatos, saibamos exatamente o que sequer a sigla representa e muito menos o que o programa desses partidos propõe ao Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez peço vênia aos Senadores que têm posição inversa a nossa, mas acho que mesmo com uma carência para que pudesse ser implantado, o fim das coligações nas eleições proporcionais certamente é um avanço porque vem na direção do fortalecimento dos verdadeiros partidos políticos do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um requerimento sobre a mesa – requerimento de destaque para votação em separado.

Todos os Senadores inscritos já debateram a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 3-CCJ à PEC nº 40, de 2011.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB.

S. Exª pede, por este requerimento, que vou colocar em votação, o destaque para votação em separado.

Se os Srs. Senadores aprovarem o requerimento, nós vamos votar a matéria principal e, em seguida, Senador Crivella, votaremos a emenda em separado, desde que aprovado este requerimento.

Não aprovado o requerimento, vamos votar exclusivamente a matéria sem o destaque da Emenda de nº 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, bem como o requerimento, também de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, para que, se aprovado, repito, Srs. Senadores, o requerimento, nós vamos ter que votar em seguida a Emenda nº 3, sem separado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Valadares para destacar a Emenda nº 3 e votar em separado permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para votar? Calma, calma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares foi aprovado pelo Plenário desta Comissão para voto em separado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou colocar...

Pela ordem, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Só para explicar.

Se essa emenda for aprovada, a coligação...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno, eu vou dar a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – (...) a coligação será derrubada de acordo com a vontade da maioria. Não existirá coligação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, se V. Exª me permitir, eu vou presidir e vou dar a orientação para votação, o que é obrigação e função desta Presidência.

Eu vou colocar em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

Após a aprovação do requerimento pelos Srs. Senadores, eu vou ressalvar a Emenda nº 3.

Assim, em votação o relatório, ressalvada a Emenda nº 3.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi aprovado, Senador Inácio Arruda. Já foi aprovado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, só na hora em que V. Exª coloca em votação é que posso pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi aprovado, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não. Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovado, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas, Sr. Presidente, só posso pedir votação nominal na hora em que V. Exª anunciar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, Senador Inácio Arruda. V. Exª tem tanta calma no Ceará ao pedir voto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade. e pedir votos para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª é sempre muito veemente quando está na defesa dos interesses do Estado.

Aprovado o requerimento com o pedido de verificação.

V. Exª tem apoiamento?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Peço o apoiamento do Senador Crivella, do Senador Pimentel e Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apoiamento dos Senadores Pimentel, Valadares...

Votação nominal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos votando, Senador Armando Monteiro... Nós estamos votando o relatório, Senador Aécio, do Senador Valdir Raupp, ressalvada a Emenda, com votação nominal requerida pelo Senador Inácio Arruda, com o apoio do Senador Valadares e do Senador José Pimentel.

Senador Inácio Arruda, Senador Valadares, Senador Pimentel...

Está faltando um apoiamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Do Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella. Então completou.

Votação nominal.

Eu convido os Srs. Senadores a comparecerem à Comissão de Constituição e Justiça.

Estamos em processo de votação nominal.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Pedro Taques? (*Pausa.*)

O Senador Pedro Taques foi até a Presidência da outra Comissão e deve estar voltando. Avisem ao Senador Pedro Taques porque ele me pediu para avisar.

Como vota o Senador Jorge Viana? Ausente.

Como vota o Senador Magno Malta? Ausente.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ressalvados os destaques, eu voto acompanhando o Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Nós não estamos colocando o voto em separado, mas o relatório do Senador Valdir Raupp.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu voto contra, em atenção ao Senador Inácio Arruda. Está mais explicado agora?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota "não". O Senador Valadares vota "não".

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, respeitando o Partido Comunista, respeitando o Partido Socialista Brasileiro. Se me permite, Sr. Presidente, respeitando esses partidos, que são ideológicos, mas, no Brasil, depois de consultarmos vários doutores em ciência política, fomos consultar o "dr. Fato". E o "dr. Fato" mostra que partidos políticos hoje no Brasil, sem generalizar, não passam de balcões de negócios – alguns deles.

Ontem, à noite, foi criado o 29º partido político; agora, às 11h56min, deve ter mais um partido político sendo criado.

Por isso voto com o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu voto contra o relator, explicando que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Se for consultar o fato, é bom não abrir o fato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota "com" o Relator ou "contra" o relator? (*Pausa.*)

Contra o relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu voto não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*) – Voto com o Relator, pedindo licença porque há uma sessão do plenário para discutir a reforma...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota com o Relator.

Lembro que temos uma emenda, em seguida, para ser votada. Se V. Exª puder aguardar um minutinho só... Vou colocar em votação em seguida.

O Senador Pedro Simon vota "sim", com o Relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Vital do Rêgo? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim"; com o Relator.

Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim"; com o Relator.

Como vota o Senador Sérgio Petecão? Ausente.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sim; com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? (*Pausa.*)

"Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, com o Relator.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, com o Relator.

Como vota o Senador Gim Argello? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Eduardo Suplicy? Ausente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me, Senador Eduardo Suplicy, não tinha visto V. Exª.

Como voto o Senador Eduardo Suplicy, presente à Comissão?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, mas vou votar – e é importante – pela federação dos partidos, segundo a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, na emenda a ser votada a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vai votar "sim", com o relator, agora?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", com o Relator.

Senadora Ana Rita? Ausente.

Senador Anibal Diniz? Ausente.

Senador Acir Gurgacz? Ausente.

Senador Clésio Andrade? Estava aqui, mas saiu.

Senador Lindbergh Farias? Ausente.

Senador Rodrigo Rollemberg? Ausente.

Senador Humberto Costa? Ausente.

Vou chamar os suplentes do Bloco parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV.

Senador Roberto Requião? Ausente.

Senador Valdir Raupp? É o Relator. Voto conhecido.

Senador Eduardo Braga? Está presidindo a outra Comissão.

Senador Ricardo Ferraço? Ausente.

Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator, "sim".

Senadora Lúcia Vânia? (*Pausa*.)

Completou.

Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Já completou.

Senador Mozarildo Cavalcanti? *(Pausa.)*

Senadora Marinor Brito? *(Pausa.)*

Votaram "sim" 14 Srs. Senadores; e 03, "não".

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável à PEC nº 40, de 2011, pela prejudicialidade da PEC nº 29, de 2007, e contrário à Emenda nº 2.

Vou colocar em votação a Emenda nº 3, destacada pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

As Srªs e os Srs. Senadores...

A votação da emenda é simbólica.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como autor do requerimento, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, serei breve.

Essa emenda que sugere a federação dos partidos políticos pode ser acoplada ao desejo da maioria da comissão de aprovar o fim da coligação. Nós não estamos propondo derrubar a coligação; estamos propondo uma saída eleitoral viável para o Brasil. A federação terá identidade programática, que é a pregação feita pelo Relator do PMDB; registro na Justiça Eleitoral; funcionamento parlamentar por três anos, diferente da coligação, que se acaba logo após a diplomação dos eleitos; e fidelidade partidária. Isso quer dizer que a federação de partidos políticos é uma coisa muito séria, porque não será qualquer um que sairá da federação e não sofrerá uma punição, já que perderá o mandato eletivo, se, durante os três primeiros anos de sua criação, resolver sair, significando dizer,

Sr. Presidente, que a federação guarda coerência com o desejo da maioria desta Comissão.

Acho também, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados tem de viver em harmonia com o Senado. Se aqui nós aprovarmos uma matéria que se contraponha ao desejo da Câmara, a reforma política vai terminar naquilo que o Senador Alvaro Dias pregou: o faz de conta de reforma política. Então, quem deseja que não haja reforma política, deve votar contra a federação, porque lá será derrubado aquilo que o Senado fizer, ou seja, extinguir a coligação, mas sem apresentar uma fórmula para abrigar os partidos políticos com a mesma configuração programática.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para dizer que vou votar contra, Sr. Presidente, porque, apesar de todas as explicações, na minha opinião, é uma espécie de coligação, diferenciada, a bem da verdade, mas vou manter o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação, Srs. Senadores, a Emenda nº 3, destacada, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a emenda apresentada, portanto, os contrários ao texto do Senador Valdir Raupp, que acabou de ser aprovado, permaneçam como se encontram; os que não concordam com a emenda levantem o braço. *(Pausa.)*

Rejeitada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

A matéria vai ao Plenário.

Próximo item da pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Senador Gim Argello, que é o Relator original, tem um requerimento para apensar outros três projetos idênticos. S Exª, então, pediu para retirar de pauta esse item, se V. Exª concordar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está retirado de pauta o item, por solicitação do Relator originário e do Relator *ad hoc*, que pede a retirada de pauta do Item 3.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2010

Acresce o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal para definir requisitos de investidura em cargo público efetivo ou comissionado.

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti e outros.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.

Em 28/09/2011, foi concedida vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos regimentais.

Indago do Senador Aloysio Nunes se quer fazer uso da palavra antes do início da votação da matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não; tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, com todo respeito ao ilustre autor da proposta de emenda constitucional que vamos analisar, tenho duas objeções que me impedem de votar favoravelmente a ela.

A primeira objeção, Sr. Presidente, diz respeito à iniciativa. Vejam V. Exªs que a matéria trata de regime jurídico de funcionários públicos da União. As condições para a posse, para a investidura em cargo público integram a definição de regime jurídico, regime jurídico do servidor público. Ora, a disciplina do regime jurídico do servidor público é matéria reservada à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, do Presidente da República. Eu entendo, e assim entende também o Supremo Tribunal Federal – assim entendeu em várias decisões no mesmo sentido –, que a vedação de iniciativa das leis se aplica igualmente à iniciativa de proposta de emenda à Constituição. De fato, Sr. Presidente, são inúmeras as tentativas de contornar a vedação de iniciativa parlamentar por via de proposta de emenda à Constituição. E essas tentativas têm sido, quando levadas ao Supremo Tribunal Federal, inquinadas de inconstitucionais. Minha primeira objeção é essa.

A segunda, Sr. Presidente, diz mais respeito ao mérito. Veja, eu sinto, para falar com toda a franqueza, um certo odor de macartismo nessa proposta de emenda à Constituição.

Veja o que diz o texto que é submetido à Comissão de Constituição e Justiça: "Entre os requisitos de ocupação de cargos públicos, efetivos ou comissiona-

dos, constarão necessariamente, além daqueles específicos de cada cargo, inciso IV, 'não condenação em processo criminal transitado em julgado por sentença proferida por órgão colegiado pela prática de crimes definidos em lei'".

Entendo, Sr. Presidente, que o constituinte derivado não poderia, sob pena de vulnerar um campo que, no meu entender, diz respeito aos direitos fundamentais, delegar ao Congresso Nacional tamanha latitude de disciplina dessa matéria. Crimes definidos em lei. Imagine V. Exª que, amanhã, por maioria eventual, defina-se que uma lesão corporal de natureza leve dê ensejo a uma condenação transitada em julgado e que, por força dessa lei, alguém que prestou concurso, que foi aprovado no concurso fosse impedido de ocupar um cargo público.

Entendo que o constituinte derivado não pode atribuir ao Congresso tamanha liberdade, tamanha latitude de ação. Seria necessário, talvez, determinada restrição; digamos, crimes hediondos, mas qualquer crime, a lei a ser editada posteriormente a essa emenda poderia ser tão ampla, poderia dar tamanha latitude à ação do Congresso Nacional, que qualquer crime pudesse ser impeditivo, se o seu autor fosse condenado por sentença transitada em julgado, de o autor ocupar cargo público.

Então essa é uma razão de mérito, além da razão de natureza constitucional, vício de iniciativa, que me leva a votar contra essa proposta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, somente para encaminhar também contrariamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Queria só fazer uma sugestão de redação, para talvez reverter o voto do Senador Aloysio e do Senador...

No ano passado, nós aprovamos a Lei do Ficha Limpa. Essa é uma tentativa de fazer que não só o agente político, mas também o servidor público, possa ter ficha limpa para ocupar qualquer função: delegado de polícia, promotor de justiça, juiz de direito. Então o que diz a Lei do Ficha Limpa?

(Falha na gravação.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E aí tem razão o Senador Aloysio, porque aqui é muito restritivo. Dá a impressão de que uma lesão corporal, um crime contra a honra, uma discussão qualquer pode impedir a pessoa. É muito vago.

Então eu fecharia com a redação idêntica à da Ficha Limpa, que vai ser discutida, afinal de contas, no próximo mês, no Supremo Tribunal Federal, e substituiria aqui esse inciso – o inciso IV –, dando a seguinte redação. Em vez de "não condenação em processo criminal tramitado em julgado por sentença proferida por órgão colegiado pela prática dos crimes definidos em lei", eu daria a redação da lei, que diz o seguinte:

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

3. contra o meio ambiente e a saúde pública;

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

8. de redução à condição análoga à de escravo;

9. contra a vida e a dignidade sexual; e

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Quer dizer, a mesma redação que é aplicada hoje para Deputados, Senadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, para todos os demais, restringindo o prazo de aplicação, para não ficar aberto, dizendo que em caso de trânsito em julgado e em condenação por órgão colegiado, por tribunais, e em crimes específicos, não em qualquer crime.

Então, eu faria essa sugestão de alteração para ficar exatamente igual ao que existe na Lei da Ficha Limpa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, Senador Romero.

Eu só chamaria a atenção do Diretor de TV Senado para o fato de que a precedência da transmissão, nas quartas-feiras, é da Comissão de Constituição e Justiça, salvo quando começar o Plenário do Senado Federal. Estou vendo que a televisão entrou, ao vivo, lá do Salão Verde.

Então, é precedência desta Comissão, a Comissão tem essa precedência, a não ser que tenha iniciado a Ordem do Dia no Plenário do Senado.

Portanto, peço ao Diretor de TV Senado para corrigir o que está acontecendo neste momento.

Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que vou continuar encaminhando contrariamente. Entendo a posição do Senador Demóstenes, mas gostaria de colocar que aqui a lei está dizendo "proferida por órgão colegiado". Administrativamente esse é um problema sério. Vou dar um exemplo.

O Tribunal de Contas, em uma Turma, pode julgar efetivamente alguma questão de um servidor e ele fazer recurso para o Pleno, que muitas vezes reforça a posição da Turma. Entretanto, por essa redação aqui, na hora em que a Turma efetivamente desse uma decisão contrária, ele teria que ser afastado do cargo. Então, na verdade, acho que é um posicionamento...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Por isso, estou sugerindo a mesma redação da Ficha Limpa, porque aí não há essa hipótese, só a de condenação criminal. Deixa-se só a hipótese de condenação.

Eu até sugeriria – o Senador Pedro Taques vai adiantar esse pedido – que, se possível, retirássemos essa matéria de pauta e construíssemos uma redação daqui para a próxima semana ou para outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um pedido de retirada de pauta, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, ouvi com atenção o voto do Sr. Relator e concordo com alguns pontos, mas essa PEC, na sua redação, padece de alguns vícios legislativos. Por isso, penso se regimentalmente é possível retirá-la de pauta, para que possamos rediscuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como o Relator não está presente e como foram suscitadas dúvidas pelos Srs. Senadores, retiro de pauta, de ofício, a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ótimo! É melhor!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Começou a sessão no plenário da Casa, mas, antes de encerrar esta reunião, eu não poderia deixar de falar aos Srs. Senadores sobre os 23 anos da Constituição de 1988 e de prestar aqui uma homenagem ao grande estadista da democracia brasileira, que foi o nosso Presidente Ulysses Guimarães, o mais histórico de todos os peemedebistas, que, com sua liderança firme e generosa, conduziu os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ao porto seguro da normalidade institucional, ajudando o País a superar o trauma dos vinte anos de regime autoritário.

Ulysses soube captar as exigências naquele momento, em que demandas por liberdade e por justiça social, que, há muito tempo, estavam reprimidas, surgiam, não raramente com grande veemência. No palco democrático do Congresso Nacional, muitos interesses contraditórios e igualmente legítimos foram conciliados, estando sempre como pano de fundo o bem comum do povo brasileiro.

É verdade que, de lá para cá, a Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães foi intensa e extensamente emendada, mas, a meu ver, isso apenas reflete o grande processo de transformações econômicas, sociais e culturais vividas pelo povo brasileiro. Assim, a Constituição segue sendo um documento vivo e um retrato autêntico da caminhada do povo brasileiro rumo a um futuro de justiça social, de prosperidade e de continuidade e fortalecimento da nossa democracia, um futuro ao qual o Dr. Ulysses Guimarães dedicou sua inesgotável energia, num testemunho permanente de amor à nossa Pátria.

Que o Dr. Ulysses Guimarães, de onde estiver, continue a nos iluminar, a inspirar o prosseguimento dessa obra tão importante da democracia brasileira, que é a nossa Constituição Cidadã!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, já vi que o Senador Renan Calheiros entregou o relatório da DRU, do projeto de minha autoria, uma PEC, e eu gostaria de indagar se já há previsão do dia em que será pautada essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria, se aqui não tivessem esvaziado o quórum, poderia ter sido pautada como item extrapauta. Mas o compromisso da Presidência com as lideranças partidárias que nos procuraram é o de colocar essa matéria em pauta na próxima reunião desta Comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero me associar a V. Exª nessa homenagem a esse grande brasileiro. Infelizmente, no Brasil, nós nos esquecemos dos exemplos que são reveladores de um espírito republicano. Eu me associo a V. Exª. O Dr. Ulysses, como era chamado, transcende o seu Partido e, hoje, deve ser lembrado

como um homem da República. Portanto, eu me associo a V. Exª.

Também quero requerer que seja tido como lido meu voto vencido na 48ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada no dia 28 de setembro de 2011, ao Projeto de Lei da Câmara nº 28.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O seu voto será dado como lido. Será registrada nas notas taquigráficas a solicitação de V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a todos a presença, declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e doze minutos, do dia seis de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Pimentel, com a presença dos Senadores Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Clésio Andrade, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Magno Malta, Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello e Randolfe Rodrigues e a Senadora Marta Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador José Pimentel) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a instruir a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011** Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Senador Aloizio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 07/06/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria, com a presença do Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, conforme Requerimento nº 21, de 2011-CCJ, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 38, de 2011-CCJ, de iniciativa de Senador Ricardo Ferraço e 88 de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres. **CONVIDADOS: MINISTRO ARI PARGENDLER,** Presidente do Superior Tribunal de Justiça; **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA,** Superior Tribunal de Justiça; **MINISTRO SIDNEI BENETI,** Superior Tribunal de Justiça; **CAIO LEONARDO BESSA RODRIGUES,** Presidente da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma do Código de Processo Civil da OAB/Distrito Federal, representante do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR; **ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS,** Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; **JOAQUIM DE ARRUDA FALCÃO NETO,** Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ. **JUSTIFICARAM AUSÊNCIA: MINISTRO AYRES BRITTO,** Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO CELSO DE MELLO,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO MARCO AURÉLIO,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO GILMAR MENDES,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO JOAQUIM BARBOSA,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKY,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRA CÁRMEN LÚCIA,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO DIAS TOFFOLI,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO LUIZ FUX,** Supremo Tribunal Federal; **MINISTRO FELIX FISCHER,** Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; **MINISTRA NANCY ANDRIGHI,** Superior Tribunal de Justiça; **MINISTRO GILSON DIPP,** Superior Tribunal de Justiça; **MINISTRA ELIANA CALMON,** Superior Tribunal de Justiça; **MINISTRO HERMAN BENJAMIN,** Superior Tribunal de Justiça; **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES,** Superior Tribunal de Justiça e **HENRIQUE NELSON CALANDRA,** Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e doze minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador José Pimentel) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **JOSÉ PIMENTEL**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta é uma audiência pública destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, conforme os Requerimentos nº 38, de 2011, da CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, e nº 88, de 2011, da CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres.

Convido para compor a Mesa o Ministro Ari Pargendler, que é Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Por gentileza.

Convido, também, o Ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça, para compor a nossa Mesa.

Convido, também, o Sr. Alexandre Camanho de Assis, que é o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Convido o Sr. Joaquim de Arruda Falcão Neto, Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Por gentileza.

Convido o Sr. Caio Leonardo Bessa Rodrigues, Presidente da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma do Código de Processo Civil, OAB/DF, representando o Sr. Ophir Cavalcante, que é o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Convido, também, o Sr. Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, para compor a nossa Mesa. (*Pausa*.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Nosso Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Saudando os nossos convidados e na condição de autor da proposta de emenda constitucional, que tem o relato do eminente e competente Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu queria propor um encaminhamento, se V. Exª, naturalmente, entender como apropriado, porque foi movido, inspirado por manifestação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, na abertura do ano judiciário, que apresentei a emenda alvo desta discussão.

A manifestação do Presidente do Supremo Tribunal Federal, a convocação feita pelo Presidente Peluso, foi que nós pudéssemos considerar essa proposta no terceiro pacto federativo que, infelizmente, ainda na saiu, por ausência, julgo eu, de iniciativa, que nós pudéssemos considerar essa emenda e que nós considerássemos, também, os estudos que foram feitos pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

Foi com base nesses estudos, foi com base nessas estatísticas que nós criamos as ferramentas e os fundamentos adequados.

A sugestão que faço é que nós possamos começar esta audiência pública ouvindo o Professor Joaquim Falcão, como Diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, para que esse trabalho pudesse ser apresentado e nós pudéssemos discutir em cima desse ambiente e dessa plataforma concreta de dados, informações, estatísticas e resultados que foram alcançados. Em seguida, ouviríamos, naturalmente, os nossos Ministros e os nossos representantes da Ordem, o que seguramente dá muita honra e muito orgulho para esta comissão.

É a sugestão de encaminhamento que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu acolho o encaminhamento de V. Exª, mas eu proporia que, após ouvir o Dr. Joaquim Arruda, pudéssemos ouvir a OAB, porque teríamos duas posições bastante nítidas. Em seguida, ouviríamos o Presidente Ari e os demais Ministros. Com a anuência de V. Exª, então, vamos iniciar com o Sr. Joaquim de Arruda Falcão Neto, que é o Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, pelo prazo de até dez minutos.

(Interrupção da gravação.)

O SR. JOAQUIM DE ARRUDA FALCÃO NETO – .Sr. Presidente, Ministro Ari, Dr. Ferraço, Dr. Aloysio, demais membros da mesa, agradeço este convite. Volto a esta Casa sempre com muito prazer, porque ela me permitiu que eu exercesse a minha cidadania da forma mais importante da minha vida no Conselho Nacional de Justiça. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão indispensável à democracia brasileira e foi construído pela negociação entre os três poderes e a sociedade. Ao vir aqui, neste momento, quero não somente homenagear a comissão, mas também um de seus melhores produtos, o Conselho Nacional de Justiça.

A ideia básica é a seguinte: vamos ver a realidade, vamos ter um diagnóstico antes de pensar no remédio. É como um médico, que antes precisa de um diagnóstico e de fazer algumas análises; só no fim, ele prescreve. Eu acho que um dos problemas do Direito Processual é que ele prescreve sem diagnósticos empíricos fundamentados. Então, essa é a diretriz básica nossa da FGV e nós fizemos um estudo. Esse estudo é da FGV Direito com Matemática: "Supremo em números". O Dr. Pablo Cerdeira é o coordenador.

Como nós trabalhamos? Nós temos um banco de dados do Supremo, da Constituição até 2009 – hoje, já temos até 2011, mas esse estudo chega até 2009 e é o estudo mais recente possível que se possa ter. Ele abrange 1 milhão e 222 mil processos, 1 milhão e

meio de assuntos, 300 milhões de andamentos, a performance de 239 mil advogados, 1 milhão de partes, 13 milhões de andamentos, 656 mil por ano, 2000 por dia, 36 por hora, 5 por minuto. Não tem banco mais completo sobre o Supremo que esse que baseia a argumentação nossa.

(Próximo, por favor.)

Fizemos um primeiro relatório Diego Werneck, um professor, Pablo e eu. Esse primeiro, nós o chamamos de "Os Múltiplos Supremos". O segundo, nós vamos chamá-lo de "Os Múltiplos Brasis", em que vamos ver como os Estados acessam o Supremo. Aí, eu já dou logo a notícia para os senhores de que o fluxo sobre os planos econômicos não é nacional, ele é essencialmente paulista, ele vem de São Paulo. Mas isso vai ser o próximo relatório.

(Próximo, por favor.)

Como é que se entra no Supremo? Como se chega ao Supremo? Pegamos a Constituição e o Supremo é uma casa com 52 portas. Nesse período, houve 52 maneiras processuais de se chegar ao Supremo. Eu acho que isso não existe no mundo. Hoje, já se reduziu para 37 portas, mas, de qualquer jeito, é um acesso absolutamente inédito, em termos corporativos internacionais.

(Próximo, por favor.)

Aí distinguimos 3 tipos de Supremo. Pegamos todos os bancos de dados e tentamos classificá-lo. Aí há o que chamamos de Corte Constitucional, que é onde o Supremo atua como corte política. São ações declaratórias, mandados de injunção, súmulas, etc.

Esta seria, vamos dizer, a divisão clássica de um Supremo, como corte política, e não, necessariamente, como uma corte engajada dentro de um sistema judicial clássico.

Depois, há a Corte Ordinária, que são aquelas ações que vão para o Supremo por sua especificidade. Aquelas que dizem respeito aos membros do Congresso vão diretamente para o Supremo; o Supremo tem a competência originária.

O terceiro é quando ele atua como Corte Recursal dos Tribunais e das instâncias inferiores. Daí o nome múltiplus Supremos: Constitucional, Ordinário e Recursal. E aí os números.

Como Constitucional, o Supremo ocupa 0,51 dos processos. Isso, em 88, é 2009. Todo esse período. Veremos que não há muita mudança, é basicamente isso. E o Recursal é 91,69. Então, se eu tivesse que fazer um diagnóstico de onde está a pressão no Supremo, o primeiro indício seria ver o Recursal, porque é ele o problema.

Um dos problemas básicos é que parâmetro se tem. Tem-se o seguinte parâmetro, que é o parâmetro r*ule of law,* estado democrático de direito em todo o mundo. Como se satisfaz, processualmente, um *rule of law*? Um devido processo legal? É padrão uma decisão individual de primeira instância e uma coletiva de segunda.

Quando o Estado presta esse serviço, o conceito de *rule o law*, de estado de direito está preenchido. O problema aqui é que, com esses 95%, viabiliza 3, 4, às vezes 5 instâncias processuais. Aí, estamos fora dos padrões internacionais do que é Justiça.

Tentamos fazer aqui um gráfico. No primeiro grau, têm-se recursos dentro do primeiro grau; passado o primeiro, vai-se para o segundo grau. Aí começam a surgir vários recursos de vai e volta. Depois, têm-se recursos internos dentro do segundo grau; depois, vai para o STJ e para o STF. Aí, entra-se com recurso; o recurso e volta-se com o agravo. Aí temos, mais ou menos, um quadro deste. É um quadro que, depois que se vê, tem formas barrocas. Isso, da forma mais simples possível – esse é o problema -, sendo que 96% dos agravos e recursos extraordinários que chegam ao Supremo são negados.

Então, é essa a opção que a sociedade tem de fazer: entre onde distribuir o esforço, o talento, a noção de justiça do Supremo. Ele nega 96% do caminho que foi aberto para ele.

(Próximo, por favor.)

A linha de tendência era esta: continuar crescendo o recursal e a sua função constitucional e ordinária fica absolutamente estabilizada. Notem que eu estou falando de quantidade, não de qualidade. É importante saber isso.

(Próximo, por favor.)

Quantos andamentos são necessários até o arquivo? No Constitucional, em que se investe, se pensa, se discute – ele começa no Supremo –, são 32. O recursal é quase uma função automática que o Supremo está fazendo. Ele tem só dez andamentos internos.

(Próximo, por favor.)

E aí a gente pensa o seguinte: o Supremo atua como uma Corte ou como uma Vara? Decisões de Plenário: nove mil; de Turma: 163 mil; monocráticas: um milhão, cento e pouco. Nós não temos um Supremo como Corte. A imensa maioria são decisões monocráticas.

Então, a função nossa é esta: dar dados para os senhores para decidirem qual é a melhor política processual, que, no fundo, é como concretizar o valor de justiça na sociedade.

(Próximo, por favor.)

E aí os senhores vejam este quadro, Senador Aloysio – nós não mostramos antes, Presidente Ari. Quem mais trabalha na Justiça brasileira é o Ministro do Supremo, porque, nesses anos todos, ali são dez

mil processos, seis mil processos, três mil processos, 3.700 por ano. Na Justiça estadual, um juiz despachou 1.169 processos no ano de 2010, enquanto um Ministro do Supremo decidiu 3.728. É esse o modelo operacional que o País quer? Essa é a pergunta que eu faço.

Eu tenho a certeza de que o Ministro Sidnei Beneti vai falar de uma tese que é muito cara, a do risco jurisdicional, e sou um entusiasta dessa tese do Ministro.

Bom, nós fizemos também o seguinte, Dr. Pimentel: nós pegamos os argumentos, as normas mais usadas nas decisões do Supremo. Você tem a Constituição, é lógico, que embasa o Código de Processo, e o resto tudo é súmulas de inadmissão, o que comprova que os noventa e tantos por cento são a fundamentação normativa mais usada; dizem respeito à inadmissão de recursos, inadmissão de recursos, inadmissão de recursos nessa área toda. Então, isso comprova também inadmissão de agravos.

(Próximo, por favor.)

Aqui, eu quero chamar a atenção – passa, Pablo – para uma patologia nossa que é a seguinte: os juizados que foram criados, Senador, para uma Justiça rápida e eficiente, hoje em dia, são o quarto maior, o terceiro maior acesso ao Supremo. Quer dizer, deturpou-se tudo. Eu acho que o Beltrão nunca imaginou que, ao criar os juizados especiais, a prática, que eu chamo de prática patológica, acabaria sendo um dos fluxos principais para o Supremo. Algo foi distorcido no meio do caminho.

O Presidente Peluso fez esses estudos. Em 2009 e 2010, recursos extraordinários e agravos: 64 mil; providos, 15. Vamos lá? Em matéria criminal, quatro. Desses quatro, três foram por questões processuais e um só de mérito. Um dos argumentos que têm os especialistas na área criminal é o de que, se você permite executar a sentença antes de esgotadas todas as possibilidades possíveis etc. e tal, você tira a liberdade da pessoa, o que você não repõe com dinheiro, e de que isso era um dano irreparável. Aí mostra que é 0,015%.

(Próximo, por favor.)

São processos.

Eu vou encerrar.

A repercussão geral está funcionando. Ela diminuiu de 96 mil para cerca de 30 mil o número de processos, está funcionando, mas se estabilizou por volta de 30 mil processos. Destes 30 mil processos que lá chegam, o Supremo só está conseguindo julgar metade, metade está se acumulando. Então, está havendo um estoque que precisa ser monitorado.

Encerro, agora, Sr. Ministro.

(Próximo, por favor.)

O sistema processual hoje não é de judicialização de conflitos; é de constitucionalização dos conflitos. O objetivo mais importante para segmentos que pleiteiam justiça é de levar o seu caso até o Supremo. Então, estamos diante de um fato de constitucionalização dos conflitos.

O Supremo é uma Corte quantitativamente monocrática, processual, o acesso é seletivo, porque só as grandes empresas e o próprio Estado... Aliás, a Caixa Econômica agora reduziu de vez, já que era uma das principais responsáveis, a Caixa tomou uma atitude extremamente exemplar e reduziu os seus agravos e recursos. Esse é o diagnóstico.

O que é necessário? Tem de criar mecanismos de estímulos a esse acesso de constitucionalização patológica do Supremo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Caio Leonardo Bessa Rodrigues, representando a nossa OAB.

Por gentileza.

O SR. CAIO LEONARDO BESSA RODRIGUES – Sr. Presidente; Srs. Ministros; Srs. Senadores; senhoras e senhores, é uma honra e um grande desafio estar nesta Mesa dividindo um palco de discussão de tema tão complexo como soluções para o Brasil alcançar o princípio constitucional da celeridade e da razoabilidade do tempo de prestação jurisdicional.

Vimos aqui uma apresentação bastante interessante, e é possível tirar dela algumas conclusões.

Hoje, o meu papel, na verdade, é o de representar o Conselho Federal da OAB, que tem uma posição clara e pública a respeito da matéria. Não vou acrescentar muito àquilo que o Conselho já disse, vou apenas pontuar que Winston Churchill uma vez disse que para toda questão muito complexa existe uma solução simples, direta e errada.

Aqui, pelos números, vimos uma supremacia da presença da Justiça Federal no acúmulo de processos que chegam ao Supremo Tribunal Federal.

Todos nós sabemos que o maior litigante no Brasil é o Estado. E o Estado brasileiro, na verdade, ele é litigante por obrigação. Ele é obrigado a recorrer. E há essa cultura, essa norma, que cabe ser revista e poderia desafogar, em grande medida, a situação do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, há uma mitificação do exterior, como em muitos debates. O lá fora não é assim. O lá fora, a corte constitucional americana, que decide oito, nove processos por ano, é uma corte constitucional entre as 50 outras que os Estados Unidos têm. Cada estado tem uma corte constitucional para debater exatamente questões de natureza constitucional. É outro mundo. É outro mundo!

Acesso à Justiça no Reino Unido é muito distinto do acesso à Justiça no Brasil. Há um custo e uma complexidade para se poder demandar alguma coisa em juízo na Grã-Bretanha que é completamente diferente no Brasil. O Brasil tem um Judiciário democrático.

Então, essas mitificações de que lá fora a coisa é mais racional passam por não analisar as diferenças efetivas entre o que ocorre no Brasil, a complexidade de um país tão desigual como o Brasil, e esses outros paradigmas. Como é que eles se desenvolvem?

Nós não temos distinções tão grandes, desigualdades tão grandes nos Estados Unidos como nós temos no Brasil. E o grande problema de uma proposta como esta, da PEC dos recursos, é: nós vamos permitir que as elites locais passem a deter um poder que não é conveniente que detenham, e as suas decisões vão passar a ter uma efetividade não muito diferente da que têm agora, mas uma efetividade preocupante na perspectiva de que hoje o Supremo e o STJ têm um papel de unificação da Federação. Esse papel de unificação da Federação é mitigado no fato de que decisões díspares passam a ter eficácia imediata em segunda instância.

Essa é a preocupação porque nós não estamos num Brasil, repito, coeso, único e igual. Qual é o impacto disso no nível de segurança jurídica – e de segurança política mesmo – do cidadão no embate com a autoridade local? Isso se reflete tanto na esfera trabalhista – e é muito perigoso que se estenda para a esfera trabalhista essa matéria – como, obviamente, na esfera penal, mas também na civil.

Nós estamos assistindo a um processo de judicialização da política em todo o Brasil. Quando uma oposição com pouca força se estabelece em um Município, em um Estado ou em qualquer dos entes políticos da República, a judicialização da política passa a ser a alternativa para a solução de problemas que o Parlamento deveria ter resolvido e resolveu. No entanto, o embate político acaba fazendo com que a matéria desborde para o Judiciário.

Essa judicialização da política, micropolítica, no nível municipal, com decisões tomadas com caráter definitivo, ainda que sujeito a recurso extraordinário e especial na forma como está sendo proposto, vai fazer com que danos efetivos e uma dificuldade de gestão local se estabeleçam. É um risco grande para o qual a República brasileira, a Federação brasileira não creio esteja pronta.

Além disso, o Conselho Federal – entrando exatamente na posição do Conselho Federal – faz quatro alertas a respeito dessa proposição.

O primeiro alerta é de que essa proposição cria uma execução definitiva de uma decisão judicial provisória. Ela acaba por criar uma contradição, em termos, porque há uma coisa julgada que, na verdade, não é uma coisa julgada.

Um segundo ponto é que a interposição de recurso especial – e cito o documento do Conselho Federal – ou esse recurso extraordinário não é e nunca foi obstáculo ao pedido de cumprimento de sentença, isso porque tais recursos não possuem efeito suspensivo. O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença.

Se, no âmbito do processo civil – este é um terceiro ponto –, a proposta já é, nas palavras do Conselho, absurda, no processo penal é muito pior. Se vier a ser aprovado o proposto no Projeto, haverá espaço para pretensão de execuções penais antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Por fim, o último ponto que o Conselho Federal levanta é o de que nós cometemos aqui um *aberratio ictus*. Nós não estamos discutindo o efetivo problema da demora do Judiciário. A proposição não ataca o cerne do problema. O problema do Judiciário é um problema de gestão, é um problema processual no que – vou me repetir – o Estado brasileiro se permite, quando não é obrigado, a recorrer *ad infinitum*, até as últimas consequências e instâncias, e o modo como o Judiciário brasileiro, ou melhor, o sistema judicial brasileiro estabeleceu o sistema de garantias é bem melhor tal como está hoje do que com a solução que se pretende oferecer.

Não vou me estender. Já levei a devida bronca. A posição do Conselho é esta. O Big Brother me deu uma bronca.

Excelências, muito obrigado, de qualquer forma. Esta é a posição do Conselho. Não há por que me estender, mesmo porque estou muito curioso em ouvir os mestres que estão à minha direita.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Justificar a ausência dos Srs. Ministros Carlos Ayres de Britto, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, da Srª Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, do Sr. Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, do Sr. Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, do Sr. Ministro Félix Fischer, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, da Srª Ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça.

Com a palavra o Sr. Ministro Ari Pargendler, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, pelo prazo regimental.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Era muita vedete para uma reunião só. Houve um equívoco na convocação.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Na verdade, foi a sugestão dos nossos pares.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com todo respeito, houve um equívoco muito grave. Querer todas as vedetes para nós aqui era demais.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Aloysio Nunes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – ... com a permissão do nosso Ministro Ari.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Realmente fiquei surpreso quando vi a quantidade de palestrantes, porque eu acho que... Por mim, eu ouviria um de cada vez, com muito prazer.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...ao Prof. Joaquim Falcão e ao Presidente do Conselho Federal da OAB.

Em seguida, por uma sugestão do Senador Demóstenes Torres, foi ampliado o leque de convidados. Para nós, quanto mais, melhor, ainda mais dessa qualidade. Mas é que

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Acho que tem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas não foi feliz.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu acredito que a forma como terminou sendo ordenados os debates de hoje acabou sendo de bom tamanho.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu achei que acabou... Os melhores vieram.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Claro. Obrigado, Senador Pedro Simon.

Com a palavra o nosso Ministro Presidente Ari Pargendler.

O SR. ARI PARGENDLER – Sr. Presidente, Senador José Pimentel, Srs. Senadores, Senador Ricardo Ferraço, autor do projeto, Senador Aloysio Nunes, relator do projeto, meu conterrâneo Senador Pedro Simon, minha manifestação vai ser breve e objetiva.

Li o projeto e li o substitutivo. Acho que... *(Pausa.)*

Penso que o projeto parte de uma premissa que poderia ser discutida. Quando a Constituição de 1988 separou a competência do Supremo Tribunal Federal e criou uma competência para o Superior Tribunal de Justiça que se iniciava, essa era uma solução que se antevia problemática e está diagnosticada que são as quatro instâncias. Em países como Portugal e Espanha, muitos próximos de nós, existe um Supremo Tribunal de Justiça, que é o órgão máximo do Judiciário, e existe uma Corte Constitucional, à parte do Judiciário, para as questões constitucionais. Em algum momento, o Brasil vai ter de pensar se o modelo é corretou ou não é correto. Então, o fato de estarmos condenando hoje as quatro instâncias decorre da circunstância de que outros modelos bem-sucedidos não foram adotados.

Em segundo lugar, a situação do Supremo Tribunal Federal não é a mesma do Superior Tribunal de Justiça. O Professor Joaquim Falcão, com o prestígio da Fundação Getúlio Vargas, especialmente da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, nos deu um panorama acerca do Supremo Tribunal Federal e da pouca expressividade dos recursos providos no nosso tribunal maior. Acontece que, no Superior Tribunal de Justiça, não é assim. Nós, de um total de 22.786 recursos em matéria criminal entre os anos de 2008 e 2010, tivemos 5.145 recursos providos, o que é quase uma quarta parte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARI PARGENDLER – Aí, é uma questão de cálculo, mas é realmente expressivo.

O problema no Supremo Tribunal Federal, a meu juízo, não pode ser estudado hoje. Por quê? Porque o Supremo Tribunal Federal tem um passivo muito grande, mas ele teve, do Congresso, uma série de instrumentos que estão facilitando o trabalho do Supremo Tribunal Federal e conferindo maior qualidade às decisões do Tribunal. Eu identifico, entre esses instrumentos, o fato de que hoje é requisito de admissibilidade do recurso extraordinário a repercussão geral.

Enquanto o Supremo Tribunal Federal não solucionar o passivo, incluído nesse passivo o que existe hoje de recursos com repercussão geral já admitidos, acho que não podemos ter um verdadeiro diagnóstico da situação.

É possível que o modelo atual seja suficiente para que Supremo Tribunal Federal tenha um bom rendimento, afinal não serão todas as questões de relevância. O Supremo Tribunal Federal tem filtrado, parece-me, com muito bom-senso quais as questões que ele deve julgar. Então, acho que não podemos valorizar esse passivo sem saber qual é o resultado dessas providências legislativas que aconteceram.

No Superior Tribunal de Justiça, a situação é inversa. A reforma do Judiciário que está, digamos, a passos lentos, a segunda parte da reforma, ela previa para o Superior Tribunal de Justiça a súmula impeditiva de recursos, e autorizava a edição de uma lei que dis-

pusesse a respeito de quais questões verdadeiramente federais deveriam chegar ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça. Infelizmente isso não aconteceu.

Então, essas são as reservas que faço e que valem tanto para a proposta originária quanto ao substitutivo. A proposta originária é uma solução que, me parece, vai agravar o que hoje já existe no Brasil: quem tem bons advogados obtém uma justiça de melhor qualidade; e quem não tem advogados ou têm maus advogado, têm uma justiça de péssima qualidade. Ora, quem terá condições de ajuizar ações rescisórias? Àqueles que têm condições de contratarem os bons advogados? Com certeza.

Sobre o substitutivo. O substitutivo transforma os acórdãos dos Tribunais dando-lhes o efeito da coisa julgada, mas autoriza a concessão excepcionalmente de medidas cautelares e de antecipação de tutela desde que sejam por órgão colegiado do Tribunal, na forma disposta em regimento interno. Acontece que essa solução, que aparentemente é correta, ela tem um grave inconveniente. Há casos, e diria que são muito frequentes, em que a decisão reclamada no Superior Tribunal de Justiça é de urgência. Por exemplo, uma medida liminar ou uma antecipação de tutela que libera valores. Como, diante da iminência da perda do direito da parte que reclama, vai-se aguardar uma sessão do Tribunal?

São essas as breves considerações.

Bom, Senador, eu vou dizer o que repito sempre: embora eu tenha 35 anos de magistratura, eu realmente não sei como resolver o problema. Mas nós temos alguns modos de reduzir a dimensão do problema.

Então, no Supremo Tribunal Federal, parece-me que a repercussão geral realmente vai diminuir drasticamente o número de recursos extraordinários. É que nós estamos numa fase de transição, em que os antigos recursos extraordinários ainda estão sendo processados e julgados. Temos um número muito grande de recursos que foram admitidos sob o regime da repercussão geral, que ainda não foram julgados.

Agora, é preciso que a segunda etapa da reforma do Judiciário caminhe para que o Superior Tribunal de Justiça tenha uma súmula impeditiva de recursos e que haja uma lei, votada pelo Congresso, dizendo quais as questões federais que podem chegar ao Superior Tribunal de Justiça. Hoje, multas de trânsito são discutidas no Superior Tribunal de Justiça. E, convenhamos, essa não é uma questão federal a ser examinada por um tribunal de âmbito nacional.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Sr. Presidente, bom dia.

Srs. Senadores, Senador Aloysio Nunes, Relator, eu gostaria de ser franco com V. Exª e dizer que eu li atentamente, mas eu vou ter a honestidade e a franqueza de dizer a V. Exª que o projeto não muda nada. Nós mudamos o nome de recurso para uma ação autônoma de impugnação, tal qual no sistema europeu.

No sistema europeu, nós temos não um recurso, mas um prolongamento da relação processual. Estanca-se a relação processual e se ajuíza uma ação, visando desconstituir a sentença, mas com toda... Tanto é que as hipóteses de cabimento da ação rescisória são as mesmas já constantes do recurso especial ou do recurso extraordinário.

Então, eu diria a V. Exª que, pela experiência que tenho – sou talvez, aqui da Mesa, um dos poucos que têm uma dupla experiência, em 30 anos de exercício na atividade jurídica: 21 como advogado e 9 como Ministro do Superior Tribunal de Justiça ou 9 como juiz –, eu costumo, então, enxergar ambos os lados. Parece-me que o Ministro Ari coloca uma questão que esta Casa, o Congresso Nacional tem que enfrentar: o papel do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição de 1988 muda, tenta mudar a sistemática do Judiciário brasileiro. Nós adotamos, quando da Proclamação da República, o sistema americano, em que uma corte superior detinha competência tanto para julgar matéria constitucional como matéria infraconstitucional.

A Constituição de 1988 mudou o sistema e as pessoas não atinaram. A criação de uma corte nos moldes do modelo europeu, uma corte de cassação, como a adotada para o Superior Tribunal de Justiça, faz com que o Supremo tenha que assumir ou tivesse que assumir o seu verdadeiro papel de corte constitucional.

Se analisarmos – e hoje aqui não vai nenhuma crítica, apenas uma constatação –, o que é o Supremo Tribunal Federal? Uma corte constitucional penal. É uma corte penal! Se olharmos o que tem julgado o Supremo Tribunal Federal, nas suas duas Turmas, é só *habeas corpus*.

Nós temos uma corte que se reúne quarta-feira e quinta – já dobrando. Quer dizer, os Ministros já não estão tendo tempo de produzir acórdãos, porque ficam o dia inteiro reunidos para julgar ou *habeas corpus* ou, quando dá, matéria constitucional.

Então, nós temos que decidir qual é o modelo que nós queremos. Nós estamos com um modelo hí-

brido, que não existe em lugar nenhum e que no Brasil mostrou-se um fracasso. O modelo está fracassado.

Se adotarmos, aprovarmos, se o Congresso aprovar a emenda que se propõe, eu posso assegurar-lhes que nós não vamos mudar nada! Parece-me que o correto é avançar na reforma e definir o papel do Supremo: se for corte constitucional, será corte constitucional. Pouco importante se integra ou não integra, que é o modelo europeu, que é o modelo que começa na Áustria, em 1928, por inspiração de Hans Kelsen, e se difunde por toda a Europa. Nós não estamos mais no modelo americano, e nós temos de ter consciência disso.

Eu gostaria de chamar a atenção... A reforma constitucional precisa prosseguir. Realmente, a instituição da relevância para o Supremo foi a solução de um problema para o Supremo, mas apenas para o Supremo. É preciso enxergar além: para os tribunais, para a Justiça dos Estados, para os juizados especiais, nós criamos um problema adicional.

Eu, como Corregedor-Geral da Justiça Federal, sou presidente da Turma Nacional de Unificação dos Juizados Especiais Federais. Ora, nós temos hoje mais de 300 mil processos suspensos na TNU, recursos, em face do reconhecimento de relevância pelo Supremo Tribunal Federal. Então, nós temos questões previdenciárias importantíssimas suspensas por mais de dois anos, porque não se fixou um prazo para que se decidissem aquelas questões que fossem suspensas em razão da relevância. Então, nós resolvemos o problema do Supremo, resolvemos, talvez, o problema do STJ, se criarmos a relevância, mas precisamos resolver o problema da Justiça como um todo e não apenas do seu órgão de cúpula.

A repercussão é um modelo desejado, eu acho, para o Superior Tribunal de Justiça. É necessário eliminar uma série de matérias que lá são apreciadas, mas que não têm uma repercussão ou uma transcendência que justifique a manifestação da Corte. Realmente, os tribunais estão virando monocráticos, de decisões monocráticas, tal o volume que chega e que não deveria chegar.

O maior reconhecimento para mim do fracasso das cortes superiores no Brasil é a instituição do recurso repetitivo. Ora, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, não cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, na mesma demanda, a mesma tese, cinco, seis, dez, doze mil vezes. Julgou uma, duas, estabilizou-se por seis vezes a decisão, não pode mais subir o recurso. A tese está firmada. Nós não adotamos a providência de proibir o recurso e criamos um sistema tão perverso para as instâncias ordinárias que é o recurso repetitivo, com efeito suspensivo, que paralisa. Até no STJ – eu louvo meus colegas – nós não temos demorado tanto. Não se passa de um ano. Mas, de qualquer maneira, tranca recursos lá embaixo. A realidade é que, uma vez manifestada a Corte, até, definida a tese, interpretada a lei federal, dissipadas as divergências, não cabe mais esse tipo de recurso. Se queremos mudar, se queremos efetividade, se queremos celeridade, nós temos de sair do discurso e temos de partir para uma ação, e a ação não é essa, com a devida vênia, da reforma proposta.

Essa reforma, na realidade, vai apenas mudar o local do ajuizamento do recurso; vai deixar de ser... Nem sei se vai mudar, porque na lei ordinária, pode-se permitir o protocolo da petição da ação rescisória lá no próprio tribunal onde se está impugnando a sentença, a decisão, o acórdão. Então, me parece que temos de avançar muito mais em matéria de reforma para atingirmos o resultado que nós queremos, e aqui posso dizer que seria realmente uma maquiagem. Nós vamos nos iludir; nós vamos pensar que vamos resolver e não vamos resolver.

E, olha, nós temos institutos que podem melhorar muito o trânsito do processo. Por exemplo, a reforma a pinga-gotas que se iniciou do Código de Processo Civil em 1994, que vai sendo abandonada pela instituição ou pela aprovação de um novo Código, que eu não sei se vai resolver. Mas essa reforma que estava quase se findando. O principal artigo não foi tocado, que é o art. 520, que retirava a regra da suspensividade dos recursos. Mexer no art. 520 já acaba com a suspensividade, como regra, dos recursos. E eu gostaria de lembrar a toda esta Casa, a todos os presentes, que recurso especial e recurso extraordinário não têm efeito suspensivo já; não tendo efeito suspensivo, a decisão pode, de plano, ser executada, e a resposta que dou a V. Exª, como resolver esse problema que V. Exª coloca, que o efeito suspensivo só poderia ser dado pela turma ou pelo órgão colegiado, eu diria que se resolve esse problema mantendo-se a atuação atual, ou seja, o relator fica autorizado a decidir monocraticamente *ad referendum* do colegiado. Nas situações emergenciais, isso se resolveria sem problema algum, como tem resolvido até hoje.

Uma outra questão precisa ser enfrentada: nós falamos em efetividade e executividade e dotamos os presidentes dos tribunais – tribunais de Justiça e tribunais superiores – do poder de dar efeito suspensivo a decisões com juízo meramente político, e não jurídico. Hoje, qualquer decisão proferida contra o ente público pode ser suspensa pelo presidente do tribunal regional federal, pelo presidente do tribunal de Justiça, pelo presidente do STJ, pelo presidente do Supremo,

monocraticamente, num juízo político-econômico e não num juízo técnico-jurídico.

Isso é inconcebível com tudo o que nós queremos, que é efetividade das decisões. Isso é manifestamente inconcebível; é instrumento que se vai criando, de proteção ao Executivo, mas que desmerece a efetividade das decisões judiciais. Isso tem de ser pensado também.

O que nós temos aí é um arcabouço jurídico feito para que as decisões não sejam executadas. Ou mexemos em tudo isso e mexemos profundamente, tiramos do Supremo essa missão de ficar julgando *habeas corpus* e recurso extraordinário, e o colocamos como uma corte constitucional... Acabemos com coragem com o foro de prerrogativa, que emperra a Justiça. Podem-se criar instrumentos de controle que evitem os abusos do jovem juiz de Primeiro Grau, mas acabemos com isso, tenhamos a coragem de fazer isso. Nós vamos ter celeridade. Fora disso, nós vamos maquiar. Nós vamos mudar; como diz Lampedusa em seu filme, *O Leopardo*, as coisas vão mudar para continuar como estão. E aqui nós não vamos mudar, e posso assegurar a V. Exª, Ministro Aloysio Nunes, pela minha experiência: a proposta é boa, é de boa intenção, algo que se está tentando fazer, mas é insuficiente.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. SIDNEI BENETI – Obrigado, Sr. Presidente. Eminente Senador e eminentes Senadores presentes, autor do projeto de emenda, relator, senhores integrantes da Mesa, Presidente do meu Tribunal, Ministro Noronha, a minha posição é francamente diferente. Eu acho que nós temos de optar entre deixar surgir o *tsunami* ou tomar providências para que ele não aconteça.

A emenda constitucional me parece algo muito corajoso, no sentido de tomar providências prévias antes que ocorra o desastre. É claro que temos de administrar esse período em que o desastre já ocorreu em grande parte e fazer com que desapareçam algumas consequências dele, mas isso se trata de tarefa que ocorre normalmente toda vez que uma lei nova vem a ser aprovada, de adaptar os efeitos dela aos casos futuros, preservando direitos adquiridos com base na lei antiga.

Eu não vejo razão para que haja quatro graus de jurisdição no Brasil, e, na verdade, isso está acontecendo. Quatro graus de jurisdição. Passa o processo pelas instâncias de origem, passa pelos tribunais intermediários – tribunais de Justiça e tribunais regionais federais – e, depois, vem para o Superior Tribunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal. Os números estão demonstrando que, realmente, não há necessidade dessa judicialização interlocutória interminável que ocorre no processo brasileiro. Temos, de um lado, um *tsunami*, e nós temos de outro lado um enrosco processual intermediário, que não deixa o processo andar.

Fala-se que é possível executar provisoriamente. É possível, na verdade, muito teoricamente, porque há vários mecanismos que obstaculizam a execução provisória e com o grave inconveniente de que obstaculizam por intermédio da geração interminável de processos. Nós estamos enfrentando nos tribunais uma discussão permanente a respeito de questões processuais, esquecidos de que temos de verificar o direito da parte – se ela tem direito àquele terreno pelo qual está litigando; à cobrança daquela dívida a respeito da guarda do filho. Tudo isso está ficando para trás diante das discussões processuais. Na minha cabeça, eu acho que perdemos a maior parte do nosso tempo por uma verdadeira fofoca processual, discutindo se ele falou, se não falou nos embargos, se falou no pré-questionamento, se teve embargo, se não teve, e com isso se perde o foco. Para que fomos feitos? Para julgar a pretensão das partes.

Essa emenda é uma emenda... eu louvo o eminente Senador Ferraço pela coragem que teve de apresentar essa emenda; e o Senador Aloysio de fazer essas adaptações. Provavelmente, alguma coisa ainda se adapte no decorrer do processo legislativo. Mas estão postas as cartas, na mesa, e posto o problema, que está aí e tem solução. Se não tivesse solução, ela não teria sido encontrada em outros países.

O nosso sistema recursal é verdadeiramente único no mundo, que ao mesmo tempo em que alimenta isso que eu chamo de fofoca processual, em que ficamos discutindo se existe ou não um problema de atingir determinadas consequências à luz de um teorismo processual que realmente já se esgotou há muito tempo, ao mesmo tempo temos um incentivo às manobras protelatórias, que não têm custo nenhum para ninguém e vão levando a realmente procrastinar em vários setores.

Aqui está na execução da pena, no direito público, na parte de cobrança de tributos; está na parte da repetição de indébito, está na nossa parte – eu presido agora a seção de direito público do Superior Tribunal de Justiça – está no Superior Tribunal de Justiça na questão de planos econômicos, nas questões bancárias, nas questões de plano de saúde; e nós vivemos decidindo milhares de vezes a mesma questão.

Quanto aos planos econômicos – é bom não esquecer – são 750 mil processos no território nacional a respeito dessa matéria. Vieram ações coletivas no sentido de melhorar e já decidir de uma vez. Pois bem, são 1.700 ações coletivas andando, sobre a mesma

matéria, no território nacional. E todas elas com direito de vir ao tribunal para que se decida no tribunal.

Inventaram-se os sistemas repetitivos, os quais são bons para nós; mas lembrou muito bem o Ministro Noronha que temos pilhas e pilhas de processos sendo acumulados nos tribunais de origem em verdadeiro trabalho de estiva, assim como tivemos o trabalho de estiva e ainda o temos, nos nossos tribunais. Nós temos de enfrentar esse problema. E tem solução.

Eu andei, certa época, visitando as Supremas Cortes do mundo para ver como as que resolveram o problema o fizeram. E esses problemas se resolveram de uma maneira muito semelhante a essa que se busca aqui, realmente se preservando a decisão dos tribunais intermediários de tal maneira que se cumpra neles o duplo grau de jurisdição e reservando aquilo que é excepcional para os tribunais superiores.

Há modelos, no mundo, em que só há uma Corte Suprema, como nos Estados Unidos, no Canadá e todo o sistema anglo-americano. E há modelos, no mundo, que têm quatro tribunais também, ainda que a Corte Constitucional esteja situada fora do arcabouço do Poder Judiciário, como são os sistemas ibéricos, o sistema italiano e o germânico: o Bundesgerichtshof e o Bundesverfassungsgericht. Na verdade, esses sistemas conversam entre si de maneira melhor do que essa verdadeira maçaroca processual que se formou no sistema brasileiro.

Há um escrito de um jurista alemão, Jürgen Samtleben, analisando o processo brasileiro, que ele conhece bem, em que diz que vai o processo ao Superior Tribunal de Justiça, depois de sair do âmbito estadual e, pasmem, coloca três interrogações para depois, eventualmente, se acionar o Supremo Tribunal Federal e somarem-se tempos mortos. Aqui está o ponto: nos tempos mortos.

Os tempos mortos ficarão realmente mortos se for aprovado algo semelhante a isso que se propõe nesse corajoso projeto de emenda constitucional do Senador Ricardo Ferraço, nos termos que constam do projeto de emenda... eu estou um pouco fora... do Substitutivo. Perdão.

Qual é o problema? É realmente fazer com que termine com o duplo grau de jurisdição. Pode haver questões excepcionais? Pode. Nessas questões excepcionais nós temos de prever as situações excepcionais. No Substitutivo já se fala de uma possibilidade de suspensão; de se atribuir o efeito suspensivo ao recurso. Recoloca-se a coisa em termos de recorribilidade e se prevê a possibilidade de suspensão à luz do recurso.

Aqui pára a matéria constitucional. O resto é questão infraconstitucional. Aí é que temos de ver como fazer os atalhos. Esses atalhos estão muito testados no mundo, nesse mundo que funciona nas cortes supremas e superiores, sobretudo do direito anglo-americano, Alemanha, Suíça e Escandinávia. Nesses realmente funciona, porque se passa rápido por esses mecanismos. Nós podemos fazer passar muito mais rápido, porque temos agora a digitalização e a informatização. Nesses países está caminhando rápido sem esses instrumentos.

Quero dizer do atalho. Julgado na origem, que se abra o caminho para que se chegue rapidamente até aqui, ou para o Supremo, ou para o Superior Tribunal de Justiça, o que se pode fazer se levar-se a digitalização realmente dos tribunais intermediários, de tal maneira que virão rapidamente esses processos para cá. E aqui nós verificamos se existe alguma barbaridade ou algo de extraordinário; e vamos tratar extraordinariamente os casos extraordinários, não submetendo toda população a uma paralisia no direito de ter o desfecho dos processos.

Todos nós juízes e os senhores legisladores, os cidadãos em geral sabemos de pessoas que têm processos que não terminam. E para os juízes isso é terrível, porque não podemos pisar em determinados lugares que sempre tem alguém falando mal da justiça, porque os processos não terminam.

Quero dizer que há soluções simples. Trouxe aqui, para mostrar aos senhores – talvez muitos já conheçam – como se faz isso na Corte Suprema dos Estados Unidos. Não se espera todo processamento, esse arrastar do processamento para vir desde a origem, lá de baixo correndo os recursos, passando pelo presidente dos tribunais para admissibilidade ou não. Vai-se aqui. O litigante tem obrigação de formar um livrinho deste. Aqui está o recurso extraordinário ou especial, porque lá não há diferença entre as duas cortes. E ele distribui um disso para cada um dos ministros da corte, para os *Justices* da Corte Suprema, nos Estados Unidos.

De modo que não tem todo aquele processamento em que se perde um tempo enorme com aquela fofoca processual, em que ficamos discutindo se vamos conhecer ou se vamos desconhecer; não conhecemos e com isso criamos um microtraumatismo terrível entre o Judiciário, a Advocacia e os jurisdicionados que querem o conhecimento do recurso; e nós não reconhecemos porque falta algum requisito, porque a procuração não está adequada, porque faltou atestação correta do reconhecimento das custas e aí por diante.

Então se junta isso daqui para cada um deles. Todos estudam. Não há a tirania do relator, que é um negócio muito sério, porque entre nós se o relator erra, realmente é muito provável que ele leve grande parte do julgamento para algum erro, o que leva a outra coi-

sa muito séria: não significa que o último julgamento seja o melhor.

Depois, se ouve a parte contrária – só para terminar – que é outro livrinho, cada um com uma cor. Depois nos outros. Distribui-se para todos, inclusive para todas as partes; e vem lá o julgamento em consenso, em reunião dos integrantes; e ali se faz, depois, a escolha de um redator do julgamento, depois de uma discussão realmente amadurecida, num colégio de julgamento.

Eu teria muito mais que dizer e inclusive gostaria muito de enfrentar juizados especiais, que estão agora a açambarcar e precisam ser mexidos, para que transformemos realmente os juizados especiais em jurisdição de equidade, como se faz no mundo, sem judicializar recursalmente os juizados especiais.

Eu fico muito honrado por ter sido chamado aqui. Não estava esperando por isso e vim correndo também, para procurar atender com o respeito que devo ao Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Indicaram também a ausência os Srs. Ministros Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça; a Srª Ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça; o Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques, também do Superior Tribunal de Justiça, e o Sr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil.

Com a palavra o Sr. Alexandre Camanho de Assis, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Presidente, muito obrigado.

Reverencio os Senadores, os Srs. Ministros do STJ, o Professor Falcão, colega da OAB, senhoras e senhores, os presidentes de associações que estão aqui, os colegas Procuradores da República.

A Associação Nacional dos Procuradores da República entregou uma nota técnica chancelando entusiasticamente aquilo que é a proposta original. Também os Procuradores da República, com a presumida autoridade de estarem oficiando nas quatro instâncias, reconhecem no projeto essa virtude inegável de tornar aquilo que deveria ser um pressuposto da Justiça, que é a celeridade, algo mais passível de realização. Ao mesmo tempo em que a proposta atende esse estatuto, esse reclamo secular, ou milenar, de celeridade, jamais atendido, a proposta tem a virtude também de recalcar aquilo que foi reconhecido pelos povos ocidentais como fundamental na percepção de justiça, que é a questão do duplo grau de jurisdição.

Nós temos um juiz natural. Esse juiz, com base na ampla defesa e no contraditório, portanto com um naipe a essa altura excessivo de franquias, chega a uma percepção exata e justa do que deve ser decidido e o faz numa sentença. É evidente que uma das partes não vai ficar satisfeita com isso, e isso é levado a um colegiado. Depois que um colegiado chancela ou reforma parcial ou totalmente aquilo que disse o juiz, do ponto de vista da concepção ocidental, é assegurado – inclusive em textos de organizações internacionais – aquele final reclamo, que é o da garantia do duplo grau de jurisdição, está plenamente satisfeito.

Ora, aquilo que a partir daí se concebeu como um Supremo Tribunal que atende a necessidade de permanente vigilância da supremacia da Constituição e a necessidade federativa de uma unificação do Direito... São coisas que pouquíssimo tem a ver com justiça. Isso atende outro tipo de necessidade pública, de necessidade estatal: uniformização do Direito, necessidade de garantia da Constituição.

E a realidade é que, provavelmente por uma necessidade de jamais se abrir mão de uma parcela de poder, o que estamos sempre vendo é... Diga a um tribunal, como eu ouvi esses dias: "Desembargador, este Tribunal atende 14 Unidades da Federação. É muita coisa!. O Tribunal Regional Federal da Primeira Região atende 2/3 do território nacional, o que corresponde a 1/3 da América Latina". E eu ouvi o Desembargador dizer: "Cheguei aqui com este Tribunal firmando jurisdição sobre 14 Estados. Não pretendo sair dele com somente quatro Estados". Por que não? Por que não? E aí, suspensão de segurança, como bem disse o Vice-Presidente Noronha. Entrega-se ao Presidente do Tribunal um poder político completamente alheio, completamente órfão, carente de um lastro técnico-jurídico, ele define aquilo em cima de pautas políticas e de proteção do ente público.

Pergunta-se ao Desembargador: "Não parecerá uma excrescência [desculpem o peso da palavra] que haja ainda a remessa de ofício?". Quando o cidadão comum vence uma causa e o ente público perde, automaticamente, para pasmo geral, via de regra, essa causa sobre para o Tribunal. Os Desembargadores dizem: "É preciso manter isso" – para além de toda razoabilidade democrática, para além da convicção de que, se há algo mais estranho ao Direito do ponto de vista recursal... A parte precisa sucumbir, a parte precisa mostrar interesse em recorrer? Não. A lei faz isso pelo Ente público. O advogado público fica parado. Pergunta-se ao desembargador do tribunal: "Mas por que isso, desembargador, não seria necessário acabar com isso de vez?" Os desembargadores dizem: "Não, não, os juízes erram muito." O que nós assistimos, por-

tanto, é que, quando os tribunais superiores avocam para si a continuidade de determinadas discussões, o grande não dito é: "os tribunais erram muito." E isso perpetua uma carência de nós estarmos capacitando os tribunais de segundo grau, os tribunais de cassação. Os tribunais federais, os tribunais estaduais são os que precisam sentir o peso da responsabilidade de falar definitivamente sobre uma causa. Definitivamente sobre uma causa! Ora... Mas, não! Lá vamos nós para o STJ. Eu ouso, eu vi... Eu vi o magistral estudo do professor Falcão que expõe aquilo que todo operador de direito sabe: que o Supremo Tribunal, chamado para ser a Corte Constitucional, não é a Corte Constitucional por força da estatística írrita de sua jurisdição constitucional e, entretanto, cai sobre si, cotidianamente, uma avalancha de recursos que nada tem a ver com a ideia essencial de justiça. Mas, sim (mas, sim), com essa necessidade protelatória, com esse sofisticado jogo de recursos, de processos e teses, nada tem a ver com aquilo que alguém essencialmente espera quando, na origem, na gênese, controverteu com alguém, seja Estado, seja outra parte. Isso é a Justiça! Eu tenho litígio com alguém? Por favor, alguém pode me dizer quem está certo? Isso é Justiça! E esse panorama recursal, o panorama processual brasileiro não tem nada a ver com a Justiça. Eu ouso ponderar que se o STJ tem um percentual de recursos providos maior do que o Supremo Tribunal, nós deveríamos talvez convocar o professor Falcão e vermos que, se nós tirarmos recursos providos por diferenças mínimas na dosimetria da pena, valor pecuniário do dano moral e honorários advocatícios, vamos ver, ou seja... O advogado, em vez de 10 mil reais, ganhará oito mil e quinhentos reais... Raios! Isso ao tem a ver com a unificação do direito brasileiro. Isso não tem a ver! Dosimetria da pena: em vez de um ano e oito meses, um ano e cinco meses... Ora, o STJ não está cumprindo nesse caso um papel de unificação do direito nacional. Então, se essas três vertentes fossem avaliadas de uma forma talvez mais rigorosa, talvez nós também tivéssemos uma diminuição significativa dos recursos providos no STJ.

De qualquer maneira, o que parece, portanto, a Associação dos Procuradores da República é que isso... A proposta tem essa grande virtude. Se nós pensarmos, por outro lado: bom, agora vamos ter ações rescisórias e somente um Olimpo de advogados é capaz de acessar esses tribunais mediante ações rescisórias que, todos sabem, são instrumentos refinadíssimos. É o caso de se perguntar se qualquer advogado escreve qualquer recurso especial ou extraordinário ou se isso também já não está na mão de um seleto Olimpo de advogados que conhecem todos os estratagemas, que conhecem bem todas as refinadas súmulas, inclusive agora com algo que ficou ainda mais difícil, que é a prova da repercussão geral. O processo hoje já é sofisticadíssimo. Se nós vamos ter uma mudança mais ou menos terminológica, de qualquer maneira isso não muda nada para o cidadão comum. Não muda nada!

Eu tive a honra de ser – tenho quase 20 anos de Ministério Público Federal – assessor de um dos maiores Ministros (desculpem talvez se parecer exagerado o elogio) que já passaram pelo judiciário brasileiro que foi Francisco Rezek. Na época do Ministro Francisco Rezek, eu era assessor dele, tinha um recurso sofisticadíssimo chamado arguição de relevância. Os ministros brincavam... Sessão Secreta de arguição de relevância: como eles são providos? Aí, um dos ministros falou para mim: "Alexandre, nós jogamos os autos para cima, aquele que ficar colado no teto, nós damos provimento: arguição de relevância." O que já era uma coisa dificílima! Chegou um advogado, advogando em causa própria, como arguição de relevância, no gabinete. "Então, temos aqui essa arguição de relevância, espero que o ministro avalie com toda..." O Ministro falou: "Mas isso aqui é uma questão de partilha. Qual é a relevância possível?" O advogado falou assim: "Minha mãe morreu! A causa da arguição de relevância é esta: não lhe vai parecer relevante que minha mãe tenha morrido?" Então, é assim... Já é um jogo sofisticado! Por isso que, como o Ministro Sidnei Beneti, acho que a Associação Nacional dos Procuradores da República entusiasticamente valida isso. O doutor advogado citou Winston Churchill; o Ministro Noronha citou Tommaso de Lampedusa, eu quero citar Herman Hesse. Herman Hesse escreveu um livro chamado *O Jogo das Pérolas de Cristal* que, basicamente para acabar, Sr. Presidente, é o seguinte: em um futuro não muito distante, um grupo de estetas decodificou a obra de Johann Sebastian Bach e a partir daí começou a jogar um sofisticado jogo de pérolas de vidro. Um deles se transformou em um grande mestre e teve uma repercussão internacional, foi chamado de *Magister Ludi*. Um dia esse *Magister Ludi* vai a um mosteiro beneditinos e, para os monges beneditinos, fala e relata o que está acontecendo... É um jogo com Johann Sebastian Bach, Pérolas de Vidro. Então, o monge beneditino fala a ele: "Qual é a importância disso? Isso não tem importância alguma, isso não serve a nada, isso não serve a ninguém, isso é uma coisa que acontece para ninguém!" É o que nós fazemos hoje com a Justiça brasileira: joga-se um sofisticado jogo das pérolas de vidro, que não atendem a ninguém, e que fazem com que a população a cada dia se pergunte: "Onde está a Justiça?" Essencialmente, para além do refinado jogo dos gabinetes e dos processos, o cidadão lá embaixo quer justiça e se revolta porque são uma, duas, três,

quatro instâncias, e o advogado se esmera em explicar o que está acontecendo... Lá pelas tantas, ele deve dizer: "Eu só queria justiça."

A proposta de Belluzzo, a proposta da PEC 15, nesse sentido, é algo que possa fazer com que o refinado jogo das Contas de Vidro se torne, mais uma vez, a essencial concepção de justiça que todos nós esperamos. Muito obrigado.

O SR. ARI PARGENDLER – Está na moda atacar a justiça brasileira. E quando atacam a justiça brasileira, atacam os juízes. Eu quero dar meu depoimento pessoal que os juízes do Brasil trabalham e muito! Trabalham muito...

Então, esse é o registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Eu indago ao Sr. Relator, Aloysio Nunes, se pretende, nesta fase, fazer uso da palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente; ilustres convidados, meus caros colegas.

Por mim, eu ficaria aqui ouvindo... Eu abriria um debate entre nossos expositores, porque é um contraditório. É uma exibição de inteligência, de competência, de cultura jurídica e também de experiência prática no manejo do direito que eu ficaria um bom tempo aqui ouvindo o contraditório – se isso fosse possível – uma primeira rodada de réplica.

Primeiro, quero fazer uma observação muito geral. Quero dizer que vou buscar a transcrição da gravação dessa audiência pública para meditar sobre ela, sobre a contribuição de cada um dos senhores.

Já que partimos para citações literárias, quero citar o Churchill. Foi citado o Hermann Hesse, Lampedusa. Queria citar o Albert Hirschman, que é um dos grandes pensadores. Não saberia como classificar o Albert Hirschman, se ele é economista, se é sociólogo ou se é filósofo, mas ele tem um livrinho que li e releio sempre que se chama: *Duzentos anos de retórica reacionária*. Ali se alinham argumentos que são frequentemente propostos contra qualquer expectativa de mudança, qualquer movimento reformista.

Quero confessar aos senhores que já recorri a esses argumentos. Não estou carimbando ninguém como reacionário, mas digo que há sempre uma tipologia de argumentos contra as reformas. Um desses argumentos é o argumento da futilidade. Mudar para quê? É tão pouca essa mudança, é tão irrelevante, na verdade o problema está em outro lugar, é preciso mudar as leis processuais, mudar a distribuição de competência dos tribunais superiores, é preciso adotar também um mecanismo semelhante ao da repercussão geral para o STJ. Estou de acordo com tudo isso, mas, geralmente, esses argumentos são usados para dizer: Para que cuidar disso se nós temos outras coisas que são mais importantes? Acho que tudo isso é importante, mas acho também que a PEC é importante ou, então, vai ficar pior. Esse é o argumento do efeito perverso da mudança. Se mudar, fica pior. Somente uma elite de advogados vai poder ter acesso aos tribunais superiores. Hoje já é assim. Ou, então, desculpe-me, meu caro colega representante da OAB, vamos deixar que as elites locais fiquem com a faca e o queijo nas mãos para decidir sobre a vida dos cidadãos. As elites locais compõem o sistema judiciário brasileiro. São os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais de Justiça. É claro que existem problemas, mas, então, vamos acabar com o sistema judiciário como ele está ou vamos prestigiar a justiça local, dar mais efetividade e responsabilidade a ela?

Quero dizer ao representante da Ordem que, às vezes, aqui mesmo no Congresso Nacional, há por vezes esse reflexo de não assumir responsabilidades. Vamos aprovar como está, porque o Executivo veta, ou vamos aprovar assim na Câmara, porque o Senado corrige, ou vice e versa, aprovamos assim no Senado que a Câmara corrige. É preciso que as instâncias de decisão política e jurídica assumam plenamente a sua responsabilidade. Acho que essa proposta do Senador Ferraço vai na linha de prestigiar a Justiça local, a Justiça que conhece os fatos, a Justiça que está mais perto do juridicionato, a Justiça Federativa, a Justiça da Federação.

Lembro-me que fui, durante um período, relator da proposta de emenda constitucional que resultou na primeira fase, e espero que venha a segunda fase, Presidente Ari Pargendler, da reforma do judiciário. Lembro-me que, quando propus, e o Ministro Beneti se lembra bem disso, a súmula vinculante e a repercussão geral, que havia sido durante um período, período evocado pelo senhor quando foi assessor do Ministro Rezek, tinha sede no Regimento do Supremo, a constitucionalização desse mecanismo a Ordem dos Advogados caiu em cima de mim maciçamente: é a denegação da Justiça! Na época o Presidente da Ordem chamava-se Reginaldo de Castro. A súmula vinculante vão tolher, vai manietar os juízes de 1º grau e a repercussão geral vai impedir o acesso dos cidadãos ao Supremo Tribunal Federal e ao STJ. No entanto, passado um tempo, verificou-se que isso não ocorreu; pelo contrário, hoje a existência da repercussão geral é até um argumento que a Ordem dos Advogados do Brasil, no seu Conselho Federal, usa contra a PEC do Senador Ferraço. Nós já temos a repercussão geral.

Fiz essas observações e, claro, vou levar muito em conta o que ouvi até agora.

O Presidente do STJ me alertou, há algum tempo, sobre a necessidade de haver determinados mecanismos que são mais sensíveis na jurisdição do STJ para corrigir de imediato algumas situações teratológicas. Foi o que me fez, com a plena concordância do autor da emenda, evoluir da ação rescisória especial e extraordinária para a manutenção dos recursos, com a possibilidade da concessão do efeito suspensivo, mas com alguma restrição em relação à sistemática de hoje, submetendo a decisão ao colegiado.

Essa consulta, Presidente, a maneira pela qual essa consulta poderá ser feita, fica à descrição da própria Corte, no seu Regimento Interno. Não impede, por exemplo, que essa decisão seja feita mediante uma consulta por via eletrônica, como se faz hoje, aliás, no Supremo Tribunal Federal para decisão a respeito da repercussão geral. Seria o plenário virtual, e isso pode ser feito rapidamente.

Enfim, vou levar em conta os argumentos pela autoridade que tem aqueles que a expuseram e pela relevância do tema.

Queria dizer também, Sr. Presidente, que devemos prosseguir e não deixar para as calendas o prosseguimento da reforma do Judiciário no seu nível constitucional.

Lembro-me que, na época em que se discutiu a reforma do Judiciário, houve um condicionamento das discussões por interesses corporativos muito fortes, que não vão ser eliminados, continuam existindo. Por exemplo, a extinção dos Tribunais de Alçadas onde os Tribunais de Alçadas existiam foi proposta muito por pressão dos juízes, que queriam ter condições de ascender em suas carreiras, e se eliminou o Tribunal de Alçada de São Paulo, de Minas Gerais e, creio, no Rio Grande do Sul, que também havia Alçada na época.

Quero dizer ao senhor que fui advogado público. Já estou aposentado. Fui procurador do Estado. Sou filho de advogado, neto de advogado. Mas a Ordem também tem seus interesses corporativos que defendem e defendem muito bem. Acho natural que os órgãos dirigentes da Ordem exprimam a preocupação dos advogados do Brasil em relação às mudanças nas leis processuais ou na Constituição que possam não impedir, mas afetar o exercício da sua profissão. Acho, absolutamente, normal e legítimo que isso se exprima. Mas, o que eu queria dizer é que a mudança proposta pelo Senador Ferraço, no meu entender, não colide com o desejo e a necessidade de novos aperfeiçoamentos. Aliás, já temos no Senado, já cumprimos uma etapa no Congresso de aperfeiçoamento das leis processuais e devemos prosseguir nessa linha.

Mas, para dizer muito simplesmente, uma coisa não exclui a outra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sem dúvida alguma, a Constituição de 1988 abriu ao cidadão possibilidades imensas de acesso ao Poder Judiciário.

Com a reforma introduzida no Congresso, aprovada no Congresso, a reforma do Judiciário, a Emenda à Constituição nº 45, de 2004, esse acesso se tornou ainda mais facilitado, proporcionando àqueles que confiam na Justiça e têm alguma demanda, podendo ingressar com mais facilidade, volto a dizer, para atender aos seus reclamos.

Essa situação nova, criada a partir da Constituição Cidadã naturalmente encheu o Poder Judiciário de processo. As demandas aumentaram, consequentemente há uma pletora não só de demandas, mas também de recursos que chegam ao Supremo Tribunal Federal, a Corte suprema.

Inicialmente, quero crer que os constituintes esperavam transformar o Supremo Tribunal Federal, talvez prioritariamente, numa Corte constitucional.

Ao longo do tempo isso não se tornou concreto, consolidado, vez que a Corte se transformou, mas de forma acentuada, numa Corte recursal suprema. Basta dizer que só de recursos extraordinários e tantos outros, mais de 80% provêm de recursos.

O relatório do Supremo em números é muito elucidativo a respeito dessa situação. Entre 1988 e 2009, foram analisados um milhão, duzentos e vinte e dois processos no Supremo, através de 52 portas de entrada, desde ação cautelar, passando por carta rogatória, apelação cível, habeas corpus, intervenção federal, etc. São 52 possibilidades de entrada no Supremo Tribunal Federal.

Esse relatório, que é bastante elucidativo, divide esses processos em três esferas: processos constitucionais, processos recursais e processos ordinários, sendo que os processos constitucionais são aquela ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, mandado de injunção e outros tantos. E os processos recursais dizem respeito ao controle da constitucionalidade, como os agravos de instrumento em recursos extraordinários.

Só esses dois, agravos de instrumento e recursos extraordinários, preenchem mais de 80% da pauta do Supremo.

Os processos ordinários, segundo o próprio relatório abrangem todos os demais casos que não se enquadram na classificação de processos constitucionais e recursais.

Há um dado também que considero importante. A absoluta maioria dos processos recebidos pelo Supremo origina-se da Corte recursal. Quer dizer, o Supremo transformando-se em Corte recursal. Noventa e dois por cento nos casos de 1988 a 2009. Quantitativamente, portanto, o Supremo não é uma Corte constitucional. O próprio Supremo está dizendo aqui que não é uma Corte constitucional no sentido original em que esse tipo de instituição foi pensada. Em números absolutos, está muito mais próximo de uma Corte recursal suprema.

Então, em resumo, não fossem a súmula vinculante e a repercussão geral, naturalmente que os processos estavam ainda se acumulando e enchendo a pauta do Supremo Tribunal Federal.

Logicamente que a Constituição não fala em quatro instâncias.

No art. 5º, Inciso LV, "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes:".

Quer dizer, esses recursos e meios devem estar inscritos numa lei infraconstitucional.

Então, se uma lei determina que um determinado recurso não existe, não vai haver o recurso.

A ação rescisória suprime as instâncias superiores. Por exemplo: alguém que entrou lá no Município, numa comarca lá de Sergipe, no meu Estado; se ele entrou com uma ação e perdeu lá na primeira instância, vai ao TJ, Tribunal de Justiça, perde na segunda instância, por esta PEC só subirá se houver uma ação rescisória que seja proposta pelo demandante.

Devemos fazer tudo o que é possível...

Presidente, a campainha está tocando toda a hora. Eu posso continuar um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pode, claro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, é o seguinte: claro que nós torcemos para que o Poder Judiciário – tão abarrotado de serviço – seja liberado, pelo menos o Supremo e o STJ, para questões mais importantes que questões simples como as que aqui foram citadas e que poderiam ser resolvidas lá atrás. O que me preocupa... Por exemplo, na área eleitoral, se há um recurso em que a parte não tem provimento no Tribunal Regional Eleitoral, e esta sentença só será desconstituída através de uma ação rescisória, aí pode ocorrer uma injustiça, de vez que o cidadão pode perder o mandato. Quando ele reouver o mandato numa ação rescisória, suponhamos que ele já perdeu dois anos, o que vai acontecer? Como alguém vai restituir, do ponto de vista político e até financeiro o que o cidadão perdeu? Isso eu falo porque os tribunais – alguns deles, eu não ataco a todos – são políticos, meramente políticos, cortes políticas.

Eu vou citar um exemplo aos senhores, aconteceu esta semana.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o Senador Capiberibe deveria assumir o seu mandato conquistado nas urnas na eleição de 2010, e mandou para o TRE do Amapá essa determinação, essa decisão. Pois o TRE mandou dizer ao Supremo que não dava o diploma, porque tinha dúvida sobre a decisão do Supremo, se era para diplomar ou não. Imaginem!

Quer dizer, ali não foi uma decisão jurídica, foi uma decisão política. Perdoe-me lá o Tribunal do Amapá. Deve haver alguns membros que não são políticos, mas a decisão confere um caráter preconceituoso, um caráter decisório sem legitimidade, de vez que manda para o Supremo de novo.

Quando é que um Senador – já estamos no mês de outubro, dez meses – vai assumir? Quem vai restituir essa perda de mandato do Senador Capiberibe. Ninguém vai restituir. Não vai acontecer nada. O Supremo vai mandar realmente dar um diploma, poderá fazer uma reprimenda, chamar a atenção do Tribunal Regional Eleitoral, que devia ler melhor o que foi sentenciado numa decisão proferida pelo Supremo.

A única coisa que me preocupa é a incidência do fator político nas decisões dos tribunais, principalmente eleitorais. Não digo tanto dos tribunais de justiça. Posso falar do meu Estado. Se há um tribunal que prima por decisões conscientes, não distorcidas do processo judicial, é o Tribunal de Sergipe. E alguns outros tantos que existem espalhados por este País.

A minha única preocupação, Senador Ricardo Ferraço, Senador Aloysio Nunes, a minha preocupação diz respeito tão somente à incidência do processo político.

Para terminar, Sr. Presidente, o instituto da repercussão geral, instituído pela Emenda Constitucional nº 45 vem causando a diminuição considerável dos recursos extraordinários no Supremo. Não seria possível um instituto semelhante para um recurso especial?

No caso, por exemplo, de uma condenação, a despeito do cabimento de recurso especial extraordinário, como poderia ser feita a reparação de danos causados àqueles que, após o cumprimento total ou parcial da pena venham a ser julgados inocentes com a posterior rescisão do julgado ou com a revisão da causa? Uma pergunta aos ilustres membros dessa Mesa, aos quais eu reverencio e agradeço pelas aulas que foram transmitidas a todos nós.

Obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pois não, Senador. O senhor é relator, pode voltar a se envolver.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Meu caro Colega Valadares, o caso que V. Exª aponta, do Senador Capiberibe, é problema de corregedoria e de legislação infraconstitucional. Não creio que tenha a ver com a proposta de emenda que nós estamos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nas decisões anteriores, lá atrás, esse mesmo tribunal já se manifestou politicamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não. Política é uma questão de ação de corregedoria. O tribunal não pode ser um órgão político, tem que ser um órgão jurídico, ainda que seja eleitoral.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Decisões erradas são tomadas de propósito, muitas vezes, para beneficiar alguém.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois é, mas se mantém a possibilidade de recurso na proposta do Senador Ferraço, a rescisória, e no meu substitutivo se mantém o recurso extraordinário e o recurso especial ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. Não se exclui essa possibilidade.

Mas aí no caso, eu acho, em minha opinião, é corregedoria mesmo nesse tribunal.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Srs. Senadores, há um outro item que talvez tenhamos que enfrentar posteriormente, que é a composição da Justiça Eleitoral, matéria constitucional que eu acredito que, superada a PEC 15, deverá ser um tema sobre o qual a nossa Casa deverá se debruçar

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço e, depois, o Senador Pedro Simon.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, inicialmente, quero cumprimentar os nossos expositores e também o Ministro João Otávio; o Ministro Ari, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; o Ministro Sidnei; o Dr. Alexandre, que representa aqui a Associação dos Procuradores Federais; e o Dr. Caio, que representa aqui a nossa Ordem dos Advogados do Brasil.

A minha primeira palavra é de agradecimento e, naturalmente, de reconhecimento às manifestações que aqui foram emitidas – não importa se convergentes, se divergentes. Enriqueceram, colocaram luz e ajudaram-nos no valor de juízo que precisamos ter para que possamos decidir.

Fico sempre com a impressão de que o nosso federalismo tem uma enorme tendência compulsiva a manter um dos seus maiores equívocos que é achar que Brasília tem a possibilidade de resolver os problemas de um País tão heterogêneo como o Brasil. Isso não ocorre apenas no sistema judiciário; é também assim no sistema político.

A concentração, a hipertrofia do Presidencialismo de coalizão é derivado dessa cultura brasileira que tem receio de transferir responsabilidade e autoridade para a ponta, com medo de que a ponta possa tomar decisão equivocada e, assim, manter as decisões em todos os campos aqui em Brasília.

Ora, se o problema está no exercício desse ou daquele tribunal que, em lugar de ter um papel jurídico, não o tem, está correto, Senador Aloysio. Isso é um problema de corregedoria. Se, eventualmente, esse ou aquele tribunal ou desembargador não tem responsabilidade, que se dê responsabilidade a ele, que se coloque luz na decisão que ele vai tomar, para que o controle social local possa exigir o aperfeiçoamento do seu trabalho jurisdicional.

Então, eu acho que nós precisamos dar autoridade e responsabilidade para cobrar responsabilidade, porque, vez por outra, é verdade, algum tribunal regional toma uma decisão ao arrepio, etc. e tal. Mas, será que não é colocando luz na decisão que se vai, de certa forma, aperfeiçoando, mudando essa tendência, essa história que nós temos percebido no País?

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós estamos cumprindo, hoje, a derradeira missão. Não há por que mais esta Comissão deixar de votar, deixar de relacionar esse projeto, para que nós possamos fazer o debate, agora, entre os nossos Senadores. Já ouvimos as partes, já ouvimos os argumentos.

Nunca me passou pela cabeça que essa PEC pudesse resolver os problemas da Justiça. Muito pelo contrário. Achamos que a reforma do Judiciário precisa ir adiante, e o pacto republicano necessário e desejado, que faz com que o Congresso Nacional, não apenas o Senado e a Câmara, possa ter uma agenda com prioridades objetivas, tem esse sentido, tanto que já foi votada, aqui no Senado Federal, a súmula impeditiva de recursos, faltando apenas que a Câmara dos Deputados possa se manifestar e possa votar. De igual forma, o novo Código de Processo Civil.

Eu não vejo, sinceramente, uma união de esforços concentrada para que o Congresso Nacional possa tomar as suas decisões. E aí se critica a judicialização, porque vem na omissão do Congresso Nacional, que deveria decidir, que deveria votar, e não decide e não

vota; se acomoda e se amedronta diante das decisões que tem que tomar.

Então, julgo, Sr. Presidente em exercício, Senador José Pimentel, que, a essa altura, o que nos falta é relacionar o projeto para que nós possamos votar, para que o debate possa acontecer, porque o Senador Aloysio, seguramente a partir desta audiência pública, vai incorporar eventualmente contribuições, todas elas valiosíssimas e legítimas, para que possamos aperfeiçoar. Mas agora acho que do que precisamos é pautar o projeto, é estabelecer o bom debate e votarmos essa matéria.

Muito obrigado, Sr, Presidente, muito obrigado Srs. Ministros que nos honraram com suas presenças, nosso representante da OAB, e o nosso representante dos procuradores federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr Presidente, ilustres senhores magistrados e advogados e procuradores, eu gostaria, sem entrar na profundidade da discussão, discutir uma tese que venho debatendo a longo período. Acho que a crise brasileira, em termos de ética e de seriedade, está atingindo limites ultraexagerados. Eu tenho para mim que a causa fundamental disso se chama impunidade. As explicações dadas e apresentadas sob a argumentação de que no Brasil tem mais corrupção do que na Europa, do que nos Estados Unidos, do que na China, não tem consistência. O que tem consistência é que, lá, o cidadão vai para a cadeia e aqui é só ladrão de galinha. Essa é a realidade. É só ver os números. Um juiz, o Sr. Nicolau foi porque a coisa era tão espantosa, e mesmo assim prisão domiciliar; parlamentar, um até agora.

No Congresso Nacional tivemos um caso agora de uma ilustre Parlamentar em que praticamente os Deputados votaram em causa própria. O advogado de defesa só dizia isso: "Hoje é ela, amanhã é você". Cada vez indicava alguém que também estava respondendo a processo. "Hoje é ela, amanhã é você". Então, eu até me sinto mal na posição em que estou. Eu vim de época em que a minha luta era a defesa dos direitos individuais contra a ditadura, contra o arbítrio. Eu só fui advogado de júri de defesa, nunca atuei, nunca fiz uma acusação; fui advogado de preso político, defendo os direitos. Então, quando dizem que temos de garantir os direitos individuais, eu sou fanático por isso.

Eu não era Constituinte, era Governador do Rio Grande do Sul, mas toda sexta-feira eu vinha para cá e, lá na casa do Dr. Ulysses a gente discutindo e debatendo, e as nossas grandes teses eram as garantias e os direitos.

Mas vejo agora uma situação que me deixa angustiado.

Eu acho que a situação como está não pode continuar, não pode continuar. Nós temos de fazer com que haja decisões.

Hoje é um deboche. Em primeiro lugar, nós não conhecemos nenhum grande escritório de advocacia especializado em absolver réu importante. Nós temos grandes escritórios de advocacia acostumados a empurrar: recorre, recorre, até cair na prescrição. Esta é a realidade que nós vivemos. Quer dizer, nenhum cidadão, grande político, cidadão de dinheiro, banqueiro, companhia, diz: "Absolvam-me". Não. "Empurram-me". Então, a coisa é tão assim que, quando foi preso o banqueiro Dantas, no Senado, falou um, falaram dois, mas estremeceu o Senado aquele escândalo, aquela barbaridade: "Vocês viram na televisão? Colocaram algema no fulano de tal, e ele de pijama?". Depois de ver tanta gente falar, eu fui para a tribuna: "Olha, eu venho aqui com muita humildade. Eu quero pedir perdão, mas eu vi na televisão e gostei; ao contrário de vocês que estão aqui, eu gostei. Agora, eu não tinha me dado conta de que eu tivesse feito um pecado tão grave assim!". Mas ouvi: "Poxa, o cara é banqueiro e o botam..." Porque eu vejo, todo dia, o cara que vai lá à favela, não sei o quê, menoridade e não sei mais o quê, que sai da favela, sai do seu ramo e segue preso de algema, e nunca vi ninguém falar nada. De repente, é esse escândalo? A verdade é essa.

Eu vejo as defesas, os direitos individuais? É claro que sim! Tem que garantir? É claro que sim! Mas não é essa a realidade. Desculpe-me, mas no Brasil, hoje, eu não vejo que tenhamos de ter medo, de chorar por ninguém que foi para a cadeia ou que sofreu qualquer coisa, porque não teve a garantia de seus direitos. O que eu vejo é vigarista, é ladrão, é cafajeste solto porque vai empurrando, vai empurrando e vai empurrando.

E nisso está o resto do Brasil. Não dá para pedir para um funcionário. Quer dizer, o cara, na polícia, daqui a pouco está como lá em São Paulo, o tenente-coronel que mandou matar a juíza, porque isso vai num crescendo. Vai num crescendo e todo mundo sabe. Então, por que eu é que vou bancar o honesto?

O Senador Pedro Simon roubou, tem de ir para a cadeia. Quer dizer, se eu fosse para a cadeia, se provassem alguma coisa, seria um efeito importante: "Viu aquele filho da mãe, mentiroso e sem-vergonha, que inventava e era um vigarista? Foi para a cadeia!". Isso tem de acontecer.

Na China, três ex-primeiros-ministros suicidaram-se, de vergonha de ir para a cadeia. Foram condenados, tiveram vergonha de ir para a cadeia e suicidaram-se! O Nixon renunciou porque ia ser cassado o man-

dato dele. E cassado pelo quê? Porque ele mentiu! Ele disse que não sabia de nada das gravações no edifício Watergate, não sabia de nada, e, quando foram ver, apresentaram uma fita, e ele sabia. Renunciou 24 horas depois, porque, se não renunciasse, era cassado!

Com o Clinton, foi só um vexame que é qualquer coisa de fantástico! Ficou provado que tinha esperma dele na roupa da funcionária dele, da secretária, a qual chegou e disse: "Eu quero depor.", "Mas o que você quer depor?", "Não, eu quero falar: o presidente tem um negócio no membro dele, um troço especial que eu vou dizer o que é!". A Suprema Corte teve de inventar que sexo oral não é relação sexual para que ele não fosse cassado. Inventaram uma forma, mas ele respondeu. Ele respondeu e teve que fazer isto: reconhecer que teve relações, porque, senão, era cassado. O Presidente dos Estados Unidos! Impressionante!

Agora, publicaram todas as relações, os escândalos dos americanos no Vietnã, no Iraque e não sei o quê, documentos secretos. Publicaram tudo: as coisas mais horríveis que se possam imaginar eles publicaram! Nós não podemos.

Então, eu acho que, com toda a sinceridade, nós, Senado, somos muito responsáveis. Eu tenho esta angústia de ver nós trabalharmos terça, quarta e quinta e manhã e, no resto do dia, não fazermos nada. E fica aquela correria: ficamos correndo para cá, para lá e para cá, e, no resto, não se faz nada.

Então, nós já estamos dando um exemplo errado. Nós não temos capacidade de fazer. Por exemplo, nós estamos cobrando de vocês aquilo que... O Presidente do Supremo mandou para cá o que é obrigação nossa não dele, e nós não fizemos. Quer dizer, na verdade, nós não temos capacidade de estabelecer a fidelidade partidária. O Supremo teve que fazer, porque nós não tivemos capacidade de fazer isso!

Então, essas coisas realmente... Mas temos de começar. E, para começar, na minha opinião, com todo o respeito, é só uma, a saber: terminar com a impunidade. Tem de saber que a lei é para valer! Pode ser desembargador, pode ser Senador, pode ser empresário, pode ser rico, pode ser o diabo: a lei é para valer! E, com todo o respeito, eu vejo, nos tribunais, muitos ministros defendendo – e acho que está certo. E eu até fico me perguntando: mas será que eu mudei tanto na minha vida, defendendo os direitos individuais, os direitos de defesa e não sei o quê? Eu sou favorável a que se puna.

A informação que a gente tem é essa. Nos Estados Unidos e na Europa, o cara também recorre como aqui – recorre uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, cinco vezes –, mas, lá, na segunda vez, vai para a cadeia. É muito simples: ele continua recorrendo, mas vai mudar tudo. Se eu condeno a primeira vez, recorro, vai para o segundo e também sou condenado, eu vou pegar um baita advogado...

Aloysio, e também eu acho que a OAB está equivocada, porque acho que, se acontecer isso... Hoje, é meia dúzia de grandes escritórios que montam isso, e montam o quê? Montam empurrando com a barriga para não fazer nada e não acontecer nada. Se for como pretendemos, ou seja, na segunda instância, recorre preso, vai ter gente de montão, vai ter advogado trabalhando de montão, porque os caras não vão parar, vão querer correr para serem absolvido. Acho que a OAB está enganada em minha opinião. Hoje é interesse de meia dúzia de escritórios que realmente ganham uma fortuna, mas, se nós fizermos a diferença, vai se democratizar. Qualquer cidadão vai pegar um bom advogado e vai brigar com ele: "Me absolve, pelo amor de Deus. Eu fui condenado. Eu não posso ser condenado".

Eu juro por Deus que penso, penso, penso e não consigo entender como isso não é aprovado.

Vejo alguns ministros e desembargadores – perdoem-me a sinceridade – com posição completamente contrária e os direitos...

Vamos analisar em terreno objetivo. Estamos aqui para ver o problema do nosso País. Dá para se dizer que no nosso País hoje o problema é que tem gente sendo injustamente preso, condenado, que os direitos individuais estão sofrendo alguma questão? O próprio Poder Executivo, vamos fazer justiça ao governo, tanto do Fernando Henrique como do Lula como da Dilma, há algum problema nesse sentido? Esse é o nosso problema? "Não, temos que ver os direitos individuais." Temos que ver, e fico até chateado fazendo isso, porque, olhando para trás, me lembro que é o que eu dizia durante 20 anos. Mas não é hoje. Hoje a situação é diferente. A situação hoje é a impunidade, a corrupção, a imoralidade, a coisa que não vai. É o governo agora pegando ali. O que é que está acontecendo nos Correios? Por que está acontecendo essa greve? Porque botaram os caras do Partido e nomearam. A coisa está feita porque vai aumentando, aumentando e não acontece nada. O máximo que a gente diz é que "Dilma está bem", porque a Dilma demitiu o Ministro, mas também demitiu e não se fala mais nada, não se fala mais sobre o que vai acontecer, nada, porque o Lula e o Fernando Henrique não demitiram, nem demitiram!

Então, para começar isso é só terminando com a impunidade. Se não terminar com a impunidade, não adianta nada, e, para terminar com a impunidade, tem que ir para a cadeia o Pedro Simon, tem que ir para a cadeia o fulano do banco. Cometeu corrupção, vai para a cadeia. Aí vai dar exemplo: "Pô, o negócio é sé-

rio, o negócio é duro." A Operação Mãos Limpas, na Itália, pegou o presidente da Fiat e botou na cadeia. O presidente da Fiat, que era a maior empresa da Itália, foi parar na cadeia, e deu resultado extraordinário a Operação Mãos Limpas.

Então, com todo o respeito, e até me sinto mal porque de repente parece que fui para a direita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe-me, de modo especial o meu conterrâneo, que, para nós do Rio Grande do Sul, é o exemplo da Magistratura do Rio Grande do Sul. Tenho muito orgulho. Nós, do Rio Grande do Sul, vamos muito bem obrigado. Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT CE) – Muito bem, Senador Pedro Simon.

Vamos agora para parte final e vamos voltar a palavra para a Mesa, na mesma ordem.

O Sr. Joaquim Arruda Falcão Neto teve que sair um pouquinho mais cedo, em face do vôo. Ele seria o primeiro a iniciar. Agora, o Sr. Caio Leonardo Bessa Rodrigues, representando a nossa Ordem, por gentileza.

O SR. CAIO LEONARDO BESSA RODRIGUES – Srªs e Srs, preciso agradecer o privilégio que me foi dado essa manhã de participar dessa discussão e de ter assistido à teorização do Senador Pedro Simon, cuja estatura de parlamentar é inigualada.

Senador, se o senhor for para a cadeia, eu vou junto, pelo menos a conversa vai ser boa. *(Risos.)*

Além disso, seria importante recuperar o cerne da questão. O cerne da questão é que o projeto original propõe que o recurso extraordinário passe a ser algo como ou propriamente uma ação rescisória e o substitutivo propõe que a sentença de 2ª instância faça coisa julgada. Isso coloca um problema técnico jurídico complexo. A coisa julgada é imutável. Ato jurídico perfeito, coisa julgada, direito adquirido, constitucionalmente, os três são imutáveis. Se nós damos caráter de coisa julgada, transitada em julgado à sentença de 2ª instância e, no entanto, ainda permitimos o acesso ao STJ, ao TST e ao STF, criamos a seguinte teratologia jurídica: a coisa julgada já não é mais coisa julgada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe! A coisa julgada é uma criação do Direito positivo.

Sr. Presidente, V. Exª me permite, apenas para podermos dialogar?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – O senhor é o nosso Relator. A qualquer momento da exposição pode participar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal que afirma que só acontece a coisa julgada depois de esgotado todos os recursos, inclusive essa multiplicidade de agravos que existe. Foi uma decisão do Supremo. Assim o Supremo interpretou. Daí porque estamos colocando em uma proposta de emenda à Constituição outra caracterização da coisa julgada.

Agora, isso é uma criação do Direito positivo. Isso não está nas Tábuas da Lei, que Moisés recebeu diretamente do Criador. Isso é uma criação nossa, uma criação do Direito positivo, dele posto. Eu posso perfeitamente dizer: Olha, a partir da intervenção do duplo grau de jurisdição, nós temos coisa julgada, sem prejuízo da eventual revisão, em determinadas circunstâncias, daquilo que foi decidido.

Obrigado.

O SR. CAIO LEONARDO BESSA RODRIGUES – Obrigado, Exª.

Para além da discussão em torno de coisa julgada e da colocação que V. Exª fez bastante interessante, o que nós temos é que o Senado acabou de aprovar o Projeto de Código de Processo Civil. Quero retomar o que foi dito aqui de que não há um movimento em torno de buscar uma solução. Eu preciso discordar, Exª. Acontece de eu ser o Presidente da Comissão de Acompanhamento da Reforma do Código de Processo Civil no âmbito da OAB do Distrito Federal. Ali nós estamos discutindo com AMB, com Organização das Cooperativas do Brasil, CNI, CNF, Conselho Federal. Estamos buscando todos os operadores de Direito, e não só operadores do Direito, mas aqueles a quem o Direito deve atender, que é o cidadão, o empresário, quem quer que seja...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Desculpe, mas estamos discutindo de novo, porque essa discussão houve longamente aqui no Senado. Então, não precisamos discutir o que foi discutido.

O SR. CAIO LEONARDO BESSA RODRIGUES – Onde eu quero chegar Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Essa é a tese. Compreendeu?

O SR. CAIO LEONARDO BESSA RODRIGUES – Onde eu quero chegar é que o Senado estaria dando dois sinais distintos aprovando essa PEC depois de ter aprovado o que aprovou no Código de Processo Civil, porque já está dito que não há efeito suspensivo em apelação. Não é nem em 2ª instância. Acaba o efeito suspensivo da apelação. Está se discutindo na Câmara dos Deputados, depois de aprovado no Senado, qual é o aperfeiçoamento necessário ou cabível a essa transformação, a essa mudança no ordenamento jurídico, para que as decisões de 1ª instância que sejam equivocadas ou que promovam ou causem dano irreparável venham a não ser eficazes desde o primeiro momento. Então, o Senado já está discutindo. O efeito

suspensivo de recurso especial e recurso extraordinário não existe. Então o que se está querendo...

Os dois sinais trocados a que eu estou me referindo são: o Senado já decidiu mudar o efeito suspensivo de apelação no caso de sentença, mas agora pretende fazer coisa julgada a decisão de segunda instância. É preciso ver exatamente como se concatenam essas duas mudanças, se são coerentes entre si e qual é o impacto de mudanças tão profundas em dois eixos do sistema de decisão processual no Brasil.

A Câmara está decidindo isso, está discutindo isso agora. Deve voltar ao Senado o projeto, por volta de julho do ano que vem, com bastantes mudanças. Espera-se que sim. A coisa foi muito acelerada no Senado, e não foi bom. Espera-se que o debate lá seja mais aprofundado, debate aprofundado como esse que nós estamos vendo aqui.

Agora é preciso dizer que a postura do Conselho Federal, à parte das colocações que foram feitas aqui, não é corporativa. Não é questão de manter e garantir o efeito suspensivo ou de não se ter coisa julgada ou de se manter a impunidade. A preocupação do Conselho Federal é com a higidez do sistema, com o equilíbrio. Se o sistema se mantém equilibrado, se o sistema evolui e se essa evolução, na lógica das consequências, não só na lógica dos princípios e na lógica sistêmica... Quais são as consequências de ser considerada coisa julgada uma decisão de 2ª instância? É isso que o Conselho se propõe a discutir. Na perspectiva dos meus pares, em uma discussão de que, lamentavelmente, não participei, não se trata aqui de um avanço.

Repito, não há misoneísmo da parte do Conselho Federal. Não somos contra mudanças. Nós estamos participando do processo de discussão e apontando alternativas, como, por exemplo, essa questão que foi apontada também pelo Procurador Alexandre Camanho, do recurso *ex officio*. Há elementos que congestionam o sistema judicial e que poderiam deixar de congestionar, se fossem eliminados.

Estou tomando muito do tempo, eu peço perdão, mas é que a discussão é muito instigante. É muito perigoso deixar advogado falando sobre coisas instigantes. Eles podem nunca mais devolver a palavra, apesar das campainhas. *(Risos.)*

Lamento que tenha tomado mais o tempo de vocês. Mais uma vez agradeço muito a honra subida de ter divido essa Mesa com figuras tão ilustres, como o Ministro Sidnei Beneti, que é alguém por quem eu nutro uma afeição de muito tempo, e também pela sua família, e os Senadores aqui presentes – Senador Ricardo Ferraço, Senador Aloysio Nunes Ferreira e o magnificente Pedro Simon. Obrigado Srs.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Ministro Ari Pargendler, Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. ARI PARGENDLER – Sr. Presidente, a missão do Legislador é muito mais difícil do que a missão do Juiz. O Juiz decide sobre fatos passados, o Legislador tem os olhos voltados para o futuro. Eu sou politicamente progressista, mas juridicamente reacionário. Mesmo, assumido. Porque eu tenho presente o seguinte: uma norma jurídica, ela tem sempre a sua razão de ser. Quando eu vejo as pessoas dizerem "temos que terminar com esses procedimentos; temos que resolver tudo na hora; o processo civil é complicado, o penal é complicado".

O grau de civilização se mede pela qualidade das suas normas processuais. Isso é um estágio de civilização.

O convite que me foi feito, o recebi, portanto, por esse viés, o de dizer dos meus temores a respeito da mudança de um sistema que tem uma história, que tem uma motivação. E foi o que fiz; eu não desci a detalhes, eu trouxe dados do Superior Tribunal de Justiça que não dizem respeito a matéria civil, os dados que relatei aqui não tem nada a ver com dano moral, são dados relativos a processos criminais entre os anos de 2008 e 2010.

Eu também não fiz todas as objeções que poderia fazer. Uma que me assalta, mas espero que isso depois possa ser resolvido por uma ação ordinária...

Vejam, o nosso sistema embute na instância ordinária, no mesmo juízo as discussões legais e constitucionais. Agora, quando a discussão sob de nível, o controle da legalidade é feito pelo Superior Tribunal de Justiça e o controle constitucional é feito pelo Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal não atira os processos para o ar; é um tribunal da maior qualidade e, com certeza, aqueles casos de arguição de relevância que foram conhecidos eles não coloram no teto, e são inúmeros os que aconteceram.

Como resolver esta questão de, num mesmo processo, haver uma questão infraconstitucional e uma questão constitucional? Nós teremos duas ações rescisórias num mesmo processo? Esse é um dos temores que eu tenho.

Então, eu cumprimento o eminente Senador Ricardo Ferraço, cumprimento, também, o ilustre Relator, Senador Aloysio Nunes, que me deu o prazer de recebê-lo no STJ para falarmos a respeito do tema. Naquela ocasião, já revelei a ele os meus temores.

Em relação ao meu caro conterrâneo, Senador Pedro Simon, eu quero lembrar o seguinte: quando eu estava na faculdade, o réu só recorria preso. Até que houve um célebre caso da condenação de um policial

chamado Fleury, e sobreveio a Lei Fleury, que atribuiu então o efeito suspensivo à apelação. Na época se disse que foi – isso é paradoxal – efeito do regime militar, para proteger aquele policial. Mas, paradoxalmente, a Constituição da cidadania – temos aqui pelo menos um constituinte – proclamou e exacerbou esse princípio porque inscreveu no art. 5º, LVII:

> Art. 5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> (...)
>
> LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Então, há um movimento pendular, ora se entendendo que um só juiz tendo julgado a causa, a presunção era de culpabilidade. Mas, hoje, a nossa Constituição diz que a presunção é de inocência até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Quem inventou isso não foram os juízes. A impunidade não decorre dos juízes, decorre do grande número de processos que essas quatro instâncias não podem decidir pontualmente como deveriam.

O Judiciário brasileiro carece de juízes. E, ainda que tivesse o dobro de juízes, não conseguiria vencer essa avalanche de processos que resulta da sociedade de massas. E dessa mentalidade brasileira de que se a pessoa não tiver uma ação na Justiça ela não está exercendo a cidadania. Essa é a questão.

Então, peço – vamos dizer assim – desculpa por ser reacionário, mas as coisas precisam ser pesadas e medidas. Estamos julgando para o futuro. Quando o juiz julga o passado, o juiz erra. Agora, a probabilidade de erros para o futuro é muito maior.

Era isso. Agradeço e cumprimento a todos. Realmente, como estamos não podemos ficar, mas cabe ao Congresso decidir a respeito. E tenho certeza de que a decisão será aquela que maiores benefícios trará ao País.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – Sr. Presidente, eu falei em gênero, agora eu gostaria de falar especificamente sobre o projeto e o substitutivo.

O projeto, a técnica utilizada da ação rescisória não me parece a melhor. Nós só vamos mudar a técnica de interposição, mas o substitutivo tem algum avanço, e aí eu concordo inteiramente, pedindo vênia ao colega da Ordem.

A definição de coisa julgada é uma questão de direito positivo, exatamente. Hoje, a Constituição se refere apenas à coisa julgada e deixou a doutrina. Tradicionalmente, entendeu-se, no campo processual, que coisa julgada só opera quando há preclusão máxima, ou seja, não é possível a interposição de nenhuma outra hipótese de recurso, quer porque já se aviaram todos, quer porque não se aviou no tempo adequado. Então, passa-se uma preclusão temporal ou às vezes uma preclusão até lógica.

A Constituição passa a tomar um partido. Ela diz o seguinte: na decisão de Segundo Grau, agora, uma vez exauridas as instâncias ordinárias, obtém-se a coisa julgada. Definiu a coisa julgada como a estabilidade da decisão do Segundo Grau. A coisa julgada se alcançará pela decisão definitiva da corte de apelação. Então, tomou-se um partido. A Constituição definiu o que é coisa julgada, podendo fazê-lo, porque nós estamos exatamente num conceito reservado ao Direito positivo, e nós precisamos entender isso.

O que nós podemos ver no propósito do substitutivo e não discutimos? No campo processual civil, não vamos ter muita diferença, porque o recurso especial não tem efeito suspensivo. Essa é a regra. Entretanto, no campo penal, nós temos um efeito, que é aquele desejado, lamentavelmente: o debate. A sociedade não se conforma mais que só pode ser preso, ou seja, que a pena só pode ser executada após a decisão última do Supremo Tribunal Federal. A sociedade cansou disso. A sociedade está dando um recado a todos nós. Aliás, até réu já se queixa disso. Eu vi uma entrevista do jornalista Pimenta Neves em que ele se arrepende amargamente de ter recorrido, porque certamente estaria em liberdade quando iniciou o cumprimento da pena.

Há uma exaustão na consciência social. Substrato social, consciência social verbera, repudia todo esse sistema adotado. Por isso, no campo penal, parece-me que a proposta vem ao anseio da sociedade, e não podemos ver aí nenhum vezo de violência.

Eu gostaria de lembrar que ninguém aqui diria que nos Estados Unidos não há democracia ou que na Inglaterra não há democracia, e se adote o mesmo sistema. Então, não se pode dizer que aqui se atenta ao sistema democrático; apenas sistematiza de modo diferente. Coisa julgada se obterá agora, após a decisão de segunda instância.

Portanto, a aplicação da pena poderá ser implementada de imediato, sem violação do princípio da inocência esculpido no texto do art. 5º, inciso LVII, da Constituição. O que se faz aqui é uma modificação no texto do art. 105, do art. 115-A, para poder permitir que

o sistema – e a Constituição é um sistema; o Direito é um sistema – mantenha a sua unidade no sentido de permitir a implementação da pena ou o cumprimento da pena. Nisso me parece muito louvável o projeto.

Eu gostaria de dizer que propus... O Senador Aloysio Nunes nos perguntou como resolver o caso quando a decisão é manifestamente injusta e pode causar um dano eminente. Não temos problema. A solução é o que se adota hoje, via cautelar, e o que a Constituição ressalva, de certa forma, o que projeto ressalva no parágrafo único. Eu apenas sugeriria a ele que acrescentasse, no parágrafo único, a possibilidade da decisão monocrática do Relator, submetendo-a a referendo do colegiado na próxima sessão ou na sessão imediata à prolação da decisão. Com isso, o sistema cria instrumentos capazes de preservar a liberdade e de evitar dano eminente ao patrimônio nas hipóteses de causas cíveis.

Portanto, no que vejo no substitutivo, percebo uma proposta de grande avanço.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. SIDNEI BENETI – Obrigado, Sr. Presidente. Vejam os senhores como as coisas começam a se ajeitar. As peças do tabuleiro de xadrez começam a se colocar com a manifestação do Ministro Noronha diante já do substitutivo.

Refiro-me a algumas coisas: os números dos tribunais. Os números do STJ são, a rigor, maiores que os do Supremo. Nós recebemos a estatística do mês passado, da sessão de Direito Privado, e estamos, cada um, recebendo 1.800 processos novos para julgar nesse mês de setembro. Há colega que recebeu mais, porque tem prevenção de outro processo que levou para ele.

Com relação a esses números, realmente, se no exterior não chega a esses números, é porque o nosso sistema está errado. O número de advogados nos Estados Unidos é semelhante ao do Brasil e, muitas vezes, maior em alguns Estados. A recorribilidade americana é fantástica, de forma que

o sistema dá uma maneira de não levar todo esse turbilhão de processos, que é um verdadeiro tsunami, para as cortes supremas. E é isso que a gente tem buscar: um caminho para fazer. Só para ficar na lembrança, nunca a suprema corte dos Estados Unidos, lá não tem STJ, é a suprema corte para tudo, um tribunal só, nunca ultrapassou 151 casos julgado no ano. Agora os outros ficam pelo caminho, inclusive pela admissibilidade na própria corte dos Estados Unidos, naquele sistema que eu procurei explicar para os senhores, para quem porventura não tivesse conhecimento.

A corte do Canadá, eu a visitei em 2009, havia julgado 97 processos, e também não está auxiliada por um superior tribunal de justiça canadense, ela julga constitucional e não constitucional.

O conselho constitucional francês, nesse mesmo ano em que eu procurei me inteirar dessas matérias, havia julgado oito processos. Nunca chegou a julgar mais do que 20 em toda a história, incluindo a história do pós-guerra que, evidentemente, provocou uma grande quantidade de processos para aquela corte.

Os dois tribunais alemães, o constitucional, *Bundesverfassungsgerichts,* e o infraconstitucional, *Bundesgeichtshof*, julgam, aí, em torno de 300 processos por ano cada um, que é muito. E vivem reclamando para tentar diminuir essa quantidade.

Nós estamos realmente abusando do direto de jurisdição nos Tribunais Superiores. Isso leva àquilo que o Prof. Francisco Falcão lembrou de dizer: o risco jurisdicional.

O fato de nós trabalharmos muitos, juízes, faz parte da nossa vida. Nós estamos trabalhando como juízes porque queremos, é isso que nós queremos; estamos trabalhando assim e o problema é nosso se trabalha muito ou se trabalha pouco. O problema é o risco jurisdicional que se leva para a sociedade trabalhando nessas condições, porque essas decisões são de caráter nacional. Este é o problema. É o cidadão, e não o nosso. Para mim, pouco me importa se eu recebo essa quantidade ou não, ou se eu tenho de vencer ou não. Eu trabalho de quatro horas da manhã até quase meia-noite todos os dias, todos os dias. Há pouco tempo um dos Ministros do Supremo disse para a imprensa: "Eu trabalho de sol a sol". Eu pensei comigo: "Puxa vida, e eu que trabalho de lua a lua". *(Risos.)*

Essa questão não se coloca nesses termos.

Quanto à recorribilidade para o STJ, quais os casos que reforma, quais os casos que não reforma, claro que nós temos maior margem de reforma porque lidamos com todo o leque da jurisdição federal. Mas também muitos casos são de reformas que nem precisariam levar porque não geram uma questão de repercussão para toda a sociedade. São questões absolutamente individualísticas, e que um Tribunal do âmbito intermediário – Regional Federal, Estadual, Eleitoral ou do Trabalho – pode muito bem resolver e resolve com mais visibilidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, permita-me apenas uma pergunta, acho que vem a calhar. O Ministro Beneti considera que essa súmula impeditiva de recurso, que foi aprovada no Senado, creio que na legislatura passada, o senhor a considera positiva desse ponto de vista? Resolve uma parte do problema?

O SR. SIDNEI BENETI – Eu a considero muito positiva e válida, por que ele permite o filtro. E é o filtro que faz com que os tribunais funcionem no mundo. É o filtro.

O SR. JÃO OTAVIO DE NORONHA – Só um toque. O que temos de fazer mesmo é a repercussão.

O SR. SIDNEI BENETI – Mas, para mim, os dois são filtros, e os filtros realmente são bons e têm de ter no mundo todo o filtro. E esse filtro... E aquele assunto que eu disse que tem de ser infraconstitucional para depois nós vermos o filtro para sobrar só aquilo que é extraordinário e causa alguma lesão do tipo que o eminente Senador veio a salientar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Esse exagero de causas que têm o Tribunal, quantas é a União que faz por interesse de funcionários? Onde é que entra a União?

O SR. SIDNEI BENETI – É assombroso o número. Isso, a súmula vinculante para o Supremo deve estar resolvendo, porque nós não temos, e sobra uma enorme quantidade de questões que ficam, verdadeiramente, ocupando todo o esforço do judiciário. O Senador tocou em um ponto muito importante.

Na questão eleitoral, se há alguém que conhece o problema disso na carne – além, naturalmente, da classe política –, que conhece jurisdicionalmente sou eu. Eu fui juiz eleitoral da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo. De forma que sei muito bem o que é um problema eleitoral pendente. Nós temos, no Eleitoral, calendário para cumprir, e há essa questão pendente.

Mas não me assusta, Senador, porque, no substitutivo, reservou-se uma via rápida, reservou-se uma forma de suspensividade. Trata-se de pavimentar, na órbita infraconstitucional, essa via rápida, de forma que ela seja realmente um *fast-track* recursal. E isso se cansou de fazer no mundo. Só quero lembrar um caso. Uma vez, deferiu-se uma liminar, o juiz Douglas, da Corte Suprema dos Estados Unidos, deferiu uma liminar a fim de parar os bombardeios do Camboja. Puxa, deferiu sozinho. O que é que se faz no sistema? Ele é obrigado a reunir a Corte de imediato. Reuniu toda a Corte, eles estavam todos de férias. Pois reuniu toda a Corte, juntou todo mundo e decidiu – aliás, revogaram a liminar para paralisar os bombardeios do Camboja.

Quer dizer, isso em questão de pouco tempo se revolve, em questão de dias, desde que o sistema infraconstitucional traga os mecanismos razoáveis. E agora está fácil. Está fácil porque nós temos a possibilidade do processo eletrônico já nas cortes superiores. Isso vai fatalmente levar uma capilaridade para os tribunais de onde provêm esses recursos, os tribunais de origem. Isso vai fatalmente! Nós estamos condenados a fazer isto, queiramos ou não: o uso da informatização.

Euclides da Cunha tem uma frase no *Os Sertões* que diz: "Estamos condenados à civilização: ou progredimos ou desaparecemos." Nós estamos condenados à informatização, ainda que não queiramos e que nos dê muito trabalho, como no meu caso, que vivo lutando para aprender a trabalhar com o processo informatizado.

Eu gostaria muito que viesse esse foco do problema, como salientado pelo eminente Senador Valadares, a ser projetado lá sobre quem criou o problema e não reservando a possibilidade que ele fique menos visível do que quem vai resolver aqui pelos tribunais superiores. É preciso que cada um assuma realmente a sua responsabilidade. Isso me lembra outro fato. Eu fui juiz de primeiro grau em São Paulo no tempo em que havia prisão imediata – condenado por crime, punido com reclusão, prisão imediata. Saía e era preso mesmo! Eu lembro que cada uma dessas sentenças que eu proferia era um martírio, era algo muito sério porque, no dia seguinte, eu sabia que aquela pessoa estava presa. Eu ia visitar os presídios, toda sexta-feira corria grade, e estava lá aquele que eu tinha acabado de condenar. E lembro também quando se mudou essa regra. Aí se pensava: "Bom, eu condeno, mas já não é que, no dia seguinte, eu tenha de enfrentar, cara a cara, aquela pessoa que eu condenei." Cabe um recurso para o tribunal e, no final, eu tenho – perdoem-me a expressão –, certa cumplicidade, superior à da parte de quem condenou, devido à responsabilidade. É preciso que os juízes assumam realmente as responsabilidades pessoalmente, porque para isso foram feitos e para isso são remunerados pela sociedade.

Essa via rápida é fácil de pavimentar no âmbito infraconstitucional. Não me assusta, não. Eu acho que nós podemos fazer isso e chegar lá com grande facilidade. Vejo uma forma muito prática disso tudo. Vejo que nós temos um problema prático, temos uma congruência teórica. Fico felicíssimo com as colocações do Ministro Noronha com relação à coisa julgada – é uma reserva técnica a coisa julgada para impedir a preclusão, mas não impede que já se execute alguma coisa, embora, tecnicamente, no futuro, venha a se produzir eventualmente uma reforma, garantindo tecnicamente a suspensão da preclusão pela interposição dos recursos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estou sendo... O Dr. Noronha, desculpe-me, falou sobre a cautelar, no caso da imposição de uma pena, por exemplo?

O SR. SIDNEI BENETI – Poderia ser. Poderia ser.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Ministro falou também de uma cautelar.

O SR. SIDNEI BENETI – É uma questão infraconstitucional vermos como instrumentalizar isso no futuro.

Mas eu acho que é preciso, antes de mais nada também – e isso é muito importante, na minha ótica pelo menos, que eu submeto a todos – evitar o teorismo prévio. Nós temos de evitar o teorismo prévio. Se nós ficarmos com objeções teóricas prévias no sistema processual, não se sai do problema. Nunca se sai. Nunca se sai do problema! Nós temos de chegar a uma legislação boa, que garanta os direitos das pessoas e deixe para que a doutrina, a jurisprudência cheguem a uma solução disso aqui. Isso me lembra duas questões. Já que contaram história, uma é a parábola das duas portas que está em Couture. Na Conferência de Paris, Couture conta que há dois tipos de juristas. O jurista que, diante de duas portas, uma onde está escrito "Entrada para o Céu" e a outra, "Curso teórico de como entrar no Céu", vai preferir a segunda e não entra no Céu, como poderia entrar diretamente caso escolhesse a primeira. E a outra do tempo do monitório. Instituiu-se o monitório no Brasil naquela comissão em 92, como lembrou o Ministro Noronha, que tive tanto a honra de integrar, presidida pelo Ministro Saulo de Figueiredo. Criou-se o monitório. No monitório cita-se a pessoa para pagar. Se não paga, virou título, já sai executando.

Eu tinha passado um mês na Alemanha estudando monitório e um amigo que escrevia sobre monitório dizia: "Como os alemães saíram desse problema da natureza jurídica de um despacho inicial da monitória. Ele é decisão interlocutória ou já é sentença?" Porque aí não está sentenciando, ainda não ouviu a parte contrária. Então, não é sentença, é decisão liminar positiva, despacho. Mas, por outro lado, ele se transforma em título, sem que tenha outro que diga. Eu falava: se transforma porque a lei diz que ficou transformada. Ele dizia: "Não, nós temos que saber a natureza jurídica disso." E sempre terminava com a seguinte pergunta: "Você que estudou na Alemanha, como os alemães resolveram isso?" Eu dizia que eles nunca enfrentaram isso, por isso funciona lá. Uma hora eu me cansei e disse: o seu problema não é alemão, o seu problema é de jurista italiano. De forma que eu dei o nome. Aliás, o nosso direito monitório ficou igual à Itália e não à Alemanha.

O seu problema é de um jurista italiano, de forma que eu dei o telefone de um colega que entendia de direito italiano. Passados uns dias, me telefonou assustado: "Não aguento mais ter que enfrentar esse problema que ninguém sabe como enfrenta porque o outro ficava telefonando."

Acho que é bom nós evitarmos o teorismo prévio nessa matéria e é bom realmente entrarmos na porta do Céu em vez de num curso teórico de como ascender.

Me perdoe dizer nesses termos, parece que estou recomendando ao Senado Federal e aos eminentes Senadores, mas eu sei muito bem o meu papel, é apenas o entusiasmo de como falar.

Fiquei muito honrado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Alexandre Camanho de Assis, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Srs. Ministros, Srs. Advogados, senhoras e senhores, eu me vejo na contingência de chancelar tudo aquilo que disse, também tendo que explicar que, quando mencionei a questão da arguição de relevância, foi para mostrar o quão na verdade rigoroso era o Supremo nessa matéria de admissibilidade. Rigoroso ao ponto de dizer em tom de brincadeira que só aqueles que ficavam no teto é que eram conhecidos. É duro explicar, mas fiquei nessa contingência de explicar como as coisas funcionam.

Penso que Ministros Benetti e Noronha não compunham ainda o recém-criado STJ quando houve, então, a criação do Tribunal que obrigou o Supremo a lidar com aqueles recursos extraordinários que tinham às vezes base constitucional e legal e às vezes só base legal. Aqueles com base meramente legal desciam para recém-criado STJ e aqueles que tinham duplo fundamento – constitucional e legal – o Supremo decidiu que tinha que intimar as partes para que eles, então, fizessem novo recurso. Uma coisa infernal decorrente dessa mudança. O tempo passou e nós estamos com esses novos dilemas.

Acima de tudo, uma coisa que me parece bastante contextual do ponto da impunidade é essa questão de dogma religioso que se deu à presunção de inocência no Brasil. Isso precisava ser desmistificado. Presunção de inocência não é senão uma forma bastante elegante de se dizer a quem cabe o ônus da prova no processo criminal. Ou seja, o Estado quer me processar criminalmente? Eu vou ficar quieto. O Estado é que traga a prova porque sou presumidamente inocente. Eu começo presumidamente inocente. O Estado de direito faça a prova contra mim. Então, lá vem o Estado, o promotor, o juiz conduzindo, prova oral, perícia, prova testemunhal, alegações finais, e no fim o juiz olha e diz: "Tem prova aqui para condená-lo." E o juiz, então, expede uma sentença condenatória. Uma sentença condenatória é o fim da presunção de inocência; ele já não mais presumido inocente. Acabou a presunção de inocência, porque aquele órgão constitucional, no

estado de direito e que há mil e quinhentos anos foi colocado como aquele que deveria resolver a questão da pacificação social, falou: "Eu, investido do poder estatal de dizer se você culpado ou inocente, estou olhando as provas aqui e quero dizer para você que você é culpado." Acabou a presunção de inocência, mas isso precisa conviver com aquela necessidade do indivíduo e também da própria sociedade de desconfiar, que repousa na falibilidade humana: "Esse juiz pode ter se enganado. Vamos testar a segunda instância." E esta, colegiada, com desembargadores, juízes mais velhos, mais experimentos e, inclusive, como o Ministro Otávio Noronha, oriundos de outros setores de serviço da Justiça. Vem o tribunal e chancela aquilo; definitivamente, acabou-se a presunção de inocência.

Já não havia presunção de inocência com a sentença condenatória? Já não havia presunção de inocência; havia um título do Estado dizendo "você é culpado, você é criminoso", mas, em louvor à falibilidade humana, ao anseio de justiça e à necessidade de cada cidadão de ter revisão de algo contra si, vamos colocar isso em uma segunda instância. E vem a segunda instância e diz o mesmo ou não, reforma. Enfim, a presunção de inocência termina ali e, no entanto, as coisas foram lidas da forma... Por isso é que nós precisamos ponderar quando se diz "é a lei que diz". Quase sempre há possibilidade de se fazer...

Assim como há duas portas, uma para o céu e outra para fazer o curso teórico, existem duas portas também, que são as portas da interpretação. Eu posso fazer uma interpretação rigorosa e eu posso fazer outra interpretação. O que acontece? O processo criminal começa a ser discutido no STJ e, depois, o processo criminal vai ser... Eu pergunto se há forma mais institucional de se perpetuar a impunidade neste País do que se levar essa interpretação até o Supremo Tribunal Federal. Ninguém pode ser preso.

Estados Unidos e a França disputam a gênese da democracia e do estado de direito e, no entanto, é um princípio constitucional norte-americano de processo penal o julgamento rápido. Ora, por quê? Porque, na hora em que se inicia a instrução, o cidadão é preso, e os advogados disputam para ver quem é mais rápido, porque, evidentemente, o cidadão ou quer ser logo absolvido ou quer começar logo a cumprir pena, como o Pimenta Neves.

Aqui no Brasil isso não acontece. Isso não acontece por conta do sistema ou da interpretação? Nós precisamos nos perguntar isso também.

E há outro estratagema: o estratagema do *habeas corpus*. Volta e meia eu tenho me encontrado com o Senador Simon, e que sensacional é essa persistência em denunciar a impunidade! Senador, quem concede os *habeas corpus* para que os figurões não sejam presos? É um juiz de primeiro grau. Isso precisa ser revisto.

Vale para o Brasil um estudo dos magistrados franceses que não tem dez anos. Abarrotados de processos – isso foi um estudo francês – abarrotados de processos, o que fazem os juízes franceses? Eles anulam o processo porque é menos um. Então, ao invés de eu conduzir o processo até o fim, ao invés de eu me debruçar na tese de Direito ali jacente: "O quê? Quer saber? Com tanto processo, com esse eu vou acabar." Ao fim, ao cabo – é claro que inteiramente alijada a hipótese de má fé –, essa exaustão por que passam os juízes, os promotores – o Ministro Ari Pargendler evidentemente fez uma defesa do Judiciário brasileiro, coberto de razão –, é preciso dizer que pouca gente se dá conta de que a Constituição de 1988 estabeleceu que são duas as magistraturas neste País. Uma se chama Ministério Público; e a outra, Judiciário. São duas magistraturas. São ambos servidores públicos ao serviço da Justiça. Então, evidentemente que coisas que resvalam no Judiciário resvalam no Ministério Público também.

Nós precisamos ver se, no fim, quando operações criminais caem por conta do índice galático de exigências que os tribunais fazem para um bom despacho de uma prisão preventiva, para a boa confecção de uma prova, é virtualmente impossível se levar uma instrução criminal até o fim. Por quê? Porque cada vez se exige mais. A prova precisa ser pensada, e isso, e não sei quantos dias e tal. Agora, pergunto: é a lei que está dizendo isso? E esses *habeas corpus*? Esses *habeas corpus* todos atendem ao inteiro reclamo de uma norma legal exaustiva, que pede isso tudo? Absolutamente, não.

Então, realmente, há muitas coisas que precisam ser mudadas, e é nesse diapasão que acho que essa PEC é inteiramente bem-vinda. É algo novo. Acho que é uma grande virtude que não sei se foi dito aqui, mas que me parece, para encerrar, muito importante: o papel do STJ, o papel original do STJ é imprescindível para uma federação. O papel do Supremo Tribunal como Corte constitucional é igualmente imprescindível, e esses dois desempenhos primordiais desses dois tribunais se viram absolutamente soterrados por conta de um excesso de processos e de coisas que tornaram o trabalho dos Ministros um trabalho braçal. Às portas, não: excedentes do irracional. Isso excede o irracional. A pessoa que está sobrecarregada começa a fazer defecções pontuais. Se isso vira uma jurisprudência, isso desserve o País.

Então, uma nulidade que alguém enxergou magicamente, não digo isso como se fosse uma coisa de má-fé, mas acaba acontecendo, e aí uma coisa absolu-

tamente pontual passa a ter uma repercussão nacional, porque esses tribunais têm magna responsabilidade de dizer o Direito para o País inteiro.

Encerrando, Presidente, e agradecendo a atenção de todos, os Procuradores da República, entusiasticamente, apoiam essa mudança, que tenho certeza de que virá para o bem, do ponto de vista de aprimoramento da instituição e, acima de tudo, para algo que parece fundamental para os Procuradores da República, que é o atendimento a uma sociedade.

Nós devemos medir o grau de civilização pela satisfação da sociedade com as suas instituições. Penso que pouco mais do que isso não importa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Quero agradecer a presença dos nossos convidados e registrar a qualidade desta audiência pública, que vai permitir ao Senado Federal proferir excelente resultado sobre a PEC nº 15, particularmente tendo o Senador Aloysio Nunes Ferreira como nosso Relator.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*A reunião é aberta às 10 horas e 12 minutos e encerrada às 13 horas e 12 minutos*.)

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e um minuto, do dia dezenove de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Romero Jucá, Renan Calheiros, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, José Agripino e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Vital do Rêgo e Francisco Dornelles. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença, do Presidente da Fundação Perseu Abramo e Ex-Ministro dos Direitos Humanos Nilmário Miranda, dos Deputados José Maurício, Paulo Ramos, Vivaldo Barbosa e Edinho Araújo e do Sr. Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000** Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do Projeto**: Senador Luiz Pontes. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara ao PLS n° 163, de 2000. As matérias serão apreciadas pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária. **Resultado: Concedida vista ao Senador Inácio Arruda, nos termos regimentais. ITEM 2) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011** Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Autoria:** Senador Romero Jucá e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. Em 19/10/2011, foi recebida a Emenda n° 1, de autoria do Senador Inácio Arruda que recebeu Parecer contrário. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Alvaro Dias, Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010** Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Aécio Neves, nos termos regimentais. ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011** Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil. **Autoria:** Senador Inácio Arruda e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta com a Emenda que apresenta. **Resultado: Concedida vista ao Senador José Pimentel, nos termos regimentais. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2011**Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a publicação anual dos demonstrativos da arrecadação e da destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:**

Senador Eduardo Braga. **Relatoria ad hoc:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 6) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2010** Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para estimular a livre concorrência no serviço de praticagem. **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Dependendo de Relatório. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e será apreciada ainda pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do Relator. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 94, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com as presenças do Doutor Nelson Jobim, Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Doutora Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, e do Doutor Paulo Schimidt, Juiz do Trabalho e Vice-Presidente da ANAMATRA, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, de minha autoria." **Autoria:** Senador Demóstenes Torres . **Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2011** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1-CCJ, de redação.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e vinte e nove minutos, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos, havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da reunião anterior.

Comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras:

1. A expedição dos Ofícios nº 180, 181 e 182/11-PRESIDÊNCIA/CCJ, em 06/10/2011, destinados respectivamente ao Diretor-Geral da Polícia Federal, ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral da República, encaminhando, para conhecimento e providências, cópia da reportagem intitulada "Mansão na Península dos Ministros em Brasília hospeda aparelho repressor", publicada no site Quidnovi em 26/09/2011.

2. O recebimento do Ofício nº 18/2011/SBF/MMA, de 30/09/2011, da Comissão Nacional de Biodiversidade, encaminhando a Moção nº 4, a qual apresenta recomendações aos debates em curso no Congresso Nacional visando à revisão do Código Florestal. Expediente conferido: Encaminhado o documento, por meio do Ofício nº 183/11-PRESIDÊNCIA/CCJ, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, tendo em vista que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que trata da matéria, atualmente tramita naquele âmbito.

3. O recebimento de correspondência das cidadãs Marilena Lacos Bragio e Sônia Maria, solicitando providências a respeito das Emendas nº 1 e 2 da Câmara dos Deputados (ECD) ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008. Expediente conferido: Respondido por meio do Ofício nº 184/11-PRESIDÊNCIA/CCJ, de 11/10/2011, informando que, na 51ª Reunião Ordinária, realizada em 05/10/2011, a Comissão aprovou Parecer favorável à proposição ECD nº 372, de 2008, bem como o Requerimento nº 92, de 2011-CCJ, de autoria do Senador Lobão Filho, de urgência para a matéria.

4. O recebimento de correspondência da Câmara Municipal de Prados/MG, destinada ao Senador Aécio Neves e por ele repassada a esta Comissão, solicitando o apoio no sentido de rever, juntamente com as demais autoridades legislativas constituídas, a legislação que coíbe o tráfico e o uso de drogas. Expediente conferido: Respondido por meio do Ofício nº 185/11-PRESIDÊNCIA/CCJ, agradecendo a contribuição, alertando que seria dado conhecimento do seu conteúdo aos membros da Comissão e, ainda, relacionando uma série de proposições sobre o assunto que atualmente tramitam no âmbito da CCJ.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nº 1 a nº 6.

ITEM 1

– Não Terminativo –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2000

Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU.

Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados

Autoria do Projeto: Senador Luiz Pontes

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Dependendo de Relatório

Observações: *As matérias serão apreciadas pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária.*

O relatório é pela constitucionalidade, jurisdicidade e regimentalidade do substitutivo.

Pediria ao vice-presidente, Senador José Pimentel, para presidir aqui, enquanto eu leio o Relatório.

Em seguida tem a palavra o Senador Pedro Taques. Quando eu voltar, darei a palavra a V. Exª *(Pausa.)*

Não? Está só falando alto? *(Pausa.)*

Passo a Presidência ao Senador José Pimentel, para que eu possa fazer a leitura do relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Parecer nº 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Sr. Relator, Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 163, de 2000 que cria o Fundo de Apoio à Cultura do CAJU – FUNCAJU.

I – Relatório

Por força do Requerimento nº 48, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), esta Comissão recebe, para exame, o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 163, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que tem por objetivo autorizar a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (FUNCAJU).

Conforme o art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas, observada a correspondência dos artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens em relação ao projeto emendado.

Nesse sentido, além de ajustes redacionais, o SCD promove três alterações na proposição original. Em primeiro lugar, é alterado o art. 1º do PLS nº 163, de 2000, para determinar expressamente a criação do FUNCAJU, em lugar de apenas autorizar sua instituição.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições que lhe forem submetidas por consulta de qualquer comissão.

A avaliação do SCD nº 163, de 2000, revela que não há qualquer reparo sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das alterações empreendidas na Câmara dos Deputados.

Ao contrário, pode-se afirmar que as emendas até mesmo espancam eventuais dúvidas sobre a constitucionalidade de aspectos da proposição original.

Com efeito, consideramos salutar a alteração do art. 1º do projeto, que retira o seu caráter meramente autorizativo e passa a efetivamente criar o FUNCAJU, pois remove, nesse aspecto, a possibilidade de questionamento quanto à juridicidade da proposição.

Trata-se de tema que ficou assentado por esta Comissão na sua 28ª Reunião Ordinária da 54ª Legislatura, ocorrida em 15 de junho de 2011, quando foi acolhido o relatório do Senador RANDOLFE RODRIGUES sobre o Requerimento nº 3, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *requer, nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa*.

A supressão do art. 4º do PLS nº 163, de 2000, de sua parte, também se mostra acertada, uma vez que o princípio constitucional da independência entre os Poderes não permite que o Legislativo venha a estabelecer prazo para que o Executivo exerça sua competência regulamentar.

De maneira semelhante, consideramos adequada a alteração da cláusula de vigência, estabelecendo *vacatio legis* entre a publicação da lei e o primeiro dia do exercício financeiro subsequente, por contemplar prazo razoável para a implementação das medidas, além de conformar a proposição às regras de Direito Financeiro, regidas pelo princípio da anualidade.

III – Voto

Diante do exposto, em resposta ao Requerimento nº 48, de 2009 – CAE, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da

Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000.

Esse é o relatório, Sr. Presidente José Pimentel.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com todo o respeito ao parecer do nosso nobre Presidente, ora relator, e também à relevância da matéria, que é o Fundo de Apoio à Cultura do Caju, na realidade, o primeiro projeto era, digamos, constitucional, porque era autorizativo: "Autoriza a criação do Fundo de Apoio (...)". Só que esses projetos autorizativos, na realidade, não dão em nada; são meros requerimentos, porque autorizam o Presidente a fazer o que ele, efetivamente, tem que fazer. Agora, nós do Poder Legislativo não podemos criar cargos, não podemos criar fundos, não podemos tomar iniciativas dessa monta. Então, eu até gostaria de fazê-lo; eu gostaria de propor a criação de ministério, criação de fundo, criação de cargo e tal, mas, infelizmente, a Constituição veda ao Poder Legislativo essa iniciativa, de sorte que, contrariando o parecer do nosso nobilíssimo Presidente relator, evidentemente se trata de uma matéria inconstitucional. Nós não podemos autorizar a criação de um fundo. Nós não podemos fazer isso, porque é matéria de exclusiva competência do Senhor Presidente da República – no caso, da Senhora Presidente da República –, de sorte que vou discordar da conclusão do nosso Presidente.

Sei que essa matéria é cara a ele, porque o caju, embora seja uma cultura extremamente difundida no resto do Brasil, mas, especialmente no Nordeste, no Ceará, é algo tremendamente necessário, popular, gera desenvolvimento, mas, infelizmente, nós não podemos criar fundo. O Poder Legislativo não pode criar fundo, não pode criar cargo, não pode criar ministério, infelizmente. Daí por que eu discordo, nesse caso. Peço desculpa ao meu querido Presidente, que é uma figura das melhores que nós temos, mas essa é uma matéria totalmente inconstitucional. Nós não temos como aprovar uma criação de fundo, Sr. Presidente. Então, vou discordar, desta vez, do nosso querido Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Pela ordem, vou primeiro ouvir o Senador Pedro Taques, nosso amigo Inácio Arruda, e depois passo a palavra a V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pois sim.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, pedindo licença ao relator, Presidente desta Comissão, que muito nos honra na sua Presidência, concordo com o Senador Demóstenes.

Esse projeto, ao sair da Câmara dos Deputados, recebeu um substitutivo na Câmara que alterou o art. 1º do projeto, passando ao Legislativo a atribuição de criar esse fundo. Fundo é matéria orçamentária; como é matéria orçamentária, tem ligação com as finanças da República. Em sendo assim, não se encontra, no Supremo Tribunal Federal, nenhuma decisão que trate expressamente dessa inconstitucionalidade. No entanto, o art. 165, § 5º, da Constituição nos dá notícia de que essa matéria também é privativa do Poder Executivo, isso por ligação ao art. 61, § 1º, da Constituição.

Desta feita, Sr. Presidente, pedindo vênia ao senhor relator, apesar de todos nós sermos amantes do caju – e quero revelar o meu gosto, predileção por essa fruta –, a Constituição da República tem que ser respeitada, e esse projeto padece de vício formal, de inconstitucionalidade, no seu art. 1º. Como, originariamente, existia na Câmara, ele era constitucional, mas o substitutivo o tornou inconstitucional, ao meu juízo, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é uma matéria, de fato, muito cara – o Senador Demóstenes tem razão – aos cearenses. Mais da metade dos Municípios do Ceará, no segundo semestre, por exemplo, depende da cultura do caju como atividade econômica. Mais da metade dos 184 Municípios. Isso também ocorre com parte do Piauí e parte do Rio Grande do Norte. Então, é uma questão muito importante para nós.

Sr. Presidente, eu pediria que nós pudéssemos tratar essa questão com a mesma arguição de inconstitucionalidade que tem sido apresentada aqui, e tenho muita confiança na palavra dos nossos companheiros constitucionalistas da nossa Comissão. Essa é uma matéria muito cara para nós, no Ceará, e tenho certeza no Piauí e também no Rio Grande do Norte, porque são a base da produção. Nós temos muita dependência dessa atividade econômica e temos lutado muito no cenário econômico nosso, no Ministério da Fazenda, Planejamento.

Acho que nós devemos ouvir os nossos colegas aqui no Senado. Pediria, então, se houver concordân-

cia do nosso Relator, porque o autor não pode concordar conosco mais aqui, porque é Deputado Estadual, vista da matéria para que pudéssemos sentar com os nossos colegas e buscar o caminho de sanar esses nossos problemas para que a gente crie essa condição de sustentar uma cultura tão importante para a Região Nordeste, especialmente esses três Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente,.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Inácio Arruda, vistas regimentais, vistas concedidas.

Devolvo a Presidência ao Senador Eunício de Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr Presidente, antes de reassumir a Presidência, com todo o respeito que tenho pelos juristas e pelos juristas aqui que falaram, tanto o Senado Pedro Taques quanto o Senador Demóstenes, há controvérsia em relação a essa matéria, porque não há nenhuma vedação expressa na Constituição.

Portanto, concordo com a retirada de pauta com a vista pedida pelo Senador Inácio Arruda e peço obviamente que a gente busque o entendimento, pela importância que tem essa matéria para o Nordeste brasileiro, inclusive para a sobrevivência de muitos que ali vivem e para também o desenvolvimento do Estado em matéria econômica.

Então, portanto, eu peço aos Srs. Senadores a revisão para a próxima reunião.

Obrigado, Senador Pimentel. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 2

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Senador Romero Jucá e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável à Proposta.

Eu concedo a palavra ao Líder Renan Calheiros para a leitura do seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 87, de 31 de agosto 2011, de ementa em epígrafe, que tem como primeiro signatário o Senador ROMERO JUCÁ. A proposição objetiva prorrogar mais uma vez a DRU, desta vez até 31 de dezembro de 2015.

Essa seria a terceira prorrogação da DRU, introduzida originalmente pela Emenda Constitucional (EC) nº 27, de 2000. O dispositivo desvincula de órgão, fundo ou despesa 20% da arrecadação de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

O art. 1º da proposta altera a redação do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), prorrogando o seu prazo e atualizando sua redação. No entanto, são mantidos os mesmos termos da redação atual, dada pela EC nº 56, de 2007.

Dessa forma, a DRU não reduz a base de cálculo das principais transferências aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios previstas na Constituição Federal. Ademais, a DRU excetua da desvinculação a arrecadação da contribuição social do salário-educação e os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O art. 2º da proposta constitui a cláusula de vigência.

A DRU tornou-se necessária porque o orçamento da União apresenta elevado volume de despesas obrigatórias, como as relativas a pessoal e a benefícios previdenciários, e também expressiva vinculação das receitas orçamentárias a finalidades específicas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há orador na tribuna, eu pediria um pouquinho de silêncio porque a matéria é importante. É a DRU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Conforme a justificação da proposta, "esse delineamento tende a extinguir a discricionariedade alocativa, pois reduz o volume de recursos orçamentários livres que seriam essenciais para programar projetos governamentais prioritários, e prejudica a formação de poupança para promover a redução da dívida pública".

A proposição foi encaminhada a esta Comissão e distribuída em 22 de setembro de 2011, cabendo a mim a honra de relatá-la.

Cabe recordar que, em 1997, e é importante destacar esse fato, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tive a experiência de relatar a proposta que resultou na EC nº 17, de 1997, que prorrogou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 31 de dezembro de 1999. Como se sabe, o FEF foi o mecanismo de desvinculação que precedeu a DRU e teve papel fundamental, à época, para permitir a consolidação da estabilização monetária no período posterior ao Plano Real.

Com efeito, a proposta foi aprovada por maioria expressiva de votos no Plenário do Senado Federal.

As mesmas razões que justificaram a prorrogação do FEF, naquele difícil contexto econômico e político, ainda são válidas para a DRU: preservar a estabilidade

econômica, possibilitar o ajuste fiscal e conferir maior flexibilidade à gestão do orçamento da União.

A PEC nº 87, de 2011, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60 da Constituição Federal (CF). Com efeito, a proposta foi subscrita por número suficiente de Senadores e não incide nas limitações materiais que constam do seu § 4°, ou seja, não tende a abolir as chamadas cláusulas pétreas.

Ademais, a nova redação proposta ao art. 76 do ADCT, além de prorrogar o prazo da DRU, atualiza sua redação. Em especial, prevê explicitamente o fim da desvinculação dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), em consonância com a EC nº 59, de 2009.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas.

Essa proposta tramita paralelamente à PEC nº 61, de 2 de agosto de 2011, de iniciativa da Presidente da República.

Essa seria, como disse inicialmente, a terceira prorrogação da DRU, que está em vigência desde 2000. A cada prorrogação desse instrumento, renovam-se as críticas dos que se posicionam contra a desvinculação. Não obstante, mostraremos que a DRU não prejudica os gastos sociais e, ademais, é necessária para preservar a estabilidade econômica, possibilitar o ajuste fiscal e conferir maior flexibilidade ao orçamento da União.

O orçamento da Seguridade Social é composto de: Previdência Social, Assistência e Saúde. As ações do Orçamento da Seguridade estão protegidas por outros dispositivos constitucionais e legais que garantem seu aporte de recurso.

No caso da Previdência Social, a receita da Contribuição Social de Empregados e Empregadores é usualmente apartada do cálculo da DRU. Embora o art. 76, do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais, que trata da DRU, não explicite qual contribuição seja uma exceção, os órgãos de orçamento tem por prática retirá-la dos cálculos, recorrendo ao art. 167, da Constituição Federal.

No caso da Assistência Social, o Orçamento obedece à Lei nº 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garante, Sr. Presidente, os benefícios de prestação continuada ao idoso e ao deficiente físico, no valor de um salário mínimo para cada um. No PLOA de 2012, esses valores alcançam o total de R$13,2 bilhões para o idoso e R$16,2 bilhões para o deficiente.

Além disso, há o programa Bolsa Família, que é regulamentado pela Lei nº 10.836, que também não poderá deixar de receber o recurso.

No caso da Saúde, o Orçamento segue o art. 77, do ADCT, da Constituição Federal, que determina que os gastos com a saúde devam seguir a variação do Produto Interno Bruto. Essa regra, Sr. Presidente, está em vigor até que seja publicada a Lei Complementar, do art. 198, da Constituição Federal, que trata, como todos sabem, da Saúde.

Assim, do ponto de vista do orçamento da seguridade social, a maior parte dos recursos desvinculados de contribuições sociais acaba, portanto, redirecionado para esse orçamento. Portanto, com o crescimento das despesas da seguridade, atualmente, o Tesouro Nacional realiza aporte significativo de forma que não se pode afirmar, portanto, que a DRU implique perdas para a Seguridade Social.

Dos R$ 46,6 bilhões desvinculados das contribuições sociais, em 2010, em sua maior parte receitas do orçamento da seguridade social, R$37,6 bilhões retornam como recursos de livre alocação (fonte 100) usados no pagamento de despesas desse orçamento. Ou seja, a área da seguridade social cedeu recursos líquidos de apenas R$9 bilhões, que poderiam expandir suas despesas, valor bem inferior, portanto, aos recursos desvinculados. Na proposta orçamentária para 2012, a totalidade dos recursos desvinculados retorna ao orçamento da seguridade social.

A DRU desobrigava a União de destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) 20% dos 18% da receita de impostos, vinculados a essa despesa pelo art. 212 da Constituição Federal. No entanto, a EC nº 59, de 2009, determinou a redução progressiva do percentual da DRU incidente sobre esses recursos. Assim, para efeito do cálculo dos recursos para a MDE, o percentual de desvinculação passou para 12,5%, em 2009, 5%, em 2010, e nulo no exercício de 2011.

Aqui também tive a oportunidade de apresentar a tabela, a tabela 2 na página nº 5 do nosso relatório.

Vê-se que a redução de recursos destinados à MDE decresce de R$ 9,2 bilhões, em 2008, quando o percentual de desvinculação era de 20%, e passa a ser nulo, como já disse, a partir de 2011. Para 2012, Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Orçamento de 2012 considerou como fonte condicionada à aprovação da DRU o valor de R$62,4 bilhões, embora o total da DRU seja de R$100,4 bilhões. Isso ocorre porque a Proposta Orçamentária considerou que a parcela da DRU retirada dos impostos já seria fonte livre.

O cálculo está na tabela que publicamos a seguir, enviada pelo Poder Executivo nas Informações Complementares. A tabela da página nº 7.

O valor de R$62,3 bilhões referentes à DRU foi destinado a órgãos, conforme, Sr. Presidente, a tabela da página nº 15, que discrimina um a um esses órgãos

que são beneficiados com a desvinculação de recursos feitas pela DRU.

Observa-se, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a DRU gera recursos para órgãos não contemplados com recursos vinculados. Os Ministérios, na proposta de Orçamento de 2012, da Integração Nacional, dos Transportes, do Meio Ambiente, do Esporte e Cidades, que não foram contemplados com montantes expressivos de recursos da DRU, são indiretamente favorecidos, pois, a maior parte de seu orçamento é financiada com recursos livres, portanto, com recursos não-vinculados.

Assim, Sr. Presidente, a prorrogação da DRU, e, queria sintetizar, justifica-se por:

permitir a alocação mais adequada de recursos orçamentários;

atender melhor às prioridades de cada exercício, bem como possibilitar uma melhor avaliação do custo de oportunidade das ações públicas;

permitir o financiamento de despesas incomprimíveis, sem o consequente endividamento adicional da União;

viabilizar a obtenção de resultados positivos nas contas públicas, especialmente com a introdução das metas fiscais na lei orçamentária anual a partir de 1999.

melhorar a qualidade do gasto público, por meio da aplicação em projetos com melhor retorno social.

A desvinculação de receitas e o aumento da arrecadação das contribuições foram, portanto, os principais instrumentos de ajuste fiscal adotado a partir do Plano Real, em 1994.

A adoção de um severo programa de ajuste fiscal, em 1999, voltado para a obtenção de superávits primários expressivos impôs a permanência do mecanismo de desvinculação de receitas. Desde aquele exercício, Sr. Presidente, as receitas da seguridade social vêm sendo redirecionadas não apenas para gastos fiscais, mas também para assegurar saldos positivos nas contas públicas, ainda que de modo decrescente.

Como o art. 195 da Constituição Federal determina que as contribuições sociais sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro financiem exclusivamente a seguridade social, a desvinculação liberou receitas desse orçamento para gastos, como disse, de natureza fiscal. O pagamento de juros e amortização da dívida, em especial, são despesas próprias do orçamento fiscal, com raras e específicas exceções.

Na hipótese – é importante que esta comissão se debruce sobre isso – de não aprovação da prorrogação da DRU, haveria insuficiência parcial de recursos livres para a geração do superávit e/ou atender às despesas discricionárias do orçamento fiscal, já que os recursos de contribuições sociais não podem ser utilizados nessas rubricas.

A não aprovação da proposta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, poderia comprometer a qualidade do gasto público e a obtenção da meta de superávit primário. A execução das despesas discricionárias do orçamento fiscal e do PAC, fixadas, para 2012, em R$ 81,4 bilhões e R$ 37,9 bilhões, respectivamente, também poderiam ser prejudicadas.

Ademais, isso seria um grande complicador para a administração orçamentária e financeira da União, ao reduzir os graus de liberdade na alocação dos recursos, o que tornaria, sem dúvida alguma, a execução do orçamento bem mais rígida.

Voto.

Pelo exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 87, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, calma.

Antes de tudo, Senador Renan Calheiros, há uma emenda aditiva ao relatório de V. Exª, apresentada pelo Senador Inácio Arruda, que passo a ler.

EMENDA ADITIVA nº de 2011 – CCJ

(À Proposta de Emenda à Constituição 87, de 2011)

Inclua-se o seguinte art. 2º à Proposta de Emenda Constitucional nº 87, de 2011, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

Senador Renan Calheiros, V. Exª vai dar parecer nesta emenda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós vamos pedir vista. Digo apenas para comunicar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está bem, mas, antes da vista, tenho de ler o relatório, tenho de complementar o relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isto aqui é o complemento do relatório do Senador Renan Calheiros. Ele vai dar parecer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não. Apenas para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está bom. Obrigado.

(Continuação da leitura da emenda aditiva do Senador Inácio Arruda.)

Art. 2º Dos recursos desvinculados de contribuições sociais na forma prevista no art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, com a redação dada por esta emenda, serão acrescidos aos valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, de que tratam o art. 198 da Constituição Federal e o § 4º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

I – seis bilhões de reais, em 2012;

II – nove bilhões de reais, em 2013;

III – doze bilhões de reais, em 2014; e

IV – quinze bilhões de reais, em 2015.

§ 1º Os recursos adicionais de que trata este artigo serão utilizados em programações associadas à garantia do padrão de qualidade, resolutividade e de equidade nas ações e nos serviços públicos de saúde.

§ 2º Os acréscimos determinados neste artigo não são cumulativos e somente em 2015 serão incorporados ao valor apurado para fins de cálculo dos valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos em saúde no exercício seguinte.

Eu pediria à Assessoria que distribuísse uma cópia ao Senador Renan Calheiros, que ele vai dar parecer. (*Pausa*.) Ah, já está com ele.

Justificação

A Desvinculação das Receitas da União – DRU, que essa proposta de emenda à Constituição pretende renovar por mais quatro anos, subtraiu das receitas próprias e exclusivas do Orçamento da Seguridade Social, somente em 2010, R$45,86 bilhões de reais. Em valores para 2012, serão R$57,9 bilhões de recursos e contribuições sociais desvinculados da Seguridade Social, conforme informações contidas na proposta orçamentária para o próximo ano.

Essa emenda, portanto, obriga que apenas pouco mais de 10% desse montante seja alocado para ampliar as despesas com as ações e serviços públicos de saúde.

É notória a situação de subfinanciamento da saúde pública em nosso País. O País hoje gasta cerca de 3,7% do PIB nessas ações, quando computadas as despesas realizadas por União, estados e municípios. Mas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), sistemas com cobertura universal, como o brasileiro, demandam 6,5% do PIB. Ou seja, o Brasil gasta pouco acima da metade do que seria necessário e relativamente pouco, frente a outros países latino-americanos, como México (4,9%), Argentina (4,6%), Chile (4,0%), Uruguai (9,0%). Mesmo países que sequer adotam um regime de cobertura universal despendem muito mais recursos, como os EUA (7,8%) e o Canadá (7,5%), pelos dados da Organização Pan-Americana de Saúde.

Esta emenda não reverte integralmente esse quadro, mas contribui em muito para equilibrar as demandas, pela ampliação dos gastos federais em ações e serviços públicos de saúde.

Esses valores a serem acrescidos nas programações relativas a ações e serviços públicos de saúde são plenamente absorvíveis e, aos R$6 bilhões de 2012, somar-se-ão mais R$ 3 bilhões ao ano durante o período de vigência da DRU. Os valores determinados para cada exercício não são cumulativos. Assim, ao final de 2015, a saúde contará com mais R$15 bilhões.

Por se tratar de uma disposição transitória, esta emenda não exclui da lei complementar específica que regulamentará o financiamento da Saúde a competência para dispor em caráter conclusivo sobre o tema.

Sala da Comissão, – Senador **Inácio Arruda.**

Antes de dar a palavra aos Srs. Senadores para fazerem a discussão do pedido de vista, eu tenho de pedir ao Senador Renan Calheiros que, para que os Srs. Senadores recebam integralmente o relatório, ele dê parecer a esta emenda.

Se quiser fazê-lo agora, ele fará agora, para que os Srs. Senadores possam tomar conhecimento do teor da matéria..

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se for agora, eu peço que seja favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, V. Exª pode fazer o relatório sobre a emenda?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – A emenda, sem dúvida alguma, é meritória, procura atender à recorrente necessidade de especificação dos recursos para a saúde. Nós temos outra matéria que tramita paralelamente nesta Casa que trata desse assunto, mas o meu parecer é contrário, Sr. Presidente, sobretudo porque, no caso da saúde, especificamente com relação à DRU, o Orçamento segue o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, que determina que os gastos com saúde devam seguir a variação do Produto Interno Bruto. Essa regra transitória está em vigor até que seja publicada a Lei Complementar de 1998 da Constituição Federal, a que me referi anteriormente, que trata da saúde.

Portanto, com os elogios devidos ao Senador Inácio Arruda, o nosso parecer, infelizmente, é contrário.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

Só para explicar, existem oradores inscritos para debater a matéria...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nós pedimos vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes da vista, eu tenho de ter o texto para entregar a matéria para vista de V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É que emenda se discute ao fim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Renan Calheiros já deu parecer contrário à emenda.

Vou dar vista coletiva, mas o Senador Renan Calheiros deu parecer contrário à emenda do Senador Inácio Arruda. Como ele é autor da emenda, e a matéria ainda não entrou em discussão, eu quero dar a oportunidade ao Senador Inácio Arruda de defender a emenda, mesmo já com o parecer contrário dado pelo Senador Renan Calheiros.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, considero um pouco que a ordem foi alterada. Mas, como V. Exª leu...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Renan Calheiro já tinha conhecimento e juízo de valor sobre essa matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Como V. Exª leu e a matéria é autoexplicativa, demonstra bem o que queremos, eu apenas quero registrar um apelo a V. Exª porque é certo que a saúde acompanha um critério estabelecido, e que vem buscando cumprir esse critério, mas a questão objetiva é que nós acabamos de aprovar na Câmara matéria que saiu do Senado, foi à Câmara, volta ao Senado, que regulamenta a Emenda 29, mas que não prevê como vamos suprir minimamente as exigências da Emenda 29. E essa tentativa que estamos fazendo, embora V. Exª tenha feito um parecer preventivo, digamos assim, mas que vai ser submetido, evidentemente, a novo exame, porque ainda vamos discutir a matéria – já foi pedido vista. Então, evidente que será discutida com profundidade.

Essa emenda é uma tentativa de atenuar o problema da saúde no Brasil, é uma tentativa de atenuar, minimamente.

Peço então a V. Exª, mesmo com o parecer preventivo, que se atenha a essas necessidades absolutas na área de saúde no Brasil, para um exame mais cuidadoso dessa questão, na DRU, que era uma matéria que já deveríamos ter excluído de nosso panorama econômico, essa questão da DRU. Mas ela persiste, ela se mantém ainda na discussão econômica do Brasil, esse instrumento que nasceu lá atrás. Conhecemos bem como ele se deu. É parte desse receituário que fomos obrigados a engolir durante muito tempo.

Faço essa colocação apenas com o objetivo de mostrar que temos um problema grave. Há a possibilidade de se atenuar o problema e essa possibilidade é agora, na DRU, de conseguirmos retirar uma parte desses recursos, destinando-a para a saúde.

V. Exª, evidentemente, vai ter o cuidado, porque sei que é muito zeloso, de reexaminar o parecer de V. Exª diante também das argumentações que vão ser oferecidas no pedido de vista que já foi proclamado por nossos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Há pedido da palavra pelo Senador Randolfe Rodrigues.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, como há um pedido de vista e eu quero solicitar vista coletiva, vou deixar para ir ao mérito do debate, logicamente, na apreciação da semana que vem. Só quero apontar aqui uma contradição na justificativa do eminente autor da proposta de emenda constitucional, Senador Romero Jucá, e no relatório apresentado pelo Senador Renan Calheiros.

Veja. No relatório do Senador Renan, S. Exª justifica muito bem a necessidade da aprovação da DRU em função da necessidade do ajuste fiscal, ou seja, da economia de recursos por parte da União.

Entretanto, na justificativa à proposta de emenda constitucional, do Senador Romero Jucá, está destacado o seguinte: ressalte-se que a conjuntura do Brasil urge investimentos e respectivas fontes de financiamento, a fim de adequar a infraestrutura do País às exigências internacionais correlatas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

A justificativa fala em despesa e o relatório fala em limitar as despesas da União. Essa é uma contradição para nós debatermos mais aprofundadamente na próxima quarta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique tinha pedido a palavra. Como houve pedido de vista do projeto, S. Exª abre mão da palavra, em virtude do pedido de vista solicitado pelo Senador Randolfe Rodrigues, pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Demóstenes Torres.

Portanto, vistas coletivas da matéria.

Próximo item da pauta.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2010

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Esporte.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável ao Projeto.

Tem a palavra, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o projeto é muito simples. Nosso parecer é favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista solicitada pelo Senador Randolfe Rodrigues. Regimental.

O Senador Aloysio Nunes também pede vista? *(Pausa.)* Não.

O Senador Randolfe Rodrigues apenas.

Senador Romero?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Está sendo dada vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva da DRU já foi. Já estamos no outro item da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Vista coletiva também, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco PCdoB – CE) – Vista coletiva de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero, quanto à DRU, já foi dada vista coletiva pela Presidência. Fica em pauta para a próxima semana.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Vista coletiva também, Sr. Presidente, em relação ao projeto dos cargos de DAS.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva do Projeto da Câmara dos Deputados nº 89, de 2010, de autoria da Presidência da República.

Apenas para deixar claro: vista coletiva dada ao Senador Randolfe Rodrigues e ao Senador Aécio Neves.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2011

Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros.
Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Relator para proferir seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10, de 2011, que tem por primeiro signatário o Senador Inácio Arruda.

A Proposta contém dois artigos. O primeiro deles estabelece que o Título V da Constituição será acrescido do Capítulo IV e do art. 144-A.

Segundo a redação proposta para o *caput* do novo artigo da Constituição, "o sistema nacional de defesa civil, estruturado por lei federal, terá por objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil no território nacional, compreendidas como o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social".

O parágrafo único determina que "lei federal disporá sobre a estruturação da carreira dos agentes de defesa civil [...]".

Nós fizemos uma emenda, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para adequar a constitucionalidade, a juridicidade e a legalidade do projeto, dando ao parágrafo único a seguinte redação:

> ***Parágrafo único.*** *Lei federal, estadual, distrital e municipal, disporá sobre a estruturação da carreira dos agentes de defesa civil, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal [...].*

O projeto é altamente oportuno e altamente meritório.

Quero cumprimentar o nobre Senador Inácio Arruda por sua proposição, tendo em vista que a organização, em nível federal, com a colaboração dos Estados e Municípios, do sistema de defesa civil, é matéria de maior urgência diante da necessidade de se prevenir

e de se criar um sistema adequado de socorro quando da realização dessas catástrofes climáticas.

Somos, pois, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto, nos termos da emenda apresentada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senadora Marta Suplicy, em seguida, Senador Demóstenes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como é regimental, estou pedindo vista para analisar melhor a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E a lei já foi criada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Pede vista o Senador José Pimentel. Estava inscrita para falar a Senadora Marta e o Senador Demóstenes, mas o Senador Pimentel pede vista da matéria.

ITEM 5

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 486, DE 2011

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a publicação anual dos demonstrativos da arrecadação e da destinação dos recursos decorrentes da aplicação de multas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *Votação nominal.*

Vamos ter votação nominal neste projeto.

O Senador Eduardo Braga está em viagem oficial. Eu consultaria o Senador Aloysio Nunes Ferreira se pode fazer a leitura do relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço a V. Exª e concedo-lhe a palavra para que V. Exª possa fazer a leitura, como Relator *ad hoc*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposição, de autoria de V. Exª, Sr. Presidente, determina que os órgãos e entidades executivos rodoviários e de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como a Polícia Rodoviária Federal, ficam obrigados a publicar anualmente os demonstrativos da arrecadação e da destinação dos recursos decorrentes da aplicação das multas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, na forma do regulamento estabelecido pelo Contran.

Segundo o autor da proposição, operou bem o Código de Trânsito Brasileiro ao estabelecer, no art. 320, a destinação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito. Por força desse dispositivo, os recursos decorrentes da aplicação dessas penalidades devem ser exclusivamente investidos 'em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito'.

Ocorre, contudo, [lembra S. Exª], que a chamada Lei do Trânsito falhou ao deixar de determinar, de modo específico, a aplicação do princípio constitucional da publicidade em relação à gestão administrativa desses recursos financeiros. Trata-se, afinal, de montantes expressivos, arrecadados por órgãos de todas as unidades federativas com jurisdição sobre as vias urbanas ou sobre as rodovias.

Nesse sentido, [conclui ele], impõe-se aprimorar o Código no sentido de assegurar o direito da coletividade a dispor de informações não apenas em relação ao conhecimento dos valores arrecadados com a aplicação de multas de trânsito, mas também, e, sobretudo, no tocante à adequada destinação desses recursos.

O projeto não recebeu emendas. Não há qualquer reparo a fazer em relação a ele, do ponto de vista da constitucionalidade, da técnica legislativa e da juridicidade. Ele responde a uma demanda da sociedade a respeito dessas informações.

De modo que o parecer do ilustre Senador Eduardo Braga, que ratifico, é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação.

A votação é nominal.

Quem vota com o Relator vota "sim" ao projeto.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao projeto.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao projeto.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim" ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao projeto.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao projeto.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valdares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao projeto.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao projeto, com o Relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator e com o autor.

Muito obrigado, Senador Renan Calheiros.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

Como vota o Senador Aécio Neves?

Senador Aécio Neves, como vota V. Exª?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Aloysio Nunes? Voto conhecido.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Parabenizando V. Exª, Presidente, que é o autor do projeto, "sim". De grande envergadura esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Partindo de V. Exª, eu tenho a convicção de que o projeto realmente é um projeto que vai contribuir muito para a questão da educação no trânsito do Brasil.

Senador Armando Monteiro, como vota V. Exª?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Sim", Sr. Presidente, e quero ressaltar a boa iniciativa de V. Exª sobre a transparência da arrecadação e destinação de recursos e aplicação de multas. Isso é preciso se obter em todos os ramos da Administração Pública. Meus parabéns. Eu cumprimento V. Exª e o Relator. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? *(Pausa.)*

O Senador Randolfe está ali atrás. "Sim", Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" o Senador Randolfe Rodrigues.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – "Sim" ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao projeto, Senadora Ana Rita, do Espírito Santo.

Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, até iria votar "não", mas depois do depoimento emocionado do Senador Demótenes Torres não tenho como fazê-lo. Vou votar "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª jamais faria isso.

Aprovado o projeto à unanimidade dos presentes com a gratidão do autor, Senador Eunício Oliveira.

O projeto é aprovado e será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial, já que ele é terminativo.

O Relator do item 6 da pauta é o Senador Crivella. S. Exª está ausente e pediu que esse projeto fosse retirado de pauta para ser votado na próxima semana.

Tem um item extrapauta que, se os Srs. Senadores concordarem, quero colocar para leitura, que será feita pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2011

Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra a V. Exª para que possa fazer a leitura do seu relatório, apenas a leitura no dia de hoje, tendo em vista que ele é extrapauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

O projeto visa a criar a Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos cometidas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 e, desse modo, efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Precisamente, promoverá o esclarecimento dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; identificará e tornará público as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática das violações de direitos humanos objeto de sua análise; encaminhará aos órgãos públicos competentes dados para auxiliar na identificação de restos mortais de desaparecidos; colaborará com instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos e recomendará medidas e políticas públicas para preveni-las, assegurando a sua não repetição e promover a reconciliação nacional; avançará na reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos e assistirá às vítimas correspondentes.

Contudo, as atividades da Comissão não terão caráter jurisdicional ou persecutório.

Essa Comissão será composta por sete membros, de nacionalidade brasileira, designados pelo Presidente da República com base em critérios como o da pluralidade, reconhecimento de idoneidade e de conduta ética e por defesa da democracia, da institucionalidade constitucional e dos direitos humanos. Não poderão compor a Comissão aqueles que exerçam cargos executivos em agremiações partidárias, com exceção daqueles de natureza honorária; que não tenham condições de nela atuar com imparcialidade; ou que estejam em exercício de cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público.

Contará, até o final de seus trabalhos, com estrutura de cargos em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, que incluirá um DAS-5, dez DAS-4 e três DAS-3. Ademais, a Casa Civil da Presidência da República dará o suporte técnico, administrativo e financeiro necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Para execução de suas tarefas, disporá de vários mecanismos, como receber testemunhos e dados, requisitar informações e documentos em qualquer grau de sigilo, convocar pessoas, realizar perícias e diligências, promover audiências públicas, requisitar proteção a pessoas que estejam colaborando com seus trabalhos, firmar parcerias e requerer auxílio de entidades e órgãos públicos.

A Comissão terá o prazo de até dois anos, a contar da data de sua instalação, para a conclusão de seus trabalhos, que importará na apresentação de relatório com atividades realizadas, fatos examinados, conclusões e recomendações. O acervo documental e de multimídia gerado deverá ser encaminhado para o Arquivo Nacional, integrando o Projeto Memórias Reveladas.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados e vem ao exame do Senado Federal.

Análise.

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, não há reparos a fazer, tendo em vista que a matéria é propriamente disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa da Presidência da República (CF, art. 61, § 1º, II, *a*), não havendo, também, qualquer problema no que diz respeito à constitucionalidade material e à juridicidade.

Em verdade, a proposta em análise reforça e assenta normas constitucionais estruturantes, como a dignidade humana, que é um dos fundamentos do Estado democrático de direito (art. 1º, III); a construção de uma sociedade livre, justa e solidária – objetivo fundamental da República Federativa do Brasil (art. 3º, I); e a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II) – princípio que rege nossas relações internacionais.

O próprio lapso temporal fixado para o trabalho da Comissão, de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, funda-se em dispositivo constitucional e determina, em certa medida, seu caráter. Trata-se de mesmo período previsto no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que versa

sobre a condição de anistiado político. Nesse espaço histórico, está absorvido o período objeto da Lei da Anistia, (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) e do art. 4º da Emenda Constitucional nº 26, nº 27 de novembro de 1985, que é de 1961 a 1979. Igualmente, o período da Comissão sobre mortos e desaparecidos, inicialmente o mesmo, mas posteriormente estendido de 1961 até 1988, será não somente cotejado, mas deve ser objeto especial das atividades da Comissão da Verdade.

Não resta dúvida de que a autoridade política da Comissão da Verdade somente será consolidada se mantiver o foco no regime militar. Esse tipo de instituição é criado justamente como elemento de justiça e de reconciliação diante de arbitrariedades cometidas em período anterior ao da estabilidade democrática, seja ele de ditadura, de guerra ou de segregação racial. No Brasil, concretamente, as feridas a serem sanadas, causadas por graves violações de direitos humanos, correspondem a atos cometidos após 1964 e somente o enfrentamento claro dessa situação dará à Comissão da Verdade a legitimação pretendida.

Quanto ao regime de anistiado político previsto no art. 8º do ADCT, possui por função assegurar reparação de caráter econômico àqueles que, em decorrência de motivação exclusivamente política, foram atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares nesse período, além de assegurar-lhes direitos previdenciários, posse e reintegração ao trabalho, reinserção a bancos escolares e reconhecimento público.

Regulamentado pela Lei 10.559, de 3 de novembro de 2002, convertida da MP 65, cuja origem é a MP 2.251-3, de 24 de agosto de 2001, editada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, o regime do anistiado político do artigo 8º do ADCT propiciou, a partir dos trabalhos da Comissão de Anistia instituída pelo art. 12 dessa lei, vastas medidas de reparação às pessoas atingidas por atos arbitrários cometidos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Não coube à Comissão de Anistia, contudo, a tarefa específica de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos do período, embora por consequência versou e versa sobre muitos desses fatos e nesse sentido faz trabalho de grande relevância. Até dezembro de 2010, a Comissão de Anistia realizou 836 sessões de julgamento, tendo apreciado 59.163 pedidos, sendo cerca de 35% deles (21.138) indeferidos e 65% (38.025) aprovados. Ainda restam aproximadamente 15 mil pedidos a serem apreciados. Importa destacar que o deferimento desses pedidos é caracterizado pelo reconhecimento solene das violações praticadas pelo Estado brasileiro.

Façamos uma digressão para lembrar o caso Herzog e a atuação da Justiça Federal para admitir a responsabilidade da União por seu assassinato, ocorrido em 25 de outubro de 1975. Em 19 de abril de 1976, foi ajuizada e distribuída para a 7ª Vara Cível Justiça Federal de São Paulo, uma ação declaratória pleiteando que fosse reconhecida a responsabilidade da União pela prisão, tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog. Prestes a se aposentar, o juiz federal João Gomes Martins Filho, após instruir o processo, designou data solene para divulgar a sentença: o dia 26 de junho de 1978. Foi impedido de proferi-la por liminar obtida pela União perante o Tribunal Federal de Recursos, concedida pelo Ministro Jarbas Nobre, quatro dias antes da data marcada, e teve, o juiz, de se aposentar por limite de idade. Foi substituído na Vara pelo juiz federal Márcio José de Moraes, que, recebendo o processo em julho, proclamou sentença em 29 de outubro de 1978, julgando procedente a ação. Essa decisão, somada a outras, como a proferida pelo então juiz Jorge Flaquer Scartezzini no caso Manoel Fiel Filho, em 1981, fazem parte dessa longa luta institucional por reconhecimento de responsabilidades diante das atrocidades cometidas no regime militar.

Retornando às atividades da Comissão de Anistia, cumpre destacarmos que, desde 2008, ela lançou o projeto Caravanas da Anistia, mediante o qual as sessões de apreciação de requerimentos de reparação são realizadas em eventos públicos espalhados pelo País, próximo das vítimas e familiares afetados. Frequentemente realizadas em escolas ou universidades, já ocorreram mais de cinquenta caravanas. Outra iniciativa foi a edificação do Memorial da Anistia Política no Brasil, em Belo Horizonte. O espaço é consagrado à memória e consciência sobre os atos arbitrários, com previsão, Senador Aécio Neves, de inauguração para outubro de 2013. Por fim, em 2010 foi implementado o projeto “Marcas da Memória”, que incentiva membros da sociedade civil a resgatar a memória do período, mediante projetos financiados por um fundo público.

Nesse mesmo espírito, muitas ações estaduais foram levadas a cabo, com destaque ao Memorial da Resistência de São Paulo. Localizada em parte do antigo edifício sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado (Deops/SP) entre os anos 1940 a 1983, essa instituição pretende preservar a história de resistência contra repressão política mediante várias linhas de ação. Além de reconstruir a ambiência de um local outrora dedicado à repressão, lá se mantêm programas culturais e educacionais, bem como de testemunhos e documentos sobre a temática.

A documentação do Deops/SP foi recolhida ao Arquivo Público do Estado de São Paulo pelo Decreto

nº 34.216, de 19 de novembro de 1991 – pelo então governador Mario Covas. Em princípio, o acesso aos documentos ficou restrito a familiares e aos próprios indivíduos registrados. Em 1994, estabeleceu-se que o uso das informações ficaria sob a responsabilidade dos pesquisadores, por meio da assinatura de termo próprio, o que foi normatizado pela Resolução nº 38, de 27 de dezembro de 1994, da Secretaria de Estado da Cultura.

Cabe observar que os Estados de São Paulo e Paraná foram pioneiros nessa questão, abrindo a documentação à consulta do público em geral e de maneira irrestrita.

Ainda mais ampla, se me permite o Sr. Presidente lembrar, do que os documentos hoje arquivados no Arquivo Nacional.

Ao longo de seus 17 anos de abertura, o Arquivo Público de São Paulo atendeu mais de 30.000 pessoas interessadas nesse acervo, bem como a cerca de 5.000 pedidos de reprodução de documentos para fins jurídicos.

Outro exemplo que devemos destacar é o estabelecimento pelo governo Fernando Henrique Cardoso da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, esta exclusivamente ligada a certas violações graves de direitos humanos. Criada pela Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, essa Comissão é uma exitosa experiência de reparação aos familiares de mortos e desaparecidos políticos durante o período de 1961 a 1988. A lei que a criou reconhecia, em seu anexo, 136 desaparecidos políticos, mas foram analisados e julgados outros 339 casos, totalizando 475 casos. Esses processos reuniram documentos, reportagens, fotos e depoimentos, posteriormente encaminhados ao Arquivo Nacional. Além disso, foi estruturado grande esforço para localizar, identificar e restituir os restos mortais dos desaparecidos, inclusive com ajuda de material genético coletado dos seus familiares.

Em relação à implementação da sentença de 24 de novembro de 2010, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso "Gomes Lund e outros ('Guerrilha do Araguaia')", no que concerne à localização, identificação e restituição dos restos mortais dos guerrilheiros aos seus familiares, foi criado em abril de 2011 o Grupo de Trabalho Araguaia – GTA, coordenado pela Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, conjuntamente com o Ministério da Justiça e Defesa, com acompanhamento da Comissão de Mortos e Desaparecidos, familiares, entre outros.

Fiz toda essa recapitulação, Sr. Presidente, para argumentar o fato de que a comissão, que terá dois anos para concluir o seu trabalho, não vai começar do zero, mas a partir de um acervo extraordinário de informações, documentos, depoimentos coletados por órgãos oficiais e pela iniciativa dos próprios familiares e das próprias vítimas da ditadura.

Portanto, averiguar em dois anos as graves violações de direitos humanos cometidas em período histórico de 42 anos, com estrutura considerada pequena, pode induzir à conclusão equivocada de malogro antecipado da Comissão Nacional da Verdade. Entretanto, somente chegará a essa conclusão quem ignorar o emblemático trabalho evocado acima da Comissão de Anistia e da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos, sem mencionar outras ações, como o Projeto Memórias Reveladas, o Memorial da Resistência de São Paulo e várias outras instâncias de apuração.

A Comissão da Verdade é um passo distinto e complementar ao que já foi realizado. Não pode indenizar nem punir, mas deve construir narrativa histórica em torno de graves violações de direitos humanos. Ela não pode indenizar porque a função de indenizar está hoje incumbida à Comissão de Anistia e não pode punir porque não é órgão jurisdicional. Mas ela deve, como disse, construir narrativa histórica em torno de graves violações dos direitos humanos.

No período de 42 anos delimitado no art. 8º do ADCT, não obstante as perseguições de que foram vítimas os comunistas e dirigentes e militantes sindicais, especialmente entre 1947 e 1956, vigeram entre nós as instituições de um Estado democrático de direito. Entre o golpe de 1964 e o início do processo de redemocratização, com a revogação do Ato Institucional nº 5 e a Lei da Anistia, entretanto, a violência contra oponentes do regime, uma vez desencadeada, prosseguiu em escalada até adquirir o caráter de política de Estado. Concretamente, agentes do Estado, com apoio e conivência de setores políticos e de altas esferas do patronato, é bom que se diga, praticaram em larga escala, sistematicamente, violações de direitos humanos tipificados como crimes contra a humanidade no estatuto do Tribunal Penal Internacional: sobre eles, suas circunstâncias, inclusive, seus autores, recairá a atenção da Comissão Nacional da Verdade.

Em que pese ao empenho contínuo da sociedade brasileira, por mais de uma década, amparado pela legislação de transição, muitas dessas atrocidades permanecem envoltas em mistério, e as investigações empreendidas esbarraram em obstáculos que frustraram seu objetivo. Daí a importância da Comissão da Verdade e a dimensão do desafio que ela terá pela frente: um esforço concentrado, sob a égide da Presidência da República, para que venha à luz aquilo que está encoberto, não somente em relação a certos casos, mas também ao padrão da violência e ao sistema arquitetado à sua volta. Portanto, a Comissão

assentar-se-á sobre a construção da memória coletiva, a garantia de não repetição dos fatos e a consolidação da nossa democracia. Nesse ponto, cumpre ressaltar que a Comissão Nacional da Verdade atuará de modo articulado e integrado com a Comissão de Anistia, o que significa o respeito das funções desta na análise de requerimentos individuais inerentes ao regime de anistiado.

Fundamentalmente, o labor da Comissão da Anistia projeta-se sobre o futuro e seus resultados não findarão após dois anos de atividades. Nesse particular, o terreno normativo para a construção da memória coletiva brasileira, sem dúvida, será consolidado pela aprovação do PLC nº 41, de 2010, que regula o acesso a informações de interesse público, desenvolvendo a cultura de transparência institucional. Destaca-se que tanto o PLC nº 41, de 2010, tal como aprovado na Câmara, como também seu Substitutivo, apresentado pelo Senador Fernando Collor perante a Comissão de Relações Exteriores desta Casa, ressaltam que não poderá ser negado acesso a informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação de direitos humanos por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas.

Quanto ao material produzido e recebido pela Comissão, cumpre separar dois momentos: o da execução dos trabalhos e o do produto final. O primeiro momento – e eu aqui respondo a uma objeção que foi levantada, de uma audiência pública realizada ontem – o primeiro momento da execução dos trabalhos é regulado, sobretudo, pelos arts. 4º e 5º do PLC nº 88, de 2011. O § 2º do art. 4º dispõe que "os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Nacional da Verdade não poderão ser divulgados ou disponibilizados a terceiros, cabendo a seus membros resguardar seu sigilo". Isso se refere ao processo de trabalho da Comissão. Esse dispositivo, contudo, deve ser lido a partir de seu *caput*, que coordena a "execução dos objetivos" da Comissão, e não o resultado final.

Entretanto, uma vez concluído o trabalho da Comissão, o relatório produzido deverá ser objeto de ampla publicidade. O mesmo vale para a interpretação do art. 5º do PLC nº 88, de 2011, que determina o caráter público das atividades da Comissão da Verdade, excetuado os casos em que, a seu critério, "a manutenção de sigilo seja relevante para o alcance de seus objetivos ou para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas". Nesse último artigo, o PLC nº 88, de 2011, além de estabelecer regras de execução de atividades, resguarda o direito fundamental estabelecido no art. 5º, X, da Constituição.

Distintamente, o segundo momento, que diz respeito à conclusão dos trabalhos, é regido pelo art. 11 do PLC nº 88, cujo parágrafo único é taxativo ao dispor que "todo o acervo documental e de multimídia" resultante do trabalho da Comissão da Verdade deverá ser encaminhado para o Arquivo Nacional e integrar o Projeto Memórias Reveladas.

Além disso, perfazendo esses dois momentos, os objetivos da Comissão Nacional da Verdade são claros na divulgação das informações por ela acessadas e produzidas, quando menciona as funções de "esclarecer os fatos e as circunstâncias", "promover o esclarecimento circunstanciado dos casos", "identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias", "encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos", "colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos" – inclusive o MP –, "recomendar a adoção de medidas e políticas públicas", "promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história" e prestar "assistência às vítimas". Não há dúvidas, portanto, sobre o dever da Comissão da Verdade, que é o de divulgar e não ocultar.

O projeto se afirma, dessa forma, sob nexo bem estabelecido, o de continuar o já feito, concentrando-se nas graves violações. Não à toa, determina que seu trabalho não obsta o da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos e o da Comissão de Anistia, regulados pelas leis que as criaram. Essa referência está no art. 3º, V, do PLC nº 88, que fixa o objetivo de colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violações de direitos humanos.

Nesse mesmo dispositivo, também se faz menção à observância da Lei de Anistia (nº 6.683, de 1979), o que seria, a rigor, despiciendo diante do caráter não jurisdicional e não persecutório da Comissão da Verdade. Em outros termos, a Comissão da Verdade não tem por objetivo substituir a esfera penal, mas cumpre destacar que, diante dela, mantém independência. Assim, a responsabilidade por analisar a Lei de Anistia ou de pedidos não contemplados de indenização é do Poder Judiciário, como tem sido feito, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, a destacar a decisão sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153. Igualmente, posterior a esta decisão do STF, a implementação da mencionada sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso "Guerrilha do Araguaia", no tocante a possíveis juízos cíveis ou penais, cabe ao próprio Poder Judiciário. O § 297 dessa sentença da Corte Interamericana é límpido nesse sentido:

(...) Tribunal valora a iniciativa de criação da Comissão Nacional da Verdade e exorta o Estado a im-

plementá-la, em conformidade com critérios de independência, idoneidade e transparência na seleção de seus membros, assim como a dotá-la de recursos e atribuições que lhe possibilitem cumprir eficazmente com seu mandato. A Corte julga pertinente, no entanto, destacar que as atividades e informações que, eventualmente, recolha essa Comissão, não substituem a obrigação do Estado de estabelecer a verdade e assegurar a determinação judicial de responsabilidades individuais, através dos processos judiciais penais.

Entendemos, pois, que a menção à Lei de Anistia foi um zelo do proponente a fim de reforçar o caráter não jurisdicional e não persecutório da Comissão. Porém, está topograficamente equivocada e a proposição merece emenda de redação, para aperfeiçoamento da técnica legislativa. Como dito, as referências à observação geral das Leis nº 6.683, de 79 (Lei de Anistia); nº 9.140, de 1995 (Lei da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos); e nº 10.559, de 2002 (Lei da Comissão de Anistia) estão no inciso V do art. 3º da proposição que dispõe sobre um objetivo da Comissão da Verdade, o que é de má técnica legislativa. Cremos que essa referência deve estar contextualizada no art. 6º do PLC, que versa justamente sobre a relação da Comissão da Verdade com as Comissões Especiais sobre mortos e desaparecidos e a de Anistia. Este dispositivo menciona que o trabalho entre as comissões será feito de modo articulado e integrado. Diferentemente, para manter o espírito da proposição, deve ser acrescentada aqui a referência de que a Lei de Anistia será observada, suprimindo-se a menção às três leis do inciso V, do art. 3º.

Reiteramos, contudo, que essa menção à Lei da Anistia não pode ser interpretada como um limitador à convocação de pessoas ou à realização de perícias e diligências. O PLC nº 88 é inequívoco quando impõe aos servidores públicos e militares o "dever" de colaborar com a Comissão da Verdade. Evidentemente, o depoente tem o direito de se manter calado a fim de não produzir provas contra si (é o que diz o art. 5º, LXII, da Constituição, e art. 8º, § 2º, "g", da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica).

Convém, ainda, registrar que o estabelecimento das Comissões de Verdade tem sido difundido internacionalmente e assentado em princípios universais e, embora sua instalação concreta em mais de trinta países tenha assumido distintos formatos. Em comum, são órgãos oficiais, temporários, encarregados de examinar abusos de direitos humanos ou direito humanitário durante um período de certos anos sem possuírem caráter judicial. Buscam garantir o direito de um povo de conhecer o sucedido no seu passado quanto a crimes atrozes, cometidos de modo generalizado ou sistemático. Esse conhecimento é considerado uma salvaguarda à não repetição dessas violações, um patrimônio para evitar teses negacionistas e um direito das vítimas e suas famílias.

Com base nas experiências de outros países, recomenda-se que os membros das comissões de verdade não devam ser indicados antes de seu marco legal estar aprovado. Idealmente, deveriam ser escolhidas pessoas que gozem de grande respeitabilidade e cuja neutralidade diante dos fatos fosse de aceitação geral, alem de serem provenientes de diversos setores sociais e matizes políticas. O PLC em exame, contempla tais conselhos e confere à Presidência da República a tarefa de escolha dos seus membros, o que é conveniente para a situação brasileira e similar, por exemplo, ao método da escolha dos membros da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos.

Evidentemente, essa escolha não é de total arbítrio. De acordo com o caput do art. 2º do PLC, ela obrigatoriamente deve ser feita de forma plural, dentre os brasileiros de reconhecida idoneidade, identificados, é preciso ressaltar, com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional, bem como com o respeito dos direitos humanos. Ninguém, absolutamente ninguém, deve compor essa Comissão se não forem ativamente identificados com esses critérios. Quanto ao número de sete membros, assessorados por quatorze comissionados, não é de plano insuficiente, a considerar o dever de a Casa Civil fornecer suporte técnico e administrativo, bem como a possibilidade de a Comissão da Verdade promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, e de requerer auxílio de entidades e órgãos públicos.

Contudo, a relação dessas comissões com a justiça penal tem tido tratamento diferenciado nos países que as instalaram. Há comissões que serviram de instrumento para garantir hipóteses de anistia, em troca da confissão pública – é o caso da África do Sul, que também se chama ali Comissão de Reconciliação Nacional; outras contribuíram para a repressão penal; há as que executaram suas tarefas paralelamente a processos civis e penais, inclusive por jurisdição internacionalizada, como é o caso de Serra Leoa; ou as que têm mandatos limitados pela situação política, El Salvador; ou por legislação vigente de anistia, Gana.

Em consonância com o entendimento acima exposto, nesta última circunstância se enquadra o contexto brasileiro, já que, ressalvada a implementação da citada sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a vigência da Lei da Anistia é reconhecida pelo PLC nº 88, e por jurisprudência recente no Su-

premo Tribunal Federal, no já mencionado julgamento da ADPF nº 153. Nesse julgado, de 29 de abril de 2010, cumpre destacar o voto do relator, Ministro Eros Grau, quando, ao mesmo compasso que reconhece a recepção constitucional da Lei da Anistia, preceitua:

> § 59. (...) Impõe-se, sim, desembaraço dos mecanismos que ainda dificultam o conhecimento do quanto ocorreu entre nós durante as décadas sombrias que conheci. Que se faça – e se espera que isso logo ocorra – quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.077, na qual é questionada a constitucionalidade das Leis nºs 8.159/91 e 11.111/05. (...)

Ora, essa Ação Direta de Inconstitucionalidade mencionada pelo Ministro Eros Grau, questiona justamente a legislação vigente sobre o acesso a informações públicas, o que perderá objeto se aprovado o PLC nº 41, de 2011, tal qual veio da Câmara dos Deputados. Portanto, a manifestação nesse acórdão foi inequívoca no sentido de que o acesso aos documentos públicos produzidos na nossa história constitui direito fundamental à verdade.

Em síntese, a natureza da Comissão da Verdade brasileira, a ser criada por meio da lei que resultar da aprovação do PLC em exame, é clara, não pune nem indeniza. Ao Judiciário, poderá requerer acesso a informações, dados e documentos públicos ou privados (art. 4º, § 5º, do PLC nº 88, de 2011), caso a via administrativa seja frustrada; com o Arquivo Nacional, a Comissão de Anistia e a Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, poderá atuar de forma articulada e integrada (art. 6º do PLC nº 88, de 2011).

Adicionalmente quanto às consequências penais ou civis de violações graves de direitos humanos cometidas, averiguadas pela Comissão da Verdade, por órgão internacional ou por outra fonte, caberá sempre ao Poder Judiciário dirimir as controvérsias delas provenientes.

Incorre em grave equívoco quem acredita que a Comissão da Verdade pronunciará a última palavra sobre os fatos averiguados. Seria vã qualquer tentativa de impor uma espécie de verdade oficial a uma sociedade aberta, pluralista, ávida por transparência.

Ela contribuirá, se for bem sucedida, para fornecer aos cidadãos o máximo de informações para que eles formem seu próprio juízo, a verdade de cada um.

Por outro lado, não se pretende, obviamente, com o objetivo de reconciliação nacional, que algozes e vítimas lancem-se nos braços uns dos outros em efusões fraternais. A reconciliação de que se cuida, situa-se na esfera pública. O que se quer é contribuir para a proliferação de anticorpos contra qualquer tentação autoritária, venha ela de onde vier.

Por isso é que, ademais de "promover o esclarecimento circunstanciado de casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres e sua autoria" (art. 3º, I e II, do PLC nº 88, de2011), a Comissão buscará desvendar os mecanismos internos, as engrenagens da máquina do terror estatal e suas diversas conexões com aparelhos de Estado e instituições da sociedade (art. 3º , III, do PLC nº 88, de 2011).

Respondendo à questão que lhe foi formulada por um jornal da época, "O Alvorecer do Século XVIII", sobre "O que é o esclarecimento?", esclarecimento entendido nesse contexto como o Iluminismo – na época se dizia: as ideias esclarecidas, as ideias inspiradas nos valores do Iluminismo –, Kant traduz a expressão de Horácio "sapere aude", literalmente "ouse saber", da seguinte maneira: "tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento". Essa seria a divisa para o Esclarecimento, ou o Iluminismo, e a superação da minoridade do homem.

Para Kant, o Esclarecimento somente exige a liberdade de fazer uso público da razão em todos os domínios. No plano político, para o homem que deixa para trás a minoridade, o poder não tem, nem deveria ter, segredos. O pleno conhecimento dos assuntos do Estado é, assim, condição para que o homem investido na cidadania plena possa fazer uso público da razão.

Como menciona Kant, ainda nesse ensaio: "Uma época não pode se aliar e conspirar para tornar a seguinte incapaz de estender seus conhecimentos (sobretudo tão urgentes), de libertar-se de seus erros e finalmente fazer progredir o Esclarecimento".

Voltemos à proposição que é objeto deste parecer.

Com a redemocratização consagrada na Constituição Federal de 1988, os brasileiros conquistaram o direito de pensar por si próprios e dão provas cada vez mais robustas de que querem fazê-lo. Cabe, então, a pergunta: para que serve, no Brasil de hoje, o segredo que ainda encobre as circunstâncias em que ocorreram as graves violações dos direitos humanos praticadas por agentes do Estado contra os opositores da ditadura?

À época em que foram cometidos tais crimes, o segredo poderia ser sustentado, como foi, por "razões políticas". A ocultação das ações repressivas seria uma tática para enfrentar o segredo do outro, do subversivo, dos conspiradores contra o regime.

No âmbito da precária legitimidade de então, essa era a ótica pela qual os autocratas encaravam todos os movimentos de oposição, estivessem eles engajados na luta armada ou na trilha da via pacífica. Onde há tirania, há sempre um complô. Quando não há, inventa-se um. Do ponto de vista do poder obcecado pela sua

própria segurança, travestida de segurança nacional, o opositor e até mesmo o descontente eram encarados como inimigos e o segredo buscava legitimar-se pela necessidade de encobrir seus próprios movimentos, como na guerra, aos olhos do inimigo.

Se essa justificativa, mesmo ao tempo em que foi alegada, não encontrava respaldo ético além dos círculos dos governantes e seus partidários mais extremados, hoje, na plenitude da democracia e na vigência das instituições do Estado de direito, não há qualquer razão para a sobrevivência da ocultação herdada da ditadura. A persistência dos obstáculos ao pleno conhecimento daquilo que se passou nos subterrâneos da repressão é um anacronismo, um entulho que deve ser removido, uma agressão continuada aos direitos dos familiares das vítimas e, mais ainda, ao direito de todos os brasileiros de, com base em informações isentas e apuradas com a mais absoluta liberdade e autonomia, "fazer uso público da razão".

Por isso, a tarefa da Comissão da Verdade se inscreve em linha de plena continuidade do processo de redemocratização do Brasil. É esse conhecimento que nos permitirá olhar para o passado recente com serenidade – que não exclui reprovação e dor – e seguirmos adiante, em atmosfera de tolerância propícia à vida democrática, zelando para que o indizível nunca mais se repita. Como afirmou Louis Joinet, relator das Nações Unidas sobre vários assuntos ligados a direitos humanos: "para virar a página, antes é preciso lê-la".

Portanto, Sr. Presidente, quanto ao mérito, não opomos óbice; ao contrário, festejamos seus termos.

Voto.

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 88, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso V do art. 3º e ao art. 6º, ambos do PLC nº 88, de 2011, a seguinte redação:

"**Art. 3º** .....

.....

V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;"

"**Art. 6º** Observadas as disposições da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Comissão Nacional da Verdade poderá atuar de forma articulada e integrada com os demais órgãos públicos, especialmente com o Arquivo Nacional, a Comissão de Anistia, criada pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e a Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, criada pela Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995."

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo brilhante parecer.

Coloco a matéria em discussão.

Para discutir a matéria, Senador Randolfe, Senador Pedro Taques, Senadora Marta, Senador Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – PA) – Presidente, eu queria primeiramente cumprimentar o Senador Aloysio por essa bela peça. Acho que é assim que deve ser definido esse trabalho que o Senador Aloysio fez, apresentando uma rica recuperação histórica. E o faz o Senador Aloysio com propriedade. Ele foi vítima do terrível período que se abateu sobre o Brasil de 1964 até 1985. E o Senador Aloysio fez aqui uma rica recuperação histórica, inclusive das legislações e das medidas que já foram tomadas pelo Estado brasileiro no sentido da restauração democrática e no mesmo sentido da Comissão Verdade. E eu quero reiterar a citação de Louis Joinet, de que para virar a página da história é preciso lê-la. A partir da citação, quero reafirmar a minha compreensão, Senador Aloysio, de que esta legislação que vamos aprovar no Senado da República é a conclusão do processo de transição democrática. No Brasil, fizemos uma transição da ditadura para a democracia negociada, e foi tão negociada, Senador Inácio, que nos faltou fazer, de fato, a transição para a democracia. Tanto o é que passamos de um regime ditatorial para um regime sob vigência da Constituição de 1988, para um Estado democrático de direito, sem a aprovação de duas legislações fundamentais, a que, não à toa, o Senador Aloysio faz referência neste documento. São dois documentos centrais que eram para terem sido aprovados há muito tempo: uma é Lei Geral de Acesso à Informação, que estamos a ver no intenso debate aqui no Senado e que não conseguimos aprovar em 22 dois de vigência da Constituição de 1988; e outra é esta, esta Comissão, tida como de conciliação nacional, da verdade, seja qual for a definição, que ocorreu em vários outros países que passaram por um processo ditatorial, por um regime de exceção e tiveram, em seguida, o restabelecimento de um Estado democrático de direito, e que nós não tivemos no Brasil.

A citação de Luiz René faz lembrar – e quero suscitar aqui – uma citação, não menos importante, do Deputado Ulysses Guimarães, na promulgação da Constituição de 1988, em que falava sobre o que

tinha sido o período de exceção para o Brasil. dizia o Deputado Ulysses: "Conhecemos o caminho maldito. Mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério." É a este caminho maldito que nós não podemos voltar, que não podemos suscitar. Reiterando o que diz René, é preciso ler as páginas da história, é preciso o Brasil ter um encontro com esse período, ainda encoberto da história nacional.

Então, o projeto é completo de méritos, e a sua aprovação pelo Congresso Nacional conclui o processo de transição democrático brasileiro. Portanto, quero que ele seja aprovado logo, Senador Aloysio. Não quero correr o risco de um retorno, de um retardamento, de chegarmos ao ano 2012, um ano eleitoral, e ele parar nas gavetas da Câmara, nas gavetas do Senado, não ser apreciado, voltar para cá em 2013. Enfim, retardamos esse diploma legal, cuja aprovação é indispensável para concluirmos o processo de transição democrática.

Entretanto – e aí vem, como diz o Senador Pedro Taques, a conjunção adversativa –, ontem tivemos um debate importantíssimo e rico, na Comissão de Direitos Humanos, com os familiares de mortos e desaparecidos políticos. E há contribuições de instituições, da CNBB e dos familiares que seria importante se o Governo e o Ministro da Justiça as ouvisse. Temos de procurar encontrar – aí está o grande desafio – uma mediação entre a necessidade da aprovação imediata dessa matéria e as preocupações propostas pelos familiares.

Eu tenho emendas a esse projeto e vou apresentá-las, mas eu não quero retardar um minuto a aprovação dessa matéria. Ela já demorou muito; ela demorou 22 anos para ser apreciada. Portanto, não vou pedir vista aqui nesta Comissão e faço esse gesto sem prejuízo das emendas. Se não ocorrer um consenso com o Governo para serem apresentadas ou se não houver, por parte dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, as garantias necessárias por parte do Governo, será inevitável a apresentação da , e não terei prejuízo em apresentá-las. Farei isso em plenário ou em outras Comissões, se a matéria ainda tramitar em outras comissões. Mas eu não quero, concluindo, Senador Eunício, prejudicar a tramitação e atrasá-la um minuto sequer. O Brasil já esperou muito por este diploma legal e não pode esperar mais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, registro a presença, no nosso plenário, do ex-Ministro Nilmário Miranda no plenário e o convido para sentar na bancada de Senadores. É ex-Deputado também, nosso colega, ex-Deputado, na Câmara dos Deputados.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, quero expressar meu respeito pelo relatório trazido por S. Exª, o Senador Aloysio, um relatório muito bom, que, como diz o Senador Alvaro, mais parece um tratado a respeito da justiça de transição.

A comissão da verdade se posta no que se denomina de justiça de transição, Sr. Presidente, como nós todos sabemos. Essa justiça de transição deve buscar a paz. Agora, não existe paz sem justiça. Essa comissão nacional da verdade pode trazer a paz; agora, nós precisamos, muito mais do que paz, de justiça. As pessoas que cometeram crimes, não interessa em qual período histórico, precisam ser responsabilizadas, e a única exceção é a prescrição. Precisam ser responsabilizadas, Sr. Presidente, até por determinação constitucional, determinação de convenções internacionais.

O Pacto de San José da Costa Rica, que, no Brasil, apesar de ainda não ter sido recepcionado como emenda à Constituição, é uma norma supralegal, de acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal. E o Pacto de San José da Costa Rica determina, necessariamente, que a investigação deve se realizar, para que aquelas pessoas que cometeram crimes contra a humanidade possam ser responsabilizadas.

Muito bem. Concordo com o relatório do Senador Aloysio, mais uma vez, parabenizando-o pelo seu trabalho. Não vou pedir vista, Sr. Presidente, porque temos que aprovar esse projeto, como bem disse o Senador Randolfe Rodrigues. Agora, isso nos causa uma preocupação, e eu queria expressar essa preocupação.

O Senado da República, no Brasil, está-se se transformando numa casa de passagem. Na Câmara dos Deputados, o projeto é debatido, são realizadas audiências públicas, todos são ouvidos e chega aqui, no Senado da República, temos que aprovar os projetos de afogadilho. Nós não podemos transformar o Senado da República em uma casa de passagem para promulgação de projetos pelo Presidente da República. O projeto é bom, agora existem alguns pontos que precisamos debater e isso pode ser feito também em plenário desta Casa. Por exemplo, o prazo de dois anos da comissão. Esse prazo, muitas vezes, o que já ocorreu, por exemplo, na África do Sul, no Uruguai, no Chile e na Argentina, de dois anos pode ser quase que esgotado só na preparação dos trabalhos da comissão.

Ouvi e li muito bem o relatório de V. Exª, Senador Aloysio, e que muito já foi feito. Então, uma comissão – e aí me utilizo da expressão de V. Exª – não vai partir do zero; muito já foi feito. Agora, esse prazo de dois anos poderia permitir uma prorrogação. Esse é um ponto.

O período histórico de 1946 até o que foi seguido, de acordo com o art. 8º do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, parece-me que ele pode prejudicar a apuração da verdade histórica, que é a razão da comissão da verdade, não a verdade real, que é a construção de uma investigação judicial.

Muito bem. Por que pode prejudicar? A comissão vai se portar diante de fatos históricos que são totalmente diversos. Em 1946, tivemos a redemocratização do Brasil; Getúlio Vargas afastado, assume o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Aí nós temos uma Constituição em que os comunistas participaram da Constituinte. Jorge Amado foi Deputado Constituinte pelo Partido Comunista. Portanto, esse período de 1946 até 1964 assim me apresenta como um período, apesar de estar previsto no art. 8º do ADCT, que a comissão da verdade não necessitaria analisar.

O ideal seria que iniciássemos os debates sobre a comissão da verdade a partir da promulgação da emenda que muda o sistema, o regime de governo, em 2 de setembro de 1961, com o quase golpe, a não assunção ao poder de João Goulart – e aqui quero, em homenagem ao Deputado do PDT que aqui se encontra, ressaltar a cadeia da legalidade nesse período histórico, separarmos esse período histórico. Isso também precisa ser debatido.

Maiores garantias aos membros da comissão da verdade e uma maior democratização na escolha dos membros da comissão da verdade, como ocorreu na África do Sul, por exemplo, em que mais de trezentas pessoas foram indicadas e o presidente escolheu essas pessoas, para que tenhamos aqui efetivamente uma democracia dialógica, uma democracia que possa ser participativa, em que a sociedade possa participar da escolha daqueles que comporão a comissão.

Garantias dos seus membros, Presidente, sob pena de que esses membros possam ser afastados a qualquer momento sem garantias de que possam estabelecer a verdade. E essa verdade tem que ser estabelecida respeitando o princípio da neutralidade, o princípio da neutralidade. Assim, não é possível, na Comissão da Verdade – esta é uma opinião que eu gostaria de ressaltar – a presença de militares. Temos que falar isso. Não é possível a presença de militares. Algo contra militares? Em absoluto. E aqui eu me recordo da palavra de um Senador, candidato a Presidente da República, em 1909, Rui Barbosa, na chamada defesa da posição civilista: nada contra as Forças Armadas. As Forças Armadas devem ser respeitadas. Nós não podemos confundir Forças Armadas com militarismo, que é uma coisa diversa.

Na campanha civilista, em 1909, Rui Barbosa defendeu as Forças Armadas, mas contra o militarismo, que é uma coisa diversa.

Penso que a participação de militares aqui ofende o princípio da neutralidade e isso tem que ser debatido.

Ao final – já encerro, Sr. Presidente – o art. 3º, inciso V, do relatório, com essa divisão topográfica feita pelo Senador Aloysio, resolve um pouco a questão da Lei da Anistia.

Respeito a decisão do Supremo Tribunal Federal no tocante à possibilidade da não recepção da Lei da Anistia pela Constituição de 1988.

Encerro, Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando e ressaltando a importância histórica do Senador Aloysio Nunes. Não peço vista deste projeto, mas encerro, mas me reservo o direito constitucional de apresentar emendas em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Registro com prazer as presenças dos Deputados José Maurício, Paulo Ramos, Vivaldo Barbosa e Edinho Araújo e os convido para sentar na última fileira dos Senadores.

Próximo orador inscrito, Senadora Marta Suplicy.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria primeiro de registrar, Senador Aloysio Nunes, meus parabéns pelo brilhante trabalho que V. Exª executou. Trabalho histórico, trabalho muito bem equilibrado, de bom senso, extremamente claro e que, acredito, fecha um ciclo da nossa história, dessa terrível nossa história e que, ao mesmo tempo, foi enfrentado da maneira como nós conseguimos fazer, nós brasileiros. Mas, finalmente, depois de tantos anos, estamos revendo o que tínhamos que rever e tornar de conhecimento público, e de uma forma – eu não gostaria de cair naquele dizer da alma brasileira: leve, jeitosa – eu diria, que outros países também, alguns mais outros menos, conseguiram encaminhar. Eu diria que, no Brasil, no frigir dos ovos, nós conseguimos encaminhar da melhor e menos conturbada maneira, e agora resgatando o que tinha que ser resgatado.

Acredito que nós temos feridas, sim, na nossa sociedade, e essas feridas, são cicatrizes e até feridas abertas para muitos, que não vão ser sanadas com punições, mas elas certamente serão diminuídas e muito através do conhecimento. Nós sabemos a dor de inúmeras famílias quando elas não sabem o que aconteceu, não sabem onde o seu ente querido morreu, não sabem coisas até difíceis de saber, o que eles sofreram, foram torturados ou padeceram, ou principalmente onde estão os seus corpos.

É realmente extremamente importante que nós, no Brasil, hoje, tomemos esse passo. E V. Exª contribui de maneira fundamental com esse relatório tão sensível.

Inclusive gostei muito da recuperação dessas palavras de Kant no relatório: "Uma época não pode se aliar e conspirar para tornar a seguinte incapaz de entender seus conhecimentos, de libertar-se de seus erros e, finalmente, de fazer progredir o esclarecimento".

Porque é isso mesmo. A história não pode ser parcelada, fragmentada, mostrada à conveniência de quem está no poder. A história tem que mostrar a verdade. É assim que se constrói um povo, e V. Exª fez brilhantemente esse trabalho.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Próximo orador inscrito para debater a matéria, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira, quero também cumprimentar o Senador Aloysio Nunes, a exemplo dos que me precederam.

Quero dizer, Senador Aloysio Nunes, que V. Exª, neste parecer, honrou o seu mandato, conferido pelo povo de São Paulo. Esse é um ponto alto de seu primeiro ano de mandato aqui. Inclusive, há pouco, conversei com o Deputado Nilmário Miranda que, por oito anos, foi da Comissão que investigou a situação dos mortos e desaparecidos, que foi também Secretário Nacional dos Direitos Humanos, ele próprio considerou que o seu parecer está muito bem elaborado.

Observei que V. Exª, inclusive, teve o cuidado de considerar as proposições que foram ainda ontem colocadas na Comissão de Direitos Humanos pelos familiares de vítimas do regime militar. A cada um dos pontos já mencionados inclusive pelos Senadores que me precederam, Senador Pedro Taques também os ressaltou agora, além do Senador que o precedeu, de maneira que acho que V. Exª, tendo em conta o cuidado que teve e o objetivo de termos que aprovar o quanto antes isso, quero dizer que achei importante a atitude dos Senadores que estão apresentando emendas, mas que não querem prejudicar a aprovação deste projeto o quanto antes. Portanto, acho que é um momento alto, inclusive que os partidos de oposição e de apoio ao governo, neste caso, se unem para dar um passo muito significativo.

Por conseguinte, quero aqui dizer que uma das experiências mais bonitas que aconteceram nessa área foi aquela da Comissão da Verdade e Reconciliação, que foi objeto de iniciativa de lei do Presidente Nelson Mandela que contribuiu enormemente para a reconciliação na África do Sul, a sua democratização, comissão presidida pelo Bispo Desmond Tutu, que inclusive por isso ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Eu até recomendo muito que possam todos que se preocupam com esse tema que assistam dois belos filmes: Em Minha Terra, de John Boorman, com a Juliette Binoche, e Sombras do Passado, de Tom Hooper, que mostram como aquele trabalho tanto foi importante, como poderá ser a Comissão da Verdade em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

Ainda temos oito oradores inscritos.

O próximo orador inscrito é o Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse é um trabalho que é imprescindível ao Brasil.

Naturalmente que todos nós aqui participamos, de uma forma ou de outra, dessa época. Quando veio o golpe, em 64, eu tinha três anos de idade, mas aos 16 anos eu fazia parte do Comitê Goiano pela Anistia. Lutava para que aqueles que se foram pudessem retornar, e acredito que o Brasil, de certa forma, acabou cumprindo bem a sua tarefa com a Lei de Anistia, que, querendo ou não, na época, a gente dizia que não era ampla, geral e irrestrita, mas que acabou contemplando seus objetivos. Tivemos depois a Comissão de Mortos e Desaparecidos, também a revisão dos casos que aconteceram através do Ministério da Justiça e, agora, essa Comissão da Verdade, que encontrou no Senador Aloysio Nunes Ferreira um relator à altura, porque é um homem que participou também de um lado dessa luta, mas que, ao longo dos anos, ocupou todos os postos mais elevados do País. É um Parlamentar brilhante, um jurista destacado, ex-Ministro da Justiça, e só poderia resultar esse trabalho em um trabalho magnífico, que V. Exª construiu. É um trabalho ponderado. Veja que há o equilíbrio, colocando inclusive que as pessoas que devem compor a comissão não devem ter o *parti pris*, não devem estar ligados ou vinculados a essa ou àquela paixão, o que é difícil.

Então, nós vamos aprovar da forma que veio. Todo mundo tem a vontade de melhorar um pouco esse texto. É um texto possível. Concordo plenamente com o que disse o Senador Pedro Taques. Não podemos mais ficar no Senado com essa questão de um rito de passagem: não podemos aprovar, podemos melhorar o projeto e tudo mais. Vou votar com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, rogando que a Presidente Dilma Rousseff, quando da escolha desses membros, faça uma opção pela neutralidade. Não coloque radicais nem de direita nem de esquerda, apaixonados de um lado ou de outro, porque podem atrapalhar na conclusão do trabalho que deve ler, também, antes de, como disse o Senador Aloysio, citando quem foi citado, virar a página.

Então, eu, se fosse a Presidente, naturalmente não posso dar esse conselho... Eu até disse para vários interlocutores do Governo com quem conversei que optaria por historiadores, quem eu nem conheço: Isabel Lustosa, Lilia Moritz Schwarcz, José Murilo de Carvalho, Evaldo Cabral de Mello, Jorge Caldeira. Quantos historiadores, quantos homens que têm habilidade para lidar com esses papéis e podem, realmente... Há outros, também, não necessariamente com essa função. Mas buscar gente que entende, que conhece, que pode apreciar tudo isso e fazer um belo trabalho para que a memória desse tempo seja preservada para justamente a gente não ter que passar novamente por tudo isso.

Parabenizo o nosso Senador! V. Exª fez um trabalho de vulto, porque V. Exª também é um vulto histórico. Graças a Deus, temos a oportunidade de conviver com um homem da sua dimensão! Parabéns!

Que Deus ilumine o Brasil para que nós cheguemos realmente à verdade!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Eu, como Presidente desta Comissão, é que agradeço a Deus por ter aqui tão brilhantes companheiros e, no meio deles, ter tido a oportunidade de escolher um Relator tão equilibrado, tão brilhante nesse relatório, como foi o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo a palavra...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria um momento, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. V. Exª, como Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero destacar a presença entre nós do Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo, que foi o Relator na Câmara, e dizer a V. Exª o quanto sou grato pela confiança com que V. Exª me distinguiu ao me designar Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Veja V. Exª o quanto eu estava correto quando designei V. Exª pelo aplauso de todo o Plenário, dos Senadores e das pessoas que aqui vieram, inclusive o Relator na Câmara, que já tinha feito o registro, o Deputado Edinho Araújo.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, primeiro saúdo o trabalho de V. Exª. É um texto, também, que ficará marcado para nós. Como V. Exª e como muitos que aqui estão, vivenciamos esse período mais difícil da vida política brasileira, essas situações dramáticas. Como o Nilmário Miranda, que aqui está, como V. Exª e tantos outros, nós tivemos que nos confrontar, porque nós não tínhamos alternativa. E é evidente que a análise desse período não é fácil.

Eu estou absolutamente de acordo com V. Exª e com os nossos colegas oradores, porque nós temos que ter muita consciência do que ocorreu, buscar conhecer o que ocorreu, conhecer a verdade, mas ter a tranquilidade de permitir que isso seja feito da forma – difícil –, como disse o Senador Demóstenes, mais isenta possível. É preciso haver pessoas na Comissão que tenham compromisso com a verdade, embora seja difícil sair da ideia de ter lado, porque é quase impossível não ter lado, mas é necessário ter isenção para poder analisar esse período da história, e, de fato, ultrapassarmos essa página.

Não é uma situação fácil, porque quem assistiu a alguns dos depoimentos na Comissão de Anistia, que foi constituída no Brasil ainda no período do Governo Fernando Henrique e que entrou por todo o período do Governo de Lula e continua ouvindo depoimentos... De fato, são coisas difíceis de serem enfrentadas num depoimento público, aberto. É coisa assim de não se aguentar. Quem viveu sabe o que ocorreu. Quem esteve nesse período sabe o que ocorreu; quem esteve preso, quem foi perseguido, quem foi exilado, quem foi torturado de forma bárbara. Por isso, é preciso essa isenção e essa tranquilidade, que eu acho que nós estamos, digamos assim, conseguindo.

Há umas pendências. Essas pendências, levantadas pelo Senador Pedro Taques e por nós ainda na Câmara, referem-se a pequenas correções, mas sem perder o grau da isenção, porque, se nós também criarmos, na Comissão da Verdade, um espaço de conflito, ela também não vai dar para nós o resultado que nós queremos. Mas, como nós somos parte muito imediatamente interessada, se nós colocarmos ali só a nossa opinião, nós não vamos ajudar. Mas nós queremos, no plenário do Senado, examinar com V. Exª, porque V. Exª é o Relator aqui e, com certeza, será o nosso Relator no plenário para oferecer parecer às emendas. Queremos, de acordo com V. Exª, encontrar as saídas para também atender a uma demanda que se apresentou dos familiares. Há coisas justas que podem ser acolhidas e há coisas justas que nós temos que examinar se é possível acolher ou não.

Mas eu conto com V. Exª, com esse sentimento que V. Exª expressou no texto e ao fazer o seu depoimento aqui, para que a gente encontre a solução e mantenha, na Comissão, a isenção que o Senador Demóstenes propôs aqui. Ele mesmo disse: "É muito difícil, mas ela tem que buscar ser o máximo isenta para poder cumprir o seu papel".

Então, congratulo-me com o texto de V. Exª, com o pronunciamento de V. Exª em torno dessa matéria, que é tão significativa para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu serei breve, mas eu quero também, até no papel de Líder do Governo, ressaltar a importância dessa matéria para o País, ressaltar o papel importante dessa matéria para o Governo da Presidenta Dilma, que está empenhada, pessoalmente, na rápida aprovação dessa matéria.

Registro a profundidade e a importância do relatório do Senador Aloysio Nunes, que, sem dúvida nenhuma, deu grandeza e supriu o pouco tempo que, efetivamente, esta Casa tinha e tem para discutir essa matéria com as suas qualidades. Na verdade, nós estamos utilizando um excelente quadro para poder dar rapidez e, efetivamente, ampliar a velocidade de uma matéria que poderia passar aqui muito tempo.

É uma matéria profunda na discussão. Nós teríamos ainda outras comissões a serem ouvidas nesta Casa. Mas eu quero registrar ao Senador Aloysio Nunes, ao Presidente Eunício e aos companheiros, que nós iremos pedir urgência dessa matéria, para que, da Comissão de Constituição e Justiça, ela possa ir ao plenário, exatamente para que ainda este ano nós tenhamos a condição efetiva de aprovar uma matéria que o País reclama. Foi dito aqui que esse o é fecho de uma era, de um processo, de um procedimento que tem que ser tomado pelo País e queremos tomá-lo rapidamente.

Como a matéria ficará em urgência, não haverá nenhum tipo de prejuízo para qualquer emenda que seja, efetivamente, apresentada. As emendas devem ser discutidas. Eu acho que as contribuições, as propostas de emendas, os embates ajudam o Governo a encaminhar uma solução mais positiva nessa questão. Eu tenho ouvido da Presidenta Dilma a posição de completo equilíbrio, de equidade, de equidistância, de responsabilidade na indicação de pessoas que, efetivamente, possam concluir essa matéria da forma como o País espera, e todos nós esperamos, mas é claro que cada palavra, cada gesto, cada contribuição é levada em conta pelo Governo, pelo País e pela sociedade.

Então, eu quero registrar a importância do voto do Senador Aloysio Nunes e dizer que a sua emenda de redação, realmente, clareia o processo. Acho que contribui. Nós vamos apoiar esse debate e vamos apresentar, na próxima semana, o requerimento de urgência no plenário exatamente para que essa matéria possa ser votada e, efetivamente, o País possa dar mais esse passo em prol da sua história, da sua integridade, enfim, da sua pacificação da forma como todos os brasileiros esperam.

Parabéns ao Senador Aloysio Nunes!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero.

Nós temos aqui o Senador Renan, a quem concedo a palavra, a Senadora Ana Rita e o Senador Jorge Viana, para colocar essa matéria em votação.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de mais nada, eu quero cumprimentar o Senador Aloysio pelo brilhante parecer que proporciona à Comissão no dia de hoje. Nós vivemos um momento de absoluta convergência com relação à aprovação de uma matéria. Eu queria, verdadeiramente, cumprimentá-lo pelo papel que V. Exª cumpre nesse momento. Isso, sobretudo, explica o porquê da unanimidade que havia com relação à sua indicação para relatar a Comissão da Verdade, interpretada também, em muita boa hora, pelo Presidente Eunício Oliveira.

Eu quero cumprimentar também o Deputado Edinho Araújo, que brilhantemente foi o relator da Comissão da Verdade, na Câmara dos Deputados, e dizer que, com muito entusiasmo, o PMDB, através da sua liderança, encaminha favoravelmente à aprovação da matéria – com muito entusiasmo.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Penúltimo orador inscrito, a Senadora Ana Rita, depois o Senador Jorge Viana. Em seguida, colocarei a matéria em votação.

Senadora Ana Rita, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria aqui de dizer que é muito gratificante poder ouvir o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, com muita clareza, faz aqui um regaste histórico de toda a situação que vivemos no nosso País, mas também apresenta as suas ponderações, que são extremamente necessárias para o bom funcionamento da comissão. Então, parabenizar o Senador e dizer que estamos felizes e, de certa forma, gratificados com o parecer do relator.

Quero também manifestar toda a minha concordância com as posições aqui já apresentadas pelos demais Senadores, mas eu quero também dizer que não posso me furtar aqui de fazer menção ao resultado da audiência pública de ontem, afinal sou Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Acolhemos o pedido dos familiares para que tivessem a oportunidade de se expressarem e, na manhã de ontem, tivemos a oportunidade de ouvir não só familiares, mas também entidades, como é o caso da CNBB, com relação ao projeto de lei. Naquele momento, manifestei às famílias todo o meu apoio e a minha solidariedade pela situação em que vivem até hoje muitas vítimas do período da ditadura militar. Como encaminhamento da audiência pública, foram propostas algumas sugestões, e acho importante pelo menos lembrar quais são esses pontos. Foram levantados vários pontos, mas quero aqui apenas ressaltar alguns que considero bastante necessários: ampliação do prazo de funcionamento da Comissão; aumento do número de membros da Comissão; alteração do período das investigações – o projeto trata de um período muito longo, mas os representantes presentes ontem acham que deve ser restrito de 1964 até 1988 –; exclusão também da possibilidade de indicação de militares como membros da Comissão. Considero isso extremamente importante, porque sabemos que algo sobre o período da ditadura militar, com certeza, vai tocar em questões relacionadas aos militares. Então, se tivermos militares na Comissão, de certa forma, vai trazer certo constrangimento. Outros pontos já foram levantados aqui.

O que eu quero colocar, Sr. Presidente? Acho que nada nos impede que, no decorrer dos trabalhos da Comissão, possamos aqui apresentar algum projeto de lei que venha fazer algum ajuste para facilitar e melhorar o andamento dos trabalhos da Comissão. Era isso que eu gostaria de afirmar, Sr. relator. Eu acho que é tranquilo. Podemos aprovar sem a menor dificuldade, na manhã de hoje, mas gostaria de fazer essa ponderação: caso seja necessário, no transcorrer do trabalho da Comissão, eu acho que é possível apresentarmos algum projeto que possa melhorar o trabalho da Comissão,

Por último, quero finalizar e desejar à comissão que assim for escolhida um bom trabalho. Que ela possa realizar de fato um trabalho que venha atender as expectativas dos familiares dos mortos e desaparecidos do período da ditadura militar e que este trabalho, realmente, possa promover a justiça que tanto os familiares desejam.

Era isso que gostaria de dizer, apenas pata manifestar também a minha posição como membro da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada Senadora Ana Rita.

O último orador inscrito, Senador Jorge Viana, para passarmos à votação da matéria, V. Exª tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras.

Penso que, em uma manhã como esta, todos nós devemos aqui registrar nos Anais desta Comissão e desta Casa o quanto ficamos realizados em ver o Senado Federal ou o Congresso, para ser mais preciso, ou o Brasil decidindo, deliberando sobre matéria tão complexa como esta que envolve, carrega tantos sentimentos e que se refere a uma parte complexa da história da democracia brasileira, nos últimos 20 anos, a um período autoritário, que, lamentavelmente, é real e faz parte da história do Brasil também.

Falava com o nosso ex-ministro Nilmário e ele me recordava que a decisão de tratar essa matéria tão complexa veio da Conferência de Direitos Humanos, em 2008. Depois, no Governo do Presidente Lula, elaborou-se uma proposta que, no ano passado, chegou à Câmara. O Deputado Edinho foi relator. Foi uma matéria difícil, complicada, complexa. Ela envolveu também um debate acalorado, desconfiança de todos os lados, mas hoje o Senado, nesta Comissão, delibera sobre ela.

Penso que isso faltava ao Brasil. Não queria dizer que nós temos ainda uma ferida aberta. Talvez seja um termo mais... Temos uma chaga ainda por ser fechada, e não se trata de querer reabrir essa ferida ou essa chaga, mas, quem sabe, transformá-la numa cicatriz, e é bom até que fique como cicatriz essa parte da história, um período tão complexo como esse que tirou pessoas de suas famílias, que destruiu famílias, que tentou destruir moralmente pessoas.

O Brasil teve, nos seus três últimos presidentes, Presidente Fernando Henrique, Presidente Lula e agora a Presidente Dilma, três vítimas desse período. A Presidente Dilma, a primeira mulher presidente, viveu a fase mais cruel desse período. Ela foi uma pessoa que foi torturada, e exatamente no governo dela o Congresso debate esse tema tão importante.

Queria concluir, Sr. Presidente, referindo-me à dificuldade que é relatar um tema desse. Se não tivéssemos tido, quem sabe, a felicidade que V. Exª teve de designar como Relator o Senador Aloysio, não teríamos, em tão pouco tempo, transformado um tema de alta complexidade em uma quase concordância absoluta desta Casa de que o relatório precise, o mais rápido possível, ir para votação no plenário. Só quem viveu, e da maneira como viveu, todo esse período – jovem, na adolescência, com os sonhos de um mundo melhor, de um Brasil melhor; depois enfrentando por conta dos sonhos que defendia, o rigor desse período autoritário, inclusive com exclusão do País – deveria ter o mérito de fazer o relatório final no Congresso sobre uma matéria tão complexa. Acho que V. Exª foi muito feliz

quando fez sua escolha, e ele talvez nos deu a melhor das lições para todos nós, brasileiros que precisamos aprender com o trato de um tema tão complexo: como lidar com um tema sem ódio, sentimento que, de certa maneira, conduziu muitos dos que torturaram, dos que prenderam, dos que baniram, durante o período em que eles tinham o poder absoluto neste País.

Talvez valha aqui concluir dizendo que o Senador Aloysio foi corajoso, mas não no sentido convencional da palavra. Alguns interpretam a palavra "coragem" como ação do coração. Às vezes, em conversas, falamos que não é possível tratar determinado tema com o fígado. O Senador Aloysio tratou essa matéria tão complexa com o coração, com a ação do coração, que é a coragem. Tratou com a coragem necessária.

Então, a todos que colaboraram queria aqui parabenizar e dizer que o Brasil pode dar uma lição para nós mesmos e uma consideração para as famílias que precisam ler essa página para que possamos virá-la. Até nos momento de dificuldades, no extremo de guerras, as famílias têm direito ao corpo das vítimas. Acho que o Brasil está maduro o suficiente para ler essa página e virá-la. Só vamos conseguir fazer, graças ao que ouvi hoje aqui, graças a essa aula que ouvi de vários colegas e graças, essencialmente, a essa aula escrita que está aqui e que certamente vai honrar os Anais desta Casa, que é o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Vou colocar a matéria em votação, mas antes registro a alegria de dois momentos: de ter participado, como alguém que sonhava, como disse o Senador Jorge Viana, com um Brasil mais justo, um Brasil melhor – como Presidente da Casa do Estudante do Ceará, liderei, durante muito tempo, parte do movimento estudantil que não concordava com aquele momento que vivíamos, que vivenciávamos no Brasil – e de saber, neste final de manhã, que esta Comissão, por unanimidade, aplaude o relatório de alguém que, tendo também vivido aquele momento em toda a sua plenitude, fez um relatório tão equilibrado e merecedor do aplauso de todos os membros desta Comissão.

Estou feliz por tê-lo escolhido como Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham.*(Pausa.)*

Aprovada a matéria. *(Palmas.)*

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos votar o requerimento, se V. Exª concordar, que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço três minutos aos Srs. Senadores para votar o requerimento. Há um requerimento sobre a mesa do Senador Demóstenes Torres. Também quero fazer um comunicado a esta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2011-CCJ

Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com as presenças do Doutor Nelson Jobim, Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, da Doutora Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, e do Doutor Paulo Schimidt, Juiz do Trabalho e Vice-Presidente da ANAMATRA, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2011, de minha autoria.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Demóstenes Torres.

Antes de terminar esta reunião, comunico a todos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 89, inc. IV, do Regimento Interno do Senado Federal, fixa a composição da Subcomissão de Segurança Pública, conforme determina o Regimento, em sete membros e designa, agora, pelo bloco de apoio ao Governo, PT, PR, PDT, PSB e PCdoB, os Srs. Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias; pelo bloco parlamentar PV, PMDB, PP, PMN e PSC, o Senador Eduardo Braga; e pelo bloco PSDB e DEM, o Sr. Aloysio Nunes Ferreira, para juntos comporem a subcomissão que vai tratar de segurança pública nessa Comissão.

Comunico também ao Senador Pedro Taques e aos Senadores que foram indicados aqui pela Presidência que desejamos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Se puder me indicar, como tenho experiência nessa área, aceitaria também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...desejamos instalar a Subcomissão de Segurança Pública ainda, se possível, na manhã desta próxima quinta-feira – amanhã, portanto –, às 9h30min, aqui, no plenário desta Comissão. Essa Subcomissão tem um papel fundamental porque, esta semana, instalamos aqui, no Senado Federal...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª.

...uma comissão de juristas que irá trabalhar um anteprojeto do Código Penal Brasileiro. Foi uma solicitação do Senador Pedro Taques, subscrita por outros Senadores, inclusive por este Presidente, para tratarmos de um anteprojeto de mudança do Código Penal Brasileiro, que ultrapassou a ditadura, vem desde 1940, e que precisa ser, na sua plenitude, revisado.

Acho que a Subcomissão e esta Comissão trabalharão em conjunto com a Comissão que será presidida pelo Ministro Gilson Dipp. Se depender da vontade desta Presidência, ela será presidida pelo Senador Pedro Taques, mas quero também, já que para a subcomissão foram citados cinco nomes...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Põe mais um.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...antes que o Senador Aloysio Nunes se manifeste, já entendi a sua alegria da aprovação e a sua angústia da instalação, convidar o Senador Demóstenes Torres para fazer parte desse conjunto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Randolfe faz parte da Comissão, e já anunciei aqui os seis membros que comporão esta Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para concordar com a participação do Senador Demóstenes. Faço gosto da sua participação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...sem prejuízo do requerimento, inclusive proposto ainda há pouco pelo Senador Demóstenes, que, na verdade, só aprofundará o debate sobre a PEC de sua autoria em relação às atribuições do Conselho Nacional de Justiça, eu queria comunicar a V. Exª e à Presidência que já tenho prontos os dois pareceres dos projetos que V. Exª designou: o projeto do Senador Pedro Taques que torna a corrupção crime hediondo e a proposta de emenda constitucional do Senador Demóstenes.

E o quanto antes, solicito a V. Exª, de acordo, é lógico, com a pauta da CCJ, que, se fosse possível, coloque em pauta esses projetos que já estão com o nosso parecer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A solicitação de V. Exª é sempre bem-vinda, e a Mesa analisará, com muito carinho, essa pretensão.

Registro ainda, antes de terminar os nossos trabalhos, a presença aqui do Dr. Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

ATA DA 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PARA ANALISAR O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, DE 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 5 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 18:30 HORAS OU APÓS A ORDEM DO DIA E 6 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dezenove horas e cinqüenta e três minutos do dia cinco de julho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Subcomissão Temporária criada para analisar o PRS nº 96, de 2009 – Reforma Administrativa, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Cícero Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara aberta a Reunião. A Presidência suspende a Reunião às vinte horas e dezesseis minutos do dia cinco de julho e reabre às nove horas e cinquenta e um minutos do dia seis de julho. A Presidência suspende novamente a Reunião às dez horas e de minutos e reabre às vinte horas e cinquenta e três minutos. **Passa-se à**

apreciação da Pauta: ITEM ÚNICO Não Terminativo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO, Nº 96 de 2009. Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório**: **Relatório:** Pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nº 3, 4, 5, 9, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 30, 31, 32 e nº 4-CCJ a 8-CCJ, 12-CCJ a 17-CCJ, 19-CCJ a 22-CCJ, 24-CCJ, 26-CCJ, 27-CCJ , 28-CCJ, 29-CCJ, 30-CCJ e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 15, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, e nº 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ a 11-CCJ, 18-CCJ, 23-CCJ, 25-CCJ e 31-CCJ, e pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, nos termos de Emenda Substitutiva que apresenta. **Observações:** Em 14/06/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Em 06/07/2011, foi recebido adendo do Senador Ricardo Ferraço ao Relatório de sua autoria, manifestando-se pela aprovação das Emendas nºs 27 e 28, pelo acolhimento da Emenda nº 29, na forma da Subemenda de Relator que apresenta, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 30 e pela rejeição da Emenda nº 31. Em 06/07/2011, foi recebido Voto em Separado reformulado, pelo Senador Benedito de Lira, no termos da Emenda Substitutiva que apresenta, tendo sido retirado durante a discussão. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1– STRA (Substitutivo).** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) declara encerrada a presente reunião às vinte e uma horas e cinqüenta e nove minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eduardo Suplicy) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy,** Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório do:

ITEM ÚNICO

– Não Terminativo –

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa Diretora do Senado Federal

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Foi concedida vista coletiva em 17/05/2011.

Em 14/06/2011, o Relator apresentou novo substitutivo, sendo concedida vista ao Senador Benedito de Lira, que o devolveu sem manifestação.

Na reunião da Subcomissão em 21 de junho, o Senador Vital do Rêgo solicitou mais uma semana de prazo para analisar o relatório.

Na 9ª reunião, realizada em 29 de junho, o Relator acolheu integral ou parcialmente as Emendas nºs 26-CCJ, 7-CCJ e 8-CCJ e rejeitou as Emendas nºs 25-CCJ, 29-CCJ e 30-CCJ.

Durante o discussão, foi recebido voto em separado do Senador Benedito de Lira, que concluiu pela aprovação do projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresentou.

Com a palavra, o Relator, Senador Ricardo Ferraço, para justificar seu parecer sobre as emendas apresentadas na última reunião da Subcomissão e para as suas considerações finais.

Gostaria de relatar que, nessa reunião informal que acabamos de ter, presentes o Senador Vital do Rêgo e o Relator, Senador Ricardo Ferraço, avançamos muito quanto a um entendimento relativo à melhor interpretação e redação de alguns artigos do Projeto de Resolução apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço, tendo em conta as proposições e pontuações do Senador Vital do Rêgo.

Nesse diálogo, chegamos a um entendimento, que pediria ao Senador Vital do Rêgo para aqui sintetizar, uma vez que, pelo que entendemos, agora poderemos votar – se possível, por consenso – o relatório do Senador Ricardo Ferraço com uma modificação, uma alteração na redação, com a qual o Senador Ricardo Ferraço e eu concordamos.

De tal maneira que, aqui, queremos convidar os Senadores Cícero Lucena e Benedito de Lira para, mediante esse entendimento, realizarmos um esforço de aprovação consensual dessa nova redação proposta por iniciativa do Senador Vital do Rêgo.

Nada como dialogarmos para chegarmos a um bom entendimento. Se assim todos concordarmos, vamos suspender esta reunião para dar prosseguimento amanhã, às 9 horas, quando esperamos aqui nos reunir, os cinco, para um entendimento conclusivo.

O Senador Vital do Rêgo tem a palavra.

Perdão, primeiro, o Senador Ricardo Ferraço, como Relator, para batermos o martelo com o Senador Vital do Rêgo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Senador Vital do Rêgo, da análise que fizemos não apenas em relação às emendas que foram apresentadas, na última reunião, pelo Senador Vital do Rêgo, assim como ao voto em separado do Senador de Lira, notamos que existem duas diferenças básicas entre as emendas do Senador Vital e do Senador Benedito em relação ao nosso parecer. Elas estão circunscritas à redação do art. 153 e do art. 7º, parágrafo único, onde a nossa redação propunha:..

> Art. 7º [...]
> [...]
> Parágrafo único. Os órgãos mencionados nos incisos V e VI do art. 2º vinculam-se ao Conselho Administrativo em assuntos de natureza administrativa, orçamentária, funcional e operacional.

O que propõe o Senador Vital do Rêgo? Que, em lugar de vinculação administrativa, orçamentária, funcional e operacional, essa vinculação passe a ser vinculação de natureza administrativa e orçamentária, o que considero que não altera a essência do que estamos propondo.

Evidentemente, ao fazer esse acolhimento, precisamos fazer os ajustes, como consequência dessa interpretação que estamos dando ao parágrafo único do art. 7º. Ou seja, na prática, estamos mantendo na essência o nosso parecer, que sinaliza uma relevante e significativa economia para o Senado da República.

Então, com base nessa contribuição que deu o Senador Vital, acho que podemos, sim, chegar a um entendimento, a um consenso e podemos, quem sabe, esta Comissão, por unanimidade, oferecer esse parecer à Comissão de Constituição e Justiça.

Acho que isso, seguramente, fortalece o papel desta Subcomissão. Se for possível e necessário, que a gente mantenha a sessão aberta até amanhã, para que possamos concluir, porque terei que fazer ajustes.

Mas acho absolutamente louvável a iniciativa e a proposta do Senador Vital do Rêgo. Se for esse o ponto para o entendimento e para a convergência, estou de acordo, agradecendo a contribuição do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Que teve a preocupação de resguardar a liberdade funcional daqueles com os quais ele se preocupou. Nesse ponto, nós tivemos o entendimento de estar de acordo com a preocupação do Senador Vital.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Havia uma ambiguidade na interpretação, de que a terminologia funcional e operacional pudesse ser interpretada como qualquer tipo de tutela ou limitação ao conteúdo intelectual dos consultores da Casa. Em momento algum, nós imaginamos isso. Portanto, se não imaginamos, se essa não é a nossa formação política, por que não tornar clara essa terminologia? E foi o que acolhemos, por contribuição do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Amém! Eu me sinto aliviado.

Durante os últimos 60 dias, eu estava vendo e ouvindo coisas inimagináveis com relação ao trabalho extraordinário do Senador Ricardo Ferraço, que, de uma hora para a outra, parecia, aos olhos de alguns setores, uma luta titânica entre os do passado e os paladinos do futuro.

Fiquei imaginando: que coisa, todos nós estamos aqui querendo a modernidade do trabalho de uma Casa que, em 90% dos seus dias, recebe críticas. E fizemos uma comissão de cinco virar uma luta. Isso não tem sentido.

Tenho muitas atividades, mas trabalhei para ajudar, eu queria verdadeiramente ajudar. Por isso, digo amém...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E tem o reconhecimento deste Relator de que V. Exª ajudou.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Bem acolhidas por V.Exª, porque as minhas emendas foram de conteúdo.

Eu apresentei uma emenda... Inclusive, coloquei e V. Exª rejeitou preliminarmente, mas peço a V. Exª que – não agora, em seu parecer – analise profundamente, porque vamos encaminhá-la à Comissão de Constituição e Justiça e ao plenário. E V. Exª se tornou, com a missão que tem – ou V. Exªs –, um especialista na Casa, mesmo em primeiro mandato, no primeiro ano, com seis meses de Casa. Mas, afinal de contas, deram-lhe esse abacaxi para descascar e V. Exª o descascou muito bem.

Eu me preocupei, e já coloquei para V. Exª: quando a Emenda nº 30 falava em funções comissionadas e tal, a preocupação não era de alteração no quadro

financeiro da Casa, muito antes pelo contrário, a gente manteve tudo. É com relação à redução drástica, com que todos nós concordamos, das funções comissionadas, que caíram de duas mil e tantas para novecentas e tantas funções, o acúmulo para aqueles que já estavam exercendo. Mas isso vai ficar apenas como, no meu entender, um levante de uma questão para análise futura, e análise sua. Não farei nenhum tipo – nenhum tipo – de objeção a respeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Até porque o nosso parecer abre um prazo de seis meses para que diversos desses estudos possam ser feitos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Para implantação, e aí vai a adequação: adequa aqui... Então, as minhas emendas eram de conteúdo, de conteúdo. Eu não podia entender que um analista – temos 511 analistas legislativos –, de uma hora para outra, fosse especializado em processo legislativo. Alguns deles não fizeram concurso público! Então, isso é uma transposição. E V. Exª, na minha casa, na minha casa, comendo do meu pirão – e, por sinal, estava gostoso –, conversando comigo, V. Exª entendeu, porque V. Exª é um democrata, está certo, Senador Ricardo Ferraço?

Então, o que eu estava querendo era algo constitucional, e V. Exª, liminarmente, também acatou a minha emenda.

Depois, V. Exª, também na minha casa, versou sobre o espírito com que V. Exª criou o Conselho Administrativo da Casa. Eu também penso como V. Exª. Eu também penso como V. Exª, mas da forma como estava, me permita...

Nessa emenda, que era a Emenda nº 29 – V. Exª aprovou a 27 e a 28 –, eu já tinha preparado um pedido de destaque, e olhe que eu sou muito novo aqui, eu não entendo muito de processo legislativo. Eu já tinha preparado um pedido de destaque porque, nisso, nós íamos até as últimas consequências, numa luta que, eu tinha certeza, a história de V. Exª e a história do Senador Suplicy me dariam razão. Eu não podia tolher aquilo que é mais fundamental na Casa, que é a independência funcional dos consultores, daqueles que fazem o processo legislativo. Eu não podia tolher. Eu não podia engajá-los em um conselho que tivesse gerência indireta sobre eles.

Então, graças a Deus, a cabeça, a mente, pela história de V. Exª, se abriu para entender isso, porque eu quero fortalecer o Conselho Administrativo, sim, claro!

Suplicy fez um discurso que eu decupei todo, está aqui, dizendo a mesma coisa. O que o Suplicy queria eu quero também, mas as mudanças de que ele estava falando no discurso dele eram todas de caráter administrativo, não de caráter funcional e operacional.

Então, eu vejo que nós avançamos muito. O que eu disse a V. Exª... E esta intimidade, transmitida ao vivo, como estamos fazendo... O que eu disse a V. Exª é que lutei desde o primeiro momento, quando se dizia: "Não, está querendo atrasar". Atrasar, nada! Eu quero que saia daqui um relatório redondo para a Comissão de Justiça, que tenha o apoio dos cinco membros.

Eu dizia a V. Exª: "Ricardo, vamos lutar para buscar essa unidade".

Agora, quero fazer uma justiça que nós não fizemos ainda: depois que eu tive de estudar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª fez como São Paulo: combateu o bom combate e guardou a boa fé.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E preservei a fé.

Agora, temos – paraibano, de vez em quando, erra na linguística – de fazer justiça ao PRS nº 96. Não se fez justiça, ainda, ao PRS nº 96/2009. Não se fez justiça ainda. Esta Comissão não se posicionou em relação a esse PRS nº 96, porque ele foi o primeiro grande cirurgião administrativo do Senado, esse PRS.

Eu não estava aqui, está certo, não o conhecia, mas as adequações que o Senador Ricardo fez foram adequações ao PRS nº 96, tanto no teto constitucional – já se falava lá, no PRS nº 96 – quanto na redução das funções gratificadas. O Ricardo reduziu em cem. Do 96 para o de Ricardo, agora, tem cem. Até anotei aqui para não me esquecer. E dos cargos comissionados, 191. Do PRS 96 para cá, foram essas as três grandes alterações, que foram todas de uma matriz que, por um dever de justiça, deve-se ressaltar nesta Comissão. Porque se fala muito em Fundação Getúlio Vargas, pá, pá, pá, esquecido que este aqui é o marco regulatório da Reforma Administrativa desta Casa. O marco regulatório é o PRS nº 96. Com isso, eu concordo com a suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu também.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Devo conversar... E acho que devemos... Amanhã, o Ricardo vai fazer... Desculpe essa intimidade toda. S. Exª o Sr. Relator vai fazer as modificações necessárias, porque as mudanças que eu trouxe trazem uma série de desdobramentos. Devemos, antes, fazer uma reunião informal com Cícero e Benedito, está certo? Podemos marcar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E V. Exª, se puder dialogar com eles, eu agradeço, esta noite.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu dialogo. Ainda tenho que votar a LDO agora. Estou saindo de lá. Vou voltar e votar a LDO.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Não, só...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Mas V. Exª, na condição de Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Claro!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...que era a minha cadeira e eu abri para V. Exª, com muita honra, V. Exª pode fazer isso. Amanhã nós votamos aqui e o projeto vai para a CCJ, como quer Ricardo, que fez um trabalho, ao lado de V. Exª, extraordinário. Não é fácil se ater a esses números – como eu participei de reuniões –, de juntar, de tentar... Enfim, eu só tenho loas para fazer ao seu trabalho, com essas modestas contribuições que eu trouxe.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Portanto, com esse bom entendimento, peço aos Senadores Cícero Lucena e Benedito de Lira que possam amanhã estar aqui, às 9 horas, e assim esperamos, antes de a Comissão de Constituição e Justiça iniciar, concluir os nossos trabalhos.

Muito obrigado, Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço, por esse bom entendimento.

Obrigado.

Está suspensa a presente reunião. Retomaremos amanhã, às 9 horas da manhã, nesta sala.

(Suspensa às 20h16 do dia 05/07/2011, a reunião é reaberta às 9h51do dia 06/07/2011.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tendo havido a suspensão da reunião de ontem, declaro reaberta a 10ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa.

A presente reunião destina-se à deliberação do item único.

ITEM ÚNICO

– Não Terminativo –

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa Diretora do Senado Federal

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Na primeira parte desta reunião foi firmado um acordo para o acolhimento da emenda que trata da vinculação dos órgãos internos da Casa ao Conselho de Administração.

Com a palavra, o Relator, Senador Ricardo Ferraço, para justificar o seu parecer sobre as emendas apresentadas na última reunião da Subcomissão, e para as suas considerações finais, tendo em conta que, inclusive ontem, tivemos o entendimento, aqui formulado pelo diálogo entre os Senadores Ricardo Ferraço e Vital do Rêgo, para que, na manhã de hoje, então, chegássemos a uma conclusão.

Iniciamos esta reunião no aguardo dos Senadores demais componentes desta Subcomissão, mas, como deveremos concluir a reunião até às 10 horas, agora estamos iniciando, com as considerações do Relator Ricardo Ferraço, a partir do diálogo e entendimento havido ontem pela maioria dos membros desta Subcomissão.

Tem a palavra o Senador Ricardo Ferraço para justificar o seu parecer e relatar o entendimento havido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos concluindo o nosso parecer que trata da Reforma Administrativa do Senado da República.

Com relação às emendas apresentadas, julgo importante deixar explícito, após o acordo firmando ontem, o meu parecer, com as seguintes considerações:

Emenda nº 27. A Emenda retorna as atribuições do Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo ao texto do relatório apresentado em 17 de maio.

Estamos acolhendo e aprovando esta Emenda nº 27 com a seguinte consideração: apesar de discordar dos termos colocados na emenda, entendo que ela deve ser acolhida, na tentativa de compor um acordo que viabiliza o encerramento dos nossos trabalhos para posterior discussão no âmbito da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Digo que não há qualquer inconstitucionalidade, porque tomei por base a Resolução do Senado nº 73, de 1994, e Ato da Comissão Diretora nº 26, de 2004, que transformaram os cargos de Assessor Legislativo e Analista Legislativo, Área de Advocacia, para Consultor Legislativo e Advogado do Senado, respectivamente.

Diferentemente do que consta da Resolução, nos atos citados, tive o cuidado de explicitar, Sr. Presidente, no § 2º do art. 153, que a remuneração do cargo Especialista Legislativo seria idêntica à de Analista Legislativo.

Emenda nº 28. Esta Emenda modifica a organização, as atribuições e os quadros quantitativos referentes à Consultoria Legislativa e à Advocacia do

Senado, garantindo que a escolha dos assessores técnicos seja feita por referendo da maioria absoluta dos consultores.

Estamos acolhendo e aprovando a Emenda nº 28. Avaliamos que a emenda pode ser atendida para estabelecer a semelhança entre as estruturas das Consultorias, bem como porque não acarretará aumento de gasto para o Senado e implicará uma rotina ainda mais democrática de compartilhamento desse tipo de decisão.

Emenda nº 29. A emenda determina que a vinculação dos órgãos internos da Casa para com o Conselho de Administração seja apenas administrativa e orçamentária. Está faltando aqui o termo "orçamentário". O que nós acordamos é que não trataríamos do termo "operacional" e do termo "funcional". Então, vamos incluir aqui o termo "administrativo-financeiro". Bem como altera a organização desse Conselho.

Acolhemos, então, o parágrafo único do art. 7º como ficou após o acordo firmado, com a seguinte redação:

> "Art. 7º [...]
> [...]
> Parágrafo único. Os órgãos mencionados nos incisos V e VI do art. 2º vinculam-se ao Conselho de Administração em assuntos de natureza administrativa e orçamentária."

Em consequência dessa mudança, estamos compatibilizando as redações dos seguintes dispositivos, como acordado: arts. 8º, 33, 35, 37, 39, 43, 45, 55, 58, 60, 61, 64, 65, 67, 106, 126, 127 e 133, assim como seus respectivos incisos e seus parágrafos.

Emenda nº 30. Esta emenda eleva a remuneração das funções de confiança dos cargos de Coordenador, Chefe de Serviço e Chefe de Gabinete de Secretário-Geral. Nós estamos rejeitando, conforme acordado, essa Emenda nº 30.

A emenda proposta pretende manter a gratificação de R$4.103,00 (quatro mil, cento e três reais) para os coordenadores, ao invés de reduzi-la para R$2.949,00 (dois mil, novecentos e quarenta e nove reais), o que significaria uma elevação no pagamento de função de R$1.089.000,00 (um milhão, oitenta e nove mil reais); de R$2.949,00 (dois mil, novecentos e quarenta e nove) para o Chefe de Serviço, e não o valor de R$1.795,00 (mil, setecentos e noventa e cinco), implicando em aumento no pagamento de funções da ordem de R$4.819.000,00 (quatro milhões, oitocentos e dezenove mil reais); e de R$4.103,00 (quatro mil, cento e três reais) para os Chefes de Gabinetes dos Secretários-Gerais, ao invés de R$2.949,00 (dois mil, novecentos e quarenta e nove reais).

A emenda gera um impacto total a maior no orçamento do Senado de R$5.939.711,64 (cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil, setecentos e onze reais e sessenta e quatro centavos) por ano em relação ao nosso substitutivo. Isso significa dizer que, caso essa emenda seja aprovada, o gasto com gratificações pagas aos funcionários efetivos do Senado será elevado no montante equivalente à construção de 190 casas populares por ano. Além disso, a emenda entra em choque com a proposta da Fundação Getúlio Vargas, que objetiva dar ao Senado nova estrutura remuneratória de cargos de provimento em comissão e das funções comissionadas, visando uma adequação hierárquica desses cargos e funções entre si e desses em relação aos cargos efetivos.

A proposta oferecida pela emenda que remunera os Coordenadores e o Chefe de Secretário-Geral no mesmo nível do Chefe de Departamento apenas manteria a discrepância atualmente existente, quebrando a hierarquia e desestimulando os servidores à assunção de maiores responsabilidades, uma vez que essas não corresponderiam à adequada compensação remuneratória.

Emenda nº 31. A emenda repete o conteúdo da Emenda nº 25, do Senador Waldemir Moka, alterando os arts. 20 e 23 e o Quadro 2º do Anexo I e insere o art. 165-A, para incluir serviço de Fonoaudiologia no Departamento de Saúde.

Estamos rejeitando a atividade de Fonoaudiologia, que foi implementada anteriormente no Serviço de Saúde, tendo se constatado historicamente que o trabalho do profissional requisitado era ocioso. Como há previsão, no art. 3º da Resolução, que aprovará o novo Regulamento Administrativo do Senado, de que, no prazo de até 360 dias, seja elaborado um estudo de avaliação do Serviço de Assistência Médica e Social da Casa, entendemos, Sr. Presidente, ser esse o momento para a análise da necessidade desse tipo de profissional nos quadros do Senado Federal.

No tocante às sugestões propostas na 9ª reunião da Subcomissão pelo eminente Senador Benedito de Lira, este Relator encontra-se impossibilitado de emitir parecer, pois elas foram apresentadas na forma de um voto em separado. Não obstante, estudei cada uma das modificações, já que o Relator pôde absorvê-las na forma de subemendas do Relator. Ao analisá-las, constato que elas se coadunam com as modificações apresentadas pelo Senador Vital do Rêgo, já avaliadas por este Relator.

A primeira modificação proposta pelo Senador Benedito corresponde à Emenda nº 27, já acatada por esta Relatoria. A segunda modificação trata da organização e atribuições da Consultoria Legislativa e da

Advocacia, tendo sido acolhida. A terceira alteração trata das vinculações dos órgãos internos da Casa ao Conselho de Administração, acolhida na forma de subemenda pelo Relator. A quarta mudança diz respeito à Emenda nº 30, do Senador Vital do Rêgo, não atendida, tendo em vista o aumento dos gastos da folha de pessoal do Senado com o pagamento de funções de confiança, da ordem de R$5.989.711,64 por ano, em relação ao substitutivo do Relator.

Emendas do Relator.

Por fim, visando um aperfeiçoamento de redação do substitutivo, apresento as duas emendas do Relator.

Dá-se ao inciso III do art. 26 do substitutivo a seguinte redação:

> "III – Ao Serviço de Apoio Aeroportuário compete coordenar, orientar e controlar os trabalhos referentes à assistência aos Senadores e Senadoras no embarque e desembarque nos aeroportos da Capital Federal e executar outras tarefas correlatas".

Esse é um serviço que tem por objetivo apenas orientar e ajudar Senadoras e Senadores em suas chegadas e partidas da Capital Federal. A supressão com relação ao desembaraço de bagagens deve-se ao fato de que, num entendimento mais amplo, poderia dar a entender que servidores públicos seriam utilizados para liberar bagagens de forma não regular. Além do mais, deve-se lembrar que, como, atualmente, o cargo de motorista é de livre provimento, esse serviço é mais adequado a ser prestado por esse funcionário.

Emenda do Relator nº 2.

Dá-se ao **caput** do art. 88 do substitutivo a seguinte redação:

> "Art. 88. Na hipótese de ocorrência de delito penal nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal, instaurar-se-á o competente inquérito policial, presidido por um servidor, no exercício da atividade típica de polícia, nos termos do art. 87 (Bacharel em Direito), ressalvados os casos específicos, em que possam estar envolvidos membros do Congresso Nacional, que é atribuição exclusiva do Corregedor Parlamentar".

A emenda atende à proposta do Senador Gim Argello, visando a preservar as atribuições do Departamento de Polícia, ao tempo que delimita suas atribuições.

É como relato, para julgamento e análise desta Comissão, o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero expressar meu posicionamento de apoio total ao relatório apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço. As propostas apresentadas pelo Senador Ferraço levam a uma transformação muito positiva em todo o funcionamento do Senado Federal. A redução das funções comissionadas e dos cargos de confiança conduz à valorização do mérito dos funcionários da Casa. Foram acatados os pressupostos estabelecidos pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas.

Em verdade, o relatório aponta para uma visão de futuro do Senado Federal, na qual teremos a redução com gastos de pessoal, a eliminação de distorções e de fragmentação de ações e do excesso no quantitativo de cargos e funções, bem como o fortalecimento da função de planejamento, respeitando um plano estratégico formulado por um órgão colegiado. Assim, teremos um Senado melhor organizado e à altura de nosso País e de nossas responsabilidades.

Nós estamos aqui no aguardo da presença dos Senadores Benedito de Lira, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, para que possamos, os cinco, concluir a missão que nos foi dada pelo Presidente Eunício Oliveira, da Comissão de Constituição e Justiça. Para que possamos cumprir a nossa realidade, solicitamos, em requerimento encaminhado ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que os trabalhos desta Subcomissão de Reforma Administrativa possam ser prorrogados até hoje, o que significa que temos de concluir o nosso trabalho.

Conforme havíamos acordado na reunião ocorrida ontem à noite, hoje, às 9 horas, estaríamos aqui para a conclusão da discussão e votação do relatório. Mas, em respeito aos Senadores Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Benedito de Lira, nós os estamos aguardando para que possamos fazer a votação.

Pergunto à Secretaria dos trabalhos da Comissão se tem informação do deslocamento dos Senadores, que estão em reunião na Comissão Mista do Orçamento – disseram que viriam para cá –, para que possamos concluir a votação. De outra forma, iremos adiar a votação para as 14 horas de hoje.

Tendo em conta que está na hora do início da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, vamos encerrar a discussão.

Convoco a prorrogação desta reunião para as 14 horas, para que possamos votar o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Portanto, está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa às 10 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de dar um aviso aqui, presente o Senador Ricardo Ferraço: nós estamos sendo avisados pela assessoria dos Senadores reunidos na Comissão

Mista de Orçamento que os Senadores Vital do Rêgo e os demais precisam estar na reunião da Comissão, que se reunirá às 14 horas.

Então, nós vamos transferir a continuação da reunião da Subcomissão de Reforma Administrativa, para a votação do relatório conclusivo final, para após a Ordem do Dia, na tarde de hoje.

Muito obrigado.

(A reunião é reaberta às 20 horas 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 10ª Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação do relatório do item único:

ITEM ÚNICO

– Não Terminativo –

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa Diretora do Senado Federal

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Na segunda parte desta reunião, realizada hoje pela manhã, foi lido o parecer do Relator sobre as emendas. Após isso, foi realizada, hoje à tarde, reunião informal entre os membros desta Subcomissão, para discussão de propostas colocadas à Mesa pelos Senadores Cícero Lucena e Benedito de Lira, tendo o Senador Benedito de Lira formalizado o seu entendimento em um novo voto, em separado, apresentado à Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça. Nesta tarde, reunimos-nos, os Senadores Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, o Relator, e eu, Presidente, e felizmente chegamos a um entendimento de consenso.

A matéria continua em discussão e passo a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu pediria a V. Exª, porque o meu voto em separado tem algumas alterações que, no primeiro relatório, não constam. Como, por exemplo, o relacionado com a Comunicação e o Interlegis. Gostaria de pedir a V. Exª que, antes que o Relator fizesse a leitura do seu relatório final, eu pudesse fazer uma justificativa a respeito do meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT– SP) – Claro! Com a anuência do Senador Ricardo Ferraço e de todos nós, tem a palavra o Senador Benedito de Lira, ainda mais nesse clima de entendimento que aconteceu após a nossa reunião de hoje à tarde.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Plenamente de acordo, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Voto em Separado perante a Subcomissão Temporária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

RELATÓRIO

Esta Subcomissão foi criada com a incumbência de analisar o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 96, de 2009, que busca alterar o Regulamento Administrativo da Casa, motivo pelo qual se tornou conhecido como Reforma Administrativa. O projeto, de autoria da Comissão Diretora, contempla a modificação integral das Partes II e III do Regulamento Administrativo do Senado Federal, acrescendo-lhe ainda uma Parte IV – Das Disposições Gerais e Transitórias.

A primeira versão do relatório do Senador Ferraço, apresentada no dia 17 de maio de 2011, a bem da verdade, praticamente manteve o voto anterior, que – no correto propósito de enxugar e modernizar a máquina administrativa do Senado Federal – altera bastante a estrutura da Casa, cometendo alguns... Não digo deslizes, mas alguns equívocos.

No mesmo dia 17 de maio, entretanto, o Senador Ferraço apresentou uma segunda versão do seu relatório e, no último dia 14 de junho, uma nova versão.

Esse novo relatório contém alterações que trazem graves riscos à legalidade e à gestão do Senado Federal, alterações que não foram objeto de qualquer ponderação com as áreas técnicas e administrativas da Casa.

Por discordar da versão mais recente do voto oferecido pelo eminente Relator, apresentei, no dia 29 de junho, um voto em separado, conforme autoriza o art. 132, § 6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Neste momento, reformulo o Voto em Separado, visto que o primeiro texto deixou de corrigir distorções

relevantes contidas no substitutivo apresentado pelo Senador Ferraço, mantendo, na essência, o direcionamento dado à matéria nos primeiros relatórios.

Serei breve na apresentação das mudanças.

A primeira é a correção do art. 153 do substitutivo do Relator, que promove ascensão funcional para um segmento de servidores da Casa, sem concurso público, o que é flagrantemente inconstitucional. A segunda refere-se ao art. 7º, parágrafo único, que ao mesmo tempo dispensa gabinetes parlamentares da vinculação administrativa ao Conselho de Administração e introduz uma vinculação funcional inaceitável dos órgãos da atividade-fim, em suas missões institucionais, indo muito além da necessária vinculação administrativa. A vinculação proposta implica o aparelhamento de órgãos que devem apoiar tecnicamente os parlamentares e seu processo decisório com absoluta isenção técnica e funcional, como garantia aos próprios Senadores no exercício do mandato de que suas decisões estarão embasadas em critérios técnicos e jurídicos absolutamente objetivos e imparciais. Em consequência dessa retificação, vários outros dispositivos que cerceavam a necessária isenção funcional dos órgãos técnicos da atividade-fim tiveram resgatada sua redação original, que já constava no primeiro substitutivo apresentado em maio pelo eminente Relator.

Propomos, como terceira alteração, corrigir o rebaixamento salarial linear e generalizado que o substitutivo propõe para os gerentes de linha, segmento que vem de receber na Reforma Administrativa um leque muito maior de responsabilidades e volume de atribuições. Associar injustificadamente essa ampliação das responsabilidades a um rebaixamento salarial arbitrário, como faz o substitutivo, prejudica toda a política de gestão de recursos humanos da instituição, impedindo a captação dos melhores talentos da Casa para contribuir em funções gerenciais essenciais para o bom andamento dos trabalhos legislativos. É preciso ressaltar que essa correção que proponho mantém a economia para a Casa de R$ 27.858.151,83, ou 38,98%, em relação à despesa com pagamento desse tipo de gratificação em relação à folha de pagamento atual.

Por último, entendo conveniente propor um conjunto de quatro outros aperfeiçoamentos ao texto do substitutivo, ademais de aplicar à redação dele as exigências de técnica legislativa impostas pela Lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração de leis. Trata-se, aqui, de garantir à Consultoria Legislativa, uma estrutura mais horizontalizada e adequada a um órgão de assessoramento superior; de assegurar a continuidade dos trabalhos da Secretaria de Comunicação Social, mediante a preservação de sua estrutura mínima de funcionamento; de reparar uma injustiça feita contra o mais prestimoso serviço da Biblioteca do Senado; e de abordar o caso do Interlegis com o cuidado devido.

O tratamento dispensado à Consultoria não constitui novidade nem mesmo no substitutivo do nobre Relator, porquanto já conferido à Consultoria de Orçamentos. Ressalte-se, por oportuno, que a proposta é defendida pelos próprios consultores como sendo mais ágil e produtiva para a atividade finalística, e tem por resultado reduzir uma função de confiança no âmbito da unidade.

Na certeza de que a sociedade demanda cada vez mais informação e transparência, defendo um corte menos radical na estrutura da Secretaria de Comunicação Social da Casa do que aquele que foi proposto pelo Senador Ferraço. Sem inflacionar o número de cargos de direção, ofereço uma proposta baseada na racionalidade da distribuição das funções, que favorece a adoção de um Sistema de Comunicação eficiente e otimizado nos seus recursos humanos e materiais. Desse modo, pretendo garantir as condições para uma forma moderna de comunicação no Senado, capaz de privilegiar a interatividade com o cidadão e de estimular a participação crescente do eleitor no processo político legislativo, sem pesar no bolso do contribuinte.

No tocante à Biblioteca, o modelo proposto pelo Relator Ferraço veicula a fusão de serviços bastante distintos, atingindo não só o setor responsável pela gestão de empréstimos, devoluções e cobranças, que só neste ao já beneficiou quase cinquenta mil usuários, mas também o responsável pelo acervo de recortes de jornais, que é um dos mais completos e antigo do País, porquanto iniciado em 1826.

Em relação ao Interlegis, deve-se lembrar que ele não é um órgão, mas um programa, que se baseia num contrato de operação de crédito externo firmado entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse contrato, que tem por objetivo apoiar o processo de integração e de modernização do Poder Legislativo brasileiro, nas diversas esferas, já dispõe sobre a estrutura do Programa, que não pode ser alterada, sob risco de suspensão dos desembolsos previstos. Mesmo que isso não ocorresse, a imposição hierárquica do Programa Interlegis a uma secretaria qualquer a submeteria aos procedimentos de inspeção, fiscalização, controle e auditoria do BID, o que não interessa para o País. Por isso, minha proposta mantém a estrutura básica acertada no acordo de empréstimo, readequando a nomenclatura de forma a caracterizá-la melhor como unidade responsável pela gestão do Programa Interlegis.

Vale dizer que o substitutivo ora oferecido à apreciação deste nobre Colegiado analisa todas as 34

emendas apresentadas ao projeto original no âmbito da CCJ, bem como as 29 emendas apresentadas ao texto do substitutivo proposto pelo relator.

Dado o grande volume das alterações que se fazem necessárias para aperfeiçoar o substitutivo oferecido pelo Senador Ferraço, entendo mais adequado – do ponto de vista formal e prático – apresentar as modificações propostas à Subcomissão sob a forma de substitutivo.

Repiso, por fim, que o texto do substitutivo ora apresentado segue a motivação que levou a Comissão Diretora à elaboração do PRS nº 96, de 2009, buscando a modernização da gestão, maior transparência no processo decisório e corte de despesas, com base nos estudos técnicos da Fundação Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, considerando estas informações que trago e considerando que, em um dos entendimentos mantidos entre os membros desta Comissão com o Relator e tendo S. Exª absorvido, para compor o seu relatório, as emendas propostas no meu substitutivo, de autoria do Eminente Senador Vital do Rêgo, queria fazer uma observação sobre dois aspectos: Primeiro, no que diz respeito à estrutura daquilo que considero importante para a Casa, que é a estrutura da Comunicação Social do Senado Federal, porque é exatamente o instrumento que temos para levar ao conhecimento da sociedade o trabalho que é exercitado diuturnamente por aqueles que exercem o mandato de Senador da República.

Segundo, uma observação com relação ao Interlegis. Se, por acaso, V. Exª não acatar essa posição, gostaria apenas que pudéssemos fazer com que as coisas não pudessem sofrer solução de continuidade, considerando que o Interlegis não é exatamente aquilo que está previsto no relatório, mas sim um programa que tem uma correlação com o Brasil e o Banco Mundial.

Por conta disso, confesso que, sendo atendidas essas reivindicações, evidente que me contenho e peço que votemos o relatório do Relator e retiro meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem! Os demais Senadores gostariam de dizer alguma palavra antes do Relator?

Vamos ouvir o Relator. Tem palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, Senador Benedito, Senador Cícero, Senador Vital, o nosso parecer, já lido, apresenta-se incorporado com as emendas que foram submetidas a esta Comissão pelo Senador Vital do Rêgo, que acolheu, ou incorporou, em parte, as propostas que foram apresentadas pelo eminente Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Benedito de Lira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Benedito de Lira. Então, estamos mantendo o nosso substitutivo, com as mudanças que passaremos a ler.

A Emenda nº 27 retorna as atribuições do Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, ao texto do relatório apresentado em 17 de maio.

Estamos acolhendo essa emenda integralmente, mesmo discordando dos termos colocados nela, entendendo que ela deve ser acolhida, na tentativa deste acordo que estamos viabilizando para um encerramento temporário desses trabalhos, porque teremos que submetê-lo ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e, depois, ao Plenário do Senado Federal.

Digo, com toda clareza e tranquilidade, que não há qualquer tipo de inconstitucionalidade, porque tomei por base a Resolução do Senado nº 73/94 e Ato da Comissão Diretora nº 26, de 2004, que transformaram os cargos de Assessor Legislativo e Analista Legislativo, Área de Advocacia, para Consultor Legislativo e Advogado do Senado, respectivamente.

Diferentemente do que consta da Resolução e dos Atos citados, tive o cuidado de explicitar, no § 2º do art. 153, que a remuneração do cargo de Especialista Legislativo em hipótese alguma poderia sofrer qualquer tipo de alteração, para desmistificar qualquer tipo de interpretação em relação a essa questão.

A Emenda nº 28 estamos também acolhendo.

Essa emenda modifica a organização, as atribuições e os quadros quantitativos referentes à Consultoria Legislativa e à Advocacia do Senado, garantindo que a escolha dos Assessores Técnicos seja feita por referendo da maioria absoluta dos Consultores. Estamos aprovando essa Emenda por entendermos que esse compartilhamento democrático facilita a condução dos trabalhos.

A Emenda nº 29, estamos também acolhendo sob forma de subemenda do Relator, com a seguinte alteração, no art. 7º, como ficou acordado, passando o art. 7º a ter a seguinte redação:

> Art. 7º [...]
>
> [...]
>
> Parágrafo único: Os órgãos mencionados nos incisos V e VI do art. 2º vinculam-se ao Conselho de Administração em assuntos de natureza administrativa e orçamentária.

Em consequência dessa mudança, estamos compatibilizando as redações dos seguintes dispositivos: arts. 8º, 33, 35, 37, 39, 43, 45, 55, 58, 60, 61, 64, 65, 67, 106, 126, 127 e 133, assim como seus respectivos

incisos e parágrafos, compatibilizando com o parágrafo único do art. 7º.

A Emenda nº 30, estamos acolhendo em parte. Especificamente com relação às funções comissionadas dos Chefes de Serviço, em R$2.949,00, como acordamos, na categoria FC2.

A Emenda nº 31 repete o conteúdo da Emenda nº 25, do Senador Waldemir Moka, alterando os arts. 20 e 23, e o Quadro 2 do Anexo I, e insere o art. 165-A, para incluir o serviço de Fonoaudiologia no Departamento de Saúde.

Nós estamos rejeitando, porque, historicamente, o Serviço de Saúde e Assistência Médica já teve esse tipo de serviço e não foi utilizado. Mas, ainda assim, como estamos prevendo que no Regulamento Administrativo haverá um prazo para adequações e ajustes, todas essas propostas podem ser debatidas nesse tempo.

No tocante às sugestões propostas na 9ª Reunião da Subcomissão pelo Senador Benedito de Lira, este Relator encontra-se impossibilitado de emitir parecer, pois elas foram apresentadas na forma de um voto em separado. Não obstante, estudei cada uma das modificações, já que o relatório pode absorvê-las na forma de subemendas do Relator.

Ao analisá-las, constato que elas se coadunam com as modificações apresentadas pelo Senador Vital do Rego, já avaliadas e acolhidas por este Relator.

A Emenda nº 27 já foi acatada por esta Relatoria.

A segunda modificação trata da organização e atribuições da Consultoria Legislativa e da Advocacia, tendo sido acolhida.

A terceira modificação trata da vinculação dos órgãos internos da Casa ao Conselho de Administração, acolhida na forma de subemenda do Relator.

E a quarta, de nº 30 – nós acabamos de fazer a leitura dela –, que diz respeito ao acolhimento, especificamente, ao Chefe de Serviço.

Então, dessa forma, Sr. Presidente, esclarecendo ao eminente Senador Benedito, em relação ao Interlegis, o Interlegis continua com estrutura. Lá, disponíveis, tem 36 funcionários efetivos, 24 funcionários comissionados e tem 34 estagiários.

De modo que a nossa proposta é *ipsis litteris* a proposta da Resolução nº 96, da Mesa Diretora. Então, é uma proposta basicamente igual à da Mesa Diretora. De modo que estamos seguros de que não oferecerá descontinuidade desses trabalhos. O que fizemos foi uma adequação nas funções comissionadas, mas isso não impedirá o Interlegis de continuar com seus esforços e com o seu trabalho.

De igual forma, a Comunicação Social. Na Comunicação Social, a proposta da Resolução nº 96 pressupõe uma redução de 101 funções comissionadas. Nós estamos propondo a redução para 82. Nós, também como V. Exª, identificamos a importância estratégica da Comunicação, mas achamos absolutamente viável essa adequação e achamos que isso não vai oferecer, assim como no Interlegis, qualquer tipo de descontinuidade, apenas um ajuste a uma nova cultura que estamos incorporando.

De modo que, dessa forma, estamos relatando na forma em que acordamos, esperando que nós possamos unanimemente votar este parecer para que a CCJ possa debater esse tema.

É como relato e como peço o apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A matéria está em discussão.

Se os Senadores Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Benedito de Lira desejarem ainda expressar as suas opiniões, por favor.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, acho que esse acolhimento por parte do Senador Ferraço nos traz a conquista do avanço do diálogo que foi tratado pelos membros desta Comissão. Tanto nas emendas do Senador Vital como no voto em separado do Senador Benedito, como é de praxe no processo democrático, eles ouviram as sugestões da sua assessoria, mas até de alguns membros da Casa que tiveram a oportunidade de transmitir as suas preocupações.

Como a grande maioria foi acatada, e discutimos isso antes desta reunião, acho que esse relatório é o que foi possível ser construído nesta Subcomissão. Espero que todos nós tenhamos a humildade de reconhecer que não temos a capacidade de dizer que isso é o melhor para a Casa, até porque a nossa posição vai agora para a CCJ, onde, ali sim, um número maior de Senadores do que apenas nós cinco vai também se debruçar sobre o processo, bem como depois, futuramente, o Plenário.

Mas acho que, aqui, nós tiramos também uma outra coisa importante: estabelecer que seja revista essa condição no prazo de até um ano, quando nós poderemos ver se o que estamos aprovando aqui, ou o que eventualmente venha a ser aprovado nas outras instâncias, na prática, o que vai trazer de bom ou o que precisará ser corrigido para o funcionamento desta Casa com eficiência e com custos baixos.

Esse é o caminho que todos estamos procurando. Portanto, da minha parte, acompanho o voto do Relator,

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem!

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com as ressalvas que foram feitas pelo Senador Benedito de Lira no seu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu não poderia, depois de um dia mesmo intenso, cansativo, povoado de reuniões, sabedor da nossa fadiga, deixar de me expressar neste momento, até porque estamos concluindo uma parte de um processo muito importante para o Brasil, que acompanha com inegável interesse o processo de modernização desta Casa. Processo esse que, repito, começou no ano de 2009 e cujo parâmetro chamei de marco regulatório por uma posição da Mesa transformada no PRS nº 96.

Já pude me expressar ontem, quando firmamos aqui um entendimento, e à luz desse entendimento verbal, feito e depois oficializado em uma reunião que, uma vez suspensa, foi retomada na noite de hoje, e agora reafirmo a fidelidade da compreensão do Relator, que postou, com fidelidade, repito, e com absoluta lealdade, tudo aquilo que foi acordado. E os entendimentos continuaram, mostrando a flexibilidade e o espírito público do Relator, Senador Ricardo Ferraço, quando entendeu a minha angústia de levar a cabo esse processo com a unanimidade dos nossos Pares. Pois sabemos como esse projeto ficará forte, uno, na Comissão de Constituição e Justiça, sabedores os nossos pares naquela Comissão, da qual também faço parte, que o projeto ganhou o sentimento unânime deste colegiado.

Por isso eu queria deixar com V. Exª, que foi tão dedicado, como sempre faz em todas as causas da sua vida pública, e deixar com o Senador Ricardo Ferraço, igualmente, a minha colaboração, mas o meu sentimento de apreço, com a mesma sensação, como colocada há pouco pelo Senador Cícero Lucena, de que, se não é o ideal de nossos sonhos, é o possível dentro desse trabalho que foi muito bem feito.

O entendimento do Senador Ferraço foi tão interessante que, fazendo um levantamento das emendas, constatei que tivemos trinta contribuições ao projeto, ao relatório do Senador Ricardo Ferraço; dessas trinta contribuições, aprovadas total ou parcialmente, o Senador recolheu vinte delas. Então, isso mostra o seu espírito de convergência em relação ao entendimento da maioria dos colegas – e aí cito as contribuições dos Senadores Inácio Arruda, Pedro Simon, efetivamente esses dois, além dos Senadores Vital do Rêgo e Benedito de Lira.

Então, houve uma participação efetiva da Casa e houve uma sensibilidade de V. Exª.

Por isso, eu queria deixar muito claro o meu voto. Sinto-me absolutamente à vontade para votar e acompanhar o Relator, até porque esse processo já não pertence mais a S. Exª e, sim, à Subcomissão, que foi feita e que, certamente, entregará amanhã o seu trabalho à Comissão de Constituição e Justiça.

Parabéns, Sr. Relator, pelo voto!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP.) – Senador Benedito de Lira.

Eu gostaria também de expressar o meu muito obrigado ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu disse, ao terminar a leitura do meu voto em separado, que as alterações que estavam sendo propostas, bem como as emendas do eminente Senador Vital do Rêgo, com as alterações que propusemos no nosso voto em separado, se houvesse um acolhimento por parte de S. Exª, o Relator, evidentemente, nós, que estamos discutindo isso desde ontem, na manhã de hoje e à tarde também, não tínhamos por que continuar resistindo no voto em separado.

Evidentemente, acerca de alguns detalhes que possam ser ajustados, teremos oportunidade de fazê-lo na Comissão de Constituição e Justiça. É muito importante que saia daqui esse projeto, essa decisão, como uma decisão unânime desta Comissão. O trabalho que foi feito – na oportunidade agradeço ao pessoal que deu assessoria a esse voto em separado – foi no sentido de que temos essa compreensão e temos, todos, a obrigação de zelar por esta Casa, principalmente nós que somos, no momento, no passado e no futuro – vamos continuar sendo – inquilinos, porque a Casa é a instituição, que deve ser preservada.

Então, mantenho a decisão de retirar o voto em separado. Fico, como os demais companheiros, com o voto do Relator, porque V. Exª teve a sensibilidade de compreender que não era uma implicância de nenhum dos Senadores que compõem esta Comissão; muito pelo contrário, era um pleito de reivindicação daqueles que, na verdade, em todos os momentos – não apenas no Senado, porque já participei, em outras oportunidades, de embates dessa natureza – viram que há uma preocupação generalizada por parte daqueles que compõem o quadro funcional administrativo da Casa no que diz respeito à sua tranquilidade funcional.

Acredito que, se não for em 100%, como disseram os Srs. Senadores Vital e Lucena, encontramos o que era possível de ter sido encontrado. Quero cumprimentar o Presidente pela paciência, inclusive pela sabedoria e pela experiência que S. Exª tem, por ter tocado esta Comissão e sair daqui com um resultado que realmente atende, como disse, se não for em 100%, mas um bom percentual no que diz respeito à tranquilidade da Casa.

Então, retiro meu voto em separado e fico com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP.) – Quero cumprimentar os cinco membros da Comissão: Senador Vital do Rêgo; o Senador Cícero Lucena, que, inclusive, tem um conhecimento por dentro da administração da Casa, como 1º Secretário e muito colaborou conosco em cada oportunidade; o Senador Benedito de Lira. Quero agradecer a todos aqueles que colaboraram com nosso Relator, Senador Ricardo Ferraço, que se debruçou, neste semestre, com garra. Todos sabemos a complexidade dessa Reforma Administrativa e o quando exigiu da parte do Relator, Ricardo Ferraço, que estudasse isso.

Compreendo que todos nós estávamos hoje e nesses últimos dias com tantas atribuições... O Senador Vital do Rêgo teve que presidir a Comissão Mista do Orçamento e ainda acompanhar nossos trabalhos, teve que receber a delegação dos parlamentares da Paraíba e, ainda assim, discutia no café da manhã, enquanto eu telefonava para que ele aqui viesse. O Senador Benedito Lira juntou-se e, felizmente, imbuídos todos da responsabilidade e do espírito público de trabalharmos para ajudar o Senado Federal a ter uma organização administrativa, uma administração ainda mais eficiente, eis aqui, se não foi o ótimo, aquilo que nós consideramos possível. E a Comissão de Constituição e Justiça terá, então, a possibilidade de, agora, examinar o nosso trabalho.

Portanto, coloco em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, pela unanimidade dos votos, inclusive com o apoio desta Presidência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, desejo, antes de V. Exª encerar os trabalhos, agradecer. Agradecer as contribuições; agradecer os eventuais elogios, não merecidos; agradecer as críticas, relembrando Santo Agostinho. Santo Agostinho dizia preferir os que o criticam, porque o aperfeiçoam, do que os que o bajulam, porque o corrompem. Eu acho que as críticas e os enfrentamentos que tivemos foram, todos eles, no campo político, no campo democrático, de maneira muito civilizada e de maneira muito respeitosa.

Evidentemente, temos ainda pela frente um debate muito longo. Não tenhamos dúvida em relação a isso. Mas acho que essa foi uma construção coletiva. Portanto, esse meu parecer deixa de ser meu e passa a ser um parecer coletivo desta Subcomissão. E os avanços que esta Subcomissão conseguiu, ao meu modesto juízo, assegurar são valiosíssimos, uma vez que estamos, na prática, dando uma resposta a uma demanda que a sociedade exigia do Senado da República. E acho que conseguimos configurar, conseguimos incorporar muitos avanços.

Nós não contabilizamos ainda, não aferimos ainda com precisão, mas estamos muito próximos de poder afirmar que essa nossa reforma poderá proporcionar uma economia superior a R$150 milhões no orçamento do Senado da República.

Penso, portanto, que é um avanço importante e me coaduno com as expressões aqui feitas de que, por mais que se tente fazer o melhor, todos nós somos humanos, e o ser humano tem as suas dificuldades e os seus limites. Por isso, nós estamos admitindo aqui, no art. 3º do Regulamento, que abrimos porta e janela para que eventuais correções possam ser feitas dentro de um rito adequado, examinado, com resoluções, como determina a lei, como determina o Regimento. Contudo, se, no tempo, eventualmente, identificarmos que podemos cortar mais, vamos cortar mais; senão, teremos de ter a mesma humildade para fazer os eventuais ajustes que a realidade identificar.

Então, estou absolutamente seguro de que fizemos aquilo que foi possível e agradeço muito, agradeço muito aos Senadores, ao Senador Vital do Rêgo, ao Senador Cícero Lucena, ao Senado Benedito de Lira e ao nosso Presidente, que foi incansável na coordenação desta Subcomissão, emprestando toda a sua integridade pessoal, toda a sua história, toda a sua experiência como nosso Senador decano, aqui, na Subcomissão.

Assim, quero agradecer muito a V. Exªs e desejar que possamos continuar unidos para defender esse projeto agora na CCJ, porque, se existia um Relator, ele ficou no passado. O que temos agora é um projeto aprovado pela unanimidade dos Senadores membros desta Subcomissão. Então, agora, o debate vai continuar em outra instância.

Quero agradecer muito aos nossos profissionais, os nossos servidores do Senado, que, ao longo desses meses todos, puderam nos acompanhar, nos ajudar. Agradeço aos servidores do Senado que também deram as suas contribuições, algumas acolhidas, outras não, mas assegurando que tudo isso fez parte desse espaço democrático, desse ambiente em que precisamos dar liberdade às pessoas para que elas possam expressar aquilo que pensam, e que nós também tivemos, enfim, a tranquilidade necessária para poder

expressar aquilo que foi possível fazer em função do esforço coletivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Gostaria também de, ao final, dizer que esta oportunidade de trabalhar com V. Exªs me aproximou dos Srs. Senadores Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Benedito de Lira e Ricardo Ferraço. Acho que agora os conheço melhor e tenho a certeza de que iremos colaborar e compreender muito melhor as nossas ações para todos os objetivos maiores que queremos para o nosso querido Brasil.

Todos já assinamos o parecer, que estará pronto amanhã.

Portanto, está encerrada a presente reunião e os trabalhos desta Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa.

Muito obrigado a todos que conosco colaboraram.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011.

Às onze horas e dezoito minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Magno Malta, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon e Ricardo Ferraço. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Prosseguindo, o Senhor Senador Vicentinho Alves requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ayrton Xerez, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Milton Monti, que "Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer é favorável, acatando a emenda oferecida pela Senadora Maria do Carmo Alves. Neste momento, a Senadora Ana Rita apresenta Requerimento para realização de Audiência Pública de instrução da presente matéria e do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. A matéria fica sobrestada nesta Comissão até a realização da Audiência Pública. Logo após, a Presidência dá início a votação das proposições a serem deliberadas em bloco, conforme disposto na Decisão nº 01/09-CE. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Roberto Santiago, que "Denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Aelton Freitas, que "Denomina Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, no Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Aelton Freitas, que "Denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Altera os arts. 70

e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é pela prejudicialidade do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Requerimento nº 61/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que requer "... nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, no dia 27 de setembro deste ano, para instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 78 de 2011, que institui o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Requeiro ainda que sejam convidados para discutir o conteúdo do referido Projeto as seguintes entidades e seus representantes: Senhor Franklin Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Senhor Silvio de Jesus Rotter, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE; Senhor Eliezer Moreira Pacheco, Secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; Represente do Sistema S; Senhor Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES". O Requerimento é aprovado, com o voto contrário do Senador Paulo Bauer. **Item 018: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 59/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que requer "... nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX e X, e o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, as seguintes informações: a) Qual a finalidade e a quem se destina o Edital SERES nº 01/2011? b) Quais Instituições de Educação Superior – IES, mantidas e/ou geridas pela iniciativa privada, atualmente sob o poder regulatório dos sistemas estaduais de ensino, já ingressaram no MEC com solicitação objetivando a migração para o sistema federal, conforme Edital SERES nº 01/2011, publicado em 12 de agosto de 2011? c) O Edital nº 01/2011 condiciona a suspensão das atividades das IES enquanto tramita o processo de migração do sistema estadual de ensino para o sistema federal? d) Qual a razão de o MEC ter ingressado da justiça com pedido de liminar para a suspensão do vestibular do ITPAC – Instituto Presidente Antônio Carlos – Faculdade de Medicina de Garanhuns/PE, uma vez que o item 2.2.1 do Edital nº 01/2011 assegura a continuidade e a regularidade das atividades desenvolvidas pelas Instituições de Educação Superior, até a deliberação do órgão federal quanto à migração do sistema estadual para o sistema federal? e) Existe alguma outra IES que tenha sido credenciada pelo sistema estadual de ensino, tenha requerido o recredenciamento pelo sistema federal e esteja com as atividades suspensa por iniciativa da SERES/MEC? f) Uma vez que o Parecer nº 407, de 2011, da AGU/CGEPD/MEC, confere ao ITPAC igualdade de condições com as demais Instituições de Educação Superior pertencentes aos sistemas estaduais de ensino que tenham requerido a migração para o sistema federal, por que apenas o ITPAC – pelo que se tem notícia – teve as suas atividades suspensas, quando o próprio MEC realizou 5 vistorias na referida IES e avaliou com nota 4 (numa escala que vai de 1 a 5) as condições de funcionamento da instituição? g) Como o MEC pretende sanar o prejuízo causado aos mais de 1.000 alunos que se inscreveram no Vestibular do ITPAC de Garanhuns/PE, realizaram as provas e agora estão impedidos de conhecer o resultado das mesmas em razão de decisão judicial provocada pelo MEC?" O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 60/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer "... nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão, para instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 296 de 2009, que 'Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências', e do Projeto de Lei da Câmara, que 'Dispõe sobre adiamento dos feriados'. Para tanto indico: – Representante do Ministério da Educação; – Representante do Ministério da Fazenda; – Representante do Ministério do Planejamento; – Representante da Central Única dos Trabalhadores; – Representante da Undime; – Representante do Consed". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 297, de 2009; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2011; Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2010; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2011; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007; Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010; Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 2009 e Item 016: Requerimento, de autoria do Senador Paulo Paim**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata

para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião, às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão, e os contrários, se manifestem. (Pausa.)

Aprovada.

Há um pedido originado de um acordo de relatores e autores sobre os Itens 1 e 2 da pauta para que a gente postergue a leitura para uma próxima reunião.

Se os Srs. Senadores concordam, nós procederemos dessa forma.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Senador Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente, encontra-se sobre a mesa um requerimento de nossa autoria, e eu solicito de V. Exª a possibilidade de incluí-lo na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, a sua reivindicação está aceita, e V. Exª está com a palavra para explicar o seu requerimento.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR –TO) – Pois não, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, este requerimento trata de um assunto que não se refere diretamente ao nosso Estado do Tocantins, Estado do Senador João Ribeiro e nosso. Trata da Faculdade de Medicina de Garanhuns. Por se tratar de uma instituição que já existe no Tocantins e de muita credibilidade, que é o Itpac, apresento este requerimento.

Consultados, todos os Senadores de Pernambuco mostraram-se de acordo.

A faculdade Itpac, que é o Instituto Presidente Antonio Carlos, conceituadíssima em Minas Gerais e no Tocantins, instalou-se em Pernambuco, com a Faculdade de Medicina de Garanhuns. Agora encontra-se com problema junto ao Ministério de Educação e Cultura.

Portanto, nós apresentamos este requerimento no sentido de que o Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos, mantenedora da Faculdade de Garanhuns – por isso o nosso pleito – entregou em 16 de setembro de 2011 todos os documentos exigidos pelo MEC para migração do sistema estadual de ensino para o sistema federal, cumprindo rigorosamente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as normas estabelecidas pelo referido edital.

Por meio do Parecer nº 407, de 2011, foi conferida ao Itpac igualdade de condições com as demais instituições de educação superior pertencentes aos sistemas estaduais de ensino que tenham requerido a migração para o sistema federal.

O item 222.2.1 do Edital nº 1, de 2011, do MEC, assegura, Sr. Presidente, a continuidade e a regularidade das atividades desenvolvidas pelas instituições de educação superior que ingressaram com o pedido de migração para o sistema federal até a deliberação do órgão federal.

O MEC, por sua vez, realizou cinco vistorias na Faculdade de Garanhuns, Sr. Presidente, e avaliou como adequadas as condições oferecidas pelo instituto para o curso de Medicina.

Após todos esses fatos, para espanto do Itpac, o MEC ingressou na Justiça com pedido de liminar para suspender vestibular da Faculdade de Medicina de Garanhuns, mesmo com os mais de mil alunos que prestaram o vestibular.

A iniciativa causou estranheza, pois o Itpac ingressou com o pedido de migração para o sistema federal de ensino, cumprindo todas as exigências do edital do MEC, edital esse que assegura a continuidade das atividades até a deliberação final.

Não se tem notícia, Sr. Presidente, de que outra instituição de ensino superior também tenha tido as suas atividades suspensas por força de determinação judicial provocada pelo MEC, o que demonstra tratamento diferenciado para casos similares, sendo que o próprio MEC conferiu ao Itpac igualdade de condições com os demais institutos de ensino superior.

Ao Itpac só restou buscar na Justiça a garantia de seus direitos e a reparação pelos danos sofridos com a suspensão do vestibular depois de iniciado o certame. Ocorre que, enquanto o Judiciário não se manifesta quanto ao mérito da ação, o prejuízo pode ser insanável, principalmente para os mais de mil alunos que se inscreveram no vestibular de Medicina, realizaram as provas e, agora, estão impedidos de conhecer o resultado dos seus exames por força de liminar obtida pelo MEC.

Diante do exposto, estamos apresentando o presente requerimento, com o objetivo de esclarecer, com a máxima urgência, as ações e iniciativas do MEC no que diz respeito à migração de instituições de educação superior dos sistemas estaduais para o sistema federal.

Sr. Presidente, concluindo, o que nos faz apresentar e reafirmar esse requerimento é o fato de se tratar de uma instituição de bastante credibilidade em Minas Gerais, no Tocantins e também no Estado de Pernambuco – inclusive a minha filha faz Medicina na nossa cidade de Porto Nacional. Na cidade do Senador João Ribeiro, Araguaína, no nosso Estado de Tocantins, o Itpac também funciona, há muitos anos, formando a nossa juventude com bastante credibilidade. Isso é que nos faz apresentar esse requerimento, pedindo, naturalmente, o apoiamento de todos os demais Senadores e das Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Vicentinho.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveitando essa deixa do Senador Vicentinho, eu também conheço bem esse assunto exatamente porque os diretores do Itpac, do Instituto Antônio Carlos, que está instalado no Tocantins desde o início do nosso Estado, são pioneiros, e, na minha cidade de Araguaína, nós temos a Itpac de Araguaína, com mais de 5 mil alunos.

A informação que eu posso dar é que, na verdade, a gente tem realmente que apoiar e discutir, porque, na minha cidade, por exemplo, a instalação dessa faculdade que não é só de Medicina, mas de vários outros cursos – há mais de quinze cursos – deu outra vida para a cidade. Muita gente tem esse conhecimento de perto, inclusive uma filha do Senador Ciro Nogueira se formou lá em Araguaína. Nós temos aqui várias... Já foram vários formandos em vários cursos, mas, sobretudo, no curso de Medicina.

Aliás, Sr. Presidente, há uma coisa que eu vou ter que requerer, e já deveria ter feito isto: uma audiência pública com o Ministro da Educação e com o Ministro da Saúde para a gente discutir esse negócio de faculdade de Medicina no Brasil, porque, por exemplo, há alguns Estados – no Estado do Pará, por exemplo, só há Faculdade de Medicina, Senador Mozarildo, na Universidade Federal. Não há em nenhuma faculdade particular. Há na estadual, mas não há em nenhuma particular.

O que é que acontece? É um Estado muito grande que está, inclusive, preparando-se para dividir-se em três. Não sou Senador do Pará, mas conheço bem, devido a minha relação próxima – a Senadora Marinor, se estiver aqui pode falar sobre isso, mas acho que não está. Portanto, sei que nós precisamos ter qualidade no ensino, nós temos de ter as faculdades fortalecidas com toda a transparência, mas há uma dificuldade imensa, eu já tenho discutido isso com o MEC: inúmeras vezes eu já fui ao MEC para discutir essa questão de Faculdade de Medicina.

Há, realmente, um verdadeiro trabalho para se proibir a instalação de novas faculdades de medicina no Brasil, como há também com as faculdades de direito. E é preciso fazer com critério? É, é preciso fazer com critério. É preciso estabelecer critérios? É preciso, mas não pode haver a proibição por antecipação.

Então, o que vejo acontecer lá em Garanhuns é que esse problema já vem de algum tempo – por sinal, Garanhuns é a cidade do Presidente Lula, se não estou enganado, a cidade onde ele nasceu. Já conversei com os diretores da Itpac, há pessoas do Tocantins que foram para lá fazer vestibular, então, direta ou indiretamente, Sr. Presidente, nós estamos nos envolvendo sempre com essa questão de faculdades, mas, sobretudo, com as faculdades de medicina.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Os Senadores de Pernambuco, os três, têm conhecimento e são solidários.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Os Senadores de Pernambuco, diz-me aqui o Senador Vicentinho, os três têm conhecimento.

Senador Vicentinho, acho que ninguém da classe política, Senadores, Deputados, prefeitos, governadores podem ficar contra a situação de instalação de uma faculdade desde que ela cumpra as determinações do MEC.

E como está dizendo o requerimento de V. Exª, ela está cumprindo.

Então, nós precisamos dessa informação rápida. E até aproveito, Sr. Presidente, para propormos uma audiência pública a fim de discutir essa questão de curso superior no Brasil, sobretudo, a questão das faculdades de medicina no Brasil.

Nós precisamos esclarecer isso, até para termos informações, quando formos ao MEC pedir alguma coisa, sabermos o que estamos pedindo.

Vou apresentar o requerimento e vou pedir o apoiamento desta Comissão. Apresento hoje ainda esse requerimento. Não sei se tenho de preparar um requerimento.

Eu preparo um requerimento para pedirmos uma audiência pública o mais rapidamente possível, porque não é possível: há cursos que enrolam 8, 10, 15 anos e não resolvem! Às vezes, é emperrado, muitas vezes sem muita argumentação e sem uma justificativa forte.

Acho que a população é que tem de ser protegida, Sr. Presidente. A população é que tem de ser atendida!

Por isso, sou totalmente favorável ao requerimento do Senador Vicentinho Alves e peço apoio dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento de informação do Senador Vicentinho.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu quero dizer, até aproveitando também a fala do Senador João Ribeiro, que é verdade que precisamos discutir essa questão dos cursos de Medicina.

O meu Estado é até privilegiado: é um Estado pequeno, que tem um curso de Medicina que já formou várias turmas.

SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Mozarildo, eu vou passar a exigir carteira de motorista para os cadeirantes aqui na Comissão.

Eles estão atravancando o sistema!

Continue com a palavra, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Então, quero justamente dizer, como eu estava dizendo, que o meu Estado é, inclusive, privilegiado, porque, sendo um Estado pequeno no extremo norte, tem uma Faculdade de Medicina na Universidade Federal. Tive a honra de participar da elaboração do projeto, mas é fato que a distribuição dos cursos de Medicina é concentrada no Sul e no Sudeste.

Portanto, é um dos fatores que leva ao fato de que, embora no Brasil, como País, haja mais médicos até do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde, esses médicos estejam concentrados no Sul e no Sudeste.

Portanto, eu sou favorável ao requerimento do Senador Vicentinho e também à proposta do Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento de informação do Senador Vicentinho.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

No momento, nós temos quórum para decisões terminativas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, eu pretendo ultrapassar aqui o Item 3 e partir para o Item 4, do Deputado Ayrton Xerez, que tem como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de lei do Deputado Ayrton Xerez estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos de educação básica de manter seus alunos em suas dependências, no respectivo turno em que estejam matriculados, no caso de falta de professores, consoante o art. 1º.

A proposição prescreve, no seu art. 2º, que, no caso da falta de professores, "os alunos deverão receber atividades complementares de ensino, respeitando-se a faixa etária e a grade curricular de cada série."

O art. 3º determina que a vigência da lei proposta seja imediata à publicação.

A proposição é justificada em razão de notícias frequentes sobre alunos da rede pública de ensino que, logo após entrarem no estabelecimento de ensino, são reencaminhados a suas casas em decorrência da falta de professores, colocando-os em situação de vulnerabilidade por diversos motivos.

Quanto ao mérito – passo direto ao mérito –, compartilhamos com o autor dessas preocupações. É imprudente, indevido e equivocado que os alunos da rede pública de educação básica sejam encaminhados para suas casas quando há falta de professores, muitas vezes sem que os pais ou os responsáveis sejam comunicados. Vale aqui lembrar que a tutela das crianças e adolescentes matriculados na rede pública é responsabilidade direta do Estado, dos respectivos estabelecimentos de ensino.

Para garantir a proteção dos estudantes, a proposição, no seu art. 1º, torna obrigatório o dever das escolas da rede pública de manter seus alunos durante todo o turno em que estão matriculados.

Estamos plenamente de acordo, também, com a proposição do autor, quando, no art. 2º, determina que, mantidos os estudantes nas dependências dos estabelecimentos, na falta de professores, sejam-lhes oferecidas atividades complementares de ensino que respeitem a faixa etária e a grade curricular de cada série.

Concluímos que a proposta é matéria de grande importância social.

E, quanto à emenda do Senador Valter Pereira, que sugere o uso da expressão "no caso da eventual falta dos professores" em substituição a "no caso da falta de professores", no art. 1º, *in fine*, da proposição, não acreditamos ser necessária a modificação.

Ademais, essa emenda restringe a obrigação às escolas públicas das redes federal, estadual e municipal, retirando o caráter geral do texto no que se refere aos estabelecimentos de educação básica.

É mister o cumprimento da obrigatoriedade proposta pelo PLC por parte de todos os estabelecimentos, públicos e privados.

A emenda apresentada pela Senadora Ana Rita, por sua vez, limita a determinação do projeto aos alunos menores de idade do período diurno. Aos estudantes do noturno, a permanência na escola, no caso da falta de professores, fica facultada com garantia de oferta das atividades pedagógicas.

De fato, é preciso distinguir a situação dos alunos que são maiores de idade. A eles deve ser facultada a permanência na escola. No entanto, não nos parece que se deva conferir tratamento diferenciado aos estudantes do período noturno. Ainda que a maioria deles seja constituída de jovens acima de 18 anos, a escola deve manter a responsabilidade por aqueles que não atingiram essa idade e que são matriculados no curso noturno.

De todo modo, deve-se garantir a oferta de atividades pedagógicas para todos, no caso de ausência do professor.

Assim, a emenda é acolhida na forma do substitutivo apresentado.

Por fim, não vemos óbices quanto à juridicidade, à constitucionalidade e à técnica legislativa, à exceção de sua apresentação em forma de lei avulsa.

Segundo a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o mesmo assunto não deve ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente tem a finalidade de complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. Essa remissão não aparece no texto do projeto. Além disso, se a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), dispõe sobre o direito à educação e sobre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, parece-nos recomendável que as normas sugeridas pelo projeto em análise façam parte desse documento legal – ou seja, passem a integrar a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. É essa a razão de termos optado pela elaboração de emenda substitutiva.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 43, de 2010 (Projeto de Lei nº 2.357, de 2007, na origem); pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Valter Pereira; e pela incorporação parcial de emenda de autoria da Senadora Ana Rita, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a permanência do aluno da educação básica nas dependências da escola, durante todo o turno em que esteja matriculado.

Art. 1º. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

"Art. 12-A. Os estabelecimentos de educação básica ficam obrigados a manter em suas dependências os alunos menores de idade, independentemente do turno de matrícula, no caso de falta de professores.

§1º No caso da ausência de professores, os alunos deverão receber atividades complementares de ensino, respeitando-se a faixa etária e os componentes curriculares previstos na proposta pedagógica.

§2º Para os alunos maiores de idade fica facultada a permanência nas dependências da escola, assegurada aos que permanecerem a oferta de atividades complementares de ensino de que trata o § 1º."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada, Senador Aloysio. Concluiu, não é?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso. Para resumir, Srª Presidente, essa obrigatoriedade de o estabelecimento de educação básica manter os alunos em suas dependências, no caso de falta de professores, fornecendo a eles atividades complementares, aplica-se independentemente do turno, diurno ou noturno, aos alunos menores de idade. Aos maiores, sejam eles matriculados no turno diurno ou noturno, fica facultado sair.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada, Senador Aloysio.

Continua em discussão, mas, antes de passar a palavra à proponente, a Senadora Ana Rita, eu queria fazer a seguinte observação: sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do dispositivo do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Sendo aprovado o substitutivo, a emenda de autoria do Senador Valter Pereira fica prejudicada, sendo o que

preceitua o art. 300 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, com a palavra agora a Senadora Ana Rita.

Continua em discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Brevemente, Srª Presidente, eu gostaria de agradecer e de elogiar o relatório do Senador Aloysio Nunes e agradecer por ter contemplado a nossa emenda, mesmo que de forma parcial. E tenho plena concordância com a redação do substitutivo.

É isto, Srª Presidente: agradecer ao relator e dizer que tenho plena concordância com o substitutivo apresentado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o relatório do Senador Aloysio Nunes. (*Pausa*.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Acho que a Senadora Ana Rita traz para o debate da escola uma das preocupações recentes, contemporâneas do debate educacional e da sociedade brasileira também, que é a situação de vulnerabilidade e de violência que tem ocorrido com muita frequência nas escolas brasileiras, e a escola pública tem sido palco dessa violência, dessa violação, sobretudo porque temos estudantes na escola pública originários da classe trabalhadora, das pessoas que têm baixa renda, que estão em situação permanente de vulnerabilidade social.

Então, criar uma alternativa de controle político da escola é absolutamente importante, Senadora Ana Rita, mas nós vamos ter que avançar, do ponto de vista político-pedagógico, na ocupação desse espaço, porque não basta proibir a saída, não basta colocar, direcionar um ou outro profissional para assumir, digamos, o controle, a regência da classe naquele momento de ausência do professor da cadeira da disciplina; é preciso pensar politicamente no projeto político-pedagógico da escola, o que a gente vai fazer para complementar com qualidade técnica, com qualidade política a ocupação daquele espaço.

No entanto, acho que o projeto se soma a um esforço que os educadores vêm fazendo no Brasil de buscar uma saída para que as crianças e os adolescentes, que precisam ter um atendimento diferenciado nos espaços públicos – e, neste caso específico, na escola – não se submetam a outro tipo de violência, fora do horário da sala de aula, mas, ainda, sob a responsabilidade da escola.

Então, vou encaminhar o voto da minha Bancada, do PSOL, favorável ao projeto, mas lembrando que a gente precisa acumular para a sequência, debatendo o que precisa refletir a escola sobre o projeto político-pedagógico que incorpore esse novo fato, que é a vulnerabilidade desses estudantes, desses alunos que ficam sem professor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo quem queira discutir...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, apenas dizer à Senadora que ela está correta, ela enriquece a nossa preocupação e traz ao debate uma preocupação extremamente importante. Então, mais do que nunca a Senadora Marinor, mais uma vez, vem atender a uma expectativa nossa também no sentido de aperfeiçoar e qualificar o projeto aqui apresentado e que teve uma emenda nossa acolhida pelo Senador Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação o substitutivo do Senador Aloysio Nunes.

A votação será nominal.

Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB –PR) – Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia? (*Pausa*.)

Paulo Bauer? (*Pausa*.)

Maria do Carmo?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marinor Brito?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – "Alves" Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira? Voto conhecido.

Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Temos quórum?

Aprovado o substitutivo.

Na próxima reunião, volta à pauta e a Mesa abre o prazo para as emendas.

Vamos aproveitar o quórum e vamos para outro item terminativo.

Item 6 da pauta:

ITEM 6

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 296, DE 2009

Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências.

Autoria: Deputado Milton Monti

Relator: Senador Armando Monteiro, a quem dou a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 296, de 2009, de autoria do Deputado Milton Monti, determina que "*os feriados que caírem entre terças e sextas-feiras serão comemorados por antecipação nas segundas feiras, salvo os dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval,Sexta-Feira Santa, 7 de Setembro (Independência) e 25 de dezembro (Natal)*".

A proposição estabelece ainda que, no caso de haver mais de um feriado na mesma semana, a comemoração do segundo passará à semana seguinte.

Em sua justificação, o autor do projeto salienta que feriados no meio da semana causam transtornos e prejuízos à economia do País, principalmente ao comércio. Além disso, afirma que o trabalhador se beneficia quando os feriados são comemorados na segunda-feira.

Nesta Comissão, o projeto recebeu emenda de autoria da ilustre Senadora Maria do Carmo Alves. A alteração proposta consiste na inclusão, no art. 1º da proposição, dos feriados de Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro, e de *Corpus Christi*. O relatório que ora apresentamos recupera, com as adaptações necessárias, minuta de parecer anteriormente apresentada a esta Comissão, a qual não chegou a ser apreciada.

Os principais argumentos a favor da antecipação dos feriados são de natureza econômica. É fato que a indústria e o comércio sofrem prejuízos significativos com a prática de "imprensar" os dias entre os feriados e os finais de semana. A antecipação da comemoração dos feriados para a segunda-feira permitiria às empresas um melhor planejamento de suas atividades, o que minimizaria as perdas decorrentes da interrupção causada pelos feriados.

Além disso, feriados antecipados para as segundas-feiras permitem aos trabalhadores o benefício de usufruir período contínuo e prolongado de descanso.

É, portanto, meritória e oportuna a proposição.

Cumpre, então, examinar a emenda apresentada pela Senadora Maria do Carmo Alves. Entendemos que a alteração proposta traz importante aperfeiçoamento ao projeto, tendo em vista que inclui, entre os feriados que serão excepcionados da regra de antecipação, dois outros que, conforme a tradição, devem ser comemorados em suas datas originais.

No caso presente, compete ainda à CE opinar, em caráter suplementar, sobre a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, não há reparos a fazer.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.756, de 2003, na origem), com a emenda de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o parecer do Senador Armando Monteiro.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiro de relembrar que, na pauta da

reunião do dia 20 de setembro, portanto, poucos dias atrás, constou projeto similar, de autoria do Deputado Marcelo Castro, com relatoria do Senador Flexa Ribeiro, ficando acordado, pelo Plenário da Comissão, que seria retirado de pauta para que o tema fosse melhor discutido em audiência pública. Então, estou apresentado hoje um requerimento para que seja realizada uma audiência pública, se assim o Relator, Senador Armando Monteiro, concordar, para que possamos fazer uma melhor discussão sobre isso, porque existe um projeto similar na Casa. É um assunto que merece ser aprofundado.

Aparentemente, parece que é simples, mas ele não é tão simples assim.

Posso ler o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Ana Rita, para a leitura do requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão para instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009, que dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências, e do Projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre adiamento dos feriados. Para tanto, indico para essa audiência pública um representante do Ministério da Educação, representante do Ministério da Fazenda, representante do Ministério do Planejamento, representante da Central Única dos Trabalhadores, representante da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e representante do CONSED (Conselho Nacional de Educação), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos votar o seu requerimento extrapauta, mas eu queria fazer só uma observação. Essa representação diluída: representante do Ministério do Ministério da Educação pode ser do Ministro ao ascensorista; representante do Ministério da Fazenda... Essa falta de designação da pessoa transforma a audiência pública numa falseta, porque, normalmente, o representante será o funcionário desocupado do Ministério, que não tiver alguma coisa específica. Então, se fosse possível, Senadora, eu gostaria de uma indicação mais precisa desse processo.

Eu gostaria de uma indicação mais precisa desse processo. Representante do Ministério do Planejamento. Nós teremos uma audiência de representantes absolutamente sem qualificação para a discussão. Eu acho que os representantes que devem discutir esse assunto, na verdade, são os Senadores representantes dos seus Estados, por delegação eleitoral

Faço esse apelo para designação mais precisa da representação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) Sr. Presidente, nós estamos fazendo aqui uma indicação de quais os Ministérios e quais as entidades deverão fazer parte. Poderemos, num período curto de tempo, fazer a indicação de nomes. Vamos consultar os Ministérios quem de fato é a pessoa mais indicada para discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento da Senadora Ana Rita.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, Srª Senadora, Srs. Senadores, estou chegando agora de outra reunião. Eu sou favorável. Foi levantado na reunião passada fazer-se uma audiência pública para fundamentar o parecer. O Senador Armando Monteiro é Relator também de outro projeto que é praticamente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Uma é segunda, o outro é sexta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É. Eu acho que nós que teríamos que apensar os dois e fazer um relatório conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Permita-me um esclarecimento, Senador. Votado o requerimento, como o outro projeto, esse também sai de pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pronto, então é isso. Queria sugerir à Senadora que aprovássemos o requerimento hoje. Em vez de representante, fosse indicado o Ministro: o Ministro da Educação, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, o presidente da Central Única dos Trabalhadores, o presidente do Conselho dos Secretários de Educação – CONSET, e o presidente da UNDIME é a União dos Dirigentes Municipais de Educação. Cada representação da Central Única dos Trabalhadores, da Undime e do Conset tem um presidente. Então, V. Exª poderia indicar o presidente delas. E os Ministros ao poderão vir, mas mandarão, então, o secretário executivo, alguém que responda sobre o Ministério. É a sugestão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A minha preocupação é antiga. Representante do Ministério da Educação para conversar com o Senado é o Ministro, senão ficamos com uma audiência pública vazia. Vem um funcionário que está à disposição no dia. A Senadora sabe como isso funciona. Eu já fui governador, já fui secretário. Quem está disponível? E o assunto perde a importância que tem para nós, Senadores.

De qualquer forma, vamos pôr em votação o requerimento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria me manifestar sobre o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, eu conversava com a Senadora Ana Amélia aqui. Pessoalmente, tenho uma preocupação com essa questão de datas. Por exemplo, quando é uma data religiosa – por exemplo, o dia da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida –, é muito difícil a gente mudar uma data numa situação dessas. Eu até diria que se a gente for discutir essa questão de data, sobretudo quando se trata de data religiosa, teria que estar presente aqui também a CNBB. Eu acho que vai ser uma discussão ampla. Eu só alertaria para isso. Não podemos decidir isso, pura e simplesmente, nós, aqui do Senado, e o representante dos trabalhadores. Nós temos que ouvir a Igreja quando se trata de questão religiosa, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Olha, eu vou fazer um pouco o misto da relação com o projeto e com o requerimento da Senadora Ana Rita. Acho que, primeiro, a gente precisa colocar os pingos nos is. Em minha opinião, o projeto está muito mais vinculado com a questão da economia, da indústria e do comércio e com a relação com os setores públicos, e não especificamente com a educação, propriamente com a educação, porque os feriados incidem na vida de todo o povo brasileiro; incidem na vida dos trabalhadores da saúde, dos trabalhadores da educação, dos trabalhadores de outros setores. Então, acho que a gente precisava, primeiro, dar uma limpada nesse painel.

A segunda questão que eu queria colocar, que acho relevante, é que vivemos num Estado laico, então como é que a gente debate interesses de feriados vinculados a um setor religioso e não debate de outros? Então, acho que a gente precisava também botar um pouco os pingos nos is em relação a essa questão.

Por terceiro, tem a ver exatamente com o requerimento, Senadora. Acho que a gente está precisando, como diz o Senador Requião, ter mais autonomia como Senado da República para debater entre nós o conteúdo dos projetos que estão chegando aqui e buscar fazer uma relação com o que tem de semelhante na Câmara ou de outra origem, até de origem popular se existir alguma outra questão, porque não dá para ficarmos, de fato, debatendo aqui a mudança, o deslocamento de um feriado, seja na quinta, seja na terça, seja na segunda, na quarta, para um determinado dia, quando há outra proposta no Senado. Acho que precisamos conversar entre nós.

Talvez o papel da relatoria seja muito relevante neste momento, porque primeiro a gente precisa identificar se existe algum projeto semelhante debatido, que esteja sendo debatido na Câmara ou mesmo no Senado, em outra comissão, já que este projeto não é um projeto relacionado diretamente à questão da educação. Claro que incide sobre a escola, mas não é especificamente relacionado com a escola pública, exclusivamente.

Acho que é um projeto de interesse do País, do setor público de um modo geral, porque vai incidir sobre isso, mas é um projeto de interesse da indústria, do comércio, do funcionamento, do fluxo da economia, até porque normalmente, quando um feriado cai na quinta-feira, quando se trata de escola pública no Brasil, salvo alguma exceção, a sexta-feira é enforcada e depois essa carga horária é reposta em outro momento. Então, o tempo vai reduzir, digamos assim, quando cair na quinta-feira, de quatro dias consecutivos para três dias. É preciso entender que tem um funcionamento específico da escola em relação a isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero retomar o que falou a Senadora Marinor, dizendo que já há um projeto de minha autoria vinculado apenas à educação. Isso mesmo que é proposto para todo o sistema social brasileiro eu propus para a educação, porque há uma grande perda, sim, cada vez que tem um feriado numa quarta-feira ou numa quinta-feira. Imprensa-se tudo.

Entretanto, tenho a impressão de que vale a pena fazer esse projeto de lei para tudo, até porque, quando fiz meu projeto, as pessoas criticavam: como ficam os pais? Muda o feriado das crianças, mas não muda o feriado dos pais. A gente deveria mudar tudo isso.

É positivo. Os Estados Unidos têm essa experiência. Lá, creio que só há três feriados que são nos dias certos, os outros se movem conforme a proximidade da segunda-feira ou da sexta-feira. Isso traz uma eficiência ao funcionamento de todo o sistema social. Por isso, sou favorável ao projeto. Agora, se quiserem estudar mais, Senadora Ana Rita, acho que deveríamos trabalhar mais a ideia de uma lei geral dos feriados no Brasil. Isso merecia uma atenção sim, até porque este é um país laico, e grande parte dos feriados são feriados para uma religião, que é a religião da maioria de nós.

Aqui em Brasília há um feriado muito criticado, que é o Dia da Bíblia. Talvez seja o único feriado no

Brasil ligado ao povo evangélico. O Yom Kippur, dos judeus, não é feriado. O Ramadan – não vamos fazer um feriado de 28 dias, até porque para eles não é feriado – não é nem levado em conta para facilitar a vida dos trabalhadores muçulmanos, que passam o dia sem comer.

Talvez esteja na hora de uma grande lei geral dos feriados no Brasil, sem falar dos feriados civis. Enquanto isso não se fizer, eu sou favorável ao projeto, porque eu acho que agregaria maior eficiência e, não só isso, maior bem-estar das pessoas, que poderiam contar sempre com a possibilidade do fim de semana alongado, em vez de ficar dependendo do Presidente, do governador, do prefeito declarar se vai ser ou não "facultativo", essa coisa inventada, no Brasil, de dia "facultativo". Acaba o facultativo; passa a ser feriado, sim, ligado ao fim de semana.

É um bom projeto e eu gostaria de votar, na medida do possível, para todos, o que resolve, inclusive, e abandona o meu projeto da escola porque, se for para todos, não precisa ser para a escola.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa vai tentar mediar esse problema.

A nossa pauta de audiência pública está preenchida até novembro. A minha sugestão, para que esse pedido não venha a sobrestar a decisão da Comissão, é que essa audiência pública, se for aprovada pelos Srs. Senadores, seja feita na próxima segunda-feira, presidida pela Senadora Ana Rita. E, na terça-feira, nós estaríamos na reunião ordinária da Comissão votando a matéria. Senão, nós teremos não uma audiência pública, mas um sobrestamento indefinido da matéria.

A Senadora concorda?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de ressaltar que eu não tenho nenhuma discordância com a fala de todos os Senadores que aqui se posicionaram. Tenho plena concordância.

Segundo, esse projeto, os dois projetos que estão tramitando diferentemente deveriam realmente ser apensados, conforme o Senador Flexa sugeriu aqui, para que possamos fazer uma discussão conjunta sobre os dois, considerando que tratam...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa esclarece à Senadora que já há um requerimento do Senador Flexa para a tramitação conjunta dos dois.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Isto, é isto que eu estou dizendo: estou concordando com o encaminhamento que ele deu, de apensar os dois projetos, para que possamos fazer uma discussão conjunta.

Terceiro, esse projeto impacta toda a sociedade; no entanto, impacta alguns setores mais do que outros. E é preciso que nós, Senadores – e, aí, Sr. Presidente, se me permite discordar do senhor em um ponto: a audiência pública é extremamente necessária para que nós, Senadores e Senadoras, possamos acumular mais informações. Tanto é que esta Casa faz audiências públicas todos os dias praticamente, em todas as comissões. São espaços importantes de debate para que possamos acumular informações.

Isso não tira, de forma alguma, o nosso papel; muito pelo contrário, enriquece o nosso papel. Enriquece o nosso papel e nos ajuda a tomar decisões com mais segurança e com mais tranquilidade.

O que eu penso, Sr. Presidente, é que nós poderíamos aqui rever a composição para a audiência pública. Isso é apenas uma sugestão. Nós não estamos impondo aqui essas entidades ou esses ministérios. Acho que podemos rever essa composição.

Acredito que os ministérios que nós sugerimos aqui, de certa forma, são os que têm mais condições de falar pelo Governo, pela Educação, Fazenda e Planejamento, nos quais o impacto do projeto vai incidir mais, não é isso?

Então, eu acredito, Sr. Presidente, e eu confio nos ministérios, que não vão mandar qualquer um para cá – e nesse ponto também me permito, Sr. Presidente, discordar do senhor. Eu acho que se nós formos convidar, em todas as audiências públicas, o ministro, o ministro não vai fazer outra coisa na vida a não ser vir às audiências públicas aqui, no Senado. E eu confio que, ao encaminhar um requerimento desses...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas Senadora, a contrapartida é verdadeira: se nós continuarmos com essas audiências públicas em cima de toda matéria, nós é que não vamos fazer mais nada a não ser audiência pública!

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas eu acredito que já tenha polêmica aqui hoje para votar o projeto, imagine se nós não fizermos um debate mais aprofundado!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está tendo diferença de opiniões aqui.

Então, que seja uma audiência pública ou que seja outra... Mas eu acredito que temos de fazer uma discussão maior. Não é tranquila essa votação, Sr. Presidente. O senhor sabe disso. A matéria já esteve, em outros momentos, na pauta! Ela foi retirada da pauta. E o Senador Flexa está lembrando: já foi testada em governos anteriores, ela não passou, ela foi retirada.

Então, não há tranquilidade para votar! E eu estou falando a partir do meu entendimento, mas ouvindo

outras pessoas, ouvindo inclusive nossa Assessoria, que também tem essas informações.

Não é tranquilo. Estamos lidando com um tema que tem um impacto forte sobre alguns setores da sociedade: sobre o comércio, sobre a indústria, sobre as escolas, sobre as igrejas. Há alguns setores que são extremamente impactados. Então, nós temos a responsabilidade de votar coisas que não tragam dificuldades, mas que beneficiem a sociedade, que beneficiem a população.

Diante disso, eu apresentei o requerimento, estou aberta para fazer o debate sobre ele, acho que podemos alterar aqui a composição da audiência pública. Se não for uma audiência pública, e os nossos Senadores entenderem que esse não é o melhor caminho, pergunto: qual é a melhor alternativa?

O que não dá, na minha opinião, é votar de qualquer maneira, às pressas, à revelia, na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Armando Monteiro com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria sugerir, Presidente, como há uma coincidência de trabalho de comissões, e o presidente do Banco Central está na Comissão de Assuntos Econômicos, que pudéssemos deliberar, submeter então o requerimento da nobre Senadora à votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a discussão, em votação o requerimento da Senadora Ana Rita.

Os que são favoráveis à audiência pública permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Eu sugiro votação nominal, para não haver qualquer dúvida a respeito disso, pois fiquei na dúvida da contagem.

Senadora Angela Portela, favorável ou contrária ao requerimento?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável ao requerimento da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita, favorável.

Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Fazer audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Fazer audiência.

Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Fazer audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fazer audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Fazer audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu vou concordar com a audiência, apesar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como os contrários já se manifestaram, concordando com a audiência...

Agora, a minha dúvida é quem fará parte dessa audiência pública.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não votei. Eu quero concordar com a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tudo bem, será feita a audiência.

Com o requerimento da Senadora Ana Rita ou com alguma modificação? Por exemplo, a CNBB. Por que só a CUT e não a Força Sindical e as outras sindicais? Acho que está muito limitada essa audiência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – As federações israelitas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Federação Israelita.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – As religiões pentecostais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para facilitar, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu quero a minha central aqui também, a Intersindical.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª já disse que audiência será agendada para novembro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, a minha proposta é que a audiência seja feita na segunda-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas não há tempo hábil...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há tempo hábil, sim!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – De convidar e confirmar?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida alguma, terça-feira, há tempo hábil. Senão, o que estamos votando é o sobrestamento definitivo da matéria.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, eu queria fazer uma proposta intermediária à sua, da próxima segunda-feira: eu acho até que pode ser numa segunda-feira, mas vamos marcar com antecedência, até para que nós, Senadores, possamos programar-nos para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeitamente. Então, sem ser a próxima segunda-feira, a posterior.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senão, fica para depois de novembro, fica muito tempo. E, aí, a gente pode fazer, desde que não seja feriado... Lá no Pará, é Círio na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A possibilidade da agenda é segunda-feira, dia 17.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, dia 17 a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional estará em audiência pública no Estado do Espírito Santo para discutir a PPA e a LDO. Portanto, a Senadora Ana Rita, autora do projeto, estará lá no Estado do Espírito Santo fazendo esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Dia 24 de outubro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E aí, Sr. Presidente, eu queria propor, já que ficou agendado para o dia 17...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Dia 24.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dia 24, que a Senadora Ana Rita, na próxima terça-feira, trouxesse a...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A pauta dos convidados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dos convidados, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas que seja uma pauta mais ampla.

Então, aprovada a audiência pública para o dia 24 de outubro. O horário será definido na próxima reunião.

Nós temos quórum para votar em bloco os Itens 11, 12 e 13.

ITEM 11

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2010

Denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.

Autoria: Deputado Roberto Santiago

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Favorável

Observações: *1– Na reunião do dia 20/09/11, a matéria foi lida e iniciada a discussão*

ITEM 12

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2010

Denomina Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Aelton Freitas

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Observações: *1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 30/08/2011, 13/09/2011 e 20/09/2011*

2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 13

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 292, DE 2009

Denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Aelton Freitas

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável

Observações: *1– A matéria constou na pauta da reunião do dia 13/09/2011*

2– Matéria a ser votada em bloco

Com a palavra o Senador Inácio Arruda, para relatar o Item 11.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, já proferi o meu relatório, mantenho a minha posição em homenagem aos japoneses no seu

centenário; um dos viadutos de São Paulo receberá o nome de "Centenário da Presença Japonesa no Brasil".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Já foi lido.

Item 12, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou sintetizar.

É uma iniciativa do Deputado Aelton Freitas para que a rodovia Francisco Domingos Ribeiro, trecho BR-265, entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, em Minas Gerais.

Diante do exposto, como é o nome de uma rodovia, sou pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Item 13, Senadora Maria do Carmos.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – A proposição, de autoria do Deputado Aelton Freitas, tem por objetivo homenagear a figura do Deputado Jaime Martins do Espírito Santos, atribuindo seu nome ao trecho rodoviário compreendido entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, na cidade de Nova Serrana, no Estado de Minas Gerais.

Segundo o autor da proposição, Jaime Martins do Espírito Santo, nascido em Nova Serrana em 1931, e falecido em 1997, dedicou sua vida ao progresso da região. Empresário de profissão, entrou para a vida pública como vereador da sua cidade natal, sendo eleito posteriormente deputado estadual, cargo que ocupou por quatro mandatos.

A proposição é adequada quanto ao mérito, porquanto visa a homenagear uma figura relevante para o desenvolvimento da vida social e econômica da região de Nova Serrana, Divinópolis e Oliveira, tendo deixado para seus conterrâneos a marca de homem politizado, consciente de seu papel na sociedade.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão os projetos apresentados pelos relatores.

Nós temos a falta de um Senador para completar o quórum para votação. Vamos ver se conseguimos completar o quórum para a votação.

Sobrestada a votação, quero passar a palavra à Senadora Marinor Brito, para que apresente o seu requerimento ao item 17 da pauta.

Com a palavra a Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, estou propondo, no item 17, não terminativo, a realização de uma audiência para instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2011, que institui o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Obviamente que esse debate é muito relevante para nós, e eu gostaria aqui de propor que sejam convidadas as seguintes entidades e seus representantes: Sr. Franklin Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); Sr. Silvio de Jesus Rotter, coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Senasefe); Sr. Eliezer Moreira Pacheco, secretário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; representante do Sistema S, Sr. Yann Evanovick; presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

É este o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, o Senador Paulo Bauer.

O SR. INACIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Uma sugestão, de que nós votássemos as matérias terminativas e, em seguida, votaríamos os requerimentos; já que estamos na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Estamos com falta de quórum. Está faltando uma excelência, que se retirou. O Senador Aloysio foi marcar presença e volta em seguida. O Senador Alvaro Dias também.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

Solicitamos a V. Exª que, por favor, mantenha firme a sua posição, para que nós consigamos votar as matérias que já foram lidas. Será votação em bloco.

O SR. INACIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sem delongas, Sr. Presidente, senão perdemos o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A delonga é para ver se conseguimos mais um Senador.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero, nesse tempo que me cabe, fazer aqui um comentário e dividir essa opinião com os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras presentes e vou me valer da oportunidade que a Senadora Marinor Brito nos oferece quando apresenta um requerimento sem dúvida nenhuma importante pelo seu conteúdo e pelo seu propósito. Mas, todo apreço que tenho pela Senadora não vai me permitir que eu não faça um comentário a respeito da sua iniciativa, que também é a iniciativa de muitos outros Senadores, em outros momentos, por outras razões.

Eu próprio já apresentei requerimento de audiência pública e quero dizer a V. Exªs que inclusive o Senador Roberto Requião tem me deferido a honra de presidir as audiências públicas em muitas oportunidades como Vice-Presidente desta Comissão. Mas devo dizer a V. Exªs que é constrangedor, para não

usar outro termo, presidir uma audiência pública por três ou quatro horas nesta Comissão, tendo presentes quatro ou cinco convidados palestrantes, que se empenham em produzir um trabalho à altura do Senado da República e desta Comissão e ver, durante toda a reunião, dois ou três Senadores comparecerem à audiência pública. É como pregar aos ventos.

Os nossos convidados devem ser tratados com respeito, com deferência. Eu procuro fazê-lo.

A rede de TV Senado divulga, a Rádio Senado também, mas, infelizmente, já aconteceram audiências que sequer o proponente da audiência compareceu para aqui ouvir a explanação que foi feita pelo convidado.

Quero dizer a V. Exª, Senadora Marinor, que eu acho que ela, eu e nenhum de nós devemos passar pelo constrangimento de convocar e convidar, para aqui apresentar informações, qualquer autoridade pública, qualquer liderança – e é preciso dizer: isso também custa dinheiro – e vermos aqui, duas ou três horas de tempo, de jornalistas, de assessores, de imprensa, serem gastos para que dois ou três Senadores ou Senadoras cumpram o ritual de verem atendido um interesse seu específico. Seria muito melhor se o Senador interessado pedisse uma audiência ao órgão ministerial e lá permanecesse durante uma hora, porque assim ele estaria poupando todos nós do tempo que gastamos para ouvir uma explanação que só atende os interesses dele, quando ele eventualmente está presente na sessão.

Queria dizer a V. Exª que seria importante, Senador Requião, criarmos uma regra diferente, se me permite oferecer aqui uma sugestão. Nós só faríamos audiência pública e começaríamos com um quórum mínimo de Senadores presentes – presentes, não inscritos no livro –, ou então não começa. Vamos ver quantas acontecerão. Depois de três ou quatro, nós caímos no descrédito e ninguém mais atende nossos convites ou SOS Senadores começam a aparecer. É o único jeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, nós recuperamos o nosso quórum para votação. Mas, realmente, eu acho que poderíamos deliberar a respeito disto: que audiência pública só se efetivaria com o quórum mínimo para o funcionamento da Comissão mínimo no plenário e não na assinatura. Nós estaríamos moralizando definitivamente esse processo.

Agora, uma informação á Senadora Marinor que me passa a Secretaria. Até o dia 03 de outubro é audiência pública e nós não temos pauta para fazê-la. Será mais uma audiência pública complicada.

Em discussão o requerimento da Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Suspenda o requerimento, Senador. Vamos votar as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeitamente. Em votação nominal as três matérias lidas: 11, 12 e 13.

Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – "Sim", com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Armando Monteiro? (*Pausa.*)

João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marinor?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias? (*Pausa.*)

Aloysio Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Este de denominação?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente, os Três, em bloco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mozarildo Cavalcanti? (*Pausa.*)

Temos quórum?

Então, aprovado.

Senador Paulo Bauer, eu gostaria que V. Exª formalizasse esta sua proposta a respeito de audiências públicas. Que não se realizem mais sem a presença, no plenário, do quórum necessário para o funcionamento da comissão.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com certeza, trarei uma proposição na próxima reunião para ser submetida ao plenário e que estabeleça uma determinada regra, porque também é preciso cuidar da seguinte possibilidade: abre-se a audiência pública com número mínimo de Senadores presentes e, durante o seu andamento, ela deixa de ter esse número de Senadores participando. Aí, obviamente, estaremos diante de outro problema. Portanto, é preciso estabelecer melhor o critério do requerimento, o critério da aprovação da sua realização e o critério da sua instalação. As três coisas. Eu trarei a proposta a V. Exª, para submeter ao Plenário.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, eu queria me posicionar sobre isto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, se nós não prosseguirmos com a reunião, não vamos votar mais nada hoje. Nós já estamos sem quórum.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, mas eu não vou deixar de me manifestar, de jeito nenhum, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Depois do Item 9, eu lhe darei a palavra, Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas antes de votar meu requerimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O seu requerimento não foi votado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O senhor vai voltar ao meu requerimento depois?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vou voltar ao seu requerimento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então, quando o senhor voltar ao meu requerimento, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Item 9:

ITEM 9

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2009

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O Relator vota pela prejudicialidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – No projeto, constam três artigos. Os dois primeiros modificam, nessa ordem, os arts. 70 e 71, da LDB. O art.. 70, em que são arroladas despesas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o projeto acrescenta o inciso IX, para incluir, entre essas, a despesa com alimentação escolar.

No art. 71, em que são elencadas as despesas que não devem figurar como MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), a proposição modifica o seu inciso IV, para excluir desse rol os programas de alimentação da lista de programas sociais não computáveis na rubrica.

Em análise de sugestão precedente, oriunda da Assembleia Legislativa do Paraná, a antiga Comissão de Legislação Participativa do Senado havia detectado que medida da espécie beneficiava tão somente gestores de Municípios com maior capacidade de arrecadação. Muitos desses dirigentes tinham dificuldades de comprovar, junto aos Tribunais de Contas, a aplicação do mínimo constitucional (de 25%) de suas receitas de impostos em despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Essa inferência é também assentada na análise histórica e sistêmica dos projetos com espírito similar.

Em nosso País, os sistemas de ensino e as escolas apresentam carências de toda a sorte. A título de exemplo, há uma demanda por educação infantil e ensino médio que remanesce por ser coberta. Assim, é difícil conceber a existência de recursos excedentes na área de educação. É igualmente inaceitável a ideia de drenar recursos da educação para outros segmentos que, ao que consta, podem viabilizar-se a partir de projetos aparentemente justos e inofensivos como este.

Dificilmente haverá um ente da Federação brasileira que possa, de maneira fundamentada, fazer esse tipo de assertiva. Ao cabo, as medidas da espécie acabam por denotar o caráter secundário com que a educação é tratada por alguns gestores públicos, às vezes ávidos por realizar despesas discricionárias.

Note-se, no que tange ao aspecto orçamentário, que a mudança proposta na classificação desses gastos implicaria, de pronto, a contabilização da despesa envolvida na vinculação de recursos prevista no *caput* do art. 212 da Constituição Federal. Tal medida teria consequências nefastas. A mais visível delas seria a redução do investimento mínimo da União na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, assegurado pela Constituição. Afinal, a alimentação escolar tem sido financiada com recursos federais oriundos de receitas de contribuições sociais.

Tem-se argumentado, em favor da mudança proposta, que a "merenda escolar" mantém estreita relação com o processo educacional. De fato, são fortes as evidências de que a alimentação interfere no desenvolvimento físico e intelectual dos alunos. Ocorre que, em nenhum momento, o legislador pátrio negou reconhecimento ao valor da alimentação escolar como insumo educacional, importante no processo educativo. No entanto, deixa claro que esse insumo se diferencia do ensino, que é o objeto específico do próprio conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

A propósito, foi graças a essa confusão conceitual que os programas suplementares ganharam *status* constitucional. Não fosse tal prescrição, seriam disseminadas e incontroláveis as práticas atentatórias à aplicação dos mínimos constitucionais e à sustentabilidade do crescimento, quantitativo e qualitativo, das atividades de ensino *stricto sensu*.

E foi com essa compreensão que esta douta Comissão de Educação rejeitou o citado PLS nº 363, de 2007. Ao deliberar sobre tal matéria, em caráter terminativo, a Comissão entendeu que a alteração nele contida afrontava a decisão do legislador original de assegurar que apenas as atividades diretamente relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem fossem consideradas como despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Note-se que, implicitamente, a opinião em tela suscita a inconstitucionalidade do projeto. Entretanto, vem da falta de mérito o maior entrave ao projeto, a emprestar consistência à decisão anterior da Comissão de Educação, que, de maneira oportuna, ponderou que a aprovação da mudança sugerida abriria perigoso precedente à inclusão de outros gastos de natureza assistencial na relação de despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, causando grandes prejuízos à educação nacional.

Diante do exposto, considerando a ausência de fatos novos na apresentação do PLS nº 96, de 2009, é forçoso entendê-lo desprovido de mérito e flagrantemente contrário à Constituição Federal. Todavia, não encaminharemos voto por sua rejeição, a exemplo do que fez a Comissão de Assuntos Sociais. É que, concretamente, há deliberação terminativa e recente da Comissão de Educação a respeito do assunto, relativamente ao PLS nº 363, de 2007.

Com efeito, por força do disposto no art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, somos instados a nos manifestar pela declaração de prejudicialidade da proposição em exame.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Aloysio Nunes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada a votação, por falta de quórum.

Enquanto o Senador Aloysio Nunes fazia o seu relatório, eu pensava aqui na situação que nós estamos enfrentando. Muitas vezes, Senador Paim, o pedido de audiência pública parte da necessidade de um Senador singular se informar mais profundamente sobre uma determinada matéria. Vai para votação em plenário e esse pedido é aprovado por uma gentileza pessoal que o conjunto faz ao Senador que o requer.

Talvez o correto fosse, na linha de raciocínio do Senador Paulo Bauer, nós fazermos a votação das audiências públicas sempre nominalmente e só realizarmos audiência pública com a presença do quórum e dos Senadores que votarem favoravelmente à audiência pública.

Eu assisto às vezes à reunião – na nossa Comissão talvez há até um pouco menos esse problema –, mas fica uma coisa absolutamente ridícula e desmoralizante, para o Senado da Republica, audiências públicas sem a participação do conjunto dos Senadores!

Audiência pública não é para informar o público, não é um espetáculo para a televisão do Senado; é para informar os Senadores a respeito do voto que irão dar no seguimento do problema. E, quando os Senadores não estão presentes, a audiência não se justifica.

Nós não temos mais quórum para votação.

Quero passar a palavra para a Senadora Marinor, a respeito do seu requerimento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Olha, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E queria solicitar então à Consultoria e à Secretaria da Comissão que assessorasse o Senador Paulo Bauer para, numa próxima reunião, nós termos uma solução para esse problema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Votação nominal para audiência pública, por exemplo, e só realização da audiência com a presença, em plenário, dos Senadores que a requereram, todos!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

Pela ordem, Presidente Roberto Requião!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A respeito do requerimento da Senadora Marinor, o qual é absolutamente importante dada a matéria que trata do requerimento do Pronatec.

O problema, Senadora Marinor, é que essa matéria está tramitando em regime de urgência aqui, no Senado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas eu ia falar sobre isso...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o dia 3... Exatamente, há um problema de data: dia 3 de outubro é o dia para as comissões apresentarem os seus relatórios.

Assim, se não for feita antes, bem antes disso, a audiência pública vai perder um pouco, eu imagino, o objetivo de V. Exª em relação a uma matéria tão relevante. Ela já está com os prazos marcados, 27 emendas, a Relatora é a Senadora Marta Suplicy, chegou aqui e foi lida no dia 8 de setembro. Então, por estar tramitando em caráter de urgência, dia 3 de outubro é o prazo fatal. Nós estamos hoje esgotando o prazo – hoje são 27.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu quero a palavra, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom, eu tenho conhecimento de que o prazo é dia 3 e a matéria é de urgência. Isso é uma decisão do Governo. Agora, que não é justo, para a Comissão de Educação, para alguém que aprofunda os debates e que se posiciona no seu voto, consciente do que está fazendo, não é!

Esse projeto de lei, Senador, passou quase oito meses na Câmara dos Deputados. Quase oito meses! Chegou ao Senado Federal no dia 9 de setembro. E nós temos que correr, do dia 9 até o dia 3, para aprovar em caráter de urgência.

Eu me nego, eu me nego a dizer "sim", "não" ou me abster sem enfrentar as divergências e as questões que eu considero absolutamente relevantes sobre o conteúdo dele. Isso envolve financiamento público, envolve o Sistema S, o setor privado, o Fies.

Eu estou com 11 emendas ao projeto e não quero nem saber se tem urgência, se tem relevância para o Governo. Se não tiver oportunidade de debater antecipadamente e esgotar as minhas divergências, eu vou debater emenda por emenda. E, se não for votado, o Governo que se responsabilize por essa lógica que tem sido a lógica de submeter os Senadores da República ao tempo político do Governo e não ao tempo necessário para esgotar o conteúdo, para refletir sobre a importância que tem o Pronatec para a sociedade brasileira, para a educação brasileira, para os interesses do povo brasileiro.

Então eu não vou... Se não houver condições de esgotar o debate, e parece que o tempo político não responde a essa minha demanda, porque dia 3 é o prazo e a Mesa vai ter que votar. Não sei se vai ter quórum para isso. Mas as 11 emendas que apresentei eu vou esgotar uma a uma, custe o que custar, Senador Paim.

Se for de interesse do Governo encontrar uma saída técnica com a Comissão de Educação, renegociar prazos, que venha fazer. Eu não vou abrir mão, no entanto, de debater e de esgotar o conteúdo dessa questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senadora Marinor, eu concordo plenamente com V. Exª. Até do ponto de vista institucional, essa relação está muito comprometida. Concordo plenamente. O debate é a melhor coisa que existe. Apenas argumentei esse aspecto para evitar algum problema adicional, agravando ainda mais num tema da maior relevância como esse que é o Pronatec.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a discussão, em votação o requerimento da Senadora Marinor.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Com o voto contrário do Senador Paulo Bauer, aprovado.

Remeto à comissão de pauta para ver como é que resolve o problema da ausência de pauta para a realização da audiência pública.

Encerrada a reunião, convocada para a próxima terça-feira e audiência pública amanhã, quarta-feira.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rego, Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de 1º Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/11–CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a discutir o tema **"Legado"**, em abertura aos debates do **Seminário "1º Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Lamartine Pereira da Costa, Diretor do Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho – RJ (UGF) e o Senhor Holger Preuss, Professor Doutor de Economia do Esporte e Sociologia do Esporte da Universidade Johannes Gutenberg em Mainz – Alemanha e Especialista Internacional em mega-eventos esportivos – impacto econômico**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento e os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Zezé Perella. Logo após, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e cinqüenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom-dia! Tem início o Seminário para a 1ª Avaliação Parlamentar da Copa de 2014, uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Compõem a Mesa o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Exmº Sr. Senador Roberto Requião; a autora do requerimento e membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Exmª Srª Senadora Ana Amélia; o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg; o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Exmº Sr. Senador Benedito de Lira.

Senhoras e senhores, ouviremos agora as palavras do Presidente desta Comissão, Exmº Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Breves palavras.

Por esta audiência pública, proposta pela Senadora Ana Amélia, o Senado da República, por intermédio das nossas Comissões, aqui representadas pelos Senadores Benedito de Lira, Rodrigo Rollemberg e por mim, dá consequência à função fiscalizadora que o Senado e o Parlamento, de uma forma geral, devem exercer. Não há fiscalização possível sem informação, e a finalidade precípua desta audiência pública é nos inteirarmos do que está acontecendo com a organização da Copa e, dessa forma, nos assenhorearmos das informações necessárias.

Quero cumprimentar os Presidentes das Comissões aqui presentes.

Daremos de imediato a palavra aos presidentes das outras comissões e iniciaremos, em seguida, a 1ª Audiência Pública.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, ouviremos, neste momento, as palavras do Exmº Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar, de forma especial, o Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, a quem quero também cumprimentar pela iniciativa; Senadora Lídice da Mata, e dizer, muito rapidamente, Presidente, Senador Paulo Bauer, que, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, foi criada uma subcomissão, presidida pelo Senador Blairo Maggi, para acompanhar todas as obras da Copa. Uma das ações realizadas no âmbito da Comissão, na sua parte de Fiscalização e Controle, foi a criação do portal Copa Transparente (www.copatransparente.org.df), onde, por uma decisão da Comissão e por uma instrução normativa do Tribunal de Contas da União, todos os governos – federal, estaduais e municipais – são obrigados a colocar todas as informações relativas às obras da Copa, com um nível de detalhes, Senador Requião, muito maior que o Portal Transparência do Governo Federal.

Nesse portal já há 60 ações colocadas. Se o gestor público não colocar, será punido. E os bancos oficiais – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Ministérios – estão proibidos, pela Instrução Normativa nº 62 do Tribunal de Contas da União, de repassar recursos para os entes da Federação que não estejam cumprindo essa instrução normativa. Nela, há a obrigatoriedade de colocar, por exemplo, o edital de licitação; se houver algum recurso, é preciso constar o julgamento; há possibilidade de colocação de fotos, para que a população possa acompanhar virtualmente o andamento das obras, todos os pagamentos e todos os contratos. Enfim, todas as informações, com um nível enorme de detalhes, estão presentes nesse portal, feito em uma parceria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado com o Tribunal de Contas da União, utilizando toda a competência do Prodasen, a quem quero agradecer mais uma vez.

Quero registrar também que, além da questão da fiscalização, é um papel desta Casa e das diversas comissões procurar otimizar os dividendos que o Brasil pode ter da realização desses dois grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. E, infelizmente, quero aqui registrar que considero muito tímidas as ações, no âmbito do Ministério do Turismo, referentes a criar um ambiente de aproveitar, de desenvolver políticas públicas que tornem, efetivamente, esses dois grandes eventos não como simples eventos que poderão ocorrer e depois passar, mas como grandes instrumentos alavancadores do desenvolvimento do turismo no nosso País.

Gostaria de ver muito mais ousadia do Governo, uma presença muito mais marcante, uma prioridade muito maior ao desenvolvimento de infraestrutura turística, de qualificação profissional e de políticas de turismo que, efetivamente, aproveitando esses dois grandes eventos, transformem o Brasil definitivamente no grande destino turístico internacional.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, cumprimentando a Senadora Ana Amélia pelo requerimento.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, ouviremos, neste momento, as palavras do Exmº Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente da Comissão de Educação, Senador Requião; meu querido amigo, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; minha prezada colega, companheira de partido, Senadora Ana Amélia, autora deste requerimento; Srs. Senadores Lídice da Mata, Perrela e Paulo Bauer; senhoras e senhores; a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em momento muito oportuno, criou uma subcomissão para acompanhar todo o desenrolar das ações que serão desenvolvidas no Brasil com relação à Copa de 2014. Tenho uma alegria muito grande, porque esta subcomissão está sob a responsabilidade e a Presidência da Exmª Srª Senadora Lídice da Mata, que tem feito um extraordinário trabalho; tem andado pelo Brasil, visitando as capitais sedes da Copa do Mundo, e realmente é preciso que essas comissões que estão diretamente envolvidas com a organização e a fiscalização da Copa do Mundo tenham um relevante serviço a prestar a este País.

Como disse o Senador Rollemberg, a Copa do Mundo não é apenas uma ação, por exemplo, de fiscalização, ela trará um volume considerável de recursos públicos e privados que estão envolvidos na organização da Copa. Infelizmente, ainda existem alguns "senões" e algumas indefinições em relação a esse patamar.

Quero comunicar aqui à Comissão que a nossa Comissão está devidamente representada pela Exmª Srª Senadora Lídice da Mata, que todos acreditamos que está fazendo um belo trabalho, e é isso que deveremos fazer, cuidar das ações, para que possamos ter uma Copa do Mundo muito bem estruturada e que o Brasil possa, com isso, tirar proveito no futuro.

Tenho dito sempre que a Copa do Mundo vai chegar e, trinta dias após, vai embora. Mas, é preciso que o País se estruture para oferecer oportunidades de trabalho, de emprego, de qualificação, de tudo aquilo que for absolutamente necessário para que possamos

ter indutores turísticos neste País, que é um gigante nessa atual conjuntura.

É por isso que estou muito feliz em ser representada esta Comissão, em todos os momentos em que se trata de Copa do Mundo, pela subcomissão, sob a responsabilidade da minha querida companheira e colega Lídice da Mata.

Quero cumprimentar todos que aqui vieram para participar desse debate e cumprimentar a eminente Senadora Ana Amélia, por ser uma Senadora diligente, competente e que está fazendo um belíssimo trabalho, representando com muita dignidade o Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado e meus cumprimentos, Presidente.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, gostaríamos de registrar as presenças do Senador Paulo Bauer, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Zezé Perrela.

Senhoras e senhores, a partir deste momento, ouviremos o pronunciamento da Exmª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Roberto Requião, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; caro colega Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e também meu colega correligionário, Senador Benedito de Lira, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Srs. e Srªs Senadoras que prestigiam este evento, quando fiz o requerimento para que fizéssemos este seminário da 1ª avaliação, no âmbito desta Comissão, das atividades relacionadas à Copa de 2014, talvez muito mais o espírito de uma comunicadora por 40 anos tenha prevalecido nesse interesse, porque, a todo momento, nas minhas redes sociais, vem a pergunta se considero conveniente para o Brasil ter Copa do Mundo – e isso deve acontecer com todos os Senadores. Diante dessa dúvida e de tantas informações, algumas desencontradas, a respeito de um evento de alcance global, de interesse internacional, porque todos gostam de futebol – meu querido colega Zezé Perrela, dirigente de um grande clube de futebol de Minas Gerais –, podemos dimensionar o significado de tudo isso.

Pelas informações, não só do ponto de vista da logística para acolher milhares de turistas e de torcedores que virão ao Brasil, já faz sentido fazer uma avaliação muito mais profunda, nesta Casa, a respeito deste tema.

As leis e as medidas tomadas pelo Governo, no âmbito da Copa do Mundo, como o RDC – Regime Diferenciado de Contratações –, já foram questionadas pelo Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal. Este é um dado relevante que tem que ser considerado. Da mesma forma, dúvidas estabelecidas pela própria FIFA, que é a entidade organizadora do evento, em relação à capacidade do Brasil de cumprir o calendário das obras.

A Presidenta Dilma Rousseff, segundo informa a imprensa hoje, solicitou ao Ministro do Esporte, Orlando Silva, que organizasse uma reunião com o Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke. Isso tudo na medida das preocupações do Governo – que faz muito bem – em tomar todas as precauções necessárias para que o Brasil fique muito bem nesse cenário internacional; que as obras da Copa, que todo o calendário relacionado a este evento não sofra descontinuidade, não sofra cobrança por parte do Brasil, que deve sim cumprir todos os contratos relacionados a direitos em relação às transmissões, às empresas que vão participar do evento e, sobretudo, à responsabilidade pública que terá o Brasil nesse grande evento, evento que às vezes suscita dúvida se vai ou não ser realizado, diante de algumas dificuldades.

Hoje mesmo, também a notícia de que o aeroporto de Congonhas, o polêmico aeroporto de Congonhas, deverá ser revitalizado, intensificadas as suas operações, para suprir as nossas deficiências aeroportuárias, que foi a primeira deficiência levantada pela própria CBF.

De qualquer modo, eu queria agradecer a todos os Senadores, mas agradecer, de modo especial, ao Professor Holger Preuss, Dr. de Economia e Esporte e Sociologia do Esporte, d+a Universidade Johannes Gutenberg, em Mainz, que está presente e vem falar neste seminário.

Eu queria cumprimentar e agradecer também o empenho do Sr. Júlio Borges Linhares, titular da assessoria desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pelo empenho que teve na organização do evento; e toda a equipe que comanda esse trabalho.

Nessa primeira audiência pública, vamos ouvir também o Sr. Lamartine Pereira da Costa, Diretor do Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho, organizador e autor do livro *Legados de Megaeventos Esportivos*, ou seja, duas autoridades, uma do nosso País e outra da Alemanha, que vêm nos dizer e nos mostrar caminhos, abrir uma luz em torno de um tema extremamente relevante para o Brasil, em todos os seus aspectos: econômico, esportivos, sociais e também da nossa capacidade – como diz o meu caro colega Benedito de Lira, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo –, um evento capaz de marcar o Brasil na história dos megaeventos internacionais.

Agradeço muito, portanto, a presença de todos, especialmente dos convidados que aceitaram o convite desta Comissão para este Seminário.

Obrigada a todos os Srs. e Srªs Senadoras.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Antes de dar prosseguimento ao Seminário, gostaria de registrar a presença do Senador Randolfe Rodrigues.

Neste momento, a Mesa será desfeita e, na sequência, terá início a primeira audiência pública deste Seminário, que discutirá o Legado da Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cabe a mim, agora, encerrar esta cerimônia de abertura.

Logo em seguida, sob a presidência do Senador Paulo Bauer, teremos as audiências públicas.

Mas gostaria de registrar uma impressão que surge de uma conversa que tive ontem com o Senador Randolfe Rodrigues, que levantava a sua preocupação não só com a organização da Copa, Senadora Ana Amélia, mas com a lei geral da Copa.

O Senador me dizia que a lei geral é tão restritiva que poderia ensejar um processo penal contra um menino, um dirigente de clube de várzea que pichasse o muro com uma referência à Copa, dada a intensidade da proteção dos direitos de exploração da imagem desse processo.

Sem dúvida, essa preocupação é com a soberania nacional arranhada, uma cessão absurda de direitos que o Senador Randolfe, seguramente, levantará no decorrer das audiências que teremos a partir de agora.

Encerro, então, a cerimônia de abertura.

A Mesa se desfaz. Em seguida, o Senador Paulo Bauer assume a presidência dos trabalhos.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Dando continuidade à primeira avaliação parlamentar da Copa de 2014, realizaremos agora a primeira audiência pública deste Seminário, que debaterá o Legado da Copa do Mundo.

Convidamos a compor a Mesa o Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e moderador da primeira audiência pública, o Exmº Sr. Senador Paulo Bauer; o Diretor do Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro (UGF) e organizador e autor do livro *Legados de Megaeventos Esportivos*, Sr. Lamartine Pereira da Costa; o Professor Doutor em Economia do Esporte e Sociologia do Esporte da Universidade Johannes Gutenberg em Mainz, Alemanha e Especialista Internacional em Megaeventos Esportivos – impactos econômicos, Sr. Holger Preuss.

Tenham todos uma ótima audiência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Se V. Exª me permitir, vou primeiro abrir essa parte dos trabalhos para ouvi-lo em seguida.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 46/11-CE, de autoria da Srª Senadora Ana Amélia para realização do seminário da Primeira Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014 no formato de quatro audiências públicas, sendo esta a primeira audiência destinada a debater o tema "Legado".

Dando início à primeira audiência pública, passaremos a ouvir os expositores convidados. Mas, antes de fazê-lo, concedo a palavra pela ordem ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Achei fundamental, na abertura deste evento, a premissa apresentada pelo Senador Roberto Requião. É lógico que não é um dos temas para esta Mesa, mas seria importante ouvirmos expositores a respeito dele.

A Lei Geral da Copa, o Projeto de Lei 2.330, apresentado pelo Governo brasileiro à Câmara dos Deputados, é, no meu entender, Presidente, o maior acinte à soberania nacional de que se tem conhecimento no Parlamento brasileiro. Ele suspende quase 14 artigos, 14 dispositivos do Estatuto do Torcedor e impõe – veja, é a primeira vez na história brasileira que é imposta por uma entidade externa à soberania nacional, por uma entidade internacional – uma cláusula penal no nosso ordenamento jurídico. Um fato, um evento que é da cultura do brasileiro, pintar muros, pintar paredes, celebrar as Copas do Mundo, na Copa que vai ser realizada no Brasil, por essa Lei Geral não será permitido, e quem o fizer pode receber um processo privativo a ser movido pela senhora Fifa e ser detido por 2 a 3 meses. Suspende a responsabilidade civil dos organizadores do evento, impõe uma cláusula penal, como já disse, no nosso ordenamento jurídico imposta por um agente externo, suspende um a medida de segurança nos estádios, que é o não uso da bebida alcoólica, e impõe aos brasileiros que, nos estádios de futebol, utilizem somente uma bebida alcoólica, a cerveja pa-

trocinadora da Copa. É um acinte. Este projeto deve e necessita ser debatido aqui por nós.

Nesse sentido, Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria – lógico que esta não é a reunião de deliberação, mas quero comunicar a V. Exª – há um requerimento de minha autoria que foi encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle. Seria importante que esse requerimento fosse posteriormente apreciado também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que, numa audiência conjunta como esta, nós pudéssemos convocar para ouvir no Senado o Sr. Ricardo Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol e, da mesma forma, convocar para serem ouvidas no Senado as autoridades responsáveis pela organização da Copa do Mundo na Fifa e responsáveis também pelo encaminhamento dessa Lei Geral.

Esse requerimento já foi protocolado e seria importante também que fosse objeto de uma audiência pública.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A manifestação de V. Exª está registrada. Obviamente, ela não pode ser objeto de discussão e, tampouco, de deliberação neste momento. Mas, de qualquer forma, está feita.

Dando seguimento aos trabalhos, concedemos a palavra para o primeiro expositor pelo tempo de 30 minutos.

Concedemos a palavra ao Sr. Lamartine da Costa, Diretor do Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro.

V. Sª tem a palavra.

O SR. LAMARTINE DA COSTA – Eu gostaria que colocassem na tela o primeiro *slide*, por favor.

Represento, além da Universidade Gama Filho aqui, a Universidade de East London. Grande parte das informações que nós vamos fornecer aos senhores vem dessa universidade e também da Universidade do Porto, que estuda o mesmo problema do ponto de vista europeu e de administração.

Não há controle do *slide* na mesa? Como se faz? Tem que pedir.

Primeiro, vou pedir permissão para quebrar o protocolo e não cumprimentar a Mesa, porque preciso dar uma informação preliminar deste acontecimento sob o ponto de vista acadêmico.

Estou apresentando uma primeira informação aqui, é um estudo que já foi discutido no exterior, em seminários, e deverá em março ser apresentado ao público brasileiro, principalmente acadêmico, que é um estudo de toda a área que convive com os megaeventos do Rio de Janeiro e de São Paulo, basicamente os estádios e o Olympic sites, os locais onde vão ocorrer os Jogos Olímpicos. Vários cientistas se reuniram e começaram a pensar o que representa isso para o País. Nós vemos ali que já conseguimos medir o impacto numa região que tem 700 quilômetros de tamanho. Nós temos uma certa tendência a ver isoladamente os estádios, as instalações da Copa, mas a coisa é muito mais séria do que aparenta. Portanto, vamos abordar isso depois, com maiores detalhes para que a Casa saiba com o que estamos lidando.

Por que eu apresento essa primeira imagem? Porque não é comum no Congresso brasileiro – e nessa questão da Copa, raríssimo, não conheço nenhum exemplo – de chamarem cientistas, pessoas das universidades brasileiras, estrangeiras – e hoje são muito misturadas com os estrangeiros – para uma consultoria do ponto de vista técnico. Eu posso garantir a todos que isso é uma necessidade. Na Inglaterra, existe uma organização própria que coleta as informações das universidades e oferece ao Governo. Essa posição precisa ser comemorada aqui, porque pode ser o ponto de partida para outros empreendimentos.

Próximo **slide**, por favor.

Então, cumprimento o Presidente da Mesa, o Senador Paulo Bauer, os demais Senadores desta Comissão e gostaria de, em poucos segundos, simplesmente chamar a atenção de que não estamos tratando... do ponto de vista acadêmico, não é novidade. Então, os pesquisadores que estão aqui presentes – alguns podem ser muito jovens, como o Dr. Holger – mas, aqui no Brasil se estudam os megaeventos desde 1937. Temos um livro de 1969, relativo aos Jogos Olímpicos do México, de 68; depois, na década de 90, tivemos um outro e, recentemente, em 2008, tivemos um livro-síntese, que já foi feito com a composição, com especialistas estrangeiros.

Então, do ponto de vista de conhecimento, nós não temos tantos problemas assim. Provavelmente, o papel dos Poderes é mobilizar esse conhecimento existente.

Próximo.

Para vocês terem uma ideia, já em 1969, os brasileiros que foram à Cidade do México já faziam um estudo do que se chama hoje mobilidade urbana. Imaginem vocês, nós discutindo hoje aqui na Casa que há 40 anos já se faziam estudos no Brasil a respeito. Então, nós devemos, inclusive, comemorar isso e partir para os nossos objetivos atuais porque, no mundo acadêmico, se dá muito valor à tradição científica.

Outro **slide**, por favor.

Eu vou entrar diretamente agora no nosso assunto.

Parece-me que o ponto de partida mais importante – saiu nos jornais e é amplamente conhecido – é o estudo do TCU que faz uma espécie de alerta da

possibilidade dos custos da Copa se multiplicarem por quatro. Muito bem, se isso acontecer, aos olhos das pessoas que estão fora do Brasil – não sei se estou introduzindo esse tema agora aqui no Senado –, ocorre que nós estamos em perigo de repetir o fenômeno da Grécia. Na Grécia ocorreram coisas semelhantes a que estamos assistindo aqui. E foi o início da crise econômica que esse país teve. Lá foram os Jogos Olímpicos, aqui a Copa pode ser marcada como tal. Eu chamo a atenção dos senhores – e os senhores já devem ter passado por isso –, que R$80 bilhões terão um significado de ser a obra mais importante do Brasil, juntamente com Belo Monte, envolvendo outras realizações atuais do Governo.

Então, o tema da Copa não é simplesmente uma abordagem do esporte, uma abordagem do megaevento, certas comparações com a própria soberania nacional. É muito mais do que isso. Pode, inclusive, influenciar o destino do próprio País e, como vamos ver adiante, nós não estamos exagerando porque isso é assumido da Inglaterra que os Jogos Olímpicos de 2012 representam uma mudança de vários comportamentos gerenciais do país e governamentais com relação à própria Coroa e das relações da Inglaterra com o mundo.

Então, nós estamos tratando de um assunto que realmente supera as próprias condições desta Comissão.

Outro, por favor.

Nós estamos aqui para discutir legado e é um assunto que tem que ser abordado do ponto de vista técnico. Não há como dispensar isso. Esse é o nosso papel. Nós estamos tentando simplificar inicialmente para termos uma ideia geral.

Que questões são essas? Existem, para os pesquisadores, impactos. Na verdade, quando nós estamos falando em legados, estamos nos referindo a legados que podem ser positivos e negativos. O legado, naturalmente, é o positivo. E notem que eles têm natureza diferente. Os legados podem ser tangíveis, aqueles que são detectáveis, mensuráveis e os não tangíveis. Para os senhores terem uma ideia da importância dessa primeira classificação, o governo da China, para os Jogos de Beijing, há poucos anos, assumiu oficialmente que o maior legado para a China era a relação com o exterior – portanto, era um legado não tangível. Não havia discussão sobre os custos. Eles bateram todos os recordes de dispêndio que foi de US$ 41 bilhões, mas para efeito da imagem do país no exterior estava perfeitamente dentro das propostas do Partido Comunista e do Governo chinês. E tem os tangíveis, estes sim, motivos de grandes estudos ao redor do mundo e que o Holger Preuss certamente vai falar melhor, como também vai abordar a questão dos não tangíveis.

Temos os diretos e indiretos, que é necessário, porque os indiretos ficam um pouco escondidos e não aparecem. Para os senhores terem uma ideia, os estudos de Barcelona, Jogos Olímpicos de 1992, até hoje, são detectados legados ou aspectos negativos que tiveram seu ponto de partida em 1992. Então, quando se diz que o impacto é para o país e não somente para uma cidade, já temos uma base científica para dizer isso.

Muito bem. Ali há alguns exemplos de positivo e negativo e eu percebo que entra na linguagem desta Comissão, da imprensa e de todas essas relações como País. Nós vemos lá o econômico e o exemplo que é o turismo. Outro sociocultural importantíssimo no caso é a mídia, a mais mensurada em termos de impactos ditos positivos. Ambientais, muito discutidos. Vamos desenvolver um pouco sobre isso. O exemplo é a famosa sustentabilidade, que já foi comentada no início desta reunião. As mudanças climáticas: aí entra a posição do Brasil. Eu vim aqui para falar sobre esse tema no legado. Esse é o nosso objetivo hoje. Não houve essa preocupação antes, não há em Londres; mas, a partir desse evento, haverá.

Muito bem. Esportivos: muito conhecidos também. Existe o mito de que o esporte cresce através desses jogos, desses megaeventos. Eu digo mitos porque isso não está perfeitamente comprovado; nesse particular, eu e o Dr. Holger temos opiniões divergentes, não sei se vamos chegar a um acordo aqui.

Políticas de gestão. Não preciso comentar porque me parece que é a função desta Comissão na questão da Copa de 2014. Nessa questão de políticas de gestão, escolhi como exemplo – e são vários – o descontrole orçamentário, uma característica do megaevento, não interessa onde seja.

A Inglaterra, que tem um controle perfeito, acompanhado dia a dia, a gestora maior – a autoridade pública olímpica –, que é uma mulher, chega a dizer que é por horas e não mais por dia. Já houve quatro adaptações. Quatro descontroles orçamentários. Entender isso como normal é um pouco perigoso. Não é possível aceitar isso. Se nós aceitarmos, então, esse descontrole pode levar o País para situações econômicas muito sérias como ocorreu na Grécia.

Políticas públicas: aí nós entramos na questão do conflito dos poderes e eu daria uma contribuição. Os cientistas sociais e das ciências políticas têm posições já estabelecidas, mas estão nos **journals**, nas revistas, sobre as relações da Fifa com os governos. Eu fiz uma síntese do que ocorre nesses estudos para oferecer a vocês, porque me parece que o Governo Federal do

Brasil, os Poderes não estão sabendo lidar com esse assunto e a nossa contribuição vem de fora e de estudos feitos no País para que melhore essa situação.

Outro, por favor.

Se nós entendermos aquilo ali como um conjunto de ideias que podem levar ao entendimento do legado, eu selecionei uma primeira, que é o legado ambiental, e eu estou puxando para a questão da mudança climática. Nós vemos ali os estudos feitos com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e um conjunto de universidades brasileiras. O que as entidades esportivas exigem, a Fifa e o Comitê Olímpico Internacional, através de um manual, é o que se chama de **ecoefficiency**, a eficiência ecológica. Nesse particular, as obras de estádios no Brasil estão regularmente corretas e o Governo, através do Ministério dos Esportes, tem exigido também. A CBF (Confederação Brasileira de Futebol) não se envolve com a infraestrutura que não é atitude delas. É um pouco diferente das atitudes do Comitê Olímpico Internacional que acompanha essas questões ambientais. Há uma distinção, portanto. De qualquer jeito, as diferenças climáticas são o grande desafio para os próximos anos em toda a costa brasileira, incluindo a área do Rio de Janeiro e, por acaso, do Maracanã, que nós estamos vendo nesse mapa ali, e dos Jogos Olímpicos.

Apenas a 60 km de distância dessa área, tem as usinas atômicas do País, que estão fazendo estudo semelhante. Eu vou mostrar a vocês o estudo do lado dos megaeventos para compararmos e até dar alguma contribuição para as instalações atômicas.

Próximo **slide**.

O que ocorre é que nós entramos numa responsabilidade civil, numa responsabilidade parlamentar, portanto, e do Governo Federal, com relação a vidas. Nos últimos quatro anos, o nível de mortalidade decorrente das enchentes e dos desmoronamentos dos morros, toda essa região tem uma característica própria que é exatamente ter esses cataclismas. Então, isso foi o que a imprensa internacional publicou em janeiro deste ano e, nesse momento, havia 500 mortos e o total, no final das contas, foram mais de 900. Então, qualquer decisão que nós tomarmos com relação à Copa e aos Jogos Olímpicos e a outros megaeventos que estão sendo organizados pelo Brasil afora – no Rio de Janeiro tem pelo menos quatro –, além desses dois, nós temos que olhar também esse aspecto que coloca vidas em risco. Nesse particular, não pode haver concessões para as entidades esportivas internacionais e muito menos para as outras instituições governamentais que cuidam desse problema da Copa. Isso nem é cogitado.

A imprensa está focada no caso da construção dos estádios. O Tribunal de Contas da União faz o seu papel, tenta controlar os gastos. Então, está todo mundo focado nisso. Mas a visão científica não pode ser isso. A visão científica deixa a decisão para o sistema político, o sistema de administração dos governos, são três níveis, e cuida do contexto do total para gerar informações de maneira que essas decisões sejam mais corretas. Esse é um bom exemplo que nós podemos aduzir à proposta da lei que foi discutida aqui e aprovada, como foi feito no início desta reunião.

Próximo, por favor.

Então, eu vou seguir o modelo da Universidade de East London, da qual eu pertenço, que estuda os megaeventos, sobretudo de Londres 2012. Esses pesquisadores acreditam que nós estamos... Na Inglaterra aconteceu tudo de relações de governo com as entidades esportivas. Então, é o grande caso para nós estudarmos. O que houve lá? Eles percebem três grandes poderes em conflito envolvidos. Em primeiro lugar, temos os governos – o que não é da tradição dos megaeventos. O governo se envolveu com megaevento a partir de Sidney, que colocou um ministro e uma entidade que controlava todos os jogos olímpicos. Isso não ocorreu em nenhuma situação da Fifa – não existe essa tradição. Mas a Fifa aprendeu a se confrontar com os governos e, de certa forma, já está exagerando, como nós vimos nos últimos acontecimentos para seleção do Qatar. Então, nós estamos diante de um primeiro momento que precisa ser definido politicamente, com dados que precisam ser fornecidos a quem decide.

O outro poder está à direita, o segundo poder, que são as instituições internacionais. Elas têm símbolos de **marketing** e não têm bandeiras. E eu não vim aqui para atacá-las. Elas fazem exatamente o seu papel em princípio, ou seja, eles são donos desses megaeventos e concedem ao país e à cidade que se apresentam como candidatos e estabelecem regras. Mas os problemas acontecem depois, porque os contratos não conseguem dar coberturas a todos os fatos possíveis que ocorrem. Então, está havendo conflitos. O que está ocorrendo, primeiro, com o Comitê Olímpico Internacional, que chegou a ponto de o Congresso dos Estados Unidos convocar o Sr. Samaranch para falar. Seria como aqui convocar – e eu acho está na hora – o Presidente da Fifa.

Eu acho que não é mais um precedente, porque o Sr. Samaranch, do Comitê Olímpico Internacional, que tem poderes maiores que a Fifa, compareceu para responder a perguntas dos congressistas. O que vocês estão fazendo? Por que isso invade as fronteiras da autonomia dos países? Não é destruir essas instituições, porque elas não pertencem a nenhum país.

Esse é o problema. Legalmente, eles estão vinculados à Suíça, mas formalmente eles entram em todas as áreas. Então, muita gente diz que somos culpados pelos atrasos. Tudo bem, isso é uma conformidade com o contrato, como fazem duas empresas, uma alemã, uma brasileira, uma se atrasa, cobra isso, cobra aquilo. Isso é feito em termos. Não se podem fazer declarações públicas contra governos. Isso aconteceu em outras situações e está se repetindo intensivamente e é preciso colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Então, o segundo poder seria do Comitê Olímpico Internacional, a quem a Fifa está vinculada e à CBF aqui no Brasil.

O terceiro poder não tenta se aproximar muito do primeiro, que é a mídia e os patrocinadores, porque os contratos são feitos com o segundo poder. Então, a parte central ficou uma área complicada para gerir.

O quarto poder – e eu não tenho a audácia de dizer isso – são as universidades que não estão vinculadas a nenhum dos três. Não significa que sejam independentes. As pessoas que têm familiaridade com universidade sabem perfeitamente que há muita dependência, porém é um grupo que faz estudos exatamente sobre esses aspectos. Na Inglaterra, pelo menos, se aproximaram do governo e a autoridade pública olímpica se aproximou deles – dessas universidades – e, agora, com os problemas do Qatar com relação à Fifa, aproximou outra vez das universidades no sentido de receber informações. Isso aí não se trata de contrato para o TCU acompanhar; simplesmente é a obrigação que está dentro das universidades. Nós somos pagos para fazer isso, financiados pelo CNPq, pela Capes e pelas agências locais de incentivo à pesquisa.

Então, eu chamo a atenção desse quadro aqui para que, quando discutirmos legado, pelo menos no nível mais fácil de se entender, é quanto ao impacto. Nós caímos na tecnicalidade dos assuntos de custo do projeto, dos efeitos sobre o meio ambiente etc. e esquecemos que, atrás disso, é preciso ter uma gestão, é preciso fazer uma intervenção de gestão para nós termos a decisão correta.

Outro, por favor. Vou correr um pouco mais.

Isso aí é a figura de vários seminários que houve na East London para entender o que acontece e com fatos concretos, como nós vimos ali. O caso do Rio de Janeiro hoje, que já é um *case*, porque o Prefeito se associou ao Instituto de Arquitetos do Brasil e fez uma proposta alternativa ao projeto que o Comitê Olímpico Internacional tinha aprovado. A sapiência do Comitê Olímpico Internacional se fez mostrar, eles estão ficando políticos mais flexíveis, porque aceitaram um entendimento.

A Fifa ainda não atingiu esse propósito, ainda não chegou lá, mas acho que está na hora de colocar as coisas nos devidos lugares. Evidentemente, esses órgãos também funcionam favoravelmente para qualquer país que estabelecem objetivos para serem cumpridos por contrato. E isso mobiliza as forças nacionais para atingir os seus objetivos. Aqui nós temos um projeto à direita que é da Universidade de São Paulo com a Universidade de East London e agora com a Gama Filho para fazer estudos de revigoramento urbano e que nós nos deparamos nitidamente com os poderes, sejam das prefeituras, sejam dos Estados ou dos próprios governos federais em diversas regiões do mundo. E para isso temos que conviver. O Instituto dos Arquitetos do Brasil está começando a se politizar em razão dos Jogos Olímpicos. Eu não tenho autoridade para dizer isso porque eles sabem muito bem o que querem. Mas, no momento em que fazem uma aliança com a prefeitura, nós vemos o quarto poder aí se associando a uma entidade governamental.

Outro, por favor.

Isso aqui é o quadro de Londres, fica como documentação. Eles têm a mesma preocupação que nós temos aqui, a mesma discussão. Isso não é novidade. Provavelmente nós somos mais lenientes com relação aos atrasos. As pessoas lá ficam em cima, porque é a honra do próprio governo e eles não estão abrindo mão disso.

Ali nós vemos os diferentes poderes para os Jogos Olímpicos. O ODA (Olimpic Delivery Authority) é a autoridade que entrega infraestrutura, mas acabou juntando todas as situações governamentais, não somente de obras. Aqui começou com todas as situações, a nova lei, e agora está fixada na infraestrutura. Nós estamos fazendo o percurso oposto ao dos ingleses. Vamos ver quem tem razão.

Outro, por favor.

Agora, eu entro diretamente no legado que realmente interessa para nossa discussão e com exemplos, porque nós temos que sair daqui, a meu ver, na somente tendo uma ideia do que é legado, mas sabendo como manejar essa situação e posicionar os poderes com relação aos legados.

Há muitos estudos do Holger Preuss, vocês vão ver, que usam outra forma de apresentar, mais econômica, mas têm muita coisa em comum porque os cientistas dessa área trocam informações entre si. Então, essa classificação é muito recente e pode nos garantir uma certa posição adequada para o que vem por aí.

Então, como o quadro anterior das definições foi mostrado aos senhores e senhoras, nós temos impactos positivos e negativos. O bom legado é o positivo. Com o passar do tempo, foi se notando que isso não é um

valor absoluto; essas coisas se modificam durante o tempo. E os estudos, quase todos, vêm de Barcelona acompanhando o que ocorreu. Houve legados positivos que se transformaram em problemas para a cidade. E outros, ao contrário, pareciam negativos e passaram a ser positivos, em termos. Em princípio, o que se julgava sendo um bom legado, continua sendo um bom legado, mas há **nuances** que precisam ser dominadas. E no Brasil nós já temos exemplos.

Então, quais são as propostas em relação ao contínuo? Contínuo porque há esse deslocamento do legado. A Universidade de East London acha que o ponto focal é o momento do legado – a expressão é tipicamente acadêmica, da sociologia e da gestão também. Mas significa o seguinte: o legado tem que ser administrado todos os dias; é como uma casa, uma empresa. Ele não é somente uma proposta, uma classificação. O Brasil está intoxicado de legados, começou no Pan e começa agora; até um poste numa esquina é um legado. Não é assim. É uma coisa administrável. Temos que posicionar a responsabilidade, quem é o responsável, entidade ou pessoa; qual é o objetivo. Isso é uma coisa que devia estar no planejamento do Ministério do Esporte, que eu considero muito bem feito do ponto de vista estrutural, mas não chega, e eu acho também que não pode chegar, porque depende de autoridades locais, provavelmente isso vai demandar um acordo... Eu só vi perfeição, em chegar ao ponto debaixo, em Minas Gerais. Não tenho nada a ver com isso nem conheço ninguém de Minas Gerais, não conheço. Mas quem vê aquele plano: essas pessoas conhecem o assunto, porque eles fizeram a estrutura de tal maneira que localiza a responsabilidade e faz a gestão ao longo do tempo, o que dá uma certa garantia do acontecimento. Porém, a realidade é um pouco diferente dessa, porque a realidade traz atrasos, desentendimento de governo, de entidades etc.

Então, o gênio brasileiro fez a proposta do legado reverso e o gênio alemão fez a proposta do retrolegado, que eu vou dizer a vocês o que é. O que é o retrolegado? Ele é absolutamente válido; são coisas antigas. O exemplo é o Estádio do Maracanã, que muita gente condenou pelo custo da obra. Ocorre que o Estádio do Maracanã não é somente um estádio; ele é simplesmente um símbolo que é símbolo do País e vai ficar mais reforçado ainda, e é tanto para a Copa quanto para os jogos olímpicos. Então, ali é um bom exemplo porque já era alguma coisa existente e que o retrolegado foi lá recuperar. Isso já está fazendo escola, porque o pessoal do Sesi – não sei se há alguém aqui presente – está desenvolvendo trabalhos para os jogos mundiais do trabalhador e partiu já desse conceito. Eles não vão fazer nada novo; eles vão recuperar o que existe. Essa é a proposta.

Legado reverso. Em minha opinião, este é o melhor exemplo. Nós vamos dar aqui o exemplo da Universidade Gama Filho e do Botafogo do Rio de Janeiro, que podem ser modelos já de todos os estádios, inclusive do Maracanã.

Não há tempo mais a perder. Nós esgotamos todas as possibilidades de tempo, então, está na hora de apresentar as propostas. Se vai ocorrer ou não, depende dos senhores, depende do Governo.

O que é o legado reverso? O nosso exemplo. Aliás, eu vou passar para o próximo, que é mais claro. Nós temos ali o exemplo: o Estádio do Engenhão, em que se juntaram o Botafogo e a Universidade Gama Filho para recuperar esse estádio e transformá-lo num *campus* universitário. Com R$17 milhões, nós teremos 5 mil alunos no exercício do ano que vem. As adaptações, eu vou mostrar a vocês aqui.

Houve colaboração do Ministério do Esporte, que foi muito interessante. Quer dizer, todas as forças estão ali presentes e a nossa proposta simplesmente que, agora, todos os estádios – exceto os dois que são da iniciativa privada, que são dois clubes; pelo menos o Botafogo entendeu isso muito bem, porque ele é beneficiado com isso, porque vai valorizar toda a área – transformarem-se em *campus* universitário. A demanda é imensa no Brasil, as universidades não têm capacidade, nem as particulares, para a onda que já existe. Nós vemos, na minha universidade, que está sendo invadida pela classe C.

Então, correu-se por esse estádio e as obras estão lá dia e noite, para nós termos 5 mil alunos naquela região. Está-se tirando dos prédios tradicionais e passando para lá. Se vocês compararem esse preço com o custo das obras, vocês vão se assustar, porque a diferença é imensa. Com um mínimo de dinheiro, se pode fazer muita coisa.

E há uma dúvida pelos Estados, estão todos fixados nas obras e no controle, então, o legado desaparece no meio dessa preocupação. É até algo que nós entendemos, mas nós temos que ter uma proposta qualquer agora. Se nós não tivermos essa proposta agora, nós vamos perder essa situação. É claro que muitos já desenvolveram ideias de fazer *shopping centers*. Não é que seja melhor ou pior que essa proposta. Porque se está esquecendo o dado que todos precisam ter; todos os economistas dessa área falam e não aparece na discussão do Brasil. É preciso colocar na mesa. O custo de manutenção de um estádio é 10% do seu valor de construção. Então, o Estádio do Maracanã terá um custo anual em torno de R$100 milhões. Isso é absolutamente uma loucura, uma injustiça social. Não

há legado que pague isso. O que se poderia fazer é colocar uma parte desse grande prejuízo na mão da própria sociedade, e já. Ou transforma em laboratório de pesquisa, que é a nossa proposta para a instalação da Fifa. Espero que eles não reajam contra isso, senão aquele prédio vai ser usado para exposições pela iniciativa privada, com o dinheiro governamental, e isso é um absurdo. É o governo da prefeitura que está pagando. Então, nós temos que dar um destino, ou pelo menos sugerir a quem de direito que assuma essa responsabilidade.

Eu gostaria de dizer a vocês que esse dado é tão importante que as instalações do parque olímpico de Londres foram feitas para serem derrubadas. Na cabeça dos esportistas, isso não cabe. O próprio estádio, que tem 88 mil espectadores, no dia seguinte ao término dos jogos olímpicos, é transformado numa arena; já há um clube inclusive que vai assumir essa arena. Por quê? Porque não é possível sustentar, naquela cidade, um estádio de 80 mil pessoas. Não há como pagar isso. Então, nós estamos criando uma situação de peso para a sociedade, e essa é uma decisão que precisa ser tomada agora. Agora porque senão enfiam coisas lá dentro, que pode ser vender camisa do clube, ou alguma coisa nesse sentido.

O Maracanã está abandonado nos seus anéis desde que foi criado, em 1950. Nunca foi feita uma utilização disso e há uma universidade ao lado do estádio do Maracanã, do governo estadual. Aquela colocação é perfeita. De outra parte, esses R$100 milhões vão pesar muito na balança. Talvez se possa compensar esses R$100 milhões com certo número de alunos, o rendimento desses alunos e a localização que poderá então voltar à própria sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Professor, eu preciso interrompê-lo para informá-lo que os 30 minutos...

O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA – Eu sabia que não ia dar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – ... já tinham vencido. E vejo as projeções que o senhor pretende apresentar ainda são muitas.

O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA – Posso passar uma a uma, em cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com a anuência do Plenário, vou conceder-lhe mais oito minutos, assim, o senhor terá quarenta, fazendo o mesmo com o Prof. Holger, que também vai se apresentar depois, para que nós tenhamos tempo para debate e possamos prosseguir no seminário, se V. Sª estiver de acordo. Mais oito minutos, por favor.

O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA – Claro. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Não por isso.

O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA – Mas a oportunidade que é dada ao quarto poder precisa ser assumida. O quarto poder ganhou oito minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Dez. Dois já passaram.

O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA – Muito bem. Estamos nos tornando políticos. A academia, em algum momento, torna-se política, não é, Senador? O senhor sabe disso muito bem, pela sua própria vida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA – Não preciso mais dizer nada. Esgoto os meus argumentos.

Mas ali nós vemos a questão do Gecopa, que é do Ministério do Esporte, muito bem organizada a estrutura gerencial, que, no caso de Minas Gerais, é uma adaptação a essa estrutura; localizam bem as responsabilidades e eles partiram para o meio ambiente, em região. Eles não sabem, mas eles estão fazendo uma revolução técnica ao abordar isso. E a cidade não permitia alternativa.

Vou mostrar o Engenhão aqui. As obras estão adiantadas, é algo concreto, e os diretores atuais da universidade querem estabelecer aquilo como um padrão, um modelo para que outros estádios e outras universidades do Estado possam se interessar e fazer a mesma coisa de acordo com decisões locais. E o Estádio do Maracanã dispensa apresentações. Eu não preciso dizer mais nada.

Outro slide, por favor.

Temos aí o retrolegado.

Outro slide, por favor.

Aqui já é o Engenhão, que está nessa região. Nós vemos o que se chama anel dos estádios e a área que está sendo adaptada para salas de aula e laboratórios. Chama-se *campus* Engenhão; já foi assumido e já há professores e laboratórios se deslocando para o local.

Outro, por favor.

Aqui a planta. Lá está o Engenhão no meio. Ali estão os espaços de acesso, e há espaço vazio inclusive. Apenas está sendo assumida a metade do anel; existe ainda a outra metade do anel, para vocês verem a capacidade de um estádio como é boa para essa situação.

Já está vindo gente do estrangeiro, fotografando e, certamente, nós teremos outros exemplos desse aí.

Outro, por favor.

Aqui vemos o caso de Minas. Eles entraram na região e não na cidade, provocado pelo regime de água e energia que existe na cidade. Eles não tinham outra situação a cumprir. Isso não é visto nas outras cidades. Todos os estádios – isso não está errado, é do caderno

da Fifa, é da ecoeficiência, não é da região, não é da mudança climática. Mas Minas, Belo Horizonte, são as duas coisas, é da região e do estádio.

Outro, por favor.

Aqui é o trabalho de que nós muito nos orgulhamos. Foram onze pesquisadores que mediram, como eu já mostrei a vocês no início, a área de influência. Não quer dizer que os jogos olímpicos e a Copa vão mudar essa situação; simplesmente, elas estão se adaptando a uma outra situação existente que liga o Estado do Rio de Janeiro a São Paulo e a Minas Gerais. Nós chamamos de Sanrio; é o nome de uma megacidade que já existe, ela só precisa ser batizada, e nós não fizemos nada novo. Existe um estudo da USP de dez anos atrás que já levava em consideração essa unidade, e outro estudo do Rio de Janeiro de economistas, gente acadêmica, que levantou a mesma coisa. Nós fomos para uma metodologia mais sofisticada, que é o geoprocessamento, que é a visão de satélite de toda a região, para nós sabermos que região é essa. E as mexidas que estão sendo feitas, eu vou mostrar rapidamente.

Aqui nós vemos a área de influência. Nós só temos três grandes maciços de florestas.

Outro, por favor.

Desculpem-me pela pressa. A população se concentrou ao longo dos corredores logísticos e dos rios, que é o caso do rio Paraíba e das montanhas. Então, nós temos corredores ecológicos naturais. É um caso raríssimo no mundo que precisa ser agora aproveitado.

Outro, por favor.

Aqui nós vemos, dez anos depois, a população medida outra vez com a utilização de satélite e *software* que mostra que o corredor continua funcionando. A cidade do Rio de Janeiro e a de São Paulo estão caindo na população e estão se estendendo ao longo dos corredores onde se oferecem empregos. A Petrobras é responsável por grande parte disso, que é o outro *slide.*

Outro, por favor.

Aqui nós vemos as três serras. Aqui está mais claro: nós vemos o trem-bala. O trem-bala pode fazer a união desses pontos; quem fez o projeto não sabe disso. Será o primeiro grupo que nós vamos visitar, para apresentar a eles. Eles estão fazendo a mesma coisa com o estádio. Eles estão vendo a viabilidade do trem-bala pelo pagamento da passagem, com o governo pagando o que não consegue recolher. Não é necessário. Na China, os trens-balas são feitos para unir pontos das megacidades. Eles têm oito dessas aglomerações.

Então, o modelo chinês nos inspirou muito. Não precisamos mexer em nada. Precisamos de um Senador que possa apresentar, dizendo que está criada essa megalópole, porque ela é um consórcio de Municípios. Nada mais do que isso. Já está lá no local.

Em São Paulo, existe um exemplo de administração desse tipo – e outros pelo Brasil –, que são os Municípios que ficam ao longo do rio Tietê.

Então, o trem-bala é viável dentro do modelo chinês, mas, de um brasileiro, o europeu não é. Então, vemos a diferença que existe.

Os legados são mais ou menos assim. Quando se coloca no contexto, eles mudam de sentido.

Outro, por favor.

Aqui, nós vemos corredores ecológicos serem a jóia da coroa desta região. Esta região já é – mas não foi assumida como tal – a capital do Hemisfério Sul. É a Sam Rio. Os Jogos Olímpicos podem criar o milagre de projetar essa cidade global, até mesmo porque ela está se transformando por forças naturais. Isso é criação de Jesus Cristo; não é dos planejadores, nem dos governos brasileiros. Então, estamos muito à vontade de trazer isso para vocês. Esses corredores tecnológicos só têm comparação com os corredores dos Estados Unidos e da Europa. E já funcionam.

Outro, por favor.

Aqui é outro estudo que foi feito não pelo pessoal da USP, mas do Inpe e da Gama Filho. É até uma tese de doutorado. Já são os insultos ecológicos na área futura dos Jogos Olímpicos, porque o teste foi feito com os Jogos Pan-Americanos. Em março, esse estudo estará sendo entregue, devidamente, aos governos para se saber – *damages* – o que está ocorrendo de acinte com relação a essas regiões.

Outro, por favor.

Aqui, nós vemos uma diferença do legado reverso. Legado reverso à nossa proposta, além das universidades, é que os centros de telecomunicações, que eles chamam ABC, é o centro de informações *broadcasting.* É da Fifa isso. É transformar num instituto de pesquisa, porque a adaptação é tranquila e sem grandes problemas. Exatamente como os estádios para salas de aula e laboratórios.

O momento de legado é visto de Londres que tudo vai ser derrubado – quase tudo – e vai ser transformado num grande parque da cidade. Quer dizer, eles eliminaram o problema do legado. Como? Derrubando e não estabelecendo os custos para a sociedade. Isso não é mais possível fazer com a Copa de 2014. Podemos esquecer que todos os estádios são permanentes. Não assumimos essa tecnologia. É uma pena. Então, podemos nos deslocar para o legado reverso, que é buscar uma adaptação das instalações permanentes para outras finalidades.

Outro.

Já acabando, aqui é uma foto da realidade daquele centro de telecomunicações. A Fifa que tomou a decisão de o nome ser Centro Internacional de Transmissão, que será no Rio de Janeiro, no Riocentro.

Outro, por favor.

Aqui, nós vemos, para terminar: o que é a gestão da Copa de 2014 em que os senhores e as senhoras estão envolvidos? Processo decisório lento e informações deficientes. É horrível a questão das informações. É uma vergonha a questão das informações. E o conflito potencial com a Fifa e a comparação com Londres 2012. Nós vemos ali o Olympic Delivery Authority.

Resumidamente, pode vir depois nas perguntas, eles simplesmente não têm discussão. A decisão última sobre qualquer situação é da Autoridade Pública Olímpica. Isso não é Fifa. Isso não é CBF, mas é do primeiro Poder, do Governo. Só pode ser, porque é política pública e são gastos públicos. Não há outra alternativa. Então, é como se dissessem: "Está bem, vamos fazer, vamos cumprir prazo, vocês têm que se adaptar, e é assim o jogo".

Outro, por favor.

Esse é o esforço para unir universidades. Já devemos ter mais ou menos umas 40 universidades envolvidas. Em março, nós teremos uma grande reunião no Rio de Janeiro; teremos um centro de estudos olímpicos ao lado do Parque Olímpico, cujo prédio já existe, já está lá.

Vemos aqui nossos alvos de pesquisas, que são diversas. Citei apenas algumas que estão mais dentro da nossa esfera de influência, que é a Copa, os Jogos Mundiais do Trabalhador e, finalmente, os Jogos de 2016, e mais dois ou três megaeventos desse tipo. O Rio de Janeiro está se tornando uma cidade de megaeventos; então, nós queremos hospedar uma espécie de plataforma interuniversitária – não é uma cópia dos ingleses, mas se parece muito com isso – para justamente fazer interfaces com o Primeiro Poder, com o Congresso Nacional e com o Ministério do Esporte, que só seguem para a busca de informações quando há uma necessidade específica. Vai ao pesquisador, tira a informação dele e acabou. Mas ocorre que há muitas outras coisas girando, e coisas livres, que precisam ser estudadas, das nossas iniciativas.

Para terminar, outra, por favor.

Esse aí é o mapa dos quatro polos dos Jogos Olímpicos. O Maracanã é duplo nessa situação. E finalmente a instalação.

Outro, por favor.

Nós fazemos seminários. Essas quarenta universidades estão todas relacionadas com universidades que têm essa experiência, como é o caso do Dr. Holger Preuss aqui. Nós estamos muito próximos dos espanhóis e temos um acordo com eles de funcionar em conjunto. Então, o que eles pretendem fazer nessa área nós também faremos. É a troca universitária, a troca de pesquisadores e as publicações.

Essa aí é a primeira publicação que vai sair, já com as conclusões. Uma delas eu retirei. A primeira já ia estabelecer um estado de choque. Foram feitas análises pelos pesquisadores espanhóis e brasileiros. Condenaram quase todos os estudos que foram feitos de viabilidade da Copa. A de Minas se salvou. E um grupo de Porto Alegre partiu para fazer uma medição de impacto econômico da Copa. Grupo de elite, da PUC do Rio Grande do Sul. São pessoas desconhecidas. O pessoal de Minas, da UFMG nem sabe da existência dessas coisas. É o único estudo que nós vimos, preciso e de nível internacional. Não tem abertura. Não se sabe. Então, se nós tivermos algum meio de ter essas informações disponibilizadas... Porque agora só buscamos aquilo que interessa para a decisão dos órgãos de poder. Mas não, existe um ambiente de pesquisa que cria informações que o poder não está vendo, como o caso da Sam Rio.

Outro, por favor.

Muito obrigado. Desculpe o tempo. Eu tinha que pegar a oportunidade.

Um abraço para vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado. Agradecemos ao Professor Lamartine da Costa pela exposição feita.

E agora concedemos a palavra ao Professor Dr. Holger Preuss, por quarenta minutos, para sermos justos na distribuição do tempo a ambos os palestrantes.

O SR. HOLGER PREUSS – *(Tradução simultânea.)* Muito obrigado, senhoras e senhores.

Vou começar imediatamente. Hoje, vou falar sobre os legados de uma perspectiva um pouquinho diferente. O que eu gostaria de mostrar para vocês hoje é algo mais técnico, o que aprendi de muitas pesquisas que fiz em relação a megaeventos e em especial a Copa do Mundo de Futebol.

Serei guiado por cinco perguntas, como podem ver aqui neste **slide**. Depois de ouvir tantas palavras – retrolegado, legado reverso –, eu acho que é muito importante também definir o que é um legado exatamente e o que nós vemos como legado. Depois, como deveríamos avaliar o legado, por que isso é importante, para quem é importante, quais são as consequências se não fizermos isso e simplesmente deixarmos a Copa do Mundo chegar, os Jogos Olímpicos chegarem. Por que é tão difícil avaliar e medir o legado?

E o terceiro e quarto pontos, como o legado positivo pode ser alavancado. A visão positiva; como podemos evitar os legados negativos para não torná-los

algo corriqueiro. E também o que pode ser feito para uma gestão apropriada do legado, para que possamos tirar o máximo de cada legado.

Agora vou passar isso para o cantinho e saberemos onde estamos.

Vocês já ouviram falar muitas coisas diferentes sobre legado na introdução, no comentário que tivemos no início. Em termos legais, há muitos legados diferentes. Eu gostaria de falar para vocês que há muitos legados positivos e negativos. Os positivos são muito amplos. Muito frequentemente, se você analisar os legados, você fala em infraestrutura, instalações, renovação urbana. E esses são os pontos positivos.

Vou ler para vocês muito rapidinho. Não apenas as instalações de futebol, a infraestrutura geral, a reputação que o Brasil pode ganhar no exterior, o aumento do turismo, pelo menos em termos da Copa do Mundo, pois aumenta um pouquinho antes e depois da Copa – vou mostrar alguns resultados da minha pesquisa, daqui a pouquinho –, a criação de empregos também. Como o legado econômico pode se tornar um legado social.

Num outro **slide***:* oportunidades locais de negócios, muitas experiências boas em termos de *know-how*. Você pode investir em usinas nucleares e pode criar uma coesão social. Então, sempre há outras coisas além do lado de produtos.

Aí nós temos a cooperação nacional. Há muita produção de ideias e de valores culturais. A memória popular da Copa de 2014. Meninos e meninas podem, por exemplo, ter o sonho de se tornar herói no futuro, e isso faz com que essas crianças se dediquem a isso. Elas podem se lembrar disso, ter essa memória, ter algo que poderão discutir, aumentar seu *know-how*. A capacitação das pessoas vai aumentar em termos da melhoria dos serviços.

E o lado negativo. Se vocês lerem a literatura, vão achar muitos legados negativos. Por exemplo, custos altíssimos de construção. Muitas vezes, os custos aumentam demais. Isso não é muito típico na área de esportes, mas se você tem, por exemplo, outros projetos, como casas de óperas ou teatros, às vezes o orçamento é suplantado. Esses projetos são tão complexos que às vezes os custos aumentam tanto e você não é capaz de gerenciar isso, como em Montreal, em 76, em que houve greves e houve problemas porque eles tiveram de fazer o planejamento com sete anos de antecedência.

Também há muito debate em relação à infraestrutura construída. Será que ela é realmente necessária? Ela é tão cara, ela foi reformada. Será que esses preços tão caros realmente são tão necessários? Não poderíamos usar isso em alguma universidade ou em algum outro edifício que se torne um ícone ou de alguma outra forma? Nós estamos investindo em um estádio, que também é uma peça de exibição em termos de tecnologia. Há um ponto de culminação: o orgulho público daquele estádio. Você não pode alcançar isso, por exemplo, com uma usina nuclear ou com outros equipamentos. Então, os esportes podem trazer isso.

Outras coisas negativas são: o endividamento do setor público, que é um problema muito sério; o aumento dos preços; o aumento dos aluguéis das propriedades, principalmente próximas dos estádios; o aumento temporário dos empregos – será que teremos um aumento de empregos que seja sustentável? O deslocamento social injusto de pessoas – será que os pobres no Brasil irão se beneficiar desses megaeventos? Às vezes, isso é uma preocupação negativa.

Se agora nós tentarmos atingir uma definição de legado, eu não quero olhar isso da perspectiva desses exemplos, mas de uma forma mais estruturada. Já ouvimos do Professor Lamartine que há certas dimensões que podemos usar para analisar o legado. Será que o legado foi planejado ou não planejado? Algumas pessoas discutirão isso.

Há legados quantificados e não quantificados, positivos e negativos, durante algum tempo e em certo espaço. Então, se eu ler essa definição, independentemente do tempo de produção, se for em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo, mas o legado da Copa de 2014 é planejado ou não planejado? É tangível ou intangível? As infraestruturas foram criadas para a Copa do Mundo? Será que vão permanecer após a Copa do Mundo? Será que poderão se tornar um legado as infraestruturas feitas antes da Copa? Tecnicamente, estamos procurando evidências ou provas, que sejam comprovadas, de um desenvolvimento diferente nas cidades que vão receber os jogos. Tivemos, na apresentação anterior, muitos exemplos olímpicos, mas se analisarmos um legado assim, não é muito diferente quando se trata dos Jogos Olímpicos ou da Copa do Mundo, que mudanças serão originadas desses megaeventos que não teriam mudado anteriormente. Este é um ponto focal, é um ponto central: os legados da Copa do Mundo, o que será diferente no Brasil que não teria sido alcançado sem esse megaevento. Vamos voltar a isso daqui a pouquinho.

Essas três dimensões podem formar o que chamamos de "cubo dos legados", o que encontramos muito na literatura existente. E alguns governos...

Neste cantinho aqui em cima, mais escuro, amarelo, você tem as infraestruturas planejadas, os estádios, olhando isso como algo positivo, mas não é a ideia completa. Se você quer ter um equilíbrio dos legados, também temos que analisar todos os legados

intangíveis, todos os legados negativos e coisas não planejadas, que certamente irão acontecer.

Segundo ponto. Por que deveríamos avaliar a Copa de 2014 e os legados que ela vai nos deixar? Em primeiro lugar, a população quer saber se o dinheiro público gasto na Copa do Mundo foi gasto em um desenvolvimento positivo, para o desenvolvimento do Brasil como um todo, para o futuro, se vamos deixar um futuro positivo para as outras gerações. E isso é baseado em pesquisa feita por um colega meu da África do Sul. A população espera um legado. Na África do Sul, por exemplo, quase 80% das pessoas que responderam a esse estudo esperavam que o país atingiria um evento esportivo legendário e também obteria legados. No Brasil também, todos esperam isso. Isso é bom para o País, esperamos esses legados, o que nos leva diretamente para o fato de que precisamos de pesquisas sobre os legados. Os políticos precisam de provas, de evidências de que a decisão de gastar tanto dinheiro foi uma decisão sábia e boa. A população e os políticos querem saber se o dinheiro foi bem investido. Outras pessoas virão e vão querer saber se há evidências. Não são pesquisas muito bem evidenciadas, mas alguém fará um bom estudo para vocês, alguém vai investigar esse estudo e dizer: "Olha, isso não foi o que aconteceu de fato, mas estou tentando mostrar para você o melhor possível". Precisamos avaliar os legados de uma boa forma.

Terceiro. O Ministério da Educação, Cultura e Esportes pode usar essa informação para decisões futuras que sejam sensíveis em termos das licitações de megaeventos. Como vocês verão daqui a pouquinho, os legados são diferentes em termos de conteúdo.

O quarto poderia ser que o BNDES também precisa da justificação para o seu grande investimento, para saber se houve desenvolvimento sustentável no Brasil. A CBF e a Fifa também vão querer saber como a Copa do Mundo pode impactar o Brasil de forma sustentável e trazer desenvolvimentos futuros. Durante a licitação, seria bom provar à Fifa que houve desenvolvimento. A Fifa não está interessada na renovação ou na reforma das cidades. Eles querem saber se houve desenvolvimento do futebol no Brasil. Então, são boas razões, ótimas razões em que devemos pensar para avaliar o legado da Copa de 2014, não simplesmente deixar o evento acontecer e falar: "Oops! Ih, perdemos a oportunidade de fazer uma coisa melhor ou de fazer uma avaliação".

O Presidente da África do Sul, em 2010, disse que é claro que milhões e milhões da população esperaram durante anos e acharam que esse campeonato de futebol traria esperança, orgulho e um senso de pertencimento. E gerou solidariedade humana, gerou outras coisas.

Trouxe essa citação porque queria sair dessa parte de investimentos em infraestrutura, em estádios, construção de rodovias, porque há muito, muito mais que podemos alcançar por meio dos megaeventos e porque geramos coesão social. Podemos construir novas fábricas, começar uma guerra ou não. Outros eventos que também são conhecidos e que podem trazer coesão social e evitar problemas.

Outra coisa que veio à minha mente e que gostaria de mencionar. Quando falamos sobre legados e da estrutura deixada após a Copa do Mundo, não estamos olhando simplesmente de uma perspectiva de gestão. Sabemos que isso é caro, mas o que vamos obter com isso? Não há relação se será um investimento eficiente. Não é só isso que analisamos, mas quais serão os resultados. Qual será o *output*, o *input* ou os insumos nós sabemos. Investimos muito dinheiro, mas quais serão os resultados? Os políticos têm de decidir isso, e não nós, os cientistas.

Outra coisa que o Ministro do Turismo daquele país disse: "A Copa do Mundo aqui na África do Sul nunca foi simplesmente receber um campeonato, mas foi a construção de um legado para o nosso país, um legado em termos de desenvolvimento da infraestrutura, de desenvolvimento econômico, da criação de trabalhos e também da construção de uma nação". Então, aqui temos outros legados, além do desenvolvimento da infraestrutura física.

A medição do legado vai ser o terceiro ponto que gostaria de discutir com vocês, e não vai ser tão fácil como vocês esperam, porque temos muitos legados intangíveis. Não podemos olhar simplesmente a África do Sul, em 2010, ou a Alemanha, porque, diferentemente, depende da localização em que tudo acontece. É estritamente temporário. Uma avaliação do legado a longo prazo é importante para eliminarmos as incertezas, as variáveis múltiplas e medidas subjetivas. As medidas subjetivas são importantes porque grupos diferentes olham o legado de formas diferentes. Se você é fã de futebol e gosta de jogar futebol, por exemplo, isso é bom para você. Mas pessoas que não gostam tanto de futebol podem dizer: "Por que não investir esse dinheiro todo em hospitais?". Precisamos fazer a medida do legado de perspectivas diferentes.

Gostaria de enfatizar este ponto um pouquinho mais: todas as localizações, embora falando do mesmo evento, terão diferentes legados. Não podemos aprender muito, por exemplo, analisando apenas os Jogos Olímpicos de Barcelona, ou a Alemanha, em 2006, que ganhou dinheiro com a Copa do Mundo. O que eu fiz para o governo alemão? Fiz dez mil entre-

vistas – bem, não eu pessoalmente, o meu time – sobre o impacto econômico da Copa do Mundo de 2006 na Alemanha e o impacto na população. E foi muito interessante. O mesmo questionário, as mesmas perguntas foram feitas na África do Sul e na Alemanha. Algumas universidades aqui no Brasil poderiam usar o mesmo questionário e as mesmas perguntas. São países semelhantes, a África do Sul e o Brasil, com a mesma loucura e paixão por futebol. Talvez possamos aprender com esse questionário. Comparando os eventos, talvez lá na África do Sul, economicamente falando, tenha sido bem melhor, mas quais foram as maiores descobertas? Em termos de diárias, os hotéis ou leitos utilizados em 2010, 2,02 milhões de leitos foram ocupados. A venda de ingressos na África do Sul, por exemplo, que tem mais estádios, estádios maiores, em torno de...

[Ele está se desculpando. Ele falou que foram ingressos vendidos.]

Tivemos 25% menos ingressos vendidos mais 73% de ingressos VIP. É uma grande oportunidade de negócios para empresários, para haver diálogo. Diferentes pessoas podem ser atraídas pela Copa do Mundo.

Agora, falo das festas. As festas na Alemanha, por exemplo, foram muito bem-sucedidas. Trinta por cento dos espectadores vieram de fora da Alemanha, sem ter ingresso, simplesmente para estar na Alemanha durante a Copa do Mundo. Isso gerou 1,1 bilhão de euros adicionais em gastos. Esses turistas não teriam ido à Alemanha se não fosse a Copa do Mundo. Já na África do Sul, por causa da distância, todos tinham ingressos. Então, os turistas foram à África do Sul para assistir à Copa e também para participar das festas.

Em termos de impacto primário na economia, o valor é 58,5% menor, mas, se se relacionar isso com o PIB, pode-se perceber que, em 2010, houve 0,22% de impacto primário sobre o PIB somente na época da Copa do Mundo. Na Alemanha, que tem uma economia muito maior, houve apenas 0,12% de impacto primário sobre o PIB. Essa é uma descoberta muito importante. Qual poderia ser a expectativa em termos de impacto econômico de um megaevento que atrai visitantes, turistas? Seria de 1,1%.

Com a Copa do Mundo, haverá desenvolvimento econômico? Isso vai trazer empregos? Esse é um pensamento errado. Daqui a pouco, vou discutir uma questão com vocês. Criamos muitos pontos positivos locais, que dão o potencial para que haja sucesso econômico no futuro.

Esses são apenas os turistas na época da Copa do Mundo, mas, se se fizer uma boa campanha de turismo, usando essa imagem da Copa do Mundo, pode-se aumentar o turismo nos próximos anos. Isso vai ser permanente. Mais pessoas virão ao Brasil, a indústria de serviços aumentará, haverá mais impostos, os hotéis terão maior utilização. Estou falando do impacto econômico.

Mais e mais estou dizendo: depois dessa grande pesquisa, não é o evento propriamente dito que melhora, mas, sim, os legados. Então, precisamos alavancar esses legados positivos. Com isso, haverá um bom legado mais cedo do que o esperado. Lamartine já disse que existem dimensões diferentes para o legado e muitas linhas de pensamento, que podem ser divididas em seis dimensões. Eu gostaria de falar a respeito disso brevemente.

A primeira é a da infraestrutura. A segunda é a da infraestrutura ecológica, se for necessário, por exemplo, reflorestamento; é uma infraestrutura de caráter ecológico. Depois, vem o conhecimento. Já vou falar disso. São redes sociais, relações e conexões sociais. Temos de falar também de cultura, no sentido de que se inclui o esporte, a identidade cultural, a cultura brasileira, bens culturais, museus. Os museus também precisam de infraestrutura. E isso abrange também o que está dentro dos museus, como as exposições. Já falamos sobre a imagem mundial. E também temos de nos referir às emoções, à motivação das pessoas, para que invistam em esporte, para que participem disso.

Essas dimensões, eu as coloquei do lado esquerdo, e sobre elas vamos falar em detalhe agora.

Quando falo de infraestrutura, volto à ideia básica. Quando olhamos a questão do legado, estamos vendo, na realidade, a mudança dessas dimensões por causa da Copa. Só por causa da Copa, reformamos estádios, aeroportos, ruas, a infraestrutura de telecomunicações. Haverá instalações elétricas mais seguras, instalações para exposições mais seguras e mais bem estruturadas, assim por diante.

Esse é o Estádio Khalifa, que serviu aos Jogos Asiáticos. Existem novos estádios em Qatar.

Essa é uma boa ideia, esse é o Estádio de Manchester. Demoliram toda essa parte. Essa é uma arquibancada temporária. Cavaram mais profundamente o chão, livraram-se de uma pista de corrida e aumentaram o campo. Houve uma cerimônia de abertura do Estádio.

Essa foi a questão da infraestrutura. Agora, toco na questão do conhecimento.

O conhecimento envolve voluntários, que adquirem conhecimento e podem utilizá-lo para melhorar a infraestrutura de segurança, para prestar serviços não necessariamente relacionados à Copa. Os conhecimentos adquiridos no processo da Copa são legados. Oportunidades de trabalho são geradas pelo processo da Copa. Novos conhecimentos podem ser utilizados posteriormente. Adquirem-se novos conhecimentos em

tecnologia, em construção civil. Ganham-se informação e conhecimento através de redes sociais.

Tirei essas fotos para mostrar a dimensão disso. É o reconhecimento desse conhecimento. Aumenta, por exemplo, o conhecimento dos alemães sobre o Brasil. Houve uma exposição sobre o Brasil, e as pessoas aprenderam muito sobre o Brasil. E pode haver exposições sobre a Alemanha aqui que poderão eliminar esteriótipos sobre os alemães, como o de os alemães serem, por exemplo, muito rígidos, muito organizados; isso pode mudar.

Há outros exemplos. Houve uma melhoria da imagem não só da África do Sul, como também da África em geral no mundo. Eles demonstraram orgulho em relação ao país. O mesmo ocorreu na China, onde os chineses conseguiram mostrar a sua nação como soberana e digna, demonstrando que não são cidadãos de segunda classe.

E falo da questão das emoções, o que me remete ao Maracanã.

Esse é o Estádio de Berlim, que foi construído em 1936. É um estádio bastante antigo. Foram investidos 400 milhões de euros na reforma desse estádio. Talvez, o Maracanã seja maior. Sim, é maior. Houve uma motivação do público para que houvesse a reforma desse estádio. Eles poderiam ter feito isso em outro momento. Se não houvesse a Copa, daqui a quinze anos eles poderiam dizer: "Ah, sim, precisamos reformar o estádio". Mas não haveria o mesmo impacto positivo de quando se faz isso durante a Copa.

Então, esse momento pode ser recordado como um momento feliz, de encontro, de realização. As pessoas precisam disso, precisam de coisas para conversar a respeito, para comentar. As pessoas vão conversar sobre o tempo ou – posso falar do que sei – sobre se os alemães são nazistas ou sobre o que for. Podem conversar sobre qualquer coisa que venha à mente. Mas, agora, há algo bastante positivo: uma Copa do Mundo, que vai fazer com que as pessoas conversem sobre futebol, sobre esportes, numa atmosfera positiva. Depois, elas vão continuar com suas vidas diárias. Isso gera coesão social, motivação, confiança, uma atmosfera cooperativa. Isso é gerado pela atmosfera de eventos esportivos de forma geral.

Já houve uma discussão longa sobre isso. Não temos as mesmas opiniões aqui. O Prof. Lamartine e eu não temos o mesmo entendimento. Mas, em alguns países, como a Austrália, por exemplo, não existe um aumento da participação da população em eventos esportivos necessariamente por causa dos megaeventos. As crianças, cada vez mais, estão jogando videogames, mas existe pelo menos uma diminuição de 5% desse índice, o que é melhor do que nada. Precisamos, mais uma vez, desenvolver mecanismos de pesquisa eficientes e saudáveis para avaliar o impacto desses megaeventos na vida das crianças.

Mais uma vez, toco na questão das redes. Eu estava falando sobre o fortalecimento dos vínculos no Brasil não apenas nesse contexto de eventos internacionais, mas também na política. Os políticos precisam dessa dimensão. Os Srs. Senadores podem encontrar políticos de outros países sem que haja necessariamente uma pauta, uma agenda, um problema nuclear ou uma crise econômica, assuntos assim. Os senhores podem ter a oportunidade de se encontrar sem ter de defender os interesses brasileiros, em detrimento de outros interesses. Podem promover apenas um encontro entre chefes de Estado sem outras obrigações, apenas para estar ali, para festejar, para comemorar, para mostrar a hospitalidade do País, sem ter de responder a nenhuma questão. Eles voltarão aos seus países, e isso cria uma rede de contatos, que, imagino, não tem comparação; não existe coisa melhor. Há quarenta ou cinquenta chefes de Estado nas cerimônias de abertura. Para esse tipo de legado, temos de estar preparados. Quanto mais preparados estiverem, melhor podem utilizar isso para mostrar sua hospitalidade e para fortalecer seus vínculos políticos.

O último ponto é a cultura. Cria-se a percepção da cultura local, da identidade cultural, da infraestrutura. Isso já está bem claro.

Por que é tão difícil mensurar o legado? Já falei, em alguns momentos, sobre isso, mas esse *slide* é importante, porque muitos dos fatores intangíveis podem ser mensurados indiretamente. É difícil construir medidas, formas de medida de tudo isso. Apenas precisamos construir mecanismos eficazes de pesquisa a respeito disso. Por exemplo, estamos motivando as crianças a praticarem esportes? É difícil saber. Temos de considerar quais são os resultados, o que mudou no Brasil. O impacto é apenas o que pode ser mensurado como diferente.

Os legados podem ter efeitos relativamente pequenos e, assim, não ser visíveis nas estatísticas oficiais. Por exemplo, há problemas em gerenciar pequenos ruídos que podem ser acarretados pela Copa, em identificar os altos e baixos, as estatísticas, que não identificam claramente e suficientemente certas mudanças, certos efeitos. O último ponto é que os legados negativos não são, frequentemente, avaliados. Então, a cadeia de efeitos negativos não é conhecida. Existem interesses multifacetados dos *stakeholders*, das partes interessadas, e isso pode gerar um efeito positivo para um grupo, mas um efeito negativo para outro grupo.

Finalmente, quero dizer que essas dificuldades pedem desenvolvimento de pesquisas de apoio, que podem explicar por que os dados sobre as Copas do Mundo não têm credibilidade atualmente. Existe uma falta de confiabilidade nos dados, nas avaliações. Não há como avaliar essas decisões. Como os políticos podem tomar decisões, por exemplo, se não há informações confiáveis a respeito desses efeitos? Esse é um motivo para mensurarmos apropriadamente o legado.

O próximo conceito importante, sobre o qual eu gostaria de falar, está em laranja, como vemos aqui. Posso apenas falar sobre o efeito da infraestrutura. Essa é a questão das emoções. A Fifa, por exemplo, requer algo do Brasil, e a infraestrutura necessária envolve aeroportos, ruas, assim por diante. Mas existe o desenvolvimento da cidade em longo prazo. Essa é a área azul. A Fifa diz a vocês que essas duas áreas são coincidentes, que existe um *overlap*, uma coincidência. E, quanto maior a área em comum, melhor, porque a cidade precisa que essa área seja desenvolvida. De qualquer maneira, isso é interessante para a Fifa.

No Campo C, estão as obras que não são necessárias para a cidade. Tentamos incluir essas obras no plano de desenvolvimento das cidades, para maximizar o desenvolvimento positivo, de forma a usar a infraestrutura da Copa para coisas que, de qualquer maneira, precisam de desenvolvimento. Então, usa-se o evento, o advento dos Jogos, para melhorar coisas que, de antemão, precisam ser feitas.

É importante também a melhoria na infraestrutura que não é afetada pela Copa de forma geral, para que haja um desenvolvimento geral. Existe um risco de redistribuição de recursos da área do Campo B para os Campos A e C. Precisamos desenvolver estruturas normais, digamos, que não sejam necessariamente relativas aos Jogos.

No Campo C, precisamos maximizar a infraestrutura temporária, para evitar uma infraestrutura desnecessária. Quanto menos for construído desnecessariamente, melhor será. Por exemplo, as construções temporárias feitas em Londres foram mantidas durante certo tempo, mas, depois, foram demolidas, porque gerariam custos para o público.

Essa é a ideia geral. Acredito que a ideia de juntar as coisas explica por que o megaevento não trouxe benefício para os países da América Central. Nesses países, há um desenvolvimento completamente diferente daquele de que os Jogos precisam, requerem. Esse planejamento teria de incluir muitas coisas desnecessárias para esses países.

Essa é a linha do tempo. Vemos que, em 2005, as decisões foram tomadas. Começou a haver investimentos em construções até 2011. Isso aconteceu conforme a redistribuição do dinheiro dos impostos. Não há uma atividade econômica necessariamente através disso, mas, sem isso, esse dinheiro teria ido para outras obras de qualquer maneira. Então, aqui, não houve ganhos. Durante a Copa, existe ganho, porque existe atividade financeira através do consumo. E, depois da Copa, a utilização das localidades modificadas, todos esses fatores, como, por exemplo, a melhor infraestrutura para o turismo, tudo isso cria atividades através de consumo via turismo no futuro.

A questão é: como podemos utilizar os Jogos e as Olimpíadas para mudar a localização, os fatores de localidade, para tornar os locais mais interessantes para negócios, convenções, assim por diante? Aqui, há um exemplo positivo. Vejam: começamos em 2005, e, depois da Copa do Mundo, há novos fatores de localidade, há um platô.

Como vimos em Barcelona, em 1992, para melhorar o turismo, foram adicionadas mais localidades, com melhoria de infraestrutura, e, depois, isso voltou ao zero, porque toda a infraestrutura construída não podia ser utilizada. No caso negativo, construímos coisas que não precisam ser utilizadas, que não são necessárias. E essas coisas consomem mais dinheiro para manutenção do que podemos produzir, porque, na verdade, esse espaço não é necessário. Isso pode ser negativo. Esse foi o caso da Espanha.

Falei sobre isso antes, em outro quadro. Primeiro, há as decisões para fazer as licitações públicas, e, depois, há as obrigações e os requerimentos da Fifa. Mas esse campo, muitas vezes, é ignorado. Estamos conversando aqui com bastante antecedência, e essa é uma vantagem. Existem atividades opcionais que não são requeridas pela Fifa, mas que podem ser desenvolvidas no Brasil, de forma a proporcionar um maior efeito no desenvolvimento da infraestrutura. Em Barcelona, por exemplo, eles construíram muitos museus. Os museus não foram solicitados pela Fifa, mas, agora, eles são bons para o turismo, são favoráveis. O investimento foi feito de forma a modificar uma infraestrutura que não era solicitada, mas isso melhora o legado, isso melhora as atividades opcionais. Pode haver mudanças no Brasil. Por exemplo, o Brasil se torna um lugar melhor para congressos, para seminários, para feiras, para turismo, para indústria, enfim, megaeventos de forma geral.

Mais uma vez, a mesma mensagem que eu disse anteriormente em outro *slide*. Estou mostrando para vocês como o legado social é criado. Nós temos seis dimensões e existe a mudança do fator de localidade. Por exemplo, temos novos destinos turísticos. Isso implica em novas redes, novos eventos. Precisa-se de emoção, porque precisa-se de motivação. Precisa-se

trabalhar a imagem para tornar o Brasil um lugar atraente para os turistas. Precisa-se de conhecimento para os serviços, indústria e infraestrutura para receber as pessoas. Isso cria uma demanda local adicional: maior produção, maior taxa de emprego, de renda e de impostos, arrecadação de impostos. Isso representa um legado social melhor, porque esses impostos arrecadados podem ser dirigidos para hospital, escolas e assim por diante. A menos que as pessoas desviem as verbas, tornem-se milionários desviando dinheiro público.

A maior parte do legado desejado não acontecerá automaticamente. No caso de Londres, dos jogos em 2012, foi a primeira vez que o planejamento do legado funcionou. Isso foi criado mediante negociação entre os diferentes poderes. No caso, os brasileiros que estão organizando os jogos da Copa e das Olimpíadas estão tendo em mente apenas os impactos momentâneos, temporários. Estão esquecendo de que existem necessidades e legados no longo prazo e que, se trabalharem juntos, podem preparar essas estruturas de forma que o legado deixado seja positivo. Não é tarde para alavancar as decisões, e isso deve começar agora, aqui.

O fato de que o Reino Unido estabeleceu uma organização de **delivery**, de entrega, de legado, três anos antes dos jogos de 2012, mostra o risco real de falência, de falhas esperadas com relação ao legado. Para suceder, o Brasil deve ancorar a realização, o reconhecimento dos benefícios antes que a Copa do Mundo aconteça, em vez de tentar juntar os pedaços depois. O legado deve ser avaliado com métodos científicos sãos. Assim, as decisões políticas podem ser tomadas com baixo risco.

O terceiro ponto é que deve ser criada uma plataforma de informação e conhecimento que metodologicamente pode ser um painel de avaliação. Isso é muito complexo para explicar agora para vocês, mas informa o bom desenvolvimento, como está sendo desenvolvido o conceito do legado, a questão do legado. A interpretação e a validação da informação têm que ser feita por organismos políticos. O painel de avaliação pode ajudar a gerenciar os efeitos do megaevento para o Brasil; essas lições devem ser aprendidas, o Brasil pode estar altamente envolvido. O painel de avaliação é uma ferramenta útil para o Brasil no futuro.

Finalmente, meu último *slide* mostra o quadro do legado para os megaeventos no Brasil que, se forem acordados agora em 2011, se for criada uma metodologia e um quadro para se trabalhar com relação a esses eventos e depois uma forma de termos relatórios sobre o que ocorreu, podemos ter avaliações quantitativas e qualitativas. Da mesma forma, fazemos isso com os Jogos Olímpicos, antes e depois, e depois podemos aprender como esses megaeventos de fato funcionam.

Pontos importantes estão aqui, as informações estão aqui. A metodologia pode ser criada pelas universidades, enquanto os bancos de dados e a interpretação das variáveis podem ser feitos pelo Ministério de Educação ou pelo Banco Nacional. Enfim, os dados devem ser utilizados a longo prazo. Não interessa termos. Não interessa termos informações que dependam apenas das universidades, porque nem sempre elas são capazes de entregá-las e a metodologia pode falhar.

Muito obrigado por sua atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Prof. Dr. Holger Preuss pela sua apresentação.

De acordo com o que estabelece o nosso Regimento Interno, a palavra será concedida aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras presentes para apresentarem suas observações e questionamentos.

Preciso informar aos nobres Pares presentes que nunca limito o tempo em audiências como esta, mas devido ao atraso que temos que recuperar, em homenagem ao painel seguinte, que será presidido pela Senadora Lídice da Mata, desta vez, vou precisar pedir a contribuição e a colaboração de todos os inscritos no sentido de observarem o tempo regimental.

Para a senhora autora do requerimento, Senadora Ana Amélia, vou conceder o tempo de três minutos, prorrogáveis por mais dois, e aos demais, infelizmente, precisarei conceder os três minutos regimentais.

Primeiro, a Senadora Ana Amélia com a palavra, depois a Senadora Lídice da Mata e, por fim, o Senador Cristovam Buarque. Esses são os inscritos até o momento.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) (*Fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Zeze Perrella depois do Senador Cristovam Buarque, portanto.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Paulo Bauer, queria cumprimentar as exposições, que foram muito esclarecedoras sob um aspecto que nós, aqui nesta Casa, ainda não havíamos visto e tomado conhecimento.

O que disse o Prof. Lamartine me preocupou muito. O resumo é que o Brasil pode ser, amanhã, a Grécia de hoje, se não tiver os cuidados adequados no controle de gastos e de um planejamento extremamente eficaz e eficiente nesse processo. Na primeira frase que o senhor usou, depois de mostrar o papel da Academia nesse processo, que é extremamente relevante, o senhor disse que o papel dos poderes é

mobilizar esse conhecimento, que foi, digamos, juntado pelo trabalho da Academia. Esses poderes hoje estão fazendo adequadamente essa mobilização? É a primeira pergunta ao senhor.

Queria também lhe dizer que me pareceu que as universidades particulares, como a sua, Gama Filho, e a PUC do meu Estado, onde me formei em Comunicação Social, são as mais envolvidas. Não entendi se foi a Universidade Federal de Minas Gerais que tomou a dianteira desse processo, mas as particulares pareceram-me mais interessadas nesse estudo.

Queria também dizer ao senhor que a sua sugestão de o Senado e esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte... Coletivamente, proponho, faremos o convite ao Presidente da Fifa para vir aqui. Por fim, se o senhor considera, também sugestão sua, esta Copa do Mundo mais um **business** ou mais um evento para que as coisas aconteçam.

Quanto à sua sugestão para que o Senado tome a iniciativa da Mega City, na região do Rio de Janeiro e Minas, não vou fazer isso, porque o Aécio Neves e o Zezé Perrella não aceitariam a minha intromissão e muito menos o Francisco Dornelles, o Lindbergh Farias e o Marcelo Crivella. Então vou ficar lá com o Rio Grande do Sul.

Ao Prof. Holger: pareceu-me que o senhor foi extremamente otimista em relação às consequências de uma Copa do Mundo. O senhor avaliou mais os aspectos positivos. Claro que o Brasil, por ser um país latino, tem uma atitude diferente de países como Alemanha, por exemplo. Aqui, quando o Guga, lá de Santa Catarina de Paulo Bauer, foi campeão de Roland-Garros, as crianças ficaram muito encantadas. Então foi o exemplo de um atleta bem-sucedido, campeão que levou as crianças a buscarem o tênis. Aquilo sensibilizou mais a iniciativa das crianças.

O futebol, no Brasil, é o esporte das massas e evidentemente está muito relacionado ao sucesso que atletas como Neymar, Ronaldinho, Ronaldo Nazário, que já se despediu do gramado, representam para essa juventude, especialmente para as camadas mais pobres da população, cujo sonho um dia é ser um jogador de sucesso e ganhar dinheiro fácil. Então não há o conceito dessa coisa da profissionalização, mas muito mais o impacto que isso propõe.

Como o senhor é especialista nessa área, queria saber como o senhor enxerga estes eventos: Copa do Mundo e Fifa. Isso é mais um *business* ou é também um processo que o País pode aproveitar não só nas relações econômicas, sociais, ambientais, mobilidade urbana, mas também, como V. Sª mencionou, diferentemente do Prof. Lamartine, nas questões diplomáticas do relacionamento entre os países e o Governo?

São as minhas questões, para não chegar aos três minutos que me foram dados pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senadora. Como sempre, V. Exª é um exemplo real de cumprimento de normas e Regimento. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vou tentar também garantir a utilização do tempo.

Tenho acompanhado as experiências, porque sou Presidente da Subcomissão da Copa e das Olimpíadas, na Comissão do Turismo, da qual participa também o nosso Vice-Presidente, Zeze Perrella. Então nós estamos fazendo um trabalho de acompanhamento de todas as capitais sedes da Copa do Mundo.

Claro que essa apresentação suscita uma enorme discussão sob muitos aspectos. Porque, primeiro, todas as experiências que foram citadas e analisadas têm uma diferença muito grande, em relação ao Brasil, inclusive do ponto de vista territorial. O Brasil é um continente. E será neste continente, digamos assim, do ponto de vista territorial, que vai se organizar a Copa. O impacto da Copa do Mundo, que terá seis países da América do Sul participando, para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Curitiba será um e para o Amazonas será outro. Então eu creio que a análise da experiência do Brasil exige realmente uma imersão maior.

Mas achei esplêndida a intervenção dos dois especialistas. O Dr. Lamartine traz a experiência voltada para o estudo das Olimpíadas, que a nossa Subcomissão também analisa e vai começar a debater especificamente – e gostaria de convidá-lo posteriormente para essa discussão. Os dois introduziram na nossa discussão um aspecto essencial: a incorporação do que o Dr. Lamartine chama de o quarto poder, a universidade, na discussão e na preparação da Copa. Acho fundamental que esse conhecimento especializado possa se traduzir. Portanto, temos que exigir maior interação do Governo. Essa ideia de organização dos quatro poderes nos dá a clara dimensão dos conflitos que podem existir. Claro que uma proposta como esta, da Lei Geral da Copa, tem que ser debatida e modificada pelo Congresso Nacional. Não podemos permitir as exigências inaceitáveis que a Fifa vem fazendo.

Agora, eu gostaria que os dois pudessem nos responder. Com toda essa situação de legado positivo e negativo, é válido fazer a Copa no Brasil? Ou não é válido? Eu tenho um entendimento sobre isso, mas quero ouvir dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero começar dizendo que essa pergunta eu não farei, porque, como se diz por aí, "Inês é morta". A Copa agora tem que ser feita de qualquer maneira. Mas, como curiosidade, é interessante!

Na verdade, passado isso, quero dizer que esta semana eu estive no gabinete do Governador do Distrito Federal e fiquei deslumbrado e horrorizado. Deslumbrado com o estádio que está sendo feito em ritmo muito bom aqui no Distrito Federal. É uma foto imensa que tem no gabinete dele. E horrorizado porque não tinha nenhuma foto de escola, de hospital, de rodovia nova que ele esteja pensando fazer no Distrito Federal. A sensação que eu tenho é que o Brasil hoje caminha sobre duas pernas: Copa e pré-sal. É como se não existisse mais nada. Espero que os tradutores expliquem ao Dr. Preuss o que é o pré-sal para nós, talvez ele não esteja a par.

Isso deixa preocupado qualquer um de nós. Quando olhamos o legado que o Dr. Preuss colocou, vemos que, dos dezesseis, três poderiam ser feitos só se houvesse a Copa. Os outros todos poderiam acontecer sem a Copa. Os que não temos como fazer sem a Copa: a repercussão internacional, a incorporação do turismo e o que ele chamou de *feel good*, a autoestima, vamos dizer assim, que realmente a Copa traz.

De resto, a minha pergunta, é: pela experiência, pelo conhecimento dos senhores, não só de Copa, mas de políticas públicas, tudo isso não poderia ser feito sem necessidade dos gastos da Copa? Ou seja, colocar água, esgoto, trem-bala, instalações para universidades, tudo isso, a meu ver, poderia ser feito sem necessidade dos gastos que a Copa implica. Quero saber por que Copa e Olimpíadas conseguem mobilizar recursos para o bem-estar social de um país que, de outra forma, país não faria só pela vontade de seus políticos. Neste País é assim.

Finalmente, quero dizer que apoio a sugestão que veio do Dr. Lamartine e que a Senadora Ana Amélia acatou: convidar o Sr. Blatter para vir aqui conversar conosco. Tem meu apoio a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Cristovam. V. Exª também ficou no tempo regimental e eu o cumprimento por isso.

Senador Zeze Perella, por favor. V. Exª tem a palavra.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sr. Presidente, tudo que eu ouvi aqui veio a calhar com tudo o que eu já pensava com relação a isso. Eu teria quer ser o primeiro a defender Copa do Mundo, até porque sou um desportista e há 17 anos presido um clube grande. O que me preocupa, e na verdade o Prof. Holger colocou bem, é o legado; o legado negativo. Para mim, a curto prazo, Copa do Mundo só é bom negócio para a Fifa. A Fifa ganha bilhões de dólares com Copa do Mundo, não ajuda financeiramente em nada os países-sedes e, na verdade, ainda quer interferir na nossa soberania internacional, ferindo inclusive a nossa Constituição em alguns aspectos.

Eu sou absolutamente a favor de Copa do Mundo, mas estou absolutamente convicto também de que Copa do Mundo só pode ser bom negócio a longo prazo. Pode melhorar nosso turismo, vai divulgar o Brasil no mundo inteiro, mas, a curto prazo, não tenho a menor dúvida de que o País perde. E eu deveria até estar aqui defendendo.

Para se ter uma ideia, o nosso estádio Mineirão vai custar R$700 milhões e foi entregue à iniciativa privada. Eles vão ter que reverter esse dinheiro de novo. Só temos dois clubes grandes em Minas, com todo o respeito ao América, que joga lá, até porque o América tem o seu estádio. Eu pergunto: como eles vão rever esse dinheiro quando 80% dos eventos terão de ser futebol? Não sei como eles vão conseguir rever esse dinheiro. E isso pode penalizar demais os clubes. Acho que os clubes de futebol vão acabar pagando a conta da Copa do Mundo, apesar de eu ser a favor.

Era só o que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado a V. Exª.

Agora nós ouviremos as manifestações dos nossos convidados. Cada um deles terá cinco minutos para responder e fazer observações que acharem adequadas acerca das manifestações dos Srs. Senadores.

Concedemos, primeiramente, a palavra ao Prof. Dr. Holger Preuss para as suas considerações e manifestações.

O SR. HOLGER PREUSS – Isto é confuso: ouvir em português e falar em inglês.

Então, a primeira pergunta. A minha resposta toca um pouquinho as outras perguntas. De todos os legados positivos, é verdade que eu expressei tudo de forma muito positiva e otimista, mas o que mostrei nas dimensões diferentes, por exemplo, a melhora, a mudança da estrutura que as pessoas aprendem, mas eu não disse quanto e também não pesei isso em relação aos custos.

Eu disse, no início também, que não estamos conversando sobre um resultado, uma relação entre o custo e o legado; ao contrário, o que poderemos colocar em relação aos resultados, aos custos. O legado também inclui os legados negativos.

A pergunta mais relevante tinha a ver se esse é um negócio grande e bom para a Fifa, se é um risco para a cidade. Sim. Para a Fifa é um negócio maravilhoso. Para a Fifa. E a maior parte dos riscos é dada

para os Estados e para as cidades. Todos os custos, todos os gastos estão nas mãos do Brasil, enquanto a Fifa, mais e mais, depois da África do Sul, pega todo o **merchandasing**, pega toda a venda de ingressos. Mesmo que você ache patrocinadores brasileiros, a Fifa só dá uma porcentagem do dinheiro.

Eu gostei dessa primeira pergunta, no cantinho do Senador Cristovam, quando eles nos forçam a ter algum comportamento de que não gostamos e que nunca tivemos. Também a Fifa controla muito o País e tenta, através dos contratos que eles assinam, controlar mais ainda.

Por outro lado, temos alguns legados e algumas coisas que enfatizei na minha apresentação. Gosto de falar sobre as coisas realmente difíceis para se atingir sem a Copa do Mundo. Então, a coesão social, o orgulho nacional. Fizemos uma grande pesquisa sobre isso na China, em relação aos Jogos Olímpicos, o símbolo que agora nós temos em relação ao mundo. Nós conseguimos fazer esse tipo de evento, e tudo correu bem.

Outra questão: por que estamos celebrando um casamento que é tão caro? O que esse casamento significa para nós? Há memórias, há uma festa, eu convido as pessoas. E por que eu gasto tanto dinheiro num casamento? Casamentos são tão caros! Então, esse é o tipo de evento que a gente não pode comparar, por exemplo, com investimento no pré-sal ou na produção de petróleo. É algo diferente.

Posso ter mais um minutinho, por gentileza? Bem rapidamente.

Mesmo que fôssemos desenvolver da mesma forma, nós iríamos desenvolver mais devagar. Então, seria ruim também se a gente desenvolvesse rápido demais. Mas, por outro lado, podemos atingir alguns acordos políticos, porque o argumento Copa do Mundo e Jogos Olímpicos traz partidos diferentes, se ficarem juntos e resolverem os problemas que existiam nos anos anteriores. E agora eles têm uma razão para os políticos se unirem: eles crescem juntos, eles cooperam, e aí a força externa entra e ajuda também. Isso gera benefícios que não são tão fáceis de serem alcançados se você não tem a pressão de um megaevento.

Meu último ponto tem a ver com a resposta em relação ao evento como um todo. Nós não podemos dizer que só queremos os legados positivos e não queremos os negativos. Isso não acontece assim. Então, você tem que entregar tudo. Se você fizer uma boa festa, você tem que comprar algumas coisas que não vai poder usar no futuro, mas que pertencem a uma festa. Portanto, temos que entender que isso se trata de um produto num pacote.

Há esse grande legado para os turistas, por exemplo, ao redor do mundo, exposição ao mundo, quantas propagandas você tem que fazer para o resto do mundo para aumentar e melhorar a imagem do Brasil, ao contrário de não termos esse evento.

Então, quando fazemos esse tipo de evento, não podemos isolar. Nós queremos a exposição mundial, mas não quero pagar muito pela nossa festa. Isso não funciona assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok. Agradecemos as palavras do Prof. Holger Preuss e passamos a palavra ao Prof. Lamartine da Costa por cinco minutos.

O SR. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA – Muito obrigado pelas perguntas.

Iniciando pela Senadora Ana Amélia, eu gostaria de dizer que, quanto à pergunta se o Governo busca informação, às vezes, sim. Não é uma coisa permanente. Ainda não existe uma interface normal. O curioso é que grande parte das informações são desenvolvidas com recursos do próprio Governo. Então, o Governo não usa o que ele gera. Nós estamos trabalhando para publicar no exterior, que é uma coisa um pouco absurda. Eu tenho mais livros no exterior do que no Brasil. Tem alguma coisa errada aí! Está um pouco complicado, mas nós não podemos reclamar. A Capes e o CNPq são perfeitos nesse ponto de vista. O que falta é um sistema de uso dessas informações.

Quanto ao Presidente da Fifa, a conexão com o *business* está absolutamente correta, e a pergunta mais delicada é esta. Se vocês querem a chave de perguntas, posso passá-la neste momento.

Estamos trabalhando em contrato – isso é um contrato – tanto com o Comitê Olímpico quanto com a Fifa. É um contrato que se assina com uma entidade que não tem visibilidade de custos, nem de destinação desses recursos. Então, isso envolve problemas de governo, porque os recursos do governo acabam indo para entidades que não conhecemos. Por quê? Porque não pertencem ao sistema de nações. O Itamaraty não pode fazer nada com a Fifa.

Então, essa coisa é única no mundo. Isso precisa ter uma solução qualquer. Não é por causa da Copa. Os legislativos de outros países precisam se envolver nisso.

Sam Rio, minha resposta é política. Nossa equipe tem uma pessoa de Minas Gerais. E é o advogado, é a pessoa das leis, porque nós fomos alertados que precisávamos nos entender com Minas Gerais, porque se não esse projeto não andaria. De maneira que é o Prof. Bosque, de Minas Gerais, que está à frente disso.

Quanto à questão das informações, é preciso dizer o seguinte: a prefeitura do Rio de Janeiro estabeleceu uma relação política e técnica com o Instituto dos Advogados Brasileiros. A outra relação que tem sido

estabelecida com a Copa é com o Confef, Conselho Federal de Educação Física. Esse Conselho tem feito trabalhos no sentido de desenvolver essa questão da informação. Uma que teve muito sucesso foi a videoconferência entre especialistas do exterior e especialistas que estão nas cidades da Copa. Foi um sucesso isso aí. Percebemos que há especialistas esperando sua oportunidade para trabalhar. E muitos de universidades. O que chamou mais a atenção foi Pernambuco. A Universidade Federal de Pernambuco tem o foco voltado para trabalhos com relação ao estádio, que é fora da cidade de Recife. Só que isso não está sendo desenvolvido porque todas as mentes e capacidades estão localizadas na construção e nos custos.

Precisamos ter atenção para isso. A senhora tem razão.

Quanto à Senadora Lídice da Mata, que fez a pergunta chave – e para correr com as respostas –, se é válida a Copa no Brasil ou não. Para isso, não há discussão do ponto de vista acadêmico. Há uma luta violenta entre os países para sediarem megaeventos. É que dá a impressão de que aquilo está substituindo escola ou hospital. Para os economistas – para o Senador Buarque isto é muito importante também –, academicamente, no nível da economia e provavelmente no nível da política, é uma falsa questão, porque é o tal custo da oportunidade. Se essa pergunta fosse feita ao governo chinês, eles ririam. Eles riem disso, porque eles não hesitaram com relação a isso; e é um país que dá prioridade à educação.

Então, essa é uma falsa questão, porque não substitui. Os recursos que vêm da Copa e dos Jogos Olímpicos são outros. Eles são criados dentro do país, mas vêm do exterior também. É por isso que todo mundo quer a Copa e os Jogos Olímpicos. Tinha que haver um segredo qualquer. A gestão é que não é bem feita.

Então, é aparência pensar que se está substituindo a educação ou o hospital. Não é verdade, não é verdade isso. É preciso ter cuidado com essa situação. É acadêmica essa discussão, mas, politicamente, existe essa questão em qualquer país, sempre vem isso. Principalmente no norte da Europa e nos Estados Unidos há movimentos para se eliminar a possibilidade de se envolver em megaeventos.

Bom, para o Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de dizer que Copa e pré-sal... É possível que sim, que durante muitos anos a China era um movimento industrial – os trens-balas e os Jogos Olímpicos. Era o símbolo do que estava acontecendo. Brasília já foi esse símbolo, e muita gente discutia isso, aqueles de cabelos brancos: "Os recursos para Brasília estão substituindo as escolas e os hospitais". No entanto, o centro do País foi transferido para cá. Hoje, tem uma influência notável no País, e hoje estamos aqui todos reunidos, quando, no passado, criticamos a construção de Brasília pela mesma razão.

Então, um país – desculpem-me; não é lição – não pode hesitar diante de grandes realizações. É claro que isso tem que ser controlado e tem que ser gerenciado, porque, se não, perde-se a oportunidade e volta-se contra si mesmo.

Brasília foi um escândalo, poderia criar um grande problema para o Brasil e chegou a criar o problema da inflação em alto nível, porque até hoje pagamos esse débito.

Muito bem, se é Copa e pré-sal, portanto, nós estamos em boa companhia. Aliás, a Índia é candidata exatamente ao que estamos fazendo. Só resta agora o Brasil e a Índia. Nós assumimos essa posição, e a Índia virá depois.

Dentro da tradição dos Jogos Olímpicos, já se sabe que um país, no vestibular, para ser um grande país, vai para a exposição pública. Ele enfrenta as dúvidas que nós temos. E estamos é com medo, ou, então, estamos aceitando a corrupção para não fazer o grande. Temos que pensar grande. A corrupção é outro problema. Nós temos é que controlar; é que estamos confundindo as duas coisas. A avestruz coloca a cabeça na areia. Não é possível isso! Então, nós não vamos fazer nada?!

Eu não estou discutindo a viabilidade do trem-bala. Apenas na China ele é um simbolismo. Ele une as megacidades. O custo é fantástico, é inviável o trem-bala chinês, mas é viável do ponto de vista do país.

Bom, necessidade de convidar Blatter. Eu acho que essa é a diferença que deve ocorrer. O cerne da questão é a visibilidade dessa instituição, que é fechada. Vários pesquisadores tanto do Brasil quanto do exterior... Eu não falo em nome do professor que está hoje aqui presente, que é o Preuss, mas eles não dão informações. Ninguém sabe nada da Fifa, e, curiosamente, exigem informação dos países que estão envolvidos. Isso tem alguma coisa que precisa ter uma ordem. E não é somente uma ordem jurídica. Em primeiro lugar, uma ordem política para, depois, passar para a política. A questão dessa lei precisa ser discutida nesses termos. Isso está ofendendo a soberania nacional. Não é insultar a Fifa, não, porque isso pode parecer terrorismo contra a Fifa. Nós temos que ir com eles, juntos, até 2014 e ponto final. É como o senhor disse: já foi feito, e vamos lá. Mas segura eles e disciplina-os. Esse Sr. Volker usa só dados técnicos que poderíamos citar tranquilamente. Ele tem que se adaptar a isso.

Vi a declaração do Presidente Lula com relação à Fifa, e ele fez muito bem. Talvez ele não estivesse

posicionado como estamos agora. E é impressionante que o Itamaraty ainda não percebeu – desculpem-me se estou fazendo uma crítica – que isso é um problema de relações públicas de soberania nacional. Não se está entendo isso. A comparação é com o Comitê Olímpico.

Para terminar, Sr. Presidente, o Comitê Olímpico se adaptou, ele se ajustou, ele foi disciplinado. Hoje, eles trabalham junto com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o governo do Estado e com o Governo Federal. São outras pessoas. E o que eles exigem é absolutamente correto. Então, nós temos que ver isso. Por que uma instituição internacional age de uma forma e a outra de outra forma?

Precisamos solucionar isso. Acho que o Brasil tem uma grande oportunidade para colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Prof. Lamartine.

Esta Presidência agradece pela contribuição e pela participação de V. Sª e também pela do Prof. Holger Preuss; agradeço a presença, a participação e a contribuição de todos os Senadores presentes. Cumprimento a Senadora Ana Amélia pela iniciativa.

Esta audiência pública foi gravada pela TV Senado, que a reproduzirá no canal de televisão que cobre as atividades do Legislativo; também pela Rádio Senado, pelo Jornal do Senado e pela Agência Senado. Portanto, obviamente, tem acesso à audiência toda a população brasileira que desejar conhecer detalhes e informações que V. Sªs aqui prestaram.

Declaro encerrada a presente reunião e já deixo convocada a próxima para daqui a três minutos, a ser presidida pela Senadora Lídice da Mata.

Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às doze horas e sete minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Lídice da Mata**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rego, Mozarildo Cavalcanti e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de 2º Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/11–CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a discutir o tema **"Logística"**, em continuidade aos debates do **Seminário "1º Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Jaime Parreira, Diretor de Engenharia da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero); Senhor Marcos de Souza Oliveira, Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Superintendência de Radiofreqüência e Fiscalização (SRF/Anatel); Senhor Maurício de Lana, Presidente da Regional Minas Gerais do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco) e Senhor Alexandre Sampaio, Presidente do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Lídice da Mata, esclarece ao Plenário que devido a problemas de tempo, as intervenções dos Senadores serão feitas em seguida às apresentações de cada expositor. Após a apresentação do primeiro expositor, Senhor Jaime Parreira, usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento e a Senhora Senadora Lídice da Mata. Logo após, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Lídice da Mata, passa a presidência a Senhora Senadora Ana Amélia, em razão de compromisso anteriormente assumido. Após as apresentações dos demais expositores, usa da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia. Prosseguindo, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar,

a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª MESTRE DE CERIIMONIAS – Dando continuidade à primeira avaliação parlamentar da Copa de 2014, realizaremos, agora, a segunda audiência pública desse seminário, que debaterá a logística da Copa do Mundo.

Convidamos a compor a Mesa a moderadora dos trabalhos da segunda audiência pública, a Exmª Srª Lídice da Mata; o Diretor de Engenharia da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Sr. Jaime Parreira; o Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF Anatel), Sr. Marcos de Souza Oliveira; o Presidente da Regional Minas Gerais do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), Sr. Maurício de Lana.

Tenham todos uma ótima audiência.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Havendo número regimental declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 46/11, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Ana Amélia, para a realização do Seminário Primeira Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo 2014, no formato de quatro audiências públicas, sendo esta a segunda audiência, destinada a debater o tema "Logística".

Dando início à primeira audiência pública, passo a palavra ao primeiro expositor, pelo tempo de 15 minutos. Nós reformamos um pouco o projeto desta segunda audiência, em função do horário. Então, vou apelar para a capacidade de síntese dos senhores. É claro que temos a compreensão também, e, na medida do que for necessário, daremos um tempo de tolerância.

Então, o tempo, que previsto um pouco maior, vamos reduzir para 15 minutos com a tolerância de cinco. O tempo antes era de 25 minutos e vai passar para 15, com a tolerância de mais cinco.

Então, o primeiro expositor está aqui, o Sr. Jaime Parreira, Diretor de Engenharia da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, para apresentar projeto da Infraero.

O SR. JAIME PARREIRA – Muito bom dia a todos. Em nome da Infraero, agradeço o convite para esta audiência; em nome da Senadora Lídice, cumprimento todos os presentes.

O objetivo, aqui, hoje, é fazer uma apresentação a vocês de como estão os investimentos nos aeroportos da Copa das cidades-sede, sobre o estágio em que estão e sobre o andamento de todo esse trabalho, focando-se alguns aspectos bastante particulares, de cada unidade e de cada Estado.

Vou começar a minha fala, dizendo que a Infraero administra hoje 67 aeroportos em todo o Brasil. Obviamente, esses aeroportos de que vamos falar aqui movimentam cerca de 90% de todo o tráfego aéreo brasileiro. Mas ela também tem o dever social e institucional de administrar outros aeroportos em fronteira, esse tipo de coisa.

Um pouco diferente do que se falou na audiência anterior, a questão da Copa e das Olimpíadas para os aeroportos, na avaliação feita de planejamento, é um evento muito importante. Claro, já está sendo dimensionada a movimentação extra de passageiros, que pode ocorrer nessas ocasiões, mas o fato é que os aeroportos têm um planejamento cadenciado para atender à demanda extraordinária, que todos nós conhecemos, especialmente nos dois ou três últimos anos, em especial no ano passado, em que a média nacional girou em torno de 26% ou 27%. Em alguns aeroportos, ela chegou a 50% de aumento. Então, isso é muito importante.

Quanto à questão-legado sobre se é importante ou não esse investimento, sobre se ele poderia ter sido feito ou não, para nós, para o Planejamento, para a Secretaria da Aviação Civil, ele tem de ser feito, independentemente de haver esse evento. Uma coisa que todos nós reconhecemos é o acesso extraordinário das camadas sociais ao transporte aéreo, o que é extraordinário para o País. Temos de correr atrás, literalmente, dessa defasagem; tem-se de investir.

Vamos lá? Um probleminha no sistema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós últimos dois anos, qual foi o crescimento do usuário de transporte aéreo no Brasil, dentro dessa sua lógica de que a massa pobre...

O SR. JAIME PARREIRA – Em 2009 – não tenho certeza absoluta –, mas algo em torno de 19% em

cima dos dados de 2008; em 2010, de 26% a 27% em cima dos dados de 2010. Isso é bastante.

Veja bem, a média histórica desse crescimento da aviação brasileira é na faixa de 7% – de 7% a 12%, em média, ao longo de todos esses anos. Então, é esse o planejamento que tínhamos. E essa mudança substancial, radical, alterou completamente, vamos dizer, o *status quo*, o que tínhamos planejado. E tivemos de fazer uma série de mudanças que... Conseguimos? Ainda não, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Continue. Peça para acompanharem pela...

O SR. JAIME PARREIRA – Acho que vocês têm aí uma apresentação. Então, basicamente, o pacote de investimentos hoje nos aeroportos da Copa – especificamente aeroportos da Copa, repito – está em torno de R$6,5 bilhões.

No dia 30 agora, vai ser aprovado... Esse número já é uma inserção de mais algumas obras que foram, vamos dizer, necessárias e que vão ser incorporadas à matriz de responsabilidade como sendo aeroportos da Copa – no dia 30 agora. E há hoje investimentos espalhados em todo o Brasil.

Acho que entramos. Fica mais fácil de vermos aqui. Pode, sim. Por favor.

Próximo, por favor.

Para se ter uma ideia, em todo o Brasil, só investimentos da Copa, como estão espalhados, abrangendo-se todo o escopo... E, ao lado ali, muito rapidamente, o estado atual: o que foi concluído, o que está em execução, o que está sem licitação, o que está em ação preparatória.

Leia-se "ação preparatória" aquela de montar os editais para as licitações.

Só como ideia, Guarulhos. Guarulhos é realmente, de todo esse pacote, o maior investimento, mesmo porque é o aeroporto que hoje movimenta 27 milhões de passageiros/ano e que, de 2009 para 2010, agregou 5,5 milhões de novos usuários, só para se ter uma ideia do volume disso.

Aqui, os senhores estão vendo quais são as obras. Vou abrir uma delas só, depois tenho tudo isso espelhado. Nós temos muito pouco tempo. Onde se lê "parque", onde se lê "concessão", os amarelos são – e vou falar sobre esse assunto – os investimentos que estão sendo incluídos para o futuro concessionário. Os senhores sabem que Guarulhos, Viracopos e Brasília vão entrar em processo de concessão, cuja meta que se espera de um futuro concessionário para abranger isso – quem pilota isso é a Secretaria de Aviação Civil, somos parte disso – é a partir de março, abril do ano que vem. Então, nós estamos tocando aí o empreendimento até lá, e os em amarelo vão ficar para o futuro concessionário investir, mas o que se pretende é que tenhamos, em 2014, uma capacidade instalada de 52,7 milhões passageiros/ano, com uma demanda de 39 milhões de passageiros/ano.

Vários desses empreendimentos que vou apresentar a vocês são faseados – vou dar o exemplo prático disso – e espera-se entregar em 2014. Esse planejamento é o corpo central do futuro terminal 3. Já está em obras hoje a parte de terraplanagem de pátio, e, depois, eles continuam. A meta de tudo o que vou apresentar aqui é dezembro de 2013 – essa é a meta –, mas obviamente essas obras vão continuar em vários dos nossos empreendimentos, até porque tem o marco Copa, mas a demanda continua crescendo bastante, e temos de nos adequar.

Vamos abrir o *link* do terminal 3, especificamente, para mostrar?

Para vocês terem ideia, o projeto acaba agora isso em dezembro. Esse é o corpo central. Estamos fazendo essa parte de terraplanagem, e quem for a Guarulhos vai ver as escavações e esse solo sendo trocado. Aqui, em cada apresentação, temos aqui os prazos de que estamos tratando.

Próximo, por favor.

Vamos abrir aqui o quarto, o polêmico terminal remoto, esse que foi objeto de várias manifestações na mídia, etc., um investimento que estamos fazendo de R$86 milhões, que acaba no fim do ano, início de janeiro, e que vai dotar o aeroporto de um terminal bem, digamos, simples, mas muito funcional de 5,5 milhões de passageiros/ano, que está sendo instalado exatamente onde era o antigo terminal da Vasp, de cargas.

Voltando. Próximo, por favor.

Próximo aeroporto. Brasília também está em processo de concessão. Temos aqui o que vamos fazer, que é a parte azul, o 2 e o 3. Vamos tratar o terminal 1. Essa obra já está em andamento. Quem anda pelo aeroporto já está vendo tapumes, e as expansões projetadas ficarão para o futuro concessionário, além de uma série de outras obras de infraestrutura que estamos executando.

Próximo. Campinas é o mesmo estágio. O que temos aqui, o que é um investimento feito pela Infraero agora e para o futuro concessionário, são esses dois aqui. Claro, os projetos continuam andando e serão o nosso ativo ao futuro concessionário esses investimentos.

Só para lembrar que a terraplanagem de Guarulhos, que está sendo feita pela Infraero, monta em cerca de R$380 milhões aproximadamente. Portanto, esse é o ativo da Infraero.

Vamos lá.

No Galeão, estamos acabando o terminal 2, que só tem metade operacional, e vai entrar numa reforma pesada o terminal 1– essa licitação está próxima de sair agora – para dotar esse aeroporto de uma capacidade de 44 milhões passageiros/ano, com uma demanda prevista em 2014 de quase 19 milhões.

Esses são os investimentos que temos.

Vamos abrir o terminal 1 só para mostrar como é. É isso que vocês estão vendo lá, que já deu uma bela reformada nele. Ampliaram-se alguns espaços, e assim estamos caminhando.

Próximo.

Em Confins, já demos a ordem de serviço de uma reforma e expansão do terminal existente, cuja capacidade vai aumentar bem. Estamos prevendo também um terminal remoto, que é este 3 aqui, também para entregar isso *vis a vis*: curva de capacidade e de demanda.

Próximo.

E assim vai. Em Curitiba, o tempo ficou bastante apertado. Curitiba também está em obras na parte de infraestrutura; do pátio já soltamos a licitação. Começou também uma obra lá bastante polêmica, que teve de paralisar o aeroporto da meia-noite às 6h, etc., o que também está bastante divulgado.

Próximo, por favor.

Salvador idem. Temos uma obra para ser licitada brevemente. Os senhores têm aqui, vamos dizer, os tempos em cada anexo desses, e que vai dar uma capacidade ao aeroporto de quase 13 milhões, com a demanda prevista para 2014 de 10 milhões.

Próximo, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Quer dizer, não é a ampliação da capacidade do aeroporto de Salvador?

O SR. JAIME PARREIRA – Volta, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Não há uma ampliação da capacidade total do aeroporto de Salvador.

O SR. JAIME PARREIRA – Exatamente. Vamos dizer que a nossa demanda prevista lá, nesse momento, não exigiu que fizéssemos investimentos nisso, e, sim, uma recuperação geral em todo o aeroporto: trocar todos os sistemas, etc.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Isso significa ainda a manutenção de apenas uma pista no aeroporto de Salvador.

O SR. JAIME PARREIRA – É. No aeroporto de Salvador especificamente há uma questão de uma pista que está sendo estudada, mas que, nesse momento, até 2014, ela não é primordial para operação, mas – a senhora sabe – a gente tem um contrato junto ao Governo do Estado e está fazendo um EIA/Rima disso. Muito brevemente, apresenta ao Estado qual a circunstância que se pode ter de construir aquela outra pista, a famosa pista sobre as dunas, para o que estamos tentando criar alternativas.

Próximo, por favor.

Fortaleza. Essa é a expansão prevista, com uma capacidade que esperamos ter 8,6 – a demanda é de 7 milhões.

Próximo, por favor.

Em Cuiabá, idem. Completar aquele terminal, criar outro e instalar também um terminal remoto para dar conta dessas obras até que o definitivo seja concluído.

Próximo, por favor.

Manaus também é o próximo a assinar contrato. Há uma expansão, um aumento significativo da capacidade, uma expansão para frente, e estamos assinando esse contrato até o dia 15 ou 20 deste mês. Também é uma obra bastante grande e importante para o aeroporto.

Próximo.

Porto Alegre. Já estamos hoje executando algumas obras e também tem a extensão da pista, cuja licitação será feita no ano que vem. Aí, consegue-se uma capacidade de S15 para uma demanda de 8.8 em milhões.

Próximo.

Em Recife, o aeroporto está tecnicamente capacitado para a Copa. Nós vamos fazer exclusivamente uma torre de controle. Acabamos agora uma obra do conector, que lhe deu mais posições em pátio. Do ponto de vista operacional, ele está capacitado para a Copa.

Próximo, por favor.

São Gonçalo do Amarante. Nós estamos investindo lá. Esse aeroporto foi objeto de uma concessão – os senhores conhecem isso –, mas a Infraero, por meio do Exército brasileiro, está fazendo a parte que lhe coube, ou seja, pistas e pátios. E caberá ao futuro concessionário o terminal e o sistema viário, etc. Essa obra também está bastante avançada lá.

Próximo.

Muito rapidamente, só queria colocar uma questão dos terminais remotos. Sobre os módulos operacionais, acho importante dar uma informação dentro da minha fala inicial por que a Infraero optou por utilizar esses módulos operacionais ou terminais remotos, que são instalações bem mais simplificadas, mas era necessário. Esse é um recurso utilizado no mundo inteiro, e era necessário haver no Brasil, visto que é só ver o que está acontecendo hoje em Vitória, que já inauguramos. Houve diminuição do estresse, deu uma aliviada, a capacidade aumentou bastante, mas quero dizer que são dotados de todo conforto. Os senhores já devem ter embarcado aqui em Brasília em um deles

e vão embarcar em Guarulhos e por aí afora. Essa é uma solução. Muitos deles irão continuar, outros estão a caminho crítico de execução, de expansão. Portanto, terão de ser desmontados e remontados em outro aeroporto. É um mecanismo utilizado pela infraestrutura para dar conta de uma situação específica de demanda em cada aeroporto.

Muito rapidamente, esse material gráfico estará com vocês.

Eu me coloco à disposição para as perguntas necessárias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Lídice, a senhora já fez uma pergunta sobre Salvador, e eu concluo, porque aí eu não faço perguntas depois a respeito disso, para terminar.

Dr. Jaime, a respeito de Porto Alegre.

O Presidente da Infraero declarou que o aeroporto não tem mais condições – projeção 2020 – de ampliação pela localização dele. O senhor está dizendo que há obras de ampliação do aeroporto para 15 milhões de passageiros/ano para uma demanda de 8,8 milhões.

O SR. JAIME PARREIRA – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em que prazo vai ser feita essa obra?

E os recursos para a Copa? E se estão incluídas aí também as desapropriações das áreas das pistas onde ele vai ser ampliado?

O SR. JAIME PARREIRA – Não, as desapropriações que tinham de ser maturadas já foram feitas. Elas estão hoje em processo de mudança. Não haverá novas desapropriações.

Respondendo à pergunta inicial, o que a gente está fazendo para atingir os 15 milhões são as obras que a gente tem que fazer, ou seja, a expansão daqueles 700 metros de pista. Agora em novembro vamos inaugurar um módulo operacional já no embarque, que vai aumentar bastante a capacidade de *check in* e há outros empreendimentos que fazem parte.

Então, a questão do que deveria ter sido dito à sociedade...

Essa área que a gente precisa. A senhora sabe que uma parte já se mudou. Até o modelo de relocação foi superelogiado por todo mundo. É continuar nesse processo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Vamos dar a palavra ao Sr. Marcos de Souza Oliveira, Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Superintedência de Radiofrequência e Fiscalização (SRF/Anatel), também por 15 minutos.

O SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA – Obrigado, Senadora.

Boa-tarde a todos!

Agradeço, em nome da Agência, a oportunidade de estar aqui e prestar algumas informações, esclarecimentos que ocasionalmente ocorram.

Vou tentar ser um pouco mais breve do que eu previa.

A apresentação foi organizada nesses tópicos.

No início, destaco os compromissos que foram assumidos pelo Brasil em decorrência do BID Agreement, assinado pelo Governo Brasileiro no ano passado. Depois, elenco alguns grandes eventos que temos tido oportunidade de estudar, acompanhar *in loco*. No Brasil, por exemplo, os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Mundiais Militares neste ano. Vou focar um pouco a questão da radiofrequência, que é um bem que ninguém vê, que ninguém sente, mas é um bem essencial, é um meio essencial para que uma série de soluções sejam disponibilizadas à sociedade como um todo, e especificamente a esses eventos localizados e ações que estão em curso – vou apresentar algumas ações que a Anatel tem conduzido para atingir os objetivos desejados –, e algumas considerações finais para encerrar.

Por favor.

A respeito das garantias, o Governo brasileiro assinou um **agreement**, um acordo, com a Fifa. Nesse acordo existe uma série de garantias.

Vou tratar especificamente da Garantia nº 11, que diz respeito ao tema telecomunicações, cuja atribuição no Brasil, do ponto de vista de regulamentar e de fiscalizar, é da Agência Nacional de Telecomunicações.

Próximo.

Em termos de telecomunicações, o que temos em termos de grandes, de macro temas? Infraestrutura disponível para o evento, em decorrência do dimensionamento que vem sendo feito ao longo – eu diria – do último ano.

Redundância de rede ótica. Isso é uma exigência da Fifa. A Fifa prioriza as entradas e saídas dos estádios e dos locais em que acontecem eventos relacionados à Copa do Mundo prioritariamente por meio de fibra ótica por uma questão de confiabilidade. Depois disso existem outros meios até chegar ao meio satelital, que seria uma alternativa em último nível de prioridade, porque há redundância, alta confiabilidade e a exigência de dois pontos de saída internacional.

Nós temos, no Brasil, pelo menos quatro. O que está sendo feito hoje é uma avaliação da capacidade desses dois pontos principais para chegarmos à conclusão sobre a necessidade ou não de fazermos uma ampliação.

Por favor.

Esses são eventos relacionados que demonstram que, ao longo desse período que a gente já começou a viver, existem, ocasionalmente, situações em que haverá uma demanda localizada por meios de telecomunicações, para aqueles que não são disponibilizados ou demandados no dia a dia sem a existência desses eventos; basicamente os sorteios que existem, que precedem a escolha, por exemplo, das sedes em que as equipes e as delegações serão instaladas até chegar ao último, que é exatamente o evento em si. Para vocês terem uma idéia, a Fifa exige que durante os eventos, durante os jogos, haja uma capacidade de transmissão de 20 *megabyts* por segundo. E, fora do momento em que acontecem esses eventos, os jogos, 10 *megabyts* por segundo. É uma questão técnica que precisa ser devidamente equacionada com as empresas operadoras que irão dar suporte, do ponto de vista de oferta de serviço, de acesso, aos meios de telecomunicações.

Os eventos dos quais estamos tratando começaram neste ano, 2011, com os Jogos Militares Mundiais; no ano que vem teremos Rio+20, que, apesar de não ser um evento esportivo, vai necessitar de providências em virtude da concentração localizada, que não é típica, mas completamente atípica; Copa das Confederações em 2013; em 2014 vem a Copa do Mundo; no ano seguinte, a Copa América; e, por fim, os Jogos Olímpicos em 2016. São ações cumulativas, e nós precisamos coordenar os trabalhos de tal forma que essas demandas sejam atendidas paulatinamente, porque não haverá uma concentração no tempo nem nas localidades. É uma coisa que acontecerá ao longo dos próximos quatro anos.

Próximo.

O que consideramos como serviços essenciais que têm um relacionamento com telecomunicações? Energia, transporte, segurança, do ponto de vista de telecomunicações, suporte e administração de espectro. Essa questão de administração de espectro é fundamental porque ela exige um trabalho prévio que nem sempre é muito rápido, ele passa por uma série de etapas, de discussões e não são apenas discussões técnicas; são discussões econômicas e muitas vezes, políticas também, portanto, é necessário que as ações mereçam uma antecipação – vou mostrar que tem sido feito dessa maneira –, de forma que não tenhamos possibilidades de sermos apanhados de surpresa.

Especificamente e pontualmente, existe uma demanda grande de uso temporário de radiofrequência. Isso é importante porque, no Brasil, segundo a legislação, o uso de radiofrequência é a título oneroso. No entanto, há aquelas necessidades pontuais, temporárias, como, por exemplo, Fórmula 1. Quando existem os eventos de Fórmula 1, no Brasil, há uma quantidade grande de aparelhos, de equipamentos, de pessoas que vêm e demandam esse suporte durante uma semana ou um fim de semana. Existe um sistema que foi estruturado na Anatel de forma que isso possa ser feito automaticamente. Esse sistema será readaptado visando a atender uma demanda bastante maior, em função dos chamados megaeventos ou grandes eventos. A preocupação básica é com telefonia móvel e redes de banda larga sem fio.

Ações que estão em curso. Projetos vinculados à política do Governo, que aprovou um plano nacional de banda larga. Estamos fazendo ajustes de tal forma que, dentro desse plano nacional de banda larga, estejam abrigadas as demandas relacionadas a esses eventos projetados para os próximos anos. Isso está devidamente incluído dentro do plano geral de atualização da regulamentação, na versão que está em fase final de concepção e brevemente será publicado para conhecimento público. Esse plano é atualizado periodicamente, e essa nova versão já vislumbra o atendimento a essas necessidades levantadas não só pela Anatel, mas pelas empresas que fazem parte como agentes oferecedores ou prestadores de serviço, outras instituições do Governo, como o Ministério dos Esportes, Casa Civil, Ministério das Comunicações. Enfim, há uma grande sinergia tanto do ponto de vista governamental nas três esferas, como também na esfera privada. Nosso trabalho envolve a necessidade de integração desses agentes de tal maneira que se evitem sobreposição de atividades, gastos desnecessários e de coordenação, de fato, para que atinjamos o objetivo que é comum.

Do ponto de vista da regulamentação. Recentemente, foi regulamentada uma faixa de radiofreqüência, que ficou famosa e foi batizada de faixa de 2,5 gigas. Ela tem a sua importância porque é uma faixa que abriga padrões internacionais de quarta geração. No decreto do PGMU foi estabelecido um prazo até abril do ano que vem para que seja feita a licitação dessa faixa. Então, esperamos que até o início de 2013 as primeiras redes de quarta geração estejam já em operação no Brasil, pelo menos no início, nas cidades principais que irão abrigar os jogos da Copa do Mundo.

Capacidade satelital. Muito recentemente, em agosto, no final de agosto, foi feito um leilão em que foram vendidas quatro novas posições orbitais nas bandas C, KU e KA. Portanto, a partir de 2013, deveremos ter novos satélites aumentando bastante a capacidade brasileira não só para atender à demanda que já se faz presente, mas também às demandas localizadas nos chamados grandes eventos e outros projetos que estão associados. Não seria razoável pensar que um

satélite fosse projetado especificamente para uma demanda localizada. É um projeto extremamente caro, portanto agrega suas várias vertentes e possibilidades de ofertas de acesso à radiofrequência via satélite para várias aplicações.

Outro regulamento importante foi recentemente concluído e também está no projeto PGMU com data marcada para, no máximo, até abril do próximo ano. Ele tem uma relação importante com o projeto do Governo para banda larga nas áreas que hoje não estão atendidas ou que têm um atendimento deficiente. Acreditamos que esse possa ser um passo importante no avanço ao atendimento nas áreas rurais, por exemplo, no Brasil, que necessitam bastante de um apoio mais objetivo e mais prático do ponto de vista de oferta de serviço.

Aquela faixa de baixo foi destinada ao aumento da disponibilidade do setor de segurança pública. Era uma demanda reprimida. Esperamos que, a partir do final do ano passado, essa questão esteja equacionada. A segurança pública, de fato, terá um papel importantíssimo nesses eventos, tanto do ponto de vista da sua atividade rotineira, dos apoios que sofrerão uma demanda muito importante, em virtude do afluxo de pessoas e de eventos localizados com grande concentração de pessoas. Então, segurança pública nas esferas federal, estadual e municipal.

Outra decisão importante: a organização de um regulamento que proporcionará a possibilidade de ampliação da estrutura destinada às atividades de manutenção e gestão de sistemas de energia elétrica, gás e água. Esse projeto está atrelado ao que se denomina hoje popularmente de *smart grid*, que já começou a acontecer. A Anatel está envolvida obviamente, porque tem uma parte importante desses projetos relacionados a redes inteligentes que não podem prescindir de meios de telecomunicações. Então, temos a participação da Aneel, do Ministério de Minas e Energia, de fornecedores de produtos, desenvolvedores de tecnologia, passando por questões relacionadas à certificação de produtos, enfim, é uma quantidade muito expressiva de ações que estão em curso. Deverá acontecer, nos próximos anos, uma carga adicional de trabalho, em virtude desses eventos que o Brasil sediará brevemente.

Do ponto de vista interno da Anatel, foi criado um grupo específico para tratar dessas questões relacionadas aos grandes eventos, principalmente planejamento e inter-relacionamento com as empresas que prestam serviço de telecomunicações, passando pela regulamentação, que precisa ser adequada, em alguns casos, e, em outros, precisa ser refeita, algumas que inexistem precisam ser concebidas. Mas principalmente esse grupo permeia toda a organização, a participação de todas as superintendências e com um desdobramento importante para dentro da cadeia executiva da agência.

Experiências que foram analisadas, que têm sido analisadas e que vão continuar sendo analisadas com mais profundidade.

No Brasil, Jogos Pan-Americanos, que aconteceram no Rio de Janeiro, em 2007, Jogos Mundiais Militares que ocorreram também no Rio neste ano.

Experiência externa. Foram analisados dados das Olimpíadas de Sidney, que ocorreu no ano de 2000; da Copa do Mundo, de 2006, na Alemanha; Jogos de Inverno, de 2010, em Vancouver, no Canadá; Copa do Mundo na África do Sul – irá uma delegação, em outubro, para a África do Sul para conversar pessoalmente e verificar*,* **in loco**, quais foram os principais problemas, quais foram os principais virtudes, os acertos, os desacertos, tentando identificar similaridades, para que não repitamos no Brasil erros. E essa também é uma das formas de praxe. Todo país que organiza um evento dessa magnitude reúne informações relevantes num relatório e as repassa para o país sede do próximo evento. É claro que muitas informações são perdidas, outras são guardadas por alguma razão que não conseguimos identificar muito bem, por isso a importância de fazer visitações *in loco* e conversas com as pessoas que estiverem envolvidas diretamente com as atividades de planejamento e execução dos projetos. Em Londres, também, provavelmente, se o orçamento permitir, iremos também consultá-los pessoalmente, inclusive porque o Ofcom – órgão regulador que é o par da Anatel na Inglaterra – tem uma experiência muito importante, é um órgão bastante moderno sob o ponto de vista dos conceitos e da prática regulatória, e nós temos muito a aprender com eles. Além disso, serão sede das Olimpíadas de 2012, as próximas.

Jogos Mundiais: nós extraímos algumas importantes experiências, identificamos alguns erros, alguns problemas, alguns acertos também foram confirmados. No entanto, chegamos à conclusão de que é necessário trabalhar um pouco mais em função da magnitude dos próximos eventos, que, comparados aos eventos dos Jogos Militares, demandam maior quantidade de pessoas envolvidas, terão maior quantidade de delegações e mais estruturas de fora. Enfim, brevemente teremos um relatório pronto a respeito dessa experiência, e esse relatório será internalizado. Temos um caderno de encargos que está praticamente pronto, deverá ser aprovado brevemente no Conselho da Anatel, e, então, será divulgado para a sociedade.

Finalmente, as considerações que gostaria de fazer dizem respeito ao planejamento para atender as demandas. Algumas demandas já foram devidamente identificadas, no entanto, percebemos que precisa

haver um detalhamento maior para que tenhamos a certeza de errar pouco:

– atualização da regulamentação conforme o comando legal do Plano Geral de Regulamentação, que está em andamento;

– aprofundamento dos estudos relacionados às experiências internacionais;

– ampliação e otimização do uso de espectro – o espectro é bem limitado. Como é bem público, precisa ser corretamente administrado;

– garantir a infraestrutura necessária para o pleno atendimento da Garantia nº 11, da Fifa.

Finalmente, destaco o que temos como missão. É imprescindível, para cumprir essa missão, a reestruturação de sistemas de monitoramento de espectro. Isso é uma questão fundamental, porque só assim teremos condições de proporcionar o compartilhamento de uso de radiofrequência sem que haja problemas de interferência. Imaginem centenas, milhares de pessoas usando radiocomunicação, equipamentos trazidos de outros países, muitas vezes incompatíveis com os planejamentos de radiofrequência adotados no Brasil – isso de fato ocorre. Então, precisamos ter infraestrutura necessária e suficiente para dar cabo dessa atividade.

Como obstáculo, registro que sucessivos contingenciamentos de recursos podem comprometer o desempenho da Anatel no cumprimento dessas metas. Isso, infelizmente, é uma realidade com a qual temos convivido, e é importante que o Senado Federal tenha pleno conhecimento dessa situação, porque pode, de fato, interferir para que possamos, em conjunto, chegar a bom termo.

Obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

Para o senhor tenho só uma pergunta, Dr. Marcos.

O senhor mencionou o Acordo nº 11 da Fifa com o Governo brasileiro. O que mais me chamou atenção nesse acordo foi que, durante as transmissões dos jogos, exige-se que sejam 20 *megabytes* por segundo e, fora dos jogos, 10. Isso vai depender não só da estrutura que a própria agência reguladora vai ter de criar, mas das operadoras. Quero saber: neste momento estaríamos tecnicamente habilitados para isso?

O SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA – Neste momento não. As providências estão sendo tomadas para que cheguemos, no ano que vem, a essa estrutura – no ano que vem, no máximo em 2013, porque estamos falando dos estádios. No Brasil, nós temos 12 cidades que foram selecionadas para abrigar esses jogos. Isso significa que esses 12 estádios – vários deles não estão prontos – precisam ser dotados de uma entrada e uma saída, uma estrutura física de fibra ótica, que ficará a cargo da operadora de telecomunicações. No caso do serviço fixo, foi feito um acordo entre a Fifa e a Oi – a Oi tem abrangência nacional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Certo.

O SR. MARCOS DE SOUZA OLIVEIRA – Então, para responder sua pergunta objetivamente: hoje isso não é verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só queria cumprimentá-lo pela posição e pela preocupação estratégica em relação ao interior do Brasil. Muitos torcedores que estão nos confins deste imenso território têm o direito, pela cidadania, de acompanhar os jogos, e só poderão fazê-lo pelo rádio e pela televisão. Ocorre que, em alguns lugares, nem isso há. Portanto, é muito importante uma banda larga para permitir acessar, pela Internet ou pelas redes sociais, as informações. Então, registro meu apoio a esse investimento que significa proporcionar o direito de acesso. Esse avanço tecnológico pode ajudar até a evitar o êxodo rural.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Eu vou me abster de fazer perguntas por que estamos com um problema de tempo grande.

Vou convidar a Infraero para participar de uma audiência pública em nossa Subcomissão porque há, claro, outras questões que precisam ser debatidas em relação à Infraero, tanto do ponto de vista dos investimentos que já estão previstos quanto do ponto de vista da gestão dos aeroportos – esse é um grande ponto a ser debatido. Também, no que diz respeito ao turismo, é fundamental que possamos saber a relação da Infraero com as concessionárias de lojas, que hoje significam um grave e grande problema na estrutura dos aeroportos brasileiros. Acompanho de perto a situação de Salvador, mas tenho contato também com outras capitais brasileiras – estive recentemente no Rio Grande do Sul e pude ter contato com essa questão também lá. Eu já sou uma velha perseguidora da Infraero, e nós vamos continuar sendo parceiros – no bom sentido –, vamos acompanhar esse trabalho, que é indispensável para que a Infraero sirva cada vez melhor ao Brasil.

Vou passar a palavra agora ao Presidente da Regional Minas Gerais do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), Dr. Maurício de Lana, e, depois, à CNC, ao Conselho de Turismo, que vai também poder colocar suas considerações.

Antes de ir adiante, queria chamar atenção para uma questão que tenho levantado: o Ministério do Turismo sequer está presente no grupo de trabalho es-

pecial da Copa do Mundo no Brasil, o que considero um absurdo completo.

O SR. MAURÍCIO DE LANA – Meus cumprimentos, Senadora Lídice da Mata e Senadora Ana Amélia.

Quero justificar por que o Sinaenco está aqui.

Desde que o Brasil foi escolhido para ser sede da Copa, o nosso sindicato promoveu em todo o País, nas principais capitais, reuniões com autoridades locais dos diversos níveis de governo, federal, estadual e municipal, para alertar que, para o País sediar um evento dessa magnitude, seria preciso planejar, planejar para projetar e projetar para ter investimentos feitos a tempo e a hora e sob controle, porque não se faz um empreendimento público com controle eficaz se não se tem um projeto detalhado. Recentes notícias negativas do setor de infraestrutura do País que saíram na mídia evidenciam o que estou dizendo.

O Sinaenco, depois dessa rodada inicial, voltou, tão logo definidas as cidades-sede, e reuniu-se de novo com as autoridades federais, estaduais e municipais, retomando o tema da necessidade do planejamento e do projeto.

Por último, inclusive no corrente ano, cerca de oito capitais-sede já foram visitadas pelo Sinaenco, onde foram promovidas reuniões gerais de avaliação dos empreendimentos para a Copa.

Eu vou fazer considerações sobre a logística, principalmente naquilo que importa aplicação de recurso público. Abstenho-me falar sobre hotéis – a meu lado está um grande representante – e sobre estádios, ainda mais porque há, aqui, um Senador presidente de clube, do qual sou torcedor – queria falar isso na presença dele; estamos sofrendo pelos problemas do futebol mineiro.

Muito bem. Por que esse alerta? Fazer obra pública no Brasil não é tão simples, porque temos uma legislação complexa, temos exigências de ordem ambiental, obras públicas, que envolvem intervenções que têm muitas interferências com diversos serviços públicos: água, energia, comunicação, esgoto, transporte público e o próprio trânsito da cidade, e temos também, evidentemente, um grande problema, porque as grandes intervenções requerem desapropriações. Desapropriação significa remanejamento de pessoas, pessoas que são afetadas diretamente pelos investimentos públicos. E isso também não é poder decisório único do Executivo, às vezes passa até pelo Judiciário nas demandas.

Por último, no nosso entendimento, como aqui foi enfatizado, a Copa não é nosso objetivo para fazer obra pública. A Copa é uma motivação para fazermos aquilo que nossas cidades precisam.

Isto posto, vou fazer uma leitura rápida, tendo em vista que nosso tempo fico mais limitado, de avaliações feitas pelo nosso sindicato, com a presença de autoridades do Governo, nas diversas capitais-sede da Copa do País.

Próximo.

Eu vou falar principalmente sobre as obras para a melhor mobilidade urbana, infraestrutura aeroportuária – são leituras rápidas, com a licença do Diretor da Infraero – e outros investimentos essenciais, mas de caráter mais geral, setor elétrico e telecomunicações.

As considerações gerais, fruto da avaliação do nosso sindicato com as autoridades em todas as capitais-sede dos jogos.

Próximo.

Obras para mobilidade urbana. Em geral, as obras estão atrasadas, sendo que algumas nem começaram, estão em fase de projeto. Outras, só agora tiveram definidas as tecnologias: se é VLT, se é metrô, se é BRT... Um balanço publicado e divulgado pelo Governo no dia 14 diz que dos 49 projetos de mobilidade urbana previstos para todo o País, somente nove obras já foram iniciadas. Eu tenho a grata satisfação de dizer que, destas nove, cinco situam-se em Belo Horizonte.

E por que Belo Horizonte está com suas obras iniciadas? Porque contratou os projetos em 2009; elaborou os projetos em 2010, e permitiu o início das obras logo no começo de 2011.

A grande parte das obras – a gente acredita – não ficará pronta em 2014, mas serão importantes para as cidades, mesmo que continue depois da Copa, como legado.

Próximo.

Já dissemos que nenhuma obra, pelo menos no conjunto que se observa, não é necessariamente essencial para a Copa, são importantes para as cidades.

Para os jogos da Copa, haverá operações especiais para permitir movimentação dos turistas dos hotéis aos estádios. E a solução para a mobilidade, segundo a Lei Geral da Copa: feriado em dia de jogo. Isso foi sugerido por um Deputado tão logo se começou a debater o tema. Infelizmente, a realidade fez o Governo mandar agora o Projeto de Lei Geral da Copa, prevendo feriado. Mas não é só ganho com o feriado como veremos a seguir.

Próximo.

Peço licença à Infraero, mas a infraestrutura aeroportuária é o maior gargalo para a Copa. As obras começaram com atraso e a maioria não ficará pronta para 2014, como é a grande demanda do País como um todo.

Aqui, se me permite o Dr. Jaime Parreira, nós sabemos das dificuldades da Infraero como órgão públi-

co, tendo em vista até o próprio controle externo para poder dar sequência aos empreendimentos. Nós que trabalhamos no setor sabemos que isso é um problema para nós todos.

As soluções provisórias, como ele já mostrou, poderão atender as demandas adicionais e, segundo avaliação que recebi dos consultores de São Paulo, ainda haverá um déficit de atendimento na capital.

Próximo.

Ainda sobre a infraestrutura portuária, as medidas operacionais, segundo avaliação de especialistas, não serão suficientes porque haverá um acúmulo com viagens nacionais. E, aí, a gente acrescenta que o feriado em dia de jogos e férias escolares, que vão minimizar os problemas do trânsito urbano, vão carregar nossos aeroportos. Porque um cidadão que mora em uma capital que não tem jogo, ele pode ficar motivado a ir à outra capital, exatamente porque é feriado e têm férias escolares. Então, mais uma vez, os nossos aeroportos ficarão sobrecarregados.

Próximo.

Estrutura aeroportuária. Privatização é a solução?

É a solução para resolver o problema em médio prazo, mas chega tarde para a Copa. De toda forma, terá que ser feita, não ficando restrita aos aeroportos anunciados, como foi citado aqui o São Gonçalo do Amarante, já licitados, Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Próximo.

Infraestrutura portuária. Previstos investimentos em terminais de passageiros que ficarão como legado.

Navios cruzeiros ancorados resolvem problemas de hospedagem.

Coincidência de inverno no hemisfério sul e de verão no norte deve diminuir o fluxo de navios. Os navios do Caribe podem vir para o norte do Brasil. Então, na realidade, os navios cruzeiro há uma coincidência de demanda no hemisfério norte que, evidentemente, não sobrecarregarão nossos portos.

Próximo.

Infraestrutura elétrica e de telecomunicações, peço licença à Anatel, para uma consideração geral.

Por ser um evento midiático, a energia e as telecomunicações não podem falhar. No entanto, o Brasil tem sofrido sucessivos apagões que decorrem de carência de geração e gargalos nas transmissões de grandes distâncias. Isso é uma realidade. A falta de energia pode prejudicar a telecomunicação.

Próximo.

Algumas cidades têm sofrido miniapagões que decorrem de problemas com a rede de transmissão local e de distribuição. Há necessidade de grandes investimentos que não sirvam apenas para a Copa, mas que precisam ser realizadas já para não comprometer as transmissões mundiais do evento.

Próximo.

Aqui quero fazer os comentários finais.

O Sinaenco, como já disse, discute o tema desde 2007, quando nosso País foi escolhido. Foram feitos alertas às autoridades – como já disse – e após definição, nós temos feito visitas, promovido seminários sobre as necessidades e, agora, o andamento da obra.

E a gente usa uma expressão *Road Show* – Copa 2014. A cada cidade: Natal – vitrine ou vidraça? Porto Alegre, vitrine ou vidraça? Por quê? O mundo estará voltado para nós, e todas as falhas, evidentemente, serão evidenciadas como vidraças e todo o sucesso como vitrine.

Próximo.

O RDC será solução para as obras ainda não contratadas?

O Sinaenco é contrário ao RDC.

Razões: contratação de obras com anteprojeto, fase anterior ao projeto básico, tem como consequências incertezas quanto à qualidade e ao custo final. Há um debate, e as autoridades do Governo têm defendido sigilo do orçamento, diz que evita conluio. Só que aí nós temos uma questão a colocar para o Senado e aos Srs. Senadores ao que eu chamo conceitos divergentes. Quando há publicidade, há conhecimento de todos. O sigilo é conhecimento de poucos. O País não vai ganhar com o sigilo. É ilusório achar que pelo fato de ter sigilo os interessados nas obras não vão conversar. Vão conversar com mais liberdade, porque não tem limitação de preço.

Próximo.

É o nosso agradecimento, em nome do Sinaenco, por termos esta oportunidade de expormos nossas ideias aqui, darmos um balanço geral do andamento das obras da Copa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senadora Ana Amélia, solicito a V. Exª que assuma a Mesa, porque tenho que dar presença numa outra Comissão, porque, lá, estamos com a Ministra, e eu tenho que assumir a direção da Mesa.

A senhora já fará as perguntas aqui na coordenação da Mesa.

Eu peço licença e desculpas a todos em função do trabalho que temos aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aos nossos expositores.

Dr. Maurício, já vou ao ponto, porque já estamos chegando ao final. Era exatamente a pergunta que eu iria lhe fazer sobre RDC, que eu critiquei muito aqui. Eu queria saber do senhor se a 8.666 seria a manutenção do sistema de contratação das obras.

Também concordo plenamente com o senhor com a questão de que quanto maior a transparência melhor para a sociedade que paga a conta. Gostei muito desta frase: "A Copa tem que ser uma motivação para fazer o que as cidades precisam".

Com a palavra o senhor, por favor.

O SR. MAURÍCIO DE LANA – Bom, com relação à RDC, veja só. Toda vez que se lê ou se toma notícia de um acórdão de TCU, do Tribunal de Contas da União, a respeito de um problema numa obra pública, em geral está lá escrito: "Falha de projeto". Em geral, está escrito: "Falha de projeto".

Ora, se mesmo tendo o projeto ocorrem falhas, o que poderemos esperar se licitamos a obra sem o projeto?

E a questão do sigilo, infelizmente, o sigilo não existe, o sigilo, eu diria, é público, mas a quem interessar dar a informação, a informação chega. Então, passa a ser um privilégio de poucos, em vez de ser o conhecimento de todos.

Então, a nossa crítica.

Agora, quando à 8.666, é claro que a 8.666 precisa ser aprimorada, nós temos um trabalho de legislação complexo, que retarda muitas coisas. Eu diria mais, Senadora, mais do que mudar a Lei nº 8.666, o Brasil precisa rediscutir modelos de contrato, em que fica caracterizada de forma indiscutível a responsabilidade dos elaboradores dos projetos e dos executores da obra. Nós temos que perder aquela mentalidade regulatória de que ninguém sabe fazer e preciso acompanhar *pari passu*. Eu quero é cobrar resultado no pressuposto de que contratado pelo Poder Público tem a competência para fazer bem-feito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Maurício. Certamente, o senhor também aplaudiu a decisão do Procurador-Geral da República, questionando a constitucionalidade da lei no Supremo Tribunal Federal. Não precisa nem dizer. Também aplaudi.

Passo a palavra, então, ao Sr. Alexandre Sampaio, que é Presidente do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Boa-tarde a todos!

Saúdo a Senadora que preside a Mesa e também foi autora do requerimento que propiciou esta audiência pública muito oportuna, pois é a primeira avaliação parlamentar da Copa de 2014. Saúdo também meus companheiros de Mesa.

Senadora, aproveitei e trouxe uma apresentação que se tornou inédita, porque ela ia ser apresentada ontem, por ocasião do Dia Mundial do Turismo, que foi comemorado numa reunião conjuntada duas Comissões da Câmara e do Senado e, pela premência de tempo, acabou não acontecendo. Eu a customizei, porque ela permite que visualizemos as partes que eventualmente abordarei aqui.

Então, vou direto ao ponto, passando, por gentileza, para as pessoas que estão controlando o PowerPoint, que a gente possa ir direto.

Na verdade, a gente fez alguma abordagem que justificaria o posicionamento, que vou até mencionar aqui, que é a questão da inserção do turismo receptivo como atividade exportadora. É um pleito em que nós, particularmente, nos batemos. Acho que é importante que seja percebida a vinda de turistas internacionais com seus gastos aqui como atividade exportadora no conceito de uma economia de Primeiro Mundo, dado que, mormente, no terceiro milênio, as economias mais desenvolvidas têm francamente o seu setor exportador mais desenvolvido na área de serviço, tecnologia, TI e turismo. Então, é importante que possamos perceber que a entrada de dólares e a contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos – que hoje é extremamente deficitária contra o Brasil na saída de brasileiros e na entrada de estrangeiros – se dariam melhor num processo de equilíbrio, se tivéssemos a conceituação do equilíbrio receptivo como atividade exportadora.

Continuando, eu passaria já para o gráfico 2, que menciona já algumas questões que seriam justificadas naquela apresentação; o gráfico 3 também; o gráfico 4. Vamos ao gráfico 5 e depois chego ao gráfico 6.

Tenho aqui uma evolução da carga tributária. Também o setor de turismo não foge à regra, é altamente penalizado por ela. Vamos ao gráfico 7. Aqui, permite algumas ilações, no tocante que essa defasagem que se apresenta hoje na balança de pagamentos no aspecto de viagens internacionais e entrada de dólares vai se acentuar. Talvez tenha sofrido um pequeno soluço agora, com a realocação do dólar, a reavaliação do dólar, mas as projeções de mercado futuro tendem, pelo menos, a uma paridade em torno de 1,80 ou 1,70, o que dá uma competitividade ainda para a ida de brasileiros para o exterior e talvez ainda não tão competitivo o aspecto de que o Brasil faça outros mercados concorrenciais.

Iria, para o seguinte, para a tabela 1. Aqui sim, permite também algumas colocações. Vemos aqui um percentual das entradas de turistas por origem, e aqui algumas considerações como, por exemplo: A OMT sempre definiu que é o turismo que mais cresce no mundo – a OMT é a Organização Mundial de Turismo – é um turismo de até 400 quilômetros e nós, na Copa do Mundo, teremos aqui países listados que já

são e já frequentam os índices de frequência de acesso ao Brasil de maneira significativa como competidores. Então, esses números tendem a se exponenciar. Logicamente, depende do local de competição ou da continuidade desses países no decorrer da competição, mas nós teríamos uma potencialização da vinda desses turistas, que já frequentam o nosso País, visitantes que se apresentam.

Aqui cabem também algumas considerações, Senadora, no tocante a alguns aspectos que podem prejudicar a vinda desses turistas. E aí, acho que a Lei Geral da Copa, na sua segunda fase – já que a primeira já foi aprovada e a segunda vai agora começar o seu trâmite nesta Casa, com o relator para ser definido – merece e vai ser por parte da nossa Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que, na medida em que eu coordeno um grupo empresarial de turismo com 22 entidades patronais que têm lá assento, Senadora, nós estamos fechando – inclusive, saí de lá de uma reunião hoje – nós estamos fechando um documento para ser entregue nesta Casa, no sentido de que Parlamentares aqui possam recepcionar nossas demandas para que possamos – eu acho que seria o viés mais prático – que a Lei Geral da Copa, na sua segunda fase, possa recepcionar alguns dos pleitos do turismo nacional, permitindo maior agilidade nesse processo de atendimento desses turistas, e teria a vantagem de ter um tratamento temporal, dado que nesses quatro anos até a Copa poderemos avaliar os efeitos dessas medidas de facilitação da vinda de turistas estrangeiros e, eventualmente, discutirmos, então, a perenidade de algumas dessas medidas, mas que elas teriam caráter de avaliação por parte, inclusive, da Receita Federal e do Ministério da Fazenda, que são eventualmente, talvez, os maiores óbices em relação a qualquer pleito nesse sentido.

Cabe ressaltar aqui que, dentre os aspectos não tributários, alguns que nos preocupam e que estão aí expressos na questão dos países que já nos frequentam é a questão da Lei de Reciprocidade.

Nós temos países que frequentam essa lista, que já são, inclusive, responsáveis pela grande vinda de turistas, mormente no turismo de negócios. Estão ali explicados os Estados Unidos, porque realmente os Estados Unidos não têm grandes participações no turismo de lazer e isso poderia exponencialmente crescer se nós tivéssemos uma flexibilização, não um cerceamento da Lei de Reciprocidade. É um direito de o País ter a Lei de Reciprocidade e aplicá-la como quiser. Na verdade, essa é uma questão de interpretação até, porque o Brasil poderia aplicar a Lei de Reciprocidade sob outras especificações.

Mas, em suma, não vamos entrar nesse mérito, dado que o Itamaraty é muito cioso. Mas o fato é que precisamos flexibilizar essa lei porque, senão, nós vamos ter um gargalo. Já é uma dificuldade para qualquer turista desses países ali, que frequentam e que exigem reciprocidade – Estados Unidos, mormente Canadá, Japão, por exemplo – para obter um visto lá fora, mediante a dificuldade que os consulados no Brasil lá foram têm de gerar o visto em tempo hábil, devido à burocracia na sistemática.

Não falo nem sobre o custo, mas estou analisando o processo operacional de logística da emissão desses vistos. Se nós não tivermos uma flexibilidade desse processo, ou melhor, que o visto possa ser pedido *on line*, a partir de uma plataforma de TI, perfeitamente viável hoje em dia, possa ser analisado e concedido *on line,* e que o pagamento possa se dar também *on line* ou aqui na chegada do próprio turista, na logística do aeroporto, já que esses aeroportos estarão mais bem dotados de uma flexibilidade de atendimento, nós vamos ter um gargalo estruturante, crítico em relação à vinda de países que estão com exigência de visto, que vão competir na Copa do Mundo.

Talvez a Lei Geral no aspecto de sua segunda versão possa permitir uma isenção temporária desse visto ou um pressuposto que permita a flexibilidade na concessão dos mesmos.

No gráfico 8, temos a questão do crescimento do desembarque turístico previsto.

Hoje fiz um programa, de manhã, que é o "Espaço Aberto", que vai ao ar hoje à noite, estava o Presidente Flávio Dino, tivemos a oportunidade de debater a questão do crescimento. Ele já estava revendo para baixo a meta projetada de 8,9 milhões de desembarques de turistas internacionais.

Não vamos atingir, realmente, essa meta.

Ele já falava numa revisão da meta dos próprios 5,9 milhões, não tão pra baixo, mas haveria uma possibilidade em função da crise, que realmente se avizinha e se avoluma. Talvez não atingiremos esses 5,9 milhões.

Uma projeção de crescimento nos próximos anos de 8,9 milhões, também não é, talvez, tão assim volumosa, depende de como a crise vai se estender nos próximos anos.

Na tabela seguinte, nós temos uma característica importante para percebermos a sociedade como um todo, que é o valor adicionado pelo setor de turismo gera na questão das atividades correlatas.

As contas satélites, é importante que sejam contempladas, implantadas a partir de metodologias de quantificação do impacto da atividade turismo, essa é uma metodologia da OMT também em nível Brasil, e que não estão implantadas ainda, então é preciso um

esforço do Executivo nesse sentido, elas espraiam toda uma questão do impacto econômico por centenas de atividades, por centenas de processos de subsetores econômicos que, geralmente, são retroalimentadores das atividades econômicas.

Então, aqui, o valor adicionado é um processo de impacto, medido em bilhões de reais, no tocante a alguns aspectos que envolvam a nossa atividade.

No quadro seguinte, algumas considerações sobre a questão do turismo brasileiro, em termos de empregabilidade, no aspecto de geração empregos proporcionalmente à atividade econômica como um todo, caracterizando a importância do nosso setor na construção do PIB nacional.

A tabela 3 seguinte, nós temos os financiamentos concedidos por instituições financeiras federais e, mormente, elas representam ainda uma parcela muito pequena na questão de concessão de investimentos.

Apesar de eles estarem calcados na banca privada, mas é importante, é significativo ver o crescimento exponencial robusto que teve a concessão de financiamentos a partir de uma premissa de mais agressividade do Governo na concessão desses créditos e que cresceu e vai crescer nos próximos anos em função dos programas, por exemplo, Pró-Copa do próprio BNDES.

No quadro seguinte, está a questão que eu falei. Apesar de os números importantes, eles só representam hoje 5%. Então, caracterizando que os financiamentos estão calcados na banca privada e, basicamente, giram na questão de capital de giro, ampliação e reforma de empreendimentos.

Na questão de alimentação, também tem sido concedido significativamente financiamentos. Agora, com a ampliação do cartão BNDES, nós temos a utilização dessa ferramenta de maneira significativa para o setor de alimentação e hotelaria.

No gráfico 9, nós temos uma projeção daquilo que eu falei anteriormente em termos de uma série histórica, voltando a falar que os 9.4 milhões que estão observados para 2011, eram dados da questão relativa à Organização Mundial do Turismo.

Temos no quadro seguinte um processo da empregabilidade do turismo mundial em relação a conceitos estruturantes, que destaco principalmente no Brasil, numa questão de customização, o custo de geração de emprego no turismo é muito menor que em outras atividades. Logicamente que não falo com tanta propriedade sobre a construção civil, mas é importante também porque é um fator de empregabilidade crucial neste País, mas vejam que o turismo consegue gerar uma posição de trabalho com custo menor, em função da sua permeação por toda atividade econômica, pela sua atomização de atividades. Nós contemplamos desde o vendedor de coco na praia e até, eventualmente, *megaresorts* em todos os locais deste País.

No quadro seguinte, nós fazemos algumas considerações sobre aspecto dessa importância e como o IBGE

E como o IBGE e como outros órgãos do Governo Federal estão fazendo um trabalho de mensuração adequada, é um esforço muito grande.

Perdemos, agora, uma oportunidade, Senadora, na recente promulgação de uma legislação que envolveu o tratamento virtual da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes, salvo engano, no último dia de gestão do ex– Ministro Pedro Novaes, quando foi promulgada uma legislação no Tocantins, isso de maneira apresada, açodada e que nós fomos partícipes da construção do arcabouço dessa portaria, mas alertamos o Ministério que estava sendo não devidamente estudada. Por quê? Porque nós perdemos uma oportunidade ímpar ali, talvez tenha de ser revisto na atual gestão, para transformarmos esse processo da eletronização da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes como um processo de quantificação estatístico importante da movimentação de turistas, dado que carecemos de dados estatísticos no turismo como um todo na economia brasileira, mas, mormente no turismo nós sofremos muito com isso.

Então, a eletronização da ficha permitiria, com pequenas adaptações na portaria, ser utilizada de forma criativa, produtiva, proativa na geração de um arcabouço estatístico que permitisse que nos pudéssemos fazer mensurações críveis, que ajudasse na definição de políticas públicas, orientação de investimentos do empresariado, qual seja, toda uma orientação adicional para a política nacional de turismo.

No quadro seguinte, entro especificamente na questão da infraestrutura.

Nós temos os números de leitos projetados para 2014.

Quero, aqui, fazer uma declaração, Senadora, por que essa é uma matéria sempre controvérsia. Todo mundo fala que vai faltar hotel. Na verdade todas as cidades-sede estão contempladas com hotéis suficientes. O que se discute aqui é a qualidade desse atendimento no nível da FIFA, dos visitantes que chegarão em 2014.

Já existe todo um arcabouço de financiamento adequado para *retrofit* em hotéis, para transformações desses empreendimentos num processo de modernização de uma hotelaria, talvez em algumas cidades defasadas sobre o aspecto de conforto e sobre o aspecto de modernidade.

Mas, efetivamente, em termos de quantificação nós estamos plenamente atendidos. Até porque não se pode pensar num investimento hoteleiro que tem um *playback* longo de 10 anos, em tese, sobre um processo de perenidade, se nós não tivermos sustentabilidade, que chamo de negocial, pós-evento. Não se constrói um hotel para um evento de 20 e poucos dias. Constrói-se um hotel por um processo de análise de mercado em termos de procura e demanda e que tenha sustentabilidade negocial para o decorrer dos anos.

É um investimento que fica. Não podemos tirar um hotel e levá-lo para outro lugar.

Tem de ter certo cuidado quando se demanda, quando se alerta ou quando se propugna políticas públicas de grandes incentivos na questão da construção do hotel, que são necessárias, mas na medida exata.

Saúdo a Prefeitura do Rio de Janeiro, que, num esforço brilhante, fez uma promulgação de uma portaria ou de um instrumento de incentivo edilício e fiscal para construção de hotéis no Rio de Janeiro que foi brilhante.

Primeiro, ele teve o grande mérito de discutir que a compra de hotéis parados ou empreendimentos que estivessem defasados, mesmo terrenos ou transformações de construções para hotelaria, teriam até 2012, com expedição de licença de obra feitas até 2012, teriam isenção de ITBI e o cancelamento de todo passivo de IPTU, Imposto Territorial Urbano, que gravasse aquele empreendimento que estivesse parado.

Isso deu uma expansão e uma atratividade para a construção de hotéis no Rio de Janeiro fantástica. Houve uma resposta tácita do mercado em relação a isso. Permitiu, ainda, que houvesse uma pequena revisão dos aspectos edilícios quanto a questão de PA de ocupação, aspectos de capacidade de construção sobre terrenos a ser ocupado. Sem exagero, por exemplo, sendo cuidadoso na questão *aparthotel*, pois, o Rio sempre teve uma postura conservadora e acertada na questão *aparthotel* no Rio de Janeiro, mas permitindo eles pudessem ser construídos nas zonas portuárias, que é uma área que a prefeitura quer incentivar e que vai ser responsável por grandes empreendimentos hoteleiros até 2012.

O interessante dessa lei, que serve de paradigma de referência para todo Brasil, é que essa lei exige que o empreendedor faça licença de obra até 2012 e tenha alvará de funcionamento até o final de 2013. Permitindo que esses hotéis sejam construídos para a Copa. Aliás, a lei vale até 2014, porque ela visa também as Olimpíadas. Então, permitindo que esses empreendimentos estejam prontos a tempo e a hora, num processo temporário de incentivo pontual, somente para atender esses dois eventos.

Então, ressalto que a questão hoje se prende a Manaus, que tem uma defasagem de leitos e, talvez, dentro da premissa da Copa do Mundo da FIFA que exige 30% da capacidade instalada dos estádios em leitos hoteleiros, Manaus talvez tenha um problema.

Manaus pode ser resolvido com uma hotelaria marítima, que seria aportada através de grandes navios fundeariam ao lado do porto e podem oferecer uma hotelaria temporária, para atender a essa demanda específica.

Passo, em seguida, à tabela 5, que fala nessa correlação. Nós vemos hoje, então, a questão atendida em relação aos 30% e somente Manaus com 21% da correlação de capacidade instalada e a arena prevista, que tem essa defasagem. Se bem que existem agora alguns projetos de *low cost*, o chamado turismo econômico, para esses hotéis na cidade de Manaus.

No quadro seguinte, temos algumas considerações sobre a BSH, que é uma consultoria hoteleira que age no Brasil, em relação aos investimentos previstos nos próximos anos, em termos de empregos gerados e investimentos em bilhões de reais.

No quadro seguinte, nós temos, também, de algumas redes que operam no Brasil, qual é já o conceito desses investimentos por unidade nos próximos anos, em relação ao que se está fazendo.

No quadro seguinte, nós temos um mapa de investimentos hoteleiros que distribui esse processo por região, permitindo ali uma quantificação dos hotéis projetados, das unidades habitacionais que vão ser agregadas, dos montantes de investimentos relacionados e também dos empregos correlatos.

Eu faço aqui algumas considerações finais, Senadora, no tocante a alguns aspectos que envolvem também o crescimento exponencial da área de alimentação, que tem respondido de forma extremamente agressiva aos incentivos não só porque o turismo doméstico cresceu de maneira significativa neste País. A inserção do turismo na cesta de consumo do brasileiro ou da classe média ascendente propiciou um crescimento vertiginoso no turismo nacional doméstico, que contrabalançou um pouco a perda do turismo internacional. E também o turismo de negócios cresceu vertiginosamente neste País, propiciando que o chamado negócio de *corporate* crescesse de maneira vigorosa.

Por último, acho que o grande gargalo que se apresenta, Senadora, é a questão da mão de obra. Nós assistimos, nos últimos dias, a episódios lamentáveis envolvendo o Ministério do Turismo. É de se ressaltar que não deve ser demonizada toda a política de formação profissional que o Ministério propugnou. Na verdade, talvez tenha havido exageros, avaliações erradas. E, com certeza, infelizmente, emendas parlamentares

propiciaram algumas coisas muito danosas ao Erário público no tocante a convênios com ONGs não qualificadas. Mas há de se ressaltar, Senadora, que entidades sérias que têm assento no Conselho Nacional de Turismo também foram convidadas a fazer programas de treinamento dentro do Bem Receber Copa, estão fazendo muito bem e merecem não ser arroladas em todo esse conceito que se está fazendo hoje achincalhando certas entidades. Então, é preciso que haja o aval do CGU sim. Essas entidades estão procurando o CGU para apresentar os seus programas e passar pelo crivo necessário do CGU. Mas é importante que agora no dia 10 de outubro, quando o CGU emitir o seu parecer sobre esses treinamentos, mormente no Bem Receber Copa, essas entidades que tiverem o aval do CGU nesse sentido possam continuar o seu treinamento e terminá-lo, porque estão terminando agora em novembro ou dezembro, para que nós possamos dar a nossa parcela de contribuição.

Eu saúdo, inclusive, o Ministro pela opção de que o nosso sistema, o Sistema Senac, possa ser um colaborador e talvez a opção melhor para a formação profissional neste País. O Sistema Senac tem um histórico de prestação de serviço nesse área, no Brasil, e pode contribuir, com certeza, de maneira significativa nesse sentido.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Alexandre Sampaio, pelos dados que V. Exª trouxe. De fato, essa questão dos convênios colocou numa vala comum entidades boas e outras nem tanto, e não é assim que o bom gestor deve trabalhar.

Para quem não se lembra, a sigla que o Dr. Alexandre mencionou, CGU, que é a Controladoria-Geral da União.

Eu queria saber do senhor dos 5,9 milhões de turistas estrangeiros que estavam previstos para 2011, se vai haver algum impacto sobre essa variação cambial, que sempre se leva em conta nessa movimentação.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Na verdade, o repique da cotação do dólar poderia contribuir significativamente para termos aí, talvez, com pouco espaço de tempo, algum acréscimo nessa vinda de turistas estrangeiros. Mas nós estamos convivendo hoje, Senadora, com uma crise mundial de uma ordem que não avaliamos. Mormente, os nossos mercadores emissores sempre foram europeus e residualmente de turismo de negócios americano. Estamos perfeitamente impactados por isso. Então, eventualmente, essa contribuição do dólar nesta fase não vai contribuir muito para o aumento dessa vinda de turista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Alexandre, para terminar, duas questões: essa questão do registro dos hospitais, o Ministro que saiu havia, aqui nesta Comissão de Turismo, anunciado a implementação, que festejamos como uma modernização. Só que foi feita de uma maneira não adequada. Aproveitar a oportunidade para adaptar a necessidade de um controle também, para efeito de estatística em relação ao turista, seja ele internacional ou inclusive do Mercosul, que hoje tem uma demanda grande, ou mesmo a movimentação do turista brasileiro.

Então, concordamos com V. Exª.

E também nessa questão da flexibilização dos vistos, que é uma questão burocrática, parece, e que poderia ser uma grande agilização para as pessoas que vêm para o Brasil. Está havendo, de parte do Itamaraty, resistência a isso?

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – O Itamaraty ainda resiste, efetivamente, a alguns aspectos nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sob que argumento? Reciprocidade?

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – O toque maior seria realmente a lei da Reciprocidade, que é um processo soberania nacional que, portanto, não pode ser transacionado e nem abrir mão.

Sem mexer no aspecto da soberania nacional, a flexibilização não tem nada a ver com isso. A flexibilização é um processo de facilitação para obtenção do visto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Claro.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Então, criar mecanismo para facilitar e modernizar isso é imprescindível. Eu acho que essa resistência se encontra no Itamaraty talvez pela geração de recursos lá fora, porque esses pagamentos são feitos nos consulados lá fora. Então, eventualmente, talvez os nossos diplomatas sejam muito ciosos dessa questão da geração de recursos lá fora, que não estão previstos no orçamento, mas é uma geração e um reforço de caixa para o funcionamento dos consulados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor, por fim, disse que o grande gargalo está na mão de obra. E aí veio a crítica à suspensão dos convênios. E não houve, em nenhum momento da sua exposição, uma questão que, para mim, é preocupante: a questão da segurança. A segurança para as pessoas que chegam, porque o noticiário do que acontece, especialmente no seu Estado, o Rio de Janeiro – o senhor, pela forma de falar, é do Rio de Janeiro, é carioca.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – Sou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, queria saber sobre esse aspecto, para encerrar.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – É importante notar, e hoje eu tive a oportunidade de falar isso também no programa de televisão, e também reiterado pelo Presidente Flávio Dino, que pesquisas feitas por várias secretarias de Estado, especificamente pela Embratur nos aeroportos, dão hoje a questão da segurança minimizada nas reclamações do turista estrangeiro que nos visita.

Na verdade, foi feito um grande esforço. É claro que não é uniforme. Nós temos os Estados que tinham no passado uma questão de segurança boa e hoje estão ruins – não vou citar nomes. Mas, em suma, não é uma leitura uniforme. Mas melhorou bastante a questão da percepção da segurança para o turista internacional.

Medidas foram tomadas nesse sentido, mormente no Rio, que era uma vitrine. Então, foram de grande celeridade, grande resultado e eficácia esse processo. Mas, hoje, a principal reclamação, Senadora, é sinalização e, eventualmente, limpeza pública. Na verdade, esses são os dois grandes problemas relatados pelos turistas que nos visitam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que depende não só do poder público, mas da atitude do cidadão em relação ao cuidado com a sociedade.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO – É verdade. São questões até culturais e históricas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade isso aí.

Eu queria, no encerramento desta audiência pública do I Seminário de Avaliação da Copa do Mundo 2014, agradecer muito a participação e a contribuição valiosa do Dr. Marcos de Souza Oliveira, Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Anatel; Dr. Jaime Parreira, Diretor de Engenharia da Empresa Brasileira de Infraestrutura, a Infraero; Dr. Alexandre Sampaio, Presidente do Conselho de Turismo da CNC e o Dr. Maurício de Lana, Presidente da Regional, Minas Gerais, do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia e Construção Consultiva (Sinaenco).

Também aproveitamos para agradecer a todos os participantes, os conferencistas da primeira reunião desta manhã. E anunciar, amanhã, pela manhã, a terceira audiência pública Estratégia e Planejamento, com as presenças do Dr. Regis Velasco Fichtner Pereira, Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro; Dr. Demétrio Torres, Secretário Extraordinário para Assuntos Relativos à Copa do Mundo 2014, de Natal; Kalil Sehbe, Coordenador-Geral do Comitê Gestor da Copa de 2014, do Rio Grande do Sul; Éder de Moraes Dias, Presidente da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo, do Pantanal; Edgar Andrade, representante da Confederação Nacional de Economia Criativa e representante do Ministério do Esporte.

O moderador na primeira audiência será o Senador Alvaro Dias.

Eu, encerrando esses trabalhos, queria também agradecer a presença de todos que acompanharam essa avaliação inicial nas duas audiências, e dizer que a nossa missão será cumprida aqui, e também as contribuições que foram prestadas pelos depoimentos que foram feitos agora.

Agradeço a todos.

Dou por encerrada esta reunião de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 12 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Alvaro Dias**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Lídice da Mata, Ana Amélia, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Magno Malta, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de 3º Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/11–CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a discutir o tema **"Estratégia e Planejamento"**, em continuidade aos debates do **Seminário**

"1º Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Kalil Sehbe, Coordenador Geral do Comitê Gestor da Copa 2014 do Rio Grande do Sul (CGCopa/RS); Senhor Regis Velasco Fichtner Pereira, Secretário de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro; Senhor Demétrio Torres, Secretário Extraordinário para Assuntos Relativos à Copa do Mundo de 2014 de Natal – RN (Secopa/Natal); Senhor Yênes Jesus de Magalhães, Diretor de Planejamento e Articulação Interinstitucional da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal – FIFA 2014 (Agecopa/MT); Senhor Edgar Andrade, Representante da Federação Nacional de Economia Criativa (FNEC) e Senhor Ricardo Gomyde, Diretor do Departamento de Futebol Profissional do Ministério do Esporte (ME)**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores presentes. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento e os Senhores Senadores Paulo Paim e Blairo Maggi, não-membro da Comissão. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Alvaro Dias, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Alvaro Dias,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia.

Tem início o segundo dia do Seminário 1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014, uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Convidamos para compor a Mesa, juntamente com o moderador dos trabalhos da terceira audiência pública, o Exmº Sr. Senador Alvaro Dias; o Secretário de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Regis Velasco Fichtner Pereira; o Secretário Extraordinário para Assuntos Relativos à Copa do Mundo de 2014 da cidade de Natal, RN, Sr. Demétrio Torres; o Coordenador Geral do Comitê Gestor do Estado do Rio Grande do Sul para a Copa de 2014, Sr. Kalil Sehbe; o Diretor de Planejamento e Articulação Interinstitucional da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal, Sr. Yênes Jesus de Magalhães; o Representante da Federação Nacional de Economia Criativa (FNEC), Sr. Edgar Andrade; e o Diretor do Departamento de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, Sr. Ricardo Gomyde.

Tenham todos uma ótima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 46/11, da Comissão de Educação, de autoria da Srª Senadora Ana Amélia, para a realização do Seminário 1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014, no formato de quatro audiências públicas, sendo esta a terceira audiência destinada a debater o tema Estratégia e Planejamento.

Dando início a esta terceira audiência pública, passo a palavra ao primeiro expositor pelo tempo de 15 minutos.

O primeiro expositor convidado é o Coordenador Geral do Comitê Gestor do Estado do Rio Grande do Sul para a Copa de 2014, Sr. Kalil Sehbe.

Com a palavra por 15 minutos.

Pode usar esse microfone mesmo, para usar o telão.

O SR. KALIL SEHBE – Eu gostaria de dar bom dia a todos e uma saudação ao Senador Alvaro Dias, que preside os trabalhos; aos meus conterrâneos, dinâmicos e competentes Senadores; à proponente desta audiência pública, Senadora Ana Amélia; ao meu conterrâneo caxiense também, Senador Paulo Paim; aos demais Senadores que não estão aqui; aos colegas da Mesa, Secretários de outros Estados e representante do Ministério dos Esportes.

Com prazer, quero cumprimentar o Senado pela oportunidade desta audiência pública, principalmente de uma avaliação parlamentar. Aqui, existe a pluralidade, existem todos os segmentos sociais, e a Copa do Mundo somos todos nós, então há importância em o Parlamento fazer esse acompanhamento.

Além disso, o nosso Governador Tarso Genro já faz um grande legado da Copa do Mundo.

Pode passar.

Ele traz para todos nós...

Pode passar.

Essa é a nossa estrutura e o nosso fluxograma funcional.

Então, já tem um grande legado. O nosso Governador Tarso cria a Secretaria Estadual de Esportes e Lazer, e, ao criar a Secretaria, ele tem um departamento que é o Comitê Gestor da Copa do Mundo. Esse Comitê Gestor da Copa do Mundo trabalha e coordena de forma transversal e de coalizão com as demais Secretarias do Estado.

Aí, nós temos o grupo executivo, que articula todo o monitoramento e o gerenciamento com as câmaras temáticas.

Pode passar.

Nós definimos uma matriz de responsabilidade: quais são as responsabilidades do Estado e do Município, e o que é da União. Todos esses assuntos, agora na apresentação, eu apresentarei para vocês.

A nossa organização é a mesma organização com que o Ministério dos Esportes está trabalhando.

As câmaras temáticas são nove: infraestrutura, estádio, segurança, saúde, meio ambiente, desenvolvimento turístico, promoção comercial, cultura e educação, e transparência. Já instalamos todas as câmaras temáticas. Nós temos todas as câmaras temáticas em pleno funcionamento e fomos a primeira câmara temática da transparência no Brasil e outras câmaras temáticas também. Então, estão todas funcionando.

Nós temos a missão de buscar soluções técnicas necessárias e eficientes, e sempre dentro de tudo que acontecer de investimento público que fique como legado.

Pode passar.

Os estádios, para vocês conhecerem. O estádio oficial dos jogos é o Beira-Rio. É um investimento de 200 milhões e estará pronto em dezembro de 2012, um compromisso não só do Sport Club Internacional, mas do parceiro. A construtora Andrade Gutierrez está fazendo uma parceria. Até agora, estava num modelo que era de recursos próprios do Internacional.

Outra coisa fundamental: o benefício fiscal. O Governo do Estado está dando um benefício fiscal de até 30 milhões de incentivos fiscais na compra de materiais. Todos os recursos do Beira-Rio são recursos próprios.

Pode passar.

A paixão faz com que o outro rival, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, também esteja construindo a sua arena, numa parceria com a OAS, com um investimento, também, que tem um benefício fiscal de até 30 milhões. Além do estádio, que é no modelo do Ajax, da Holanda, fica pronto também, em dezembro de 2012, um centro de eventos de 30 mil metros quadrados, em que depois, pós-Copa do Mundo, teremos grandes eventos no desenvolvimento turístico, econômico e social.

Pode passar.

Temos, também, outros quatro campos oficiais de treinamento, porque uma seleção, quando vai jogar lá, Senador Paim, tem de fazer a sua ambientação. Então, ela faz os treinamentos e ela só faz um jogo, um treinamento no campo oficial. Nós temos quatro áreas disponíveis. Além do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, mais quatro áreas: a Pontifícia Universidade Católica; o estádio Passo D'Areia, que é com grama sintética, por causa das questões climáticas; o estádio do SESC; e o complexo da Ulbra, que o senhor conhece muito bem, em Canoas.

Pode passar.

Nós temos 11 Municípios já vistoriados e agora se inscreveram, na segunda etapa, mais sete Municípios para se vistoriar. Esses são Municípios que ficam no caderno da Fifa, que os dá como sugestões para nós recebermos seleções, que têm aeroporto próximo, têm hotel em condições e, a menos que 20 minutos, o local que é obrigado para um campo base de treinamento, nas condições e nos padrões que a Fifa exige.

Então, o Rio Grande do Sul está com oito cidades como candidatas para receber seleções.

Pode passar.

Ações do Governo do Estado que nós vamos... Eu acho que o maior legado que fica está na área de segurança.

Nós estamos dispostos a ser o piloto para o Brasil todo. Além da integração das polícias, há um *software*. Lá no sétimo andar da Secretaria de Segurança nós vamos ter uma central de monitoramento e a unificação das polícias, não é só da Brigada Militar e da Polícia Civil, é do IGP, da Susep, da Polícia Federal.

A linguagem técnica: nós vamos ter o mapa do crime, do norte ao sul, do sul ao leste, do este ao oeste, todo o Brasil tendo o mapa do crime, a unificação das polícias, além disso, ligadas à Interpol.

Então, nós vamos ter o monitoramento, principalmente porque o Rio Grande do Sul tem um acesso turístico com o Mercosul.

Pode passar.

Nós temos essa instalação do centro de comando, a criação do banco de dados, o laboratório de gerenciamento e gestão dos grandes estudos. Nós estamos totalmente integrados com essa nova secretaria que a Presidente Dilma criou, a Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos. E, principalmente, temos um diferencial: temos oito fronteiras secas. Então, nós estamos levando as nossas equipes para fazer o treinamento em El Paso, nos Estados Unidos, que têm fronteira com o México e é uma das maiores fronteiras secas;

fora equipamentos que receberemos. E tudo isso fica pós-Copa do Mundo como legado.

Pode passar.

Nós, inclusive, colocamos à disposição de todos os Estados do Brasil a nossa escola de aviação, que funciona em Capão da Canoa, que é da Brigada Militar, se tiver que fazer treinamentos para todo o Brasil, fora a parte forte, porque estamos qualificando profissionalmente todos com esses intercâmbios. E há ações conjuntas com todos os Municípios que terão campos bases de treinamento.

Pode passar.

O conhecimento, a nossa Brigada Militar teve na África do Sul. Então, já pegou o que aconteceu durante uma Copa do Mundo. Já estiveram lá em treinamento.

Pode passar.

Nós somos o Estado que tem mais fronteiras secas. Eu vou dar o número. Por exemplo, só na Copa América, agora, 50 mil uruguaios se deslocaram para a Argentina. Então, imagine o número que vamos receber de irmãos argentinos e uruguaios, porque temos a grande fronteira seca.

Pode passar.

Na área da saúde – aí já é importante uma reunião como essa, e quero cumprimentar os Srs. Senadores – nós queremos aumentar dois mil leitos na rede hospitalar do Rio Grande do Sul e estamos pleiteando, junto ao BNDES, linhas de crédito para os hospitais que fizerem ampliação do seu número de leitos e de equipamentos. A exemplo do que o BNDES está dando para os estádios, deve dar para os hospitais. Daí fica o legado, porque os turistas que vão nos receber vêm com um plano de saúde internacional e seguro-saúde. Não vão tirar vagas e leitos dos atendimentos do SUS, mas dar um **upgrade**, uma melhoria muito grande na nossa rede hospitalar.

Pode passar.

Qualificação profissional. Nós já conseguimos, com o Ministério do Trabalho, 15 mil vagas até a Copa do Mundo. Este ano, 2.100 para as pessoas desempregadas. Imaginem em Porto Alegre, que nós estamos saindo de 13 mil camas nos hospitais, Senadora Ana Amélia, para 18 mil camas? Então, para atender a cinco mil camas a mais na rede hoteleira, nós precisamos qualificar, desde o mensageiro ao garçom, todo esse ramo da área do turismo.

Então, na secretaria, nós já temos um orçamento de três milhões e vamos qualificar e capacitar no mínimo três mil pessoas, de acordo com a pesquisa da Embratur, do Sebrae e do Senac. Então, já temos uma pesquisa das necessidades de mão de obra que precisamos qualificar. Isso é fundamental. Isso é legado que fica.

O conhecimento bilíngue, desde o espanhol até outros idiomas como o inglês, fica para o conhecimento, que depois pode ser compartilhado. E fora as lideranças comunitárias, nós vamos fazer uma grande parceria com a Parceiros Voluntários, com o MTG, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, e com o Movimento Escoteiro, para os voluntários da Copa do Mundo.

Pode passar.

Nós estamos tentando atrair grandes eventos para que o Rio Grande do Sul seja o Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo, Senador. Então, já estamos tentando trazer a Fórmula Indy para 2012. Só em mídia, estaremos ligados com 200 países. Para a Copa das Confederações, queremos o empenho de todos para que uma das cinco sedes ser o Rio Grande do Sul; e já confirmamos o Campeonato Mundial de Atletismo Master. Só para esse evento vêm seis mil atletas. É o Campeonato Mundial de Atletismo Máster.

Pode passar.

Outras ações. Nós estamos trabalhando fortemente para a formação do voluntariado. O carimbo da Copa, do Governo do Estado: todo restaurante que se preparar com cardápio bilíngue ou com braile, ou quando se treinar o taxista, nós vamos ter um carimbo específico dizendo que esse está integrado com a Copa do Mundo.

A Caravana da Copa é um projeto. Estamos em conversação inclusive com a Petrobras. Nós vamos passar, Senador Alvaro Dias, em 100 Municípios gaúchos, mais os países do Mercosul e mais o nosso vizinho Estado de Santa Catarina, levando e mostrando o que vai ser a Copa do Mundo, interagindo e levando personalidades para palestras que já viveram Copa do Mundo, tipo uma personalidade como o Ruy Carlos Ostermann, que viveu 12 Copas do Mundo. Ele vai lá, dá um depoimento para aquela comunidade e faz aquela comunidade viver e, com a tecnologia de informação, nós vamos interagir através de tecnologia eletrônica. Por exemplo: a pessoa vai lá simula eletronicamente bater um pênalti no Taffarel e depois, além da palestra, vamos dar livros sobre histórias de Copa do Mundo, os gaúchos na Copa do Mundo. Então, nós vamos viver Copa do Mundo, a exemplo do que foi o Fórum Mundial, lá no Rio Grande do Sul, em que recebemos 100 mil pessoas. Nós queremos envolver toda a comunidade.

Nós estamos tentando atrair o Fórum Mundial da Juventude, uma parceria com a Unesco e com a Ulbra, porque lá na Alemanha, quando houve a Copa do Mundo, eles fizeram o Fórum Mundial da Juventude, reuniram muitos jovens mostrando o que a Copa do Mundo pode deixar de legado. Atrações e delegações, pré-temporada de grandes seleções, programas de TV na TVE, já para nós interagirmos com a sociedade,

parcerias e programas conjuntos com o Ministério, o grande avanço na tecnologia de informação. Acessibilidade: o Rio Grande do Sul está cuidando muito da acessibilidade, aproveitando um evento desses para ter acessibilidade não só nos estádios, mas no entorno dos estádios, nas calçadas, nos parques, nas praças. Também transparência: todo e qualquer investimento público a sociedade toda tem que saber. Nós vamos ter um portal de transparência de todos os recursos públicos aplicados.

Pode passar.

Outras obras prioritárias que estão acontecendo no Rio Grande do Sul. Desde 1999, nós não tínhamos nenhum reforço da parte de energia elétrica. Nós vamos ter cinco novas subestações, uma delas já começou, que vai ser em frente ao Beira-Rio e que vai atender todo o bairro Menino Deus. Só para terminar, é um investimento de 333 milhões.

Pode passar.

Projeto de revitalização do Cais Mauá. Queremos o apoio dos Senadores. Nós pedimos um apoio de 18 milhões para o Ministério dos Portos, porque vamos fazer a sinalização noturna e o terminal turístico.

Pode passar.

Nós vamos atracar navios de grande porte, porque o calado lá é de cinco metros. Se precisar de mais hospedagens, então, é de 18 mil metros.

Pode passar.

No Aeroporto Salgado Filho, a parte que cabia ao Governo do Estado e à Prefeitura de Porto Alegre já foi feita, agora cabe principalmente à Infraero licitar a ampliação da pista em 920 metros – o que a Presidente já confirmou – e ainda dobrar o terminal de passageiros.

Pode passar.

Os aeroportos do interior também têm um investimento por parte do Estado do Rio Grande do Sul.

Pode passar.

A RS-118, que liga Sapucaia a Gravataí é outra alternativa.

Outras obras do PAC.

Pode passar.

Principalmente a 448, que está em pleno andamento. Esta obra vai ligar Porto Alegre, por trás da Expointer. É uma grande obra.

Pode passar.

O nosso metrô estará funcionando já a partir do ano que vem com 9.300 metros, de Novo Hamburgo até Porto Alegre, com quatro novas subestações.

Pode passar.

Quando chegar na frente do aeroporto, tecnologia gaúcha, nós vamos ter um aeromóvel ligando o terminal de passageiros até lá.

Pode passar.

O Município de Porto Alegre vai ter 10 obras que são financiadas, 524 milhões pela Caixa Econômica Federal, que já tem os planejamentos todos. Senadores, essa mobilidade urbana dá uma melhoria, principalmente em Porto Alegre.

Para finalizar, todas as obras estão sendo feitas com sustentabilidade.

Pode passar.

E, principalmente, os legados que ficam: a integração entre as esferas governamentais e regionais, o aprendizado de outras línguas, o comprometimento político-social, o resultado positivo dos investimentos, o plano de uso das estruturas implementadas, a humanização e a acessibilidade, sempre olhando o desenvolvimento econômico e social – o emprego e renda – de ficar uma referência após a Copa do Mundo e a melhoria de qualidade de todos nós.

Aqui, Senadores, a Copa do Mundo, eu finalizo, somos todos nós. O Rio Grande do Sul está preparado para esse desafio. Tenho certeza dos grandes legados que ficarão para o nosso Estado. A mensagem do Governador é de que qualquer investimento público traga retorno para a sociedade após a Copa do Mundo.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Alvaro Dias, permita-me, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Meus cumprimentos.

Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, quero pedir desculpa a todos os nossos convidados, especialmente à nossa querida Senadora Ana Amélia, que propôs esta audiência pública, porque eu presido a Comissão de Direitos Humanos e às 9 horas tínhamos que iniciar os trabalhos lá. Fiz questão de participar da abertura aqui, queria me desculpar e cumprimentar a todos. Eu sou um fã da Copa. Tenho dito muitas vezes, por onde passo, que, quando ganhamos a disputa internacional para que a Copa fosse no Brasil, assim como as Olimpíadas, todos nós festejamos, bailamos, cantamos, enfim, foi uma festa geral. Só que, de lá para cá, eu ouço mais críticas do que elogios, em vez de nos somarmos para esse grande evento.

Então, cumprimento V. Exª, sei que é esse o objetivo de V. Exª, como do Senador Alvaro Dias, cumprimento o Kalil Sehbe, Coordenador Geral da Copa lá no meu Rio Grande, e, na sua figura, também o Governador Tarso Genro, cumprimento todos aqui presentes. É uma bela exposição. Sei que as outras serão, no meu entendimento, do mesmo nível. Tenho certeza disto, porque todos estão fazendo um esforço enorme para

mostrar ao mundo todo nosso potencial. Mas tenho que presidir a Comissão de Direitos Humanos.

Parabéns a todos!

Senadora Ana Amélia, parabéns a V. Exª!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Senador Paulo Paim...

Senadora Ana Amélia, apenas, já que estamos tratando da Copa do Mundo, é bom sempre um pouco de alegria. Então, uma brincadeira não faz mal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É de ontem, né? Ontem foi uma...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Especialmente depois da vitória de ontem.

Naquela simulação de pênalti ali, eu sugiro que seja o Paulo Paim ou, então, o Baggio. Se não for o Paulo Paim na simulação de pênalti, com o goleiro Taffarel, que seja o Baggio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o Paim vai fazer como o jogador árabe que fez um pênalti de costas.

Agora, Senador Alvaro, ontem, nós tivemos uma experiência na audiência que foi bastante produtiva. Como são muito poucas as questões para o Secretário Kalil Sehbe... Numa das lâminas, o senhor fala que o grande legado é a segurança pública. E aí, numa lâmina, aparece lá Forças Armadas e Polícia Federal. Eu não sei se houve omissão, se a Polícia Federal quis englobar tudo, porque a Polícia Rodoviária Federal é distinta da Polícia Federal. Então não sei, porque ali só apareceu Forças Armadas e Polícia Federal, não Polícia Rodoviária.

O SR. KALIL SEHBE – Na lâmina tinha que constar também a Polícia Rodoviária. O que nós estamos fazendo é a integração de todas as forças, ainda mais que o deslocamento é, às vezes, inclusive, por rodovias federais. Então, nós estamos trabalhando lá, a Câmara Temática de Segurança, com todas as forças de segurança. Inclusive, o Judiciário participa às vezes, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa integração é muito importante. Também porque o Rio Grande do Sul tem seis Municípios que fazem fronteira com a Argentina e outro tanto com o Uruguai, mais uma prudência nessa coisa.

Por fim, a questão da saúde. O senhor fez uma referência muito clara a respeito da saúde, que o Estado está gestionando junto ao BNDES para obtenção de linhas de financiamento, tais como as que são concedidas aos estádios de futebol, aos clubes que vão fazer investimentos, como a Arena do Grêmio, por exemplo, a ampliação do meu Internacional em Porto Alegre.

Em que pé está essa negociação com o BNDES? Porque a questão da saúde não é só para a Copa, Secretário. Nós acompanhamos. É uma coisa de emergência. O cidadão já precisaria estar recebendo hoje o legado da Copa que vai acontecer em 2014.

O SR. KALIL SEHBE – Porque, da Copa, nós temos que deixar disponível em torno de 500 leitos. Então, passou a Copa do Mundo, fica o legado para a sociedade. Mesmo que o turista venha com plano de saúde internacional, seguro de saúde, os hospitais que estão se preparando são os que têm a creditação internacional, como o Mãe de Deus, onde, saindo-se do Beira-Rio, chega-se em dois minutos. Já fizeram todas as simulações. É até mais rápido por terra.

Já fizemos correspondência para o Presidente do BNDES e fizemos correspondência para os nossos três Senadores gaúchos, para V. Exª, para o Senador Paim e para o Senador Simon e para toda a bancada gaúcha, pedindo que nos ajudem. A sugestão que nós estamos dando, a partir do Rio Grande, para servir também para os outros Estados brasileiros, é que se dê a mesma linha de crédito, porque lá nós temos muitos hospitais que gostariam de receber essa linha de crédito para ampliar o seu número de leitos, e acho que já é um novo benefício, extremamente importante.

E obrigado por se somar a esse desafio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Obrigado.

Nós vamos, agora, ouvir os demais, e as eventuais perguntas devem ficar, então, para após a apresentação do último expositor.

Vamos ouvir agora o Secretário de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Regis Velasco Pereira, que está com a palavra por 15 minutos.

O SR. REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA – Bom dia. Gostaria de parabenizar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal por essa iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Alvaro Dias, que está presidindo a reunião. É um prazer estar aqui para falar um pouco sobre o que estamos fazendo no Rio de Janeiro na preparação da Copa do Mundo. Até pouco tempo, eu estava aqui no Senado Federal representando meu Estado. Então, é uma honra estar de volta, Senador.

No Rio de Janeiro, estamos trabalhando fortemente para transformar o Rio de Janeiro num lugar próspero, seguro, ambientalmente sustentável, onde educação e cultura são valores inquestionáveis e transformadores. Esse é o objetivo do Estado.

Próximo, por favor.

Então, nós temos trabalhado fortemente desde o primeiro mandato do Governador Sérgio Cabral na reconquista da segurança pública e da cidadania, na

reconstrução da gestão pública, fortemente atuando na gestão e na articulação da promoção de investimentos e para trazer grandes acontecimentos, grandes empreendimentos para o Estado.

Próximo, por favor.

Então, o resultado desse trabalho já está aparecendo, porque o Estado do Rio de Janeiro está recebendo investimentos e eventos internacionais. Os principais são os Jogos Mundiais Militares, que já aconteceram neste ano. Para o ano que vem está prevista a Rio+20, com mais de 150 chefes de Estado presentes no Rio de Janeiro para tratar de meio ambiente. Em 2013, nós temos a Jornada Mundial da Juventude com o Papa, com a previsão de mais de dois milhões de pessoas visitando o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro também está se candidatando e certamente será uma das chaves da Copa das Confederações. Em 2014, temos a Copa do Mundo; em 2016, as Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Próximo, por favor.

Nós nos estruturamos no Estado do Rio de Janeiro. A Secretaria da Casa Civil é o órgão articulador de todas as ações do Estado em relação à preparação da Copa do Mundo e também das Olimpíadas, que virão dois anos depois.

Próximo.

Nós estamos trabalhando fortemente para que o Estado do Rio de Janeiro seja cada vez um Estado mais seguro. Estamos fazendo grandes investimentos. O principal deles é o programa de Unidades de Polícia Pacificadora.

Pode passar, por favor.

Já temos 17 Unidades de Polícia Pacificadora implantadas no Estado do Rio de Janeiro, com 5.695 novos policiais especialmente treinados para atuar nessas comunidades. O sistema: o nosso batalhão de operações especiais entra na comunidade, desarma e afasta os traficantes; depois, entra um policiamento de viés comunitário. Então, já temos 90 comunidades atendidas e uma população por volta de 500 mil pessoas beneficiadas por esse programa, e estamos prevendo, até 2014, até a Copa, 40 UPPs com a pacificação da quase totalidade das comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Próximo.

Além disso, dividimos o Estado em regiões integradas de segurança pública e criamos um sistema de metas para cada região.

Próximo, por favor.

Então, em cada região, escolhemos quatro grandes índices de criminalidade mais importantes – homicídio doloso, roubo de veículos, roubo de rua e latrocínio – e medimos os resultados de cada região integrada dessas de segurança pública. Temos hoje georreferenciado já o mapa de criminalidade de todas as regiões do Estado. O comandante do batalhão recebe esse georreferenciamento e pode direcionar, sim, o seu policiamento para os principais focos de criminalidade. E, nas regiões integradas que conseguem bater as metas pré-fixadas de redução de crimes, recebem semestralmente um prêmio em dinheiro todos os policiais que estão lotados; tanto os da Polícia Civil quanto os da Polícia Militar recebem um prêmio em dinheiro pelo atingimento dessas metas.

Próximo.

Além disso, estamos construindo um centro de comando e controle no Rio de Janeiro, de padrão internacional. Vai integrar a Polícia Militar, a Guarda Municipal, Samu, Defesa Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, todos presentes numa sala de monitoramento. Esse é um *slide* de como ficará a obra, da principal sala desse centro de comando e controle, que terá um padrão internacional, tanto para o policiamento e gerenciamento de risco de todo o Estado do Rio de Janeiro, não só para grandes eventos, mas para o dia a dia e eventuais catástrofes, e numa sala só, de segurança, com padrão internacional.

Próximo.

Além disso, estamos construindo um complexo que vai reunir as 18 delegacias especializadas da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que hoje estão espalhadas pela capital, localizado em Manguinhos, área importante do Rio de Janeiro. Vamos inaugurá-lo no primeiro semestre do ano que vem e vai ter um novo padrão de qualidade de instalações e de tecnologia da informação, de Primeiro Mundo. Então, essas delegacias antissequestro, o Core, todas as delegacias especializadas, de homicídios, estarão trabalhando em conjunto num mesmo lugar, o que vai melhorar a sintonia entre elas.

Próximo.

Na área da saúde, nosso principal programa é a ampliação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e algumas outras iniciativas de que vou falar agora, além da melhoria do funcionamento de nossos hospitais.

Próximo, por favor.

Quanto às UPAs, temos 44 em funcionamento e já realizamos, desde a primeira UPA, quase 9 milhões de atendimentos, 1 milhão e 700 mil exames de raios X, 5 milhões, 630 mil exames laboratoriais e distribuímos já 64 milhões de medicamentos. Temos UPAs espalhadas pelo Estado inteiro.

Próximo.

Vamos inaugurar agora, neste mês de novembro, o Rio Imagem. O Rio Imagem é um centro de imagem

do tipo a que as pessoas que têm plano de saúde têm acesso, os grandes centros de imagem para fazer ressonância, tomografia. Vamos ter um público no Rio de Janeiro, no centro da cidade. Essa é uma imagem de como será, de como está ficando, de forma que a população poderá realizar os seus exames nesse centro de imagem, e a previsão é de realizar 800 exames por dia, que é uma coisa importante também para o apoio na realização de grandes eventos.

Próximo.

Centro de trauma. Vamos inaugurar até três centros de trauma até 2013 em três locais no Estado do Rio de Janeiro.

Próximo.

Além de aumentar investimento em transplantes no Estado do Rio de Janeiro, o que também é um investimento importante na área da saúde.

Próximo. Na área de ambiente, temos uma agenda ampla de investimentos, principalmente na área de saneamento, mas estamos trabalhando na certificação de construção de arenas, projetos de resíduos sólidos e reciclagem. Editamos um decreto nesta semana, o Governador editou, com metas para mudanças climáticas, redução de emissões e temos ações importantes na criação de parques e no atingimento das exigências da Fifa em relação à Copa sustentável.

Próximo, por favor.

No transporte, estamos fazendo muitos investimentos no Estado do Rio de Janeiro. Nós temos dois grandes sistemas de transporte estadual de alto rendimento, e um deles é o transporte por trens suburbanos – talvez uma das maiores linhas de transporte suburbano por trens do Brasil seja no Rio de Janeiro, mas ela se encontrava muito degradada. Nós vamos adquirir, até 2014, 120 novos trens. Cada trem tem quatro carros, ou seja, 480 novos carros. Estamos mudando o sistema de sinalização, melhorando a via permanente, construindo novas estações. Portanto, vamos melhorar muito a mobilidade urbana por trens no Rio de Janeiro.

No metrô também, carecíamos de trens e ainda estamos carecendo. A partir do ano que vem, chegam... Da SuperVia, o primeiro novo trem acabou de chegar nesta semana, e até junho do ano que vem vamos ter todos os novos trens, 60 novos trens aqui no Rio de Janeiro. O primeiro trem chega ao metrô em junho do ano que vem, e também vamos melhorar muito o sistema de transporte porque vamos diminuir o tempo de intervalo entre os trens e, assim, melhorar o atendimento à população.

Próximo.

Estamos à frente do Maracanã. Não temos problema de mobilidade para a Copa porque o trem e o metrô têm estações próximas ao Maracanã, ou quase em frente. O que vamos fazer é a construção de uma estação intermodal, em que a estação de trem é ao lado da estação de metrô. Então, haverá intercâmbio entre os dois tipos de transporte e, por isso, a população do Rio de Janeiro não necessitará de automóvel para acessar o estádio. O acesso é muito facilitado tanto para quem mora no subúrbio como para quem morar mais para a zona sul, que tem acesso por metrô.

Próximo.

Nós temos como obrigação colocar o estádio do Maracanã em condições de atender as exigências da Fifa. O estádio está em reforma, investimentos de R$860 milhões, sendo R$400 milhões de financiamento do BNDES. A previsão de conclusão dessa obra é fevereiro de 2013, e a obra está em pleno andamento. Está praticamente sendo refeito por dentro. Só ficou a estrutura do lado de fora. E também temos como compromisso o licenciamento ambiental de obras do Terminal Marítimo do Rio de Janeiro.

Próximo, por favor.

Eu trouxe aqui um filme sobre como vai ficar o nosso Maracanã. Peço licença para passar esse filme agora. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Além dos R$400 milhões do BNDES, o restante do Município...

O SR. REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA – Não, o Estado vai entrar com o restante do investimento.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA – Bom, está sem som, mas é como era o estádio do Maracanã até pouco tempo e o entorno dele, e agora mostrando como ele vai ficar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA – Precisa ter mais saídas, tem que se fazer uma reformulação, e também quanto à inclinação das arquibancadas, a exigência da Fifa é diferente da inclinação que tínhamos no Maracanã. Por isso, tivemos de destruir toda a arquibancada e refazê-la. O campo também vai mudar de tamanho. São 78 mil assentos, maior distância entre os assentos, mais conforto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – A Fifa, como o dinheiro não é dela, faz algumas exigências razoáveis; outras, nem tanto.

O SR. REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA – Esses são os acessos, porque a Fifa exige que todo o estádio seja evacuado em determinado tempo. Então, são quatro novos conjuntos de rampa...

(Continua a exibição de vídeo.)

O SR. REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA – Senador, essa é a nossa contribuição. Temos certeza de que vamos entregar um Maracanã muito lindo para a Copa do Mundo e temos certeza de que vamos realizar jogos no Rio de Janeiro, a chave do Rio de Janeiro, e a final com muito sucesso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora o Secretário Extraordinário para Assuntos Relativos à Copa do Mundo de 2014 de Natal, RN, Sr. Demétrio Torres.

Com a palavra S. Exª.

O SR. DEMÉTRIO TORRES – Bom dia a todos.

Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, demais autoridades, eu gostaria de começar estas minhas palavras fazendo um relato bem simples e sucinto do nosso histórico com relação à Copa de 2014. Natal foi, vamos chamar assim, uma zebra quando foi escolhida como cidade sede. Naquele momento, ela apresentava um projeto que tinha sua sustentação num grande projeto imobiliário, que terminou não tendo sucesso até em virtude da grande crise internacional, que começou exatamente pelo negócio imobiliário. Se, naquele momento, nós mesmos, potiguares, desconfiávamos de que não tínhamos capacidade para realizar a Copa em virtude daquele projeto tão grande, no momento em que teve que mudar, esse descrédito aumentou. Foi feita, então, uma nova modelagem econômica para realizar a Copa em Natal e, lamentavelmente, veio o segundo insucesso. Naquele momento, não compareceu nenhuma empresa para realizar aquela proposta.

O atual Governo, da Governadora Rosalba Ciarlini, recebeu esse problema quando o descrédito era total, ao ponto de o edital que recebemos ter sido publicado no dia 31 de dezembro de 2010, no último dia de governo. Eu já havia sido convidado alguns dias antes e, antes mesmo de assumir, tive várias reuniões com a Governadora, procurando exatamente uma forma para efetivar o que tínhamos que fazer, principalmente para resgatar a credibilidade, começando pelo povo do Rio Grande do Norte, e também para viabilizar a Copa.

Chegamos à conclusão de que a ferramenta principal seria exatamente a transparência do processo todo. Foi aí que convidamos Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Assembleia Legislativa e toda a classe política do Rio Grande do Norte, para que conduzíssemos aquele processo licitatório com a participação de todos. E foi exatamente o que aconteceu. O resultado prático é que, ao fim da licitação, nós não tínhamos nenhuma pendência em nenhum órgão controlador. E, a partir daí, enviamos ao BNDES o pedido de financiamento, sem nenhuma pendência, e conseguimos, em tempo recorde, comparado a outras sedes, a aprovação do projeto.

Então, esse foi o começo para resgatarmos a credibilidade de que, efetivamente, Natal seria sede da Copa do Mundo. Esse foi o primeiro grande problema.

Estou dizendo isso até para explicar e não perder a oportunidade, que é interessante, de mostrar que a situação hoje de Natal é que ela ainda é a cidade, vamos dizer assim, que está mais atrasada, mas sem nenhuma pendência e com vários pontos positivos dentro dessa questão. E, principalmente, com a observação do Caderno de Encargos da Fifa, pois a localização dessa arena já atende a vários pontos, sobretudo no que diz respeito à proximidade aos hospitais e à proximidade e facilidade em relação aos hotéis.

Aqui eu quero dizer que Natal é uma cidade de 800 mil habitantes, talvez a menor cidade da Copa, mas que tem hoje já 30 mil camas, até porque o nosso principal negócio é o turismo. Então, nesse ponto, nós já atendemos até com uma certa sobra.

Essa arena está localizada entre os dois principais corredores de transporte da cidade, que dão acesso à saída e fazem a ligação com o aeroporto que hoje existe. Dentro da matriz de responsabilidade do Governo do Estado, nós somos responsáveis pela parte de mobilidade naquilo que está dentro das rodovias estaduais, que mostro mais adiante.

Então, essa é a nossa arena, que, desculpem-me a falta de modéstia, para mim é a mais bonita. O nome é Arena das Dunas. Se observarem, ela tem o contorno parecido com o movimento de uma duna. O projeto é muito importante e já está quase 100% detalhado.

Por favor, passe a página.

Essa é a descrição da obra. Arena das Dunas. O nosso processo de licitação foi uma PPP clássica, que é aquela na qual o privado assume o financiamento e a construção. No caso, a partir da conclusão da obra, o Estado entra como garantidor. Foi criado um fundo garantidor composto por terrenos do próprio governo mais uma parte em moedas, que é garantida pelos nossos **royalties** de petróleo. É importante dizer também que o fato de a gente ter conduzido esse processo de forma aberta, pública, fez com que a aprovação do fundo garantidor na Assembleia do Estado fosse por unanimidade e no espaço de tempo mínimo permitido pela lei.

O nosso estádio também é moderno. Até, como disse o Senador Alvaro Dias, como a Fifa não é quem paga, ela faz as suas exigências. O nosso estádio é um estádio moderno, com elevadores, estacionamentos privativos, salas VIP, camarotes etc. É obrigatória

a certificação Leed, e está tendo. O nosso contrato com a empresa é para a demolição do estádio antigo, construção, operação e manutenção por um prazo de 20 anos.

Por favor, pode passar.

Isso aí é uma planta de situação em que se mostra, em amarelo, a posição do estádio em relação àquele pequeno ginásio de esportes que aparece e o estádio antigo. Isso fiz questão de mostrar para dizer que todo mundo quer ver a demolição desse estádio, mas nós iniciamos a obra porque quase 70% dela está fora do estádio antigo. Então, pelo nosso cronograma de execução da obra, nós iniciamos aí por essa parte de terraplanagem e vamos no sentido... A demolição já começou naquele pequeno e, até o final de outubro, devemos estar concluindo e iniciando a demolição do Machadão propriamente dito.

Pode passar por favor.

Isso aí são alguns dados. Valor da obra: 400 milhões. Foi iniciada em agosto. Previsão para entrega: dezembro de 2013. O projeto está dentro de uma área de pouco mais de 120 mil metros quadrados, o que equivale a 12 hectares. Vagas no estacionamento: 1.729. Internas, que estão no subsolo: 261 vagas; externas: 1.468.

Pode passar, por favor.

Quantidade de assentos. Camarotes: 634 lugares. Hospitalidade VIP, que são lugares mais privilegiados: 2.204. Público em geral: 27.771. Temporário: 10.200. Mídia: 1.182. Total: 42 mil lugares.

Por que essa questão do assento temporário? O nosso estudo de viabilidade econômica mostrou que construir um estádio com 42 mil assentos fixos significaria um custo mais elevado e menor retorno nesse período aí. Então, essa questão de assentos temporários é quase uma constante nos estádios brasileiros.

Pode passar, por favor.

Isso aí é mais um dado característico das áreas. Área VIP: 780 metros quadrados. Esta é privilegiada: 1.900. São 36 camarotes mais dois camarotes chamados VIP VIP, que são camarotes especiais. Bares e restaurantes: 16 unidades.

Pode passar, por favor.

Aí é mostrada a área. Aí aparecem faixas que, no momento dos jogos da Copa, a Fifa exige para apoio à imprensa, apoio à segurança, saúde etc.

Pode passar, por favor.

Aí é uma vista de cima, da cobertura, para dar aquela conotação a alguns lugares. No corte da cobertura, alguns ficam descobertos.

Pode passar, por favor.

Aí, para mostrar efetivamente aquela questão das exigências da Fifa. São dois cortes: um leste-oeste, outro norte-sul. A visão que a Fifa tem hoje com relação ao estádio é que você tem de colocar o espectador o mais próximo possível do campo. Então, ela verticalizou o tipo de construção. Essa parte mais alta aí vai ficar com 47 metros de altura, o que equivale a um edifício de 15 andares. Esse é o conceito para que se tenha o público o mais dentro do estádio possível e com visão privilegiada.

Pode passar, por favor.

Aí mais um detalhe desse mais alto para mostrar sua grandiosidade. Na área de estacionamento, aquele ali é um ônibus – está em escala real. Aquele primeiro piso tem seis metros de pé direito – também uma exigência da Fifa com relação à segurança.

Pode passar, por favor.

Aí é um levantamento do que está executado e do que está em execução. Hoje temos executada toda a parte de levantamento topográfico, da infraestrutura local, a retirada daquele infraestrutura de água que existia, energia, esgoto e drenagem. A inscrição... As licenças concedidas, estudos geotécnicos – na drenagem, que ali aparece como 80%, há um erro, porque foi totalmente executada. Toda essa drenagem na parte de fora do estádio já foi executada.

O que está em execução? A conclusão de uma rede de alta tensão, que está saindo; as instalações provisórias, que estão em fase final; projeto executivo também; a terraplanagem hoje já representa 40%; a demolição daquele ginásio: 5%. Um dado que não está aí: se formos quantificar essa obra, hoje deve ser da ordem de 7% do seu valor total.

A demolição do Machadão está prevista agora para o final – já está assegurado o recurso. A conclusão da obra está prevista para o final de 2013. O restante da matriz é de responsabilidade do governo, a parte das rodovias.

Pode passar, por favor.

O tempo não foi suficiente. Acho que me perdi nesse início, mas eu trouxe esta pequena apresentação, é um caderninho que posso distribuir para os senhores, que é com relação à parte de mobilidade urbana. Nós fizemos modificações exatamente porque a gente entende que não se podia fazer uma obra com a visão pontual do instante Copa do Mundo.

Aí está o aeroporto, que já é uma realidade, o novo aeroporto, o aeroporto de hoje. E nós precisávamos integrar esse aeroporto ao sistema rodoviário do Rio Grande do Norte, já que se trata de um aeroporto de carga. O Rio Grande do Norte produz 95% do sal do País, que é um volume muito grande. Quarenta por cento disso sai por terra, e nós precisamos ter um sistema rodoviário, que é a nossa maior matriz de transporte no Brasil, infelizmente. É preciso que seja bem

conectada para que isso funcione. Além disso, somos os maiores exportadores de melão e de banana. O Rio Grande do Norte também tem as maiores jazidas de calcário do Brasil.

Então, a gente tinha que ter essa visão. Infelizmente, o tempo não vai permitir que façamos uma explanação maior.

Quero agradecer e dizer que estou à disposição dos senhores para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado ao Sr. Demétrio Torres.

A seguir falará o Diretor de Planejamento e Articulação Interinstitucional da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal, Sr. Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES – Bom dia, Senador Alvaro Dias, que preside esta audiência. Quero cumprimentar todos aqui na pessoa do nosso ex-Governador e Senador Blairo Maggi, que nos honra com sua presença.

O tema colocado, Senador Alvaro Dias, é estratégia e planejamento. Vamos tentar mostrar rapidamente – há muitas imagens – a estratégia que o Governo do Estado usou para aproveitar a passagem da Copa pelo Estado de Mato Grosso.

Nosso então Governador Blairo Maggi, quando buscou a Copa... A gente tem uma preocupação muito grande porque, no nosso caso, é a menor cidade-sede das doze, e nós temos hoje a possibilidade de, através da Copa, apresentar ao mundo as nossas potencialidades, apresentar Mato Grosso. Ninguém foi buscar a Copa por causa de quatro jogos, então, vou tentar...

Pode passar, por favor.

A estratégia que o Governo do Estado usou. Em Mato Grosso, nós temos três biomas, temos a nascente de três bacias hidrográficas brasileiras, há a potencialidade das águas termais – todo mundo conhece muito Goiás, mas Mato Grosso tem dez vezes mais potencialidade de águas termais, mas isso não é usado por falta de logística. Há etnias indígenas; há o centro geodésico da América do Sul – é o único centro geodésico existente no mundo –; é o maior produtor de grãos e tem o maior rebanho bovino.

Pode passar, por favor.

Aí nós temos os três biomas: Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal.

Por favor.

As bacias hidrográficas de Mato Grosso, nascentes das principais bacias hidrográficas, como a do Amazonas, Tocantins e a do Paraná. Temos em Mato Grosso 30 etnias indígenas. Tudo isso somado motivou o Governador Blairo Maggi, à época, a buscar a Copa para Mato Grosso, para Cuiabá.

Tudo o que se fala no mundo... E se critica muito Mato Grosso por causa do desmatamento... Nossa agricultura hoje: Mato Grosso é o maior produtor e grãos do Brasil e nós usamos apenas 8% do território mato-grossense. A nossa pecuária: nosso rebanho bovino é o maior do Brasil também, e nós ocupamos 25%. Então, nós temos hoje, do território mato-grossense, 64% totalmente preservados. Então, a gente quer mostrar essa capacidade, essa pujança do Estado, mas mostrar o outro lado: é o único Estado no mundo todo que tem três biomas distintos.

Por favor.

Mato Grosso é o Estado do agronegócio e o Estado de potencialidades turísticas. Queremos, com a Copa de 2014, projeção nacional e mundial.

Por favor.

Aí, rapidamente: a matriz de responsabilidade, que todos nesta sala conhecem. Temos a arena, a área em torno da arena, centro de treinamento, mobilidade urbana e aeroporto, sendo que cinco delas são de responsabilidade do Estado e o aeroporto é a única responsabilidade real do Governo Federal.

Por favor.

Para desenvolvermos nosso trabalho, nós criamos uma matriz técnica com 28 projetos. Esses 28 projetos atendem todas as necessidades à frente para atender a Copa. Fiz questão de destacar os três que fazem parte desta Comissão: a educação, a cultura e o esporte.

Por favor.

Imediatamente elaboramos o planejamento estratégico, que terei a honra de entregar ao Senador Alvaro Dias assim que terminar minha fala. Nele fizemos todo o planejamento até 2014. Falando em planejamento, também gostaria dar-lhes conhecimento de que tive, graças a Deus e ao nosso então Governador Blairo Maggi, a oportunidade de ser Secretário de Planejamento do Estado durante sete anos, durante toda a gestão do Governador Blairo Maggi. Depois, assumi a Diretoria de Planejamento por uma indicação do nosso atual Senador.

Por favor.

Com essas potencialidades que colocamos aqui – etnias indígenas, biomas –, o nosso foco, o principal legado que queremos para o Estado de Mato Grosso é, além da potencialidade de produção, a questão do turismo.

Por favor.

Para isso, estamos trabalhando num raio de 200 quilômetros. Para mim, a Copa já trouxe um grande legado, um grande dividendo para o Mato Grosso. Na época, o Governador Blairo Maggi autorizou – começamos todas as tratativas e hoje já está assinado junto ao BNDES – o Prodetur. São 410 milhões que vão ser

investidos no turismo de Mato Grosso, principalmente nesse raio de 200 quilômetros. Mas nós temos outros, como Barra do Garças, Alta Floresta, que também receberão recursos do Prodetur.

Por favor.

Importância do turismo. É uma oportunidade única de atrair investimentos que vão melhorar a infraestrutura e deixar o Estado pronto para o turismo nacional e internacional e para ser um polo de negócios no centro do Brasil.

Por favor.

Aí é a questão do Fan Fest. A gente fez questão de ressaltar que o Governo do Estado adquiriu uma área, e nós estamos tirando o Parque de Exposições do centro de Cuiabá. Nosso Parque de Exposições hoje é muito pequeno, tem 17 hectares, e ele está indo agora, com a ajuda do Governo do Estado, pra uma área de 100 hectares. Nessa área nós vamos construir o Fan Fest.

Por favor.

Essa arena do lado de cá já existe hoje, e nós vamos dotá-la do que for necessário para fazer grandes eventos, como desfiles de 7 de Setembro, aniversários da cidade. Vamos utilizar essa arena já existente no Parque de Exposições hoje.

Por favor.

Aí, no caso, Cuiabá. Temos igrejas, museus, o Centro Geodésico da América do Sul.

Por favor – agora as imagens são rápidas.

Chapada dos Guimarães. Há um projeto muito grande para essa cidade, que está a 60 quilômetros de Cuiabá; um dos principais é o teleférico, que começa a ser instalado agora. Há o Lago do Manso – esportes aquáticos –, é uma área imensa.

Por favor.

Várzea Grande. Nós temos a rota do peixe e o artesanato. Em Bonsucesso está a rota do peixe, é onde se localiza, é um distrito de Várzea Grande.

Rosário Oeste: cachoeiras e praias – o rio Cuiabá passa pela cidade.

Por favor.

Nobres: flutuação e mergulho. Sem desmerecer o Estado de Mato Grosso do Sul – todo mundo ouve falar de Bonito –, o nosso é muito mais do que bonito, é lindo, porque temos, além da possibilidade de flutuação, temos uma caverna subaquática de 220 metros – você consegue enxergar com perfeição nesses 220 metros de profundidade.

Por favor.

Barão de Melgaço, Santo Antônio: aí já é a entrada do Pantanal.

Cáceres está no Pantanal também, está dentro daqueles 200 quilômetros. Lá acontece o maior festival de pesca de água doce do mundo hoje.

Poconé. É o Pantanal, a Transpantaneira, que a gente vai transformar em estrada parque.

Jaciara e Juscimeira: nós temos um complexo de cachoeiras que pode ser aproveitado para o *rafting*.

Rondonópolis, Campo Verde e Primavera do Leste: é o turismo tecnológico. Dez anos atrás, nós saíamos daqui e íamos para os Estados Unidos aprender a produzir, aprender produtividade. Hoje, vira e mexe, Senador, estamos recebendo voos fretados trazendo pessoas para Mato Grosso, porque hoje temos lá a maior produtividade de soja e temos a maior – agora só o Senador para me ajudar – fibra de algodão, a mais comprida fibra de algodão, graças à pesquisa desenvolvida em Mato Grosso.

Barra do Garça, Araguaia. Sempre quando se fala em Araguaia, as pessoas pensam em Goiás, mas, do outro lado, está Mato Grosso.

Por favor.

A Floresta Amazônica. Temos uma potencialidade imensa na floresta.

Por favor.

Fizemos um contrato com a National Geographic. Ela estará, durante 365 dias – hoje está fazendo 100 dias –, filmando todo o Pantanal. Então vamos ter a fase de cheia, a fase de vazante. Há um compromisso, assinado entre a National Geographic e o Estado de Mato Grosso. Esses vídeos serão exibidos em 165 países. Então, é uma possibilidade que a gente vai ter de estar mostrando as potencialidades turísticas de Mato Grosso para o mundo.

Aí, rapidamente, é a arena. Nós estamos seguindo o programa da Fifa, o Green Goal. Foi o primeiro projeto que foi desenvolvido. A elaboração do projeto foi desenvolvida dentro do Certificado Leed. Nós já saímos com 39 pontos de pontuação da Certificação Leed. Para a gente obter Certificação A, nós precisamos de 49. Então, faltam-nos 10 para execução. Hoje, a arena de Mato Grosso já recebeu dois prêmios nacionais e recebeu um prêmio na Inglaterra como projeto, a melhor arena do mundo, porque ela reúne todos os conceitos de leveza, sustentabilidade. A gente vai poder mostrá-la rapidamente.

Por favor.

Esse é um detalhe simples, mas do ponto de vista... A gente entende que vai haver, das 12 cidades-sedes, duas que vão ser as mais cobradas do ponto de vista ambiental, Amazonas e Mato Grosso, sem dúvida alguma, até porque foi isso que as levou a sediar, uma vez que a gente não tem tradição futebolística. Nós não temos, hoje, reclamação de toda a vizinhança

em relação à construção da arena, porque todos os caminhões... Esta é uma das atitudes: para eles saírem da arena, eles têm de lavar os pneus; então, não há reclamação nem de poeira.

Por favor.

Isso é importante porque a Prefeitura de Cuiabá está adotando isso para a construção civil. Todo mundo que está fazendo construção civil hoje é obrigado a seguir esse conceito. Então, nós temos a reciclagem de resíduos da demolição, 100% foram demolidos e triturados no local. Nós não tivemos transporte, tirando-os, eles foram triturados para serem usados como base.

Por favor.

Quanto a movimentação de terraplenagem, 95% já estão executados; drenagem, 100% já executados; fundações tipo hélice, 100% já executados – são 2.100 fundações para sustentar a arena; estrutura de concreto moldado *in loco* 65% já executados; estrutura de contenção, muro de gabião, 85% já executados.

Aí é uma vista geral da arena.

Por favor.

Aí é a arquibancada oeste, com um corredor oeste também, e já a montagem da arquibancada leste.

Por favor.

Outro trabalho é o resgate social dos trabalhadores – capacitação de moradores. Não só os funcionários da arena, mas a comunidade também foi convidada. Nós temos salas de aula dentro do espaço de construção da arena, onde está sendo feita a alfabetização das pessoas.

Por favor.

Resgate social também: grupo de presidiários. Foi o primeiro Estado com grupo de presidiários com carteira assinada. Eles moram dentro da arena.

Por favor.

Egresso do trabalho escravo. Infelizmente, a gente teve alguns problemas dessa natureza. Eles têm carteira assinada e trabalham hoje dentro da arena.

Por favor.

Esse foi um dos motivos por que a gente recebeu a premiação e que é exatamente o conceito... Nós temos ao todo 42.923 assentos, mas a arquibancada norte-sul, nós gastamos oito milhões a mais para ela ser toda montada em estrutura metálica e concreto, e ela pode vir a ser desmontada e virar dois novos estádios. Nós vamos torcer para que isso não seja necessário. Mas, se houver essa necessidade, ela já pode, ela traz a capacidade para 23.891.

Por favor.

Pode passar.

São imagens da arena.

Pode passar.

Centros oficiais de treinamento.

São dois oficiais e um reserva. E nós vamos trabalhar com quatro.

Por favor.

Então, nós vamos ter o Centro Oficial da Morada da Serra, que é o maior aglomerado que nós temos hoje no Estado.

O da Barra do Pari, em Várzea Grande. Aqui não vai ser apenas um centro de treinamento. O centro de treinamento terá dois mil lugares. O Governo do Estado está dando à Várzea Grande um estádio com seis mil assentos.

Por favor.

E a Universidade Federal de Mato Grosso será um outro centro de treinamento. E nós temos um trabalho de recuperação do Eurico Gaspar Dutra, que é, historicamente, um estádio importante para Cuiabá.

Por favor.

Mobilidade urbana, aí é rapidamente.

Pode passar.

O entorno da área toda, nós temos um total, para os senhores terem uma ideia, do aeroporto à arena, nós temos 4,5km. Então, tudo o que vai ser desenvolvido, a questão do entorno da arena será nesse raio de 4,5km.

Por favor.

Aí nós tínhamos desenvolvido um projeto para a implantação do BRT. Há poucos dias, todo mundo acompanhou, a Presidente Dilma autorizou a mudança para o VLT. Então, neste momento, está sendo elaborado o projeto básico para a implantação do VLT, que será nesses eixos.

Por favor.

São corredores, que receberão tratamento, importantes para Cuiabá e Várzea Grande.

Por favor.

Aí já temos a rodovia Mário Andreazza, que já tem duplicação da ponte, e será totalmente duplicada.

Por favor.

Para a Chapada dos Guimarães também haverá a duplicação. Começou ainda com o Governador Blairo Maggi.

Por favor.

A duplicação para Santo Antônio do Leverger também, para ir para o Pantanal.

Por favor.

Aí são obras de desbloqueios, porque aquelas grandes obras vão parar a cidade. Então, são obras que a gente está executando neste momento para que a gente consiga dar fluidez para o trânsito.

Por favor.

Só exemplos.

Pode passar. Também. São maquetes eletrônicas. Pode passar rapidamente.

Segurança. Eu não vou me ater a esse ponto, mas o plano... Nós vamos construir agora o Centro de Controle e Comando, cavalaria, canil. E é muito importante o Plano de Segurança da Defesa Civil que Mato Grosso apresentou à Fifa, ele foi considerada modelo para as 12 cidades-sedes. Então, sexta-feira última houve uma reunião em Porto Alegre, onde foi detalhado esse projeto.

Por favor.

Na saúde, a gente também não vai entrar em detalhe, mas um ponto muito importante é o Hospital Universitário Júlio Müller, onde o Governo Federal está investindo por intermédio do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Eles vão atender à necessidade de leitos para a Copa.

Por favor.

Qualificação, rapidamente. Foram assinados 10 milhões. Já repassamos... São 200 horas/aula, por pessoa, 10 mil pessoas capacitadas na cadeira de turismo.

Por favor.

Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Aí é o programa de neutralização da emissão de carbono da arena. Já foi assinado um convênio com a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso. Ela criou um instituto, Instituto Ação Verde, um milhão e quatrocentas mil árvores para a recuperação, regularização e fonte de renda, porque as pessoas receberão o salário durante a construção da arena.

Por favor.

Por último, aí são os legados que a gente espera que a passagem da Copa, que é muito rápida, são 15 dias, possa deixar para Cuiabá, para Mato Grosso. Social, que é a questão da qualificação, capacitação, geração de emprego e renda; ambiental, que não é só no conceito, mas também a questão do Pantanal em si; a questão do conhecimento, principalmente, nesta Comissão, quanto à educação, um ponto da maior importância – tecnologia; esportivo, que a gente consiga galgar melhores classificações no cenário nacional. Quanto ao urbano, serão todas aquelas obras que vão ficar, e o da promoção (que eu deixei por último) que é o de apresentar Mato Grosso para o mundo com essa potencialidade que existe.

Por favor, pode passar.

Bom, aí nós temos o www.cuiaba2014.mt.gov.br, que é um **site** de três páginas: a primeira tem todas as informações da Copa; a segunda é voltada para a questão dos órgãos de controle, PPA, orçamento, leis, decretos, tudo, e a última é voltada para o turista. Então, ele está em seis idiomas, colocado para o mundo.

Eu gostaria de agradecer essa oportunidade e, por último, Senador, fazer uma brincadeira aqui com o meu Senador e agradecer ao Paraná por ter exportado nosso ex-Governador, atual Senador, porque ele que nos deu a oportunidade de levar a Copa para Mato Grosso e assim poder mostrar Mato Grosso para o mundo.

Obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós vamos cobrar **royalties**.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para complementar a brincadeira aqui, outro dia, em uma discussão, estavam reclamando sobre a questão da Federação, que um tem mais e outro tem menos, e eu acabei dizendo que eu era um exemplo da divisão da Federação brasileira: educado pelo Paraná, com dinheiro paranaense, e fui prestar algum serviço a Mato Grosso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós vamos exigir agora a contrapartida do Mato Grosso.

Muito obrigado ao representante do Mato Grosso e do Pantanal.

Vamos ouvir agora o representante da Federação Nacional de Economia Criativa, Edgar Andrade. Com a palavra.

O SR. EDGAR ANDRADE – Bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite do Senador Alvaro Dias, a presença do Senador Blairo Maggi, a todos os componentes da Mesa e a todos presentes.

Eu queria começar explicando que esta minha apresentação pode ter um tom aparentemente provocativo, mas a ideia é estimular um debate nas cidades-sedes em relação ao conceito de legado e principalmente às potencialidades que as cadeias produtivas ligadas à cultura podem oferecer a essa agenda da Copa do Mundo.

A Federação Nacional da Economia Criativa é um movimento de articulação e integração das mais diversas organizações da sociedade civil no campo cultural. Ela pretende defender os interesses de empresários e trabalhadores das cadeias produtivas ligadas à cultura. Começamos a materializar nosso trabalho, recentemente, através de uma parceria acordada com o Ipea: vamos realizar o primeiro estudo do perfil dos empreendedores criativos do País. Nós vamos contribuir com o Ipea no desenvolvimento desse estudo. Enfim, estamos avançando no País na mobilização de diversas frentes, diversas cadeias e, nos próximos meses, a gente deve fazer algum barulho pelo País e vocês devem ouvir falar mais da gente.

A gente ouve falar muito dos números de uma Copa do Mundo, do impacto econômico e de turismo que uma Copa traz. Nós temos diversos números que mostram esse resultado, como na Copa da Alemanha, na Copa da África também, quanto à quantidade de empregos e a quantidade de recursos em patrocínio, impacto de PIB. Esses são os números que a gente

sempre vem ouvindo e que também se projetam para o Brasil.

Analisando o documento do Ministério do Turismo para a Copa do Mundo, um detalhe chamou a atenção: a cultura aparece nesse documento em um pequeno trecho de uma das páginas, falando da preservação do patrimônio, da qualidade de vida da comunidade, da produção de artesanato, cerâmica, bordados. Aí entra bem na gastronomia e tal... Enfim, esse é o papel da cultura nesse documento distribuído. Eu fui tentar encontrar mais informações e pesquisei no Google: Copa do Mundo. Aí, quando se vê, as imagens que aparecem são as imagens dos estádios. Quando a gente procura... Ah, vamos procurar a Copa mesmo! O que aparecem são os estádios. Não, vou procurar o legado da Copa, porque agora, sim, a gente vai ter uma resposta mais próxima do que a gente entende do conceito da economia criativa. Aí o legado da Copa aparece com mais estádios, aeroportos e a taça.

Só registro que é uma pesquisa bem simples: coloco uma palavra-chave no Google – em imagens – e eu seleciono as imagens que mais aparecem como resultado dessa busca. Isso é um reflexo do que as pessoas estão entendendo como respostas a essas palavras-chave. E aí eu me pergunto o que a gente vai fazer com os turistas. Ao se discutir com quem está trabalhando na área de turismo, a resposta é sempre a mesma: os *resorts*, fala-se muito na importância do patrimônio, da cultura popular e tal. Enfim, a Copa da Fifa para mim está muito redonda e eu não tenho a maior dúvida de que será um grande sucesso. Os estádios ficarão prontos, a estrutura para atender ao turista ficará pronta. Eu não acredito que vamos ter problemas com relação à segurança pública. Aqui a gente acabou de ver diversos exemplos de como os estádios estão se preparando, nesse aspecto, para esse grande evento. Enfim, a Copa será, sim, um grande sucesso. A pergunta que eu faço e a proposta que eu faço é que a gente pense mais na Copa dos brasileiros. A gente tem a grande oportunidade de fazer uma Copa para os brasileiros, e não apenas a Copa da Fifa. Essa é a verdadeira provocação que eu quero trazer. Um bom caminho que a gente pode utilizar como referência para isso é tentar aproveitar essa oportunidade de transformar as cidades-sedes da Copa em cidades criativas.

Para pensar em uma cidade criativa, a gente começa pensando em qual é a imagem de cidade que temos hoje, principalmente nos grandes centros urbanos: uma floresta de prédios, de concreto, trânsito caótico; em alguns casos, enchentes, tumulto urbano, lixos. E qual a imagem de cidade que queremos e que gostaríamos de ter? Uma cultura forte... A gente muito defende a importância da cultura brasileira no mundo. Ainda se reconhece muito pouco, do ponto de vista de investimento público, principalmente. Queremos uma cidade mais linkada com os aspectos tecnológicos, com investimentos em tecnologia da informação, em que se resgate o esforço e o planejamento urbano, a adequação dos espaços públicos para que as pessoas voltem a ocupar esses espaços públicos.

Então, eu acredito que a gente deva planejar, sim, uma cidade para o futuro, construindo novos paradigmas sociais com engajamento de diversos agentes produtivos e que envolvam um forte comprometimento da iniciativa privada em um projeto de parceria com o poder público. Para isso, a gente deve reunir as tecnologias sociais. Diversas experiências, no campo da cultura, vêm se espalhando pelo Brasil. O impacto da Internet é absurdo, as LAN *houses* promoveram a democratização do acesso à informação e isso deve se espalhar ainda mais com o Plano Nacional de Banda Larga.

Precisamos estar antenados com a sociedade do futuro e entender que o público-alvo, do ponto de vista do consumo, do acesso à informação... Essa criança com três, quatro anos e que hoje está totalmente integrada às novas tecnologias, esse é o público que vai definir o modelo de consumo do País nos próximos 15 anos. A gente precisa olhar para ele também. A gente precisa utilizar as novas tecnologias imersivas interativas que podem ser aplicadas a qualquer tipo de espaço público, desde praças, parques, museus, qualquer prédio público, estádio de futebol. Essas novas tecnologias são facilmente aplicáveis. O custo de investimento em *hardware* vem diminuindo cada vez mais, e nós temos uma capacidade de produção de conteúdos absurdo no País, integrando as novas plataformas de acesso à informação. Há expectativa de que, em três ou quatro anos, o *tablet* seja a principal plataforma de acesso à informação, de acesso a conteúdos. Enfim, é preciso redefinir o uso dos espaços públicos, fazendo com que as pessoas voltem a ocupar museus e parques, fazendo com que as pessoas voltem a sentir prazer em estar na rua, em caminhar e conversar com o vizinho. Acho que esse deveria ser o principal legado: aproveitar os grandes investimentos, aproveitar a visibilidade que o País vai ter no mundo para promover as cidades como lugares interessantes para as pessoas viverem e não só para visitarem. E, aí, a gente pode construir no Brasil a maior rede de cidades criativas do mundo. Diversas experiências bem-sucedidas são identificadas mundo afora. O Reino Unido, de 98 para cá, promoveu uma redefinição da imagem de seu povo e de seu país para o mundo: a imagem de um povo, de um país frio e cinza para um país criativo. A economia criativa no Reino Unido representa 10% do PIB hoje. Temos

experiências próximas, como Buenos Aires, a Cidade do Design, reconhecida pela Unesco, que promoveu uma rediscussão na produção têxtil, na produção do *design* mesmo e que tem hoje o *design* como um dos principais componentes do PIB criativo da Argentina.

Eu queria falar um pouco ainda do conceito da cidade criativa.

É um lugar onde tem gente morando, trabalhando, estudando e se divertindo, enfim, vivendo a alma do território. Acho que essa frase resume bem o que a gente acredita que deveria ser o eixo central de discussão em relação às grandes obras e em relação aos grandes projetos que envolvem a Copa do Mundo. No caso de Pernambuco, o Estado tem mais de um bilhão de investimento em infraestrutura, mobilidade: transporte, estradas. E eu me pergunto: quando se para e se pensa no impacto dessas grandes obras na vida das pessoas que vivem ali e não apenas para facilitar o trajeto do turista, que é tangido, como boi, pela Fifa, pois ele chega ao hotel e do hotel é levado ao estádio; do estádio para a Fan Fest; da Fan Fest novamente para o hotel... Não quero aqui, pelo amor de Deus, fazer um discurso pessimista. Eu sou bastante otimista com o impacto da Copa do Mundo. A única preocupação que eu tenho é com o tamanho da expectativa que se está gerando com relação ao impacto econômico dessa Copa na vida das pessoas. "Ah, todo o mundo vai ficar rico! Eu vou montar algum negócio que eu vou ganhar dinheiro com a Copa do Mundo!". Isso não vai acontecer. A Fifa vai ganhar muito dinheiro e vai gerar muito dinheiro para aqueles que são próximos à Fifa. Mas o Brasil vai ser visto no mundo de uma forma que nunca o foi até hoje. Isso, sim, poderá nos oferecer diversas oportunidades de negócio.

Então, a provocação que eu faço é para que os comitês gestores, as secretarias especiais de gestão da Copa do Mundo abram um pouco mais, antecipem essa discussão em relação aos conteúdos, ao recheio dessas grandes obras de infraestrutura, porque, aí, sim, a gente vai promover a geração de emprego para 20, 30 anos.

Para fechar, eu queria que reproduzissem um vídeo que separei aqui e que reflete bem o impacto que o conceito de cidade criativa pode promover, principalmente na alma das pessoas, na vida das pessoas e na forma como as pessoas entendem seu papel na construção de cidades. É um exemplo do Rio de Janeiro, o projeto Rio, Distrito da Criatividade. Este vídeo, eu o acho bem interessante.

Obrigado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, então, pela apresentação, ao Edgar Andrade.

Vamos ouvir o último expositor, que é o Diretor do Departamento de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, Ricardo Gomyde.

Com a palavra o Ricardo.

O SR. RICARDO GOMYDE – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente, mediador da Comissão, Senador Alvaro Dias, que tantas contribuições tem dado ao esporte nacional, a exemplo da relatoria da nova lei do esporte; o gestor da Copa do Mato Grosso; do Rio Grande do Norte; do Rio de Janeiro e também o Edgar, da Federação Nacional da Economia Criativa. Quero cumprimentar também todos os presentes.

O Governo brasileiro se prepara para a Copa do Mundo de 2014 desde outubro de 2007, quando o Brasil foi escolhido para sediar esse evento, e as cidades foram escolhidas em maio de 2009. Portanto, antes disso, não seria possível que nenhum procedimento fosse tomado, mas, a partir de maio de 2009, não antes, as 12 cidades escolhidas puderam iniciar seus preparativos para este grande evento.

Depois disso, a Fifa acabou por mudar o período de escolha. Hoje, a gente já sabe que a Copa de 2018 e a Copa de 2022 serão sediadas no Qatar e na Rússia, fazendo com que o período de preparação para o mundial seja aumentado.

Próximo, por favor.

A Copa do mundo é o maior evento já realizado no nosso País, não guarda proporção com aquele evento que nós sediamos em 1950, é um evento que tem uma proporção muito maior. Serão 3 milhões de turistas nacionais que irão se deslocar no País durante o período do mundial, mais de 600 mil turistas internacionais. Em termos de expectadores acumulados, quase 30 bilhões, porque uma pessoa assiste a mais de um jogo. Serão quase 19 mil profissionais de imprensa no mundo que vêm cobrir o nosso País, divulgar as coisas do nosso País e, só de emissoras de TV, de transmissoras de televisão, serão mais de 375.

Próximo, por favor.

Evidente que há toda uma estratégia no nosso País de divulgação do mundial. Pretende-se mobilizar o País, promover o País no mundo, gerar um salto de qualidade dos nossos serviços, modernizar a nossa infraestrutura e também construir várias arenas multiuso, não só para sediar eventos esportivos, mas que possam sediar eventos em geral.

Próximo, por favor.

O impacto econômico que a Copa terá vai ser muito grande, as oportunidades são as mais diversas, fazendo com que o investimento de infraestrutu-

ra, gastos incrementados dos turistas, incremento no consumo das famílias, seja da ordem de 52 bilhões; a recirculação do dinheiro na economia, o aumento do turismo e o uso dos estádios no pós-Copa vão, somados, dar um impacto de quase 190 bilhões, fazendo com que, até 2019, a gente tenha 0,4% de incremento no Produto Interno Bruto no País.

Próximo, por favor.

O Brasil vai ter uma nova infraestrutura. Evidentemente, essa infraestrutura não é para a Copa. A Copa é uma oportunidade para que a gente modernize essa infraestrutura, a circulação das pessoas na cidade, os aeroportos, os portos, a infraestrutura esportiva também. O turismo vai ter uma outra qualidade no pós-Copa. Evidentemente que o momento da Copa é importante, mas o legado – aquilo que se discute – é a oportunidade que surge para o País, e o turismo vai ter uma qualidade nos serviços, vai ter outra infraestrutura turística depois no pós-Copa. A visibilidade que a Copa vai propiciar ao País vai fazer com que a gente tenha um incremento muito grande no número de visitações que o nosso País recebe no pós-Copa e também na geração de empregos. Só de empregos permanentes, estima-se que 332 mil novos empregos surjam no nosso País e também 381 mil empregos temporários. Dos empregos da Copa, uma parte deles já se encontra à disposição de todos os brasileiros, são aqueles que estão envolvidos com as obras de infraestrutura, que estão lá no Mineirão, aqui, no estádio de Brasília, enfim, com as obras da Copa, e parte delas já se iniciou, fazendo com que esses empregos não só sejam uma questão de futuro, mas hoje já sejam uma realidade no nosso País.

Próximo, por favor.

O Governo brasileiro se estrutura dessa maneira para organização da Copa. Um grupo da Copa – em azul ali o grupo executivo – do qual faz parte o Ministério da Justiça, a Secretaria da Aviação Civil, o Ministério do Planejamento, o Ministério do Turismo, o Ministério das Cidades, da Fazenda e a Casa Civil, a coordenação do Ministério do Esporte, uma série de outros órgãos do Governo participam também desse grupo da Copa, que define, aprova e supervisiona as ações do Governo brasileiro para a realização da Copa.

Próximo, por favor.

Há as câmaras temáticas. As câmaras temáticas, além de incluírem os organismos governamentais do Governo Federal, dos governos estaduais e também dos Municípios, eles incluem a sociedade civil organizada para poder debater os grandes assuntos relativos à Copa. São nove câmaras temáticas. Estão ali todas elas instaladas, que repercutem também em câmaras estaduais, algumas, inclusive municipais, que são as câmaras de transparência, infraestrutura em estádio, segurança, meio ambiente, sustentabilidade, desenvolvimento turístico, promoção comercial e tecnológica, saúde, cultura, educação e ação social. Todas elas têm se reunido frequentemente, o que tem sido oportunidade de incorporarmos todo o País na preparação da Copa, porque a Copa não é um evento, óbvio, do Governo Federal, nem dos entes públicos, mas de toda a nossa sociedade.

Próximo, por favor.

Foram definidos três grandes ciclos de planejamento do Governo brasileiro. O primeiro ciclo, que já foi feito; o segundo ciclo, que agora, na metade de 2011, encerrou-se, e agora a gente parte para o último ciclo, que é a preparação efetiva para a Copa das Confederações e também para o Mundial, que ocorrerá, como todo mundo sabe, no meio do ano de 2014.

Próximo, por favor.

Os grandes investimentos para a Copa estão ali, são 49 grandes projetos de mobilidade urbana. Vou falar rapidamente de cada um deles logo a seguir, espalhados nas 12 cidades-sedes, são 12 estádios – essa é uma inovação, a Fifa não necessitava de 12 cidades-sede para que o Mundial fosse organizado, eram necessárias apenas oito cidades-sedes. São 32 seleções classificadas para o Mundial, tradicionalmente divididas em oito grandes grupos. Mas, aqui no Brasil, pela nossa dimensão, o Governo brasileiro fez a proposta de que fossem incluídas 12 cidades-sede para que a Copa tivesse efetivamente essa dimensão nacional.

Então serão, por óbvio, 12 estádios que serão construídos, também obras no entorno desses estádios para que eles possam receber os jogos. Também ficará um legado importante do ponto de vista da infraestrutura esportiva para o País: sete portos receberão intervenções, terminais de passageiros, que vão poder passar da Copa, receber os grandes navios de cruzeiro, que vão dar também uma contribuição grande para o turismo nacional; 35 intervenções em 13 aeroportos, os 12 de cidades-sedes, também o Aeroporto de Viracopos, em Campinas, num total de 103 grandes obras, com financiamentos. No caso de mobilidade urbana, mais da metade desses investimentos custeados com financiamento da Caixa Econômica Federal, mais da metade dos investimentos em estádios custeados com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no caso de portos e aeroportos, investimentos diretos do Orçamento da União, porque são investimentos típicos do Governo Federal.

Próximo, por favor.

O Brasil terá uma estratégia de promoção para divulgar as coisas do nosso País no mundo. Essa estratégia já foi iniciada e nós vamos poder agregar

novas imagens, além daquela imagem positiva que o Brasil já tem no mundo, novos valores, como um País que cresce economicamente, como um País com a democracia consolidada. Então, a Copa é uma oportunidade grande, como foi na Alemanha para mostrar para o mundo a imagem da Alemanha reunificada, não xenófoba; como foi na África do Sul, para mostrar para o mundo a imagem do **apartheid** sepultado. O Brasil, evidentemente, terá essa oportunidade de agregar mais valores à imagem positiva que o mundo já tem do nosso País.

Próximo, por favor.

Então, do ponto de vista dos benefícios intangíveis, a Copa vai dar essa visibilidade às cidades do Brasil, porque o Rio de Janeiro é muito conhecido, há outras cidades que são bastante conhecidas internacionalmente, mas a Copa vai dar condições para que 12 grandes cidades fiquem muito conhecidas internacionalmente. Não só isso: a Copa, diferentemente de outros grandes eventos, vai oportunizar para que o turismo possa acontecer e haja visibilidade em todo o nosso País. Porque, se a seleção da Alemanha porventura jogar em Cuiabá num determinado dia, ela vai jogar de novo só dali a seis dias em outra localidade, fazendo com que os turistas daquela seleção se desloquem nesse período, conheçam novas cidades. Então, Foz do Iguaçu, que não é uma cidade-sede, vai ser muito visitada; Florianópolis, que não é uma cidade-sede, provavelmente será muito visitada. O País, de uma maneira geral, será bastante visitado e terá muita visibilidade, não só as 12 cidades-sedes.

Também as 32 seleções – as outras 31, fora o Brasil, que nós vamos conhecer apenas em 2014 – vão ficar sediadas no nosso País, provavelmente, não nas cidades-sedes, mas em outras localidades, fazendo com que outras 31 cidades possam também, como *host-cities*, experimentar todo o desenvolvimento que a Copa vai oportunizar, toda a visibilidade que essas seleções permitem, por meio da visibilidade que esses 20 mil jornalistas que chegam ao nosso País vão transportar para o resto do mundo.

Na infraestrutura, o legado é muito importante. Boa parte da mobilidade das nossas grandes cidades já está saturada. Então, não se justificaria, por óbvio, fazer um investimento de mobilidade apenas para os 30 dias do Mundial. Essas obras vão melhorar a condição de vida do brasileiro, a circulação econômica, é um legado bastante importante. Um exemplo típico é o dos aeroportos. Não se vai reformar o aeroporto para a Copa do Mundo, pelo contrário, os aeroportos já estão saturados. Hoje, muito mais gente viaja do que viajava no passado, saturando a nossa malha aérea. Então, no pós-Copa, nós vamos ganhar uma nova malha aérea, permitindo que nossos aeroportos experimentem essa melhoria grande, que vai ser também um legado importante para todo o povo brasileiro e um aperfeiçoamento institucional. Quanto aos nossos mecanismos de controle, o Brasil tem uma democracia consolidada, Tribunais de Contas, Ministérios Públicos, também fica um legado importante do ponto de vista da consolidação da democracia e do aprimoramento dos controles da gestão pública, a ampliação da integração entre as regiões do País e também o fortalecimento da transparência e da democracia.

Adriana, se puder, coloque aquela outra apresentação para eu falar rapidamente das grandes obras.

Ainda tenho cinco minutos, Senador. Se o senhor permitir, passo rapidamente aqui sobre as grandes obras que serão preparadas de agora até julho de 2014.

Próximo, por favor.

São três aeroportos, como eu disse, sete portos, as valores estão ali colocados. Uma parte dessas obras em aeroportos já está em andamento. Há também o regime de concessão e o novo regime de contratação que aceleram essas obras para que possam ficar prontas para a Copa das Confederações e também a tempo do Mundial de 2014.

Próximo, por favor.

Esses são os estádios, os 12 estádios com os valores, boa parte deles financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. No caso, Brasília é diferente, Brasília faz com recursos próprios a obra do estádio Nacional, do antigo Mané Garrincha.

Próximo, por favor.

Está aí o cronograma das obras. Podemos ver que quase a totalidade é entregue até dezembro de 2012, fazendo com que o País esteja amplamente preparado já para sediar a Copa das Confederações, no ano de 2013.

Próximo, por favor.

As obras de mobilidade urbana estão ali, são oito grandes obras em Belo Horizonte, duas em Brasília, duas em Cuiabá, nove em Curitiba, seis em Fortaleza, duas em Manaus, duas em Natal, 10 em Porto Alegre, cinco em Recife, uma no Rio, uma em Salvador e uma em São Paulo, perfazendo investimento de R$13 bilhões 583 milhões. Aquele triângulo é onde as obras já se encontram iniciadas.

Próximo, por favor.

Os investimentos em aeroportos são esses. Em cada aeroporto, na maioria dos aeroportos, há mais do que uma intervenção em andamento. A gente vê pelo cronograma das obras que todas elas serão entregues anteriormente ao Mundial de 2014.

Próximo, por favor.

Os portos de Santos, Salvador, Rio de Janeiro, Recife, Natal, Manaus e Fortaleza receberão esses investimentos. O valor está ali naquele segundo quadro; no terceiro, a situação atual. Há alguns locais em que o projeto já foi aprovado, em outros locais, o edital, a licitação já foi feita.

Próximo, por favor.

E, em cada uma das cidades, rapidamente vou passar por elas. No caso de Belo Horizonte, o estádio custa 684 milhões. O limite de financiamento do BNDES é de 400 milhões. Já foi aprovado e a contratação tem previsão agora para outubro deste ano. O estádio já se encontra em obras. O Mineirão está bastante adiantado nisso.

Próximo, por favor.

As obras de Belo Horizonte são essas. É o BRT, que é o corredor exclusivo de ônibus Antônio Carlos/Pedro I. A central de controle de tráfego, o Boulevard Arrudas, o BRT de Cristiano Machado, a Via 210, a 710, o BRT na Área Central e o Corredor Pedro II.

Próximo, por favor.

O estádio, a previsão de entrega é de dezembro de 2012.

Próximo, por favor.

Brasília, o estádio também se encontra em obras. A gente costumeiramente passa no Eixo Monumental e vê, inclusive, o trabalho num ritmo de três turnos.

Próximo, por favor.

A mobilidade urbana aqui em Brasília. O VLT, o Veículo Leve sobre Trilhos, Linha 1/Trecho 1 (Aeroporto/Terminal Asa Sul), previsão de entrega para dezembro de 2013, e a ampliação da DF-047, previsão de entrega para junho de 2013.

Próximo, por favor.

Em Cuiabá, já houve, inclusive, o primeiro desembolso no valor de 57 milhões. As obras lá também se encontram em andamento. A previsão de conclusão de obras é para dezembro de 2012.

Próximo, por favor.

E o VLP – que teve a troca do modal – e o corredor Mário Andreazza também se encontram com seus projetos, o edital de licitação e, no caso do Corredor Mario Andreazza, com a obra iniciada.

Próximo, por favor.

Em Curitiba, o estádio já teve a primeira fase. A segunda fase vai-se iniciar... Tinha a previsão de outubro de 2011, mas agora, dia 4 de outubro é a data marcada para o início da segunda etapa das obras.

Próximo, por favor.

O financiamento da Arena do Atlético já se encontra com financiamento do BNDES, está sendo analisado.

Próximo, por favor.

São essas as intervenções de mobilidade urbana que acontecerão na cidade de Curitiba e na região metropolitana, umas de responsabilidade da Prefeitura, outras de responsabilidade do Governo do Estado.

Próximo, por favor.

Em Fortaleza também. O primeiro desembolso é em agosto de 2011, no valor de 70,3 milhões por parte do BNDES. A obra do estádio também já se encontra em execução.

Próximo, por favor.

Está aí o estádio de Fortaleza. As obras de mobilidade urbana são essas que estão aí na tela.

Pode passar adiante.

Em Manaus também, já houve o primeiro desembolso. A previsão é de junho de 2013 e as obras...

Próximo, por favor.

Está aí o estádio de Natal.

Pode passar a próxima tela, que diz respeito ao Monotrilho Norte-Centro, que já tem o financiamento da Caixa solicitado e se encontra em avaliação.

Próximo, por favor.

O estádio em Natal, com custo de 413 milhões, já tem financiamento aprovado no BNDES. Pode adiantar. Está aí a obra em Natal e os investimentos de mobilidade urbana. A Integração Novo Aeroporto/Arena das Dunas/Setor Hoteleiro e a Implantação da Via Prudente de Morais.

Próximo, por favor.

Em Porto Alegre, o estádio... O Rio Grande do Sul já avisou ao BNDES que vai solicitar o financiamento. A previsão da conclusão de obras no estádio do Inter é dezembro de 2012.

Próximo, por favor.

Está aí o estádio do Beira-Rio.

O investimento de mobilidade urbana em Porto Alegre, na região metropolitana, é esse que se encontra na tela.

Próximo, por favor.

Recife, também. O financiamento do BNDES já está assinado. A previsão de entrega do estádio é dezembro de 2012. Essa é a foto do estádio de Recife. Então, aí as intervenções de mobilidade urbana no Recife.

Próximo, por favor.

No Rio de Janeiro, o novo Maracanã, 800 milhões, dos quais 400 milhões financiados pelo BNDES. Este já se encontra assinado. Previsão de entrega: dezembro de 2012.

Na próxima tela, a foto do Maracanã e, na outra, a intervenção do BRT, que já tem obra iniciada e a previsão de entrega é novembro de 2013.

Em Salvador, 593 milhões é o novo estádio. O financiamento no BNDES, agora em julho, teve o pri-

meiro desembolso e a previsão de entrega é dezembro de 2012.

Essa é a obra do novo estádio de Salvador. Na tela anterior, não tem aí a de mobilidade urbana.

Então, vamos passar para São Paulo.

São Paulo vai solicitar também o financiamento do BNDES. O custo do estádio é de 820 milhões.

Próximo, por favor.

Está aí a obra do Estádio do Corinthians e um investimento de mobilidade urbana. O monotrilho é esse que aí está.

Então, de maneira geral, Senador, passei aqui rapidamente, até porque o tempo era curto. Acabei estourando aqui em dois minutos o tempo, mas para dar uma visão geral para os Senadores e também para todos os presentes de como se encontra a preparação brasileira para o Mundial de 2014.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado ao Ricardo Gomyde, que representa o Ministério do Esporte nesta ocasião.

Quero agradecer – nós realmente extrapolamos o nosso tempo – e fazer uma justificativa a todos os expositores.

O dia de reunião ordinária da Comissão de Educação é terça-feira. Então, obviamente, o quórum fica prejudicado, porque hoje existem outras Comissões que trabalham e os Senadores que integram a Comissão de Educação integram também outras Comissões e, obviamente, são obrigados a comparecer a essas Comissões.

No entanto, o aproveitamento de um evento dessa natureza é, sobretudo, por sua divulgação por meio da Internet, do rádio e da TV Senado para todo o País.

O importante é a exposição que cada representante estadual aqui faz para que possamos ter uma noção abrangente do que está ocorrendo em relação aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014.

Agradecemos ao Regis Pereira, ao Demétrio Torres, ao Kalil, ao Yênes Jesus, ao Edgar Andrade e ao Ricardo Gomyde.

Vamos encerrar esta...

Não sei se a Senadora Ana Amélia deseja fazer uso da palavra, porque teremos a seguir mais uma Mesa integrada pelo Valdir Teixeira, que é Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União; o Marcelo Luiz Souza, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União; o Athayde Costa, Coordenador do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; o José Antônio Moroni, membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos. A moderadora será a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria, antes de V. Exª deixar a Presidência, que comandou com tanto talento e brilho, como lhe é peculiar, renovar o agradecimento à presença de todos aqui.

Eu lamentei profundamente perder as exposições de Mato Grosso, do Yênes, dos representantes da Fnec e do Ministério do Esporte. Porém, o que eu ouvi dos depoimentos do Rio, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul dá uma tranquilidade maior para os parlamentares aqui – especialmente os Senadores como o Senador Alvaro Dias – que temos tido um olhar atencioso para a questão da Copa. Não só pelo porte desse evento, mas pelo legado que isso vai representar para o Brasil.

Tinha muitas dúvidas, sinceramente, tinha muitas dúvidas. Ontem, aqui, tivemos dois especialistas, um professor alemão, que conhece profundamente essa matéria, e o Professor Lamartine da Costa, da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, também especialista na área, que é a visão da academia, das universidades, examinando a questão do ponto de vista muito mais amplo e universal, não só dos aspectos de logística, de receptivo, de turismo, do esporte especificamente, da mobilização, mas do que significa isso do ponto de vista da mudança de perfil das cidades que serão sedes da Copa do Mundo para a população que vai usar esses instrumentos urbanos.

Então, eu estou mais tranquila agora, e a única dúvida que nós teremos, queria repassar aos senhores, diz respeito ao draconiano acordo da Fifa que o Senador Álvaro mencionou no início dessa exposição. Por conta disso, nós teremos a ousadia, eu diria, de juntar três comissões e fazer um requerimento – foi até sugestão do Professor Lamartine da Costa – para fazer um convite ao presidente da Fifa, para que venha ao Senado da República para dar informações e estabelecer um debate a respeito disso, que agora nos preocupa, porque alguns itens desse contrato são, digamos assim, na nossa visão, draconianos demais, inclusive atingindo a própria soberania do nosso País em alguns aspectos. Mas queremos separar *business* – negócios, negócios – e a questão da institucionalidade dessa matéria.

Então, queria repassar que vamos fazer esse convite, desejando que o senhor presidente da Fifa venha ao Brasil, sabendo que a Presidente Dilma Rousseff também já pediu uma reunião com a direção da Fifa para conversar com eles.

Agradeço muito, Senador Alvaro Dias, pelo seu competente comando desta audiência.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Oportuno o requerimento de convocação do presidente da Fifa. Nós teremos que deliberar sobre a Lei Geral da Copa brevemente. A proposta encontra-se na Câmara dos Deputados, mas chegará até o Senado. Nós, ontem ainda, na Comissão de Constituição e Justiça, também aprovamos requerimento para uma audiência pública que tratará especificamente da Lei Geral da Copa, em discussão agora no Congresso Nacional, que é, como V. Exª disse, uma lei também draconiana, que invade o espaço nacional, fere a nossa economia, estabelecendo a revogação, pelo menos temporária, de dispositivos legais consagrados na legislação brasileira. É evidente que nós queremos realizar a Copa do Mundo com a maior competência possível e eficiência, mas temos que preservar também a autonomia nacional.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco/PSDB – PR) – Vamos agradecer mais uma vez a presença de todos os expositores e, dentro de 10 minutos, a Senadora Ana Amélia comandará uma nova mesa de debates, para dar sequência a esse propósito da Comissão de Educação do Senado Federal.

Está encerrada esta parte da reunião.

(Iniciada às 09 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Lídice da Mata, Delcídio do Amaral, Pedro Taques, Waldemir Moka e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Magno Malta, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de 4º Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/11–CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a discutir o tema **"Fiscalização"**, em continuidade aos debates do **Seminário "1º Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União (CGU); Senhor Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União (TCU) e Senhor Athayde Ribeiro Costa, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo FIFA 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF)**. Neste momento, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, justifica a ausência, por motivos de saúde, do Senhor José Antônio Moroni, convidado para a presente reunião como expositor. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento e o Senhor Senador Pedro Taques. Logo após, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Dando continuidade à 1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014, realizaremos agora a quarta e última audiência pública deste seminário, que debaterá a fiscalização da Copa do Mundo.

Convidamos para compor a Mesa a moderadora dos trabalhos da quarta audiência pública, a Exmª Srª

Senadora Ana Amélia; o Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU), Sr. Valdir Agapito Teixeira; o Secretário-Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União (TCU), Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira; o Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo Fifa 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), Sr. Athayde Ribeiro Costa.

Tenham todos um bom dia e uma ótima palestra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senhoras e senhores, havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 46/11, desta Comissão, de minha autoria, para realização do Seminário 1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo 2014, no formato de quatro audiências públicas, sendo esta a quarta e última destinada a debater o tema Fiscalização, que parece ser, Senador Pedro Taques, agradecendo sua presença, um dos itens mais importantes em relação à Copa do Mundo.

Dando início à quarta audiência pública, passo a palavra ao primeiro expositor, pelo tempo de quinze minutos, Dr. Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto, Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

Desculpe-me, o senhor é quem o está representando.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Desculpe-me. Aqui é o que estava previsto.

Vou repetir: Dr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, em substituição ao Dr. Luiz Augusto Fraga Navarro.

Também gostaria de explicar a ausência do Sr. José Antonio Moroni, membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos, porque ele teve, agora de manhã, um problema de saúde sério, por isso, é justificada plenamente a sua ausência.

Com a palavra o Dr. Agapito Teixeira.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Obrigado, Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Taques, demais autoridades, companheiros da Mesa, Athayde, Marcelo da Eira.

A Controladoria definiu duas linhas estratégicas para fazer o acompanhamento dos investimentos e das despesas da Copa. A primeira linha é utilizar a transparência como instrumento de controle, porque, como é um tema da paixão nacional, em razão da demanda de informações e do número de projetos, era humanamente fazer isso tudo sozinho. Então, nós estamos apostando muito no instrumento da transparência como instrumento de controle.

Em seguida, eu vou demonstrar que o número de consultas já se faz muito grande, o que demonstra que é uma estratégia acertada.

A segunda linha da nossa estratégia é o trabalho normal de um órgão de controle, que são as auditorias, as fiscalizações, as orientações aos gestores.

A transparência como instrumento nós incluímos num portal. Nós temos o Portal da Transparência, que já é um instrumento conhecido da sociedade brasileira, que tem essa configuração aí, que reúne todas as despesas e as receitas do Governo Federal. Pelo portal, nós acessamos o Portal da Copa e das Olimpíadas. Então, dentro desse mesmo ambiente nós sediamos o Portal da Copa e das Olimpíadas.

Próximo, por favor.

O portal tem hoje, em média, 258 mil visitas, com 32 mil pessoas que se inscrevem e recebem, diretamente, no seu computador, em casa, as informações lançadas no portal. Ele escolhe se quer receber do Município, do Estado, de um determinado programa. É o sistema **push**.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – São diárias essas 250 mil?

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Essas aí são mensais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mensais?

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Mensais.

Então, no Portal da Copa, a nossa ideia foi, partindo da matriz de compromissos, da matriz firmada com os governos estaduais e municipais, identificar cada projeto e dar total transparência em cada etapa da execução da despesa.

Próximo, por favor.

O decreto foi de 2009, um decreto do Presidente Lula, para dar ampla transparência, e identificou-se que os órgãos federais forneceriam essas informações pelo portal. Isso porque não é possível, pelo nível de informação que nós agregamos, fazer um sistema como o portal é. O portal busca no Siafi e nos instrumentos do Governo uma alimentação direta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Coleta a informação.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Esse exige alimentações fornecidas pelo gestor. Então tem uma periodicidade mensal de alimentação.

Próximo, por favor.

O que tem, então, dentro desse Portal da Copa? Nós disponibilizamos, projeto a projeto, os orçamentos, os contratos, as licitações, financiamentos, convênios, cronogramas, legislação específica, porque algumas têm legislação específica, e os responsáveis. Além disso, há um relatório também que é fornecido, relatório de obras, de compras e de serviço; um relatório de execução também é disponibilizado.

Próximo, por favor.

Como funciona, então? A CGU recebe essas informações dos gestores e faz um processo de alimentação. Por enquanto nós estávamos recebendo isso em papel e lançando; agora já vamos ter um processo mais eletrônico de recolhimento dessas informações. Os órgãos responsáveis, então, é que alimentam essas informações. Assim foi estabelecido pelo decreto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No caso, só a União?

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – É. Nós temos a União e o Ministério do Esporte recebendo das cidades-sedes e dos Estados, eles as alimentam e nós as disponibilizamos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O.k.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Eu vou explicar mais à frente que a Câmara de Transparência está fazendo um trabalho de articulação com os Estados e com as prefeituras para receber essas práticas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Perfeito.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Há alguns que estão usando salas de situação; alguns já têm portais, e nós vamos interligar tudo isso.

Outro instrumento importante ainda é o Gecopa. Como todo mundo acha que tudo é Copa e acaba colocando o nome de Copa, criou-se esse comitê para definir quais são os investimentos da Copa, para fechar as alterações de matriz, aditivos e tal. Então, cabe ao Gecopa definir quais são os projetos que vão receber o selo da Copa. Até porque, com o RDC, com a introdução do RDC, só se pode usar aquele dispositivo que a lei permitiu para os projetos que forem considerados da Copa, não pode ser para o geral. Então são muito importantes essas definições do Gecopa.

Próximo, por favor.

A ideia aí da matriz. Na matriz também, assinada pelo Governo Federal com os Estados, ficou definido que haveria um sistema de monitoramento dessas informações que estão a cargo do Ministério do Esporte, que é o grande captador dessas informações em cada Município, em cada Estado; tanto que ele divulga um balanço, periodicamente, das evoluções, e inclusive nós fazemos um cotejamento entre esse balanço e o portal para que não haja dados divergentes.

Próximo, por favor.

Onde está o foco nosso como órgão federal? As informações de estádios; muitos dados vêm do BNDES, financiamentos estaduais, investimentos privados e parceria público-privada.

Mobilidade urbana. O grande financiador está na Caixa Econômica Federal e BNDES e recursos estaduais e municipais, que também são fontes de alimentação do portal.

Com relação aos aeroportos, a Infraero é que faz a disponibilização das informações; e a área de portos é com a Secretaria de Portos da Presidência, e há outros programas que vão compondo essa carteira de projetos da Copa carimbados pelo Gecopa. Então, são programas do orçamento da União contemplados em investimentos, em incentivos fiscais. Ou seja, tudo aquilo que o Gecopa carimbar é obrigado a ir para o portal.

Próximo, por favor.

Esta é a página de entrada; quando se sai do Portal da Transparência para o Portal da Copa, ele identifica essa disposição.

Próximo, por favor, Fátima.

Esta é a área de destaque, sai a matriz de responsabilidade, os investimentos. Ele também permite uma visão geral dos investimentos e financiamentos, ou seja, o que é financiamento, o que é investimento em cada cidade; informações de cada cidade também, clica-se ali e vão aparecendo.

Próximo, por favor.

Por exemplo, Brasília, clicando ali, vão aparecer os investimentos federais em aeroportos, o Estádio Mané Garrincha, a obra de mobilidade, segurança e tal.

Ali é um exemplo do aeroporto; quando se clica lá em aeroporto, vem qual é o investimento, qual é o valor, e também a gente disponibiliza os documentos, o contrato, o processo licitatório, que muitas vezes precisa ser acessado.

Ali há outros convênios, porque antes desse decreto do Gecopa, nós saíamos coletando tudo que era informação de Copa. Então, algumas coisas estão fora da matriz, mas nós deixamos lá porque isso vem antes da definição do Gecopa. No caso ali são financiamentos da Finep para incentivar a área de inovação. Está disponibilizado.

O que tem hoje já disponível? Nós temos 179 páginas, o *homepage,* que é aquela página de entrada; as 12 cidades-sedes; 142 páginas de empreendimentos; 49 empreendimentos de mobilidade urbana; 33 inter-

venções em aeroportos – quer dizer, a documentação já está lá; ações de segurança; sete portos; quatro hotéis financiados pelo BNDES e 12 estádios. Então, ao todo, 24 outras páginas e 26 *links* externos. Há uma grande reclamação dos gestores de que têm que alimentar vários portais. Então, nós estamos discutindo com as áreas técnicas, inclusive aqui do Senado, do TCU e de outros órgãos, para montar um mecanismo que, uma vez alimentado, ele possa compartilhar os dados com os outros portais e facilitar o trabalho do gestor.

Ali estão os documentos que estão disponibilizados: 47 editais, 34 contratos, licenças ambientais, relatórios fotográficos, os financiamentos.

Próximo, por favor.

Ali é a média mensal dos acessos já nessa página do Portal da Copa. Ou seja, ele é um processo crescente. Hoje está em torno de 46 mil visitas mensais.

Próximo, por favor.

Onde podem ser encontrados recursos e investimentos em ações locais? Ou seja, aquelas iniciativas das cidades que não estão na matriz de responsabilidade e, portanto, não estariam no portal.

Próximo, por favor.

Nós estamos articulando com o Ministério do Esporte uma forma de captar essas informações das cidades-sedes. Muitas têm iniciativas. Então, por meio da Câmara de Transparência, nós estamos fazendo esses protocolos de entendimento e azeitando esse fluxo de captação das iniciativas locais. Há muito boas experiências locais: em Natal há uma sala de transparência e é preciso também que isso migre para os grandes portais.

A Câmara de Transparência é, então, esse ambiente de estímulo aos Estados e Municípios, porque é uma questão de estimular essa prática de transparência. Nós temos feito essa articulação nessas reuniões periódicas.

Próximo, por favor.

Quem participa, então, dessa câmara? A AGU, porque, às vezes, há muitas dúvidas jurídicas, então, a AGU tem ajudado a desvendar isso; o interlocutor dos Estados, pessoas que têm conhecimento de todos os projetos, dos Estados e dos Municípios.

Nós fizemos a instalação em agosto. Já fizemos a segunda reunião em setembro, quando já começou então a brotar, então, essas iniciativas locais de transparências e de mobilização da população.

Próximo, por favor.

Ações na área de orientação.

Aqui são alguns princípios gerais que norteiam essas obras da Copa, ou seja, o que, obrigatoriamente, tem que ser observado: se elas contribuem para a economia e a qualidade de vida, se respeitam as pessoas portadoras de deficiência. São exigências que os projetos têm que contemplar, a questão do meio ambiente, padrões de qualidade e de segurança. A própria Fifa, nos regulamentos dela, tem requisitos para isso.

A questão dos prazos é fundamental, porque existe um compromisso do País, embora seja uma ação articulada entre Governo Federal e governos estaduais e municipais, mas é um compromisso nacional; as relações jurídicas, legítimas e não onerosas têm que estar formalizadas e os custos têm de ser adequadamente dimensionados. Por isso, a transparência ajuda muito nesse processo de mobilizar.

Aí é o que cabe aos Estados, também essa sinergia. Eu acho que vou avançar um pouco mais.

Próximo, por favor.

Alguns trabalhos específicos na área de fiscalização e auditoria. Nós tivemos atuação no Maracanã, inclusive articulado com o próprio Tribunal de Contas no exame do custo do projeto, das especificações técnicas, tanto na fase inicial, quanto na fase de projeto executivo. A Arena Amazônica está em processo de exame, já produzimos duas notas técnicas. Cuiabá, Fonte Nova, BRT, monotrilho. E também outras avaliações em curso na área de mobilidade urbana, porque os projetos estão numa fase muito inicial.

Avaliações de mecanismos de controle dos próprios órgãos, quanto aos órgãos que estão financiando. Houve várias recomendações de cláusulas preventivas para que, se o controle identificar alguma irregularidade, possa se fazer a glosa.

Interação permanente com os gestores na busca de soluções, porque, no fundo, não nos interessa paralisar, interessa solucionar.

Apoiar as ações dos outros órgãos parceiros do Ministério Público, do TCU.

Próximo, por favor.

E visitas mensais: nós estamos com um processo de acompanhamento permanente, com visitas mensais, porque a maior parte desses empreendimentos, das arenas, por exemplo, já tem contrato em andamento, as obras estão em andamento. Então, agora, há uma preocupação com eventuais paralisações, cronograma, eventuais aditivos e custos.

Próximo, por favor.

Principais desafios: obter as informações dos órgãos responsáveis. Em muitos casos, nós estamos buscando as informações, porque o gestor não remete tudo. Então, isso é uma grande dificuldade.

Identificação tempestiva de todas as ações de governo que se relacionem ao evento. Ou seja, esse evento saiu, mas não havia um carimbo no orçamento de quais seriam as ações que se destinavam à Copa. Então, há um esforço grande de identificação, e também

para esclarecer quanto às responsabilidades de cada ente federativo na execução dos projetos e da prestação de contas, ou seja, despertar uma consciência de responsabilidade dos gestores em todos os níveis.

Intercâmbio com outros portais, que é esse trabalho agora que visa fazer um compartilhamento de informação, para evitar dados distorcidos e contraditórios.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Valdir, pela excelência da exposição, com clareza e no tempo que tínhamos mais ou menos definido aqui.

Agora, eu convido para fazer a sua exposição o Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Ana Amélia. Cumprimento também o Senador Pedro Taques. É um prazer, uma honra estar aqui nesta Casa, designado que fui, pelo Ministro Valmir Campelo, que é, no TCU, o Relator dos processos sobre a Copa do Mundo.

E a nossa intenção é, rapidamente, passar um pouco do que é a atuação do TCU, do que tem sido a atuação do TCU em relação à fiscalização dos gastos com a preparação da Copa do Mundo.

Então, o que compete ao TCU fiscalizar em relação à Copa de 2014? A gestão da Copa pelo Ministério do Esporte, sem dúvida; a atuação dos demais ministérios; a aplicação de recursos federais, basicamente em portos e aeroportos, mas também a aplicação em outros setores; a atuação dos agentes financeiros federais, aí, notadamente, o BNDES, a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste.

E, em relação às obras estaduais e municipais, aí nós estamos falando das arenas e das obras de mobilidade urbana, o TCU atua em cooperação com o Ministério Público Federal, com os Tribunais de Contas Estaduais e Tribunais de Contas dos Municípios, porque, nesses casos, a competência é do Tribunal de Contas do Estado, se for recurso estadual, ou do Município, se for recurso municipal.

Próximo, por favor.

Então, essa atuação tem limites. Em relação às obras de arenas e de mobilidade urbana, o que o TCU fiscaliza? Os contratos de financiamento. Então, vai verificar se as garantias são suficientes, se os termos do contrato estão de acordo com o programa de governo, com a ação na qual está inserido aquele financiamento, para verificar se os agentes financeiros estão cumprindo as cláusulas obrigatórias.

E também o TCU analisa projetos e orçamentos. Isso é importante deixar assente desde já. Quando o TCU se manifesta, por exemplo, sobre o Maracanã, o TCU não entra no mérito da licitação que foi feita, não entra no mérito do contrato de execução da obra, porque isso é responsabilidade do Governo do Estado, portanto, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O recurso não é federal. O recurso é estadual. É um financiamento que o BNDES faz e, é claro, o Governo do Estado do Rio paga por esse financiamento. Então, o recurso é estadual.

O TCU se limita a analisar projetos e orçamentos para poder dar ao BNDES um balizamento se aquilo que está sendo financiado corresponde ao que, de fato, o mercado paga por aquele tipo de serviço e se, portanto, aquele financiamento está adequado ou não. Mas o TCU não entra no mérito da legalidade da licitação e do contrato e também não analisa legalidade de processo de PPP. Então, nos cinco Estados que fazem parcerias público-privadas, o TCU não entra no mérito da viabilidade econômico-financeira do modelo adotado por aquela PPP. Essa é uma questão sobre a qual deve se debruçar o Tribunal de Contas do Estado. O TCU se limita a fazer, então, análise para essas obras dos projetos e orçamentos.

Esse trabalho é feito em cooperação com outros órgãos de controle. Então, existe uma rede de informação e controle da Copa. Protocolo de intenções foi firmado entre TCU, Câmara dos Deputados, Senado Federal e os diversos Tribunais de Contas dos Estados. E esse protocolo foi o que viabilizou, inclusive, a implantação do portal Copa Transparente, que é mantido pelo Senado Federal. E, por força de uma instrução normativa do TCU, os responsáveis por obras da Copa, nas três esferas de governo, são obrigados a alimentar informações nesse portal.

Também nós mantemos, lá no TCU, o portal Fiscaliza Copa 2014, que é um portal com informações sobre fiscalização das obras da Copa. Especificamente isto: fiscalização. Então, o que nós encontraremos lá são relatórios de fiscalização do TCU e dos outros Tribunais de Contas.

Essa é a página de entrada do portal. Podemos passar adiante.

Alguns trabalhos já feitos pelo TCU. Voltando a 2010, o TCU fez um levantamento dos riscos da Copa. E os principais riscos identificados foram aqueles ali; já em 2010, no primeiro semestre de 2010, o TCU já apontava para estes riscos: morosidade nas obras de mobilidade urbana e aeroportos. E essa questão da mobilidade urbana se mostra ainda hoje como um problema sério. A questão dos aeroportos está começando a se resolvida. Estão saindo as licitações e os contratos.

A indefinição do legado. Em relação a algumas obras, havia, na época, e continua havendo incertezas

sobre a utilização posterior desses objetos que serão construídos e também em relação à qualificação do setor turístico, que foi apontado em 2010 e este ano houve diversos problemas que ocorreram, confirmando aquele risco que o TCU tinha apontado.

Já agora, recentemente, foi feita auditoria no programa Bem Receber Copa, do Ministério do Turismo, identificando aqueles riscos: provável não alcance de metas quantitativas e qualitativas; quantidade de pessoas treinadas e qualidade dos eventos de qualificação; falta de comprovação da aplicação de contrapartida pelo recebedor dos recursos, que recebe os recursos federais, mas tem que aplicar uma contrapartida; justificativa de preço inválido e alguns casos de pagamento em duplicidade. Então, foi fixado um prazo para que o Ministério do Turismo defina um cronograma de implantação das medidas corretivas. Isso está sendo acompanhado, então, pelo TCU.

Ações do Ministério do Esporte. Também um acórdão recente, mas existem outros. Eu vou me prender a este, o Acórdão 2000, de 2011, que constatou fragilidade no sistema de gerenciamento das ações – o sistema informatizado utilizado pelo Ministério do Esporte ainda não está completamente operacional, há dificuldade do próprio Ministério do Esporte de ter informações precisas sobre a situação dos empreendimentos – e também deficiência nas matrizes de responsabilidades existentes. Nós sabemos de diversas obras que são consideradas obras da Copa que não estão previstas na matriz. Por exemplo, as obras do entorno do Estádio da Fonte Nova. É obra federal, é contrato de repasse, não estão previstas na Matriz de Responsabilidades. As Arenas de Pernambuco e da Fonte Nova receberão financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil. Isso também não está previsto na Matriz de Responsabilidades.

Nós entendemos que a Matriz de Responsabilidades deve ser abrangente e contemplar, de fato, todos os investimentos públicos que serão feitos nas obras da Copa, de modo a dar a adequada transparência a esses empreendimentos.

E também falta, até hoje, Matriz de Responsabilidades para outras áreas, segurança, turismo e outras. E também está em andamento hoje, no TCU, um processo relativo a análise de contratos de consultoria do Ministério do Esporte, consultoria contratada para ajudar no gerenciamento das ações da Copa.

Passando para algumas obras específicas, quanto à Arena da Amazônia, o TCU detectou um sobrepreço da ordem de R$63 milhões. Foi corrigido esse valor, mas ainda está em análise o orçamento novo e o projeto executivo, que foram elaborados pelo Governo do Estado do Amazonas. Essa análise está sendo feito pela CGU. Quando for concluída, o TCU então se manifestará com base na análise feita pela CGU. O TCU autorizou, no caso dessa obra, que o BNDES liberasse recursos para a execução da obra, mas limitado a 20% do valor total do financiamento.

No caso do monotrilho de Manaus, foi feita uma análise expedita, provocada pelo Ministério Público, dentro da cooperação entre os dois órgãos. Foi constatada insuficiência do projeto básico. O TCU, então, certificou-se de que a Caixa só financiará a obra se houver um projeto adequado. Essa obra está sendo monitorada pelo TCE do Amazonas e pelo Ministério Público Federal.

O BRT de Manaus é a mesma situação, situação bastante semelhante à do monotrilho, também insuficiência de projeto básico.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só uma pergunta objetiva aqui: lá em Manaus manteve-se o BRT? Não mudou para o VLT?

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Talvez o Dr. Athayde possa confirmar, mas a informação que nós temos ainda é a do BRT. Foi lançado o edital de BRT. Nós sabemos que houve alteração de modal em Cuiabá, mas em Manaus, não.

E esse é um outro problema, porque, às vezes, há uma mudança como essa e a Matriz de Responsabilidades não é atualizada. Então, é um outro problema. Continua constando o Estádio do Morumbi na Matriz de Responsabilidades até hoje.

Em relação ao Aeroporto Eduardo Gomes em Manaus, o TCU analisou o edital da licitação. Encontrou cláusulas restritivas à competição e um indício de sobrepreço. Então, com base nas determinações que foram feitas pelo TCU, a Infraero reviu o edital, lançou um novo edital, com uma economia de R$70 milhões. Essa economia é real. Isso é comprovado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor fala em economia. É sobrepreço também?

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Isso. Esses R$70 milhões correspondem ao sobrepreço, que foi corrigido e eliminado do edital.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Isso.

E hoje, então, as obras estão contratadas.

Próximo, por favor.

Em Fortaleza, quanto à Arena do Castelão, o TCU analisou o processo de financiamento do BNDES. Fez algumas propostas de correção dos termos do contrato.

Essas exigências resultavam numa revisão do contrato de PPP pelo Estado do Ceará. Hoje, então, a situação é esta: sem restrições por parte do TCU, mas limitado a 20% do contrato, porque ainda não foi apresentado o projeto executivo da obra.

No caso da Arena das Dunas, também foi feita a análise do processo de financiamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Essa foto é uma foto simbólica. O projeto é outro.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Desculpe, essa foto está errada. Essa foto é de Manaus. A Arenas das Dunas é outro estádio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É bem bonito, por sinal.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – E está em andamento, no âmbito do Governo do Estado, revisão do contrato de PPP.

Próximo, por favor.

Aí é o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Temos a foto do que já existe hoje, a pista. Ainda não existem o pátio e o terminal, que foram objeto de concessão. O TCU analisou a viabilidade econômico-financeira. Nesse caso, é uma concessão federal, da Infraero. Então, o TCU fez a análise completa, determinou que fossem definidos os parâmetros de qualidade dos serviços e também parâmetros para destinação da receita acessória.

Por força da atuação do TCU, o valor mínimo do leilão foi ampliado de cerca de R$3 milhões para cerca de R$51 milhões. Então, houve um aumento de R$48 milhões no valor mínimo do leilão por conta da atuação do TCU. Depois do leilão realizado, acabou sendo vencedora uma proposta, se não engano, de R$170 milhões.

Quanto à Arena Cidade da Copa, em Recife, também foi feita a análise do processo de financiamento. Por força dessa análise, o Estado de Pernambuco promoveu revisão no contrato de PPP. E, no caso específico de Pernambuco, a obra pode seguir sem restrições. O BNDES pode liberar recursos até 65% do valor do contrato em virtude dos documentos já apresentados.

Na Fonte Nova, ainda está em análise pelo TCU o processo de financiamento.

No Verdão foi feita uma análise expedita do projeto básico, também a pedido do Ministério Público, em cooperação com o Ministério Público. Não foram encontrados indícios de irregularidades graves.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também, com o promotor lá em cima...

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Graves...

No caso do Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, também, ao analisar o edital da licitação, o TCU encontrou cláusulas restritivas e sobrepreço. E, por força disso, determinou a correção do edital, que foi corrigido, reduzindo o valor em R$72 milhões, que é uma economia real produzida a partir da atuação do TCU.

Hoje, a obra já está contratada, a reforma do terminal de passageiros, mas ainda não estão contratadas as pistas de pouso e o terminal remoto, o MOP, que ainda não estão licitados.

Em Belo Horizonte ainda, quanto às obras de mobilidade urbana, o TCU fez uma análise dos processos de financiamento da Caixa para todas as obras de mobilidade urbana em Belo Horizonte e fez algumas determinações, que foram prontamente atendidas. Então, não há indícios de irregularidades graves ainda em relação aos processos de financiamento dessas obras, lembrando que nos detivemos nos processos de financiamento e não nos processos de execução das obras.

Quanto ao Maracanã, o TCU analisou, em conjunto com a CGU, o projeto executivo e o orçamento e encontrou sobrepreço. O Governo de Estado concordou e está sendo promovida redução da ordem de 97 milhões no contrato. Então, a situação é sem restrições, a liberação de recursos pelo BNDES, mas desde que seja, de fato, aditado o contrato, fazendo essa redução de preço, promovendo essa redução de 97 milhões no preço.

Aeroporto do Galeão: modernização e revitalização do Terminal 2. Também, por força da atuação do TCU, houve alteração do edital, da licitação, resultando numa economia da ordem de 15 milhões, mas nem tudo que o TCU detectou foi implantado, foi aditado no contrato, então, ainda há pendente um valor de R$1,8 milhão.

Porto do Rio. Essa decisão é recente, o TCU analisou o edital da licitação e encontrou deficiências e sobrepreço de 45 milhões. Além dos 45 milhões, superavaliação do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas, que é o percentual sobre o custo direto da obra, que representa o lucro da empreiteira e mais as despesas indiretas.

Houve a suspensão cautelar nessa segunda-feira, dia 26, até a correção do edital. O TCU já está em conversa com o Ministério específico, a Secretaria de Portos, e há disposição para rever o edital, corrigir e eliminar esse sobrepreço de 45 milhões.

Finalmente, Corredor T5, Transcarioca. O TCU analisou o pedido de financiamento feito ao BNDES. Essa é a única obra de mobilidade financiada pelo BNDES e, como falta licença ambiental prévia, o TCU condicionou a liberação de recursos da segunda etapa à apresentação dessa licença prévia ambiental.

É isso.

Obrigado.

Desculpe-me por ter excedido o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Marcelo.

Agora passo a palavra ao Dr. Athayde Ribeiro Costa para encerrar o momento das exposições para, depois, começarmos as indagações pertinentes ao tema.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – Boa tarde, Senadora Ana Amélia. Agradeço o convite feito na condição de Procurador da República e Coordenador do GT do MPF que trata do assunto Copa do Mundo.

Boa tarde, Senador Pedro Taques; boa tarde, Dr. Valdir Agapito, Dr. Marcelo Eira.

O Ministério Público Federal, em 2009, constituiu, no âmbito da 5ª Câmara, um grupo de trabalho com o objetivo de dar tratamento prioritário e preventivo às obras da Copa.

Nosso grande objetivo, desde então, era evitar que irregularidades graves fossem cometidas ao final e, detectadas de forma anterior à elaboração das obras, fossem elas sanadas. Nesse paradigma de tentar uma atuação preventiva, focada num Ministério Público resolutivo, nós chamamos, convidamos CGU e TCU a apoiar esse projeto e envidar esforços com a gente no sentido de buscar uma economia de recursos previamente, evitando ações repressivas que, caso necessárias, serão realizadas posteriormente, mas, em muitos casos, poderão ser evitadas justamente em virtude da economia de recursos e de terem sido as irregularidades superadas em fase prévia.

É evidente que essa atuação nossa preventiva não vai prejudicar o controle repressivo, se necessário. Na verdade, um dos grandes legados da atuação preventiva é a facilidade de constituição e mora dos gestores que estão elaborando editais, projetos etc. com graves falhas, com superfaturamentos etc. que, havendo concretização das irregularidades e resistência na sua correção, temos ali a constituição em mora, via recomendações ministeriais, o que facilita, futuramente, a comprovação do elemento anímico doloso. A materialidade normalmente sempre é factível nesses casos, mas, em muitas ocasiões, há dificuldades na identificação da autoria. Com as recomendações expedidas em decorrência de colaboração dos trabalhos da CGU e do TCU, conseguimos constituir em mora gestores e comprovar o elemento anímico doloso.

O grande objetivo desse trabalho então, na atuação preventiva, é fazer reuniões para traçar estratégias comuns, identificação de atores envolvidos dos riscos e do compartilhamento de informações. Ultimamente, há uma maior necessidade de aproximação dos órgãos de controle, tal como ocorrido no início. Acredito que a pressão para realização das obras vem dificultando isso, porque o Governo Federal vem forçando essa situação, mas o Ministério Público Federal vai tentar empreender o máximo de esforço possível para fiscalizar essas obras previamente, sem prejuízo da atuação repressiva.

A responsabilidade da União na Copa é muito grande. O interesse federal, que gera atribuição do MPF, também é nítido, porque, embora se tratem de financiamentos e haja tese de incorporação de verbas no patrimônio estadual – no caso são empresas públicas federais que estão sendo vindicadas – as recomendações são expedidas também para o BNDES e Caixa Econômica Federal e, além disso, há inegável interesse da União na realização da Copa do Mundo, que vem se caracterizando por vários atos concretos de constituição do CGcopa, pelo próprio Projeto de Lei Geral da Copa, em que a União é responsável por indenizar a Fifa por qualquer assunto de responsabilidade civil, o que, ao ver do Ministério Público, caracteriza em muito a sua atribuição, pelo interesse federal no acompanhamento dessas obras.

Além disso, a Caixa Econômica Federal e o BNDES devem ter responsabilidade e compromisso com destinação específica dos recursos, na finalidade com que deverão ser aplicados, não sendo admitida, pelo Ministério Público Federal, em nenhuma hipótese, o financiamento de verbas com qualquer índice de superfaturamento, ainda que menor ao valor do financiamento, haja vista que essas instituições devem ter o compromisso público de financiar obras com correção.

Ao longo do trabalho, identificamos algumas preocupações que são recorrentes e que devem merecer um acompanhamento especial. Uma delas é no Ministério do Turismo, onde há muito estávamos preocupados com controle primário dos recursos, dentro do Bem Receber Copa. A CGU e TCU também compartilharam essas informações que obtivemos, inclusive o TCU e CGU já estão atuando neste sentido.

Outra questão são convênios despropositados que podem surgir, em virtude de *base camps*, que seriam cidades-sedes para receber seleções. Conseguimos, extrajudicialmente, anular um convênio da ordem de R$300 milhões, em Roraima, onde havia objetivo de se construir um estádio de futebol para a Copa do Mundo de 2014 porque ali iria se receber uma seleção. Na verdade, fomos atrás dos requisitos para eleição do *base camp* pela Fifa e percebemos que, dentre os principais requisitos estava uma rede hoteleira forte, constituída basicamente por *resorts*, proximidade de aeroportos etc., e não estádios de futebol. Na verdade, exigia-se um simples campo de treinamento. Em virtude de motivo determinante falso, conseguimos anular esses convênios. E estamos preocupados em virtude da escolha desses *base camps* em catálogo pela Fifa de

que novos convênios despropositais venham a surgir. O Ministério Público Federal tende a acompanhar isso.

Preocupa-nos também a aplicação de verbas públicas em meios privados. Por exemplo, no Itaquerão, surgiu uma recomendação ministerial pelo Procurador da República José Roberto Pimenta, membro do GT em São Paulo, que não admitia alocação dos custos de remoção dos dutos do estádio Itaquerão pela sociedade de economia mista Petrobras, na verdade a subsidiária Transpetro, porque seria de interesse nitidamente privado e não admitiríamos verba pública nesse sentido. A recomendação foi atendida e a remoção deverá ficar a cargo do Sport Club Corinthians.

Preocupa-nos também a desoneração tributária que foi efetuada para estádios, que os custos referentes aos tributos sejam realmente reduzidos do valor das obras. Temos que buscar uma alternativa bastante eficaz de fiscalização disso, porque temos o receio de que essa desoneração tributária possa ocorrer e virar lucro para os empreendedores privados de forma indevida. Conseguimos, no início dos trabalhos, que toda a desoneração tributária fosse concedida somente com apresentação do aditivo contratual, isso em reuniões que foram efetuadas com o Ministério da Fazenda, das quais participaram também os órgãos de controle aqui presentes, e colocamos esse dispositivo no decreto para exigir, na hora de buscar o benefício tributário, que esteja o aditivo contemplando essa redução tributária. Queremos que essa redução tributária também seja vindicada pelos órgãos, mas, de qualquer forma, evitamos uma capilaridade e centralizamos isso para facilitar o controle.

Temos grande preocupação com obras sem planejamento mínimo, como é o caso do monotrilho de Manaus, em que não há nenhum, o planejamento básico está totalmente deficitário, a obra não tem nenhum estudo de demanda, não há estudo de viabilidade, não há estudo tarifário. O Ministério Público Federal já expediu recomendações para a Caixa Econômica Federal e para o BNDES para que não financie essa obra, porque é uma obra que tem um custo inestimável, uma obra que não vai atender à população pelo elevado custo de tarifa projetado pela própria CGU em seus estudos bastante fundamentados, é uma obra que tem um grande risco de ficar inacabada, é uma obra em que os aditivos têm potencial de superar os limites da lei de licitação em grande proporção. E dou como exemplo a ponte que foi construída no Estado do Amazonas, ligando Manaus ao Município de Iranduba, que foi aditivada em quase 100%. Vemos aí o grande problema desse monotrilho.

O Ministério Público Federal também já encaminhou ofícios a organismos internacionais de financiamento, dando ciência dessas irregularidades para evitar que sejam aplicados recursos nessa obra, e o Governo do Estado insiste em levá-la adiante. Temos preocupação com a falta de planejamento, que pode ser percebida, por exemplo, pela troca de modais em última hora, como é o caso, por exemplo, do VLT de Cuiabá, em que por uma simples opinião, mudou-se o modal, não há estudos contundentes quanto a isso, pelo menos o Ministério Público Federal não tomou ciência desses estudos. É uma obra, também, como outra de Manaus, que tem um grave problema de falta de planejamento e isso pode gerar questões complicadas lá na frente.

O exemplo da arena de Manaus: tivemos uma atuação firme ao bloquear esses recursos junto ao BNDES, embora tenha ocorrido uma autorização, tanto do TCU, tanto da CGU, para liberação de até 20% do financiamento, mas as irregularidades ali eram tão graves, que o Ministério Público Federal se manteve em sua posição de bloquear os recursos até a regularização das questões, o que não ocorreu até o momento e não foi liberado recurso para obra, apenas para o projeto executivo ser corrigido. Esperamos que o BNDES continue cumprindo o seu contrato para evitar eventuais ações repressivas do Ministério Público Federal e que a CGU e o TCU consigam, de forma bastante técnica e profissional, como têm feito, vindicar esses contratos, esses projetos executivos.

Uma questão que nos preocupa muito é a do Maracanã. Embora o TCU tenha feito um estudo junto com a CGU e tenha elaborado um acórdão de redução de R$100 milhões no valor da obra, aproximadamente, há ainda uma caixa preta no Maracanã envolvendo a cobertura, porque há uma estimativa de superfaturamento, indícios ainda não comprovados de alto superfaturamento na cobertura do Maracanã. Foram feitos estudos e comparações com estádios que estão sendo construídos para a Eurocopa de 2012, nos quais o mesmo tipo de material, com o mesmo fornecedor está sendo oferecido, e o valor é bem menor, o metro quadrado é bem menor, chegam a saltar aos olhos esses indícios de superfaturamento. Entendemos que os órgãos de controle, principalmente o Estado do Rio de Janeiro, devam dar explicações de público sobre isso para que esclareçam se realmente esses indícios de sobrepreço são existentes ou não. É uma questão que deve ser analisada com bastante profundidade e rigor.

Preocupa-nos também, ainda, as questões das parcerias público-privadas porque, embora tenhamos conseguido alterar alguns contratos, em virtude também de estudos que foram demandados ao TCU e CGU da repartição objetiva de riscos e de que riscos eram indevidamente assumidos pelo parceiro público, apesar

de ter conseguido mudar alguns contratos e mudar o balizamento desses riscos, atendendo aos preceitos da lei de repartição objetiva, estamos muito preocupados com o estudo da viabilidade econômico-financeira dessas arenas. São contratos de longa duração, de aproximadamente 30 anos, que também devem ser vindicados, embora o TCU e a CGU não entendam ser o caso. O Ministério Público Federal possui grande preocupação com isso e vai buscar alguma solução para fazer essa análise, ainda que em conjunto com os Tribunais de Contas dos Estados, porque as estimativas são preocupantes, essas PPPs não foram previamente analisadas pelo TCU, como faz normalmente, e podemos ter aí PPPs com graves irregularidades, até então desconhecidas.

Outra questão que nos traz preocupação é a aplicação do RDC. A PGR já ajuizou ADI para arguir a constitucionalidade do RDC, principalmente no que toca à possibilidade de a União, a seu bel-prazer, escolher quais obras serão beneficiadas pelo seu regime, sem nenhum amparo ou balizamento legal, o que gera preocupação, até porque, como advertido pelo Dr. Marcelo Eira, a Matriz de Responsabilidades está atrasada, está intempestiva e não vem espelhando a realidade do que serão as obras da Copa do Mundo.

Além disso, não há na lei um balizamento em relação à matriz com relação a serviços e compras, o que gera uma grave insegurança jurídica na aplicação desses regimes diferenciados de contratações.

Por fim, o Ministério Público vem trabalhando no sentido de construir os gestores em mora, como já adiantado através das recomendações, e vai continuar, nesse tratamento preventivo, envidando todos os esforços para que as irregularidades sejam sanadas, deixando bem claro que o Ministério Público Federal apoia o evento Copa do Mundo, é favorável à Copa do Mundo, entende que isso pode trazer bastante riqueza para o País em termos de infraestrutura, em termos de legado turístico etc., mas temos que ter bastante rigor na fiscalização desses recursos e evitar que o rolo compressor venha e as irregularidades sejam simplesmente banalizadas, como se perfumaria fosse, o que não é verdade. Existem irregularidades graves que devem ser todas vindicadas pelos órgãos de controle de forma prévia, para evitar ações repressivas, porque, quando há dano ao Erário, há difícil devolução desses recursos ao Erário.

Agradeço, portanto, o convite e saliento a necessidade de os órgãos de controle se conjugarem ainda mais para que, nesse momento de dificuldade e de proximidade, as análises sejam tempestivas e que as soluções necessárias sejam adotadas de forma célere.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Athayde Ribeiro Costa, Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo Fifa 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

As exposições deixaram claro, Senador Pedro Taques, que é preciso um olhar muito atento sobre todas essas ações. Como reconheceu o Dr. Athayde, a Copa deixa, sem dúvida, um legado de ganhos para a sociedade. Ontem, aqui, um dos expositores disse que a Copa deve ser apenas a motivação para melhorar a qualidade da mobilidade urbana e das cidades para o brasileiro que nelas habita.

Gostaria de agradecer a presença de Yênes Jesus de Magalhães, Diretor de Planejamento e Articulação Interinstitucional da Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal (Agecopa do Mato Grosso), que esteve presente anteriormente e ficou aqui acompanhando essa edição, agora está vendo a exposição. O Mato Grosso do Senador Pedro Taques, nessa avaliação abordada aqui, não está numa avaliação tão crítica ou é bem menos crítica do que Amazonas e Rio de Janeiro em relação a sobrepreço.

O Senador Pedro Taques quer fazer uso da palavra? Eu tenho algumas questões para os expositores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srª Presidente, senhores convidados, Sr. Yênes Magalhães, do Estado do Mato Grosso, senhoras e senhores, a atuação aqui no Senado nos faz ter, desde o início, uma falta de educação, porque, diante de acontecimentos como este aqui, importante para a sociedade brasileira, poucos Senadores aqui se encontram, pois existem duzentos afazeres ao mesmo tempo. Então, temos que começar a mudar isso dentro da nossa própria Casa, porque esse tema é um dos mais importantes para a República neste momento.

Em nome dos Senadores, se a Presidente me permite, quero pedir desculpas aos convidados em razão do número escasso de Senadores aqui presentes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Endosso seu gesto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Este tema é muito importante, mas nós temos muitos afazeres ao mesmo tempo, o que me dá a impressão de que este é um instrumento para esvaziar o que é importante, como eventos como este aqui.

Nós todos sabemos que a Copa do Mundo será no Brasil há mais de quatro anos, sabemos onde serão as sedes há mais de dois anos e nada está a ocorrer ao menos no prazo. Aí, sem querer fazer, Srª Presidente, um presságio de mau agouro, o que está aqui a parecer é que nós estamos buscando, assim, uma crônica de um escândalo anunciado, de uma vergo-

nha anunciada. Isso me dá a impressão de que nós estamos buscando criar o caos para que depois nós possamos flexibilizar as regras de fiscalização e dispensa de licitação, não possibilidade de fiscalização, isto para criarmos um fato consumado e, depois, nós concretizarmos esse fato consumado.

O que a sociedade brasileira deseja saber é o seguinte: a Copa vai se realizar aqui e esta Copa vai nos orgulhar? Primeiro ponto. Quanto será roubado? É isto: quanto será roubado? Porque órgãos de fiscalização – e não vou ser um homem cordial aqui – têm o objetivo de fazer com que essas obras possam ser realizadas sem que o dinheiro público possa ser desviado. Trocando em miúdos: sem que o dinheiro público possa ser roubado, e nós sabemos o quanto de rouba no Brasil. Objetivamente é isso.

Será que, com essas regras que nós, infelizmente, aprovamos aqui no Congresso Nacional, como o Regime Diferenciado de Contratação – e, conforme revelou Dr. Athayde, quanto a isso já vem sendo feito enfrentamento no Supremo a respeito da sua inconstitucionalidade –, esse Regime Diferenciado de Contratação vai permitir a maior flexibilização nas contratações e isso aqui vai trazer maiores desvios de recursos públicos? Obras só com o projeto básico, a possibilidade de o Executivo escolher qual é a obra, você estabelecer que as obras possam ser a 350 quilômetros... Ou 250?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A 300 quilômetros da sede, isso é um meio de flexibilizar a lei de licitação, com a desculpa de que nós precisamos da Copa.

Nós precisamos da Copa. Os Senadores, os Deputados, penso que a sociedade brasileira, que quer um País melhor, deseja esta Copa. Agora, nós não podemos, com essa desculpa, permitir que os recursos públicos possam ser desviados. Não podemos, com essa desculpa, permitir que a soberania nacional seja ofendida. Dou um exemplo: a Lei Geral da Copa do Mundo, em sendo aprovado o projeto, vai possibilitar a revogação de quase 12 artigos do Estatuto do Torcedor, vai flexibilizar a proteção do idoso, que se encontra no Estatuto do Idoso, vai possibilitar a menor cobertura dos estudantes em razão da legislação estadual, que também será revogada.

Esta Copa, a necessidade de que a República Federativa do Brasil possa – entre aspas – "se vender" internacionalmente como Estado desenvolvido, esta Copa justifica o preço de que o dinheiro público brasileiro seja roubado e de que a soberania nacional seja violada? Esta pergunta tem que ser respondida por todos nós. Nós todos desejamos a Copa, mas essa Copa deve ser motivo de orgulho, não de vergonha para a República Federativa do Brasil.

Volto ao Estado de Mato Grosso dando conta de que o modal de transporte foi modificado, de mobilidade urbana foi modificado, de BRT para VLT, tendo em conta acertos políticos, inclusive político-partidários eu diria muitas vezes não republicanos. De uma hora para outra, muda-se o modal, muda-se a mobilidade. Isso nos preocupa muito no Estado do Mato Grosso.

Lá em Cuiabá, você não vê obra da Copa do Mundo. Você vê arena sendo edificada – e me parece que está num prazo razoável. Tenho aqui um representante da Agência da Copa, mas, recentemente, há uma semana, o Governo do Estado entendeu por bem acabar com a Agência da Copa e criar uma secretaria especial para conduzir isso. Nós estamos aí há menos de 1.000 dias da Copa do Mundo. Isso mostra que a sociedade brasileira precisa aprender a ter projetos estratégicos. Nós não temos projetos estratégicos de País. Nós precisamos, aqui no Senado, Senadora Ana Amélia, inteirar-nos mais desses acontecimentos porque senão, daqui a seis meses, ou o Ministério Público Federal, ou os Ministérios Públicos estaduais começarão a ajuizar as ações. E quando o Dr. Athayde fala em repressão, eu vou traduzir essa repressão: atos de repressão são ações de improbidade administrativa e ações penais; ações penais que resultam em prisão. Aí a culpa será do Ministério Público Federal, será dos órgãos de controle e de fiscalização, como o Tribunal de Constas e a Controladoria-Geral da União.

Então eu não tenho pergunta a fazer, eu tenho uma constatação a fazer e gostaria de ouvir a reflexão dos senhores a respeito disso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria, Senador Pedro Taques, contar com a sua colaboração inestimável. V Exª, quando começou a fazer essa ponderação aos nossos convidados, o senhor lembrou bem das nossas dificuldades, porque não temos capacidade de bilocação, de estarmos ao mesmo tempo em dois lugares. Então eu queria pedir-lhe, por cinco minutos que seja, que presida a sessão porque eu preciso votar num candidato à Embaixada do Brasil no Haiti. Acho que até o posto merece um apoio. Como se trata de um diplomata do meu Estado, eu farei isso agora e queria que o senhor assumisse a Presidência, por gentileza, porque eu também tenho algumas questões.

Quero lhe dizer e dizer publicamente ao Dr. Athayde: eu não votei, votei contra a RDC.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós dois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Votamos contra a RDC e agora estão justificados

os motivos pelos quais nós argumentamos, na tribuna, que ele era lesivo, como será também, no caso, a Lei Geral da Copa do Mundo, bem referida por V. Exª. Além do mais, há os contratos feitos pelo Brasil com a Fifa, que são draconianos e que, em muitos pontos, ferem a própria soberania do País. Mas eu tenho questões para fazer.

Então, eu gostaria que V. Exª assumisse a Presidência enquanto há o debate das questões apontadas por V. Exª, e eu voltarei aqui em seguida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu assumo a Presidência e espero que esse Embaixador do Brasil no Haiti vá e nos represente bem, e que o Haiti não seja transportado para o Brasil, que nós não nos transformemos num Haiti.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Desejamos todos aqui que o País vença e consiga se consolidar.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Eu afirmei que não teria uma pergunta e assumo, com muita honra, a Presidência desta Comissão. Faço a constatação de que essas regras estão sendo flexibilizadas e isto vai proporcionar prejuízo para a União Federal, prejuízo para toda a sociedade brasileira.

De uma forma objetiva, eu queria que os nossos convidados pudessem fazer uma reflexão sobre isso.

O Dr. Athayde trouxe muitas preocupações. Eu contei: o senhor falou dez vezes preocupação, "o Ministério Público está preocupado". Essa preocupação é da sociedade brasileira. Então, como nós, aqui no Senado, podemos contribuir para que não tenhamos essa crônica de um escândalo, de uma vergonha anunciada?

O representante do Tribunal de Contas, num debate que aqui houve, eu me recordo das palavras do senhor a respeito do RDC. Como o Tribunal de Contas está vendo isso? E outra pergunta ao senhor: esta relação do Tribunal de Contas com o órgão executivo, com o Poder Executivo? O Tribunal de Contas, por disposição constitucional, é um órgão não auxiliar, mas que auxilia o Poder Legislativo. O Tribunal de Contas não é um órgão de consulta. É lógico que o Tribunal de Contas precisa ter a sua atuação preventiva, mas o Tribunal de Contas não é um órgão de consulta. Essa relação, sem querer trazer um termo forte, mas me revela uma certa promiscuidade entre a função constitucional do Tribunal de Contas como órgão auxiliar do Legislativo na fiscalização dos atos do Executivo, esta atuação preventiva, inclusive consultiva do Tribunal de Contas, isso me causa estranheza. São estas as indagações. Gostaria de ouvi-los a respeito disso.

Dr. Athayde.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – Senador Pedro Taques, diante dessa real inércia dos gestores em não efetuar as obras ou não efetuar os projetos, não levar adiante os deveres que deveriam...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Dr. Athayde, permita-me interrompê-lo apenas para passar a Presidência à Presidente.

V. Exª votou? Ele vai para o Haiti?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Espero que o candidato vá.

Obrigada, Senador.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – Retomando.

Realmente, em vários casos, o Ministério Público constatou uma inércia do gestor em se planejar, em levar adiante o projeto, a obra que deveria ser realizada numa constatação nossa de que havia possivelmente uma fabricação de emergência para possibilitar uma contratação direta. Diante desse cenário, o Ministério Público Federal, em alguns casos – podemos citar a Infraero, podemos citar aí o Ceará, Minas Gerais, Manaus –, fizemos recomendações aos Estados e à empresa pública, advertindo-os de que a emergência fabricada, seja por falta de planejamento, desídia ou até mesmo por má-fé, é ilícita e a eventual contratação direta está sujeita a repressão pelos órgãos de controle, haja vista que essa contratação emergencial para ludibriar as licitações não é legal. Já fizemos essas recomendações, o dolo já está constituído e, caso efetivado, esses gestores estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E ao Código Penal.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – E ao Código Penal também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Todos já responderam ao Senador Pedro Taques? *(Pausa.)* Falta um.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Bem, Sr. Senador Pedro Taques, V. Exª pergunta qual é a situação atual, a posição atual do TCU em relação ao Regime Diferenciado de Contratação, RDC.

O RDC hoje é uma lei, então, a posição do TCU em relação à lei e fazer cumprir a lei. Não há o que dizer em relação a isso, exceto que nós acreditamos que a forma como o RDC vai ser utilizado ainda não é bem conhecida, ainda falta um decreto regulamentador, e o TCU acompanha com interesse vivo a regulamentação do RDC para saber de fato se vai haver melhor detalhamento, principalmente da questão da contratação integrada no RDC, que é aquela contratação sem projeto básico.

Quanto à relação com o Poder Executivo, V. Exª sempre se caracterizou, sempre se conduziu no Senado

como um Senador altamente interessado, preocupado com a regularidade da despesa pública e eficiência da despesa pública, acompanho a sua atuação e sei também que V. Exª conhece a atuação do TCU nesse controle. Os exemplos que nós mostramos aqui eu acho que demonstram que o TCU tem cumprido o seu papel, inclusive dando retorno para a sociedade, não só o principal, que é o retorno em termos de confiança, principalmente esse, mas também o retorno em termos financeiros, identificando e corrigindo distorções, sobrepreços e evitando que prejuízos ocorram, porque depois que os prejuízos ocorrem, aí é muito mais difícil, como o Dr. Athayde colocou, de se recuperar.

Então, essa atuação ela ocorre e tem ocorrido. O relacionamento do TCU com o Poder Executivo sempre se limita àquela linha muito clara, muito bem definida que separa o juiz daquela pessoa que está sendo julgada. O TCU julga e, por isso, ele evita, de fato não há esse comprometimento com o Poder Executivo. Eventualmente, há, sim, discussões, há colaborações no sentido de apresentar sugestões, isso é normal, isso é desejável. Ninguém quer construir um Estado em que o órgão de controle externo não possa colaborar enviando sugestões ou apresentando ideias. Isso acontece, isso sempre ocorreu e continua ocorrendo. Mas nunca atuando na definição; essa questão, esse poder de definir, de optar, de escolher é sempre do Executivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito, Dr. Marcelo.

Agora, eu queria, para encerrar, fazer umas poucas questões.

Dr. Valdir, o senhor mencionou o caso do RDC. Como ele está agora sendo questionado, por provocação da Procuradoria Geral da República junto ao Supremo, no aspecto da constitucionalidade, eu queria saber como é que fica em relação a essa questão. E o senhor deixou clara a dificuldade de acesso às informações nos órgãos que estão envolvidos, seja no plano federal ou junto aos Estados. De que maneira se pode ter um fluxo de informação mais adequado? Porque ontem foi a queixa geral aqui, ou pelo menos um dos pontos mais evidenciado foi exatamente esse da falta e informação e, portanto, daquilo que é, digamos, o grande foco da CGU, que é a transparência. Então esse é o aspecto.

Para o Dr. Athayde...

Primeiro para o Tribunal de Contas, para o Dr. Marcelo. Muitas das fiscalizações são compartilhadas pela competência, porque são três níveis de competência, União, Estados e Municípios. Muitas das competências no plano estadual são dadas aos Tribunais de Contas dos Estados. Eu lhe pergunto: os Tribunais de Contas estaduais, no geral, estão tão equipados quanto o TCU para esse trabalho e essa fiscalização? Essa é a questão que eu faço.

Também, nesse aspecto, o senhor já respondeu, em parte, ao Senador Pedro Taques, que, como o Dr. Athayde, vem do Ministério Público Federal, a respeito do RDC, e houve um aspecto aqui muito bem focado pelo Dr. Athayde sobre a questão das PPPs. Então, para o senhor é isso, a primeira questão em relação aos Tribunais de Contas e a questão dessas duas matérias. E, também, se a Lei Geral da Copa vai, de alguma maneira, também criar, tanto quanto a lei do RDC, que é a lei do Regime Diferenciado de Contratações, criar algum tipo de óbice à fiscalização do TCU.

E para o Dr. Athayde, fiz uma conta rápida aqui, e veja só: no caso do Rio de Janeiro, pelo que foi apontado pelo TCU, daria em torno R$160 milhões, só nesse primeiro indício de superfaturamento – 97 milhões do Maracanã; aeroporto, 15 milhões, e o porto, 45 milhões. Então, 160 milhões aí. Como é que nós vamos ter a certeza de que esse sobrepreço... Também em Manaus, 133 milhões em dois sobrepreços, que foram avaliados, no estádio e também no monotrilho. E o senhor, também no caso do Maracanã, falou duas palavras, caixa preta, relacionadas ao alto custo da cobertura do estádio, que o metro quadrado que foi apresentado no Brasil é muito superior ao metro quadrado dos países que estão fazendo o mesmo projeto para a copa de 2012 na Europa. Então, nesse aspecto, eu queria uma informação do senhor. E uma questão que o senhor tocou muito e que eu queria saber é por que o Ministério Público considera o monotrilho de Manaus inviável?

Acho que a primeira pergunta é para o Dr. Valdir.

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – Com relação à questão das informações, eu acho que algumas evoluções estão em curso. Uma primeira, é que nós estamos continuando a cobrar; o decreto mesmo da Gecopa já foi uma cobrança para que houvesse uma definição clara do que é copa e do que não é, e a gente continua...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas no caso do RDC?

O SR. VALDIR AGAPITO TEIXEIRA – No RDC e na parte que o Governo Federal vai financiar, que deixa bastante claro quais são os projetos e quais são os recursos. Então, ficou encarregada essa comissão do Gecopa.

E nós estamos cobrando insistentemente a atualização das matrizes. Como disse tanto o TCU quanto o Athayde, há um descompasso no sentido de que algumas coisas precisam ser definidas com clareza, como os níveis de responsabilidades e o fechamento dessas matrizes. Em alguns casos, já se estão exigindo

aditivos às matrizes. Então, o Gecopa fez uma reunião recentemente, já discutindo esses aditivos, e estamos no aguardo de uma publicação de atualização das matrizes. Isso ajuda a responder a uma parte da definição dos projetos. A outra é esse esforço, principalmente junto a Estados e a Municípios, de fazer chegar essas informações a tempo de enviá-las a essas câmaras de transparência. Agora, principalmente, se as informações não vierem, com essa ação mensal de ida aos Estados – e nós já mobilizamos as nossas unidades nos Estados –, uma delas é buscar essas informações *in loco*, caso elas não cheguem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo. Perfeito. Muito obrigada, Dr. Valdir.

Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Srª Senadora Ana Amélia, V. Exª pergunta a respeito da definição das competências para fiscalização dos empreendimentos da Copa. Então, deixando mais claro, a definição das competências...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Desculpe-me doutor, mas é sobre se os TCEs estão equipados. É basicamente isso.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – O.k.

Os Tribunais de Contas dos Estados são completamente autônomos, independentes do TCU. Então, eu diria que há uma diferença grande. Alguns estão muito bem equipados. Eu citaria, por exemplo, o TCE de Pernambuco e o TCE de Minas Gerais, que têm experiência em fiscalização de obras e equipes qualificadas, que são muito boas, e outros Tribunais de Contas estaduais também; mas alguns ainda não, ainda estão caminhando, equipando-se e preparando-se. Mas existe, por força daquela rede formada pelos órgãos de controle federais e estaduais que mencionei, a possibilidade de cooperação com o TCU. Isso de fato tem acontecido. Nós demos um apoio muito importante, acredito, tanto para o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte quanto para o Tribunal de Contas de Pernambuco em relação à fiscalização das PPPs dos Estados nesses Estados.

Em relação à outra questão, sobre a Lei Geral da Copa, se ela criaria algum óbice à fiscalização pelo TCU, eu acredito que as questões tratadas na Lei Geral da Copa não afetam a parte da fiscalização. A fiscalização ocorrerá sem problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No RDC.

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – O que a Lei Geral da Copa, se aprovada, mudará em relação a isso será consequência do acordo que a União, o Brasil assinou com a Fifa: de que a União arcará com o ônus de qualquer dano que implique responsabilidade civil. Então, suponhamos que haja um problema qualquer em um estádio, em uma obra que não tenha sido feita adequadamente ou que tenha tido qualquer problema que seja e que tenha sido executada com recursos estaduais, portanto, de competência dos Estados: a União arcará com o ônus perante a Fifa. Mas isso, do ponto de vista da fiscalização...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Inclusive responsabilidade civil?

O SR. MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA – Responsabilidade civil perante a Fifa. A imagem da Fifa e eventuais perdas que a Fifa tenha em virtude disso poderão ser debitadas da União.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito ao Dr. Marcelo.

Com a palavra o Dr. Athayde.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srª Presidente, a senhora me permite, por gentileza?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A senhora fez a pergunta sobre o monotrilho de Manaus, e eu também gostaria de indagar ao Dr. Athayde se o grupo tem acompanhado a mudança do modal de BRT para VLT em Cuiabá e se, na opinião dele, essa modificação poderá trazer algum prejuízo. Gostaria de ouvir a opinião do senhor, se o senhor estiver acompanhando essa modificação.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – Srª Senadora, Dr. Pedro Taques, primeiro a questão do VLT de Cuiabá. O grupo de trabalho do Ministério Público Federal é constituído de 12 Procuradores da República, e, lá em Cuiabá, nós temos um Procurador, o Dr. Tiago, que vem acompanhando esse projeto de mobilidade urbana de lá. Já há o inquérito civil público apurando essa questão, ele está indo atrás desses estudos, e eu o tenho subsidiado com as questões que ocorreram em Manaus, que, acredito, sejam semelhantes. Poderá haver motivação para uma eventual atuação ministerial, se realmente não houver estudos para a implementação desse projeto, se confirmar-se a troca de planejamento e a troca de modal sem justificativa plausível, como o senhor disse, embasada apenas em justificativas políticas.

Quanto à questão do Maracanã, há grandes indícios de sobrepreço sim. Em estádios da Ucrânia e da Polônia, com o mesmo tipo de fornecedor, as coberturas custaram em torno de R$47 milhões e, no Maracanã, estima-se um valor de R$197 milhões; ou seja, há uma diferença astronômica. E há necessidade de o Estado do Rio de Janeiro e a própria União, haja vista que é a garantidora do empréstimo junto ao BNDES... Há a peculiaridade, no estádio do Maracanã,

de que a União é devedora solidária, de acordo com o contrato firmado junto ao BNDES.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O tamanho dos estádios...

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – Em termos de metros quadrados, é mais ou menos a mesma coisa; e o custo do metro quadrado também é muito discrepante. Então, há necessidade de o Estado do Rio de Janeiro trazer justificativas plausíveis sobre essa diferença de custos e avaliar se realmente o Estado também visualiza esse sobrepreço e venha a negociar a redução desse valor. Há informações de que esse valor que foi atribuído é o preço máximo que pode ser pago. Então, notadamente é passível que o consórcio venha a adquirir valores bem menores. Há necessidade disso, de se reverter a...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A estimativa de custos.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – De se reverter a estimativa de custos aos valores de mercado, para que o patrimônio público não sofra em benefício do interesse ilegítimo, do interesse privado, nesse caso, o que seria enriquecimento ilícito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O monotrilho.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – Com relação ao monotrilho, é bom deixar bem claro que o Ministério Público Federal não é contra o monotrilho, não é contra o BRT. Na verdade, ele é contra o monotrilho como está sendo delineado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como está sendo projetado.

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – É um monotrilho que não tem estudo de demanda, é um monotrilho que não tem estudo tarifário. O estudo tarifário dele, que foi efetuado pela CGU, aponta um valor de passagem de R$7,00 a R$8,00, salvo engano. Ou seja, a população não vai ter condições de pagar isso. O Estado do Amazonas não tem como subsidiar isso, não planejou para subsidiar isso e, mesmo se subsidiar, haveria interesse público em custear valor tão alto de passagem? Haveria viabilidade? Não há. Isso não foi demonstrado em momento algum.

Hoje, por exemplo, há uma matéria sobre o monotrilho na *Reuters* em que foi bem colocado que não há estudos. E o Secretário de Estado vem dizer "Faremos esses estudos". Agora, depois de contratar uma obra de R$1,3 bilhão em que o preço do consórcio vencedor já foi maior do que o preço projetado? Além disso, há distâncias imensas entre as estações do monotrilho, chegando até a três quilômetros de distância ou mais. Não haverá como a população usar esse transporte, porque não haverá justificativa, e ela vai usar outro tipo de transporte. Ela poderá usar transporte clandestino, o que demonstra que o projeto é malfeito e que não tem condições de ir à frente.

O Estado do Amazonas luta para subsidiar isso. Há informações de que o BNDES financiaria R$800 milhões desse valor, correspondente à contrapartida do Estado, mas, repito, não há elementos mínimos para, com segurança, financiar uma obra desse porte, e acredito que o Estado do Amazonas tem que ser responsável nesse contexto e desistir desse projeto, pelo menos em termos de Copa, até porque não ficaria pronto até a Copa, por ser uma obra grande.

O traçado do monotrilho passa pelo centro histórico da cidade de Manaus, e não existe autorização do Iphan para isso. O projeto apresentado ao Iphan não dava à autarquia condições de colocar condicionantes ou até mesmo de autorizar ou não a passagem por ali. Há poucos dias recebi essa informação do Iphan e já a comuniquei às entidades fiadoras, para que sejam responsáveis por isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Athayde, só uma curiosidade. São níveis de competências diferentes, porém a finalidade da competência é semelhante: os Ministérios Públicos dos Estados, em relação à questão da fiscalização, têm atuado, na visão do Ministério Público Federal, com eficiência, atenção e com o olhar da responsabilidade que compete nesse caso, também?

O SR. ATHAYDE RIBEIRO COSTA – O Ministério Público Federal, no âmbito do grupo de trabalho, já expediu variadas recomendações em relação à Copa e, em grande maioria, sempre em conjunto com o MP dos Estados; ou seja, temos integrado, de forma bastante forte, o MP Federal com o MP dos Estados, afinal de contas, somos o MP brasileiro e todos temos que lutar para a boa aplicação dos recursos públicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Ao agradecer novamente ao Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, Dr. Valdir Agapito Teixeira; ao Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União, Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira; ao Coordenador do Grupo de Trabalho Copa do Mundo Fifa 2014 da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Dr. Athayde Ribeiro Costa...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Antes de V. Exª encerrar, só dando notícia de que, na data de ontem, a Comissão de Constituição e Justiça, da qual

faço parte como titular – aqui sou suplente –, aprovou um requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá, que foi aprovado e subscrito por todos, de convocação do Presidente da CBF, do Ministro dos Esportes e de um representante da Fifa, para que venham prestar esclarecimentos, notadamente tendo em conta o projeto da Lei Geral que se encontra em debate na Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Coincidentemente, Senador Pedro Taques, ontem, aqui, o Professor Lamartine da Costa, da Universidade Gama Filho, junto com um professor da Alemanha, ambos especialistas, na academia, sobre o impacto, em todos os aspectos, do legado que Copa do Mundo traz, sugeriu que se trouxesse aqui, dado, digamos, o aspecto draconiano do que falamos... Agora há pouco, o Dr. Marcelo também mencionou que, nos contratos com a Fifa, qualquer dano à imagem ou mesmo um acidente que possa acontecer no estádio, a responsabilidade tem que ser bancada integralmente pela União. São esses tipos de aspectos que esta Casa precisa também avaliar. Por isso, decidimos coletivamente e também junto com as Comissões, podemos nos associar à Comissão de Constituição e Justiça, para evitar a superposição de ações e conjuntamente fazermos esse debate, porque, como disse V. Exª, o tema mereceria muito mais atenção do Legislativo, dada a relevância dos valores envolvidos, que, em última análise, serão pagos pelo cidadão brasileiro. As dúvidas que V. Exª tem são as mesmas por que passam todos os políticos com responsabilidade no País e as instituições que vieram aqui dar uma valiosa contribuição a este debate.

Queria, além de agradecer aos nossos palestrantes, agradecer também a presença do Senador Pedro Taques e dos demais que participaram desse nosso primeiro simpósio de Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo; agradecer imensamente também a participação da equipe técnica da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, na pessoa do Júlio Borges, e também renovar que vamos agora trabalhar conjuntamente para que esses requerimentos sejam feitos coletivamente com as comissões, para que se faça uma audiência pública assinada por todos.

Renovo os agradecimentos, dizendo que a Lei Geral da Copa do Mundo, bem como também a própria rediscussão do RDC e outros aspectos relacionados a isso, deverá permanecer na agenda prioritária do Senado Federal.

Muito obrigada a todos e dou por encerrada esta reunião, que encerra também o Seminário de Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2011.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia quatro de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ana Rita, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 55/11-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Bauer e Cristovam Buarque, destinada a debater "Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2010 e os rumos da escola pública de ensino médio". Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad e a Senhora Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, Maria Nilene Badeca da Costa. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores presentes. Usam da palavra o Senhor Senador Paulo Bauer, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Inácio Arruda, Ana Rita, Anibal Diniz e Eduardo Suplicy, não-membro da Comissão. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião às onze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cul-

tura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 55, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de minha autoria e do Senador Cristovam Buarque, convidando o Exmº Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, e a Presidente do Consed, Exmª Srª Maria Nilene Badeca da Costa, para a realização de audiência pública destinada a discutir os resultados do Exame Nacional do ensino médio (Enem) de 2010 e os rumos da escola pública de ensino médio no País.

Dando início à audiência pública, solicito ao Sr. Senador Inácio Arruda que, por gentileza, acompanhe o Exmº Sr. Ministro e a Srª Maria Nilene Badeca para que tomem assento à Mesa.

Informo aos presentes que esta audiência pública está sendo objeto de cobertura pela Agência Senado, pela TV Senado, pelo *Jornal do Senado* e também pela Rádio Senado, que dão dela conhecimento a todo o País.

Dando as boas-vindas aos nossos convidados e, mais uma vez, saudando a todos os presentes, informo que o Sr. Senador Roberto Requião se encontra em viagem ao exterior. Por isso, cabe-me a honrosa missão de presidir os trabalhos desta audiência pública e também desta Comissão enquanto o nosso Presidente se encontra ausente.

Também quero informar a todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que, de acordo com as audiências públicas que eu tenho presidido e que todos conhecem, tenho o propósito de cumprir, primeiro, o Regimento, por razões óbvias, e, segundo, vou me empenhar – e peço a colaboração de todos – para que nós tenhamos esta audiência pública concluída até o meio-dia. Tenho sempre dito e repetido que partida de vôlei sem tempo para terminar não passa na televisão. Então, temos que fazer com que o tempo seja otimizado e a oportunidade valorizada.

Eu inicio prestando a seguinte informação: pelo Regimento, quando há presença de Ministro, lhe é concedido o prazo de 30 minutos para a exposição, mas esse requerimento contemplou o convite ao Ministro e também à Presidente do Consed.

Já conversei com a Presidente Maria Nilene e ela me informou que precisará de, aproximadamente, 20 minutos para a sua exposição e o Ministro, naturalmente, terá os 30 minutos que o Regimento lhe faculta. Por isso, nós vamos conceder a palavra, inicialmente, ao Ministro e, depois, à Prof. Maria Nilene, para depois, nas respostas, invertermos: começaremos com a Prof. Maria Nilene e terminamos com o Ministro.

Tenho o prazer de passar a palavra ao Ministro Fernando Haddad, para que faça sua exposição pelo prazo regimental de até 30 minutos.

O SR. FERNANDO HADDAD – Muito obrigado, Presidente Paulo Bauer, Senador da República, ex-Secretário de Educação do Estado de Santa Catarina, portanto um conhecedor da matéria, Prof. Nilene, Secretária Estadual do Mato Grosso do Sul e Presidente do Consed, que congrega todos os secretários estaduais do País e com quem mantemos relações de proximidade, cordialidade e parceria.

Vou procurar ser muito sucinto, até para que nós tenhamos a oportunidade do debate.

O assunto é o ensino médio brasileiro e eu penso que a Prof. Nilene até teria mais condições do que eu de apresentar os trabalhos que vêm sendo feitos pelos Estados, que são os responsáveis por essa etapa da educação básica. Mas eu diria que, como todos sabem, pelos indicadores educacionais, tanto nacionais, quanto internacionais, tem havido uma evolução importante da qualidade do ensino fundamental no Brasil.

A julgar pelos resultados da Prova Brasil e do Pisa, que é aplicado a brasileiros de 15 anos de idade, independentemente da série, o que se verifica é que o Brasil, no primeiro caso, vem cumprindo as metas estabelecidas desde 2005. Em 2007 e 2009, tivemos crescimento do Ideb em todo o País. O Brasil como um todo cumpriu metas, mas 80% das escolas também cumpriram as metas, caso contrário, o Brasil não as teria cumprido.

No Pisa, nós fomos o terceiro país em evolução, ainda que tenhamos deixado a desejar do ponto de vista do patamar que atingimos. Apesar de nós termos superado, no Pisa, um país com mais tradição educacional que o nosso, como é o caso da Argentina, que permaneceu estagnada ao longo da década, e o Brasil avançou 33 pontos na média do exame, nós ainda estamos no patamar que o Chile atingiu em 2000. O

Chile foi o país que mais avançou no Pisa antes do Brasil, ou seja, o Brasil foi o terceiro, perdendo apenas para Luxemburgo e para o próprio Chile. Luxemburgo é um país com uma renda *per capita* sete ou oito vezes superior à nossa e não é termo de comparação.

Então, nós temos de verificar como anda a educação brasileira, sobretudo no que diz respeito aos nossos vizinhos que têm identidade cultural conosco.

A distância que nos separava do México caiu pela metade, portanto, também houve um incremento importante na relação com o México, e nós sabemos que os indicadores do ensino médio reagiram menos que os do ensino fundamental.

Então, se é possível afirmar, hoje, que o ensino fundamental respondeu aos estímulos governamentais, e não falo apenas da União, falo sobretudo de Estados e Municípios, no caso do ensino médio os avanços têm sido mais tímidos, do ponto de vista da qualidade. Apesar do fato de que, em 2002, apenas 33% dos jovens de 19 anos haviam concluído o ensino médio, esse número saltou de 33% para 50% em oito anos, ou seja, tivemos uma melhoria significativa de fluxo, mas não tivemos um impacto na qualidade do ensino médio.

Portanto, a nossa expectativa é de que essa onda favorável do ensino fundamental chegue ao ensino médio nas próximas aplicações da Prova Brasil e nos próximos cálculos do Ideb.

O Enem não se presta a avaliar o ensino médio do País. Nós avaliamos o ensino médio do País pelo Saeb, que ainda é amostral, não é como a Prova Brasil, que é censitária. O Saeb do ensino médio é amostral, como era, no passado, a própria avaliação do ensino fundamental.

Nós transformamos a avaliação do ensino fundamental em censitária, todas as escolas participam, e estamos em tratativas com o Congresso e com o Consed para que, eventualmente, o Enem seja incorporado ao Saeb. Para isso, teríamos de repensar na matriz do Enem e torná-la ainda mais leve do que ela é. Ela é mais leve do que um vestibular tradicional, mas ainda é mais pesada do que, na minha opinião, deveria ser o currículo do ensino médio.

Apesar de os próprios professores do ensino médio terem me feito chegar a notícia de que o trabalho deles foi facilitado pelo Enem, ainda o vestibular é um constrangimento muito grande e o próprio Enem está com uma matriz ainda sobrecarregada. Mas eu tenho para mim que, pela evolução do desempenho dos jovens no Enem, o caminho a seguir no ensino médio é o mesmo que já seguimos no ensino fundamental, ou seja, termos um quadro de referência, aceito tanto pelas universidades quanto pelos secretários estaduais, que norteie a reorganização do currículo do ensino médio, que foi muito desorganizado ao longo dos últimos anos.

Hoje, o ensino fundamental está mais organizado até pelo efeito que a Prova Brasil tem sobre o currículo. Mas o ensino médio ainda carece de maiores cuidados. Além de diminuir a carga propedêutica e conteudista do ensino médio na direção de um currículo mais sensato e menos sobrecarregado, nós temos que avançar para o ensino médio de tempo integral, em que, no segundo turno, o jovem tenha acesso a outras oportunidades que a escola tradicional não lhe oferece. Seria o caso, por exemplo, do Pronatec, que está para ser votado aqui no Senado Federal.

Aproveito para cumprimentar o Dr. Roberto Gouveia, do nosso glorioso Senac-CNC, que é parceiro de primeira hora, tanto do acordo que foi feito com a CNI e CNC em 2008, o acordo de gratuidade, como agora, na tramitação desse projeto de lei que é da maior importância. Já foi aprovado por todos os partidos na Câmara, como de hábito, Senador Paulo Bauer, sempre procurando consenso.

Nós nunca levamos a voto, em contenda, praticamente nenhum projeto do Ministério da Educação. Todos foram pactuados entre a situação e a oposição e praticamente aclamados em plenário. Isso aconteceu com duas emendas constitucionais e com mais de cinquenta projetos de lei. Então, temos sempre tratado de maneira suprapartidária os assuntos da educação. E com o Pronatec não foi diferente na Câmara e não será diferente no Senado, sempre buscando o entendimento.

O Pronatec oferece para o jovem do ensino médio público, sobretudo, a oportunidade de frequentar o Sesi, o Sesc, o Senai e o Senac, buscando os institutos federais e depois a própria rede estadual de educação profissional, para que tenha uma abertura de oportunidades que hoje a escola tradicional não lhe oferece.

Nós queremos que o jovem tenha pelo menos uma, Senador Inácio Arruda, de duas oportunidades. Uma é o acesso à educação superior; e dobramos a matrícula na educação superior nos últimos anos. Fomos de três para seis milhões de matrículas. Outra é a educação profissional. Mas todo jovem tem que concluir a educação básica ou ter acesso à educação superior de maneira a se apresentar para a sociedade como um profissional apto a colaborar com o desenvolvimento nacional.

As providências estão sendo tomadas, além daquelas mais antigas de 2006 em que universalizamos o livro didático, a alimentação escolar, o transporte escolar, que eram programas restritos ao ensino fundamental; em parceria com o Consed os estendemos para todo o ensino médio.

Então, a partir de iniciativas como essa, eu penso que daremos à juventude uma melhor condição de concluir seus estudos básicos e ingressar em estudos superiores, com as oportunidades que estão sendo oferecidas pela expansão das federais, pelo ProUni e agora pelo novo Fies, que representa um avanço significativo nas condições de financiamento estudantil no Brasil: taxas de juros negativas e prazo de amortização de até 20 anos. Então, é uma situação nova para o jovem brasileiro, inclusive para o jovem vocacionado para o magistério, que se exercer a profissão em escola pública não pagará o financiamento estudantil e terá esse financiamento perdoado. Isso já foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Então, são essas as minhas observações preliminares.

Coloco-me à disposição aqui para responder às indagações dos ilustres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Ministro.

Fico até feliz pela sua capacidade de síntese, que ajuda, sem dúvida nenhuma, esta Presidência a conduzir os trabalhos.

Ouviremos agora, com muito prazer, a Secretária Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Consed.

V. Sª tem até 30 minutos para a sua apresentação.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Quero cumprimentar o Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, grande parceiro dos Estados, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Educação, Senador Paulo Bauer, cumprimentar os Senadores aqui presentes, a assessoria e dizer que nos foi solicitado que falássemos um pouquinho sobre o Exame Nacional do ensino médio, o Enem.

Podemos começar.

O Enem, essa edição de 2011, foi regulamentada pelo Edital nº 7 e esses resultados poderão ser utilizados para compor a avaliação de mediação da qualidade do ensino médio. Na implementação das políticas públicas, o resultado dessa avaliação serve como indicador de como está o ensino médio em cada Estado, para rever as políticas públicas com relação ao ensino médio em cada Estado e também para a criação de referência nacional para aperfeiçoamento, para os estudos indicadores. Então, seria para uma reavaliação do trabalho do professor em cada escola de acordo com os resultados que foram apresentados.

Próximo.

Também o estabelecimento de critérios de acesso ao participante, porque o aluno que faz as provas do Enem pode ter a cesso ao ProUni e ao Sisu, à universidade pública e também às escolas particulares, através das bolsas. E a constituição de parâmetros para autoavaliação. Principalmente aquele estudante que deixou de frequentar a sala de aula, fazendo o Enem, ele tem como reavaliar a sua inserção no mercado de trabalho. E facultar-se-á a utilização dos resultados.

Essa certificação, Ministro, é uma coisa que tinha que ser mais divulgada, porque o aluno, principalmente aquele que deixou de estudar, que estava no terceiro ano e, por um motivo ou outro, deixou de estudar, ele pode voltar a fazer essas provas do Enem e, conforme seus resultados, se conseguir uma boa pontuação, ele pode ter a conclusão do ensino médio.

Em cada Estado... Em Mato Grosso do Sul, nós autorizamos – o Ministério da Educação passa essa competência para os Estados –, nós autorizamos as escolas, por região, a certificar esses alunos que conseguirem essa pontuação acima de quinhentos pontos. Então, é a conclusão do ensino médio.

Agora, o que acontece nesse caso aí é que muitas vezes esse aluno está cursando... Essa certificação tem que ser para jovens com mais de dezoito anos. É a legislação. Mas acontece que, muitas vezes, ele está cursando ou tem dezesseis ou dezessete anos e consegue a pontuação ou tem acesso à universidade. Aí ele entra com liminar e acontece, como já aconteceu em Mato Grosso do Sul, de a gente ter que certificar esse jovem com menos de dezoito anos.

E a utilização de mecanismos de acesso à educação superior, como eu disse, através do Sisu ou mesmo através dessa pontuação que ele consegue.

Próximo.

Este ano, a divulgação teve um modelo diferente. O resultado foi dividido por grupos conforme o número de alunos participantes de cada instituição, de cada escola. Então, teve esse resultado publicado, divulgado diferenciado, porque esse jovem que participa, esse aluno não é obrigado. É uma opção dele participar ou não da realização das provas do Enem.

Aí foi feito esse agrupamento por número de candidatos, de alunos por escola. Foi feita essa divisão e, por essa divisão, foi divulgado por essas faixas de escolas.

Próximo.

A partir de 2009, então, houve essas mudanças com relação também à TRI (Teoria de Resposta ao Item), em que foi possível realizar análise comparativa numa escala de zero a 100. Vocês podem ver o crescimento. Estou mostrando bastantes dados do meu Estado, porque como foi assim muito de última hora o convite para participar desta audiência, nós não conseguimos ter informações, o Consed, de outros Estados, mas vocês podem ver o crescimento de um ano para o outro da participação das escolas e também do número de alunos. De um ano para o outro, 26 novas

escolas que antes não participavam dessa avaliação, participaram no Mato Grosso do Sul.

Próximo.

Aí, pelo número de faixas.

Vocês podem ver que de 2009 para 2010 houve um crescimento e também o desempenho acadêmico dos alunos. Num percentual de 28 escolas, 16% tiveram um crescimento acadêmico; de 25 a 50, 17%. Em 2009, somente cinco escolas com um número reduzido de alunos participaram; em 2010, passaram para 17 escolas. Então, houve um crescimento de 240%.

Próximo.

Isso aí, Ministro, eu trouxe porque é importante, já que a gente está falando tanto em período integral. Essas escolhas nossas aí são escolas que têm o ensino médio inovador. Não só a nova metodologia, mas também período integral.

Aquela escola que está lá em amarelo é uma escola lá de Anastácio, lá da entrada do Pantanal. Por que nós escolhemos essa escolha para colocar no ensino médio inovador? Uma, que têm espaços disponíveis, fizemos toda uma reestruturação na escola, e ela estava com o Ideb, em 2007, muito baixo em relação aos alunos do 6º ao 9º ano. E aí esses alunos foram para o ensino médio e nós colocamos período integral. Olha o crescimento, o aumento considerável dessa escola: 69%. Então, todas essas escolas aí tiveram crescimento no resultado. Dezenove pontos. São muitos pontos. Com um ponto a gente já fica feliz. O resultado é realmente surpreendente: houve um aumento considerável de pontos. Todas essas escolas aí funcionam em período integral e tem uma metodologia do ensino médio inovador.

Próximo.

Aí é o resultado do Enem dos Estados por região. Vocês podem ver que teve um crescimento, principalmente na região Norte, 33,44%; a região Nordeste também com relação a número de alunos; Mato Grosso do Sul, nós tivemos um crescimento de 24,47%.

Então, existe o interesse muito grande dos jovens de, a cada ano, participarem dessa avaliação.

Próximo.

No entanto, cabe ressaltar que, por ser de caráter voluntário, ser uma opção de o aluno participar, muitas vezes ele não mostra o resultado daquela turma. Por isso que não é bom comparar com resultados de institutos federais, de escolas particulares, porque na escola particular é exigida a participação do aluno e nas escolas públicas, não. Então, é uma opção dele e, muitas vezes não mede, por ser um número reduzido. Vocês podem ver que na transparência anterior duas escolas participaram... Volta um pouquinho. Olha lá, a escola de Anaurilândia e Camapuã participaram, mas como era um número reduzido de alunos esse resultado não foi apresentado pelo Inep. Então não tivemos esse resultado, porque foi um número bastante reduzido. Conforme o número reduzido, não se mostra esse resultado da participação dos alunos.

Próximo.

Vamos para as considerações finais.

A divulgação das metas do Enem por escola tem se revelado como importante elemento de mobilização em favor da melhoria da qualidade do ensino. Cada ano mais alunos participam não só pelo interesse na certificação, mas também pelo acesso que o Enem proporciona aos jovens da rede pública de ensino ao ensino superior. Este é o grande resultado do Enem, o grande passo, Ministro, que nós, da rede pública, queremos agradecer: a possibilidade do aluno da rede pública ter acesso ao ensino superior.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem, Secretária. Parabéns também pela sua capacidade de síntese e pela bela exposição feita.

Sr. Ministro, Srª Secretária, Srs. Senadores, nós passamos agora para a fase dos questionamentos que os Senadores desejem fazer aos convidados. Conforme o Regimento Interno, nós temos que conceder três minutos para cada Parlamentar, para cada Senador, e dois minutos para que cada convidado se manifeste em resposta; depois, há a tréplica, em que novamente o Senador usa dois minutos.

Mas esta Presidência submete aos presentes a consulta a respeito de uma pequena mudança que visaria à agilização do processo. Nós disponibilizaríamos a palavra para os Senadores apresentarem seus questionamentos sempre em grupo de três Senadores, dando a cada um três minutos improrrogáveis.

Peço a atenção dos Srs. Senadores. Por favor, Srs. Senadores. Os assessores precisam me auxiliar permitindo que os Senadores dispensem atenção à Mesa. Nós vamos permitir a palavra aos Senadores três a cada vez, em bloco, sendo três minutos improrrogáveis, senão, não vamos terminar a reunião.

Vou ter que ser muito firme na observação desse tempo, porque, senão, não teremos o término desta audiência; além disso, o Ministro tem um compromisso no início da tarde que ele precisa atender. Por isso vamos já abrir a lista de inscrição, que já tem como inscrito naturalmente eu, que sou autor do requerimento – e aproveito para informar que o Senador Cristovam Buarque, coautor do requerimento, não se encontra presente porque está em viagem ao exterior. Além da minha inscrição, estão inscritos o Senador Inácio Arruda, a Senadora Ana Rita e o Senador Eduardo Suplicy. Se mais alguém desejar, é só informar à assessoria

da Mesa, para que se registre a sua inscrição. Então, já de pronto, temos três inscritos: eu, Inácio Arruda e Senadora Ana Rita. O bloco seguinte começa com o Senador Eduardo Suplicy e os novos inscritos.

Quero registrar a presença da senhora Secretária Executiva do Consed, Prof. Nilce Rosa da Costa, e também do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação, Dr. Rodrigo Lamego Teixeira Soares. Volto a informar e a lembrar tanto aos convidados como aos demais presentes, que esta reunião está sendo transmitida e coberta pela Agência Senado, pela TV Senado, pelo *Jornal do Senado* e pela Rádio Senado. Portanto, o País pode ter conhecimento de todas as informações que aqui são transmitidas e de todas as questões debatidas.

Ministro e Secretária, a primeira pergunta que faço: nós temos um número de inscritos no Enem e um número de participantes que efetivamente realizam a prova. A diferença entre o número de inscritos e o número de participantes é objeto de alguma atenção, de alguma preocupação do Ministério e da rede pública, já que nós sabemos que o Enem teve problemas no passado e isso, naquela época, ensejou uma dúvida por parte de alunos e por parte de dirigentes escolares a respeito da qualidade, a respeito da validade dos exames?

Também pergunto: o percentual de alunos das escolas privadas, em relação ao número de alunos matriculados nas escolas privadas, não é muito grande, se considerarmos o número de alunos das escolas públicas matriculados e o número de participantes?

Com certeza, esse número é desproporcional, pelas informações que tenho. Muito desproporcional. Portanto, temos menos gente na escola pública participando do Enem do que a escola particular, já que temos 88% dos alunos de ensino médio, no País, matriculados em escolas públicas, e menos de 10% nas escolas privadas. As outras são escolas de outro conceito, escolas indígenas, eventualmente, algo diferente.

Pergunto ao Ministro, especificamente a ele: não se deveria criar, já que temos grupos dentro do Enem, o critério de número mínimo, número máximo, por escola, para que valesse a presença e o exame do aluno, já que, às vezes, uma escola manda três ou quatro alunos que se destacam dentre os demais, e a outra escola manda uma dúzia de alunos, sem destaque algum como aluno e, portanto, o número fica comprometido?

Na minha modesta forma de ver, deveria ser instituído um critério estabelecendo o número mínimo por escola é x e o número máximo y. Se não quisessem, não estabeleceriam um número máximo, mas um número mínimo seria necessário.

Essa seria uma questão.

Notas *versus* índices. Se considerarmos o índice obtido pelas escolas privadas e o índice alcançado pelas escolas públicas, convertêssemos isso para nota de 1 a 10, iríamos descobrir que a escola pública tira nota um ponto inferior à que tira a escola privada. Se fizéssemos a avaliação, verificaríamos que, portanto, não é uma tragédia.

As avaliações são sempre muito mais detalhadas: as 10 maiores; as 10 piores; as 100 maiores; as 100 melhores; as 100 menores, enfim, mas a questão sempre é qual o conceito que se deve imitir hoje. A escola pública está efetivamente avançando? De quanto tempo mais ela precisa para avançar e se equiparar à privada ou a até alcançar o nível que o Ministério e o sistema educacional desejam?

Terceiro questionamento: as deficiências estão completamente superadas ou ainda corremos risco de encontrar problemas no exame?

Apenas para observar e registrar a minha maneira de ver. Em Santa Catarina, de onde fui Secretário de Educação, temos o maior colégio público em número de alunos do Sul do País, talvez um dos maiores do País. São 4.700 alunos, aproximadamente, no Instituto Estadual de Educação, que vai desde o ensino fundamental até o ensino médio. Naquela escola, em 2008, instituímos, pela primeira vez, o curso pré-vestibular gratuito. O Estado dava o material didático e a Universidade Federal tinha a gestão e também os professores.

Foi um fato inédito. Tivemos aulas para os alunos; um pré-vestibular curto, rápido e, quando verificamos, o Instituto Estadual de Educação aprovou mais gente na Universidade Federal do que qualquer curso pré-vestibular da cidade de Florianópolis, qualquer curso. Todos perderam para o Instituto.

Então, a escola pública não é uma escola derrotada, é uma escola vencedora. Ela apenas precisa ter mecanismos e meios de gestão e de estímulos, o que frequentemente falta.

Essas eram as minhas observações e meus questionamentos.

Agora, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pelo mesmo tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O senhor sabe que autor de requerimento sempre tem um *plus*, ainda mais quando ele preside a reunião. Esse é um fato inédito. Normalmente o requerente se encontra entre os presentes. Desta vez, por obra do destino, eu também presido a sessão.

V. Exª tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero cumprimentar os nossos convidados, o Ministro Fernando Haddad e a nossa Professora Maria Nilene.

Eu acho que nós conseguimos avançar bastante. Acho que o Enem foi uma conquista muito positiva. Vejam que um exame num País continental nunca é uma coisa tão simples de ser feita. Mas há mecanismos para aperfeiçoar e o próprio MEC tem examinado isso a todo instante.

Onde eu considero que nós temos um gargalo gigantesco? Sou do Ceará e o Governador, a despeito dos problemas objetivos do nosso Estado, tem buscado, num esforço extraordinário, tanto dar um apoio forte ao ensino fundamental como transformar o ensino médio, fazendo com que funcione como uma escola de tempo integral além das nossas condições – digo isso porque conheço bem a realidade do Estado do Ceará. O professor, na escola de tempo integral, estabelecerá então uma dedicação que ainda não é absolutamente exclusiva, não textualmente exclusiva, mas, na prática, é exclusiva, pois ele tem uma única escola.

Esse é um debate que nós temos feito aqui no Senado. O Senador Cristovam tem levantado seguidamente o problema da federalização da educação em conjunto: do ensino infantil à universidade, claro que com mecanismo de interseção com Estados e Municípios, mas seria uma verticalização do ensino no País.

Isso leva ao problema da questão do professor no ensino médio, quer dizer, passa a ser ensino profissional, formação média profissional e, ao mesmo tempo, professor com dedicação exclusiva. Assim a universidade federal e os institutos federais, inclusive, têm uma outra modelagem. Quando eu fiz escola técnica, era dedicação exclusiva. Então eu acho que esse é um problema que nós teríamos que examinar e que vai efetivamente ser medido. E acho que os resultados serão altamente, muito diferentes do que nós temos hoje.

Estive recentemente numa escola chamada Joaquim Nogueira, instituição de ensino médio que também tinha muitas dificuldades. Instituiu-se o ensino profissional na escola e os professores tinham dedicação exclusiva e tempo integral. Então começam às 7 horas e vão até 16 horas. Basta olhar os estudantes, dialogar com eles ali no pátio e com os professores para ver a mudança total tanto do espírito dos professores como dos estudantes. É um outro clima na escola.

Então essa questão nós temos discutido aqui. Eu tenho me batido com ela e o Senador Cristovam o faz por outro meio, mas também no mesmo rumo.

Eu gostaria de ouvir a opinião do Ministro e da nossa Secretária, porque mexe com o ensino médio, que está na mão dos Estados, esse problema da dedicação exclusiva e da formação profissional que não pode, na minha opinião, ficar apenas na base dos institutos federais de hoje. Temos que alastrar isso pelo País inteiro e mudar esse clima. Eu hoje vejo isso no meu Estado já em um número razoável de escolas num esforço, repito, bem superior às nossas condições. Não é fácil; manter não é fácil. Então eu gostaria de ouvir a opinião do Ministro e também da nossa Secretária, porque eu considero este um tema essencial: o professor. Não é só o salário, que também é muito, muito importante, mas a dedicação dele na sala de aula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador. V. Exª foi muito conciso e recebe nossos cumprimentos.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, bom dia ao nosso Ministro Fernando Haddad e à Maria Nilene, do Conselho Nacional de Secretários de Educação. Que bom que vocês estão aqui! Obrigada pela presença.

Eu gostaria de ressaltar um pouco a parte da realidade do Espírito Santo. Eu acho que o Estado se destacou no resultado do Enem e vou dizer o porquê. Na verdade, o resultado não foi satisfatório. O próprio Governo do Estado reconhece que o resultado, no Estado do Espírito Santo, não foi satisfatório, que é preciso, com certeza, melhorar o ensino público, que precisamos avançar. Inclusive, há um depoimento do próprio Secretário Klinger, no qual ele reconhece que o desempenho das escolas públicas capixabas realmente não foi satisfatório, ficamos em 27º lugar.

No entanto, ele levanta uma questão que gostaria de poder debater aqui. Pelo resultado, as escolas do Espírito Santo fizeram uma média de 544,5 pontos; considerando apenas as escolas públicas, são 514,8 pontos. As pontuações foram obtidas somando-se as médias das escolas e dividindo o resultado pelo número de instituições envolvidas. O Secretário ainda diz que não se pode comparar o resultado do Espírito Santo com o do restante do País, já que apenas os estudantes do Espírito Santo são obrigados a fazer a prova, lá há uma exigência sobre isso. O Enem é condição para receber o certificado de conclusão do ensino médio. Como nos outros Estados não há essa obrigação, fazem a prova os alunos que vão utilizar o Enem para ingressar em uma faculdade ou conseguir uma bolsa. É um exemplo que ele cita.

No caso do Espírito Santo, 67% das escolas públicas tiveram mais de 75% de participação dos alunos, diferente, por exemplo, do Rio de Janeiro, em que somente 26% das escolas tiveram a mesma situação. O Secretário nos coloca que a média de todas as escolas distorce o resultado. Seria preciso saber a nota de cada escola, e essa nota só poderia ser obtida se soubéssemos quantos alunos fizeram a prova

em cada unidade. Aí ele afirma que o resultado, com certeza, seria diferente.

O que queremos dizer? No caso do Espírito Santo, embora tenha ficado em último lugar no Enem, em 27º, todos os alunos são obrigados a se inscrever. No entanto, no resultado final há essa distorção. Gostaria muito que os senhores pudessem comentar um pouco sobre isso, embora também se reconheça a necessidade de melhorar cada vez mais o ensino público no Estado; mas, no que se refere ao Enem, entendemos que há esse diferencial no caso do Espírito Santo.

Gostaria de fazer uma pergunta também. A formulação das questões tem por base especialmente o conteúdo ministrado nas escolas da rede pública ou nas escolas da rede privada? Como é elaborado o conteúdo das questões do Enem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Agora vamos ouvir a Secretária. Temos mais alguma inscrição?

Já temos o segundo bloco com os Senadores Eduardo Suplicy e Anibal Diniz, portanto, vamos iniciar a primeira fase de respostas e manifestação.

Com a palavra a Secretária Maria Nilene, por até cinco minutos.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Bem rapidinho. Concordo com o Senador Inácio Arruda em relação a esse período integral, essa dedicação integral exclusiva do professor na escola, porque existe um envolvimento muito maior não só com os alunos da escola, com a equipe técnica, mas também com a família. É importante que ele conheça a origem, por que muitas vezes esse aluno está apresentando problema na sala de aula, isso é muito importante. Mas com esse novo modelo que temos agora do ensino médio, principalmente da educação profissional, que é concomitante, ele pode fazer na escola e fazer, no outro, o profissional; ou ensino integrado, em que ele faz o ensino médio junto com a educação profissional; ou também o subsequente, que proporciona a esses jovens que concluíram o ensino médio voltarem para fazer a educação profissional, tenho certeza de que o nosso ensino médio vai evoluir bastante e ter bons resultados. Acreditamos nisso, Ministro.

Agora, com relação ao Espírito Santo, Senadora Ana Rita, surpreendeu-me, porque acho que a realidade não é essa de ele estar em último lugar, como diz aí. Tendo acesso aos dados do Inep, tem como conseguir, sim, esses resultados, essa pontuação por escola, que foi o que conseguimos. Tendo esse acesso, acho que vou até entrar em contato com o Klinger, tem como ter esse acesso e saber esses resultados por escola, essa pontuação por escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem, Secretária.

Com a palavra o Ministro Fernando Haddad, por até cinco minutos.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senadora Ana Rita, é inapropriada essa conta que foi feita em relação ao Espírito Santo pelas razões que a senhora própria colocou. A senhora está correta em afirmar que não é possível fazer esse tipo de comparação, porque não se calcula a média do Estado pela média das escolas do Estado. Isso é completamente impróprio. O correto seria, a partir dos microdados do Estado, no limite, calcular a média do Estado, o que é muito diferente do procedimento que a senhora acaba de descrever.

Em segundo lugar, o Espírito Santo tomou uma atitude que talvez outros Estados venham tomar: exigir a participação no Enem como componente curricular obrigatório do ensino médio. Veja que a decisão não é uma pontuação mínima para conclusão. É a participação no exame. Como é mera participação, o aluno que está indo apenas pela obrigatoriedade tende a ter um desempenho muito inferior ao aluno que vai para disputar uma vaga do ProUni ou do Sisu ou de uma federal. Então, realmente, em virtude dessa decisão, o aluno que não tem pretensão de acesso à educação superior acaba fazendo uma prova apenas para constar e apresentar seu boletim para receber sua diplomação. O empenho dele na prova é muito diferente daquele aluno que voluntariamente se inscreve para disputar uma vaga no Programa Universidade para Todos ou em uma estadual ou em uma federal participante do Sisu.

Penso que devemos ter muito cuidado. Aliás, todas as cautelas da Prof. Nilene se multiplicam no caso do Espírito Santo. O que cai na prova? Não é o que é dado na escola privada ou o que é dado na escola pública. É o que está na matriz de conteúdos da prova. É uma matriz pública. Os conteúdos cobrados no Enem são de conhecimento público. É essa matriz que está agora sendo renegociada para que desoneremos o ensino médio de uma carga conteudista que se volta mais para memorização do que para raciocínio. Isso está em debate permanente. Há um comitê de governança da prova, do qual participam universidades e secretários estaduais, para calibrar o conteúdo adequado para uma prova dessa natureza. Não é fácil convencer os dois lados sobre a linha fina que tem que ser estabelecida, por quê? Porque a universidade quer forçar o Enem para se assemelhar aos antigos vestibulares e os secretários estaduais sabem que o maior inimigo da qualidade é justamente o programa tradicional do vestibular, que sobrecarrega indevidamente o professor que não dá conta, em três anos, daquela quantidade de conteúdos.

Senador Inácio Arruda, sou francamente favorável à escola de tempo integral. Estamos fomentando o ensino médio integral do País. Seu Estado é vitrine desse programa. O senhor vem acompanhando. São mais de 100 escolas anunciadas e, se não me engano, mais de já 70 inauguradas. Eu mesmo tive oportunidade de comparecer a uma inauguração e fiquei impactado pela qualidade. O projeto eu conhecia, porque foi feito a duas mãos, Ministério da Educação e Secretaria Estadual, mas a qualidade da obra, do material empregado... Foi muito interessante o que aconteceu.

O ensino médio inovador, como vocês puderam ver também, tem impactos positivos. Com o Pronatec, nós vamos estar com o ensino médio integral à mão. Assim que aprovarmos o Pronatec, o Brasil começa a implantar, rapidamente, o ensino médio de tempo integral, ou com educação profissional ou com outras alternativas de formação do jovem, e eu acredito muito nisso.

A questão da federalização, que o Senador Cristovam defende – há sete ou oito anos, eu o ouço falar –, eu não conheço, por ignorância minha mesmo, a PEC, a proposta de emenda à Constituição proposta pelo Senador. Não sei se isso foi apresentado ao Senado ou não. Há uma proposta escrita de federalização?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO HADDAD – Sim, mas como isso se traduz na prática? Há o desenho disso? Porque já são muitos anos de debate, e nunca me foi apresentado um desenho sobre o qual eu poderia me manifestar, ou o Ministério da Educação. Abstratamente falando, estamos federalizando uma série de coisas. Por exemplo: a expansão da rede federal, tanto de universidades quanto de escolas técnicas; o piso nacional do magistério; o próprio Fundeb tem um caráter federativo muito importante. Agora, para além disso, eu precisaria ter um pouco mais de subsídios para compreender como se traduz na prática. Municípios e Estados repassariam os recursos da educação para a União? Enfim, eu tenho alguma dificuldade de compreensão da matéria. Mas, enfim, assim que ela for colocada à mesa, teríamos condições de discutir.

Rapidamente, se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por favor.

O SR. FERNANDO HADDAD – Dois minutos a mais para lhe responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. Com a concordância do Senador Inácio Arruda.

O SR. FERNANDO HADDAD – O senhor fez perguntas importantes.

A abstenção do Enem é basicamente a mesma desde o início do processo. Tivemos um único ano, que foi o ano justamente do crime que foi cometido contra o Inep – já apurado, e o criminoso, felizmente, devidamente punido com mais de cinco anos de reclusão. O Ministério Público, inclusive, achou pouca pena pela desgraça que ele produziu para a reputação do nosso instituto de pesquisas, que até hoje sofre o abalo desse atentado. Mas ela tem se mantido na casa de 28%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A abstenção?

O SR. FERNANDO HADDAD – A abstenção. A abstenção gira em torno disso desde sempre.

Eu entendo... Nós estamos fazendo... É muito fácil inscrever-se no Enem. Muito fácil. Basta, simplesmente, ter acesso de um minuto à Internet e declarar-se de baixa renda para sequer precisar pagar a taxa de inscrição e estar inscrito. Então, sempre a abstenção vai ser alta, porque é muito fácil se inscrever. Você faz de forma quase que impensada. Basta ter um CPF e se declarar de baixa renda, e você está inscrito sem pagar absolutamente nada. Então, é natural que 25%, um quarto dos estudantes, aproximadamente, não compareçam no dia da prova.

A proporção de participação da escola particular é muito superior; é o dobro, praticamente o dobro, eu diria. Estou fazendo uma conta de cabeça, porque, veja bem: nós tivemos um milhão de participantes, concluintes; desse um milhão, cerca de 800 mil de escola pública, 200 mil de escola particular, ou seja, 20%, quando é dez a matrícula da escola particular. Então, se 20% dos inscritos são de escola particular, é o dobro da proporção. Concorda comigo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – E sempre os 20% dos melhores alunos da particular.

O SR. FERNANDO HADDAD – Mas da pública também. Quem participa da pública também são aqueles que têm maiores ambições.

Não considero o Enem uma maneira correta de comparar escola pública com particular, até porque temos um indicador que é muito mais preciso para isso, que é o Ideb. O Ideb dá essa medida com muito mais precisão, além do fato de que, na escola particular, o investimento por aluno é de três a dez vezes superior ao investimento, por aluno, na escola pública. De três a dez vezes! No caso dos colégios no topo do *ranking*, chega a dez vezes o investimento, chega a R$2.000,00, R$2.500,00 por mês contra R$2.500,00 por ano na escola pública.

Então, é uma comparação, eu julgo, das mais injustas, porque a escola pública recebe todo mundo. Não há seleção: é o quilombola, é o filho do pescador,

é o indígena, é o negro, é o pobre. É universal, é republicana! A escola particular, não. Ainda assim, recebendo os filhos da classe média alta, a escola particular ainda conta com os recursos da ordem de três a dez vezes dos recursos que a escola pública conta. Então, parece-me um pouco equivocada essa comparação, embora nós tenhamos observado que a distância tem diminuído entre a escola pública e a particular. É isso o que temos de buscar, até oferecer a todos os brasileiros isonomia de qualidade.

Concordo com o senhor. Tem de haver um número mínimo de participantes para a nota ser divulgada. Eu acho que número foi até um pouco baixo: 2% dos alunos participando da prova para divulgar a nota, naquelas faixas que a Prof. Milene colocou: de 2 a 25, 25 a 50. Dois talvez seja baixo demais. Propor uma taxa de participação um pouquinho maior para que a nota seja divulgada pelo Inep.

Acho que respondi a todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Perfeitamente.

Não havendo solicitação para a réplica, apresentada pelos Senadores, passo a palavra...

Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu só queria fazer um rápido comentário.

É importante esse esclarecimento feito por vocês, porque nos preocupa. Foi amplamente divulgada no Estado a colocação do Estado do Espírito Santo. E nós sabemos que realmente a escola pública precisa melhorar no Estado, ela precisa ter maior investimento, isso é reconhecido, inclusive, pelo próprio governo do Estado, mas é injusto o Estado estar penalizado, considerando essa formula de cálculo para poder fazer essa listagem aqui por ordem de quem obteve a maior quantidade de pontos.

Então, eu acho importante esse esclarecimento, penso que é preciso realmente fazer esse debate lá no Estado para não desqualificar a escola pública e nem penalizar o próprio Enem. Acho que é preciso conhecer, de fato, as regras para que as pessoas tenham a devida clareza, porque esse resultado foi divulgado pelos jornais. São as informações que a sociedade tem.

O SR. FERNANDO HADDAD – Se V. Exª me permitir um comentário, no Pisa, o Espírito Santo ficou entre os cinco ou seis Estados de melhor desempenho. Se eu não me engano, está entre os seis Estados de melhor desempenho. Então, a senhora pode realmente ter tranquilidade em dizer que isso não expressa a realidade do Estado. Estou lhe afiançando isso, de público.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Fico agradecida pela informação. Isso é muito bom, porque realmente esse resultado assustou. Acho que esse debate é bom em função disso também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senadora.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Rapidamente, porque, Ministro, nós temos uma paralisação já de sessenta dias na área dos institutos federais e, mesmo que seja formação profissional, muitos prestam provas do Enem nessa faixa dos estudos. Há um processo de negociação? Como isso está? Embora não seja a causa central do nosso debate, mas seria importante nos termos essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom, essa já não é uma réplica, mas vamos lá!

Na sequência, o Ministro se manifesta.

Então, agora, com a palavra por até três minutos, o Senador Eduardo Suplicy; depois, o Senador Anibal Diniz.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, prezado Ministro Fernando Haddad, prezada Srª Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, Maria Milene da Costa, eu acho que o Enem vem tendo o propósito muito importante de democratizar oportunidades de educação no Brasil e de melhor auferir o desempenho dos estudantes. Em ocasiões anteriores, o Ministro Fernando Haddad nos explicou aqui como o Enem vem ampliando as oportunidades para estudantes de diversas áreas do Brasil poderem estudar, eventualmente, em outros Estados, nas melhores escolas do Brasil ou universidades.

Eu gostaria de saber se há um levantamento desde o início, e nessa expansão do Enem, que possa mostrar que essa expectativa está sendo preenchida. Eu gostaria de saber se há algum estudo por parte do Ministério da Educação já indicando que há um número significativo de jovens que, tendo feito seus estudos de ensino médio, tendo feito o Enem e conseguido vagas nas instituições de melhor nível de ensino, muitas vezes tem, portanto, aproveitado essas oportunidades. Se há um balanço desse resultado.

Tendo em conta os problemas que se defrontaram com o Enem nos exames que se realizaram, que medidas estão sendo tomadas para, efetivamente, se evitar os problemas, sejam os de vazamento de informações ou outros que surgiram?

V. Exª pode nos dar uma ideia de qual é o custo da realização do Enem no orçamento do MEC?

Com respeito ao tema que a Srª Maria Nilene da Costa aqui colocou, dos resultados positivos de se passar para o ensino integral, ouvi nesses dias certa preocupação daqueles que trabalham no sistema educacional brasileiro. O que significará, em termos de custos, a passagem de um ensino de meio período para tempo integral? O Ministério da Educação estará preparado com respeito a este aspecto, do ponto de vista da carga de trabalho dos professores e servidores? Como é esse impacto? Será viável acontecer isso?

Finalmente, Sr. Presidente, saiu uma matéria sobre o ProJovem no jornal *O Globo*, com certo destaque. Seria importante se o Ministro da Educação Fernando Haddad pudesse nos esclarecer sobre o que está efetivamente havendo. Se ocorreram problemas no âmbito do ProJovem, eles estão sendo corrigidos para atender os objetivos do programa para que os jovens possam ter boas oportunidades?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra, por até três minutos, ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vejo duas propostas que surgiram aqui muito interessantes para ajudar no fortalecimento do Enem. A primeira estabeleceu um número mínimo de alunos por escola para que a nota seja tornada pública. A segunda proposta seria nós encontrarmos um mecanismo para que o Enem conste como parte da grade curricular a ser cumprida pelo aluno, de tal maneira que todos se sintam obrigados a fazê-lo. Dessa maneira, teremos um retrato do Brasil por inteiro, sem qualquer tipo de maquiagem.

Trago aqui uma saudação especial, Ministro, porque seria interessante que pudéssemos parar o Senado e todos pudessem participar deste debate, porque ele é muito grande para ser feito só aqui na Comissão de Educação, com poucos Senadores. O ideal seria que pudéssemos fazê-lo com todos os Senadores.

À Presidente do Consed, eu trago uma saudação especial do ex-governador Binho Marques, que é membro honorífico do Conselho de Secretários de Educação, e justamente pelo belo trabalho que ele realizou no nosso Estado do Acre ao longo dos últimos 12 anos, tanto como Secretário de Estado quanto como Governador.

Graças a Deus comemoramos hoje um resultado ascendente, não um resultado variável, mas permanentemente ascendente. E isso é algo muito interessante. Eu espero que o Ministro, antes de se desincompatibilizar para disputar a Prefeitura de São Paulo, nos faça uma visita, ao Acre, para que possamos partilhar um pouco essa experiência de educação que está acontecendo.

No Enem, a gente comemora um resultado absolutamente surpreendente das escolas públicas. Das 20 escolas avaliadas no Acre, 11 são escolas públicas e todas com média ascendente também. O Instituto São José teve 593 pontos; a Escola Flodoardo Cabral, de Cruzeiro do Sul, no interior do Acre, lá no extremo, teve 548 pontos; a Escola José Rodrigues Leite, 541 pontos; e a Escola Dom Henrique, em Cruzeiro do Sul, 541.

Em síntese, tivemos uma média que subiu de 500 para 522, quando temos uma média nacional de 528. De tal maneira que a gente comemora os resultados, tanto no ensino de primeira a oitava série quanto no ensino médio. A gente se sente feliz com os passos dados, crentes de que o ensino público é o caminho para a gente fortalecer a cidadania e a democracia.

Sugiro, por último, Ministro, que seja mandada, urgentemente, uma nota técnica para o Senador Cristovam Buarque, porque ele, com todo o compromisso e toda a dedicação que tem à educação, comete alguns equívocos. Há poucos dias, na semana passada, por exemplo, ele fez um contundente discurso dizendo que a escola pública era mais cara que a escola privada no Brasil. E era importante que esse equívoco... Mais cara, os investimentos eram maiores e o que faltava era gerenciamento.

Então acho que a gente precisaria fazer essa correção em nota técnica porque é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Não havendo mais Senadores inscritos, eu considero encerradas as inscrições e concedo a palavra novamente à Secretaria Maria Nilene, para as suas informações acerca dos questionamentos apresentados.

A SRª MARIA NILENE BADECA DA COSTA – Eu tenho que responder ao Senador Eduardo Suplicy com relação ao período integral. Realmente a escola tem que ter condições principalmente de estrutura física para que esse jovem, essa criança permaneça o tempo todo na escola. É um custo muito maior mesmo com relação à alimentação porque hoje uma escola só com um período, oferece um lanche e a escola em período integral tem que dar o almoço, um lanche na chegada, o almoço e um lanche na saída, mas vale a pena pelos resultados que a gente tem apresentado.

Eu acho que tanto o Ministério da Educação como os Estados estão se preparando, o Ministério da Educação através de apoio financeiro aos Estados, e nós, Secretários de Estado e também Governo do Estado, com relação a atender de acordo com a estrutura. Construir mais salas de aula, uma quadra de esporte coberta, um refeitório maior, uma cozinha mais

ampla e colocar mais professores, porque há horários em que o aluno não pode ficar só na escola. Então é um custo muito maior uma escola em período integral.

Com relação ao Senador Anibal, quero dizer que realmente com o Governador Arnóbio Binho teve um crescimento muito grande, com a Prof. Maria Correia, teve uma continuidade de trabalho. Isso é o importante. Para que a gente consiga ter resultados, é preciso avaliar o trabalho que se está fazendo e aí, sim, é possível as falhas encontradas. E isso o Acre teve condições de realizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Srª Secretária.

Com a palavra ao Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD – Comentário ao Senador Inácio Arruda. Nós temos uma pequena complicação na rede federal, os professores são representados por três Sindicatos, Proinfes, Andes e Sinasefe.

O mesmo acordo foi apresentado para os três, mas, infelizmente, um dos sindicatos não aceitou o acordo, que foi justamente o sindicato ligado aos professores dos institutos federais, o Sinasefe. Então, foi a mesma proposta, inclusive já encaminhada ao Congresso Nacional, no Orçamento e no PL que regulamenta a carreira. Um acordo ainda preliminar, porque a previsão é que, até março, nós fechemos outro acordo. Então, esse é um acordo tampão, por assim dizer, com a promessa de que, até março do ano que vem, se não estou enganado, nós possamos fechar um acordo para aproximar a carreira dos docentes da rede federal com a carreira de ciência e tecnologia. Vamos graduar isso no tempo, mas o nosso objetivo é graduar as duas carreiras.

Infelizmente, um dos três sindicatos não se sentiu contemplado e, na minha opinião, chamou uma greve completamente inoportuna, porque o prazo para a remessa de um projeto de lei venceu no dia 31 de agosto. Então, nem que quiséssemos nós poderíamos, neste momento, alterar o Orçamento de 2012. Mas, enfim, são coisas que, lamentavelmente, acontecem, uma falta de comunicação, mas o Governo buscou o entendimento, Senador, tanto é verdade que dois dos três sindicatos assinaram o acordo conosco.

Em relação às perguntas formuladas pelo Senador Eduardo Suplicy, o custo do Enem é muito baixo, é cerca de 50% do custo de um vestibular tradicional. Apesar de cobrarmos R$35,00 a taxa de inscrição – há mais de dez anos a taxa não tem nenhuma alteração –, o custo real da aplicação do exame é de R$45,00, R$46,00, o que dá 50% do valor médio de inscrição nos vestibulares das universidades públicas. Nós fizemos um estudo, que inclusive remetemos para o Tribunal de Contas da União, mostrando que o custo do Enem é 50% do que é cobrado dos estudantes que fazem vestibular.

Em relação às oportunidades, nós fizemos um estudo, Senador, muito interessante. Nós pegamos o mesmo número de alunos da rede privada – observe isto, Senador Inácio; V. Exª vai gostar desta informação – e calculamos a média desse contingente na rede pública, e as médias são equivalentes, o que significa dizer que há um contingente na escola pública tão numeroso quanto na escola particular em condição de disputar em igualdade com a rede particular. Ou seja, as vagas que estão sendo oferecidas pelo Sisu nas universidades públicas tendem a ser preenchidas à razão de 50% para cada lado. Ou seja, nós estamos implementando a cota social mesmo sem a aprovação da lei, porque há um contingente com capacidade de disputar de igual para igual. Essa matéria saiu, inclusive, em um jornal de grande circulação. Foi uma matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, que pediu esses dados.

Em relação às providências tomadas em relação ao episódio de 2009...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só a questão relativa à democratização de oportunidades regionais no Brasil: estudantes, digamos, de alguns Estados passam a ter oportunidade em outros. Se já há um levantamento em relação a isso.

O SR. FERNANDO HADDAD – Sim. Para a nossa surpresa, aquela mobilidade interfederativa ocorreu menos do que o previsto e o que aconteceu foi que os alunos do interior de cada Estado tiveram mais acesso às sedes das universidades.

Vou dar um exemplo para V. Exª que tenho de lembrança, porque recebi o relatório do reitor justamente da Universidade Federal do Ceará. Quando a Universidade Federal do Ceará decidiu abandonar o seu vestibular em proveito do Enem, o temor confesso do reitor era: o que vai acontecer com os outros Estados que vão agora disputar as vagas aqui, no Ceará. E ele, o reitor Jesualdo, surpreendeu-se, pois o número de cearenses aumentou proporcionalmente. Aí, ele foi se debruçar sobre o perfil desse novo aluno cearense. São alunos do interior do Estado, que não faziam o vestibular. Até nós nos surpreendemos, porque até em curso de medicina aconteceu isso.

Então, vocês vejam como, às vezes, tememos ousar e, na verdade, quando se nota o resultado, você vê que foi um bem para o País ter tomado essa decisão. Assim como é o caso, também, do transtorno causado pelo episódio de 2009, ao qual o senhor fez referência, nós estamos a cada ano incorporando ao processo novos atores. Por exemplo: nós contratamos uma empresa de gerenciamento de risco, que presta serviços à Petrobras, para o Tribunal Superior

Eleitoral, no caso das eleições, para auxiliar o Inep na condução do processo.

A inteligência da Polícia Federal, desde 2009, acompanha *pari passu* cada movimento em torno da questão. As Forças Armadas se colocaram até de maneira cívica a favor dessa logística que é a de colocar cinco milhões de pessoas, num fim de semana, bem acomodadas em sala de aula, para realizar o exame, com todas as especificidades, os sabatistas que têm que fazer a prova a partir das seis da tarde. O senhor pode imaginar o que são cinco milhões de pessoas... É como se o Paraguai inteiro decidisse ir para sala de aula fazer um exame, num sábado e num domingo. Em 60 dias, o resultado na mão e vagas preenchidas tanto do ProUni quanto das federais.

E sobre o ProJovem, por fim, nós estamos fazendo migrar o ProJovem para o Ministério da Educação. Por que estamos tomando essa decisão? Justamente para contar com as secretarias estaduais e municipais na fiscalização. É uma demanda histórica tanto do MEC quanto do Consed/Undime que o ProJovem, que é um programa que todos reconhecem o mérito, seja institucionalizado na área da educação; e ele não estava sendo gerido dessa maneira.

Então, aquele diagnóstico é um diagnóstico comum e por isso que a Presidenta Dilma, e nós fizemos as consultas prévias aos secretários, decidiu que o programa passa a ser uma ação específica do Ministério da Educação, com o apoio dos demais Ministérios. Mas a gestão vai ser em parceria com as secretarias estaduais e municipais; providência, na minha opinião, apropriada.

Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Ministro.

Eu quero já de pronto cumprimentar V. Exª e a Presidenta da República por essa decisão de o ProJovem passar para o MEC, até porque isso resolve um problema meu em Santa Catarina, já que, quando Secretário de Educação, eu não aceitava que o ProJovem fosse executado, no meu Estado, pela Secretaria de Educação e por outra secretaria, simultaneamente, porque queriam que a Secretaria de Educação certificasse os alunos e outra secretaria de Estado fosse a responsável pela gestão, o que não dá certo. Educação é educação, quem cuida da educação tem que começar e terminar o ano letivo; tem que começar o curso e terminar, tem que ir até o certificado.

V. Exª dá uma notícia, agora, que resolve um problema que eu tinha lá e que, naturalmente, nunca havia lhe apresentado, mas que, por força das circunstâncias já aqui apresentadas, se resolveu pela decisão governamental.

Senador Anibal, por favor, V. Exª que pediu a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para reforçar com o Ministro Haddad, porque a resposta que o Ministro Haddad apresenta sobre o Enem no Ceará é por demais alvissareira para nós lá do Acre, para os alunos do Acre, porque havia esse temor de que, no momento em que a Ufac aderisse ao Enem, haveria uma invasão de estudantes de fora ocupando as vagas dos estudantes do Acre. Na realidade, é um estímulo para que a gente preencha com mais alunos do Acre.

Em relação a essa diferença que as pessoas insistem em apontar em relação à escola pública e à escola particular, o nosso professor Binho sempre fez questão de dizer que a diferença que ocorre não está em sala de aula, mas sim na condição social. A diferença que ocorre, normalmente, já vem por conta de todas as condições, tanto de habitabilidade quanto de condição de acesso a equipamentos pedagógicos que a criança da classe média tem que a criança da escola pública, que normalmente é filho do pobre, não tem. Então, essa diferença já vem anterior à sala de aula. Porque, no aspecto de grade curricular, comprometimento da escola pública e instrumentação pedagógica que os alunos têm dentro, a gente não deixa a desejar para a escola particular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador.

Eu queria mencionar aqui, para já encaminharmos para o encerramento da reunião, que esta audiência pública, sem dúvida, tem um grande valor. Até para que os nossos convidados saibam, ela foi integralmente transmitida ao vivo pela Rádio Senado e fico aqui imaginando quanto milhares, senão milhões de brasileiros, estão mais informados agora a respeito do exame do Enem e a respeito das ações educacionais. É muito importante que o País assuma por completo essa responsabilidade com a educação, esse compromisso com a educação que, como eu já disse em outra ocasião, não pode ser visto como um compromisso de governo, ele é um compromisso de Estado e, como tal, não pode ter conotação político-partidária.

Também fico feliz porque esta audiência permitiu que se esclarecesse um pouco melhor essa constante análise que se faz da escola pública *versus* escola particular no resultado do Enem. É importante destacar que a escola particular presta grande contribuição à educação brasileira, mas a escola pública também o faz e, por isso, deve ter sua condição e sua avaliação feita em separado e não sempre no aspecto de competição e de comparação. Temos é que melhorar as duas, inclusive porque a escola privada no País também tem carências, também tem deficiências e tam-

bém tem maus exemplos. Isso não pode ser omitido nem escondido. Deve ser dito.

É válido também dizer que esta audiência pública permite que também a imprensa possa divulgar mais e melhor a respeito do Enem, porque, em muitas ocasiões, a notícia do resultado do Enem é divulgada em espaços reduzidos ou de forma muito sucinta e não permite uma análise mais detalhada e mais profunda dos resultados e da realidade educacional do Brasil.

Quero comunicar aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras e a todos os membros da Comissão e assessores que recebemos um comunicado, através de correspondência eletrônica da presidência da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, encaminhando o resultado da escolha das entidades que serão agraciadas com o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, edição 2011. São elas: Instituto Guga Kuerten, de Florianópolis, Santa Catarina; Programa Todos pela Alfabetização (Topa), da Secretaria de Estado da Educação da Bahia, e Escola SESC de Ensino Médio do Rio de Janeiro.

Informa-se ainda que a solenidade de premiação está prevista para quarta-feira, 26 de outubro do corrente, às 17 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão dirigir-se à secretaria desta Comissão.

Quero agradecer a presença dos Senadores e Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Maria do Carmo, Anibal Diniz, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Romero Jucá e Humberto Souto, que muito contribuíram para a realização desta audiência, participando com a sua audiência, com questionamentos, com sugestões, assim como também o Senador Armando Monteiro.

Agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para o horário regimental na próxima semana, terça-feira.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011.

Às onze horas e dez minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Geovani Borges, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Ricardo Ferraço, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Prosseguindo, os Senhores Senadores Inácio Arruda, Alvaro Dias e Ana Amélia requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Itens 1, 2 e 3)**. Neste momento, o Senhor Senador Walter Pinheiro requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 7, o que é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Designa o açaí fruta nacional". O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 003: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira ao **Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria do Deputado Ayrton Xerez, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a realização

de exames antidoping nas provas físicas dos concursos públicos". O relator designado é o Senador Wellington Dias e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, passa a presidência ao Senhor Senador Flexa Ribeiro, para relatar o seguinte item: **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "Denomina 'Aeroporto de Congonhas – Senador Romeu Tuma' o Aeroporto de Congonhas/São Paulo, localizado na capital do Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, com o voto contrário do Senador Cyro Miranda. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Iderlei Cordeiro, que "Denomina Rodovia Deputado Ildefonço Cordeiro o trecho da Rodovia BR-364, entre as localidades de Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança, Estado do Acre". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Anibal Diniz pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é pela prejudicialidade. A declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal) é aprovada por 13 (treze) votos. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (discjockey) e Produtor DJ (disc-jockey)". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, a Presidência registra a presença do representante do Sindicato dos DJs do Distrito Federal – SINDJ/DF, na presente reunião. **Item 015: Requerimento nº 63/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lidice da Mata, que requer "... nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE solicite à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal – SEPOP uma pesquisa quantitativa sobre o tema da cultura. A pesquisa deve abordar os seguintes aspectos: Necessidade de aumento dos recursos destinados à cultura; Limitação de empenho e movimentação financeira das dotações constantes da lei orçamentária anual destinadas à cultura; Priorização de recursos às manifestações culturais tradicionais da nossa cultura, como afro-brasileiras, indígenas, ciganas, etc; Realização de atividades culturais em espaços públicos, como escolas e praças públicas, como forma de proteger e promover a identidade e a diversidade cultural; e Importância da cultura como fator de desenvolvimento sócio-econômico dos países". O Requerimento é aprovado. **Item 016: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 62/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Lídice da Mata, Ana Amélia e Alvaro Dias, que requerem "... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, com vistas a prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa relativas ao respectivo Ministério". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 64/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer "... nos termos do inciso V, § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, c/c os inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o ex– Ministro dos Esportes, Sr. AGNELO QUEIROZ, e o Sr. JOÃO DIAS FERREIRA, para, em audiências públicas distintas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestarem os devidos esclarecimentos sob as graves denúncias publicadas na Revista VEJA, em sua edição nº 2.239, envolvendo o pagamento de recursos ilícitos para o beneficiamento de empresas contratadas pelo programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes". O Requerimento é rejeitado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 65/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o policital militar João Dias Ferreira para, em audiência

nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestar esclarecimentos sobre as denúncias que faz a edição 2239 da revista Veja, sobre o suposto desvio de recursos públicos do Programa Segundo Tempo, onde o senhor ministro é acusado de 'montar esquema de corrupção e de receber propina nas dependências do Ministério do Esporte'". O Requerimento é prejudicado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2010; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 585, de 2007; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2011; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2010 e Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2010**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião, às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **–** Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom dia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura e de votação da ata da Reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Na pauta de hoje, há vários itens a serem apreciados e votados. Por isso, iniciaremos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senadora Ana Amélia. Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apresentei à Comissão um requerimento para convidar o Ministro Orlando Silva a comparecer aqui. Isso não está na pauta de hoje. Eu gostaria que fosse incluído esse requerimento como extrapauta. E, se possível, eu gostaria que houvesse a inversão da pauta, em função da realização da reunião de outras Comissões, porque este é um tema que, imagino, é de interesse de vários Senadores: a oitiva do Ministro. Se for aprovada a inversão de pauta, tenho uma alteração para fazer no meu requerimento, mas o farei na hora em que a matéria for colocada em votação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como tenho requerimento similar, peço a V. Exª que o inclua concomitantemente, para que possamos deliberar em conjunto os requerimentos a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Está certo, Sr. Senador.

Ouço o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, também fizemos um requerimento, a pedido do próprio Ministro Orlando Silva, que é a pessoa mais interessada em esclarecer os fatos, convidando-o para compareça à Comissão.

Então, há três requerimentos. Muito corretamente, tomaram essa iniciativa a Senadora Ana Amélia e o Senador Alvaro Dias. E a tomamos também porque o próprio Ministro o solicitou, e não tinha de ser de outra maneira. Não só o Ministro é interessado nisso, como também o PCdoB. Parece que agora que a mentira vai começando a surgir como mentira de fato, o problema virou contra o PCdoB, porque o fato de querer mostrar a verdade e de responder com indignação às calunias trouxe o problema para cima do PCdoB. Achamos isso bom. Não achamos isso ruim, não, porque somos acostumados a enfrentar esse tipo de embate na sociedade brasileira.

A nossa opinião é a de que se traga o Ministro aqui. Não estou de acordo que se dê o mesmo **status**, para vir à Comissão como convidado, a uma pessoa que faz calúnias. Imagina fazer uma calúnia contra V. Exª ou contra qualquer Senador aqui, e a gente trazê-lo aqui para ser escutado!

Então, eu sugeriria que votássemos a vinda do Ministro, proposta pelos nossos três colegas. Se for mantida a posição dos nossos colegas, evidentemente vamos votar separadamente os requerimentos. Mas essa é uma opinião. Se o cidadão que fez esse tipo de calúnia tivesse pelo menos uma provinha ou qualquer coisa que pudesse apresentar, talvez fosse o caso de ouvi-lo. Mas, sem prova de nada, querem trazê-lo aqui?

Então, a sugestão que dou aos nossos colegas é que se faça um requerimento único, para se trazer o Ministro aqui. E proponho uma reunião conjunta, por-

que a Comissão de Fiscalização e Controle já aprovou o mesmo requerimento hoje, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Quero fazer aqui duas observações: de fato, há três requerimentos, e, em dois deles, inclui-se o convite para que o Sr. João Dias Ferreira aqui compareça. Tem sido regra nesta Comissão, quando convidado um Ministro, convidar apenas outra pessoa se esta for detentora de cargo, titular de algum órgão ou representante de alguma instituição. Não me parece ser o caso do Sr. João Dias Ferreira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A nossa solicitação é para que os ouçamos separadamente, não ao mesmo tempo, porque aí seria uma acareação. E, realmente, isso não teria sentido nessa circunstância. A solicitação que faço – peço que seja deliberado desta forma – é que o convite seja feito ao Ministro Orlando Silva, que o convite seja feito também, separadamente, ao ex-Ministro Agnelo Queiroz e ao Sr. João Dias Ferreira, já que o Senado tem de ser isento. Nós temos de ser isentos. Não estamos aqui prejulgando, não estamos alimentando preconceitos em relação ao partido político do nosso querido Senador Inácio Arruda. O que queremos é imparcialidade, para oferecer à opinião pública a solução para esse impasse. O que há? Há irregularidades? Ou não há irregularidades? Há calúnia? Ou não há calúnia? Há difamação? Ou não há difamação? Existem desonestos? Ou não existem desonestos? É isso o que queremos saber, ouvindo os dois lados. Não seria correto, a meu ver, ouvir apenas um lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então, Senador Alvaro Dias, eu recomendaria que, no seu requerimento, fosse inserida apenas uma palavra. Onde se fala "para em audiência pública nesta Comissão", colocaríamos "para em audiências publicas distintas".

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu coloco o "s" aí. Autorizo o Secretário Júlio a colocar o "s".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com relação ao requerimento do Senador José Inácio Arruda, permita-me V. Exª, como seu colega de muitos anos, desde a Câmara, fazer aqui uma observação. Não é que tenhamos alguma restrição ou alguma precaução com relação à realização de audiência pública conjunta, tampouco com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização Financeira e Controle. Mas, até como contador e auditor, que sou, permito-me dizer a V. Exª que estamos tratando, por ora, de uma questão política, não de uma questão contábil, nem tampouco de uma questão de auditoria. Penso eu que, ao envolver a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, traríamos para dentro do debate questões que me parecem subjetivas. Segundo o noticiário que pude ver, a questão se resume à prestação de contas, a convênios etc.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É essa a natureza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Mas, se entrássemos nessa questão, nem deveríamos tratar isso com o Ministro, deveríamos chamar a Diretoria de Contabilidade, a Diretoria Financeira ou a Diretoria de Convênios do próprio Ministério.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas quem responde por isso é o Ministro. Não chamamos aqui ninguém da Secretaria responsável por convênios, chamamos o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Por isso é que digo: na área da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a questão é mais técnica; aqui, é mais de mérito, porque envolve obviamente a questão de Copa do Mundo, a questão de autoridade do esporte. Eu me permito fazer uma sugestão a V. Exª. A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor pode decidir por ela, por uma convocação, e esta Comissão também pode decidir por si. Havendo a decisão nas duas Comissões, aí, sim, poderíamos negociar com o Ministro a possibilidade ou não de se fazer a reunião conjunta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a nossa proposição... O Ministério do Esporte é que pediu ao Ministério Público, à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e à própria Polícia Federal o exame desses convênios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – É que não quero, Senador, colocar em votação dois requerimentos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, o centro do problema é esse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Preciso contribuir, para que transformemos os três requerimentos em um só. Então, só estou fazendo isso a título de sugestão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A minha proposição é a de que a gente faça a reunião conjunta por um problema que se deu na Comissão. E há outra questão: o Ministro não poderá vir todos os dias ao Congresso Nacional, ao Senado. Ele já vai à

Câmara, já veio ao Senado. E ainda terá de ir à outra Comissão para tratar do mesmo assunto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Informa-me a Assessoria da Mesa que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou requerimento idêntico na manhã de hoje. Só estou tentando evitar que a gente faça mais de uma votação. Se pudermos fundir os requerimentos todos, atendendo à solicitação do Senador Alvaro Dias, da Senadora Ana Amélia e de V. Exª, estará tudo bem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A minha sugestão é a de que se faça uma única deliberação sobre o convite ao Ministro Orlando Silva – são três requerimentos – e de que, depois, se votem separadamente os demais convites.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª preferência para votação do requerimento que convida o Ministro separadamente em audiência conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k.

Submeto à apreciação de V. Exªs o requerimento da Senadora Ana Amélia Lemos e também dos Senadores Alvaro Dias e Inácio Arruda, para que se inclua, extrapauta, requerimento de convocação, ou melhor, requerimento de convite ao Ministro do Esporte, bem como a outros citados para comparecerem em audiência pública perante esta Comissão e/ou perante esta Comissão e a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização Financeira e Controle.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, já que houve requerimento da Senadora Ana Amélia para inversão de pauta, também consulto V. Exªs se estão de acordo com a inversão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, atendendo requerimento do Senador Inácio Arruda, eu coloco em discussão o requerimento de sua autoria, preferencialmente sem prejuízo dos demais requerimentos.

O primeiro requerimento, portanto, será objeto de votação.

Item extrapauta:

ITEM 1

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011-CE

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Exmº Sr. Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, com vistas a prestar esclarecimentos sobre denúncias veiculadas na imprensa relativas ao respectivo Ministério." Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011, assina Inácio Arruda e...

Há outra assinatura que não está identificada, mas que é de mais um Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A assinatura é da Senadora Lídice da Mata.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quem estiver de acordo deve permanecer sentado. (*Pausa.*)

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o que pede a reunião conjunta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sim. Aqui, o Senador Inácio Arruda pediu preferência para a análise do requerimento dele. Uma vez votado o requerimento, eu coloco os demais também em votação, e, se houver aprovação, depois, fundem-se todos os requerimentos.

Agora, eu o coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, apreciaremos o requerimento da Senadora Ana Amélia Lemos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Paulo Bauer, devido à explicação que V. Exª deu sobre questões regimentais do funcionamento da Comissão, faço, verbalmente, uma alteração deste requerimento, separando os convites: primeiro, há o convite feito ao Ministro do Esporte; o outro convite é feito ao Sr. João Dias Ferreira em outro requerimento. Eu o faço para endossar o requerimento do Senador Inácio Arruda e do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu o consulto se seria possível votar conjuntamente o meu requerimento e o da Senadora Ana Amélia, para evitar duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – É o que vou fazer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Separamos apenas o convite ao ex-Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Acho que, colocando em votação o requerimento do Senador Alvaro Dias, com a aquiescência de V. Exª, Senadora Ana Amélia, resolve-se o problema. O seu requerimento, diante dessa sua manifestação agora, endereça-se a dois convites; o do Senador Alvaro Dias, a três. Portanto, o que há a mais não prejudica o requerimento de V. Exª.

Então, colocaremos os dois requerimentos em votação de uma vez só. Os dois requerimentos pretendem, nos termos do inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição, observado o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o atual Ministro do Esporte, Sr. Orlando Silva; o ex-Ministro do Esporte, Sr. Agnelo Queiroz; e o Sr. João Dias Ferreira, para, em audiências públicas distintas, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, prestarem os devidos esclarecimentos sobre as graves denúncias publicadas na revista *Veja*, em sua Edição nº 2.239, envolvendo o pagamento de recursos ilícitos para o beneficiamento de empresas contratadas pelo programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte.

Quero fazer aqui apenas um esclarecimento. Tendo sido aprovado o requerimento do Senador Inácio Arruda para a reunião conjunta, aprovado esse requerimento, obviamente, no caso do Ministro, mantém-se a reunião conjunta. No caso dos demais convidados, então, a audiência será realizada apenas na Comissão de Educação, porque aí não há deliberação na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle com relação ao ex-Ministro nem com relação ao denunciante.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador. V. Exª tem a palavra para encaminhar a votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nós, do PCdoB, tivemos a maior atenção com esse episódio. Agora, o assunto já se voltou contra o PCdoB, não mais em relação ao Ministro. Mas o Ministro pediu, e atendemos ao pedido dele, para vir imediatamente ao Congresso Nacional, porque é quem tem a responsabilidade de fiscalizar as contas e de acompanhar o Executivo em todas as suas ações. Então, o Ministro se apresentou imediatamente e tomou todas as providências.

Trata-se de um episódio onde esse cidadão, João Ferreira, já responde a um processo solicitado pelo Ministério. Então, queremos tirar uma figura da condição de réu, para transformá-lo em vítima e em acusador, sem uma prova sequer. Ele chegou ao ponto de, hoje, na *Folha de S. Paulo*, em uma das declarações, dizer: "Não. Nunca citei o Ministro. Não falei que vi o Ministro. Não falei isso". Então, não há por parte dele prova de nada. Esse é um falso indício. Não existe sequer o indício. Existe uma ameaça: "Tenho uma gravação. Tenho a prova". Pois a apresente! Já teve palanque suficiente, maior, aliás, que o nosso, muito maior que o espaço do Senado Federal, da Câmara Federal, do Congresso Nacional. Já teve um palanque sobejo. Já foi ao Fantástico, o *Show* da Vida. Já se apresentou nas páginas da *Veja*, já foi ao Jornal Nacional e nada apresentou.

O Ministro já respondeu a esse cidadão com toda a veemência. E, com respeito ao Congresso Nacional, aos Senadores e aos Deputados, o Ministro se apresenta quase espontaneamente.

Então, trazer aqui um acusador que não tem prova de nada, para apresentar leviandades como prova? Sinceramente, considero que seria um desrespeito ao Congresso Nacional trazermos essa figura sem apresentar nada. Que ele apresente uma prova! Se ele tem uma prova, que a apresente! Se ele apresentar uma prova sequer em relação ao Ministro Orlando Silva, assino o requerimento com o Senador Alvaro Dias. Não há problema algum; eu o assino na hora. Mas, sem qualquer prova, com calúnia, com mentira, com insanidade, sinceramente, não é possível que tragamos para cá uma figura desse porte, desse tipo, desse gênero. Não é possível que um investigado, que já esteve preso, que deveria ser mantido preso, venha aqui para acusar uma pessoa honrada e honesta, como o Ministro Orlando Silva, mesmo separadamente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k. Após a manifestação de V. Exª, há uma solicitação de encaminhamento pelo Senador Humberto Costa. E, depois, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu encaminhamento segue na mesma direção do que foi apresentado pelo Senador Inácio Arruda. As denúncias que foram apresentadas pelos meios de comunicação nesse fim de semana, em primeiro lugar, são denúncias de co-

nhecimento público há algum tempo; em segundo lugar, estão sendo objeto de investigação ampla pela Policia Civil do Distrito Federal, pela Polícia Federal, pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União. Inclusive, até por parte do Ministério Público, já há denúncia contra pessoas que foram acusadas de, supostamente, fazerem parte desse esquema.

Acho que é justo que o Ministro venha aqui, para que explique concretamente qualquer coisa que diga respeito a ele ou à Pasta ou à forma como os convênios se davam. No entanto, por que trazer para cá alguém que já está sendo objeto de investigação como réu, não como testemunha, e que, na verdade, se contradiz em vários momentos? Num momento, ele disse que entregava dinheiro ao Ministro Orlando Silva; daí a pouco, ele disse que nunca entregou, nem mandou, nem viu ninguém entregar dinheiro ao Ministro Orlando Silva. É um policial militar, que deve receber na faixa de R$5 mil de soldo e que tem um patrimônio composto por automóveis importados, por mansões.

Enfim, seria apequenar o papel do Senado e o papel desta Comissão de Educação trazer esse cidadão, para que aqui ele viesse travar, na verdade, uma disputa política. O que está em jogo, neste momento, é uma disputa política. Essas denúncias procuram atingir o Ministro Orlando Silva, que é pessoa ilibada e honesta, até que se prove o contrário. Na verdade, há interesse político.

Por essa razão, entendo que devemos rejeitar esse requerimento. Não podemos ser acusados de omissão, porque aqui convidamos o Ministro Orlando Silva para estar presente. E, amanhã, ele já estará aqui. Hoje, ele está na Câmara e, amanhã, estará na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle.

Então, não vejo razão para que venhamos a fazer esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Após ouvirmos o Líder do PT, passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, Líder do meu Partido, o PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em uma circunstância como essa, o contraditório é indispensável. Ou se ouvem os dois lados, ou não se ouve lado algum.

Nós não alimentamos preconceito contra partido político. Longe de nós alimentarmos esse preconceito! Isso não é da nossa formação política. O que desejamos como oposição é oferecer à sociedade brasileira esclarecimentos reais, de forma cabal e definitiva, sobre denúncias que ocorrem, e isto é verdade, há mais de quatro anos, relativamente a recursos que são repassados pelo Ministério do Esporte a organizações não governamentais. Em 2007, por exemplo, requeremos informações do Ministério, mas as respostas não foram satisfatórias, tanto é que, em 2008, requeri ao Tribunal de Contas da União uma auditoria. O requerimento, até hoje, não foi aprovado pelo Senado Federal, está na Ordem do Dia como primeiro item. Isso ocorreu em 2008.

Há alguns meses, o Ministro esteve aqui, e fiz algumas indagações a respeito disso. Não foram indagações completas, já que o tema era outro. Agora, as denúncias foram veiculadas nacionalmente com grande repercussão. Aliás, elas foram veiculadas nacional e internacionalmente, porque, segundo consta, já afetou as relações com a Fifa, já que o Ministro não foi convidado para a reunião da Fifa que trata da Lei Geral da Copa. Portanto, isso trouxe prejuízo, inclusive, para a organização da Copa do Mundo de 2014, para o nosso País.

O que desejamos é uma atuação isenta. Não queremos prejulgar o Ministro, mas também não queremos prejulgar o Sr. João Dias Ferreira, ex-policial militar que fez as últimas denúncias. Se não podemos prejulgar o Ministro – e não podemos –, também não devemos prejulgar quem denuncia. Se vamos ouvir o denunciado, há de se ouvir quem acusa. Não há sentido em ouvir apenas um lado. Isso é parcial, é insuficiente. Temos de agir com a imparcialidade de quem quer, com sinceridade, oferecer à opinião pública a fotografia visível do fato.

Estamos diante de um fato da maior gravidade. Não há como ignorar que, neste momento, esse Ministério é muito importante. São dois eventos fundamentais para o País, que custarão bilhões de reais aos cofres, a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Já existem parcerias sob suspeição. A CBF, com seu Presidente *sub judice* e denunciado internacionalmente, forma uma parceria suspeita com o Governo Federal. Com o Ministério alvejado por denúncias de tal dimensão, certamente, a respeitabilidade cai por terra. Portanto, é preciso esclarecer, é preciso elucidar. É preciso isentar o Ministro de responsabilidade em relação às denúncias, para que ele possa prosseguir o seu trabalho ou, então, deixar o Ministério.

É essa, Sr. Presidente, a razão do convite que formulamos a João Dias Ferreira, que é o responsável pelas últimas denúncias, e também ao ex-Ministro Agnelo Queiroz, porque ele foi envolvido em denúncias também há algum tempo, as quais foram veiculadas pela imprensa. A informação do atual denunciante, Sr. João Dias, aliás, do próprio Ministro Orlando Silva, é a de que houve a indicação do ex-Ministro Agnelo Queiroz para que ele atendesse ao Sr. João Dias Ferreira. Portanto, há um envolvimento do ex-Ministro, e é por essa razão que nós o estamos convidando.

Parece-me que esta Comissão cumpriria o seu dever se possibilitasse o contraditório, ouvindo quem denuncia e oferecendo a oportunidade para o esclarecimento daqueles que foram denunciados. E, obviamente, quem denuncia terá de trazer provas. Quem denuncia terá de responder aos questionamentos duros que, certamente, serão aqui formulados pelos Srs. Senadores; não virá a esta Comissão para passear ou para receber aplausos, mas virá também para o questionamento imparcial de todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, peço a aprovação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ouvido o Líder do PSDB, concedo a palavra ao Líder do Governo, o eminente Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, serei rápido também. Acho que aqui já foram colocadas questões relevantes que demonstram, primeiro, a intenção do Ministro Orlando Silva e do Governo de prestarem todas as informações necessárias. Nesse ponto, o Governo agiu rapidamente, o Ministro agiu rapidamente e está de parabéns.

Quanto à convocação do policial e do Ministro Agnelo, eu a vejo completamente despicienda. Não entendo a necessidade disso. Acho que devemos ouvir o Ministro Orlando Silva, verificar as providências que estão sendo tomadas. A partir daí, com qualquer desdobramento, se houver necessidade, aí sim, ouve-se mais alguém.

Então, eu gostaria de encaminhar favoravelmente ao convite do Ministro Orlando Silva e contrariamente ao do Governador Agnelo e do policial que foi referendado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, que, pela ordem, está inscrito.

Depois, falarão o Senador Walter Pinheiro, o Senador João Ribeiro, a Senadora Lídice da Mata e também a Senadora Ana Amélia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, na verdade, o Senado não se pode transformar em uma delegacia de polícia. Já existe um processo em investigação; essa investigação está em andamento.

Quanto ao convite feito ao Ministro, que tem responsabilidade em uma área importante do Governo e do País, é preciso examinar, inclusive, a conjuntura em que isso acontece. Estamos às vésperas de uma Copa do Mundo, às vésperas de uma Olimpíada, enfim, há muitos interesses em jogo, e conhecemos isso. Acho que esta Comissão poderia, inclusive, fazer uma reunião em conjunto com outras Comissões que já aprovaram o requerimento, como a CMA.

Creio que o máximo que se poderia fazer, diante do que foi dito aqui, inclusive pelo Senador Inácio Arruda, seria requerer que ele se apresentasse aqui. Se houver alguma denúncia cabível que possa chegar a esta Comissão, analisando e avaliando isso, aí, sim, acho que muda a conjuntura. Mas não se pode só acusar por acusar, porque, daqui a pouco, vai virar um festival: se alguém quer aparecer no País e quer vir aqui, basta fazer uma acusação. Acho que não podemos incentivar isso. Esse não é o papel desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Certo, Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, creio que há duas coisas importantes para se chamar a atenção, até porque, todas as vezes que há um caso de denúncia, terminamos fazendo aqui requerimentos com três, quatro, cinco Comissões envolvidas. Não é que as Comissões não tenham tarefas durante o processo de acompanhamento principalmente de assuntos correlatos e de assuntos pertinentes às Comissões. Mas existe a Comissão de Fiscalização no Senado. Então, é importante também – pelo menos, este é meu entendimento – que essa Comissão funcione permanentemente, inclusive num processo de acompanhamento e de fiscalização dessas oitivas, desses convites, para ouvir quem quer que seja. Esse é o primeiro aspecto para o qual quero chamar a atenção.

Não acho que está errada a Comissão de Educação, que é uma Comissão que trata do tema, ao fazer aqui o convite ao Ministro Orlando, nem tampouco ao chamar outras pessoas. Mas o importante é que comecemos a tratar no Senado dessas coisas, observando a função inerente a uma das Comissões da Casa, que poderia fazer isso permanentemente. Do contrário, ficamos em um jogo de apresentar requerimento ali, de apresentar requerimento acolá, e vamos fazendo uma espécie de corrida, para que o maior número de Comissões aprove um requerimento.

Há um segundo aspecto. Até na linha do que disse o meu companheiro Inácio Arruda, quero dizer que não sou favorável a um processo... Esta Comissão, de forma muito sábia, também já tratou disto. Este não é um fórum... Não quero chamar de delegacia, meu caro Wellington, até para não desmerecermos o papel de uma delegacia, que é um papel correto. Mas essa não é a nossa função. É isso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não é que eu o esteja desmerecendo, é que essa não é a nossa função.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É exatamente isso que estou dizendo. Estou tendo esse cuidado. Acho que V. Exª está correto.

Então, na realidade, eu proporia que fizéssemos, na linha do que foi sugerido pelo Líder do PCdoB, o convite ao Ministro Orlando e que, na sequência, a partir dessa audiência pública, dessa oitiva, tomaríamos outras providências, no sentido de ouvir outras pessoas ou até de chamar figuras como Agnelo, o que, neste momento, parece-me, é algo desfocado do embate que está sendo travado por um sujeito que faz denúncias, o Sr. João Dias.

Portanto, quero insistir nesta linha: "Não é possível que uma Comissão da Casa não ouça denunciantes ou coisa do gênero, mesmo levando em consideração que há um processo em curso, em que há apuração, em que o Ministério Público está envolvido, em que ações já correm em outra esfera, inclusive na esfera correta dessa apreciação".

Então, o correto era que a Comissão de Educação, numa reunião conjunta, que está sendo proposta, focasse exclusivamente a figura do Ministro Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também sigo a mesma linha de quase todos os Senadores que já falaram antes de mim, de que é preciso, primeiramente, a gente ter muito cuidado, porque me parece que há uma onda de denuncismo sem provas. Eu, como Senador do PR, percebi isso logo que houve aquelas denuncias contra o Ministério dos Transportes e, depois, consequentemente, contra o Dnit. E, até hoje, não foi apresentada prova alguma contra ninguém. No entanto, o Ministro caiu, várias pessoas pediram demissão, outros foram demitidos.

Não vou falar aqui de outro Ministério, mas, sim, do caso específico do Ministério do Esporte. Sr. Presidente, com todo o respeito que merece o Senador Inácio Arruda, quero dizer que eu, pessoalmente, não tenho muita simpatia pelo Ministro Orlando Silva, porque ele nunca me atendeu bem naquele Ministério. Até as minhas emendas individuais eu não as coloco lá, porque ele parece que é mais ministro do que os outros Ministros da Presidenta Dilma. Ele nos recebe muito pouco e, quando nos recebe, não trata o que cumpre, lamentavelmente, no sentido da liberação de recursos. Aproveito para fazer essa crítica, que é de um aliado, de um Senador que vota constantemente, permanentemente, com o Governo. E o mesmo não digo de outros Ministérios

Independentemente disso, costumo dizer que, na política, muitas vezes, Sr. Presidente, as pessoas imaginam que existem coisas do tipo: adversário que não tem defeito eu o coloco; companheiro que tem defeito eu o tiro. São histórias da política, são máximas da política, mas não é esse o caso.

Então, quero alertar esta Comissão – sigo a mesma linha, como eu disse – para o fato de que não temos de ter cuidado. E que, inclusive, isso sirva para a imprensa, Sr. Presidente! Não é possível que alguém jogue na lama o nome de um cidadão que é honroso, até que se prove o contrário. Não é por que não tenho simpatia por ele ou por que não tenha sido bem atendido no Ministério que vou dizer que ele é ruim ou desonesto. Não é possível se jogar na lama o nome de alguém assim! Depois que a imprensa o joga na lama, não se consegue mais levantá-lo, isso é muito difícil. Vejam o caso do Deputado Ibsen Pinheiro e muitos outros casos que acompanhamos na história da política brasileira, Sr. Presidente, em que, lamentavelmente, vemos o nome ser jogado na lama e em que, só depois, consegue-se o direito de resposta a questões que surgiram em toda a imprensa nacional. Houve muitos outros casos.

Então, é preciso ter cuidado com isso. A imprensa precisa ter cuidado com isso. Aparece qualquer irresponsável ou qualquer doido, que devia estar no hospício. Doido tem de ser tratado em hospital psiquiátrico, que é o lugar onde se cuida da doidice. O Senado Federal tem de ter o cuidado de não se prestar a esse papel de besta, de não fazer papel de besta, jogando na lama o nome de uma pessoa. Pelo menos, é preciso apurar.

Sou até um pouco mais duro nessa questão, Sr. Presidente. Às vezes, até fico revoltado com certas coisas, porque a imprensa não tem tido cuidado com essas denúncias.

Ora, Sr. João Ferreira, o senhor quer fazer denúncia? Que o senhor a faça, mas me traga pelo menos uma provinha aqui, uma fitinha. O senhor viu alguém entregando dinheiro para o Ministro? Cadê a prova que o senhor tem? Há mais alguém que acompanhou o senhor nisso? Há mais alguém que viu isso? Que traga mais alguém para mostrar isso! Aí, sim, assinaremos os requerimentos, faremos tudo que for necessário. Não queremos, com isso, tapar o sol com a peneira, Sr. Presidente.

Então, também sigo na mesma linha. Acho que os requerimentos têm de ser separados. O Governador Agnelo foi citado. Mas não é por que um maluco qualquer citou o Governador, independentemente do partido que seja, Sr. Presidente – aqui, não se trata de questão partidária –, que temos de, neste momento, convidar o Governador Agnelo. Acho que, neste mo-

mento, não se deve convidar o Governador Agnelo, que, como Governador de Estado, não pode vir aqui para responder a uma acusação irresponsável.

O segundo ponto é que sejam separados também os requerimentos. O Ministro já vai ser ouvido na Comissão de Fiscalização e Controle, que é o fórum adequado, o local ideal, a Comissão ideal para que se ouça o Ministro. Então, os Senadores podem ir lá para interpelar o Ministro, se ele já está convidado para ir lá. Do contrário, vamos ouvir só o Ministro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Informo que estão inscritos a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Ana Amélia e o Senador Ciro Miranda. Estão encerradas as inscrições, se depender da vontade e da recomendação desta Presidência, porque o tema se encontra amplamente debatido. Com mais as três contribuições que ouviremos agora, estaremos aptos a votar.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu me encontro bastante atendida pelas justificativas, que enfatizam a ideia de que estamos no primeiro processo de discussão, de que saiu uma denuncia sem comprovação e de que o Ministro já se colocou à disposição e virá à Câmara e ao Senado. Podemos fazer uma sessão conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle. A partir daí, veremos as medidas que têm de ser tomadas, mas, além disso, é uma precipitação absolutamente sem sentido. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia Lemos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Paulo Bauer, ao contrário do Senador João Ribeiro, que disse que não é bem tratado no Ministério do Esporte, eu, numa única audiência que tive com o Ministro Orlando Silva, fui tratada republicanamente, e é isso o que se espera de todos os Ministros. O meu Partido está na base do Governo, e tenho uma atuação independente no Senado Federal: às vezes, conforme as convicções e o desejo dos meus eleitores, voto com o Governo; outras vezes, não. Mas meus eleitores e a sociedade gaúcha não me perdoariam, como jornalista que fui, se eu não tomasse uma providência, até inspirada na própria iniciativa do Ministro Orlando Silva, que se dispôs, desde a primeira denúncia publicada na revista *Veja,* a prestar os esclarecimentos.

Então, o objetivo desse requerimento é exatamente este: dar espaço ao Ministro, para que, aqui, responda todas as dúvidas que temos em relação ao fato, o que é bom para todos, inclusive para o Governo e, pessoalmente, para o Ministro Orlando Silva. Não queremos fazer juízo de valor, prejulgamento; queremos dar a ele espaço e oportunidade, para que esclareça tudo.

Tenho dúvidas, inclusive, sobre a questão dos repasses. Às vezes, os programas são de muito boa qualidade, como o Primeiro Tempo, que estimula especialmente a juventude e a periferia em nosso País. Como esse critério de distribuição dos recursos públicos – e aí é que está a questão – são repassados para ONGs? Quais são esses critérios?

Também concordo com algumas áreas do Governo de que é preciso rever esse procedimento, talvez repassando às prefeituras municipais e aos Estados, para que haja um rigor maior de fiscalização nesses convênios, que podem servir muito para estimular o esporte em nosso País, que vai sediar uma Copa do Mundo em 2014 e, depois, as Olimpíadas em 2016.

Então, especificamente, a minha posição é esta: quero um esclarecimento.

A presença do Sr. João Dias Ferreira, da mesma forma, não servirá para transformar este Senado ou esta Comissão numa delegacia de polícia. Ao contrário, também não fazemos prejulgamento em relação a essa figura, que apareceu como principal denunciante e que diz ter provas. Queremos que essas provas apareçam. É claro que esperamos que não sejam provas forjadas, mas, sim, provas reais, se é que ele realmente as tem. E, se ele vier aqui e for desmentido, ele vai sair daqui sem nenhuma autoridade. E vai até servir para o Ministro a argumentação de que o Ministro tinha razão naquilo que estava falando, se é que esse será o desfecho desse caso tão rumoroso.

O meu objetivo é o esclarecimento. E, talvez, esta Casa ou esta Comissão encontrem um caminho, para evitar, no futuro, novos desvios de recursos públicos nessas operações, nesses convênios de um programa tão importante para o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a V.Exª.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, Srªs e Srs. Senadores, sigo a mesma linha da Senadora Ana Amélia. Em primeiro lugar, quero deixar bem patente que essa não é uma denúncia da oposição, mas é uma briga interna entre duas pessoas do mesmo partido. Eu acho que, se a imprensa está agindo de forma imprudente ou...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Cyro, é uma questão de esclarecimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É um ex-militante. Perdão!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É um ex-militante, que entrou no Partido exclusivamente para ser candidato, porque era policial. Ele se filiou ao Partido em junho e dele saiu ao encerrar a campanha. A relação com o Ministro é zero.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso nós vamos questionar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A palavra está assegurada ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vejo o seguinte: a imprensa, se não está agindo com correção, tem de ser punida. O Ministro tem toda a liberdade para processá-la – é lógico! – se ela o está expondo de alguma maneira. Mas não existe, em nenhum lugar do mundo, quem não dê a oportunidade de ouvir... Não é um caso policialesco, aqui. Aqui, o caso é investigativo e explicativo. Devemos isso à sociedade. Isso vai deixar muito mais confortável o Ministro. O Ministro, se não houver provas, terá, no processo que está movendo contra o Sr. João Dias, muito mais argumentos.

Também quero deixar registrado aqui que essa prática de ouvir os dois lados deixa a imprensa em situação desfavorável, se ela estiver agindo com imprudência. Então, concordo plenamente que sejam ouvidas as duas partes. Essa é uma questão de direitos. Se não vamos dar direito àquele que está acusando... Ele vai ficar em maus lençóis se não tiver a prova. Mas essa é a nossa obrigação. Temos a obrigação de esclarecer a sociedade. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação ao Senador Cyro.

Quero informar ao plenário que a nossa assessoria está nos comunicando que o requerimento aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle fala de convite ao Ministro para uma audiência naquela Comissão, não fala em reunião conjunta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN – (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente. Se V. Exª me permite, quero dizer que se trata de requerimento de minha autoria. Não há impedimento de que a reunião seja conjunta. E se fala em reunião conjunta, sim. Foi aprovado exatamente com esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Tudo bem, o impedimento pode não haver, mas o requerimento não fala, naquela Comissão, de audiência conjunta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN – (Bloco/PCdoB – AM) – Não estou com cópia aqui, mas acho que fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Não sei. Fui informado por minha assessoria e, por isso, estou me baseando nessa informação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas não há inconveniente nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Mas quero concluir, Srª Senadora, meu pensamento, com sua concordância. V. Exª é Senadora pelo Amazonas, mas, antes disso, é catarinense.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN – (Bloco/PCdoB – AM) – Aqui quem manda é V. Exª; eu apenas lhe obedeço. Aliás, nem da Comissão eu sou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Exª é do Amazonas, mas, antes disso, é catarinense e, por isso, merece todo o meu carinho e a minha consideração.

Deixe-me informar o seguinte. A Comissão, aqui, já votou o requerimento de convite ao Ministro em audiência conjunta. É necessário que os Srs. Líderes do Governo e dos partidos da situação...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nós já nos dispomos a fazer o entendimento com o Presidente da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – É preciso que se disponham a articular, para que haja efetivamente a reunião conjunta. Quero só deixar claro isso. Esse compromisso poderia ser assumido, porque senão teríamos de votar o segundo requerimento para uma eventual audiência desta Comissão isoladamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nós faremos o ajuste e faremos o contato com a Presidência daquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k. Senti-me na obrigação de fazer essa observação para contribuir, para chegarmos a bom termo.

Diante das observações e manifestações de V. Exªs, vou ter de colocar esses requerimentos em votação nominal. Penso que não há outra condição, já que há claramente manifestações favoráveis e contrárias.

Portanto, para que se saiba o que se está votando concretamente, quero dizer que há um requerimento assinado pelo Senador Alvaro Dias, que convida o Ministro Orlando Silva, o ex-Ministro Agnelo Queiroz e o Sr. João Dias Ferreira para participarem de audiências públicas separadas nesta Comissão, não em reunião conjunta. E há um requerimento da Senadora Ana Amélia, que convida o Sr. Orlando Silva, Ministro do Esporte, e também o policial militar João Dias Ferreira, para participarem de audiência separadas. Como os dois requerimentos são similares, apenas o do Senador Alvaro Dias acrescenta um nome, vou colocar em votação os dois requerimentos conjuntamente.

Peço que a assessoria faça...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria apenas marcar uma posição aqui. Como já aprovamos o convite e como haverá reunião conjunta com a CMA, vamos encaminhar contrariamente agora a esses dois requerimentos, porque o Ministro já está convidado, já foi aprovado o convite. Quanto aos outros, não concordamos com os convites.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k.

Consulto os autores dos requerimentos se estão de acordo com a proposição que apresentei de votação conjunta dos dois requerimentos. Caso contrário, precisarei colocar em votação, primeiro, o requerimento referente à vinda do Governador Agnelo Queiroz e, depois, o referente ao Sr. João Dias. Se os autores estiverem de acordo, colocaremos os dois requerimentos em votação de uma vez só.

Está de acordo com isso, Senador Alvaro Dias? Ou os colocamos em votação separadamente?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Acho que fica mais claro se votarmos separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então, vamos fazer a votação, primeiro, do requerimento referente ao convite ao ex-Ministro Agnelo Queiroz.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Primeiro, será apreciado o requerimento do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O do Senador Alvaro Dias fala de Agnelo Queiroz e de João Dias. Então, vamos votar, primeiro, o requerimento referente a Agnelo Queiroz. O.k.?

Vou colher votos e peço que a assessoria os registre.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se V. Exª colocar em votação, primeiro, o requerimento do Senador Alvaro Dias, já resolve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Fica prejudicado o da Senadora Ana Amélia. Exatamente.

Então, vamos colocar em votação o requerimento do Senador Alvaro Dias.

Quem votar a favor vota pela aprovação do requerimento. Quem votar contra vota pelo seu arquivamento.

Senadora Angela Portela, como vota V. Exª?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Paulo Paim? (*Pausa.*)

S. Exª está ausente.

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cristovam Buarque? (*Pausa.*)

S. Exª está ausente.

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como há três Senadores ausentes, chamo os suplentes do mesmo Bloco.

O Senador Delcídio do Amaral não está presente.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Não há mais nenhum presente. Pela lista, constato isso aqui.

Agora, colhemos os votos do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV.

Está presente a Senadora Ana Amélia, que é titular.

Como vota V. Exª, Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como suplentes, não há mais presentes aqui.

Passo a colher os votos dos titulares do Bloco PSDB/DEM.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como suplentes, está aqui o Senador Alvaro Dias.

Como vota V. Exª?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Presidente só vota no empate. Ficarei para o final.

Colho, agora, os votos dos titulares do PTB.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Contra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o Senador Aloysio não consta? S. Exª está presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Perdão, Senador Aloysio. Eu não o tinha visto. O Senador Alvaro Dias está entre nós, e, por isso, não o vi. Perdoe-me. Como vota V. Exª?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, trazer o Ministro sem trazer o denunciante é uma farsa. É claro que eu voto com o Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Senador Armando Monteiro já votou.

Suplentes desse Partido não há.

Do PSOL, não há titular nem suplente presentes.

Procedo ao resultado da votação.

Votaram contra 9 Srs. Senadores.

O Senador Paim chegou a tempo, antes da proclamação final.

Como vota V. Exª?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Então, há 10 votos contra e 6 votos a favor.

O requerimento vai ao Arquivo.

Quero informar a V. Exªs...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Fica prejudicado o da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Fica prejudicado o da Senadora Ana Amélia.

Quero dizer a V. Exªs que chega aqui a informação de que o Ministro já teve entendimento com a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para estar no Senado amanhã, às 14 horas. Se for conjunta, a reunião será presidida pelo Senador Presidente da Comissão que tiver mais idade. No caso, o Senador Requião tem mais idade do que o Senador Rodrigo Rollemberg. Se o Senador Requião não estiver aqui, vamos verificar se eu sou mais novo ou não do que o Senador Rodrigo. De qualquer forma...

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – O Líder do Governo já se propôs a fazer o acerto com a outra Comissão, exatamente para que seja conjunta a audiência. Não foi dito isso pelo Senador Romero?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Foi, foi. E vai ser conjunta.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Se houver entendimento da base do Governo, não haverá problema algum.

Agora, daremos sequência à pauta de discussão.

Peço a V. Exªs que permaneçam aqui, para que possam ser aprovadas as matérias.

Tendo em vista que há matérias que devem ser objeto de votação terminativa...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Poderíamos inverter a pauta, Sr. Presidente, para votarmos o Item 7, por exemplo, que é terminativo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Item 4 também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Os Itens 7 e 4...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Exª está requerendo inversão de pauta, para votarmos o Item 7?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E o Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Item 4 não é terminativo. Deixarei...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, e o Item 15?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Vamos falar dos terminativos, primeiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Item 4 é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Quem pediu o Item 15? Foi a Senadora Lídice da Mata. Esse Item não é terminativo, Senadora.

Vou colocar, primeiro, em votação o requerimento do Senador Walter Pinheiro. O senhor está requerendo a inversão de pauta?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Para que seja apreciado o Item 4, o Senador Wellington solicita a inversão de pauta.

Mais alguma solicitação de inversão de pauta? Não?

Então, submeto à votação os requerimentos do Senador Wellington e do Senador Walter Pinheiro em que pedem a inversão de pauta, para serem apreciados os Item 4 e 7.

Quem estiver de acordo permaneça sentado. (*Pausa*.)

Portanto, colocaremos em discussão os projetos de lei que constam do Item 4... Perdão! O Item 4 é não terminativo. Então, primeiro, apreciaremos o Item 7. Vamos apreciar os terminativos, primeiro.

Contando comigo, somos doze Senadores aqui. Acho que conseguimos restabelecer o quórum. A Senadora Ana Amélia já voltou. Pronto! Já deu o quórum.

Então, vamos ao Item 7, terminativo.

ITEM 7

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 2011

Designa o açaí fruta nacional.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatório*: favorável na forma do substitutivo oferecido.*

Observações: *1 – Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 – A matéria constou na pauta na reunião do dia 27/09/11.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 2, de 2011, terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, designa o açaí fruta nacional.

Vem à deliberação desta Comissão de Educação Cultura e Esporte (CE), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 2, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

A proposição designa o açaí – fruto da palmeira *Euterpe oleracea* – fruta nacional, e foi formulada com o intuito de "chamar a atenção para o potencial nutricional e econômico guardado pela floresta amazônica".

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Nosso voto, Sr. Presidente, parte do julgamento de que é importante que essas frutas possam, efetivamente, ganhar designação nacional. E me refiro, agora, a essas frutas, porque faço uma emenda substitutiva, na medida em que também recepciono, nesse projeto de lei apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, o cupuaçu, que já havia sido designado como fruta nacional, para evitar problemas de ordem legal.

Então, dessa forma, somos pela aprovação do PLS nº 2, de 2011, com o substitutivo que altera o art. 1º da proposição, que designa o açaí, fruto do açaizeiro, e o cupuaçu, fruto do cupuaçuzeiro, frutas nacionais.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Informo a todos que falta um Senador para compor o quórum regimental, necessário para a votação da matéria.

Enquanto a assessoria verifica se há algum Senador nas imediações, com todo o respeito que devo dedicar ao meu colega de Bancada, o nobre Senador Flexa Ribeiro, devo lhe dizer que estou um tanto quanto assustado, porque, em Santa Catarina, não há açaí. A gente utiliza o açaí, que é uma fruta saborosa. No Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia, também não há açaí. E aí fico me perguntando: o que vou dizer para os catarinenses? Há outras frutas que são nacionais e que estão lá. Neste momento, elegemos o açaí e o cupuaçu frutas nacionais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Podemos votar. Depois, eu lhe explico isso. Vamos aprovar a designação do açaí como fruta nacional. Depois, explico isso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agora, há número regimental, o quórum necessário, aqui. Vamos colher votos em favor do açaí, ou melhor, do açaí como fruta nacional.

Sendo aprovado o substitutivo – quero mencionar e registrar –, a matéria será incluída em pauta na próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente, até porque o açaí e o cupuaçu são abundantes no meu Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acompanho Roraima, Sr. Presidente. Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Paulo Paim? *(Pausa.)*

S. Exª não se encontra presente aqui.

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favoravelmente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador João Ribeiro? *(Pausa.)*

S. Exª está ausente.

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Favoravelmente. Peço a inclusão do caju.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto no açaí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Deixei de chamar algum Senador ou Senadora presente? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Senador Anibal Diniz está aí?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Sr. Senador Flexa Ribeiro?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco PCdoB – CE) – É voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Já que S. Exª é o autor da matéria, obviamente, não é necessário que vote.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira já se ausentou, como também o Senador Alvaro Dias, mas há número suficiente de votantes.

Portanto, a matéria está aprovada por unanimidade.

O açaí venceu!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª permite que eu me manifeste?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, ouço V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Paulo Bauer, chegou aqui o Senador Randolfe, que vai votar, com certeza, favoravelmente, porque o Amapá também é produtor de açaí.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A designação do açaí como fruto nacional não é para dentro do Brasil; é bom explicar isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente. É para fora.

Senadora, V. Exª fez referência ao porquê de o açaí ser considerado fruto nacional. O açaí ganhou o mundo como energético. Hoje, no Pará, o Governador Simão Jatene lança um programa de incentivo à cultura, à produção, à comercialização e ao manuseio do açaí, porque, graças ao fato de o açaí ter ganhado o mundo, ele deixou de ser consumido pela camada mais desfavorecida do Estado em função do preço. Então, é preciso que tenha um incentivo ao seu cultivo.

Lá atrás, Senador Paulo Bauer, o cupuaçu, que, pela emenda do Senador Walter Pinheiro, também foi resgatado como fruto nacional, foi patenteado como marca por uma empresa japonesa, por uma empresa do Japão. Então, os brasileiros, os amazônidas, para utilizar a marca cupuaçu, tinham de pagar *royalties* aos japoneses, o que levou a um processo internacional para se derrubar isso. Reconhecendo o açaí como fruto nacional, estamos exatamente protegendo as nossas raízes. E vamos, com isso, ganhar internacionalmente um espaço para o fruto, que já é reconhecido aqui e que, agora, terá um reconhecimento internacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador, eu lhe agradeço a informação. Tenha a certeza de que não sou contra isso. Apenas observei que seria um pouco difícil explicar, no meu Estado, por que há um projeto para o açaí e não há um projeto para outras frutas que lá existem e que estão no Brasil inteiro. Mas a minha preocupação, agora, é dar celeridade aos trabalhos, para não perdermos o quórum.

O Item 1 da nossa pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 198, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp, que não se encontra presente aqui. Por isso, o item não será objeto de deliberação e de análise.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vamos para o Item 4, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Foi feito o pedido de inversão de pauta, para que fossem votados os Itens 7 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Mas o Item 4 não é terminativo, Senador. Estamos apreciando, primeiro, os itens terminativos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Item 4 também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu já vou chegar lá, bem rapidinho. Não levará um minuto.

O Item 2 também não será objeto de deliberação, por causa da ausência do Senador Paulo Paim.

O Item 3 é terminativo e, agora, será deliberado em turno suplementar.

ITEM 3

– Terminativo -

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2010

(Turno Suplementar)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência, nas dependências da escola, do aluno da educação básica durante todo o turno em que esteja matriculado, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.

Autoria do Substitutivo: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Autoria do PLC nº 043/10: Deputado Ayrton Xerez.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: favorável, na forma do substitutivo oferecido, incorporando parcialmente a emenda oferecida pela Senadora Ana Rita, e pela rejeição da emenda de autoria do Senador Valter Pereira.

Observações: *1 – O substitutivo de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira ao PLC nº 043/10, incorporando parcialmente a emenda oferecida pela Senadora Ana Rita, foi aprovado na reunião do dia 27/09/11, prejudicando o projeto e a emenda de autoria do Senador Valter Pereira a ele oferecida, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal;*

2 – Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agora, passamos ao Item 4, não terminativo. É isso?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PMDB – SC) –

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2010

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a realização de exames antidoping nas provas físicas dos concursos públicos.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Relatório: favorável, com a emenda oferecida.

Observações: *1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;*

2 – A matéria constou na pauta na reunião do dia 27/09/2011.

O Relator é o Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra V. Exª, para apresentar o seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte se refere ao Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever a realização de exames antidoping nas provas físicas dos concursos públicos*.

A iniciativa acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com o objetivo de determinar que, *nos concursos públicos em que se prevê a existência de provas físicas, será exigida a realização de exames antidoping, nos quais se observará [sic], na forma do regulamento, as normas e procedimentos adotados pelas entidades brasileiras de administração do esporte olímpico, cuja divulgação constará, obrigatoriamente, do edital* (art. 1º).

O art. 2º prevê apenas que a vigência da lei em que o projeto se transformar ocorrerá na data da publicação.

Lembro que, se aprovada nesta Comissão, a matéria vai para a Comissão de Constituição e Justiça.

Há um questionamento se a proposição é ou não privativa do Presidente da República, conforme a interpretação que se dê ao disposto no art. 61, § 1º, II, "c", da Constituição Federal. Mas a matéria vai ser examinada na Comissão de Constituição e Justiça, e creio que esse tema é mais afeito àquela Comissão.

Na prática, Sr. Presidente, em vista de um conjunto de argumentos que são expostos, nosso entendimento, no que toca a esse ponto, é o de que não há óbices à aprovação da matéria.

Parece-nos justa a imposição dos exames *anti-doping* para garantir uma situação de igualdade entre os candidatos, punindo aqueles que busquem meios ilícitos para obter uma vantagem, que resultaria desleal, no concurso. E afigura-se sábia a decisão de exigir que os exames observem as normas e os procedimentos adotados pelas autoridades mais especializadas no assunto.

Salientamos somente a necessidade de se corrigir uma falha de concordância verbal que se encontra no parágrafo único do art. 11, proposto no art. 1º do PLS nº 318, de 2010: a forma verbal correta é "se observarão", no plural.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 1º. O art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

'Art. 11. .....

Parágrafo único. Nos concursos em que se prevê a existência de provas físicas, será exigida a realização de exames antidoping, nos quais se observarão, na forma do regulamento, as normas e os procedimentos adotados pelas entidades brasileiras de administração do esporte olímpico, cuja divulgação constará, obrigatoriamente, do edital.'"

É esse o parecer, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Apresentado o relatório – e se trata de matéria não terminativa; até quero desculpar-me, porque coloquei em discussão e em aprovação o requerimento do Sr. Senador Wellington Dias referente a uma matéria não terminativa, para ser apreciada antes das terminativas, fruto de um momento de pressa –, como não se exige quórum qualificado, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Não há manifestação em contrário.

Então, está aprovado o relatório do Senador Wellington Dias.

O Item 7 nós já votamos. O Item 8 é de minha autoria, e vou ler o relatório. Faço um apelo aos Srs. Senadores para que permaneçam aqui.

O Item 4 é não terminativo, bem como os Itens 5 e 6. Estou colocando em votação os itens terminativos. Estamos apreciando os terminativos. Depois que terminarmos a apreciação dos itens terminativos, iremos para a votação dos não terminativos. Apenas foi apreciado um item não terminativo, pelas razões que já expus.

Passo a Presidência, interinamente, ao Senador Flexa Ribeiro, para que eu possa promover a leitura do relatório do Projeto de Lei nº 400, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos.

Peço a V. Exªs que permaneçam aqui, a fim de que haja quórum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) –

ITEM 8

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2007

Altera o §2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

Autoria: Senador Wilson Matos.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Relatório: pela rejeição.

Tem a palavra o Senador Paulo Bauer, para leitura de seu parecer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) –

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos.

A proposição é composta de dois artigos, para incluir as universidades privadas e os centros universitários em geral no rol de entidades autorizadas a revalidar diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras.

Pelo art. 2º, o projeto determina que a mudança proposta entre em vigor na data de publicação da lei em que se transformar.

Ao justificar a iniciativa, o autor ressalta, essencialmente, que a inovação legislativa imprimirá celeridade aos procedimentos de revalidação dos diplomas, beneficiando estudantes que buscam formação de excelência no exterior.

Não foram apresentadas emendas ao projeto, que terá decisão terminativa nesta Comissão.

II – Análise

No âmbito do Senado Federal, a Comissão de Educação é o colegiado competente para opinar sobre a matéria. O dispositivo do art. 91, inciso I, do citado Ato Normativo confere às Comissões temáticas atribuição para discutir e votar projetos de lei ordinária de autoria de Senador.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposição não demanda reparos. O projeto envolve matéria atinente à competência privativa da União, sendo a iniciativa legislativa facultada aos membros do Senado Federal, consoante disposição do art. 48 da mesma Carta. Além disso, o projeto foi redigido segundo as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração das leis.

Em relação ao mérito, a ampliação do rol de entidades elegíveis para processar pedidos de revalidação de diplomas de graduação obtidos no exterior gera, de fato, expectativa de celeridade nesses procedimentos. Dessa forma, em princípio, a matéria em análise seria meritória. No entanto, a mera perspectiva de redução da morosidade, na análise de processos, não elide a preocupação com os riscos decorrentes da adoção da medida para a sociedade.

A propósito, é oportuno trazer à baila a percepção de alguns colegas Senadores anteriormente designados para relatar o projeto. Segundo as ponderações desses nobres Colegas, o exame da flexibilização alvitrada não poderia deixar de considerar questões de fundo, que costumam passar ao largo dos debates sobre revalidação de diplomas. Entre essas, reputamos crucial o entendimento dominante acerca da revalidação.

Entre nós brasileiros, como de resto no mundo ocidental, o diploma tem funcionado como instrumento hábil a comprovar determinadas habilidades mínimas para o exercício profissional. Em decorrência dessa importância dada ao estudo formal, a revalidação tem sido pontuada como um ato de Estado, por meio do qual se confere validade nacional ao diploma e, por via de consequência, habilita-se o seu portador ao exercício profissional no País, ressalvadas outras exigências da lei. A revalidação envolve, assim, um procedimento iniciado com a finalidade de verificar a compatibilidade da formação obtida no exterior com a equivalente nacional.

Decorre essencialmente dessa compreensão da revalidação como ato administrativo típico a legitimação das universidades integrantes da estrutura do Estado, nas diferentes esferas governamentais, para processar os pedidos. Com efeito, a revalidação dificilmente poderia ser vista como prerrogativa de instituições de ensino privadas, como propõe o PLS em análise. Mais do que um exercício discricionário, o instituto da revalidação constitui um poder-dever, exercido por delegação e em nome do Estado brasileiro.

Em adição, lembramos que experiências oficiais de alcance nacional vêm sendo adotadas no País, com vistas a aprimorar os procedimentos de revalidação. Essas iniciativas interferem direta ou indiretamente nos procedimentos de revalidação, independentemente de qualquer alteração na legislação ordinária em vigor. Emblemáticos, entre essas inovações, são os casos do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas de Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida) e do Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas no Mercosul e Estados Associados (Arcu-Sur), adotado no âmbito da XXXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em 2008.

O Revalida constitui iniciativa dos Ministérios da Educação e da Saúde, ora executada pelo Inep. Baseado na realização de um exame nacional para médicos formados no exterior que desejem atuar no Brasil, o Revalida já se encontra em sua segunda edição e tem incorporado aprimoramentos que tendem a produzir resultados nos próximos anos. Na mesma linha, o Arcu-Sur, aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 131, de 26 de maio de 2011, tende a tomar fôlego no médio prazo, à medida que forem sendo regulamentados, no âmbito das agências nacionais de credenciamento de cursos de cada país signatário do Acordo, os procedimentos de aferição da qualidade dos cursos nacionais em que será considerada a reciprocidade para fins de revalidação.

Estou terminando.

Como se sabe, os diplomas objeto de revalidação nas instituições nacionais são, em grande maioria, de graduação em Medicina e, cumulativamente, expedidos por instituições de ensino dos Estados Partes ou Associados do Mercosul. Com efeito, se essas duas experiências forem bem-sucedidas a ponto de se con-

solidarem, é possível que muitos dos problemas relacionados à revalidação sejam sanados.

Sendo assim, tendo em conta as razões apontadas, é forçoso opinar pela não acolhida da matéria em análise por esta Casa Legislativa.

No mais, destacamos que já encaminhamos ao MEC, por instrumento legislativo próprio, sob a chancela desta Comissão, requerimento destinado à obtenção de elementos e informações que reflitam a realidade das demandas por revalidação de estudos superiores junto às universidades brasileiras. De posse desses dados, será possível ao Congresso Nacional contribuir, de maneira mais consistente e fundada na realidade empírica, com o aperfeiçoamento da legislação pátria acerca do tema da revalidação de diplomas.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007.

Quero apenas esclarecer, embora não esteja escrito no meu relatório, que a rejeição a essa proposição se dá muito mais em razão da pretensão do autor em atribuir às universidades e às instituições de ensino superior privadas a competência para revalidar diplomas estrangeiros, naturalmente permitindo que elas cobrem por esse serviço. Não somos contrários à cobrança; entretanto, essa é uma incumbência do Estado brasileiro, do Governo brasileiro.

No meu parecer, está plenamente estabelecido que nós não podemos transferir da universidade pública e estatal a responsabilidade pela revalidação de diplomas estrangeiros, mesmo que obtidos em universidades privadas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Voto com V. Exª.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Esse requerimento que mencionei no meu relatório, que apresentei nesta Comissão e que já foi ao Ministério prevê exatamente que possamos receber mais informações, para, a partir daí, propormos uma sugestão de lei que aperfeiçoe o sistema existente no Brasil, no Ministério da Educação, junto às universidades públicas e gratuitas, para que a revalidação se torne mais célere e mais efetiva em nosso País.

Portanto, esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Wellington Dias, para discutir.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vou votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A matéria ainda está em discussão.

Falta um Senador para que haja quórum qualificado.

Vou abrir à votação. Vamos iniciar a votação.

O Senador Aloysio Nunes, o Senador Álvaro Dias...

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. *Fora do microfone.)* – É melhor sobrestar a votação, até que haja quórum. Fica sobrestada a votação. Lido o relatório, fica sobrestada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Então, vamos sobrestar a votação.

Retorno a Presidência ao Senador Paulo Bauer, para que S. Exª dê sequência à apreciação dos itens não terminativos, solicitando a permanência das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, até que cheguem aqui os Senadores, para que haja quórum para votarmos o item terminativo.

Retorna à Presidência ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro pela sua contribuição.

Daremos sequência à pauta. Antes, ouço o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Peço preferência para o Item 11, entre os terminativos, se por acaso chegar alguém aqui para votar. O Relator do Item 11 é o único que está aqui presente, que sou eu, e o relatório será lido em um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Só para mantermos o registro, quero dizer que terminamos a análise do Item 8, que é terminativo. O Item 9 é terminativo, mas o Relator não se encontra aqui. O Relator do Item 10 também não se encontra presente. E o Relator do Item 11 é V. Exª.

ITEM 11

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, DE 2011

Denomina "Aeroporto de Congonhas – Senador Romeu Tuma" o Aeroporto de Congonhas/São Paulo, localizado na capital do Estado de São Paulo.

Autoria: Senador José Sarney.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Inácio, vai ficar terminativa, efetivamente,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, é um projeto de lei de autoria do Senador Sarney, e o meu parecer é favorável à proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O.k., Senador Inácio Arruda. V. Exª se manifesta favoravelmente à matéria, que denomina "Aeroporto

de Congonhas – Senador Romeu Tuma" o aeroporto localizado naquela cidade do Estado de São Paulo.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Não havendo quórum suficiente, fica sobrestada a votação.

Com a presença aqui do Senador Randolfe Rodrigues, falta ainda um Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não. O Senador Armando Monteiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Mas ele está na sala da Presidência, dando entrevista. Portanto, não posso começar a votação, porque, quando ele for chamado, ele não estará aqui para votar.

Vou pedir a todos que permaneçam aqui. Tão logo a entrevista termine, coloco a matéria em votação, imediatamente. É uma questão de minutos. Não perderemos o quorum, porque tenho a certeza de que todos aqui permanecerão, em homenagem ao Senador Armando Monteiro, que já deve concluir a sua entrevista.

Portanto, vamos ao Item 12. O Senador Magno Malta é o Relator e não se encontra presente.

Vamos, então, ao Item 13, Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 13

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, DE 2009

Denomina Rodovia Deputado Ildefonço Cordeiro o trecho da Rodovia BR-364, entre as localidades de Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança, Estado do Acre.

Autoria: Deputado Ilderlei Cordeiro.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: favorável

Observações: *1– A matéria constou na pauta na reunião do dia 27/09/2011;*

2– Matéria a ser votada em bloco.

V. Exª, Senador Randolfe, é o Relator e tem a palavra, para apresentar seu relatório, se possível de forma sucinta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Serei breve, Sr. Presidente.

De iniciativa do Deputado Ilderlei Cordeiro, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 185, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.530, de 2007, na origem), pretende atribuir denominação ao trecho da rodovia BR-364 compreendido entre as localidades acreanas de Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança, em homenagem a Ildefonço Cordeiro, ex-Deputado Federal pelo Estado do Acre.

No mérito, acolhemos as razões expendidas pelo autor, para quem o projeto busca preservar a memória de um homem honrado que dedicou a vida à defesa dos interesses do povo do Acre, Estado no qual se situa o trecho rodoviário escolhido para a homenagem. Nada mais pertinente e meritório, portanto, já que a iniciativa vem em reconhecimento da ação política empreendida pelo então Deputado Federal Ildefonço Cordeiro em prol da integração rodoviária do Estado, com destaque para a pavimentação do trecho acreano da BR-364.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 185, de 2009, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Apresentado o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Não havendo ainda terminado a entrevista do Senador Armando Monteiro, a votação fica sobrestada por mais um minuto. Peço à assessoria do Senador Armando Monteiro que solicite a ele que abrevie a sua entrevista. Peço ao Senador Cyro que não se ausente do plenário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Senador Anibal Diniz quer debater a matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra para debater a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, eu gostaria de encaminhar contra essa sugestão devido ao fato de que a história da BR-364 vem desde 1960, com o nosso saudoso Presidente Juscelino Kubistchek, que deu início a essa obra. De lá para cá, ao longo dessas décadas, muitas pessoas, muitos homens públicos se destacaram nessa verdadeira saga, que é essa tentativa de construção da BR-364, que, inclusive, não foi concluída, que será concluída, provavelmente, em 2012. Acho que seria um prejuízo grande para personalidades que ajudaram tanto nesse processo colocar apenas uma pessoa com o nome da BR-364.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Exª então...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço vista, então, do processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Item 13 é retirado de pauta, por solicitação de vista da matéria, que é concedida por cinco dias ao Senador Anibal Diniz. Portanto, fica concedida vista do Projeto de Lei nº 185.

Outro item terminativo é o Item 14 da pauta. Não está presente o Senador Relator.

Encerramos os itens terminativos.

Agora, vamos começar a votar os itens terminativos, tendo em vista que a votação havia ficado sobrestada. Vamos colher votos.

O primeiro é o Item 8, relatado por mim.

Passo a colher os votos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda? (*Pausa.*)

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Maria do Carmo?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Alguém ficou sem chamada?

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – "Sim", com o Relator?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Portanto, o parecer está aprovado, e a matéria está prejudicada.

Passamos a colher os votos ao Item 11, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 429, relatado pelo Senador Inácio Arruda.

Vamos colher os votos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Meu voto é conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O voto do Senador Inácio Arruda é conhecido.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, com todo respeito ao autor do projeto, eu, como paulista, acho que é inócuo querer mudar o nome do Aeroporto de Congonhas. Ele jamais vai ser conhecido por outro nome. J faz muitos anos que ele tem esse nome. Prefiro deixar conservado o nome Aeroporto de Congonhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O Senador Cyro Miranda é contra.

Como vota a Senadora Maria do Carmo?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Está aprovada a matéria.

Passamos ao Item 9.

ITEM 9

– Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2009

Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: pela prejudicialidade.

Observações: *1 – Na reunião do dia 27/09/11, a matéria foi lida, iniciada a discussão.*

Esse Item já foi relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira na reunião do dia 27 de setembro.

Agora, vamos votar a matéria.

O relatório foi pela prejudicialidade da matéria e falava das despesas com alimentação escolar.

Colho os votos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota a Senadora Maria do Carmo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – O relatório se encontra aprovado, e a matéria está prejudicada.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O Presidente não me chamou. Não me chamou, não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Desculpe-me, Senadora Ana Rita. Eu não chamei V. Exª?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não chamou, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Perdão, Senadora! Como vota V. Exª?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado.

Agora, vamos apreciar os itens não terminativos, que não exigem quórum qualificado.

ITEM 5

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2010

Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (disc-jockey) e Produtor DJ (disc-jockey).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: favorável.

Observações: *1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.*

A Relatoria é do Senador Armando Monteiro, a quem concedo a palavra para apresentar seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de autoria do nobre e eminente Senador Sérgio Zambiasi reproduz, na realidade, uma iniciativa que havia sido, na Legislatura anterior, apresentada pelo saudoso Senador Romeu Tuma e que foi, portanto, aprovada nesta Casa, que era o PLS nº 740, de 2007, que obteve aprovação na Câmara e no Senado e que veio a ser vetado pela Presidência da República, circunstância que não prejudica sua apreciação neste momento.

Registre-se que a proposição sob exame foi originalmente distribuída ao exame exclusivo e terminativo da Comissão de Assuntos Sociais. Chega, entretanto, à Comissão de Educação, por força de requerimento apresentado pela eminente Senadora Marisa Serrano, para oitiva prévia deste colegiado.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 102, incisos II e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação emitir parecer sobre o projeto de lei em exame, que trata da regulamentação de profissões inseridas no âmbito da diversão e dos espetáculos públicos e das criações artísticas.

No tocante ao mérito, impõe-se ressaltar que as atividades profissionais de DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ (*disc-jockey*) e de Produtor DJ (*disc-jockey*) deixaram de ser secundárias há vários anos, tornando-se relevantes na sociedade atual, tanto pela criatividade quanto pelo profissionalismo que envolvem.

Estima-se, hoje, que mais de um milhão de *disc-jokeys* atuam à margem da legislação, como autônomos, nos diversos meios de espetáculos de diversão ao público, animando número incalculável de pessoas.

Ora, se os artistas já têm sua profissão regulamentada, é hora de atribuir a esses profissionais tratamento isonômico, com o objetivo de assegurar-lhes direitos comuns aos trabalhadores, evitando lides judiciais, que, na situação deles, seria de difícil efetividade, dada a característica de sua atividade. Vale dizer que a atuação desses profissionais, certamente, auxiliará aspectos tecnológicos da educação, mormente da educação a distância, tornando-se ferramenta útil para o desenvolvimento da educação nacional como um todo.

Entendemos que o Congresso Nacional já tem posição sobre a matéria, pois aprovou o PLS nº 740, de 2007, de autoria do saudoso Senador Romeu Tuma, fonte declarada de inspiração para a iniciativa agora apresentada pelo eminente ex-Senador Sérgio Zambiasi, um dos mais experientes e competentes comunicadores do País.

Por isso, nossa orientação reitera o posicionamento anteriormente firmado por esta Casa, reconhecendo a relevância e a oportunidade das medidas aventadas no projeto ora sob exame.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 322.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-la...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria endossar e elogiar o relatório do Senador Armando Monteiro, não só pela qualidade, mas pelas referências feitas ao meu colega e amigo Sérgio Zambiasi, que trata de uma categoria que aguarda com ansiedade essa decisão do Congresso Nacional.

Então, quero parabenizar o Relator, o meu colega Sérgio Zambiasi, especialmente, e, evidentemente, também a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o relatório apresentado pelo Senador Armando Monteiro permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Registro a presença do dirigente do Sindicato dos DJs de Brasília, que saudamos.

Passamos ao último item da pauta, Item 15, não terminativo, que trata de requerimento apresentado pela Senadora Lídice da Mata.

ITEM 15

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 63/2011 – CE

"Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão solicite à Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal (Sepop) uma pesquisa qualitativa sobre o tema da cultura. A pesquisa deve abordar os seguintes aspectos: a necessidade de aumento dos recursos destinados à cultura; limitação de empenho e movimentação financeira das dotações constantes da lei orçamentária anual destinadas à cultura; priorização de recursos às manifestações culturais tradicionais da nossa cultura, como afro-brasileiras, indígenas, ciganas etc; realização de atividades culturais em espaços públicos, como escolas e praças públicas, como forma de proteger e promover a identidade e a diversidade cultural; e importância da cultura como fator de desenvolvimento socioeconômico dos países."

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra à autora, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Apenas quero reiterar o apelo para que possamos fazer essa pesquisa.

Infelizmente, o Regimento da Casa nos impõe que não nos podemos dirigir diretamente à Sepop e que o requerimento tem de ser aprovado na Comissão.

Eu gostaria de fazer uma pesquisa a respeito desses temas, para que pudéssemos dotar nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte de elementos, para que possamos elaborar legislativamente a nossa contribuição ao fortalecimento da cultura nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Quero, além de cumprimentar V. Exª pela iniciativa, registrar que as pesquisas feitas pela equipe da Casa são, sem dúvida, de alta importância e de grande qualidade. V. Exª toma uma providência muito adequada, que, sem dúvida, vai ajudar muito esta Comissão nas deliberações futuras que houver com relação a questões culturais.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Está aprovado o requerimento de V. Exª.

Informo a todos que, amanhã, será realizada uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e com a Comissão de Direitos Humanos. Essa audiência ocorrerá, então, no dia 19 de outubro, quarta-feira, às 10 horas, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa. O assunto é: "A Mulher Grávida, o Bebê e a Primeira Infância na Construção da Saúde Mental". A autoria é do Senador Paulo Paim. Essa audiência está inserida na programação da 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal, que se realiza entre 18 e 20 de outubro do corrente ano.

Não havendo mais Srs. Senadores e Srªs Senadoras que queiram usar da palavra, declaro encerrada a presente reunião, convocando a próxima reunião, nos termos aqui já anunciados, para amanhã, como reunião extraordinária, às 10 horas da manhã.

Obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 62ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia doze de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senhor Senador **Paulo Paim**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 98, de 2011–CDH, aprovado em 07/07/11, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater os 10 anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários– ABCCOM e a relação com os Direitos Humanos. Convidados: Edivaldo Farias, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM; Deputada Federal Luiza Erundina; Paulo Miranda, Primeiro Vice-Presidente da ABCCOM;

Lina Távora, Assessora, em representação a Senhora Ana Paula Santana, Secretária do Audiovisual – SAV, do Ministério da Cultura; Gabriel Priolli, Presidente de honra da Associação Brasileira de Televisão Universitária; Francisco Pereira da Silva, Diretor Adjunto da ABCCOM; Fabrício Gonçalves Costa, Diretor de Mídia, em representação ao Senhor Roberto Bocorny Messias, Secretário de Comunicação Integrada da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM; Octávio Pieranti, Coordenador-Geral de Radiodifusão comunitária do Ministério das Comunicações; Beto Almeida, Membro da Junta Diretiva TELESUR; Fernando Mauro Trezza, Ex-Presidente da ABCCOM; e José Roberto Barbosa Garcez, Diretor de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. O Senhor Presidente franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no plenário. Faz uso da Palavra o senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicitamos a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, o que coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 98, de 2011, deste Senador e de outros, com vistas a debater os 10 anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) e a relação com os Direitos Humanos.

Nós convidamos para esta audiência as seguintes pessoas: Sr. Edivaldo Farias, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários. Não sei se está presente. (Pausa.)

Bom, como faremos diversas mesas, eu vou fazendo o convite e os que estiverem presentes dirijam-se à mesa para começarmos nossos trabalhos.

Sr. Paulo Miranda, 1º Vice-Presidente da ABCCOM.

Então, já convido o Paulo para vir à mesa. (Palmas.)

Sr. Fernando Mauro Trezza, ex-Presidente da ABCCOM.

Sr. Francisco Pereira da Silva, Diretor Adjunto da ABCCOM. (Palmas.)

Está presente a Srª Marta Pavese Porto, Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, ou a sua representante.

Está ela? (Pausa.)

Então, convido a Ana Paula, que está representando o Ministério da Cultura, do Audiovisual. (Pausa.)

Sim; Lina Távora. Está certo aqui. Eu é que estava falando da Ana Paula.

Srª Lina Távora, da Assessoria do Ministério, representando a Srª Ana Paula Santana, Secretária de Audiovisual.

Eu convido, neste momento, para fazer parte desta primeira mesa, a minha sempre querida Deputada Federal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, vai ter de vir para a mesa.

Ministra que eu tive oportunidade de apoiar na época, e não me arrependo. Foi Ministra do Trabalho, fui lá, visitei e apoiei. (Palmas.)

É uma alegria recebê-la aqui para fazer parte de nossa mesa.

A intenção nossa é de fazermos duas ou três mesas, se necessário. Aí, os convidados voltam ao plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai entrar na segunda mesa. Aqui, a ordem não é de... É que o máximo, para encaminhar os trabalhos, são quatro nesta primeira mesa. Depois, os quatro retornam para a primeira fila e vêm outros quatro. Assim, vamos desenvolvendo os nossos trabalhos.

Então, já está aqui o Octávio Pieranti, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações.

Faremos na segunda mesa.

Eu vou fazer uma rápida introdução para situar nossos amigos e amigas que estão assistindo à TV Senado.

Este debate é ao vivo para todo o Brasil. É um espaço, digamos, muito importante, no meu entendimento, para que a Comissão vá dialogando com a sociedade brasileira e, principalmente, com um tema como esse, que interessa a todo o povo brasileiro.

Então, nesta reunião, vamos debater os 10 anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) e sua visão sobre a liberdade de imprensa, naturalmente, e os Direitos Humanos.

Esta audiência é parte integrante do congresso em homenagem aos 10 anos da Associação, que, durante dois dias, debateu temas com os especialistas

e representantes do setor televisivo social e, naturalmente, toda a rede, pela sua amplitude.

A Associação Brasileira de Canais Comunitários foi fundada em 21 de julho de 2001, em São Paulo. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e tem como principais metas:

> I. a garantia do cumprimento da Lei do Cabo em toda a extensão territorial brasileira;
>
> II. reunir os canais comunitários de TV por assinatura ou abertos em todo o Território nacional;
>
> III. representar os interesses dos seus associados;
>
> IV. promover a democratização da comunicação;
>
> V. assegurar o exercício da liberdade de expressão dos representantes das entidades;
>
> VI. agir em conformidade com princípios éticos e igualitários que representem a pluralidade e a solidariedade;
>
> VII. promover a defesa da solidariedade entre os povos, do ambiente natural, biodiversidade e dos recursos naturais não renováveis, dos direitos humanos, liberdades individuais e coletivas e a justiça social; e, por fim
>
> VIII. assegurar o direito de expressão, de geração de informação e de produção cultural para todos os segmentos da sociedade.

Os canais comunitários foram criados em 1995, por meio da Lei Federal nº 8.977, conhecida pela Lei de TV a Cabo. Esses canais são utilizados por organizações não governamentais.

As primeiras cidades do Brasil a instalarem os canais comunitários foram: Brasília; no Rio Grande do Sul, em Porto alegre; São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, em 1997. Hoje existem cerca de 70 canais comunitários espalhados por todo o Brasil. Eles garantem maior visibilidade dos trabalhos desenvolvidos por comunidades locais, como igrejas, sindicatos, organizações não governamentais, entidades ambientalistas, sindicatos, associações de moradores, fundações culturais, escolas, entre outras tantas.

Podemos afirmar que os canais comunitários têm propiciado uma maior difusão e visibilidade dos temas regionais, sejam eles jornalísticos, artísticos, educativos ou culturais, específicos de áreas e das mais diversas localidades do País.

Quero lembrá-los de que, nesses 10 anos de existência, a ABCCOM tem exercido uma interlocução entre os canais comunitários e o Poder Público, atua frente ao Ministério das Comunicações, à Anatel e aqui, no Congresso Nacional.

Alguns pontos que a ABCCOM defende, com muita convicção:

> política de mídia comunitária para o Brasil;
>
> financiamento público para canais comunitários, por meio de um fundo nacional de apoio e desenvolvimento da mídia comunitária e pública;
>
> acesso ao modelo digital, previsto no Decreto nº 5.820, que regulamentou a TV digital no Brasil;
>
> acesso à rede pública de TV digital;
>
> ocupação de cerca de 200 canais à disposição da sociedade;
>
> regulamentação democrática do canal da cidadania. O Decreto nº 5.820 prevê a existência de um canal da cidadania por cidade.

As TVs comunitárias, assim como as rádios comunitárias, representam papel fundamental à prática da democracia no nosso País. Vão de encontro ao sistema de concessão obrigatória do Governo Federal para o funcionamento de canais abertos.

Um aspecto importante dos meios de comunicação comunitários, conforme princípios estabelecidos pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias, é a garantia de promoção do exercício do direito à informação, à liberdade de expressão aos integrantes das suas comunidades.

Esta audiência tem também o objetivo de reafirmar o princípio fundamental da liberdade de imprensa, na defesa dos ideais democráticos, libertários e humanos do nosso País.

Por fim, só esta citação, segundo os preceitos do art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos – e aqui terminamos:

> "Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras."

Com essa rápida introdução, só para situar àqueles que vão assistir ao debate, de imediato, passo a palavra, pela ordem que me apresentou a Secretaria da Mesa, ao Paulo Miranda, 1º Vice-Presidente da ABCCOM. (Pausa.)

Parece-me que o Edivaldo já chegou. Quem sabe o Edivaldo quer abrir os trabalhos. Vocês poderiam trocar se assim entenderem. Preferem? (Pausa.)

Então, o Edivaldo faz a troca e você entra na segunda mesa. Vocês mandam.

(Palmas.)

Então, o Francisco entrará na segunda mesa, ele que é Diretor Adjunto, e o Edivaldo Farias, que é Presidente da Associação Brasileira Canais Comunitárias (ABCCOM), abrirá os trabalhos desta audiência pública.

Repito: teremos três mesas. Percebo que quase todos os convidados chegaram. Então, peço à Assessoria que os organizem por mesas: primeira, segunda e terceira.

O Edivaldo acaba de chegar e já vai direto para o fogo, com a responsabilidade de iniciar a nossa audiência pública para tratar de tema, naturalmente, de interesse, na minha avaliação e creio que na de vocês, de todo o povo brasileiro: a liberdade de comunicação e de expressão.

Pode respirar, pode tomar um copo d'água. (Pausa.)

Está com a palavra Edivaldo Farias.

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Bom dia.

Senador Paulo Paim, cumpre-nos o dever de agradecer a V. Exª e aos seus Pares pela deferência em designar esta audiência pública de homenagem aos 10 anos da ABCCOM. E, junto com a Deputada, guerreira, Luiza Erundina, sempre presente em todos os eventos que tratam de comunicação pública, inclusive semana retrasada aqui estivemos, juntamente com ela, debatendo; cumprimento a Drª Lina Rocha Fernandes Távora, Assessora da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura; a todos os senhores; aos companheiros da ABCCOM e aos telespectores da TV Senado. Realmente, para nós, isso tem um significado tão grande, Senador Paulo Paim, que deliberamos marcar esta audiência pública, em que somos homenageados, como o primeiro passo do VII Congresso da Associação Brasileira de Comunicação, que se inicia exatamente agora em Brasília.

(Palmas.)

Outros congressos com mais pompa com mais pessoas em outros Estados já foram realizados, mas este, além da homenagem prestada pelo Senado, tem um significado muito maior, porque do Brasil inteiro estão chegando representantes dos canais comunitários, todos vindo por conta própria, com muito sacrifício, sem nenhum patrocinador, sem nenhuma verba, praticamente "puxando a cachorrinha", como o Presidente Lula, como nós, nordestinos, e outros nordestinos aqui presentes chegaram à corte como eu cheguei.

Senador, nós não podíamos deixar de aproveitar esta oportunidade festiva – e não vou tomar o tempo dos demais palestrantes e dos demais debatedores – para fazer o registro de que – e principalmente porque esta solenidade está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado – os canais comunitários, Senador, vivem uma situação de penúria!

No ano de 1968, eu, como muitos companheiros já de cabelos brancos aqui, fomos aprisionados e amordaçados nos porões da ditadura. No DOPS de Belo Horizonte, eu estive, pelo menos, 18 dias incomunicável. E os corpos de companheiros que moravam comigo até hoje não foram encontrados. Mas aqui, no regime dito aberto, no regime dito democrático, eu me sinto – e me perdoem a franqueza – cada vez mais aprisionado.

Quando achávamos que tínhamos uma democracia plena, ou quase plena, quando a sociedade tem o direito e o privilégio de entrar na Casa Maior do Parlamento brasileiro e falar com liberdade, posso afirmar que os canais comunitários não têm isso, Senador, e estão na iminência de perder o poder de falar, o poder de funcionar. Nós, que batíamos e vivíamos uma luta insana para obter o sinal aberto, estamos hoje tolhidos. Se vivíamos aprisionados por uma norma da Anatel que ameaçava fechar os canais comunitários que tinham algum apoio cultural, isso hoje está virando lei. Já foi aprovado por esta Casa, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, se a Presidenta Dilma não atender nosso apelo e vetar dois artigos absurdos, contidos nesse PL nº 116, todos os canais comunitários, todos os canais universitários estarão correndo o risco de serem fechados, porque esse famigerado PL nº 116 contém dois dispositivos que deixam as raposas tomarem conta das ovelhas, quer dizer, "fica a critério das operadoras"... Operadoras de quê? Qualquer operadora! Qualquer operadora! Não é de TV a cabo, não! Pode simplesmente alegar que não tem viabilidade técnica nem financeira para mandar um sinal. Aí, comunica a Anatel, que sempre trabalhou contra os canais comunitários – esta que é a realidade –, vai logo de imediato aprovar, e os canais – qualquer canal – poderá ficar fora do ar, Senador!

Então, fica aqui esse registro. Embora possa ser indelicadeza registrar isso em uma audiência pública, nesta solenidade, mas é preciso que a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso não é indelicadeza, é liberdade de expressão.

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Isso; "liberdade de expressão".

Agora, o que os canais comunitários – para não fugirmos ao tema – têm a ver com os direitos humanos? Têm tudo a ver! Porque quase todos nós temos, pelo menos, 50 anos de militância em prol da liberdade de expressão e a favor dos direitos humanos. Eu comecei aos 14 anos de idade.

(Palmas.)

Eu passei pela JEC, pela JUC, pelo PT, fui a todos os lugares. Sou juiz aposentado e fui a ovelha negra do Tribunal, porque nunca concordei – e me aposentei por livre e espontânea pressão – com as arbitrariedades, com o nepotismo da cúpula do Poder Judiciário.

Temos tudo a ver com os direitos humanos, porque são nos canais públicos que os excluídos têm voz, têm vez, têm espaço. As minorias têm espaço, os defensores dos direitos humanos têm espaço.

Qual o Ministro, deste e de outros governos, que não já passou por um canal comunitário? Lá, em Belo Horizonte, tive a satisfação de entrevistar inúmeros Ministros, inclusive a nossa companheira de sempre, Luiza Erundina... O Senador Paulo Paim, o mais breve possível, se Deus quiser, estará conosco.

Então, se calarem a voz dos canais comunitários, se já nos aprisionaram no cabo, se nos amordaçarem através desse famigerado PL nº 116, a comunidade não terá voz, a comunidade universitária não terá a garantia de botar um sinal no ar.

E, façam-me o favor, Srs. Parlamentares, de aderirem às frentes criadas pela Deputada Erundina. Não é possível que se dê o direito à comunidade de utilizar um canal e que esse canal só possa ser visto por quem pode pagar uma assinatura cara de TV.

Não vou me alongar porque há muita gente com muita coisa importante para falar. Só quero, mais uma vez, agradecer ao senhor, agradecer aos presentes, agradecer à assessora da Secretaria do Audiovisual... E, daqui, eu faço uma lembrança: dê uma mãozinha lá para a gente, pague os nossos pontos de cultura, para que os canais comunitários possam sobreviver.

(Palmas.)

Temos ponto de cultura, mas não recebemos. A gente sabe das dificuldades em que se encontra o Governo, mas vamos ultrapassar essas necessidades, para que não tenhamos que mendigar, pedir auxílio a um e outro para pagarmos uma passagem para recebermos aqui uma homenagem tão valiosa quanto esta do Senado.

Desculpem o prolongamento.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pela fala, Dr. Edivaldo Farias, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários.

No fim da audiência pública, vamos para os encaminhamentos. É nossa intenção, depois de ouvi-los, fazer com que saia desta Comissão um documento – vamos esperar os encaminhamentos, naturalmente – que vamos dirigir, em nome da Comissão, à Presidenta, falando desse apelo para que esses dois artigos sejam vetados. No encaminhamento final, a gente providencia isso.

Vou passar a palavra, seguindo a ordem, à nossa querida amiga, ex-colega minha, como Deputado, ex-ministra, nossa Deputada Federal Luiza Erundina, que é Presidente da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação.

Parabéns. Seja bem-vinda! É uma alegria ouvi-la.

A SRª LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Bom dia a todos e a todas!

Quero saudar a Mesa na pessoa do nosso queridíssimo, muito respeitado pela sociedade brasileira, Senador Paulo Paim; também quero saudar o Edivaldo Farias, Presidente da ABCCOM, o Paulo Miranda, vice-presidente dessa entidade; a Ana Paula, do Ministério da Cultura, e a cada uma e a cada um de vocês que estão aqui na abertura dessa importante iniciativa; e quero saudar o Senador exatamente por disponibilizar este espaço, que é o espaço democrático do Senado, como é também da Câmara dos Deputados, na Comissão de Legislação Participativa, só que lá, na Câmara, nós temos uma CLP e temos uma Comissão de Direitos Humanos; aqui, num dado momento, juntaram-se essas duas comissões. Há uma tentativa, também lá na Câmara, a cada nova legislatura, de fundir as duas comissões, o que, dependendo de quem esteja à frente de uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, dará o mesmo peso às duas comissões de mérito, o que, certamente, nas mãos do nosso Senador, está garantido. Todavia, não é garantido nas mãos de outro que veja na legislação participativa não o exercício da democracia direta, da democracia participativa, mas um atentado, um risco ou uma limitação à democracia representativa, o que é um equívoco, pois não há democracia representativa forte, legítima e acreditada pela sociedade se não se tem a outra dimensão da democracia direta, a democracia participativa. Em outros países, democracia consolidada, democracia forte, com o exercício da democracia direta e participativa é praxe, é todo dia, é todo mês, é todo ano, é toda eleição.

Então, queria registrar esse fato e dizer que a CLP da Câmara e a CLP do Senado também completam dez anos, Senador. Primeiro lá na Câmara, depois aqui, mas ao mesmo tempo. E isso também tem sido um fato a ser comemorado, ou seja, a conquista desse espaço democrático, que é uma ponte, uma janela, pelo menos, do Congresso, Câmara e Senado, à sociedade civil, sobretudo à sociedade civil organizada.

(Palmas.)

E este evento que celebra os dez da ABCCOM ocorre numa conjuntura particularmente importante das comunicações em nosso País, seja pelos avanços que já podemos contabilizar, seja pelas ameaças de

retrocesso que se colocam no cenário em relação ao setor público das comunicações.

Represento aqui a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação, que é um coletivo de mais de 200 Deputados e Deputadas e de mais de 100 entidades nacionais ligadas à questão das comunicações sociais. E essa frente parlamentar tem tido um empenho muito forte, realizando inclusive audiências públicas com a presença de Ministros, de técnicos e especialistas em torno da política de comunicação para cobrar certas questões como, por exemplo, o novo marco regulatório para as comunicações.

Há uma polêmica em torno de uma falsa questão. A quem interessa afirmar que, ao se anunciar a necessidade de um novo marco regulatório, já que o marco atual vigente é absolutamente caótico, sem lógica, sem concepção global da questão das comunicações no Brasil, esse marco regulatório deva ser revisto se se quer colocar o Brasil num patamar de atualidade e de modernidade e à altura de dialogar com as novas tecnologias incorporadas no setor das comunicações sociais no mundo e no Brasil?

Basta lembrar, Senador, colegas de Mesa e de plenário, que o nosso marco regulatório é de 1962, já vai fazer, portanto, 50 anos – o Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962. O decreto que regulamentou inclusive as concessões é de 1963... Aliás, de 1967, na época da ditadura militar. O Capítulo V do Título VIII da Constituição de 1988, que trata todo ele da comunicação social, até hoje não teve nenhum de seus artigos regulamentados. A Lei Geral das Telecomunicações é de 1977/78. Está também superada. O pior é que esses estatutos legais, essas normas não dialogam entre si; é um verdadeiro caos. Como é possível ter uma política de comunicação que de fato represente, na sua plenitude, os avanços das comunicações sociais no Brasil e no mundo com um marco regulatório nessas condições?

Então, é preciso reagir fortemente contra aqueles que não querem regulamentação nenhuma e que alegam que qualquer regulamentação seria censura. Não se trata disso. Porque não são esses que estão propondo um novo marco regulatório que têm qualquer... São esses, exatamente, que lutaram pela liberdade de expressão. Não são os que alegam que uma nova regulamentação pode significar censura à imprensa. Não foram estes que lutaram pela liberdade de expressão na história recente do nosso País, sobretudo naquele período da ditadura militar. É preciso reagir com muita energia, com muita convicção e com muita vontade política, para não entrar nesta lógica falsa, mentirosa, resistente aos avanços da democracia no campo das comunicações, ao não se querer um novo marco regulatório.

Este momento também é marcado pela aprovação do Projeto de Lei nº 116. Temos de reagir fortemente contra os §§ 7º, 8º e 9º do art. 32, que atentam contra a sobrevivência do setor público das comunicações. A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão vem lutando fortemente, determinadamente por um operador nacional de rede, para digitalizar as TVs públicas, as TVs legislativas, as TVs universitárias, as TVs comunitárias, as TV do campo público. Com uma política de comunicação que não coloque o setor público das comunicações no mesmo patamar de importância, de incorporação de novas tecnologias e aberta à cidadania, não se pode dizer que há democracia no País em torno das comunicações.

Como os senhores e as senhoras estão a perceber – e falo sobretudo para os telespectadores, para os internautas, se, eventualmente, estiverem se comunicando conosco –, precisamos atentar para isto, para impedir esses retrocessos e impedir que se inviabilize o setor público das comunicações, exigir que a Presidente vete esse parágrafos do art. 32, ou seja, vete o art. 32.

(Palmas.)

Então, não querendo mais me estender, quero dizer da oportunidade deste evento, não só pela celebração dos dez anos da CLP do Senado, da CLP da Câmara e, sobretudo, da ABCCOM, pois essa pauta, essa agenda é absolutamente estratégica, necessária, intransferível para fóruns como os nossos e para a sociedade civil organizada, que já perceberam que não há democracia plena, assegurada, consolidada, sem a plena democracia dos meios de comunicação, com liberdade de expressão e o direito fundamental, o direito humano às comunicações, como prevê a própria Declaração dos Direitos Humanos, que há bastante tempo rege, de certa forma, a convivência entre as nações, os países.

E esta Casa, pelas mãos de uma Comissão com esse compromisso com a democracia direta, com a democracia participativa, vindo juntamente com entidades como a ABCCOM e tantas outras... E a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação se coloca em parceira com esta Comissão que, em boa hora, está sob o seu comando, Senador, para que não permitamos qualquer retrocesso às conquistas que custaram grande preço à sociedade. Mais do que isso, façamos um novo marco regulatório, criemos um operador único de rede para fortalecer o setor público das comunicações. E, mais do que isso: temos que estar na vanguarda dessa luta por esses direitos, e os dez anos da ABCCOM é uma importante

oportunidade para se afirmar os compromissos com essas causas, com essas questões e com esses direitos, que são o direito à liberdade de expressão e o direito humano à comunicação.

Muito obrigada e um sucesso grande a este evento.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à minha amiga, Deputada Federal Luíza Erundina, que preside a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação. Na sua fala, V. Exª reforçou o encaminhamento que vamos tomar, dirigindo uma solicitação a nossa Presidenta Dilma Rousseff, para que vete os §§ 7º, 8º e 9º do art. 32.

(Palmas.)

Ao mesmo tempo, defende, com muita força e com muito conteúdo, o novo marco regulatório.

Muito bem, minha querida Luíza Erundina!

Passamos a palavra, de imediato, a Paulo Miranda, 1º Vice-Presidente da ABCCOM.

(Palmas.)

O SR. PAULO MIRANDA – Bom dia a todos do plenário e também aos telespectadores da TV Senado.

Em primeiro lugar, queria colocar em votação uma proposta que surgiu na minha cabeça agora, Senador Paim e Deputada Luiza Erundina.

Quem concorda levanta a mão para colocar, como nossa Presidenta de Honra da ABCCOM a Luiza Erundina e como nosso padrinho e Presidente de Honra o Senador Paulo Paim.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como diz o Roberto Carlos, vocês mexem com as nossas emoções.

(Risos.)

O SR. PAULO MIRANDA – São dois lutares do povo brasileiro.

A SRª LUIZA ERUNDINA – Obrigada, Paulo Miranda. É apenas a confirmação de um compromisso que já existia fortemente, da nossa parte, com essa entidade e com todas as outras entidades que militam no campo das comunicações. Sinto-me muito honrada. Agradeço essa homenagem.

(Palmas.)

O SR. PAULO MIRANDA – Então, a partir de hoje, nós temos uma Presidenta de Honra e um Presidente de Honra na ABCCOM.

Queria citar aqui – e peço que se levantem – os nossos companheiros de TV Comunitária de Curitiba. (Palmas.)

Da TV Comunitária de Ponta Grossa. (Palmas.)

Da TV Comunitária de Brasília, incluindo o Professor Vagner e o Centro de Ensino nº 03 de Sobradinho, do nosso ponto de cultura, sempre firme. (Palmas.)

Até vou pedir ao Senador Paulo Paim que deixasse também o Professor Vagner falar, porque ele coordena um grupo de jovens de uma escola pública de Sobradinho, jovens que moram em Planaltina, em Sobradinho, no Vale do Amanhecer... Todo mundo está fazendo televisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo, aqui quem manda sou eu, mas só não fala quem não quer. (Risos.) Isso é que é democracia. Só não fala quem não quiser falar.

Será atendido o seu pedido.

O SR. PAULO MIRANDA – Obrigado.

TV Comunitária do Rio de Janeiro. (Palmas.)

TV Comunitária de Belo Horizonte, nosso Presidente, o juiz aposentado Didi.

TV Comunitária de Farroupilha. (Palmas.)

Da TV Comunitária de São José dos Campos, o Renato. (Palmas.)

Da TV Comunitária de São José do Rio Preto. (Pausa.) O pessoal ainda não chegou. Está vindo o pessoal de Guarulhos também.

TV Comunitária de Marília. (Palmas.)

O Ronaldo, de Petrópolis. (Palmas.)

O pessoal de Campinas está vindo também.

De Florianópolis, na pessoa do Sílvio. (Palmas.)

TV Comunitária de Porto Velho. (Palmas.)

TV Comunitária de Porto Alegre, da terra do Senador Paulo Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Rio Grande do Sul está presente.

O SR. PAULO MIRANDA – TV Comunitária de Santa Maria, também do Sul. (Palmas.)

TV Com, de Sete Lagoas. (Palmas.)

TV de Recife. Está aí o Igor. É uma tevê excelente a de Recife. (Palmas.)

Eu queria agradecer muito a presença de todo mundo aqui e, principalmente, elogiar a Comissão de Direitos Humanos. Nós tivemos todo apoio do Senador Paulo Paim, do Tiago, do Roberto, de todo mundo que trabalha nesta Comissão nobre para o Brasil inteiro.

Agradecemos a presença do Ministério da Cultura aqui, do nosso grande lutador Gabriel Priolli, que é da ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária, que está no mesmo campo. Há também colegas que não estão aqui da Abepec, da Astral, todo mundo junto.

Eu queria começar, Senador Paulo Paim, pedindo também para incluir na proposta o veto ao §5º do art. 32, que proíbe as TVs públicas de terem acesso aos recursos da mídia privada. Também peço o veto ao §1º desse mesmo art. 32, que é bastante nefasto para as TVs públicas brasileiras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitir, Paulo, vamos já combinar en-

tão: antes de encerrar, eu peço que vocês, de forma resumida, encaminhem a proposta à Mesa e eu farei a leitura do conjunto da obra, na visão de vocês, do que deveria ser vetado. E nós vamos encaminhar.

O SR. PAULO MIRANDA – Vou deixar a tarefa com o nosso colega do Rio de Janeiro, o Moisés.

E por quê, Senador Paulo Paim, o §1º também? Porque, por meio de uma lei, estão dizendo que a Mesa do Congresso Nacional pode fechar a TV Senado ou a TV Câmara, o que é um absurdo, um ataque frontal ao Legislativo brasileiro por meio de uma lei! Isso é um absurdo! A TV Senado é um patrimônio do povo brasileiro! A TV Câmara também hoje é um patrimônio do povo brasileiro!

(Palmas.)

E agora que o povo brasileiro vai ter a chance de assistir a esses canais por meio deste modelo que é mais democrático, o digital, querem botar na lei que a Mesa do Congresso Nacional pode fechar um dos canais. Quer dizer, um absurdo, passando por cima dos dois Plenários das duas Casas!

Eu queria reportar um pouco aqui do que eu trouxe – e vou até passar à Mesa esta série de documentos, Senador: são documentos históricos da luta de como surgiram as TVs comunitárias no Brasil a partir das TVs de rua. Há um documento histórico aqui, de 1993, quando Maurício Corrêa era Ministro da Justiça. E, naquela época, em 1993, nós já estávamos pedindo a liberação dos equipamentos, apreendidos pela Polícia Federal, das rádios livres – nem havia rádio comunitária ainda no Brasil, nem TV comunitária –, o fim dos processos contra os que lutam pela democracia da comunicação no Brasil, a devolução desses equipamentos e o fim da repressão. Quer dizer, isso em 1993. Hoje, nós estamos em 2011 e passando praticamente ainda pelo mesmo processo, ou seja, por uma repressão à mídia pública brasileira, ameaças constantes às TVs comunitárias, às rádios comunitárias.

Nós queremos pedir ao senhor e à Deputada Luiza Erundina também que prossigam com a luta para que o Brasil tenha uma política de mídia comunitária.

Qual é a nossa política de mídia comunitária? O que nós queremos? Hoje – e o senhor leu os pontos principais –, nós precisamos ter, inicialmente, essa política de mídia comunitária. E é por isso que nós estamos aqui hoje e convidamos o Ministério das Comunicações, o Ministério da Cultura, a Secom, a Ministra Helena Chagas. Já enviamos duas cartas à Presidenta Dilma Rousseff, que passei para o senhor – uma carta de 21 de fevereiro e uma carta de 24 de agosto –, nas quais reafirmamos essas nossas bandeiras.

Nós queremos não sair do calo, mas queremos ter acesso à residência do povo brasileiro. Nós temos de ter essa política, assim como têm os Estados Unidos, tem o Canadá e agora, mais recentemente, a Venezuela, também investindo bastante nessa política de mídia comunitária. O Brasil está ficando para trás e com um problema maior, que é esse PLC nº 116, aprovado na Casa.

Nós queremos também reafirmar o nosso compromisso aqui hoje, nesta abertura do Congresso da ABCCOM, que o Decreto nº 5.820, do governo Lula, não incluiu, no modelo digital, nem as TVs comunitárias, nem as TVs universitárias. Um absurdo – em se tratando do fato de que cada dia mais vamos desenvolvendo as nossas tecnologias, multiplicando os canais em um modelo cada vez mais digital – restringir o acesso ao povo brasileiro, às universidades brasileiras. Quer dizer, o povo brasileiro tem de ter acesso a essa mídia. Nós não queremos mais só essa mídia comercial; nós queremos implantar o campo público da comunicação. Está na Constituição. Não é nada de novo, está no capítulo da comunicação brasileira.

O povo brasileiro quer fazer TV, os estudantes, todo mundo. E nós temos de ter esses canais. Agora, não há nenhuma justificativa técnica para dizer que as TVs comunitárias e universitárias não têm de estar no modelo digital, pelo Decreto nº 5.820. É uma questão política, de iniciativa política. E vamos debater essas questões nesse nosso evento, ou seja: como superar essas barreiras?

Outra questão fundamental é a de sobrevivência das emissoras públicas, do campo público. As TVs comunitárias brasileiras não recebem nenhum centavo do Estado brasileiro, dos municípios, dos governos, porque a lei só prevê a existência dos canais. O PLC nº 116 vai continuar prevendo a existência, mas não prevê um fundo. Nós estamos até com o nosso cartazinho – eu queria que todo mundo levantasse aí –, que é o Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias. E aí nós até topamos, na hora de regulamentar, de elaborar esse Fundo, incluir as TVs universitárias, as rádios comunitárias... Estamos trabalhando junto com o campo da comunicação pública; não estamos trabalhando sozinhos. Nós estamos dentro do Fórum Nacional de TVs Públicas.

Nessa documentação que eu deixei com o senhor, deixei as duas cartas das TVs públicas brasileiras, do I Fórum e do II Fórum Nacional de TVs Públicas, que envolvem as universitárias, as legislativas, as culturais e as educativas. Então, não estamos trabalhando sozinhos, queremos implantar no Brasil esse modelo que é previsto pela Constituição, mas que ainda não tem muita força na sociedade brasileira.

Há uma força muito grande trabalhando contra a gente. Os grandes conglomerados são nossos grandes

inimigos. Nossa estrutura de comunicação, cada vez mais, não na mão do Estado brasileiro, mas na mão de duas pessoas, praticamente. Para você ver, o Carlos Slim, do México, hoje é dono da Claro, é dono da Embratel, já tem 49% da Net, vai comprar mais 2%, que é o que prevê o PLC nº 116, vai passar a dominar uma estrutura, que é nossa, de comunicação. E vem o Murdoch e domina nosso satélite, com a Sky e a DirecTV. E, é claro, se eles têm as produções internacionais deles, eles não querem TV pública no Brasil. Para que TV aqui dentro? Para que artista divulgando suas músicas, sua cultura, o povo negro ter acesso a uma TV no Brasil? A Fundação Palmares é nossa parceira; as produções do Itaú Cultural são produções de excelência. Somos parceiros da TV Senado também, com convênio assinado, temos convênio com a TVT, a TV dos trabalhadores, e também com o Sebrae. Quer dizer: esse grupo precisa ter comunicação. Os artistas brasileiros que estão em torno das TVs comunitárias no Brasil precisam dessas emissoras, porque é um setor mais frágil da sociedade brasileira.

Eu vim aqui hoje com o propósito de utilizar este instrumento valioso que é a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e de utilizar a TV Senado para dizer ao Brasil que, de um lado, temos cada vez mais tecnologia de comunicação, de outro, cada vez menos estamos dominando essas tecnologias, porque elas têm donos. Inclusive a Internet também tem dono. Quem diz que Internet é um campo democrático e tal está um pouco equivocado, porque, por exemplo, se quisermos colocar a TV comunitária na Internet, temos que pagar para alguém, entendeu? E, se quisermos cinquenta acessos por tempo real, quinhentos acessos, mil acessos, vamos ter que desembolsar cada vez mais dinheiro. Quer dizer, o ressurgimento da Telebrás é um ponto fundamental para ancorarmos com essa comunicação nova, a EBC. São as duas grandes empresas em que confiamos bastante e que apontam o rumo para essa rede única citada pela nossa Presidenta de Honra, não é?

Basicamente, são essas as nossas reivindicações, as nossas lutas. E queremos aproveitar esse nosso VII Congresso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se necessário for, tu tens mais cinco minutos ainda.

O SR. EDIVALDO FARIAS – Nós queremos fazer uma grande parceria com a questão dos Direitos Humanos. O Ministério da Justiça mandou para nós o VT de campanha contra as armas, nós veiculamos de graça em nossos canais todos. Nós recebemos VTs de todos os ministérios, das mulheres, da Fundação Palmares, e tudo isso nós veiculamos. Nós temos essa produção dentro de nossos canais. Agora, nós queremos que o Estado brasileiro pense a política de comunicação, que o Ministro das Comunicações nos dê uma resposta, que a Secom, a Ministra Helena Chagas, trabalhe com isso, que a Presidente Dilma veja uma política de mídia comunitária para o Brasil e que nós deixemos de ser um caso de polícia, da Anatel e da Polícia Federal, e que passemos a ser parte de uma política brasileira de mídia comunitária.

Muito obrigado, Senador.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Sr. Paulo Miranda, 1º Vice-Presidente da ABCCOM, que destacou principalmente o cartaz... Cadê o cartaz para nós vermos aí? Vou tentar ler daqui: "A ABCCOM na luta pelo Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias".

Destacou também a introdução de um novo parágrafo entre aqueles que vocês entendem que devem ser vetado. E fortalece ainda a política de mídia comunitária, não é, Paulo?

Muito bem!

Então, vamos, de imediato, agora, para a Srª Lina Távora, que aqui representa a Srª Ana Paula Santana, Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura.

(Palmas.)

Só para informar que todos os convidados têm 10 minutos, com mais 5, se necessário. Mas, se for necessário, mais 5.

Fique à vontade.

A SRª LINA TÁVORA – Bom dia! Bom dia a todos! Bom dia ao Senador Paulo Paim; ao Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, Edivaldo Farias; à Deputada Luiza Erundina; ao Paulo Miranda, também da ABCCOM, a todos os presentes, a todos os canais comunitários presentes.

Em nome da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, parabenizo a Associação Brasileira de Canais Comunitários, a ABCCOM, em seus 10 anos de atuação.

A Secretária do Audiovisual, Ana Paula Dourado Santana, por compromissos firmados anteriormente, não pôde comparecer, mas destaco aqui suas felicitações à ABCCOM e o compromisso em continuar apoiando os canais comunitários.

Acreditamos que os canais comunitários, por valorizarem as manifestações culturais, artísticas e sociais, contribuem para o desenvolvimento local, estimulam a identidade e a diversidade brasileira, assim como os direitos humanos.

A Secretaria do Audiovisual aposta na legitimação do audiovisual como política pública importante no de-

senvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, e as TVs comunitárias têm relevante papel nesse sentido.

A Secretaria, assim, reconhece o potencial estratégico das TVs comunitárias e se coloca de portas abertas para discutir políticas públicas que incentivem a produção de conteúdos para esses canais, já que a Secretaria do Audiovisual trabalha mais com as políticas públicas de fomento aos conteúdos.

A SAV deve induzir, assim, o fomento à produção qualificada, criativa e diversa de conteúdos audiovisuais para veiculação em canais comunitários, além de incentivar a capacitação na área do audiovisual e a qualidade técnica de programas para a TV.

E essas políticas já são realizadas em ações da Secretaria, em programas como "Nós na Tela", inclusive realizado em parceria com a ABCCOM, "Anima TV", "DOC TV", "Olhar Brasil", que estimulam a criação de núcleos de produção digital, que inclusive têm um forte apelo à capacitação. E, até o final dessa gestão, até 2014, a Secretária pretende colocar esses núcleos de produção digital em todas as Unidades federativas do Brasil. Hoje são doze; então, iria para vinte e sete.

Eu queria destacar, assim como a Deputada Luiza Erundina colocou, que realmente as comunicações, em especial o audiovisual, se encontram num momento único, em uma época de mudança de paradigmas. Então, a gente não pode ficar fora disso, tem que acompanhar esse novo marco regulatório. E é hora de pensar também no papel do audiovisual na sociedade brasileira.

Eu não vou me estender. Então, finalizo, reafirmando que a Secretaria do Audiovisual reconhece a importância dos canais comunitários, reconhece o papel da ABCCOM na articulação e no fortalecimento desses meios, que inclusive é um segmento que, cada vez mais, vem assumindo um papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do País. E ratifico a intenção da SAV em estimular conteúdos criativos e qualificados a serem veiculados nos canais comunitários. O Paulo Miranda falou de uma política de mídia comunitária, mas vamos fazer uma política de conteúdos também. E, aí, acho que a SAV se inseriria nesse papel.

Então, vamos manter esse diálogo. Mais uma vez, parabenizo, em nome da Secretária Ana Paula Santana, a celebração dos 10 anos da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABCCOM.

É isso, obrigada. Continuaremos aqui.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Lina Távora, que aqui representou a Ana Paula Santana, que é Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura.

A nossa Deputada Federal Luíza Erundina queria fazer uma rápida consideração.

A SRª LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Peço desculpas por retomar a palavra, mas me preocupou bastante aquela observação do Paulo Miranda, de que o art. 32, em alguns dos seus parágrafos, prevê a possibilidade de a Mesa do Senado fechar a TV Câmara e a TV Senado. Isso não é uma hipótese remota. A Mesa Diretora do Senado já cassou o Conselho de Comunicação Social há cerca de seis anos.

(Palmas.)

O único mecanismo de participação da sociedade civil, em algum nível, sobre a questão das comunicações sociais no Brasil é o Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição de 1988, uma lei de 1991, que só foi efetivada em 2002. Mesmo assim, esse Conselho só teve duas gestões porque, a partir dos mandatos da segunda gestão, a Mesa Diretora do Senado, ou seja, a Presidência do Senado cometeu omissões reiteradas, não convocando o Congresso para eleger os novos conselheiros do Conselho de Comunicação Social.

Eu proporia, inclusive, entre outras moções, Paulo Miranda e Senador Paim, que se fizesse moção ao Presidente do Senado para que convoque o Congresso para eleger um novo Conselho de Comunicação Social.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Quero aproveitar este momento para ler uma rápida justificativa da Senadora Marinor Brito que, por sua assessoria, remeteu a esta Presidência.

> "Comunicamos que, em virtude de ter passado por cirurgia nesta segunda-feira, dia 5, a Senadora Marinor Brito ainda cumpre licença médica e estará, no decorrer da semana em curso, afastada de suas atividades no Senado Federal.
>
> A Senadora neste momento informa que, embora hospitalizada, está acompanhando o debate aqui, pela importância do tema.
>
> Senadora Marinor Brito."

O SR. PAULO MIRANDA – Senador, esqueci de falar da Deputada Jandira Feghali, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Cultura. S. Exª também mandou saudações para o nosso congresso, e eu havia me esquecido de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, está registrado.

O SR. PAULO MIRANDA – A TV São José do Rio Preto chegou aqui, pedi ao colega que levantas-

se. O pessoal de Guarulhos também, com nosso ex-vice-presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, vamos para a nossa segunda mesa. Eu convidaria os que estão neste momento na mesa para retornarem ao plenário. Vamos chamar a segunda mesa.

Convido o Sr. Francisco Pereira da Silva, Diretor Adjunto da ABCCOM; Flávio Gonçalves Costa, Diretor de Mídia, em representação ao Sr. Roberto Bocorny Messias, Secretário de Comunicação; Beto Almeida, membro da Junta Diretiva da Telesur – o Beto, que já participou de outros debates conosco; Octávio Pieranti, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações.

Depois, teremos ainda uma terceira mesa, que envolve o Sr. José Carlos Torves, José Roberto Barbosa Garcez, Marta Pavese Porto e Fernando Mauro Trezza. (Pausa.)

Trocar por quem? (Pausa.) Gabriel Priolli, da ABTU trocou com o Beto. O Beto, então, fica na última mesa.

Então, vamos direto para a segunda mesa.

O Gabriel tem que sair de imediato? Então, passamos a palavra ao Gabriel Priolli, Presidente de honra da Associação Brasileira de Televisão Universitária.

O SR. GABRIEL PRIOLLI – Sr. Presidente, autoridades presentes, meus colegas da televisão comunitária, pedi licença para falar antes porque, infelizmente, tenho um compromisso imediato. Todavia, eu vim trazer a palavra do setor de televisão universitária. Primeiro, um grande abraço, um grande cumprimento aos colegas da ABCCOM pela celebração dos dez anos da associação, pelo importante trabalho de organização desse segmento e pela luta difícil que vimos travando juntos. Tivemos a satisfação de acompanhar o desenvolvimento do setor de televisão comunitária e trabalhar juntos desde o começo.

Digo isso porque esses diversos campos da televisão pública, rapidamente, em função das suas dificuldades naturais, várias delas já colocadas aqui na primeira mesa, sempre buscaram, desde muito cedo, pontos de convergência, pontos de encontro e formas conjuntas de encaminhamento de suas reivindicações, que resultaram em dois importantes fóruns nacionais de TV pública que deram um balizamento importante para a CONFECOM, a Conferência Nacional de Comunicação, que enfeixa um grande conjunto, senão todas, da maior parte das nossas reivindicações.

Então, a ABTU se congratula com a ABCCOM pelo transcurso dos seus dez anos e, certamente, terá a satisfação de trabalhar junto, doravante e sempre, pelo fortalecimento tanto do campo da televisão comunitária quanto do campo da televisão pública em geral.

Aproveito também, Senador e demais autoridades aqui presentes, para, em nome da ABTU, apresentar a nossa mesma preocupação com os pontos levantados pelos colegas em relação ao art. 32 e seus parágrafos, cujo vetos ali solicitados são também solicitados pelo setor de televisão universitária.

(Palmas.)

Entendemos que, primeiro, as conquistas já obtidas na legislação da TV a cabo, com o estabelecimento de canais públicos diversificados, não só devem ser mantidas como devem ser estendidas a todas as formas de comunicação eletrônicas disponíveis. Da forma como está redigida a lei já aprovada, se não for sancionada, certamente, no mínimo, ao nosso ver, não só congelaria a situação atual dos canais presentes em algumas plataformas de distribuição, mas obstruiria enormemente o seu desenvolvimento, isso se não abrir espaço para o recuo em algumas operações de televisão por assinatura já existentes, implicando, por alegações técnicas, a supressão desses canais. Este é um risco muito grande!

Outro ponto muito importante, levantado aqui pela ABCCOM, é em relação à questão do financiamento. Nós temos um setor de televisão pública, sobretudo os canais comunitários e universitários, sem, na sua forma de regulamentação... Eles são definidos, são assegurados a eles alguns espaços, no entanto, a forma de financiamento desses canais não está assegurada e nunca foi tratada. Eles não são financiados pelo Estado e também não podem ser financiados pelo mercado. Então, pressupõe-se que a operação de televisão deva ser feita de forma espontânea, de alguma forma mágica, porque quem deve... A ideia é de que a televisão universitária seja financiada pelas próprias universidades, que já têm, como todos sabem, um investimento muito grande na própria qualificação do ensino. Se tiverem que investir em televisão tudo aquilo que é necessário para financiar canais de competência técnica, de excelência artística, enfim, canais de alto nível educacional, como queremos, provavelmente investiriam nisso mais do que o seu próprio orçamento.

Então, é necessário obter formas de financiamento que venham, a nosso ver, tanto da sociedade quanto do mercado, quanto do Estado. E até proporia que aquela mesma definição que Paulo Miranda propôs aqui, em relação à política pública para a comunicação comunitária, que isso se estendesse, na verdade, para uma discussão sobre a própria comunicação pública.

Eu acho que o Brasil precisa discutir mais o papel da comunicação pública, valorizar mais a comunicação pública, porque ela existe em função da cidadania,

do interesse da cidadania, para prestar serviços, sem nenhum interesse que não o da prestação de serviços à sociedade brasileira. Nessa medida precisa ser defendida.

Então, eu queria reforçar a minha saudação aos colegas da ABCCOM, desejar mais 10, 20, 100 anos de bons serviços prestados ao País e dizer que estamos juntos nessa luta para conseguir uma comunicação pública, de alto nível, de qualidade, contando, como sabemos, com o apoio que temos tido, aqui no Congresso, de lideranças expressivas, como a Deputada Erundina, nossa grande líder parlamentar para as questões da comunicação pública e presidente da Frente que nos tem representado aqui.

Sr. Presidente, era isso. Eu gostaria de agradecer pela palavra.

Um grande abraço aos colegas da ABCCOM.

(Palmas.)

Vou pedir licença a todos, pois tenho de sair agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Gabriel Priolli, Presidente de Honra da Associação Brasileira de Televisão Universitária.

Eu já solicito ao Beto Almeida, membro da Junta Diretiva da Telesur, que tome assento à mesa.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Francisco Pereira da Silva, Diretor Adjunto da ABCCOM.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – O nosso bom-dia a todos. É com grande honra que estamos aqui.

Quero agradecer à Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do nosso Senador, e eu diria, até do meu Senador Paulo Paim. Em que pese eu ser do Distrito Federal, ter nascido no Piauí e não saber falar "tchê", ele é meu Senador, entenderam? A minha Deputada é Erundina – pelo menos estamos mais próximos, porque ambos somos nordestinos –, embora ela seja eleita por São Paulo.

Além de Diretor Adjunto da ABCCOM, eu trago em mim mesmo o abraço de todos os radialistas, inclusive dos que ora estão nos filmando, porque a Federação Interestadual dos Trabalhadores de Rádio (Fitert), que representa uma gama muito grande de radialistas brasileiros, através de seus respectivos sindicatos, também saúda os 10 anos da nossa ABCCOM.

Indo diretamente ao ponto, eu queria me valer, Beto Almeida, já que temos, inclusive, a cultura aqui presente, da nossa Alcione, quando diz "não deixe o samba morrer, não deixe o samba acabar."

Então, que a nossa Presidenta da República, já que o Parlamento brasileiro... Aqui, há uma dinâmica e, às vezes, acontecem coisas que a própria razão duvida.

Eu não tenho como dizer, como interpretar como as duas Casas permitiram, inclusive, ter um parágrafo na lei, nesse PL nº 116 – que, agora, já está às vésperas de ser lei –, que permite isto: que os dois canais das Casas, Senado e Câmara, fiquem sob o risco de fusão ou até de serem fechados. É um absurdo!

Como é que, com todo respeito ao nosso Parlamento, isso aconteceu?

Aí, voltando à Comissão de Direitos Humanos, digo: salve a Comissão de Direitos Humanos, porque esse movimento, inclusive o de construção da primeira Conferência Nacional da Comunicação (Confecom) começou a sua articulação como movimento social exatamente pelas mãos da Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Legislação Participativa. E o nosso grito, naquele momento, e que permanece, é que comunicação é um direito humano. E isso tanto nos honra que, ao renovarmos esse grito, temos esse negro maravilho no Parlamento brasileiro, Paulo Paim, que é Presidente da Comissão de Direito Humanos.

Então, que o senhor nos ajude a não deixar "esse samba morrer".

A ABCCOM está aqui comemorando os seus 10 anos. Toda criança passa por um período em que são os pais que zelam por ela, e a ABCCOM, ainda quando começou a engatinhar, teve de se virar pelas próprias pernas. Aprendemos a andar nesses 10 anos; aprendemos a falar nesses 10 anos; aprendemos a pôr o prato na mesa nesses 10 anos. Não nos foi sequer dado o direito de, nesses primeiros anos, ter as bênçãos do povo brasileiro por meio dos cofres públicos.

As emissoras abertas – e também não nos esqueçamos de que são públicas, de nossa propriedade, porque se trata de concessão –, os canais de TV públicos, cujos primos mais pobres são as TVs comunitárias, as rádios comunitárias... Nós somos os primos pobres porque a nós não é dado nada. A nossa sobrevivência é do nosso próprio bolso. Nós não conseguimos sequer fazer um almoço da direção das emissoras. Todos que aqui estão – e o nosso diretor de TV já a fez– pode fazer essa tomada.

Quero dizer que, por trás de cada mulher e de cada homem aqui, existe todo um conjunto de construtores dos canais comunitários.

O nosso Presidente da ABCCOM, a quem chamamos intimamente de Didi, tem sido realmente o Didi, porque se não fosse o seu esforço para fazer gols – e vocês se lembram que Didi foi, no futebol, o criador do chute "folha seca" –, pois é, o nosso Didi vive exatamente fazendo gols de folha seca para que a ABCCOM, hoje, pudesse estar nesta mesa de honra do Senado brasileiro.

(Palmas.)

Então, é esse o apelo, Senador e nossa Deputada Erundina, porque sabemos que "uma andorinha só não faz verão", no entanto, no Parlamento brasileiro, você conta nos dedos as pessoas que verdadeiramente constroem. Para ocupar o cargo, até existe uma disputa fantástica. Agora mesmo, nós temos a Frente Parlamentar pelo Direito à Comunicação com uma novidade: é a Frente Parlamentar... Aí eu queria que o Senado brasileiro também pegasse esse exemplo, porque, na Câmara, criamos, graças ao esforço de pessoas como a Deputada Erundina, a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com a participação popular. Vejam esse "com a participação popular" temos feito valer. São 10 Deputados e seus suplentes e mais 10 entidades do movimento social e seus respectivos suplentes, e temos conseguido fazer maravilhas exatamente nesse ato.

Por fim, quero fazer um apelo, em tempo real, porque hoje nós estamos, ouviu, Senador... O senhor disse o seguinte: "Passem todas as questões que vocês têm ao art. 32 e nós iremos encaminhar". Mas talvez não haja tempo. É preciso em tempo real! Já que a TV Senado está transmitindo, nós pedimos que... Exatamente, a ditadura tinha o seu SNI. Nós, da democracia, temos de ter o nosso lá.

Então, espero que a Presidenta Dilma, em tempo real, tome conhecimento deste nosso apelo, porque talvez daqui a cinco minutos já não possa fazer nada. Por quê? Porque hoje é dia 12! Exatamente hoje o tempo para a Presidenta Dilma Rousseff sancionar o tal PL 116. Ela tem 15 dias. Exatamente hoje, dia 12, completam-se os 15 dias, porque – embora tenha chegado lá dia 22 – só contam os dias úteis. Então, hoje, Senador, é o dia "d". Então, é preciso que a Presidenta Dilma, em tempo real, nos ouça e vete exatamente isso. E, aí, não é um apelo da ABCCOM, não! Vocês ouviram aqui o companheiro da ABTU e todos os outros que já fizeram o mesmo pleito. A Fitert – Federação Interestadual dos Trabalhadores de Rádio e Televisão também o faz, entende? A Frenavatec e outros fizeram...

Então, nós aqui, é o seguinte... Em que seja a festa da ABCCOM... A ABCCOM tem os braços abertos para abraçar a todo o movimento. Nós não estamos querendo ser o "pai da criança", nós não queremos dizer que essa bandeira é só nossa. A comunicação é um direito humano. E é isso que nós temos de ter... Por quê? Se nos calarmos, será muito pior. E se acontecer de a Presidenta Dilma assinar, ipsis litteris, como saiu da Casa, mesmo assim nós não vamos "jogar a toalha". A ABCCOM continuará lutando, assim como todos os canais públicos que estejam sob a administração do movimento social e do movimento popular. Por quê? Nós temos no Ministério das Comunicações as melhores cabeças. Posso citar aqui o próprio Octávio, que aqui está e é um companheiro – podemos dizer – e que está lá no Ministério das Comunicações. O Ministro Paulo Bernardo... Eu posso dizer "meu companheiro", porque sou, inclusive, filiado ao Partido dos Trabalhadores – e não um mero filiado, por muitas vezes ocupei cargo de direção.

E, por fim mesmo, é o seguinte... Em política é assim, quando diz por fim, ainda tem muito a dizer. Mas é por fim mesmo! É dizer o que Erundina disse aqui... O Conselho de Comunicação Social que V. Exª, Senador Paulo Paim, acompanhou inclusive, quando eu, Chico Pereira, fui um dos eleitos para o Conselho de Comunicação Social. Eu fui um dos primeiros conselheiros desse conselho que hoje está na gaveta. E ele não está na gaveta acidentalmente, não. Ele está porque estão querendo que ele lá fique! Mas nós conclamamos ao Senado brasileiro a não se dobrar a isso e coloque, ainda dentro dos próximos dias, o Conselho de Comunicação porque, em que pese ele ser um conselho só consultivo – e nós queríamos que ele fosse deliberativo... Mas o que foi possível na construção dos consensos, já que no Congresso – e o senhor, como Senador e um homem que esteve tanto tempo na Câmara dos Deputados – aqui é preciso se construírem os consensos.

Então, o que nós estamos querendo é que, na forma de consenso, tenhamos o Conselho de Comunicação Social, porque fica igual casamento ruim: "ruim com ele, pior sem ele".

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Boas as palavras do Francisco Pereira da Silva, Diretor também da ABCCOM, que fortalece a ideia dos vetos. Não tenho nenhuma dúvida de que, como esta audiência pública é transmitida ao vivo, a opinião, digamos, da ABCCOM, de todos os nossos convidados já chegou lá no Palácio. Então, não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Agora, também não nos custa nada pedir à Secretaria-Geral da Mesa para que, de acordo aqui com o Moisés, que a gente formule rapidamente e a gente remeta por e-mail já para o Executivo a nossa visão em relação aos vetos, ou seja, que a gente já encaminhe durante a própria audiência pública.

(Palmas.)

Embora já tenha chegado lá, tenho certeza, essa visão.

Passamos a palavra ao Sr. Fabrício Gonçalves Costa, Diretor de Mídia, em representação ao Sr. Roberto Messias, Secretário de Comunicação Integrada

da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O SR. FABRÍCIO GONÇALVES COSTA – Obrigado, Senador, obrigado a todos os presentes. A Secom agradece o convite para participar desse evento importante.

Estou aqui em nome da Ministra Helena Chagas e da área de Secretaria e Comunicação Institucional da Presidência da República.

Estamos aqui, principalmente, para nos apresentar e nos colocar, para quem não nos conhece, à disposição, a Secretaria de Comunicação, para qualquer esclarecimento sobre a atuação da Secretaria de Comunicação. Hoje alguns colegas, inclusive das TVs comunitárias já nos conhecem. Nós estamos aqui à disposição, e eu à frente da Diretoria de Mídia, especificamente, para abrir esse canal e para podermos construir uma forma de atuação.

A nossa diretoria, especificamente, trabalha com as questões publicitárias do Governo Federal, da nossa área em que é traçada e é construída a linha de atuação especificamente para a aplicação do recurso publicitário especificamente. Dali também que são ditadas as normas de atuação que norteiam o trabalho do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Comunicação e dos órgãos ligados ao Governo Federal.

Vou ser muito breve quanto a isso. Só vou traçar um breve panorama para quem não conhece essa forma de atuação.

Hoje a linha de trabalho da Secretaria de Comunicação herdada do governo passado e referendada por este Governo também é de procurar, tanto na publicidade, mas como nas outras formas de atuação, é procurar a democratização e o acesso cada vez maior da comunicação de governo às pessoas em todos os cantos do País e também no exterior.

Então, dentro dessa premissa de amplitude, de você buscar que a comunicação de Governo alcance todas as pessoas, temos como parceiros os veículos de comunicação do País. Especificamente na questão publicitária iniciou-se no governo passado com o Presidente Lula e foi referendado pela Presidenta Dilma nesta gestão um trabalho de ampliação e de contato com um número maior de veículos de comunicação para que essa comunicação atinja todos segmentos da população. Isso a gente pode falar desde o grande veículo de comunicação até o pequeno veículo.

O norte deste processo de ampliação foi um princípio de desconcentração de atuação da publicidade especificamente falando. Dentro desse princípio, as TVs comunitárias foram incluídas em 2009 dentro desse processo de construção, para que a publicidade chegue a todos os níveis da população. E a TV comunitária, muito por pleito do movimento organizado das TVs comunitárias, pela Frente de Valorização das TVs Comunitárias, pela ABCCOM, que foi fundamental no sentido da inclusão da TV Comunitária no processo de publicidade do Governo Federal.

Desde 2009, conseguimos constituir um cadastro, incluir, na verdade, as TVs comunitárias no cadastro de veículos que o Governo Federal utiliza para fazer suas campanhas de prestação de contas e de utilidade pública – as TVs comunitárias foram incluídas nesse processo.

Só para exemplificar, a gente iniciou em 2003 uma consolidação desse cadastro de veículos, com cerca de 300 veículos que participavam das ações publicitárias do Governo, e fechamos em 2010 com um cadastro que chega a oito mil veículos publicitários...

(Palmas.)

Sempre buscando uma ampliação para que a publicidade, respeitando-se critérios técnicos – isso é importante falar, porque a publicidade tem que ter um rigor muito técnico, pois é a verba pública que está sendo colocada –, esses oito mil veículos vêm participando das ações publicitárias, e ali dentro estão as TVs comunitárias. A gente construiu e conseguiu colocar dentro de um critério técnico as TVs comunitárias. Desde 2009 vimos construindo, negociando e ampliando essa participação das tevês aí dentro.

Então, a Secretaria de Comunicação, a parte publicitária, basicamente, construiu esse trabalho. Reforço mais uma vez que estamos à disposição para as tevês comunitárias especificamente. Hoje temos um cadastro por volta de 60 tevês comunitárias. Conversamos, pedimos uma regularidade fiscal e técnica para que possa receber o recurso publicitário. Hoje, por volta de 45 tevês já estão participando das ações publicitárias. Caso novas tevês não tenham essa informação, que estejam dentro do rigor da norma, que sejam tevês comunitárias dentro de como a norma e a lei as classificam, estamos à disposição para incluí-las também. Podemos conversar para trabalhar e tentar viabilizar novas ações.

O princípio dessa gestão é tentar buscar uma ampliação e uma correção técnica cada vez maior.

Estamos à disposição na secretaria e agradecemos novamente o convite. Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Fabrício Gonçalves Costa, Diretor de Mídia, representando aqui o Sr. Roberto Messias, Secretário de Comunicação Integrada da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Pelo que ouvi da sua fala, o momento em que

o plenário aplaudiu foi quando falou sobre o cadastro ampliado. Estamos caminhando.

Vamos de imediato passar a palavra ao Sr. Octávio Pieranti, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações.

Só me permita antes, Octávio, que eu registre a presença também entre nós da TV Cidade Manaus, Canal Comunitário do Amazonas.

Permita-me também registrar a presença do Flecha. Fui treinador de futebol, eu era centro-médio, era tão bom centro-médio que eles me convidaram para ser treinador, e ele era meu ponta-esquerda. Isso lá 40 ou 50 anos atrás – 40, 50, acho que exagerei. Ele é presidente, hoje, da Associação dos Aposentados de Caxias do Sul – o pessoal de Farroupilha, aí – Rio Grande do Sul. Tem feito um belo trabalho. Depois ele quer dar um depoimento de apoio a esse movimento de vocês.

Seja bem-vindo, Flecha! Esteja em casa aqui.

(Palmas.)

Ele continua na esquerda, viu?

Saúdo o Professor Luiz Fernando, criador do Ginga Brasil.

Muito bem, Professor Luiz Fernando, que está aqui conosco.

Por favor, Octávio está com a palavra.

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia, Deputada Luiza Erundina, que sempre milita no campo da comunicação, bom-dia, demais membros da Mesa, Beto, Chico Pereira, Fabrício, bom-dia a todos da ABCCOM que aqui estão; o Ministro Paulo Bernardo hoje não pôde estar presente em função de outros compromissos, mas deixa também a sua saudação por esses dez anos da ABCCOM.

Senador, falar de canais comunitários, no Brasil, é falar de democracia. E mais do que isso, é falar de um processo de fortalecimento democrático que surge um pouco antes da própria criação da ABCCOM, surge ainda nos debates da Lei do Cabo no início da década de 90. Naquele momento, o grande debate, a discussão central da Lei do Cabo era a natureza da rede. Existiam aqueles que defendiam que o novo serviço deveria ser prestado sob uma rede estatal, operada pela Telebrás, que naquela época monopolizava a prestação dos serviços de telecomunicações no Brasil. Mas existiam aqueles que defendiam que a rede deveria ser privada, porque aquele não era um serviço essencial, do ponto de vista da universalização das telecomunicações e que a rede deveria ser privada. Prevaleceu a segunda posição, até com um grande apoio de parte da sociedade civil. Mas privada não apenas no sentido de operada por ente privado, porém de acordo com uma lógica pública. E essa lógica pública se reflete na criação de uma série de canais que só foi possível a partir da promulgação da Lei nº 8.977, de 1995. Não só os canais comunitários, como também os universitários, a TV Câmara, a TV Senado e outros.

A partir daquele momento, aquela lei abre espaço para que uma determinada parcela da sociedade brasileira não habituada a falar com diversos meios de comunicação possa passar a se manifestar por meio daquela plataforma. Ou seja, por meio da plataforma de TV a cabo ela passou a ter seu espaço garantido naqueles meios de comunicação. Então, é um processo de fortalecimento democrático que não pára, e não deve parar na construção da lei. Assim como não parou na construção da Lei do Cabo, não deverá parar na construção do PLC nº 116. É um ideal democrático que tem que estar no dia a dia da operação de cada um desses canais comunitários e de cada uma das mídias comunitárias, não só canais comunitários de televisão, como também rádios comunitárias e outras mídias comunitárias que operam no Brasil.

E essa operação, a nosso ver, deve ser centrada na abertura desses canais. Canais comunitários são abertos à comunidade e devem ser abertos à comunidade. E este é e será sempre o grande desafio: primeiro passo, permitir que a sociedade conheça esses meios de comunicação; segundo passo, permitir que a sociedade daquela comunidade participe não só da operação do canal como da gestão da entidade responsável por aquele canal.

Então, um canal comunitário deve ser sempre aberto à participação da sociedade. É por isso que ele existe. Para trazer uma visão diferente, para trazer a diversidade, para trazer à participação as ideias, as demandas e os anseios daquela comunidade. E isso deve nortear sempre as discussões sobre comunicação comunitária no País.

Além disso, desde 1995, existem antigos desafios que permanecem. Muito já se falou sobre as fontes de financiamento. De fato, esse é um problema que continua existindo. Avançamos muito nos últimos anos. Assim como avançamos no entendimento da comunicação comunitária, no entendimento de que essas entidades devem ser abertas, avançamos também na questão do financiamento. Outras fontes surgiram, houve uma maior participação de diferentes atores que começaram a reconhecer o papel da mídia comunitária. E isso fica claro quando o Fabrício fala numa diversidade maior de destinos da publicidade institucional do Governo Federal. Vários governos estaduais começam a se comportar de forma semelhante. Além dessa discussão, existe toda a questão sobre rotina de produção, vários programas, principalmente no início, tentavam imitar

um pouco a lógica da comunicação tradicional. E aos poucos esses novos meios de comunicação passaram a se constituir como centros de debates; debates que, muitas vezes, não eram travados pelos meios de comunicação tradicionais e que passaram a encontrar o seu espaço nas mídias comunitárias.

Vários dos programas foram descontinuados por problemas de rotinas de produção. Esse é outro debate que tem sempre que existir. É importante que aquele telespectador entenda aquele canal comunitário não como um espaço meramente experimental, ainda que ele tenha a sua parcela de experimentalismo, mas deve entender aquele canal como uma televisão que tem a sua grade e ele sabe que pode acessar e ver aquele programa de debate na hora "x", no dia da semana "y". Isso é importante para que se estabeleça uma relação de parceria entre comunidades e canais comunitários.

E surgem novos debates desde 1995. Por exemplo, a migração da comunicação comunitária primeiro para o rádio. Em 1998, surge a abertura para as rádios comunitárias, com a lei que criou a radiodifusão comunitária e, agora, a possibilidade de migração para a televisão digital aberta. O Ministério se coloca totalmente à disposição para fazer esse debate. Eu estarei aqui amanhã, inclusive quando haverá uma mesa em que esse tema será debatido.

Então, são debates novos que estão sendo colocados e que nós, do Ministério das Comunicações, nos colocamos à disposição para dialogar sobre esses temas.

Temos alguns desafios não vencidos daquela época, mais alguns desafios que se somam no mundo em constante transformação. Logo temos um cenário que demanda muita mobilização, muito diálogo, muita participação e muito entendimento sobre os problemas que temos que enfrentar nesse momento.

Queria finalizar essa minha intervenção, Senador, parabenizando a ABCCOM pelo seu papel de aglutinar os canais comunitários, de fazer esse debate da mídia comunitária. Dez anos é sempre uma marca importante, são poucas as entidades não governamentais que chegam a dez anos de vida. Acho que isso reflete uma maturidade da própria entidade. Isso reflete um grau de institucionalização mais ampliado da mídia comunitária no País. E espero que esses sejam apenas os primeiros dez anos de várias outras décadas de vida dos canais comunitários no Brasil.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Octávio Pieranti, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações, que, inclusive, já anuncia que amanhã estará de volta participando dos debates e, com certeza, vamos avançar mais.

Passo a palavra, neste momento, ao Beto Almeida, membro da Junta Diretiva da Telesur e convido também para a Mesa o Sr. Fernando Mauro Trezza, Ex-Presidente da ABCCOM, para sentar-se à nossa direita.

(Palmas.)

Ficou acertado que esta será a última mesa. Depois vamos para o debate e eu vou, como sempre faço nesta Comissão, permitir que nove convidados, representando seus Estados e TVs, e o Flecha, que é o representante dos aposentados, possam usar a palavra.

Então, passo a palavra, neste momento, ao Beto Almeida, da Junta Diretiva Telesur, que tem nos ajudado também num projeto que eu coordeno aqui no Senado, sobre a integração da América do Sul.

O SR. BETO ALMEIDA – Muito bom dia a todos e a todas, saudação a todos os canais aqui presentes. Muito obrigado, Senador Paulo Paim e parabéns pela iniciativa, pelo cumprimento da palavra que é "direitos humanos e legislação participativa" que nomeia esta Comissão. Isso aqui, de fato, é uma prática de democracia concreta, não uma democracia retórica e de legislação participativa também.

Saudações a nossa companheira Deputada Luíza Erundina também.

Estamos aqui, eu diria, nos estertores dos últimos minutos da prorrogação para impedir que seja cometido um grande equívoco contra os canais públicos de utilização gratuita. Por isso eu vou fazer, nesse tempo de que disponho, um apelo direto à Presidenta Dilma Rousseff. Nós não temos mais nenhuma outra possibilidade a não ser com este espaço nobre e precioso que o senhor nos oferece, Senador, nesta Comissão, que mobiliza inclusive a Senadora Marinor que está lá no hospital nos assistindo, porque só a Presidenta Dilma pode impedi hoje que seja cometido um grande retrocesso, que vai na contramão de tudo, inclusive do que o próprio Governo tem feito para alargar o espaço da comunicação pública. E nós reconhecemos. Isso que o Octávio dizia é a mais pura verdade, e o companheiro Fabrício também dizia.

Por isso mesmo estamos aqui apelando, porque tivemos vários níveis de diálogo com a assessoria da Presidência da República, na Casa Civil, na Secretaria-Geral da Presidência da República para explicar o equívoco que está contido no art. 32, mas apenas naqueles parágrafos aqui mencionados.

Vou explicar didaticamente e apelar à Presidenta Dilma, porque veja, Presidenta Dilma: a política, iniciada no governo do Presidente Lula, de multiplicar os veículos de comunicação que têm acesso à publicidade

pública oficial, que é corretíssimo, é democratizante, pode sofrer um retrocesso agora se, através dos parágrafos 7º, 8º, 9º e 12 do art. 32 do PLC nº 116, houver a desobrigação do carregamento do sinal dos canais básicos de utilização gratuita, uma conquista do cabo.

(Palmas.)

Essa, sim, foi uma conquista do cabo.

Senador, o que aconteceu lá na negociação da Lei do Cabo? O capital externo pressionou para ocupar 49%. Abre-se até 49%, em contrapartida, porém, vocês, operadores, são obrigados a carregar os canais básicos de utilização gratuita. Quais são esses canais? Os comunitários, os universitários, as tevês legislativas, as tevês educativas e, inclusive, os canais do Governo Federal. Portanto, está-se cometendo uma coisa que é um contrassenso contra a própria política de comunicação que o Governo está fazendo. É um gol contra.

Por isso, o apelo direto à Presidenta Dilma Rousseff, porque agora, na prorrogação, no último minuto, só ela pode fazer alguma coisa, vetando esses artigos aqui mencionados, e com a valiosa presença e atuação do senhor, pelo seu prestígio, desta Comissão, levando o reforço desse nosso pleito.

Porque veja bem: a Presidenta Dilma falou, no programa Brasil Sem Miséria, da necessidade de ir atrás dos pobres e criar fontes de geração de renda, de emprego. Nós somos isso. Os canais comunitários, os canais básicos de utilização gratuita, não só os comunitários, são uma nova economia.

(Palmas.)

São uma economia solidária, uma economia que merece atenção do setor público. Se os usineiros têm essa atenção, se os oligopólios têm essa atenção, inclusive traduzida em forma de orçamento público, por que nós, que há 15 anos estamos aqui nessa batalha, sem apoio do orçamento público... Agora sim começamos a receber algum tipo de atendimento em razão dessa nova política que o Octávio Pieranti mencionou e que se iniciou no Governo Lula. Mas até então, nós fomos regulamentados, mas tínhamos a obrigação de desenvolver uma criatividade mágica de viver de brisa.

Então, como é que nós vivemos? Com o apoio dos sindicatos, das ONGs, de uma série de parcerias, inventando a necessidade, o direito e a garra de estar no ar, porque direitos humanos – é o nome da sua comissão – é dar voz àqueles que não têm voz. E lá têm voz os movimentos sociais, os movimentos que lutam pela terra, os movimentos que lutam pelo teto, os movimentos que lutam pela democracia, os direitos dos trabalhadores. Nós fizemos agora, por exemplo, um grande debate, uma grande cobertura sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade, que as grandes redes sonegaram, um movimento tão importante na história do País, que, através do microfone, da voz brava de Leonel Brizola, impediu um golpe de Estado, mostrando a função revolucionária do rádio. Lá estava esse espaço, na tela dos canais comunitários.

São esses canais que, com o art. 32, os parágrafos 7º, 8º, 9º e 12, podem sofrer o seguinte: uma desregulamentação. Aquilo que era obrigatório na Lei do Cabo, de 1995, sob Fernando Henrique Cardoso, Senador, com uma relação de forças muito mais adversas do que o que temos hoje no Congresso Nacional, nós conseguimos aprovar isso.

Pois, agora, que temos uma relação política e de forças muito superior, mais favorável para avançar na democratização da comunicação – aliás como tem acontecido na América Latina, na Venezuela, no Equador, na Bolívia, na Argentina, com novas leis com ampla participação, inclusive fazendo a regulamentação daquilo que está contido no Capítulo V – Da Comunicação Social da nossa Constituição, porque a nossa Constituição diz que a comunicação deve ser complementar entre as formas pública, estatal e privada de fazer comunicação.

Ora, o setor privado teve todos os benefícios e regalias até hoje. Agora se começa a abrir um olhar atento, correto, necessário, democratizante para o setor público. Mas esse artigo e esses parágrafos podem permitir que aquilo que era uma verdade necessária, ou seja, a gente abre para o capital externo na lei da TV por assinatura, porém tornamos obrigatório o carregamento do sinal daqueles que são os canais básicos. Quais são os canais básicos? São os canais públicos, Deputada Erundina.

Se eles não forem obrigatórios, se não houver a regulamentação, se não houver o carregamento obrigatório do sinal, eles podem alegar, Senador Paim, defeitos técnicos.Quais são os defeitos técnicos? A numeração incômoda, esse é um detalhe secundário, como se fossem verdadeiros, porque as operadoras são operadoras do setor privado e de grande porte. Cem por cento do capital externo é permitido. Pode ser que tenhamos uma TV comunitária de confrontar com o poderio de um Murdoch representado na TV brasileira. Vejam a desproporção de forças. Por isso temos que ter a regulamentação. O carregamento do sinal deve ser obrigatório. E o § 7º, 8º e 9º desobrigam o carregamento do sinal. Ou seja, permite que nós nos tornemos invisíveis.

E a outra alegação que também é uma armadilha... Porque muitos companheiros dizem que, até o § 6º, tudo que foi conquista da Lei do Cabo, e participei de vários debates da Carta Maior sobre isso, está preservado. Só que até o § 6º, porque no § 7º começa a armadilha. Porque ali diz o seguinte: se houver algum

problema técnico ou algum problema econômico... Problema econômico temos desde o começo, ou seja, temos que viver de brisa, inventar a nossa forma de estar no ar. Temos uma dificuldade estrutural e por isso há 15 anos essa nova economia solidária que tem um potencial enorme para gerar não apenas renda, emprego, mas cultura, diversidade e direitos humanos, porque aquilo que está na Constituição é praticado pelos canais comunitários, pelos canais universitários, levando a diversidade, pelos canais púbicos. E são exatamente os canais públicos que podem ser atingidos por essa lei se passar do jeito que está.

Por isso o nosso apelo: Presidenta Dilma, nesse momento a senhora quer expandir, através do Programa Brasil Maior, do Programa Brasil Sem Miséria, as fontes de geração de emprego para que alcancemos os pobres e que possamos dar-lhes corretamente – o seu programa correto – a dignidade, a compreensão, o atendimento e a inclusão nas novas formas de economia. Os canais comunitários são uma nova forma de economia e de economia solidária. Mas eles estão sob risco de serem levados à invisibilidade. Por isso digo que é contraditório com a própria política do Governo Federal.

A política do Governo vem no sentido de alargar o atendimento ao setor dos excluídos da sociedade, entre eles estamos nós, os canais comunitários, e esse PL nº 116, naqueles parágrafos, permite o quê?

Quer ver uma coisa muito grave, Senador? Imagine que numa determinada região do País, pode haver várias, o operador tenha algum tipo de indisposição política com um determinado político daquela região e não queira ver aquele político no ar. Ele pode alegar alguma dificuldade econômica, porque isso é genérico ou alguma dificuldade técnica, porque se pode dizer ou que o sinal está ruim, ou que o som está baixo... Disso não temos controle. Não temos financiamentos públicos, que é o que pedimos neste cartaz, para ter uma qualificação técnica e de recursos humanos de nosso trabalho.

Então, qualquer coisa poderia vir a ser alegada, escondendo uma motivação política, para tirar um Senador inconveniente do ar, naquela região. O operador tira do ar aquela TV legislativa, por exemplo, naquela região. Por quê? "Ah, é problema técnico". Não é problema técnico; é problema político. Não é problema econômico; é problema político. É porque, numa determinada região, pode haver a inconveniência para aquela operadora que pode ser associada a outro grupo político.

Por isso, o perigo da desregulamentação. A regulamentação dos direitos é a prática da democracia. Quanto mais regulamentar e quanto mais organizada for a forma do direito, mais conseguimos atender aquilo que está expresso no nome desta Comissão, que significa direitos humanos e legislação participativa. E o que são direitos humanos? Não é algo abstrato, assim como a democracia não é abstrata, não é blá-blá-blá. É direito de ampliar a cultura.

Vejam bem: alguns cineastas se equivocaram achando: "Não, o PL nº 116 oferece as cotas para produção nacional independente!" Três horas e meia por semana! Três horas e meia por semana, Senador, é muito menos de que 5%. Ou seja, em nosso País, o nosso cinema, a nossa produção audiovisual é quase invisível, é quase clandestina, quando nos outros Países, por exemplo, na Argentina, são 50%; na Venezuela, são 60%; no Equador garante-se espaço para produção, porque gera emprego, gera cultura, gera identificação nacional, por meio de nossa arte, de nossa imagem.

E os canais que estão sendo agora ameaçados, os canais públicos de utilização gratuita... Vejam o nome deles, assim está o nome deles: "canais básicos de utilização gratuita", são eles que mais exibem a produção nacional independente. O que passa em um canal comunitário? Documentário do MST, dos sindicatos, dos trabalhadores, dos ecologistas, da cultura independente. Somos nós quem ampliamos a possibilidade e o espaço para a produção nacional independente que estamos correndo risco de nos tornarmos invisíveis, sob alegações nebulosas, artimanhas que não respondem e contradizem a política oficial de alargamento dos direitos da democracia, da diversidade, da inclusão social, que o Governo Federal vem praticando. Por isso, esse apelo.

Termino, Presidenta Dilma, na forma como está, o PL nº 116 tem equívocos, que foram apontados para sua assessoria. Esses equívocos podem tirar do ar os canais básicos de utilização gratuita, ou seja, como vamos ampliar aquilo que está no art. 223 da Constituição, que é complementaridade entre os sistemas estatal, público e privado de fazer comunicação, se estamos inviabilizando técnica, econômica e talvez politicamente os canais básicos de utilização gratuita?

Não permita que essa contradição se expresse, que isso contradiz a própria linha do Governo. Incluir é regulamentar inclusive a voz diversa, a voz que dá voz a todos os outros que são os canais comunitários e os canais básicos de utilização gratuita que estão plenamente em sintonia com o espírito público de nossa Constituição.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Beto Almeida, que fez um apelo a nossa Presidenta, reforçando outros que assim o fizeram,

para que vete principalmente no art. 32, o §§ 7º, 8º, 9º e o 12 e o § 5º.

Passamos a palavra, neste momento, ao Fernado Mauro Trezza, ex-Presidente da ABCCOM.

O SR. FERNANDO MAURO TREZZA – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em seu nome, eu gostaria de saudar todos os componentes desta Mesa e saudar todos os dirigentes de canais comunitários do Brasil todo, na pessoa do nosso Edivaldo Farias, o nosso querido Didi, Presidente da ABCCOM.

Senador, inicialmente, eu faria uma digressão histórica para a gente contar um pouco do nascimento da ABCCOM e tudo o mais, mas, dada a questão do PL nº 116, acho que seria muito mais proveitoso a gente falar um pouco sobre a questão do veto e fazer esse pedido expresso, através da TV Senado, em relação ao tema.

Aproveito, também, para saudar a Deputada Luiza Erundina, que é uma ativa combatente no que diz respeito à questão da televisão comunitária, à televisão pública, à comunicação. Quero saudar também o Laércio Rodrigues, que acaba de chegar ao recinto e que é da TV Comunitária de Campo Grande.

Queria, na realidade, colocar um pouco os pingos nos is em relação aos vetos que estão sendo pedidos nesta Mesa, nesta Comissão. Vou pedir uma ajuda à Deputada Luiza Erundina, que acompanhou todo o processo do antigo PL nº 29, que era o número que ele tinha na Câmara dos Deputados até ele ser transformado em PLS nº 116 aqui no Senado.

Veja bem, em uma época eu fui Presidente da ABCCOM e, em outra época, foi o Didi. E eu tomava o cuidado de, a cada versão, dar uma olhada em como ficou a versão da lei. O PL nº 29 vai sair ou não vai? Foram anos de discussão na Câmara dos Deputados antes de esse projeto chegar aqui. Agora, vamos falar a verdade. Esses textos dos quais, agora, se pedem os vetos – e, Deputada, ajude-me aqui – em momento nenhum foram discutidos em audiência pública nenhuma. Sabe por que não foram discutidos, Senador? Porque esses assuntos não resistem a trinta minutos de debates em uma audiência pública.

Em que pese o Parlamento hoje ser mais progressista do que era, ainda há os barões da comunicação, sabe-se que a questão do financiamento dos canais comunitários, através da publicidade, é uma realidade sem a qual você não tem financiamento para o setor. Então, quando se coloca a questão de que a TV comunitária não pode ter publicidade, vamos colocar na mesa, vamos colocar em debate. "Deputado, o que senhor acha?" "Eu acho que sim". "Eu acho que não". "Eu acho que talvez." "Vamos votar?" Não houve votação, porque, se houvesse votação em relação a esse artigo, não passaria. Aí, fala-se o seguinte: "Fernando, como passou e, agora, todos estão chorando, pedindo por favor à Presidenta Dilma que vete?" "Como é que passou?" Vou dizer a vocês como passou.

A Anatel ainda tem uma estrutura muito retrógrada. Aí, o senhor da Anatel pegou o telefone, ligou para um Deputado do DEM que era amigo dele. "Deputado, o senhor pode me fazer um favor? Nós temos uma norma, a Norma nº 13, que diz que TV comunitária, a TV pública em geral não pode fazer publicidade, mas é só uma norma, e nós nos demos muito mal, porque a Acesp, Associação Comunitária do Estado de São Paulo, ingressou na Justiça Federal e cassou a nossa norma. Eles conseguiram cassar porque era uma norma. Então, vamos fazer o seguinte: vamos fazer esse mesmo texto – esse mesmo texto estava na norma e está virando lei agora – virar lei, esse texto que a Justiça derrubou, esse texto que os pareceres da Secom e da AGU já derrubaram. Vamos fazer esse texto virar lei? O Deputado era amigo dele. Quantos Deputados não fazem isso? "Ah, eu não vejo nada de ruim nisso, sou a favor disso". Fez o texto e, quando ele colocou esse texto, estava nos 48 minutos do segundo tempo, e não havia para ter audiência pública para discuti-lo. É mentira, Deputada Luiza Erundina? Se houvesse uma audiência pública, eu perguntaria: "Você está lelé, companheiro? Isso aí não vai passar". A gente chamava os Parlamentares que a gente conhece. Os caras iriam olhar e dizer "Dá licença, amigo. Vá a outro lugar propor isso, aqui não".

Então, não houve essa discussão, não houve esse debate. Aí, quando foi para o Senado, foi o seguinte: "Vamos fazer um acordão?" "Vamos!" Qual é o acordo? Como já discutimos muito esse assunto lá na Câmara, no Senado vai ter de passar porque, se voltar para a Câmara aquele assunto, é um lengalenga, um vai e volta, o pessoal querendo negociar de novo, é muito complicado: "Então, está bom, vamos passar, sim."

Então, o que acontece? Ele passou sem uma discussão aqui no Senado, sem uma modificação, sem ninguém dizer: "Não, vamos mudar isso, vamos mudar aquilo." E por quê? Porque o acordo era esse. Inclusive, o último Relator – houve vários relatores na Câmara e vários no Senado –, Walter Pinheiro, conhecia muito o tema porque foi Presidente da Comissão, se não me engano, ou o Relator do PL nº 29 à época. Ele já estava como Relator aqui no Senado e eu falei com ele. E ele disse: "Fernando, há muita coisa com a qual eu não concordo, e eu sou o Relator! Só que é acordo e tem de se respeitar acordo, você não acha?" Eu disse: "Acho". Ele disse assim: "Isto aqui é o seguinte, Fernando: vamos batalhar o veto. Fale com o

Luiz Alberto, da Casa Civil, e vamos batalhar o veto!" E nós fomos falar com o Luiz Alberto. E nós estamos batalhando esse veto: o Beto Almeida tem usado seus relacionamentos pessoais, todo mundo, o Didi, a gente tem ido lá. Mas sabem por que a gente está pedindo o veto? Vou explicar para vocês. É para preservar o projeto de lei que foi debatido, para preservar o projeto de lei que foi discutido com a sociedade, para preservar e para respeitar a opinião das audiências públicas. É para isso que a gente está pedindo o veto!

(Palmas.)

Nós não estamos pedindo o veto porque nós queremos uma benesse. Não, nada disso! Nós queremos que os canais sejam financiados, e isso é justo. E, aí, os pareceres e as decisões da Justiça mostram isso.

Então, o que eu queria pedir, neste momento, é que a Presidenta Dilma – também tive a liberdade de falar com o Líder do Governo na Câmara, o Deputado Vaccarezza, e outros Parlamentares mais – entendesse o seguinte: nós pedimos o veto para preservar aquilo que foi debatido. E vou dizer mais uma coisa: Presidenta Dilma, se esse texto passar sem nenhum veto, eu acho muito difícil, porque a senhora não vai se negar – imagino eu – a vetar aquilo que é errado em um projeto de lei, mas, colocando aqui como nós colocamos, essa barbaridade do processo legislativo. Porque, no processo legislativo, esse tipo de coisa pode acontecer, como já aconteceu em outras instâncias, em outros projetos de lei. E por que não poderia acontecer nesse? E aconteceu. Então, é para corrigir esse erro é que a gente está pedindo o veto.

E eu diria o seguinte: é uma questão que acho muito triste a gente ter de vivenciar isso. Mas vou dizer uma coisa: se passar esse texto, no dia seguinte, a ABCCOM vai entrar com uma Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade – e vai dizer por que acha que é inconstitucional, e o Supremo vai dizer: "É constitucional, mantém" ou "É inconstitucional, tira".

Digamos que, para o Supremo julgar, demore. Não tem problema. Nós vamos pedir a um Deputado ou a um Senador que conhece a nossa luta, a nossa causa – e à própria Luiza Erundina já faço aqui o pedido, de público –, para dizer o seguinte: há um outro projeto de lei e este nós vamos debater e vamos discutir. Qual projeto de lei? Vetar os parágrafos tais, tais e tais do art. 32. Ponto, assinado Deputado tal, que vai ter o nosso apoio. Nós vamos apresentar.

É lógico que vai demorar: Comissão, vai passar na CCJ, vai passar aqui ou passar ali, mas nós vamos derrubar. E sabem por que nós vamos derrubar? Porque o Congresso não quer esse artigo, porque o Congresso não quer isso. Então, está parecendo na discussão de que o Congresso quer isso, o Congresso fez isso e agora a Presidenta Dilma vai nos salvar. Não é isso.

O Congresso não quer isso. O Congresso não debateu isso. Porque, o dia em que o Congresso for debater esse assunto, esse assunto sairá da pauta e a gente seguirá a nossa vida. Para sobreviver com a publicidade com que a gente sobrevive já é uma luta; agora, dizer que não vai haver publicidade, só podem estar brincando!

Era isso.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Fernando Mauro Trezza, ex-Presidente da ABCCOM, que fechou com muito brilho esta nossa Mesa.

Agora, nós vamos entrar em um período de debate. Vamos começar passando a palavra, primeiro, para a Secretária-Geral da CUT do Paraná, que pediu a palavra, Marisa Stedile.

(Palmas.)

Está aí a Marisa. É só sentar em qualquer uma dessas cadeiras. Aperta o botão e acende uma luzinha verde. Vamos dar um tempo de cinco minutos para cada um dos convidados e depois a palavra volta para os painelistas, os convidados neste momento. Logo após a Marisa, vai falar o representante dos aposentados, que é o Flecha, presidente da associação dos aposentados de Caxias do Sul.

A SRª MARISA STEDILE – Bom dia ao Senador Paim, à nossa querida Deputada Luiza Erundina, aos companheiros que compõem a Mesa; Beto Almeida, que fez, por longo tempo, um programa muito bom no Paraná, Brasil Nação. Quero cumprimentar todos que estão aqui hoje, o Presidente da ABCCOM, e dizer que nós, no movimento sindical, nos preocupamos muito com o que vem acontecendo no Brasil com relação às questões ligadas à comunicação.

Participamos ativamente de todos os processos e de todas as etapas da conferência da comunicação em 2009. E, naquele momento, já percebemos e sentimos o peso que é a máfia, praticamente, da mídia brasileira. Então, não podemos aceitar, em nome do movimento sindical, que a comunicação no Brasil continue sem um marco regulatório, que os meios de comunicação continuem tendo a propriedade cruzada e que o domínio, as concessões sejam permitidas da forma como vêm sendo. Então, nós, do movimento sindical, da CUT, principalmente, que represento, sentimos que é a oportunidade de termos, através das tevês comunitárias, um canal em que realmente possamos ser ouvidos, porque, sem o financiamento público, é muito difícil colocar no ar uma comunicação direta com a classe trabalhadora. Os meios de comunicação são

muito fechados. Não existe democracia de fato, e onde não existe a democracia não existe a voz.

Entendemos que esta conferência, este congresso, tem papel fundamental para que, realmente, possamos estabelecer os limites desse poder gigantesco que é a mídia brasileira, poder gigantesco e concentrador – e, ao ser concentrador, ele não é democrático. Portanto, temos que desmistificar perante a opinião pública a falácia de que o sistema de comunicação não precisa ter controle. Aliás, a opinião pública tem dificuldades de estabelecer a sua própria opinião, porque a opinião pública não existe; o que existe é uma opinião dos poderes econômicos, que detêm os meios de comunicação no Brasil, as grandes redes de televisão, as grandes redes de jornais e a mídia controlada.

Então, nós, do movimento sindical, agradecemos a oportunidade desta audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado e deixamos esta mensagem de que, realmente, nós temos de derrubar esses artigos do projeto de lei que estão comprometendo e poderão comprometer ainda mais a legalidade das tevês comunitárias e das demais tevês que se utilizam deste canal ainda muito pequeno e antidemocrático, que são as operadoras de tevê a cabo.

Agradecemos, então, esta oportunidade em nome da Central Única dos Trabalhadores do Paraná. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem! Parabéns à Marisa Stedile que, em nome da Central Única dos Trabalhadores, deu todo o apoio a esse belo movimento que visa a buscar alguns vetos, e não vetar toda a lei.

Eu passo a palavra ao Flecha, que representa Caxias do Sul. O Flecha veio a esse encontro mais porque vai ter uma reunião amanhã, no Ministério da Previdência, às 10 horas, para discutir o reajuste dos aposentados em todo o País. Ele veio representando aquela região. Chegando aqui, perguntou se poderia dar um apoio a esse movimento.

Passo a palavra neste momento ao Flecha, presidente da Associação dos Aposentados de Caxias do Sul, se não me engano, a associação mais antiga do Brasil.

O SR. JORGE GILBERTO LEITE (FLECHA) – Sim; a mais antiga do País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não que você seja o mais antigo, mas, sim, a Associação.

O SR. JORGE GILBERTO LEITE (FLECHA) – Primeiramente, dou um bom-dia a todos os Senadores, a todos os presentes, a todos os componentes da Mesa.

Parabenizo o senhor pelo belo trabalho que o senhor faz aqui, no Senado, e em todas as frentes de que o senhor participa, não só na luta do nosso aposentado e do nosso pensionista.

Aqui, estou representando a Associação de Caxias do Sul, como o senhor já disse. Represento aqui a associação mais antiga do País. E estou aqui também representando todos os aposentados do País, trazendo a solidariedade a todos os senhores diretores que aí estão.

(Palmas.)

A mim, foi feita a pergunta: o que eu viria a fazer aqui, nesta audiência pública? É muito importante dizer para o nosso aposentado e para o nosso pensionista, Paim, o que dizia o nosso saudoso Medeiros: "Jorge, Flecha, precisamos estar na mídia". E a gente, o aposentado, o pensionista, só está na mídia quando a gente tem oportunidade, por intermédio dessa bela pessoa que é o Senador Paim, de falar para o País inteiro.

Então, trago aqui minha solidariedade ao setor da comunicação e, principalmente, às televisões comunitárias.

(Palmas.)

É preciso haver a televisão comunitária, para podermos vir aqui e discutir essas questões, trazendo nossas reivindicações, mostrando para as autoridades de Brasília o descontentamento do aposentado e do pensionista, que sempre são os últimos, que sempre são esquecidos no nosso País.

Então, vocês contam com toda a força do aposentado e do pensionista.

Peço à nossa Presidente – é até um desafio sobre o qual ouvi o senhor falando, Sr. Fernando – que vete esse projeto e não vete o projeto do nosso aposentado que trata do nosso aumento. Esse a senhora não tem de vetar, Presidente!

(Palmas.)

Agora, Paim, estamos numa luta muito grande.

Eu gostaria, Deputada Erundina, que todo brasileiro nos ajudasse nesse antigo projeto do nosso grande Senador Paim, que é a derrubada do voto secreto. Com o voto secreto, fazem o que bem entendem aqui, dentro do Congresso. Então, temos de conhecer quem é a Deputada Erundina e quem é o Senador Paim, para mostrarmos para todo o País, para todo o Brasil, quem são nossos políticos.

Eu gostaria, Senador, de lhe agradecer a oportunidade, novamente reforçando que tem de haver a nossa televisão comunitária, para podermos nos expressar para o País, para a Nação, para o interior, porque isso é muito importante.

A SRª LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – O companheiro me concede um aparte?

Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza!

A SRª LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Quero informar que a Câmara dos Deputados, já há algum tempo, aprovou, em primeiro turno, por unanimidade, uma PEC derrubando o voto secreto para todos os temas, para todas as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

A SRª LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Mas as direções da Câmara a engavetaram em sucessivas Legislaturas ou Sessões Legislativas. Então, estamos pressionando a direção da Câmara para que a ponha em votação em segundo turno. Já foi aprovada em primeiro turno, por unanimidade. Ponha a matéria para ser votada neste momento, em que há uma comoção na sociedade, em face do último julgamento contra uma Deputada que, claramente, comprometeu a moralidade do mandato. Então, peço que nos ajudem a pressionar a Câmara, para que paute, em segundo turno, essa PEC, que já foi aprovada em primeiro turno. Certamente, chegando aqui a PEC, o Senador Paim "vai pegar na mão o pião" e vai conseguir aprovar essa matéria também nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputada!

O SR. JORGE GILBERTO LEITE (FLECHA) – Concluindo, Senador, quero dizer da importância de toda forma de comunicação para o nosso País. Essa é uma resposta também àqueles que me perguntaram qual a importância desta reunião. É muito importante para o País, principalmente para nós, aposentados e pensionistas, contarmos com a comunicação e com o apoio dos senhores. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Flecha, pelo apoio que dá, por parte dos aposentados do Brasil, que realizarão, inclusive, um congresso em Goiás, agora em outubro. Tenho a certeza de que esse congresso abordará a importância da rede comunitária para que a gente tenha, de fato, a transparência absoluta dos meios de comunicação. E a questão do voto secreto, de fato, é uma bandeira antiga. Eu sempre digo que é um absurdo que em pleno Estado democrático de direito os homens públicos têm que se esconder atrás do voto secreto na hora de tomar uma posição.

Eu estou nesta Casa do Congresso Nacional há 26 anos e durante todo esse período eu não vi um veto ser derrubado sem acordo com o Executivo, um veto! Sabem quantos vetos foram apreciados? Mais de cinco mil! Sendo que 99% aprovados por unanimidade. Na hora de votar, como a apreciação do veto é secreto, o veto é mantido. Então, desculpem-me a expressão, mas alguém está mentindo, e mentira nós sabemos que é quebra de decoro e aí seria a perda do mandato. Mas como você vai fazer para saber, como aqui foi dito, como eu votei, como a Erundina votou.

Digamos que um projeto do interesse das redes comunitárias seja vetado, de interesse. Eu venho aqui e digo que estou do lado de vocês, mas vocês nunca irão saber como eu votei. Então, acho que é uma obrigação de todos nós fazermos uma campanha, uma cruzada nacional para acabarmos com o voto secreto. Está tramitando lá, nós temos uma PEC aqui, que é a PEC 50, já aprovamos na CCJ, está no plenário para ser votado, para acabar com o voto secreto. Como sempre há uma pequena disputa entre Câmara e Senado, essa é uma boa disputa; vamos torcer para ver qual das duas Casas vota primeiro o fim do voto secreto. A que votar primeiro, a outra Casa terá que seguir. Então, aproveito este momento para fazer um apelo a todos vocês para que estejam conosco, numa cruzada nacional, para acabar com o voto secreto em todas as situações.

Eu já ouvi, por exemplo: "Não, mas e na escolha de autoridade..." Mas, e daí? Eu não posso assumir a minha posição, se sou a favor ou não à escolha de uma autoridade? Alguém me disse: "Ah, não, mas se for um Ministro do Supremo? Se eu voto contra ele, depois ele vai votar um processo meu lá". Meu amigo, isso é argumento?

Eu tenho que ser fiel à minha consciência, à minha história e a minha vida. Se eu entender que uma indicação para o Supremo não deva ser aprovada, eu tenho que dizer e argumentar o porquê do voto. Eu chego a dizer que é uma questão de combate – aí sim – à corrupção acabar com o voto secreto. Porque se há uma coisa que simboliza a corrupção é votar secretamente, porque a população nos passa uma procuração para que eu me expresse aqui, e como vou me expressar se tudo é escondido e feito secretamente.

Eu quero, simbolicamente, aqui, dizer que aqueles que concordam com o fim do voto secreto somente batam palmas, não precisa nem levantar a mão.

(Palmas.)

Vamos continuar com os nossos debates aqui.

Passamos a palavra ao Sr. Moisés Corrêa, Diretor e Coordenador-Geral da TV Rio de Janeiro.

O SR. MOISÉS CORRÊA – Obrigado, Senador Paim. Em seu nome eu queria saudar a presença de todos, e em nome do nosso presidente, o Didi, Edvaldo Amorim, lá de Minas, que nos brindou com a sua fala no início da reunião, também saudar a presença de todos os que estão aqui. Agradecer aos gaúchos por terem eleito um Senador que não é um Senador

apenas do Rio Grande do Sul, mas de todo o Brasil, o Senador das causas do povo, que é o Senador Paim.

(Palmas.)

Eu vou direto ao assunto, porque o tempo de quem está do lado de cá é menor do que vocês que estão à mesa.

Então, primeiro eu queria dizer o seguinte: será que nós estamos exagerando ao discutir, ao dizer que é possível que a aplicação da PLC 116 pode tirar do ar os canais que existem há quase 15 anos? Muitos podem pensar: não, esses caras estão exagerando, esses canais já existem; o cabo já carrega os canais comunitários, os canais universitários, o Senado, a Câmara, a Justiça, as assembléias legislativas

Eu queria lembrar que é possível sim, e não é à toa – e foi dito aí na mesa por alguns – que isso foi para a lei. E por que foi para a lei e não estava na lei do cabo? E eu queria dizer que dois assuntos que poderiam mostrar isso. O sistema de TV digital, Deputada Erundina, não carrega os canais comunitários nem os canais universitários. Para quem tem TV por assinatura a cabo, todos os canais que lá estão disponíveis estão na TV digital aberta, menos as comunitárias e as universitárias. Por quê? Não é tão absurdo?

Vocês se lembram do editorial da Folha de S.Paulo que pediu o fechamento da TV Brasil, alegando-se que era um desperdício de dinheiro público, que não tinha audiência do Ibope, não se poderia gastar tanto dinheiro quando há tantos assuntos a serem tratados com dinheiro público?

Então, Senador, nós temos que cuidar, sim – e aí o apelo feito pelo nobre companheiro Beto Almeida à Presidenta Dilma. E a Presidenta Dilma é a primeira mulher que dirige este País e deve ter um pouco mais de sensibilidade do que nós homens.

Questões técnicas. Será que alguma questão técnica já criou alguma dificuldade e algum problema para a humanidade? Ser usada a questão técnica? "Ah, não, companheiros, aí vai ser usado de uma forma parcimoniosa. Se é uma questão técnica, ninguém vai poder falar nada". Mas eu me lembro aqui: um milhão de civis morreram na guerra do Iraque, Senador Paim. E qual foi o mote? Uma avaliação técnica de que o Iraque tinha armas de destruição em massa. Alguns anos depois, foi descoberto que não existia nada disso. Houve uma manipulação de um parecer técnico.

Campanha eleitoral de Dilma Rousseff. Jornal Nacional: a polêmica da bolinha de papel na cabeça de um dos candidatos concorrentes. Num parecer técnico de um perito chamado Molina, ele transformou uma bolinha de papel, que deveria pesar alguns gramas, num rolo de fita crepe, que, violentamente, atingira a cabeça do candidato em questão. E foi uma avaliação técnica. Por que o Jornal Nacional fez questão de trazer um perito? Para dar uma sustentação àquele argumento. E depois se passou o videoteipe do SBT ou da Record, uma dessas TVs, que mostrou que a bolinha quicou na cabeça do candidato. Se fosse uma fita crepe, obviamente que ela não teria condição de quicar. E esse vídeo está exposto inclusive num dos blogs que eu edito. Eu mantive lá esse vídeo, e é uma outra TV aberta. Não é um canal comunitário dirigido pelo Paulo Miranda, pelo Didi ou pelo Fernando Mauro, que poderia querer ter o objetivo de expressar outra opinião.

Então, eu tenho mais dois aspectos que mostram que temos de estar preocupados e que, portanto, é fundamental este debate aqui trazido pelo Senador Paim. A NET é quem carrega, na maior parte dos municípios – não é isso, Secretário-Geral Cláudio César, da POATV? –, os canais comunitários. E, quando eles foram para o canal digital a cabo, o que foi necessário fazer? Ministério Público! A TV comunitária já estava no analógico, mas, quando se mudou o sistema para digital a cabo, não digital aberto, mas digital a cabo, a NET se esqueceu de carregar os canais comunitários! E tivemos que ir ao Ministério Público, foi necessário termos audiências, foi preciso haver a exigência de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) para a Rede Globo, que controla a NET, junto com o mexicano lá, ou australiano, para que se retomasse e colocasse a TV comunitária no digital.

Então, a nossa preocupação, Senador, é deveras fundamentada. Questões técnicas já foram usadas para vários tipos de coisas: coisas boas e principalmente coisas ruins. Portanto, é necessário o veto.

Só para finalizar: a questão da publicidade: na Lei do Cabo, não há proibição de publicidade nos canais públicos – no caso, estou falando principalmente da TV comunitária. Não há proibição. Por que agora foi incluído na lei? O Fernando Mauro já falou: porque na Justiça, há oito meses, em dezembro do ano passado – nove meses, etc. –, a Justiça cassou uma medida administrativa da Anatel, que não tem poder de lei e que não podia sobrepor-se a uma lei aprovada pelo Parlamento.

E, agora, depois que eles perderam e que passaram, esse tempo todo, prejudicando as TVs comunitárias – receosas de usar a publicidade, porque a Anatel proibia pela Norma nº 13 –, enfiaram na lei, no apagar das luzes, como foi dito aqui.

Agora, eu queria colocar uma dúvida, inclusive para o companheiro da Secom, porque também foi necessário um parecer jurídico do Governo Federal, para carregar as mídias institucionais nos canais comunitários. Nós nunca recebemos mídia até novembro de 2009. Até novembro de 2009, nós não recebíamos

a mídia da Secom, mesmo o Lula estando no poder desde 2003, porque havia um parecer, uma avaliação de que a Lei do Cabo podia não permitir isso. Foi necessário um parecer jurídico, dizendo que se poderia usar, sim, as mídias comunitárias com as mídias institucionais. Então, será que o PLC não vai derrubar esse parecer? Por isso é necessário isso.

Muito obrigado. Desculpe-me se me excedi.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não; foste bem. Foste bem.

Meus parabéns ao Moisés também, pela sua precisão nos argumentos.

E vamos de imediato ao Ademir Marques, TV Marília.

O SR. ADEMIR MARQUES – Bom dia a todos.

Senador Paulo Paim, Deputada Luiza Erundina, eu gostaria de fazer um apelo à Presidente da República, ela que tanto lutou por uma democracia contra a ditadura. Estou sentindo que isso é uma ditadura. Isso eu já enfrentei no passado com os coronéis lá de Marília. Eles queriam fechar um canal de televisão, que é o comunitário. Por quê? Porque ela começou a mostrar onde havia buraco. A TV começou a mostrar onde precisávamos melhorar a cidade, e isso não podia passar, porque eles não queriam. Nós começamos a transmitir, na TV comunitária, antes de haver a TV Câmara, parte da TV Câmara. Eles não queriam que mostrasse a TV Câmara.

Então, estou vendo que existe a intenção de se fazer uma ditadura, de se voltar à ditadura através do PL nº 116, porque, sem nos ouvir, sem dar o menor espaço... Eu estive em audiência pública aqui. Nós ficamos lá, olhando, assistindo: a Globo falou, a Band falou, o SBT falou, todos falaram. Mas nós não tivemos um pequenino espaço para falar, para nos defender, para mostrar o que é a TV comunitária.

Nós realmente estamos sofrendo uma ditadura; estamos sofrendo perseguição. Por quem não sei, mas existe uma perseguição contra os canais comunitários. Contra os canais universitários existe. Já vem do passado, Senador Paulo Paim.

Nós estamos na mesma lei da TV Senado, da TV do Congresso Nacional. Eles puderam abrir o canal, nós nunca pudemos abrir, e eles estão na mesma lei, a Lei da TV a Cabo. Nós não pudemos nunca crescer, sempre ficamos acuados. Isso é feito há muito tempo. Nós estamos brigando há muito tempo, por quê? A TV comunitária talvez seja uma TV do povo. Ela ajuda alunos que se formam numa faculdade que não tem espaço junto às grandes mídias: é lá que eles vão começar seu trabalho, como voluntários, fazendo seus programas. E, para fazer o programa, nada mais do que buscar dois ou três patrocinadores para bancá-lo. E hoje não se vai conseguir mais que a Presidenta aprove essa lei.

A preocupação, como se falou, do Sindicato dos Aposentados... Nós temos um programa lá do Uapem, que é a União dos Aposentados de Marília. Ele não tem condições de pagar para fazer o programa: nós bancamos o programa com recursos da TV Comunitária de Marília.

Eles não têm R$300,00 para poder exibir o programa e editá-lo. Nós fazemos o programa. E fazemos vários programas de graça. Fazemos lá a divulgação comercial sim, mas através de apoio comunitário. Como é o apoio comunitário? Todo mundo chega lá, o microempresário ou o pequeno empresário, com um cartãozinho, deixa-o na porta e nós colocamos no ar, para que ele possa crescer, e fazemos isso sem cobrar um tostão.

A mídia regional. Nós temos parâmetros diferentes de mídia do canal comunitário, grandes cidades, médias cidades e as pequenas, que são poucas. Mas, numa pequena cidade, quando se fala em propaganda ou em divulgação institucional, fala-se em R$200. Duzentos reais não pagam nem o custo da energia elétrica de uma TV comunitária! Cadê o dinheiro do Fistel, que deveria ir para os meios de comunicação comunitários para divulgar, para melhorar, para dar condições? Não há esse recurso, e nós sabemos que são milhões de reais que são arrecadados pela Anatel. Esse dinheiro não vem para nós nem para ajudar a comprar equipamento. E todo mundo sabe que, na hora de comprar equipamento, não se gasta menos de R$30 mil. Uma filmadora custa quanto? E cada um faz seu programa na TV comunitária com seu próprio equipamento. A maioria vai atrás: é o cinegrafista, é o repórter, ele é tudo para poder colocar no ar o que existe na cidade, o que precisa melhorar. Nós temos coronéis querendo mandar nesses canais comunitários. Isso acontece no Brasil, infelizmente acontece.

E nós estamos vendo agora, com esse projeto de lei que está para ser sancionado... Por isso, eu peço para a Presidenta Dilma: pelo amor de Deus, a senhora, que brigou contra a ditadura, faça alguma coisa, porque estão querendo fazer voltar a ditadura, estão querendo fazer voltar o fechamento dos meios de comunicação sociais, aqueles onde o povo pode falar, pode se expressar, onde ele pode, realmente, transmitir o que acontece em sua casa, em seu bairro – não é em nível nacional, não é em nível estadual e nem num canal aberto, que todas as TVs pegam.

Então, pelo amor de Deus, Presidenta Dilma, vete esses artigos que prejudicam os canais comunitários, porque, senão, quem vai ser prejudicada é a popula-

ção de Marília, é o mais carente, aquele pequenininho que quer se expressar e não consegue, que a mídia nacional não coloca no ar. Pelo amor de Deus, faça isso porque, senão, vão acabar com a questão social que a senhora tanto prega, com a comunicação social.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Quero cumprimentar o Ademir Marques, que falou com muita precisão e ficou exatamente no tempo: tocou o sinal lá e você, em seguida, concluiu. Meus cumprimentos a você também.

Quero convidar para a Mesa neste momento o Sr. José Roberto Barbosa Garcez, Diretor de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Nós vamos, de imediato – ele é nosso convidado aqui também –, passar a palavra para ele e, depois, vamos continuar para que os companheiros do Plenário usem da palavra também. Logo após a fala do José Roberto Barbosa Garcez, eu quero já dizer, vai falar Renato Gomes, da TV São José dos Campos.

Está com a palavra o nosso painelista José Roberto Barbosa Garcez.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA GARCEZ – Bom-dia a todos e a todas. Nossa homenagem especial ao Senador e conterrâneo Paim, por seu apoio contínuo e permanente às boas causas, neste caso, a causa da comunicação social, da comunicação pública, da comunicação comunitária. Minha saudação aos companheiros, especialmente à Deputada Luiza Erundina, também nossa constante parceira e, na verdade, nossa líder nesses enfrentamentos.

Na verdade, só vou trazer aqui a manifestação da Empresa Brasil de Comunicação de constante e permanente solidariedade, apoio e parceria com os canais comunitários. A EBC é fruto da luta do movimento social, e conseguiu, através dos fóruns de comunicação pública, através da conferência de comunicação, criar uma empresa que hoje é um parâmetro para a construção da comunicação pública no Brasil.

Não esquecemos as nossas origens. Temos clareza de que só somos e seremos fortes se todos os campos da comunicação pública do País e em todos recantos do País foram muito fortes. Nós sempre dissemos que uma comunicação pública nacional só é forte se a comunicação local – e vocês representam o melhor exemplo da comunicação pública local – for muito forte. Nós imaginamos um modelo de comunicação pública complementar onde todos nós teremos papeis diferentes, mas complementares, para construir efetivamente um novo padrão de comunicação no País, uma opção para que se chegue ao final com o objetivo – que é o de todos nós – de construir uma sociedade melhor, mais justa, equilibrada e que efetivamente dê condições a todos os brasileiros de ter uma vida digna.

Então, a EBC está aqui, na verdade, para manifestar solidariedade ao campo da comunicação pública, especialmente a comunicação às emissoras de TV que estão representadas nos dez anos da ABCCOM, esta entidade que uma das formuladoras do processo de comunicação pública no País; portanto, é uma das construtoras. A EBC também e, por isso, estamos aqui.

Muito obrigado pela participação e pelos ensinamentos que sempre temos nesse debate com vocês.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Roberto Barbosa Garcez, Diretor de Serviços da Empresa Brasileira de Comunicação. Eu até estranhei que você não estivesse aqui, porque não há uma vez em que a gente não convide e ele não esteja aqui. Vem, participa, do início ao fim; eu fiquei muito alegre de vê-lo aqui mais uma vez conosco.

Voltamos, agora, à nossa lista de inscritos. Como já havia anunciado, neste momento é a vez do Renato Gomes, da TV São José dos Campos.

O SR. RENATO GOMES – Bom dia a todos.

É da maior importância para a gente poder contar com o apoio de parlamentares de peso como o Senador e a Deputada Erundina. Nessa realidade que vivemos, a gente estava conversando ontem numa roda informal, não existe nada de estranho ou anormal em terem dado essa invertida nos termos do PL 116, colocando essa legislação contra a gente. Esse é o fecho de um processo muito desgastante que não foi dito aqui, já teve a relatoria do Jorge Bittar. Estivemos no Rio de Janeiro falando com ele – por exemplo, o Paulo Miranda também estava no Rio de Janeiro quando fomos falar com o Bittar – e a questão do fundo das TVs comunitárias ele havia concordado em contemplar no PL 29, à época.

Acontece que acabou não entrando e muito pior, ainda aos 48, colocam uma legislação contra tudo aquilo que a gente vem tentando estabelecer a duras penas há 15 anos.

Aposto que ninguém esperava que a realização desse congresso fosse coincidir com essa espera agonizante. A gente está tentando pedir a presidenta Dilma fazer esse veto para que seja garantido esse mínimo de dignidade para existência dos canais públicos.

A gente já tem uma pauta hoje, às 18h, com o Toffoli, para pedir mais uma orientação dele e ajuda, pois foi ele que fez o parecer para a gente. Vamos torcer para que a Presidenta Dilma contemple esse nosso pedido, mas se isso não for possível, eu já vejo que existem possibilidades de continuarmos na nossa ba-

talha contando com a colaboração dos Parlamentares progressistas. Creio que eles não nos abandonarão, se não for possível esse veto. Acho que por mais que não consigamos esse gol aos 48 – não seria nem um gol aos 48, a gente está torcendo para acabar a luz já –, a gente fica feliz de contar com a colaboração de parlamentares que propiciem um evento como este. Dentro da tradição brasileira de concentração de poder, já vejo isso como uma vitória. Então, mesmo que não seja possível esse veto, já temos aí essa união de todos e possibilidades para continuar avançando e para conseguir este nosso objetivo em defesa das mídias comunitárias.

Era isso.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Renato Gomes, TV Comunitária de São José dos Campos. Também ficou dentro do tempo.

Vamos, de imediato, ao Dr. André Pacces, advogado, coordenador jurídico da Acesp.

Dr. André, por favor.

O SR. ANDRÉ PACCES – Bom dia, Senador. Bom dia a todos!

Agradeço a oportunidade de participar de um momento tão importante como este para as mídias comunitárias, mais uma vez em luta por aquilo que é o nosso direito fundamental, que é o nosso direito à existência; um ponto que não sei se foi citado até então, mas que é muito importante dentro do PLC que está sendo colocado, que nos prejudica de tamanha maneira e que é completamente incongruente. Foi base do mandado de segurança coletivo que a Acesp impetrou, em que conseguiu a segurança nesse mandado para os associados. É um ponto deveras relevante porque, até então, hoje em dia, a agência reguladora Anatel tem criado obrigação, coisa para que ela não tem capacidade técnica, nem jurídica, nem institucional para fazer. Outra coisa: ela tem feito a falta de reconhecimento dos canais comunitários através da publicação de mídias, e não pelo conteúdo dos canais comunitários.

Um canal comunitário não pode ser interpretado, avaliado ou avalizado pelo conteúdo de publicidade que ele passa, mas, sim, pela representação que tem no local; é um meio de as comunidades locais se manifestarem, como bem disse o Ademir, da Associação dos Advogados de Marília. Em diversas associações que nós conhecemos, o único meio de terem vez e voz é por intermédio da tevê comunitária, e não existe outro meio.

Agora, transformar isso em lei, através dessa questão do PLC nº 116, esse ponto da publicidade e outros mais que também prejudicam inclusive a existência dos demais canais de utilização gratuita, é verdadeiramente um ato covarde contra a cidadania e contra a manifestação do pensamento, indo completamente de encontro àquilo que prega a nossa Presidente Dilma Rousseff. Ela diz ser uma pessoa que se importa com a comunicação social, que se importa com o bem comum. As televisões comunitárias hoje são o maior representante das comunidades, o maior representante das entidades sem fins lucrativos, das entidades filantrópicas, das entidades representativas.

Essa é a colocação que queria fazer. Agradeço ao Senador e a todos os presentes.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. André, que falou pela Acesp.

Passo a palavra, neste momento, ao Igor Santos, TV Capiberibe, Recife.

Está aí? (Pausa.)

Bom, vamos em frente.

Passamos a palavra aqui a Wolney Santiago, de Sete Lagoas.

Pode repetir o nome, para ficar bem claro.

O SR. WOLNEY SANTIAGO – Wolney Santiago, de Sete Lagoas.

Cumprimento todos da Mesa e gostaria de cumprimentar, em nome de todas as mulheres que fazem parte dos canais comunitários, a Deputada Luiza Erundina.

Gostaria de dizer aqui que temos hoje uma Presidenta representando muito bem o nosso País e ressaltar a grande importância da participação das mulheres nos canais comunitários. Pelo menos na minha cidade, em Sete Lagoas, temos lá uma participação muito efetiva das mulheres que fazem o dia a dia, principalmente da cidadania; são as mulheres com essa sensibilidade que a gente tem visto e com esse poder de ação – é impressionante para a gente essa nova força que surge a cada momento. As mulheres representam a sociedade dentro dos canais comunitários, e temos aí também, pela primeira vez, uma Presidenta, que está aí por escolha popular. É importante ela saber que o que se pede aqui hoje, esse veto, vai diretamente também respaldar esse coletivo feminino que faz parte das TVs comunitárias.

Queria fazer uma colocação: esses dez anos da ABCCOM foram programados para acontecer dois meses atrás e – vamos ser claros aqui, Presidente –, por questões financeiras, nós não pudemos realizar esse congresso, que se realizaria em Belo Horizonte, mas ele acabou culminando com esta audiência aqui. Infelizmente, digo o seguinte: tenho uma atuação diária na ABCCOM, no departamento financeiro, e a

gente estaria aqui neste momento para comemorar os dez anos, mas estou vindo aqui, infelizmente, pedir um veto. Deveríamos estar discutindo aqui a ida dos canais comunitários para o sinal aberto, mas estamos aqui pedindo um veto. Para mim, tem sido motivo de extrema alegria estar na ABCCOM nesses dez anos, mas, para minha grande tristeza, estamos aqui pedindo um veto para algo que foi uma conquista, que já era um direito nosso. Então, se tem sensibilidade mesmo a Presidenta, se pensa realmente no social, não há o que dizer com relação a esse veto.

Gostaria também de registrar aqui, chamando a atenção do representante do Ministério das Comunicações, outro problema que existe. Superado esse problema que agora enfrentamos, temos de atentar para a obrigatoriedade de as operadoras colocarem os sinais no ar. Para vocês terem uma ideia, temos em Minas Gerais, que é a terra da Presidenta, primeiro, a TV Comunitária de Belo Horizonte; a TV Cidadania, da cidade de Uberlândia; a TV Sete Lagoas; a TV Caravelas, de Ipatinga; temos, em fase de implantação, a TV Comunitária da Cidade de Uberaba, que está quase no ar; e também a TV de Varginha. E há duas TVs com grandes dificuldades, que é a TV de Montes Claros – estamos num processo de dois anos e meio – e também a TV Cidade dos Ipês, de Lavras, que estão atreladas a uma operadora que se chama Rede Cabo – não sei se é Master Cabo ou Rede Cabo –, que se recusa a colocar o canal no ar.

Então, quero chamar a atenção do Ministério das Comunicações para a necessidade de se fazer uma nota, dirigir um comunicado a essas operadoras dizendo que isso é obrigatório, que elas têm de cumprir. Aproveito este momento para fazer este registro, porque eles ligam e perguntam: "O que faço aqui?"

Fica, então, a solicitação desses companheiros que precisam estar no ar, mas estão fora do ar, apesar de já estarem batalhando há vários anos, simplesmente porque o dono da operadora diz que não vai colocar no ar.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Wolney Santiago, TV Sete Lagoas.

O Igor Santos, da TV Recife, que havia dado uma saída, tem a palavra por cinco minutos.

O SR. IGOR SANTOS – Também temos essa preocupação lá em Recife: fazer TV comunitária, o que já fazemos há dez anos. Quando se implantou a TV comunitária, e a gente divulgava a TV comunitária, as pessoas achavam que era uma coisa ilegal. Isso aconteceu até começarem a entender esse processo de democratização dos meios de comunicação.

Lá na região, as TVs sempre foram dirigidas por grandes grupos empresariais ou por políticos, e a gente faz um trabalho lá, junto com a comunidade, de divulgar a cultura local, de divulgar os talentos locais, falar da nossa comunidade, falar lá do Recife, e de fazer um trabalho cultural também.

E durante a implantação da TV Comunitária também tivemos uma série de dificuldades colocando essas questões técnicas que sempre eram colocadas. Por isso que é uma grande preocupação esse artigo, que tem que ser vetado, porque as operadoras de TV a cabo não têm interesse de colocar a TV comunitária no ar. Não é de interesse das operadoras. E sempre vão alegar dificuldades técnicas, e sempre vão alegar essas dificuldades. Esse é um argumento perigosíssimo para os meios de comunicação social.

Era a colocação que eu queria fazer. Acho que todo mundo já falou bem sobre nossos posicionamentos diante da ABCCOM e das TVs comunitárias. Mas eu acho que esta é a maior preocupação: deixar na mão das operadoras o poder de vetar os canais comunitários. E todo um trabalho que se vem construindo ao longo de anos e anos e anos está agora na mão das operadoras. Eu acho que esse é grande perigo por que estamos passando.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (início da intervenção fora do microfone.) (...) a Diretora de Radiodifusão do DF é a Maria Alice Campos.

E passamos a palavra neste momento ao Cláudio César, TV de Porto Alegre.

O SR. CLÁUDIO CÉSAR – Bom dia a todos.

Eu saúdo, na pessoa do Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Mesa, nesta manhã em que esta homenagem é feita à ABCCOM (Associação Brasileira de Canais Comunitários). Quero parabenizá-lo pela iniciativa. E, da mesma forma, também saúdo o Presidente Didi, carinhosamente assim chamado por nós, o Dr. Edivaldo Farias, que, à frente dessas situações todas que se colocam para o momento, em especial com relação à situação do PLC nº 116, que, realmente, vem bater de frente com as iniciativas já encaminhadas ao longo da nossa trajetória. Eu falo especialmente em nome da TV Porto Alegre, da nossa cidade, que, de fato, neste ano, completa seu décimo quinto ano. E com muita satisfação estamos hoje aqui comemorando os dez anos da ABCCOM, de que também nos incumbiram o papel de assumir a Secretaria-Geral.

Bem, sabemos nós todos que, realmente, como gaúchos, temos esse compromisso cívico. E fico muito feliz de ver muitos gaúchos presentes e mais feliz ainda

de ver brasileiros, de ponta a ponta deste País, reivindicando, de maneira solidária e de maneira realmente unida, uma mesma causa, uma mesma bandeira, que é a questão das TVs comunitárias.

Como bem disse o Beto, a questão da publicidade, da propaganda, é tão debatida que, desde os primórdios da nossa Constituição, procuramos, junto a catedráticos, a pessoas especialistas na área, buscar um consenso e um parâmetro para que pudéssemos desenvolver projetos e, dali então, realizar o trabalho que há quinze anos estamos realizando.

E vejo com muita tristeza essa questão do PLC nº 116, em particular... Quero aproveitar também e fazer coro a todos que já me antecederam, reivindicando à Presidente Dilma, que também viveu boa parte da sua vida em nossa cidade, lá em Porto Alegre, dizendo a ela que precisamos da ajuda dela nesse sentido, para vetar esse art. 32 e, em especial, os §§ 7º, 8º, 9º e 12, que, de fato, compromete toda e qualquer gestão que, até então, tem sido feita através das nossas iniciativas.

Quero dizer que nossa emissora é composta por quase sessenta entidades. Hoje, a nossa programação está 24 horas no ar. São sessenta programas, e, indiretamente, trezentas pessoas estão trabalhando para manter essa programação no ar. Com isso, quero dizer que, de frente com essa questão, muitas famílias dependem disso para sobreviver.

Então, nesse sentido, como operário da comunicação, venho reivindicar, aqui, em nome de todos, em nome da ABCCOM, com a permissão do Presidente Didi, que, realmente, a Presidenta Dilma tenha sensibilidade – faço este apelo – quanto a essa questão, para que a gente tenha condição de continuar nossa jornada, que nos imbui do compromisso de democratizar a comunicação. A produção local, como é fato em vários países e exemplo, realmente, é a que espelha e mostra a cultura e define as diretrizes de um povo.

Nesse sentido, agradeço a oportunidade de falar aqui, de estar aqui presente. Em especial, mais uma vez, quero agradecer também à Deputada Luiza Erundina, que tem sido muito aguerrida nas questões voltadas à comunicação e, em especial, às nossas emissoras de televisão com esse aspecto comunitário.

Agradeço-lhe, então, Sr. Presidente e, mais uma vez, quero saudá-lo pela iniciativa.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Cláudio César, da TV de Porto Alegre, que também fez seu apelo para que haja o veto.

Passamos a palavra, neste momento, a Ronaldo Saldanha, da TV Vila Imperial – Petrópolis.

Antes de o Ronaldo usar da palavra, peço permissão para registrar a presença dos representantes do Triângulo Mineiro: a TV Cidadania, de Uberlândia, e a TV Uberaba.

Aproveito para fazer aqui um comercial: eu me comprometi a estar em Uberlândia, no dia 30 de setembro – e lá vou estar –, para receber o título de Cidadão de Uberlândia.

(Palmas.)

Espero ver vocês lá também.

Tem a palavra Ronaldo Saldanha, da TV Vila Imperial – Petrópolis.

O SR. RONALDO SALDANHA – Senador Paulo Paim, eu queria parabenizá-lo, bem como a Deputada Luiza Erundina, por receberem aqui os primos pobres da TV pública. Somos considerados os primos pobres, por não termos o mínimo de condição e dignidade para exercer nosso trabalho.

Ressalto que este momento é, realmente, histórico, porque retrata a diversidade e a pluralidade do setor dos canais comunitários, que tem uma capilaridade.

Aqui, estão representantes de setenta instituições, de cinquenta TVs comunitárias de todo o Brasil. E, hoje, há a possibilidade de haver 250 emissoras, o que, para um País que tem mais de 5,5 mil Municípios, é muito pouco. Então, percebemos que tem muito ainda o que caminhar a comunicação comunitária no País.

Como ferramenta de transformação social, a TV comunitária de Petrópolis, hoje, com muito esforço, às vezes de forma ineficiente, ineficaz e insustentável, transmite semanalmente vinte programas ao vivo. Conversei com alguns amigos de outros canais, que me falaram: "Você é um herói, porque fazer quatro horas diárias de programa ao vivo num canal comunitário não é para qualquer um".

O Beto disse que, por uma questão de inviabilidade técnica, o PL pode proporcionar as condições para que as operadoras nos deixem de fora do modelo digital. Imagino quando da criação da emissora de Petrópolis em 2002, que foi a primeira TV do Brasil a acionar o Ministério Público para formalizar um TAC contra a operadora. Então, lá atrás, em 2002, essa TV surgiu. E a Lei do Cabo foi criada em 1995. Acho que essa Lei já nasceu capenga, mas, enfim, foi o que nós conquistamos. Então, foi um momento importante também. Mas, quando a TV foi para o ar em 2002, tivemos, sim, que acionar o Ministério Público. E aí fico preocupado quando o Beto e os demais companheiros dizem que, por uma questão técnica, podemos ficar de fora do PL. Assim, não sendo redundante, quero ressaltar realmente a importância desses vetos do PL 116.

Quero ressaltar também aqui o absurdo do Item 7.2.1 da Norma 13 da Anatel, que vem nos tratando de forma marginalizada nesses dez anos, em média, dos canais comunitários – há alguns canais com mais

de 16 anos de existência, outros menos. Não somos marginais, não somos bandidos; somos profissionais, representamos aqui diversas instituições de cada município que está aqui representado.

Por falar nisso, Senador, é interessante que, em alguns momentos desse decorrer à frente da emissora, sempre que ouvi falar em direitos humanos, alguém menos esclarecido, ou alguém que não teve realmente condições de entender o que é isso sempre me dizia assim: "Direitos humanos é só para bandido". E este é um momento muito especial que o Senador está propondo a nós, canais comunitários, de mostrar o real papel de uma Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa, como disse Beto Almeida, porque direitos humanos não são para dar benesses a bandidos, mas para cuidar e para dar vez e voz ao mais humilde.

(Palmas.)

Então, neste momento, os canais comunitários são, sim, a peça mais fraca de todo esse sistema. Nós sabemos disso. Qual canal aqui não sonha em ter uma estrutura como a da TV Senado? Eu ficaria louco se tivesse uma estrutura lá em Petrópolis de TV como a que tem a TV Senado.

Enfim, acho muito contraditório também, por exemplo: Petrópolis tem o primeiro curso de TV digital do Brasil – não sei se vocês sabem. Petrópolis tem no Cefet de lá o primeiro curso no Brasil de TV digital. E fico muito triste e frustrado, porque eu não vejo, sinceramente, com esse PLC, a inclusão das TVs comunitárias e das TVs universitárias no modelo digital. O curso Ginga Brasil, por exemplo, a convite do Luís Fernando, deu a oportunidade de alguns integrantes dos canais comunitários participarem. Qual conteúdo digital vamos apresentar daqui a alguns anos? Eu fico olhando Copa do Mundo, Olimpíadas; em qual contexto vamos estar inseridos? Fico extremamente frustrado com isso, como jornalista, como profissional, como gestor de um canal comunitário. Fico decepcionado com a política de comunicação que o País vem adotando, sem um marco regulatório, e a sociedade civil não tem o mínimo de dignidade para expor suas demandas. E olhe que temos demandas! Temos programas de cultura na TV, temos programas da OAB, temos programas de direito e cidadania, temos programas de inclusão social, temos programas de esporte, temos programas diversos na TV, e, no dia a dia, sabemos o quanto é importante esse papel do canal comunitário.

E, rapidamente: neste ano, temos três exemplos de quanto é importante o papel comunitário para o País. Houve um desastre na região serrana, e o canal comunitário não se omitiu; pelo contrário, foi um dos principais agentes apoiadores aos vitimados e às ações públicas realizadas no município. Tivemos um grande debate sobre o Plano de Cargos e Salários dos educadores, que o município não tem e poucos municípios do País têm; e o canal comunitário foi um dos pioneiros em alavancar esse debate na cidade, com relação ao PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) dos educadores. Mais recentemente, levantamos também o debate das câmaras municipais, sobre quantos vereadores as câmaras terão nas próximas eleições.

Enfim, o papel comunitário não se resume a fazer programinha e a colocar no ar. O canal comunitário é a porta de entrada da sociedade na TV brasileira.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Ronaldo Saldanha, da TV Vila Imperial, de Petrópolis (RJ).

Quero registrar a presença conosco da Srª Socorro Granjeio, da TV Cidade de Manaus. Também do Sr. Evaldo Jardim, Presidente da RP9, TVCom de Ribeirão Preto, São Paulo. E ainda temos aqui mais dois oradores, para poder passar para os nossos convidados

Vou abrir uma exceção para mais dois, mas faço um apelo para que fiquem dentro dos cinco minutos que foram dados aos outros.

Agora, então, o Sr. Airton Amaral Leal, TV Santa Maria, Rio Grande do Sul. Eles colocaram aqui bem grande "Rio Grande do Sul" para eu abrir uma exceção. (Risos.)

O SR. AIRTON AMARAL LEAL – Bom dia, Senador Paulo Paim, Deputada Federal Luiza Erundina, demais participantes colegas das TVs comunitárias, talvez nós de Santa Maria sejamos a TV comunitária mais jovem, imagino.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AIRTON AMARAL LEAL – Tem a de Uberaba, ainda.

Nós começamos as nossas transmissões ao vivo no ano passado e para ilustrar um pouco mais, para contextualizar o que significa uma TV comunitária penso que os colegas já falaram, já enfatizaram da importância desse veto ao art. 32, eu quero situar a cidade de Santa Maria. A cidade de Santa Maria é berço do Governador Tarso Genro, Senador Paim. Lá ele iniciou e construiu a sua vida acadêmica e política. Ele conhece o canal comunitário; é uma cidade universitária e lá está a primeira universidade pública construída no interior do Brasil. Lá em Santa Maria nós temos a Feira da Economia Solidária, que o Senador Paulo Paim também conhece, é a maior da América Latina, tem 20 anos essa feira. Essa feira, com essa importância, nunca havia sido transmitida ao vivo por uma emissora

de televisão convencional, que obviamente tem uma proposta diferente das TVs comunitárias. Pois este ano a TV Santa Maria transmitiu ao vivo, por três dias, a Feira da Economia Solidária.

(Palmas.)

Começamos pela web, o evento ganhou uma repercussão maior ainda, pois em qualquer lugar do mundo foi possível assistir a Feira da Economia Solidária.

Nesse curto período, nós transmitimos o Santa Maria Vídeo e Cinema, que é um evento cultural importante no Rio Grande do Sul, que congrega cineastas não apenas gaúchos, mas de todo o Brasil, que vão à cidade que é chamada de Coração do Rio Grande. Lá estava o Roberto Almeida, quando transmitimos o I Simpósio de Comunicação Alternativa, promovido pelo governo do Estado agora recentemente; foram quase três horas de transmissão ao vivo. Quem pode fazer esse tipo de transmissão? É a TV comunitária. Nós temos um jornal diário, do meio dia à uma da tarde, que é reapresentado à noite. Lá no nosso telejornal nós temos um quadro chamado UAC na TV. O que é UAC? É a União das Associações Comunitárias de Santa Maria; ela representa 150 associações comunitárias. Então, todas as segundas-feiras, por 15 minutos, ao vivo, um líder, uma líder comunitária ocupa um espaço dentro de um telejornal para falar da sua realidade, dos problemas do seu bairro, lá da periferia. E falou um jornalista que militou por um bom tempo na mídia convencional: qual o outro canal que abriria esse espaço? Nenhum outro! Por isso, a manutenção do canal comunitário significa a manutenção do exercício da cidadania.

Hoje, é dia da comemoração dos dez anos da ABCCOM, mas também é um dia de reflexão para todos nós que estamos aqui e para todos os que estão nos assistindo agora pela TV Senado, e para a própria Presidente Dilma Rousseff, que tem uma história belíssima, comprometida com a democracia. Neste dia, penso que, olhando para a sua trajetória, a Presidente vai vetar o art. 32, porque ao fazê-lo significará propiciar às TVs comunitárias continuarem a trilhar o caminho da defesa da cidadania. Eu poderia citar outras entidades que ocupam espaço lá, como o Sindicato dos Bancários, a OAB, que tem programa ao vivo, é um programa de debates na TV Santa Maria.

Agradeço pelo espaço e reitero o desejo de que as TVs comunitárias do Brasil tenham vida longa.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero cumprimentar o Sr. Airton pelo seu poder de síntese: falou em quatro minutos e disse tudo que queria dizer. Parabéns! Airton do Amaral Leal, TV Santa Maria, Rio Grande do Sul, jornalista.

Agora faço o mesmo apelo ao Wagner Junior dos Santos, Projeto Parabólica, para que ele use seu tempo de cinco minutos.

O SR. WAGNER JUNIOR DOS SANTOS SILVA – Bom dia a todos, em especial à Deputada Erundina e ao senhor, Senador.

Aproveito este momento para externar o que eu sinto, estando aqui neste lugar. Vocês dois, ainda hoje para mim, foram e são um exemplo de resistência, de luta, e um exemplo a ser seguido não só por mim, mas também por meus alunos, que aqui estão.

O Paulo, sempre gentil com nosso projeto, pediu-me para que eu falasse alguma coisa acerca da nossa ação dentro da TV Comunitária. Eu acho que só faz sentido eu falar alguma coisa se for para dar meu depoimento de quão é importante uma mídia comunitária para a construção da identidade de uma nação.

Mas antes, eu queria pedir, por parte de todos os ouvintes, a possibilidade de a gente deixar o nosso jornalzinho com vocês para conhecer o nosso projeto, que nasceu dentro de uma tevê comunitária, que é um projeto onde alunos de escola pública, jovens fazem televisão, com todas as dificuldades, mas eles fazem televisão. Hoje, a gente tem o Projeto Parabólica, que é um dos programas que sempre é exibido na TV Comunitária de Brasília, mas também temos outros produtos que surgiram dessa ação, que começou numa escola de periferia, da periferia, onde as pessoas eram marginalizadas por ter um sincretismo religioso muito grande nessa região, que é o Vale do Amanhecer. Esses meninos, mesmo com toda a dificuldade de se aceitarem como pessoas dessa periferia, eles se sujeitaram a fazer televisão e contar um pouquinho das suas histórias.

Eu não gosto de falar do projeto porque eu sou um coordenador dele. Nesse jornal, os meus alunos, que hoje são meus amigos e companheiros na luta, falam sobre o que é o projeto. Aí eu pediria a permissão do Senador para que as pessoas tivessem acesso a esse material, lembrando: por favor, não joguem fora, leiam. Esse pedido a gente sempre faz para os alunos nas outras escolas.

Bem, para os nossos alunos da periferia de Brasília, a TV Comunitária é essencial porque foi através da TV Comunitária que eles começaram a se colocar como pessoas com identidade.

E a pergunta que sempre ocorre dentro da nossa escola é: "Por que eu não me vejo na televisão? Por que, toda vez que eu olho para a televisão, eu não estou lá? Por que a Malhação não tem a cara da minha escola? Por que as pessoas pobres da televisão, a

casa da pessoa pobre da televisão não reflete também a minha casa, que parece que é bem mais pobre do que aquela casa que estou vendo na televisão?". Essa inquietação por parte dos meninos da nossa escola fez com que eles quisessem se ver na televisão e hoje eles fazem televisão justamente por isso. E mais do que isso, eles não só fazem televisão; hoje, por causa desse projeto, que está desde 2007 junto com a Cidade Livre, eles estão ensinando outros meninos aqui no Distrito Federal a também se apropriarem desse tipo de mídia para poder construir a sua identidade. Isso eu acho que só foi possível por causa da existência, pelo menos, do Paulo na nossa vida. Porque a nossa intenção é fazer televisão, mas para quem? Para a TV Comunitária, e através da TV Comunitária a gente poder nos ver dentro dela.

Hoje, esses meninos também... Porque lá dentro eles aprendem como fazer um projeto, como alavancar esse projeto, como interpretar, como conduzir uma gravação, dirigir. Eles conseguiram uma verba para poder comprar os equipamentos, porque os equipamentos são todos através de parcerias com entidades diversas, que estão atrás do nosso jornal. Eles conseguiram essa verba, e, há oito meses, estamos tentando liberá-la.

Quero também fazer um apelo, porque amanhã temos uma reunião com os Deputados Distritais, justamente para poder haver a liberação dessa verba. Eu queria fazer um apelo ao Governo, não só ao de Brasília como também ao do Brasil: não podemos esquecer a nossa identidade, as nossas raízes, o local de onde viemos. Aí faz sentido, por exemplo, dar para as TVs comunitárias o que elas vêm humildemente pedir, que é a existência. E existir é ter identidade.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito bem! Foi bem também. Eu achei que você ia além, mas faltaram dois segundos. Você ficou dentro dos cinco minutos.

Foi bem. Parabéns!

E parabéns pelo movimento. É belíssimo. Tem, em outra vez, com mais tempo, de falar mais desse projeto, que é belíssimo.

Vou passar, neste momento, a palavra aos nossos convidados, para as considerações finais. E peço que cada um use no máximo, devido ao nosso tempo, o período de cinco minutos.

Começo, agora, de trás para frente. Os últimos serão os primeiros, e o primeiro é o José Roberto Barbosa Garcez, Diretor de Serviços...

O SR. FÁBIO RENATO – Senador, posso quebrar o protocolo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode quebrar o protocolo. Eu só não o chamei, porque seu nome não estava disponível para a Mesa, e houve um acordo no Plenário. Todos os nomes que recebi eu chamei. Mas, como V. Sª disse que ia quebrar o protocolo, ele está quebrado.

O SR. FÁBIO RENATO – Eu quero só rapidamente, Senador, dizer que sou de São José do Rio Preto, interior de São Paulo. Sou Diretor-Geral da TV da cidade, do canal comunitário da cidade, e, a exemplo do que todos disseram aqui, acho que, pela primeira vez, essa comunicação, que é diferenciada, qualificada, pôde falar para o Brasil inteiro, através das câmaras da TV Senado. Isso só foi possível – alguém já mencionou isso – através da Comissão de Direitos Humanos. Então, isso é grandioso, extraordinário. Quero que a minha região, que me está assistindo através da TV Senado, tenha conhecimento dessa sua iniciativa, da iniciativa do Paulo Miranda, do nosso grande Presidente Didi. E também quero saudar a nossa querida Deputada Luiza Erundina.

Quero dizer que São José do Rio Preto está presente e espera que a nossa Presidenta Dilma Rousseff ouça os apelos que daqui estão saindo, que daqui saíram, para que se possa efetivamente resgatar a dignidade dessa nossa comunicação.

Muito obrigado, Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito bem!

Já vi que é comunicador também. Ele usou um minuto. Eu dei cinco, e está em quatro. Parabéns! Parabéns!

Vou pedir que todos sintetizem, se puderem – claro que os quiserem falar um pouco mais poderão falar –, porque ainda vou ler o documento que nós estamos remetendo para a Presidenta, a partir desta audiência pública.

Então, com a palavra, José Roberto Barbosa Garcez.

O SR. JOSÉ ROBERTO BARBOSA GARCEZ – É só para saudar, Senador, a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, que tem um significado muito especial, porque é um dos poucos locais em que, realmente, a comunicação pública, a comunicação feita pela sociedade, tem espaço para se manifestar, para mostrar a sua unidade. E quero ressaltar esse aspecto. Acho que o que se verificou aqui foi uma unidade muito forte em defesa da comunicação comunitária e pública. E já tivemos o exemplo de que, quando isso acontece, em geral, as causas são vitoriosas.

Acho que é fundamental ressaltar neste momento os 10 anos da ABCCOM, a luta de tantos compa-

nheiros aqui, a qual se personifica no Didi, no valente Didi, nosso companheiro de tantas jornadas, mas que se estende a todos vocês que fazem a comunicação pública neste País.

Reafirmo o compromisso da EBC de estar sempre presente – o compromisso da empresa de estar sempre presente nessa luta, para que a comunicação comunitária tenha espaço proporcional à sua importância no cenário futuro do Brasil. Estamos encerrando uma etapa com o mundo analógico na televisão, e o mundo digital, sem dúvida, é a grande oportunidade para que se consiga, efetivamente, reverter o quadro de exclusão que nós temos da comunicação pública e da maioria da sociedade brasileira de ter acesso a exibição do conteúdo produzido. Acho que mais uma vez é importante esse espaço e a unidade de todo o campo público de televisão na luta pelo fortalecimento do nosso trabalho. Parabéns Senador.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Roberto Barbosa Garcez, falou pela EBC.

Vamos direto para o Fernando Mauro Trezza, ex-Presidente da ABCCOM.

O SR. FERNANDO MAURO TREZZA – Para ser bastante breve apenas registrar aqui a unidade de pensamento que temos em torno desse assunto. Registrar que historicamente essa questão da publicidade nas TVs comunitárias e públicas vêm sendo debatida, registrar a luta hercúlea da TV Cultura, Fundação Padre Anchieta, pelo direito a ter publicidade no seu intervalo. Uma proibição de uma lei de 1967, onde a TV Cultura entendeu que essa lei era inconstitucional. Foi à AGU que emitiu parecer dizendo que pode ter publicidade e foi a partir deste parecer que a TV Cultura passou a ter publicidade.

A nossa história não é diferente da TV Cultura, o Dr. André lembrou uma coisa muito importante. As TVs Comunitárias do Estado de São Paulo, Acesp, e outras agregadas de outros Estados, não estão sujeitas à norma 13 da Anatel. E nem por isso esses canais comunitários, Senador, se transformaram em shopping tour, nem por isso, se transformaram em canais de venda de leilão, nem por isso se transformaram em arrendamento de igrejas eletrônicas. Faço esse registro para dizer que as TVs Comunitárias do Brasil estão sendo geridas e administradas por pessoas que têm responsabilidade com a causa social. Vai ter o veto e as TVs Comunitárias vão virar um mercado das Arábias. Não é verdade, esta norma já não vigora para os canais comunitários, e os canais não fugiram a sua origem e destinação.

É importante também registrar que quando vemos a publicidade das Casas Bahia na TV Cultura, e tem, o dinheiro dessa publicidade vai para digitalizar o acervo. Esse dinheiro vai para que algo de importante aconteça na televisão pública. Mas nem por isso a TV Cultura deixa de apresentar programas como Roda Viva, Vitrine, etc, porque a emissora tem que ser julgada, sim, pela sociedade, pelo seu conteúdo e não porque recebe dinheiro das Casas Bahia, porque recebe dinheiro do Banco do Brasil, da Caixa Econômica. E acho que isso também está em discussão.

Por isso que esse pedido de veto é unânime, eu diria, em termos das emissoras públicas. Recebemos, como muita alegria o abraço da EBC, da ABTU, da ABEPEC, da ASTRAL, da ABCCOM, para respaldar a Presidenta Dilma Rousseff na decisão que ela tiver. Se tiver esse veto, faça esse veto em consonância com a sociedade brasileira e em consonância com o Parlamente. Porque, Presidenta, o Parlamento não quis isso, quem quis foi a Anatel que pediu para um Parlamentar desavisado, ou melhor, muito avisado, que colocou o texto na lei. Vamos combater enquanto não é lei. Porque, como dizem os romanos, em latim, dura lex, sed lex : a lei é dura, mas é a lei. Então que isso não se transforme em lei. Está em suas mãos, Presidenta Dilma, para que isso se torne lei ou não.

Era isso. Muito obrigado.

(Palmas.).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Fernando Mauro Trezza, ex-Presidente da ABCCOM, e, de imediato, concedo a palavra ao Beto Almeida, Membro da Junta Diretiva da Telesur.

O SR. BETO ALMEIDA – Senador Paim, agradecendo essa oportunidade novamente, parabenizando pela dignificação da vida parlamentar que o senhor faz ao permitir que nessa luta entre Davis e Golias, entre gigantes oligopólios que alteraram o texto da lei e introduziram essas proibições à comunicação pública, a gente tenha finalmente voz. Quando nós pedimos à Presidenta Dilma que vete é porque, se ela não vetar, nós seremos vetados pelos oligopólios.

(Palmas.)

Os oligopólios são a concentração. Eles são tudo aquilo que é contra a democratização da comunicação, porque concentram a economia e eliminam a diversidade, a pluralidade, a democracia e o contraditório, que é o que estamos possibilitando tratar aqui, finalmente, já que não houve, como já foi mencionado pelo Fernando Mauro, audiências públicas para que este projeto fosse examinado com todo o detalhe, com toda a atenção.

Esses artigos, aos quais solicitamos veto à Presidenta Dilma, são artigos que não foram debatidos no Parlamento. Não foram examinados, não houve

audiência pública, não houve processo de legislação participativa. Por isso, agora, nos estertores, na prorrogação, só nos resta pedir e contar com seu apoio, Senador, da Deputada Luiza Erundina, das entidades já mencionadas, da ABTU e de todos aqueles que lutam pela democratização da comunicação, para que não observemos no Brasil um retrocesso. Esse retrocesso seria a concentração da tevê por assinatura, impedindo, dificultando a expressão das vozes todas da sociedade, que é manifestada pela existência desses canais comunitários, universitários, os canais básicos de utilização gratuita. Mais uma vez, sintetizando: se a Presidenta não vetar aqueles artigos – nós contamos com a solidariedade do Senador Paulo Paim e desta Comissão –, as vozes serão vetadas; as vozes diversificadas, as vozes plurais é que serão vetadas porque os canais comunitários poderão, sim, como já foram muitas vezes, não carregados... A lei já foi tantas vezes descumprida contra nós. Qual é a dúvida de que esses oligopólios que não têm aptidão para a democracia farão usar o seu poder de concentração para impedir a diversidade e a democratização da cultura e da comunicação?

Por isso, agradecemos e seguimos juntos, Senador, Deputada Erundina, nessa luta de Davi contra Golias, mas temos certeza de que o Brasil está em outra etapa e de que o Governo tem mostrado sensibilidade e compromisso para alargar os processos de democratização, inclusive na área da comunicação, e que esse retrocesso será impedido pelo veto da Presidenta Dilma, para que os monopólios não vetem a voz do povo.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Beto Almeida, membro da Junta Diretiva da Telesur, fazendo, mais uma vez, o apelo ao veto.

Passamos a palavra agora ao Octávio Pieranti, Coordenador-geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações.

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Serei breve, Senador.

Quero parabenizar a CDH pela realização deste evento na sua pessoa. Quero parabenizar o seu histórico, em termos de discussão deste tema da comunicação, e também à Deputada Luiza Erundina. E quero parabenizar o campo dos canais comunitários de televisão.

Somente a realização deste evento, por si só, já demonstra que o campo cresceu, conseguiu trazer grande parte dos seus associados ou pelo menos representantes de todas as macrorregiões do País, canais marcados, sim, por sua heterogeneidade, pelas diferenças tanto em termos de recursos quanto de programação, mas unidos e coesos no debate sobre a causa da comunicação comunitária.

Isso é fundamental para que o campo público de televisão como um todo continue avançando e que, cada vez mais, a diversidade esteja presente nos meios de comunicação brasileiros, que é um dos grandes motivos da existência do campo público de comunicação.

Parabéns a todos e um bom Congresso da ABCCOM.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Octávio Pieranti, Coordenador-geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações.

De imediato, vamos ao Fabrício Gonçalves Costa, Diretor de Mídia, em representação ao Sr. Roberto Messias, Secretário de Comunicação Integrada da Secom.

O SR. FABRÍCIO GONÇALVES COSTA – Senador, agradeço em nome da Secom, a Deputada aqui presente. Estamos à disposição, como falei no início, para discussões desse nível. É de todo interesse da Secom processos que busquem o fortalecimento de meios e veículos de comunicação, porque eles vão ser os nossos parceiros na comunicação com a sociedade no geral. E vamos construir juntos um processo para que esses canais possam estar presentes na publicidade de governo. Quanto a qualquer alteração que possa vir a acontecer dentro desse processo, nós vamos ter que encaminhar um novo pensamento, mas sempre com a visão – e a Secom sempre trabalha nesse sentido, no sentido de inclusão – de que novos canais e novas formas de chegar à população possam estar presentes na publicidade e nas diversas comunicações do governo.

Então, reforço mais uma vez que estamos à disposição para integrar novas discussões, num processo de fortalecimento da comunicação no País.

Obrigado a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Fabrício Gonçalves Costa, Diretor de Mídia da Secom que – é importante registrar – está ligada à Presidência da República.

Passamos a palavra, agora, a Francisco Pereira da Silva, Diretor-Adjunto da ABCCOM.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – Em nome da ABCCOM, eu sou um dos diretores que está à mesa, queremos agradecer ao nosso Senador e à Comissão de Direitos Humanos e a nossa Deputada Erundina, lembrando exatamente o seu status de presidente da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação com a Participa-

ção Popular. O nosso muito obrigado. Muito obrigado a toda a Mesa.

E obrigado a Presidenta Dilma. Quero crer que, a essa altura do jogo, se estão nos acompanhando verdadeiramente, vamos ver o dia de amanhã. Hoje é dia 12 de setembro; hoje à tarde e amanhã, nós continuamos o congresso da ABCCOM pelos seus dez anos.

O que ora está acontecendo com o PL 116 vai dar a linha da nossa tarde e do nosso amanhã, porque assim como nós poderíamos estar aqui hoje somente falando das saudações à própria ABCCOM, virou exatamente uma nota só. Aqui foi o samba de uma nota só, todos apelando para o veto aos parágrafos do referido art. 32.

Amanhã será exatamente isso. Nós queremos discutir vários temas, que estão programados no congresso da ABCCOM, mas tudo vai depender deste momento. Nós queremos que amanhã seja verdadeiramente um dia em que o nosso apelo tenha repercutido de forma positiva em nome da comunicação brasileira. Em nome da comunicação desse povo brasileiro, em nome de cada um que aqui conduz esse trabalho, queremos dizer, para concluir, que as TVs comunitárias têm verdadeiramente mostrado a idoneidade profissional na relação em cada Município e em cada Estado brasileiro.

Então, o nosso muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. EDIVALDO FARIAS – Senador, o Presidente da ABCCOM toma a liberdade de quebrar o protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor vai falar em seguida.

O SR. EDIVALDO FARIAS – Ah é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai. Todos que falaram aqui como convidados vão usar a palavra.

Agora, vamos passar a palavra ao Sr. Gabriel Priolli, presidente de honra da Associação... O Gabriel já foi.

Então, Lina Távora, que aqui representou a Srª Ana Paula Santana, Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura.

A SRª LINA TÁVORA – Eu queria, mais uma vez, parabenizar a ABCCOM e todos os presentes pelas iniciativas que tivemos o prazer de ouvir hoje, vindo dos canais comunitários de boa parte do Brasil, e deixar, mais uma vez, a Secretaria aberta ao diálogo com a ABCCOM e com os canais comunitários.

Bom congresso para vocês!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Lina Távora, representando o Ministério da Cultura, a Secretaria do Audiovisual.

Agora vamos ouvir Paulo Miranda, 1º Vice-Presidente da ABCCOM.

O SR. PAULO MIRANDA – Estamos aqui relatando e votando as coisas da TV comunitária em tempo real, on-line, pelo Facebook.

Gostaria de agradecer à Comissão novamente, especialmente ao senhor. Agradeço também por termos agora dois Presidentes de Honra da melhor qualidade, da melhor qualificação neste Congresso Nacional, que é o senhor e a Deputada Luiza Erundina. Temos certeza de que, mesmo se não conseguirmos uma vitória com os vetos, teremos de apresentar a este Congresso Nacional, tirado desse nosso congresso da ABCCOM, um projeto de lei que crie o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Mídia Comunitária Brasileira e um documento que mostre qual é a estratégia que queremos para que se implemente no Brasil uma política nacional de mídia comunitária com um braço forte dentro dos direitos humanos.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Paulo Miranda, 1º Vice-Presidente da ABCCOM.

Agora passamos a palavra ao Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABCCOM, Sr. Edivaldo Farias.

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – Muito obrigado.

Desculpe-me pela precipitação, mas é que eu não poderia deixar de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se eu não deixasse o senhor falar, eu seria demitido do cargo de Presidente!

O SR. EDIVALDO AMORIM FARIAS – É que eu não poderia deixar que se encerrasse esta solenidade sem dizer ao senhor e aos presentes o seguinte.

Dizem que a democracia é o melhor regime, mas o mais difícil de ser exercitado. No entanto, hoje, aqui, eu aprendi – e todos testemunhamos isso – que não é bem assim: o senhor provou que é possível exercitar a democracia, porque todos os presentes no plenário falaram e falaram o que quiseram. Isto, Senador, em mais de cinquenta anos de militância política, eu nunca tinha visto acontecer: todo o plenário falar, todos os convidados falarem, ao vivo e a cores, sendo transmitido.

Cheguei aqui incrédulo quanto à possibilidade desse veto, mas, diante do que aconteceu aqui, diante dessa reunião de forças aqui, saio daqui piamente convencido de que a Presidenta Dilma Rousseff vai vetar, sim, esses artigos, porque, senão, ela vai nos levar à clandestinidade iniciada nos meus quinze, dezesseis anos, que levou muita gente às masmorras, muita gente aos cemitérios.

Não nos calaremos, não é isso o que queremos. Nós queremos avançar na democracia, nós queremos que as TVs públicas tenham vez, que o povo tenha vez, queremos ajudar a desenvolver este Governo que a maioria de nós elegeu. Queremos que nem a Presidenta Dilma nem nenhum de nós passe mais pelo que passou e, para isso, é muito importante a existência das TVs públicas, dos canais comunitários.

Parabéns ao senhor, parabéns a Luiza Erundina, parabéns a todos os que participaram desta solenidade!

Preciso dar um aviso para desfazer um equívoco. O nosso congresso, iniciado solenemente aqui dentro do Senado graças à deferência do senhor, prossegue agora, às 14 horas, com um debate com a presença do nosso companheiro Garcez e do Professor Luiz Fernando, que veio do Rio para conversar com os canais comunitários do Brasil.

Vivam os canais comunitários! Viva Dilma Rousseff! Viva Paulo Paim! Viva a Deputada Luiza Erundina, guerreira de sempre!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à fala brilhante, como sempre, de Edivaldo Farias, que é o Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários. Vida longa a todos os canais comunitários. Parabéns a V. Sª!

Para encerrar, nada melhor, não fui eu quem programei, foi natural, vai falar a Deputada Federal e Presidente da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, Luiza Erundina.

A SRª LUIZA ERUNDINA (PSB – SP) – Presidente, já falei demais, mas eu queria aproveitar o tempo que me é concedido para cumprimentar mais uma vez a ABCCOM, cumprimentar V. Exª pela iniciativa e dizer quanto a democracia direta e a democracia participativa fazem avançar a democracia em nosso País. Eu pediria inclusive à ABCCOM, portanto, a todas as emissoras de TVs comunitárias, que nos ajudem a fazer chegar ao cidadão e à cidadã de todos os locais deste País a importância dessa questão da democracia direta, da democracia participativa. Ter uma CLP aqui no Senado e ter uma CLP na Câmara faz uma enorme diferença, e à medida em que for incorporada pela cidadania brasileira, quem vai ganhar é a democracia, inclusive a representativa. Se a democracia representativa vive uma crise, isso se deve em grande medida ao fato de no Brasil não se exercitar a democracia direta, a democracia participativa.

Por último, quero reiterar nosso compromisso, como Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direitos da Comunicação com Participação Popular, com essa luta, com essa causa, com essas bandeiras, independente da decisão da Presidente Dilma. Eu também torço e acredito que ela será sensível a esse apelo forte, convincente, que foi lançado aqui no encontro de hoje, mas se lamentavelmente isso não acontecer, é bom nós nos prepararmos, termos as barbas de molho. E vamos nos preparar para o momento seguinte, vamos começar a gestar um projeto de lei, como dizia nosso companheiro Fernando Mauro, porque nós não somos de desistir da luta, mesma que seja a mais adversa, a mais difícil, a mais complicada, mas estou ainda confiante de que a Ministra não vai frustrar a nossa expectativa.

Parabéns, Senador. Parabéns, representantes da ABCCOM. É um grande dia, é um grande momento a realização deste seminário.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Luiza Erundina é Deputada Federal e Presidente da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação.

Vou para o encerramento agora. Quero dizer que não dá mais para mudar porque nós temos que remeter, mas este foi o documento que remetemos e que vai ficar também nos Anais da Casa, em nome da Comissão de Direitos Humanos e também de todos vocês.

O que diz o documento:

> "Comissão de Direitos Humanos
> Brasília, 12 de setembro de 2011

As TVs comunitárias filiadas à ABCCOM (Associação Brasileira de Canais Comunitários), reunidas na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, para a abertura do VII Congresso da entidade, em homenagem aos seus dez anos, solicita à Presidenta da República, Dilma Rousseff, o que segue abaixo:

Elaboração de uma política de mídia comunitária para o Brasil;

Criação de um fundo nacional de apoio ao desenvolvimento das TVs comunitárias;

Acesso ao modelo da TV digital regulamentada pelo Decreto nº 5.820;

Acesso a rede única de TV digital a ser implementada pela Telebrás e EBC (Empresa Brasileira de Comunicação);

Funcionamento urgente do Conselho Nacional de Comunicação no Congresso Nacional;

[Claro que este aqui nós vamos também trabalhar aqui dentro com o Presidente Sarney] Transformação das TVs comunitárias em ponto de cultura do Ministério da Cultura;

Com relação ao PLC 116, solicitamos vetos aos seguintes parágrafos do art. 32:

"Art. 32. (...)

§1º A programação dos canais previstos nos incisos II e III deste artigo poderá ser apresentada em um só canal, se assim o decidir a Mesa do Congresso Nacional. [É o que diz o parágrafo, e por isso estou lendo, para que não fique dúvida.]

(...)

§ 5º [Que pede também o veto, não é?] Os canais previstos nos incisos II a XI deste artigo não terão caráter privado, sendo vedadas a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos, assim como a transmissão de publicidade comercial, ressalvados os casos de patrocínio de programas, eventos e projetos veiculados sob a forma de apoio cultural."

Pede também o veto do art. 7º do art. 32:

"§ 7º Em caso de inviabilidade técnica e econômica, o interessado estará desobrigado do cumprimento no disposto no § 6º deste artigo e deverá comunicar o fato à Anatel, que deverá ou não aquiescer no prazo de 90 (noventa) dias do comunicado, sob pena de aceitação tácita mediante postura silente, em função de discurso de prazo."

Na verdade, a expressão é "decurso de prazo", não "discurso de prazo". É preciso corrigir o português, moçada da Secretaria: "[...] sob pena de aceitação tácita mediante postura silente, em função de decurso de prazo". Pegaram aí? (Pausa.) Em seguida, anexem isso à redação final.

Dizem os §§ 8º e 9º:

"§ 8º Em casos de inviabilidade técnica ou econômica comprovada, a Anatel determinará a não obrigatoriedade da distribuição de parte ou da totalidade dos canais de que trata este artigo nos meios de distribuição considerados inapropriados para o transporte desses canais em parte ou na totalidade das localidades servidas pela distribuidora.

§ 9º Na hipótese da determinação da não obrigatoriedade da distribuição de parte dos canais de que trata este artigo, a Anatel disporá sobre quais canais de programação deverão ser ofertados pelas distribuidoras aos usuários, observando-se a isonomia entre os canais de que trata o inciso I de uma mesma localidade, priorizando, após as geradoras locais de conteúdo nacional, ao menos um canal religioso em cada localidade, caso existente, na data da publicação desta Lei."

[Para todos os trechos que estou lendo, estão pedindo o veto.]

Diz o § 12:

"§ 12 A geradora local de radiodifusão de sons e imagens de caráter privado poderá, a seu critério, ofertar sua programação transmitida com tecnologia digital para as distribuidoras de forma isonômica e não discriminatória, nas condições comerciais pactuadas entre as partes e nos termos técnicos estabelecidos pela Anatel, ficando, na hipótese de pactuação, facultada à prestadora do serviço de acesso condicionado a descontinuidade da transmissão da programação com tecnologia analógica prevista no inciso I deste artigo."

Esse é o documento, que deverá sofrer os devidos ajustes. (Palmas.)

O documento é assinado por Paulo Paim, Presidente da CDH, e pela Deputada Federal Luiza Erundina, Presidente da Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação.

(Palmas.)

Aqui, simbolicamente, tomo a liberdade de dizer que o assino como Senador, em nome da CDH, e que a nossa Deputada o assina como Deputada e Presidente da Frente Parlamentar, na visão, entendo eu, da maioria dos Senadores e da maioria dos Deputados.

(Palmas.)

Aprovado, pelas palmas, o entendimento feito no documento, com ajustes apenas de português.

Encerramos esta reunião.

Vida longa a toda a rede de canais comunitários e de TVs e emissoras! Vocês, com certeza, são aqueles que se comunicam diretamente com nosso povo, com nossa gente, com 90% do povo brasileiro, eu diria, porque aqueles que mais precisam são os mais pobres. Vida longa a todos vocês! Parabéns!

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 63ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quinze de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Sena-

dor **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, João Durval, Paulo Davim, Ricardo Ferraço, Demóstenes Torres e Cyro Miranda**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. **DELIBERATIVA**. **Item 1. Requerimento nº 129, de 2011**, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Subcomissão Temporária de Combate à Corrupção e à Impunidade, com a finalidade de analisar e debater propostas que tratam do tema e abrir espaço no âmbito do Senado Federal para um amplo debate com a participação da sociedade civil organizada, objetivando identificar as ações de alçada do Parlamento que podem concorrer para que o clamor popular pelo fim da corrupção e da impunidade no País seja atendido. Autoria: Senador Pedro Simon. Resultado: **Adiado**. **Item 2. Requerimento nº 130, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater o Fundo de participação dos Estados –FPE em face a dignidade da pessoa humana. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 3**. Não Terminativo. Sugestão nº 3, de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de Quiropraxista. Autoria: Universidade FEEVALE. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatoria *ad hoc*: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: **Aprovada**. **Item 4**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008**, que altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Adiado**. Relatoria *ad hoc* Senadora Ana Rita. Lido o relatório, adiada a discussão e votação da matéria. **Item 5**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009**, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento feito pela CAS e com a Emenda nº 05, que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 6**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009**, que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CE (Comissão de Educação, Cultura e Esporte). Resultado: **Adiado**. **Item 7**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CAE, suprimido o hífen do vocábulo infanto-juvenil nela contido. Resultado: **Adiado**. **Item 8.** Terminativo**. Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003**, que dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família). Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 9**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, com a SubEmenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 10**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 11**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, e com as Emendas nº 01-CCJ, nº 2-CCJ, nº 3-CCJ, nº 4-CCJ, nº 5-CCJ e nº 6-CCJ,

aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Adiado**. **Item 12**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 13**.Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01 (Substitutiva), que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 14**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta e pelo acatamento da Emenda nº 01-CE. Resultado: **Adiado**. **Item 15**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009**, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 16**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, 02, 03 e 04, que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 17**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com as Emendas nº 01-CCJ, 02-CCJ e 03-CCJ (Comissão de Constituição Justiça e Cidadania). Resultado: **Adiado**. **Item 18**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009**, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador João Pedro. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela Aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutiva) Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com as Subemendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 19**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009**, que estende os benefícios financeiros do "Programa Bolsa Família" para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 20**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 01-CI, e com uma Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 21**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 22**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria com emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 23**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2011**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da ex-

pressão pessoas portadoras de deficiência. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Adiado**. Fazem uso da palavra os seguintes senhores senadores Paulo Paim, Marta Suplicy e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Foi pedida a retirada de pauta do Item 16 (PLS nº 456, de 2009) por parte do Senador Gim Argello.

Então, retirado de pauta o Item 16.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Esse não.

Recebemos requerimento do Senador Pedro Simon, que diz o seguinte:

> "Com fundamento nas disposições dos artigos 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Subcomissão Temporária de Combate à Corrupção e à Impunidade, com a finalidade de analisar e debater propostas que tratam do tema e abrir espaço no âmbito do Senado Federal para um amplo debate com a participação da sociedade civil organizada, objetivando identificar as ações de alçada do Parlamento que podem concorrer para que o clamor popular pelo fim da corrupção e da impunidade no País seja atendido."

O que acontece? Não há obstáculo político de nossa parte quanto à instalação da Comissão, que acontece é que já temos quatro Subcomissões instaladas aqui: a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, a Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, a Subcomissão da Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza e, por último, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, cujo requerimento foi aprovado, embora não tenha sido instalada.

Eu precisaria que um dos Presidentes dessas Subcomissões concordasse com o encerramento do trabalho para que eu pudesse, então, colocar em votação o requerimento do Senador Pedro Simon. Como até o momento não houve ainda o acordo devido, nenhuma das Subcomissões instaladas apresentou o requerimento concordando com a retirada da Comissão, não poderemos votar hoje também o requerimento apresentado pelo Senador Pedro Simon.

Haverá uma reunião à tarde para ver se se constrói o entendimento.

Próximo item.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 130, DE 2011

> **Com fundamento no disposto do art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater [Senadora Marta Suplicy] o Fundo de Participação dos Estados(FPE), em face da dignidade da pessoa humana e investimentos nos Estados.**

Por que eu trouxe esse tema para o debate, Senadora Marta Suplicy? Principalmente, conforme projetos que foram apresentados até o momento, pelos grandes prejudicados, que são os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Então, devido a essa questão, quero debater esse tema aqui, chamando as partes envolvidas. Existem, se não me engano, dois projetos em tramitação com esse objetivo que vai mudar totalmente o Fundo de Participação dos Estados.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não entendi bem. O senhor está propondo uma audiência sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou propondo uma audiência pública para debater...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho interessante. Eu tenho um projeto de lei nessa direção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Boa, boa.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...que revê um pouco, porque o Estado de São Paulo tem 1%, e é um Estado que contribui fortemente para esse Fundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele vai perder mais ainda.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É. Mas o meu projeto é no sentido de aumentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O contrário, claro. Eu entendi.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...para uns quatro o que hoje temos. Como V. Exª bem sabe, existe um pouco de verdade, em parte, de que São Paulo é o Estado mais rico da Federação. Então, criou-se a fantasia de que, em São Paulo, a pobreza é pequena. Isso não é verdade. Falo por experiência própria. Fui Prefeita de São Paulo, Senadora Ana Rita, e tínhamos 20% da população da cidade de São Paulo em projetos sociais, e 12% em algo que era renda mínima, equiparado ao Bolsa Família. Então, temos bolsões de pobreza seriíssimos na cidade. Tanto é que a Presidenta Dilma lançou o Brasil Sem Miséria, o Busca Ativa, na cidade de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, juntamente com o Governador Alckmin e com Governadores de todas as regiões. Apesar de ser um Estado rico, a desigualdade em nosso País ainda é muito forte e, onde há maior riqueza, essa desigualdade fica muito pujante, muito explícita, gera muita violência. Então, o Fundo pode beneficiar muito, apesar – tenho de dizer também – de que o prefeito da cidade, com o orçamento de R$35 bilhões, tem R$7 bilhões no mercado financeiro. Então, eu fico até constrangida, a gente brigando para levar o recurso, e o prefeito tendo dinheiro em caixa sem utilizá-lo em benefício da população.

Mas penso que essa audiência pública é extremamente importante. Creio que já ouvi pronunciamento do Senador Aloysio Nunes, que também é companheiro nessa questão, e tenho certeza de que o Senador Suplicy também estará.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ontem, recebi um documento da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, demonstrando enorme preocupação. Falei com o Secretário de Fazenda do Estado, e ele, por sua vez, falou com os três Senadores pelo Rio Grande, porque os projetos apresentados diminuem, e muito, a arrecadação, principalmente nesses quatro Estados. Por isso, vamos abrir o debate. O que não pode é, de repente, um projeto dessa envergadura, que mexe com a economia de todos os Estados, ser votado sem que a gente perceba. Que vai ser votado vai, mas de forma transparente, tranquila, aberta e que não traga prejuízo.

Concordo com a Senadora Marta Suplicy. Essa análise que V. Exª faz corretamente serve também para o Rio Grande do Sul. Tem-se a mania de dizer que os Estados ricos são os Estados do Sul – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Falo, aqui, em nome dos três Estados, já falei com os Senadores dos outros dois Estados, no caso, que demonstraram muita preocupação, daí por que resolvemos apresentar esse pedido de audiência pública para debater o tema, sem nenhuma, digamos, posição predeterminada. Claro, há a preocupação com o objetivo...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A gente não vai poder deliberar terminativamente, mas a gente encaminhar boas posições para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No mínimo.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu só queria dizer que acho bastante oportuna essa discussão nesse momento, considerando a discussão dos *royalties* do petróleo também .

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É um tema que está intimamente vinculado. Então, é bastante oportuno esse debate nesse momento. Acho que poderíamos inclusive agilizar essa audiência pública, porque ela tem tudo a ver com o momento que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há uma data prevista, se não me engano, para o início de outubro. Estamos em meados de setembro, então, no início de outubro, avisaremos.

Então, se ninguém for contra, vou colocar, neste momento, em votação o Requerimento nº 130, de 2011, que visa a debater o Fundo de Participação dos Estados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O requerimento do item 1 não foi votado.

Há, ainda, em caráter não terminativo, dois projetos – indago se a Senadora Ana Rita poderia ser a Relatora **ad hoc** –, um deles regulamenta o exercício da profissão de quiropraxista.

Explico.

A Universidade Feevale do Rio Grande do Sul foi quem me encaminhou esse projeto.

O Relator, Senador Ataídes Oliveira, já fez o seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem Senador.

Posso pedir inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tenho reunião da Mesa, às 10 horas, mas gostaria muito de participar da discussão, caso V. Exª o coloque em votação, do PLS nº 469, que trata do adolescente, de quererem ampliar a internação do adolescente. Assim,

eu poderia participar da discussão, porque tenho muito interesse no tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A pergunta que faço a V. Exª é se V. Exª pretende pedir vista ou não, e explico o porquê: o autor é o Senador Demóstenes Torres, que me pediu que o chamasse caso fossemos votar o projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, a gente pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se vão pedir vista...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pedimos vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, eu faria o seguinte, se vocês me permitirem – a autoria é do Senador Demóstenes Torres e a relatoria do Senador José Agripino –: consulto se uma das Senadoras queira fazer a leitura do relatório como relatora *ad hoc, e,* aí, poderia pedir vista em seguida.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Se a Senadora Ana Rita quiser fazer a leitura, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só faz a leitura, para que possa ser feito o pedido de vista.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Como quiser. Eu só vou fazer a leitura, porque eu também gostaria de avaliar melhor o projeto. Entendeu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só fazer a leitura. Eu entendi.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É isso. A Senadora, então, faz a leitura, e pedimos vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faz a leitura, pede vista e ,depois,...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, está bem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vista conjunta. Eu vou ser obrigada a fazer na próxima, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Posso apresentar na próxima, se assim entendermos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A gente tem de ver se o Senador Demóstenes pode estar.

Então, a Senadora faz a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E abre o espaço para você, inclusive, dialogar com o Senador Demóstenes, como relatora *ad hoc* até alguma alternativa, se for o caso.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim. Inclusive a Senadora Marta pedindo vista, esse diálogo pode ser feito pela própria Senadora Marta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, a própria Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Podemos fazer em conjunto para justamente ver se é possível fazer um acordo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se não ler o relatório, ele vai só empurrando e não há uma conversa.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, vou fazer a leitura do relatório e, rapidamente, a gente encaminha.

> "Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 469, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar de quarenta e cinco para noventa dias o prazo de internação provisória de adolescente infrator.
>
> A proposição também fixa prazo máximo de dez dias para que a autoridade policial conclua o procedimento investigatório, quando o adolescente estiver internado, ou trinta dias, quando estiver solto. Ademais, estabelece o prazo máximo de noventa dias para conclusão do procedimento judicial relativo à aplicação de medida socioeducativa, quando o adolescente estiver internado provisoriamente.
>
> O autor justifica a proposição com fundamento na insuficiência do prazo atualmente previsto, de quarenta e cinco dias, que, na sua avaliação, resulta em falhas na investigação e na instrução processual de infrações cometidas por adolescentes.
>
> Informa que as alterações veiculadas no PLS nº 469, de 2008, resultam de sugestões de promotores de justiça do Distrito Federal que atuam nas varas especializadas de Infância e Juventude.
>
> A proposição está sujeita à análise terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
>
> Não foram apresentadas emendas ao projeto."

O Relator faz uma análise e, depois, apresenta também uma emenda pela Comissão de Direitos Humanos. Eu vou fazer a leitura da análise, Sr. Presidente.

"A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, detém competência para apreciar matérias relativas à proteção devida a crianças e adolescentes.

O prazo de internação provisória atualmente previsto impõe urgência na investigação de infrações co-

metidas por adolescentes. Embora isso devesse atuar em favor do adolescente sobre o qual pese suspeita de prática de atos ilícitos, pode produzir o efeito oposto: premidos pela pressa e receosos de que os supostos infratores fiquem impunes, policiais e promotores podem tender a manifestar-se pela culpa do adolescente, para que o debate prossiga no âmbito judicial.

Essa situação não interessa ao adolescente, à polícia, ao Ministério Público e à Justiça, nem à sociedade. É importante que o prazo para que se realize a investigação e a instrução processual seja suficiente, apesar da celeridade que deve orientar esses procedimentos. Naturalmente, a aplicação da medida de internação pelo prazo máximo sugerido, de noventa dias, deverá ser avaliada pelo magistrado competente de acordo com as circunstâncias de cada caso concreto.

No mesmo sentido, é salutar o estabelecimento de prazo para a conclusão das investigações policiais. De outra forma, o Ministério Público pode dispor de tempo exíguo para examinar o procedimento e realizar suas inquirições, o que pode gerar distorções como as que já mencionamos.

Identificamos algumas inadequações de redação e de técnica legislativa na proposição, que merecem reparo. Convém desdobrar o art. 1º em dois, para que um artigo altere os dispositivos do Estatuto já vigentes e outro inclua o novo art. 177-A.

As designações dos artigos devem ser grafadas em negrito, sem ponto após o ordinal, e a sigla "NR" no art. 108 deve ser grafada após uma linha pontilhada, para que não haja a supressão não intencional de seu parágrafo único. Convém, ainda alterar a redação proposta para o art. 108, para que não fique a falsa impressão de que a internação antes da sentença será obrigatória. No ensejo dessas alterações, aproveitamos para aprimorar a redação da ementa da proposição.

III – Voto

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, de 2008

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para aumentar o prazo máximo de internação provisória de adolescente, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial instaurado para aplicação de medida socioeducativa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 108 e 183 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 108. A internação, antes da sentença, poderá ser determinada pelo prazo máximo de noventa dias.

.....(NR)

.....

Art. 183. O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de noventa dias. (NR)"

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 177-A:

"Art. 177-A. A autoridade policial deverá concluir e encaminhar ao Ministério

Público o procedimento investigatório no prazo de dez dias, se o adolescente estiver internado, ou no prazo de trinta dias, quando solto."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, fiz apenas a leitura do relatório, existe uma nota técnica do Ministério da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que se manifesta com relação a essa matéria.

Então, como a Senadora Marta pede vistas, acho importante...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senadora. Desculpe, mas acho que talvez fosse mais interessante, Sr. Presidente, para sua avaliação, que nós retirássemos para reexame, porque como a Senadora é a relatora *ad hoc,* a gente pode fazer isso regimentalmente e podemos, depois, pedir vistas em outro momento, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a presença do autor, inclusive, para debater a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Melhor. Aí podemos sentar e trabalhar...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, nós vamos solicitar para fazer o reexame da matéria? Com base, inclusive, na avaliação feita pela Nota Técnica encaminhada pelo Governo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Só foi lido o relatório, eu acho inclusive que a sugestão da Senadora Marta Suplicy é adequada já que o autor não está presente. Nós não pediríamos

sequer vista e apenas retiro de pauta e, num outro momento, com a presença dele, a gente faz o debate. Ok?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está ótimo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No próximo projeto, eu gostaria que a Senadora Marta ou Ana Rita, se entenderem...são projetos de iniciativa da sociedade civil e compete a nós apenas dizer se eles cumpriram os trâmites legais ou não. E naturalmente daqui ele vai para as comissões que vão discutir o mérito. Eu queria ver se a Senadora Ana Rita ou a Senadora Marta poderia ler a análise e o voto e isso seria suficiente para que o projeto começasse a tramitar. Isso não significa sequer se concorda ou não com o mérito. Ele entrou na Comissão; a Comissão entende que é legítimo o pleito e daqui ele começa a caminhar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Autorização para ele caminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se fosse lida a análise, eu até proporia, se assim V. Exª concordasse, desses dois parágrafos e, depois, o voto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É o parecer sobre o projeto de lei que regulamenta o exercício da profissão de quiropraxista.

O Relator é o Senador Ataídes Oliveira.

Análise.

A Sugestão atende ao que dispõe o art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno da Casa, que estabelece, entre as competências da CDH, opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil – é o caso deste projeto.

Nesse sentido, a Sugestão nº 3, de 2011, poderia ser acolhida e adotada por esta Comissão.

Sob o aspecto formal, observamos ser constitucional e regimental a apresentação de projeto de lei que regulamente a profissão de quiropraxista. Tratando-se de "uma entidade organizada da sociedade civil", a Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR possui competência para apresentar sugestões perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Registramos, na sequência, a parte mais relevante do texto justificador apresentado:

> "O ser humano tem como uma de suas principais características a capacidade inerente de manter-se saudável. Essa propriedade, conhecida como homeostase, possibilita que o corpo mantenha um equilíbrio interno para funcionar normalmente. O sistema nervoso é responsável por coordenar as funções corporais para produzir tais respostas.(...)"

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Desculpe?

(Intervenção fora do microfone)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Passar para o voto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprido o preceito principal...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, cumprido o preceito principal de constitucionalidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De legalidade do pleito...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Podendo aceitar legalmente, passamos ao voto.

Em vista do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 3, de 2011, na forma da seguinte proposição, que regulamenta o exercício da profissão – e aí há todo um arrazoado regulamentando a profissão de quiropraxista.

Eu acredito que está dentro dos regulamentos e da lei e que podemos encaminhar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Feito o relatório, coloco em votação.

Aqueles que concordam com a apresentação do projeto que regulamenta a profissão de quiropraxista, apresentado pela Universidade Feevale, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concluída a apreciação dos requerimentos e dos projetos não-terminativos, caso as Senadoras nada mais tenham a colocar, vamos para o encerramento da nossa sessão no dia de hoje. *(Pausa.)*

Apreciados os projetos não terminativos, damos por encerrada a presente sessão. Muito obrigado às Senadoras Maria Rita, minha Vice, e à Marta Suplicy, nossa Vice-Presidente do Senado.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 64ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quinze minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Paulo Davim e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 108, de 2011–CDH, aprovado em 18/08/11, de autoria do Senador Paulo Paim, para avaliar os 10 anos do sistema de cotas nas universidades públicas do Brasil. Convidados: Frei David Santos, Diretor Executivo da Educafro; Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas – SPAA, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; José Geraldo de Sousa Júnior, Reitor da Universidade de Brasília – UNB; Luiz Cláudio Costa, Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação; e Professora Elizângela Patrícia Moreira da Costa, Assessora Didático-pedagógica da Pró-reitoria de Ensino de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso, em representação ao Senhor Adriano Aparecido, Reitor da UNEMAT. Às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Marinor Brito. Às dezessete horas trinta e um minutos a Senhora Presidente passa a presidência para o Senador Paulo Davim. O Senhor Presidente franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no plenário. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Paulo Davim e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e dezessete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aberta 64ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 108, de 2011, aprovada em 18/11/2011, de autoria deste Senador e de outros, a presente audiência tem por objetivo avaliar os dez anos do sistema de cotas nas universidades públicas do Brasil.

Convidados para este evento:

A Srª Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Política de promoção da Igualdade Racial;

Sr. Reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo de Sousa Júnior;

Convido V. Exª, Reitor, para vir à mesa. Uma salva de palmas pela sua luta histórica e bonita e que orgulha a todos nós.

A Srª Anhamona está aqui ao lado, porque eu pronunciava iamona, diz anamona e pronto. Está resolvido.

Frei David dos Santos, Diretor Executivo da Educafro;

Luiz Cláudio Costa foi convidado, mas não chegou ainda e nem a professora Elisangela, e José de Carvalho.

Já chegou? Então, quero convidar para vir à mesa a Professora Elizangela Patrícia Moreira da Costa, Assessora Didático-Pedagógica da Pró-reitoria de Ensino de graduação da Universidade do Estado de Mato-Grosso, em representação ao Sr. Adriano Aparecido, Reitor da UNEMAT;

E aqui temos ainda José Bites de Carvalho, Pró-Reitor de Ensino e Graduação da Universidade do Estado da Bahia, que representa aqui o Sr. Lourisvaldo Valentim da Silva, Reitor da entidade.

Vou fazer uma rápida introdução.

Primeiramente, justificando o atraso. Normalmente, eu não atraso. Se é para começar às 9 horas, inicia-se às 9 horas. Se é para começar às 15 horas, vai começar às 15 horas. É que tive de participar do plenário e fazer um discurso, porque hoje o SUS completa 21 anos de vida, que é o Sistema Único de Saúde. Para mim, a coisa mais bonita que nós Constituintes – porque eu fui Constituinte há 26 anos – elaboramos. Então, tive que fazer o pronunciamento em defesa da saúde pública, fortalecendo naturalmente. E vim para cá.

Então, aceitem as minhas desculpas pelo atraso de 18 minutos.

Meus amigos, iniciamos esta audiência onde vamos avaliar os dez anos das ações afirmativas, com o olhar voltado para as universidades.

Rendo a minha homenagem também, claro, ao nosso querido e já falecido ex-Senador Abdias Nascimento, que nos deixou este ano. Faremos uma grande sessão de homenagem a ele e também a Zumbi, se não me engano no dia 21 de novembro no plenário do Senado.

Lembro que Abdias foi escritor, professor emérito de cultura africana do novo mundo da Universidade do Estado de Nova Iorque Búfalo, foi Senador e Deputado Federal.

Da tribuna, ele costumava dizer que a abolição da escravatura do Brasil não passava de uma bela mentira cívica. Essa frase retrata um homem de posições firmes e que, na minha avaliação, esteve sempre a frente do seu tempo, pela sua ousadia e pelas suas posições.

Tive a alegria de conviver com ele aqui, na época, eu, Deputado Federal e ele como Senador da República.

Informa a todos que aprovei – e aquele quadro esconde a foto dos quatro Senadores que presidiram esta Comissão, e vai haver uma quinta figura com foto –, que consegui fazer com que esta Comissão de Direitos Humanos, a partir do ano que vem, porque vamos colocar o quadro esse ano dele, passe a se chamar Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal Abdias do Nascimento, em uma homenagem ao grande Abdias do Nascimento. Enfim, agradeço à minha assessoria, ao Tiago, à turma toda, fizeram um belo pronunciamento. Vou dar-me o direito de fazê-lo no plenário, Tiago, comentando esta reunião. Só vou ler aqui – porque para mim foi muito importante – a carta que recebi de uma senhora que formou os dois filhos engenheiros por conta da política de cotas. Fico com essa introdução: "Os mais velhos nos ensinam que as palavras comovem, mas os exemplos arrastam." Por isso, fico muito feliz de poder lembrar que a Miss Universo é negra, linda, bonita, a mulher mais bonita do mundo, para alegria de todos nós, queiram ou não queiram os preconceituosos e os racistas.

Vou agora, de forma curta, ler a carta que recebi da Senhora Vera Gomes, mãe de dois alunos cotistas formados em Engenharia na UNB. O que ela diz:

Prezado ilustríssimo Paulo Paim, é com muito orgulho e com extremo reconhecimento que lhe dedico, com muito prazer, esse êxito dos meus dois filhos gêmeos, Lúcio e Alexandre, na conclusão do curso de Engenharia Mecânica na UNB pela inclusão na cota de negros.

Sei quanto o Senador e outros têm lutado em prol dos menos favorecidos e pelas desigualdades sociais. Ao senhor e aos seus colegas Parlamentares, que tanto enobrecem o nosso País com projetos de leis dignos extremamente essenciais ao povo brasileiro, principalmente aos menos favorecidos, nosso muito, muito, muito obrigado."

Ela agradece. Esses jovens são dois gêmeos que passaram. Recebi o convite para a formatura deles. Então, uma salva de palmas a eles e a todos os cotistas pelo avanço que tivemos.

Essa ler. Eles prepararam para mim e vou ter de ler. Prometo que será bem rápido. Serão cinco minutos. Posso ficar à vontade? Vocês me dão um minutinho do tempo de vocês depois? Aqui diz o seguinte, para finalizar. É uma breve história que foi ouvida em uma comunidade da África.

"Um antropólogo estava estudando os usos e costumes de uma tribo da África e propôs uma brincadeira para as crianças que achou ser inofensiva. Comprou uma porção de doces, ajeitou tudo em um cesto bem bonito, com laço de fita, e colocou debaixo de uma árvore. Chamou então as crianças e propôs que elas deveriam sair correndo em uma disputa até o cesto. A que chegasse primeiro ganharia todos os doces. Quando ele disse "já" todas as crianças deram-se as mãos e correram em direção à árvore com o cesto. Chegando lá, começaram a distribuir os doces entre si e os comeram felizes.

O antropólogo foi ao encontro delas e perguntou porque tinham ido todas juntas se uma só poderia ficar com tudo. Elas responderam: ubuntu (como uma de nós poderia ficar feliz se todas as outras estivessem tristes)."

A Wikipédia, referência da Web, informa que o termo ubuntu tem sua origem na língua Zulu/Xhosa e que sua pronúncia, de forma figurada, seria algo assim como: eu sou o sou por causa do que somos. Ubuntu é uma época ou ideologia, compondo a filosofia, que existe em vários países e culturas daquele continente. Está focada nas alianças e relacionamentos das pessoas. A palavra ficou conhecida no mundo durante a Copa do Mundo da África do Sul. Antes disso, no mundo da tecnologia como sistema operacional que carrega o mesmo nome. Uma tentativa da tradução para a Língua Portuguesa poderia ser humanidade para com os outros. Outra tradução poderia ser crença compartilhada que conecta toda a humanidade. Uma tentativa de definição mais longa foi feita pelo Arcebispo sul-africano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz. Ele disse:

Uma pessoa com ubuntu está aberta e disponível aos outros. Ela não está preocupada em julgar os outros como bons ou maus. Bem pelo contrário, ela tem consciência de que faz parte de algo maior e que será tão diminuída e afetada quanto os seus semelhantes serão diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos.

Solidariedade entre todos nós, negros e brancos! Chegaremos lá se as cotas forem aprovadas de forma permanente, até quando for necessário. (Palmas.)

Valeu o gesto, aqui, de solidariedade com o exemplo que a assessoria me deu dessa moçada lá no continente.

A partir desse momento, vamos direto ao nosso debate desta tarde. Como fizemos hoje pela manhã, vou iniciar com o nosso Senador Frei David, porque ele vem tantas vezes aqui que eu já o chamo de Senador. No mínimo uma vez por mês ele está aqui. (Palmas.)

Senador Frei David Santos, Diretor Executivo da Educafro. É Senador ad hoc, viu?

O SR. DAVID SANTOS – Eu agradeço o carinho e a brincadeira carinhosa do meu irmão Paim. Então, frente ao horário, vamos direto ao assunto.

Eu presto homenagem a todos aqui presentes, na pessoa da nossa irmã cadela do Rio de Janeiro, a nossa Ita Rita, que é coordenadora do Afro-Rio Mulher; e a nossa Margarida, que é a guerreira da causa do homem negro e da mulher negra. Parabéns, então. Homenageando as duas, homenageio todos vocês presentes iniciando direto o assunto, para depois a gente ter tempo bastante para discutir, conversar e tirar dúvidas.

Digo que eu não esperava participar. Eu confesso que não esperava participar, ainda em vida, da chegada aos dez anos de cotas. Em 2001, quando começamos as primeiras ocupações na reitoria da UERJ, lutando por isso, eu não imaginava poder curtir, agora, esse momento bonito de avaliar dez anos. Isso, para nós, é motivo de alegria, honra e o coração está transbordando de felicidade.

Não sei se o Senador quer apresentar aquele que acabou de chegar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chegou o Luiz Cláudio Costa, Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação. (Palmas.)

Ele me informa aqui que é ex-Reitor da Universidade Federal de Viçosa. Meus parabéns!

O SR. DAVID SANTOS – Excelente. Importante.

Bem, portanto, estamos chegando a dez anos. Confesso a vocês que me lembro de 2001, de todos os momentos de tensão e de trabalho. 2001 foi o ano da votação do projeto.

A primeira universidade brasileira não adotou cota por vontade própria, diferentemente da UnB, que foi cota por vontade própria. Mas para vocês terem ideia, gente, meses antes de votar cota na UERJ, o LPP Trabalho, que o Renato coordenava, fez uma pesquisa com todos os professores da UERJ, todos os funcionários e todos os alunos. Em média todas as pesquisas revelaram que alunos, professores e funcionários reprovavam radicalmente as cotas para negro, branco, pobre e indígena. Era acima de 90% o índice de reprovação.

Ou seja, nós vimos que o caminho de negociar com a universidade não tinha nenhuma chance. Era uma universidade elitizada, sem sensibilidade para negro e para pobre nessa linha que queríamos. Foi quando procuramos o Governador e os deputados. E vendo certa insensibilidade, procuramos o Ministério Público. Estou dando um retornozinho, porque na verdade essa procura de deputado, governador e Ministério Público do Estado foi em 1999, ainda; foi em 1999. Então, 2001 foi a conclusão desse processo, quando os deputados votam e o Governador assina a lei.

Em seguida, tivemos problemas gravíssimos, porque a direção da universidade começou a criar corpo mole para não deixar o projeto entrar em prática em 2002. E realmente não entrou em prática em 2002. Foi toda uma armação da universidade. Nós marcando em cima, fazendo protestos. Nós, negros, crucificando-nos, de 10 em 10 negros, em frente à UERJ, exigindo que leve a sério a lei e botasse em prática as cotas.

Bom, esse contexto é para dizer a vocês que este momento é muito importante para todos nós, brancos e negros, que queremos um Brasil melhor.

Agora, não dá para discutir cotas para negro na universidade pública sem ver a conjuntura maior. Para nós, a vitória do povo negro não se resume às universidades públicas, porque, para vocês terem ideia, de cada 100 vagas de universidades no Brasil, 88 são fornecidas por faculdades particulares. De cada 100 vagas, anualmente, oferecidas no Brasil, 88 são fornecidas por faculdades particulares.

Por isso, para nós também é importante ver o ProUni também neste debate. Portanto, o ProUni, para nós, foi a diminuição da pilantropia. O abuso das faculdades particulares com o uso do dinheiro público via filantropia era vergonhoso.

Voltando lá um pouquinho, por favor. Não acabei.

A pergunta é: esfriou a pressão popular pelo ingresso dos pobres nas universidades públicas? Há controvérsias. Vários defendem a tese de que o ProUni foi uma tremenda água fria na luta do povo pelas faculdades públicas. Eu prefiro deixar para o debate.

Inclusão nas universidades em geral. Negros e brancos abraçaram uma meta: inclusão. É bom saber, gente, que essas universidades todas que adotaram cotas fizeram isso por decisão pessoal, como instituição, porque não havia e não há ainda uma lei determinando e obrigando a isso. O convencimento do voto dos brancos que compõem os conselhos universitários foi uma conquista muito bonita que a comunidade negra fez nos quatro cantos do Brasil. Ainda hoje recebi um telefonema de uma universidade federal solicitando uma assessoria nessa direção aí.

Os negros somos 51% do Brasil, e a solidariedade dos brancos tem sido fundamental para avançar essa conquista.

MEC e ProUni. E aqui peço ao Luiz Cláudio que me compreenda, mas estamos querendo que o MEC explique alguns pontos ligados ao ProUni. Estamos sofrendo um pouco com isso daí.

Quero lembrar que peguei que esses dados de maio, porque tenho algumas dúvidas em relação aos atuais dados. Então, preferi pegar dados de que tinha convicção. Total de estudantes atendidos pelo Programa de 2005 até maio de 2011: 873.771, isso em maio de 2005. Aí, portanto, está mostrando as bolsas. Quatrocentos e quatorze mil pessoas de etnia branca conseguiram bolsas pelo ProUni; as pessoas pardas,

301 mil; as pessoas pretas, 107 mil; amarelas, 15 mil; indígenas, 1.300; e que não informaram a etnia, 23 mil.

É bom ver aí, gente, que, na soma de preto e pardo, que dá negro, há uma confusão da terminologia em alguns órgãos, mas o convencimento do movimento negro com o IBGE foi este – chamamos cor preta e cor parda, e a soma das duas, que é a cor negra, é o dado que trabalhamos no âmbito estatístico –: 47,4% das vagas do ProUni foram acessadas por pessoas afrodescendentes, contra 47,9, por pessoas brancas. Então, observem vocês que são dados para se refletirem.

E aí tenho uma pergunta final: todos os afrodescendentes declaram negros e negras? Se ali é autodeclaração, então, é bom imaginarmos e pensarmos que muitos que estão na categoria branca, na etnia branca são, na verdade, negros e pardos que não se assumem ainda como negros e pardos. Então, o número real para nós é mais alto.

Os números revelam uma revolução silenciosa? Negros e pardos, 409 mil. Queremos dizer o seguinte: em cinco anos, só o ProUni, não avaliando mais nada, já colocou mais negros nas universidades do que o Brasil nos 500 anos anteriores. Para nós, há uma revolução forte, presente e quase não perceptível pela sociedade.

A mulher no ProUni: estão politizando essa força? Total de bolsistas atendidos pelo programa, desde 2005, do sexo masculino foram 427 mil e feminino foram 436 mil. Então, a mulher está muito mais à frente em ingresso na universidade, via ProUni.

Senador, para conviver a simbologia, está aqui no plenário a pessoa que recebeu do Lula a primeira bolsa do ProUni.

Fique em pé, por favor, Solange. Parabéns! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Solange, como o pessoal fala que eu fiscalizo muito o tempo**, você vai falar dez minutos depois.** ***(Palmas.)***

O SR. DAVID SANTOS – E aqui está um problema que eu queria discutir com o MEC de maneira muito carinhosa, de maneira muito positiva. Total de ingressantes, 863 mil; total de bolsistas ativos, 472 mil; total de formados pelo ProUni, 171 mil; diferença, evasão, 209.386 estudantes. Já coloquei isso em reunião no MEC e gostaria de recolocar aqui publicamente. Gostaria que pudéssemos discutir um pouco mais por que essa evasão. Para nós, cada aluno que entra no ProUni e que não termina o seu curso é dinheiro público jogado fora. Nós, Poder Público, devemos fazer de tudo para reduzir ao máximo a evasão nessas bolsas especiais que estão sendo criadas.

Na sua opinião, o que causa a evasão no ProUni? Falta bolsa permanência para todos os jovens, porque é grande o número de jovens pobres que começam o curso e abandonam por não terem dinheiro de passagem.

Dificuldades para a permanência: omissão do Governo, MEC e Estados. Estaduais: a do Rio tem o melhor programa.

É bom saberem que, depois de muita briga... Primeiramente, as universidades do Rio de Janeiro definiram bolsas só no primeiro ano de cotas, depois, dane-se cada aluno. Brigamos muito – protestos, reuniões, reuniões, reuniões – e conquistamos, do atual Governador Sérgio Cabral, bolsa para todos os anos, do primeiro ao último mês de faculdade. Então, para todo cotista, branco ou negro, a bolsa é automática. Isso é uma revolução. O melhor programa de inclusão do Brasil é o da UERJ.

Federais: tem um time do programa de inclusão. Com certeza, dados do MEC mostram a grande evolução da inclusão, a permanência no Brasil, mas esses índices para a realidade, na nossa opinião, são ainda bastante tímidos. A bolsa permanência do ProUni não atinge 1% dos prounistas. Todos os cotistas prounistas e outros carentes precisam ter o MEC mais parceiro nesse processo, lembrando que um caminho para garantir bolsa permanência seria o recurso do FAT, e o MEC poderia ver isso com carinho, e também uma emenda no FIES, transformando o FIES, abrindo a possibilidade de o FIES ser recebido pelo aluno. Se o aluno pobre está na faculdade, pode receber o FIES para custear sua passagem, seus livros. Essa é a nossa proposta.

Como é a exceção dos pobres e negros nas universidades públicas?

Ultrapassamos, e essa é a grande notícia nesse balanço de dez anos, 160 IES, Instituições de Ensino Superior, tanto faz universidades ou faculdades. Se ela tem independência, não tem ligação com outra realidade, se é uma instituição independente, é contada para nós. Por exemplo, cada CEFET do Brasil que adotou cota está no grupo. Portanto, a somatória dessas instituições dá, em nossos cálculos, 330 mil bolsas, ou seja, 330 mil pessoas incluídas via ProUni. (Pausa.)

Desculpe, via cotas. Aqui é uma ação afirmativa.

Desse grupo, desses beneficiados, estimamos que 110 mil sejam afrodescendentes. A nossa estimativa é que, no momento, o trabalho de cotas nas públicas, não mais ProUni, bem claro, já atinge, já beneficia 110 mil pessoas afrodescendentes.

Agora, selecionamos só universidades. No quadro, no ano de 2002, as universidades que adotaram cotas foram só duas estaduais e zero federal; em 2008, tivemos cinco estaduais e doze federais adotando cotas; e, embaixo, o total, que foi 32 universidades esta-

duais e 32 universidades federais. O assunto agora é universidades. Em geral, em geral.

Negros e brancos nas universidades do Brasil.

Segundo o censo do ensino superior, produzido pelo INEP, as federais respondem por 12, 4% das matrículas em todos os cursos de graduação do país. Caso as cotas para negros e pardos fosse de 50,8%, como diz ser o IBGE o índice de negros no Brasil, haveria, no primeiro ano, uma ocupação de apenas 3,1% das matrículas de ensino superior.

Então, por que as cotas incomodam tanto, se vamos ocupar só 3,1% das entradas em cada vestibular? São coisas que nos deixam escandalizados. Por que essa perseguição contra nós, negros, contra as cotas? Nós entendemos que, por trás, tem a discussão constitucional da função integrativa da Constituição. Todas as vezes em que, na sociedade, há interesses legítimos em choque, qual deve ser a atitude mais acertada do operador do direito? Perguntar se um dos lados do litígio é vítima da exclusão estrutural gerada no país. Atende-se assim a um dos princípios da Constituição. Ali são várias fotos de várias regiões do Brasil, onde os negros e os brancos lutaram pelas cotas, por ações afirmativas.

O art. 3º da Constituição Cidadã, Constituição Federal, veda as desigualdades sociais e regionais e ainda a discriminação. Interpretar a Constituição contra as políticas de igualação pode ser um vício de lugar social ou de insensibilidade jurídica.

E ali estamos mostrando a vocês – se vocês lerem com atenção o art. 3º – que todos os verbos usados no art. 3º são verbos que apontam um fazer: "construir uma sociedade livre e fraterna, garantir desenvolvimento, erradicar, reduzir, promover." São verbos que exigem metas. Portanto, o Senado e o STF, agora discutindo as cotas, estão no mínimo colocando em prática o que exige a Constituição. Ações afirmativas, cotas, questionam a falsa harmonia gerada por uma aparente neutralidade no sistema de seleção.

Meritocracia.

Dizer que todos se submetem ao mesmo vestibular não é o suficiente. É preciso perguntar como foi a igualdade de oportunidades no vestibular para cada grupo. Estudar em escola particular, ter dinheiro para pagar os cursos preparatórios, ter pai que coloca a comida na mesa, com essas condições, passar no vestibular é meritocracia ou obrigação?

Eu peço desculpa ao grupo, mas acho que abrimos o slide errado. Estamos com vários dados conclusivos dos dez anos. Se não ficar chato para o Senador passar para outra pessoa, vou achar o slide certo no documento.

Pode ser, Senador? Faça o favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, uma salva de palmas para o Frei David. Depois, ele volta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos direto para Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas Afirmativas da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Olá, boa tarde! Boa tarde a todas, boa tarde a todos! Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paim pelo convite. Acho que para a Seppir é mais do que importante; é estratégico participarmos desse debate, no Senado, pela discussão na verdade dos dez anos de implementação de ações afirmativas para o ingresso no ensino superior, notadamente de estudantes negros e negras.

Eu gostaria de saudar também as demais representações institucionais, tanto de instituições de ensino superior, quanto ao Frei David, Diretor Executivo do Educafro, quanto ao Secretário Luiz Cláudio, da Sesu. É um prazer compartilhar a Mesa com vocês.

Vou aproveitar, Senador Paim, já que, antes de chegar à Mesa, o senhor fez referência ao meu nome, na sequência também, novamente, de modo equivocado...

Bom, meu nome é Anhamona de Brito. Sou Secretária de Políticas e Ações Afirmativas da Seppir, Secretaria de Políticas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Equivocado, com a sua autorização: "Me chama de Anamona". Então, eu chamo você de Anamona. (Risos.)

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Com a minha autorização. (Risos.)

Pode chamar de Mona também. Olha só!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá, Mona, então.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Pronto.

Assim como Frei Davi fez algumas referências importantes aqui, logo no início, eu gostaria de fazer uma reflexão inicial muito centrada nessa experiência do Rio e também no desenvolvimento de outras experiências, a adoção de medidas afirmativas por algumas instituições de ensino superior no porvir deste processo do Rio de Janeiro.

Esse meu destaque inicial tem a ver, na verdade, com o protagonismo negro, com a luta, com a ação, com a ação militante de número significativo de atores e atrizes do movimento negro, notadamente de ativistas especialistas. Toda essa movimentação foi fundamental para o êxito de algumas iniciativas que possibilitaram que estudantes negros e negras acessassem o ensino superior a partir da experiência da UERJ.

O Frei Davi, no caso, destacou a colaboração de alguns atores e atrizes. Eu gostaria também de afirmar a positiva contribuição do companheiro Renato Ferreira, que aqui se encontra e é assessor parlamentar da Seppir, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no processo que originou a conquista de ações afirmativas para ingresso da população negra no ensino superior no contexto do Rio de Janeiro, UERJ. (Palmas.)

Isso foi dez anos atrás. Você está ficando velho, não é, Renato? Está vendo? Muda-se, na verdade, o espaço de atuação, mas a luta continua, enfim.

Ao fazer esse tipo de referência, o que eu gostaria, de forma central, de destacar aqui é que a população negra, o movimento negro sempre, no caso, projetou as estratégias e buscou efetivar as estratégias necessárias para o arrefecimento do racismo e das desigualdades raciais, sobretudo na educação.

Não quero com isso desmerecer, sob qualquer hipótese, Senador Paim e também representações de instituição de ensino superior aqui presentes, as ações encetadas por valorosos companheiros e companheiras sobretudo das administrações superiores da IES e também de representantes de governo, do Parlamento nos Estados que adotaram medidas, que acolheram e perceberam o quanto é importante garantir o direito humano à educação e introduzir novos arranjos que possibilitem o acesso a esse direito a populações afastadas do gozo do mesmo, como acontece conosco, negros e negras.

Enfim, não quero, em hipótese alguma, desmerecer a contribuição desses companheiros no processo, mas é importante acentuar, como bem tem feito a Exmª Ministra Luiza Bairros em muitos espaços públicos, que, no Brasil, nenhum movimento social organizado deu contribuições tão positivas, apresentou tantas reivindicações e, ao mesmo tempo, importantes saídas, apresentou importantes estratégias que visavam a combater justamente as desigualdades raciais na educação.

O movimento negro brasileiro deu essas importantes contribuições ao País. Podemos, no caso, voltar-nos para a atuação de negros e negras na busca da garantia do direito à educação no século XIX, mas podemos também utilizar como exemplo a Frente Negra Brasileira. Senador Paim, a Frente Negra Brasileira deu, nos idos da década de 30, dos anos de 1930, uma grande contribuição quando elencou como uma de suas prioridades a luta por uma educação que contemplasse, respeitasse a nossa história e, efetivamente, também coibisse ações discriminatórias incidentes sobre a população negra nessa área educacional. Posso utilizar isso como exemplo. O Senhor colocou aqui, há poucos instantes, toda a luta – e fez uma referência não de forma tão enfática, mas eu gostaria de desdobrar a referência – que o movimento negro imprimiu no processo da constituinte para fazer com que tivéssemos algumas conquistas. O fruto desta luta é o que está inscrito no §1º do art. 242, que estabelece, já naquela época, o respeito à pluralidade cultural e racial no processo de constituição da educação do nosso País.

São referências iniciais.

Quando nós, da Seppir, recebemos o convite para participarmos desta audiência pública, percebemos que havia uma responsabilidade na fala aqui ser apresentada, a responsabilidade de apresentar um órgão essencial da Presidência da República que tem o poder-dever de assessorar a Presidenta da República em questões raciais e que, além disso, tem a missão institucional de acompanhar, avaliar, projetar, imprimir uma relação interseccional na Esplanada dos Ministérios a fim de assegurar, primeiro, a dirimição do racismo e dos seus efeitos incidentes na população negra e, segundo, a garantia da promoção da igualdade racial.

De fato, para nós recai uma interrogação bastante – como é que eu vou dizer – provocadora: na interpretação desse Ministério, Ministério este criado com lutas históricas, como consequência de lutas e reivindicações do movimento negro, quais são as avaliações de todo esse processo após dez anos de instituída a primeira medida, a primeira ação afirmativa para assegurar o direito da população negra ao acesso ao ensino superior? Quais são as ações pinçadas pela Seppir para potencializar essa garantia, potencializar a nossa presença no ensino superior efetivando a educação como um direito humano a ser gozado por todas e todos?

Nós, da Seppir, temos uma cooperação técnica firmada com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, INCT Inclusão, do CNPq, que funciona na UnB, instituto este coordenado pelo Professor José Jorge de Carvalho. Na verdade, um dos nossos compromissos é estabelecer uma analise, em certa medida continuada, do desenvolvimento das ações afirmativas para ingresso de pessoas negras, o ingresso diferenciado para determinados segmentos, para determinadas populações no ensino superior. Como fruto dessa parceria, lançaremos, em breve, um mapa das ações afirmativas no ensino superior...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Já. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na outra vez em que ela veio aqui, eu quis diminuir e ela disse: “Não, Senhor, é cinco com mais cinco, soma-se dez”.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Pronto. Muito obrigada, Senador, pela presteza de sempre.

Um dos resultados dessa parceria com o INCT Inclusão é o mapa das ações afirmativas no ensino superior, que, nós, da Seppir, juntamente com o INCT, pretendemos lançar em breve. Nesse mapa, conseguimos chegar a algumas constatações que, na verdade, tem como base a investigação centradas de 114 instituições de ensino superior em nosso País.

Foram analisadas 114 instituições de ensino superior, Senador Paulo Paim, em nosso País, instituições estas que tinha alguma medida afirmativa. O Senhor perceba que eu não estou utilizando a referência cota aqui, mas alguma medida afirmativa, alguma ação afirmativa para ingresso. Nesse processo de pesquisa em que, no caso, avaliamos, das 114, 47 instituições federais, universidades federais, 30 estaduais, 14 faculdades, 20 institutos, 3 centros tecnológicos, qual foi a conclusão a que chegamos? Não vou, na verdade, esgotar aqui as nuances da pesquisa, até porque, senão, posso simplesmente me equivocar, porque estamos fechando os dados para fazer um lançamento mais efetivo, daqui a pouco – esperamos que até no curso dos próximos meses, dos próximos dois meses.

Mas quais foram as conclusões a que chegamos? Esta informação nós já podemos externar: das 114 instituições de ensino superior investigadas na nossa relação com o INCT de Inclusão, 93 instituições tinham medidas afirmativas que beneficiavam estudantes oriundos de escola pública – repito, de 114, 93 –; dessas 114, 67 tinham medidas que beneficiavam estudantes indígenas; 48 que beneficiavam estudantes negros; 29 que beneficiavam pessoas residentes em determinada região do Estado; 27 que beneficiavam pessoas com deficiência; 11 que beneficiavam pessoas de baixa renda; e 8 que beneficiavam, diretamente, quilombolas, pessoas oriundas de comunidades quilombolas.

Invariavelmente, o que nós ouvimos no País, o que percebemos é uma carga eminentemente negativa de alguns setores de nossa sociedade a atribuir, na verdade, a reduzir as ações afirmativas vigentes no País hoje a exclusivamente cotas para negros, sendo que, dessa avaliação que fizemos, que nós da Seppir, juntamente com o INCT Inclusão da UnB, fizemos, o que se constata é que as medidas que beneficiam diretamente a população negra, no caso, se colocam em um número inferior às que beneficiam, primeiro, estudantes de escola... que beneficiam estudantes negros, de forma indireta, mas que beneficiam outros públicos, inclusive, se somamos todas essas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mona, deixe-me tirar-lhe um minuto – depois eu desconto – para destacar a presença da Marinor Brito, que veio de cadeira de rodas. Anunciou pela manhã e veio à tarde! Grande Senadora do PSol. (Palmas.)

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Esse é um ponto sobre o qual precisamos refletir muito bem para, a partir daí, projetarmos algumas estratégias, inclusive de comunicação.

Aproveitando a presença de representantes de instituições de ensino superior aqui nesta mesa, faço uma provocação, inclusive me colocando, enquanto representante da Seppir aqui nesta audiência pública, como corresponsável por medidas que possibilitem... Nós precisamos estabelecer, aperfeiçoar estratégias que visem descer aos detalhes de quem são, quais são esses estudantes que hoje estão no ensino superior e entraram através de alguma ação afirmativa das aqui mencionadas, e qual é o perfil de rendimento desse estudante, qual é o perfil de cumprimento. Porque, efetivamente, o que temos, inclusive como referências de alguns pesquisadores e de pesquisadoras que estudam a evolução das ações afirmativas no ensino superior, é que esses estudantes, além de superarem, muitas vezes, a linha de corte para ingresso no processo seletivo do vestibular, possuem aproveitamento e uma respeitabilidade, no que diz respeito a estar ali, diferenciada, muito majorada.

Isso é algo que precisamos, no caso, aperfeiçoar, analisar e que, de fato, desmistificaria um pouco essa carga negativa que se atribui ao estudante que acessa o ensino superior através de alguma medida afirmativa para ingresso. Essa é uma reflexão que eu gostaria de colocar aqui.

A outra, Senador. Eu gostaria de dizer que nós da Seppir temos acompanhado, de forma bastante diligente, a tramitação da Arguição de Descumprimento de Preceito Federal 186 – que questiona o sistema de cotas raciais adotado pela UnB –, que está em tramitação no STF, e também o Recurso Extraordinário 597285, que versa também sobre reserva de vagas a estudantes oriundos de escolas públicas e aos negros oriundos de escolas públicas, caso da UFRGS, a Federal do Rio Grande do Sul. E nesse processo de acompanhamento dessas ações, uma vez que elas impactarão efetivamente na continuidade em alguns casos na instituição de medidas adotadas por IES no Brasil.

Nós temos dialogado de forma muito próxima com a Advocacia Geral da União, Senador, e nesse processo de diálogo nós percebemos a importância, já que essas duas ações já estão numa fase que é para encaminhamento à Ordem do Dia, para inclusão em pauta para votação dessas medidas, o que nós precisamos no caso é atualizar algumas informações.

No ano passado aconteceu uma importante audiência pública na sede do STF, convocada pelo Mi-

nistro Ricardo Lewandowski. Essa audiência pública foi bastante esclarecedora, mas muita coisa mudou até então. Atualizar algumas informações à Advocacia Geral da União, a fim de fazer constar nos memoriais a serem encaminhados aos Srs. Ministros, Srª Ministra do STF é algo fundamental. Nesse processo, no estabelecimento de estratégias com a AGU é que nós, da Seppir, e Advocacia Geral da União realizaremos uma atividade, agora no mês de outubro, chamando, trazendo alguns especialistas que estão acompanhando cotidianamente a evolução dessas políticas, dessas medidas adotadas pelas IES no País. E, além disso, eu acho que seria um momento bastante oportuno para ouvirmos algumas instituições que figuram também como amigas da Corte. A Educafro é uma instituição amiga da Corte nessas ações, nessas duas ações. Esse é um ponto para consideração.

Gostaria de dizer também, de salientar que para nós, da Cepir – chega a ser meio óbvio, Senadora, mas não é, é importante, eu acho que não é desimportante –, a adoção de medida que assegurem o acesso para além do acesso a permanência de forma qualificada de estudantes negros no ensino superior são ações na verdade eminentemente oportunas, são ações que além de oportunas são convenientes, que além de convenientes são legais.

Aproveito que estou ao lado do Senador Paulo Paim para afirmar que as mesmas, além de qualquer interpretação extensiva que façamos da Constituição, positiva da Constituição, de nossa base legal, eu gostaria de trazer como referência, para afirmar a legalidade dessas ações afirmativas, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.288, de 2010, notadamente no que está disposto no inciso II , do art. 4º, do Estatuto da Igualdade Racial; e além disso aquilo que dispõe o art. 15 dessa lei. Acho que é importante reafirmarmos a todo instante esse marco legal como importante para a efetivação de nossos direitos.

Além disso, e aí é por fim mesmo, Senador, porque eu acho que já extrapolei todo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (Fora do microfone.)

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Opa! Que ótimo!

Além disso, eu gostaria de salientar, aproveitando que representantes desta Casa, desta Casa de leis se fazem presentes aqui e também aproveitando o fato de esta audiência pública servir para a tecitura de estratégias por parte do Legislativo, não apenas do Senado, mas também do Poder Legislativo Federal como um todo para as duas Casas, eu gostaria de referenciar aqui, Senador Paim, que se encontra em tramitação, ainda na Câmara dos Deputados, mas que virá a este Senado em breve, o Projeto de Lei – vou referenciar o número na Câmara dos Deputados – nº 8,035, de 2010, que cuida do Plano Nacional de Educação para o próximo decênio, de 2011 até 2020.

Eu saliento o Plano Nacional de Educação, Senador, porque nós, da Cepir, juntamente com a Comissão Técnica Nacional das Diversidades para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, Cadara, que é um comitê técnico que funciona no âmbito do Ministério da Educação e também contando com a contribuição valorosa de especialistas, ativistas do movimento negro e que atuam na área de educação, fizemos uma avaliação bastante criteriosa desse projeto de lei e no processo de avaliação nós apresentamos algumas propostas, às quais oriundaram emendas na Câmara dos Deputados; algumas propostas visavam justamente dirimir os efeitos das desigualdades raciais na educação.

E eu gostaria de destacar, a contribuir com este debate de hoje, que, quando esse projeto chegar ao Senado, as nossas propostas constantes que incidem sobre a Meta 12, que é justamente a meta que visa elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade na oferta, a inclusão e a permanência de jovens por meio de programas de ações afirmativas.

Nesta Meta 12, nós da Seppir e todo este corpo – Cadara, ativistas, especialistas – nós apresentamos um número significativo de propostas. E aí eu destaco a proposta de emenda para que o Parlamento fizesse gerar emenda modificativa nos seguintes itens – é isso que eu vou utilizar: o 12.3, o 12.5, o 12.9, 12.13 e o 12.14, do PL/PNE.

São esses os pontos que diretamente têm a ver com medidas afirmativas para ingresso no ensino superior. E nós apresentamos propostas a assegurar direitos da população negra. Dessas aqui, Senador, é importante referenciar que a 12.5, a 12.9 e a 12.14 são as mais estratégicas. Para aqueles e aquelas que quiserem consultar, de forma integral, as contribuições da Seppir e da Cadara ao PL/PNE basta acessar o site da Seppir e, no caso, buscar, fazer a leitura da íntegra desse documento. É algo que está plenamente disponível. Além disso, quem tiver dificuldades de localizar no site da Seppir, três palavras-chaves no Google, que hoje virou o nosso buscador, enfim, mais que inteligente, que permite o acesso desse documento: Seppir-Cadara-PL/PNE.

São essas as contribuições que, enquanto Secretária de Políticas e Ações Afirmativas da Seppir, eu gostaria de apresentar, ao tempo em que deixo o ministério à disposição. Encaminho a S. Exª um abraço

fraterno da Exmª Ministra Luiza Bairros. E, mais uma vez, muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Anhamona. Tirando a excelência, eu recebo o abraço.

Muito bem, Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas e Ações Afirmativas, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Vamos agora ao Reitor da Universidade de Brasília, Dr. José Geraldo de Souza Júnior.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Legislação Participativa e também de diversidades, membros desta Casa, Frei David dos Santos, Secretária Anhamôna de Brito, Professora Patrícia Costa e Secretário Luiz Cláudio Costa, também meu ex-colega reitor, atualmente Secretário de Educação Superior do MEC. Cumprimentar a Senadora Marinor Brito, P-SOL do Pará, o Defensor Público Nilson Bruno Filho, do Estado do Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fez uma brilhante palestra pela manhã. (Palmas.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR – Já nos apresentamos há pouco.

Cumprimentar a todos os presentes, todos e todas. E muito especialmente os membros, delegados aqui da Educafro. (Palmas.)

Há cerca de dois meses estivemos todos juntos na UnB, numa audiência especial convocada pela Vice-Presidente desta Comissão, a Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que é relatora do projeto de cotas.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR – Isso.

Naquela altura também tivemos um belo debate que foi acompanhado por muitos interessados, não só militantes da causa, mas gestores universitários engajados nesse compromisso de uma universidade inclusiva, no nosso País, que, se não passar pela inserção dos afrodescendentes, nunca realizará essa grande função.

Queria me associar à homenagem inicial ao Senador Abdias do Nascimento. Na nossa universidade, pouco antes do seu falecimento, ele recebeu o título de Doutor Honoris Causa, da Universidade de Brasília no reconhecimento de seu trabalho muito edificante no campo dos direitos humanos e da causa de inclusão das comunidades afro-descendentes.

Queria saudar também a iniciativa de celebrar, quer dizer, nos termos de direitos humanos celebrar nunca é somente um ato de confraternização, celebrar é sempre um ato de reafirmação do compromisso. Aqui mesmo hoje já identificamos um conjunto de ações necessárias para que a celebração não fique apenas no aspecto retórico e, como dizia o Frei Davi, atire aqueles verbos todos de ações, de realização.

Nunca é demais, em momentos emblemáticos, por exemplo dez anos, fazer um balanço, que aqui nos reúne e nos darmos conta da vitória daquilo que é o sentido transformador das nossas próprias lutas, sobretudo em um País em que a exclusão, a discriminação se faz de forma tão dramática que ela chega a se inserir até na linguagem que utilizamos para construir os nossos discursos. A nossa própria língua é carregada de expressões que são ocultadoras ou redutoras do significado das lutas emancipatórias. Há pouco, as mulheres, por exemplo, lutavam para extrair do Código Penal expressões que criminalizavam suas atividades e que, por exemplo, enquanto que na linguagem do vernáculo o homem honesto é o probo, é aquele que se comporta bem em relação às gestões econômicas e financeiras, a mulher honesta é a virtuosa, para poder ser incriminada no âmbito das definições criminais. Por isso, um autor francês disse que a língua era fascista, o Roland Barthes, ela é fascista não é porque nos impõe a censura mas porque nos obriga a dizer as coisas de determinado modo.

O Presidente Paim lembrou a Miss Universo e expressão estética da negritude. Mas, ainda hoje, fazer uma lista negra não é expressar nada de estético, denegrir são expressões do vernáculo que carregam essa dimensão desqualificadora, que é objeto da nossa luta, mas ainda temos muito a celebrar.

Ainda hoje, Senador, não sei se V. Exª tomou conhecimento, o editorial do Correio Braziliense que é um jornal importante e influente, trouxe como título Pobreza Racial. Destaco o editorial porque a imprensa nem sempre é solidária ou parceira em lutas como, por exemplo, de inclusão. Ela contribuiu muito para desconstituir alguns dos fundamentos que afirmavam a possibilidade de realizar políticas que trazem benefício para o País e para a sociedade, desqualificar o mérito, desconstituir desempenho, ela contribuiu muito. Eu mesmo fui vítima recente de uma abordagem de revista nacional que, a pretexto de atuar num determinado nível crítico de orientação política incluía naquilo que classificava a crítica à minha universidade o fato de que ela adotava políticas de ações afirmativas, políticas de quotas raciais inclusive. A imprensa não é muito parceira nisso.

Mas esse editorial surpreende porque, partindo de estudos, inclusive conduzidos pelas Nações Unidas, sobre aquilo que é a desigualdade racial no Brasil, demonstra que, embora tenhamos ativado essas políticas todas, notadamente nos anos recentes, fruto de governos que colocaram como eixo de sua ação

programática e que criaram os mecanismos, como a Seppir, por exemplo, para ativar essas políticas, ainda que tenhamos tido uma ascensão geral, permaneceram os níveis de desigualdade entre os que são incluídos, por exemplo, como brancos e negros. Conclui, e isso é o formidável, que os dados do relatório, embora sejam inquietantes, apresentam pontos positivos e apontam rumos. As políticas de igualdade racial têm acertos, mas são tímidas, diante da realidade tão desafiadora. Impõe-se aprofundá-las, de um lado, ampliando o leque de ofertas, de outro, melhorando-lhes a qualidade.

É um dado importante nesse período de avaliação. É um bom sinal. É um sinal de que, não por acaso, talvez as leituras desses dados já estejam indicando melhoras de desempenho do próprio País, em função da inserção na dinâmica da produção inclusive de uma contribuição que foi valorizada pela participação de uma comunidade que tem uma consciência muito ativa do que é mover o nosso desenvolvimento solidário, igualitário, redistributivo.

Quero saudar isso como um dado importante e fazê-lo do ponto de vista de quem, como uma universidade, sofre as críticas, tanto internas quanto externas, embora no nosso caso, a nossa Universidade, a UnB, tenha sido uma das pioneiras no âmbito das instituições federais. No contexto das políticas desses 10 anos, talvez tenha sido a primeira federal a adotar políticas de cotas raciais. Não temos só essa política. Na UnB hoje temos as cotas raciais para afrodescentes, na linguagem do IBGE, pretos e pardos, negros; temos cotas indígenas com apoio inclusive da Seppir – a cada semestre recebemos 10 índios, em convênio com a Funai, de modo a terem um sistema de acesso vinculado às condições peculiares de seu desenvolvimento, de sua cosmologia; temos bônus regionais, sobretudo nessa quadra mais recente que representa a instalação da Universidade de Brasília nas cidades satélites do Distrito Federal, que são espaços urbanos mais reduzidos no seu desempenho do IDH em relação ao que o Plano Piloto representa; temos uma política de apoio a segmentos de classe, no caso os educadores do campo, que são professores de assentamentos ou de programas de reforma agrária que têm um trabalho de docência nesses assentamentos e nas áreas de reforma agrária e que vêm receber licenciatura de educação do campo, trabalhando na metodologia freiriana do tempo escola, tempo comunidade, em um sistema de licenciatura que também é muito forte na nossa instituição.

A Universidade de Brasília foi espontânea na adoção dessa política. Deveria cumprir um prazo, como recomenda Durban, de avaliação. Foi iniciada em 2004. Portanto, em 2014, deveremos ter uma avaliação dessa política no sentido, espero, de aprofundá-la, como aqui sugere o editorial, e de ampliá-la por conta do que nos parece ser os excelentes resultados já desenvolvidos.

O que queria dizer aqui, concordando com muitos dos dados que aqui foram levantados, é que não temos ainda precisão dos elementos de avaliação. Já temos alguns estudos, inclusive acadêmicos, dissertações, papers que têm trabalhado. O INCT está se incumbindo de melhor estabelecer a relevância e a referência desses dados, mas já temos indicadores muito pertinentes. Quer dizer, os senhores conhecem bem o nosso modelo no que diz respeito à questão racial, nós reservamos 20% das vagas de vestibular. A seleção se faz na seleção geral, mas os candidatos afrodescendentes concorrem no seu corte próprio; têm um desempenho com um patamar definido, quer dizer, exceto alguns curso, se houvesse uma concorrência comum, talvez os que entram agora não entrassem, mas o indicador de acesso é alto em relação àquilo que é a medição da qualidade. São candidatos de muito boa qualidade concorrendo entre si, mas produzindo um score de desempenho bastante elevado.

No nosso sistema, por conta da ação afirmativa, temos um mecanismo de confirmação que é expresso no requisito de autodeclaração inicialmente. É preciso que o candidato se declare negro, preto ou pardo para poder fazer jus, mas temos uma comissão que entrevista para evitar que se busque fraude a esse processo. Ou seja, que não negros, não pretos e não pardos se valham do pressuposto da autodeclaração. É uma avaliação fenotípica que é necessária para preservar a intocabilidade do programa.

Eu queria dizer que, do ponto de vista da política, tomando apenas os dados brutos e a primeira chamada, hoje não temos mais vagas ociosas na universidade. As vagas são todas preenchidas por vários mecanismos e, em última análise, pela convocação dos aprovados no Enem para que não haja nenhuma vaga. Mas, tomando os dados da primeira chamada, nesses dez anos nós admitimos em primeira chamada 21.687 candidatos em chamada universal e 5.396 negros também nessa ação de quotas. Temos evidências já estabelecidas, o quanto aumentou a proporção de negros na universidade a partir da implantação.

Um dos documentos que nós juntamos foi tomar alguns cursos de maior demanda e apresentar fotografias de colação de grau antes e depois da política. Então, em algumas áreas, eram fotografias da Escandinávia. E agora já é uma universidade colorida, colorida na sua cor. A gente sente isso.

Apesar dessa discussão sobre o mérito, fizemos um levantamento de todo o período que vai de 2006 até 2010, tomando as nossas principais referências.

O Programa de Avaliação Seriada é o nosso acompanhamento dos estudantes do nível médio, que são avaliados por provas periódicas e depois vêm direto para a universidade – reservamos 25% das vagas do primeiro vestibular do ano para esse programa. Tomamos o vestibular universal e o relativo aos negros. Em todos os semestres as avaliações foram irrelevantes. Ou seja, tomando a média geral desse período, o PAS tem desempenho de 3,68; os negros, 3,30; o universal é 3,41, média. Não há discrepância. O resultado é equivalente. Dentro, há variações, algumas alterações de pequena monta, mas o desempenho é equivalente com uma resultante absolutamente qualificadora desse desempenho. É que a evasão que, aqui, foi mencionada, que ocorre em toda universidade por várias razões, ou econômicas ou de desempenho propriamente dito, é menor entre os cotistas do que entre os não cotistas. Vale dizer, não se trata apenas de desempenho, mas da disposição de atuar num campo em que a luta pelo espaço conquistado se torna uma condição de responsabilidade pela participação e pelo cumprimento dos objetivos da formação.

Então, vocês podem ter uma ideia de quanto, para nós, isso é gratificante, no sentido de que talvez hoje, na universidade, é tão importante ou mais importante que o acesso é manter o aluno no curso superior seja porque isso significa não desperdiçar a energia que envolve tantos investimentos nesse campo, seja porque a meta final não é a gratificação individualizada na posse de um diploma de um diploma de nível superior ou da abertura de um elevador social para uma mobilidade de classe é integrar ao desempenho produtivo e político-social do País um protagonismo que aqui foi mencionado que tem sido a tônica filosófica dessa política, tornar sujeitos pela mediação da qualificação os atores desse processo.

Então, eu queria apenas, concordando com o que foi dito fazer um dado percentual, algumas variações aqui de dados fornecidos, o nome, não vou esquecer nunca mais. Temos uma mudança racial na UnB importante em que temos, hoje, 50.5% de brancos na condição pré-cota para 46.2 pós-cota. Então, teve um deslocamento aqui, o que significa que tivemos um deslocamento também de 40.8 de pardos para 42.2, e de 5.3 de pretos para 8.3. Há um deslocamento, mas não de molde a construir uma desarmonia no espaço universitário, mas para conseguir colocar dentro dessa disposição de mudança sócio-econômica na UnB. Os candidatos deslocadores, quer dizer, que deslocaram brancos daquela que era sua disposição tradicional de dispor de todas as vagas, têm a pele mais escura do que os candidatos deslocados que passariam, se não houvesse cota, e, de acordo com várias medidas, também estão vinculados a famílias com menor status econômico, quer dizer, vimos aqui cartas que o Senador leu, inclusive de dois alunos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR – Exatamente. ...da UnB, que atestam esse tipo de deslocamento.

Aqui, tenho alguns dados, que, depois, podemos encaminhar para a Comissão, desse desempenho e médias escolares pelas chamadas áreas humanidades, ciência e saúde, Os dados se reproduzem em todas elas, não tem variação. Claro que, às vezes, nas humanidades há um desempenho mais nítido. Nos chamados cursos de maior prestígio, que são aqueles em que há mais demanda para efeito de vestibular, esses deslocamentos estão bem acentuados.

Tenho vários dados desse porte, mas, queria me encaminhar para a conclusão com algumas reflexões. A primeira são os efeitos na identidade racial da universidade, porque não é só a cor no sentido, vamos dizer assim, da visibilidade da presença, é a mudança do horizonte de reflexão no espaço da universidade. Quer dizer, temas novos que passam a circular. Vou dar um exemplo: se na graduação os problemas eram bastante nítidos, na pós-graduação são mais difíceis ainda.

A minha faculdade é a de Direito. Raramente identificávamos um negro na pós-graduação. Tivemos, mas é o exemplo que quero dar. Quando começamos a discutir essas questões, a base do debate da universidade sobre as cosmologias, sobre as visões de mundo, as temáticas, as unidades começaram a se abrir e temas que não circulavam no espaço acadêmico... No Direito, por exemplo, se discutia abstratamente constitucionalidade, declaração de constitucionalidade. Mas era um embate que, vamos dizer, contribuiu para fazer a alavanca do castelo no qual não podíamos entrar. E aí esses temas começaram a entrar: movimentos sociais, diversidade. O que aconteceu? No bojo da abertura temática os negros vieram para a pós-graduação, como o José Jorge, presidente do Olodum, Mestre em Direito pela UnB. Claro que veio também a Roberta Kaufmann, a universidade tem de ser pluralista. Agora mesmo ao Ministro Lewandowski eu levei um conjunto de teses da UnB, defendida por brancos e negros. Noventa e nove por cento delas são homologadoras da perspectiva do direito fundamental de fundamentação das cotas ou das ações afirmativas, de um modo geral, teses excelentes que, no caso, permitiram que advogados negros, dos movimentos sociais, ganhassem um lugar de reconhecimento e de participação no espaço da universidade.

Então, essas cosmologias abriram esse espaço e abriram também um amplo campo de acolhimento

à necessidade de gestão. Hoje, por exemplo, temos uma assessoria de diversidade. Em geral, são negros que assumem essas assessorias, embora elas sejam mais amplas do que a questão racial, elas envolvem também a questão de gênero, mas temos mantido negros que são titulares dessa assessoria.

Temos um núcleo forte de vivência que pode colocar as demandas internas das bolsas, da permanência, e temos a discussão fruto desse processo, da emergência dos novos campos temáticos de organização dos cursos. Por exemplo, a disciplina Pensamento Negro Contemporâneo é colocada dentro do espaço programático da universidade exatamente porque esses segmentos constroem essa possibilidade.

Bom, já fui congado três vezes. (Risos.)

A gente pensa que o outro está falando mais do que caberá à gente, mas, quando a gente fala, a gente vê que a justiça fala muito.

Então, em suma, a nossa conclusão, embora os dados ainda precisem de refinamento, e estamos trabalhando neste momento, abrindo os bancos de dados para esse objetivo, é que a política já se revelou absolutamente realizadora das metas constitucionais de construção de uma sociedade.

E tal como a Anhamona de Brito, nós estamos no grande embate na ADPF 186, porque ela terá parâmetro normativo. Mas a impressão que estamos tendo, acompanhando as audiências, é de que o princípio já venceu. Nós não saberemos o quanto será a modulação que o Supremo fará. Mas é que o princípio já venceu, e pelas audiências públicas, pelos amigos da Corte, nós temos a convicção de que vamos poder ter uma representação nessa ADPF muito homologadora também dessa magnífica política que honra o nosso País e é a luta histórica da comunidade de sujeitos... Ela diz atores e atrizes. Orientei uma dissertação agora em que a moça pediu para dizer atores e atoras. No vernáculo não tem atoras. Ela insistiu. Eu disse: Bom, faça uma nota aí, se a banca aceitar... Aceitou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR – O argumento foi esse.

Então, em nome desses atores e dessas atoras, Senador, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui e dar o testemunho de uma experiência numa universidade federal que, por todos os resultados, confirma o acerto dessa política que responde aos parâmetros dos direitos humanos internacionais, a exemplo de Durban, e a luta pela Constituição de 88, que a consagrou nos seus fundamentos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Manifestação da plateia: UnB é nossa amiga, adota as cotas para acabar com a nossa briga! UnB é nossa amiga, adota as cotas para acabar com a nossa briga!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Sob o aplauso...

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUZA JÚNIOR – Senador, só um parêntese. É tão bom ouvir isso, porque eu estou com a ocupação de reitoria agora. É muito legítima na linha de que é uma reivindicação de ampliar os espaços de inserção dos alunos nas cidades satélites.

Mas, inadvertidamente, eles estão colocando no bojo da reivindicação, é o único item da pauta que precisamos negociar, de que com isso precisamos suspender o vestibular lá em Ceilândia.

Eu não posso aceitar isso. Em nome dos que estão, negar vaga para os que virão ainda. Não posso aceitar isso.

Quando vocês dizem isso, é um alívio. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu me referi à Senadora Marinor Brito, porque ela foi que propôs inclusive aqui, e nós todos aprovamos por unanimidade. Naquele momento em que V. Exª... Por uma revista de caráter nacional, tentaram desqualificar o trabalho da UnB, esta comissão aprovou uma moção, por unanimidade, de apoio à UnB, e a Senadora Marinor Brito foi uma das proponentes.

E falando isso, eu passo a palavra para ela neste momento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É porque de fato a UnB é nossa amiga, amiga dos que lutam por justiça e por liberdade. Então, Senador Paim, eu queria, em nome do Reitor José Geraldo, saudar os integrantes da Mesa, parabenizar o Senador Paim pela audiência. O Senador Paim é um parceiro na luta pelos direitos humanos no Brasil. Ele é um parceiro do Brasil, é um amigo do Brasil, tem tido posturas muito firmes aqui, nos permitindo inclusive fazer contrapontos duros ao próprio Governo do PT, do qual o Senador é partidário. Tem tratado com muita tranquilidade as diferenças.

Eu estou aqui em nome de uma luta histórica da classe trabalhadora por justiça e por liberdade. Eu sou Senadora do PSOL do Pará, e sou integrante desta Comissão e não abro mão de fazer debates importantes como esses, porque eles são parte da nossa luta por justiça e liberdade.

Eu fiquei muito emocionada de manhã. Eu fiz, recentemente, uma cirurgia, uma cirurgia de recomposição da minha perna. Extrai um câncer. Estou autorizada a trabalhar, mas não a andar, só que eu moro em Belém e não fica muito fácil fazer esse deslocamento para cá, mas, mesmo assim, essa semana eu disse: "Chega! Quinze dias é muita coisa para quem acredita

que tem muita coisa para fazer ainda e que de alguma forma a gente pode ajudar."

Fiquei muito emocionada com a fala do Defensor Público do Rio de Janeiro, Nilson Filho. Estou honrada de estar aqui ao lado dele agora. Em nome dele, queria saudar todos nossos convidados e convidadas que aqui estão. Foi uma fala daquelas que é feita com o coração, mas é feita com razão, é feita com dados, com elementos do cotidiano, da vida concreta das pessoas. Então, esse tipo de registro aqui na nossa audiência precisa ser repercutido por todo o Senado Federal. Na medida do possível, a gente tenta fazer isso no Plenário, a gente tenta fazer isso interagindo com os Ministérios, cobrando dos Ministérios e do Governo Federal posturas mais ofensivas contra quem é preciso e protetoras para quem é preciso.

Não acredito que a política de cotas, meu querido reitor, por mais justa, por mais correta – e nós fomos árduos defensores da política de cotas, os nossos Deputados aqui, Ivan Valente, Deputado Chico Alencar, aqui o Senador Nery, quando estava, o Senador Randolfe, nossos militantes espalhados Brasil à fora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Permita-me que eu me lembre da nossa querida grande Deputada Federal Luciana Genro.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Nossa querida Senadora Heloisa Helena e a Luciana Genro também, aqui, assumiram posturas públicas importantes na defesa das cotas.

Mas é uma medida auxiliar, digamos assim, paliativa, ou outra expressão que a gente queria usar. Não vamos conseguir enfrentar desigualdades sociais e raciais em um país em que o próprio Governo, através do Ministério da Justiça, quando encomenda um mapa da violência de 2011, os jovens do Brasil, uma pesquisa feita pela Sangari, nos diz que, em 2002, o índice nacional de vitimização negra foi de 4,6%, isto é, morreram proporcionalmente 45,6% mais negros do que brancos; que, apenas três anos mais tarde, em 2005, esse índice pula para 80,7%, ou seja, morreram, proporcionalmente, 80,7% mais negros do que brancos; e que, em 2008, morreram, proporcionalmente, 111,2% mais negros do que brancos, acima do dobro. O Governo Federal continua, a exemplo do que fez em 2010, priorizando 44,73% dos recursos da União para o pagamento da dívida pública, enquanto que, para a educação, fica 2,8%. A projeção do Governo, não é minha, para 2012 é de que o pagamento da dívida pública vai alcançar um patamar de 47,9%.

O ex-Presidente Lula, há poucos dias, chamou de delinquente, usou termos bem malvados para quem defende 10% do PIB para a educação. Como nós vamos universaliza a educação no País, como vamos diminuir as desigualdades sociais e raciais, garantir o acesso e a permanência com qualidade sem pensar em aumentar os recursos para a educação, sem garantir patamares mínimos relacionados com a gestão democrática, relacionados com a formação continuada, relacionados com a estruturação da educação? E eu não estou falando aqui de educação privada, porque o Governo Federal, que, antes, tinha 32%, em 2001, de vagas nas universidades públicas, hoje tem apenas 26,4%, porque priorizou o ProUni.

Por que não abrir mais vagas nas universidades públicas e garantir mais vagas para negros nas universidades públicas? (Palmas.) Por que não? De 18 a 24 anos, dos que estão nas universidades hoje, 21,3% são brancos e 8,3% são negros. Entre os mais ricos, são 52,7% e os mais pobres, 7,9%.

Contra esses dados, Senador Paim, o Governo deveria revisar esse projeto pequeno, insuficiente, não condizente com a necessidade do povo brasileiro, que se expressa através do Plano Nacional de Educação, que veio aqui para o Congresso Nacional e por enquanto está na Câmara dos Deputados.

Nós não podemos pensar em garantir condições de igualdade quando não é parte do projeto do Governo priorizar a educação, porque, se esses recursos são insuficientes, se não quer tirar esse modelo perverso que prioriza o pagamento da dívida, que não foi feita pelos negros, pelos pobres, pela classe trabalhadora deste País... Por que não taxar as grandes fortunas? Por que não aprovar o Projeto de Lei do Deputado Ivan Valente, que tramita na Câmara Federal, e do Senador Paulo Paim, que tramita aqui no Senado Federal? O que impede o Governo? O que impede o Governo é o modelo de desenvolvimento que foi escolhido pelo Governo Fernando Henrique, pelo Lula e que a Dilma é a boazinha, entre aspas, cumpridora do seu dever com o Fundo Monetário Internacional, com os grandes empreendedores, com os banqueiros, com os latifundiários deste País, porque, se não fosse assim, não tinham aprovado na Câmara esse perverso Código Florestal, que tanta desgraça, com desmatamento, com essa visão de desenvolvimento que expõe cada vez mais as populações tradicionais, os quilombolas, os pobres, os ribeirinhos, os pescadores...

Se fosse prioridade do Governo pensar política na perspectiva da verdadeira inclusão social, nós não estávamos aumentando esses índices de homicídios entre jovens de 15 a 25 anos, quando a maioria deles é de negros e pobres.

Eu queria dizer aqui para vocês que estou na Comissão de Educação, além de estar na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Economia, virando-me aqui nos 30, com pouca assessoria, por-

que, diferentemente dos Parlamentares que têm mais de dois representantes aqui nesta Casa, que têm mais de um gabinete, mais de o dobro de assessores, eu tenho um único assessor de bancada. Eu escolhi um assessor da área de educação para colaborar com a gente, que é o Professor Luiz Araújo, que estava aqui, há pouco tempo, com a gente. Ele é um pesquisador, Mestre pela UnB em Educação. Foi Presidente do Inep no início do governo Lula, mas, quando começou a colocar os dados na mesa, obviamente, foi preterido. Uns saem por corrupção; outros saem por colocar o dedo na ferida. Então, eu escolhi a Comissão de Educação, para que a gente possa incidir, aqui no Senado Federal, sobre essas metas tímidas.

Mesmo antes de chegar aqui o Plano Nacional, nós já conseguimos realizar muitas audiências e vamos continuar realizando, vamos continuar viajando pelo País para formar comitês pelos 10% do PIB para a educação, para que exista uma mobilização enorme e para que o Lula tenha que dizer que nós todos somos delinquentes; que é delinquência querer mais recursos para a educação e buscar formas, porque não conseguiu cumprir a meta, Professor José Geraldo, de 5% – ficou em quatro vírgula alguma coisa –e acha que é muito, é muito, sem pensar em universalizar a educação infantil, por exemplo, em 2020, não sei o quê, com os valores que estão previstos para o Plano Nacional.

Eu quero me colocar à inteira disposição das entidades para receber as emendas que vocês acharem necessárias e que o movimento tenha de acúmulo. Com toda a firmeza e com a assessoria voluntária de vocês, obviamente, porque eu não posso pagar, vou me preparar para defender e para que a gente possa pensar em alterar esse quadro das desigualdades educacionais, dos piores índices educacionais do mundo que o nosso País tem.

Então, eu queria aqui deixar o meu abraço a todos vocês. Parabéns pela audiência de hoje de manhã. À medida do possível, vamos sentar para organizar essas emendas, vamos nos preparar para interagir, inclusive através de projetos de lei, antecipando o próprio Plano Nacional de Educação, porque são formas que a gente utiliza – e o Regimento nos permite – para começar a fazer com que alguns debates que são estratégicos, que são importantes para os movimentos que lutam por justiça e por liberdade sejam feitos aqui nesta Casa.

Um grande abraço.

Força na luta!

E contem com os nossos mandatos aqui no Senado Federal.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a...

(Manifestação na plateia: Obrigado aos Senadores. Senadores para sermos vencedores! Obrigado aos Senadores. Senadores para sermos vencedores!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Marinor Brito, colocando o seu ponto de vista sempre com muita convicção e de forma muito firme.

Eu vou passar a palavra, neste momento, ao Sr. Luiz Cláudio Costa, Secretário da Educação Superior do Ministério da Educação e, em seguida, eu vou convidar a Senadora Marinor Brito para ficar um pouco aqui na Presidência, porque eu tenho que ir ao plenário para assinar uma série de documentos, e, depois, eu voltarei.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – Eu quero cumprimentar V. Exª e agradecer o convite, Senador Paulo Paim. Quero trazer o abraço do Ministro Fernando Haddad e reconhecer aqui o apoio que esta Casa e que V. Exª têm dado ao Ministério da Educação em suas causas.

Quero saudar a minha colega de Governo, a Secretária Anhamona Silva de Brito, a nossa Secretária de Políticas Afirmativas da Seppir, com quem já tive oportunidade de estar junto e reconhecer o belíssimo trabalho que a Secretaria vem fazendo em prol da inclusão.

Saudar o meu colega o meu colega Reitor com quem tive o prazer de conviver e tenho profundo respeito como Reitor e como pensador que é, mas mais do que tudo como um homem que busca a justiça social em todas as suas ações, nosso Magnífico Reitor José Geraldo. É um prazer dividir esta Mesa.

Nosso querido Frei David. Estivemos juntos ontem e hoje estamos aqui novamente neste momento. É verdade, tivemos uma manhã inteira.

Saudar a Professora Elisângela Costa.

Quero saudar a nossa Senadora Marinor Brito, do Pará, saudar o Dr. Nilson Filho, Defensor Público do Rio de Janeiro, e quero saudar a Educafro. E permitam-me saudá-la em nome da D. Marli, que me pressionou muito ontem, a nossa advogada. Parabéns. A jovem Marli, não é, Marli? É um prazer tê-la aqui.

Eu queria, inicialmente, parabenizar a todos que construíram essa luta e ajudaram num convencimento importante para as nossas instituições de ensino superior, principalmente as nossas universidades, porque isso que Anhamona falou e a Educafro vem trabalhando e tantas outras pessoas lutaram muito por isso, porque tem causas que não se impõem, se convencem. Esse convencimento foi transformando as nossas universidades e aqui temos hoje a UnB, que é uma universidade de que todos nós, brasileiros, nos orgulhamos, pela sua história de excelência acadêmica, que nos

mostra que é possível uma universidade, como dizia Darcy Ribeiro, ter significado, ter relevância social, ter inserção social. E isso não tem nenhum antagonismo com a excelência. É possível e nós devemos ser isso.

É preciso que nós façamos sempre uma pergunta neste País: a quem servem as nossas universidades?

Se não for para servir à nação brasileira, ao povo brasileiro, a cada um deles sem exclusão ela perde o sentido.

Esse diálogo que precisa ser equilibrado nas nossas universidades vem sendo feito graças às lutas de cada um de vocês.

O que eu posso dizer em nome do Ministério da Educação, e quero aqui fazê-lo, é que tem várias ações explícitas, tem ações de convencimento, tem ações que dão estrutura a toda essa inclusão.

O que nós percebíamos anteriormente a 2002, antes do Governo do Presidente Lula... E aí nós tivemos a ampliação das universidades federais. E quero dizer com muita clareza que o orçamento do Ministério da Educação passou de 17 bilhões para 70 bilhões, aportando em todas as áreas da educação neste País. Portanto nós fizemos... O Governo do Presidente Lula ampliou as universidades federais em 14. Nós tivemos 14 novas universidades federais.

Cento e vinte e sete novos campus. O que significa isso?

Que a universidade federal, as vagas públicas foram interiorizadas, chegaram mais próximas da nossa gente, do nosso povo, permitindo assim que pessoas que jamais teriam condições de adentrar numa escola pública agora o fizessem. E é por isso que nós temos números impressionantes não só da UnB, mas do retrato das universidades federais brasileiras mostrando a maior participação de pretos e pardos, portanto de negros.

E é muito bom vermos isso, porque aumentou ainda mais no Nordeste. Ou seja, nós estamos conseguindo fazer – e precisamos fazer muito mais – uma grande ampliação.

Para se ter uma ideia, as vagas públicas federais passaram de 110 mil. Hoje estamos chegando a 250 mil vagas federais neste Brasil.

Houve uma grande ampliação. É claro que temos que fazer mais. E agora vimos com muita felicidade a Presidente Dilma, em um de seus primeiros atos, cumprindo o seu compromisso de campanha, fazer mais quatro universidades federais: duas universidades federais na Bahia, que demandava vagas públicas, uma universidade federal no Ceará e uma universidade federal no Pará, porque a Senadora foi parceira e conhece bem a necessidade daquele Estado. E mais 47 campus.

Então o Governo está mostrando claramente com o seu compromisso de ampliar as vagas federais. Por isso o Brasil saiu de um número que era completamente equivocado. O Brasil formava, em 2002, 300 mil pessoas/ano, hoje forma um milhão de pessoas.

Não fosse a expansão... Lamentavelmente o modelo que existia antes era um modelo de expansão ou de redução das vagas públicas. Não fosse essa grande ampliação, mais do que a duplicação das vagas, a criação de novas universidades e de novos campus, realmente os nossos números hoje seriam lamentáveis. Com a presença do Governo Federal mostrando claramente a sua expansão... E eu reitero, tanto o Presidente Lula como agora a Presidenta Dilma já fazendo isso no início do seu mandato mostram claramente que existe uma posição de expansão das vagas públicas neste País e da interiorização. São números que nós vemos. E mais, o que nós temos, reitero, do orçamento do Ministério da Educação, de 17 bilhões, quase 18 bilhões para 70 bilhões agora.

O PIB na educação, que era em torno de 3.9, hoje, o PIB total chega a 5.4.

Eu, Senadora, com todo o respeito que lhe tenho, estava presente, com o Presidente Lula, na Universidade Federal do ABC, quando os jovens, legitimamente – é muito bom ver o Brasil dizer isso –, pediram 10% do PIB para a educação. Vou repetir exatamente a frase que disse o Presidente Lula: "Essa agenda, para mim, é nova. Se tivesse sido feita no meu Governo, eu teria atendido". Foi isso que o Presidente Lula disse, pelo menos na minha presença.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Se V. Exª me permite, também. Essa proposta não é nova. Ela foi aprovada na Conferência Nacional dos Educadores do Brasil. Havia compromisso, sim, de o Presidente Lula cumprir a agenda proposta pela Conferência Nacional, mas não foi cumprida. Por isso, o protesto, por acharmos que há necessidade.

E não são só os estudantes organizados. O movimento nacional dos educadores, no Brasil inteiro, está lutando por educação pública de qualidade não é de hoje.

O senhor falou aqui da universidade no Pará. O senhor sabe que uma de nossas reivindicações é a qualidade de ensino. A extensão universitária é muito bem-vinda, mas com qualidade. E, na Universidade de Santarém está com muita dificuldade. Ela foi implantada há dois anos, mas até hoje não dispõe de gestão democrática. O reitor indicado pelo Ministro Haddad está lá até hoje, com muitos problemas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA – No que se refere à pauta dos 7%, só estou reiterando o que o Presidente Lula disse. Existe um profundo respeito pela luta dos 10%. É evidente que, quando o Governo aponta para 7%, esse foi o percentual vetado pelo Governo anterior. Então, a proposta que foi vetada pelo Governo anterior ficou em 5%.

Agora, estamos discutindo. Trata-se de uma discussão democrática, legítima, extremamente importante.

Os números mostram o compromisso do Governo, com avanço orçamentário para a educação, com avanço orçamentário para as vagas públicas.

O que vem acontecendo, então, com isso? Temos uma mudança, o que é importantíssimo. As universidades começam a incluir. Como o Reitor José Geraldo disse muito bem, essa inclusão é feita mostrando – aí quebram-se preconceitos – a qualidade e a competência.

Quero aqui dar um outro número, porque não adianta fazermos a expansão se não garantimos a permanência. Verba para assistência estudantil; Programa Nacional de Assistência Estudantil para as universidades federais, antes, era zero; hoje, são 505, em 2012, para assistência estudantil. Porque, assim, garantimos a entrada e a permanência.

Hoje, do início do Reuni, quando começou o programa Reuni, eram 100 milhões – o Dr. Geraldo é testemunha disso. Hoje, são 505 milhões para assistência estudantil. Ou seja, tem-se a entrada, mas é garantida a permanência, com qualidade.

Outra coisa fundamental nas ações estruturantes da inclusão... Quanto à questão das cotas – temos profundo respeito e temos dialogado -, os conselhos superiores e as instituições são autônomos, têm a sua autonomia e têm discutido isso graças ao convencimento e às ações de vocês. E nós, como Ministério da Educação, temos também debatido e incentivado as ações por intermédio da garantia dos recursos, porque não adianta a UnB, quando faz essa bela inclusão que realiza, precisa de recursos para a permanência do nosso estudante. Então, o Governo aporta esses recursos.

Mas quero falar aqui de um dado que passa desapercebido e quero fazer uma reflexão: há exatamente 100 anos o Brasil usa um sistema de seleção que conhecemos como vestibular, muito bem feitos pelas nossas instituições de ensino superior, com muita competência e seriedade. Mas vamos refletir um pouco sobre esse sistema de seleção para as universidades ou para as instituições de ensino superior. O estudante faz a inscrição em uma instituição, em um curso. Assim, ele tem a sua inscrição feita. Se ele tiver condições financeiras, ele faz em duas ou três. Se ele não tem, em uma só. E olhe lá, se ele pode viajar para fazer naquele em que ele gostaria. Feito isso, ele tem a sua nota. Se reprovado, esse estudante está fora. Com o Enem e o sistema de seleção unificado, estamos vendo – esse número aqui é importante – um percentual muito maior de negros, pretos e pardos fazendo o exame de seleção, em relação ao vestibular tradicional. Porque, muitas vezes, o jovem não podia se deslocar de sua cidade, ele podia fazer a inscrição. Ele não tinha recurso. Hoje, não. O exame vai até ele e, por isso, nós temos mais de cinco milhões de jovens inscritos no exame nacional. E esse jovem pode escolher a universidade. Um jovem do interior, de qualquer parte deste País, que deseja estudar naquelas universidades que participam do sistema de seleção unificada, ele pode fazer de uma forma muito fácil, muito ágil a sua inscrição. Veja: esse é um exemplo de inclusão. As ações são feitas para inclusão, são ações estruturantes, são ações que transformam a sociedade. E, por isso, nós vemos esses números se modificarem.

E aí nós precisamos fazer... O Governo precisa, a cada momento, ofertar vagas públicas de qualidade. Nas instituições federais de ensino superior, nós estamos, hoje, com 3,6 milhões de metros quadrados em construção: salas de aula, laboratório, restaurantes universitários, alojamentos; e 1,6 milhões já entregues à comunidade. E temos o exemplo típico aqui do Reitor José Geraldo – permita-me tomar esse exemplo, reitor, para nós. O reitor tem um campus em Ceilândia com 90% construído, faltam 10%, porque a empresa quebrou. E aí nós vamos dizer que a expansão é ruim? Nós vamos proibir o vestibular? Nós vamos dizer que não tem qualidade, quando o reitor e a universidade fazem com tanta competência? Ora, é uma situação gerencial. E alguns precipitados querem interromper o vestibular. E aí, então, nós vamos deixar quantas pessoas de fora? Mais oitocentas pessoas fora da universidade, porque 10% não ficaram prontos? Não por incompetência não por falta de recursos. O trabalho é muito sério por parte dos reitores, por parte do Ministério e por parte do Governo. Não há, e o reitor aqui é testemunha, podem sortear qualquer reitor neste País e perguntar se deixou recurso do Ministério da Educação para que ele faça suas obras. Da mesma forma, podem perguntar ao Ministério da Educação se algum reitor foi negligente. Eu digo que não, todos trabalhando com muita seriedade. Mas as coisas acontecem.

Agora, o que nós vamos decidir? Esse é um exemplo que talvez nos sirva para reflexão. Faltam 10% do campus. Vamos deixar as pessoas de fora, Frei David, ou vamos colocá-las na universidade? É claro que nós precisamos fazer esse esforço e colocar. E

juntos construirmos a condição mais rápido possível, como o reitor vem fazendo, para que sejam resolvidas essas questões.

É lamentável quando nós observamos, certas vezes, a própria imprensa dizendo: a obra está parada. São exemplos como esses. Porque uma coisa é se estiver parada por negligência; uma coisa é se estiver para por falta de recursos; ou se estiver parada por falta de comprometimento. Mas isso não existe.

Agora, nós temos que, juntos, construir este País, e é o que estamos fazendo.

Então, essas ações, essa ação do vestibular, essa ação da expansão, vêm sendo feitas com muita qualidade: nas instituições federais, os cursos, o recurso aportado, a construção, a contratação de professores – agora tem um projeto de lei que está no Congresso Nacional, e nós queremos o apoio de todos, que é fundamental, para contratação de professores efetivos para a expansão, para colocar na sala de aula. O Governo cumpre mais uma vez o seu compromisso, e quero agradecer a parceria que temos tido desta Casa nessa expansão.

A questão do ProUni, que é preciso ser colocada de forma muito clara.

O Governo entende que a educação é um bem público. A educação tem que ser feita para atender o nosso povo e a nossa gente. Ela poder ser feita e deve ser feita com intensidade, com garantia de intensidade, com expansão, com a presença do aparelho público das universidades, por isso a expansão; mas ela pode ser feita pelo setor não-público, desde que tenha compromisso com a qualidade, desde que na moldura da qualidade. E aí nós temos vagas públicas no setor privado com qualidade, como fazemos na saúde. Nós vamos ter o quê? Nós não podemos ter pessoas compromissadas que atuem nas mais diversas áreas? O ProUni e o Frei David, vocês sabem disso, como tem transformado a vida das pessoas. Transforma a vida das pessoas. Tem permitido que pessoas que jamais poderiam estar nas nossas universidades – porque nós não podemos aguardar a expansão... Veja só: nós temos, hoje, 6,3 milhões matrículas na educação superior brasileira. Graças à expansão do Governo Lula e da Presidenta Dilma, nós temos 980 mil nas universidades federais. Se nós não tivéssemos o setor não-público, Frei David, nós íamos ter cinco milhões de pessoas fora, ou vamos expandir para mais cinco milhões? Como é que nós íamos colocar todas as vagas que foram aqui aportadas mais de 800 mil do ProUni? O Fies, que é o financiamento estudantil. Agora, desde que tenha o compromisso da qualidade. Foi por isso que o Governo fechou diversas instituições. É por isso que o Governo fechou diversas instituições. É por isso que o Governo fechou vagas recentemente. É por isso que o Governo... Vocês sabem disso. Educação a distancia, instituições foram completamente tiradas do sistema. Essa é a responsabilidade deste Governo com a educação e com a inclusão.

Então, essas ações precisam ser feitas. É claro que nós temos muito que melhorar, temos muito que avançar, porque saímos de um patamar muito baixo.

Mas o Governo... Eu acho que hoje, neste País, nós até podemos falar assim: vamos discutir um pouco sobre o ritmo, se são sete, se são dez, vamos discutir o ritmo, se são novecentas mil vagas que devemos ter nas instituições públicas ou se são um milhão e meio; nós podemos discutir o ritmo. Mas não podemos deixar de verificar que este Governo tem um rumo muito claro e tem uma direção muito clara, que é da inclusão e principalmente na educação. Este governo tem feito ações que mostram isso. Por qualquer indicador que nós buscarmos, nós vamos verificar que a educação brasileira, e aqui falo da educação superior brasileira, se transforma. Mas se transforma não somente em quantidade, se transforma em qualidade e se transforma em inclusão, porque, para mim, não teria sentido se nós tivéssemos dez milhões, como nós vamos ter no Plano Nacional de Educação já apontados para 2020, dez, onze milhões de pessoas nas instituições de ensino superior, que dão exatamente os 30%, que nos não conseguimos no passado. Por que não se conseguiu? Porque o patamar... Não havia o alicerce que temos hoje. Hoje nós temos o alicerce. Nós temos cinco programas belíssimos no nosso País: a expansão das universidades federais por meio do Reuni. Nós temos os Institutos Federais, que é uma proposta pedagógica belíssima, que está incluindo pessoas, 20% das vagas compromissadas com a licenciatura, cursos técnicos e tecnológicos, cursos superiores presentes em mais 400 cidades. Vejam as vagas públicas. Nós estamos falando de institutos federais e nós estamos falando de universidade federal, as vagas públicas presentes, transformando a realidade da nossa gente, do nosso povo, em locais onde as pessoas não tinham acesso antes.

Nós temos a Universidade Aberta do Brasil, feita de uma forma que garanta a qualidade, porque o Governo, como eu disse, retirou do sistema todas as instituições que achavam que podiam ganhar dinheiro com a educação, porque não é assim. Educação tem que ter, primeiro, a responsabilidade social, tem que ter a moldura da qualidade. A Universidade Aberta do Brasil hoje é uma realidade. Mais de 300 mil professores estão sendo treinados pela Universidade Aberta do Brasil. Isso é fantástico, na sua primeira licenciatura, por meio do Parfor; na sua segunda licenciatura.

Quer dizer, o Brasil se modifica.

Professores que não podiam cursar um curso presencial, mas cursam com as nossas federais, com as nossas outras instituições, fazendo um trabalho belíssimo, junto com as Secretarias de Estado da Educação.

Temos outros dois que são profundamente inclusivos, que é o ProUni, e vocês sabem disso. Aqui há vários prounistas. Ontem nós nos encontramos e ficamos a manhã inteira na Educafro e fizemos uma cartilha sobre o ProUni e sobre o Fies.

Fizemos lá uma belíssima discussão. Ontem vimos, claro, o que temos que fazer. Temos muito o que caminhar, mas vocês deram o testemunho do quanto isso é importante na vida de cada um de vocês.

Então, o Brasil caminha por meio desses programas, o ProUni e o Fies.

Quero aqui, Frei David, dizer uma coisa que é importante, e o senhor mostrou um número muito interessante. A imprensa, de vez em quando, faz isso. A imprensa coloca, legitimamente, o número de bolsas do ProUni, o número de formandos pelo ProUni e as bolsas atuais. Tirando isso, são mais ou menos 219 mil pessoa que estão fora. Não é evasão. Esse número está errado. Vou dizer por quê. Porque nós temos a beleza e a felicidade, porque hoje a gente tem por CPF isso. Que deixaram o programa, Frei, foram 104 mil pessoas. Sabe por quê? Esses outros foram para instituições públicas ou mudaram para outras universidades. Isso é belíssimo. Há uma migração muito grande para instituição pública. Ele fica naquela instituição. Depois, ele consegue uma vaga na instituição pública.

Mas mesmo 100 mil me preocupam e muito. Nós temos feito um trabalho com evasão e nós estamos também fazendo um trabalho com os egressos. Onde eles estão? Os nossos prounistas, os nossos estudantes do Fies?

Portanto, o que eu quero deixar muito claro para vocês é o compromisso completo do Governo, do Governo do Presidente Lula com esses números que eu disse e do Governo da Presidente Dilma, que já aponta claramente, desde o seu início, pela expansão. Já nos autorizou o Ministro Fernando Haddad, que evidentemente vem fazendo tudo isso nesses governos, a discutir com os reitores – já marcamos com os reitores das federais, com a nossa Andifes – a expansão que vamos fazer a partir de 2012, fora esses números que eu já citei. Vamos caminhar dessa maneira.

Da mesma forma, temos discutido com as organizações não governamentais, como a Educafro – ontem ficamos a manhã inteira discutindo isso – os avanços que podemos ter no Fies e no ProUni. É completo e total o compromisso desse governo com a educação e com a inclusão. Temos muito o que fazer, mas podem ter certeza de que estaremos sempre exercitando esse diálogo social para que possamos avançar.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – A Comissão agradece a presença do Secretário Luiz Cláudio Costa.

Passamos a palavra agora à Professora Elisabete Patrícia Moreira da Costa, assessora didático-pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado Mato Grosso, em representação ao Sr. Adriano Aparecido, que é Reitor da Unemat.

Tem a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Desculpe. É Elizangela Patricia Moreira da Costa.

Eu disse errado?

A SRª ELIZANGELA PATRICIA MOREIRA DA COSTA – Disse Elisabete, mas não tem problema.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Está corrigido.

A SRª ELIZANGELA PATRICIA MOREIRA DA COSTA – Está bom, Professora, Senadora.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Pode me chamar de pofessora. Tenho muito orgulho.

A SRª ELIZANGELA PATRICIA MOREIRA DA COSTA – Por favor, a outra apresentação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite em nome do nosso Reitor, Professor Adriano Silva e da Professora Ana Di Renzo, Pró-Reitora do Ensino de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso. Em nome deles, quero agradecer o convite do Senador Paim para fazer parte desse debate, que é sempre muito importante.

Quando cheguei a este plenário a reunião ainda não havia começado e eu vi a reunião de vocês, a comunidade presente, organizando as falas, quem ia falar, quem não ia, o que vamos reivindicar.

Eu fiquei ali no fundo assistindo a isso e voltei ao meu tempo de universidade, quando eu via os movimentos estudantis. Quantas coisas nós conseguimos naquela época! Eu fiz o Curso de Letras na Universidade Federal de Mato Grosso, me formei em 95.

Eu gostava de participar dessas reuniões. Isso me motiva a continuar sendo professora. Por isso que eu gosto de ser professora. Quando eu vejo debates como esse, penso: estou no lugar certo, é aqui que quero continuar. (Palmas.)

Obrigada.

Eu gostaria de dizer que a Universidade do Estado de Mato Grosso nasce com esse desejo de incluir, com essa preocupação de incluir, porque a Universi-

dade do Estado de Mato Grosso nasce em 1978 como Instituto de Ensino Superior de Cáceres, Município de Mato Grosso.

Até então, ter acesso ao ensino superior só era possível na capital de Mato Grosso, Cuiabá.

Então a Universidade nasce com o sonho de um professor, que foi considerado louco àquela época, de expandir essa possibilidade para a comunidade do interior de Mato Grosso. Então ela nasce como Instituto de Ensino Superior de Cáceres para permitir e ampliar o acesso ao ensino superior no interior do nosso Estado e superar esse modelo que até então privilegiava apenas os grandes centros do Brasil.

Em 93, apenas há 18 anos, a Universidade do Estado de Mato Grosso passa a ser credenciada como universidade.

(Próximo, por favor.)

Eu trouxe aqui...

Essa é uma apresentação do Professor Adriano, que eu peguei emprestada para mostrar que hoje a Unemat atua em onze campi espalhados no Estado de mato Grosso e 10 núcleos pedagógicos.

A área verde são os Municípios onde nós temos campus universitário.

A área amarela é onde nós não possuímos campus, mas atendemos à comunidade, a partir de cursos que nós chamamos de turmas diferenciadas, que são os cursos parcelados, educação indígena.

É importante dizer que nós também atendemos à comunidade indígena em separado das cotas específicas para a inclusão étnico-racial.

(Próximo, por favor.)

Essa é a situação dos cursos de graduação da Unemat em 2010. De 2011 nós ainda não temos os dados, mas os números, nessa tabela, não mudam ainda.

Então, nós temos, até 2010, 75 cursos de graduação entre cursos regulares, as licenciaturas parceladas, que são a formação do professor, educação à distância, educação indígena, turmas especiais e a Universidade Aberta do Brasil, totalizando, então, um atendimento a 14.949 alunos do Estado de Mato Grosso, do nosso interiorzão lá do Mato Grosso.

(Próximo, por favor.)

Então, aí, nós temos os números, os avanços de 2002 até 2010. É importante destacar que, na semana passada, nós tivemos a reunião do conselho universitário e nessa reunião foram aprovados, também, nove cursos, que serão abertos em nove campi, então, aumentando essa oferta de vagas à comunidade acadêmica.

(Próximo, por favor.)

Aí, eu vou fazer uma contextualização breve de como começa o sistema de cotas na Unemat.

(Próximo, por favor.)

Então, a Universidade do Estado do Mato Grosso começa a adotar o sistema de cotas como forma de ingresso nos cursos regulares de graduação, nas modalidades diferenciadas e turmas fora de sede, a partir de 2004, quando o Conep, que é o nosso Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprova a Resolução nº 200, de 2004, que disponibiliza desde o concurso vestibular 2005/2, por um período de 10 anos, 25% das vagas de todos os processos seletivos da Unemat – é importante esclarecer que excetuando a comunidade indígena, que não entra nesse percentual porque nós temos uma faculdade de ensino superior para os indígenas.

Em 2008, a pró-reitoria de ensino de graduação, preocupada em acompanhar a inclusão desses acadêmicos na universidade, publicou a Instrução Normativa nº 05/2008, que vai instituir procedimentos para acompanhamento dos alunos cotistas na Unemat, desde o processo de inscrição no concurso vestibular, até a conclusão desses acadêmicos nos cursos.

Para isso, a pró-reitoria, por meio dessa instrução, compôs uma comissão central permanente, que tinha como obrigação, como meta acompanhar os alunos cotistas desde o ingresso, a permanência e o aproveitamento desses alunos na universidade.

(Próximo, por favor.)

Eu tentei trazer... Para vir para esta reunião, eu estudei o relatório dessa comissão, que foi constituída em 2008. É um relatório extenso, quantitativo e eu tentei trazer um dado que fosse geral, porque, lá, nós tínhamos gráficos de todos os campi da Unemat, de todos os cursos.

Então, de 2005/2 – nosso vestibular é semestral – até 2009/1, nós podemos ver a procura da comunidade étnico-racial, da comunidade negra nos nossos vestibulares: no de 2005/2, timidamente, com 113 alunos; depois, aprovados no vestibular, 92; ingressantes, que realmente estavam estudando àquela época, 71; trancamento, nove; 29 concluintes.

De lá para cá, 2006/1, 2009/1, de 2010, nós ainda não temos os dados apurados, nós vemos que esse número vai oscilando. Nós ainda não temos como dizer quais são as causas dessa oscilação, por que, em cada ano, aumenta e diminui a procura por essas vagas. Vemos também que, de 2006 até 2009, nós vamos ver o número de zero: zero por cento de concluintes da comunidade negra. Isso não quer dizer que nós não estamos formando os alunos. Até porque eles entraram em 2005 e os dados dos concluintes estarão agora em 2010. Eu ainda não tenho esses números.

(Próximo, por favor.)

O que nós observamos a partir desses dados? Nós observamos que há um número significativo de cotistas inscritos no vestibular para os cursos de graduação da nossa universidade. Infelizmente, nós observamos também diversos casos de evasão e trancamento. É importante agora nós descobrirmos a que se deve essa evasão e esse trancamento. De 2006/1 a 2009/1, o índice de alunos concluintes é pouco significativo, porque ainda nós não tivemos os dados de 2010, que vão efetivar a conclusão dos alunos que ingressaram.

O que há aí é uma responsabilidade maior da Pró-Reitoria de Ensino, porque há uma necessidade de acompanhamento do desempenho desses acadêmicos nos cursos, bem como de suas condições econômicas, para que a gente possa identificar, então, o que é que está ocasionando a não permanência desses acadêmicos na universidade. Para isso, nós precisamos de ações que sejam mais pontuais. Como é uma universidade multicampi, nós temos uma dificuldade de ter uma equipe para acompanhar em cada campus, mas a Pró-Reitoria hoje já estuda a possibilidade de contratar bolsistas para ajudar essa comissão. Então, há necessidade de implementação de políticas de acompanhamento desses graduandos na nossa universidade. Hoje nós estamos nesse ponto. Nós chegamos à conclusão de que precisamos acompanhar esses números mais de perto e acompanhar o rendimento e o desempenho desses acadêmicos na universidade, identificando especialmente os motivos que levam esses alunos a evadirem-se da universidade.

Eu termino, então, a minha fala. Espero que tenhamos a oportunidade de participar de um debate maior. Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Agradeço à Professora Elisângela a contribuição, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

(Manifestação do público: Che, Zumbi, Antonio Conselheiro, na luta por justiça, somos todos companheiros!)

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Agora nós vamos passar a palavra, para complementação, ao Frei David Santos. (Palmas.)

O SR. DAVID SANTOS – Obrigado. Peço desculpas a vocês pelo incidente. Foi um bom incidente, porque me permitiu receber uns telefonemas de alunos e comunicados de alunos Educafro que trabalham em cantina aqui no Senado, trabalham como servidores de café ou na limpeza, e são alunos do núcleo Educafro aqui em Brasília. Estão dizendo que viram a apresentação e querem ver a continuação da apresentação. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Frei David, permita-me, por favor. Eu ouvi de manhã, torci muito. Vocês viram que a gente está numa movimentação enorme aqui, tentando ocupar os espaços, porque nem todos os Senadores têm as mesmas preocupações, interesses e atividades aqui no Senado. Então, alguns ficam se revezando muito.

Eu queria agradecer o tempo de permanência aqui com vocês. Eu vou ter que cuidar da CPI do Tráfico Humano. Eu tenho uma turma que estava marcada comigo ali atrás, da Polícia Federal.

O SR. DAVID SANTOS – Para te prender? Não.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Não. É para prender bandido. É para prender traficante.

A gente está precisando sair e, gentilmente, o nosso querido Senador Paulo Davim veio fazer esse revezamento agora comigo aqui, enquanto eu me desloco para lá, para tentar dar andamento a outra atividade.

Beijo no coração. Muita luta para vocês. (Palmas.)

E aí volta o Frei David, tá, Frei David?

O SR. DAVID SANTOS – Então, retomando, quero dizer que o rapaz que trabalha no som, que está ali na cabine, também é aluno do Educafro, faz pré-vestibular aqui, em Brasilia, outro guerreiro. (Palmas.)

Antes de voltar ao slide, eu queria de fazer um apelo especial à Senadora Ana Rita para ela jogar muita energia nos demais Senadores para tentar trazer à tona, ao foco o nosso projeto de cotas, que está parado aqui há 13 anos. E, agora, fazendo um levantamento, descobrimos que foram apensados mais de 10 outros projetos ao nosso projeto de cotas. Com isso, o peso é grande e pode demorar séculos se não levarmos um trabalho sério e bem feito.

Também quero fazer um apelo ao Governo Dilma, porque me falaram que nenhum projeto passa nesta Casa se a base aliada do Governo Dilma não estiver ligada ao projeto e se não tiver um cartão verde da Dilma para a coisa andar. Então, apelo ao Governo Dilma para que oriente sua base aliada a votar o projeto de cotas para negros nas universidades. São 13 anos andando aqui, neste Senado, e nesta Câmara. Que vergonha! Que vergonha! Olha só: 160 universidades já adotaram cotas, porque o Senado e a Câmara não estão agindo como deveriam agir, com celeridade.

E aí também, nessa introdução, eu gostaria de dirigir a palavra para o MEC, meu irmão Luiz, porque é o seguinte: agora, com a apresentação da nossa professora de Mato Grosso, Elisângela, mais uma vez veio à tona o drama da evasão. Ela deixou como um apelo ali, quase que lamentando. Eu quero partilhar com o MEC que fizemos um estudo com as faculdades particulares e descobrimos que as vagas abandonadas do segundo ao último período nessas faculdades são cinco vezes superiores às vagas disponibilizadas a cada ano. E aí, olhando para as faculdades públicas

estaduais e federais, descobrimos também que a evasão é exageradamente grande na maioria dos cursos.

Portanto, a proposta, meu irmão Luiz, Secretário-Geral do MEC, isso dá a possibilidade de criar um projeto para reiniciar nas universidades federais e estaduais, motivando que o aluno que abandonou o seu curso retorne para a faculdade. Seria um projeto reiniciar nas particulares, que chamarei de um ProUni reiniciar, porque o número de vagas abandonadas é muito grande, lembrando que ocupar essas vagas é gasto zero. É só política pública. É só planejamento. (Palmas.)

Antes de começar, também gostaria de dirigir uma mensagem ao nosso irmão reitor José Geraldo, da UnB, porque, meu irmão reitor, como o senhor está vendo, no Brasil inteiro, a polêmica contra o negro é grande. E o senhor sempre foi nosso irmão e nosso solidário. Conversando com um jurista, ele falou para mim: "Frei David, vou-lhe dizer o seguinte: a DPF, que está no STF, vai ter nove votos a favor e dois contra e vai ter um adendo, votado por todos os Ministros." O adendo é: é permitida a cota, mas não pode ter tribunal da cor. Ora, ou seja, a experiência da UnB com a seleção é fantástica, mas, infelizmente, muito mal compreendida. Eu até ouso dizer que a UnB teve essa coragem de fazer esse grupo para permitir quem entra e quem não entra para corrigir um absurdo que aconteceu na Uergs, primeira universidade estadual do Brasil a adotar cotas.

Vou contar um exemplo pessoal meu: na Uergs, entrei na sala de aula da Medicina, meu irmão José Geraldo, onde deveriam estar 37 cotistas negros, e havia só 13 e todos os demais ocupados por brancos que se autodeclararam negros. Mas fizeram isso por quê? Porque os cursinhos caros da cidade do Rio de Janeiro, querendo mostrar o alto índice de aprovação em Medicina, orientaram seus alunos burgueses e brancos a se declararem negros. Ora, esse absurdo é grande. E a UnB criou este método de averiguação com o grupo de pessoas, para dizer se é ou não negro, para evitar fraude. No entanto, foi mal compreendida.

E, Reitor, a sugestão é a seguinte... A Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro fez um seminário agora, para avaliar os 10 anos de quotas no Estado Rio de Janeiro, só nas estaduais, e concluiu o seguinte: nem o método da UERJ é bom, nem o método da UnB é o ideal. Os dois métodos têm suas virtudes e seus problemas.

E a conclusão foi a seguinte: por que não encarar a autodeclaração como um momento solene, ou seja, no Brasil ser negro foi sempre uma coisa ruim, foi sempre jogado para a sociedade como algo negativo. Então, que as universidades, agora, que estão com esse problema, acolham a declaração não como algo que se faz às escondidas, via Internet ou numa folha de papel, mas que todo aluno que quer disputar as quotas como autodeclarado negro tenha um ato solene e venha ao plenário, para assinar sua ficha, dizendo que é negro, diante de todo mundo. Com isso, não há tribunal, mas, sim, um corte da possibilidade de as pessoas abusarem da bondade da universidade de fazer esse trabalho.

Falo isso para quê? Para fazer um apelo ao meu irmão, Reitor da UnB, sobre a possibilidade de o Conselho Universitário, usando sua autonomia, não esperar o julgamento do STF, mas já fazer um adendo ao sistema de quotas, a partir do Conselho Universitário. Com isso, tira-se a possibilidade de o STF aprovar as quotas, mas com várias proibições que vão prejudicar a criatividade. É a proposta que coloco.

Foi feito isso... Peço que retomem os eslaides. (Palmas.)

Vamos só focar no estudo dos 10 anos. Esse trabalho foi feito pelos nossos irmãos Grupo de Estudo e Multidisciplinaridade de Ações Afirmativas da UERJ. O Coordenador do trabalho é o grande pequisador João Feres Júnior.

Selecionados... Lembro que esse trabalho só trouxe à tona as universidades; não os centros universitários, nem as aculdades, nem as unidades, só as universidades.

Como lhes foi mostrado, 32 estaduais adotaram quotas; 38 federais adotaram quotas.

Percentagem de universidades com ação afirmativa, no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Observem que a região que tem o menor índice de ações afirmativas é a região Norte, com 41,7% das universidades adotando quotas. E a região com o maior índice de universidades adotando quotas é a Sudeste, com 88,5% das universidades. Então, são dados importantíssimos para avaliarmos esses 10 anos.

Universidades e consciência da diversidade.

Quero dizer que, no caso das 77% das universidades que adotaram quotas, essa foi uma decisão pessoal, do seu corpo universitário, a exemplo da UnB. Eles perceberam que a exclusão era gritante e que se tinha de fazer algo para combater isso.

E apenas 16 universidades adotaram quotas por lei. De manhã, na mesa da manhã, um dos mesários chegou a condenar: "Esse absurdo de lei de cima para baixo!".

Quero dizer o seguinte, pessoal: a lei de cima para baixo é sempre uma lei democrática, quando vem para recuperar a Constituição. Quero dizer para vocês que, para nós, as universidades brasileiras até então ofendiam a Constituição, não permitindo negros

e brancos pobres, especialmente nos cursos caros, como de Medicina, Direito, etc.

Então, quando o povo pressiona os Deputados, o Governador, que cria uma lei, exigindo que a universidade adote quotas, ele está ajudando a universidade a respeitar a Constituição, lembrando que jamais, jamais somos contra a autonomia universitária – nós, da Educafro –, mas temos consciência de que nenhuma autonomia universitária é maior do que a Constituição.

Quotas: método mais eficiente.

Observem que 59 universidades adotaram quotas, o que equivale a 84,3%; e que só 13 adotaram bônus, entre elas a USP.

Quero deixar registrado aqui que o método da USP é um dos mais vergonhosos do Brasil. A própria USP revelou, em sua pesquisa, que do ano 2009/2010, o número de alunos negros e brancos pobres que entrou com a ajuda do Inclusp, que é o método da USP, reduziu.

Olha que absurdo. Fez o método para incluir pobre e negro e, após a pesquisa do fechamento do vestibular, revelou que, naquele ano de 2009/2010, caiu o número de brancos pobres da rede pública e caiu o número de negros entrando na USP. Isso depois da adoção de um plano de metas chamado Inclusp, que é um plano mentiroso, para inglês ver.

Outro grupo de universidades usou o método do acréscimo de vagas. Foi o caso da Unifesp. É um método interessante. No entanto, existe uma universidade, a meu ver, que possui um dos métodos mais perfeitos de inclusão. E, para minha surpresa, está aqui, coordenando esta reunião, o Senador do Rio Grande do Norte.

A Federal do Rio Grande do Norte, em minha opinião, tem um dos mais perfeitos métodos de inclusão. No entanto, por ser um Estado que não é centro do País, nenhuma universidade está levando a sério a experiência daquela universidade.

Peço a vocês que estudem com carinho, pois, em minha opinião, um dos melhores métodos de inclusão, o mais sério, o mais comprometido é o da Federal do Rio Grande do Norte. Vale à pena trazer para o centro dos debates a experiência do Rio Grande do Norte.

Negros, uma luta que beneficia a todos. Vocês não vão encontrar, no Brasil inteiro, grupo de brancos estudando por quotas; não vão encontrar grupo de indígenas estudando por quotas; nem deficientes físicos. No entanto, nós, negros, em cada universidade que chegamos para lutar por quotas, discutimos e lutamos por quota para negros, mas também para a rede pública, indígenas, deficientes, quilombolas. Ou seja, uma série de outras novidades apareceu a partir da luta e da pauta do povo negro.

E pode-se observar que os mais incluídos com as quotas não são os negros, mas os alunos das escolas públicas em geral.

Também gostaria que fosse aprofundado um fato novo, que é a quota por região. Isso porque algumas universidades estão concluindo que estão sendo invadidas por alunos classe média de outros Estados ou de outras regiões. Essas universidades, portanto, resolveram criar quotas para garantir o mínimo de alunos daquela região, como é o caso do Vale do São Francisco, por exemplo, que adotou esse método.

E acho bom avaliar esse método porque o considero muito justo. Vou dar um exemplo: depois de uma briga muito grande do movimento social, a USP criou a USP Zona Leste, que é a região dos pobres. Segundo o Governador Alckmin, a USP Zona Leste foi criada, há anos, para atender os pobres daquela região. No entanto, nprimeiro ano de abertura, 65% dos alunos da USP Zona Leste vinham de outros Estados do Brasil e de outras cidades de São Paulo. Da Zona Leste mesmo, havia muito poucos alunos, o que, para mim, é um absurdo.

E como o negro é mais beneficiado? Em escola pública ou por meio da renda? Estamos vendo que é por critério de quotas em escolas públicas; e nas 30 universidades, 75% delas pela renda; 5%, ambos; 1%, nenhum; 4%... Pena que não estou com esses dados neste momento, mas eles têm revelado que, com o ProUni, com todas as quotas e com toda a expansão universitária, numericamente tem-se ampliado o fosso entre o número de brancos e de negros nas universidades brasileiras. Volto a dizer, está se ampliando o fosso entre brancos e negros nas universidades brasileiras.

A ONU afirma que universidades e empresas que investem em diversidade obtêm mais qualidade e produtividade. Isso se pode ver em um livro que a própria CNI financiou sobre as 500 maiores empresas do Brasil. As cotas irão garantir a diversidade étnica nas empresas, em todos os escalões e em todas as universidades. Daí, não ter medo de cota nas universidades, não ter medo de cota no serviço público e não ter medo de cota nos demais espaços como o serviço público... Nós queremos até dizer que, amanhã, agradecemos publicamente... Amanhã, não; quarta-feira, ao Ministro Gilberto de Carvalho que vai nos receber – à Educafro – para discutir a questão de o porquê o Governo Dilma ainda não fez como o Governo Sérgio Cabral que, inspirado no Estatuto de Igualdade Racial, criou cotas no serviço público. Ora, se o Estado, baseado no Estatuto da Igualdade Racial, cria cota no serviço público, por que a Presidenta Dilma não criou cotas ainda no serviço público para todo o Brasil?

Então, nós estamos conclamando os assessores da Presidenta Dilma para assessorá-la nesse ponto, porque é um absurdo! Um absurdo que um Governador, usando o Estatuto da Igualdade Racial, que Lula assinou – e já foi à frente – e Dilma está parada, ainda, sem assinar cota para negro no serviço público. (Palmas.)

As cotas étnicas vêm justamente para acelerar a integração entre brancos e negros no Brasil. E aí essa foto rodou o mundo inteiro... Foi quando os alunos negros da Educafro ficaram, 10 a 10, a cada semana, em protesto em frente a UERJ, exigindo que botassem em prática a lei. Depois de a lei votada, eles ficaram enrolando para botar em prática. E aí foi uma das fotos que rodou o mundo, mostrando o negro crucificado em frente a UERJ, protestando por não ter inclusão naquela universidade.

Os contrários as cotas profetizavam horrores quanto às cotas. Todas as profecias foram desmontadas.

Cotas na UERJ, exemplo de sucesso: 48,9% dos cotistas, após um ano, foram aprovados em todas as disciplinas; contra 47% dos que ingressaram pelo método tradicional: sem usar cotas – que é uso da classe média. Portanto, a cota da UERJ e demais universidades (trouxe a UERJ como exemplo) é sucesso absoluto no Brasil inteiro.

Diziam os contrários que as cotas aumentariam o racismo. Para 90% dos professores pesquisados, após a adoção das cotas na UERJ não houve o aumento do racismo provocado pelas cotas; houve, sim, o sadio amadurecimento do enfrentamento do racismo em brancos e negros. Ou seja, cresceu a consciência na sociedade, segundo os professores da UERJ, após a adoção das cotas.'

Queda do nível acadêmico – era o que diziam os contrários às cotas.

Mais de 80% dos professores entrevistados afirmam que não caiu o nível acadêmico em sala de aula com a presença dos cotistas; pelo contrário, melhorou a qualidade acadêmica.

E aí alguns contra criticavam: "Essa pesquisa da UERJ não vale, porque é só de um ano. Eu quero ver se vocês fazem uma pesquisa de dois, três, quatro, cinco anos e se vai manter a qualidade do cotista." E aí foi feita a pesquisa de 2003 a 2007, englobando todos em um só resultado:

Desempenho acadêmico por cinco anos:

– Não cotistas (média geral): 6.37;

– Negros: 6.41.

Rede pública: 6.56;

– Deficientes e indígenas: 5.73.

Então, irmãs e irmãos, no Brasil inteiro, os cotistas negros estão dando um show de inclusão e, para eles, uma salva de palmas. (Palmas.)

(Manifestação da plateia: Basta de anedotas! Queremos nossas cotas.)

O SR. DAVID SANTOS – E é bom lembrar os Senadores que agora estão com o projeto de cotas aqui no Senado que, segundo o Data Folha, 87% do povo brasileiro aprovam a cota para negro, branco pobre, indígena, rede pública. Ou seja, tal qual está o projeto, cuja redação de defesa é da Nice Lobão... Desculpe-me, é da Senadora Serys e que agora está com a Senadora Ana Rita, esse modelo que está ali, que é um modelo que tem cota para rede pública, para branco, para negro e para indígena, é um modelo que 87% do povo brasileiro aprovam. Não é a Educafro que está falando isso; quem fala isso é a Data Folha em pesquisa nacional.

Então, Senadores que estão ouvindo esta audiência, por favor, desengavetem o projeto de cotas para negros para a rede pública e botem em votação urgente esse projeto. São treze anos enrolando. Por que isso?

Fica o nosso contato para quem quiser fazer e ampliar o debate.

Obrigado. (Palmas.)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Boa tarde a todos vocês.

Eu sou Paulo Davim. Sou Senador do Partido Verde, pelo Rio Grande do Norte.

Hoje está sendo um dia atípico aqui. Todos nós estamos com várias ocupações, há várias audiências e também há o plenário.Houve uma sessão solene há pouco tempo, que eu presidi, sobre o 21º ano do SUS no Brasil. Enfim, estou chegando com a audiência pública já em andamento, mas eu procurei me informar com Anhamona, e ela já me situou.

O Frei David fez a sua complementação. Eu já fui informado do adiantado da hora e do tempo de audiência, mas eu gostaria de dar mais uma pincelada democrática a este evento, perguntando se alguém da plateia tem interesse em fazer algum registro, alguma interpelação, alguma manifestação. A gente vai estabelecer o tempo de cinco minutos, para que não haja prolongamento além do permitido, para que continue sendo uma audiência pública proveitosa, mas sem a fadiga pelo excesso.

Pois não.

A SRª SOLANGE APARECIDA FERREIRA DE CAMPOS – Meu nome é Solange. Eu sou da Educafro. A emoção é muito forte. Eu fiz a minha faculdade através do ProUni. Eu sou a primeira bolsista do ProUni. Eu já participei de uma palestra de manhã e estou participando desta agora. Sei que está cansativo, mas eu quero deixar claro algumas coisas.

Pelo que ouvi e por tudo que vem sendo feito há muitos anos – como o Frei acabou de citar agora, foram 13 anos para aprovar um projeto que está fazendo dez anos – é um tempo muito grande. Eu resumo dizendo que falta um pouco de boa vontade.

Quando eu ganhei a minha bolsa pelo ProUni e vim a Brasília receber essa bolsa das mãos do Presidente Lula, eu entrei no Projeto Educafro com os meus quatro filhos. Então, eu não pensei só na minha bolsa, na minha faculdade; eu pensei também nos meus filhos. E eu já tenho netos que estão esperando essa lei ser aprovada. Então, espero que vocês agilizem um pouquinho isso, porque vocês com o poder nas mãos. Se agente tivesse esse poder, a gente já teria feito. (Palmas.)

Eu acredito que a gente está fazendo a nossa parte, certo? Os nossos ancestrais já fizeram a parte dele, já deram o sangue. Nós estamos aqui cobrando dívidas antigas, e vocês se preparem, porque haverá muito mais dívidas por aí. Então, vamos pagar essas dívidas, para não serem cobrados toda hora. É uma cobrança árdua, e a gente não está obtendo resultado.

Quando vim a Brasília, houve uma conferência total, legal, bacana, e eu falei para o Presidente Lula: "Eu espero que o meu neto não passe pelo que eu estou passando."

Acontece que falta boa vontade, porque, vocês têm o poder, papéis, dados vários dados foram citados aí, mostrados, conscientização. Porque vocês têm, todos têm. Eu pergunto: o que é que está faltando? Mais 100 anos? Será que é o tempo necessário? Então, eu nem vou ver isso, certo?

Mas eu já me sinto lisonjeada, eu já me sinto feliz porque agora eu voltei para militar, quantas vezes necessárias forem, para chegar até Brasília. Se for para brigar, chutar porta, qualquer coisa, a gente faz isso! Mas como a gente já está – eu já estou num nível superior, eu sei falar, eu sei ouvir, porque até agora eu só estou ouvindo –, eu espero que vocês, conscientizados, com dados na mão, com poder na mão, com tudo, com tudo – com dinheiro, principalmente dinheiro! –, não percam tempo e façam a coisa necessária.

Outra coisa: o Presidente Lula me permitiu apresentar para ele a minha trajetória dentro da faculdade. Eu fiz a faculdade de Gastronomia na Anhembi Morumbi; na época, R$1.350,00 por mês. Eu tive certa discriminação lá dentro, mas eu não dei bola, não. Eu não liguei, porque eu tinha de sair de lá formada. Eu falei para o Frei: "Frei, eu não vou militar porque eu tenho de sair de lá de dentro formada."

Eu quero só citar alguma coisinha do tipo das cotas. O pessoal acha que cotas vão denegrir, vão abaixar a qualidade. Não vão, não! E sabem por quê? Porque, quando você está lá dentro, não tem Frei David, não tem nenhum de vocês lá, para passar a mãozinha na cabeça da gente: é você, a matéria, o professor e a nota que você tem que tirar para passar, certo? Você tem que tirar nota: é você e a matéria. E fora os alunos, porque eu era a única negra na minha turma, a única mais velha na minha turma, porque, na época, eu tinha 45 anos e a turminha lá era de 24, 25, 23, 19, todos com os seus carrões, chegando para fazer faculdade. As facas – porque a gente usa facas para cortar os alimentos e tal –, as apostilas, tudo da melhor qualidade. Sem contar as palestras, que eram de R$200,00 a R$300,00 para cima, para assistir.

Eu agradeço aos meus ancestrais porque eu não precisei de palestra nenhuma! Eu já sabia cozinhar, eu já sei cozinhar. Só que eu estava ali para pegar a técnica e mostrar e mostrar a todos esses que eram contra o ProUni – e tem ainda gente que fala que é esmola, que cota é isso, que cota é aquilo – que isso daí é uma dívida, que isso daí é, como disse o nosso assessor, uma migalha que estão nos dando.

E, além dessa migalha, eles não têm nem a capacidade de nos dar essa migalha! É isso que é ridículo. Isso chega a ser ridículo! Brasil, País maravilhoso: pena que por governantes não capacitados. Não capacitados! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Ok, muito obrigado, Solange.

Concluiu, filha?

A SRª SOLANGE APARECIDA FERREIRA DE CAMPOS – Não, ainda não.

Eu tenho dois filhos formados. Nós entramos os quatro: dois ainda não se formaram, dois estão formados – um em Educação Física, na Universidade de São Francisco, em Bragança Paulista; o outro em Engenharia Mecânica, também pela São Francisco.

É o seguinte: com tudo o que eu ouvi aqui hoje, principalmente pelo nosso assessor, emocionados ficamos. Agora, na hora em que eu estou falando, estou um pouquinho emocionada – eu não estou muito, não, porque eu não vim para me emocionar; eu vim para brigar, eu vim para cobrar! Teve alguns verbos ali que o Frei falou para a gente persistir, vários verbos que foram citados, exatamente. Então, tem outros verbos que eu vou incluir: cobrar. E vocês da Mesa, outros que devem estar ouvindo e que vão saber disso – porque, quando eu fui a Brasília, eu também não medi palavras, não: já que me deram a palavra, eu sou pessoa interessada, então, eu vou falar. Os meus ancestrais já deram o sangue; então, eu preciso falar por eles, eu preciso falar pela turminha que vem vindo aí. Eu até cito alguma coisa no sentido ?, Frei: vamos começar a fazer um prezinho Educafro, não um pré-vestibular.

Vamos fazer um prezinho. Vamos preparar o nosso povo, já desde pequeno, desde os 6 anos de idade ou até na barriga da mãe, para começar a cobrar os nossos governantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Mais um minuto, está certo? Mais um minuto?

A SRª SOLANGE APARECIDA FERREIRA DE CAMPOS – Mais um minuto. Por quanto tempo vocês me deixarem eu vou falar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Já vai para sete minutos!

Já vai para sete, então.

A SRª SOLANGE APARECIDA FERREIRA DE CAMPOS – Certo, certo.

Pessoal, é o seguinte: calma, calma!

Então, é o seguinte: está sendo feito um trabalho, que, em 2004, 2003, engatinhou com a chegada do ProUni, estava engatinhando. Eu acho que deu um passo para começar a andar. Então, está lento. Tudo bem, não está parado, mas muita coisa precisa ser feita.

Diante da educação, vem toda uma ramificação de cobranças e de faltas: saúde, assistência médica... Nós precisamos de médicos negros formados, porque, se cair um negro no chão, vai ter um médico branco para atendê-lo, certo? Nós precisamos de representatividade em todos os setores. Nós tempos capacidade para isso.

O que eu disse em Brasília e vou repetir agora e que acho válido é o seguinte: nós somos capacitados para ocupar qualquer cargo e fazer qualquer tipo de trabalho – mulheres negras e homens negros. Só não nos deixa essa lengalenga aí, não nos deixam porque sabem da força que a gente tem. A gente teve força para levar chibatadas nas costas. Vocês acham que a gente não tem força e não tem inteligência para chegar a um cargo superior? Eu vou deixar essa pergunta para vocês.

É só o que eu tenho a falar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Só para informar: aqui, no Parlamento, às vezes as coisas não acontecem na velocidade do nosso desejo.

Para você ter uma ideia, eu sou médico há 26 anos, formado lá pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que, como o Frei há pouco tempo afirmou, é um dos exemplos a serem seguidos na questão da inclusão. E eu tenho muito orgulho de ter estudado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, uma universidade pública, de ter vindo do interior do Estado, lá do sertão.

Sempre estudei em escolas públicas e a universidade que me formou é uma universidade que me deu lições de cidadania. Eu acho que talvez seja por essa concepção que hoje eu tenha o prazer de ouvir uma afirmação extremamente louvável, que é essa postura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Mas, como eu disse, eu sou médico e há 26 anos milito no serviço público. E há 11 anos a gente defende a regulamentação da Emenda nº 29. Eu fiz parte do Sindicato dos Médicos, da Associação Médica Brasileira, da Federação Nacional dos Médicos, do Conselho de Medicina, faço parte da militância por uma saúde pública universal, digna e cidadã.

E uma das bandeiras que a gente traz, ao longo desses anos, é exatamente a regulamentação da Emenda nº 29. E me parece que quarta-feira é que vai ser votada na Câmara dos Deputados. Quer dizer, se eu pudesse, eu já teria acelerado essa votação, mas antes tarde do que nunca!

Eu estou aqui para me somar com a luta de todas vocês, que é a minha luta também. A gente não pode esquecer a nossa origem, não pode esquecer os desafios e os percalços que a gente vivenciou ao longo da nossa vida, os desafios imensos, muitas vezes barreiras quase intransponíveis. Mas a força de vontade, a perseverança e a crença na capacidade interior, individual de cada um fez com que e faz com que a gente consiga chegar a uma distância maior do que até mesmo a gente esperava.

Então, eu acho que a luta é justa e toda luta justa tem de ser abraçada com muito vigor. Mas eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Nilson Bruno, Defensor Público, para suas considerações.

Há mais alguém? Qual é o seu nome?

Em seguida, Rita de Cássia, Marli e, depois, nós voltaremos para a Mesa, para encerrar, porque já recebi vários pedidos para encerrar a nossa reunião.

Dr. Bruno, por favor...

O SR. NILSON BRUNO – Senador Paulo, Frei Davi, essa força de vontade que V. Exª coloca é que nos traz aqui, para essa discussão maravilhosa, para esses avanços.

A Solange foi muito feliz quando falou da dívida que a população negra tem a seu favor. A gente discute uma questão que é muito simples, quando a gente trata das cotas. Eu aqui, pensando com os meus botões, tratando da questão da evasão, chego à conclusão de que estamos nos debatendo em relação a vagas ociosas. O que o negro quer é oportunidade de preencher essas vagas ociosas.

No momento em que a Senadora Marinor coloca do aumento do índice da morte de negros – chegamos, no Brasil, a 11%, que é uma coisa inimaginável e, de certa forma, para deixar qualquer um indignado – neste momento, ao invés de a população negra se rebelar, indo às ruas, querendo vingança, sangue

ou algo parecido com o que aconteceu recentemente nos Estados Unidos por conta do 11 de setembro, a população negra faz exatamente o contrário. Ela diz: "Eu quero a oportunidade de fazer parte de um país muito melhor." (Palmas.)

E é o mínimo que se quer. A Solange coloca, fazendo uso do que eu teria dito, "são migalhas". É exatamente isso que a gente está discutindo hoje. Há essa história de que a igualdade e as cotas vão segregar, vão dividir; vão dividir absolutamente nada. E a prova esta aqui.

Até para arrematar, no que diz respeito ao concurso público, Frei David, nós não podemos esquecer – e acho que, até agora, ninguém tratou dessa questão, pelo menos não de que eu tenha conhecimento – que, aprovado em concurso, ainda que através das cotas, o negro passará pelo estágio probatório e, se ele não estiver pronto, ele será reprovado e poderá deixar o cargo para o qual foi aprovado. Então, como digo, não há favor algum, o que se que é acesso. Eu não posso conceber como normal fazer parte de uma instituição com oitocentos colegas e apenas ou nem quinze desse total de oitocentos terem acesso. Eu não posso ver instituições coirmãs sem qualquer representação.

Solange, mais uma vez cito o seu nome, quando você diz acerca dos profissionais de nível superior. Parei para pensar e digo que, aos 46 anos de idade, eu nunca fui atendido por um médico negro. Eu não me recordo, em 46 anos de idade, de ter sido atendido por um médico negro. Isso é vergonhoso num país que se quer plural como o nosso, que é plural como o nosso, que defende, lá no art. 3º, um comando, desde 1988, dizendo que o Estado é o responsável pela diminuição das desigualdades sociais. Nós temos que promover essas desigualdades sociais. E quando é que a gente vai começar a tratar dessa questão que, para nós, é muito cara?

Então, neste momento, eu termino aqui a minha fala, deixando para a gente pensar mais um pouco sobre esta questão: será que as cotas são tão caras assim para a sociedade? O que se quer, na realidade, é o preenchimento de vagas que estão desocupadas. É só isso que essa população, que tem um crédito enorme, porque são pouco mais de 120 anos de história de luta e de segregação, de apanhar demais, acima do limite do razoável. É por isso que sou favorável às cotas, vou lutar por elas enquanto estiver vivo, enquanto tiver forças. E tenho certeza de que todos nós sairemos vitoriosos nessa luta.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Nilson.

Eu gostaria de estabelecer com vocês um pacto. Já fui informado aqui, reiteradas vezes, que o tempo extrapolou. Aí estou numa situação meio que sacrificada até porque eu gostaria de ouvir todos e todas, mas já me disseram do tempo aqui insistentemente. Vou fazer o seguinte: vamos estabelecer três minutos para cada um, está certo? De forma que contemplamos... Tudo bem? Está bom? Então, chegamos ao meio termo.

A senhora, por favor.

A SRª RITA DE CÁSSIA DE CARVALHO – Eu sou Rita de Cássia de Carvalho, sou coordenadora da regional Rio da Educafro. Tenho muito prazer de estar aqui, nesta sala, nesta Casa, com meus companheiros de luta, e de dizer que nós gostaríamos, respeitando sempre a guia que o Frei David nos dá, que os Deputados, os Senadores, todos nesta Casa que nos ouvem, que vêm debater conosco sejam mais objetivos na resposta às nossas perguntas, aos nossos pedidos. A Educafro quer objetividade nos trabalhos.

Nós queríamos saber o que avançou com as cotas nesses 10 anos. Parece que não ficou muito claro, pelo menos na minha cabeça, o que avançou de verdade. Eu, particularmente, gostaria de saber o que as universidades têm, no seu futuro lá, pensado para os estudantes cotistas, o que elas têm a mais para os nossos estudantes, porque vimos que há a questão da evasão, a questão da não complementação da universidade. E temos – o Frei David mesmo colocou – inúmeros modos de se resolverem essas questões, mas parece que as universidades ainda não têm essa resposta para nós. Nós queremos aguardar, mas queremos ser claros em dizer que temos a capacidade para ocupar quantos cargos de importância tivermos para serem ocupados, como disse a nossa amiga Solange. Queremos não só para nós.

Sabemos que muitos de nós não vamos ver o resultado dessa luta, mas, como diz o grande poeta, a verdadeira dádiva é doação, é plantar uma árvore sob a qual você sabe que não vai dormir. Então, lutamos pelo futuro dos nossos filhos, dos nossos netos e queremos respostas mais objetivas do poder do nosso País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito obrigado.

Por favor.

A SRª MARLI MEDEIROS – Boa-tarde. O meu nome é Marli Medeiros. Sou bacharel em Direito pela Educafro. A Educafro me deu o direito de me formar quando eu não tinha nenhuma perspectiva. Vim da Paraíba para São Paulo, e lá o que pude ter de perspectiva era ser empregada doméstica. Depois de muito tempo, eu vim com o sonho de me formar e não pude, porque não tinha dinheiro. Conheci o projeto Educafro, no qual

me engajei, e hoje sou formada. Mas hoje não tenho uma OAB, porque também não posso pagar uma OAB nem um cursinho. Estou lutando. É muito difícil. Em cada área, o pobre sempre sofre com situações de discriminação.

Eu gostaria que o Supremo aqui examinasse a possibilidade de acabar com a OAB, porque não forma doutores. A OAB não forma. É uma decoreba só para elitistas, que podem e têm tempo de estar decorando.

E mais: queria também pedir à Presidente Dilma que visse, com maior carinho, as cotas principalmente para negros e principalmente na área de Medicina, porque nesta semana mesmo morreu um colega nosso da Educafro com anemia falciforme. Os médicos elitistas não têm conhecimento da doença, não se preocupam em se especializarem nisso e o negro tem conhecimento da enfermidade, da doença anemia falciforme. Quando é detectado, quer dizer, quando vai ser tratado, eles demoram no diagnóstico e a pessoa acaba morrendo.

Então, eu queria que o Senado, juntamente com a Presidente Dilma, visse isso com a maior urgência, porque a cada dia na periferia morre um negro com anemia falciforme por falta de diagnóstico.

Era isso que eu queria dizer.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado.

Quero agradecer a presença de todos e de todas. Quero agradecer aos convidados e aos debatedores e, mais uma vez, colocar os nossos mandatos, o meu e o do Senador Paim, da Comissão de Direitos Humanos, da qual eu faço parte, presidida pelo nobre e querido Senador Paulo Paim. Essas lutas não são lutas isoladas de vocês. É uma luta nossa, é uma luta do Brasil, é uma luta para restituir, reescrever a história deste País, devolver os direitos do povo negro do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 65ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 20 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte de setembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Garibaldi Alves, Paulo Davim, Cyro Miranda e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 124, de 2011–CDH, aprovado em 31/08/11, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater a Revolução Farroupilha. Convidados: Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul; Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha; Deputado Estadual Raul Carrion – PCdoB-RS; Deputado Federal Assis Melo; Moacyr Flores, Membro da Academia Rio-Grandense de Letras; Wilson Porto, Diretor Geral da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha; Aldo Fagundes, Ex-Deputado Federal; e Maria Cleusa, Patroa da Estância Gaúcha do Planalto. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças presentes no plenário. **Extrapauta**. **Item 1**. **Requerimento nº 131-CDH, de 2011**, que requer a realização, de diligência nas cidades de Belém e Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, no sentido de investigar a ocorrência de abuso sexual contra adolescentes nas dependências da Colônia Heleno Fragoso, as condições de funcionamento do sistema prisional paraense e a atuação de redes de prostituição nos espaços prisionais daquele estado. Autoria: Senadora Marinor Brito. Resultado: **Aprovado**. **Item 2. Requerimento nº 132-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública debater a criminalização dos movimentos sociais. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Garibaldi Alves, Ana Amélia e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 65ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Esta é uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 124, de 2011-CDH, aprovado em

31/08/2011, de autoria deste Senador e de outros, para debater a Revolução Farroupilha.

Tivemos o cuidado de convidar homens e mulheres do Rio Grande que escreveram parte dessa história e outros que, de uma forma ou de outra, relatam fatos, comentam e conhecem o que foi a nossa Revolução Farroupilha.

Entre os convidados – não sei se todos já chegaram –, estão Nelson Jobim, ex-Ministro; e o Deputado Estadual Raul Carrion, do PCdoB do Rio Grande do Sul, que escreveu o livro Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha e é também o autor Estatuto da Igualdade Racial do Rio Grande do Sul. O de Brasília é de nossa autoria. O Carrion está ali se organizando.

Convidamos também o Sr. Albino Becker, Presidente do Centro de Tradições Gaúchas Jayme Caetano Braun. Grande Jayme Caetano Braun! Alguém vai declamar uma poesia do Jayme Caetano aqui. Sai? (Pausa.) Vai sair, sim. Senti que olharam para o moço aqui. Olharam para você, que vai declamar uma poesia do Jayme Caetano.

Também estão aqui Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha; Wilson Porto, Diretor-Geral da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha; Rosângela Amorim, historiadora; Moacyr Flores, membro da Academia Rio-Grandense de Letras; Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado, que representa o Governador Tarso Genro; Maria Cleusa, Patroa da Estância Gaúcha do Planalto.

Dividimos o debate de hoje da seguinte forma: vamos formar duas Mesas. Num primeiro momento, até que os outros convidados cheguem, vou fazer uma pequena introdução, porque vocês, mais do que ninguém, falarão... (Pausa.)

Quero saber se aqui falei de quem está representando Taunay.

Está registrado aqui ou não? (Pausa.)

Minha assessoria, por favor, se houver um cartão do convidado... (Pausa.)

Se você o der para mim, poderei lê-lo, para dizer que o cidadão já está aí. Ajuda. Aqui, tudo é ao vivo. Aqui é como aquela história da televisão. Não há problema, não. (Pausa.)

Então, representando o Grupo RBS, está conosco Henrique Pires, da unidade de Brasília, que cuida questão institucional.

Muito obrigado.

Fica aqui um abraço para todo o Grupo RBS.

Se vocês permitirem, vamos encaminhar da seguinte forma a nossa audiência pública: vou fazer uma pequena introdução; em seguida, vamos cantar o Hino Rio-Grandense e, depois, vamos passar uma parte do filme Netto Perde sua Alma, que fala um pouco da Revolução farroupilha; em seguida, vamos para os debates.

Pode ser? (Pausa.)

Enquanto aguardamos outras pessoas que avisaram que estão chegando, farei uma pequena introdução.

Hoje, 20 de setembro, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a Revolução Farroupilha. Sem dúvida, a Revolução Farroupilha, também conhecida por Guerra dos Farrapos, é o momento mais importante, mais grandioso, para o Estado do Rio Grande do Sul e para todos os gaúchos e gaúchas.

A Revolução Farroupilha foi deflagrada em 20 de setembro, perdurou até 1945 e marcou em letras garrafais o desejo intenso de um povo, um ideal republicano de homens e mulheres frente ao poder prepotente, incessante e imperial. Foi mesmo uma das mais duras guerras contra o poder centralizador e escravista. Aquele período da história do Brasil, marcado por vozes bravias, sonhadoras e guerreiras pode ser resumido da seguinte maneira.

A base da economia gaúcha é a pecuária, pecuária extensiva, voltada a produção do charque. Sobre esse produto era cobrado imposto de 25% enquanto o que vinha da Argentina, o que acontece hoje ainda com outros produtos da Argentina e do Uruguai, incidia uma cobrança de 4%, ou seja, para a produção gaúcha o imposto era 25% e o que vinha da Argentina e do Uruguai era de 4%.

O Presidente da província era nomeado pelo Governo Imperial e administrava de acordo com os interesses somente da Corte.

O desejo expansionista do Império colocava o Rio Grande em permanentes peleias frente os países platinos, o que causava enormes prejuízos a produção local. Não havia, portanto, uma continuidade da nossa economia devido às interrupções das guerras.

A política fiscal do Império cobrava altas taxas sobre o sal, principal insumo do charque.

Em 1835, no ano em que se iniciou a revolta, o Império criou diversos tributos como os impostos sobre a légua quadrada de pastagem, sobre esporas, sobre estribos, juntando-se a tudo isso ainda o derramamento de moedas de cobre falso e o crescente desvio de recursos financeiros para fora da nossa província.

Gritos de liberdade ecoavam nos pampas gaúchos.

Os movimentos libertários tomaram conta da estância gaúcha. Aqui lembramos que, nesse sentido, os Lanceiros Negros, grupo formado por negros livres – livres no Rio Grande – e libertos pela República Rio-Grandense, foram fundamentais no destaque do movimento farroupilha. Possuíam oito companhias com 50 homens cada; ao todo eram 426 lanceiros que lutaram

bravamente na linha de frente dos ideais libertários e republicanos, homens de fé, pulso firme e brio, muito brio, alguns participantes do corpo de lanceiros foram mais tarde fundamentais na prestação dos serviços militares na República Rio-Grandense.

Meus amigos e minhas amigas, estou fazendo um resumo.

O decênio farroupilha teve como principal motivo, no meu entendimento, a busca de ideais progressistas, não só para o Rio Grande, mas também para outras províncias que poderiam se tornar independentes e assim seriam unidas numa única Federação.

A terra foi semeada com essas ideias, e foi assim que ocorreu a adesão de pobres do campo, mestiços, índios, escravos, negros e brancos libertos. O sonho da liberdade estava vivo para essa gente, pois havia a perspectiva de melhores condições de vida para todos e uma terra onde não existisse a escravidão.

A Revolução Farroupilha representou uma luta do Rio Grande do Sul contra o Império e não contra o Brasil, onde desejos, sonhos e vontades amparavam a Luta dos Farrapos.

A Luta dos Farrapos foi uma luta anti-imperial, representada e simbolizada pela manutenção do verde, do amarelo e acrescido no vermelho republicano da bandeira tricolor de Piratini.

Essa é uma pequena introdução para iniciarmos os nossos debates.

A partir deste momento, convidaria a todos para, de pé, cantarmos o Hino do Rio Grande.

(Procede-se à execução do Hino do Rio Grande do Sul.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Digam o que digam, mas que o hino do Rio Grande arrepia, arrepia – e não é bairrismo isso!

Eu ia propor, neste momento, antes mesmo de formarmos a Mesa, que nós exibíssemos, então, como havíamos combinado, uma parte do filme Netto Perde sua Alma, que conta um pouco da Revolução dos Farrapos, uma luta em defesa do Rio Grande, pela liberdade e pelo fim da escravidão. E faço questão de frisar, porque muitos não falam que a nossa Revolução foi para combater a escravidão e que ajudou. Alguns anos depois, nós conseguimos acabar com a escravidão no Brasil.

Vamos a um pedaço do filme? (Pausa.)

(Procede-se à exibição da obra cinematográfica "Netto Perde a sua Alma.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi somente uma parte. O filme Netto Perde a sua Alma, com duração de uma hora e meia, tem a direção de Tabajara Ruas e Beto Souza. O Tabajara Ruas e o Beto Souza foram convidados para vir aqui, onde faríamos uma homenagem a eles, mas, não podendo vir, justificaram a sua não presença. Também o ator Silmar Antunes, por problemas de voo, não está aqui. Silmar Antunes, que aqui esteve em outra oportunidade, fez um belo ato e me entregou essa lança, uma lança histórica dos Lanceiros Negros. Os antepassados dos Lanceiros Negros a tinham guardada e me presentearam com ela. Isso já faz alguns anos, mas ainda hoje a guardo em meu gabinete e, hoje, pedi que a trouxessem aqui. Ela tem me acompanhado ao longo da minha vida. É o símbolo da luta do povo gaúcho, de todos aqueles que amam a liberdade e a justiça.

Por isso, quero dar uma salva de palmas para o Tabajara Ruas e o Beto Souza. (Palmas.)

Eles foram os grandes articuladores do filme. Claro que há controvérsias no filme; nós que somos gaúchos sabemos, muitas controvérsias, mas todo livro tem controversas. Cada um analisa pela sua ótica, mas a intenção nossa foi mostrar um pouco do que foi a Revolução Farroupilha.

A partir deste momento, vamos iniciar os nossos debates sobre esse momento tão forte da história de todo o nosso povo. Sei que muitos se emocionaram – e também me emociono – só ao cantar o hino do Rio Grande e ao ver essas cenas que falam da nossa vida, da nossa história, dos nossos antepassados, enfim, muita coisa ainda em relação ao Rio Grande vemos presente no dia a dia. É só lembrar a questão do carvão, que estamos enfrentando hoje, que é um debate muito forte que estamos travando ainda.

Convidaria de pronto para compor a primeira Mesa – e vamos formar diversas Mesas – o representante do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Governador Tarso Genro, o Sr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário da Representação do Rio Grande. (Palmas.)

Também vamos convidar neste momento o Deputado Estadual Raul Carrion, que é do PCdoB do Rio Grande do Sul e que tem dedicado grande parte da sua vida e do seu mandato a escrever sobre a Revolução Farroupilha e a luta pela liberdade e igualdade.

Pela simbologia, queria convidar para essa primeira Mesa também... Poderia combinar com vocês ou o Ivo Benfato, ou o Wilson Porto. Qual dos dois gostaria de estar nessa primeira Mesa? (Pausa.)

Então, o Sr. Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, formará a nossa Mesa com o Sr. Moacyr Flores, membro da Academia Rio-Grandense de Letras.

Quero dizer que aqui não há ordem de Mesas. Ao final das suas explanações, essa Mesa toda sai e volta para o Plenário; então, entra uma segunda Mesa.

Tínhamos de iniciar com um grupo, e esse vai ser o primeiro grupo.

De pronto, se assim o Ronaldo aceitar, quero que ele abra as atividades, em nome do nosso Governador Tarso Genro.

Com a palavra, por dez minutos e mais cinco e, se assim for necessário, mais cinco para os debatedores.

Todos terão direito à palavra para expressar o seu ponto de vista.

Com a palavra o Sr. Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado do Governo do Rio Grande do Sul, representando aqui o Governador Tarso Genro.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Muito obrigado, Senador Paim.

Meus cumprimentos a todos que compõem a Mesa, Deputado Raul Carrion... É difícil vir a esta Mesa com a presença do Moacyr Flores, porque nos nutrimos do seu conhecimento e da sua verve na linguagem da história e, portanto, vou pedir licença para fazer algumas considerações que podem e devem ser corrigidas pelo Professor Moacyr Flores a qualquer tempo.

O Senador lembra também – e até mais – que começamos, há algum tempo atrás, com o 20 de Setembro como referência. Depois, os nossos diversos governos e o povo gaúcho passaram a instituir a Semana Farroupilha e talvez já estejamos no mês, no Setembro Farroupilha, porque as atividades são inúmeras e hoje, inclusive, o Governador Tarso Genro comanda a principal atividade também demarcando alguns aspectos centrais para a política gaúcha neste momento como, por exemplo, nossa participação no pré-sal.

É importante nos referirmos a isso, porque a nossa luta, que de alguma forma está simbolizada na Revolução Farroupilha, mantém-se viva, haja vista as necessidades do Rio Grande e o compromisso público de todos os ilustres governantes, em especial o Governador Tarso Genro, que escolheu o 20 de Setembro para dizer ao País que o Rio Grande do Sul também quer e também irá participar da distribuição dos royalties e, portanto, lutará ao lado aqui dos nossos Senadores e Deputados buscando rigorosamente mais essa conquista para o Rio Grande. (Palmas.)

Preparei aqui uma intervenção que julgo capaz de polemizar um pouco a nossa Revolução Farroupilha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o objetivo da audiência pública.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Porque nós, Senador, ao mesmo que temos a capacidade de nos emocionar com o filme Netto Perde a sua Alma e com as coisas do Rio Grande, com o nosso hino, temos uma responsabilidade pública que não é menor.

Tenho, na minha formação, a ciência política, além das letras, e, nessa condição, precisamos considerar um contexto mais abrangente para pensar a Revolução Farroupilha. Então, quando nos propusemos a fazer o Rio Grande do Sul do Brasil e do mundo, nós temos que compreender este mundo e este Brasil no qual se insere o nosso Rio Grande.

Depois da revolução americana de 1776 e da Revolução Francesa, houve um período no mundo em que ecoou a liberdade. Mas ali em 1840, começamos a ter novas necessidades, o que é legítimo num percurso de mundo e de nações que buscam autonomia, independência, riquezas e organizações. Só para termos ideia, depois desse período da Revolução Francesa, da revolução americana, tivemos inúmeros processos de independência. A Grécia consegue se deslocar do jugo turco; tivemos a Bélgica se separando da Holanda. Então, temos, por volta de 1840, um mundo que também busca se afirmar como civilização.

De alguma maneira, esse mundo se pautava pelo liberalismo, um sopro de liberdade que resultava na contestação às monarquias, um nacionalismo inerente à sua causa, porque o seu espaço geográfico, as suas riquezas, os seus domínios, a cada nação competiam, e assim os povos iam se organizando. Em 1830/40, tivemos as primeiras incursões da visão socialista, lembrando talvez Babeuf. Esse é o mundo, muito sucintamente, muito simplificadamente, da década de 40 por assim dizer.

Aqui, na América Latina, havia uma sucessão de independências, e Simón Bolívar já tinha, em 1819, por exemplo, organizado a Gran Colômbia, como era chamada, que era mais do que a Colômbia: Venezuela, Equador, Panamá.

Então, nesse período, tanto no mundo quanto no Brasil, havia uma cultura que começava a surgir com um grau elevado de sentimento de liberdade.

No Brasil Império, não podemos esquecer que, para chegar por volta de 1835, 1840, houver antes 1822, que todos sabemos e conhecemos, com a Independência, e, antes um pouco, ocorreu a vinda de D. João, em 1808. Isso fez com que houvesse um novo patamar de realização da nossa sociedade e de organização dessa sociedade.

Quando estamos nos organizando aqui como império – de alguma maneira, o Rio de Janeiro rivalizava com Lisboa, porque D. João veio para cá, a Corte veio para cá, fugida de Napoleão, que estava às portas de tomar Portugal, e a Corte portuguesa vem com o apoio da Inglaterra –, começou a haver a valorização dos nossos produtos. A nossa economia já não dependia tanto da metrópole portuguesa.

E aí surgem – é importante dizer isso –, de alguma maneira, duas elites dominantes. De alguma maneira, aquela Corte portuguesa tem uma representação forte

em Lisboa e tem uma representação ainda mais forte com a presença do Império aqui, no Rio de Janeiro.

O que ocorre nesse processo? Nós sabemos que Napoleão é derrotado, o café começa a ser uma cultura muito forte aqui no Rio Grande, a Corte começa a se enraizar aqui porque está vivendo, está morando. Então, a certa altura, essa elite que aqui permanece começa a vislumbrar, a partir da Independência, a possibilidade de esse reinado ter uma força muito maior do que se pensa. E, aí, as elites regionais do Brasil começam a pensar e a se organizar em torno da seguinte ideia: se tivermos mais autonomia, a nossa economia cresce mais. E, aí, as nossas elites começam, inclusive, a se dividir sobre o apoio à consolidação da Independência, com D. Pedro já Príncipe Regente, e/ou se dividindo inclusive com o apoio à Corte portuguesa. Então, as elites regionais começam a se mover, e isso tem que ser compreendido.

Há aqui um corte que é muito importante referir, que é a independência, por assim dizer, do Uruguai. A Província Cisplatina se desvincula também em meio a esse processo no nosso Brasil.

E aqui há um dado. Eu sempre lembro, Senador Paim, de uma afirmação do Presidente Lula numa reunião em que estive presente, onde ele disse que nós não podemos nunca esquecer a primeira lei do Freud. Ou seja, o Presidente Lula sempre fazia referência ao sujeito como peça fundamental na história. Por muito tempo, a visão socialista defendeu o sujeito coletivo. Mas é importante lembrar que o indivíduo, que o cidadão, que a sua vontade também move a história. E, obviamente, quando se coletiviza, ganha potência. Então o Presidente sempre dizia isso.

E eu lembro disso para fazer a seguinte referência: o Bento Gonçalves... Quem não é gaúcho não sabe, mas aquele dia em que o Netto proclama a independência, ele a proclama informando que o presidente será Bento Gonçalves, que estava preso. Bento Gonçalves, que havia avançado sobre Porto Alegre, caíra preso naquela oportunidade. Mas o presidente era o Bento, então, desde aquela proclamação do Coronel Netto, que depois vem a ser o General Netto.

Mas por que eu lembro disso? Porque, na Província Cisplatina, a Vila Mello era governada pelo Bento Gonçalves. Então, para fazer esse vínculo com a tese do indivíduo, com a vontade do sujeito, há de se lembrar que um homem, que liderava ainda que fosse um vilarejo, foi destituído daquele poder.

E isso, o Senador conhece bem, pelo líder que é, arregimenta forças em torno daquele líder. Não é a principal causa, é óbvio que não, mas é uma delas, porque compõe a subjetividade da liderança que pode nos conduzir naquele momento histórico.

Nesse período, então, em 1830, 1831, surge a Abdicação do Trono no Brasil. D. Pedro abdica, porque D. João já morrera. E, agora, onde fica o Império constituído, onde fica o poder? E aí vem aquela famosa situação em que o D. Pedro II, com cinco anos, deverá assumir o País.

Então, nesse momento, as elites regionais enxergam a Abdicação do Trono como uma consolidação dos seus poderes, das suas possibilidades. E, aí, apesar de sermos gaúchos de sangue e termos esse sentimento maravilhoso farroupilha, preciso citar aqui, e, por isso ampliar um pouquinho essa visão nossa, gaudéria, que nós tivemos, em 1835, a Revolta da Cabanagem, que é uma revolta de Pernambuco chefiada e organizada pelos cabanos – e, aí, um mérito inclusive superior à nossa Revolução Farroupilha. Os cabanos eram os rejeitados, os cabanos não eram estancieiros. E, aí, uma revolta que não tem a duração da Revolução Farroupilha, mas os cabanos fazem um movimento, de Pernambuco, com o apoio da Paraíba, com o apoio do Ceará, que tem uma visão de mundo diferenciada lutando também por igualdade e por liberdade.

Em 1837, houve a Sabinada, em Salvador, revolta que igualmente não consegue ampliar, fica em Salvador, mas igualmente há ali um sentimento de rebeldia do regionalismo. Em 1838, houve a Balaiada no Maranhão. Sim, balaiada. E o nome vem porque o líder era um vendedor de balaios, igualmente com perfil popular.

Então, as elites regionais começam a perceber que o Brasil não está tão centralizado assim pelo Império. Estava centralizado, como disse o filme, como referiu aqui o Senador na sua primeira intervenção – é óbvio que tinha os compromissos com o Império –, mas se observava que havia um espaço político em que as elites regionais poderiam ascender ao poder. E não era mérito exclusivo dos gaúchos, dos rio-grandenses. Não era! As elites regionais e alguns movimentos populares começavam a perceber que era possível ter um grau de autonomia muito maior do que tinham.

Então, acho importante dizer isso, e digo que polemizo um pouco, porque nós, gaúchos, reverenciamos como poucos a Revolução Farroupilha, apaixonadamente, como se tivesse sido a única revolução...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para quem está assistindo a TV Senado, inclusive é feriado hoje no Rio Grande do Sul. Hoje é feriado no Estado, para quem está assistindo...

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Hoje é feriado da independência que não houve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É desfile na praça principal, em quase todos os Municípios.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Foi muito importante, é muito maravilhoso como sentimento de Nação. É talvez um resultado espetacular desse movimento, como sentimento de Nação.

Agora, descolar ou isolar a Revolução Farroupilha do contexto nacional e do mundo é uma visão limitada, estreita, e que não contempla, obviamente, a verdade histórica.

Então, a Revolução Farroupilha, nesse período em que o Brasil e as suas elites regionais se levantam contra o Império, não tenho dúvida, se deu pela contrariedade a essa centralidade excessiva do poder no Rio de Janeiro; dá-se pela ausência de uma identidade nacional, porque, com a chegada dos portugueses, com a força dos colonizadores, com a Corte aqui, quem era o brasileiro? Quem é o homem brasileiro?

Aí surge a teoria das três raças, o branco, o negro e o índio, que, anos mais tarde, o saudoso, maravilhoso e fantástico antropólogo Darcy Ribeiro, de alguma maneira, transforma em teoria da "ninguendade". Diz o Darcy Ribeiro que somos uma terça parte índios, uma terça parte negros e uma terça parte europeus. Então, quem era o brasileiro naquele momento? Que identidade nós tínhamos? Não havia a consolidação dessa identidade.

E, se nós vincularmos isso à visão da cultura e da literatura, onde talvez eu navegue com um pouquinho mais de desenvoltura, nós não podemos esquecer que, em 1836, com Suspiros Poéticos e Saudades, Gonçalves de Magalhães inaugura, do ponto de vista literário, o romantismo no Brasil. E o romantismo, enquanto ideologia, a partir da valorização do mito do bon sauvage, lá de Rousseau, fez um olhar para o passado, uma supervalorização do passado. É uma das principais características do romantismo.

Como é que o Brasil iria olhar para o passado? Qual é o passado do Brasil? O passado do Brasil é o índio. Por isso, José de Alencar, com Iracema, Gonçalves Dias, com I Juca Pirama. Por isso a nossa literatura mitifica o índio. O índio é o nosso passado. A civilização que nos antecedeu era a indígena. Mas, naquele contexto, aquele índio tinha que ser transformado num herói. Então, a falta, a ausência de identidade...

O próprio José de Alencar, sem ter ido ao Rio Grande do Sul, escreve O Gaúcho; sem ter conhecimento, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sem ter conhecido o Rio Grande?

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – É. Então é um processo muito rico de cultura que vem da elite; não vem de baixo.

E, ao vir de cima, vem a tese do federalismo, vem a vontade e a necessidade de os estancieiros não perderem para um imposto de 25% a sua riqueza. Então, é uma revolução por cima, não de baixo. Daí a importância dos Lanceiros Negros, porque, de alguma maneira, era a concessão necessária que a elite fazia para poder fazer um movimento mais abrangente. Era a concessão necessária, e, portanto, potencialmente, a revolução passou a ser abolicionista.

Mas isso não é menor, senão vamos ficar aprisionados à tese de que tivemos uma revolta popular no Rio Grande, contra o jugo do poder central visando uma revolução socializante, para não dizer socialista, mas socializante. Não era!

Foi a revolução da necessidade de grandes estancieiros, que amavam o seu pago, o seu Rio Grande, mas amavam também a partir dos seus interesses comerciais de ricos estancieiros. Mas isso foi obviamente uma das razões.

Aquela razão referida, a da Cisplatina, foi para mim fundamental, porque, a partir dali, o Bento avança. E, aí, algumas curiosidades. Quando essas razões se consolidam e, em 1835, o Bento, com 200 homens, avança sobre Porto Alegre, nós começamos... Na Revolução, a conquista do interior foi muito mais acolhida; muito mais difícil em Porto Alegre.

E, aqui, para gerar uma polêmica saudável, e brincar um pouco: é importante dizer que o Bento avançou em direção a Azenha, ali na João Pessoa. Talvez isso explique a imortalidade tricolor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É provocação.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Talvez isso explique a imortalidade tricolor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Estavam de vermelho, é verdade. (Risos.)

Mas, na verdade, é importante dizer que os farroupilhas, que avançavam... E de onde vem o nome farroupilha também? Nós, a gauchada, somos... Sou gaúcho de berço. Mas os farroupilhas, a palavra... O professor Moacyr pode precisar isso, mas, do pouco que li, vem lá da tese dos sans culottes – é uma das versões, pelo menos –, que eram os que usavam calções, lá no período pós-Revolução Francesa, na Convenção – calções listrados de lã. E era muito pobre isso lá na França.

Daí é que se começa a gerar a tese dos farrapos e farroupilhas. Depois, no Rio de Janeiro, havia um grupo que se organizava contra a monarquia, em 1829, e fundara dois jornais: o Jurubeba dos Farroupilhas e o Matraca dos Farroupilhas. Nós acolhemos o nome farroupilha. Não é também... Sempre achamos que o gaúcho começou o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não digo que começou, mas que passou por lá, passou.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Começou mais ou menos por ali. (Risos.)

Então, na verdade, esses fatos vão se consolidando. O Bento avança... E, aí, há um dado importante, como aqui foi dito, um dado curioso: o Presidente Bento Gonçalves não proclama, quem proclama a independência rio-grandense é o Netto. No interior, nós crescemos muito na revolução.

E aí eu gostaria de fazer um rápido recorte também. Nós temos painelistas aqui muito preparados, para não me demorar. Surge o Garibaldi, em 1839, que é uma figura espetacular, o chamado "herói de dois mundos", que foi decisivo para a unificação italiana, que foi importante para a consolidação da independência do Uruguai.

Eu acho que o Garibaldi, invertendo a história, é o homem mais Che Guevara que eu conheci nas leituras, porque o Che saiu da Argentina, fez a revolução cubana, vai para o Congo, morre na Bolívia. E o Garibaldi amplia isso. Ele luta na Itália, luta na França, vem para o Brasil exilado, luta no Uruguai depois da Revolução Farroupilha, volta para lutar pela unificação italiana, conhece maravilhosamente Anita Garibaldi, e funda lá, com David Canabarro, a República Juliana. A República Juliana... Em tese, Santa Catarina, Laguna, é vinculada à Revolução Farroupilha. Então consegue uma ampliação do horizonte da nossa revolução.

Não é qualquer cidadão que tem um biógrafo chamado Alexandre Dumas. O mesmo autor dos Três Mosqueteiros foi o biógrafo do Garibaldi. Então, é importante lembrar que essa figura revolucionária, de uma disciplina fantástica, foi decisiva também para as nossas pretensões.

Quero recordar ainda que tivemos Piratini como...

O SR. RAUL CARRION – São todas essas páginas aqui ainda?

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Não. Não. Está curtinho já.

Sabe, Raul Carrion, também fui parlamentar e sei o quanto o parlamentar gosta de falar. Então, quando temos um espaço, não negamos fogo.

Mas eu queria dizer, por último, curiosamente – e essas páginas encerram, porque, na verdade, essas outras são só consultas – tivemos Piratini, depois Caçapava do Sul, depois Alegrete como capitais farroupilhas. E quero encerrar, lembrando um episódio que, certamente, o Carrion que já escreveu a respeito e o Moacyr, professor que domina como poucos a história, que é o Massacre de Porongos. Depois dos dez anos de revolução, de luta e de república rio-grandense, há aquele episódio em que os Lanceiros Negros são dizimados.

Há no Rio Grande um acontecimento que é o julgamento de David Canabarro. Para assinar a paz do Poncho Verde, até onde o David Canabarro, de alguma maneira, não mediou entregando os Lanceiros Negros para que pudessem, naquele momento, consolidar a paz, mas impedir a abolição?

De alguma maneira, isso foi um resultado muito ruim para o processo revolucionário, mas para a história foi decisivo, e acho que foi a principal contribuição da Revolução Farroupilha, porque, a partir daquele acontecimento, a força do negro na busca da liberdade foi infinitamente maior.

Apesar de ter aqui lançado um pouquinho de luz, polemizando que a Revolução não foi tão forte como gostaríamos que fosse em relação ao contexto nacional e mundial, é importante dizer que o nosso Presidente Bento Gonçalves não assinou o tratado de paz, e, entre todos os artigos do tratado que tenho aqui, não se encontra um artigo em que tenha sido revogada a independência do Rio Grande do Sul. Esse é um dado muito significativo. Não foi revogada a independência no tratado; Bento Gonçalves, Presidente do Rio Grande, não assinou o tratado. Então, de alguma maneira, o Rio Grande do Sul se vitaliza, ganha espaço.

Encerro definitivamente, lembrando e reforçando a mais importante contribuição da Revolução Farroupilha que são os Lanceiros Negros, lendo a passagem de um poeta que disse:

> "Quem foram os negros,
> que o grito da terra,
> qual chama divina
> bradou pelo chão,
> deixando o arado,
> caído esquecido,
> partiram levando
> a lança na mão?"

A minha homenagem à Revolução Farroupilha! Viva o Rio Grande, viva o Brasil, mas, sobretudo, nesse episódio, vivam os Lanceiros Negros!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pela sua fala, Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário do Estado do Rio Grande, que aqui representou o Governador Tarso Genro.

Vamos distribuir a fala da seguinte forma. Em seguida, vai falar o Sr. Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha. Depois, falará o Deputado Carrion, e, em seguida, falará o nosso amigo Moacyr Flores.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha.

O SR. IVO BENFATO – Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer do agradecimento da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha pelo convite que foi feito e pela nossa presença aqui.

Em segundo lugar, quero mandar um abraço muito cinchado a todos os gaúchos e, principalmente, a todos os brasileiros que, de uma forma ou de outra, estão acompanhando este debate.

Quando fomos convidados para falar sobre a Revolução Farroupilha aqui, vimos que esse era um assunto de tal abrangência, que resolvemos pinçar alguns aspectos, para que pudéssemos nos desincumbir dessas atividades, entre as quais há uma que venho acompanhando há muito tempo. Faço parte também do Colegiado Setorial de Culturas Populares e Indígenas do MinC, tenho entrado em contato com muitos companheiros do Brasil que estão ali representados e consegui resolver essa definição de foco da seguinte forma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me fazer um aparte?

O SR. IVO BENFATO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É que está saindo daqui o meu amigo Garibaldi, muito amigo meu, que está lá trás. É o Senador Garibaldi, pai do Ministro Garibaldi. Antes que o Senador saía daqui, peço uma salva de palmas para S. Exª, que veio aqui prestigiar nosso evento. (Palmas.)

Aqui, lembra-me o Ronaldo de que esse é o nome do Garibaldi revolucionário.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Fora do microfone.) – Gostaria de dizer uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. É uma alegria para nós, Senador!

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Fora do microfone.) – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Sobretudo, depois que vim aqui e participei desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Garibaldi! Um abraço, Senador! (Palmas.)

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que os Senadores Cyro Miranda, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, Garibaldi Alves e Wellington Dias estiveram aqui, mas tiveram de daqui sair, porque outras Comissões também funcionam. Também esteve aqui o ex-Senador Eurípedes Camargo. Chegou, neste momento, para nossa satisfação, o Deputado Federal Assis Melo, do PCdoB do Rio Grande do Sul. Na figura de Assis Melo, peço que seja dada uma salva de palmas a todos os Parlamentares que aqui estiveram e que aqui estão. (Palmas.)

Também estão conosco aqui os convidados Nida Chalegre, arquiteta; Urbano Villela, escritor; Moacyr Tesch, que, depois, vai fazer uma saudação em nome do movimento sindical, já ele que representa aqui a Nova Central e o Fórum das Confederações; José Antonio de Lima; e Maria Helena de Lima.

Volto a palavra para o Sr. Ivo.

O SR. IVO BENFATO – Obrigado.

Como eu vinha dizendo, por esses contatos todos, temos visto que a Revolução Farroupilha ficou com a marca, com a pecha de que foi um movimento separatista no Brasil. Vamos chegar a algumas conclusões sobre isso, e vou fazê-lo, dizendo que, ao longo de sua história, o Rio Grande do Sul sempre teve de decidir e reafirmar sua brasilidade.

Vejam que, bem antes de o Brasil ser descoberto, o Rio Grande do Sul já tinha um proprietário. Em 1494, com o Tratado de Tordesilhas, vemos que o Rio Grande do Sul era uma possessão da Espanha, enquanto a maior parte do Brasil pertencia a Portugal.

Vemos, por aquele mapa, que todo o Rio Grande do Sul, realmente, era do Uruguai. Houve uma série de situações pelas quais vou passar muito rapidamente. O sul da América do Sul tinha uma influência bastante grande da Espanha, e só houve outras decisões após a Guerra Guaranítica, quando foi trocada a Colônia do Sacramento, que era território português, pela região das Missões em 1754, o que deu origem à vinda dos açorianos para o Rio Grande do Sul.

Vou dar um salto na história. Em 1822, houve a Independência do Brasil. Vou aproveitar todas as ponderações feitas pelo meu antecessor. O ano de 1822, então, é marcado por um cunho mais forte da identidade brasileira. Naquele momento, criaram-se as cores brasileiras: o verde e o amarelo da Bandeira brasileira. Conforme D. Pedro deferiu, o verde foi associado à esperança, às matas, e o amarelo, aos nossos minérios, ao ouro. Mas o verde nada mais é do que uma herança da Casa de Bragança, dos lusitanos, com o seu dragão verde. E o amarelo vem da Casa de Habsburgo, de Lorena, da Imperatriz Dona Leopoldina. Essas são as duas cores nacionais, o verde o amarelo, acompanhados, é claro, do azul e do branco.

A última bandeira que tremulou sobre o solo brasileiro antes da nossa Independência foi a bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, na cor azul e na cor branca.

Em 1822, foi feita a primeira Bandeira Nacional, com toda a certeza, no Império do Brasil, criada em 18 de setembro de 1822, com um quadrilátero verde, lembrando a Casa de Bragança, e com um losango amarelo, lembrando a Casa de Habsburgo.

A Revolução Farroupilha se deu de 1835 a 1836. Aqui, chamo a atenção para um detalhe: num primeiro momento, houve uma revolução interna, em que o principal ponto era o descontentamento com o Governo Imperial. E, como vimos na projeção um pouco antes, de 1836 a 1845, vieram a República e a Federação.

Um detalhe bastante importante é que a bandeira que foi conduzida – vimos isto também no filme – nos primeiros movimentos militares, a bandeira imperial, acompanhava as tropas revolucionárias, mas, junto com essa bandeira imperial, havia outra com um quadrado vermelho, e isso é testemunhado pela literatura em um evento em Forte de Itapoã em que as duas bandeiras estavam lado a lado. Por que o vermelho? Esse vermelho é uma herança da Revolução Farroupilha, de 1789. Extrapolou-se o barrete frígio usado pelos revolucionários, tornando o vermelho uma cor símbolo da República.

Então, em outras palavras, temos o desejo experimental, com toda a gana, de fazer do Rio Grande do Sul uma república, uma república federativa. E foram acrescentando as cores nacionais: o verde, o amarelo e o vermelho, da República.

A decisão dos revolucionários de 1835 foi tão forte, que eles imprimiram isso no principal símbolo da República Rio-Grandense, um quadrilátero com o verde, de Bragança; com o amarelo, de Lorena; e com o vermelho, da Revolução Francesa. Havia o desejo de república. E, nos momentos de celebração, com o lenço Farroupilha, que foi criado para rememorar e comemorar todos os feitos, ali está presente o verde, o amarelo, o vermelho e também o barrete frígio da Revolução Republicana da França.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Registro a presença aqui da Senadora Ana Amélia. Peço uma salva de palmas para a Senadora. (Palmas.)

O SR. IVO BENFATO – Dentro dessa nossa colocação, podemos dizer que o Rio Grande do Sul, permanentemente, tem de afirmar e tem afirmado sua brasilidade.

Vejamos: Portugal, Brasil e Algarves; bandeira imperial; bandeira republicana de 1835 e de 1836; o barrete frígio; o vermelho; e a bandeira republicana, adotada em 1891, após a instauração da República no Brasil.

Poderíamos dizer que a adoção do verde e do amarelo como cores nacionais foi algo sem muita intenção. Mas veremos que, no próximo evento, decorrido com a criação da República Juliana por Garibaldi e por Canabarro, são adotadas também as cores da República Juliana, o verde e o amarelo, nas cores nacionais, definindo, para mim, definitivamente, esse desejo de Federação. Poderiam ter os revoltosos de 1835 apenas anexado aquele território conquistado de Santa Catarina. Mas eles não o fizeram. Eles fizeram o quê? Criaram outra República, aliada à República Rio-Grandense.

Em todos os brasões que antecederam o brasão atual do Rio Grande do Sul, há a presença das cores verde e amarelo e do vermelho, de República, e, num deles, no de Bernardo Pires, é acrescentado o ideal maçônico de liberdade, de igualdade e de humanidade, não mais fraternidade, pois humanidade é bem mais abrangente do que fraternidade.

Em outro brasão que antecede o brasão do Rio Grande do Sul, o de Mariano de Matos, aparece o mesmo verde e o amarelo. Toda a simbologia maçônica os revoltosos imprimiram nesse símbolo maior, o Brasão de Armas da República Rio-Grandense, com toda a filosofia que traduz muito bem tudo aquilo que eles desejavam para o seu movimento revolucionário. Esse é o brasão atual do Rio Grande do Sul.

Como aqui foi dito, a Revolução Farroupilha, a Guerra dos Farrapos, não foi um ato isolado: aconteceu em vários lugares não só do Brasil, mas do mundo. Então, esse evento, mais do que um evento sul-rio-grandense, é um evento brasileiro e um evento internacional, porque era um movimento dos liberais que se vinha somando para buscar liberdade, igualdade e fraternidade.

Há de se fazer o registro também de que, em todos esses movimentos, pelos menos na grande maioria deles, a ideia maçônica foi aprimorada. Essa ideia foi bastante presente na Revolução Francesa e na revolução pela independência norte-americana.

Em 1889, houve a Proclamação da República do Brasil. Um dos grandes ideais buscados pela Revolução Farroupilha se faz presente com a República no Brasil, mais de cinquenta anos depois da República Rio-Grandense.

De 1822 a 1889, houve a criação da nossa bandeira republicana e, de 1836 a 1891, da bandeira republicana do Estado do Rio Grande do Sul.

Há um detalhe muito importante: a maioria dos Estados, à época da campanha republicana, não tinha seus símbolos estaduais. E, durante essa mesma campanha, um dos símbolos mais utilizados em todo esse movimento foi a bandeira da República do Piratini, da República Rio-Grandense, colocando-se sobre essa bandeira o Brasão de Armas da República Rio-Grandense.

Essa noção de brasilidade e de civismo pátrio do Rio Grande do Sul está presente em muitos outros eventos. Tanto isso é verdade, que, em 1938, Tulio de Rose criou, no Rio Grande do Sul, a primeira Corrida do Fogo Simbólico, como um evento da Liga da Defesa Nacional. A primeira Corrida aconteceu, então, em 1938. Foram 26 quilômetros de corrida, com a chama votiva ao Brasil, de Viamão a Porto Alegre.

Pouco tempo depois, em 1948, quando saíamos do Estado Novo, era terminada a guerra e era dada muito pouca importância ao regional, houve, mais uma vez, uma manifestação de carinho com o Brasil: o grande Paixão Côrtes, junto com seus guris do Colégio Júlio de Castilhos, resolve registrar para a história esse sentido de brasilidade e vai à Pira da Pátria no dia 7 de setembro e dali retira, junto com dois colegas, como mostra a imagem, a centelha do fogo simbólico da Pátria e transforma esse fogo simbólico na Chama Crioula pelo Rio Grande do Sul, demonstrando, mais uma vez, a união indissolúvel do Rio Grande do Sul e dos demais Estados irmãos do nosso País.

Com a criação da Chama Crioula, de 1947 a 1948, criamos, então, o 35º Centro de Tradições Gaúchas (CTG), que resolve, com a participação de Barbosa Lessa, de Paixão Côrtes, de Glauco Saraiva e de muitos outros, todos eles muito moços, criar em Porto Alegre um espaço que pudesse abrigar tudo o que havia de patrimônio cultural e imaterial. Em menos de cem anos, fez-se uma guerra contra o Império, o que propiciou que houvesse uma resistência a toda agressão sofrida do outro lado da nossa fronteira hoje e que se mantivesse o território sul-rio-grandense como território do Brasil, pela opção que foi dada pelos nossos antepassados, como brasileiros, dentro da sua lusitanidade.

O 35º CTG, diferentemente da Revolução Farroupilha, que foi feita por líderes, foi criado por crianças praticamente, por jovens adolescentes, que criaram uma instância imaginária. Mas essa instância fez com que houvesse a ocupação daquela terra de ninguém. A bem da verdade, o Brasil compreendia o Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, e o que havia dali para baixo não pertencia praticamente a ninguém. Tanto isso é verdade, que Portugal criou, às margens do Prata, a Colônia do Sacramento, e, para o lado de cá, mais ao norte, a Espanha criou Sete Palmos das Missões.

Do 35º CTG, de 1948, formou-se, então, uma rede de representação desse imaginário, que, pela sua repetição, é hoje quase uma realidade. São pessoas que têm, dentro daquilo que foi condicionado como patrimônio imaterial e cultural, o jeito de ser gaúcho, passando de pais a filhos, bem dentro daquilo que se pressupõe como o princípio fundamental da tradição e, dessa forma, da tradição organizada.

Foi dito por quem falou antes de mim, o Secretário Ronaldo, que a Revolução Farroupilha não teve toda a importância que pensamos. Discordo dele absolutamente, porque algo sem valor não duraria dez anos. Essa Revolução foi feita por uma população de 150 mil pessoas, que era a população de todo o Estado. E, talvez, o principal oferecimento dado por essa Revolução tenha sido o de fazer com que houvesse dentro do País o sentimento de vontade, de liberdade, de igualdade, de fraternidade, com a vontade de se criar aqui uma República, em que a Nação fosse preservada.

Eu gostaria de dizer, quero dizer e vou dizer que, com toda a certeza... Aí está o 35º CTG, com suas barcas.

Pode passar para o próximo slide, por favor.

Foi separatista a Revolução Farroupilha? É claro! Foi separatista em relação ao Império – não poderia ser diferente –, mas jamais em relação à população brasileira. República e Federação, esses foram os motivos. Esses testemunhos são dados ao longo do tempo, durante toda a Revolução Farroupilha e nos nossos dias. Tanto isso é verdade, que não há evento nacional em que nós, gaúchos, não nos manifestemos com preocupação em relação, por exemplo, à situação da Amazônia. Em todos os espaços em que a vontade nacional necessita do Rio Grande do Sul, este se faz presente.

Era isso que eu gostaria de dizer. E, mais ainda, dentro do movimento tradicionalista organizado, pela sua importância, há doze federações nos Estados brasileiros, há uma federação internacional, um federação fora do Brasil, com unidades nos Estados Unidos, na Europa, na África, na Ásia. Há 1,5 mil CTGs no Rio Grande do Sul e mais 1,5 mil fora. São quase três mil CTGs, sendo confederados pela Confederação Brasileira de Tradições Gaúchas, que está sediada em Brasília.

Essa era a vontade que gostaríamos de expressar.

Nenhum brasileiro tem a mínima dúvida da brasilidade que está marcada, a fogo, a ferro, a sangue e a pata de cavalo, na história do Rio Grande. Nós somos Brasil, acima de tudo, mesmo que um ou outro elemento faça por onde que isso possa ser relegado a segundo plano. Nós somos Brasil, acima de tudo. Tanto isso é verdade – assim, vou encerrar esta minha ponderação –, que temos dois lemas, como tradicionalistas militantes: o primeiro deles, criado em 1948, diz “Em qualquer chão, sempre gaúcho”; e o segundo compreende o movimento todo e diz “Pelo Rio Grande, pelo Brasil!”. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, que,

além de discorrer sobre a história, mostrou a importância do nosso Centros de Tradições, que estão espalhados pelo Brasil e – por que não dizer? – também pelo mundo.

Vamos passar a palavra agora ao Deputado Estadual Raul Carrion, como combinado, sempre dizendo que aqui os Senadores falam no momento que entenderem que seja o mais adequado.

Se quiser falar agora, a Senadora Ana Amélia falará antes do Deputado Carrion.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meu amigo Raul Carrion é um gaúcho cortês. E esta é uma data pela qual todos nós, rio-grandenses, gaúchos da gema ou adotados, temos grande reverência.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa de propor esta audiência pública exatamente na data em que os gaúchos veneram tanto, com toda razão.

Eu queria cumprimentar todos os presentes à Mesa e, especialmente, o meu caro Ivo Benfato, pela sua exposição, que foi uma verdadeira aula a respeito da representação dos nossos símbolos, não só a Chama Crioula, mas também a Bandeira Rio-Grandense. Aliás, alguns falam da cor da nossa Bandeira. Garibaldi, que teve um papel relevante na nossa Revolução, era italiano, e as cores da bandeira italiana também são o vermelho, o verde e o branco. Então, de alguma maneira, essas cores teriam influenciado. Não sei se essa é apenas uma versão ou se há algum fato que confirme isso.

Fiquei também muito feliz pela lembrança de Paixão Côrtes, uma figura que todos nós, gaúchos, devemos reverenciar. Aliás, ele foi imortalizado não só na sua obra, mas na figura da estátua do gaúcho, feita pelo Antônio Caringi, um grande escultor de Pelotas, que imortalizou aquela figura, que é encantadora do ponto de vista da bravura e do porte. Ele está ali como se estivesse segurando o Rio Grande, dando as boas-vindas a quem ali chega, e todos se encantam com aquela imagem.

Então, ao lembrar Paixão Côrtes, eu também queria me associar a essa figura emblemática, junto com Barbosa Lessa, que já nos deixou, Glauco Saraiva e Paixão Côrtes, a que já me referi.

Eu queria também fazer referência a um grande poeta gaúcho, Jayme Caetano Braun, que dá nome a um dos CTGs de Brasília, e ao meu querido amigo Nico Fagundes, por seu trabalho na valorização das tradições no nosso Estado e da nossa história e também na música e na sua difusão, com um programa que até hoje faz sucesso, o Galpão Crioulo, que mostra o que há de melhor em relação à nossa cultura.

Não por estar presente, mas o nosso Ministro Aldo Fagundes, junto com o saudoso Deputado Nelson Marchezan, criou, nos anos 70, em 1979, mais precisamente, a Estância Gaúcha do Planalto, que propiciou uma forma de encontro de gaúchos. Isso ocorreu no ano em que cheguei a Brasília. Então, vivi esse movimento, como jornalista, e vi todo o trabalho que foi feito. A Estância Gaúcha do Planalto é uma referência – inclusive, o próprio terreno foi doado pelo governo local, pelo governo do Distrito Federal –, é um local de encontro de gaúchos e de gaúchas, que amam a sua terra e nunca abandonam as tradições.

Saí de uma audiência pública que tratava de fronteira. E fiz referência ao Rio Grande – dizem que Pernambuco também historicamente defendeu a fronteira –, no sentido de que nosso Estado defendeu o território que nós temos. Essa referência foi feita ali.

O Senador Valdir Raupp tem cruza com o gaúcho, porque seus pais nasceram no Rio Grande. Falando sobre CTG, ele disse que a primeira coisa que faz o gaúcho, quando chega ao Rio Grande, é criar um CTG. É a forma de mostrarmos o valor que nós, gaúchos, damos às nossas tradições.

Você falou de números, Ivo. São quase três mil CTGs no Brasil: metade está no Rio Grande; a outra metade está espalhada. É o chamado Brasil de bombachas.

Então, eu queria me associar às homenagens e renovar os cumprimentos ao Senador Paulo Paim e a essas figuras que, emblematicamente, têm um protagonismo muito forte com a história do Rio Grande e com a preservação dessa memória, de que devemos nos orgulhar muito.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Essa é a Senadora Ana Amélia. Ontem, nós, os três Senadores do Rio Grande, travamos um bom debate. Não foi bem um debate. Nós três dialogamos com o Brasil, pela TV Senado, falando dos interesses do rio Grande, o que fizemos sempre juntos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, a informação que recebi hoje é a de que, diferentemente de outros Estados, não houve briga entre os Senadores, pois todos estavam defendendo a mesma causa, a causa do nosso Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como dizem, vamos combinar o jogo, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia!

Eu queria só me dirigir ao Deputado Federal Assis Melo: se quiser falar, V. Exª pede a palavra.

Passamos a palavra, neste momento, ao Deputado Estadual Raul Carrion, que é um estudioso também de toda essa questão, com até livros escritos.

Permita-me, Carrion – não quero atrapalhar o senhor depois –, destacar a presença aqui da Senadora Marinor Brito, do PSOL. A Senadora está sempre presente aqui e não poderia deixar de estar hoje conosco, nessa homenagem ao Rio Grande e ao Brasil, como foi dito aqui. (Palmas.)

Viu? É gaúcha de coração!

O SR. RAUL CARRION – Em primeiro lugar, nossa saudação ao Senador Paim, grande lutador das causas populares e das causas nacionais! Eu o parabenizo pela iniciativa, agradecendo-lhe o convite.

Saúdo a Senadora Ana Amélia, que acaba de falar conosco; o Ronaldo, representando o Governo do Estado; meu ex-professor e historiador Moacyr Flores; o Ivo, representando a Confederação; meu camarada Deputado Assis Melo, Presidente do maior sindicato dos metalúrgicos do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul; a nossa Senadora do PSOL, que acaba de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fora do microfone.) – É a Senadora Marinor Brito.

O SR. RAUL CARRION – Exatamente.

Cumprimento todos e todas que nos prestigiam nesta manhã tão importante.

Prefiro falar de pé, porque acho que a voz solta melhor.

Evidentemente, vamos falar depois de algumas intervenções já bastante elucidativas. Talvez, nós nos fixemos mais na questão da participação do negro na Revolução Farroupilha, evidentemente não abordando toda essa Revolução, pois não é possível fazê-lo. É uma questão bastante invisível na história da nossa Revolução Farroupilha e também na história em geral, em que o papel do negro na construção da sociedade é ignorado, é desvalorizado, assim por diante.

Quero lembrar que, além de 176 anos da Revolução Farroupilha, que comemoramos no dia de hoje, também comemoramos, no dia 11 de janeiro, 175 anos da Proclamação da República Rio-Grandense, uma República que perdurou quase nove anos. Não existe nenhum movimento anterior à Proclamação da República, que criou, de certa forma, um Estado, uma estrutura, e, só 53 anos depois, houve a Proclamação da República Brasileira. Então, sem dúvida, esse é um grande feito.

Não é preciso dizer – já comentei – que é a mais longa revolta contra o Império centralizador e escravocrata. A Guerra dos Farrapos, a chamada Revolução Farroupilha – o termo "revolução" não tem uma precisão sociológica, para falar dessa grande luta que ocorreu –, é o acontecimento histórico mais importante da história do Rio Grande do Sul. Similar a esse acontecimento, há somente a Legalidade, que comemora 50 anos agora, mas que foi, evidentemente, uma luta pela posse de João Goulart, numa resistência ao golpe de 1961. Mas esse foi, evidentemente, um episódio curto. Foi muito importante, de grande mobilização, mas foi um episódio curto. O episódio mais duradouro, que mais profundamente marcou a história do Rio Grande do Sul, foi a Revolução Farroupilha. E, como todo grande acontecimento histórico, gera divergências, polêmicas, controvérsias históricas bastante importantes.

Eu gostaria de iniciar, portanto, apontando algumas visões que se apresentam sobre a Revolução Farroupilha. A primeira, eu diria, é uma visão elitista, uma visão idílica da Revolução Farroupilha, pois apresenta a Revolução Farroupilha como a luta dos monarcas, das coxilhas, dos destemidos gaúchos, uma luta sem máculas, libertária, em geral apresentada como uma luta de estancieiros ricos, brancos e assim por diante, numa democracia dos pampas, onde não havia explorados, onde não havia exploradores, nem contradições. Essa visão foi consagrada por certa historiografia que procurou idealizar a Revolução Farroupilha e que tinha um objetivo: o de a oligarquia rio-grandense se apropriar dos valores dessa luta e da história dessa luta, que foi extremamente gloriosa, importante e bonita, e, apropriando-se dessa luta, justificar seu domínio sobre a sociedade.

Em oposição a isso, surgiu outra visão. Surgiu uma visão oposta, espelhada. Concluo ainda meu pensamento sobre a primeira visão. Na primeira visão, o papel das massas populares fica meio esquecido. São os heróis. Essa visão que reage a essa outra, elitista, acaba desqualificando a Revolução Farroupilha: "Não! Isso é coisa de estancieiro, isso é briga de rico, e o povo nada tem a ver com isso".

O povo, quando lutou, foi massa de manobra, não teve protagonismo. Tanto uma visão como a outra negam o papel do povo. Ambas, no fundo, não reconhecem que o povo não é um monte de abobados. Aqueles negros, aqueles pobres, aqueles mulatos, aqueles mestiços, aqueles que levaram o lançaço e que sofreram, todos foram tomados como abobados, porque não entenderam o assunto e foram manipulados; essa é uma visão. A outra visão era a de que havia os heróis, que fizeram tudo. Acho que ambas estão erradas. Temos de buscar uma visão realista da Revolução Farroupilha, que reconheça o papel avançado dos que lutaram. Vejam bem: em 1835, lutaram pela República! Isso foi pouca coisa no Brasil imperial, escravocrata? Em 1935, enfrentaram o Império centralizador, que esmagava... Vamos ver as causas políticas.

Então, acho incorreto desvalorizar a Revolução Farroupilha. Mas era uma Revolução Farroupilha numa sociedade em que os estancieiros comandavam. Não ia ser o proletariado, não é? Entende? Não podemos querer exigir da Revolução Farroupilha o que a história, naquele momento, não nos permitia exigir. Mas foi contraditória? Foi. Havia setores estancieiros que eram abolicionistas, mas havia setores estancieiros que eram escravistas. E vamos ver essa luta entre eles, entre o setor progressista e o setor mais reacionário. Isso fez parte da história. Vamos ver exemplos de heroísmo, de grandeza, e vamos ver exemplos de baixeza, como ocorre em toda luta. Então, essa idealização descabe, bem como descabe essa demonização, no nosso entender.

Vamos adiante!

Para a gente compreender, quais são as raízes desse processo? Vamos entender o Brasil. No início do século XIX, os produtores de café do Vale do Paraíba do Sul eram a classe dominante, e o café passava a ser o principal produto de exportação. Essa elite cafeeira é que faz a independência do País e cria uma monarquia centralizadora, para manter a escravidão e para submeter aos seus interesses de classe as demais províncias, que estavam radicadas em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, na região do domínio do café.

Esse Império centralizador e escravocrata começa a colocar o resto do Brasil a seu serviço. Como isso se refletia no Rio Grande do Sul? O Governador era imposto à Província e vinha aqui não para governar pelos interesses do Rio Grande e também, é claro, da elite do Rio Grande. Não! Ele governava pelos interesses do centro do País.

E o charque? O Rio Grande do Sul era uma economia periférica, pecuária, que produzia fundamentalmente o charque para alimentar os escravos do sistema escravista. Principalmente, o centro do País era mais desenvolvido. É claro que existiam escravos no Rio Grande do Sul, mas eles não tinham o mesmo peso, a mesma influência, o mesmo peso econômico, assim por diante. Quanto ao charque, o que interessava? Como o poder que dominava era o dos cafeicultores, quanto mais barato o charque, melhor. Não é isso? Então, eles carregavam de impostos o Rio Grande do Sul e traziam o charque mais barato do Uruguai, da Argentina, e não importava se isso prejudicava o Rio Grande do Sul.

Então, o Rio Grande do Sul era a fronteira viva de combate com o Prata, com os espanhóis. O Rio Grande do Sul sofria com uma política econômica que não o beneficiava, com a imposição política. Era, digamos, o local onde a luta se dava com grandes destruições econômicas, com impostos, para sustentar a guerra no Rio Grande do Sul. Tudo isso foi gerando, evidentemente um sentimento de opressão da Corte, de opressão do Rio de Janeiro sobre o Rio Grande do Sul. Isso vai gerar um caldo de cultura. As ideias republicanas estavam em todo o Prata. É bom lembrar que o Rio Grande do Sul fazia fronteira com o Uruguai republicano, com a Argentina republicana, assim por diante. Essa influência das ideias e dos ideais da Revolução Francesa foi constituindo o caldo de cultura, que, nesse quadro, gerou a Revolução Farroupilha, em 1935.

Como já foi dito aqui, o que me poupa de falar, esse não foi um fenômeno do Rio Grande do Sul. O processo da formação do Estado Nacional se deu sob essa forma do Império escravocrata centralizador. Mas isso foi pacífico no Brasil? Não o foi. Houve a Confederação do Equador, Balaiada, Sabinada, Cabanada e, depois, as revoltas liberais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e todas essas lutas buscavam um projeto menos centralizador e republicano. A República era a forma de se opor ao Império centralizador. Perfeito? Isso se dá nesse contexto.

Aí vem esta primeira discussão: era mais separatista? O que era? Eu diria assim: foi uma luta separatista por circunstância, contingencial, porque, num primeiro momento, os farroupilhas fizeram um chamamento para todo o Brasil se levantar pela República, contra o Império. É claro que, num primeiro momento, foi só insatisfação, mas, quando se proclama a República, é isso, e a coisa não anda, e eles só tinham uma coisa a fazer: a independência. Tenho aqui n documentos fazendo a conclamação aos demais brasileiros, para se liberarem do Império, constituírem a República e criarem uma confederação.

Eu diria que o separatismo existiu, é evidente, nas circunstâncias dadas, mas o pensamento era republicano e de federação. Mais que uma federação, era uma confederação. Na verdade, eles propõem a ideia de Estados confederados. Eles fazem um pouco uma analogia com os Estados Unidos. Como já foi dito aqui, quando surge a República Juliana, esta não se incorpora ao Rio Grande do Sul, mas se constitui como República irmã do Rio Grande do Sul, na ideia de que, um dia, todo o Brasil seria formado por repúblicas independentes que se confederariam.

Dito isso sobre as raízes, as origens da Revolução, quero me deter um pouquinho, porque o tempo é limitado, na questão da participação do negro.

Vejo os historiadores dizerem dos farroupilhas, que só usaram os negros na fase final; outros dizem que só utilizaram os negros por oportunismo. Sem idealizar, o que quero dizer, Senador, é que acho que a Revolução Farroupilha não pode ser definida como

abolicionista. Sempre digo que a resposta à pergunta se a Revolução Farroupilha era ou não abolicionista não pode ser "sim" ou "não". Pode-se responder a essa pergunta da seguinte forma: alguns eram abolicionistas, alguns não o eram. Houve momentos em que esse aspecto abolicionista teve mais força e momentos em que isso não ocorreu.

O primeiro aspecto da Revolução Farroupilha que a diferencia da maioria das outras é que armaram os escravos que quiseram entrar na luta. Muitas outras não tiveram coragem de fazer isso. Por quê? Porque os gaúchos eram mais bonitos ou mais bondosos? Acho que não. Há uma explicação objetiva: o peso da escravidão, por exemplo, em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Nordeste era muito grande; armar escravos nesses Estados era um perigo. Tinha acabado de acontecer a luta no Haiti, em que os escravos haviam tomado o poder. Então, havia esse fantasma. No Rio Grande do Sul, o peso da escravidão, dos escravos, era menor dentro da população. Então, esse armamento dos escravos não era tão perigoso.

Os farroupilhas deram liberdade, deram alforria aos negros que se incorporavam à luta, o que já era um passo, e discutiram na Constituinte – e eu vou colocar aqui – um projeto de abolição. Dentro da Constituinte, dentro da luta, existia a maioria e a minoria. A maioria era encabeçada pelo Bento, que não era o elemento mais avançado. O Netto, o General Portinho, o Domingos Almeida, o Mariano de Matos, uma série de lideranças eram a maioria. A minoria era fundamentalmente o Canabarro, o Vicente da Fontoura e o Onofre Pires, para citar três figuras assim. E essas contradições levaram a um duelo entre Bento e Onofre. É dito que esse foi só um duelo de honra, mas, no fundo, havia a contradição dessas duas correntes.

Na Constituinte, eles combateram. A minoria foi ferrenhamente contrária à abolição. Inviabilizou que a abolição fosse colocada ali.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. RAUL CARRION – Nos minutos que ainda me restam, quero dizer que o negro esteve presente desde o primeiro momento. Se olharmos os documentos históricos, no ataque de Porto Alegre, está dito que a maioria era composta de negro, índio e mulato. Nas memórias de Giuseppe Garibaldi, vemos que ele diz que havia uma chusma de estrangeiros. Ele diz: "Os americanos, a maioria negros, os mais fiéis". E tu vais vendo os episódios da luta.

Em Pelotas, em 1836, quando Pelotas é libertado, os dados mostram que 400 negros foram libertados. Foi criado o 1º Corpo de Negros. Depois, foi criado o Corpo de Cavalaria de Negros, em 1836. Eles jogam um papel fundamental em Seival. É criado o 2º Corpo de Cavalaria de Negros. No final da luta, havia quase 50% do Exército Farroupilha. Talvez, fosse o corpo de combate mais permanente. Sabemos que, na Revolução Farroupilha, muitos estancieiros pegavam seus agregados e seus liderados, iam à luta e, depois, voltavam. Mas quem ficava ali de forma mais permanente? Eram os negros libertos, assim por diante. Eles atuaram também em atividades de colonização, em oficinas. Então, eles jogaram um papel muito importante, e acho que isso tem de ser resgatado. Isso está esquecido.

Companheiros, faço duas referências mais. Os imperiais criaram a Lei da Chibata, em 1837, penso. Posso estar enganado quanto à data. Tenho isso anotado aqui. O que dizia? Era tão grande o peso e a importância do negro na luta, que eles criaram uma lei, dizendo o seguinte: se um negro fosse feito prisioneiro lutando na tropa Farroupilha, ele seria castigado com duzentas a mil chibatadas. É pena de morte, sob tortura. O que fizeram os farroupilhas? Fizeram a Lei do Revide. É interessante esse documento, que mostra a visão Farroupilha. Esculhambaram aquela Lei, dizendo que era uma ignomínia. Disseram que, se houvesse notícia de um homem de cor livre das tropas farroupilhas que tivesse sido vítima desse castigo, o comandante farroupilha pegaria um oficial prisioneiro das tropas imperiais, faria um sorteio e passaria nas armas o oficial. Pode parecer coisa pouca, mas vejam bem que isso ocorreu nos idos de 1830, quando a escravidão era vigente. Havia gente que dizia que negro não tinha alma. Religiões poderosas diziam que negro não tinha alma. Índio tinha alma, mas negro não tinha alma. A tropa farroupilha dizer que ia passar um branco imperial oficial nas armas por que um negro tinha sido chibatado não é pouco. Isso tem um simbolismo muito importante.

Indo ao finalmente, quero chegar a Porongos. Expressão maior dos limites da Revolução Farroupilha, que, como digo, teve todo o aspecto progressista, é o Massacre de Porongos, a traição de Porongos, em 14 de novembro de 1844. O que aconteceu? Em 1840, quando da maioridade de D. Pedro II, assume um gabinete liberal, e são feitas as primeiras tentativas de uma paz entre os rio-grandenses e o Império. Onde é que tranca a roda da carreta? Os farroupilhas, que estavam representados por Bento Gonçalves, colocam como uma das condições que os negros farroupilhas, em armas, do Exército Farroupilha, com a paz, ganhariam a liberdade. E o que o Império diz? "Não, de jeito nenhum! Como é que vamos premiar a rebeldia de escravos com a liberdade deles?" O que isso vai significar para os escravos de todo o Brasil? Vai significar: "Rebelem-se, que ganharão a liberdade". E, como o peso do escravo na economia imperial era

total, não era possível aceitar isso. Com isso, os farroupilhas suspenderam as tratativas e disseram que não havia conversa.

Seguiu a luta. Na Constituinte, como já falei, em 1842, em 1843, é feita uma proposta por Mariano de Matos. E faço uma ressalva: Mariano de Matos, mulato, e Domingos de Almeida, multado, eram dirigentes da Revolução Farroupilha. Vou dar aqui os dados. Mariano de Matos foi, por duas vezes, Ministro da Guerra e da Marinha e foi Presidente da República Rio-Grandense de novembro de 1838 a março de 1841. Domingos José de Almeida foi Ministro da Fazenda. Um era carioca, e o outro, mineiro. É outra coisa interessante. Dizem que era separatista, mas nunca os farroupilhas perderam contato com as revoluções liberais no Brasil. Aliás, Bento foi libertado de onde estava preso pelos maçons. Então, essas relações entre as revoltas no Brasil mantiveram-se sempre.

Volto ao que eu dizia: Mariano de Matos foi quem propôs a abolição. Fizeram uma guerra muito grande, e os farroupilhas já estavam meio nas caronas, já estavam mal no combate. Se fizessem a abolição ali, haveria uma cisão tão grande, que isso os levaria à derrota. Então, eles recuam.

Em 1844, estamos já na fase final. Caxias é o comandante imperial, muito hábil. Há toda uma estratégia, e se começa a inviabilizar qualquer vitória farroupilha. A luta poderia seguir por muitos anos, mas a perspectiva de vitória se afastava. Ao mesmo tempo, no Prata, a confusão era crescente. Havia perigo de luta com o Uruguai, de luta com a Argentina. Quem sempre segurou a bronca? Os rio-grandenses. Imagina, numa eventualidade dessas, o Rio Grande do Sul não estar ao lado do Império? Seria uma dificuldade muito grande. Então, tanto o Império busca novamente a paz, como os farroupilhas começam a buscar a paz, mas, agora, o comando militar e político dos farroupilhas não é mais da maioria, é da minoria, com Vicente da Fontoura, e Canabarro era o comandante geral.

Com essas tratativas, surge de novo o problema: o que fazer com os negros em armas? Dar liberdade? "Mas esse é um exemplo horrível!" Mandar para a senzala? "Mas negros com experiência militar, com gosto da liberdade na senzala? Isso é frutificar a revolta." Se correr o bicho pega; se parar, o bicho come. Tem de se resolver o problema dos negros em armas. Não se pode mandá-los para a senzala, não se pode libertá-los. Vão fazer o quê? "Nós os matamos!" E aí se faz Porongos. Quero mostrar que a prova – há contestação de Porongos – não são só os fatos que vou enunciar aqui, mas a circunstância, que exigia, para eles, que se eliminasse o problema do negro, e, para eliminar o problema do negro naquele momento, eles acharam que tinham de matá-los.

Como se dá o Massacre de Porongos, então? O Exército de Canabarro acampa em Porongos, e é feito com que os negros acampem separados. Na madrugada que antecedeu o Massacre, os negros são desarmados das armas de fogo. A justificativa era que havia perigo de revolta, rumores de revolta. Canabarro é avisado por n emissários de que o principal guerrilheiro do Império, o Francisco Pedro de Abreu, o Chico Pedro, ou Moringue, aproximava-se com suas tropas. Canabarro disse: "Ah, esse cara, só de sentir meu cheiro, vai se assustar e vai embora". Não fez a segurança devida, não fez o reconhecimento da situação, e, repentinamente, na madrugada, Francisco Pedro cai sobre os negros. Canabarro se retira e impede que o resto da tropa – há testemunhas – acuda os negros. Dos mortos, de 80% a 90% são negros. Esse é o episódio.

Posteriormente, encontrou-se uma carta secretíssima do Duque de Caxias a Chico Pedro, o Moringue, dizendo a ele mais ou menos: "Está tudo combinado com Canabarro, a tropa negra vai acampar separadamente e vai estar desarmada. Faça seu avanço por tal lugar, porque ele só vai vigiar o outro lugar". Essa carta nunca foi negada por Canabarro, nunca foi negada por Caxias, está no livro de ofícios de Caxias, que foi publicado pelo Arquivo Nacional, e está no arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Nesse material, há uma cópia. É fui lá para fotografar.

Não tenho mais tempo agora, porque o Paim está dando uns buzinaços faz tempo. Parece o Chacrinha com aquele negócio, mas faz parte. Estou brincando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a próxima Mesa.

O SR. RAUL CARRION – Então, isso só vem, no meu entender, a comprovar a carta. Os outros elementos são suficientemente válidos.

Com isso, companheiros, a paz foi concertada. Por quê? Por um lado, tiraram o problema, que eram os negros; por outro, houve uma derrota tão avassaladora dos farroupilhas, que mesmo os que resistiam à paz naquelas condições recuaram, pois não tinham mais como sustentar a luta. Cumpriu-se, com isso, o objetivo da paz.

Há polêmica sobre isso? Há. Há contestação? Há. Sou historiador, assim como o Prof. Moacyr, e, em toda pesquisa que tenho sobre o assunto, tenho a plena convicção disso.

Concluo, dizendo o seguinte: o Massacre de Porongos, a traição de Porongos, significa que a luta foi sem sentido, sem valor? Acho que não. Mostram-nos as limitações dela, porque eram estancieiros progressistas

e não progressistas numa sociedade escravista, mas também se ressalta, por um lado, toda a participação do negro. Temos de dar visibilidade à participação do negro não só nesse episódio, mas na História do Brasil. Lembro o nosso João Cândido, almirante negro, desconhecido; o Zumbi, pouco trabalhado; e muitos outros que participam e participaram da construção econômica, política, social, histórica e cultural do nosso País. Por outro lado, isso acrescenta um pontinho mais na dívida que temos com o povo negro, que não é só por causa disso.

Concluo mesmo, dizendo que é um grande evento histórico, avançado, progressista, com suas limitações históricas, limitações relativas a quem o conduzia, limitações do momento histórico. Mas é justa a homenagem aqui.

Acho que, cada vez mais, nós e o movimento tradicionalista estamos incorporando a questão de Porongos na sua história. Recordo-me de que, antes, os negros tinham vergonha de se vestir de gaúchos. Os caras olhavam e diziam: "Está fazendo isso de estancieiro e tal". Mas começam a assimilar que foram parte muito importante da luta farroupilha e que, talvez, tenham sido o seu sustentáculo material principal. Hoje, vemos os negros nos piquetes de Lanceiros Negros, assumindo: "Sou gaúcho, sim! Sou farroupilha".

Acho que essa história deixou na gauchada, digamos assim, um espírito libertário, um espírito de intrepidez e de enfrentamento, que levou à Revolução de 30, não tenho dúvida. É claro que não foi só isso, mas pesou para a Revolução de 30. Pesou, em 1961, para a legalidade, para o Rio Grande do Sul ter se levantado. E pesa, até hoje, nas grandes lutas do povo gaúcho.

Temos de nos orgulhar disso, mas também devemos ver os problemas que houve nessa luta. Ele apontou alguns, e eu estou mostrando outros. Tenho a certeza de que também falará nesse sentido o Prof. Moacyr, que gosta de situar as ilusões que se criam, às vezes, na história. Mas não tenho dúvida de que foi um grande acontecimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Deputado Estadual Raul Carrion, do PCdoB do Rio Grande do Sul, também historiador. Ele fala da sua visão da Revolução Farroupilha.

Antes de passar a palavra à Senadora Marinor Brito, será feita uma apresentação por dois minutos e meio. Faço questão de que a senhora assista a essa apresentação.

Vou convidar, neste momento, o grupo de dança do CTG Estância Gaúcha do Planalto, para que, a nosso convite – eles têm compromisso, em seguida –, façam duas apresentações para nós. Eu queria que eles fossem recebidos com uma grande salva de palmas. (Palmas.)

A Senadora Marinor Brito falará em seguida. (Pausa.)

Vocês é que comandam o espetáculo aqui, agora, gaúchos e gaúchas de todas as querências, como a gente fala. Muito obrigado por terem vindo aqui. O Brasil lhes agradece.

(Procede-se à apresentação de grupo de dança.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será feita mais uma apresentação? Mais uma pelo menos, então! Pode ser? Depois, vamos ouvir a dupla, mas quero ver mais uma apresentação como essa. Gostei demais! Saudade do meu Rio Grande! (Pausa.)

Essa é famosa! É a Dança do Maçarico.

(Procede-se à apresentação de grupo de dança.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não queria pedir mais uma, mas ele falou da Chimarrita. Então, vamos lá! Estou faceiro que nem lambari de sanga aqui! (Risos.)

(Procede-se à apresentação de grupo de dança.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minuto, moçada! Quero que ele fale em nome da Presidência.

O SR. IVO BENFATO – Gurizada medonha, estou cumprindo uma missão das mais alegres neste nosso dia 20 de setembro. Quero cumprimentá-los pelo que vocês fazem, pela representação que fazem do nosso Rio Grande. Sempre que me dirijo a CTGs de fora do Rio Grande do Sul, digo que vocês têm um componente que nós, no Rio Grande, não temos: a saudade do nosso pago. Vocês sentem isso, e acredito que é isso que mais os mobiliza para fazerem o que fazem. Sintam-se, em nosso nome, em nome dos companheiros que estão aqui à Mesa, felicitados. Mais ainda, tenham a certeza de que, por esse Brasil afora, muitas outras pessoas estão aplaudindo vocês, com vontade, podem ter certeza, de dançar também o Pezinho.

Muito obrigado. Agradeço à nossa representação em Brasília! Vocês são os nossos cônsules!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço que, de pé, deem uma salva de palmas para essa moçada! Vocês o merecem! É a legítima tradição do Rio Grande! (Palmas.)

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.) – Agora, a dupla Bugre do Caaró & Cauê Guarani vai brindar vocês com uma música lá da região das Missões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você assumiu a Presidência aqui e já orientou tudo. É isso mesmo! A gauchada vai avançando! (Risos.)

Vamos lá, então! (Pausa.)

(Procede-se à apresentação de música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É linda essa música! Agora, ficou lindo! Vamos lá!

(Procede-se à apresentação de música.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A SRª MARIA CLEUSA – Eu gostaria de agradecer-lhes, como patroa do CTG, o convite que nos foi feito e também oferecer a nossa casa, que é um pedacinho do Rio Grande encravado no Distrito Federal. Estamos com as porteiras sem tranca e sem tramela para receber, com muito carinho, todos os que apreciam nossa cultura, especialmente todos os gaúchos e os de Santa Maria mais ainda, porque somos de lá também.

Assim, expresso nosso agradecimento. Hoje mesmo, encerraremos a nossa Semana Farroupilha, oferecendo um carreteiro. Aqueles que gostam de um carreteiro podem estar conosco.

Muito obrigada, mais uma vez. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos a Maria Cleusa.

Pedi que, no mínimo, fossem tocadas quatro músicas para eles, mas vocês vão ter de tocar, no mínimo, mais duas, para encerrar. Pelo menos, toquem só mais uma música.

Muito obrigado, Maria Cleusa. Você está na última Mesa.

(Procede-se à apresentação de música.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito obrigado. Agradeço muito a todos. Maravilha!

Recebi aqui o CD do Gustavo Netto, "Sul que Conheço", com as faixas A Cavalhada Crioula, Na Recolhida, Pra quem desencilha o pingo, Cabano Castanho, Sul que Conheço, por aí vai.

Neste momento, a palavra será encaminhada aqui por Moacyr Flores, membro da Academia Rio-Grandense de Letras. (Pausa.)

Eu concederei a palavra à Senadora, se quiser usar da palavra neste momento. Em seguida, falará o Moacyr. É o mesmo critério usado por todos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fala a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu gostaria de pedir licença e de dizer que meu dia já vai ser muito melhor do que os outros, porque inicio o dia ouvindo um pouco da memória cultural e política do nosso povo, iniciada no Rio Grande do Sul.

Tive o privilégio de ouvir o Professor Raul Carrion. Aliás, não é primeira vez que eu o ouço. Já morei em Porto Alegre, no início da década de 90, e, em alguns momentos, tive a oportunidade de conhecer um pouco esse debate do qual ele é um entusiasta. E todos nós valorizamos muito isso.

Compartilhamos dessa alegria que o folclore brasileiro e o folclore gaúcho sempre trazem para o povo. Não é um folclore descomprometido, é um folclore quase sempre vinculado às lutas, à rebeldia do povo, à resistência do povo, em especial do povo negro.

Com essas palavras, Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer a V. Exª pelo compromisso político com o Senado Federal e com o povo brasileiro de trazer aqui autoridades e estudiosos da Revolução Farroupilha, para falarem da importância que teve esse movimento para a Proclamação da República brasileira, para o término da escravidão no País. Trazer esse debate para esta Casa, neste momento, é um estímulo, pelo menos para mim, como Senadora da República, para não deixarmos morrer, para não deixarmos passar em branco e não tentarmos sedimentar na mente e no coração do povo brasileiro passagens da História tão importantes!

Então, eu gostaria de agradecer-lhes a oportunidade de partilhar deste debate, mesmo nestes poucos momentos. A correria do dia a dia no Senado Federal é muito grande. Uma das Comissões de que participo no Senado, a Comissão de Educação, está votando alguns projetos de interesse nacional, e vou precisar me deslocar para lá. Mas eu não poderia deixar de dizer para vocês que o Senador Paim é um dos mais brilhantes representantes da cultura negra, da luta do povo brasileiro, e expressa muito o sentimento que mobilizou a Revolução Farroupilha. Isso deve ser motivo de orgulho para vocês, gaúchos, como o é para todos nós, brasileiros. (Palmas.)

O Senador Paim é um parceiro nesta Casa de todos os dias e de todas as horas e tem sido o responsável pelos principais debates feitos no Senado Federal, não pelos debates da mídia, não pelos debates do Ibope, mas pelos debates que trazem reflexão sobre o porquê de não termos conseguido, até hoje, depois de proclamada a República, assegurar direitos de justiça e de liberdade ao povo brasileiro.

O Senador tem trazido aqui o debate sobre o porquê de, depois de muitos anos, depois da "libertação dos escravos", a população negra ainda sofrer

com os menores índices de escolaridade, com os menores salários, com a violência. Segundo dados do Ministério da Justiça, os homicídios aumentaram, de 2005 para 2009, em 111%, matando a população negra de 15 a 25 anos.

O Senador Paim é parceiro nessas reflexões, nessas construções coletivas, que têm ajudado a criar instrumentos de libertação do povo brasileiro.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Marinor vai ter de se retirar, mas quero dizer que seu requerimento, que já está sobre a mesa, vou aprovar, com certeza, no final da sessão, porque sei que V. Exª tem uma missão fundamental nessa diligência no Estado do Pará. Sintetizo, e V. Exª pode advogar seu requerimento, porque é mais uma violência que se faz nas prisões do Pará. Não foi a primeira vez em que uma menina foi violentada.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Uma menina de quatorze anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma menina de quatorze anos foi violentada.

A senhora, nessa missão, em nome da Comissão de Direitos Humanos e, eu diria, em nome do povo brasileiro, vai deixar bem clara a nossa posição. V. Exª tem a palavra. Vou aprovar seu requerimento no encerramento da reunião.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Estou solicitando uma votação extrapauta, em função de mais um crime cometido contra a infância e a adolescência no Estado do Pará. Dessa feita, foi praticado um crime de violação de direitos sexuais dentro da penitenciária Heleno Fragoso, que fica a 50 quilômetros de Belém, a capital do Estado. Essa violência já tinha sido denunciada, já era de conhecimento das autoridades da Superintendência no Pará. Nenhuma providência foi tomada, e a violência se repete, inclusive, com a mesma menina.

Temos informações do envolvimento de uma rede de prostituição que interage com a administração dos presídios no Pará. Precisamos dar um freio nisso. Infelizmente, as atitudes de governos sucessivos no Pará, como os de Almir Gabriel, Jatene, Ana Júlia e agora, novamente, Jatene, têm se limitado a excluir secretários de Segurança Pública, a demitir o Superintendente da Polícia Civil ou coisas do tipo, como afastar funcionários. Queremos uma atitude preventiva, porque não queremos passar novamente pela tristeza de anunciar ao Brasil que mais um caso de violação de direitos sexuais da infância e da adolescência no nosso Estado está envergonhando o povo brasileiro, está envergonhando o Brasil no mundo.

Então, estou indo até lá em diligência. Vou convidar outros Senadores que puderem nos acompanhar, para que todos os procedimentos legais sejam tomados nesse caso, para que a gente veja o caso concluído. As autoridades que estiverem envolvidas no caso deverão ser punidas.

Queremos chegar até o fim desse processo e vamos acompanhar essa investigação de perto, Senador. Muito obrigada pela deferência de acatar o requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ser aprovado, com certeza.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Vamos realizar aqui no dia 22 uma audiência pública que vai tratar de uma questão que é similar, que envolve o tráfico de pessoas para também propiciar a exploração de mulheres e de meninas. Já solicitei ao Senador Paulo Paim que enviasse o pedido à Presidência do Senado. Vou tentar conversar com o Presidente Sarney, porque precisamos trazer aqui uma testemunha, uma vítima, que foi ouvida na CPI do Tráfico Humano quando estivemos no Pará, o que muito vai contribuir para o avanço do desvendamento das redes do tráfico existentes no País. Infelizmente, são 520 registradas pela UnB, que envolvem cerca de R$32 bilhões, favorecendo essas redes de traficantes ao ano.

Muito obrigada, Senador. Bom dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendida, com certeza, no encerramento desta reunião.

Quero registrar a presença aqui do Sr. Oniro da Silva Camilo. Está aqui o Oniro? (Pausa.) Ele estava aqui há um minuto. Eu olhei, e ele sumiu. O Oniro da Silva Camilo está conosco. Ele é Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul e vai poder também, no momento adequado, usar a palavra.

Quero também registrar a presença de Claudecir Barbosa da Silva, Coordenador-Geral de Educação em Direitos Humanos, CDH.

Quero também registrar a presença – já deveria ter registrado antes – do meu amigo Lademir Mota, Gerente do Banrisul em Brasília. É uma alegria vê-lo aqui! Você foi um dos primeiros a chegar aqui. Na confusão dos papéis, eu não tinha falado seu nome ainda. Você tinha de ter me cobrado já. Tinha de ter dito para mim: "É preconceito, negão?". Muito bem, Lademir! Quero uma salva de palmas para o Lademir, que veio aqui prestigiar o nosso evento. É o novo gerente do Banrisul, em Brasília, para orgulho de todos nós! (Palmas.)

Vou passar a palavra, neste momento, ao Deputado Federal Assis Melo, do PCdoB do Rio Grande do Sul, para que dê sua mensagem.

Em seguida, vai falar o Professor Moacyr Flores.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – Senador Paim, mais uma vez, queremos agradecer e dar os parabéns a V. Exª pela iniciativa e a todos na Mesa, em especial, ao Professor Raul Carrion, do Rio Grande do Sul, historiador e estudioso desse tema.

Para ser breve, Senador Paim, quero dizer apenas que não importa se a Revolução Farroupilha foi separatista ou não. O que importa é que se lutou por uma causa, e a tradição de luta do nosso povo brasileiro demonstra, realmente, que esta grande Nação foi e continua sendo construída com muita luta e sacrifício do povo trabalhador e dos negros.

Mas, neste momento, o que interessa, pelo menos no meu entendimento, é comemorar esse grande feito histórico de um povo. Hoje, somos gaúchos brasileiros. Essa é a nossa grande marca. Por onde andamos, levamos, de fato, a cultura rio-grandense, que teve essa marca da Semana Farroupilha. Hoje, comemora-se no Rio Grande do Sul a Semana Farroupilha como uma grande festa.

Aqui, todos fazem essa reflexão histórica. Infelizmente, não vou poder ouvir as palavras do Professor Moacyr. Mas quero dizer que me sinto realmente contente de, nesta Casa, por sua iniciativa e dos que já palestraram aqui, marcar, de fato, a grande importância da luta do nosso povo, especialmente dos negros, que tiveram um papel importante na Revolução Farroupilha, como em todas as lutas por todo País, até porque o negro se integra nesta grande Nação, que é a Nação brasileira.

Portanto, mais uma vez, Senador Paim, demais palestrantes da Mesa e demais participantes, quero agradecer-lhes a oportunidade de estar aqui.

Senador Paulo Paim, no dia 14 de setembro, data do meu aniversário, pude comemorar meu aniversário em um CTG em Brasília. Orgulho-me muito de saber que aqui há pessoas que relembram e cultivam nossa tradição.

Portanto, parabéns a todos!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Deputado Federal Assis de Melo, do PCdoB do Rio Grande do Sul, que é da nossa terra natal, eu diria, Caxias do Sul.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – Só faço uma referência, Senador: hoje, Caxias do Sul é, para nós, a capital do CTG. É a cidade que mais abriga CTGs no Rio Grande do Sul. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Moacyr Flores, membro da Academia Rio-Grandense de Letras.

O SR. MOACYR FLORES – Bom dia a todos!

Meus agradecimentos ao Senador Paim, por ter me dado a honra de estar aqui, no Senado Federal.

Quero passar às mãos do Senador alguns livros com o título Negros na Revolução Farroupilha. Usei uma frase da correspondência de Bento Gonçalves: "Traição em Porongos e Farsa em Ponche Verde". Esse é o subtítulo do livro. Há ainda outro livro sobre o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. MOACYR FLORES – É sempre difícil falar sobre a Revolução Farroupilha em dez minutos. Isso é impossível! Como sou o último a falar, vou pinçar alguma coisa que foi dita, não no sentido de criticar, mas de esclarecer mais um pouco.

Não podemos tomar os rebeldes – vamos usar o termo genérico – como se todos tivessem a mesma ideia, o mesmo imaginário. Temos de ver que, entre os liberais, havia os liberais moderados monarquistas, cujo chefe era Bento Gonçalves da Silva. Ele não era republicano, era monarquista e moderado. Veja que a República não é proclamada por ele, mas, sim, pelo Netto, que é republicano. A República não foi proclamada pelo Bento.

Além dos moderados monarquistas, havia os moderados republicanos, como o Osório. O Osório não vai participar da Revolução, embora ele tenha ido ao acampamento do Netto em Bagé. Mas ele não quis participar, porque achava que, embora fosse republicano, esse movimento não era brasileiro. É interessante isso. É só olhar a correspondência de Osório.

Além dos moderados, havia os liberais exaltados ou farroupilhas. Dou um detalhe interessante: eles se reuniam na casa de João Manoel de Lima e Silva, que era carioca, irmão do Regente Francisco de Lima e Silva e tio do futuro Duque de Caxias. Portanto, os farroupilhas se reuniam na casa dele, na rua Duque de Caxias, e na casa do cônsul norte-americano. Quando os imperiais tomaram Porto Alegre, eles deram uma surra no cônsul americano, algemaram-no e o enviaram de volta aos Estados Unidos. Naquele tempo, havia uma diferença no tratamento a esses estrangeiros metidos. E, quando isso foi reclamado ao Império do Brasil, o Império respondeu que era uma questão de soberania, que ele, como diplomata, não podia se meter em assuntos da política interna do Brasil.

Então, vejam bem que não podemos dizer "os farroupilhas", mas sim, "os liberais", e, entre os liberais, todas essas facções se digladiavam. Um detalhe interessante é que todos que iam à reunião do Partido Farroupilha, vamos chamar assim, não no sentido atual de partido, eram brasileiros, não eram rio-grandenses.

Vejam bem que não estou separando o Rio Grande do Sul do Brasil, mas digo isso para verem que nenhum deles era do Rio Grande do Sul. Eram argentinos, uruguaios, cariocas, mineiros. Quem fundou o Partido Farroupilha em Porto Alegre foi o carioca José Alpoim, e quem presidiu esse grupo depois era o médico mineiro Marciano Pereira Ribeiro.

É claro que existe uma diferença entre história e memória. Há pouco tempo, estávamos conversando sobre isso. A memória busca sinais de identidade no passado, e o Rio Grande do Sul, talvez – respondo àquela nossa conversa –, tenha uma identidade gaúcha, porque é território de conquista. Vemos pela linha de Tordesilhas que o Rio Grande do Sul estava fora do Império português. Então, ele tinha de ter uma identidade diferente do outro. E quem era o outro? O castelhano. E o brasileiro? Vejam bem que, até 1822, éramos súditos de Portugal; éramos, portanto, portugueses. E nos tornamos brasileiros a partir de 12 de outubro de 1822. Considero o dia 7 de setembro uma data simbólica. O próprio imperador D. Pedro I anotava como independência do Brasil a data de 12 de outubro, quando ele foi aclamado imperador. Até então, um grito em um riacho no sertão de São Paulo nada significava. O que significou foi o fato de ele ser aclamado imperador do Brasil.

E o que aconteceu? Nós formamos o primeiro Estado brasileiro. Neste ponto, respondo à colocação da Senadora, que, infelizmente, daqui saiu. Por que o brasileiro é abandonado? Porque não formamos a Nação brasileira, primeiro. Nós formamos o Estado, primeiro. Então, há sempre uma dissociação entre o Estado e a Nação.

Quem criou a primeira identidade por motivo de fronteira, por conquista? Foi o Rio Grande do Sul, que não adotou a identidade brasileira, que adotou uma identidade rio-grandense, não gaúcha, porque, no período da Revolução Farroupilha, gaúcho era uma palavra pejorativa. De acordo com a Lei Feijó, todo vadio, que era o gaúcho, tinha de ter emprego em oito dias. Se, em oito dias, não conseguisse emprego, pegava cadeia, pegava de seis a oito meses de prisão. Então, essa era a Lei Feijó, de 1831, quando ele era Ministro da Justiça.

Falou-se aqui também em causas da Revolução Farroupilha. Acho que não podemos minimizar e simplificar no charque. O charque era vantagem para o Rio Grande do Sul. Por quê? Lembra-se da Serra Pelada? O Uruguai se transformou no maior exportador de ouro do mundo, e não havia uma pepita, um grãozinho de ouro no seu território. É a mesma coisa do charque do Uruguai. Se examinarmos o volume vendido pelo Uruguai, veremos que não havia campo suficiente nem gado suficiente. Então, de onde saía o gado? Saía do Rio Grande do Sul, com uma grande vantagem para o estancieiro, que não pagava a sisa, que era o imposto de transmissão. Então, era vantagem para ele levar o gado para as charqueadas de Montevidéu, porque ele não pagava os impostos aqui. "Ah, mas está havendo concorrência!" "Não, mas ele já vendeu o gado sem imposto, está no lucro!"

Anotei aqui que a principal economia do Rio Grande do Sul era a criação de cavalos, que eram levados para o Rio de Janeiro e para Angola, para que fossem trocados por escravos. Esse era um grande negócio. Outro grande negócio era a criação de mulas. A mula valia, chegando a Sorocaba, dois contos de réis, se não era domada, e, às vezes, cinco contos de réis, se era domada, enquanto uma vaca, se fosse levada até lá, valeria 400 réis. Então, não era negócio o gado, mas a criação de mulas, que era o principal meio de transporte em todo o Brasil.

Outra grande economia do Rio Grande do Sul, já que estamos abordando escravidão, era a escravidão. Trazia-se o escravo de Angola, que desembarcava no Porto das Galinhas, na Bahia. Lá ele recebia documentos falsos, seguro – o escravo, para viajar, precisava do seguro – e passaporte. Os que falsificavam tinham um nome, eram os chamados papeletas. Esses escravos entravam no Porto do Rio Grande, com a conivência das autoridades, para, depois, serem revendidos para as outras províncias do Brasil.

Vejam que há reclamações nos jornais da imobilização do capital na compra e venda de escravos, enquanto a indústria, a própria pecuária e a agricultura estão abandonadas, não tem investimentos, porque estão investindo nesse contrabando. Não é que houvesse poucos escravos, não! Havia escravos no Rio Grande do Sul para esse negócio. Como era proibida a importação de escravos, o negócio era entrar pelo Rio Grande do Sul e entrar em Castilhos Grandes e aí entrar pelo Chuí ou por Jaguarão.

Esses eram os grandes negócios, não o charque. O negócio era levar o gado para Montevidéu e fazer esse contrabando de escravos.

Então, vejam que não podemos minimizar na questão do charque, porque, assim, chamaríamos todos esses rebeldes de ignorantes. Era só mudar a economia e pronto, não era preciso fazer a Revolução. Ninguém vai arriscar-se numa revolução por que a economia não está dando certo ou por que há imposto demais nessa economia. É só mudar a economia.

Tocou-se aqui também em Maçonaria. A Maçonaria nunca fez a Revolução Farroupilha. O que havia eram indivíduos ligados a lojas maçônicas. Então, falar-se em lojas maçônicas está correto, mas não na Maço-

naria como instituição, porque, na Maçonaria, existem os monarquistas, os legalistas, como, por exemplo, o Marechal Sebastião Pereira Pinto, que é o primeiro a resistir à Revolução. Ele era maçom. Bento Gonçalves também era maçom e monarquista, não republicano.

O criador da Maçonaria, Francisco Chavier Ferreira, que levou a Maçonaria para o Rio Grande do Sul – é em Rio Grande que ele vai fundar a primeira loja maçônica –, não era farroupilha. Ele chamava os farroupilhas de bagunceiros anarquistas. Ele é maçom, é liberal, é moderado e é monarquista.

Então, temos de cuidar quando usamos esses termos. Não se pode imaginar que o Rio Grande do Sul era farroupilha. Não! Essa era uma minoria, não era o Rio Grande do Sul. Há vários grupos aí.

Falo, agora, da traição em Porongos. Vimos um filme. Passei ao Senador Paim um documento, que é um requerimento de Moisés de Souza Neto, filho e escravo do seu senhor e pai Antonio de Souza Netto. O Netto possuía escravos, e, quando os escravos foram libertos, por lutarem do lado farroupilha, é evidente que o filho dele, por ser lanceiro, ganhou a liberdade também. Mas o Netto não admitiu isso e foi para Melo, levando seus escravos, seus lanceiros, que continuaram escravos com ele. O Moisés, que tinha sido prisioneiro, passou para o lado monarquista, como lanceiro. Não podemos esquecer que os monarquistas também tinham lanceiros negros, infantes negros, não só os Faroupilhas. Como seria o combate – acho que é uma boa pesquisa – entre os Lanceiros Negros imperiais contra os Lanceiros Negros farroupilhas? Eles estão dos dois lados.

Por que essa traição... Inclusive, há um documento que dizem que é falso, mas não é falso. Na época, o Caxias – vamos dar o exemplo do Caxias – fazia o borrador, como se diz, escrevia ali, e o secretário dele passava a limpo para um livro de registros. Este é o Livro A5, da correspondência dos governantes, que está no arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Vejam bem que o tal documento dito como falso está entre outros documentos num livro corrido. Portanto, não há como falsificar todo um livro. Aqui, diz-se "reservado".

O que vai para o Abreu? É evidente que o livro não vai. Então, o secretário faz o quê? Uma cópia. O fato de constar como cópia não quer dizer que o documento seja falso; ele é original, é o destinatário. Se vocês examinarem os milhares de documentos que temos no arquivo, há vários que são cópias, porque o original ficou registrado num livro. Este aqui é o livro de Caxias, que está registrado.

Então, essa ordem de poupar índios e brancos... Eram três acampamentos separados. Jamais os rebeldes se juntaram no acampamento. Os acampamentos sempre foram separados, e digo, por brincadeira, que eles lutavam separados e que, só na hora de fugir, todo mundo se juntava.

A gente tem de ver essa criação de memória, e há toda uma exaltação do passado, enquanto a história procura outro caminho. Sei que os historiadores são estraga-prazer. É outro caminho.

Se estamos vendo os negros do lado farroupilha, temos a obrigação de ver os negros que lutaram também do lado imperial. O que aconteceu com esses negros no final? Por que atacaram? Atacou-se a infantaria. Há documentos que dizem que os lanceiros e a cavalaria estavam todos de cavalos encilhados, porque sabiam dessa ordem de Caxias. Eles estavam avisados. Inclusive, a irmã do Netto avisou que o Moringue, o Francisco Pedro de Abreu, estava acampado junto à fazenda dela. Ela mandou avisar o Netto que estava no acampamento do Canabarro. Então, não foi surpresa nenhuma. Inclusive, Netto dividiu sua tropa, mandou a metade para Quebracho, dizendo que o combate vinha de lá, quando o combate vinha de outro lado. Por que destruir a infantaria? Porque a infantaria é que mantinha o terreno, não a cavalaria. A cavalaria é protegida pela infantaria. Essa é uma estratégia de luta.

Vejam bem que são tiradas as pedras, as pederneiras das armas – eram armas de pederneira –, ou seja, é tirada a munição. O lanceiro luta com lança. Quem é que usa o fuzil para arma de pederneira e munição? A infantaria. Quer dizer, liquidando com a infantaria, terminou o poderio do exército.

Nessa altura, Caxias tinha 12 mil homens esparramados pelo Rio Grande do Sul. Ali, em Porongos, havia oitocentos. Quatrocentos foram aprisionados, e quatrocentos fugiram. Desses quatrocentos, cem foram mortos. Com isso, liquidou-se todo o exército farroupilha. Não há mais luta. O que resta aos farroupilhas? Pedir a anistia. A anistia tinha de ser pedida. E há correspondência de Caxias de 4 de janeiro de 1849 diz que os chefes farroupilhas estavam pedindo anistia. E ele escreve para o Ministro da Guerra, dizendo que David Canabarro vai entregar o restante dos negros. Inclusive, consegui retirar de jornais do Rio de Janeiro da época a chegada desses negros que Canabarro entregou depois de Porongos, lá em Ponche Verde. Está aqui no jornal do Rio de Janeiro a chegada desses escravos do Estado.

Há também o orçamento do Império. Diz-se, textualmente, no art. 26, no que trata a diversas e eventuais despesas, "30 contos para pagamento aos proprietários de escravos vindos da Província do Rio Grande do Sul e libertados pelo Governo". O Governo ainda pagou para os proprietários desses escravos uma indenização.

Vejam bem: os negros foram utilizados como massa de manobra? Foram. Por que eles lutaram? Porque ganhariam a liberdade. Essa era uma maneira de se obter a liberdade. Se havia um José Mariano de Matos, que era abolicionista, o restante, os farroupilhas, não o eram, nem o Netto, que escravizou o próprio filho. No Uruguai, se a gente falar com os negros de Tacuarembó, que era a estância deles, vamos ver que eles são unânimes em dizer que o Netto tinha um harém de negras e filhos com essas negras. Ele mantinha esses filhos como escravos.

Vimos um filme. O que diz o filme? Ele tem liberdade poética, como se diz. E a história bate de frente com isso.

Acho que é muito bom fazermos essas discussões. Lamento apenas o tempo curto.

Atualmente, para nós, do Rio Grande do Sul, a Guerra Civil dos Farrapos é um sinal de identidade, e, como sinal de identidade, ela vai surgir num escrito de Alfredo Ferreira Rodrigues quando é proclamada a República. E a República precisava de heróis, porque foi feita por um golpe militar, não foi feita pelo povo, foi feita pelo golpe militar de Deodoro. Então, era preciso heróis. E aí transformaram Bento Gonçalves e David Canabarro em grandes heróis.

Depois, deram-se conta da traição em Porongos. Então, o que fizeram? "Não. Foi uma surpresa. Ele estava dormindo com Papagaia!" Pronto! A mulher é a culpada da traição em Porongos. Vejam bem o absurdo! E essa construção continua, apesar de Alfredo Varella e outros se levantarem e dizerem: "Não, não houve surpresa. O que houve foi combinação". E já surgiram outros, dizendo: "Não, a carta é falsa". Não pode ser falsa. Está aqui o original, que está num livro, que é a correspondência de Caxias. Se examinarmos a correspondência de Caxias, vamos ver que, no dia 23 de fevereiro de 1844, ele escreve para o pai dele: "Todos os chefes farroupilhas já pediram anistia". Portanto, não houve tratado de paz nenhum! Aquela listagem que é dita como tratado de paz é usada apenas para encobrir essa vergonha de um comandante que entrega seus soldados à morte.

Era só isso que eu tinha a dizer, meus senhores. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/|PT – RS) – Esse foi o Sr. Moacyr Flores, membro da Academia Rio-Grandense de Letras, que relata aqui, mediante documentos históricos, sua visão sobre a Revolução dos Farrapos.

Agora, eu queria que os quatro que estão comigo retornassem ao plenário na primeira fila. E viriam para a Mesa, neste momento, Aldo Fagundes, ex-Deputado Federal e ex-Ministro do STM.

Convido também a vir para a Mesa Maria Cleusa, patroa da Estância Gaúcha do Planalto; Wilson Porto, Diretor Geral da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha; e Henrique Pires, assessor institucional na Unidade Brasília Grupo RBS.

O Moacyr poderia sentar-se na primeira fila. Depois, vou dar a palavra para o Moacyr e para Oniro. O Oniro vai poder nos informar como está a questão do carvão.

Quero dizer que recebi também aqui o DVD da dupla Bugre do Caaró & Cauê Guarani intitulado Sempre a Cavalo, com as faixas "Os Cacoetes do Gaiteiro", "Folga de Peão", "Sempre a Cavalo", "Tampa do 'Isqueiro'", "Me Larga Otacílio", "Plantando de Súcia", "Venho Chegando" e muitas outras.

Vamos começar, de imediato, passando a palavra – depois, vamos para o encerramento – a Aldo Fagundes, ex-Deputado Federal ex-Ministro do STM. (Pausa.)

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Wilson Porto, Diretor-Geral da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha.

O Aldo deu uma saída, mas já volta aqui.

O SR. WILSON PORTO – Eu gostaria imensamente de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite feito à Confederação Brasileira e também por sua iniciativa na Comissão de homenagear a Revolução Farroupilha.

Eu gostaria de fazer – todos já falaram sobre a Semana Farroupilha, sobre a quantidade de CTGs – uma ode à grandeza do que existe hoje no movimento tradicionalista.

Na Confederação, estamos cadastrando todos os associados. Hoje, estão cadastrados 2.767 CTGs, oficialmente. Existem mais CTGs, mas cadastrados oficialmente pela CBTG são 2.767 CTGs. Estamos fazendo uma projeção e já cadastramos hoje mais de 120 mil, mas a nossa expectativa é de cadastrar 1.520.000 associados em CTGs. Então, como diríamos, é um exército que está à disposição. Estamos organizados em CTGs, mas a nossa grande dificuldade é a verba, porque todo o trabalho da nossa Confederação é voluntário, e, assim, não podemos obrigar ninguém a fazer nada. Mas tenho a certeza de que, se alguém estiver disposto a nos ajudar nesse sentido, colocaremos à disposição do Brasil, como um todo, em torno de 1,5 milhões de pessoas trabalhando pelo Brasil. Quando do Governo Lula, do programa Fome Zero, colocamos os CTGs à disposição – eram três mil CTGs, à época –, para recolher e distribuir as arrecadações feitas.

Poderemos fazer muitas coisas. Por exemplo, uma das grandes batalhas que temos hoje é a da inclusão digital. Por que não fazer um laboratório de

informática em cada CTG? Assim, já colaboraríamos muito com o Brasil.

Então, eu só gostaria de agradecer imensamente ao convite do Senador Paim. E nos colocamos à disposição de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi Wilson Porto, Diretor Geral da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha.

Como eu havia anunciado, passo a palavra, de imediato, ao Sr. Aldo Fagundes, ex-Deputado Federal e ex-Ministro do STM.

O SR. ALDO FAGUNDES – Eu queria apenas cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, promovendo este encontro, um encontro de gaúchos. Esta é uma lembrança da história, é uma recordação de feitos que nos enchem de orgulho e de alegria e que vale a pena recordar. Não há dúvida de que, neste encontro, existe um caráter memorial. A memória é a lembrança daquilo que vale a pena ser recordado. A Revolução Farroupilha está cheia de gestos que marcaram nossa história e que nos enchem de orgulho.

Eu estava lendo, outro dia, o Pentateuco, e me ocorreu que a Bíblia é um livro memorial. Aparecem ali expressões como "lembra-te", "não te esqueças", "ouça", "passe a teus filhos", pois é tudo isso que a celebração de um 20 de setembro traz para nós, os gaúchos. É uma lembrança.

Aquele verso do Hino, que cantamos com tanto orgulho, diz: "Povo que não tem virtude acaba por ser escravo". Recordamos nosso passado para nos lembrarmos de nossas virtudes, o amor, a liberdade, um gesto contra a escravidão, um gesto de brasilidade, de civismo. Isso é virtude. Lembramo-nos através dos oradores esta palavra: virtude. Que fique, pois, conosco a mensagem desta manhã!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Aldo Fagundes, ex-Deputado Federal, ex-Ministro, que deixou aqui sua mensagem!

De imediato, concedo a palavra à Srª Maria Cleusa, Patroa da Estância Gaúcha do Planalto.

A SRª MARIA CLEUSA – Meus cumprimentos a todos!

Eu gostaria de dizer que este é um momento muito especial para a Estância Gaúcha, que, no Senado, participa de um evento tão importante para o tradicionalismo gaúcho.

Nós, da Estância Gaúcha, que estamos há 33 anos em Brasília, fazendo um trabalho de divulgação e de preservação daquilo que consideramos importante para nós, adultos, e, principalmente, para as nossas crianças e para os nossos adolescentes, que estão em formação e precisam receber de nós essa mensagem do valor que tem a tradição e a preservação da identidade cultural. No momento em que vivemos a globalização, precisamos concentrar-nos em manter as nossas raízes, para que possamos continuar fazendo esse trabalho de preservação cultural.

Temos divulgado e levado ao conhecimento de todo o Planalto Central, juntamente com a Federação e a Confederação Gaúcha, essa nossa mensagem, essa nossa vontade de preservar o que é nosso. É o que transmitimos também a todos os que participam do nosso trabalho. Como o Wilson diz, são voluntários que chegam aos nossos CTGs e que se dispõem a formar nossas equipes. Como puderam observar, há o nosso grupo de dança, equipes artísticas e culturais, que buscam essa divulgação, que buscam trazer essa mensagem ao nosso Planalto Central.

Então, eu lhes agradeço mais uma vez e convido todos a conhecerem o nosso CTG – há aqui os que ainda não o conhecem. Participem conosco! A nossa Semana Farroupilha nos deixou realmente contentes, porque conseguimos reunir não só nossos associados, mas também grande parte da comunidade do Distrito Federal, com essa divulgação que fazemos do trabalho e da cultura do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Srª Maria Cleusa, que é quem comanda o grupo de dança Estância Gaúcha do Planalto!

Agora, passamos a palavra a Henrique Pires, que representa aqui o Grupo RBS.

O SR. HENRIQUE PIRES – Senador Paim, em nome do Grupo RBS, quero transmitir os cumprimentos à Comissão de Direitos e Humanos e Legislação Participativa, por ter trazido a esta Casa, numa data tão importante para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, essa discussão tão bem fundamentada. Houve posições não coincidentes, muitas vezes, mas todos nós saímos daqui muito satisfeitos por ter participado deste momento tão rico. E, certamente, o Brasil inteiro, pela TV Senado, acompanhou essa discussão, que muito nos orgulha.

Transmito os cumprimentos aos demais Senadores, em nome do Grupo RBS. Um abraço! Temos a certeza de que, no ano que vem, estaremos aqui novamente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Henrique Pires falou em nome do Grupo RBS.

Vou permitir agora mais três falas de companheiros nossos que estão aqui, querendo dar uma mensagem. Vou passar a palavra para o Moacyr, que representa aqui a Nova Central Sindical e também a sua Confederação, para que use o tempo de cinco minutos. Depois, falarão o Sr. Oniro da Silva Camilo,

o Sr. Vicente Raupp, para dar sua mensagem ao povo gaúcho, e o nosso gerente do Banrisul.

Então, concedo a palavra a Moacyr Tesch.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Primeiramente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa e de trazer o abraço do nosso Presidente José Calixto Ramos, que, lamentavelmente, está em outra função e não pôde estar aqui presente.

Eu gostaria de cumprimentar os trabalhadores da Casa, do seu gabinete, do Movimento Sindical aqui presentes, na pessoa de Oniro da Silva Camilo, Vice-Presidente da Nova Central e também do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul.

Neste momento, se existe outro espaço – e acredito que exista –, o meu avô deve estar muito feliz. Ele era gaúcho, da região de Missões, de Santo Ângelo. Com certeza, em função de o neto dele estar aqui, é bem provável que ele esteja muito feliz.

Senador Paulo Paim, não vou entrar em detalhes sobre a luta pela liberdade dos escravos à época, mostrada aqui, mas vou lembrar que essa luta continua. No Brasil, em 2011, continuamos na luta contra a escravidão no dia a dia do trabalhador. Há alguns dias, foi divulgado o que acontecia em algumas confecções de roupas, em que foram encontrados centenas de trabalhadores brasileiros em regime de escravidão. Dias atrás, surgiram reportagens mostrando que, também na construção civil, centenas de trabalhadores se encontravam na condição de escravos. Na agricultura, é diária essa informação.

A luta pela liberdade, pelo trabalho, pela dignidade, tem sido permanente. A luta pela redução dos impostos, por uma condição melhor da sociedade, permanece nos dias de hoje. O mundo dá voltas, mas as questões em que estamos trabalhando permanecem diuturnamente. A luta, Senador, por condições melhores de vida permanece ainda nos dias de hoje.

Eu gostaria de agradecer, de todo o coração, ao povo gaúcho, a cada gaúcho do Rio Grande do Sul, pelo seu apoio, pelo seu voto diretamente no Senador Paulo Paim, porque homens iguais a ele, lamentavelmente, nesta Casa, não são todos.

Vocês devem ter o maior orgulho desse homem chamado Paulo Paim. É uma pessoa de bem, de luta, de luz, que luta pela dignidade; um político que honra o Rio Grande do Sul em todos os momentos; uma pessoa que, em todos os momentos, onde quer que esteja, nunca negou sua história e que, muito pelo contrário, eleva o povo gaúcho e seu Estado onde quer que esteja.

Eu gostaria de agradecer ao povo gaúcho, nesta oportunidade, por ter dado ao Senador Paulo Paim a condição de continuar aqui, trabalhando pelo Estatuto do Idoso; pelo negro; pelo deficiente; pelo fim do fator previdenciário; pela jornada de 40 horas; pela recuperação das verbas dos aposentados; pelo Estatuto dos Motoristas; pela participação do pré-sal na questão da previdência social; pelo espírito de revolução, que continua dentro dele; pela anistia, em que vem trabalhando diuturnamente; enfim, pela luta da liberdade, pelo povo brasileiro.

Eu gostaria de parabenizar todos por este dia 20. Temos de registrar algumas coisas interessantes – eu até tinha escrito isso aqui, mas acabou passando –, como o fato de que, neste dia 20, em 331 a.C., Alexandre, O Grande, iniciava sua travessia pelo rio Tigre, para enfrentar o Império Persa. Também nesta mesma data, Santos Dumont realizava seu primeiro voo em um balão de propulsão própria. O Marechal Rondon, em 1919, era nomeado Diretor da Engenharia do Exército; e a lâmpada elétrica era patenteada. Então, parece-me que o dia 20 de setembro marca muito bem a importância dessa data.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Paulo Paim e de agradecer ao povo gaúcho, por nos ter dado a oportunidade de contar com mais um mandato desse Senador no Congresso Nacional, para dignificar o povo brasileiro e o povo gaúcho.

Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Moacyr Flores, pelas palavras ao povo gaúcho e ao nosso trabalho.

Faço questão de passar a palavra, para que ele dê sua mensagem também, ao Lademir Mota, gerente do nosso Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para que ele possa aqui expressar a sua mensagem neste dia 20 de setembro.

O SR. LADEMIR SOARES MOTA – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade e por este evento, que está engrandecendo a luta pelo negro na sociedade brasileira.

Acabei de chegar da África, mais precisamente das Ilhas de Cabo Verde, onde conheci a Cidade Velha, na Ilha de Santiago. Os negros vinham do continente e ficavam confinados ali até oito meses. Ali eram feitas negociações, com a finalidade de eles irem para as colônias portuguesas e espanholas.

Estou representando o Banrisul em Brasília. Esse é um banco de que todos os gaúchos têm orgulho, pelo que representa na economia do Estado do Rio Grande do Sul, pelo que hoje representa no Brasil, estando entre os dez maiores bancos do País, atendendo a todo Estado do Rio Grande do Sul, principalmente à área rural e à pequena e microempresa, com grande ênfase dentro do meu Estado.

Quero agradecer a todas as pessoas do Rio Grande do Sul. Hoje, um negro precisa ter um desempenho muito forte para chegar ao topo de uma organização. Acho que essa luta deve continuar. Essa luta deve ser constante, para que, no futuro, haja igualdade de condições, para que possamos assumir qualquer cargo dentro do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi Lademir Mota, gerente do Banrisul.

Vou passar a palavra a Claudecir Barbosa da Silva, Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, que está desde cedo aqui, prestigiando nosso evento. Seu nome tinha chegado meio truncado para mim aqui, mas agora você está com a palavra, para orgulho de gaúchos, de gaúchas e de todos os brasileiros.

O SR. CLAUDECIR BARBOSA DA SILVA – Com todo o respeito, Senador Paulo Paim, devo dizer que sou Coordenador-Geral da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Estou aqui em nome da Ministra Maria do Rosário. Temos muito orgulho de tê-la como grande líder do povo gaúcho, cuja estirpe é muito bem representada por V. Exª. Hoje, a Ministra está envolvida com a Comissão da Verdade, que, esperamos, será votada amanhã na Câmara dos Deputados, primeiramente, e, depois, no Senado Federal.

Quero dizer que, tradicionalistas ou não, nós nos irmanamos nessa questão do tradicionalismo, porque ela é o mecanismo de sustentação hoje da nossa história e da nossa origem.

Bem falava a Patroa, com relação à questão da globalização, direitos humanos devem ser olhados com um olhar muito local, porque, nós, gaúchos, temos essa essência de cuidar dos nossos, tanto que chamamos a nossa terra de "querência", chamamos as nossas mulheres de "prenda". Então, ali começa o sentido de pensar e acarinhar as pessoas mais necessitadas.

Então, quero parabenizar V. Exª. Fiz questão de colocar na agenda da minha coordenadoria a presença aqui hoje, porque, além de ser tradicionalista, sou avaliador de concurso de prenda, sou pai de prenda de CTG. (Palmas.)

Fui aluno do Prof. Benfato, na Feevale, num curso de extensão de tradicionalismo. Sou Professor, sociólogo, mestre em Sociologia, pela Unisinos. Estou aqui representando o Rio Grande do Sul, e é isso que viemos fazer aqui. E esperamos que, quiçá, nós o representemos bem, na minha humilde condição, mas tendo V. Exª como espelho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Claudecir Barbosa da Silva, coordenador da Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, representando, e muito bem, a nossa querida amiga Ministra Maria do Rosário.

Então, neste momento, passo a palavra ao Sr. Oniro Camilo, dirigente sindical, Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul. Ele está numa luta muito grande, para ver se conseguimos reverter a situação, para o carvão participar dos leilões.

O Oniro tem a palavra.

O SR. ONIRO DA SILVA CAMILO – Bom tarde, Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim!

Ao cumprimentar Paulo Paim, cumprimento toda a Mesa. E, cumprimentando o companheiro Moacyr, cumprimento os demais presentes aqui.

A gente está nessa luta, que é difícil. Esta data, para nós, é muito importante, porque o dia 20 de setembro, a data do gaúcho, o Dia do Gaúcho, também marca o que a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 498 determina, ou seja, a exclusão do carvão da matriz energética.

Aqui, Senador, em nome dos gaúchos, em nome daquela comitiva que esteve aqui na semana passada, na última terça-feira, dia 13, primeiro, nós o parabenizamos e lhe agradecemos o apoio intenso que dado a essa luta em defesa do carvão do Estado do Rio Grande do Sul, do Paraná e também de Santa Catarina. Não é uma luta de uma região. É uma luta de três Estados, onde mais de 5,5 mil trabalhadores correm o risco, estão na iminência de perderem os empregos. Usando a tabela da Fundação Getúlio Vargas, são mais de cinquenta mil trabalhadores e, usando a média da família brasileira, mais de duzentas mil pessoas envolvidas nesse assunto.

Então, para nós, esta data é emblemática. Por isso, nós nos deslocamos do Rio Grande do Sul hoje. Saímos de casa às 4 horas da manhã, para estar aqui, para aproveitar este espaço aqui, porque a mobilização continua. Ainda no último domingo, na nossa cidade, Butiá, houve uma mobilização em praça pública. No Dia do Gaúcho, estaremos no desfile. Após a cavalaria, depois dos cavalarianos, passará o sindicato dos Mineiros e o grupo Coração de Mineiros, que o senhor bem conhece, que é um grupo de mulheres formado pela nossa entidade. Por todo o Estado do Rio Grande do Sul, sindicalistas do Rio Grande do Sul também vão passar com nossa faixa de protesto.

Acreditamos, ainda temos a esperança no trabalho da bancada do Rio Grande do Sul no Senado Federal, na luta em defesa do carvão nacional. Alega-se que não se pode queimar carvão nacional, mas trazer

carvão da Colômbia é viável. Então, é uma contradição. Não concordamos com isso, não aceitamos isso.

O Rio Grande do Sul, mais uma vez, com certeza, estará unido e irmanado nessa luta em defesa dos trabalhadores, em que a Nova Central, Moacyr, é importante e fundamental. O nosso Presidente Calixto tem nos ajudado aqui, bem como o Valdir, no Rio Grande do Sul.

Quero parabenizar sua equipe de trabalho, que tão bem acolheu os gaúchos aqui, na última semana. Na pessoa do Tiago, agradeço a toda a sua equipe.

Agradeço-lhe a oportunidade. E que Deus ilumine e continue iluminando e abençoando a sua mente, para que seja motivo de orgulho não só para os trabalhadores, mas para todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Oniro! Você sabe que estamos juntos nessa luta. Ontem mesmo, houve um debate com os três Senadores. Na verdade, não foi um debate, pois os três Senadores defenderam os interesses do Rio Grande. E a questão do carvão foi muito tocada. Estamos tentando uma audiência para a bancada não só do Rio Grande, mas do Paraná e de Santa Catarina, com a Presidente da República, para aprofundarmos as negociações, para evitar que o carvão do Rio Grande, do Paraná e de Santa Catarina, que são os produtores, fique sem o poder de participar do leilão chamado A5.

Como é de praxe, nesta Comissão, meu amigo Carrion, vou seguir a lista, como eu a recebi. Vamos conceder três minutos para cada painelista, para que faça suas considerações finais. Três painelistas podem dispor de cinco minutos. E você foi escolhido, Carrion. Você é o primeiro.

Em seguida, terão a palavra o Ivo, o Moacyr Flores e o Ronaldo Teixeira, da primeira mesa.

O Deputado Estadual Raul Carrion tem a palavra.

O SR. RAUL CARRION – Em primeiro lugar, agradeço-lhe, mais uma vez, a oportunidade de vir aqui. Agradeço o convite ao Senador Paim. Agradeço aos painelistas, com os quais pudemos compartir. Saúdo meu ex-professor. Eu estava vendo aqui alguns documentos extremamente interessantes que ele pesquisou.

Quero saudar os novos painelistas que nos seguiram e que trouxeram também sua contribuição importante a este nosso 20 de setembro, que tanto significado tem para nós.

Quero dizer que, evidentemente, entre as palestras que ocorreram, existem alguns pontos de vista não exatamente iguais, o que é normal. Se todos nós tivéssemos a mesma visão, o mesmo ponto de vista, seria até meio chato, porque não haveria as nuanças necessárias. Mas não creio que seja o momento de fazer debate ou polêmica em torno de visões diferenciadas, porque, no fundamental, há semelhanças sobre o tema.

Eu só diria – eu conversava com o Professor Flores – que, muitas vezes, a saga farroupilha tem sido apropriada por elites conservadoras, por oligarquias. Considero que esse exame mais acurado e mais preciso da nossa História nos fará ver que o grande fautor dessa saga foi o povo. Conta-se muito a História, dizendo que esta é feita pelas elites, pelos chefes, pelos grandes homens, e se esquece da grande massa que realmente faz as transformações históricas. No caso da revolução farroupilha, tenho o convencimento de que os negros, os brancos pobres, os mestiços, os índios não foram mera massa de manobra. Eles foram protagonistas e perceberam, naquele movimento, de forma intuitiva, um espaço de liberdade, uma possibilidade de avanço, e é isso que move os povos. Os povos não se movem para trás.

Infelizmente, a luta não foi plenamente vitoriosa. Tenho pleno acordo de que não houve um tratado de paz. Isso não ocorreu. Na verdade, os farroupilhas assinaram um documento, a chamada Paz de Ponche Verde, mas houve um entendimento, e estou convicto de que o Império necessitava que esse entendimento se realizasse. Em outros Estados, essas revoltas foram aniquiladas, foram dizimadas. No Rio Grande do Sul, era muito problemática para o Império, ainda que tivesse a possibilidade de ser vitorioso, uma vitória que humilhasse o Rio Grande. Isso criaria, na fronteira viva, no Estado, que era a primeira trincheira para enfrentar os castelhanos, uma dificuldade. E, até em condições de vitória à vista, ele fez algumas concessões ao Rio Grande por causa disso. Então, a luta do povo gaúcho, também no momento final, fez valer sua força.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Deputado Raul Carrion, que veio do Rio Grande para essa palestra. E você falou dentro do tempo. Eu lhe concedi três minutos, com o limite de cinco minutos, e você ficou em quatro minutos e meio.

De imediato, passamos a palavra, para fazer suas considerações finais, ao Sr. Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha.

O SR. IVO BENFATO – Quero aproveitar a oportunidade e ressaltar que 20 de setembro é muito mais o dia do gaúcho do que o dia da Revolução Farroupilha. Encaramos o dia 20 de setembro como a data do calendário para celebrar toda a construção que se fez muito rapidamente. Podemos observar que os portugueses chegaram ao Brasil em 1500 e que, somente em 1737, colocamos o primeiro tijolo sobre outro tijolo, para fazer uma construção, com a fundação da cidade de Rio Grande, do Forte Jesus, Maria, José, para apoiar

a Colônia do Sacramento. Noventa e oito anos depois, não chegou a cem anos, fizemos uma revolução por aquilo que entendíamos como de direito, em busca de reconhecimento do governo central, do Império. Mas, num passo mais acelerado ainda, fez-se o exemplo de República, de Federação. Todos os protagonistas, todos os episódios podem ser vistos e revistos, mas a mensagem ficou e embasou uma nova campanha, quase sessenta anos depois, na República brasileira.

Quero dizer também que o Rio Grande do Sul tem no gaúcho, na bombacha, a síntese da sua colonização. Nós não somos só farroupilhas, nós somos descendentes de italianos, descendentes de alemães, descendentes de açorianos, descendentes de índios, descendentes de negros, que atravessaram o Atlântico e nos ofereceram, como um presente, a sabedoria da construção da sua identidade cultural que veio de lá. Não é à toa que dançamos o Pezinho, que é uma dança de origem açoriana, assim como dançamos o Anu, que é uma dança de origem espanhola, e por aí vai.

O Rio Grande do Sul, realmente, é um retrato do Brasil. Ali, em cada uma das nossas identidades, das nossas etnias, demonstramos ser, mais do que qualquer outra coisa, o resultado do Brasil que sonhamos para todos. E gostaríamos que assim fosse e que cada Estado brasileiro tivesse essa gana de cuidar da sua terra, do seu espaço. Se cada um fizesse da mesma forma, tenho certeza de que o somatório seria muito maior do que a soma das partes e que o Brasil estaria em busca de uma identidade no somatório de todas as entidades regionais, locais.

Eu lhe agradeço, sinceramente, Senador, em nome daqueles que represento, da minha Comissão Gaúcha de Folclore, da Comissão Nacional de Folclore, da Confederação Gaúcha do Planalto Central, do Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul e de um monte de gente de bota e bombacha, de vestido de prenda, que está aqui, aplaudindo-o pela sua trajetória política.

Assim, sublinhando muito bem este 20 de setembro, espero que outras homenagens ao 20 de setembro iguais a esta aconteçam no Senado, sempre com a sua participação. Para nós, isso é muito bom, é um presente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Ivo Benfato, Diretor Cultural da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha. Agradeço-lhe pelas palavras dirigidas a mim. O senhor faz uma síntese. Gosto muito quando disse aqui que o povo gaúcho é isto: é índio, é negro, é branco. Não importa se é africano, se é italiano, se é alemão, se é português, se é espanhol, se é descendente dos países asiáticos. Essa é a formação do nosso povo. E aí o senhor faz uma síntese muito grande disso. Isso é o Brasil, isso é o Rio Grande. Parabéns!

Vou passar a palavra agora ao Sr. Moacyr Flores, membro da Academia Rio-Grandense de Letras, também para fazer suas considerações finais.

O SR. MOACYR FLORES – Meus agradecimentos, Senador Paim, por ter me convidado a participar deste debate.

Um dos orgulhos que tenho de ser rio-grandense é justamente que formamos um mosaico cultural. E é interessante que, dentro desse mosaico cultural, formou-se, criou-se uma identidade, que passa a ser um denominador comum. Essa identidade, é evidente, busca sinais, e um dos grandes sinais de identidade é justamente a Guerra Civil dos Farrapos, que considero uma luta de brasileiros contra brasileiros, não do Rio Grande do Sul contra o Império, mas de brasileiros contra brasileiros. Felizmente, tiveram o bom senso de fazer a paz e voltaram.

Considero a Guerra Civil dos Farrapos como um dos maiores acontecimentos da história do Brasil, porque se lutou por ideias, ideias liberais, ideias de liberdade. A liberdade estava acima de tudo. Isso, para mim, é a grande herança dessa guerra civil, essa ideia de liberdade, de luta por identidade.

Não aceito esta simplificação: luta por causa do charque. Não se levaria dez anos lutando. Foram dez anos lutando por ideias. Isso, sim, é que sustentou essa guerra.

Além disso, temos de lembrar que é uma guerra totalmente diferente, é uma guerrilha a cavalo, e que o exército imperial não estava habituado a isso. O exército imperial precisava de banda de música para marchar, precisava de acampamento, precisava de quartel, enquanto nossos guerrilheiros a cavalo não precisavam de quartel nem de banda de música, embora tivessem aprisionado a banda de música do Mendanha, que é uma contribuição negra também para o Hino do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez, meu muito obrigado. Quero dizer que estou às suas ordens como historiador e professor.

Muito obrigado por tudo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Dr. Moacyr Flores.

Gostei de todos que falaram, gostei muito do Carrion. Mas uma frase que o senhor usou, para mim, foi interessante. Eu ouvia falar muito da história do charque, e o senhor desmistificou isso com a maior tranquilidade, de forma muito simples. Nada tem a ver com a história do charque, mas, sim, com a liberdade, com uma visão de outro país, na busca da justiça. Essa é a marca do povo. Parabéns!

Sei que o Brasil todo, pela TV Senado, aprendeu muito, ouvindo todos os nossos convidados. Meus parabéns!

O SR. MOACYR FLORES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra liberdade é mágica.

O SR. MOACYR FLORES – Ela é fundamental. O que mais aparece nos jornais da época é a palavra liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns!

Vejo que o Ronaldo está pronto. Em nome do Governador, você abriu a reunião e vai encerrá-la.

Eu não vou chamar o Ronaldo agora.

O SR. IVO BENFATO – Senador, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. IVO BENFATO – Eu não tenho a prática, mas, como gaúcho, a gente atravanca, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Atropela, no bom sentido.

O SR. IVO BENFATO – Atropela.

Eu gostaria de fazer um encaminhamento à Comissão. O Movimento Tradicionalista Gaúcho organizado se espalha por todo o mundo e tem uma característica muito própria. Há dois documentos básicos que nos organizam: a tese O Sentido e o Valor do Tradicionalismo, de Barbosa Lessa, e a Carta de Princípios, de Glaucus Saraiva, em que são pontuados 29 itens que organizam toda a nossa estrutura.

Integro o Colegiado Setorial de Culturas Populares, e, como culturas populares tradicionais, brigamos muito para ter a visibilidade, o crédito, as oportunidades que se oferecem. O Plano Nacional de Cultura está pronto, e o Plano Setorial de Culturas Populares também está pronto e aprovado, mas é muito difícil.

Eu gostaria de encaminhar isso, para que fosse estudada a possibilidade da criação de um estatuto voltado para as culturas populares tradicionais, não para as culturas populares como um todo, mas para as tradicionais, às quais está mais ligada a identidade dos grupos locais, regionais. Se me permitir, Sr. Senador, eu gostaria de encaminhar ao seu gabinete esses documentos, para que seja estudada essa possibilidade.

Acredito que, assim, seria dada uma contribuição do Rio Grande para todo o País. É claro que é uma experiência nossa, e a experiência de cada lugar é original e tem de ser preservada. Mas, como consequência daquilo que eu havia falado antes, essa é uma forma de autovalorização de cada cultura. Só seremos grandes mesmo se cada parte se reconhecer como importante.

Isso é o que eu gostaria de dizer, para a sua apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está acatada. Espero que cheguem aqui os documentos. Há dois caminhos: ou eu, como Senador, entro com a proposta do estatuto, ou podemos fazer isso via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A sua entidade apresenta aqui o projeto, indico o Relator, e o projeto passa a tramitar em nome da Comissão de Direitos Humanos. Vamos só combinar as tratativas.

O SR. IVO BENFATO – Obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou aqui com muita satisfação. Pode saber que me estou sentindo em casa, como se estivesse no Rio Grande. E estou no Brasil, não é?

Pergunto aos nossos convidados da Mesa se querem fazer uma saudação final ou se se sentem contemplados com a última fala. (Pausa.)

Então, agora, vamos passar a palavra ao Ronaldo Teixeira da Silva, que representou, nesta atividade, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Agradeço a participação a todos, em nome do Rio Grande do Sul, de alguma maneira, em nome do nosso Governador Tarso Genro, porque debater e divulgar a história, apropriar-se da realidade histórica e cultivar a memória, como fez o Professor Moacyr, é fundamental.

Não tenho dúvida – acho que isso ficou claro aqui – de que a identidade gaúcha, o sentimento de Nação está vinculado diretamente a esse momento da Revolução Farroupilha. Então, entre tantas conquistas da própria Revolução, esse sentimento nos une significativamente. É claro que a liberdade é um valor universal inestimável e, igualmente, é um efeito desse encontro, desse momento, na nação gaúcha, na Nação brasileira.

Quero aproveitar este espaço e fazer com que, neste momento, haja um compromisso histórico renovado pelo Rio Grande, pelo Brasil. Por isso, quero externar, em nome do Governador Tarso Genro, o apoio irrestrito à luta do carvão mineral, que é uma conquista dos trabalhadores. É uma história construída também pelo Rio Grande nesse sentido e tem de estar hoje no centro das preocupações do nosso Governo Federal. Portanto, o papel que irá cumprir o Senado Federal, o Senador Paim, em especial, será um papel decisivo, para que haja a inclusão novamente do carvão no horizonte da economia brasileira.

No mesmo tom, não posso me esquecer de falar sobre o que, certamente, a esta altura, mais algumas horas ou algumas já passadas, é a preocupação

central, no dia 20 de setembro, do Governador Tarso Genro, que está, a partir do Rio Grande, dizendo claramente ao Brasil e ao nosso Governo Federal da importância da distribuição dos royalties e, portanto, da participação do Rio Grande do Sul nessa riqueza, que é uma riqueza do Brasil. Se é uma riqueza do Brasil, é uma riqueza que tem de ser compartilhada pelo Rio Grande.

Agradeço muito a todos. Parabéns pela iniciativa! Um grande abraço, Senador e lanceiro negro Paulo Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Ronaldo Teixeira da Silva, que representou aqui o Governador do Estado.

Ronaldo, deixe-me falar desse gancho do nosso pré-sal. Nesta Casa, estou há 26 anos. Nunca vi um veto ser derrubado – eu disse isto ontem e vou repetir hoje –, a não ser que haja um entendimento com o Executivo. É grave isso, é grave, porque a maioria dos projetos é votada por unanimidade e, independentemente de quem seja, o Governo veta, a matéria vem para cá, e o veto não é derrubado.

Por isso, fazemos parte de uma frente parlamentar para acabar com o voto secreto no Congresso. Inclusive, tenho uma PEC, a de nº 50, que tem esse objetivo.

Mas esse veto, nem que o voto seja secreto, se for colocado em votação, vai cair. Esse veto vai cair, porque sinto que é a vontade de todos os Deputados e Senadores, a não ser, é claro, dos parlamentares dos três Estados que se sentem prejudicados. Mas eu diria que, no mínimo, 80% dos Deputados e Senadores votarão pela derrubada do veto. E, por isso, o Governador Tarso Genro está certo. Ele está ajudando o Governo quando lança essa campanha, com o objetivo de que se construa o entendimento, para que haja uma negociação que permita, de fato, que valha a antiga frase, bonita, sempre transparente e verdadeira: "O petróleo é nosso". Se é nosso, é de todo o povo brasileiro, não só de um, dois ou três Estados. Parabéns! Parabéns ao Governador!

Pessoal, vamos terminar a nossa reunião com um pequeno clipe da música "Céu, Sol, Sul", do Leonardo, que perdemos. Ou melhor, esse é outro Leonardo. Mas perdemos o Leonardo, o grande Leonardo, que, diversas vezes, esteve com todos nós, em momentos muito bonitos.

Peço que só aguardem um minuto. Por uma questão protocolar, tenho de encaminhar dois requerimentos.

Primeiro, pergunto se os senhores concordam com a entrada em pauta do requerimento que visa à realização de uma audiência pública em defesa dos movimentos sociais.

Aqueles que concordam com a entrada do requerimento extrapauta permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O outro requerimento diz respeito àquilo que eu havia acertado com a Senadora, para que ela representasse a Comissão no Pará, para tratar da violência praticada contra uma menina.

Os que concordam com a entrada do requerimento extrapauta permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Na mesma lógica, vamos votar o mérito dos requerimentos.

Itens extrapauta:

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 132-CDH, DE 2011

"Requeiro a realização de audiência pública debater a criminalização dos movimentos sociais."

Autoria: Senador Paulo Paim.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento em que se pede a realização de audiência pública para debater os movimentos sociais permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 131-CDH, DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de diligência nas cidades de Belém e Santa Izabel do Pará, Estado do Pará, no sentido de investigar a ocorrência de abuso sexual contra adolescentes nas dependências da Colônia Heleno Fragoso, as condições de funcionamento do sistema prisional paraense e a atuação de redes de prostituição nos espaços prisionais daquele estado."

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Em votação.

Os que concordam com o requerimento em que se pede que a Senadora Marinor Brito vá ao Pará, em missão desta Comissão, em defesa da menina que foi violentada, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Neste momento, acho que a melhor forma de eu terminar esta audiência... Primeiro, quero fazer uma justificativa: o Sr. Antonio Amaro da Silveira Neto, Presi-

dente da Federação Tradicionalista Gaúcha do Planalto Central, está aqui representado por membros de sua diretoria executiva, Leonardo Valentini, Nara Lucas, Letícia Pinheiro e Wilson Porto. Então, está justificada aqui a ausência de Antonio Amaro da Silveira Neto.

Meus amigos, eu só posso agradecer a todos.

Não vamos terminar ainda nossa audiência pública. Vamos, neste momento, ouvir "Céu, Sol, Sul, Terra e Cor", com o grande Leonardo. Depois do clipe, vou encerrar a sessão.

(Procede-se à execução de música.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O título dessa música que ouvimos, repito, é "Céu, Sol, Sul, Terra e Cor". Lembro-me do Leonardo, porque me encontrei com ele inúmeras vezes. Ele era apaixonado por essa canção, uma das obras dele.

Encerramos, assim, a nossa audiência pública. Quero agradecer a todos vocês.

Sei que o nosso Rio Grande, hoje, lembra esta data com muita emoção, com muita força, com muita rebeldia e com muita coragem. É aquilo que foi dito aqui: com certeza, somos gaúchos, somos brasileiros. Talvez, grande parte do Brasil que esteja assistindo neste momento à TV Senado não saiba que é difícil haver uma cidade do Rio Grande que, neste momento, não esteja comemorando esta data num centro de tradição ou com uma caminhada na avenida principal, a cavalo ou a pé. Todos estão com as roupas típicas de gaúchos e de gaúchas. As prendas estão com as pilchas. São as gurias, os guris, os peões. Quando a gente fala em guria e guri, alguns estranham.

É um momento muito bonito! Mesmo no Parque da Harmonia, na capital, em Porto Alegre, há um grande evento. Em Canoas, em diversos lugares, esse evento é realizado. Lembro-me de Gravataí, de Viamão, de Cachoeirinha, de Guaíba. Enfim, não vou poder citar todas as cidades de Rio Grande. Sinto que há uma energia muito forte que une gaúchos e gaúchas nesta data. É uma data linda!

Independentemente de tudo o que aconteceu – pelo massacre que houve, muitos morreram, não só negros, mas negros e brancos –, tenho para mim que esse foi um marco na luta para acabar com a abolição. Esse foi um marco! Os Lanceiros Negros, para mim, não morreram em vão. Eles morreram nessa peleia, e, pode ser coincidência, mas, dali a pouco, veio a dita abolição, que não foi consagrada naquele momento, com todos os entreveros, com todas as discordâncias e com todas as polêmicas que a história registra em relação àquele momento histórico.

Confesso que, em um desses dias, em Brasília, cheguei a escrever um poema, de forma romanceada, eu diria, em homenagem aos Lanceiros Negros. Escrevi esse poema, que, depois, foi espalhado. Foi algo que escrevi com muito carinho e com muito respeito a todos.

Sou daqueles que só acreditarão em uma pátria libertária, justa e igualitária quando brancos, negros e índios, de fato, caminharem de mãos dadas, de forma permanente. Acredito em uma pátria sem qualquer tipo de discriminação, onde não haja espaço para nenhum tipo de preconceito.

Permitam-me lembrar o que disse Martin Luther King – é uma frase de gosto: "Quando brancos, negros e índios sentarem-se à sombra da mesma árvore e comerem do mesmo pão, construiremos, de fato, uma pátria igual para todos!". Viva a liberdade! Viva a igualdade!

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2011.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador **(Paulo Bauer),** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vital do Rego e Flexa Ribeiro, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Marta Suplicy, Magno Malta, Marcelo Crivella, Roberto Requião, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavacanti, Gim Argello e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 40/11-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, nº 53/11-CE e nº 102/11-CDH, de autoria do Senhor Cyro Miranda,

destinados a debater o tema **"Educação Especial"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF); Senhora Emília Teresinha Borges, Presidente da Associação de Pais de Alunos Especiais (APAE) de Goiânia e Senhor Albanir Pereira Santana, Presidente da Federação das Associações de Pais de Alunos Especiais (APAE) do Estado de Goiás. Como expositores, comparecem à Audiência o **Senhor Sérgio Domingos, Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; Senhor Erivaldo Fernandes Neto, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Senhor Deputado Federal Eduardo Luiz Barbosa, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos Especiais – APAES; Senhor Joiran Medeiros da Silva, Coordenador Geral da Política Pedagógica da Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC; Senhor Candy Gifford, Psicóloga Especialista em Diagnóstico Infantil e Senhora Maria do Socorro Nery da Silva, Representante de Famílias de Alunos Especiais**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Amélia e Cristovam Buarque. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Senadora Ana Amélia solicita a anexação do manifesto da Frente Parlamentar do Cooperativismo – Frencoop, ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009, que "Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)". A solicitação é aprovada. Prosseguindo, o Senhor Senador Cristovam Buarque propõe o agendamento de uma audiência com o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para discutir a inclusão e a socialização das pessoas com deficiência nas escolas, além da criação de escolas profissionalizantes voltadas a este público específico, com a presença dos Presidentes do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime. Neste momento, o Senhor Senador Cyro Miranda propõe a inclusão do nome do Senhor Deputado Federal Eduardo Barbosa na referida audiência. As propostas são aprovadas. Logo após, a Presidência sugere a expedição de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Marco Maia, no sentido de solicitar a inclusão em pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 347, de 2009, que altera a redação do inciso III do art. 208 da Constituição Federal, de forma a garantir acesso à educação especializada para pessoas com deficiência sem imposição de limite de faixa etária e nível de instrução, preferencialmente na rede regular de ensino. A sugestão é aprovada. Agradecendo a presença de todos o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **PAULO PAIM**, Presidente da Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata das reuniões anteriores e sua respectiva aprovação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende aos Requerimentos nº 40/11, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Alvaro Dias, e nº 53/11 e 102/CDH, de autoria do Senador Cyro Miranda, para a realização da audiência pública destinada a debater a educação especial.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Enquanto os convidados se dirigem à Mesa, agradeço ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, pela deferência que me concede de presidir os trabalhos da presente reunião em audiência pública.

Vamos aguardar a chegada dos convidados. *(Pausa)*

Devo informar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, aos convidados presentes, aos participantes e também aos nossos convidados para apresentação

das informações que os Requerimentos apresentados propuseram – são informações a serem prestadas à sociedade, através do Senado –, que esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e através de canal da Internet, ao vivo; que também está sendo gravada e, posteriormente, será reprisada em horários específicos, de acordo com a pauta de programação da TV Senado; que também é veiculada pela Rádio Senado; que é motivo de matérias jornalísticas que amanhã estarão no *Jornal do Senado*; e que também é transmitida pela Agência Senado. Portanto, é uma reunião pública, é uma audiência pública que, sem dúvida nenhuma, contribuirá, contribui muito para a melhoria das condições da educação especial e também para o funcionamento de todos os órgãos envolvidos com os direitos de pessoas deficientes, portadores de necessidades especiais etc.

Iniciando, portanto, os trabalhos, conforme é de regra nesta Comissão, já que hoje temos seis apresentações, é necessário que tenhamos muito critério na distribuição do tempo. Normalmente, em reuniões com quatro palestrantes, damos a cada um 15 minutos. Na data de hoje, consulto, se todos estiverem de acordo, se devemos nos restringir a dez minutos por apresentação. A partir do momento em que todos tiverem feito a sua apresentação, colocaremos o assunto em debate. Os Srs. Senadores que foram os proponentes dos requerimentos serão os primeiros a apresentar os seus questionamentos e suas opiniões; depois, os demais Senadores também o farão.

Dando início aos trabalhos, como sempre procedo nessas audiências públicas, adoto o critério de começar por um lado: da direita para a esquerda ou da esquerda para a direita. Como da última vez nós começamos da esquerda para a direita, agora nós vamos começar da direita para a esquerda.

Então, com a palavra o Sr. Sérgio Domingos, Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, para usar da palavra por até dez minutos.

É bom lembrar que depois, na resposta aos Srs. Senadores, então eu adoto o critério do inverso. Aí, será da esquerda para a direita a manifestação dos palestrantes.

O SR. SÉRGIO DOMINGOS – Inicialmente, o meu bom-dia a todos; ao Senador Paulo Bauer, na pessoa de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa. Aos pais de alunos aqui, faço o cumprimento na pessoa da Eliane e da Maria do Socorro Nery da Silva.

Olha, na verdade a minha participação aqui teve e tem um propósito, na medida em que há demandados, na Defensoria Pública, pelo respeito à dignidade dos alunos com deficiência cognitiva. E nós encontramos um óbice jurídico, porque, a meu juízo, inicialmente, não tinha razão de ser a interpretação do art.208, inciso III, em que se fazia uma interpretação extremamente restritiva, delimitando que aos 18 anos, efetivamente, se cumpria ou se extinguia a possibilidade de as pessoas continuarem no ensino público.

Quanto a essa demanda, quando fiz a primeira proposta encontrei de imediato, Senador, o deferimento da inicial, sob alegação de impossibilidade jurídica do pedido. Isso, para quem milita na advocacia, é uma coisa nefasta. É quase que falar que quem está postulando tem incompetência ou não sabe fazer a leitura da legislação.

A partir de então, nós começamos a fazer a demanda junto à Deputada Rita Camata, que inicialmente não acreditava na indicação de que o Distrito Federal, como capital, estivesse restringindo o acesso pleno às pessoas com deficiência cognitiva.

Era uma quinta-feira. Numa sexta-feira ela viajou e quando voltou, na segunda-feira, ligou para nós e pediu que fôssemos ao seu gabinete. E lá chegando, ela informou que também no Espírito Santo vivenciava o mesmo problema: a restrição ou até mesmo o impedimento de essas pessoas terem acesso pleno à educação.

A partir daí, nós tivemos vários debates na Comissão de Educação da Câmara. O Deputado Eduardo Barbosa esteve presente a todas trazendo suas contribuições, também como educador. E questionávamos, à época, que não era intenção do constituinte originário fazer essa restrição que nós fazíamos quando da leitura do dispositivo constitucional.

O também Deputado Paulo Delgado vinha na mesma linha de trabalho, sustentando que nós não deveríamos fazer essa restrição porque não era essa a interpretação dos constituintes. E pela primeira vez tive a oportunidade de ver uma interpretação histórica, feita pelos próprios constituintes da época.

O Paulo Delgado estava um tanto quanto cético da necessidade de se fazer essa alteração no texto constitucional. E para surpresa nossa, quando da elaboração do seu parecer, um parecer bem denso e bem formatado por argumentos, conseguiu entender que haveria, sim, a necessidade de se fazer alteração nesse texto constitucional.

O próprio Conselho Nacional de Educação, na sua Resolução nº02, já traz a malfadada terminalidade específica, na medida em que ao completar 18 anos, são colocadas de fora do sistema educacional essas pessoas.

Olha, parece algo abstrato falar nessa situação, mas a todo final de ano nós passamos pelas agruras das demandas, porque os pais começam a ser insti-

gados a que os filhos não terão a renovação de suas matrículas no ano subsequente. E aqueles pais que se aventuram a discutir e a enfrentar as escolas são, de certa forma, repelidos, constrangidos, haja vista serem pessoas humildes, e colocados fora do sistema.

Na verdade, senhores, nós estamos enfrentando o problema do não respeito à dignidade humana, do não respeito aos direitos fundamentais a que todas as pessoas têm à educação. O que nós temos de passar a enxergar é que a idade não pode ser cronológica, ela tem de ser cognitiva. E também não posso conceber que, ao final, aos 18 anos, eu faça uma pseudoinclusão ao levar esses jovens para a EJA, que é a Educação para Jovens e Adultos, porque isso não é inclusão, isso é exclusão do sistema educacional. E àqueles que se insurgem, os filhos são até admitidos nas escolas, mas, às vezes, fazem o contraturno, se estudavam de manhã passam para a tarde, ou seja, altera todo o contexto em que eles estavam inseridos, e isso causa certa dificuldade tanto para a família quanto para os jovens.

Se nós observarmos a convenção internacional, se nós observarmos o próprio Texto constitucional não há qualquer restrição a que esses jovens continuem tendo pleno acesso à educação. Mas, lamentavelmente, lamentavelmente, aquelas pessoas que deveriam fazer, admitir e entender a necessidade dessa educação especial restringem sistematicamente a possibilidade desses jovens.

Eu não vou tomar muito tempo, Senador, como mineiro, sou econômico, né?

Se observarmos no Parecer do Deputado Paulo Delgado, ele traz uma pesquisa da FIPE que, ali, a gente fica perplexo. A grande discriminação feita em relação a esses alunos parte dos professores e dos diretores de escolas, porque eles não querem receber esses alunos, porque entendem eles que é mais um trabalho, é mais uma complexidade, existe a demanda de mais profissionais e, sob a alegação de que não contam com profissionais especializados, optam pela exclusão natural; convidam os pais, fazem reunião com os pais, indicam que o filho não está tendo nenhum ganho intelectual e, em razão disso, por que não deixá-lo em casa, por que não diminuir a vinda à escola. Ou seja, leva a que a família acabe desanimando em relação a essa possibilidade na educação.

São essas considerações que eu tenho a fazer no campo jurídico, para permitir que as pessoas que estão mais afetadas, que estão sofrendo com esse problema tenham a oportunidade de também fazer as suas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a manifestação do Sr. Sérgio Domingos, passamos, agora, a palavra ao Sr. Erivaldo Fernandes Neto, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), por até 10 minutos.

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar, em especial, aos componentes da Mesa, e parabenizar a Comissão pela convocação dessa audiência, de grande importância nesse momento de discussão do Plano Nacional de Educação.

No Conade, a educação especial está em pauta dentro da Comissão de Políticas Públicas, da qual eu e o Conselheiro Joiran, aqui presente representando o MEC, fazemos parte, e, ali, temos analisado vários documentos, pesquisas técnicas, propostas, posições contrapostas com o intuito de construir um parecer consensual entre os distintos posicionamentos.

O Conade, hoje, não tem uma posição firmada a respeito do papel da educação especial na política de educação do Brasil. Porém, aqui, eu gostaria de fazer algumas referências a pontos que eu tenho visto nas discussões que tenho participado.

Fazendo um breve histórico do que gerou esse debate no Brasil, o debate surge a partir da política de educação inclusiva do MEC 2008, em que "resignifica" o papel das escolas especiais como atendimento educacional especializado, em que a pessoa com deficiente é colocada no contraturno da escola regular por algumas horas e alguns dias, não sendo um atendimento integral especializado. Isso significa que as escolas especiais deixaram de ser escolas para prestarem um apoio especializado à pessoa com deficiência em alguns dias da semana em contraturno da escola. Isso fez com que gerassem duas posições antagônicas no Brasil: escolas especiais e escolas inclusivas. Antes da publicação desse debate não havia esses posicionamentos separados. A escola especial era tida como uma escola de proposta inclusiva, não de separação.

Aqui faço uma citação do Dr. Eduardo Chaves, que é Doutor em Filosofia da Educação, que faz um histórico da educação no século XX, dividido em duas megatendências: educação formal e educação não formal. A educação formal acontecendo nos espaços fechados, restritos, com currículos preestabelecidos, baseados em uma formação conceitual e "meritocrata"; a educação não formal é a que busca, além da formação curricular das disciplinas, uma formação com competências e habilidades no sujeito.

Hoje, a proposta de educação especial, isso não somente hoje, mas desde a década 1980, a educação especial vem sendo pensada dentro de um parâmetro

de educação para a vida, não sendo uma educação fechada em espaços restritos, como salas de aulas, oficinas ou sinônimos, mas sendo uma educação pensada em todas as etapas da vida do aluno com deficiência. Sendo uma educação, nos primeiros estímulos, cognitiva, nos primeiros anos de vida, posteriormente, a educação fundamental, depois a educação para o trabalho, depois a educação para a atualização profissional, depois o apoio à educação na velhice, para a pessoa com deficiência aprender a lidar com as afetações que a deficiência causa na velhice.

Então, é também uma preocupação, nos fóruns de que tenho participado, de pais e de profissionais, que essa educação seja tida como a educação para a vida, ensinando ao aluno a ter uma autogestão e ser um autodefensor de si mesmo, que tenha conhecimento dos seus direitos como pessoas com deficiências, direitos esses que têm uma luta histórica, uma construção histórica. E tudo isso está relacionado ao campo da educação. Então, a educação não pode ser vista em nenhum fórum como um espaço limitado de passagem de conteúdo, mas tem de ser vista no sentido *latu*, olhando a pessoa com deficiência de uma forma holística em suas particularidades e suas peculiaridades.

Os posicionamentos, por parte da Secretaria de Educação, por parte do próprio Ministério da Educação partem do princípio de que a matrícula dupla, prevista na política de educação inclusive 2008, é no sentido de acabar com a separação entre escola especial e escola inclusiva e garantir a presença da pessoa com deficiência nas duas instituições. Porém, o que temos visto, nos relatos dos pais e nos os relatos de famílias, é que não é isso que acontece, porque o atendimento especializado é feito em alguns dias da semana e não garante a integralidade dessas ações no atendimento da pessoa com deficiência.

Então, eu deixo uma questão para reflexão: qual o sentido de nós pensarmos no fim de uma escola especializada em detrimento de um ensino inclusivo somente, no ensino em educação regular? Qual é a ameaça que a escola especial traz à pessoa com deficiência estando nesse espaço, uma vez que a tendência educacional, a proposta educacional do fim do século XX e que estamos vivenciando agora dentro das academias, dentro das instituições que fazem esse tipo de atendimento em educação para a vida, em uma educação em todos os níveis e também dentro da escola regular, da escola pública.

Então, eu gostaria somente de deixar esses pontos firmados, para poder contribuir para as explanações, para os debates. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Sr. Erivaldo Fernandes Neto pela sua apresentação e pelas informações que prestou.

Passamos a palavra ao Deputado Federal Eduardo Barbosa, que com muito prazer eu reencontro aqui, depois de muitos mandatos nos quais convivemos na Câmara dos Deputados, na qualidade de Presidente da Federação Nacional das Apaes.

Aproveito para registrar a presença da Srª Emília Teresinha Borges, Presidente da Associação de Pais de Alunos Especiais de Goiânia, e também do Dr. Albanir Pereira Santana, Presidente da Federação das Associações de Pais de Alunos Especiais do Estado de Goiás.

Com a palavra o Deputado Eduardo Barbosa, por até 10 minutos.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Bom dia a todos os presentes. Eu quero cumprimentar o nosso Presidente Paulo Bauer e toda a Comissão de Educação do Senado Federal e, sobretudo, a iniciativa do Senador Cyro Miranda de termos mais uma vez a possibilidade de promover, na Comissão do Senado, um debate sobre a educação especial.

Nós entendemos que esse debate precisa ter uma continuidade, precisa ter profundidade. E entendo que as Comissões de Educação do Senado e da Câmara têm esse papel de podermos, de fato, clarear algumas posições, mas, mais do que isso, entendermos de uma forma mais elucidada a questão da educação especial.

Eu confesso a vocês que nós militamos há 25 anos na educação especial e ainda deparamos com uma realidade cruel. Tanto os gestores, nas diversas esferas, quanto os próprios Conselhos Estaduais e até o Conselho Nacional conhecem muito pouco sobre a educação especial. Por isso mesmo, fica uma terra de ninguém. E, dentro dessa terra de ninguém, nós criamos um ambiente não salutar no País, em que, como diz o Professor Mazzotta, em vez do debate, promove-se um embate. Com isso, nós provocamos um prejuízo muito grande naquilo que devemos avançar e conquistar em relação à educação especial voltada para um segmento importante da população, que gira em torno de 14% da nossa população brasileira.

Rapidamente, o tempo é muito pequeno, mas eu gostaria de dizer para vocês que a educação especial, até antes da Constituição de 88 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, era organizada à luz de preceitos conceituais variados. Ou seja, o sistema educacional não assumia a educação especial para si. Por isso mesmo, as organizações sociais, por essa omissão do Estado, começaram a organizar serviços educacionais para o atendimento a esse segmento da população.

Nós temos, então, instituições que prestam e prestaram um serviço ao longo de décadas no País, com as Pestalozzis, as Apaes e outras organizações. No entanto, antes, essas escolas eram organizadas de acordo com uma visão conceitual dos profissionais que atuavam daquelas escolas. Havia, então, uma pluralidade de escolas especiais no nosso País. Quando nós tínhamos profissionais que eram, por exemplo, piagetianos, eles organizavam aquelas escolas dentro de turmas, pela lógica, que é uma classificação piagetiana, agrupando pessoas dentro da fase sensório-motora, simbólica, e assim por diante. Houve uma época em que também havia uma organização das escolas na forma comportamental, inclusive definindo as pessoas como aquelas educáveis, treináveis, e assim por diante.

A partir da Constituição, nós começamos a responsabilizar o Estado brasileiro para que assumisse a educação especial como um direito. Tanto é que os constituintes definiram que a educação especial deveria ser realizada preferencialmente no sistema regular de ensino. Com isso, comprometem os governos a assumirem esse atendimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz, com clareza, que nós não poderíamos mais ter no nosso País qualquer tipo de escola que não se organizasse em níveis de ensino. A partir disso, as próprias escolas especiais tiveram a necessidade de se organizar não nas diversas formas, mas através de um critério único de organização de escola, que são os níveis de ensino, começando com a educação infantil e passando pelo ensino fundamental até atingir o ensino superior. E traz o conceito claro de educação especial como modalidade de educação que perpassa os níveis de ensino. Modalidade de educação nada mais é do que os recursos e técnicas utilizados para garantir o aprendizado acadêmico daquele aluno dentro desses níveis de ensino.

Com isso, então, nós começamos a perceber o direito de acesso e percurso também para a pessoa com deficiência. De forma que, além de acesso e percurso, ele tem o direito à certificação daquilo que ele recebe como educação. Então, ele alcançou ali um direito, que não havia até então.

Assim, nós tivemos um avanço muito grande, porque começamos a perceber que o sistema tinha que se responsabilizar por esse aluno. Começamos, então, dentro de um movimento mundial, a trabalhar para que as escolas todas pudessem receber a todos sem distinção. E o grande avanço dessas duas últimas décadas foi justamente fazer com que os sistemas educacionais fossem inclusivos. Inclusive, é isso o que prevalece na convenção: nenhum sistema pode ser restritivo. Isso significa que não há nenhuma escola na esquina que possa simplesmente impedir uma matrícula de alguém que tenha uma deficiência pelo fato de ter uma deficiência. Isso a própria Convenção traz com muita clareza. Então, nós tivemos aí uma ampliação de direitos, o que, para nós, é muito positivo.

No entanto, começou, então, um processo de grande debate: dentro de um sistema educacional inclusivo, precisa-se excluir a possibilidade dos espaços educacionais especializados? E talvez esse seja o assunto hoje mais conflitante.

Aí, começamos a ter posições divergentes. O Ministério da Educação, hoje, por exemplo, defende o papel da escola especial como um papel complementar e suplementar, ou seja, não reconhece que a escola especial deveria ser mantida num aspecto substitutivo, ou seja, também oferecendo a escolaridade nos seus níveis de ensino.

Quando, então, esse tema vem à tona, nós que vivemos e militamos dentro dessa área há muitos anos e vários pesquisadores e estudiosos mostramos que isso não é convergente; existem divergências. Primeiro, porque as pessoas com deficiência têm peculiaridades para o seu aprendizado. E nós não conseguimos perceber que um sistema convencional, padronizado, possa de fato acolher o processo de educação de todos.

Nós sabemos que hoje nós temos um sistema educacional meritocrático. Inclusive as escolas são avaliadas por esse processo. E, mais uma vez, as pessoas com deficiência têm que se adequar àquilo que previamente está sendo estabelecido dentro de um sistema comum. Por isso mesmo começam os impasses e inclusive as angústias das próprias famílias, que não percebem que seus filhos têm um aprendizado dentro do sistema convencional. E aí passou-se a ter um outro debate. O fato de termos a socialização dentro da escola comum já justifica as pessoas estarem dentro da escola comum. Isso também tem controvérsias. A escola é feita para a socialização ou é feita para a socialização e também a garantia do aprendizado? E aí essa questão também está em debate.

Quando falamos de um sistema educacional inclusivo, também temos que remeter que não há como avaliarmos essa discussão sem o recorte das deficiências. Então, uma coisa é você preparar um sistema educacional para o surdo, para o cego, para o deficiente intelectual, para o autista. Há peculiaridades distintas para nos organizarmos para receber esses alunos. Eles têm peculiaridades específicas. Então, surge a pergunta: o sistema educacional que temos está em condição de acolher a todos na sua diversidade?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Já acabou, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Um minuto.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Um minuto, está certo.

Então, isso é uma indagação que as famílias acreditam que os direitos delas não podem ser restritos. Que bom que conseguimos a ampliação dos direitos com as escolas assumindo esse papel, mas também temos que definir o que é melhor para a pessoa, onde ela se sente melhor. Inclusive, a convenção remete ao pensamento das ambientações educacionais para garantir o aprendizado.

Então, rapidamente, eu só quero passar um dado.

Por favor, projete para mim.

Eu só quero mostrar isso para vocês porque a educação especial é muito mais séria do que esse debate que nós, às vezes, travamos.

De acordo com o censo do IBGE, nós temos, na população brasileira, 13 milhões e 749 mil pessoas na idade de zero a 24 anos.

Passe. Eu vou passar bem rápido para vocês entenderem.

Então, temos aqui...

Eu vou adiantar, porque isto é detalhe das matrículas da educação especial por faixa etária.

Vamos passando. Eu vou só ao gráfico final.

Eu quero só mostrar para vocês, já que o tempo se esgotou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Está bom. Temos ali as matrículas, de acordo com o Inep, de 2006 a 2009. Em 2006, temos as matrículas de classes especiais e de escolas especiais, que dão em torno de 370 mil matrículas; classes comuns com apoio especializado, em torno de 136 mil; e pessoas com deficiência em classes comuns sem apoio especializado, em torno de 188 mil. E aí nós estamos vendo a evolução das matrículas até o último censo escolar de 2009.

O fato interessante é que, se vocês somarem todas essas matrículas, percebemos que, mesmo com o movimento pela inclusão escolar, não tivemos acréscimo de matrículas para as pessoas com deficiência, Paim. Isso que é preocupante. Isso que é grave.

Quando é divulgado pelo próprio Inep que houve uma ampliação das matrículas das pessoas com deficiência dentro das escolas comuns, o que está em azul são as matrículas nas escolas especializadas, que saíram de 375 e foram para 252. Simultaneamente, tínhamos 325 mil matrículas de deficientes nas escolas comuns, que foram para 387. Então, o que aconteceu foi uma migração das escolas especializadas para as escolas comuns, sem ampliação de vagas significativas.

Inclusive, uma professora de Pernambuco apresentou, no congresso do Ines e da Feneis, na semana passada, no Rio, mostrando a redução do número das escolas especiais do Brasil. Inclusive, se você somar, aritmeticamente, esses números, nós tivemos até uma redução, em números absolutos, do número de vagas para as pessoas com deficiência. Então, a nossa discussão de inclusão é muito mais séria. Ela não pode se pautar só na migração. Inclusive, estamos sacrificando um sistema existente em prol de uma luta da inclusão escolar, mas não ampliamos o processo de aceso aos educandos. Isso significa – e nós temos aqui vários gráficos que não dá para mostrar – que a Região Sul do Brasil consegue atender em torno de 5 a 7% dessa população, que o Sudeste brasileiro, de 3% a 4% das pessoas com deficiência, e assim é o panorama no País como um todo. Ou seja, nós não conseguimos levar a educação para as pessoas com deficiência, e essa é que deveria ser a nossa grande discussão – não de contraposição, mas justamente de somar todos os esforços existentes para avançar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sr. Deputado Eduardo Barbosa.

Nós concedemos agora a palavra, por até 10 minutos, ao Professor Joiran Medeiros da Silva, que é Coordenador-Geral da Política Pedagógica da Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi, do Ministério da Educação.

O SR. JOIRAN MEDEIROS DA SILVA – Bom-dia a todos e a todas. Quero parabenizar, em nome do Ministério da Educação, o Senador Cyro Miranda, o Senador Alvaro Dias e o Senador Paulo Bauer, Presidente desta Comissão, em nome de quem congratulo-me com toda a Mesa.

Inicialmente, estamos, hoje, no marco histórico no Brasil, que é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Essa conquista foi evidenciada no Brasil, em 2005, por todas as instituições em luta pelas pessoas com deficiência. Então, a importância de termos hoje uma audiência pública que trata da questão da educação especial se espelha nesse conjunto histórico que tivemos ao longo dos anos.

(Próximo, por favor.)

O tempo é muito curto, vou tentar cumprir esses 10 minutos, e, no debate, podemos voltar com alguns dados que trouxemos.

Estou começando com a Convenção. Nós tivemos a ratificação da Convenção, que tem força de emenda constitucional. Ela está na Constituição. É hoje, diga-

mos assim, a lei maior, o decreto maior que foi instituído e que foi ratificado por vários países. O Brasil é um dos signatários. Ela muda, inclusive, o conceito de deficiência.

É daí que quero partir, porque esse conceito de deficiência vai ao encontro à política que foi instituída em 2008 pelo MEC. Ela muda o conceito que recaía na deficiência – seja ela sensorial –, segundo o qual a pessoa com deficiência era vista restritivamente por seus impedimentos.

E a Convenção muda esse conceito, quando coloca que a questão da deficiência está muito mais na obstrução das barreiras e que, se essas barreiras fossem eliminadas, a pessoa teria condições de igualdade – de viver, de aprender com as demais pessoas. A Convenção traz essa inovação, porque muda o foco da deficiência para as barreiras ou para a criação das acessibilidades, para que essas pessoas com deficiência possam chegar ao um sistema como o de ensino.

(Próximo, por favor.)

Visto isso, no art. 9º, que trata da questão da acessibilidade – aí entendida numa amplitude muito maior, porque historicamente a temos muito ligada às barreiras arquitetônicas. Mas aí o conceito se amplia: todos os Estados-parte têm a obrigação de possibilitar plenamente, nos aspectos da vida, às pessoas com deficiência a oportunidade de vencer essas barreiras – citamos aquelas no campo físico, do transporte, da informação e da comunicação. E aí se elegem alguns compromissos. Há vários compromissos, e eu trouxe apenas quatro.

Um deles é que nenhuma criança seja excluída do Ensino Fundamental gratuito, compulsório, sob a alegação de sua deficiência. Era muito comum, historicamente, no Brasil, que a deficiência fosse o foco da não aprendizagem desse aluno. E toda a pedagogia hoje, nacional e internacional, vai de encontro a essa definição, porque a Convenção traz que ela não pode ser o foco na deficiência, e, sim, nos impedimentos de natureza física, emocional ou informacional.

Uma outra questão é que ela traz o acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Secundário, inclusive com qualidade, gratuito e com igualdade de condições com as demais pessoas. Aí, em seguida, vou dizer o que o Ministério da Educação tem feito para garantir essa igualdade de condições.

(Próximo, por favor.)

Uma outra questão é o apoio necessário ao sistema. Temos várias ações que são apoiadas, para que essa inclusão possa efetivar-se. É um processo. Por outro lado, as medidas individualizadas, que vou também citar, efetivas, para que esse ambiente escolar, de escolarização, acadêmico e social, possa ter como meta a inclusão plena. E inclusão, na leitura hoje pedagógica, seria que os alunos estivessem fazendo a sua escolarização nos espaços comuns de aprendizagem, pois toda a política pública hoje reflete os processos inclusivos. E "inclusivos" significa, no entendimento da Convenção, que eles estejam na convivência natural com os outros e não em espaços segregados.

(Próximo, por favor.)

Bem, nessa direção, a política do MEC lança em 2008 um novo conceito de educação especial, em que o foco não está mais na deficiência, mas na eliminação das barreiras. E aí vai tratar disso em todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o que se está chamando – e isto está na Constituição – de Atendimento Educacional Especializado, que são recursos e serviços prestados no contraturno – lá na frente, vou referir-me a isso –, em que o aluno tem garantido o suporte para uma aprendizagem que se dá lá, nos espaços comum, que seriam as salas de aula.

(Próximo, por favor.)

Nessa perspectiva ainda, lança-se, integra-se, dentro da escola – é uma orientação hoje ao sistema de ensino colocar no PPP, na proposta pedagógica da escola –, o atendimento ao universo, que hoje a política atende, de pessoas com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, nas classes comuns do ensino regular, de forma articulada com a EE. Vocês vão observar que as instituições especializadas estão previstas, inclusive, no PNE, prestando esse serviço complementar àqueles que estão no sistema comum.

(Próximo, por favor.)

Bem, o objetivo é o acesso e a participação da aprendizagem de estudantes. Esta é a função da escola: não só incluir do ponto de vista da socialização, mas também garantir a aprendizagem. E temos diversos exemplos, diversas pessoas, inclusive com deficiências cognitivas, que tiveram avanço em sua escolarização, que chegaram, inclusive, à universidade, o que prova que o objetivo da política é também a aprendizagem.

(Próximo, por favor.)

Bem, aí vêm algumas estratégias, mas, diria, algumas garantias que o Ministério da Educação tem perseguido: primeiro, a transversalidade da educação. Ela está do Infantil ao Superior. Existem, lá na frente, ações, que vão mostrar que, em todas essas modalidades, existem propostas e programas para isso.

Vêm o Atendimento Educacional Especializado, a que já me referi, no contraturno; a continuidade da escolarização em níveis mais elevados, chegando-se à universidade; um programa de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, em que se muda o foco, que não é mais na deficiên-

cia, mas no serviço que é prestado no contraturno para a inclusão escolar; a interação com a família e a comunidade. E aí vem a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, e, para isso, também vamos falar das salas de recursos multifuncionais; do Programa Escola Acessível; do Programa Incluir na universidade e de outros.

E uma ação intersetorial na implementação de políticas públicas, que agora foi apresentada na ONU. Ela é o BPC na Escola, que envolve vários Ministérios. Isso foi criado em 2008, ainda no governo do Presidente Lula, em que as políticas e quatro Ministérios – Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e Direitos Humanos – traçaram metas para serem alcançadas, saindo-se, em 2008, de um universo de beneficiários apenas de algo em torno de 21% para o censo de 2010, segundo o qual passamos a ter 53% desses beneficiários, hoje, na escola.

Estamos aguardando o pareamento de 2011, para ver o que esses índices vão refletir quanto à presença na escola desses beneficiários.

(Próximo, por favor.)

Bem, aí institui o Ministério da Educação, em 2008, o que chamamos de Decreto nº 6.571, que dispõe sobre o Atendimento Especializado.

Esse atendimento é que faz a garantia, o financiamento, a prestação do apoio técnico e financeiro para a oferta do atendimento educacional especializado.

O atendimento considera essas atividades e recursos no contra-turno, a que já me referi, de acessibilidade pedagógica à escola. Aí vêm as salas de recursos, instituídos no chão da escola, vem a Escola Acessível, que é um programa que, neste ano, propiciou que 12.166 escolas já estejam recebendo recursos do FNDE para fazer essa acessibilidade.

E nela admite-se, a partir de 2010, a dupla matrícula. É isso que o Ministro da Educação, em vários debates, tem colocado: a dupla matrícula significa escola comum, escola no contra-turno com a prestação do atendimento educacional especializado e escola comum e instituições especializadas prestando, pelo *know-how*, pelo conhecimento, o atendimento educacional em outros espaços. E aí há vários programas que já são financiados, hoje, pelo Ministério da Educação, inclusive as instituições parceiras.

Nelas também se prevê o duplo compito da matrícula. Então, os Fundebs de cada Estado e cada Município têm o extrato, e desde que eles postem no Censo que têm aquela deficiência, o sistema de ensino recebe duplamente o valor para garantir essa inclusão.

Vem a resolução do Conselho Nacional e essa resolução também regulariza a questão do sistema educacional do atendimento nas salas de recursos multifuncionais da rede pública. E, ali, a própria resolução está clara: instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, sem fins lucrativos. Então, atende às instituições especializadas.

Eu vou dizer rapidamente, Senador, para concluir. Implantação das salas de recursos, que são equipamentos de acessibilidade, mobiliário, materiais pedagógicos. O Escola Acessível, que é outro programa que o MEC instituiu e que remete para as escolas recursos para acessibilidade do seu entorno.

Um programa de formação continuada pela UAB, à distância; e presencial, pela Renafor. Temos um amplo programa feito hoje por mais de 64 IEEs no Brasil inteiro, que postam cursos para os quais os professores são convidados a fazer.

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que, inclusive, neste momento, está reunido aqui em Brasília, é um programa que atende aos sistemas de ensino. Hoje, estamos em 168 Municípios brasileiros, que também fazem a formação presencial.

Vem o BPC, a que já me referi e que foi exemplo na ONU – os quatro Ministérios estiveram presentes – tanto para América Latina quanto para a Europa. Foi um exemplo de busca ativa daqueles que estão fora da escola. Esse programa colocou 53%, os beneficiários do BPC, na escola. Estamos aguardando o novo pareamento de 2011 para ver os apontamentos nesse sentido.

Vem o Programa Incluir, que é no âmbito das universidades brasileiras, cujos recursos são repassados via edital para que as instituições criem núcleos de acessibilidade. E já existem em torno de 45 núcleos.

Tem o Proesp, que é um programa de pós-graduação no campo da Capes, que visa estimular professores e alunos na pesquisa da educação inclusiva.

O Prolibras, que é a certificação de tradutor-intérprete. Ela passou da Universidade Santa Catarina para o Imes. É o Imes quem vai fazer a processo a partir deste ano.

O Livro Acessível que está na produção junto ao CAPs de cada Município, que é o centro de apoio às pessoas cegas, e estão produzindo livros didáticos e para-didáticos.

(Próximo, por favor.)

Os centros de formação, que são CAs, que tratam da formação e produção de materiais para os surdos.

(Próximo, por favor.)

Os NAPPBs, que são os Núcleos de Apoio e Produção Braille. Estamos em todos os Estados.

(Próximo, por favor.)

Os núcleos de atividades para os alunos com altas habilidades, superdotação. Temos hoje 27 núcleos, que atendem as escolas e dão suporte a elas.

(Próximo, por favor.)

Por fim, vem o indicador querendo sinalizar que tivemos um crescimento de 61,6%, tomando como base de 2000 a 2010, de 3.400 alunos postados no Educacenso para 5.497.

Matrícula de estudantes na educação especial em escolas públicas: 155%, um aumento de 208 mil alunos, para 532.620 matrículas.

Matrícula de estudantes, público-alvo no geral, aquele público que já foi divulgado, de 81 mil para 484.332, em 2010.

Na escola comum, com matrícula de alunos, passamos de 13.087, de 2000 a 2010, para, hoje, 85.090.

Professor com formação em educação especial, portanto, com esse viés de atendimento educacional especializado, em 2000, de 33.600 para, em 2010, 68 mil.

Escola pública com acessibilidade. Esse é o menor índice que temos hoje. Temos uma fragilidade, mas alcançou o índice, ainda, de 2010, para 28.650. Com a 12 mil hoje esse índice vai para quase 40%.

E aí vem um gráfico, onde temos, no Educacenso, um aumento da matrícula. Tínhamos 13%, em 1998, e hoje temos 69% na escola comum. E em escolas especiais e classes especiais, temos hoje, postado pelo censo, em torno de 31%.

Estamos à disposição dos senhores para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, professor Joiran. Na verdade, o senhor ultrapassou em três ou quatro minutos o tempo que lhe havia sido destinado, mas tenho certeza de que suas informações enriqueceram essa audiência pública.

Consultei a Assessoria da Comissão sobre um procedimento que a Comissão adota ou não de informar previamente os convidados sobre o tempo, e fui informado de que esse critério não existe. Vamos consultar, na próxima reunião ordinária da Comissão, os Senadores e as Senadoras que integram a Comissão, para que se estabeleça, desde a aprovação da audiência pública, o tempo que haverá de ser destinado aos palestrantes e o tempo que cada um terá, para que não tenhamos essa situação de constrangimento, até por parte da Presidência, na hora da apresentação, de ter que acelerar ou limitar a apresentação a um determinado tempo. Entendo que, em muitos casos, dependendo de quem faz a apresentação e o foco que ela tem e utiliza para debater o assunto, pode precisar de menos ou mais tempo.

Mas, sem dúvida, o Ministério da Educação, que é o órgão que tem a responsabilidade de conduzir as políticas e a própria ação educacional no País, precisará sempre ter um tempo diferenciado para que possamos avaliar melhor se as coisas estão efetivamente bem encaminhadas ou se precisam ser reencaminhadas para alguma carência ou reivindicação da sociedade.

Dando prosseguimento, concedo a palavra a Drª Candy Gifford, psicóloga especialista em diagnóstico infantil, que nos alegra muito com sua presença e, com certeza, alegra mais o seu esposo, Senador Cyro Miranda, que aqui está muito atento para ouvi-la, como, aliás, também esteve para os demais palestrantes. V. Sª tem a palavra.

A SRª CANDY GIFFORD – Muito obrigada. Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer ao Exmº Senador Paulo Bauer o convite. Estou muito feliz de poder ser ouvida hoje, de poder dizer o que eu penso. Quero, também, fazer um agradecimento a toda a Mesa, por estarem me ouvindo, a Emília Terezinha, presidente da Apae, que, além de presidente, é minha amiga, é bom vê-la, a todos da Apae de Goiás, obrigada.

Queria acrescentar dois itens ao meu currículo. Sou psicóloga, psicopedagoga, mas também sou mãe e avó. São dois itens que faço bem também e queria ter falado sobre isso. Sou uma trabalhadora da infância, e é por essas crianças que falar hoje.

Eu vou iniciar minha fala trazendo um paradoxo do meu pensar. Segundo Winnicott, um autor e psicanalista inglês já falecido, ele dizia que "o paradoxo é para não ser entendido." Eu sou a favor da inclusão, na escola regular, de alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos invasivos do desenvolvimento, altas habilidades para aprender. Mas também sou a favor da existência das escolas especiais. Defendo esta minha posição porque entendo que o modelo de escola que temos hoje não atende a todos. Apoio também o projeto humanista do Exmº Senador Cyro Miranda que propõe apoio continuado a crianças e jovens que apresentam grande incompatibilidade em seu desenvolvimento, quando comparado com pessoas de sua faixa etária. Jovens de 18 e 19 anos, de idade cronológica, mas de idade mental de 5-6 anos. O que o Senador propõe é que haja uma formação continuada para a vida, não se aceite a terminalidade da aprendizagem aos 18 anos: a gente aprende para a vida inteira.

Acredito em uma inclusão responsável que proponha um diagnóstico para cada caso para, em seguir, discutir a intervenção. Eu não acredito em uma inclusão perversa, onde se finge que se incluiu e o aluno finge que está incluído. Uma inclusão na qual a pessoa com deficiência apenas recebe o espaço físico para ali estar, uma cadeira na sala de aula. O que se deseja é uma escola que possa oferecer espaços de aprendizagem significativa para todos que a frequentam. Crianças e adolescentes com transtornos graves, com deficiências

múltiplas têm direito a uma escola que atenda suas necessidades. Com o modelo de escola que temos hoje, pensar em uma inclusão escolar para todos me parece uma ideia quixotesca: eliminam-se as diferenças, colocando-os todos como iguais. Eu concebo as diferenças não como menos-valia, mas apenas como questões próprias da singularidade de cada criança e de cada jovem. Entendo que, para discutirmos a inclusão escolar e o término das escolas especiais, deveríamos ouvir quem trabalha no *front*, quem vive a sala de aula com alunos especiais, ouvir as famílias que sofrem e principalmente lutam por seus filhos. Penso que, de dentro de um gabinete, com apenas questões teóricas a sua volta, a única chance que se tem, diante do desconhecimento da prática, é cometer um grande equívoco. A coparticipação das partes interessadas nessa discussão nos dará a oportunidade de encontrar alternativas mais saudáveis em favor da pessoa com deficiência.

Consequências desastrosas poderão acontecer se fizermos uma incisão cirúrgica extirpando a escola que realmente podem ensinar aqueles que apresentam severos comprometimentos em seu desenvolvimento e que não possuem lugar de aprendizagem na escola comum – pelo menos ainda hoje. Estou aqui falando de alunos com atraso importante no desenvolvimento. Estou falando de um aluno autista, de pessoas com deficiência intelectual grave, que necessitam de ensinantes especializados, de métodos específicos de aprendizagem.

Quando olhamos o pátio das escolas nos recreios ruidosos e quando olhamos das janelas das salas de aulas, algumas com 40 alunos ou mais, enxergamos, se tivermos os olhos sensíveis para ver, que, frequentemente, alunos com deficiências e inclusos se deparam com ambientes excludentes. Alguns alunos com deficiência poderão ser incluídos, sim (eu acredito nisso), a partir de um diagnóstico diferencial de suas possibilidades e dificuldades.

Se o aluno pode usufruir da escola comum, ele deve, sim, frequentá-la, mas que seja um lugar em que possa desenvolver sua autonomia e independência. Isso, sim, significa promover inclusão. Volto a repetir: uma inclusão responsável. Não deverão ser diretrizes que colocam goela abaixo um plano de inclusão escolar e a proposta de extinção da escola especial que devem ser aceitas prontamente. É preciso esgotarmos todas as discussões e ouvirmos todos os segmentos da sociedade, em especial aqueles que estão diretamente envolvidos na questão: professores e pais.

Diferentemente da Idade Média, as escolas especiais não deixam seus aprendizes ao relento até a morte, e também não fazem, como os hospitais psiquiátricos do séc. XV, que as confinavam, mas não as tratavam. Hoje, em nossa sociedade, não acontecem essas barbáries, mas ainda temos medo das diferenças: ou nos afastamos ou nos misturamos a elas para colocá-las iguais a nós. E não é isso que irá promover a inclusão. Negar a deficiência não é saudável.

As escolas especiais acolhem, cuidam, tratam e ensinam, respeitando seu ritmo, seu saber e seus desejos. Se tivermos uma sociedade inclusiva, uma sociedade que respeita a diversidade, não será a escola, que o aluno frequenta, que o colocará na condição de excluído. Estar em uma escola que ensina, conforme suas possibilidades, dará condições de que seja realmente incluído socialmente. Só assim se formará como pessoa autônoma e independente. Ao governo – pai tribal – que cuida de seus filhos, cabe a garantia ao direito da pessoa, com necessidades especiais, de receber uma escola adequada que possibilite seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social – e não colocá-la apenas dentro de uma sala de aula para garantir o que se diz hoje: politicamente correto.

O direito à escola, seja comum ou especial, é direito garantido pela Constituição nacional. Mas além do acesso é preciso defender o direito do aprendizado. Não podemos acabar com as alternativas reais de aprendizagem da pessoa com deficiência.

Eu vou, neste momento, fazer um recorte na minha fala e trazer uma voz que eu escuto todos os dias em meu consultório nestes 27 anos de trabalho, de trabalho com crianças que apenas aprendem diferente. Eu escrevi este texto para dividir com vocês hoje, por elas: por essas crianças que aprendem diferente. Eu convido a prestarem atenção a essas pessoas.

Eu estou com a boca seca... Vocês estão me olhando... Eu queria uma água, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Imediatamente, Senhora.

A SRª CANDY GIFFORD – Obrigada. Posso ter um minuto mais? Só para eu ler o finalzinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pode, por favor. Até porque pediu água, tem direito a dois... *(Risos.)*

A SRª CANDY GIFFORD – Pedi água... Pedi água! Senador, muito obrigada.

Eu acho, Senador, que a expectativa do Senador Cyro Miranda, me olhando, meu deixou de boca seca. *(Palmas.) (Risos.)*

Eu quero falar... Eu os convido a prestar atenção a estas pessoas:

"Eu sou diferente, mas também sou igual; não aprendo fácil, mas posso aprender muitas coisas: brinco, dou gargalhadas, faço coisas legais. Eu só aprendo quando alguém crê em mim. O meu saber precisa do

seu olhar, pois ele, o meu saber, pode ser pequeno, médio ou grande, mas é meu saber. Eu me descubro no seu olhar. Eu penso em um espelho onde vejo a imagem de muitas possibilidades, mas também de muitas descrenças. Fico preso nesse olhar e cresço se o caminho for livre. Entretanto, esse olhar também paralisa, bloqueia e impede quando não acreditam em mim. A natureza nos mostra que, na terra árida, uma semente brota, mas ainda que todos achem impossível, ela vinga, porque alguém cuidou da terra e da semente. Eu preciso de alguém que siga meus passos, sonhe comigo, viva meus desejos e sempre me inclua em seus planos. Se o seu olhar vier acompanhado de palavras acolhedoras, muito melhor para o meu crescimento. Entretanto, se surgirem palavras amargas, como incapaz, lerdo, coitadinho e tantas outras que depreciam, desrespeitam e deixam marcas na alma, por favor, abandonem seus preconceitos, desconstruam rótulos, acolham essas crianças com suas diferenças e semelhanças.

Por favor, não as esqueçam nunca.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Depois de ouvir essa bela palestra da Dr. Candy Gifford, ouviremos agora a Srª Maria do Socorro Nery da Silva, representante das famílias de alunos especiais.

A senhora tem a palavra por até dez minutos.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA – Antes de começar meu depoimento, eu vou fazer uma oração.

Nas horas mais difíceis, eu me apego a Deus e peço que Ele me sustente e me junte com os outros pais, para a gente conseguir vencer esta batalha que é garantir a educação para as pessoas especiais, sem limite de idade.

Então eu peço que oremos uma Oração ao Espírito Santo, um Pai Nosso e uma Ave Maria:

Vinde, Espírito Santo,

Enchei os corações de vossos fiéis

E acendei neles o fogo do Vosso amor.

Enviai o Vosso Espírito e tudo será criado, e renovareis a face da terra.

Oremos:

Ó Deus, que instruístes os corações dos vossos fiéis com a Luz do Espírito Santo,

Fazei que apreciemos retamente todas as coisas, segundo o mesmo Espírito,

E gozemos sempre de Sua consolação, em Cristo Senhor Nosso. Amém

Pai nosso, que estais nos céus, santificado seja o vosso nome.

Venha a nós o vosso Reino,

Seja feita a vossa vontade, assim na Terra como no Céu.

O pão nosso de cada dia nos daí hoje,

Perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido

E não nos deixei cair em tentação, mas livrai-nos do mal.

Amém

Ave Maria, cheia de graça,
o Senhor é convosco,
bendita sois Vós entre as mulheres,
bendito é o fruto em Vosso ventre, Jesus.
Santa Maria Mãe de Deus,
rogai por nós, pecadores,
agora e na hora da nossa morte.
Amém.

Eu sou tia e mãe do Alessandro Silva Cruz. Ele é aluno da Rede Oficial de Ensino. A gente sofre muito porque o começo da vidinha do Alessandro já foi muito complicado. Ele é filho do meu irmão e passou dezenove dias, depois dos nove meses. A mãe ia ao hospital e, quando chegava, mandavam de volta para casa. Até que, em uma hora, a bolsa dela arrebentou, e eles tiveram que receber. Como ela tinha quatro filhos, todos de parto normal, deixaram ainda por duas horas para ganhar o neném em parto normal. Só que ela não teve passagem, e levaram para a sala de cirurgia. Lá, ele foi tirado com fórceps; o cérebro dele, do lado direito, foi atingido, o que danificou os movimentos do lado esquerdo. Fizeram a cirurgia nela, costuram e tudo; levaram para a sala de recuperação. Lá, o abdômem dela começou a crescer. Eles a levaram para a sala de cirurgia e aplicaram sangue errado nela. Ela entrou em choque. Isso foi no dia 27 de outubro de 1977, e ela veio a falecer no dia 28 de outubro de 1977.

Eu sou de uma família de treze irmãos. Na época, o meu pai e a minha mãe abarcaram os pequenininhos que ficaram e mais o Alessandro. A filhinha mais nova dela, em outubro de 1977, tinha dois anos e iria fazer três anos em janeiro do ano seguinte; o mais velho tinha sete anos e iria fazer oito anos no ano seguinte. Então, meu pai e a minha abarcaram, cuidaram do Alessandro e do restante eles ajudaram a cuidar, a criar, com o meu irmão.

O Alessandro vinha frequentando a escola direitinho, mas, de uns cinco anos para cá, não sei por que, a Secretaria de Educação – vou falar em nível da Secretaria de Educação, porque a experiência que a gente vive é com a Secretaria de Educação do DF – mandou uma renovação de matrícula. O Alessandro frequenta a aula cinco dias por semana e, nessa renovação, vinha escrito que ele iria para a oficina. Oficina,

perante a Secretaria de Educação do DF, é sinônimo de corte de dias letivos. Se o aluno frequenta cinco dias, quando vem a renovação de matrícula, é para ele frequentar um dia – e mal – e, se os pais brigarem muito, dois dias.

Então, fiquei desesperada e me agarrei a Deus, que iluminasse, porque a gente já tinha visto outras pessoas sofrendo também, outras famílias, que iluminasse, que desse uma solução. E Deus vai colocando os anjinhos na nossa frente. Veio o Dr. Sérgio, nos orientou a respeito de que tinha que mexer na Constituição. E foi o que deu na criação da PEC nº 347/2009, que está tramitando na Câmara dos Deputados, que, com muita fé em Deus, será promulgada logo, logo.

Aí, a gente está nessa luta. O que acontece? Todo final de ano e começo de ano é uma luta para nós mantermos os nossos filhos na escola, porque a Secretaria de Educação diz que eles não têm direito. Nós vamos ao Ministério Público, à Defensoria Pública, a todos os órgãos que lutam pelos direitos dos cidadãos, só que nós não temos respaldo legal.

O Ministério Público falou para a gente que não tem como, porque se dá a entrada, é formado um processo, mas, na hora de o juiz dar o veredito, ele dá o ganho de causa à Secretaria de Educação porque não existe respaldo legal para manter nossos filhos maiores de dezoito anos na escola.

Na Constituição não está escrito nada a respeito de que eles não têm direito, mas, como há uma limitação para o ensino regular, o ensino normal, as pessoas que estão nos cargos de direção, ficam julgando a bel-prazer, assim: "Como lá não fala nada, então vou pegar essa parte da Constituição que rege o ensino regular e jogar no ensino especial." Daí, vem a estipulação de que eles só podem estudar até dezoito anos.

Estou aqui hoje e peço a vocês e, inclusive, ao Senador Cristovam Buarque. Há três anos, ele nos ajudou, servindo de ponte entre nós, os pais, e o Secretário de Educação à época, o Valente. E, graças a essa atitude, o Alessandro está na escola, mas não que seja de direito. Ele está correndo o risco de não ter a renovação da matrícula dele para o ensino especial, porque, no final do ano passado, houve uma reunião com os pais da escola dele, que é no Centro de Ensino nº 1 do Guará I, e os pais, no final, foram unânimes ao assinar a ata dizendo que não autorizavam tirar os filhos deles daquela escola para fazer uma inclusão malfeita. Só que eles não levaram em consideração a vontade dos pais. Quando foi no começo deste ano, pegaram catorze alunos da escola e fizeram a inclusão. Hoje, se existem dois frequentando é muito.

O que acontece? A inclusão é mal feita por quê? Se ela fosse seguida ao pé da letra seria maravilhosa, mas eles tiram o aluno de uma escola, que está com profissionais capacitados, ambiente adaptado e tudo, e coloca numa escola de ensino regular, que não está adaptada a espaço físico, nem os profissionais foram trabalhados para lidar com esse aluno. De um modo geral, a comunidade escolar não foi trabalhada para lidar com o aluno. Resultado, dependendo do grau de dificuldade da pessoa especial, você sabe que um sorriso que ela esboce pode levar muito tempo. Pode levar anos para se conseguir que ela faça aquele sorriso. Com a inclusão mal feita, todo esse trabalho conseguido aqui é perdido lá.

Outra coisa, os alunos que vão para a inclusão e não se dão bem, não se adaptam, não voltam para a escola de origem. Eles ficam em casa sem ser em trabalhados.

Então, o meu pedido aqui é que V. Exªs, Senadores, ajudem-me este ano e enquanto puder, enquanto essa PEC não garantir o direito à educação, que consigamos, não só eu como os outros pais que estão enfrentando esse mesmo problema, deixar os nossos filhos na escola em que ele está, no Centro de Ensino Especial. Nós estamos sofrendo, porque vai chegar agora o mês de outubro, há a renovação de matrícula e não temos a garantia de manter os nossos filhos na escola.

Eu peço, encarecidamente, a V. Exªs que nos ajudem. Não deixem tirar os nossos filhos da escola. Não deixem que as pessoas que estão no comando de direção façam inclusão mal feita. Eu peço muito a V. Exªs, do fundo do meu coração. Olha, diariamente, essa reza por que a gente se sente só às vezes, principalmente quando vamos procurar um serviço de justiça, igual ao Ministério Público, que diz que não tem mais o que fazer por nós. E ficamos assim perdidos. E eu estou pedindo a V. Exªs. Estou aproveitando. Para mim, esse é o momento de pedir a V. Exªs: não deixem tirar os nossos filhos da escola.

Está chegando a renovação e já estamos vendo o horizonte deles que não é... Está um horizonte muito terrível. Por conta de quê? Pela falta do direito garantido deles à educação. Eu peço isso muito a V. Exªs, aproveitando esse momento.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom, certamente que esta audiência pública é uma das audiências que mais marca a nossa atuação como Senadores – eu falo por mim e tenho certeza de que falo por todos –, porque ela trata de um tema que, efetivamente, precisa merecer nossa atenção, nosso apoio. E, mais do que isso, precisa merecer a nossa compreensão.

Aqueles que fazem educação conhecem o problema. Aqueles que representam a população também conhecem a questão, o assunto. Mas, certamente, os detalhes que dizem respeito à vida das pessoas portadoras de necessidades especiais ou que precisam de necessidades especiais, e o próprio mecanismo burocrático e legal vigente no País, que afeta, de alguma forma, o sistema, que ora produz resultados positivos, muito bem demonstrados em gráficos, ora traz problemas para algumas questões que não estão contempladas precisam ser mais bem compreendidas.

Eu tenho certeza de que essa audiência pública permitiu que os Srs. Senadores e Srªs Senadoras presentes e também os que vão depois tomar conhecimento desses relatos, possam interpretar melhor o assunto e oferecerem sua contribuição para avanços, que são importantes e indispensáveis.

Antes de ouvir os Srs. Senadores que já estão inscritos e também os proponentes desta audiência pública, eu posso aqui prestar dois depoimentos pessoais.

Fui Secretário de Educação de Santa Catarina por dois períodos (1991/1994). Mil novecentos e noventa e quatro foi o primeiro período. Justamente naquele ano de 91 foi quando se iniciou a matrícula de alunos portadores de deficiência visual e auditiva na rede estadual catarinense. Eu, que não sou professor – infelizmente nunca pude me formar nessa área –, sou administrador, encontrei em muitas escolas – e devo dizer até com algum orgulho que Santa Catarina é um Estado muito avançado em termos de consciência, cidadania, cultura – alunos portadores de deficiência visual sentados em carteiras escolares, em salas sem iluminação, sem ventilação e sem espaço. Constatei que a direção daquela escola os colocou lá porque eles, afinal, não enxergavam. Essa foi a resposta que ouvi. Claro, disso nunca fiz notícia porque um fato como esse não deve ser nem noticiado, mas determinei, na época, que imediatamente fossem tomadas providências para eliminar o problema. Até porque naquele momento se colocavam os alunos portadores de deficiência visual e auditiva separados dos demais, o que já por si é uma providência, um procedimento, inadequado. Lá, naquela vez, se iniciou um processo de nova cultura, de nova compreensão, mesmo que tenha sido um pouco difícil para muitos aceitarem, o avanço se fez, se deu, de forma muito acentuada no meu Estado. Graça a Deus!

Quando voltei à Secretaria de Educação, dessa vez em 2007, depois de vários anos exercendo mandatos legislativos, o mandato de Vice-Governador do Estado, constatei um fato inédito. Na inauguração de um ginásio de esportes, com a presença do Governador, de deputados, de autoridades, com a presença de mais de 1.500 alunos da cidade de Curitibanos, identifiquei, no lado aposto ao da mesa das autoridades, ou seja, junto da arquibancada, havia um menino de 9 anos sentado em uma cadeira, melhor dizendo, em um carrinho de neném, daqueles que a gente usa para transportá-los, com quatro rodinhas, as duas da frente móveis. Ele era a alegria da escola. A gente via a sua vibração, a sua felicidade, com aquele espaço que estava sendo inaugurado e que havia sido construído, mas que não ia ser utilizado por ele por sua condição de tetraplégico. Entretanto, ele estava sentado em uma cadeira que não era própria para ele. Lá tomei a providência e a decisão de que, em Santa Catarina, todos os alunos, sem exceção, que precisassem de cadeira de rodas para ir à escola, ganhariam uma cadeira de acordo com sua necessidade específica. Mandei comprá-las.

Posso dizer as senhoras e aos senhores que foi um calvário. Encontrei mais de 30 pareceres técnicos contrariando a minha providência e proibindo a sua prática. Primeiro porque não se pode usar o dinheiro da educação para dar cadeira de rodas para aluno porque isso compete à assistência social. Os 25% da educação são para ensinar e não para comprar cadeira de rodas. Pois estou esperando que alguém me traga o processo para condenar-me judicialmente pela providência, porque mandei fazer assim mesmo. Quero que me perguntem, os técnicos, os membros de tribunais, qual a diferença entre comprar com dinheiro público uma cadeira de rodas ou uma cadeira de quatro pernas? Afinal de contas, as duas servem para alguém sentar. Um dos técnicos chegou ao desplante de dizer-me, por escrito, que, se desse a cadeira de rodas, o aluno poderia levá-la para casa e não devolvê-las mais. Obviamente, estou esperando que alguém faça uso da cadeira e, evidentemente, quando ela é específica para aquela criança, para aquele portador de necessidades, não pode ser utilizada por outro, tampouco alguém ganharia uma coisa sequestrando aquele bom público para alguma outra atividade.

Imaginem como são as coisas na burocracia, no rito legal: é realmente muito difícil. E fiz mais: não só demos cadeiras de rodas para todos, como demos óculos de grau para todos aqueles que precisassem de óculos para melhor compreender e melhor aprender, fossem eles deficientes visuais leves ou graves. Os graves, obviamente, sempre receberam os óculos através da Fundação Catarinense de Educação Especial, a única que ainda resta no Brasil, a de Santa Catarina, e que presta relevantes serviços imprimindo livros, fazendo óculos específicos, cursos e qualificando os professores.

Aliás, eu dizia ao Deputado Eduardo Barbosa – só para que tenham ideia – que, no meu Estado, nós temos 87 Apaes funcionando perfeitamente. O Estado tem nessas 87 unidades 3.273 professores pagos com dinheiro do Estado para atuarem no atendimento de 17 mil alunos e ainda tem, na Fundação de Educação Especial, outros 1.085 funcionários efetivos trabalhando, e dos 17 mil alunos das Apaes 12 mil estão matriculados no ensino regular público, sem nenhuma restrição e sem nenhuma notícia de qualquer procedimento de restrição ou vedação.

Eu não diria que Santa Catarina está na melhor condição, mas é importante mostrarmos alguns fatos, alguns exemplos. E temos outros Estados do Brasil, com certeza, que estão bem adiantados, porque nós temos, efetivamente, que eliminar da história da educação brasileira e da história da vida brasileira essa discriminação, essa apresentação de dificuldades para atender a esses que, efetivamente, quando bem atendidos, quando bem incluídos, vão se transformar e vão se tornar cidadãos que vão contribuir muito com o País.

Eu concedo a palavra ao Sr. Senador Cyro Miranda, autor do requerimento, para suas observações, questionamentos e informações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente e amigo, Senador Paulo Bauer, essa reunião não poderia ser melhor conduzida porque V. Exª, por dois mandatos, exerceu o cargo de Secretário de Educação de Santa Catarina, e embora a distância Goiás e Santa Catarina, isso teve repercussão no Brasil.

Quero cumprimentar, nessa audiência conjunta, o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem trazido a esta Casa relevantes projetos nestas e noutras áreas de direitos humanos. Sou parceiro do Senador Paim em todos os projetos, porque são projetos de altíssima qualidade e de altíssima relevância.

Cumprimento e peço permissão para cumprimentar todos da mesa na pessoa da minha esposa Candy e da pessoa de Maria do Socorro, quem tive o prazer de receber em meu gabinete e cuja luta originou essa audiência.

Srªs e Srs. Senadores, meus colegas, primeiramente, meu muito obrigado. Meu muito obrigado à Senadora Ana Amélia, tocada, como todos nós, pela fala dos senhores, de emoção.

Quis o destino que acontecesse no dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

O Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência foi instituído pelo movimento social, em encontro nacional, em 1982, com todas as entidades nacionais. Foi escolhido o dia 21 de setembro pela proximidade com a primavera e o Dia da Árvore, numa representação de nascimento de nossas reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições. Essa data é comemorada e lembrada todos os anos, desde então, em todos os Estados. Serve de momento para refletir a busca de novos caminhos em nossas lutas e também como forma de divulgar nossas lutas por inclusão social.

Quando recebi, através da assessora Ana Maria, Dona Maria do Socorro e uma equipe e que me trouxeram esse problema, senti que talvez eu vá fazer muitos projetos ainda nesta Casa – já fiz alguns – mas de significância tão singular e que me toca muito o coração vai ser esse projeto.

Espero que esse seja um ponto de partida para as Srªs e os Srs. Senadores. Que S. Exªs vejam, nesse aspecto, quanta coisa há para se fazer e em quanto nós podemos colaborar.

Eu tinha preparado aqui algumas coisas para falar, mas acho que todos os senhores cobriram esses aspectos. O que mais nos deixa tristes é o inequívoco por uma concepção instrumental da educação. Os sistemas de ensino têm sido violados sistematicamente e alguns inscritos na Constituição Federal. Estamos burlando a Constituição Federal. Ela nos ampara em determinadas coisas e nos desampara em outras. Veja a força que o Ministério Público tem feito, mas lei é lei.

Diante disso, esbarrando nesse impasse, não garanto até outubro, mas vamos fazer junto com os Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, que também foi um dos ministros da educação que maior atenção deu a este setor, aliás deu a todos os setores, sou um fã do Ministro porque teve uma acuidade em todas as áreas. Mas estamos procurando com isso alterar então a educação especial, modalidade escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.

É dever constitucional do Estado regular o ensino para o educando, com faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil. Terá continuidade independente da idade, da etapa escolar do educando, acrescido dos incisos VI e VII do art. 59 da mencionada lei. Para prever que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais avaliação de suas necessidades em desenvolvimento por equipe multiprofissional da escola e, quando necessário, em parceria com profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS. Interação com a família em decisão sobre o tipo de atendimento a ser oferecido a esse ensino. Esse é o escopo da lei.

Em primeiro lugar, dirijo-me ao Dr. Sérgio Domingos. Qual o prognóstico que o senhor, como membro do Ministério Público, faz diante de tantos descasos,

considerando que esses alunos estão sendo excluídos e não incluídos como determina a lei? Qual a orientação do Ministério Público para essas famílias que se sentem desamparadas e que recorrem ao Judiciário para obterem uma solução?

Pergunto também ao nobre amigo, Deputado Eduardo Barbosa, que se dedica a uma causa há tantos anos, justíssima, qual o déficit de vagas para as crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares brasileiras e qual a capacidade de atendimento das instituições especializadas em relação à oferta de escolaridade regular?

Pergunto à minha querida companheira de 42 anos, que me honra hoje nesta audiência pública, e que há quase 30 anos milita nesta área: como especialista em diagnóstico infantil, como vê a recorrência de novas patologias como o Déficit de Atenção e Hiperatividade e que medidas estas demandarão também a atenção das escolas para atender os alunos? De acordo com especialistas, é significativo o número de crianças e jovens que apresentam algum traço de autismo. Como você, Candy, avalia este problema no que tange à educação especial?

São essas as perguntas. Não sei como o Presidente gostaria de orientá-las. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Vou conceder a palavra também ao Senador Paulo Paim, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Depois, darei a palavra aos palestrantes para em seguida ouvirmos os questionamentos e observações, pela ordem de inscrição, da Senadora Ana Amélia Lemos e do Senador Cristovam Buarque.

V. Exª, Senador Paulo Paim, tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Senador Paulo Bauer, confesso que aqui ao lado está havendo neste momento a colocação, na galeria dos ex-Presidentes, da Senadora Rosalba Ciarlini, da qual fui Vice-Presidente.

Eu tinha que estar lá, mas o coração e a emoção diziam: você tem que ficar aqui. Eu corri lá, dei um abraço nela e naturalmente vou ficar aqui pela importância desse debate que com certeza mexe com as emoções de todos aqueles que estão assistindo à TV Senado.

Senador Cyro Miranda e nossos convidados, deixa me dizer para vocês primeiro: eu só fui entender de fato a luta, a resistência, a coragem dos familiares e das pessoas com deficiência quando a minha irmã ficou totalmente cega com 30 anos. Rendo aqui as minhas homenagens nesse momento à Apadev, de Caxias do Sul. Tenho que dizer que era a vida dela a Apadev. Vocês não sabem, talvez ninguém saiba o que é uma pessoa com 30 anos ficar cega do dia para a noite – glaucoma com diabete. Eu já era Deputado e passei a conviver com ela. A Apadev, de Caxias, e talvez eles estejam assistindo a essa Audiência, eu só posso dizer que ela era mantida pela sociedade. O trabalho que eles fizeram é um trabalho que ninguém vai esquecer. Com o tempo, eu a trouxe para a cidade onde eu moro e ela veio a falecer depois de um período. Talvez nem todos saibam, mas tenho muito orgulho de dizer que é de minha autoria a lei que dispõe que o dia 21 de setembro, data de início da primavera, é o dia nacional da luta das pessoas com deficiência. Tenho muito orgulho de dizer isso, como tenho muito orgulho, Deputado Eduardo Barbosa, e talvez a sociedade não dê o valor devido, de dizer que, se não fosse o trabalho de V. Exª e do Deputado Silas Brasileiro, Presidente e Relator da Comissão Especial, não existira o Estatuto do Idoso. É de minha autoria, mas construímos o substitutivo.

Eu quero render aqui, com uma salva de palmas, uma homenagem a V. Exª e a Silas Brasileiro. *(Palmas.)*

Talvez nem todos saibam disto. O Estatuto não existiria se os senhores não viajassem o Brasil todo. Eu não fui a todas as viagens, inclusive fui a muito poucas. Foram os dois que foram. Construímos o Estatuto do Idoso, que é uma lei e ninguém contesta hoje.

Tenho orgulho de dizer que apresentei, sim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Não invento leis. Quando apresentei, foi uma demanda da sociedade. Está em debate no Congresso, calculo eu, há 15 anos. Todos dizem que são a favor, mas não deixam aprovar. É difícil a pessoa dizer que é contra no conteúdo, pode dizer por um motivo ou outro: um diz que é tutela; o outro diz que é isso ou aquilo. Não são contra, mas não deixam aprovar. Mas o bom, para mim, é que o estatuto está em debate e um dia será aprovado. Espero que eu esteja vivo ainda para ver o estatuto do deficiente aprovado. Sonho com isso. Mas também não vou forçar ninguém a aprovar uma lei que os setores, a sociedade quer aprofundar cada vez mais o debate.

Deixe-me dizer que, claro, eu poderia aqui dar um elogio enorme a todos os painelistas pela qualidade do debate, mas não dá para dizer que não mexeu com todos nós e, com certeza, com aqueles que estão assistindo a esse debate, a fala das duas últimas: a Drª Candy, que lembra aqui Gandhi – não adianta, quando se fala Candy, lembra-se Gandhi – e a Drª Maria, que leva o nome de Maria, que é a mãe de Jesus. Foi pela forma de se expressarem e pela oração.

Quero aqui render a minha homenagem a todos e dizer que eu recebi aqui sete perguntas para fazer. Não vou fazê-las naturalmente. Só quero dizer que, pelo que percebo, nesta Mesa, não há de prevalecer uma posição inflexível. Não há de pravalecer! O Se-

nador Cristovam chegou aqui e me perguntou: "E daí, Paim, como é que você viu?" Eu digo: "Olha, eu entendo que a maioria entende que as duas questões são importantes." O MEC, no meu entendimento, não há também de ter uma posição inflexível, e o Dr. Joiran diz aqui nesse momento que não vai ter uma posição inflexível. Acompanho também o trabalho da Apaes e não dá para negar que é um trabalho histórico e bonito. Eu me lembro aqui do Senador Flávio Arns, que não está aqui neste momento, que tem como missão de vida, eu diria, a questão das pessoas com deficiência. Dialogamos muito com ele. Por isso ele foi o relator aqui no Senado do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está agora na Câmara dos Deputados. Só quero cumprimentar a todos.

Tenho certeza de que o apelo da D. Maria, da Drª Gandhi, e não Cândi... Quem está ouvindo lá diz: mas é Cândi, Paim. Por que tu insistes com Gandhi? Ao que respondo: porque a sua fala me lembrou Gandhi, não sei o porquê. E eu sou fã do Gandhi, como sou fã do Nelson Mandela.

Então, eu queria dizer que o meu amigo, parceiro de todas as horas, convidou-me informalmente para ser o relator do Projeto. Se assim a Presidência entender, eu o farei com enorme carinho.

Enfim, quero só cumprimentar a todos. Sei que todos vocês têm compromisso, sei que o MEC tem compromisso, sei que ele está ouvindo esse apelo da sociedade. Tivemos outras audiências aqui, lotadas. Acho que o Eduardo estava, não tinha lugar para sentar, e os familiares diziam: nos deixem pelo menos a oportunidade, devido às dificuldades que o meu filho, que a minha filha com deficiência, estão enfrentando. Quero mantê-la na escola especial sem prejuízo de, quem sabe, no futuro, ela estar numa escola chamada de "normal". Eles dizem que anormais somos nós, que não os entendemos, porque eles são normais. Então, temos algum tipo de anormalidade por não entendermos as pessoas com deficiência.

Enfim, meu amigo Paulo Bauer, eu quero concluir. Não vou fazer nenhuma pergunta. Entendi o espírito, essa energia positiva que está no ar. Tenho certeza de que lá no MEC vamos avançar e garantir essa flexibilidade, porque não consigo entender. Se o MEC pensasse diferente, como aquilo que foi dito, que vai colocar na marra, doa a quem doer, que todos terão de ir para o mesmo tipo de escola... Tenho certeza de que não é essa a posição do MEC.

A Doutora aqui foi muito feliz quando disse que o número, a estatística, não mede o mundo real, a situação em que aquela criança está, ou aquele adulto, enfim, não importa a idade. Isso está muito claro. A questão não é a idade, mas a situação de quem se encontra sofrendo aquele alto grau de discriminação por entender que ele não está podendo acompanhar minimamente aqueles que estão a avançar cada dia e que ele gostaria de avançar. Esse é o mundo real.

Baseado nisso, quero encerrar, dizer que nesta audiência, neste 21 de setembro, meu amigo Eduardo Barbosa, Deputado Federal comigo há muitos anos, tem uma aura. A alma do brasileiro está convivendo com a gente. Sairemos daqui, com certeza, vitoriosos, fortalecendo todas as pessoas com deficiência. Uma salva de palmas a todos vocês, não a mim, a esse nosso público, de lutadores e lutadoras, que são as famílias das pessoas com deficiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Tendo em vista que V. Exª não fez nenhum questionamento, fez uma brilhante manifestação, consulto V. Exª e o Senador Cyro Miranda sobre a possibilidade de já fazermos também a audiência da Senadora Ana Amélia e do Senador Cristovam. Eu pediria a ambos que contribuíssem no sentido de sermos um pouco sucintos na abordagem para que depois ouvíssemos os nossos convidados de uma forma coletiva sobre todas as questões e perguntas, fatos levantados pelos Srs. Senadores. Concedo, portanto, pela ordem de inscrição, a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero, primeiro, cumprimentar os autores do requerimento para esta audiência pública, que me surpreendeu pela qualidade, pela profundidade de estarmos tratando aqui de questões humanistas, de direitos de crianças, adolescentes ou adultos portadores de necessidades especiais. Não podemos tratar desiguais igualmente. Deputado Eduardo, o Senhor fez uma referência sobre o índice maior de Apaes na Região Sul. Eu gostaria de saber o motivo, a justificativa para isso; gostaria de saber se a comunidade está mais envolvida com essa temática.

Quero cumprimentar o Presidente, Senador Paulo Bauer, pela iniciativa de bom-senso que tomou, quando determinou a compra de cadeiras de roda. É preciso quebrar paradigmas quando se trata de resolver os problemas das pessoas. As leis e as pessoas têm uma insensibilidade, às vezes, muito grande. Apenas a decisão política, inteligente, sensível, intuitiva e responsável é capaz de fazer isso que V. Exª fez, em Santa Catarina, na compra das cadeiras de roda.

O depoimento de uma psicóloga e de uma mãe foram devidamente fortes nessa cerimônia. Não sou mãe, mas entendo perfeitamente a questão desse trauma que as crianças vivem em nosso País.

Então, Maria, queria dizer que, embora esteja na Câmara dos Deputados, vou, da maneira que puder,

conversar com os Líderes do meu Partido e de outros Partidos para poder apressar a PEC nº 347/2009, da Rita Camata. É essa a ação com mais urgência que podemos fazer.

Tenho certeza que todos os Senadores aqui irão trabalhar nisso e vão apoiar o Projeto nº 589/2011, do nosso colega Senador Cyro Miranda, que trata de alterar a lei do ensino especial. São essas ações que podemos fazer na prática.

Quero cumprimentar a todos e desejar que o Ministério da Educação entenda essa questão, porque já tivemos um problema grave com o internamento nos hospitais psiquiátricos. O que aconteceu? As pessoas portadoras de doenças mentais, e estamos diante de especialistas, são marginalizadas pela sociedade e acabam não tendo um hospital para internamento. São abandonadas, também, pelas próprias famílias. Vão do hospital para debaixo da ponte.

Para terminar, quero fazer uma homenagem a uma mãe do Rio Grande do Sul que teve 65% do corpo queimado, no final de semana que passou, para salvar o filho autista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) **–** Muito obrigado Senadora Ana Amélia.

Damos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a cada um, Sr. Presidente Bauer, cada um dos membros da Mesa.

Creio que hoje tivemos uma audiência carregada de mais emoção do que costumamos ter, obviamente isso se deve ao tema e à maneira como cada um tocou nos assuntos, pelo menos nos que eu pude atender, pois estava em outra Comissão.

A Senadora tocou em uma ideia de uma maneira, mas vou dizer de outra maneira. Senadora Ana Amélia, ninguém pode tratar especificidade com generalidade. Não existe como fazer isso. Na verdade, cada criança é única. Deveríamos ter um professor para cada criança, mas isso não é possível e traria uma desvantagem, que irei dizer qual é. A maneira de fazer é ter um professor, psicólogos, assistentes sociais que cuidem da especificidade de cada criança. Não tem como educar crianças como se fossem robôs padronizados. Ainda mais no caso da especificidade dos que são portadores de algum tipo de deficiência. Entretanto, se colocássemos cada criança com um professor, perderíamos uma coisa fundamental da educação: a sociabilidade. Tem que estar junto com outras crianças, tem que conviver. Por isso, temos que ter a generalidade e a especificidade para todas, no caso das que são portadoras de deficiência ainda mais.

É boa a ideia e a intenção de colocar crianças com algum tipo de deficiência junto com as outras crianças. Isso é bom para as duas, para conviver e criar um sentimento, mas, se não percebemos a especificidade, a educação da criança portadora de deficiência será deficiente. É isto que não podemos tolerar: que haja deficiência na formação de portadores de deficiência. A maneira é combinar as duas coisas. Primeiro, pelo grau de comprometimento da criança, algumas podem ficar quase que totalmente com crianças sem deficiência. É o caso, por exemplo, de crianças sem deficiência aparente ou com deficiência pequena, como usar óculos. Algumas podem, mas outras não devem ficar somente nisso, porque a educação será deficiente, sobretudo no que se refere à formação para o mercado de trabalho.

A escola nossa, a educação de base, já não forma para o mercado. As crianças saem sem a formação de um ofício, mas pelo saem com condições de adquirir um ofício. As portadoras de deficiência não terão ofício, se não houver programas dirigidos para elas.

Eu estive em uma escola de formação profissional para pessoas com síndrome de Down. Vi as crianças saírem dali empregadas: jardineiros, cozinheiros, atendentes de telefone e bem mais que isso. Tem síndrome de Down tão ligeira que a criança pode ter uma vida praticamente normal. Isso vale para outras atividades também. Uma pessoa cadeirante pode ter uma formação profissional na área de arte, artesanato, muito simples. Temos que ter pelo menos escolas profissionais voltadas para portadores de deficiência.

Esse é o ponto de partida. Não adianta incluir o deficiente nas escolas técnicas, porque a profissão que ele iria adquirir é incompatível com o seu quadro. Em vez de levar a criança para se adaptar na escola, temos que adaptar a escola à criança. Não é apenas com a rampa que adaptamos uma escola ao cadeirante. Não basta apenas a rampa. É preciso que a formação permita que, depois, seja desenvolvida uma atividade profissional compatível com suas limitações. Portanto, acho que não existe dúvida que, em primeiro lugar, precisamos de escolas profissionais adaptadas para cada tipo de síndrome, deficiência; e que, em segundo lugar, precisamos que a escola que não ofereça um ofício combine muito bem, de maneira bem específica, qual é a inclusão boa para socializar, com algum tipo de atendimento especial para servir a especificidade.

Nesse sentido, Senador Paim, não vou fazer pergunta, mas uma proposta. Gostaria de sugerir que esta Comissão faça uma espécie de subcomisssão permanente para cuidar desse assunto, talvez até com os que aqui estão ou com alguns deles, para que estejamos com o Ministro da Educação, Secretários de Educação dos Estados e Municípios e procuremos

encontrar uma forma de casar a socialização, que é a inclusão que traz e que é específica da formação de cada um e cada uma que tenha uma deficiência. Vamos trabalhar isso.

Por que sugiro isso? Porque, se deixarmos na mão, com todo respeito que tenho, apenas do profissional da pedagogia, podemos ter problemas. Além disso, é uma tendência nossa – eu sou professor, não posso dizer pedagogo formado, mas me sinto assim – querer fazer experiência. De vez em quando surge uma teoria que parece maravilhosa, e começamos a aplicar essa teoria. Isso aconteceu com a alfabetização, e estamos pagando um preço, porque, em vez de combinar o construtivismo com a visão tradicional da alfabetização, radicalizamos o construtivismo e prejudicamos muito. Ele é bom para o adulto, mas para a criança não serve perfeitamente.

A experiência da inclusão foi boa. É uma bela ideia dizer "você não é diferente, você é igual à gente". Essa é uma mensagem muito bonita, mas não é verdadeira totalmente. Para formar, trabalhar um cego, exige-se uma escola especial para quem não vê. Não adianta deixar na escola dos que vêem.

Então, Senador Bauer, sugiro que transforme isso num grupo que vá ao Ministro, que chame o Presidente do Conselho dos Secretários Estaduais e Municipais para discutirmos duas coisas: essa é uma e a outra, como criar as escolas profissionalizantes voltadas para portadores de deficiência. Disse que estive em uma. Não pensem que foi na Suécia. Foi na Jordânia, ou seja, um país pobre tem esse cuidado com as crianças. Cuba tem essa preocupação e investe dinheiro. É capaz de fazer verdadeiros milagres na inclusão pós-escola.

É para isso que queria chamar atenção. Falamos da inclusão na escola, mas estou mais interessado na inclusão pós-escola, que é a inclusão profissional, que é a capacidade de viver bem, feliz, eficiente com suas limitações e deficiências. Isso é possível, se quisermos fazer o trabalho necessário para isso. Fica aqui a minha proposta. Não ficaríamos nem prisioneiros da técnica pedagógica, embora precise ser levada em conta, nem da técnica psicológica. Usaríamos o nosso sentimento de políticos para ouvir e sentir o que dizem as pessoas que estão diretamente ligadas. A ideia de ouvir e sentir quem está diretamente ligado é fundamental, porque é pelo sentimento que encontramos a saída correta para um problema como esse.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Ouvidos os Srs. Senadores e a Srª Senadora Ana Amélia, irei conceder a palavra aos nossos convidados, mas temos um horário que devemos observar, já que essa audiência pública é transmitida pela TV Senado, rádio Senado. Sempre tenho dito que, nos tempos em que as partidas de futebol, ou melhor, as partidas de vôlei não tinham tempo para terminar, ninguém assistia a elas na televisão, porque não se tinha o vôlei como um grande evento desportivo, mas, a partir do momento em que começaram a estabelecer limite no horário, a plateia começou a assistir, e o resultado é que hoje é um desporto praticado e presente em todos os cenários do mundo. Não adianta a gente falar muito e fazer pouco. O importante é falar pouco e fazer muito. Por isso, temos uma dinâmica de outras reuniões que também seguiremos nessa reunião. Agora da esquerda para a direita, cada um dos convidados terá 3 minutos para suas observações finais e, se preciso for, concederei mais 1 minuto improrrogável de tempo adicional.

Com a palavra a Srª Maria do Socorro da Silva.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA – Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Cyro Miranda por essa audiência e pelo projeto de lei que está na luta para alterar a LDB.

Meu pedido é em nome dos pais que estão aqui.

Estamos também representando os pais que não podem estar aqui por alguma razão. Vocês sabem, uma pessoa deficiente requer muitos cuidados e tem toda aquela rotina. Muita das vezes, o pai não pode sair e deixar seu filho, pois depende da presença do pai.

Volto a pedir a vocês que nos ajudem a manter nossos filhos na escola. Outubro agora é a renovação. O Alessandro e os coleguinhas dele, que não foram no passado, nesse começo de ano, para a inclusão mal feita, correm o risco de ir. Como pais, como famílias não temos amparo. É incrível como somos totalmente desamparado. Não temos conseguir alguém, algum representante de lei para manter nossos filhos na escola, e isso é terrível. Então, na hora em que eu rezei, aquela oração é uma oração diária, pedindo a Deus, nos momentos em que nos sentimos tão só, que Ele nos ajude e coloque anjinhos no nosso caminho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Dona Maria, antes de você terminar, a ideia é do Cyro. Apenas quero dar o mérito a quem fez a proposta. O Senador Cyro está propondo que peçamos urgentemente uma reunião com o Secretário de Educação para levar em mãos o seu pedido.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA – Eu lhe agradeço de todo coração.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeça ao Cyro. Apenas fui porta-voz.

A SRª MARIA DO SOCORRO NERY DA SILVA – Eu agradeço de todo o coração a todos. Agradeço à Deputada, que ela irá falar em nome dos nossos filhos e de nós, como família, para essa PEC ter o caminho

dela sem parar em lugar nenhum, e chegar, porque essa é nossa única esperança, à promulgação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) **–** Concedo a palavra, pelo mesmo tempo, a Drª Candy Gifford.

A SRª CANDY GIFFORD – Acho que não tenho mais nada para falar. Quando os Srs Senadores disseram da emoção dessa audiência, lembrei-me que, quando o Senador Cyro me fez o convite para vir, fiquei com muito medo. Não sou técnica. Não entendo de leis. Precisei da parceria da minha amiga Emilia, mas falei pra Emilia: "Vou falar com a minha emoção". Acredito que tratar de um assunto tão especial somente será conseguido com emoção.

Então, quero agradecer aos olhares, aos ouvidos, às pessoas que me escutaram. Estou muito sensibilizada. Estou feliz de estar aqui e ser ouvida no que eu penso, no que eu acredito.

Acho que é importante essa continuidade, sim. Acho que é importante que se façam grupos, comissões para continuar discutindo essas ideias. Daqui um tempo meu marido disse que vamos nos encontrar e seu filho vai estar na escola.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Drª Candy.

Ouviremos agora o professor Joiran Medeiros da Silva.

O SR. JOIRAN MEDEIROS DA SILVA – Quero agradecer ao Presidente da Comissão pelo convite do Ministério da Educação e começar dizendo, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, Senador Cyro e Senadora Ana Amélia, que não há nenhuma, nunca existiu nenhuma inflexibilidade do MEC em relação às discussões do rumo da educação inclusiva. O que há são orientações políticas de um sistema. É natural que qualquer Governo tome para si as políticas públicas ligadas à orientação do sistema. O que se tem é uma orientação do sistema rumo à educação inclusiva, inclusive com a parceria e a previsão das instituições especializadas. O Ministro, que esteve recentemente na nossa organização, tem dito que as políticas públicas do MEC inclusive estão lá postadas em termos de financiamento e investimento ainda nas escolas especiais. Com os marcos legais, políticos e pedagogicos do mundo – o Brasil ratificou uma convenção, que tem, como os senhores sabem, força de Constituição – elas rumam para um processo de educação inclusiva que não tem, e conta com a boa-fé de vários profissionais, nenhum sentido de irresponsabilidade. Muito pelo contrário, existe uma responsabilidade muito grande para o sistema. Tentamos aqui várias ações. O Sr. Ministro Fernando Haddad continua aberto, atendendo as organizações, pensando com elas, mas instituiu no sistema público a dupla matrícula para incentivar esse processo de inclusão, que, como bem falou o Senador, não está apenas no pensamento que irá socializar. A função real da escola é aprender. O que está se defendendo e o que se tem de exemplo é a aprendizagem. Temos vários exemplos de inclusão que se dá na aprendizagem de acolhimento às mães também. Há exemplos colocados aqui que sabemos que é processual. Passamos séculos de exclusão e ainda encontra-se, por parte de educadores ou de sistema de ensino, ainda a exclusão, mas essa não é uma orientação política do sistema educacional brasileiro.

Portanto, quero ratificar a abertura de todos nós, parabenizar o Senador Cyro pela iniciativa e dizer que, Senador, lembro muito do senhor. Em 1982, eu estava no plenário quando se decidiu por esse dia. Sabemos o apoio que o Senador tem dado. O senhor tem uma leitura precisa sobre o estatuto. Tem algumas coisas no estatuto sobre denominação, conceitos que precisam ser reformulados. O nosso movimento no Conade, Senador, está averiguando isso, realmente, à luz da convenção, que trouxe outros ditames, outra normatização. Mas quero parabenizar o senhor por essa iniciativa; e a todos que aqui estão presentes.

Quero parabenizar a Mesa, na pessoa do Deputado Eduardo Barbosa, que também tem lutado há anos pela questão da educação especial no Brasil.

Eu parabenizo o nosso companheiro Erivaldo, que está representando o Conade; bem como o Defensor Público, a Candy e a nossa mãe Maria do Socorro.

Parabéns a todos e aos ouvintes pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Deputado Federal Eduardo Barbosa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Bom, da mesma forma agradeço essa oportunidade. E como todos os Senadores colocaram tão bem, tanto a Candy, que já saiu daqui apelidada, como a Perpétua, que é uma mãe que todos nós congressistas conhecemos bem porque tem sido extremamente participativa, trouxeram para nós a condição – como Paim colocou – de uma aura da emoção que nos envolveu. Isso é fundamental.

Eu acredito que todos nós, vivenciando a questão da pessoa com deficiência no seu dia-a-dia, somos tomados e tocados por essa emoção e por isso mesmo somos movidos a buscar caminhos.

Mas concordo muito quando o Senador Cristovam Buarque coloca, com clareza, que precisamos agora fazer uma agenda de desdobramento, porque muitos

outros assuntos terão que ser, sim, discutidos, debatidos e analisados também com emoção, mas com a busca de alternativas e soluções definitivas para que saiamos desse impasse que hoje vivenciamos, porque acho que não é do interesse de nenhum governo que se presta à população brasileira. Então, não podemos deixar que esse embate nos impeça de aprofundar temas específicos.

Existem, sim, divergências dos movimentos sociais em relação ao MEC. Isso é uma questão que precisamos debater. As pessoas com deficiência e as organizações defendem, sim, a escola especial substitutiva. Eles não defendem apenas a escola especial como a matrícula complementar e suplementar.

Os surdos querem a escola bilíngue e entendem que têm de viver entre si. Desenvolvem o seu aprendizado por meio da convivência entre si, sendo que 20 horas convivem com os ouvintes e querem 4 horas convivendo entre si, para um desenvolvimento essencial para que se apropriem inclusive da sua própria língua natural, que é a língua brasileira de sinais.

Então, acredito que poderemos ter que aprofundar sobre esse conceito que o MEC trouxe do atendimento educacional especializado, reduzindo o atendimento de educação especial ao atendimento contraturno. Com isso nós não concordamos. O atendimento educacional especializado é muito mais amplo do que as salas-recursos, a sala-apoio, as salas multifuncionais. Temos de entender o que é uma sala multifuncional e se temos os professores multifuncionais para atuarem nessa sala. Então, o nosso debate tem que ser aprofundado.

Quanto às duas perguntas que me foram dirigidas. A Senadora Ana Amélia pergunta sobre o número das Apaes do Sul do Brasil. Eu, quando fiz a referência, disse que o maior número de matrículas, somando escolas especializadas e escolas comuns, é maior no Sul do País. O Sudeste e o Sul do País têm o maior número de Apaes, mas em função de uma cultura de mobilização da sociedade. São movimentos sociais de famílias.

Nós temos, às vezes, em outras regiões brasileiras também um número de Apaes importante, mas há uma dificuldade de mobilização. Então, isso acontece em função de uma cultura de mobilização que é diferente no nosso País. Foi historicamente e a gente tenta transpor isso.

Agora, em relação ao déficit de matrículas. Nós temos os dados oficiais do senso demográfico do IBGE mostrando que 14% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. Isso é aquele número a que eu me reportei, que significa em torno de 13 milhões de pessoas. Nós temos somente 700 mil pessoas matriculadas no sistema comum, mais escolas especializadas. Então, vamos dizer que desses 13 milhões, não tem necessidade de que todos sejam identificados como pessoas com deficiência dentro do senso escolar. Mas nós temos um número muito reduzido de matrículas para as pessoas com deficiência. Então, a gente considera que temos ainda, numa média brasileira, em torno de 3% a 4% de pessoas matriculadas dentro do sistema comum. E esse é o nosso grande desafio, como coloquei na minha fala. Então, nós precisamos aprofundar esses números.

Quero reforçar a ideia: não houve ampliação do número de vagas ao longo deste ano, e quando a gente analisa os números, observa-se que tivemos perdas de 60 mil vagas para as pessoas com deficiência, Paim. Essa é a realidade.

Então, precisamos nos esforçar para fazer esse dever de casa melhor, porque nós não o estamos fazendo. Isso não contrapõe o processo de um sistema que deve ser inclusivo, mas a gente acha que deve coexistir a escola especial como alternativa. Inclusive, o projeto do Senador Ciro é muito importante, porque ele coloca um processo de avaliação. A avaliação multifuncional pela entrada do sistema é que vai identificar o que é bom para aquele indivíduo e quais os apoios necessários que ele necessita; e até a escola especial como indicação. É esse avanço que nós não tivemos no País.

Sim, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor falou em educação, e eu estava aqui enquanto ouvia. Comunicando: estou aqui ouvindo inclusive a omissão da lei a respeito dos direitos que impedem uma mãe de matricular, porque nem o próprio Ministério Público está em condições legais de tomar qualquer iniciativa.

Eu escrevi essas coisas, e, de lá, de Porto Alegre, enviou-me – deve ser uma professora – Mariana de Assis: "Temos escola estadual em Porto Alegre, fazendo esse atendimento sem qualquer preparação; atendimento para as crianças portadoras. Os professores fazem das tripas coração para educar".

Trago também este relato, Senador Paulo Paim: eu estava numa romaria de Nossa Senhora de Caravaggio, em Farroupilha, e as professoras me procuraram, dizendo que estavam muito preocupadas, porque, no ano passado, já tinha havido um encargo adicional às professoras, que não haviam recebido a devida instrução e a devida preparação profissional para o acolhimento dessas crianças; e que era para elas uma preocupação adicional não poder atendê-las; e de estar até correndo risco uma criança que tenha deficiência na locomoção, porque ela poderia sofrer

um acidente ou algo pelo qual a professora pudesse ser responsabilizada.

Então, tudo isso agrava a exigência da escola não preparada, do professor não preparado em relação ao ofício tão importante que é a educação. Eu queria apenas dizer isso, porque esta é uma comunicação direta de depoimentos que ouvimos.

Quero cumprimentar também as Apaes do meu Estado, do Rio Grande do Sul, do nosso Senador Paulo Paim, do Senador Simon, que têm feito um trabalho muito importante em relação a esse acolhimento.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Eu que agradeço, Senadora.

E, só para concluir, quero informar aos Senadores que a PEC pela qual a Perpétua tanto lutou com as pessoas que estão acompanhando, outros pais, já passou pela Comissão Especial e está pronta para ser pautada. Então, vocês conhecem bem o trâmite de pautar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vamos falar com o Presidente Marco Maia, que é lá do Rio Grande do Sul, para ver se ele coloca na Ordem do Dia isso.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Isso mesmo.

Eu acho importante – agora findando mesmo, Senador – dizer o seguinte: nós, técnicos profissionais e políticos, todos nós, realmente, acredito, somos a esperança para as famílias, mas apesar dos pais que aqui estiveram, principalmente a mãe, que retrata sua vida no cotidiano, eles trazem para nós a realidade.

Então, digo que esse somatório de pais e profissionais é muito importante, porque, na hora em que, às vezes, nós estamos muito afoitos na esperança, eles nos puxam para trás e dizem: "A coisa não é bem assim". Da mesma forma, quando eles estão sem esperança, nós, profissionais, dizemos: "Vamos tentar por aqui, porque existe um caminho novo". É por isso que essa relação com as famílias nós respeitamos muito.

E, aqui, como Presidente da Federação Nacional das Apaes, eu retrato essa expectativa que as famílias têm para serem respeitadas no direito de escolha para seus próprios filhos.

Obrigado. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedemos a palavra ao Dr. Erivaldo Fernandes Neto.

O SR. ERIVALDO FERNANDES NETO – Pegando a fala de todos aqui, acredito que é de consenso que queremos uma escola para todos. Só que é importante pensar que a escola para todos não é um modelo de escola. Temos que pensar nas diferenças e na diversidade; e temos que reconhecer as diferenças de forma significativa dentro do ambiente escolar, para que consigamos extrair dos nossos alunos, a partir dessa diferença, o seu desempenho total e significativo, dentro das suas competências e dentro das suas capacidades. Isso não se faz com política isolada. A política pública para a educação – e faço um apelo aqui – tem que ser construída em conjunto com as famílias; com os profissionais que estão envolvidos, professores e especialistas da educação; e, principalmente com as entidades que, historicamente, desenvolvem um trabalho nessa área. Esses deveriam ser as referências, os primeiros a serem consultados na construção de políticas.

O Conselho que represento aqui, um conselho paritário – metade representantes ministeriais, metade representantes de associações da sociedade civil –, lá dentro, estamos tendo uma experiência muito significativa, que é dessa construção coletiva de buscar sempre o consenso, no debate aberto, franco, analisando posicionamentos e analisando também os posicionamentos da sociedade, da ponta.

Então, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no seu art. 26, os pais têm direito à escolha de instrução dos seus filhos. E essa Declaração, que influenciou várias constituições, inclusive a nossa Constituição Federal, que não seja esquecida e que os pais tenham a liberdade de orientar seus filhos conforme suas convicções religiosas, políticas ou culturais. É o direito da família, a liberdade da família que está em jogo.

Então, são essas as minhas palavras.

Agradeço a todos e, mais uma vez, parabenizo-os por este evento. Foi uma grande oportunidade de aprendizado.

Desta forma, encerro minha fala. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Concedemos a palavra ao Dr. Sérgio Domingos, Defensor Público da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

O SR. SÉRGIO DOMINGOS – Inicialmente, Senador Ciro, eu gostaria de fazer uma correção, aproveitando a Drª Candy. Só uma correção no currículo: eu sou Defensor Público por vocação e por devoção. Não sou do Ministério Público.

Só uma correção, porque há uma confusão com esse nome. E tenho a honra e a satisfação de dizer hoje que a minha posse para a Defensoria foi dada pelo Senador Cristovam Buarque quando Governador do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Então, já estou junto à Infância há 13 anos. E com relação à pergunta que o senhor fez sobre providência para inclusão: quando estamos ainda com criança

ou adolescente, não há problema nenhum. Nós conseguimos fazer a inclusão; nós conseguimos fazendo imposição junto aos conselhos tutelares ou mesmo por ações judiciais via Vara da Infância. O grande problema são aquelas situações em que o jovem já passou dos 18. Esse é o nosso problema.

Mas, desde já, assumo o compromisso público de que a Defensoria Pública vai encampar plenamente as demandas com relação àqueles jovens acima de 18 anos.

Tomara que não tenhamos que buscar o Judiciário para visualizar ou par concretizar um direito fundamental, mas, se assim for, nós estaremos encampando essa situação.

Hoje, fico muito feliz porque nós conseguimos ouvir propostas e projetos. Coisas concretas. O Deputado trouxe a informação de que já temos a PEC pronta para votação, o projeto de lei do Senador Ciro. Nós temos apenas que dizer que a Eliane não precisará mais procurar um delegado de polícia para fazer com que seu filho seja matriculado numa escola, para que seu direito seja respeitado.

Agradeço imensamente o convite. A Defensoria Pública do Distrito Federal está de portas abertas.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a manifestação de todos os convidados, anotei aqui...

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só pediria... Antes de V. Exª encerrar, eu preciso fazer uma comunicação, então, só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – V. Exª tem a palavra, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas... Ontem, foi votado, aqui na Comissão, um projeto sobre cooperativas educacionais. Eu queria que fosse apensado o manifesto da Frencoop, a Frente Parlamentar do Cooperativismo, a esse projeto votado ontem e ao Projeto de Lei do Senado 250, de 2009.

Essa é a solicitação para ser incluído. É um projeto da Senadora Marisa Serrano. Eu fui a Relatora desse projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok. Em atendimento à solicitação de V. Exª, eu determino à Secretaria da Comissão que tome a providência da anexação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu recolhi, das manifestações, duas propostas. A primeira, de que se crie um grupo efetivamente de Senadores, com participação, também, de outras instituições do setor de acompanhamento, de atendimento e de trabalho em favor dessa causa, proposto pelo Senador Cristovam Buarque. Com certeza, nós vamos encontrar um meio.

Quem sabe, já que a gente não deve mais chamar o portador de necessidades especiais de excepcional, como se chamava outrora, talvez a gente possa fazer uma boa relação, Senador Cristovam, e crie o grupo de Senadores excepcionais, que cuide desse assunto. Por que não, certo? Porque se precisa ser excepcional, no sentido literal da palavra, para poder encampar e abraçar uma causa como essa e levá-la em frente, adiante, sem que ela tenha nenhum retrocesso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Porque se chamar de Senador deficiente, pode parecer pleonasmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – É verdade, é verdade.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o senhor me permite? Quando o termo "excepcional" foi utilizado pelas Apaes, há 56 anos, foi porque os pais procuraram um termo que jogasse para cima os seus filhos, porque "excepcional", na Língua Portuguesa, significa o que é bom demais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom demais, é verdade.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB – MG) – Não era o ruim. Olhem como a Língua nos trai.

Depois, ele foi tomando o significado de "retardado", que eram o que os pais queriam contrapor naquele momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para ajudar, também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já que estamos no campo das palavras, às vezes, a gente é traído pelas palavras, não é? Nós todos. Já aconteceu comigo também e o termo "portador" foi retirado totalmente do debate das pessoas com deficiência. São pessoas com deficiência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria, também, se possível, que fosse incluído, entre os Senadores, o Deputado Eduardo Barbosa, nesse nosso grupo, e que pleiteássemos uma audiência com o Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

Também acolho essa sugestão de V. Exª, Senador Cyro Miranda, e eu também proporia aos demais Senadores que nós elaborássemos um ofício em nome da Comissão, para o Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando a agilização na inclusão da PEC aqui já mencionada na pauta de votações da Câmara dos Deputados, para depois podermos, também, apreciá-la aqui. Faríamos isso em nome da Comissão, se todos estiverem de acordo.

Aqui, não podemos recolher votos por ser uma audiência pública, mas, diante da manifestação de concordância de V. Exªs, a Mesa providencia, fala e encaminha o ofício em nome de todos.

Quero destacar que também tivemos, aqui, a presença da Deputada Federal Erika Kokay, que nos prestigiou com a sua presença, e é importante citar, para efeito de registro, que nós tivemos aqui, presentes, quer na audiência do começo ao fim, ou em parte dela, a Srª Senadora Angela Portela, o Senado Paulo Paim, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana Amélia, o Senador Cyro Miranda, a Senadora Maria do Carmo e este Senador que vos fala.

Também estiveram presentes na sessão e na reunião, marcando presença, o Senador Walter Pinheiro, o Senador João Ribeiro, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Benedito de Lira, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Clésio Andrade, o Senador Vital do Rêgo e o Senador Flexa Ribeiro.

Isso demonstra que o tema, efetivamente, chama a atenção e é considerado como um tema de alta importância para todos esses Senadores já citados.

Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só um informe. Aproveitando que nós estamos ao vivo, pela TV Senado, quero dizer que agora, às 13 horas, nós iniciaremos, na Comissão de Direitos Humanos, a continuação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, com uma audiência pública e com a presença, também, do Senador Lindbergh, para discutir a situação das pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem.

Como todos sabem, esta audiência pública se realizou por requerimento do Senador Cyro Miranda e também teve a coautoria do Senador Alvaro Dias. Ela foi uma reunião, sem dúvida, muito importante, esclarecedora e com grande valia para a ação e o trabalho que cada Senador vai desenvolver doravante.

O Senado Federal é a Casa que deve ser vista e entendida como a Casa que é guardiã das instituições e da democracia. É esta a função constitucional do Senado: assegurar que as instituições estejam sempre preservadas e atuantes, e garantir que a democracia, efetivamente, se consolide cada vez mais e cumpra o seu papel no contexto da Nação.

Foi muito bom podermos ter tido a oportunidade de realizar esta audiência e eu, pessoalmente, me sinto lisonjeado pela oportunidade de presidi-la no Dia Nacional de Luta pelos Direitos da Criança com Deficiência.

Eu acho que além dessa função do Senado de ser o guardião das instituições e da democracia, ele, a partir de hoje, graças à manifestação de todos, também se torna o padrinho da causa dos portadores de necessidades especiais.

Muito obrigado e um bom dia a todos.

Convoco a próxima reunião para o horário regimental. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 43 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença da senhora Senadora **Ana Amélia** e dos senhores Senadores **Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Lobão Filho** e **Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiên-

cia Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. O Presidente convida a compor a mesa os senhores Marcos Roberto Marques da Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá, Zulmar Pimentel dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, e Coronel José Roberto Damasceno, Chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Blairo Maggi** e **Randolfe Rodrigues**. Encerrada a primeira parte da Audiência Pública, o Presidente suspende a reunião às dez horas e vinte minutos. O Presidente reabre a reunião às quatorze horas e vinte e cinco. É retomada a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. São convidados a compor a mesa os senhores Ildor Reni Graebner, Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, Marcelo Nascimento Bessa, Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia, e Alexandre Bustamonte, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Valdir Raupp** e **Acir Gurgacz**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quinze horas e onze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – **Senador MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização do 3º painel do nosso ciclo de Audiências Públicas intitulado "Fronteiras e Segurança Nacional.

Observo que a presente audiência será dividida em duas partes. Iniciaremos a primeira parte agora pela manhã, com a suspensão da reunião para o intervalo de almoço, retomando os trabalhos às 14 horas, para a segunda parte da audiência, na qual serão ouvidos os Secretários de Segurança Pública dos Estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso.

Para proferir as palestras da primeira parte da reunião, foram convidadas as seguintes autoridades – e aproveito para convidá-las a compor a Mesa:

– Sr. Marcos Roberto Marques da Silva – Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá;

– Sr. Zulmar Pimentel dos Santos – Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas;

– Coronel José Roberto Damasceno – Chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, representando o Secretário de Segurança Pública daquele Estado, que, conforme informação da Assessoria, encontra-se em trânsito e, logo mais, estará entre nós.

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de quinze minutos, com a tolerância de até mais cinco minutos. Após a exposição, concederemos a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, para o esclarecimento que S. Exªs acharem necessário.

Para dar início às apresentações, concedo a palavra ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá, Sr. Marcos Roberto Marques da Silva.

O SR. MARCOS ROBERTO MARQUES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Queria saudar aqui o Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Queria saudar o Dr. Zulmar, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, como também o Dr. Marcelo Bessa, Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia, e o Dr. Sidney Leite, delegado de Polícia no Estado do Amapá.

Srs. Senadores presentes, Srªs Senadoras, senhoras e senhores, nós temos feito vários debates no nosso Conselho Nacional de Secretários de Segurança. Temos algumas câmaras temáticas e, dentro do Conselho, participamos da câmara temática que debate a fronteira no Brasil. Somos 11 Estados de fronteira, e, dentro dessa câmara, dividimos em duas: a parte do Centro-Sul, e temos uma realidade diferente na Amazônia. Inclusive reunimos em Porto Velho, Estado de Rondônia, os Secretários de Segurança da Amazônia, justamente para debatermos a questão de fronteiras.

Foi iniciado, no ano passado, o Pefron – Policiamento Especializado de Fronteiras –, e os Estados prepararam alguns servidores e policiais para que

pudessem atuar especificamente na área de fronteira de cada Estado.

Houve, no Ministério da Justiça, na Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), uma mudança no Pefron, que passa a ser Enafron – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. Agora, na semana passada, a Presidente Dilma lançou o Plano Estratégico de Fronteiras. Participamos do lançamento e, já na reunião que fizemos em Porto Velho, debatíamos a função dos Estados nesse plano de fronteiras, em virtude também de os Estados já terem preparado os nossos policiais para atuarem, policiais esses que conhecem a realidade de cada Estado, a realidade da fronteira de cada Estado. E, inclusive, no dia em que a Presidente lançou o plano estratégico, tivemos a oportunidade de nos reunirmos à tarde na Senasp – não com todos, porque alguns tinham outros compromissos e tiveram que retornar aos seus Estados -, e colocamos que os Estados estavam meio que sendo colocados de lado em relação a esse plano.

Queremos trabalhar, sim, de maneira integrada com o Governo Federal, junto com a Polícia Federal, junto com a Polícia Rodoviária Federal, junto com as Forças Armadas. Lá no meu Estado, especificamente, temos uma companhia que trabalha na fronteira lá, no nosso Município de fronteira, Oiapoque. Mas, apesar das dificuldades, cada um dos Estados da Amazônia, principalmente, tem hoje pessoal preparado para trabalhar especificamente nas áreas de fronteira, levando em consideração as peculiaridades de cada Estado. Mesmo dentro da região amazônica, há diferenças entre cada Estado em relação às fronteiras. Há Estado cuja fronteira, em sua maior parte, é fronteira seca. No Amapá, temos 780 km de fronteira, mas é uma fronteira de rio; fazemos fronteira com a Guiana Francesa e com o Suriname; é uma realidade diferente; a Guiana Francesa foi colonizada pelos europeus; é uma colônia da França. É diferente uma fronteira com a Guiana Francesa de uma fronteira com a Colômbia, com a Bolívia, com o Peru. Então, essa realidade de cada Estado precisa ser levada em consideração.

Dessa forma, agradecemos o convite para esta audiência pública, onde poderemos debater a realidade de cada região dessas. Esse plano do Governo Federal, com certeza, vem ajudar bastante nesse policiamento de fronteira; mas o que a gente... Isto eu acredito que seja de todos os Estados, isto foi debatido lá no nosso encontro em Porto Velho: a realidade de cada Estado não pode ser um pacote, e os Estados estão preparados, sim, para atuarem nessas áreas de fronteira, de maneira integrada.

Por exemplo, no Estado do Amapá, temos a presença da Polícia Federal, temos a presença da Polícia Rodoviária Federal, temos a presença do Exército. A Polícia Rodoviária Federal tem um posto na nossa BR; fica bem próximo da Capital, a 9 km da Capital; e depois, até o Município de Oiapoque, que são mais de 600 km não há posto algum, não existe outro posto da Polícia Rodoviária Federal.

Então, o investimento que pode ser feito na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal, não que não se faça, mas que parte desse investimento seja feito nos Estados: nas polícias militares, nas polícias civis de cada Estado, pois, com certeza, temos condições de ajudar bastante nessa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.

Assim, é isso que vimos expor aqui, pedindo o apoio dos Parlamentares para que possamos ter um direcionamento melhor, um apoio maior para os Estados, para que possamos, de maneira integrada, trabalhar nessas áreas de fronteira. E, com certeza, vamos trazer resultados bem melhores para o Brasil como um todo.

É para isso que vimos pedir o apoio e essa união dos Estados, do nosso colegiado de Secretários de Segurança Pública. Tivemos a presença do nosso Presidente na reunião na tarde do lançamento desse plano, e é unanimidade praticamente no nosso colegiado que, para os Estados, também tem que ser dada uma atenção especial.

A princípio, quando foi montado o Pefron, os Estados indicaram os servidores de todas as áreas da segurança pública para fazerem o curso e se prepararem, e hoje temos os nossos policiais, os nossos servidores que se prepararam para isso, e, de certa maneira, estão até angustiados para que possamos implementar essa política.

Por exemplo, no Estado do Amapá, as viaturas que serão doadas ao Estado vão contribuir bastante. Que sejam sete viaturas, mas, para nós, no Amapá, isso faz muita diferença. Se colocarmos essa viatura para trabalhar especificamente na área de fronteiras, vai ajudar bastante lá no Amapá, considerando que, provavelmente no mês de setembro, segundo a previsão, será inaugurada a ponte binacional que vai ligar o Brasil à Guiana Francesa. Então, será uma nova realidade que vai acontecer lá no Estado, e precisamos nos preparar para aumentar esse intercâmbio, uma vez que, com certeza, com a ponte ligando os dois países, vem outra realidade pela frente. Temos uma área de garimpo na fronteira, e tem crescido bastante o trabalho nessas áreas de fronteira. Às vezes, nós brasileiros somos tratados de maneira até injusta pelo povo da Guiana Francesa, mas precisamos trabalhar essa integração não só com os órgãos do Governo Federal, mas também com o outro país que é a Guiana Fran-

cesa, para que possamos, de maneira integrada, trabalhar no combate ao tráfico de drogas. Existe lá uma questão muito forte de prostituição infantil no nosso Município de Oiapoque. Então, precisamos trabalhar, e trabalhar a inteligência, junto com todos os órgãos, para que possamos ajudar o Governo Federal, para que possamos, juntos, trabalhar melhor essa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.

Então, a principal reivindicação dos Estados de fronteira é que sejam também priorizados, para que possamos, juntos, trabalhar de maneira integrada essa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. É isso que venho expor aqui, agradecendo a oportunidade de participar nesta Casa. Estamos abertos para qualquer esclarecimento.

Agradeço a oportunidade de colocar aqui a situação dos Estados de fronteira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradecemos ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá, Dr. Marcos Roberto, e, em seguida, passamos a palavra ao Dr. Zulmar Pimentel dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas.

O SR. ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS – Senhoras e senhores, Exmº Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti e demais Parlamentares, colegas de Secretaria, Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia, inicialmente, gostaria também de agradecer esta oportunidade de nos encontrarmos aqui neste plenário para abordarmos um assunto que é deveras delicado, complexo e de grande responsabilidade para a União.

Todos nós que conhecemos as fronteiras do nosso País temos a consciência do quanto é difícil se fazer um patrulhamento, uma fiscalização rigorosa nessa área de fronteiras. Se consideramos especificamente a Região Norte, a complexidade é ainda maior. E, não por estar e ser do Amazonas, o Estado do Amazonas ainda tem alguns agravantes. Primeiro, temos que considerar que, na fronteira, onde nos estabelecemos com as nossas instituições, é um local que é de apoio para os fronteiriços, para migração, e o local ali só é procurado por pessoas que estão entrando nos países ou saindo legalmente deles. Os nossos problemas ocorrem nos locais que estão efetivamente desguarnecidos.

Então, como disse o nosso colega o Dr. Marcos, Secretário de Segurança do Estado do Amapá, estamos enfrentando um novo desafio: o Governo Federal lançou a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, programa muito bem concebido e que nos traz grande esperança particularmente pela integração. Acreditamos que a integração das forças públicas é o caminho para solucionarmos a maioria dos nossos problemas, e estamos na expectativa hoje da definição da participação da Segurança Pública dos Estados nesse plano de governo, porque, conforme o lançamento e conforme a previsão constitucional, as fronteiras são de responsabilidade da União. E, assim, o plano, no esboço inicial, deu ênfase maior na participação das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, e os Estados terão um prazo para apresentar um planejamento que seja adequado a esse plano. E é nesse sentido que estamos trabalhando, porque, a princípio, as Secretarias de Segurança Pública têm responsabilidade pela segurança nos Municípios fronteiriços. A área de fronteira, realmente, não é aquela que deve ser atribuição das Secretarias de Segurança Pública. Contudo, como estamos fazendo um trabalho integrado, estamos esperando que alguma coisa possa ser prevista e que tenhamos maior participação nesse sentido.

A questão da fronteira em alguns Estados tem trazido uma motivação extra aos governantes, porque também envolve divisas. Há alguns Estados em que há um trânsito muito grande, o contrabando é muito frequente, e isso motivou alguns Estados a já terem criado organismos estaduais para atuarem especificamente na fronteira.

No Estado do Amazonas, a maior preocupação é com o tráfico de drogas. Estarmos vizinhos, fazermos fronteira com um país que é o maior produtor de cocaína do mundo nos traz grande preocupação, porque a droga, até há alguns anos, era apenas escoada pelo Estado do Amazonas, nosso Estado participava apenas, nessa conjuntura, como um corredor; mas hoje estamos muito preocupados, porque a droga está sendo difundida, com muita frequência, até nos Municípios do interior do Estado, e, na capital amazonense, já se pode conceber que grandes problemas são causados pelo consumo da droga, que tem aumentado consideravelmente.

E a fronteira do Amazonas é *sui generis*: há pouca fronteira seca, e os rios não fazem limitação com os países, o que, até certo ponto, é um ponto facilitador para a fiscalização, pois eles adentram o país; mas são muitos rios, muitas vertentes, o que exige uma grande mobilização. Não podemos pensar em fazer um trabalho de fronteira de uma forma estática, apenas com as instituições em determinados pontos. Temos que ter mobilização, temos que ter patrulhamento frequente. E, quando se fala em Região Norte, quando se fala no Amazonas, temos que falar em lanchas que façam esse patrulhamento. E uma das grandes deficiências que temos na Segurança Pública nas áreas de fronteira é no patrulhamento fluvial, que é o grande corredor por onde o tráfico tem adentrado o País.

Nesse sentido, e dentro desse propósito, a Senasp vem nos incentivando a fazer um projeto para apresentar em até 90 dias, para integrá-lo a esse plano estratégico do Governo, e estamos reunidos ainda hoje; estamos reunidos com os nossos Comandantes da Polícia Militar, com o Delegado Geral. Estou aqui, mas eles estão reunidos, tratando do nosso plano também estratégico para segurança nas fronteiras.

Já tivemos uma reunião recente dos Secretários de Segurança Pública do Norte, na cidade de Porto Velho, em Rondônia – o Secretário está presente –, e já temos elaborada alguma coisa, uma Carta do Madeira, que traz as diretrizes básicas que são comuns a todos os nossos Estados – as nossas necessidades, as nossas dificuldades –, e já estamos, em termos de Secretarias de Segurança Pública, tentando uma maior aproximação, uma maior colaboração; estamos firmando acordos entre as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, para que possamos ter efetiva participação nesse patrulhamento das nossas fronteiras, na repressão dos crimes que possam ocorrer naquela região, notadamente os homicídios – nosso objetivo maior é diminuir esse índice. No Estado do Amazonas, temos muita preocupação com o narcotráfico. São crimes também muito comuns na fronteira o contrabando e o descaminho, exportação irregular de bens, particularmente carros roubados. Todos esse elementos estão sendo mapeados, e, estrategicamente, vamos reforçar nossas unidades nesses Municípios fronteiriços, para assim participarmos, de forma mais efetiva, da segurança pública e da segurança de modo geral na área de fronteiras do nosso Estado do Amazonas.

Obrigado, Senador. Em linhas gerais, era o que eu queria reportar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradecendo as palavras do Secretário de Segurança Pública do Amazonas, Dr. Zulmar, aproveito para registrar a presença entre nós do Coronel José Roberto Damasceno, que representa o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO DAMASCENO – Bom dia, senhores.

Cumprimento o Exmº Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti; o Dr. Marcos, Secretário de Segurança Pública do Amapá; o Dr. Zulmar, Secretário de Segurança Pública do Amazonas.

A nossa preocupação, principalmente com essa questão de fronteiras no Estado do Pará, se dá numa dimensão bem maior, em função de ser uma fronteira desabitada. As sedes dos três Municípios que fazem fronteira – Oriximiná, Óbidos e Almeirim – distam 450 km da linha de fronteira. E a informação que temos das missões que foram feitas até a fronteira é que é um terreno extremamente acidentado. Só temos povoados ao longo de alguns dos rios, no Alto Paru, por exemplo. Isso nos deixa numa situação de preocupação muito grande, por conta de não termos o controle efetivo dessas fronteiras.

Temos notícias, por exemplo: em Óbidos, alguns pescadores que tiveram seu motor furtado, motor de rabeta, reuniram um grupo de pescadores e começaram a procurar. Abordando um barco pequeno que passava por lá, depararam-se com quase 12 kg de cocaína dentro desse barco. Quer dizer, o controle é muito vulnerável. Então, a nossa preocupação dobra nesse sentido, e o Governo do Estado tem muita intenção e a vontade de estar presente nesses locais, mas precisamos de um infraestrutura muito grande.

No nosso caso lá, o mais próximo da fronteira fica na aldeia dos tiriós, onde há um pelotão do Exército. É o pelotão mais próximo dessa região de fronteira. Para chegar até essa unidade, tem que ser de barco, percorrendo longas jornadas, ou de helicóptero. E, de lá até a frente, tem que ser de barco, por trilhas em que alguns pontos só os indígenas conhecem e servem de guia nesse locais, tamanha a situação inóspita do local. São áreas bastante acidentadas, existe a Serra do Tumucumaque, que pega um pedaço maior do Estado lá, e nos preocupa, porque, nessa questão levantada pelo Ministério da Justiça, houve uma mudança, de certa forma, em decorrência de um planejamento que já havia sido iniciado, e estamos realinhando esse planejamento. Isso, como o Dr. Zulmar disse bem agora há pouco, num prazo exíguo para fazer um planejamento desse vulto e que requer reconhecimento da área, que é de muito difícil acesso, visto que o deslocamento só pode ser feito de helicóptero ou de barco. E, quando se fala de barco, são quatro ou cinco dias de navegação.

O Estado está receptivo, louvo muito essa iniciativa, e é interessante que possamos debater, conhecer as dificuldades. Eu até formulo um convite aos senhores, para que pudéssemos formar um pequeno grupo e fazer uma visita simbólica a esse pontos da fronteira onde conseguimos ter um mínimo de apoio, para sentirmos a dificuldade realmente de deslocamento, as condições, porque também nos preocupa criar unidades ao longo dessas fronteiras e deixar o homem isolado lá. Há dificuldades de comunicação. No Norte, além dos outros problemas de dimensão, há os problemas de comunicação, porque as operadoras e grandes grupos não fazem investimentos, por conta de não haver demanda. Então, se não há demanda, eles não investem nessa infraestrutura de comunicação. O Estado tem que fazer esse investimento, que é um investimento muito pesado, as distâncias são muito

longas, e entendemos que realmente esse esforço concentrado entre o Governo Federal e os Governos dos Estados deve retornar com um resultado satisfatório, pelo menos de presença nessas fronteiras.

Acredito que os outros Estados tenham alguma experiência de operações nas fronteiras que nós não temos, em função dessas fronteiras não habitadas. Daí, estamos também observando que o Pará, dentro desse projeto inicial que era o Policiamento Especializado de Fronteira, serviu de base para treinamento de 900 policiais do Brasil inteiro, dos Estados que fazem linha de fronteira. E nos preocupa a seguinte questão: agora que esses policiais estão treinados, estão preparados, surge uma possibilidade no Ministério da Justiça de que a Força Nacional atue nessa linha de fronteira. Isso nos preocupa, porque nossos policiais estão preparados. Precisamos só de ter condições de operar.

Não estamos aqui rejeitando a Força Nacional; o que estamos dizendo é o seguinte: temos policiais preparados – não é isso, capitão? Está ali nosso capitão que participou efetivamente de todo o treinamento –, temos condições de operar, e conhecemos a nossa região. Com essas facilidades – preparo do homem, conhecimento da região –, se tivermos o equipamento adequado, se tivermos condições de abrigar esses próprios policiais e condições para fazer uma rotina de patrulha, acho que o resultado é bem mais eficaz do que remanejar um contingente que não conhece a região e que faria uma operação esporádica. É preciso observar que, se você vai, faz uma operação de presença, depois sai, você cria uma expectativa na população e depois retira aquela Força, e ficamos lá esperando uma nova operação. Quer dizer, o interessante é que haja continuidade nessa ação. O importante não é só a ação; é fazer durar essa ação. Então, é importante que tenhamos a condição de estarmos presentes *full time* nessas fronteiras, e ter comunicação, e ter contato, para podermos trocar as informações, com as operações de inteligência apoiando, para que possa haver bastante resultado nessas nossas operações.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Passando à outra parte, em que vamos ouvir os questionamentos dos Srs. Senadores, passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Mozarildo.

Secretários aqui presentes, sejam bem-vindos à nossa Comissão da Amazônia.

Por dois mandatos, fui Governador do Estado de Mato Grosso e tivemos ali uma experiência pioneira, à época, sobre a questão do Gefron (Grupo Especial de Fronteira); foi o primeiro grupo de fronteira que nós estabelecemos naquela região. E, na minha avaliação, nesse período em que ela está instalada – já deve estar indo para nove, dez anos de instalação –, tem dado uma contribuição bastante grande no combate aos ilícitos ali na fronteira. Também são praticamente 800 km de fronteira, uma fronteira seca, difícil, pouco habitada. Todos que estamos na região amazônica temos esse problema: territórios grandes para cuidarmos e poucas pessoas que vivem ali.

Mas sei que essa não é a solução definitiva, porque, quando você deixa por conta do Estado uma responsabilidade que é da União – no caso, cuidar das fronteiras –, a gente acaba gastando muito dinheiro, e não é uma atividade fácil, porque você tem que ter um grande número de pessoas envolvidas, porque é necessário fazer *turn over,* é preciso trocar essas pessoas, esses soldados que estão na região, caso contrário, em poucos meses, eles já estão muito habituados com tudo o que acontece naquela região. É um caminho, mas não é uma solução, não é uma solução definitiva.

Acho que os Secretários e os Governos, todos nós, claro, temos que continuar sempre pedindo para que o Governo Federal assuma as suas funções, realmente, nessa questão da fronteira, que tenha mais presença. E os trabalhos devem ser conjuntos. Não tem como a Polícia Militar fazer um pedaço do serviço, e a Polícia Federal e o Exército tentando fazer outro. As operações conjuntas se mostram muito importantes nessa região. E, quando há operações conjuntas, operações grandes de abafa mesmo, a gente percebe claramente que se reduz, e muito, o narcotráfico, o contrabando de automóveis e tudo o mais. Mas a gente também conhece e sabe que não temos condições, ainda – espero que um dia a gente possa ter –, da presença todos os dias, como se fosse uma operação especial dessas.

Então, só para colaborar com o debate na questão da fronteira, nós temos essa dificuldade, como já disse antes, grandes territórios, pouca presença e o contrabando mais comum acaba sendo o narcotráfico, que é o que mais rende. Pelo menos ali na nossa fronteira com a Bolívia, além dos automóveis, o maior problema é a questão do tráfico.

Mas o Secretário do Amapá fez uma consideração, em determinada hora, sobre a questão da fronteira com a Guiana, e que eles foram colonizados por europeus e que a gente tem certa dificuldade. Eu gostaria de saber do Secretário se, por eles terem sido... Lá, no caso, ainda é uma colônia francesa; eu gostaria de saber se, da parte deles, somos nós o incômodo, assim como os bolivianos são o incômodo para nós lá no Mato Grosso, e talvez o Paraguai para o Paraná. Enfim, eu gostaria de uma colocação sua nesse sentido, se nessa fronteira é o inverso, se nós é que

somos o incômodo, ou se permanece a mesma regra que é para as outras regiões também.

O SR. MARCOS ROBERTO MARQUES DA SILVA – Respondendo à pergunta do Senador Blairo Maggi, a realidade lá na nossa fronteira praticamente é essa. Devido a área de garimpo ser mais do lado da Guiana, há muitos brasileiros trabalhando nessa área, inclusive amapaenses, amazonenses, paraenses, nordestinos; muitos brasileiros trabalham nessa área, e eles têm uma política de chegar na área de garimpo e explodir todo o material nosso. Enquanto que aqui os bolivianos dão trabalho, lá são mais os brasileiros, mas nesse sentido, no sentido de ir em busca de trabalho. A mão de obra lá, os pedreiros, os carpinteiros que atuam na área, a maioria é de brasileiros que entram de maneira ilegal na Guiana Francesa. Eles precisam muito da mão de obra brasileira, mas existe essa dificuldade de legalizar essa mão de obra. Então, constantemente eles estão mandando os brasileiros embora, aí mandam para qualquer lugar do Brasil. Então, nessa área, nós temos um problema de garimpo e também com essa mão de obra nossa, que é uma mão de obra nem tão qualificada assim, que adentra a área da Guiana Francesa em busca de trabalho e que, por conta da realidade, por conta de a convivência dele ser diferente, também incomoda e dá trabalho lá do lado da Guiana Francesa.

Em relação ao trabalho que eles dão aqui no lado brasileiro, é mais em relação à prostituição e à prostituição infantil, nesse caso. Por isso, digo que são realidades diferentes. Na fronteira lá com a Guiana Francesa, com certeza, nós damos mais trabalho para eles do que eles para a gente. Então, é isso que a gente precisa trabalhar em conjunto, inclusive com o país de fronteira.

Agora, por conta da ponte que está sendo concluída, uma outra realidade vem aí, e precisamos estar preparados para enfrentá-la.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado.

No caso do Amazonas, naquela fronteira nossa, em cima, bem lá com a Colômbia, com a Venezuela, o problema maior é a droga, o tráfico, ou nós temos outros problemas?

O SR. ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS – Pois não, Senador. O nosso problema maior na fronteira é, efetivamente, a droga. Ali, na região chamada Cabeça do Cachorro, na época em que estávamos na Diretoria Executiva da Polícia Federal, nós tínhamos alguns pontos estratégicos para marcar a presença do Estado, porque, na verdade, é uma região praticamente abandonada, mas era exatamente só para marcar presença, porque é um efetivo muito pequeno, e a região é imensa e de difícil locomoção. Às vezes, deixávamos a Polícia lá por quinze dias e só fazíamos contato quando ia uma aeronave. Até comunicação só se faz através do Globosat, e o problema maior é a droga.

Mas nós temos um problema peculiar naquela região que, com essa presença do Estado, foi inclusive minimizado, que é o aliciamento dos indígenas da região para simpatizantes de movimentos lá da Colômbia. Havia comunidade indígena se dizimando em função da migração. Nós temos os limites territoriais, mas eles são das mesmas nações, então havia essa migração muito grande. Esse é um problema daquela região, lá na Cabeça do Cachorro.

O ponto crucial nosso de combate é na tríplice fronteira, ali onde nós vemos Tabatinga, que fica na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia. Tabatinga é uma fronteira seca. Eu trabalhei em Ponta Porã, e lá nós temos a divisão, uma avenida: de um lado é o Brasil; do outro lado, o Paraguai. Lá, ao contrário, é uma avenida reta: você sai da Colômbia e entra no Brasil, sai do Brasil e entra na Colômbia, na mesma avenida, Tabatinga e Letícia. Ali é uma cidade em que nós temos sempre um efetivo maior de policiais, onde temos um alto índice de criminalidade, inclusive de homicídios. É uma das cidades mais preocupantes do Estado do Amazonas em termos de segurança pública. Afora essa fronteira seca entre Tabatinga e Letícia, a entrada pelo rio Solimões possibilita todo o tipo de movimentação, tanto de colombianos quanto de peruanos, que descem pelo rio e se interiorizam pelo território nacional. É uma situação bem delicada e que nos traz maior preocupação na área de Tabatinga.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas, Secretário, chegar à fronteira dos dois países chegam fácil. Agora, Tabatinga está muito longe de Manaus e longe dos centros consumidores do Brasil. Como é que essa droga sai de lá? Parte vem por embarcação e parte vem por aeronaves?

O SR. ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS – São várias as formas de ocultação. A maioria da droga, a droga em maior quantidade vem por embarcação, e também há a droga que ingressa – e não é pouca – por meio de pequenas aeronaves. Mas tem havido um maior controle agora com a atuação do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia). O Sipam tem uma atuação muito eficiente e faz um trabalho em parceria com a Polícia Federal, que tem reprimido, de forma mais efetiva, o tráfico aéreo, mas é grande ainda, porque se torna praticamente impossível fazer o controle de uma aeronave pequena, que voa muito baixo.

Então, existe um tráfico muito grande por meio de aeronaves, mas muito grande também por meio de

embarcações. Eles descem o rio até Manaus, em pequenas voadeiras, e chegam a Manaus com facilidade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Secretário.

E, na divisa com o Pará, é o Suriname, não é?

O SR. JOSÉ ROBERTO DAMASCENO – E a Guiana. São os dois. Nós temos dificuldades também com a questão do tráfico de drogas, mas o que chama a atenção é a questão do tráfico humano. Mulheres são aliciadas na Capital e levadas para o Suriname. Esse transporte não se dá, necessariamente, pela fronteira, mas é um problema latente em que temos tido muitos casos e dificuldades para conter.

Nesta semana agora, passei uma manhã inteira na Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), que é um órgão do Ministério das Relações Exteriores em Belém, e eles também reportaram a dificuldade de operar nessa região, para fazer o que eles chamam densificação da fronteira, ou seja, colocar novos marcos entre os marcos já existentes, mais antigos. Eles reportaram que encontraram marcos de 60 anos atrás. Eles têm dificuldades de montar essas operações por conta até mesmo do grupo de pessoas que estão nesse órgão do Ministério das Relações Exteriores; já estão quase todos próximos de se aposentar, e não houve uma renovação do quadro funcional. Então, isso é mais um agravante nessa situação.

É um órgão de suma importância, e eu, às vezes, conversava com um funcionário lá... Mães de moças que são aliciadas e levadas com falsas promessas procuram esse órgão, e ele diz que não é o órgão competente, porque não tem poder de polícia para fazer esse tipo de... Mas ele acaba indicando a Polícia Federal, levando a própria Polícia Militar ou Polícia Civil do Estado para tentar buscar algum indício da localização dessa pessoa.

Mas, como eu disse, a nossa fronteira é completamente desabitada, do ponto de vista de uma cidade estruturada. Pode haver povoados ao longo dos rios, mas o controle é muito precário.

Então, ficamos preocupados: se um órgão do Ministério das Relações Exteriores está tendo dificuldades dessa monta, imagine o Governo do Estado num posicionamento desses.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero fazer algumas considerações também, chamando a atenção de que, dos convidados para esta parte da reunião, dos quatro Secretários convidados, compareceram o Amazonas, o Amapá, o Pará. Lamentavelmente, ficou ausente o meu Estado, o Estado de Roraima. Espero que o Secretário possa enviar um documento relatando os problemas de fronteira em Roraima. Embora eu os conheça, quem tem que falar a respeito é o Secretário de Segurança Pública.

Quero dizer algo que chamou a atenção claramente: embora pareça, para quem está em outras regiões do Brasil, que a Região Norte é uma coisa uniforme, ela é bem diferente. No Amapá, o Secretário frisou muito bem que as fronteiras são diferentes demais das outras, inclusive tem muito a parte fluvial; já no meu Estado, não tem nada fluvial, é tudo terrestre; no Amazonas, é um misto de fluvial e terrestre, mas muito mais terrestre também; e, no Pará, chamou atenção claramente, embora seja um fato conhecido, a distância das sedes dos Municípios até as fronteiras. Imagine, a distância da Capital do Estado para as fronteiras. E são fronteiras desabitadas.

Então, realmente, embora o Secretário tenha frisado que há muitos obstáculos geográficos, na verdade, esses obstáculos desaparecem quando se trata de ilícitos a serem praticados por pessoas neles especializadas. Assim, é muito importante haver uma integração forte, embora a responsabilidade seja do Governo Federal, entre os Estados, porque quem está lá são os Estados. É importante que haja realmente essa integração, e esse plano lançado pela Presidente Dilma chamou a atenção para isso, para a integração entre os agentes federais e os Estados, que eu espero que realmente se concretize. Fico até feliz de que, antes que a gente conclua os nossos trabalhos de diagnóstico dessa questão da faixa de fronteira, tenha havido esse lançamento, porque o nosso trabalho vai contribuir para a execução desse plano, poderemos até acompanhar a execução dele. Até porque também ficou claro que os Secretários não estão sendo ouvidos adequadamente, embora eu saiba que, agora, o Ministério da Justiça vai fazer uma interlocução mais fina com as forças de segurança dos Estados.

Indago do Senador Randolfe se tem algum comentário ou inquirição a fazer. (*Pausa*.)

Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Mozarildo, Senador Blairo, Srs. Secretários dos Estados do Pará, do Amazonas, e o meu caríssimo Marcos, Secretário de Segurança do Estado do Amapá, eu acompanhei, em especial, o final da exposição do Secretário Marcos, e, na verdade, Sr. Presidente, o senhor já expôs o que me parece ser um diagnóstico. Fico feliz e exulto pelo fato de o Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, ter lançado o programa de faixa de fronteira.

A grande dificuldade que percebi na exposição dos Secretários é claramente a ausência de integração da ação das Secretarias Estaduais de Segurança Pública com o Governo Federal. Em especial, nós percebemos

essa situação na nossa querida região amazônica. O próprio mapa denota a situação da fronteira brasileira. Nós temos uma forte concentração na Região Sul e Sudeste, uma concentração pela própria ocupação humana que faz a proteção da fronteira, e nós temos um grande vazio na ocupação da fronteira em especial na região amazônica.

A nossa fronteira – e eu sempre exulto com isso e tenho muito orgulho –, o Amapá fornece ao Brasil a fronteira com a Europa. A nossa fronteira é com a França, e nós temos tido um conjunto de situações, em especial nessa fronteira, de tráfico de pessoas, de utilização da fronteira para atividades ilegais de garimpo – inclusive, essa é uma reclamação francesa junto a nós. Então, temos um conjunto de denúncias na nossa relação com a França e temos uma impossibilidade concreta. Nós fornecemos a fronteira brasileira com a França, com a Europa, uma fronteira de 700 km que é a maior fronteira com a França também, mas sem nenhum tipo de ocupação no conjunto da fronteira e com uma dificuldade concreta de guarnição por parte de guarda dessa fronteira, do contingente do Exército nacional e do contingente da Polícia Federal. Por outro lado, essa fronteira fornece ao Amapá uma vantagem comparativa, pelo fato de termos fronteira com a França, por estarmos prestes a inaugurar uma ponte que integrará a Guiana Francesa e o Amapá. Concretamente, por essa ponte que unirá o Brasil à França, nós teremos vantagens e favorecimento no desenvolvimento da nossa região, mas, em contrapartida, teremos a ampliação de um problema social, visto que essa integração vai ser bem maior.

E, mais do que uma indagação a fazer aos Secretários, é um alerta da nossa Comissão, em especial ao Ministério das Relações Exteriores, Sr. Presidente. Repito: nós vamos ter na fronteira norte a integração física daqui a pouco. Entretanto, essa integração física, que é um caminho que advogo para o nosso desenvolvimento, tem que ter, por parte do Governo Federal, da União, o reconhecimento dos problemas sociais que trará também essa fronteira física E a alternativa concreta para isso é o investimento concreto do Governo Federal na fronteira. Essa é uma situação, por um lado, de soberania nacional, de necessidade de presença do Estado; mas, por outro lado, o Estado só se faz presente quando se fizer presente com políticas sociais. A melhor maneira de o Estado se fazer presente não é somente com segurança pública, com o efetivo das Forças Armadas, com o efetivo da Polícia Federal, mas com educação, com saúde, com políticas de desenvolvimento. Essa é a melhor forma de o Estado se fazer presente. Parece-me que essa é uma necessidade no conjunto da Amazônia: é uma necessidade na fronteira do Amapá, em especial na fronteira do Amapá, por conta da unidade física e por conta da total desguarnição dessa fronteira de 700 km; é uma necessidade na fronteira de Roraima; é uma necessidade na fronteira do Amazonas; é uma necessidade na fronteira do Acre e de Rondônia.

Eu estou, Sr. Presidente, numa Subcomissão aqui do nosso Senado, ao lado da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Pedro Taques, responsável por acompanhar os recentes assassinatos na Amazônia brasileira. Nós fomos, na semana passada, na localidade de Extrema, que fica no Município de Porto Velho, a 8 km da fronteira com a Bolívia, no entroncamento das divisas do Amazonas, do Acre e de Rondônia. Próximo desse local, foi assassinada a liderança dos trabalhadores extrativistas, o Adelino Ramos, o Dinho. E nós percebemos lá concretamente o que é a ausência do Estado. A liderança rural, o Dinho, foi assassinado no meio da rua, com uma total certeza de impunidade por parte do mandante do assassinato e por conta do assassino. Quando nós fomos lá, uma Comissão do Senado da República, os trabalhadores de lá estavam com receio, com medo de vir conversar conosco. É uma completa demonstração de que, naquela região, falta Estado, há ausência de política pública. E não ocorre ausência de Estado somente pela ausência de contingente de segurança pública: há concretamente a ausência de Estado porque há ausência de políticas sociais do Estado brasileiro.

Então, para concluir, digo que temos alguns pontos centrais e nevrálgicos na nossa questão de fronteira. Eu chamo a atenção, em especial, para a nossa fronteira amapaense, para o fato de que poderemos ter um caminho para o nosso desenvolvimento agora, nos próximos anos, com a ponte que unirá dois povos e que unirá concretamente dois continentes; mas teremos também, nessa região, o aumento da pressão social, o que impõe a necessidade de política efetivas e mais rápidas por parte do Estado brasileiro.

Vejam, Sr. Presidente, Senador Blairo e Srs. Secretários, do lado da França, todas as providências para a instalação, para a concretização da ponte já foram tomadas: instalação do plano de fronteira, asfaltamento concreto do trecho entre Cayenne e Saint Georges; do lado brasileiro, tem faltado uma preocupação para que nós possamos instalar o posto de fronteira, concluir a própria obra da ponte e estender. Sequer conseguimos concluir o ramal que liga a ponte até a cidade de Oiapoque. Então, para que a fronteira seja de fato ocupada por nós, e para que, de fato, o Brasil exerça a sua soberania, é fundamental que concretamente o Estado se faça presente. Mais do que segurança pública, mais do que contingente da Polícia Federal –

tanto quanto melhor contingente de Polícia Federal e efetivo do Exército –, é fundamental investimento em infraestrutura, investimento em educação, investimento em saúde, investimento em políticas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Após as brilhantes e competentes participações dos Senadores Blairo Maggi e Randolfe Rodrigues, eu quero agradecer a presença dos nossos convidados, os Srs. Marcos Roberto Marques da Silva, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá; Dr. Zulmar Pimentel dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas; Coronel José Roberto Damasceno, Chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, que está aqui representando o Secretário de Segurança Pública do Pará, pela grande e inestimável contribuição aqui oferecida.

Por fim, lembro aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que retomaremos a nossa reunião logo mais, às 14 horas, para ouvirmos os representantes dos Estados do Acre, de Rondônia – que já está aqui presente – e do Mato Grosso.

A presente reunião está suspensa e será reaberta às 14 horas.

Muito obrigado.

(Suspensa às 10 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro reaberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a dar continuidade ao terceiro painel do nosso ciclo de audiências públicas intitulado "Fronteiras e Segurança Nacional".

Lembro às Srªs e Srs. Senadores e a todos os presentes que, na primeira parte da reunião, realizada na manhã de hoje, ouvimos os representantes dos Estados do Amapá, Amazonas e Pará.

As palestras da segunda parte da reunião serão proferidas pelas seguintes autoridades, a quem aproveito para convidar para comporem a Mesa: Sr. Ildor Reni Graebner, Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre; Sr. Marcelo Nascimento Bessa, Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia; e o Sr. Alexandre Bustamonte, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de quinze minutos, com uma tolerância de mais cinco. Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que o quiserem, para os esclarecimentos que S. Exªs julgarem necessários.

Para dar início às apresentações, concedo a palavra ao Sr. Alexandre Bustamonte, para começarmos de lá para cá, para a sua exposição.

O SR. ALEXANDRE BUSTAMONTE – Boa tarde! Boa tarde, Senador! Boa tarde a todos! Boa tarde, Dr. Bessa, Dr. Reni!

É impressionante como o Brasil, de tempos em tempos, volta para a fronteira! A gente pode olhar que, no período de Getúlio Vargas, teve a Marcha para o Oeste. Depois, Juscelino Kubitscheck trouxe o governo federal aqui para o Distrito Federal. Agora, voltamos de novo para o lado da fronteira, visando principalmente o controle da criminalidade e a ocupação daquele espaço.

O Governo do Estado de Mato Grosso, mesmo entendendo que seja responsabilidade federal o controle na faixa de fronteira, criou no ano de 2002 o Grupo Especial de Fronteira, o Gefron. De lá para cá, temos, com esforços do Estado e parte dos recursos federais, tentado mitigar o controle daquela faixa.

Hoje, o Gefron conta com cerca de 90 homens e, por decisão de Estado, deve chegar até o final do ano que vem com cerca de quase 200 homens para fazer o controle daqueles patrulhamentos.

Desenvolvemos operações periódicas, como a Operação Gênesis, organizada pelo Estado para que seja feito o controle daquela região. Temos postos na fronteira e postos alguns em comum com o Exército. Todavia, temos alguns problemas, porque a principal via de acesso é uma rodovia federal onde não há nenhum patrulhamento por parte da Polícia Rodoviária Federal. Temos, nos 900 km de fronteira, apenas uma delegacia da Polícia Federal, que conta com poucos homens. Temos uma região de 200 km de alagadiço no Pantanal, onde não há controle por parte de ninguém. Isso nos preocupa muito.

Todavia, na parte terrestre, temos um controle muito bom por parte do pessoal do Gefron. De ano em ano, a gente tem batido recordes em apreensão de drogas, apreensão de armas. Ano passado, 2010, só na faixa de fronteira, por esforços únicos e exclusivos do Gefron, sem muita tecnologia, conseguimos apreender cerca de 600 quilos de cocaína. Pouco, pelo tanto que se propala que passa por aquela região.

Não só entra droga, mas saem do Brasil, por aquela região, pelo nosso vizinho, carga roubada, carros. E, recentemente, ficamos sabendo, através da imprensa, que a Bolívia agora está regularizando os carros com placas do Brasil do lado daquele país, podendo acontecer um grande acúmulo de carros roubados do lado brasileiro.

Mas o esforço brasileiro – ontem tivemos uma reunião com integrantes da Polícia Federal – é no sentido da operacionalização da Operação Sentinela, com

a participação da Força Nacional. Todavia, há poucos homens para a região de 700 km de fronteira seca. O Governo Federal dispensou para aquela região 12 homens, muito pouco. Se trabalharem em turnos, não vai dar uma turma de três homens por dia.

O Governo de Mato Grosso, preocupado com isso, tem investido bastante. Criou um batalhão na fronteira, na região de Porto Esperidião, região mais central daquela fronteira, tendo como comandante o Tenente-Coronel Ibanez, que, com sua equipe, já participou do Projeto Pefron, foi capacitado no Pará, no curso de polícia de fronteira, como também grande parte do seu efetivo. Todavia, somos poucos. O Estado de Mato Grosso nos preocupa muito naquela região: poucos recursos e, o que é mais importante, pouca gente para patrulhar. Onde a insegurança impera, o território fica barato. Com a chegada do Gefron, o m² na região, o hectare, supervalorizou. Hoje, temos uma fronteira que não tem o patrulhamento ideal, mas tem o patrulhamento possível, e as áreas que antigamente não valiam nada hoje valem um recurso interessante para os seus proprietários.

Temos também a simpatia da população de fronteira, que tem o Gefron como seu maior escudo contra os traficantes do lado boliviano.

Era só isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra agora ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, Sr. Ildor Reni Graebner.

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER – Boa tarde, Sr. Senador Mozarildo, por meio de quem cumprimento os demais Senadores, os demais presentes, os colegas Secretários de Mato Grosso e de Rondônia.

O Acre tem 618 km de fronteira com a Bolívia e 1.350 km com o Peru. Na parte de Assis Brasil, na entrada, há uma ponte internacional, e existe uma fiscalização constante da Força Nacional com a Polícia Federal. A Polícia Militar, por parte do Estado do Acre, não tem efetivo para interagir no momento nessa fiscalização. Já na fronteira em Brasileia, a Polícia Militar faz a fiscalização da ponte internacional, e a Força Nacional e a Polícia Federal, até esses dias ainda, controla a outra ponte, chamada Wilson Pinheiro.

Diante do lançamento da Presidente Dilma do Plano de Fronteiras, estamos esperando que efetivamente a União ocupe toda a fronteira que o Acre tem, dando maior segurança principalmente na divisa, porque o efetivo dos policiais do Acre não é suficiente para fazer esse patrulhamento.

Na área de Cruzeiro do Sul, em que temos a fronteira principalmente com o Peru, as ações são esporádicas, e não existe um patrulhamento efetivo de nenhuma instituição. Havendo um foco, havendo um crime, as Polícias tanto Federal quanto do Estado são acionadas para a solução dos problemas.

De qualquer forma, a segurança pública do Acre se dedica ao combate à criminalidade tanto na divisa como em todos os Municípios. E, para isso, implantou um plano de metas para reduzir a criminalidade, que denominamos de Pacto pela Paz. Assim, obtivemos a redução da criminalidade em 50% de homicídios em todo o Estado, inclusive, obviamente, em todos os Municípios fronteiriços. Para tanto, implementamos ações contínuas, continuadas e integradas, com toda a Polícia Militar, Polícia Civil, eventualmente integradas, em algumas ações, com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Dessa forma, marcamos a presença do Estado nas fronteiras, mas muito mais ligada à segurança pública do que efetivamente às divisas, mesmo porque não temos os meios suficientes. Além do efetivo de pessoas, há deficiência de veículos tracionados, já que a maioria das fronteiras é área rural, cujo acesso só pode ser feito por carros tracionados. Tais carros fazem falta até em eventual infração penal que tenha sido cometida, assim como no serviço preventivo. Estamos lançando um projeto, esperamos contar com a cooperação da Senasp para a aquisição de veículos tracionados e barcos também, necessários na grande maioria das áreas, principalmente na área de Cruzeiro do Sul, onde a fronteira é interligada por rios que vêm do Peru e vêm desembocar no Acre, facilitando o ingresso, principalmente dos narcotraficantes.

Com as ações coordenadas e integradas, estamos mantendo uma boa redução de homicídios, mas precisamos implementar ainda o aumento de efetivo, a melhoria do sistema de comunicação – acho que é uma deficiência em toda a Amazônia; os Municípios do interior não possuem meios de comunicação eficientes, principalmente na forma eletrônica, que é a forma mais moderna, a Internet. Há uma dificuldade de obter as informações para o monitoramento, para o plano de metas, de toda a criminalidade do interior, para que os dados possam ser juntados na capital e, assim, fazer uma análise criminal, inclusive para um melhor enfrentamento dos crimes ou das áreas mais "quentes", como se denomina onde há maior ocorrência. Mas percebe-se que hoje boa parte dos crimes está se deslocando para a área rural também, por isso, há necessidade de adquirirmos, com o apoio da Senasp, viaturas tracionadas para que essa demanda possa ser atendida.

Com relação à melhoria, principalmente nessa área de comunicações, de transmissão de dados, de coletas de dados para fazer um bom monitoramento de todos os crimes que incidem em toda a região, nós

estamos elaborando um projeto que está sendo bem aceito pela Senasp e esperamos, em breve, obter a sua aprovação.

Com relação às relações internacionais, estamos bem relacionados com a Bolívia e com o Peru também. Já por três vezes fizemos a visita ao governador de Pando, divisa na fronteira, onde ele assinou um protocolo de intenções com o Governador do Acre, no sentido de patrocinar além do estreitamento das relações, também um incentivo para o desenvolvimento sustentável para toda a região. E eu, particularmente, visitando o novo comandante da polícia militar da Bolívia, assinamos uma carta de intenções, demonstrando interesse, por parte da Bolívia e da nossa também, de trabalharmos na cooperação de investigação de crimes, de ambos os lados, na entrega de presos com mandado de prisão, dentro da formalidade legal, mas evitando algumas burocracias; de combate conjunto ao crime organizado; de troca de informações sobre maus-tratos e tráfico de pessoas; de troca de informações de produtos químicos controlados; de coordenação no controle da população fronteiriça e de cooperação na apuração dos fatos que envolvem a corrupção policial de ambos os lados. Então, dessa forma, nós levantamos a carência nesse primeiro quadrimestre do nosso trabalho, com a superação das metas estabelecidas – tínhamos estabelecido uma meta de 7% de redução de homicídios e atingimos 50%. Então, para fazer essa manutenção, é necessário mais investimento e melhorar os meios de comunicação daqui para frente. Dessa forma, fizemos essa avaliação e esperamos que, com a implementação de mais alguns recursos, manter a segurança pública de uma forma aceitável.

Com relação à fronteira, vamos esperar o apoio da União efetivamente, e tomar toda a fronteira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, ao Dr. Marcelo Nascimento Bessa, Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia.

O SR. MARCELO NASCIMENTO BESSA – Boa tarde a todos.

Exmo Sr. Senador Presidente desta Subcomissão, em nome de quem eu cumprimento meus colegas, Secretários de Estados nesta Mesa, demais assistentes presentes a este evento, é uma oportunidade ímpar nós podermos estar aqui para tratar deste tema tão complexo e delicado, que é a questão das fronteiras, e o Estado de Rondônia figura nesse contexto dos onze Estados que fazem fronteira com dez países na América do Sul com o Brasil.

Nós trouxemos alguns *slides* para fazermos uma apresentação aqui mais rápida e de modo mais sistematizado, em nome da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa da Cidadania de Rondônia.

Fazendo um panorama rápido, aqui nós temos a região de Rondônia, que faz fronteira unicamente com a Bolívia. São 1.342 km de fronteira totalmente fluvial, daí as peculiaridades de cada Estado brasileiro com relação às suas fronteiras, razão por que nós entendemos que há uma necessidade premente da União ouvir os Estados para que cada unidade apresente as suas particularidades, e, dentro dessa necessidade apresentada, sejam supridas essas carências do Estado, para que ele, conhecedor da sua região, possa promover a segurança da forma que entender adequada na sua área fronteiriça.

Então, são 1.342 km de uma faixa totalmente fluvial a fronteira do Estado de Rondônia com a Bolívia.

Aqui nós temos os principais crimes na nossa fronteira geral, ou seja, nos quase 17 mil km de fronteira do Brasil. E, aqui, particularmente no Estado de Rondônia, os principais crimes estão relacionados a exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de drogas, contrabando e descaminho, crimes ambientais, refúgio de criminosos no lado boliviano, roubo de cargas e veículos, tráfico de armas e munições.

Chamo a atenção para o tráfico de drogas, que é a situação mais emblemática, mais grave no Estado de Rondônia, que é um dos portais de entrada, tendo em vista que a Bolívia, juntamente com o Peru e a Colômbia, são os mais produtores de cocaína. Então, as grandes quantidades de cocaína que entram por esse corredor de passagem, como é o caso de Rondônia, são alarmantes.

Eu já estou no Estado de Rondônia há quase doze anos, sendo que fui oficial do Exército brasileiro, fui oficial da Polícia Militar, fui Delegado da Polícia Civil e estou há pouco mais de cinco anos como Delegado da Polícia Federal, exercendo esse cargo de Secretário de Estado agora. E, por ocasião de ter sido chefe da Delegacia da Polícia Federal em Ji-Paraná, já participei de operações em que, numa só apreensão, em 2009, apreendemos 820 kg de cocaína. Então, é uma droga comprada a um preço barato – a quatro mil reais ou até menos, dependendo da quantidade que é comprada – lá na Bolívia, e com um *modus operandi* bastante singular, Senador, naquela região: o arremesso por aeronave. Então, não foram poucas as vezes que tivemos oportunidade de participar de operações em que se observou o arremesso de droga, em que se faz um consórcio criminoso de pessoas, onde o traficante tem um perfil muito diferenciado daqueles traficantes dos morros cariocas, que são pessoas devidamente incluídas na sociedade, são donas de casas de *shows*, de restaurantes, pessoas de poder econômico,

que se consorciam e compram grandes quantidades de drogas. Essas aeronaves voam a baixas altitudes, transitam para o lado brasileiro, arremessam a droga em propriedades rurais e retornam para o lado boliviano sem serem detectadas pelo sistema de radares do Sipam, em razão da baixa altitude.

Aqui, rapidamente, só demonstrando que, nas faixas de fronteira, os índices de criminalidade por 100 mil habitantes são mais elevados. Hoje, no Estado de Rondônia, no primeiro quadrimestre, conseguimos lograr a redução desses índices de homicídio em razão de operações pontuais e da redistribuição do policiamento ostensivo atendendo esses indicadores. Nós tínhamos cerca de 42 homicídios por 100 mil habitantes no Estado de Rondônia e, nesse primeiro quadrimestre de 2011, se comparado com o mesmo período do ano passado, nós conseguimos reduzir para 29 em cada 100 mil habitantes. A intenção é que consigamos atingir, até o final do ano, a média nacional, que é de 25 homicídios por 100 mil habitantes. Mas isso é para demonstrar que as faixas de fronteira apresentam índices de homicídio maiores que nas demais regiões não localizadas nas áreas fronteiriça.

Aqui nós temos, no caso de Rondônia, que 68% do território rondoniense está em faixa de fronteira, incluindo 26 Municípios, considerando os 150 km de largura da faixa de fronteira, conforme determinação constitucional. São 1.342 km, como nós dissemos, envolvendo rios, lagos e canais, o que torna bastante capilarizada a fronteira no Estado de Rondônia, somente com um país, que é a Bolívia. Nove Municípios são limítrofes, com 67 mil habitantes nessa faixa de fronteira. Nós temos aí o maior Município do Brasil em faixa de fronteira que é a própria capital do Estado, Porto Velho, que conta hoje com 428 mil habitantes.

Esse problema se agrava na medida em que tivemos lá as obras do PAC, com as duas grandes usinas, de Jirau e Santo Antônio, o que fez com que a população de Porto Velho aumentasse em mais de 100 mil habitantes. Isso trouxe todas as mazelas sociais, sem uma preparação e sem uma compensação adequada para fazer frente a essa demanda de crescimento econômico e populacional que o Estado sofreu. Isso agrava ainda mais a nossa situação, mas seria uma questão para ser discutida em outra sede.

Bom, estas seriam as principais rotas do tráfico de drogas da Bolívia, no caso do Estado de Rondônia: basicamente, por via terrestre, dentro dessa longa faixa que são os rios Guaporé e Mamoré, os rios que dividem a Bolívia de Rondônia, nós temos aqui a cidade Guajará-Mirim, Porto Velho, Costa Marques e Pimenteiras. São basicamente três pontos de entrada.

Então, essas são as rotas, tanto por via fluvial, porque existem rios que entram por aqui, como por via terrestre, um pouco mais limitado, mas também é possível. E o pior de todos, como nós falamos, é a questão do arremesso por aeronave voando a baixa altitude. Então, essas são as rotas principais onde essa droga percorre.

Aí uma visão melhor dos Municípios fronteiriços: Cabixi, Pimenteiras, Alto Alegre, Alta Floresta, São Francisco, Costa Marques, Guajará-Mirim, Nova Mamoré. E aqui a BR-364, que é a rodovia que vem desde Mato Grosso e segue até o Estado do Acre, então, a principal rodovia federal que corta o Estado de Rondônia.

Aqui nós temos somente duas unidades do Exército Brasileiro, aqui um Batalhão Especial de Fronteiras em Guajará-Mirim e o Forte Príncipe da Beira, que inclui um Pelotão Especial de Fronteiras na cidade de Costa Marques.

Aí vêm as forças estaduais do Estado de Rondônia, no caso, Polícia Civil e Militar presentes na região de fronteira. E, do lado boliviano, os locais onde teriam forças militares bolivianas, tanto do Exército quanto da Polícia Nacional boliviana.

Aqui temos as atividades desenvolvidas em 2010, tivemos o extinto Pefron, que foi criado com uma filosofia, com uma estratégia e, na verdade, está sendo substituído pela Enafron (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras). Aí temos o efetivo que fez instrução de nivelação de conhecimento, foram formados diversos policiais do Estado de Rondônia nessa formação, participamos junto com Mato Grosso da Operação Gênese, está sendo elaborado projeto de comunicação na faixa de fronteira, por sinal, bastante oneroso. Houve participação do Estado também na questão da escolha do melhor tipo de armamento para essas regiões de fronteiras. Estamos estruturando a aviação, que é bastante embrionário o núcleo de aviação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia. Estamos em uma reunião de fronteira, uma região de grandes dimensões e, sequer, temos uma aeronave adequada que possa atender as demandas dessa região. Assinatura de acordo cooperativo com a União relacionada à questão de fronteira.

A despeito das deficiências de meios, no início deste ano, fizemos já uma operação denominada Cerco Integrado Fronteira. Nós temos, no caso de Rondônia, já preocupado com a problemática de fronteiras, erigimos o policiamento de fronteiras à condição de uma gerência da Secretaria de Segurança Pública. Dessa forma, a gente consegue trabalhar a Polícia de forma integrada, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar. Então, criou-se a Gesfron, gerência especializada em segurança de fronteira que já engloba essas institui-

ções, hoje contando com mais de 70 policiais para trabalho exclusivamente na área de fronteira. O Estado, por seus meios próprios, procurando resolver e, apesar de não ser uma atribuição originariamente do Estado, já fazendo suas vezes nessa questão de fronteira.

Então, fizemos uma simples operação para demonstrar os resultados que poderiam ser auferidos no caso de uma operação na área de fronteira. Então, vejam que os quantitativos são bastante modestos: 3 viaturas descaracterizadas, 6 caracterizadas, ostensivas, um efetivo de 18 policiais civis, 34 militares. Trabalhamos com atividade de inteligência, planejamento e integração dos órgãos de segurança e Forças Armadas. Fizemos o início da operação e vamos verificar alguns resultados.

No período de um mês somente, buscando basicamente a questão do tráfico de drogas, apreensão de drogas e armas e captura de foragidos.

Aqui são os efetivos, as embarcações utilizadas e os órgãos envolvidos.

Aí a grande questão que trabalhamos foi a integração. O mais interessante dessa operação, mesmo que não tivesse havido algum resultado mais expressivo, foi o fato de integrarmos as instituições de segurança: Polícia Civil Militar; Corpos de Bombeiro; essas que fazem parte da Secretaria de Segurança Pública de Rondônia; a Secretaria de Justiça, que é do sistema penitenciário; finanças, atuando na sua área de atribuição na fiscalização tributária; o Instituto de Defesa Agrosilvopastoril de Rondônia, cuidando da parte de saúde sanitária animal; o Ministério Público Estadual; a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam), todos na sua área de atribuição; a Polícia Federal; a Polícia Rodoviária Federal, nas áreas de rodovias; 17ª Brigada de Infantaria de Selva, do Exército Brasileiro; Delegacia Fluvial da Marinha; Base Aérea de Porto Velho; ICMBio; Sistema de Proteção da Amazônia, Sipam, que nos apoiou na questão de comunicações; Receita Federal; Força Nacional de Segurança Pública; Abin. E aí desencadeamos essa singela operação nesses eixos aqui: eixo Cabixi, eixo Mamoré, eixo Guaporé. Então, nós trabalhamos nessas vias de acesso com abordagens e ações também veladas, onde se fazia o levantamento, e eventualmente se cumpriam buscas e apreensões, etc. A Polícia Rodoviária Federal nos deu apoio com suas aeronaves e patrulhava a área da BR.

Resultados desses 30 dias: 1.168 veículos abordados; 2.935 pessoas; 42 pessoas presas; quatro foragidos e, depois, recapturados; 78,5 kg de cocaína nesse período; munições; caminhões apreendidos com madeira; dinheiro supostamente utilizado para aquisição de drogas; CDs e DVDs frutos de descaminho; cigarro, que é fruto de contrabando; combustível, pois é também outra realidade o tráfico de combustível da Bolívia, em razão dos preços baixos; celulares e materiais diversos contrabandeados.

Quero saudar aqui o Senador Valdir Raupp, que é Senador da República do nosso Estado de Rondônia, que tem sido um parceiro sempre presente em nossas reuniões relacionadas à segurança pública.

Promovemos, juntamente com os nossos colegas Secretários de Segurança Pública, o Encontro de Secretários de Segurança da Amazônia, no âmbito do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Há algumas comissões temáticas, umas relacionadas à legislação e temas diversos. Um deles é a questão específica de fronteira. Tendo em vista as particularidades de cada região de fronteira, deliberamos nós, Secretários de Segurança Pública da região amazônica, nos reunirmos para tratar de nossas particularidades, e sentarmos, de onde saiu este instrumento chamado Carta do Madeira, que é uma homenagem ao nosso rio Madeira, na cidade de Porto Velho, onde há uma deliberação no sentido das providências que achamos necessárias serem adotadas, no que diz respeito aos Estados da região amazônica.

Institucionalização da unidade no âmbito da Secretaria de Segurança. Como eu falei, é a Gesfron – Gerência Especializada em Segurança de Fronteiras; parceria de outros órgãos. É sempre importante essa integração com as demais instituições. E vejam que não se restringe a instituições diretamente relacionadas à Segurança Pública, mas a instituições também correlatas à Segurança Pública, como órgãos fazendários, como órgãos de defesa agrosilvopastoril, etc.

Acompanhamento da avaliação de resultado. Continuadas operações serão feitas em pontos às vezes em situações pontuais, episódicas; e, outras vezes, vamos tentar articular de forma integrada. Inclusive já estamos em tratativas com os demais Estados para desencadear uma grande operação com todos os Estados de fronteira, no momento oportuno, e sigiloso.

A partir de 2011, ainda se está sugerindo, para ser sujeito à deliberação do Secretário de Segurança Pública da Amazônia, a criação de um conselho; a realização de operações integradas e simultâneas na fronteira amazônica, a serem planejadas; a participação na estratégia nacional de fronteiras da Senasp; e participação da Operação Gênesis.

Então, a preocupação dos Estados, que temos comentado e discutido, no âmbito desta Comissão Temática de Fronteiras, é justamente a preocupação em a União ouvir os Estados, para que eles possam apresentar suas peculiaridades e dizer quais são as suas necessidades no que diz respeito às fronteiras. Então, a gente fica muito preocupado, porque o dis-

curso que temos ouvido do Governo Federal é de uma ação de fronteira relacionada às forças de segurança da União: Polícia Federal, Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança, Forças Armadas. E não se falou tanto dos Estados, ainda não se delineou qual seria a participação dos Estados dentro dessa estratégia nacional de fronteiras. Então, é uma coisa que tem preocupado bastante todos os Secretários, até porque muitos já fizeram investimentos em pessoal, em capacitação, até mesmo em logística, contando com eventual apoio da União, a contrapartida da União, e não se tem ainda a definição de como vai funcionar essa nova estratégia de fronteira.

Então, seria essa a nossa preocupação.

Nós também temos uma preocupação, como foi dito pelo Dr. Alexandre Bustamonte, com relação à Bolívia. Tem de haver essa bilateralidade na relação entre os países fronteiriços. A Bolívia é um país bastante problemático no que diz respeito à fiscalização, controle dos seus órgãos. Temos a preocupação com relação à regularização da nacionalização dos veículos. Isso nos deixa bastante preocupados em vista, justamente, da possibilidade de mais ainda termos um aumento da evasão de veículos furtados e roubados para a Bolívia. Normalmente os veículos furtados e roubados são moeda de troca para a droga, que volta para o Brasil. Levam-se veículos roubados, furtados, e devolvem-se na forma de droga.

Seriam essas as nossas observações, e ficaremos à inteira disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concluída a exposição dos Sr. Secretários, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para suas observações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu sou o único, não é? Esse horário é complicado, visto que as Comissões, na parte da manhã, estendem-se até 13 horas, 13h30min, ou até às 14 horas, e aí fica um pouco difícil estarmos todos aqui às 14 horas. Pedimos desculpas em nome do Senado, e sei que o Presidente já justificou a ausência dos Senadores.

Quero cumprimentar o Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; o Secretário do meu Estado, Marcelo Nascimento Bessa; o Dr. Ildor, do Estado do Acre; e o Dr. Alexandre, do Estado do Mato Grosso.

Preocupo-me muito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Secretários, com essa fiscalização de fronteira. Sei da intenção da Presidente Dilma, e outros Presidentes já demonstraram também essa intenção de proteger mais as nossas fronteiras, principalmente nesses Estados de extensão muito grande, como o de Rondônia, que chega a quase 1.400 km de fronteira com a Bolívia.

Para nossa surpresa, nós tínhamos três delegacias da Polícia Federal na fronteira de Rondônia com a Bolívia. Recentemente, fecharam uma delegacia. Antes de ontem, eu estive participando das comemorações da Festa do Divino em Costa Marques, cidade histórica antiga, que faz fronteira com a Bolívia e que tinha uma delegacia até há pouco tempo da Polícia Federal, mas foi fechada, não existe mais. Se alguma empresa ou comércio precisa de alguma documentação para tirar, tem que ir agora a Porto Velho, Ji-Paraná ou Vilhena, porque a delegacia da Polícia Federal foi fechada em Costa Marques. Então, neste momento em que se discute o fortalecimento, a integração desses órgãos de fiscalização nas fronteiras, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal fecha uma delegacia importante, que ficava bem no centro, entre Pimenteiras, uma cidade menor, no sul de Rondônia, divisa entre o Mato Grosso e a Bolívia, e Guajará-Mirim, no outro extremo. Costa Marques fica no meio dessa vasta fronteira de Rondônia com a Bolívia. Essa delegacia foi fechada.

Então, vou ter que conversar com o Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo, para ver se ele reativa a que foi fechada e talvez crie mais outras estruturas na fronteira do Brasil com a Bolívia. Sei que o Secretário tem participado de inúmeras reuniões, esse fórum de Secretários da Amazônia... Cobrei pessoalmente do Ministro quando ele esteve em Rondônia na semana passada, juntamente com a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, para uma reunião com o Governador, com o Secretário, com o Diretor-Geral da Polícia Federal, com o Superintendente da Polícia Federal e com todos os órgãos de segurança. A OAB também estava lá. Foi uma reunião no Palácio Getúlio Vargas, e nós tivemos a oportunidade de cobrar uma ação maior do Governo Federal, tanto na área de fronteira, como na área de regularização fundiária, onde tem havido muitos conflitos agrários, e problemas de falta de fiscalização. As invasões foram em grande quantidade, o Incra não conseguiu fazer os assentamentos, o Ibama não dá conta de fiscalizar o desmatamento, a extração de madeira ilegal. E aí vem a violência no campo, trazendo consequências desastrosas para os nossos Estados e para o Brasil, o que, muitas vezes, é condenado internacionalmente.

Eu queria parabenizar V. Exª pela realização desta audiência e me colocar sempre à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os Secretários que quiserem fazer algum comentário sobre a exposição do Senador Valdir Raupp terão a palavra.

O SR. ALEXANDRE BUSTAMONTE – Senador, realmente, o problema de terra na região de fronteira

é um negócio que assola todos os Estados, principalmente na faixa de fronteira de 150 km, onde há um lapso. Por matéria legal, competem a fiscalização e o patrulhamento à União. Todavia, as consequências disso recaem sobre o Estado.

O Dr. Bessa apresentou um gráfico aqui, dizendo que, em Rondônia, a taxa de homicídios na fronteira é maior, o que não é muito diferente do que ocorre no Estado de Mato Grosso. Todavia, no Estado de Mato Grosso, há menos homicídios, porque a população na faixa de fronteira é bem menor; apenas quatro Municípios fazem fronteira com a Bolívia, e 28 estão na faixa de fronteira, com a grande peculiaridade de que não há nenhum Município na linha de fronteira, de que nossos Municípios estão afastados da linha de fronteira.

No Mato Grosso, há uma faixa de 900 km de fronteira, e toda essa fronteira é capilarizada por fazendas e chácaras, algumas com assentamentos rurais. E o controle seria praticamente inexistente, se não fossem os policiais do Gefron. Quando a cidade é fronteiriça, o patrulhamento policial naquela região aumenta, o que facilita o trabalho da Polícia, mas o Mato Grosso não conta com isso. Os Municípios próximos ficam a 80 km da faixa de fronteira, de Cáceres, a maior cidade da nossa faixa de fronteira. E fica afastado da região. Isso nos preocupa, porque os fazendeiros que têm as terras e os produtores rurais daquela região ficam, muitas vezes, à mercê das patrulhas volantes do nosso Gefron que passam esporadicamente na região, quando as viaturas estão preparadas para isso, pois há problemas no que se refere às viaturas. Como ocorre no Acre e em Rondônia, tenho certeza de que a maioria das viaturas que trabalha na faixa de fronteira vem do Governo Federal, e elas são excelentes para trafegarem no asfalto. Na nossa faixa de fronteira, as nossas caminhonetes não aguentam o trabalho que é feito ali, porque as rodovias com asfalto ali são poucas. Normalmente, é preciso haver uma frota de doze carros, para que pelo menos cinco rodem. Isso complica muito o patrulhamento de fronteira.

O senhor falou sobre terra, e, realmente, é verdade que ali temos de melhorar, porque, afinal de contas, o Brasil está se voltando para o lado das fronteiras. Hoje, no período da manhã, todos os jornais falaram que o Brasil não produz cocaína e que esta passa pelo Mato Grosso, talvez, devido à dimensão do Estado, por Rondônia e por toda a fronteira. Hoje, a cocaína entra por todo lado e vira óxi, vira *crack*. Quem ainda não teve a experiência de a cocaína bater à sua porta, um dia, terá essa experiência, pode ter certeza.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, os Estados do Acre, de Rondônia, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul são os quatro Estados em que as fronteiras deveriam ser mais patrulhadas, mais fiscalizadas, porque é por onde passam as drogas e é por onde entram também os carros. O decreto da Bolívia deixou todos nós assombrados, porque esse é um incentivo ao aumento do roubo, do furto de carros do lado brasileiro, que passam para a Bolívia para serem trocados por droga. Então, houve a legalização desses carros roubados, que, abertamente, na sua grande maioria, são carros roubados do Brasil. E esses carros que entrarem na Bolívia serão documentados! Isso é muito sério. Acho que o Governo do Brasil tem de dar uma resposta imediata a essa atitude do Presidente Evo Morales.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer a explanação aos Secretários: Dr. Marcelo, de Rondônia; Dr. Reni, do Estado do Acre; e Dr. Alexandre, do Estado do Mato Grosso.

Informações muito importantes foram aqui dadas. Hoje de manhã, tivemos a oportunidade de ouvir o Amazonas, o Pará e o Amapá, e vemos como principalmente a fronteira da Amazônia está desguarnecida. É verdade que a fronteira sul também tem muitos problemas, até porque é muito mais populosa, muito mais complexa. Mas a da Amazônia precisa de um tratamento muito especial. E eu fico feliz até de ter notícias hoje aqui, por intermédio do Secretário de Rondônia, de que já houve um primeiro encontro de Secretários de Segurança da Amazônia. Com isso, realmente começa uma integração local, quer dizer, em âmbito regional, e agora, Senador Valdir, o que temos de buscar é essa integração federal com os Estados, porque é impossível... Se os Estados que estão lá, digamos, com o problema na mão, não forem ouvidos para se integrarem à Nação, dificilmente o êxito desse plano vai acontecer.

Quero também deixar claro aqui que será apreciado, na quinta-feira, requerimento assinado por mim, mas de comum acordo com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que vai convidar, se aprovado, o Ministro da Defesa e o da Justiça para virem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fazer uma explanação sobre esse plano, porque a informação que temos é pela leitura do decreto, pelos comentários, mas nós precisamos colaborar.

Desde o ano passado, Senador Valdir Raupp, estávamos nesse trabalho da Amazônia e da faixa de fronteira. Levantamos todos os problemas, mas agora, com esse painel que hoje encerramos, da segurança na faixa de fronteira, vamos ter condições de elaborar um relatório. E ouvindo, portanto, na outra semana, os dois Ministros, poderemos interagir e até, vamos dizer assim, forçar, no bom sentido e de maneira diplomática, para que esse plano seja de fato duradouro e para

que não haja depois, como o Senador Valdir Raupp salientou aqui, postos da Polícia Federal fechando, ou alguns funcionando, como lá no meu Estado, mas de maneira precária, sem o efetivo adequado, sem equipamento adequado, tanto a Polícia Federal quanto a Polícia Rodoviária Federal. E aí, se não interagem, se não houver uma sintonia com as polícias estaduais, dificilmente teremos êxito.

Indago ao Senador Acir se deseja fazer alguma observação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os Secretários, em nome do Secretário de Rondônia, Dr. Bessa, e dizer que realmente a preocupação com as nossas fronteiras é muito grande. Tão grande quanto a falta de aparelhamento que o Estado tem para cobrir as nossas fronteiras. Principalmente nessa região do Acre, Rondônia e Mato Grosso, temos notícia de que está havendo uma entrada muito grande de armamentos, de drogas, o que é realmente um problema sério. Temos discutido isso sistematicamente aqui, não é, Sr. Presidente? Não só aqui na comissão, mas também no plenário do Senado, no sentido de que o Brasil precisa tomar alguma providência urgente com essa situação. E nós sabemos que não cabe aos Estados fazer esse policiamento. Carecemos de uma ação conjunta do Estado com a União, e acredito que isso já deva estar em andamento. Temos pelo menos um ensaio de um programa nesse sentido, de haver uma parceria entre a União e o Estado, para que a gente possa dar essa segurança.

Não adianta combatermos os crimes e o tráfico de drogas nas grandes cidades – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Velho também, Rio Branco, Cuiabá. Seria muito mais fácil, muito mais econômico se conseguíssemos fechar as nossas fronteiras, sem ter que construir um muro nelas, um muro propriamente dito, mas um muro de vigilância eu entendo que é pertinente e é importante. E tenho certeza de que os Estados procuram fazer e fazem a sua parte. O que realmente é preciso é um apoio da União e talvez esse entendimento que, por ora, pelo meu conhecimento, já deva estar acontecendo, entre Governo Federal e Governos Estaduais, e uma união das Forças Nacionais. Dessa forma, eu acredito que consigamos avançar. Mas é um tema que nos preocupa, e muito, não só a droga, mas também o armamento. Talvez possamos dizer que é uma coisa só.

Então, agradeço e cumprimento o Presidente pela audiência, e vamos trabalhar para auxiliar os nossos Estados no sentido de aparelhá-los para que possam garantir a segurança dos nossos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Acir, e quero dizer que é uma feliz coincidência que, ao tempo em que esta Comissão está próxima de encerrar os trabalhos deste primeiro painel, que é o de Segurança, tenha havido o lançamento do plano. Nós até poderíamos sugerir – poderia até ser uma das nossas sugestões – que houvesse esse plano. E repito: espero que não seja uma operação temporária e efêmera, mas que seja um plano permanente de defesa das nossas fronteiras.

Por fim, lembro que, com esta reunião, encerramos o nosso primeiro ciclo de audiências públicas sobre fronteiras e segurança nacional. Nosso próximo ciclo será sobre subdesenvolvimento econômico e social, e terá início no segundo semestre. Antes, portanto, vamos tratar de elaborar um relatório e tentar agir no sentido de que haja uma interação perfeita entre as Forças Federais e os Estados, através das suas Secretarias de Segurança, naturalmente.

Eu agradeço a presença dos Secretários e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 26 minutos, levanta-se a reunião às 15 horas e 13 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinqüenta e um minutos do dia cinco de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Blairo Maggi**, **Delcídio do Amaral**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **João Pedro** e **Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida

e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Reunião administrativa para discussão e apreciação do Relatório sobre o Tema I do Ciclo de Debates da CREPAFF, "Fronteiras e Segurança Nacional", conforme Requerimento nº 01, de 2011 – CREPAFF, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011. Resultado: aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

O Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião administrativa tem por finalidade discutir e apreciar o relatório produzido sobre o Tema I do Ciclo de Debates "Fronteiras e Segurança Nacional", da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011, de minha autoria, aprovado em 03 de maio de 2011.

Passo à leitura do relatório.

Relatório: Tema I: Fronteiras e Segurança Nacional. 1º painel. Realizado no dia 24 de maio de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em atendimento ao Requerimento nº 01, já mencionado, o 1º Painel do ciclo de audiências públicas destinadas a debater o tema "Fronteiras e Segurança Nacional". No encontro, contamos com a presença dos seguintes convidados:

1. Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira– Subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;

2. Sr. Glauco Costa de Moraes – Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);

3. Sr. Oslain Campos Santana – Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal;

4. Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa – Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais.

O Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira iniciou sua exposição explicando que a faixa de fronteira consiste numa porção de terra de 150 quilômetros, abrangendo 588 municípios e estendendo-se por aproximadamente 17 mil quilômetros, considerada fundamental para a defesa do território nacional e submetida a regime jurídico diferenciado fundado no binômio segurança e desenvolvimento.

Explicou que a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 traça diretrizes estratégicas fundadas em três eixos estruturantes: monitoramento e controle; mobilidade e presença.

Apontou que há uma concentração de problemas com atividades ilícitas, especialmente o narcotráfico, em quatro dos dez países com os quais o Brasil faz fronteira: Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai.

O palestrante enumerou os reflexos do narcotráfico para o Brasil na faixa de fronteira: crimes conexos; o Brasil como eixo de escoamento e atualmente como consumo também; o aumento da violência; prejuízos à saúde pública; cooptação das Forças Armadas e órgãos de segurança pública presentes na faixa; e o emprego das Forças Armadas na segurança dessa faixa. Além disso, destacou que há um grande interrelacionamento entre as organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico e as ligadas ao tráfico de armas e de munição, com desdobramentos em vários outros crimes.

O Major-Brigadeiro chamou atenção para o fato de que o emprego das Forças Armadas nesse processo tem amparo na Política de Defesa Nacional, que também estabelece que "a vivificação, a política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição necessária para a conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento. Além disso, aprimora a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil.

Listou, então, as principais ações desenvolvidas pelas Forças Armadas, como: vigilância nas faixas de fronteiras por meio de patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais; estabelecimentos de postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias; operações especiais; atividades logísticas e de comunicações; ações cívico-sociais; e a integração e coordenação com outros órgãos de segurança pública, agentes de saúde e organizações não-governamentais em apoio às populações da área de fronteira.

Apresentou o projeto de integrar os centros regionais, os comandos militares, as brigadas, os batalhões, as companhias, os pelotões especiais de fronteira e até as patrulhas realizadas em um único comando, que vai ser desenvolvido no Comando de Operações

Terrestres do Exército, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron.

Mostrou também o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro – SISDABRA, que é totalmente interligado, com visualização central em Brasília e supervisionado por um órgão central – o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro. Logo após, passou a comentar a cobertura de radar brasileira, em especial na fronteira. O Major-Brigadeiro demonstrou, então, que não há nenhuma parte do espaço aéreo brasileiro sem cobertura de radar.

Salientou que o Brasil tem acordos de defesa aeroespacial com quase todos os países vizinhos e que desenvolve operações conjuntas com a maior parte desses.

Encerrando sua exposição, apresentou perspectivas para o futuro, centradas no funcionamento do Sisfron, do Sisdabra e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – SisGAAz, integrados por meio de satélite geoestacionário brasileiro, conferindo ao país um sistema de comando e controle total e integrado sobre a Amazônia Verde, a Amazônia Azul e o espaço aéreo nacional. Por fim, enfatizou que essa perspectiva já está prevista na estratégia nacional de defesa, está em curso sua implementação e isso vai ser uma realidade até 2025.

O Sr. Oslain Campos Santana iniciou sua exposição destacando a grande extensão da fronteira brasileira, de 16.886 quilômetros, e comparando-a com a extensão da fronteira entre Estados Unidos da América e México, de 3.141 quilômetros. Da comparação, notou que mesmo os Estados Unidos não conseguem ali impedir o acontecimento de crimes transnacionais.

Ainda sobre o assunto, apresentou outros dados sobre a fronteira brasileira: faixa de 150 quilômetros com 7.363 km de linha seca e 9.523 km de rios, lagos e canais, espalhada por 11 estados brasileiros e 588 municípios e habitada por 10 milhões de brasileiros. Quanto aos países limítrofes, chamou atenção para o fato de que o Brasil faz fronteira com os três maiores produtores mundiais de cocaína: Colômbia, Peru e Bolívia; e o segundo maior produtor mundial de maconha: o Paraguai.

Em seguida, enumerou os crimes mais comuns na área: tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando e descaminho, tráfico de pessoas, crimes financeiros, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos e crimes ambientais.

Quanto às organizações criminosas que atuam na região, explicou que já estão há muito tempo estabelecidas: 30, 40 anos, pelo menos. Notou também que essas organizações iniciaram praticando contrabando e descaminho, mas hoje são dedicadas ao tráfico de drogas e de armas.

Sobre o *modus operandi*, apontou que o crime organizado utiliza aviões, embarcações e veículos terrestres. Em seguida, listou os vários métodos utilizados no transporte terrestre: o tráfico "formiga", a travessia simples, o método de saturação, o uso de batedores, a camuflagem em cargas lícitas e a corrupção de agentes públicos.

Já na região amazônica, especificou que o fluxo criminoso se dá quase que exclusivamente pelos rios. A utilização de aeronaves em ações criminosas, antes comum, foi reduzida significativamente por ações da Aeronáutica brasileira.

O palestrante identificou as fronteiras com o Paraguai, Bolívia e Peru, exatamente porque a atividade criminosa aí é destinada ao maior mercado consumidor do Brasil, as regiões Sul e Sudeste, com 75% do PIB nacional e 60% da população total. A Amazônia é utilizada pelos criminosos mais como corredor para a Europa do que como destino dos produtos ilícitos.

Em seguida, passou a tratar das estratégias de enfrentamento aos crimes transnacionais, enumerando-as: o uso da inteligência da Polícia Federal; a Operação Sentinela, uma operação permanente que começou em março de 2010 em toda a fronteira, feita em conjunto pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Força Nacional de Segurança Pública, Receita Federal, Polícias estaduais e Forças Armadas, a. integração com as Forças Armadas e os órgãos de segurança estaduais, erradicação das plantações de maconha no território paraguaio e das plantações de coca no Peru e na Bolívia, cooperação internacional com os países vizinhos, inclusive com o aumento de oficiais de ligações, priorizar a destinação de recursos materiais, capacitação de policiais lotados na fronteira, priorizar a lotação de novos policiais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal nas áreas de fronteira, investimentos em tecnologia, padronização dos meios de comunicação da Polícia Federal, Rodoviária Federal e polícias estaduais em atuação nas fronteiras, uso de sistema de monitoramento por imagens dos principais pontos de ingresso no Brasil, aquisição de scanners veiculares para as rodovias e melhoria dos prédios da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras.

Noticiou ainda o plano de aquisição de 14 veículos aéreos não tripulados, vantes, sendo que dois já foram adquiridos e se encontram em fase de teste. Mencionou também o aumento do efetivo da Polícia Federal na região, fruto da medida de gestão para priorizar recursos humanos e materiais para a fronteira.

Exposto isso, o Sr. Orlair Santana passou a apresentar propostas de ações mediatas e imediatas, conti-

nuação da Operação Sentinela, concentração do efetivo da Polícia Federal em sete Estados que apreendem 70% da droga no País, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Preenchimento de 3.500 vagas da Polícia Federal, o que é inclusive uma determinação do Tribunal de Contas da União, concursos anuais, formação de 300 policiais especialistas em combate ao narcotráfico e criação da premiação de fronteira, incentivo salarial para a região de fronteira.

Apresentou medidas concretas para solucionar a questão de financiamento das ações da Polícia Federal, medidas que em grande parte viriam de resultados já alcançados pelo órgão. Assim, mostrou que atualmente são arrecadados cerca de R$380 milhões em taxa por serviços da Polícia Federal. Esses recursos que compõem o fundo para aparelhamento da operacionalização das atividades-fim da Polícia Federal, Funapol, deveriam, por determinação legal, ser aplicados na Polícia Federal, mas precisam antes ser descontigenciados.

Na mesma situação, pontuou, estão os recursos destinados por lei à fiscalização de produtos químicos. Ainda para melhorar o financiamento da Polícia Federal, afirmou a necessidade de aceleração dos leilões de bens. Segundo seus cálculos, anualmente apreende-se na repressão ao tráfico de drogas de R$100 a R$150 milhões de bens, esses bens só são leiloados depois de muito tempo, quando já perderam muito de seu valor.

Para tanto, asseverou que é preciso melhorar a Secretaria Nacional Antidrogas – Senad, interagir com o Conselho Nacional de Justiça e com o Conselho Nacional do Ministério Público, para a realização antecipada dos leilões. Apontou por fim, que também os bens imóveis precisam ser leiloados, o que hoje não acontece.

Concluindo, enfatizou o emprego de técnicas especiais de investigação no combate ao crime organizado com foco no patrimônio obtido ilegalmente e na neutralização de organizações criminosas. Além disso, destacou a maior necessidade de cooperação internacional, maior cooperação entre os órgãos nacionais, legislar sobre crimes organizados e técnicas especiais de investigação da base de ativos e, finalmente, ação integrada permanente nas faixas de fronteiras com previsão de dotação orçamentária específica e plurianual para todos os partícipes.

O Sr. Glauco Costa de Moraes, inicialmente, julgou que o problema da fronteira já havia sido delimitado suficientemente pelos palestrantes anteriores, pelo que disse que o seu relato seria direcionado para a estrutura e atuação da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, na fronteira. Assim passou a mostrar que a estrutura geral da Agência é composta por uma sede em Brasília, por uma superintendência em cada capital do País, sendo que essas são de dois tipos, uma maior e uma menor em termos de efetivos e estrutura, e por subunidades na região de fronteira.

Lembrando a exposição anterior, diferenciou as atividades de inteligência da Abin das da Polícia Federal. De acordo com o palestrante, a inteligência policial busca provas enquanto que a da Agência busca informações para nortear a tomada de decisões por destinatário da inteligência. Segundo o expositor, essas subunidades atualmente têm problemas de falta de pessoal, esses problemas, continuou, são mitigados por operações exploratórias em que uma equipe é mandada para verificar um determinado problema e fica no local apenas o tempo suficiente para buscar dados e produzir informações para a elaboração de um relatório de inteligência.

Além da operação exploratória, mencionou também a exploração sistemática que requer um tempo maior de permanência e geralmente é realizada por uma equipe; isso demanda um custo bem maior do que o da operação explanatória [Creio que ali quer dizer exploratória].

No exterior, revelou que a Abin tem três postos, uma na Colômbia, uma Venezuela e um na Argentina, mas ressaltou que já há um programa para ampliação dessa presença em, pelo menos, todos os países que fazem fronteira com o Brasil. O palestrante destacou que essa expansão depende no momento de entendimento com o Ministério das Relações Exteriores e que o trabalho desenvolvido por agentes da Agência é específico, não se confunde com o do órgão diplomático.

O Sr. Glauco Costa de Moraes afirmou, no entanto, que a atuação da Agência na fronteira será reforçada em razão da determinação presidencial. Mencionou que há planos de elevar subunidades à condições de agências, além de planos de alocação de mais pessoal para a região. Enfatizou que não há dúvidas de que a Agência deve intensificar o trabalho na fronteira, mas lembrou que é necessário que haja recursos para isso. Lamentou então os cortes de verbas para a Abin.

O palestrante também frisou que há muita troca de informação entre a Abin e os órgãos parceiros do Sistema Brasileiro de Inteligência e notou que a operação com esses outros órgãos tem evoluído muito neste Governo. Mencionou ainda que a Abin participa de vários fóruns de discussão com países vizinhos, onde se troca informações sobre tópicos como narcotráfico, terrorismo, segurança nuclear entre outros.

Finalizando, disse precisar de mais recursos, de um concurso público também voltado para a fronteira

e de uma periodicidade mais curta entre os concursos públicos.

O Sr. Luiz Maria Pio Corrêa explicou inicialmente que o Itamaraty trabalha todos os temas sempre na dimensão política, assim também é quanto aos crimes transnacionais. Destacou que a interligação do Órgão é feita normalmente de governo a governo, tanto no plano bilateral como no plano multilateral. Mencionou que o órgão atua na coordenação de diversas áreas do Governo em relação aos crimes transnacionais, além de promover a cooperação entre as nações, identificando problemas comuns que possam ser trabalhados em conjunto. Disse que na estrutura do Itamaraty, o tema dos crimes transnacionais é tratado pela coordenação-geral de combate a ilícitos transnacionais em que o trabalho é dividido entre ilícitos financeiros, terrorismo e tráfico. Explicou que o Ministério das Relações Exteriores não é uma unidade operativa de fronteira, não cuida diretamente da segurança das fronteiras, mas ajuda a promover a cooperação entre os países, o que tem reflexo na segurança das fronteiras.

De acordo com o palestrante, o Ministério das Relações Exteriores tem uma rede de consulados próximos das fronteiras que trata principalmente do bem-estar das populações locais e das questões de fluxo de comércio, de imigração, de viagens, turismo, porém não diretamente com a área de segurança. Ainda assim lembrou que são unidades do Itamaraty sensíveis aos assuntos de segurança e que informam às suas Embaixadas em Brasília.

Antes de concluir, disse que o Itamaraty tem, cada vez mais, abrigado em suas embaixadas adidâncias de inteligência, além de dar apoio a oficiais de ligação.

Por fim, enfatizou que o Itamaraty é um facilitador de operações, preocupado, sobretudo, com questões políticas e não atua em nível operacional, mas procura ser facilitador nas questões relativas à segurança nacional.

Segundo painel: realizado, no dia 07 de junho de 2001, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ainda que – repetindo – atendendo ao Requerimento nº 01, de 2011, de minha autoria. O segundo falou do ciclo de audiências públicas destinadas a debater o tema *Fronteiras e Segurança Nacional*. A reunião contou com a presença do Sr. Juarez Pinheiro, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. O Sr. Juarez Pinheiro iniciou sua exposição destacando que, para análise do tema *Fronteiras e Segurança Nacional*, é necessário antes analisar a questão da segurança pública no País.

O palestrante afirmou que a segurança pública é um tema relevante para todos os países e que, nos últimos anos, tem sido crescentemente tratado sob o enfoque transnacional.

Destacou a grande relevância da segurança pública para o Brasil, país onde ocorrem 51 mil homicídios por ano, cifra que o coloca em segundo lugar, em termos absolutos, e sexto no *ranking* de países com mais homicídios.

Afirmou que o modelo tradicional de combate à violência utilizado no País, que adota uma postura puramente reativa em relação aos crimes, não tem funcionado. Citou, então, o crescimento significativo da violência entre os anos de 1998 e 2008.

O Sr. Juarez Pinheiro afirmou, ainda, a necessidade de adoção de um modelo pró-ativo, que combine a repressão ao crime com a solução das condições socioculturais que lhes dão causa. Lembrou que os países que adotaram o modelo pró-ativo tiveram mais sucesso no combate à violência.

Explicou que a questão da segurança pública deve ser tratada de forma sistêmica e integrada, com a colaboração de todos os Poderes e de todos os entes federativos. Salientou, em especial, a necessidade de maior participação dos municípios.

Concluiu, afirmando que não há solução única para a segurança nas fronteiras do País, em razão de suas diferenças, mas reforçou a necessidade de um enfoque integrado e sistêmico no tratamento da questão, citando ainda, como exemplo, um esforço concentrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, os Municípios fronteiriços daquele Estado e a Polícia Federal, que conseguiu reduzir significativamente o roubo de gado na região.

Terceiro painel. Realizado no dia 14 de junho de 2001, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, o encontrou contou com os seguintes convidados: Sr. Marcos Roberto Marques da Silva, Secretário de Segurança Pública do Amapá, Sr. Gilmar Pimentel dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, Coronel José Roberto Damasceno, Chefe do Escritório de Projeto da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, o Sr. Ildor Reni Graebner, Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, o Sr. Marcelo Nascimento Bessa, Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia, e o Sr. Alexandre Bustamante, Secretário Adjunto de Defesa de Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

O Sr. Marcos Roberto Marques da Silva, inicialmente, agradeceu e elogiou a iniciativa da subcomissão de realizar esse ciclo de audiências públicas. Em seguida, comentou o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no início de junho, pela Presidente Dilma Rousseff. Afirmou que o plano representa importante avan-

ço na segurança das fronteiras. Enfatizou, no entanto, que o plano deveria considerar maior participação das forças de segurança estaduais.

Segundo o expositor, os Estados têm pessoal treinado especificamente para atuação em áreas de fronteira e com experiência em lidar com as peculiaridades locais.

Além disso – continuou ele –, "as forças estaduais são capazes de atuar de forma integrada com os órgãos do Governo Federal, com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas..

O Sr. Gilmar Pimentel dos Santos começou sua exposição apontando a relevância e a complexidade do tema segurança nas fronteiras. Destacou que essa complexidade é ainda maior para os Estados da Região Norte e, dentre esses, para o Estado do Amazonas. Tratou, então, do Plano Estratégico de Fronteiras, que considerou muito bem concebido, especialmente no tocante à integração das forças de segurança pública. Lembrou que o Governo Federal concedeu prazo aos Estados para que apresentassem planejamento que os adequasse à estratégia federal. Sobre isso, apontou que o Estado do Amazonas já preparava seu plano de acordo com o palestrante. A maior preocupação do seu Estado era com o combate ao narcotráfico, principalmente por meio do patrulhamento fluvial realizado por lanchas.

Destacou, por fim, que, em recente reunião, os Secretários de Segurança Pública da Amazônia já haviam tomado a iniciativa de elaborar documento identificando as diretrizes e necessidades comuns àqueles Estados.

Além disso, noticiou a adoção, na mesma reunião, de medidas destinadas a intensificar a colaboração entre aqueles Estados.

O Coronel José Roberto Damasceno explicou que a área fronteiriça do Estado do Pará é desabitada. O que agrava é o problema de torná-la segura. Apontou que a sede dos três Municípios fronteiriços dista mais de 450 km da linha de fronteira.

Além disso – continuou -, "o terreno próximo à fronteira é extremamente acidentado e só é povoado ao longo de alguns rios. Por isso, apontou que a ocupação efetiva dessas áreas pelo Poder Público demandaria investimentos em infraestrutura local, além da capacidade do Governo Estadual.

O palestrante reforçou a opinião de que os Estados contam com pessoal já treinado, adaptados às condições locais e capaz de estabelecer presença mais duradoura nas áreas de fronteira.

Por isso, expressou preocupação quanto ao planejamento estratégico de fronteira: não perceber o valor adequado dessas forças, isto é, das forças estaduais.

O Sr. Alexandre Bustamante observou que as áreas de fronteira são objeto de atenção recorrente durante a história brasileira e que atualmente a atenção recai sobre o controle da criminalidade e a ocupação do território.

Citou esforços do Estado de Mato Grosso em garantir a segurança da fronteira, com a criação do Grupo Especial de Fronteira – Gefron e de postos de controle na fronteira. Mencionou também que o Gefron conta com o apoio da população local, tem batido recordes de apreensão de drogas e de armas a cada ano e já contribui até para a valorização das terras próximas.

Todavia, também dificuldades, dizendo que o principal acesso ao País é uma rodovia federal, na qual não há patrulhamento da Polícia Rodoviária Federal. Ademais, o Estado tem 900 km de fronteira seca e apenas uma Delegacia da Polícia Rodoviária Federal. Há também 200 km de fronteira em áreas alagadiças que não são patrulhadas por ninguém. Apontou, por fim, a escassez de recursos e de homens para área tão extensa.

O Sr. Ildor Reni Graebner apontou que as forças de segurança do Estado do Acre só dispõem de homens suficientes para apoiar as forças federais em apenas um dos três principais pontos de fiscalização da fronteira.

O palestrante afirmou esperar que, após o Planejamento Estratégico das Fronteiras, os órgãos federais assumam o controle e o patrulhamento de toda a área de fronteira, liberando efetivo estadual para trabalhar as questões de segurança pública do Estado. Nesse campo, mencionou ações continuadas e integradas das Polícias Civil e Militar, que conseguiram reduzir pela metade o número de homicídios no Estado.

Além da falta de pessoal, citou a falta de equipamentos, especialmente veículos tracionados e barcos, e de infraestrutura de comunicação como principais dificuldades dos órgãos de segurança no Acre.

Por fim, disse que a Secretaria de Segurança Pública mantém boas relações com os países vizinhos, contando, inclusive, com a colaboração deles no combate ao crime transfronteiriço.

O Sr. Marcelo Nascimento Bessa destacou que a fronteira do Estado de Rondônia é totalmente fluvial, o que exige abordagem específica e reforça a necessidade de a União ouvir as sugestões dos Estados para o planejamento estratégico de fronteiras.

O Secretário de Segurança apontou o narcotráfico como principal preocupação do Estado na segurança das fronteiras, sendo o Estado de Rondônia um dos portais de entrada da cocaína boliviana.

Além disso, citou os crimes de exploração sexual infanto-juvenil, contrabando e descaminho, crimes ambientais, refúgio de criminosos, roubo de cargas e de veículos, e tráfico de armas e de munições.

Salientou que a faixa de fronteira no Estado possui 1.342 quilômetros de extensão e três pontos principais de acesso. Essa faixa, continuou, é guarnecida por duas unidades do Exército e por vários postos das Polícias Civil e Militar.

Destacou também que os índices de criminalidade na faixa de fronteira são mais elevados do que no restante do território estadual. O palestrante apontou como uma das medidas mais efetivas da Secretaria de Segurança Pública a criação da gerência específica para segurança de fronteira, coordenando ações integradas das Polícias Civil e Militar e de outros órgãos estaduais e federais.

Expressou, por fim, preocupação com a medida do governo boliviano regularizar todos os carros daquele país, tendo em vista a possibilidade de aumento da evasão de veículos furtados para a Bolívia.

Esse é o relatório, que vai assinado por mim, Presidente. Esclareço que os convidados faltantes dos segundo e terceiro painéis, os Secretários de Segurança Pública do Estado do Paraná, Santa Catarina e Roraima, foram instados a encaminhar a esta Subcomissão o material referente às suas atividades de segurança na faixa de fronteira.

Tão logo os mesmos sejam recebidos serão encaminhados aos senhores membros.

Coloco em discussão o relatório ora lido (*Pausa*.)

Não havendo quem queira se manifestar, declaro encerrada a discussão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todos os Srs Senadores, informo aos membros que retomaremos o ciclo de audiências públicas da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, quando do retorno dos trabalhos legislativos no segundo semestre, em agosto, com o tema "Desenvolvimento Econômico e Social", conforme o requerimento já mencionado.

Submeto aos Senadores o relatório ora apresentado.

Os Srs Senadores que estão de acordo permaneçam sentados (*Pausa*.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das Srªs e dos Srs Senadores e declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 23 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e um minuto do dia nove de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência da Senhora Senadora **Ana Amélia**, Vice-Presidente em exercício da Presidência, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Blairo Maggi**, **Delcídio do Amaral**, **Valdir Raupp** e **Lobão Filho**. Registra presença o senhor Senador **Pedro Taques**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidenta declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A Presidenta convida a compor a mesa a senhora Cláudia Cybelle Freire, Coordenadora de Programas Macro Regionais do Ministério da Integração Nacional, a senhora Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus, e o senhor Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Blairo Maggi** e **Valdir Raupp**. Encerrada a primeira parte da Audiência Pública, a Presidenta suspende a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. A Presidenta reabre a reunião às quatorze horas e oito minutos. É retomada a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em

03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. São convidados a compor a mesa o senhor Antônio José Alves Júnior, Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Gabinete da Presidência do BNDES, o senhor Wagner de Siqueira Pinto, Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil, e a senhora Maria Letícia de Paula Macedo, Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal. Faz uso da palavra o senhor Senador **Blairo Maggi**. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta encerra a reunião às quinze horas e dezessete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senadora **ANA AMÉLIA,** Vice-Presidenta no exercício da Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião se destina à realização do primeiro painel do segundo tema do nosso ciclo de audiências públicas intitulado "Desenvolvimento Econômico e Social".

Observo que a presente audiência será dividida em duas partes. Iniciaremos a primeira parte agora pela manhã, como suspensão da reunião para intervalo de almoço e também para que os Senadores possam participar de outras reuniões, retomando os trabalhos às 14 horas para a segunda parte da audiência, na qual serão ouvidos os representantes do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Eu queria também dizer e informar, antecipar que, para proferir as palestras da primeira parte da reunião, foram convidadas as seguintes autoridades, que convido para compor a Mesa: Srª Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, e Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia.

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de quinze minutos e que, após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Eu gostaria também de informar que estou aqui na Presidência em exercício da Subcomissão da Amazônia e Fronteiras, que é presidida pelo Senador Mozarildo Cavancanti, que, por motivos de saúde na família, não está em condições, hoje, de presidir os trabalhos. Eu o estou fazendo em atenção à solicitação feita por ele ontem, por telefone. É um motivo de força maior. Eu, então, vou desempenhar esse trabalho em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti, que tem dedicado o melhor do seu mandato a esses temas de interesse regional, mas especialmente de interesse nacional.

Convido, então, a fazer uso da palavra a Drª Ana Maria Oliveira de Souza.

A SRª ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA – Bom-dia a todos.

Vamos dar início, então, à apresentação.

Bom, senhores, nosso papel aqui é falar das ações e metas da Suframa na área de fronteira.

Então, nessa nossa primeira apresentação aí, quero que vocês detenham o olhar no quadro debaixo, onde tem Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá. Na quantidade de Municípios de todos esses Estados, a faixa de fronteira diz respeito... Dos 167 Municípios, 93 estão na área de fronteira exatamente dentro da área de atuação da Suframa.

Então, a Suframa tem uma atuação em toda a Amazônia Ocidental, mais o Município de Macapá/Santana. Então, dentro dessa área de atuação da Suframa, 93 Municípios fazem parte da faixa de fronteira a título de priorização das ações e metas da Suframa.

(Próximo, por favor.)

Bom, essa evolução da Zona Franca de Manaus, essa evolução do modelo da Suframa tem início na década de 60 e exatamente por uma condição geopolítica e geoestratégica. Então, a gente sempre tem o marco inicial dessa Zona Franca de Manaus com o Decreto-Lei nº 288 e o Decreto-Lei nº 356.

O 288 é exatamente o que homologa a Zona Franca de Manaus e o 356 é que estende os benefícios da Zona Franca de Manaus para a Amazônia Ocidental. Por que é importante ressaltar isso? Porque você tem exatamente aí a extensão dos incentivos da Zona Franca de Manaus para alguns municípios da faixa de fronteira, então para alguns Municípios que estão dentro dessa Amazônia Ocidental.

Essa importância da faixa de fronteira no contexto da evolução da Zona Franca de Manaus entra num

processo de uma segunda fase com a criação das áreas de livre comércio.

Então, na década de 60, você tem exatamente a homologação da Zona Franca de Manaus, a extensão dos incentivos para alguns Municípios, para os Municípios, para os Municípios da Amazônia Ocidental. Na década de 70, você tem a criação das bases para a criação das áreas de livre comércio, também por uma condição geopolítica e geoestratégica da área de fronteira.

(Próximo, por favor.)

O início da abertura comercial no Brasil marca exatamente a criação dessas áreas de livre comércio. Então você já consegue perceber, já consegue fazer uma evolução mental de como essa faixa de fronteira foi tomando importância dentro desse contexto da Zona Franca de Manaus.

Então, na década de 90 nós temos exatamente a criação dessas áreas de livre comércio que estão logo ali embaixo elencadas: Cruzeiro do Sul, Brasileia e Epitaciolândia, no Acre, e Macapá/Santana, em 1992, no Estado do Amapá, Tabatinga, em 1991, no Amazonas, Guajará-Mirim, em Rondônia, em 1993, e Boa Vista e Bonfim, que nós colocamos ali 1991 e 2008 porque, na verdade, a área de livre comércio original era Pacaraima. Depois foi transferida para Boa Vista.

Por conta dessa própria abertura comercial nós temos o esgotamento desse modelo de área de livre comércio, uma vez que você tem agora uma economia aberta, e essas áreas de livre comércio, no sentido comercial da atividade, ficaram juridicamente esgotadas enquanto modelo.

E hoje, 2011, nós temos aí a necessidade de rever esse marco regulatório de toda essa faixa de fronteira. Traduzindo isso, nós temos um marco regulatório para a Zona Franca de Manaus, um marco regulatório para as áreas de livre comércio e um marco regulatório para a Amazônia Ocidental. Obviamente, estou tratando aqui da área de atuação da Suframa.

(Próximo, por favor.)

Essa Suframa administra todos esses marcos regulatórios – portanto, ela administra e controla os incentivos fiscais concedidos a essas empresas –, é uma autarquia federal vinculada ao MDIC, que, por sua vez, é vinculado diretamente à Presidência da República.

(Próximo, por favor.)

Esses são os principais incentivos para a indústria no que diz respeito à governança de incentivos dentro dessa faixa de fronteira. Então, no contexto da indústria, essa empresa, uma empresa que queira se instalar vai ter uso da isenção do Imposto de Importação, vai ter, se industrializar na Zona Franca, a redução desse Imposto de Importação, vai ter isenção do IPI e vai ter alíquotas diferenciadas de PIS/Cofins.

Entra ainda nessa governança de incentivos fiscais o incentivo do Imposto de Renda, que aí é gerenciado pela Sudam, localizado fisicamente em Belém, e tem ainda, nesse leque de incentivos, nessa governança de incentivos, o crédito do ICMS.

Então, você tem incentivos na área do Governo Federal e IPI, PIS e Cofins e ainda Imposto de Renda e ainda, na esfera estadual, ICMS.

(Próximo, por favor.)

Esses são os principais incentivos no contexto do comércio para a área de atuação da Suframa. Ou seja, a Amazônia Ocidental teria a isenção do IPI, para a Zona Franca o IPI, PIS/Cofins e ICMS e para as áreas de livre comércio ela foi agora equiparada aos mesmos incentivos da Zona Franca de Manaus.

Obviamente, estamos dando uma leitura macro, porque você tem em situações algumas mercadorias que vão ter um tratamento diferenciado.

(Próximo, por favor.)

Aí, senhores, é uma visualização dos tipos de projetos que podem ser implementados nessa área de jurisdição da Suframa.

Então, esses projetos, as categorias de projetos podem ser tanto da indústria quanto dos serviços. Nós não vamos entrar aqui nos detalhes porque nosso foco é exatamente uma visão mais pública, não mais uma visão de captação de investimento para essas áreas.

Mas os projetos podem ser voltados para a indústria ou para os serviços. Projetos classificados como simplificados são aqueles de menor porte e projetos na área industrial seriam projetos de grande porte.

Esses projetos são apresentados junto à Suframa, avaliados pelo Cade, e tem algumas subclassificações. Ou seja, ele pode ser um projeto de implantação, de atualização, de diversificação ou de ampliação da produção, dependendo do que o empresário vai investir nessa área.

(Próximo, por favor.)

Essas são exatamente as contrapartidas, uma vez que a empresa queira atuar nessa área de atuação da Suframa. Então, que contrapartida? Obviamente, a principal é exatamente o cumprimento do processo produtivo básico e aí elencadas as demais contrapartidas que esse projeto deve contemplar e que obviamente são fiscalizadas no âmbito da autarquia federal.

(Próximo, por favor.)

Todo e qualquer projeto implantado na área de atuação da Suframa, ela vai albergar dois selos de certificação. No caso da indústria, ele terá o selo do produzido no Polo Industrial de Manaus. Esse é o selo albergado pela classe industrial.

(Próximo, por favor.)

Aí o selo albergado no caso de empresas que fazem uso de matéria prima regional.

Por que a Suframa apoiou o criação desse selo? Ela apoiou a criação desse selo porque existe hoje um *marketing* muito grande no contexto de você usar o nome Amazônia, de você produzir ou de você vender algo à base de produtos amazônicos sem realmente essa matéria prima ter origem na Região Amazônica. Então, nós adotamos aí a utilização de dois selos.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma visualização, senhores, macro dessa abrangência da Zona Franca de Manaus. Então, a área de atuação da Suframa Amazônia Ocidental mais Macapá-Santana. Nós temos aí quatro setinhas que dão exatamente uma visualização bem pedagógica do que seja essa abrangência da Zona Franca de Manaus.

A seta nº 1 traz exatamente o entendimento de que tudo o que entra dentro dessa área de atuação da Suframa, portanto passa pela área de fronteira, nós temos um controle de mercadorias estrangeiras desses produtos.

A seta nº 2 é tudo aquilo do Brasil que entra dentro dessa área de atuação da Suframa. Ou seja, tudo o que entra do Brasil, inclusive na faixa de fronteira, também passa por um controle de mercadoria chamado WS Sinal, que é o controle de mercadorias nacionais.

A seta nº 3 é tudo aquilo que é vendido para fora dessa área de atuação, chamada Sistema de Indicadores.

E a seta nº 4 é o controle do próprio MDIC, que é o controle das exportações.

Então, essa área de abrangência da Suframa, dada a sua governança de incentivos, ela alberga uma série de controles que passam pela nossa área de atuação.

(Próximo, por favor.)

Bom, aí a gente entra já numa parte bem mais específica e voltada para o nosso tema de debate hoje aqui.

Essa primeira parte foi exatamente uma parte de entender esse contexto histórico de como essa governança de incentivo se dá.

Em 1997, chegando na segunda metade da década de 90, a Suframa criou um programa chamado Programa de Interiorização do Desenvolvimento. No que reside esse programa? Existe uma lei federal, que é uma lei específica. A Lei 9.960, de 2000, chamada Lei de TSA. Essa lei diz que todos os recursos arrecadados pela Suframa são investidos no interior da Amazônia em projetos de produção, infraestrutura, promoção e turismo e capital intelectual. Então, nós estamos falando da ordem de arrecadação de TSA em torno de R$400 milhões. Então, todo o recurso dessas empresas do Polo Industrial de Manaus é reinvestido na região em projetos assim classificados de uma maneira geral.

(Próximo, por favor.)

Esses são alguns projetos de interiorização do desenvolvimento que a Suframa, por meio convênio com prefeituras e Municípios, aplicou no Acre. Então, são obras de infraestrutura.

(Próximo, por favor.)

Aqui são algumas obras no Estado do Amapá. Vão desde infraestrutura à parte turística da cidade.

(Próximo, por favor.)

Aqui são alguns projetos financiados no Amazonas.

(Próximo, por favor.)

Aqui no Estado de Rondônia e aqui em Roraima.

Bom, como vocês viram, nós temos projetos de interiorização do desenvolvimento, e aqui é uma visualização do que vem sendo arrecadado e do que vem sendo disponibilizado por força dessa lei para aplicação desses recursos em projetos de interiorização do desenvolvimento. Portanto, estou me referindo a projetos inclusive em faixa de fronteira.

Isso aqui é uma evolução do que vem sendo arrecadado, da receita arrecadada pela Suframa. A linha azul é exatamente o que vem sendo disponibilizado para aplicação de projeto. Então, existe um hiato entre o que efetivamente se arrecada e o que efetivamente se aplica.

Nós estamos falando aqui de um decréscimo de aplicação de projetos de interiorização do desenvolvimento da ordem de 50%. Então, em 2010, nós arrecadamos R$409 milhões, e só foram aplicados em projetos de interiorização do desenvolvimento R$205 milhões. Até julho deste ano, R$269 milhões; nós só aplicamos R$96 milhões.

(Próximo, por favor.)

Bom, senhores, aqui é uma visualização, é uma estratificação do gráfico anterior. Então, nós temos aqui os recursos que são aplicados por esse Programa de Interiorização do Desenvolvimento. E, no gráfico abaixo, no gráfico em verde, estão efetivamente os projetos aplicados em desenvolvimento. Se vocês observarem as duas curvas, elas fazem exatamente a mesma curvatura, com exceção dos anos de 2008, 2009 e 2010.

Então, 2008, 2009 e 2010, que vocês vão ver no gráfico em vermelho, vocês vão ver que, em 2008, foram aplicados R$24 milhões; em 2009, R$46 milhões; e, em 2010, R$28 milhões. Se vocês verificarem embaixo, 2008 está zerado; 2009 está zerado; e 2010 está zerado.

O que eu quero dizer com isso? De 2008 para frente, só foram aplicadas emendas parlamentares.

A Suframa foi só um instrumento de aplicação desse recurso. Ou seja, 2008 para frente, nós não tivemos liberação de recursos efetivamente para aplicação de projeto nessas áreas de fronteira, inclusive. Todo o recurso que foi aplicado o foi por intermédio de emendas parlamentares.

(Próximo, por favor.)

Aqui é uma visualização exatamente da evolução dos recursos liberados para projetos de desenvolvimento regional. Então, nós temos aqui o que está sendo efetivamente aplicado em toda a Amazônia Ocidental e aqui o que está sendo aplicado em faixa de fronteira. Por isso: inclusive em faixa de fronteira.

Lembro que, em 2008, 2009 e 2010, os recursos que foram arrecadados nesses anos não foram repassados. Não foi liberado, por força do contingenciamento, nenhum recurso para aplicação em projeto. Todo esse valor foi proveniente de emendas parlamentares.

(Próximo, por favor.)

Aqui é uma visualização do que a gente tem em projeto de carteiras. Eu peguei como parâmetro de 2005 até 2010.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA – Tenho mais dois minutos? *(Pausa.)*

Um minuto só? *(Pausa.)*

Aqui é uma visualização do que a gente tem em carteira hoje: em 2005, 216 projetos; em 2006, 120. E aí sucessivamente.

(Próximo, por favor.)

Aqui são os projetos não atendidos, inclusive em faixa de fronteiras. Estamos falando aqui, só em 2009 e 2010, de aproximadamente 50 mil famílias não atendidas, porque não houve a liberação desses recursos; e 125 projetos em faixa de fronteira no ano de 2009; 82 projetos, em 2010, em faixa de fronteira.

(Próximo, por favor.)

Essa é alguma visualização, senhores. Peguei apenas o Estado do Acre, que é todo considerado faixa de fronteira, por força de lei. Se vocês observarem, a atividade econômica toda está centrada no setor primário.

(Próximo, por favor.)

Aqui é a visualização de alguns projetos não realizados. Então, observem a importância da liberação desses recursos. Nós temos desde cursos de doutorado até capacitação de psicultores, implantação de projetos de inclusão digital, qualificação e certificação de mão de obra para trabalhar com óleos vegetais. Temos projetos de infraestrutura, silo graneleiro; no caso do Acre, terminal rodoviário.

(Próximo, por favor.)

Aqui a visualização de alguns projetos em 2010 também não contemplados.

(Próximo, por favor.)

Aqui é exatamente o cenário 2012/2015.

Então, em 2012/2015, nós estamos prevendo uma evolução da arrecadação desse recurso de TSA. Vamos trabalhar com 2012: a gente tem uma previsão de receita de R$511 milhões para 2012, e a gente deve ter aí uma liberação de recursos somente da ordem de R$125 milhões. Então, o que a gente prevê daí para frente é que não será, por força do contingenciamento, possível a gente executar alguns projetos nessas áreas de fronteira.

(Próximo, por favor.)

E aí, a última lâmina nossa. A gente fecha exatamente com a necessidade de priorização dessas ações e metas no que diz respeito à competência da Suframa. Então, existe uma necessidade latente de ter um reaparelhamento dessas áreas de livre comércio, com a ampliação, inclusive, de servidores nessas faixas de fronteira, no que diz respeito à área de competência da Suframa. Existe uma demanda muito grande de projetos em carteiras que poderiam ser executados nessa faixa de fronteira e uma necessidade de revisão desse marco regulatório.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Ana Maria Oliveira de Souza, que é Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa.

Aproveito, antes de dar a palavra ao Dr. Oduval para fazer sua exposição, para convidar para compor a Mesa a Srª Cláudia Cybelle Freire, Coordenadora de Programas Macrorregionais do Ministério da Integração Nacional.

Com a palavra o Dr. Oduval Lobato Neto para fazer sua exposição pelo mesmo tempo de quinze minutos. Ele é Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia.

O SR. ODUVAL LOBATO NETO – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Bom dia a todos.

Vamos ver o que o Banco da Amazônia tem feito na área da faixa de fronteira.

(Próximo, por favor.)

Composição da nossa diretoria. Propomo-nos a falar sobre a missão do banco, mostrar o que é o banco, o que ele faz na nossa região, seu perfil de atuação, resultados alcançados, as fontes de financiamento de que ele dispõe para promover desenvolvimento – desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira – e algumas ações de suporte a desenvolvimento.

Missão. A missão do Banco da Amazônia, que foi reformulada no processo de restruturação, é bastante audaciosa: criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente.

Então, o Banco, dentro dessa missão, busca soluções para viabilizar todos os negócios relacionados com o setor produtivo, consequentemente, promover desenvolvimento para a região.

(Próximo, por favor.)

Aqui, a nossa área de atuação. O Banco da Amazônia tem atuação em nove unidades da federação, compreendendo toda a área de abrangência da Amazônia Legal. Afora isso, está presente em São Paulo e aqui, no Distrito Federal.

Ao todo, tem uma rede de atendimento de 174 pontos. Na faixa de fronteira, estamos presentes no Acre, no Amazonas, no Amapá, no Pará, em Roraima, Rondônia e Mato Grosso, sendo que, no Mato Grosso, como não dispomos do instrumento do FNO, o fundo constitucional, a nossa atuação é bem mais, digamos assim, reduzida. Lá, a atuação mais forte é do Banco do Brasil.

(Próximo, por favor.)

Perfil do Banco da Amazônia.

Após o processo de capitalização, o Governo Federal passou a ter quase 97% do controle acionário do banco. É o principal agente financeiro de desenvolvimento na região, principalmente na região Norte. É agente financeiro exclusivo do nosso Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Também tem apoio, tem um programa específico de fomento à ciência e tecnologia, um programa de apoio à pesquisa. Também vem apoiando, com recursos de transferência voluntária, a questão da assistência técnica à extensão rural oficial na região Norte. É referência em práticas de desenvolvimento sustentável e executor das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia.

(Próximo, por favor.)

Resultado. Lucro líquido. Aumentou da ordem de mais de 440% em relação a 2009. As contratações alcançaram 7,3 bilhões. Atendimento aos Municípios: 93% dos 98 Municípios da região Norte foram beneficiados, priorizando, basicamente, os Municípios de menor renda.

Participação no crédito da região. Vejam aqui que o Banco da Amazônia é responsável por mais de 72% de todo o crédito circulante na região.

Contratações por porte de beneficiário. Ali, 92% são centrados na agricultura familiar, micro e pequenos produtores.

(Próximo, por favor.)

Recursos estimados para o exercício em 2011. Vamos ver. Total orçamentário, compreendendo FNO e outras fontes e mais a parcela de crédito comercial, que é recurso próprio do banco, dá 6,9 bilhões para o exercício de 2011.

Fontes de financiamento. O banco conta hoje com: FNO, que é o principal instrumento – antes, já foi o banco do FNO; hoje, é 53% no orçamento geral –; Fundo de Amparo ao Trabalhador; repasses do BNDES; Fundo da Marinha Mercante também; Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, que é um recurso significativo; recursos do Orçamento Geral da União e recursos próprios, vocês viram lá, da ordem de 1,4 bilhão.

Os setores apoiados são praticamente todos, primário, secundário e terciário.

Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira. Vamos ver o que o banco tem feito.

Na abrangência, o banco tem – nós vimos anteriormente – 174 pontos de atendimento. Desses, no Acre temos oito pontos de atendimento; no Amapá, dois pontos; no Amazonas, um, que é em Boca do Acre; no Mato Grosso, dois pontos de atendimento; no Pará, dois; em Rondônia, cinco; em Roraima, dois pontos de atendimento.

(Próximo, por favor.)

Com esses pontos de atendimento, o banco conseguiu esse desempenho aí. Aqui, vocês verificam pelo setor rural, quantidades de operações e valor – não vou me deter muito, os números estão aí, esses dados são acumulados desde 2004 praticamente até junho de 2001 – e setor não rural, porque aí compreende toda a parte do setor industrial e comércio e serviços, e ali uma coluna com o total, o que dá mais de 88.212 operações de crédito no valor de quase 4,5 bilhões.

Aqui, um detalhamento em conformidade com os programas.

Ali, a área de comércio e serviços leva 29% dos recursos. Só do Pronaf, 24%.

O Programa Amazônia Sustentável, que é um programa muito amplo, que atende a todos os setores, 18%.

Agroindústria, com 12%.

Biodiversidade, que é um programa para recuperação, para recomposição da floresta e da reserva legal, 8%. Outros, 9%.

(Próximo, por favor.)

Aqui, de acordo com os Estados, a quantidade de famílias atendidas. Então, nesse período, 78 mil famílias atendidas nessa área de faixa de fronteira até junho de 2011.

(Próximo, por favor.)

Faixa de fronteira. Metas anuais.

Para vocês terem uma ideia, essa tem sido a dotação de recursos. Essa dotação é definida pelo Banco da Amazônia quando da elaboração dos planos anuais, juntamente com o Ministério da Integração Nacional. Então, temos uma dotação orçamentária que, em 2007, começou com 20 milhões; em 2008 permaneceu; em 2009 e 2010 foi de 15 milhões, até 2011 foi de 15 milhões o valor aplicado ali.

Vocês verificam que é interessante o índice de consecução. Então, em todos os anos, a gente tem extrapolado e muito as metas aí. Vejam que, em 2007 chegou à ordem de 936% o índice de consecução; em 2008 foi para 1.456; em 2009, para 5.663%; 2010, 2.390%. Então, está muito além da meta estabelecida.

(Próximo, por favor.)

Aqui, um detalhamento também: quantidade de Municípios, na faixa de fronteira, atendidos. Verifica-se que, em 2007, chegamos a atender 73% dos Municípios. Em 2008, 77%; em 2009, 81% dos Municípios atendidos; 2010, 82% dos Municípios atendidos. E ali, os volumes, aos quais já nos referimos, que dão aquele índice de consecução final.

(Próximo, por favor.)

Algumas iniciativas do Banco da Amazônia.

Primeiro: FNO-Itinerante. O banco já vinha fazendo o FNO-Itinerante há alguns anos, mas ele foi intensificado a partir do ano passado, 2010, por uma parceria com o Ministério da Integração e a Sudam, trabalhando no sentido de executar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional na sua essência, que é fazer com que os Municípios de maior carência, os Municípios de menor renda possam ter sua inserção. E aí a gente vai atrás, nesses Municípios que ainda não têm ação de crédito, e desenvolve projetos pilotos e passa a chegar o crédito até eles. São Municípios bem pobres, com uma dificuldade muito grande.

Às vezes o banco é criticado porque não chega a determinadas localidades na Amazônia, e é muito difícil. Cito, só para dar um exemplo, a experiência do Município de Porto de Moz, no Pará, e de Jordão, no Acre. Em Jordão, no Acre, para se chegar lá, para o agente financeiro chegar lá com a equipe do Ministério e do Estado, o banco teve que fretar um avião porque o rio estava seco, não havia como chegar lá. Então, vai de Brasília, via Brasília, vem de Belém – é a forma de chegar mais rápido a Rio Branco. Depois, pegaria um barco e levaria, se não me falha a memória, quase uma semana para chegar a Jordão. Assim, a forma mais rápida é pegar um avião para ir lá. Imagine a dificuldade para chegar a um Município paupérrimo da Amazônia, bem pobrezinho, para levar o crédito. Agora, imagine o esforço que deve ser para recuperar esse crédito – praticamente, ele não tem retorno. É um dinheiro que vai, mas não volta. E tem mais o cunho social. Então, o FNO Itinerante é um programa que visa a isto: buscar a inserção desses Municípios na política de crédito.

Operação Arco Verde é uma operação do Governo Federal, coordenada pelo MMA com a Casa Civil da Presidência da República, que é de combate ao desmatamento. Essa operação começou no ano passado, com o primeiro piloto, e, neste ano, está-se dando sequência.

Operação Cidadania Xingu envolve os onze Municípios daquela região do oeste de Pará, de Altamira, em torno do projeto de Belo Monte. Então, ela está iniciando agora. Já teve a primeira fase. No dia 3, agora, teve o lançamento do mutirão com alguns Ministros. Ela se iniciou em Altamira. Então, já se começa também uma operação para tentar combater todos os males decorrentes da instalação de um grande projeto.

Têm encontros técnicos que são feitos, em média, uma vez por ano; são encontros técnicos estaduais para o planejamento, que estão se iniciando agora na próxima semana.

A intensificação de parcerias com convênios com Governos dos Estados e diversos outros órgãos, visando à construção de parcerias para fazer com que o crédito tenha a sua dinâmica e os resultados sejam alcançados na sociedade, nos meios produtivos.

Outra ação é de apoio à assistência técnica, contemplando os órgãos oficiais.

Programas de apoio à pesquisa.

Encontros regionais de alavancagem de negócios. O presidente do banco e a diretoria, em média, três vezes por ano, percorrem os Estados, fazendo esses encontros.

A impulsão de arranjos produtivos, agora, como política nacional. Um trabalho feito pelo Mdic, que coordena.

E o Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. Isso é muito interessante e muito importante, porque esses prêmios se complementam. Um valoriza a parte do conhecimento, a geração do conhecimento, e o outro valoriza a parte do empreendedorismo. Então, é uma parceria que iniciou com o Mdic, que hoje, anualmente, é realizada.

Aqui, alguns desafios que o Banco da Amazônia, pela sua experiência, entende que a sociedade – todos os órgãos de Governo e a iniciativa privada – deve enfrentar: melhorar o nível de organização dos produtores, que ainda é muito baixo – não temos ainda a cultura bem consolidada do cooperativismo e do associativismo; proporcionar a titularidade das terras, que ainda é um problema sério na região; ampliar a melhoria da oferta dos serviços de assistência técnica e extensão

rural, que também é muito deficiente; a relação de técnico para empreendimentos está praticamente no limite; melhorar a infraestrutura econômica e social e a logística na região; viabilizar os licenciamentos ambientais da propriedade e da atividade, que ainda é considerado um grande gargalo.

Então, era isso que tínhamos para apresentar.

Nosso muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Oduval, pela exposição, mostrando o papel do Banco da Amazônia nessa região, que, às vezes, o mundo lá fora olha com muito mais atenção que os próprios brasileiros. Nós temos de dar atenção a ela.

Passo a palavra agora, segundo a ordem dos expositores, à Drª Cláudia Cybelle Freire, Coordenadora de Programas Macrorregionais do Ministério da Integração Nacional, também por quinze minutos, para sua exposição.

A SRª CLÁUDIA CYBELLE FREIRE – Bom-dia a todos e a todas.

Muito obrigada, Senadora, pelo convite.

Na verdade, era o Sr. Djalma, Superintendente da Sudam, que iria falar agora, neste momento, mas, numa concertação interna dentro do Ministério, ficou acertado que eu viria pelo fato de estarmos divulgado as ações do programa da faixa de fronteira, que é coordenado pelo Ministério, em parceria com a Sudam. A Sudam é vinculada ao Ministério da Integração e, então, o Sr. Djalma e o nosso Secretário acharam importante que viéssemos, pois seria mais importante a nossa participação.

Eu vim falar aqui sobre as ações do Ministério da Integração na faixa de fronteira e falar um pouco do que é essa faixa de fronteira. Para quem não tem todas as informações, estamos falando de um território de 16 mil quilômetros de extensão. A faixa de fronteira tem, constitucionalmente, 150 quilômetros de largura e abrange uma população de quase 10 milhões de brasileiros em 588 Municípios.

Os senhores devem estar sabendo de alguns números de Municípios que são divulgados. Nós temos tido vários questionamentos, Senador, dentro do Ministério, mas trabalhamos com 588 Municípios. O Ministério da Integração, numa reestruturação do Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira em 2003, baseado nos dados do IBGE, que considera uma fonte de dados hoje de 570 Municípios, trabalha com 588 Municípios, considerando que qualquer Município que esteja com qualquer percentual do seu território dentro na faixa de fronteira é um Município de fronteira. Isso requer investimentos e subsídios. Então, hoje, estamos trabalhando com o IBGE na reformulação desses dados.

O Ministério da Integração Nacional tem o papel de reduzir as desigualdades regionais. Nesse papel, a faixa de fronteira é um importante território e, dentro do Ministério da Integração Nacional, faz parte do território prioritário da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Hoje, a faixa de fronteira para nós é considerada, além de prioritária, um dos endereços da pobreza no País. Diante disso, o Ministério da Integração tem o único programa no Governo Federal destinado exclusivamente ao desenvolvimento dos 588 Municípios pertencentes à faixa de fronteira.

Nessa perspectiva de atuação, trabalhamos em duas vertentes dentro do programa. É o desenvolvimento regional desse vasto território – aí, são investimentos da ordem de quase 300 milhões/ano para esses 588 Municípios, sendo que 97% desses investimentos são provenientes de emenda parlamentar, emendas essas que foram capitaneadas pelo Ministério da Integração Nacional aos Srs. Deputados e Senadores, demonstrando a importância desse território para o desenvolvimento nacional e a importância desses investimentos nesse território. Hoje, estamos trabalhando na qualificação desses recursos de emenda parlamentar. O que isso requer? Cada vez mais, em estudos, estamos tendo o entendimento do que é o território da faixa de fronteira brasileira e, diante disso, estamos conversando com os Srs. Parlamentares de bancadas dos Estados de faixa de fronteira para que esses investimentos venham em consonância com a política que está se desenvolvendo dentro do Ministério da Integração Nacional, dentro do Governo Federal, para a faixa de fronteira. Na atuação do desenvolvimento regional no território da faixa de fronteira, estamos trabalhando numa escolha de política pública num investimento em arranjos produtivos locais. Como os senhores sabem, quando os investimentos são pulverizados, eles não resolvem os problemas. Dentro do ministério, trabalha-se com três divisões: o arco norte, o arco central e o arco sul da faixa fronteira. Nesses 588 Municípios, são 11 Estados e 10 países que fazem fronteira. No arco norte da faixa fronteira, estamos trabalhando na perspectiva, nos próximos dois anos, de investimento nos arranjos produtivos locais, na formação e no adensamento da cadeia do extrativismo no arco norte. Dentro do extrativismo, prioritariamente, trabalhamos a castanha-do-brasil e a piscicultura. A piscicultura é concentrada na região do Oiapoque, no Amapá, e no alto Solimões; a castanha-do-brasil, nos demais Estados produtores. Em todo o arco sul da fronteira, trabalhamos na promoção da vitivinicultura. Estamos na perspectiva de um trabalho de desenvolvimento e de

qualificação do vinho produzido no sul do Brasil, que é produzido já com grande expertise e com grandes parceiros, principalmente na região da Serra Gaúcha, para que isso seja estendido para a região da fronteira, principalmente na campanha.

A outra perspectiva do programa é a integração fronteiriça com os dez países vizinhos – na verdade, integração transfronteiriça com esses 10 países –, porque entendemos que o desenvolvimento da faixa de fronteira requer um investimento muito grande com as ações com os países vizinhos. As ações que acontecem na faixa de fronteira têm um rebatimento em todo o resto do Brasil. A faixa de fronteira é uma porta de entrada tanto como agenda positiva quanto como agenda negativa para todo o nosso País. Então, entendemos que essa ação tem que ser feita integrada, em parceria com os nossos países vizinhos.

Para isso, no Governo Federal, no CAF da Presidência da República, especificamente em 2008, foi criado, por meio de resolução, um grupo de trabalho para estudar a fronteira. Esse grupo de trabalho tinha a missão de entregar ao Presidente da República um documento com bases para fazer uma proposta de um plano de desenvolvimento para a faixa de fronteira. Esse grupo de trabalho foi coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, pela expertise do Ministério e por ter o único programa direcionado para a faixa de fronteira.

Da ação desse grupo de trabalho gerou-se este documento que apresento aos senhores – *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira* –, em que, diante de todos os diagnósticos apontados, estudados pelo País por parceiros de entes federados governamentais e não governamentais, fizemos uma síntese desses diagnósticos e apontamos algumas propostas e ações que precisam ser feitas na faixa de fronteira a curto, médio e longo prazo.

A ação que consideramos mais importante dentro dos estudos desse grupo de trabalho foi a criação do modelo de gestão permanente para a faixa de fronteira, porque entendemos que essa faixa não deve ser trabalhada com uma ação esporádica e pontual, mas, sim, com um olhar permanente do Governo para esse território.

Diante disso, nós apontamos, à época, ao Presidente Lula a necessidade da criação de uma comissão permanente para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira. Essa comissão foi criada por meio do decreto instituído em 8 de setembro de 2010. Esse decreto contempla uma comissão permanente formada por 20 órgãos do Governo Federal que têm ações para a faixa de fronteira. Esses órgãos dialogam também com mais sete parceiros e outros convidados. Há aqui parceiros dessa comissão, como a Suframa e o Banco da Amazônia, que fazem parte dela.

Essa comissão dialoga nos Estados com núcleos estaduais, núcleos regionais criados nos Estados de fronteira, porque entendemos que, muitas vezes, as ações federais estão diretamente ligadas aos Municípios, deixando, muitas vezes, o Estado à margem de algumas ações. Isso foi diagnosticado. E nós trouxemos os Estados porque eles desenvolvem ações importantíssimas na faixa de fronteira. Então, a importância de uma ação concertada e consorciada entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e seus parceiros para atuação nessa faixa de fronteira.

Nós instalamos essa comissão agora, em abril de 2011. Em junho, nós fizemos a primeira reunião ordinária de trabalho dessa comissão. A coordenação dessa comissão fica dentro do Ministério da Integração Nacional, na Secretaria de Desenvolvimento Regional, na qual está o programa de desenvolvimento na faixa de fronteira. Nós já instalamos o núcleo regional de fronteira do Estado do Amapá e o núcleo regional de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. No dia 13 de julho, instalamos o do Amapá e, no dia 29 de julho, o do Rio Grande do Sul. Estamos em negociação, articulação, sensibilização e mobilização com os outros nove Estados da Federação que fazem fronteira, que são estados fronteiriços para instalação dos outros núcleos. Isso já está acontecendo no Acre. Nós estamos aguardando uma agenda para instalação do núcleo do Acre. Também já tivemos várias reuniões no Amazonas, que quer instalar o núcleo do Estado do Amazonas por ocasião da Fiam, em outubro. Estamos em negociação com o Pará e com o Estado de Roraima. E estamos começando com o Estado de Rondônia, no Norte, e outras no Estado do Rio Grande do Sul.

Alguns avanços que eu já poderia estar apontando para vocês: primeiro, nós estamos na Comissão de Orçamento negociando um desenvolvimento descontingenciamento dos recursos destinados aos Municípios da faixa de fronteira no Orçamento de 2012. Isso é um investimento que aumentaria em quase 80% o investimento hoje orçado para os Municípios da faixa de fronteira para 2012, um aumento de quase 80%.

Nós estamos trabalhando junto... Vocês viram agora o lançamento de um plano estratégico de fronteira. É um plano de segurança e defesa nacional como resposta do Governo Federal ao combate às várias irregularidades e ilícitos existentes hoje na faixa de fronteira. Então, em resposta, aumentou-se a ação que o Governo Federal tinha na região de fronteira. Com o plano estratégico de fronteira, que envolve os Ministérios da Defesa, da Justiça, da Integração, do Meio Ambeinte e outros, tivemos agora, em Tabatinga,

a Operação Ágata, que é de defesa do território, onde estiveram todos esse Ministérios e os países vizinhos e foi assinado um acordo Brasil-Colômbia para, juntos, melhorar o contingenciamento e a estrutura de defesa e de desenvolvimento desse território.

Bom, entendemos que o problema da faixa de fronteira não é só um problema de defesa. Por isso, foi criada essa comissão permanente. Essa comissão leva as ações de saúde, de educação, de desenvolvimento, de indústria, de comércio, de meio ambiente para a faixa de fronteira. Sabemos que só uma ação integrada do Governo Federal com os entes municipais e estaduais e os parceiros não governamentais em prol do desenvolvimento desse território poderia ter uma ação mais efetiva.

Eu queria deixar registrado aqui aos senhores o apoio e a prioridade da Presidenta Dilma e do Ministro Fernando Bezerra, que, em todos os momentos das suas falas, apontam o território da faixa de fronteira como prioritário. O Governo Federal está tendo, junto com os Governos Estaduais e Municipais, um olhar muito especial para esse território.

Finalizando, estamos programando para setembro a segunda reunião ordinária dessa comissão. Todas as informações estão disponíveis no *site* do Ministério da Integração e dos parceiros. Essa segunda reunião aponta para a sociedade o que já está sendo feito, o que está proposto para essa comissão trabalhar e o que já está sendo feito neste momento.

Muito obrigada. É um prazer estar mais uma vez aqui com vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Cláudia Cybelle Freire, coordenadora de programas macrorregionais do Ministério da Integração Nacional.

Eu renovo a informação de que estou presidindo esta audiência pública porque o Presidente da Subcomissão da Amazônia e Fronteira, o Senador Mozarildo Cavalcanti, está com um problema de saúde na família. Por isso, não estará presidindo esta reunião. Eu sou a Vice-Presidente e estou desempenhando a missão do nosso Senador Mozarildo Cavalcanti.

Agradeço a presença do Senador Blairo Maggi, do Mato Grosso, e do Senador Valdir Raupp, de Rondônia, que aqui foi provocado, porque seu Estado não está entre os primeiros a terem instalação, como disse a Drª Cláudia Cybelle.

Agora, passamos às perguntas, aos questionamentos. Na lista de inscrição, já coloquei, pela ordem de chegada, os Senadores Blairo Maggi e Valdir Raupp.

Com a palavra os Senadores.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – É muita gentileza aqui. Bom-dia, Srª Presidente, nossos convidados e também o Senador Valdir Raupp, já conosco.

Na realidade, eu cheguei bastante atrasado à audiência e não tenho a noção exata do que foi discutido; do começo, meio e fim da discussão, mas o Estado de Mato Grosso não faz parte da área da Suframa, nós temos parte da Amazônia Legal e aí temos atividades com o Basa, que é um importante parceiro econômico no Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de aproveitar, então, a oportunidade para entender um pouquinho a questão da Suframa – não diz respeito ao Estado de Mato Grosso. Primeiro, a Suframa tem um fundo, um recolhimento sobre percentual de faturamento ou sobre licenças das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. A senhora tem como me informar o montante do recolhimento em reais por ano desse fundo e quanto tem sido reaplicado na região em que a Suframa faz parte, como no Estado de Rondônia, do Amapá, do Acre, de Roraima, do Amazonas – acho são estes os Estados que fazem parte da Suframa.

Então, gostaria de saber se os recursos que estão sendo arrecadados pela Suframa estão sendo aplicados na região correspondente ou eles estão sendo usados para fazer superávit no caixa do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Boa pergunta, porque é interessante. Estava na minha agenda, Senador. Não, o importante que a gente...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Vão responder em bloco ou vão responder individualmente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu penso que pode ser em bloco. O senhor pode fazer a pergunta também.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, do meu querido Estado do Rio Grande do Sul, Srª Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora de Estudos Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo de Gestão e Programas Governamentais do Banco da Amazônia, Srª Cláudia Cybelle Freire, Coordenadora de Programas Macrorregionais do Ministério da Integração Nacional, eu acho que foi oportuna esta audiência pública, porque, neste momento, está muito latente essas questão de fronteira, e a Presidente Dilma já criou comissões para cuidar dessa questão, inclusive o ex-Ministro da Defesa, que deixou o cargo há dois dias, Ministro Nelson Jobim, estava empenhado nessa questão, o Vice-Presidente da República Michel Temer, a pedido da Presidente da República, também está empenhado nessa questão.

Ontem eu fiz um pronunciamento no Senado Federal, o Senador Eduardo Braga fez pronunciamento também falando das agências do desenvolvimento da Amazônia, então o momento está sendo muito questionado. E eu vejo que, nas nossas fronteiras estão, que estão desguarnecidas, falta segurança quanto à questão do narcotráfico e também desaquecida na área comercial. Os brasileiros estão atravessando a fronteira e comprando nas cidades dos outros países. Isso acontece em Rondônia, isso acontece no Acre. Tem gente de Rondônia que vai lá para as cidades fronteiriças do Acre, o que dá uns 600, 700 quilômetros, para comprar.

Em Guayaramerín, que é uma cidade de fronteira também, uma cidade boliviana, do nosso lado tem Guajará Mirim, uma cidade importante, uma cidade histórica, a cidade está empobrecida. A verdade é esta: empobrecida, porque o grande fluxo de comércio, de compra está do outro lado. Os trabalhadores recebem o salário e vão comprar do outro lado. Por quê? Porque é *free shop*, é livre.

Lá no Rio Grande do Sul – não vou citar todos os Estados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, mas eu já vou pular para o Rio Grande do Sul, porque eu estava fazendo um pronunciamento, a Senadora Ana Amélia me aparteou para falar sobre as cidades de fronteira do Rio Grande do Sul.

Eu estive em Rivera, no Uruguai, recentemente, e aí estive nas duas cidades: Santana do Livramento, que é no Rio Grande do Sul, e Rivera, no Uruguai. Rivera é uma cidade bonita, organizada, e o Prefeito da cidade de Santana sendo criticado porque não tem recurso para cuidar da sua cidade, porque a cidade também está desaquecida, o comércio está aquecido do lado do Uruguai.

Então, nós temos que resolver esse problema. As poucas áreas de livre comércio que foram criadas nas fronteiras, em alguns Estados, estão quebradas, porque deram uma cota muito pequena, não compensa. Em Guajará Mirim foi criada uma área de livre comércio, que foi criada no Acre, em Roraima, no Amapá, a única que me parece que está dando certo é a de Macapá, porque é muito próxima, é a de Santana, porque é um Município que faz parte da capital Macapá e que está emendada. Então, ali está dando certo, porque já está junto com a capital. Mas, quanto às outras, nenhuma deu certo, por causa da política do Ministério da Fazenda que não contemplou de forma adequada essas áreas de livre comércio.

Nós estamos agora em uma outra discussão: ZPEs, Zona de Processamento de Exportação. No Acre, já está praticamente implantada, mas sem ainda indústrias, já investiu lá mais de R$50 milhões; em Rondônia; estamos trabalhando para implantar uma em Porto Velho e futuramente estender, talvez, subzonas para Guajará Mirim e outras zonas de fronteira, mas ainda está muito, muito incipiente, muito no seu início.

O Ministro Fernando Pimentel está dizendo que o modelo – realmente ele tem razão – não está bom, porque 80% têm que ser para exportação e apenas 20% para o mercado interno e só existem duas ou três empresas brasileiras que exportam mais de 80% dos seus produtos, que é a Vale do Rio Doce e outras poucas. Eu acho que aqui o grupo Maggi... Não? Não chega a 80% na área da soja? Imaginem, se na área da soja, que o grande volume é exportado, ainda não chega a 80%, acho que só o minério de ferro da Vale, porque as outras siderúrgicas extraem os seus minérios, e a Vale, que não tem siderurgia, exporta quase que 100% do seu minério de ferro.

Então, não adianta criar as ZPEs se não mudar esse modelo do que está aprovado.

Agora eu entro no fomento das agências. A Suframa, ontem eu fiz um aparte ao Eduardo Braga, que falava do pouco investimento das agências de fomento da Amazônia. A Suframa, já há alguns anos – infelizmente vou ter que falar isso aqui agora, contrariado, porque sou da base do atual Governo, fui do governo do Lula, sou da base da Presidente Dilma –, investia muito mais no governo anterior, no governo do PSDB, do que neste Governo agora, porque eles represaram todo dinheiro da Suframa para superávit, arrecada 450, 500 milhões por ano e não investe nada, a não ser as poucas emendas parlamentares, que ficam dois, três anos, para serem liberadas. Existem emendas em que as máquinas ficam compradas um ano, um ano e meio, ressecando tudo, pneus, mangueiras, e a Suframa não paga, porque o Ministério da Fazenda não libera o dinheiro.

A Sudam, um pouco mais, mas também a burocracia, às vezes, emperra, também tem dificuldade. O Banco da Amazônia é o que tem investido mais, porque tem em torno de 600, 700, 800 milhões por ano em cada Estado da Amazônia para investir – uns mais, outros menos –, para aplicar. Então, se houver bastante projeto, acaba sendo liberado. Na Sudam, a burocracia é um pouco mais pesada, mas também tem liberado alguns projetos. Mas a Suframa, sobretudo eu falo da Suframa...

A Bancada da Amazônia fez um acordo, há dois, três anos, melhorou um pouquinho, depois afrouxou e não aconteceu mais nada. A informação que eu tenho é que, no ano passado, nobre Presidente, só houve o custeio e muito mal; só o custeio e, muitas vezes, a Presidente da Suframa dizia que não tinha dinheiro

nem para comprar água e cafezinho, porque não liberavam aqui, em Brasília.

Então, acho que esta Comissão tem que tomar uma providência em cima dessa situação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Valdir Raupp, e eu agora completo o ciclo de indagações. Casualmente, o mesmo ponto, afinado com o que disse o Senador Blairo Maggi, sobre a questão do retorno dos investimentos na região pela Suframa, e também ratificado pelo Senador Valdir Raupp, e eu como prestei muita atenção no que disse a Drª Ana Maria repito a questão: no caso da Suframa, até um determinado momento, e ela até mostrou todos os benefícios que a região recebeu por conta da receita da Suframa aplicada na região... A partir de 2008, 2009, com o contingenciamento, esses investimentos foram duramente afetados, e a Suframa, como também o Ministério da Integração Nacional, para os investimentos na área de fronteira, depende basicamente das emendas parlamentares.

Ora, contingenciado, Drª Ana Maria e Drª Cláudia Cybelle, o dinheiro não só do Orçamento da União para a liberação, no caso da Suframa, como para a integração nacional, dependendo também das emendas, que também estão contingenciadas, porque estão nos restos a pagar, a situação fica extremamente complicada.

Então, a Drª Ana Maria disse uma coisa no começo que me chamou a atenção. A senhora declarou que a área de livre comércio está, juridicamente, esgotada. Então, eu queria saber o que significa isto, este esgotamento, o que vai ser feito.

Nessa questão específica, Drª Ana Maria, eu queria, ratificando o que diz o Senador Valdir Raupp, registrar que a situação na Amazônia não é diferente daquela no sul do País, e perguntar também à Drª Cláudia Cybelle, que é do Ministério da Integração, que está afeto a esse programa de fronteira, como é que se vai contabilizar esta questão: se o Brasil vai adotar o mesmo critério do Uruguai, por exemplo, ou da Argentina ou dos países limítrofes da Amazônia em relação aos *free shops*, que é o comércio livre na região de fronteira. Em que limite isso poderá ser feito, sabendo-se que aqui no Congresso tramitam matérias, propostas de tratamento igualitário nessa região? Qual é o critério? Qual é o limite? A Drª Cláudia Cybelle disse que a faixa de fronteira é território de miséria, e nós sabemos que é assim mesmo, porque as condições de desenvolvimento dos países limítrofes são melhores em todas as condições.

Para concluir, eu queria saber da Drª Ana Maria se essa crise internacional – porque a Zona Franca de Manaus está fundamentada no comércio internacional – pode, de alguma maneira, afetar mais drasticamente a Zona Franca de Manaus em relação à sua dependência de importação e de exportação.

E faço um questionamento ao representante do Basa. O senhor falou da dificuldade que teve para acessar um crédito que o banco... Teve que pegar um avião e ir aos confins da Amazônia, porque senão ia levar um tempo muito longo, e o crédito é como a saúde: se não chega na hora o remédio, não adianta. Não existe, na distribuição de agências do banco, uma regionalização que permita um atendimento melhor dessas demandas? E há outra questão para o senhor. Pelo que eu vi dos dados, o que é orçado para se aplicar é ultrapassado em mais de duas mil vezes. Como vive uma instituição com esse desequilíbrio de planejamento. Pergunto se isso faz parte da cultura do banco; se esse é um critério, digamos, mais social do que econômico. Em relação à concentração das operações – praticamente 50% do que o Banco da Amazônia aplicou no ano passado foram no setor rural –, a Amazônia é muito visada. Como pode ser no setor rural, se o senhor, na sua exposição, mostrou que o setor rural ou o setor agro de exploração extrativista não está devidamente organizado, não tem aquela cultura do cooperativismo e outras coisas? Como se dá essa grande aplicação numa área que não é organizada?

Então, são essas as questões.

Passo a palavra à Drª Ana Maria e, depois, à Drª Cláudia Cybelle e ao Dr. Oduval.

A SRª ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA – Vou tentar responder aqui da forma mais objetiva possível.

Bom, Senadora, na área de atuação da Suframa, que é toda a Amazônia Ocidental, a partir de 97, tivemos a implementação de um programa de interiorização do desenvolvimento. Esse programa de interiorização do desenvolvimento é exatamente o reinvestimento do que é arrecadado das empresas do polo industrial de Manaus na área de atuação da Suframa, ou seja, na Amazônia Ocidental. Esses projetos de interiorização do desenvolvimento vão desde capital intelectual à infraestrutura, a projetos de turismo e ainda projetos na área de ciência e tecnologia com instituto de pesquisa.

A nossa arrecadação média, para não dizer anual – isso está na nossa apresentação, que é pública e está perfeitamente disponível a quem quiser ter acesso – estamos falando aí de R$400 milhões/ano. Como bem colocou o Senador de Rondônia, queria eu que faltasse só dinheiro para comprar cafezinho. Há vinte dias nós recebemos um aviso de corte de energia. Nós não tínhamos dinheiro para pagar a energia da autarquia. Corríamos o risco de passar uma sexta-feira sem trabalhar. A nossa ordem de contingenciamento, hoje,

é algo próximo dos 65%, ou seja, o que é liberado para a Suframa só consegue manter a máquina.

Como a gente está falando de um montante de R$400 milhões, senhores, é lamentável – e aí fica o apelo –, porque cortar projetos na área de capital intelectual, em que você tem maciçamente a implementação de cursos de mestrado e doutorado na região, em que você tem o aparelhamento de máquinas agrícolas para agricultores, em que você tem a construção de mercados municipais, de centro de comercialização, de industrialização para uma região que é fundamentalmente centrada na atividade primária, é desesperador. A situação é desesperadora.

Nós estivemos agora em Alto Solimões, e vou lhe dar dois exemplos que eu vivenciei. Temos, de fato, muito bem direcionadas pelo Ministério da Integração as prioridades do programa de faixa de fronteira. No caso da piscicultura, um agricultor, em Benjamin Constant, disse para mim assim: "Doutora, eu produzo aqui uma média de setenta toneladas de peixe. Eu tenho aí o tambaqui, tenho tucunaré naquele outro tanque e tudo o mais". E eu perguntei: o senhor vende essas setenta toneladas em Tabatinga? Ele disse: "Não, senhora, porque, se eu vender lá em Tabatinga, eu vendo a R$6,00 o quilo e recebo isso parcelado. Se eu vender em Leticia, eu vendo a R$10,00 o quilo e recebo na hora". Então, esse pescado sai de Benjamin, vai embora para Leticia e sai como exportação da Colômbia. Se a gente não tiver recursos para implementar agências de desenvolvimento, o controle, a defesa, a capacitação desse pessoal, a infraestrutura, a gente vai continuar exportando pescado via Colômbia, como se colombiano fosse o tambaqui. Isso é gravíssimo!

Nós temos o caso da cidade de Islândia, ali do outro lado, no Peru, vizinha a Benjamin Constant. Como a nossa legislação ambiental é muito pesada no que diz respeito ao manejo ambiental, o que eles fazem? Eles desmatam em Benjamin Constant, em Tabatinga, e só atravessam o rio. Aí sai como madeira peruana. Não tem absolutamente nenhuma presença do Estado. Se você atravessar o rio Solimões do Peru para Tabatinga, você compra a gasolina em Benjamin Constant a R$3,00, em Tabatinga a R$3,00 o litro. Ao atravessar o rio, você compra de R$0,90 a R$1,00 o litro da gasolina.

Então, necessita-se urgentemente de uma presença maciça do Estado, como a colega Cybelle colocou, mas para isso a gente precisa de recursos. Então, respondendo objetivamente à sua pergunta, é essa a situação. Nós estamos falando de algo em torno de R$400 milhões/ano arrecadados. Para 2012, a nossa previsão de arrecadação é de R$511 milhões. E nós temos a previsão de apenas R$125 milhões que serão disponibilizados. Isso já está lançado no PPA – R$125 milhões dos R$511 milhões.

Nós temos hoje em carteira mais de seiscentos projetos, inclusive faixa de fronteira, e mais de R$1 bilhão em carteiras para ser investido. Agora, o mais grave, obviamente – os Srs. Senadores devem ter conhecimento –, é que nós tínhamos um recurso contingenciado, mas esse recurso foi transferido para o BNDES a bem de outros projetos fora da Amazônia. Isso é muito preocupante, porque não se consegue visualizar qual é a importância dessa faixa de fronteira.

Bom, respondendo à pergunta seguinte...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Drª, faltou a senhora me informar como é cobrado. É um percentual? Como é que é?

A SRª ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA – É a TSA. Existe uma lei, Senador, a Lei nº 9.960 – isso também está na nossa apresentação; o senhor pode pegar –, que é chamada Lei da TSA. É a lei do ano de 2000. É esta aí: Lei nº 9.960. Ela é uma lei de 2000 que é cobrada de toda e qualquer empresa, seja comércio, indústria ou serviço, que faça uso dos incentivos fiscais na área de abrangência da Suframa. Oitenta e cinco por cento desse recurso são provenientes das indústrias do polo industrial de Manaus, porque é realmente onde está o peso dessa arrecadação. Então, ela é uma Taxa de Serviço Administrativo.

Como o senhor bem colocou, essa arrecadação vai para a conta única. O que o Governo tem informado – isso é publico – é que realmente faz parte do superávit primário, mas, se o senhor fizer uma continha simples – nós estamos falando de um superávit de 3% do PIB; nós estamos falando aí de um superávit de R$3 bilhões – e dividir R$400 milhões por R$3 bilhões, isso é 0,000 alguma coisa, que não faria nem cócegas no superávit primário, a bem de benefícios de várias famílias.

O segundo questionamento do Senador sobre a questão de Guajará-Mirim, vou fazer um *link*, atendo à resposta da Senadora, quanto à questão das áreas de livre comércio. Realmente, as áreas de livre comércio, essa região é empobrecida, com exceção, se assim podemos dizer, do Amapá.

Verificamos que o esgotamento jurídico dessas áreas de livre comércio deu esse empobrecimento, porque, uma vez que houve a abertura comercial na década de 90, essas áreas de livre comércio, como não foram remodeladas ou readequadas para uma nova realidade, elas, por si, se esgotaram.

Então, meramente incentivar o comércio nas áreas de livre comércio, comércio não gera desenvolvimento, esse é um princípio econômico. O que gera o desenvolvimento é o fato de se agregar valor. Se não

é agregado valor nessa faixa de fronteira, em especial nas áreas de livre comércio, porque não há o fomento da área secundária, porque não há a presença do Estado fomentando.

Outro dia, em conversa com o Dr. Durval dizia por que os bancos privados não vão para essas áreas de fronteira? Ou para o interior da Amazônia? Não vão, senhores, só quem vai é o Banco da Amazônia, porque é exatamente o Estado que atua nas externalidades negativas, provocadas pela própria sociedade.

Então, precisamos rever esse marco jurídico das áreas de livre comércio, que seja a implantação e a dinamização de *free shoppings*, tranquilamente, mas, indiscutivelmente, teremos de passar pelo setor secundário, que é o fomento da indústria voltada para os APLs nessas áreas de fronteira.

Não sei se faltou alguma.. Quanto à questão da crise internacional, a Zona Franca de Manaus hoje tem a sua base de insumos próximo de 63, 65% proveniente do continente asiático.

Claro e obviamente que um calote americano vai impactar não só a zona franca, mas toda a economia brasileira. Agora, temos casos de sucesso em que essa zona franca conseguiu superar com muito êxito. A própria crise de 2009, quando se espera um impacto muito grande na economia brasileira, nessa zona franca isso não aconteceu. O grande impacto que a zona franca sofreu foi exatamente a abertura comercial da década de 90.

Então, o pacto sentiremos porque existe um volume de capital americano, principalmente, dentro dessas empresas do polo industrial de Manaus, mas acreditamos que, a exemplo das bases consolidada dessas empresas, da própria formação de cadeias produtivas no principal segmento, que é o de duas rodas, não teríamos uma decadência ou um decréscimo muito grande no número de empregos nesse polo industrial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada Drª Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Agora, passo a palavra à Drª Cláudia Cybelle Freire, do Ministério da Integração Nacional.

A SRª CLÁUDIA CYBELLE FREIRE – Nós concordamos com o Senador Valdir Raupp quanto à sua fala sobre os recursos de emenda parlamentar, há dificuldade. Hoje, leva-se dois, até mais, Senador, três anos esperando que os recursos cheguem a quem de direito, ao município que está pleiteando o atendimento dessas famílias nos locais.

Posso dizer pelo Ministério da Integração que hoje estamos vivendo um ajuste desse descompasso que existe entre a necessidade local, o desenvolvimento regional da faixa de fronteira e esse investimento de emenda parlamentar, com a liberação e o prazo para a liberação de recursos.

Hoje existe um descompasso muito grande nessa questão dentro do Ministério da Integração, dentro da própria estrutura, que é a estrutura de emenda parlamentar. Então, hoje estamos numa luta incansável e incessante para regularizar isso, para que o recurso de 2011 seja investido e gasto em 2011 e assim sucessivamente. Hoje isso não acontece. Hoje temos, Srs. Senadores que têm investimento na faixa de fronteira, recursos de emenda parlamentares, e muitos Deputados sabem da dificuldade por que estão passando com essa questão.

Diria, não justificando, mas os investimentos às vezes chegavam à faixa de fronteira até para questões que não diziam respeito ao desenvolvimento desse território.

Nós estamos ajustando exatamente o que comentei, ou seja, a qualificação desses recursos de emenda parlamentar, com o aparato da máquina dentro do Ministério, para analisar, qualificar e disponibilizar o recurso em tempo hábil e também estamos buscando inúmeras justificativas para o não contingenciamento desses recursos na faixa de fronteira.

Conforme disse a Drª Ana Maria, o contingenciamento é muito grande. Então, sabemos que ainda existem ajustes que precisam ser feitos entre o olhar do Governo, a prioridade do Governo para esse território e o contingenciamento desses recursos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Cláudia, o Senador Valdir Raupp citou o meu caso, o Rio Grande do Sul, o de Livramento de Rivera, ali na fronteira do Rio Grande do Sul, do Brasil com o Uruguai, isso acontece também em Rio Branco, Jaguarão, em Quaraí e Artigas, em Chuí e Chuy, em toda região, com o Uruguai que estabeleceu os *free shoppings*.

Então, é especificamente sobre isso, porque quando a senhora explicou os planos, deu claramente uma direção de que nas fronteiras, no caso do Rio Grande do Sul, a vitivinicultura é exatamente um dos planos da visão e já está acontecendo isso. Ao contrário do que disse a Drª Ana Maria, que diz que concentra na área industrial, isso tem estimulado porque a afluência de consumidores ao *free shopping* no lado do Uruguai estimulou a construção de hotelaria – é serviço, é claro, não é produção – e a indústria da construção civil foi ampliada pelos investimentos que esse setor está enfrentando, pela oferta do atendimento dessa população, que é cada vez maior, que vai à região. Tem estimulado também outros setores, como a vitivinicul-

turas. Por exemplo, as cantinas que são visitadas para degustação e venda do vinho ali na região.

Queria que a senhora pontificasse como o Ministério da Integração vê a questão específica dos *free shoppings* como fonte de desenvolvimento na região de fronteira.

A SRª CLÁUDIA CYBELLE FREIRE – Senadora, recebemos diversas demandas nesse sentido desta Casa e da Câmara dos Deputados solicitando uma posição do Ministério quanto a isso.

Os *free shoppings* fazem parte do desenvolvimento local. Conforme disse a colega Ana Maria, nós trabalhamos, especialmente o Ministério da Integração no desenvolvimento do setor secundário. Então, queremos fomentar esses arranjos produtivos com recurso do programa de faixa de fronteira na região.

Quanto a senhora menciona a vitivinicultura que já existe, existe, sim, mas a senhora, como é da região, sabe que os vinhos do Uruguai, da Argentina e do Chile chegam ao consumidor brasileiro a um preço muito menor e mais acessível e, digamos, com uma qualidade muito boa do que os vinhos produzidos aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí há um outro problema, que é a simetria.

A SRª CLÁUDIA CYBELLE FREIRE – Existe uma simetria. Nós estamos trabalhando exatamente nisso, no investimento com o produtor brasileiro da região, na fronteira. Porque esse investimento já é feito, e muito bem, na região de Caxias do Sul, ali nas serras gaúchas. O trabalho é muito benfeito. O vinho brasileiro daquela região já está sendo exportado, com muita renda para o produtor. Estamos fazendo esse investimento na região da fronteira, que já existe, para que o nosso vinho seja competitivo, para que nós, internamente, possamos consumir o nosso vinho e também exportá-lo com as mesmas condições que os nossos vizinhos exportam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aqui, Drª Cláudia Cybelle, o representante do Ibravin, Instituto Brasileiro do Vinho...

A SRª CLÁUDIA CYBELLE FREIRE – É o nosso parceiro principal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente. Ele mostrou que a tributação de vinhos no Chile e na Argentina varia de 20 a 30%. No Brasil, de 42 a 52%. Aí não há como fazer competição nessa área. Portanto, realmente é preciso mudar o parâmetro. Ainda há a questão do contrabando e, claro, daquele programa a que o Senador Valdir Raupp fez referência, de faixa de fronteira, que o Ministro Jobim coordenou quando no Ministério da Defesa, que é exatamente para controlar o contrabando, que esse é o grande e lesivo, que fere o interesse nacional porque, sob todos os aspectos, ele é negativo.

A SRª CLÁUDIA CYBELLE FREIRE – Essa questão da tributação, Senadora, é um dos problemas que está sendo levado e trabalhado dentro desta Comissão Permanente.

SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que bom.

A SRª CLÁUDIA CYBELLE FREIRE – A Receita Federal e os órgãos de controle fazem parte. Vou deixar aqui com a senhora este documento, para que a senhora veja tudo que está sendo trabalhado nesse sentido. Esta é uma das prioridades: trabalhar as áreas de livre comércio. A zona de exportação é um dos temas que esta Comissão está debatendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Drª Cláudia Cibele.

Agora, passo a palavra ao Dr. Oduval Lobato Neto, do Banco da Amazônia.

O SR. ODUVAL LOBATO NETO – Obrigado, Senadora. Se eu entendi, acho que eu tenho três questões. Uma é sobre a rede de agências, atendimento, capilaridade do banco, aplicação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Essa seria a pergunta que, certamente, o nosso Senador Mozarildo Cavalcanti, o Presidente desta Comissão, representante de Roraima, faria ao senhor. Então, estou verbalizando aí uma preocupação da Amazônia.

O SR. ODUVAL LOBATO NETO – É verdade. Aplicações nas distorções, nas metas e aplicação e concentração no setor rural. Então, veja bem, vamos começar pela rede de agências.

Hoje, o banco tem 174 pontos de venda, como a gente chama, 22 estão nos Municípios da faixa de fronteira, o que é bem considerável. O banco atende todos os Municípios. Para a senhora ter uma ideia, nós temos 450 Municípios na região Norte. Nós estamos presentes com negócios em 96% desses 450. Nos Municípios de faixa de fronteira, nos chegamos a 93%. Então, nós trabalhamos com o que chamamos com sistema de jurisdição, uma agência cobre mais de um Município.

Os Municípios, como a senhora sabe, de economia deprimida, de economia fraca, que não suportam, digamos assim, que não dão retorno econômico para uma agência, não têm como banco se manter porque ele vai acumular prejuízo. Então, a senhora sabe, hoje, no máximo, pelo regulamento, três períodos uma unidade pode ter de prejuízo. Passou disso, tem que fechar, não tem jeito mesmo. E tem um compromisso firmado, depois da capitalização dos bancos, que banco não pode dar prejuízo.

A senhora sabe que trabalhar no fomento é muito difícil,. A carteira de fomento não é lucrativa. O que é lucrativo é a carteira comercial. A senhora vê o lucro dos bancos privados que atuam fortemente nisso. O nosso coirmão, o Banco do Brasil, é um exemplo da reorientação. A minha colega Ana Maria, ainda agora, se reportou a isso, a gente conversava sobre as dificuldades, que são muitas, para trabalhar a política de APL, para a gente trabalhar todas as políticas de governo. Uma coisa que a gente sente é que temos que fazer um esforço muito grande no sentido da integração. Já falei para o pessoal, para os colegas, para o secretário do MDIC da necessidade de ter um organismo de coordenação, de integração das diversas políticas. Há políticas que são demandadas dos diversos Ministérios para o agente financeiro que o MI, que é o órgão centralizador e de controle, não tem conhecimento. Então, por exemplo, nós recebemos demanda do MDA, do Ministério do Turismo, do MMA, do MDIC, de todos os Ministério, e, às vezes, o próprio MI não tem a visão e o conhecimento dessa integração. Então, é um esforço muito grande.

O fato é que a gente está presente nesses Municípios. Eu coloquei aquelas situações, como a do porto de Mós, de pegar uma lancha e voar horas e horas para poder chegar lá, fazer um mutirão para conceder crédito. Então, é assim. Isso o banco já vem fazendo, não só através dessa iniciativa, que surgiu a partir de uma experiência bem-sucedida do Banco do Brasil com o Ministério e o colegiado do Conselho em Goiás, a partir da experiência de Goiás, e aí a gente começou a replicar lá para a Amazônia.

Então, respondendo ao primeiro ponto: quanto à aplicação e às distorções das metas, realmente eu acho que as metas são tímidas. Mas, por outro lado, é necessário verificar, por exemplo, que nas mesorregiões do Alto Solimões, todo ano a gente leva ressalva da CGU, do TCU, do próprio Ministério da Integração, porque a aplicação é quase zero.

Então, há essas distorções. Mas, por outro lado, o banco tem, digamos assim, autonomia de remanejar recursos de áreas ou de Estados mais carentes. Geralmente a gente aposta mais alto, mas, quando não é alcançado, a gente pode remanejar os recursos para as áreas que apresentem maior demanda.

Talvez eu tenha sido mal interpretado quando eu falei sobre aplicação concentração no setor rural. Talvez. Antes, lá na década de 80, início de 90, a maior parte dos recursos era alocada no setor primário da economia, até por uma estratégia de formar uma base de produção. Hoje é diferente. Hoje, chega a ser só 30%.

Nos Municípios da faixa de fronteira, pelo próprio processo de ocupação econômica, veja que, por exemplo, eu mostrei aqui que temos em comércio e serviços 29% dos recursos alocados. Se adicionarmos mais 12% da agroindústria e dentro dos 18% do Amazônia Sustentável, que também contempla isso, e dentro do próprio "outros", que tem 9%, eu creio que deve chegar mais ou menos a 50%, a metade. Talvez a distorção tenha sido quando eu citei aqui que 92% é de agricultura familiar, em mini e micro. Só que esses 92% são em termos quantitativo dos beneficiários. O que é natural, porque a média de financiamento por cada família é bem baixa. É por isso que dá. Aparentemente é uma distorção. Não é.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aparentemente, mas não é uma distorção. É uma necessidade social de investimento da presença do Estado numa região que precisa dessa presença do Estado.

O SR. ODUVAL LOBATO NETO – Exatamente. Então, não sei se esclareci.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito perfeitamente.

Então, eu queria agradecer imensamente a presença da Drª Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa; ao Dr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia, o Basa; e também à Drª Cláudia Cibele Freire, Coordenadora de Programas Macrorregionais do Ministério da Integração Nacional.

Eu queria dizer que foi extremamente esclarecedora a exposição de todos os senhores e que nós, mesmo de outras regiões do País, estamos comprometidos igualmente em resolver esses problemas, porque essa distorção acaba comprometendo o futuro do nosso País, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico e da própria integração.

Então, eu agradeço imensamente pela colaboração.

Lembro, por fim, às Srªs e aos Srs. Senadores que retomaremos a nossa reunião desta audiência pública logo mais, às 14 horas, para ouvirmos os representantes do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A reunião está suspensa e será reaberta às 14 horas, renovando o meu agradecimento, em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti e de todos os nossos assessores da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Muito obrigada a todos vocês.

(Iniciada às 9 horas e 1 minuto, a reunião é suspensa às 10 horas e 28 minutos.)

(A reunião é reaberta às 14 horas e 9 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro reaberta a 7ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a dar continuidade ao primeiro painel do segundo tema do nosso ciclo de audiências públicas, intitulado "Desenvolvimento Econômico e Social".

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores e a todos os presentes que, na primeira parte da reunião, realizada na manhã de hoje, ouvimos os representantes da Sudam, da Suframa e do Banco da Amazônia; aliás, ouvimos o representante do Ministério da Integração Nacional, Suframa e Banco da Amazônia.

As palestras da segunda parte desta reunião serão proferidas pelas seguintes autoridades, a quem aproveito e convido para compor a Mesa: Sr. Antonio José Alves Júnior, Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Gabinete da Presidência do BNDES; Sr. Wagner de Siqueira Pinto, Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil; e Srª Maria Letícia de Paula Macedo, Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal.

Antes de passar a palavra ao primeiro expositor, eu gostaria de informar a todos que cada um terá quinze minutos para sua exposição, para permitir, assim, um debate sobre o tema ao qual estamos dando continuidade, já que a audiência pública começou hoje, pela manhã, às 9 horas, e prossegue, agora, nesta reunião da tarde.

Então, tenho a grata satisfação de passar a palavra ao representante do BNDES para sua exposição de quinze minutos.

O SR. ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR – Boa-tarde a todos!

Eu gostaria de começar agradecendo o convite da Senadora Ana Amélia para o BNDES participar desta audiência e também justificar a ausência do Prof. Luciano Coutinho, que, por diversas razões, não pôde estar aqui presente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aproveito sua deixa, como diríamos num jargão jornalístico, eu que venho da área da comunicação, para também dizer que estou aqui, interinamente, na Presidência desta Subcomissão, em nome do Senador Mozarildo Cvalcanti, que, por questões de saúde na família, não está em condições de fazer este trabalho hoje.

Então, estou, com muita honra, na condição de Vice-Presidente desta Subcomissão.

Pode, por favor, continuar. Eu queria apenas fazer o registro em homenagem ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR – Perfeito!

Como diria, vou começar com um "anticlímax": o BNDES não tem uma política especial para promoção e desenvolvimento de faixas de fronteira. Mas vou mostrar, nesta apresentação, que o Banco desenvolveu, ao longo do tempo, uma política regional bastante robusta que inclui as microrregiões na faixa de fronteira; e já tem feito um trabalho expressivo, mas está pronto para aumentar sua colaboração.

Então, vamos para a segunda.

Este primeiro *slide* não é muito informativo, mas é importante, porque ele tem algumas informações chaves pelas quais eu gostaria de pautar minha fala.

A primeira é que o BNDES é um instrumento de política pública. Ele está, como toda grande organização, com alinhamento automático. A grande política do Governo não é trivial, mas é um esforço permanente do Banco em alinhar as políticas do BNDES com as diversas políticas públicas; eventualmente, um problema que surge, muitas vezes até conflitos, dentro da organização, sob forma de atender às diversas demandas que surgem.

O BNDES, ainda que tenha como seu principal foco o financiamento de investimentos na indústria, na infraestrutura, ele mantém, ele preserva esses estratégicos, entre os quais a redução das desigualdades sociais e regionais. Esse, então, é um fator distintivo; ele é um critério para a avaliação dos critérios no Banco.

(Próximo, por favor.)

O BNDES sempre, desde a sua criação, teve a atenção voltada para o desenvolvimento regional. Mas posso dizer que, nos últimos anos, o desenvolvimento regional passou a estar incorporado na própria estratégia do Banco. Não vou ler o *slide*, porque seria maçante, mas a redução de desigualdades regionais e sociais está na missão do Banco; está na missão que define a razão da operação do próprio Banco; está incorporado aos valores do Banco, que dão o espírito aos funcionários do Banco. Eles têm de incorporar esses valores para poder operar bem no BNDES, e o desenvolvimento regional e o socioambiental fazem parte da terceira e quarta orientações estratégicas do planejamento corporativo.

Eu, novamente, quero sublinhar que não é uma novidade para o banco a atenção com o desenvolvimento regional, mas nos tempos em que nós estamos vivendo esse é um objetivo que está dentro do nosso planejamento estratégico.

(Próximo, por favor.)

Até 2005, o banco tinha uma política regional que era orientada pelo desenvolvimento das grandes regiões do País, as macrorregiões.

A partir de 2005, o BNDES, num esforço para alinhar a sua política de desenvolvimento regional com o Ministério da Integração, criou o programa de dinamização regional.

Então, a primeira novidade para o banco foi tratar a escala microrregional em linha com o Ministério da Integração.

Basicamente, o que se fez foi selecionar aquelas microrregiões cujo PIB está abaixo da média nacional e, para essas regiões, conceder condições especiais de financiamento, que envolvem a maior participação do banco no financiamento, o que significa menor exigência de capital para os investimentos das empresas que estão localizadas nas regiões que são o público do programa de dinamização regional, taxas de juros menores e a redução do valor mínimo para operações diretas.

O banco, como todos sabem, opera tanto com seus parceiros – o Banco do Brasil e a Caixa são parceiros importantes do banco –, assim como faz operações diretamente.

Como um critério simplificado, eu poderia dizer que operações de valor maior, em geral valor maior que R$10 milhões, são feitas diretamente com o banco.

Por que a redução do valor mínimo para operações diretas seria uma vantagem? Porque o banco, ao analisar projetos nessas regiões, teria o cuidado especial de tratá-los com alguma diferenciação, uma vez que estão dentro de nossa política de desenvolvimento regional.

(Próximo, por favor.)

No final de 2010, a gente fez uma inovação para a rotina do banco: o programa de dinamização regional deixou de ser um programa – na linguagem do BNDES, o programa tem um objetivo específico e tem um período de duração – para se tornar uma política de dinamização regional. Então, daqui para a frente... O banco tinha uma política temporária e, agora, passa a ter uma política perene.

Além disso, esse programa desenvolveu condições especiais para micros, pequenas e médias empresas, porque a gente observou que nas regiões mais pobres, mesmo com a facilitação das condições de crédito, muitas vezes as empresas não tinham condições de acessar o crédito, porque os critérios para concessão do crédito eram bastante rigorosos ou tinham o mesmo nível de rigor que no resto do País.

Então agora, na política, além dessas condições especiais, além do seu caráter perene, o banco passou a avaliar as garantias nessas regiões com um pouco menos de rigor, além do que adequou os parâmetros de risco de crédito para a realidade regional.

Então, o banco fez essa evolução.

(Próximo, por favor.)

Como instrumento para o desenvolvimento dessa política, que está caracterizada, lá, pelo nosso enfoque microrregional, a gente tem esse instrumento, o PDR. As regiões Norte e Nordeste foram destacadas porque são regiões consideradas regiões que precisam de um impulso maior para o desenvolvimento, então, todos os Municípios, independente de terem renda mais baixa ou mais alta do que a média nacional, receberão tratamento especial. E temos, também, o Fundo Amazônia, que é um fundo cujo objetivo fundamental é o combate ao desmatamento, mas também, na estratégia de combate ao desmatamento, promover o desenvolvimento regional.

Além disso, o banco atua em nível estadual, com o programa BNDES Estados, que é uma inovação criada no banco recentemente, por meio da qual o banco consegue financiar o próprio PPA dos Estados.

O banco também tem um programa de APLs, Arranjos Produtivos Locais, que utiliza recursos tanto do fundo social, que são recursos não onerosos. Incluiu o programa de APLs também no BNDES-Estados.

Além disso, o Banco vem trabalhando, nos últimos anos, ainda com o enfoque regional, em um programa chamado Políticas de Entorno.

O que significa essa política e demonstra-se o cuidado especial que o Banco tem com o desenvolvimento regional?

Não é difícil relacionar uma série de casos em que, no momento da construção do projeto de infraestrutura, a região que recebe o projeto de infraestrutura sofre todas as consequências danosas do projeto e, ao final da história, ela é muito pouco beneficiada, então, existe uma sequencia, que é a seguinte: um grande projeto, ou um grande investimento em uma grande empresa, ou uma grande obra de infraestrutura, no primeiro momento, ela causa um impacto na cidade, que é uma pressão sobre o sistema de educação, sobre a segurança pública, sobre a habitação e sobre a cidade, que recebe o investimento. Em seguida, junto com esse afluxo enorme de pessoas, começa um processo intenso de geração de renda, e se o Município não estiver preparado, ocorre um *boom* econômico muito desordenando. Assim que a obra daquele grande projeto é concluída, se nessa obra se empregar mais gente do que o necessário para operação do projeto, uma coisa que é típica de hidrelétricas, ao final daquele período de construção a cidade cai em um vazio econômico muito grande.

Então, o Banco está desenvolvendo uma Política de Entorno, que já está em prática, mas está em processo de aperfeiçoamento, que visa, precisamente, mitigar esse impacto negativo do fluxo migratório excessivo no primeiro momento, e a pressão sobre a cidade, dotando a cidade de infraestrutura para dar conta disso, inclusive com o fortalecimento das suas secretarias, o equipamento da infraestutura da cidade, e prevendo já, o que se tem chamado de pós-obra, criar atividades que gerem renda sustentável, que não dependa mais daquela obra.

Na verdade, se essa política funcionar bem, o projeto de infraestrutura vai deixar de ser um marco, vai deixar de ser um momento, um episódio, para ser o início de um processo de desenvolvimento no local que o receber.

(Próximo, por favor.)

Ainda assim, mesmo não tendo a política de desenvolvimento regional que contemple faixas de fronteiras como objeto específico, nós fizemos o levantamento do volume de desembolsos, por meio de operações diretas e indiretas, para os Municípios que estão contidos na faixa de fronteira, e a gente pode ver que há um valor não desprezível de investimentos do Banco.

(Próximo, por favor.)

Por último, a gente está vivendo um momento em que a política de desenvolvimento regional está passando por uma reelaboração e, nesse momento, a atividade da Subcomissão certamente dará indícios bastante importantes para a redefinição da política. Sabendo disso, o BNDES já vem participando, juntamente com o Ministério da Integração, discutindo diversos tópicos, entre eles, na política de desenvolvimento regional, o desenvolvimento da faixa de fronteira, que visa, precisamente, adequar o *modus operandi* do Banco, alinhar o seu *modus operandi* à política de desenvolvimento regional que será definida.

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor está com um crédito de três minutos e quarenta segundos. Mas, na hora das perguntas, a gente vai usar desse seu crédito.

Como linguagem de banco, o senhor está bem, ficou no azul.

Convido o representante do Banco do Brasil para a sua exposição.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Saúdo a Senadora Ana Amélia.

Em nome do Banco do Brasil, agradecemos a oportunidade de apresentar, aqui, a atuação do Banco na faixa de fronteira.

Vamos recair, com mais detalhes, em uma estratégia negocial que o banco desenvolve, chamada Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Só repassando rapidamente os grandes números do Banco: ativos, depósitos totais. Saíram esses resultados hoje, inclusive. Nós divulgamos os resultados do banco hoje. Mais de 900 bilhões de ativos totais, mais de 120 mil funcionários e uma carteira de crédito de 383 bilhões.

(Próximo, por favor)

Bom, esta lâmina pretende resumir, representar a atuação em desenvolvimento sustentável do Banco. Ou seja, por intermédio de nossos processos, por intermédio de nossos produtos e serviços e também mediante a atuação em investimento social, o banco pretende alcançar a missão de ser competitivo, rentável e promover o desenvolvimento sustentável de nosso País, além de cumprir sua função pública com eficiência. A gente faz essa relação – nesses aspectos que chamamos de uma mandala – com as diversas perspectivas da avaliação do desempenho corporativo.

O grande plano em desenvolvimento sustentável do Banco do Brasil é chamado *Agenda 21*. Ele é elaborado à luz de demandas que vêm da sociedade civil, que vêm de nossos acionistas, que vêm de nossos clientes. Aí a gente utiliza uma série de pesquisas e, à luz dessas demandas, nós desenvolvemos uma série de ações. A atuação versão da nossa *Agenda 21* tem mais de 77 macro ações e que se relacionam a esses eixos que a matriz (a mandala) expõe: negócios sustentáveis, processos de gestão e investimento social.

Nos negócios sustentáveis, nós temos desde produtos especificamente voltados para o apoio direto do Banco ao desenvolvimento sustentável do País: redução da pobreza, conservação ambiental... E aí nós temos alguns fundos de investimentos, nós temos a própria estratégia de desenvolvimento regional sustentável que a gente detalhará logo em seguida.

Na dimensão de processo de gestão, nós vamos, com essa preocupação, desde o processo de consumo de recursos naturais ou bens deles derivados, como papel, energia, água, etc até – a exemplo do que faz o BNDES – a avaliação de risco de crédito, incorporando aspectos socioambientais justamente para que estejamos cada vez mais atentos e possamos adotar medidas mitigadoras aos impactos adversos do ponto de vista social e ambiental.

No eixo do investimento social é a colaboração mais direta via nossa Fundação Banco do Brasil, também mobilização de nosso voluntariado.

Se você puder, por favor, clicar em cima de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS Estratégia...

Só explicando um pouco o que é essa estratégia. Na realidade, é uma atuação negocial do banco que está fomentando cadeias de valor, atividades produtivas que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. Nós temos essa atuação espalhada por todo o País. São mais de 11 milhões em crédito e mais de um milhão de beneficiários.

A lógica é a gente estar, nas comunidades onde a gente atua, identificando vocações produtivas: artesanato, floricultura, caprino ou ovinocultura e assim por diante. E mediante um trabalho de articulação com a sociedade... E aí entram atores de mercado, entram faculdades e instituições de capacitação profissional, entra o poder público, seja na esfera municipal, estadual ou federal. A ideia é fortalecer aquela cadeia produtiva. Se ela está ainda incipiente ou por falta de uma orientação técnica, ou por falta talvez até de fortalecer sua cadeia de fornecedores, capacitá-la para que ela possa oferecer insumos de melhor qualidade, ou mesmo para que aquela cadeia tenha acesso a canais de clientes (acesso a clientes) ou no País ou no exterior e que possa robustecer essa cadeia. O Banco faz justamente esse movimento de articulação.

Então, essa é a lógica. Então, na cadeia de valor, se faz esse trabalho que a gente chama de consertação, que é a mobilização desses diversos atores, sejam públicos ou privados, para se elaborar um plano de desenvolvimento regional sustentável que leve em consideração a vocação produtiva local. Aí estão os diversos atores que a gente mobiliza para esse processo.

(Próximo, por favor)

Os grandes números do nosso desenvolvimento – lá em cima, por favor, debaixo do DRS Estratégia – nós já comentamos. Mais de um milhão de beneficiários dos planos de negócio de desenvolvimento regional sustentável, sendo que 646 mil têm operações de crédito direto.

(Próximo, por favor.)

Aí, mais de 11 bilhões é a nossa carteira de crédito para essa estratégia.

Principais atividades. Aí vão, basicamente, atividades de natureza rural. Temos aí três quartos das atividades de natureza rural – bovinocultura de leite, ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, cafeicultura, e assim por diante. E estamos começando a fomentar as atividades urbanas na cadeia de reciclagem e também no artesanato, nas feiras.

(Próximo, por favor.)

Passamos, então, a visão do desenvolvimento regional sustentável. Vamos falar agora mais especificamente sobre a faixa de fronteira, o mapa que está no canto superior direito.

(Próximo, por favor.)

Nós fizemos um corte nas operações, em nível rural. Temos esses valores de mais 11 bilhões de créditos aportados no meio rural – basicamente, aí entra o Pronaf –, e também empréstimos de natureza comercial, pessoas físicas e jurídicas, mais 9 bilhões. Isso só na faixa de fronteira.

(Próximo, por favor.)

Aí nós temos os pontos de atendimento nessa faixa, a atuação nossa, já prevendo a atuação do Banco Postal a partir do ano que vem.

(Próximo, por favor.)

Naquilo que diz respeito ao desenvolvimento regional sustentável, essas são as principais atividades apoiadas nos Municípios de faixa de fronteira, destacando aí a bovinocultura de leite, mas também apicultura, artesanato, cafeicultura, pesca e aquicultura, e assim por diante.

Os planos de negócio da faixa, mais de 376 planos de negócio, 165 mil beneficiários, a carteira de quatro bilhões só para o desenvolvimento regional sustentável.

No desenvolvimento regional sustentável, nós alinhavamos aí também financiamentos do Pronaf e do Proger. O que se diferencia, na realidade, é a abordagem, que é aquela concertação que comentamos. O que verificamos é que tanto a inadimplência ao se adotar a metodologia de desenvolvimento regional sustentável, aplicar essa abordagem do desenvolvimento, do DRS, quanto a margem de contribuição de nossos clientes se tornou maior, e a inadimplência se tornou menor particularmente por conta da orientação que é realizada.

(Próximo, por favor.)

Além do desenvolvimento regional sustentável, nós temos também uma parceria com o Exército brasileiro, com a integração da fronteira da Amazônia. A ideia é a instalação de 14 postos de atendimento. Destes, cinco já estão em funcionamento. E pretende-se beneficiar seis mil militares, 60 mil cidadãos, na fronteira de Venezuela, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, e favorecer a circulação da moeda nacional. Basicamente, o meio de troca dessa faixa é por meio de escambo ou circulação de moedas de outros países. Então, é para favorecer a circulação da moeda brasileira, além de oferta de crédito, pagamento de benefícios, que muitas vezes ficava prejudicado por conta da ausência de um ponto de atendimento bancário.

(Próximo, por favor.)

E também, não só na faixa de fronteira, mas também beneficiando-a, começamos, a partir deste ano, a desenvolver os correspondentes fluviais, tanto no Estado do Amazonas quanto no Estado do Pará. No Estado do Amazonas, são três correspondentes percorrendo por barco os principais canais dos rios do Estado, 58

comunidades ribeirinhas diretamente atendidas, perfazendo 35 Municípios. No Pará, nós começamos esse processo em junho, o percurso entre Belém e Santarém, quatro Municípios. Há todo um processo aí voltado para a arrecadação de guias, convênios, títulos, arrecadação de tributos em nível municipal, estadual e federal, além do pagamento de benefícios.

Além disso, também temos os processos sociais diretos realizados pela Fundação Banco do Brasil ou pelo próprio Banco do Brasil, com uma integração direta com o Estratégias de Desenvolvimento Regional Sustentável. Trouxemos aí alguns números. E desses projetos destacam-se desde o AABB Comunidade, que é a utilização das instalações das Associações Atléticas do Banco do Brasil, enquanto ociosas, para um trabalho direto com crianças e adolescentes em horário contrário ao horário escolar; o BB Educar, que é a alfabetização de adultos e adolescentes; o Trabalho e Cidadania, que é voltado à geração de emprego e renda, em parceria com o Estratégias de Desenvolvimento Regional Sustentável; e também a disseminação de tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil. E esses são os valores aplicados nas diversas regiões que têm faixa de fronteira.

Bom, essa era a nossa apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. O senhor também fica com crédito. Incrivelmente, parece que acertaram. Exatamente o mesmo tempo do Dr. Antonio José Alves Júnior, do BNDES. O senhor também ficou com crédito.

Eu só gostaria, para evitar,... Como ele está com o *PowerPoint* aí, o número da região Sul sobre Banco Postal. A projeção que o senhor falou, 338 serão instalados...

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Não, esses Bancos Postais já estão presentes. É porque o Banco assume a operação do Banco Postal a partir do ano que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então,...

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Então, esses pontos já existem. É porque eles se integram à rede do Banco do Brasil a partir do ano que vem, por conta de o Banco ter vencido a licitação do Banco Postal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o mesmo caso dos pontos de atendimento na Amazônia?

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Os pontos de atendimento na Amazônia, são cinco já instalados e nove restantes a serem instalados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O cronograma de instalação... Esta pergunta certamente seria do Senador Mozarildo. Qual é o cronograma de instalação e o que cada ponto de atendimento desses na Amazônia faz para o usuário?

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – A instalação vai até 2012. Arrecadação de tributos estadual, municipal e federal, arrecadação de guias, pagamento de benefícios e oferta de crédito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso é apenas para fazer um esclarecimento.

E agora passo a palavra à Drª Maria Letícia de Paula Macedo, que é gerente nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal, para falar sobre o que estamos discutindo.

Queria agradecer a presença do Senador Blairo e explicar também para os expositores que nós aqui no Senado, vocês devem ter uma noção, tanto quanto nas instituições para as quais V. Exªs prestam serviços inestimáveis, vivemos numa superposição. Eu, por exemplo, sou da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que está acontecendo agora, mas dada a prioridade de presidir esta reunião, estou aqui, e também estou inscrita para falar no plenário. Então, aqui nós temos que nos dividir em várias pessoas, e é muito complicado. Imagino que V. Exªs entendam, até porque algumas das comissões foram até uma hora da tarde hoje, como...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Às duas horas da tarde. A sua terminou às duas, a de Infraestrutura, e a de Educação foi até a uma hora da tarde. Então, nós estamos fazendo... Agradeço a compreensão dos senhores em relação a isso, mas o que importa é que essas informações têm visibilidade, e vamos dar curso a todas elas.

Com a palavra a Drª Maria Letícia.

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – Boa tarde a todos. Senadora Ana Amélia, obrigada pelo convite, pela oportunidade. Cumprimento os demais Senadores.

Eu gostaria de, rapidamente,... Minha apresentação é muito breve, eu acho que vamos mostrar aqui um pouco do que é a Caixa Econômica para que os senhores possam entender como é o nosso desafio de atuar na faixa de fronteira. Não existe um programa específico dentro da Caixa Econômica para atuação na faixa de fronteira, mas a conciliação de um banco comercial com um banco social influi definitivamente nisso.

Bom, a Caixa é um banco com 150 anos de existência, tem 51 milhões de clientes e 36 mil pontos de atendimento. Então, temos ali 2.600 – se eu não estiver enganada, ali tem um colega que está me corrigindo – agências, modelos de correspondentes bancários,

loterias e terminais compartilhados com outros bancos. São 81 mil empregados e estamos presentes nos 5.564 municípios brasileiros.

Aqui, os eixos de atuação da Caixa, o eixo de crédito, que é o nosso banco comercial: inclusão bancária, desenvolvimento urbano, habitação e saneamento, transferência de benefício, gestão de fundos e loterias.

Eu fiz questão de colocar essas fotos, que dão a dimensão da permeabilidade do banco hoje.

Nós temos ali a nossa princesa hoje, o nosso príncipe, que é a agência barco, que corre hoje pelos rios da Amazônia. Ela está hoje, se eu não estiver enganada, na terceira viagem. É uma agência que está hoje atendendo aquela região desassistida da Amazônia. A intenção é que esse programa seja estendido a outras regiões de alguma forma, mas sabemos que ele tem uma permeabilidade muito grande e está atingindo especialmente essa população carente.

Ali, os caminhões. Nós tivemos uma experiência importante, que foi o atendimento quando Alagoas sofreu aquela calamidade com as enchentes. Isso serviu para chegar a esses Municípios que não podiam ter atendimento numa agência, com problema de falta de energia. Então, serviu muito bem.

Ali, o terminal Caixa Aqui, que pode atender a população em qualquer lugar. Abaixo, a gente mostra um exemplo do nosso correspondente bancário.

(Próximo, por favor.).

Ele está colocado numa loteria, numa padaria, numa farmácia, especialmente naquele Município onde não há uma agência bancária, com o custo de transação reduzido e que disponibiliza serviços financeiros e transferência de benefícios para todos os Municípios brasileiros.

Quando a gente fala do correspondente bancário, Senadora, eu acho que o mais importante disso tudo, além de promover a inclusão da população, é a promoção do desenvolvimento das economias locais. Nós sabemos que isso vai atingir fundamentalmente essa região que está na faixa de fronteira, porque ainda existem, nesses Municípios fronteiriços, alguns lugares ainda bastante desassistidos.

Especificamente sobre a conta Caixa Fácil, são 21 mil correspondentes Caixa Aqui e 7,2 milhões de clientes possuem a conta Caixa Fácil e movimentaram, até julho do ano passado – são dados de 2010 –, mais de R$4 bilhões.

Rapidamente, é só para expor que nós temos três pontos de atendimento fora do Brasil. Não são pontos de atendimento. Desculpem-me. Nós temos escritórios de representação: no Japão, nos Estados Unidos e o último escritório foi aberto na Venezuela, que já faz um trabalho de apoio a esse desenvolvimento fronteiriço.

Outra forma de atuação da Caixa Econômica na região de fronteira – ali mostramos todos os projetos de cooperação internacional que foram assinados por meio da Agência Brasileira de Cooperação –, outra forma de trabalhar a região de fronteira é por meio desses projetos.

Até gostaria de citar um caso específico, que é o caso da Argentina, onde nós estamos trabalhando com o ministério de planejamento argentino um convênio que foi assinado na área de benefícios sociais e desenvolvimento urbano, além da integração de fronteira. Até poderíamos chamar de um *case* hoje porque a nossa intenção – e é uma intenção do governo argentino – aplicar isso no território. Então, existe um consórcio, o primeiro consórcio intermunicipal fronteiriço, formado pelos Municípios de Barracão e Bom Jesus do Sul, no Paraná; Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina; e Bernardo de Irigoyen, na Argentina. Eles formaram o primeiro consórcio municipal, estão muito bem organizados. A nossa intenção é trazer o que for definido entre os países para aplicação em território, uma forma de tirar do papel aquilo que é sempre discutido, sempre assinado e a gente não consegue ver uma evolução.

Ali é um mapa – eu até fiz valer de uma apresentação do Ministério da Integração Nacional –, que acho que a maioria dos senhores deve conhecer. É um mapa em que eles têm trabalhado a questão da região de fronteira, que é a faixa de 150 quilômetros no Brasil e que está sendo trabalhado dividido em três arcos, o arco norte, central e sul. Eu até deixo aqui como sugestão, Senadora, que se vocês tiverem depois oportunidade de conversar com o Sebrae, que está fazendo um trabalho muito importante nessa área de internalização de empresas, focando especialmente na transnacionalização de micro e pequenas empresas. É um trabalho importante. Talvez valha a pena trazer o Sebrae aqui também.

E ali, dentro daquilo que eu já falei – vou repetir –, a questão de como estamos trabalhando hoje: a questão do apoio ao desenvolvimento fronteiriço; a cooperação internacional com foco no Conesul; a ampliação do relacionamento com os países de fronteira – ali podemos citar que já temos projeto de cooperação com a Venezuela e uma ação específica que foi a abertura de um ponto de atendimento no Município de Pacaraima; isso foi tratado durante uma reunião bilateral Brasil/Venezuela; a Caixa abriu um ponto no Município de Pacaraima e o Banco da Venezuela, no Município de Santa Elena de Uairén; intensificação da atuação voltada ao desenvolvimento fronteiriço; apoio à estruturação de arranjos produtivos locais na área de fronteira – sabemos que essa provavelmente deve ser uma das vertentes mais importantes desse trabalho;

hoje, a Caixa está intensificando o microcrédito produtivo orientado; imaginamos que, no próximo ano, nós devemos ter ações mais focadas no apoio às micro e pequenas empresas, e ali colocado também implantação de produtos internacionais focados nessas micro e pequenas empresas. E quando eu disse microcrédito produtivo orientado apoiando especialmente o novo Programa Brasil sem Miséria, e a gente sabe que isso também vai ter um impacto significativo na região de fronteira; e a participação no programa temático Integração Sul-Americana, no PPA 2012-2015, que é uma atuação nova, uma vertente nova dentro do PPA e que a Caixa foi chamada pelo Ministério da Fazenda para fazer um trabalho específico dentro desse programa.

É isso, Senadora. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Maria Letícia, muito obrigada. Uma curiosidade, antes das perguntas: a Agência Barco foi ideia de quem?

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – Aí vou perguntar para o Ricardo, de onde surgiu, um colega da Caixa, se a senhora me permitir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por favor, use o microfone da bancada.

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – Antonio Ricardo é da nossa vice-presidência de redes de negócio.

O SR. ANTONIO RICARDO CORREA – Boa tarde, Senadora, boa tarde, Senador, senhoras e senhores, tive o privilégio de trabalhar na construção desse projeto. Fiz parte da equipe que criou a Agência Barco, a primeira Agência Barco do mundo. Trata-se de um projeto da Caixa patrocinado à época pela presidente Maria Fernanda; hoje recebe integral apoio do presidente Jorge Hereda. Uma iniciativa do vice-presidente Carlos Borges, hoje apoiado pelo vice-presidente José Henrique, e é parte da expansão da rede da Caixa para a região da Amazônia e uma agência que preserva, respeita e trata o cidadão brasileiro da região Amazônica da forma como ele vive, da forma como ele merece ser tratado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Eu tinha a intuição de que a iniciativa fosse de uma mulher, por isso fiz a pergunta. Não é para puxar brasa para o assado das mulheres, mas, não sei por que, tive a intuição. É uma ideia extremamente criativa, prática, que disponibiliza naquela região de difícil acesso por via aérea ou por via terrestre. Então, achei realmente extremamente criativa.

A minha suspeita foi confirmada agora. Fico feliz com isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, meu caro Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A senhora está sugestionada pela propaganda da Caixa Econômica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só aparece mulher.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Primeiro banco que abriu conta de mulher, primeiro posto de trabalho para mulher. É diferente agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É "a" Caixa também; não é "o" banco.

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – A primeira que teve uma presidente mulher também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É, também. Vamos ver se o Banco do Brasil e o BNDES seguem o mesmo caminho.

Eu queria agora, então – isso foi para descontrair –, agradecer à Drª Maria Letícia e da mesma forma aos representantes do Banco do Brasil, Dr. Wagner e Dr. Antônio José. Também não usaram todo o tempo disponível para a exposição, o que vai nos permitir agora, com a presença do Senador Blairo, fazer essa interlocução com as dúvidas que temos. Na verdade, Senador, o que as três instituições fizeram neste momento aqui foi expor e fazer, digamos, a análise do que fazem. Agora, cabe a nós fazer a provocação do que pode ser adicionado dessas ações, já que, à exceção da Caixa, com mais foco, e o próprio Banco do Brasil, o BNDES deixou claro que não tem uma política específica de atuação em relação à fronteira, embora esteja aliado às políticas de governo desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional e do próprio Mdic na área da região de fronteira.

Então, com a palavra o Senador Blairo Maggi e, depois, levanto algumas outras questões.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito bem, Srª Presidente. Cumprimento aqui nossos convidados: Srª Maria Letícia, também o Sr. Antonio José e o Wagner – do Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica. Sejam bem-vindos. Vou-me somar aqui à Presidente, pedindo desculpas pela quantidade de Senadores na bancada e também por eu ter chegado atrasado aqui.

Minha última reunião, na Comissão de Meio Ambiente, terminou às 14h. Nem consegui almoçar hoje, mas isso é o de menos.

Pela manhã, estivemos aqui também e outros três representantes, da Sudam, da Suframa e do Banco da Amazônia, que são bancos com estruturas mais direcionadas à região amazônica. Tenho certeza de que não é diferente da participação das três entidades financeiras nessas regiões, com todas as dificuldades que existem.

Quanto mais para o Norte a gente for, quanto menos habitadas e povoadas nossas fronteiras, maiores as dificuldades, e não é só a dificuldade de acesso a crédito, a políticas públicas, mas o próprio Estado brasileiro – pelo que a gente viu hoje de manhã nas intervenções de outros Senadores que estavam conosco –, a impressão que se tem é de que o custo para cuidar de algumas coisas nessa região é maior do que o benefício do controle que se tem, a exemplo dos comércios bilaterais que existem nessas regiões, em que há reclamação, por parte dos brasileiros, de que o peruano vende gasolina mais barata, o venezuelano vende isso... Enfim, há um comércio que não se tem como controlar. Esse comércio acaba sendo quase que um *free shopping* dos dois lados. E há, claro, a reclamação dos dois lados: tanto o lado brasileiro – o lado brasileiro com certeza reclama mais porque, apesar de não termos controle, nós temos um controle um pouco maior do que os demais países têm nessa região, com exceção, quando começamos a descer mais, indo para o Paraná e Santa Catarina, Rio Grande do Sul, onde a fronteira é bem povoada. Aí, também há problemas, mas já são de outra monta e não dessa direção, como temos no Norte.

Então, o que eu posso neste momento dizer às três instituições é que compreendo essa dificuldade de estar presente. O BNDES, então, nem colocamos dentro disso, porque é um banco macro, de atuação mais específica, de projetos de desenvolvimento. Mas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, que atuam mais no varejo, estão presentes. Não se pode negar sua presença. Agora, vocês não vão dar conta, conforme o cidadão deseja naquela região; também praticamente é impossível.

Então, a provocação mesmo aqui, Senadora Ana Amélia, é no sentido do que a senhora fez aqui: reconhecer um projeto inovador como este. As pessoas que não conhecem a região amazônica, por exemplo, podem achar que o barco passa de vez em quando. Bom, mas é melhor ter um banco de vez em quando do que não ter nunca, porque, na Amazônia, o tempo é contado de forma diferente; não é como nós aqui. Sempre brinco que quando falamos com um amazônida e telefonamos perguntando onde ele está, ele responde: "Eu já estou indo". Mas você nunca pode se esquecer de perguntar para ele de onde ele está vindo, porque às vezes demora 30 dias de barco, e ele está realmente indo na sua direção. Então, a presença de vocês nessa região não é aquilo que todos os brasileiros que vivem nessa região gostariam, mas compreendo a dificuldade que é estar presente. Agora, nem por isso podemos deixar de fazer o esforço de estar cada vez mais presentes com os produtos que a Caixa e o Banco do Brasil podem oferecer.

Ao BNDES, eu diria o seguinte. São muito raros os projetos nessas regiões que requerem a presença do banco. Então, no momento em que aparecer um, deem a devida atenção, porque realmente essas regiões merecem, como as demais regiões brasileiras.

Todos nós gostaríamos de ter a nossa fronteira de forma diferente, com um controle diferente, com uma presença maior do nosso Exército, da Polícia Federal, das forças de segurança, mas também temos de reconhecer que temos de fazer as coisas no seu devido tempo, no seu devido passo. O Brasil é um país que está crescendo bastante, mas não tem recursos suficientes para se instalar efetivamente nessas fronteiras, conforme a necessidade que temos na Amazônia, que é diferente da necessidade da fronteira sul.

Se olharmos a questão da presença militar, vamos ver que temos muita força militar no Rio Grande do Sul – não é, Senadora Ana Amélia? – e que quase não haveria mais essa necessidade em função do que vivemos atualmente. Talvez essas forças devessem estar mais concentradas na fronteira norte do País.

Enfim, não assisti à palestra de cada um de vocês, mas quero deixar aqui o meu entusiasmo e a minha alegria por vocês estarem conosco hoje. E podem ter certeza de que o que vocês aqui relataram estará nos relatórios, e alguma coisa sempre acontece depois que vocês falam.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe, Senador Blairo Maggi, pela valiosa colaboração.

Informo aos expositores que não só esses relatórios são de conhecimento público, mas toda esta audiência vai ser retransmitida na íntegra pela TV Senado, e a Rádio Senado distribui noticiário sobre tudo isso. Então, ela tem um relevo muito grande. Além disso, há as iniciativas que nós, do ponto de vista parlamentar, tomaremos sob o comando do Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Subcomissão, encaminharemos à Comissão de Relações Exteriores para as propostas.

Por exemplo, já nasce aqui que o Banco do Brasil também tenha a sua agência flutuante. Eu estava avaliando, apesar da brincadeira com a ideia de uma mulher, de tempos no cruzamento: o tempo que uma demora para ir, a outra vem, a outra agência virá. São essas as únicas instituições de Estado que estão em contato direto com a população, elas têm também uma missão social. O Banco do Brasil pode entrar nessa.

Mas eu queria começar com o Dr. José Antônio Alves Júnior.

O BNDES tem sempre aparecido na mídia, lamentavelmente, como instituição que está estimulando os grandes, a concentração do capital, enquanto Banco do Brasil e Caixa já têm mais essa identidade com a realidade da agricultura – no caso do Banco do Brasil, 75% é o financiamento agrícola –, a própria Caixa está relacionada a essa pulverização do acesso à moradia.

E eu queria provocá-lo exatamente porque hoje o Governo anunciou alterações na Lei Geral da Microempresa. O senhor fez referência à participação do BNDES no Programa da Micro e da Pequena Empresa. Essa atualização já começa a valer para o BNDES? O microempresário já tem acesso a isso? E por que o BNDES vai manter essa postura de alheamento em relação à questão da área de fronteira, que é muito séria? Hoje pela manhã o que se viu é que esse é um território de miséria, é um território de pobreza, não só no arco norte e no arco central, mas no arco sul, todos eles têm problema de miséria. Então, quero saber se o BNDES vai continuar alheio a isso ou, diante desse novo cenário das políticas do Ministério da Integração Nacional, examinará essa participação, diante até desse cenário nacional? São as pergunta que eu faço ao senhor.

Ao Dr. Wagner.

O senhor já tinha feito a explicação a respeito dos atendimentos e também dos bancos postais que estão instalados na região Sul. Recentemente, foi sancionado pela Presidente Dilma Rousseff um acordo de fronteira entre Brasil e Argentina. O Banco do Brasil tem agência em Buenos Aires, tem agência em Montevidéu, mas na área de fronteira, mesmo que esteja presente em Uruguaiana, em Santana do Livramento, em Jaguarão ou em Quaraí, gostaria de saber se o Banco já está atualizado para essas facilitações de operações para os moradores da região de fronteira. A fronteira é a cidade que faz divisa com a outra cidade fronteiriça ao Brasil.

No caso, são dez países, mas especificamente é porque lá já existe um acordo de fronteira com o Uruguai, que foi o primeiro, e agora com a Argentina. E a intenção do Governo brasileiro e do Itamaraty é que toda a região de fronteira tenha a cobertura desses acordos bilaterais. Então, gostaria de saber se o Banco do Brasil, de alguma forma, vem se atualizando nesse aspecto.

A Drª Maria Letícia falou dos consórcios intermunicipais feitos no âmbito da Caixa Econômica Federal e citou que foram feitos dois consórcios, um com Santa Catarina e os Municípios limítrofes da Argentina e também com o Paraná. O Rio Grande do Sul, Drª Maria Letícia, ficou fora. Eu, como Senadora do Rio Grande, tenho a obrigação constitucional de defender os interesses do Estado. E no caso do Rio Grande do Sul são seis Municípios que fazem fronteira com a Argentina. Então, não consigo entender por que o Rio Grande do Sul ficou fora nesses consórcios, porque, primeiro, as administrações municipais são muito ativas, temos, só para citar, São Borja, Uruguaiana, que são Municípios de... Uruguaiana passa 70% da carga que vem da Argentina por rodovia. Bagé também. As duas por uma ponte internacional.

Portanto, queria ter uma explicação do motivo por que ficou fora. Por que, no âmbito do Arco Norte, a Caixa elegeu a Venezuela para estar presente e não a Colômbia, o Peru ou a Bolívia? Pois temos necessidades sociais, se fosse o caso, melhores.

Essas são as perguntas para a senhora em relação à questão. E para Caixa vale esse acordo ratificado pelo Brasil, a Presidente Dilma Rousseff já sancionou das comunidades de toda a fronteira. E também queria saber, já lhe agradecendo a ideia da sugestão do Sebrae, para ouvir aqui, dentro dessa linha de internacionalização.

Com a palavra o Dr. Antônio, que foi o primeiro provocado, e, na sequência, o Dr. Wagner e depois a Dr. Maria Letícia.

O SR. ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR – Vou aproveitar para cumprimentar o Senador Blairo Maggi. Vou começar falando sobre a política de desenvolvimento da fronteira.

Como eu disse, o BNDES não tem uma política específica, mas com os instrumentos de que dispõe hoje é responsável por um volume expressivo de crédito para a região. Não quero dizer com isso que é suficiente. Não posso lhe adiantar o resultado de uma negociação que está em curso, mas o espírito do Banco é um espírito de colaboração. Se o Governo entender que é necessário desenvolver instrumentos específicos no que se refere ao BNDES, não teremos problema nenhum em fazer, e o Banco está preparado para isso.

Com relação à atuação do Banco com micro e pequenas empresas, lamento muito não ter os dados em mãos agora, mas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Os limites foram ampliados. Foi anunciada a ampliação de limites, o parcelamento de dívidas e uma série de outras iniciativas tomadas hoje no âmbito do Governo.

O SR. ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR – Não tenho dúvida de que o Banco vai se alinhar imediatamente. Mas ainda queria dizer que o volume de financiamentos do BNDES para micro, pequenas empresas e mesmo pessoas físicas, no âmbito do Pronaf, aumentou razoavelmente nos últimos dez anos. Teria prazer em enviar o material.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estamos aguardando, então.

O SR. ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR – É isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Wagner.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Quero saudar o Senador Blairo Maggi. O Banco do Brasil, com a aquisição do Banco Postal – e a ideia principal da aquisição foi essa –, vai estar presente em todos os Municípios brasileiros. Então, entendemos que vai atender também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vai concorrer com a Caixa também. A Caixa já está em todos.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Todos os Municípios de região de fronteira serão atendidos pelo Banco do Brasil.

E se agrega à questão do envolvimento direto do Banco do Brasil no Plano Brasil Sem Miséria, por meio do microcrédito produtivo orientado. Estamos trabalhando diuturnamente, nos últimos dois meses, para elaboração de modelo de negócio que permita ao Banco atuar com essa modalidade de empréstimo, ou seja, atendendo o que a Senadora Ana Amélia colocou em relação às necessidades dessas comunidades.

Entendemos que, com o canal de atendimento que será viabilizado pelo Banco Postal, além do novo modelo de negócio do microcrédito produtivo orientado, nós atenderemos essas necessidades que ali são apresentadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O cronograma do Banco Postal, Dr. Wagner.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – A partir de 1º de janeiro de 2012, a rede passará a ser nossa. Estamos num processo de transição no momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E isso significa dizer que já, em 2012, toda a fronteira vai dispor...

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Todos os Municípios brasileiros vão ter um ponto de atendimento do Banco do Brasil em 2012.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E a agência flutuante, não gostou da ideia?

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Nós temos três – o Senador Blairo Maggi não estava aqui – agências flutuantes no Estado do Amazonas, que nós citamos na apresentação, percorrendo uma série de comunidades ribeirinhas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Fui eu quem cobrei do senhor. O Banco, então, já tem?

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – São três agências flutuantes no Amazonas e mais uma no Pará, além dos pelotões especiais de fronteira, que são cinco instalados, mais nove a serem instalados até 2012. São 6 mil militares atendidos diretamente mais 60 mil cidadãos dessas regiões circunvizinhas dos pelotões especiais de fronteira do País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E em função desse acordo que eu fiz menção, acordo de fronteira em que há uma harmonização de políticas, inclusive nas áreas de previdência, trabalho, educação, gostaria de saber se já há uma interatividade operacional do Banco em relação a isso na região, porto seco, naquela região onde passa praticamente todo o transporte de mercadorias no comércio exterior e no que vai daqui e no que vem de lá. Então, aguardamos, Dr. Wagner, essa informação.

Passo a palavra à Drª Maria Letícia.

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – Bom, Senadora, essa questão do consórcio de fronteira não é uma iniciativa da Caixa, talvez eu até tenha me expressado mal quando falei. Ele é o primeiro consórcio intermunicipal de fronteira reconhecido pelo Governo Federal. Essa foi uma forma de tentarmos aplicar, dentro de uma estrutura já formada, aquilo que vem sendo assinado entre países. A Caixa apóia a política externa brasileira. Então, recebemos muitas demandas. É bem verdade que não conseguimos atender a todas. O trabalho de fronteira é a soma da Caixa como agente de políticas públicas e banco comercial ao atendimento dessa política externa brasileira. Temos trabalhado dentro de demandas do Ministério das Relações Exteriores.

Por que foi primeiro com a Venezuela? Houve um encontro entre o Presidente Lula e o Presidente Chávez, no passado, onde foi estabelecida a necessidade de iniciar o desenvolvimento da região fronteiriça Brasil-Venezuela. É uma região bastante complicada. O Senador Blairo Maggi é do Estado mais abaixo, mas deve conhecer aquela região. O senhor sabe que ali temos reservas indígenas, é uma região de difícil acesso. Então, esse foi um início de trabalho.

Além disso, o que estamos fazendo a mais? Com o Peru hoje, temos um projeto de cooperação que vai ser iniciado com um banco público local para trabalharmos as questões de microcréditos e programas sociais. Houve uma caravana que se iniciou em Boa Vista e foi até – se eu conseguir lembrar... Traçaram uma caravana por toda fronteira Brasil-Peru. Foi o início de entendimento da região e o que pode ser feito por aqueles Municípios.

Com o Uruguai, temos um projeto onde a Caixa também começa a trabalhar um entendimento em torno de um projeto, mais especificamente a pavimentação asfáltica da estrada que liga Bagé, Dom Pedrito, no

Brasil, Serilhada, La Puente e Minas de Corrales, no Uruguai. Então, esse é um projeto que nós estamos começando a acompanhar. Vai haver um envolvimento do CAF, o Comitê Andino de Fomento, e é como eu estou colocando para a senhora, Senadora: é um início, é um início. Nós não temos como fazer o todo, mas nós estamos iniciando esse trabalho de desenvolvimento, inclusive apoiando essas micros e pequenas empresas.

Por último, Senadora, eu gostaria de colocar para a senhora que o trabalho de desenvolvimento fronteiriço dentro da Caixa, hoje, é apoiado, porque fomos convidados pela Comissão Interministerial de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, que foi aberta pelo Ministério da Integração Nacional, de que participam uma série de Ministérios e algumas instituições do Governo. A Caixa começa a trabalhar dentro dessa Comissão, agora, então, imaginamos que vamos poder trabalhar de uma forma mais eficaz no apoio a esses Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço muito, Drª Maria Letícia, e voltando, parece que estou com ideia fixa sobre essa tal agência flutuante: é que, na sua exposição, a senhora disse que é a primeira agência do mundo, a primeira experiência do mundo, se eu entendi bem.

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – O Ricardo até colocou... Desculpe, Senadora, por convidar o colega.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não, mas é bom, é ótimo isso. É bom.

O SR. ANTONIO RICARDO CORREA – Essa é a primeira agência. Existe uma diferença entre algumas soluções que a gente já viu lá na fronteira. É um barco comercial e a instituição bancária coloca, contrata aquele estabelecimento comercial flutuante para operar em nome do banco, na forma regulamentada pelo Banco Central, que a gente chama de correspondente. De fato, é um representante do banco.

A agência da Caixa é uma agência integral, operada por empregados da Caixa. O barco presta serviço. É como se a gente tivesse alugado o barco e ele está à disposição da Caixa por 24 horas. Só faz o atendimento que a Caixa faz e com espaço para parcerias com órgãos do Governo federal – atendimento médico, odontológico –, mas é uma agência, essencialmente, da Caixa, com todos os serviços que a Caixa presta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço o esclarecimento, porque, como o Dr. Wagner me falou, pareceu que o banco já tinha isso e não era exclusividade da Caixa.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – São bancos correspondentes fluviais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – São iguais, no mesmo sistema.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Não, no nosso caso, são correspondentes fluviais, são correspondentes bancários.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um tipo de banco postal andante?

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um posto de atendimento?

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não chega a ter a natureza que tem. Então, confirmada a declaração da Drª Maria Letícia. Está com a razão e é a primeira, mesmo, agência flutuante do mundo, ou pelo menos do Brasil.

Para terminar, e imagino que o Senador Blairo Maggi também tenha... Nós estamos vivendo momentos de muita inquietação e preocupação, e esta Casa recebe, verbaliza, sintoniza e tem o acolhimento das grandes preocupações nacionais.

Estamos, diante, aqui, de três expositores que representam instituições financeiras, do setor que é, digamos, mais sensível da economia. A área financeira sempre foi um termômetro.

Nós estamos diante de uma indagação, porque a crise internacional está abalando os mercados. Todo dia, no noticiário, amanhecemos e anoitecemos com essa, digamos, inquietação e, individualmente, a gente pergunta: "Mas o que fazer?"

É claro, vem o analista e diz "faça isso, faça aquilo", mas aconteceu, em 2008, a crise dos Estados Unidos. Ninguém havia previsto aquilo, ou parece que apenas um economista, no mundo, tinha falado daquilo.

Então, eu daria dois minutos a cada um dos senhores para fazerem a avaliação sobre o impacto que o Brasil pode ou não sofrer diante desse cenário e como essas instituições estão trabalhando dentro desse novo quadro internacional, que, certamente, terá reflexos em nosso País.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Bom, Senadora, essas questões, creio que estejam sendo analisadas, ainda são recentes, por conta da baixa do *rating* americano, e, certamente, nossos analistas econômicos estão fazendo uma avaliação a respeito de impactos na economia brasileira.

Creio que o Brasil pode aguardar o mesmo comportamento que o Banco do Brasil teve na crise passada, porque, através de medidas anticíclicas, continuou com o processo de oferta de crédito ao mercado. Não houve a retração imediata, como...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Se imaginava.

O SR. WAGNER DE SIQUEIRA PINTO – Não, inclusive se praticou, no mercado financeiro. Então, o Banco do Brasil atuou fortemente com medidas anticíclicas, continuando na oferta de crédito ao mercado e não permitindo que a crise se alastrasse de uma maneira mais incisiva sobre a realidade brasileira.

Então, certamente, o banco continuará com esse papel de parceiro do desenvolvimento do País e com essa ação anticíclica no momento que se apresenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Wagner.

O SR. ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR – Bom, acho que eu, infelizmente, não tenho muito a acrescentar ao que acabou de ser dito. Se vale a torcida, a minha expectativa é de que, de alguma forma, os países desenvolvidos tomem providências e não se deixem ficar amarrados por problemas fiscais num momento como este.

De qualquer maneira, apenas para repetir o que o colega do Banco do Brasil disse, a crise de 2008, de certo modo, demonstrou a capacidade do Governo brasileiro, do seu sistema bancário e do apoio incondicional do Congresso Nacional para que a gente construísse um arcabouço muito poderoso para enfrentar a crise, e a gente foi muito bem sucedido.

Espero que, na eventualidade de uma nova crise, o Brasil saiba usar o instrumental que está à disposição .

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E, certamente, Dr. Antônio José Alves Júnior, o Congresso brasileiro agirá de maneira bem diferente da maneira como agiu o Congresso americano em relação à questão da crise.

O SR. ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR – Sem a menor dúvida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Assim como fizemos em 2008. Eu não estava aqui, mas agora, nós, o Senado Blairo Maggi e eu, que estamos inaugurando este mandato, estaremos juntos para ajudar na construção de uma solução adequada às necessidades do País, para que ele não sofra consequências trágicas em relação ao que está acontecendo no mundo.

Para encerrar, Drª Maria Letícia.

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – Senadora Ana Amélia, Senador Blairo, eu acabo tendo de ser repetitiva como os colegas.

É um momento, acho, de bastante avaliação do Governo. As expectativas para a economia brasileira são boas, mas a gente sabe que o Governo passa por uma avaliação como um todo. A economia passa por um momento de avaliação.

Já era esperada, como dizia a imprensa, uma marola da crise, da crise que aconteceu no passado. Os economistas já previam uma marola dessa crise, algo que repercutisse.

Eu acho que a própria dúvida, o problema que aconteceu com o Congresso americano, antes mesmo da divulgação do *rating*, foi fundamental para o que está acontecendo hoje, mas, como aconteceu no passado, a Caixa apoia o Governo brasileiro por meio da concessão de crédito.

Eu acho que o Presidente Lula foi muito feliz naquele período de crise, quando pediu às instituições financeiras que concedessem crédito, que apoiassem as empresas brasileiras e, por isso mesmo, o Brasil foi o último a entrar e o primeiro a sair da crise.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certamente, a Presidente Dilma já tem em mente toda essa situação, esse cenário.

A SRª MARIA LETÍCIA DE PAULA MACEDO – Inclusive, ela deu uma declaração ontem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A respeito disso.

Antes de encerrar a presente reunião, eu queria agradecer a presença de todos, mas muito especialmente os nossos convidados – o Sr. Antônio José Alves Júnior, Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Gabinete da Presidência do BNDES; o Dr. Wagner de Siqueira Pinto, Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil; e a Drª Maria Letícia de Paula Macedo, Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal – pela grande e valiosa contribuição aqui oferecida, no debate da Subcomissão de Fronteira e Amazônia, que é comandada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu hoje, na condição de Vice-Presidente, tive a honra de presidir a primeira reunião, na parte da manhã, e, agora, esta reunião da tarde.

Ao mesmo tempo, renovo os agradecimentos à TV Senado, à Agência Senado, à Rádio Senado, a todos os órgãos que, na assessoria desta Comissão de Relações Exteriores, o apoio e o suporte eficiente e competente deram à realização do trabalho na manhã de hoje e agora, à tarde.

A todos, os nossos agradecimentos. Estamos, aqui, à disposição para que o Brasil saia bem dessas circunstâncias e para que desenvolvimento de fronteiras seja um projeto, mas, mais que tudo, uma realidade em futuro bem próximo.

Muito obrigada a todos os senhores.

Obrigada, Senador Blairo Maggi, pela colaboração também.

Está encerrada a reunião.

(Reiniciada às 14 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença da Senhora Senadora **Ana Amélia** e dos senhores Senadores **Blairo Maggi, Valdir Raupp** e **Cyro Miranda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPA-FF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. O Presidente convida a compor a mesa o Senhor Roberto de Medeiros Dantas, Gerente do Programa Calha Norte, e o Senhor Herlon Goelzer de Almeida, Assistente do Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, que fazem suas exposições. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dez horas e quatorze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 8ª reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados.(Pausa.)

A presente reunião destina-se à realização do segundo painel do segundo tema do nosso ciclo de audiências públicas intitulado Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira.

Para proferir palestra na reunião de hoje foram convidadas as seguintes autoridades que convido para compor a Mesa: Sr. Roberto de Medeiros Dantas, Gerente do Programa Calha Norte; Sr. Herlon Goelzer de Almeida, Assistente do Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional.

Informo aos convidados que o tempo destinado a apresentação inicial será de 15 minutos, com a tolerância devida. Após a exposição, concederemos a palavra as Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem fazer algum esclarecimento ou indagação aos expositores.

Para dar início às apresentações, concedo a palavra inicialmente ao Sr. Roberto de Medeiros Dantas, Gerente do Programa Calha Norte.

O SR. ROBERTO DE MEDEIROS DANTAS – Exmº Sr. Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Subcomissão, senhores aqui presentes.

É uma satisfação muito grande estar aqui em nome do Ministério da Defesa, em particular do Programa Calha Norte, para difundir um pouco das nossas atividades.

Senador, quero crer que precisaremos de aproximadamente 22 minutos, se assim me permitir, para que possamos fazer não exatamente uma palestra porque esses 20 minutos são exíguos, mas um passeio. Antes, eu gostaria de me apresentar como Coordenador-Geral do programa e me faço acompanhar da Drª Nadir, Chefe da Seção de Convênios do Programa Calha Norte.

O Programa Calha Norte é vinculado ao Ministério da Defesa. Nesta oportunidade eu destaco nossos 25 anos de existência, comemorados no dia 19 de dezembro do ano passado. Para que possamos dar continuidade a nossa palestra torna-se importante que os senhores tenham uma idéia do que seja o programa.

O programa trabalha com o que o binômio: desenvolvimento e segurança; ele acredita que não exista país que seja soberano que não seja desenvolvido e, de forma semelhante, não existe país que seja desenvolvido e não seja seguro. Então, não há como desmembrar esse binômio. E é essa exatamente a missão, desde a sua criação, do Programa Calha Norte, que trabalha com esse binômio. Vou fazer *en passant* alguma coisa sobre o histórico, a missão e o objetivo do programa, nossa área de atuação e estratégia de

atuação, os nossos convênios, alguma coisa sobre a Lei Orçamentária Anual, fatores de força e fraqueza e uma breve síntese.

O Programa Calha Norte foi criado em 1985 na gestão do nosso então Presidente da República José Sarney e, desde aquela época até hoje e por conta deste fator segurança que busca a soberania na Região Amazônica, ele sempre esteve nas mãos de quem trata da segurança nacional. Na época, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional; a partir daí até 1988, ele simplesmente mudou a sua subchefia, mas continuou no Conselho de Segurança Nacional; de 1988 até 1990, na Saden, Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, 5ª suchefia; de 1990 a 1998, na Secretaria de Assuntos Estratégicos; de janeiro a julho de 1998, no Ministério Extraordinário de Projetos Especiais; e, a partir da criação do Ministério da Defesa, ele passou a ser subordinado à Secretaria de Política Estratégica do Departamento de Política Estratégica até novembro do ano passado; a partir daí, ainda dentro do Ministério da Defesa, na Secretaria de Organização Institucional.

A nossa missão, desde a sua criação, aqui os senhores terão oportunidade de ver o binômio que comentei: soberania nacional e integridade territorial e a promoção do desenvolvimento regional. Este é o binômio que rege as ações do Programa Calha Norte: soberania e desenvolvimento.

Por ocasião da sua criação, de 1985 a 2003, até por conta do nome, Programa Calha Norte, nós abrangíamos com exclusividade todos os Municípios ao norte da calha do rio Amazonas, do rio Solimões. Então, todos os Municípios acima pertenciam à área de atuação; na época, abrangíamos quatro Estados: Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, compreendendo o total de 74 Municípios. E já que tratamos de soberania, nós temos 7.413 quilômetros nessa faixa de fronteira. Por questões políticas e dado o incremento do programa, ao grau de aplicação dos recursos, houve motivação política, e nós estendemos nossa área de atuação: pulamos de quatro para seis Estados, aumentando para 151 Municípios e ampliando nossa faixa de fronteira para 10.938 quilômetros. A partir de 2005, nossa área foi ampliada, é nossa área atual, abrangendo os seis Estados, mas com 194 Municípios. O total da faixa de fronteira de 10.938 para a vigilância fronteiriça, que era a vigilância terrestre, a aérea e a fluvial.

Então, de maneira em geral, esta é, para os senhores terem uma idéia, a magnitude do nosso programa. Para que possamos fazer frente a esse propósito, temos na vertente militar, já devidamente atualizado para a nova proposta da lei orçamentária, quatro ações voltadas para a manutenção da soberania e integridade territorial. Esta aqui é a vertente soberania; para a vertente desenvolvimento nós temos uma ação voltada para o desenvolvimento regional em que os Parlamentares depositam seus recursos em proveito das regiões abrangidas pelo programa.

Quais são essas ações? As voltadas para a soberania: infraestrutura de unidades militares. Todas as unidades militares, as forças, são custeadas pelo Programa Calha Norte. As ações ocorrem por conta deles; nós não temos nenhum tipo de interferência, mas a construção, a manutenção é por conta do Programa Calha Norte. Manutenção de aeródromos instalados nos pelotões especiais de fronteira, um trabalho realizado pela Comara. Todo e qualquer pelotão obrigatoriamente tem que ter sua pista de pouso para eventual evacuação aeromédica ou para eventual suporte a alguma ação de ataque a eles – são unidades pequenas, na ordem de 80 homens, e podem precisar de algum apoio. Então é condição *sine qua non* que todo pelotão especial de fronteira tenha uma pista de pouso. A mesma coisa com relação a adequação de embarcações para controle e segurança da navegação pluvial e adequação da infraestrutura nos pelotões especiais de fronteira.

Já na vertente civil eu tenho uma única ação: implantação de infraestrutura básica nos Municípios da região da calha norte.

Para que os senhores possam ter uma idéia, temos aqui a localização dos pelotões especiais de fronteira, que são guarnecidas, na sua totalidade, pelo Exército brasileiro. Hoje, são vinte e seis. A nova estratégia se propõe a tentar duplicar essa quantidade de pelotões especiais de fronteira. Todos eles, bem como as unidades interioranas a faixa de fronteira, são custeados com recursos do Programa Calha Norte.

Aqui, para que os senhores observam o tipo de realização que nós fazermos. Temos aqui as unidades que são construídas. Trata-se de um projeto do próprio Exército brasileiro. No passado, elas eram de madeira. Atualmente, elas estão sendo substituídas. Então, é esse tipo de obra que o programa custeia.

Temos aqui o comando do IX Distrito Naval, com sede em Manaus, construído com recursos do Programa Calha Norte.

Aqui temos os polos para os quais repassamos os recursos. Repassamos recursos sempre para as brigadas e elas mantêm.

Aqui temos o pelotão em forma de H. Isto é a nova concepção de um pelotão especial de fronteira. Aí temos a II Brigada de Infantaria de Selva e o Destacamento da Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira.

Aqui temos a região mais ao norte, bastante conhecida do nosso Senador, onde tive oportunidade

de conhecê-lo, em 1993, quando tive oportunidade de comandar a Base Aérea de Boa Vista. Aqui temos o terminal de passageiro da Base Aérea de Boa Vista; o hangar da Base Aérea de Boa Vista, um hangar diferenciado para que possam entrar as aeronaves R-99.

Bom, senhores, de uma maneira geral, essa é uma idéia que fiz questão de dar para os senhores da vertente militar, do trabalho que é executado.

Para que os senhores possam ter uma idéia mais próxima de cada uma das ações, temos aqui o navio aeródromo Montenegro, que, por incrível que pareça, é um dos maiores hospitais da região Amazônia. São seis navios desse, que são operados pela Marinha do Brasil e custeados com recursos do Programa Calha Norte.

A mesma coisa, temos aqui a construção das lanchas de ações rápidas que fazem a vigilância e patrulha fluvial.

Temos aqui o papel da Comara, que é a Comissão de Aeroportos da região Amazônica, que mantém os pelotões de fronteira.

A região Amazônica é carente de material de infraestrura, em particular de pedras, de areia. Então, por vezes, esse material é transportado pela Comara, que mantém essas balsas com esses empurradores. Aqui é o local onde elas são construídas, na sede da Comara, em Manaus. A construção dos empurradores para essas balsas também é custeada por recursos do programa. A manutenção dos aeródromos da região do Calha Norte é uma ação de fundamental importância para toda aquela região.

Aqui, em particular, temos Surucucu, onde temos um pelotão especial de fronteira. Há de se observar que o único meio de se chegar a Surucucu é por meio de aeronaves. Não existem estradas nem há rios que cheguem àquela localidade.

Aí temos Cucuí, a fotografia do antigo búfalo; aqui, Tiriós.

Agora, temos a parte que afeta a vertente civil, voltada, com exclusividade, para o desenvolvimento regional, onde os senhores parlamentares depositam os recursos de suas emendas.

Aqui temos uma pequena foto do centro comercial da Vila Pacaraima.

Como falei, seria um passeio pelo Programa Calha Norte. São obras de infraestrutura, com uma gama muito variada dos trabalhos que são realizados.

Aqui temos escolas municipais de Bonfim; quadras poliesportivas em Terra Santa, no Pará; uma escola de Parintins, toda ela custeada.

Para que os senhores possam ter uma idéia e possam fazer uma comparação, esta é a Lei Orçamentária de 2011. A vertente militar do programa foi contemplada com R$ 68 milhões, para todas as unidades militares da região Amazônica, das três Forças, ao passo que a vertente civil, voltada para o desenvolvimento, recebeu R$416 milhões.

Esses R$68 milhões ainda foram contingenciados. É um contingenciamento interno, no âmbito do Ministério da Defesa, mas só nos foram liberados 60% desse valor.

Então, existe uma discrepância muito grande e uma grande deficiência para a manutenção e o custeio de todas aquelas unidades militares da região Amazônica.

Senhores, essa é, de uma maneira geral, a apresentação que eu tinha de fazer para que os senhores pudessem ter uma idéia.

O programa hoje possui uma elevada credibilidade junto aos Parlamentares, em razão do elevado índice de aproveitamento dos recursos decorrentes de emendas individuais e de bancada.

O programa, no ano passado, obteve um índice de 87% de aproveitamento dos recursos federais. Nós trabalhamos para 100%, mas, lamentavelmente, por vezes dependemos dos Estados e dos Municípios. Por conta das inadimplências, nós não conseguimos levar adiante os 100%.

A plena integração com as Forças Armadas, com ênfase no Exército brasileiro, bastante atuante, na atuação do programa, se dá de tal modo que muitas das obras civis são acompanhadas por engenheiros militares destacados na região.

A estratégia do programa é chegar aonde ninguém chega. Muito poucos são os ministérios que têm capacidade de receber emendas parlamentares para que possam atuar em Cucuí ou em São Gabriel da Cachoeira. E por que o programa recebe? Ele recebe graças ao apoio das Forças Armadas, porque se não fosse por intermédio das Forças, a quem nós também mantemos, nós não conseguiríamos levar adiante os convênios voltados para o desenvolvimento, porque toda a infraestrutura, toda a logística que é usada ocorre por intermédio dos meios das Forças Armadas.

Então, existe uma facilidade muito grande no uso dos meios militares, viaturas, aviões, helicópteros, hotéis de trânsito, nas inspeções e recebimento das obras.

Outra coisa que saliento como muito importante é o trabalho de orientação que nós temos. Além do manual na Internet... Falar que eu tenho manual na Internet para Município de três mil pessoas na região Amazônia é a mesma coisa que nada, porque eles não têm Internet. Mas o trabalho de orientação que nós oferecemos aqui na nossa sede – eu recebo equipes de engenheiro, nós recebemos equipes que ficam conosco trabalhando como sombra – se dá para que eles

possam aprender a fazer projetos de convênio, como se analisa, como se faz isso e aquilo.

Nossa cliente é composto por brasileiros miseráveis, prefeituras que não têm a menor capacidade técnica para levar adiante um convênio. Se nós não oferecermos esse tipo de serviços a eles, a coisa desanda. E o nosso gol é ver a realização do convênio efetivada e a obra pronta. E somos exigentes na cobrança daquilo que foi tratado, mas reconhecemos o grau de dificuldade que há em realizar um convênio com determinados Municípios da região Amazônica. Mas essa é a essência do Programa Calha Norte.

Senhores, de uma maneira geral, era o que tinha a dizer.

Por vezes, escutamos alguma coisa no sentido de que o Programa Calha Norte é um programa militarizado ou algo parecido, mas é muito longe disso.

Fiz questão de colocar essa frase que aí está – que no momento oportuno foi colocada no expediente –, em que falamos que o Programa Calha Norte transcende muito o aspecto militar da região abrangida pelo programa. Ele se reveste de interesse político-estratégico, para se mostrar como um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região.

Finalmente, hoje nós procuramos fazer com que o nosso dia a dia seja exatamente aquilo que foi um sonho no passado do nosso Barão do Rio Branco e do nosso Marechal Rondon, nossos dois grandes líderes, que sonharam um dia um grande Brasil, e hoje atuamos em cima daquilo que foi o sonho deles.

Muito obrigado. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu agradeço a explanação do Sr. Roberto Medeiros Dantas.

Realmente, eu gostaria, como homem da Amazônia – não sou só Senador por Roraima, nasci em Roraima, tive minha educação toda na Amazônia –, de dar um depoimento de que o Projeto Calha Norte é um exemplo de como realmente investir na faixa de fronteira. Espero que possamos incrementar o projeto. Que não seja, como disse muito bem o Dr. Roberto, apenas um projeto mantido basicamente pelas emendas parlamentares, tão criticadas pela imprensa, que, no entanto, não se debruça sobre o aspecto do alto aproveitamento das emendas, com resultados realmente muito positivos.

Em seguida, tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Herlon de Almeida, assistente do Diretor brasileiro da Itaipu Binacional, para sua explanação.

O SR. HERLON DE ALMEIDA – Inicialmente, gostaria de saudar o Senador Mozarildo Cavalcanti e lhe agradecer o convite.

Devo dizer da satisfação que a Itaipu Binacional tem de estar presente nesta reunião mas, em especial, para poder contribuir e nos integrarmos com outros atores brasileiros e de outros países que possam fazer das fronteiras um mundo melhor do que é hoje.

Farei uma explanação rápida que se divide em três pontos.

O primeiro deles é o modelo conceitual com o qual a Itaipu atua na faixa de fronteira; o segundo, um breve relato de algumas ações, para que todos tenham ideia do que a Itaipu faz nas diferentes ações e campos de ação que ela tem na faixa de fronteira; e o terceiro, uma referência à legislação recente, em que o Governo brasileiro cria a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, o que nós entendemos seja uma enorme oportunidade para aqueles que atuam na faixa de fronteira.

A parte conceitual, Senador, eu inicio com uma provocação: onde se inicia o Brasil? O Brasil começa no litoral, junto ao mar? Ou o Brasil começa nas faixas de fronteira? Quando digo faixa é no sentido de que temos onze Estados que detêm faixa, divisa de fronteira com outros países, que inicia no Chuí e termina no Calha Norte.

Então, a pergunta é esta: onde começa o Brasil? Será que alguém já parou para pensar se o Brasil começa na faixa de fronteira ou começa no mar?

Provavelmente, desde o descobrimento, passando pela época do Império e pelo período da República, pelas as ações e visões postas até hoje, acreditamos que as pessoas sempre pensem que o Brasil começa no mar.

O nosso raciocínio é contrário. Entendemos que o Brasil – agradeço a colocação da imagem na tela – começa exatamente onde estão as divisas com os outros países e termina, ao Leste e ao Norte, no mar. Entretanto, como as ocupações, desde o início, se deram na faixa litorânea – dizia o Senador, antes da reunião, que em torno de 80% da população está próxima, pelo menos no entrono dessa faixa litorânea –, obviamente, os problemas de fronteira são muito mais acentuados do que os litorâneos, o que não significa que no litoral não haja problemas. Problemas há em todos os cantos, por isso existem os governos, para tentar suprir, junto com a sociedade, as demandas e os problemas.

Entendemos que isso está mudando e a Itaipu Binacional, como empresa do setor elétrico com 50% de capital brasileiro e 50% paraguaio, com os quais convivemos com absoluta irmandade, desde 1973, a

partir de um tratado que constituiu e constitui a Itaipu Binacional, trabalhamos na lógica da irmanação.

A Itaipu, por ser uma empresa do setor elétrico, está dentro do conjunto de empresas da Eletrobras, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Eu acho que todos sabem e percebem que, no passado, essas empresas do setor elétrico, assim como outras empresas públicas, sempre foram muito fechadas no sentido de pouco olharem para o seu entorno.

Desde 2003, a partir da posse do atual Diretor-Geral, Dr. Jorge Samek, com uma diretoria que contribuiu com ele e com a construção de uma nova visão, a Itaipu passou a olhar o entorno, instigada que foi até pelo próprio Presidente Lula, que falou ao nosso Diretor-Geral, no dia de sua posse, que, se fosse para gerenciar só a geração de energia feita pela Itaipu, provavelmente ele não teria escolhido o Dr. Jorge Samek. Ele escolheu o Dr. Jorge Samek para que ele olhasse para fora da Itaipu, olhasse seu entorno, inclusive dizendo que há quinhentos metros da Itaipu havia pessoas passando fome. Então, a empresa tinha que olhar para esse entorno, dentro de um novo conceito, que é o conceito em que nós atuamos, hoje mais do que nunca – é a palavra chave dentro da Itaipu Binacional –, de que todas as ações têm que ter sustentabilidade. Nós não olhamos apenas para o corpo interno, não olhamos só para o *cuore*, para o coração da empresa, que é a geração de energia, mas para que, a partir disso, que é muito importante, que faz dela essa empresa magnífica que é, ela consiga olhar para os demais setores de atividades que estão no entorno da Itaipu.

Nós vivemos num território trinacional. E aí começa um pouco do conceito em que nós temos atuado nesses oito anos e meio que fazem da Itaipu uma referência internacional não só na geração de energia, mas de visitação por um conjunto de empresas públicas brasileiras e de âmbito internacional que vão conhecer a forma de atuação que temos tido nessa área, que, obviamente, não resolve todos os problemas, mas, principalmente, institui, a partir da sua ação, uma visão de cooperação com os demais atores que estão na faixa brasileira e cooperação com os demais atores que estão do outro lado da fronteira, no nosso caso uma fronteira trinacional em que temos uma maior parte de fronteira com o Paraguai e uma pequena parte de fronteira, vamos chamar assim, com a Argentina.

Essa visão faz com que a gente observe essa área toda como território. Quando a gente fala em território, conceitualmente, a gente está falando em tudo que existe no território, naquela área física, em especial as pessoas, porque lá existe vida, existem pessoas com capacidade de transformação, com capacidade de raciocínio, com capacidade de atuação.

Ao perceber isso, a gente também consegue entender que pequenas atitudes muitas vezes fazem a diferença no sentido de gerar melhores condições de vida para a população daquele entorno.

E nós temos, dentro desse conceito, Senador, uma visão de que, quanto mais nós fortalecermos o tecido social da faixa de fronteira, isto é, da região onde estamos inseridos, mais nós estamos contribuindo para o País, contribuindo com a nossa soberania e minimizando outras oportunidades que, eventualmente, as pessoas busquem para sobrevivência, seja no descaminho, seja no tráfico, seja em qualquer outra atividade com a qual normalmente se marca a vida e a imagem das fronteiras, com uma imagem, muitas vezes, negativa. Nós estamos construindo a positividade, construindo oportunidades, construindo possibilidades para as pessoas que ali moram, numa idéia de que as pessoas não nasçam na faixa de fronteira e vão buscar o seu bem-estar, a sua sobrevivência, a sua educação ou profissionalização no litoral, mas que, ao contrário, elas possam permanecer naquela região. Um exemplo disso é o nosso Diretor-Geral, Dr. Jorge Samek, que é nascido e criado em Foz do Iguaçu. Ele teve que sair de lá para estudar. Ele é engenheiro agrônomo por formação, tendo se formado na Universidade Federal do Paraná. Ele saiu, teve que ir para o litoral, foi para Curitiba para estudar, vamos dizer, para uma faixa litorânea, guardando a identidade de uma faixa litorânea que não é composta apenas pelos Municípios mas pela proximidade com o litoral. Então, nesse sentido, ele também teve que sair. E ele usa o exemplo dele para fazer as defesas que fez e faz para a necessidade de criação de universidades na faixa de fronteira. E nós estamos premiados, no caso da nossa região, por conta de que já tínhamos a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que é uma universidade estadual, a Unioeste, assim como temos a atuação, dentro do parque tecnológico da Itaipu, de outras universidades, que têm cooperação, têm ação e têm plataforma de educação, mesmo de ensino a distância, por dentro do parque tecnológico de Itaipu. Mas nós também tivemos, no período do Governo Lula, a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que é a Unila, e que vai, ao longo do tempo, constituir 10 mil vagas, sendo 5 mil vagas para brasileiros, 5 mil vagas para latino-americanos.

Então, por essa dimensão que estou colocando para os senhores, é possível entender como e por que as intervenções ou as ações que a Itaipu vem desenvolvendo na faixa de fronteira têm chamado a atenção de muitos atores, seja no âmbito do Governo brasileiro, seja no âmbito dos demais Estados, como também de outros países, por ser uma empresa do se-

tor elétrico e que normalmente tinha por característica atuar, olhando para o seu umbigo – vamos chamar assim, grosseiramente, mas como forma apenas de criar uma imagem. Ela atuava, olhando para o seu umbigo, mas passou a olhar para o seu entorno, com ações as mais diferentes possíveis, no sentido de fazer com que aquele território seja um território, vamos dizer assim, de ação, um território de cooperação.

A partir desse conceito, temos cooperação direta com o governo da Argentina, com o governo do Paraguai, com os governos regionais deles, em especial, e, por termos uma Itaipu Binacional, em que o mesmo que há do lado brasileiro há do lado do Paraguai, e, nessa cooperação e integração com o lado paraguaio, temos uma ação também, no Paraguai, bastante intensa, pela Itaipu paraguaia, que faz com que esse território tenha uma ação, vamos dizer assim, democrática, e o que é feito de um lado da fronteira também é possibilitado de se fazer do outro lado.

Esse é o conceito, então, com o qual a gente atua em termos de desenvolvimento territorial.

No conjunto de ações que desenvolvemos, temos um relatório de sustentabilidade do qual vamos encaminhar cópias aqui para a subcomissão, solicitando que depois se distribua a alguns Senadores, em especial o Senador Mozarildo. Esse relatório, Senador, contempla, no nosso relatório de sustentabilidade, o conjunto de ações que a Itaipu desenvolve.

A Itaipu tem ações, por exemplo, na área da saúde, em que temos um jargão bastante utilizado entre nós todos e junto com os argentinos e junto com os paraguaios: mosquito não tem passaporte. Então, quando a gente falar sobre dengue na faixa de fronteira, não há como discutir estratégias para o público brasileiro; temos que fazer uma discussão trinacional, porque temos fronteira com a Argentina e temos fronteira com o Paraguai. E todas as estratégias de vacinação, a partir dos próprios diagnósticos da área de saúde, são feitos de forma integrada.

O programa Saúde na Fronteira é animado e articulado pela Itaipu Binacional, mas integra ações dos Ministérios da Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde dos governos provinciais – no caso da Argentina, província; no caso do Paraguai, departamento; no caso do Brasil, Estado. Esses governos se integram nessa ação. E foram aplicados questionários a todos os profissionais dos três países, perguntando a eles quais são os problemas que existem e quais, no seu entendimento, as prioridades que se devem adotar pelos três países na faixa de fronteira. E se pactua isso através de reuniões, sucessivas reuniões, envolvendo um grande número de pessoas; reuniões assim que, quando são pequenas, têm 40 pessoas, 50 pessoas na sala. E, nessas reuniões, consegue-se elencar todas as ações a serem desenvolvidas, sem perder soberania. Nem o Paraguai, nem a Argentina, nem o Brasil perdem soberania com isso. Por quê? Porque cada um se enxerga naqueles objetivos, naquelas necessidades, naqueles problemas e naquelas soluções, e, a partir disso, constroem agendas comuns de vacinação no mesmo período, de atingir as mesmas faixas etárias, de termos, nas vacinações o mesmo número de doses necessárias por crianças, e assim sucessivamente, para não me alongar. E se tem um plano, em qualquer emergência, de como se deve atuar na faixa de fronteira de forma integrada, por esse núcleo de fronteira, na de saúde.

É um conjunto de ações, Senador, que, obviamente, o tempo não permite que a gente faça um relatório. Por isso vou mandar encaminhar aos senhores cópia desse relatório, porque ele é muito bem detalhado, inclusive com números que apontam os valores investidos, o número de pessoas envolvidas etc. E tudo aquilo que aqui não estiver contemplado e for de interesse de qualquer cidadão brasileiro, de qualquer autoridade pública municipal, estadual ou federal, do Senado, de quem quer que seja, a Itaipu tem o maior prazer de receber pessoas, para que vocês possam constatar *in loco* o que é feito nas diferentes áreas.

Além da área de saúde, Senador, nós temos atuação na área de educação. Uma série de ações que começam em bolsas para proteger famílias menos favorecidas, que muitas vezes não têm acesso e condições de acessar um ensino de qualidade, de manter um filho na escola, até apoio à constituição da universidade, que é o caso da Unila. A Universidade Latino-Americana está se instalando em um terreno doado pela Itaipu Binacional. Estão em obras neste momento. Se os senhores forem a Foz do Iguaçu vão ter a oportunidade de verificar obras em andamento para constituição da sede da Unila, que vai marcar obviamente tanto a história do País quanto daquela região pela expressão que tem, de constituir uma universidade com a dimensão que tem, não só física, mas de estratégia latino-americana de integração através de uma universidade.

Então, são ações na área da educação que nos possibilitam a fazer com que Itaipu esteja presente nesta questão que, talvez, das mais fundamentais ou importantes no sentido de se criar um tecido social consistente na faixa de fronteira.

Uma outra ação, ainda, por diversas que temos, são ações com os jovens, desde proteção à infância, no cumprimento da legislação que protege a infância e o adolescente, até a atuação de oportunidades para jovens sob a forma de estágios, sob a forma de treina-

mento e capacitação, qualificação. Então, temos uma área e um diálogo próprio com a juventude, fazendo com que eles percebam que há oportunidades, que há carinho, que há atenção na faixa de fronteira, propiciado não somente pela Itaipu. A Itaipu é a animadora do processo.

Nós temos também, Senador, uma atuação bastante forte na área ambiental, em que questões como as que são discutidas no plenário ao lado hoje, como a questão do Código Florestal, poderia se dizer que na região de abrangência de Itaipu, 29 Municípios, um milhão de hectares, esse assunto é um assunto absolutamente superado, porque nós temos uma política de atuação ambiental junto com a comunidade regional, junto com prefeituras, junto com o governo de Estado, com Ministérios e muitas organizações não-governamentais no sentido de reposição, de zeramento dos passivos ambientais de Município a Município. Nós temos uma atuação de reposição de todas as matas ciliares. Nós já temos seis Municípios que provavelmente entre este ano de 2011 e o ano de 2012 concluem, todos, 100% do Município com conservação do solo, preservação das suas aguadas, com mata ciliar, no cumprimento da legislação, mas não usando instrumentos de força de lei, usando de instrumento do diálogo através de oficinas, através de programas de educação ambiental, entregando mudas, muitas vezes e pactuando com o Município, com o prefeito, com os secretários municipais que estão envolvidos, com as cooperativas agropecuárias, enfim, com o tecido social existente na região, com o qual a Itaipu se encarrega de animar, dialogar e de pactuar. Nada imposto, tudo dialogado; muitas vezes demorado, portanto. Mas quando se chega ao objetivo é de uma forma consistente, sem a necessidade de notificações, etc.

Então, nessa área ambiental também é um conjunto de ações – e estou sendo bastante sucinto, mas isso consta do relatório –, e para aqueles que quiserem verificar, como eu disse, que lá estejam.

Outra questão, e é a última em termos de resultados e ações que a Itaipu desenvolve, Senador, é que a Itaipu, em 2003, quando o Dr. Jorge Samek assumiu, nós tínhamos um conjunto de 25 barracões que serviram para dormitórios de 15 mil trabalhadores que construíram a usina. Esses barracões estavam absolutamente abandonados e, dentro da estratégia da empresa, eram passíveis de serem demolidos, retirados do ambiente. E naquele momento foi, obviamente, acordado na Direção de construir o Parque Tecnológico de Itaipu. E esse Parque Tecnológico de Itaipu, constituído lá naquela data, em 2004, possui hoje um conjunto de ações na área de desenvolvimento tecnológico, na área de educação, na área de cultura, na área de tecnologias sociais, na área de desenvolvimento econômico, que só aqueles que participam diretamente no Parque Tecnológico, contratados pelo Parque Tecnológico de Itaipu, são mais de 400 pessoas.

Nós temos hoje, por dentro, na atuação do Parque Tecnológico instituições incubadas, empresas incubadas, convênios em andamento, ou seja, uma quantidade enorme de atividades que envolvem mais de 2.000 pessoas. Para os Srs. Senadores terem uma ideia, Itaipu Brasileira, do lado brasileiro, tem 1.500 trabalhadores; só no Parque Tecnológico de Itaipu nós temos de 2.000 pessoas que circulam diariamente numa infinidade de atividades: na área do conhecimento, na área da informação, na área da produção tecnológica e na área do desenvolvimento econômico em si, sejam com empresas, seja com atuação na área do turismo, que possui, na região, o que a gente chama de gestão integrada do turismo, onde sabem o que o outro está fazendo, e cada um, cada ator do turismo conecta o roteiro do outro no seu pacote, quando venda.

A Itaipu recebia as pessoas para visitação, como recebe hoje – e a cada grande feriado, a cada período que dá um afluxo grande de turistas em Foz do Iguaçu –, e cada vez mais nós ampliamos o número de visitações. No último feriado nós tivemos 8.000 pessoas visitando a Itaipu; e esse mesmo público vai às Cataratas; esse mesmo público frequenta outros roteiros de turismo rural, que estão catalogados, ofertados, juntos no mesmo *site*, e assim sucessivamente.

Isso tudo, Senador, apenas para demonstrar de que uma ação de articulação, de cooperação possibilita que você organize o território, juntamente com esse conjunto de atores, e faça desse território um lugar melhor para se morar, para se viver, para não querer sair, e para que ele tenha, nesse entorno, qualquer família, qualquer habitante, um conjunto de possibilidades que faça do território uma área melhor.

Nesse conjunto, tudo o que fazemos é articulado com prefeituras e prefeitos de cada um dos Municípios, num conceito – se eu não falei eu queria rapidamente citar – de que nós não trabalhamos exclusivamente numa visão de Municípios de faixa de fronteira; nós trabalhamos num conceito de território de fronteira, que é uma faixa que a própria Legislação Brasileira estabelece para efeito de titulação para uso e posse do solo, da terra, que são 150 km. Ora, se a legislação estabelece que faixa de fronteira é de 150 km, por que nós vamos reduzir a nossa ação apenas aos Municípios de fronteira? Obviamente que a ação mais intensa é nos Municípios de fronteira propriamente dito. Mas nós temos uma atuação hoje que vai para todo o entorno da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, que a gente chama de Amop, e que são 50

Municípios; 29 dos quais dentro da bacia hidrográfica numa visão ampliada, não só dos 11 municípios limítrofes ao seu reservatório.

Para finalizar, Senador, desculpe-me se me alonguei, queria apenas fazer uma referência, que para nós seria de extrema importância. Refiro-me ao Decreto do dia 8 de setembro de 2010, ainda na gestão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que criou a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira. E que possibilita aos 11 Estados que têm faixa de fronteira, no País, a constituírem um núcleo estadual de fronteira. Nós no Paraná já constituímos com o Governo do Estado, com as prefeituras municipais e com uma série de outros atores, universidades, organizações não governamentais, enfim, outros interessados que participaram da primeira oficina de instalação do núcleo de fronteira, nós já constituímos a nossa estratégia de atuação. Que pegue esse conjunto de municípios que falei, com uma visão ampliada de faixa de fronteira, e que nos possibilita através desse instrumento hoje, oficializado pelo Governo Federal, e sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, mas com a participação de 20 ministérios que estão na Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração de Faixa de Fronteira, nos possibilita a criar o pleno de desenvolvimento da faixa de fronteira, no caso do Paraná, assim como possibilita os demais Estados da Federação constituírem o seu plano, onde serão apontados, por área, tudo aquilo que é estruturante para uma melhor vida de fronteira, para realmente fazer a promoção e o desenvolvimento da faixa de fronteira. Nesse sentido, esse mesmo decreto também estabelece que a partir de que cada Estado apresente o plano... E o Paraná tem como meta o conjunto de atores que estão no grupo gestor desse núcleo de fronteira do Paraná, que é o governo do Estado, Itaipu, universidades, prefeituras municipais, entre outros, nós temos por meta terminar o nosso plano em 30 de novembro, para que nós possamos, na primeira quinzena de dezembro, se tudo correr bem, entregar ao Governo Federal quais são as demandas da faixa de fronteira daquele pedaço do Paraná, vamos dizer assim. Ou da faixa de fronteira do Paraná, compreendendo região Oeste e, em especial com o Paraguai, e região Sudoeste, em especial com a Argentina.

Cada Estado entregando o plano, Senador, está escrito no decreto a obrigatoriedade do Governo Federal de responder aos pleitos, se concorda, se discorda, se é assunto da sua competência ou não. E, em sendo de competência do Governo Federal, ele tem de apresentar no conjunto dos seus Ministérios uma agenda-compromisso – é esse o termo utilizado – que, no nosso entendimento rebate por dentro do orçamento da União e que os Ministérios e o Governo Federal no seu todo deverão dizer se para aquele item efetivamente reconhecido como estruturante e importante para a faixa de fronteira, quando e de que forma o Governo Federal vai cooperar. Se com recursos, se com atores, se com políticas públicas, enfim, ele terá que responder.

Queria só concluir, Senador, e por isso faço essa menção, da importância que tem para a faixa de fronteira brasileira este decreto e esta política que o Governo Federal passa a adotar. Porque está institucionalizado o diálogo federativo com municípios, com os Estados, e com a União. Estão destinados para esta Comissão Federal 20 ministérios coordenados pelo Ministério da Integração Nacional e nossa expectativa é de que nós possamos elaborar um bom plano, obviamente nos detendo em questões estruturantes, importantes, para não ficarmos naquelas listas de assuntos que não terminam mais que o Governo Federal tenha, obviamente guardados os seus critérios e capacidade de análise e reconhecimento se deve ou não dialogar com relação aos itens que estão postos, mas que a gente constitua um diálogo qualificado entre esses entes federativos, podendo, de uma forma mais estruturante atacar os problemas que temos nas fronteiras: na saúde, na educação, no turismo, no desenvolvimento econômico, na infraestrutura, na logística e, assim, sucessivamente nos diferentes campos de abrangência.

Então nós estamos muito otimistas, Senador, não só pelas ações que vínhamos realizando, mas pelo arcabouço legal que, agora, está constituído no Governo Federal, organizando e institucionalizando esse diálogo que nada mais é de possibilitar esse diálogo qualificado entre Municípios, Estados e a União, para que nós possamos fazer das fronteiras aquilo que elas merecem, sem desmerecer o litoral, mas o Brasil começa na faixa de fronteira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer a exposição do Dr. Herrlon Almeida e dizer que fiquei realmente surpreso com a atuação da Itaipu nessa questão da faixa de fronteira, e dizer que muitas das atividade desenvolvidas poderiam estar desenvolvidas em outras regiões, mesmo não sendo por uma hidroelétrica mas por instituições que estão na faixa de fronteira, e que muitas vezes estão na faixa de fronteira, olhando para o litoral.

Quero agradecer e lamentar a ausência da representante do Ministério da Integração Nacional, que coordena os Programas Macrorregionais do Ministério que, segundo ofício encaminhado a essa Comissão, entende que como a Sudam já prestou esclarecimentos a esta Comissão, faz desnecessário a presença da Coordenação-Geral dos Programas Macrorregionais.

Ao agradecer a explanação dos palestrantes de hoje, quero dizer que a Subcomissão agradece muito a presença e a explanação e, também, pedir à Secretaria da Comissão que essa matéria seja encaminhada a todos os membros da Comissão, porque nós pretendemos, como já dissemos em outras ocasiões, ao final de todos os painéis que já elaboramos como plano da subcomissão, apresentar uma proposta que possa colaborar de maneira mais efetiva com o Plano Estratégico de Fronteira já instituído pela Presidente Dilma e que possa, de fato, ser um plano duradouro, permanente, que leve em conta, como foi dito aqui por outros expositores que antecederam a esse painel de hoje, que seja não só uma questão de se preocupar com a faixa de fronteira brasileira, mas com a faixa de fronteira com os países vizinhos que vão desde o Amapá, Roraima, chegando ao Rio Grande do Sul.

Quero declarar encerrada a presente reunião e agradecer a todos mais uma vez. Muito obrigado.

(*Aberta às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.)*

ATA DA 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença da Senhora Senadora **Ana Amélia** e dos senhores Senadores **Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Cristovam Buarque** e **Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. O Presidente convida a compor a mesa o Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento da América do Sul I do Ministério das Relações Exteriores, e o Doutor Paulo de Tarso, Coordenador Geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, que fazem suas exposições. Faz uso da palavra o Senador **Valdir Raupp**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Presidente encerra a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se à realização do terceiro painel do segundo tema do nosso Ciclo de Audiência Públicas, intitulado "Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira". Para proferir essa palestra da reunião de hoje foram convidadas as seguintes autoridades, a quem aproveito e convido para compor a Mesa: Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, e Dr. Paulo de Tarso, Coordenador Geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial, como praxe, é de quinze minutos com a tolerância que for necessária. Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Para dar início as apresentações, concedo a palavra ao Sr. João Luiz Pereira Pinto, Ministro Diretor do Departamento da América do Sul I do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

O Itamaraty, com relação às fronteiras, tem duas responsabilidades. A primeira é a tradicional tarefa de caracterização da fronteira com a manutenção e colocação de marcos. Isso é feito pelas comissões demarcadoras de limites, em campanhas regularmente executadas com autoridades dos países vizinhos. A segunda é uma tarefa de coordenação e cooperação com os nossos vizinhos em ações nas regiões de fronteiras.

As fronteiras são uma região que tradicionalmente era onde terminava o Brasil. Hoje em dia nós estamos enfrentando um novo fenômeno, que é onde começa a integração. O aumento da presença de pessoas e de iniciativas na fronteira tem levado a um aumento da interação com os nossos vizinhos, porque é evidente que uma ação que se faça do lado de cá inevitavelmente terá repercussão do outro lado. Para isso, é necessário coordenar-se. Um exemplo típico é a questão da vacinação de febre aftosa. Se o Brasil não faz e o Paraguai faz, pode haver contaminação. Já houve o contrário. Hoje em dia, por exemplo, o Paraguai tem uma forte disputa, vamos dizer assim, um forte interesse em que a Bolívia comece a fazer. Então, as fronteiras são barreiras, digamos, psicológicas para as pessoas, mas não são barreiras para os efeitos que essas pessoas provocam.

A ferramenta mais antiga que nós temos para essa coordenação são os comitês de fronteira. Existem comitês de fronteira com mais de vinte anos de existência. Os mais antigos são, evidentemente, na Região Sul e Sudeste, que são as regiões mais habitadas tanto do nosso lado quando do lado dos nossos vizinhos. Nós temos seis comitês com o Uruguai, por exemplo, três com a Argentina. Na zona norte, por exemplo, temos apenas um, com a Guiana, que cobre a fronteira inteira e que não é como os Comitês de Fronteira do Sul, que são cidade a cidade, sobre tudo as cidades gêmeas.

Fora isso, há mecanismos de coordenação de alto nível e temos isso praticamente com todos os nossos vizinhos. Os nomes variam, mas o propósito é o mesmo: manter o alto escalão das chancelarias informado de como vai a cooperação nessa área.

Existem acordos específicos sobre a faixa de fronteira ou para as populações fronteiriças. No caso do Uruguai, por exemplo, temos um mecanismo chamado Nova Agenda. Existe um acordo que permite aos habitantes de uma faixa de 20 (vinte) quilômetros acesso à saúde, à educação e ao trabalho de uma lado ou de outro da fronteira. Para isso, eles têm uma carteira de identidade de fronteiriço. Isso deve ser implantado também com a nossa fronteira com a Argentina, com quem assinamos um acordo, em 2005, que entrou em vigor neste ano. As primeiras reuniões dos Comitês de Fronteira tiveram ocasião, agora, nos meses de julho e início de agosto. Em setembro, haverá uma reunião da Comissão de Alto Nível para iniciar o processo de ativação e execução desse acordo.

Lembro, que a função do Itamaraty, a jurisdição começa do lado de lá da fronteira. Do lado de cá, nós, no Itamaraty, limitamo-nos a coordenar e muitas vezes a provocar certas ações. Muitas vezes, as necessidades da nossa própria população só chegam via os vizinhos. Por exemplo, no caso do Paraguai, existe muita demanda pelo serviço de saúde de Foz do Iguaçu, mas, na realidade, essa demanda não é somente de paraguaio, mas também de muitos brasileiros que moram no Paraguai. Por isso, a Prefeitura de Foz do Iguaçu está sempre em déficit com o sistema de saúde, porque os recursos do SUS são calculados com base no censo, que somente é feito no lado do Brasil, não levando em consideração a população brasileira que mora no Paraguai. Esses são problemas que só com a coordenação entre países conseguimos identificar e encontrar soluções.

Todos os países de nossa vizinhança estão demandando formas de cooperar e melhorar a situação da população fronteiriça. Tem havido muito avanço na cooperação fronteiriça com o Peru. Inclusive a cidade de Cruzeiro do Sul, que, boa parte do ano, fica isolada do restante do Brasil, agora consegue obter, importar alimentos do Peru, porque a ANVISA e o Ministério da Agricultura encontraram uma forma de aceitar a importação desses bens, que antes tinham que ir por avião de São Paulo.

O que temos detectado é que, na realidade, existe grande falta de comunicação entre o que, digamos, Brasília oferece a essa população e o que ela sabe que pode obter. Vários desses acordos estão em vigor, mas a população local não sabe que está em vigor e não recorre aos benefícios. O contrário também ocorre: em Brasília, temos muito pouco conhecimento da real necessidade da fronteira.

Terminamos agora uma série de rodadas de negociação com a Argentina e com o Uruguai, na faixa de fronteira, e estamos preparando um documento para circular entre todos os integrantes da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, com o objetivo de que eles tenham o mesmo cenário e o mesmo diagnóstico que nós, do Itamaraty, obtivemos desse exercício.

Ainda existe muita descoordenação dentro do Executivo para as ações nessa região. Sempre digo nas minhas palestras que essa é uma região que, se fosse um país, seria o terceiro país da América do Sul em tamanho e o décimo no mundo, com uma população superior à do Paraguai. É uma região que não podemos

descurar e que atualmente tem uma importância grande na agenda do meu departamento, especificamente.

Enfim, no momento, temos uma série de projetos e acordos em negociação. Com o Paraguai, iremos criar, seguindo as instruções presidenciais de julho/2009, um grupo binacional para criar um plano de desenvolvimento e cooperação fronteiriça. Há outras ações em outras regiões, mas não vou me estender demais.

Caso tenham alguma dúvida, estou à disposição.

Obrigado Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nesse momento, passo a palavra para sua explanação ao Coordenador Geral de Urgência e Emergência da Secretária de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Dr. Paulo de Tarso.

O SR. PAULO DE TARSO – Bom dia.

Quero agradecer a presença aqui e tentar esclarecer dentro do Ministério da Saúde o trabalho feito especificamente nessa área.

Em 2009, foi elaborado um projeto, através de uma portaria do Ministério da Saúde, que chama-se SIS-Fronteira (Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras). Nesse estudo realizado pelo Ministério, foram mapeados 121 (cento e vinte e um) Munícipios de fronteira para 10 (dez) outros países. O projeto SIS-Fronteira tem o objetivo de, primeiro, fazer um levantamento, um estudo na questão saúde: o que ocorre com esses 121 (cento e vinte e um) Municípios.

Foi dividido em 3 (três) etapas. Na primeira etapa, foram contratadas, através das universidades brasileiras, equipes de pesquisadores que foram aos 121 (cento e vinte e um) Munícipios para fazer um levantamento e um diagnóstico *in loco* da realidade assistencial de saúde desses Munícipios.

Até para poder entender, como já foi dito aqui, o SUS é financiado através do *per capita* e, na realidade desses 121 (cento e vinte e um) Munícipios, acaba tendo prejuízo ou de um lado ou de outro.

Essa primeira etapa foi concluída com o diagnóstico da necessidade de cada um desses Municípios. A segunda etapa do Projeto SIS-Fronteira era a questão do investimento, tanto em recursos de material e equipamentos etc. como recurso para gestão nesses 121 (cento e vinte um) locais.

O SUS, o Sistema Único de Saúde, funciona sempre de maneira *tri-partite*, Munícipio, Estado e União, nível federativo. Toda essa discussão que ocorreu nos 121 (cento e vinte e um) Munícipios sempre foi levada do nível local para o nível estadual, através da Comissão Intergestores Bipartite, que é onde senta o Secretário de Saúde do Estado com os Secretários Municipais de saúde daquele Estado. Então, cada um dos 121 Munícipios teve o diagnóstico feito nessa primeira etapa e levado para sua Comissão Intergestores Bipartite para, nessa Comissão, aprovar quais seriam as ações de serviço de saúde a serem investidos financeiramente através do SIS-Fronteira. Iniciou-se, então, a segunda etapa do projeto, que foi o investimento em recursos, materiais etc. para esses Municípios.

Estamos, agora, na terceira etapa do projeto, que é a finalização desse repasse de recursos financeiros. Na primeira etapa, o Ministério da Saúde repassou R$ 4.576.000,00 (quatro milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais) para esses 121 (cento e vinte e um) Munícipios. Dividimos em Munícipios em região sul e norte. Na região sul, são os Munícipios do Estado do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Na região norte, são Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia. A distribuição foi de acordo com a realidade levantada naquele diagnóstico inicial da primeira etapa.

Estamos na fase de conclusão desse repasse para esses Munícipios e temos um diagnóstico desse levantamento local.

Alguns problemas encontramos em quase todos os Municípios. Um deles é a ilegalidade no exercício da profissão. Como as pessoas circulam através das fronteiras, temos profissionais de saúde do outro país trabalhando em vários Municípios brasileiros de maneira ilegal, e isso acaba sendo um problema para o gestor de saúde local, para o Secretário de Saúde daquele Munícipio.

Temos problemas relacionados com a área de vigilância e saúde. Não existe uma ação conjunta de vigilância por parte dos dois países na área de fronteira desses Municípios. Temos problemas graves de integração no combate a malária, dengue, leishimaniose, hanseníase e turbeculose. Temos problemas graves para fazer ações conjuntas entre aquele Munícipio e o país fronteiriço.

Outro problema é de dificuldade no atendimento, tanto ao estrangeiro como, usando uma expressão que se usa no Município de fronteira, ao estrangeiro brasileiro, que é aquele brasileiro que mora às vezes no outro país.

Esse diagnóstico está subsidiando o Ministério da Sáude a fazer a segunda etapa do projeto SIS-Fronteira. Foi feito este primeiro movimento: um investimento nesses 121 (cento e vinte e um) Municípios. Os Secretários de Saúde dos Municípios de Fronteira colocam que foi um bom subsídio financeiro, em termos de recursos, mas agora temos que partir para uma ação conjunta de atenção à saúde de maneira integral. Estamos nessa etapa, enquanto Ministério da Saúde. Estamos agora vendo quais ações conjuntas vamos elaborar para essa fronteira imensa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para fazer esclarecimentos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Quero fazer um comentário sem nenhuma pergunta ao Dr. Paulo de Tarso sobre essa questão da saúde na área de fronteira.

Temos 3 (três) cidades no Estado de Rondônia que fazem fronteira com a Bolívia, numa área de 1.300 (mil e trezentos) quilômetros: Pimenteiras, no sul; Costa Marques, ao meio; e Guajará-Mirim, ao norte.

A cidade de Guajará-Mirim é uma cidade histórica, é a segunda cidade do Estado. Tem mais de 80 (oitenta) anos de emancipação política. Já tem mais de 100 (cem) anos de fundação. A saúde lá é o caos. O Prefeito não tem a menos chance, com todo respeito, de re-eleição, que é um instituto da nossa Constituição, da nossa democracia, por causa da saúde. Além do pessoal que vem do outro lado, como V. Srª falou, o pessoal da cidade não tem assistência à saúde. Os Governos que passaram também não conseguiram dar esse atendimento à saúde. A União, por sua vez, além dos recursos que já manda do SUS, não tem condições de dar esse atendimento. O hospital que resolve e que já está fechando, está só com 1/3 da capacidade, é o hospital Bom Pastor, da Igreja Católica da Diocese de Guajará-Mirim. O Bispo Dom Geraldo Verdier, que é um abnegado, tem buscado dinheiro na França, convênios externos, para tocar esse hospital. No ano passado, com muita luta, conseguimos R$300.000,00 (trezentos mil reais) do Ministério da Saúde. Foi um socorro, uma emergência, para ajudar a manter até agora. Agora não há mais como manter. Estamos passando para uma fundação de fora – eu não lembro nem o nome agora. É uma fundação que vai assumir a gestão desse hospital da igreja.

O hospital do Munícipio está em reforma há mais de 5 (cinco) anos, e nunca termina, com recursos de uma emenda, de uma coisa. Vocês sabem como funciona. O Senador Mozarildo, que é médico e Senador, já há muito tempo, mais antigo do que eu, sabe como funcionam essas coisas. Para colocar o dinheiro, é uma dificuldade. Para empenhar, é outra. Para liberar, pior ainda. É uma humilhação liberar dinheiro de orçamento, mesmo estando no orçamento. É uma humilhação. Tenho até vergonha de falar isto, pois sou um dos líderes do segundo maior partido da base, o maior partido do Brasil, eu considero, o PMDB, que presido hoje nacionalmente. "Agora vão liberar R$ R$1.000,000,00 (um milhão de reais) para cada grupo de emendas de parlamentares." Bobagem! Teria que acabar logo com isso, porque ficar se humilhando para liberar dinheirinho que está no orçamento para a saúde pública é uma situação de calamidade.

O Governo do Estado, que foi eleito agora, é médico: Dr. Confúcio Moura. Foi um grande Prefeito, Deputado Federal por 3 (três) mandatos, Prefeito 2 (duas) vezes em Ariquemes. S. Exª está tentando dar um socorro à saúde de Guajará-Mirim. Está encontrando uma forma de ajudar, pois o hospital que é do Munícipio está fechado, porque está com problema de reforma; o hospital do Bispo, a gente se refere a ele dessa forma, da Igreja Católica está funcionando parcialmente e passando para uma entidade de fora. Então, é uma situação difícil.

Já que o assunto é saúde na área de fronteira, queria que os senhores pudessem dar uma olhada nessa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Bom, como o Senador disse que não fez nenhuma pergunta, mas algumas considerações, também quero aproveitar e fazer as minhas e deixar depois a palavra aos 2 (dois) para complementar uma informação que temos.

Primeiro, quero concordar com o Senador Valdir Raupp, nossas emendas são tão mal faladas, mas, por exemplo, um programa como o Calha Norte, que é muito importante para as nossas fronteiras, só existe por causa das emendas parlamentares. O Governo bota zero no Orçamento, e, depois, os diretores do Calha Norte vêm buscar, com os parlamentares, recursos. Assim, nós vemos inclusive aqui nas comissões ministérios, principalmente as Forças Armadas – Ministério da Defesa –, virem pedir reforço de emendas, o que é até um paradoxo: ora, se o Orçamento é feito pelo Poder Executivo deveria contemplar prioritariamente todos os ministérios e os órgãos. E os parlamentares deveriam ficar com a incumbência específica de ver peculiaridades de Municípios, como foi citado aqui pelo Senador Valdir Raupp, de instituições, como as nossas universidades dos Estados da Amazônia. No entanto, isso realmente não terá jeito, Senador Valdir Raupp, enquanto nós não tivermos um Orçamento impositivo – senão, vamos ficar o tempo todo nessa situação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Nós votamos isso, Presidente, aqui no Senado com a luta do ACM, do Antonio Carlos Magalhães, que entrou com esse projeto do Orçamento impositivo. Acho que é a melhor solução. Se a receita é realizada de acordo com o Orçamento elaborado pelo Executivo e aprovado aqui pelo Congresso, por que não executar? É tão simples. A receita foi realizada, às vezes até com folga, com excesso de arrecadação. Por que não executar o Orçamento que foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Realmente. Aliás, a História diz que a origem do Parlamento foi exatamente para fazer o orçamento e não deixar que os reis usassem como quisessem o imposto que recolhiam.

E as nossas emendas, se formos ver, correspondem a mais ou menos 10% do total do Orçamento, e não é liberada nem metade desses 10%. Então, vamos deixar o Orçamento para lá, já que o Senado, como disse V. Exª, fez sua parte aprovando a questão do Orçamento impositivo. Aliás, seria o Orçamento normal, porque, em todos os países desenvolvidos, o Orçamento já é, de saída, impositivo. O Executivo é que, se quiser, tem de pedir autorização para alterá-lo.

Mas, voltando às explanações apresentadas, quero falar primeiramente com relação à questão aqui do nosso representante do Ministério das Relações Exteriores. Até perguntei dele o que significa América do Sul 1; é justamente a parte do sul das nossas fronteiras e que, justamente – eu diria –, é a parte mais desenvolvida das nossas fronteiras. Mas, na grande fronteira da Amazônia, do Norte e do próprio Centro-Oeste, é ainda pior a situação.

Eu estava comentando com ele antes sobre o meu Estado de Roraima, que é o menorzinho de todos do Brasil. Nós temos uma cidade na linha de fronteira com a Venezuela, que é Pacaraima, em que o problema, primeiro, comercialmente era o inverso: nós vendíamos para os venezuelanos. O que a Venezuela fez? Quando aprovamos uma área de livre comércio para Pacaraima, que nunca implantamos e depois até tiramos, os venezuelanos botaram uma zona franca na cidade vizinha de Santa Elena do Uairém e inverteram o processo. Então, o Estado de Roraima praticamente se abastece de gêneros alimentícios até lá, em Santa Helena.

No entanto, com relação à saúde, é a unidade de saúde, o hospital de Pacaraima que atende o pessoal daquela região. E não tem nenhuma contrapartida.

Então, entendo que esse ciclo de palestras que estamos fazendo possa redundar realmente num projeto que até aperfeiçoe esse plano lançado pela Presidente Dilma, que é o Plano Estratégico de Fronteiras, que tem vários vieses, mas nós temos de ter todos, inclusive este, da questão da saúde e da questão das relações diplomáticas. Realmente podemos até cuidar razoavelmente – e não cuidamos – do nosso lado, mas, se do lado do país vizinho há problemas, os problemas também vêm para nós, em todos os aspectos: segurança, drogas, saúde, tudo. Então, se não tivermos efetivamente uma integração, acho difícil que possamos avançar. Por isso, essas palestras são muito importantes, para ouvirmos os órgãos que lidam com essa questão e possamos, ao final deste ciclo que esperamos terminar até outubro, novembro, apresentar uma proposta, um projeto que seja um plano nacional duradouro, porque, se nós olharmos, nossa subcomissão é da Amazônia e da Faixa de Fronteira: a Amazônia sozinha são 61% do território nacional e, se acrescermos mais a faixa de fronteira até o Rio Grande do Sul, vamos ter aí 70% do território nacional envolvidos nessa região, uma região estratégica. Quer dizer, nós temos realmente uma constatação de que o Brasil continua preocupado com o litoral.

Parece que nós ainda estamos na época em que aqui chegou Pedro Álvares Cabral e, depois, a colonização se deu sempre no litoral, até porque veja que a concentração da população dos 300 quilômetros que vão do litoral para dentro tem 80% da população do País. Então, essa imensa faixa de fronteira que vai do Amapá, passando pelo Pará, Roraima, até o Rio Grande do Sul realmente é uma faixa muito pouco observada.

Por isso, é necessário ter, de fato, um plano nacional permanente, para que o Brasil, de fato, cuide da sua fronteira, principalmente considerando hoje os avanços nacionais. Vimos até ontem reportagens que mostram o uso daquele veículo não tripulado que pode filmar e detectar coisas na faixa de fronteira, mas, se não tivermos colaboração dos países vizinhos, vamos ficar fazendo, e ainda malfeito, o nosso lado.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Esse veículo não tripulado é o Vant (Veículo Aéreo Não Tripulado). Custa R$70 milhões, combustível caríssimo e de difícil operação, porque vai procurar e pode até detectar um contrabando, mas aí vai avisar a 300, 400 quilômetros de distância. Até chegar a operação lá, a coisa já aconteceu. Pelo menos o próprio Ministério da Justiça não está achando isso muito interessante.

Eu queria fazer apenas mais duas colocações. Na cidade de Costa Marques – o Dr. Paulo falou sobre a questão dos médicos –, havia seis médicos. Isso foi há cerca de seis meses, um ano. Eram seis médicos, cinco bolivianos, sem registro, sem CRM, e um brasileiro com registro. O Conselho Federal foi lá e impôs à prefeitura que demitisse todos os sem registros, que eram bolivianos. A cidade ficou com um médico. Não a cidade, mas praticamente uma região ficou com apenas um médico. Então, era preciso encontrar uma forma de um convênio, sei lá.

Sei que nossas universidades estão formando muitos médicos, mas eles não querem ir para as cidades remotas, isoladas. Então, esse é um problema sério de saúde que as fronteiras enfrentam também.

Outra coisa que nos poderia ajudar nas cidades de fronteira é um projeto que o Governo Lula lançou,

mas implantou até agora uma unidade, que é a Unila, Universidade de Integração Latino-Americana, que foi implantada em Foz do Iguaçu. E a informação que eu tenho é de que poderá estender-se para dez *campus* desses. Aí, eu pediria ao Ministério que nos ajudasse a implantar uma em Guajaramirim, que é uma cidade importante de fronteira; futuramente, será uma integração também de transporte de rodovia para o Pacífico. Devem sair duas usinas hidrelétricas de Ribeirão (binacional), próximo a Nova Mamoré e Guajaramirim e uma quarta, porque já estão saindo duas nacionais, Santo Antonio e Jirau, e essas duas ficariam mais próximas de Guajaramirim. Vai dar um movimento muito grande.

A Cachoeira Esperança, que é 100% boliviana, o Brasil vai ter de ajudar a construir. E a Cachoeira Ribeirão, que seria uma binacional próxima de Nova Mamoré e Guajaramirim. Então, esse *campus* da Unila, Universidade de Integração Latino-Americana, seria muito bem-vindo na cidade de Guajaramirim. Então, eu pediria ajuda ao Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra aos dois palestrantes, começando pelo Dr. João Luiz; depois, o Dr. Paulo de Tarso para suas considerações.

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Vou fazer um comentário – não é propriamente minha área; é mais da saúde –, mas é algo constante nas demandas que nós, no Itamaraty, recebemos. Esse problema da falta de médicos nas fronteiras é de 17 mil quilômetros. Não se aplica a um ou outro lugar.

O prefeito de Barra do Paraí me contou que ele, nos últimos oito anos, fez doze concursos e não conseguiu contratar nenhum médico. Essa luta de médicos estrangeiros também ocorre nessa fronteira do sul. Por exemplo, em Jaguarão, a criatividade do prefeito resolveu, de certa forma, o seu lado. O serviço de emergência ele contratou da Santa Casa, e a Santa Casa contratou os médicos uruguaios.

Então, do ponto de vista fiscal e legal, ele está coberto, mas a Santa Casa, não. Enfim, nessa região, nessa fronteira, o Brasil e o Uruguai assinaram um acordo de saúde, que, de certa forma, é piloto. Ele permite que as prefeituras de um lado da fronteira contratem os serviços médicos do outro lado da fronteira. Dessa forma, o prefeito de Paraí pode contratar o hospital de Bela União para prestar serviços.

O conceito é muito bom, mas a aplicação tem os seus problemas, e aí que o Itamaraty tem que se envolver, porque o sistema de saúde do Uruguai, por exemplo, é muito centralizado e não permite gastos fora do orçamento. Então, como o diretor do hospital de Bela União justifica os rendimentos dos serviços prestados à Quaraí? Então, esse problema de ajuste dos acordos é de que o Itamaraty tem que participar muito. Mas essa questão de prestação de serviços médicos é uma coisa que está crescendo e muito, porque a ausência de médicos na fronteira é algo que, daqui a pouco, vai virar uma crise, porque essa população está crescendo e é difícil explicar que, a duzentos metros, haja um centro de hemodiálise de primeira linha e que os pacientes do lado brasileiro precisem ir duzentos e cinquenta quilômetros numa direção e mais duzentos quilômetros na outra, para fazer hemodiálise duas vezes por semana.

Enfim, estamos trabalhando no sentido de identificar esses problemas de operacionalização dos acordos e tentar encontrar soluções dos dois lados, porque nós demandamos serviços também do outro lado, muitas vezes. Não é só numa mão. Em algumas regiões, por exemplo, na fronteira com o Uruguai, nossa população vai para o outro lado.

Muito obrigado.

O SR. PAULO DE TARSO – Esqueci de comentar algumas coisas. Pelo diagnóstico do grupo do SIS Fronteiras, a gente tem uma realidade um pouco diferente norte e sul. Isso é bem claro no relatório deles. Então, desses 121 Municípios, os Municípios fronteiras para o sul têm uma realidade um pouco diferente de necessidades dos Municípios fronteiras da questão norte.

E uma questão importante que me esqueci de comentar são os Municípios nossos fronteiras com a Venezuela, a gente tem, além disso, uma realidade de territórios indígenas que acabam demandando uma outra questão de necessidade em saúde também. Além da questão do estrangeiro, até uma dificuldade em questão de acesso em terras indígenas em torno daqueles Municípios de fronteira com a Venezuela.

A outra questão, com relação à falta de médico, em que foi evidenciada a contratação de profissionais estrangeiros. Acho que ela não é só nos Municípios de fronteiras. Acho que a falta de médico, desse profissional, é a minha especialidade, e a minha especialidade, então, está em extinção. Sou pediatra, e pediatria é uma carreira em extinção no Brasil, infelizmente. A tendência é, daqui a alguns anos, várias residências de pediatria fecharam no Brasil, porque não tem mais nem candidato querendo fazer pediatria. Então, a gente tem uma carência de profissionais médicos na hora em que você interioriza pelo Brasil. Então, nos grandes centros, há um aporte, um afluxo grande desses profissionais, tanto que, na área de urgência, que é a área em que trabalho na coordenação, na hora em que a gente vai expandir a questão da urgência agora para cem por cento do território nacional, esbarra na

questão do profissional médico, a questão da interiorização da urgência.

E aí, só para terminar, quando a gente pensa na fronteira, a gente lembra que o nosso Sistema Único de Saúde, graças a Deus – na minha opinião, um dos melhores do mundo –, preza pela universalidade. E a universalidade é o grande nome, porque é a garantia do atendimento a todo ser vivo, independentemente de ele ser ou não brasileiro. E é isso que é a grande riqueza nossa, ter esse sistema de proporcionar um momento como o de hoje aqui, de a gente sentar nesta Casa, no Senado, e como que juntos podemos construir não só para o brasileiro que mora naquele Município, como o senhor colocou, como para o outro que também tem acesso, seja ele do país vizinho, do Estado vizinho ou até de um país que não seja vizinho. É um sistema que a gente tem que construir, único e independentemente de o atendimento ser para o brasileiro ou não.

Então, é um desafio muito grande a gente conseguir a universalidade, a integralidade, a equidade e tudo que a nossa Carta Magna coloca com essa realidade tão diferente desse território nosso. Acho que é um desafio mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu quero até dizer que sou médico também. Acho que um dos grandes problemas com relação à atenção com a saúde é justamente porque, embora o programa de saúde da família tenha um pouquinho essa vertente, o que é certo é que o Brasil tem mais médicos do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde e, no entanto, mal distribuídos, concentrados nos grandes centros ou na região de fronteira e nas capitais. Se olharmos, por exemplo, capitais como Boa Vista, como Macapá, há número de médicos suficente. Agora, se andar duzentos quilômetros, já não tem médico mais no Município. Então, é importante que também sobre esse aspecto esta Comissão se debruce para que a gente possa apresentar, como eu disse, uma proposta que seja um plano completo e que possa ser duradouro, porque, senão, vamos ter operações pontuais e depois resultados que não resistem ao tempo e não produzem, portanto, efeitos para mudar essa realidade. Acho que, sob todos os aspectos, a faixa de fronteira tem que ser prioridade para o País, porque não é possível um País da dimensão do nosso ter dezoito mil quilômetros de fronteiras e não cuidar desses Municípios que estão aí, dessa população que está aí de maneira igual.

E, repito, estou convencido de que não faremos isso sozinhos. Temos que ter, realmente, uma parceria muito grande com os países que são vizinhos nossos, muitos deles em situação muito pior do que a nossa, mas outros também que poderiam, dentro de um tratado adequado, contrabalançar e ter um resultado positivo.

Então, quero agradecer a exposição do Dr. Paulo de Tarso, do Dr. João Luiz Pereira Pinto e dizer que esta Comissão realmente tem colhido já, ao longo do ano passado e deste ano, vários depoimentos de todos os atores, sejam federais, estaduais, municipais, em todos os aspectos de interesse dessa faixa de fronteira e da Amazônia, para que possamos realmente ter alguma coisa consubstanciada na realidade e no conhecimento das pessoas envolvidas nessa questão.

Agradeço e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia trinta de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Blairo Maggi**, **Ana Amélia**, **Aloysio Nunes Ferreira** e **Cyro Miranda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: **Item 1 – Requerimento nº 02, de 2011 – CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que diz: "*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater o '**Plano Estratégico de Fronteiras**', lançado no dia 08 de junho próximo passado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff. Para tanto solicito sejam convidados representantes dos seguintes*

órgãos: Gabinete e Segurança Institucional da Presidência da República; Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; e Ministério das Relações Exteriores". Resultado: aprovado. **Item 2 – Relatório sobre o Tema II, "Desenvolvimento Econômico e Social", do Ciclo de Debates da CREPAFF, conforme Requerimento nº 01, de 2011 – CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado em 03 de maio de 2011.** Resultado: aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às nove horas e cinqüenta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 10ª reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade discutir e apreciar requerimento de minha autoria, bem como relatório produzido sob o segundo tema do ciclo de debates Desenvolvimento Econômico e Social da Faixa de Fronteira, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2001, da Subcomissão Permanente, de minha autoria, aprovado em 3 de maio de 2011.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para debater o Plano Estratégico de Fronteiras lançado no dia 8 de junho passado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff. Para tanto, solicito que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passaremos agora à leitura do relatório referente ao Tema 2 do nosso trabalho sobre faixa de fronteira: Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira.

Primeiro painel: realizado no dia 9 de agosto de 2011 pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011, da CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, no primeiro painel do ciclo de audiências públicas destinado a debater o tema Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira, estiveram presentes à reunião os seguintes convidados: Srª Ana Maria Oliveira de Souza, Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa; Sr. Oduval Lobato Neto, Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia; Srª Cláudia Cybelle Freire, Coordenadora de Programas Macrorregionais do Ministério da Integração Nacional; Sr. Antonio José Alves Júnior, Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Gabinete da Presidência do Bndes; Sr. Wagner de Siqueira Pinto, Gerente-Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil; Srª Maria Letícia de Paula Macedo, Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal.

A Srª Ana Maria Oliveira de Souza explicou que a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa desenvolve um programa de interiorização do desenvolvimento desde 1997. Por esse programa, a receita arrecadada com a taxa de serviços administrativos é reinvestida em projetos de produção, infraestrutura, promoção e turismo e capital intelectual nos Municípios nos quais a Superintendência atua.

A expositora destacou que 93 Municípios beneficiados estão localizados na faixa de fronteira. De acordo com ela, no entanto, contingenciamentos orçamentários fazem com que nem todos os recursos arrecadados sejam aplicados desde 2008.

Informou, ainda, que os únicos recursos disponíveis foram os de emendas parlamentares. Em seguida, revelou que 2.007 projetos não puderam ser realizados por falta de financiamento nos últimos dois anos, projetos que beneficiariam até 50 mil famílias, informando que as previsões apontam para um baixo percentual de liberação de recursos muito abaixo do total arrecadado pela Suframa.

A convidada expressou preocupação com a não realização de importantes projetos para a região.

O Sr. Oduval Lobato Neto iniciou apontando que o Banco da Amazônia opera em todos os Estados da Amazônia Legal, onde é responsável por mais de 72% de crédito de fomento, sendo que as suas operações de crédito são direcionadas principalmente para a agricultura familiar e para as microempresas. Os recursos destinados para 2011 somam R$6,9 bilhões e provêm de fontes diversificadas, sendo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte a principal delas. O Banco participa de programas do Governo Federal, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Amazônia Sustentável. Calcula-se que a atividade do Banco da Amazônia já atendeu a mais de 78 mil famílias, desde 2004. Dentre as iniciativas da instituição, o palestrante destacou o FNO (Fundo de Desenvolvimento do Norte), itinerante, que busca, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, dar maior inserção econômica aos Municípios de menor renda.

Por fim, o palestrante enumerou desafios identificados pelo Banco, na busca de desenvolvimento econômico, como melhorar o nível de organização dos produtores, consolidando-se a cultura do cooperativismo, proporcionar a titularidade das terras, ampliar e melhorar a oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural, melhorar as infraestruturas econômicas, sociais e logísticas, viabilizar os licenciamentos ambientais.

De início a Srª Cláudia Cybelle Freire explicou que a faixa de fronteira é considerada um dos endereços da pobreza no País e é tratada como área prioritária pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional.

Diante disso, o Ministério da Integração Nacional desenvolve programa de desenvolvimento exclusivo para os 588 Municípios da região. O programa investe cerca de R$300 milhões por ano na faixa de fronteira, sendo que 97% dos recursos do programa advêm de emendas parlamentares.

Quanto à forma de aplicação desses recursos, a palestrante destacou: como há estudos para melhor compreensão da faixa de fronteira e entendimento com parlamentares para melhor adequar os investimentos à política do Governo Federal para o território. Enfatizou também a importância da integração de esforços com países vizinhos e de ações concertadas da União, dos Estados e dos Municípios.

O Sr. Antônio José Alves Júnior começou explicando que o BNDES não tem programa específico para a faixa de fronteira. A redução das desigualdades sociais e regionais é parte da missão do banco e integra os valores promovidos pela instituição, segundo ele.

Ainda, segundo ele, o BNDES desenvolve ao tempo uma política regional já bastante robusta, que inclui microrregiões na faixa de fronteira. Já há resultados expressivos e o banco está pronto para aumentar a sua colaboração.

Sr. Wagner de Siqueira Pinto adiantou que iria tratar do tema pelo detalhamento da estratégia nacional de desenvolvimento regional sustentável, definindo essa como uma atuação negocial do banco, que pretende fomentar atividades produtivas, economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. A lógica da estratégia é identificar vocações produtivas nas comunidades em que o banco atua, mediante articulação com a sociedade, fortalecer essa cadeia produtiva. O convidado informou que a aplicação dessa nova estratégia já beneficiou mais de um milhão de pessoas e relatou que a experiência do Banco do Brasil com a estratégia aponta que o seu uso implica redução dos índices de inadimplência dos contratos.

Além do desenvolvimento regional sustentável, o expositor mencionou também uma parceria com o exército brasileiro para instalação de 14 postos de atendimento, para atender a militares e cidadãos nas fronteiras da Venezuela, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.

A Srª Maria Letícia de Paula Macedo afirmou que não existe um programa específico da Caixa para a faixa de fronteira. A própria natureza da instituição, que combina elemento de bancos comerciais e sociais, influi no direcionamento de ações para essa região. De acordo com a expositora, a permeabilidade atual do banco, presente em todos os Municípios do País, permite suprir serviços de crédito, inclusão bancária, habitação e saneamento, transferência de benefícios, gestão de fundos e loterias por meio de unidades bancárias móveis, montadas em embarcações ou veículos terrestres e de correspondentes bancários; sobre os correspondentes bancários disse que, além de resultado na inclusão bancária das populações remotas, essas unidades promovem o desenvolvimento das economias locais.

Esse longo alcance dos serviços oferecidos beneficia regiões de fronteiras mais isoladas, segundo ela. Mencionou ainda outras ações do banco, como impacto nas regiões fronteiriças, como cooperação internacional com foco no Conesul, ampliação de relacionamento com países de fronteira e apoio de arranjos produtivos locais, na área de fronteira.

Segundo painel: realizado no dia 16 de agosto de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, o segundo painel do ciclo de audiências, destinado a debater o tema desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras, contou com a presença dos seguintes convidados: Sr. Roberto de Medeiros Dantas, gerente do Programa Calha Norte;

Sr. Erlon de Almeida, assistente do diretor geral brasileiro da Itaipu Binacional.

O Sr. Roberto de Medeiros Dantas, inicialmente, apresentou o Programa Calha Norte, existente desde 1985 e, hoje, vinculado ao Ministério da Defesa. Sua área de atuação abrange 194 Municípios, em seis Estados, por toda a faixa de fronteira da região Norte. O palestrante explicou que a missão do programa é trabalhar o binômio indissociável "desenvolvimento e segurança", fundado no entendimento de que não há País soberano, que não seja desenvolvido e, ao mesmo tempo, não há país desenvolvido que não seja seguro.

Para cumprir esse propósito, o programa possui quatro ações na vertente militar e uma ação na vertente desenvolvimento. As quatro ações voltadas para a manutenção da soberania e da integridade territorial são: a construção e manutenção da infraestrutura de todas as unidades militares da região; a manutenção dos aeródromos, instalados nos pelotões especiais de fronteira; a adequação de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial; e a adequação da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira.

A ação voltada ao desenvolvimento regional consiste na implantação de infraestrutura básica nos Municípios da área de atuação do programa. Os projetos dessa ação são custeados por emendas parlamentares.

Analisando dados orçamentários do programa, o convidado destacou uma discrepância no financiamento das duas vertentes. A Lei Orçamentária de 2011 destina R$416 milhões à vertente civil, mas apenas 68 milhões às ações da vertente militar. Lembrando que o programa custeia todas as unidades militares das três forças na região, o Sr. Roberto asseverou haver uma deficiência de recursos para as ações da vertente militar.

O palestrante revelou ainda que o Programa Calha Norte foi elevado à credibilidade junto aos parlamentares, em razão do alto nível de aproveitamento dos recursos de emendas. Além disso, a infraestrutura e logística militares permitem o programa chegar a lugares inacessíveis como os demais órgãos estatais.

Em conclusão, destacou que o Calha Norte transcende e muito o aspecto militar, é um programa governamental arrojado, multidisciplinar, de considerável alcance social e cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região.

O Sr. Erlon de Almeida disse que a Itaipu Binacional adotou novo conceito de desenvolvimento a partir de 2003; por esse, todas as ações da empresa têm que ter sustentabilidade e as áreas do entorno da usina passam também a fazer parte de sua atuação.

Ainda dentro dessa nova visão o palestrante afirmou acreditar que o fortalecimento do tecido social da faixa de fronteira contribui para a promoção da soberania brasileira.

Em seguida, citou exemplos de ações desenvolvidas pela Itaipu Binacional nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e tecnologia. Ações como distribuição de bolsas escolares, apoio à construção de universidades e recuperação de matas ciliares.

O palestrante destacou que a empresa busca coordenar sua atividade com as dos municípios da faixa de fronteira e as dos governos locais do Paraguai e da Argentina.

Por fim, revelou estar bastante otimista quanto ao desenvolvimento da faixa de fronteira após a instituição, em 2010, da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (Cdif).

Terceiro painel: realizado no dia 23 de agosto de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, o terceiro painel do ciclo de audiências públicas destinado a debater o tema "O Desenvolvimento Econômico e Social na Faixa de Fronteira", ouviu os seguintes convidados: Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento da América do Sul 1, do Ministério das Relações Exteriores; e Dr. Paulo de Tarso, Coordenador Geral de Urgência e Emergência, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde.

O Ministro João Luiz Pereira Pinto abriu sua exposição explicando que o Itamaraty tem duas responsabilidades com relação às fronteiras. A primeira é a caracterização da fronteira, com manutenção e colocação de marcos em conjunto com a autoridade dos países limítrofes, e a outra é a coordenação e a cooperação com esses países nas demais ações da região.

O palestrante notou uma mudança de perspectiva sobre o assunto. Antes, as fronteiras eram onde terminava o Brasil, hoje são onde começa a integração. Isso se deve ao aumento da população e das atividades na área, o que tem levado a um aumento da interação com países vizinhos.

Sobre a relevância da faixa de fronteira, destacou que, se fosse um país, seria o terceiro maior da América do Sul e o décimo do mundo em território; e a sua população seria maior do que a população do Paraguai.

Sobre a importância da coordenação e cooperação com países vizinhos, argumentou que as fronteiras são barreiras psicológicas para as pessoas, mas não são barreiras para os efeitos que essas pessoas provocam. E para ilustrar, citou o exemplo da vacinação contra febre aftosa, cujo sucesso depende da atuação conjunta nos dois lados da fronteira. Disse também que todos os países vizinhos têm demandado maior cooperação brasileira para melhorar a situação das populações fronteiriças.

Como ferramentas usadas pelo Itamaraty para coordenação na área mencionou os comitês de fronteiras mais comuns nas regiões Sul e Sudeste, onde há uma população maior em ambos os lados da fronteira, os mecanismos de coordenação de alto nível que têm como propósito manter o alto escalão das chancelarias informado sobre a situação dessas áreas e os acordos específicos, que permitem às populações de determinadas áreas o acesso transfronteiriço aos serviços de saúde e de educação e ao mercado de trabalho.

O convidado revelou ter sido detectada falta de comunicação entre o Governo brasileiro e as populações fronteiriças. Estas não recorrem, por desconhecimento, a benefícios de acordos específicos em vigor e o Governo não possui conhecimento suficiente das necessidades reais dessas populações.

Quanto a esse problema, mencionou que o Itamaraty está elaborando o cenário atual da fronteira com Argentina e Uruguai, em colaboração com o governo daqueles países. Esse diagnóstico – informou – será distribuído aos integrantes da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

O Dr. Paulo de Tarso tratou, em sua palestra, do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), um projeto do Ministério da Saúde iniciado em 2009 para integração de ações de serviços de saúde na área de fronteira. O palestrante explicou que a primeira etapa do projeto, já em fase de conclusão, realizou um levantamento da situação da saúde e das necessidades de cada um dos 121 Municípios abrangidos. Esse diagnóstico resultou num investimento de R$4,5 milhões em material e gestão nos serviços de saúde desses Municípios, além de falar que as respostas das secretarias municipais de saúde ao projeto têm sido bastante positivas.

Segundo o convidado, os problemas mais comuns detectados durante esse levantamento foram: o exercício ilegal dos profissionais de saúde estrangeiros; a inexistência de ações conjuntas no combate à malária, dengue, leishmaniose, hanseníase e tuberculose; e, por fim, a dificuldade de atendimento aos estrangeiros e aos brasileiros que moram nos países vizinhos.

Em conclusão, o palestrante revelou que o projeto passa agora para a segunda etapa, que implementará ações conjuntas de atenção à saúde, de maneira integral para a região da fronteira brasileira.

É o relatório.

Antes de colocá-lo em discussão, eu quero só chamar atenção aqui para como ficou bem explicitado, nos diversos expositores, que vários desses programas da área de fronteira só subsistem por causa de emendas parlamentares. Isto é, o Governo de fato não coloca recursos, não tem dado prioridade para essa área importante que é a faixa de fronteira brasileira, sem falar na Amazônia como um todo.

Então, está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Antes do encerramento da reunião, coloco em votação.

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todos, informo aos membros que retomaremos o ciclo de audiências públicas da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira no dia 13 de setembro. Nessa ocasião, iniciaremos o terceiro tema, que é Infraestrutura, com um representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e com o Diretor de Infraestrutura Aquaviária, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, conforme o Requerimento nº1, de 2011, já aprovado em 3 de maio de 2011.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 50 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e três minutos do dia treze de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença da Senhora Senadora **Ana Amélia** e dos senhores Senadores **Blairo Maggi, Jorge Viana, Aloysio Nunes Ferreira** e **Cyro Miranda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da

leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. O Presidente convida a compor a mesa o senhor Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, que faz sua exposição. É apresentado, como item extrapauta, o **Requerimento nº 03, de 2011 – CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que "*nos termos regimentais, solicita a realização de Audiência Pública conjunta desta Subcomissão, com a Subcomissão da Amazônia da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com as presenças de representantes dos trabalhadores rurais dos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, além de representação do MPF, da Policia Federal, da CPT, dos governos dos três estados, da OAB – Conselho Federal e representação do Governo Federal, a serem definidos posteriormente, para discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal, criada para visitar "in loco" os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia*". Resultado: aprovado o Requerimento. Após a exposição final do convidado, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Presidente encerra a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização do primeiro painel do terceiro tema do nosso ciclo de audiências públicas intitulado Infraestrutura.

Para proferir a palestra da reunião, foi convidada a seguinte autoridade – quem aproveito e convido para compor a Mesa, aliás, já a está compondo –: Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Quero informar ao ilustre convidado que terá o tempo necessário para sua exposição e, após a exposição, concederemos a palavra aos Senadores e Senadoras que desejarem para os esclarecimentos que S. Exªs entenderem necessário.

Para dar início à apresentação, concedo a palavra ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Exmº Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Exmºs Srs. Senadores e autoridades aqui presentes, quero, em nome do General Fraxe, Diretor-Geral do Dnit, agradecer o convite para essa importante atividade. |Acho que é dever nosso, dever de quem está no Executivo, comparecer ao Congresso, participar desse tipo de debate, prestar sempre os esclarecimentos e tentar construir as políticas públicas.

O General Fraxe, hoje, encontra-se em visita a São Paulo com a Presidenta da República e com o Ministro dos Transportes e, em nome dele, eu quero agradecer essa deferência ao Dnit.

Essa questão da infraestrutura na faixa de fronteira é um tema bastante interessante, bastante importante, e não é por outro motivo que lá atrás se pensou no Programa Calha Norte dentro das suas vertentes de segurança e desenvolvimento, e é um desafio conciliar desenvolvimento econômico e segurança nacional.

Na faixa de fronteira nós temos baixo índice de desenvolvimento humano, carência de infraestrutura em todas as áreas, infraestrutura básica, principalmente também na área de infraestrutura de transportes, baixa densidade demográfica em relação à extensa área, problemas com ilícitos transnacionais, problemas fundiários, problemas relacionados à questão indigenista e como integrar o Brasil e preservar a segurança das fronteiras. Acho que aí a política de transportes é fundamental nesse aspecto.

O Brasil conta hoje com um Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), um planejamento de longo prazo na área de transportes. E isso é da maior importância.

O PNLT deve embasar a formulação e a indicação dos investimentos para os Planos Plurianuais. Significa um resgate de um planejamento de longo prazo. É uma proposta de Estado, não uma proposta de Governo. Uma proposta que perpassa vários governos. O horizonte do PNLT hoje é até 2023.

O planejamento de transportes tem de ser suportado para uma modelagem de transportes, uma modelagem alicerçada em pressupostos macroeco-

nômicos consistentes, por simulações e projeções de transportes.

E, com o produto do PNLT, nós temos um portfólio de projetos prioritários estruturantes.

Os objetivos do plano, e aí eu ressalto o plano, porque esse plano tem de ser valorizado, ele tem de ser seguido, ele tem de ser a bíblia do executor, no caso o Dnit, a Valec, dos executores do Ministério dos Transportes, dos braços executivos do Ministério. Como objetivos, então, temos a otimização dos custos da cadeia logística, que permeiam em todos o processo, entre as origens e destinos do fluxo de transportes; a mudança para uma matriz de transportes mais equilibrada, privilegiando o transporte ferroviário e o transporte viário, este, particularmente, muito importante para a nossa região Amazônica, por causa da nossa vocação logística temos de aproveitar os nossos caminhos naturais que são as hidrovias; a preservação ambiental, e foi contemplada nessa questão do Plano Nacional de Logística de Transportes, e nós precisamos enquadrar os projetos estruturantes ao desenvolvimento socioeconômico do País. De que forma? Aumentando a eficiência produtiva das áreas consolidadas, induzindo o desenvolvimento de áreas de expansão de fronteiras agrícolas e minerais, reduzindo as desigualdades regionais em áreas deprimidas e, principalmente, fomentando a integração regional sul-americana. E aí entra a questão da faixa de fronteira, não só na fronteira Amazônica, mas também nas nossas fronteiras oeste e sul.

Os projetos que se destinam a reforçar e consolidar esse processo de integração da infraestrutura sul-americana vão permitir a realização de trocas comerciais, o intercâmbio cultural e social entre o Brasil e os países vizinhos.

O que está previsto no plano, em sua grande maioria, são projetos de implantação ou melhoramento da estrutura viária em regiões próximas a fronteira. E aí eu destaco a questão das pontes internacionais.

Recentemente, foi concluída, no Estado do senhor, a ponte sobre o rio Itacutu, ligando o Estado de Roraima à Guiana.

Nós temos também uma ponte internacional prevista sobre o rio Oiapoque, uma ponte de 378 metros de extensão, ligando o Amapá à Guiana, por meio da BR-156, um empreendimento de R$115 milhões. A ponte está praticamente concluída, faltam os acessos e as instalações de fronteira. As instalações da Receita Federal e da Polícia Federal são fundamentais nesse empreendimento.

Temos prevista a segunda ponte internacional sobre o rio Paraná, em Foz do Iguaçu, ligando Foz do Iguaçu a Puerto Franco, um investimento de R$360 milhões, com previsão de conclusão para 2014, esta em fase de projetos e obtenção de licenças.

Nós temos uma ponte internacional também prevista na fronteira do Brasil com o Uruguai, em Jaguarão, esta com projeto em andamento. Vai ser uma ponte bastante extensa e muito importante.

O PNLT tem que ser o nosso grande balizador das ações do Dnit e da Valec. Tenho falado aqui sobre a parte rodoviária do Dnit, mas também temos as ações de ferrovias que estão previstas e que têm por executor a Valec.

Então, nós temos um grande eixo no Brasil, hoje, que é a ferrovia Norte-Sul, que vai se interligar, no Nordeste, com a ferrovia Transnordestina, eu vai ligar os portos de Pecem e Suape à ferrovia Norte-Sul.

Teremos a ligação de Ilhéus a Tocantins, com a ferrovia de integração Oeste-Leste, e chegando também na ferrovia Norte-Sul, a ferrovia de Integração Centro-Oeste. Esta vai até a fronteira com a Bolívia. Então, também uma ação na área de fronteira.

O PNLT tem agregado aos vetores logísticos nacionais outros vetores que vão fomentar a integração regional sul-americana. Então, é o Arco Norte, e aí o destaque para os Estados de Roraima e Amapá. O Amapá, por meio da BR-156; Roraima, por meio das BRs-174 e 401. A BR-401 ainda com intervenções a serem feitas, com quilômetros a serem pavimentados, para ligar Boa Vista a Normandia; um corredor amazônico, onde vamos utilizar as hidrovias, a integração de rios colombianos com o rio Içá, que é afluente do Amazonas. A hidrovia do Madeira, também já no ramo Pacífico norte. Nós temos um corredor que chamamos de Boliviano, o corredor da Bolívia, e o corredor do Prata e Chile. Então, esses são os vetores logísticos de integração com a América do Sul.

A tendência, hoje, qual é? O nosso maior parceiro comercial, hoje, é a China. A China ganhou uma importância muito grande, deslocou esse centro de gravidade do comércio internacional. Então, é natural que o Brasil tenha que se voltar para o Pacífico, e aí os empreendimentos, tanto ferroviários quanto hidroviários no sentido de alcançar o Pacífico.

No portfólio de investimentos do PNLT, nós temos previsto a ferrovia transcontinental, e essa ainda não está contemplada no PAC e em nenhum programa de investimento do Governo Federal. É uma ferrovia que está prevista no Plano Nacional de Logística e Transportes, ligaria o norte Fluminense, passaria por Muriaé, Ipatinga e Paracatu, em Minas; depois, Brasília, Uruaçu, em Goiás, Cocalzinho, Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, chegando a Vilhena, em Roraima e Rio Branco, Cruzeiro do Sul, no Acre, fazendo essa ligação também depois com o Peru.

Precisamos fazer intervenções de navegabilidade no rio Içá, integrando-o com o rio Putumayo, na Colômbia. É importante a gente garantir a navegabilidade do rio Madeira, e aí nós temos a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em que não foram previstas as eclusas, porque são intervenções caras, e isso teria um impacto na tarifa a ser cobrada por aquelas concessionárias, mas são obras complementares que vão aumentar a extensão dessa hidrovia, praticamente quadruplicar a hidrovia. A eclusa de Abunã, também em Rondônia, é uma obra importante.

Então, nós temos que usar esse eixo do rio Madeira, ligando-o aos rios da Bolívia, para que a gente possa fomentar essa saída hidroviária, aproveitando esse potencial natural que são as hidrovias do norte do Brasil.

Temos que pavimentar 75 quilômetros da BR-401 para chegar até a fronteira da Guiana. E temos outras obras importantes no sul do Brasil, por exemplo, a BR-116, a duplicação chegando até Jaguarão, até a fronteira com o Uruguai; em Roraima, a 429, que é a ligação Presidente Médici – Costa Marques, uma obra que está em andamento, um investimento previsto em R$350 milhões até 2014. Nós temos já trechos pavimentados em tratamento superficial duplo, outros ainda em fase de terraplanagem; a BR-317, que hoje se encontra com obras da divisa do Acre até Boca do Acre, no Amazonas; a BR-156, com obras de Ferreira Gomes até o Oiapoque, que vai nos ligar à Guiana Francesa; obras da ordem de R$300 milhões, e, além disso, na área hidroviária, nós temos os importantes corredores hidroviários do rio Paraguai, Paraná – Tietê. O Paraná – Tietê, hoje, é uma prioridade nossa, vai haver investimentos da ordem de R$1 bilhão em melhoramentos, em sinalização, em adequação do corredor; também o corredor da Amazonia, dragagem do corredor do Paraguai no Passo do Jacaré, próximo a Ladário, e o corredor do Mercosul, no sul do Brasil, com mais ou menos R$70 milhões de investimento previsto.

Então, essas são as principais intervenções na área rodoviária e na área hidroviária, em relação à faixa de fronteira.

Como estratégia, o que a gente vislumbra, de repente, é o emprego mais maciço do Exército nesse tipo de obra. O General, quando esteve aqui na sabatina, disse que a ideia era diminuir as obras a serem delegadas ao Exército, isso em respeito à capacidade operacional do Exército. Então, quanto às obras grandes, a ideia é que se passe realmente para as construtoras, mas nessas regiões do Brasil a participação do Exército é fundamental, porque o Exército estaria presente, atuando no terreno, atuando no seu teatro de operações, presente na fronteira e se adestrando para as atividades de combate, por meio da realização dessas obras.

Então, a participação do Exército nessas obras em faixa de fronteira é uma das soluções vislumbradas, é uma das estratégias vislumbradas pelo Dnit. A ideia é empregar o Exército maciçamente nessas obras, procurar os termos de cooperação.

Nós temos situações complicadas, por exemplo, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista indigenista, cito a BR-307, que faz a ligação de São Gabriel da Cachoeira a Cucuí. Hoje, é uma rodovia estritamente de uso militar. É uma rodovia que liga a nossa brigada de infantaria de selva de São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, aos pelotões de fronteira da Cabeça do Cachorro, e que, hoje, o Exército tem uma dificuldade muito grande em fazer a manutenção, porque ela faz parte do Parque Nacional do Pico da Neblina, e isso impede a retirada de materiais para a sua conservação. Então, se essa questão não for resolvida a curto prazo, se não houver essa desafetação da rodovia, é uma obra que, com o tempo, vai se perder. É um trecho implantado, não é uma rodovia pavimentada, então, fatalmente, em pouco tempo ela vai ficar completamente intransitável, e é uma rodovia importante do ponto de vista da segurança nacional por causa da mobilidade das tropas e por causa da questão dos suprimentos.

Preocupa-nos também a questão das reservas indígenas nas regiões em que temos as obras. Não se tem chegado numa razoabilidade, em termos de exigência, e há uma mudança muito grande de solicitações. Então, ora o nosso plano básico ambiental, no que diz respeito a componente indígena, prevê uma série de coisas, mas aí as tribos não entram num acordo, elas brigam, as exigências vão aumentando, vão aumentando, isso impõe um ônus grande em termos de orçamento, isso compromete os nossos orçamentos, e é uma questão que a gente precisa estudar, como ter essa razoabilidade no que diz respeito às exigências para o componente indígena.

Basicamente é isso. A ideia do Dnit é seguir aquilo que está previsto no Plano Nacional de Logística e Transportes, como grande balizador das nossas políticas, é investir nessas rodovias e hidrovias prioritariamente, empregando o Exército onde for possível, dentro da própria capacidade operacional da Força, por meio de termos de cooperação, tentando resolver esses problemas ambientais e esses

problemas com as comunidades indígenas, com a Funai, para a gente ter êxito na nossa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Gostaria de fazer algumas observações e até solicitações, mas não perguntas.

Primeiro, ficou evidente, na explanação, que essa faixa de fronteira é muito variável. Por exemplo, um Estado como o meu não pode contar com rios, não tem rio navegável. O único rio que temos, que é o rio Branco, só é navegável em determinada época do ano e assim mesmo até certo ponto. Enquanto que em outros Estados, predominantemente, o transporte ideal é o hidroviário. Certos parodoxos, como por exemplo, quando se fala em ferrovia Norte-Sul, vai de que Estado? De um Estado do Nordeste para o Sul do Brasil. Realmente, a gente verifica que a questão da Amazônia, da faixa de fronteira precisa estar atualizada.

Eu defendo aqui, por exemplo, a participação mais intensa nessa região... Eu até concordo com o General quando ele diz que não se deve colocar o Exército em certas obras, por exemplo, no Sul, no Sudeste, onde existem facilidade e competitividade das empresas, mas na região da fronteira e da Amazônia especialmente, os batalhões especiais de construção são indispensáveis. Agora, é evidente que eles não funcionarão se não tiverem condições de recursos tanto humanas quanto financeiras.

O próprio Projeto Calha Norte aqui mencionado só existe por conta de emendas parlamentares, as tão malfaladas emendas parlamentares.

Entendo que, embora o Dnit esteja começando um novo momento, é muito importante que se faça um diagnóstico adequado para essa região, especialmente – repito – para a faixa de fronteira, porque é por lá, como disse V. Sª, que todos ilícitos transfronteiriços acontecem, e é responsabilidade da União a faixa de fronteira. Na verdade, é responsabilidade da União, mas fica nas costas dos Municípios e dos Estados, que também não têm autonomia de nenhuma ordem para tomar conta direito dessa extensa região de 18 mil quilômetros que envolvem dez países fronteiriços diversos e os nossos Estados, também diversos, tanto da Amazônia quanto do Centro-Oeste, quanto do Sul.

Gostaria só, ao final, de fazer um pedido a V. Sª, para, se puder, encaminhar à Comissão dados adicionais – estatísticas, números, enfim, previsões – para que possamos justamente embasar o nosso relatório final. Todos os aspectos já abordados aqui são importantes, mas a infraestrutura é fundamental, inclusive para resolver o problema do Índice de Desenvolvimento Humano, a questão demográfica, a questão de saúde. Todas as outras questões ficam muito amarradas à questão da infraestrutura.

Imagine alguém que adoece lá na Cabeça do Cachorro, na fronteira com a Colômbia, para chegar à sede do Município de São Gabriel da Cachoeira, a dificuldade que tem. Então, é importante que nós tenhamos realmente uma infraestrutura melhor, seja hidroviária, rodoviária, ferroviária, porque hoje o que temos muito nessa faixa de fronteira e que quebra o galho, principalmente na Amazônia, é a aeroviária. Não fosse a Força Aérea Brasileira, muitas dessas populações, inclusive indígenas, estariam talvez hoje sendo dizimadas por doenças, como é o caso dos ianomâmis, tão falados, que existem no meu Estado e no Estado do Amazonas e que são vítimas de uma série de doenças. Entre elas, uma que é endêmica, a oncocercose, leva à cegueira precoce, além de outras lesões. Então, é importante que a gente possa ter todo esse diagnóstico, com todos os componentes. Repito: a infraestrutura é um ponto vital, se nós pensamos numa região tão extensa quanto é a faixa de fronteira e a nossa Amazônia.

Então, quero agradecer a presença do palestrante, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, e vamos ainda aprovar um requerimento finalmente.

Apenas para ler o Requerimento nº 3, da Crepaff:

Nos termos regimentais, solicitamos a realização de audiência pública conjunta desta Subcomissão com a Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença dos representantes dos trabalhadores rurais dos Estados do Pará, Amazonas e Rondônia, além de representação do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Comissão Pastoral da Terra, dos Governos dos três Estados, da OAB, Conselho Federal de Representação do Governo Federal, a serem definidos posteriormente para discutir os trabalhos desenvolvidos pela comissão externa do Senado criada para visitar *in loco* os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos Estados do Pará e Rondônia.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Valdir Raupp, Cristovam Buarque** e **Cyro Miranda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A Presidente convida a compor a mesa a senhora Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; o senhor Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional; o senhor Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; senhor Daniel Todtmann Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; e o Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Deparamento de América do Sul I do Ministério das Relações Exteriores, que fazem suas exposições. O Senador **Valdir Raupp** faz uso da palavra. É apresentado, como item extrapauta, o **Requerimento nº 04, de 2011 – CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que "*requer, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Para tanto, requer que sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico*". Resultado: aprovado o Requerimento. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidente encerra a reunião às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senadora **ANA AMÉLIA,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião se destina à realização do 2º painel do terceiro tema do nosso ciclo de audiências públicas intitulado Infraestrutura.

Para proferir as palestras desta reunião, foram convidadas as seguintes autoridades, a quem aproveito e convido para compor a Mesa: Drª Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Bem-vinda, Drª Inês da Silva.

Dr. Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional; Dr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Dr. Luiz Carlos Bueno de Lima, Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Dr. Daniel Todtmann Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, e Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor

do Departamento de América Sul I do Ministério das Relações Exteriores.

Queria agradecer antecipadamente a presença dos senhores convidados e dizer que cada um dos convidados terá o tempo de dez minutos para a exposição, e, após, vamos conceder a palavra aos Senadores e às Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Passo a palavra à Drª Inês da Silva Magalhães, da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Muito bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Senadora, pelo convite. É um prazer estar novamente na Casa para apresentar as nossas ofertas de programas que podem ser utilizados para dotar as cidades de infraestrutura no que se refere aos assentamentos precários e à produção habitacional.

Trouxe aqui uma apresentação, mas acho que vou falar em razão do tempo. Vamos deixar à disposição. Quero aproveitar para cumprimentar os meus companheiros de Mesa, nossos companheiros do Ministério das Cidades.

A Secretaria de Habitação tem seus dois eixos principais de atuação inseridos no PAC.

De um lado, uma oferta para os Municípios realizarem a urbanização integrada dos assentamentos precários, ou seja, localizar nas cidades de todos os tamanhos as áreas em que haja uma carência não só de infraestrutura, mas em que sejam necessárias melhorias habitacionais, estabelecimento de novos equipamentos, melhoria do sistema viário e, nessas poligonais, realizar o que a gente chama de urbanização integrada. Então, esse é um dos eixos de trabalho que nós temos.

No PAC 1, ele investiu cerca de R$22 bilhões nas obras que vêm sendo realizadas, e agora, para o PAC 2, temos mais R$30 bilhões, uma parte desses recursos já selecionados, e 50% deles que deverá ter uma oferta, uma seleção pública no segundo semestre deste ano.

Uma outra linha importante que nós temos é o Minha Casa, Minha Vida, que foi aprovado no primeiro semestre nesta Casa e que abrange linhas de atendimento, uma modalidade para Municípios até 50 mil habitantes, onde, em parceria ou não com o Ministério Público, o Governo Federal, por meio da Caixa Econômica, compra os empreendimentos ofertados, feitos pela iniciativa privada, e os Municípios ou os Estados selecionam as famílias, que devem ter renda até R$1.600,00, priorizadas, assim como estabeleceu a lei aprovada nesta Casa, as famílias que têm mulher, chefes de famílias, pessoas residentes em áreas de risco ou famílias que tenham pessoas com deficiência física. Essa prioridade, esse elenco de prioridades, pode e deve ser conjugado com as prioridades municipais, que devem, necessariamente, ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação e, quando não houver, o de Assistência. Essa linha deve entregar, até o final deste ano, mais cem mil unidades.

Cumprimos a primeira etapa do programa, que foi a contratação de um milhão de moradias para o atendimento às famílias que ganhavam, na época do Minha Casa, Minha Vida, até R$4.600,00. Essa meta agora vem sendo entregue. Já estamos na segunda fase do programa, em que serão contratadas, pela meta, até 2014, dois milhões de moradias, sendo 1,2 milhão moradias para atendimento de famílias com renda de até R$1.600,00. Dentro desse universo temos essa atuação, como disse, nessa modalidade em que compramos esses empreendimentos e a Prefeitura indica a demanda, uma modalidade que é para os trabalhadores e agricultores rurais. Essa modalidade é muito importante no sentido de conjugar o esforço da Presidenta Dilma para o Brasil Sem Miséria. Quer dizer, ela está conjugada a esse esforço para que a habitação seja um dos componentes para contribuir com essa meta. Ela atende agricultores de três faixas de renda. A ideia é a de que o DAP, a Declaração de Aptidão ao Pronaf, seja o comprovante de renda. Quer dizer, é mais um esforço para que a gente reconheça as diferenças que há em se fazer um programa para a área rural. Acho que esse é o grande desafio que enfrentamos nesse período. Se você quiser fazer um programa que atenda às necessidades do trabalhador rural, do pequeno agricultor, ele deve reconhecer os instrumentos que são inerentes a esse público. Então, a questão de reconhecer a renda por meio de um instrumento que já é usado para o crédito agrícola foi um deles. O outro é o retorno mínimo que tem que ser dado, que, no caso do primeiro grupo, do grupo de mais baixa renda, que ganha até R$15 mil/ano, que é de 5%, pode ser feito por retornos anuais. É um pouco a lógica de que a agricultura funciona na questão da safra. O grupo dois é um grupo em que o agricultor familiar pode pegar um financiamento. Para esse financiamento, ele pode receber um subsídio de R$7 mil a R$9 mil. Ele, então, pode acessá-lo para a construção ou para a reforma do seu imóvel. O grupo três é um grupo que não recebe um subsídio complementar, mas tem a cobertura do seguro para esse empréstimo.

A divisão nesses três grupos expressa o reconhecimento das diferenças entre os agricultores familiares e, sobretudo, vem, na verdade, sanar uma das lacunas da oferta de crédito nessa área, em que o agricultor tinha, muitas vezes, um crédito para refor-

mar a pocilga, para reformar a sua pequena indústria de transformação, mas não tinha para reformar sua própria casa. Esse é um programa que realmente nos deixa muito felizes.

O outro é específico para os Municípios abaixo de 50 mil. É operacionalizado por um conjunto de instituições financeiras que participam do que chamamos de oferta pública, ou seja, o Tesouro Nacional e a Secretaria de Habitação ofertam um conjunto de subsídios em que se possibilita que várias instituições financeiras e Cohabs possam acessar e operar esse subsídio para a pessoa, em parceria com a Prefeitura. Então, cabe à Prefeitura, quando soltamos a seleção, inscrever-se e organizar a sua demanda, e a instituição financeira que trabalhar naquela região vai e faz a parceria com a Prefeitura para construir as casas.

A ideia dessa oferta pública é de que a gente vá formando, também no País, outras instituições que operem a questão habitacional e possibilitem principalmente trabalhar com os pequenos Municípios e ter novos atores, além, evidentemente, da Caixa Econômica, que é nosso principal e fundamental parceiro na implementação desse programa.

Então, essas são as linhas que estão colocadas. Nós temos um enorme desafio, que é, na verdade, ter uma forte parceria com os governos municipais e estaduais, de modo a que os investimentos e os recursos hoje disponibilizados pelo Governo Federal possam chegar de maneira mais efetiva e rápida ao beneficiário final. Quer dizer, acho que esse é o maior desafio. E a cada ano nós viremos transformando os programas, buscando aprimorar isso, para que realmente a gente construa um País melhor.

Nós temos, hoje, a questão dos investimentos perenes resolvidos e precisamos agora fazer um trabalho forte de desenvolvimento institucional também, para que essa institucionalidade responsável, no caso da habitação, seja capaz de enfrentar um problema com a dimensão que tem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Drª Inês. Como a senhora precisa deixar a audiência em função de outro compromisso...

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Eu deixo aqui a Diretora Mirna, que pode responder a todas as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A senhora fez um relato geral. Eu gostaria também de agradecer-lhe. Estou hoje presidindo esta audiência pública em nome do nosso Presidente, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que me incumbiu dessa tarefa, que procurarei desenvolver da melhor maneira possível. Então, agradeço, em nome do Senador Mozarildo, que preside esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Só um detalhe, Drª Inês, antes de a senhora sair. A senhora fez um panorama geral dos programas que estão sendo feitos, especialmente na área da habitação, desde a questão dos Municípios até 50 mil habitantes e dos abaixo de 50 mil habitantes; e também do financiamento para a agricultura, para a área rural, para o pequeno agricultor. Mas não houve um foco sobre a área de fronteira, que é a questão específica. Esses planos não têm esse – digamos – enfoque? Ou os mesmos devem se adaptar a Municípios quer sejam ou não sejam de área de fronteira?

Quer dizer, o critério é o mesmo, independentemente de ter uma prioridade específica nisso? A saber, o Governo brasileiro, o Governo da Argentina e também o Governo do Uruguai têm acordos de fronteira que tratam não só da área de bem viver dos cidadãos fronteiriços, mas também de harmonização de políticas na área de saúde, na área social, na área de previdência e do trabalho.

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Eu posso dar um dado aqui. Nós não temos um direcionamento específico; nós não temos desenho específico para os programas, mas do ponto de vista dos investimentos que estão em implementação no PAC, tivemos 700 milhões que foram investidos nesses Municípios de área de fronteira, expressos em 391 contratos. No PAC 2, nós temos investimentos já selecionados da ordem de R$194 milhões para investimentos nas cidades que compõem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí entra saneamento.

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Não é saneamento. É o que a gente chama de urbanização integrada. Ou seja, é toda a infraestrutura, água, esgoto, pavimentação, drenagem, melhoria habitacional, equipamentos sociais e construção das unidades necessárias quando a unidade presente é muito precária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – São R$194 milhões no PAC 2?

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Isso. No PAC 1 são R$707 milhões e no PAC 2 são R$194 milhões que estão sendo utilizados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe a explicação.

A senhora esteja a vontade para, na hora em que quiser se afastar... Substitui a senhora a Diretora do Ministério das Cidades.

Obrigada à Drª Inês da Silva Magalhães, que é titular da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Convido agora para fazer uso da palavra o Dr. Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Obrigado, Senadora.

Muito bom dia, muito obrigado pelo convite, é um prazer estar aqui na Comissão falando sobre esse tema tão importante para o País.

Primeiro, o Ministério coordena a Comissão Permanente de Desenvolvimento para Integração da Faixa de Fronteira, a Cedif, que foi criada a partir de um esforço de articulação entre um conjunto de instituições, coordenado pelo Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais, que constituiu uma comissão interministerial, a partir do reconhecimento da desintegração, da desarticulação entre um conjunto de ações que o Governo Federal desenvolve nessa área.

Houve um decreto do Presidente Lula, ainda em setembro de 2010, criando a comissão, que foi instalada em abril deste ano. A comissão integra mais de vinte Ministérios e outras instituições do Governo Federal, além de uma série de convidados, e tem como missão exatamente promover integração, articulação entre esse conjunto de políticas e interagir com os Estados.

Estamos constituindo núcleos regionais da faixa de fronteira nos onze Estados que fazem fronteira com o Brasil, núcleos onde participam Estados, a sociedade civil e os Parlamentares, que interagem com esta comissão de mais de vinte instituições que procura articular esse conjunto de políticas.

Dando um quadro dessa diversidade da situação da faixa de fronteira, são 15 mil quilômetros, onze Estados, 588 Municípios. E chamo a atenção para 28 cidades gêmeas que têm uma situação muito particular em termos de demanda, Livramento entre outras, Rivera, que têm uma situação muito específica em relação à demanda de infraestrutura. Isso significa 27% do território nacional, fronteira com dez países, um pouco mais, de 10 milhões de habitantes.

Quer dizer, é uma fronteira extremamente diversa.

Isso foi um estudo feito pelo Ministério, identificando ali 17 sub-regiões ao longo da fronteira com características muito diferentes, muito específicas, que exigem políticas diferenciadas, e a gente ainda vive um problema gravíssimo de baixíssima ocupação populacional de toda essa área e uma forte concentração da pobreza extrema. Aquele ali é o mapa da pobreza a partir dos dados desse momento feito pelo Brasil Sem Miséria, que mostra uma concentração da pobreza em toda a faixa de fronteira.

Uma questão importante, nessa visão geral, é o esforço de mudar o enfoque que tem sido dado historicamente à política de fronteira, baseado fundamentalmente na ótica da segurança e da defesa nacional, encarando problemas que são comuns da fronteira, como tráfico de drogas, armas, contrabandos e outros apenas como uma questão a ser resolvida do ponto de vista repressivo quando, na verdade, a ausência do Estado, nessas áreas de fronteira, é o principal, é o fator fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o caso da favela.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – É o caso da favela, que acaba favorecendo, quando há ausência do Estado, ela ser adotada pelo contrabandista, adotada pelo traficante. Enfim, há necessidade de se encarar isso como política de desenvolvimento social, regional.

É uma área onde os problemas de infraestrutura, dada a situação de pobreza, inclusive, caracteriza a maior parte dessa faixa, eles são muito agudos em vários segmentos.

A gente fala em termos de infraestrutura social, nós temos problemas muito sérios de oferta mesmo na saúde e na educação. Além disso, particularmente nas nossas cidades gêmeas, temos um problema de desarticulação das políticas de saúde entre os Municípios fronteiriços, entre os dois lados da fronteira. Temos desde problemas para controle de endemias, de vigilância epidemiológica, em que fica muito difícil quando se controla só o lado brasileiro, porque tem, do outro lado, uma situação que está fora de controle, até o problema da diferença de cobertura de atendimento, que em geral gera uma sobrecarga sobre o sistema brasileiro para quem atende.

Em outros momentos, temos um problema de mão de obra, no caso do Peru, por exemplo, que é o contrário, os melhores médicos estão do lado do Peru, e há um problema legal, ele acaba tendo um trânsito que é considerado ilegal, na medida em que não existe a regulamentação para esse tipo de atividade.

A mesma coisa acontece na área de educação, e aí é preciso ressaltar também a questão dos currículos escolares da rede pública, que não estão adequados, os próprios professores não têm uma formação específica para esse tipo de atuação.

Com relação à infraestrutura mais geral, existe também a dificuldade de articulação, sobretudo na área de energia elétrica, que tem a duplicação de investimentos de um lado e de outro, que poderiam ser integrados. Há um esforço nesse sentido, em vários acordos, especialmente no que se refere ao arco sul da fronteira, mas, nas demais regiões de fronteira, isso não

avança. Então há um problema sério em relação à falta de articulação para um programa de energia elétrica.

A mesma coisa acontece com relação à telefonia, com problemas muito práticos. No caso de quem vive numa cidade gêmea, se atravessar a cidade e fizer uma ligação, paga-se como se fosse uma ligação internacional.

Essa questão da conexão viária é muito séria não só do Brasil com grande parte dos seus vizinhos, onde as ligações ainda são muito esparsas e ruins, faltam pontes, faltam estradas pavimentadas, assim como as ligações dessas regiões com a sua região e o resto do País.

A questão do saneamento das cidades gêmeas é um problema dramático, e aí chamamos a atenção para a questão do marco regulatório. Não é só uma questão de ter recursos para investimento, é preciso haver um investimento muito forte do ponto de vista da legislação e dos acordos internacionais no sentido de viabilizar uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Sérgio, quando o senhor fala de cidades gêmeas, o senhor está se referindo à fronteira seca?

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Estou me referindo à fronteira seca. Estamos falando aqui de cidades que têm fronteira seca onde ela está...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma rua?

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – É uma rua que separa, de tal forma que a população vive dos dois lados. Temos 28 cidades nessa situação no Brasil, onde existem esses problemas a que me referi de forma mais aguda, ainda que os Municípios que estão próximos também estejam envolvidos.

Fizemos um levantamento sobre o esforço que o Governo brasileiro, no geral, vem fazendo para enfrentar essa questão dos investimentos em infraestrutura na faixa de fronteira, e isso é um levantamento do PAC 1, especificamente nos Municípios da faixa de fronteira. Foram investidos no PAC-1 R$9 bilhões e 670 milhões entre 2007 e 2010, sendo 3,6 bilhões na logística, 2,2 na infraestrutura energética, e 3,7 bilhões em infraestrutura de habitação e saneamento.

Fizemos um levantamento que mostra um dado interessante, que é esse esforço de desconcentração regional, que está embutido no PAC. Quer dizer, ali se mostra a participação da população da faixa de fronteira na população brasileira: a população da faixa de fronteira representa 5,4% da população brasileira, mas ela representou 16,5% dos investimentos do PAC, o que mostra esse esforço, que podemos verificar também quando olhamos em relação às regiões menos desenvolvidas como um todo. Se pegarmos a região Norte, onde essa coisa é mais aguda, vemos ali que ela tem uma participação de 5,1% na população, mas ela teve 16,9% do investimento dos recursos do PAC. Tanto se compararmos com PIB como com população, fica claro que os investimentos, por exemplo, no Sudeste, são muito menores do que a participação do Sudeste no PIB e na população, mostrando esse esforço de desconcentração regional embutido no PAC e um elemento que é importante com relação à faixa de fronteira.

O que é importante é não apenas que se façam esses investimentos, mas que se façam de maneira organizada, articulada, a partir de uma visão estratégica. Nesse sentido, chamo a atenção para o IIRSA, que é a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, um acordo que envolve doze países, inclusive o Brasil, em que se procura, a partir de uma discussão de eixos de integração entre os dois países, entre esses diversos países, ter uma carteira de projetos de infraestrutura...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Desculpe, o meu tempo está...

O eixo acaba tendo uma carteira de maneira estratégica.

Passando rapidamente para os investimentos do Ministério da Integração, só para concluir, temos especificamente investimentos no que se refere à infraestrutura hídrica. Isso é o que está no PAC 2, agora, do Ministério para a área de fronteira. São 657 milhões.

Passe, por favor.

Os investimentos de infraestrutura, na pequena infraestrutura, que nós fazemos de apoio à atividade produtiva, através do nosso Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª pode passar o anterior?

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – O anterior? Volta, por favor. Vou deixar para depois da apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O.k.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – O próximo, por favor.

Então, foram investidos 145 milhões ali. Como eu disse, essa é a pequena infraestrutura associada ao esforço de integração produtiva.

Próximo.

Além disso, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, que é o FDA, ele, diferentemente do FNO, que é para financiar atividades produtivas em geral, esse fundo tem o foco específico em investimentos de infraestrutura para o financiamento de atividades priva-

das de infraestrutura na Amazônia. E aqui são especificamente os investimentos feitos na área de fronteira com recursos do FDA. Foram 18 bilhões no período de 2007/2011. E uma iniciativa importante – só para concluir – do Ministério, neste momento, é transformar o FDA, que tem recursos do Orçamento e que dificulta a garantia de que o recurso vá sair em um fundo financeiro, de tal forma que você acumule o recurso no próprio fundo e tenha a garantia de desembolso.

Então, ali está a evolução do FDA, que deve chegar a 21 bilhões em 2020 – o próximo, por favor – e, com o incremento decorrente da financialização, além de garantir o recurso, nós teríamos um acréscimo de 8,2 bilhões no fundo até 2020, alcançando um valor de R$29,9 bilhões. Quer dizer, é um recurso para o financiamento de atividades da iniciativa privada. Isso tem sido utilizado muito na Amazônia e na faixa de fronteira, para investimentos de hidrelétricas, pequenas, médias e grandes hidrelétricas, na área de telefonia e em outras áreas de infraestrutura.

É isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Sérgio, por essa completa exposição sobre um tema que diz especificamente sobre a questão de fronteira, que é decorrente de políticas do governo anterior e que agora são implementadas na prática até por acordos internacionais que o Brasil firmou com o Uruguai, já há mais tempo, e, agora, com a Argentina.

Fui Relatora na Comissão de Relações Exteriores e a ideia do governo brasileiro, no âmbito da diplomacia, é fazer esses acordos que dão, digamos, a cobertura para todo esse processo de integração, desenvolvido no âmbito do Ministério, da comissão que V. Exª preside.

Convido agora o Dr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, também do Ministério das Cidades.

Muito obrigada.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia e demais membros da Mesa. Agradeço, em nome da Secretaria Nacional de Saneamento, o convite para estar participando deste debate. Acho que é um assunto muito importante, de muita relevância para nós. O Brasil é um país que, na verdade, é um continente que tem uma imensa faixa de fronteira e onde ainda há imensa carência nos serviços básicos.

Bom, o tema que a gente vai abordar aqui são as ações de saneamento. Antes de mais nada, eu queria mostrar como é estruturada a questão do saneamento no Governo Federal, já que o saneamento é um instrumental para várias políticas públicas. Com isso, ocorre que vários Ministérios desenvolvem ações de saneamento.

Pode passar, por favor.

Somos o coordenador da política, o coordenador das ações, mas existem outros Ministérios que desenvolvem uma série de ações.

O Ministério das Cidades, além de coordenar políticas, estabelece com os demais Ministérios um raio de atuação. No nosso caso, basicamente temos priorizado Municípios com população acima de 50 mil habitantes e os Municípios integrantes de regiões metropolitanas. Basicamente, contamos com todas as ações, água, esgoto, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana, saneamento integrado, mas, no que se refere principalmente aos recursos não onerosos, não temos atuado nos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Pode passar.

No caso dos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, o importante ator é a Funasa, do Ministério da Saúde. Então, o Ministério da Saúde e a Funasa, que trabalha com recursos a fundo perdido, atendem a esses Municípios. Há vários programas, várias ações destinadas a esses Municípios com população menor que 50 mil habitantes.

Além disso, a Funasa também atua desenvolvendo ações de saneamento em programas de reforma agrária, áreas quilombolas e principalmente em áreas indígenas, e na área de fronteira há um contingente elevado de população indígena. Os dois maiores Estados brasileiros em termos de população indígena são o Amazonas, em primeiro lugar, e o Mato Grosso do Sul, em segundo. A Funasa tem uma atuação muito interessante e já atendeu a várias dessas comunidades. O Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, já tem um nível elevado de atendimento.

Pode passar, por favor.

Outro Ministério que desenvolve ações de saneamento seria o Ministério da Integração Nacional, que atende basicamente soluções multimunicipais, principalmente a parte de infraestrutura hídrica, grandes adutoras. Atua também com ações de esgotamento sanitário, com o manejo de resíduos sólidos em áreas de bacias hidrográficas, a exemplo das bacias do Rio São Francisco e Parnaíba.

Pode passar.

Há também outros Ministérios: o Ministério do Meio Ambiente tem uma atuação forte na área de resíduos sólidos urbanos, principalmente com foco na revitalização de bacias; o MDS tem um programa de cisterna; o Ministério do Turismo, dentro do Prodetur,

também desenvolve algumas ações de saneamento; o próprio Ministério da Defesa atua em áreas de fronteira.

É importante dar esse panorama para mostrar o que cada Ministério prioriza em relação a esse tema.

Em seguida, vou demonstrar as ações, as principais intervenções que o Ministério das Cidades tem desenvolvido em áreas de fronteira.

Pode passar.

Os Municípios de áreas de fronteira são 588 Municípios. São 10,7 milhões de pessoas. Dentro da competência que estabelecemos entre os órgãos do Governo Federal para atuação em saneamento, os Municípios que teríamos, de certa forma, de priorizar seriam 37 desses 588 Municípios, que são os Municípios com população acima de 50 mil habitantes, que totalizam 4,7 milhões de pessoas. Essa seria a prioridade para o Ministério das Cidades.

Pode passar.

Como é o panorama do saneamento nos Municípios em áreas de fronteira? São dados preliminares do Censo de 2010. Fazendo um comparativo com o quadro nacional e um recorte só dos Municípios fronteiriços, observamos que esses Municípios têm uma oferta de serviço inferior ao que se observa em relação ao País como um todo. Em termos de redistribuição de água, enquanto no Brasil hoje, somando população urbana e rural, temos quase 84% de cobertura, nesses Municípios a cobertura é de 75%. Em termos de área urbana, no Brasil estamos com 93% e nos Municípios de áreas de fronteira, 90%.

A desigualdade aumenta quando eu olho para o tema esgotamento sanitário, onde é bem inferior a cobertura com solução adequada de esgotamento sanitário.

Quando eu estou falando de solução adequada de esgotamento sanitário, eu estou falando de rede coletora ou fossa séptica, que normalmente é o critério que a gente adota. E aí a gente observa que, em termos de área urbana, enquanto o Brasil tem 76%, os Municípios de área de fronteira têm aí o inferior a 55% de cobertura.

Pode passar.

Bom, os investimentos que o Ministério realizou são nesses Municípios. Antes de mais nada, é bom esclarecer que o Ministério não tem um programa de saneamento específico desenhado para Municípios de áreas de fronteiras.

Então, nossas ações são formatadas e desenhadas para atender ao território nacional. Nós não temos uma ação, um programa exclusivo destinado à área de fronteira.

Mas, no conjunto de ações que nós desenvolvemos, fizemos uma análise e, de certa forma, as áreas de fronteira receberam um tratamento similar às demais áreas em termos de participação e de investimentos.

Então, no PAC-1, nós contratamos investimentos que estão em obras, algumas obras já concluídas, mas a maior parte em execução, no valor de 2,1 bilhões. A maior parte é para esgotamento sanitário, 1 bilhão e 250; abastecimento de água, 424 milhões e outras modalidades, como manejo de águas pluviais, resíduos de solos urbanos, 452 milhões.

Na segunda fase do PAC, que nós chamamos de PAC-2...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Qual é o total contratado?

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – São 2 bilhões, 127 milhões.

Então, na segunda fase do PAC, nós já selecionamos e estão em fase de contratação 662 milhões, de modo que nós já investimos, asseguramos recursos de quase 2,8 bilhões em ações de saneamento de responsabilidade do Ministério das Cidades para esses Municípios de faixa de fronteira.

Considerando que no PAC nós selecionamos até agora 49 bilhões para o Brasil inteiro, isso representa em torno de 5,6% dos recursos que nós selecionamos, PAC-1 e PAC-2, para os Municípios de faixa de fronteira, e os Municípios de faixa de fronteira têm uma população de 5,4%. Então, de certa forma, há uma similaridade, e aí não estão computados os recursos da Funasa. Como muitos desses Municípios têm população inferior a 50 mil habitantes, muitos, com certeza, foram beneficiados com as intervenções da Funasa.

Nós, neste momento, dando continuidade ao PAC, temos um processo letivo em curso, só com fontes onerosas, ou seja, recursos de empréstimos, e, ao final desse processo letivo, nós vamos atender, neste caso desse processo letivo específico, Municípios de população inferior a 50 mil habitantes. Então, no caso, como se trata de fonte onerosa, nós vamos atender a esses Municípios. E há uma boa tendência de que nós venhamos a beneficiar alguns Municípios de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, principalmente Rio Grande do Sul, que tem um contingente elevado de Municípios de menor porte em faixa de fronteira.

Pode passar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Gostei da notícia.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Bem, aí uma distribuição.

Então, em termos daqueles 37 Municípios em que o Ministério das Cidades, em tese, seria responsável pela priorização de intervenções no PAC-1 e 2, nós alocamos recursos para todos os 37 Municípios.

Agora, além dos 37, acima de 50 mil habitantes, nós beneficiamos também 25 mil Municípios abaixo de 50 mil, de modo que nós beneficiamos com as nossas intervenções 62 Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas aí a diferença, veja a força que é a do Senador Valdir Raupp. Olhem lá, comparem Rondônia como é que fica.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Aí é questão do esgotamento sanitário de Porto Velho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É incrível isso, o que ganham. Isso é a força política do Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É a compensação das usinas do Madeira...

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Aí são 820 milhões de Rondônia; 525, mais ou menos, são recursos do sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho. O abastecimento de água em Porto Velho também recebeu mais de 100 milhões. Então, Porto Velho é uma cidade muito bem contemplada.

Em Boa Vista também, em Roraima, nós praticamente universalizamos o abastecimento de água com as ações do PAC e demos um salto extremamente elevado em esgotamento sanitário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, doutor.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Concluindo, basicamente esse era o quadro que eu queria mostrar. Fico à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Só para não perder a conexão com o tema: o senhor falou muito da questão de não haver um programa, mas falou na questão relacionada à revitalização de bacias, consórcios para a questão do tratamento dos resíduos líquidos, e, nos Ministérios em que há, digamos, interação de atividade do Ministério das Cidades, não está o Ministério do Meio Ambiente, que é o mais complicado.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Está ali. No início, eu mencionei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não, mas nesse específico, porque é uma questão de ambiente, quer dizer, de resíduos e revitalização de bacias. Esses programas são feitos em conjunto com o Ministério?

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – No início, mencionei que o Ministério do Meio Ambiente tem priorizado a questão dos resíduos sólidos urbanos, principalmente apoiando a parte de gestão, estruturação de gestão, de estruturar arranjo de consórcio público. E o Ministério do Meio Ambiente também tem recursos direcionados para algumas bacias hidrográficas prioritárias, a exemplo da bacia de São Francisco, onde, até por questões ambientais, o próprio licenciamento da transposição obrigou o Ministério do Meio Ambiente a atuar.

Nós temos uma ação articulada. A nossa maior articulação com o Ministério do Meio Ambiente, no momento, é para o tema de resíduos sólidos urbanos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Estamos até tentando desenhar um programa de modo que haja uma atuação conjunta: o Ministério das Cidades atuando mais na parte de infraestrutura das obras e contando com o suporte do Meio Ambiente na parte de gestão. O nosso foco, a destinação final é aterro sanitário, e o Meio Ambiente entraria com aspectos como reciclagem, coleta seletiva, de modo a complementar as ações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Ótimo. Esclarecido agora.

Convido então para agora fazer uso da palavra o Dr. Daniel Todtmann Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Bom dia. Cumprimento a Senadora Ana Amélia, os demais Senadores presentes, membros da Mesa, colegas do Ministério; e também, em nome do Secretário Norman Oliveira, cumprimento a todos.

A Secretaria Nacional de Programas Urbanos não tem ação específica na área de infraestrutura. Vou discorrer aqui mais sobre os programas da Secretaria e focar um pouco em uma questão de plano diretor.

A Secretaria tem quatro programas. São programas relacionados a apoio ao planejamento urbano, um programa de apoio à regularização fundiária urbana, um programa de redução de riscos e um programa de reabilitação de áreas centrais. De todos esses programas, o único que está no PAC 2 é o programa de redução de riscos, que envolve intervenções em encostas – redução de risco em encostas – relacionadas a deslizamentos. E, no PAC 2, ele engloba um valor total de R$1 bilhão.

A Secretaria também tem um programa relacionado à regularização fundiária urbana, que busca apoiar não só Municípios, mas também Estados, instituições para fazer a regularização fundiária urbana, e não só aquela regularização relacionada aos assentamentos precários, mas principalmente aquela regularização de territórios.

A Secretaria tem uma ação articulada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para promover a implementação do Terra Legal na sua dimensão urbana, em um processo de transferência de terras do Incra, da Amazônia Legal aos Municípios, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas de expansão urbana. A Secretaria participa tanto do processo de doação das áreas, fazendo um parecer da sua adequação ao Estatuto da Cidade, quanto também no apoio, em alguns casos, à titulação e ao processo de doação.

Em relação ao programa de reabilitação de áreas centrais, é um programa que tem como foco a melhor ocupação dos vazios urbanos em muitas cidades brasileiras que têm áreas ociosas em áreas centrais.

E no caso do Programa de Planejamento Urbano, que eu queria comentar um pouco mais, é um programa que tem um foco na implementação do Estatuto da Cidade, no processo de implementação dos planos diretores, e não só dos planos diretores, mas também dos demais instrumentos do Estatuto da Cidade que estão articulados ao plano diretor.

O Estatuto da Cidade coloca a obrigatoriedade de planos diretores para Municípios com mais de vinte mil habitantes, assim como está na Constituição, Municípios integrantes de regiões metropolitanas, Municípios inseridos em áreas de impacto de grandes empreendimentos e Municípios de região de interesse turístico, mas não tem expressa a obrigatoriedade do plano diretor para área de fronteira, embora o Conselho das Cidades, nas suas resoluções, recomende que se faça o plano diretor em todos os Municípios brasileiros.

A gente percebe, principalmente de 2001 a 2009, se considerarmos os dados da Munic, do IBGE, uma evolução expressiva de planos diretores nos Municípios. De 2005 a 2009, por exemplo, mais do que dobrou o número de planos diretores. Em Municípios com obrigatoriedade, a gente já tem aí quase 90% dos Municípios com seus planos diretores.

A Secretaria tem acompanhado esse processo e feito algumas atividades de apoio com foco em assistência técnica e capacitação.

No caso do PPA 2012/2015, a Secretaria incorporou todos esses programas que eu citei, trazendo a regularização fundiária para uma ação de planejamento urbano – antes, ela estava vinculada a um programa de habitação, de urbanização de assentamentos precários –, e hoje a regularização fundiária urbana está vinculada ao planejamento urbano.

A Secretaria tem buscado fazer um apoio, vamos dizer assim, também aos Municípios impactados por grandes obras de infraestrutura no sentido de acompanhar o processo de elaboração do plano diretor, e estamos tendo essa ação, por exemplo, pelo Ministério das Cidades, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, por conta da obra de Belo Monte.

Não temos uma ação específica para a área de fronteira. Nós temos, como os recursos da Secretaria são mais voltados a atividades meio, como apoiar plano diretor, apoiar processo de regularização fundiária, esses recursos a gente opera por meio de transferências voluntárias, com convênios e contratos de repasse. Mas esses recursos diminuíram sobremaneira nos últimos anos, sendo que, então, a ação de infraestrutura mesmo que está relacionada à Secretaria é mais essa ação de redução de risco em deslizamento de encosta.

A Secretaria também, no PPA 2012/2015, tem uma ação mais forte em outras frentes para redução de risco, gestão integrada e prevenção de desastres naturais, mas eu acredito que não é o caso de ser tratado no âmbito desta audiência pública, posto que o foco principal é a questão de área de fronteira.

Então, eu coloco a Secretaria à disposição para a gente poder colaborar e dirimir mais dúvidas, se surgirem.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Daniel Montandon.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, que encerra esta parte das exposições dos convidados, eu queria renovar a informação de que estou presidindo interinamente em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Hoje é uma data muito especial – agora, antes de chamar o convidado que representa o Ministério das Relações Exteriores – para os gaúchos, como eu e quase o Senador Valdir Raupp, que é representante do PMDB de Rondônia, porque hoje é a data farroupilha. E o Rio Grande, em matéria de fronteira, tem autoridade – não é, Ministro? – para falar sobre isto porque foi o Estado que defendeu a divisão territorial hoje existente em nosso País, historicamente, há vários séculos.

Então, é muito importante que a gente esteja debatendo hoje aqui e eu tenho muito orgulho de estar fazendo isto em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti com essa referência específica do que significa o Vinte de Setembro para os gaúchos nascidos ou gaúchos honorários também, que conhecem bem a nossa história.

Passo, com muita honra, a palavra ao Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul I, do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Bom dia a todos. Como meio gaúcho – meu pai era gaúcho de Santa Maria, então...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que bom! Que ótimo! Santa Maria da Boca do Monte, exatamente, o coração do Rio Grande ali.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Eu tenho muito prazer em voltar aqui, à Comissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Como eu costumo dizer, a jurisdição do Itamaraty começa do lado de lá da fronteira. Mas, nos últimos anos, cada vez com maior frequência, nós temos sido chamados a atuar ou pelo menos a discutir assuntos do lado de cá da fronteira.

A nossa prioridade, no Itamaraty, não são os 588 Municípios da Faixa de Fronteira, mas os 122 que estão na fronteira. Esses são os que, em geral, têm um impacto maior com os nossos vizinhos, especialmente as 28 cidades gêmeas, que apresentam, muitas vezes, situações curiosas e, por que não dizer, kafkianas.

Por exemplo, o caso de – mantenhamo-nos na fronteira sul do Rio Grande do Sul – Aceguá, que tem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Chuí.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Chuí-Chuy, mas, especificamente, Aceguá-Aceguá.

Em Aceguá-Aceguá, o Ministério da Integração Nacional, com o apoio nosso, está tentando, com recursos do Focem, implantar o sistema de saneamento básico das duas cidades. E por que com recursos do Focem? Porque o Brasil tem dinheiro, mas o Uruguai não tem, e o dinheiro brasileiro não pode ser usado para obras no Uruguai. E não faz sentido fazer a obra só na parte brasileira.

Jaguarão e Rio Branco têm uma situação parecida. Uruguaiana-Paso de los Libres a mesma coisa. Os dejetos são vertidos diretamente no rio, sem qualquer tratamento, e isso afeta não só a qualidade da água na região, como também o Uruguai começa a se preocupar com esse estado de situação.

A realidade é que a nossa fronteira, sendo praticamente no centro da América do Sul, hoje em dia mostra um déficit de infraestrutura terrível. É uma situação curiosa que os Estados Unidos, desde o século XIX, tenham ligado o Atlântico ao Pacífico e nós, só agora, via Peru, tenhamos conseguido fazer isso.

Há vários projetos que envolvem diversos países para fazer eixos em outras regiões, como já foi mencionado aqui, mas sempre a nossa herança comum nos traz problemas. Por exemplo, interligar o Nordeste ao Sul eletricamente é fácil, mas integrar Uruguaiana a Paso de los Libres é dificílimo, porque são ciclos diferentes: nós usamos 60 ciclos, eles usam 50 ciclos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Trilhos também de bitolas diferentes.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Bitolas diferentes, sistemas de televisão diferentes. Agora, com o sistema nipo-brasileiro de televisão digital, há certa uniformidade – certa, porque a Colômbia decidiu usar outra. Mas, até recentemente, cada país tinha um sistema próprio.

Problemas com a utilização de emissoras de rádio, por exemplo. É uma coisa complicada. Enfim, a título de curiosidade, um juiz eleitoral em Foz do Iguaçu mandou um ofício para o Itamaraty, reclamando de propaganda eleitoral, na época das eleições, do outro lado. Não havia como impedir a transmissão.

Esse tipo de falta de regulamentação é uma coisa em que nós precisamos atuar com mais ênfase.

Outro ponto que o Itamaraty hoje em dia está estudando com o Ministério do Meio Ambiente é uma coisa que foi mencionada aqui, que é o tratamento de resíduos sólidos.

A cidade de Santana do Livramento hoje em dia tem que levar o seu lixo urbano a 250 quilômetros de distância. A cidade de Rivera, ou seja, atravessando a rua, tem um aterro sanitário capaz de atender às duas cidades por mais de 70 anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso vale, Ministro João Luiz, também para a área médica. Do outro lado da rua tem um hospital que pode fazer hemodiálise, e o paciente de Livramento tem que ir a Santa Maria, que são alguns quilômetros, porque não há uma harmonização desses acordos ainda.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Esse está parcialmente solucionado, porque Brasil e Uruguai assinaram um acordo que permite que os Municípios de um lado contratem serviços médicos do outro lado da fronteira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Entre a prática e o que está escrito vai demorar muito tempo, não é?

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – É, há coisas curiosas. Nós, aqui em Brasília, nas capitais... Montevidéu e Brasília negociaram o acordo, achamos que tínhamos resolvido tudo, mas chega o momento da implementação e aí começam os problemas não previstos. Por exemplo: o sistema de saúde uruguaio é muito centralizado. Então, o diretor do hospital não tem como receber os recursos do lado brasileiro, porque não estão no orçamento dele. Os nossos Prefeitos não sabem como pagar, porque o lado de lá quer pesos uruguaios, e nós pagamos com reais.

Então, esses problemas estão começando a ser solucionados. Fizemos reuniões com os órgãos de controle, TCU, Controladoria da República e os respectivos órgãos do outro lado, para encontrar soluções práticas de como resolver isso, porque realmente não faz sentido poder atravessar a rua para fazer hemodiálise e ter que fazer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Andar vários quilômetros para...

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Quase 400 quilômetros duas vezes por semana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Até Santa Maria.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Esses pequenos problemas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ajustes. São ajustes necessários.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – É o que tem nos tomado cada vez mais tempo e é uma problemática extremamente rica e interessante, porque é uma coisa curiosa. Com a Argentina nós temos acordo de escolas bilíngues. O que está resultando desse esforço é uma coisa muito curiosa, é a futura extinção do portunhol na fronteira, porque as crianças fazem questão de saber as duas línguas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ideal seria chegar ao nível do Canadá, da parte francesa do Canadá: falar automaticamente as duas.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Exatamente, as duas. E é o que eu acho que vai acontecer na fronteira mais cedo ou mais tarde.

Uma coisa que nós temos notado no Itamaraty é que muitos acordos que são feitos em nível nacional, ou seja, país a país, têm às vezes muito impacto na fronteira, mas há um profundo desconhecimento por parte dos cidadãos da fronteira dessa legislação que os beneficia. E este é um esforço que deveria ser ampliado, a divulgação dessas vantagens, vamos dizer, porque não se resumem ao cidadão comum. Também abrangem os líderes políticos, as lideranças políticas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Empresariais também.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – ... administrativas e empresariais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ministro, agradeço muito a V. Exª pela exposição.

Além dessas demandas, eu apenas acrescentaria, no caso específico do Rio Grande do Sul, porque é o Estado que tem fronteira direta com o Uruguai, não só as fronteiras secas das cidades-gêmeas: Chuí e Chuy; Aceguá e Aceguá; e Livramento e Rivera, porque são ruas que separam essas cidades. No caso de Jaguarão e Rio Branco; Quaraí com Artigas, são pontes que separam – tiro já a Argentina de lado. Mas ali o governo uruguaio criou o sistema de *free shops*, na fronteira, o que tem demandado uma preocupação do setor empresarial do lado gaúcho, no caso, do Rio Grande do Sul, porque o comércio está perdendo, cada vez mais, seu espaço pelo atrativo que tem os *free shops*. Estamos com um projeto na Câmara criando igual tratamento.

Vejo que, da parte do Itamaraty, não há nenhuma resistência. O ponto de vista é tributário, apenas, para dar esse tratamento de igualdade.

Pergunto se o Senador Valdir Raupp deseja interagir com os palestrantes, que acabaram de fazer suas exposições, para prosseguirmos e darmos curso à audiência pública.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Quero cumprimentar a Presidente, Senadora Ana Amélia, e aproveito para parabenizar o Rio Grande do Sul.

Como V. Exª disse, eu sou quase gaúcho. Nasci no sul de Santa Catarina, na divisa, no Município de São João do Sul, onde o rio Mampituba faz a divisa de Santa Catarina com o Rio Grande.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor é um cidadão multinacional.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Torres, no Rio Grande do Sul, São João do Sul, Santa Catarina, mas minha mãe mora em Capão da Canoa há mais ou menos 40 anos. O meu pai é falecido e sepultado no Rio Grande do Sul. Tenho uma irmã que mora em Porto Alegre, tenho vários irmãos em Capão da Canoa e tenho uma irmã que mora em Torres. Então, a minha família quase toda está no Rio Grande do Sul.

Rondônia é o Estado que me acolheu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Deve haver muitos CTGs lá também, não é, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muitos. Acho que Rondônia é o terceiro ou quarto Estado do Brasil que mais tem CTG.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O CTG, para o nosso telespectador que está nos acompanhando, é o Centro de Tradição Gaúcha. Essa é a primeira bandeira que chega quando o Rio Grande chega a uma área de fronteira.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Os gaúchos já estão fora do Brasil, já estão nos Estados Unidos, em vários países, com os Centros de Tradição Gaúcha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Onde levam também o nome do Brasil.

Então, eu gostaria de lhe parabenizar por mais um aniversário da Revolução Farroupilha, a famosa Guerra dos Farrapos. Os gaúchos são muito conheci-

dos pela sua autenticidade, sua fibra, sua garra, e eu quero parabenizá-los por isso e também cumprimentar as senhoras e os senhores convidados.

Nós já debatemos aqui, algumas vezes, a questão de fronteira, inclusive na tribuna do Senado, em pronunciamentos meus e de V. Exª, as dificuldades que nossas cidades brasileiras estão enfrentando nas fronteiras.

Nessas 122 cidades relatadas pelo Ministro João Luiz Pereira, não só na questão da infraestrutura, mas na área comercial, hoje, a desvantagem é muito grande. Nossos comerciantes perdem competitividade porque, do outro lado, na grande maioria das cidades, há *free shops*, áreas de livre comércio.

Eu estive em Santana do Livramento, este ano, e em Rivera.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor viu o que é aquilo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pude fazer a comparação dos dois lados, fui visitar o Uruguai e passei pela fronteira, em Santana do Livramento e Rivera.

A competitividade é desleal. O comércio, do outro lado, é forte, todos passam para comprar do outro lado, e a cidade brasileira fica empobrecendo. A Prefeitura não tem condições de fazer o que o outro lado faz. Por isso do outro lado há melhores hospitais, ruas melhores, tudo é melhor, e nossas cidades brasileiras estão empobrecendo.

No meu Estado, também não é diferente. A cidade de Guajará-Mirim, uma cidade histórica, com mais de 80 anos, está empobrecendo, porque o povo vai comprar do outro lado. Agora, saíram as usinas. Eu queria até justificar por que Rondônia, Porto Velho, está recebendo 800 milhões de investimentos na área de saneamento. Porto Velho era a capital do País que tinha o menor índice de rede de esgoto, apenas 2%, numa cidade de quase 500 mil habitantes.

Então, quando as usinas foram para lá, na cidade de Porto Velho, em apenas um ano, houve um aumento de 50 mil habitantes, porque as duas usinas empregaram mais de 30 mil trabalhadores diretos, e grande parte veio de outros Estados, aí houve essa compensação, uma forma de compensação, esses 800 milhões para a obra – que está paralisada. A burocracia, o projeto, problema de TCU, de CGU, acabou emperrando e, desses 800 milhões, só foram executados até agora 14 milhões. Já vai para dois anos que as obras estão paradas em Porto Velho.

Isso era só para justificar por que Porto Velho ganhou talvez o maior volume de investimentos, na área de saneamento, do Ministério das Cidades e do PAC brasileiro.

Então, eu queria reforçar essa questão das fronteiras. Nesse momento, estamos vivendo uma tensão muito forte no Mato Grosso do Sul, por causa da febre aftosa no Paraguai. Nós temos problemas nas fronteiras com a Bolívia, com o Paraguai. O Rio Grande não tem tanto problema nessa área porque os países vizinhos estão mais avançados, o Uruguai e a Argentina. Mas as fronteiras do Brasil com Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte do Paraná enfrentam esse problema com a dificuldade na área de sanidade do outro lado da fronteira.

Isso merece cuidado e acho que o Ministério das Relações Exteriores com o Ministério da Integração Nacional...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ministério da Agricultura.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Ministério da Agricultura... Estaremos hoje, à noite, em reunião com o Ministro gaúcho Mendes Ribeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estaremos lá.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Estaremos lá, onde vamos poder abordar esses temas também com o Ministro Mendes Ribeiro, que é um grande gaúcho que assumiu recentemente o Ministério da Agricultura.

Eram essas as preocupações e, no mais, quero parabenizá-los pela audiência púbica, que está sendo muito produtiva para o nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu imagino que, como o Dr. Sérgio preside a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, ele possa fazer algum comentário sobre o que falou o Senador Valdir Raupp, e o Ministro João Luiz também, a respeito da matéria, que é específica de área de fronteira e de harmonização de políticas na área da questão sanitária, especialmente animal.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Acho que essa é uma questão fundamental aguda para o Brasil. Nós já tivemos problemas seriíssimos com a nossa exportação de carne em função das barreiras sanitárias lá fora, em função de contaminação vinda do Paraguai, e esse é um dos temas, a comissão neste momento está trabalhando e elegendo alguns temas prioritários para serem encaminhados, e esse certamente é um dos temas que vão merecer e têm merecido nossa atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Sérgio.

Ministro João Luiz.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – De fato, esse é um problema eu diria até recorrente, mas, na situação atual, vejo que as autoridades paraguaias vão ter uma atuação muito rápida, porque a carne passou a ser um dos principais produtos de exportação do Paraguai. Eles conseguiram mercados que antes eram da Argentina, porque a Argentina, por problemas internos, passou a restringir a exportação de carne e o Paraguai conseguiu entrar nesses mercados. E esse foi um dos motivos pelos quais o Paraguai cresceu 15% o ano passado. Então, deixou de ser um tema secundário para a economia paraguaia. Enfim, vai ser um impacto bastante forte e certamente vai criar bastante polêmica dentro do Paraguai.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Ministro.

Todos os elementos que o Senador Valdir Raupp levantou aqui interessam especificamente nesse caso de Rondônia, que na fronteira tem a questão dos *free shops* e também no seu Estado e, no Rio Grande do Sul, com o caso do Uruguai.

O caso também de uma situação cambial que é desfavorável ao Brasil, favorável apenas para quem compra, mas desfavorável para quem exporta ou vende, isso também agrava a situação.

Agora como membro titular e Vice-Presidente do Mercosul, do Parlamento do Mercosul, já convido o Dr. Sérgio e o Ministro João Luiz, em função de terem eles responsabilidade sobre a área de fronteira, a nos dar apoio importante no trabalho que vamos retomar brevemente.

Então, as informações que foram apresentadas aqui foram de extrema valia para o entendimento e para a abordagem disso, especialmente no seu caso, Ministro João Luiz, porque a comunidade de fronteira só vai entender o significado prático da integração quando ela viver isso, porque cada dificuldade que ela tiver... Por exemplo, o senhor falou aí da questão de saúde, da falta de harmonização de políticas em função de a política uruguaia ser centralizada. Então, para pagar um tratamento de saúde, como a Prefeitura vai fazer? Se ela usa a moeda brasileira, como vai converter isso?

Existem outros problemas também de burocracia. O aeroporto de Rivera, quando um brasileiro, que está ao lado, vai lá, ele deve se submeter à burocracia como se ele estivesse viajando para o exterior, sendo a cidade do lado. Então, todas essas burocracias atrapalhando a vida do cidadão comprometem o entendimento do cidadão fronteiriço a respeito da questão da integração.

E eu achei muito interessante que o senhor abordou aqui a questão da lei. Agora teremos, ano que vem, eleições, e eleições municipais. E elas vão impactar de novo sobre essa questão eleitoral. Até lá nós vamos ter que abordar uma regra, porque a Argentina não tem uma lei sobre o funcionamento de rádios comunitárias. Por exemplo, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, as rádios argentinas, mesmo com frequência diferente, estão entrando no Brasil, concorrendo com as comunitárias do Rio Grande do Sul. Então, também há esse outro lado. Não há apenas a questão da concorrência com a questão da propaganda eleitoral, porque não há como, pois a lei impede que se chegue na Argentina e derrube a propaganda que a emissora está fazendo, com independência, no lado brasileiro.

Não sei se o Senador Valdir percebeu que o Itamaraty recebeu do Paraná uma queixa, o juiz eleitoral, porque a rádio paraguaia estava fazendo propaganda de um candidato brasileiro lá. Mas como ele era inimputável, não podia fazer nenhum recurso. Veja só aonde chega o grau da esperteza política.

Eu queria agradecer especialmente à Dr. Mirna Quinderé Chaves, que está aqui representando a Drª Inês da Silva Magalhães, a Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Antes de fazer o encerramento desta reunião, quero aproveitar a presença do Senador Valdir Raupp e demais para apresentar um requerimento aos Srs. Senadores.

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a reforma do Código Florestal.

Para tanto, requer que sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico. É um debate específico para essa questão.

A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Está em discussão esse requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Antes do encerramento da presente reunião, agradeço a todos a presença e em especial aos nossos convidados, Drª Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; Sr. Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional; Sr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional

de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Dr. Daniel Todtmann Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Srª Mirna Quinderé Belmino Chaves, Diretora do Departamento Nacional de Habitação e do Departamento Nacional de Urbanização de Assentamentos Precários, e Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul I do Ministério das Relações Exteriores, pela importante contribuição aqui oferecida.

Agradeço também a presença aos demais Senadores e assessores desta Comissão.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", E 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDRAM, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 19.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e onze, no Plenário 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora **Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a Subcomissão Permanente da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos senhores Senadores **Acir Gurgacz**, **Ana Amélia**, **Cristovam Buarque**, **Cyro Miranda**, **Lúcia Vânia** e **Reditário Cassol**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra presença, ainda, o Senador **Pedro Taques**, não membro de nenhuma das Subcomissões. A Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos nº 03, de 2011-CREPAFF e nº 09, de 2011–CDRAM**, de autoria dos Senadores **Mozarildo Cavalcanti** e **Vanessa Grazziotin**, respectivamente, com o objetivo de "*discutir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado Federal criada para visitar 'in loco' os locais dos assassinatos dos trabalhadores rurais nos estados do Pará e Rondônia*". A Presidente convida a compor a mesa o senhor Claudionor Muniz, Diretor Geral da Polícia Civil, representando o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura; Jayme Jemil Asfora Filho, Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, representando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Joaquim Belo, representante do Conselho Nacional de Seringueiros; e Rafael Oliveira Claros, representante da Associação dos Camponeses do Amazonas (ASSCEDAM)**.** O Senador **Reditário Cassol** faz uso da palavra. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidente encerra a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN,** Presidente em exercício da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião se destina à realização do 2º painel do terceiro tema do nosso ciclo de audiências públicas intitulado Infraestrutura.

Para proferir as palestras desta reunião, foram convidadas as seguintes autoridades, a quem aproveito e convido para compor a Mesa: Drª Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Bem-vinda, Drª Inês da Silva.

Dr. Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional; Dr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Dr. Luiz Carlos Bueno de Lima, Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Dr. Daniel Todtmann Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, e Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América Sul I do Ministério das Relações Exteriores.

Queria agradecer antecipadamente a presença dos senhores convidados e dizer que cada um dos convidados terá o tempo de dez minutos para a exposição, e, após, vamos conceder a palavra aos Senadores e às Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Passo a palavra à Drª Inês da Silva Magalhães, da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Muito bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Senadora, pelo convite. É um prazer estar novamente na Casa para apresentar as nossas ofertas de programas que podem ser utilizados para dotar as cidades de infraestrutura no que se refere aos assentamentos precários e à produção habitacional.

Trouxe aqui uma apresentação, mas acho que vou falar em razão do tempo. Vamos deixar à disposição. Quero aproveitar para cumprimentar os meus companheiros de Mesa, nossos companheiros do Ministério das Cidades.

A Secretaria de Habitação tem seus dois eixos principais de atuação inseridos no PAC.

De um lado, uma oferta para os Municípios realizarem a urbanização integrada dos assentamentos precários, ou seja, localizar nas cidades de todos os tamanhos as áreas em que haja uma carência não só de infraestrutura, mas em que sejam necessárias melhorias habitacionais, estabelecimento de novos equipamentos, melhoria do sistema viário e, nessas poligonais, realizar o que a gente chama de urbanização integrada. Então, esse é um dos eixos de trabalho que nós temos.

No PAC 1, ele investiu cerca de R$22 bilhões nas obras que vêm sendo realizadas, e agora, para o PAC 2, temos mais R$30 bilhões, uma parte desses recursos já selecionados, e 50% deles que deverá ter uma oferta, uma seleção pública no segundo semestre deste ano.

Uma outra linha importante que nós temos é o Minha Casa, Minha Vida, que foi aprovado no primeiro semestre nesta Casa e que abrange linhas de atendimento, uma modalidade para Municípios até 50 mil habitantes, onde, em parceria ou não com o Ministério Público, o Governo Federal, por meio da Caixa Econômica, compra os empreendimentos ofertados, feitos pela iniciativa privada, e os Municípios ou os Estados selecionam as famílias, que devem ter renda até R$1.600,00, priorizadas, assim como estabeleceu a lei aprovada nesta Casa, as famílias que têm mulher, chefes de famílias, pessoas residentes em áreas de risco ou famílias que tenham pessoas com deficiência física. Essa prioridade, esse elenco de prioridades, pode e deve ser conjugado com as prioridades municipais, que devem, necessariamente, ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação e, quando não houver, o de Assistência. Essa linha deve entregar, até o final deste ano, mais cem mil unidades.

Cumprimos a primeira etapa do programa, que foi a contratação de um milhão de moradias para o atendimento às famílias que ganhavam, na época do Minha Casa, Minha Vida, até R$4.600,00. Essa meta agora vem sendo entregue. Já estamos na segunda fase do programa, em que serão contratadas, pela meta, até 2014, dois milhões de moradias, sendo 1,2 milhão moradias para atendimento de famílias com renda de até R$1.600,00. Dentro desse universo temos essa atuação, como disse, nessa modalidade em que compramos esses empreendimentos e a Prefeitura indica a demanda, uma modalidade que é para os trabalhadores e agricultores rurais. Essa modalidade é muito importante no sentido de conjugar o esforço da Presidenta Dilma para o Brasil Sem Miséria. Quer dizer, ela está conjugada a esse esforço para que a habitação seja um dos componentes para contribuir com essa meta. Ela atende agricultores de três faixas de renda. A ideia é a de que o DAP, a Declaração de Aptidão ao Pronaf, seja o comprovante de renda. Quer dizer, é mais um esforço para que a gente reconheça as diferenças que há em se fazer um programa para a área rural. Acho que esse é o grande desafio que enfrentamos nesse período. Se você quiser fazer um programa que atenda às necessidades do trabalhador rural, do pequeno agricultor, ele deve reconhecer os instrumentos que são inerentes a esse público. Então, a questão de reconhecer a renda por meio de um instrumento que já é usado para o crédito agrícola foi um deles. O outro é o retorno mínimo que tem que ser dado, que, no caso do primeiro grupo, do grupo de mais baixa renda, que ganha até R$15 mil/ano, que é de 5%, pode ser feito por retornos anuais. É um pouco a lógica de que a agricultura funciona na questão da safra. O grupo dois

é um grupo em que o agricultor familiar pode pegar um financiamento. Para esse financiamento, ele pode receber um subsídio de R$7 mil a R$9 mil. Ele, então, pode acessá-lo para a construção ou para a reforma do seu imóvel. O grupo três é um grupo que não recebe um subsídio complementar, mas tem a cobertura do seguro para esse empréstimo.

A divisão nesses três grupos expressa o reconhecimento das diferenças entre os agricultores familiares e, sobretudo, vem, na verdade, sanar uma das lacunas da oferta de crédito nessa área, em que o agricultor tinha, muitas vezes, um crédito para reformar a pocilga, para reformar a sua pequena indústria de transformação, mas não tinha para reformar sua própria casa. Esse é um programa que realmente nos deixa muito felizes.

O outro é específico para os Municípios abaixo de 50 mil. É operacionalizado por um conjunto de instituições financeiras que participam do que chamamos de oferta pública, ou seja, o Tesouro Nacional e a Secretaria de Habitação ofertam um conjunto de subsídios em que se possibilita que várias instituições financeiras e Cohabs possam acessar e operar esse subsídio para a pessoa, em parceria com a Prefeitura. Então, cabe à Prefeitura, quando soltamos a seleção, inscrever-se e organizar a sua demanda, e a instituição financeira que trabalhar naquela região vai e faz a parceria com a Prefeitura para construir as casas.

A ideia dessa oferta pública é de que a gente vá formando, também no País, outras instituições que operem a questão habitacional e possibilitem principalmente trabalhar com os pequenos Municípios e ter novos atores, além, evidentemente, da Caixa Econômica, que é nosso principal e fundamental parceiro na implementação desse programa.

Então, essas são as linhas que estão colocadas. Nós temos um enorme desafio, que é, na verdade, ter uma forte parceria com os governos municipais e estaduais, de modo a que os investimentos e os recursos hoje disponibilizados pelo Governo Federal possam chegar de maneira mais efetiva e rápida ao beneficiário final. Quer dizer, acho que esse é o maior desafio. E a cada ano nós viremos transformando os programas, buscando aprimorar isso, para que realmente a gente construa um País melhor.

Nós temos, hoje, a questão dos investimentos perenes resolvidos e precisamos agora fazer um trabalho forte de desenvolvimento institucional também, para que essa institucionalidade responsável, no caso da habitação, seja capaz de enfrentar um problema com a dimensão que tem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Drª Inês. Como a senhora precisa deixar a audiência em função de outro compromisso...

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Eu deixo aqui a Diretora Mirna, que pode responder a todas as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A senhora fez um relato geral. Eu gostaria também de agradecer-lhe. Estou hoje presidindo esta audiência pública em nome do nosso Presidente, o Senador Mozarildo Cavalcanti, que me incumbiu dessa tarefa, que procurarei desenvolver da melhor maneira possível. Então, agradeço, em nome do Senador Mozarildo, que preside esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Só um detalhe, Drª Inês, antes de a senhora sair. A senhora fez um panorama geral dos programas que estão sendo feitos, especialmente na área da habitação, desde a questão dos Municípios até 50 mil habitantes e dos abaixo de 50 mil habitantes; e também do financiamento para a agricultura, para a área rural, para o pequeno agricultor. Mas não houve um foco sobre a área de fronteira, que é a questão específica. Esses planos não têm esse – digamos – enfoque? Ou os mesmos devem se adaptar a Municípios quer sejam ou não sejam de área de fronteira?

Quer dizer, o critério é o mesmo, independentemente de ter uma prioridade específica nisso? A saber, o Governo brasileiro, o Governo da Argentina e também o Governo do Uruguai têm acordos de fronteira que tratam não só da área de bem viver dos cidadãos fronteiriços, mas também de harmonização de políticas na área de saúde, na área social, na área de previdência e do trabalho.

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Eu posso dar um dado aqui. Nós não temos um direcionamento específico; nós não temos desenho específico para os programas, mas do ponto de vista dos investimentos que estão em implementação no PAC, tivemos 700 milhões que foram investidos nesses Municípios de área de fronteira, expressos em 391 contratos. No PAC 2, nós temos investimentos já selecionados da ordem de R$194 milhões para investimentos nas cidades que compõem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí entra saneamento.

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Não é saneamento. É o que a gente chama de urbanização integrada. Ou seja, é toda a infraestrutura, água, esgoto, pavimentação, drenagem, melhoria habitacional, equipamentos sociais e construção das unidades necessárias quando a unidade presente é muito precária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – São R$194 milhões no PAC 2?

A SRª INÊS DA SILVA MAGALHÃES – Isso. No PAC 1 são R$707 milhões e no PAC 2 são R$194 milhões que estão sendo utilizados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe a explicação.

A senhora esteja a vontade para, na hora em que quiser se afastar... Substitui a senhora a Diretora do Ministério das Cidades.

Obrigada à Drª Inês da Silva Magalhães, que é titular da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Convido agora para fazer uso da palavra o Dr. Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Obrigado, Senadora.

Muito bom dia, muito obrigado pelo convite, é um prazer estar aqui na Comissão falando sobre esse tema tão importante para o País.

Primeiro, o Ministério coordena a Comissão Permanente de Desenvolvimento para Integração da Faixa de Fronteira, a Cedif, que foi criada a partir de um esforço de articulação entre um conjunto de instituições, coordenado pelo Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais, que constituiu uma comissão interministerial, a partir do reconhecimento da desintegração, da desarticulação entre um conjunto de ações que o Governo Federal desenvolve nessa área.

Houve um decreto do Presidente Lula, ainda em setembro de 2010, criando a comissão, que foi instalada em abril deste ano. A comissão integra mais de vinte Ministérios e outras instituições do Governo Federal, além de uma série de convidados, e tem como missão exatamente promover integração, articulação entre esse conjunto de políticas e interagir com os Estados.

Estamos constituindo núcleos regionais da faixa de fronteira nos onze Estados que fazem fronteira com o Brasil, núcleos onde participam Estados, a sociedade civil e os Parlamentares, que interagem com esta comissão de mais de vinte instituições que procura articular esse conjunto de políticas.

Dando um quadro dessa diversidade da situação da faixa de fronteira, são 15 mil quilômetros, onze Estados, 588 Municípios. E chamo a atenção para 28 cidades gêmeas que têm uma situação muito particular em termos de demanda, Livramento entre outras, Rivera, que têm uma situação muito específica em relação à demanda de infraestrutura. Isso significa 27% do território nacional, fronteira com dez países, um pouco mais, de 10 milhões de habitantes.

Quer dizer, é uma fronteira extremamente diversa.

Isso foi um estudo feito pelo Ministério, identificando ali 17 sub-regiões ao longo da fronteira com características muito diferentes, muito específicas, que exigem políticas diferenciadas, e a gente ainda vive um problema gravíssimo de baixíssima ocupação populacional de toda essa área e uma forte concentração da pobreza extrema. Aquele ali é o mapa da pobreza a partir dos dados desse momento feito pelo Brasil Sem Miséria, que mostra uma concentração da pobreza em toda a faixa de fronteira.

Uma questão importante, nessa visão geral, é o esforço de mudar o enfoque que tem sido dado historicamente à política de fronteira, baseado fundamentalmente na ótica da segurança e da defesa nacional, encarando problemas que são comuns da fronteira, como tráfico de drogas, armas, contrabandos e outros apenas como uma questão a ser resolvida do ponto de vista repressivo quando, na verdade, a ausência do Estado, nessas áreas de fronteira, é o principal, é o fator fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o caso da favela.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – É o caso da favela, que acaba favorecendo, quando há ausência do Estado, ela ser adotada pelo contrabandista, adotada pelo traficante. Enfim, há necessidade de se encarar isso como política de desenvolvimento social, regional.

É uma área onde os problemas de infraestrutura, dada a situação de pobreza, inclusive, caracteriza a maior parte dessa faixa, eles são muito agudos em vários segmentos.

A gente fala em termos de infraestrutura social, nós temos problemas muito sérios de oferta mesmo na saúde e na educação. Além disso, particularmente nas nossas cidades gêmeas, temos um problema de desarticulação das políticas de saúde entre os Municípios fronteiriços, entre os dois lados da fronteira. Temos desde problemas para controle de endemias, de vigilância epidemiológica, em que fica muito difícil quando se controla só o lado brasileiro, porque tem, do outro lado, uma situação que está fora de controle, até o problema da diferença de cobertura de atendimento, que em geral gera uma sobrecarga sobre o sistema brasileiro para quem atende.

Em outros momentos, temos um problema de mão de obra, no caso do Peru, por exemplo, que é o contrário, os melhores médicos estão do lado do Peru, e há um problema legal, ele acaba tendo um trânsito

que é considerado ilegal, na medida em que não existe a regulamentação para esse tipo de atividade.

A mesma coisa acontece na área de educação, e aí é preciso ressaltar também a questão dos currículos escolares da rede pública, que não estão adequados, os próprios professores não têm uma formação específica para esse tipo de atuação.

Com relação à infraestrutura mais geral, existe também a dificuldade de articulação, sobretudo na área de energia elétrica, que tem a duplicação de investimentos de um lado e de outro, que poderiam ser integrados. Há um esforço nesse sentido, em vários acordos, especialmente no que se refere ao arco sul da fronteira, mas, nas demais regiões de fronteira, isso não avança. Então há um problema sério em relação à falta de articulação para um programa de energia elétrica.

A mesma coisa acontece com relação à telefonia, com problemas muito práticos. No caso de quem vive numa cidade gêmea, se atravessar a cidade e fizer uma ligação, paga-se como se fosse uma ligação internacional.

Essa questão da conexão viária é muito séria não só do Brasil com grande parte dos seus vizinhos, onde as ligações ainda são muito esparsas e ruins, faltam pontes, faltam estradas pavimentadas, assim como as ligações dessas regiões com a sua região e o resto do País.

A questão do saneamento das cidades gêmeas é um problema dramático, e aí chamamos a atenção para a questão do marco regulatório. Não é só uma questão de ter recursos para investimento, é preciso haver um investimento muito forte do ponto de vista da legislação e dos acordos internacionais no sentido de viabilizar uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Sérgio, quando o senhor fala de cidades gêmeas, o senhor está se referindo à fronteira seca?

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Estou me referindo à fronteira seca. Estamos falando aqui de cidades que têm fronteira seca onde ela está...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma rua?

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – É uma rua que separa, de tal forma que a população vive dos dois lados. Temos 28 cidades nessa situação no Brasil, onde existem esses problemas a que me referi de forma mais aguda, ainda que os Municípios que estão próximos também estejam envolvidos.

Fizemos um levantamento sobre o esforço que o Governo brasileiro, no geral, vem fazendo para enfrentar essa questão dos investimentos em infraestrutura na faixa de fronteira, e isso é um levantamento do PAC 1, especificamente nos Municípios da faixa de fronteira. Foram investidos no PAC-1 R$9 bilhões e 670 milhões entre 2007 e 2010, sendo 3,6 bilhões na logística, 2,2 na infraestrutura energética, e 3,7 bilhões em infraestrutura de habitação e saneamento.

Fizemos um levantamento que mostra um dado interessante, que é esse esforço de desconcentração regional, que está embutido no PAC. Quer dizer, ali se mostra a participação da população da faixa de fronteira na população brasileira: a população da faixa de fronteira representa 5,4% da população brasileira, mas ela representou 16,5% dos investimentos do PAC, o que mostra esse esforço, que podemos verificar também quando olhamos em relação às regiões menos desenvolvidas como um todo. Se pegarmos a região Norte, onde essa coisa é mais aguda, vemos ali que ela tem uma participação de 5,1% na população, mas ela teve 16,9% do investimento dos recursos do PAC. Tanto se compararmos com PIB como com população, fica claro que os investimentos, por exemplo, no Sudeste, são muito menores do que a participação do Sudeste no PIB e na população, mostrando esse esforço de desconcentração regional embutido no PAC e um elemento que é importante com relação à faixa de fronteira.

O que é importante é não apenas que se façam esses investimentos, mas que se façam de maneira organizada, articulada, a partir de uma visão estratégica. Nesse sentido, chamo a atenção para o IIRSA, que é a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, um acordo que envolve doze países, inclusive o Brasil, em que se procura, a partir de uma discussão de eixos de integração entre os dois países, entre esses diversos países, ter uma carteira de projetos de infraestrutura...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Desculpe, o meu tempo está...

O eixo acaba tendo uma carteira de maneira estratégica.

Passando rapidamente para os investimentos do Ministério da Integração, só para concluir, temos especificamente investimentos no que se refere à infraestrutura hídrica. Isso é o que está no PAC 2, agora, do Ministério para a área de fronteira. São 657 milhões.

Passe, por favor.

Os investimentos de infraestrutura, na pequena infraestrutura, que nós fazemos de apoio à atividade produtiva, através do nosso Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Exª pode passar o anterior?

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – O anterior? Volta, por favor. Vou deixar para depois da apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O.k.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – O próximo, por favor.

Então, foram investidos 145 milhões ali. Como eu disse, essa é a pequena infraestrutura associada ao esforço de integração produtiva.

Próximo.

Além disso, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, que é o FDA, ele, diferentemente do FNO, que é para financiar atividades produtivas em geral, esse fundo tem o foco específico em investimentos de infraestrutura para o financiamento de atividades privadas de infraestrutura na Amazônia. E aqui são especificamente os investimentos feitos na área de fronteira com recursos do FDA. Foram 18 bilhões no período de 2007/2011. E uma iniciativa importante – só para concluir – do Ministério, neste momento, é transformar o FDA, que tem recursos do Orçamento e que dificulta a garantia de que o recurso vá sair em um fundo financeiro, de tal forma que você acumule o recurso no próprio fundo e tenha a garantia de desembolso.

Então, ali está a evolução do FDA, que deve chegar a 21 bilhões em 2020 – o próximo, por favor – e, com o incremento decorrente da financialização, além de garantir o recurso, nós teríamos um acréscimo de 8,2 bilhões no fundo até 2020, alcançando um valor de R$29,9 bilhões. Quer dizer, é um recurso para o financiamento de atividades da iniciativa privada. Isso tem sido utilizado muito na Amazônia e na faixa de fronteira, para investimentos de hidrelétricas, pequenas, médias e grandes hidrelétricas, na área de telefonia e em outras áreas de infraestrutura.

É isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Sérgio, por essa completa exposição sobre um tema que diz especificamente sobre a questão de fronteira, que é decorrente de políticas do governo anterior e que agora são implementadas na prática até por acordos internacionais que o Brasil firmou com o Uruguai, já há mais tempo, e, agora, com a Argentina.

Fui Relatora na Comissão de Relações Exteriores e a ideia do governo brasileiro, no âmbito da diplomacia, é fazer esses acordos que dão, digamos, a cobertura para todo esse processo de integração, desenvolvido no âmbito do Ministério, da comissão que V. Exª preside.

Convido agora o Dr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, também do Ministério das Cidades.

Muito obrigada.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia e demais membros da Mesa. Agradeço, em nome da Secretaria Nacional de Saneamento, o convite para estar participando deste debate. Acho que é um assunto muito importante, de muita relevância para nós. O Brasil é um país que, na verdade, é um continente que tem uma imensa faixa de fronteira e onde ainda há imensa carência nos serviços básicos.

Bom, o tema que a gente vai abordar aqui são as ações de saneamento. Antes de mais nada, eu queria mostrar como é estruturada a questão do saneamento no Governo Federal, já que o saneamento é um instrumental para várias políticas públicas. Com isso, ocorre que vários Ministérios desenvolvem ações de saneamento.

Pode passar, por favor.

Somos o coordenador da política, o coordenador das ações, mas existem outros Ministérios que desenvolvem uma série de ações.

O Ministério das Cidades, além de coordenar políticas, estabelece com os demais Ministérios um raio de atuação. No nosso caso, basicamente temos priorizado Municípios com população acima de 50 mil habitantes e os Municípios integrantes de regiões metropolitanas. Basicamente, contamos com todas as ações, água, esgoto, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana, saneamento integrado, mas, no que se refere principalmente aos recursos não onerosos, não temos atuado nos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Pode passar.

No caso dos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, o importante ator é a Funasa, do Ministério da Saúde. Então, o Ministério da Saúde e a Funasa, que trabalha com recursos a fundo perdido, atendem a esses Municípios. Há vários programas, várias ações destinadas a esses Municípios com população menor que 50 mil habitantes.

Além disso, a Funasa também atua desenvolvendo ações de saneamento em programas de reforma agrária, áreas quilombolas e principalmente em áreas indígenas, e na área de fronteira há um contingente elevado de população indígena. Os dois maiores Estados brasileiros em termos de população indígena são o Amazonas, em primeiro lugar, e o Mato Grosso do Sul, em segundo. A Funasa tem uma atuação muito interessante e já atendeu a várias dessas comunidades. O Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, já tem um nível elevado de atendimento.

Pode passar, por favor.

Outro Ministério que desenvolve ações de saneamento seria o Ministério da Integração Nacional, que atende basicamente soluções multimunicipais, principalmente a parte de infraestrutura hídrica, grandes adutoras. Atua também com ações de esgotamento sanitário, com o manejo de resíduos sólidos em áreas de bacias hidrográficas, a exemplo das bacias do Rio São Francisco e Parnaíba.

Pode passar.

Há também outros Ministérios: o Ministério do Meio Ambiente tem uma atuação forte na área de resíduos sólidos urbanos, principalmente com foco na revitalização de bacias; o MDS tem um programa de cisterna; o Ministério do Turismo, dentro do Prodetur, também desenvolve algumas ações de saneamento; o próprio Ministério da Defesa atua em áreas de fronteira.

É importante dar esse panorama para mostrar o que cada Ministério prioriza em relação a esse tema.

Em seguida, vou demonstrar as ações, as principais intervenções que o Ministério das Cidades tem desenvolvido em áreas de fronteira.

Pode passar.

Os Municípios de áreas de fronteira são 588 Municípios. São 10,7 milhões de pessoas. Dentro da competência que estabelecemos entre os órgãos do Governo Federal para atuação em saneamento, os Municípios que teríamos, de certa forma, de priorizar seriam 37 desses 588 Municípios, que são os Municípios com população acima de 50 mil habitantes, que totalizam 4,7 milhões de pessoas. Essa seria a prioridade para o Ministério das Cidades.

Pode passar.

Como é o panorama do saneamento nos Municípios em áreas de fronteira? São dados preliminares do Censo de 2010. Fazendo um comparativo com o quadro nacional e um recorte só dos Municípios fronteiriços, observamos que esses Municípios têm uma oferta de serviço inferior ao que se observa em relação ao País como um todo. Em termos de redistribuição de água, enquanto no Brasil hoje, somando população urbana e rural, temos quase 84% de cobertura, nesses Municípios a cobertura é de 75%. Em termos de área urbana, no Brasil estamos com 93% e nos Municípios de áreas de fronteira, 90%.

A desigualdade aumenta quando eu olho para o tema esgotamento sanitário, onde é bem inferior a cobertura com solução adequada de esgotamento sanitário.

Quando eu estou falando de solução adequada de esgotamento sanitário, eu estou falando de rede coletora ou fossa séptica, que normalmente é o critério que a gente adota. E aí a gente observa que, em termos de área urbana, enquanto o Brasil tem 76%, os Municípios de área de fronteira têm aí o inferior a 55% de cobertura.

Pode passar.

Bom, os investimentos que o Ministério realizou são nesses Municípios. Antes de mais nada, é bom esclarecer que o Ministério não tem um programa de saneamento específico desenhado para Municípios de áreas de fronteiras.

Então, nossas ações são formatadas e desenhadas para atender ao território nacional. Nós não temos uma ação, um programa exclusivo destinado à área de fronteira.

Mas, no conjunto de ações que nós desenvolvemos, fizemos uma análise e, de certa forma, as áreas de fronteira receberam um tratamento similar às demais áreas em termos de participação e de investimentos.

Então, no PAC-1, nós contratamos investimentos que estão em obras, algumas obras já concluídas, mas a maior parte em execução, no valor de 2,1 bilhões. A maior parte é para esgotamento sanitário, 1 bilhão e 250; abastecimento de água, 424 milhões e outras modalidades, como manejo de águas pluviais, resíduos de solos urbanos, 452 milhões.

Na segunda fase do PAC, que nós chamamos de PAC-2...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Qual é o total contratado?

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – São 2 bilhões, 127 milhões.

Então, na segunda fase do PAC, nós já selecionamos e estão em fase de contratação 662 milhões, de modo que nós já investimos, asseguramos recursos de quase 2,8 bilhões em ações de saneamento de responsabilidade do Ministério das Cidades para esses Municípios de faixa de fronteira.

Considerando que no PAC nós selecionamos até agora 49 bilhões para o Brasil inteiro, isso representa em torno de 5,6% dos recursos que nós selecionamos, PAC-1 e PAC-2, para os Municípios de faixa de fronteira, e os Municípios de faixa de fronteira têm uma população de 5,4%. Então, de certa forma, há uma similaridade, e aí não estão computados os recursos da Funasa. Como muitos desses Municípios têm população inferior a 50 mil habitantes, muitos, com certeza, foram beneficiados com as intervenções da Funasa.

Nós, neste momento, dando continuidade ao PAC, temos um processo letivo em curso, só com fontes onerosas, ou seja, recursos de empréstimos, e, ao final desse processo letivo, nós vamos atender, neste caso desse processo letivo específico, Municípios de população inferior a 50 mil habitantes. Então, no caso, como se trata de fonte onerosa, nós vamos atender

a esses Municípios. E há uma boa tendência de que nós venhamos a beneficiar alguns Municípios de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, principalmente Rio Grande do Sul, que tem um contingente elevado de Municípios de menor porte em faixa de fronteira.

Pode passar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Gostei da notícia.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Bem, aí uma distribuição.

Então, em termos daqueles 37 Municípios em que o Ministério das Cidades, em tese, seria responsável pela priorização de intervenções no PAC-1 e 2, nós alocamos recursos para todos os 37 Municípios.

Agora, além dos 37, acima de 50 mil habitantes, nós beneficiamos também 25 mil Municípios abaixo de 50 mil, de modo que nós beneficiamos com as nossas intervenções 62 Municípios.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas aí a diferença, veja a força que é a do Senador Valdir Raupp. Olhem lá, comparem Rondônia como é que fica.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Aí é questão do esgotamento sanitário de Porto Velho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É incrível isso, o que ganham. Isso é a força política do Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – É a compensação das usinas do Madeira...

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Aí são 820 milhões de Rondônia; 525, mais ou menos, são recursos do sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho. O abastecimento de água em Porto Velho também recebeu mais de 100 milhões. Então, Porto Velho é uma cidade muito bem contemplada.

Em Boa Vista também, em Roraima, nós praticamente universalizamos o abastecimento de água com as ações do PAC e demos um salto extremamente elevado em esgotamento sanitário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, doutor.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Concluindo, basicamente esse era o quadro que eu queria mostrar. Fico à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Só para não perder a conexão com o tema: o senhor falou muito da questão de não haver um programa, mas falou na questão relacionada à revitalização de bacias, consórcios para a questão do tratamento dos resíduos líquidos, e, nos Ministérios em que há, digamos, interação de atividade do Ministério das Cidades, não está o Ministério do Meio Ambiente, que é o mais complicado.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Está ali. No início, eu mencionei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não, mas nesse específico, porque é uma questão de ambiente, quer dizer, de resíduos e revitalização de bacias. Esses programas são feitos em conjunto com o Ministério?

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – No início, mencionei que o Ministério do Meio Ambiente tem priorizado a questão dos resíduos sólidos urbanos, principalmente apoiando a parte de gestão, estruturação de gestão, de estruturar arranjo de consórcio público. E o Ministério do Meio Ambiente também tem recursos direcionados para algumas bacias hidrográficas prioritárias, a exemplo da bacia de São Francisco, onde, até por questões ambientais, o próprio licenciamento da transposição obrigou o Ministério do Meio Ambiente a atuar.

Nós temos uma ação articulada. A nossa maior articulação com o Ministério do Meio Ambiente, no momento, é para o tema de resíduos sólidos urbanos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo.

O SR. JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS – Estamos até tentando desenhar um programa de modo que haja uma atuação conjunta: o Ministério das Cidades atuando mais na parte de infraestrutura das obras e contando com o suporte do Meio Ambiente na parte de gestão. O nosso foco, a destinação final é aterro sanitário, e o Meio Ambiente entraria com aspectos como reciclagem, coleta seletiva, de modo a complementar as ações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. Ótimo. Esclarecido agora.

Convido então para agora fazer uso da palavra o Dr. Daniel Todtmann Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

O SR. DANIEL TODTMANN MONTANDON – Bom dia. Cumprimento a Senadora Ana Amélia, os demais Senadores presentes, membros da Mesa, colegas do Ministério; e também, em nome do Secretário Norman Oliveira, cumprimento a todos.

A Secretaria Nacional de Programas Urbanos não tem ação específica na área de infraestrutura. Vou discorrer aqui mais sobre os programas da Secretaria e focar um pouco em uma questão de plano diretor.

A Secretaria tem quatro programas. São programas relacionados a apoio ao planejamento urbano, um programa de apoio à regularização fundiária urbana, um programa de redução de riscos e um programa

de reabilitação de áreas centrais. De todos esses programas, o único que está no PAC 2 é o programa de redução de riscos, que envolve intervenções em encostas – redução de risco em encostas – relacionadas a deslizamentos. E, no PAC 2, ele engloba um valor total de R$1 bilhão.

A Secretaria também tem um programa relacionado à regularização fundiária urbana, que busca apoiar não só Municípios, mas também Estados, instituições para fazer a regularização fundiária urbana, e não só aquela regularização relacionada aos assentamentos precários, mas principalmente aquela regularização de territórios.

A Secretaria tem uma ação articulada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para promover a implementação do Terra Legal na sua dimensão urbana, em um processo de transferência de terras do Incra, da Amazônia Legal aos Municípios, tanto em áreas consolidadas quanto em áreas de expansão urbana. A Secretaria participa tanto do processo de doação das áreas, fazendo um parecer da sua adequação ao Estatuto da Cidade, quanto também no apoio, em alguns casos, à titulação e ao processo de doação.

Em relação ao programa de reabilitação de áreas centrais, é um programa que tem como foco a melhor ocupação dos vazios urbanos em muitas cidades brasileiras que têm áreas ociosas em áreas centrais.

E no caso do Programa de Planejamento Urbano, que eu queria comentar um pouco mais, é um programa que tem um foco na implementação do Estatuto da Cidade, no processo de implementação dos planos diretores, e não só dos planos diretores, mas também dos demais instrumentos do Estatuto da Cidade que estão articulados ao plano diretor.

O Estatuto da Cidade coloca a obrigatoriedade de planos diretores para Municípios com mais de vinte mil habitantes, assim como está na Constituição, Municípios integrantes de regiões metropolitanas, Municípios inseridos em áreas de impacto de grandes empreendimentos e Municípios de região de interesse turístico, mas não tem expressa a obrigatoriedade do plano diretor para área de fronteira, embora o Conselho das Cidades, nas suas resoluções, recomende que se faça o plano diretor em todos os Municípios brasileiros.

A gente percebe, principalmente de 2001 a 2009, se considerarmos os dados da Munic, do IBGE, uma evolução expressiva de planos diretores nos Municípios. De 2005 a 2009, por exemplo, mais do que dobrou o número de planos diretores. Em Municípios com obrigatoriedade, a gente já tem aí quase 90% dos Municípios com seus planos diretores.

A Secretaria tem acompanhado esse processo e feito algumas atividades de apoio com foco em assistência técnica e capacitação.

No caso do PPA 2012/2015, a Secretaria incorporou todos esses programas que eu citei, trazendo a regularização fundiária para uma ação de planejamento urbano – antes, ela estava vinculada a um programa de habitação, de urbanização de assentamentos precários –, e hoje a regularização fundiária urbana está vinculada ao planejamento urbano.

A Secretaria tem buscado fazer um apoio, vamos dizer assim, também aos Municípios impactados por grandes obras de infraestrutura no sentido de acompanhar o processo de elaboração do plano diretor, e estamos tendo essa ação, por exemplo, pelo Ministério das Cidades, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, por conta da obra de Belo Monte.

Não temos uma ação específica para a área de fronteira. Nós temos, como os recursos da Secretaria são mais voltados a atividades meio, como apoiar plano diretor, apoiar processo de regularização fundiária, esses recursos a gente opera por meio de transferências voluntárias, com convênios e contratos de repasse. Mas esses recursos diminuíram sobremaneira nos últimos anos, sendo que, então, a ação de infraestrutura mesmo que está relacionada à Secretaria é mais essa ação de redução de risco em deslizamento de encosta.

A Secretaria também, no PPA 2012/2015, tem uma ação mais forte em outras frentes para redução de risco, gestão integrada e prevenção de desastres naturais, mas eu acredito que não é o caso de ser tratado no âmbito desta audiência pública, posto que o foco principal é a questão de área de fronteira.

Então, eu coloco a Secretaria à disposição para a gente poder colaborar e dirimir mais dúvidas, se surgirem.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Daniel Montandon.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, que encerra esta parte das exposições dos convidados, eu queria renovar a informação de que estou presidindo interinamente em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Hoje é uma data muito especial – agora, antes de chamar o convidado que representa o Ministério das Relações Exteriores – para os gaúchos, como eu e quase o Senador Valdir Raupp, que é representante do PMDB de Rondônia, porque hoje é a data farroupilha. E o Rio Grande, em matéria de fronteira, tem autoridade

– não é, Ministro? – para falar sobre isto porque foi o Estado que defendeu a divisão territorial hoje existente em nosso País, historicamente, há vários séculos.

Então, é muito importante que a gente esteja debatendo hoje aqui e eu tenho muito orgulho de estar fazendo isto em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti com essa referência específica do que significa o Vinte de Setembro para os gaúchos nascidos ou gaúchos honorários também, que conhecem bem a nossa história.

Passo, com muita honra, a palavra ao Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul I, do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Bom dia a todos. Como meio gaúcho – meu pai era gaúcho de Santa Maria, então...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que bom! Que ótimo! Santa Maria da Boca do Monte, exatamente, o coração do Rio Grande ali.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Eu tenho muito prazer em voltar aqui, à Comissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Como eu costumo dizer, a jurisdição do Itamaraty começa do lado de lá da fronteira. Mas, nos últimos anos, cada vez com maior frequência, nós temos sido chamados a atuar ou pelo menos a discutir assuntos do lado de cá da fronteira.

A nossa prioridade, no Itamaraty, não são os 588 Municípios da Faixa de Fronteira, mas os 122 que estão na fronteira. Esses são os que, em geral, têm um impacto maior com os nossos vizinhos, especialmente as 28 cidades gêmeas, que apresentam, muitas vezes, situações curiosas e, por que não dizer, kafkianas.

Por exemplo, o caso de – mantenhamo-nos na fronteira sul do Rio Grande do Sul – Aceguá, que tem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Chuí.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Chuí-Chuy, mas, especificamente, Aceguá-Aceguá.

Em Aceguá-Aceguá, o Ministério da Integração Nacional, com o apoio nosso, está tentando, com recursos do Focem, implantar o sistema de saneamento básico das duas cidades. E por que com recursos do Focem? Porque o Brasil tem dinheiro, mas o Uruguai não tem, e o dinheiro brasileiro não pode ser usado para obras no Uruguai. E não faz sentido fazer a obra só na parte brasileira.

Jaguarão e Rio Branco têm uma situação parecida. Uruguaiana-Paso de los Libres a mesma coisa. Os dejetos são vertidos diretamente no rio, sem qualquer tratamento, e isso afeta não só a qualidade da água na região, como também o Uruguai começa a se preocupar com esse estado de situação.

A realidade é que a nossa fronteira, sendo praticamente no centro da América do Sul, hoje em dia mostra um déficit de infraestrutura terrível. É uma situação curiosa que os Estados Unidos, desde o século XIX, tenham ligado o Atlântico ao Pacífico e nós, só agora, via Peru, tenhamos conseguido fazer isso.

Há vários projetos que envolvem diversos países para fazer eixos em outras regiões, como já foi mencionado aqui, mas sempre a nossa herança comum nos traz problemas. Por exemplo, interligar o Nordeste ao Sul eletricamente é fácil, mas integrar Uruguaiana a Paso de los Libres é dificílimo, porque são ciclos diferentes: nós usamos 60 ciclos, eles usam 50 ciclos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Trilhos também de bitolas diferentes.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Bitolas diferentes, sistemas de televisão diferentes. Agora, com o sistema nipo-brasileiro de televisão digital, há certa uniformidade – certa, porque a Colômbia decidiu usar outra. Mas, até recentemente, cada país tinha um sistema próprio.

Problemas com a utilização de emissoras de rádio, por exemplo. É uma coisa complicada. Enfim, a título de curiosidade, um juiz eleitoral em Foz do Iguaçu mandou um ofício para o Itamaraty, reclamando de propaganda eleitoral, na época das eleições, do outro lado. Não havia como impedir a transmissão.

Esse tipo de falta de regulamentação é uma coisa em que nós precisamos atuar com mais ênfase.

Outro ponto que o Itamaraty hoje em dia está estudando com o Ministério do Meio Ambiente é uma coisa que foi mencionada aqui, que é o tratamento de resíduos sólidos.

A cidade de Santana do Livramento hoje em dia tem que levar o seu lixo urbano a 250 quilômetros de distância. A cidade de Rivera, ou seja, atravessando a rua, tem um aterro sanitário capaz de atender às duas cidades por mais de 70 anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso vale, Ministro João Luiz, também para a área médica. Do outro lado da rua tem um hospital que pode fazer hemodiálise, e o paciente de Livramento tem que ir a Santa Maria, que são alguns quilômetros, porque não há uma harmonização desses acordos ainda.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Esse está parcialmente solucionado, porque Brasil e Uruguai assinaram um acordo que permite que os Municípios de um lado contratem serviços médicos do outro lado da fronteira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Entre a prática e o que está escrito vai demorar muito tempo, não é?

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – É, há coisas curiosas. Nós, aqui em Brasília, nas capitais... Montevidéu e Brasília negociaram o acordo, achamos que tínhamos resolvido tudo, mas chega o momento da implementação e aí começam os problemas não previstos. Por exemplo: o sistema de saúde uruguaio é muito centralizado. Então, o diretor do hospital não tem como receber os recursos do lado brasileiro, porque não estão no orçamento dele. Os nossos Prefeitos não sabem como pagar, porque o lado de lá quer pesos uruguaios, e nós pagamos com reais.

Então, esses problemas estão começando a ser solucionados. Fizemos reuniões com os órgãos de controle, TCU, Controladoria da República e os respectivos órgãos do outro lado, para encontrar soluções práticas de como resolver isso, porque realmente não faz sentido poder atravessar a rua para fazer hemodiálise e ter que fazer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Andar vários quilômetros para...

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Quase 400 quilômetros duas vezes por semana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Até Santa Maria.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Esses pequenos problemas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ajustes. São ajustes necessários.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – É o que tem nos tomado cada vez mais tempo e é uma problemática extremamente rica e interessante, porque é uma coisa curiosa. Com a Argentina nós temos acordo de escolas bilíngues. O que está resultando desse esforço é uma coisa muito curiosa, é a futura extinção do portunhol na fronteira, porque as crianças fazem questão de saber as duas línguas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O ideal seria chegar ao nível do Canadá, da parte francesa do Canadá: falar automaticamente as duas.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Exatamente, as duas. E é o que eu acho que vai acontecer na fronteira mais cedo ou mais tarde.

Uma coisa que nós temos notado no Itamaraty é que muitos acordos que são feitos em nível nacional, ou seja, país a país, têm às vezes muito impacto na fronteira, mas há um profundo desconhecimento por parte dos cidadãos da fronteira dessa legislação que os beneficia. E este é um esforço que deveria ser ampliado, a divulgação dessas vantagens, vamos dizer, porque não se resumem ao cidadão comum. Também abrangem os líderes políticos, as lideranças políticas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Empresariais também.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – ... administrativas e empresariais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ministro, agradeço muito a V. Exª pela exposição.

Além dessas demandas, eu apenas acrescentaria, no caso específico do Rio Grande do Sul, porque é o Estado que tem fronteira direta com o Uruguai, não só as fronteiras secas das cidades-gêmeas: Chuí e Chuy; Aceguá e Aceguá; e Livramento e Rivera, porque são ruas que separam essas cidades. No caso de Jaguarão e Rio Branco; Quaraí com Artigas, são pontes que separam – tiro já a Argentina de lado. Mas ali o governo uruguaio criou o sistema de *free shops*, na fronteira, o que tem demandado uma preocupação do setor empresarial do lado gaúcho, no caso, do Rio Grande do Sul, porque o comércio está perdendo, cada vez mais, seu espaço pelo atrativo que tem os *free shops*. Estamos com um projeto na Câmara criando igual tratamento.

Vejo que, da parte do Itamaraty, não há nenhuma resistência. O ponto de vista é tributário, apenas, para dar esse tratamento de igualdade.

Pergunto se o Senador Valdir Raupp deseja interagir com os palestrantes, que acabaram de fazer suas exposições, para prosseguirmos e darmos curso à audiência pública.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Quero cumprimentar a Presidente, Senadora Ana Amélia, e aproveito para parabenizar o Rio Grande do Sul.

Como V. Exª disse, eu sou quase gaúcho. Nasci no sul de Santa Catarina, na divisa, no Município de São João do Sul, onde o rio Mampituba faz a divisa de Santa Catarina com o Rio Grande.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor é um cidadão multinacional.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Torres, no Rio Grande do Sul, São João do Sul, Santa Catarina, mas minha mãe mora em Capão da Canoa há mais ou menos 40 anos. O meu pai é falecido e sepultado no Rio Grande do Sul. Tenho uma irmã que mora em Porto Alegre, tenho vários irmãos em Capão da Canoa e tenho uma irmã que mora em Torres. Então, a minha família quase toda está no Rio Grande do Sul.

Rondônia é o Estado que me acolheu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Deve haver muitos CTGs lá também, não é, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muitos. Acho que Rondônia é o terceiro ou quarto Estado do Brasil que mais tem CTG.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O CTG, para o nosso telespectador que está nos acompanhando, é o Centro de Tradição Gaúcha. Essa é a primeira bandeira que chega quando o Rio Grande chega a uma área de fronteira.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Os gaúchos já estão fora do Brasil, já estão nos Estados Unidos, em vários países, com os Centros de Tradição Gaúcha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Onde levam também o nome do Brasil.

Então, eu gostaria de lhe parabenizar por mais um aniversário da Revolução Farroupilha, a famosa Guerra dos Farrapos. Os gaúchos são muito conhecidos pela sua autenticidade, sua fibra, sua garra, e eu quero parabenizá-los por isso e também cumprimentar as senhoras e os senhores convidados.

Nós já debatemos aqui, algumas vezes, a questão de fronteira, inclusive na tribuna do Senado, em pronunciamentos meus e de V. Exª, as dificuldades que nossas cidades brasileiras estão enfrentando nas fronteiras.

Nessas 122 cidades relatadas pelo Ministro João Luiz Pereira, não só na questão da infraestrutura, mas na área comercial, hoje, a desvantagem é muito grande. Nossos comerciantes perdem competitividade porque, do outro lado, na grande maioria das cidades, há *free shops*, áreas de livre comércio.

Eu estive em Santana do Livramento, este ano, e em Rivera.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor viu o que é aquilo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pude fazer a comparação dos dois lados, fui visitar o Uruguai e passei pela fronteira, em Santana do Livramento e Rivera.

A competitividade é desleal. O comércio, do outro lado, é forte, todos passam para comprar do outro lado, e a cidade brasileira fica empobrecendo. A Prefeitura não tem condições de fazer o que o outro lado faz. Por isso do outro lado há melhores hospitais, ruas melhores, tudo é melhor, e nossas cidades brasileiras estão empobrecendo.

No meu Estado, também não é diferente. A cidade de Guajará-Mirim, uma cidade histórica, com mais de 80 anos, está empobrecendo, porque o povo vai comprar do outro lado. Agora, saíram as usinas. Eu queria até justificar por que Rondônia, Porto Velho, está recebendo 800 milhões de investimentos na área de saneamento. Porto Velho era a capital do País que tinha o menor índice de rede de esgoto, apenas 2%, numa cidade de quase 500 mil habitantes.

Então, quando as usinas foram para lá, na cidade de Porto Velho, em apenas um ano, houve um aumento de 50 mil habitantes, porque as duas usinas empregaram mais de 30 mil trabalhadores diretos, e grande parte veio de outros Estados, aí houve essa compensação, uma forma de compensação, esses 800 milhões para a obra – que está paralisada. A burocracia, o projeto, problema de TCU, de CGU, acabou emperrando e, desses 800 milhões, só foram executados até agora 14 milhões. Já vai para dois anos que as obras estão paradas em Porto Velho.

Isso era só para justificar por que Porto Velho ganhou talvez o maior volume de investimentos, na área de saneamento, do Ministério das Cidades e do PAC brasileiro.

Então, eu queria reforçar essa questão das fronteiras. Nesse momento, estamos vivendo uma tensão muito forte no Mato Grosso do Sul, por causa da febre aftosa no Paraguai. Nós temos problemas nas fronteiras com a Bolívia, com o Paraguai. O Rio Grande não tem tanto problema nessa área porque os países vizinhos estão mais avançados, o Uruguai e a Argentina. Mas as fronteiras do Brasil com Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte do Paraná enfrentam esse problema com a dificuldade na área de sanidade do outro lado da fronteira.

Isso merece cuidado e acho que o Ministério das Relações Exteriores com o Ministério da Integração Nacional...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ministério da Agricultura.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Ministério da Agricultura... Estaremos hoje, à noite, em reunião com o Ministro gaúcho Mendes Ribeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estaremos lá.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Estaremos lá, onde vamos poder abordar esses temas também com o Ministro Mendes Ribeiro, que é um grande gaúcho que assumiu recentemente o Ministério da Agricultura.

Eram essas as preocupações e, no mais, quero parabenizá-los pela audiência púbica, que está sendo muito produtiva para o nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu imagino que, como o Dr. Sérgio preside a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, ele possa fazer algum comentário sobre o que falou o Senador Valdir Raupp, e o Ministro João Luiz também, a respeito da

matéria, que é específica de área de fronteira e de harmonização de políticas na área da questão sanitária, especialmente animal.

O SR. SÉRGIO DUARTE DE CASTRO – Acho que essa é uma questão fundamental aguda para o Brasil. Nós já tivemos problemas seriíssimos com a nossa exportação de carne em função das barreiras sanitárias lá fora, em função de contaminação vinda do Paraguai, e esse é um dos temas, a comissão neste momento está trabalhando e elegendo alguns temas prioritários para serem encaminhados, e esse certamente é um dos temas que vão merecer e têm merecido nossa atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Sérgio.

Ministro João Luiz.

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – De fato, esse é um problema eu diria até recorrente, mas, na situação atual, vejo que as autoridades paraguaias vão ter uma atuação muito rápida, porque a carne passou a ser um dos principais produtos de exportação do Paraguai. Eles conseguiram mercados que antes eram da Argentina, porque a Argentina, por problemas internos, passou a restringir a exportação de carne e o Paraguai conseguiu entrar nesses mercados. E esse foi um dos motivos pelos quais o Paraguai cresceu 15% o ano passado. Então, deixou de ser um tema secundário para a economia paraguaia. Enfim, vai ser um impacto bastante forte e certamente vai criar bastante polêmica dentro do Paraguai.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Ministro.

Todos os elementos que o Senador Valdir Raupp levantou aqui interessam especificamente nesse caso de Rondônia, que na fronteira tem a questão dos *free shops* e também no seu Estado e, no Rio Grande do Sul, com o caso do Uruguai.

O caso também de uma situação cambial que é desfavorável ao Brasil, favorável apenas para quem compra, mas desfavorável para quem exporta ou vende, isso também agrava a situação.

Agora como membro titular e Vice-Presidente do Mercosul, do Parlamento do Mercosul, já convido o Dr. Sérgio e o Ministro João Luiz, em função de terem eles responsabilidade sobre a área de fronteira, a nos dar apoio importante no trabalho que vamos retomar brevemente.

Então, as informações que foram apresentadas aqui foram de extrema valia para o entendimento e para a abordagem disso, especialmente no seu caso, Ministro João Luiz, porque a comunidade de fronteira só vai entender o significado prático da integração quando ela viver isso, porque cada dificuldade que ela tiver... Por exemplo, o senhor falou aí da questão de saúde, da falta de harmonização de políticas em função de a política uruguaia ser centralizada. Então, para pagar um tratamento de saúde, como a Prefeitura vai fazer? Se ela usa a moeda brasileira, como vai converter isso?

Existem outros problemas também de burocracia. O aeroporto de Rivera, quando um brasileiro, que está ao lado, vai lá, ele deve se submeter à burocracia como se ele estivesse viajando para o exterior, sendo a cidade do lado. Então, todas essas burocracias atrapalhando a vida do cidadão comprometem o entendimento do cidadão fronteiriço a respeito da questão da integração.

E eu achei muito interessante que o senhor abordou aqui a questão da lei. Agora teremos, ano que vem, eleições, e eleições municipais. E elas vão impactar de novo sobre essa questão eleitoral. Até lá nós vamos ter que abordar uma regra, porque a Argentina não tem uma lei sobre o funcionamento de rádios comunitárias. Por exemplo, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, as rádios argentinas, mesmo com frequência diferente, estão entrando no Brasil, concorrendo com as comunitárias do Rio Grande do Sul. Então, também há esse outro lado. Não há apenas a questão da concorrência com a questão da propaganda eleitoral, porque não há como, pois a lei impede que se chegue na Argentina e derrube a propaganda que a emissora está fazendo, com independência, no lado brasileiro.

Não sei se o Senador Valdir percebeu que o Itamaraty recebeu do Paraná uma queixa, o juiz eleitoral, porque a rádio paraguaia estava fazendo propaganda de um candidato brasileiro lá. Mas como ele era inimputável, não podia fazer nenhum recurso. Veja só aonde chega o grau da esperteza política.

Eu queria agradecer especialmente à Dr. Mirna Quinderé Chaves, que está aqui representando a Drª Inês da Silva Magalhães, a Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Antes de fazer o encerramento desta reunião, quero aproveitar a presença do Senador Valdir Raupp e demais para apresentar um requerimento aos Srs. Senadores.

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a reforma do Código Florestal.

Para tanto, requer que sejam convidados representantes do Parlamento Amazônico. É um debate específico para essa questão.

A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Está em discussão esse requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Antes do encerramento da presente reunião, agradeço a todos a presença e em especial aos nossos convidados, Drª Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; Sr. Sérgio Duarte de Castro, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração Nacional; Sr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Dr. Daniel Todtmann Montandon, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades; Srª Mirna Quinderé Belmino Chaves, Diretora do Departamento Nacional de Habitação e do Departamento Nacional de Urbanização de Assentamentos Precários, e Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul I do Ministério das Relações Exteriores, pela importante contribuição aqui oferecida.

Agradeço também a presença aos demais Senadores e assessores desta Comissão.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Blairo Maggi, Jorge Viana, Ana Amélia** e **Cyro Miranda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: discussão e apreciação do Relatório sobre as reuniões referentes ao Tema III – *Infraestrutura*, do Ciclo de Audiências Públicas da Subcomissão, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011 – CREPAFF, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011. O Relatório é lido, discutido e aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às nove horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião administrativa tem por finalidade discutir e apreciar o relatório produzido sobre o 3º tema Infraestrutura na Faixa de Fronteira, do Ciclo de debates da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, conforme estabelecido pelo Requerimento nº 01, de 2011, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, de minha autoria, aprovado em 3 de maio de 2011.

1º PAINEL

Realizado no dia 13 de setembro de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, o 1º Painel do ciclo de audiências públicas destinado a debater o tema "Infraestrutura". Para pro-

ferir a palestra, foi convidado o Sr. Tarcísio Gomes de Freitas – Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

O Sr. Tarcísio Gomes de Freitas começou elencando as dificuldades da região, como o baixo Índice de Desenvolvimento Humano; a carência de infraestrutura básica, principalmente na área de transportes; a baixa densidade demográfica; os ilícitos transnacionais; os problemas fundiários e os relacionados à população indígena.

Dito isso, afirmou que a política de transportes é fundamental para integrar o País e preservar a segurança de suas fronteiras. O convidado salientou que o Brasil conta hoje com o Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, criado para embasar a elaboração dos Planos Plurianuais. Segundo o palestrante, esse plano significa um resgate do planejamento de longo prazo, com visão de Estado, não de governo, que trabalha atualmente com um horizonte até 2023.

O PNLT tem como objetivos a otimização dos custos da cadeia logística; a mudança para uma matriz de transporte mais equilibrada, privilegiando os transportes hidroviários e ferroviários; a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país.

Para alcançar esse último objetivo, o PNLT busca aumentar a eficiência produtiva das áreas consolidadas; induzir a expansão das fronteiras agrícolas e de mineração; reduzir as desigualdades regionais e, principalmente, fomentar a integração regional sul-americana.

Dentro do processo de integração regional, o convidado destacou a construção de pontes internacionais, a integração de hidrovias com países vizinhos e a construção da ferrovia de integração centro-oeste, que será estendida até a Bolívia.

O Sr. Tarcísio Freitas revelou também a existência de um projeto de construção de uma ferrovia transcontinental ligando o Atlântico ao Pacífico, do Rio de Janeiro ao Peru. Esse projeto, explicou ele, busca adequar a infraestrutura nacional ao deslocamento do eixo comercial para o Pacífico, em razão, principalmente, da ascenção econômica chinesa. O expositor disse que esse projeto ainda não está contemplado em nenhum dos investimentos do PAC.

O convidado disse ainda que a estratégia do DNIT para a região de fronteira inclui o emprego maior do Exército na construção de infraestrutura.

Por fim, mencionou a dificuldade de realização de obras de infraestrutura dentro dos parques nacionais e das reservas indígenas. Sobre esse último ponto, enfatizou a necessidade de melhor gerenciamento das exigências das comunidades indígenas, que prejudicam o planejamento e aumentam os custos das obras.

2º PAINEL

Realizado no dia 20 de setembro de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, o 2º Painel do ciclo de audiência públicas destinado a debater o tema "Infraestrutura" contou com a presença dos seguintes convidados:

– Srª Inês da Silva Magalhães – Secretária da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades;

– Sr. Sérgio Duarte de Castro – Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) do Ministério da Integração Nacional;

– Sr. Johnny Ferreira dos Santos – Diretor do Departamento de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades;

– Sr. Daniel Todtmann Montandon – Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades;

– Srª Mirna Quinderé Belmino Chaves – Diretora do Departamento Nacional de Habitação e do Departamento Nacional de Urbanização de Assentamentos Precários; e

– Min. João Luiz de Barros Pereira Pinto – Diretor do Departamento de América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores.

A Srª Inês da Silva Magalhães explicou que a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades trabalha por dois eixos de atuação, ambos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Um deles é a oferta às cidades de todos os tamanhos de recursos para a realização da urbanização integrada dos assentamentos precários. A urbanização integrada, esclareceu ela, consiste na construção ou melhoramento de unidades habitacionais, de equipamentos sociais e das infraestruturas de água, esgoto, pavimentação e drenagem. Para esse objetivo, foram investidos 22 bilhões de reais no PAC-1 e previstos 30 bilhões de reais no PAC-2.

O segundo eixo é o do programa "Minha Casa, Minha Vida", que abrange diversas linhas de atendimento.

Para Municípios de até 50 mil habitantes, o governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal, compra os empreendimentos ofertados pela iniciativa privada e Estados e Municípios selecionam as famílias a serem beneficiadas. A seleção é feita de acordo com critérios e prioridades estabelecidos pela União em conjunto com os municípios. Essa linha já entregou 1 milhão de moradias e tem como meta entregar mais 2 milhões até 2014.

Outra linha de atendimento do programa, dentro do esforço "Brasil Sem Miséria", é direcionada aos

trabalhadores rurais. Conta com ações diferentes para cada faixa de renda, indo desde garantias para operações de crédito à concessão de empréstimos subsidiados. Além disso, utiliza métodos adaptados à realidade do campo, como, por exemplo, a declaração feita ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e pagamentos anuais.

A palestrante elencou como desafio atual melhorar a parceria com estados e municípios, para que os recursos sejam direcionados aos beneficiários de forma mais efetiva.

Revelou também que, para ações nos municípios na faixa de fronteira, foram destinados 707 milhões de reais no PAC-1 e, para o PAC-2, já foram selecionados 194 milhões.

O Sr. Sérgio Duarte de Castro iniciou sua exposição descrevendo à Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, criada em 2010 e instalada em abril de 2011, com participantes de mais de 20 órgãos federais e que tem como finalidade principal definir critérios de ação conjunta governamental para o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.

O palestrante explicou que as ações governamentais na faixa de fronteira enfrentam os desafios da diversidade da região, da baixa densidade populacional, da pobreza acentuada e do crime organizado. Segundo ele, há atualmente um esforço para mudar o enfoque sobre a região, adicionando as necessidades de maior presença estatal e maior desenvolvimento regional às visões de segurança pública e defesa nacional.

Além da articulação interna, o convidado elencou como importante para a região uma maior cooperação com os países vizinhos, particularmente nas 28 cidades gêmeas. Há problemas relacionados à falta de coordenação de políticas de saúde, à sobrecarga das redes de atendimento de saúde e de educação e à duplicação desnecessária de investimentos em infraestrutura.

O Sr. Johnny Ferreira dos Santos esclareceu que as ações de saneamento ambiental do Ministério das Cidades têm como foco os municípios com mais de 50 mil habitantes. Os demais são objeto de ações de outros órgãos governamentais, como a Fundação Nacional de Saúde – Funasa, por exemplo. Na faixa de fronteira há 37 desses municípios, que concentram 4,7 milhões de pessoas, quase a metade da população da região.

De acordo com o palestrante, a cobertura de serviços de saneamento ambiental desses municípios é inferior à da média nacional, principalmente nos serviços de esgotamento sanitário.

O convidado falou que o Ministério das Cidades não tem programa específico para esses Municípios, o total neles investido é proporcional à participação desses na população nacional. Segundo ele, contando PAC-1 e PAC-2, são 2,8 bilhões de reais contratados ou em contratação, a maior parte para esgotamento sanitário.

O Sr. Daniel Todtmann Montandon disse que a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades desenvolve quatro programas: apoio ao planejamento urbano, apoio à regularização fundiária urbana, redução de riscos e reabilitação de áreas centrais.

Apenas o programa de redução de riscos envolve investimento em infraestrutura. Para esse, estão previstos 1 bilhão de reais no PAC-2, principalmente para redução de riscos de deslizamentos em áreas de encostas. Os demais envolvem principalmente a prestação de assistência técnica e capacitação aos Estados e Municípios. O convidado afirmou ainda que a Secretaria não desenvolve programas específicos para a faixa de fronteira, todos têm âmbito nacional.

O Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto iniciou afirmando que, apesar de a competência do Ministério das Relações Exteriores "começar do lado de lá da fronteira", o Itamaraty tem crescentemente atuado do lado brasileiro. Dos 588 Municípios da faixa de fronteira, o Ministério se ocupa apenas dos 122 localizados na fronteira, e dentre esses, dá prioridade às cidades gêmeas.

Comentando sobre a faixa de fronteira, destacou que está localizada bem no centro da América do Sul e, ainda assim, sofre de um déficit agudo de infraestrutura. Como comparação, lembrou que os EUA ligaram o Atlântico ao Pacífico no século XIX, enquanto que a integração dos dois oceanos aqui só agora foi feita.

O convidado citou dificuldades técnicas de integração, como a das redes elétricas, que operam em ciclos diferentes, da rede ferroviária, por conta das bitolas, e da tevê digital, por conta das tecnologias de transmissão. Citou também dificuldades burocráticas, como no compartilhamento da cobertura de saúde e do manejo dos resíduos sólidos.

Disse que são muitos e diferentes pequenos problemas ou dificuldades, mas mencionou também grandes oportunidades e até consequências benéficas inesperadas da cooperação entre os países na região.

Esse é o relatório.

Submeto à discussão dos Srs. Senadores. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Quero informar neste momento, antes de encerrar a presente reunião e agradecendo a presença de todos, que na próxima quinta-feira, dia 29 de setembro, esta Subcomissão se reunirá atendendo ao Requerimento nº 4, também de minha autoria, que solicita a realização de uma Audiência Pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CRA, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA para debater a Reforma do Código Florestal.

Esclarecendo que nessa ocasião estarão presentes os Deputados Estaduais que integram o Parlamento Amazônico, portanto, representando as Assembleias Legislativas Estaduais que têm, evidentemente, um importante papel na discussão dessa questão do Código Florestal, embora não tenham voz, mas, através dos Parlamentares Federais, eles precisam trazer as angústias que eles conhecem muito mais de perto porque vivem o dia a dia.

A Presidência apresenta esse requerimento com esse objetivo, já aprovado por outras comissões, e o coloco em votação.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Considero-o aprovado.

Comunico também que, na próxima terça-feira, dia 4, realizaremos uma reunião para debater os estudos que levaram ao Plano Estratégico de Fronteira. Com essa finalidade, contaremos com a presença de representantes do Gabinete de Segurança Institucional, GSI, e do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais, ambos vinculados à Presidência da República, e do Ministério de Relações Exteriores.

Quero explicar que essa audiência de quarta-feira não está nos painéis estabelecidos, mas é de suma importância porque o Governo Federal já estabeleceu um plano estratégico para as fronteiras, vamos dizer assim, sem a audiência do Congresso Nacional, que é um passo fundamental. E é importante que o Congresso Nacional, notadamente o Senado, se inteire e possa realmente, após o nosso trabalho, puder apresentar sugestões de aperfeiçoamento de uma ação integrada de forma que possamos ter o melhor resultado possível.

Essas eram as comunicações a fazer.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião encerra-se às 11 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, CONJUNTA COM A 48ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e onze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Blairo Maggi, Vice– Presidente da Comissão de Infraestrutura e do Senador Delcídio do Amaral**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Aloysio Nunes Ferreira, Angela Portela, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Inácio Arruda, João Ribeiro, Lobão Filho, Mozarildo Cavalcanti, Reditário Cassol, Vital do Rêgo, Walter Pinheiro e Wellington Dias.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente submete à apreciação do Plenário a participação do Sr. Helder Queiroz Pinto, representando o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que á aprovada. O Presidente convida os Senhores palestrantes a tomarem assento à mesa: Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); o Sr. Helder Queiroz Pinto, representando, então, o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); o Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape); o Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); e o Sr. Edmundo Alfredo da Silva, representando o Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget). O Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 50 de 2011-CI e nº 61, de 2011-CAE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, para debater o "Plano Decenal de Energia 2011-2020". O Presidente comunica a presença do Deputado Zeca Viana (PT/PR), Mário Daher, Gerente Executivo da Operador. Nacional do Sistema Elétrico – NOS e Darico Pedro Live, Diretor de Planejamento e

Programação da Operação, da Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS. A seguir, o Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral, Valter Pinheiro, Lobão Filho, Pedro Simon e Cristovam Buarque. O Presidente com a aquiescência do plenário, concede a palavra ao Senhor Darico Pedro Livi, Diretor de Planejamento e Programação da Operação da Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, onde justifica a ausência do Senhor Hermes Chipp, Diretor Geral da Operador Nacional do Sistema Elétrico. Os convidados respondem às perguntas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Declaro aberta a 43ª reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 48ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Cumprindo as normas regimentais, submeto à deliberação dos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura o nome do Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), representado aqui pelo Sr. Helder Queiroz Pinto, para participar desta audiência pública, já que seu nome não constava no Requerimento nº 50, de 2011, da Comissão de Infraestrutura.

Os nobres colegas Senadores que concordam com essa inclusão permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à pauta da nossa reunião, conforme previamente divulgada.

Convido, então, para compor a Mesa os nossos convidados para esta audiência pública, que se destina a discutir o Plano Decenal de Energia Elétrica 2011/2020.

Convido, então, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); o Sr. Helder Queiroz Pinto, representando, então, o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); o Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape); o Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); e o Sr. Edmundo Alfredo da Silva, representando o Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget).

Informo aos palestrantes que vão expor aqui seus comentários e suas ideias que cada um tem dez minutos para fazer sua apresentação, uma vez que temos seis pessoas que vão se apresentar aqui e ainda os Senadores que farão as suas perguntas. Assim, para não ficarmos até muito tarde, vamos conceder dez minutos para cada um.

Convido, para iniciar a nossa audiência pública, o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Com a palavra, por favor, por dez minutos.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Cumprimento o Senador Presidente da Comissão, cumprimento todos os participantes deste evento; em nome do Ministério de Minas e Energia, registro a satisfação pelo convite de vir participar do Plano Decenal de Expansão 2011/2020, instrumento muito importante das atividades de planejamento do Ministério de Minas e Energia, com alguns estudos que a EPE desenvolve para a expansão do nosso setor energético.

Eu trouxe aqui uma apresentação com algumas transparências, mas eu vou usar apenas algumas delas, tendo em conta o tempo que foi destinado, e vou focar no item que diz respeito mais ao Ministério de Minas e Energia, que é a questão da formulação das políticas que são orientadoras para o trabalho do Plano Decenal. Essas políticas orientadoras são relacionadas com a questão da hidreletricidade, as hidrelétricas da Amazônia, a questão da nuclear, a questão das fontes renováveis, em suma, quais são os caminhos que o País vai utilizar para ampliar a oferta de energia e atender às demandas previstas nos próximos dez anos.

Então, vou me focar nesse item e os demais, certamente, vão detalhar mais alguns aspectos do Plano Decenal.

Pode passar à seguinte.

Pode passar.

Mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Walter, nós vamos providenciar as cópias e também é possível, se o senhor desejar,

mandar depois eletronicamente, para que cada um tenha sua cópia.

Em cinco minutos vai estar na sua mão, Senador.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Essa primeira lâmina faz uma comparação entre a matriz de energia, com todos os energéticos, todas as fontes primárias, do Brasil e o mundo, onde gostaríamos de destacar alguns aspectos relevantes, em particular a forte presença de fontes renováveis e a presença, relativamente reduzida no Brasil, dos chamados combustíveis fósseis, que são os emissores de gás de efeito estufa.

Quando olhamos o mundo em 2010, a gente vê que o mundo usa, fundamentalmente, os combustíveis fósseis para atender às suas energias: o petróleo, 32%; carvão, 28% e gás natural, 21%. Ou seja, 81% da energia do mundo vêm dos combustíveis fósseis.

Quando olhamos a parte brasileira, esse índice de combustíveis fósseis se situa na faixa de 53%. O Brasil usa bastante petróleo, como toda sociedade, pois o petróleo é um combustível muito importante, usamos pouco carvão mineral, assim como o gás natural, e temos uma predominância das nossas fontes chamadas renováveis. Aparecem ali a hidreletricidade e outras e aparece uma fonte ali, no final, dos derivados energéticos da cana-de-açúcar, que é o álcool e a biomassa, que é queimada, produzindo calor e energia elétrica em cogeração, que o mundo praticamente não usa, é uma fonte quase que exclusivamente brasileira.

Então, quando olhamos as parcelas de energias renováveis, o Brasil apresenta um índice de 45%, enquanto o mundo usa apenas 13%. Então, a matriz energética brasileira se caracteriza por uma matriz com grande predominância de fontes renováveis, competitivas, com baixa emissão de gases de efeito estufa, tecnologia nacional, em que o Brasil tem um grande potencial – estou me referindo basicamente à hidreletricidade, à questão da biomassa do bagaço de cana e à eólica. E temos também uma utilização relativamente baixa, mais de 50%, mas baixa quando se compara com o mundo, do uso de combustíveis fósseis.

Bom, como vamos atender aos mercados futuros nos próximos dez anos? O Brasil tem um grande desafio no setor energético, que é expandir a sua oferta de energia com taxas de 5% ao ano, aproximadamente. Isso significa, mais ou menos, dobrar o nosso sistema energético em doze anos. Portanto, nesse horizonte de até 2020, nós vamos ter que ampliar em torno de 70% a nossa oferta de energia.

Pode passar a seguinte.

Nessa transparência aqui, nós mostramos ao setor energético como um todo – depois eu vou mostrar o setor elétrico em particular –, como deve se comportar essa matriz energética ao longo dos próximos dez anos. E aqui estão refletidas as políticas energéticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia para os diferentes segmentos. As prioridades ficam claramente estabelecidas nisso aí e a implantação desse programa se faz através dos leilões.

Nós observamos que, nesse horizonte de 2010 até 2020, nós continuamos tendo uma participação elevada das fontes renováveis. Aparece o Brasil ali, em 2010, com 45%, evoluindo para 48%, portanto com uma pequena elevação, muito pequena, de tendência de aumento das fontes renováveis. Enquanto o mundo tem apenas 13%, nós estamos nos aproximando de 50%.

Em combustíveis fósseis, o Brasil continua na linha de ter uma redução. Veja que o número passa de 53% para 51%, enquanto o mundo utiliza 81%. E essa evolução, em termos de participação, mostra as políticas energéticas. Nós vemos, no primeiro item ali, de petróleo e derivados, uma redução significativa, nesses dez anos, da participação do petróleo. Quer dizer, de 37,8%, passamos para 30,4% nesse Plano Decenal. Isso porque o Brasil está adotando uma série de políticas em que se tenta afastar ou reduzir a importância do petróleo, que é um combustível muito nobre, como o programa do etanol, a redução do uso do petróleo e derivados para gerar energia elétrica e outras medidas que levam o Brasil a reduzir a sua dependência.

Os derivados da cana. É um programa que é um sucesso no Brasil, que continua crescendo, evoluindo de 17% para 21%. Portanto, a política energética é no sentido de continuar utilizando os derivados da cana, o etanol e o bagaço, para produção de energia, até porque a oferta desse bagaço aparece em função de sinais econômicos do etanol e do açúcar que não é só do mercado nacional, mas também do mercado internacional.

Uma redução da hidreletricidade. A hidreletricidade abre espaço para outras fontes de energia elétrica, como a eólica, como a biomassa, e a diversificação da matriz energética, que vamos ver logo em seguida. Então, há uma pequena redução da hidreletricidade. Quanto ao gás natural, dada a oferta de gás que existe no Brasil, há uma pequena elevação. O Brasil ainda usa muito pouco gás natural na nossa matriz energética.

O carvão vegetal reduz, o carvão mineral também tem uma pequena evolução, em função do crescimento da geração de energia elétrica do carvão mineral. No caso da geração térmica, o carvão mineral dobra no Plano Decenal. Depois, vou particularizar esse item. Outras renováveis aparecem ali, com 44% ou 45%, onde estão a eólica e a nuclear, que mantém sua participação com a usina de Angra III.

Pode passar para a seguinte, por favor.

Agora, vamos particularizar a questão da energia elétrica.

No caso da energia elétrica, o Brasil apresenta uma condição mais favorável do que a média mundial. Vemos ali que o mundo utiliza apenas 18% de energias renováveis para produzir energia elétrica, enquanto que o Brasil tem um índice de 86%. E o mundo usa 68% de combustíveis fósseis para produzir energia elétrica, onde se destaca o carvão, enquanto que o Brasil utiliza apenas 10% de combustíveis fósseis. Portanto, a nossa matriz de energia elétrica, que está contida na matriz anterior de energia, apresenta uma situação mais favorável no que diz respeito à utilização de fontes renováveis com baixa emissão de gases de efeito estufa e à questão do uso de combustíveis fósseis, com predominância da hidrelétrica, um papel importante de derivados de cana, petróleo, reduzindo o petróleo para energia elétrica, que usamos muito pouco, pouco gás natural e muito pouco carvão em relação ao montante total.

A transparência seguinte mostra como vai evoluir essa matriz.

Pode passar para a próxima transparência.

Não, desculpe-me, aqui está mostrando um índice que é muito importante, que é considerado, que é a questão da economicidade das usinas, das fontes energéticas para produzir energia elétrica. A hidreletricidade, a eólica e a biomassa são aquelas que apresentam os menores custos da energia produzida, seguidos do carvão mineral, nuclear, e assim por diante.

A seguinte apresenta aqui os índices de emissão de gases de efeito estufa, de CO_2 e equivalente, por fonte, por unidade de energia produzida, quilowatt/hora, onde vemos que a nuclear é a mais vantajosa, a hidreletricidade, a biomassa e a eólica, que são o programa brasileiro, fundamentalmente, e os combustíveis fósseis, com índice de emissões mais acentuadas.

Mais uma transparência, por favor.

Eu gostaria de apresentar esta e mais outra, se me der mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O senhor fique à vontade, porque aqui, depois que marca o tempo, a campainha toca automaticamente. *(Risos.)*

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não sou eu que estou apertando.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Está bem. Eu destacaria aqui como essa matriz de energia elétrica vai evoluir nesses dez anos.

Isso aqui reflete as políticas energéticas estabelecidas para a expansão do nosso sistema elétrico. A gente observa que a hidreletricidade tem uma redução, passa de 80% para 73%, mostrando essa política de diversificação. Quer dizer, o Brasil não quer só construir hidrelétrica, mas quer abrir espaço para outras fontes, em particular as fontes de biomassa, eólica e algumas fontes térmicas. O gás natural tem uma pequena redução, mantendo-se em valores próximos. A biomassa aparece ali evoluindo de 5% para 10% de participação. Isso reflete, digamos, a prioridade que se está dando ao nosso programa de derivados energéticos da cana-de-açúcar, em particular a utilização do bagaço, de que agora vamos utilizar as palhas e folhas, permitindo que... E com o avanço tecnológico, estamos tendo um aumento de produtividade e a biomassa está tendo destaque. A nuclear, com a usina de Angra III, em construção, mantém a sua participação.

Redução importante do petróleo com o programa de interligação dos sistemas isolados da região Norte. O Brasil praticamente vai reduzir significativamente o uso de derivados de petróleo para energia elétrica. Aparece o gás natural, o carvão, que tem uma pequena elevação, de 1,3% para 2,3%, e, finalmente, a eólica, que apresenta uma elevação de dez vezes, de 0,4% para 4,3% de participação. A fonte eólica se tornou uma fonte autossustentável. É a segunda fonte em competitividade. O mercado tem respondido satisfatoriamente aos leilões, o Brasil tem um grande potencial e pode tirar uma grande vantagem disso aí.

Também se reproduz aqui a vantagem brasileira de fontes renováveis, uma pequena elevação das fontes renováveis nesses dez anos, no Brasil, e também uma pequena redução do uso dos combustíveis fósseis para a energia elétrica.

Eu apresentarei a última transparência agora.

Por favor, pode fazer...

Essa aqui ficou meio fora do formato.

Isso aqui é o programa de expansão dos próximos dez anos. São 70 mil megawatts que o Brasil vai instalar. Desses 70 mil megawatts dos próximos dez anos... Vejam que são 70 mil em cima de 112 mil que temos atualmente. Desses 70 mil, 50% estão baseados em hidreletricidade, com destaque para as grandes usinas da região Norte, Jirau e Santo Antônio já em construção, Belo Monte em início de construção e, depois, as usinas do Tapajós, que é a última fronteira da hidreletricidade no Brasil. A eólica e a biomassa, apresentando cerca de 30%, as duas somadas, o que dá 81%.

Então, a expansão do sistema elétrico brasileiro nos próximos dez anos está baseado nas três fontes – hidrelétrica, eólica e biomassa –, 81%, fontes competitivas, que o Brasil tem em abundância, com baixa emissão de gases de efeito estufa e de tecnologia nacional.

Os 19% adicionais são complementados com o programa de carvão, o de petróleo pouca coisa, de leilões que foram realizados em 2008, a nuclear de Angra III, que tem um papel complementar. Mas a prioridade da política energética é em busca das fontes competitivas renováveis, a que me referi, que são baseadas na hidreletricidade, na eólica e na biomassa.

Bom, eu poderia fazer aqui uns comentários sobre a questão do uso da geração térmica. O programa decenal tem uma expansão de geração térmica significativo, particularmente nos primeiros cinco anos. Para se dar uma ideia, o carvão mineral praticamente dobra a sua participação, de usinas já decididas. Uma usina, a de Candiota III, que entrou em operação neste ano de 2011, que é o primeiro ano do Plano, e as usinas de carvão importado, no Ceará, que complementam aí um valor significativo. Tem também o programa térmico a derivados de petróleo, que foi resultado de leilões anteriores, de 2008, por uma circunstância conjuntural da época.

Num horizonte que o planejador pode atuar onde as políticas energéticas são implementadas, os cinco últimos anos do Plano Decenal, não estão previstas gerações térmicas a derivados de petróleo nem a carvão mineral. Há uma exceção para o gás natural por uma particularidade, em que não vou me deter aqui por uma questão de tempo, o que resulta de nós adotarmos a legislação brasileira de mudanças climáticas. Quer dizer, o Brasil tem uma lei, aprovada nesta Casa, que sinaliza claramente as prioridades no que diz respeito ao setor energético, em particular o setor elétrico, quanto às emissões de gás de efeito estufa e sinaliza que a prioridade tem que ser estabelecida em cima da hidrelétrica, da eólica e da biomassa e das fontes renováveis.

Então, seguindo essa legislação, o Ministério de Minas e Energia tem priorizado essas fontes renováveis e não tem, nesse horizonte de cinco anos, a previsão de instalação de usinas térmicas a carvão mineral e gás de efeito estufa. É importante destacar que, em função dessa legislação, o Brasil assumiu metas voluntárias e compromissos internacionais em fóruns como Copenhague, onde, dentro desses compromissos, além do desmatamento na Amazônia, que será firmemente combatido, o setor energético vai contribuir com metas estabelecidas no Plano Decenal de tal maneira que o Brasil seja um agente importante na participação desse esforço internacional de combate às mudanças climáticas.

Peço desculpas porque passei do meu tempo, mas achei que seria necessário trazer essas reflexões sobre política energética do Ministério e a sua internalização no Plano Decenal.

Obrigado pelo tempo adicional e pela atenção que me foram dados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Altino. É uma pena que tenhamos tão pouco tempo, porque o tema é muito importante, mas, depois, os Senadores, os colegas, com certeza, farão alguns questionamentos, e o senhor poderá, na resposta, ocupar o seu tempo.

Eu quero aqui registrar a presença do Sr. Mario Daher, Gerente Executivo do Operador Nacional do Sistema Elétrico; do Sr. Darico Pedro Livi, Diretor de Planejamento do ONS; e também a presença do Deputado Estadual de Mato Grosso, nosso amigo e companheiro Zeca Viana, que está fazendo uma visita à nossa Comissão. Seja bem-vindo aqui, Zeca!

Quero, de imediato, passar a palavra ao Dr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da EPE. O senhor também tem, inicialmente, dez minutos e, se precisar de um pouco mais, não há problema, pois o tema é importante.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador. Realmente, é um grande desafio. O Plano é muito extenso, e a apresentação do Plano dura 40 minutos. É claro que não tenho esse tempo. Então, eu vou aqui apresentar alguns aspectos e, eventualmente, nas perguntas, esclarecemos os detalhes do Plano.

Próxima, por favor.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

Pode passar. Não vai dar tempo.

Pode passar. Porque, infelizmente, com o tempo que tem, vamos ter que...

Pode passar.

Próxima.

Começamos aqui dando uma visão. Estamos trabalhando só com a taxa do crescimento do Brasil de 5% ao ano. No que diz respeito à hidrelétrica, a expansão já contratada é o amarelo, significa 24 mil megawatts. Estão incluídos aí Belo Monte, as usinas do Madeira, Estreito, Teles Pires e outras. Em azul, são aquelas que ainda vamos contratar nos leilões que vão ocorrer, significam 8.570 megawatts.

Próxima.

Essas são as usinas hidrelétricas que vamos botar em leilão.

Próxima.

Próxima.

No que diz respeito à expansão das fontes alternativas, nós já contratamos 9.600 megawatts – é o amarelo –, que vão entrar até 2014, e o azul é o que será contratado nos leilões que ainda vão ocorrer a

partir deste ano ainda e do ano que vem, que significam 9.200 megawatts.

Próxima.

No que diz respeito à termelétrica fóssil, o que já foi contratado são mais ou menos 11 mil megawatts. Está incluído aí o último leilão, que contratou duas térmicas a gás: uma, no Rio de Janeiro, e outra, no Maranhão. Não estão previstas novas térmicas, a não ser que as usinas hidrelétricas que estão planejadas não obtenham a licença prévia. Então, nesse caso, seriam complementadas com térmicas.

Próxima.

Então, nós vamos sair de um sistema de 109 mil megawatts de capacidade para 171 mil megawatts. Em 10 anos, são 61 mil megawatts. Ainda continuaremos um sistema predominantemente hidrelétrico, mas com aumento da participação das outras fontes.

Próxima.

Então, nós vemos que as renováveis, que hoje representam 83% da capacidade instalada do sistema elétrico, em 2020 continuarão sendo 83%, mas com uma redução da hídrica de 75% para 67% e com um aumento das fontes ditas alternativas, que dobram a participação, passando de 8% para 16%.

Próxima.

Esses 61 mil megawatts são um grande desafio, mas estamos muito tranquilos, porque 75% da capacidade de que o Brasil precisa para os próximos 10 anos já foram contratadas. Isso é uma situação ímpar. Nunca antes tivemos uma situação de ter 46 mil megawatts contratados.

Próxima.

Eu vou pular a transmissão.

Próxima, por favor.

Eu vou ter que pular. Sinto muito, mas realmente não vai haver tempo.

Próxima.

Eu queria falar um pouquinho de petróleo e gás. O Brasil vai ter uma transformação muito grande. Nós hoje produzimos 2,3 milhões de barris por dia. Nós vamos triplicar essa produção. Aí é a produção Petrobras mais as outras empresas.

Próxima.

Aqui é interessante: o Brasil vai se tornar um grande exportador de petróleo. Nós deveremos estar exportando algo de 3 milhões de barris/dia em 10 anos, o que é uma situação excepcional.

Próxima.

Na área de gás, também tem uma alteração importante. Nós saímos de 109 milhões de metros cúbicos/dia para 193 milhões de metros cúbicos. Aí estão incluídos o gasbol – estamos supondo que vai ser renovado o contrato com a Bolívia – e duas estações de GNL. Ainda não está incluído ainda o GNL da Bahia.

Próxima.

A curva preta é de oferta; as outras são a demanda; e a pontilhada é a demanda com despacho esperado das termelétricas. Então, nós vemos que, considerando o despacho esperado das termelétricas, existe uma sobra de gás. Se nós formos considerar que o gás tem que ser reservado para as térmicas funcionarem 100% do tempo, essa sobreoferta diminui.

Próxima.

Próxima.

Em termos de refinaria, está planejada uma refinaria premium no Maranhão, que estava prevista para 2015/2017. Houve um primeiro deslocamento para 2016/2019. Há uma no Ceará; a RPCC, no Rio Grande do Norte; a Rnest, em Pernambuco, e o Comperj.

Próxima.

Elas vão permitir aumentar a capacidade de tratamento. O que é isso? Vamos poder produzir combustíveis de melhor qualidade, menor nível de enxofre, menor nível de emissões. Então, aumenta o tratamento e aumenta também a conversão, que é o aumento da produção de médios e leves.

Próxima.

Então, a partir de 2014, o Brasil deixa de ser um importador líquido de derivados e passa a ser um exportador líquido de derivados de petróleo.

Próxima.

Aqui é o diesel especificamente.

Próxima.

Etanol. Devemos dobrar a nossa frota. Nós temos hoje quase 30 milhões de veículos e vamos para 50. Minha nova projeção já deve dar 53 milhões de veículos. Hoje mais de 90% da venda de carros novos são de carros flex. Então, a participação de carros flex na frota de veículos deve sair de 49% para 78%. E o consumidor de grande parte dos veículos flex prefere usar etanol e não gasolina.

Próxima.

Dado a isso, devemos aumentar a produção de etanol de 28 para 73 bilhões de litros em 10 anos, a maior parte voltada para o mercado interno.

Próxima.

Aumenta também a produção de bagaço, é claro. Aumentando a produção de cana, aumenta o potencial de cogeração.

Próxima.

Então, aqui, consolidação dos resultados, nós estamos falando de investimentos da ordem de R$1 trilhão no setor energético nos próximos 10 anos, sendo que o grosso, é claro, no setor de petróleo e gás

– R$686 bilhões –, mas R$ 236 bilhões no setor de energia elétrica é algo que também não é desprezível.

Próxima.

Em termos de mudança da matriz energética, diminui um pouco a participação dos derivados de petróleo, caindo de 38% para 31%, aumenta o gás natural de 10% para 14%, aumenta também a cana-de-açúcar e cai um pouquinho a hidreletricidade no total.

Próxima.

É isso. Fiquei dentro do meu tempo, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Dr. Maurício. O senhor ficou com tempo a ver ainda. Foi um tal de passa, passa, passa. Como diz o Senador Walter, foi na velocidade da luz.

Quero agradecer ao Dr. Maurício, conceder a palavra ao Sr. Helder Queiroz Pinto, que é Diretor da Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP) e dar as boas-vindas ao nosso Presidente Delcídio do Amaral, que depois fará também a sua intervenção.

Então, com a palavra o Sr. Helder.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO – Obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, queria pedir desculpas em nome do Dr. Haroldo Lima, Presidente da ANP, que teve um impedimento e não pôde estar aqui presente. Como todos sabem do seu apreço pelo Congresso Nacional, ele pede que eu formalmente me desculpe em nome dele.

Eu vim substituí-lo na qualidade de debatedor, conforme o convite que foi formulado. Em particular, é a primeira vez que eu volto à Comissão depois da minha sabatina, que também foi presidida pelo Senador Blairo Maggi, em maio passado.

Gostaria de sublinhar, dentro do tempo que é curto, três aspectos centrais como comentários ao Plano Decenal.

Em primeiro lugar, sublinhar um pouco o conjunto de dificuldades que envolvem o exercício dessa natureza.

Recentemente, o Diretor da Agência Internacional de Energia, que é responsável pelas projeções de longo prazo da oferta e demanda mundial de energia, se expressou da seguinte forma: a gente está vivendo um momento tão forte de transição no padrão de produção e consumo de energia que gera um conjunto de incertezas sem precedentes.

Então, hoje não se trata mais simplesmente de calcular as taxas de crescimento, mas também de se dar conta de um conjunto de transformações que estão em curso e que envolvem um processo muito forte, inclusive de inovações tecnológicas na indústria de energia, tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda. Isso envolve, por exemplo, equipamentos que consomem energia mais flexíveis. Tanto o Dr. Maurício quanto o Dr. Altino mencionaram o papel dos veículos flex, que são equipamentos flexíveis, mas o setor industrial também é demandante cada vez mais de uma maior flexibilidade em termos do uso de energia. E isso, evidentemente, cria uma série de incertezas em relação às fontes que serão predominantes no futuro.

Além disso, as próprias redes de transmissão e distribuição de energia também estão passando hoje por um processo de transição muito forte, envolvendo aquilo que hoje é denominado de *smart grids*, que revelam que, apesar de a gente saber que a taxa de penetração é de difícil conhecimento, muito provavelmente nos próximos 20 anos as redes de energia elétrica serão muito diferentes daquelas que nós temos hoje.

Nesse sentido, esse esforço de desenvolvimento de estudos dessa natureza é fundamental, mas é revestido de uma enorme dificuldade no que tange a essa necessidade de se vislumbrarem mudanças estruturais tanto no padrão de produção quanto no padrão de consumo.

O segundo comentário diz respeito um pouco ao norte que me parece claro no Plano Decenal e que está associado ao binômio segurança no abastecimento energético e diversificação das nossas fontes de energia.

Essa é uma mensagem que parece clara. Não estou aqui para advogar – longe disso – nem a favor do Maurício nem do Altino, mas parece claro que esses dois aspectos são subjacentes ao Plano Decenal e envolvem uma dificuldade central, que é o fato demonstrado aqui de que a segurança do abastecimento e a diversificação estão sendo priorizados num contexto de forte crescimento da demanda. É aquilo que os economistas chamam de elasticidade renda da demanda de energia, que será muito acentuada nos próximos anos. Para cada ponto do PIB, a gente vai ter o mesmo ponto mais alguma coisa em termos de crescimento da demanda de energia.

O que nos favorece? O que nos favorece em termos de país é a extraordinária dotação de recursos energéticos que o País tem hoje. A grande questão que envolve isso é tentar articular um conjunto de políticas que consiga, de certa maneira, atender a esses dois objetivos principais – diversificação e segurança do abastecimento – com os menores custos, tanto econômicos quanto ambientais, possíveis.

E, por fim, como representante da ANP, queria falar um pouquinho da indústria do petróleo, gás e biocombustíveis.

Apesar de os estudos demonstrarem a redução da participação relativa do petróleo, e principalmente

de seus derivados, na matriz energética nacional, queria deixar claro que em termos absolutos haverá um crescimento muito acentuado, tanto que o País vai se qualificar daqui para a frente, como já foi dito, como um exportador líquido de petróleo e derivados, o que nos coloca numa outra posição em termos de poder desempenhar um papel de protagonista no cenário energético internacional.

Recentemente o representante também responsável por estudos de longo prazo do departamento de energia norte-americano – chama-se Richard Newell –, que esteve no Brasil um ano atrás... Os estudos de projeção de longo prazo do departamento de energia norte-americano atribuem a três países uma participação fundamental para o incremento da oferta mundial de petróleo. São estes países: Rússia, Cazaquistão e Brasil. Foi a primeira vez que o Brasil apareceu nesse conjunto de estudos desenvolvidos por organismos internacionais. E depois o estudo mais recente da Agência Internacional de Energia também coloca o Brasil nessa posição de destaque.

Então, espera-se efetivamente o incremento da nossa produção nacional. E, de fato, a gente vai passar a ter um papel no qual o ajuste das políticas energéticas também será necessário. Até agora as políticas foram desenhadas para que a gente atingisse a auto-suficiência, mas daqui para a frente a gente tem que se preparar em termos da necessidade de ajustes, tanto do ponto de vista da política energética, mas também do ponto de vista da política macroeconômica, em função do incremento das exportações que virão – todos esperamos – ao longo da próxima década. Então, o Brasil vai ter essa contribuição muito importante em termos da oferta mundial de petróleo.

Além disso, está sendo preconizado também um aumento da participação do gás natural, que, daqueles combustíveis fósseis, é o que, em termos de emissão de poluentes, em especial de CO2, seria o menos poluente. Então, o Brasil, depois de um esforço muito grande, durante muitos anos, de objetivos que muitas vezes não foram logrados...desde 1986, por exemplo, a então existente Comissão Nacional de Energia, o País tinha uma participação de 1% a 2% de gás natural e tentava desenhar políticas para que se alçassem os 10%. E repetidas vezes, em 1986, depois, no início da década de 90, se tentava essa meta de 10% de participação do gás natural.

Pois bem, hoje a gente alcançou essa participação e tem uma perspectiva de dispor de algo entre 14% e 15% – vocês podem me corrigir – no horizonte de 2020, o que efetivamente torna o gás natural, a partir de agora, algo que pode ser transformado em fator de competitividade para o País, em particular para a indústria nacional.

Esses eram os principais comentários em torno do plano, na qualidade de debatedor, para o que fui chamado. Caso haja interesse, a gente pode detalhar um pouquinho mais na hora das perguntas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço, então, a participação do Dr. Helder e concedo a palavra ao Sr. Edmundo Alfredo Silva, consultor da Associação Brasileira dos Geradores de Termelétricas.

O SR. EDMUNDO ALFREDO SILVA – Obrigado, Senador, pela oportunidade de a Abraget estar aqui nestas duas Comissões. É uma grande honra. E queria me desculpar pela ausência do Dr. Xisto, que, por motivo de saúde e tratamento momentâneo, não pôde comparecer.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

Se me permitem, terei que fazer alguns comentários um pouco divergentes das palestras do Dr. Tolmasquim e do Dr. Altino Ventura.

Esses pontos de divergência são justamente para trazer esse *feedback* necessário ao planejamento, que é dinâmico ao longo do tempo. Ele precisa ter esse *feedback* e eu espero que a Abraget esteja conseguindo trazê-lo aqui através dessa palestra.

Nós vamos abordar: o planejamento da expansão sem termelétricas, os equívocos do planejamento da expansão, os aspectos ambientais que foram tão comentados aqui, os aspectos das fontes de energia necessárias para a expansão desse sistema e as minhas considerações finais.

Próximo, por favor.

O PDE de 2011/2020 não considerou usinas térmicas, conforme esses *slides* tirados do próprio PDE e que o Dr. Tolmasquim, inclusive, apresentou. Só que aqui vem uma preocupação muito grande da Abraget, porque essa proporção de térmicas que nós temos pode ser insuficiente para atender à demanda em caso de fenômenos climáticos no futuro como la niña e el niño. Então, necessariamente, as térmicas vão ter que estar presentes para firmar as hidrelétricas, principalmente as fio d'água na Amazônia, que teremos pela frente. Com isso, teremos necessidade da participação de termelétricas nos zilhões menos três a menos cinco, como tem acontecido. E no próprio PDE é reconhecido que, no texto próprio, há necessidade de projetos termelétricos movidos a gás natural e a carvão mineral.

Próximo, por favor.

A importância das fontes na expansão.

Nós sabemos que os grandes potenciais hidrelétricos encontram-se atualmente na região Norte, com

crescentes dificuldades para os novos licenciamentos ambientais e transmissão com custos muito elevados. A expansão como foco central nessa base de energia hidrelétrica pode acarretar insegurança para o sistema elétrico. Temos real impossibilidade de construção de usinas hidrelétricas nos reservatórios de corregularização e temos escassez de novos projetos após 2020, esgotando-se em 2030. Portanto, nesse contexto de mudanças climáticas, as vazões dos rios e as safras podem ser comprometidas, bem como a regularidade dos ventos. Isso vai afetar, sem dúvida, a geração hidrelétrica, a biomassa e a eólica. É por isso que a Abraget defende a diversificação das fontes. Todas as fontes são primordiais estarem no planejamento, para, com isso, nós termos a confiabilidade e a segurança necessária do sistema elétrico.

Próxima, por favor.

Nós temos um grande desafio pela frente. Temos que contratar 68 gigawatts de energia, significando 3,2 megawatts médios ao ano para atender ao crescimento médio de demanda até 2020. Isso é um grande desafio e praticamente dobra o nosso potencial instalado até hoje. A expansão máxima e segura para o sistema é com o cenário misto, com todas as fontes, não tenham dúvida. Portanto, antes de diversificar essas fontes de energia na geração elétrica, estaremos trazendo a desejada segurança do sistema, com o menor custo unitário no investimento e na geração, o menor custo de transmissão e a menor probabilidade de riscos de déficit.

Nesse cenário, as termelétricas possuem um importante conjunto de atributos. Elas têm sinergia com as hidrelétricas, um tempo de construção mais curto, sua localização é privilegiada, porque é próxima à carga, e a sua "despachabilidade". Esse é um conceito muito importante, fundamental para o sistema hidrotérmico. O que vem a ser a "despachabilidade"? É o atributo mais importante das termelétricas, porque, quando a ONS necessita dispor dessas usinas, elas são as que podem ser despachadas, são comandadas pela ONS. Em exemplo como nós tivemos no ano passado, de restrições no uso do sistema de Itaipu, as termelétricas entraram e fizeram com que a operação do sistema fosse a contento; no susto de 2008, as termelétricas que operaram na base – chegamos a operar, inclusive, com as térmicas a óleo, porque nós tivemos um atraso na hidrologia, que não se configurou, e os reservatórios se esvaziaram. Para não acontecer um outro racionamento, as térmicas foram despachadas todas na base. E esses mesmos racionamentos não poderiam ser feitos pelas fontes renováveis, pois as mesmas não são despacháveis.

Próximo, por favor.

Equívocos no planejamento da expansão. Os equívocos de um planejamento com a predominância de fontes sem "despachabilidade" vêm trazer à ONS uma série de dificuldades operativas. Senhores, eu operei durante trinta anos no sistema elétrico participando de Furnas. Para quem está do lado da operação, na hora em que você tem a escassez das hidrelétricas, não tem a água, é assustador se você não tem as termelétricas. Eu vivi o apagão de 2001. Quando ocorrem fenômenos naturais adversos, quando há problemas de falha em manutenção de equipamentos, quando há atraso de obras de transmissão ou qualquer outro evento inesperado que implique a necessidade de restabelecer a segurança do sistema elétrico, a ONS precisa dessas termelétricas presentes.

Elas têm que ser reconhecidas por essa aplicabilidade, pois podem produzir energia e podem ser despachadas quando demandadas.

Próximo, por favor.

Vamos comparar aqui critérios de risco no planejamento da expansão do sistema, que são diferentes dos critérios de risco da operação real do sistema. O critério de risco de planejamento é considerado um risco de 5% no sistema ou diminui muito pouco esse risco ao considerar o custo marginal de operação igual ao custo marginal de expansão, isso trazendo um pouco menor o risco, de 5%. Já a ONS, ao operar o sistema, não quer correr riscos. Na operação real, o risco de déficit é zero. Por isso nós temos tantas térmicas operando em carga no serviço de sistema.

Possibilidade de as UTEs atuais serem mais despachadas. A proliferação dessas fontes não despacháveis aumenta a necessidade de geração fora da ordem de métrica, que são os encargos no serviço de sistema, porque a ONS não consegue controlar essas fontes não despacháveis.

Próximo, por favor.

Sinais econômicos introduzidos pela transmissão. Vejam bem, nós temos a tarifa de uso do sistema de transmissão que deveria mostrar o sinal adequado para o sistema, onde colocar a geração propícia. Hoje em dia, essa tarifa de uso do sistema de transmissão está completamente deturpada e não está representando o benefício que traria para as fontes, porque nós temos no Nordeste, por exemplo, fontes próximas ao centro de carga com tarifas mais altas que fontes longe do centro de carga. Isso inclusive é motivo de a Abraget estar na Justiça, com relação a esse problema, contra o órgão regulador.

Próximo, por favor.

A metodologia atual modal que deveria representar realmente a tarifa de uso do sistema de transmissão adequada e, com isso, os empreendimentos

teriam a maior representatividade para os leilões, não acontece porque hoje em dia nós temos mais de 70% de selo considerando essa transmissão. Então, com isso, não se consegue ter o sinal adequado para as termelétricas e também não se consegue justificar o reforço das conexões de acordo com essa metodologia atual. A Abraget já tem vários estudos prontos e vai apresentar ao Governo essa possibilidade de troca de metodologia, porque a atual não está servindo.

Próximo, por favor.

Aspectos ambientais. Aqui nós temos, do lado esquerdo, o planejamento antigo do reservatório de Belo Monte. E aqui nós temos o atual, o que ficou definido. Então a título de não desmatar, de desmatar pouco, hoje nós temos pequenos reservatórios somente e isso faz com que aumente a necessidade de termelétricas no sistema. O outro fator importante é a perda gradual de regularização dos reservatórios. Neste gráfico aqui nós temos, no eixo vertical, a energia armazenada no sistema dividida pela carga. Então, à medida que a carga vai aumentando, como os reservatórios não têm mais como armazenar essa energia, nós vamos perdendo a regularização do sistema. Essa paulatina perda de capacidade de regularização vem fazer com que o sistema precise de complementação térmica. Principalmente nos períodos úmidos, se eu não tiver essas térmicas, a ONS vai dar problemas críticos.

Próximo, por favor.

Emissões. As queimadas são responsáveis por três quartos das emissões brasileiras de gases do efeito estufa. Não é o setor elétrico o responsável por essas emissões. Então, não é o setor elétrico quem tem que dar a maior contribuição para o corte de emissões. O setor elétrico só contribui com 1,5%. Então, nós temos que tomar muito cuidado para que não aconteça a inibição de projetos importantíssimos para a segurança energética do sistema. Isso pode acontecer e tem que acontecer quando tiverem os fundamentos da transmissão técnica convincentes. Nós não somos contra o controle dessas emissões, desde que feito com bases técnicas e em premissas adequadas.

Próximo, por favor.

A Lei nº 12.187 e o Decreto nº 7.390 instituem a política nacional de mudanças climáticas, ratificaram o compromisso nacional voluntário e estabelecem as ações de modificação de gás feitas para reduzir a 36,1%.

Devido à escassez de tempo, nós fizemos vários exercícios e comprovamos o que nós vamos afirmar: não há restrições à expansão térmica porque o compromisso nacional é bastante confortável, havendo alternativas que podem reduzir as emissões de gás do efeito estufa em montantes superiores ao valor compromissado. Por exemplo, no final desta exposição – depois, vou deixar isso disponível para vocês –, nós fizemos um exercício com quatro termelétricas ao ano de 500 megawatts entrando no sistema: termelétricas a gás, a carvão nacional e carvão importado. E o que acontece de aumento nas emissões é 0,16%, quer dizer, algo insignificante para as usinas a carvão, meus senhores. Quer dizer, não são as emissões das termelétricas que vão restringir o planejamento do sistema.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos a operação das termelétricas, como elas têm sido necessárias no sistema. Em 2008, um atraso entrando em operação do período chuvoso e das afluências fez com que as térmicas fossem para a base, como vocês podem ver aqui nessa série azul. Em 2009, nós tivemos a crise mundial, uma queda acentuada da carga no sistema, então, as termelétricas quase não tiveram necessidade de serem operadas. Em 2010, esse aqui é um cenário que praticamente vai acontecer de agora em diante: nós tivemos a retomada da carga do sistema com a retomada da produção industrial e com a retomada do consumo comercial. Com isso, as térmicas vão se elevando até o período chuvoso, antes de entrar o período chuvoso. Em 2011, as térmicas não têm operado. Tem sido um ano extremamente favorável para as afluências, que são extraordinárias. As hidrelétricas estão gerando à toda e continua entrando água nos reservatórios, o que é maravilhoso. Nunca tivemos um ano tão favorável.

Próximo, por favor.

Considerações quanto às fontes de energia. Nós temos a reserva de gás antes e depois do pré-sal. Vamos ter uma megaoferta de gás. Temos carvão em abundância e temos urânio. Somente esses insumos vão ser capazes de oferta complementar necessária para a expansão do parque gerador brasileiro.

O gás natural é uma das principais oportunidades a longo prazo para trazer confiabilidade no suprimento de energia no Brasil. Nós vamos sair de uma oferta de 100 milhões de metros cúbicos por dia para 200 milhões de metros cúbicos por dia.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos a megaoferta de gás com a nossa província do pré-sal indo do Espírito Santo até Santa Catarina. O crescimento do consumo do gás natural será atingido com a utilização desses mercados pelas usinas termelétricas. Não tem jeito. As termelétricas vão ter que ancorar esse gás. Ou o gás será monetizado na nossa matriz ou vai ser exportado para o desenvolvimento econômico de outros países.

Além disso, nós temos descobertas de gás agora na bacia sedimentar do rio São Francisco significando um quarto da produção, transferindo o gasbol. E essa

transformação vai trazer uma modificação muito grande na estrutura econômica do Estado de Minas Gerais. Essas descobertas ficam a 280 km de Belo Horizonte e nós já temos a termelétrica de Igarapé sendo transformada para gás natural.

Próximo, por favor.

Oferta de gás também na bacia sedimentar do rio Parnaíba, onde a MPX vai desenvolver 4 mil megawatts de geração termelétrica. E essa descoberta significa metade do que é transportado hoje em dia pelo gasbol, o gasoduto Brasil-Bolívia.

Próximo, por favor.

Não poderíamos deixar de falar do período crítico em que nós precisamos do gás e não tínhamos a produção que temos hoje. Os terminais de GNL colocados pela Petrobras, os dois terminais, um em Pecém, com 7 milhões de metros cúbicos por dia, e outro na baía de Guanabara, com 14 milhões de metros cúbicos, vieram trazer tranquilidade para a geração das termelétricas. Além disso, estamos entrando com mais dois terminais de 24 milhões de metros cúbicos por dia, um na Bahia e outro ainda a ser definido.

Oferta de gás, ausência de térmicas e planejamento.

Nós temos uma abundância futura muito grande de gás natural. Termelétricas planejadas para 2015? Zero. Solução: não monetizar o gás na nossa matriz ou planejar termelétricas a gás natural?

Próximo, por favor.

Urânio.

Nós temos 309 mil toneladas de urânio em reservas, somos a sexta reserva mundial. Com isso, essas reservas equivalem a 238 anos de operações do gasbol a 25 milhões de metros cúbicos por dia. Quer dizer, temos urânio, temos disponibilidade de combustível, as usinas são altamente competitivas e nós temos quatro termelétricas a urânio sendo planejadas no programa de obras do Governo.

Próximo, por favor.

Carvão mineral. É o combustível fóssil mais disponível no mundo. Ele tem restrições quanto à sua utilização em razão do seu impacto socioambiental, em razão de suas emissões de CO2. Projetos de medicação e investimentos em tecnologia, as *clean coal technologies*, e absorção biológica de CO2 estão sendo desenvolvidas para atenuar esse quadro. As novas termelétricas a carvão hoje em dia são uma comparação entre um fusquinha e um Audi A5. São outras térmicas e existe um conceito na cabeça das pessoas de que aquelas usinas, algumas usinas antigas a carvão que nós temos ainda em operação, mas as novas térmicas a carvão são extremamente competitivas e com um impacto ambiental bem menor.

Próximo, por favor.

As maiores jazidas de carvão situam-se no Estado Rio Grande do Sul: 90% e de Santa Catarina, 10%. As reservas brasileiras ocupam o décimo lugar no *ranking* mundial.

Segundo a Associação Brasileira de Carvão Mineral, nós temos reservas conhecidas que podem gerar até 17 mil megawatts. As jazidas de Candiota, no Rio Grande do Sul, possuem 38% de carvão mineral. E ainda temos uma grande necessidade de inventariar e prospectar o carvão pelo Brasil.

Próximo.

O PDE de 2020 deveria contemplar 2,4 gigawatts correspondentes a usinas termelétricas a carvão já licenciadas e que esses projetos fossem chamados a participar dos próximos leilões A-5. Senhores, do próximo leilão A-5, as termelétricas a carvão não vão poder participar. As novas unidades termelétricas a carvão a serem implementadas no sistema elétrico brasileiro já adotam tecnologia de ponta com volume de emissões muito menores do que as anteriores, como eu já havia dito.

Próximo, por favor.

Perspectivas das termelétricas nas regiões do Brasil.

No Norte: nós temos geração térmica a gás, então é lógico que nós precisamos ter uma estrutura de gasodutos para poder levar isso às termelétricas e carvão importado. Nordeste: geração térmica a gás natural, a GNL, a carvão importado, a nuclear e a óleo combustível. No Sudeste e Centro-Oeste: geração térmica a gás natural, a GNL, a carvão importado, a nuclear, a óleo combustível e biomassa. No Sul: geração térmica a carvão nacional, a óleo combustível e a biomassa.

Próximo, por favor.

Bom, aqui vem uma crítica muito forte ao planejamento que precisa ser vista. Expansão da geração do sistema está acontecendo na região Norte e Nordeste. Nosso maior mercado está na região Sudeste e Centro-Oeste. A região Sul é dependente de intercâmbios elevados na transmissão, altamente dependente da transmissão hoje em dia. E há o aumento de geração termelétrica no Sudeste para segurar o controle da tensão quando você tem algum impedimento nessa transmissão. Qualquer impedimento ao sistema de transmissão que traz a energia de Itaipu implica necessidade de geração no sistema Sudeste e elevar a geração no sistema Sul a carvão.

Outra preocupação grande, grande, muito grande é a proliferação de geração eólica no sistema. Não somos contra a geração eólica – pelo amor de Deus! –, somos contra essa proliferação exagerada, sem controle. Essa geração eólica não contribui para o nível de

curto circuito tampouco para a ONS. O que significa isso? Quando nós tivermos distúrbio no sistema, elas não vão contribuir para amortecer as oscilações eletromecânicas e as oscilações de tensão. Então nós vamos para um grande distúrbio no sistema elétrico no futuro.

A ausência de maior geração nos mercados Sudeste/Centro-Oeste nos torna vulneráveis, pois, nesse sistema elétrico, pode haver tendência a um problema de estabilidade dinâmica. Isso precisa ser amplamente visto e estudado e implica sérias consequências de restabelecimento, mesmo quando ocorrem distúrbios na rede de transmissão. No último distúrbio, o Estado de São Paulo ficou simplesmente quatro horas à mercê de um restabelecimento.

E outro problema: o que acontece? Essas cargas, as cargas do sistema, hoje em dia, são abatidas da geração. A geração eólica e a geração de biomassa de pequenas usinas hidrelétricas operam na base. Então, o que acontece? Quando você tem um distúrbio, elas não voltam, não têm como voltar rapidamente e a carga está lá. Fica muito maior para voltar. Isso vai trazer um sério problema no restabelecimento do sistema e um grande complicador para a ONS.

Próximo, por favor.

Minhas considerações finais para não cansá-los mais. O mundo não abandonará os combustíveis fósseis nas próximas quatro décadas, não tenho dúvida. É impossível construir atualmente usinas hidrelétricas com grandes reservatórios. Nós temos dogmas aqui no Brasil. O Brasil dependerá cada vez mais das termelétricas com isso. Em situações hidrológicas diversas...Pois não.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe, Presidente. O Brasil dependerá cada vez mais da termelétrica?

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Sim.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E no leilão agora tiraram o carvão? É isso aí.

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Infelizmente é isso aí. Em situações hidrológicas diversas, a expansão... Vocês veem, nos leilões, cada vez mais são proibidas as térmicas a carvão entrarem. Nós tivemos dois leilões, em dois anos seguidos, em que as termelétricas não puderam participar. O Governo impediu as termelétricas de participarem por questões de...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/ PMDB – MA) – Simon, não esqueça que esse quadro e esse discurso é do representante da Associação de Geradores de Termelétrica. Então, isso não é a verdade absoluta. Calma. O Governo já tem o outro lado. Ele está discordando do lado do Governo.

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Isso.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/ PMDB – MA) – Então, cabe ao nobre Senado pesar quem está com a razão. Não encare aquilo ali como a verdade absoluta. (*Risos*.)

O SR. EDMUNDO ALFREDO PEREIRA DA SILVA – Bom, eu me permiti fazer esse meu discurso e discordar.

Em estações hidrológicas diversas, com a expansão na geração a fio d'água temos que tomar cuidado. A geração a fio d'água pode não ser suficiente e adequada para assegurar o atendimento ao mercado e o estoque de segurança do sistema. Portanto, é fundamental a expansão desse sistema com térmicas para garantir que, nessa operação do sistema interligado, você possa operar com um risco de déficit muito menor do que 5%, praticamente zero, como a ONS opera.

Para se garantir a segurança do suprimento do sistema energético, o equilíbrio entre oferta e demanda a custo e preços competitivos é requerido o uso combinado de fontes renováveis e não renováveis de energia. Agora, isso tem de ser feito com critério; não deixar que haja essa proliferação de eólica, como está acontecendo hoje em dia.

Próximo, por favor.

A participação do setor elétrico continuará sendo minoritária no total de emissões, contribuindo apenas com 1,5%. Portanto, não são as termelétricas que propiciarão o não cumprimento de qualquer meta da política nacional de mudanças climáticas. Quer dizer, a Abraget não concorda com o ponto de vista de não planejar termelétricas por problemas de política de mudança climática.

Somente as reservas de gás natural, carvão e urânio serão capazes de produzir os insumos necessários para expansão do sistema interligado nacional. A expansão do gás será obtida com a expansão, com geração por termelétrica, que será a âncora desse gás ou, senão, não teremos esse gás do pré-sal saindo lá de baixo. Ficará tudo lá embaixo.

Finalmente, é importante enfatizar que as únicas fontes que não impactam o meio ambiente são as fontes alternativas, é lógico. Entretanto, elas não são capazes de preencher o crescimento da demanda, em que são necessários 3.200 megawatts, em média, em bases econômicas. Só um gerador de base poderá fazê-lo. Entretanto, isso provoca impactos ambientais. Todas as fontes provocam impactos ambientais, até as hidrelétricas, até as eólicas provocam impacto ambiental. É um grande erro impedir a expansão de geração devido a impactos causados por essas fontes.

Estações hidrológicas diversas, estações de geração a fio d'água podem não ser suficiente para assegurar o atendimento ao mercado ou o estoque de segurança. Portanto, precisamos dessa complementaridade das térmicas.

Em resumo, as termelétricas são acionadas quando ocorrem fenômenos naturais adversos, quando há problemas de falha ou manutenção de equipamentos, ou qualquer outro evento inesperado. Essa é a única geração passível de ser despachada quando demandadas por NS.

Para compor essa matriz elétrica nacional, não se deve abrir mão de qualquer fonte disponível, pois todas elas são necessárias. As termelétricas têm que aparecer no planejamento, porque os investidores, na hora em que vêm nos procurar, perguntam: cadê as termelétricas?

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço a participação do Sr. Edmundo.

Concedo a palavra ao Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape).

O SR. MÁRIO LUIZ MENEL DA CUNHA – Inicialmente, gostaria de agradecer o convite que foi formulado pelo Senador Delcídio do Amaral, em nome do qual cumprimento os ilustres Senadores presentes.

Inicialmente, gostaria de apresentar o grupo que eu represento, que são os investidores em autoprodução de energia elétrica. É um grupo pequeno, são apenas 11 associados, mas participam na geração de 20% da capacidade instalada no País. São pequenos em número, mas grandes em receita.

São essas empresas que têm autoprodução. É um grupo que considera a autoprodução um fator de competitividade industrial. Quer dizer, acreditamos que a autroprodução exige investimentos pesados, etc., fora do *core business* da empresa, mas representa também uma vantagem competitiva e, portanto, um fator de competitividade industrial.

Mas nosso assunto hoje aqui, na verdade, é o Plano Decenal de Expansão de Energia.

O Plano Decenal representa o resgate do planejamento do setor elétrico. Então, só por isso ele tem que ser elogiado. É um balizamento e, se não fosse esse documento, nós teríamos enorme dificuldade de gerir esse setor complexo, como é o setor energético brasileiro, particularmente o setor elétrico.

É um documento que, se olhado, temos de elogiar a metodologia, o esforço que é colocado para servir como balizamento do setor elétrico. E temos de olhar os pontos fortes desse documento, qual seja, a recuperação do planejamento, que é a excelência metodológica, e também temos de olhar os pontos de atenção.

O Edmundo fez um diagnóstico bastante contundente. Discordo, em muitas coisas, das soluções, mas o diagnóstico está correto, porque são coisas que estão ocorrendo no setor elétrico

Os pontos de atenção a que me referi dizem respeito, por exemplo, a uma maior integração com o meio ambiente. Recentemente, tivemos uma audiência com a Ministra Izabella. Ela reclamava que o setor elétrico colocava o planejamento sem consultar o meio ambiente e, portanto, gerava as dificuldades que estamos vendo. Ou seja, nós partimos de uma matriz de intenção – que foi colocada aqui, tanto pelo Altino como pelo Maurício Tolmasquim – que tende a ser realizada via leilões.

O Maurício projetou que teremos 5 gigawatts no leilão A-5; mas quando chegamos lá, não há licenciamento para as hidrelétricas previstas, todos foram atrasados ou em grande parte. Com isso, é feita uma complementação com as fontes que têm uma velocidade de maior para entrar em operação. Portanto, muda-se essa matriz de intenções.

Talvez essa integração com o meio ambiente realmente seja um ponto que possa ser melhorado, trabalhado e discutido, não só sob o aspecto do licenciamento, mas também relativo à capacidade de armazenamento a que o Edmundo fez referência aqui.

Lembro-me que, há muito tempo, trouxe esse problema para o Senador Delcídio. Chegamos aqui em uma audiência, na Comissão de Minas e Energia, para trazer o assunto à consideração, mas não prosperou. Até a Comissão de Infraestrutura ia fazer um debate mais abrangente quanto ser isso ou não o que a sociedade realmente quer, quer dizer, reservatórios pequenos e não maiores. Por que não discutir aqui, neste ambiente, se é essa a matriz elétrica de que precisamos e que queremos?

Naquele tempo, lembro-me, Senador, que um dos depoentes na Comissão foi o Jerson Kelman, então Diretor da Agência Reguladora, que fez a proposição de um licenciamento mais simplificado, quando fosse um projeto estruturante, e a consequência disso foi a sua autuação, sua intimação e sua notificação pelo Ministério Público do Estado do Pará. Acho que até hoje ele se incomoda por ter mencionado essa proposta de simplificação, mas de integração setor elétrico e meio ambiente.

Outra integração que considero necessária é quanto à operação do sistema. Vejo aqui o Mário Daher representando o Hermes Chipp. Recentemente, ouvimos uma declaração da ONS pedindo, por exemplo, uma térmica no Rio Grande do Sul, por razões elétri-

cas e energéticas. Novamente, o diagnóstico é a falta de uma matriz de referência, em que tivéssemos que buscar que os leilões fossem instrumentos para realizar a matriz de referência. É aquilo que o Maurício Tolmasquim diz ser o ideal de todo o planejador: ter uma matriz e ir atrás. Mas ele acredita mais na competição e, portanto, deixa aberto. Então, a nossa matriz efetiva é pós-leilão e não antecipa o leilão. Daí, realizamos um leilão que faz competir fontes diferentes, como eólica competindo com PCH, com hidrelétrica, e há um índice que calcula qual a melhor do ponto de vista econômico.

Aí, temos a terceira integração, que acho que dificulta o planejamento da expansão da transmissão, porque não se sabe exatamente onde localizar a sua geração, onde será localizada sua geração.

O sinal locacional que se tem no índice ICB é um pleito antigo da Abiape, um pleito que, como o Edmundo colocou aqui, está indo à Justiça, inclusive, no meu modo de ver, não dá o sinal locacional adequado. Então, se eu tenho na matriz, vindo do Ministério de Minas e Energia, que eu preciso de 500 megawatts de térmica, e se essa térmica, em uma livre concorrência, é localizada na região Norte, não vou resolver o problema do Mário Daher, na região Sul, porque eu precisaria de uma térmica localizada naquela região. Quer dizer, a matriz, como um todo, sob o ponto de vista de fechamento enérgico, ela está *ok*, sob o ponto de vista de sinal locacional, ela, talvez, deixe a desejar, e isso pode ter outras implicações.

Então, essa integração com a transmissão também acho que seja um ponto a discutir, que seria de atenção importante no PDE.

O terceiro ponto: integração com outros energéticos. Vimos aqui uma oferta. Tanto o Dr. Maurício Tolmasquim quanto o Edmundo mostraram uma oferta, uma superoferta de gás. Só que eu não tenho nenhum sinal de preço desse gás. Eu tentei muito, via autoprodutores, fazer um programa de cogeração a gás na área de São Paulo, onde há a principal carga. Cogeração tem eficiência energética, implica eficiência energética, é uma geração distribuída, diminui necessidade de transmissão, mas os projetos estão engavetados, porque não há um sinal de disponibilidade desse gás, apesar de vermos na matriz que existe o gás e não há, sobretudo, sinal de preço.

Então, com isso, a indústria deixa de ter um programa significativo de geração distribuída, com todas as vantagens inerentes, por falta dessa sinalização de preço do gás. Então, uma maior integração, apesar de termos uma visão clara de que haverá uma superoferta, não temos nenhuma sinalização de preço, nem de disponibilidade nos locais da indústria. Portanto, podem consultar todas as indústrias, ninguém quer investir em gás, porque tem um grau de incerteza muito grande, apesar das visíveis vantagens para o sistema elétrico e para a própria indústria brasileira se tivéssemos um sinal adequado de preço para o gás.

Nas minhas conclusões, o documento é imprescindível, ele tem de existir e as minhas sugestões aqui são no sentido de ele ter uma maior efetividade. Quer dizer, se eu pego um documento que seria um balizamento para a indústria e ele tende a não se realizar ou tende a ter um desvio de realização muito grande, quando vou implantá-lo há um desvio muito grande na sua implantação, ele traz uma insegurança para quem utiliza o excelente documento de planejamento, não só do setor elétrico, mas de planejamento para toda a indústria.

Com o documento de balizamento, eu gostaria, apesar de todo o dinamismo e dos mecanismos que EPE tem para ajustar, para fazer os ajustes no planejamento, eu diria que eu preferia trabalhar com uma matriz elétrica predeterminada e que os leilões fossem por fonte e com sinal locacional mais adequado e os leilões fossem direcionados para o cumprimento da matriz de referência.

Nós temos também mecanismos de estabelecimento de *cap prices* e tal que podem, se é um *cap price* que represente os anseios da sociedade, ele pode ser perseguido e a competição terá de ser feita ao redor desse preço que nós mesmos determinamos.

Por fim, quero elogiar que é um documento realmente imprescindível e devemos persegui-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Sr. Mário Luiz.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

O SR. LUIZ FERNANDO VIANNA – Bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, de agradecer o gentil convite do Senador Delcídio do Amaral. Saudar o Senador Blairo Maggi, os colegas da Mesa, debatedores, Senadores, demais presentes.

É uma satisfação muito grande estar aqui debatendo o Plano Decenal, que é algo que a Apine faz, está no sangue, é algo que fazemos o ano inteiro, uma das nossas atividades principais, considerando a importância desse tema para o setor elétrico.

Próximo. Este é o temário do que iremos falar hoje.

Inicialmente, falaremos um pouco da Apine, para situar. Hoje, somos 51 associados. A Apine é uma associação que possui todas as fontes de geração. Possui fonte hidro de todos os portes; fontes térmicas de todos os tipos; fora a nuclear. Temos a biomassa,

a carvão, gás e as fontes alternativas também estão presentes em nossa matriz. Também temos empresas de todos os portes: pequenas usinas. Temos de todos os portes até de grandes, como, por exemplo, as futuras usinas do Santo Antonio, do rio Madeira, Santo Antonio, a Usina Jirau, são sócios nossos.

Hoje participamos com cerca de 42% da matriz. Possuímos, em nosso portfólio, 43 mil megawatts, fora a nossa experiência mundial de 302 mil megawatts.

Falarei um pouco sobre planejamento. O Menel falou aqui sobre o plano setorial, que veio com a nova lei do setor elétrico. Ela foi muito importante, porque trouxe de volta o planejamento para o setor, que estava esquecido, tinha sido abandonado. O planejamento veio de uma forma determinativa para as linhas de transmissão e de uma forma indicativa para a geração, o que achamos que é o correto.

Já temos 5 planos efetuados, alguma experiência acumulada e entendemos que o PDE deve ser um guia para que os investidores possam estabelecer suas estratégias de prospecção, avaliação e investimento em novos projetos. Achamos que é importante que haja uma coerência entre o que está planejado, embora o planejamento indicativo – estou falando aqui somente da geração -, é importante que haja uma coerência entre o que está sendo planejado e o que está sendo executado.

Entendemos também que o Plano Decenal deve induzir os leilões dos novos empreendimentos de geração – que é o que ocorre hoje –, e essa integração entre a geração e a transmissão é fundamental. O custo do empreendimento, quando se fala em geração de empreendimento tal tem um custo X, tem-se que somar a geração desse empreendimento com a sua transmissão, para que se possa comparar na mesma base. E o *timing* também não se pode ter entradas dissociadas. Entra-se na geração, no entanto, não há a linha pronta ou, ao contrário, há a linha e não há a geração. Essa associação é muito importante.

Se formos olhar a projeção de carga do sistema interligado, chegaremos à conclusão de que são necessários 3 mil megawatts, em média, para os próximos 10 anos.

Como já foi falado aqui, entendemos que a nossa matriz deve contemplar todas as fontes disponíveis no País. Estamos falando em quase 7 mil megawatts/ano, cerca de 3 mil médios, e precisamos de todas as fontes para fazer frente a esse crescimento de nossa carga.

Falamos um pouco de aderência. Nota-se, como foi falado aqui, a existência de novos projetos termelétricos no cronograma de expansão, no horizonte de 2020. Embora ela não esteja no presente, tivemos um leilão A-3, em que houve a contratação de 1029 megawatts de termelétricas a gás. A previsão no PDE era zero, mas foram contratadas 1029.

Quanto às eólicas, houve um crescimento um pouco acima do planejado. Estavam planejados 900 e foram contratados – estamos falando em 2014 – 1067. O bagaço de cana ficou abaixo: 372 estavam planejados e foram contratados 180; hidro, estavam 890 e foram contratados 450, que é a expansão da Usina Jirau, que já está em construção. Foi só a parte de expansão.

Se a gente for olhar o planejamento, com todas as fontes no horizonte dos próximos dez anos – grifamos o ano 2014 –, e como já foi citado, embora o crescimento previsto para as fontes fósseis fosse zero, houve a contratação de térmicas. Agora, por exemplo, há uma previsão de contratação de PCHs e essa contratação não ocorreu.

Para 2016, um leilão que vai ser executado no final deste ano, cinco anos antes, e não há nenhuma previsão de crescimento da geração termelétrica, mas o leilão prevê que termelétricas a gás natural – carvão não – poderão participar.

Próximo.

Isso aqui é uma cópia do Plano Decenal. Nota-se a ausência das fontes térmicas.

É importante falar um pouco de mudanças climáticas. Não tem como falar de Plano Decenal sem falar de mudanças climáticas, que vai ser o tom da nossa apresentação daqui para frente. Então, vamos olhar as emissões totais no mundo. As térmicas são responsáveis por 65% no mundo; na Comunidade Europeia, 79%; Estados Unidos, 89%; e no BRIC, Brasil, 16,5%; Rússia, 87%; Índia, 67%; e China, 74%. Mostra ser uma posição privilegiada a do nosso País.

Próximo.

Já foi mostrado este *slide*, é importante. No Brasil, em termos de energia, 45% são provenientes de renováveis, e o mundo somente 13%.

Próximo.

Em termos de matriz elétrica, muito melhor. O Brasil possui 87,8%, provenientes de renováveis, e o mundo somente 18,7%;

Próximo.

A participação das diferentes fontes, pegando o Plano 2030, citando que o Plano 2030 foi elaborado antes do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. A gente nota que a participação das fontes renováveis, mesmo sem a Lei de Mudanças Climáticas, ou seja, que há, sim, térmicas a carvão e térmicas a gás, lá em 2030 cairíamos de 86,2% para 83,1%, lembrando que no mundo, em 2010, temos 18%.

Próximo.

Qual é a nossa visão? Por que o PDE 2020 não contempla usina termelétrica? Vamos ver a cronologia

das tratativas das mudanças climáticas aqui do País. Em 1999, foi constituída a Comissão Interministerial sobre Mudanças Climáticas. Em dezembro de 2008, foi feito o Plano Nacional de Mudança do Clima. Em dezembro de 2009, a Política Nacional de Mudança do Clima, a Lei nº12.187, foi sancionada logo após a COP 15, estabelece a redução – isso é muito importante – entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas para 2020 para todos os setores.

Em 2010, foram criados os chamados NAMAs, que são ações voluntárias dos países para redução de emissões.

Próximo.

Em 2010, o Decreto nº 7.390 regulamentou a lei, determinando que o Plano Nacional seja integrado por uso da terra. Então, qual é a subdivisão daqueles 36%? Uso da terra, 24%; agropecuária, 4,9% a 6,1%; siderurgia, 0,3% a 0,4%; energia, 6,1% a 7,7%.

E faltam alguns planos que ainda estão sem meta, não foram elaborados: transporte público e urbano, modais e transportes interestaduais – uma parte do transporte já está na parte de energia –; indústria de transformação de bens de consumo duráveis, indústria química, papel e celulose, mineração, construção civil e saúde. Abaixo temos o desdobramento para o setor elétrico, meta voluntária, mas, quando transformada em lei, obrigatória dentro do País: 6,1% a 7,7% é o desdobramento dela.

Próximo.

Essa figura é muito importante. Ela mostra que há, sim, possibilidade de inclusão de térmicas. Se pegarmos mudança da terra só com atingimento da meta de mudança da terra ou uma parte da meta de mudança de uso da terra, já se atinge 1,2 gigatonelada de CO^2 equivalente, que é a meta do País para 2020. Então, só com a mudança do uso da terra. Mesmo que você tivesse zero em energia, zero em agropecuária, resíduo zero, o que vai ser regulamentado ainda, zero de redução, só com a meta do uso da terra você já atinge 1,2 gigatonelada de CO^2, que é a meta estabelecida em lei para 2020.

Conclusões: entendemos que o PDE não deve ser um trilho, mas um guia, uma trilha para os investidores. É importante que os investidores saibam com antecedência se determinado projeto vai entrar daqui a dois, três anos, porque ele tem de desenvolver aquele projeto. Ele enxerga lá no PDE um determinado projeto, térmico ou hidro, ele tem de saber que aquele projeto está, para poder desenvolvê-lo. E há um tempo de maturação.

Entendemos que fica muito difícil para o empreendedor se a térmicas ficarem com o plano B. Não conseguindo licenciar hidro, vou chamar as térmicas. Mas eu tenho que ter desenvolvido esse projeto e o tempo de maturação, de desenvolvimento de um projeto desses é de dois, três anos.

A energia proveniente das termelétricas é necessária e importante para o País, para a segurança energética e para a confiabilidade. Já foi falado aqui que não se constrói mais usina hidrelétrica com reservatório, o que é lastimável, mas é o que está acontecendo. E hoje as usinas térmicas têm sido despachadas para segurança energética do sistema. Graças às térmicas, hoje, nós temos uma situação energética tranquila no País, afastado qualquer risco de racionamento.

Como já falei, nós precisamos de toda forma de energia disponível, respeitadas as suas especificidades. Nós temos energia que tem uma vocação para ponta, outra para a base, para emergência. Então, essas especificidades têm de ser respeitadas. Nós entendemos que a dose do sacrifício imposta para o País, que, como a gente mostrou, tem uma matriz energética limpa, parece ter sido excessiva, 3,6% a 38,9% das emissões, lembrando que isso traz ônus social, traz um custo, o custo Brasil aumenta com isso.

O Decreto nº 7.390, de 2010, que regulamentou a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, que foi promulgado no calor da COP 15, em 29/12/10, e estabeleceu reduções de até quase 8%, carece de maior avaliação política e técnica, especialmente do setor elétrico. O setor elétrico, que é responsável por 1,5% das emissões de gás de efeito estufa, ficou com 20% do total da meta do País.

Vejam bem: 1,5% do total de emissões. Esse setor, que não emite, ficou com 20% ao seu encargo de todas as reduções.

O setor elétrico possui e vai continuar possuindo, em 2020, mesmo sem a Política Nacional de Mudanças Climáticas, uma das matrizes mais limpas do mundo. Entendemos que foi exagerado o sacrifício imposto ao País na questão das mudanças climáticas e que há sempre tempo de rever o que já foi feito.

Próximo.

Esses são os nossos associados.

Agradecemos o tempo de todos. Obrigado.

O **SR. PRESIDENTE** (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço, então, a participação do Dr. Luiz Fernando Vianna, que representa aqui a Apine.

Passo a palavra, então, ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, autor do requerimento, e, portanto, deveria ter falado no início da nossa apresentação. Mas o senhor pode falar agora duas vezes: pelo início e pelo final também.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pelo adiantado da hora e pedindo desculpas, Presi-

dente Blairo Maggi, até porque havia outra comissão funcionando... É um enxame de comissões aqui e ficamos divididos e não conseguimos fazer nada direito. É terça, quarta, quinta, sexta e entrando em horários de comissões que, até por Regimento, funcionam. Então, é difícil.

Mas eu queria fazer algumas considerações. Primeiro, cumprimentar todos os convidados presentes. Eu não acompanhei a exposição do Altino, peguei a exposição do Tolmasquim pela metade, mas vi um pouco do material. Desde já, peço desculpas se, ao falar, venha a cometer algum engano, algum equívoco, até porque não tive a oportunidade de assistir à exposição e vocês, profissionais competentes que têm feito um trabalho exemplar pelo nosso País e na área energética.

Cumprimento os demais presidentes de associações aqui presentes, os Senadores e Senadoras, os especialistas do setor de energia, pois estou vendo muitas pessoas com quem tive a honra de trabalhar. Não vou citar cada um nem vou falar a idade também, porque aí a turma vai descobrir que eu sou erado.

Mas quero registrar, primeiro, que fui o relator, no Senado, desse novo modelo do setor elétrico. O Tolmasquim acompanhou de perto, o Altino também. Foi uma luta essa discussão. Foram semanas conversando com associações e com o setor como um todo. Foi uma luta a implantação desse novo modelo. Os três pilares, segurança energética, universalidade e modicidade tarifária, trouxeram ao País, hoje, um cenário inegavelmente diferente, resgatando, como foi dito aqui pelo Menel, pelo Luiz Fernando também, o papel do planejamento.

Muita gente acreditava que o setor iria se acertar, o mercado acertaria o setor. E não é bem isso. Tanto é que acho um dos pontos falhos do antigo modelo foi levar o Brasil ao racionamento, em 2001. E muitos que estão nesta mesa, muitos que estão assistindo a esta audiência sabem o que foi aquele racionamento de 2001: 21% de racionamento! O estrago que um racionamento desses traz para o crescimento do País é um negócio absurdo.

Então, muito tem acontecido na área de petróleo, de gás natural, de hidroeletricidade, de termeletricidade, energias alternativas.

O próprio Proinfa, em meu ponto de vista, um programa extremamente relevante. As pequenas centrais hidrelétricas trazem o conceito de geração descentralizada. Portanto, as PCHs aliviam as transmissões e são empreendimentos que entram em operação muito rapidamente, têm menos dificuldades que projetos maiores.

O Brasil, hoje, é um país privilegiado porque há uma preocupação grande no sentido de garantir energia renovável. Hidreletricidade dispensa comentários. Nós temos quadros qualificados, tecnologia. A Hidreletricidade tem um papel absolutamente fundamental para garantir a segurança energética do nosso País.

Falei rapidamente sobre as PCHs. Está entrando energia eólica e com valor competitivo de energia. A energia solar já vem em outra escala e, consequentemente, essa tecnologia ou mesmo a implementação de projetos voltados para a energia solar vai ter ainda uma caminhada pela frente, como também as próprias eólicas, que estão chegando fortemente. Os fornecedores estão se instalando no Brasil. Antes tínhamos um só fornecedor, lá em São Paulo. Agora, estamos expandindo nosso parque industrial na área de geração eólica. É um movimento importante que acontece concomitantemente em outros países, especialmente na Europa.

Bagaço de cana: temos alguma dificuldade na expansão. Há novos investimentos. O que se percebe é que as usinas de etanol vão ampliar suas instalações. Existem poucos projetos, pelo que tenho acompanhado. No que se refere a Greenfield, acho que existe pouca coisa, talvez ABP e mais uma ou outra empresa – pelo menos que eu tenha conhecimento. Mas também geração de biomassa, uma geração limpa, aumenta a eficiência da usina de produção de etanol e açúcar. Portanto, é um grande avanço.

Eu queria também – estamos falando em energia renovável – falar um pouco de energia termelétrica. Eu acho que o Brasil não vai descartar geração termelétrica. Em meu ponto de vista, temos uma matriz. O que se persegue nos leilões, acho que é uma questão de mérito, se o leilão tem de ser segmentado por fonte ou não, ou vale preço. Esse é um debate que foi colocado, inclusive, pelo Mário Menel.

Mas a realidade é a seguinte: nós não podemos prescindir de geração termelétrica. Não há como. Eu me lembro de como implementamos um programa vigoroso de gás natural na Petrobras e foi um questionamento violento. Isso não era bem aceito, não era bem visto. E hoje eu vejo aí nos leilões, inclusive no último, um papel preponderante da geração a gás natural na matriz energética brasileira.

Eu não tenho dúvida nenhuma. Eu vi aqui alguns conceitos. Até em função do Bolívia/Brasil, o programa de energia vinha atender à segurança energética e ao racionamento, mas também servia como âncora porque – Tolmasquim e Altino sabem muito bem – o Bolívia/Brasil era *take or pay.* Resumidamente: você consome e paga ou você vai pagar do mesmo jeito. Era essa a modelagem, que também não é uma invencionice. Isso acontece em outros lugares, pelo mundo também.

Mas nós estamos vendo as térmicas a gás. Acho que nós temos aí uma fatia importante – eu estava falando até com o Senador Blairo Maggi – a participação das usinas a óleo ainda na matriz energética brasileira, principalmente em função daquele programa que foi implantado, implementado à época também do racionamento de 2011. E aí nós temos mais duas modalidades. Uma modalidade que é a nuclear, que, no meu ponto de vista... Agora veio Fukushima, voltou a questão da energia nuclear, se nós precisamos fazer geração nuclear ou não, se nós vamos expandir, na nossa matriz energética, a geração das nossas usinas nucleares. Até uma comissão aqui do Congresso foi junto com técnicos, nós fomos visitar Angra 1, Angra 2 e o canteiro de Angra 3. Eu acho o seguinte: primeiro, deixar muito bem claro que são duas coisas separadas, o que aconteceu em Fukushima e a nossa realidade. É diferente a nossa realidade. Fukushima é uma das usinas mais antigas do Japão. Agora, recentemente, conversando com especialistas da área nuclear, eles me disseram que, sistematicamente, técnicos de vários países do mundo fazem inspeções periódicas em centrais nucleares. Fukushima foi sempre indicada como um problema por essas comissões, ou seja, era já uma advertência que existia muito antes desse fato absolutamente inusitado que ocorreu.

Nós fomos à usina de Angra. Angra tem uma série de alternativas, inclusive ao que se refere a serviços auxiliares, que foi uma das falhas de Fukushima. Até em função do que ocorreu em Fukushima, algumas alterações já estão sendo implementadas, inclusive nos grupos de emergência, mais especificamente na Usina de Angra 2, que nós tivemos lá. Você lá tem também alimentação do núcleo do reator por gravidade, quer dizer, já é outra concepção de usina nuclear. E importante: os novos reatores que estão vindo aí nem água pressurizada eles precisam. O resfriamento do núcleo dos reatores é com convecção natural, os reatores mais modernos que estão sendo instalados ou que vão ser instalados nos próximos anos.

E muita gente se assustou, a Alemanha – eu vou dizer para você, Altino. A Alemanha disse: "Ah, nós vamos parar com tudo, vamos parar com o programa, que nós vamos..." Eu quero ver a Alemanha, em 2020, o que ela vai fazer. O discurso agora é uma beleza, até porque tem eleição na Alemanha. Eu quero ver, em 2020, como é que vai ser. Eles vão efetivamente fazer essa substituição com a magnitude que a Alemanha vai ter que efetivamente substituir até 2020. Eu só quero ver. Mas vamos ter que esperar, porque estamos em 2011, faltam nove anos ainda. Mas eu quero ver o que a Alemanha vai fazer.

Então, eu acho que, dentro desse conceito, nossas usinas são a fio d'água. Não porque a gente queira fazer a fio d'água, mas porque as restrições ambientais são cada vez maiores. Eu fui barrageiro. Tucuruí nós inundamos um reservatório de quase três mil quilômetros quadrados. Onde está Belo Monte é um reservatório de dois mil quilômetros quadrados, mais ou menos, na época, quando nós começamos a olhar o projeto lá. Hoje, é quase a calha do rio Xingu. Mas porque tem restrições. Aí a gente tem que entender isso. Portanto, à medida que nós temos usina fio d'água, tem que ter complementação de alguém, porque não tem reservatório de acumulação.

Portanto, a geração termelétrica é importante também, é fundamental. Apesar da sazonalidade, geração hídrica, geração eólica, mapa de vento intenso de um lado, quando a hidraulicidade é menor. Tudo isso se complementa. Acho isso sadio, e são poucos os países que têm essa característica.

E, por último, que eu não queria deixar de registrar também: tem uma dimensão menor com relação às outras, talvez não tenha hoje um nível de geração equiparável a outras gerações de energia, especialmente hidráulicas e que são efetivamente o que predomina na nossa matriz, que é o carvão mineral. Nós temos que olhar o carvão. Nós temos várias usinas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul. Mesmo a última usina que entrou em operação, que foi Candiota – eu me lembro que Candiota nós desenvolvemos quando a Dilma era Secretária de Infraestutura do governo de Alceu Collares, no Rio Grande do Sul, quando nós começamos a estudar a nova modelagem que foi implementada e levou à operação de Candiota.

Eu acho que é irreversível, do meu ponto de vista, e vejo com preocupação – não está aí no Leilão A-5. Essa é uma indústria importante para os Estados do Sul do Brasil. O carvão brasileiro é uma riqueza também. E aí alguém pode dizer: ah, mas o carvão, sei lá, de Santa Catarina é rico em cinzas, é rico em enxofre, tem poder calorífico baixo, ou questionar o carvão do Rio Grande do Sul. Mas é uma riqueza. O mundo inteiro opera com carvão.

Agora, nós não podemos também deixar de considerar, assim como os nossos projetos de eletricidade foram sendo ajustados, não trazer tecnologia para geração a carvão mineral. Já existe. Eu visitei usinas na Europa que estão em capitais européias. E graças a essas *clean coal*, essas tecnologias que foram aqui citadas pelo Edmundo, há uma geração absolutamente limpa. E a vantagem da geração termelétrica é que ela responde agilmente, quer dizer, quando o sistema precisa. E ao mesmo tempo, em momentos onde a

hidraulicidade é reduzida, a complementação térmica é absolutamente fundamental para otimizar o sistema.

Então, eu acho que nós partimos para uma matriz energética absolutamente renovável, uma referência no mundo, mas nós não podemos desconsiderar a geração termelétrica e, agregando a geração termelétrica, a tecnologia que naturalmente elas já agregam, e tecnologia hoje absolutamente testada no mundo inteiro.

Por último, concluindo, a questão desse encontro, a COP 15, que foi citada aqui. O Brasil não pode ser a palmatória do mundo. A gente fala em Protocolo de Kyoto: beleza. Existem países que deitam falação de sustentabilidade em meio ambiente e não assinaram o Protocolo de Kyoto. Mas aí começa a acontecer o seguinte: alguns Estados desses mesmos países, dessas federações começam a assinar e a cumprir o Protocolo de Kyoto. E acho que, dentro do desenho da matriz energética e pela característica da matriz energética brasileira predominantemente de energia renovável, nós não podemos sacrificar riquezas que o Brasil efetivamente tem. Então, eu entendo que nós devemos flexibilizar, olhar isso com mais atenção, porque isso é um fator preponderante, e nós temos tecnologia para fazer frente a essas questões.

Então, acho que a minha mensagem é muito mais um registro, Presidente Blairo Maggi, é mais no sentido de ver que o modelo funciona, ver que o Brasil tem um planejamento, ele tem um trilho, como se disse aqui, ou uma trilha para os investidores. A questão de se fazer leilão, se é por fonte ou não, esse é um assunto que a gente pode discutir mais amplamente. Mas acho que não podemos prescindir das alternativas de geração térmica, que, do meu ponto de vista, vão predominar: gás natural, energia nuclear e mesmo o carvão mineral, agregando tecnologia.

Acho que nós não podemos – eu não vou usar uma expressão lá do Pantanal –, nós não podemos querer ser mais realistas do que o rei, porque a realidade aí pelo mundo é diferente, e nós temos que dosar ou calibrar muito bem a nossa matriz energética em função das nossas necessidades, das nossas riquezas, e o compromisso com as emissões, que não tenho dúvida nenhuma o Brasil vai ter competência e tem condições de bem administrar.

Era isso que eu queria falar, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço, Senador Delcídio do Amaral

Vou passar já a palavra aos Senadores, pela ordem de chegada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não.

O SR. DARICO PEDRO LIVI –...está numa reunião internacional, hoje, dos grandes rios, seriam os grandes ONS internacionais, razão pela qual ele não pôde comparecer.

Mas, como foi citado aí em vários momentos o operador, se me permitir, se me conceder no máximo cinco minutos, eu gostaria de fazer algumas considerações na visão do operador, não sei se é possível. Nunca compareci...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Consulto os colegas Senadores. Se permitirem, daremos continuidade.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu acho isso extremamente importante, a ONS é membro importante dentro desse sistema todo aí. É bom a gente ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Então, vamos em frente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria só registrar, Presidente. O Hermes Chipp não pôde vir exatamente por causa desse compromisso que reúne todos os operadores de sistema no mundo, eles estão reunidos esta semana, por isso que o Hermes Chipp não veio aqui. Ele teria o máximo prazer de participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Eu só gostaria que o senhor se identificasse, para ficar registrado para a Casa.

O SR. DARICO PEDRO LIVI – Sou Darico Pedro Livi, diretor de planejamento de operação da ONS.

Eu queria dar alguma visão do operador.

Obviamente que a atribuição do operador é de responsabilidade, porque ele tem sua atuação num horizonte menor, que é quinquenal, eu diria de três a cinco anos. Então, o que predomina muito mais é a identificação de problemas muitas vezes muito mais de caráter conjuntural do que propriamente estrutural. Mas há aqueles que, no dia a dia, com a convivência, mesmo sendo conjunturais, acabam se transformando, necessitando de uma solução estrutural, dado o caráter estratégico, que é o rebatimento que pode haver num horizonte maior, razão pela qual a gente tem feito um trabalho muito integrado com a EPE, de uma forma muito mais constante agora, inclusive já tem ações em andamento, com base em sugestões do operador de problemas já identificados agora.

O Tolmasquim não falou, até pelo tempo, mas quero dizer que a situação do País nos dá certa tranquilidade no plano decenal. Quando a gente vê essa forma dos leilões, seja transmissão, seja geração, embora todos os desafios e dificuldades, questões ambientais – e a EPE tem que olhar, como todos –, com a política, enfim, de questões de meio ambiente, a gente

vê que estamos numa situação que favorece inclusive as discussões para aperfeiçoamentos, que é o fato de, no horizonte desses dez anos e, confirmados também pelos estudos da ONS, no horizonte de cinco anos, os níveis de risco, hoje, de atendimento ao País estão praticamente zero. Algumas regiões, zero; outras regiões, meio, um por cento. É claro que esse é um estudo probabilístico, mas com base e premissas estipuladas pelo Conselho de Política Energética, Resolução nº 1, de 2004, estabelece o nível de risco de 5%.

Agora, obviamente que nos preocupa, como já foi citado, o grande desafio que o operador vai ter pela frente, o fato de essas grandes linhas de transmissão, com reservatórios pequenos, acho que você falou aí na redução da capacidade de armazenamento. Eu mesmo tive, vamos dizer assim, o privilégio de viver num sistema onde a capacidade de armazenamento era de mais de um ano, ou seja, podia ser um ano sem chuva que era relativamente tranquilo: com a térmica e com a carga existente, os riscos, vamos dizer assim, eram bem menores.

A própria EPE reconhece isso no trabalho – ainda ontem à noite eu estava dando uma revisada –, quando ela mostra lá esses riscos baixos, ela faz uma consideração que se deve muito ao fato de ter esses quinze por cento, ou um pouquinho mais, de geração térmica. Então, ela reconhece isso e acho que é o momento oportuno, dada essa condição que a gente está vivendo, não é a crise, não é num período de racionamento, isso nos torna um pouco mais, vamos dizer assim, receptivos, a gente evoluir nessas discussões.

Agora, é claro que, quando a operadora olha num horizonte menor e convive com a questão não só probabilística e mais – porque, num horizonte maior, você pode ter chuva, menos chuva, um ano ou outro, preocupa-nos um pouco... E a gente até encaminhou sugestões para a EPE, já tem resultados principalmente em termos de transmissão, onde os Estados da Região Sul, quando a gente analisa comparada com outros Estados, o Sul tem uma característica nitidamente de importador, um pouco diferente dos demais Estados. Obviamente que, conjunturalmente, um ano de chuva ou mais ou menos chuva, qualquer região pode se tornar importadora ou exportadora. Mas o Sul é mais acentuado isso. Normalmente, mesmo com seu balanço médio, ele precisa de intercâmbio de outra região, razão pela qual tem que ter muito reforço em transmissão ou, claro, de forma mais ideal, um equilíbrio entre geração e transmissão. A gente teve, em 2006, 2008, alguns exemplos que, se fossem hoje, vamos dizer, com a carga mais alta e com a mesma geração atual, seria bastante crítico se houvesse contingências, claro.

Eu sou um cara muito otimista e não sou pelo lado do pessimismo: "Ah, se acontecesse isso, se caísse torre, se caísse linha." Mas é um fato que pode acontecer. Em 35 anos de setor elétrico, nunca vi cair uma comporta, como caiu há dois dias em Salto Osório. Felizmente, nesse sentido, é bom a usina a fio d'água. Mas tivemos que parar Salto Osório, tivemos que parar usina a montante, a jusante, enfim, dois, três mil de interrupção. Pelo fato de ser uma fio d'água, se conseguiu em menos tempo depressionar reservatório e sanar o problema, que deve estar sendo equacionado nos próximos dois dias.

Mas e se fosse numa usina a montante? Bom, estou dando exemplo quase de caos. Não vamos preparar e planejar o sistema, até porque o custo seria muito alto, de prever catástrofe. No mínimo, um equilíbrio melhor entre geração e transmissão, claro. Já há uma solução com base nisso, já evoluiu, já está com uma proposição, uma solução mais robusta de transmissão para o sul. Isso ajuda bastante, é uma solução. Obviamente, uma solução ideal seria equilíbrio geração/transmissão, que cairia bem tanto para o sul quanto par ao Brasil todo, pelo fato de ser térmica. Não estou entrando aqui se é térmica a carvão ou a gás, mas realmente isso só reforça que é uma oportunidade boa de a gente evoluir nessa questão.

Então, era essa a contribuição que eu queria dar. Estou à disposição para, eventualmente, alguma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Então, agradeço ao Dr. Darico, que falou pela ONS.

Passo a palavra, então, ao Senador Walter Pinheiro, que foi o primeiro a chegar a nossa reunião. Depois, ao Senador Edinho, ao Senador Pedro Simon e também ao Senador Cristovam Buarque, se assim desejar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou falar até de forma muito rápida. Acho que o companheiro Delcídio, com sua exposição, já nos deu uma boa contribuição, que fixa já pelo menos um caminho. Mas eu queria tocar só em alguns aspectos. Essa cosia até que nos anima. Às vezes, pelas notícias, tem horas que a gente morre por falta de energia e tem horas que a gente tem a sensação de que vai ser eletrocutado. Há uns balanços que vão para um extremo e para o outro.

O que estou falando de positivo é o aspecto dessa nossa possibilidade efetiva de uma ousadia no Plano Decenal, essa fixação dos 4,6%, Tolmasquim. Eu acho que é fundamental para a gente entender e até associar isso ao que seria o crescimento do PIB.

Aí vem minha preocupação, porque estamos falando também de um crescimento de PIB de aproximadamente 4,5 na sua média. O próprio segmento,

e tanto vale o Ministério como diversos operadores e interessados, todos têm dito que a necessidade para acompanharmos esse crescimento da economia aponta para, pelo menos, uns 3% a mais do que estamos apontando, do ponto de vista do crescimento a cada ano. Se é vero isso, significaria dizer que temos que apostar num crescimento de 7% e não de 4,6% ou um pouquinho mais de 7%, para atender a essa demanda do crescimento, muito fruto da estruturação, ainda que debilitada, das nossas matrizes de crescimento econômico no País.

Então, nós vamos encontrar isso, por exemplo, nesse embate que foi apontado aqui, ou a combinação de diversos fatores para auxiliar essa chamada onda de crescimento no País.

Vou dar um exemplo bem claro. Vou pegar o exemplo do meu Estado, a Bahia. Quando se fez o planejamento do crescimento econômico da Bahia, é óbvio que uma região central do Estado foi, de maneira imediata, até retirada do eixo central desse planejamento pela característica anterior que se apontava. Estou falando do semiárido baiano, que é responsável por 70% do solo baiano. Só que, hoje, descobre-se que esse solo, até então considerado semiárido, meu caro Cristovam, é o sertão produtivo. Todos os grandes projetos na área mineral, projetos, inclusive, com estrutura de modal, bem acentuada, esses projetos vão caminhar para a direção desse semiárido.

Em todos esses projetos, a matriz energética é a mola mestra, ponto decisivo para a gente promover esse crescimento.

Claro que, guardadas as devidas proporções, isso vai acontecer, não sei, no Rio Grande do Sul, com essa proeza da produção do carvão mineral, o que vai acontecer no Maranhão, enfim.

Então, há uma preocupação que a gente levanta nessa questão do nosso plano decenal, é enxergar um pouquinho essa movimentação. É animador, por isso fiz questão de dizer aqui, afinal são 190 bilhões que estamos apostando para o crescimento.

Combinado com isso, temos outro fator preocupante. O que acontecerá a partir de 2015 com o processo de renovação ou não das concessões?

Então, estamos tratando de algo que era importante a gente enxergar, por exemplo, e aí,com que roupa eu vou? Quem vai ser o operador desse 2015 a 2020, nesse crescimento que está acentuado?

Aí chego aqui e digo que vamos ter na prática, a gente dobra a nossa capacidade de energia eólica, por exemplo. Dobra, não, aumenta em sete vezes, perdão, em energia eólica. E aí fico me perguntando: o que eu faço com a Chesf, por exemplo? O que vai acontecer efetivamente?

Então, esse é um tema que também tem que estar nesse contexto. Estou falando da Chesf nos seus dois aspectos: tanto no aspecto da geração quanto no aspecto da distribuição. O que está em jogo neste momento, na discussão de 2015, envolvendo a Chesf, é algo que a gente pode tranquilamente traduzir para algo em torno de 80% a 86% da operação da Chesf em uma região. Então, se esse é um fator preponderante, ou seja, quem opera, aí o que diz aqui e me reporta sobejamente bem o representante do operador nacional, o que vou fazer com isso? Como vou tratar essa questão? Pura e simplesmente o seguinte: aplica-se a lei e um abraço, e nós vamos a partir de agora abrir um novo processo? Só para substituição? Nós devíamos ter um olhar a partir do que está colocado no plano decenal que precisaríamos abrir novas licitações ainda contando com a existência da Chesf em condições normais, sem um megawatt a mais. Mesmo assim, ainda precisamos crescer, pelas contas do plano decenal, 4,6%.

Então, as novas licitações deveriam, de certa maneira, estar focalizadas ou sintonizadas nesses 4,6%. Como eu faço a ampliação na minha oferta de energia associado a esse crescimento? Então, estou partindo do princípio de que vamos ter uma postura de pelo menos dizer: o que existe até 2015, que está no processo de renovação, em tese essas questões estão mantidas. Se com os atuais operadores ou se com novos operadores, pouco importa. Mas essa é uma situação.

Eu sou defensor, inclusive, de que devemos renovar. Essa é a minha opinião. Inclusive entrei com Emenda Constitucional buscando essa medida, até para ir ao encontro dessa posição de responsabilidade que foi aqui levantada, está pautada no nosso plano decenal.

Por último, quero tocar nessa relação que acho foi o Maurício que apontou: o que nos separa do mundo na condição de ser um país com energia limpa? Se a gente pegar a hidráulica, a eólica, a biomassa, ou seja, as fontes renováveis, estamos falando de algo extremamente animador, por conta da nossa ampliação. Ainda que a gente tenha uma queda, uma queda de 10%, coisa assim, nas hidrelétricas. Mas a gente enfrenta com as hidrelétricas um problema – e acho que o Delcídio toca também nisso de forma mais enfática –, que é essa definição nossa entre o que é a própria questão das nossas hidrelétricas em operação hoje e as novas a fio d'água. É uma linguagem que não precisa mais repetir e tampouco falar de missa para vigários, mas o grande armazenador de energia chama-se lago. Portanto, sabemos que os lagos também são grandes provocadores da distorção entre o que chamamos de energia limpa quando hidro, ou o que se provoca do

ponto de vista da natureza, não como sujeira, mas como alteração efetiva do habitat, da estrutura ambiental, ou seja, o próprio Delcídio chegou a falar, o tamanho e a dimensão de um lago na região Norte do País ou nosso Sobradinho, com o nosso "Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado" que foram embora, mais vidas, mais uma série de coisas. O próprio fator de regulação para enfrentar esses períodos de escassez ou coisa do gênero altera o curso natural da vida, todo rio corre para o mar. E a gente assiste a isso no São Francisco, um processo a partir inclusive de outros fatores que não só os fatores apresentados pelos lagos nessa região, é bom a gente lembrar isso, assoreamento e uma série de outras coisas, mata ciliar, todo o nível de prejuízo, mas a gente tem essa preocupação com essa área. Por isso acredito que a combinação ideal é a gente ter a oportunidade de expandir as diversas frentes para a gente atender a essa demanda de crescimento.

Eu continuo insistindo que debate sobre a questão da eólica é vital. Inserir nesse debate a questão da energia solar, mesmo com um debate de escala, é um negócio que a gente tem que enfrentar. Se ficássemos presos a escala, não estaríamos hoje com os sucessos de diversos leilões de eólica. Eólica tinha uma situação de escala em termos de preço muito pior que a energia solar quando iniciamos. Portanto, acho que é necessário romper essa barreira.

Acho fundamental que a gente aprofunde essa questão e vá ao encontro com o que está acontecendo com a nossa política de gás natural. Os dados apontam de 58 milhões para 150 milhões de metros cúbicos. Então, há esse potencial. E aí acho que é fundamental que a gente faça, meu caro Blairo, frente à frente, esse debate com a questão da utilização de termas, ampliação, a combinação de diversos fatores, enfrentemos o debate da questão nuclear. Não tenhamos nenhum medo de enfrentar isso.

Eu só continuo com a posição, que é uma posição muito crítica, a essa alternativa nossa pela nuclear, principalmente por alguns fatores que a gente ouviu agora há pouco serem tão bem colocados pelo Delcídio, mas que não temos a menor condição. Se Fukushima foi avisada, tratada como sendo um problema, e nada foi feito para enfrentamento das questões, imagine na nossa velha e conhecida Bahia ou Brasil, onde a gente tem problemas sérios do ponto de vista de ausência de políticas de defesa civil. Os senhores podem me dizer que nós conhecemos todos os riscos de uma energia nuclear. Legal! Nós conhecemos todos os riscos da operação, da manutenção e até do descarte da necessidade dessa troca para a energia nuclear. Agora, uma coisa com certeza eu posso afirmar: nós não conhecemos, em hipótese alguma, a nossa capacidade para lidar com problemas gerados a partir desses problemas da energia nuclear quando eles se apresentarem. Nós não conhecemos. Não acumulamos culturalmente nessa direção. Então, a prudência determina que a gente percorra outros caminhos, a gente pode ir para outras fontes alternativas. Promover o investimento e atender a essa demanda de energia sem que a gente se prepare para uma expectativa do que vai acontecer, se eu vou ter ou não condição de enfrentar os riscos que uma energia nuclear possa me causar. Portanto, essa é uma incerteza. Isso vai na linha da segurança que os senhores levantaram. Isso caminha na direção da diversificação que os próprios senhores levantaram. Então, é fundamental que, para a gente ter essa segurança e encontrar essa diversificação, a gente olhe exatamente outras formas de geração de energia para este momento que não a nuclear, e aí complete esse ciclo para que a gente possa cumprir pelo menos os 4,6%, os 190 bilhões até 2020. Insistindo aqui, em minha opinião, com a renovação de todas aquelas concessões que vencem em 2015.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra ao Senador Edinho Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, nobres convidados, eu não conhecia o Dr. Mário Menel, mas quero dizer-lhe que nós concordamos *ipsis litteris* com a sua tese da matriz energética de referência. É um tema que tenho defendido já há muito tempo, inclusive com o Ministro.

Em meu entendimento, temos que ter sim uma matriz energética diversificada e devem ser preestabelecidos os percentuais de participação e cada setor, com flexibilidade é claro. Mas devemos sim fazer um planejamento de longo prazo e dizer: eólica tem que participar com 10%, hidrelétrica tem que participar com 70%, tanto com tanto, tanto com tanto, e buscar aquilo como meta.

Nesse sentido sempre defendi leilões específicos. Eu acho que o leilão genérico, geral, onde todos os setores concorrem e o único critério é preço, para mim é um grande equívoco.

Então, você tem que ter leilões específicos para eólica, leilões específicos para energia que seja solar, para citar um exemplo absurdo, leilões específicos para hidrelétrica, para PCH, leilões específicos correndo atrás da meta preestabelecida de participação de cada setor, que tem que ser muito discutido.

E aí já faço um outro adendo nessa colocação: só acho que isso é possível graças à equipe que hoje se encontra no comando desse processo todo. Percebe-

-se, e atentei muito a algo que o Tolmasquim falou, que hoje o critério de planejamento de governo é algo que nunca existiu, tanto é, afirmação dele, que de forma inédita na história brasileira nós temos dentro de um plano decenal 75% da meta de energia de dez anos já contratada, 46 mil megawatts já contratados. Isso é inacreditável. Não há como não parabenizar essa equipe que aí está, que propicia uma realidade como essa; 75% da nossa meta de dez anos já contratada é simplesmente inacreditável num País que nunca levou a sério o planejamento de médio e longo prazo.

Bom, vejo isso muito como consequência também da integração que houve recentemente entre EPE, OMS, Ministério de Minas e Energia, a própria Aneel, uma integração conversando entre os que operam o sistema, que estão planejando o sistema e os que estão vendo a política macro do sistema. Então, essa visão de futuro, percebendo a nossa realidade, é que hoje redunda em uma série de atitudes e medidas que vão dar 46 mil megawatts em dez anos já contratados.

Então, é preciso fazer esse registro, dar os parabéns a vocês, porque mostra que podemos não ser os melhores, mas estamos no caminho certo.

Eu, Presidente, não tenho como deixar de fazer o registro de que acho que essa atual política brasileira visando aos impactos ambientais e negando os grandes reservatórios para mim também é um grande equívoco. No momento em que a gente deixa de usufruir do grande potencial hidráulico que temos em nosso País, fazemos usinas hidrelétricas a fio d'água, deixando de produzir grandes quantidades de energia por conta do impacto ambiental, a gente deixa de ver também que estamos deixando de utilizar um potencial que nunca mais vai ser utilizado e estamos botando grupos geradores, emissores de muito mais poluição do que grande reservatório d'água.

Dr. Edmundo, sou inteiramente favorável, conforme o Presidente Delcídio falou, à geração termelétrica, mas como reserva. Se pudermos priorizar outros setores, que têm um custo de energia de seis a dez vezes menor e com impacto ambiental muito menor, cabe a nós, como responsabilidade, usarmos esses outros recursos, seja hidráulico, seja eólico, seja solar, seja de biomassa. Eu acho, sim, que os termoelétricos têm de existir como segurança do sistema, porque são rápidos de serem instalados, porque são eficientes e porque, agora, temos a matéria-prima em abundância, gás em abundância.

Então, dentro desse conceito todo, cada vez fica mais absurdo olharmos as dificuldades que o sistema de meio ambiente impõe ao sistema elétrico. Eu vejo a luta do Ministro das Minas e Energia, todo dia, com o grupo de instituições que compõem a preservação do meio ambiente no Brasil. Eu acredito que a solução seria termos, para analisar os projetos de energia elétrica, que é estratégica para o País, equipes dentro do sistema elétrico fazendo essas análises e não instituições fora que são burocráticas e que demandam anos, sendo, às vezes, mais tempo para analisar um projeto que para construir e instalar esse projeto no País. E o Brasil não pode esperar. Crescemos a 4%, 6% ao ano e precisamos de 4%, 6% de energia a mais por ano. É um assunto que, infelizmente, não podemos brincar com ele.

Vejo, claramente, que estamos em boas mãos de planejamento, em boas mãos de fiscalização, em boas mãos de política macro em relação ao sistema e, apesar de todas as intempéries, temos avançado e podemos comemorar – isto me saltou aos olhos, eu não sabia disto – que, num plano de dez anos, temos 75% contratados.

São essas as colocações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu vejo que a mesa é composta por uma gurizada, todos muito jovens. No tempo do pai de vocês, nós já brigávamos, no Rio Grande do Sul, com a questão do carvão.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, se o carvão do Rio Grande do Sul estivesse em São Paulo, há muito tempo, ele estaria praticamente esgotado, porque não se discutiria essa matéria. Mas ele está no Rio Grande do Sul, na metade sul do Rio Grande do Sul e, então, há essa posição que, perdoem-me a sinceridade, hoje, é ridícula. Quando vemos a China montando uma termelétrica por semana – por semana –, quando vemos o mundo inteiro reconhecendo isso, é incompreensível o que está acontecendo. Por exemplo, houve uma decisão agora, na última reunião: no Maranhão, vão receber o carvão da Venezuela. O carvão da Venezuela pode entrar, mas o do Rio Grande do Sul não pode e o de Santa Catarina também não pode.

Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, tínhamos um problema gravíssimo quanto aos curtumes da lavagem do couro para fabricação de calçados. As empresas largavam todo aquele lixo nos rios. Eram quilômetros de distâncias. Não podíamos caminhar por causa do cheiro. Eu assumi o Governo do Estado e dei um prazo de um ano: "Ou vocês equacionam o problema ou fecham". Eles não deram bola e, um ano depois, eu fechei os curtumes. Está provado. Hoje, é uma maravilha. A tecnologia existe e a poluição é zero. O problema é que eles estavam acostumados a de-

terminado custo de produção. Se tivessem que fazer o combate à poluição, seria mais 15%; e, para eles, mais 15% seria ridículo; estão acostumados a jogar no rio: "A vida inteira nós jogamos no rio, por que vou gastar mais 15%?"

A poluição dos curtumes é zero porque eles sabem que, hoje, para construir um curtume, tem que ser aplicado mais 15%. E os 15% agora estão no custo da produção; quando vão fazer o projeto já se incluem os 15%. O carvão vai por aí.

Quando nós fomos lançar o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul foi um escândalo porque havia uma fábrica da Borregar que provocava um cheiro horrível que atingia Porto Alegre. Hoje, o pólo petroquímico está a 20 quilômetros de Porto Alegre. Gastamos um bilhão, o Rio Grande do Sul, para disputar o pólo e fazer a infraestrutura; e na época em que foi lançado, o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul era o mais moderno do mundo. Poluição zero. Fazem questão. Ali, ao lado do pólo, há uma folhagem enorme, abelhas estão ali e produzem um mel que é a propaganda do mundo do pólo petroquímico, porque, nas análises feitas, é o mel mais puro que existe. Ao lado do pólo. Então, hoje, discutir o problema do carvão, se é poluente, se não é poluente... O problema é de tecnologia que pode e tem condições de ser feita. Isso é evidente.

Outra coisa, a gente já sabe que essa usina de Belo Monte é a última grande hidroelétrica que vamos ter. Daqui para frente, vamos ter várias hidroelétricas, mas nenhuma como Itaipu, com essa grandeza. Não podemos resolver o problema do Brasil só com hidroelétrica. Então temos que buscar as várias fontes alternativas. E, dentro dessas, o carvão é uma realidade. O mais interessante é que está ali. A continuidade de Candiota terá custo ínfimo porque já está toda feita, será apenas uma ampliação. O custo será de 40% de uma empresa nova, uma termelétrica nova. Mas está lá, tem dinheiro para fazer; não é dinheiro do BNDES, eles já têm o dinheiro e querem fazer. Se até o fim do ano não disserem não, ele, que está cansado de esperar, vai aplicar o dinheiro em outro lugar.

A parte social, aquela metade do Rio Grande do Sul é pior que o Nordeste em termos de desenvolvimento; ela parou no tempo, parou no tempo. Aquela é uma região a que se deve dar a chance de se desenvolver, de crescer, de produzir, porque atrás da termelétrica vem uma série enorme de indústrias que vão se desenvolver. Aquela é uma região de miséria total.

Sinceramente, com todo o respeito ao Conselho, eu achei uma decisão grosseira, uma decisão que não tem lógica: "Deixe o carvão para mais tarde, não entra neste leilão". Não tem explicação, não tem explicação. Temos que olhar a Alemanha, a França, os Estados Unidos. Por que nos Estados Unidos pode, e ninguém discute? Ninguém discute. De repente, o Brasil, em questões de meio ambiente não tem lógica. Ninguém mais do que eu, ao longo da minha vida, eu sempre fui defensor do meio ambiente, sempre tive o maior carinho, sempre estive do lado, agora, ultimamente, não estou mais tanto do lado das entidades defensoras do meio ambiente. Até quando vi algumas aí com dinheiro americano tomando posições diferentes daquelas que eles tomam lá fora. Mas sou a favor dessas ONGs defensoras do meio ambiente. Elas são defensoras desta tese de que nós temos que olhar com profundidade uma questão assim, mas há momentos em que, com todo o respeito, não consigo entender. O senhor foi de uma clareza total. Agora, diz o meu querido amigo: "Espero que o teu pai não pense como tu."

Tem que esperar. Eu acho também que temos que aproveitar o carvão, mas o carvão tem que ficar na espera. Na espera. Está há 50 anos na espera e ele quer mais 50. Não tem lógica. Nós, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, consideramos uma bofetada a decisão tomada; nós consideramos uma bofetada a decisão do Conselho com relação ao carvão. Não tem explicação. Ali, na mesma decisão, o Maranhão, com a maior alegria, recebe o carvão que vem da Venezuela. Esse pode? Trazer o carvão da Venezuela, esse pode; pagar o frete da Venezuela até aqui, pode. Agora, ali, na boca da mina, sem gastar um centavo, é a coisa mais barata que tem, sai dali e aplica ali do lado, esse não pode. É muito engraçado isso.

Mas digo, com toda a sinceridade, que não ouvi o seu pronunciamento e não posso falar. Lamento muito. Mas nós estávamos na Comissão de Constituição e Justiça. Aqui nós só trabalhamos terça, quarta e quinta; amanhã já vai todo mundo embora. Então nós temos que estar aqui, o Delcídio já chegou atrasado porque estava em uma comissão e já saiu, foi para outra, porque amanhã não tem mais ninguém aqui. Se o senhor quiser vir conversar amanhã podemos conversar o dia inteiro que não tem problema. Mas também não tem Senador. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço, Senador Pedro Simon.

Na quinta de manhã, ainda é deste jeito. Há uma correria aqui. Agricultura, Meio Ambiente, Infraestrutura, Relações Exteriores... Eu tenho que me desdobrar em cinco pela manhã para dar conta de tudo. Mas o senhor tem toda a razão. Depois acontecem essas coisas, como na semana passada, quando apareceu na televisão dois Deputados aprovando um monte de projetos. Infelizmente, há 300 comissões funcionando ao mesmo tempo. Espero que pelo menos o carvão de Candiota sirva para fazer churrasco, Senador Pedro

Simon? Serve para fazer churrasco ou não? O carvão de Candiota?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Então, vamos fazer churrasco.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, vou ser bem rápido, até porque estou vendo que são quase 14 horas.

Ontem, foi o dia em que a embaixada da Alemanha comemorou o aniversario da unificação, que foi no dia 3 de outubro. E, lá, eu perguntei sobre o aspecto energético da Alemanha. Lamento que o Senador Delcídio não esteja aqui. Disseram que eles pensam, por um lado, reduzir o consumo, coisa em que a gente nunca pensa, mudar o fator técnico PIB energia, energia PIB. Segundo, que pensam fontes alternativas de energia, inclusive projetos que parecem megalomaníacos, como produzir energia solar fora e trazer energia elétrica. Terceiro, pensam em comprar energia usando gás e outras matérias de outros países com grandes redes de transmissão. Eu digo para falar que discutimos aqui matriz energética, alguém falou em calibrar bem dentro da matriz. Mas por que não discutir também calibragem da matriz energética em relação ao produto? Por que não discutimos dois aspectos: como produzir o mesmo com menos energia e até como consumir menos energia.

E até como consumir menos produtos. Eu gostaria que apagassem a luz por uns instantes. Todas.

Se nós estivéssemos entrado aqui já com esta luz, seria capaz de estarmos enxergando bem. Pode acender. Mas, se em vez dessas tão fortes, houvesse algumas mais leves dava para funcionar bem aqui. Seria capaz até de o Dr. Tino Ventura, não o filho, o pai, que foi o maior oftalmologista de Pernambuco nos anos 60, e um dos maiores do Brasil, dizer que seria melhor para nós sem esta iluminação tão forte nos olhos da gente. Mas não é só isso. Se abríssemos estes janelões, e vejam que tiraram metade das janelas, eu garanto que a gente não precisaria de ar condicionado, a não ser alguns poucos dias em Brasília – não na minha Recife, na Recife do Altino, mas Brasília certamente não precisaria – aqui e no resto deste edifício, se a gente tivesse pensado em adaptar a arquitetura dele à realidade energética.

Então a minha primeira pergunta é se não é possível tentarmos calibrar, casando matriz energética do ponto de vista da sua engenharia com a matriz socioeconômica do ponto de vista da necessidade de energia. Este País demonstrou que isso é possível quando ocorreu o apagão, e nós reduzimos o consumo de energia sem mexer na matriz produtiva. Então esta é a primeira pergunta: se nós trabalhássemos a matriz de consumo não seria possível reduzir a demanda por energia? Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é sobre energia nuclear. Minha pergunta é bem simples: o que aconteceria no Brasil se, durante os próximos 20 ou 30 anos, não construíssemos nenhuma outra central energética. Não falo em fechar as que estão em funcionamento. O que aconteceria de dramático no Brasil, se nós suspendêssemos a construção de novas, investindo mais ainda em pesquisa sobre energia nuclear, tanto do ponto de vista da engenharia civil, quanto do ponto de vista do que fazer com os resíduos. Mas investir em pesquisa sem construir novas. Essas são as duas perguntas que faço aqui, deixando clara a minha satisfação de ver aqui dois codiscípulos na Mesa, um meu codiscípulo na Escola de Engenharia de Pernambuco; e outro codiscípulo nos estudos sobre meio ambiente e energia, graças ao professor Ignacy Sachs, na França.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Senador Cristovam.

Só para descontrair, Senador, se em determinado ambiente de alguma empresa estiver meio escuro – aqui não, o Ministério do Trabalho não vem –, mas ele multa a empresa por baixa luminosidade na sala porque faz mal para as pessoas. É um problema sério.

Foi solicitado aqui à presidência que o Maurício falasse primeiro porque ele tem compromisso e precisa viajar. Então, com a aquiescência dos demais, passo a palavra ao Dr. Maurício e, na sequência, volto a palavra ao Dr. Altino.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador, eu realmente tenho que pegar um vôo e agradeço esta possibilidade. Acho que foram levantados aspectos muito importantes nesta Mesa pelos Senadores e eu gostaria de responder a algumas das questões não sei se a todas, mas pelo menos abordar algumas das questões.

Eu queria primeiro dizer o seguinte: o Brasil é um País espetacular do ponto de vista energético. Quando a gente sai para falar aí fora dá um orgulho danado. Por quê? Nós temos a matriz energética mais renovável do mundo; 45% da nossa matriz é renovável; no mundo, apenas14%. Se formos falar de energia elétrica, este orgulho aumenta porque 90% da geração de energia elétrica no Brasil vem de fontes renováveis; no mundo, apenas 18%. A principal fonte de energia elétrica no mundo é o carvão, com 41%; no Brasil, o carvão representa menos de 2%. Isso faz – e é verdade – com que em termos de emissão de gases efeito estufa do setor elétrico, o Brasil emita..100 vezes menos DO que a China e os Estados Unidos,

que são os maiores emissores. É claro que, ao olhar isso, a gente pode falar: bom, então existe um espaço enorme para o Brasil emitir mais; já que a gente emite menos, a gente tem um crédito, e o Brasil pode emitir mais. Ou a gente pode falar: já que a gente emite pouco, o desafio é saber se a gente pode crescer dessa maneira. É claro que podemos olhar isso de duas maneiras, mas, mal ou bem, o Brasil tem lugar de destaque no mundo. E o Brasil vai aumentar este destaque no mundo porque ele vai ser grande produtor de petróleo, grande exportador de petróleo. A gente vai ficar numa situação meio paradoxal: o Brasil vai ser o primeiro grande exportador de petróleo que tem matriz renovável. Isso aparentemente é contraditório. Não é. A gente, no que diz respeito aos automóveis, a gente tem o etanol; portanto, a gente vai aumentar a produção de petróleo, mas não necessariamente vai aumentar o consumo de gasolina proporcionalmente; e, no setor elétrico, a gente tem uma série de fontes.

O Brasil tem uma situação que é a ideal de qualquer planejador: ele tem abundância de escolha. Você vai à China; ela cresce e tem que instalar um Brasil de capacidade nova de geração por ano, e eles só têm o carvão para colocar; então eles não têm outra opção, não têm escolha. O Brasil tem escolhas a fazer, e essa é uma situação bastante confortável.

Eu queria tranquilizar e dizer que o Brasil não pode nem irá abdicar de construir termelétricas. É necessário ter termelétricas na matriz. A gente não pode funcionar apenas com a matriz de fonte que depende apenas da natureza porque a natureza, em algum momento, falha. Em algum ano não se terá tanta chuva, em algum ano o vento não vai soprar da maneira como se esperava; a safra da cana pode não se dar... Então, a gente precisa ter uma combinação entre fontes renováveis e algumas termelétricas. Então, a termelétrica tem um papel. Apesar de que a gente tem uma situação das renováveis, sabe, Senador Cristovam, muito interessante. Os ventos sopram mais forte no Brasil quando a hidrologia está pior; e a safra da cana ocorre no período de maio a novembro, quando a hidrologia está pior. Então, temos fontes renováveis que se complementam entre si, o que é muito interessante. Mas, mesmo assim, pode falhar, e é claro que a gente precisa ter termelétrica. Se a gente tiver uma quantidade de termelétrica na matriz a gente vai ter que manter esta combinação entre termelétricas e fontes renováveis. Isso é necessário. Então, as termelétricas não estão excluídas da nossa matriz.

Agora, o plano tem que indicar as prioridades. E o que acontece? O Brasil só utilizou um terço de seu potencial hidroelétrico; dois terços não foram utilizados. É claro que a gente não vai poder utilizar tudo porque 60% desses dois terços estão localizados na Amazônia, que é um bioma, uma região riquíssima, que tem biodiversidade riquíssima e que teremos de preservar. Então, uma parte desse potencial a gente vai poder aproveitar, outra parte a gente não vai poder utilizar. Mas ainda tem uma parte que dá para usar. Então, a gente ainda tem espaço para crescer ali em Tapajós e outros locais que podem crescer.

Então, a gente coloca no plano aquelas usinas que, se a gente não colocar, não serão nem consideradas pelo meio ambiente com possibilidade de obtenção de licença, porque, pelo novo modelo, a gente só pode colocar no leilão usinas que tenham licença ambiental. Quando se construiu o novo modelo a gente colocou isto: vamos acabar com o faz de conta. No Brasil se davam concessões para uma porção de usinas, o empreendedor pagava um ágio enorme, nunca saía a licença ambiental, você achava que o planejador ficava tranquilo porque achava que estava no papel aquilo que tinha concedido, mas nunca saía do papel. Então, é melhor fazer o seguinte: só licita se tiver licença ambiental; é melhor não licitar do que licitar e não sair. Aí o que a gente faz? A gente põe no plano – tem uma projeção da demanda – as usinas, sabendo que para algumas das usinas que a gente colocou pode, eventualmente, não sair a licença ambiental. Quando não sair, qual é a primeira opção? É a questão das térmicas para cobrir essa possibilidade.

É claro que a gente tem uma discussão: que térmicas são essas? Há várias possibilidades: pode ser uma térmica a gás, pode ser uma térmica a carvão, pode ser uma térmica a óleo, etc.

No Brasil, o gás era um problema, porque algum tempo atrás havia escassez de gás. Graças ao pré-sal a gente descobriu o gás. Então, agora o gás está disponível. A gente tem uma situação que em termos de emissões, uma térmica a gás emite metade de uma térmica a carvão. Apesar de já haver tecnologias para poder reduzir o enxofre, os particulados de uma térmica a carvão, ainda não existe tecnologia para reduzir a emissão de CO_2. Isso ainda não foi solucionado. Há uma possibilidade de pôr em cavernas, mas isso ainda não está aprovado. Essa é uma coisa que não tem solução.

Ao mesmo tempo, foi votada no Congresso uma lei que põe um limite para as emissões no Brasil e há um decreto que põe um limite por emissões por setor. Hoje, de certa forma, nós, os planejadores, estamos limitados pelo que está colocado numa lei e num decreto. Para a gente poder mudar, teria de mudar essa lei e esse decreto para, eventualmente, podermos alterar e dizer: vamos mudar e não vamos considerar as emissões como um limitador.

Eu queria também chamar a atenção para o que foi dito pelo Senador Pedro Simon, com relação à térmica, que há uma térmica a carvão entrando. Duas térmicas foram leiloadas antes da lei, uma no Maranhão e outra... não lembro em que Estado. Elas são anteriores à lei que limita as emissões. Depois da lei, não houve nenhum leilão que contratasse térmicas a carvão, senão seria meio estranho a gente contratar em um Estado e não contratar em outro. Isso não teria muito sentido.

Então, a gente tem uma situação que é... em termos de abastecimento do sul, agora vamos construir uma linha de transmissão que vai aumentar muito o intercâmbio com o sul do Brasil. Além disso, há um sistema que permite ampla competição e sair muitas fontes competitivas. A situação é a seguinte: do ponto de vista regional, há toda uma justificativa para se explorar térmicas a carvão no sul do Brasil, porque cria emprego na região, vai criar desenvolvimento da região, como qualquer fonte acaba criando. Se você puser energia eólica na Bahia, vai criar lá desenvolvimento lá; se puser uma térmica a gás no Rio, vai criar desenvolvimento lá; se puser uma hidrelétrica em certa região vai criar desenvolvimento lá. É claro que há uma justificativa regional que é totalmente razoável. Do ponto de vista energético, não existe necessidade, no momento, para aquela fonte. Por quê? Porque, do ponto de vista nacional, temos até 2014 um excedente de mais de cinco mil megawatts de média, o que significa que atende a quase dois anos de crescimento do País. Do ponto de vista regional, a gente tem certo equilíbrio com o intercâmbio e, do ponto de vista ambiental, temos uma limitação imposta pela lei.

Então, a situação é esta: uma fonte que do ponto de vista regional tem uma justificativa, mas do ponto de vista energético não se mostra necessária e do ponto de vista ambiental ela não se mostra conveniente. Aí é que fica a questão que a gente tem...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu queria ver o senhor defender essa tese se o carvão estivesse lá em São Paulo. Duvido que o senhor dissesse isso.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Talvez não tivesse a lei. É verdade. Talvez...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O máximo que o senhor faria seria ficar em silêncio, sem dizer nada.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Eu sei.

Senador, talvez se tivesse em São Paulo, talvez não tivesse tal lei. É verdade. Talvez não houvesse a lei nem o decreto. O senhor tem toda razão.

Nós hoje temos que atender... Foi uma decisão do Congresso. Equivocada ou certa, foi uma decisão que saiu...

Estou dizendo isto, que temos essa limitação. Agora, mudando, é claro que, sem dúvida alguma, o carvão é uma fonte que poderá entrar como uma das alternativas possíveis.

Espero...

Não sei se ficaram algumas questões relativas.... ficaram sim.

Meu caro Senador Cristovam, eu concordo. Acho que, sem dúvida alguma, a melhor fonte, a que tem menor impacto é aquela que a gente não produz. Se a gente puder produzir o mesmo nível de bem-estar com o menos consumo de energia, você tem uma redução do impacto e aumento do bem-estar. Agora tem que se perseguir seja mudança do padrão de consumo, sejam melhorias tecnológicas, melhorias de eficiência.

Porém a gente tem de saber que o nível consumo *per capita* no Brasil ainda é muito baixo; em média é 2.300 quilowatts/hora por habitante. Nos Estados Unidos o consumo *per capita* é de 14.000 quilowatts/hora por habitante. É claro que a gente não pode ter os Estados Unidos como paradigma porque é uma sociedade que desperdiça, etc. O consumo *per capita* do Brasil é menor, por exemplo, que o do Chile e o da Argentina.

No Plano Decenal estamos projetando que em dez anos o consumo *per capita* do Brasil se igualará ao consumo *per capita* do Chile, o consumo de hoje e não o consumo *per capita* do Chile daqui a dez anos. Então, a gente tem, ao mesmo tempo – eu concordo –, um desafio enorme de melhorar a eficiência, principalmente nas classes médias. As classes médias no Brasil consomem de modo muito parecido com o da classe média americana; são muito perdulárias. Não é como o modelo europeu, que é um modelo...

Agora no Brasil a gente tem dois brasis: uma classe média que consome de maneira perdulária e, por outro lado, uma gama enorme da população que consome muito pouco e que agora está aumentando a renda e, é claro, quer ter acesso ao consumo.

Então, acho que a gente tem um desafio: reduzir o consumo dessa classe média – não reduzir de maneira mandatória, mas talvez com campanhas, etc –, que tem um consumo perdulário, mas sem esquecer que a gente tem de aumentar a oferta de energia para atender a toda a inserção da classe...

O SR. WALTELR PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Há dois aspectos aí, não só o déficit para essa outra parcela da sociedade – há a questão de o que significa para o Brasil a gente universalizar –, e outra qual é a diferença para essas nações, como a Alemanha e os Estados Unidos, e o que significa para nós, por exemplo,

a utilização de energia para a gente desenvolver, inclusive, para as camadas de baixa renda. Esse balanço tem de ser feito levando em consideração isso. Onde é que dá para apertar? E onde é que, efetivamente, a gente tem que aumentar a oferta? Se a gente fizer só a tábula rasa no sentido de fazer economia, vamos perpetuar a desigualdade no Brasil, do ponto de vista do acesso e de oportunidade.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Acho, Senador... Eu concordo.

Por isso que eu falo que as duas coisas são necessárias. Eu acho que é possível, sim – concordo –, aumentar a eficiência energética, melhorar, mas isso não deve ser usado como argumento para a gente não expandir oferta de energia, porque se a gente não expandir, vai faltar energia. Então, são as duas coisas que têm de ser feitas *pari passu*. A gente tem de melhorar a eficiência do equipamento, tentar educar para evitar os desperdícios que existem, mas sem se iludir que isso será suficiente para o Brasil crescer. Quer dizer, nós precisaríamos aumentar a oferta de energia e ter a discussão, que já temos aqui, para saber qual é a melhor maneira de atender a isso.

Não sei se ficou...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E a energia nuclear? O que aconteceria se não...

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – A questão da energia nuclear é outra questão importante. O Brasil tem a sexta reserva de urânio do mundo. É um dos poucos países que tem urânio e que domina a tecnologia de enriquecimento. Há três países que têm urânio e que dominam a técnica de enriquecimento: o Brasil, os Estados Unidos e a Rússia.

A curto prazo, nos próximos dez anos, nos próximos vinte anos, eu não diria que do ponto de vista energético a energia nuclear é uma necessidade, porque há outras fontes, mas ela pode ser uma necessidade no futuro. Por quê? Porque a hidrelétrica vai se esgotar, outros recursos vão se esgotar. Então ela pode ser necessária. Então não me parece razoável a gente fechar a porta a essa tecnologia, porque ela pode ser necessária para o País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas eu fiz questão de dizer que tem de investir mais nas pesquisas. A pergunta foi muito clara: o que aconteceria se nós não construíssemos nenhuma outra nos próximos dez, quinze, vinte, trinta anos?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – O que eu estou querendo dizer, Senador, é o seguinte: do ponto de vista energético, o Brasil tem muitas opções no momento; no futuro, pode ser necessária.

Então, a questão é a seguinte: para acompanhar essa tecnologia, é claro que a gente pode investir só em P&D, mas o setor, para ter certo dinamismo, às vezes precisa ter alguma planta em construção, em movimentação para poder ter um grupo de técnicos funcionando em torno dele.

Por isso nós tínhamos colocado no plano quatro plantas até 2030, justamente para ajudar o Brasil a manter essa competência tecnológica. É claro que essas quatro plantas, de mil megawatts cada uma, do ponto de vista energético, tem um significado muito pequeno. Hoje é muito pouca energia nuclear. Ela continuará, mesmo se essas quatro plantas vierem a ser construídas, muito pouca. Mas elas permitiriam ao Brasil manter o domínio da tecnologia. Essa é uma decisão que está na mão do Ministério e sobre a implementação dessas quatro plantas, ou não e acho que essa é uma questão que vai ser vista.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Dr. Maurício Tolmasquim.

Nosso Presidente, Delcídio do Amaral, precisa sair. Tem um almoço, assim como quase todos nós, ele só quer se despedir rapidamente.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria cumprimentar todos. Junto com o Senador Walter Pinheiro, tenho um almoço de bancada. Então, vamos ter de nos retirar.

(Manifestação fora do microfone.)

Quero agradecer esta oportunidade.

Já que o Tolmasquim falou em linha de transmissão, isso obviamente é muito importante na otimização, na interligação de regiões, para aproveitar as sazonalidades diferenciadas, mas linhas de transmissão terão problemas também e têm problemas também.

Recentemente estive conversando em São Paulo sobre a Usina de Jirau, que vai entrar...acho até que vão antecipar a motorização. A sorte é que vão testar as máquinas através do famoso pré-Madeira, porque as linhas não ficaram prontas. Não é fácil. Eu fiz linha de transmissão na época em que tudo podia. Nós fizemos Tucuruí-Vila do Conde; Tucuruí-Marabá; Marabá-Imperatriz; Imperatriz-Presidente Dutra e vai por aí afora.

Hoje essa questão ambiental cria uma série de dificuldades na implementação de linhas de transmissão .

Quanto ao mérito, eu concordo absolutamente, mas podemos preparar o couro porque vamos ter problemas com linhas de transmissão também. Isso já está se mostrando, está muito nítido a partir de agora e até pegando alguns projetos, vemos as dificuldades que foram enfrentadas.

Quero agradecer-lhe, Presidente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

É isso mesmo, Senador, é o governo apanhando do governo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – O engraçado é que todos nós sentamos e reclamamos e não fizemos nada para mudar, porque se alguém pode mudar é esta Casa.

De fato, o País vem passando, na infraestrtutura, por problemas ambientais. Não que não se queira fazer aqui, há toda uma complicação. O mais importante e eu pergunto aos senhores são da área de energia se há algum projeto que deixou de sair em face das questões ambientais. Depois de anos e anos, acaba saindo.

Então, essa questão ambiental ajuda a atrapalhar muito, porque impedir ela não tem impedido. A gente tem que adequar, mas é uma coisa que esta Casa tem que discutir.

Quero passar a palavra ao Dr. Altino, para que ela faça as considerações finais.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Dado o adiantado da hora, vou tentar ser bem rápido. Vou pontuar alguns aspectos colocados aqui por outros palestrantes e pelos ilustres Senadores.

Eu diria o seguinte, primeiro, o Ministério de Minas e Energia não poderia ser o promotor de todas as fontes de energia do País.

Um dos itens a que fiz referência é a política de diversificação das fontes energéticas, quer dizer, o País deve utilizar todas as suas fontes. É um país continental, tem fontes específicas de algumas regiões. Então esse é um aspecto muito relevante de que nós queremos fazer a diversificação da nossa matriz energética.

Em relação à participação de térmica, veja, a configuração do Plano Decenal, que vai de 2011 até 2020, que vem desde uma configuração de 2010, chega em 2011 com 180 mil megawatts em números redondos. Desses 180 mil megawatts, 55 mil são de usinas térmicas – derivados de petróleo, carvão, biomassa, nuclear. Então, o nosso sistema já tem uma participação térmica atual e no Plano terá essa participação térmica que terá um papel muito relevante para contornar as dificuldades que foram apontadas aqui.

Então, esse é um ponto em que o Ministério de Minas e Energia tem uma política clara, onde o espaço da geração térmica está assegurado na configuração atual e na expansão ao longo dos próximos dez anos.

Essa é a primeira mensagem que eu gostaria de deixar aqui.

Segunda, o carvão mineral é a fonte mais importante para produção de energia elétrica no mundo.

O SR. LOBÃO FLHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – Pronto. Agora, o pessoal ficou feliz, pela primeira vez.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Quarenta e um por cento da energia elétrica que o mundo usa vem do carvão mineral, por várias razões: é abundante; os preços são mais ou menos estáveis; é transportável a longa distância de forma econômica; a questão ambiental de emissão de enxofre está controlada; a questão do CO_2 ainda não está controlada, porque há emissão do CO_2.

Fazendo uma complementação, Senador Pedro Simon, a China, se considerarmos as usinas de 600 megawatts de carvão mineral, está instalando duas centrais nucleares por semana. Nos últimos quatro anos, terminados em 2009 – é outro dado estatístico que temos –, a China instalou 1.300 megawatts por semana durante quatro anos, de forma sustentável.

Da energia elétrica que o gigante chinês usa, 80% vêm do carvão mineral. Então, o Ministério de Minas e Energia não pode deixar de considerar essa fonte, a qual aparece no Plano Decenal.

Veja bem, está mais que dobrando a capacidade instalada em centrais de carvão mineral no Plano. A expansão que está ocorrendo no Plano se compõe de quatro usinas de carvão mineral. Uma é Candiota III, que entrou em operação agora, em 2011, de carvão nacional; e as outras três são usinas de carvão importado, na região Nordeste, que são as usinas Porto do Itaqui, Porto do Pecém I e Porto do Pecém II.

Isso tudo foram decisões, como foi falado pelo Presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, antes da nossa legislação, a lei de mudanças climáticas, de dezembro de 2009. E o decreto de regulamentação não proibiu a inclusão de usinas térmicas a carvão, mas sinalizou para onde a expansão do sistema brasileiro deveria ocorrer: claramente em termos de hidrelétrica, fontes renováveis, eólica, biomassa e ampliação do uso do biocombustível.

Paralelamente a essa lei que conduziu a essa mudança... Porque a partir de dezembro de 2009, com a mudança do Ministério de Minas e Energia, acatando uma orientação que veio do Congresso Nacional, nós não colocamos as usinas a derivados de petróleo e carvão mineral nas licitações, nesse momento. Paralelamente a isso está havendo iniciativas do Congresso Nacional.

Nós temos aqui um projeto de lei da Câmara dos Deputados, que foi lido agora, na sessão de agosto de 2011, que altera a Lei nº 10.848 proibindo a inclusão de usinas térmicas a carvão mineral no território brasileiro, seja nacional, seja importado. Então, o debate

está ocorrendo dentro desta Casa. O autor é o Deputado Washington Reis.

Então, veja, estamos recebendo os sinais do Congresso de orientações que o Poder Executivo deve seguir. Nós não somos contra o carvão mineral, tanto que o nosso Plano Nacional 2030 tinha uma previsão de expansão do carvão mineral. Então, acho que o Congresso Nacional teria que dar sinais mais convincentes, para que o poder concedente, o Ministério de Minas e Energia, pudesse desenvolver a implantação de uma fonte importante como é o carvão mineral. Mas, no contexto atual, estamos seguindo uma legislação, como falou muito bem o Presidente da EPE.

Bom, outros pontos foram colocados aqui muito importantes. Um é se a economia brasileira crescer mais. Nós achamos que esses 5% são uma taxa de crescimento que representa o potencial estrutural do Brasil, que está, nos anos recentes, crescendo um pouco menos pela influência da crise internacional. Se crescer mais do que 5% e mantivermos esse plano, não vai ter energia.

Então, como o planejamento é um trabalho dinâmico, todo ano nós refazemos o plano e temos possibilidade de captar esse crescimento e antecipar as obras de tal maneira que não falte energia no Brasil. É um processo dinâmico em que o planejamento responde com muita eficiência. Se nós tivermos crescimento de 7% e não 5%, nós vamos captar e planejar obras para atender a esse mercado. Esse é um ponto de referência.

Eu queria falar sobre um aspecto muito interessante que se relaciona com a colocação do meu ilustre colega da escola de engenharia. Eu agradeço as palavras que ele proferiu de referência ao meu pai, inclusive; um elogio ao grande oftalmologista pernambucano. E me lembrou a escola de engenharia, que dá saudade para todos nós. Ele falou dessa questão da nuclear e da eficiência energética.

Veja, o Brasil tem uma das legislações mais rigorosas do meio ambiente que existe no mundo. Essa legislação está levando algo que realmente dá para refletir sobre se devemos exagerar dessa forma. O Brasil tem o terceiro ou quarto maior potencial hidrelétrico do mundo: 260 mil megawatts. Esse recurso energético é de um valor imenso. Onde existe recurso hidrelétrico, os países aproveitaram praticamente todo.

Desses 260 mil megawatts que o Brasil tem, no planejamento atual, dentro das restrições da nossa legislação – não estou criticando a legislação, não; é uma opção que a sociedade adotou –, nós só consideramos 180 mil megawatts e 80 mil estão localizados em terras indígenas, reservas florestais, parques nacionais e, em alguns casos, não se pode nem estudar qual é esse recurso. Desses 180 mil, já existem avaliações com indicações de que se conseguirmos instalar 150 mil, é muito. Será um esforço para conseguir esses 150 mil.

Então, o que está acontecendo é que o potencial hidrelétrico brasileiro, dependendo dessa restrição ambiental e da evolução do crescimento do PIB e do mercado de energia elétrica brasileiro, esgota-se entre 2020 e 2030. Se nós tivéssemos de dizer qual é esse horizonte, eu diria que dentro de mais uns 15 anos não teremos novas hidrelétricas para serem construídas.

Nesse momento, a hidrelétrica é que atualmente representa a base de fornecimento de energia para o País. Precisa ter uma fonte que seja a base. Eu mostrei que 50% da ampliação do programa nos próximos dez anos é em cima da hidreletricidade. Quando se esgotar, teremos de identificar outra fonte ou mais de outra fonte.

Essas fontes, com a tecnologia de hoje no Brasil, serão o gás natural, dependendo do montante que seja identificado no pré-sal; carvão mineral e nuclear. E o País deverá ter a sabedoria de escolher entre essas três fontes. Então, a posição do Ministério de Minas e Energia não é de construir novas usinas além de Angra III.

O plano que prevê quatro usinas está sinalizando para fazermos os estudos de localização, de qual a tecnologia, de como integrar essas usinas no nosso sistema. E uma atividade é o que a gente está chamando de estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental, para permitir uma decisão, no futuro, dependendo de como esse contexto vá se situar.

Para responder objetivamente à pergunta do Senador Cristovam Buarque, eu diria o seguinte: o Brasil pode adiar o programa nuclear, não sei se 30 anos; mas como temos riquezas de fontes primárias de energia para atender às nossas necessidades, acho que poderíamos fazer um adiamento e partir para utilizar outras fontes, inclusive as fontes complementares, como biomassa, eólica, etc.

Não devemos fechar a porta a essa opção. O nosso País é grande, continua crescendo, precisa de energia e a nuclear é uma fonte que poderá ter um papel no futuro. Acho que o prosseguimento do programa passa por uma discussão ampla sobre essa opção e vê como o mundo vai fazer, porque é muito fácil a Alemanha tomar uma decisão de desligar todas as nucleares, como já fez há alguns anos, por uma razão eleitoral, porque o Partido Verde é muito forte, e decidir desligar em 2020, com o processo eleitoral agora e comprando energia nuclear da França.

No próprio Japão, que teve o problema, a sociedade japonesa está – digamos – rejeitando a solução

nuclear, pois 30% da energia que o Japão utiliza vêm de energia nuclear e aquele país não tem outra opção. Não tem hidrelétrica, derivado de petróleo, eólica. Então, de repente tirar 30%... O primeiro-ministro japonês já disse que não poderiam abrir mão da energia nuclear. Então, acho que nós não devemos fechar a porta.

Concordo integralmente com a posição do Senador de que devemos investir em pesquisa, desenvolvimento tecnológico; acompanhar a questão da segurança. Na nova geração de nucleares a segurança é muito maior. Estou fazendo referência ao AP1000. Quer dizer, então, o seguinte: não devemos fechar a porta. O que não quer dizer que iremos construir nucleares. Isso tudo vai passar por um debate muito amplo.

A questão da eficiência energética é fundamental. O Senador tocou num ponto extremamente importante, que é a questão da relação entre a economia, o PIB e a energia. Vejam, o Brasil, como tinha uma energia de baixo custo, muitas opções, desenvolveu um parque industrial de fontes eletrointensivas que consome uma quantidade enorme de energia, como alumínio, por exemplo, inclusive com subsídio. Isso não acontece mais. A relação entre o crescimento do mercado de energia e o PIB, que antes era uma elasticidade de 1,2, 1,5 etc, hoje está mais ou menos próximo de 1. O Brasil hoje está fazendo um uso mais nobre da energia. O nosso consumo *per capita*, como foi dito pelo Tolmasquim – não vou repetir os dados dele –, é muito baixo. Estamos planejando para 2020 um valor semelhante ao que o Chile tem hoje, metade do que a Espanha tem hoje e por aí vai.

Agora, adotar medidas de eficiência energética é fundamental. Quando veio o racionamento, a sociedade brasileira percebeu o quanto de desperdício nós tínhamos. Conseguimos reduzir 20% o consumo de energia sem dar um impacto proporcional à economia dessa redução de 20%. Quando acabou o racionamento, desses 20%, a sociedade brasileira só retornou 5% – 15% eram desperdício e mudanças de hábitos culturais. As pessoas que trocaram as suas lâmpadas por outras mais eficientes não voltaram a usar lâmpadas incandescentes. Para algumas pessoas que tinham *freezer* em sua cozinha – tive depoimentos deste tipo –, o *freezer* virou um armário na cozinha, porque é um grande consumidor de energia e o Brasil não precisa estocar alimentos, congelando-os à temperatura muito baixa, nessa linha de usar iluminação natural, na questão da refrigeração.

O Brasil tem vários programas na linha da eficiência energética. Vários. Alguns com resultados já concretos. Poderíamos fazer mais? Poderíamos fazer muito mais e deveríamos fazer muito mais, mas estamos com o programa de substituir integralmente as lâmpadas incandescentes, a nossa lei de eficiência energética está completando dez anos e nós já elevamos os índices de eficiência de vários equipamentos. Hoje, a sociedade brasileira, quando vai comprar um refrigerador, quando vai comprar um ar-condicionador, olha o selo Procel e procura o equipamento que tenha menos consumo de energia para o mesmo serviço prestado. Então, é uma série de medidas que estamos adotando de incorporar eficiência energética. A nossa meta de redução do consumo de energia elétrica, no ano de 2030, no nosso planejamento de longo prazo, é de 10%, ou seja, daquilo que os brasileiros iriam consumir de energia, vamos tirar 10% através de programas de eficiência energética, metade dos quais já são adotados pela sociedade normalmente, se não fizermos nada, e, para a outra metade, é preciso uma ação do Estado. Por exemplo, na região Nordeste, é preciso fazer com que sejam retirados os chuveiros elétricos, que é um equipamento que consome muita energia, um equipamento meio perdulário. Então, temos feito muita coisa.

Agora, eu não posso deixar de fazer um depoimento aqui: tínhamos de fazer muito mais. Então, a colocação do Senador Cristovam Buarque é importante, porque, na eficiência energética, a sociedade não tem tanta demanda. As empresas querem é vender mais energia, porque é a atividade-fim dela. Então, existe todo um contexto cultural que é difícil, mas, apesar disso, temos feito alguma coisa e temos conseguido alguns resultados bem significativos.

Eu gostaria, só para encerrar, de repetir um pouco as colocações do Presidente da EPE, Tolmasquim: o Brasil tem uma situação privilegiada, pois temos abundância de fontes primárias. Dos países de grande porte, é o único que tem condições de se manter autossuficiente e, inclusive, de ser um exportador de energia a longo prazo, com fontes nacionais, tecnologia nacional e uma grande parcela de fontes renováveis que têm baixas emissões de gases de efeito estufa. Temos de ter a sabedoria de como combinar esses fontes de tal maneira que se tenha o melhor para a sociedade brasileira, ou seja, ter a energia que os brasileiros precisam, com a confiabilidade, com custos baixos e com maior efeito multiplicador na economia, com a criação de empregos novos e desenvolvimento tecnológico. Nós temos uma situação energética tranquila e podemos ficar todos tranquilos. Temos rumos através das políticas energéticas que estão estabelecidas.

Então, seriam essas as palavras com que eu gostaria de complementar a minha intervenção, tentando abordar alguns dos temas que foram levantados nesta reunião.

Considero que a reunião foi muito rica. Acho que foram reflexões importantes que o Ministério de Minas e Energia vai considerar na sua atividade de planejamento e de formulação das políticas energéticas para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço o Sr. Altino.

Consulto os Srs. Senadores se ficou alguma coisa sem resposta porque também os nossos convidados já estão aqui se movimentando para ir embora.

Antes de finalizar a reunião, só quero fazer uma observação, não é uma pergunta. Como o nosso sistema energético está tão interligado com outros sistemas que, muitas vezes, não aparecem como é a questão do bagaço da cana. Vamos a 10% da geração de energia a partir do bagaço da cana. Às vezes a gente vê na imprensa e às vezes a gente vê o governo retroceder um pouquinho na questão do álcool, a gente vê os usineiros preocupados com questões econômicas. Então, para vocês perceberem que se o setor agrícola, do álcool, do etanol e do açúcar, for mal, a gente vai ter um problema sério na questão da energia e exatamente um problema onde todo mundo diz que é mais seguro, que é na questão da termelétrica. Seguro em termos, porque a gente tem muitas variáveis na economia.

Eu gostaria de deixar aqui para o Ministério e para os demais também uma sugestão que vai na direção das termelétricas. Aqui na região do Centro-Oeste, temos muitas PCHs sendo implantadas, e com exceção do rio Juruena, do Teles Pires, lá em cima, todos eles têm um decréscimo muito grande na geração de energia na época da seca, mas também nós temos uma quantidade de terras muito grande e que são terras marginais. Temos discutido muito aqui, na questão do Código Florestal, de como ocupar essas terras para a geração de alguma coisa, já que para produção de alimentos e para própria pecuária elas têm grandes deficiências, mas não têm deficiência e é muito propícia à produção, por exemplo, de uma matéria-prima para a energia que é o eucalipto.

Então, talvez, o Ministério pudesse pensar, com tempo, obviamente, em nós substituirmos, ou melhor, na falta da energia elétrica, no período de seca, nós pudermos entrar com termoelétricas também a partir de eucaliptos. Nós teríamos um ganho ambiental de ocupação dessas áreas, teríamos uma diminuição de consumos de outros tipos de combustível mais caro, e nós poderíamos pensar em fazer uma complementação, na falta de energia, na seca, com a entrada de biomassa que se pode plantar ao longo do tempo e que acho que é bastante eficiente.

Claro que depende de fazer conta, ajeitar um programa, pensar num tipo de Proinfa, mas acho que vale a pena pensar em termos uma complementaridade nessa questão da energia hídrica com a energia de biomassa nas regiões em que se tem muito espaço para produzir e com terras relativamente baratas.

Quero agradecer a presença de todos, aqui em nome da nossa Presidente Lúcia Vânia, que não pôde estar presente hoje, e dizer que a reunião foi muito produtiva e esperamos os senhores em outras oportunidades.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, José Pimentel, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Reditario Cassol, Aécio Neves e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Senador não-membro **Clésio Andrade**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas da 42ª e 43ª Reuniões, que são aprovadas. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1590, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Augusto Nardes, encaminhando relação de obras de interesse desta Comissão, com indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios: (PAC) Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte / BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém; (PAC) BR-448/RS – Implantação e Pavimentação; (PAC) BR-317/AM – Boca do Acre – Divisa AM/AC; (PAC) Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife – PE. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei

n° 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral." A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Aécio Neves, para fazer a leitura do Relatório. A Presidente informa a presença do Vice-Governador do Estado do Pará, Sr. Helenilson Pontes. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Clésio Andrade, Demóstenes Torres. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do § 4º do art. 132 do RISF. É aprovado o Requerimento nº 56, de 2011-CI, para realização de Audiência Pública, com o objetivo de instruir a matéria; e o Requerimento nº 55, de 2011-CI, que solicita que a matéria tramite conjutamente com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2011. **EXTRA PAUTA – ITEM 1– REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite, às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, seja realizada Audiência Pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo. Ministro de Minas e Energia – Sr. Edson Lobão; Governador do Estado do Pará – Sr. Simão Jatene; Governador do Estado de Minas Gerais – Sr. Antonio Anastasia; Diretor de Planejamento e Arrecadação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – Sr. Marco Antonio Valadares Moreira; Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) – Sr. Paulo Camillo Vargas Penna; Diretor Presidente da empresa Vale S.A. – Sr. Murilo Ferreira; Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB) – Sr. Anderson Costa Cabido; Governador Marconi Perillo e Governador André Puccinelli". Aprovado. **ITEM 2– REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Aécio Neves, que "Nos termos do disposto no **artigo 258**, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011 tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado º 283 ,de 2011, por versarem sobre o mesmo tema." Aprovado. **ITEM 3– REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "Nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com art. 93, I, do RISF, requeiro que sejam CONVIDADOS para debater o PLS nº 405, de 2011, perante a *Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI*, em audiência pública, as autoridades abaixo relacionadas: Ruy Alberto Corrêa Altafim, Professor Titular da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) com Pós-Doutorado pelo National Institute of Standards and Technology, US; Antônio Muller, Presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento das Atividades Nucleares (Abdan); Samuel Fayad Filho, Diretor de Produção de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); Othon Luiz Pinheiro da Silva Presidente da Eletronuclear; Edson Kuramoto, Presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben); Carlos Frederico Figueiredo, Diretor Comercial da Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A); Jaime Wallwitz Cardoso, Presidente da Nuclep; Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia; Maurício Tiommo Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia; Angelo Fernando Padilha, Presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear – vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia); Representante do Ministério do Meio Ambiente." Aprovado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2011**, de autoria do Senador Clésio Andrade, que "Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro." É aprovado o Requerimento nº 56, de 2011-CI, para realização de Audiência Pública, com o objetivo de instruir a matéria; e o Requerimento nº 55, de 2011-CI, que solicita que a matéria tramite conjutamente com o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agencia Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos." Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010,** de autoria do Senador Pedro Simon, que "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que 'Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências'." A Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos

Econômicos. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências". Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2011**, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que "Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR)". A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Retirado de Pauta para atender solicitação contida no OF.SF/1720/2011, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, para leitura de requerimento para que o Projeto seja examinado pela Comissão de Assunto Econômicos. **ITEM 7 – OFÍCIO "S" Nº 48, DE 2011,** de autoria da Prefeitura Municipal de Caucaia – (CE), que "Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria público-privada), informações relativas ao cumprimento, pela Prefeitura Municipal de Caucaia – (CE), dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei." A Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador Delcídio do Amaral, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pelo conhecimento da matéria e seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 58**, **DE 2011**, de autoria do Senador Álvaro Dias e Flexa Ribeiro, que "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, a fim de discutir o VENCIMENTO DAS CONCESSÕES NO SETOR ELÉTRICO. Participantes convidados: Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; e Rodrigo Costa da Rocha Loure, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná." Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro, que "Requeiro, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para tratar da situação das rodovias e ferrovias brasileiras e de suas concessões. Para discutir o tema, requeiro sejam convidados: Bernardo Figueiredo – Presidente da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Moacir Servilha Duarte – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; e Rodrigo Vilaça – Presidente-executivo da Associação Brasileira de Transportadores Ferroviários – ANTF e Presidente da Associação Brasileira de Logística". Aprovado. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011 – CI/CAE**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro, que "Nos termos dos artigos 215 e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para ouvir o Ministro de Minas de Energia, Senador Edison Lobão, sobre a renovação das concessões de energia elétrica com vencimento nos próximos anos". Aprovado. Após a deliberação das matérias, a Presidente concede a palavra ao Senador Delcídio do Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **LÚCIA VÂNIA**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 42ª e 43ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1.590, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União no exercício da Presidência, Ministro Augusto Nardes, encaminhando relação de obras de interesse desta Comissão com indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios: (PAC) Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte/BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém; (PAC) BR-448/RS – Implantação e Pavimentação; (PAC) BR-317/AM – Boca do Acre – Divisa AM/AC; (PAC) Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife – PE.

O referido documento está à disposição na Secretaria da Comissão em mídia digital.

Item 1 da pauta

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2011

Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Aécio Neves

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observação: A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para proferir o seu relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, tratamos hoje de um tema de extrema relevância que já chega a esta Casa com enorme atraso.

Antes, inclusive, de iniciar a leitura do relatório, faço aqui referência a que existe, além do projeto que relato, do ilustre Senador paraense Flexa Ribeiro... *(Pausa.)*

Dizia, Srª Presidente, que, além do projeto que relato a partir de agora, do ilustre Senador Flexa Ribeiro, tramita também nesta Casa um projeto que avança na mesma direção, não exatamente com as mesmas propostas, mas com o mesmo sentido e com a mesma preocupação, do meu ilustre conterrâneo, Senador por Minas Gerais, Clésio Andrade.

Na verdade, a nossa preocupação é permitir que os Estados e Municípios mineradores passem a ter condições de recuperar, num primeiro momento, as áreas degradadas pela mineração e também estimular a constituição de novas vocações econômicas quando as jazidas perdem a sua capacidade de exploração.

Durante os oito anos em que fui Governador do Estado de Minas Gerais, responsável por cerca de 50% da produção de minério de ferro do País, travamos essa discussão com o Governo Federal em todos os níveis. Infelizmente, até hoje, por mais que tenha sido por várias vezes anunciado, não recebemos ainda as linhas gerais do novo marco regulador do setor.

Por essa razão, já que essa questão não pode mais aguardar outras decisões de outras instâncias, apresento um relatório que – acredito – atende ao interesse dessas regiões, mas, mais do que isso, atende aos interesses do Brasil.

O Projeto de Lei do Senado PLS nº 11, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990. Com isso pretende que a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral.

A medida objetiva aumentar a receita dos entes federados – União, Estados e Municípios – com a respectiva compensação financeira mediante a ampliação da sua base de cálculo, além de buscar solução para o conflito entre dispositivos legais vigentes que regulam a matéria e geram insegurança jurídica nos atores que participam ou têm relação com o setor de mineração do País.

Esses são os principais argumentos do autor para justificar a matéria.

A proposição, que se encontra nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (Cl), tramitará ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a quem caberá decisão em caráter terminativo.

Na Comissão de Infraestrutura, foram oferecidas duas emendas à proposição no prazo regimental, ambas de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro.

Uma das emendas propõe dispositivo que cria a cobrança de participação especial para jazidas de grande produtividade, na verdade, buscando alguma isonomia com o que o ocorre hoje com a exploração de petróleo, em formato semelhante ao da cobrança realizada, como disse, na exploração petrolífera.

A outra emenda propõe que a base de cálculo da Cfem seja tomada com base em preço de referência estabelecido pelo Poder Executivo.

II – Análise

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (Cl), nos termos do art. 91, inciso I, combinado com o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de iei.

Preliminarmente, é de fundamental importância registrar o bom e oportuno propósito que orientou a elaboração da presente proposição, assim como a do Senador Clésio Andrade. Registro também que os aspectos relativos à iniciativa e à competência legislativa da presente propositura serão analisados posteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Como já foi mencionado, o PLS n° 1, de 2011, traz alterações às Leis n° 7.990, de 1989, e n° 8.001, de 1990, que disciplinam o pagamento da compensa-

ção financeira prevista no art. 20 da Constituição Federal, em particular da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem.

De acordo com esses normativos, a Cfem deve ser calculada com base no faturamento líquido da exploração de recursos minerais, do modo especificado nesses diplomas legais.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, art. 20, § 1º, a Cfem é devida aos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da Administração da União como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais extraídos do subsolo, recursos esses que são considerados bens da União, conforme disposto no mesmo artigo da Constituição. Assim reserva-se o direito da União e de seus entes federados a serem compensados pela exploração desses recursos.

É importante mencionar que o órgão responsável pela regulação e pela fiscalização da arrecadação da Cfem atualmente é o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, segundo o disposto no art. 3°, inciso IX, da Lei n° 8.876, de 2 de maio de 1994.

Para se determinar o valor da Cfem, as alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido variam de acordo com a substância mineral. Os recursos obtidos dessa cobrança são distribuídos da seguinte forma: 12% para a União (Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico – FNDCT); 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral; e 65% para o Município produtor.

Tais recursos devem ser aplicados em projetos que, direta ou indiretamente, revertam em prol da comunidade local e não podem ser usados para pagamento de dívida ou do quadro permanente de pessoal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Cfem é devida, portanto, pelas mineradoras em decorrência da exploração de recursos minerais para fins de aproveitamento econômico. O fato gerador da Cfem é a saída, por venda, do produto mineral das áreas de exploração do recurso, bem como a sua transformação industrial ou seu consumo por parte do minerador.

Ocorre que a respectiva compensação financeira tem sido calculada sobre o valor do faturamento líquido, obtido por ocasião da venda do produto mineral. E chamo a atenção para esta questão, que é central tanto no projeto quanto no substitutivo que ofereço.

O faturamento líquido é resultado do valor da venda do produto mineral, deduzindo-se os tributos que incidem na comercialização, as despesas com transporte e o valor do seguro. Essa mecânica de cálculo considera como base o preço que, no jargão do comércio internacional, é denominado de *Free On Board*, ou seja, o valor do produto embarcado no porto de origem ou respectivo terminal de embarque.

Permite-se assim, que, a partir de faturamento calculado com base num outro preço, denominado *Cost of Insurance and Freight*, que inclui transporte e seguro, sejam deduzidos esses dois componentes de formação do preço para que se chegue ao preço FOB, inferior ao preço CIF. A base de cálculo da compensação financeira, então, é reduzida, uma vez que se considera para seu cálculo o preço FOB, e não o preço CIF.

Essa situação, dentre outras, é fonte de conflitos na medida em que há divergências de interpretação relativamente ao que pode ou não ser considerado como uma despesa dedutível. Por exemplo, tome-se o caso de uma empresa, ilustre Senador Walter Pinheiro, que extraia o minério do subsolo e ela mesma faça o seu transporte por longas distâncias para outra planta – encontramos inúmeros casos, e o Senador Clésio vai se lembrar disso, no Estado de Minas Gerais, sobretudo no período em que ele foi meu Vice-Governador –, a fim de que o minério seja, então, beneficiado ou industrializado.

A primeira dificuldade reside no fato de que a lei não deixa claro se o transporte interno pode ser deduzido da base de cálculo. As mineradoras afirmam que sim, ao passo que o DNPM, que regula e fiscaliza essa atividade, defende que não – aí já há um primeiro impasse jurídico.

Ocorre que o texto da lei não deixa claro se investimentos em caçambas fora-de-estrada, seus custos, ou esteiras de transporte de minério a longas distâncias, utilizados hoje em larga escala, podem ser classificados como transporte para efeito da dedução. Isso pode tornar a base de cálculo da Cfem irrisória – como acontece, na verdade, hoje –, pois as deduções podem ser muito altas, e o valor da compensação financeira (Cfem), como consequência, torna-se inexpressivo.

Ademais, essa metodologia de cálculo trata de forma desigual competidores no mercado, dependendo de se eles realizam ou não o próprio transporte interno do minério – algo que buscamos corrigir no nosso substitutivo.

Outro aspecto, Srª Presidente, que deve ser ressaltado...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aécio, eu gostaria de receber aqui o Dr. Helenilson Pontes, Vice-Governador do Pará, a quem convido para sentar-se ao lado do Senador Flexa.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Saúdo e cumprimento o ilustre Vice-Governador do Pará, grande Estado minerador brasileiro, que contribuiu de

forma substantiva para que nós pudéssemos chegar a este substitutivo. Agradeço de público a contribuição de V. Exª, especialista nessa questão.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é o de que, com a edição do Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que regulamentou o pagamento da Cfem, permitiu deduzir da sua base de cálculo os custos operacionais. O fato gerou ainda mais incerteza e confusão na interpretação da lei. Então, muitas empresas mineradoras – e o Senador Flexa estava absolutamente atento a isso quando elaborou o seu projeto – começaram a obter êxitos em ações judiciais que lhes reservavam a condição mais benéfica trazida pelo ato normativo citado, ainda em vigor.

Portanto, pelas razões acima colocadas, ressalto a necessidade e a urgência da alteração da legislação vigente. Daí a importância, mais uma vez repito, do projeto de lei de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro. Contudo, apresento a seguir um substitutivo que tem por escopo complementar a proposta original nos termos e pelas razões a seguir relatadas.

No art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, propõe-se que a alíquota máxima da Cfem, atualmente de até 3%, seja de até 5% e incida sobre o faturamento bruto e não sobre o faturamento líquido, com o objetivo de atenuar a enorme diferença existente entre os valores arrecadados com os *royalties* do petróleo e os *royalties* do minério. Isto porque os *royalties* do petróleo possuem alíquotas que chegam a 10%, Senador Demóstenes, podendo ser reduzidas para 5% em situações específicas. Alíquotas essas bem superiores às previstas para os *royalties* do minério, que variam de 0,2% a no máximo 3%, e ainda incidem sobre o faturamento líquido*,* ao passo que os *royalties* do petróleo incidem sobre o faturamento bruto.

Apenas para ilustrar aos caros Senadores presentes – Senador Cyro, Senador Ciro, Senador Demóstenes –, faço um rápido retrato da situação atual. O Estado do Rio de Janeiro recebe anualmente um pouco mais de R$6 bilhões em contrapartida à exploração do petróleo, sobretudo em suas águas profundas; o Estado de Minas Gerais, responsável por 50% da produção de minério de ferro do Brasil, receberá, no ano de 2011, alguma coisa em torno de R$225 milhões, algo absolutamente irrisório para o enfrentamento da degradação ambiental e para a superação das dificuldades econômicas decorrentes do fim da exploração das jazidas.

Certamente, existem diferenças significativas entre esses dois setores econômicos, o de petróleo e o de mineração – e faço questão de realçá-las –, mas nada que justifique uma disparidade tão profunda, Senador Cyro Miranda, Senador Ciro Nogueira, no volume de recursos gerados a título de compensação pela exploração dessas riquezas naturais.

Em razão disso, propõe-se que os *royalties* do minério também incidam sobre o faturamento bruto, com o intuito de corrigir essa injustificada distorção metodológica em relação aos Estados mineradores, bem como evitar infindáveis discussões na esfera administrativa ou judicial a respeito de quais despesas seriam admitidas como dedução para se obter o faturamento líquido.

Outro importante aprimoramento no art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989, refere-se à equiparação expressa, no texto da lei, das operações de consumo, transferência ou utilização de substância mineral à operação de venda de produto mineral, bem assim a definição de que o faturamento bruto do produto mineral que tiver o *status* de *commodity* mineral – e chamo a atenção para esse termo –, ou seja, que tiver cotação no mercado internacional, a base de cálculo não poderá ser inferior ao valor de mercado dessa *commodity*.

Para alcançar esse desiderato, o Ministério de Minas e Energia divulgará, por força da lei projetada, o valor dessa cotação no mercado internacional e, na sua omissão, o setor poderá utilizar a cotação divulgada pelas respectivas Secretarias de Fazenda estaduais, de forma a assegurar que esse valor mínimo seja previamente conhecido pelos contribuintes.

O que nós estamos fazendo aqui é garantir uma fiscalização mais efetiva e que a cotação passe pelo referendo do Ministério de Minas e Energia e, só na omissão deste, das Secretarias de Estado da Fazenda.

No art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, propõem-se novos percentuais de incidência da Cfem para substâncias ou produtos minerais que especifica, tendo em vista os percentuais cobrados a esse título no contexto de uma economia globalizada, em função das disponibilidades mundiais de oferta e procura desses bens naturais.

Outra importante modificação no art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, consiste na redefinição dos percentuais de rateio dos recursos arrecadados entre os entes federados, passando a atual distribuição, Senador Clésio, de 12% para a União, 23% para os Estados e 65% para os Municípios, mantendo os 12% para a União, mas dividindo da seguinte forma: 30% para os Estados e o Distrito Federal e 50% para os Municípios, observadas as mesmas destinações específicas atualmente vigentes para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para o Departamento Nacional de Produção Mineral e para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e 8% para a constituição de um

fundo especial a ser distribuído entre todos os Municípios do Estado arrecadador.

Volto um pouco ao tempo, saudando a presença do ilustre Governador Senador Blairo Maggi, para lembrar que, no período anterior ao da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a maior mineradora brasileira e a segunda maior do mundo, 8% do resultado do lucro líquido da Vale do Rio Doce eram reinvestidos, através do Estado, para a recuperação dessas regiões degradadas. Isso, obviamente, a partir da privatização da Vale, deixou de ocorrer, gerando um ônus a mais para essas regiões.

Portanto, estamos criando um fundo com 8% para a sua constituição, a ser distribuído, aí sim, entre todos os Municípios do Estado.

Com a mudança nos percentuais das alíquotas das substâncias ou produtos minerais, os quais passam a incidir sobre o faturamento bruto, não haverá perda de arrecadação de nenhum ente federativo.

No art. 3º do Projeto de Lei, propunha-se a criação de uma participação especial na exploração dos recursos minerais, a exemplo da já existente sobre exploração do petróleo, porém com formato mais simples e objetivo, visando a facilitar sua apuração e recolhimento.

Tampouco o Senador Flexa e o Senador Clésio pretenderam inventar a roda. Buscaram, sim, corrigir essa distorção, visando a uma isonomia, sempre que possível, com os critérios e a forma de arrecadação já existente quanto à exploração de petróleo no Brasil.

Assim, em vez de complexas regras de incidências e deduções para, ao final, aplicar alíquotas que variam de 10% (dez por cento) a 40% (quarenta por cento), como no caso da participação especial do petróleo e do gás natural, utiliza-se como pressuposto da alta rentabilidade de exploração dos recursos minerais a sua exportação para o exterior, aplicando-se sobre a mesma a base de cálculo da Cfem, alíquotas específicas e inferiores àquelas, de 1% e no máximo 2,5%, para cálculo da participação especial do minério.

Então, efetivamente, estamos estabelecendo a cobrança de uma participação especial para as grandes jazidas, definidas as grandes jazidas como aquelas que têm volume para a exportação.

Com o objetivo de assegurar maior eficiência na fiscalização e cobrança da Cfem e da participação especial do minério, propõe-se atribuir tais competências aos Estados-membros e ao Distrito Federal relativamente às suas quotas-partes e aos Municípios, garantindo-se a esses o repasse imediato das parcelas a que têm direito na arrecadação, tal como funciona hoje em relação ao ICMS e ao IPVA.

Para evitar que o Governo Federal arrecade e depois distribua a seu bel-prazer aos Estados e Municípios as suas quotas-partes, haverá uma fiscalização e arrecadação tripartite, cada ente federado tendo direito ao repasse imediato das suas parcelas como nenhuma novidade, apenas fazendo com essas parcelas aquilo que já fazemos historicamente com o ICMS e com o IPVA.

Preserva-se também a competência do DNPM em relação às parcelas da União, com permissão para a celebração de convênios para a adoção de sistema de fiscalização e cobranças unificado, tal como já funciona perfeitamente hoje em relação aos tributos submetidos ao regime do Simples Nacional de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006.

Para tanto proponho também a alteração do art. 3º da Lei nº 8.876, de 1994, que dispõe sobre o DNPM. Portanto o DNPM poderá fazer convênios com os Estados para que esses possam exercer a função fiscalizadora e arrecadadora.

Por último, acolho no mérito as duas emendas apresentadas pelo ilustre Senador Flexa Ribeiro, o que me leva a incorporá-las ao substitutivo que ora apresento ao PLS nº 1, de 2011.

III – Voto

Assim, sensibilizado pela nobre iniciativa do ilustre Parlamentar e entendendo que essa proposta é extremamente importante para que o tema venha à discussão nas Casas do Congresso Nacional, pedimos o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011, na forma do substitutivo que apresento a seguir.

Passo, portanto, Srª Presidente, à leitura do substitutivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei n° 7.990, de 28 de dezembro de 1989 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento económico, será de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do faturamento bruto resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa de beneficiamento inerente ao processo de extração adotado e antes de sua transformação industrial, observado o seguinte:

I – equipara-se à venda, o consumo, a transferência ou a utilização de substância mineral como insumo no processo industrial, ainda que por outro estabelecimento do mesmo titular dos direitos minerários;

II – no caso de produto mineral que tiver cotação no mercado internacional, a base de cálculo não será inferior ao valor da cotação

vigente no 15° (décimo quinto) dia útil anterior ao da venda, consumo, transferência ou utilização como insumo.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso II deste artigo, o valor da cotação do produto mineral no mercado internacional será divulgado, diariamente, pelo Ministério de Minas e Energia.

§ 5º No caso da não divulgação de que trata o § 4º deste artigo, o índice a ser utilizado poderá ser o divulgado pela respectiva Secretaria Estadual ou Distrital de Fazenda, até o 5º (quinto) dia útil anterior às hipóteses indicadas no inciso II do caput deste artigo. (NR)

Art. 2º O artigo 2º da Lei n°. 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 2º Para efeito do cálculo de compensação financeira de que trata o art. 6º da Lei n° 7.990, de 28 de dezembro de 1989, considera-se faturamento bruto o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral.

§ 1º O percentual da compensação, de acordo com as classes de substâncias ou produtos minerais, será de:

– minério de alumínio, caulim, cobre, ferro, manganês, nióbio e níquel: 5% (cinco por cento);

– potássio e sal-gema: 3% (três por cento);

III – carvão, fertilizante, rochas ornamentais e demais substâncias minerais: 2% (dois por cento);

IV – ouro, pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres: 2% (dois por cento), quando extraído por empresas mineradoras, e 0,2% (dois décimos por cento), quando extraído por garimpeiros individuais, associações ou cooperativas de garimpeiros.(NR)

§2°.....

– 30% (trinta por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

– 50% (cinquenta por cento) para os Municípios;

IV – 8% (oito por cento) para a constituição de um fundo especial a ser distribuído entre todos os Municípios do Estado arrecadador.

Ficam preservados os 12% da União.

Art. 3º Os titulares de direitos minerários ficam obrigados ao pagamento de participação especial sobre o resultado da exploração econômica de substância ou produto mineral, nas seguintes situações:

1 – quando o percentual de produto mineral destinado à exportação, ainda que por intermédio de estabelecimento de terceiro, for superior ao destinado à industrialização no mercado nacional, verificado no segundo trimestre anterior ao do pagamento;

II – quando houver substancial volume de extração ou de rentabilidade, nos termos a serem definidos em decreto do Presidente da República.

§ 1º A base de cálculo da participação especial de que trata o caput deste artigo será a mesma da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, prevista no art. 6º da Lei n° 7.990, de 1989, com a redação dada por esta Lei.

§ 2º A distribuição da participação especial referida no caput deste artigo será feita da seguinte forma:

– 50% (cinquenta por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

– 30% (trinta por cento) para os Municípios;

– 2% {dois por cento) para o Fundo Nacionai de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei n° 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei n° 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral;

– 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama;

– 8% (oito por cento) para constituição de um fundo especial, a ser distribuído entre todos os Municípios do Estado arrecadador.

§ 3º A participação especial de que trata o inciso I deste artigo alcança as seguintes classes de substância ou produto mineral e será apurada mediante aplicação das alíquotas a seguir discriminadas sobre a base de cálculo definida no § 1º deste artigo:

– minério de alumínio, caulim, cobre, ferro, manganês, nióbio e níquel:2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento);

– potássio e sal-gema: 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento);

– carvão, fertilizante, rochas ornamentais e demais substâncias minerais; 1% (um por cento);

IV – ouro, pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres: 1% (um por cento), quando extraído por empresas mineradoras.

E não haverá cobrança quando extraído por associações ou por cooperativas.

§ 4º A extração das substâncias ou produtos minerais indicados no inciso IV do § 3º deste artigo, quando realizada por garimpeiros individuais, associações ou cooperativas de garimpeiros, é isenta do pagamento da participação especial.

Art. 4º Na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos no registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direito de pesquisa e na participação no resultado da sua exploração, bem assim na compensação financeira pelo desenvolvimento dessa atividade em seu território, dos 3 (três) âmbitos de governo, deverão considerar a unicidade do processo, para tanto devem articular as competências próprias com aquelas dos demais membros e buscar, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a sua eficácia e linearidade.

Art. 5º O artigo 3º da Lei n° 8.876, de 2 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

VI – fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento inerente ao processo de extração e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;

IX – exercer fiscalização e baixar normas de forma concorrente, nos temos da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, ou mediante convénios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal sobre a participação no resultado e na arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, relativamente à quota-parte da União.

Art. 6º Relativamente à parcela da compensação financeira pela exploração de recursos minerais e à participação especial de que trata o § 1° do art. 20 da Constituição Federal, que cabe aos entes federados, compete aos Estados e ao Distrito Federal:

I – baixar normas para disciplinar a forma, os prazos e as condições de cumprimento das obrigações dos contribuintes de recolher a contribuição financeira e a participação especial e de prestar as informações necessárias ao controle fiscal da sua arrecadação, bem como instituir penalidades em razão do inadimplemento dessas obrigações e os procedimentos relativos ao contraditório e à ampla defesa;

II – exercer a fiscalização e cobrança da contribuição financeira e da participação especial, podendo realizar vistorias, diligências, autuar infratores, exigir o seu recolhimento e impor as sanções cabíveis, conforme dispuser a legislação estadual ou distrital;

III – inscrever o débito relativo à contribuição financeira e à participação especial e seus acréscimos legais em dívida ativa, bem como promover a sua cobrança judicial.

§ 1º Os Estados creditarão aos Municípios situados em seu território a parcela da contribuição financeira e da participação especial que lhes cabe, observando os mesmos prazos com que promovem os repasses de que trata o art. 158, inciso IV, da Constituição Federal.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio, poderão instituir procedimentos unificados de controle, fiscalização e cobrança da contribuição financeira e da participação especial.

§ 3º Os Estados deverão franquear aos Municípios acesso às informações relativas à fiscalização e cobrança da contribuição financeira e da participação especial cujos fatos geradores ocorrerem em seus territórios, desde que preservado o sigilo fiscal sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apenas para concluir, ilustre Presidente, agradeço a paciência de V. Exª e do Plenário.

Faço apenas uma conclusão, reiterando aquilo que todos sabemos.

Esta é uma matéria extremamente complexa e não é nova para nenhum de nós que estamos aqui. Há um sentimento nacional hoje, não apenas dos Estados, mas também do Governo Federal, de que é absolutamente necessário corrigir essa injustiça, essa desproporção

absurda entre aquilo que recebem Estados e Municípios mineradores em relação aos que têm outro tipo de atividade especial como a do petróleo.

Sabemos todos que essa é uma questão que mexe com interesses dos mais variados. Particularmente, até pela minha trajetória política como Governador do maior Estado minerador do Brasil, tive inúmeras conversas com o Governo Federal, com as empresas mineradoras, em especial com a Vale do Rio Doce. Nós sabemos que há divergências em relação a essa questão. No momento em que apresento esse relatório, antecipo que a informação que tenho é de haverá pedidos de vista, o que considero absolutamente democrático e natural.

Senador Demóstenes e demais Senadores aqui presentes, é uma oportunidade única de enfrentarmos essa questão com a serenidade e com a maturidade com que ela precisa ser enfrentada. É preciso que o Governo Federal e que as empresas mineradoras, em especial, se sentem à mesa e compreendam que não é mais possível assistirmos a lucros crescentes que todos estimulamos e aplaudimos, mas sem que a contrapartida seja a de dar às regiões degradas as condições mínimas para enfrentar as dificuldades quase insolúveis que têm hoje.

A Companhia Vale do Rio Doce – fui daqueles, ao contrário de muitos que aqui estão, que consideraram a privatização dela algo absolutamente acertado –, para orgulho de todos nós, brasileiros, apresentou um resultado de lucro líquido no primeiro semestre deste ano de cerca de 22 bilhões de reais. Podemos antever um lucro duas vezes maior do que esse até o final do ano, apenas nesse exercício, mas não é justo – e nós devemos ter, como representantes da Federação, essa visão –, e aqueles que tiveram possibilidade de visitar, seja no Pará, seja em Goiás, do Senador Cyro Miranda e do Senador Demóstenes, seja na Bahia, do Senador Walter, seja em Mato Grosso, do Senador Moka, essas regiões degradadas compreenderão a importância de estarmos aqui não fazendo vigorar ou fortalecer ou potencializar o antagonismo, mas compreendendo que é hora de termos a serenidade e a sensibilidade necessárias para enfrentarmos essa questão, permitindo que as empresas mineradoras continuem tendo capacidade concorrencial, continuem tendo lucros extremamente fantásticos, distribuindo dividendos para todos seus acionistas, mas sem que as regiões de onde elas tiram esse lucro e que não terão esse minério, esse produto renovado, percam qualidade de vida e se degradem do ponto de vista econômico e social, como vem ocorrendo hoje.

Portanto, com essas considerações finais, solicito aos Srs. Senadores que, se não for possível hoje, como eu gostaria, compreendam que essa não pode ser uma questão que coloque de um lado mineradoras e de outro lado os Estados e os Municípios brasileiros. É importante que todos estejamos juntos para encontrar o equilíbrio, que é sempre o melhor caminho para solucionar questões dessa gravidade.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Aécio Neves.

Em discussão o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, Sr. Relator, Senador Aécio Neves, Vice-Governador do Pará, Dr. Helenilson Pontes, e Srs. Senadores, quero primeiro parabenizar o parecer do Senador Aécio Neves. Ele, no seu parecer, fez melhoramentos e introduziu propostas que vieram enriquecer a idéia inicial, Senador Aécio Neves, da apresentação do projeto que fizemos no dia 2 de fevereiro de 2011.

Esse projeto, Senadora Lúcia Vânia, é o de nº 001, de 2011, do Senado Federal.

O Senador Aécio já aventou a intenção de alguns dos Srs. Senadores solicitarem vista sobre o parecer, para que ele possa ser debatido.

Eu entendo – e ele já disse isso – que é democrática a solicitação do pedido de vista, mas gostaria de fazer aqui um apelo e vou justificar o apelo que faço.

Os dados que o Senador Aécio colocou são por si sós esclarecedores da necessidade que temos de fazer essa revisão urgente do Código de Mineração e em especial na questão da cobrança da Cfem sobre a produção mineral.

Estive, Senador Aécio, com o Ministro Lobão e V. Exª também conversou com ele. No início da legislatura, conversei com o Ministro Lobão sobre o projeto e S. Exª me disse que o Governo Federal estava estudando um novo Código de Mineração que encaminharia ao Congresso. Mas, lamentavelmente, não tinham ainda fechado o texto da proposta e por isso não tinha sido encaminhado. Eu lhe disse que estava com um projeto pronto para apresentar, para que pudéssemos iniciar a discussão, abrir a discussão pelo Congresso Nacional, que é a Casa que deve legislar. E S. Exª disse que sim, que poderia ser feito. Eu o fiz.

Lamentavelmente, os afazeres do Senador Jorge Viana, a quem o projeto foi encaminhado para relatar, não permitiram que ele trouxesse ao plenário da Comissão durante o primeiro semestre deste ano de

2011. Perdemos importantes meses de trabalho para aprofundar a discussão, Senador Aécio Neves.

V. Exª, em boa hora, estabeleceu entendimento como Senador Jorge Viana e com a Presidente Lúcia Vânia. O Senador Jorge Viana retornou o processo à Mesa da Comissão, a qual redistribuiu a V. Exª, que, em tempo recorde, pela competência, inteligência e experiência que já demonstrou ao longo de sua carreira, da sua vida política e executiva no Governo do Estado de Minas Gerais, apresenta um brilhante substitutivo ao projeto de minha autoria.

Temos um projeto semelhante, apresentado pelo Senador Clésio Andrade, que trata do mesmo assunto.

Os dados, como eu disse, que o Senador Aécio já apresentou justificam a necessidade de abrirmos a discussão.

Senador Aécio, tenho aqui alguns dados e é importante que fique claro que nós não somos contra as empresas mineradoras, muito pelo contrário. Da mesma forma que o Senador Aécio, quando Governador de Minas ou como Deputado Federal, defendeu a privatização, entre aspas, da Companhia Vale do Rio Doce, eu estava na época, Senador Aécio, Senadora Lúcia e Vice-Governador Helenilson, como Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, também levantei a bandeira e fui a favor da privatização. Achava eu que, para o Brasil, para os Estados e para os Municípios, a Vale privatizada, que realmente teve um avanço que não teria como estatal, poderia trazer melhoria de qualidade de vida para todos os brasileiros que sofressem o impacto da mineração. Então, eu sou a favor das empresas mineradoras, mas sou a favor, primeiro, dos brasileiros e dos paraenses.

Nós não podemos, Senador Walter Pinheiro, como representantes dos Estados aqui no Senado Federal, aceitar que recursos que deveriam atender à demanda que os Estados e Municípios sofrem com o impacto da mineração no atendimento à saúde, à educação, à segurança, à infraestrutura sejam carreados, Senador Aécio, para os acionistas das companhias, em especial da Vale, que é a maior mineradora do Brasil e a segunda ou terceira mineradora do mundo.

Então, eu tenho dados que são impressionantes por si sós. Com esses dados, Senador Walter, nós não poderíamos mais postergar o início da discussão dessa matéria.

A produção petrolífera de 2009 foi de R$47 bilhões, o dobro da produção mineral, que foi de 24 bilhões, ou seja, o faturamento da produção de petróleo foi o dobro do faturamento da produção mineral.

O Estado brasileiro, os Municípios e os Estados produtores de petróleo receberam, em compensação pelos *royalties* de petróleo, 16,3 bilhões de *royalties* e os Estados mineradores receberam 22 vezes menos, Senador Moka. Vinte e duas vezes menos! Ou seja, do faturamento de petróleo, que é o dobro do mineral, a compensação para os Estados foi 22 vezes menor. O petróleo ofereceu aos Estados e Municípios produtores e à União 16 bilhões, e o setor mineral, em 2009, menos de um bilhão: 0,74 bilhão.

A Companhia Vale do Rio Doce apresentou, como já foi dito pelo Relator – a Companhia Vale, desculpe –, um lucro, no primeiro semestre de 2011, de R$21,5 bilhões.

Nada contra o lucro, nada contra o lucro, mas não é possível que, comparado, como eu disse, com a venda do petróleo... A Petrobras apresentou também um lucro recorde de 21,9 bilhões, praticamente o mesmo lucro da Vale, com o dobro do faturamento, ou seja, há alguma coisa de errado no reino da Dinamarca, e nós precisamos fazer, aqui no Senado Federal, essa correção.

Não podemos, Senador Aécio, V. Exª também e os Senadores, deixar de tomar uma posição com relação ao que ocorre, porque, além do valor mínimo de Cfem sobre os minerais, transferido aos Estados e Municípios, as mineradoras, especificamente a Vale, por ser a maior mineradora, a que atua basicamente, que tem a sua produção estabelecida em Minas e no Pará, ainda usam de artifícios de elisão fiscal – artifícios legais, mas imorais –, para reduzir a transferência dos recursos para os Estados e Municípios.

Como a legislação atual permite e determina que a cobrança da Cfem seja feita sobre o valor líquido da exportação e não sobre o valor bruto, como é no petróleo, a Vale embute no custo de produção despesas que não são aceitas pelos Estados e Municípios e são discutidas no contencioso, Senador Demóstenes Torres. A Justiça está cheia de processos de Estados e Municípios contra a Companhia Vale.

Ainda agora, no fim do governo passado, do Presidente Lula, o Presidente da Vale foi sacado fora pelo Governo Federal porque se negava a transferir aos Estados, aos Municípios e à União R$4 bilhões, valor que estava sendo discutido, de pagamentos a menor dos *royalties.* E até hoje não foi resolvido. Havia duas pendências da Vale: uma de R$4 bilhões a Estados, Municípios e União, de Cfem, e uma de R$5 bilhões, uma questão que estava sendo discutida na Receita do Brasil. Essa a Vale pagou, depositou os R$5 bilhões. Mas Estados e Municípios não tiveram da Vale nenhum sinal de entendimento.

E pior ainda, pior do que isso, Senador Moka, a companhia Vale do Rio Doce, Senador Clésio, exporta, fatura, melhor dizendo, o minério de ferro para uma subsidiária da Vale nas Ilhas Cayman. E, das Ilhas

Cayman, ela fatura o minério de ferro para o consumidor final, a China ou qualquer outro país importador.

O que se faz com isso? É legal? É legal. É legal. Só que a nota fiscal viaja pelas Ilhas Cayman e o minério de ferro vai direto do Porto de Itaqui, do porto lá do Espírito Santo...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – De São João Del Rei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – São João Del Rei vai ter porto sim, quando nós fizermos um canal até lá, Senador Aécio.

E o minério vai direto para China. Com isso, o que a Vale quer? Aumentar o lucro. Está certa a posição do banqueiro que estava à frente da Vale, mas não é possível assistir brasileiros, paraenses, mineiros, brasileiros de uma maneira geral sendo espoliados nos recursos que são transferidos para o bolso dos acionistas, da ordem de 21 bilhões, quando nós temos uma legislação que, se comparada com a legislação dos países mineradores, ainda é aquém do que essas mesmas companhias – porque ela é multinacional hoje – pagam lá fora. Por que pagam lá fora, na Austrália, na África, no Canadá, e não podem pagar no Brasil? Qual é a diferença? É porque no Brasil se pode tudo?

Então, Srs. Senadores, quero fazer um apelo a V. Exªs. Nós não estamos propondo anda demais. O Senador Aécio, na sua competência, dos 21 bilhões, como ele disse, que devem dobrar para 42 bilhões, se mantida a mesma referência de resultado no segundo semestre, a Vale deverá dar um lucro, em 2011, da ordem de R$ 42 bilhões.

O que o parecer do Senador Aécio retira da Vale, desses 42 bilhões – Senador Aécio, eu sei do Pará, não tenho o número de Minas –, deve dar uns dois, não chega a três bilhões de reais dos 42 bilhões. Não vai inviabilizar nada. Não vai inviabilizar nada, muito pelo contrário.

Como eu disse, nós defendemos o incentivo à empresa brasileira, à indústria brasileira. É defesa que todos nós fazemos. Agora, isso tem um limite. Como é uma *commodity* e a *commodity* sofre oscilação de mercado, o que nós estamos vendo é que nós estamos legislando aqui... Melhor, o que está vigendo no País, Senador Demóstenes, é uma cobrança de Cfem quando a *commodity* do minério de ferro custava US$12. Hoje são US$140. Dessa diferença de preço no mercado internacional, tem que voltar alguma coisa para os brasileiros. Não pode ficar só com os acionistas da Vale. É uma questão nossa, é uma obrigação nossa, do Congresso Nacional, atentar para isso. Não inviabiliza a Vale, muito pelo contrário. Apenas traz o justo retorno da participação dos Estados e Municípios mineradores.

Se não bastasse, Senador Aécio, à época do Governo Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil tinha uma balança de exportação deficitária e era preciso incentivar a exportação, o Congresso aprovou a Lei Kandir, que tirou dos Estados exportadores de produtos primários – e aí se entenda Goiás também, Senador Demóstenes, que produz grãos, Mato Grosso, Minas, Pará... Hoje, 21 ou 22 Estados brasileiros deixam de receber da União a compensação pela perda do ICMS na exportação, devido à Lei Kandir. O Pará – vou me ater ao Pará – cobrava uma alíquota diferenciada de ICMS sobre o minério exportado, e deixou de cobrá-la, com a promessa de que a União faria o ressarcimento. No Governo Fernando Henrique, quando foi instituída, essa compensação nunca foi de 100%. Nunca! É bom que se diga isso, porque temos de fazer justiça, mas chegava a algo em torno de 60%. Só que hoje essa compensação não chega a 20%; são 15%.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Se me permite, apenas para ilustrar seu competente depoimento, o devido hoje aos Estados exportadores, se mantido o patamar do Governo Fernando Henrique, seria algo em torno de R$20 bilhões. Os Estados não têm recebido R$3 bilhões, o somatório dos Estados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, é aquele ditado popular: além da queda, o coice. É o que esses Estados e Municípios estão sofrendo. Então, quero pedir a V. Exªs...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Flexa, no ano passado eu presidi a Comissão de Orçamento. O Orçamento vem sem nenhuma previsão para fazer o ressarcimento da Lei Kandir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso mesmo. Quando vem a peça orçamentária, é zero na rubrica. O Congresso Nacional é que tem de lutar e está colocando R$5,2 bilhões há cinco anos. Não altera nada.

Então, quero pedir a V. Exªs que façamos com que o projeto comece a tramitar. Vamos abrir a discussão? Vamos. Vamos fazer audiência pública? Vamos. Aprovei um requerimento na CAE, onde o projeto é terminativo, convidando para uma audiência pública, para começarmos a abrir a discussão. Lamentavelmente, a Vale acha que pode tudo. Ela pode muito, mas não pode tudo. O Brasil é maior do que a Vale. O Pará é maior do que a Vale. Minas é maior do que a Vale. A Vale tem de entender isso. E ela se nega a vir à audiência pública. Já foi feito convite para que ela viesse aqui discutir, mas ela não vem. E não virá. Se continuarmos a postergar a discussão, ela não virá.

Então, o apelo que faço aos meus nobres Pares é deixar avançar o projeto e, na Comissão seguinte, na CAE, onde é terminativa, possamos abrir, Senador

Aécio, a discussão. Vamos fazer audiência pública só com um pensamento, Senador Walter Pinheiro. V. Exª conversava comigo antes do início da reunião, questionando algo que tem razão. V. Exª não participa da CAE e participa aqui da Comissão de Infraestrutura.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É comissão temática, não dá para ser assim. Quando um Senador tem um projeto nesta Comissão, desembarca todo mundo aqui e em cinco minutos tem que discutir o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Walter, o que peço a V. Exª é que possamos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Intervenção fora do microfone*.) – Não estou dizendo isso. Fiz a opção...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu sei. V. Exª é um dos mais assíduos e competentes Senadores e V. Exª já deu...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Flexa, se me permite, o que o Senador Walter propõe me parece exatamente o que V. Exª propõe e o que eu proponho: que possamos concluir a discussão e votar. O que queremos evitar é a procrastinação, repetindo aquilo que historicamente vem acontecendo: pelas mais diversas razões, a discussão é permanentemente adiada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu me inscrevo para discutir, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, mantenho o pedido aos meus nobres Pares, para fazer o projeto avançar hoje e realizar a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos.

É bom lembrar – e V. Exª e todos sabem – que, para que isso possa viger a partir de 2012 e corrigir essa situação dos Estados e Municípios mineradores, nós precisamos aprovar o projeto definitivo, que vai à Câmara, ainda este ano, nesta legislatura. Então, precisaríamos, se fosse o caso, chamar as lideranças da Câmara para discutir em conjunto, para evitar a repetição na Câmara dos Deputados. É a proposta e o apelo que faço a V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, de início, dizer, Senador Flexa, que, por exemplo, o processo de transferir para a CAE, para fazer audiência pública... Eu vou pedir vista, a audiência pública pode ser feita aqui e a CAE participar. Quando o projeto chegar à CAE, ela já terá participado da audiência pública conjunta. Portanto, haveria essa etapa.

Segundo aspecto.

Não tive conversas nem com a Vale nem com o Governo nem com mineradores individuais nem com ninguém. E tenho a plena e total compreensão de que é fundamental aprovar um projeto dessa natureza.

Vou dizer até a V. Exª: se a Vale não quiser vir aqui, o problema é dela. Não tenho que me submeter aos caprichos da Vale ou de quem quer que seja em relação a essa matéria, até pelas disparidades. E a primeira disparidade são os aspectos de distribuição da riqueza neste País, Senador Aécio, tanto Minas quanto Pará e Bahia. Esse embate nós travamos. O Senador Aécio era Governador de Minas Gerais e teve, inclusive na minha pessoa, o Estado de S. Exª, apesar de a Bahia receber muito menos recursos da Lei Kandir do que os Estados de V. Exªs. Foi este cidadão que lhes fala, mesmo na base do Governo, Vice-Líder do Governo no orçamento, foi este cidadão que interferiu nas alterações da distribuição dos recursos da Lei Kandir.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Tem meu testemunho, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Portanto, em um processo permanente. E permanentemente fazia discussões com o Secretário de Fazenda de Minas, com o Secretário de Fazenda do Estado do Pará, com o Secretário de Fazenda da Bahia e, de certa forma, em nível permanente de atrito com o Secretário de Tesouro Nacional, meu amigo pessoal, Arnold Augustin, que é mais duro do que jacarandá. O moleque não é fácil.

Mas fizemos esse debate, a partir da identificação principalmente, Senador Aécio, do setor mineral, do que temos de problema nessa área. Por isso o debate não pode ser sobre o que tem a Vale, o que ganha a Vale, o que estabelece do ponto de vista de mineradores, mas do ponto de vista, inclusive, de um tratamento, eu diria, justo para as populações e para as finanças de Municípios e Estados onde temos esse tipo de problema.

Esse é o primeiro aspecto que quero chamar atenção. Isso é importante. Concordo com V. Exª que já passou da hora, que tínhamos que fazer esse tipo de debate. Foi fundamental a atitude adotada por V. Exª, pelo Senador Clésio, de Minas Gerais. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é que, na minha opinião, esse projeto abre um caminho fundamental para uma atitude de regulação desse setor, de acompanhamento, porque, de certa forma, com toda a firmeza, com toda a boa estruturação técnica do DNPM, ele não tem, Senador Demóstenes, nenhum tipo de estrutura legal para agir como se agência reguladora fosse.

Esse debate foi travado, se não me falha a memória, em 2001 ou coisa parecida, não me recordo

agora, até porque fizemos esse debate em conjunto na Câmara. Juntamos todas as comissões da Câmara dos Deputados quando houve uma provável proposta de transformação do DNPM em uma agência reguladora. Dizíamos que era preciso diferenciar as coisas, como tratar com uma agência reguladora. Todo mundo queria uma modelagem igual à da ANA – ou anágua, como chamávamos na época. Eu tinha muita resistência de chamar a ANA de ANA, porque Ana é o nome de minha mulher e minha mulher é muito mais importante do que a Agência de Águas. E anágua porque eu fazia uma gozação – com todo respeito às mulheres, Senadora Lúcia Vânia –, dizendo que a Agência de Águas estava nascendo sem transparência. A anágua é uma peça utilizada pelas mulheres, pelo menos no passado, que tinha duas intenções muito claras. A primeira era de inibir a transparência. A anágua é usada para isso. Então, eu fazia uma crítica, naquele momento, exatamente nesse sentido. O relator foi até o nosso Deputado ex-Prefeito de São Paulo, que depois virou presente. E a outra é do ponto de vista da absorção, porque ela evita que o suor do corpo chegue ao tecido. Então, era a mesma forma do acesso da população ao tipo de água. Por isso eu fiz essa brincadeira.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Seja mais moderno, Walter.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Senador fez curso com o ex-Deputado Clodovil.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vocês precisam entendem que todos os processos da vida se encontram. Essas são explicações oriundas da Física que se aplicam inclusive a uma peça do vestuário. Assim eu aprendi. Inclusive é a forma mais prática de se estudar a Física: utilizando-a na vida e identificando.

A mesma coisa eu estou colocando em relação ao setor mineral. Este é que é um problema central. Nós temos um problema claro. O DNPM age, inclusive, como um órgão fundamental, mas age como um órgão que busca efetivamente trabalhar as questões de outorga ou não, as concessões. E não tem, por força da ausência da legislação, instrumentos capazes para um tipo de atuação que esse setor determina.

Por exemplo, Senador Aécio, aqui no relatório, V. Exª coloca sobejamente bem o dano causado, ambientalmente falando. E, até do ponto de vista social e da incidência sobre a saúde das pessoas, ele é muito maior do que no caso do petróleo. Muito maior!

Ainda que alguém queira citar como exemplo a situação recente do Golfo do México, com a British, é completamente diferente, até porque, no setor do petróleo, avançou-se sobejamente bem em termos de uso de novas tecnologias em águas profundas, em controle de manancial, na relação de controle de vazão, na relação disso com os mananciais, com o meio ambiente. O que é diferente do setor mineral. Nós não temos absolutamente nada. Pelo contrário, nós temos uma devastação brutal nessa área. Essa é uma preocupação central nesse projeto. Então, a distribuição dos *royalties*, nessa proporção muito bem levantada aqui pelo Senador Flexa, estamos falando de R$16 bilhões para 0,7. É uma brutal diferença. E estamos falando de um cenário em que hoje não se processam mais só R$16 bilhões. O dado de hoje aponta para a faixa de quase R$24 bilhões. Portanto, não estamos falando de uma coisa qualquer. Nós estamos disputando uma área que é fundamental.

O terceiro aspecto para o qual quero chamar atenção é o da justeza da distribuição. Por isso eu quero fazer esse debate e chamar o Governo aqui para entendermos isso, porque o governo central, seja ele de qualquer natureza, seja ele de qualquer matriz, tende a ser concentrador, tende a segurar essa que é uma fonte de arrecadação das mais importantes. Então, eu quero discutir esta matéria exatamente para enfrentarmos isso e dizermos: é na ponta que se processam os problemas do setor mineral.

Eu não sei em quantas cidades. Mas, por exemplo, na cidade em que meus pais nasceram, minha mãe nasceu, a cidade de Serrinha e a cidade de Barrocas, hoje desdobrada, onde há uma operação da Vale, nós temos um problema seriíssimo. A cidade de Serrinha não tem a menor condição. Ainda agora perdeu com a criação do Município. Ela não tem a menor condição de tratar dos problemas oriundos da exploração naquela região e, na realidade, é tida como uma das mecas. "Ah! está junto a um polo de exploração." Não é verdade! Em todas as cidades onde temos grandes concentrações, sejam operacionais, sejam de extração, há uma verdadeira degradação. E é degradação social. A ocupação ocorre de forma desenfreada. Você tem inclusive um processo completamente degradado. Todas as questões que envolveram prostituição, pedofilia e outras coisas mais se concentraram em que região do Pará, Senador Flexa Ribeiro?

Portanto, essa não é uma preocupação qualquer, para se tratar só da questão econômica ou da questão financeira, esquecendo a bagaceira, a desgraça social com que essas cidades terminam convivendo a partir do fluxo dessa atividade econômica que por si só já movimenta diversas fatores. É gente de um lugar para o outro, é transferência, o embate para o qual quero chamar atenção. O embate que temos com a China. O Pará deve ter em enxurrada, em Minas também se encontra permanentemente e na Bahia, também: o sujeito vem e faz um tipo de exploração. Eles hoje estão

dominando a linha de encontro entre Minas e Bahia, onde temos grande produção mineral. De repente, dá para fazer uma colônia chinesa. Nada contra os chineses, mas tudo a nosso favor. Não tem nenhum problema. Qualquer empresa chinesa pode entrar no País, mas vamos entrar com essas regras, vamos taxar. Qual é problema disto? Isso tem implicações diretas na nossa indústria.

Por que a nossa indústria não tem podido, Senador Aécio Neves, aproveitar essa base mineral para um processo de industrialização de determinadas etapas no Brasil?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª me permite?

V. Exª está corretíssimo. Eu agrego apenas mais uma informação. Estamos vivendo e presenciando – e o Senador Clésio acompanha isso muito de perto em Minas Gerais – que muitas das principais jazidas do nosso Estado – isso talvez ainda não ocorra no Pará, porque são jazidas mais novas – se exauriram, estão em fase final de exploração. Há uma migração das empresas para regiões onde o minério não é de tão boa qualidade, mas passa a ser comercialmente viável, o que não era lá atrás. Isso significa que a mão-de-obra utilizada na mineração em larga escala nessas regiões em final de processo de exploração, dentro de poucos anos, não será mais utilizada. Essas regiões não terão qualquer condição de criar, de adaptar ou de consolidar outra atividade econômica que possa absorver essa mão-de-obra.

Então, além da degradação ambiental, virá, numa velocidade extraordinária, uma degradação social se não tiverem condições, Estados e Municípios, de construir, ao longo do processo da mineração, um processo de transformação econômica daquela região para outra atividade.

E V. Exª colocou bem. O norte do Estado de Minas Gerais e o sul da Bahia são as maiores regiões-alvo de mineradoras de todas as partes do mundo. E estamos chegando ao ponto – e dou essa informação final porque tive uma conversa há pouco tempo com o Governador Anastasia –, eu que sempre busquei, de alguma forma, adaptar as exigências ambientais aos interesses econômicos do Estado, Senador Demóstenes Torres, de criar dificuldades maiores ainda para a exploração de determinadas jazidas nessas regiões enquanto não houver um novo marco regulatório para o setor, porque não compensa. A nossa responsabilidade enquanto administradores públicos responsáveis pela gestão do Estado de Minas Gerais não nos aconselha a permitir o início de exploração de novas minas com esse marco regulatório que não possibilita que essas regiões, amanhã, sejam recuperadas e essas populações sejam redirecionadas para outra atividade econômica.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ao concluir, Senadora Lúcia Vânia, quero deixar essas ponderações muito bem ladeadas pelas colocações do Senador Aécio Neves, pois visitamos diversas cidades. Eu ando muito naquela região. Senador Aécio Neves, como Deputado Federal, eu fazia muita campanha por ali. Em algumas cidades, temos Bahia de um lado e Minas do outro. Há situações, nos povoados principalmente, em que de um lado da rua é Bahia e de outro é Minas. Trabalhei muito com essas populações, portanto falo isso por experiência própria.

Em algumas cidades da Bahia... A Chapada Diamantina se chama Diamantina não é por acaso. A região de Jacobina, do ouro, viveu exatamente essa experiência que V. Exª relatou. Até retomamos a mina com os canadenses, mas foi um desastre a exploração de ouro na região de Jacobina. Uma multidão de garimpeiros ficou lá. Carnaíba, perto de Pindobaçu e Saúde. Pindobaçu até ficou muito conhecida no Brasil por causa da mulher ketchup. Mas lá tem uma mina enorme e estamos com um grave problema, pois exauriu. Estamos, portanto, com o problema daquelas pessoas que vivem na região. Então é importante isso.

Creio que as alterações feitas por V. Exª só serviram para abrilhantar mais ainda a ideia do Senador Flexa Ribeiro. A própria questão que diz respeito a esse encontro entre a taxação e a exclusão, para que não ocorra essa preocupação do Relator e de V. Exª, trabalhando de maneira que não tenhamos uma bitributação. Portanto, isso mostra que não estamos discutindo o projeto com o intuito de aumentar a carga tributária sobre quem faz do setor mineral sua atividade econômica. Então, não é isso. Mas é importante que aprofundemos o debate. Ainda que o código venha, concordo com a tese de que "enquanto seu lobo não vem" vamos andando na floresta e vamos tocando as coisas.

Gostaria de propor que fizéssemos a audiência pública nesta Comissão, com a participação da CAE, e podemos articular isso com o Senador Delcídio do Amaral para a semana que vem, Senador Flexa Ribeiro. Nós anteciparíamos algumas etapas e faríamos essa discussão aqui tanto dos aspectos que levantamos aqui quanto os aspectos de finanças e tributação, com a participação da CAE. E esse projeto já iria redondo para aquela Comissão, a fim de receber a chancela.

Então, pediria isso a V. Exª. Posso até abrir mão da vista, se V. Exª permitir que façamos esse adiamento para realizar a audiência pública, até porque eu gostaria de fazer várias contribuições no que diz respeito à distribuição e à própria vinculação de apli-

cação de recursos, apresentando-as como emendas a esse projeto. É uma área em que podemos vincular várias coisas. Quando informado que o Senador Aécio Neves iria apresentar, eu imaginei até que alguma das vinculações que eu tinha conversado com o Senador Jorge Viana, principalmente na área ambiental, algumas amarrações do ponto de vista dessas transparências, acredito que poderíamos colocar ou, quem sabe, nessa audiência poderíamos chegar a um nível de entendimento que, talvez na regulação ou coisa parecida, essa vinculação pudesse ser estabelecida pelo Governo

Era isso que tinha a dizer.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Estou absolutamente aberto às sugestões de V. Exª, Senador Walter Pinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Srª Presidente, Senador Aécio Neves, Senador Flexa Ribeiro, Vice-Governador, queria parabenizá-lo, Senador Aécio, porque o projeto do qual V. Exª é Relator melhora e muito o belo projeto do Senador Flexa Ribeiro e enriquece mais ainda o projeto que apresentei na mesma linha.

Mas começaria fazendo uma colocação, pela admiração que tenho pelo Senador Walter Pinheiro – e ele não vai entender isso como uma afronta –, no sentido de fazer a audiência pública em frente a Serra de Itatiaiuçu, na rodovia Fernão Dias, para vermos realmente o que significa, dentro do que ele colocou, para a saúde das pessoas, a exploração do minério em Minas Gerais.

O Governador Sérgio Cabral não deixou de levar um milhão de pessoas para as ruas quando quiseram pegar valores dos *royalties* do Rio de Janeiro. Ele reagiu. E eram águas profundas que estão muito distantes do Rio e não poluem nada. A poluição do petróleo só ocorre quando há a opção da pessoa que compra a gasolina. É a opção da sociedade. Aí começa a poluição.

O minério, Senador Aécio Neves, não tem opção. Na hora de explorar o petróleo é só um buraco que se faz. Em Minas Gerais, estão levando nossas serras embora. Estão acabando com as nossas serras. Acredito que no Pará está acontecendo a mesma coisa. E cada vez que acabam com as nossas serras, estamos convivendo com a fuligem que é das piores e mais tóxicas que existem para o ser humano. Os nossos 80 Municípios mineradores estão sofrendo fortemente com a sua populações adoecendo com problemas fortíssimos de respiração e uma série de outras coisas.

Como pode um Estado continuar convivendo com isso? Minas Gerais vem sendo explorada desde a época do Império. A Inconfidência Mineira não aconteceu à toa. Ela aconteceu exatamente em reação à exploração do minério em Minas Gerais. Isso vem de séculos e séculos. E vai continuar?

Então, Senador, além de parabenizá-lo, vou falar uma coisa importante e gostaria que V. Exª ficasse bem atento para isto: sob a sua liderança, proponho que levemos os mineiros para a rua a fim de mostrarmos o estado das coisas em Minas Gerais. Só assim vamos conseguir resolver não só esse problema, mas outros problemas graves que estão acontecendo no Estado sobre os quais V. Exª tem conhecimento. Só não é pior por causa do governo que V. Exª fez em um momento importante, que recuperou o Estado mineiro e Minas Gerais conseguiu sobreviver. Se dependêssemos da União, nós sabemos o que aconteceria lá.

Dez mil e oitocentos quilômetros de rodovias federais, 16% de todas as rodovias do País em Minas com 6% de investimento. Quer dizer, não é questão só do minério, a questão de infraestrutura de transporte rodoviário em Minas Gerais, mais grave é impossível. Policial rodoviário federal, Governador, somos o 14º lugar em número de policiais por quilômetro de rodovias federais. E aí vai uma série de outras coisas.

Então, acredito que a nossa situação em Minas está chegando a um ponto tal de desinvestimento da União Federal... E falo isso com o maior respeito e admiração que tenho pela Presidente Dilma, que é uma pessoa extraordinária. O Presidente Lula se esforçou para recuperar os investimentos no País, principalmente em Minas Gerais, mas está muito aquém das nossas necessidades.

Então, conclamo aqui, Governador, sua força, sua presença em Minas Gerais e sob a sua liderança eu o acompanharei. Temos que fazer um movimento muito superior a esse que o Sérgio Cabral fez para demonstrar à União e ao Governo Federal, com todo respeito à Presidente Dilma, ao nosso Senador Walter Pinheiro, que admiro muito, o que está acontecendo em Minas, principalmente a gravidade e a importância de se resolver rapidamente essa questão de minério, sob pena de termos que paralisar inclusive o funcionamento das mineradoras em Minas Gerais.

Então, seriam essas as minhas colocações. E faria um apelo ao Senador Walter Pinheiro, para que ele pudesse, no dia de hoje, em homenagem aos nossos mineiros, aos nossos paraenses, não pedir vista para votarmos esse projeto, para ficar discutindo num processo de evolução, e não de paralisação dessa discussão.

Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Quero cumprimentar, permita-me, Presidente, o Senador Clésio, que teve a iniciativa, assim como o Senador Flexa, de trazer esse tema pela sua urgência e dá o

tom adequado da gravidade dessa questão. Quero cumprimentá-lo. V. Exª é parte desse processo, Senador Clésio, e só a união de todos nós, mineiros, paraenses, baianos, goianos, piauienses, como o Senador Ciro, enfim, de todos nós, brasileiros, vamos enfrentar essa questão. Repito, é hora de superarmos os temores que esta Casa sempre teve de contrariar determinados interesses. Todos nós sabemos que estamos tratando essa questão com absoluta responsabilidade. É assim que deve ser tratada. E quero registrar que o papel de V. Exª, Senador Clésio, será determinante também para os passos futuros que juntos daremos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, vejo que o projeto do Senador Flexa Ribeiro, tão brilhantemente relatado pelo Senador Aécio Neves, guarda consonância com os nossos objetivos, qual seja, fazer com que a compensação financeira realmente possa dignificar esse nome, sendo extremamente ampliada para que os Estados e os Municípios produtores que sofram a degradação possam ter essa compensação enorme que hoje é diminuta, irrisória, não nos atende.

Todavia, Srª Presidente, é bom deixar claro que o projeto e o substitutivo apresentados trazem algumas mudanças profundas, especialmente nessa área de compensação. Primeiro, o cálculo, hoje, a base de cálculo para a cobrança da Cfem é em cima do faturamento líquido e passa para o faturamento bruto, excluídos os tributos. Quer dizer, não se pode alegar que há bitributação, mas já há um aumento para o pagamento. Depois aumenta, de acordo com a qualidade, digamos assim, ou a destinação do produto, para até 5% a alíquota, mantendo, em alguns casos, 2%. Cria ainda uma participação especial, a exemplo do petróleo, que também tem a mesma base de cálculo, desde que tenham produções expressivas, essas ressalvas feitas devidamente pelo Senador Aécio Neves.

Então, Srª Presidente, acho que ninguém aqui vai discordar que deve haver realmente esse aumento. Pelo que conheço tanto do propositor quanto do Relator, a ideia maior é evitar o que está acontecendo hoje, quer dizer, a discussão não avança, está paralisada por uma série de coisas, inclusive porque o Governo segura esse projeto há muito tempo. E, segundo consta, como a Presidente é da área, ela mesma está fazendo um pente-fino para mandar, só que esse pente-fino não acaba nunca. Deve ter muito piolho ali, não é verdade?

Na minha opinião, é prudente a análise de cálculo. E não vejo por que não fazer tanto aqui quanto lá.

O Senador Flexa Ribeiro fez o apelo e fez o discurso muito em cima da Vale do Rio Doce. V. Exªs tiveram a oportunidade de conhecer o ex-Presidente e o atual Presidente. Eu não conheço essa turma. E V. Exª quer cobrar R$3 bilhões da Vale? Conte comigo para cobrar R$6 bilhões. Agora, vamos discutir o projeto. Não tenho interesse algum aqui. "Olha, quem pedir vista está a favor da Vale." Então, que negócio é esse? Eu não estou a favor de ninguém não!

Agora, lá no Estado de Goiás, a Vale não existe. Lá tem produção de amianto, tem produção de níquel, tem produção de ouro. Por exemplo, fosfato, que é essencial para a produção agrícola e fertilizantes. Agora, veja lá. No nosso Estado – aqui está o Senador Moka, e estava aqui o Senador Blairo Maggi –, sem fosfato no nosso solo, que é reconhecidamente pobre, mas torna-se rico quando misturado, para onde vai a nossa produção? Então, é preciso ter o fosfato. Com certeza, o fosfato vai aumentar de preço. Aqui é preciso até discutir isso. Aumentando o preço do produto agrícola não vai turbinar a inflação?

Então, espere lá. Eu quero discutir. Vou repetir: não tenho nada contra a Vale, mas também não tenho nada a favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vale quanto pesa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

Por esse projeto, não tenho paixão nenhuma. Na minha opinião, ele não é direcionado à Vale; ele é direcionado a todos aqueles que extraem minério no País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com maior prazer, eu permito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu citei a Vale por ser, como disse, a maior mineradora do Brasil, a terceira ou segunda do mundo e a empresa que está no Pará, entre outras, que está em Minas e que é preponderante na exploração mineral. Esse é o fato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Diante do faturamento, do lucro exposto por V. Exª e pelo Senador Aécio, vou repetir: encontre a fórmula e conte comigo para cobrar não R$3 bilhões, mas R$6 bilhões. Encontre a fórmula que eu estou com V. Exª.

Agora, em relação a isso, quero aderir à manifestação do Senador Walter Pinheiro de que nós temos que discutir essas alíquotas. E acho que vale a pena. Parabenizo novamente o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Aécio Neves com essa finalidade.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para tranquilizar o ilustre Senador Demóstenes – e quem o conhece sabe das nobres razões que regem todas as suas ações nesta Casa, S. Exª, que

é referência nas mais importantes discussões –, não fiz qualquer alteração no que diz respeito ao fosfato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Faz sim. Não faz em relação à alíquota.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas, quando calcula da alteração do líquido para o bruto e quando cria também a participação, faz sim.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não faz em relação à alíquota.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim. Mas aqui está em 2%.

Diz aqui: "Os titulares de direitos de minérios ficam obrigados ao pagamento de participação especial sobre o resultado de exploração [...] nas seguintes situações..."

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não incidirá sobre a produção de fosfato, que é toda consumida no mercado interno, nobre Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tudo bem, mas, de qualquer forma, há um aumento claro aqui em relação ao faturamento líquido. Ou não?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

Como S. Exª não está, pergunto se algum Senador ainda quer discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT –BA) – Eu fiz uma ponderação. Eu estou propondo que a gente faça... Se quiserem fazer até na próxima quarta à tarde, se quiserem acelerar, eu topo. Se quiserem fazer na terça de madrugada, estou à disposição. Assim eu não pediria vista. Agora, se não fizer isso, eu vou pedir vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª e ao Senador Demóstenes que peçam vista coletiva, para a gente ganhar esse passo. Vamos fazer o pedido de vista. E apresentei à Mesa requerimento para que possamos fazer aquela audiência que estava aprovada na CAE em conjunto com a CI. E peço à Presidenta Lúcia – já falei com o Presidente Delcídio, que está aqui ao lado...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/DEM – GO) – Senador Flexa, o senhor tinha apresentado o requerimento lá na CAE?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu estou de acordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos fazer em conjunto na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, concedo vista coletiva e coloco em votação o requerimento.

ITEM 2

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja enviado convite às autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, seja realizada Audiência Pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo.

Ministro de Minas e Energia – Sr. Edson Lobão;

Governador do Estado do Pará – Sr. Simão Jatene;

Governador do Estado de Minas Gerais – Sr. Antonio Anastasia;

Diretor de Planejamento e Arrecadação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – Sr. Marco Antonio Valadares Moreira;

Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) – Sr. Paulo Camillo Vargas Penna;

Diretor Presidente da empresa Vale S.A. – Sr. Murilo Ferreira;

Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB) – Sr. Anderson Costa Cabido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu quero sugerir a inclusão do nome do Governador Marconi Perillo, porque Goiás também é um Estado importante em mineração.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria inserir aí... Não precisa vir o Governador, basta vir o nosso representante da Secretaria de Indústria e Comércio, que trata dessa questão mineral na Bahia. Pode até ser dirigida ao próprio Secretário James Correia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu quero dizer ao Srs. Senadores que já há aqui sete debatedores. Com o Governador Marconi Perillo seriam oito. Acho que, além disso, torna-se impossível fazer uma audiência pública, a não ser que venhamos a fazer, numa outra ocasião, uma segunda audiência. Com esses nomes, daria para termos uma noção. Havendo concordância de que o tema estaria esgotado, pararíamos por ali. Se não faríamos o convite a outras autoridades.

Em votação o requerimento de audiência conjunta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa)*

Aprovado.

ITEM 1

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CI

Nos termos do disposto no artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011, tramite em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2011, de autoria do Senador Clésio Andrade, por versarem sobre o mesmo tema.

O Senador Aécio Neves solicita o apensamento em função de os dois projetos versarem sobre o mesmo assunto.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o requerimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Presidenta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes e, depois, o Senador Flexa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É só o requerimento complementar àquela discussão que tivemos na semana passada sobre energia nuclear, apresentando os nomes para participação na audiência pública que será determinada por V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou conferir as agendas, mas eu pretendia fazer essa audiência pública na quarta-feira, que é o melhor dia, quarta-feira à tarde, a partir das 14 horas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ótima ideia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A nossa do Cfem?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É. Vou combinar com o Senador Delcídio, e vamos fazer na quarta-feira da próxima semana. Vou consultar a agenda dos debatedores e, se tudo estiver bem, ficará para quarta-feira. Se houver alguma alteração, eu comunico a V. Exªs.

Em votação o requerimento.

Aliás, o requerimento já foi aprovado. Só queremos submeter à apreciação os nomes apresentados pelo Senador Demóstenes Torres: Ruy Alberto Corrêa Altafim, Professor Titular...

ITEM 3

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CI

Nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com art. 93, I, do RISF, requeiro que sejam CONVIDADOS para debater o PLS nº 405, de 2011, perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em audiência pública, as autoridades abaixo relacionadas:

• Ruy Alberto Corrêa Altafim, Professor Titular da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) com Pós-Doutorado pelo National Institute of Standards and Technology, US;

• Antônio Muller, Presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento das Atividades Nucleares (Abdan);

• Samuel Fayad Filho, Diretor de Produção de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB);

• Othon Luiz Pinheiro da Silva Presidente da Eletronuclear;

• Edson Kuramoto, Presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben);

• Carlos Frederico Figueiredo, Diretor Comercial da Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A);

• Jaime Wallwitz Cardoso, Presidente da Nuclep;

• Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia;

• Maurício Tiommo Tolmasquim., Presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia;

• Angelo Fernando Padilha , Presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear – vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia);

• Um representante do Ministério do Meio Ambiente a ser apontado posteriormente.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O Item nº 2 foi apensado através de requerimento aprovado nesta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidenta.

Como o pedido de apensamento ainda vai ao Plenário, eu pediria a V. Exª que já considerasse a audiência pública aprovada para a próxima quarta-feira, às 14 horas, como sendo para subsidiar os dois projetos, porque, então, isso já é feito conjuntamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Aceita a sugestão do Senador Flexa Ribeiro.

Senador Moka, quer falar alguma coisa sobre o projeto?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero dizer que concordo. Essa discussão é oportuna.

Em Mato Grosso do Sul, temos um Município que é Corumbá. Eu queria chamar atenção para o fato de que os mais prejudicados são exatamente os Municípios onde ocorre esse tipo de atividade, e o retorno, a participação é a menor possível. Aliás, são sempre os Municípios que ficam com a menor parte de todos os tributos. Então essa discussão é oportuna.

Acho que a audiência pública vem em boa hora, e o Mato Grosso do Sul certamente quer participar, porque nós entendemos que está mais do que na hora de o setor da mineração realmente retribuir mais em função de tudo o que vem alcançando, sobretudo agora, com esse aumento no preço dessas *commodities*. Corumbá é um Município que tem grandes jazidas, mas não só Corumbá – Bodoquena, toda aquela nossa região –, e o retorno disso é muito pequeno.

Era só isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) –

ITEM 3

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009

Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1 – Em 06/07/2011, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresentou parecer favorável ao Projeto.

2– Em 22/09/2011, foi lido o Relatório e concedida vista aos Senadores, nos termos do art. 132, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será enviada ao Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, para dar parecer à emenda de autoria do Senador Walter Pinheiro.

Item 4 da pauta.

Perguntaria ao Senador Walter Pinheiro se poderia ler o relatório como relator *ad hoc*, uma vez que o Senador Valdir Raupp não se encontra e já é a segunda vez que o relatório é submetido à pauta.

Concorda, Senador Walter Pinheiro?

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências".

Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria**:** Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observação: A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa.

A matéria constou da pauta das reuniões do dia 16/06, do dia 04/08 e do dia 22/09 de 2011.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para preferir o relatório como relator *ad hoc*.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, o nobre Senador Valdir Raupp fez análise do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2010, de autoria do nosso ilustre Senador Pedro Simon, que altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências.

E, na análise do Senador Raupp, ele cita o intenso debate sobre as metas brasileiras de redução das emissões de gases de efeito estufa, especialmente para que elas fossem dadas por força da lei, para que se tornassem obrigatórias.

Houve também, por parte do Plenário desta Casa, uma posição na manutenção do texto do Senador Renato Casagrande, que relatou a proposta na Comissão de Assuntos Econômicos. Todavia, como sofreu modificações no Senado, o texto voltou a ser analisado pela Câmara dos Deputados.

Já o Fundo Nacional de Mudanças do Clima, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e destinado a garantir recursos para ações de redução de emissões e iniciativas de adaptação de mudanças climáticas, seguiu do Senado para a sanção presidencial.

Então é importante salientar que a análise feita exatamente pelo Relator Valdir Raupp leva em consideração esse aspecto de matéria também tratada.

Diz ele numa das partes do seu relatório:

Diante disso e em se tratando da destinação de verba pública, entendemos, com o devido respeito ao autor da proposição, ser temerário criar um dispositivo legal que impeça toda e qualquer possibilidade de alteração dos recursos orçamentários, mesmo em se cuidando de uma causa tão nobre como o combate à mudança climática.

Ainda com relação ao art. 1º do PLS nº 164, pretende-se alterar também o art. 4º da Lei nº 12.187/2009, incluindo o inciso IX ao aludido dispositivo, com a inserção de estímulo à pesquisa e a utilização de tecnologias limpas, bem como a substituição gradativa dos combustíveis fósseis por outras fontes de energia.

Do mesmo modo que o item anterior, tal artigo foi alvo de veto Presidencial, ao argumento, em síntese, de que a atual política energética do país já tem priorizado o uso de fontes de energia renováveis em sua matriz e que seria inadequado abandonar o uso de combustíveis fósseis.

A despeito de ser louvável a inclusão de estímulo às tecnologias limpas, a política energética do país prima pela diversificação em sua matriz, matéria, inclusive, discutida sobejamente ontem por esta Comissão, com a utilização de todas as fontes de energia disponíveis no território nacional de forma eficiente, racional e complementar, de modo a atingir a modicidade tarifária, a segurança energética e a sustentabilidade ambiental.

Nesse aspecto, é preciso ressaltar que o Brasil é um dos países com a matriz energética mais limpa do mundo, com a participação de 45,9% de fontes renováveis, enquanto a média mundial é de apenas 12,9%, pelo que não há se falar, *data venia*, em substituição dos combustíveis fósseis, até mesmo porque não há combustíveis renováveis para a substituição da gama completa dos atuais combustíveis fósseis.

Então, Srª Presidenta, eu fiz questão de ler. Gostaria que nós finalizássemos essa matéria, mas o Senador Raupp faz a justificativa toda técnica a partir exatamente dessa impossibilidade de aproveitamento das sugestões apresentadas pelo Senador Pedro Simon. Em algumas partes já há algo constante de diversas matérias. E conclui o Senador Raupp dizendo o seguinte:

Entendemos, todavia, que suprimir a possibilidade de ser estabelecido o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões estar-se-ia abrindo mão da utilização de um instrumento de mercado como opção complementar disponibilizada na lei, que pode contribuir para que os agentes atinjam as metas de redução de emissões estabelecidas com custos adequados e de modo a não comprometer o necessário desenvolvimento da economia nacional. A propósito, registre-se que em alguns países já existem mercados internos de comercialização de cotas de emissão de gases de efeito estufa, enquanto outros estão estudando a sua utilização.

Portanto, à vista do que foi explicitado, consideramos que o presente projeto de lei, com a devida *venia* ao ilustre autor, deve ser rejeitado em sua totalidade.

Leio agora o voto apresentado pelo relator, Senador Valdir Raupp:

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2010.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relator permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, é pela rejeição do projeto.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 5

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2011

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Lobão Filho

Ele solicita que seja retirado para reexame esse projeto.

A matéria é retirada de pauta e encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para atender ao Ofício nº 1.720, de 2011, do Presidente do Senado Federal, Senador Sarney.

ITEM 6

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2011

Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva apresentada.

A matéria é retirada de pauta e encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para atender ao Ofício do Senado Federal nº 1.720, de 2011, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

O referido ofício informa que o Senador Walter Pinheiro apresentou requerimento para que essa matéria seja apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 7 da pauta.

Decisão não terminativa.

Solicito ao Senador Delcídio do Amaral para relatar como relator *ad hoc.* É um o Ofício "S" nº48, de 2011.

ITEM 7

– Não Terminativo –

OFICIO "S" Nº 48, DE 2011

Encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004 (contratação de parceria públicoprivada), informações relativas ao cumprimento, pela Prefeitura Municipal de Caucaia – (CE), dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei.

Autoria: Prefeitura Municipal de Caucaia – (CE)

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, como relator *ad hoc.*

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, a relatoria é do Senador Inácio Arruda. O relatório aqui apresentado trata do Ofício "S" nº 48, de 2011 (Requerimento s/nº, de 30 de maio de 2011, na origem), do Prefeito Municipal de Caucaia, Estado do Ceará, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o processo de contratação de Parceria Público Privada para a construção do centro administrativo daquele Município.

Este ofício encontra-se em exame nesta Comissão. É uma iniciativa importante, baseada na chamada Lei das PPP, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada no âmbito da administração pública.

O objeto deste relatório trata de proposição para contratação de parceria público-privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, para a construção, operação e manutenção do centro administrativo do Município de Caucaia (CE). Foi informado que os documentos ora submetidos à apreciação desta Casa também foram encaminhados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e que não há outras PPP contratadas pelo Município.

O objetivo do pleito é o pronunciamento desta Casa sobre o cumprimento, pelo governo municipal, dos limites e parâmetros contidos na Lei das PPP.

Conforme a Portaria nº 614, de 21 de agosto de 2006, da STN, a contraprestação básica devida pelo governo municipal configura-se simples despesa de caráter continuado.

Portanto, Srª Presidente, Srs. Senadores, uma vez dito isso e da análise ora apresentada, informamos que o Ofício "S" nº 48 cumpre a exigência de informar a esta Casa acerca da contratação pelo Município de Caucaia da PPP para construção, operação e manutenção de um centro administrativo municipal.

Cabe frisar que o demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro da PPP indica que o comprometimento da RCL não ultrapassará o limite de 3%, conforme determina a Lei das PPP. Conseqüentemente, em relação ao que dispõe a Lei das PPP, o Município de Caucaia (CE) permanece habilitado tanto a obter garantias da União para realizar operações de crédito como a receber recursos federais a título de transferências voluntárias.

III – Voto

Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 48, de 2011, e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão para que a Comissão tome conhecimento da matéria e do seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, só para comunicar a V. Exª que terei que me retirar, porque vou à cidade de Uberlândia agora. Discutimos tanto Minas aqui. Vamos fazer a discussão do Orçamento e do PPA na cidade de Uberlândia. Na segunda-feira, estaremos em Campo Grande, na terra dos Senadores Delcídio e Moka, e também na cidade de Goiânia, discutindo o PPA e o Orçamento, nessa maratona que estamos fazendo pelo Brasil, nas onze cidades.

Vou me retirar para viajar e fazer, agora à tarde ainda, em Uberlândia, a audiência do PPA e do Orçamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Walter Pinheiro. Boa viagem e sucesso no trabalho.

Vou colocar em votação o acréscimo do nome do Governador do Mato Grosso do Sul na discussão dos minérios, Dr. André Puccinelli.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está incluído o nome do Governador André Puccinelli na discussão dos minerais.

ITEM 8

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública por esta Comissão, a fim de discutir o vencimento das concessões no setor elétrico. Participantes convidados: Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; e Rodrigo Costa da Rocha Loure, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Autoria: Senadores Álvaro Dias e Flexa Ribeiro

Observações:

1 – A Comissão de Serviços de Infraestrutura já aprovou os seguintes requerimentos que tratam sobre esse assunto: RQI nº 27, de 2011 (Aprovado em 19/05); RQI nº 28, de 2011 (Aprovado em 09/06) e RQI nº 34, de 2011 (Aprovado em 06/07), todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

2 – Já foram realizadas duas reuniões (15/06/2011 e 06/07/2011), em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para tratar sobre o referido assunto.

Em discussão o requerimento.*(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 9

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública para tratar da situação das rodovias e ferrovias brasileiras e de suas concessões. Para discutir o tema, requeiro sejam convidados: Bernardo Figueiredo – Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Moacir Servilha Duarte – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; e Rodrigo Vilaça – Presidente Executivo da Associação Brasileira de Transportadores Ferroviários – ANTF e Presidente da Associação Brasileira de Logística.

Autoria: Senadores Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro

Observação:

1 – A Comissão de Serviços de Infraestrutura já aprovou o Requerimento nº 30, de 2011, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Aloysio Nunes, que tratam sobre esse assunto.

Em discussão o requerimento.*(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 10

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Nos termos dos arts. 215 e 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, venho requerer a

realização de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura para ouvir o Ministro de Minas de Energia, Senador Edison Lobão, sobre a renovação das concessões de energia elétrica com vencimento nos próximos anos.

Autoria: Senadores Ricardo Ferraço e Flexa Ribeiro.

Já citei aqui os ofícios que foram aprovados nessa direção. Portanto, coloco este em discussão.*(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Faço coro ao Senador Moka, da nossa terra, o Mato Grosso do Sul, na questão do Código Mineral.

A Comissão de Infraestrutura tem se destacado muito por tratar de assuntos extremamente relevantes para o País. Ontem, tivemos um debate forte sobre a questão do plano decenal, com a presença de associações, do Dr. Tomaskin, do Secretário Altino. Também a questão das concessões, que tem implicações com esse plano decenal até 2020.

Não é fácil, é um plano de mais de um trilhão de investimentos até 2020, ou seja, é um negócio importantíssimo.

E agora estamos discutindo *royalties*, que é uma novela longa do pré-sal e V. Exª tem se empenhado muito na busca de uma solução para o País e para o Estado de V. Exª, como todos estamos fazendo. E agora a discussão da Cfem, a discussão dos *royalties* da mineração.

Faço coro às palavras do Senador Moka, que conhece muito bem a minha cidade, Corumbá. Nós temos reservas minerais importantíssimas, principalmente no que se refere à qualidade do minério de ferro de Corumbá. Nós temos minério de ferro e manganês também, intensamente. Lá na nossa região, a gente anda em estrada de manganês. Portanto, Mato Grosso do Sul tem todo o interesse de participar deste debate, porque nós precisamos beneficiar as pessoas. Essas mineradoras têm que ter compromisso social, ou seja, os Municípios e Estados onde são realizadas essas explorações têm que se beneficiar também. Não só as grandes mineradoras têm que ter lucros maravilhosos, extraordinários. Elas não podem deixar um rastro de desigualdade nos Municípios onde atuam, não só sob o ponto de vista econômico e social, mas também, especialmente, sob o ponto de vista ambiental.

Então, pelo que entendi, o Senador Moka pediu que nesta audiência pública agregássemos um representante do Estado de Mato Grosso do Sul, até pela riqueza das nossas reservas. E eu faço coro com o Senador Moka, que já manifestou essa preocupação, porque esse assunto para nós é extremamente relevante, não só sob o ponto de vista da mineração em si, mas também de agregação de valor àquilo que é produzido lá na região.

Nós temos um problema sério de fronteira. Então temos que criar perspectivas para as pessoas que vivem na região de fronteira. E, importante, projetos desse porte trazem um valor agregado associado à infraestrutura ferroviária, rodoviária, de porto, de aeroporto, de hidrovia. Portanto, para nós é estratégica essa discussão. Acho que é muito positiva esta iniciativa do Senador Moka de colocar um representante de Mato Grosso do Sul nesta audiência pública.

Obrigado, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (**LÚCIA VÂNIA.** Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio.

Quero dizer, Senador, que V. Exª tem sido um grande colaborador da Comissão. Temos procurado fazer um trabalho integrado, porque eu não entendo a Comissão de Infrastrutura separada da Comissão de Assuntos Econômicos. E V. Exª, por ser um especialista na área, principalmente de energia, tem colaborado enormemente para que tenhamos sucesso nas audiências públicas aqui promovidas. Portanto, agradeço a V. Exª e agradeço a todos pelo entrosamento que buscamos ter durante a discussão desses diversos temas. Muito obrigada

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia seis de outubro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Presidente em Exercício da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço,**

Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Cyro Miranda, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles. Ficam adiados os itens da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2010**, de autoria do Senador João Durval, que "Altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física." Adiado. **ITEM 2–PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010,** de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo". Adiado. **ITEM 3– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2011,** de autoria da Senadora Marta Suplicy, que "Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2.158 – 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa." Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Srs. Senadores, gostaria de fazer uma consulta a V. Exªs, pois nós ainda não temos número oficial para abrir a Comissão. Então, quero consultá-los: se alguém pretende fazer algum debate, fazer algumas colocações, eu abro a reunião sem que deliberemos, esperando o quórum; caso contrário, eu abro e fecho a reunião, ou a cancelamos, porque já são 9h37min, não temos quórum, faltam quatro assinaturas – faltam três agora. Portanto, não temos como dar início aos trabalhos.

Eu consulto V. Exªs se cancelamos a reunião ou se fazemos algum debate que queremos fazer, para trazer alguma informação. (*Pausa*.)

Eu cancelo esta reunião por falta de quórum, e passamos as matérias para a próxima semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só queria, Presidente, se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Hoje nós estávamos programados para fazer a audiência pública sobre o parecer do Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador, permita-me.

Declaro aberta 45ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Vamos à discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi; Srªs e Srs. Senadores, nós havíamos programado para hoje uma audiência pública para discutirmos um projeto de minha autoria, com a relatoria do Senador Aécio Neves, sobre a reformulação da Cfem – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – um projeto tão bem relatado pelo Senador Aécio Neves. Teríamos aqui o Ministro Edison Lobão, os Governadores Simão Jatene, do Pará; o Governador Anastásia, de Minas; e o Governador Marconi Perillo, de Goiás. Teríamos também o Presidente do Ibram, o Presidente da Vale e o Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil.

Não sei se por falta de interesse do Ibram – e lamento aqui – e da própria Vale de virem até aqui abrir o diálogo com o Senado Federal, tivemos que, ao final da tarde de ontem, numa reunião com a Presidente da CI, Senadora Lúcia Vânia, o Relator da matéria, Senador Aécio Neves, e eu, tomar a iniciativa de transferirmos a audiência para o próximo dia 18, às 14h, com o compromisso do Senador Walter Pinheiro, também presente a essa reunião ontem à tarde... E dizendo ele que – e é fato – a audiência pública tinha sido definida aqui para ter sido feita na quarta-feira, ontem, às 14h, e não quinta, hoje. Ele tem um compromisso, parece-me que em Rondônia, hoje, pela Comissão Mista de Orçamento, de modo que ele também não poderia estar presente.

Então, o Senador Walter Pinheiro assumiu um compromisso conosco de que nós discutiremos o projeto na terça-feira, dia 18, às 14h, e ele entrará na pauta para a discussão e votação no dia 20, quinta-feira seguinte. Então, com isso, nós não teremos solução de continuidade no cronograma que fizemos aqui na semana passada, de tal forma que, ainda agora em outubro, o projeto chegue à CAE, que é a Comissão de mérito em decisão terminativa do projeto.

Só queria informar a todos e pedir o entendimento da Secretaria da Comissão que já possa, junto com a Presidenta... V. Exª tem razão: "Presidente". Só é "presidenta" a do PT, Do PSDB é "Presidente". Então, o Senador Blairo Maggi, se possível, já poderia autorizar a expedição dos convites, e a Secretaria faria os contatos junto aos convidados para que possamos, efetivamente, ter uma audiência proveitosa no próximo dia 18.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Ricardo Ferraço, apenas para complementar aqui.

Senador Flexa Ribeiro, nesse dia 18, terça-feira, às 14h30min, o Senador Roberto Requião convidou todos os presidentes de Comissão para uma reunião a fim de discutir o andamento das comissões da forma como está acontecendo, assim de forma tão prensadas aqui. Então, a Senadora Lúcia Vânia terá de fazer a opção de ficar aqui ou ir à outra Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª já receba um apelo meu no sentido de que, no impedimento da Senadora Lúcia, V. Exª possa presidir a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Estarei aqui, com toda a certeza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pela ordem, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na mesma linha do sempre muito presente Senador Flexa Ribeiro, porque esse tema Cfem é um tema muito importante, e a proposta apresentada pelo Senador Flexa e relatada pelo Senador Aécio Neves é de fato um tema que merece não apenas uma atenção, mas uma priorização por parte da Comissão de Infraestrutura.

Acho que a Comissão de Infraestrutura, de certa forma, está precisando elevar um pouco o tom, porque, na prática, este não é o único assunto que está andando de lado, patinhando: nós estamos também com outro assunto da maior gravidade para o País, que são as concessões elétricas. Grande parte delas estão vencendo nos próximos dois anos, e as indefinições estão chegando a limites muito preocupantes.

Estamos na antessala para recebermos, no Congresso Nacional, o novo Código Nacional de Mineração – estamos aguardando, porque o Congresso, o Senado, enfim, terá o seu espaço para fazer esse debate – e penso que esses são temas absolutamente relevantes para o País, são temas de uma agenda quase que obrigatória para a Comissão de Infraestrutura.

Então, talvez nós tenhamos mesmo que pensar numa estratégia, porque essa audiência pública foi desejada, foi marcada, foi planejada. O assunto é um assunto estratégico para o País, e, lamentavelmente, numa quinta-feira, um dia normal de trabalho, nós estamos aqui, a audiência pública foi desmarcada por falta de quórum, não de senadores, mas de uma desarticulação em torno das autoridades que viriam aqui para que pudéssemos debater esse assunto. Está me parecendo que a Comissão de Infraestrutura talvez tenha que reunir seus membros para uma reunião interna, para uma reflexão, porque está me parecendo que esta importante Comissão do Senado está perdendo prestígio, e, ao perder prestígio a Comissão, perdem prestígio os seus integrantes, os seus representantes.

Assim, faço coro aqui à manifestação do Senador Flexa Ribeiro na direção de que possamos refletir, para ver de que maneira vamos mudar o andamento dos trabalhos na Comissão e desses temas que são temas absolutamente intrínsecos aos objetivos da Comissão e que estão ficando meio que numa agenda secundária.

O assunto prorrogação das concessões elétricas é explosivo. Nós já tentamos debatê-lo aqui na Comissão e não conseguimos. Não conseguimos uma opinião ou um posicionamento formal por parte do Governo Federal, do Poder Executivo. E se faz necessário – volto a repetir a frase – que esta Comissão suba o tom, para que possamos redimensionar a importância desta Comissão como ambiente de formulação, de debate, de construção e visão crítica de temas que são absolutamente relevantes para a infraestrutura do nosso País.

É a manifestação que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço ao Senador Ferraço.

Só para deixar registrado: as autoridades que foram convidadas encaminharam a esta Comissão suas justificativas por não estarem presentes a esta Comissão. No caso do dia 4, tivemos aqui a comunicação do Paulo Camillo Vargas Penna. Depois, no dia 4, tivemos a confirmação da não presença do Ministro de Minas e Energia. E chegou hoje, dia 6, a do Governador Marconi Perillo, dizendo também que não poderia vir. E o Presidente da Vale também fez a sua justificativa no dia 3 de outubro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Blairo Maggi. PR – MT) – Só um minutinho.

Mas eu concordo plenamente com V. Exª. Não só nesta Comissão, em outras várias outras Comissões da Casa nós temos tido esse tipo de problema.

As pessoas têm confirmado a presença e depois não comparecem, e ficamos prejudicados.

Há um desinteresse por parte daqueles que são convidados para vir aqui debater temas tão importantes como este que V. Exª colocou e outros que estão na pauta e que precisamos discutir. E as Comissões são feitas exatamente para dirimirmos as dúvidas que temos até chegarmos ao plenário e colocarmos para a sociedade o que pensa desses assuntos cada um dos Senadores que fazem parte desta Comissão.

Eu também lamento muito que isso esteja acontecendo. Acho que as reclamações que estão sendo feitas lá no plenário e também nos corredores e nas comissões, por parte dos Senadores e das Senadoras, de que algo precisa ser feito para mudar a dinâmica dessas comissões...

Se você pegar as nossas agendas... Ontem, a minha agenda tinha quase um metro de coisas que estavam acontecendo aqui no Senado. Você acaba indo às comissões e não há gente, porque está todo mundo disperso de um lado e de outro.

Então, V. Exª tem toda razão. Vou pedir aqui à Secretaria da Comissão que, quando fizer os convites – e são feitos com bastante antecedência –, procure fazer a cobrança da presença, a reconfirmação, com mais antecedência, para que não tenhamos esses lamentáveis episódios como o de hoje. É uma audiência tão importante, e não há ninguém para debater aqui.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, V. Exª tem toda razão e, tenha certeza, o apoio de todos os integrantes da Comissão de Infraestrutura.

Eu diria, inclusive, que está havendo por parte de alguns convidados – graças a Deus, não de todos – um desrespeito para com o Senado Federal. E espero em Deus que haja o bom senso da Companhia Vale e do Ibram e que eles venham à audiência marcada para o dia 18. Porque, da forma como está – e vamos deixar claro aqui pela TV Senado –, eles estão querendo fugir do debate com o Senado Federal. Então, se nós marcarmos para o dia 18, o presidente da Vale, que hoje está na Austrália, não sei, vai estar em Moçambique ou em algum lugar; o presidente do Ibram, que hoje teve um compromisso, vai ter outro.

Então, eu quero deixar aqui, Senador Ferraço, pedindo o apoio dos meus pares, que se no dia 18, por qualquer motivo, não confirmarem ou não estiverem aqui, eu vou solicitar, vou requerer que eles sejam convocados, porque, aí, eles não poderão deixar de vir. Quero pedir, quero fazer um apelo à Vale e ao Ibram que compareçam à reunião do dia 18. É a informação que eu queria aqui já antecipar da intenção nossa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – E lembro, Senador Flexa, que o Regulamento não permite que façamos convocação. Mas acho que há outras maneiras de fazermos o convencimento para que eles estejam presentes para fazermos a discussão.

Com a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria dar uma sugestão. Senador Flexa, Senador Blairo, eu gostaria de dar uma sugestão. Eu sei que não teria essa necessidade, mas, no caso de um presidente ou de um governador, não valeria a pena um telefonema? Não só mandar o expediente, mas um telefonema da Presidência da Casa, dizendo "é muito importante a sua vinda". Sabe, fazermos a nossa parte de uma maneira mais política. É muito frio um documento e é muito fácil você despachar naquele documento: "Ah, mas eu não vou poder ir". Agora, um telefonema para esse tipo de autoridade eu acho que causaria um impacto maior e deixaria a pessoa numa situação mais difícil de dizer não ou dar uma justificativa.

Eu sei que o Marconi Perillo está dando hoje uma palestra na Itália, por isso que ele não está aqui. Mas os outros eu não sei. De qualquer maneira, acho que é uma tentativa melhor do que a convocação, que não vai surtir efeito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, na realidade, nós estamos aqui debatendo um requerimento que trata de um projeto de lei acerca da compensação financeira pela exploração de minérios.

Na realidade, Presidente, eu acho que esse projeto – acho não, tenho convicção plena! – envolve o setor, obviamente, e porque envolve deve ser de interesse do setor. E nós estamos convidando, Senador Flexa, V. Exª que apresentou a sugestão, o setor privado, que nem precisaria. É muito mais interesse deles participar do debate do que nosso.

Eu acho o seguinte: convidamos; se não vêm, paciência. Nós queremos ouvir a opinião deles até para que possamos determinar um juízo de valor e votar uma matéria que é importante, que vai trazer reflexos para os Municípios, para os Estados e para o setor produtivo. Então, se não há desejo nem vontade, eu sou contra convidar duas vezes. Convidamos uma vez; se querem vir debater, venham. Nós não precisamos tê-los aqui para analisar absolutamente nada. Nós temos o poder de analisar. Eu acho que é até uma deferência ao segmento convidá-los para um debate desse porte. Se eles não vêm, paciência! Paciência! Eu acho que é diferente. Nós não podemos tratar igual governadores. Tenho certeza de que o Governador Marconi Perillo,

se não tivesse outro compromisso, aqui estaria. O setor privado poderia mandar qualquer pessoa, mas não comparece.

Então, eu sou desta opinião: quer vir, venha. Convide uma vez, mas sou contra convidar duas vezes. Sou contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Agradeço à Senadora Vanessa.

E só a título do que V. Exª está falando, ontem, eu fui a uma audiência na ANTT, junto com os transportadores lá de Mato Grosso, principalmente o pessoal de Rondonópolis, que transporta cargas a granel, e eles vieram fazer uma reclamação, porque a ANTT regulamentou uma lei que passou aqui no Senado que extingue a carta-frete e cria um cartão, para que todas as transações de frete sejam feitas agora por meio eletrônico. Então, acaba aquela operação de o cidadão chegar com um caminhão a um posto, pegar parte do dinheiro e depois receber no final. É tudo por meio eletrônico. E a reclamação deles era de procedimentos.

Mas o que quero justificar aqui é o seguinte: a ANTT cumpriu o que o Congresso mandou fazer. Fizeram a regulamentação e as audiências públicas. Aqueles que têm interesse em discutir não compareceram às audiências públicas. Então, V. Exª está colocando exatamente isto: quem tem interesse na iniciativa privada que preste atenção ao que está acontecendo no Congresso Nacional e venha para as audiências públicas. Aqueles que são convidados venham debater, porque, quando convidamos alguém, achamos que estamos convidando alguém que represente aquele meio e que possa trazer sugestões e alertas de algumas coisas que estão sendo feitas aqui que poderão gerar muitos problemas no dia a dia de cada um. Então, fica aqui o alerta de que as Comissões aqui funcionam para trazer subsídios, conhecimentos, para que nós, Senadores, possamos votar da melhor maneira possível, sem complicar muito a vida do cidadão aí fora.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nessa mesma direção que o Presidente em exercício Senador Blairo Maggi se posiciona e na linha do que fez aqui a Senadora Vanessa Grazziotin, se estamos aqui com um tema tão relevante e esse tema não despertou interesse, por que não colocarmos em debate e votação o parecer do Senador Aécio Neves? O que nos impede de levar adiante essa votação?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Nada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Nada. Podemos fazer, porque há um problema em que nós, Senadores, precisamos pensar: só seremos respeitados se nos respeitarmos, se fizermos valer as nossas prerrogativas e o nosso exercício político. Nós não temos qualquer obrigação de fazê-lo, mas o fazemos porque este é o ambiente democrático, importante, para que nós possamos firmar o nosso valor de juízo em relação aos argumentos, aos pontos e contrapontos. Então, não temos nenhuma necessidade de ficar procrastinando um assunto que eventualmente possa estar amadurecido entre os Senadores, como é o caso do parecer do Senador Aécio Neves, que propõe ampliar de 3% do lucro para 5% do faturamento, no caso da Cfem, o que daria um grande suporte às várias centenas de municípios brasileiros que extraem minérios e que precisam de recursos, evidentemente, e investimentos para recuperar os diversos danos e impactos ambientais no campo da infraestrutura, e assim por diante. Então, eu acho que estamos aqui diante da necessidade de revermos os nossos posicionamentos.

Agora, isso também não impede, como disse aqui o Senador Cyro Miranda, de eventualmente revermos o nosso procedimento. De repente, em lugar de um ofício, um telefonema, uma gentileza, uma delicadeza. Isso faz bem em toda circunstância. O que não pode é uma Comissão importante como esta ficar desprestigiada como está parecendo. Nós precisamos reagir, no bom sentido da palavra, mas no sentido de fazer valer as prerrogativas e a importância desta Comissão no debate dos mais relevantes temas do País.

Aqui foi debatida, por exemplo, a construção do trem de alta velocidade. Depois que debatemos aqui, por três ou quatro vezes, o Ministério Público, a Justiça, já prorrogou, já retardou, já adiou. E qual é o trabalho, a intervenção, o monitoramento que nós estamos fazendo para um acompanhamento dia a dia desses importantes e estratégicos assuntos? Talvez tenhamos que pensar um pouco também no procedimento, no funcionamento, para que nós possamos, no bom sentido da palavra – vou repetir pela terceira vez –, elevar o tom, porque só é respeitado quem se respeita. E nós precisamos fazer valer as nossas prerrogativas, que foram conferidas pela população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Concordo plenamente com V. Exª, como disse antes.

Eu já passarei a palavra ao Senador Delcídio do Amaral e, depois, à Senadora Lúcia Vânia.

Aqueles que têm interesse nas matérias que estão sendo votadas aqui, se não se manifestarem, se não vierem aqui defender seus pontos de vista, o que vai valer é o ponto de vista do autor da matéria e o voto daqueles Senadores que estão nas Comissões. Eu concordo plenamente com V. Exª. A Senadora Lúcia Vânia, que é nossa Presidente, chega à reunião. Mas eu concordo, como Vice-Presidente, em seguir a

pauta. Não compareceram para se defender ou para trazer sugestões, vamos votar. Você vai ver que, na hora que mudar aqui a alíquota da Cfem, todo mundo vai correr aqui. Vão querer falar com a presidente da República, com o presidente do Congresso, com a Presidente Lúcia Vânia, mas, enfim, nós temos que fazer a nossa parte.

Todo mundo reclama que o setor político não trabalha, não faz as coisas. Nós estamos aqui e não estamos conseguindo fazer andar algumas matérias porque aqueles que têm interesse... Ou melhor, talvez não tenham nem interesse, ou só tenham interesse de atrapalhar.

Então, vamos seguir com a nossa vida e colocar as matérias em pauta. De minha parte, eu assumo esse compromisso. Agora, a presidente da Comissão é a Senadora Lúcia Vânia, que tem a obrigação de conduzir esta Comissão.

Com a permissão do Senador Delcídio, eu passo a palavra à nossa Presidente, que convido para tomar assento à mesa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – É melhor falar daqui.

Eu gostaria de esclarecer o seguinte: nós fizemos audiências públicas importantes, como foi colocado aqui pelo Senador Ferraço. Nós fizemos duas reuniões importantes sobre renovação de concessões. A Comissão foi convidada já para um embate em São Paulo, no Rio de Janeiro ontem, sobre esse assunto. Todos esses assuntos eu repasso aqui para a Comissão e convido a maioria dos Senadores para estar presente. Infelizmente, grande parte não pode estar.

Em relação a esta audiência pública de hoje, Senador Ferraço, é preciso entender o seguinte: na última reunião, primeiro, por sugestão do Senador Flexa, esta audiência pública não era para ser feita na Comissão de Infraestrutura. Ele apresentou o requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos. Começa por aí. O Senador Walter Pinheiro levantou a questão, dizendo que a questão do mérito teria que ser discutida aqui, que a audiência pública teria que ser feita aqui. Nesse momento, o Senador Flexa colocou que nós poderíamos fazer esta audiência pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, mas sugerindo que isso fosse feito naquela mesma semana, na quarta-feira, ontem.

Eu ponderei a ele, depois de consultar os convidados... Outra coisa importante a ser colocada é que, na lista de convidados, havia quatro governadores, um ministro, um presidente de associação e mais dois ou três dirigentes de órgão. Eu ponderei a ele que o número era excessivo e que, na quarta-feira, para conseguirmos trazer aqui um governador ou um ministro, seria impossível, porque eram quatro dias na agenda desses governadores. No entanto, eu fiz tudo para adiar a audiência pública na quarta-feira. Conversei com ele, depois de saber que o presidente da Vale tinha viajado para Cingapura, que os governadores de Minas Gerais, de Goiás e do Mato Grosso do Sul estavam com viagens programadas para o dia de hoje. Ponderei a ele que seria prudente isso na segunda-feira, numa reunião de bancada; ponderei a ele que seria prudente adiar a Comissão para a próxima semana, porque, na segunda-feira, ainda tínhamos a ideia de que iríamos discutir o pré-sal nesta semana. Eu dizia que o tema era concorrente com o outro e que não seria oportuno fazer a audiência pública durante esse período, em função dessas colocações que fiz aqui.

No entanto, ele não aceitou as ponderações, o que levou a que eu passasse a Comissão para a quinta-feira; em função de a quarta ser um dia de votação muito complicado, eu passei para a quinta-feira. Mesmo, assim eu, pessoalmente, confirmei com o Ministro Lobão. Para as autoridades maiores, quem ligou fui eu. Comuniquei-me com o Ministro Lobão, e ele me disse que estava chegando de viagem, que não tinha se inteirado do assunto e pedia que fosse um pouquinho para frente. Eu achei ponderado, porque ele chegou na véspera da audiência pública.

A mesma coisa eu fiz com os governadores. Com exceção do governador do Pará, que ele ficou de convidar, com todos os outros governadores eu, pessoalmente, fiz o contato.

No entanto, não consegui, de forma alguma, que ele aceitasse, e foi endossado ai, pelo Senador Aécio, que seria bom que se fizesse rápido a audiência. E eu ponderei que iríamos fazer uma audiência que teria pouco resultado, em função de que as autoridades não estariam presentes.

No entanto, ontem, no plenário, ele se sentou junto do Senador Walter Pinheiro, que ponderou com ele que essa audiência pública seria inócua e argumentou que ele próprio, Walter, iria, juntamente com o Senador Delcídio, conversar com o presidente da Vale, para que ele pudesse estar presente. Ele veio até mim e disse: "Eu concordo que seja cancelada a reunião". Isso na quinta-feira, ontem à tarde. Ele ficou extremamente constrangido – eu sinto ele não estar aqui presente para dizer isso –, extremamente constrangido, porque ele provocou toda essa desarticulação, e ele levanta esse tema aqui, e eu sinto que ele não tenha esperado eu chegar para colocar o tema. Mas eu quero dizer que realmente a atuação dele, nesse episódio, foi no sentido de esvaziar a Comissão e no sentido de fazer com que esta Presidência não dê prosseguimento

aos trabalhos. Isso eu coloquei ontem, na bancada do PSDB, e agora reitero isso aqui publicamente.

A reunião foi marcada para o dia 18, e, quanto ao hábito de ligar pessoalmente para as autoridades, eu faço isso em todas as audiências públicas. Todas as audiências públicas que nós tivemos aqui foram extremamente proveitosas. Elas estão hoje registradas num compêndio que já fiz e que vai circular durante a semana aqui para vocês. Eu solicitei muitas vezes... Muitas vezes os parlamentares vêm pedir nova audiência pública de assuntos que já foram aqui debatidos, como, por exemplo, a energia nuclear, e vamos fazer outro debate, trazendo as mesmas pessoas para falarem de assuntos diferentes, mas é uma audiência pública, e nós temos toda uma bibliografia aqui, enorme, sobre esse assunto.

Portanto, eu preciso contar com a compreensão de V. Exªs no sentido de não permitir que essas coisas sejam colocadas dessa forma, porque há um esforço desta Comissão enorme... V. Exª sabe que nós estamos concorrendo com outras comissões. No entanto, eu tenho estado totalmente presente em todas as reuniões; tenho estado em contato permanente com o Ministério de Minas e Energia, com a Casa Civil, com o Governo de maneira geral, no sentido de abrir portas, para que o Governo sinta a necessidade de estar presente aqui; já estive com o secretário da Aviação Civil; já estive com o presidente da Infraero; já estive com o Ministro Lobão; já estive com a Ministra Gleisi; já estive com a Ministra Ideli. Tudo isso para abrir os canais para que haja uma interlocução do Governo com esta Comissão.

No entanto, eu não posso aceitar, de forma alguma, que Senadores venham aqui, Senadores que não frequentam a reunião, venham aqui colocar dessa forma e não contem a verdade que circulou durante a semana inteira. Eu não aceito. Se eu não fosse uma pessoa que não estivesse dedicada à Comissão, eu poderia aceitar isso tranquilamente; mas não vou aceitar isso, porque é um desrespeito à minha pessoa e um desrespeito a esta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A senhora me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – O Senador Delcídio do Amaral já havia pedido pela ordem.

Depois eu lhe passo a palavra, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A Senadora Lúcia Vânia foi bastante enfática na sua fala. Eu quero dizer a V. Exª que essa mesma audiência vinha... E a Senadora Lúcia Vânia tem razão: havia uma insistência grande para que ela fosse feita na Comissão de Assuntos Econômicos. Como eu sei que isso não funciona assim, porque nós não convocamos, em três dias ou quatro dias, quatro governadores, ministro de Estado, o presidente da Vale... Quem é que não sabe aqui que a Vale hoje é um *player* internacional. Quer dizer, o presidente não necessariamente está disponível, esperando que o Senado o convide para falar sobre Cfem. O cara está na Ásia, está Europa, está viajando, está tocando os negócios da companhia.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, exatamente por essas restrições, eu segurei. Aí, o que aconteceu? Esse assunto veio para a Comissão de Infraestrutura e acabou a decisão da Infraestrutura. Como nós já vínhamos cogitando mais à frente, com a Senadora Lúcia Vânia, essa audiência pública, aí a Infraestrutura arrastou a CAE. E nós tínhamos certeza absoluta de que esta audiência de hoje ia dar No que deu. Nem o Governador Anastasia viria. Veja a organização! Ou seja, se nós...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Ele comunicou aqui que tinha um representante.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas os governadores precisavam vir. Nem o Governador Anastasia, até em função do Senador Aécio, que é o relator e uma pessoa dedicada a esse projeto. Não viria...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Concede-me um aparte, Senador Delcídio?

Veja, reclamam que eu não liguei para o governador. Agora, o Senador Aécio ligou veementemente para o governador de Minas Gerais. Ele tinha um compromisso, compromisso agendado há um mês.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, o que eu queria registrar? Senador Blairo, eu acho que... Concordo, no mérito, absolutamente com o Senador Ferraço, com tudo que ele falou aqui. Se nós queremos ser respeitados... Nós estamos aqui e nós temos delegação do povo do nosso Estado que nos elegeu para representá-lo aqui e discutirmos assuntos que são pertinentes ao nosso Estado e ao nosso País. Mas nós temos que ter um mínimo de responsabilidade para organizar audiência pública e entender também os afazeres que essas pessoas têm. Então, isso não é uma coisa de eu chegar aqui, reunir e, daqui a quatro dias, querer fazer uma audiência pública. Essas pessoas têm responsabilidades, têm agendas. V. Exª foi governador, sabe como é o jogo, difícil!

Então, eu acho que uma das razões desta frustração de hoje é que nós pecamos na organização da audiência pública. Nós precisávamos de um tempo maior para coordenar as agendas. Isso é absolutamente natural. Então, não adianta nos precipitarmos, porque aí nós damos com os burros n'água. Eu acho que esse tipo de coisa não pode acontecer. Por mais interesse que determinados assuntos despertem em

um Senador, em uma Senadora, nós temos que nos organizar para que não haja essa frustração.

E outro ponto que eu queria falar, agora na linha do Senador Ricardo Ferraço, é que as audiências públicas, algumas delas previamente organizadas, discutidas, confirmadas, na hora do vamos ver, algumas pessoas importantes – e V. Exª também enfatizou isso – mandam uma carta, um fax, dizendo que surgiu um compromisso, não sei o que lá, ou então o assunto não está suficientemente debatido, e simplesmente não comparecem.

O que eu vejo e me preocupa muito é esse tipo de atitude, é que a vida anda, aqui é uma Casa de leis; nós vamos tocar adiante; nós vamos apresentar projetos sobre vários temas. Ou seja, daqui a pouco, esses assuntos avançam de tal maneira que, por mais que queiramos, nós já vamos partir, o debate já vai acontecer dentro de determinado patamar.

Eu vou dar um pequeno exemplo: concessões, o mutismo é geral. Já existem vários projetos de concessão tramitando dentro do Senado Federal. Na questão dos *royalties* – o Senador Dornelles está aqui presente e acompanha isso de perto –, está começando a se consolidar uma série de posicionamentos equivocados; daqui a pouco, não há retorno mais; daqui a pouco, não há retorno mais, com relação a valores, com relação a ponto de partida de recursos a serem partilhados. Ou seja, se não houver uma atuação forte dos principais atores que estão aqui no Senado, que estão no Governo e que pertencem ao mundo dos negócios, ao mundo empresarial, sem dúvida nenhuma, vários temas vão começar a se complicar perigosamente aqui no Senado.

Nós temos agora o Código de Mineração, Cfem; estudo, ninguém pode falar nada, ninguém pode conversar nada. Já estamos discutindo isso aqui. Concessão, a mesma coisa; *royalties,* estamos partindo para a discussão de algumas premissas absolutamente equivocadas, numa discussão que não tem nenhuma base e que eu não vou repetir, porque já repeti isso umas mil vezes aqui no Senado. Ou seja, o bom senso e o diálogo têm que prevalecer.

Então, eu vejo isso com muita preocupação, viu, Senador Blairo? Temas que são cruciais para o País... "Ah! não posso ir. Ah! eu não vou participar. Ah! eu tenho uma reunião. Ah, eu tenho não sei o quê." A vida anda, e a fila também. Então, quando assustarem, depois não reclamem, porque eu acho que, se há muita gente aí chiando pelos corredores...

Por exemplo, eu agora vi um documento da área mineral, com críticas duras à forma como esse Código Mineral está sendo discutido. Cadê o setor mineral aqui? Pode convidar, eles não aparecem. Que raio de defesa esse pessoal quer fazer? Então, nós vamos começar a legislar em cima, porque não comparecem. Isso é uma desmoralização para nós. Hoje foi equivocado mesmo, como a Senadora Lúcia Vânia disse. Mas, em outras situações, não foi equivocada a operação do Senado e das comissões.

E aí, surpreendentemente, chega na "hora do vamos ver", não aparece. Não pode. Está proibido. É insípida a discussão ainda. Então, meu amigo nós vamos ter, claramente, o sinal verde para fazer esse debate e começar a discutir projetos que estão tramitando aqui. Depois não dá para voltar mais. Depois não adianta reclamar, porque aí já avançou.

Agora, são inacreditáveis determinados comportamentos de pessoas que têm interesse. Os projetos vão ter que tramitar aqui; portanto, quanto mais rápida a discussão, melhor, até para esclarecer os Senadores e Senadoras. E, simplesmente, a resposta é ausência. Eu estou vendo que essas coisas todas estão indo para um caminho extremamente ruim. Depois não reclamem o que vier a ser votado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Obrigado, Senador Delcídio.

Contra a ausência, a nossa resposta é a determinação, é o voto.

Gostaria, antes de passar a palavra à Senadora, de me solidarizar com V. Exª nesse assunto, porque hoje, pela manhã, eu cheguei 9 horas aqui para abrir a reunião, e alguns senadores começaram a chegar para a audiência pública. Eu fui avisado ontem à tarde de que não haveria mais a audiência pública. Alguns senadores que aqui vieram não sabiam que havia sido cancelada essa audiência pública. Então, talvez as assessorias, como a da Comissão aqui, informaram. A da CAE também informou. Mas alguns senadores não sabiam do cancelamento e estavam hoje de manhã para esta reunião. Então, entre nós mesmos, precisamos também nos organizar melhor. Temos que puxar a orelha de cada uma das nossas assessorias, para que elas nos informem exatamente o que as comissões estão informando, senão acabamos criando esse tipo de confusão aqui.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Tomando essa palavra, ontem, quando foi cancelada a reunião, eu tomei a iniciativa de pedir à Assessoria da Comissão que avisasse a todos os senadores.

Em relação ao que foi colocado aqui pelo Senador Delcídio, eu acho que S. Exª está transmitindo aqui as mesmas dificuldades que todas as comissões têm. Nós não temos facilidade, daí por que eu passei a fazer uma visita constante a todos os ministros envolvidos com esta Comissão, colocando exatamente essas di-

ficuldades. Para fazer aquela audiência do trem-bala aqui foi uma dificuldade. Para fazer a audiência da RGR foi uma dificuldade. E essas dificuldades nós estamos procurando quebrar ao longo do tempo.

Mas isto que o Senador Delcídio colocou é comum: nós convidamos as pessoas, e elas alegam que não querem discutir o assunto.

Ontem mesmo eu estive na Casa Civil para levar exatamente essa preocupação externada aqui pelo Senador Delcídio: que determinados temas, quando forem abordados pelo Governo, já não terão mais uma boa vontade desta Casa, porque nós estamos insistindo, estamos convidando, e, muitas vezes, as desculpas não são oportunas, não são convincentes.

Portanto, não é o que aconteceu hoje. Hoje, como foi colocado aqui, foi exatamente por imprudência e desejo mesmo de tumultuar a Comissão.

Eu quero só dizer ao Senador Delcídio que a audiência pública aqui na Comissão de Infraestrutura foi defendida, veementemente, pelo Senador Walter Pinheiro, que, a exemplo de outros Senadores que aqui colocaram, quer o fortalecimento da Comissão. Então, na verdade, tanto o Senador Delcídio quanto eu temos feito as audiências públicas em conjunto, porque os temas são correlatos. E nós temos nos acertado muito bem com isso. Todas as audiências públicas do setor elétrico foram feitas em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, porque há temas que perpassam pela Comissão de Infraestrutura e também pela Comissão de Assuntos Econômicos e, muitas vezes, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. Nós temos procurado fazer essa agregação, mesmo porque a união dessas comissões é fundamental para evitar essa duplicidade de assuntos e de horários que são, muitas vezes, coincidentes.

Portanto, quero dizer que não é fácil conciliarmos tudo isso, porque, além dos problemas internos que nós temos aqui, temos uma dificuldade de sensibilizar os setores para a necessidade desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Consulto se o Senador Dornelles quer fazer alguma uma colocação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o que existe, no meu entender, é que o processo decisório do Poder Executivo está muito lento, principalmente em assuntos de maior importância. E o setor privado se recusa a debater um assunto quase numa posição de medo, sem conhecer a posição do Poder Executivo.

Isso existe em todas as comissões – conversei com o Presidente Delcídio –, e vou dar um exemplo: eu sou relator de um projeto sobre reforma do sistema financeiro do Banco Central. Já pedimos o posicionamento do Governo Federal há alguns meses. O setor privado, por sua vez, não conhecendo a posição do Governo Federal, se recusa a debater. Conversei com o Presidente Delcídio, nós vamos apresentar o relatório e S. Exª vai dar um prazo para votação e durante esse período eles serão obrigados a vir. Do contrário, se eles não vierem trazer a posição do Governo e do setor privado, nós vamos colocar em votação o projeto.

O setor privado aqui está acostumado com o Executivo. Ele não se move, quase numa posição de medo, sem saber o que o Executivo quer. Enquanto isso o problema das concessões, por exemplo, é da maior importância. E estão todos de braços cruzados, como se isso realmente não tivesse que ser examinado com maior profundidade.

O problema desta Comissão existe aqui, Srª Presidente Lúcia, e existe em todas. Na Comissão de Relações Exteriores é a mesma situação. De modo que, para esse problema, no meu entender, temos que selecionar os tópicos, priorizar, tomar as iniciativas e tocar o barco em frente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Eu gostaria de fazer aqui uma consideração. Temos todo um processo de ordenamento jurídico para formulação de leis, aprovação, vetos, etc., mas, para mim, falta – não é essa questão da Comissão aqui –, na prática democrática em nosso País, um item para que possamos fazer as coisas andarem, que é a questão do veto presidencial. Aqui no Senado, no Congresso, não se aprecia veto. Diferentemente do que acontece nas assembleias legislativas, o veto dos governadores, no máximo no exercício seguinte, tem que estar todo ele resolvido. "Sim ou não, não pode ir para frente." Aqui os vetos ficam *ad aeternum*, não se discute. Então, talvez fosse um dos pontos que nós temos que discutir aqui, de fazer com que os vetos sejam aprovados, conforme a Constituição manda. Talvez tenhamos que entrar no Supremo Tribunal Federal para fazer funcionar esse negócio.

Porque, como disse o Senador Dornelles, existe a questão do Banco Central ou do sistema financeiro para fazer. Por que eles não se mexem? Porque sabem que, se nós tocarmos as coisas para frente aqui, se aprovarmos por nosso desejo, o desejo do Congresso, tem a presidente ou o presidente que veta, e morre aqui na Casa e acabou. Nunca mais se mexe.

Então, falta, em todo o ordenamento nosso, um instrumento, que é a última palavra do Congresso. No momento em que nós começarmos a fazer isso, também o Executivo vai se mexer, porque, se ele não se mexer, nós tocaremos o negócio. Então, essa é uma

espécie de submissão do Congresso Nacional para o Executivo, não apreciando os vetos, o que traz toda essa confusão que nós estamos vendo aqui nesta Comissão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Pois não, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª tocou num dos pontos mais importantes no momento. Vamos ver como é que está funcionando a situação legislativa brasileira: o Executivo manda as medidas provisórias, praticamente que impedem qualquer outra matéria no Congresso. O Congresso introduz, muitas vezes, modificações na medida provisória. O Governo veta, e o veto não é apreciado. Então, nós estamos aqui numa ditadura completa legislativa do Poder Executivo. E esse problema do exame dos vetos é fundamental e da maior importância, porque eu acredito que existe até dispositivo constitucional que exige que esses vetos sejam apresentados e colocados em votação.

Mas nós estamos hoje – e V. Exª tocou num ponto fundamental no momento – numa ditadura legislativa. O Executivo impede que qualquer outra matéria que não seja medida provisória seja votada, e qualquer emenda do Congresso é vetada e esse veto não é apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senador Delcídio com a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Só corroborando aqui o que o Senador Dornelles acabou de expressar e que V. Exª também falou, nós estamos numa situação interessante: como o plenário só tem medida provisória, o único lugar que nos resta são as comissões permanentes. Então, se nós não apertarmos o pé no acelerador – e esse disciplinamento também de medidas provisórias é um tema importantíssimo para nós –, nós simplesmente vamos ser carimbadores. E eu me lembro daquela música do Raul Seixas, O Carimbador Maluco. Só estamos carimbando, e com essas distorções que V. Exª colocou.

E o fórum em que podemos fazer o debate efetivo é nas comissões. É daqui que vão sair os projetos que vamos analisar em plenário. E o plenário é importante, é ditadura de líder, porque o que está combinado vota, o que não está combinado não vota. Então, nós estamos numa situação cruel, quer dizer, esses problemas nas comissões, onde efetivamente existe o debate, e, no plenário, medida provisória e ditadura de líder. Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Senadores, fora da pauta aqui, só para conhecimento. Senador Delcídio, só para conhecimento. O secretário trouxe um esclarecimento. Há na Constituição, sim, no § 4º do art. 66: "O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto".

Então, quer dizer, há 30 dias depois do veto para fazermos aquilo que é o nosso papel: derrubar o veto ou não. Depende só de nós. Então, vou assumir como general essa pasta aí.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença.

(Iniciada às 9 horas e36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, CONJUNTA COM A 53ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA ÀS 14H, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala de Reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **Aécio Neves, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, João Ribeiro, José Agripino, José Pimentel, Marinor Brito, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Ferraço, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Dias e Zezé Perrella.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente convida os Senhores palestrantes a tomarem assento à mesa: o Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; o Sr. Alberto Pinto Coelho**,** Governador em exercício do Estado de Minas Gerais; o Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale; o Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão; o Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e o Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB). A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 56/2011– CI e nº 45 e 73/2011 – CAE, todos de ini-

ciativa do Senador Flexa Ribeiro, e 75/2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, para discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo. A Presidente comunica a presença dos Deputados Federais Marcos Montes (DEM-MG), Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Registra-se também a presença do Senhor Danilo de Castro (Secretário de Governo do Estado de Minas Gerais) e Pedro Meneguetti (Secretário em Exercício de Estado da Fazenda de Minas Gerais). A seguir, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Marinor Brito, Mário Couto, Walter Pinheiro, Zezé Perrella, Aécio Neves, Clésio Andrade, Wellington Dias e Cyro Miranda. Os participantes respondem às perguntas. A Presidente registra a presença do Deputado Federal Gabriel Guimarães (PT/MG); o Deputado Estadual Luiz Henrique, do PSDB de Minas Gerais e o Deputado Arnaldo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito e quatro minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a pauta, convido para comporem a Mesa, como convidados desta audiência pública, as seguintes autoridades:

– Exmº Sr. Governador do Estado, Simão Jatene. Solicito ao Senador Flexa Ribeiro, à Senadora Marinor e ao Senador Mário Couto que encaminhem S. Exª à mesa;

– Exmº Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, que será acompanhado pelo Senador Aécio Neves;

– Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale;

– Sr. Claudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, representando o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão;

– Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);

– Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores (Amib).

Agradeço a presença de todos os senhores. Quero dizer que nesta 46ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, trataremos da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), em atendimento aos Requerimentos nºs 56, de 2011-CI, 45 e 73, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e nº 75, de 2011-CAE, de autoria dos Senadores Waldemir Moka e Delcídio do Amaral, a quem cumprimento pela iniciativa.

Senhoras e senhores, estamos diante de uma relevante audiência pública realizada nesta Casa por esta Comissão. Pelo imenso potencial das reservas brasileiras, o setor mineral pode contribuir mais fortemente para o nosso desenvolvimento sustentável. Para isso, é preciso aprofundar o conhecimento e a análise das reservas minerais, enfatizar a gestão social e ambiental e aperfeiçoar o marco regulatório, para tornar mais eficientes e harmoniosos os procedimentos, notadamente os relativos à tributação e ao licenciamento ambiental.

No tocante ao marco regulatório, é necessário modernizar e harmonizar a legislação existente e, em particular, reduzir os conflitos entre as legislações ambiental e minerária. É preciso, também, delimitar com mais clareza as competências das três esferas de governo: União, Estados e Municípios.

O foro adequado para essa discussão é o Congresso Nacional. Cabe-nos, aqui, apreciar e votar projetos de lei que preencham as lacunas existentes. Sabemos que o Poder Executivo deve enviar ao Legislativo, em breve, sua nova proposta de Código de Mineração, além de outras duas importantes iniciativas esperadas: a que cria a agência reguladora para o setor, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e o projeto sobre a cobrança das compensações financeiras pela exploração mineral.

Este último assunto já tem sido objeto de ação parlamentar: estamos analisando, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dois projetos muito significativos – o primeiro, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e o segundo, do Senador Clésio Andrade –, ambos propondo mudanças na Cfem. Seus relatores, presentes aqui ao meu lado, a quem cumprimento com muita alegria, companheiros Senadores Aécio Neves e Eduardo Braga, já se debruçaram sobre o tema e aqui estão para contribuir com os debates.

Esta audiência pública, portanto, é fruto da necessidade de aprimorar a discussão sobre o assunto, que muito repercutirá não somente aos Estados e Mu-

nicípios diretamente beneficiados, mas ao Brasil como um todo. Esperamos, assim, que os debates aqui hoje sejam extremamente produtivos.

Informo aos senhores que, para o melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de dez minutos para cada convidado com tolerância de cinco minutos. Solicito a compreensão dos participantes para o estrito cumprimento do tempo, uma vez que temos Ordem do Dia, com pauta deliberativa, no plenário do Senado a partir das 16 horas. Informo ainda que o Sr. Murilo Ferreira irá ausentar-se desta reunião antes do término, por motivo de viagem já agendada.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da Vale.

V. Sª dispõe de dez minutos com tolerância de mais cinco.

O SR. MURILO FERREIRA – Exmª Srª Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Exmº Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará, Exmº Sr. Governador em exercício Alberto Pinto Coelho, Governador do Estado de Minas Gerais, senhoras e senhores, demais autoridades presentes, é com grande satisfação que vimos participar desta reunião de audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e Assuntos Econômicos do Senado, cujo objetivo é discutir propostas de aperfeiçoamento da legislação em vigor relativa à mineração, de modo especial, a Cfem.

Como sabem os senhores, a mineração é um setor de extrema relevância para o desenvolvimento do País. A contribuição do setor mineral para a formação do superávit da balança comercial, ao longo desses últimos anos, dez anos, da nova década, alcançou a impressionante marca de R$104 bilhões. Porém, a cada notícia que as exportações dos produtos primários crescem, de forma mais acentuada do que as exportações de produtos manufaturados, muitos parecem considerar que se trata de mal-estar econômico.

Na verdade, a parcela mais expressiva do superávit da balança comercial que vem se acumulando desde 2002 está vinculada às exportações dos produtos direta ou indiretamente intensivos em recursos minerais. A entrada da China e da Índia no comércio global, assim como de outros países emergentes, modificou profundamente a estrutura de oferta e demanda de serviços em um número imenso de mercados. É notória a mudança de patamar do consumo de produtos intensivos em recursos minerais.

Gostaria de lembrar que, quando um projeto de mineração é implantado em determinado Município, há a geração de uma série de impactos positivos para a economia local e regional, destacando-se aumento dos níveis de emprego e da massa salarial; desenvolvimento da infraestrutura que servirá tanto ao projeto, quanto aos cidadãos, como estradas, ferrovias e portos; significativa elevação do salário médio real e melhoria de condições gerais de emprego; expansão da base tributada, permitindo a melhoria dos serviços; criação de um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social local e regional; articulação da demanda de mão de obra não só pelo empreendimento, mas também pelos demais projetos catalisadores e pela injeção de recursos.

De modo geral, pode-se observar que esses investimentos contribuem para a formação de um crescimento econômico nos Municípios onde estão localizados. Não se pode, contudo, achar que uma taxa de crescimento muito elevada do produto *per capita* observada em determinado período de implantação e no início de operação dos investimentos vá perdurar por décadas e garantir níveis duradouros de prosperidade para determinada comunidade. Para se projetarem as possibilidades de crescimento econômico dos Municípios, das regiões e dos países, é necessário compreender a natureza dos ciclos econômicos e seus impactos de longo prazo.

Os Municípios brasileiros que forem beneficiados por grandes investimentos em mineração devem estar atentos ao fato de que esses projetos são capazes de gerar expressivos efeitos multiplicadores sobre suas economias, efeitos fiscais na cadeia produtiva, efeitos sobre o mercado de trabalho. Os efeitos multiplicadores serão mais elevados quanto maior for a capacidade empreendedora local para responder à expansão das novas oportunidades e negócios.

O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável, o qual pressupõe a inclusão social com uma vasta gama de oportunidades para as pessoas. É uma tarefa política e institucional de extrema complexidade promover o desenvolvimento sustentável das áreas com baixo grau de desenvolvimento. Há muitos preconceitos quanto à possibilidade de um município com base econômica em atividades de mineração vivenciar um processo de desenvolvimento sustentável. Na verdade, em quase todos os Municípios menos desenvolvidos do País onde está localizado um projeto de mineração, os benefícios socioeconômicos são muito expressivos. O salário médio, na fase de operação plena carga, chega a ser até cinco vezes superior ao que prevalecia até a economia formal. A arrecadação do município tende a se multiplicar por dez. O mercado de trabalho se dinamiza, diversifica-se, e sua infraestrutura econômica e social moderniza-se.

A Vale, preocupada com o futuro dos Municípios mineradores, inclusive para quando chegar a fase de

exaustão de suas atividades, tem procurado estimular a diversificação da base produtiva desses Municípios, através da incorporação de novas atividades não relacionadas diretamente ao negócio mineral, respeitada a vocação regional. Apenas para citar um exemplo, em Itabira, onde nasceu a empresa há quase 70 anos, há, atualmente, para cada emprego na mineração, cinco empregos em outras atividades. Além disso, o município é considerado um dos três melhores de Minas Gerais em qualidade de vida. Durante duas décadas, as lideranças políticas e comunitárias da cidade vêm construindo e implementando, com o apoio da Vale, uma estratégia de diversificação de sua base produtiva. À medida que o tempo passa, tem sido declinante a posição relativa da mineração no conjunto de variáveis econômicas do Município de Itabira, que tende a se tornar um lugar central de prestação de serviços educacionais de qualidade e de medicina especializada no leste de Minas. O longo e penoso período de transformação socioeconômica de Itabira poderá ser encurtado em outros Municípios, através de intensa mobilização social e política endógena, por meio de processos de planejamento participativo.

No Pará, o Município de Parauapebas, onde se localiza a mineração de Carajás, ocupa, hoje, o primeiro lugar no Estado em termos de desenvolvimento socioeconômico, onde se consideram variáveis de emprego, renda, educação e saúde. Posição de destaque que foi também para o PIB *per capita* dos Municípios paraenses, onde se concentram grandes projetos de mineração e energia, como Parauapebas, Tucuruí, Marabá e outros. Este é um fato digno de registro, pois revela a capacidade que a mineração capitalista moderna tem para alavancar o processo de crescimento econômico.

Sabe-se que o processo de desenvolvimento de um país ou de suas regiões depende, de maneira inequívoca, de diferentes fatores, entre os quais se destaca o sistema tributário moderno, flexível, operacional, justo e simplificado. Nesse contexto, todos concordamos que é necessária a simplificação da apuração da base de cálculo do Cfem, a fim de fazer cessar os conflitos entre os dispositivos legais vigentes, com os consequentes embates administrativos desgastantes e inconclusos.

Além disso, acreditamos que a criação da Participação Especial, nos moldes do petróleo para mineração, não se sustenta devido à impossibilidade de se comparar dois setores econômicos tão distintos. A indústria da mineração tem peculiaridades que a tornam bastante sensível ao ambiente externo. As empresas mineradoras atuam em um mercado global de oferta e de demanda globalizadas, enfrentando forte concorrência até mesmo no mercado regional e nacional, onde se localizam as minas.

Ademais, as estruturas do mercado de substâncias minerais apresentam diversas características e propriedades, e suas finalidades são muito diferentes.

Além disso, a comparação entre o petróleo e mineração, para fins tributários e fiscais, é extremamente problemática porquanto:

– No Brasil, o foco dos mercados difere: enquanto a produção petrolífera tem um mercado cativo no próprio País, no Brasil, o minério enfrenta concorrência em escala internacional;

– Inexiste política de incentivo fiscal para o setor mineral. O setor petrolífero tem, por exemplo, o Repetro, Repex e Repenec, e a indústria mineral não possui.

– As infraestruturas têm usos distintos: as do petróleo, como gasoduto, refinaria, não são compartilhados com outros. Na mineração, a logística, como estradas de acesso, ferrovias, portos, atende a outros interesses públicos: a população das comunidades, passageiros e cargas de terceiros;

– A arrecadação do setor de petróleo inclui a tributação por substituição até o consumidor final. No setor mineral não, a tributação ocorre em cada etapa da cadeia, como siderurgia, setor automotivo, linha branca.

– O prazo de exaustão de jazidas é comumente superior ao das reservas de petróleo, sendo, assim, maior o período no qual há pagamento de tributos e *royalties* na mineração. A produção de um campo de petróleo é feita em geral por 27 anos. Na mineração, é comum haver minas com bem mais de 40 anos, e várias delas ultrapassam 100 anos. Poderia citar diversas delas, mas tenho o tempo a observar.

– A recuperação ambiental é geralmente mais complexa e dispendiosa no setor mineral em comparação com o petróleo:

A carga tributária total atual setorial na mineração já é superior quando comparada à de países onde atuam grandes concorrentes das empresas mineradoras que operam no Brasil, gerando impacto sobre a competitividade do mercado internacional.

Vocês podem ver, por exemplo, que a BHP, Rio Tinto, Vedanta, Xstrata, as grandes mineradoras mundiais não estão no Brasil. Por que será? É preciso que se avalie cuidadosamente e de forma diferenciada o impacto da carga de impostos e tributos sobre os valores produzidos pagos pela indústria de minerais metálicos e não metálicos e no setor de recursos energéticos.

É fundamental manter-se uma geração de caixa adequada para garantir a sobrevivência das empresas mineradoras.

Em resumo, caberia ainda nesse passo a indagação: o que ocorrerá se o Brasil impuser um aumento da carga tributária sobre a indústria mineral nacional?

Devido ao caráter e à situação específica da mineração, com certeza, uma carga tributária e custos elevados e crescentes significariam uma vida útil cada vez menor para esses empreendimentos, com efeitos multiplicadores negativos sobre a vida econômica dos Municípios onde se localizam.

Por essas razões, Srª Presidente, Srs. Senadores, temos certeza de que o caminho da construção conjunta de soluções, por meio da cooperação público-privada, gerará melhores e maiores resultados do que a adoção de uma sobrecarga tributária.

Eu gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui, e não pretendemos discutir especificidades técnicas do projeto do Senador Flexa Ribeiro e do substitutivo do Senador Aécio Neves, que, com espírito cívico, procuram propugnar em benefício dos Estados e Municípios mineradores. Entretanto, colocamos à disposição desta Casa os serviços especializados dos nossos técnicos e dos consultores, para, caso seja desejado, possam eventualmente colaborar para encontrar soluções que conciliem os interesses dos Estados e Municípios mineradores com os interesses das trajetórias empresariais progressistas das mineradoras, caminhando juntos para o desenvolvimento sustentável do Brasil e de suas regiões.

É com esse objetivo que devemos todos, empresas e Poder Público, trabalhar.

Muito obrigado! (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Murilo Ferreira e quero agradecer inclusive pela obediência do tempo, que nos ajuda bastante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Claudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª que distribuísse o pronunciamento do Dr. Murilo Ferreira, presidente da Companhia Vale.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Solicito à Comissão que faça essa distribuição.

Concedo a palavra ao Sr. Claudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Agradeço o convite que a Senadora Lúcia Vânia nos fez, ao Ministério de Minas e Energia, para estarmos presentes nesta audiência. O Ministro Edison Lobão teve de cumprir uma agenda no exterior, está na Europa, e solicitou-me que aqui viesse para apresentar alguns pontos quanto a essa questão da eficácia da sistemática da cobrança da Cfem, conforme é o título desta audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Cumprimentos todos os Senadores e todos os presentes.

(Apresentação em datashow.)

Conseguindo isto nesta Casa, que, obviamente, é a Casa da legislação brasileira, das leis brasileiras, de qualquer forma, Senadora, é importante deixar muito explícito, muito claro que estamos tratando desses bens que são da União, que são os recursos minerais. E a própria Constituição prevê a participação ou a compensação financeira pela exploração desses bens da União. Então, estamos tratando de algo que está normatizado de forma muito clara na Constituição.

Há um aspecto que eu gostaria de destacar, Senadora: neste período que nós temos aqui anotado, de dezembro de 2004 a julho de 2011, tivemos um crescimento grande, expressivo da arrecadação dos *royalties* da mineração, da Cfem. Isso tem que ver muito claramente com o aumento dos preços, em particular do ferro, dos bens minerais, mas também eu gostaria de destacar: há todo um processo de modernização muito forte havido no DNPM de 2003 para cá, e ele conseguiu ir cumprindo melhor suas tarefas de órgão gestor, fiscalizador e de cobrança da Cfem.

Eu gostaria de destacar que essa ampliação que temos, de 2004, de R$260 milhões, para R$1 bilhão, que é o que se tem hoje de recolhimento, tem que ver, sim, com o aumento do preço, em particular do ferro – dos minérios em geral, mas, em particular, do ferro, como veremos a seguir –, mas tem que ver também com o processo de modernização do DNPM, que precisa inclusive ser ampliado, ser aumentado, até com a proposta que temos.

Aqui há um aspecto importante referente ao último ponto, de 2010. De 2006 a 2010, considerando essa distribuição da arrecadação da Cfem pelos Estados brasileiros, vamos ter o destaque: como aqui está bem definido, inclusive pela Mesa, com o Governador e o Vice-Governador, o Estado de Minas Gerais, com um maior quantitativo, com R$535 milhões, e o Estado do Pará, com R$315 milhões.

E isso tem muito a ver com essa pequena figura ali embaixo, com o papel e a importância que o ferro tem ao se fazer a discussão da mineração no Brasil. Aí é bom – inclusive, o Dr. Murilo ainda não saiu, ainda está aqui. Mas não é questão de simplesmente se apontar a Vale; é porque realmente a produção de fer-

ro no Brasil tem um papel muito expressivo. E ele é o presidente da maior empresa de ferro do mundo, uma das maiores do Brasil.

Mas há um aspecto que talvez seja importante tanto para os dois Estados mineradores quanto para muitos outros Estados. Há Municípios e Estados que não produzem ferro, mas onde há a Cfem da água mineral, a Cfem da areia, a Cfem do chumbo, a Cfem de vários bens minerais expressivos, a qual, para aquele Município, é muito importante.

Então, na política em geral, na macroeconomia, não tenho dúvida nenhuma, a balança comercial brasileira é o ferro. No ferro é fundamental nós pensarmos. Mas nós temos de pensar também naqueles 30% restantes, quando se discute e se debate a questão dos *royalties* no Brasil.

Próximo, por favor.

Esse é um estudo que foi realizado por um economista mineral do DNPM aposentado, Dr. Felipe Quaresma, em 2009, que serviu como base para o Plano Nacional de Mineração 2030, que nós produzimos no Ministério. Inclusive, eu pedi e não sei se já lhes foi passado: nós trouxemos alguns exemplares para aqui, para todos os Senadores, e está disponível no *site* do MME. Esse estudo, sem fazer uma discussão de conjunturas de cada época – é claro que tem seus diferenciais as conjunturas econômicas e políticas de cada época – expressa, de forma muito evidente, como se deu esse diferencial do imposto único mineral, de 75 a 88, quando se tem uma cobrança de 1,30 por tonelada de minério bruto, e hoje, com a Cfem, o Brasil paga US$0,26 a tonelada do minério bruto, com esse diferencial do ICMS.

É óbvio que qualquer economista, provavelmente, pode fazer uma série de argumentações no sentido de conjunturas diferentes, mas é um lado muito expressivo, nessas questões que nós estamos discutindo para esse bem mineral, que é tão expressivo para a mineração brasileira.

Próximo, por favor.

Aqui é um pequeno quadro de *royalties* no mundo, um pequeno quadro em que tiramos de vários autores vários estudos – inclusive um estudo do *El Nación*, que o Ibram contratou, fazendo um estudo no mundo inteiro, que o Instituto Brasileiro de Mineração do Brasil contratou, um quadro dos *royalties* no mundo inteiro, com alguns destaques.

Por exemplo, na Austrália, está ali o 7,5%, que é para o minério bruto. A Austrália tem uma política para, à medida que você tenha uma agregação, você ter uma redução dos *royalties... (falha na gravação.*) ...o ponto que se quer para uma riqueza que é extraída daquele País, com jazidas que são exauríveis, como o próprio Dr. Murilo aqui explicitou.

Seguindo, por favor.

Aqui há um dado – pode continuar – muito interessante neste quadro. Ele mostra uma variação de preços da principal bolsa de metais não ferrosos – alumínio, zinco, chumbo, cobre – do mundo, que é a Bolsa de Londres, a London Metal Exchange.

E mostra as variações que ocorreram nesse índice da bolsa do LME quanto a mudanças de *royalties* no mundo. Podemos ver perfeitamente que, em 2008 e em 2009, houve uma queda muito grande nos preços, refletindo a crise internacional, uma grande crise de demanda no mundo. Os aumentos de *royalties* de participações especiais pelo mundo não afetaram o mercado dos metais. Houve demanda, houve quem comprasse, e esse mercado se manteve bem. É óbvio que, talvez, um foco, detalhando por semanas ou por mês, possa alterar algo nesse quadro, mas o quadro, no geral, demonstra como o *royalty*, em si, não vai afetar de forma tão forte o preço dos metais ou o mercado dos metais, que está muito relacionado à demanda. Se há quem compra, produz-se.

O próximo *slide*, por favor.

Esses são outros países em que também houve essas mudanças.

Há outros problemas que vemos do ponto de vista da Cfem hoje.

A forma de arrecadação gera incertezas e judicializações. É um problema seriíssimo a quantidade de judicializações em todas as instâncias do Judiciário brasileiro em relação à questão da Cfem. É preciso – e há certo consenso – que haja uma normatização; tanto leis quanto decretos têm de ser corrigidos.

A base de cálculo, muitas vezes, não guarda adesão com uma dinâmica de mercado. Muitas vezes, há variações muito grandes do ponto de vista de preço, e isso, praticamente, não reflete, do ponto de vista da cobrança da Cfem, em particular, em alguns bens minerais, em que o que é medido é o custo de produção, não a receita.

A diferenciação das alíquotas não respeita critérios técnicos ou econômicos. É uma questão séria. O nosso Legislativo, Congresso, Câmara, sem dúvida, terá um papel muito importante nessa discussão dos projetos de lei.

Essa temática, muitas vezes, pune a agregação de valor em território nacional. Falo da forma como o valor é calculado. São valores independentemente da agregação de valor ou não àquele minério. Em muitos outros países, há formas diferentes. No nosso País, como brasileiros, como gestores públicos ou como

congressistas, temos de pensar formas inteligentes de fazer isso.

Não há diferenciação entre projetos comuns e projetos de elevada rentabilidade. Deixo bem claro: não se trata de comparar a petróleo, como o Dr. Murilo levantou aqui. Há especificidades de alguns bens minerais, e é perfeitamente possível pensarmos essas especificidades. Temos de pensar algumas regras gerais, mas também algumas regras que são mais específicas e que estão mais relacionadas a alguns tipos de depósito, de bens minerais, havendo alguns parâmetros para controlar isso.

Reproduzo o título: "A Eficácia da Sistemática da Cobrança da Cfem". Eu diria que a sistemática da cobrança da Cfem, hoje, não é eficaz, no sentido do interesse nacional, no sentido do melhor retorno para Municípios, Estados e União. Nós, do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, cumprimos uma trajetória de debates, de discussões e de muitos estudos, com uma enorme preocupação – eu gostaria de ressaltar, mais uma vez – de não prejudicar a competência das nossas empresas em disputar mercados onde quer que seja. Mas, aqui, deve-se resguardar para o nosso povo uma ampliação dessa riqueza que está sendo extraída. Não queremos interferir e temos a certeza de que não vamos interferir. Nós, do Governo Federal, e o Congresso não vamos afetar a capacidade de nossas empresas de enfrentar os grandes do mundo. Como foi dito, talvez, algumas grandes empresas do mundo não tenham vindo para cá porque não tenham tido oportunidades aqui. Mas as oportunidades ocorrem cada vez mais no solo brasileiro, e é uma legislação transparente, correta, segura, que vai fazer com que mais e mais investimentos se deem no País.

Então, encerrando, gostaria de agradecer em nome do Ministro Edison Lobão e dizer que estamos finalizando esse projeto de lei, que já está na instância da nossa Presidenta, do nosso Ministro, para ser trazido para o Congresso e se somar a todas as iniciativas para termos realmente mudanças que são necessárias para todos nós, brasileiros, sejam as empresas, sejam os prefeitos, sejam os governadores, sejam a população.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Claudio Scliar e passo a palavra ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da mesma forma, eu pediria que já fosse estendido a todos os nossos convidados que, ao final das exposições, ou até mesmo antes delas, fossem distribuídos às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o documento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pode ficar tranquilo V. Exª de que todo material aqui exibido será distribuído aos Srs. Senadores.

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, em nome do Instituto Brasileiro de Mineração, eu gostaria de agradecer à Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo convite formulado ao nosso Instituto. Gostaria de saudar aqui, muito especialmente, os integrantes da Mesa; o meu querido conterrâneo, atuante governador e senador de carreira brilhante na atividade pública brasileira, o Senador Aécio Neves. Gostaria de saudar também especialmente o Governador Jatene; o Prof. Claudio Scliar; meu prezado e querido amigo e governador em exercício de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho; o Prefeito Anderson Cabido, liderança importante na atividade que se integra hoje com a atividade mineral brasileira na busca do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento do nosso País.

Sou o terceiro a me pronunciar hoje e sempre com o problema de falar depois e repetir, muitas vezes, o que já foi coberto. De qualquer maneira, eu gostaria de apresentar uma sucessão de informações para os senhores sobre o panorama mineral brasileiro, mostrando onde a atividade mineral se situa, tanto no mundo, quanto no Brasil, nos próprios Municípios mineradores.

Em primeiro lugar, os riscos da indústria mineral brasileira e o ambiente de negócios. O ambiente de negócios da mineração exige estabilidade macroeconômica, custos fiscal e tributário, segurança jurídica, unidade de informações geológicas, transparência, acesso a financiamento, governança, infraestrutura, mão de obra e um ambiente regulatório estável e não discriminatório.

A atividade tem como risco o fato, por exemplo, de ser uma atividade cíclica – é sempre bom lembrar que a atividade mineradora brasileira teve essa exuberância mineral em períodos bastante distintos na sua história. Momentos como este que vivemos hoje vivemos nos anos 70, nos anos JK, na I Guerra Mundial e nas guerras napoleônicas. São espaçamentos de trinta, vinte anos, e muitas vezes a percepção geral é de que a atividade é sempre muito exuberante, sempre com preços e atratividade muito grande, o que não é a realidade.

O setor é um setor altamente competitivo. Despende grande capital para sua atividade. Não define preço de venda, pois não é cartorializado. E a atividade tem como risco os chamados riscos ambientais e sociais,

além de não ter opções de saída – a atividade mineral sempre será atividade mineral, independentemente do momento econômico em que ela viva.

Este é um quadro que mostra claramente a geografia mineral no mundo. Mostra, de maneira clara e ostensiva, que o Brasil não está só, ou seja, o Brasil não está só na produção de minérios no mundo; ele tem fortíssima competição mundo afora. Talvez este seja o último quadro em que tenhamos a África ainda tão pouco coberta em atividade mineral, mas é um continente de grandes oportunidades, para onde, na busca de resultados mais adequados, muitas empresas do mundo todo estão acorrendo, inclusive empresas brasileiras. Mas o Brasil tem, claro, um papel importante no desenvolvimento não só da atividade mineral, como no desenvolvimento econômico.

Em primeiro lugar, quero lembrar que, em um mercado consumidor de mais de 140 milhões de habitantes, com um PIB superior a US$900 milhões e uma área superior a 300 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, uma área em que há um efetivo potencial de descobertas de novos depósitos minerais, nós só temos Brasil, Rússia, Índia, China e Estados Unidos. Estamos falando de Estados Unidos mais Brics. Lembro, então, que a atividade mineral é uma atividade que tem como grande e talvez uma de suas melhores características sua grande capacidade de se articular com outras atividades econômicas. Ou seja, um projeto mineral nunca pode ser visto de maneira isolada, ele sempre traz consigo atividades econômicas que carreiam desenvolvimento econômico e social para onde se instalam, seja nos Municípios, seja nos Estados onde estão colocados. Isso pode ser visto tanto nos efeitos multiplicadores que a mineração carreia para trás ou também para frente, mostrando efetivamente que o fornecimento de insumo mobiliza uma infraestrutura importante, como também mobiliza atividades econômicas ao longo das diversas cadeias produtivas com as quais a mineração se articula.

Bom, esse é um quadro que mostra efetivamente qual é o papel do Brasil no mercado mundial de minérios. Os senhores conhecem sobejamente nosso papel como exportadores *player global* em nióbio, minério de ferro, manganês, tantalita, grafita, bauxita e rochas ornamentais, mas é importante destacar também nossa grande dependência externa, seja no fosfato, no potássio, no enxofre, em terras raras, em que o Brasil precisa necessariamente avançar, e avançar de uma maneira urgente, para superar inclusive a sangria no seu ativo, nos resultados que os cofres públicos vêm obtendo a partir da mineração.

Além disso, o setor tem uma contribuição importante na formação de mão de obra e também na multiplicação de postos de trabalho. Quer dizer, para cada emprego na mineração, Senador Aécio Neves, são constituídos treze outros em média, ao longo das cadeias produtivas. Mas eu também poderia dizer que para cada emprego perdido na mineração, nós perderíamos treze outros empregos ao longo das cadeias produtivas.

Bom, a evolução da produção mineral brasileira tem sido algo muito percebido no Brasil e no mundo, principalmente no início do século XXI. A partir de 2001, o Brasil sai do valor da produção mineral brasileira de US$7,6 bilhões para US$39 bilhões agora, em 2010. E com as projeções que temos, devemos chegar a US$50 bilhões em 2011. O que significa isso? Significa que há uma combinação no aumento do preço das *commodities* sim, mas significativos aumentos da produção mineral brasileira, que vem fazendo com que tenhamos números tão expressivos.

Próximo.

E aí o papel que a mineração brasileira tem no saldo do comércio brasileiro. Em 2006, a mineração respondia por 14% do saldo da balança comercial; em 2007, respondeu por 25%; em 2008, 53%; em 2009, com a crise, nós reduzimos de 53% para 50%; e em 2010 – pasmem! –, chegamos a 136% do saldo da balança comercial brasileira. Ou seja, geramos caixa para setores que são importadores para setores que precisam da importação de insumos, de máquinas ou de equipamentos para o desenvolvimento do Brasil. Nossa projeção é que tenhamos para 2011 um crescimento significativo, um saldo de US$33 bilhões, o que deve nos levar a cerca de 140% do saldo da balança comercial brasileira.

Próximo.

Esse é um quadro dos produtos exportados, com destaque para o minério de ferro – o Sr. Scliar abordou isso rapidamente –, pois 82% do saldo de nossas exportações da mineração é de ferro, mas há um grande destaque, principalmente para o ouro, para o nióbio, para o cobre, para o silício, que têm um papel significativo na nossa carteira de exportação mineral.

Por outro lado, nós temos também importação de produtos que são importantíssimos para a economia brasileira, com destaque o carvão mineral, o coque siderúrgico, que não tem produção no Brasil, o Brasil só produz carvão energético, e para o cloreto de potássio, que é um dos mais importantes insumos da indústria agrícola, da indústria de fertilizantes do Brasil.

Os nossos investimentos para 2011/2015 serão de US$68,5 bilhões, recorde na história brasileira. É o setor da mineração o setor privado que mais investe no Brasil. Para os senhores terem uma ideia, o setor privado da indústria do petróleo e do gás investe

US$36 milhões. O setor da mineração é quase o dobro da indústria do óleo.

Com a magnitude dessas informações, nós nunca temos uma visão clara do que significa US$68, US$65, US$66 milhões, mas transformamos, materializamos esse investimento em produção, o que mostra que temos, no mínimo, um fator de duas ou três vezes a produção de diversos minérios que o Brasil produz hoje. Ferro, mica, alumínio, bauxita terão um impulso significativo nos próximos anos de 2011 a 2015.

Próximo.

Esses são os principais investimentos do setor mineral por Estado, os mais destacados investimentos que vamos ter nos próximos anos cinco anos, de 2011 a 2015, no Brasil. A liderança hoje é de Minas Gerais, que está alternando essa posição com o Pará à medida em que há lançamento de novos projetos. Hoje Minas responde por 36% desse investimento e o Pará, 35%.

Próximo.

Em função disso, é importante observar que a implementação desse projeto depende de um conjunto de fatores, ou seja, o Brasil tem grande dependência na mão de obra, no processo de licenciamento moroso, burocrático, caro e temos um grande entrave, que é a carga tributária brasileira. O Ibram encomendou uma consultoria internacional, à Ernst & Young, um estudo abrangendo 21 países, em que se analisa imposto de renda, *royalty*, imposto de valor agregado, PIS, Cofins, ICMS para os minérios: bauxita, carvão, caulim, cobre, ferro, fosfato, manganês, níquel, ouro, potássio, rochas ornamentais e zinco.

O primeiro analisado foi o potássio. O Brasil, hoje, importa 92% das suas necessidades de potássio, é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo e é líder mundial em tributação em potássio. O Brasil importa cerca de 45% das suas necessidades de fosfato e ocupa o segundo lugar, levando em conta apenas imposto de renda, *royalty*, imposto de valor agregado em fosfato. Eu não conheço fórmula mais eficiente para não termos uma indústria de fertilizantes eficiente no Brasil do que essa. Ser liderança na importação de 92% das necessidades de potássio, de cerca de 50% de fosfato e na carga tributária é uma fórmula imbatível para que a indústria de fertilizantes efetivamente não se instale no Brasil com os números atuais.

Próximo.

Bauxita. O Brasil tem a segunda posição no mundo em carga tributária. Em terceiro, cobre. Em primeiro lugar,... Em minério de ferro, o Brasil está em terceiro lugar, mas, sem querer parafrasear Claudio Coutinho, até nisso nós somos campeões morais, Senador Flexa. O primeiro lugar é da Venezuela, que tem uma produção de 22 milhões de toneladas de minério de ferro, que é uma produção, eu não diria insignificante, mas muito pequena. O segundo lugar é da China, que não exporta um grama de minério de ferro. Então, até nisso, onde o Brasil seria, sim, terceiro lugar, na verdade, ele se posiciona, no comércio internacional, em primeiro lugar.

É importante observar, e observar sempre, o Prof. Claudio Scliar colocava a questão do *royalty*, que você não pode, nas palavras de Montaigne, olhar a árvore sem olhar a floresta. Você não pode fazer uma análise de *royalty* sem analisar o conjunto dos encargos e, nisso, infelizmente, o Brasil tem se mostrado imbatível.

Próximo.

Níquel em primeiro lugar. Ouro em segundo lugar.

E essa é uma síntese dessa pesquisa que mostra a situação brasileira hoje, levando em conta apenas, repito, imposto de renda, *royalty* e imposto de valor agregado.

Se colocássemos folhas de pagamento, a questão da cumulatividade que impede a utilização de créditos e instrumentos de depreciação, o Brasil certamente estaria liderando toda a carga tributária mineral mundial.

Próximo.

Este é um assunto que o Prof. Scliar já colocou: a estimativa para 2001 é de que tenhamos uma arrecadação recorde de R$1,3 bilhão em Cfem.

Próximo.

Este aqui mostra claramente e efetivamente a contribuição que a mineração traz para o desenvolvimento dos Municípios. Quer dizer, os Municípios mineradores têm sempre o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, acima dos Estados onde estão localizados. E o Índice de Desenvolvimento Humano captura informações sobre renda, educação e longevidade – expectativa de vida. Nesse contexto, a mineração tem um papel fundamental na formação de mão de obra e no desenvolvimento da educação dos Municípios.

Próximo.

E quanto aos pontos divergentes com relação a petróleo e gás, eu não vou cansar os senhores repetindo a manifestação do Presidente da Vale, que mostra que efetivamente o Brasil não pode comparar produtos tão distintos como o petróleo e os demais minerais. E numa atividade que é tão importante para o desenvolvimento do Brasil e que nos coloca hoje efetivamente ameaçados caso tenhamos um significativo aumento dos encargos na atividade mineral brasileira.

Basicamente é isso. Eu quero me colocar à disposição para o debate com os senhores e colocar também o instituto à disposição de todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna.

Concedo a palavra ao Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero saudar a Presidente da Comissão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Presidente da Vale está se retirando ou estará retornando?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, ele se comprometeu estar conosco até às 15h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perguntei a V. Exª se nós poderíamos alterar a ordem para que os Senadores pudessem fazer os questionamentos ao presidente, com a presença dele. Nós poderíamos ter alterado. V. Exª disse que ele ficaria até o final da reunião, após a exposição de todos os convidados. É importante que possamos fazer os questionamentos na presença dele, do Presidente da Vale.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, Senador Flexa. Ele, ao receber o convite, deixou determinado que só poderia estar até as 15h30, porque está de viagem ao exterior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pedi a V. Exª porque eu gostaria de questionar o presidente na presença dele. Ele poderia ter feito a sua palestra e, em seguida, abrir para os Senadores fazerem os seus questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas essa organização foi discutida por todos nós, e será feita dessa forma até o final, Senador Flexa.

Com a palavra o Sr. Anderson Cabido...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero só registrar que vai prejudicar bastante...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente da Associação dos Municípios Mineradores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Se V. Exª me permite, Senadora Lúcia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu gostaria de registrar que a audiência, pelo menos da parte que me diz respeito, vai ficar bastante prejudicada, porque eu tenho uma série de questionamentos para fazer ao Presidente da Vale, mas não vou ter a resposta dele.

Eu vou fazer um novo requerimento solicitando a presença do Presidente da Vale para que ele possa vir até aqui. Acho que vai frustrar todos porque ele seria a peça mais importante, sem demérito aos demais convidados, de responder aos questionamentos, até porque a leitura que ele fez do documento que trouxe, a presença dele seria substituída pela distribuição do documento. A resposta aos questionamentos, sim, seria importante para esclarecer aquilo que nós gostaríamos de ouvir do Presidente sobre as perguntas que faríamos com a sua presença.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª, Senador Flexa, sabe perfeitamente que foi V. Exª que determinou o dia desta audiência pública. Como estava determinado o dia 18, eu estive com o presidente, ele está de viagem marcada, ele me disse isso, que teria a oportunidade de vir até aqui e sair até às 15h30, que é o horário da viagem com que ele havia se comprometido.

Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não participei do momento de articulação desta audiência – o Senador Flexa estava fazendo isso –, mas eu queria deixar aqui o meu protesto, como Senadora eleita pelo Estado do Pará, que considero um Estado que tem bastante prejuízo, sobretudo os prejuízos socioambientais, em função da exploração do minério, que tem deixado sequelas irreparáveis para o povo da minha região, que inclusive vive, neste momento, por conta do abandono, do desrespeito à qualidade de vida, às condições de vida, uma situação até de tentativa de divisão territorial que eu considero uma questão grave para o debate não só da Amazônia, do Pará, mas de todo o Brasil.

É bom refletir sobre isso, e acho lamentável que o Presidente da Vale, que tem responsabilidade e que tem tido muito lucro em solos paraenses, no território paraense, não fique aqui para ser questionado e para ouvir as contraposições ao documento que fez, que deu conhecimento aos Senadores e aos convidados que aqui estão.

Quero deixar o meu repúdio a essa atitude. Eu não tinha conhecimento da forma como estava sendo organizada a audiência – sou integrante da Comissão, mas não necessariamente estava na organização da Mesa – e queria deixar aqui o meu protesto, porque não é de hoje que a Vale do Rio Doce, sobretudo depois que assumiu um papel de protagonismo privativo na minha região, vem deixando sequelas para o povo do Pará.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Marinor, quando a Presidência tem

a flexibilidade de adequar as agendas, nós o fazemos. Quando a agenda é definida, imposta, temos de usar os mecanismos que temos. Foi o que eu fiz. A data de hoje me foi colocada como uma data já predefinida, e eu não tive a oportunidade de ter flexibilidade na agenda para poder trabalhar um dia em que pudéssemos ter perguntas e respostas e a presença do Presidente da Vale.

O que eu posso dizer aos Srs. Senadores é que poderão ser feitas as perguntas, a Secretaria vai coletá-las e encaminhá-las. E ele poderá voltar aqui, naturalmente com outro convite...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu poderia ter feito uma carta para o Presidente da Vale, como Senadora da República, e ele teria me respondido. Não tem cabimento. A audiência é pública exatamente para expor as contradições e para que tenhamos a possibilidade de fazer a contra-argumentação, diante da presença do Governo, dos governadores, inclusive do meu Estado, que está presente aqui.

Eu acho que não é essa a metodologia. Eu acho que a Mesa precisa encontrar outra saída, realizar, se for necessário, em outro momento. Estou aqui não que não tenha outras atividades concomitantes de comissões e inclusive de plenário, que se inicia daqui a pouco, mas pela importância estratégica, política, histórica e cultural que tem a exploração de minérios, que está sob o comando da Vale do Rio Doce na minha região e no meu Estado, em especial.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de responder à Senadora Marinor que eu simplesmente posso "convidar". É uma pessoa que eu não posso "convocar". Eu fiz o convite, estabeleci a agenda predeterminada, e eu não poderia fazer outra coisa que não fosse aquiescer à solicitação dele de poder se ausentar para a viagem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, tenho que lamentar, mas acho que V. Exª terá dificuldade em conseguir que o Presidente da Vale fique em uma reunião como esta até o fim. Isso é histórico, Presidenta.

No Pará, quando eu era Presidente da Assembleia Legislativa, nós o convocamos dezenas de vezes. Nunca foi. Eu pensava, Presidenta, que hoje, pela primeira vez, eu teria oportunidade de falar em uma reunião para o Presidente da Vale. Eu pensava. Ainda bati no companheiro aqui e disse a ele: "Pede para o nosso Governador falar logo, senão o Presidente da Vale vai embora". Não deu outra. Falei agorinha para ele: "Pede logo!".

Isso é uma falta de respeito, Presidenta. É uma falta de respeito. É preciso deixar alguma coisa marcada nesta reunião, para que a imprensa do meu País possa chamar a atenção da Vale. Eu acho que os Senadores do Pará e de Minas Gerais deviam se retirar agora, agora, desta reunião. Por protesto, Senadora, porque nunca se tem oportunidade de questionar a Vale. A Vale sempre foge, e nós permanecemos como estamos, os Estados sofredores. Um pronunciamento pífio. Talvez seja por isso que ele se retirou, ele sabia que ia ser questionado pelo pronunciamento pífio, desastroso.

Eu lamento, Presidenta. A senhora não vai conseguir trazer o Presidente da Vale para ouvir nossos governadores e nossos Senadores. Infelizmente, é praxe, é histórico, já é mania da Vale fugir aos questionamentos. V. Exª percebe por quê.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lúcia Vânia, em primeiro lugar, é importante fazer o registro do papel de V. Exª. Compreendo e acho correto que nós inclusive reivindiquemos a presença de todos os convidados para uma audiência como esta, mas a responsabilidade não pode ser debitada na conta de V. Exª. Isso é importante, para que as coisas fiquem aqui muito claramente definidas. Nós brigamos muito para ter esta audiência, e o Governador do meu Estado nem foi convidado. Lamentavelmente, não pude participar da audiência passada, por conta inclusive da própria agenda, assim como hoje. Agora, por exemplo, estávamos discutindo o relatório de receita na Comissão de Orçamento. É sabido de todos que toda terça à tarde tem CMO, mas para esta audiência, eu disse ao Senador Flexa, nós cancelamos uma audiência pública da Comissão de Orçamento, que era hoje, exatamente para liberar determinados Senadores para esta.

Eu não vejo como prejuízo, eu acho que é importante extrair deste momento aqui... Outras pessoas vão falar. Poderíamos tranquilamente fazer a rodada. Não que não esteja bem representado aqui o Ministro de Minas e Energia. Eu diria até, com todo o respeito ao nosso Senador Lobão, que ele mandou a pessoa que mais entende do assunto para representar o Ministério. Mas poderíamos dizer que, sem a presença do Ministro Lobão, não haveria discussão. Eu quero crer que ele está sobejamente bem representado nesta audiência pública. Gostaria de ouvi-lo, Senador Aécio, obviamente, porque partimos do princípio de que

queremos sempre ouvir o sujeito que está mais acima, mas acho que isso cumpre essa etapa.

Nessa linha, quero aproveitar a sugestão do Senador Flexa Ribeiro: marcamos outra audiência pública. Eu inclusive insisti para a realização desta audiência pública, o Senador Flexa se lembra disso. Eu disse: "Em uma audiência em que colocamos cinco, seis debatedores, perdemos a qualidade da intervenção". O correto seria distribuirmos essa audiência em duas, três rodadas, para que se pudéssemos, inclusive, arguir a Vale, dialogar permanentemente com o Ministério de Minas e Energia sobre essa questão, ouvir os setores e, a partir dessa ausculta, encontrar o caminho ideal e, de uma vez por todas, arrumá-lo.

Esta semana, Senador Aécio, ainda há um agravante. Nós estamos agora entregando, inclusive eu estava com o Senador Vital do Rêgo lá no Orçamento, antes de me dirigir para cá, a outra peça orçamentária que é extremamente difícil de ser tratada nesta Casa, pois tem a ver com os *royalties* do petróleo. Portanto, é uma tarde extremamente confusa.

Quero ser testemunha aqui, Senador Aécio Neves, V. Exª, que é um homem de bom senso, sabe exatamente o esforço da Senadora Lúcia Vânia para atender o apelo de V. Exª de antecipar, de tentar fazer o debate. Que a gente não seja injusto com a Senadora. Eu, particularmente, não concordo com a saída do Senador... Eu não estou dizendo que você disse alguma coisa, Marinor. Eu estou emitindo a minha opinião, não estou fazendo nenhuma vinculação com a Vale, até porque acompanhei esse processo desde o início, inclusive a convocação desta audiência. Sou testemunha desse processo.

Então a gente poderia aproveitar a audiência, fazer a audiência, completar a etapa. Se para nós é vital a presença do Presidente da Vale nesta audiência pública, nós temos que voltar à audiência e dizer ao Presidente da Vale que ele dê o jeito dele lá, faça a sua agenda. Que nós coloquemos lá o Presidente da Vale para fazer o debate sobre essa questão, que não é uma questão qualquer. O dado apresentado aqui agora há pouco mostra exatamente o que estamos discutindo e qual é a magnitude desse setor, principalmente para as questões sociais. É óbvio que o Estado do Pará sofre, e sofre absurdamente, os efeitos nefastos de um processo de exploração mineral sem a contrapartida social e ambiental.

Portanto, esse eixo pode nos nortear para que, de uma forma muito mais tranquila, serena, mais no nível de trabalho desta Comissão, possamos tocar esse assunto adiante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instantinho, Senador. Eu gostaria de agradecer ao Senador Walter Pinheiro, que tem acompanhado de perto o esforço desta Presidência no sentido de fazer com que essas audiências públicas possam ter resultado objetivo. No entanto, algumas situações escapam do nosso domínio, principalmente quando não dispomos de uma data flexível. Se não há uma data flexível, se torna extremamente difícil compartilhar essas agendas todas que estão aqui.

Pela ordem, o Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Lúcia Vânia, na verdade, uma contribuição para o andamento dos trabalhos.

Todos nós gostaríamos, é óbvio, de ter aqui a presença do Presidente da Vale. Coube a ele tomar a decisão, certamente tinha razões para tal, mas acho que devemos seguir o que aqui está estabelecido. Nós temos aqui na Mesa a presença do Governador do Pará, do Governador em exercício de Minas Gerais, do representante dos Municípios mineradores. Vamos ouvi-los. Cada um de nós, certamente, terá algumas contribuições a dar ao final e faremos a avaliação final, se será necessária uma nova audiência, porque, muitas vezes, a ausência também sinaliza. Tenho certeza, e aqui meu testemunho, de que não fosse a ação pessoal da Presidente Lúcia Vânia, o Presidente da Vale sequer aqui teria vindo. Ele veio – e me disse pessoalmente – que foi a partir da insistência da Presidente. Gostaríamos todos que ele aqui permanecesse.

Da mesma forma, faço coro ao que disse o Senador Walter Pinheiro: V. Exª não tem responsabilidade alguma pela sua ausência. Caberá a nós, Senador Flexa, avaliarmos, ao final desta audiência, aqui estão representantes de vários Estados que conhecem a questão, se é necessária uma nova audiência pública. Se não, colocaremos o projeto em votação possivelmente ainda esta semana se acharmos que seja o mais adequado. Portanto, acho que nós não podemos ficar *ad aeternum* aguardando a presença de todos que, de alguma forma, tenham responsabilidade sobre o tema. O Presidente Murilo, a quem eu respeito, veio aqui, deu sua contribuição, que achou adequada, certamente tinha outros compromissos. Nós não podemos permitir que o nosso trabalho seja obstaculizado ou retardado em razão da agenda que nós respeitamos do presidente. Provavelmente ele perderá a oportunidade apenas de contraditar algumas das questões que aqui serão apresentadas.

Defendo e sugiro que V. Exª continue a lista de oradores e mantenha a palavra com o ilustre Prefeito de Congonhas, cidade do meu Estado. Acho que o Se-

nador Zeze Perrella ainda quer falar. Assim, poderemos tirar ainda algo de produtivo e de positivo desta reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu lhe agradeço, Senador Aécio.

Passo a palavra ao Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Srª Presidente, quero só fazer uma observação. Parabéns pela condução dos trabalhos!

Entendemos como é a agenda de um presidente de uma companhia tão importante quanto a Vale. Realmente, é uma agenda complicada. Mas acho que ele perdeu a oportunidade do contraditório. E, pelo menos no meu caso, ele me deu uma grande contribuição, porque tudo que ele falou a respeito de *royalties* foi contestado pelo Dr. Claudio. Ele falou que nosso *royalty* era um dos mais caros do mundo, e o Dr. Claudio nos mostrou que é o mais barato do mundo. Então, acho que ele já deu a contribuição que tinha de dar.

A Vale não vota aqui. Quem vota aqui somos nós. O Relator, Senador Aécio, está fazendo um trabalho maravilhoso e conhece, como ninguém, o tema, como também o conhece o Governador Simão Jatene, porque sofreu na pele e sofre na pele os efeitos da mineração. E temos de ser bem remunerados mesmo.

Hoje, discute-se a questão dos *royalties* do petróleo do pré-sal em águas internacionais. Não vou discutir isso, mas o *royalty* do minério é uma realidade e é algo de que, hoje, principalmente Minas Gerais e o Estado do Pará precisam.

Acho que o Presidente da Vale já deu a contribuição que tinha de dar. Por mim, eu não o convocaria mais, ou melhor, já que não temos esse poder de convocar, eu não o convidaria mais, porque, para mim, ele já fez a exposição dele, em que mostrou que eles ganharam R$22 bilhões neste ano. Acho que eles podem perder uns R$500 mil em favor de Minas Gerais e do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Perrella.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, concordo com todos. Vamos dar seguimento à audiência. Em nenhum momento, imaginou-se suspender a audiência pela ausência do Presidente da Vale. Acho que ele perdeu uma grande oportunidade de debater com o Congresso Nacional a questão da Cfem. Mas quero deixar registrado que vou encaminhar novo requerimento, convidando-o novamente a que venha à Comissão, para que possamos discutir essa questão. E vamos dar sequência à audiência. O Senador Aécio está com o parecer pronto. Vamos retomar a questão na quinta-feira, na reunião. O Senador Walter Pinheiro pediu vista da matéria na reunião anterior. Se for o caso, vamos colocar a matéria em votação na quinta-feira e dar sequência na Comissão seguinte, que a matéria é terminativa na CAE.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Quero fazer minha última intervenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, primeiro, quero dizer ao Senador Walter Pinheiro que nenhum Senador o culpou pelo fato de o Presidente ter saído. Aliás, sabemos da sua conduta e da sua capacidade. Sou um fã seu, Senador, e V. Exª sabe disso. Ninguém o culpou por nada absolutamente.

Senadora, o que não pode acontecer é o Presidente de uma companhia do tamanho da Vale agir dessa maneira mesmo sabendo que o Governador do Pará e o Governador de Minas se deslocaram de seus Estados e deixaram seus trabalhos para vir a esta reunião. O Presidente da Vale podia ter o que tivesse, mas devia respeitar este momento. Afinal de contas, ele está no Senado Federal, minha nobre.

Sinceramente, como Líder da oposição, não aceito isso e vou me retirar. Desculpem-me as pessoas, meus Governadores, meus Senadores. A minha linha de conduta é essa, e não admito que o Presidente da Vale faça isso. Acho que a Presidenta Dilma errou na escolha. Aliás, eu já disse da tribuna: "Por que tiraram o Agnelli?". A primeira discussão tem de ser essa. Olha aí o exemplo, olha a conduta, Presidenta! Vou me retirar, porque acho que a Presidenta da República errou feio ao fazer essa mudança.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Prefeito Anderson Costa Cabido.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Desculpem-me, Governadores!

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Obrigado.

Quero agradecer-lhes, então, a oportunidade que é dada aos Municípios. Quero apenas lamentar a ausência da palavra "município" nas falas, porque, na verdade, os Municípios são os mais impactados, não tenho dúvida disso. Se achamos aqui que a mineração acontece no Estado ou acontece na União, estamos plenamente enganados. A mineração acontece nos nossos Municípios. A gente lamenta de fato essa confusão de datas. Daí a presença de poucos prefeitos aqui hoje, menos do que na última data que havia sido marcada – se não me engano, no dia 5. Naquela ocasião, nós pudemos testemunhar o empenho da Senadora Lúcia Vânia no sentido de nos atender, de atender aos Mu-

nicípios e aos prefeitos que estavam aqui presentes e se empenhar para compatibilizar essas datas.

Inclusive, naquela ocasião, Senadora, a senhora disse que achava muito pouco provável que pudesse acontecer neste dia 18, justamente por conta da compatibilidade de todas essas agendas, o que realmente não é algo fácil. Então, quero deixar a nossa solidariedade à senhora, entendendo essa dificuldade.

Quero aproveitar a oportunidade também para agradecer à Comissão a possibilidade de os Municípios estarem aqui participado. Infelizmente, isso ainda não é muito de praxe quando se discute esse tema e, nos últimos anos, isso tem sido possível, tanto da parte do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, quanto, agora de uma forma, eu diria, inédita, a possibilidade de os Municípios virem manifestar a sua posição e as preocupações que tangem a questão da mineração no nosso País.

Eu sou Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil. Somos 2005 Municípios mineradores em todos os Pais, em todos os Estados da Federação, porém a gente se debate com esse título de Municípios mineradores. Para nós, nós não somos Municípios mineradores; nós somos Municípios minerados. Há uma grande diferença entre um Município, um território que é meramente minerado daquele que se institui efetivamente como minerador. Esse debate, essa discussão é um pouco pano de fundo do que está sendo colocado aqui para nós. Somos minerados ou somos mineradores?

Há outra informação que também tem a ver com isso – eu quero passar alguns dados, dentro do meu tempo, para cumprir esse prazo.

O setor de mineração, inegavelmente, é o setor da economia, ou pelo menos um dos setores da economia que mais sonega. Nós temos hoje mais de nove mil, certamente quase dez mil titulares de direitos minerários inscritos no Cadin. Imagine o que é este número: quase dez mil titulares de direitos minerários inscritos no Cadin! E isso acontece porque a nossa legislação é uma legislação falha, é uma legislação fraca, não impõe nenhum tipo de penalidade, ou penalidades mais severas para esses que descumprem, muitas vezes, a legislação.

E, com todo o respeito às grandes empresas – não estou afirmando que as grandes empresas sonegam –, mas as grandes empresas possuem a capacidade de contratar as melhores assessorias, os melhores advogados deste País, deste mundo, para poderem estar, a todo momento, dando – com o perdão da palavra – rasteiras nos Municípios, para poderem pagar menos. E cumprindo a legislação. Não estamos nem falando que não estão cumprindo. Por quê? Porque a nossa legislação é uma legislação fraca, frágil.

Na legislação hoje da Cfem, o ponto principal não é a alíquota. O ponto principal não é se vamos passar para dois, para três, para cinco, para dez. O ponto principal é tornar essa legislação mais robusta, mais forte, com condições de ser efetivamente cumprida e que não tenha, não seja uma peneira de brechas por onde as empresas podem passar e pagar menos. Daí essa preocupação que nós, Municípios mineradores, temos.

Junto a toda essa discussão, nós temos dois temas que eu acho que também estão se confundindo um pouco, e eu queria pedir licença, data vênia e com todo o respeito que temos, para colocar esses pontos e deixá-los bem claros. Temos uma situação, que foi a primeira discussão que aconteceu, que são as dívidas das mineradoras. Os senhores vão me permitir fazer um breve resgate histórico.

Em 2006, os Municípios mineradores de Minas Gerais fizeram um convênio com o DNPM para fazer um levantamento, porque suspeitávamos que a Cfem estava sendo mal recolhida. E esse trabalho foi feito pelo DNPM num esforço com os Municípios e, para nossa surpresa, foi apurado, naquela época, um recolhimento a menor de R$2,6 bilhões apenas em Minas Gerais, entre os anos de 2001 e 2006; estamos falando de um valor de R$2,6 bilhões.

Então, temos aí uma situação dessa dívida, desse débito que as mineradoras tem – claro, a Vale é a maior e 90% disso aí é Vale. Mas, temos esse assunto, que é um assunto complicado, que não teve a força suficiente para seguir adiante, e esperávamos, portanto, como ainda esperamos, que essas audiências, que a audiência que o Senado está propondo hoje, que pudessem levantar também esse tema, levantar também esse problema.

E, do outro lado, o outro tema – como eu disse, nós temos dois temas aqui –, a nova legislação da Cfem ou a lei de participação governamental, como queiram, que precisa vir corrigir esses problemas todos apontados já pelos Municípios na legislação atual. Já foi dito aqui, a legislação da Cfem tem quase vinte anos, está completando vinte anos, e nunca foi revisada, inclusive para se ajustar a todo esse cenário que mudou bastante a mineração no Brasil. Temos a expectativa de que isso possa ser resolvido e aprovado o quanto antes, porque os Municípios sofrem, e sofrem demasiadamente, com essa situação, com a presença das mineradoras.

É fato, é verdade, quando se coloca que são Municípios que possuem indicadores de emprego, de educação, de saúde muito bons. Mas, quando a gente avalia outros indicadores, como impactos ambientais,

a sobrecarga gerada na infraestrutura das cidades, a poeira que acontece nesses Municípios; quem os visita não diria nunca que são Municípios que possuem altos índices de qualidade de vida, justamente porque a presença da mineração, sempre muito próxima às áreas urbanas desses Municípios, acaba agravando toda essa situação e tirando da população essa sensação de que eles vivem em uma cidade que possui elevados níveis, padrões de qualidade de vida.

Tendo colocado, então, esse cenário, eu gostaria de apresentar aqui algumas solicitações que, penso, são pertinentes – não sei se através de requerimento, não sei qual o procedimento. Mas temos algumas preocupações e queremos partilhar com os Srs. Senadores.

Primeiro, a questão da necessidade urgente – e aí encaminho essa solicitação ao nosso Secretário de Mineração, Geologia e Transformação Mineral, ao Cláudio, para que encaminhe ao nosso Ministro Edison Lobão – de que o nosso projeto de lei que o Governo Federal, numa comissão composta inclusive por nós, Municípios, vem construindo desde 2008... Existe uma comissão constituída pelo Governo Federal – e tenho o prazer de fazer parte dela – que começou a fazer a discussão do projeto de lei da Cfem em 2008. Esse projeto de lei está concluído e queremos aqui, publicamente, fazer o pedido para que ele seja encaminhado a esta Casa o quanto antes.

O nosso pedido também ao DNPM. É importante os senhores entenderem a fragilidade que temos hoje no DNPM quanto às ações relacionadas à fiscalização. Os Municípios precisam de uma estrutura mais apropriada do DNPM para que possa dar agilidade aos processos e priorizar o tema e as ações relacionadas à cobrança dessas dívidas, tal como a que citamos agora há pouco, lá em Minas, que, só naquele período, é de R$2,6 bilhões.

Nosso pedido é obviamente à Vale, mesmo não estando aqui presente, mas tenho certeza de que o Paulo Camillo, Presidente do Ibram, pode fazer esse encaminhamento. A Vale publica o seu balanço no próximo dia 26 de outubro e a expectativa é de que, já com o balanço desse trimestre, ou seja, o terceiro trimestre, ela já supere bastante os resultados de todo o ano de 2010, que já foi um resultado recorde. Em 2010, os lucros da Vale beiraram R$30 bilhões. Este ano, eles vão se aproximar ou vão ultrapassar os R$40 bilhões de lucro. Então, seria muito importante que a Vale sinalizasse até dia 26 o pagamento ou a possibilidade de pagamento desses débitos que possui principalmente com relação ao transporte.

E por que existe esse débito? Porque a legislação é fraca, o que possibilita à empresa ter um entendimento que o próprio STJ já disse que é errado. Então, quero pedir, Paulo, que encaminhe para nós essa solicitação dos Municípios. Da mesma maneira como foi feito com débitos com a Receita Federal, quando a Vale pagou, no mês de junho, R$6 bilhões, que a Vale pudesse, ainda neste ano, chegar a um entendimento e pagar esse débito com o DNPM, pois 65% vão para os Municípios, daí todo o nosso interesse. Que possa também a Vale acolher e apoiar a proposta que está sendo encaminhada pelo Governo Federal da nova legislação sobre a Cfem.

Também quero fazer um pedido ao nosso Judiciário, embora também não se faça presente. Senadora, V. Exª certamente testemunhou e também os nossos Senadores do Pará que estão aqui presentes o que aconteceu com o processo de caducidade da mina de Carajás: foi para a Justiça e estamos aguardando um posicionamento. Preocupa-nos o processo de caducidade. Não somos a favor que se tire... Imagine, é completamente descabida essa hipótese, mas estamos todos – Judiciário, Governo Federal, todos – numa saia justíssima, porque a Vale descumpriu regras em relação à entrega de informações que eram necessárias, esse não cumprimento do que o STJ estabelece. Daí, corretamente, o Governo Federal e o DNPM terem tomado as medidas e aberto o processo de caducidade que hoje está na Justiça. Mas queremos saber o que vai ser disso com um olhar de preocupação, porque esse é um assunto muito grave.

Também quero fazer um pedido ao Governo do Estado, se me permite. Que possamos apoiar a proposta que hoje existe, inclusive junto ao Movimento Estudantil do Brasil, de transformar parte da arrecadação dos Estados com a Cfem no chamado Fundo Social da Mineração e que ele possa ser também investido em inovação, tecnologia e educação como prevê a lei.

Então, o nosso pedido ao Governo do Estado para que, de uma forma transparente, Governador, coloque como tem sido aplicada a Cfem, fazendo coro com a juventude brasileira, com os movimentos estudantis, criando o Fundo Social da Mineração.

Também não vamos perder oportunidade de convidar mais uma vez o Governo e o Estado de Minas Gerais para que entrem nessa campanha junto aos Municípios mineradores em prol da mineração e também desses territórios.

Obviamente que não poderia deixar de fazer um pedido ao Senado, manifestando uma preocupação dos prefeitos e não falo apenas por mim. Que o Senado possa avaliar com bastante cuidado tanto o projeto de lei quanto o substitutivo em curso, pois nos preocupa se eles não estarão atendendo mais aos interesses das próprias empresas em virtude das brechas e das fragilidades que o projeto apresenta. Obviamente, os

Municípios mineradores não se sentem plenamente contemplados com o projeto em curso. Aqui, gostaríamos de poder participar dessa discussão.

Os Municípios oferecem algo em troca, não estamos aqui só para pedir. A gente oferece a possibilidade, inclusive, de restringir na lei a aplicação da Cfem. Hoje, é proibido, por exemplo, pagar folha de pagamento, dívidas. Que a gente pudesse restringir ainda mais essa aplicação, colocando voltada para a aplicação em ciência e tecnologia, e educação, e para o pós-mineração, que é uma preocupação de todos nós.

Assim, a gente acredita que será possível construir o desenvolvimento sustentável de uma forma inédita em territórios mineradores, construindo esse desenvolvimento sustentável que contribuirá com toda a Nação e com todo o povo e a gente dessas cidades, que tanto esperam essa ação do Senado.

Obrigado, mais uma vez.

Boa tarde a todos. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Anderson Costa Cabido e passo a palavra ao Exmº Sr. Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais.

O SR. ALBERTO PINTO COELHO – Ilustre Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, quero agradecer o honroso convite para estar aqui presente. Quero estender os cumprimentos a todos os Senadores e Senadoras, aos ilustres Senadores do meu Estado – Senadores Aécio Neves, Zeze Perrella e Clésio Andrade.

Ilustre Governador do Estado do Pará, Simão Jatene; ilustre representante dos Municípios Mineradores, Anderson Cabido; demais componentes da Mesa; minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o Senado, com grande lucidez, traz à baila o resgate histórico de algo que é tão expressivo para o desenvolvimento do nosso País, particularmente para o Estado de Minas Gerais, um Estado, por excelência, minerador. Sempre somos instados, quando procuramos aprofundar a discussão da questão dos *royalties* minerais, a não fazer nenhum paralelo com aquilo que se passa em outros países mineradores, ou mesmo quando tentamos fazer um cotejamento com os *royalties* do petróleo.

Da mesma forma, entendo eu que, ao fazermos o exame da questão do *royalty* mineral, não está no bojo ou no mérito da sua discussão a carga tributária, porque sabemos todos que a Cfem trata de uma contribuição patrimonial para fazer face à natureza da atividade minerária, assegurando aos Municípios e aos Estados onde essa atividade se faz presente a possibilidade da reparação ambiental, de assegurar o desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, sabemos que se trata de um bem finito e que, ao final, à exaustão da atividade minerária, teremos, através da contribuição da Cfem, fundamentalmente, de assegurar o desenvolvimento econômico e social desses Municípios e dessas regiões.

Portanto, eu quero aqui, em nome dos mineiros e mineiras, trazer os nossos cumprimentos ao Senado Federal, na expectativa e na certeza de que as iniciativas parlamentares dos ilustres Senadores, agora aduzida a contribuição do Senador Clésio Andrade, de Minas Gerais, e do Senador Aécio Neves, vão, com toda certeza, possibilitar que possamos fazer a adequação, para fazer face a esses desafios, que foram, aqui, muito bem relatados pelo ilustre representante da Amib, dos Municípios mineradores e minerados, que têm desafios enormes. Basta uma visita a esses Municípios para constatar aquilo que se impõe para podermos assegurar o desenvolvimento sustentável e, naturalmente, deixar um legado, um legado muito próprio, muito adequado às futuras gerações ali residentes, em nossos Municípios mineradores.

Eu vou ficar nessas considerações preliminares, entendendo que a contribuição trazida aqui por todos que me antecederam, e mesmo o aprofundamento que a matéria tem, por parte dos Senadores da República, com toda a certeza, trará aquilo que todos almejamos: o resgate não só da questão específica da Cfem, mas do novo marco regulatório, que já se faz indispensável ao País, principalmente por força do grande aumento que, estatisticamente, aqui foi demonstrado e daquilo que se afigura como o avanço na mineração em nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Exmº Sr. Governador Alberto Pinto Coelho e passo a palavra ao Exmº Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará.

Antes de conceder a palavra, eu gostaria de registrar a presença do Deputado Marcos Montes, do DEM de Minas Gerais; de Pedro Meneguetti, Secretário em exercício de Estado de Fazenda de Minas Gerais; de Danilo de Castro, Secretário de Governo de Estado de Minas Gerais; do Deputado Arnaldo Jordy, PPS/PA; e do Deputado Eduardo Azeredo, PSDB/MG.

Sejam bem-vindos.

Com a palavra, o Exmº Sr. Governador Simão Jatene.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado.

Boa tarde, senhoras e senhores.

Exmª Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Governadores, Secretários de Estado, Prefeitos, minhas senhoras e meus senhores, eu quero, inicialmente, agradecer o convite e, ao agradecer o convite para participar desta audiência pública, quero festejar a

iniciativa desta reunião. Eu o faço por entender que, independentemente de considerarmos se a Cfem deve ou não ser pensada no cenário, no quadro tributário, essa iniciativa tem um significado muito maior que a discussão da Cfem.

Eu tenho a convicção de que ela pode ser o ponto de partida, e um ponto de partida absolutamente fundamental, um primeiro passo para a revisão efetiva de um cenário tributário e fiscal extremamente injusto e perverso, que tem contribuído para desfigurar a Federação brasileira.

Então, exatamente por isso, faço questão de parabenizar a iniciativa dos Senadores que apresentaram projetos, dos relatores, dizendo-lhes claramente que, representando o Estado do Pará – Estado que integra a Amazônia, essa região que tem sido tão fértil na produção de mitos, que transita de inferno verde para celeiro do mundo, de almoxarifado para santuário, dependendo do humor ou da lente com que nos olham –, compreendo essa iniciativa como fundamental para que, talvez, se possa começar a restaurar, efetivamente, uma federação neste País.

Ouvi, atentamente, todas as exposições. Ouvi, inclusive, a exposição que aponta que a carga tributária da mineração no País é altíssima e eu confesso que, ao ver os números e ouvir as falas, eu me perguntava sobre o que era o Estado do Pará nesse quadro.

Exatamente por isso, me surgiu a ideia de lhes dizer o seguinte: somos 1.250.000 km^2, 7,6 milhões de habitantes, de uma região que representa 60% do País, que é a Amazônia, que gera, abriga aproximadamente 13% da população do País, gera pouco mais de 8% do PIB, responde por mais de 50% das emissões de CO_2 equivalente. Então, nós fazemos parte dessa coisa chamada Amazônia.

Esse Estado, que é o segundo produtor de ferro do País, o primeiro produtor de cobre, o primeiro produtor de bauxita, o primeiro produtor de caulim, se quisermos ir para a área de energia, somos, também, grandes produtores de energia, que, como eu disse ainda há pouco, não raramente transita de almoxarifado para santuário, esse Estado, que tem essas características fantásticas, inclusive no setor mineral, pasmem, meus caros Senadores, tem uma renda *per capita* que é menos da metade da média nacional. É isto: menos da metade da média nacional.

Mas se nós quisermos ir um pouco além e saber qual é a capacidade do Poder Público, nesse Estado, de responder a indicadores sociais precários, que é uma outra característica, o orçamento *per capita* do Estado do Pará, meus amigos, é o 26º do País.

Ah, me esqueci de registrar: somos o segundo maior saldo na balança comercial brasileira, inclusive fortemente fundado em minério.

Somos o 26º orçamento *per capita*.

Bom, ao ver aqueles números que nos foram mostrados, de que a mineração corre o risco, se não tivermos cuidado, de sofrer um impacto fortíssimo com qualquer alteração que se faça no sentido de buscar que ela possa exercer um papel, efetivamente, de contribuir para o desenvolvimento das regiões em que ocorre, eu somava aqui, rapidamente: na última década, a produção mineral do Estado deve ter alcançado algo em torno de 110 bilhões, e Cfem mais ICMS não somaram mais de três bi. É disto que nós estamos falando, meus amigos: mais de 100 bilhões na produção mineral e Cfem e ICMS não somam três bi.

Eu me perguntava se naqueles números não se estava considerando que as exportações seriam tributadas, e aí, sim. Mas a rigor, então, nós temos algo que é fictício.

A indicação do representante do Ministro é de que na época do velho IUM, o Imposto Único sobre Minerais, se tinha US$1,3 por tonelada, e que hoje, quando somamos Cfem e ICMS pós-desoneração das exportações, não chegamos a 0,5, mais ou menos 0,51, se eu consegui fazer a conta na hora.

Então, é disso que nós estamos falando.

Meus caros Senadores, eu só teria, neste cenário, uma sugestão e, mais que uma sugestão, um pedido: não percamos mais tempo. Provavelmente, os projetos de lei que aí estão não são perfeitos, mas não tenho nenhuma dúvida de que são muito melhores que o cenário que temos hoje. Tive o cuidado de ler o seu relatório, Senador Aécio Neves, e quero lhe parabenizar, não apenas em meu nome, mas em nome de todos os paraenses, porque entendo que ele dá conta das questões fundamentais. Se precisarmos aprofundar, vamos aprofundar, mas não neste cenário em que estamos hoje. Vamos dar um passo adiante.

Eu não tenho dúvida de que aqui ninguém imagina que a mineração vai ser a redenção, o elemento definidor da efetiva superação da pobreza e da desigualdade deste País, mas também não dá para admitir que um segmento tão importante na economia nacional não seja um elemento extremamente importante para que se superem esses dois grandes desafios. Não seremos modernos se continuarmos tendo não apenas a desigualdade entre estratos da população, mas a desigualdade territorial. É claro que nenhuma medida específica tem o condão de resolver isso, mas, se assim pensarmos e não fizermos com que cada uma possa render alguma coisa, nós não vamos enfrentar esse grande desafio.

Srs. Senadores, os senhores têm em suas mãos – e não poderia ser melhor o local para se discutir isto: esta Casa, que tem, por suposto, a Federação nas suas entranhas – uma possibilidade fantástica de contribuir efetivamente para que, de forma definitiva, se tenha claro que a mineração é importante para o País, mas que ela tem de ser importante para as pessoas. A forma de ela sê-lo é, sem dúvida alguma, que o seu desenvolvimento signifique também o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde ela se realiza. Tudo mais me parece secundário diante dessa questão.

Senhores, o Pará tem muito orgulho de ter contribuído e de continuar contribuindo de forma decisiva para o equilíbrio das contas externas. Quando vemos o quanto, na última década, as exportações de *commodities* cresceram neste País, saindo de 37% para 51%, particularmente os minérios sendo determinantes nisso e o Pará, como disse ainda há pouco, sendo o primeiro e o segundo grande produtor, isso nos orgulha muito, mas não posso deixar de dizer aos senhores que, a cada dia, convenço-me de que o Pará só tem uma forma legítima, correta e ética de contribuir para o desenvolvimento brasileiro: através do seu próprio desenvolvimento. E os senhores têm, nessa revisão da Cfem, uma oportunidade fantástica de pelo menos minimizar um pouco o sofrimento de alguns milhões de pessoas que, no nosso Estado, ainda vivem abaixo da linha da extrema pobreza.

O desafio está posto, a sugestão, feita e o pleito, reafirmo. Perdoem-me, mas não acho que precisemos mais fazer audiências e mais audiências públicas. O que acho que precisamos é efetivamente votar o que está aí. E o digo com muita humildade. Não tenho nenhuma pretensão de... É como pleito mesmo, porque acho que essa é a forma objetiva, para que possamos até aprimorar, mas aprimorar a partir de outro patamar. O patamar de hoje está cada dia mais insustentável.

Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Muito obrigado pela atenção dos senhores. E o povo do Pará lhes será extremamente grato com essa nova legislação da Cfem.

Muito obrigado, Srs. Senadores. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Exmº Sr. Governador Simão Jatene. Quero cumprimentá-lo.

Passo a palavra para o Relator da matéria, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Srª Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia; Srs. Governadores Simão Jatene, do Pará, e Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício de Minas Gerais; Sr. Prefeito Cabido, representando aqui os Municípios mineradores; meu amigo Paulo Camillo Penna, aqui representando o Ibram, do qual é Diretor Presidente; Dr. Claudio Scliar, aqui representando o Ministério das Minas e Energia; Srªs Senadoras e Srs. Senadores; começo a minha intervenção dizendo que V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, cumpriu – e cumpriu de forma extraordinariamente correta – o papel que lhe cabe numa discussão tão emblemática não apenas para os Estados e Municípios mineradores mas para o Brasil, e, ao mesmo tempo, tão complexa, o que nos permite hoje dar um passo, Senador Flexa e Senador Clésio, autores das propostas que aqui relato, extremamente positivo e, acredito eu, vigoroso na busca do enfrentamento, Governador Simão Jatene, dessa que é uma lacuna da qual todos nós, de alguma forma, participamos ou, de alguma forma, até pela omissão, demos a ela a nossa contribuição.

Refiro-me a permitir que os Estados e os Municípios mineradores, sem prejuízo da atividade mineradora, sem prejuízo do desempenho das empresas mineradoras, possam, de um lado, resguardar-se e se recuperar do ponto de vista ambiental e da infraestrutura e, ao mesmo tempo, encontrar, após extinta a atividade mineral, uma outra vocação econômica que possa ocupar a mão de obra que, por décadas, nessas regiões, dedicou-se a essa atividade.

Eu não vou monopolizar muito a palavra – espero até, na próxima reunião de votação nesta Comissão, no que depender de mim, detalhar as questões relativas ao projeto que aqui tive oportunidade de ler –, mas algumas questões são essenciais e são a base para a discussão que aqui estamos iniciando.

Primeiro, é um equívoco considerarmos a Cfem como tributo, não por uma interpretação pessoal deste Relator e dos autores do Projeto, mas por haver uma decisão do Supremo Tribunal Federal que esclarece que a Cfem e tampouco as participações especiais que estamos incluindo no nosso Projeto não podem ser consideradas tributos, pois elas possuem uma natureza regulatória e não arrecadatória. Portanto, é uma diferença básica. Compensações como esta, portanto, são baseadas na possibilidade de esgotamento na exploração de um bem público. Os tributos, diferentemente, com finalidade arrecadatória, financiam o funcionamento da máquina pública. Os pagamentos de natureza regulatória, como é o caso, visam a regular um setor ou um objetivo, no caso específico, a degradação ambiental.

Apenas para ilustrar o que estou dizendo, vale uma citação muito curta, se me permite, Senadora Lúcia Vânia, do voto do Ministro Sepúlveda Pertence, porque acho que essa será uma questão sobre a qual nós nos debateremos até o final. Não devemos consi-

derar, portanto, tributo, como diz Sepúlveda Pertence, no seu voto aprovado no Supremo:

A compensação financeira se vincula, a meu ver, não à exploração em si, mas aos problemas que gera.

Com efeito, a exploração de recursos minerais e de potenciais de energia elétrica é atividade potencialmente geradora de um sem-número de problemas para os entes públicos, especialmente para os Municípios, onde se situam as minas e as represas. Problemas ambientais, como a remoção da cobertura vegetal do solo, poluição, inundação de extensas áreas, comprometimento da paisagem [entre tantos outros, trazem uma enorme] (...) demanda por serviços públicos.

Além disso, a concessão de uma lavra e a implantação de uma represa inviabilizam o desenvolvimento de atividades produtivas na superfície, privando Estados e Municípios das vantagens delas decorrentes.

Portanto, essa é uma questão que nos permitirá fazer aquilo que alguns preferem não fazer, que é comparar efetivamente o que acontece no Brasil com o que acontece em outras partes do mundo. Eu vi a citação aqui de alguns trabalhos que já conhecia, Dr. Scliar, inclusive o da Ernst & Young, citado por V. Exª e também pelo ilustre amigo Paulo Camillo Penna, que coloca o Brasil como um dos líderes de cobranças ou líderes de impacto de tributos na atividade mineral, mas lembro a V. Exª – e V. Exª também concordará comigo – que o próprio Ministério das Minas e Energia encontrou diversos erros técnicos nesse relatório e nos alertou sobre esses erros. Entre eles, cito aqui apenas um extremamente importante, que mostra que devemos ter muito cuidado com essas análises, porque esse relatório ignora que as empresas podem deduzir Cfem, PIS, Cofins e ICMS do Imposto de Renda.

Fica aqui apenas um alerta para o cuidado que temos de ter com as comparações. Vi aqui alguns quadros comparativos que nos foram apresentados. Eu poderia aqui apresentar alguns outros sobre o impacto dos tributos em cada um desses países, mas devemos considerar que, em cada país, há uma natureza específica, seja do custo da exploração, seja da complexidade da questão tributária. Apenas, mais uma vez, para ilustrar, caríssimo Paulo Camillo, caríssimo Scliar, lembro aos Srs. Senadores, Senadora Marinor, que, no ano passado, a Austrália, sempre aqui citada e foi citada pelo Presidente da Vale, Murilo, como uma grande concorrente do Brasil – e acho que este dado ilustra a necessidade de estarmos aqui fazendo o que estamos fazendo. No ano passado, em 2010, Senador Zezé, decidiu taxar em 30% o que ela chama de superlucros, talvez algo semelhante àquela participação especial que estamos criando. Essa alteração entra em vigor em julho de 2012, caso aprovado pelo Parlamento, que é o que se espera. O imposto, portanto, será de 30% sobre minério de ferro e carvão. A proposta inicial era de 40%, mas houve uma negociação – chamo atenção dos senhores, até para que sirva, quem sabe, de inspiração para o que teremos de fazer aqui – e um entendimento, do qual participaram, Senadora Marinor, a BHP Billiton, a Rio Tinto, a Xstrata, as principais concorrentes da Vale. Elas fizeram um entendimento com o Governo da Austrália e aceitaram que os superlucros fossem taxados em 30%, mais uma demonstração clara de que precisamos avançar fundamentalmente nessa matéria.

Senadora Lúcia, essa foi uma base da proposta inicial do Senador Flexa, depois com a contribuição importante do Senador Clésio. Obviamente, o setor de óleos e o setor mineral têm origens e naturezas...

Se o Senador Paulo Rocha permitir, eu continuo. Prazer em tê-lo aqui, Senador, até porque o assunto interessa ao Estado de V. Exª.

Vamos fazer uma comparação, superficial que seja, Senador Flexa, que conhece tão bem esta questão, em relação ao valor da produção de óleo e gás juntos – vamos colocar óleo e gás juntos, podemos já fazer esse arredondamento. No ano de 2010, foi de R$102 bilhões tudo que se arrecadou com a produção de óleo e gás – óleo, 99% e gás, dois e pouco por cento; vamos dizer que são R$102 bilhões no ano de 2010. Desses R$102 bilhões, valor total da produção, pagou-se a todo o Brasil, somados Estados e Municípios, R$21,5 bilhões. E grande parte dessa exploração se deu em águas profundas. Não estamos aqui questionando absolutamente esse ressarcimento, que acho que tem as suas razões de ser.

Vamos à questão mineral. O minério, neste mesmo período do ano de 2010, arrecadou R$62 bilhões, dois terços daquilo que se arrecadou com petróleo no Brasil. É bom termos essa noção comparativa. São R$100 bilhões para óleo – vamos ficar com petróleo e gás – e R$62 bilhões para o setor mineral. O setor mineral, portanto, durante todo esse período, pagou, através da Cfem, R$1,08 bilhão. Para uma produção, Senador Eduardo, cujo valor significa um terço a menos que a produção de óleo, o ressarcimento foi de vinte vezes menos do que aquilo que é ressarcido aos Estados produtores de petróleo.

Não preciso dizer aqui a nenhum dos senhores o que acontece com as regiões mineradas, com a degradação dessas regiões e a dificuldade de encontrarem uma vocação que possa suceder a vocação mineral, quando ela se exaure. Portanto, o nosso projeto tem muito pouca preocupação com autoria, tem preocupação com os efeitos efetivos que teremos nesses Municípios, nesses Estados. Obviamente, esta é a Casa

do entendimento, da negociação e estaremos, até o último instante, abertos a contribuições que possam vir. Aqui, hoje, por mais que gostemos mais de umas e menos de outras, algumas contribuições já surgiram.

O Dr. Paulo Camillo Penna fez o que devia fazer, como representante do Ibram, manifestou suas preocupações e elas serão objeto da nossa análise final. O Dr. Scliar, que conhece profundamente o assunto, da mesma forma manifestou aqui, como era de se esperar, a sua posição. Também o Dr. Murilo, mesmo que muito rapidamente, fez aqui suas ponderações. Mas não posso, Governador Alberto, Srs. Senadores e Governador Simão Jatene, deixar de dizer do meu profundo estranhamento com a posição aqui externada pelo representante dos Municípios mineradores, que abre mão de uma oportunidade excepcional como essa, rara, para expor seu ponto de vista – e parece que opta por exercer um papel de Prefeito do PT, e não representante dos Municípios dos mineradores, no momento em que prefere cobrar, como fez aqui, de público, que o Governo Federal envie para cá uma proposta que aguardamos desde o ano de 2008.

Quero aqui, ilustre Deputado Marcos Montes, dizer que, no ano de 2008, fui procurado pelo Ministro Edison Lobão, pedindo contribuições ao novo marco regulador do setor. Apresentamos essas sugestões e aguardamos, Senador Walter Pinheiro, até hoje, que essa proposta... Peço calma e respeito a V. Exª, que já teve a oportunidade de falar.

Quero dar aqui o testemunho, como Governador de Minas Gerais, recebi o Ministro Lobão por várias vezes, conversamos várias vezes sobre o assunto e aguardamos que essa proposta chegasse ao Congresso Nacional. Infelizmente, ela não chegou. Se chegar, Dr. Scliar, será incorporada essa discussão e será muito bem-vinda. Essa não é uma questão que dependa de questões circunstanciais, efêmeras, quanto as nossas posições de oposição e de Governo. É uma questão essencial à sobrevivência desses Municípios.

Faço esse reparo porque ouvi do representante dos prefeitos que a nossa proposta atende aos interesses das mineradoras, está aí nos Anais. Não atende a interesses das mineradoras, atende aos interesses do País e das regiões mineradas. Portanto, o que esperamos é que esse debate se dê no nível adequado. Não é possível que uma proposta que aumente, Senador Flexa, em até três vezes a participação dos Municípios na arrecadação da Cfem possa ser considerada uma proposta contrária aos interesses dos Municípios mineradores.

Sabemos dos enfrentamentos, sabemos das dificuldades que teremos nessa discussão, mas aqueles que consideram que a posição atual é correta e justa terão como se manifestar contrariamente a nossa proposta. Aqueles que quiserem incorporar a ela contribuições e aprimoramentos, estou absolutamente pronto a receber essas contribuições.

Quero aqui reiterar que considero importante que o Governo Federal tenha uma posição, muitas questões que estão sendo tratadas aqui foram tratadas nas discussões que ocorreram com os Estados do Pará e Minas Gerais, mas, infelizmente não chegaram ao Congresso. O que estamos fazendo é exatamente estimular que esse debate ocorra e que todos aqueles que queiram apresentar ou trazer sua contribuição, possam fazê-lo. A minha intenção é que essa discussão se dê no mais alto nível possível. A presença do representante do Ibram garante, tenho certeza, uma interlocução qualificada, mas é preciso que, independente da origem, do autor – seja das propostas, seja do substitutivo – não se impeça que essa questão seja discutida e votada o mais rapidamente possível, como demandam todos os Estados e Municípios mineradores do País. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Aécio e passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Governador Simão Jatene; Governador Alberto Pinto Coelho; Presidente do Ibram, meu amigo Paulo Camillo Penna; Dr. Claudio Scliar, aqui representando o nosso Senador Edison Lobão, Ministro das Minas e Energia; Prefeito Anderson Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores; Senador Aécio Neves, competente Relator do PLS nº 1, de 2011 – primeiro projeto de 2011; Srªs e Srs. Senadores; quero dizer que estou muito satisfeito que possamos realmente discutir aqui não só o PLS nº 1, como o PLS do Senador Clésio Andrade, que também trata da mesma matéria. Quero dizer que não tem volta, Governador Simão Jatene e Governador Pinto Coelho, vamos avançar na matéria, Dr. Claudio Scliar.

Como disse o Senador Aécio, eu próprio conversei com o Ministro Lobão diversas vezes sobre o encaminhamento do projeto de revisão do Código de Mineração, da legislação sobre o novo Cfem, sobre a questão da criação de uma agência de mineração, em substituição ao DNPM, sobre todo o arcabouço da mineração que o Governo Federal está em gestação. No início de 2011, resolvemos, pela Casa de representação da sociedade brasileira, que é o Congresso Nacional, dar início a essa discussão. Penso que foi em boa hora. Lamentavelmente, perdemos o primeiro semestre, já podíamos ter avançado bastante, mas um encaminhamento do projeto, no primeiro semestre,

fez com que não discutíssemos. Passamos a discuti-lo agora, quando, por uma redistribuição para o Senador Aécio, o teve como relator.

Quero parabenizar o Dr. Camillo Penna, conheço a competência, sei que V. Exª representa o Ibram e representa não só o setor de mineração de ferro, mas todas as mineradoras. O Relator, os autores dos projetos, estamos abertos aqui, esta é uma Casa do entendimento e o momento é agora. Vamos conversar, não queremos inviabilizar nada, porque estamos aqui para trabalhar para o desenvolvimento do Brasil, dos Estados e dos Municípios. Então, vamos ajustar, mas não é possível manter a situação que hoje está, os dados são insustentáveis.

V. Exª usou uma expressão aqui, Dr. Camillo, dizendo que era preciso olhar a floresta e não a árvore, quando se fez referência à questão da tributação. É verdade. E é a floresta que estamos olhando; V. Exª tem que olhar os ganhos das mineradoras, principalmente as mineradoras do minério de ferro. O Senador Aécio colocou o que representa a compensação dos minerais e o que representa os *royalties* do petróleo. Se V. Sª fizer um estudo comparativo, vai ver. Vamos olhar a Vale e a Petrobras. Por que a Vale? Não é pontuar a Vale, não. Porque a Vale é a maior mineradora do Brasil e a segunda ou terceira do mundo. O Dr. Claudio falou exatamente isso, quando comparamos o minerador, temos que comparar a Vale.

V. Sª fez referência a potássio e fosfato, tem todo o nosso apoio. Penso que, mais do isentar fosfato e potássio para serem explorados no Brasil, o governo brasileiro tinha era que subsidiar a exploração para poder ter o fertilizante aqui, para atender a agricultura. Tinha que fazer isso, sim. Tinha que ter tratamento diferenciado, como teve lá atrás, quando, hoje, a famigerada Lei Kandir, que penaliza os Estados exportadores de minérios, como é o caso do Pará e, hoje, os vinte e tantos Estados brasileiros são penalizados, mas, naquela altura, era necessário, porque a balança comercial brasileira era negativa, então foi preciso chamar os Estados brasileiros a virem atender a Nação. Mas hoje não é necessário. É preciso que esses Estados sejam compensados na sua perda.

Vamos ver: a Vale teve, em 2010, uma margem líquida de rentabilidade de 37%, contra 7% da Petrobras. Teve um retorno sobre o seu capital de 25.06, Senador Aécio, contra 6.08 da Petrobras. Teve um retorno sobre o ativo de 13.37, contra 3.58 da Petrobrás. Alguma coisa está errada nisso, não é possível. Há alguma coisa errada. V. Sª disse: "Mas isso é momentâneo". Se é momentâneo, vamos ajustar. Defendo, inclusive, que os incentivos necessários para atender – e defendo a iniciativa privada – são necessários no momento em que tem que se defender a competitividade. Agora, no momento em que a *commodities* está elevada, não é possível se tirar da sociedade para dar para ao acionista. O que é que está acontecendo agora? A Vale terá, em 2011, mais de 40 bilhões de resultado. Quem ganha isso? Está se tirando de quem? Dos brasileiros, dos mineiros, dos paraenses. Como o Governador Jatene colocou aqui, com renda *per capita* de metade da média brasileira. Para dar para quem? Para dar para o acionista da Vale. Quem são os acionistas da Vale? O governo brasileiro.

Lamentavelmente não está aqui o Presidente da Vale, porque V. Sª usa sofisma. Sabe qual é o sofisma? V. Sª colocou que o investimento do setor de mineração é privado. Não é verdade. Sessenta e tantos bilhões de dólares de investimento privado. Não é verdade, a Vale não é privada, é estatal. A Vale é majoritariamente capital estatal, quem manda na Vale é o Estado brasileiro, são os fundos de pensão, é o BNDES. É verdade. Tanto é verdade que o Presidente da Vale foi sacado pelo governo brasileiro. Foi o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que foi lá e tirou o Presidente da Vale. Naquela altura, fui à tribuna do Senado Federal e perguntei por que o Sr. Guido Mantega não ia sacar o Presidente do Bradesco, o Presidente do Grupo Votorantim. Por que ele não vai lá e saca? Porque são privados, a Vale não é. Então, temos que olhar a realidade. É legal? É. Mas é imoral. É imoral tirar dos necessitados para dar aos acionistas.

O que estamos propondo, o relatório do Senador Aécio aumenta a distribuição da Cfem para... Não chega a três bilhões, não é, Senador, Aécio?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Entre três e três e meio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Entre três e três e meio. Ou seja, vai tirar de quarenta? Dois bilhões e pouco.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para contribuir com V. Exª, se mantido o lucro do primeiro semestre, e queremos que a Vale continue lucrando...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas vai aumentar, Deus queira que aumente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Muito provavelmente. Foram de R$21,5 bilhões, no primeiro semestre, que, se repetir, serão R$43 bilhões. Esses três bilhões atenderiam, em grande parte, ao que está se propondo hoje. Hoje, a soma das mineradoras – não apenas a Vale, mas todas as outras – paga cerca de R$1 bilhão. A Vale, cerca de R$700 milhões, para o lucro de quarenta e poucos bilhões, ficando as nossas regiões como sabemos que estão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, não é nada que não possa ser absorvido.

Dr. Paulo, estamos aqui dispostos a sentarmos, abrirmos a discussão, acredito que V. Sª, como Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, vai nos dar elementos para que possamos ajustar; e o Dr. Claudio Scliar, pelo Ministério, para alguns setores que realmente precisem e devam ser diferenciados em função da lucratividade, em função do valor das *commodities*, para que possamos fazer os ajustes, Governadores do Pará e de Minas Gerais, que são os dois Estados que sofrem as maiores consequências.

Quero pedir aos Srs. Senadores que possamos avançar nesse processo. Sei que teremos uma reação muito forte, Senador Aécio, que vão remar contra a maré, vão tentar obstruir o avanço dos projetos, vão tentar não fazer que votemos os projetos. Quero pedir, Dr. Claudio Scliar, que o Ministro Edison Lobão, que sei que é favorável, o Governo é favorável à revisão das alíquotas da Cfem, o Governo é favorável à mudança da base de cálculo. Em vez de ser sobre o valor líquido, que permite às mineradoras faturarem por um valor diferenciado para suas subsidiárias nas Ilhas Cayman, para, depois das Ilhas Cayman, as notas fiscais viajarem para o consumidor final pelo valor da *commoddy*, fazendo com que o valor já reduzido da Cfem seja menor ainda para os Estados e Municípios mineradores. Que isso seja extinto, o Governo é favorável que isso seja definitivamente extirpado. Então, vamos juntar esforços, Governo e Congresso Nacional, e vamos fazer avançar esse projeto. Estamos abertos, Dr. Camillo Penna, às mineradoras e a todas as empresas. Que possamos, em conjunto, construir, com o nosso Relator, um projeto que atenda, principalmente, aos brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senador Flexa.

Com a palavra, o Senador Clésio Andrade, autor de um dos projetos.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Srª Presidente, Lúcia Vânia; Sr. Governador Simão Jatene; Governador Alberto; Senador Aécio; Paulo Camillo; creio que complementaria pouco, na realidade estamos juntos nessa empreitada, não é, Aécio? Junto com o nosso Senador Flexa, exatamente dentro dos conceitos que aqui foram colocados pelos Governadores Simão e Alberto, não está se falando em imposto, na realidade está se falando em uma compensação – e uma compensação ainda muito pequena, perto do que se pede.

Na última reunião, na última discussão, tive a oportunidade de ficar um pouco veemente – e ficamos mesmo, porque, quando vemos que o nosso Estado, o nosso povo, está sofrendo a consequência e tendo muito pouca compensação –, realmente acabamos perdendo um pouco a forma mais polida de falar.

Mas o que é importante nessa altura, Dr. Paulo Camillo, penso que é a negociação, sabe? É a consciência de que precisa aumentar os valores. Está muito claro, os números mostram isso. O próprio crescimento da Vale, não tenho dúvidas, mostra a capacidade empresarial extremamente elevada, principalmente após um período de estatal, pois sabemos das dificuldades que tem a estatal de se dar resultado.

Devemos aproveitar muito bem todo este momento: o crescimento mundial, o crescimento de minério. Penso que o mundo está em ascensão e é por aí que vai continuar, apesar das crises pontuais que têm ocorrido.

O crescimento da Vale mostra claramente que há uma margem muito grande em que se pode trabalhar para compensar, principalmente, esses dois grandes Estados, Pará e Minas Gerais, que tanto perdem com isso. Na realidade, se formos discutir antes, Prefeito, sobre o Código de Mineração, sabe quantos anos isso vai demorar? De cinco para lá. E olha se sair com cinco anos. Então, temos que discutir o que precisam, hoje, os Estados do Pará e de Minas Gerais.

O Senador Aécio Neves, quando pegou para relatar o projeto do Senador Flexa e apensado o meu projeto, também, pensou exatamente isso. Ele melhorou o projeto, cresceu os valores, porque tem uma visão exatamente nesse aspecto. São situações isoladas, não temos que discutir Código de Mineração. Até porque, se formos discutir Código de Mineração, o Dr. Paulo Camillo sabe o que vou falar, sou da área de logística e sei o que vai acontecer com vocês. A verdade é que o desenvolvimento tecnológico nessa área praticamente não existiu, na exploração não existiu. Existe lá no fim do produto, na hora da siderurgia, na hora de produzir o aço, de produzir automóvel, mas, na hora de escavar, é a mesma coisa, só aumentou o tamanho das máquinas. O tamanho das máquinas e o tamanho dos caminhões, para sair poluindo as estradas. Quer dizer, aí o Código de Mineração realmente vai pegar para valer.

Então, a questão não é essa, Anderson, não dá para esperar isso. Essa vai ser uma discussão longa e, talvez, até uma discussão em que eles até tenham razão naquela hora, porque não se consegue fazer essa correção de uma vez. Você está cortando minério lá e vem uma máquina dez vezes maior, jogando mais poeira, e o caminhão também está jogando mais poeira, já que é maior, é de quarenta toneladas, já que é um bitrem, que está poluindo a estrada. A estrada está poluindo a estrada, provocando acidentes, morrendo mais gente. Logo, todo esse processo acaba aconte-

cendo. Então, temos que separar. É uma compensação financeira, não é imposto. Não se está subindo imposto. Está se fazendo uma compensação justa das doenças que estão surgindo no nosso povo, na nossa Itabira, não é, Alberto, na nossa Conceição, no Pará, no Carajás, em todas as regiões. Então, tem que sair essa compensação, e tem que sair rapidamente. E nada melhor, Paulo, do que essa negociação.

Acho que o fundamental é que está aberto, o Senado está aberto a essa negociação. Se está muito o relato do Senador Aécio Neves, há um projeto meu, mais ou menos na linha do que foi discutido, até porque houve o compromisso político – e temos que saber que compromisso político tem que ser cumprido – da Presidente Dilma com o Partido Verde, de Minas Gerais. Participei de algumas reuniões, nas quais ficou claramente definido que iria ser dobrada a alíquota de dois para quatro por cento. O meu projeto reproduz exatamente aquilo, porque foi quando sentimos que o Código de Mineração não ia ser possível. Isso aconteceu dentro de um compromisso político feito exatamente com o Zé Fernando, que era Deputado e que, inclusive, deu apoio para ela.

É um compromisso político, vai ter que ser feito mesmo. O Governo vai fazer. Então, se, a essa altura, partirmos para uma negociação, é um processo natural porque, para as próprias companhias, pode sei criar um mecanismo de gatilho para cima ou para baixo. Se a situação piorar amanhã, então, tem que se reduzir. Se melhorar a situação, então, cresce mais. Pode-se vincular a isso.

Então, acho que é muito justo tudo isso. E eu faria um apelo para que pudéssemos votar na quinta-feira, Senador Walter Pinheiro, que estava aqui conosco. Apelo para que pudéssemos votar, porque é preciso. Acho que esses dois Estados estão sofrendo muito. Apelo para que pudéssemos votar na quinta-feira e partíssemos para uma solução de votar nas próximas comissões para ir para a Câmara, mobilizando toda a Bancada de Minas, ouviu, Senador Aécio? Aí, chego até ao ponto de perguntar: por que não mobilizar a nossa população também? Não é nenhuma agressão falar isso. Isso faz parte do contexto. O Sérgio Cabral colocou um milhão de pessoas nas ruas por causa dos *royalties* do petróleo. E vejam que eles não poluem tanto. Poluem na hora em que a pessoa quer, não é Senador? Você compra o carro, compra a gasolina, então, está poluindo porque quer. Mas, na hora em que se está explorando o petróleo, não se polui, principalmente em águas profundas, na distância em que está. O minério, querendo ou não, vai continuar poluindo. Vocês vão ter que melhorar os mecanismos de escavação, criar mecanismos novos, mecanismos de adaptação dos caminhões, das carretas, de todos os veículos, porque não dá para continuar do jeito que está. Esse é o Código de Mineração. No Código de Mineração, vêm coisas pesadas e profundas aí. Então, deve ser muito bem pensado, com calma. Não pode ser dessa forma.

O que se precisa hoje é de recompensar nossos Municípios, recompensar nossos Estados. O Senador Aécio está de parabéns, avançou muito no projeto do Flexa e no meu. Eu faria apenas observações com relação às alíquotas. Se houver negociação, Senador Aécio, que retomem as alíquotas municipais maiores, que forem reduzidas para atender jaó Estado. Acho justo também. Como o valor está subindo, é natural que haja alteração dessas alíquotas, mas se o valor não subir, deve-se retomar os valores atuais, porque o Município é o mais afetado pelo processo. Mas isso, na próxima reunião, pode ser abordado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Se me permite, Senador Clésio, que toca em um assunto extremamente importante. E é vital que essa questão fique bastante clara, e V. Exª abordou de forma absolutamente correta. No momento em que apresentamos nossa proposta elevando em até cinco por cento o faturamento bruto, houve a possibilidade, com essa proposta, falando apenas do Estado de Minas Gerais a que V. Exª se referiu, de que os atuais R$715 milhões, que é total da arrecadação dos Municípios, saltasse para R$2,3 bilhões, portanto, estamos mais do que triplicando a proposta permitindo que os Estados tivessem o incremento. Por quê? Porque V. Exª sabe que temos ainda um passivo enorme, que vai muito além dos Municípios onde estão as minas: são as estradas, as rodovias, são os Municípios limítrofes que também sofrem com a degradação ambiental, com problemas de ordem social causados pela exploração mineral. Foi uma forma de permitirmos que o Estado possa atuar como mediador em investimentos que não poderiam ser feitos pelos Municípios. Por isso fizemos essa alteração.

Obviamente, se o entendimento nos levar a uma alíquota diferente dessa, não haverá problema nenhum em que se retorne ao valor dos Municípios. O que é equivocado é dizer, como li recentemente nesse final de semana em um artigo em Minas Gerais, que a nossa proposta retira recursos dos Municípios. É preciso que essa traga, como balizadora, a verdade. E V. Exª sabe que R$715 não é maior que R$2,3 bilhões.

Mas já disse aqui e reitero: devemos estar abertos a uma ampla negociação que pode, efetivamente, possibilitar um reequilíbrio entre essas alíquotas. Contudo, em nenhum momento, a nossa alíquota permitiu sequer aventar a possibilidade – e sabem V. Exª e o Senador

Flexa – de que os Municípios perdessem recursos. Repito: ao contrário; eles pelo menos triplicam aquilo que recebem hoje se aprovada a proposta como está.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Exatamente por isso que eu disse que a sua relatoria foi inteligente, uma vez que ela elevou os valores e todo mundo ganha. E a gente sabe o prejuízo que o Estado tem.

Há até uma história interessante – muito rapidamente, Presidente – sobre o trem que vai para Vitória e que, numa determinada cidade do nosso Estado, cujo nome não vou dizer, começaram a jogar sacos de lixo em cima dos trens, com a ideia de mandar o lixo embora. Assim, passaram a usar os trens da Vale para levar os sacos de lixo em cima do minério. Aí, em determinado momento, houve uma discussão no meio do processo, depois que a polícia entrou no caso, em que um dos habitantes disse: "O que é que tem eles levarem o lixo se eles estão jogando pó na gente aqui? Se eles jogam lixo aqui, levam lixo embora". Para vocês verem que coisa interessante!

E o Governador Aécio Neves colocou muito bem: há que se elevar o valor do Estado, porque o Estado tem esses outros Municípios também que são afetados por esse pó de minério que cai por todo lado. Mas o fundamental é isso: nós precisamos negociar, essa questão tem que ser resolvida, e há um compromisso político do Governo, Senador Walter Pinheiro, da Presidente Dilma. Inclusive, eu participei dessa discussão em Minas Gerais. E Minas não pode continuar aceitando esse tipo de situação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Clésio Andrade.

Passo a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, em nome do Governador do meu Estado, Simão Jatene, cumprimentar as autoridades convidadas que aqui estiveram presentes.

Quero dizer que tenho um olhar sobre esse debate que vai um pouco mais além, talvez de uma pressa, mas de uma pressa, tenho certeza, de aprovação de um projeto de lei que busque ocupar as lacunas deixadas por esse tempo de descontrole, digamos assim, das mineradoras e os direitos sociais, garantidos na Constituição Federal, do povo das regiões onde existe a exploração.

Também queria dizer aqui que, por muito tempo – e faço questão de fazer essa demarcação nesse debate –, participei de um comitê nacional tentando impedir a privatização da Vale do Rio Doce. E eu não gostaria de estar, agora, discutindo com setores privados da sociedade brasileira ou de outros lugares do mundo os direitos sobre o uso do solo, a exploração dos recursos naturais nas nossas regiões onde essa atividade incide diretamente sobre a vida e a qualidade de vida do nosso povo, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista ambiental. Mas, infelizmente, essa é uma realidade que não passou pela minha governabilidade, digamos assim, ou dos espaços políticos onde eu transitava no período da privatização da Vale do Rio Doce.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite um aparte, Senadora? Fique tranquila que, com respeito à Vale, ela continua estatal.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O senhor quer a palavra, Senador Flexa? Quer continuar? Há mais alguma coisa para manifestar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Era só isso.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria aqui levantar alguns aspectos que acho absolutamente relevantes. Acho, inclusive, importante denunciá-los em uma audiência como esta. A empresa Vale do Rio Doce, que traz enorme quantidade de manganês da Serra dos Carajás para ser beneficiado em uma cidade próxima, da região metropolitana, Barcarena, no Pará, gera grande quantidade de resíduos que são depositados em grandes bacias a céu aberto. Esses resíduos contaminam poços, igarapés, e outras fontes de água das quais se serve a população local. A consequência dessa contaminação são doenças de pele, doenças nos olhos, perda de dentes entre outras. Cabe inclusive – e nós a estamos formalizando, mesmo depois de termos formalizado ao Governador do meu Estado – uma denúncia à OEA sobre essa situação desumana que é consequência da forma desastrosa, desrespeitosa aos direitos humanos com que as mineradoras têm ocupado o nosso território e explorado os nossos minérios.

E faço questão de dizer isso porque nós não estamos aqui apenas tratando de um projeto que vai gerar um pouco mais de recurso aos Municípios ou aos Estados. Nós precisamos reparar esses danos sociais e ambientais. É preciso que o povo brasileiro se aproprie dessa realidade, dessa cruel realidade que vivem as cidades que são vítimas da exploração e do lucro que as mineradoras estão tendo.

Não é à toa que, no Pará, hoje as empresas mineradoras são as patrocinadoras porque se sentem donas do território, sentem-se donas do solo. Não adianta estar na Constituição brasileira que o solo é brasileiro, que é do povo brasileiro, quando as mineradoras mandam e desmandam. A Vale do Rio Doce manda no Pará. Manda no Pará! Determina toda a infraes-

trutura. E há de se dizer aqui que mente o Presidente da Vale quando diz que não tem investimento público. Toda a infraestrutura até hoje – 100% – colocada à disposição das mineradoras no Estado do Pará foram recursos públicos, Senador Aécio. Recursos públicos, dinheiro do povo, para que o povo seja explorado! É preciso dar um basta nisso!

Eu não tenho certeza se o projeto garante encontrar uma saída para tentar minimizar os problemas socioambientais deixados, mas eu acho que é preciso ter sensibilidade ao tratar disso. Eu não considero pouco relevante – e não tenho aqui mais nenhuma afinidade partidária com o Partido dos Trabalhadores hoje –, mas é preciso considerar, com respeito, as preocupações levantadas aqui de que é preciso evitar as rasteiras, como disse o Sr. Anderson, Presidente da Amib aqui, que as mineradoras têm dado nas cidades brasileiras e nos Estados brasileiros. É preciso encontrar formas, na legislação, para evitar a sonegação, porque são as mineradoras as principais sonegadoras de impostos neste País.

Então, eu queria aqui colocar-me à inteira disposição. Já me coloquei junto ao Governador Simão Jatene. Faço oposição ao Governo dele, mas faço oposição programática, respeitando as posições existentes. Quero colocar-me à inteira disposição até a votação do projeto, para buscarmos essas saídas, Senador Aécio. E tenho certeza de que V. Exª é uma pessoa sensível a isso e tem mediado alguns debates aqui, no Senado Federal, para que a gente encontre o ponto de equilíbrio necessário, para que a gente minimize o sofrimento não dos Estados, das cidades, mas do povo que vive nas regiões afetadas pela exploração mineral no nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senadora Marinor.

Passo a palavra, agora, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, Governadores, representantes do Ministério, dos Municípios, a primeira coisa que eu quero levantar nesta audiência, meu caro Governador Simão, é que a compreensão nossa é a compreensão de que este projeto, inclusive, já está completamente fora do tempo em que nós deveríamos ter adotado medidas contra essa predatória exploração no Brasil. Então, eu até louvo a sua atitude de aqui pedir aos Senadores que façam isso de forma a atender a essa demanda.

O nosso Estado, apesar de não estar aí na bancada, também é um dos Estados – se não for o quarto, é pelo menos o quinto Estado – que têm recebido esses recursos do setor mineral. E faz o terceiro maior investimento hoje nessa área de mineração: perde somente para o Estado de Minas e para o Estado de V. Exª. Então, esse é o debate importante.

Portanto, não há, por parte aqui desta Comissão – e aí, Senador Aécio, nenhuma... Eu até descobri que o prefeito é do PT nesta audiência. Então, é por isso que eu não podia submeter-me ao pito de V. Exª, até porque sou tão Senador quanto V. Exª. Então, portanto...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É muito mais, Senador Walter! V. Exª sabe o respeito que tenho por V. Exª. Não foi essa a intenção. Se assim foi, quero pedir desculpas. Apenas fiz um relato, uma contestação a uma afirmativa que considerei inadequada, mas V. Exª sabe o respeito que lhe tenho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas aí é importante, porque V. Exª, inclusive, na quinta-feira que nós abrimos esse processo aqui, não viu hora nenhuma vincular o debate dessa questão, inclusive, com a posição de governo. Pelo contrário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E continuo não vinculando, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pelo contrário. Muito menos... E aí nós estamos fazendo um debate aqui agora, não é uma política para governo, nós estamos discutindo ações para o Estado brasileiro; e, aliás, Flexa Ribeiro, este trecho, por exemplo, que sai de Brumado, na Bahia, e vai até Montes Claros, em Minas Gerais, que é um corredor de mineração, eu não conheço de ouvir falar, eu conheço dormente a dormente. Andei como Deputado, andei quando criança, porque o meu pai fazia exatamente esse trecho como chefe de trem. Conheço essa região como a palma da minha mão.

Este é um debate que faço, se o Senador Aécio se lembrar, desde a época em que, inclusive, éramos Deputados Federais, o debate sobre a regulação do setor mineral. Participei ativamente na Câmara dos Deputados no debate dessa questão, inclusive, do papel que seria uma agência para o setor mineral e na diferenciação de projetos. Nós não estamos falando de uma agência que tem o mesmo perfil de uma agência reguladora, tipo Aneel e Anatel. Nós estamos falando de uma agência que tem muito mais uma característica de agência executiva e, portanto, vai regular uma relação que não é das mais fáceis.

Os senhores que são Governadores sabem disso, e, quando o Prefeito Anderson cita a burla aqui, meu caro Flexa, é exatamente neste aspecto: qual é a capacidade de regulação? Que legislação nós estamos apontando para evitar que essas coisas aconteçam? Como é que nós vamos armar a estrutura de Estado para ela fazer a defesa dos interesses desses Municí-

pios? Talvez defender os Estados seja um pouquinho mais fácil, mas ninguém mora no Estado, Flexa; o cidadão mora no Município. É exatamente nos Municípios brasileiros que nós estamos convivendo com o problema não só da degradação ambiental, como da degradação social.

Portanto, o setor mineral tem produzido riquezas aqui muito bem apresentadas, mas também tem produzido problemas sociais gigantescos em diversos dos nossos Estados, e isso se apresenta nos Municípios. Os Estados vão arrecadar, mas são os Municípios, Senadora Lúcia Vânia, que efetivamente vão lidar como o problema frente a frente. Não há exploração mineral no Estado, tem de haver um lugar para essa exploração mineral ocorrer, para essa atividade.

Então, esse debate é importante. É por isso que era fundamental esse debate que nós puxamos aqui vir acompanhado não só da questão da taxa de regulação desse serviço, mas efetivamente quais as condições para que o Estado brasileiro possa agir nesse setor do ponto de vista dessa regulação. E aí não é só para fiscalizar a cobrança, Prefeito Anderson, que é fundamental fazer para que não haja burla, mas também para adotar medidas inclusive no que respeito à operação nessa área, que virou uma verdadeira – desculpe-me o termo – esculhambação no Brasil.

Esse é um processo extremamente delicado, não por incapacidade do DNPM, mas pela estruturação em que está pautado, hoje, o nosso DNPM para atuar nessas áreas. Volto a dizer: os senhores sabem disso mais do que eu, porque convivem com esse drama, sabem exatamente como é difícil hoje fazer o acompanhamento, sem contar a invasão que a gente tem a partir, inclusive, de diversas movimentações de interessados em mineração e o processo de acompanhamento de exportação desse produto – outra área também em que a gente enfrenta uma série de dificuldades.

E aqui eu quero insistir, eu volto a dizer, Flexa, desde a reunião passada que eu disse a vocês: nós não tivemos nenhuma conversa com a Vale, e acho que a gente tem de ter uma postura aqui linear nesse processo, seja para tratar a questão do fóssil, seja para tratar a questão do silício, que é muito importante no Brasil e a gente discute pouco. Nós temos, inclusive, uma reserva de silício das mais importantes e da melhor qualidade do mundo, em pouca quantidade se comparada com a demanda que o mercado mundial aponta para a questão do silício. Mas nós temos a melhor areia, poderíamos dizer assim, para a produção de semicondutores.

Portanto, não é tratar isso... Não é essa história de dizer que nós estamos fazendo o esforço aqui para não se votar. Não teve nenhuma obstrução, meu caro Flexa! Pelo contrário. Foi de nossa parte que você encontrou guarida aqui para fazermos esta audiência, promover o debate e tentar, inclusive, aportar ao relatório do Senador Aécio um conjunto de sugestões que caminham na direção de eliminarmos todas e quaisquer possibilidades de um processo crescente de judicialização nessa área. Eu creio que é importante. Nós estamos convivendo com isso agora, Senador Aécio, na questão do petróleo. Então, é importante que vejamos a barba do vizinho arder e botemos a nossa de molho.

Acredito que dá para fazer isso ainda nesse relatório. Estou apresentando, na próxima quinta-feira, uma série de sugestões para essa questão, porque nós estamos convivendo com isso. Quer dizer, antes de votarmos um projeto no plenário, nós já temos a ameaça de que vamos nos deparar com o Supremo Tribunal Federal por conta das leituras. Aliás, como J. P. Morgan sempre falava, advogado é para me dizer como vou fazer o que quero fazer. Então, bota-se um de cada lado e depara-se com as diversas interpretações sobre a natureza disso.

Então, esse é um terreno, inclusive, que é muito fértil para isso: mexe com o subsolo, tem a intervenção do Município, tem o debate que envolve outros atores. A capacidade que temos de ter problema nessa área é muito grande. Então, você vai convivendo com esse drama.

Essa é uma fase que eu acredito que seja importante também já aportarmos, para que esse relatório, Senador Aécio, não se prenda só a... Acho que é importante aumentar três vezes. Então, se o senhor pegar aqui o dado da Bahia, a Bahia, que recebe hoje pouco mais de R$78 milhões, passaria a receber R$260 milhões, grosso modo, se fizermos uma transposição pura e simples do que é a aplicação da alíquota. É bom, é legal! Beleza! Vamos fazer isso! Mas era necessário irmos um pouquinho além dessa questão das alíquotas e fechar algumas questões. Essa coisa, por exemplo, essa questão da agregação de valor, eu não peguei a sua explicação porque estava exatamente discutindo ali os *royalties* do petróleo, para ver se o Senador Vital do Rêgo entregava o seu relatório, como fez agora há pouco, ali, na Mesa.

Então, esse é o debate, quero chamar atenção, para fazermos. Não acredito que isto seja uma oportunidade para nos contrapormos sobre se o Governo mandou ou não mandou o Código de Mineração. Não acredito que tenhamos de esperar um compêndio para tentarmos discutir essa questão. Não é essa e não é esse o caminho. Eu, particularmente, não acredito. Da mesma forma que sempre disse que não acreditava naquela história de Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa. Desde 1999, Senador Aécio, que alguém

dizia que iria mandar um Tratado de Tordesilhas e até hoje não veio sequer uma linha alterando esse contexto.

Nesse setor, pior ainda. Então, não é a nova revisão do Código de Mineração Brasileiro produzido num tratado. É importante que peguemos partes dessa trajetória e vamos pontuando, e vamos aprimorando, inclusive. Nós vamos ter oito anos de mandato aqui, no Senado. Portanto, vamos ter oito oportunidades, a cada ano, de ir enxergando as realidades e tentar aprimorar essa questão.

Então, dá para fazer. Não vejo nenhum problema em relação a essa aplicação. E há essa, principalmente, fragilidade da aplicação dessa legislação nos Municípios. Então, acho que é importante.

Por último, eu ainda acho que esse relatório, Senador Aécio, também poderia conter aspectos do que nós também tentamos ali no petróleo, no que diz respeito à vinculação em relação aos *royalties* distribuídos a cada Município. Estabelecermos, por exemplo, a área da pesquisa nesse segmento. Qual a contribuição que esse segmento tem dado para a pesquisa nacional? Nós estamos falando aí de quarenta e tantos bilhões. Tira aí... Veja se, ao longo desses anos, nós tiramos R$4 bilhões, para pesquisa, desse setor! Eu não vi. Se alguém fez, fez para si. E pesquisa não é um processo que pode ser feito para si. A pesquisa que nós fizemos ao longo dos anos na Petrobrás foi uma pesquisa para a Nação. É por isso que estamos discutindo hoje que o petróleo não é do Rio de Janeiro, porque o dinheiro investido na pesquisa para chegarmos a 7.000 metros na lâmina d'água, esse dinheiro foi retirado de todos os Estados brasileiros e de todos os brasileiros.

Então, vincular parcela desse recurso para a gente destinar não só à pesquisa para atuação no setor, mas também à pesquisa e inovação para resolver graves problemas nas áreas de mineração. Vincular, por exemplo, é fundamental para a gente obrigar que parcela do recurso seja aplicada para restaurar e para resolver problemas inclusive da vida das pessoas, Governador.

Às vezes, a gente diz assim: "Não dá, vai para o Município e tal!". As carências são tantas que às vezes o dinheiro dos *royalties* do setor mineral chega ao Município, meu caro Governador de Minas, e, de repente – eu não estou dizendo que há desvirtuamento ou que há aplicação errônea, as necessidades é que são tamanhas –, para aquela área específica não vai um centavo, não vai um mil réis de mel coado!

Portanto, não custa nada a gente já tentar estabelecer parâmetros nesse projeto que amarrem boas condições para que a gente tenha um nível pelo menos de vinculação. Reclamamos tanto da saúde – e aqui o prefeito falava da questão da poeira, das condições. Reclamamos tanto da formação de mão de obra, Senador Aécio, para trabalhar nessa área. E reclamamos tanto, inclusive, das condições em que essa mão de obra termina operando no setor mineral. Esse é outro fator preponderante.

Normalmente – com raras exceções –, as empresas obrigatoriamente têm que se estruturar. Esse é um setor que tem um traço: o chamado ambiente de trabalho completamente insalubre, perigoso e degradado na sua natureza. Então, ele tem uma característica muito própria. Se não tivermos uma posição, se não adotarmos posições que caminhem na direção até de superar, em determinadas escalas, um trabalho extremamente parecido com o que nós estamos combatendo aqui de trabalho escravo...

Esse final de semana, Senador Aécio, eu estive em uma região da Bahia, região que é fronteiriça com Minas, e na hora em que estávamos descendo do morro, um morro todo furadinho... As pessoas convivem, naquelas regiões, morando numa barraca – aquilo não é nem barraca: são quatro troncos, às vezes galhos de árvore retirados, monta-se ali, faz-se uma lona só para o cara efetivamente, em um dado momento, ficar ali na cobertura ou pegar e botar a panelinha dele com um graveto para ver se vai cozinhando o grude dele ali, e ali ele vai tocando... São milhares de pessoas!

A cidade em que eu estive nesse final de semana é uma cidade de pouco mais de 10 mil habitantes, e 1,5 mil pessoas transitam na cidade todos os dias. Todos os dias, 1,5 mil pessoas, para uma cidade de pouco mais de 10 mil habitantes! Isso desagrega, isso cria problemas! E as condições de trabalho dessa gente são condições completamente fora de qualquer padrão que a gente esteja defendendo hoje.

Portanto, esse é um debate que é importante a gente travar. É óbvio que a gente não vai transformar esse projeto num verdadeiro compêndio, resolvendo todas as coisas. Mas acredito que, nessa linha, é possível a gente ajudar, contribuir para que essas melhorias sejam introduzidas. E que a segurança jurídica, que a nossa capacidade de atuação nos permita, através dessa lei, um nível maior de cobrança da ação – aí, sim – da estrutura de Estado, para termos o funcionamento, a cobrança, a fiscalização e a justa regulação desse setor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Walter, se me permite a Presidente Lúcia, apenas uma rápida consideração.

V. Exª é conhecido, nesta Casa, como um Senador extremamente construtivo. Muitos podem achar isso uma novidade; eu não. Fomos colegas da Câmara dos Deputados durante muito tempo, trabalhamos juntos como líderes partidários – eu, na época, Líder de Governo e V. Exª da oposição. E digo que não deixo

de ter certa saudade daquele tempo, mas nós sempre soubemos colocar as questões. Espero que não pela eternidade, mas a verdade é esta: nós sempre soubemos, Senador Walter, colocar as questões de interesse do País e do Parlamento acima das nossas posições circunstanciais.

Construímos a nova legislação de imunidade parlamentar, que acabou com a imunidade parlamentar, o novo Conselho de Ética, a questão da regulação das medidas provisórias naquela primeira movimentação, e V. Exª sempre muito ativo. Então, isso me dá muita tranquilidade de que V. Exª será um construtor de entendimentos. Muitas das abordagens que V. Exª traz estão também nas nossas preocupações.

Em relação à fiscalização, sabemos que hoje a DNPM recolhe a Cfem, depois, num prazo de até seis dias, se não me engano, repassa aos Estados e Municípios.

É frágil a estrutura do DNPM nos Estados. Estamos propondo que isso possa, Prefeito Cabido, ser feito conjuntamente Municípios e Estados, obviamente que com a participação também da União, quem sabe utilizando a estrutura de arrecadação do ICMS que as Secretarias da Fazenda, Dr. Pedro Meneguetti, tem hoje.

Queremos buscar inovações que garantam efetivamente aquilo que todos nós consideramos essenciais, que não haja a judicialização do processo – as mineradoras têm tido a capacidade de, através da judicialização, não atender a compromisso com Municípios e com Estados; a questão da destinação do recurso – discutimos muito, Senador Flexa, Senador Clésio e eu – achamos que, num primeiro momento, para não fazermos um compêndio, deveríamos nos fixar na nova regulação, na nova arrecadação, na nova distribuição das alíquotas para, num segundo momento, entrarmos nessa questão que considero extremamente positiva, inclusive a contribuição do prefeito, limitarmos a determinadas ações para que esse recurso, que também é finito, se perca, seja nas administrações municipais, seja nas administrações estaduais.

Faço apenas essas rápidas observações para dizer que estarei, a partir do encerramento desta reunião, à disposição dos Srs. Senadores, daqueles que aqui participaram dos debates, para que possamos – mas acho que teremos que fazer isso com alguma brevidade – apresentar um projeto que seja votado, e cada um aqui vai manifestar, no momento certo, a sua posição em relação a ele.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerradas as inscrições...

Gostaria de falar, Senador Zeze Perrella?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Só uma observação, Srª Presidente, se me permite.

Entendo a preocupação do Dr. Paulo Camillo Penna, como empresário que também sou. Toda atividade tem determinado período em que ela é complicada. Hoje, de repente, vocês podem estar vivendo um *boom*, tanto é que a Vale está com um lucro previsto de R$40 bilhões, porque não se cria um *royalty* menor, Senador Aécio, fixo, e um bom *royalty* sobre o lucro? Porque o empresário não vai ter o que reclamar se tiver que pagar muito amanhã.

Fica aí a sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Encerrada a discussão, passo a palavra agora para as considerações finais.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Exª me permita, pegando pelas palavras finais do Senador Aécio.

Na verdade, participei rapidamente da última audiência, daquele último encontro e, a partir dali – quero inclusive me dedicar mais; estive nesse período muito voltado para essa discussão dos *royalties* do petróleo; temos a previsão de votação amanhã – gostaria de me debruçar sobre esse tema.

Entre todas as coisas colocadas, existe, que eu saiba, um grupo de trabalho dentro do Governo no sentido do lançamento de um plano nacional, que eu acho que vem em boa hora, a partir da proposta do Senador Flexa Ribeiro, enfim, substitutivo que V. Exª apresenta.

Existe um ponto ao qual quero a ele muito me dedicar, que é a alternativa que podemos colocar para o Brasil e a alternativa muitas vezes para os Estados. Ou seja, o sistema que temos hoje, as coisas acontecem no Município, acontecem no Estado e têm pouca capacidade para tomar decisão, mesmo de fiscalização. A gente faz contrato entre o Estado e o Governo Federal, mas é um contrato muitas vezes questionado. Na hora do pega, normalmente o Judiciário tem sido contrário, por conta da fragilidade.

Outro ponto: temos no Brasil a CPRM, empresa que atua na área de pesquisa que, a exemplo do que se faz com o petróleo, também pode ter um papel maior – a própria legislação já o permite; eu queria ver com o Dr. Claudio Sclair sobre isso – aonde o setor privado não vai. Muitas vezes você tem – louvo aqui a iniciativa da definição de *royalties*, de prazos, enfim – um pedido de concessão de licenciamento para pesquisa, depois para investimento, e não acontece, isso vira instrumento de reserva de mercado, que é uma coisa muito comum e, muitas vezes, prejudicial à região. Para aqueles Municípios, para aquela região, para aquele Estado, a alternativa que existe de riqueza para gerar um desenvolvimento não acontece.

Então, creio que também temos de estudar essa possibilidade de um papel maior para uma empresa como a CPRM no sentido de ela ser fortalecida como alternativa para essa área da mineração, para citar aqui alguns exemplos.

Mas eu quero me somar, estarei já após a audiência, Senador Aécio, buscando juntar-me aos demais Senadores que estão lidando com esse tema na CAS.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

Vou retornar a palavra aos expositores para suas considerações finais, mas quero aqui alertar que já estamos na Ordem do Dia, e cada um tem de ser bastante rápido.

Com a palavra o Dr. Claudio Scliar.

O SR. CLÁUDIO SCLIAR – Primeiro, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite para aqui estar e dizer que, sob o olhar do Senador Edison Lobão – que é o primeiro retrato que ali está –, não tenho dúvida alguma de que os projetos apresentados, seja no Senado, seja na Câmara, muito contribuíram para a discussão que fizemos nesse período e que tem que ver com o que o Senador Flexa Ribeiro inclusive levantou, porque a proposta colocada, seja no final do Governo Lula, como agora no Governo Dilma, pelo Ministro Lobão, tem que ver com um novo modelo para a mineração brasileira, como o Senador Walter Pinheiro levantou.

E, inclusive, Senador Aécio, é nessa perspectiva que entendo a manifestação do Prefeito Cabido, de Congonhas, que participou muito desta discussão mais ampla: a Cfem, sem dúvida, é um ponto vital, é o bolso, é aquela questão de quanto se paga. Não é só a questão da alíquota, não é só a questão do montante; é a questão de como isso vai ser cobrado, de como se dão essas concessões – e a proposta nossa que estamos discutindo é um contrato – e de como se dão essas condicionantes, como se dá essa responsabilidade da mineradora, desde a pesquisa até ter essa concessão desse bem da União.

Então, Senadora Lúcia Vânia, eu não tenho dúvida alguma – como pensam os Senadores Walter Pinheiro e tantos outros aqui, sejam da situação, sejam da oposição – de que esta Comissão vai ter um papel fundamental em discutir esse aspecto do modelo da mineração no País, em que a questão dos *royalties* – concordo plenamente, acho que o Senador Aécio pegou bem esse aspecto – não é um imposto, é um preço público, considerando-se também como se dá o aproveitamento desse bem mineral e o retorno para a sociedade, seja para o Município, seja para o Estado, seja para a União.

Assim, esse aspecto tem de ser pensado dessa forma mais holística, mais das mudanças de um Código que foi feito em 1967 como um plano nacional, com um plano decenal que os militares fizeram naquela época, de 1965 a 1975, em que a questão central era produzir, produzir, produzir. Esse Código teve seus objetivos naquela época, naquele momento. O mundo mudou. O Brasil mudou. Hoje não é só o produzir de qualquer maneira e de qualquer jeito, não é só "exportar é o que importa". Não é mais isso. Estamos em outro País, em outra conjuntura.

O projeto que os senhores apresentaram e esses projetos que estão vindo pelo Governo Federal, sem dúvida alguma, vão se somar a essa preocupação do Estado brasileiro, a essa preocupação do Congresso Nacional que o levará a fazer uma discussão muito positiva para tirarmos uma nova legislação e novos órgãos que melhor encaminhem o bom aproveitamento dos minerais brasileiros.

Muito obrigado a todos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Permita-me, Presidente, apenas agradecer a contribuição extremamente positiva do Dr. Scliar, conhecedor profundo da matéria.

Quero dizer a V. Sªs, os oradores que estão aqui, que é muito bem vinda e esperada, inclusive, há algum tempo, essa nova proposta do Governo, que aqui será debatida, que aqui será certamente aprimorada. Mas nós temos as nossas responsabilidades como legisladores.

É intenção tanto do Senador Flexa quanto do Senador Clésio, autores da proposta, ocupar este espaço de discussão. Certamente, no momento em que o Código aqui chegar, ele vai ser incorporado ou vai caminhar paralelamente, não importa. O que nós não devemos fazer é negar apoio à discussão de algo extremamente essencial ao País.

Nós temos já, como disse o Senador Walter Pinheiro, um atraso muito grande na discussão dessa matéria e, independente da sua origem, ela tem que ser compreendida como algo de interesse do Estado brasileiro e, sobretudo, da Federação brasileira, porque ela trata também da Federação no momento em que fortalece ou dá condições de enfrentar suas dificuldades aos Municípios e aos Estados brasileiros. Nós teremos outras oportunidades.

Já foi votada nesta Comissão a matéria, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos e nós teremos, nesse ínterim, oportunidade de aproveitar experiências e discussões já havidas no Ministério, mas sem obstaculizar, sem prejuízo do avanço das discussões que o Senado da República faz, cumprindo com sua prerrogativa constitucional de legislar sobre

as questões da Federação, que é o que nós representamos nesta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Dr. Claudio de Scliar. Quero cumprimentá-lo pela colaboração nesta audiência pública.

Passo a palavra agora ao Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – Bom, eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter me manifestado em nome da mineração brasileira neste ambiente tão construtivo onde se busca a edificação de um novo diploma legal, de uma legislação que efetivamente reduza o grau de judicialização, que promova o desenvolvimento da atividade mineral, que contribua efetivamente para a verticalização, porque o que ocorre hoje efetivamente é exatamente o contrário.

Nós temos uma legislação absolutamente superada e que precisa efetivamente ser discutida e modernizada. Eu só lamento, em primeiro lugar, que a discussão tenha por base uma companhia. No projeto que foi colocado, com o respeito que o autor e que o relator têm, a sensação que se tem a todo momento é que se tomou por base uma única companhia. Vou citar o nome dela: a Companhia Vale, que é uma empresa absolutamente diferente das dez mil outras que existem no Brasil. Eu gostaria muito de que tivéssemos dez mil empresas como a Vale. Seríamos talvez a maior potência mundial. Então eu acho que essa percepção do Código de Mineração, da Agência de Mineração, da legislação de *royalties* deve ser percebida num ambiente de mais de dez mil empresas que funcionam no Brasil.

A discussão hoje em relação a *royalty* se efetivamente ele é um preço público, se é um imposto, se é uma taxa, para mim, é uma tecnicidade sem importância, na medida em que, na última linha, o que importa é a capacidade de sangrar o resultado da empresa.

Nós hoje não podemos ter nomes e números soltos colocados de maneira esparsa, como foi citado aqui o IUM e outros impostos e taxas de outros países, sem considerar a totalidade dos encargos que se impõem ao setor mineral. Essa comparação é absolutamente necessária, como é absolutamente necessária também a universalização do pagamento de tributos e impostos neste País.

O ex-Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais Waldir Salvador, em declaração há dois, três anos, dizia que, dos duzentos Municípios onde havia registros de atividades minerais, apenas cem pagavam impostos, ou seja, sequer se pretende efetivamente ampliar a contribuição. Claro, Senador, é uma injustiça efetiva que se comete contra as empresas que são formais, as empresas que contribuem decisivamente para a promoção do desenvolvimento deste País. Hoje o que se busca claramente é sangrar a capacidade das empresas que hoje dão resultado.

O Senador Zeze Perrella colocou que deveria haver uma alteração na legislação sobre a participação do resultado das empresas. Deveria, sim, se o legislador que fez a legislação ordinária, Senador, tivesse optado, em vez da contribuição, que é a Cfem, pela participação no resultado. Mas por que ele não fez isso? Porque, nos anos 1980 e nos anos 1990, a indústria da mineração brasileira desapareceu, como praticamente desapareceu em 2009. Os senhores se esquecem de que, em 2009, houve uma redução do preço das *commodities* de 60% em média, com o setor atingindo um recorde de investimento de US$57 bilhões; investimento privado.

O Senador Flexa, hoje, reestatizou a Vale e estatizou o recurso de quem trabalha em empresas públicas. O recurso do trabalhador que trabalha em empresa pública é recurso privado, Senador, e, efetivamente, se há o controle pelos fundos de pensão da Vale, o fundo de pensão é constituído por recursos privados.

Acho que teremos que ter um debate calcado, baseado e lastreado em informações de sustentabilidade técnica. Tanto se fala em sustentabilidade! Nós tivemos equívocos históricos neste País: a troca do IUM, quer dizer, a participação do Município brasileiro que tinha 20% do IUM foi seduzida por uma troca de 65% nos *royalties*. Quer dizer, a troca percentual não guardou nenhum estudo técnico; não houve nenhuma observância de maior profundidade nessa troca, que acabou sendo, efetivamente, danosa para os Municípios.

Mas também não nos podemos esquecer de 1989. Em 2009, nós saímos de uma carga tributária de 22% para 35%. Oneramos significativamente as empresas. É nesse contexto, no contexto de uma análise técnica sustentável, no contexto de uma competitividade que o setor não pode perder em relação aos outros países e mesmo no contexto de que efetivamente há setores que não continuam a atuar no Brasil; se tivermos aumento na carga proposta, que deveremos ter esse debate.

Mais do que isto: eu citaria, por exemplo, a indústria do alumínio no Brasil. O Brasil, em 2001, passou a ser importador de alumínio. O Brasil não resiste a um aumento de carga de bauxita; o Brasil não resiste a um aumento de carga de caulim; o Brasil não resiste a um aumento da modificação de base em rochas ornamentais, porque, pela peculiaridade da atividade, o aumento é de mais de 1.000%. Mais do que isto: nós temos, efetivamente, pela proposta que está sendo apresentada, um aumento de 5% a 10% dos *royalties*.

Foi esquecido que existem 50% do superficiário sobre o *royalty* que é recolhido.

Então, quando se propõe um aumento para 5%, nós estamos falando, na verdade, em 7%. Mais do que isto: quando se incorporam os 2,5%, temos, então, um valor sobre o faturamento de 10% e muito mais do que isso. Por uma conta muito rápida, estamos falando, hoje, de um *royalty* de cerca de 20% nas bases atuais.

Quando o Senador coloca a Austrália como exemplo de aumento de *royalty*, eu devo lembrar, primeiro, que há uma posição do governo australiano de compensar o *royalty* que é estadual nos demais impostos. Proposta, inclusive, que é contemplada pelo Ministro Edison Lobão. O Ministro tem se manifestado reiteradas vezes da seguinte maneira: "Considero o *royalty* de Estados e Municípios baixo, mas também considero que um aumento significativo nos *royalties* reduz a competitividade da indústria mineral. Dessa maneira, o que devemos fazer é, se houver um aumento desse encargo, que tenhamos também uma compensação em outros tributos para a indústria mineral brasileira continuar a ser competitiva".

Lembro ainda de papéis sociais fundamentais que minérios como areia, brita, saibro têm no desenvolvimento social deste País. E lembro mais: lembro que essa discussão a ser implementada deve guardar sinergia com a política nacional de tributação. Quer dizer, o aumento, puro e simples, de *royalties* do setor não vai espelhar efetivamente o grau e o impacto que a atividade vai sofrer e o dano que pode trazer para um setor que contribui decisivamente para o desenvolvimento nacional.

De uma maneira muito rápida, são os meus comentários finais, atendendo à solicitação da Senadora no sentido de que eu seja breve.

Mas eu chamo – e conclamo os Srs. Senadores, agradecendo a abertura para uma negociação – a atenção para a importância de termos bases técnicas sustentáveis, sólidas, para que não tenhamos aqui um debate e uma solução predatória para um setor que é, efetivamente, um dos que mais contribui para o desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Camillo Vargas Penna e passo a palavra ao Relator.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Srª Presidente, V. Exª permite uma colocação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Dr. Paulo, acho que é exatamente dentro de tudo que foi falado e que se complementa: é importante que se separem essas duas discussões. Essa abertura de negociação, atendendo também a essa situação emergencial, que é a necessidade que os dois Estados, os três Estados, com a Bahia, têm, é fundamental, porque as discussões vão ser muito profundas. Mesmo com os representantes dos mineradores em número de dez mil, V. Exª sabe quantos mil mineradores estão com dificuldades de transportar o minério. Eles não têm o direito de transportar o seu minério, o direito de passagem. Isso vai ter que ser discutido no Código de Mineração também. Quer dizer, há uma série de outras coisas que vão surgir que são temas bastante complexos e demorados.

E a questão da compensação é uma coisa muito mais fácil de fazer numa negociação, naquilo que é razoável, porque ninguém também quer destruir as mineradoras, mas tem uma margem em que se pode trabalhar e ajudar nossos Estados hoje, atender a uma situação emergencial e trabalhar o resto com calma, Senador Walter Pinheiro. Esta questão do direito de passagem é muito mais grave, porque mais de 30% das mineradoras não têm nem como transportar o minério, ou está transportando por um valor caro. Aí sim, essas, realmente, não aguentam transportar porque não podem usar a ferrovia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) (*Falha na gravação*.) – ... uma consideração em relação ao que disse, com a competência de sempre...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso aí, Clésio, chama-se compartilhamento de infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Relator.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, é apenas para fazer algumas considerações finais em relação ao que diz, mais uma vez, o Dr. Paulo Camillo Penna, que cumpre aqui o seu papel, obviamente, de representante das empresas de mineração. Faço apenas uma ressalva, na verdade, para tranquilizá-lo: não é intenção de nenhum dos Senadores que estão aqui ou que vão se aprofundar nessa questão, para usar um termo de V. Exª, sangrar a capacidade das empresas que dão resultado, ao contrário: todos nós sabemos da importância do setor, queremos que ele continue trabalhando, trazendo divisas para o Brasil, trazendo resultados, gerando empregos. Mas não cabe, no mundo de hoje, Dr. Paulo, para qualquer empresário, seja ele um grande empresário, dirigente de uma companhia como a Vale, seja ele um pequeno minera-

dor, desconhecer suas responsabilidades ambientais, suas responsabilidades sociais e até de investimento.

V. Exª citou, na sua explanação inicial, que o setor público compartilha com as ferrovias e os portos do setor mineral, empreendimentos do setor mineral. Eu poderia dizer, da mesma forma, que o setor mineral compartilha com as rodovias a questão de responsabilidade, e o Governador Simão Jatene deve saber o custo disso para ele e de outros instrumentos públicos.

O essencial é que essa discussão se dê com serenidade e com responsabilidade, mas com a compreensão, por parte das empresas mineradoras, de que nós teremos que avançar.

Um questionamento que eu poderia deixar ao Ibram também: por que o Brasil recebe, Senador Flexa, somente 3% dos investimentos em pesquisa mineral, com todo o potencial geológico que nós temos, enquanto a América Latina, 23%? Essa não seria uma grande responsabilidade, também, das empresas mineradoras? Acho que sim, porque exatamente esse investimento poderia, melhorando a tecnologia, a operação das empresas, de alguma forma, amenizar o impacto de um eventual aumento da Cfem.

Mas um dado final – não vamos aqui polemizar, até porque temos uma votação agora – é um dado do Ibram, do instituto de V. Exª, quanto ao valor da produção mineral. Eu falei sobre ele, mas agora dou a origem dos dados. Em 2010, o valor da produção mineral foi de R$62 bilhões. Vamos ficar em reais.

O SR. PAULO CAMILLO VARGAS PENNA – *(Fora do microfone.)* Trinta e nove bilhões de dólares.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Trinta e nove bilhões de dólares. Pode ficar em dólares. Estou mais familiarizado com o real. Não sou minerador. O volume da Cfem recolhido, para ficar em real, nesse período, para o resultado de R$62 bilhões, foi de R$1 bilhão – R$1,08 bilhão –, o que significa 1,7%. Na verdade, a alíquota efetiva da Cfem foi de 1,7%. Será que isso inviabiliza a atividade mineral no País? Não acredito, meu caro Dr. Paulo, mas agradeço sua contribuição a esta nossa reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Paulo e passo a palavra agora ao Exmº Sr. Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, Sr. Alberto Pinto Coelho.

Eu gostaria de dizer aos demais expositores que nós já estamos em processo de votação. Então, eu gostaria que fossem bem sucintos nas suas considerações finais.

O SR. ALBERTO PINTO COELHO – Eu quero apenas renovar a importância deste momento e também dizer que, a despeito de tudo o que foi aqui colocado com relação aos imperativos que se fazem para o exame do arcabouço e da regulação no novo marco regulatório da mineração, faz-se urgente, diante da realidade cotidiana dos Estados e dos Municípios, que a questão dos *royalties* tenha a celeridade indispensável, uma vez que estamos vivenciando um *boom* muito grande da mineração.

Para ficar num exemplo, estou vivenciando numa região do nosso Estado, com três cidades consideradas pequenas, a seguinte situação: uma mineração lá chegou, e um mineroduto de 600 quilômetros; portanto, é algo que não se imaginava há alguns anos, ainda que existissem as reservas, que se pudesse viabilizar a mineração nessa região.

Isso traduz o momento pujante da mineração, e realmente, se ele é pujante para a atividade, para as empresas, ele tem que ser também para a sociedade como um todo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Governador e passo a palavra ao Relator, para suas considerações.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas gostaria de agradecer a contribuição do ilustre Governador Alberto Pinto Coelho, que conhece profundamente a matéria, e ele reitera a disposição do Estado de Minas também de continuar contribuindo para que tenhamos um projeto que seja de interesse do País.

Portanto, agradeço ao Governador Alberto, e agradeço também ao Dr. Pedro Meneguetti, Secretário da Fazenda em exercício, por sua presença entre nós.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Quero pontuar a fala do Paulo e dizer o seguinte para o Ibram: precisamos compreender exatamente o que significa a Cfem. Não é uma questão meramente de nomenclatura, se a Cfem é preço público, se é tributo, se é imposto ou o que seja. A Cfem é a compensação paga à União – portanto, à sociedade brasileira – por um bem que pertence a todos enquanto está debaixo da terra. Então, aquilo que está debaixo da terra, neste exato instante, pertence a cada um de nós, brasileiros, mineiros e cidadãos dos Municípios mineradores. A partir do momento em que a empresa desenvolve sua atividade e retira aquele bem que está ali debaixo da terra e o toma para si, ela precisa pagar essa compensação à sociedade. E isso é totalmente diferente de imposto, de tributo. É como se fosse o custo da matéria-prima dela.

E o desafio que faço a todos que insistem nessa tese é: qual outra indústria possui, como custo de matéria-prima, 0,7%? Porque, na verdade, Senador

Aécio – permita-me ajustar o raciocínio que o senhor fez agora há pouco –, é 0,7%. Se tomarmos o faturamento da Vale de 2010, de R$85 bilhões, e os R$600 milhões que ela recolheu a título de Cfem, isso dá 0,7%. Que indústria tem isso?

Então, se tivermos de colocar a Cfem em alguma conta contábil, não é na conta dos impostos; é na conta da matéria-prima. E aí o desafio que faço é este: qual outra indústria, neste País ou neste mundo, paga, a título de custo de matéria-prima, 0,7% da sua receita, do seu faturamento? Particularmente, desconheço. Por isso essa compensação não é, absolutamente, justa com os Municípios, não é justa com a sociedade brasileira.

Da mesma forma, eu desenvolvo o raciocínio com relação à questão da competitividade. Falamos de uma previsão de lucro para a empresa de R$45 bilhões. Nas propostas que existem aí, estamos falando de um acréscimo de dois ou três bilhões de reais na Cfem, o que abateria muito pouco essa enormidade de lucro que a empresa tem gerado. Acho difícil sustentar que isso seja capaz de comprometer a competitividade da empresa.

Queria também fazer uma explicação talvez mais bem colocada para não correr o risco de ser injustamente julgado. Os Municípios... E eu falei agora há pouco, Senador Flexa, da peneira que é a legislação atual de Cfem. Ela tem muitas brechas, e a gente precisa resolver essas brechas nessa proposta, nesse projeto de lei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O projeto e o parecer do Senador Aécio extinguem qualquer brecha, porque a base é sobre o valor da *commodity* e acaba com qualquer elisão fiscal. Não é sonegação, não, é elisão. Ou seja, é legal, mas é imoral.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Vou me permitir discordar do senhor, com todo o respeito. Acho que existem aspectos que precisam ser avançados. São aspectos técnicos. Acho que agora não é o momento. Mas o pedido que a gente faz é o seguinte: o projeto, da forma como está colocado hoje, não contempla os Municípios nesse aspecto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como assim?

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Nesse aspecto das brechas e no aspecto de que nós estamos reduzindo – e aí o senhor vai me permitir concluir o raciocínio – a participação dos Municípios na Cfem de 65% para 50%. E nós levamos um bom tempo negociando, convencendo e levando os nossos argumentos para o Ministério de Minas e Energia de que a participação dos Municípios mineradores, mesmo com a nova alíquota e com a nova base de cálculo, deveria se manter em 65%.

Então o meu posicionamento aqui, de reivindicação e de crítica que nada tem a ver com crítica político-partidária, caro Senador, é uma crítica no sentido de que os Municípios reivindicam, sim, a manutenção da atual alíquota de participação deles, hoje colocada em 65%.

Por fim, eu não poderia também deixar de citar essa preocupação que os Municípios têm e que a gente considera um avanço quando o Senador Walter Pinheiro observa, no sentido de vincular a receita com a Cfem na aplicação desses recursos.

Hoje, por exemplo, a gente não percebe os recursos da Cfem que são arrecadados pelos Estados sendo aplicados nessas áreas.

Não estou questionando se estão aplicando numa coisa mais importante ou menos importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Feita nos Municípios.

O SR. ANDERSON COSTA CABIDO – Pelos Municípios é garantida pela lei atual. A gente precisa aperfeiçoar a vinculação para os Municípios e estabelecer a mesma vinculação para os Estados. Disso eu acho importante que não se abra mão.

De toda forma, eu quero trazer aqui a disposição dos Municípios, Senador Aécio e Senador Flexa, de contribuir, de participar, de que nos seja dado desta vez o direito à participação e à contribuição. Não estamos aqui para desconstruir nada. É louvável inclusive a atitude e todos os prefeitos bateriam palmas se a gente aprovasse esse projeto rapidamente, a título de urgência, mesmo porque todos nós, a maioria dos prefeitos dos Municípios mineradores, estamos no segundo mandato e o ano que vem será o último ano de mandato. Seria louvável essa conquista e teria, é claro, todo o nosso apoio. Mas de nada adiantaria fazer algo para continuar tomando – com o perdão da palavra mais uma vez – rasteira devido às brechas que possam existir na legislação.

Então, queremos dar a nossa contribuição. O que estamos pedindo, Senadores, é o direito de que, desta vez, a gente possa participar e dar a nossa contribuição, ajudando para que esse processo possa seguir de forma mais ágil. E, é claro, não podemos abrir mão da participação dos 65% para os Municípios mineradores, que é onde acontece toda a tragédia que a mineração traz. Temos de ter condições para tentar minimizar os impactos negativos. Há os impactos positivos, que – não resta dúvida – são bons para todos, para o Estado, para a União, para os Municípios. O problema é que as situações graves estão ocorrendo dentro do nosso Município.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço-lhe, Prefeito Cabido, a sua colaboração.

Passo a palavra ao Relator, para que faça suas considerações.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Quero agradecer a presença ao Prefeito Cabido, que traz uma contribuição à discussão, sem dúvida alguma, quando fala da destinação dos recursos, da sua preocupação em relação a essas chicanas que são sempre colocadas, a essas brechas na legislação, que acabam judicializando permanentemente essa questão. Mas, num primeiro momento, tenho de tranquilizá-lo em relação àquilo que o Senador Flexa muito corretamente chamou de fim da elisão fiscal, a partir do momento em que, conjuntamente, Estado, Município e União procederão à apuração, a partir do resultado bruto das empresas. Isso significa que investimentos ou despesas com logística, com transporte, seja na esteira, seja em caminhões fora de estradas, entre várias outras despesas, não serão mais contabilizados no cálculo da Cfem. Isso dará, inclusive, Senador Walter, a possibilidade de planejamento aos Municípios e aos Estados.

Quanto à insistência de V. Exª nessa questão, permita-me também, muito objetivamente, discordar de V. Exª, quando fala em não abrir mão das alíquotas. Isso me lembra muito uma história da minha juventude, da minha infância. Como sabe V. Exª, fui criado ao lado da cidade de Congonhas, em São João del Rei. Uma vez, alguém me perguntou – guardei isto comigo: "Você prefere ter 100% da Kibon [Kibon é uma sorveteria que, inclusive, dá nome à principal rua da cidade] ou 0,5% da Volkswagen?". Na época, algumas pessoas ficaram na dúvida quanto ao que era melhor.

V. Exª fala na manutenção dos 65%, e é impossível não se trazer a esta discussão em cima de que base esses valores serão calculados. Eu acho que V. Exª, Prefeito Cabido, com todo o respeito, terá dificuldades de dizer isso aos seus companheiros dos Municípios mineradores e até à população de Congonhas, que recebeu, no ano passado, R$37 milhões. Neste ano, se aprovada a nossa proposta, o montante chegará a algo em torno de R$110 milhões. Que perda é essa?

Há essa mudança na alíquota, na participação de Estados e de Municípios, pelas razões que aqui falei, como a necessidade de investimentos não dentro do Município minerador, mas em regiões limítrofes, na busca de induzir uma nova atividade econômica, para ocupar a mão de obra que estava ocupada com a mineração, quando se exaure essa atividade. E, obviamente, essa mudança na distribuição dos percentuais está vinculada ao aferimento em cima do resultado bruto. Então, não é correto dizer: "Quero que os Municípios fiquem com 65%". É preciso que se diga que, com a nossa proposta, os Municípios terão 50% de algo cinco vezes maior do que estavam recebendo.

Na verdade, no fim de semana, li um artigo – vou falar rapidamente – de uma figura do Partido dos Trabalhadores que está um pouco na sombra na política e que condena, Senador Flexa, a proposta do Senador Aécio. Vou dizer aqui o autor. V. Exª se lembra dele, muitos se lembram dele, até porque ele não nos deixa esquecer dele. Ele se chama José Dirceu. No seu artigo, diz o seguinte: "A proposta do Senador Aécio Neves tira recursos dos Municípios. Cuidado com ela!". Aí ele faz esse cálculo, exatamente o que está aqui externado pelo Prefeito, de que os Municípios sairão de 65% para 50% e de que os Estados passarão de 23% para 30%, ficando a União como está. Li o texto até o final, e, infelizmente, ele se esqueceu de dizer sobre que base seria calculada a nova participação dos Estados e dos Municípios.

Fica aqui um alerta apenas para que tenhamos muita disposição, todos nós. A Presidente Lúcia Vânia merece todas as nossas homenagens, pela forma extremamente correta com que conduziu mais esta reunião, entre tantas desta Comissão. O Senador Clésio tem dado a sua contribuição, bem como o Senador Flexa, autores dos projetos. Começamos a discutir objetivamente a questão da Cfem. Quando vier o projeto do Governo, obviamente, ele será incorporado a esta discussão e será muito bem-vindo. Não é importante quem é o autor; o importante é aonde nós queremos chegar. As nossas circunstâncias de governo, já disse a oposição, são efêmeras, são passageiras. Então, nós temos que compreender que temos aqui uma oportunidade e o Senado, tenho certeza, e esta Comissão presidida muito competentemente pela Senadora Lúcia Vânia não vai abdicar de cumprir o seu papel de legisladores e de defensores da federação.

Mais uma vez ao Senador Simão Jatene os meus agradecimentos e minha admiração que V. Exª conhece de tanto tempo. Vamos ouvi-lo no encerramento, que V. Exª encerrará com chave de ouro essa reunião. Eu já me antecipo nos cumprimentos a V. Exª e agradecendo as contribuições da sua equipe através do Senador Flexa, ao substitutivo que apresentamos até aqui e que obviamente está aberto a outros aprimoramentos.

Mais uma vez ao Governador Alberto Pinto Coelho, ao Prefeito Cabido, meus cumprimentos e agradecimentos pela presença na nossa Comissão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Governador Jatene para suas considerações finais.

O SR. SIMÃO JATENE – Muito obrigado, Senadora. Eu quero apenas mais uma vez parabenizar a iniciativa da Comissão de realizar esta audiência pública; os Senadores que apresentaram projetos; o Senador Aécio, pelo seu relatório. Mas não poderia deixar de pontuar três aspectos que acho são importantes para nossa reflexão e que eu suponho, se não tivermos cuidado, podem se transformar em três armadilhas.

A primeira delas, sem dúvida alguma, é que não acho que exista incompatibilidade entre discutir o novo Código e a revisão da Cfem. Não existe, na minha avaliação, necessariamente, uma ordem de prioridade. Temos que, primeiro, chegar a uma conclusão do que será o novo Código para depois discutir a Cfem.

Nada é final, nada é absoluto. Então, entendo que esses dois debates podem se processar e aquilo que for possível, tenho certeza de que a Cfem, por já estar mais avançada, se chegue a um final feliz o mais rápido possível. O Estado do Pará já agradece ao Senado da República.

Essa eu acho que é uma armadilha que devemos evitar tentar colocar em conflito os dois ou a precedência deste ou daquele.

O segundo é que tenhamos muito cuidado de, por causa de casos, não criarmos problemas para causas. O que estamos discutindo são causas. Se essa causa tem rebate assim ou assado, nessa ou naquela empresa, que é uma questão de caso, isso não deve nos levar a nos desviarmos na discussão das causas.

Para mim esse é o ponto central, é o ponto importante.

O terceiro – e, meu caro Prefeito, permita discordar – é essa história de que é muito freqüente a gente ouvir: a vida se realiza no Município. A vida é lá. Então, precisa-se privilegiar os Municípios, etc. Eu quero dizer que sou absolutamente favorável ao desenvolvimento municipal. Criamos, recentemente, inclusive, um programa de desenvolvimento sustentável que tem o nome de Municípios Verdes e que ocupou por algum tempo o Jornal Nacional da última sexta-feira.

Então, isso é para evitar qualquer dúvida a respeito da nossa posição a respeito da questão da importância do desenvolvimento local. Mas o que é verdade? Primeiro, que grade parte dos impactos desses grandes projetos extrapolam as fronteiras dos Municípios. E para isso basta fazer um estudo da situação concreta do Município onde se instala e do seu entorno. Nós vamos ver o primo rico e os primos pobres no seu entorno.

Esse é um desafio para os Estados: a questão efetiva do desenvolvimento regional.

Tem uma segunda questão, que acho que é absolutamente fundamental que se registre. Sobretudo em função da desoneração das exportações – e é bom que se esteja atento a essa questão –, a produção no Município gera valor agregado naquele Município, apesar de não gerar imposto. E como a partilha do ICMS é determinada pelo valor agregado, o Município onde se instala a empresa tem inclusive uma participação crescente na partilha do ICMS global. Então, é muito importante que se tenha isso.

No caso concreto do nosso Estado, para que o senhor tenha uma ideia, Parauapebas, Município onde está centrada a grande exploração de ferro, hoje, tem de índices de ICMS 16% e tem uma população que não alcança 220 mil habitantes. Belém, que é a capital do Estado, que tem mais de 1,5 milhão de habitantes, tem um índice de pouco mais de 20%.

Então, nós precisamos ter muito cuidado quando formos discutir essa história de privilegiar. Não temos que privilegiar nenhum Município ou Estado. Nós temos que compensar Município e Estado pelos desafios que têm a enfrentar na construção de um projeto de desenvolvimento, que, sobretudo, tem que ter necessariamente um caráter regional.

E, finalmente, para não me alongar, Dr. Paulo, eu queria lhe dizer o seguinte: o Pará – tenha certeza disso – não tem nenhum interesse de sangrar qualquer empresa. O que nós não queremos mais... Estamos cansados de sermos sangrados.

E finalmente, o País, este País que estamos neste momento discutindo, já em certo momento resistiu à abolição da escravatura, e muitos diziam que não resistiria. Então, eu acho que nós estamos acostumados. Este País tem uma capacidade fantástica de enfrentar e superar desafios. O que é importante é que se modernize. Com certeza, os senhores de escravos que dormiram ricos e acordaram pobres, por seu ativo ter desaparecido, encontraram equações decentes que nos permitiram chegar ao grau de modernidade que chegamos hoje. Eu não tenho dúvida de que é possível sim tratar a mineração de forma cuidadosa, respeitosa, para que ela possa contribuir para o desenvolvimento brasileiro, mas que possa também não ser necessariamente, para os Municípios e para os Estados onde ela termina se alojando, um elemento que penaliza a sociedade local.

Muito obrigado.

Parabéns, mais uma vez, ao Senado. Parabéns, Senadora Lúcia Vânia, pela condução do processo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço.

Eu solicitaria um instantinho, porque gostaria, neste momento, de agradecer a todos os expositores, de forma muito especial aos Senadores que aqui estiveram esse tempo todo, debatendo e prestando atenção. E de forma muito querida eu gostaria de deixar um abraço aos Deputados Federais que aqui estiveram, o Deputado Federal Gabriel Guimarães, do PT de Minas Gerais; o Deputado Estadual Luiz Henrique, do PSDB de Minas Gerais; o Varela, que está aqui conosco; e o Deputado Arnaldo.

Por fim, vamos ouvir uma palavra rápida do Senador Cyro Miranda, que é do meu Estado, e eu não posso deixá-lo sem fala.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço, Presidente Lúcia Vânia.

Srªs e Srs. Senadores, serei bem rápido. Trago também aqui uma visão empresarial. Eu acho que é meritório. Os Senadores que fizeram esse projeto estão de parabéns, mas não podemos perder de vista que nosso País é campeão em carga tributária. Sou radicalmente contra qualquer aumento de carga tributária. O que nós temos que analisar aqui também é que a União não faz a parte dela. A União recebe para ajudar os Estados e Municípios. Ela tem a maior parcela. Nós temos também a preocupação de que haja um fundo, mas que tem que ser feito pela União, de pesquisa, porque as empresas investem em pesquisa, cada uma na sua área. Então, eu acho que é uma equação que nós temos que ter, uma preocupação muito grande de saber como fechar.

Hoje, nós temos um competidor, a China. Ao olharmos todos os minérios, os chineses estão sempre juntos ou na nossa frente. Veja, se nós não formos competitivos, vamos começar a andar para trás. Foi o que aconteceu neste País em diversas áreas. Então, eu acho que é uma preocupação. Fica aqui um dado. O meu Estado também precisa disso, pois é um Estado que tem a mineração como base forte, mas não podemos perder de vista o que temos criticado diuturnamente, que é o aumento da carga tributária.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a todos e encerro com as palavras do Governador Jatene: este não é um debate de causo, mas de causa. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 4 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de outubro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Reditário Cassol e Jayme Campos.** Justifica a ausência o **Senador Eduardo Braga**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas da 44ª a 46ª Reuniões, que são aprovadas. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1499, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão referente ao Relatório de Auditoria Operacional efetivada com o objetivo de conhecer a missão e a estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, a fim de identificar pontos relevantes para futuras atuações do controle externo e verificar a atuação da Agência no exercício de suas atribuições de fiscalização relacionadas à prestação dos serviços de transporte aéreo. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010,** de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo". A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Vista concedida ao Senador Blairo Maggi. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2011,** de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio." Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame

da matéria. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2011,** de autoria da Senadora Marta Suplicy, que "Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2.158 – 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa." A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2010**, de autoria do Senador João Durval, que "Altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física." A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Francisco Dornelles, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009,** de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agencia Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos." A Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador Inácio Arruda, para fazer a leitura do Relatório. Adiadas a discussão e votação da matéria.**EXTRA PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011 – CI,** de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para, representando esta Comissão, participar, acompanhada de dois assessores, com ônus para o Senado Federal, da 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria – ENAI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a realizar-se na capital do Estado de São Paulo, no dia 27 de outubro de 2011." Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Cyro Miranda, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir os estudos técnicos e econômicos do Governo Federal sobre as concessões dos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas) e Brasília (DF), com a presença das seguintes autoridades: Wagner Bittencourt, Ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil; Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC". Aprovado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011 – CI,** de autoria do Senador Alvaro Dias, subscrito pelo Senador Cyro Miranda, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Valmir Campelo, o Secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery Machado Filho, e o delegado da Polícia Federal, Felipe Eduardo Hideo Hayashi, para, em audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Época, em sua edição de 10 de outubro do corrente, que trata de denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar – em Araucária, no Estado do Paraná." Aprovado. **ITEM 9 – MENSAGEM (SF) Nº 140, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor Rodrigo Zerbone Loureiro, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg." A Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Usa da palavra para discutir o Senador Delcídio do Amaral. A Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI**. ITEM 8 – MENSAGEM (SF) Nº 139, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran." A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Flexa Ribeiro, para fazer a leitura do Relatório. A Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI**.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamen-

te com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 44ª, da 45ª e da 46ª reuniões... Aliás, vou propor a leitura da ata assim que chegarem mais dois Senadores. Vamos apenas dar prosseguimento aos comunicados.

Comunico o recebimento do Aviso nº 1.499, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Zymler, encaminhando cópia do acórdão referente ao relatório de auditoria operacional efetivada com o objetivo de conhecer a missão e a estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a fim de identificar pontos relevantes para as futuras atuações do controle externo e verificar a atuação da Agência no exercício de suas atribuições de fiscalização relacionada à prestação de serviços de transporte aéreo.

O referido documento está à disposição na Secretaria da Comissão.

Item 3 da pauta:

ITEM 3
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2010

Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta;

Observação: 1 – Em 24 de novembro de 2010, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresentou um parecer favorável ao Projeto;

2 – A matéria constou da pauta das reuniões do dia 22 de setembro de 2011 e de 6 de outubro de 2011.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proferir o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, o Projeto de Lei nº 125, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tem por objetivo obrigar o fabricante e o importador de veículo automotor a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação de informações que contenha "*denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo, na forma do Regulamento*".

Na análise do projeto, sob o enfoque da constitucionalidade material, ele não apresenta vícios. Ao contrário, estimula a efetivação dos princípios constitucionais da livre iniciativa dos fabricantes e distribuidores de peças automotivas.

Quanto à juridicidade, também observa o projeto os aspectos de: *a*) inovação, dado que exige que o fabricante ou importador forneça manual de peças com referências e códigos; *b*) efetividade, porque o consumidor poderá exigir a apresentação do manual de referência das peças; *c)* veiculação normativa adequada, já que o tema deve ser disciplinado por lei ordinária; *d)* coercitividade, já que vincula tanto fabricantes como importadores; e *e*) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todas as empresas fabricantes ou importadoras de veículos.

A boa técnica legislativa foi observada: não há inclusão de matéria diversa do objeto da lei modificada, que é o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e as expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

Portanto, a proposta é meritória, na medida em que de fato o consumidor brasileiro e a rede de oficinas não credenciadas têm enfrentado problemas com os preços altos e a falta no mercado das peças de reposição para automóveis. Essa é uma das questões centrais. A referência tem principalmente como objeto uma espécie de ligação entre a produção para a recomposição e a efetiva manutenção. Portanto, é ultrameritório o projeto.

Para se ter uma idéia do tamanho desse mercado automotivo no Brasil, aportamos ao relatório dados extraídos do Anuário da Indústria Automobilística Brasileira, de 2010, elaborado pela própria Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA:

Em 2010, a frota estimada de automóveis no Brasil era de 23 milhões de unidades. Portanto, estamos falando de mais de 23 milhões de veículos;

A produção de automóveis no Brasil, em 2006, era de 2,09 milhões de unidades; portanto, saltando para 2,5 milhões em 2009 (taxa de crescimento anual de 7,1);

O faturamento faturamento líquido também apresenta um crescimento anual de 8,7%, saindo de US$48 milhões, aproximadamente, quase US$49 milhões, para quase US$63 milhões em 2009. As importações de autoveículos em 2006 somaram US$2,663 milhões, tendo, em termos de unidades – é importante também

salientar – o crescimento e, obviamente – aqui as cifras demonstram isto –, a circulação e a diversificação, inclusive, de marcas no mercado por parte do usuário brasileiro. O que também, por sua vez, termina nos levando para a necessidade de um crescimento do setor de autopeças no Brasil, apesar de alguns fabricantes garantirem que os seus veículos não quebram ou de alguns até darem garantia de cinco anos, mas a reposição não só de autopeças, mas de parte da funilaria e coisas do gênero se faz necessária.

Então, acredito que é um projeto importante, e nós optamos pela aprovação dessa matéria. E há um substitutivo também apresentado aqui.

Assim, o voto é pela aprovação, com a apresentação do substitutivo, em que o art. 1º estabelece:

Art. 1º *O fabricante e o importador de veículo deverão inserir no manual de manutenção do veículo relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo, na forma do Regulamento.*

Parágrafo único. O descumprimento do caput implica a atribuição das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sempre que o negócio jurídico caracterizar relação de consumo.

Portanto, é esse o parecer, Srª Presidenta, que nós apresentamos a esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente, eu queria pedir vista desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vista concedida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, o item seguinte, de que sou Relator, Item 4...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 4 da pauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu vou pedir a V. Exª, se V. Exª me permitir, que retiremos o projeto de pauta para que a gente possa... O projeto mexe bem com a infraestrutura urbana, e ele é necessário, o projeto, para acabarmos com essa onda de se pavimentarem as ruas e, depois, vir uma rede de água, uma rede esgoto e cortar tudo. Isso é um prejuízo para o contribuinte sem tamanho. Mas, como é preciso sempre o diálogo e a assessoria do nosso Ministério das Cidades quer aperfeiçoar a matéria, quer opinar etc. sobre o projeto, eu pediria a V. Exª que o retirássemos de pauta para a próxima reunião, se for, se for possível, para que a gente possa ouvir as opiniões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Por solicitação do Relator...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu sempre trabalho com a ideia do diálogo. E acho que se deve, sim, ouvir o Ministério das Cidades se tem opiniões a oferecer. Implica também ouvir outras áreas, porque não diz respeito apenas à área de água, de esgoto, mas, às vezes, à rede de eletricidade, de gás, de telefonia, quer dizer, a uma série de serviços que nós temos que efetivamente regular para que não causem prejuízo tamanho, como bem disse aqui o Walter, também aos cofres públicos, que arrecada do contribuinte.

Então, peço a V. Exª que retiremos de pauta para que, posteriormente, com as opiniões oferecidas pelos nossos colegas dos Ministérios, a gente possa aperfeiçoar. Tenho certeza de que o sentido é este: aperfeiçoar o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A matéria é retirada de pauta para reexame do Relator.

ITEM 5
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2011

Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2.158 – 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa.

Autoria: Senadora Marta Suplicy
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: 1 – A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos;

2 – A matéria constou da pauta da reunião do dia 22/09/2011 e do dia 06/10/2011.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proferir seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, chega a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que "Acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº 2.158 – 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa".

O projeto contém três artigos: o primeiro acrescenta o inciso VI, para permitir às sociedades cooperativas excluir da base cálculo da Cofins e do PIS/Pasep "os valores repassados aos associados, decorrentes de serviços de transporte de passageiros, inclusive o de transporte escolar, por eles prestados com intermediação da cooperativa".

O segundo artigo cuida de adequar o conteúdo da proposta aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, para isso determinando ao Poder Executivo estimar o montante da renúncia de receita advinda das isenções que estipula.

Por fim, o terceiro artigo determina que a lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação, a Senadora Marta Suplicy afirma que é um estímulo ao cooperativismo na atividade de transporte urbano e que trará efeitos positivos em termos da qualidade e do preço dos serviços de transporte prestados a todos os cidadãos, uma vez que as cooperativas poderão competir em condições de igualdade com as grandes empresas do setor. Nesse sentido, a autora conclui que a proposta trará claros benefícios para o cidadão.

Nesta Comissão, analisaremos apenas o mérito da proposta, no que concerne especificamente aos aspectos de transportes, deixando à CAE o exame dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade (inclusive quanto a sua adequação aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal) e técnica legislativa, além da principalidade da avaliação que deve ser feita pela CAE dos seus efeitos econômicos.

Não é exagero afirmar que o transporte coletivo na esmagadora maioria das cidades brasileiras está muito aquém do que merece o povo brasileiro. De fato, o que no geral encontramos são veículos lotados e ruins, com piso alto, elevadíssimo nível de ruído – decorrente da pouca isolação acústica de seus motores –, suspensões duras, veículos muitas vezes velhos e com manutenção precária, baixa frequência das linhas, horários não confiáveis, carência na oferta de sistemas de alta capacidade (como metrôs e trens suburbanos), apenas para citar alguns dos muitos problemas que afetam esse serviço básico para a cidadania.

Há um caminho muito longo a ser percorrido nesse setor, como a recapacitação dos órgãos técnicos das prefeituras, que devem romper com práticas e velhos paradigmas inerentes ao setor; o treinamento dos motoristas, para que possam conduzir seus veículos de forma menos agressiva e mais confortável e segura para os usuários; e a renovação da frota, com veículos também mais confortáveis.

Temos consciência de que o projeto que ora analisamos não é uma solução sistêmica para o problema do transporte urbano de passageiros – até porque essa solução envolve diferentes entidades governamentais. Entretanto, é uma contribuição importante para o transporte coletivo, na medida em que permite que mais recursos sejam alocados no setor, o que, em última análise, acaba por se traduzir em veículos mais novos e menor pressão por reajustes tarifários.

Diante do exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao item 2 da pauta, para, em seguida, colocar em votação.

ITEM 2
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2010

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador João Durval
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: 1) A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos;

2) A matéria constou da pauta da reunião do dia 06/10/2011.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Senador Blairo Maggi, vem a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura projeto de autoria do Senador João Durval, que propõe permitir a dedução, na ocasião da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), dos valores pagos a título de pedágio.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre trânsito; a iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61.

No mérito, Srª Presidente, a doutrina na área do Imposto de Renda é que podem ser deduzidas como despesas todas aquelas necessárias à obtenção do rendimento.

Nesse caso aqui, não existe nenhuma ligação entre o montante pago de pedágio com o rendimento que será obtido por aquele que paga.

Por essas razões, minha posição é contrária ao projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao Item 1 da pauta.

Solicitaria ao Senador Inácio Arruda se poderia ler o parecer do item 1, como Relator *ad hoc*.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não há dúvida, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 1 da pauta.

ITEM 1
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009

Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agencia Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: *1 – Em 06/07/2010, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle apresentou parecer favorável ao projeto;*

2 – A matéria constou da pauta da reunião do dia 22/09/2011;

3 – Em 04/10/2011, o relator apresentou nova minuta de parecer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, a ementa é autoexplicativa. Trata-se de poços perfurados pela Petrobrás que não alcançaram a viabilidade comercial, em termos de produção de gás e óleo, mas são muito fortes e muito potentes em termos de água. O Rio Grande do Norte, parte do Ceará, parte de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas têm milhares desses poços e eles precisam ser entregues à comunidade.

Esse é o objetivo do projeto da autoria da nossa colega Senadora, hoje Governadora do Estado do Rio Grande do Norte. Valadares conhece bem o assunto, porque é de uma área que tem vários poços perfurados pela Petrobrás, que não têm óleo nem muito menos gás, mas têm muita água. Só queremos que esses poços passem para as comunidades, principalmente. Normalmente, são em comunidades carentes.

Nosso parecer acompanha o Senador Antonio Carlos Valadares, pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao Item 5 da pauta, uma vez que esse projeto tem decisão terminativa e não temos ainda o quórum qualificado.

Item 5 da pauta, que já foi lido pelo Senador Walter Pinheiro, vamos colocar em votação.

O Item 5 acrescenta o inciso VI ao artigo 15 da Medida Provisória nº. 2.158 – 35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) os valores repassados aos associados decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros intermediado por cooperativa.

Em votação a matéria.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela aprovação do projeto.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.

Item 2 da pauta, decisão não terminativa. Já foi também aqui lido pelo Senador Francisco Dornelles.

Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2010, altera a Lei nº 9.250 de 26 de fevereiro de 1995, e a Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, para permitir a dedução dos valores pagos a título de pedágio, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

A relatoria é do Senador Francisco Dornelles, que já leu o relatório.

Em votação o projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Havendo número regimental, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 44ª, 45ª e 46ª Reuniões.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Item 1 da pauta, decisão não terminativa:

EXTRA-PAUTA
ITEM 1
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011 – CI

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para, representando esta Comissão, participar, acompanhada de dois assessores, com ônus para o Senado Federal, da 6ª Edição do Encontro Nacional da Indústria – ENAI, promovido pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, a realizar-se na capital do Estado de São Paulo, no dia 27 de outubro de 2011.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7 da pauta:

ITEM 7.
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir os estudos técnicos e econômicos do Governo Federal sobre as concessões dos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas) e Brasília (DF), com a presença das seguintes autoridades:

• Wagner Bittencourt, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil

• Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC

Autoria: Senador Cyro Miranda.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Quer discutir, Senador?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, somente para justificar. Inclusive, essa greve que está acontecendo hoje é em função dessa privatização, que não está sendo explicada como vai ser. É só esse o sentido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Solicito um pouquinho de paciência dos Srs. Senadores, porque os relatórios das indicações de dois diretores da Anatel deverão ser lidos hoje. O Relator de um é o Senador Flexa Ribeiro; do outro, o Senador Vital do Rêgo. Acredito que o Senador Vital do Rêgo deva estar de ressaca... (*Risos*.)

(Manifestação fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ...terminando a missão dele.

O Item 8, não terminativo, é a Mensagem nº 139, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran.

Estamos, portanto, aguardando a chegada do Senador Flexa Ribeiro para a leitura do relatório.

ITEM 6
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU, Valmir Campelo, o Secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Nery Machado Filho, e o delegado da Polícia Federal, Felipe Eduardo Hideo Hayashi, para, em audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Época, em sua edição de 10 de outubro do corrente, que trata de denúncias de superfaturamento nos contratos das obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar – em Araucária, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador Alvaro Dias, subscrito pelo Senador Cyro Miranda.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou pedir ao Senador Walter Pinheiro, se assim concordar, que leia o relatório do Senador Vital do Rêgo. Acredito que ele não vai estar presente, embora eu não tenha conseguido um contato com o Gabinete. Mas, para agilizar os trabalhos, acredito que ele não faria objeção, desde que também não faça objeção o Senador Walter Pinheiro para relatar como *ad hoc* essa mensagem.

ITEM 9
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 140, DE 2011

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor RODRIGO ZERBONE LOUREIRO para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, na vaga do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação;

Observação: 1 – Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na

Perguntaria ao Senador Walter Pinheiro se ele concorda em relatar a matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Farei a leitura, Srª Presidenta, em atenção ao pedido de V. Exª, em substituição ao nosso Relator da Lei dos Royalties. A esta altura do campeonato, ele pode estar inspirado em Saint-Exupéry: "O que torna belo um deserto é que ele esconde um poço em algum lugar". Portanto, como tratamos de poço de petróleo, a esta altura do campeonato, ele está procurando esse poço, meu caro Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ele irá encontrá-lo lá no Ministro da Fazenda...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas vamos passar de poços para a banda larga da Anatel.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura o relatório que passo a ler sobre a Mensagem nº 140, de 2011 (nº 479, de 2011, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro para exercer cargo no Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações. O Relator é o Senador Vital do Rêgo.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, mais conhecida por todos nós como Lei Geral de Telecomunicações, a Senhora Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na vaga do Sr. Ronaldo Mota Sardenberg.

De acordo com o dispositivo constitucional anteriormente citado, cabe privativamente ao Senado Federal apreciar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar.

A competência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para a matéria, por sua vez, deriva do disposto no art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2005.

De acordo com a nova sistemática de arguição, estabelecida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, aprovada pelo Ato nº 1, de 2009-CI, a avaliação do candidato será feita em duas etapas.

Este relatório visa cumprir o rito previsto para a primeira etapa do processo e tem por objetivo apresentar aos membros desta Comissão a análise dos documentos enviados ao Senado Federal pelo indicado, nos termos do art. 1º do referido ato.

O Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro recebeu em 2004 o diploma em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Em 2006, foi aprovado no concurso para Especialista Em Políticas Públicas e Gestão Governamental e fez curso de formação na Escola Nacional de Administração Pública, Enap.

A análise do seu currículo profissional indica que, a partir do seu ingresso na Anatel, em 2009, como assessor do Conselho Diretor da agência, o Sr. Zerbore começa a consolidar a sua carreira na área de telecomunicações rapidamente.

Atualmente, ocupa o cargo de Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, além de exercer a Vice-Presidência do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e o cargo de Conselheiro Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás).

Em relação às informações requeridas no inciso II do art. 1º do ato que disciplina o presente procedimento, passo a descrever as declarações feitas pelo indicado:

a) declara não possuir parentes que exerçam ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional;

b) declara não ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas e entidades não-governamentais;

c) declara não participar nem ter participado de Conselhos de Administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras;

d) em relação à sua situação fiscal, apresenta certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, onde mantém residência;

d) quanto ao envolvimento em ações judiciais, afirma figurar como réu em litisconsórcio ativo, em face de Gol Transportes Aéreos S.A. (ação por indenização por danos morais).

Em relação à argumentação escrita exigida pelo inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2009-CI, o Sr. Zerbone apresenta uma exposição que procura evidenciar sua aptidão técnica para o cargo ao qual foi indicado. Não faz menção, no entanto, aos desafios que terá que enfrentar durante seu mandato no órgão diretivo da Anatel. Recomendo que o candidato seja solicitado a discorrer sobre isso durante a sabatina.

Por fim, acredito que a esperada sabatina poderá confirmar o aparente preparo técnico e a adequada escolha do indicado para o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Diante do exposto, em cumprimento ao disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2009-CI, submeto à apreciação e julgamento desta douta Comissão um resumo das informações que caracterizam a vida profissional do Sr. Rodrigo Zerbone Loureiro, certo de haver elementos suficientes para orientar a futura arguição presencial do candidato.

Sala das Comissões... Assina o Senador Vital do Rêgo.

É esse o relatório, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria registrar a empolgação do Senador Walter Pinheiro nessa relatoria. Ele é um homem do setor e eu senti uma empolgação que me chamou a atenção.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Provavelmente será explicada na sabatina.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Senador Walter Pinheiro quer responder?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, eu diria a meu companheiro Delcídio que, como ele nos últimos dias tem andado muito próximo das cartas paulinas, e tem expressado isso de forma veemente quando acessa o seu Twitter... Em uma das suas orações coletivas, ele fala das experiências abordando as duas faces da caminhada do Apóstolo Paulo. Numa delas, ele conclama para reflexão do pensamento, do próximo, da análise mais cristã – e não piedosa, porque Cristo não trabalhou com a piedade, mas com a lógica principalmente do perdão e do respeito ao próximo. E, na outra, o Senador Delcídio usava uma vertente de uma das cartas de Paulo, quando o Apóstolo faz uma exortação, quando o Apóstolo faz um chamado à reflexão para determinados irmãos seus, como assim Paulo descreve, ou como ele escreve em todas as suas cartas, Blairo Maggi, em que trata todos como "amados irmãos". Mas, nessa segunda parte de que o Senador Delcídio tratou no seu Twitter, a exortação é exatamente um chamado à reflexão daqueles que estão lá atuando em uma das cidades, dentre as quais Paulo costumava passar pregando o evangelho. E ele chamava a atenção dessas pessoas. O mesmo Paulo que, numa etapa da sua vida, a partir dessa forma mais aguerrida de pregar o evangelho, ao mesmo tempo fazia certo nível de cobrança, para que as pessoas olhem o que têm em volta, que não se submetam pura e simplesmente à influência do setor, mas que efetivamente levem para onde atuam a experiência, que Paulo diz, inclusive: "Carrego comigo as marcas do Cristo; então, portanto, exerço para com os outros de forma cada vez mais que o testemunho fale muito mais alto do que as palavras". E, nessa exortação, ele se refere também – o Apóstolo Paulo e não o nosso novo Apóstolo Delcídio – à possibilidade de passar o bastão. Por isso que Paulo usa a expressão: "combati o bom combate". Mas ele encerra uma carreira e guarda a fé.

E há dois outros personagens, nessa caminhada de Paulo, que são jovens: Tito e Timóteo. A Timóteo, ele, inclusive, escreve uma de suas cartas onde diz: "Ah, Timóteo, nos últimos dias [nos últimos dias, como se tivesse Paulo escrevendo a carta no dia de hoje] o homem tornar-se-á amante de si mesmo: presunçoso, ganancioso, às vezes até mentiroso". E é importante porque ele alertava a Timóteo para que essas coisas não fizessem parte de sua vida, já que Timóteo teria a tarefa de tocar adiante o seu trabalho.

Faço isso, Delcídio, porque nesse exato processo aqui há um jovem, que não necessariamente o Timóteo, que substituirá uma pessoa, que não necessariamente um Paulo, que também deve estar encerrando a sua jornada, o Ministro Sardenberg.

Então, portanto, desejo a esse jovem Timóteo que, além dos conselhos no pouco tempo dessa jornada, como transcreveu muito bem aqui o Relator, ele atente a esses ensinamentos, que para alguns pode parecer mais sermões, mas Paulo fazia isso aplicando na vida prática. É possível. Por isso, invoco essa questão como sendo principal. E que esse jovem Timóteo possa ter se espelhado exatamente na carreira, que não sei se necessariamente será encerrada, mas no bom combate que precisa ser feito a partir da obtenção de ferramentas mais importantes que Paulo usava como conteúdo da sua vida: a fé. Nesse particular, o conteúdo da fé, aqui, é apresentado como sendo o conteúdo para se aplicar – e aqui, mais uma vez, o Relator cobra isso. Espero que o Timóteo possa nos dizer efetivamente, nesses últimos dias, de que forma ele vai inclusive tratar as questões, dando continuidade a esse processo paulino, mas, ao mesmo tempo, de telecomunicações.

Por isso, fiz a leitura, na expectativa de que, na sabatina, eu terei oportunidade não de fazer como

Paulo, escrever alguma carta, mas ao vivo, no cenário das novas comunicações, expressar-me, ainda sob a égide da toada iniciada pelo meu companheiro Delcídio, de forma carinhosa e cristã, mas de forma firme e contundente, como fez o Apóstolo Paulo aos irmãos da igreja em Éfeso.

Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Gostou, Delcídio? Gostou da empolgação agora?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Deu-me um tremendo recado!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E que recado!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não o Apóstolo Walter Pinheiro, o Apóstolo Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009-CI.

Comunico aos Srs. Senadores que a sabatina será feita na próxima terça-feira às 9 horas.

Item 8 da pauta:

ITEM 8
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 139, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga do Senhor Antonio Domingos Teixeira Bedran.

Autoria: Presidente da República

Relator: Senador Flexa Ribeiro

A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observação: será concedida automaticamente vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente; Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Walter Pinheiro pela homilia sobre o Apóstolo Paulo Bernardo.

V. Exª se houve muito bem...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, foi Paulo, o Pescador.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Todos nós, todos nós.

Por meio da Mensagem nº 139, de 2011, a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a indicação do Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga do Sr. Antonio Bedran.

A matéria foi recebida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura em 18 de outubro de 2011, tendo sido feita designação de relator na mesma data.

Considerando a relevância do tema e a necessidade de restabelecer a composição plena do órgão diretivo daquela Agência, procuramos submeter prontamente à Comissão o presente relatório.

Com 32 anos de idade, o indicado graduou-se em Direito pela Faculdade Milton Campos, de Belo Horizonte, em 2001, estando inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais (OAB-MG), desde dezembro de 2002.

Concluiu especialização pela Fundação Getúlio Vargas em 2003, na área de Planejamento Tributário e possui cursos em Direito na Internet, pela Harvard Law School; em Propriedade Intelectual, pela Academia da Organização Mundial de Propriedade Intelectual; em Direito Econômico, pela Escola Superior de Advocacia da OAB, Minas Gerais.

Atuou como advogado e professor universitário antes de ingressar no Ministério das Comunicações no cargo de Consultor Jurídico, função que exerceu de agosto de 2005 a fevereiro de 2010. Nesse período, auxiliou na condução de diversos temas relevantes para o setor de comunicações, como a definição e implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD, do Programa Banda Larga nas Escolas e da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, Confecom.

Em outubro de 2005, foi designado representante do Ministério das Comunicações no Comitê Gestor da Internet no Brasil, função que exerceu durante seis anos. Hoje integra o Conselho de Administração do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, entidade responsável por implementar as decisões e projetos do CGI.br. Nesse período, teve oportunidade de participar de diversas delegações brasileiras em fóruns e organismos internacionais de gestão da internet, o que certamente lhe proporcionou experiência para analisar e decidir questões relevantes sobre as tecnologias e serviços do futuro.

O Sr. Marcelo Bechara ocupa atualmente o cargo de Procurador-Geral da Anatel, mantendo-se, assim, em permanente contato com as mais recentes políticas públicas e com os principais desafios setoriais que a Anatel terá de conviver e enfrentar durante os anos de seu mandato.

Destaco nesse contexto a sua participação na formulação e execução do Plano Nacional de Banda Larga e na Revisão dos Contratos de Concessão e do Plano Geral de Metas de Universalização.

Não há dúvidas, portanto, sobre o seu vasto conhecimento da legislação de comunicações no Brasil e no mundo e sobre sua experiência como agente regulador e fiscalizador do mercado.

Isso posto, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika, constante da Mensagem Presidencial sob exame, em cumprimento ao disposto no art. 52, III, alínea f, da Constituição Federal, c/c o art. 23, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Este é o parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos temos do §2º do art. 2º do Ato nº1, de 2009-CI.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, cumprimentando e agradecendo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras e assessores pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTE e RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANTONIO RUSSO, ARMANDO MONTEIRO, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA; WILSON SANTIAGO e ZEZE PERRELLA.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CRA, CREPAFF, CDRAM e CMA, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta,** em cumprimento ao **Requerimento nº 60, de 2011-CRA** aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; **Requerimento nº 4 , de 2011-CREPAFF**; **Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM** e **Requerimento nº 97, de 2011-CMA**, com a finalidade de debater a reforma do **Código Florestal** (**Lei 4.771, de 1965**), com a presença dos seguintes convidados: **Deputado Mecias de Jesus – Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís Schafer – Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE; Deputado Freire Júnior – Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO; Deputado Ribamar Araújo – Representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO; Deputado Manoel Pioneiro – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; Deputado Hélio Soares – Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão – MA**. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): **RODRIGO ROLLEMBERG, BLAIRO MAGGI, ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTI, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, JAYME CAMPOS e REDITÁRIO CASSOL .** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Alvaro Araújo Sousa, Secretário da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão Permanente da Amazônia e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscali-

zação e Controle, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.– Senador **Acir Gurcacz,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. – Senador **Mozarildo Cavalcante,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 15ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 60, de 2011-CRA, aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 4, de 2011; Requerimento nº 17, de 2011; e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), com a presença de vários convidados, representantes do Parlamento Amazônico.

Senhoras e senhores, a importância da consulta popular é ouvir os diversos setores da sociedade nas audiências realizadas pela CRA.

Ao início dos debates com relação à reforma do Código Florestal Brasileiro, nós realizamos as audiências públicas somente na Comissão de Agricultura. Depois, nós convidamos a Comissão de Meio Ambiente, para que façamos as audiências sempre em conjunto, para que nós possamos ouvir toda a sociedade brasileira, ou todas aquelas pessoas que queiram dar a sua opinião, a sua sugestão e contribuir para que o nosso trabalho, o trabalho dos nossos relatores – Relator na Comissão de Agricultura, Luiz Henrique – possam ter a tranquilidade para fazer um trabalho positivo com relação à reforma do Código Florestal brasileiro.

Já foram realizadas audiências em Esteio, no Rio Grande do Sul; em Curitiba, no Paraná; em Chapecó, em Santa Catarina; e em Ji-Paraná e Vilhena, no Estado de Rondônia. Nesta semana, estivemos na Fiesp, em São Paulo, debatendo o Código Florestal.

Em Vilhena, diante de um auditório lotado, estivemos presentes com o Senador Reditario Cassol e apresentamos um depoimento gravado em vídeo pelo Senador Luiz Henrique. Encontramos uma plateia muito preocupada em obter mais informações sobre a tramitação do projeto de lei do Código Florestal brasileiro, em saber qual o impacto do mesmo em suas atividades produtivas e querendo manifestar a sua opinião.

A grande preocupação com relação à reforma do Código Florestal é, a nosso ver, a questão amazônica, a Região Amazônica. Nós todos sabemos que 60% da área territorial brasileira são constituídos pela Floresta Amazônica.

Nós entendemos que uma lei única para gerir ou para administrar toda a Floresta Amazônica é um contrassenso. Nós entendemos que temos de cuidar e tratar da Amazônia com as diferentes peculiaridades de cada região. Os Estados têm as suas diferenças de migração, de formação de floresta, as suas bacias hidrográficas têm uma diferença muito grande, ou seja, Rondônia é diferente de Mato Grosso, que é diferente de Roraima, que é diferente do Acre, que não é igual ao Amazonas, e que não é igual a Roraima também.

Portanto, nós temos de estudar todas as necessidades dessas regiões.

Essa foi a discussão que nós tivemos em Vilhena e essa também foi a discussão que nós tivemos na Fiesp, em São Paulo, porque muitas pessoas aqui da região Sul e da Centro-Oeste imaginam o seguinte: "Vamos resolver o nosso problema, vamos deixar como está aqui, na região Sul, e a Amazônia que fique em pé. A Amazônia pode ficar intocada." Não é bem assim. Nós temos regiões da Amazônia que podem ser exploradas sem ter que haver desmatamento. Temos regiões na Amazônia que não podem ser mexidas; são intocadas; são regiões que, se forem derrubadas, com certeza, vão virar um deserto. Temos regiões que são muito alagadas na época das chuvas. Essas regiões também não podem ser mexidas. Não poderá haver a transformação de reserva em áreas produtivas, porque jamais serão produtivas. Portanto, a nossa Amazônia é muito grande.

Eu dizia para colegas, nesta semana, que o Brasil ainda tem de conhecer a Amazônia. O Brasil não conhece o potencial e as diversidades que temos na Amazônia: potencial de produção agrícola, produção de produção do extrativismo e, o que é principal, o potencial do ecoturismo na Amazônia. O mundo inteiro fala da Amazônia, mas não conhece a Amazônia. O próprio brasileiro fala da Amazônia, mas não conhece. Não se conhece, porque não se tem infraestrutura turística para recepcionar as pessoas que querem conhecer a Amazônia. O mundo quer conhecer a nossa

Amazônia. Portanto, precisamos conduzir a situação, nos próximos anos, para que a Amazônia tenha uma infraestrutura que possa recepcionar os turistas, como temos na Amazônia da Venezuela, na Amazônia do Peru, países vizinhos que já têm essa infraestrutura que recepciona turistas americanos e europeus que querem conhecer a Amazônia, sem destruir a floresta. Muito pelo contrário. Nós, amazônidas, sabemos muito bem a importância que a Amazônia tem para nós. É evidente que a Amazônia é importante para o Brasil e para o Planeta, mas ela é importante para nós, que moramos na Amazônia. Portanto, não queremos destruir a floresta amazônica. Pelo contrário. Queremos preservar as nossas florestas e, acima de tudo, queremos preservar as pessoas que moram lá, as pessoas que deixaram as suas áreas, as suas famílias nos anos 70, nos anos 80 e foram desbravar a Amazônia.

Tivemos um depoimento, Senador Blairo Maggi, de uma pessoa, em Vilhena, que contou a sua história. No final da década de 70, ele saiu do sul do País, foi para Vilhena e entrou mato adentro com cacaio nas costas – as pessoas não sabem o que é cacaio, mas cacaio é uma mochila – que, contando ele, pesava em torno de 40 quilos, com mantimentos mais a foice e tal. Ele entrou mato adentro, andando 40, 50, 60, 80 até 100 quilômetros a pé, para conseguir chegar ao seu lote e fazer aquele clarão, para construir o seu barraco e, posteriormente, a sua casa, levar a sua família e tornar aquela área produtiva, enfrentando malária, febre, as adversidades da região amazônica, chuva, sol e tudo mais. Hoje, ele não pode mais atuar, não pode mais produzir, porque a lei diz que ele pode produzir somente em 20% da sua área. É uma situação bastante complicada.

Precisamos e estamos debatendo esse assunto junto com os demais Senadores e os nossos relatores, para que possamos ajudar essas famílias. Essas famílias...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. V. Exª tem a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, e o Senador Jayme Campos, que está na bancada comigo.

O que V. Exª está colocando é a realidade do que nós vivíamos e vivemos na Amazônia. Quando falo vivíamos, refere-se à questão da ocupação. As pessoas, desde a época da borracha, foram incentivadas a ir para aquela região. Obviamente, na época, tinha-se permissão para se ocupar 50% dos terrenos naquela região...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, desculpe-me, Senador, mas a permissão era de 75%. Até 1973.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, vou corrigir aqui: 75%. Mas, quando a grande ocupação do Estado de Rondônia chegou, as pessoas foram para lá com uma designação de poderem abrir aquela região. A grande maioria dos brasileiros já ouviu isso. Quer dizer, tínhamos que integrar a Amazônia para não entregá-la aos interesses internacionais. Lembro-me de que, da região de onde eu vim, de onde V. Exª veio, da região oeste do Paraná, milhares e milhares de pessoas foram para aquela região. Para muitos deu certo, e muitos erraram na sua ida e acabaram voltando ou perdendo a sua vida ou a sua juventude no meio da floresta.

Então, na lei da ocupação da época e na lei de hoje, há uma diferença bastante grande. E o que temos debatido aqui, nesta Comissão, na questão do Código Florestal, é para que a sociedade brasileira entenda que não podemos retirar o direito adquirido daquelas pessoas que foram para lá na década de 70 e na década de 80.

Em nenhum momento, nesta Comissão, nenhum dos Senadores, nem da Amazônia, nem de outra região, trouxe qualquer notícia, qualquer comentário sobre a possibilidade de sairmos dos atuais 20% permitidos para voltarmos aos 50%. Pode ser que ainda apareça, agora, nas emendas que vão ser apresentadas, mas, nas discussões que fizemos aqui, nenhum dos Senadores da Amazônia ou de outros Estados, pelo que vi até agora, qualquer manifestação nesse sentido.

Portanto, quando fizemos aqui a defesa de que temos que preservar o meio ambiente, também temos que preservar o homem no meio ambiente. Para mim, em primeiro lugar, está o homem. Então, quando tenho defendido que as coisas devem ser legalizadas a partir da lei em que ele foi estimulado para ocupar o seu terreno, quer seja em Rondônia, em Mato Grosso, no Amazonas, no Acre, no Amapá, no Pará, no Tocantins, em qualquer um dos Estados que estão aí colocados dentro da Amazônia, essa é a defesa, e a defesa dos pequenos agricultores, principalmente, daqueles que vivem nas margens dos rios, daqueles que estão ali há dezenas de anos vivendo em harmonia com o meio ambiente, porque não creio, não acredito e não vejo que uma pessoa que tem uma casa pequena ou, muitas vezes, um rancho, vive na beira do rio, vive da pesca, vive da agricultura de subsistência esteja fazendo qualquer agressão ao meio ambiente. Ela está em harmonia com o meio ambiente.

E essas coisas, às vezes, percebemos aqui, nas nossas comissões, não tanto dos Parlamentares, dos Senadores, mas muito mais daqueles que vêm a esta Comissão para falar, principalmente daqueles que vivem nas cidades, não têm o conhecimento da prática do que é viver na floresta, viver no campo, e conhecem pela teoria. Então, há uma diferença bastante grande.

Eu tenho feito essa defesa intransigente de que não podemos, pela lei que vamos votar, fazer uma mudança radical na vida de milhares e milhares de pessoas que vivem no interior deste Brasil. É isto que temos que respeitar, Sr. Presidente: dar a eles a oportunidade de lá permanecerem.

E faço uma analogia que já foi feita aqui, nestas comissões, e já a fazia antes de chegar ao Senado Federal. As cidades, Senador Rodrigo Rollemberg, também mudam as suas leis, também mudam o código de postura, também mudam e, em determinadas regiões das cidades, não se permite mais, a partir de um ano ou de uma data, conforme a lei municipal, construir prédios acima de seis ou 10 andares, por exemplo. Ou, às vezes, não pode nem construir prédio em determinada área. Agora, não vi ninguém, não vi um promotor público, não vi ninguém do Ministério Público ir lá e mandar derrubar um prédio que já havia sido construído no período antes da mudança da lei, quer seja ele de seis, 10, 12 andares. Não. Na cidade, é respeitado o direito adquirido do cidadão. Por que no campo não podemos também dar o direito adquirido com suor e trabalho da pessoa que vive lá?

Então, são esses pontos que estamos discutindo aqui, no Código Florestal. Estou fazendo aqui só um preâmbulo das nossas discussões de hoje, já que não vamos receber aqui praticamente todos os Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil. Eles estarão aqui – já confirmaram as suas presenças –, e poderemos ouvi-los, eles que são aqueles que têm o direito e a obrigação da defesa do povo de cada Estado. Hoje vamos ouvir, tenho certeza, opiniões importantes sobre a questão ambiental.

Quero crer que as nossas discussões no Senado estão indo por um caminho tranquilo, correto; mas temos que diferenciar grande produtor de pequeno produtor; pequena propriedade de grande propriedade; cidades de interior; e, principalmente, como disse antes, o modo como as pessoas vivem, além de dar oportunidade àqueles que estão errados, que estão foram da legislação, de virem para dentro dela, obviamente atendendo a todos os quesitos e requisitos que a lei estabelecerá para que ele possa fazer isso.

Então, Sr. Presidente, quando o senhor traz o relato de Rondônia, eu digo que esse é o relato do Brasil, porque a Rondônia de 1970 é o Oeste do Paraná de 1950; é o Sul do Brasil; é o Rio Grande do Sul, Caxias do Sul da década de 30, de 20, quando da chegada dos italianos.

Então, não há condições de fazer o que muitos ambientalistas querem, ou seja, simplesmente fechar tudo isso e deixar, novamente, a vegetação, a natureza voltar a sua forma original. Para tanto, nós teríamos de ir embora daqui. Entregar o País. Chamar o Cabral e entregar o Brasil a ele, pra que ele possa entregá-lo para os índios, e buscarmos um novo lugar para ir. Como isso não é possível, temos de achar um jeito de conviver. E vamos encontrar, aqui no Senado, uma forma correta de fazer essa legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com relação às emendas, eu aproveito a oportunidade, Senador Blairo, Senador Jayme, Senador Moka, Senador Rodrigo, para pedir o apoio de V. Exªs.

Nós estamos estudando uma emenda no sentido de que nos Estados, Senador Moka, que tenham reservas acima de 50%, o Governo possa fazer as alterações de acordo o zoneamento ecológico e econômico de seus Estados, e não ficarem engessado em 80 por 20 ou em contrário, mas que o Senado possa ter a liberdade de fazer o zoneamento e colocá-lo em prática. Em algumas regiões de nosso Estado, podem-se desmatar 80%; em outras, não se pode desmatar nada. Cientificamente, isso pode ser comprovado através do zoneamento.

Então, essa emenda está sendo preparada e eu, antecipadamente, peço apoio dos meus pares, principalmente, aos da região Amazônica.

Neste momento, passo a palavra ao nosso colega Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, que tem feito um trabalho muito importante à frente da Comissão de Meio Ambiente e a tem conduzido de uma forma muito exemplar, muito imparcial, com relação ao interesse da população brasileira.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Quero cumprimentar V. Exª pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão de Agricultura, cumprimentar o Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, que nos honra com sua presença, também o Deputado José Luis Schafer, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Gostaria de convidar V. Exª para compor também a nossa Mesa aqui. E cumprimentar, de forma muito especial, os nossos Senadores da Amazônia aqui presentes, Reditario Cassol, Jayme Campos, Blairo Maggi, Waldemir Moka.

Quero registrar aqui que, como representante do Distrito Federal, ou seja, o único Senador aqui presente que não é da região Amazônica, ...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma observação, Senador. Nosso sonho, o sonho de Mato Grosso do Sul é fazer parte da Amazônia, mas, lamentavelmente, não conseguimos. Mas me integro...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É verdade. Esse é o sonho de Mato Grosso. Desculpe-me.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu me integro aqui, em solidariedade ao Parlamento Amazônico.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero registrar aqui, Senador Moka, que nós, aqui, Senador Jayme Campos, como representantes do Distrito Federal, temos a representação de todos os Estados brasileiros, um pouco de toda a cultura brasileira, e temos muito orgulho disso, mas quero registrar, Senador Jayme, que a primeira militância política da minha vida foi no movimento de defesa da Amazônia. Enquanto o Senador Acir comentava aqui, eu me lembrava disso, lá pelos idos de 1979, ainda com o Professor Cafu, que era o coordenador, aqui, do movimento de defesa da Amazônia.

Quero registrar também a minha expectativa muito positiva da importância desse debate, de ouvir aqui os representantes da população dos Estados que compõem a região amazônica, que convivem com os problemas de perto, e manifestar, mais uma vez, a minha confiança num bom resultado desse trabalho desenvolvido pelo Senado, pelo ambiente que está sendo construído. O Projeto já chegou à Comissão de Ciência e Tecnologia, há o compromisso do Relator, Senador Luiz Henrique, de adotar, de recepcionar, de agasalhar, como ele se referiu, algumas sugestões apresentadas pelo conjunto de Parlamentares no sentido de aperfeiçoar o nosso Código Florestal.

Entendo, Senador Blairo, acho que uma questão que já é consenso entre os Senadores, pelo menos não vi ninguém divergir desse entendimento, é que aquelas pessoas que ocuparam e que converteram parte das suas propriedades para o uso antrópico dentro da lei da época, essas pessoas têm o seu direito garantido. Ninguém está querendo questionar isso, até porque, no meu entendimento, isso seria absolutamente constitucional. A pessoa cumpriu a legislação vigente à época e, portanto, não pode ser considerada da mesma forma que pessoas que, diante de uma legislação, fizeram uma ocupação diferente.

Tenho convicção... O Senador Luiz Henrique acolheu uma sugestão importante, trazida aqui na contribuição dada pelos juristas que participaram desse debate, especialmente o Ministro Herman Benjamim, de procurar separar o que é transitório do que é definitivo. Ou seja, separar no texto da lei aquilo que se refere à regularização de atividades consolidadas ao longo dos anos dos instrumentos previstos daqui para frente. Isso já foi um grande avanço e, sem dúvida, facilitará o entendimento.

Quero registrar que o Senado adotou uma postura, que acho absolutamente correta, de buscar, gradualmente, construir o entendimento. E nós temos agora a oportunidade de três Comissões, estamos fazendo esses debates conjuntos – este é mais um debate conjunto da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura –, e a ideia é ir construindo os aperfeiçoamentos do texto para, no momento em que entendermos que ele está pronto, que possamos votar nas três Comissões, simultânea ou separadamente.

Quero registrar que devemos fazer todo o esforço para construir o melhor texto possível ainda em meados de novembro. Acho que uma visão realista é que tenhamos condições de, em meados de novembro, fazer uma apreciação do texto final dos dois Relatores para que possamos encerrar a matéria ainda este ano. É claro que nós não podemos correr e adotar uma pressa que comprometa a qualidade do texto, mas eu tenho convicção de que, em função de todos os debates que estão sendo realizados, praticamente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura têm dedicado mais de dois terços de seu tempo a esse debate.

Tenho muita confiança de que, neste período – o mês de outubro será fundamental para isso –, nós vamos conseguir avançar e produzir os aperfeiçoamentos necessários para entregar uma legislação moderna ao Brasil, que dê tranquilidade, que dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas também que aponte para o futuro do País, que não pode abrir mão da sua imensa biodiversidade, de toda a sua riqueza ambiental.

Considero – e vou reiterar o que já disse outras vezes – que temos tudo para sermos uma grande potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia e também uma grande potência ambiental.

Portanto, tenho uma expectativa muito positiva em relação a este debate, em que teremos a oportunidade de ouvir vários Presidentes de Assembleias Legislativas dos Estados que compõem a região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Rodrigo Rollemberg.

Nós iniciaremos os nossos debates.

Agradeço a presença do Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, e do Deputado José Luis Schafer, nosso companheiro Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores

e também Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Sejam muito bem-vindos!

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus, que é Presidente do Parlamento Amazônico e que hoje está nos dando a honra da sua presença em nossa Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

V. Exª tem quinze minutos para fazer suas colocações.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Quero agradecer a todos pela oportunidade.

Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar também o Deputado Luis Tchê, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Unale. Cumprimento os Senadores presentes, Senador Jayme Campos, Senador Blairo Maggi, Senador Waldemir Moka, Senador Reditário Cassol e Senador Rodrigo Rollemberg, que acaba de deixar o plenário. Cumprimento os colegas que já se encontram aqui, o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e Deputado José Ribamar, de Rondônia.

Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar um equívoco. Na nossa agenda, estava marcada esta reunião para as 14 horas. Infelizmente, talvez alguns colegas não cheguem neste período da manhã, mas ainda estamos esperando alguns colegas do Tocantins e do Amazonas, que já confirmaram e que devem se fazer presentes aqui a qualquer momento.

Agradeço o Senador Mozarildo Cavalcanti, do meu Estado, por meio de quem, garantimos a participação do Parlamento Amazônico, representando as Assembleias Legislativas da Amazônia e do Presidente Nacional da Unale, Deputado Luis Tchê.

Sr. Presidente, escrevi algumas palavras de que eu gostaria de fazer a leitura, para eu não me perder daquilo a que me propus a dizer.

Mais uma vez nos debruçamos sobre o tema Amazônia, sobre a Amazônia observada do ponto de vista de quem reside na Amazônia. Falamos de uma região com mais de 60% do território nacional, mais de 25 milhões de habitantes e mais de 805 Municípios.

Ações mirabolantes e reais, iniciativas mal-intencionadas e projetos apenas para sugar recursos públicos sempre existiram, mas iniciativas que visassem realmente o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de quem vive nela nunca foram colocadas em prática. Faltam iniciativas que busquem a integração regional e nacional, através do respeito com a biodiversidade e com as populações nativas, incluindo os indígenas e ribeirinhos.

Precisamos traduzir a Amazônia para os próprios brasileiros, definir as várias Amazônias existentes dentro da Amazônia, diferenciando legalmente os diversos biomas que compõem a região.

Lembro-me de que o Senador Waldemir Moka acaba de dizer que, antes, o Mato Grosso do Sul fazia parte da Amazônia legal. Agora, não sei, depois de...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, nunca fez. Na limitação, nós ficamos fora, mas é uma questão geográfica.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – É uma questão geográfica apenas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É geográfica mesmo.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Mato Grosso do Sul faz parte da Amazônia, sem dúvida nenhuma. Embora haja a limitação geográfica, eu sei que está no coração de todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sem dúvida! Nós, sul-matogrossenses, temos o maior carinho e admiração pelos amazônidas.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador.

A partir desse ponto, o Governo Federal poderá ser mais flexível, quando tiver de ser, e mais duro, na mesma proporção. Em Roraima, por exemplo, grande parte da cobertura vegetal não é floresta amazônica, mesmo assim a legislação trata genericamente o tema, e assim ficamos impedidos de promover a cultura de cana-de-açúcar, dentre outras, em um ambiente em que não seria necessário desmatar uma árvore sequer.

Problemas semelhantes são enfrentados por outros Estados, como no Pará. Existe uma proposta do governo local em ampliar as áreas pretendidas pelo Governo Federal para preservação, desde que para outras áreas fossem aplicadas regras mais condizentes com a realidade, e, por incrível que pareça, essa proposta não prospera, devido à legislação e às dificuldades criadas por quem não conhece a região.

Precisamos de uma visão coletiva de desenvolvimento, focada no bem estar da população e na promoção da cidadania. Qualquer modelo econômico adotado pode minimizar os impactos sociais e ser capaz de contemplar várias Amazônias que existem na região, incorporando essas diversidades, desde que seja sugerido e discutido pela sua sociedade. Precisamos de uma presença maior, mais efetiva e mais producente do poder público nas nossas fronteiras. O poder público tem que se integrar para prestar os serviços que a comunidade tem direito e para coibir crimes, como o contrabando e o tráfico de pessoas.

O cidadão da Amazônia, ao permanecer na condição de pobreza, tende a desgastar os recursos naturais para sobreviver, mas isso pode ser mudado com agregação de valor ao longo das cadeias de produção. Não se combate a pobreza na Amazônia sem desenvolvimento, mas, aqui, esse termo não é sinônimo de

desenvolvimento, pois a Amazônia comporta outras modalidades de crescimento econômico. A sociedade amazônica clama por um conjunto de ações que podem ser resumidas de modo até simplificado, que a Amazônia não tenha apenas – apesar de também ser importante – uma função global, mas que seja vista como uma civilização diferenciada e que precisa se desenvolver de modo sustentável.

Precisamos de investimentos na educação, formação e capacitação do amazônida, para otimizar as potencialidades de seus recursos naturais, através de uma participação mais efetiva no desenvolvimento científico e tecnológico do País, buscando, por exemplo, metas defendidas pelas universidades da Amazônia de triplicar o número de doutores até 2020.

Precisamos manter e ampliar vias de transportes imprescindíveis para integração regional, seja na modalidade de transporte aéreo, rodoviário e, principalmente, o hidroviário. Essa última, que nunca foi explorada totalmente. O transporte por hidrovias geraria a criação de novas alternativas de escoamento da produção. Precisamos conciliar a construção de barragens e hidrelétricas com os cuidados necessários com a navegação interna. Não podemos empobrecer a vida aquática, reforçando apenas o modo rodoviário, multiplicando danos ambientais, mortes nas estradas e diminuindo a nossa capacidade de reter as riquezas, que criamos nos nossos vales. Isso será possível com a construção de hidrelétricas, com eclusas, para garantir a geração de energia e também o fluxo hidroviário.

Reiteramos aqui a necessidade de diminuir as desigualdades regionais, através de investimentos pesados do Governo Federal, e entendemos que o Fundo Especial oriundo dos recursos do pré-sal é uma boa alternativa, e não entendemos como parlamentares da Amazônia ainda se colocam contra essa ideia.

Clamamos pela conclusão de inicialmente essenciais para a região, como o projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, uma iniciativa do Governo Federal que ainda não deslanchou. Em Roraima, por exemplo, há três anos aprovamos, na Assembleia Legislativa, o nosso Zoneamento Econômico, e até hoje está engavetado no Conama.

Outro ponto que o Parlamento amazônico entende como crucial, para que a Amazônia possa, enfim, encontrar o caminho do desenvolvimento, é a aprovação do Código Florestal. Dias atrás, a CCJ do Senado aprovou o projeto de reforma do Código Florestal, foi acolhido o texto do Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, que já anunciou algumas alterações no texto aprovado na Câmara. Estamos ansiosos sobre qual texto será produzido por esta Casa. Teremos um Código razoável com a realidade amazônica, ou deixaremos escapar, talvez, a única oportunidade que nos está sendo oferecida para que tenhamos uma legislação justa com a Amazônia?

Encerro minhas palavras convidando os brasileiros a conhecerem a Amazônia, pois, quando se conhece, fica mais fácil amar e defender.

E aqui, Sr. Presidente, para encerrar, fico feliz em ouvir aqui as palavras do Senador Blairo Maggi. Tive oportunidade de encontrá-lo há poucos dias em Mato Grosso, no encontro na Assembleia Legislativa, e fico feliz de ouvi-lo, porque ele certamente encabeçará essa emenda de voltar os 50% para legalização das terras na Amazônia.

Roraima, por exemplo, já é totalmente preservada, Sr. Presidente, Srs. Senadores. 60% das terras são dos índios, já está preservada. Então, por que não transformar esses 20% do Estado? Esses 20% de preservação seja do Estado, e aí temos em Roraima apenas 8% das terras para produzir. Desses 8%, ainda temos que tirar 20% dessa terra. Ou seja, temos cerca de seis milhões de hectares e, disso aí, ainda tem áreas alagadiças, áreas de montanhas, ou seja, menos de 8% das terras do Estado são para nós, e 18% ainda temos que produzir, em apenas 20% delas. Na realidade, muita gente legisla sobre o Brasil, sobre a Amazônia, e nem conhece a Amazônia. A Amazônia tem que ser tratada de forma diferenciada.

Louvo e aplaudo aqui a ideia do Senador Blairo Maggi; que essa emenda possa prosperar, que V. Exª seja um dos autores dessa emenda. A Amazônia vai aplaudir V. Exª, o Brasil certamente também, vai aplaudir o Congresso Nacional, porque precisamos, urgentemente, transformar o nosso País e fazer o Brasil produzir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias de Jesus. V. Exª tem toda razão. Esse é o momento único que temos para proteger nossa Amazônia, e o meio mais correto de protegê-la é proteger os amazônidas. São as pessoas que moram na Amazônia que irão cuidar das florestas da nossa Amazônia.

Saúdo o nosso Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia, que se faz presente junto conosco, seja bem-vindo a nossa audiência; Deputado Hélio Soares, do Maranhão, seja bem-vindo a nossa audiência; saúdo o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Passo a palavra a V. Exª para também fazer suas colocações com relação a nossa audiência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, inicialmente, quero pedir desculpas por ter chegado um pouquinho atrasado, porque, infelizmente,

do Lago Norte para cá pegamos só três acidentes e, portanto, o engarrafamento foi muito grande.

Quero dizer da felicidade de se realizar esta reunião hoje, porque a Amazônia e a Faixa de Fronteira do Brasil, de norte a sul – Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia –, representa mais de 70% da área do território nacional e, coincidentemente, são áreas que têm mais dificuldades, mais limitações, até pela legislação federal, já que a Faixa de Fronteira é restritiva para uma série de atividades. É importante que encontremos, nessa votação do Código Florestal, uma forma que não seja como costumam ser as leis brasileiras, uniformes para todo o País, com tanta diversidade de localidades. A Amazônia mesmo não é um ecossistema só, o Deputado Mecias já disse. No nosso Estado, temos 60% de reservas indígenas e ecológicas; o resto, tirando as áreas alagadiças e as áreas institucionais do Exército e das Forças Armadas, para o Estado sobra alguma coisa em torno de 20% da área territorial, que é uma área boa. Inclusive, diferentemente do resto da Amazônia, grande parte do Estado é de lavrados, áreas que são um misto entre os pampas gaúchos e o cerrado do Centro-Oeste.

Então, nós temos de ter, realmente, uma legislação que seja realista, que leve em conta essas diversidades, até mesmo dentro da própria Amazônia.

Então, eu queria falar da minha satisfação por estarmos promovendo esta reunião, esta audiência, ouvindo o Presidente do Parlamento Amazônico, que, por coincidência é um Deputado Estadual do meu Estado.

Também vamos ouvir o Deputado José Luiz Scheffer, Presidente da Unale, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais, que, portanto, engloba todas as Assembleias, de todo o Brasil. É muito ruim que a gente legisle, aqui, sem ter, realmente, uma ausculta de quem está mais próximo do povo, lá, que são os Deputados Estaduais.

Então, eu quero registrar isso e deixar para o final que a gente possa acrescentar mais alguma coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Ana Amelia. Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu e o Senador Mozarildo somos os requerentes desta audiência pública e tivemos o mesmo problema. Como a gente costuma chegar sempre em primeiro lugar, quando chega um pouco atrasado, já um colega reclama. Meu querido Blairo Maggi.

Pelo mesmo problema do Senador Mozarildo... E a gente vê quantos problemas logísticos temos numa cidade como a Capital da República para chegar até o trabalho. Três ou quatro acidentes e a coisa fica muito perturbada.

Eu queria, primeiro, dizer que foi muito oportuna a iniciativa do Senador Mozarildo, que eu tive o prazer de subscrever, também, junto com ele, porque é preciso ter essa visão, que não é uma visão unânime dentro da própria Amazônia.

A oportunidade que esta audiência pública da CRA está promovendo mostra que, dentro da região, que tem uma área dedicada a parques nacionais, reservas indígenas, há outras áreas que são de preservação e que poderiam ter a aplicação de uma legislação de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, sem agredir o ambiente, perfeitamente compatível com os dados, certamente técnicos, que V. Exªs apresentaram aqui.

Eu queria dizer que, nesta bancada, não há nenhuma dúvida em relação aos pleitos que os representantes legislativos da Amazônia trouxeram. Também acho oportuno que vocês, e certamente já o fizeram, contatem o Senador Eduardo Braga, que é do Estado do Amazonas, e o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente, porque são matérias pertinentes, especificamente, à área.

O Senador Mozarildo disse uma coisa muito correta: o Brasil é muito grande, é um País continental, e não se pode aplicar uma regra geral para questões diferentes.

Eu tenho dito que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem mata nativa num percentual bastante significativo; há uma agricultura que faz curva de nível, que faz plantio direto na palha, como faz o Blairo Maggi no Mato Grosso – no Mato Grosso do Sul, também, muitos produtores estão aplicando essa tecnologia preservacionista –, uso de biotecnologia, uso de agricultura de alta precisão. Então, tudo isso tem de ser reconhecido e não pode ser colocado numa vala comum, sem se ver o esforço que fazem – como também, certamente, na Amazônia – muitos produtores.

A inviabilização da produção de arroz em Roraima é a prova disso, quer dizer, foram levados para lá, estimulados a ir para lá e, de uma hora para outra, a segurança jurídica é rachada, quebrada, e o agricultor tem de sair com uma mão na frente e outra atrás, depois de ter acreditado e investido naquela área.

O que sobrou para Roraima depois da decisão em relação a Raposa Serra do Sol?

Então, esses dilemas, fazem bem os legisladores da região de trazer ao conhecimento público, para que a sociedade brasileira entenda que não podem ser tratadas de maneira igual situações completamente diversas.

Cumprimento V. Exªs e lamento profundamente não ficar até o final, porque sou, também, requerente de um ciclo de avaliação da Copa do Mundo e também requerente da presença do Ministro Celso Amorim na CRE, Comissão de Relações Exteriores, que tem questões de fronteira muito sérias. Como sou requerente da presença dele aqui nesta Casa, eu preciso estar presente.

Então, agradeço, Presidente Acir Gurgacz, cumprimentando-o pela condução dos trabalhos e também ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Também peço a V. Exª o apoio à nossa causa, à nossa emenda, que diz basicamente que os Estados que já têm uma preservação natural de 50% ou mais possam colocar em prática o zoneamento ecológico e econômico dos seus Estados. Temos regiões em que podemos desmatar ou fazer a transformação de floresta para plantio na sua totalidade, mas temos regiões que, em contrário, não podem ser mexidas na sua totalidade. Isso só pode mapeado com o zoneamento. Peço o apoio a V. Exª para essa justa causa. É o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como o conheço bem, Senador Acir, o senhor pede sempre questões que são de interesse local. O senhor defende muito o seu Estado de Rondônia. Certamente, estou junto nessa emenda. Conte com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Luis Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores, Deputado do Acre.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Acir, do meu partido, o PDT, e parabenizar pelo brilhante trabalho que vem realizando. Nós nos encontramos em Curitiba, numa audiência pública, pois tínhamos uma reunião lá também da Unale. Eu queria cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti. Cumprimento o Deputado Mecias de Jesus, o Presidente do Parlamento Amazônico; o Senador Blairo Maggi, que se encontra aqui; o Senador Jayme Campos; o Senador Moka, de Mato Grosso; o Senador Cassol, o Senador Antonio Russo. Eu gostaria também de cumprimentar o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e o Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Quero dizer da felicidade de estar aqui, nesta comissão, para discutirmos um assunto, que é extremamente importante. Conversando um pouco com Mozarildo, falamos que talvez o Código Florestal não devesse se chamar Código Florestal, mas, sim, o Código do Solo, enfim. Isso poderia ser mudado, porque parece que é só a Amazônia que estamos discutindo. O Senador Blairo Maggi, na sua fala anterior, coloca que o Acre – eu represento o Acre – é diferente do Rio Grande do Sul, como a Paraíba é diferente de Roraima. Então, nessa questão do Código Florestal, defendo que deveríamos ter uma legislação estadual. Ter a legislação federal, sim, com a aprovação do código federal, mas tínhamos de ter uma legislação estadual, porque o que estamos discutindo aqui vale para o Brasil todo.

Na realidade, quero fazer uma fala aqui direcionada muito ao meu Estado do Acre, com o qual convivo e no qual vivo, para demonstrar aos Srs. Senadores o preço da preservação que estamos pagando no Estado do Acre, haja vista que o Estado do Acre é um Estado novo da nossa federação, pois era um território, que precisa muito do apoio do Governo Federal.

No nosso Estado, 85% das nossas florestas são preservadas hoje. Temos praticamente 15% desmatados. Devido à falta de infraestrutura básica e à distância dos grandes centros de consumo, inviabilizou-se um processo de industrialização desse nosso Estado. Eu tenho aqui o Acre em Números, o último, o de 2011, uma edição feita pelo nosso Governo do Estado. Temos 45% do solo do nosso Estado propícios para produção agrícola, o que representam uma área hoje de 7,3 milhões de hectares. Eu vou comparar com o Estado de Mato Grosso, que atualmente tem 6,4 milhões de hectares com plantio de soja – eu vou fazer, Senador Blairo, a comparação com soja, pois vai ficar mais fácil; poderia ser eucalipto, poderia ser com milho, poderia ser com outro tipo de produção -, e também com o Estado do Paraná, que tem 4,6 milhões de hectares de plantio de soja. Aí, o Senador Blairo Maggi pode me auxiliar, porque, na realidade, estou fazendo uma comparação, Senador. O Acre tem 45% de área agricultável e, se comparar esses 45%, nós temos 7,3 milhões de hectares para produção agrícola. Comparando com Mato Grosso, que tem 6,4 milhões de hectares e o Paraná com 4,6 milhões de hectares. Se considerarmos apenas que 20% dessa área do Estado do Acre poderia ser agricultável, nós teríamos 1,4 milhão de hectares. Comparando com os Estados de Mato Grosso e Paraná, que produzem 3 toneladas de soja por hectare – se eu estou errado, o Senador pode me ajudar a corrigir –, nós teríamos hoje no Estado do Acre, 1,4 milhão com 3 toneladas por hectare, 4,380 milhões de toneladas de soja. Estou falando em soja porque é mais fácil, mas poderia falar de eucalipto ou outro tipo de produção. Pegando esse valor vezes a tonelada da soja de hoje, que é R$900,00, nós temos

R$3.942.000,00/ano no Estado do Acre. Isso requer o nosso orçamento do Estado.

Eu trago esses números para nós analisarmos de que forma esses Estados mais pobres da região Norte – Roraima, Amapá, Acre – poderiam ser compensados por manter essa floresta em pé. Que tipo de compensação teriam esses Estados? Nós estamos discutindo e eu faço a comparação com o pré-sal, em que os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro estão discutindo a questão do pré-sal. Entendo e concordo com o Senador Blairo Maggi que não seria do Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, mas que seria sim da União. Mas a floresta é do Estado do Acre. E se a gente levar em consideração, pegando ainda os números do Acre, podemos constatar uma evolução da população do nosso Estado: em 1970, tínhamos 72% dessa população na área rural e 28% na área urbana,com 215 mil habitantes. Hoje, o Acre tem 750 mil habitantes e temos 27% na área rural e 73% na área urbana. Como é que vai viver esse povo? Como é que nós vamos viver preservando 85% das nossas florestas? Nós somos a salvação do mundo, somos o pulmão do mundo, mas como é que nós vivemos? Onde está a nossa economia? O que nós vamos fazer?

Sem contar que se esse 1,4 milhão de hectares fosse desmatado para produção, calculando rapidamente em valores, o metro cúbico da madeira daria na faixa de R$70,00 o meto cúbico. Isso daria em torno hoje de R$7,4 bilhões. Aí sim eu diria que o nosso Estado poderia começar a se desenvolver. Temos uma saída para o Pacífico inaugurada agora. O que aquela estrada vai fazer? Será que o Acre vai ser um corredor de exportação só? Será que tudo vai passar por ali ou não vai passar?

A minha pergunta é esta: que tipo de compensação o Estado do Acre tem que está no nosso Código Florestal? Será que nós poderíamos ter uma compensação? Vamos trabalhar aqui talvez...aí poderiam me perguntar que tipo de compensação, Deputado, que nós poderíamos ter? Porque o Acre não pode ter uma zona franca, como foi feito em Manaus? Para compensar a floresta que nós preservamos, para gerar emprego e renda para o nosso povo tão sofrido daquele cantinho da Amazônia, do Brasil. Ah, mas a zona franca é difícil, não é problema. Nós somos vizinhos do Peru, Cusco fica a 300km. Talvez nós poderíamos pensar em incentivar o turismo para aquela região. Mas de que forma? Como foi feito em Lãs Vegas, naquela oportunidade, em que foram instalados os cassinos? E hoje todo mundo está visitando!

Talvez, naquele cantinho do Brasil, o Acre, Roraima, Amapá poderiam ter liberado o jogo de cassino para gerar emprego e renda. Por que não podemos pensar, se vamos discutir o fundo de participação dos Estados, em um pré-sal? Por que não temos uma pré-mata ou talvez um FPE Verde para quem compensou?

Com toda tranquilidade, o povo do Acre hoje está sensível a isso e sabe que precisa preservar, mas nós sabemos também que precisamos dar o que comer ao nosso povo. O nosso maior PIB é o nosso funcionário público e nós não podemos admitir discutir o Código Florestal sem existir uma compensação para um Estado como o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Estou falando aqui dos Estados mais pobres, porque o Estado de Rondônia é um Estado muito mais desenvolvido, como é o Estado do Mato Grosso. E aí fica essa minha fala.

Eu gostaria também, Senador, de deixar uma sugestão na questão do Código e pedir a esta Comissão para fazermos antes dessa votação uma reunião com todos os deputados estaduais do Brasil. A Unale se encarregaria de fazer o mais rápido, marcar uma data. Porque, na reunião que nós tivemos em Curitiba, na última reunião, foi deliberado que fizéssemos uma reunião com a Comissão, com pelo menos um deputado de cada Estado. Seriam 27 deputados estaduais participando. Mas tenho certeza de que aumenta o número, porque o interesse é muito grande para se discutir esse tema. Essa audiência, eu gostaria de, se fosse possível, antes de a gente ter essa votação... Também entendo que talvez ocorra que um pouco o quórum hoje depende muito. Nós estamos perto das eleições, os últimos dias das filiações partidárias. Isso tem movimentado muito também, inclusive lá no meu Estado.

Para encerrar, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Que os Senadores nos ajudassem nessa contribuição. Nós não queremos desmatar, a intenção nossa não é plantar soja, a intenção nossa não é plantar eucalipto, é realmente preservar, cuidar da nossa biodiversidade. Mas que os Senadores nos ajudem a encontrarmos uma saída para que o nosso Estado se desenvolva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos ao Luis Tchê, do Estado do Acre, Presidente da União Nacional dos Legisladores. E fica aceita a reunião da nossa parte com os Deputados. Assim que V. Exªs quiserem fazer a reunião, é só marcar conosco. Nós estamos à disposição aqui em Brasília. Tenho certeza de que os demais Senadores também gostariam de participar, ouvir e dar suas opiniões e suas sugestões.

Antes de ouvir o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator, consulto o Deputado Ribamar Araújo, se V. Exª quiser fazer uso da palavra para cumprimentar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para não aumentar a confusão, o Deputado Mecias fez referência aqui que vou apresentar uma emenda para voltar a 50%. Eu não vou fazer isso, Deputado. Eu estava fazendo um relato sobre a história da ocupação amazônica. Para daqui a pouco não tirar a emenda do Acir Gurgacz e não criar confusão, eu queria deixar clara minha posição a respeito desse assunto.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Senador Acir já me explicou, Senador Blairo Maggi. Nós contamos apenas com o apoio importante de V. Exª e dos demais Senadores para aprovação da emenda dele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, senador Blairo. Eu sei que V. Exª tem a preocupação grande no sentido de não querer a imagem de estar provocando o desmatamento da Amazônia, mas a nossa intenção também não é essa, provocar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para quem já ganhou motosserra de ouro, tem que tomar cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu entendo V. Exª. Mas, só para esclarecer também, a nossa intenção não é provocar o desmatamento da Amazônia, em hipótese alguma, é preservar as pessoas que lá estão.

Eu passo a palavra, então, ao Ribamar. Senador Moka, só o nosso Deputado Ribamar de Rondônia, da Assembleia, que foi convidado. Só para fazer lhe um cumprimento.

Deputado Ribamar, V. Exª tem a palavra,

Obrigado, Senador Moka.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (PT – RO) – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente dos trabalhos, Senador pelo meu Estado, Senador Acir Gurgacz; da mesma forma, cumprimentar o Senador Mozarildo, de Roraima, fazendo parte da Mesa; cumprimentar o Tchê, Presidente da Unale; cumprimentar, da mesma forma, o Presidente do Parlamento Amazônico; colega, Deputado Mecias de Jesus; cumprimentar a imprensa e todos os presentes, os Senadores.

Eu queria, complementando a fala do Tchê, dizer que acredito, Tchê, que a maior compensação reivindicada pelo senhor neste momento para o Estado do Acre seria deixar o povo do Acre trabalhar. Acho que o Brasil é o único País do mundo que faz legislação impedindo o povo de trabalhar.

Sou do Estado de Rondônia, que, há 30 anos, era uma floresta intacta, não produzia nada, não representava nada para o PIB do Norte nem do Brasil, e hoje, somente 30 anos depois, encontra-se a agricultura e a pecuária, e não tem como produzir na terra sem alterar seu estado natural.

Somos, hoje, um dos Estados mais pujantes da Federação, contrariando tudo o que muitos ecologistas falam. O Estado de Rondônia, pelo seu desenvolvimento e, consequentemente, pelo bem-estar do seu povo, contraria muita teoria que, na prática, nunca deu certo.

Lamento profundamente não estar aqui, neste momento, o Senador Eduardo Braga. Quem ouve o discurso do Senador Eduardo Braga, principalmente quando ele era Governador, fica encantado. Só que a realidade é totalmente diferente do que ele fala. O Estado do Amazonas é um Estado rico, em termos de Norte – o maior PIB do Norte –, mas porque todos nós, brasileiros, contribuímos com a Zona Franca de Manaus. Eles podem se glorificar pelo fato de terem 98% do seu território preservado. Agora, tem 98%, mas o Estado do Amazonas é o maior Estado brasileiro, com mais de um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados. A maioria do seu povo vive na miséria. Só vive melhor o povo do centro de Manaus; o resto, o do interior, é todo na miséria. Todos sofrendo muito.

Ele fala e encanta as pessoas do mundo inteiro, mas a realidade é muito diferente. Quando ele dá uma declaração, como eu vi, dizendo que criou uma reserva para barrar o avanço da soja, ele prejudica, sem notar e sem querer, talvez, o Estado de Rondônia, que encontrou na agricultura e no desflorestamento, evidentemente, a base do seu desenvolvimento. Na teoria, existem muitas formas de se desenvolver, mas, em Rondônia, a única forma que nós encontramos de desenvolver nosso Estado foi a floresta, substituída pela agricultura, pela pecuária e caminhando com certa celeridade agora para nossa industrialização.

Rondônia, repito, há 30 anos, era menor em termos de população, em termos de PIB, em termos de rebanho bovino; menor do que o Acre, menor do que Roraima e menor do que outros Estados. Hoje, Rondônia, 30 anos depois, supera esses Estados. O PIB de Rondônia é maior do que o PIB do Acre, de Roraima e do Amapá juntos – coincidentemente, talvez, os três Estados mais preservados.

Eu gostaria muito que o Senado Federal, nessa questão do Código Florestal, tivesse a mesma sensibilidade, a mesma sabedoria e o mesmo senso de brasilidade que teve a Câmara Federal.

Aqui, faço um cumprimento especial ao Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, o Deputado Aldo Rebelo, que foi de uma sabedoria imensa, sem ser ruralista e sem ser ambientalista, mas, acima de tudo, produzindo um código que atende, principalmente, os interesses do Brasil, e não os interesses de

quem quer que seja lá fora ou os interesses de pequenos grupos aqui dentro do Brasil.

Esta é minha fala, Senador, apelando para que o Senado tenha sensibilidade e vote este Código Florestal, se possível, com pequenas modificações, para não atrasar mais e ter de voltar para a Câmara Federal.

A todos vocês, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Ribamar Araújo.

Consulto o Deputado Hélio Soares se gostaria de fazer os cumprimentos também, encerrando a participação dos nossos Deputados Estaduais e iniciando o debate com os demais Senadores presentes. *(Pausa.)*

Deputado Hélio Soares com a palavra.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Vou ser breve, mas tenho que fazer o registro, representando o nosso Presidente da Assembleia, Arnaldo Melo, sou o 1º Secretário daquela Casa, por várias vezes. Quero dividir a emoção com o meu companheiro. Não estou sentindo a mesma emoção dele ao falar com os Senadores do Estado dele, porque os nossos Senadores estão ausentes, mas eu tenho certeza de que, nas próximas reuniões, estarão aqui, até porque os Estados que compõem a Amazônia têm quase que as mesmas dificuldades com as características diferenciadas.

Vou resumir. Estamos em pleno século XXI e é inadmissível que nós, Parlamentares, nos preocupemos com as questões principais, mas esqueçamos de uma preocupação que temos que ter em primeiro lugar. Nós temos que cuidar, acima de tudo, do principal produto do meio, que é o homem. Se não nos preocuparmos em mudar a mentalidade, aperfeiçoarmos o espírito de preservação que, creio eu, todos temos nas suas características e para o seu próprio desenvolvimento, em transformar a mentalidade de destruição para sustentabilidade, para criatividade; se não cuidarmos desse zoneamento econômico e ecológico, não prepararmos a sociedade para uma transformação verdadeira em nosso País, não chegaremos a lugar nenhum. Isso é importante.

Parabenizo o Presidente da nossa Federação, da Unale, nosso amigo Tchê, e meu Presidente. Dirijo-me dessa maneira porque faço parte do Parlamento Amazônico e precisamos envolver os Senadores e Deputados Federais, com quem só temos contato na época das campanhas. Somos todos irmãos. Quando terminam as campanhas, a gente só se lembra quando tem a oportunidade de ir a um aniversário, ao casamento de um filho ou em uma posse inesperada por algum incidente. Essa integralização, essa união dos Parlamentares é importante, para que possamos discutir esses problemas fundamentais para a transformação do nosso País.

A Amazônia é o pulmão do nosso Brasil. Considero que todos os brasileiros são amazônidas. Então é importante uma discussão como essa. Inclusive sugiro ao Presidente da Unale que possamos participar de outras discussões, um Deputado Estadual, o Presidente da Assembleia, sei que os afazeres são muitos e a disponibilidade de tempo é muito pequena, mas que possamos participar de outras discussões na área da saúde, na área da educação. É inadmissível hoje, meu Presidente Mecias, que Estados mais ricos em reservas minerais, como o Pará e o Maranhão, cujos corredores de exportação são os melhores, ainda concentrem a maioria da população abaixo da linha da pobreza. Há um contraste nesse aspecto que precisamos discutir com mais sentimento e mais responsabilidade.

Era a minha participação.

Parabenizo o Presidente da Comissão por dar a abertura para que essa discussão verdadeiramente seja feita no Brasil inteiro com a participação dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, por sua participação e por sua presença conosco.

Com a palavra o Senador Moka, enquanto o Relator conclui a sua ligação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente Acir Gurgacz, eu entendo a preocupação dos Deputados Estaduais quanto à ausência de alguns Senadores que representam os Estados.

Eu começo por aí. Na Câmara dos Deputados, essa discussão do Código Florestal é antiga e sempre tem esta questão: é difícil defender essas posições, porque, do ponto de vista da opinião publicada, você, às vezes, é confundido e tomado por um grande devastador. Dizem que você quer acabar com a floresta, que você quer acabar com o meio ambiente. Mas será que há alguma coisa mais lógica do que se fazer, como propõe o Presidente da Comissão, um zoneamento econômico e ecológico de cada um dos Estados? Vale dizer: você vai analisar o tipo de solo, a questão ambiental, e o zoneamento vai indicar o que se deve colocar ali, onde colocar e o quanto colocar. Isso é, realmente, ciência. O Código Florestal, em qualquer um dos Estados, a meu juízo, pode propiciar isso.

O Governador André Puccinelli era candidato e, como candidato, já encomendou um zoneamento econômico e ecológico, que foi votado na Assembleia Legislativa. No Mato Grosso do Sul, há aquela grande discussão: "Ah, vai colocar usina no pantanal!". Você vai dizer para um pantaneiro que se vai colocar usina lá? É claro que ninguém vai colocar usina lá. Mas há regiões que nada tem a ver com o pantanal em que a

legislação proíbe isso do mesmo jeito. Essas coisas precisam ser mais bem discutidas.

Não sou da região, conheço muito pouco a região, mas acho que é exatamente isso. O que precisa aflorar – aí os Deputados Estaduais e as Câmaras Municipais têm um grande papel – é a mobilização da sociedade que lá vive, mostrando a realidade. Quando da discussão do Código, como Deputado Federal, nas audiências públicas, o Deputado Aldo e nós ouvimos muito sobre isso. Como é que se vai fazer? É bonito dizer que vamos preservar, que há 80% ou não sei quantos por cento. Mas há alguma compensação? Como é que fica a questão da população? Essa é uma questão importante.

Evidentemente, está aqui alguém que não tem profundidade para discutir esse assunto, nem quero fazê-lo. Mas acho que temos de ouvir as pessoas que lá moram, que lá vivem. Quero ouvi-las, quero aprender e conhecer aquela realidade.

Meu caro Presidente, a sua emenda, evidentemente, vai ser discutida. Mas, Senador Acir, temos de tomar cuidado, como disse o Senador Blairo, senão, daqui a pouco, vão pegar uma motosserra e entregá-la a V. Exª. Então, essa é a preocupação. Temos de dizer aqui que ninguém defende isso.

Uma coisa que me deixa revoltado é acusarem o produtor rural de ser o responsável por todas as mazelas ambientais do País. Isso não é verdade! Isso não corresponde à realidade. O pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, talvez, seja um dos biomas mais preservados do País. E lá, há mais de 250 anos, produz-se a proteína vermelha, com a chamada pecuária extensiva.

Então, essa é uma questão para a gente discutir. Graças a Deus, no Senado, esse debate tem sido equilibrado, tranquilo. Ainda ontem, participamos de uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Vieram aqui representantes das cooperativas e da agricultura familiar. As cooperativas agropecuárias, em sua grande maioria, são formadas por pequenos produtores principalmente do sul do País e também do Centro-Oeste. Essas cooperativas que aglutinam pequenos produtores rurais mostraram a necessidade de um marco legal, de uma legislação juridicamente perfeita, que dê tranquilidade para que se possa produzir.

Quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti, por trazer esse debate aqui.

Finalizo, dizendo que o Acre conta aqui com duas forças poderosas: o Relator da Comissão de Meio Ambiente e o Líder do Governo no Senado. São duas forças políticas que, tenho certeza, vão ouvir aqui os Deputados Estaduais e os amazônidas. E está aqui um Senador que fez uma proposta e que está preocupado com a discussão que envolve mais a sua população, a sua gente, as pessoas que lá vivem.

Fico feliz porque, Presidente, aqui estamos ouvindo deputados estaduais, que vivem e convivem com a população desses Estados que formam a chamada Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Vice-Presidente desta Comissão Waldemir Moka.

Passo a palavra ao nosso relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz; Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira; senhores debatedores; Deputado Mecias, Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís, Presidente da Unale, que nos honram com sua presença; Presidente da Assembleia de Rondônia, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir escusas pelo meu pequeno atraso em chegar a esta reunião, mas é porque, sendo relator do Código Ambiental em três comissões, sou requisitado por pessoas, por entidades, por corporações, e hoje pela manhã, concedi duas audiências que me retardaram para chegar a esta Comissão. Por outro lado, quero pedir escusas também porque devo presidir, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores, a subcomissão que está tratando do inventário das Forças Armadas e a necessidade de seu reaparelhamento, com a presença do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Quero dizer a V. Exª, Presidente Mozaridlo, que o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana e o Senador Romero Jucá, que gostariam muito de estar nesta reunião, mantiveram contato comigo pedindo que justificasse a ausência de S. Exªs por compromissos inadiáveis que assumiram, inclusive em relação a este assunto de que estamos tratando aqui.

Eu quero dizer aos presentes, principalmente aos ilustres convidados que vêm da Amazônia, que nós, o Senador Jorge Viana e eu, estamos tratando da condução desse processo de forma a produzir um consenso. Por isso, as Comissões de Agricultura, de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e até mesmo a de Justiça têm realizado exaustivas audiências que somam já mais de duas dezenas, ouvindo todos os setores, as corporações, as entidades mais importantes deste País, técnicos, juristas, engenheiros florestais, porque o nosso objetivo é produzir uma lei que seja duradoura, que seja autoaplicável, que não transborde para o Judiciário e que garanta duas expressões que são tão íntimas que começam com a mesma letra: preservar e produzir. É preciso que uma não sufoque a outra, é preciso que uma não anule a outra, até por

que a floresta e a lavoura são como irmãs siamesas, irmãs xifópagas, isquiópagas. São atividades que interdependem um da outra. A questão da Amazônia está sendo tratada com todo cuidado, assim como a questão do Pantanal, a questão da Serra do Mar, a questão dos Campos gerais, a questão do Litoral. Os cinco biomas definidos na Constituição estão tendo um tratamento muito criterioso, muito cuidadoso. A primeira conclusão a que chegamos é que cada um, pelas suas especificidades, terá de ter sua lei específica, como já tem a Serra do mar.

Por outro lado, temos a consciência de que a lei que estamos elaborando deverá estar absolutamente alinhada com a Constituição. O nosso ordenamento jurídico é baseado no princípio da hierarquia das leis. A Constituição é chamada de Carta Magna porque é a lei maior à qual todas as demais devem se submeter.

Ora, o que diz nossa Constituição cidadã?

Ela diz duas coisas muito importantes. Ela diz que em matéria ambiental, em todos os aspectos da matéria ambiental, à União cabe, exclusivamente, estabelecer normas gerais.

Como o País e uma Federação, ele tem de ter o ordenamento geral que valha para todo o território, mas o parágrafo primeiro, conectado com o *caput*, traz outra definição, a de que os Estados têm competência concorrente para legislar em matéria ambiental.

Qual seria a interpretação mais correta, qual seria a exegese mais perfeita do *caput* e dos parágrafos? É a de que, traçando a União as normas gerais, caberá a cada Estado estabelecer as normas complementares, as normas detalhadoras da sua realidade peculiar.

A Amazônia tem sido tratada ao longo dos anos como se fosse uma unidade territorial carregada de absoluta similaridade. Assim como nós temos em nosso País uma legislação, o ordenamento jurídico constitucional, que estabelece uma concentração de poderes na União como se o Brasil fosse um só Brasil e não tivesse suas peculiaridades, em relação a meio ambiente, nós constituintes, Senador Mozarildo, andamos bem porque caminhamos no sentido da descentralização.

Eu creio que essas especificidades amazônicas terão de ser definidas posteriormente em normas complementares, meu Presidente, pelas Assembleias Estaduais de cada Estado. Elas que estão próximas dos problemas têm melhores condições de defini-las.

Acho que assim, com uma lei geral nacional meio-ambiental, com uma lei geral nacional para o complexo amazônico e as normas complementares estatuídas por cada Assembleia, vamos obter um resultado extraordinário: uma política meio-ambiental que seja fiel a essa dicotomia, que não é dicotômica, que é integradora, de preservar e produzir.

Sr. Presidente, peço desculpas, mas temos de abrir a reunião aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Luiz Henrique, que é um dos relatores do Código Florestal. Foi muito importante a explanação de o que se busca, realmente, tanto com o Senador Luiz Henrique, como com o Senador Jorge Viana, com essas audiências sucessivas, é o que ele falou: um consenso que tenha legitimidade jurídica, mas que tenha também aplicabilidade.

Quero conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos e em seguida... *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por favor, antiguidade é posto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Estaduais, a quem recebo com atenção e respeito nesta Casa da Federação.

Nós estamos num momento de quase chegarmos à decisão a respeito desse novo Código Florestal.

O Relator, o Senador Luiz Henrique, vem fazendo um trabalho na busca de um consenso. Vejo que esse debate veio da Câmara dos Deputados de uma forma esgarçada e o Senado da República tem esta função, até em razão da quantidade de membros por Estado que representam a Federação aqui, de acabar com essa distensão. Penso que está seja uma das funções do Senado da República.

Muito bem! O Senador Luiz Henrique fez referências à Constituição.

A nossa Constituição estabelece a preservação ambiental como direito fundamental do cidadão, o meio-ambiente ecologicamente equilibrado, como direito fundamental do cidadão. Agora, a mesma Constituição estabelece que vivemos numa sociedade que adota a iniciativa privada. A produção é importante não só para o produtor, mas para a República Federativa do Brasil, para a região, para o Estado e para aquela localidade, porque a produção faz desenvolver o homem e também faz desenvolver a sua região.

A nossa função nesta Casa será afastar o fundamentalismo de ambos os lados. A nossa função nesta Casa será encontrar esse ponto de ponderação de que a Constituição nos dá notícia. Nós não podemos nos esquecer, como bem disse o Relator, que o nosso sistema legal estabelece a Constituição como uma norma que esteja acima das demais normas.

Esse Código Florestal deve buscar a preservação e deve buscar também a produção. Para isso, temos de encontrar o que se denomina na ciência jurídica de

segurança jurídica. Essa segurança jurídica significa nada mais, Senador Jayme Campos, do que a tranquilidade: conhecer as regras do jogo antes que jogo se inicie. A Constituição estabelece um mecanismo de divisão de competência legislativa entre os entes federados. No art. 24, como bem disse o Sr. Relator, ela prega que a União estabeleça normas gerais. Essas normas gerais não podem de forma alguma, em razão da característica da própria formação da nossa Federação, essas normas gerais não podem de forma alguma, repito, ser inviabilizadas, desrespeitadas e violadas pelas normas estaduais.

Senador Mozarildo, a história da nossa Federação, da formação da nossa Federação, é a causa da manutenção da unidade do nosso território. Não podemos comparar a nossa Federação com a Federação americana, pois, esta dá aos Estados membros, às unidades federadas maior poder no momento da criação legislativa, diferentemente do que ocorre aqui, na República Federativa do Brasil. Esse ponto do art. 24 da Constituição, penso, é o mais importante do debate que deva ser feito aqui, nesta Casa.

É lógico que um dos princípios do direito a brasileiro é a isonomia. Isso não significa, Senador Jayme Campos, que tenhamos que tratar todos de forma igualitária. Vamos trazer isso para a questão ambiental.

Vivemos num Estado continental, isso é quase um chavão falar, que possui vários biomas, vários ecossistemas. Como podemos tratar o cerrado igual ao pantanal? Como podemos tratar o Pantanal igual ao Araguaia? Como podemos tratar o Pantanal, o Cerrado, o Araguaia igual à área de transição do Cerrado e a Floresta Amazônica? Percebam que só fiz referência aos biomas, aos ecossistemas do Estado de Mato Grosso, Estado que representamos com muito orgulho. Como podemos tratar esses biomas de forma diferente? O ideal seria que o Código Florestal estabelecesse normas gerais também para esses biomas que são diferentes.

Penso que, hoje, de acordo com a nossa Constituição, não caiba aos Estados membros legislar sobre esses aspectos, mesmo em se tratando de biomas que são específicos das unidades federadas.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido isso de forma reiterada, e a principal decisão, que ainda não ocorreu, trata do Código Florestal de Santa Catarina, porque existe uma ação direta de inconstitucionalidade decidindo a respeito da competência dos Estados membros para legislar sobre esse aspecto do que seria a legislação concorrente e legislação suplementar.

Portanto, esse debate deve ser feito aqui, e nós, lá, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos um acordo com o Sr. Relator, no sentido de que esses debates também seriam trazidos para as Comissões de mérito de Meio Ambiente e Agricultura.

Senador Jayme, não podemos desprezar o setor produtivo, que deve ser respeitado e orgulhar a sociedade brasileira. Isso é fato! Não podemos deixar de entender que a Constituição da República garante, no art. 170 da Ordem Econômica, a possibilidade de produzir para que possamos, inclusive, afastar a nossa dependência de outros Estados, aqui, Estados no sentido de países. Isso significa soberania alimentar, segurança alimentar. Isso é fato!

Então, neste debate, encerro a minha fala, dizendo que o Senado tem esta grande responsabilidade: afastar o fundamentalismo de ambos os lados e buscar um Código que seja bom para brasileiros. Esse Código só pode ser bom para brasileiros se respeitar a Constituição dos brasileiros, a não ser que tenhamos que rasgar a Constituição da República ou criar outra Constituição, como alguns já estão a defender. Defendo a manutenção desta Constituição. Defendo que esta Constituição deve ser respeitada. Defendo modificações nesta Constituição, se existir essa necessidade. Um Estado que não respeita a sua Constituição não pode ser chamado de Estado, é um agrupamento de pessoas que não pode ser tido como um Estado.

Parabenizo V. Exª, Senador Mozarildo, que é um entusiasta deste debate sobre o pacto federativo no Brasil. Aos Deputados Estaduais, quero expressar o meu respeito, porque conheço o trabalho desempenhado por eles. Eles estão lá na base recebendo os anseios da sociedade; nós estamos aqui, em Brasília, voltamos só no final de semana. Parabéns pelo trabalho que V. Exªs desenvolvem nos Estados! Os Senadores do Estado de Mato Grosso se fazem presentes nesta audiência, porque entendemos que é importante para o pacto federativo e, sobretudo, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

Quero dizer que o Senador Pedro Taques vai ser muito importante nesse trabalho. Ele é um constitucionalista e um homem que evidentemente tem, como ele disse, uma missão importante. Aliás, nós todos queremos isto: eliminar os fundamentalismos e realmente buscar uma lei que possa ser, como eu falo, duradoura, mas, sobretudo, humana. Que a gente possa, de fato, permitir que os seres humanos dessas regiões possam produzir, viver bem e contribuir para o desenvolvimento do País.

Quero registrar aqui a presença, neste momento, no plenário desta Comissão, do Deputado Freire Júnior, do Estado do Tocantins, que nos honra muito com a sua presença.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, que já está inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, meu caro e prezado amigo Senador Mozarildo Cavalcanti; meu caro Deputado Mecias de Jesus, que representa o Parlamento Amazônico; meu caro Deputado José Luís, que representa a Unale; prezado e valoroso Senador Pedro Taques; demais Deputados; representantes dos Estados; Senador Cassol; meus senhores e minhas senhoras, eu serei muito rápido e objetivo na minha fala aqui, na minha intervenção.

Já ouvi, naturalmente, não só o Mecias, mas também outros Senadores que por aqui passaram, alguns Deputados. Todavia, se me permitisse, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma pequena reflexão em relação às palavras que o Senador Blairo disse aqui anteriormente.

Na verdade, eu posso aqui dizer, em alto e bom som, porque eu sou da Região Amazônia do Brasil, que a sensação que eu tenho é de que se criou um dogma em relação a todos nós, dando a entender que somos menos importantes do que um pássaro selvagem. O Blairo defendia a tese de que as pessoas que foram para essa vasta região do Brasil, nas décadas de 70 e de 80, por indução do próprio Governo Federal, não estão tendo o tratamento que merecem.

Recordo muito bem que, no primeiro conflito, Senador Pedro Taques, que houve lá no Estado do Rio Grande do Sul, em Ronda Alta, o Governo Federal transferiu algumas centenas de famílias, implantando-as ao longo da abertura da BR-163, lá na cidade de Terra Nova do Norte. Trata-se de um projeto do Governo Federal que levou essas pessoas para lá. Não satisfeito, outras cidades foram criadas pelo Governo Federal, dentre elas a cidade de Lucas do Rio Verde, uma cidade promissora, que foi um assentamento do antigo Incra na década de 70.

Feito isso, o que ocorre hoje? Nós vivemos numa insegurança jurídica nunca vista na história republicana deste País. O Brasil, hoje, tem mais de trezentos e tantos decretos, resoluções, portarias em relação ao Código Florestal Brasileiro. Isso traz um transtorno sério não só para o grande nem para o médio, mas também para o pequeno produtor.

Ontem mesmo, aqui – fazendo uma observação –, foi aprovada uma medida provisória dizendo que o Governo quer criar a Bolsa Verde, para dar, de três em três meses, R$300,00, ou seja, a cada três meses, R$300,00. Eu, particularmente, como brasileiro, defendo este País, porque acredito nele e entendo que a sociedade, sobretudo o pequeno cidadão brasileiro, não está buscando Bolsa Família, não quer sacolão. Ele quer o quê? Direito de trabalhar, de produzir. É vergonhoso quando o Governo fala: "Olha, de três em três meses, nós vamos dar R$300,00." Quem quer ser mendigo neste País? Não acredito que nenhum cidadão de bem, um homem que tenha vergonha na cara, queira viver de R$300,00 de três em três meses. O que, na verdade, nós queremos chama-se oportunidade.

Eu disse e reitero aqui que, por incrível que pareça – estou aqui há quatro anos e pouco; V. Exª chegou há pouco tempo, menos de um ano, nesta Casa, Senador Pedro Taques –, este é um dos projetos mais importantes que nós estamos discutindo. O que estamos discutindo não é para hoje, mas para as futuras gerações do Brasil. Nós estamos mexendo com milhões de vidas do homem da cidade e do homem do campo.

Por isso, quero crer que esta matéria – V. Exª disse aqui – não tem que ter fundamentalismo. Nós temos que ter uma clareza do que queremos em nosso País. Nós não podemos ficar, em hipótese alguma, à mercê, muitas vezes, de interferências internacionais. Nada mais é do que eu tenho acompanhado ao longo do tempo aqui: só interferência.

O Governo brasileiro – que me desculpe aqui – tem sido contra o povo brasileiro. Digo isso porque conheço alguns países e estudei, aprofundei-me no assunto da matéria.

Quando você vai à Alemanha, fala-se em Floresta Negra. Você sabe qual é o tamanho dela? São 35 hectares de terra. É comentada no mundo inteiro. Você vai aos países da Europa, não existe APP, não existe coisíssima alguma. O cara nem sabe o que é APP.

Então, neste caso, o primeiro responsável tudo que está acontecendo é o próprio Governo Federal, que não dá segurança.

Concordo com V. Exª, Senador Pedro Taques, quando diz que nós temos que respeitar a Constituição. É obrigação de todos nós. Todavia a própria Constituição, muitas vezes, tem atropelado o cidadão brasileiro. É de se questionar. Nós temos que fazer uma revisão na própria Constituição Federal o mais urgentemente possível para sanear algumas dúvidas de interpretação jurídica que há na própria Constituição Federal.

Eu acho, Senador Mozarildo Cavalcanti, que este evento promovido por V. Exª, com a participação do Presidente do Parlamento Amazônico, ela tem que ter uma participação mais efetiva, sobretudo na medida em que essa vasta região do Brasil tem sido penalizada.

Há pouco tempo, nós aprovamos uma medida provisória, Senador Pedro Taques, dando a faculdade, a liberdade, a prerrogativa para o MDA e o Incra titularem 63 milhões de hectares de terras na Região Amazônica do Brasil. Até agora não andou coisíssima alguma. Deu recursos e instrumentos, mecanismos suficientes para buscar, porque um dos maiores e graves

problemas daqui, Deputados, foi, na verdade, o próprio Governo que criou.

Mato Grosso tem 500 assentamentos. Dos 500 assentamentos, 490 não tiveram acesso ao documento da terra. Isso tem penalizado. E agora passaram a ser também tratados como bandidos. Na medida em que ele não tem LAU, não tem GEO, não tem acesso ao crédito do banco. A agricultura familiar não recebe lá o Pronaf, que está inviabilizado. Então passaram a ser bolsões de miséria. Estive visitando alguns assentamentos lá e me tocou profundamente o coração, Senador, ver essa gente vivendo lá em condições sub-humanas: sem estrada, sem escola, sem saúde, sem educação, sem coisa alguma.

Essa é a política do Governo Federal. Nós temos que mudar. E temos que ser donos do nosso nariz. É inconcebível que num país como este, Senador Mozarildo, ainda haja milhares, milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria diante da falta de políticas públicas que realmente satisfaçam para que possamos tirar essas pessoas e dar-lhes cidadania. Mas não é a visão que o Governo tem, muito pelo contrário.

O Governo agora vem, manda este Código Florestal, está protelando. Por sinal, eu faço uma crítica ao Presidente dessa Comissão. Já houve mais de 100 audiências públicas na Comissão Especial lá da Câmara, liderada pelo Deputado Aldo Rebelo, e aqui já foram mais de 30. Se correr da forma como está indo, a passos de cágado, nós não vamos aprovar o Código Florestal este ano. Vai remeter para o ano que vem. E eu não sei aonde vai parar.

Dessa maneira, enquanto estamos discutindo aqui, já ouvimos as grandes academias, Embrapa, etc. Eu quero crer que nós temos que finalizar.

Há poucos dias, ouvi uma denúncia do Senador Acir Gurgacz em relação à política do Ibama praticada no seu Estado de Rondônia: cidadãos recebendo multas de três milhões, quatro milhões, e eles não têm 400 reais no bolso.

Então eu acho que chega o momento de nós darmos um basta. E o Senado Federal tem essa missão nobre. Nós temos que ter a coragem de fazer o enfrentamento e votar aquilo que é bom para o povo brasileiro.

É claro e evidente que ninguém aqui defende o marginal, aquele cidadão que não tem compromisso com a natureza. Nós queremos o quê? Nós queremos compatibilizar o desenvolvimento com a preservação, mas nunca perdendo o homem de vista. Ele é o produto do meio e é ele que tem de ser respeitado.

A sensação que eu tenho – às vezes eu fico até indignado – é a de impotência de um Senador quando pensa que as coisas poderiam ser realmente mais claras, sobretudo respeitando aqueles que produzem e constroem a grandeza brasileira.

O Brasil, Deputados, é o País que mais respeita os povos indígenas. Temos 120 milhões de hectares de terra à disposição dos povos indígenas. Temos, ainda, quase 60% do nosso território com cobertura vegetal.

Se o Brasil for exigir, de fato, de outros países o que nosso País já pratica do Código Florestal, não contrariamos nada deles, porque eles não têm condições de oferecer nada em contrapartida. Mentira! A Europa, os Estados Unidos já desmataram tudo. Agora, é inconcebível viver nessa insegurança jurídica.

Queremos que esse Código Florestal retrate, espelhe realmente o sentimento e, sobretudo, dê garantia ao cidadão brasileiro, ao trabalhador brasileiro, ao homem do campo.

A matéria que se discute aqui já foi debatida. Estamos chegando à reta final e temos que votá-la, mas acho, sobretudo, que o Parlamento Amazônico tem um papel preponderante.

Se não me engano, esta é a primeira vez que vocês estão aqui. Vocês têm de elencar, formalizar um documento. A nossa voz e a voz dos senhores, que são os legítimos representantes do povo dos seus Estados nas Assembleias Legislativas, têm de prevalecer. Tem de ocorrer alguma ressonância aqui, porque não é esse simples debate aqui nesta Comissão que deve prevalecer. Vocês devem fazer um grande movimento. Entendo que deva ser um movimento cívico em defesa dos interesses da população de seus, de nossos Estados.

Falar que vocês são da região Amazônia, mas o Senador Jonas Pinheiro tinha um projeto aqui nesta Casa, meu caro Senador Pedro Taques, em que tentava retirar o Mato Grosso da região Amazônia. O que ganhamos até hoje? Nada! Na década de 70, ainda havia incentivos fiscais da Sudam. De lá para cá, ganhamos porrada, ou seja, todos os dias acontecem fatos que nos deixam estarrecidos pela nossa impotência.

Hoje, de fato e de direito, ninguém sabe a quem atendemos: se à Sema, que é a Secretaria, ou se ao Ibama. Muitas vezes, o próprio Ministério Público bate duro. Mas pergunto a V. Exª, que é homem de lá, mas é sensato, que segurança temos? A quem devemos nos dirigir? Hoje, não sabemos.

Desta feita, Senador Mozarildo, queremos cumprimentar V. Exª e pedir ao Mecias, que é o Presidente, para identificar e trazer para esta Casa. Este momento é ímpar e é imperativo que nos tragam realmente e formulem.

Eu, particularmente, acho que os Estados têm competência. Conversando com os Senador Eduardo Braga, ele acha que os Estados muitas vezes não têm

pessoas competentes. Eu penso, Pedro Taques, que não há nada melhor que os próprios Estados façam sua política. O Brasil é um País de dimensão continental. Em Mato Grosso mesmo, lá temos a questão do Pantanal, que aqui não foi discutida. As macegas – V. Exª sabe disso -, na época da seca, entram em combustão e incendeiam tudo. Ninguém põe fogo. Muito pelo contrário, aquilo vira realmente, depois de 3, 4 anos. Antes o pantaneiro sempre queimava as suas macegas. Hoje é proibido. Entretanto, de vez em quando ocorre um incêndio e 200, 300 mil hectares são queimados, porque não foi definida uma política, e o pantaneiro fica empobrecido, porque ele está inviabilizado. Como ele fazia? Ele queimava a macega e, na época das águas, ele colocasse seu gado. Hoje, não. Mas esse setor, eu quero crer, não foi ouvido ainda aqui.

É muito fácil fazer política de gabinetes, aqui em Brasília, de ar refrigerado, de pessoas que não conhecem a região Centro-Oeste, não conhecem a nossa região Amazônica, e são essas as pessoas que querem ditar as nossas regras, penalizando.

Ninguém é a favor – é bom que se esclareça – de nenhum devastador. Criminosos? Prendam. Ponham na cadeia. O que queremos é uma política justa.

Fui governador do meu Estado de 1991 a 1995. Recordo muito bem que estive na Presidência da República, conversando com Eliezer Batista – naquela oportunidade ele era Secretário Estratégico da Presidência da República –, um homem de visão. Discutimos quase uma geopolítica diante do enfrentamento de algo que ele via, já à frente, em relação, lamentavelmente, à questão das políticas sociais. Toda família brasileira hoje está vivendo um problema de ordem social muito grande. Há uma degradação do tecido social da família brasileira. Ele me dizia: "Governador Jayme Campos, resta-nos uma saída para a nossa grande concentração na Região Sudeste do Brasil." São Paulo já havia avançado a sua população, o Rio de Janeiro etc. Ele já tinha uma preocupação. "Só existe uma possibilidade para desconcentrarmos, naturalmente, esse peso da carga social que virá no futuro, que é ocuparmos a Região Centro-Oeste e a região Amazônica, no Brasil, que têm terras em abundância, terras férteis, clima apropriado etc." Eu falei: "Olha, não é fácil, depende do gerenciamento do governo federal."

E eu quero crer, Senador Pedro Taques, que se, de fato, o Governo Federal tivesse ouvido a sua sugestão, desconcentrando essa população – porque a nossa população não era muito rarefeita, vamos ser honestos aqui – ocupando, talvez não teríamos hoje esse índice de violência tão grande, que está assustando do Brasil e toda a sociedade brasileira.

Concluindo a minha participação, eu quero, nesta oportunidade, dizer que, quando se discute o Código Florestal, nós temos que fazer com que seja respeitado em segurança jurídica, sobretudo quando o Bráulio disse aqui da relação de nós termos 50% garantidos através do próprio Código Florestal. Para se ter uma noção, Senador Pedro Taques, V. Exª sabe, há pessoas que têm averbado na sua escritura pública, quando comprou, que poderiam derrubar 50%. Feito isso, vem uma medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso – uma medida provisória – que proibiu, ou seja, o cidadão perdeu aquilo que tinha. Muitas vezes até tentou preservar, até mesmo por condições financeiras não tinha condições de fazer o seu desmatamento, mas hoje ele perdeu. Inviabilizou a sua propriedade diante do quê? De uma medida provisória que está há 14 anos no limbo na Câmara Federal, mas não tiveram a coragem de aprovar.

O que precisamos é, de fato, ter a consciência e, sobretudo, ter a coragem, o espírito democrático e de altivez para nós propiciarmos leis que realmente possam atender o cidadão brasileiro, não interesses internacionais.

O Brasil é muito competitivo, sabiam? Mato Grosso é um exemplo. Nós trazemos soja a 1.600 quilômetros do norte do Estado, ao longo da BR-163, vamos para o Porto de Paranaguá ou vamos para o Porto de Santos, exportamos e somos competitivos com os americanos lá fora.

E no Brasil há um contraditório grande. Para vocês terem noção, estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos. Somos, contudo, um país que hoje tem todas as condições de produzir para não só atender a nossa demanda, mas, sobretudo, para exportar.

Um exemplo só, Senador Pedro Taques, e V. Exª sabe. O Governo Federal, de forma desrespeitosa, baixou um decreto inviabilizando o plantio de cana na bacia do Alto Paraguai. Temos lá um potencial fantástico. Por incrível que pareça, nós tínhamos ali algo parecido, Mecias, já de três ou quatro usinas produzindo há 20, 30 anos. Todavia, agora, disseram que nós não podíamos mais plantar. Essas áreas foram inutilizadas há 200 anos, porque eram áreas no ciclo do diamante – V. Exª sabe disso perfeitamente – e agora foram inviabilizadas por um simples decreto do Governo Federal. São áreas abertas já. Não desmatamos um pé de mato. Muito pelo contrário, nós íamos produzir em cima de áreas degradadas, que iam nos possibilitar o quê? Produzir, gerar empregos e impostos para o governo.

Então, concluindo aqui, cumprimento os senhores e faço este apelo para que o Parlamento participe de forma mais efetiva. Não sei quais são os instrumentos, ferramentas que estão buscando, mas os senhores têm

que ter uma participação efetiva nesse grande debate, que é um debate nacional, um debate também de soberania nacional.

Meu caro e valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª é um defensor intransigente, grande brasileiro. Tem peito, tem coragem, vem aqui e fala, porque há muitos que jogam para plateia. Ficam aqui só aparecendo em televisão. O Senador Mozarildo é um homem que tem suas convicções. É um homem a quem respeito e por quem tenho a maior, diante da sua coragem de falar aquilo que de fato representa o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Jayme Campos, tanto no que tange à questão que estamos aqui debatendo, o Código Florestal, mostrando realmente as incoerências existentes na legislação atual, como também as palavras dirigidas a minha pessoa.

Eu quero aqui também registrar a presença do Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Pará. Já registrei a presença do Deputado Freire Júnior, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins. Quero, assim como tiveram oportunidade de falar deputados de Rondônia e do Mato Grosso, ouvir o Deputado Freire Júnior, que chegou primeiro, e depois, o Deputado Manoel Pioneiro.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, e devo, antes de qualquer outra palavra, pedir minhas escusas pelo atraso. Chegando ontem, ainda, de Palmas, agora, pela manhã, fui convocado pelo governador para outra reunião e acabei atrasando a minha chegada aqui, o que não era da minha intenção, muito menos da minha vontade.

Mas quero, Deputado Mecias, nobre Presidente, parabenizá-lo, não só por essa iniciativa, mas pelo trabalho que, paulatinamente, ao longo do tempo, vem sendo feito por V. Exª no sentido de fortalecer as instituições do Parlamento Amazônico e da região Amazônica, Presidente, Senador Mozarildo.

Nós vivemos uma realidade – e eu ouvi aqui a fala do Senador Pedro Taques e ouvi a fala do Senador Jayme Campos, ambos da região Amazônica, ambos profundos conhecedores da nossa dura, triste, inaceitável realidade – de insegurança jurídica, a ponto de um decreto proibir plantio de cana-de-açúcar já replantada. Há a insegurança ou a incerteza da aprovação, ou não, do Código Florestal. Há também um elenco de normas, de instruções, de portarias, enfim, normativas de toda natureza, a ponto de não se saber quem vai atuar: se a Secretaria do Meio Ambiente, no caso a Sema, no Estado do Mato Grosso, ou, no caso do Tocantins, o Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, órgãos que zelam do meio ambiente nos Estados, e penso que nos outros Estados também. Não sabemos se é o Ibama ou se é o Naturatins. Há uma superposição de funções e atribuições, que são nefastas não só pela falta ou pela impossibilidade de uma ação mais efetiva dos órgãos e pela insegurança jurídica, repito, que isso traz.

Portanto, é imprescindível e é necessário que nós possamos, com essas ações que estamos aqui desenvolvendo, avançar no sentido de forçar o Senado Federal a aprovar o Código Florestal na forma em que foi aprovado na Câmara e veio para esta Casa. Não é possível mais que não estejam sensibilizados os membros desta Casa, membros do Senado Federal, para essa realidade, que não só traz prejuízos para a Região Norte, a região Amazônica do País, mas para o Brasil de forma geral.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo, Deputado Mecias, por essas iniciativas e reiterar o nosso apoio, a nossa disposição de envidar todos os esforços para que nós possamos alcançar o sucesso nessa empreitada.

Parabéns a V. Exª! Parabéns, Senador Mozarildo Cavalcanti!

E já registro a nossa gratidão, o nosso reconhecimento pelo apoio que V. Exª tem dado a esta causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao Senador Reditario Cassol, eu queria só, Senador, se o senhor permitir, sugerir ouvir o deputado Presidente da Assembleia do Pará, até porque pode ser que ele diga alguma coisa que V. Exª queira complementar. Vamos ouvir, então, o Presidente da Assembleia do Pará e, em seguida, V. Exª.

O SR. REDITARIO CASSOL (PP – RO) – Quero cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente, demais Senadores, autoridades que compõem a Mesa, deputados que estão aqui representando os Estados e todos os presentes.

Para mim é uma grande satisfação, sem dúvida nenhuma, encontrar aqui novamente nos debates que já tenho acompanhado o Presidente Acir Gurgacz.

O Código Florestal, aliado com a agricultura, porque um depende do outro, é importantíssimo nós apressarmos realmente para aprovação. Quanto mais urgente, melhor, para acabar com este abuso que nós temos aí em certos setores.

O Senador que falou recentemente, antes do ilustre, tratou sobre multas que o Ibama tem aplicado aos agricultores. Não é só o Ibama. Esta semana que passou houve reclamações em Rondônia da parte do Ministério Público.

Acho que isso não pode jamais continuar, porque, se houve erros anteriores, a maioria dos erros era dos próprios governantes. Tinha que derrubar para não perder o lote. Se não era derrubada determinada quantidade do lote, não liberava a escritura, o título, que era através do Incra. Não vamos dizer que não houve erros a mais, mas para tudo tem meios para recuperar aquela mata que foi destruída, sem dúvida nenhuma, fazendo reflorestamento ou com a própria natureza.

Se é para o Ministério Público e o Ibama continuarem com essas perseguições ao nosso agricultor, principalmente aos pequenos pecuaristas, a primeira notificação, a primeira multa que deveria ser aplicada, o ilustre deputado estadual que está aqui presente, como de outro Estado, como deputados com certeza também houve o mesmo regime. Quando estávamos morando em Santa Catarina, meu finado pai mexia com pequena madeireira, lá tínhamos que plantar ou pagar. Era o Instituto Nacional do Pinho. Em 1977 mudamos para Rondônia e em 1980 começamos com madeireira lá.

Lá, a história foi diferente. Foi extinto o Instituto Nacional do Pinho, entrou outro e depois criaram o Ibama. O Ibama cobrava a reposição florestal. Nós pagávamos e estamos pagando hoje a reposição florestal. Falei aqui nesta Casa anteriormente. O Ibama cobrava de todos os madeireiros a reposição florestal. Santa Catarina, que tinha que plantar ou pagar para plantar, há dois anos me surpreendeu. Quando fui visitar minha terra natal, duas grandes madeireiras naquele distrito, com imenso número de funcionários, serrando madeira do reflorestamento. Vejam bem, em Rondônia, não tivemos esse prazer. Por que o IBAMA não fez a reposição?

Volto a falar aquilo que falei, e é bom que o ilustre Deputado leve ao conhecimento da nossa população, principalmente à Assembleia Legislativa, da qual fez parte por quatro anos, tendo sido 1º Secretário, onde foi autor da criação de 17 municípios no Estado de Rondônia: Ilustre Deputado, se vocês, Deputados da Assembleia Legislativa, descobrirem onde é que o Ibama fez o reflorestamento daquilo que ele cobrava, que cobrou todo esse tempo, eu dou um jeito de pagar, por cada pé de árvore, uma Mercedes importada, porque houve um erro muito grande do Ibama, que não plantou, até hoje não descobri onde o Ibama plantou um pé de árvore. Está ali notificando esse ou aquele, perseguindo os madeireiros que tiram o pau já seco, derrubado. Tem madeira presa ao longo dessa rodovia. Não é, Deputado? Foi presa. Está na Polícia Federal a madeira apodrecendo, nas cidades, e assim afora.

Vejam bem como são as coisas, sendo o erro maior, em primeiro lugar, dos nossos governantes. Temos de apressar a aprovação disso. Como diz o ditado do gaúcho, "botar as cartas na mesa" e fazer, mas não somente nós, agricultores, de que faço parte. Criei-me na roça, também na pecuária, eu me incluo entre eles, como a maioria dos Senadores, que são pecuaristas ou agricultores. Vejam bem, é preciso passar a responsabilidade também aos nossos governantes para que eles a cumpram, porque o Governo anterior não cumpriu, o Ibama não cumpriu, de forma nenhuma. Eu não condeno esse que está aí, porque é coisa anterior a ele.

Então, está na hora de dizer um basta para essas notificações, que eles aguardem a aprovação, primeiro, do Senado e da Câmara, para a decisão definitiva sobre o Código Florestal, em acordo entre a agricultura e a parte ambiental, a pecuária, porque tudo faz parte. Sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, é importante a mata ciliar. É importantíssima!

Fiz um movimento há dez anos. Às custas da empresa Cassol, nós levantamos no Estado toda a situação dos rios, fizemos um projeto e entregamos para a Secretaria de Meio Ambiente. O Estado deu início ao trabalho na ocasião. Ao Ibama também, da mesma forma, entregamos e nem bola ele deu, não se importou em se aliar, se irmanar, fazer um trabalho pelo menos de conquistar os proprietários, pelo menos de afastar do leito do rio, das nascentes, afastar das lavouras, do leito dos riachos afora. E nada, eles nem quiseram falar, só pensam em notificar, esqueceram dos erros que eles cometeram.

Então, Sr. Presidente, nobres Senadores, companheiros desta Casa, vamos nos aliar, vamos apressar a aprovação, sempre pensando como os ilustres estão preocupados, principalmente o companheiro que andou em muitas caminhadas, o Senador Acir, de Rondônia. Vejam bem! Na preocupação, na defesa de nosso agricultor – principalmente ao pequeno pecuarista. É isso o que nós precisamos. É importantíssimo (é importantíssimo) mata! Claro que precisa! Mas em primeiro lugar é a água que nós temos de salvar. Isso é o que é mais importante. Agora, não adianta fazer o pequeno agricultor, que tem Estado em que o agricultor tem 10 hectares, ter que abandonar o eito de sua pequena laboria para fazer florestamento. Eu acho que não há necessidade disso com os pequenos, de forma nenhuma.

Então, isso é importantíssimo que nós, realmente irmanados, não nos apressarmos muito rapidamente. E puxar a orelha também dos governantes que não passam a cumprir com suas obrigações, como o caso do Ibama. Portanto, é o caso, ilustre Deputado, de nós pensarmos muito: aonde foi esse dinheiro que o Ibama arrecadou para a reposição florestal. Acho que esta Casa, ilustre Presidente, nós teríamos, principalmente

por iniciativa de V. Exª, requerer a prestação de conta de onde eles fizeram esse reflorestamento, o que eles fizeram com esse dinheiro? Porque o que era destinado à reposição florestal deveria ter sido pelo menos uma parte de reposição florestal.

Portanto, eu agradeço de coração a mente para este amor que os ilustres estão tendo para realmente nós resolvermos o Código Florestal dentro daquilo que não venha a prejudicar principalmente os pequenos, de forma nenhuma. É claro que é necessário. Muito importante, sem dúvida nenhuma! Mas nós não podemos deixar prejudicar aqueles que trabalharam com sacrifício, estão produzindo e cometeram um erro porque era mandado pelos próprios governantes, pelo próprio Governo Federal.

Meu abraço, minha consideração, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Reditario Cassol, por suas colocações. V. Exª tem toda razão: nós precisamos buscar... Onde foi parar aquele dinheiro que o Ibama recolheu ao longo de muitos anos para o reflorestamento e tal...

Nós vamos, junto com V. Exª, fazer um requerimento ao Ibama, que ele venha aqui prestar conta do que foi feito. Me alio a V. Exª para que a gente faça um requerimento convidando o Ibama para das as explicações necessárias. De repente, ele até ganha essa Mercedes que o senhor está colocando. Vai que a gente consegue essa Mercedes... Não sei, eu estou na fila aí da...

Brincadeiras à parte, para deixar nossa audiência mais tranquila, vamos, sim, junto com V. Exª fazer o requerimento. Peço que nossa assessoria faça o requerimento e convidemos o Ibama aqui para falar, especificamente, sobre o que foi feito com aquele dinheiro que foi arrecadado através dos madeireiros, dos produtores que fizeram o desmatamento, utilizaram as madeiras, recolheram aquelas taxas – e não sabemos aonde foi. Plantado não foi! Isso nós sabemos.

Muito obrigado, Senador Cassol, por sua colocação. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Passo a palavra agora ao Deputado Freire Júnior... Já falou? Ah, sim... Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Já tinha falado, mas V. Exª me chamou novamente e vou aproveitar a deixa, até para poder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O importante é o debate.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Um debate aberto e franco para poder colaborar com as colocações feitas pelo nobre Senador que me antecedeu. Eu entendo, Sr. Presidente, que essa questão de fazer um requerimento ao Ibama para ver onde... Acho que essa é uma questão acessória dentro do processo de urgência – e de que precisamos – para que se vote o Código Florestal. Essa pode ser uma ação – e até deve ser – uma ação paralela, mas com a prioridade, com o foco. Nós não podemos perder o foco sob pena de nossos esforços se diluírem nesse processo que, para nós, é fundamental. Eu não estou, nobre Senador, discordando de V. Exª. Eu entendo que é preciso. Mas pode e deve ser feito esse tipo de requerimento, volto a repetir, como uma questão secundária, acessória. Porque, se V. Exª puder juntar o esforço que vai despender para fazer o requerimento, junte esse esforço para fazer com que a Casa, o Senado Federal, se sensibilize para votar, para provocar o Presidente da Casa, os líderes partidários para colocar na pauta o que é que nós queremos de fato. Entende, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem... Obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Penso que se nós alcançarmos este objetivo: centrar o foco, envidar todos os esforços, juntar – não só os Parlamentos – os Poderes Judiciários, os Ministérios Públicos Estaduais, os Governos Estaduais, sensibilizar toda a sociedade, não só da região norte, da região amazônica, mas até mesmo das demais regiões, que isso é fundamental para todos, não é só para o Parlamento, não é só para a região amazônica – é para o Brasil!

Nós não podemos continuar desgastando e gastando ações na justiça... Enfim, essa insegurança jurídica não pode perdurar. O Deputado Aldo Rebello fez um grande trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – É preciso... Apenas era essa colocação, Sr. Presidente, no sentido de nós, mais uma vez, focarmos a grande questão que é a votação do Código Florestal. Obrigado, por V. Exª ter me concedido esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deputado Freire, nós estamos concentrados na aprovação do Código Florestal – todos os Senadores.

Nós estivemos anteontem à noite em uma reunião com a Ministra Ideli, Ministra Izabella, Ministro da Agricultura, Ministro Afonso do MDA, os Presidentes das três Comissões, os dois relatores traçamos um

cronograma para se aprovar o Código Florestal no menor tempo possível.

Nós aqui estamos fazendo todo esforço possível para aprovar, o mais rápido, o Código Florestais Brasileiro, a ponto de termos audiências públicas, somente em conjunto, entre as Comissões que estão discutindo este tema: Agricultura, Meio Ambiente, Constituição e Justiça. Vamos para a votação também em conjunto. Estamos vendo a parte legal de como fazê-lo. Se aprovarmos um requerimento, Senador Mozarildo, para votarmos em uma votação única, a equipe jurídica está analisando se é possível, se não vamos estar todos os Presidentes em uma mesma sala, com todos os Senadores relativos às Comissões, e fazer três votações simultâneas. Mas vamos fazê-la no mesmo dia... Tudo isso na concentração de aprovarmos o Código Florestal Brasileiro. Portanto, o requerimento que o Deputado Reditario sugere não anulará e não terá o menor atrapalho para a votação do Código Florestal Brasileiro. O que nós não podemos é parar o País, ou qualquer outra função, por causa do Código Florestal.

Nós estamos dando a celeridade que o Código Florestal exige, não só para nós amazônidas, mas par ao Brasil inteiro. Esse esforço, eu não posso negar, está acontecendo aqui por parte, principalmente de nossos Relatores: Luiz Henrique e Jorge Viana. Estão se empenhando ao máximo! Fazem reuniões de manhã, de tarde, à noite, de madrugada. Já fizemos reuniões, quatro ou cinco reuniões por dia, buscando o entendimento. O que nós não queremos...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento de que V. Exª, por passar dias em reuniões e audiências públicas, ficaram sem almoçar para não perder a hora. Sem almoçar! Passaram naquele dia... Foi numa sexta-feira, não me recordo o dia, lá em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sexta-feira em Santa Catarina e depois em Vilhena também.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Justamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, o esforço é muito grande dos nossos relatores e dos demais presentes: Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga... Enfim, todos nós pensamos aqui Código Florestal 24 horas por dia, só para justificar.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Pioneiro, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

V. Exª tem cinco minutos para as suas colocações.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL PIONEIRO (PSDB – PA) – Eu consigo, Senador, porque sou muito prático e, às vezes, até breve.

Em primeiro lugar, cumprimentar aqui o nosso Senador Mozarildo, que estava presidindo até ainda há pouco, o Senador Acir, meu caro Deputado Mecias, Presidente do nosso Parlamento amazônico, meu caro Tchê, Presidente da Unale, a quem agradeço o convite de estarmos fazendo parte desse momento aqui.

Meus caros Senadores, meus caros Deputados, o problema da Amazônia é muito sério. Nós temos a Constituição Federal que nos permite e dá condições aos Estados, meus caros Senadores, para que também possam participar e decidir sobre os seus Municípios, sobre o seu território.

Nós, no Estado do Pará, temos 1 milhão 250 mil metros quadrados de terras e hoje estamos vendo o Estado do Pará na iminência de ser dividido em três Estados. Mas isso caberá à população, no dia 11 de dezembro. Isso não é só discurso, mas são problemas sérios que eu vou mostrar a diferenciação entre uma área, uma região e outra.

E quero dizer aqui que, enquanto nós não tivermos, como já foi feito no Estado do Pará, o código econômico ecológico por região, em cada Estado, nós vamos continuar pecando, brigando, lutando. A Amazônia ficará decidido que terá 80% da sua área de preservação territorial de mata.

Como é que nós vamos fazer numa região no Estado do Pará, por exemplo, chamada nordeste paraense que já tem mais de 200 anos? Essa região foi desmatada. Hoje é área antropizada, diferentemente do sul do Pará, onde, desde 1970, foi convocado pelo Governo Federal, através da Voz do Brasil, que já não se ouve quase, todo o povo do Brasil para que fosse habitar aquela região, para que fosse para ali fazer as suas derrubadas, como foi o caso do meu pai, meus tios, vários pessoas que hoje já estão com seus 80, 85 anos de idade, que não sabem mais o que fazer, foram para cuidar de boi, por exemplo. Incentivados a derrubar 50% da terra, caso contrário não teriam a documentação dessas terras.

Hoje, essas mesmas terras, que podem estar com 50%, 60% de derrubada, serão obrigadas a serem reflorestadas. Enquanto nós temos, no nordeste paraense, como disse ainda há pouco, uma área que já tem mais de 200 anos que está antropizada.

Eu só vejo uma solução nisso tudo: é a Constituição Federal, continuando dando permissão a que seus governadores possam, em cada Estado, ter a decisão de fazer o seu próprio código econômico ecológico. Assim, nós passaremos a ter decisões tomadas, onde o Estado do Pará hoje, que tem de 64% a 74% de área

preservada e é tido como um dos Estados mais devastadores. Por incrível que pareça, é o Estado que só aparece na imprensa por coisas ruins. Dificilmente, nós estamos ouvindo falar no Estado do Pará.

Há poucos dias, estive andando com o governador do Pará e com o governador do Mato Grosso, numa caravana, percorrendo a Santarém-Cuiabá. Andamos pela BR-163 e estávamos vendo a situação do Mato Grosso, que precisa exportar os seus grãos. Esses grãos poderão ser transportados, pura e simplesmente, pelos portos que temos em Santarém e também num Município chamado Itaituba, Municípios esses territorialmente grandes.

E nós não estamos vendo outra saída. Nós estamos vendo hoje Mato Grosso ter que transportar o seu produto, saindo de lá, chegando até Santos e voltando pela mesma região, fazendo o mesmo percurso. Isso tudo para demonstrar o que nós temos de desenvolvimento naquelas regiões.

O oeste do Pará nós já votamos na assembleia o código econômico ecológico, para que pudesse ter aquela região uma decisão, uma definição. Foi feito. Mas precisamos para as outras regiões. Não adiantou porque o Código Florestal, que deve ser votado nacionalmente, está emperrado. Enquanto não tivermos a decisão de que já passou na Câmara dos Deputados... Agora nós acreditamos, Senador Acir, que podemos ter o apoio de V. Exªs para que possamos ter um mínimo de sensibilidade porque em cada região o caso é diferente. É diferente caso a caso. Não existem, hoje, Municípios... No Estado do Pará, por exemplo, temos Municípios que estão praticamente em zero, assim como temos as regiões metropolitanas, onde também não estamos vendo a briga, a luta, para segurar a proteção do pouco verde que ainda existe. Vemos construções já saindo da zona rural e entrando na urbana. Vemos as poucas áreas verdes serem transformadas em condomínios.

Agora nos voltamos para o produtor. O produtor que coloca o feijão, o arroz, os grãos na nossa mesa, é tido como bandido, como desmatador. Outrora era herói, outrora era o homem que veio para salvar o País, para proteger a Amazônia, para proteger as áreas que nós temos de fronteiras. Hoje, essa mesma população, esses mesmos senhores que outrora eram desbravadores, virarem pura e simplesmente desmatadores e são perseguidos.

Tivemos no Pará, também, assim como em toda a Amazônia, aquela ação Arco de Fogo. Essa mesma ação Arco de Fogo, que tivemos no Pará, atingiu vários Municípios de outros Estados. Nós vimos um Município, no Estado do Pará, se soerguer. É um Município que colocou fogo no Incra, que colocou fogo em máquinas. A população se revoltou. Lá estiveram o Ibama, a Polícia Federal e vários órgãos do Governo Federal. Foi o Município de Paragominas. Esse Município, hoje, tem desmatamento zero. Esse Município, hoje, saiu de uma zona de desmatamento e é um exemplo de como se refloresta.

Hoje, quando se fala em reflorestamento, quando você quer fazer um reflorestamento para desmatar em seguida... Não é preciso tirar um pau novo – e vamos deixar bem claro, Mozarildo. Não é preciso desmatar nada. A mata virgem não precisa ser tocada. O que nós temos já serve. Mas, quando você quer tirar uma licença ambiental para fazer um reflorestamento para Paricá, para qualquer madeira no Estado do Pará, essa licença ambiental leva, no mínimo, quase dois anos. Como vamos resolver uma situação como essa?

Temos outros problemas que também devem ser resolvidos nesse novo Código Florestal. Temos áreas dominadas pelo Incra e outras que são dominadas pelo Iterpa – Instituto de Terras do Estado do Pará. Um não pode dar o título definitivo; o outro também não. Começamos a ter problemas. O produtor já está há 20, 30 anos, naquela área e passa a ser grileiro.

São coisas desse tipo que, acho, temos de estudar muito.

Esse nosso tempo é muito curto e cheguei atrasado. Dizem que quem chega atrasado não tem direito à mesa e nem à fala. Agradeço o tempo que me deram, mas o Pará já foi a terra da borracha, a terra da castanha, já foi um dos maiores exportadores de madeira. Hoje é o quinto na produção de gado, de boi. O Pará, hoje, é o segundo maior produtor de minério, também produz muitos grãos. Está partindo para ser um dos maiores produtores de biodisel do País. Então, não vejo como não termos a sensibilidade de estudarmos e de fazermos com que o Código Florestal deixe que os Estados decidam e garatam que não teremos, de maneira alguma, o avanço na floresta virgem.

Portanto, caro Senador, muito obrigado pelo aparte. Agradeço a oportunidade aos Senhores. Quero juntar-me a todos os deputados estaduais, federais e senadores para que possamos fazer um Código Florestal justo para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

Para as considerações finais, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador Acir, Senador Mozarildo, Senado Cassol, caros colegas, quero dizer da alegria de estar aqui e dizer muito obrigado pela oportunidade que os senhores nos concederam, concederam às Assembleias da

Amazônia, ao Parlamento Amazônico, à Unale de falar aqui hoje sobre as nossas questões.

Nós estamos encaminhando – como já pediu o Senador Jayme Campos, a quem parabenizo pelas palavras aqui e agradeço – a todos os senadores, ao gabinete de V. Exªs as propostas do Parlamento Amazônico, das Assembleias da Amazônia para o Código Florestal. Estará em vossos gabinetes. De antemão, eu também o parabenizo pela ideia, pela emenda que, certamente, resolverá todas essas questões, questões que o Pioneiro falou, que os deputados do Maranhão, de Rondônia, do Tocantins falaram. Sem dúvida nenhuma, sendo aprovada, Senador, essa emenda resolverá os nossos problemas.

Não adianta olhar o fundamentalismo, como disse o Senador Pedro Taques, e esquecer o homem, porque, em alguns momentos, um pássaro, sem dúvida, está valendo mais do que um homem, muito mais. Eu acho que os dois têm seus valores, valores diferentes, valores diferenciados. A vida humana tem que ser preservada. E nós agradecemos e reconhecemos a luta do Senado Federal através de V. Exªs para a aprovação do Código Florestal.

O Deputado Aldo Rebelo visitou o Brasil. Conheceu, conversou com deputados estaduais, com vereadores, com produtores rurais em todos esses rincões do País para apresentar aquela proposta. E eu tenho certeza de que ela será melhorada ainda mais aqui, no Senado Federal, para o engrandecimento do Brasil e da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias.

Para as suas considerações, Deputado Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Presidente, na realidade, quero agradecer a oportunidade que a gente vem tendo. Quero já confirmar essa nossa nova reunião, nossa nova audiência com os deputados estaduais do Brasil todo. Faremos uma reunião e a gente entra em contato rapidamente, porque eu acho que é extremamente importante, antes de fechar essa questão do Código Florestal, nós ouvirmos deputados do Brasil todo. Tenho certeza absoluta de que a gente consegue mobilizar isso porque há interesse dos deputados estaduais. É um momento em que os deputados estaduais sempre pleiteiam que a gente acaba virando cabo eleitoral de deputado federal e de senador, mas essa é a grande oportunidade que temos de, juntos, fazer esse trabalho nessa questão do Código Florestal.

Na realidade, a compensação, de que tenho tanto falado, e falo muito do meu Estado, eu tenho certeza absoluta de que pode e deve ser levada em conta porque é um Estado da região Amazônica pobre. Precisamos que aquele nosso homem tenha um prato de comida na sua mesa. Precisamos trabalhar a questão de geração de emprego e renda. E, se o nosso maior patrimônio do Estado do Acre é a floresta, por que nós não temos essa compensação?

Então, fica aqui o meu agradecimento ao Senador Mozarildo, aos deputados estaduais, aos nossos senadores que se encontram aqui neste momento. Tenho certeza de que teremos outra oportunidade para a gente dar nossa contribuição. Quero dizer aos Senadores e Deputados que a Unale está sempre à disposição de todos para a gente enriquecer cada vez mais o nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luis Tchê pela sua presença e pelo seu pronunciamento.

Também cumprimento, mais uma vez, o Senador Mozarildo pela iniciativa de trazer a esta Casa e a nossa Comissão esse debate tão importante. Realmente estava faltando a participação dos Estados através dos nossos deputados estaduais, que hoje têm a oportunidade de trazer o pensamento, o sentimento de cada Estado, principalmente da nossa Amazônia, que é vista como uma beleza do mundo, o pulmão do mundo, mas, por outro lado, nós, amazônidas, somos vistos como intrusos na Amazônia e nós estamos lá para cuidar da Amazônia. Eu tinha colocado, Deputado Mecias, que, para cuidar da Amazônia, tem que cuidar das pessoas que vivem lá. Somos nós que cuidamos da Amazônia, nós, que cuidamos da preservação da Amazônia. Tenho certeza de que este é o interesse de todos nós, amazônidas.

Portanto, cumprimento o Senador Mozarildo pela iniciativa e pelo belo trabalho que sempre faz em favor do seu Estado de Roraima na Comissão, no plenário, no dia a dia. S. Exª nos convoca sempre para estarmos juntos em defesa da nossa Amazônia.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Senador Acir, eu quero agradecer a V. Exª e também ao Senador Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente. S. Exª passou aqui, mas tinha outro compromisso. O Senador Rollemberg está inclusive inteirado da questão e vai receber esses documentos que serão produzidos pelo Parlamento Amazônico e, espero, também em conjunto, pela Unale.

Inicialmente pedimos uma reunião conjunta com o Ministério de Reforma Agrária e Agricultura, Meio

Ambiente, a Subcomissão Permanente da Amazônia, que é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pela Senadora Vanessa. Por quê? Porque realmente o que nós estávamos vendo é que precisava estar mais presente aqui a voz dos deputados estaduais, notadamente da Amazônia e da faixa de fronteira, mas, como disse o nosso Presidente da Unale, de todo o País. Ouvimos a academia, os doutores, ouvimos as instituições científicas, ouvimos os ambientalistas e temos que ouvir, de fato, quem mora lá, quem vive a realidade.

Como disse muito bem o Senador Acir, nós que vivemos na Amazônia somos vistos como intrusos. Aliás, quando retiraram as 400 famílias da reserva Raposa Serra do Sol, o termo usado foi desintrusão das pessoas. Então, aquelas pessoas que foram para lá há mais de dois séculos eram intrusos no País.

De qualquer forma, sinto, Senador Acir, pelo esforço de V. Exª, do Senador Rollemberg e dos dois relatores, que estamos caminhando realmente para um consenso. Não é uma tarefa fácil. Vejam que na Câmara foi uma batalha dura, e foi ressaltado aqui o trabalho do Deputado Aldo Rebelo, que é um homem nacionalista, preocupado com as questões das pessoas. Aqui, no Senado, como Casa Revisora, temos que aperfeiçoar qualquer eventual falha. Não podemos ficar, como a história da música, como a "Geni". Todo mundo atira pedra em quem vive na Amazônia. Acusam a Amazônia. Aliás, eu li um livro de um célebre escritor que disse que, na Amazônia, existe um conjunto de bandidos: quem queima, quem derruba mata. E como disse o Senador Acir: como pensar em preservar, quando você vê uma pessoa morando na floresta ou tendo um terreno dado até pelo Incra contemplando a árvore e morrendo de fome, vendo a sua família morrer de fome? Então, não é só com essa política de bolsa verde que o Governo Federal vai efetivamente motivar as pessoas a terem consciência de que preserve, mas que também possam produzir. Não pode ter só uma coisa.

Fico muito feliz por ter – o Senador Acir inclusive foi quem liderou a possibilidade dessa reunião, já que as duas Comissões, tanto da Agricultura quanto do Meio Ambiente, estão assoberbadas de reunião, umas atrás das outras – tido a oportunidade de ouvir vocês. Tivemos seis Estados do Brasil representados aqui, coincidentemente todos da Amazônia, mas espero que de fato possamos ter essa contribuição de vocês e poder, portanto, fechar o relatório dos dois relatores e, como disse o Senador Acir, se possível, votar conjuntamente, senão, votar na mesma sala, no mesmo dia.

Muito obrigado a todos.

Fico muito feliz pela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Também agradeço ao Deputado do meu Estado Ribamar Araújo pela presença. Transmita o nosso abraço ao nosso Presidente Valter Araújo pela condução dos trabalhos à frente da Assembleia juntamente com os demais deputados estaduais do meu querido Estado de Rondônia.

Agradeço a presença do Luis Tchê, do Deputado Mecias de Jesus, do Deputado Eri Soares, Deputado Freire Junior, Deputado Manuel Pioneiro, Referências ao nobre Senador Reditário Cassol, que sempre tem nos acompanhado.

Quero dizer que hoje fiquei muito feliz, porque aquilo que vínhamos falando, Senador Mozarildo, não só aqui na Comissão, mas no plenário, todos os Senhores falaram também. Há pouco tempo eu era uma voz solitária com relação a esse assunto aqui, era um desafio falar a favor da Amazônia, Deputado, porque ninguém conhece a Amazônia, além da gente. Com certeza, o Senador Mozarildo sempre nos acompanhou quando falávamos da preocupação com os amazônidas. Não queremos derrubar a Amazônia, derrubar a floresta amazônica, queremos preservar a Amazônia, mas era difícil falar sobre esse assunto aqui no Congresso Nacional, era difícil falar na tribuna sobre esse assunto. Aos poucos nós fomos mostrando. Tenho andado em todo o País levando essa mensagem da Amazônia. Ou cada Estado pegue de volta os seus hoje amazônidas. Temos lá na Amazônia gaúchos, paranaenses, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, maranhenses, cearenses, paraibanos, enfim, o Brasil todo mandou uma parcela de pessoas para ajudar a integrar a Amazônia. Então, hoje, tenho andado por todo o país levando as informações, buscando apoio para que a nossa Amazônia possa continuar recebendo a nós todos, produzindo naquela região.

Agradeço a todos pela presença aqui e pelo maravilhoso debate que tivemos hoje, junto com o Senador Mozarildo, demais Senadores, Senador Perrella, que acaba de chegar, o Senador Clésio Andrade, que também acaba de chegar. Muito obrigado pela presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos)

ATA DA 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2011.

Às nove horas e quinze minutos do dia cinco de outubro de dois mil e onze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Reditário Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp,Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim Argello. Comparecem à reunião os Senadores Waldemir Moka e Jorge Viana, não membros da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Deputado Federal Reinhold Stephanes (PMDB/PR). O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 53 de 2011-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, que requer " ..., nos termos regimentais, pelo presente, e de acordo com o art. 93, inciso II do RISF, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para instrução do PLC 30/2011 (Código Florestal) e debates em torno do tema "instrumentos econômicos e serviços ambientais – modelos, tecnologias e soluções", e em havendo deliberação favorável, que sejam convidados os seguintes especialistas, sem prejuízo de outros que possam enriquecer o debate: Werner Grau Neto – Advogado e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogados; Gerd Sparovek – Professor da USP, atuando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ); Ivan André Alvarez – Pesquisador EMBRAPA." Comparecem à reunião a Senhora Maria Christina M. Gueorguiev, Advogada do Escritório Pinheiro Neto Advogados; Gerd Sparovek – Professor da USP, atuando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e Celso Vainer Manzatto, Chefe da EMBRAPA Meio Ambiente. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg e os Senadores Waldemir Moka e Jorge Viana, não membros da Comissão. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta minutos, determinando que eu**, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srªs e Srs. Senadores presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal, que se realiza nesta data, 5 de outubro de 2011.

Esta reunião se destina à realização de audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 53, de 2011, da CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro e servirá para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 30/2011, que visa promover alteração ao Código Florestal em vigor e legislação correlata com o tema: Instrumentos econômicos e serviços ambientais, modelos, tecnologias e soluções.

Iniciando, então, os trabalhos desta reunião e, antes de darmos início à audiência pública em si, submeto à apreciação e à aprovação pelo Plenário à Ata da reunião anterior, pelo que sugiro a dispensa de sua leitura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Ainda em atenção aos expedientes desta Comissão, passo à leitura dos comunicados da Presidência.

1. Memorando 09.283, de 29 de setembro de 2011, do gabinete do Senador Cristovam Buarque, que justifica sua ausência nos trabalhos desta Comissão no período compreendido entre 30 de setembro e 16 de outubro do corrente ano.

Passando agora aos trabalhos da audiência pública e esclarecendo melhor os seus objetivos, cumpre-nos destacar que os debates em torno do PLC 30,

de 2011, ressaltam a atuação legislativa do Senado da República, pois desde a sua entrada nesta Casa que o projeto vem sendo alvo de amplas e esclarecedoras discussões.

O Senado Federal tem a clara missão de promover as alterações necessárias ao texto do projeto, esclarecendo pontos controvertidos e apresentando soluções às questões que ainda suscitam divergências.

A sua tramitação pela Comissão de Constituição e Justiça, em que pese ter havido apresentação de um grande número de emendas de mérito e sobre os mais variados temas, foi de suma importância, pois o seu Relator, naquela oportunidade, o Senador Luiz Henrique, buscou o espaço necessário para analisar a proposta sob a ótica principal da sua constitucionalidade e juridicidade.

Quero, portanto, informar também à Comissão que o Senador Luiz Henrique recebe hoje o processo que se encontra já do PLC 30/2011, na qualidade também de Relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, recebendo também as emendas já apresentadas as esta Comissão, porque já se encontra com o prazo de emendas aberto para serem apresentadas.

Passa então a CCT a ser a primeira Comissão temática na tramitação do Código. Buscaremos inovar, numa nítida alusão às suas competências regimentais. A inovação acontecerá quando estabelecermos e criarmos condições e incentivos econômicos para a preservação de áreas protegidas e recuperação de áreas degradadas.

As políticas de pagamentos por serviços ambientais já são uma realidade em várias nações do mundo, inclusive no Brasil. Neste momento em que discutimos as alterações tão relevantes em matéria ambiental, não pode o Brasil deixar de aperfeiçoar a legislação sobre o tema, sob pena de perdermos uma promissora janela para o futuro.

Precisamos criar o ambiente favorável para que floresta em pé tenha o seu valor, não somente em regras legais, vedativas ou restritivas, e sim aquelas que realmente olhem para o futuro. A polarização por ambientalistas ou ruralistas, cada um com seus motivos e argumentos, apesar de instrutiva e, até certo ponto, saudável, não pode restringir outras discussões. Buscamos, então, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, privilegiar o debate para as instituições de incentivos e instrumentos para manutenção e recomposição do meio ambiente, o que será uma relevante contribuição do Senado para aperfeiçoamento desta lei.

Neste sentido é que convidamos os painelistas presentes, que trarão para este plenário seus conhecimentos em matéria ambiental e, mais especificamente, sobre o tema da audiência pública.

Feitas essas considerações iniciais, passamos, então, à apresentação dos nossos convidados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só aproveitando a oportunidade, cumprimentando-o e cumprimentando o Senador Luiz Henrique, para questionar – no sentido de perguntar – qual será o procedimento, o encaminhamento, o prazo em que nós eventualmente estaremos debatendo o Código Florestal aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia? Há algum procedimento, algum planejamento nesse sentido, para que a gente possa se organizar, tendo em vista que estamos começando, por assim dizer, oficialmente o processo nesta reunião? Como está pensando S. Exª, que preside a Comissão? Como está pensando o nosso Relator Luiz Henrique? Até porque eu mantenho a grande expectativa – e a mantenho confiança, pela palavra empenhada pelo Senador Luiz Henrique – que teríamos oportunidade de uma conversa *tête-à-tête* em relação às emendas que foram apresentadas, até porque, na condição de autor, para que esta Comissão fosse acolhida nesse processo de debate, nós pudéssemos ter essa oportunidade de vermos o nosso Código Florestal avançar, tão bem cuidado que está sendo pelo nosso Senador Luiz Henrique.

Então, eu queria lhe perguntar e perguntar ao Relator como V. Exªs estão imaginando o procedimento desse debate aqui na Comissão, para que tudo que está sendo tratado aqui nesta Comissão pudesse ser considerado, nós pudéssemos ter antecipadamente uma ideia de como vamos discorrer o tema aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ilustre Senador Ricardo Ferraço, há pouco conversava com o Senador Luiz Henrique. Marcamos uma conversa nossa ainda hoje, muito provavelmente aproveitando o horário do almoço para que nós pudéssemos alinhavar um cronograma na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Na realidade, nós temos o prazo regimental que é estabelecido pelo Regimento. Se nós fôssemos dar ao Código Florestal o trâmite usual e regimental de cada projeto de lei existente no Senado, esse prazo daria 15 dias de prazo de emenda, para que cada membro apresentasse suas emendas, e daria ao Relator um prazo para que ele pudesse apresentar o relatório a esta Comissão. No entanto, desde o início da tramitação – e V. Exª participou dessa negociação, inclusive, como autor do requerimento que possibilitou incluir a Comissão de Ciência e Tecnologia na discussão e no

mérito do debate sobre o PLC 30/2011 – seria possível uma conversa entre os Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comissão de Meio Ambiente e Controle e Comissão de Agricultura para que tivéssemos, quem sabe, uma tramitação concomitante entre as Comissões, ou até mesmo uma tramitação conjunta entre as Comissões.

Na realidade, até a presente data não houve ainda uma reunião entre os três Presidentes das três Comissões e os dois Relatores – Relator Luiz Henrique e Relator Jorge Viana – para que nós pudéssemos estabelecer a metodologia a ser adotada.

Não havendo uma nova metodologia, o que prevalece até o momento é o nosso Regimento, que estabelece que, a partir do momento em que há designação do Relator – e por isso estamos designando o Relator exatamente no dia de hoje, em que pese tenhamos recebido o projeto de lei já na semana passada – aguardamos para designá-lo exatamente no dia de hoje, para que pudesse começar a contar prazo regimental a partir de uma reunião ordinária da nossa Comissão para que todos os Senadores pudessem ter acesso, portanto, à informação que V. Exª nos indaga neste momento.

Nós esperamos poder, até o decorrer desta semana ou início da semana que vem, já através de meio eletrônico, combinado, obviamente, com o Relator, informar o cronograma de como vamos tratar esta matéria, já em entendimento com os Presidentes das demais Comissões. Isso é o que posso informar a V. Exª no momento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srªs e Srs. Senadores, respondendo à indagação muito oportuna do Senador Ricardo Ferraço, quero prestar a esta Comissão algumas informações.

A primeira, que é muito importante. Eu já cumpri o compromisso principal que assumi na Comissão de Constituição e Justiça, separei a parte permanente da parte transitória, ou seja, procedi a uma cirurgia no texto, de modo a estabelecer uma diferenciação do que são normas duradouras, normas que terão vigência durante toda a vigência da lei e normas transitórias, que terão vigência durante o período fixado na própria lei para recomposição do passivo florestal.

Então, a essa mudança já procedi. Não foi uma engenharia fácil, porque mexeu praticamente em toda a estrutura do projeto que veio da Câmara, mas ela está feita e vou disponibilizá-la a todos os integrantes desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Se o Relator me permite. Na realidade, na pauta de hoje que está à disposição dos Srs. Senadores. Eu pediria à assessoria que entregasse uma cópia da pauta de hoje ao Senador Ricardo Ferraço, por gentileza, entregue, por favor, ao Ricardo Ferraço uma pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Este texto já incorpora?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Já incorpora. Aqui já está o texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, bem como todas as setenta e poucas emendas que foram apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça, no entanto, emendas que tratavam de mérito e, portanto, o Relator corretamente não as adotou, elas foram consideradas prejudicadas na Comissão de Constituição e Justiça, porque não tratavam da constitucionalidade, nem da legalidade, nem da técnica legislativa e sim da questão de mérito. Portanto, deixaram de ser apreciadas. Lá foram rejeitadas, na realidade, na Comissão de Constituição e Justiça. Mesmo assim, fizemos questão de pedir que todas fossem apresentadas, anexadas aqui ao texto para que facilitassem não só ao Relator, mas também todos os membros. Portanto, o que o Relator acaba de anunciar já se encontra à disposição de todos os Senadores membros da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nessa linha, Sr. Presidente, vou reiterar o que disse na reunião em que a Comissão de Justiça apreciou a matéria.

Mesmo que as emendas que foram produzidas lá não venham a ser reapresentadas aqui, vou levar todas em consideração e vou procurar cada um dos senhores propositores para manter uma conversa, um diálogo com cada um dos senhores propositores.

Quanto ao prazo, Sr. Presidente, há uma quase unanimidade no País. Eu talvez sinta isso mais do que as Srªs e os Srs Senadores, porque a condição de Relator me deu uma transparência. Sou abordado aonde vou, seja no avião, seja na rua, seja nas audiências públicas que já fizemos Brasil afora, pelas pessoas pedindo que nós aprovemos este projeto neste ano. Então, sinto uma vontade da Nação, uma vontade nacional, de nós termos uma nova lei florestal.

Por outro lado, recebi inequívocas manifestações do Governo no sentido de que o Governo também deseja que o projeto seja aprovado no decorrer deste ano.

Dentro disso, Sr. Presidente, acho da maior importância que a tramitação desta matéria ocorra de

forma simultânea, concomitante ou, se não possível, até integrada, mas de maneira simultânea ente as Comissões de mérito, para que nós possamos – e aí já vou adentrar num cronograma – aprovar esta matéria nas Comissões durante a primeira quinzena de novembro, permitindo que, se nós construirmos, como o Senador Jorge Viana e eu, estamos trabalhando para construir um consenso, se não um consenso geral, mas pelo menos um consenso da grande maioria, nós possamos votar essa matéria sem atropelos rapidamente no plenário.

Nós estamos trabalhando dentro de um triângulo. Acho que nós só obteremos um bom resultado nessa busca de um entendimento geral, de uma convergência geral se nós trabalharmos num triângulo Senado-Governo-Câmara.

O Senado, interpretando a vontade das diversas correntes de opinião que existem sobre a matéria, representando os interesses legítimos de seus Estados e do povo brasileiro. O Governo, que tem legitimamente interesse em que seja produzida uma lei exequível, uma lei clara, uma lei autoaplicável.

A Câmara dos Deputados votou essa matéria por 80% dos seus integrantes, quero dizer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que em 5 mandatos de Deputado Federal, que eu tive a honra de exercer, nunca vi, não me lembro de uma outra votação que tivesse atingido tal percentual. É preciso que trabalhemos em consonância com as lideranças da Câmara para que não produzamos algo inútil, que possa vir a ser derrubado quando o projeto voltar àquela Casa, o que inevitavelmente ocorrerá, tendo em vista as modificações já operadas e as modificações que ainda haverão de ser feitas ao longo da tramitação deste projeto aqui nas comissões de mérito.

Nós estamos trabalhando – o Senador Jorge Viana e eu – no sentido de inverter a lógica da política florestal, da política ambiental: sair da ótica punitiva, de comando e controle, sair da ótica do guarda da esquina para a ótica econômica, para a ótica dos incentivos, do crédito, para a ótica de transformação da floresta em um ativo econômico do qual a Nação possa valer-se fortemente.

Por outro lado, temos, claramente, uma diretriz que entendemos ser siamesa, de preservar e produzir, sendo que a produção depende da preservação, e aquilo que é o objetivo de toda lei, que é o homem, depende de uma produção equilibrada com preservação.

Então, essa é a linha que nós estamos adotando e eu acredito que nós possamos, já que a matéria está muito debatida, ela vem de um longo debate, um debate de mais de dez anos. Acho que estamos no momento de afunilar um texto que seja alinhado com a Constituição, que seja autoaplicável, que tenha regras claras e objetivas, que não reclamem a participação do Judiciário para legislar o que nós não legislamos, para interpretar o que nós deixamos dúbio, para colocar aquilo que nós omitimos em por, fazer uma lei que, efetivamente, sirva ao desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu gostaria de pedir que os convidados,por favor, tomassem assento à mesa para darmos início à nossa audiência.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Enquanto nossos convidados chegam e tomam seus assentos, eu queria aproveitar a oportunidade para me colocar à disposição do Senador Luiz Henrique no dia, na hora e no local em que ele, como Relator, determinar para que eu possa ter a oportunidade de sustentar as emendas que apresentei ao Código Florestal. S. Exª, na condição de Relator, marca o dia, marca o local e marca o horário e eu lá estarei.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Assim farei, Sr. Senador. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tendo ouvido, portanto, a participação do Senador Ricardo Ferraço, passo a palavra ao Professor Gerd Sparovek, da USP e da Escola Superior Luiz de Queiroz, Esalq, especialista em conservação do solo e planejamento do uso da terra. Anuncio a chegada da Drª Maria Christina Motta Gueorguiev. Ela estava se deslocando do aeroporto até aqui.

Portanto, com a palavra o Professor Gerd Sparovek.

O SR. GERD SPAROVEK – Bom dia.

Eu trouxe alguns *slides* para uma apresentação que, provavelmente, vai tomar uns vinte ou vinte e cinco minutos. Está bem, né?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na realidade, V. Sª tem vinte minutos.

O SR. GERD SPAROVEK – Está bem. Então vou me apressar.

Primeiro, quero apresentar, rapidamente, o trabalho que a gente faz ligado a esse tema, um modelo que é espacialmente explícito. Quer dizer, a gente tem informações que, geralmente, estão em mapas, e a gente consegue essas informações dentro de programas de computador, e esse modelo está ajustado para simular diferentes cenários em relação ao uso da terra, tanto o uso agrícola como a parte de conservação. E dentro desse modelo a gente tem também programado para que a gente consiga simular o Código Florestal tanto na sua versão vigente quanto o Projeto de Lei que está em discussão.

Então, os dados que vou apresentar se reportam a essa análise e, até onde eu sei, nós somos o único laboratório de geoprocessamento do Brasil que tem essa tecnologia à disposição no momento.

Próximo *slide*, por favor.

Bom, a apresentação tem essa estrutura de tópicos, tem um contexto geral que é bem rápido, muito básico. E o que eu separei para apresentar nestes vinte minutos é uma parte específica desse modelo, que é o maior desafio. O que a gente considera quando a gente faz a modelagem territorial do Brasil todo em relação ao Código é qual seria o maior desafio. A solução técnica, ou uma das possíveis soluções técnicas para esse desafio, e a forma de viabilizar essa solução dentro do tema principal desta audiência, que é o pagamento por serviços ambientais, principalmente os instrumentos econômicos a ele associados. E depois uma sugestão das possíveis alterações do Projeto que possam permitir que esse desafio seja alcançado.

Então, vamos para o contexto, rapidamente.

No cantinho debaixo ali a gente tem um mapa que tem todo o uso da terra do Brasil. O que está em verde ali são as áreas de vegetação natural e as outras cores, principalmente o cor de rosa e o laranja, são o uso agrícola.

Próximo.

Se eu colocar essa vegetação natural toda dentro do Brasil em escala, ele seria um brasilzinho desse tamanho.

Próximo.

Dessa vegetação natural, também em escala, 170 milhões de hectares, que é esse Brasil azul, ele está em unidades de conservação em terras indígenas já decretadas, já consolidadas.

Próximo.

Outra parte tem uma proteção geográfica explícita que são as áreas de preservação permanente. Então, dentro do que o Código Florestal vigente, atual, exige, que é algo em torno de 135 milhões de hectares de APP, eu tenho 80 milhões de hectares que estão cobertos com vegetação natural e o restante tem outros usos que não aquele que o Código exige.

Próximo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GERD SPAROVEK – Estariam com usos que não são usos conformes com o Código Florestal vigente.

Isso faz com que 294 milhões de hectares da vegetação natural que existe no Brasil estejam ou fora de unidade de conservação em terra indígena, que seria uma proteção geográfica explícita, ou fora de uma área de preservação permanente – ou beira de rio ou topo de morro –, que também é uma área geograficamente explícita.

Então, a maior parte, vamos dizer assim, da fatia de vegetação natural que a gente ainda tem ou seria protegida pelo conceito de reserva legal, que não tem uma posição geográfica definida, ou através de outros mecanismos que não as APPs ou as unidades de conservação. Esse é o maior estoque. A maior preocupação é tentar proteger o máximo possível dessa área, e o Código florestal tem um papel essencial nesse contexto.

Próximo.

Fica claro que a proteção em unidades de conservação em terras indígenas não é o principal caminho para conseguir conciliar a proteção da vegetação natural. Este é só um exercício que a gente fez: colocou a porcentagem da vegetação natural por UF que está em unidade de conservação em terra indígena. Então, a gente vê que, com exceção de alguns Estados da região Norte, esse percentual é extremamente baixo. O Código Florestal é, sem dúvida, principalmente o seu componente da reserva legal, o principal mecanismo de proteção desse estoque de vegetação natural.

Próximo.

Ao mesmo tempo em que o Código Florestal foca a proteção desses ativos... Aqui há outra simulação que a gente fez, com o Código Florestal atual vigente, de quanto seria a vegetação natural não protegida, mesmo considerando o cumprimento integral desse Código. Então, ao mesmo tempo em que ele tem já as omissões – as áreas que estão em não conformidade –, mesmo num cenário bastante hipotético, caso ele fosse cumprido integralmente, a gente ainda teria 91 milhões de hectares de vegetação natural que estão distribuídos conforme aquele mapa, mas que não estariam abrigados pela proteção do Código atual.

Próximo.

Bom, vamos dar uma olhadinha rapidamente no contexto da agricultura. A agropecuária nacional ocupa... Se a gente faz um levantamento por imagem de satélites, esses dados não batem com os levantamentos censitários, que dão números menores. A agropecuária nacional ocupa 275 milhões de hectares, que são todos os usos agrícolas e a pecuária somados.

Próximo.

Desses, 211 milhões são pastagens ou áreas com utilização combinada entre agricultura e pastagem.

Próximo.

E a área agrícola ocupa em torno de 61 milhões de hectares. Então, essa mancha, vamos dizer assim, de uso agrícola tem uma ocupação principal, uma ocupação predominante, que é a utilização das terras para a produção pecuária ou a produção combinada entre pecuária e agricultura.

Próximo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só uma pergunta: como fica a produção de frango e suíno? É considerada o quê? Agricultura ou pecuária.

O SR. GERD SPAROVEK – A produção de frango e suíno é considerada agricultura, porque o frango e o suíno nada mais são do que soja e milho com valor agregado. Quer dizer, de onde surgem o frango e o suíno? Da soja e do milho, predominantemente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então, está agregado ali...

O SR. GERD SPAROVEK – Na agricultura.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... na agricultura.

O SR. GERD SPAROVEK – Isso. Porque são soja e milho convertidos em frango. Não ocupam área esses dois usos.

Bom, as principais ideias do contexto são de que o maior estoque de vegetação natural ocorre fora da unidade de conservação ou APP, portanto em áreas privadas e terras públicas não destinadas. Então, o que pode levar à proteção dessas áreas, através de comando e controle, seria: a regularização fundiária, no caso das terras públicas não destinadas ainda na região Norte, principalmente, então, terra legal; legislação específica, como já acontece em alguns casos, como o Pantanal ou a Mata Atlântica; ou o próprio Código Florestal, como principal mecanismo de proteção. E, em áreas privadas, esse estoque dos ativos florestais e as APPs estão associados, principalmente, às pastagens. Então, se a gente achasse uma solução para a questão das pastagens, a gente estaria resolvendo a maior parte do problema. E é sobre essa solução que vai se seguir a apresentação agora.

Próximo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não entendi esse último.

O SR. GERD SPAROVEK – Certo. Vamos voltar o *slide*, então. Mais um.

Se a gente der uma olhada, aqui está a agropecuária, que é essa sombra mais clara. Dentro da agropecuária, 211 milhões de hectares, que daria este Brasil aqui, são pastos. Então, se a gente achar uma forma de conciliar conservação com produção nessa mancha, a gente estará resolvendo a maior parte do problema. Essa é a mensagem. Fica uma parte do problema ainda, mas, em relação àquilo que a gente modela, que é espaço, que é território, que é área, a gente estaria resolvendo a maior parte do problema.

Próximo. Mais um. Mais um. Volta um. Desculpa.

Aqui está outro mapinha, que a gente já compilou, do déficit das APPs – a porcentagem do déficit – que estariam com pastagem, ou seja, as APPs que não estão em conformidade com o Código Florestal e são utilizadas para pastos. Então, com exceção de alguns Estados mais da região Sul – Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo –, todas as outras cores são azuis ou verdes. Quer dizer, aproximadamente 60% e, em muitos casos, mais de 95% das áreas de APPs estão com ocupação de pasto e não com ocupação de agricultura. Então, se eu colocar isso em bioma – estaria a coluninha aqui do lado –, há três biomas bastante importantes – Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica –, que têm números muito grandes. Então, do que falta em APP... Em relação à APP – ou é beira de rio ou é topo de morro – que tem um uso que não é o uso da vegetação natural, a maior parte disso está sob pasto, e, em biomas bastante importantes como esses, isso também predomina.

Próximo.

E a mesma coisa se aplica às áreas de reserva legal. Aí a gente não tem uma certeza tão grande quanto à APP, porque a modelagem não é tão precisa, mas, segundo os números que a gente tem no Código Florestal vigente, cerca de 42 milhões de hectares das áreas em que falta reserva legal são áreas de predominância de pecuária também. E, nas áreas em que tem agricultura – combinação de todos os usos agrícolas –, esse total daria seis milhões de hectares.

No PL 30, como há uma mudança bastante importante em exigência de reserva legal, esses números diminuem bastante – para 25 e para quatro milhões de hectares aqui –, mas continua ainda a predominância das áreas em que certamente falta reserva legal, sendo áreas de dominância de pastagens. No caso do projeto de lei – vou voltar a esse assunto daqui a pouquinho –, o principal mecanismo passa a ser a compensação e não a restauração. No vigente, a restauração seria o principal mecanismo de geração de conformidade.

Próximo.

Então, os desafios seriam... A restauração em grandes áreas, em grandes proporções de APP, precisa ser viabilizada através de tecnologia, iniciativa própria, incentivos, principalmente em áreas atualmente ocupadas com pastagens. E a diminuição das exigências em relação à reserva legal, no PL previsto, permite a adequação das propriedades usando exclusivamente o mecanismo de compensação.

Na verdade, peço permissão ao senhor para que eu explique isso melhor daqui a pouco, porque acabei de perceber que está até no lugar errado essa afirmação. Ela vai fazer mais sentido mais na frente. Então, eu vou pedir licença ao senhor para explicar daqui a pouquinho. Então, vamos ignorá-la por enquanto.

Próximo.

Faço uma abordagem, agora, sob o ponto de vista de achar uma solução que tenha sentido técnico e passarei, depois, para a última parte, que seria como viabilizar essa solução.

Bom, a restauração em áreas de pastagem, considerando os biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Pampas está fora dessa ideia. Também as áreas do semiárido, o sertão, a caatinga estariam fora disso e, em grande parte, o pantanal.

A Amazônia, cerrado e Mata Atlântica têm 70% do déficit em APP e uma área equivalente em reserva legal. Então, se eu quiser restaurar a vegetação natural numa área de cerrado, Amazônia ou Mata Atlântica, o procedimento mais viável do ponto de vista técnico teria uma primeira fase que seria praticamente não limpar o pasto mais. Isto que é feito: a limpeza do que está brotando de arbustos e de árvores para que elas não sombreiem o pasto, deixará de ser feito. É a primeira medida. O gado permanecerá no pasto e a gente já vai entender por que. Então a primeira fase é simplesmente deixar de limpar o pasto, necessariamente mantendo o gado no pasto.

Nesse momento, se a gente cercar a área que quer proteger, estará indo contra a conservação dela, porque o boi vai comer o capim que estaria competindo com as plantas que estão se estabelecendo. Então, por enquanto, a gente não tem investimento algum, só está deixando de fazer uma operação na área que gostaria de regenerar.

A gente vê neste último *slide* que aqui perto da mata que está regenerando o capim fica maior, mais verde, mais tenro. Então, na hora em que o gado entrar num pasto como esse, vai primeiro se alimentar desse capim, porque tem um valor nutricional maior e é mais tenro. Então, no fundo, ele combate o capim justamente aonde a vegetação natural está se estabelecendo melhor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E se houver um olho d'água ou uma nascente? Nem assim você recomenda a proteção?

O SR. GERD SPAROVEK – Não senhor. Nessa fase, não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O pisoteio do animal em torno da nascente?

O SR. GERD SPAROVEK – Nessa fase eu não recomendaria. E isto é confirmado por vários estudos que já estão em escala bastante grande, principalmente em Paragominas, Município que está se tornando verde: a manutenção do gado nessa fase inicial é essencial. Depois a gente vai proteger essa nascente, mas não nessa primeira fase em que as plantas estão ainda crescendo e querendo se sombrear.

Próximo.

Depois que essa primeira fase é superada, quer dizer, quando essa vegetação arbórea e arbustiva já está começando a sombrear tudo, aí eu preciso cercar a área justamente para proteger aquilo que o senhor mencionou, que é a própria integridade do corpo d'água, mas só depois que a vegetação já sombreou e o capim já não tem chance de se desenvolver mais.

Se eu cerco essa área antes, o que eu faço? Eu vou ter ou que roçar isso manualmente, o que gera custos, ou utilizar herbicidas que geram menos custos, mas que não são desejados em áreas que estão se recuperando. Então a permanência do gado nessa primeira fase é essencial para a restauração.

Depois que a regeneração atinge uma certa maturidade, a presença dos animais não é mais desejada tanto do ponto de vista da conservação como do pecuarista, porque o gado pode se esconder lá dentro, fica difícil de achar os bezerros. Então o próprio manejo do gado fica muito dificultado se a restauração já aconteceu. Nesse momento precisa cercar e tirar, fazer um acesso à água dos animais que não seja mais dentro da área conservada. Então eu vou precisar do quê? De cercas e bebedouros. O mais interessante dessa visão... E aqui tem um investimento em cercas e bebedouros que não é banal para uma fazenda de pecuária, quer dizer, hoje o metro de cerca custa algo entre R$7,00 e R$9,00 – nós estamos falando de muita cerca, porque as áreas de APP estão em todas as propriedades, acabam sendo muito mais do que as cercas e divisas normais da propriedade –, então são investimentos bastante expressivos que têm que ser feitos. E mais ou menos 30% do que é investido em cercas é necessário investir também em bebedouros.

Próximo.

Então essa alternativa que "abrange a maior parte dos casos" – como falei, vou trazer a ideia de uma solução que pega 80% dos problemas; os outros 20% continuam existindo e não passam por essa solução – passa por uma ideia dessa restauração natural que depois passa a ter a necessidade do investimento em cercas e novos bebedouros.

Próximo.

Mais um, por favor.

Já chegando agora no tema próprio da reunião: como viabilizar isso. Esse *slide* eu montei com muito cuidado, porque eu não quis colocar aqui uma informação de uma opinião pessoal. Então tem um aval da Associação Brasileira de Pecuária Sustentável. Eu consultei também a Scot Consultoria, que é uma consultoria muito tradicional na área de pecuária; a Burgi Consultoria, que também trabalha diretamente com os pecuaristas; o Instituto Icone, que também está muito envolvido no tema. Então esse *slide* é uma espécie de

uma síntese de como essa questão da restauração nas áreas de pecuária pode ser entendida não pelo lado da conservação, mas, sim, pelo lado da produção pecuária em si.

E nesse momento a gente pode chegar à seguinte conclusão: se eu cerquei as áreas que eu quis proteger, quer dizer, todas as áreas ripárias e a reserva legal, eu coloquei um monte de cerca a mais na minha propriedade, ou seja, é o primeiro passo para eu adotar uma técnica de manejo que se chama manejo rotacionado que se baseia em quê? Eu faço uma divisão da fazenda em pastos menores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É o sistema *voisin*?

O SR. GERD SPAROVEK – Não, senhor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não?

O SR. GERD SPAROVEK – Não, senhor. Ele é parecido com o sistema *voisin*. Eu já vou explicar.

Então, no manejo rotacionado, o que eu faço? Em vez de ter pastos gigantes, muito grandes, como ocorre na produção de pecuária extensiva, eu vou ter a divisão da fazenda em pastos menores. Uma grande parte dessa divisão eu já fiz cercando a APP e a reserva legal, porque naturalmente eu acabo dividindo a fazenda em áreas menores fazendo isso. Tendo uma divisão da fazenda em pastos menores, tenho a permanência de lotes de animais no pasto até o consumo pleno do capim. Então eu consigo colocar uma grande quantidade de animais lá e eles vão consumir toda a forragem, todo o alimento que está lá. Se eu tenho um pasto muito grande, esses animais vão consumir uma parte e não vão consumir a outra, porque está longe, distante da água, distante do sal. Aí mudo esses animais para um outro pasto e tenho um tempo adequado de recuperação desse pasto consumido, porque eu tenho a fazenda muito bem dividida, então eu posso esperar bastante tempo para retornar a esse pasto.

Então esse é o princípio, vamos dizer assim, do manejo rotacionado que eu consigo fazer com o principal. Esses investimentos são de manejo, só de tecnologia. O principal investimento financeiro é a divisão da fazenda em pastos menores que, em grande parte, eu já fiz cercando as APPs e as reservas legais.

O aumento esperado da produtividade, se eu comparo o extensivo com o manejo rotacionado, é de 30% a 50%. Esses são dados que vêm das consultas que eu fiz a esses setores que eu mencionei agora há pouco.

Bom, se eu colocar isso nos dados do Censo Agropecuário 2006 que estão aqui embaixo, a gente tem um rebanho em torno de 180 milhões de cabeças, uma lotação de 1.1, um desfrute desse rebanho, quer dizer, 22% dele é abatido por ano numa área de pasto de 158 milhões de hectares, o que gera um abate de 40 milhões de cabeças ao ano. Se eu aplico um aumento de produtividade de 40%, que seria o meio dessa faixa esperada, os novos números estariam aqui. Então, o mesmo rebanho passaria a ter a possibilidade de lotação de 1,6 cabeças por hectare. O desfrute continua o mesmo, porque com o manejo rotacionado eu não estou necessariamente aumentando o desfrute, não estou mexendo em genética, não estou mexendo em algumas coisas importantes para isso, mas gerando a necessidade de uma área muito menor de 113 milhões de hectares para o mesmo abate de 40 milhões de cabeças. Então a área em que essas fazendas estariam adotando o manejo rotacionado através da restauração de suas áreas de proteção ambiental e das reservas legais é em muito compensada, quer dizer, a necessidade de área é bem diminuída do que a área cedida para conservação. Essa é uma das conclusões que a gente pode tirar deste *slide*. Se eu associar a restauração das áreas de preservação permanente e de reserva legal na pecuária extensiva, que pega 80% do problema, através de uma medida conjunta de intensificação da produção por meio do manejo rotacionado, atinjo dois objetivos. Em parte, os investimentos que vou ter nas cercas e nos bebedouros necessários à fase 2 da conservação das áreas de proteção ambiental e reservas legais são comuns aos investimentos que tenho que fazer para ter a fazenda dividida para que eu possa fazer o manejo rotacionado. Então é um investimento ganha e ganha. É possível conciliar a principal medida de intensificação através de manejo rotacionado com o principal investimento na conservação das áreas de proteção ambiental e reservas legais. Esses investimentos não são concorrentes; são complementares. E a área que essas propriedades vão ceder para conservação é, em área, muito menos do que a área que elas vão poupar para manter o mesmo rebanho.

Próximo.

Já terminando, a alternativa de restauração em pastagem, quer dizer, manter a necessidade de restauração das áreas de proteção ambiental é essencial para isso. Financiamento público parcial, com certeza; os investimentos não são de pequena monta. E, principalmente, alterar as regras da compensação visando incentivar a restauração das pastagens.

Próximo.

Deixem-me só explicar isso aí um pouquinho melhor. No código florestal vigente, tenho uma exigência de reserva legal em torno de 267 milhões de hectares. O projeto de lei que está sobre a mesa aqui, se eu considerar esses abatimentos possíveis no PRA, na regularização ambiental, a reserva legal exigida di-

minui para 204 milhões de hectares. E, como ela pode ser compensada, a compensação, se eu considero o bioma, consegue fazer com que a restauração caia para zero. Quer dizer, eu tenho, nos biomas, áreas suficientes e até em maior quantidade em todos os biomas para compensação, evitando a necessidade de restauração, se esse for o mecanismo preferencial.

Próximo.

Se eu fizer algumas alterações que vou indicar rapidamente com um pouco mais de detalhes, alteração dos mecanismos que abatem a exigência de restauração de reserva legal no PL 30, como por exemplo ao invés de usar quatro módulos fiscais para isenção das pequenas propriedades, meio módulo fiscal, sem cômputo das áreas de proteção ambiental e reservas legais e sem consolidação de uso em áreas de proteção ambiental, eu preservo uma quantidade maior de necessidade de compensação porque na regularização ambiental as situações que permitem a redução de exigência de reserva legal são diminuídas. Numa condição muito extrema de abater essas exigências, eu continuo tendo necessidade de restauração muito pequena. Quer dizer, existe área suficiente dentro dos biomas para que esse seja o mecanismo principal de adequação a reserva legal.

Então, uma das ideias possíveis – e já associando isso com o pagamento de serviços ambientais – seria a gente alterar principalmente a regra de compensação. Eu dei uma olhada rapidamente aqui numa emenda do Senador Eduardo Braga, parece que está identificada assim, Emenda nº3, que já sugere regras de compensação que aplica deflatores e inflatores e que permitem a compensação fora das UFs com índices maiores do que se isso se for feito dentro da UF. Eu enxergo o mecanismo de compensação de uma forma muito parecida com essa sugestão. Como a compensação é e vai ser um mecanismo de mercado, ela tem que ser um mecanismo de mercado direcionado. Então a compensação é a principal forma de resolver o problema da reserva legal, para que não tenha que haver uma reversão de usos já consolidados nas reservas legais. Mas se deixar isso da forma como está o texto que saiu da Câmara, que isso é possível dentro do bioma com muito poucas restrições, nós vamos acabar gerando, digamos assim, um mercado não muito bom para o lado da conservação. Porque eu tenho uma quantidade enorme de estoques de ativos florestais se eu considero todos os biomas em situações em que esses ativos não estão nem ameaçados de alteração de uso, em áreas tão remotas, de tão baixo interesse de conversão para uso agrícola que, mantidas as regras, o pagamento tende a ser extremamente baixo e não estimulante, digamos assim, de proteção daqueles ativos que realmente estão em situação em que a reversão está próxima, em que o proprietário está por decidir se ele desmata ou se ele preserva. Então, se eu aplico regras de compensação direcionando mais para aquilo que eu realmente quero proteger, eu consigo incluir dentro desse mercado de compensação justamente aquelas áreas que estariam sob risco de desmatamento, pagando por essa conservação. Do jeito que está hoje, vou pagar muito pouco por algo que não está ameaçado.

No fundo, gera-se um mecanismo de perda e perda. Quer dizer, se existir um pagamento ele deve ser cautelosamente analisado, só que esse pagamento vai incidir sobre um ativo florestal que está numa situação tão remota, tão distante que não estaria nem ameaçado. E vai ser um pagamento muito baixo. Então, se eu incluir por exemplo, dentro dos mecanismos de compensação, um direcionamento para que as propriedades que tenham pecuária de corte possam ter uma preferência de acesso ao mercado de compensação para conservar além do que o código florestal permite, isso significa também que ele vai intensificar a produção com isso. E isso é algo muito interessante de inclusão dentro de uma regra de compensação também. Então o mecanismo de compensação, pagando parte dessa conta da intensificação da produção pecuária através de uma preferência dentro desse mecanismo para produtores que vão conservar mais do que o próprio código florestal exige, é um dos caminhos bastante importantes que podem contribuir para a solução do principal problema que são os 80% de uso em áreas de pasto.

Desculpe se estorei o tempo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós agradecemos. Passo agora a palavra ao Sr. Celso Vainer Manzatto, engenheiro agrônomo, pesquisador e chefe da Embrapa em meio ambiente, especialista em produção vegetal, zoneamento, uso da terra, pedologia e assentamentos humanos.

Com a palavra, o professor Celso.

Registro a presença do ministro Reinholds Stephanes aqui na nossa comissão, nosso Deputado Federal.

Com a palavra o Dr. Celso.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Bom dia!

Gostaria de agradecer o convite da comissão de Ciência e Tecnologia, de estar aqui presente e trazer algumas informações, algumas preocupações, e os desafios que nós dentro da Embrapa estamos enfrentando em relação a questões de serviços ambientais, mas uma agenda um pouco mais ampla e atual com uma relação bastante forte com a questão do Código Florestal, que é a questão das mudanças climáticas e

todos os desafios e metas que o Governo vem assumindo em relação as emissões as formas de uso e os sistemas de produção da nossa agropecuária brasileira.

Próximo, por favor.

O Dr. Gerd já comentou é apenas uma lembrança de que nós temos aí, dentro desse universo de compensações ambientais, um universo de propriedades agrícolas da ordem de 330 milhões, 5,2 milhões de hectares de estabelecimentos rurais, o que dá uma dimensão da abrangência, de um pagamento por serviços ambientais dentro de propriedades rurais.

Então, como identificá-los, como quantificá-los e como monitorá-los dentro de uma agenda de preservação e conservação florestal.

Próximo, por favor.

Coincidente com a abordagem do Dr. Gerd, nós olhamos do ponto de vista censitário, talvez esses números sejam maiores do que está no censo, mas o foco de fato é questão da pastagem.

A parte de cima desse gráfico mostra a evolução que nós temos ao longo do censo realizado pelo IBGE, desde 1920, mostrando que a área de produção da agricultura onde lavouras crescem, as áreas com vegetação dentro da propriedade, isso é percentual em relação as áreas dos estabelecimentos rurais, se mantém ou se eleva em relação aqui, principalmente, na evolução do Código Florestal e as exigências e as áreas de pastagem se mantém ou com uma leve tendência de queda, ou seja, de fato a questão da pastagem ela hoje é a atividade que fornece terras para a expansão da agricultura. A questão é como fazê-lo também ceder, como disse o Dr. Gerd, área também para a questão da recomposição de eventuais passivos ambientais que o Código Florestal em revisão está trabalhando.

A questão é essa, como aumentar produtividade na pecuária.

Faço uma observação e o Governo já tem o programa, o Programa ABC, agricultura de baixo carbono, onde a tendência, isso dentro da política de mudanças do clima, vou abordar isso mais a diante, ataca, principalmente, aquelas fatias ou aquelas porções de estabelecimentos na pecuária que tenham uma produtividade muito a baixo do que hoje é a média, ou seja, de uma cabeça por hectare, nós estamos trabalhando até 0,4 cabeças por hectare. É muito mais fácil levantar essa produtividade, ceder áreas e atender as metas de redução de emissão no país na pecuária em relação a essa questão.

Então, a integração lavoura, pecuária e floresta é uma alternativa já. Uma política pública já em execução dentro do Governo e que se alinha com essas iniciativas de recomposição do Código Florestal e lógico, essa eventual restauração também pode está contemplada dentro desses mecanismos relacionados a mudança do clima e as reduções das emissões.

Próximo, por favor.

Dando prova disso, todo modelo da nossa agropecuária, pós-revolução verde, ela dá prova de competitividade, hoje nós somos o terceiro país exportador no mundo no agronegócio, mostra a evolução da produção e produtividade na agricultura brasileira, quando a expansão for de 45%, nós tivemos um crescimento de 140% da produtividade. Isso tem de ser considerado dentro da questão dos serviços ambientais como um ativo importante na produção e na economia de terras ou de mudança no uso dessas terras com consequência, tanto para a questão do Código Florestal como para as questões das emissões de gases de efeito estufa.

Esse modelo, e uma mudança para uma economia verde vem se ajustando, foi baseado na expansão dessa fronteira agrícola inicialmente – e aqui está uma amostra dos períodos de expansão dessa fronteira –, no melhoramento genético, tanto animal como vegetal, uma estratégia extremamente importante, nas técnicas intensivas de produção, no uso de insumos químicos e nos programas de Governo. Foram esses os estímulos que levaram a nossa agropecuária ao que é hoje.

Próximo, por favor.

Essa agropecuária trouxe benefício para a população brasileira, através da redução do preço e da oferta de alimentos que hoje nós temos no país e para o mundo. Uma estimativa realizada pelo pessoal da Esalq mostra que essa redução, se computado o período de 1985 a 2008, é da ordem R$837 bilhões. São números que nós temos de apresentar a sociedade nesse processo de discussão e negociação sobre eventuais pagamentos de serviços ambientais. Os custos associados a uma mudança do sistema de produção, certamente, têm de ser compartilhados tanto com a agropecuária brasileira como com o restante da sociedade, e isso vem na forma de serviços ambientais, na forma de programas de Governo de incentivos e na forma, também, de eventuais diminuições de taxas de juros utilizadas na agropecuária. Estão, sim, dentro de uma estratégia de uma agenda positiva.

Próximo, por favor.

Esse é um exemplo da evolução do sistema de plantio direto no Brasil, que é uma técnica que, no passado, na questão do crédito agrícola, contava com subsídios, na taxa de sinistro, menores em relação ao cultivo convencional, o que hoje não existe mais, mas poderia ser encarado também dentro de um mecanismo de compensação por serviços ambientais na medida em que as áreas com produção de grãos, por exemplo, evita erosão, contaminação dos rios e ainda

sequestra carbono. Só que essa agenda, com raras exceções e algumas iniciativas principalmente do pessoal da Agência Nacional de Águas e de alguns Estados, como o produtor de água, não chegou, na maioria dos casos, para aos nossos agricultores, ou seja, estamos prestando serviços ambientais, produzindo alimentos, mas o agricultor não está sendo premiado por essa agenda. No passado, na evolução, imaginava-se que esse agricultor poderia ter algum benefício, mas certamente todos os agricultores que adotaram o sistema de plantio direto adotaram por ganho de produtividade, diminuição de custo e diminuição de insumos. A agenda ambiental, infelizmente, junto às associações de plantio direto, ficou para segundo plano.

Próximo. *(Pausa.)*

Por favor, poderia voltar à anterior.

Este é um estudo da Esalq, do Professor Gerd, que está envolvido nesse projeto, mostrando os benefícios associados a essa questão da diminuição dos sedimentos em suspensão, que têm implicações, por exemplo, na qualidade do recurso hídrico e nas emissões desses sedimentos dentro dos recursos hídricos, ou seja, o carbono vai para esses recursos hídricos, para os reservatórios, e geram novas emissões, envolvendo até a questão do tratamento dessa água para abastecimento humano e a quantidade e a qualidade dessa água.

Próximo.

Então, dentro dessa agenda, que nós estamos trabalhando fortemente na Embrapa, incluindo um evento significativo no ano que vem, na Rio+20, estão as emissões e o sequestro de carbono na agricultura.

No nosso País, o setor agropecuário é o setor responsável pela maior quantia ou maior fatia das emissões relacionadas principalmente à mudança do uso da terra. Toda vez que nós alteramos uma floresta nativa, por uma opção de produção, emitimos uma quantidade absurda e os dois principais vetores de mudanças são o uso dos combustíveis fósseis e as mudanças de uso da terra.

Como já foi mencionado aqui, nós já temos iniciativas dentro e fora do Brasil em relação a pagamento de serviços ambientais, com uma série de complicações, porque envolve desde quantificação e valoração desses serviços ambientais até a forma de monitoramento para efetivo pagamento desses serviços, ou seja, tomando exemplo do Dr. Gerd, uma coisa é nós termos um custo e uma oportunidade de geração de serviço ambiental numa área bastante vegetada ou intocada, e a outra, em relação às áreas que já temos ocupadas e que tenham relação de custo e de benefício completamente diferentes.

Dentro dessa agenda, há hoje toda uma preocupação do setor produtivo inclusive em relação à sustentabilidade da produção, ou seja, saber como estamos produzindo, se é sustentável, principalmente numa questão de mudança de climas, onde novas pragas, novas doenças e novas... – por exemplo, a questão da ferrugem da soja – impactam fortemente a agricultura brasileira.

A questão da expansão, sempre presente, principalmente quando saem os índices de desmatamento, e a questão mais recente, agora, de adequação ambiental. E uma agenda de desafio para a pesquisa, que é o monitoramento e a valoração, a identificação, desses serviços ambientais. Toda essa agenda relacionada ao Código Florestal é a agenda das mudanças climáticas e da Política Nacional de Mudanças do Clima.

Próximo.

Nós, da Embrapa, já antevemos essa preocupação desde 2007, e isso é anterior – já tínhamos uma programação bastante expressiva; temos uma plataforma de mudanças do clima, que se inicia nas questões de diagnóstico e identificação.

Aí, Senador, já disse aqui em outra audiência da necessidade urgente que nós temos de o País ter base de informações sobre os recursos naturais em escalas compatíveis com a tomada de decisão, por exemplo, que agora o Código Florestal exige em relação ao pagamento dos serviços ambientais. Estamos muito atrasados nisso. O Brasil só tem escalas, ou do País todo... E o Dr. Gerd citou, por exemplo, essa dificuldade de quantificar isso claramente, para que os senhores pudessem tomar uma decisão com base em fatos e dados reais, de que não dispomos. São apenas estimativas com incertezas bastante grandes. Vão para uma agenda de prognósticos, ou seja, o que vai mudar na configuração da agropecuária brasileira, e tem cenários bastante preocupantes, por exemplo em relação à cafeicultura, de que provavelmente se vai estar falando agora à tarde. E todas as questões que estão aqui nessa relação... Por exemplo, sobre quanto sequestramos em uma APP, em uma reserva legal de carbono. Quanto isso significa, como essa vegetação interfere no recurso hídrico e quanto isso pode ser um bem ou um ativo para esses agricultores que produzem.

E, na segunda parte, aqui, toda a agenda de adaptação nessas novas questões relativas à mudança do clima e uma oportunidade para os vários segmentos da agropecuária de uma economia verde, ou seja, uma agricultura descarbonizada ou cada vez mais descarbonizada.

Próximo, por favor.

Então, veja, nessa agenda, que a agricultura influencia, é influenciada e é oportunidade. Eu vou só

olhar o lado positivo, aqui, da mitigação, chamando a atenção, dentro desse processo, associado à APP e à reserva legal, para a questão do sequestro, a questão do plantio direto, ou seja, intensificação de uso, as emissões evitadas; ou seja, quanto evitamos ao colocar a reserva legal, ao manter a APP, as unidades de conservação na interface dessas propriedades, isto é, nas bordas das unidades de conservação. E também a questão da bioenergia.

São todos serviços que a agropecuária brasileira pode prestar e que, dentro dessa agenda de pagamento de serviços ambientais, devem ser discutidos. A questão do reflorestamento, não apenas com as nativas, a questão da produtividade agrícola, toda uma agenda nova que se abre de sistemas de produção mais biológicos.

E a questão principal também, que afeta extremamente nossos agricultores, a questão da logística e a eficiência energética. Ou seja, já estamos com a agenda para a avaliação do ciclo de vida, o quanto se gasta de energia para produção – são agendas já presentes – e também a questão da pegada hídrica que tem uma relação muito forte com a questão da reserva legal e da APP.

Próximo.

E aí estão os nossos desafios na área de ciência e tecnologia. Primeiro, como já comentei, a caracterização desses recursos naturais, ou seja, temos de ter escala para poder, por exemplo, com alguns inventários, estimar, dentro das diversas fitofisionomias vegetais, de florestas, quais são os estoques e os ativos de carbono que temos associados nesse processo de recomposição de APP e reserva legal ou a própria manutenção disso.

E aí, em relação também a essa agenda, não apenas uma agenda já institucionalizada quanto ao Código Florestal, mas com a perspectiva de que isso entre em mecanismo de redução de emissões. Então, a questão da avaliação de ciclo de vida, ou seja, quanto estamos emitindo ou deixando de emitir; e o caso etanol brasileiro, cana-de-açúcar, é típico, deveria entrar nessa agenda.

E, mais recentemente, toda a questão da pegada hídrica, ou seja, como nós produzimos, qual é a quantidade de água usada na produção e qual é o efeito principal em relação à diluição dos insumos que temos na produção agrícola.

Os indicadores, então, dessa sustentabilidade para apoiar programas governamentais. Essa agenda já está em curso na Embrapa. Temos ações com sistema de produção de grãos, com pecuária, com florestas energéticas e com cana-de-açúcar.

Próximo.

Aqui, é um exemplo para os senhores, de como se implementa uma ação dessas. O programa de agricultura de baixo carbono nasceu, então, dessa demanda, dos compromissos assumidos pelo Governo em relação às mudanças do clima, uma agenda que foi discutida e consolidada ainda quando o Ministro Stephanes estava no Ministério da Agricultura. Resultou, então, no programa de agricultura de baixo carbono, que está atacando exatamente, tentando reverter ou acentuar essa tendência de eficiência, de áreas na pecuária servindo para outras atividades e também aumentando a nossa produtividade. Esse é o custo associado, um estudo feito pelo Banco Mundial para que se pudesse recompor todo o passivo do atual Código Florestal, como disse o Dr. Gerd. Seria um investimento da ordem de US$157 bilhões.

Próximo.

A outra agenda associada é uma mudança do modelo de produção agrícola. Como nós vamos, então,... É uma agricultura que, além de produzir e ganhar produtividade, também presta serviços ambientais.

Então, inicialmente, como o programa ABC, por exemplo, aumento da eficiência de práticas convencionais, e tem vários exemplos do que podemos fazer na agricultura. A questão dos insumos, que é uma agenda já de médio prazo, em especial insumos como fertilizantes, novos inseticidas, fungicidas, herbicidas, e aí nós temos um capital a ser utilizado, tanto pelo ponto de vista da competência da nossa ciência e tecnologia, vamos dizer assim, na agropecuária brasileira, como também da nossa biodiversidade. Ou seja, esse é um ativo que nós temos de usar rapidamente e é um vetor de desenvolvimento econômico. E, como uma agenda mais de futuro, que é o redesenho desses agroecossistemas, aí entra a questão fundamental que se relaciona também à questão de APP e reserva legal, que é o ordenamento territorial. Ou seja, nos diversos agroecossistemas, quais são de fato as demandas que temos de serviços ambientais? Uma agenda para Governo Federal e governo dos Estados, que merecem atenção, programas e áreas prioritárias para pagamento de serviços ambientais. E existem instrumentos para isso, como, por exemplo, os zoneamentos.

Próximo, por favor.

Também têm sido um instrumento técnico, pouco utilizado no Brasil, que já foram uma agenda bastante importante na Amazônia brasileira, que são os zoneamentos ecológico-econômicos associados às questões do zoneamento agrícola. Ou seja, política agrícola e política ambiental harmonizadas. E tecnologias, informações e competências para isso já existem. Dou exemplo aqui de duas questões que foram o zoneamento do dendê e o zoneamento da cana, onde

a questão da atividade agrícola foi cotejada com as questões ambientais.

Próximo.

Então, o que estamos resumindo: serviços ambientais da agropecuária. Estamos dizendo que, se os agricultores brasileiros hoje, além de terem de produzir mais, degradar menos e a preços competitivos, ainda estão preservando a APP e a reserva legal, têm de ter, com certeza, um crédito adicional em relação à forma como atuam hoje. São praticamente guardiões dos nossos recursos naturais lá na ponta. Essa é a ideia que queremos passar para vocês.

Próximo.

E o modelo que teremos de ajustar, ou seja, todos os serviços que uma sociedade rural pode prestar à sociedade, além de produzir alimentos, fibras e energia. Aqui, só para ilustrar, os diversos serviços e ecossistemas que as vegetações naturais prestam dentro de uma propriedade rural e que implicam claramente uma necessidade também de planejamento dentro do imóvel rural. Ou seja, buscando sustentabilidade da produção e produtividade a longo prazo, temos de repensar o nosso modelo de produção agropecuária.

Próximo.

E como vamos fazer isso? Como incentivar isso?

Nós temos, de fato, que identificar esses agricultores, aliando isso às questões de regras e mercados, ou seja, dos custos e oportunidades associadas a essa agenda de recomposição e pagamento de serviços ambientais por APP e reserva legal.

Próximo.

Na Embrapa, meio ambiente. Nós estamos trabalhando há algum tempo com isso e já desenvolvemos metodologias de avaliação para impactos em serviços ambientais, ecológicos, sociais, de conhecimento, e aí temos várias ferramentas já em uso, já validadas, dentro do sistema Embrapa.

Próximo.

Chamo a atenção para que não se fixe apenas na questão da presença ou não de vegetação nativa e, sim, da ecologia de paisagem, qualidade ambiental, ou seja, como isso está na paisagem, como isso interfere na atmosfera, na água e no solo, nos valores socioculturais, nos valores econômicos, gestão e administração.

Próximo, por favor.

E nós aplicamos isso em várias situações, em especial nas áreas de expansão da agroenergia, e o que nos chama a atenção: gestão e administração é o fator que chama a atenção no desempenho dos estabelecimentos agrícolas; ou seja, aqueles estabelecimentos agrícolas que têm um processo de gestão e administração da sua produção são aqueles que mais preservam os seus recursos naturais.

Então, o caminho aqui é nessa direção.

Próximo.

Aplicamos essa metodologia dentro de um projeto muito parecido, desenvolvido pelo nosso país vizinho, Uruguai, no projeto de produção responsável, isso desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, com apoio da nossa equipe da Embrapa/meio ambiente e, numa escala nacional, de preservação e conservação da biodiversidade dentro da propriedade rural. Isso já está em execução, conta com o financiamento do Banco Mundial e está numa fase de monitoramento, ou seja, como monitorar todo um processo de pagamento por serviços ambientais, APPs e reserva legal numa dimensão continental como é o nosso País.

Próximo.

Então, essa metodologia está pronta, senhores, já à disposição e validada numa escala de país.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, uma breve pergunta ao Dr. Celso pela riqueza do depoimento dele. Do ponto de vista objetivo, Embrapa chegou a analisar o texto. Que tipo de redação, que tipo de parágrafo, que tipo de inciso nós poderíamos intervir aqui na Comissão de modo que pudéssemos tornar o Código acolhedor a tantas e importantes e relevantes iniciativas?

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Eu diria que vários de nossos pesquisadores, com certeza, acompanham de forma atenta essa questão, mas a posição da Embrapa sempre é a de fornecer tecnologia, soluções, informações, porque esse processo de discussão é desta Casa, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Educadamente, está dizendo que não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em outras palavras, ele está dizendo o seguinte: "Eu posso até mostrar os caminhos. Agora, V. Exª produza a emenda".

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu digo isso porque, na verdade, os senhores são detentores de um conhecimento técnico e científico muito importante. E essa experiência dos senhores seria de fundamental importância, porque esse é o caminho que estamos tentando construir aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia; ou seja, nos falta às vezes o conhecimento específico, a *expertise* específica para que possamos botar o guizo no pescoço do gato. Com esse apoio, com esse suporte, nosso tra-

balho fica facilitado, e nós estaremos aperfeiçoando o Código, que é o interesse desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não resta a menor dúvida. Creio que nossa Comissão, e cada um dos Senadores, terá oportunidade de, juntamente com a Embrapa, buscar assessoramento e apoiamento para elaboração das diversas emendas.

Voltando à parte da apresentação, passo a palavra à Drª Maria Christina Motta Gueorguiev, advogada do escritório Pinheiro Neto, especialista em contencioso e consultivo ambiental e mercado de carbono.

Com a palavra a Drª Maria Christina.

A SRª MARIA CHRISTINA MOTTA GUEORGUIEV – Bom dia a todos.

Primeiro, queria agradecer o convite da Comissão e também agradecer a todos que estão aqui presentes, para tentarmos evoluir nas discussões sobre o Código Florestal. A minha ideia aqui, o que eu preparei, vai bastante na linha do Celso, que é trazer para o debate e enriquecer a discussão do Código Florestal também considerando outros projetos de lei que estão em tramitação com relação a serviços ambientais, e também com relação ao REDD e mudanças do clima, para que possamos fazer, na verdade, a interface e a comunicação entre essas várias proposições.

Próximo.

Acho que a discussão que hoje se coloca e se tem colocado há bastante tempo é o equilíbrio que podemos alcançar por meio dos pressupostos de segurança alimentar e conservação ambiental. Temos historicamente, também sob o ponto de vista jurídico, a ênfase no Código Florestal em relação à área de preservação permanente e reserva legal.

Qual foi o resultado disso, sob o ponto de vista jurídico e também sob o ponto de vista histórico? É uma restrição que impõe, na verdade, algumas amarras ao direito de propriedade e leva também à internalização dos custos ambientais, o que foi uma opção política na época, para que fosse feita, mas é algo que acaba sendo um ônus bastante pesado. E, aí, a opção depois de complementação em relação às áreas verdes tem sido operacionalizada por meio de unidades de conservação, que acaba impondo também um custo social e acaba impondo também um custo ao Governo.

Diante desse cenário é que a gente vem aqui também trazer a discussão também dos serviços ambientais, ou seja, a gente passa a não só mais discutir uma política de comando em controle, em que você vá buscar fixar metas e penalizar quem não as cumpre, mas também a gente procura aqui discutir uma agenda positiva para que se consiga incrementar, na verdade, o percentual de áreas verdes que há no País, principalmente considerando a interação com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Próximo.

A meta que temos hoje no nosso Programa de Mudança do Clima é uma meta razoavelmente audaciosa. Estamos fazendo uma redução, uma projeção até 2020, de 36 a 39% das emissões previstas até essa época, e pensar que isso vá ser feito pelo setor industrial não é possível porque a maior parte das emissões vêm realmente por atividades que sejam de alteração com o uso da terra e estão relacionadas ao desmatamento.

Próximo, por favor.

Daí a importância da gente discutir hoje o Código Florestal, mas já trazendo também a questão dos serviços ambientais para o texto do Código Florestal, por quê? Porque vai haver a necessidade de comunicação entre toda essa agenda ambiental florestal com relação à redução das emissões de gás de efeito estufa.

Aqui, a proposta que a gente tem em mente sob o ponto de vista jurídico – depois precisa do apoio científico – é a seguinte: É preciso trabalhar, aqui no País, por um meio de complementação das regiões. Ou seja, a gente tem, hoje, nas regiões Sudeste e Sul, um cenário em que vão acontecer reduções relacionadas às atividades industriais. Mas há, por outro lado, na região Norte, em outras áreas que tenham grande parte de vegetação preservada ou em processo de desmatamento, a necessidade de recursos para conseguir cumprir suas metas de proteção e preservação florestal.

Então, o que nos parece razoável, entre os vários instrumentos que possam ser discutidos? A gente ter uma proposta em que se compensem as emissões do setor industrial com a conservação do setor florestal. Se a gente fizer uma comparação, o sistema europeu também já desenvolveu algo parecido. Só que no sistema europeu a diferença é que tudo estava muito voltado para as questões energéticas e a questão da própria indústria, ou seja, como aumentar a eficiência dos mecanismos de controle de emissão da própria indústria.

A ideia, aqui, é desenvolver uma proposta em que se consiga, na verdade, fixar alguns percentuais de redução *in loco* na região Sudeste, na própria indústria, com relação à emissão de gases de efeito estufa; e se possa criar, por uma norma do Governo, percentuais obrigatórios de compra de créditos de carbono de outras regiões do País que precisem de incentivos exatamente para essas atividades de reflorestamento, ou para evitar o desmatamento.

Se a gente pensar em trabalhar numa proposta em que haja fixação desses percentuais por meio de lei, a partir disso se torna uma obrigação; e em se

tornando uma obrigação, será preciso desenvolver os mecanismos para que isso seja alcançado.

Já entrando um pouco mais a fundo nessa questão envolvendo o próprio Redd, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, a gente percebe, hoje em dia, que grande parte dos custos que estão envolvidos num projeto que venha a reduzir a emissão de carbono está atrelada ao início do projeto. Ou seja, é a fase inicial de georreferenciamento, em que se fará todo um levantamento florestal da área. E muitas vezes o produtor rural que tem uma área verde, ou aquele que possui uma área ainda com vegetação, não tem todos os recursos financeiros.

Então, aqui a proposta é: quais serão os instrumentos econômicos com os quais a gente consegue efetivamente viabilizar uma política de proteção florestal? É trabalhar numa tributação reduzida, no início, quando do desenvolvimento desses projetos. E depois, no momento em que já se tem os compradores desses créditos de carbono e já houve avanço nesse projeto – é algo que acontece em alguns países fora; um país em que isso acontece é a China – um percentual desses créditos de carbono acaba indo para o Governo. Ou seja, alivia-se o desenvolvimento de um projeto de carbono na fase inicial, que é a mais complicada, e depois se cria esse benefício ao final para o Governo, a fim de que depois ele possa aplicar esses benefícios em políticas de conservação florestal.

A ideia aqui, basicamente, é que a gente consiga fazer a comunicação entre os vários setores, florestal, agrícola e industrial, para que se criem instrumentos de pagamento de serviços ambientais – isso aqui nada mais é do que pagamento por serviço ambiental – em que se consiga desenvolver algo no plano nacional e depois, por meio de inventários e estudos, em planos, em programas regionais.

Próximo.

Como exemplo, a gente tem aqui o projeto de redução de emissões de desmatamento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma. Foi um projeto piloto feito no Amazonas e implementado em uma reserva de desenvolvimento sustentável em que estão sendo gerados créditos de carbono. E a estimativa é de que até 2050 se consiga gerar 189 milhões de toneladas de créditos de carbono. Ou seja, aqui a gente está falando em um exemplo que foi absolutamente de mercado voluntário. Ainda não havia uma normatização efetiva e foi um caso em que se consegue ver como o pagamento de serviços ambientais é viável, apesar de haver uma série de ajustes que precisam ser feitos a esse projeto, por ser um projeto piloto.

Próximo.

Saindo um pouco da questão do carbono propriamente dito, a única forma de fazer serviços ambientais não diz respeito só aos créditos de carbono. Como aqui foi dito, tem-se uma série de benefícios ambientais que poderão gerar desde a manutenção da floresta em pé até em sentido contrário, ou seja, como a preservação de recursos hídricos, o incremento de qualidade de área e a biodiversidade podem levar também a uma viabilização da conservação florestal.

Aqui, novamente, como se pensa em viabilizar o pagamento dos serviços ambientais? A gente tem uma série de mecanismos que são tributários e de financiamento. Quando a gente está conversando sobre Código Florestal, em que uma das principais questões é o uso da terra, a exploração agropecuária, há que se trabalhar também nesse conceito de tributação e financiamento atrelado ao coeficiente de aproveitamento produtivo. Ou seja, produção em cima de hectares.

A partir do momento em que se produz mais, como o Celso apresentou na palestra dele, você tem uma produção maior, consegue fazer isso numa área mais reduzida e na verdade premia quem faz isso. E o que é mais interessante, você libera outras áreas também. E essas outras são áreas que podem desenvolver outros tipos de serviços ambientais que venham a ser remunerados.

Também aqui há um financiamento diferenciado para entes públicos e privados com relação a essa implementação de políticas conservacionistas Ou seja, quando a gente pensa em unidade de conservação, existe um regime jurídico que é diferente para reger as unidades de conservação. E também pensemos nesses financiamentos diferenciados para o setor privado.

Uma questão interessante é sobre o que aqui se discutiu muito: regularização florestal. Ou seja, a regularização de áreas de preservação permanente, de reserva legal. Aí, o cuidado que sempre se tem é de como se poderia premiar ou não alguém que está numa situação irregular e vai ser trazido para a regularidade? E o caminho que a gente, sob o ponto de vista jurídico, acha mais viável é desonerar mesmo a regularização florestal e ambiental.

É possível criar mecanismos com termos de ajustamento de conduta. Até há a proposta antiga do Código Florestal para que seja feita essa regularização florestal estabelecendo-se um prazo. A partir daí, uma vez que haja essa regularização se começa a trabalhar com um plus, com a questão dos serviços ambientais. Ou seja, uma vez que aquela propriedade tenha atingido um nível de regularidade, entra para a legalidade e a partir daí pode gozar de uma série de benefícios ambientais implementados por meio de políticas fiscais e também de financiamento.

Próximo.

Eu acho que a gente tem um exemplo interessante de desoneração e regularização mais financiamento diferenciado que cai na questão dos serviços ambientais, apesar de não ter relação direta com a questão agrícola ou florestal. Há alguns anos, um programa foi implementado e iniciado pela Cetesb, no Estado de São Paulo, que foi exatamente a conversão de lixões em aterros sanitários. Isso foi feito por meio de termo de ajustamento de conduta. Saiu-se de uma política de comando e controle, em que apenas seria penalizado o município pela situação que existia. Ou seja, você estabelece critérios. O Governo pode guiar, na verdade, essa migração dessa situação da irregularidade para a legalidade e depois disso, consegue-se atrelar, ainda, outros benefícios por meio de financiamento diferenciado, que foi o que acabou acontecendo.

Primeiro, houve uma fase inicial de substituição desses lixões por aterro e depois o Governo, alguns órgãos, na verdade alguns bancos, agências oficiais de financiamento desenvolveram financiamentos específicos que eram com taxas melhores, com prazos de maturação melhores, para os projetos que além de terem feito essa migração gerassem esses créditos de carbono.

Ou seja, consegue-se criar mecanismos que tragam para a regularização e depois ainda se criam esses incentivos econômicos em cima dos serviços ambientais. Aí, a gente tem "n" exemplos de como criar instrumentos para viabilizar a prestação de serviço ambiental.

Hoje em dia já existe ICMS ecológico em alguns estados. Já existe no Estado de Minas Gerais e no Estado do Paraná, onde 5% do ICMS são destinados para questões ambientais. No Estado do Paraná é destinado para os municípios que tenham áreas conservadas e o critério que eles utilizam hoje é quantidade de áreas conservadas. Aí, é muito importante a interação entre os cientistas e economistas, porque não necessariamente quantidade vai significar o maior e melhor ganho ambiental e o ganho que seja mais importante.

Como foi colocado aqui, hoje em dia se paga pouco para preservar áreas que não são efetivamente prioritárias. E ainda, esse mesmo programa paga para os municípios que exportam água.

Além do ICMS ecológico, existe também bolsa-floresta, um programa também bastante interessante que foi implementado. Ou seja, incentivam-se as comunidades que estejam em áreas de tensão ambiental a preservarem aquelas áreas. Dá-se uma alternativa econômica para todas elas. E tem também isenção fiscal para RPPN, que é um mecanismo que isenta do ITR os proprietários de reservas particulares do patrimônio natural.

Basicamente o que eu quero dizer aqui? Existem "n" instrumentos, sob o ponto de vista jurídico e tributário, para se conseguir financiar e implementar serviços ambientais. O que precisa ser feito, efetivamente, é trazer isso para um texto de lei, porque o que temos hoje são iniciativas esparsas em nível estadual. E temos iniciativas que são em mercado voluntário.

Quando se trabalha em mercado involuntário se tem muita incerteza sobre desde critérios de verificação e monitoramento até para conseguir uma padronização. Então, a ideia é se quiserem transformar serviços ambientais, parece ser uma saída ou uma agenda complementar positiva a agenda de comando e controle que existe. Precisa haver a previsão disso na legislação. Pode ser feita inicialmente por meio de normas programáticas, mas depois com o compromisso de serem estabelecidos mecanismos específicos. E também precisam ser feitos grupos de trabalho exatamente para se discutir essa interface entre quais benefícios são os ideais, quais são os mais apropriados e o que se pretende proteger efetivamente: quais áreas são prioritárias? Quais espécies são prioritárias? Tratamento diferenciado para o pequeno proprietário, para o maior proprietário; trabalho em cima de conceitos de coeficiente de produtividade.

Além dessa previsão legal em nível nacional, tem algo muito importante. Para a implementação de qualquer programa de pagamentos por serviços ambientais precisa existir recursos. E aí também existe uma cesta muito grande de possibilidade de recursos que são recursos de fundos. Hoje a gente tem fundos de mudanças do clima, fundo Amazônia, fundo relacionado a recursos hídricos. Existe, na verdade, a possibilidade de serem recebidas doações também, apesar de doação ser algo bastante complicado para ser atrelado a algo tão importante como pagamentos de serviços ambientais a um ato unilateral que não se sabe se vai ter continuidade ou não. E a importância também de não só se trabalhar em cima dessas previsões legais, mas existe depois todo um aparelhamento técnico que é necessário se fazer.

Para se implementar uma proposta séria como essa, em que se vá trazer numa escala nacional, numa escala maior a questão dos serviços ambientais, será necessária capacitação técnica, desenvolvimento de modelagens econômicas; vai ser necessário fazer essa medição de emissões, medição também relacionada à vegetação em si que será preservada.

Então, o recado que fica aqui, sob o ponto de vista jurídico, é de que tem vários projetos hoje em andamento. O Código Florestal é na verdade o docu-

mento, o guarda-chuva para o que vem depois, de regulamentação específica. E seria interessante, nessa versão do Código, trabalhar-se não só na política de comando e controle e também algumas compensações mais tímidas, mas já realmente haver a previsão legal, como já existe no PL, de implementação de serviços ambientais. E então se partir para uma discussão – que eu acho que é o fórum adequado – também entre os Senadores, os grupos técnicos sobre em que medida é interessante se avançar no detalhamento disso no Código Florestal, sob o risco de se atrasar a aprovação do projeto.

Mas existe sempre o contraponto. Quando se coloca uma previsão legal que não é só norma programática, aquela previsão vai ser implementada de forma mais eficaz. O que a gente vê hoje em vários projetos de lei e em projetos já aprovados que se transformaram em lei é a previsão de que vão existir incentivos e formas de fomento. E isso acabou não sendo regulamentado e se transformou numa letra morta.

A importância de se debater é de que agora é o momento de se debater a inclusão dos serviços ambientais e depois se aprofundar isso em agendas paralelas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação da Drª Maria Christina e de acordo com as nossas regras estabelecidas na comissão, passaremos agora ao debate entre os Srs. Senadores e os palestrantes, iniciando pelos autores dos requerimentos.

Eu, na qualidade de um desses autores, quero apenas fazer, em breves palavras, a seguinte colocação: creio que a síntese da apresentação que ouvimos, Srs. Senadores, é de que efetivamente os incentivos econômicos e financeiros são uma equação extremamente importante e moderna para a construção do que nós imaginamos ser um Código Florestal que prepare o Brasil para futuras gerações.

Essa combinação entre agricultura, o país do agronegócio, o país da pecuária, o país agrícola e a questão ambiental é, sem nenhuma dúvida, uma equação que não é antagônica; muito pelo contrário, ela se soma. E diante dessa conclusão das apresentações, eu gostaria de fazer apenas quatro perguntas bem objetivas, para quando os senhores palestrantes forem fazer suas considerações finais nós podermos ouvir as suas posições.

Quais as contribuições e os benefícios de uma política de pagamento por incentivos ambientais para a atual discussão? Que mecanismos temos disponíveis, atualmente, para a instituição de uma política nacional de pagamento por serviços ambientais? O PLC 30 deve estabelecer diretamente esses mecanismos, ou prever a criação de uma política, um capítulo de pagamento por serviços ambientais, por exemplo? Quanto aos instrumentos relativos ao controle de emissão de carbono e seus mecanismos específicos, como podemos incentivar o mercado brasileiro de redução de emissões? Ou seja, para mim fica claro que estamos diante de dois mecanismos para os incentivos econômicos e financeiros: um é o mecanismo de mercado, e bastaria o Código Florestal regular esta matéria e nós a colocaríamos para que o mercado pudesse funcionar livremente nas compensações. A segunda vertente são exatamente os incentivos que poderíamos usar seja pelos mecanismos de financiamento para a agricultura, onde poderíamos reconhecer a importância da agricultura de baixo carbono e estabelecer para esta agricultura juros, crédito e prazos de pagamento diferenciados, seja para aqueles agricultores que cumprem a reserva legal e APP para que eles possam ter um bônus para os seus financiamentos agrícolas, seja também para que possamos, por meio de um fundo, financiar, até mesmo com fundo perdido, os pequeno e micro produtores de quatro módulos fiscais, aqui aproveitando a proposta do Dr. Gerd, Relator Luiz Henrique, que propôs que a questão da anistia seja meio módulo fiscal e os outros 3,5 ao invés de termos uma anistia, que criássemos os mecanismos para que pudessem fazer uma recomposição sem que isso significassse um ônus para esse pequeno ou micro agricultor e, sim, um ganho de produtividade e de renda por hectare a partir daí.

Essas seriam as nossas colocações.

Passo a palavra ao nosso Senador Walter Pinheiro, um dos autores do requerimento e, logo a seguir, ao Senador Luiz Henrique, ao Senador Rodrigo Rollemberg e, finalmente, ao Senador Waldemir Moka.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, de antemão, quero dizer a V. Exª que essa loucura de confluência de tudo ao mesmo tempo e agora... Eu até fui provocado para assumir a Presidência de uma audiência pública em substituição ao meu colega, Senador Humberto Costa. Sinceramente, não há nenhuma eficácia nisso, o que me faz ficar irritado. E isso me prejudica bastante.

Assim, vou fazer uma breve intervenção e vou ter que me retirar para essa questão.

Quero começar falando sobre essa boa proposta e fazendo um paralelo com o que colocou o meu companheiro Ricardo Ferraço. A proposição que o Sr. Gerd nos trouxe é interessante até para identificarmos uma realidade que existe no Brasil. Não sei se teríamos condições de aportar no Código Florestal, mas, a partir dele, de abrir o caminho para regulamentarmos em outros dispositivos legais em curso ou em outros que

poderíamos criar, envolvendo essa área de pasto, de fundo de pasto, que é uma das áreas que vimos discutindo há muito tempo no Brasil e que termina tendo um trato muito mais da liberação para o assentamento, ou seja, para o uso da terra, para alocar essas pessoas remanejadas, com problemas ou sem acesso à terra, do que efetivamente para compor uma estrutura de manejo que pudesse fazer essa compatibilização que o senhor propõe, qual seja: aproveitar a área, fazer a recuperação, ganhar unidade de produção e, ao mesmo tempo, responder com iniciativas a um processo de preservação de área. Isso é uma das coisas que achei interessante, porque dialoga também com um dos erros produzido por nós nas áreas de assentamento, ou seja, a área que é reservada à preservação é efetivamente abandonada. Fica com uma área "quase intocável", meu caro Moka, onde não se toca absolutamente nada do ponto de vista de continuidade para que aquela área possa se configurar como uma boa área de compensação ambiental.

Se aquilo conseguir sobreviver sozinho, Deus nos ajude. Senão, não terá nenhuma participação do assentado do ponto de vista da continuidade daquela área como área de compensação para o ambiente.

Então, é importante e eu sugeriria o aproveitamento do seu conceito em estudo a fim de que pudéssemos levá-lo para essa área prática. Como forma de financiamento, teríamos os recursos do Pronaf, a própria questão do Bolsa Verde, que acabou de ser aprovado na Casa, as linhas de financiamento para um processo de participação da Embrapa no que diz respeito ao desenvolvimento de novas culturas. E gostaria de tocar nesse aspecto porque ela entra exatamente nesse confronto que foi levantado pelo senhor aqui, ou seja, área de produção x área de preservação. Ou a utilização – como falou muito bem – ao que seria essa relação com o gado e o valor nutricional desse espaço.

Também achei muito interessante quando o senhor fala desse novo processo de rodízio, que é como poderia ser chamado o uso do espaço e o manejo. E isso importante porque a nossa capacidade de recuperação é tímida. Então, é muito mais fácil recuperar uma área menor do que toda a extensão. Sendo assim, esse manejo dar-se-á sempre de forma alternativa. Acrescer essa questão do manejo do gado com o processo de escolha de vegetação, penso que é uma das parcelas que podemos colocar no Código como pista para um desdobramento posterior.

A segunda questão é exatamente em relação ao fornecimento da pastagem levantada ali com o foco trabalhado na sua proposta, que é exatamente o fornecimento da terra para a agricultura da produção com a questão do passivo ambiental. Como vamos amarrar isto? Esta é uma questão importante. Pois aí podemos colocar condicionantes, visto que, volto a insistir, ainda temos erros no processo de disponibilização de terras nessa estrutura de assentamento e reforma agrária existente no Brasil. Portanto, se o foco é esse e vimos o que temos de área no Brasil, é fundamental que peguemos isso e condicionemos, não há nenhum problema, pois isso vai amarrado do ponto de vista da questão da lavoura, da pecuária e, principalmente, esse caminho para a questão da floresta, porque assim tratamos esse Código na área da preservação, mas com a economia da floresta. Essa é que a vertente fundamental, até para ter sustentabilidade.

Toda preservação... Estamos discutindo aqui como se arranca os recursos para a preservação. Mas se não tivermos um olhar para a economia da floresta, não vamos para lugar nenhum. Volto a insistir, fica aquele canto parado e, em volta, tudo se processando e nós aguardando que Deus mande chuva, derrame suas bênçãos, que a terra continue verde. Mas se por acaso ocorrer algum fator climático ou qualquer outra coisa da natureza que altere aquela condição, um abraço, pois não temos um centavo para promover a recuperação.

Agora, por exemplo, estão havendo queimadas na Chapada. E aí? Fazemos o quê? Não recebemos dinheiro da economia dessa floresta para comprar sequer um equipamento para promover a preservação das áreas em períodos como esses.

Por último, quero levantar a questão do ganho de produtividade e do crédito x preservação. Esses são outros aspectos que penso que podemos apontar a partir do Código. E achei interessante essa questão da desoneração da regulação. Porque temos a possibilidade efetiva de trabalhar prêmio x regulação e serviços ambientais, fixando parâmetros e prazos para esses serviços.

A senhora deu o exemplo dos lixões. O que se discutiu a vida inteira? Deixe-me dar um exemplo claro no caso da Bahia. Houve uma época que se pegou 20 áreas, queriam chamá-las de aterros, e se investiu não sei quantos milhões. Todas elas viraram lixões, nenhuma é aterro hoje, nenhuma. Portanto, o processo de utilização desses aterros, na minha opinião, tem que caminhar para uma saída econômica. Para se fazer o processo, e aproveitando até a legislação atual de manejo de resíduos... Para se fazer um aterro... Em pequenas cidades, a produção de lixo é baixa. Quanto mais pobre, menos lixo. Então, quero explorar a economia, melhorando essa condição, transformando o lixão em aterro, resolvendo o problema daquela área do ponto de vista ambiental, os mananciais principalmente, para onde vai o chorume, como isso contamina o subsolo, mas preciso ter a manutenção disso. Portanto, temos

duas alternativas. E acho que não tem que estar no Código Florestal, mas podemos colocar em outra legislação ou a partir da regulação.

Por exemplo: a atividade de geração de energia dessas áreas e a chamada economia do lixo que não é lixo, ou seja, o processo de aproveitamento do lixo. E só se faz isso quando se consolida aterros com esse conceito de recuperação ambiental. Assim, é fundamental que insira essa questão tanto para a área da atividade do processamento da terra, seja lavoura, pecuária, enfim, quanto também para a questão dos resíduos sólidos. Então, fazer essa compatibilização entre prêmio x regulação, colocando também uma série de obrigações e condicionantes que caminhem para esse procedimento.

Uma coisa que esqueci, Sr. Presidente, para encerrar. Quando o representante da Embrapa fala em como vamos tratar isso no campo, a minha preocupação é no sentido de como vamos trabalhar a orientação, a capacitação, o acompanhamento dessas políticas, o que é fundamental, pois a Embrapa orienta, faz, mas como o agricultor vai tocar dali para frente? Portanto, preciso orientá-lo, formá-lo e preciso ter um processo de nova cultura para essa interação, inclusive com a sociedade, ou seja, envolver outros atores que não estão envolvidos diretamente naquilo, mas que podem conceber essa troca como sendo importante.

Basta pegar os velhos exemplos. Lembro no Vale do Santo Onofre, no oeste da Bahia, quando vários agricultores me diziam que tinham sido acostumados pelos pais a descer até a beira do rio, botar em baixo a madeira e plantar na beira do rio. Agora, estão ensinando aos seus filhos ao contrário, ou seja, tentando ver o que preservam e o que utilizam nessa margem.

Nesse processo precisaríamos ter um nível de compensação não só via crédito, mas também via política. Chega o crédito para o agricultor fazer isso, por exemplo, Bolsa Verde, Pronaf ou qualquer outro, mas se ele não tiver esse conjunto de ações orientadoras, dificilmente se estabelece. Ele verá o crédito como um mero financiamento e não vai fazer a combinação com a chamada economia da floresta. E esse nosso desejo de que essa economia se processe e consigamos fazer a preservação não vai acontecer.

Era isso o que tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Luiz Henrique, agradecendo, obviamente, a participação do Senador Walter Pinheiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de salientar aos nossos ilustres visitantes que a pouca presença de Senadores nesta Comissão não reflete nem desídia nem baixo interesse pela matéria, já que esta matéria é a mais importante que tramita aqui no Senado. É que temos uma louca agenda plena de simultaneidades. Neste mesmo momento, não estou podendo comparecer nem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nem na Comissão de Assuntos Econômicos, onde matérias relevantes estão sendo discutidas. Evidentemente que não fosse eu o Relator da matéria, poderia estar ou na Comissão de Assuntos Econômicos ou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aliás, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, precisamos refletir sobre o calendário desta Casa. Há uma proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti, que considero da maior pertinência, no sentido de que, alternativamente, uma semana seja reservada integralmente para as Comissões e outra integralmente para o plenário, podendo ainda as Comissões avançarem na semana do plenário, já que se sabe que não há uma intensividade tão grande dos trabalhos de plenário. Ou seja, uma proposta em que 70% do calendário desta Casa seja consagrado ao trabalho das Comissões.

Então, por isso, Srs. expositores, não pensem que está havendo desídia dos demais colegas, todos estão em alguma Comissão, tendo em vista esse calendário louco que temos aqui nesta Casa.

Quero salientar que foram muitas oportunas essas exposições. E pediria a V. Exª, se possível, que nos disponibilizassem os *pen drives* para que possamos fazer um exame mais acurado, até porque, por essa simultaneidade, tive que me deslocar a uma das Comissões...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Luiz Henrique, apenas para informar a V. Exª e também aos demais Senadores que na página da Comissão do nosso *site* do Senado amanhã já estará disponibilizado por meio eletrônico todas as audiências do dia de hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ótimo. Inclusive, a parte verbal?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Toda a audiência.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Isso é muito importante.

Eu queria dizer aos ilustres expositores e aos Senadores que estão nos ouvindo que a política ambiental sustentada mais fortemente no comando de controle aprovou a sua inexequibilidade, tanto assim que o Presidente Lula e agora mais recentemente a Presidente Dilma tiveram que prorrogar sanções previstas em lei.

Nós, o Senador Jorge Viana e eu, estivemos trabalhando exatamente dentro dessa realidade para mudar o eixo da política ambiental brasileira no sentido

de que, além do comando de controle, que é absolutamente indispensável, se tenha um elenco de políticas de crédito e incentivo que viabilizem não apenas a recuperação, a compensação, mas também a manutenção do acervo florestal brasileiro. Nós temos a clara convicção de que preservação e produção – até porque começam com a mesma letra – são como irmãs siamesas, mais que xifópagas, isquiópagas. Por quê? Porque são como um só corpo, são interdependentes. É claro que se pode até produzir sem terra – a ciência já avançou em processos como o da hidroponia, em que se pode produzir sem terra –, mas não se pode produzir sem água, e a floresta é a grande fonte supridora de água para a agricultura. Por isso, nós estamos trabalhando fortemente, e esse trabalho começa mais intensamente agora, a partir do exame de mérito nesta comissão, no sentido de, através deste código, propiciar ao País mecanismos de conservação que transformem a floresta num ativo econômico.

Foi mencionada aqui, pela ilustre Drª Maria Christina, a questão do ICMS Ecológico. Eu queria colocar essa questão do ICMS Ecológico no contexto geral da política tributária nacional.

Nós temos hoje uma carga fiscal que se vai aproximando de 40% do PIB. É a mais elevada dentre os países emergentes, a do Brasil é a mais elevada entre os países emergentes. E criou-se, no imaginário da sociedade brasileira, um repúdio a qualquer nova elevação ou nova criação de impostos – vejam V. Exªs a dificuldade que o Governo está tendo para criar um mecanismo que substitua a CPMF no financiamento da Saúde.

Toda pesquisa no País hoje – pode ser feita em qualquer lugar do País –, pesquisa qualitativa, vai dizer que pelo menos 50% da população entendem que a maior prioridade a ser atendida pelos governantes, sejam os atuais ou os próximos, diz respeito ao financiamento da Saúde, à operacionalidade da Saúde, à eficiência do sistema de Saúde. No entanto, o Governo não está tendo condições, apesar da fantástica base de sustentação que tem a Presidenta Dilma, de fazer tramitar a ideia de recriação da CPMF, ainda que este seja o melhor tributo que já foi concebido pelos juristas nacionais. Por quê? Porque ele é universal, todo mundo paga; ele é insonegável; ele é uma contribuição massiva da sociedade. Todavia, sem trocá-lo por outro mecanismo, não se vai conseguir reinstituí-lo.

Na condição de Governador, eu lancei a proposta do ICMS Ecológico – apanhei até da lavadeira lá de casa! Ninguém mais suporta... Hoje nós temos ICMS incidindo sobre a energia, e os Estados, que já estão depauperados, porque ficam com apenas 22% do bolo tributário nacional, estão sendo pressionados para reduzir o ICMS sobre a energia, porque isso está se constituindo num insumo insuportável para a competitividade da indústria nacional. Então, o ICMS Ecológico é uma ideia que só vai triunfar dentro do esboço de uma nova reforma tributária, em que se reduza a carga e se substitua essa imposição por outra já existente. É nessa direção que vamos cuidar de nos manter.

Vou receber as emendas hoje. Evidentemente que essa não é uma concertação isolada do Senado. No que diz respeito à criação de uma política de créditos e incentivos, nós temos, primeiro, de conversar com o Governo e, no Governo, temos de conversar com o setor fazendário, com os ministérios que integram a área econômica do Governo. Nós vamos estabelecer esse diálogo para ver até onde podemos avançar: ou estabelecer um prazo para que o Governo institua um programa nesse sentido ou já constituir, dentro até de emendas que, dentre outros, o Senador Eduardo Braga já apresentou, no próprio texto do código, condições de implantação. O que quero dizer é que nós vamos trabalhar fortemente no sentido de criar uma política de desenvolvimento efetivo para o País.

Evidentemente que temos de contemplar, na elaboração dessa lei, todos os cenários. Por exemplo, nós sabemos que, se nós desviarmos a pecuária extensiva, de pasto, para a pecuária confinada, vamos ter um alto ganho de produtividade, mas nós sabemos também que isso tem de ser feito progressivamente, porque o custo do confinamento é muito maior e, aí, há um outro componente, que é o consumidor lá no supermercado, que não quer pagar uma carne mais cara. Então, não se trata apenas de elaborar um código ambiental, nós temos de elaborar um código de desenvolvimento nacional, de políticas nacionais que visem, como toda política deve visar, primeiramente o homem. O homem não sobrevive sem a floresta, mas também não sobrevive sem a produção agrícola, sem produtos baratos em sua prateleira. Então, vamos levar todo esse cenário em consideração.

Parabéns!

Nós vamos receber todo o material objeto das palestras aqui feitas, vamos analisá-lo com todo cuidado para que façamos uma lei que sirva para o desenvolvimento do Brasil, que preserve os nossos mananciais e garanta, paralelamente, a missão nacional de suprir o mundo de alimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Senador Luiz Henrique.

Antes de passar a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, eu gostaria de registrar a presença aqui conosco do Pastor Samuel Câmara, Presidente da Assembleia de Deus no Estado do Pará e Presidente

de Honra do Conselho das Assembleias de Deus no Estado do Amazonas. Muito obrigado por sua presença, Pastor Samuel Câmara.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente Senador Eduardo, preciso me ausentar para atender um compromisso na Comissão de Justiça. Peço desculpas a V. Exª e aos expositores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Registro a justificativa de V. Exª e passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg. Posteriormente falarão os Senadores Waldemir Moka e Jorge Viana, nosso relator na Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar os convidados desta comissão: Dr. Celso Manzatto, Chefe da Embrapa Meio Ambiente; Drª Maria Christina, advogada da Pinheiro Neto; Sr. Gerd Sparovek, Professor da USP e da Esalq. Cumprimento também os prezados relatores, Senador Luiz Henrique, Senador Jorge Viana, Senador Waldemir Moka.

Minha intervenção vai ser rápida, Sr. Presidente.

Primeiro quero cumprimentá-lo, mais uma vez, pela iniciativa de tentar colocar luz nesse debate, ouvindo a comunidade científica, que traz informações importantes. Cabe a nós, legisladores, transformar essas informações em preceitos legais que, pelo menos, apontem para a sustentabilidade da nossa agricultura.

Quero registrar que, cada vez mais, estou convencido quanto a um ponto em relação a este debate. Eu tenho me referido muito aos subprodutos que o debate do Código Florestal deve trazer para a sustentabilidade da produção agrícola e pecuária brasileira. Estou muito convencido de que um dos grandes desafios que temos nos próximos anos no Brasil é o aumento da produtividade da nossa pecuária.

O Brasil aumentou muito sua produtividade na agricultura, e os dados apresentados aqui, que dão conta de um aumento da área plantada de 45,6% para um aumento da produção de 268%, demonstram isso de forma inequívoca. O fato é que a pecuária brasileira ainda tem índices de produtividade muito baixos e, como ela ocupa uma área muito grande, o aumento da produtividade na pecuária viabilizaria uma quantidade muito significativa de terras para utilização pela agricultura, pela agroenergia e, é claro, isso reduz a pressão sobre áreas de biomas preservados.

Quero registrar aqui algo extremamente importante que está acontecendo no Senado. Deve ser mantida sempre a união entre agricultura, ciência e tecnologia e meio ambiente. Não há nada mais óbvio do que o fato de que essas três atividades, assim como suas respectivas comissões, devem caminhar intrinsecamente, necessariamente, inexoravelmente, juntas. Digo isso porque é a ciência, a tecnologia e a inovação que vão permitir que tenhamos uma agricultura com grande produtividade, preservando o meio ambiente.

Como um dos subprodutos desse debate sobre o Código Florestal, Senador Eduardo Braga, eu gostaria que nós fizéssemos um esforço conjunto das três comissões, e precisamos fazer isso rapidamente, para modificar a Resolução nº 1 do Congresso Nacional, que define as normas para a apresentação de emendas ao Orçamento. Ela engessa de forma obtusa, completamente, a apresentação de emendas ao Orçamento.

Veja V. Exª, por exemplo, que, se a Comissão de Meio Ambiente assim decidir, não poderá colocar recursos na Embrapa para desenvolver tecnologias para uma agricultura de baixo carbono ou para fazer a caracterização, o mapeamento dos recursos naturais brasileiros, ou para definir parâmetros que possam servir para a futura política de pagamento por serviços ambientais, porque hoje, pela Resolução nº 1, a Comissão de Meio Ambiente só pode colocar recursos no Ministério do Meio Ambiente, a Comissão de Agricultura só pode colocar no Ministério da Agricultura, a Comissão de Ciência e Tecnologia só pode colocar no Ministério da Ciência e Tecnologia, como se essas áreas fossem estáticas e não houvesse uma interdisciplinaridade essencial entre elas. Então, nós precisamos modificar isso, porque é clara – e cada vez fica mais clara com esse debate – a necessidade de que a área de ciência, tecnologia e inovação seja chamada para contribuir não apenas para este debate, mas para o pós-debate do Código Florestal.

E nós temos uma agenda que se confunde com essa agenda ambiental, essa agenda agrícola e essa agenda de inovação. Por exemplo, eu citava outro dia – foi aprovada uma audiência conjunta para nós debatermos esses resultados – um trabalho magnífico realizado pela Embrapa em parceria com o Inpe, um trabalho de tecnologia que demonstra o que aconteceu com as áreas convertidas da floresta amazônica nos últimos anos. Esse trabalho mostra que foram convertidos 17% da área da floresta amazônica, da região amazônica, e 62% hoje são ocupados com pecuária, pecuária de baixa produtividade. Essa informação é fundamental para a tomada de decisões quanto a políticas públicas, e eu gostaria – e vou buscar ajudar nisso garantindo recursos no Orçamento – que a Embrapa e o Inpe façam o mesmo trabalho em relação ao bioma cerrado para saber o que está acontecendo com as áreas convertidas de cerrado.

Apenas para dar um exemplo – podíamos citar outros –, há a necessidade de voltar a fazer mapas de solos no Brasil, de desenvolver pesquisas para a produção de insumos orgânicos, reduzindo a dependência da nossa agricultura de insumos externos. Essas são todas questões absolutamente intrínsecas ao meio ambiente, à agricultura e à ciência, à tecnologia e à inovação.

Em relação ao tema específico deste debate: estamos ainda diante de um grande desafio. Eu tenho procurado me debruçar sobre isso, V. Exª também tem demonstrado, desde o início, grande preocupação com a questão de instrumentos econômicos que incentivem a preservação – apresentou diversas emendas nesse sentido, e concordo com quase todas elas. Mas eu gostaria de separar essa questão em dois pontos.

O primeiro – já tive oportunidade de conversar algumas vezes com o Dr. Celso Manzatto sobre isso – diz respeito a instrumentos de política agrícola. Na minha opinião, precisamos, por intermédio do Código Florestal, dar os comandos gerais, as diretrizes para essa política agrícola. É claro que não caberá, não caberia e nem deveria caber, detalhar instrumentos de política agrícola no Código Florestal, mas princípios de política agrícola, com certeza.

Então, não tem cabimento, por exemplo, que produtores rurais que hoje utilizam tecnologias modernas e sabidamente poupadoras do meio ambiente não sejam estimulados a utilizar essas tecnologias. Eles devem ter crédito diferenciado, juros diferenciados, para utilizar essas tecnologias. Isso para mim é absolutamente óbvio, e esses comandos têm de estar presentes no Código Florestal.

Há uma questão que ainda traz incertezas: a questão da utilização dos mecanismos da legislação que vão efetivar o pagamento por serviços ambientais. Aí nós temos uma deficiência que o desenvolvimento científico e tecnológico poderá nos ajudar a resolver nos próximos anos, que é como quantificar esses pagamentos por serviços ambientais. Acho que essa é outra agenda, outro desafio que temos pela frente. Para dar um exemplo bem específico: como é que nós vamos quantificar o que significa um melhoramento na alimentação bovina? Como isso pode resultar numa diferença de emissão de gases de efeito estufa? Como é alterado o processo de ruminação – e o gado é criado em grande escala no Brasil – e, consequentemente, como é alterada a emissão de gases de efeito estufa, o metano? Podemos ter... Qual a floresta, em regeneração, quanto ela efetivamente capta de carbono? Quanto é que determinadas práticas agrícolas... Enfim, uma série de serviços que a natureza propicia e que precisam ser quantificados para que efetivamente se constitua em um mercado de carbono.

E, mais uma vez, chego à conclusão de que nós temos de superar as limitações da Resolução nº 1 para que haja uma confluência entre Ciência e Tecnologia, Agricultura e Meio Ambiente para que a gente possa ter, efetivamente, a agricultura mais sustentável do planeta.

Acho que esta é uma grande oportunidade que o Brasil tem. A sociedade se mobilizou em torno do debate desse Código e não podemos perder a oportunidade de criar instrumentos no Código e no pós-Código que garanta que o Brasil possa ter a agricultura mais sustentável do planeta.

Era essa contribuição que eu queria dar ao debate, parabenizando os três debatedores e também peço desculpas porque participarei de votações em outras Comissões. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Exª e passo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Braga, a Manzatto, que é nosso chefe da Embrapa do meio ambiente, Drª Maria Cristina e Professor Gerd.

Eu vou ser objetivo, Senador Eduardo Braga. Eu percebo o seguinte... Eu não cheguei a tempo de ver a exposição. Mas, pelo padrão da exposição, há uma preocupação no convencimento de que é preciso ter essa questão do pagamento do serviço ambiental. Então, eu quero ser objetivo: ninguém aqui precisa ser mais convencido disso. Eu acho que nós temos de afunilar para qual é o mecanismo econômico disso... Como é que nós vamos colocar no Código e de alguma forma, se o recurso é orçamentário (do governo) ou se vamos envolver o setor privado... Como se dará isso? Senão nós vamos ficar discutindo... Embora a cada exposição a gente, evidentemente, melhora e aprende mais. Mas nós temos uma questão que é fundamental... Nós vamos terminar o ano... E o pior: não vejo aqui alguém que precise ser convencido disso. Não há nenhuma controvérsia em relação... Por exemplo: se você perguntar a um produtor rural quanto ao fato de ele ter uma compensação financeira para ele fazer essa preservação... Ora, se ele hoje não fizer, ele é criminalizado... É completamente diferente! Você estimula a preservação a partir de uma compensação financeira. Essa é a forma mais inteligente de preservar. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Agora, como é que nós vamos resolver isso? No texto. Nós temos de enfrentar a área econômica do Governo. Essa é uma preocupação. Eu dizia ao Senador Eduardo Braga que já estive com o Relator do Orçamento, Deputado Federal Arlindo Chinaglia, dizendo que nós vamos ter de colo-

car no orçamento recursos para isso. Claro que, neste momento, é essa a dificuldade. Então, objetivamente... Quando vejo falar muito em pecuária – sou de Mato Grosso do Sul... Assim... Aí é na prática, por exemplo: quem é que tem pecuária degradada? Não é o grande pecuarista, gente, pelo amor de Deus! O grande pecuarista está no confinamento há muito tempo! Então, quem é que tem essa dificuldade? É aquele que não consegue... Aí vem a questão... O Governo agora começou a ver... Nós não temos linha de financiamento para recuperar pastagens degradadas. E, quando tem, o prazo não permite, os juros são altíssimos. A pecuária é um negócio que a renda do pecuarista é muito pequena, Senador Braga. É muito pequena... Então, é por isso que o pecuarista, ao longo desse tempo, ele está só descapitalizando. Normalmente, é um produtor mais conservador e que não se atreve a determinadas linhas de créditos nos bancos comerciais.

Então, quando você conseguir um financiamento para recuperar pastagens degradadas e que dê tempo, cinco ou seis anos... Porque é o processo que precisa a pecuária! Eu vejo falar: confinamento, confinamento... Daqui a pouco vão falar assim: e a área para o rebanho de cria? Porque vai ter de ter – esses bois de confinamento – reposição. Eles precisam de reposição. Tanto que, quando você tem uma alta na chamada pecuária de corte, que é o boi gordo, você começa a ter problema no preço para comprar o bezerro para repor isso. Então, tudo isso... Se nós... Então, toda a área, em tese maior, para a agricultura... Vale dizer que vamos ficar com as piores terras para a pecuária. Só que aí tem um problema: o pisoteio do gado. E aí vamos ficar com a pior área com a intensificação de pecuária. Eu poderia discutir e polemizar isso, mas não vejo isso e acho que não é essa intenção.

Minha exposição é muito clara no sentido de mostrar a necessidade e a importância que tem. Agora, objetivamente falando, eu gostaria de que a gente pudesse a começar a discutir, no texto, qual o artigo que vai determinar recursos orçamentários – ou o setor privado – para que a gente possa fazer o pagamento dos chamados serviços ambientais.

Eu não sei se estou sendo claro, não quero aqui, abosolutamente...

É que nós estamos no mês de outubro – já – e nós vamos ter de votar esse texto daqui para o final do ano. Imaginem os senhores se nós não começarmos a discutir a convergência do texto. O convencimento aqui não é se precisa, se é bom ou se é ruim o pagamento de serviços ambientais, mas qual o texto que vai definir isso. O Governo vai bancar recursos orçamentários? Como é que o setor privado vai participar efetivamente disso? Na minha avaliação, insisto em dizer, não vejo nada mais inteligente do que, ao invés de criminalizar, estimular financeiramente a preservação ambiental. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Moka, antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, apenas para contribuição. Já está havendo um esforço de nós tentarmos começar a encontrar uma proposta sobre o assunto. Na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, que está à frente de V. Exª, já estão várias emendas anexas, de mérito, produzidas aqui já na Comissão. E as emendas, desde a página 194 até a página 213, tratam de várias hipóteses de financiamento e de pagamento de serviços ambientais já apresentadas, que vão desde de mecanismos como crédito agrícola até a criação de fundos como, por exemplo, a Emenda 50, que diz o seguinte:

"Trinta por cento dos recursos advindos da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, direcionados a programas de pagamentos de serviços ambientais, voltados à recuperação de vegetação nativa em áreas importantes para a produção de água" e assim por diante: "Tem 30% dos recursos arrecadados...". Porque as leis arrecadam os recursos, mas, lamentavelmente, esses recursos não são direcionados para o agricultor poder recuperar seus recursos.

Então, já estão identificadas várias fontes de recursos que não são tributárias e, sim, são recursos, fontes de taxas e contribuições não compartilhadas... Para que a gente possa tentar criar esse mecanismo. V. Exª poderá contribuir muito nesse esforço e creio que a provocação é absolutamente correta, porque estamos diante dos três melhores especialistas nessa área, aqui na nossa Comissão no dia de hoje.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana para encerrar a participação dos Senadores e aí ouviremos nossos palestrantes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, eu queria agradecer e cumprimentar o Presidente Eduardo Braga por estar nos ajudando. Eu, na qualidade de um dos Relatores, agradeço, porque o papel que os Presidentes das Comissões, os que estão lidando com essa matéria, estão cumprindo é da maior importância aqui no Senado, com audiências públicas como esta. Quero cumprimentar nossos convidados e meus colegas Senadores.

Penso que uma matéria tão importante como esta só pode, de fato, encontrar uma boa acolhida se tiver um ambiente, este clima que nós estamos tendo aqui no Senado: o de ouvirmos uns aos outros... O Senador Moka tem muita razão, porque, de alguma maneira, já quer dar o próximo passo, pois já construímos uma base de entendimento aqui, o que nós dá condição de dar esse espaço – que o nosso Presidente, Senador

Eduardo Braga, inclusive, cita – de algumas propostas que são muito objetivas e que já estão nas Comissões.

Mas essa é uma das contribuições importantes, que nós devemos dar, para que as questões envolvidas, ou parte delas envolvidas no Código Florestal, possam ter um porto seguro, uma solução.

Nós estamos falando de serviços ambientais ou de instrumentos econômicos que possam, de alguma maneira, colaborar para que o Brasil recomponha parte da paisagem do que perdeu ao longo de décadas. É fato. Os números podem variar – e muito – do que perdemos e Área de Preservação Permanente e do que perdemos de Reserva Legal.

Primeiro, tem uma preliminar quando falamos dessas perdas. A maior parte das perdas que o Brasil experimentou de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal foram a partir de estímulos das políticas públicas. Foram as políticas públicas, créditos de estímulos, os programas – os pró-várzeas, os programas de ocupação da Amazônia – foram os que levaram os produtores a uma situação de usar, de maneira intensiva, a prática de fazer supressão de vegetação no Brasil. Eu não conheço nenhum projeto de colonização na Amazônia que não esteja vinculado, cem por cento, a isso. Ou seja: estão vinculados à insustentabilidade econômica, à insustentabilidade ambiental e também social. Obviamente, de uns tempos para cá e a partir de iniciativas locais, de Prefeitos e Governadores da região, alguns desses projetos ganharam outra característica, mas são as exceções. A regra é que linha de crédito, financiamento – inclusive com risco de perda da própria propriedade caso não tivesse supressão, intensiva, da vegetação. Então, este é o histórico que nós temos.

Queria pôr um outro componente importante na base da busca de instrumentos econômicos para que possamos ter serviços ambientais e que possamos ter uma nova política do Brasil, ao contrário da que tivemos até recentemente. Boa parte das áreas de preservação... Porque nós estamos tentando, há muitos anos, enfrentar o problema da perda que temos tido de Reserva Legal e APP, criando Unidade de Conservação – a política do Brasil tem sido essa. Mas onde estamos criando essas Unidades de Conservação? Na Amazônia! Então, as perdas que temos tido na Mata Atlântica e a que temos tido nos outros biomas, elas ficam um pouco mascaradas quando nós temos unidades... Porque aí, se nós formos ver... Cinco por cento em um bioma, seis por cento em outro e, no Amazonas é que nós temos 26% de área de conservação. Então, são números bem distintos.

Aí, se nós quisermos mergulhar no problema mesmo... Onde é que nós podemos nos escorar para ampliar a conservação de nossos biomas, os que mais sofreram supressão? Na propriedade privada! Não tem saída... Por isso que a equação nossa tem de ir direto um pouco na linha que o Senador Moka pôs, que o Eduardo trata e que eu e Rodrigo Rollemberg, na nossa Comissão do Meio Ambiente, estamos tratando. Se nós quisermos trazer de volta parte dos milhões de hectares que perdemos, nós vamos de ter instrumentos que, de alguma maneira, possam estabelecer um diálogo com os proprietários dessas áreas. As áreas de reserva legal, mata atlântica, cerrado estão dentro das propriedades. No Amazonas, a gente pode fazer um paralelo de que boa parte do bioma está protegido fora das propriedades privadas, nas unidades de conservação. Mas só vale para o Amazonas essa observação. Só! Nas outras áreas a gente tem de estabelecer uma aliança com os proprietários. E, aí, o caminho que o Brasil pegou nos últimos anos também foi um caminho muito ineficiente, porque é exclusivamente por comando e controle. Comando e controle, para frear desmatamento, deram certo: reduzimos o desmatamento. Mas para trazer de volta a área de reserva legal e a área de APP nunca funcionou, e não vai funcionar. Não é com um decreto ou com uma regra que vamos fazer isso. Estamos tentando desde 1991 estabelecer um vínculo de crédito com averbação ou com registro de reserva legal. É impraticável, gente, e também não é justo fazer só dessa maneira, porque as pessoas estavam atendendo às políticas públicas, às políticas de incentivo que caminhavam nesta direção.

Então, construir instrumentos econômicos para que os proprietários possam entender que é uma atividade de mercado fazer a recuperação do que foi perdido é fundamental, e a inquietude do Senador Moka é no sentido de partirmos direto para o debate desses instrumentos porque vamos ter que experimentar muitos. É novo isso no Brasil. As experiências que temos de recomposição de área estão presas à comunidade técnica científica: a Esalq tem uma experiência muito interessante, talvez seja um dos lugares; a Embrapa tem experiência em quase todos os Estados. Mas política pública mesmo, política oficial a gente não tem, e estamos querendo buscar isso agora.

Não quero me alongar, mas entendo que é fundamental neste momento a mudança proposta pelo Senador Luiz Henrique. A pedido nosso e de vários colegas que têm apoiado esse instrumento, o Senador Luiz Henrique fez uma alteração na estrutura do texto que veio da Câmara, e gostaria que os senhores, na fase final, já junto com os comentários finais, pudessem comentar também. Para que o Brasil possa ter um texto que estabeleça minimamente um regramento que nos permita separar a situação que temos de herança

até aqui, de passivo até aqui, de uma lei duradoura, tínhamos que mexer na estrutura do texto.

Importantes setores que trabalham com atividade produtiva no Brasil chegaram a propor algo que não foi considerado, mas que acho da maior importância: chegaram a propor moratória de desmatamento no Brasil. Esse é um posicionamento muito corajoso de quem representa o setor produtivo no Brasil, mas é também uma demonstração de que "olha, estamos querendo um diálogo para encontrar uma solução para um problema que temos, dentro das propriedades, junto ao setor produtivo". Penso que, mesmo tendo sido colocado um pouco de lado, faço questão de registrar a importância dessa proposta ter chegado à Mesa, mas acho que o texto como veio da Câmara não colabora para que a gente possa encontrar soluções para criar instrumentos econômicos porque tenta, ao mesmo tempo, dar uma solução para o passivo e dar uma solução de segurança do regramento para o futuro.

Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Veja como isso é importante. Ouvi o Presidente da Comissão de Agricultura, o Acir Gurgacz, dizer que, em Rondônia, teve muita gente que não desmatou e que ele quer uma lei de pelo menos 50%. Vejam como um instrumento financeiro pode atuar. Tinha que deixar 20%, mas deixei 50%. Então, tenho 30% para poder desmatar. Mas, se tiver um mecanismo financeiro, e vou ao encontro do que você está dizendo, evidentemente que ele... Porque nesse caso tem uma compensação. Do contrário, dependendo da temporalidade, quem poderia ter desmatado há tempos até 50% e não o fez sente-se agora, de alguma forma, prejudicado. Então, só para ir ao encontro da importância que tem conseguirmos um texto que seja capaz de ter recursos para pagar os serviços ambientais. Estamos falando de propriedade privada, do produtor rural. É um bem coletivo. É mais do que justo que a sociedade pague coletivamente para aqueles que estão preservando mais do que a lei determinada. Estou defendendo isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito importantes essas observações do Senador Moka.

A respeito dos serviços ambientais, agora mesmo, a Presidente Dilma lançou, em Manaus, o Programa Bolsa Verde. Eu, o Governador Eduardo Braga e Capiberibe estamos nesta estrada há alguns anos. Em janeiro de 1999, implantamos no Acre a Lei Chico Mendes, que é o embrião brasileiro dessa história de tentar remunerar os que prestam um serviço ao País e ao meio ambiente com a sua atividade. Criamos valorização de produtos florestais e extrativistas. O programa mais visível está na Floresta Estadual de Antimary, que é primeira floresta estadual criada no Brasil. Nela as pessoas tem uma renda hoje não menor que R$800,00 por mês pelos serviços ambientais que prestam e pela valorização de produtos que são explorados, com certificação, nas suas áreas de posse. Temos exemplos que vão até Xapuri inclusive.

Mas queria especificamente falar da estrutura da lei para, depois, concluir com essa observação trazida pelo Senador Moka.

O novo texto é bem diferente, do ponto de vista da sua organização, daquele vindo da Câmara. Ele separa as disposições transitórias das disposições permanentes. Sobre isso gostaria de um comentário dos senhores que estão aqui procurando dar uma contribuição para termos instrumentos econômicos que possam trazer parte do que perdemos. Seria uma recomposição que levaria inclusive à regularização. Nós estamos separando isso. Então, se tratará... Nós vamos tratar de maneira, em Disposições Transitórias, o passivo que nós temos, os problemas que nós temos de perda, de APP... Porque ficava em uma situação tal que parece que a gente ia perder mais. Estava confuso isso! Nós temos um fato que nós perdemos, e como é que podemos trazê-lo de volta? Até agora nunca tivemos nenhum mecanismo eficiente de trazer de volta parte das perdas, a não ser nas exceções que eu falei: de propriedades e de algumas experiências que a gente localiza como exceções. Então, com esse instrumento posto, com essa mudança posta, é fundamental que criemos um mecanismo não só para aqueles que fizeram supressão de área e que querem trazer de volta. Aí entra o instrumento. Temos de hierarquizar – e eu gostaria de ouvir comentários sobre isso – aqueles que usaram até menos do que a lei permitia. Como é que fica? Não vão ter vantagens? Têm de ter as vantagens de poder, inclusive, ter instrumento de mercado e de fazerem compensação com aqueles que têm, caso seja do interesse deles. Aqueles que têm... Que cumpriram a lei... Não têm nem uma vantagem? Quer dizer, os instrumentos serão só para aqueles que descumpriram a lei? Tem uma transição importante para que não seja antipedagógica, tem de ser um processo pedagógico, quase como uma reeducação de respeito aos recursos naturais que nós devemos ter. E, aí, Senador Eduardo, tem um problema, um agravante: se nós não tivermos a capacidade de incluir os instrumentos que possam mostrar que a floresta não é um problema, mas parte da solução – e uma parte importante – como ativo econômico, nós vamos conviver, mesmo com um bom Código Florestal, mesmo resolvendo estabelecer políticas de trazer de volta e recuperar o passivo ambiental, nós vamos nos deparar com um desmatamento legal para frente. E aí eu faço um vínculo disso com a proposta de frear o desmatamento no Brasil. Porque

é óbvio: se nós criarmos instrumentos que possam incentivar e que sejam instrumentos de mercado, de políticas públicas eficientes e que seja mais negócio ter a floresta do que não ter a floresta, isso é um desafio.

Trabalhar a recomposição do que está perdido, de área de APP ou de Reserva Legal, tem de ser um bom negócio também para o produtor. Certamente será no tempo, porque ele vai ganhar, ele vai chegar em uma produção mais sustentável... Isso tudo tecnicamente a gente já ouviu. Mas eu estou falando do ponto de vista do mercado. E, aí, o Governo Federal... Eu acho que... Não é que tenha um problema para resolver de orçamento... Eu não quero... Nós não podemos chegar e jogar isso no Orçamento da União. Seria... Nada inteligente fazer isso. Mas nós temos instrumentos hoje, fundos constitucionais, que eu tenho falado com a Ministra Izabella, nós podemos redirecionar o que já temos, inclusive assegurados pela Constituição, para serem os financiadores. E aí o estímulo passa a ser o contrário do que vem sendo historicamente. Em vez de estimularmos o insustentável, a ocupação irregular e que está longe do que a lei estabelece, vamos criar mecanismos de facilitação, que vão dos juros diferenciados, que vão de desburocratizações e uma série de instrumentos que o produtor entenda que vamos oferecer a ele um bom negócio. E como ele está muito próximo e necessita de água, de um solo manejável e é quem mais necessita de um ambiente equilibrado, acho que a gente tem um apelo importante a fazer.

Eu agradeço a presença de todos. Acho que a contribuição dos senhores ajuda. É um tema novo que o Senado está pondo. Muitos Senadores a defendem, pela história de vida que têm. Mas a teimosia até, do Senador Eduardo Braga, de tentar trazer aqui para Ciência e Tecnologia, eu entendi muito bem de que não era mais uma Comissão para passar e que também não era só para ouvir a Ciência, que nós já estávamos ouvindo, é para poder tratar deste tema, exclusivamente. E, aí, eu acho uma teimosia muito positiva a de debater um tema que não estava e que é, necessariamente, parte da solução para nosso passivo e é necessariamente parte da solução para que não venhamos de novo com novo ciclo de instrumentos voltados para a supressão de novas áreas nos diferentes biomas; ao contrário, que a gente tenha instrumentos que possam fazê-lo. Vamos fazer uso desses recursos naturais, de forma sustentável, com certificação. E isso vira atividade econômica e a floresta passa a ser bom negócio e o Brasil se soma à ideia de usar melhor as áreas já antropisadas, com alta tecnologia, com a Embrapa como grande aliada, as instituições de pesquisas também. Assim, nós vamos, certamente, ter mais produção, maior competitividade e, com certeza, pela primeira vez na história, como muitos países do mundo já estão conquistando, o crescimento das nossas florestas e a ampliação das florestas nativas e das áreas de floresta plantada. Essa é uma coisa que, para mim, está clara nos propósitos que me levam a acreditar, dia e noite, que nós vamos fazer importantes mudanças na proposta que veio da Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço muito a participação e a contribuição do nosso Senador Jorge Viana, um dos relatores do tema, dizendo, Senador Jorge Viana, que o texto, já reestruturado, conforme estabelecido por orientação de V. Exª – orientação que tive a satisfação de apoiar, porque era absolutamente pertinente a ideia de reestruturar o texto, apartando o que é permanente do que é transitório –, já está nesta pauta diante de V. Exª, a qual distribui para os palestrantes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não foi aprovado ainda, mas nós já estamos trabalhando em cooperação com o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Há uma relação de confiança no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E creio que isso irá facilitar, inclusive, para a apresentação das emendas, porque, como estava, seria necessário apresentar um substitutivo, para que a gente pudesse fazer o conserto do que acabamos de colocar.

Portanto, louvo e assino embaixo da colocação de V. Exª, passando a palavra à Drª Maria Christina, para iniciar as respostas aos Srs. Senadores.

A SRª MARIA CHRISTINA MOTTA GUEORGUIEV – Eu acho que ficou bastante contente em ouvir todas as colocações que aqui foram feitas, desde os elogios até as provocações, porque são nas provocações que a gente consegue, na verdade, buscar soluções para aquilo que ainda não está resolvido e para aquilo que está incomodando.

Primeiro, acho que o consenso que houve aqui é um divisor de águas: o de que o Código Florestal irá incorporar a questão dos serviços ambientais e irá significar, realmente, uma mudança de paradigma. É algo em que se está trabalhando há muito tempo. Ouço com muita satisfação o fato de que a gente está realmente trabalhando por essa mudança de política de comando e controle. Eu nem diria mudança; na verdade, é uma complementação da política de comando e controle que existe e que sempre continuará existindo, porque é uma forma realmente eficaz para se

controlar a questão ambiental, mas é pouco. Algumas questões, ela realmente não resolve.

Com relação à questão dos instrumentos financeiros, por se tratar de um projeto de lei que aborda uma série de assuntos, o que poderá ser desenvolvido aqui acho que é o dever de casa que nós, do Pinheiro Neto, sob ponto de vista jurídico, faremos, contando com as contribuições técnicas. Temos de trabalhar para aprofundar a análise de todas as emendas que estão sendo propostas e dar realmente a nossa opinião com relação àquilo que é viável de se colocar num projeto de lei. E existe sempre um cuidado quando se está colocando previsão de instrumentos, de incentivos ou de instrumentos econômicos e tem-se de trabalhar com aquilo que também pode ser cumprido.

O que a gente tem visto nos últimos projetos de lei é que, na verdade, tem havido uma opção por fixação pouco mais genérica dos instrumentos econômicos. Então, tem-se falado em benefício fiscal, em incentivos de financiamentos, em taxas diferenciadas. Já há menção expressa com relação a alguns fundos, mas a definição de que fundos poderiam ter seus recursos utilizados naturalmente dependem das conversas que haverá com os Ministérios e também com o próprio Ministério da Fazenda.

Em relação à questão da tributação, o projeto de lei acaba não sendo o local para detalhar demais, porque, na verdade, falando como jurista, o Direito funciona como um acessório. Aquilo que a ciência mostrar que é a melhor solução e aquilo que for decidido como melhor política pública e como uma orientação para determinada política pública, pode ser colocado no papel. Acho que, com relação a esse ponto, é possível avançar nas previsões – várias emendas já foram propostas nesse sentido –, mas, com relação aos benefícios específicos, entendo que seja matéria que deva constar de decreto ou de outros tipos de regulamentação. Também é preciso que haja trabalho junto às instituições financeiras, às instituições oficiais de crédito, para que também se possa trabalhar, ou seja, que possa haver diretivas como existiram para vários outros programas, como programas que visam à melhoria de questões relativas ao saneamento, à habitação e a resíduos. Na verdade, isso acabou sendo discutido em um outro nível de discussão, porque nem sempre o projeto de lei acaba sendo formulado para descer em detalhes, mas aqui a gente realmente tem como avançar.

Confesso que hoje vim para esta discussão ainda com dúvida sobre o convencimento sobre a questão dos serviços ambientais, mesmo porque existem vários. Eu já havia sido atualizada a respeito, mas fiquei surpresa, de forma bastante positiva, com a manifestação unânime de que realmente este é um caminho a ser perseguido, o que torna o campo muito mais fácil para se trabalhar, porque a gente poderá passar aqui para a etapa seguinte com relação ao assunto.

Com relação à desoneração da regularização, acho que é um ponto em que há espaço para se fazer uma leitura detalhada da versão atual, exatamente para se trabalhar em relação a isso, pois há uma necessidade. Vou dar o exemplo de algumas instituições financeiras que declaram: "Nós gostaríamos de conceder crédito em algumas situações, mas, se concedermos crédito, vamos descumprir algumas diretivas que temos com relação à solicitação de alguns documentos que devem demonstrar a regularidade ambiental.". Então, hoje há um sistema. Talvez aqui seja o foro adequado para conseguir tratar como se pode equacionar um passivo para que, quando o crédito for pleiteado, as próprias instituições que estejam concedendo crédito não se vejam em uma situação, na verdade, de dificuldade operacional, porque estariam descumprindo norma da própria instituição que fala que não se pode conceder crédito para alguém que está em situação irregular. Isso é bastante frequente, é um drama.

Ao conversar com pessoas de instituições oficiais de crédito, isso é levantado. É mais uma etapa, mais um capítulo de como procurar dar um tratamento diferenciado para os produtores ou para os proprietários rurais, que têm posturas diferenciadas. Não faz sentido, até como questão educacional – que a norma também tem – criar-se um cenário em que premie quem tenha contribuído para a melhoria ambiental, quem tenha agido acima da régua, do que a legislação determina. Então, acho que é algo que também deve ser revisto e trabalhado para se ver como está a redação, a fim que de que a gente consiga dar esse tratamento ao Código Florestal, para que a gente possa, na verdade, criar essas situações distintas, até como forma de incentivo para posturas futuras também. O Código acaba sendo um exemplo para as posturas futuras.

Acho que são esses os pontos eu gostaria de colocar.

Acho também que, quando a gente fala em instrumentos econômicos, esses instrumentos não devem ser só por meio de mecanismos financeiros.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E a separação dos produtos...

A SRª MARIA CHRISTINA MOTTA GUEORGUIEV – Exatamente.

Essa questão é muito importante. Grande parte do gargalo para se conseguir implementar programas e para se mensurar os serviços ambientais não está, na verdade, só na falta de recursos, mas na falta de capacitação. E é um assunto relativamente novo. Há

biomas absolutamente distintos. Então, esses investimentos em tecnologia e em recursos humanos e a possibilidade de se fazer a transferência do conhecimento e não só dos recursos financeiros são cruciais para se conseguir implementar o pagamento dos serviços ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação da Drª Maria Christina, eu queria apenas informar aos senhores palestrantes que qualquer contribuição que queiram fazer em relação ao texto do Código Florestal pode ser feita pelo *e-mail* institucional da própria Comissão scomcct@senado.gov.br.

Passo a palavra ao Professor Gerd, para que ele conclua a sua participação.

O SR. GERD SPAROVEK – Eu vou, de maneira muito rápida, responder àquilo que interpretei como perguntas.

Primeiro, respondo às perguntas do Senador Eduardo Braga, sobre a contribuição dos pagamentos por serviços ambientais, especificamente no contexto do PL nº 30. Há duas semanas participei de uma discussão em que estava a ex-Ministra Marina Silva e vou pegar emprestada uma frase que ela usou quando uma pergunta parecida foi feita a ela. Ela disse o seguinte: "Se a gente depender de comando/controle, vira guerra civil". Essa fala é dela; não é minha, mas gostei, porque acho que faz muito sentido. Viraria uma guerra da bancada ambientalista contra a ruralista, uma guerra do MMA contra o Mapa, uma guerra do Ibama contra o agricultor. Quer dizer, viraria uma guerra, um conflito interno. Então, eu acho que realmente, se a gente quiser avançar e partir para soluções que não impliquem conflito quase inadministrável, o pagamento pelos serviços ambientais é a forma de conseguir isso. Não é uma forma; é a forma de conseguir isso. Quer dizer, associar comando/controle com pagamento. A grande dúvida que sempre fica é a de quem vai pagar essa conta, como essa conta vai ser paga e que benefícios ela vai gerar. Eu acho que existe essa visão, que todos os modelos mostram, de que a conta é muito grande. Então, não há como só um pagar essa conta. Aí, vejo a necessidade de combinar uma quantidade muito grande de mecanismos, tanto de isenções de tributação como de investimentos diretos por parte do Governo, mas vejo um potencial muito grande de o mercado de pagar uma parte dessa conta, de o setor privado de pagar uma parte dessa conta.

Respondendo à segunda pergunta do Senador Eduardo Braga, dentro dos mecanismos de mercado, a gente já tem no próprio PL, no próprio Código Florestal, a compensação como principal mecanismo de pagamento disso. Não é preciso ter REDD, não precisa ter coisas vindas de fora; o próprio Código já tem um instrumento para isso. Só que, como mecanismo de mercado, a compensação, se deixada livre, não vai gerar o objetivo que ela quer; ela vai acabar remunerando muito pouco áreas que não estão nem ameaçadas de conversão. Então, ele tem que ser um mercado regulado, direcionado para alvos e direcionado para setores.

Então, da forma como está no PL, isso não acontece. Os alvos são extremamente difusos. São biomas, alvos muito grandes – na minha opinião, nem podem ser considerados alvos –, e também não há definição clara para quais setores se quer direcionar esse mecanismo de compensação. Então, se a gente definir alvos mais precisos, onde a gente imagina que isso deva acontecer, e certos setores que imaginamos serem mais fáceis de adaptar-se a um mercado de compensação – como, por exemplo, a pecuária extensiva –, a gente está transformando esse mecanismo que pode resolver uma boa parte do problema, através só do mercado de compensação, em algo que realmente vá levar um pagamento justo do serviço ambiental, dentro de uma situação viável de isso acontecer, sendo atraente o suficiente para quem vai ter que pagar por isso no mercado.

As considerações do Senador Walter Pinheiro, eu não entendi muito, mas ele abordou bastante a questão da agricultura familiar. Pessoalmente, sou o maior entusiasta da agricultura familiar, mas agora não é relevante a minha opinião sobre isso. A única certeza que a gente tem, na modelagem que a gente fez até hoje, é que os quatro módulos fiscais são muito grandes. Issoe pode ser bom, por exemplo, para políticas de acesso aos programas do MDA e de apoio à agricultura familiar, mas, no contexto da conservação, é muito grande. Existe uma isenção em torno de 90% das propriedades se forem mantidos os quatro módulos fiscais, e as propriedades de agricultura familiar não ficam isoladas; elas se concentram em determinadas regiões. Há várias regiões em que tudo é desse tamanho. Então, se a gente mantiver a isenção sobre 90% das propriedades agrícolas no Brasil, se der isenção completa de restauração de reserva legal, nós vamos deixar enormes blocos, enormes áreas sem nenhum mecanismo que incentive ou, de alguma forma, promova, via comando/controle, a restauração. Apesar de serem só 25% da área, isso vai estar muito localizado.

Então, ao reduzir isso para um ou meio módulo fiscal, a gente continua tendo em torno de 50% do número de propriedades totalmente isentas; mas, acima desse meio ou um módulo fiscal, que já está pegando, vamos dizer, metade dos agricultores, deve haver alguma forma de restauração, talvez diferente das proprie-

dades acima de quatro módulos fiscais em relação aos incentivos, mas a restauração tem que ser preservada.

Eu também não identifiquei nenhuma pergunta do Senador Luiz Henrique, mas eu só queria dizer que, talvez pelo fato de a gente ter esse modelo, eu estou a toda hora em discussões do Código Florestal. Essa foi a primeira vez que eu senti uma atmosfera em que realmente se busca uma solução de equilíbrio. Em nenhum outro evento que fui havia essa atmosfera, seja onde foi o evento. Então, é a primeira vez que eu estou saindo de um lugar sem apanhar de alguma forma ou sem ser desqualificado moralmente. Mas a observação do senhor é muito procedente, ela é de conciliação. Então, fico muito feliz por achar um ambiente em que isso, talvez, seja possível.

Concordo plenamente com o Senador Rollemberg, quando afirma que esse não é problema que a gente pode ficar picando: esse cara não pode financiar isso, aquele não pode fazer aquilo. É um problema de todo mundo, porque envolve produção e conservação. Então, não dá para discutir isso com cada um na sua panelinha, com cada um no seu mundinho pessoal.

Eu só queria fazer uma observação de outros dados de modelagem que não trouxe. A visão dele de que a gente deve aumentar a produtividade da agricultura justamente para ceder espaço para a conservação é procedente, e há modelos que quantificam isso. Então, sempre que houve em qualquer lugar do Brasil – historicamente, vindo da década de 70 até hoje – aaumento da produtividade da pecuária, reduziu-se a quantidade de área necessária para a pecuária naquela região. Isso não se aplica, por exemplo, à soja e à cana. Toda vez em que houve ganhos de produtividade da soja e da cana, aumentou-se a área a cultura. Então, esse conceito de que ao aumentar a produtividade da agricultura sempre se reduz a pressão sobre novas terras e sempre reduz a pressão sobre recursos naturais não é verdade, de maneira absoluta. Existem vários setores em que, se a gente fomentar ganhos de produtividade, a única coisa que esses setores vão fazer é crescer e demandar mais terras. Agora, na pecuária e em algumas outras culturas, como, por exemplo, a mandioca e o feijão, sempre que houve um ganho de produtividade, houve uma redução da necessidade de área. Então, felizmente, isso é válido para a pecuária, que é a grande bola da vez.

Do Senador Moka, o que especificamente a gente precisa mudar no texto? Acho que essa é a pergunta. Não tem outra pergunta a ser feita nesse momento. O que, na minha opinião, precisa mudar é todo artigo que se reporta à compensação de reserva legal. Esse é o principal artigo que tem que ser alterado, se a gente quiser transformar o Código Florestal numa forma de gerar pagamento por serviço ambiental. Este artigo tem que ser refeito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, professor, eu gostaria, depois, que o senhor contribuísse. É isso que estou querendo dizer. Qual o texto? Do contrário, a gente discutindo... Vou dar um exemplo. O texto do Aldo sobre o Pantanal sabe quem eu pedi para escrever? Professora Emiko, do Mato Grosso do Sul, Embrapa Pantanal. Ainda assim, há contestação de alguns segmentos. Eu falei: "Gente, se a Embrapa Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, não for capaz de redigir um texto que preserve o Pantanal, eu não sei mais a quem recorrer."

Então, quando faço essas discussões, professor, é no sentido de que não cheguemos ao final de outubro, começo de novembro, sem um texto. Quem escreveu esse texto? Foi o Professor Gerd, da Esalq. Tenho certeza de que ninguém vai contestar, porque não foi o Moka. O Moka é ruralista, é latifundiário. *(Risadas.)*

E isso aí. Entendeu? Então é difícil também. Por isso, estou sugerindo que vocês façam porque, para nós, não há... Não precisamos ser mais convencidos disso. Nós estamos juntos, nós nos aliamos exatamente para fazer o enfrentamento certamente com o governo, na questão orçamentária, e o convencimento do setor privado de que preservação é um bom negócio, porque, se não forem convencidos que é um bom negócio, não entram também. Ninguém entraria. Eu não posso recriminá-los.

O SR. GERD SPAROVEK – Em relação a isso, acho que a Emenda nº 3, do Senador Eduardo Braga, já teve um progresso muito grande. Acho que dá para melhorar bastante a sua redação, e já me comprometo a sugerir o que eu posso e colocar, até onde consigo, dentro da estrutura de um texto legal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na realidade, o Professor até já fez a sua sugestão, só que a letra dele é muito complicada.

O SR. GERD SPAROVEK – Não dá para ler. *(Risadas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ele fez aqui uma sugestão por escrito e assinou. Eu disse para mandar por *e-mail*, porque, a letra não estava dando para ler.

O SR. GERD SPAROVEK – A minha letra tem prazo de validade. Mesmo eu, depois de alguns minutos, não consigo lê-la mais. *(Risadas.)*

Do Senador Viana: eu concordo plenamente que a gente fez uma opção no Brasil de a conservação ser um negócio privado. Se isso foi certo ou é errado, não está em discussão. É assim. Quer dizer, a conservação, hoje, é um negócio predominantemente privado. Se a gente quisesse que isso fosse diferente, a gente

teria que ter tido uma história que a gente não teve. Então, os instrumentos de incentivo são muito mais compatíveis com o negócio privado do que o comando de controle. Então, acho que esse é um ponto de superconvergência.

Nesse ponto, vem uma preocupação enorme, talvez o meu maior pesadelo em relação ao PL 30: as reduções de exigências que estão dentro do PRA elevam aquilo que o Senador chamou de desmatamento legal de uma forma muito grande. Toda isenção que se faz de restauração eleva a quantidade de área que se pode desmatar legalmente no futuro. Essa elevação é muito expressiva hoje no texto. Então, se o texto for aprovado como está hoje, esse desmatamento legal aumenta muito a capacidade de acontecer. Então, vai ter mais gente que legalmente pode desmatar. Se vai desmatar ou não, isso vai depender de um monte de outras coisas, mas o Código Florestal vai amplificar esse potencial. Uma preocupação muito forte que eu tenho em relação ao Código Florestal e que, de certa forma, a Maria Cristina já abordou...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Professor, só aproveitando um pouco mais, eu gostaria de que você fosse mais específico nessa sua questão do desmatamento. A nossa assessoria, está aqui a Drª Samantha, sempre quer entender melhor. Onde? Qual é esse motivo? Vamos dizer, onde tem 20% de reserva legal, vai continuar sendo 20%. Ninguém vai impedir alguém que tenha uma propriedade de 1 mil hectares no cerrado de poder desmatar 800 hectares, os 80% permitidos. Onde é que reside o problema? Por isso, quando eu fiz aquele aparte aqui... Estou dizendo o seguinte, se a gente tiver um estímulo – o sujeito poderia desmatar 80%, mas só desmatou 50% -, pode deixar de desmatar, mas, legalmente, ele pode, e não há como impedi-lo. É essa a preocupação?

O SR. GERD SPAROVEK – Não. Tenho certa dificuldade de explicar isso, principalmente em alguns setores, porque, quando você analisa a proposta fazenda por fazenda, imóvel por imóvel, realmente não existe uma possibilidade de amplificação do desmatamento; agora, a situação é diferente se você considera o mecanismo de compensação junto. Quem está devendo? Alguém está devendo e, hoje, esse alguém precisa restaurar, pelo Código Florestal vigente. No PL 30, existe uma série de reduções de exigências caso a pessoa não esteja adequada ao Código. Isso se aplica, por exemplo, à Amazônia, em que se pode reduzir de 80% para 50%, o que já tinha no Código vigente, se aplica aos quatro módulos fiscais...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas é temporalidade, não é? Ele só reduziu de 80% para 50%, ou seja, ele desmatou, quando a lei o protegia. É isso que estou dizendo.

O SR. GERD SPAROVEK – Ele deixa de ter a necessidade de restaurar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, professor, a gente não pode confundir. O sujeito foi para lá e foi estimulado a desmatar. Ele desmatou, vamos dizer, 50%, mas, se se aplicar hoje a legislação, ele teria que chegar aos 80%. Isso é temporalidade. Agora, o que eu quero ouvir... Porque nesse caso não tem jeito. Por isso, insisto em dizer, se esse cara puder ter um incentivo, vai, evidentemente, acabar fazendo isso, mas ele não é obrigado, e a legislação é muito clara. Qualquer juiz, qualquer tribunal vai dar ganho de causa para ele, pois o desmate ocorreu e a legislação, naquela época, permitia. Eu não sei se é isso.

O SR. GERD SPAROVEK – Eu não tenho competência para discutir os aspectos de temporalidade jurídica, mas deixe-me só terminar o raciocínio, porque geralmente eu apanho quando toco nesse ponto. Está começando o processo agora também. *(Risadas.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas não entenda dessa forma. Eu estou sentido porque eu quero entender. Quero entender até porque...

O SR. GERD SPAROVEK – Eu vou tentar explicar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...o senhor pode ter razão e eu posso até ajudá-lo na argumentação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu posso ajudar um pouquinho? Acho que são duas coisas. O que o Senador Moka está falando não tem o que discutir. Quem fez a supressão com base na lei, não está mais em discussão, mas há alguns aspectos no novo texto, que acho que é onde o professor está querendo entrar...

O SR. GERD SPAROVEK – Isso, eu vou tentar continuar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ...que fazem uma compensação com zoneamento e tal, e ele diz que do jeito que está escrito pode dar margem a... É mais ou menos esse caminho?

O SR. GERD SPAROVEK – Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Porque esse aspecto de que o Senador Moka está falando não...

O SR. GERD SPAROVEK – Eu vou dar um exemplo menos polêmico da questão da Amazônia de 80% para 50%. Como exemplo, talvez fique mais fácil, no PL é possível a gente fazer a contabilização da APP reduzindo o que a gente tem de APP da reserva legal. É um abatimento. Então, somam-se os dois para dar a porcentagem. Os quatro módulos fiscais também estão isentos de restaurar a reserva legal. Os imóveis

de até quatro módulos fiscais têm uma isenção da necessidade de restauração de reserva legal. *(Pausa.)*

Eu posso pegar o número do artigo, mas não lembro. Isso acho que está OK.

Então, somo todos esses abatimentos juntos, já aplicando, na Amazônia, essa regra de regularização, quer dizer, em todo lugar que tem menos de 80%, você fica obrigado só a 50%. Foi essa a regra que a gente aplicou no modelo. Então, onde tem menos 80% na Amazônia, a gente considerou como sendo uma exigência de 50%. Aplicamos o somatório da APP na reserva legal, quer dizer, os dois juntos somados, e não separadamente, têm que dar o percentual e os quatro módulos fiscais. Então, a necessidade de restauração diminui. Até aqui está claro? Concordam com isso? *(Pausa.)*

A necessidade de restauração diminui. Quer dizer, alguém que teria que compensar um déficit não tem mais que compensar. Então, quando contabilizo a compensação junto, o que seria isso? Se eu não tenho essas reduções ou tenho essas reduções aplicadas de uma maneira mais tímida dentro do texto, eu vou ter o quê? Vou ter mais gente que vai ter que compensar fora da sua propriedade. Quer dizer, a compensação fora da propriedade protege a vegetação natural que poderia ser desmatada. Então, toda vez que eu isento alguém da necessidade de restaurar estou aumentando o estoque de vegetação natural que pode ser desmatado.

O senhor entende dessa forma? Porque eu tenho dificuldade de colocar essa ideia. Se eu reduzo a possibilidade de não-restauração, estou automaticamente transferindo esses estoques que eu, vamos dizer assim, estou colocando dentro do mercado de compensação. No fundo, as reduções estão concorrendo com o próprio PSA, com o próprio Pagamento de Serviços Ambientais. Eu só consigo ter um mercado de compensação forte, um mercado de compensação que atraia agentes de mercado... Não adianta ter um mercado de compensação como ele é hoje, em que se pode compensar dentro da mesma bacia hidrográfica. Por que esse negócio não vai para frente? Porque o mercado é minúsculo, porque onde falta para um falta para todo mundo, onde sobra para um sobra para todo mundo. Isso gera um interesse tão pequeno em torno disso que não vira mercado. Então, se eu mantenho uma carga, vamos dizer assim, de redução de exigências menor, estou, na verdade, protegendo vegetação natural que poderia ser desmatada.

Então, a conta que a gente faz é o PL 30 com diferentes cargas de redução de possibilidade de não-restauração. A maior delas seria não ter essa possibilidade. Todo mundo tem que pagar "tudo", independentemente da sua situação. Isso gera um mercado de compensação maior, o maior possível. Seria simplesmente a gente amplificar a possibilidade de compensação dentro do CF vigente. Partindo daí, a gente vai abatendo, vai abatendo, vai abatendo, vai abatendo até chegar à proposta como está hoje. Os números estão na apresentação, não os lembro de cabeça, mas a redução, o aumento da quantidade de vegetação natural não protegida é muito importante, quando eu coloco todos esses abatimentos que existem hoje.

Então, esse é o ponto que eu enxergo. A redução de exigências é uma das coisas principais, dentro do PL 30, que concorre com o próprio mecanismo de pagamento por serviços ambientais. Se eu alivio as exigências, estou reduzindo o tamanho desse mercado. Esse é o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para encerrar a nossa audiência pública, passo a palavra ao Professor Celso Manzatto, da Embrapa, agradecendo a sua participação.

Por favor, Professor Celso.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Obrigado, Senador.

Vou tentar ser bastante rápido e responder no conjunto as suas perguntas, Senador Eduardo.

Inicialmente, eu vejo a seguinte oportunidade, Senador Viana, também, em relação à questão PSA. Eu acho que a alternativa e sugestão é que se ligue não apenas à questão da legislação que está no Congresso sobre a questão. Já existe um substitutivo, inclusive, que reuniu quatro iniciativas e que está em curso, sobre a questão de pagamento de serviços ambientais. Ela deve essa intervenção dentro do Código Florestal como uma alternativa que regulariza ou tenta regularizar essa questão dos passivos e dos ativos. E a outra ligação, que é uma sugestão, inclusive – infelizmente, depois do presente grego, vamos ter que esperar talvez um pouquinho em relação à economia verde, dada a questão macroeconômica...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presente grego, é?

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – ...é a questão da economia verde, que está ligada à questão das mudanças do clima.

Então, a ligação da questão florestal com a questão climática deve ser fomentada, como sugestão, inclusive, como oportunidade num futuro de negociações e de possibilidades econômicas. Como sugestão, até como estão ocorrendo, por exemplo, na agricultura, as questões das metas que foram negociadas e que a agricultura pode vir a diminuir, a sequestrar esse carbono, é uma agenda positiva baseada em tecnologia.

Na verdade, aquele embate entre floresta e uso da terra tem a ver com uma política – é uma suges-

tão, também, Senador – de renda na agricultura. Na verdade, nós passamos por uns momentos difíceis na agricultura, em que o agricultor olha aquela terra imobilizada, de fato, como ônus, porque ele foi impelido a ganhar produtividade, mas tem preços diminuídos, até pela conjuntura, e evidentemente isso é um fator negativo. Então, uma política de renda na agricultura associada a incentivos da adoção de tecnologia.

Veja, assim como falou o Gerd, hoje, no cerrado – e o caso cana também é mais ou menos nessa linha –, é mais fácil você replicar a tecnologia atual mantendo níveis de produtividade do que investir em aumento de produtividade, que implica em custos adicionais para que a gente tenha essa tecnologia. Isso em qualquer um dos níveis. Certo? Quer dizer, se há o caso soja e caso cana, como o Gerd citou, que não necessariamente significa produtividade e aumento, mas nós temos visto aí, por exemplo, no caso específico da cana, que as quebras de safra estão impelindo novos projetos em que as previsões iniciais que tínhamos não estão sendo confirmadas em relação à demanda. Então, é a questão da política de renda na agricultura, a adoção de tecnologia.

E há vários exemplos que deram saltos de produção e produtividade na agricultura brasileira. Por exemplo, o moderfrota, que pode ser um instrumento em que as questões do Código Florestal estejam relacionadas. Ou seja, outras políticas setoriais. Aí, eu não sei como seria, Senador, essa arrumação dentro do texto. Mas há essas ligações claramente de que produtividade em excesso, tecnologia do ponto de vista de incentivos estejam ligados a alguns condicionantes e alguns indicadores mínimos sobre a questão do Código Florestal.

Isso foi o que nós levamos ao programa que está sendo executado no Uruguai. Eu até sugiro que vocês deem uma olhada lá no Ministério da Agricultura como é que eles estão fazendo isso, inclusive, para monitorar os programas e as ações que estão sendo desenvolvidos no Uruguai.

Eu acho que, se vocês concordam, na questão da política de mudança do clima, nós temos, no ano que vem, a Rio +20. É claro que isso poderia ser uma agenda política a ser trabalhada e colocada na Rio +20 como uma proposta de que toda a legislação que há relativa ao Código Florestal possa ser, então, negociada dentro desse conjunto mais amplo de serviços ambientais. Esta é a sugestão.

Por último, Senadora, aproveitando aqui a Comissão de Ciência e Tecnologia, no ponto central, na questão de como fazer sequestro de carbono, de como trabalhar essas agendas, a sugestão é fazer investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação ou então uma política. E nós temos aí um desafio grande. O Gerd deu apenas uma panorâmica de como poderíamos recompor isso. Mas nós temos uma preocupação, na Embrapa, de como nós vamos fazer, por exemplo, no programa Mais Ambiente, para adotar sementes, mudas, tecnologias, para diversas formas de recomposição desse passivo. Este é um desafio bastante amplo.

Aproveitando esse gancho dessa questão, tenho uma expectativa muito grande de que o setor florestal seja fortemente impulsionado a partir do Código Florestal. Então, aí tem o vetor do próprio setor, que a princípio seria negativo e que é um vetor positivo, assim como nós fizemos com a questão do programa ABC. Então, inverter a lógica da questão florestal não como um ônus, mas como uma oportunidade de mercado. E está aí todo o mercado de madeira e celulose dando provas de que nós vamos ter que crescer muito, neste País, para atender à demanda de mercado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Eu queria, ao encerrar, agradecer muito a participação de cada uma e de cada um dos nossos palestrantes. Queria agradecer à Drª Maria Cristina por sua participação e por sua disposição de vir aqui contribuir, já que ela é uma advogada do setor privado que trabalha nessa área. Queria agradecer ao Professor Gerd, que veio aqui representando a Esalq, trazendo um belo estudo e uma bela experiência na área de modelagem e na área de propostas de desenvolvimento sustentável. Eu queria agradecer a sua participação. E, obviamente, ao Dr. Celso Manzato, que tem uma participação importante na política de meio ambiente dentro da Embrapa, um importante instituto de desenvolvimento tecnológico na área da agricultura.

Aos Srs. Senadores, eu agradeço a participação de todos.

Concluo dizendo da nossa certeza de que estamos num amplo e profícuo ambiente de diálogo e de compreensão entre os diversos setores interessados na matéria, entre os ruralistas, entre os ambientalistas e aqueles que defendem o desenvolvimento sustentável no Senado da República. E esse clima que nós conseguimos construir no Senado já é percebido por todos.

Recentemente, eu conversava com a Presidenta Dilma, que me dizia da satisfação do relato que ela havia recebido do ambiente em que estamos debatendo o Código Florestal no Senado da República, numa demonstração da maturidade da Casa revisora da nossa República.

Muito obrigado. E convoco uma nova reunião para o horário regimental, na próxima semana. Não esquecendo que hoje à tarde temos uma reunião conjunta da CCT e da CMA a respeito da questão do Código Florestal, desta feita com a percepção da cafeicultura e das atividades agrícolas desse setor.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

Edição de hoje:1058 páginas

(OS: 15906/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL